

ANAIS

# V CONINTER

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

23 a 25 de novembro de 2016  
Brasília-DF, UnB

2016



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA  
E PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR  
EM SOCIAIS E HUMANIDADES

**ANINTER-SH**

**Presidente**

Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento,  
Sociedade e Cooperação Internacional da UnB

**Vice-Presidente**

Ana Keila Pinezi  
Programa de Pós-Graduação em Ciências  
Humanas e Sociais da UFABC

**Secretário Geral**

Francisco Ramos de Farias  
Programa de Pós-Graduação em  
Memória Social da UNIRIO

**Suplente Secretário Geral**

Adelaide Alves Dias  
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos,  
Cidadania e Políticas Públicas da UFPB

**Secretária de Eventos**

Wilson Madeira Filho  
Programa de Pós-Graduação  
em Justiça Administrativa - UFF

**Suplente Secretária de Eventos**

Eduardo José Marandola Junior  
Mestrado Interdisciplinar em Ciências humanas  
e Sociais Aplicadas da UNICAMP

**Secretária de Pesquisa**

Carlos Henrique Medeiros de Souza  
Programa de Pós-Graduação em Cognição  
e Linguagem da UENF

**Suplente da Secretária de Pesquisa**

Maria da Luz Alves Ferreira  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Social da UNIMONTES

**Secretário de PósGraduação**

Glauca Maria Costa Trinchão  
Programa de Pós-Graduação em Desenho,  
Cultura e Interatividade da UEFS

**Suplente do Secretário de PósGraduação**

Napoleão Miranda  
Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito da UFF

**Tesoureiro**

Doriana Daroit  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento,  
Sociedade e Cooperação Internacional da UnB

**Suplente do Tesoureiro**

Vanessa Maria de Castro  
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos  
e Cidadania da UnB

**Conselho Fiscal**

Geraldo Márcio Timóteo  
Programa de Pós-Graduação em  
Políticas Sociais da UENF

Silvia Alicia Martinez Programa de  
Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF

**Gilmar Ribeiro dos Santos**

Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Social da UNIMONTES

**Suplente do Conselho Fiscal**

Denise Rosana da Silva Moraes  
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em  
Sociedade, Cultura e Fronteiras da UNIOESTES

**Andrea Hentz de Mello**

Programa de Pós-Graduação de Dinâmicas  
Territoriais e Sociedade na Amazônia da  
Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará

**Eliana Crispim França Luquette**

Programa de Pós-Graduação em  
Cognição e Linguagem da UENF



ANAI S

ISSN 2316-266X, nº 5

# V CONINTER

---

Congresso Internacional  
Interdisciplinar em Sociais  
e Humanidades

Brasília-DF | UnB | 23 a 25 de novembro de 2016

# Sumário

<b>GT: 1 - Ciências Sociais, Literaturas e Artes</b>	<b>17</b>
Coordenadores: Dostoiewski Champangnatte e Marcus Fabiano Gonçalves	
<b>A TRANSLITERATURA NA REDE SOCIAL FACEBOOK: REFLEXÃO E ANÁLISE DE UMA ESCRITA DIGITAL</b>	<b>18</b>
Autores: DE OLIVEIRA, Ocinei Trindade; BARRETO, Simone Rodrigues; MARTINS, Analice de Oliveira	
<b>DIREITO, SUBJETIVIDADE E ARTESANIA NA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE LUÍS ALBERTO WARAT</b>	<b>31</b>
Autores: BAHIENSE, Ursula; BARRETO, Ana Carolina; ARRUDA, Camila	
<b>ESTÉTICA E ENGENHARIA: UMA DISCUSSÃO DAS POSSIBILIDADES PARA ALÉM DA RACIONALIDADE TECNOLÓGICA</b>	<b>42</b>
Autores: AUZANI, ADRIANA; RODRIGUES, JOÃO BARTOLOMEU; DA SILVA, LEVI LEONIDO FERNANDES	
<b>KOBRA E SRUR: OBRAS PARA UMA ARTICULAÇÃO ENTRE ARTE E ATIVISMO</b>	<b>51</b>
Autores: PEREIRA, Daniele Prates; MORAES, Denise Rosana da Silva	
<b>O DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA RETRATADO NO CONTO “AS MÃOS DOS PRETOS”</b>	<b>61</b>
Autores: FERREIRA, Paula Helena Nacif Pereira Pimentel; ALMEIDA, Veronica de Andrade Martins de	
<b>GT: 2 - Estudos de gênero, sexualidades e corporalidades</b>	<b>72</b>
Coordenadores: Teresa Kleba Lisboa e Felipe Bruno Martins Fernandes	
<b>EFEITOS DO CLIMATÉRIO NA PÓS-MENOPAUSA COMO AGENTES FACILITADORES DE ALTERAÇÕES BIOPSISSOCIAIS FRENTE AO ENVELHECIMENTO FEMININO</b>	<b>73</b>
Autores: ANDRADE, Livia Vasconcelos de; ISTOE, Rosalee Santos Crespo; MANHÃES, Fernanda Castro	
<b>TRABALHO &amp; MATERNIDADE: COMO CONCILIAR? OS DESAFIOS DAS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE HOSPITAIS PÚBLICOS DA BAHIA</b>	<b>84</b>
Autores: LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira; MARTINS, Patrícia Freitas	
<b>LEI MARIA DA PENHA: REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR</b>	<b>92</b>
Autores: MOREIRA, Raquel Vegg; CABRAL, Hideliza Lacerda Tinoco Boechat; ALMEIDA, Fabiano Carvalho	
<b>UMA ANÁLISE SÓCIO-JURÍDICA: A MUDANÇA DO PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE E SUA PARTICIPAÇÃO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE DECISÃO</b>	<b>101</b>
Autores: VIEIRA, Tais Elaine do Nascimento; MANHÃES, Manuela Chagas; BARRETO, Ana Carolina Carvalho	
<b>DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO COMO REPRODUÇÃO SOCIAL: DISCUSSÕES SOBRE O TRABALHO FEMININO</b>	<b>110</b>
Autores: TRALDI, Flavia L.; LOSCO, Luiza N.; CARDILLO, Viviane H.; GEMMA, Sandra B.	
<b>TENSÕES ENTRE O ESTADO GARANTISTA E A MORAL E OS BONS COSTUMES: O DISCURSO DA MULHER DIGNA NA REGULAMENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO NO BRASIL</b>	<b>120</b>
Autores: ESPERIDIÃO, Rhanna Rosa Alves; CARINHANHA, Ana Míria dos Santos Carvalho; CANI, Livia Salvador	
<b>A MULHER NA SOCIEDADE E SUAS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO: UM ESTUDO EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA</b>	<b>133</b>
Autores: SANTOS, Juliana de Jesus; FERREIRA, Maria da Luz Alves; ALVES, Maria Railma	
<b>A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO BRASIL</b>	<b>144</b>
Autores: PEREIRA, Marcela Caroline; PAULA, Erica Fernanda de; SCHIMANSKI, Edina; ANTUNES, Alfredo César; FREITAS JUNIOR, Miguel Archanjo	

<b>CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NAS SOCIEDADES MODERNAS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE GIDDENS E FRASER</b>	<b>155</b>
Autora: Natalia Maria Ventura da Silva Alfaya	
<b>GT: 3 - O Futuro da sexualidade a partir do Direito</b>	<b>167</b>
Coordenadores: Eder Fernandes Monica e Carla Appolinário de Castro	
<b>TRABALHO FEMININO E EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA: QUAIS AS CONTRADIÇÕES NAS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E DE CLASSE?</b>	<b>168</b>
Autores: CORRÊA, Patrícia Santiago de Medeiros; ROYER, Nathalya	
<b>GT: 4 - Antirracismo e sociedade</b>	<b>177</b>
Coordenadores: Roberto Carlos da Silva Borges e Glenda Cristina Valim de Melo	
<b>AS CRIANÇAS PEQUENAS E A QUESTÃO RACIAL: UMA HISTÓRIA, MUITOS ENREDOS</b>	<b>178</b>
Autores: SILVA, Tarcia Regina da; DIAS, Adelaide Alves	
<b>A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO RACIAL EM SAÚDE PARA O COMBATE AO RACISMO INSTITUCIONAL</b>	<b>194</b>
Autores: Cristina Gomes; Juliana Magalhães	
<b>GT: 5 - Educação, diversidade e políticas de afirmação</b>	<b>200</b>
Coordenadores: Shirlena Campos de Souza Amaral e Patricia Teles Alvaro	
<b>A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO DE JOVENS DO BAIRRO DA RASA EM ARMAÇÃO DOS BÚZIOS/RJ</b>	<b>201</b>
Autores: VAZ, Ana Carolina de Sousa; ANDRÉ, Bianca Pires	
<b>A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA E O CURRÍCULO IMPLEMENTADO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DA RASA EM ARMAÇÃO DOS BÚZIOS/RJ</b>	<b>210</b>
Autores: CEZAR, Lilian Sagio; VAZ, Ana Carolina de Sousa; 210	
<b>PLURALISMO JURÍDICO E RAÇA</b>	<b>218</b>
Autores: MEIRELLES, Delton R. S. ; COSTA, Henrique Rodrigues	
<b>RACISMO E HOMOFOBIA NO ÂMBITO ACADÊMICO: DIAGNÓSTICOS POR MEIO DE UM ESTUDO DE CASO</b>	<b>227</b>
Autores: SILVA, Gabriela do Rosario; GOMES, Nilvia Coutinho; AMARAL, Shirlena Campos de Souza	
<b>DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO DESAFIO DA PERMANÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DOS COTISTAS SOCIAIS DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - ESR/UFF</b>	<b>235</b>
Autores: Cassiana Ferreira Simões; Shirlena Campos de Souza Amaral	
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: REFLEXÕES SOBRE INGRESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS DO CONVÊNIO FUB/FUNAI</b>	<b>250</b>
Autores: EUZEBIO, Umberto; FRANÇA, Rayanne Cristine Máximo; REBOUÇAS, Eduardo Melo	
<b>ABANDONO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO</b>	<b>262</b>
Autores: GUEDES, Luciana; ALVES, Cecília; SOARES, Joaquim; LOZZI, Silene	
<b>EDUCAÇÃO NO CONTEXTO SOCIOCULTURAL DO IDOSO DESTA MILÊNIO</b>	<b>277</b>
Autores: Geucineia de Souza Pencinato; Ieda Tinoco Boechat; Raquel Veggi Moreira; Hildeliza Lacerda Tinoco; Boechat Cabral	

<b>GT: 6 - Religião, Direitos Humanos e Cidadania no Brasil</b>	<b>287</b>
Coordenadores: Ana Keila Mosca Pinezi e Dario Paulo Barrera	
<b>A MORALIDADE SEGUNDO OS PRINCÍPIOS DE DEUS: A DISCRIMINAÇÃO EVANGÉLICA CONTRA AS POPULAÇÕES LGBTQTTIQ NO BRASIL</b>	<b>288</b>
Autora: REINA, Morgane Laure	
<b>PESCAR O PEIXE PRA TRAZER A OFERTA E FISGAR O FIEL PRA GANHAR A ELEIÇÃO: LIDERANÇAS NEOPENTECOSTAIS NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO</b>	<b>297</b>
Autores: LIMA, Roberta Oliveira; RODRIGUES, Wagner Oliveira; JESUS, Júlio C. Moreira de	
<b>GT: 7 - Conflitos socioambientais</b>	<b>307</b>
Coordenadores: Wilson Madeira Filho e Napoleão Miranda	
<b>A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA: AUDIÊNCIA JUDICIAL PARTICIPATIVA E CONSULTA PÚBLICA</b>	<b>308</b>
Autores: Simone Hegele Bolson; Napoleão Miranda	
<b>CONFLITOS POR ÁGUA NO BRASIL E A DEFESA DOS COMUNS: UMA LEITURA A PARTIR DA ECOLOGIA POLÍTICA E DO MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE</b>	<b>324</b>
Autor: PORTO, Philippe	
<b>CONFLITOS URBANOS EM TEMPOS DE NOVA CARTOGRAFIA CARIOCA: ALGUNS ASPECTOS SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DAS DESAPROPRIAÇÕES PARA OS JOGOS OLÍMPICOS DE 2016</b>	<b>339</b>
Autores: PATRÍCIA DE VASCONCELLOS KNÖLLER; CARLOS ROBERTO RODRIGUES BATISTA	
<b>DO DIREITO À POLÍTICA PÚBLICA: A PRODUÇÃO SOCIAL DO MUNDO RURAL NO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b>	<b>348</b>
Autora: MOREIRA, Maira de Souza	
<b>ENTRE O RURAL E O URBANO: O FORTALECIMENTO DAS REDES AGROECOLÓGICAS A PARTIR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DOS MOVIMENTOS ORGANIZATIVOS DE FEIRAS ORGÂNICAS</b>	<b>363</b>
Autores: CÂMARA, Andreza A. Franco; MIRANDA, Napoleão; FERREIRA, João Pedro Pimentel	
<b>REFUGIADOS AMBIENTAIS: A BUSCA PELO RECONHECIMENTO</b>	<b>372</b>
Autores: Isadora d'Ávila Lima Nery Gonçalves; Gabriel Rached	
<b>CATIVEIROS DE PAPEL: REFLEXÕES SOBRE CONFLITUALIDADE E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DA IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL TERRITORIAL EUCALIPTO-CELULOSE-PAPEL NA REGIÃO DE TRÊS LAGOAS/MS</b>	<b>381</b>
Autores: MIRANDA, Napoleão; LOPES, Cláudio Ribeiro; FIGUEIRA, Thatiana de Andrade	
<b>GESTÃO URBANA E SUSTENTABILIDADE COMO DISCURSO DA MANUTENÇÃO DA ORDEM NO BRASIL</b>	<b>392</b>
Autores: CORRÊA, Luciano Pita; CORRÊA, Patrícia Santiago de Medeiros; SIQUEIRA, Vilson de Almeida	
<b>VALE DO RIO MORTO</b>	<b>415</b>
Autora: MOCAIBER, Tainá	
<b>PODER JUDICIÁRIO, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DIREITOS INDÍGENAS: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA CORTE APÓS A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988</b>	<b>423</b>
Autora: AZEVEDO, Thaís Maria Lutterback Saporetti	
<b>A REDE DE ACOMPANHAMENTO SOCIOAMBIENTAL (REASA) COMO ARENA DE DEBATE E LUTA NOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS ENVOLVENDO O PROJETO MINAS-RIO EM CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO/MG</b>	<b>443</b>
Autores: TAVEIRA, Bruno Henrique Tenório; MADEIRA FILHO, Wilson	

<p><b>O PROGRAMA MORAR FELIZ NOS DISTRITOS MUNICIPAIS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ: IMPACTOS AMBIENTAIS E CONFLITOS SOCIAIS</b></p> <p>Autoras: Maria Alice Ribeiro de Oliveira Pohlmann; Teresa de Jesus Peixoto Faria</p>	455
<p><b>GT: 8 - Conservação da natureza, conflitos ambientais e comunidades tradicionais</b></p>	
<p>Coordenadores: Alba Simon e Annelise Fernandez</p>	
<p><b>O FOGO COMO SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA KAYAPÓ DIANTE DO AQUECIMENTO GLOBAL E DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS</b></p> <p>Autores: NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo; RODRIGUES, Alessandro Mariano</p>	467
<p><b>INTERFACES ENTRE O MEIO AMBIENTE E A QUESTÃO AGRÁRIA NO SÉCULO XXI: UMA FASE RETRÔ OU UM ETERNO RETORNO?</b></p> <p>Autores: ROCCO, Rogério G.; LOBATO DA COSTA, Rodolfo B. de M.</p>	484
<p><b>FÉ NA CAMINHADA UM OLHAR SOBRE A TRILHA TRANSCARIOCA, O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E AS DISTINÇÕES IDEOLÓGICAS SOBRE A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL</b></p> <p>Autoras: CAETANO, Isabel.; SIMON, Alba</p>	498
<p><b>COMPROMISSOS COM A CONSERVAÇÃO VERSUS AJUSTES DE CONDUTA. CONFLITOS NAS AGENDAS AMBIENTALISTAS: O CASO DOS PESCADORES ARTESANAIS NO PARQUE ESTADUAL DA LAGOA DO AÇU – RJ</b></p> <p>Autores: SIMON, Alba; VILHENA, Rodrigo; AGUIAR, Camila</p>	512
<p><b>TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM RURAL NA COMUNIDADE DE CAPANEMA EM PRUDENTÓPOLIS-PR: MEMÓRIAS E FOTOGRAFIAS</b></p> <p>Autores: MAZUR, Monica; SCHORNER, Ancelmo; FUJINAGA, Cristina Ide</p>	525
<p><b>O MODO DE VIDA DA RESEX DO CAZUMBÁ-IRACEMA REVELADA EM FOTOGRAFIAS</b></p> <p>Autores: VASCONCELOS, Aurelice da Silva; MATSUSHITA, Rubens Hisanari; STORI, Norberto; MELLO, Regina Lara Silveira</p>	539
<p><b>GT: 9 - Cultura religiosa, luta de classes e conflitos territoriais</b></p>	
<p>Coordenadores: Márcia Barros Ferreira Rodrigues e Ana Maria Motta Ribeiro</p>	
<p><b>DA AMBIENTALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO À TERRA DO PASTOR: “AFINIDADES” ENTRE A REFORMA AGRÁRIA E A RELIGIÃO</b></p> <p>Autores: LOBATO DA COSTA, Rodolfo B. de M.; FREITAS, Emmanuel Oguri; RIBEIRO, Ana Maria Motta</p>	558
<p><b>AS INICIATIVAS DE PROIBIÇÃO DA MACONHA NO INÍCIO DO SÉCULO XX</b></p> <p>Autores: SÃO CLEMENTE, Bernardo; FREITAS, Emmanuel Oguri</p>	570
<p><b>“TUDO É DESCRENÇA E FÉ”: RELIGIOSIDADE E EXPERIÊNCIA NOS CONFLITOS AGRÁRIOS</b></p> <p>Autores: SOUZA, Maria José Andrade de; MORAIS, Hugo Belarmino de; PITA, Flávia Almeida</p>	585
<p><b>GT: 10 - Informação, educação e tecnologias</b></p>	
<p>Coordenadores: Carlos Henrique Medeiros de Souza e Cleonice Puggian</p>	
<p><b>A MÚSICA COMO ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM DOS CONCEITOS DE CIÊNCIAS</b></p> <p>Autores: BORGES, Dayse Sampaio Lopes; DAMATTA, Renato Augusto</p>	601
<p><b>PRODUÇÃO DE ANIMAÇÕES COM O LIVRO: O HOMEM QUE CALCULAVA</b></p> <p>Autores: FERMIANO, Carlos Wilson Pimenta; JACOMINO, Thiago Marques Zanon</p>	614
<p><b>A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS MULTIMÍDIA NA APRENDIZAGEM</b></p> <p>Autores: SILVA, Aline Marcelino dos Santos; SANTOS, Luciana Rocha dos; MONTANÉ, Fermín Alfredo Tang</p>	627

<b>AS TECNOLOGIAS DIGITAIS TECENDO NOVAS IDENTIDADES NO CONTEXTO INTERACIONAL FAMILIAR</b>	<b>636</b>
Autores: BOECHAT, Ieda Tinoco; CABRAL, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de; MANHÃES, Fernanda Castro	
<b>PROCESSOS FORMADORES DE IDENTIDADE NO AMBIENTE DIGITAL E SUAS INFLUÊNCIAS NA DEPENDÊNCIA DE TECNOLOGIAS DIGITAIS</b>	<b>645</b>
Autores: Jefferson Cabral Azevedo; Giovane do Nascimento; Fabio Machado de Oliveira	
<b>AS REDES SOCIAIS DIGITAS E A MISTANÁSIA</b>	<b>659</b>
Autores: CABRAL, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat; BOECHAT, Ieda Tinoco; GONÇALVES NETO, Ari; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de	
<b>GT: 11 - Interdisciplinaridade, educação, inclusão social e tecnologias assistivas</b>	<b>669</b>
Coordenadores: Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis e Edicléa Mascarenhas Fernandes	
<b>LETRAMENTO INFORMACIONAL ACESSÍVEL AOS USUÁRIOS COM AUTISMO NA BIBLIOTECA ESCOLAR: ESTUDO DE CASO DA ESCOLA MUNICIPAL TABELIÃO MURILO COSTA – NOVA IGUAÇU/RJ</b>	<b>670</b>
Autores: SANTOS, Marcos Pastana; DINIZ, Cládice Nóbile; SÁ, Nathalia Araujo de	
<b>VIVENCIANDO A PRÁTICA LABORAL: O ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL</b>	<b>680</b>
Autoras: Ana Cristina de Carvalho; Ms. Ana Paula Carvalho Machado Pacheco; Dra. Edicléa Mascarenhas Fernandes	
<b>PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS, SP</b>	<b>690</b>
Autoras: Jacqueline Caroline Costa Frederico; Adriana Lia Frizman de Laplane	
<b>APRESENTANDO TECNOLOGIAS ASSISTIVAS PARA ALUNOS DE LICENCIATURAS: UMA PRÁTICA DOCENTE</b>	<b>699</b>
Autores: PINTO, Pedro; AZEVEDO, Ana Beatriz Vaz; SILVA, Paula Gabriela Paiva Fernandes da Silva; ORRICO, Helio Ferreira	
<b>FUNCIONALIDADES DOS ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO GARANTIA DE DIREITOS</b>	<b>708</b>
Autores: LOPES, Sonia Mendes; FERREIRA, Sheila Cabral dos Santos; TOMÉ, Leandro Lino	
<b>OFICINAS DE ADAPTAÇÕES CURRICULARES: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE</b>	<b>720</b>
Autores: RODRIGUES, Suellen da Rocha; PRADO, Giovana Conceição do; SOUZA, Mayra da Silva	
<b>GT: 12 - Língua e discurso: aproximações interdisciplinares</b>	<b>728</b>
Coordenadores: Eliana Crispim França Luguetti e Ana Lucia Lima da Costa	
<b>ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO PUBLICITÁRIO DE CURSOS DE LÍNGUA INGLESA</b>	<b>729</b>
Autores: GONGA, Domingos Caxingue; RANGEL, Ingrid Ribeiro da Gama; LUQUETTI, Eliana Crispim França	
<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE O BILINGUISMO E SUA RELAÇÃO COM AS FUNÇÕES COGNITIVAS</b>	<b>738</b>
Autores: CRISTIANO, Luana Breda; TONI, Plínio Marco de; FUJINAGA, Cristina Ide	
<b>O DISCURSO COMO PRÁTICA LIBERTÁRIA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS A PARTIR DE JUNHO DE 2013</b>	<b>751</b>
Autora: Aline Hamdan	



<b>GT: 13 - Políticas educacionais e formação docente na atual conjuntura</b>	<b>767</b>
Coordenadores: André Augusto Pereira Brandão, Tula Maria Rocha Morais, Maria Adelia Costa e Sidimara Cristina de Souza	
<b>EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FORMAÇÃO DOCENTE, ASPECTOS LEGAIS E COTIDIANO ESCOLAR – UM ESTUDO DE CASO</b>	<b>768</b>
Autoras: Veronica de Andrade Martins de Almeida; Haydéa Maria Marino de Sant’Anna Reis	
<b>A AÇÃO DOCENTE E A PROBLEMATIZAÇÃO DA SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFISSIONAIS DA SAÚDE: ENFERMEIROS E TÉCNICOS</b>	<b>783</b>
Autores: João Ramos; Maria Adélia da Costa; Vanusa Fernandes Morais Ramos	
<b>A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10639/2003 NO CENÁRIO BRASILEIRO</b>	<b>793</b>
Autores: Sidimara Cristina de Souza; Carlos Alberto Lima de Almeida ; Aline Fagundes dos Santos	
<b>TRANSPARÊNCIA FISCAL E CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA DA ESCOLA ESTADUAL DE CARAÍ-MG</b>	<b>803</b>
Autores: MELO JÚNIOR, Salvador Soares de; SILVA, Simão Pereira da	
<b>BULLYING: REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA EM UMA ESCOLA DE NOVA IGUAÇU</b>	<b>818</b>
Autores: COELHO, Patricia Ferreira; ROCHA, José Geraldo; KAUSS, Vera Lucia Teixeira	
 <b>GT: 14 - Formação de professores (as) e interdisciplinaridade</b>	 <b>832</b>
Coordenadores: Denise Rosana da Silva Moraes e Tamara Cardoso André	
<b>O DESAFIO DA INTERDISCIPLINARIDADE NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO</b>	<b>833</b>
Autora: FERRARO, Cristiane	
<b>A CONCEPÇÃO DO CORPO DOCENTE DE UMA UNIDADE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES EM RELAÇÃO À INSERÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO NO CURRÍCULO ESCOLAR</b>	<b>847</b>
Autores: ANDRADE, Mauro Peixoto de; ISTOE, Rosalee Santos Crespo; ANDRADE, Livia Vasconcelos de	
<b>INTERDISCIPLINARIDADE, TERRITÓRIO E IDENTIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA DISCUSSÃO</b>	<b>851</b>
Autores: Ms.ROBLED0, FELIPE M.; Dr. NEFFA, Elza; Dr. PEREIRA, Pedro Carlos	
<b>ALTERIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS): DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES</b>	<b>860</b>
Autoras: TONATTO, Regiane Cristina; MORAES, Denise Rosana da Silva	
<b>A EXPRESSÃO, O RITMO, A COMUNICAÇÃO E O CORPO NO ESPAÇO CÊNICO DA SALA DE AULA</b>	<b>870</b>
Autoras: LEMOS, Anna Paula Soares; LOPES, Jurema Rosa; LIMA, Viviane Jordão Pinheiro	
<b>A INTERDISCIPLINARIDADE METODOLÓGICA E OS LIMITES DA PESQUISA JURÍDICA NO BRASIL</b>	<b>880</b>
Autores: DUARTE, Vanessa Genícia; GONÇALVES JUNIOR, Oswaldo	
<b>FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR DO PROFESSOR DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO PARA IMIGRANTES DO HAITI</b>	<b>892</b>
Autores: EUZEBIO, Umberto; REBOUÇAS, Eduardo Melo	
 <b>GT: 15 - Memória, narrativas e discursos</b>	 <b>903</b>
Coordenadores: Diana de Souza Pinto e Cleuza Maria Gomes Graebin	
<b>A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL DO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO HEITOR CARRILHO POR MEIO DA ANÁLISE DE DISCURSO EM UM PRONTUÁRIO</b>	<b>904</b>
Autoras: PINTO, Diana de Souza; LACERDA, Juliana Araujo; SILVA, Maria Rosângela Oliveira da	

<b>A ESCRITA SOBRE A EXPERIÊNCIA TRAUMÁTICA COMO ENUNCIÇÃO DE MEMÓRIA</b>	<b>913</b>
Autores: VIANNA, Glaucia Regina; BRAZ, José Mauro de Oliveira	
<b>A IMPORTÂNCIA DA NARRATIVA PARA A IDENTIDADE E O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DE ARRAIAL DO CABO</b>	<b>923</b>
Autores: Ms. Manuela Chagas Manhães; Dr. Júlio Ramos Esteves	
<b>DESPIQUE TROPICAL - A RIVALIDADE NAS MEMÓRIAS E NARRATIVAS DAS BANDAS FILARMÔNICAS PORTUGUESAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO</b>	<b>934</b>
Autor: OLIVEIRA, Antonio Henrique Seixas de	
<b>“EU ESQUECI QUE UM DIA ENXERGUEI”: LEMBRANÇA E ESQUECIMENTO EM NARRATIVAS DE PESSOAS CEGAS</b>	<b>949</b>
Autora: PASCHOAL, Claudia Lucia Lessa	
<b>MEMÓRIA E ETHOS DO REGENTE DE ORQUESTRA: NARRATIVA E CONSTRUÇÃO DE SI A PARTIR DE UMA VISÃO INTERACIONISTA</b>	<b>964</b>
Autora: CAMPOS, Tamara	
<b>O SERTÃO CIVILIZADO: CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DO NOROESTE DE MINAS NO SÉCULO XVIII</b>	<b>977</b>
Autor: GAMA, Alexandre de Oliveira	
<b>COLEÇÃO E MELANCOLIA: OBJETO, MEMÓRIA E CRIAÇÃO, NAS PRÁTICAS DO GUARDAR PARA ESQUECER</b>	<b>989</b>
Autores: MELO, Kelly Castelo Branco da Silva; RIBEIRO, Leila Beatriz; BRAZ, José Mauro de Oliveira	
<b>GT: 17 - Memórias imateriais: literaturas, artes, políticas</b>	<b>999</b>
Coordenadores: Manoel Ricardo de Lima e Edson Luiz André de Sousa	
<b>A ARTE COMO TÔNICO DA VIDA: UMA EXPERIÊNCIA COM IDOSOS DA UNATI E COART</b>	<b>1000</b>
Autores: CAMPELLO, Cristie de Moraes; LONGOBUCO, Nilcinéia Neves	
<b>GT: 18 - Educação, memória e história</b>	<b>1012</b>
Coordenadores: Francisco Ramos de Farias, Sílvia Alicia Martínez e Leandro Garcia Pinho	
<b>A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA MICROANÁLISE A PARTIR DO INTERIOR FLUMINENSE</b>	<b>1013</b>
Autoras: CARDOSO, Fernanda Luísa de Miranda; MARTINEZ, Sílvia Alicia	
<b>CORPO, EDUCAÇÃO E CINEMA QUEER: ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE</b>	<b>1024</b>
Autores: RODRIGUES, Rejane Lopes; FARIAS, Francisco Ramos de	
<b>ALGUNS QUESTIONAMENTOS SOBRE METODOLOGIAS QUALITATIVAS PARA O ENTENDIMENTO DA MIGRAÇÃO FORÇADA INTERNA</b>	<b>1035</b>
Autores: Carlos Emilio Ibarra Montero; Francisco Ramos de Farias	
<b>O ENSINO DO HOLOCAUSTO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO RIO DE JANEIRO: POR QUE e PARA QUE?</b>	<b>1046</b>
Autores: LEVY, Sofia Débora; ANTUNES, Roberto Anunciação; FARIAS, Francisco Ramos de	
<b>ECOS E RESSONÂNCIAS DO CRIME NA MEMÓRIA DA PESSOA CRIMINOSA: POSSIBILIDADE DE ENLUTAMENTO?</b>	<b>1055</b>
Autores: CURCIO, Fernanda Santos; BRAZ, José Mauro de Oliveira; FARIAS, Francisco Ramos de	

<b>O CICLO SONO-VIGILIA E O ENVELHECIMENTO: PRÁTICAS RESIGNIFICADORAS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO</b>	<b>1066</b>
Autores: De AZEVEDO, Diana Paola Gutierrez Diaz; ISTOE, Rosalee Santos Crespo; RISSE, Lea Sandra; AZEVEDO, Néilton Gomes	
<b>A CENTRALIDADE DO DESENVOLVIMENTO EM AÇÕES DE EDUCAÇÃO VOLTADAS ÀS ÁREAS RURAIS: OS ANOS DE 1910 - 1950</b>	<b>1080</b>
Autores: Dayane da Silva Santos Altoé; Silvia Alicia Martínez; Paulo Marcelo Souza	
<b>HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: PESQUISA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA A PARTIR DO CASO DA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA NILO PEÇANHA</b>	<b>1090</b>
Autoras: MARTINEZ, Silvia Alicia; SILVA, Daniela Gonçalves; AGUIAR, Bárbara Cruz; RIBEIRO, Isabela Barreto Rangel	
<b>O INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO PROFESSOR ALDO MUYLEAERT: INSTITUIÇÃO CENTENÁRIA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES</b>	<b>1099</b>
Autores: SOARES, Josete Pereira Peres; MARTINEZ, Silvia Alícia Martinez	
<b>GT: 19 - Família e gerações: dinâmicas contemporâneas</b>	<b>1111</b>
Coordenadores: Lívia Alessandra Fialho da Costa e Cláudia Paranhos de Jesus Portela	
<b>DA AMBIENTALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO À TERRA DO PASTOR: REFORMA AGRÁRIA, RELIGIÃO E A AFINIDADE ELETIVA</b>	<b>1112</b>
Autores: LOBATO DA COSTA, Rodolfo B. de M.; FREITAS, Emmanuel Oguri; RIBEIRO, Ana Maria Motta	
<b>JOVENS QUE NÃO ESTUDAM NEM TRABALHAM SOB ASPECTOS DE GÊNERO: FAMÍLIA E CUIDADO</b>	<b>1123</b>
Autoras: DIAS, Tamille Sales; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales	
<b>FAMÍLIAS E REDES DE SOLIDARIEDADE EM CASO DE DEFICIÊNCIA</b>	<b>1138</b>
Autora: PORTELA, Cláudia Paranhos de Jesus	
<b>RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: UMA REVISÃO</b>	<b>1150</b>
Autor: CAMPOLINA, Pedro Henrique Andrade	
<b>GT: 20 - Comunicação, arte e cidade</b>	<b>1161</b>
Coordenadores: Gláucia Maria Costa Trinchão e Maria Thereza de Oliveira Azevedo	
<b>CIDADANIA E O DIREITO A CIDADE: A APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE PERIFERIA</b>	<b>1162</b>
Autoras: LEMOS, Fábila de Castro; RANGEL, Patrícia Luisa Nogueira; SILVA, Cristina da Conceição	
<b>FEMINISMO NEGRO EM CUIABÁ, BRASIL: PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO E DEMANDAS DA VINCULAÇÃO SOCIAL</b>	<b>1177</b>
Autores: PINTO, Neusa Baptista; GUSHIKEN, Yuji	
<b>HEAVY METAL NA CIDADE DE CUIABÁ: A BUSCA DE LUGARES NO CENTRO GEODÉSICO DA AMÉRICA DO SUL</b>	<b>1191</b>
Autores: GOMES, Iuri Barbosa; GUSHIKEN, Yuji	
<b>GT: 22 - Mediações, justiça restaurativa e diferentes formas de administração de conflitos</b>	<b>1203</b>
Coordenadores: Dentol R. S. Meirelles e Fernanda Duarte	
<b>PESQUISAS EMPÍRICAS EM MEDIAÇÃO - MAPEANDO PRÁTICAS E TRAJETÓRIAS NO RIO DE JANEIRO</b>	<b>1204</b>
Autores: ALMEIDA, Gabriel Guarino Sant'Anna Lima de; ELPIDIO, Thamyris; FERNANDES, Susy Veloso	

<b>CONCEPÇÃO DE MEDIAÇÃO NA LEI Nº 13.140/2015: UMA ANÁLISE EM FACE DAS ESCOLAS DE MEDIAÇÃO FRANCESA E NORTE-AMERICANA</b>	<b>1217</b>
Autoras: REBOUÇAS, Gabriela Maia; MARQUES, Verônica Teixeira; CERULLO, Daniela Campos	
<b>MODELOS DE MEDIAÇÃO E TRATAMENTO DE QUESTÕES FAMILIARES</b>	<b>1226</b>
Autores: NASCIMENTO, Verônica Batista; BORGES, Camilla Gerarde Barbosa; SANTOS, Ricardo Fonseca	
<b>MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA COMO VIA DE ACESSO À JUSTIÇA. ANÁLISES COMPARATIVO CUBA VS BRASIL</b>	<b>1239</b>
Autores: LEGRÁ FLEITAS, Mirel; ESTEVES VENTURA, Rafael; SOARES MEIRELLES, Delton Ricardo	
<b>MEDIAÇÃO PENAL: UMA VIA DE ACESSO À JUSTIÇA CRIMINAL HUMANIZADA</b>	<b>1254</b>
Autora: ANA PAULA FARIA FELIPE	
<b>LEGISLAÇÃO versus PRÁTICA: O PODER JUDICIÁRIO ESTÁ PRONTO PARA RECEBER A MEDIAÇÃO?</b>	<b>1265</b>
Autores: ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; NUNES, Thais Borzino Cordeiro	
<b>EXPERIÊNCIA DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO CENTRO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE</b>	<b>1278</b>
Autores: YAGODNIK, Esther Benayon; MEIRELLES, Delton Ricardo Soares; PIMENTEL, Fernanda Pontes	
<b>A UTILIZAÇÃO DE MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A EXPERIÊNCIA DA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL</b>	<b>1288</b>
Autor: FACCI, Lucio Picanço	
<b>MEDIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO E O EXEMPLO DO SISTEMA INTERNACIONAL DE SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS: A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 13.140/2015 COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO</b>	<b>1302</b>
Autora: LARANJA, Lara Silva	
<b>DIREITO PENAL E REFORMA PSIQUIÁTRICA: UMA CONCILIAÇÃO POSSÍVEL?</b>	<b>1318</b>
Autores: BRUM, André Luiz de Oliveira; CEDARO, José Juliano; NASCIMENTO, Verônica Batista; BORGES, Camilla Gerarde Barbosa	
<b>GT: 23 - Ética e Justiça</b>	<b>1332</b>
Coordenadores: Mauro Cardoso Simões e Marcos Alexandre Alves	
<b>ANÁLISE DA EXPANSÃO DOS DIREITOS HUMANOS: JUSTIÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	<b>1333</b>
Autores: BARRETO, Michelle C.; SIMÕES, Mauro C.	
<b>A VAQUEJADA, O MEIO AMBIENTE E O DIREITO DOS ANIMAIS APRESENTADOS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADI 4983</b>	<b>1345</b>
Autoras: FERNANDES, Suelen de Souza; MENDONÇA, Michele Silveira	
<b>REFLEXÕES SOBRE O TÉLOS E A EUGENIA NOS ESPORTES</b>	<b>1373</b>
Autores: MONTEIRO DE BARROS JUNIOR, EVANDRO; COSTA BARRETO MONTEIRO DE BARROS, ERIKA; CASTRO COLARES JÚNIOR, ALONSO	
<b>A TRANSPARENCIA E A DEMOCRATIZAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO</b>	<b>1382</b>
Autora: MATTOS, Simone Brillhante	

<b>GT: 24 - Desenvolvimento, inovação no setor público e instrumentos de gestão</b>	<b>1393</b>
Coordenadores: Doriana Daroit e Juliana Subtil Lacerda	
<b>DESENVOLVIMENTO, PARTICIPAÇÃO E PLANEJAMENTO EM NEXOS TRANSVERSAIS: O CASO DO FÓRUM INTERCONSELHOS</b>	<b>1394</b>
Autora: CRUZ, Fernanda Natasha Bravo	
<b>MAPEAMENTO DE CAPS III NO BRASIL</b>	<b>1410</b>
Autoras: SANTOS, Mariana Fernandes Ramos; BARRETO, Erika Costa; BITENCOURT, Rachel Glória	
<b>QUANDO CAPACITADORES DEMANDAM CAPACITAÇÃO: A UNIVERSIDADE CAPACITANDO A UNIVERSIDADE</b>	<b>1420</b>
Autores: ANDRADE, Emmanuel Paiva; ANDRADE, Everardo Paiva; ALVES, Jean Carlos Machado	
<b>A CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOB A PERSPECTIVA DA PARTICIPAÇÃO NAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: PROPONDO NOVOS OLHARES.</b>	<b>1435</b>
Autoras: PIOLI, Ludmila Fávero Romani; SPATTI, Ana Carolina; SERAFIM, Milena Pavan	
<b>“UMA INTERPRETAÇÃO DAS ARTICULAÇÕES EM REDE ESTABELECIDAS NO COMPLEXO TECNOLÓGICO EDUCACIONAL CATALISADO PELO CTI – RENATO ARCHER”</b>	<b>1447</b>
Autoras: ROCHA, Janaína Lemos; BIN, Adriana; LEITE, Juliana	
<b>TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO GOVERNAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOB A PERSPECTIVA DA AÇÃO PÚBLICA</b>	<b>1461</b>
Autores: BARROS, Cristiana Ramalho; LARANJA, Lara Silva; MELO, Pedro Artur Cruz de	
<b>ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR E HOSPITALAR: PRÁTICA DOCENTE E POLÍTICA PÚBLICA</b>	<b>1471</b>
Autores: SILVA, Ana Lucas da; DIAS JR, Enio; SILVA, Celia Domingues da	
 <b>GT: 25 - Monitoramento e avaliação de políticas pública</b>	 <b>1479</b>
Coordenadores: Lobelia da Silva Faceira e Moisés Waismann	
<b>IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO TOCANTINS: UM ESTUDO COMPARATIVO DOS ÍNDICES DE EVASÃO NA REGIÃO NORTE</b>	<b>1480</b>
Autores: FRANCO, Luciano Correia; PRATA, David Nadler	
<b>POLÍTICAS SOCIAIS E LEGISLAÇÃO (INTER)NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL</b>	<b>1496</b>
Autoras: SANTOS, Daniela Teixeira; DURÃES, Sarah Jane	
<b>PRISONIZAÇÃO, ESTRANHAMENTO E AMBIENTAÇÃO DO EGRESSO DO SISTEMA PENAL NO RETORNO À LIBERDADE</b>	<b>1524</b>
Autor: FRANCISCO RAMOS DE FARIAS	
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE DIRIGIDAS AO DIABETES MELITTUS</b>	<b>1535</b>
Autores: REBESCO, Denise Barth; MASCARENHAS, Luis Paulo Gomes	
<b>EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG: ESTUDO SOBRE O CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR</b>	<b>1542</b>
Autores: SOUZA, Thays Santos; CASTRO, Paulo Alexandre de	
<b>A IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO POR RESULTADOS E SEU IMPACTO NOS INDICADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS (2007-2013)</b>	<b>1551</b>
Autores: MONTEIRO, Lorena; SANTOS JÚNIOR, José Elísio	
<b>CULTURA EM DEBATE</b>	<b>1561</b>
Autores: ARAUJO, Margarete Panerai; BEM, Judite Sanson de; WAISMANN, Moisés	

VALE DO RIO MORTO Autora: MOCAIBER, Tainá	1569
SITUAÇÃO DE RUA: TRAJETÓRIA, DIREITOS E ESCOLHAS Autora: AMARAL, Anna Clara	1578
FORMAS HISTÓRICAS DE PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: ENTRE IDAS E VINDAS Autores: LEÔNCIO, Marina Moura; SANTOS, Gilmar Ribeiro dos	1590
<b>GT: 26 - Interesse público e atividade econômica no direito à cidade</b> Coordenadores: Edson Alvisi Neves e Antón Lóis Fernández Álvarez	<b>1601</b>
CICLOATIVISMO E POLITICAS PÚBLICAS NA CIDADE DE NITEROI / RJ Autores: FERNANDO BARCELLOS; WILSON MADEIRA FILHO	1602
ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA INTEGRADA DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NA ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA (AMB). Autores: BESSA, Luiz Fernando Macedo; OLIVEIRA, Tania	1612
A INEFETIVIDADE DO DIREITO À INFORMAÇÃO COMO LIMITADOR DA PARTICIPAÇÃO POPULAR: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SOBRE PLANO DIRETOR, EM ARAPIRACA/ALAGOAS Autores: VICENTE, Tiago Soares; MARQUES, Verônica Teixeira	1625
<b>GT: 27 - Cultura e desenvolvimento</b> Coordenadores: Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi e Leonardo Barci Castriota	<b>1637</b>
SENTIDOS E SIGNIFICADOS DOS CORPOS QUE DANÇAM NO ENCONTRO DE CULTURAS TRADICIONAIS DA CHAPADA DOS VEADEIROS: PASSOS DE MEMÓRIA Autora: CURADO, Renata Valério Póvoa	1638
A TELEVISÃO NA BAHIA: CENÁRIOS DIVERSOS - 1960 A 1985 Autora: MATOS, Rita de Cássia Aragão	1651
MEMÓRIA COLETIVA E PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO: O CASO DA FEIRA HIPPIE DE IPANEMA Autora: DEODATO, Samira	1667
<b>GT: 28 - Trabalho, educação, economia popular e solidária e desenvolvimento local</b> Coordenadores: José Raimundo Oliveira Lima, Edson Caetano e Ibrahin Ambed León Tellez	<b>1682</b>
A PRODUÇÃO MATERIAL E IMATERIAL DA VIDA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MATO GROSSO: TESSITURAS A PARTIR DA PRODUÇÃO ASSOCIADA Autores: CAETANO, Edson; COSTA, Janaina Santana da; MONLEVADE, Ana Paula Bistaffa de	1683
A DIALÉTICA ENTRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A PRODUÇÃO ASSOCIADA Autores: CAETANO, Edson; NEVES, Camila Emanuella Pereira	1698
O GRUPO “MÃOS SOLIDÁRIAS” E A EXPOSIÇÃO DA PERGUNTA PELO SENTIDO DO SER EM HEIDEGGER Autores: RIBEIRO, Débora Inácia; ARAÚJO, Paulo Roberto Monteiro	1708
SEMINÁRIOS INTERDISCIPLINARES COMO INSTRUMENTO E ESPAÇO DE ARTICULAÇÃO DOS SABERES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA Autores: CAMPOS, Priscilla Perla Tartarotti von Zuben; MENESES, Aérica de Figueiredo Pereira; FUENTES-ROJAS, Marta; GEMMA, Sandra Francisca Bezerra	1719

<b>FORMAÇÃO DE PREÇOS EM ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: EM BUSCA DA COMPREENSÃO POLÍTICA SOBRE VALOR DO TRABALHO</b>	<b>1729</b>
Autores: LIMA, J. R. O.; SILVA, J.de F.; SILVA, S.S.	
<b>ORGANIZANDO A CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO COLETIVA E AUTOGESTIONÁRIA</b>	<b>1740</b>
LIMA, José Raimundo Oliveira; PITA, Flávia Almeida; SOUZA, Genival Correa de; EQUIPE-IEPS	
<b>GT: 29 - Economias e trabalho</b>	<b>1751</b>
Coordenadores: Geraldo M. Timóteo e Luciene Rodrigues	
<b>O PAPEL DAS ENTIDADES DE APOIO E FOMENTO DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NA MANUTENÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES AUTOGESTIONÁRIAS: O CASO DAS CANTINAS DA UEFS</b>	<b>1752</b>
Autores: LIMA, J. R. O.; ERSENI, T.M.R.O.; BARBOSA, P.P.	
<b>SEGURIDADE E DEPENDÊNCIA</b>	<b>1762</b>
Autores: FREITAS, Emmanuel Oguri; CAVALCANTE, Fernando Gabriel Lopes	
<b>O CAPITAL, O TRABALHO E A FELICIDADE</b>	<b>1765</b>
Autores: MARQUES, Thiago; CAMPOS, Priscilla Perla Tartarotti von Zuben; FUENTES-ROJAS, Marta	
<b>TEORIA DO AGENDAMENTO E O DOGMATISMO DA ORTODOXIA EM ECONOMIA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR</b>	<b>1781</b>
Autores: GOULART, Maísa; SCHIAVI, Iara; GARCÍA-FERNÁNDEZ, Ramón	
<b>ENTRE O SOFRIMENTO E A CRIAÇÃO: O TRABALHO NA FABRICAÇÃO DE SEMIJOIAS</b>	<b>1794</b>
Autores: Flavia Traldi de Lima; Marta Mesquita Silva; Sandra F. Bezerra Gemma	
<b>A INCORPORAÇÃO DA CURVA DE PHILLIPS NA TEORIA ECONÔMICA BRASILEIRA E A CONTESTAÇÃO DE SUA VALIDADE</b>	<b>1802</b>
Autora: JÉSSICA GESIENE NASCIMENTO	
<b>NOVAS CONFIGURAÇÕES E PADRÕES NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS: UM PANORAMA ESTATÍSTICO</b>	<b>1815</b>
Autoras: CASTANHA, Talissa Naira; RODRIGUES, Luciene; TEIXEIRA, Daniela	
<b>GT: 30 - População, território e vulnerabilidade: desafios teóricos e metodológicos na construção interdisciplinar</b>	<b>1826</b>
Coordenadores: Alvaro de Oliveira D'Antona e Ana Maria Nogales	
<b>POBREZA EM INDICADORES E POBREZA NO VIVIDO: NOTAS SOBRE RESOLUÇÃO ESPACIAL E CAPACIDADES EM TERRITÓRIO</b>	<b>1827</b>
Autores: Eugênio Benedictus Cassaro Filho; Milena Pavan Serafim; Álvaro de Oliveira D'Antona	
<b>DA CRÍTICA À REFLEXÃO: AVALIAÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM SEU IMPACTO SOBRE A EXTREMA POBREZA</b>	<b>1842</b>
Autoras: CAMARGO, Lorene; BOURGUIGNON, Jussara Ayres	
<b>A DESIGUALDADE EDUCACIONAL SOB A PERSPECTIVA DO PENSAMENTO COMPLEXO</b>	<b>1853</b>
Autoras: MACHADO, Melissa Riani Costa; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales	
<b>A INVENÇÃO DO COTIDIANO A BUSCA POR SOBREVIVÊNCIA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NOS TERRITÓRIOS DAS CIDADES</b>	<b>1864</b>
Autora: OLIVEIRA, Meimei Alessandra	
<b>MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NA ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA: POTENCIALIDADES, LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS E INVISIBILIDADE</b>	<b>1874</b>
Autores: BOTEGA, Tuíla; VALADARES, Giovanna; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales	

<b>PAINEL - GT: 5</b>	<b>1887</b>
ESCAVANDO E DESCOBRINDO AS ORIGENS DA DECLARAÇÃO DE SALAMANCA	1888
Autoras: ALMEIDA, Veronica de Andrade Martins de; FERREIRA, Paula Helena Nacif Pereira Pimentel	
<b>PAINEL - GT: 10</b>	<b>1904</b>
#OCUPAIFRJ: O PAPEL DAS NOVAS FERRAMENTAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NAS OCUPAÇÕES DOS INSTITUOS FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO	1905
Autores: DELGADO, Gabriela; NASCIMENTO, Giovane; MALDONADO, Renata	
A LEITURA EM RODA VIVA: UM PROCESSO DE DESCOBERTA DAS LINGUAGENS	1914
Autores: CORTES, Tanisse Paes Bóvio Barcelos; NUNES, Milena Ferreira Hygino; GUIMARÃES, Décio Nascimento	
A CONTRIBUIÇÃO DAS NTIC PARA UMA APRENDIZAGEM DINÂMICA, REFLEXIVA E AUTORREGULADA	1925
Autores: COIMBRA, Marcela Vieira; SILVA, Liz Daiana Tito Azeredo da; ALVARENGA, Mariana Monteiro Soares Crespo de; DEPS, Vera Lucia	
<b>PAINEL - GT: 29</b>	<b>1934</b>
O DIREITO DO TRABALHO VISTO COMO REGALIA: O OLHAR DE UM OPERÁRIO DA FÁBRICA COQUEIRO	1935
Autores: CORRÊA, Patrícia Santiago de Medeiros; CORRÊA, Luciano Pita;	
<b>PAINEL - GT: 30</b>	<b>1945</b>
DETERMINANTES SÓCIOECONÔMICOS E ANÁLISE ESPACIAL DA INCIDÊNCIA DE HEPATITE A EM FOZ DO IGUAÇU, PARANÁ, EM 2012	1946
Autores: TREVISOL, Viviane Cristina; SILVA, Ana Heloisa Veras Ayres da; NIHEL, Oscar Kenji	



## **GT: 1** - Ciências Sociais, Literaturas e Artes

Coordenadores: Dostoiewski Champangnatte e  
Marcus Fabiano Gonçalves

## A TRANSLITERATURA NA REDE SOCIAL FACEBOOK: REFLEXÃO E ANÁLISE DE UMA ESCRITA DIGITAL

**DE OLIVEIRA, Ocinei Trindade**

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (PPGCL)  
da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)  
ocinei@gmail.com*

**BARRETO, Simone Rodrigues**

*Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (PPGCL)  
da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)  
sibarreto@gmail.com*

**MARTINS, Analice de Oliveira**

*Professora colaboradora do Programa de  
Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (PPGCL)  
da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)  
analice.martins@terra.com.br*

### RESUMO

Este ensaio tem como proposta observar e analisar o comportamento de alguns usuários do Facebook, que estariam promovendo ou ajudando a transformar a literatura neste século por meio da escrita digital e dos conteúdos ou documentos compartilhados. Na Internet, sabe-se que a escrita e a leitura não lineares se tornaram comuns entre os adeptos e frequentadores da rede. A utilização do hipertexto e de recursos audiovisuais na literatura eletrônica e na *web*, assim como seu aproveitamento e reutilização em redes sociais digitais têm provocado alterações no consumo de gêneros literários. Na visão do filósofo Ted Nelson, a transliteratura deve ser assimilada como uma realidade prática no ambiente virtual, assumindo aspectos de uma escrita cada vez mais híbrida e não hierarquizada. Estes movimentos podem ser percebidos em redes sociais como o Facebook, e estariam influenciando o mercado editorial de livros, além das formas de identificação daquilo que se chama literatura.

**Palavras-chave:** Redes Sociais. Transliteratura. Hipertexto.

### ABSTRACT

This essay aims to observe and analyze the behavior of some Facebook users who are promoting or helping to transform literature in this century through digital writing and shared documents. On the Internet, it is known that non-linear writing and reading have become common among network adepts and goers. The use of hypertext and audiovisual resources in the electronic literature and on the web, as well as its use and reuse in digital social networks have caused changes in the consumption of literary genres. In the view of the philosopher Ted Nelson, the transliterature must be assimilated as a practical reality in the virtual environment, assuming aspects of an increasingly hybrid and non-hierarchical writing. These movements can be perceived in social networks like Facebook, and would be influencing the publishing market of books, as the ways of identifying what is called literature.

**Keywords:** Social Networks. Transliterature. Hypertext.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propõe analisar e refletir sobre o papel da escrita pessoal no *Facebook*, suas possíveis conexões literárias e transliterárias, observando alguns conceitos teóricos e filosóficos da literatura. Investigam-se supostas influências e transformações por meio do *Facebook* sobre a literatura canônica, a importância do livro em tempos de Internet, o interesse por narrativas ficcionais, biográficas e autobiográficas, além de observar o comportamento de autores que integram a sociedade em rede. A escrita na rede social seria também literatura?

Um dos pioneiros da Informática, o americano Ted Nelson adotou a expressão “transliteratura” para se referir à uma prática de escrita de documentos não hierarquizados, compartilhados de modo livre e associados a todos os tipos de links possíveis em rede. Nelson o criador dos termos *hipermídia*, *hipertexto*, *hiperlink*, *transclusão*, *transcopyright*, *virtualidade*, entre outros. A transliteratura envolve a literatura eletrônica ou literatura digital e outras mídias na *web*. Ela está presente diariamente no *Facebook*, onde se mescla escritura íntima e pessoal com qualquer outra referência de escrita, além de utilizar e reutilizar textos com recursos audiovisuais, em constantes links que evidenciam o hipertexto na rede.

A metodologia se constitui por pesquisa bibliográfica e por estudo de caso de *timelines* de alguns usuários da rede que se dedicam também às práticas literárias. Buscou-se averiguar se há manifestação transliterária em algumas postagens na rede Facebook. O trabalho se justifica pela escassa fortuna crítica sobre o objeto deste estudo e pela contribuição acadêmica para o tema abordado.

Em pleno século XXI, ainda se pergunta: o que é e para que serve a literatura? A ensaísta e pesquisadora da Universidade de Campinas, Marisa Lajolo, faz esses questionamentos no pequeno livro *O que é literatura* (1982), mas não oferece resposta fácil e pronta. Cabe ao leitor descobrir e desvendar a resposta. Entre várias observações conceituais da obra, é citada a opinião do canadense Marshall McLuhan, teórico da comunicação que cunhou a expressão “aldeia global” e que previu a Internet trinta anos antes de sua criação. A um grupo de escritores renomados, certa vez, McLuhan teria dito que eles se tornariam extintos: “Já não serve para nada escrever e publicar livros” (LAJOLO apud McLUHAN, 1982, p.7), afirmou. A literatura canônica na era digital estaria adaptada aos novos tempos? Não podemos afirmar se McLuhan estaria desconfortável diante das infinitas possibilidades de escrita e leitura na Internet, já que o número de escritores aumentou significativamente em escala mundial. Em 1985, Italo Calvino arriscou prever a literatura no século XXI que, segundo ele, seria marcada pela leveza, rapidez, exatidão, visibilidade, multiplicidade e consistência. As análises e reflexões do escritor italiano estão na obra *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas* (1990), e as observações publicadas servem para especularmos ainda sobre a escrita presente no *Facebook* e nas redes digitais que aparentam possuir tais características.

O sociólogo espanhol Manuel Castells é um pioneiro quando se trata de pesquisar os reflexos da sociedade em rede, na economia e na convivência social em todo o mundo, a partir do fenômeno da Internet. Desde 1979, na Universidade da Califórnia, é um tradutor sofisticado das transformações proporcionadas pela *web*. A “Sociedade em Rede”, termo empregado por ele, caracteriza uma sociabilidade apoiada numa

dimensão virtual, possível e impulsionada pelas novas tecnologias, transcendendo o tempo e o espaço. Acredita-se que as transformações entre os não nativos digitais está um “novo hábito” de ler e escrever. As redes sociais digitais abrigam os nativos e os imigrantes digitais neste tipo de leitura e escrita, além da comunicação audiovisual em massa e em tempo real: “Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado...” (CASTELLS, 2000, p. 39).

O crescimento do ciberespaço é orientado por três princípios fundamentais: a interconexão, a criação de comunidades virtuais e a inteligência coletiva. A interconexão, mundial ou local, é um princípio básico do ciberespaço, na medida em que sua dinâmica é dialógica. As comunidades virtuais “são construídas sobre afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos, em um processo mútuo de cooperação e troca” (LÉVY, 1999, p.127). A escrita pessoal e a escrita coletiva ou colaborativa assumem importantes desempenhos no *Facebook*, naquilo que consideramos ser também transliteratura. Textos e imagens se atravessam e se conectam a todo instante. De acordo com Hayles, quando a literatura salta de um meio para o outro – da oralidade para a escrita, do códex manuscrito ao livro impresso mecanicamente e à textualidade eletrônica –, “ela deixa para trás o conhecimento acumulado e inscrito em gêneros, convenções poéticas, estruturas narrativas, tropos figurativos, e assim sucessivamente (HAYLES, 2009, p.74). O crítico literário inglês, Terry Eagleton, entre outras coisas, afirma: “A definição de literatura fica dependendo da maneira pela qual alguém resolve ler, e não da natureza daquilo que é lido” (EAGLETON, 2001, p.11).

## 1. O POTENCIAL DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

Com o surgimento da internet, as relações comerciais e interpessoais encontraram um novo espaço para transitar. As empresas de modo geral e a população foram obrigadas a se adaptar à realidade trazida pela era digital, abrindo um outro espaço de relações. Diversos dispositivos foram surgindo com a proposta de potencializar a sociabilidade em rede e trouxeram novas formas de as pessoas se comunicarem. Exemplo disso é a comunicação interativa e coletiva trazida pelas RSD, que, segundo Levy (1999, p. 208), é a principal atração do ciberespaço.

Raquel Recuero (2009) afirma que rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições, ou grupos, os nós das redes) e suas conexões (interações ou laços sociais). Para a autora, os laços sociais podem ser fortes e fracos. Ela explica que laços fortes são aqueles que se caracterizam pela intimidade, pela proximidade e pela intencionalidade em criar e manter uma conexão entre duas pessoas. Os laços fracos, por outro lado, caracterizam-se por relações esparsas, que não traduzem proximidade e intimidade. Laços fortes constituem-se em vias mais amplas e concretas para as trocas sociais, enquanto os fracos possuem trocas mais difusas. Estes conceitos apresentados por Recuero a respeito da definição de rede social muito se assemelham à ideia de rizoma proposta por Deleuze e Guattari (1995). Os autores afirmam que o rizoma tem formas:

(...) muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos (...) qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro. (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p.15)

Nota-se que o conceito de rizoma registrado por Deleuze e Guattari assemelha-se à ideia de hipertexto apontada por Lévy (1999). Segundo Deleuze e Guattari (1995), a principal característica do rizoma é conectar pontos:

Um rizoma é feito de platôs (...) que se comunicam uns com os outros através de microfendas, como num cérebro. Chamamos de “platô” toda multiplicidade conectável com outras hastes subterrâneas superficiais de maneira a formar e estender um rizoma (...). Cada platô pode ser lido em qualquer posição e posto em relação com qualquer outro. (DELEUZE E GUATTARI, 1995, pp. 32-33)

Ao comparar o processo rizomático apontado por Deleuze e Guattari e o de Hipertexto abordado por Lévy, percebe-se que tais teóricos falam do mesmo assunto. Tanto Rizoma como Hipertexto possuem princípios de conexão e heterogeneidade:

Qualquer ponto de rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. É muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma ordem. A árvore linguística à maneira de Chomsky começa ainda num ponto S e procede por dicotomia. Num rizoma, ao contrário, cada traço não remete necessariamente a um traço linguístico” (DELEUZE E GUATTARI, 1980, p. 15).

Segundo Recuero (2011), esse espaço informativo, onde milhares de informações circulam todos os dias, por meio de novos ambientes virtuais, como os sites de rede social, adquiriu novos contornos: é o efeito das redes sociais na internet. Essas redes, propiciadas pelos ambientes da internet, formaram uma teia informativa, onde as conexões estabelecidas entre os milhares de indivíduos passam a ser caminhos pelos quais a informação pode ser produzida, circulada e filtrada. Cada ator conectado à rede é, assim, um emissor em potencial, capaz de atuar no contexto desses fluxos informativos, construindo, modificando e dividindo informação.

Também se deve citar o sociólogo Manuel Castells (1999) que define “redes sociais” como conjunto de nós interconectados, como estruturas abertas que são capazes de: “expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação” (CASTELLS, 1999, p. 498). O autor ressalta que, diferentemente da estrutura organizacional convencional da sociedade, as redes globais aproximam o que antes não era possível. O que determina as conexões nesse novo modelo de sociedade são seus objetivos comuns que estão a todo tempo na rede:

Nas relações sociais mantidas nessa estrutura organizacional, há uma tendência dos indivíduos em reagruparem-se em torno de: (...) identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais. (...) Enquanto isso, as redes globais de intercâmbios instrumentais, conectam e desconectam indivíduos grupos, regiões e até países, de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede, em um fluxo contínuo de decisões estratégicas. (CASTELLS, 1999, p.23).

## 2. A DIMENSÃO DA REDE SOCIAL FACEBOOK E SEUS USUÁRIOS

Em 1993, a internet chegou ao Brasil e, em 2006, começou uma nova era na internet com o avanço das redes sociais. Pioneiro, o *Orkut* ganhou a preferência dos brasileiros, mas foi desativado em 30 de setembro de 2014 por ter perdido seus usuários para o gigante *Facebook*. Após 2006, surgiram outras redes sociais no Brasil como, por

exemplo, *Twitter*, *Google Plus* e *Instagram*. Em 2013<sup>1</sup>, de acordo com dados do *Netview*, do IBOPE Media, 53,5 milhões de usuários ativos da internet no Brasil tinham conta em redes sociais como *Facebook*, *Twitter*, *MySpace*, *H15*, *Beebo* e *Friendster*. Essas páginas e outras agrupadas na subcategoria comunidades, que inclui também blogs, microblogs e fóruns, atingiram o equivalente a 86% dos internautas ativos da internet no período. No mesmo mês do ano passado, esse total era de 40,6 milhões de usuários, um crescimento de aproximadamente 15%.

No Brasil, a febre das redes sociais não para de crescer. De acordo com pesquisa do Instituto Nielsen<sup>2</sup>, feita em julho de 2010 em nove países, os brasileiros são os que têm maior presença nas mídias de relacionamento virtual. Praticamente nove em cada dez pesquisados por aqui têm contas no *Facebook* e no *Twitter*, entre outras mídias. O Brasil supera com folga países altamente conectados, como Japão e Estados Unidos. Embora o *Facebook* continue ganhando usuários, há muito deixou de ser a rede social que mais cresce. Segundo uma pesquisa feita com 170 mil pessoas em 32 países pela consultoria *GlobalWebIndex*,<sup>3</sup> o número de usuários ativos do *Facebook* diminuiu 3% em 2013. No mesmo ano, o *Pinterest* (um site de compartilhamento de imagens) cresceu 6%. O *LinkedIn* (rede de relacionamento profissional) aumentou 9%. E o *Instagram* (de imagens), 23%. O *WhatsApp* (rede de mensagens comprada pelo *Facebook*) ultrapassou os 400 milhões de usuários em quatro anos. O *Facebook* juntou apenas 145 milhões no mesmo período. O número de fotos publicadas todos os dias na rede *Snapchat* (400 milhões) já é maior que no *Facebook* (350 milhões).

Com a proposta de compartilhar o que se desejar, o *Facebook* é um site e serviço de rede social digital lançado em 4 de fevereiro de 2004 nos Estados Unidos. Em 4 de outubro de 2012, o *Facebook* atingiu a marca de 1 bilhão de usuários ativos, sendo por isso a maior rede social em todo o mundo. Em média, 316.455 pessoas cadastraram-se nele, por dia. Os usuários devem se registrar antes de utilizar o site, e logo após, podem criar um perfil pessoal, adicionar outros usuários como amigos e trocar mensagens, incluindo notificações automáticas quando atualizarem o seu perfil. Além disso, os usuários podem participar de grupos de interesses comuns de outros utilizadores, organizados por escola, trabalho ou faculdade e outras características; categorizar seus amigos em listas como “as pessoas do trabalho” ou “amigos íntimos”. O nome do serviço foi inspirado no nome do livro dado aos alunos no início do ano letivo por algumas administrações universitárias nos Estados Unidos. O objetivo do livro era ajudar os alunos a conhecerem a comunidade estudantil. De acordo com o regulamento do próprio site, o *Facebook* permite que qualquer usuário que declare ter pelo menos 13 anos de idade possa se tornar usuário registrado do site.

O *Facebook* foi fundado por Mark Zuckerberg e por seus colegas de quarto da faculdade Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz e Chris Hughes. A criação do site foi inicialmente limitada pelos fundadores aos estudantes da Universidade de Harvard, mas foi expandida para outras faculdades na área de Boston, da Ivy League e da Universidade de Stanford. O site gradualmente adicionou suporte para alunos em várias outras universidades antes de abrir para estudantes do ensino médio e, mais tarde, para

1 <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/paginas/numero-de-usuarios-de-redes-sociais-ultrapassa-46-milhoes-de-brasileiros.aspx>

2 <http://exame.abril.com.br/revista-voce-sa/edicoes/153/noticias/sucesso-nas-redes-sociais>, acessado em 05/01/2016

3 <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2014/03/bcansou-do-facebook-50-outras-redes-sociais-que-estao-bombando.html>, acessado em 05/01/2016

qualquer pessoa com 13 anos ou mais. Um estudo de janeiro de 2009 do Compete.com classificou o *Facebook* como a rede social mais utilizada em todo o mundo por usuários ativos mensais. A *Entertainment Weekly* incluiu o site na sua lista de “melhores de”, dizendo: “Como vivíamos antes de perseguirmos os nossos ex-namorados, lembrarmos dos aniversários dos nossos colegas de trabalho, irritarmos os nossos amigos e jogarmos um jogo empolgante de *Scrabulous* antes do *Facebook*?”

Na era da informação, cada vez mais é possível ver postagens nas *timelines* dos internautas. As *selfies* se tornaram a grande mania dos usuários, como também as postagens a respeito de si mesmos; do que estão comendo; aonde vão; como se vestem e em quais festas marcam presença. Para Paula Sibília (2008, p. 22), essa é a espetacularização do *eu*, que vem acompanhando a parafernália que compõe a Web 2.0 “que converteu você, eu e todos nós nas personalidades do momento”. Mas nem só de espetáculo do *eu* vive a rede. Também existem os que focam suas postagens em informações comunitárias. São vídeos ou fotos de denúncias, textos de desabafo a respeito de assuntos do coletivo ou da política, além dos grupos de interesses em adoção de animais, terceira idade, saúde, educação, artes, campanhas sociais, entre outras possibilidades.

### 3. A ESCRITA DIGITAL E AS CONEXÕES LITERÁRIAS

Observar a respeito do que se escreve na *web*, especialmente nas redes sociais digitais, pode ser uma experiência impactante e desafiadora, pois este tipo de escrita simples, objetiva, contínua e ininterrupta é capaz de nos absorver de modo tão intenso, e até possivelmente, mais do que outro tipo de leitura, como um texto impresso e longo, por exemplo. Aos que se dedicam ou se interessam por literaturas, analisar obras e autores da literatura mundial ou local, estudar textos consagrados ou apócrifos, independentemente da época ou período histórico, já são tarefas demasiadamente hercúleas. E como classificar os escritos que fluem e se mesclam a outros escritos nas redes sociais como o *Facebook*? Acredita-se que a Internet ampliou ainda mais as práticas literárias por meio de sítios variados voltados ou não para a narrativa ficcional, pois escritores e escreventes de qualquer nacionalidade, idioma ou escolaridade têm oportunidade idêntica de tornarem visíveis e publicáveis suas escrituras, ideias, opiniões, impressões textuais e audiovisuais acerca do mundo ou de si mesmos.

Percebeu-se que o *Facebook*, atualmente a principal rede social digital do mundo em evidência com bilhões de pessoas inscritas, promove a fusão de várias linguagens em um mesmo ambiente virtual. A maior rede social em atividade oferece aos seus usuários inúmeras chances de leitura e de escrita criativa. São manifestações pessoais, políticas, filosóficas, religiosas, sociais, artísticas, entre outras. Dentre tantas possibilidades, a literatura se transforma, se transmuta, se transfere de modo livre e hipertextual em conexões múltiplas. O prefixo grego “trans” quando acrescido à palavra “literatura”, sugere que, na era da informação a literatura “foi além” em muitos aspectos, assumiu caráter “transliterário” quando reúne diversos formatos, expressões artísticas ou científicas em um mesmo ambiente disponibilizado em páginas e em telas dos sítios eletrônicos na *web*.

A *World Wide Web* potencializa entre os povos e as culturas conectados, uma escrita cada vez mais acessível, híbrida e multiplicável. Marcuschi & Xavier (2010) se valem das observações de Bakhtin sobre as esferas de comunicação formadas por repertórios

de gêneros primários (discursos verbais e espontâneos) e secundários (linguagem escrita e complexa) que permitem a organização de práticas discursivas no interior de cada esfera. Afirmam que, à medida que tais esferas se complexificam, os gêneros tendem a reformatação e a hibridização. O ambiente digital é largamente propício às transmutações de discursos, linguagens, e gêneros da escrita:

Bakhtin denominou de transmutação apenas o fenômeno elucidativo da formação de gêneros complexos, os quais são originados dos gêneros primários que, ao transmutarem de uma esfera para outras, geram novos gêneros com um estilo similar ao domínio discursivo que o absorveu (MARCUSCHI&XAVIER, 2010, p.114).

A comunicação em massa vive provavelmente o seu apogeu. Escrever, ver, falar, ouvir, comentar, contextualizar, intertextualizar, hipertextualizar, atravessar textos com imagens móveis ou estáticas, canções ou discursos, atualmente são comuns aos indivíduos em posse de computadores pessoais, notebooks, tablets ou smartphones que realizam compartilhamentos frequentes. Na prática, a *web* já se comporta de modo transliterário por meio de conexões e links. As redes sociais digitais também oferecem essa forma multimedial de reunir em um mesmo espaço documentos e linguagens diversos.

Por meio do conceito “*transliteratura*” de Ted Nelson, aprimora-se a literatura eletrônica para que esta se propague de modo cada vez mais livre, conectável, e acessível. Na rede, o texto adquiriu maior capacidade de ser alcançado, utilizado e reutilizado, além de atingir algum tipo de ressignificação. O aproveitamento de frases, fragmentos de obras literárias ou obras completas, fotografias, pinturas, filmes, músicas, poemas ou entrevistas disponíveis democraticamente, como vislumbrou Nelson, tudo isto pode ser encontrado na *web* e replicado em uma rede social como o Facebook.

A utilização do termo “*trasliterário*” nos possibilita refletir sobre os hábitos que adotamos em rede quanto à escrita e à leitura, as associações com todo tipo de texto ou mídia utilizados, além das manifestações literárias e audiovisuais eventuais, desde as postagens mais simples e superficiais até os conteúdos filosóficos e científicos mais profundos. Nos anos 1960, Nelson acreditava que todos poderiam se tornar editores na Internet, mas sem desprezar o pagamento de direitos autorais, algo que se tornou bastante difícil de se controlar no ambiente virtual da *web*. Para ele, o que mais importa para unir as pessoas em rede são as ideias humanas presentes em documentos escritos ou literários:

O que é literatura? Literatura é (entre outras coisas) o estudo e o design de documentos, sua estrutura e conexões. Portanto, os documentos eletrônicos de hoje são literatura, a literatura eletrônica é a questão. A literatura eletrônica deve pertencer a todo o mundo, não apenas ser amaldiçoada por um sacerdócio, é fazer o que as pessoas precisam para organizar e apresentar as ideias humanas com a menor dificuldade na forma mais rica possível. Um documento não é necessariamente uma simulação de papel. No sentido mais geral, um documento é um pacote de ideias criado por mentes humanas e dirigido a mentes humanas, destinado ao avanço dessas ideias e aquelas mentes. As ideias humanas se manifestam como texto, conexões, diagramas e mais: assim como armazená-los e apresentá-los é uma questão crucial para a civilização. O avanço das ideias, e o avanço das mentes que as apresentam e as levam, são os verdadeiros objetivos. E o que é importante nos documentos é a expressão, recepção e reutilização



de ideias. Conexões, anotações e mais especialmente reutilização - o fluxo rastreável de conteúdo entre documentos e suas versões - devem ser nossos objetivos centrais, não a simulação de papel. (NELSON, 2007, tradução livre).

Se há um espaço onde pode-se escrever de tudo, ler, ver e ser de tudo um pouco, tal ambiente é a rede mundial de computadores, uma espécie de *Olimpo* ou *Oásis* para aqueles que priorizam o comunicar-se. No território conectado a qualquer destino, direção e imagens, os internautas ocupam posições distintas ou semelhantes, navegam em um oceano líquido e fluido inspirado na concepção de Bauman (2005), ultrapassam fronteiras que parecem sem limites. A rede social é um desses lugares que sugerem liberdade de expressão e algum empoderamento discursivo. Vários estudiosos de tecnologias da informação e comunicação social afirmam que nunca escrevemos e lemos tanto se compararmos esta era a qualquer período histórico passado. Em Marcuschi e Xavier encontramos uma citação de Chartier que representa um pouco dessa literatura que transcorre sem compromisso com linearidades no ambiente virtual: “Do rolo ao códice medieval, do livro impresso ao texto eletrônico, várias rupturas menores dividem a longa história das maneiras de ler (MARCUSCHI&XAVIER apud CHARTIER, 2010, p.207). Trata-se do diálogo das interfaces semióticas com o hipertexto, um protocolo oficial da tecnocracia, apontada pelos autores como a interpretação de uma nova ordem mundial.

Nestes movimentos tecnocráticos, as redes sociais digitais vêm ocupando posição de destaque e de grande adesão. Recentemente, realizamos uma pesquisa com trinta estudantes de ensino médio de uma escola pública da cidade de Campos dos Goytacazes a respeito do uso de redes sociais digitais (2016). Queríamos saber se nesses ambientes de redes eles identificavam algum tipo de consumo literário ou interesse por literatura. A maioria respondeu que considerava literatura tudo o que é postado na rede social como frases pessoais, comentários, citações de alguém famoso, músicas, fotos, vídeos, desenhos ou pintura. Ainda se pergunta o que pode ser considerado literatura neste século. Não deixa de ser pertinente mencionar o prêmio Nobel de Literatura concedido ao cantor americano Bob Dylan pela Academia Sueca em 2016, fato que repercutiu na imprensa mundial e que gerou debates nas redes sociais digitais como o Facebook. Dylan foi laureado não pelos dois livros que publicou, obras inclusive consideradas inexpressivas por setores da crítica literária. A premiação máxima para o artista se deveu às suas composições musicais. As letras de Dylan o consagraram como escritor. Seria uma demonstração de que a literatura ultrapassou os limites da oralidade e da escrita no século XXI, confirmando os aspectos transliterários que a *web* ajuda a propagar? De acordo com Eagleton, analisar uma obra e seu suposto valor literário exige algumas ponderações e considerações:

Assim como uma obra pode ser considerada como filosofia num século, e como literatura no século seguinte, ou vice-versa, também pode variar o conceito do público sobre o tipo de escrita considerado como digno de valor. Até as razões que determinam a formação e o critério de valioso podem se modificar. Isso, como disse, não significa necessariamente que venha a ser recusado o título de literatura a uma obra considerada menor: ela ainda pode ser chamada assim, no sentido de pertencer ao tipo de escrita geralmente considerada como de valor. Mas não significa que o chamado “cânone literário”, a “grande tradição” inquestionada da “literatura nacional”, tenha de ser reconhecida como um *construto*, modelado por determinadas pessoas, por motivos particulares, e em um determinado momento. Não existe uma obra ou uma tradição literária que seja

valiosa em si, a despeito do que se tenha dito, ou se venha a dizer, sobre isso” (EAGLETON, 2001, p.16).

A obra de Bob Dylan pode ser vista, lida ou escutada e sua importância literária pode se manifestar perante o público de diferentes maneiras, assim como os escritos de alguém que não alcançou tamanha fama ou reconhecimento, mas que pode tentar se mostrar em redes sociais digitais como o Youtube ou Facebook, por exemplo. Para a crítica literária norte-americana N.Katherine Hayles, quase toda literatura contemporânea já é digital, com exceção de poucos livros produzidos por editoras de belas-letas, “a literatura impressa consiste de arquivos digitais ao longo da maior parte de sua existência” (HAYLES, 2009, p.163). Ela considera a literatura digital como componente importante do cânone do século XXI. Hayles chama a atenção sobre a literatura digital em vigor na *web*, onde a textualidade impressa e a eletrônica se interpenetram profundamente.

### 3.1. O FACEBOOK FEITO POR ESCRITORES E HIPERTEXTOS

No ano de 2014, a escritora Nélide Piñon participou do programa de entrevistas *Roda Viva* da TV Cultura. A autora de *Sala de Armas* e outras obras, divulgou que tinha acabado de entrar para o Facebook. Confessou que não sabia como funcionava, mas que ouviu falar que a rede social era uma maravilha, e que seus assessores cuidariam de sua participação e publicações na página registrada em seu nome. Ela e outros membros da Academia Brasileira de Letras integram a rede Facebook e realizam registros de textos, fotografias, vídeos, links, agendas de trabalho, eventos, assim como qualquer outro usuário. A entrevista de Nélide Piñon feita em uma emissora de televisão foi transformada em vídeo e postada no canal Youtube; recebeu diversos comentários de internautas e admiradores da escritora; e em seguida, o mesmo vídeo foi parar na página pessoal da escritora no Facebook e compartilhado centenas de vezes por usuários da rede e de outras mídias digitais.

Na ocasião, toda a fala de Nélide Piñon e de seus entrevistadores, além dos comentários do Youtube e do Facebook, tudo poderia ser transcrito e transformado em vários textos ou subtítulos, além de edições e reedições das imagens transmitidas originalmente ao vivo no canal de televisão. A *web* abrigou um programa de entrevistas que pode ser retransmitido por meio de diversos recursos tecnológicos e redes sociais. O Facebook, de algum modo, fez com que Nélide Piñon alcançasse mais projeção, além de suas obras e suas opiniões, mesmo entre aqueles que nunca leram um de seus livros, ou nem mesmo conhecia a escritora de nome ou de feições. Todo este trânsito de informações textuais nas redes assume um aspecto transliterário, e também publicitário, indo além da palavra escrita ou dita oralmente, possibilitando a promoção de conteúdos audiovisuais que se interconectam de alguma maneira a partir do interesse de usuários reunidos em rede. A transliteratura se espalha no ambiente virtual em velocidade vertiginosa, o que pode causar impactos em seus usuários e leitores.

É sabido que, desde o fim do século XX, surgiram novos conceitos de *literatura*, *leitura* e *crítica*. Em *Teoria da Literatura: uma introdução* (2001), Eagleton comenta sobre estas alterações e das mudanças conceituais que não teriam sido percebidas pela maioria dos estudantes de literatura, nem por leitores em geral. O filósofo e crítico literário britânico demonstra não se preocupar em distinguir “fato e ficção” quando se tenta definir o que vem a ser literatura:

Talvez a literatura seja definível não pelo fato de ser ficcional ou “imaginativa”, mas porque emprega a linguagem de forma peculiar. Segundo essa teoria, a literatura é a escrita que, nas palavras do crítico russo Roman Jakobson, representa uma “violência organizada contra a fala comum”. A literatura transforma e intensifica a linguagem comum, afastando-se sistematicamente da fala cotidiana (EAGLETON, 2001, p.2).

Apesar desse ponto de vista de Eagleton, verificamos que a fala cotidiana e a oralidade passaram a ocupar cada vez mais espaço na *web*, especialmente em redes sociais digitais como é o caso do Facebook. Em certa entrevista, o pensador italiano Umberto Eco chegou a declarar de modo contundente uma crítica à Internet que, segundo ele, oferece o mesmo espaço para imbecis e um Prêmio Nobel poderem se expressar. Conceitos ou preconceitos à parte, é visível e popularização da escrita na *web*, e como as redes sociais digitais ajudam a promover literaturas e leituras.

O jornalista e escritor Edney Silvestre, autor de alguns romances como *Vidas Provisórias* (2013), é outro integrante assíduo do Facebook que faz uso da rede para promover direta ou indiretamente suas obras, além de textos ou gêneros literários de outros autores. Apresentador do programa de televisão *GloboNews Literatura*, é comum encontrar em sua página pessoal na rede trechos de entrevistas ou links sobre livros, eventos, reflexões e abordagens literárias, além de relatos pessoais e algumas intimidades. Se o livro faz rizoma com o mundo, segundo a constatação delleuziana, Silvestre não se priva desta oportunidade de enaltecer seu afeto pelas letras e narrativas. Qualquer palavra ou imagem pode fazer referência uma obra literária, filmes ou outras expressões artísticas e filosóficas. Em uma determinada postagem no Facebook, Silvestre exibe uma fotografia sua em Estocolmo, cidade que é usada como cenário para contar a história do personagem Paulo, um dos protagonistas de *Vidas Provisórias*. Na legenda da foto, ele destaca a inspiração que a cidade sueca proporcionou para contar a desventura de um exilado político durante a ditadura militar brasileira. Coincidentemente, as páginas deste livro de Edney Silvestre têm as mesmas cores básicas do Facebook: azul e branco. A literatura é capaz de provocar todos os tipos de reações e associações, parecendo desconhecer limites imaginários ou imagéticos.

Vários escritores que têm se dedicado a publicar livros se valem do Facebook para tornar suas obras acessíveis e conhecidas do público. O autor capixaba Fábio Bottrel escreveu três livros em versões impressa e eletrônica, entre eles, *Platônico* (2016). Bottrel escreve ainda um folheto que tem sido publicado semanalmente como outrora, no jornal *Folha da Manhã*, da cidade fluminense Campos dos Goytacazes. Ele costuma publicar também na versão digital do jornal, uma vez por semana, crônicas e impressões sobre a cidade, quase sempre acrescentando reproduções de quadros, vídeos ou trilhas sonoras musicais, sugerindo aos seus leitores que associem outras linguagens e expressões para serem vistos, lidos ou ouvidos juntamente com seus textos de modo híbrido e transliterário. As publicações são compartilhadas em todas as redes sociais digitais possíveis, com destaque para o Facebook que serve de ponte ou abrigo para os sítios onde seus escritos estão hospedados.

O leitor-internauta pode encontrar algum dos textos de Bottrel na *web* de diversas maneiras desde que conectados à rede. São estratégias que o mercado editorial também se utiliza, pois grandes e pequenas editoras de todo o mundo também estão no Facebook para promoverem a venda de livros. O escritor Adriano Moura, autor de

O julgamento de *Lúcifer* (2013), afirmou em uma postagem em sua página na rede no dia 10 de novembro de 2016, ilustrada por uma fotografia sua autografando um livro: “Escrevemos para sermos ouvidos”. Marcuschi e Xavier chamam a atenção para a escrita hipertextual e para a possibilidade cada vez mais comum de serem inseridos elementos visuais e sonoros nos textos, que ele considera “uma integração de recursos semiológicos” (MARCUSCHI&XAVIER, 2010, p. 39).

Se a literatura surgiu na tradição oral e foi aperfeiçoada depois da escrita, constata-se que os recursos gráficos e audiovisuais só enriqueceram a produção literária que se manifesta híbrida desde então. Com o advento da Internet e das redes sociais digitais, os textos escritos, cantados, fotografados, cinematografados, ou simplesmente narrados como na ancestral oralidade, são utilizados por todo tipo de usuário no Facebook, seja este um escritor profissional ou não. Cada autor busca atrair a atenção de leitores para suas narrativas do jeito que mais convier. Na página “Mais Literal” criada no Facebook pelo usuário Douglas Soares, as narrativas orais se destacam. A rede social divulga minicontos que são escritos por Soares e veiculados no Youtube em seu canal de vídeos. Os links vão atravessando o ciberespaço até que o internauta ou leitor encontra o vídeo com uma determinada história criada pelo autor. O Facebook faz o elo entre o autor e o público. Nos vídeos de curta duração e em *close up*, a imagem de Douglas Soares lembra os antigos contadores de histórias que não dispunham de aparatos cênicos ou tecnológicos para narrar. Simplesmente conta um conto sem o recurso da escrita. O leitor-espectador-internauta precisa estar atento para entender as breves narrativas como o miniconto “*De tanto ler*” transcrito aqui:

Lia. Lia compulsivamente. Sabia que as letras eram suas amigas. Suas leituras a levavam aos mundos mágicos, somente atingidos dentro de si mesma. Nos livros corria, cantava, dançava. Sentia medo do desconhecido, que se encontrava em cada virar de página, e respirava, aliviada, quando os monstros eram vencidos com verbos certos. Lia por querer sempre ser diferente, inventiva e sonhadora. All the things she read, running through her head. Nos livros era um borboleta com asas de diamante, ou uma conquistadora de reinos longínquos. Uma deusa de cabelos ruivos e uma gaivota livre ao vento. Amava ler e de tanto amar, tanto ler, decidiu o que fazer na vida. Cuidaria dos outros como os livros cuidavam dela. Escreveria sua história cuidando de quem precisa. Logo será enfermeira. Cuidará do corpo enquanto os livros cuidam de sua alma. But this is not enough... (MAIS LITERAL-FACEBOOK, 2016).

A escrita não linear e hipertextual típica da Internet pode influenciar a forma tradicional de publicar ou editar livros? Não se deve generalizar, mas já são identificadas algumas publicações impressas que reproduzem parte do ambiente virtual. Intencionalmente ou não, livros como *É duro ser na cara na Etiópia* (2013) e *Todo Vícios* (2014) escritos por Maitê Proença, apresentam algumas características da *web*. Na primeira obra citada, a autora reuniu mais de 100 pessoas que a seguiam em redes sociais digitais para escreverem juntos um livro coletivo. Maitê interfere em vários textos que foram enviados por internautas, ligando-os de algum modo, ilustrando-os de maneira atraente e colorida, mas sem nenhuma obrigatoriedade com a leitura linear. O leitor pode abrir em qualquer página e ler sem compromissos maiores, como se estivesse navegando pela rede. Já no segundo livro, a escritora se concentra nas mensagens de textos abreviadas e enviadas por telefone celular, além de *emojicons* utilizados em *chats* e em comentários de redes digitais, utilizando-os dentro da narrativa que aborda um casal em crise amorosa e conjugal. Poderíamos associar essas práticas ao que

Hayles identifica na literatura digital que vigora e transita pela *web*, onde textualidade impressa e eletrônica se interpenetram de modo profundo:

À medida que as tecnologias literárias mudam, as subjetividades que elas representam e informam também mudam. Como a marca do digital se relaciona com as subjetividades representadas e evocadas pelos romances impressos experimentais de hoje? (HAYLES, 2009, p.165).

Ao longo da história, a linguagem vem ultrapassando todos os limites. O mesmo vem ocorrendo com a palavra e as formas humanas de expressão que se sofisticam com a utilização de recursos tecnológicos e cibernéticos. A literatura também vem se modificando desde seus primórdios. A literatura do século XXI poderá mesmo ser marcada de acordo com as impressões futuristas de Ítalo Calvino que previu leveza, rapidez, exatidão, visibilidade, multiplicidade e consistência nesta era? E a transliteratura sugerida por Ted Nelson já é uma realidade praticada por internautas que navegam pela *web* e se comunicam por meio das redes sociais digitais? Algumas evidências já podemos perceber, mas a literatura e o livro têm se transformado e provocado discussões e crises desde suas criações. Para Eagleton, alguns debates sobre literatura podem ser infrutíferos, embora ele encare uma “vantagem de sugerir que a *literatura* pode ser tanto uma questão daquilo que as pessoas fazem com a escrita, como daquilo que a escrita faz com as pessoas” (EAGLETON, 2001, p.9).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio faz parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado que busca analisar a escrita em redes sociais digitais e na *web*. No Facebook, procura-se identificar vestígios literários e transliterários relacionados aos diversos ambientes de interação e comunicação virtuais. São necessários ainda mais e melhores aprofundamentos nas investigações, já que as redes sociais são um fenômeno relativamente recente, e que têm influenciado a opinião pública em diversos segmentos da sociedade, incluindo o tradicional mercado editorial de livros impressos.

O Facebook abriga todos os perfis de comportamentos e interesses. De acordo com alguns teóricos e estudiosos, já é possível verificar as transformações provocadas pela escrita digital no ciberespaço e também nas relações sociais. Provavelmente, com o aperfeiçoamento da Internet e o alcance de mais usuários, outras revoluções sociais e tecnológicas deverão ocorrer em um futuro que aparenta estar cada vez mais próximo, acessível e sempre conectado.

A literatura é capaz de registrar parte desta história, além de outros feitos da humanidade no porvir, estima-se. Independentemente do suporte, a literatura eletrônica ou a pretendida transliteratura sugerida por Nelson, já se apresentam de modo cada vez mais híbrido, hipertextual, e sobretudo, digital. Há indícios e previsões de que isto seja irreversível.

#### 5. REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade-Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BOTTREL, Fábio. *Platônico*. Campos dos Goytacazes, RJ: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2016.
- CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*; tradução Ivo Barroso-São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELS, Manuel. *A Sociedade em Rede. A Era da Informática: Economia, Sociedade e Cultura*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Vida, 1999.

\_\_\_\_\_. *A Galáxia : Reflexões sobre Negócios e Sociedade*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, 2000.

DE OLIVEIRA, Ocinei Trindade; BARRETO, Simone Rodrigues; MARTINS, Analice de Oliveira. *A Transliteratura nas redes sociais: observações entre alunos de ensino médio em Campos dos Goytacazes*. XI JORNADA NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA. 5 de novembro de 2016, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, organizado pelo CIFEFIL e pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. - 4ª. Edição - São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HAYLES, N.KATHERINE. *Literatura Eletrônica: novos horizontes para o literário*. 1ª edição. São Paulo: Global: Fundação Universidade de Passo Fundo, 2009.

LAJOLO, Marisa. *O que é literatura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MARCUSCHI, Luiz Antônio e XAVIER, Antonio Carlos,(orgs.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido* -3.ed - São Paulo: Cortez, 2010.

MCLUHAN, Marshall. *Understanding Media: the extensions of Man*. New York: MCGrouw-Hill Book Company, 1964.

\_\_\_\_\_, *Os meios de comunicação como extensões do homem*. ed. Cultrix, 11ª edição, 1996.

MOURA, Adriano. *O julgamento de Lúcifer*. Barueri,SP: Novo Século editora, 2013.

PIÑON, Nélide. *Sala de Armas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

PROENÇA, Maitê. *É duro ser cabra na Etiópia*. Rio de Janeiro: Agir, 2013.

\_\_\_\_\_. *Todo Vícios*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

RECUERO, Raquel. *Redes Sociais na Internet. Coleção Cibercultura*. Porto Alegre. Sulina. 2009.

\_\_\_\_\_. *A Rede é a mensagem*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

SANTAELLA, Lúcia. *Culturas e artes do pós-humano - Da cultura das mídias à cibercultura*. 2ª edição. São Paulo: Editora Paulus. 2004.

SILVESTRE, Edney. *Vidas Provisórias*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

TV CULTURA. *Programa Roda Viva - Entrevista com Ted Nelson*. 2007. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=Ph1Eom0YK0g> > acessado em 30 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. *Programa Roda Viva - Entrevista com Nélide Piñon*. 2014. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=o3rR0PzKtEI> > acessado em 30 de outubro de 2016.

## **DIREITO, SUBJETIVIDADE E ARTESANIA NA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE LUÍS ALBERTO WARAT**

**BAHIENSE, Ursula**

*Doutoranda em Direito pela Universidade Veiga de Almeida  
ursulabahiense@gmail.com*

**BARRETO, Ana Carolina**

*Mestra em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense. Professora  
Auxiliar da Universidade Veiga de Almeida  
advogada.anacarolinacb@gmail.com*

**ARRUDA, Camila**

*Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Veiga de Almeida  
Professora Auxiliar da Universidade Veiga de Almeida  
camilapmbr@ig.com.br*

### **RESUMO**

O presente trabalho tem por escopo investigar as interlocuções entre o Direito, Arte e Sociedade a partir da proposta pedagógica elaborada pelo emérito e falecido professor Luís Alberto Warat e o seu potencial emancipatório do ser humano, sobretudo do acadêmico de direito. A pesquisa tem por objetivo destacar a importância da crítica e do saber na constituição de um sujeito autônomo e político enquanto trajetória para a concretude dos direitos humanos. Para tanto, utilizar-se-á de pesquisa bibliográfica, buscando-se em um primeiro momento discorrer sobre a necessidade de reformulação do ensino jurídico no Brasil, introduzida pela Portaria 1886/94 do MEC, para em seguida, refletir acerca da contribuição da proposta pedagógico-filosófica de Luís Alberto Warat enquanto ferramenta de conscientização, efetivação e democratização dos direitos humanos.

**Palavras-chave: Luis Alberto Warat; Direito; Arte.**

### **ABSTRACT**

The present work aims to investigate the interlocutions between Law, Art and Society from the pedagogical proposal elaborated by the emeritus and deceased professor Luís Alberto Warat and his emancipatory potential of the human being, especially of the academic of law. The research aims to highlight the importance of criticism and knowledge in the constitution of an autonomous and political subject as a trajectory for the concreteness of human rights. In order to do so, it will use a bibliographical research, seeking in a first moment to discuss the need for reformulation of legal education in Brazil, introduced by Administrative Rule 1886/94 of the MEC, to then reflect on the contribution of the proposal Pedagogical-philosophical approach of Luís Alberto Warat as a tool for raising awareness, effecting and democratizing human rights.

**Keywords: Luis Alberto Warat; Law; Art.**

**“Nos une construir un mundo, donde cada uno sea un  
encuentro con los otros” (WARAT, L. A.)**

## **1. INTRODUÇÃO**

Luís Alberto Warat foi um dos mais célebres pensadores da América Latina tendo inspirado pesquisadores e estudiosos dos mais vastos campos do conhecimento, do Direito à Filosofia, passando pela Psicanálise, Arte e Literatura. Seu arcabouço teórico, aliado ao espírito transgressor, inaugurou no Direito uma forma inovadora de se pensar o ensino e a formação jurídica dos alunos. Seus escritos e sua proposta pedagógica apresentam uma extensa crítica ao ensino jurídico assentado na interpretação formalista da lei.

Desse modo, o trabalho pretende demonstrar de que modo a constituição da subjetividade inspirada pela noção de alteridade e pelo seu pressuposto ético pode constituir uma fonte de afirmação dos direitos humanos. Busca, portanto, refletir acerca da inter-relação entre o Direito, Arte e Sociedade, presente no discurso waratiano, a partir da sua perspectiva pedagógico-filosófica.

Para a consecução da presente pesquisa nos esforçamos por alcançar os conceitos-chave de Luis Alberto Warat tomando por base as suas obras *“Mitos e Teorias na Interpretação da Lei (1979)”*, *“A Rua Grita Dionísio! Direitos Humanos da Alteridade, Surrealismo e Cartografia (2010)”*, *“O Direito e sua Linguagem (1995)”* e *“Epistemologia e Ensino do Direito: o Sonho Acabou (2004)”*. A construção do referencial teórico partiu, também, de incursões nos escritos de outros interlocutores e críticos com intuito de compreender e observar a evolução e os desdobramentos de sua inovadora proposta pedagógica.

## **2. DIREITO, ARTE, SUBJETIVIDADE E ARTESANIA**

As imbricações entre o Direito e a Arte, particularmente entre o Direito e a Literatura no universo acadêmico, se deram inicialmente através do *“Law and Literature Movement”*, nos Estados Unidos, durante a década de 70. Surpreendentemente, esse movimento encontrou uma expressiva acolhida na Europa.

Com isso, autores consagrados tais como Sófocles, Ésquilo, Shakespeare, Kafka, Dostoiévski, Proust, Molière ofereceram uma imensa contribuição ao universo jurídico ao promover o debate e o pensamento crítico do Direito. Do mesmo modo, os atos jurídicos do Direito Processual receberam uma roupagem estética através da qual são vistos como representação. Assim, enquanto narrativa jurídica, o discurso adquire contornos análogos a uma peça literária.

Compreendemos enquanto artesanaria a constituição de novas formas de subjetividade - para além das relações de poder e dominação vigentes na contemporaneidade - a partir de um trabalho sobre si mesmo utilizando como ferramenta os recursos e elementos presentes no campo da Arte. Trata-se de um movimento político transgressivo e transgressor que se dirige para a recusa, problematização e desconstrução de toda a forma de captura imposta pelo dispositivo opressor da norma jurídica. Simultaneamente, tal movimento impescinde da constituição de novas subjetividades, novas formas de estar no mundo, novos modos de existência que impunham a formação de um novo sujeito de direito, emancipado, autônomo, apto a fundar e estabelecer uma nova cultura no universo jurídico, novas práticas, novos costumes.



No âmbito da Arte, seja na Literatura ou nas Artes Performativas, podemos vislumbrar inúmeras iniciativas que buscam instaurar um processo de criação no qual os sujeitos põem em obra as suas próprias vidas. No ato criativo do performer, por exemplo, é possível desenvolver tanto as potencialidades artísticas quanto humanas desde que o próprio indivíduo se posicione enquanto sujeito e objeto de conhecimento, propondo-se a um intenso trabalho sobre si mesmo. O valor desta iniciativa está vinculada a possibilidade de constituição de novas formas de vida, novos modos de existência. A Arte convida o sujeito a inaugurar novas formas de se posicionar e transitar no mundo. O percurso artístico de Marina Abramovic e Lygia Clark constituem poderosos exemplos da repercussão ética, estética e emancipatória do trabalho sobre si mesmo.

Levando em consideração o processo de decadência da moral cristã, compreendida enquanto simples obediência a um código de normas, Foucault nos convoca a pensar a nossa própria vida, como obra de arte pessoal, em entrevista intitulada "*Uma Estética da Existência*" (1984).

Em sua trajetória acadêmica, Foucault circunscreve o sujeito em sua constituição histórica, desvelando a sua dimensão ética. O filósofo nos oferece uma nova concepção de sujeito que, no contexto das relações de poder, recusa as tecnologias e práticas de assujeitamento e procura se autoconstituir através de uma árdua elaboração de si mesmo. Ao explicar a mudança de perspectiva de seu percurso teórico, esclarece:

Penso que há aí a possibilidade de elaborar uma história daquilo que fizemos e que seja ao mesmo tempo uma análise daquilo que somos; uma análise teórica que tenha um sentido político – quero dizer, uma análise que tenha um sentido para o que queremos aceitar, recusar, mudar em nós mesmos em nossa atualidade. Trata-se, em suma, de partir em busca de uma filosofia crítica: uma filosofia que não determina as condições e os limites de um conhecimento do objeto, mas as condições e as possibilidades indefinidas de transformação do sujeito (FOUCAULT, 2011)

Foucault resgata da Antiguidade greco-romana o tema da estética da existência, no texto "*O que são as luzes?*", e declara o dandismo um prototipo daquilo que ele compreende como uma "elaboração ascética de si", uma invenção de si com o propósito de fazer da própria existência uma obra de arte pessoal.

É preciso esclarecer que a palavra obra, aqui, nos remete ao seu sentido artesanal ao considerar a ética preconizada por Foucault enquanto uma escolha pessoal de existência que requer a realização de um trabalho sobre si mesmo através de práticas específicas.

## **2.1. O cuidado de si e a estética da existência enquanto mecanismos de resistência ao poder político e aos jogos de poder**

É em torno do tema da hermenêutica do sujeito, que Michel Foucault toca a noção do "cuidado de si" ("*epiméleia heautoû*"), princípio fundamental presente na cultura helenística e romana.

O termo "*epiméleia heautoû*" designa uma ação, uma atitude filosófica voltada para o cuidar de si mesmo, ocupar-se consigo, preocupar-se consigo. Neste sentido, compreende uma multiplicidade de práticas complexas e regradas rigorosamente formuladas.

Michel Foucault sinaliza para o fato deste preceito filosófico ter sido obscurecido pela conhecida prescrição délfica do “*gnôthi seautón*” (“conhece-te a ti mesmo”). Ensina-nos que a noção do “conhece-te a ti mesmo” encontrava-se inicialmente vinculada ao princípio do “cuidado de si” por uma relação de subordinação. Constituía, pois, um dos meios para a aplicação deste princípio geral.

Ao longo do tempo, o conceito “*epiméleia heautoû*” foi adquirindo novos sentidos, passando a designar uma postura diante da vida, diante do outro, diante do mundo; uma certa forma de atenção, uma mudança de perspectiva capaz de converter o olhar do sujeito para si mesmo, uma certa vigilância sobre suas atitudes e pensamentos; a atuação de um conjunto de procedimentos exercidos sobre si mesmo que permitissem ao sujeito uma transformação ética, que promovessem em sua vida a apreensão de certos valores estéticos, constituindo-a como um obra de arte.

Em seu artigo “*Nietzsche e Foucault – A vida como obra de arte*”, a professora Rosa Maria Dias põe frente a frente o pensamento de ambos os filósofos no âmbito da estética da existência. Dias nos dá a ver a ficção entre arte e vida constantes tanto na concepção de Nietzsche quanto na de Foucault na formulação de novos modos de existência e elaboração de outras possibilidades de vida. Nietzsche e Foucault propõem novas formas de se pensar a constituição da subjetividade. Nas palavras de Dias:

Assim, para Nietzsche, esse tornar-se o que se é não é uma volta ao eu verdadeiro, nem o desmascaramento dos obstáculos fictícios que entravam a cultura do eu. O “eu” uma criação, uma construção, um cultivo de si permanente. Para ousar ser um si mesmo é preciso antes de tudo de uma tarefa: dar estilo ao próprio caráter, acomodando os vários aspectos de sua própria natureza, inclusive as fraquezas, colocando-as em uma totalidade aprazível de acordo com um plano artístico.

Nessa tarefa de se tornar sem cessar o que se é, de ser mestre e escultor de si mesmo para enfrentar o sofrimento do mundo sem Deus, as técnicas do artista e principalmente as do poeta e do romancista podem ser de grande valia, já que elas mostram como é possível escrever para nós um novo papel, um outro personagem com novo caráter. (DIAS, 2008, p. 49) É imperioso enfatizar que o cuidado de si e a estética da existência, são apresentados por Foucault enquanto um mecanismo de resistência ao poder político e as relações e jogos de poder que procuram instaurar estados de dominação em suas linhas de atuação, como foi o caso do fascismo e do stalinismo. Foucault ressalta que a transformação ética de si mesmo implica necessariamente numa transformação do mundo.

De acordo com esta perspectiva, a estética da existência pressupõe uma ética, uma certa atitude diante da vida que se desvincula das estruturas sociais, econômicas e políticas que nos são impostas. A relação de si para consigo mesmo perpassa e está conectada às relações de si para com o Outro que, para Foucault, se apresenta como uma instância indefinida e ao mesmo tempo um parceiro indispensável ao seu próprio processo de subjetivação.

Ao propor a ética do cuidado de si como prática de liberdade, Foucault enfatiza as diversas formas de subjetivação presentes na contemporaneidade e nos explica que é no domínio da relação de si para consigo mesmo que o indivíduo poderá se autoconstituir enquanto sujeito moral de suas próprias ações.

Conseqüentemente, a emancipação do homem emerge como desdobramento deste processo. A constituição da subjetividade empreendida pelo indivíduo pressupõe o amadurecimento do seu próprio entendimento, o despertar de uma razão esclarecida, tornando-o capaz de servir-se de si mesmo, independente dos postulados de virtude e justiça os quais transferem o destino do homem para fatores extrínsecos ao seu poder de decisão ou à sua própria vontade.

A importância da inter-relação entre a Arte – no seu sentido amplo - e o Direito incide no seu potencial emancipatório, na busca pela emergência de um sujeito autônomo e político enquanto possibilidade de efetivação dos Direitos Humanos. No dizer de Roger Garaudy, —não existe ato mais revolucionário do que ensinar um homem a enfrentar o mundo enquanto criador, um poeta (GARAUDY, 1982). A força emancipatória da Arte em todas as suas formas de manifestação instrumentaliza o sujeito para que ele possa se engajar na luta pela materialização dos direitos humanos.

Consciente desta capacidade inerente a Arte, Luis Alberto Warat elaborou a sua proposta pedagógico-filosófica fundamentada no sujeito. Seu modelo de ensino estimula e capacita o acadêmico do direito a construir uma reflexão crítica da relação dialética entre o homem e a sociedade. Inspirado no movimento artístico surrealista, Warat desenvolveu uma didática através qual o indivíduo, ao rejeitar os pressupostos normalizadores, procura elaborar a si mesmo instituindo novas formas de organização da vida assim como novas formas de estar no mundo.

### 3. O ENSINO JURÍDICO NO BRASIL E A PROPOSTA PEDAGÓGICA DE LUIS ALBERTO WARAT

Antes de nos debruçarmos sobre a proposta filosófico-pedagógica do professor Warat, cumpre analisarmos brevemente o ensino atual do direito no Brasil e discorrer sobre os desdobramentos da sua reformulação com a introdução da Portaria 1886/94 do MEC.

No Brasil, a formação do discente é confrontada com uma estrutura pedagógica cristalizada pela noção de sacralização e da dogmática positivista. Assistimos a reprodução de uma metodologia descompromissada do dever de formar profissionais aptos a resolução de problemas complexos e dotados de um senso crítico desenvolvido.

Discutir o processo de aprendizagem e a formação discente implica em repensar tanto o papel do professor quanto das instituições de ensino do direito e as suas respectivas responsabilidades em propor vias alternativas à forma com a qual os conteúdos jurídicos tem sido tradicionalmente compreendidos e transmitidos.

Conforme assevera Oscar Vilhena Vieira, o ensino jurídico perpetuado pelas instituições de Direito contemporâneas em todo o mundo compreende dois modelos distintos: o ensino dogmático-positivista dedicado ao estudo da lei e suas interpretações doutrinárias, adotado em nosso país e em grande parte da Europa e América Latina; e o estudo de casos, proposto por Langdell, reconhecido pela sua metodologia essencialmente inquisitorial e socrática. Langdell inaugurou um modelo pragmático de ensino jurídico no qual os acadêmicos eram motivados a compreender os princípios e a racionalidade implícita ao processo de aplicação da lei em cada caso concreto.

Importa frisar que o fundamento pedagógico das atuais instituições de ensino do Direito, com raríssimas exceções, ainda remontam as primeiras escolas de Direito como a Universidade de Bolonha no século XI, cuja metodologia era voltada para

adaptações dos princípios do Direito Romano as transformações sociais da época assim como a formação dos juristas. De acordo com esta perspectiva de ensino, a formação dos alunos restringe-se ao estudo técnico das leis.

A principal crítica ao referido modelo de ensino jurídico tradicionalmente enraizado no estudo das leis e da doutrina incide no seu completo deslocamento da realidade concreta das múltiplas relações sociais. Divorciada da contingencialidade da vida, esta metodologia de ensino promove uma imensa lacuna na formação do profissional do Direito.

Em resposta aos desafios impostos pela globalização ao processo de aprendizagem, surge a necessidade de internacionalização, transdisciplinariedade, flexibilização de currículos e implementação de metodologias de ensino alternativas centradas na formação ética do aluno e no estímulo a sua autonomia intelectual, pensamento crítico e protagonismo.

Nesse sentido, os avanços na esfera da Teoria do Direito nos dão a ver que ao longo da transição do século XX para o século XXI o Direito passa a relativizar a sua suposta autonomia com relação a outros campos do conhecimento, condição primordial para confrontar os paradigmas das relações sociais na contemporaneidade. Assim, o Direito, tímida e paulatinamente, começa a reconhecer a necessidade de estabelecer pontes e interlocuções com outras disciplinas como Filosofia, Antropologia, Sociologia, Economia, Psicologia e até mesmo a Arte. No campo do ensino, a introdução das clínicas representou uma verdadeira inovação da metodologia do estudo de casos configurando uma potente ferramenta de aprendizagem, ao lado do ensino jurídico tradicional.

Relevante contribuição ao pensamento crítico no que diz respeito ao ensino do Direito nas instituições brasileiras nos foi dada pelo professor Joaquim Leonel Rezende Alvim, em seu artigo "*A Reforma do ensino Jurídico: Um balanço Crítico*".

Neste trabalho, o professor Leonel procura elucidar o processo de reestruturação do ensino no jurídico no Brasil a partir de uma dupla perspectiva: o exame dos instrumentos normativos que compunham o quadro legal do ensino jurídico em nosso país e a análise da cultura jurídica brasileira enquanto espectro simbólico que fundamenta as metodologias de ensino e concepções jurídico-pedagógicas.

Segundo o professor Leonel Alvim, os desdobramentos da reforma do ensino jurídico fomentada pela Portaria 1888/94 do MEC se depararam com os obstáculos impostos pelo apego dogmática, à técnica e à excessiva formalidade assim como o desprestígio concedido às disciplinas referentes às Ciências Humanas e Sociais, apesar do mencionado avanço em direção a transdisciplinariedade no pensamento jurídico.

Ressalte-se que para além das implicações que o referido quadro legal impôs as Faculdades de Direito em todo Brasil no que diz respeito ao perfil docente, devemos reconhecer que tais instrumentos legitimaram, também, a implementação de propostas pedagógicas inovadoras fundamentadas na interdisciplinaridade a exemplo da contribuição pedagógica de Luís Alberto Warat. Os referidos instrumentos normativos aproximaram e acolheram propostas pedagógicas para o ensino do direito até então marginalizadas, possibilitando a sua difusão e consolidação dentro do ambiente acadêmico.

### 3.1 A Rua Grita Dionisio: ensaios para uma nova filosofia e perspectiva de vida e ensino

A proposta pedagógica de Luis Alberto Warat e direcionada para a transposição e transgressão ao positivismo jurídico. Enquanto metodologia alternativa do ensino do Direito, a pedagogia waratiana consubstancia-se na valorização do pensamento crítico, no refinamento das capacidades de empatia e sensibilização humanas, na contestação de padrões normalizantes tradicionalmente instituídos tanto no ensino quanto nas demais esferas da vida.

Como mortos que falam da vida, o saber tradicional do Direito nos mostra suas fantasias perfeitas na cumplicidade cega de uma linguagem sem ousadias, enganosamente cristalina, que escamoteia a presença subterrânea de uma “tecnologia da alienação”. Utopias fantasiadas de si mesmas que explicam com razões consumidas pela história, novas formas de legitimação das práticas ilícitas do Estado. (WARAT, 1997, p. 42)

No processo de aprendizagem desenvolvido pelo professor Warat, o Direito e a Arte unem-se enquanto verdadeiros vetores de transformação social possibilitando, sobretudo, a educação e a materialização dos direitos humanos. A perspectiva teórica das imbricações entre o Direito e a Arte formuladas por Warat conferem instrumentos para que o acadêmico do direito atue como protagonista na construção do sentido jurídico dos direitos humanos.

Ciente da necessidade de superar a cultura jurídico-intelectual no Brasil e da necessidade de promover uma ressignificação de valores no ensino do Direito, o professor Luis Alberto Warat utiliza a Arte e os recursos artísticos como instrumentos de desterritorialização, a fim de estimular a reflexão, a transposição da interpretação lógico-dedutiva e a rejeição ao senso comum. Sua proposta provoca os alunos a problematizar a perspectiva estritamente dogmática-positivista no pensamento e prática jurídicas.

A noção de alteridade, que foi profundamente desenvolvida por Emmanuel Levinas, assume uma importância primordial no pensamento e na proposta pedagógica do professor Warat ao primar pela responsabilidade e sensibilidade para com outrem como meios para se alcançar a efetivação dos Direitos Humanos.

A constituição ética do aluno proporcionada por sua metodologia de ensino inovadora prioriza o estabelecimento de um direito voltado para as relações humanas tendo por base o acolhimento da alteridade de cada sujeito da relação. Desta forma, o conceito de alteridade requer o reconhecimento da diferença enquanto circunstância indispensável para a afirmação de direitos.

Em sua obra “*A Rua Grita Dionisio!*” (2010), o professor Warat lança luz sobre a relação entre Direitos Humanos e Alteridade resgatando a dimensão afetiva do ser humano e a relevância do tema do reconhecimento. De forma autêntica, Warat positiva aquilo que ele entende por alteridade:

- a) direito a não estar só;
- b) direito ao amor;
- c) direito à autonomia, encontro com a própria sensibilidade;
- d) direito à autoestima;

- e) direito a não ser manipulado;
- f) direito a não ser discriminado, excluído;
- g) direito a ser escutado;
- h) direito a não ficar submisso;
- i) direito a transitar à margem dos lugares comuns, os estereótipos e os modelos;
- j) direito a fugir do sedentarismo como ideologia e retomar a pulsão de errância;
- l) direito à própria velocidade; à lentidão. (WARAT, 2010, p. 117)

De acordo com Warat, o ensino do Direito deve ter como fundamento ético a solidariedade e a dignidade. Para ele, o ensino tradicional do Direito pode ser nocivo a formação do jurista. A construção da sua pedagogia do direito propõe a indagação, a problematização e exploração de caminhos desconhecidos, através de práticas multidisciplinares que permitam ao acadêmico a desconstrução de conceitos pré estabelecidos e a formulação de outros, a partir de uma nova perspectiva e visão de mundo.

Tomando por base o pensamento de Baudrillard, o professor Warat faz uma analogia temerosa da condição do estudante de direito, equiparando-o a condição de um refém, dado o estado de alienação que lhe é imposto ao lhe ser negado a reflexão crítica, autonomia de pensamento e protagonismo acadêmico.

Em referência a Freud, Warat equipara o papel dos docentes a figura da Gradiva de Jansen, que representa o poder curativo do amor face a fantasia. De acordo com sua pedagogia do direito, ao professor cumpre a tarefa de resgatar e salvar o aluno de seu estado de alienação, removendo o véu da ignorância. No que tange a corporeidade do aluno, Warat ousa propor a criação de um ambiente acadêmico impregnado por práticas teatrais:

[...] um mágico, um ilusionista, um vendedor de sonhos, de ilusões e fantasias. Quando eu entro numa sala proponho, imediatamente, a substituição do giz por uma cartola. Dela sairão mil verdades transformadas em borboletas... com meu comportamento docente, procuro a utopia, falsifico a possibilidade de produção de um mundo, de/e pelo desejo. Ministro sempre uma lição de amor, provo e teatralizo um território de carências. Quando invado uma sala de aula se amalgamam ludicamente todas as ausências afetivas. O aprendizado é sempre um jogo de carências. De diferentes maneiras, sempre me preocupo em expor a crítica à vontade de verdade, partir da vontade do desejo, como bom alquimista que sou, transformo o espaço de uma sala de aula em um circo mágico. Assim é que executo a função pedagógica da loucura. (WARAT, 1985, p. 152-3).

De acordo com a perspectiva filosófico-pedagógica waratiana, a aprendizagem deve ser perpassada por um processo de humanização. Priorizando o saber que advém da experiência simbólica compartilhada e não pelo acúmulo de informações sem relevância prática, desconstrói a hierárquica que estrutura a relação aluno-professor pautando-se por uma pedagogia íntima, sedutora permeada de cumplicidade e ternura. O amor e o âmago de sua pedagogia.

Os que têm pretensões de ensinar institucionalizam valores de opressão que contaminam dependências emocionais, que condicionam submissões nas relações pessoais e nas institucionais, e isto começa a nos tornar inumanos. No sentido mais forte, tornar-nos inumanos significa perder o senso da alteridade e da estilística da existência, os dois pilares de nossa identidade. Depois vêm todas as outras conseqüências, todas as estações que nos levam até o inumano: pensamentos e valores fundamentalistas, preconceitos, pulsões destrutivas, violência, guerra, genocídio, o Império. Por certo, não podemos esquecer que a condição de inumanidade também passa pela perda ou roubo da nossa herança de saberes, os bens do pai. Quando as vozes que nos falam (sempre falamos com vozes de outros) anestesiam nossos desejos, nossa criatividade, nosso potencial e descoberta do novo, são vozes que nos tornam inumanos. (WARAT, 2004b, p. 425)

A superação da dogmática positivista e a transgressão dos padrões de ensino são conquistados por meio da noção de carnavalização:

[...] à fórmula da carnavalização para falar de uma certa mudança de sensibilidade, a fim de enfrentar as perplexidades, um certo desencanto que vai se generalizando no pensamento epistemológico das ciências sociais e suas estratégias de ensino. (WARAT, 1985, p. 112)

Dando continuidade ao legado do professor Warat, o movimento Casa Warat tem se posicionado enquanto vertente transgressora e transcendente, segundo a pedagogia formulada por seu patrono. Trata-se de um “*locus*” em que a Arte é considerada veículo para a afirmação de direitos. A defesa dos direitos humanos reclama por um posicionamento que ultrapasse as declarações e imposições normativas ineficazes buscando consagrar o reconhecimento as diferenças.

A Casa Warat propaga uma visão holística do ser humano ao considerar a subjetividade do jurista e do acadêmico do direito. Contrariando o pensamento cartesiano, corpo e mente são compreendidos enquanto instância única. E o impacto do processo de objetivação dos indivíduos e os padrões de normalização historicamente impostos que é problematizado nesta instituição assim como o senso teórico comum dos juristas.

Enquanto lugar de encontro com o Outro, a Casa Warat propoe-se a oferecer uma recusa a todo e qualquer processo de normalização, adotando uma postura ética voltada para os afetos, o cuidado, a alteridade e a compaixão. A Arte e o Direito caminham unidos como forma formas de resistência e resiliência.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por escopo investigar as interlocuções entre o Direito, Arte e Sociedade a partir da proposta pedagógica elaborada pelo emérito e falecido professor Luís Alberto Warat e o seu potencial emancipatório do ser humano, sobretudo do acadêmico de direito. A problemática traçada pelo tema proposto pode ser representada pela seguinte pergunta: de que forma a inter-relação entre o Direito, Arte e Sociedade pode contribuir para a constituição subjetiva dos indivíduos possibilitando a assunção de um patamar emancipatório através do qual o sujeito se posiciona enquanto artesão de si mesmo e da sociedade que o cerca? A pesquisa tem por objetivo destacar a importância da crítica e do saber na constituição de um sujeito autônomo e político enquanto trajetória para a concretude dos direitos humanos. Para tanto, utilizar-se-á de pesquisa bibliográfica, buscando-se em um primeiro momento discorrer sobre a necessidade de reformulação do ensino jurídico no Brasil, introduzida pela Portaria

1886/94 do MEC, para em seguida, refletir acerca da contribuição da proposta pedagógico-filosófica de Luís Alberto Warat enquanto ferramenta de conscientização, efetivação e democratização dos direitos humanos.

A primeira etapa de nossa investigação debruçou-se sobre o impacto da reforma do ensino jurídico fomentada pela Portaria 1888/94 do MEC. Verificamos que o ensino e a pesquisa no Brasil se deparam com o imenso desafio de transcender o apego à dogmática, à técnica e à excessiva formalidade assim como o menosprezo deferido às disciplinas referentes às Ciências Humanas e Sociais.

Examinamos em nossa investigação que a adoção da postura pedagógica dedicada às imbricações entre o Direito, Arte e Sociedade, a partir de um viés puramente teórico, não necessariamente problematiza os pressupostos dogmáticos do Direito de forma a efetivamente enriquecer o saber e a prática jurídica. Tal método pode facilmente desaguar no lugar comum, numa reflexão crítica vazia, ratificando a compreensão do Direito restrita a sua perspectiva normalizante.

Num segundo momento, investigamos a particularidade da proposta pedagógica de Luís Alberto Warat. A pedagogia waratiana propõe-se a implementar no ensino do Direito o espírito ético e poético na cultura jurídica e na formação identitária dos sujeitos de direito. A presente pesquisa nos mostra que a partir de um processo de desterritorialização o estudante é convidado a se constituir enquanto poeta e enquanto criador da própria realidade social que o cerca num movimento altamente transgressor. Trata-se, portanto, de um processo de subjetivação que permite ao acadêmico do direito confrontar os pressupostos da dogmática jurídica tradicional de uma forma proativa de tal maneira que ele deixa de se perceber enquanto um produto passivo dos sistemas de saber e de poder que, através dos seus dispositivos, nos impõe uma identidade taxativa, predeterminada.

Esta investigação possibilitou-nos compreender de que modo a inter-relação entre o Direito, Arte e Sociedade nos instrumentaliza para que possamos agir pragmática e produtivamente contra a objetificação do ser humano, recusando toda a forma de anulação do indivíduo e propondo novas formas de subjetivação e de organização no mundo em que vivemos. Desta forma, verificamos que a proposta pedagógico-filosófica de Luís Alberto Warat, ao permanecer centrada no sujeito, procura construir uma reflexão crítica da relação dialética entre o homem e a sociedade. Inspirado no movimento artístico surrealista propõe uma didática a partir da qual o indivíduo, rejeitando os pressupostos normalizadores, elabora a si mesmo instituído novas formas de vida e de organização da vida, novas formas de estar no mundo.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BARTHES, Roland. *Fragmentos de um Discurso Amoroso*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.

BITTAR, Eduardo C.B. *Estudos sobre Ensino Jurídico: Pesquisa, Metodologia, Diálogo e Cidadania*. São Paulo: Atlas, 2006.

\_\_\_\_\_. *O Direito na Pós-modernidade*. São Paulo: Forense Universitária, 2009.



DIAS, Rosa Maria. Nietzsche e Foucault –a vida como obra de arte. IN: Kangussu, I. O cômico e o Trágico. Rio: Editora 7 Letra.

DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul: *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, (1995).

FOUCAULT, Michel. (1984a) *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento; organização e seleção de textos* Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque: revisão técnica de José Augusto Guilhaon Albuquerque – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985

\_\_\_\_\_. (1984d) *Uma Estética da Existência; organização e seleção de textos* Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2006, v.5, p. 288-293.

\_\_\_\_\_. *A hermenêutica do sujeito*. Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 1a Ed. Martins Fontes - SP, 2004.

\_\_\_\_\_. *A ética do cuidado de si como prática da liberdade*. In: Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Que São as Luzes?*. In: Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Editora Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. *A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

GARAUDY, Roger. *Dançar a Vida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. WARAT, Luis Alberto. *Manifesto do surrealismo jurídico*. São Paulo: Acadêmica, 1988.

\_\_\_\_\_. *O direito e sua linguagem*. 2. ed. Porto Alegre: Safe, 1995c.

\_\_\_\_\_. *Epistemologia e ensino do direito*. O sonho acabou. Florianópolis: Boiteux, 2004<sup>a</sup>.

\_\_\_\_\_. *A Rua Grita Dionísio! Direitos Humanos da Alteridade, Surrealismo e Cartografia*. Lumen Juris Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. *Territórios desconhecidos: a procura surrealista pelos lugares do abandono do sentido e da reconstrução da subjetividade*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

\_\_\_\_\_. *Epistemologia e Ensino do Direito: o Sonho Acabou*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e Definição Jurídica*. Buenos Aires: Cooperadora do Direito e Ciências Sociais, 1973.

\_\_\_\_\_. *Direitos Humanos: subjetividade e práticas pedagógicas*. Porto Alegre: Síntese, 2009.

## ESTÉTICA E ENGENHARIA: UMA DISCUSSÃO DAS POSSIBILIDADES PARA ALÉM DA RACIONALIDADE TECNOLÓGICA.

**AUZANI, ADRIANA**

*Doutoranda do curso em Ciências da Educação na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Correio eletrônico: auzani.coinf@gmail.com.*

**RODRIGUES, JOÃO BARTOLOMEU,**

*Professor da Escola das Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Direção do Doutoramento em Ciências da Educação. Centro de Investigação: Instituto de Filosofia da Universidade do Porto. Correio eletrônico: jbarto@utad.pt.*

**DA SILVA, LEVI LEONIDO FERNANDES**

*Professor Escola das Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Diretor da Revista Europeia de Estudos Artísticos. Direção do Doutoramento em Ciências da Educação. Centro de Investigação em Ciências e Tecnologias das Artes. Universidade Católica Portuguesa - Porto. Portugal. Correio eletrônico: levileon@utad.pt.*

### RESUMO

O objetivo deste artigo é apreender a racionalidade tecnológica no contexto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Única no país com esta denominação, ela tem a maioria dos seus cursos voltados à formação de engenheiros no Brasil. Junto a essa formação, incluímos o estudo da estética, como discussão alternativa, por entendê-la significativa na formação social do sujeito enquanto dimensão emancipatória gerada no movimento de criação e de inovação tecnológica e que hoje é deixada em segundo plano nesse contexto. Este artigo constituiu-se a partir da revisão das ideias de Herbert Marcuse, Adorno, Habermas e Horkheimer, *Rancière*, os quais abordam a presente temática sob a perspectiva da autonomia do sujeito em oposição às interpretações normativas e tecnocráticas da sociedade.

**Palavras-Chave:** estética, teatro, engenharia.

### ABSTRACT

The purpose of this article is to understand the technological rationality in the context of the Federal Technological University of Paraná. Unique in the country for its name, the majority of its courses are aimed at training engineers in Brazil. Along with such training, the study of aesthetics has been included, as an alternative argument, by understanding its significance in the social formation of the subject as an emancipatory dimension generated in the movement of creation and technological innovation which has today been third-stringed in this context. This article arose from the review of Herbert Marcuse, Adorno, Horkheimer and Habermas' ideas, *Rancière*, which address the present theme in the perspective of the individual's autonomy as opposed to the normative and technocratic interpretations of society.

**Key-words:** aesthetics, theater, engineering.

## INTRODUÇÃO

A formação do profissional, ética e cultural para antecipar o desenvolvimento científico e tecnológico, requisitado na sociedade mundial, traz preocupações sobre a formação do sujeito da ação que atua na sociedade.

Nesse contexto de formação tecnológica, está a Universidade Tecnológica Federal do Paraná- UTFPR a qual nasce como uma escola de Aprendizizes e artífices em 1909, no Paraná, Brasil, com o objetivo de qualificar mão-de-obra para a indústria nascente daquela época e que, desde então, ocupa-se em formar, com padrão de excelência, vários profissionais em nível técnico e acadêmico em diversas áreas do conhecimento. A discussão aqui circunscreve-se aos cursos de engenharia da UTFPR.

Dentre os teóricos buscados estão Herbert Marcuse, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas e Max Horkheimer, os quais abordam a presente temática sob a perspectiva da autonomia do sujeito em oposição às interpretações normativas e tecnocráticas da sociedade.

Neles, busca-se o entendimento da formação do engenheiro pautada num indivíduo ativo e crítico potencializada pela via estética, por ela proporcionar o habitar e o construir contextos sociais, políticos e culturais os mais diversos possíveis; compreender a função dela encontrar a universalidade que a arte contém em si, ciência, história e humanidade, ou seja, pela via da Estética conjugam-se, com efeito, o sensível e a ideia, um elo que, do mundo das percepções, vai direto à alma do universo. Para tanto, a linguagem escolhida, a arte dramática, é o teatro, pelo fato de essa arte traçar um modelo global de racionalidade, onde a forma de constituição estética “é uma assembleia, na qual agentes do povo tomam consciência da sua situação e discutem seus interesses (...) é o ritual purificador onde uma coletividade é posta na plena posse das energias que lhe são próprias” (RANCIÈRE, 2010, pp. 11,13).

O objetivo deste artigo é compreender a racionalidade tecnológica no contexto da UTFPR. Única no país com esta denominação, ela tem a maioria dos seus cursos voltados à formação de engenheiros no Brasil. Junto à formação tecnológica, incluímos o estudo da estética, como discussão alternativa, por entendê-la significativa na formação social do sujeito enquanto dimensão emancipatória gerada no movimento de criação e de inovação tecnológica.

Este estudo da racionalidade tecnológica com estética traz uma discussão sobre a importância de se estabelecer um diálogo entre a objetividade e a subjetividade que envolve processo de formação do engenheiro na UTFPR.

Assim, a discussão da proposição intelectual da estética vir junto à formação do engenheiro, mediada pelo teatro, é a possibilidade de por em diálogo a razão tecnológica, ontológica, com a razão estética, subjetiva resultando em uma formação do saber-fazer-para quê da tecnologia, ou seja, um engenheiro dotado de um saber e de uma formação que vai do olhar à ação de forma emancipada.

### 1. ESTÉTICA, UM CONTRAPONTO NA FORMAÇÃO TECNOLÓGICA

A discussão das instâncias, por vezes antagônicas, da razão estética e da razão tecnológica exigem, neste momento, um entendimento de conceitos que permeiam a formação tecnológica.

Nisso, encontramos o da razão instrumental ligada à aplicação do conhecimento; o conceito de tecnologia voltado à construção do conhecimento, pleno e o relacional, onde há a integração das potencialidades humanas da práxis e da ciência.

De acordo com o pensamento de Habermas “o alargamento de espaços de ação para os indivíduos, possibilita o exercício da autonomia pessoal e da autorrealização individual, da liberdade de escolha.” Entendemos que a estética, aliada ao pensamento científico e ao conhecimento de um processo, traz entre as diversas disciplinas dos cursos acadêmicos, um processo intersubjetivo de reconhecimento mútuo, ou seja, o sujeito surge dialeticamente por meio da comunicação com o outro, seja pela teoria científica, seja pela arte; os símbolos, permitem ao indivíduo, de acordo com Habermas (1978, p. 43), “*racionalizar ações em vista das reações recebidas*”; para ele, “*a individuação não pode ser representada como a autorrealização de um sujeito isolado e solto, mas como um processo de socialização e de constituição de uma história de vida auto consciente mediada pela linguagem, na qual focamos a da estética.*”

Neste sentido, Marcuse relaciona os traços próprios da tecnologia ao contexto social; enquanto razão, a tecnologia permeia a sociedade como um todo e firma-se também como política.

Habermas assinala o exame de Marcuse a cerca da ciência e da técnica contemporânea como ideologia tecnocrática, onde a sociedade constitui-se em um grande aparato técnico no âmbito institucional e normativo das sociedades industriais, concebidos de forma simultânea e indissociável. Ou seja, a racionalidade do âmbito institucional pode medir-se pela “relação entre sistema de dominação e tradição cultural (...): em que medida os valores culturais são consumidos como ideologias ou sufocados como utopias” (HABERMAS, 1978, p. 354).

Na análise de Pedro Ferraz, a ideologia ao ignorar o caráter valorativo cultural politicamente legitimador das instituições sociais, ao pretender controlá-las tecnicamente, projeta toda a sociedade como um grande sistema regulador; um sistema que deve operar segundo uma regularidade e que, mesmo como ocasional surgimento de eventos acidentais, seja capaz de ser reestabelecido com correções externas; um imenso sistema homem-máquina no qual a ação humana se esvazia de conteúdo moral e valorativo e se limita a um comportamento condicionado e repetitivo. Nesse sentido, Habermas (1978, p. 357), alerta que “somente através de uma discussão reflexiva e não especializada é que se pode configurar um progresso técnico-científico vinculado à práxis social consciente.

Por esta razão, interpomos a esta dinâmica, a estética, onde Marcuse dizia ser possível pensar uma tecnologia alternativa, moldada segundo os princípios de uma racionalidade estética, a qual promove a reconciliação entre razão e emoção, uma relação de integração, e não de dominação, entre homem e natureza.

Desse modo, consideramos o que destaca Andrew Feeberg, ao propor uma teoria crítica da tecnologia, quando em 1990 traz o conceito de tecnologia em dois níveis, nos quais tanto a dimensão objetiva quanto subjetiva têm espaço determinante; ele busca o entendimento de tecnologia como um processo eminentemente social “ afirma a especificidade social e histórica dos sistemas tecnológicos, a relatividade do desenho e do uso das técnicas em relação à cultura e a estratégia de uma variedade de atores

técnicos” (FREDMAM, 1999), incorporada à tecnologia, segundo ele, há uma dimensão de valores, de paradigmas e hábitos sociais que muitas vezes se opõem à lógica da racionalização.

Unir polos antagônicos como os da razão tecnológica e da estética, equivale a unir um princípio do homem fragmentado do nosso tempo ao binômio político-econômico resultando em uma formação tecnológica plena na realização do saber-fazer para quê da tecnologia.

Permeia, no entanto, essa relação, a razão capitalista, onde a matematização do conhecimento transposta ao acadêmico e dele solicita medidas de eficiência, remetendo a um domínio tecnológico; para tanto, há de se superar a indiferença dada à formação humana, nesse caso, na formação tecnológica; para tanto, trazemos a estética agindo nos contextos de formação de engenheiros na perspectiva criativa e de inovação resultante de um conjunto teórico prático aberto à ação do pensamento subjetivo.

Essa clássica cisão entre a ciência e arte remete ao contraponto da razão estética e da razão tecnológica. De acordo com Silva (2013, p. 31), a razão é coetaneamente subjetiva e objetiva. Subjetiva, no tocante à condução autônoma da vida do próprio homem. Objetiva, pois visa à relação do homem com o mundo, compreendendo-o agindo sobre ele.

Em se tratando de conceitos, encontramos o da razão instrumental, ligado à aplicação do conhecimento; o conceito de tecnologia voltado à construção do conhecimento, pleno e o relacional, onde há a integração das potencialidades humanas da práxis e da ciência.

A via filosófica é uma das trilhas escolhidas para o entendimento das características da racionalidade na contemporaneidade. Marcuse recupera (1997) a centralidade da estética numa tentativa de acomodá-la em uma nova concepção de realidade, na qual a existência e o livre jogo das faculdades humanas se tornam complementares. Ele desenha um novo princípio de relação entre o homem e o mundo, no qual o racional possa incorporar a sensibilidade e a imaginação, emergindo dessa vinculação uma razão tecnológica de propósito eminentemente libertária. Faz, com isso, esse filósofo, a transposição do princípio do desempenho para o princípio estético. É essa, capaz de fazer transcender a formação tecnológica, por vezes inibida por uma ordem social que afasta o homem de suas dimensões e aspirações. Já a razão que dita o modo de pensar e de agir dos indivíduos, a razão tecnológica, domina o contexto técnico-científico e a organização social do trabalho e, conseqüentemente direciona operacionalização das forças produtivas humanas.

A partir disso, observa-se uma lógica de controle onde o cientista desta realidade tecnológica é funcional, onde a falta de participação do sujeito, do humano frente a capacidade criativa tem reduzida a possibilidade de inovação necessária ao aumento da produtividade em determinado contexto. Junto a isso, vemos a capacidade de inovar do cientista, ou do engenheiro potencializada pela arte por ser ela uma disposição para produzir (Poiësis) acompanhada de regras. Produzir é “trazer a uma existência das coisas que são suscetíveis de ser ou de não ser e cujo princípio de existência reside no artista. Segundo Platão, a Arte é, antes de tudo, fabricadora, afirmativa, autônoma. Entendemos a arte como produtora de conhecimento em um processo por conduzir

o pensar, o interrogar a realidade; quando se interroga o que se vê na obra de arte, se produz estética e ao interrogar a sociedade, se produz realidade; a reflexão de tais contextos de acesso à estética é o engendramento que produzirá, é a antecipação de desenvolvimento para esta ou aquela área do conhecimento.

A fim de alcançar tal propósito, a humanidade precisaria desenvolvilhar-se de necessidades repressivas e trilhar um caminho que a levasse ao desenvolvimento de novas necessidades vitais. Entre as necessidades opressoras Marcuse, lista a constante luta pela existência, o conformismo, a adequação à normalidade, a produtividade calcada no desperdício, o sufocamento dos instintos. Segundo ele, a dimensão estética da ação humana é que abre a experiência humana livre de restrições e propósitos a uma relação do sujeito com a realidade (FERRAZ, pp.50-51)

Ainda que em contraponto à educação tecnológica, comprovada pelo protagonismo de um currículo eminentemente voltado às disciplinas técnicas e ao conhecimento tecnológico, afirmamos a importância da estética nesse meio por Hegel, citado por Marcuse, quanto destaca que “O Ser é, na substância, um sujeito. A ideia de substância como sujeito concebe a realidade como um processo dentro do qual todo ser é a unificação de forças contraditórias; sujeito designa não somente o eu ou a consciência epistemológica, mas um modelo de existência, uma unidade que se autodesenvolve em um processo contraditório.” (Marcuse, 1978, p. 21)

## **2. UTFPR, UM CONTEXTO EDUCACIONAL DE FORMAÇÃO TECNOLÓGICA ÚNICO NO BRASIL**

A história da UTFPR teve início no século passado. Sua trajetória começou com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em várias capitais do país pelo então presidente, Nilo Peçanha, em 23 de setembro de 1909. No Paraná, a escola foi inaugurada no dia 16 de janeiro de 1910.

Após passar por várias nomenclaturas que se justificaram nos cursos que eram sendo ofertados por essa instituição de ensino, a partir da demanda do mercado, chega-se à UTFPR, primeira e única universidade tecnológica do Brasil. Ela é pública, mantida pelo governo federal, e sua sede está localizada na cidade de Curitiba, capital do Estado brasileiro do Paraná. Abrange cursos técnicos integrados e ensino superior, oferecendo: Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Tecnológicos, onde muitos acadêmicos podem estender sua formação para Mestrados e Doutorados em diversas áreas de conhecimento.

A UTFPR conta com treze *campi* no Estado do Paraná, nas cidades: Apucarana, Campo Morão, Cornélio Procópio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Ponta Grossa, Pato Branco, Toledo e Santa Helena. Tem um total de 975 docentes efetivos e 166 substitutos da carreira de 1º e 2º grau, 236 professores efetivos e 48 substitutos da carreira de ensino superior e 640 servidores técnico-administrativos. No quadro docente, 143 são mestres e 95 doutores. O corpo discente é constituído por 11.942 estudantes, sendo 1.132 estudantes matriculados em 19 cursos de educação profissional técnica de nível médio; 8.088, em 27 cursos superiores de tecnologia; 2.371, em 22 cursos de bacharelados (incluindo-se as engenharias) e 2 licenciaturas; 446 inscritos em 5 programas de mestrado e 54, em um programa de doutorado. A UTFPR registrou, em 2006, no cadastro do CNPq, um total de 15 grupos, com 42 linhas de pesquisa e 117 pesquisadores envolvidos.

Tem como o objetivo a formação de profissionais ativos e dedicados ao desenvolvimento nacional; a UTFPR conta com cursos como o Técnico Pós-Médio (técnico para alunos que já concluíram o ensino médio), Tecnologia, Graduação, Pós-graduação, sendo o curso de mestrado em Engenharia Elétrica o primeiro do Paraná e o curso de Doutorado também de Engenharia Elétrica o primeiro e o único do Paraná.

Toda esta estrutura pauta as ações de ensino no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) 2013-2017 para balizar o cotidiano desta Universidade, orientando e dimensionando recursos, articulando pessoas, monitorando e, por conseguinte, dos princípios, finalidades e objetivos definidos pela Lei de criação da UTFPR.

O Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) da UTFPR foi elaborado em processo de construção coletivo e aprovado pela Deliberação nº. 01/2007 do Conselho Universitário (COUNI).

Na sua concepção, o PPI foi estruturado com vistas ao alcance dos seguintes objetivos:

- (1) Construir uma identidade própria para a UTFPR, sem desconsiderar o conhecimento acumulado em quase cem anos de existência da Instituição;
- (2) Explicitar em seus valores, a atuação prioritária na área tecnológica;
- (3) Articular o ensino, a pesquisa e a extensão;
- (4) Orientar a mobilidade acadêmica, nacional e internacional;
- (5) Ampliar a articulação e a interação com a comunidade externa;
- (6) Estabelecer a gestão com sistema de representação de todos os segmentos nos planos e ações nas diversas instâncias da Universidade.

Contatamos, nisso, a organização e a gestão de processos de formação humana na UTFPR, voltados à educação pautada na produtividade; a exigência por profissionais de saberes universais é frequentemente evocada pelo mercado de trabalho atual, o que faz com que se repense a presença da arte nos contextos da educação tecnológica.

No entanto, sabe-se da tensão existente entre a arte e a práxis nesse meio, e propomos uma reflexão da formação tecnológica, onde, na relação sujeito-objeto, possa haver possíveis relações entre estética e Educação Tecnológica, no sentido de refundir arte, ciência e tecnologia no contexto educacional tecnológico é, nesse momento, em certa medida, uma volta ao termo *techné*, dos gregos que representa nesse contexto de discussão: “o poder criador de uma sabedoria total e secreta, e que teria fundamentado todas as ciências e previsto todas as invenções – capaz de tudo conhecer e tudo realizar”. Assim, trabalhar, conjuntamente, as dimensões da arte, da ciência e da tecnologia, é, de acordo com Grinspun (1999), compromisso de uma educação de qualidade que tem na tecnologia a base tanto de um saber-fazer, como de um saber-fazer-para quê. Ou seja “Tanto a construção do conhecimento para gerar a tecnologia, como a produção e a avaliação da tecnologia são tarefas que necessitam da educação como fundamentação e princípio para o alcance de seus objetivos” (GRINSPUN, 1999, p. 55).

A contribuição à educação tecnológica, nesse sentido, vem pautada num indivíduo ativo e crítico, à medida que traz a via estética como uma possibilidade de relação entre educação tecnológica e arte imprimindo um novo diálogo onde as interfaces arte e educação tecnológica venham a intensificar tanto a formação de um profissional

competente, quanto de um ser humano consciente dos valores sociais, ou seja, a consciência do impacto, da repercussão de sua engenhosidade no contexto social.

## 2. TEATRO, RAZÃO ESTÉTICA REPRESENTATIVA NO CONTEXTO DE FORMAÇÃO TECNOLÓGICA

A experiência estética do teatro posta em pauta nesse artigo, advém de uma experiência, quase que invisível, do teatro na UTFPR, campus há 20 anos. A pouca importância desta atividade no referido contexto é observada à medida que os espaços e investimentos para essa atividade são quase inexistentes. Feitas tais constatações e refletindo sobre a persistência do teatro na instituição em meio a suas constantes alterações de

nomenclaturas e criação de novos cursos, vemos alguns alunos, principalmente os que vem de outros Estados, que solicitam, a cada ano, que o teatro resista, pois precisa de um grupo para além da sala de aula, que é tímido, que não consegue se expressar em público, dentre outros objetivos; isso, no entanto, tais considerações por parte dos alunos, constiuem-se em desafio ao coordenador do projeto de extensão, no caso o teatro, pois frente aos poucos incentivos e investimentos nessa arte está também a pouca valorização da arte nesse contexto.

Iniciamos, então, pelo entendimento no que seja o teatro e as implicações dele no contexto contraditório das tecnologias.

O teatro, sob a ótica de Rancière (2010, p. 130)

“É o único lugar de confrontação consigo próprio, enquanto coletivo. Significa que o teatro é uma forma comunitária exemplar. Introduce uma ideia de comunidade como autopresença, por ocasião à distância da representação (...) O teatro surgiu, então, como uma forma de constituição estética, da constituição do sensível, da coletividade (...) comunidade como maneira de ocupar um lugar e um tempo, como o corpo em ato oposto ao simples aparelho das leis, como um conjunto de percepções, de gestos e atitudes que precede e pré-configura as leis e as instituições políticas.

Assumir sentimentos humanos, de alerta de medo, de alegria, de surpresa põe o ser em trans (ir além) formação (negação do antigo); a presença do novo faz o espectador repensar, questionar, reformular ou renovar conceitos, desafiando-o a romper com preconceitos, mitos, tabus; assumem a imprevisibilidade a experimentação, a instabilidade e à necessidade de inovar para avançar.

Durante determinada encenação, perpassam o pensamento de quem a assiste uma peça de teatro, diante do conflito em pauta, ou da cena cômica proposta, o que fazer, como fazer e com quem fazer diante de tais situações encenadas e a partir disso, dão impulso a atitudes criativas gerando ansiedade durante a uma realidade instável; pensar e repensar criticamente; refletindo sobre o que vê, amplia e aprofunda a lucidez e o poder de síntese da razão. Tais experiências com o teatro também são vividas em processos investigativo no contexto da educação tecnológica quando há o processo de apreensão de um conhecimento ou de uma investigação científica; no caso da experiência catártica com o teatro, o sentido libertador e criativo desencadeado por essa vivência estética, traz dimensões afetiva, humanizadoras, à formação tecnológica, permitindo trocas e um jogo aberto das relações humanas, ampliando os sentidos e a percepção do contexto.



Entrepomos a isso o pensamento de Hegel (MARCUSE, 1997, p. 18) destaca “que o pensamento deve governar a realidade, o que os homens pensam ser verdadeiro e bom deve realizar-se na organização do real da sua vida social e individual (...) a racionalidade é possível pela erupção do sujeito no próprio conteúdo da natureza e da história.

A importância do teatro enquanto fator de humanização no contexto de formação tecnológica, fica desta forma justificada uma vez que, rompe, no momento em que libera o homem do fazer e o confronta com a própria realidade, desalienando-o. Nesse sentido, afirma Hegel (*idem*, 1997, p. 220) que “só o homem tem o poder de auto-realização, o poder de ser um sujeito que se autodetermina em todos os processos do vir-a-ser, pois só ele tem entendimento do que sejam suas potencialidades, de adaptação da sua vida às ideias da razão (...) a mais importante categoria da razão é a liberdade (...) o poder de agir de acordo com o conhecimento da verdade, o poder de ajustar a realidade às potencialidades”.

Deste modo, trazemos a questão estética para o contexto da formação tecnológica como presença considerável no processo criativo dos acadêmicos dos cursos de engenharia da UTFPR no que diz respeito a capacidade de inovarem, uma vez que

“a razão só é uma força objetiva e uma realidade objetiva porque todos os modos de ser são, uns mais, outros menos, espécies de subjetividade, modos de realização. O sujeito e o objeto não estão separados por um abismo insuperável, pois o objeto é, em si mesmo, uma espécie de sujeito, e todos os tipos de objetos culminam no sujeito compreensivo capaz de realizar a ação (...) a realização é uma força histórica e a palavra que designa razão como história é espírito, a qual não é uma cadeia de atos e acontecimentos, mas uma luta incessante para adaptar o mundo às crescentes potencialidades humanas”. Razão e Revolução p 23)

A imaginação é o que nos leva para além, é a transdisciplinaridade; nós imaginamos e a ciência se serve desta imaginação para criar, para engenhar e finalmente inovar nas mais diferentes áreas do conhecimento. Acreditamos, assim, na potencialidade da arte enquanto potencializadora do contexto de formação tecnológica à medida que ela vem a por os sentidos e a percepção dos acadêmicos em contato direto com o ser humano para o qual, em termos de solução de problemas, deve estar a tecnologia, ou devem ser destinadas as criações dos engenheiros; voltadas ao progresso da humanidade e para tanto, esse aluno deve estar atento ao outro e ao mundo ao qual faz parte.

### 3. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inevitável aceitar a inovação na vida do ser humano, em todas as épocas, em todos os tempos, pois a humanidade está em movimento de criação e de invenção ininterrupto, ou seja, a evolução é inevitável. Nesse processo está presente a educação solicitada por vários contextos; dentre os quais está a universidade tecnológica, de onde provém a possibilidade de soluções inovadoras aos mais diversos tipos de problemas e, conseqüentemente, de aumento de produtividade para o país. A motivação para a escrita desse artigo se deu mediante a solicitação do chefe de graduação (PROGRAD), Álvaro Alencar ao corpo docente da UTFPR, em Pato Branco em reunião com os professores no início deste ano de 2015, quando expôs junto ao grupo de graduação dessa instituição, a necessidade de melhorarmos o que já existe em termos de currículo e de criação de um itinerário alternativo para uma maior autonomia do aluno frente aos desafios das competências da profissão de engenheiro.

Partimos para o itinerário alternativo do diálogo entre as interfaces estética e engenharia pelo teatro, como via representativa da estética nesse contexto, uma vez que a arte dramática é capaz de contribuir à emancipação do sujeito, pois conforme assinala Jacques Rancière (2010, p. 31), o teatro tem a função de “desmantelar a fronteira entre os que agem os que veem, entre indivíduos e membros de um corpo coletivo”.

Constatamos junto aos filósofos Marcuse e aos demais teóricos referendados nesse artigo, a instauração de um possível diálogo entre arte e educação tecnológica desde que as instâncias envolvidas nesse processo de ensino estejam abertas à discussão da qualidade e da supremacia do pensar humano, onde a objetividade e a subjetividade sejam igualmente valorizadas e estimuladas enquanto potencialidade das atitudes do homem que pensa e opera a tecnologia.

#### 4. REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W. (1995). *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bastos, J. A. S. L. (Org.). (1998). *Tecnologia e integração: Coletânea “Educação e Tecnologia”*. Curitiba: CEFET-PR.
- Cauquelin, A. (2005). *Teorias da arte*. São Paulo: Martins Fontes.
- Domingues, D. (Org.). (1997). *A arte no século XXI: A humanização das tecnologias*. São Paulo: Fundação Ed. UNESP.
- Enguita, M. H. (1993). *Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Garin, E. (1996). *Ciência e vida civil no renascimento italiano*. São Paulo: Ed. UNESP.
- Grinspun, M. P. S. Z. (Org.). (1999). *Educação tecnológica desafios e perspectiva*. São Paulo: Cortez
- Marcuse, H. (1997). *A dimensão estética*. São Paulo: Martins Fontes.
- Markert, W. (1994). *Teorias de educação do iluminismo: Conceitos de trabalho e de sujeito*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Rancière, J. (2010). *O espectador emancipado*. Lisboa: Orfeu Negro.

## KOBRA E SRUR: OBRAS PARA UMA ARTICULAÇÃO ENTRE ARTE E ATIVISMO

**PEREIRA, Daniele Prates**

Docente do curso de Direito na Unioeste Francisco Beltrão/PR,  
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu  
em Sociedade, Cultura e Fronteiras, na Unioeste Foz do Iguaçu/PR  
E-mail: dany\_ppereira@hotmail.com

**MORAES, Denise Rosana da Silva**

Doutora em Educação pela UEM, docente do Programa de Pós-  
Graduação Strictu Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras,  
na Unioeste Foz do Iguaçu/PR  
E-mail : denise.moraes@unioeste.br

### RESUMO

A pesquisa proposta tem por objetivo articular o debate acadêmico sobre ativismo e arte com duas obras de artistas brasileiros: de Eduardo Kobra, chamada “Free Ana” e de Eduardo Srur, chamada “O aquário morto”. A pesquisa contará com levantamento bibliográfico a fim de discutir arte e ativismo, bem como o arte ativismo, ou artivismo. Para demonstrar ações ativistas a partir da arte, serão apresentadas as obras já citadas e seu sentido político a partir da proposta dos próprios artistas que as criaram e uma aproximação entre este sentido e as discussões de Rancière (2009).

**Palavras-chave:** Arte. Ativismo. Kobra. Srur.

### ABSTRACT

The research aims to articulate the academic debate about activism and art with two pieces of Brazilian artists: from Eduardo Kobra, “Free Ana” and from Eduardo Srur, “The Dead “. The research will count with a bibliographic data base to discuss art and activism, and also the art-activismo or artivism. To demonstrate activist actions through art the nominated pieces will be analysed and their political sense will be shown from their creator artists meaning and also an approach of this sense with the discussions of Rancière (2009).

**Key-words:** Art. Activism. Kobra. Srur.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa proposta tem como tema o ativismo. Percebem-se atualmente várias formas de atuação dos sujeitos por mais voz e visibilidade as suas demandas. Mais ainda, é perceptível a utilização das mais variadas formas de atuação dos sujeitos na tentativa de divulgar suas lutas, desde manifestações, ocupações, até a utilização da arte. Este último é o cerne da pesquisa, que questiona se a utilização da arte como transgressão e discurso de demandas políticas e sociais pode ser visto como ativismo.

Com base na pesquisa realizada, a arte, além de estética e poética, pode trazer consigo um sentido político, uma mensagem carregada de ativismo. Para estabelecer uma articulação entre a arte e o ativismo, a pesquisa analisará duas obras: uma de Eduardo Kobra, chamada "Free Ana" e uma de Eduardo Srur, chamada "O aquário morto", ambos artistas brasileiros. Será apresentado o sentido político das obras, a partir da proposta dos artistas, possibilitando o diálogo entre tais obras e o debate acadêmico sobre ativismo, arte e o movimento denominado arte ativismo (ou artivismo).

### 1. MOVIMENTOS SOCIAIS E ATIVISMO

Para compreender o ativismo, antes é importante considerarmos os movimentos sociais como palco de atuação do ativista. Contudo, movimento social não é um fenômeno social de fácil conceituação. Utilizaremos para este debate as teorias de Gohn (2002), que expõem os diferentes modelos de pensamento acerca dos movimentos sociais.

Existe certo consenso em definir como clássico o paradigma construído pela Escola de Chicago, tendo iniciado suas produções a partir de 1892 com W. I. Thomas. (GOHN, 2002, p.23). De acordo com a autora, a escola via os movimentos sociais "[...] como ações advindas de comportamentos coletivos conflituosos" (GOHN, 2002, p. 29). Para este modelo, os líderes dos movimentos eram fundamentais, portadores de grande carisma e deveriam ser apaziguadores.

Sobre as vertentes marxistas, Gohn (2002, p. 171) as vê como um outro modelo, que leva em consideração a luta histórica das classes e camadas sociais subordinadas: "O marxismo não é apenas uma teoria explicativa, mas é também uma teoria orientadora para os próprios movimentos. Por isto muitas vezes suas análises se assemelham a um guia de ação[...]" (GOHN, 2002, p. 173).

O panorama teórico dos novos movimentos sociais iniciou na Europa após os anos 60, principalmente porque muitos teóricos marxistas passaram a perceber transformações nas demandas populares, não mais referentes apenas às classes, mas também culturais e identitárias. Com essa nova forma de pensar os movimentos sociais, a partir das demandas, tornou-se complexa inclusive a classificação dos mesmos entre Marxistas, Neomarxistas e dos Novos Movimentos Sociais – um campo adentra no outro.

Em pesquisa publicada anteriormente, Alli, Mussoi e Pereira (2014), com base em Gohn (2002), assim discorreram: um dos autores mais representativos deste período o teórico espanhol Castells, que, como já apontado, transitou entre vertentes iniciais marxistas e, posteriormente direcionou-se para análises mais contemporâneas das práticas de mobilizações sociais. Para o autor, a movimentação social é a mediadora da transformação, já que estabelece um diálogo entre os grupos sociais e o Estado: Os movimentos sociais não são agentes de transformação social. Eles possuem limites políticos e técnicos. Estão sujeitos ao jogo do clientelismo político, em troca de demandas

imediatas. [...] os movimentos são fundamentais para uma gestão democrática da cidade, porque são os verdadeiros diagnosticadores das necessidades coletivas. (CASTELLS citado por GOHN, 2002, p. 192-193). O autor refere-se especialmente sobre os movimentos sociais urbanos, porém, muitas outras manifestações passam a surgir, sendo caracterizados como NMS (Novos Movimentos Sociais).

Os novos movimentos sociais diferem em muito dos movimentos tradicionais, ou clássicos. Primeiramente, a mudança do eixo das demandas da economia para um patamar mais cultural refletiu-se na sua organização, tornando-os mais descentralizados, sem hierarquias internas, com estruturas colegiadas e participativas, tornaram-se mais abertos, espontâneos e fluidos. As lideranças continuam a ter importante papel, porém, são apreendidas atuando em grupos, formando correntes de opiniões e deixando sem espaço os velhos líderes que se destacavam por sua oratória, por seu carisma e poder sobre seus liderados. (GOHN, 2002, p. 126).

Estes novos movimentos não possuem regra geral, uma pauta ou agenda fixa e estruturada, se organizam na luta por questões pontuais, específicas daquele contexto social, político e econômico.

Além da complexidade do conceito de movimentos sociais, as ações coletivas dependem das ações dos sujeitos, dessa forma, é importante se compreender o sujeito que atua, cria, organiza, pensa as atuações desses movimentos. É o ativista:

É “mais” que um militante - participa de um grupo, segue seus ideais, mas também vai às ruas e cria situações de confronto com seus alvos - e “menos” que um revolucionário - suas ações não buscam remodelar o sistema de poder vigente deforma impositiva. O ativista é um agente engajado, movido por sua ideologia a práticas concretas - de força física ou criativa - que visam desafiar mentalidades e práticas do sistema sócio-político-econômico, construindo uma revolução a passos pequenos. (ASSIS, 2006, p. 24).

Assis (2006), expressa que a definição de ativista não foi enfrentada pela academia, e cita Jordan para tratar sobre o tema: “o que é essencial ao ativismo não é simplesmente haver mais do que uma pessoa, como em um cinema, mas um sentido de solidariedade em busca da transgressão. Deve haver um sentido de identidade compartilhada, que pode ser entendido nesta etapa como pessoas reconhecendo, umas nas outras a raiva, o medo, a esperança ou outras emoções que sintam quanto a uma transgressão” (Jordan e Assis, 2006, p.13). Sendo assim, quando se fala em movimento social, pensa-se em ações possíveis pelas demandas sociais que permitem a organização de uma coletividade, direcionando-a a solução/transformação de uma situação real.

## **2. ARTE E ATIVISMO = ARTIVISMO**

Os novos movimentos sociais como novo modelo de luta demonstraram também novas estratégias de ação, dentre elas, o uso da mídia e da arte como instrumentos de comunicação, como forma de dar voz a suas demandas.

A arte foi desenvolvendo ao longo do tempo um papel social, um espaço de questionamento da realidade, do sujeito ou do próprio artista - ou de todos estes elementos unidos.

As técnicas, os artifícios, os dispositivos de que se utiliza o artista para conceber, construir e exibir seus trabalhos não são apenas ferramentas inertes, nem

mediações inocentes, indiferentes aos resultados, que se poderiam substituir por quaisquer outras. Eles estão carregados de conceitos, eles têm uma história, eles derivam de condições produtivas bastante específicas. (MACHADO, 2004, p. 06).

O artista se utiliza da tecnologia a seu dispor, contudo, não para o fim a que foi criada, mas como uma apropriação do artista e uma ressignificação.

Existem diferentes maneiras de se lidar com as máquinas semióticas crescentemente disponíveis no mercado da eletrônica. A perspectiva artística é certamente a mais desviante de todas, uma vez que ela se afasta em tal intensidade do projeto tecnológico originalmente imprimido às máquinas e programas que equivale a uma completa reinvenção dos meios. (MACHADO, 2004, p. 04).

O autor ainda se preocupa com o fato de que a arte não é um conceito fechado e simples, mas o que é arte também se transforma historicamente. Assim, no mundo contemporâneo, permeado de mídias comunicacionais, estas mídias, por mais que tenham sido criadas dentro da lógica da produção e lucro, podem ser utilizadas pelos artistas dentro desta mesma lógica:

Por mais severa que possa ser a nossa crítica à indústria do entretenimento de massa, não se pode esquecer que essa indústria não é um monolito. Por ser complexa, ela está repleta de contradições internas e é nessas suas brechas que o artista pode penetrar para propor alternativas qualitativas. Assim, não há nenhuma razão porque, no interior da indústria do entretenimento, não possam despontar produtos - como programas de televisão, videoclipes, música pop etc - que em termos de qualidade, originalidade e densidade significativa rivalizem com a melhor arte "séria" de nosso tempo. Não há também nenhuma razão porque esses produtos qualitativos da comunicação de massa não possam ser considerados verdadeiras obras criativas do nosso tempo, sejam elas consideradas arte ou não. (MACHADO, 2004, p.11).

Pois bem, se podemos aceitar que a arte pode acontecer mesmo dentro da lógica capitalista das mídias, dando novos significados para os produtos culturais, precisamos discutir a possibilidade de significar estes produtos culturais como ativistas.

No Brasil, artistas e ativistas possuem em comum o desejo de contribuir para a construção de discursos e de práticas que dialoguem de forma crítica com os problemas de nosso tempo. [...] É o que permite o aparecimento da noção de "artista-ativista", termo criado pelo coletivo americano Critical Art Ensemble (1996) para definir aqueles que, sendo ou não reconhecidamente artistas, se apropriam das mídias e tecnologias para produzir novas formas de intervenção cultural que seriam "artísticas" em seus modos de desenvolvimento e operacionalização (GONÇALVES, 2012, p. 181).

O arte ativismo então surge dentro da perspectiva das ações coletivas, utilizando a arte como instrumento de expressão de demandas sociais.

Vilas Boas (1973, p. 48), aponta que a arte engajada ou ativista se torna política, indo seu significado além de seus atributos estéticos e escolhas técnicas: "O engajamento com uma causa que tenha em sua gênese uma divergência com os sistemas de controle se torna, sob este entendimento, algo já político. Nasce política".

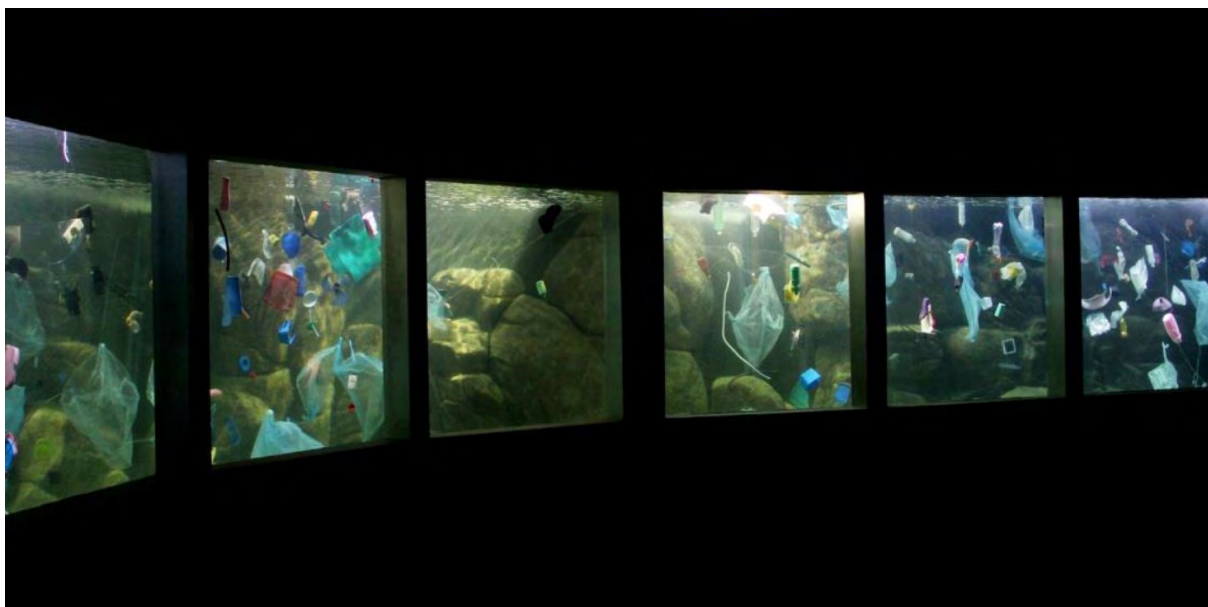
Artivismo é um neologismo conceptual ainda de instável consensualidade quer no campo das ciências sociais, quer no campo das artes. Apela a ligações, tão clássicas como prolixas e polémicas entre arte e política, e estimula os

destinos potenciais da arte enquanto ato de resistência e subversão. Pode ser encontrado em intervenções sociais e políticas, produzidas por pessoas ou coletivos, através de estratégias poéticas e performativas, como as que André de Castro tem vindo a prosseguir. A sua natureza estética e simbólica amplifica, sensibiliza, reflete e interroga temas e situações num dado contexto histórico e social, visando a mudança ou a resistência. Artivismo consolida-se assim como causa e reivindicação social e simultaneamente como ruptura artística – nomeadamente, pela proposição de cenários, paisagens e ecologias alternativas de fruição, de participação e de criação artística. (RAPOSO, 2015, p. 03).

Raposo resume em seus estudos o panorama do artivismo: nome dado a ações sociais e políticas, por iniciativas de grupos de pessoas ou coletivos institucionalizados ou não, utilizando de estratégias artísticas, estéticas ou simbólicas para atingir a sociedade em relação a suas causas e reivindicações sociais. O movimento encontra na arte sua voz, podendo expressar-se nas mais variadas linguagens, estabelecendo assim uma conexão sensível com os interlocutores.

### 3. EDUARDOS AMBIENTALISTAS: ARTIVISMO DE KOBRA E SRUR

A imagem abaixo retrata a obra “O aquário Morto” de Eduardo Srur, artista brasileiro, dentre suas obras estão variadas intervenções urbanas. Esta foi montada no aquário de Guarujá, litoral do Estado de São Paulo. A sala principal do Acqua Mundo, com visão de 360 graus, foi dividida ao meio, mantendo de um lado as espécies marinhas e do outro uma composição visual com o lixo sólido recolhido das praias da região, formando imagens impactantes para os visitantes do aquário. O artista reforça “a importância do simbolismo da obra em que cada um escolhe o que quer para o futuro do mar: um oceano de vidas ou um oceano morto.” (SRUR, 2014, *online*).



O Aquário Morto - Fonte: SRUR, 2014, *online*.

Nesta obra há um discurso simbólico em defesa do meio ambiente e pela conscientização dos turistas, maiores usuários das praias da região, em relação ao lixo da praia. Quando se olha para o tanque, e se percebe que o lixo ali colocado foi retirado das praias, e que cabe a cada um fazer a sua parte, este apelo tem peso relevante, e, muitas vezes atinge

os sujeitos de forma mais profunda do que as campanhas regulares pelo cuidado com as praias e meio ambiente em geral.

Também a obra de Eduardo Kobra possui relações com a luta ambiental. Eduardo Kobra é um grafiteiro brasileiro reconhecido internacionalmente. Foi convidado pela prefeitura de Moscou para pintar um mural em homenagem à bailarina Maya Plisetskaya, e, após encerrar seu compromisso, com dicas de grafiteiros russos, se arriscou para deixar uma mensagem pedindo liberdade para a compatriota Ana Paula Maciel, presa na cidade de Murmansk com outros ativistas do Greenpeace após um protesto contra a exploração de petróleo no Mar de Pechora, no Ártico, realizando uma obra na estação de metrô Mendeleevskaya.

De acordo com ZERO HORA (2013b), Kobra denuncia em muitos de seus trabalhos a questão da pesca predatória, do aquecimento global e dos maus tratos a animais, e a detenção dos tripulantes do *Arctic Sunrise* (nome do barco em que encontravam-se os manifestantes do Greenpeace) lhe inspirou a deixar seu recado em apoio à luta pelo Ártico. A obra retratou um urso polar, isolado em uma placa de gelo e erguendo uma placa onde se lê "Free Ana!" ("Libertem Ana", nome da manifestante brasileira também presa naquela oportunidade).



Free Ana - Fonte: ZERO HORA, 2013b, *online*.

Entenda o caso:

[...] ativistas se aproximaram de uma plataforma de petróleo no Mar de Pechora, no Ártico, e dois alpinistas começam a escalar a estrutura. Segundo a organização, o intuito seria pendurar faixas contra a exploração de petróleo no Ártico. Logo chega a guarda costeira russa, que atinge os alpinistas com jatos de água e os prende.



Na quinta-feira, segundo o Greenpeace, os ativistas estavam no navio esperando a libertação dos dois quando os russos chegaram em um helicóptero e usaram cordas para descer ao convés. [...] O Comitê Investigativo da Federação Russa (equivalente à Polícia Federal) publicou hoje uma nota em seu site dizendo que o serviço de proteção de fronteiras da região de Murmansk, área mais próxima da ação, no norte da Rússia, caracterizou o caso como “pirataria”, sob o artigo 227 do código penal russo. (ZERO HORA, 2013, *online*).

Os tripulantes foram detidos no dia 19 de setembro de 2013 sob acusação de pirataria. A prisão preventiva foi decretada em 26 de setembro. Em 03 de outubro de 2013 foi formalizada a acusação dos 30 detidos na Rússia e o Greenpeace divulgou as primeiras imagens do protesto, manifestantes escalando o navio russo. Em 10 de outubro de 2013 Dilma Rousseff, então presidente do Brasil, comenta o ocorrido em seu perfil do Twitter. Em 17 de outubro a movimentação global em apoio aos manifestantes do Greenpeace aumenta. O Greenpeace possui um abaixo assinado sob o signo #libertemos30 com mais de 2 milhões de assinaturas. Após o artista plástico brasileiro Eduardo Kobra ter grafitado o muro de Moscou pedindo a libertação da bióloga Ana Paula Maciel, onze vencedores do Prêmio Nobel da Paz assinaram carta ao presidente russo Vladimir Putin para defender a libertação dos trinta ativistas do Greenpeace detidos. 23/10 - A Justiça russa reduz a acusação de pirataria à de vandalismo, com possível pena de 7 a 15 anos de prisão. Em 12 de novembro de 2013 os manifestantes são transferidos a São Petersburgo. Em 14 de novembro Paul McCartney envia uma carta ao presidente russo, Vladimir Putin, por meio da qual solicita a libertação dos ativistas. Em 15 de novembro o Greenpeace anuncia que um comitê russo pediu a extensão da prisão provisória do grupo por mais três meses. A atriz francesa Marion Cotillard se encarcera em uma falsa prisão com outras dezenas de manifestantes, pedindo a liberação dos ativistas no Palais Royal, na capital francesa. Em 16 de novembro manifestações em diversas cidades do mundo protestam pela libertação dos integrantes do Greenpeace. A cantora Madonna pede a liberdade dos ativistas pelo Twitter. Em 18 de novembro a Justiça russa concede possibilidade de fiança a uma médica e a um fotógrafo russos, membros dos “Trinta do Ártico”. No dia seguinte, concede liberdade sob fiança a 10 dos 30 ativistas, em espera do julgamento. Em 20 de novembro de 2013, Ana Paula Maciel e sete ambientalistas são libertados da prisão em São Petersburgo após pagamento de fiança. Em visita à Rússia, o chanceler Luiz Alberto Figueiredo manifesta satisfação pela decisão da Justiça do país de conceder a liberdade à brasileira. Em 22/11 - O Tribunal Internacional do Direito Marítimo, com sede em Hamburgo (Alemanha), ordenou a liberação de todos os ativistas do Greenpeace e a devolução do Arctic Sunrise à ONG, após pagamento de fiança equivalente a 3,6 milhões de euros. Por fim, cedendo ao apelo transnacional, a Rússia aprova lei de anistia que beneficiou os 30 ativistas. (FAZENDA, 2013, *online*).

Estas demandas relacionadas com o meio-ambiente não surgiram prontas, não houve um acontecimento em específico que levasse as massas para as ruas ou um grande líder. Conforme os problemas ambientais foram surgindo, muitas vezes foram se insurgindo na luta por temas pontuais, sendo o ambientalismo uma forma de ativismo característica dos novos movimentos sociais. Muito embora o ambientalismo não possua raízes definidas, hoje é considerado como um movimento de cunho internacional com representantes por todo o mundo, mostra de que tornou-se um movimento organizado e consistente. [...] Assim, a despeito das mais variadas formas de movimentos ambientalistas é possível apontar como movimento organizado em prol do ambientalismo as

ONG's [Organizações não-governamentais]. Sendo necessário realçar que a palavra "ONG's" dada a sua penetração como movimento social organizado tornou-se "[...] termo da moda, principalmente em relação a ECO-92, para simbolizar o espaço de participação da sociedade civil organizada" [...]. Nesse caso, tem-se que a existência das ONG's como movimentos ambientalistas organizados representando a sociedade civil tem sido bem aceito no contexto do ambientalismo, sobretudo quando estão centradas nas mediações de caráter educacional, político, de assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico, no sentido de desencadear transformações micro e macro sociais, no que se refere ao ambientalismo global. (FERREIRA, 2009, *online*).

O Greenpeace é uma organização não-governamental ambientalista com escritórios em vários países e com atuação internacional através de campanhas e manifestações com embarcações. Todavia, o ativismo ambiental não é apenas aquele realizado pelas ONGs, mas muitas ações individuais são consideradas ativistas, como projetos sustentáveis de moradia (vilas ecológicas), produções orgânicas, e até mesmo o veganismo.

Assim, a arte de Eduardo Srur e de Eduardo Kobra utilizam materiais disponíveis de uma forma artística: Srur se apropria do espaço do aquário e choca os visitantes que começam a perceber a seriedade do lixo jogado no mar pelos turistas e pelos esgotos das cidades, isso pode trazer prejuízos vastos para a vida marinha e para a saúde das pessoas que divertem-se na praia. Kobra pinta quadros gigantes em prédios, pontões e outros locais, reconstruindo espaços urbanos. Na obra "Free Ana" une-se a causa ambiental apoiando os ativistas do Greenpeace e pedindo sua libertação, tornando-se assim também um ativista tanto ambiental como da luta por direitos humanos.

Rancière discute esta temática, unindo política à arte como forma sensível aos sujeitos, para o autor, as pessoas vêem o mundo de forma sensível.

A superfície dos signos "pintados", o desdobramento do teatro o ritmo do coro dançante: três formas de partilha do sensível estruturando a maneira pela qual as artes podem ser percebidas e pensadas como artes e como formas de inscrição do sentido da comunidade. Essas formas definem a maneira como obras ou performances "fazem política", quaisquer que sejam as intenções que as regem, os tipos de inserção social dos artistas ou o modo como as formas artísticas refletem estruturas ou movimentos sociais. (RANCIÈRE, 2009, p. 18-19).

O autor aponta que a construção da obra pelo artista, a transformação do material ou da palavra em uma obra, a significação, é que fazem a novidade, e tornam o artista um revolucionário.

A partir daí pode-se pensar as intervenções políticas dos artistas, desde as formas literárias românticas do deciframento da sociedade até os modos contemporâneos da performance e da instalação, passando pela poética simbolista do sonho ou a supressão dadaísta ou construtivista da arte. (RANCIÈRE, 2009, p. 26).

As obras analisadas de Srur e Kobra, bem como outras obras dos referidos artistas, demonstram como a arte possibilita o encontro entre estética e política, e uma se favorece da outra. A arte favorece a política por dar voz aos sujeitos, em nossa análise, à luta dos sujeitos pela preservação ambiental – isto porque a arte é mais sensível aos sujeitos, como afirma Rancière. A política favorece a arte, por atribuir-lhe sentidos além da estética, sentidos relacionados ao artista e aos sujeitos que apreciarão as obras, contribuindo para a reflexão sobre nosso mundo e sobre nós mesmos.

#### 4. CONCLUSÕES

O que a pesquisa apresenta como contribuição é a possibilidade de um novo modelo de atuação dos sujeitos como ativistas, por meio da arte, o que muitos autores denominam como ativismo ou arte ativismo. De qualquer forma, estas manifestações ainda geram discussões, pois para muitos a própria essência da arte é por si só ser transgressora, e tende a desafiar os padrões do sistema social.

A pesquisa apresenta, mesmo que de forma breve, como resultado a constatação de uma nova significação tanto para o ativismo como para a arte. Aproxima os novos movimentos sociais de cooperações com artistas, tendo em vista que a arte pode gerar maior identificação dos sujeitos com a luta do que campanhas e discursos institucionalizados. Lembrando o que Vieira Pinto (2005) expressa a arte como a produção humana mais perfeita que tem como significado expressar essa humanidade e fazer surgir o novo, que de certa forma, revela a sociedade tal como ela é em cada tempo histórico.

#### 5. REFERÊNCIAS

ALLI, Fernando Henrique Baena, MUSSOI, Helio Gustavo; PEREIRA, Daniele Prates. **Movimentos sociais contemporâneos: paradigmas teóricos e uma aproximação das mobilizações brasileiras de 2013 com o modelo Occupy Wall Street.** IN: Revista Capital Científico - Eletrônica (RCCe) - ISSN 2177-4153 - Vol. 12 n.3 - Julho/Setembro 2014. Recebido em 03/01/2014 - Aprovado em 20/05/2014 - Publicado em 24/10/2014. Disponível em: <<http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/2760/2322>>. Acesso em: Nov/2016.

ASSIS, Érico Gonçalves de. **Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo.** Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação strictu sensu em ciências da comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). São Leopoldo - RS: jan/2006. Disponível em:

<[http://bdtd.unisinos.br/tde\\_arquivos/6/TDE-2006-10-13T070310Z-88/Publico/Taticas%20ludicomidiatico.pdf](http://bdtd.unisinos.br/tde_arquivos/6/TDE-2006-10-13T070310Z-88/Publico/Taticas%20ludicomidiatico.pdf)>. Acesso em: mar/2012.

FAZENDA. **Rússia anistia brasileira e 29 outros ativistas.** Reportagem de Gabriela Walker, fonte Correio Braziliense - 26/12/2013, IN: Resenha Eletrônica - Ministério da Fazenda.

Disponível em: <<https://www1.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=939890>>. Acesso em: Nov/2016.

FERREIRA, Roberta Celestino. **Origem do ambientalismo como movimento social.** IN: Revista P@artes. ISSN 1678-8419. Publicado em 21/12/2009. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/socioambiental/rocelestino/ambientalismo.asp>>. Acesso em: Nov/2016.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais contemporâneos.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: ago/2013.

\_\_\_\_\_, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 3 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais.** 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

MACHADO, Arlindo. **Arte e mídia: aproximações e distinções**. IN: E-Compós - Revista Eletrônica da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Edição 1, em dezembro de 2004: <http://www.compos.org.br/e-compos>. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/15/16>>. Acesso em: Nov/2016.

MACHADO, Jorge Alberto S. **Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais**. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007, p. 248- 285. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a12.pdf>>. Acesso em: 26/03/2012 às 23h24min.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos Sociais Urbanos**. São Paulo: UNESP, 2008b.

SRUR, Eduardo. **O aquário morto**. Guarujá - 2014. Website oficial. Disponível em: <<http://www.eduardosrur.com.br/intervencoes/o-aquario-morto>>. Acesso em 18/10/2016.

PINTO, Álvaro Vieira. **O Conceito de Tecnologia (v.1)**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. Estética e política. 2 ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.

RAPOSO, Paulo. **Artivismo: articulando dissidências, criando insurgências**. IN: Cadernos de Arte e Antropologia, Vol. 4, nº 2/2015, pag. 3-12. Disponível em: <<https://cadernosaa.revues.org/909?file=1>>. Acesso em: Nov/2016.

VILAS BOAS, Alexandre Gomes. **A(r)tivismo: Arte + Política + Ativismo: Sistemas Híbridos em Ação**. 1973. São Paulo, 2015. Orientador: Prof. Dr. Agnus Valente. Dissertação (Mestrado em Artes) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/128178/000849699.pdf?sequence=1>>. Acesso em: Nov/2016.

ZERO HORA. **Brasileira é detida com grupo do Greenpeace no Ártico**. Postagem em 20/09/2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/09/brasileira-e-detida-com-grupo-do-greenpeace-no-artico-4276858.html>>. Acesso em: Nov/2016.

ZERO HORA. **Muralista se arrisca em Moscou e pinta protesto contra prisão de ativista brasileira**. Postagem em 15/10/2013b. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/10/muralista-se-arrisca-em-moscou-e-pinta-protesto-contra-prisao-de-ativista-brasileira-4301990.html>>. Acesso em: Nov/2016.

## O DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA RETRATADO NO CONTO “AS MÃOS DOS PRETOS”

**FERREIRA, Paula Helena Nacif Pereira Pimentel**

*Estudante do Programa de Pós-Graduação –  
Mestrado Acadêmico em Humanidades, Culturas e  
Artes (PPGHCA) – UNIGRANRIO/RJ  
E-mail: phnacifppferreira@gmail.com*

**ALMEIDA, Veronica de Andrade Martins de**

*Estudante do Programa de Pós-Graduação – Mestrado Acadêmico em  
Humanidades, Culturas e Artes (PPGHCA) – UNIGRANRIO/RJ  
E-mail: gajove@terra.com.br*

### RESUMO

Este artigo tem como proposta analisa a obra literária de Luís Bernardo Honwana: “As mãos dos pretos” (1986), onde o preconceito e o racismo de Moçambique são apresentados de forma lírica nos discursos “despretensiosos” dos personagens, em uma realidade social, cultural, histórica e religiosa entrelaçada num jogo simbólico. Dentro desta perspectiva, será realizada uma análise de como esta obra literária se faz presente na abordagem dos textos: “A Literatura e a Vida Social” de Antônio Candido, “História e Literatura: uma velha-nova história” de Sandra Pesavento e Jacques LeGoff: “História e Memória”. No conto, Luís Honwana usa o conto para mostrar a realidade preconceituosa existente na sociedade e como a religião marca o pensamento social de uma época. Entranhados na memória e na história moçambicana, os discursos retratam a crueldade para reafirmar as diferenças étnicas e o empoderamento.

**Palavras-chave:** Literatura, Moçambique, Religião.

### ABSTRACT

This article analyzes the literary work of Luís Bernardo Honwana: “The Hands of the Blacks” (1986), where the prejudice and racism of Mozambique are presented in a lyrical way in the “unpretentious” speeches of the characters, in a social reality, cultural, historical and religious intertwined in a symbolic game. From this perspective, an analysis will be made of how this literary work is present in the approach to texts: “Literature and Social Life” by Antônio Candido, “History and Literature: an old-new story” by Sandra Pesavento and Jacques LeGoff : “History and Memory”. In the story, Louis Honwana uses the short story to show the prevailing reality in society and how religion marks the social thought of an era. Trapped in Mozambican history and memory, the speeches portray cruelty to reaffirm ethnic differences and empowerment.

**Key-words:** Literature, Mozambique, Religion.

## INTRODUÇÃO

Este artigo está dividido em quatro eixos que abordam pontos importantes da história e identidade moçambicana, o escritor Luís Honwana, a obra literária comentada e o diálogo interdisciplinar da História e da Literatura na obra literária. Em cada eixo foi realizada uma reflexão sobre as questões culturais e identitárias de Moçambique, dentro da pesquisa bibliográfica e revisão literária efetivada.

Luís Honwana, em sua obra literária, traz para o conhecimento do seu leitor o preconceito da sociedade moçambicana que foi marcada por uma guerra civil que perdurou por aproximadamente dezesseis anos e está entranhada na memória e história de seu povo e <sup>2</sup> no próprio autor que agiu efetivamente nesse período tão difícil da história moçambicana.

Nas obras de literaturas africanas de língua portuguesa, desde seus primórdios, tem uma organização voltada para a construção de um ideal nacional empenhado com anticolonialíssimo, dando enfoque nas temáticas próprias da “nação”, mesmo sem ainda a tê-la. Logo, com a independência desses países africanos, vai existir a necessidade de “recriar” a tradição devastada pelo colonizador, no propósito de “criar”, efetivamente, a nação. Nessa perspectiva de reconstrução, aparece Luís Honwana com uma narrativa comprometida em mostrar os aspectos sociais e concepções religiosas do povo moçambicano.

Moçambique foi uma colônia portuguesa que, como toda colônia, sofreu com as vontades impostas pelos seus colonizadores. Portugal explorou suas riquezas naturais e impôs sua cultura aos moçambicanos durante anos. Moçambique se tornou independente em 1975 e em 1977 teve início a guerra civil que deixou cicatrizes na população. Milhões de mortos e uma realidade social com rastros da guerra de preconceito e de miséria.

O conto “As mãos dos pretos”, aborda opiniões e respostas ao questionamento de uma criança que não entende o motivo das mãos dos pretos não serem do mesmo tom de pele que o resto do corpo. São, ao todo, sete suposições, baseadas na história oral ouvida e passada de geração em geração, mas sem a cientificidade.

Cientificamente, hoje, sabe-se que o motivo real motivo de tal questionamento é que o ser humano não possui as células de pigmentação, melanócitos, nas palmas das mãos e nas plantas dos pés. Entretanto, no conto, muitas são as repostas. Respostas preconceituosas, marcadas por um discurso do poder do branco sobre o negro daquela sociedade, respaldadas no discurso religioso da religião católica apostólica romana.

No conto, o personagem representado por supostamente um menino, escuta várias repostas para seu questionamento da diferença das cores das palmas das mãos dos negros, repostas de vários indivíduos diferentes, de gêneros diferentes e posições sociais diversas. Respostas que não conseguiram aquietar o coração da criança, repostas que demonstram o racismo, a segregação e o preconceito vivenciado por aquela sociedade.

Para ratificar o poder do branco e a subalternidade do negro, o conto mostra como a religião favoreceu esse domínio racial ao longo dos séculos em Moçambique e em diversos países que foram colônias europeias como o Brasil.

## 1. A HISTÓRIA E IDENTIDADE MOÇAMBICANA

A identidade é um tema que apesar de ter sido discutido amplamente, não se esgota. Ela não se esgota porque está sempre em construção e sofre alterações de acordo com as interações sociais e grupos de pertença.

Analisando a dinâmica identitárias, é importante ter clareza que cada indivíduo pertence a diversos grupos sociais dentro de um momento histórico. Cada um desses momentos vai mostrar a identidade de um grupo em um determinado tempo.

Na história de Moçambique, realizada através de pesquisas bibliográficas, pode ser verificado que o país passou por vários momentos históricos que modificaram toda uma estrutura de funcionamento dos grupos, interação com o outro e novas identidades a partir desses novos contatos sociais.

Moçambique antes da chegada dos portugueses, no período anterior a colonização, era povoada por povos primitivos bosquímanos caçadores e recoletores. Por volta dos anos duzentos e trezentos DC, ocorreram as grandes migrações dos povos Bantu<sup>1</sup>. Esses povos tinham hábitos guerreiros e forçou a fuga dos povos originais para regiões mais pobres de recursos.

Ainda no século VI, iniciaram as relações comerciais na costa. Essas foram realizadas pelos Suáhil-árabes que tinham interesse em produtos do interior, principalmente o ouro e marfim que eram trocados com os árabes por artigos de origens diversas.

No final do século XV, Portugal inicia a penetração, por conta do ouro e das especiarias asiáticas.

O objetivo português não era só o de controlar o escoamento do ouro como também o de ter acesso as zonas produtoras. Como no Brasil<sup>2</sup> a exploração da metrópole passou por várias fases. Em Moçambique iniciou com o ouro depois marfim e os escravos.

Os sistemas de Prazos<sup>3</sup>, como o feudalismo, efetivaram o escoamento desses produtos, caracterizando a colonização portuguesa. A abolição desse sistema propiciou ainda mais o tráfico de escravos, mesmo após a abolição oficial.

Portugal foi forçado a realizar a ocupação efetiva do território moçambicano na conferência de Berlim. Entretanto, Portugal na possuía condições militares nem tão pouco financeira, logo, a alternativa viável foi o arrendamento da soberania e poderes de várias extensões territoriais a companhias majestáticas<sup>4</sup> e arrendarias.

A colonização portuguesa foi marcada por lutas truculentas que impuseram lutas de resistência aos moçambicanos. Efetivamente, a pacificação de Moçambique pelos portugueses só aconteceu recentemente, no século passado.

1 Povos de hábitos guerreiros, oriundos dos Grandes Lagos

2 Foi colônia portuguesa que teve a exploração do pau-brasil, cana-de-açúcar e ouro.

3 Espécie de feudos de mercadores portugueses que ocuparam uma porção de terra doada, comprada ou conquistada.

4 As companhias majestáticas ou privilegiadas eram companhias privadas portadoras de uma carta de concessão de um governo que lhes conferia o direito a certos privilégios comerciais.

5 Esta organização representa a fusão de três movimentos: UDENAMO (União Nacional Democrática de Moçambique), MANU (Mozambique African National Union) e a UNAMI (União Nacional de Moçambique Independente).

Para a libertação da opressão e o fascismo de Portugal, os moçambicanos tiveram que ir à luta. A FRELIMO<sup>5</sup> (Frente de Libertação de Moçambique), fundada em 1962, foi quem comandou a luta de libertação Nacional.

Eduardo Mondlane foi o presidente à frente da FRELIMO iniciando a luta de libertação Nacional em 1964. Após ser assassinado, Samora Machel assumiu a frente e proclamou a independência em 1975. Sendo que nos anos 80, o país viveria um novo conflito armado dirigido pela RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) que só teve fim em 1992 com a assinatura do acordo de paz entre a FRELIMO E RENAMO. Em 1994, o país realizou suas primeiras eleições multipartidárias.

Após todo momento de colonização e de guerra civil que Moçambique viveu, foi necessário a busca de uma identidade nação. Segundo Anderson<sup>6</sup> (2005), a nação é uma comunidade política imaginada e que é planejada ao mesmo tempo limitada e soberana: “É imaginada porque até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão (Anderson, 2005, p. 25).

Para Bauman<sup>7</sup> (2004), a concepção de “identidade nacional” não foi criada de maneira natural, e sim de maneira planejada intencional na prática humana e do desenvolvimento de sociedades: “ A ideia da identidade nasceu na crise de pertença e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o ‘deve’ e o ‘é’ e erguer a realidade à semelhança da ideia” (BAUMAN, 2004, p. 26). Em outro aspecto, a ideia de pertença de um “povo” é adequada quando os indivíduos possuem a ideia de direito e deveres de cidadania (SMITH, 1999). ANDERSON (2005), assinala que as novas nações que surgiram após a 2ª Guerra Mundial se formaram com uma característica diferenciada: “um grande número dessas 5 nações (sobretudo não europeias) adotaram línguas oficiais europeias [...], foram buscar ao nacionalismo linguístico europeu o seu ardente populismo e ao nacionalismo oficial a propensão política para a russificação” (ANDERSON, 2005, p. 157). Para ele, o que favoreceu a construção das nações foi o sentimento de pertença, onde o “nós” baliza o símbolo do nacionalismo e a teoria da legitimidade política, onde as fronteiras étnicas não atravessem as fronteiras políticas. Moçambique encaixa-se neste contexto, pois para a independência, foi preciso unificar os três movimentos que contestavam a ocupação colonial portuguesa. Para Mondlane<sup>8</sup>, a consciência de patriotismo dos moçambicanos na luta contra a ocupação colonial teve seu ápice com a contribuição efetiva dos intelectuais moçambicanos, inspirando à unidade nacional. “Foi na escola que começaram a organizar-se. O próprio sistema de educação português constituía para eles um forte motivo de descontentamento” (MONDLANE, 1969/1995, p. 95).

5 Esta organização representa a fusão de três movimentos: UDENAMO (União Nacional Democrática de Moçambique), MANU (Mozambique African National Union) e a UNAMI (União Nacional de Moçambique Independente).

6 Foi um cientista político estadunidense, professor emérito na Universidade Cornell e irmão do historiador marxista Perry Anderson.

7 Recebeu os prêmios Amalfi (1989, por sua obra *Modernidade e Holocausto*) e Adorno (1998, pelo conjunto de sua obra). É professor emérito de sociologia das universidades de Leeds e Varsóvia.

8 Foi um dos fundadores e primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), a organização que lutou pela independência de Moçambique do domínio colonial português. O dia da sua morte, assassinado por uma encomenda-bomba, é celebrado em Moçambique como Dia dos Heróis Moçambicanos.



Stuart Hall (2000) no texto “Quem precisa de identidade?” questiona para que a identidade no sentido da construção dessa identidade ser o fator das formas de relacionamento de poder dentro da sociedade.

[...] as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma ‘identidade’ em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna (HALL. 2000, p.109).

Hall (2000) aponta a questão da identidade e para além dela. Reflete sobre o conceito de identificação no campo psicanalítico e discursivo sem limitar-se a eles, definindo a como “um processo de articulação, uma saturação, uma sobre determinação, e não uma subsunção”. Dentro desta perspectiva, não há uma totalidade e está sujeita ao “jogo” da *différance*.

E uma vez que, como um processo, a identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento, e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras”. Para consolidar o processo ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui (Hall, 2000 p. 106).

A identificação como a identidade está em formação, em processo de construção. A identificação é o que nos inclui aos grupos de pertença, é construída a partir do reconhecimento de alguma característica ou origem em comum com outras pessoas.

Bhabha aponta um outro conceito (1988, p.73):

A questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia autocumpridora – é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem. A demanda da identificação – isto é, ser para um Outro – implica a representação do sujeito na ordem diferenciadora da alteridade.

Moçambique passou por vários processos de identidade e identificação. Foi colônia portuguesa, passou por vários momentos de luta para se tornar uma Nação.

Na concepção de Ngoenha (1998), a identidade moçambicana é o resultado da criação de uma Nação moçambicana e que, na sua percepção, significa que é o ponto de partida das lutas por liberdade dos moçambicanos. Ainda de acordo com Ngoenha, “a existência da Nação moçambicana depende da capacidade do projeto político de resolver as rivalidades e os conflitos entre grupos sociais, religiosos, regionais ou étnicos, segundo regras reconhecidas como legítimas” (1998, p. 31).

Para Hall (2003, p. 59-61) “as identidades modernas estão sendo ‘descentradas’, isto é, deslocadas ou fragmentadas”, e o conceito de nação como uma “identidade cultural unificada” é irreal e imaginária. O autor para esclarecer a afirmativa, aponta as dificuldades que corroboram em constituir uma “identidade cultural nacional unificadora”:

A maioria das nações consistem de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta, isto é, pela supressão forçada da diferença cultural; sempre compostas de diferentes classes sociais e diferentes grupos étnicos e de gênero; hegemonia cultural sobre a cultura dos colonizados (HALL. 2003, p. 59-61).

Ainda segundo o autor, seria possível unificá-las através da etnia, conjunto de características culturais, que pertencem a um povo. Entretanto, o mesmo revela que constituiria mais um ensaio frustrado, sendo criado baseando-se em um mito, pois toda nação é constituída pela junção de culturas, sendo “as nações modernas são todas híbridos culturais (HALL. 2000, p. 62)”. Elisio Macamo considera a identidade moçambicana como sendo difícil de caracterizar, abordando diversas causas entre elas as questões política e histórica e, em contrapartida, o fato da identidade ainda estar em construção.

## 2. O ESCRITOR LUÍS HONWANA

Luís Augusto Bernardo Manuel. Seu apelido é Honwana que vem da sua linha paterna. Nasceu em Lourenço Marques, atual Maputo, em 1942, e viveu com seus pais até os dezessete anos de idade. Filho de família humilde com oito irmãos. Atualmente, mora em Xipamanine, e atua como jornalista, além de frequentar o liceu.

Participou de trabalhos artísticos (exposições) durante um período, porém não deu continuidade.

Suas primeiras obras foram escritas, muito antes da sua publicação. Honwana escrevia, mas não dava importância as suas produções. Seu gosto pela produção literária ganhou incentivo quando alguns autores como José Craveirinha e Eugénio Lisboa, publicaram algumas de suas produções em jornais.

Honwana, devido seu envolvimento com frentes revolucionárias, passou um tempo na prisão onde escreveu seu primeiro e único livro, *Nós Matamos o Cão-Tinioso*, em 1964, com o intuito de mostrar a realidade do racismo colonial português. Este livro exerceu grande influência na geração de escritores moçambicanos pós-colonial e logo após sua publicação, foi imediatamente apreendido pela PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), tornando rara sua edição original. Em 1969, ainda no colonialismo e no auge da guerra colonial, a obra foi publicada em língua inglesa, obtendo ampla divulgação e reconhecimento internacional, sendo traduzida para diversos idiomas.

Esta obra estabeleceu um novo paradigma para o texto narrativo moçambicano, sendo composta de um estilo simples e econômico, dando atenção aos aspectos visuais das histórias.

Dentro desta perspectiva, o autor integrante e totalmente envolvido com esse contexto histórico coletivo, desenvolve seu papel crítico e social. Segundo Candido (2006, p.35):

Os elementos individuais adquirem significado social na medida em que as pessoas correspondem a necessidades coletivas; e estas, agindo, permitem por sua vez que os indivíduos possam exprimir-se, encontrando repercussão no grupo. As relações entre o artista e o grupo se pautam por esta circunstância e podem ser esquematizadas do seguinte modo: em primeiro lugar, há necessidade de um agente individual que tome a si a tarefa de criar ou apresentar a obra; em segundo lugar, ele é ou não reconhecido como criador ou intérprete pela sociedade, e o destino da obra está ligado a esta circunstância; em terceiro

lugar, ele utiliza a obra, assim marcada pela sociedade, como veículo das suas aspirações individuais mais profundas.

Após a independência, Honwana desempenhou uma função alta no governo. Foi presidente da Organização Nacional dos Jornalistas de Moçambique e também exerceu as funções de diretor do gabinete do presidente Samora Machel e secretário de Estado da Cultura.

Honwana com seu livro inspirou grandes autores moçambicanos como Mia Couto com sua literatura africana subsaariana apaixonante marcando toda a história africana.

### **3. A INFLUÊNCIA RELIGIOSA E A OBRA LITERÁRIA “AS MÃOS DOS PRETOS”**

Ao longo da história podemos assinalar o poder religioso, principalmente judaico cristão, em diversas ações.

Com as grandes navegações, os colonizadores impuseram sua religião de forma categórica aos seus colonizados.

Entretanto, os negros foram os mais discriminados, tratados como objetos e com o apoio da igreja que explica tal conduta com a passagem bíblica do antigo testamento, narrado no livro de Gênesis: “Maldito seja Canaã, disse ele; que ele seja o último dos escravos de seus irmãos!” (GÊNESIS 9, 25).

A igreja passou a entender que os que se recusavam a Fé cristã eram descendentes do personagem bíblico Cam, um dos filhos de Noé, execrado pelo próprio pai, justificando assim sua postura de apoio à escravidão e ao empoderamento do branco.

No conto “As mãos dos pretos”, as questões racistas e preconceituosas foram abordadas e mostradas como a sociedade explica a cor das mãos dos negros, buscando o mito da Criação, a religião, como justificativa.

Honwana trouxe uma narrativa realizada por uma criança, supostamente um menino, porque no final do conto vai jogar bola, e mestiço porque na catequese ouve do Senhor Padre que até os negros prestavam mais do que eles, contando ao leitor às explicações que lhe foram passadas através da história oral e o que sua memória lhe forneceu, através da leitura de um livro, para compreender a questão das palmas das mãos dos negros serem mais claras que as outras partes do corpo.

No decorrer da narrativa, a criança relatou as explicações que obteve das diversas pessoas das quais questionou para a busca da resposta de seu questionamento. Essas pessoas, colaboradoras, ocupavam diferentes funções e posições dentro da sua realidade. A criança procurou respostas de pessoas com representatividade como: o Senhor Padre, representante da igreja-religião, e do Senhor Professor, representante da escola-educação. Além da colaboração dos personagens anteriormente expostos, a criança buscou respostas de personagens de diferentes profissões e gêneros e classes sociais distintas.

O conto não aponta uma temporalidade explícita. O que remete a uma possível temporalidade é o fato da presença do personagem Senhor Antunes, vendedor da Coca-Cola, tendo a bebida aparecido na década de quarenta e tendo seu auge na década de sessenta do século passado. Isso demonstra o quão racismo e o preconceito

são antigos e ao mesmo tempo atuais e também como eles são uma realidade não só moçambicana, mas uma realidade de diversos países como o Brasil.

Os esclarecimentos dados à pergunta tão intrigante para aquela criança: “Por que as mãos dos pretos são brancas?” Descritas abaixo, seguindo a ordem do conto, de forma resumida:

1. Senhor Professor: porque seus avós andavam com as mãos apoiadas no chão como “bichos do mato” e por isso não eram expostas ao sol.
2. Senhor Padre: porque viviam com as mãos juntas postas a rezar e por isso não as queimavam.
3. Dona Dores: Deus fez as mãos dos negros brancas para que não sujasse a comida dos seus patrões ou quaisquer outras coisas que os mandassem fazer.
4. Senhor Antunes da Coca-Cola: Deus, Jesus Cristo, Virgem Maria, outros Santos e pessoas que morreram se reuniram e decidiram usar o barro das criaturas para fazer os negros que se seguraram na chaminé enquanto o barro cozinhava e por isso as mãos ficaram brancas.
5. Senhor Frias: Deus fez os homens todos iguais, pretos que ao se lavarem saíam brancos, os que foram feitos de madrugada só molharam as plantas dos pés e das mãos porque a água estava fria.
6. Livro citado pelo narrador: os negros tinham a pele escura porque viviam encurvados pegando muito sol quando colhiam algodão.
7. Dona Estefânia: As mãos ficaram brancas porque foram muito lavadas.
1. Mãe: porque Deus fez as mãos dos homens iguais para mostrar que os homens são iguais, independentemente da cor de sua pele.

É possível perceber o preconceito e o racismo nas explicações de alguns personagens baseadas principalmente vinculadas a religião, no mito da Criação. O uso do barro usado para fazerem as criaturas e aí reutilizados para fazerem os negros é impressionante.

O conto é marcado por diferentes falas preconceituosas que apontam a questão da cor da pele como se fosse sujeira como no relato da Dona Estefânia, Dona Dores e, principalmente o Senhor Frias.

Deus acabava de fazer os homens e mandava-os tomar banho num lago do céu. Depois do banho as pessoas estavam branquinhas. Os pretos, como foram feitos de madrugada e a essa hora a água do lago estivesse muito fria, só tinham molhado as palmas das mãos e as plantas dos pés, antes de se vestirem e virem para o mundo (HONWANA, 1980).

A explicação do Senhor Frias tenta convencer o narrador porque vem seguida de uma afirmação como se não houvesse resposta correta a não ser esta: “Nesse mesmo dia, o Senhor Frias chamou-me, depois de o Senhor Antunes ter ido embora, e disse-me que tudo o que eu tinha estado para li a ouvir de boca aberta era uma grandíssima peta. Coisa certa e certinha sobre isso das mãos dos pretos era o que ele sabia (HONWANA, 1980) ”.

Segundo Breton (2003, p. 24): “A palavra humana engloba esses três registros: exprimir, informar e convencer. Ela é fruto de uma combinação original desses três elementos no interior da qual o convencer poderia desempenhar um papel preponderante”.

O narrador, surpreendido pelo choro de sua mãe ao lhe dar a explicação, compreende ao final o que lhe parece “verdadeiro” na explicação enunciada por ela.

Honwana alcançou o leitor passando toda crueldade inventiva do pensamento humano, revelando todo o preconceito que está contido de forma clara, mas maquiado, como se não existisse, nos discursos proferidos pelos personagens nas histórias narradas.

#### 4. A REFLEXÃO DIALÓGICA ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA NO CONTO “AS MÃOS DOS PRETOS”

Uma das especificidades da História é a sua preocupação em estabelecer a “verdade”, já a Literatura não tem esse mesmo compromisso.

Dentro do conto “As mãos dos pretos”, são possíveis perceber pontos de diálogo entre a história e a literatura.

Estas formas de percepção podem ser vistas de várias maneiras: como no resgate da sensibilidade de um determinado período, nos motivos que levaram um romancista/poeta a produzir tal texto ou mesmo no interesse de romancear a História em um dado momento (DONATO, 2007).

Apesar da Literatura e da História terem suas especificidades e suas fronteiras delimitadas, o imaginário<sup>9</sup> redimensiona as relações entre elas.

[...] o imaginário encontra a sua base de entendimento na idéia da representação. Neste ponto, as diferentes posturas convergem: o imaginário é sempre um sistema de representações sobre o mundo que se coloca no lugar da realidade, sem com ela confundir-se, mas tendo nela o seu referente. Mesmo que os seguidores da História Cultural sejam freqüentemente atacados por negarem a realidade – acusação absurda e mesmo ridícula – nenhum pesquisador, em sã consciência, poderia desconsiderar a presença do real (PESAVENTO, 2006, p. 13).

Na leitura do conto, percebe-se uma série de explicações para a indagação da criança. Entretanto, nenhuma das explicações dadas trazem um documento oficial que a certifique como “verdadeira” como requer a história da visão europeia ocidental (LE GOFF, 2003, p.18). Ele traz a concepção de história na linguagem romanceada que segundo Le Goff (2003, p. 19): “[...] Mas a história pode ter ainda um terceiro sentido, o de narração. Uma história é uma narração, verdadeira ou falsa, com base na ‘realidade histórica’ ou puramente imaginária – pode ser uma narração histórica ou uma fábula”.

A obra literária aborda questões sociais e históricas que mesmo sem uma data explícita, caracteriza uma sociedade em um determinado espaço e tempo e que também representa não só a época de sua publicação como também assumem representações ao longo do tempo e espaço. Pesavento (2006, p. 13) afirma que:

Por um lado, há uma tentativa de viés antropológico (DURAND, 1989; DURAND,2000), que se baseia na idéia da possibilidade de divisar traços e rasgos de permanência na construção imaginária do mundo, num processo que beiraria o conceito dos arquétipos fundamentais construtores de sentido e que acompanhariam a trajetória do homem na terra. Por outro lado, em uma versão historicizada (LE GOFF, 1985), articula-se o entendimento de que os imaginários são construções sociais e, portanto, históricas e datadas, que guardam as suas

<sup>9</sup> Pesavento (2006, p. 12) O imaginário é sistema produtor de idéias e imagens, que suporta, na sua feitura, as duas formas de apreensão do mundo: a racional e a conceitual que formam o conhecimento científico, e das sensibilidades e emoções, que correspondem ao conhecimento sensível.

especificidades, assumem configurações e sentidos diferentes ao longo do tempo e através do espaço.

Portanto, é possível verificar no discurso literário a realidade social que interage com o leitor, proporcionando uma leitura ficcional que remete a um tempo histórico real.

De acordo com Donato (2007, p. 6-7):

A literatura é um saber privilegiado que nos permite acompanhar o processo de criação de uma consciência de país; ela se encontra no limiar do inconsciente, na formação das estruturas cognitivas e ficcionais dos homens. O vínculo com a História se estabelece no fato de que ambas são produtos do gênio humano.

O conto denuncia a realidade histórica de uma sociedade colonizada que foi fortemente marcada pela escravidão, exploração e ruptura com sua cultura em função do seu colonizador, perdendo assim sua identidade, reproduzindo a ideia de seu dominador.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo abordou a questão do preconceito e racismo em Moçambique. Foi abordada a história e a construção identitária de Moçambique, sendo possível entender os conflitos pela luta contra o colonizador e pela independência vivenciada ao longo de sua história, percebendo as cicatrizes deixadas.

Na obra literária, as explicações dadas como respostas para a indagação das cores das palmas das mãos dos negros mostraram a forte influência da religião do dominador nas vidas e nos discursos dos personagens, registrados claramente no conto "As mãos dos pretos" de Luis Honwana.

Foi realizada uma interpretação da obra, vinculando à Literatura com a História em um diálogo interdisciplinar.

Honwana abordou questões conflitantes na sociedade moçambicana e que levam os seus leitores a uma reflexão crítica para a manipulação da palavra e do empoderamento da classe dominante que articula de forma subliminar a sequência das divisões de classes economicamente.

Sua obra é de grande relevância social não só no seu tempo histórico como nas sociedades contemporâneas, principalmente no que tange a discriminação e preconceito.

O discurso proferido pela mãe da criança na obra deve ser divulgado e levado como um lema ou bordão onde as palmas das mãos nos caminham a uma só conclusão: SOMOS TODOS IGUAIS!

### REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. (2005) *Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70. **13**

BAUMAN, Zygmunt. (2005) *A Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi*/Zygmunt. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BHABHA, Homi K. (1998) O local da cultura. In: *Interrogando a identidade*. Tradução: Myriam Ávila Eliana Lourenço de Lima Reis Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, p. 70-104.

- BOSI, Ecléa. (1987) *Memória e sociedade, lembrança de velhos*. São Paulo: Quetzal.
- BRETON, Philippe. (1999) *A manipulação da palavra*. São Paulo: Loyola.
- CANDIDO, Antônio. (2006) *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Ouro sobre Azul.
- \_\_\_\_\_. (1975) *Formação da Literatura Brasileira*, vol. 2. 5ª ed. São Paulo: USP.
- DONATO, Gerson. (2007) Quando Clio se encontra com Calíope. In: *Revista de História se Comparada*, volume 1, número 2. Disponível em: [www.hicomparada.historia.ufrj.br/revistahc//volume0001\\_Num002\\_artigo004](http://www.hicomparada.historia.ufrj.br/revistahc//volume0001_Num002_artigo004). Pdf. Acesso em: 17 jul.2016.
- HALL, Stuart. (2000) Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.), *Identidade e Diferença – A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. P. 103-133.
- \_\_\_\_\_. (2003) *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- HONWANA, Luis Bernardo. (1980) As mãos dos pretos. In: *Nós matamos o cão tinoso*. São Paulo: Ática, p. 75-77.
- LARANJEIRA, Pires. (2001) *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- LE GOFF, Jaques. (1990) *História e Memória*. São Paulo. Ed. Da UNICAMP.
- KABSWASA, Nsang O'Kan. (1996) In: SECCO, Carmen Lúcia Tindó. *Síntese da história angolana: cronologia e alguns textos*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras. UFRJ. Apostila p.14.
- MACAMO, Elisio. *Entrevista sobre a Identidade Moçambicana*. Realizada no dia 15.05.2001 no Porto.
- MONDLANE, Eduardo. (1969/1995) *Lutar Por Moçambique*. Maputo: Minerva Central.
- \_\_\_\_\_. Tribos e Grupos étnicos Moçambicanos (seu significado na Luta de Libertação Nacional (1967): In: MUIUANE, A. P. *Datas e Documentos da História da FRELIMO*. 3. ed. revista, melhorada e ampliada. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2009.
- NGOENHA, Severino. (1998) Identidade Moçambicana: Já e Ainda não In Carlos Serra (org.), *Identidade, Moçambicanidade, Moçambicanização*. Maputo: Livraria Universitária UEM.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. (2006) História e Literatura: uma velha-nova história. In: *História e Literatura: Identidades e Fronteiras*. Cléria Botelho da Costa e Maria Clara Tomaz Machado (org.) Ed. Edufu, p. 11-26.
- Portal de Moçambique. Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/> Acesso em: 05/ 06/2016.
- MARTINS, Rui. (2012) Luis Bernardo Honwana – um escritor moçambicano a não esquecer. In: *Tertúlia Bibliófila* Disponível em: <https://tertuliabibliofila.blogspot.com.br/2012/03/luis-bernardo-honwana-um-escritor.html> Acesso em: 05/06/2016.

## GT: 2 - Estudos de gênero, sexualidades e corporalidades

Coordenadores: Teresa Kleba Lisboa e  
Felipe Bruno Martins Fernandes



## **EFEITOS DO CLIMATÉRIO NA PÓS-MENOPAUSA COMO AGENTES FACILITADORES DE ALTERAÇÕES BIOPSISSOCIAIS FRENTE AO ENVELHECIMENTO FEMININO**

**ANDRADE, Livia Vasconcelos de**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense  
Bolsista CAPES  
liviadeandrade@gmail.com

**ISTOE, Rosalee Santos Crespo**

Professora Dra. do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense  
rosaleeistoe@gmail.com

**MANHÃES, Fernanda Castro**

Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense  
castromanhaes@gmail.com

### **RESUMO**

O presente trabalho, teve como principal propósito conhecer por meio da percepção de mulheres idosas os possíveis efeitos ou alterações que estão agregados ou associados ao climatério e pós menopausa. Decorreu-se a pesquisa sob uma perspectiva holística e biopsicossocial. Procurou-se identificar em um grupo de mulheres idosas, pertencentes de um Programa para Terceira Idade, os principais aspectos, alterações e distorções mais frequentes no climatério e na pós-menopausa. Este estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa aplicada, com delineamento transversal, seguindo uma abordagem qualitativa e de natureza exploratória e descritiva diante do problema exposto. Outra vertente importante deste trabalho, propiciou uma reflexão sobre possíveis ações para uma melhor qualidade de vida, frente ao processo de envelhecimento humano. A coleta de dados foi extraída através de questionários, que foram respondidos pelas participantes em um evento ocorrido na universidade onde o grupo participa de um programa de extensão. A hipótese inicial é de que é possível que os efeitos do climatério e da pós-menopausa atuem como facilitadores nas alterações biopsicossociais e interfiram continuamente no processo de envelhecimento da mulher. Os resultados indicam que os impactos da fase climatérica atuam de maneira parcial sob a vivência das mulheres participantes. Os sintomas presentes no climatério, como também as perspectivas que referem-se a qualidade de vida, estão profundamente associadas as atitudes e compreensões das próprias mulheres com relação à esta etapa de transformação e a continuação dela por todo envelhecer.

**Palavras-chaves:** Climatério e pós-menopausa; percepção; envelhecimento feminino; biopsicossocial.

## **Introdução**

Embora faça parte do envelhecimento feminino, pouco se tem falado sobre climatério e não existem incentivos educativos nessa área, nem no que abrange tanto na saúde física, quanto na mental. Haja visto que envelhecer com qualidade se tornou um objetivo para muitos, ainda sabe-se muito pouco sobre a fase climatérica, cujo início marca na existência da mulher, a transição da vida reprodutiva para a não reprodutiva.

O climatério e a pós-menopausa, podem ser considerados assuntos novos, visto pelo percurso histórico, pois, por muitos séculos era um assunto inexistente devido à baixa esperança de longevidade. Nos dias atuais, a expectativa de vida ao nascer é de aproximadamente 75 anos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a terceira idade no Brasil cresceu cerca de 11 vezes nos últimos 60 anos, passando de 1,7 milhões para 18,5 milhões de pessoas nesta faixa etária, em 2025 serão 63 milhões e em 2050, um em cada três brasileiros será idoso. Dessa forma, diante das estimativas, o Brasil vem se mostrando um país com grande concentração de idosos.

Quanto ao conceito de climatério, parece não haver desacordo, porém, há uma grande disparidade quanto a sua duração, o que causa desordem quanto às nomenclaturas usadas para este período. A Organização Mundial da Saúde considera o climatério como sendo o período compreendido entre a perimenopausa (dois a cinco anos antes da última menstruação) até um ano após o término dos ciclos menstruais. Já a International Menopause Society (IMS) estende este período até o início da terceira idade (65 anos).

Assim, como a definição do termo climatério ainda não apresenta consenso, a abordagem deste processo também é cercada de controvérsias. Dessa forma, o presente artigo apresenta como principal objetivo conhecer os possíveis efeitos físicos e psicossociais que envolvem a fase pós-menopausa.

A estratégia para adquirir essas informações foi direcionada através de questionários e palestras, conhecendo por meio tanto da escuta como dos quantitativos apresentados, se de fato ocorrem efeitos no envelhecimento da mulher, no que tange a pós-menopausa.

## **Desenvolvimento**

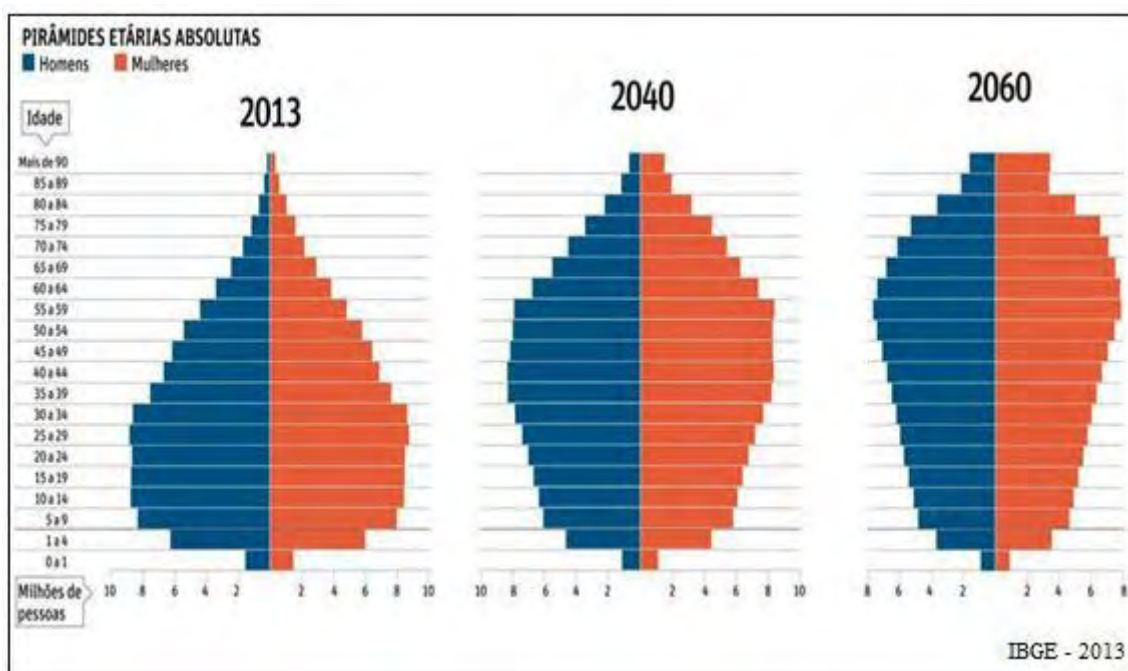
Expectativa de vida: mudanças na pirâmide etária, envelhecendo em um Brasil mais velho.

O envelhecimento é amplamente discutido na sociedade e nos locais de formação acadêmica, isso porque a atenção mundial tem se dirigido ao aumento progressivo da população idosa. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a terceira idade no Brasil cresceu cerca de 11 vezes nos últimos 60 anos, passando de 1,7 milhões para 18,5 milhões de pessoas nesta faixa etária, em 2025 serão 63 milhões e em 2050, um em cada três brasileiros será idoso.

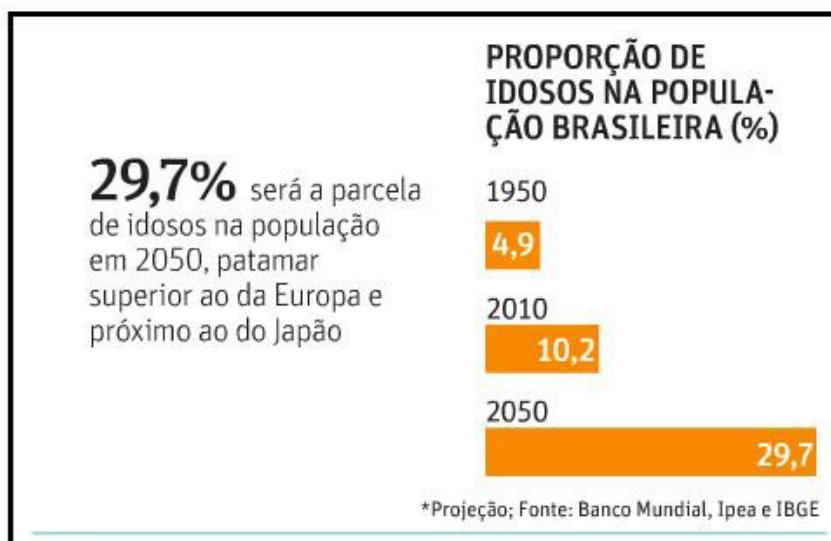
A expectativa de vida ao nascer no Brasil subiu para 74,9 anos em 2013, para ambos os sexos, em 2012 essa probabilidade era de 74,6 anos, gerando um aumento de três meses e 25 dias. Mas, se comparada com a de dez anos atrás, a expectativa de vida do brasileiro aumentou mais de três anos. Em 2003, era de 71,3 anos (IBGE - 2014).

Para a população masculina, o aumento foi de três meses e 29 dias, passando de 71 anos em 2012 para 71,3 em 2013. Já para as mulheres, o ganho foi um pouco menor: em 2012, a esperança de vida ao nascer delas era de 78,3 anos, elevando-se para 78,6 anos em 2013, um aumento de três meses e 14 dias (IBGE - 2014).

Pode-se observar na pirâmide etária abaixo, que o Brasil está passando de país relativamente jovem para um onde predomina a população idosa, o número de nascidos diminui a cada ano, enquanto o número de pessoas acima dos 60 anos aumenta.



Na França, a duplicação do percentual de idosos na população levou mais de 100 anos. No Brasil, o processo levará duas décadas. Em 2050, o país chegará à proporção de 29,7% de idosos, percentual superior ao europeu e próximo ao do Japão (IBGE, 2011).



No município de Campos dos Goytacazes, estado do Rio de Janeiro, de acordo com o censo de 2010, a população idosa já atingiu aproximadamente 55 mil pessoas com mais de 60 anos e com previsões de alcançar 69 mil em 2025, chegando há 140 mil em 2050. Abaixo podemos ressaltar as informações de maneira mesclada.

	2010	2025	2050
<b>Mundo</b>	810 milhões	1 bilhão	2 bilhões
<b>Brasil</b>	21 milhões	32 milhões	63 milhões
<b>Campos/RJ</b>	55 mil	69 mil	140 mil

Com a crescente expectativa de vida do brasileiro, a preocupação com o envelhecimento de forma saudável, torna-se um excelente campo de pesquisa, visto que o envelhecimento feminino apresenta-se como uma área multifacetada. Confinante com a velhice profícua, temos uma maior atenção prestada ao climatério, já que historicamente por não haver uma preocupação quanto a esse aspecto, muita mulher se quer chegavam a gozar dessa etapa.

Segundo definição proposta pela Sociedade Internacional de Menopausa, no primeiro Congresso Mundial de Climatério em 1976, chama-se de climatério o período de transição entre a menacme (vida reprodutiva) e a senilidade. Já a menopausa é definida a partir do último ciclo menstrual, quando há a cessação completa ou permanente da menstruação, considerado após um ano de amenorreia, essa perda é atribuída a genética, não podendo assim ser evitada (BAGNOLI, 1995).

O climatério, nas últimas décadas, tem sido reconhecido como mais do que apenas o encerramento da vida reprodutiva feminina. No entanto, ainda que referências a seu respeito encontrem-se descritas em textos escritos por Aristóteles (384-322 A.C.), até recentemente, a condição de mulher “menopausada” era raramente expressa em público, sendo considerada inclusive motivo de constrangimento (UTIAN WH, 1993).

#### **O climatério e pós-menopausa: o indivíduo em suas relações no cenário psicossocial.**

Olhando historicamente podemos observar que a pouca atenção prestada ao climatério até o início do século passado, deveu-se à menor expectativa de vida feminina até então, que não permitia à maioria das mulheres viver o suficiente para atingir o climatério. (HARDY E, ALVES G, OSIS MJD, 1992; 20:313-20). No entanto, o aumento progressivo da expectativa de vida feminina a partir da segunda metade do século XX, em virtude dos progressivos avanços tecnológicos no campo da saúde, e novas perspectivas sobre si mesmo, enquanto indivíduo ativo, mudou essa situação, desencadeando um interesse crescente pelas questões relacionadas ao envelhecimento feminino (UCHÔA E, 2003).

A mulher passa agora a vivenciar de maneira diferente esse período, de forma intensa, com bom prognóstico e muita vontade de estar saudável. A mulher na pós-menopausa, experimenta sinais de grandes mudanças, tanto no que tange o aspecto físico ou psíquico, a certeza da mudança está explícita no corpo, que se transforma, ficando evidentes nesta fase as rugas, perda da elasticidade da pele e da flexibilidade corporal, embranquecimento dos cabelos e ganho de peso, o que sinaliza o inevitável processo de envelhecimento, impactando a autoimagem, a autoestima e as relações sociais dessa mulher.

O climatério é caracterizado como um período de ajustes emocionais, as reações emocionais nesta etapa parecem ser particularmente influenciadas pelas atitudes em relação à menopausa, sendo menos intensas entre as mulheres que associam a menopausa à maior maturidade e autoconfiança. Todavia, para as mulheres que não conseguem redimensionar novas perspectivas existenciais, o climatério é acompanhado de sintomas mais intensos, como: maior irritabilidade, ansiedade, depressão e até dificuldades sexuais. (FAVARATO MECS, ALDRIGHI JM, FRÁGUAS JR. R, PIRES ALR, LIMA SMRR, 2001).

O climatério envolve algumas etapas da vida, sendo a pós-menopausa a última delas. Uma fase de transição física e social, que coincide com a independência dos filhos, a morte de familiares e a aposentadoria, circunstâncias estas que requerem ajustes emocionais difíceis para a mulher. A fase da pós-menopausa é também caracterizada pela tendência a depressão que está atribuída entre outros aspectos ao medo de envelhecer e à percepção de proximidade da morte, sentimentos estes agravados pela sensação de inutilidade ou carência afetiva. (DENNERSTEIN L, LEHERT P, GUTHRIE J, 2002;5:15-22).

Margis & Cordioli (2001. p. 159-67) complementam que essas transformações instauram na mulher um processo de reavaliação psíquica que desencadeia conflitos, tais como: aceitação do corpo que envelhece; aceitação da limitação do tempo e da morte; revisão dos papéis sociais exercidos nos relacionamentos (cônjuge, filhos, pais e outros membros da sociedade), além da inserção em novas posições sociais.

Outro limiar considerável é a apreensão de novas habilidades e sentidos para a vida além da preparação para a velhice por meio de estratégias de prevenção e promoção de saúde, incluindo vínculos sociais. (MARGIS R, CORDIOLI AV, 2001. p. 159-67).

### **Sistema Único de Saúde e Climatério.**

O trabalho clínico nos mostra que a mulher deseja e precisa falar sobre conflitos que se manifestam ou não, ressurgem ou se intensificam na meia-idade e na menopausa. Porém essa escuta fica prejudicada, visto que à saúde da mulher no Brasil, trabalha com taxas de riscos, cujos investimentos e indicadores estão voltados para a fase reprodutiva. Fora desse período, a preocupação é com doenças. Persiste a ideia de que cuidar da saúde é evitar a doença.

Programas relacionados ao climatério não fazem parte das estratégias do Ministério da Saúde e nem das secretarias de saúde dos Estados. Atender de forma primária, gerando promoção de saúde, não é o foco e cresce a necessidade de priorizar áreas de alocação de recursos no âmbito de um trabalho preventivo e de promoção de saúde, que exige maior espaço e atenção.

A condução desse estudo e sua importância se justificam, sobretudo, pelo fato de contribuir com pesquisas na área de psicologia, gerontologia e saúde, em virtude, de apresentar subsídios que permitirão desenvolver novas intervenções relacionadas a estratégias de saúde em sua forma primária e preventiva.

### **Sintomas e alterações na mulher climatérica na pós-menopausada.**

Construímos ao longo da vida uma representação única da percepção que temos do mundo ao nosso redor, essa representação global da realidade é entendida como um ato de conhecimento da consciência, uma construção que passa pela subjetividade capaz de atribuir uma natureza altamente pessoal à percepção do mundo e dessa forma então a realidade percebida decorrerá sempre do estado psíquico do indivíduo.

Não seria diferente que esta construção através da percepção da autoimagem, sofresse alterações na pós-menopausa, no cerne de uma existência, na dinâmica do desenvolvimento humano, atrelada a ideia inerente de movimento. Neste sentido grandes mudanças ocorrem nessa fase e explorar os sintomas emergentes na pós-menopausa são de grande valia.

Silva-Filho (2008) nos diz que durante o envelhecimento podemos observar que as mulheres apresentam sintomas recorrentes, em torno de 50 a 70 % das mulheres se referem ao climatério como uma fase de dificuldades emocionais, com sintomas somáticos, que interferem continuamente no seu bem estar. Também comuns à essa fase, são as queixas relacionadas a dificuldades com o sono, perda da libido, cefaleia, mialgias e artralgias, aumento da ansiedade e até depressão.

Segundo Plantureux (1981) inúmeros sintomas como ondas de calor, insônia, irritabilidade, insegurança, diminuição do desejo sexual, depressão, melancolia, angústia, solidão entre outros podem ser observados. Esses sintomas ocorrem em aproximadamente 75% a 80% das mulheres. Lopes (2001) acrescenta que há um aumento de incidência de sintomas depressivos no climatério. Esses acontecimentos podem trazer desconfortos à mulher, afetando, inclusive sua vida social, sexual e familiar.

Diante de uma fase carregada de estigmas e conotações negativas, que muitas vezes são ignoradas por familiares e sociedade, cabe pensar em uma desconstrução dessas concepções ligadas ao envelhecimento feminino, visto como uma etapa triste e sofrida, caracterizado pela perda da juventude, das potencialidades, da beleza, do desejo sexual e até do respeito da sociedade, o que nos leva a pensar que o ponto chave seria como realizar essa desconstrução estigmatizada (LANDERDAHL, 1997).

Pesquisar e especular essas questões pode viabilizar o desenvolvimento de novas propostas no âmbito interdisciplinar voltadas para a mulher no climatério, com vistas a promover um envelhecimento feminino mais sadio e com maior qualidade de vida. Compreender e vivenciar o envelhecimento feminino através de uma visão holística pode proporcionar uma melhor concepção da realidade social, econômica, cultural, educacional e emocional da mulher.

### **Metodologia**

O estudo é de caráter exploratório e descritivo, tendo como principal foco, conhecer os efeitos percebidos e sentidos por mulheres acima de sessenta anos do Projeto Vida Ativa na UENF, sendo esse o universo da pesquisa. Os dados foram analisados

indutivamente, assim como o processo e seu significado foram os focos principais da abordagem do problema. Quanto aos objetivos, a pesquisa sendo exploratória, objetivou uma maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou à construção de hipóteses. (GIL, 1999, citado por KAUARK, MANHÃES E MEDEIROS, 2010).

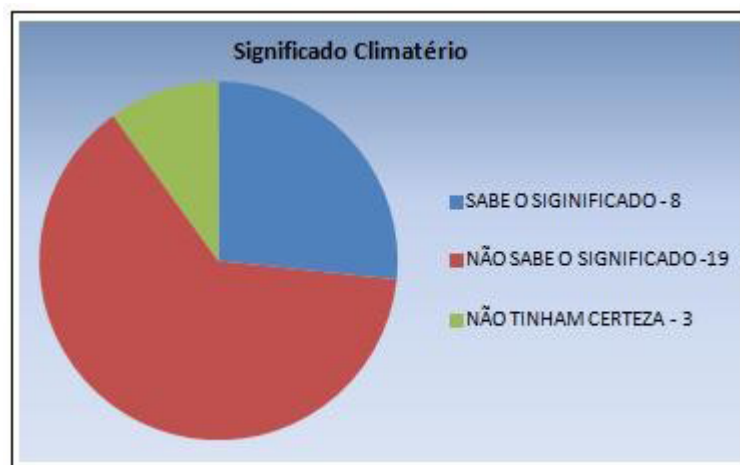
Os instrumentos utilizados para coleta de dados primários foram questionários (anexo 01) distribuídos durante um evento ocorrido na universidade onde os sujeitos já participam de um grupo. Além do questionário, o evento proporcionou uma interação dos palestrantes com o grupo de idosas, favorecendo a troca de ideias, conhecimento, interações sociais e envolvimento da pesquisadora, mostrando-se como uma alternativa de ação interlocutora eficiente para o desenvolvimento desse trabalho.

Nesta primeira etapa, participaram do evento e do questionário cerca de 30 mulheres e 05 homens, além do enfoque em psicologia, convidamos também um enfermeiro para contribuição neste evento, visto o entrelaçamento de áreas afins, no que diz respeito a relação entre aspectos psicossociais no envelhecimento feminino e saúde da mulher idosa.

### Resultados da Pesquisa

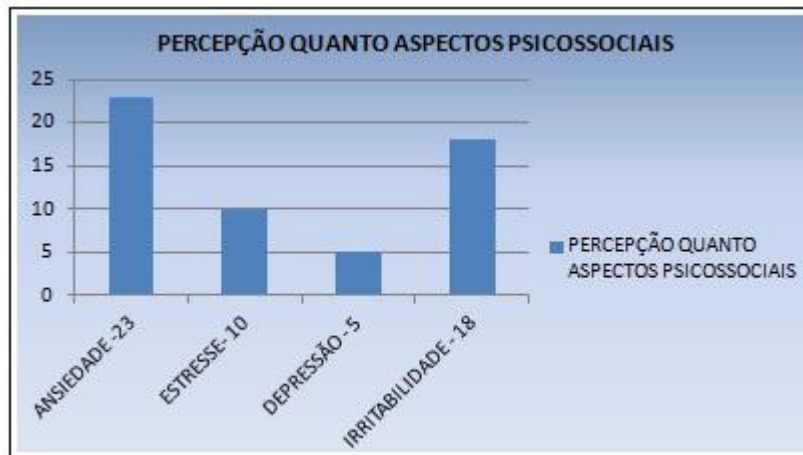
Através de uma palestra, ocorrida na UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense, em parceria com o Projeto Vida Ativa na Uenf, foram captados trinta questionários que privilegiaram os aspectos físico e psicossociais referentes a pós-menopausa. Participaram desta palestra e questionário idosos entre 55 e 75 anos de idade.

Observou-se que praticamente 2/3 das mulheres não sabiam o significado de climatério e mostravam total desconhecimento sobre o assunto, o que nos leva a crer que há deficiência quanto as informações que cerca o tema.

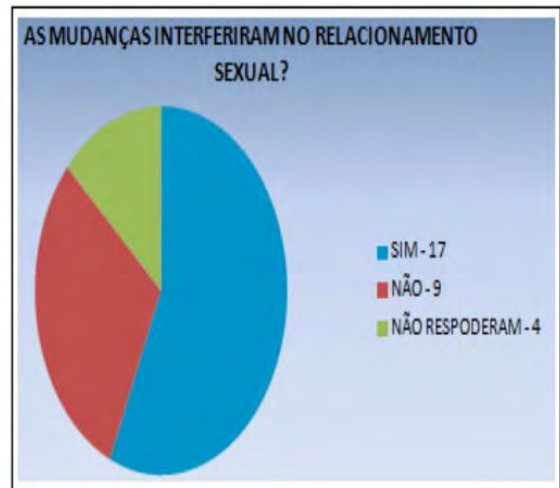
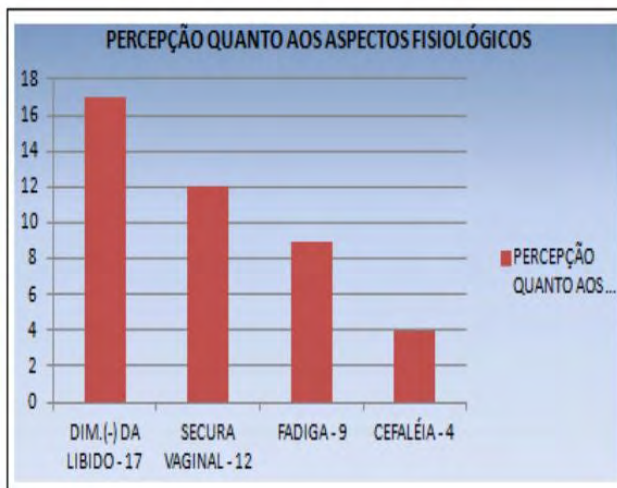


Embora a maioria das mulheres que participaram do estudo afirmarem estar passando por mudanças em suas vidas, como alterações no corpo e nas suas relações sociais, as mesmas não associaram ao climatério, coincidindo assim com o que nos diz Silva (2002), quando afirma que a palavra climatério não tem significado conhecido pela maioria das mulheres.

No que tange os aspectos psicossociais, podemos observar que a grande maioria das mulheres sentem-se ansiosas, representadas aqui por vinte três. O que já sinalizava Adashi & Hillard (1998), quando se reportaram sobre as queixas mais frequentes do climatério, ansiedade e irritabilidade, consequências da deficiência do estrogênio, mas claramente associada a fatores psicossociais.



Ao abordar os aspectos fisiológicos, encontramos com maior índice a diminuição da libido, o que vai de encontro com o quantitativo obtido em um segundo questionamento. As entrevistadas ao serem indagadas se as mudanças sentidas interferiram no relacionamento sexual, responderam de forma afirmativa.



Quanto às alterações nos relacionamentos sociais, não ficou evidente que haja, o que nos leva a explorar essa perspectiva quanto a uma segunda abordagem, nesse caso comparativa, direcionando a pesquisa para as mulheres de um ciclo social que propicia interação diária, com outro que não tenha a mesma intensidade.



### **Considerações finais**

Percebemos que as mulheres pesquisadas possuem pouco conhecimento acerca do climatério, no entanto, a maioria expõe dificuldades em relação aos aspectos ligados à emoção. No que tange vivenciar sua sexualidade, analisamos que a maior parte apresenta dificuldades quanto aos fatores fisiológicos inerentes à idade, como também a maneira como essa mulher lida com as dificuldades encontradas a posteriori.

Em vista dos achados, sugerem-se pesquisas com maior número de indivíduos, além de estudos que favoreçam a atenção prestada ao climatério e a pós-menopausa, principalmente no que se refere aos sintomas e efeitos ligados a essas fases.

Considerando que o climatério é uma etapa da vida da mulher cercada de tabus, permeada muitas vezes por preconceitos, podendo trazer dificuldade quanto a compreensão de si mesma e das suas relações sociais, entende-se que os efeitos desta etapa atuam de forma parcial, e que tanto a sintomatologia climatérica quanto os aspectos que tangem a qualidade de vida, estão intimamente ligados as atitudes e percepções das próprias mulheres em relação à etapa de transição e ao prolongamento dela por todo envelhecer.

**Anexo 01:**

**QUESTIONÁRIO 1:**

**1. Você sabe o que significa CLIMATÉRIO?**

SIM

NÃO

**2. Assinale as alternativas de sensações percebidas em você, relacionadas com o período de transição da vida reprodutiva para a não reprodutiva:**

- FADIGA
- IRRITABILIDADE
- INSÔNIA
- ANSIEDADE
- DEPRESSÃO
- ESTRESSE
- IRRITAÇÃO
- DIMINUIÇÃO DA LIBIDO

**3. Assinale as alternativas fisiológicas percebidas em você, neste mesmo período.**

- CALOR
- CEFALÉIA /DOR DE CABEÇA
- CANSAÇO /FADIGA
- SANGRAMENTO
- SECURA VAGINAL

**4. Você notou diferença no relacionamento com as pessoas?**

SIM

NÃO

**5. As mudanças interferiram no relacionamento sexual?**

SIM

NÃO

**Sugestões:**

---

---

## Referências

- Adashi EY, Hillard PA, Berek JS. Tratado de Ginecologia. 12 edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 1998. 965p.
- Bagnoli VR, ET. AL. Ginecologia Endócrina e Climatério - Procedimento. 1ª edição. São Paulo: Sarvier; 1995. 66 p.
- Dennerstein I, Lehert p, Guthrie J. The effects of the menopausal transition and biopsychosocial factors on well-being. Arch Women Ment Health 2002;5:15-22.
- Favarato MECS, Aldrighi JM, Fráguas Jr. R, Pires ALR, Lima SMRR. Sexualidade e climatério: influência de fatores biológicos, psicológicos e sócio-culturais. Reprod Clim 2001.
- Hardy E, Alves G, Osis MJD. Climatério: implicações sociais. Femina 1992;20:313-20. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014).
- Kauark, Fabiana; Manhães, Castro Fernanda; Souza, Carlos Henrique Medeiros de. Metodologia da Pesquisa: guia prático. Itabuna, Bahia: Via Litterarum, 2010.
- Landerdahl MC. Buscando Novas Maneiras de Pensar o Climatério Feminino. Revista Texto e Contexto – Enfermagem 1997; 1 (1): 1-347.
- Lopes GP. Sexualidade no Climatério. São Paulo: Sociedade Brasileira do Climatério (SOBRAC); 2001.
- Margis R, Cordioli AV. Idade adulta: meia-idade. In: Elzirk CL, Kapczinski F, Bassols MAS, organizadores. Ciclo de vida humana: uma perspectiva psicodinâmica. Porto Alegre: Artmed Editora; 2001. p. 159-67.
- Plantureaux G. Cadernos de Enfermagem – Ginecologia. 2ª edição. Rio de Janeiro: Masson; 1981. 151 p.
- Silva ARV. Sexualidade no Climatério: vivências e sentimentos da mulher [dissertação de mestrado]. Fortaleza: UFC.; 2002.
- Silva-Filho EA, Costa AM. Avaliação da qualidade de vida de mulheres no climatério atendidas em hospital-escola na cidade do Recife, Brasil. Rev Bras Ginecol Obstet. 2008;30(3):113-20.
- Uchôa E. Contribuições da antropologia para uma abordagem das questões relativas à saúde do idoso. Cad Saúde Pública 2003; 19(3): 849-53.
- Utian WH. Menopause, a modern perspective from a controversial history. Maturitas 1993;26:73-82.

## **TRABALHO & MATERNIDADE: COMO CONCILIAR? OS DESAFIOS DAS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE HOSPITAIS PÚBLICOS DA BAHIA**

**LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira**

Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação  
Família na Sociedade Contemporânea da  
Universidade Católica do Salvador – Bahia  
isabelmsol@gmail.com

**MARTINS, Patrícia Freitas**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Família  
na Sociedade Contemporânea da Universidade  
Católica do Salvador - Bahia  
martinspf@hotmail.com

### **RESUMO**

Esta investigação estuda a conciliação do trabalho em emergências públicas hospitalares com a maternidade por profissionais de saúde que tenham filhos pequenos. A área de saúde, e em especial, os hospitais, integram maior presença feminina no seu quadro profissional, com relações desiguais de gênero, escalas diuturnas, pesadas jornadas, baixos salários, entre outros, que constituem desafios. A mulher ainda é a principal responsável pelos cuidados dos filhos e das tarefas domésticas. Diante desse contexto objetiva-se analisar a dinâmica de conciliação do trabalho em saúde com a maternidade entre as profissionais de emergência de hospitais públicos baianos. Foram ouvidas trabalhadoras de saúde sobre como estas conciliam o trabalho em emergências com os cuidados de seus filhos menores.

**Palavras-Chave:** Trabalho; Maternidade; Conciliação.

### **ABSTRACT**

This research studies the reconciliation of work in public hospital emergencies with maternity by health professionals, who have small children. The area of health, and in particular, hospitals, integrates greater female presence in the professional framework, with unequal gender relations, diuturnas scales, heavy days, low wages, among others, which constitute challenges. The woman still is the main responsible for the care of children and domestic tasks. In this context, the objective, examine the dynamics of reconciliation of work in health with motherhood among emergency professionals of public hospitals in Bahia. The health professionals were interviewed about how they bring together the work in emergencies and the care of their minor children.

**Key- Words:** Work; Maternity; Conciliation.

## INTRODUÇÃO

Ao longo da história o trabalho feminino tem sido majoritário na área da saúde. A escolha pende, sobretudo, pela natureza dos cuidados dispensados na saúde. São considerados semelhantes aos cuidados dispensados em casa, na família, considerados eminentemente femininos na divisão sexual do trabalho doméstico e extra doméstico.

Considerando a desvalorização do trabalho da mulher em sociedades de características patriarcais e machistas como a brasileira, tendendo a precarizá-lo com os mais baixos salários, contratos e condições de exercício desfavoráveis, entende-se que seja o trabalho em saúde desvalorizado por sua forte característica feminina (ANTUNES, 2010; NOGUEIRA, 2010).

Em todas as profissões atuantes na saúde, tais como enfermagem, serviço social, nutrição, fisioterapia, entre outras, observa-se uma presença majoritária de mulheres com exceção da profissão médica. Embora seja crescente a feminização da medicina, tendem a se concentrar em especialidades não tão valorizadas como pediatria, ginecologia, obstetrícia, dermatologia, por exemplo, se comparadas a cirurgia, neurologia, cardiologia, nas quais são os homens ainda a dominar (BRUSCHINI, 2007).

Diante desse contexto de uma mão de obra essencialmente feminina, sendo a área da saúde e os hospitais, em especial, organizações de elevada demanda com precárias condições de trabalho, escalas diuturnas, plantões, rígidas estruturas hierárquicas, baixos salários, entre outras características (REIS *et al*, 2003) provocou-nos a intenção de investigar como as trabalhadoras de saúde, quando mães de filhos pequenos, estariam conciliando o exercício de suas funções nas emergências de grandes hospitais públicos com a maternidade.

E a maternidade, mesmo na contemporaneidade, continua a ser tratada como algo natural da vida mulher. Não se vê uma dissociada da outra, não se concebe que a mulher não queira ser mãe, como se cobra dedicação integral das mães a seus filhos (CHODOROW, 2002; BANDINTER, 2011).

Diante do exposto, esse estudo indaga como a trabalhadora de saúde concilia o trabalho em emergências hospitalares com a maternidade? O objetivo, analisar a dinâmica de conciliação do trabalho em saúde com a maternidade entre as profissionais de emergência de hospitais públicos baianos.

Para tanto, esta pesquisa se desenvolveu por meio de abordagem qualitativa, que conforme ressalta Minayo (2012, p.21-22), “responde a questões muito particulares. [...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, por entrevistas semiestruturadas com trabalhadoras de saúde mães de filhos menores e atuantes há pelo menos um ano nas emergências de dois grandes hospitais públicos da Bahia, um do interior e outro da capital, após as devidas autorizações do CEP (CAAE: 52547715.7.0000.5628), das Instituições e das próprias mulheres.

Portanto, a coleta, além da revisão de literatura, ocorreu por fonte direta com as trabalhadoras de saúde e mães de filhos menores que aceitaram participar livre e voluntariamente do estudo, sendo suas falas analisadas pela análise de conteúdo. Conforme Franco (2012) constitui-se esta análise em “um procedimento de pesquisa que se situa em um delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem como

ponto de partida a mensagem” (p.25), permitindo ao pesquisador a construção de uma série de inferências sobre qualquer uma das etapas da comunicação.

## 1. BREVE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As teorias feministas e marxistas permitem uma aproximação mais real com a complexidade desse fenômeno social, da mulher viver dupla jornada, o trabalho remunerado e o trabalho em casa e de cuidado com os filhos, pressupondo que, nessa conciliação, haja tensão. Tal circunstância não se explica tão somente pela dominação do sistema patriarcal, machista, de superioridade do homem sobre a mulher, nem se explica tampouco pela mera exploração do trabalho pelo capital.

Segundo Sardenberg (2002, p. 93), muitas pensadoras feministas vêm questionando “os parâmetros científicos definidores de quem pode ou não ser sujeito do conhecimento, do que pode consistir como conhecimento, ou mesmo o que pode ser conhecido”. Entende Santos (2013) que as teorias feministas são um das poucas a fazer uma ciência crítica.

Apoiada, deste modo, no binômio teórico pautado nas teorias feministas sobre a subjugação das mulheres aos homens e nas teorias marxistas sobre a exploração do trabalhador pelo capital, decidiu-se pelo método qualitativo. Este permitirá uma compreensão mais profunda de como esse fenômeno social da conciliação do trabalho doméstico com o labor extra doméstico é sentido e vivido pelas mulheres trabalhadoras de emergências públicas hospitalares.

Os estudos sobre a área da saúde, suas especificidades, suas condições de trabalho, sua forma de gestão, convergem na discussão de que dentre as diferentes organizações do trabalho, as da saúde, em especial, os hospitais, estão a oferecer as piores condições de trabalho (MARTINS, 2008).

Apesar das conquistas constitucionais na área do direito à saúde no Brasil, os hospitais públicos caracterizam-se por uma superlotação, pessoas internadas até mesmo pelos corredores, sobretudo nas Emergências, elevadas jornadas, pesadas sobrecargas de trabalho, pacientes em dor e sofrimento, a vivência com a morte, a falta de reconhecimento e valorização do trabalho em saúde e os baixos salários (ROLLO, 2002).

Como a área da saúde tem presença majoritária de mulheres, sendo considerada como um dos guetos de inserção do trabalho feminino (BRUSCHINI, 2007), se infere que por essa característica estejam, entre outros argumentos, explicadas as precárias condições de trabalho na saúde e os baixos salários.

Para Badinter (2011) as mulheres raramente fazem criteriosa avaliação dos benefícios e prejuízos, dos prazeres e das dores, das alegrias e tristezas da maternidade. Dada a natureza atribuída ao fenômeno, em geral as mulheres tendem a ignorar a frustração, o cansaço, a solidão, entre outros.

Entretanto, observa-se em relação à maternidade, seja no Brasil e no mundo afora, que as mulheres estão adiando ou decidindo por não ter filhos, sendo crescente a queda da taxa de fecundidade (BADINTER, 2011; TRAVASSOS-RODRIGUEZ; FÉREZ-CARNEIRO, 2013).

As mulheres estão, desde o século XX, fazendo escolhas, tais como a de vir ser mãe, quando ter ou não ter filhos e se o terão, constituindo-se em importantes decisões conquistadas (SVCAVONE, 2001a).

Estão investindo nas suas carreiras com crescente participação no mercado de trabalho (SANTOS; BRITO, 2014; SILVA; RIBEIRO, 2014), além de serem maioria nos cursos do ensino superior brasileiro como a possuir o diploma universitário (INEP, 2013; BRASIL, 2014).

Vieira e Amaral (2013) reafirmam discussão de que nem mesmo a expressiva e crescente participação da mulher no mercado de trabalho diminui a responsabilidade destas com o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos.

## **2. TRABALHO EM SAÚDE & MATERNIDADE: COMO CONCLUIR**

Para preservar o sigilo e anonimato das suas identidades, as trabalhadoras do interior serão chamadas por nomes que indicam atributos identificados como significativos no trabalho, enquanto as da capital por nomes de pedras preciosas como rubi, jade, etc.

### **2.1 Quem são essas mulheres?**

As 22 trabalhadoras de saúde atuantes nas emergências dos hospitais públicos apresentavam idades menores que 40 anos, entre 15 das pesquisadas (maioria na faixa etária dos 30 anos) e 07 delas com idades igual ou superior aos 40 anos.

Em relação aos status de relacionamento, 12 são casadas, 04 em união estável, 05 solteiras e 01 separada. Quanto ao número de filhos, 11 têm apenas 01 filho e 10 com dois filhos, apenas 01 com 03 filhos, deles 01 biológico e 02 do ex-marido que assumiu. Em relação às idades dos filhos, 30 têm idades iguais e menores a 11 anos e apenas 04 com idades iguais e maiores a 12 anos.

Quanto à escolaridade, 09 têm nível médio de ensino e 04 têm nível superior e 09 são especialistas. Nem todas com nível superior atuam nas unidades em funções a exigir essa titularidade.

Também convém destacar que entre as 09 especialistas, 08 delas são do hospital do interior, apenas 01 da unidade da capital. Das trabalhadoras pesquisadas 09 são técnicas de enfermagem, 04 assistentes sociais, 06 enfermeiras, 02 técnicas de laboratório e 01 fisioterapeuta.

### **2.2 Os conflitos da conciliação do trabalho em saúde com a maternidade**

Para estas mulheres as dificuldades de conciliar o trabalho da emergência com a maternidade estão, especialmente, associadas aos baixos salários, aos plantões de 12 e 24h e inflexibilidade nos horários de entrada e saída. O trabalho e sua rigidez de horário impõem limites no contexto familiar, quanto ao tempo que estas mulheres gostariam de dedicar às suas famílias.

Está difícil de encontrar satisfação viu, tem assim uma carga horária que é puxada né, a gente tem que se dividir com outro vínculo para poder completar a remuneração da gente né, para ter uma melhor qualidade de vida, então a gente não tem um tempo livre, a folga de um emprego é para trabalhar em outro.

Então eu não vejo assim nenhum lado positivo, eu encontro não (PACIÊNCIA).

Segundo Spíndola e Santos (2003) as atividades de saúde e, em especial, de hospital, costumam comprometer a rotina familiar, gerando sentimentos de perda e frustração, por ser desenvolvido em plantões contínuos, ininterruptos, em datas especiais, limitando a vida das trabalhadoras, as quais têm que organizar suas vidas a partir de seus horários de trabalho.

Além destas circunstâncias impositivas, a atividade remunerada não desvincula a mulher da casa e dos filhos, gerando mais cansaço e estresse. De fato, o trabalho remunerado é assumido como papel importante, com a figura da mulher prendada, dona de casa, cedendo lugar na vida das mulheres para a figura da trabalhadora, mas que um não anulou o outro, estando hoje a ocupar os dois espaços, com uma dupla e sobrecarregada jornada associada à pouca participação de alguns pais, que veem nos cuidados das crianças funções femininas.

É briga direto lá em casa por causa disso, é constante, tem conflito constante por causa disso, porque é uma injustiça, um absurdo, a obrigação não é só minha, ele vive em casa, a obrigação é dele também, ele também é pai, ele também é dono da casa (ESMERALDA).

Wagner *et al* (2005) atestam da pouca participação dos pais na educação dos filhos e das mulheres ainda com as maiores responsabilidades, destacando o descompasso entre as transformações contemporâneas, como crescente e contínua inserção feminina no mercado de trabalho com a divisão das tarefas domésticas.

Mas, de modo geral, entre as mulheres aqui estudadas, têm as que contam com uma boa rede de apoio de avós, irmãs e babás, outras que contam com os esposos, as que não contam muito com esposos ou parentes e as que só contam com babás porque sozinhas. Assim, tanto a trabalhadora do hospital do interior como da capital relatou ter apoio para cuidado com os filhos.

Minha filha fica pela manhã na escola e a tarde vai para a casa dos avós, onde fica revezando, geralmente um dia na casa da avó materna e outro dia na casa da avó paterna. Na verdade, meu esposo ajuda muito, porque meu horário é as sete da manhã às dezenove, o horário da escola é oito horas da manhã, ele é autônomo né[...] é ele que dar banho na filha, é ele que arruma para ir para escola e é ele quem leva e quem paga na escola, porque eu não posso né estar fazendo esse trajeto (PERSEVERANÇA).

Teixeira *et al* (2015) destacam que o suporte social deve ser estendido para além da família e do companheiro, incluindo amigos, grupos da comunidade, instituições sociais e de saúde. Mas as babás, secretárias, empregadas domésticas apareceram como importante suporte dessas mulheres.

Eu tenho uma pessoa que me ajuda, uma secretária né (PACIÊNCIA).

Eu tenho pessoas que compartilham. A avó e a secretária (JADE).

Entretanto, as mulheres estudadas nesse trabalho e no de Spíndola e Santos (2003) reconhecem que sobrecarga maior ainda é delas, como destacam seu maior estresse, que trabalham muito e parecem ressentidas, pelo acúmulo pesado das funções públicas e privadas, em geral, de maneira isolada. Defrontam-se com o desejo de ser mais junto aos filhos e os limites objetivos impostos pela atividade que lhes sustenta.

Diante desse aspecto, como da possibilidade de escolhas, da independência financeira, da autonomia, afirma Spíndola (2000) que estas mulheres sentem-se privilegiadas, prestigiadas pelo fato de trabalhar fora, que a despeito de todas as dificuldades e conflitos, “não desestimula aquelas que visualizam a importância de serem trabalhadoras e exercerem a sua independência” (p.360).



Com as trabalhadoras de saúde de nossa investigação, essa realidade se fez também presente, ou seja, se ressentem do cansaço, da dupla ou tripla jornada, das culpas e ausências, mas não abririam mão da realização profissional, conforme se observou nos seus discursos.

Para Ogido e Schor (2012) ainda persistem os estereótipos nos quais ao homem é reservado o trabalho produtivo e fora do lar, enquanto à mulher fica sob sua total responsabilidade tanto o trabalho reprodutivo como o doméstico, a organização da casa, principalmente nos países do chamado terceiro mundo, onde essa divisão sexual do trabalho é tida como natural e reforçada através dos sistemas legal e educacional, como também pelas mídias e propagandas.

Ao longo do tempo a divisão social do trabalho não poderia ter sido ignorada. Quando diz respeito à divisão social do trabalho entre os sexos, afirmam os autores que seja “resultado de construções sociais e reflete o fato de que a maioria dos homens exerce suas atividades no mercado de trabalho capitalista” (OGIDO; SCHOR, 2012, p. 1051).

Em contrapartida, às mulheres destina-se a divisão de seu tempo “entre a produção de mercadorias fora de casa e a realização de tarefas domésticas relativas aos cuidados da família (trabalho reprodutivo)”, tarefas estas desqualificadas, desvalorizadas e que contribuem para a invisibilidade das mulheres.

Com o acúmulo de atividades femininas, a mulher enfrentar uma jornada superior a do homem, cujo tempo de trabalho é sempre inferior ao feminino. Entendem os estudiosos que “ao exercerem o direito de trabalharem fora e conseguirem maior autonomia financeira, as mulheres passam a acumular três funções, três responsabilidades, a de trabalhadora fora e dentro do lar, assim como a de mãe” (OGIDO; SCHOR, 2012, p. 1051).

Para Borsa e Nunes (2011) a despeito de todas as mudanças no mundo do trabalho, sobretudo, pela inserção crescente das mulheres, como as mudanças nas dinâmicas e composições familiares, “as mulheres ainda são vistas como as principais cuidadoras, sendo atribuído a elas o cuidado prioritário não apenas dos filhos, mas também do lar” (p.31).

As mulheres continuam a cuidar dos filhos e a realizar a maior parte dos trabalhos domésticos e “o lugar do pai tem sido menos discutido quando comparado ao papel materno” (p.33), realidade percebida até mesmo no imaginário social, o que para as autoras contribui para um maior interesse em se estudar a relação mães/maternidade em detrimento de pai/paternidade.

E sobre as babás, secretárias, diaristas, empregadas, seja que nome as profissionais de saúde as chamem, de nenhuma delas foi dito pelas profissionais de saúde se essas mulheres que contratam têm filhos pequenos também e de quem estaria cuidando dos mesmos.

O trabalho doméstico este continua sendo essencialmente feminino, com presença de 90% das trabalhadoras, caracteriza-se como um trabalho precário, de longas jornadas, maioria sem carteira assinada e com baixos salários. Quanto aos trabalhos familiares estes são desprotegidos e vulneráveis, acontecendo, sobretudo, no setor agrícola (FIBGE/PNAD, 2005 apud BRUSCHINI, 2007).

## CONCLUSÕES

As trabalhadoras de saúde atuantes em emergências públicas hospitalares sofrem, igualmente, tanto da injusta divisão do trabalho, quanto dos limites para exercício da maternidade, tal como aspiram.

Esta condição advém seja porque a saúde detém maior número de trabalhadores do sexo feminino e continua a oferecer trabalhos precários e baixos salários, forçando para algumas na busca do segundo vínculo, seja porque somada à jornada do trabalho remunerado agrega-se o trabalho doméstico primordialmente sob sua responsabilidade, a despeito de seu cansaço e de dividir seus rendimentos para sustento da família, quando não a única responsável pelo sustento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. Produção Liofilizada e a Precarização Estrutural do Trabalho. IN: SANT'ANA, Raquel Santos (org.) et al. **Avesso do Trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010, Parte 1, Cap. 1, p. 21-40.

BADINTER, Elisabeth. **O Conflito: A Mulher e a Mãe**. Tradução de Vera Lúcia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011, p. 09-38.

BORSA, Juliane Callegaro; NUNES, Maria Lucia Tiellet. Aspectos psicossociais da parentalidade: O papel de homens e mulheres na família nuclear. **Psico. Argum.** 2011/ jan./mar., 29 (64), 31-39.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466** de 2012. Brasília.

BRASIL. **Ensino Superior**. Portal Brasil, com informações do Ministério da Educação e da Agência Brasil. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/09/ensino-superior-registra-mais-de-7-3-milhoes-de-estudantes>.

BRUSCHINI, Maria Cristina. Trabalho e Gênero no Brasil nos Últimos Dez Anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p.537-572, set./dez. 2007.

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da Maternidade**. Uma crítica a Freud a partir da Mulher. Ed Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 2002.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Brasília, 4ª Edição: Liber Livro, 2012. Cap. 1 e 2, p.19-34.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Ministério da Educação – **CENSUP/2013**.

MARTINS, Patrícia Freitas. Absenteísmo por Doenças em Trabalhadores de Saúde em um Hospital Público do Estado da Bahia, 2005-2006. / **Dissertação: Mestrado de Saúde Coletiva/PPGSC/Dept. Saúde – Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2008. 110 f.**

MINAYO, Marcia Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. IN: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. – 23 ed - Petrópolis (RJ): Vozes, 2012, Cap.01, p.09-29.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. Telemarketing: A Saúde das Teleoperadoras. IN: SANT'ANA, Raquel Santos (org.) et al. **Aveso do Trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010, Parte 1, Cap. 1, p. 21-40.

OGIDO, Rosalina; SCHOR, Néia. A jovem mãe e o mercado de trabalho. **Saúde Soc.** São Paulo, v.21, n.4, p.1044-1055, 2012.

REIS, Ricardo José dos; et all . Fatores relacionados ao absenteísmo por doença em profissionais de enfermagem. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 37, n. 5. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-)>. Acesso em: 10 jul./ago. 2006.

ROLLO, A. A. É possível construir novas práticas assistenciais no hospital público? In: MERHY, E. E.; ONOCKO, R. (Org.). **Agir em Saúde: um desafio para o público**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por que é tão difícil construir uma teoria crítica? IN: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**, 8ª Edição, São Paulo: Cortez, 2013, p. 15-117.

SANTOS, Danyelle Leonette A. dos; BRITO, Rosineide Santana de. Processo decisório do aborto provocado. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 24 [4]: 1293-1313, 2014.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da Crítica Feminista À Ciência A Uma Ciência Feminista? IN: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (org.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002, Parte I, cap.6, p.89-120.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero - **CAD. PAGU**, no.16 Campinas 2001a. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332001000100008>.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetória de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v.20, n.2, p. 449-466, 2014.

SPÍNDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da Silva. Mulher e Trabalho – A História de Vida de Mães Trabalhadoras de Enfermagem. **Rev. Latino-am Enfermagem**, setembro-outubro, 11(5): 593-600, 2003.

\_\_\_\_\_. Mulher, Mãe e... Trabalhadora de Enfermagem. **Rev. Esc. Enf. USP**, v.34, n.4, p.354-61, dez. 2000.

TEIXEIRA, Renata Cristina *et al.* Necessidades de saúde de mulheres em pós-parto. **Esc. Anna Nery**, 2015; 19(4):621-628.

TRAVASSOS-RODRIGUEZ, Fernanda; FÉREZ-CARNEIRO, Terezinha. Maternidade Tardia e Ambivalência: Algumas Reflexões. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v.45.I, p.111-121, 2013.

VIEIRA, Adriane; AMARAL, Grazielle Alves. A arte de ser Beija-Flor na tripla jornada de trabalho da mulher. **Saúde Soc.** São Paulo, v.22, n.2, p.403-414, 2013.

WAGNER, Adriana, *et al.* Compartilhar Tarefas? Papeis e Funções de Pai e Mãe na Família Contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Mai-Ago 2005, Vol. 21 n.2, pp.181-186.

## LEI MARIA DA PENHA: REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR<sup>1</sup>

**MOREIRA, Raquel Veggi**

Mestre em Cognição e Linguagem (UENF)

E-mail: rveggi@yahoo.com.br

**CABRAL, Hideliza Lacerda Tinoco Boechat**

Mestre e Estudante de doutorado do Programa de Cognição e Linguagem (UENF)

E-mail: hildeboechat@gmail.com

**ALMEIDA, Fabiano Carvalho**

Especialista em Qualidade - PUC/PR

E-mail: fabiano\_c\_almeida@hotmail.com

### RESUMO

A violência doméstica e familiar contra a mulher tem sido uma prática a despertar a preocupação de diversos profissionais, dentre eles: dos operadores do direito. Com fundamento nos termos do §8º, do art. 226 da CRFB/88, a Lei Maria da Penha (LMP) dispõe sobre a violência doméstica e familiar sofrida pela mulher, ao trazer inovações com o intuito de coibir e prevenir essa prática tão nefasta, mas tão comum na sociedade. Oportuno mencionar a inovação trazida pela lei nº 13.104/2015, ao incluir o inciso VI no rol de homicídio qualificado do artigo 121, § 2º do Código Penal Brasileiro, tipificando o crime de feminicídio e o incluindo como crime hediondo. Diante disso, pretende-se neste artigo refletir sobre a necessidade da especialização no combate à violência, seja ela qual for. Além disso, tratar-se-á sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, no contexto da LMP, além de alguns de seus pontos que ainda despertam discussões em âmbito jurídico, como sua possível inconstitucionalidade, tendo em vista a isonomia entre homens e mulheres. A metodologia utilizada foi qualitativa e exploratória, mediante pesquisa bibliográfica.

**Palavras-chave:** Violência doméstica e familiar. Proteção. Igualdade. Inconstitucionalidade.

### ABSTRACT

Domestic and family violence against women has been a practice that has aroused the concern of several professionals, among them: the legal operators. Based on the terms of §8º, of art. 226 of the CRFB/88, the Maria da Penha Law (MPL) disposes about domestic and family violence suffered by women, bringing innovations to avoid and prevent such a harmful practice, but so common in society. It is timely to mention the innovation brought by law nº 13.104 / 2015, by including section VI in the list of qualified homicide of article 121, paragraph 2 of the Brazilian Penal Code, typifying the crime of femicide and including it as a heinous crime. Therefore, it is intended in this article to reflect on the need for specialization in the fight against violence, whatever it may be. In addition, it will be about domestic and family violence against women in the context of the MPL, in addition to some of its points that still arouse legal discussions, such as its possible unconstitutionality, in view of the equality between men and women. The methodology used was qualitative and exploratory, through bibliographic research.

**Keywords:** Domestic violence and familial. Protection. Equality. Unconstitutionality.

<sup>1</sup> Este artigo foi, parcialmente, apresentado no XII Congresso Latinoamericano de Humanidades.

## INTRODUÇÃO

O Brasil vivenciou, até a década de 1990, a ideia de que não se deveria fazer qualquer tipo de diferenciação com respeito ao tratamento da violência, pois havia o juízo consolidado de que o arbítrio exercido contra criança, idoso ou contra a mulher, por exemplo, deveria ser tratado da mesma forma como qualquer outro tipo de violência.

Entretanto, com o passar dos anos e a necessidade de se proteger grupos determinados que eram mais afligidos por abusos e descaso, em face de suas vulnerabilidades, iniciou-se no sistema legalista brasileiro a chamada especialização no combate à violência.

De início, esse caminho foi percorrido com a edição da Lei nº 8.069/90, isto é, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), revogando as Leis nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964 e a 6.697, de 10 de outubro de 1979 (Código de Menores). A finalidade do ECA era a proteção integral à criança e ao adolescente, contra toda e qualquer prática de violência e maus tratos.

Neste caminho, outras leis foram editadas como a Lei nº 8.078/90 que protegia o consumidor contra os abusos comerciais; a Lei nº 9.099/95 que particularizou, por sua vez, a violência de menor potencial ofensivo e a Lei nº 9.503/97 que individualizou a violência no trânsito, retirando da seara comum o tratamento para esse tipo de infração. E, dentre as mais recentes, tem-se a Lei Maria da Penha (lei nº 11.340/06), criada com o objetivo de tentar coibir e prevenir a violência de gênero contra a mulher, um grave problema social e de saúde pública.

### 1. LEI MARIA DA PENHA NO CONTEXTO DA ESPECIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

É necessário salientar que essas especializações denotam a insuficiência do tratamento genérico, sendo necessário o adequado e específico tratamento a determinados tipos de violência, que, segundo Dias (2013, p. 11), “criar microssistemas é a moderna técnica de atender os segmentos alvos da vulnerabilidade social.” Diante disso, necessário se faz observar que a Lei nº 11.340/06, conhecida como “Lei Maria da Penha”, é também uma forma desse tipo especialização. Não se trata, ademais, de uma lei essencialmente penal, mas multidisciplinar, que converge em seus artigos disposições de natureza civil, processual civil, trabalhista e previdenciária.

Em homenagem a uma mulher vitimada pela violência doméstica, a qual fez da dor alento para o ativismo, a referida lei encontra-se em vigor desde o dia 22 de setembro de 2006 com a missão de proporcionar ferramentas adequadas para encarar um problema que agoniza grande parte das mulheres, no Brasil e no mundo, que é a violência de gênero.

Maria da Penha Maia Fernandes foi protagonista de um caso simbólico de violência doméstica e familiar, um marco para a história: farmacêutica, mulher guerreira, 71 anos, mãe de três filhas. Em 1983, seu ex-marido, professor universitário, tentou matá-la por duas vezes, sendo que em uma vez a tiros, numa simulação de assalto, e, na outra, houve tentativa de eletrocutamento. Hermann (2008, p. 18) afirma que “as marcas e sequelas das agressões não atingiram apenas seu espírito. Marcaram-na irreversivelmente na integridade de suas funções vitais: Penha ficou tetraplégica”.

Daí em diante, Maria da Penha passou a lutar por uma proteção mais ativa às vítimas de violência doméstica e familiar, representando outras tantas Marias. Sua batalha culminou na condenação de seu “executor” a oito anos de prisão.

A trajetória desta vítima não se manteve no âmbito interno, mas foi denunciado em territórios internacionais, pela omissão do Estado brasileiro em implementar medidas investigativas e punitivas do agressor. Essa omissão levou o Brasil a uma condenação pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA) (MELLO, 2009), sendo a primeira vez que este órgão atendeu uma denúncia por prática de violência doméstica.

No entanto, essa lei, embora sancionada em 7 de agosto de 2006, foi recebida “da mesma forma que são tratadas as vítimas a quem protege: com desprezo e desconfiança.” Contudo, “esta legislação é uma afirmativa em favor da mulher vítima de violência doméstica e familiar, cuja necessidade era imperiosa” (MELLO, 2009, p. 2).

Basicamente, a referida lei, que protege a mulher vítima de abuso, tem como escopo quatro garantias, quais sejam: a) prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; b) criar Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; c) estabelecer medidas de assistência; e d) estabelecer de medidas de proteção.

Segundo Dias (2013), até o advento da Lei Maria da Penha, a violência doméstica nunca teve a devida atenção da sociedade, nem do legislador e muito menos do judiciário. A ideia sacralizada e a inviolabilidade do domicílio sempre serviram de pretexto para barrar qualquer tentativa de conter o que acontecia entre quatro paredes. Como eram situações que ocorriam no interior do lar, ninguém interferia, por parecer “não afrontar a segurança social (...) condenando à invisibilidade o crime de maior incidência no país” (DIAS, 2013, p. 11).

Antes, a violência contra as mulheres, inclusive homicídios, eram justificados pela “legítima defesa da honra”, pois era a defesa do réu quando cometia um crime passional, geralmente em caso de adultério, ciúmes ou outros que justificasse tal argumento de defesa. Entretanto, essa tese “está sendo repudiada na maioria dos Tribunais do Juri de nosso País” (ZACARIAS, 2015, p. 37).

Para agravar ainda mais a situação, um grande número de mulheres em cujo pensamento há arraigada a ideia de que elas devem ser submissas ao marido, além do medo de denunciar a violência doméstica e familiar ainda ser muito grande.

## **2. REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER**

Em reportagem exibida pelo Jornal “Folha de São Paulo”, de 9 de julho de 2016, verificou-se que 49% das mulheres sofrem agressões físicas e que a grande maioria (49,2%)<sup>2</sup> volta a sofrer violências de todo tipo (CANCIAN; HAUBERT, 2016).

Neste ano de 2016, a lei em comento completa 10 anos, mas o quadro de “violência contra mulher ainda atinge níveis assustadores” (DIAS, 2013, p. 190). Ao que se parece, esse panorama se mantém, excetuando quando da vigência da lei, que, segundo dados do “Mapa da Violência 2015”, houve uma queda em homicídios de mulheres de 4,2 (2003) para 3,9 (2007) por cada 100 mil mulheres. No entanto, rapidamente a violência homicida aumentou a níveis significativos, ultrapassando a taxa do ano de 2003. Em 2013, foram registrados 4,8 homicídios por cada mil mulheres. “A maior taxa de

<sup>2</sup> Esses números foram baseados nos atendimentos de mulheres pelo Sistema Único de Saúde de 2014.

atendimento está registrada entre os 12 e 17 anos de idade: 18,0 atendimentos por 10 mil adolescentes de ambos os sexos” (WASELFISZ, 2015, p. 42).

As pesquisas se mostram divergentes quanto aos números. E, segundo Moraes e Teixeira (2014, p. 2122), a violência doméstica e familiar contra a mulher já se tornou um problema de saúde pública, uma vez que se apresenta “como uma das principais ameaças à saúde da mulher.” Notadamente, a violência doméstica se transformou também em um grave problema social. E, diante de tal cenário, pode-se pensar que a casa é um dos lugares de maior vulnerabilidade não só da mulher, mas de todos os membros que estão na mesma situação e no mesmo ambiente.

As estatísticas continuam sendo alarmantes, pois, segundo o “Mapa da Violência de 2015”, 2,4 milhões de mulheres brasileiras continuam sendo violentadas, agredidas ou assassinadas, mesmo com a vigência da lei.

A Lei Maria da Penha criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar, nos termos do parágrafo 8º do art. 226 da CF/88, que apregoa que “o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (BRASIL, 1988).

Além disso, a referida lei teve como base a “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher” de 1979, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 18 de dezembro, a qual o Brasil ratificou em 1º de fevereiro de 1984, e a “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher”, de 1994, que também foi adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em 6 de junho, e ratificada pelo Brasil em 1995, no dia 27 de novembro.

Considerada uma das três melhores legislações do mundo, foi uma inovação no ordenamento jurídico, prevendo a tutela da pessoa no âmbito doméstico e familiar, através de mecanismos assistenciais para reprimir ou, pelo menos, minimizar as agressões que ocorrem, principalmente, dentro de casa.

Nesse sentido, Moraes e Teixeira (2014, p. 2122) argumentam que “comprova-se, dessa maneira, ainda uma vez que a família não mais é tutelada como instituição, mas que sua existência só faz sentido em prol das pessoas de seus componentes.” Tal argumento tem assento no fato de as famílias contemporâneas deixarem de ter uma formação convencional, ou seja, homem, mulher e filhos, levando em consideração, portanto, as novas configurações de família, como os núcleos familiares constituídos por pessoas do mesmo sexo, uniões estáveis, pessoas solteiras, divorciadas que vivem sozinhas com filhos etc.

Apesar de a letra da lei representar um avanço no sentido de coibir a violência doméstica e familiar, não prevê o crime de feminicídio, isto é, quando o homicídio acontece contra a mulher pela simples condição de ser mulher. Assim, para ampliar o alcance punitivo desses crimes, em 9 de março de 2015, foi sancionada a Lei nº 13.104, conhecida como a “Lei do Feminicídio”, que altera o art. 121 do Código Penal, incluindo o inciso VI, ou seja, crimes “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”, passando a ser considerado crime hediondo.

Conforme explicam Moraes e Teixeira, essa alteração ao Código Penal

[...] possibilitou que os agressores de mulheres no âmbito familiar sejam presos em flagrante ou que tenham sua prisão preventiva decretada, além de impedir a aplicação de penas alternativas e prever medidas como o afastamento do agressor do domicílio, aproximação da vítima agredida e dos filhos (MORAES e TEIXEIRA, 2014, p. 2123).

Ao que parece, todas as medidas anunciadas pela Lei Maria da Penha, como também pela “Lei do Feminicídio”, não têm sido capazes de reduzir a violência contra mulher, pelo contrário, os índices têm aumentado ou mantidos constantes, especialmente, as agressões nos domicílios, independentemente de classe social, raça e credo.

Para ampliar a proteção das mulheres pela referida Lei, um projeto está em curso no Congresso Nacional com a possibilidade de alterá-la, mas as propostas estão dividindo opiniões. O trecho mais polêmico e que tem causado impasse refere-se à autorização conferida aos delegados de polícia a concederem medidas protetivas às vítimas, proibindo os agressores de se aproximarem delas. Vale ressaltar que tal prerrogativa cabe apenas aos juízes (CANCIAN; HAUBERT, 2016).

Qualquer agressão física, psicológica, moral, sexual ou patrimonial seja contra mulher ou filhas, no âmbito do domicílio ou em ambiente doméstico, deve ser punida e tratada como tal. E, uma vez que os delegados conduzem os inquéritos, porque não lhes concederem a prerrogativa de também determinar medidas protetivas, principalmente o afastamento do agressor, uma vez que resta provado que a maioria das mulheres, vitimadas por maridos, companheiros e outros, correm risco iminente de suas próprias vidas.

Mesmo com alguns impasses em relação à possibilidade de os delegados emitirem ou não medidas protetivas às vítimas agredidas no domicílio, na primeira semana do mês de julho de 2016, o projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado e está em pauta no Plenário desta Casa, mas ainda não tem data definida para votação (CANCIAN; HAUBERT, 2016).

Cabe enfatizar que a violência doméstica e familiar não acontece apenas contra a mulher, tendo em vista que as crianças também são vitimadas, agredidas não só pelos homens, mas também por mulheres. Essa é uma questão que tem despertado discussões sobre uma suposta inconstitucionalidade dessa lei, no que se refere ao princípio da igualdade, um dos fundamentos da CRFB/88.

### **3. INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI: PRINCÍPIO DA IGUALDADE**

Com o advento da Constituição Federal de 1988, as camadas populacionais mais vulneráveis mereceram particular proteção, considerando, por exemplo, as condições econômico-sociais, violação frequente de seus direitos fundamentais, violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. Por essas razões, “o constituinte impôs a igualdade de todos no que se refere à sua qualidade de seres humanos, à dignidade humana, aos direitos fundamentais e às restantes garantias legalmente vigentes de proteção” (ABREU, 2001, p. 265).

Não obstante a lei ter revolucionado o tratamento da violência imposta à mulher, o ponto crucial de discussão a seu respeito é exatamente sua suposta inconstitucionalidade, uma vez que o próprio texto constitucional assegura a igualdade entre homens e mulheres. Assim, apesar de essa lei ser considerada um avanço no ordenamento jurídico brasileiro,



ainda paira sobre ela algumas críticas no que diz respeito à inconstitucionalidade por violação do princípio de igualdade formal.

Nesse sentido, Canotilho et al. (2014) leciona que:

O engano de fundo dessa crítica se traduz no fato de que a lei espelha justamente a concretização do princípio da igualdade, mas da igualdade substancial, aquele princípio que de forma mais completa realiza o ditado constitucional da dignidade da pessoa humana. O respeito à dignidade não impõe somente a tutela da 'igualdade de todos perante a lei', mas exige que seja concretizada a igualdade substancial, isto é, que se trate desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades (CANOTILHO et al., 2014, p. 2123).

Deste modo, a Lei nº 11.340/06 representa uma corporificação da máxima do tratamento dos iguais de modo igual, e os desiguais de modo desigual. Ela reconhece, de maneira categórica, que no mundo onde as condições desiguais do cotidiano estabelecem diferenças entre homens e mulheres, há de se ter tratamento díspares entre eles para que se equivalham as vantagens. Nesse contexto fático e histórico, é premente a necessidade de ações afirmativas (ou discriminações positivas) traduzidas em políticas públicas que objetivem concretizar materialmente essa igualdade.

É neste aspecto de se igualar homens e mulheres que se mostra essencial as ações afirmativas, medidas especiais e determinadas com o escopo de trazer para o plano dos fatos a igualdade materializada pela lei, mas que por inúmeros fatores não é concretizada. Garante-se assim a igualdade de oportunidades e tratamento, compensando de algum modo a disparidade que ainda insiste em se fazer presente. Segundo Marcelo Lessa Bastos (2006) apud Diniz (2013, p. 110), "a Lei é resultado de uma ação afirmativa em favor da mulher vítima de violência doméstica e familiar, cuja necessidade se evidenciava urgente."

De tal modo, a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988) determinou, em passagens de seu texto, a igualdade formal (perante a lei) de homens e mulheres, pois, de acordo com a lei, há de se dar tratamento igualitário a ambos os gêneros, sem qualquer tipo de privilégio ou distinção.

José Afonso da Silva (2008, p. 75) entende que essa igualdade já está contida no texto constitucional, ou seja, a igualdade perante a lei, como também a vedação de discriminação por motivo de sexo (arts. 3º, inciso IV e 7º, inciso XXX). Mas, não sem motivo, o constituinte destacou no art. 5º, inciso I, que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição". Seria então dispensável acrescentar a cláusula final, pois a própria norma já estabelece "nos termos desta Constituição" (BRASIL, 1988).

Importa dizer que a Constituição de 1988 considerou, de alguma forma, os movimentos das mulheres, durante décadas contra qualquer tipo de discriminação e violência. Assim, segundo o mesmo autor,

[...] não é a igualdade perante a lei, mas igualdade em direitos e obrigações, o que significa dizer que existem dois termos concretos de comparação: homens de um lado, e mulheres de outro. Assim, onde houver um homem e uma mulher, qualquer tratamento desigual entre eles, a propósito de situações pertinentes a ambos os sexos, constituirá uma infringência constitucional (SILVA, 2008, p. 75).

Ainda, segundo José Afonso da Silva (2008, p. 76), a igualdade não é apenas no confronto marido/mulher, nem se trata apenas de igualdade no lar e na família.

Abrange também essa situação, que, no entanto, recebeu reformulação específica no art. 226, §5º: 'os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher'. Vale dizer: nenhum pode mais ser considerado cabeça-de-casal, ficando revogados todos os dispositivos da legislação contrários à disposição constitucional (SILVA, 2008, p. 76).

Além disso, um assunto que tem gerado alguns impasses é quanto à pessoa que possa figurar como autor dos crimes (polo ativo) em que trata a referida Lei, uma vez que versa sobre crime de gênero e dispõe sobre proteção à mulher vítima de violência doméstica e familiar (polo passivo). No entanto, há entendimentos, como os de Luiz Flávio Gomes e Sérgio Ricardo de Souza, que mencionam "que a Lei objetiva coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, sem importar o gênero do agressor, que tanto pode ser homem ou mulher, desde que esteja caracterizado o vínculo de relação familiar ou afetividade" (MELLO, 2009, p. 43).

Como nesse caso, discussões calorosas não se findam quando o assunto é a adequação da lei no ordenamento jurídico nacional. Nesta discussão é que emergem as chamadas ações afirmativas.

Na página "Notícias STF" do Supremo Tribunal Federal, em 26 de abril de 2012, Joaquim Barbosa define as ações afirmativas quão políticas públicas voltadas à materialização do princípio constitucional da igualdade formal e à neutralização das implicações perversas da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. A igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade.<sup>3</sup>

A herança de costumes, onde a mulher ocupava lugar secundário e coadjuvante, não pode se manter presente e não há nenhum argumento que a justifique. Em consequência, a lei nº 11.340/06 se mantém firme neste propósito de ser uma ação afirmativa, com o fim de igualar homens e mulheres.

A lei é ainda, deveras, importante na medida em que não resguarda apenas a violência física, mas todas as formas da mesma. Não se olvida que a violência física seja uma forma drástica de violação dos direitos femininos, no entanto as violências psicológica, moral, patrimonial e sexual se mostram como uma face nefasta dessa mesma prática.

E são todos os tipos de violência abarcados pela lei que fazem dela um marco histórico de empoderamento e uma vitória efusiva de mulheres que, durante anos, foram vítimas de todo o tipo de violação de seus direitos. É notório que a mulher sempre sofreu calada, sem ter como acalento qualquer tipo de proteção por parte Poder Público quando vitimada por maus tratos, abusos e violência.

Sem embargo de todo o avanço traduzido no texto da lei, ainda se mostra notório que a mesma não é absolutamente eficaz. Mulheres, vítimas de violência, por vezes não querem denunciar o agressor, temendo por sua própria vida ou por vergonha de se expor como lesada. Como bem diz Hermann (2008):

3 Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206023>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

Apesar da tônica repressivo-penal privilegiada, a lei não estimulou o aporte de mulheres agredidas ao sistema de segurança pública: Segundo pesquisa de campo, somente 40% das mulheres que admitem ter sofrido algum tipo de violência doméstica registram ocorrência nas delegacias de polícia, mesmo depois da vigência da Lei Maria da Penha (HERMANN, 2008, p. 78).

O preconceito ainda enraizado na sociedade e a falta de condições sociais se tornam grandes empecilhos para que a efetivação da lei seja completa, densa e precisa. Infelizmente, é isto que tem ocorrido no cotidiano familiar da mulher agredida, pois sua hipossuficiência (emocional/física) “faz com que o silêncio seja o maior dos cúmplices dos episódios de violência” (DIAS, 2013, p. 190).

Neste contexto, o que se demonstra precioso e essencial é o agrupamento de ideias, ações e objetivos, com o fito de trazer para a realidade a conjuntura textual ainda não, integralmente, efetivada. Esse é o grande desafio que a Lei nº 11.340/06 passa todos os dias, todas as vezes que uma mulher é agredida.

A edição de leis visando combater esse tipo de violência foi um passo de suma importância dado pelo Poder Público. Todavia, é imperativo que se confira a carecida efetividade a esses preceitos vigorantes, de forma que os direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal sejam verdadeiramente cobertos e venerados com relação às mulheres.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Não resta dúvida de que a Lei Maria da Penha foi um avanço no ordenamento jurídico brasileiro, apesar de ainda receber críticas quanto à sua constitucionalidade, no que tange à igualdade de direitos entre homens e mulheres, estabelecida por nossa Lei maior.

Mesmo assim, é certo que existem diferenças de gênero, seja no aspecto econômico, social e político. A mulher, em geral, se incumbem de tarefas básicas domésticas, além de filhos e do próprio marido ou companheiro, mas também tem um emprego e, portanto, carrega uma sobrecarga de tarefas e responsabilidades, ao passo que o homem, via de regra, tem empregos fora do lar e não responsabilidades diretas com afazeres domésticos.

A Lei Maria da Penha visa proteger a mulher de qualquer tipo de violência doméstica, seja física, psicológica, sexual, até mesmo por dano moral ou patrimonial sofridos em âmbito doméstico ou familiar, como também a qualquer pessoa do sexo feminino que tenha vínculos pessoais familiares, conforme trata o art. 5º e incisos, dessa Lei.

Diante do exposto, o que se pode vislumbrar é que alguns avanços trazidos pela Lei Maria da Penha podem ser sentidos, no sentido de se constituírem um verdadeiro instrumento que possibilita a concretização da igualdade formal entre homens e mulheres, tão perseguida por nossa Constituição Federal.

Entretanto, é necessária a conscientização da sociedade, possibilitada pela adoção por parte do Estado de políticas públicas capazes de fazer com que as normas jurídicas se materializem, efetivamente, alcançando os direitos sociais dos cidadãos, em especial, as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

## Referências

ABREU, Sérgio. O Princípio da Igualdade: A (in)sensível desigualdade ou a isonomia materializada. In: PEIXINHO, Manoel Messias; GUERRA, Isabela Franco; NASCIMENTO FILHO, Firly. *Os Princípios da Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2001.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 03 nov. 2016.

BRASIL. *Lei nº 11.340*, de 07 de agosto de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2016.

CANCIAN, Natália; HAUBERT, Mariana. *Projeto para mudar a Lei Maria da Penha avança e divide entidades*. Jornal Folha de São Paulo, 09/07/2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/07/1790007-projeto-para-mudar-lei-maria-da-penha-avanca-e-divide-entidades.shtml?cmpid=facefolha>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

CANOTILHO, J. J. GOMES; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz; LEONCY, Léo. Ferreira. *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2014.

DIAS, Maria Berenice. *A lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

HERMANN, Leda Maria. *Maria da Penha: Lei com nome de mulher*. Campinas: Editora Servanda, 2008.

MELLO, Adriana Ramos de. (org.) *Comentários à Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.

MORAES, Maria Celina Bodin de; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso. Art. 226, CRFB. Capítulo VII. In: CANOTILHO, J. J. GOMES; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz; LEONCY, Léo. Ferreira. *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2014.

SILVA, José Afonso da. *Comentário contextual à Constituição*. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

STF – Supremo Tribunal Federal. *Notícias STF*. Disponível em: <[www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206023](http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206023)>. Acesso em: 08 jul. 2016.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da Violência 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil*. 1 Edição Brasília/DF, 2015. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

ZACARIAS, André Eduardo de Carvalho; FERNANDES, Débora Fernanda C. Z. Alarcon; OLIVEIRA, Ettiene A. Duarte Ferro; MORAES, Patrícia Rangel de. *Maria da Penha: Comentários à Lei nº 11.340/06 – Aspectos biológicos, criminais, históricos e psicológicos*. São Paulo: Anhanguera Editora, 2015.

## UMA ANÁLISE SÓCIO-JURÍDICA: A MUDANÇA DO PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE E SUA PARTICIPAÇÃO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE DECISÃO.

**VIEIRA, Tais Elaine do Nascimento**

Mestre em Sociologia e Direito pela UFF  
Professora na Universidade Estácio de Sá  
*taiselaine@bol.com.br*

**MANHÃES, Manuela Chagas**

Doutoranda pela UENF  
Professora na Universidade Estácio de Sá  
*manuelacmanhaes@hotmail.com*

**BARRETO, Ana Carolina Carvalho**

Mestre em Políticas Sociais pela UENF.  
Professora Assistente na Universidade Veiga de Almeida,  
Universidade Estácio de Sá e Universidade Cândido Mendes.  
*advogada.anacarolinacb@gmail.com*

### RESUMO

Na vida social, poder significa a capacidade de agir ou determinar o comportamento de outra(s) pessoa(s), já as relações de poder perpassam por todas as relações sociais, dentre as quais destacamos a política, que pode ser compreendida, de forma geral, como um meio para resolver os conflitos na esfera pública, ou seja, no âmbito do Estado. Entrelaçando tais afirmativas, o presente trabalho tem como pretensão analisar a participação das mulheres na política da Região dos Lagos, delimitada pelos municípios de Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande, Maricá, Saquarema e São Pedro da Aldeia, todos no Estado do Rio de Janeiro. Inicialmente iremos destacar seus resultados nas eleições proporcionais de 2016, uma preocupação que surgiu a partir da verificação que a maioria dos candidatos que receberam 0 (zero) ou 1 (um) voto eram mulheres.

**Palavras-chave:** Mulher. Política. Democracia.

### ABSTRACT

In social life, power means the ability to act or determine the other behavior (s) person (s), as the power relations permeate all social relations, among which we highlight the politics, which can be understood, so Overall, as a means to resolve conflicts in the public sphere, ie in the state. Interlacing such statements, this work has the intention to analyze the participation of women in politics in the Lakes Region, outlined the municipalities of Arraial do Cabo, Armacao dos Buzios, Cabo Frio, Iguaba Grande, Maricá, Saquarema and São Pedro da Aldeia, all in Rio state from January. Initially we will highlight results in proportional elections in 2016, a concern that has emerged from the verification that most candidates who received 0 (zero) or 1 (one) vote were women.

**Keywords:** Woman. Politics. Democracy.

## INTRODUÇÃO

É fato a sociedade brasileira foi moldada por um pensamento repleto de racismo, preconceitos e estigmas os quais são mantidos até hoje. O caráter patriarcal e hierarquizado que ainda permeia a sociedade, é fator que influencia o contexto político, econômico, cultural, social e legal, que resulta em tratamento preconceituoso contra as mulheres e reflete no cotidiano dos diferentes grupos sociais que passam por processos de exclusão social.

Partindo desse fato, é durante a modernidade, que temos a marca do movimento pela emancipação da mulher, o qual é traz em seu bojo três grandes momentos. Segundo TOLEDO (2001) o primeiro grande momento foi no final do século XIX e início do século XX com o movimento conhecido como sufragista e a luta por outros direitos democráticos. O segundo momento, por sua vez, foi no final da década de 60 e início dos anos 70, com os movimentos feministas que levantaram bandeiras para que houvesse, basicamente, a liberação sexual. Já o terceiro momento no final dos 70 e início dos anos 80, traz o caráter, sobretudo, sindical e é marcado também pela mulher trabalhadora, já inserida no espaço público. Nos anos seguintes novas questões surgiram referentes à situação da mulher em diferentes espaços, entre eles, na política.

Assim, são diferentes os enfrentamentos e dificuldades, que percorrem o desafio para efetivação de políticas públicas que refaçam, resignifiquem a história da sociedade brasileira, tendo como base a Constituição Federal de 1988, em que se trabalha para uma sociedade democrática, garantindo a cidadania a partir da equidade racial e de gênero.

Neste contexto, o presente trabalho fundamentado em uma perspectiva interdisciplinar visa analisar a participação das mulheres na política da Região dos Lagos, delimitada pelos municípios de Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande, Maricá, Saquarema e São Pedro da Aldeia, todos no Estado do Rio de Janeiro, nas suas mais diversas transformações e contradições culturais, sociais, políticas e ideológicas.

As autoras iniciaram a pesquisa sobre o exercício político e o papel da mulher na sociedade a partir de três eventos: (i) a participação no Pré Encontro de Mulheres Estudantes (EME) e da União Nacional dos Estudantes (UNE); (ii) a realização do Curso de Empoderamento e Participação Política para as Mulheres ministrado na 20ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Cabo Frio e Arraial do Cabo por meio da Comissão da OAB Mulher e Igualdade Racial e (iii) entrevista para a Rede InterTV sobre candidatos que recebem 0 (zero) ou apenas 1 (um) voto.

Para preparação do encontro EME, que é considerado um dos maiores eventos feministas do país por discutir pautas relacionadas às mulheres estudantes de todo o Brasil, foram realizados pré-encontros EME. O pré-encontro da Região dos Lagos aconteceu no dia 23 de março de 2016, no Instituto Federal Fluminense (IFF), campus Cabo Frio, debateu sobre a representação feminina na política e sociedade, a situação da mulher negra, a violência contra a Mulher e os 10 (dez) anos da Lei Maria da Penha.

O curso de Empoderamento e Participação Política para as Mulheres aconteceu no mês de junho de 2016 e se propôs a discutir o protagonismo eleitoral da Mulher, bem como a profilaxia dos velhos hábitos das relações políticas, advindos do sexismo, machismo, preconceitos, discriminações, intolerâncias, desrespeito, exclusões, assédio, rejeições e a imperiosa necessidade de ocupação desses espaços.

Tais eventos incitaram o diálogo, o resgate de trabalhos já realizados pelas autoras e análise dos resultados das eleições proporcionais de 2016.

### **1-Fundamentação teórica**

Para melhor compreensão, o artigo fundamenta-se a partir de três eixos norteadores: (1) Gênero e empoderamento: edificações para a mudança representativa da mulher na sociedade; (2) Produção legislativa: integração e participação feminina no espaço político historicamente masculino; (3) Participação feminina nas eleições proporcionais de 2016: mulheres da Região dos Lagos que se lançaram à disputa e terminaram zeradas na urna.

#### **1.1. Gênero e empoderamento: edificações para a mudança representativa da mulher na sociedade.**

A discussão de gênero num primeiro momento designa homens e mulheres e suas diferenças a partir do aparato biológico, mas com o desenvolvimento da literatura feminista o conceito de gênero foi se concretizando dentro do meio social referindo-se aos aspectos culturais, que fazem a atribuição de papéis sociais a partir do que se entende como homem e enquanto mulher.

Isso significa dizer que há definições para ambos sexos, mas essas diferenças criadas ao longo da história formaram uma hierarquia entre os sexos desde as diferenças biológicas como também ao sentido do que é masculino e feminino legitimando as diferenças e disparidades entre homens e mulheres, constituindo e definindo uma forma de pensar patriarcal na qual as mulheres estariam nas relações de subordinação como dominadas e submissas, além de terminadas ao espaço privado-doméstico sendo consideradas seres frágeis, limitadas socialmente, culturalmente tendo suas características de ser mulher expressas no que é ser feminina. Logo, com a participação feminina no espaço público, a mulher passa a ter diferentes estereótipos, mas sempre, de maneira geral, representando a mulher como frágil, desprotegidas emocionalmente e vulneráveis aos olhos da sociedade, e por isso poderiam estar presas a dominação masculina.

Concordamos com RAGO (1997:579) ao afirmar que:

“As dificuldades parecem desde logo, principalmente se considerarmos que o historiador trabalha com imagens diferenciadas, produzidas pelos documentos disponíveis. Frágeis e infelizes para os jornalistas, perigosas e indesejáveis para os patrões, passivas e inconscientes para os militantes políticos, perdidas e degeneradas para os médicos e juristas, as trabalhadoras eram percebidas de vários modos”.

Desse modo, a marca das distinções pela atribuição de papéis sexuais fomentou a desigualdade no gênero e nas identidades formadas, sendo definidores para os espaços: privado e público e caracterizando e definindo a mulher como o sexo frágil e dependente das ações masculinas. Diante disso foi na Europa e nos Estados Unidos onde o movimento feminista, da década de 60, tomou fôlego e se difundiu pelo mundo inteiro. Assim depois de longos anos marcados pela submissão e o espaço privado, as mulheres norte-americanas, em particular da classe média, começaram a despertar e se unir a outro movimento contestatório e reivindicatório: movimento negro, lutando pelos seus direitos. São mulheres de vanguarda que segundo TOLEDO (op. Cit.) que lutavam para que a mulher deixasse de ser considerada: “segundo sexo”.

Entretanto, mesmo diante dos movimentos feministas em seus distintos momentos esperava-se, e ainda se espera condutas, falas, virtudes e afetividades que sejam correspondentes ao que sócio culturalmente é definido do que a mulher é na sociedade e em suas relações. RAGO (op. Cit) afirma que isso demonstra que lidamos com a construção masculina da identidade das mulheres do que com a própria percepção de sua condição social, sexual e individual. Por isso, nesse primeiro eixo norteador, destaca-se que os papéis atribuídos para homens e mulheres não são necessariamente de ordem natural, mas advém de uma construção histórica, cultural, religiosa e política, com fortes traços de dominação sobre a mulher.

Assim, verificou-se que “a diferença sexual é convertida em diferença política, passando a se exprimir ou em liberdade ou em sujeição” (SAFFIOTI, 2004, P.127). Estas construções sociais dificultam e até mesmo impedem a incorporação das mulheres em determinadas esferas ou campos sociais, neste caso, o do poder público, mais especificamente, o poder legislativo.

Tais questões já eram pensadas pelo movimento feminista em primeiro, segundo e ainda terceiro momento, de maneira que segundo RAGO (op. Cit.) o discurso feminista muitas vezes rotulado como liberalizante, demonstrava as dificuldades que as mulheres, independentemente da classe social, enfrentavam para que fossem aceitas no espaço público, ingressarem no mercado de trabalho, que é controlado por homens. Um exemplo disso foi uma advogada rejeitada pela Ordem dos advogados, escritoras pela Academia Brasileira de Letras. Ou seja, mesmo que tivessem vencido o primeiro desafio, de se formarem como médicas, engenheiras, advogadas entre outras profissões liberais, as mulheres ainda tinham muitos obstáculos a superar para se firmarem profissionalmente, e, hoje em dia, especificamente, na esfera política.

Para lidar e superar tais distorções sociais e por si históricas foram criadas leis que utilizam do mecanismo “de cotas”. Na vida social, poder significa a capacidade de agir ou determinar o comportamento de outra(s) pessoa(s), já as relações de poder perpassam por todas as relações sociais, dentre as quais destacamos a política, que pode ser compreendida, de forma geral, como um meio para resolver os conflitos na esfera pública, ou seja, no âmbito do Estado.

## **1.2. Produção legislativa: integração e participação feminina no espaço político historicamente masculino**

Sem a pretensão de compreender toda a estrutura jurídico-social brasileira, é possível verificar que analisando somente a legislação não é possível chegar a conclusões muito condizentes com a realidade social. Embora seja relevante considerar a legislação como uma referência importante, privilegiar a esfera legal não possibilitaria a percepção de diversas singularidades que atravessam o objeto investigado, que é a participação das mulheres da Região dos Lagos na política.

A sociedade brasileira atual estabelece uma igualdade jurídico-constitucional somente formal, porém ainda são mantidas não apenas a desigualdade econômica, político e social entre homens e mulheres, mas também, inúmeras normas discriminatórias e antigas concepções em relação à subalternidade do sexo feminino.

O Estado, por meio de leis, não consegue alterar os conceitos sociais, essa é uma transformação que somente a própria sociedade pode fazer, não de forma brusca, mas paulatinamente no decorrer de sua construção social. Isto impõe uma grande



desvantagem para as mulheres brasileiras, que possuem a herança de uma sociedade patriarcal, conseqüentemente, fundada especialmente nos interesses masculinos.

Nesse aspecto RAGO (op. Cit: 597) salienta que:

“As relações entre homens e mulheres deveriam ser, portanto, radicalmente transformadas em todos os aspectos de sociabilidade. Num mundo em que mulheres e homens desfrutassem de condições de igualdade, as mulheres teriam novas oportunidades não só no trabalho, mas de participação na vida social. A condição feminina, o trabalho das mulheres fora do lar, do casamento, a família e a educação seriam pensados e praticados de uma maneira renovada (...) aos poucos, as mulheres iam ocupando todos os espaços de trabalho possíveis”

Dessa forma o espaço público moderno podemos dizer que foi definido como espaço essencialmente masculino, de maneira que as mulheres seriam apenas coadjuvantes, sendo auxiliares, assistentes, enfermeiras, secretárias, ou seja, desempenhando funções consideradas menos importantes nos campos produtivos, tendo como argumento a sua constituição biológica, o que acabou fomentando um paradigma no meio social de que a mulher seria incompatível a vida pública.

Diante dessa constatação, um dos motivos da disputa eleitoral é poder estar e influenciar neste espaço de decisões, no caso a esfera legislativa municipal. Utilizar-se da esfera legal não tem o condão de resolver questão alguma, porque somente um lado do problema será visto, gerando, portanto, soluções incompletas, mas é importante lembrar que a Lei n.º 9.100/95 estabeleceu as normas para a realização do pleito eleitoral municipal de 03 de outubro de 1996, e, em um de seus artigos propôs pela primeira vez no Brasil, cotas para mulheres nos cargos legislativos na proporção de 20% (vinte por cento) das vagas de cada partido ou coligação (art. 10, § 3º).

Em 1997, a Lei 9.504 elevou esta cota para 25%, para as eleições de 1998, e 30%, a partir das eleições seguintes em eleições proporcionais (Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais) para o sexo minoritário (na prática, para as mulheres). Porém, as cotas só foram cumpridas nas eleições municipais de 2012, quando, pela primeira vez, os partidos respeitaram a lei 12.034 que promoveu uma “minirreforma eleitoral” em 2009, porque a Justiça Eleitoral ameaçou impugnar candidaturas masculinas com vistas a manter a proporção no mínimo 30% e máximo 70% exigida por lei.

Na lei 9.100/1995 os partidos deveriam reservar 20% das candidaturas para mulheres a na lei 9.504/1997 a obrigatoriedade de reserva aumentou para 30% das candidaturas, era a obrigatoriedade de reserva de candidatura e não a obrigatoriedade de candidatar mulheres.

Isso só foi modificado na Lei 12.034/2009, já que os partidos foram obrigados a preencher no mínimo de 30% e no máximo 70% de cada sexo, devendo ser observados os percentuais de candidatos para cada sexo no momento do registro e no eventual preenchimento de vagas remanescentes ou nas substituições. Esta obrigatoriedade legal fez com que em 2012 tivesse 30,3% de candidatas a todos os cargos, percentual semelhante ao de 2016, mas o número de eleitas permanece irrisório. Por isso, é possível adiantar que não foi suficiente para superar a exclusão das mulheres nos espaços de poder e garantir a paridade.

Ao analisar a produção legislativa que tem como objetivo promover a integração e participação feminina no espaço político historicamente masculino percebeu-se que a análise simples e fria da lei não permite obter uma percepção real do papel político da mulher na sociedade brasileira, neste sentido, optou por privilegiar a análise do resultado das eleições de 2016, porque privilegiar a esfera legal não possibilitaria a percepção das diferenças que atravessam o conjunto de indivíduos.

Porém, é importante reconhecer que:

“a lei eleitoral que estabeleceu as cotas de candidaturas por sexo, se não serviu para que as mulheres pudessem dividir os espaços de poder com os homens, sem dúvida, foi instrumento valioso para desmascarar o caráter patriarcal do sistema político, imune a todo tipo de lei, regra, acordo político relacionado à participação paritária das mulheres nos espaços de poder.” (CORTÊS, 2014)

### **1.3. Participação feminina nas eleições proporcionais de 2016: mulheres da Região dos Lagos que se lançaram à disputa e terminaram zeradas na urna.**

Segundo RAGO (op. Cit.: 604) muitas mulheres têm lutado nas últimas três décadas pela construção de uma esfera pública democrática. Elas querem afirmar a questão feminina e assegurar a conquista dos direitos que se referem à condição da mulher. A necessidade de uma renovação cultural e a organização dos movimentos populares favorecia que houvesse uma união entre diferentes grupos femininos, algumas organizações sindicais, partidos e outros setores que atuam nas instituições de administração do Estado. Vários desses grupos chegam, por caminhos distintos, à necessidade de repensar a divisão sexual do trabalho, buscando conseguir, aos poucos, entrar nas estruturas de representação tradicionalmente ocupadas por homens, como nas diretorias das organizações sindicais, partidos políticos, associações, entre outros. A realidade que podemos constatar é que essa ruptura ainda está para acontecer, quando percebemos que a inserção da mulher no poder legislativo, ainda é lento e marcado ainda pelo Patriarcado.

Tal fato pode ser verificado, a partir da estatística eleitoral divulgada pelo TSE, verificou-se que o percentual de candidatos aptos por sexo nas eleições municipais de 2016 foi na proporção de 69 % de homens para 31% de mulheres nas cidades da Região dos Lagos, uma realidade comum às demais cidades brasileiras.

Vale destacar que os dados oficiais divulgados pelo TSE apresentam o número total para vereador, prefeito e vice-prefeito. Como é possível verificar na tabela abaixo:

Abrangência	Sexo	Quant	%
Cabo Frio	Masculino	238	68,79
Cabo Frio	Feminino	108	31,21
<b>Total Geral</b>		<b>346</b>	
Arraial do Cabo	Masculino	95	69,85
Arraial do Cabo	Feminino	41	30,15
<b>Total Geral</b>		<b>136</b>	
Armação de Búzios	Masculino	105	68,18
Armação de Búzios	Feminino	49	31,82
<b>Total Geral</b>		<b>154</b>	
Araruama	Masculino	224	68,92
Araruama	Feminino	101	31,08
<b>Total Geral</b>		<b>325</b>	
São Pedro da Aldeia	Masculino	142	71,36
São Pedro da Aldeia	Feminino	57	28,64
<b>Total Geral</b>		<b>199</b>	
Iguaba Grande	Masculino	119	68,79
Iguaba Grande	Feminino	54	31,21
<b>Total Geral</b>		<b>173</b>	
Squarema	Masculino	166	68,88
Squarema	Feminino	75	31,12
Maricá	Masculino	197	69,61
Maricá	Feminino	86	30,39
<b>Total Geral</b>		<b>283</b>	

(<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016/resultados>)

Foram poucas mulheres eleitas: na cidade de Cabo Frio de 15 homens foram eleitos e apenas 2 mulheres, na cidade de Arraial do Cabo foram 9 homens eleitos e nenhuma mulher, em Armação de Búzios foram 7 homens eleitos e 2 mulheres, em Araruama foram 15 homens e 2 mulheres eleitas, em São Pedro da Aldeia foram 10 homens e 3 mulheres eleitas, em Iguaba Grande foram 11 homens eleitos e nenhuma mulher, em Maricá foram 8 homens eleitos e nenhuma mulher e em Squarema foram 10 homens eleitos e 3 mulheres.

Além do pequeno número de mulheres eleitas, o que mais chamou atenção nas eleições proporcionais municipais de 2016 foi que os candidatos que receberam 0 ou 1 voto são predominantemente mulheres. Em Cabo Frio, 2 mulheres não receberam nenhum voto, 3 mulheres receberam apenas 1 voto e 3 mulheres receberam 2 votos, enquanto não foram identificados candidatos homens com um número tão inexpressivo de votos. Na cidade de Arraial do Cabo foram 9 mulheres com 0 votos e 3 homens com 0 votos. Em Araruama, 9 mulheres com 0 voto e 3 homens com 0 voto, 5 mulheres com 1 voto e nenhum homem com apenas 1 voto. Em São Pedro da Aldeia, 12 mulheres com 0 voto e 9 homens com 0 voto. Na cidade de Iguaba grande, foram 5 mulheres com 0 voto. Na cidade de Maricá 13 mulheres com 0 voto e 4 mulheres com 1 voto e nenhum homem.

Como foi possível verificar, os candidatos que receberam 0 ou 1 voto são principalmente mulheres, por isso é válido supor que possivelmente tem uma estreita relação com a obrigação dos partidos preencherem o mínimo de 30% e o máximo de 70% de cada sexo. Logo, nossa hipótese é se tais mulheres que não conseguiram nem um voto

refletem a manipulação do preenchimento de cotas por mulheres que não estão ali para ocuparem o espaço político de direito, e, em uma análise comparada a história apresentada, são mulheres que ainda se encontram sob o julgo masculino e não encontraram sua emancipação cidadã.

O que nos provoca a reflexão é quando contextualizamos a história da emancipação feminina, que traz mulheres buscando a legitimação feminina na esfera pública, no poder legislativo. Como exemplos, podemos citar Eugênia Moreira, considerada, a primeira repórter mulher do país. Nos anos 20, participou ativamente do movimento feminista, na campanha em prol do sufrágio feminino, assim como do movimento modernista. Eugênia participou em maio de 1935, da União Feminista do Brasil, promovida por mulheres simpatizantes ou filiadas ao Partido Comunista do Brasil (PCB). É considerada uma figura emblemática da mulher liberada. Fumava com piteiras e também charutos, em público, desafiando costumes da época. Nas eleições de 1945, candidatou-se a deputada federal constituinte, mas nenhuma mulher foi eleita para representar os interesses femininos durante a elaboração da Constituição Federal de 1946 (SCHUMAHER & BRAZIL: 2000:209-210). Tal exemplo, dessa mulher excepcional, nos faz questionar que, mais de meio século se passou, e ainda, estamos buscando estar no espaço público como legítimas para representar a nossa sociedade. O caminho é árduo, lento e, mesmo tendo Leis que confirmam o mínimo de legitimidade, não vislumbramos o reconhecimento social para que haja representação feminina no poder legislativo. O que temos ainda é uma reprodução simbólica que define a mulher e suas atribuições, hoje na vida profissional (limitado), no espaço privado, mas não na esfera política democrática.

### **Conclusões**

Podemos concluir que embora o movimento feminista tenha se dado em diferentes momentos históricos, sempre se buscou a emancipação feminina, logo, hoje, temos uma nova onda, uma reorganização do movimento feminista que levanta diferentes questões urgentes para que sejam redefinidas as atribuições de homens e mulheres de maneira equitativa, assim como a emancipação plena da mulher nos diferentes espaços.

No que se refere ao espaço público e político, temos a necessidade de um ato político para que a mulher seja reconhecida como par e mais, para que realmente se efetive no poder legislativo, sem isso, sem esse reconhecimento social, ainda estaremos à margem do processo político democrático e estaremos reproduzindo a distinção entre os gêneros assim como de uma visão limitada sobre a mulher.

A democracia vivenciada no Brasil não é efetiva, ao analisar os números oficiais das eleições de 2016, o que se vislumbrou foram mulheres que não possuem incentivos de seus partidos para enfrentarem uma campanha eleitoral consciente e séria, apenas estão ali para compor a cota imposta. Embora haja leis que determinem a obrigatoriedade de mulheres na vida política legislativa, a participação é pequena, sendo a igualdade de gênero na política ainda um sonho.

Não se pretende neste artigo esgotar todas as questões relacionadas ao tema proposto, mas pensar, teorizar e debater questões como o exercício político e o papel da mulher na sociedade já é um ato político, uma tomada de decisão fundamental para pensar um novo modelo de sociedade sem hierarquia de gênero. Um novo modelo na qual o gênero não seja utilizado para legitimar opressões e exclusões.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís. *A situação da mulher latino-americana*. In: *Mulher e trabalho: experiências de ações afirmativas*. 1ª. Ed.: SP: Boitempo Editora, 2000, pág.: 111-134.
- CORTÊS, Iáris Ramalho. *25 anos em busca de Igualdade Legislativa*. Brasília: CFEMEA, 2014.
- CRUZ, Maria Isabel. *A Mulher na Igreja e na Política*. SP: Outras Expressões, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- MIGUEL, Sônia Malheiros. *A política de cotas por sexo: um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro*. Brasília: CFEMEA, 2000.
- PERROT, Michelle. Trad. Denise Bottmann. *Os Excluídos: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- RAGO, Margareth. *Trabalho feminino e sexualidade*. In: *História das mulheres do Brasil*. Org: Mary Del Priore. 2ª. Ed. SP: 1997, pág. 578-639.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes*. SP: Expressão Popular, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. SP: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SCHUMACHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital (org). *Dicionário das mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado*. In: \_\_\_\_\_. RJ: Jorge Zahar Ed., 2000.
- TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. SP: Editora Xamã. Cadernos marxistas, 2001.

## **DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO COMO REPRODUÇÃO SOCIAL: DISCUSSÕES SOBRE O TRABALHO FEMININO**

**TRALDI, Flavia L.**

Psicóloga e mestranda do curso Interdisciplinar  
em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas  
FCA/UNICAMP. E-mail: *flaviatraldi@hotmail.com*

**LOSCO, Luiza N.**

Geógrafa, Mestre em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas  
e doutoranda do curso de Demografia IFCH/ UNICAMP.  
E-mail: *luizalosco@gmail.com*

**CARDILLO, Viviane H.**

Nutricionista e mestranda do curso Interdisciplinar  
em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas FCA/UNICAMP.  
E-mail: *vivianecardillo28@gmail.com*

**GEMMA, Sandra B.**

Ergonomista e Professora Doutora da Faculdade  
de Ciências Aplicadas FCA/UNICAMP.  
E-mail: *sandra.gemma@fca.unicamp.br*

### **RESUMO**

Embora a realidade atual demonstre um cenário participativo crescente, a existência de distâncias materiais e simbólicas entre homens e mulheres ainda é uma realidade bastante presente. Frente a tais considerações, neste artigo discute-se como o trabalho feminino insere-se/está inserido nas relações de poder e representações dominantes, que impõem às mulheres modos de ser e fazer. Para isso realizou-se uma revisão bibliográfica que apontou como as regras da dominação de gênero perpassam várias esferas da atividade social, refletindo não apenas na dimensão laboral, como baixos salários, funções desqualificadas, falta de autonomia, reconhecimento e opções profissionais, mas também em preconceitos e estereótipos às quais são submetidas, de modo que a marginalização da força de trabalho feminina na concepção capitalista retoma a ideia de marginalização social das mulheres, reproduzida na vida cotidiana.

**Palavras-chave:** divisão sexual do trabalho, trabalho feminino, gênero.

### **ABSTRACT**

Although the actual reality shows a growing participatory scenario, the existence of materials and symbolic distances between men and women it is still a very present reality. Front this considerations, the article has a purpose to discuss how the female work is inserted in power relations and dominants representations, that impose for women ways to be and to do. For this, was realized a bibliographic revision not only on the work dimension, such as low wages, disqualified functions, lack of autonomy, recognition and professionals options, but also in preconceptions and stereotypes to which they are subjected, so that the marginalization of the female labor force in capitalist industrialization resumes the idea of the social marginalization of women, reproduced in everyday life.

**Palavras-chave:** sexual division of labor, female work, genre.

## INTRODUÇÃO

Em relação ao trabalho feminino pode-se dizer que desde a transição do colonato para o assalariamento na agricultura brasileira, houve uma transformação na condição feminina inserida na organização familiar e no mercado de trabalho. Esteve presente uma mudança da unidade familiar para forças de trabalho individuais, no qual à mulher não caberia mais somente o cuidado com os filhos, tarefas domésticas, e afazeres no campo (OLIVEIRA, 1989).

Cada vez mais intensa, a pressão familiar passou a contribuir para uma maior participação da mulher no mercado de trabalho. No Brasil, a partir de 1975, a discussão sobre a emergência do movimento de mulheres insere-se como contribuição das feministas acadêmicas e dos ecos do feminismo internacional. Entre 1970 e 1980, dados revelam que a participação das mulheres na força de trabalho do setor industrial brasileiro passou por mudanças quantitativas e qualitativas, que se traduziram no aumento global da porcentagem das operárias e na modificação de sua distribuição entre os diferentes ramos industriais. Concentradas anteriormente em setores tradicionalmente femininos como o têxtil, o de vestuário e o de calçados, as mulheres passaram, pouco a pouco, a participar de outros ramos industriais, principalmente determinados segmentos da indústria metalúrgica.

Com o fortalecimento do neoliberalismo, a produção toyotista-flexível embora tenham sido criada visando uma adequação às novas tendências sociais e econômicas do mundo global, na prática, provocaram implicações para a organização e os indivíduos, sobretudo a mulher; visto que, com a precarização do trabalho intensificou-se também a exploração do trabalho feminino (HIRATA, 2002). Essa realidade corrobora com vários estudos realizados no Brasil, os quais indicam a existência de discriminação, superexploração, repressão, humilhação e desrespeito para com a mulher no trabalho (SELIGMANN-SILVA, 2011).

Embora a realidade atual demonstre um cenário participativo crescente, a existência de distâncias materiais e simbólicas entre homens e mulheres ainda é uma realidade bastante presente. Diante disso, busca-se discutir como o trabalho feminino insere-se/está inserido nas relações de poder e representações dominantes, que impõem às mulheres modos de ser e fazer. A fim de recuperar a evolução do tema e dos conceitos referentes ao assunto, neste artigo aborda-se primeiramente o conceito de divisão sexual do trabalho e as estatísticas que demonstram os espaços ocupados pelas mulheres em relação à região em que vivem, renda que possuem e as profissões que ocupam. No texto descreve-se ainda a relação existente entre o trabalho feminino e as instâncias de dominação que envolvem o contexto, sobretudo chamando a atenção para as formas de assédio no trabalho.

## 1.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1 TRABALHO E DIVISÃO SEXUAL

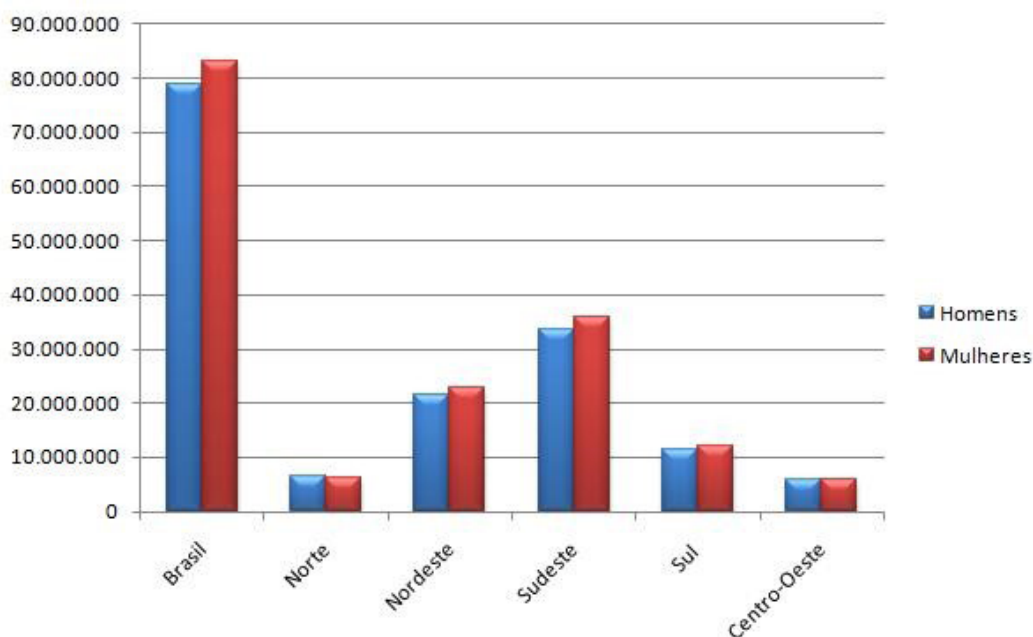
O trabalho é o desafio das relações sociais de sexo. Não se trata aqui apenas do trabalho assalariado ou mesmo profissional, mas de trabalho enquanto “produção de vivência” (KERGOAT, 2002). Para a autora, o trabalho possui um estatuto coletivo e individual. No plano coletivo, temos o trabalho profissional (quer seja assalariado ou não, comercial ou não, formal ou não) como também o trabalho doméstico (que além das tarefas domésticas, inclui os cuidados corporais e afetivos para com os filhos, o

acompanhamento de sua escolaridade e até sua produção física). No plano individual tem-se a ideia de que a atividade de trabalho implica também na transformação de si. Sabe-se que o trabalhar não é apenas uma ação, aplicação das tarefas, mas também tudo aquilo que o envolve: “os gestos, o saber-fazer, o engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir a diferentes situações, é o poder de sentir, de pensar, de inventar.” (DEJOURSb, 2012, p. 24). Nessa perspectiva, não se pode pensar o trabalho, inclusive sociologicamente, sem levar em conta a subjetividade (KERGOAT, 2002).

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, entre outras) (KERGOAT, 2009). Para a autora, esta forma de divisão social do trabalho possui dois princípios organizadores: o princípio de separação - existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres - e o princípio de hierarquização - um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher. Além da sexualização das ocupações, a subordinação de gênero na óptica da divisão sexual do trabalho pode ser observada através da existência de desigualdade de salários, desqualificação das funções feminina e barateamento dos custos da força de trabalho.

No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 53,7% da população em idade ativa, ou seja, a população com 10 anos ou mais, é composta por mulheres. A proporção de mulheres só não é maior na região Norte, como pode ser observado no gráfico seguinte. No entanto, pensa-se que este fato pode ser decorrência dos processos migratórios que ocorreram na região, relacionada com o crescente setor agrícola.

**Gráfico 1.** Pessoas de 10 anos ou mais em 2010, segundo as grandes regiões.



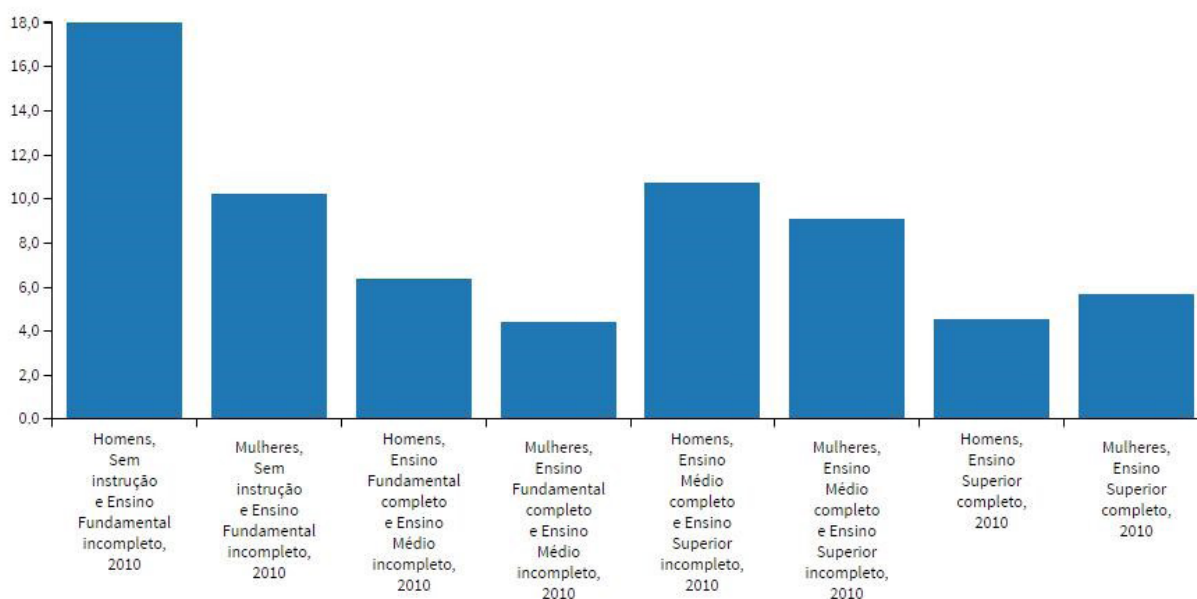
Fonte: Elaboração das autoras a partir de dados de Censo demográfico de 2010.



Entretanto, mesmo as mulheres sendo a maior parcela da população, ainda representam a minoria entre a população ocupada, representando 45,4%, segundo dados de 2011 do IBGE. Fato que corrobora para estes dados é que mesmo com o aumento da participação das mulheres na atividade econômica desde a década de 1970, os postos de trabalho ofertados às mulheres não seguiram a mesma proporcionalidade do que o crescimento da população de mulheres economicamente ativa no país (HOFFMANN; LEONE, 2004). Deve-se, contudo, fazer uma ressalva, pois os dados apresentados não consideram o trabalho realizado pelas mulheres dentro do próprio domicílio, que em sua maioria ainda é realizado por mulheres (BRUSCHINI, 2007).

Desta forma, através de uma análise sobre a população ocupada segundo o nível de instrução, verifica-se que a porcentagem de mulheres ocupadas supera a dos homens somente dentre as pessoas com nível superior completo, como pode ser verificado através do gráfico 2. Ou seja, para que as mulheres ocupem mais espaço dentro do mercado de trabalho é necessário que elas desprendam maior tempo em qualificação do que os homens.

**Gráfico 2.** População ocupada por nível de instrução

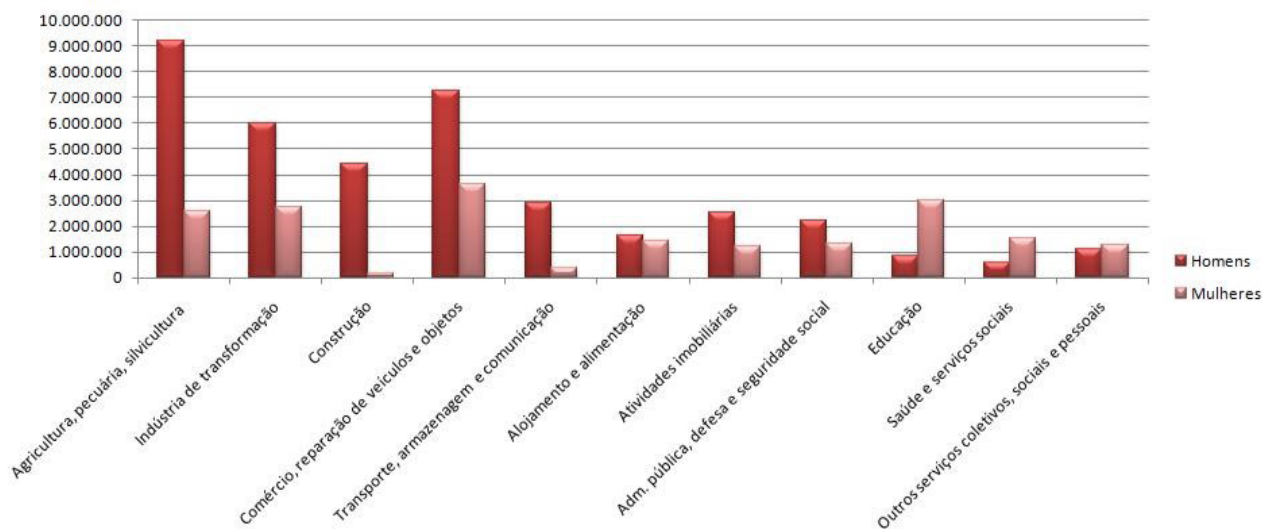


Fonte: IBGE, 2016.

Além disso, quando compara-se as atividades realizadas e nível de escolaridade percebe-se que existem algumas variações. Com o aumento da escolaridade, segundo o IBGE, haverá uma diferença da participação das mulheres em certas atividades. Entre as mulheres sem instrução ou ensino fundamental incompleto e mulheres com ensino superior completo, existe uma variação considerável de sua participação no setor da construção, sendo que as com menos tempo de estudo representam 6% da população ocupada neste setor e as mulheres com mais de 11 anos de estudos, representam 73,4%. Esta diferença também aparece nos serviços domésticos, sendo que as mulheres sem instrução ou ensino fundamental incompleto representam 94,8% das pessoas que realizam esta atividade, e as mulheres que apresentam 11 anos ou mais de estudo representam 19,2% da população, segundo dados do IBGE para o ano de 2011.

No gráfico 3, observa-se que em 2010, com relação aos tipos de atividades dentre as pessoas ocupadas, pode-se verificar que existe uma clara distinção entre sexos, sendo que a presença das mulheres é predominante nas atividades relacionadas à educação, saúde e serviços sociais, estas, as quais muitas vezes são desvalorizadas e classificadas historicamente como profissões femininas (LOPES, 1988; MOLINIER, 2012).

**Gráfico 3.** Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência do Censo demográfico, por sexo e seção de atividade do trabalho principal, 2010.



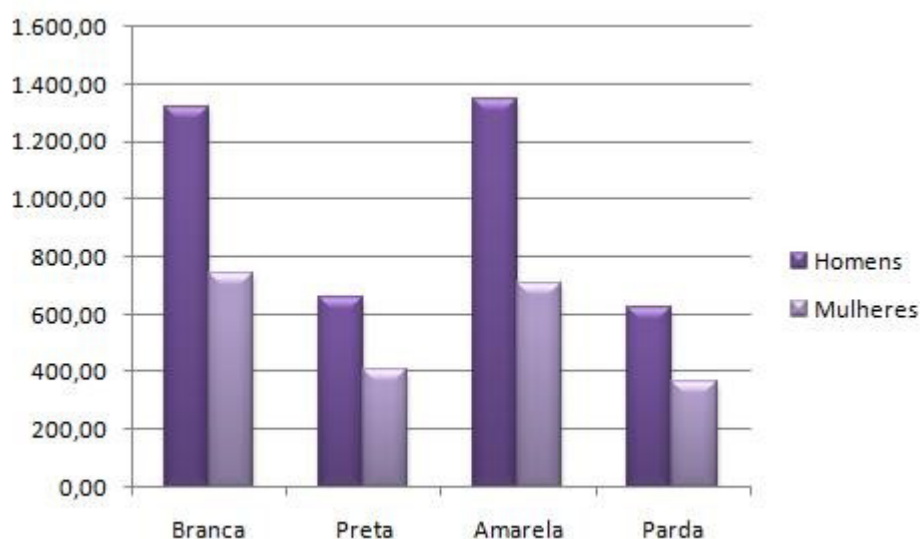
Fonte: Elaboração das autoras a partir de dados de Censo demográfico de 2010.

As diferenças de gênero no trabalho vão além das ocupações. No contexto industrial, por exemplo, segundo estudo realizado por Rodrigues (1994), existe uma diferença e inferioridade em relação as tarefas destinadas às mulheres, sendo possível verificar grande diferenciação no que se refere ao grau de mecanização da tarefa, cabendo aos homens atividades mais automatizadas. Ainda nesse sentido, o tipo de ocupação feminina que geralmente encontramos, compreende atividades repetitivas que exigem atenção, paciência, destreza e minúcia (SOUZA-LOBO, 2011). Segundo Rodrigues (1994), há uma invisibilidade das tarefas femininas e uma apropriação masculina da tecnologia. Existiria, portanto, uma distinção entre atividades que supõem virilidade, destinada aos homens e as que supõem o cuidado, como é o caso da educação e dos serviços de saúde, que estariam destinados às mulheres (MOLINIER, 2012).

Além das distinções entre ocupações e tarefas realizadas entre homens e mulheres, pode-se verificar que ainda existe considerável diferença entre a renda nominal, que representa o rendimento bruto, sem o desconto de imposto ou correção de inflação. Segundo dados do Censo demográfico de 2010, para o total da população, a renda dos homens é 58% superior à das mulheres. Através de uma análise utilizando a separação por cor/raça, a diferença é de 56% para a população branca, 62% para a população preta, 53% para a população amarela, 59% para a população parda e 67% dentre a população indígena.

O gráfico 4 demonstra essas relações, sendo também possível verificar considerável discrepância entre a média da renda da população negra e parda, com relação à população branca, sendo que a renda dos homens brancos é 49% maior do que a média da renda dos homens pretos e pardos e a renda das mulheres brancas é 52% maior do que a das mulheres pretas e pardas, para o ano de 2010.

**Gráfico 4.** Valor do rendimento nominal médio mensal e mediano mensal, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e com rendimento, segundo o sexo e a cor ou raça, 2010, em reais.



Fonte: Elaboração das autoras a partir de dados de Censo demográfico de 2010.

Percebe-se desta forma uma desvalorização do trabalho feminino que também compreende questões relacionadas à raça/cor no país. Se as mulheres ganham menos do que os homens, as mulheres negras apresentam um rendimento menor ainda. Tal realidade demonstra que tais questões ainda não foram superadas.

## 1.2 TRABALHO FEMININO E DOMINAÇÃO

Como apresentado, as regras da dominação de gênero perpassam várias esferas da atividade social, em todos os segmentos de mercado e regiões do Brasil. As mulheres trabalhadoras sofrem muito mais com estes processos excludentes, pois na divisão do trabalho quanto ao gênero observamos que elas encontram maior dificuldade de inclusão; sua força de trabalho é social e culturalmente desvalorizada; recebem os menores salários; possuem baixa qualificação profissional, sendo conduzidas aos setores de trabalho intensivo, onde predomina a exploração do trabalho manual e repetitivo; frequentemente são obrigadas a pautar suas possibilidades de inserção laboral nas suas responsabilidades domésticas e familiares, acumulando trabalhos dentro e fora de casa (DIOGO; COUTINHO, 2006 p. 122).

Para Seligmann-Silva (2011), um foco primordial nas pesquisas brasileiras tem sido o exame das formas de exploração feitas em favor da maximização da produção. Para a autora, trata-se da exploração dos sentimentos, das expectativas, das crenças e dos

valores, bem como de todo o amplo conjunto de representações imersas no mundo mental dos trabalhadores. Sabe-se que as formas de violência psicológica no trabalho são diversas e que podem ser exercidas através de muitos contextos de trabalho. Diversos tipos de assédio apresentam-se como problemáticas crescentes no nos dias atuais, tendo como resultado consequências catastróficas na vida de suas vítimas, como depressão, síndrome do pânico, ansiedade e doenças somáticas (PEZÉ, 2004).

Conceitualmente,

[...] o assédio é um sofrimento infligido no local de trabalho de maneira durável, repetitiva e/ou sistemática por uma ou várias pessoas, por todos os meios relativos às relações, organização, aos conteúdos ou às condições de trabalho, manifestando assim uma intenção de prejudicar ou mesmo de destruir (DRIDA, et al. 1999 *apud* PEZÉ, 2004, p.7).

Ou seja, o assédio se configura quando a dignidade de alguém é atacada, sendo uma prática desmoralizante que possui como objetivo excluir, desqualificar profissionalmente e desestabilizar emocionalmente alguém (SELIGMANN-SILVA, 2011).

Segundo Calvo (2010), o modelo pós-toyotista, que reforça a competitividade, cumprimento de metas e aumento da lucratividade, também foi um influenciador no aumento do assédio moral no trabalho, transformando colegas de trabalho em inimigos. Dentre as práticas mais comuns de assédio, estão a solicitação de tarefas impossíveis por parte da chefia ao subordinado, imposição de metas não atingíveis a serem alcançadas, ocorrência de episódios de gritos a pessoa assediada em público, isolamento do restante do grupo, entre outras.

Em uma pesquisa em desenvolvimento que analisa o trabalho de mulheres que exercem atividades em fábricas de semijoias (GEMMA, TRALDI, SILVA, 2016) alguns resultados corroboram com o exposto. O assédio organizacional, evidentemente tolerado, contribui para submeter as trabalhadoras às imposições de sobrecarga de trabalho, voltada à maximização da produtividade:

*“Tem cliente que é mais... como eu posso dizer... faz mais pressão em cima de você, fica eu quero, eu quero, você disse que entregava e não entregou. Mas aqui um depende do outro, dos outros setores, não tem como falar tal dia tal hora, o trabalho não depende só de mim. Aí os clientes que são mais irritados não aceitam”.*

Outra trabalhadora expõe:

*“Você está lidando com o cliente que acha que tem razão e ele vai falar no tom dele, sendo educado ou não. É bem complicado, eu acho que é a parte mais difícil do trabalho”*

Em entrevistas, as trabalhadoras explicitam a maneira como são expostas a situações constrangedoras durante a jornada de trabalho pelos clientes, sua maioria, homens. No momento de negociações as trabalhadoras informam o prazo de entrega das peças prontas. Muitos clientes devido à “pressa” e “impaciência”, não respeitam o tempo acordado inicialmente e acabam, por esse motivo, fazendo cobranças quase que diárias às trabalhadoras. Tais cobranças, muitas vezes realizadas com “insistência” em tom “áspero”, “grosso” e “ríspido”, geram incessantes renegociações de prazo, encaixes de pedido e consequentemente aceleração do trabalho na produção.

Nessas ocasiões, comumente as trabalhadoras são orientadas a manter a calma, pois a máxima capitalista “o cliente sempre tem razão” é válida em qualquer situação, mesmo que o consumidor esteja equivocado. Diante da impossibilidade de grandes questionamentos, o que ocasionaria um caos ainda maior para a organização e para as próprias trabalhadoras, as entrevistadas relataram que procuram “respirar fundo”, “ficar quieta” diante de situações conflituosas. Assim, reprimem seus sentimentos por meio do silêncio no esforço de manter a imagem do autocontrole emocional:

*“Brigar com o cliente a gente não vai, discutir não posso fazer isso, então a gente tenta manter a calma. Eu fico muito quieta quando eu tô estressada, porque eu acabo sendo grossa, então para evitar isso eu fico quieta. Problema com cliente quando acontece que eu vejo que eu tô estressada, eu fico muito quieta, para que ninguém acaba ...acabe... dando conta do problema que não é dele”*

Além do bloqueio à expressão dos próprios sentimentos ser considerada uma das mais duras formas de autorrepressão, exteriorizar irritação, raiva ou revolta constitui um risco para a manutenção do emprego ou para a progressão da carreira (SELIGMANN-SILVA, 2011).

Diante do exposto fica evidente que as relações que se estabelecem entre homens e mulheres, seja no exemplo das fábricas de semijoias ou em qualquer outro tipo de trabalho, não são puro reflexo das relações econômicas, mas se traduzem em representações e símbolos com que homens e mulheres enfrentam sua vida cotidiana. Como apresenta Souza-Lobo (2011, p. 173), “são relações também assimétricas porque são assimétricas suas relações com a sociedade”; visto que as representações externas ao trabalho são incorporadas pela dimensão laboral, atualizando os processos de exclusão e subordinação de mulheres no espaço social.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão apresentada, nota-se que diferenças constatadas entre as práticas dos homens e das mulheres são socialmente construídas e, portanto, não revelam qualquer causalidade biológica. Esse constructo social é aplicado graças à legitimação ideológica naturalista, a qual empurra o gênero para o sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie. Desse modo, observa-se que marginalização da força de trabalho feminina na industrialização capitalista além de refletir nas dimensões laborais, como baixos salários, funções desqualificadas, falta de autonomia, reconhecimento e opções profissionais, reflete também em preconceitos e estereótipos aos quais são submetidas. Percebe-se que tais situações, além de atualizar processos de exclusão e subordinação, podem revelar sérias implicações em termos de saúde mental às trabalhadoras quando provocadas por diferentes tipos de violência psicológica.

Por todos esses vieses, torna-se fundamental não remeter a divisão sexual do trabalho enquanto um pensamento determinista, mas pensá-la de forma múltipla e dialética frente suas variáveis, realidades e reproduções sociais; pois tal debate também é histórico, engloba relações de classe, de raça e de gênero. É um debate de ordem política, que implica em questionar as configurações que determinam e estabelecem esta divisão. Assim, a resistência frente a esta luta histórica não deve acabar. Sobretudo, torna-se necessária a responsabilidade de dar voz às mulheres nos diversos espaços

onde são minoria e, não somente dar a palavra às mulheres, mas oferecer escuta atenta às opressões que sofrem cotidianamente, a fim de que se construa uma sociedade mais igualitária dentro e fora do trabalho.

## REFERÊNCIAS

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

CALVO, A.C. *O Assédio Moral Institucional e a Dignidade da Pessoa Humana*. São Paulo, 2010.

DIOGO, M. F.; COUTINHO, M. C. A dialética da inclusão exclusão e o trabalho feminino. *Revista Interações*, vol. 11, n.21, p. 121-142, jan-jun, 2006.

GEMMA, S. F. B; SILVA, M. M; TRALDI, F. T. O trabalho na fabricação de semijoias e bijuterias. In: 18º Congresso Brasileiro de Ergonomia, 18, 2016, Belo Horizonte. Anais da ABERGO, Editora Scienza. ISSN 2358-5463.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu* (17/18) 2001/02: pp.139-156.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. *Nova Economia*, Belo Horizonte\_14 (2)\_35-58\_mai-agosto de 2004.

IBGE, Estatísticas de gênero, Censo demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/index.html?loc=0&cat=1,-2,-13,128&ind=4734>. Acesso em novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego, 2003-2011. Disponível em:

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/Mulher\\_Mercado\\_Trabalho\\_Perg\\_Resp\\_2012.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf). Acesso em novembro de 2016.

KERGOAT, D. A Relação Social de Sexo Da Reprodução das Relações Sociais à sua Subversão. *Pro-Posições*- vol. 13.N. 1 (37)- Jan/abr, 2002.

\_\_\_\_\_. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; et al. *Dicionário Crítico do feminismo*. São Paulo: Edunesp, 2009.

LOPES, M. J. M. O trabalho da enfermeira: nem público, nem privado feminino, doméstico e desvalorizado. *R. Bras. Enferm.*, Brasília, 41, (3/4): 211-217 jul.dez. 1988.

MOLINIER, P. *O trabalho e a psique: Uma introdução à Psicodinâmica do trabalho*. Brasília: Paralelo 15, 2013.

OLIVEIRA, M. C. Trabalho, família e condição feminina: considerações sobre a demanda por filhos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 6 (1), 1989.

PEZÉ, M. G.. Forclusão do feminino na organização do trabalho: um assédio de gênero. *Revista Produção*, São Paulo, v. 14, nº 3, p. 6-13, Set./Dez., 2004.

SELIGMANN-SILVA, E. Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA-LOBO, E. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. 2º edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

RODRIGUES, A. M. O outro no trabalho: a mulher na indústria. *Psicol. USP*, v.5 n.1-2, São Paulo, 1994.

## TENSÕES ENTRE O ESTADO GARANTISTA E A MORAL E OS BONS COSTUMES: O DISCURSO DA MULHER DIGNA NA REGULAMENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO NO BRASIL

ESPERIDIÃO, Rhanna Rosa Alves<sup>1</sup>

CARINHANHA, Ana Míria dos Santos Carvalho<sup>2</sup>

CANI, Livia Salvador.<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo integra um estudo mais amplo acerca da regulamentação da prostituição no Brasil, através do Projeto de Lei 4211/2012, mais conhecido como “PL Gabriela Leite”, proposto pelo deputado Jean Wyllys (Partido Socialismo e Liberdade - Rio de Janeiro). Visa a promoção de uma análise descritivo-reflexiva-qualitativa, de um dos discursos-tipo que foram enunciados em sessão parlamentar durante o trâmite do Projeto de Lei 4211/2012. A saber, o discurso do deputado Antônio Bulhões (Partido Republicano Brasileiro-São Paulo) encontra-se disponível no site da Câmara dos Deputados e é um dos discursos que serve de fundamento contrário à regulamentação da prostituição no Brasil e toma caráter emblemático no que diz respeito ao destaque de questões moralizantes em detrimento das reivindicações feitas pelos movimentos sociais envolvidos ou mesmo contrário às políticas de redução de danos e à estrutura teoricamente garantista do Estado brasileiro. Através da “teoria fundamentada nos dados” (Grounded Theory, de Glaser e Strauss), busca-se analisar o referido discurso contrapondo-o a demais categorias discursivas extraídas ao longo da trajetória de pesquisa.

**Palavras-chave:** Prostituição, Brasil, PL 4211/2012

### ABSTRACT

This present article is part of an ample study of the regulation of prostitution in Brazil, through the Law Project 4211/2012, more known as “LP Gabriela Leite”, made by the congressman Jean Wyllys (Socialism and Liberty Party - Rio de Janeiro). It aims to promote one descriptive-reflexive-qualitative analyses, of one the speeches proclaimed in Parliament session during the processing of the project. The speech of the congressman Antônio Bulhões (Republican Party of Brazil - São Paulo) is available at the House of Representative’s website and it’s one of the talks that opposed the regulation of prostitution in Brazil. This speech takes an emblematic feature when it comes to moralizing issues taking places rather than the claims made by social movements, or even against damage reduction policies and theoretical guarantor structure of Brazilian State. Through the Grounded Theory, of Glaser and Strauss, we analyze this speech to see how this contrast with the different narrative status we extracted during this research.

**Keywords:** Prostitution. Law. Regulation. PL4211/2012. Brazil

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia, Bolsista FAPESB. (rhanna.roberto@gmail.com)

2 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense. (ana.miria.scc@gmail.com)

3 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. (liviascani@gmail.com)



## 1. INTRODUÇÃO

“O povo diz que é um dinheiro amaldiçoado...  
Quero ver aguentar o que a gente aguenta”<sup>4</sup>

Desenvolveremos o presente trabalho a partir da contextualização histórica e legal da prostituição no Brasil. A análise da prostituição diretamente ligada à figura feminina não significa a desconsideração da existência da prostituição masculina, entre outras. No entanto, a compreensão da condição da mulher nas sociedades patriarcais e escravagistas, como no Brasil, e a forma como a construção do feminino esteve atrelada à noção de subalternidade e submissão à figura do patriarca (pai, marido, irmão), exigem uma atenção especial no que concerne ao recorte específico para a leitura deste sujeito, que é a mulher em situação de prostituição. Todavia, não pretendemos, por outro lado, imprimir uma autoridade ao discurso acadêmico, tampouco ao discurso parlamentar, que ignore a fala dos sujeitos e movimentos sociais em questão.

Falar de prostituição significa visibilizar um universo simbólico/moral que diz respeito a todas as mulheres, que exercem a atividade em suas diversas condições, e sobretudo às que são marginalizadas pelo silenciamento e invisibilização do exercício da atividade nos becos invisíveis da história oficial. Falar da prostituição frente à possibilidade de regulamentação é sair da zona de conforto e entrar nos pontos de encontro (e desencontro) dos discursos políticos, morais e jurídicos que fundamentam e reproduzem a repressão e controle do cotidiano de todas as mulheres.

Esta investigação deriva de uma proposta mais ampla de categorização de diferentes discursos acerca do tema da regulamentação e encontra-se no trabalho intitulado “Entrando na Zona: a devassa dos discursos acerca regulamentação da prostituição no Brasil, 2015”.

Para este artigo, no entanto, objetivamos estabelecer uma discussão pautada essencialmente no conteúdo do discurso proferido pelo deputado Antônio Bulhões (PRB -SP) em março de 2013, disponibilizado integralmente no site da Câmara dos Deputados<sup>5</sup> durante as discussões sobre a tramitação do texto do Projeto de Lei “Gabriela Leite”<sup>6</sup>, PL 4211/2012, proposto pelo deputado Jean Wyllys (PSOL - RJ) com o objetivo de regulamentar a atividade da prostituição no Brasil.<sup>7</sup>

A relevância desta análise se apresenta na medida em que o debate público acerca do tema ganha projeção em face da possibilidade de alteração significativa do Código Penal no que se refere à prostituição e a regulamentação da prostituição, esta que tem como principal alteração a: descriminalização das casas de prostituição; a diferenciação entre a prostituição e exploração sexual; e a previsão de aposentadoria especial.

O Projeto de Lei justifica-se com o fundamento de que o Estado, enquanto garantidor de direitos, deva aprovar uma proposta que objetiva mitigar tanto as violências institucionais quanto as violências simbólicas que são promovidas contra as pessoas em

4 Trecho de entrevista de uma das prostitutas, ocorridas no Beco da Energia, em Feira de Santana (BA), 2014.

5 BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14MAR2013.pdf#page=152>>. Acesso em 10/10/2016

6 Gabriela Leite foi ativista da ONG DAVIDA e dona da grife DASPU e a principal referência na defesa da regulamentação da prostituição no Brasil.

7 Antônio Carlos Martins de Bulhões é um bispo neopentecostal e político brasileiro filiado ao Partido Republicano Brasileiro (PRB). Foi também, durante nove anos, apresentador do programa de televisão “Fala que Eu Te Escuto”.

situação de prostituição. O que se pretende aqui, neste sentido, é compreender como se estrutura o discurso do deputado Antônio Bulhões, contrário à regulamentação da prostituição e analisá-lo contrapondo-o às justificativas do projeto.

A ideia, portanto, é analisar e ampliar a compreensão acerca das particularidades do referido discurso e problematizar as tensões existentes entre esta concepção de Estado-garantidor frente ao discurso contrário à regulamentação da prostituição e seus respectivos fundamentos. Convém destacar que embora algumas categorias analíticas de outros discursos-tipo tenham sido utilizadas, elas não representam o interesse principal do presente trabalho, e, por isso, serão brevemente apresentadas.<sup>8</sup>

## 2. A PROSTITUIÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA MORALIDADE FEMININA NO BRASIL

A necessidade de relativizar a máxima “a prostituição é a profissão mais antiga do mundo” nos é apresentada por diversas pesquisadoras. Por exemplo, tanto para Carole Pateman (1988, *apud* CAPELA, 2013), contrária à prática da prostituição, quanto para Margareth Rago (2011, *apud* AFONSO E SCOPINHO, 2013), defensora da ideia de que a prostituição é uma profissão e, por esta razão, deve incluir todos os direitos garantidos ao trabalhador. Ambas as autoras afirmam não ser correta a associação do termo prostituição às práticas sexuais ilícitas realizadas nos primórdios da humanidade.

Para Rago (2008):

o discurso simplista de que a prostituição é “(...) a profissão mais antiga do mundo (...)” faz parte de uma postura prejudicial, uma vez que naturaliza um fenômeno que na realidade “(...) é cultural e histórico, não necessário e insolúvel”. A autora ressalta a importância de situar e discutir historicamente a prostituição a fim de problematizar a experiência, por mais dolorosa e difícil que possa ser. Para ela, existem “maneiras de se aproximar dessas realidades, enfrentá-las e, quem sabe, encontrar novos elementos para lidar e responder a elas de uma maneira mais eficaz e construtiva”.

Sustentar tal pensamento é dizer que a prostituição, enquanto trabalho e prática moderna, não pode ser dimensionada como um fenômeno existente nas conhecidas histórias da Grécia Antiga e romanas. Aquele modelo correspondia ao que podemos chamar de escravidão sexual e não da prostituição, na acepção do termo em que se pretende discutir hoje. Portanto, é adotada a perspectiva, segundo Rago (2008), de que a prostituição é um fenômeno essencialmente urbano; que visa o oferecimento de serviços sexuais mediante uma economia de trocas; e que, principalmente, está inserida num sistema de codificações morais, em que há valoração da família nuclear, da união sexual monogâmica e heterossexual, da virgindade, da fidelidade feminina e que direciona e condena muito especificamente as sexualidades que tentam se afastar deste arquetipo da família burguesa.

Ao olhar para a construção da inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil, Saffioti (2013) afirma que a relação entre os sexos e, por conseguinte, a posição da mulher na família e na sociedade, em geral, fazem parte de um sistema de dominação

8 Os discursos-tipo que foram utilizados para a construção de categorias de análise foram os pareceres referentes ao Projeto de Lei 4211/2012, em Sessões da Câmara, após a proposta de tramitação, até o ano de 2014, bem como o pronunciamento do Coletivo Nacional da Mulher Trabalhadora (mulheres da CUT), enquanto entidade discursiva diversificada das demais pesquisadas. A pesquisa foi realizada no site da Câmara dos Deputados.

muito maior. Tal afirmação resulta da análise de como se organizava e distribuía o poder na sociedade escravagista.

Na sociedade escravocrata brasileira formaram-se certos complexos sociais justificados hoje em nome da tradição. Sob as bases desta tradição procurar-se-á encontrar explicações para a vigência, ainda hoje, dos mitos e preconceitos através dos quais a sociedade atual tenta justificar a exclusão da mulher de determinadas tarefas, e a sua manutenção em outras, tidas tradicionalmente como ocupações reconhecidamente femininas. Podemos, por exemplo, ver como os espaços públicos e privados foram historicamente determinados aos homens (brancos) e às mulheres (brancas), respectivamente.

Saffioti (2013) fala que neste primeiro período de desenvolvimento do capitalismo comercial no Brasil conformou-se uma estrutura social exótica em que o sistema de castas, herança feudal-europeia combinada com a exploração de trabalho escravo, possui um fundamento tanto econômico como pecuniário, o que tornava a liberdade negociável. Para as mulheres escravizadas, havia um reflexo determinante: a miscigenação, ou seja, a exploração sexual de mulheres negras por homens brancos não era impedida, no entanto os casamentos inter-raciais, sim. A cor, portanto, funcionava como demarcação da condição moral e econômica dos indivíduos. Ao se referir à nova posição da mulher, após o aparecimento do modo de produção capitalista, declara Saffioti (2013, p.230):

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individuação inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção.

As mulheres negras, por sua vez, ocupavam tanto uma função dentro do sistema produtivo de bens e serviços quanto um papel sexual. Neste sentido, a utilização da mulher negra escravizada como mero instrumento do prazer do seu senhor gerava a reificação desta mulher e o fruto destas relações criou um foco de tensões sociais e culturais no Brasil, pois os filhos extraconjugais nasciam mulatos (DELPRIORI, 2004).

Verifica-se, com isto, que existia uma objetivação material das mulheres negras com relação aos senhores, e, por outro lado, as funções de esposa e mãe dos filhos legítimos cabiam à mulher branca. Essa afirmação das funções diferentes destinadas às mulheres negras e às mulheres brancas dizem respeito ao modo patriarcal e racista com que famílias se constituíram no Brasil e que conferia graus de liberdade distintos a homens e mulheres; e a mulheres negras e mulheres brancas. A estas últimas, o casamento era a única carreira. E é evidente que a manutenção da castidade destas mulheres da camada senhorial só foi possível diante do comércio do corpo de tantas outras.

Para Delpriori (2004), ainda hoje, nas grandes cidades, assim como antigamente, é na camada de economia mais instável que encontramos o maior recrutamento para a prostituição. É evidente, ainda, que, se num primeiro momento, a exploração da mulher negra decorria da sua condição de escrava, a partir do fim do século XIX, tem-se a prostituição como um dos resultados deste processo marginalizador, que, neste

novo marco da mão de obra livre, revela tanto a natureza comercial desta exploração de um gênero sobre o outro, mas, principalmente, como a exploração de uma classe sobre a outra. Destacamos aqui a imbricação entre os conceitos de raça e classe no Brasil e consideramos a importância da utilização desses marcadores sociais como categorias analíticas.

Com o desenvolvimento urbano-industrial no Brasil, embora as famílias não tenham perdido o caráter nuclear, a família urbana ajusta novos papéis, principalmente às mulheres brancas, agora também envolvidas com a socialização e instrução nas escolas. A Igreja ainda funcionava como reguladora do comportamento social feminino. A mulher-mãe-esposa, arquétipo de Maria, foi totalmente dessexualizada e purificada e aparece em oposição à Eva, a mulher sensual, pecadora, razão da perdição do homem.

Além da instituição Igreja, destaca-se o modo como a lógica médico-higienista, segregacionista das “mulheres públicas”, invade o submundo da prostituição para classificar as mulheres como degeneradas e alheias à zona da normalidade sexual e social. Sob a justificativa do combate às doenças venéreas é que se estuda e medicaliza a sexualidade da mulher, e se aborda o problema da prostituição e que se instituem e distinguem os padrões de comportamento da “mulher honesta” e “casta”, e também da “vagabunda”.

Em 1890, através dos artigos 277 e 278 do Código Penal, o lenocínio passou a ser criminalizado pelo grande número de denúncias contra a exploração de mulheres por bandos organizados (DELPRIORE, 1997). Apesar da ofensiva legal, a conivência das autoridades políticas, o silêncio e a cumplicidade das próprias “meretrizes” traficadas tornava ineficaz a punição dos rufiões (RAGO, 1991).

Com a plena instauração da ordem burguesa na *Belle Époque* (1890-1920), o rompimento com o modelo escravista, a modernização e a higienização do país - sob os moldes de “civilização” parisiense - foi preciso adequar o comportamento dos homens e mulheres das camadas populares através da disciplinarização não só do tempo e do trabalho, devido à nova configuração do trabalho como sendo livre, mas também de regramento das outras esferas da vida (SANTANA, 2012).

A implantação dos moldes da família burguesa era essencial para o regime capitalista na medida em que se passou a calcular o custo da reprodução do trabalho através da “contribuição invisível” e não remunerada do trabalho doméstico das mulheres. Além disso, a honra e o casamento para as mulheres pobres, muitas delas chefes femininas de família e com relações afetivas informais, eram representados como atentados à moralidade desta nova sociedade que se conformava.

Desta maneira, o reforço da ordem privada como lugar destinado às mulheres “honestas” era um pressuposto. A rua, portanto, simbolizava o espaço do desvio, das tentações, devendo as mães pobres, segundo médicos e juristas, exercer a vigilância constante sobre as filhas, já que a ideia de moralidade indicava progresso e civilização. No entanto, a necessidade de sobrevivência não permitiu que tal orientação fosse seguida, já que estas mulheres pobres precisavam trabalhar e transitar pelas ruas, o que implicava uma maior criminalização delas (DELPRIORE, 1997).

É de se notar que a liberdade sexual das mulheres populares parece confirmar a ideia de que o controle intenso da sexualidade feminina se ligava com o regime de

propriedade privada. Ademais, as mulheres pobres no Brasil viviam muito mais como autônomas do que como assalariadas. Era a arte do improvisado da sobrevivência através da lavagem de roupas, do trabalho doméstico, da feitura de doces, ou da prostituição. (DELPRIORE, 1997).

No contexto da Ditadura do Estado Novo no Brasil, por volta de 1940, houve uma política de confinamento da prostituição. Alessandra Teixeira (2012, p. 72) afirma que:

os dispositivos de controle social destacaram-se, no interior desse novo modelo de ordem social, como instrumental ideal para dar suporte prático a arcabouço ideológico que o sustentava, com o que as detenções correcionais não apenas são colocadas no centro deste projeto, mas ganham, também no âmbito discursivo, um maior grau de oficialidade e o estatuto instrumentalizador e profilático do regime.

O Brasil, desde 1942, criminaliza o incitamento à prostituição, punindo os cafetões, donos ou gerentes de casa de prostituição, mas não a prostituta. Devido a esta especificidade, o fato de a prostituição não constituir ilícito penal, muito embora não haja regulamentação da atividade, a prática é considerada fator criminógeno, ou seja, que contribui, concorre ou enseja a prática de crimes<sup>9</sup>.

Sobre o Código da década de 1940, apesar de não versar expressamente sobre a conduta moral da prostituta, há que se dizer que o texto legal, ao trazer a expressão “mulher honesta”, condenava o arquétipo da prostituta. Somente com a Lei 11.106/2005, excluiu-se o elemento normativo “honesto”.

A exigência da honestidade como elemento integrador do tipo penal demonstrava uma ingerência sobre a moral sexual feminina. Depois da retirada da expressão do texto legal é que se passa a conceber que a prostituta pode ser vítima potencial de violência sexual.

A dicotomia entre o ideal da mulher “honesto” e a imagem da prostituta, no Código Penal e a partir de outras representações, fundamentava a naturalização da exclusão de muitas mulheres do ambiente social e, mais do que isso, conformava uma justificativa para a existência de diversos tipos de violência para com a mulher “não honesto”.

Ao aderir à Convenção de *Lake Success* em seu Decreto nº 46.981, de 8 de outubro de 1959, o Brasil considera “que a prostituição e o mal que a acompanha, isto é, o tráfico de pessoas para fins de prostituição, são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana e põem em perigo o bem-estar do indivíduo, da família e da comunidade(...)” (BRASIL, 1959).

Durante o regime militar, as prostitutas eram presas, mesmo sem previsão legal expressa, sob a modalidade de *averiguação* e por estarem cometendo o crime de “vadiagem”. A repressão não só era exercida pelos militares, mas por policiais civis e outros. Além disso, muitas prostitutas também eram obrigadas a manter relações sexuais com carcereiros e policiais para receberem um pouco de água, por exemplo (TEIXEIRA, 2012).

Com o processo de redemocratização, ainda que lentamente, as práticas arbitrárias passaram a perder o respaldo oficial diante de uma maior abertura ao debate público

9 FARIAS JUNIOR, João. Manual de Criminologia. 2 tiragem. Curitiba: Juruá, 1996, p. 88.

e a reconquista progressiva da liberdade de imprensa. É neste período em que as reivindicações das mulheres em situação de prostituição aparecem no cenário nacional.

De acordo com Gabriela Leite (2006), em 1979, em protesto contra a violência policial, organizou-se a primeira passeata de prostitutas brasileiras, na Praça da Sé, em São Paulo. O reconhecimento público da auto-organização das prostitutas é recente e ocorreu a partir dos anos 80. Porém, as políticas de organização Nacional e Internacional da prostituição tem história mais consolidada entre as autoridades governamentais (sanitárias e policiais) e também religiosas.

Neste mesmo período, com a eclosão da AIDS (1980-90) “estreitou-se” a relação governo-prostituta para controle do “grupo de risco”. Em 1987, quando as prostitutas realizaram o seu primeiro encontro nacional, de acordo com Gabriela Leite (2006): “o nosso lema, lembrando Cartola, era: as rosas já falam. Passados quase 20 anos desse primeiro encontro, as putas desfilam a nossa moda pisando em rosas. Parafraseando mais uma vez Luiz Melodia: “De passo a passo, passo!” (LEITE, 2006).

No fim da década de 1980 é que Gabriela Leite (2013) passa a assumir o posto de referência no ativismo pela visibilidade e regulamentação da atividade das “putas”, como costumava chamar, afirmando a sua identidade e negando o “politicamente correto”.

Com o retorno dos movimentos sociais à cena política neste período, este grupo socialmente invisível avança em sua luta por reconhecimento. Através do jornal *Beijo da Rua*, as prostitutas reivindicam sua legitimação na esfera pública. Os exemplares produzidos até 1993 do periódico lançado em dezembro de 1988 estão guardados na Coordenadoria de Publicações Seriadas da Fundação Biblioteca Nacional (LENZ, 2014).

Em 2003, como dissemos acima, fora apresentado um projeto de descriminalização de aspectos ainda ilegais relacionados à prostituição. Essa proposta foi arquivada, e, novamente, em 2004, foi apresentado outro projeto de lei pelo ex-Deputado Eduardo Valverde que pretendia regulamentar a atividade (PL 4244/2004), mas, que foi retirado pelo próprio deputado. Em 2011, o deputado Jean Wyllys retomou o projeto de regulamentação, que foi denominado “Gabriela Leite”. Desde 2012, o projeto passou somente por uma discussão na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), em que o relator rejeitou a proposta. Em 2015 houve um arquivamento meramente regimental, com a troca de legislatura, mas o projeto foi desarquivado em seguida e continua tramitando e atualmente aguarda a formação da Comissão Especial.

### 3. METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa indutiva qualitativa, que utiliza a Teoria Fundamentada nos Dados (TFD), teoria sociológica desenvolvida por Glaser e Strauss (LAPERRIÈRE, 1997), como metodologia principal. Esse método consiste numa “abordagem de pesquisa qualitativa com o objetivo de descobrir teorias, conceitos e hipóteses, baseados nos dados coletados, ao invés de utilizar aqueles já predeterminados”. A partir de um conjunto de procedimentos de coleta e análise de dados, procede-se à fragmentação e codificação de acordo com os incidentes e fatos, para possibilitar, futuras categorizações e análises reiteradas. Desta forma, há uma ordenação de categorias, de maneira a identificar a categoria central, que, por sua vez, precisa ser testada para verificar se esta representa as experiências dos sujeitos.

Na TDF, a análise é composta por três etapas interdependentes, não lineares, uma vez que o movimento é circular. São denominadas de codificação aberta, codificação axial e codificação seletiva. O processo de codificação visa a redução dos dados em categorias de análise, as quais, permeadas pelo processo de codificação, são fundamentais para se chegar a uma futura “teoria fundamentada nos dados”.

Os dados desta pesquisa decorrem do pronunciamento do deputado estadual Antônio Bulhões (PRB), no dia 14 de março de 2013, em plenária na Câmara dos deputados (período de tramitação do Projeto de Lei na Câmara). Após a leitura do texto, publicado no site da câmara, e encontrado a partir da pesquisa em área de busca do seu site através das palavra-chave: regulamentação da prostituição; PL 4211/2012, identificamos diferentes argumentos utilizados contra a regulamentação da prostituição.

Destaca-se, ainda, que tal recurso/resultado de análise foi construído a partir de múltiplas categorias analíticas extraídas: I) dos diferentes e representativos discursos e pareceres publicados na Câmara acerca do Projeto de Lei; e II) da análise do pronunciamento do movimento nacional de organização das mulheres trabalhadoras da CUT, em decorrência da repercussão midiática emblemática no que tange à questão da regulamentação da prostituição<sup>10</sup>.

A relevante comparação entre os diferentes discursos não é, contudo, a finalidade principal do presente trabalho. O nosso objetivo, por outro lado, é a análise dos fundamentos do discurso do deputado Antônio Bulhões e das suas possíveis tensões, no âmbito da moralidade, frente à iminência de um projeto regulamentador que invoca uma atitude garantista do Estado face a uma atividade como a prostituição.

#### 4. ANÁLISE DISCURSIVA

Após ter apresentado os paradigmas morais e sexuais que cercam a construção da mulher sob o “fantasma da prostituta” e ter observado como a prostituição tem sido concebida em nossa sociedade é que pretendemos desconstruir alguns dos padrões morais, lastreados num fundamento religioso, capazes de reforçar estigmas e o controle dos corpos das mulheres. Para isso, com vistas a problematizar a trajetória argumentativa e as possíveis contradições de uma representação social acerca da regulamentação da prostituição; da representação da prostituição atualmente; da percepção sobre a figura da prostituta; e da concepção sobre a regulamentação da atividade, analisaremos o pronunciamento do deputado Antônio Bulhões acerca do Projeto de lei 4211/2012, a partir das categorias discursivas elencadas a seguir:

---

10 Tamanha repercussão foi dada devido ao fato de autor do Projeto de Lei, o deputado, Jean Wyllys ter acusado de conservador o posicionamento desta entidade, que se propõe a defender os direitos das mulheres trabalhadoras, acerca do tema da regulamentação da prostituição.

CATEGORIAS DISCURSIVAS DERIVADAS DE DIFERENTES DISCURSOS-TIPO ACERCA DA REGULAMENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO <sup>11</sup>	DISCURSO
	Antônio Bulhões PRB/SP
<b>Posição sobre regulamentação</b>	
Favorável	
Contrário	X
<b>Representação da Prostituição Atualmente</b>	
Marginalização / estigma	
Exposição a riscos danosos	
Negação de direitos (previdenciários e acesso à justiça)	
Negação da Dignidade Humana	X
Equivale à Exploração Sexual	
Ausência de fiscalização das Casas de Prostituição	
Corrupção Policial	
Péssimas condições de Trabalho	
Estado não deve interferir no ensinamento moral/tradicional	X
“Exemplo para evitar a entrada das mulheres de bem”	X
Não precisa de carteira de trabalho, pois pode contribuir individualmente.	X
Necessários são profissionais de saúde preparados para especificidades da ocupação	
<b>Percepção sobre a prostituta</b>	
“Não-lugar” das outras mulheres (divisão santa/puta)	X
Vítima	X
Agente da sua vontade	
Profissional	
Submissão violenta ao patriarcado	
Recorte de raça/classe/cor (condição sócio-cultural-econômica)	
Violadora da moral e dos bons costumes	X
Acredita que a prostituta é favorável à regulamentação	
<b>Concepção sobre a Regulamentação</b>	
Redução de danos	
Fim da hipocrisia/ visibilidade	
Fiscalização	
Intervenção Estatal para garantia de direitos	
Fim da corrupção policial	
Fomento somente aos “empresários do sexo”	
Proteção ao patrimônio da indústria do sexo (lucro)	
Legitimação da procura pela atividade	
Criação de guetos	
Falta de interesse da sociedade brasileira	
Demanda para atender aos Megaeventos	
Negação do papel da mulher na família	X
A invisibilidade decorre da não-dignidade da atividade	X
Legitimação formal de um erro	X
Legitimação de uma opressão/exploração camuflada	

11 Vide nota 8.

Com o fim de entender as complexidades, origens e fundamentos da representação social com a qual estamos trabalhando, para além de possíveis reducionismos e simplificações, realizaremos a análise do preenchimento de determinadas categorias, bem como as suas lacunas neste discurso. Propomos, deste modo, a análise a partir de três pontos centrais, a saber:



#### 4.1 MORALIDADE

O contexto invocado pelo próprio deputado para a feitura do pronunciamento dá-se nas proximidades do dia Internacional da Mulher. Tal informação apresenta-se como relevante, desde o início, por já revelar o modo como a mulher e a própria História é representada no discurso do parlamentar. Neste sentido, segundo Bulhões (2013, p. 152):

(...) temos a responsabilidade e o dever de louvar todo o trabalho que a mulher fez e faz, porque ela foi a responsável pela formação da nossa civilização. Foi ela quem transformou um bando de errantes, nas primeiras comunidades, quando sentiu a necessidade de se fixar no território para criar a família.

O conteúdo que integra este parágrafo demonstra o modo como a responsabilidade pela construção da família é atribuída às mulheres, sob o argumento de autoridade de uma História remota que, ao mesmo tempo, camufla-se no enaltecimento feminino, e também reforça o encargo determinante da criação e perpetuação da família.

Esta mesma invocação histórica serve como embasamento para a naturalização de um discurso moral universalista que, sob os termos: “Com uma história de tanto trabalho e dignidade das mulheres, não se pode cogitar em formalizar, neste Parlamento, a prostituição feminina como uma profissão” (BULHÕES, 2013, p. 152). Deste modo, o parlamentar infere a contrariedade a uma possível “formalização” da prostituição, bem como a afirmação da dicotomia entre espaço privado e espaço público, sendo o primeiro referente às mulheres e o segundo, aos homens, quando afirma, por exemplo, que foi a mulher que selecionou as primeiras sementes para o alimento da família, enquanto o homem caçava e lutava para proteger a família (BULHÕES, 2013, p. 152).

Com relação às lacunas existentes na tabela, destacamos a ausência da distinção entre exploração sexual e prostituição e ainda uma omissão acerca da forma como os donos de casas de prostituição deveriam agir frente às violações das mulheres prostituídas, visto que, o deputado afirma apenas que a posicionamento contrário ao Projeto não significa a negação dos direitos sociais, mas que é possível a proposição de garantias sem o reconhecimento formal da atividade.

No entanto, ao furtar-se da discussão e da abordagem trazidas no Projeto de Lei, o parlamentar opta por destacar a questão da moralidade em detrimento das especificidades e prováveis repercussões das alterações políticas, sociais e jurídicas nas vidas das mulheres em situação.

#### 4.2 DIGNIDADE

A presença do tom apelativo na fala e o excesso de generalizações também são marcantes no pronunciamento de Antônio Bulhões, que, para a construção de uma noção de dignidade, associa e inclusive, confunde a referida noção com a de uma moral sexual específica: “Como expressou o jurista Luís Roberto Barroso: ‘a dignidade humana constitui um valor que é ligado à ideia de bom, justo e virtuoso’. A ausência de dignidade leva a identificação do ser humano como instrumento ou coisa, que viola a sua ligação com Deus” (BULHÕES, 2013, p. 153).

Ou ainda, através do argumento de autoridade, mobiliza Immanuel Kant para argumentar que,

(...) na conduta do homem tudo tem um preço ou uma dignidade. O que pode ser substituído por outra coisa tem preço; o que está acima de todo preço e

não pode ser substituído por outra equivalente tem dignidade. Como cada ser humano é único, então ele tem dignidade. Por ter dignidade, não pode ser reconhecido no ordenamento jurídico como um produto que tem preço (BULHÕES, 2013, p. 153).

Novamente, fala das “comemorações” do 08 de março, dia da Mulher, para expor uma possível contradição entre as homenagens oferecidas às mulheres devido as suas virtudes e a ação do Estado em regulamentar a atividade da prostituição.

O parlamentar constrói então o seu argumento a partir da noção de violação ao direito fundamental da dignidade da pessoa humana e – apesar de dizer que não há um julgamento (moral) sobre o comportamento das pessoas - afirma haver uma contrariedade nos ensinamentos morais que foram formados “pelas nossas mães e irmãs” (BULHÕES, 2013, p. 153). O que demonstra, mais uma vez, a incongruência entre aquilo que é manifesto e o que está latente em sua argumentação.

#### 4.3 FORMALIZAÇÃO X INVISIBILIDADE

A associação a uma dimensão moral também está presente no discurso de Bulhões no que tange à negação da formalização, esta atribuída no sentido da regulamentação da prostituição:

Também como disse Kant, a moral é uma norma autônoma que somente à própria pessoa se vincula. Mas o que se produz neste Parlamento são normas heterônomas que vinculam a todos. Como nós podemos produzir uma norma que fere o inciso III, do art. 1º da Constituição Federal, que diz que o Brasil tem como fundamento a dignidade da pessoa humana? (BULHÕES, 2013, p. 153)

Assim, a proposta de regulamentação associada a heteronomia expressa uma desordem na utilização de sentidos por parte do deputado, na medida em que associa uma imposição da prática da prostituição a todas as mulheres e não àquelas que já se encontram em situação de prostituição.

Ainda que cite o respeito à autonomia da vontade ou a garantia da dignidade humana prevista constitucionalmente, o que, de fato, é mobilizado pelo parlamentar para fundamentar a negação da aprovação do Projeto é que a indignidade da prostituição se funda na própria invisibilidade da atividade, pois, do contrário, esta seria visível e não escondida.

O modo como o referido parlamentar concebe o papel do legislativo e a própria função estatal demonstra uma noção policialesca e disciplinadora traduzida pelo argumento do controle social. *In verbis*: “como somos uma Casa de Leis, aqui somente devem ser produzidas normas que reforcem a ordem social”.

A adoção de medidas garantistas de um comportamento moralmente reprovável é entendido por ele, então, como caminho para legitimação e reforço desta prática condenável. Neste sentido,

Se uma pessoa, por sua vontade autônoma, revolve tornar-se uma prostituta, as pessoas não devem atirar a primeira pedra, mas esta Casa não pode referendar formalmente o erro. Até pela dignidade humana ontológica das prostitutas, mas principalmente pelo exemplo que devemos às outras mulheres. BULHÕES, 2013, p. 153)

Ao passo em que Bulhões destaca que o mais problemático de uma possível regulamentação da prostituição fosse o mau exemplo do Estado às mulheres, “ao referendar e garantir direitos às prostitutas”, o parlamentar ignora o fato de que muitos homens participam da atividade da prostituição ao pagarem pela atividade, bem como são, na maioria das vezes, responsáveis pela exploração dessas mulheres. O modo como é expressada a argumentação reforça como o controle dos corpos estão bem demarcados por gênero. O processo de culpabilização das mulheres na prostituição é, portanto, evidente.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Discurso do deputado Antônio Bulhões do PRB (SP) acerca do Projeto de Lei “Gabriela Leite” revela uma dimensão mais ampla que é a da invisibilidade, e está pautado no reconhecimento da prostituição enquanto fenômeno (moralmente reprovável, leia-se). No entanto, mostra-se contrário à regulamentação, pois invoca a noção de que “formalização” da atividade – por parte do Estado- apresentaria uma ação contraditória à própria função estatal, que, para ele, significa a manutenção da ordem, da moral e dos bons costumes.

Torna-se limítrofe esta tensão entre a manutenção da ordem e os aspectos garantistas do Estado, na medida em que não há uma abertura para possíveis discussões acerca da dimensão política, jurídica e social, e, mais do que isso, propositiva com relação aos fenômenos sociais. O discurso é centrado principalmente na explanação de julgamentos morais, mas, existe a tentativa fracassada de afirmação do oposto ao longo do texto. É de se considerar, portanto, que existe uma camuflagem da própria construção discursiva, a partir de argumentos de autoridade, que ocultam a dimensão moral do conteúdo que estrutura este pronunciamento contrário à regulamentação da prostituição.

Não ignoramos, contudo, a existência de outras fundamentações contrárias à proposta no PL 4211/12, mas que revelem uma maior preocupação com os sujeitos que estão em condições de violação de direitos.

O discurso analisado, no entanto, dicotomiza e valoriza a “mulher de família” em detrimento da “mulher pública, de rua”. De maneira superficial, condena a prática e não pormenoriza os diversos fatores que estão envolvidos na prática da prostituição e da exploração sexual. Tal omissão releva principalmente o não-aprofundamento na complexidade do fenômeno da prostituição, na medida em que omite, renuncia - apesar da enunciação do direito fundamental da dignidade humana- a análise das especificidades sociais, políticas e econômicas de desigualdade que circundam a prostituição (relações de gênero, raça, estigma, violência institucional, exposição aos riscos, exploração sexual, corrupção policial), e ignora, sobretudo as demandas dos movimentos sociais. Mostra-se simplista, generalista e apelativo na análise dos fenômenos sociais.

A referida perspectiva afasta-se, portanto, da ideia de que o Estado pode assumir a função constitucional garantista e se aproxima do discurso que reforça a informalidade da atividade e a invisibilidade destas mulheres, sob o argumento de que “insistem” em permanecer na condição de erro em que se colocaram.

É importante considerar, por fim, que o fundamentalismo presente nos discursos legislativos - provenientes sobretudo de homens que desejam decidir sobre a vida das mulheres - precisa urgentemente ser combatido, devendo os espaços de discussão

e decisão política ser igualmente disputados por outros sujeitos. Não significa, no entanto, que o Projeto, nos moldes em que foi proposto, não deva ser discutido e não mereça relativizações, críticas.

O que não podemos admitir é que fundamentações rasas e lacunosas, em nome da ordem e da manutenção da moral e dos bons costumes, sejam os principais argumentos para a discussão, votação e análise das pautas políticas de condutas

consideradas “desviantes”, ignorando—inclusive—as demandas dos próprios movimentos sociais. Não se pode reduzir o debate ao binômio favorável ou contrário à prostituição no ambiente de decisão política. É preciso, pois, complexificar e problematizar o modo como as fundamentações são construídas para que as interferências legislativas não sejam ponte para a criação e manutenção de invisibilidades ou reforço de estigmas de pessoas marginalizadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BULHOES, Antônio Carlos Martins de. CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil): pronunciamento, 2013. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14MAR2013.pdf#page=152>>. Acesso em 10/10/2016

CAPELA, Gustavo Moreira. **O direito à prostituição: aspectos de cidadania [dissertação de mestrado]**: Brasília. UNB; 2013. p.214.

CAPPI, R. **Pensando as respostas estatais às condutas criminalizadas: um estudo empírico dos debates parlamentares sobre a redução da maioria penal (1993 - 2010)**. Estudos Empíricos em Direito, v. 1, p. 10, 2014.

DELPRIORI, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil: 2º edição**. São Paulo: contexto, 2004.

GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1985.

OLIVEIRA, M. Q. **Prostituição e trabalho no baixo meretrício de Belo Horizonte - O trabalho na vida nada fácil**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PATEMAN, Carole. **The Sexual Contract**. California: Stanford University Press, 1988.

PEREIRA, Armando. **Prostituição, uma visão global**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas S.A., 1976.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.  
\_\_\_\_\_. **Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890 - 1930**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1991.

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cad. Pagu, Campinas, n. 16, 2001.

TEIXEIRA, Alessandra. **Construir a delinquência, articular a criminalidade: um estudo sobre gestão de ilegalismos na cidade de São Paulo**. [tese de doutorado]- São Paulo, USP, 2012.

## A MULHER NA SOCIEDADE E SUAS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO: UM ESTUDO EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA

**SANTOS, Juliana de Jesus**

Estudante do mestrado do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros  
*Email: julianadejesussantos@rocketmail.com*

**FERREIRA, Maria da Luz Alves**

Professora Doutora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social e do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros  
*Email: mariadaluz@oi.com.br*

**ALVES, Maria Railma**

Professora Doutora no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros  
*Email: railmalves@hotmail.com*

### RESUMO

Este artigo tem o propósito de trazer uma breve apresentação sobre a trajetória da mulher na sociedade e como as relações de trabalho se estabelecem em uma comunidade Quilombola. As abordagens utilizadas na pesquisa foram de cunho quantitativo e qualitativo. Assim, a pesquisa de campo foi realizada em dois momentos considerando que a aplicação dos questionários ocorreu de forma aleatória e as entrevistas foram realizadas em conjunto com as mulheres que outrora trabalhavam em uma fazenda da região. Em relação à abordagem quantitativa o processo de seleção das famílias foi realizado por conveniência, isto é, foram escolhidas as casas cuja acessibilidade fosse mais facilitada. No que diz respeito a abordagem qualitativa foram feitas observações do cotidiano das mulheres durante a colheita do melão e na quebra do milho. Em seguida, foram entrevistadas individualmente algumas mulheres que mais se destacaram durante o processo de observação.

**Palavras-chave:** Mulher; Quilombola; Trabalho.

### ABSTRACT

This article aims to provide a brief presentation on the trajectory of women in society and how labor relations are established in a Quilombola community. The approaches used in the research were quantitative and qualitative. Thus, the field research was carried out in two moments considering that the questionnaires were applied randomly and the interviews were carried out together with the women who once worked on a farm in the region. In relation to the quantitative approach, the selection process of the families was carried out for convenience, that is, the houses whose accessibility was facilitated were chosen. Regarding the qualitative approach, observations were made on the daily life of the women during the harvest of the melon and on the breaking of the corn. Then, a few women were interviewed individually who stood out the most during the observation process.

**Keywords:** Woman; Quilombola; Job.

## INTRODUÇÃO

Este artigo discute as relações de trabalho, as transformações no universo feminino, além das visões acerca de gênero, estratificação social e ainda como a sociedade acolhe as mulheres principalmente no que diz respeito ao mercado de trabalho. Debate-se ainda, além da situação das mulheres negras, sobretudo como as relações de trabalho se estabelecem em uma comunidade Quilombola.

No primeiro momento realizou-se uma revisão bibliográfica que nos permitiu uma melhor compreensão da situação vivenciada pela mulher nos dias de hoje haja vista que a origem do problema ainda reflete em vários aspectos da vida social inclusive, como é o caso, nas relações de trabalho. Essa situação se agrava quando se fala da mulher negra, que sofre um preconceito duplo já que além de ser mulher é estigmatizada também em função da cor da pele.

Assim, a comunidade Quilombola de Vereda Viana foi relevante para a pesquisa, considerando que as atividades desenvolvidas pelas mulheres na comunidade despertam atenção pelo caráter tradicional do trabalho, além da atuação das mulheres em espaços teoricamente masculinos. Nesse sentido, além da revisão bibliográfica, houve a coleta de dados através da aplicação de questionários fechados e realização de entrevistas semi-estruturadas onde foi possível concluir que, ao contrário do que normalmente acontece, em Vereda Viana de forma geral, as mulheres vêm desempenhando atividades consideradas masculinas na “colheita do melão”, quebra do milho, corte de lenha, etc.

A abordagem inicial das mulheres foi realizada a partir de observações durante o trabalho de campo realizado em setembro de 2011 onde as mulheres desempenhavam suas atividades em fazendas da região. Na ocasião foram feitas entrevistas com seis mulheres que mais se destacaram durante o processo de observação, além da aplicação de 26 questionários nas casas de mulheres cuja acessibilidade fosse mais facilitada. Entende-se, portanto, que foram utilizadas as abordagens qualitativa e quantitativa que, por sua vez, contribuíram para uma maior compreensão do processo de trabalho vivenciado por estas mulheres na comunidade.

A estrutura deste artigo é proposta inicialmente pela introdução, já apresentada, além da apresentação de um recorte no tema em que as principais especificidades da pesquisa serão elucidadas e alusão a alguns dados sobre a situação da mulher negra no mercado de trabalho e por fim é apresentada a comunidade onde foi realizada a pesquisa. A terceira sessão discute elementos de caráter histórico acerca do sexo feminino, além de dados estatísticos sobre a mulher no mercado de trabalho. Posteriormente serão apresentados os resultados da pesquisa na comunidade Quilombola de Vereda Viana. Nesse momento será exibido o trabalho das mulheres assim como as principais atividades desenvolvidas e finalmente o desfecho do trabalho se dará com as considerações finais.

### 1. AS RELAÇÕES DE TRABALHO EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA

A escolha do tema: “A mulher na sociedade e suas perspectivas para o futuro: um estudo em uma comunidade Quilombola” aconteceu em função de uma pesquisa realizada no ano de 2011 vinculada ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros. A definição do tema ocorreu no primeiro contato com a comunidade, ocasião em que a pesquisa foi apresentada às mulheres.

Durante o trabalho de campo, realizado em setembro de 2011 foi possível notar algumas mulheres em Vereda Viana na lida diária com o trabalho na roça, o que me despertou o interesse em desenvolver um estudo sobre o trabalho daquelas mulheres. Assim, a pesquisa partiu das seguintes indagações: Qual a percepção dos homens e das mulheres sobre o trabalho desempenhado na comunidade Quilombola de Vereda Viana no município de São João da Ponte – Norte de Minas Gerais? Quais são as condições de trabalho das mulheres? Existe diferença em relação à remuneração de homens e mulheres da comunidade? Quantas horas diárias de trabalho as mulheres executam? Quais são as principais atividades desempenhadas pelas mulheres?

Os objetivos propostos foram: Analisar como as mulheres percebem seu trabalho na comunidade Quilombola de Vereda Viana – Município de São João da Ponte – Norte de Minas Gerais e também: Entender até que ponto as atividades desempenhadas pelas mulheres podem ser consideradas trabalho; Descobrir se as mulheres quilombolas tem deixado a postura tradicional de mulheres conservadoras para seguir em busca de novos rumos de vida especialmente de trabalho; Observar se em Vereda Viana as mulheres exercem atividades geralmente realizadas pelos homens.

### **1.1. A situação da mulher negra no mercado de trabalho**

Se a situação das mulheres de forma geral é crítica, quando a discussão se estende as mulheres negras o problema ganha proporções muito maiores. Isso é ilustrado pelos dados do LAESER<sup>1</sup> (Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais) um instituto que analisa a situação da mulher negra no mercado de trabalho ao longo dos anos nas seis maiores regiões metropolitanas do Brasil. São elas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. As análises são referentes a elementos como a distribuição da População Economicamente Ativa (PEA), Rendimento habitual médio, Taxa de desemprego dentre outras variáveis.

Segundo as pesquisas realizadas por essa fonte, a ocupação das mulheres pretas e pardas na indústria permanece inalterada (12,2%) no período de outubro de 2009 a abril de 2010. Na construção civil o percentual de mulheres pretas e pardas sofreu um leve aumento de apenas 0,1%. A atuação desse grupo no comércio sofre um aumento de 0,3% (17,6% para 17,9%). Em relação aos serviços prestados as empresas houve um aumento de 0,5% (10,8% para 11,3%). O mesmo acontece com relação ao setor da administração pública que aumentou 0,2%. Os serviços domésticos tiveram uma queda pouco significativa de 1,5%. Vale inferir, entretanto que mesmo com as quedas constantes sobre a atuação da mulher negra nos serviços domésticos o número de ocupação das mesmas nesse setor continua muito alto (20,8% em 2010) em relação aos demais grupos e continua sendo o setor que mais acolhe tais mulheres. Essa realidade é confirmada por Hirata (2014, p.64) onde a autora assegura que: “No caso do Brasil, as mulheres brancas e negras têm trajetórias duradouras nas ocupações de menor prestígio e de más condições de trabalho, como o emprego doméstico, atividade em que as mulheres negras são mais numerosas”. Na categoria outros serviços a taxa de ocupação de mulheres negras sobe 2,1%.

Como em todos os dados de anos anteriores, em 2011 a mulher negra continuava sendo a mais atingida pelo desemprego. Os números mostraram que houve uma redução

<sup>1</sup> Tempo em curso – Instituto de economia, UFRJ. Disponível em: [www.laeser.ie.ufrj.br](http://www.laeser.ie.ufrj.br). Acesso em: 16 de novembro de 2016.

bastante significativa do desemprego para tais mulheres, mas uma redução tanto ou mais significativa ocorreu também em todos os outros grupos, o que quer dizer que há uma permanência da desigualdade. Nesse contexto a interseccionalidade, que seria a intersecção dos estudos entre classe, raça e sexo, discutidos por Hirata (2014), é fundamental e contribui positivamente para um maior entendimento da problemática abordada:

A partir dos dados da PNAD 1989 e 1999, Nadya Araujo Guimarães mostra que, considerando sexo e raça, os homens brancos possuem os salários mais altos; em seguida, os homens negros e as mulheres brancas; e, por último, as mulheres negras têm salários significativamente inferiores. (HIRATA, 2014 p.63).

Diante disso, a autora chama a atenção para as críticas feitas às teorias da interseccionalidade que não fazem o cruzamento entre os três elementos fundamentais para a compreensão do problema aqui abordado. A prioridade que se dá ao par gênero-raça em detrimento da categoria classe não pode ser capaz de contemplar toda a complexidade existente entre essas três categorias.

Frente a esse fato, chamamos atenção para a situação da mulher negra e a lenta conquista dos espaços no mercado de trabalho que continua aquém aos homens brancos, mulheres brancas e homens pretos e pardos. Grande parte ainda sofre discriminações, ocupa os piores cargos, recebe os menores salários e seu principal campo de atuação continua sendo os serviços domésticos. Diante disso é que encontramos a situação das mulheres Quilombolas na comunidade de Vereda Viana onde atuamos com a pesquisa sobre o trabalho feminino.

## 1.2. Apresentação da comunidade Quilombola de Vereda Viana

O Norte de Minas é discutido por Costa Filho (2005) como uma região diversificada por elementos como suas paisagens, sua cultura, comida, etc. Além disso, é historicamente conhecida por ter concentrado uma intensa quantidade de indígenas, além de abrigar, em meados do século XVII, os exploradores portugueses que vieram à procura do ouro mineiro. Em virtude da descoberta das minas, a região tornou-se propícia para negros e escravos fugidos, tornando-se certamente esse um dos motivos pelos quais é considerada hoje como uma das regiões onde há uma das maiores concentrações de negros Quilombolas do Brasil.

A palavra “Quilombola”, segundo O’Dwyer (2002) teria originado do termo “Quilombo” cujo significado é escravo fugido para quilombo. Hoje essa expressão adquire outra conotação não trazendo mais as ‘reminiscências’ de antigos quilombos sendo vista, portanto, como um local de territorialidades específicas que comporta grupos sociais que lutam em prol dos seus direitos. Os quilombos seriam então, para a mesma autora, comunidades tradicionais de negros aptos também a se

Assim, localizamos a comunidade Quilombola de Vereda Viana situada às margens do rio Verde Grande, no interior do território chamado por Costa<sup>2</sup> de ‘Campo negro da Jaíba’. Reconhecida em 14 de novembro de 2006<sup>3</sup>, a comunidade em estudo pertence ao município de São João da Ponte, Norte de Minas Gerais. Trata-se de um território relativamente grande, cujas moradias são distantes umas das outras, as pessoas são

2 Dissertação de Mestrado intitulada “Do tempo da fartura ao tempo da penúria dos morenos: a identidade através de um rito no Brejo dos Crioulos”. Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília.

3 Disponível em [www.achetudoeregiao.com.br/MG/quilombolashtm](http://www.achetudoeregiao.com.br/MG/quilombolashtm). Acesso em 05/12/2011.



acolhedoras, e de maneira geral, as famílias são constituídas por poucas pessoas. Além disso, nota-se um contraste: a paisagem seca se mescla com a existência de plantas ornamentais. O clima é bastante seco, as temperaturas são extremamente altas, mas ainda é possível perceber variações na vegetação, além da abundância em recursos hídricos.

Durante a pesquisa foram aplicados 26 questionários socioeconômicos às mulheres de Vereda Viana com idades entre 25 e 62 anos, além de entrevistas a seis mulheres em suas atividades em uma fazenda da região onde as mesmas são contratadas temporariamente para a colheita do melão e a quebra do milho.

A tabela seguinte demonstra que a faixa etária da maioria das mulheres entrevistadas na comunidade varia de 25 a 35 anos, totalizando um percentual de 42,3%. As mulheres com faixa etária dos 36 aos 45 anos, 46 a 55 anos e mais de 55 anos totalizam percentuais de 19,2%, 23,1% e 15,4%, respectivamente. Isso significa que a maior parte das entrevistadas são mulheres mais jovens (42,3%), enquanto as mais velhas obtiveram o menor percentual (15,4%). A tabela nº 1 ilustra bem essa realidade:

**Tabela 1.** Faixa etária das mulheres quilombolas da comunidade de Vereda Viana.

Faixa etária	Frequência	%
25 a 35 anos	11	42,3
36 a 45 anos	5	19,2
46 a 55 anos	6	23,1
Mais de 55 anos	4	15,4
Total	26	100,0

Fonte: Santos, 22/09/2011

O elevado percentual de mulheres mais novas pode ser explicado em função de em alguns depoimentos, durante o trabalho de campo, muitas mulheres mais velhas relatam problemas de saúde, provocados quase sempre pela atuação no trabalho árduo da roça. As mulheres mais novas por sua vez, possuem mais vigor físico para o trabalho braçal, além de, algumas delas, não estarem casadas, logo assumem menos responsabilidades com os afazeres domésticos dispondo assim de mais tempo livre.

## 2. A MULHER NA SOCIEDADE: UM RESGATE HISTÓRICO

A inferioridade da mulher em relação ao homem é muitas vezes debatida como um tema corriqueiro em uma sociedade que desde os tempos remotos habituou-se a presenciar a submissão da mulher ao homem, a atribuição de tarefas que “deveriam” ser realizadas somente por elas e aos baixos salários recebidos pelas mesmas. Assim, a passagem abaixo esclarece o que seria considerado como a origem dessa discriminação que a mulher ainda vivencia hoje na sociedade:

Nunca se perdia a oportunidade de lembrar às mulheres o terrível mito do Éden, reafirmado e sempre presente na história humana. Não era de admirar, por exemplo, que o primeiro contato de Eva com as forças do mal, personificadas na serpente, inoculasse na própria natureza do feminino algo como um estigma atávico que predisponha fatalmente à transgressão, e esta, em sua medida extrema, revelava-se na prática das feiticeiras, detentoras de saberes e poderes ensinados e conferidos por satanás. (DEL PRIORI, 2000, p. 46)

O trecho remete ao mito do éden em que a mulher seria vista como um elemento do mal por ter impulsionado o homem ao pecado. Desde então a mulher seria projetada como um sexo frágil e incapaz de desempenhar certas atividades que só ao homem poderiam ser realizadas por ser considerado o sexo oposto, sendo assim, o mais forte e viril. Tais atribuições refletem ainda hoje no universo feminino embora a mulher esteja conquistando aos poucos espaços antes inexplorados.

Por outro lado, vale lembrar a partir da visão de Del Priori (2000, p. 241) que: “A elas certos comportamentos, posturas, atitudes e até pensamentos foram impostos, mas também viveram o seu tempo e o carregaram dentro delas.”, ou seja, por mais que a mulher alcance êxitos significativos em direção a igualdade de direitos, alguns costumes permanecem e são aceitos até pelas próprias mulheres porque já estão enraizados e estabelecidos em toda e qualquer sociedade. Nesse contexto Touraine (2006) discute a individualidade onde à mulher foram confiadas certas posturas que operam como um diferencial entre os sexos:

As mulheres, mais do que os homens, passam por esse individualismo, pelos cuidados do corpo, pela escolha do vestuário, etc., para construir a sua “personalidade” singular, para inventar uma imagem de si mesmas. E é esse individualismo que dá a sua força principal a reivindicações coletivas e à resistência ao mundo da mercancia e às suas estimulações. (TOURAINÉ, 2006: p.62).

Touraine (2006) assegura que a mulher continua lutando contra as novas formas de dominação, isto é, a opressão feminina permanece em certa medida, mas começa a ser modelada a partir de outros meios. Rosaldo (1979) lembra que existiam comunidades em que as mulheres eram extremamente influentes. A autora faz referência ao gueto judaico da Europa Oriental em que as mulheres se mostravam demasiadamente corajosas. A administração da casa, os assuntos políticos, o trabalho fora do lar, o sustento da família, as questões financeiras, eram esferas de domínio feminino. Mas ainda nesse caso é possível encontrar determinada esfera de atuação em que o homem exerce algum tipo de autoridade sobre a mulher.

A referida autora atribui os espaços relativos ao homem e a mulher como espaços públicos e domésticos respectivamente, onde a mulher atuaria em um espaço mais fechado, mais reservado preservando assim sua moral. Em contrapartida, ao homem competiriam os ambientes públicos em que ficariam mais expostos, poderiam revelar suas opiniões e não necessariamente teriam que resguardar sua moral. Ainda nesse sentido, Beauvoir (1908) ilustra como se iniciou o processo que teria estimulado a mulher a se rebaixar perante o homem. A autora revela que se trata mais de diferenças e não inferioridade:

A sorte da menina é muito diferente. Nem mães nem amas têm reverência e ternura por suas partes genitais; não chamam a atenção para esse órgão secreto de que só se vê o invólucro e não se deixa pegar; em certo sentido a menina não

tem sexo. Não sente essa ausência como uma falha; seu corpo é evidentemente uma plenitude para ela, mas ela se acha situada no mundo de um modo diferente do menino e um conjunto de fatores pode transformar a seus olhos a diferença em inferioridade. (BEAUVOIR, 1908, p. 14)

A apreciação do homem desde pequeno, a partir de seu órgão sexual seria observado como uma atribuição de honra ou de certo poder. Isso teria gerado desconfiança por parte das mulheres que preferiam esconder seu corpo e poupar seu órgão genital. Por outro lado, algumas mudanças significativas têm ocorrido nos últimos anos no que diz respeito às disparidades entre homens e mulheres. Por exemplo, de acordo com Scalon (2009) ocorre um enfraquecimento do patriarcado, ou seja, o poder já não está tão centrado nas mãos do homem. A visão da mulher como a 'cuidadora' e o homem como o 'provedor', conforme discutido pela autora tem sofrido modificações. Tais mudanças impactam diretamente no mercado de trabalho, por exemplo, conforme será discutido mais adiante. No entanto, é importante lembrar que a divisão de tarefas no ambiente doméstico continua seguindo o padrão tradicional tanto entre os homens quanto para as mulheres.

Nesse sentido, Scalon (2009) discute que atividades tais como lavar, cozinhar e passar são percebidos como tipicamente feminina e conseqüentemente são quase inexploradas pelo sexo masculino. Estes realizam apenas pequenas atividades como, por exemplo, levar os filhos à escola. Vale notar, que nos finais de semana o lazer das crianças é uma atividade mais desenvolvida pelas mulheres, além da visita a parentes e a realização do serviço doméstico.

A autora supracitada assegura ainda que o homem tem mais autonomia que a mulher principalmente em aspectos relacionados ao mercado e a família onde a mulher é mais dependente. A respeito da lida com pessoas doentes a autora afirma que se trata de uma ocupação que a sociedade ainda compreende como fundamentalmente feminina.

Segundo estudos realizados pela mesma autora à mulher seriam atribuídos serviços relacionados a esfera doméstica por serem as mesmas consideradas mais cuidadosas. Assim poderiam ficar com os filhos ou se trabalhassem, deveriam fazê-lo de preferência apenas parte do dia para que pudessem dedicar aos filhos o restante do dia. A ausência da mulher no ambiente doméstico poderia gerar ausência de afeto sendo que o mesmo poderia estar associado ao tempo e não necessariamente a qualidade.

Por outro lado e lembrando-se das expressões utilizadas por Rosaldo (1979) a respeito das esferas 'público' e 'doméstico', o que Scalon (2009) questiona é se de fato ocorre uma migração das mulheres para uma direção contrária ao ambiente doméstico, isto é, o espaço público estaria cada vez mais disputado pelas mesmas. No que diz respeito a tradicional divisão de papéis ela afirma que a maioria dos homens concorda com a manutenção de tal divisão. Entre as mulheres o resultado não muda muito.

Em relação à percepção que os homens têm sobre o trabalho feminino, por exemplo, segundo a mesma pesquisa, tais atividades são concebidas apenas como 'auxiliares' concordando com os estudos realizados por Heredia (1979) onde ela constata que os homens concebem o trabalho feminino apenas como uma ajuda a eles. Assim, mesmo que a mulher desenvolvesse atividades no roçado que, de acordo com a autora, seria o espaço masculino, tais atividades não seriam reconhecidas.

A abordagem sobre estratificação abrange várias esferas da vida social. Assim, devem-se considerar vários fatores como, por exemplo, o gênero. Mesmo entre grupos de pessoas posicionadas em uma mesma classe social, os homens são mais privilegiados em relação às mulheres. Mas essa abordagem deve abranger as três esferas propostas por Hirata (2014) como pilares para a compreensão da problemática sugerida, ou seja, uma vez que se discutem as relações de trabalho para a mulher negra, deve haver uma correlação entre as categorias gênero, raça e classe.

No que diz respeito à educação Ribeiro (2009) revela que “Não completar o segundo grau na classe alta representa um risco de cair para as classes média e baixa...” (RIBEIRO, 2009, p. 159). Assim, a situação se agrava para os homens se os mesmos não concluírem sequer o segundo grau conforme já discutido inicialmente por Ribeiro (2009). A abordagem anterior é uma questão dialética quando se observa a seguinte passagem proposta pelo autor (2009, p. 172):

Para ocupar certas posições de prestígio, é essencial que se tenha qualificação educacional, não bastando ser filho de alguém que é qualificado. Por exemplo, para se tornar médico ou juiz não qualifica ninguém como médico ou juiz, o que faz são as escolas de medicina e de direito. No entanto, é um fato amplamente discutido o de que filhos de profissionais qualificados tem chances maiores do que filhos de trabalhadores não-qualificados de alcançarem níveis educacionais mais altos.

A educação é essencial para o ingresso em profissões de prestígio e isso beneficia as mulheres já que constituem um percentual maior no que concerne ao ingresso no ensino superior, embora seja importante ressaltar que, de forma geral, para Ribeiro (2009, p. 179):

“Ter origens nas classes mais altas aumenta as chances de se fazerem as transições educacionais de modo bem-sucedido...”.

Nesse sentido, para se discutir a mulher no mercado de trabalho as palavras de Bruschini (2007) são de fundamental importância quando assegura que os estudos sobre trabalho atuaram como ‘a porta de entrada dos estudos sobre a mulher na academia brasileira’ (BRUSCHINI, 1993, p. 42). Os estudos de Bruschini (2007, p. 538) ainda revelam informações sobre o atual perfil das mulheres no mercado de trabalho:

...de um lado elas se tornam mais velhas, casadas e mães – o que revela uma nova identidade feminina, voltada tanto para o trabalho quanto para a família – de outro, permanecem as responsabilidades das mulheres pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e outros familiares – o que indica a continuidade de modelos familiares tradicionais, que sobrecarregam as novas trabalhadoras, principalmente as que são mães de filhos pequenos, em virtude do tempo consumido em seus cuidados, como analisamos em artigo recente sobre o trabalho doméstico.

É natural observar que a mulher moderna possua mais responsabilidades. Muitas preferem a realização profissional para depois realizar sonhos como o casamento. Preferem continuar atuando em sua profissão fora do lar e também no lar quando precisam cuidar dos filhos, esposo e o próprio serviço doméstico que continua sendo a atividade feminina por excelência.

A respeito do trabalho informal, para Neves (2009) os homens tem cerca de 162,2% de oportunidades a mais que as mulheres de estarem ocupados. A situação é ainda mais grave para as mulheres no setor formal onde os homens têm em torno de 394,8% de chances a mais que as mulheres de estarem empregados.

### **3. RESULTADOS ALCANÇADOS**

O trabalho de campo em Vereda Viana possibilitou, entre outros fatores, a visualização das principais atividades desenvolvidas na comunidade. Durante a pesquisa foi possível presenciar a colheita do melão, que acontece comumente entre os meses de Junho e setembro. A fabricação de farinha e a quebra do milho ocorrem normalmente no mês de setembro. No entanto, a atividade mais frequente observada nas fazendas, no período considerado, trata-se da colheita do melão.

#### **3.1. O trabalho das mulheres**

Durante o período de dez dias foi possível observar o cotidiano das mulheres em atividades de caráter doméstico tais como algumas mulheres carregando feixes de lenha para prover o consumo da família, o corte de lenha para o abastecimento da casa, foram observadas ainda mulheres lavando roupas e algumas durante a fabricação de farinha.

No que diz respeito às atividades exercidas fora do ambiente doméstico, predominam o trabalho temporário em fazendas da região na temporada referente a colheita do melão, onde as mulheres são contratadas recebendo uma remuneração pelo serviço prestado, além da quebra do milho que, na ocasião estava sendo realizada apenas nas propriedades dos próprios Quilombolas e nesse caso, sem remuneração já que o serviço geralmente é feito pelos próprios membros da família.

#### **3.2. A colheita do melão**

O plantio do melão é realizado cerca de cinco a seis quilômetros da casa de uma das quilombolas, onde permaneci hospedada durante o trabalho de campo. Acompanhada de uma de suas filhas, fui de bicicleta até o local. Chegando lá, em um primeiro momento abordei uma das trabalhadoras, com quem já havia conversado no dia anterior. A informante de 40 anos discorreu a respeito do trabalho que desenvolve: “Eu gosto. Ah, eu gosto muito de trabalhar e agente precisa né das coisa.”

Quando perguntada a respeito do que julga ser mais difícil no trabalho que desempenha, ela responde que “O mais difícil é bater o melão, bater... ter que encher o tambor pra bater e jogar na máquina (...)”. A partir do relato foi possível identificar que a colheita do melão é vista como uma das atividades mais árduas desenvolvidas pelas mulheres. De acordo com a maioria das entrevistadas, a dificuldade mais frequente no trabalho com o melão, diz respeito ao dia de bater a fruta, visto que, neste dia, o trabalho exige mais rapidez por parte dos trabalhadores.

É nessas ocasiões, conforme o depoimento de algumas mulheres, que seus companheiros de trabalho, por vezes, as intitulam de “preguiçosas” ou incapazes de realizar o serviço. Apesar disso, e através de outros relatos, o trabalho feminino é reconhecido pelos homens e mulheres da comunidade segundo o depoimento dessas entrevistadas.

### 3.3. A quebra do milho

Em outro momento abordamos uma trabalhadora rural realizando a quebra do milho em sua propriedade. Esse depoimento revela a coragem e determinação da mulher ao optar pelo trabalho duro da roça. Em nenhum momento a mulher manifesta que trabalha para “ajudar o esposo” ou para “ajudar a família” ao contrário dos estudos de Heredia (1979) onde esse tipo de atividade é reconhecido como ajuda aos homens por se tratar de um trabalho realizado no roçado:

(...) eu gosto mais de trabalhar na roça do que em casa. Acho que já acostumei né?(...) É, se falar comigo assim: qual que cê qué, cê qué ficar em casa ou cê qué ir pra roça, eu falo: não eu vou pra roça. É tanto que quem cuida da casa é minha irmã. (...) ela já levanta, ela já vai arrumar a casa, já vai fazer almoço, eu não, eu já levanto... já vou fazer outras coisas.

A fala anterior revela, não somente no caso específico, que as mulheres da comunidade, no geral, preferem a lida com o trabalho fora do lar mesmo que isso signifique trabalhar em serviços relacionados ao roçado. A partir dos relatos fica evidente que as mulheres anseiam por melhores condições de vida ainda que muitas admitam que não consigam mais realizar seus sonhos em função das circunstâncias, isto é, muitas mulheres se casaram, tem filhos por isso não conseguiram concretizar seus objetivos, mas isso não implica dizer que se encontram acomodadas e ocupadas apenas com os afazeres domésticos, mas justamente porque possuem uma família, se mostram corajosas a ponto de enfrentar o serviço penoso da roça a fim de sustentar seus familiares.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para não concluir, mas explicitar alguns pontos percebeu-se neste trabalho que a mulher hoje é mais bem acolhida pela sociedade tendo em vista que a mesma alcançou vitórias como o direito ao voto e o ingresso em profissões como Engenharia e Direito, além de sua atuação ainda que em menor grau em outras profissões “masculinas” tais como motoristas e frentistas. Apesar das melhorias, a situação da mulher continua inferior ao homem uma vez que melhoram alguns indicadores, mas a desigualdade entre os sexos permanece.

No caso específico os objetivos da pesquisa foram alcançados, tendo em vista que as mulheres de Vereda Viana exercem atividades tradicionalmente atribuídas aos homens como, por exemplo, o trabalho na colheita do melão e a quebra do milho. No que diz respeito ao reconhecimento do trabalho feminino, durante todo o período de coleta de dados foram detectadas informações relevantes: A primeira delas é o caso em que a informante idealiza o seu trabalho como uma ajuda ao esposo, ou seja, para ela o trabalho no melão não é seu por excelência, mas é uma atividade tipicamente masculina. Outro caso detectado, durante informações fornecidas por uma das informantes, foi aquele em que ela revela que em algumas circunstâncias os seus companheiros de trabalho as denominam de “preguiçosas” ou incapazes de realizar o serviço.

Com exceção do primeiro caso, no qual aparentemente o trabalho feminino se restringe às atividades relativas ao ambiente doméstico, as demais entrevistadas concebem que as atividades que realizam são, de fato, trabalho. De acordo com as informações das entrevistadas e resultados obtidos, não há uma delimitação ou um limite entre as atividades concernentes ao universo feminino e o espaço masculino. E por fim, as mulheres quilombolas têm procurado desbravar novos rumos de vida, novas possibilidades, novos sonhos.

**REFERÊNCIAS:**

- BEAUVOIR, Simone de. (1949). *O segundo sexo - 2. A experiência vivida*. São Paulo: Difusão européia do livro.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. (2007) Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Cad. Pesqui. [online], vol.37, n.132, pp. 537-572. ISSN 0100-1574. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em 20 de novembro de 2016.
- COSTA FILHO, Aderval e outros (2005). *Laudo de Identificação e Delimitação Territorial do Quilombo Gurutubano* (Norte de Minas). Brasília: UNB.
- DEL PRIORE, Mary (2000). *História das mulheres no Brasil*. 3º ed. São Paulo: Contexto.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. (1979) *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HIRATA, Helena. (2014) Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 27 de novembro de 2016.
- NEVES, Jorge Alexandre; FERNANDES, Danielle Cireno; HELAL, Diogo Henrique. (Orgs) (2009) *Educação, trabalho e desigualdade social*. Belo Horizonte: ARGVMETVM.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. (2002) *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- RIBEIRO, Carlos Antônio. (2009) *Desigualdades de oportunidades no Brasil*. Belo Horizonte: ARGVMETVM.
- ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (1979). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SCALON, Celi. (2009) *Ensaio de estratificação*. Belo Horizonte: Argvmentvm.
- TOURAINÉ, Alain. (2006) A construção de si, Em: CRUZ, Antônio Oliveira (org.) *O mundo das mulheres*. Joana Chaves. Lisboa: Epistemologia e Sociedade.

## A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO BRASIL

**PEREIRA, Marcela Caroline<sup>1</sup>**

*Mestranda do Programa em Ciências Sociais Aplicadas  
E-mail: marcela.91pereira@gmail.com*

**PAULA, Erica Fernanda de<sup>2</sup>**

*Mestranda do Programa em Ciências Sociais Aplicadas  
E-mail: erydepaula@hotmail.com*

**SCHIMANSKI, Edina<sup>3</sup>**

*Professora Doutorado Programa de Ciências Sociais Aplicadas  
Email: edinaschi@gmail.com*

**ANTUNES, Alfredo César<sup>4</sup>**

*Professor Doutor do Programa de Ciências Sociais Aplicadas  
Email: alfredo.cesar@hotmail.com*

**FREITAS JUNIOR, Miguel Archanjo<sup>5</sup>**

*Professor Doutor do Programa de Ciências Sociais Aplicadas  
Email: mfreitasjr@uepg.br*

### RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória com o objetivo de realizar um levantamento dos artigos publicados nos periódicos brasileiros, especificamente, sobre Epistemologia Feminista. Com este intuito, realizou-se um levantamento de dados buscando uma aproximação inicial com a temática. Foi realizada uma busca de artigos científicos obtidos via bases de dados específicas: Portal de Periódicos da Capes; Scielo e Scopus. A busca foi feita através do conceito chave "Epistemologia Feminista" de forma genérica. Ao longo da pesquisa foi possível encontrar dezessete artigos, dos quais as maiores concentrações estão no Qualis A1, o ano com maior número de publicações foi em 2008 e o periódico foi a Revista Estudos Feministas. As principais perspectivas discutidas pelos artigos são "Gênero" e "Feminismo". Considera-se que há poucas publicações sobre Epistemologia Feminista nas Bases de Dados pesquisadas, bem como a maior parte foram realizadas por mulheres.

**Palavras-chave:** Teoria. Conhecimento. Feminista.

### ABSTRACT

The present study is an exploratory research with the objective of making a survey of the articles published in Brazilian journals, specifically on Feminist Epistemology. With this aim, a data survey was carried out seeking an initial approximation with the theme. A search of scientific articles obtained through specific data bases was carried out: Portal de Periódicos da Capes; Scielo and Scopus. The search was done through the key concept "Feminist Epistemology" in a generic way. Throughout the search it was possible to find seventeen articles, of which the highest concentrations are in the A1 Qualis, the year with the highest number of publications was in 2008 and the journal was the Revista Estudos Feministas. The main perspectives discussed by the articles are "Gender" and "Feminism". It is considered that there are few publications on Feminist Epistemology in the data bases researched, as well as the majority were carried out by women.

**Key-words:** Theory. Knowledge. Feminist.



## INTRODUÇÃO

Os estudos sobre mulheres tornaram-se crescentes a partir da década de 1970 no Brasil, neste período as teorias feministas passam a desenvolver-se em nível epistemológico. Segundo Rago (1998) não se tem clareza sobre a teoria feminista do conhecimento, bem como a mesma tem sido pouco debatida no país. Epistemologia é a teoria do conhecimento científico, Greco; Sosa (2008) compreendem que a epistemologia pode ser norteada por duas questões: “O que é o conhecimento?” e “O que podemos conhecer?” E se conhecemos algo, surge ainda uma terceira questão “como conhecemos o que conhecemos?” Grande parte do que foi escrito na epistemologia abordaram uma dessas questões. Longino (2008), salienta que este campo “[...] investiga o significado das afirmações e atribuições de conhecimento, as condições de possibilidade de conhecimento, a natureza da verdade e da justificação, e assim por diante.”

A teoria do conhecimento é um dos domínios da filosofia, o qual estuda as relações entre objeto e o sujeito. No século XIX, os filósofos Kierkegaard e Nietzsche estabeleceram uma crítica ao racionalismo<sup>2</sup>. “Para eles o conhecimento não passa de uma atribuição de sentidos, ou seja, não é possível uma explicação da realidade.” (CALVELLI; LOPES, 2012, p.350). Posteriormente, Foucault, Derrida entre outros ressaltam que o saber é construído temporalmente, portanto o conhecimento não é permanente e universal. Essas ideias trazem uma crise da razão e/ou ciência moderna, estabelecendo críticas ao modo dominante de produção de conhecimento e com isso emergem novas tendências epistemológicas, dentre as contribuições críticas, a feminista.

Diante disso, o objetivo deste estudo é realizar um levantamento dos artigos publicados nos periódicos brasileiros, especificamente sobre epistemologia feminista, ou seja, o modo que o produtor do conhecimento percebe as relações entre o objeto e o sujeito.

O presente estudo trata-se de uma pesquisa exploratória, que Gil (2008, p.27), define como aquela que “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.”. Pode utilizar estudos de caso, levantamentos bibliográficos e documentais, e aplicação de entrevistas.

Para desenvolver a pesquisa, optou-se por um levantamento de dados, buscando uma aproximação inicial com a temática, pois como salienta Gil (2008, p.27) “Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla.” Para tal, utilizaram-se artigos científicos obtidos via bases de dados específicas.

As bases de dados podem ser entendidas como fontes formais e secundárias, bem como, biografias, catálogos, dicionários, livros, manuais, entre outros. Optou-se pela utilização de Bases de Dados, pela grande quantidade de dados reunidos e disponíveis em um só ambiente. Entre eles, há artigos de periódicos, livros e produções dos programas de Pós-Graduação.

Para a busca estratégica, intentando perceber quanto tem sido produzido, e onde está sendo publicado, optamos por três bases de dados: Portal de Periódicos da

<sup>2</sup> Racionalismo foi elaborado por René Descartes, o qual compreendia que “[...] a verdade está enraizada no bom uso da razão.” (CALVELLI; LOPES, 2012).

Capes<sup>3</sup>; Scielo<sup>4</sup> e Scopus<sup>5</sup>. A<sup>3</sup> busca foi feita através do conceito chave “Epistemologia Feminista”, sendo pesquisadas em conjunto as palavras “epistemologia e feminista”.

A presente pesquisa delimitou apenas artigos publicados em periódicos brasileiros. A opção apenas por artigos, se deu pela especificidade desse tipo de publicações, que dissipam informações de maneira mais dinâmica e rápida, se comparados com livros, teses e dissertações que levam muito tempo para serem publicados, assim, os artigos tornam-se a fonte mais atualizada sobre o objeto de estudo. A delimitação a estudos publicados em periódicos nacionais, se deu tentando perceber quanto tem sido produzido de conhecimento diretamente relacionado ao termo “Epistemologia Feminista” no cenário nacional.

Com a busca, emergiram cento e dez resultados, destes foram selecionados dezessete artigos, os quais em algum momento tratavam especificamente sobre “Epistemologia Feminista”. Os critérios de seleção foram: primeiramente observamos se os artigos eram publicados em periódicos brasileiros ou não; na sequência foi lido o título, resumo e palavras-chave, com o intuito de identificar se havia o termo “epistemologia feminista”. Na sequência os artigos foram lidos na íntegra.

## 1. O QUE É EPISTEMOLOGIA FEMINISTA?

Este campo não pretende ser a única forma de produção de conhecimento ou buscar uma teoria universal, mas aponta para discussões de novas temáticas como sexualidade, gênero, emoções, prostituição, entre outros. Deve-se considerar que o sujeito do conhecimento está imerso no complexo contexto de relações sociais e é influenciado por determinações culturais. Calvelli, Lopes (2012, p. 351) compreendem que se modifica a tradicional ideia do:

[...] cientista isolado em seu gabinete, testando seu método acabado na realidade empírica, livre das emoções desviantes do contato social, mas um processo de conhecimento construído por indivíduos em interação, em diálogo pontos de vista, alterando suas observações, teorias e hipóteses, sem um método pronto, reafirma-se a ideia de que o caminho se constrói caminhando e interagindo.

Percebe-se que existe uma ruptura teórica e prática da maneira que se produz conhecimento, a qual era embasada na razão, objetivando encontrar a verdade e o universalismo. Rago (1984) considera que se a teoria feminista rompe com modelos dominantes é necessário reconhecer que existem também permanências dessa tradição científica.

Questões feministas foram incorporadas em diferentes campos de conhecimento científico. Os temas sobre mulher e gênero foram trabalhados pela historiografia marxista, mas sofreu dificuldades em seu interior, pois foi secundarizado em relação as

3 Segundo a Capes o “O Portal de Periódicos da Capes oferece acesso a textos completos disponíveis em mais de 37 mil publicações periódicas, internacionais e nacionais, e à a diversas bases de dados que reúnem desde referências e resumos de trabalhos acadêmicos e científicos até normas técnicas, patentes, teses e dissertações dentre outros tipos de materiais, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação científica e tecnológica de acesso gratuito na web.” Disponível em: <[https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com\\_pcollection&Itemid=104](https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcollection&Itemid=104)>. Acesso em: 02 dez. 2016. O Portal de Periódicos da Capes está disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 19 out. 2016.

4 A Scientific Electronic Library Online (SCIELO), ou Biblioteca Científica Eletrônica em Linha, é uma biblioteca eletrônica que disponibiliza uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 19 out. 2016.

5 Segundo informações disponíveis no site da Editora Elsevier o Scopus é “a maior base de dados de resumos e citações de literatura científica revisada por pares, conta com ferramentas inteligentes para acompanhar, analisar e visualizar a pesquisa. O Scopus oferece a visão mais abrangente sobre a produção de pesquisa do mundo nas áreas de ciência, tecnologia, medicina, ciências sociais e Artes e Humanidades”. Disponível em: <<http://www.americalatina.elsevier.com/sul/pt-br/scopus.php>>. Acesso em: 02 dez. 2016. A base de dados Scopus está disponível em: <<https://www.scopus.com/>>. Acesso em: 19 out. 2016.

lutas de classe. Além disso, essa entrada foi possível porque o marxismo estava sendo criticado pelos sinais de esgotamento em conceitos que se mostravam insuficientes. Nota-se que temas feministas ao serem incorporados no campo epistemológico predominantemente masculino, geram instabilidade e rupturas em questões tidas como permanentes. Na inserção da mulher em um mundo masculino, onde ela não é dominante da linguagem, a mesma luta para criar uma. Neste sentido a teoria feminista constitui novos significados e categorias para interpretação dos fenômenos que ocorrem.

A epistemologia feminista incorpora a subjetividade como forma de conhecimento que é completamente contrária ao conhecimento objetivo das Ciências Naturais para as Ciências Humanas. (LONGINO, 2008). Defende o relativismo cultural, questiona que o conhecimento visa atingir uma verdade pura e não pretende ser a única forma de interpretação. Ressalta a historicização dos conceitos e as múltiplas descontinuidades existentes.

Os principais pontos de crítica da teoria feminista são em relação aos conceitos do saber ocidental que se volta para o interior da lógica da identidade, trazendo uma reflexão incapaz de pensar a diferença e, portanto, caracterizando-se como excludente. Baseando-se em conceitos universais de homem, branco, heterossexual, civilizado e desenvolvido excluindo aqueles que não estão no padrão mencionado. Além disso, as características masculinas são mais valoradas em detrimento às femininas, construindo um imaginário em que a mulher pertence ao universo privado que é inferior à esfera pública, a qual o homem deve fazer parte. (RAGO, 1984).

Percebe-se que esta produção de conhecimento constitui relações de poder e neste sentido Rago (1984, p.5), lembra Foucault, que fundamentalmente questiona essas concepções dominantes da cultura ocidental. Salientando que “[...] a produção da verdade se daria pela coincidência entre o conceito e a coisa, no movimento de superação da distância entre a palavra e a coisa, entre aparência e a essência.”

Várias intelectuais observaram uma direção em comum entre a crítica feminista e as teorias de filósofos como Foucault, trazendo a descrição das dispersões, que propõem um novo modo de operar no processo de produzir conhecimento. A definição de desconstrução de Derrida que sugere a decomposição “das sínteses, das unidades e das identidades ditas naturais, ao contrário da busca de totalização as multiplicidades.” (RAGO, 1984, p. 5). Scott (1990) vai dizer que a noção de desconstrução significa investigar no contexto a forma que se exerce qualquer oposição binária, desconstruindo a posição hierárquica, ao passo de aceitá-la como real, correta ou torna - lá naturalizada.

O ponto de partida da epistemologia feminista é o sujeito e para, além disso, consideram que o mesmo encontra-se em um estado dinâmico, o qual é determinado culturalmente e está presente em um complexo de relações sociais, sexuais e étnicas. Sendo assim, compreende Rago (1984, p.6) que o sujeito:

[...] não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à história, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes.

Tanto na epistemologia feminista e nas teorias pós-modernistas nota-se a valorização da noção de cultura, pois ganha espaço entre os historiadores, trazendo a importância da

linguagem, esclarecendo que a cultura antecede a relações econômicas e sociais e o discurso é visto enquanto prática, pois ele constrói múltiplos significados.

Neste sentido vale lembrar o estudo realizado por Emily Martin (2012), compreendendo que se “[...] a cultura molda a forma pela qual os cientistas biólogos descrevem o que eles descobrem sobre o mundo natural.”, então temos aprendido que crenças e práticas culturais são naturalizadas.

A autora realiza uma análise sobre as figuras que o óvulo e o espermatozóide adquirem no processo de fecundação em relatos populares e científicos. Percebendo que atribuiu-se maior valor nos processos biológicos masculinos em detrimento ao feminino. Diante disso ela objetiva lançar luz sobre os estereótipos de gênero que estão ocultos nos discursos científicos da biologia, os quais constroem representações. Ao decorrer do seu estudo ela demonstra que na medida em que esse discurso se modifica culturalmente, ocorrem novas descobertas.

Tais discursos descrevem o espermatozóide com ideias que representam ações pró-ativas e autônomas, em contra partida, o óvulo tem papel passivo como fizeram Gerald Schatten e Helen Chatten comparando o óvulo com a bela adormecida “uma noiva adormecida aguardando o beijo mágico de seu companheiro”. (MARTIN, 2012, p. 490). Os termos contemplados nos discursos enfatizam fragilidade e dependência permanente do óvulo do espermatozóide. Essas explicações demonstram um desejo dos biólogos, pois o espermatozóide não é mais independente do que o óvulo, pois ele depende de várias reações do organismo para o processo de ejaculação. Por exemplo: “Há secreções que aliviam a urina na uretra antes da ejaculação, para proteger o esperma.” (MARTIN, 2012, p. 491). Com o passar do tempo é revisado esse processo de fecundação nos livros e textos.

Eles descobriram, para sua grande surpresa, que a força do esperma para a frente é extremamente fraca, o que contradiz o pressuposto de que os espermas são penetradores vigorosos. Em vez de fazer força para a frente, a cabeça do esperma era agora vista se mover, a maior parte do tempo, para a frente e para trás. (MARTIN, 2012, p. 493).

Não obstante, as representações de estereótipos de gênero replicam as figuras aprioristicamente construídas, pois os discursos continuam dizendo que o espermatozóide ele é ativo, porém suas ações são realizadas de forma mais fraca. Pesquisas recentes, no máximo demonstram que ambos são ativos ou interagem, entretanto o espermatozóide torna-se agressivo em relação ao óvulo. Portanto, todos os relatos, não deixam de representar as imagens de hierarquia entre o óvulo e o espermatozóide.

Por fim, Martin (2012), questiona se existe a possibilidade de uma visão menos estereotípica. Ela explica que o modelo cibernético que a própria biologia fornece modificaria as representações negativas do sistema reprodutor feminino, devido a sua demasiada produção, ou melhor, seu “desperdício” de óvulos para um sentido mais positivo. Ou seja, “O sistema reprodutivo feminino poderia ser visto como respondendo ao ambiente, [...], ajustando às mudanças mensais (menstruação) e se alterando flexivelmente de reprodutor após a puberdade a não reprodutor mais tarde na vida.” No entanto, esse modelo não traz representações neutras, pois no passado agiu como uma forma de imposição social, trazendo ideias sobre um campo de componentes

interativos. Assim, na medida em que o campo é percebido ele pode resultar em novos conhecimentos e novos modos de controle exercidos sobre os componentes do campo.

Martin (2012 p. 501) percebe que “Um claro desafio feminista é acordar metáforas adormecidas nas ciências, particularmente aquelas envolvidas em descrições do óvulo e do espermatozoide.” Acordar essas metáforas, faz com que o sujeito torne-se consciente sobre as projeções culturais do que se está estudando, bem como das suas implicações. Em decorrência disso, retira-se o poder de tratar práticas sociais sobre o gênero como naturalizadas.

Neste sentido vale lembrar Scott, ela mostra que a diferença sexual das práticas e dos fenômenos sociais foram construídos com base nos discursos que testemunham a favor e, portanto, legitimam-na. A autora não concorda com a tese que a divisão sexual do trabalho foi determinada por relações econômicas e pela industrialização ou que o patriarcado modifica-se em função das relações de produção. Mas compreende que o efeito da divisão sexual das práticas, a qual inferioriza a mulher física e mentalmente; que leva a mulher ao trabalho doméstico e o homem ao trabalho das fábricas e assalariado, é determinada por um discurso masculino.

Para falar em epistemologia feminista é necessário compreender que no cerne desta teoria existe uma pluralidade de perspectivas diferentes, que advém de um movimento social não consensual. Mesmo que exista em comum a luta por um saber que contemple as mulheres e a busca por melhorias nas condições de vida das mesmas. Por isso, a partir da década de 1970 fala-se em **feminismos**, ou seja, percebem-se as descontinuidades existentes de uma história que resultou em diferentes pontos de vista: feminismo da mulher branca, heterossexual, homossexual, negra, indígena, rica e pobre, portanto existe uma multiplicidade de interesses e lutas envolvidas no interior do feminismo.

Ainda neste sentido é importante ter certo cuidado com a “reafirmação do sujeito “mulher” e de todas as cargas constitutivas dessa identidade no imaginário social”. (RAGO, 1989, p. 7). Pois, a partir de embates pela emancipação, pela visibilidade feminina, por conquistas e expansão dos direitos da mulher, pelo fortalecimento de sua identidade, que emergem manifestações feministas, as quais vão constituir um campo do conhecimento. Mas esse campo teórico sofre algumas

transformações, como o descentramento do sujeito mulher, tendo em vista a incorporação das relações de gênero nos estudos feministas. Ele retira a preocupação de fortalecimento da identidade da mulher, portanto, na medida em que temos em um primeiro momento o conhecimento sobre mulheres, temos em um segundo a categoria relacional de gênero, o que faz emergir uma grande dificuldade em conceituar o campo da epistemologia feminista.

## 2. RESULTADOS ALCANÇADOS

A partir do levantamento realizado emergiram dezessete artigos, os quais estão apresentados no Quadro 01 a seguir.

### Quadro 1. Produções publicadas em periódicos brasileiros que relacionam seus objetos de estudo à Epistemologia Feminista.

Texto	Referência	Revista	Qualis Interdisciplinar
A1	Oliveira (2004)	Revista Sequência	B2
A2	Minella (2006)	Cadernos Pagu	A1
A3	Giffin (2006)	Estudos Feministas	A1
A4	Bandeira (2008)	Estudos Feministas	A1
A5	Oliveira (2008)	Estudos Feministas	A1
A6	Fernandez (2008)	Estudos Feministas	A1
A7	Matos (2008)	Estudos Feministas	A1
A8	Ubach (2008)	Pró-Posições	*
A9	Hamlin (2008)	Revista Brasileira de Ciências Sociais	**
A10	Silva et al. (2009)	GEO URRJ	B2
A12	Lessa (2012)	Artemis	B4
A11	Fonseca et al. (2012)	Texto Contexto Enfermagem	B2, e na versão impressa A2
A13	Alves (2013)	Revista Brasileira de Direito	***
A14	Escosteguy (2013)	Famecos	B1
A15	Moraes (2014)	Artemis	B4
A16	Souza (2015)	Estudos Feministas	A1
A17	Somogyi (2016)	Estudos Feministas	A1

Fonte: Os autores

\* Não está classificada na área Interdisciplinar, mas é A1 em Educação, A2 em Ensino e B2 em Antropologia/Arqueologia.

\*\*Não está classificada na área Interdisciplinar, mas é A1 em Antropologia/Arqueologia e também em Ciência Política e Relações Internacionais.

\*\*\*Não foi possível concluir a busca na Plataforma Sucupira, porém no site da Revista<sup>6</sup>, consta que a mesma é A1. Fonte: Os autores

Dos dezessete artigos encontrados, foi possível perceber que estes estão distribuídos em dez periódicos brasileiros. Dentre eles, sete na Revista Estudos Feministas (41,1%), dois na Revista Àrtemis (11,7%), e nos demais periódicos foram encontrados um artigo, sendo eles: Revista Brasileira de Ciências Sociais (5,9%); Cadernos Pagu (5,9%); Revista Brasileira de Direito (5,9%); Texto & Contexto Enfermagem (5,9%); Revista Pro-posições (5,9%); Revista Sequência (5,9%); GEO UERJ (5,9%); e Revista Famecos (5,9%).

Segundo dados consultados na Plataforma Sucupira<sup>7</sup>, na área Interdisciplinar, os periódicos são classificados no Qualis da seguinte forma: Revista Estudos Feministas, A1; Cadernos Pagu, A1; Texto & Contexto Enfermagem, B2 e na versão impressa A2; Revista Sequência, B2; Revista Àrtemis, B4; e Revista Famecos, B1. A Revista Brasileira de Ciências Sociais, não está classificada na área Interdisciplinar, mas é A1 em Antropologia/Arqueologia e também em Ciência Política e Relações Internacionais, o mesmo ocorre com a Revista Pro-posições, que é A1 em Educação, A2 em Ensino e B2 em Antropologia/Arqueologia. Sobre a Revista Brasileira de Direito, não foi possível concluir a busca na Plataforma Sucupira, porém no site da Revista<sup>8</sup>, consta que a mesma é A1. Foram encontrados artigos no período entre 2004 a 2016, vale destacar

6 Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito>>. Acesso em: 19 out. 2016.

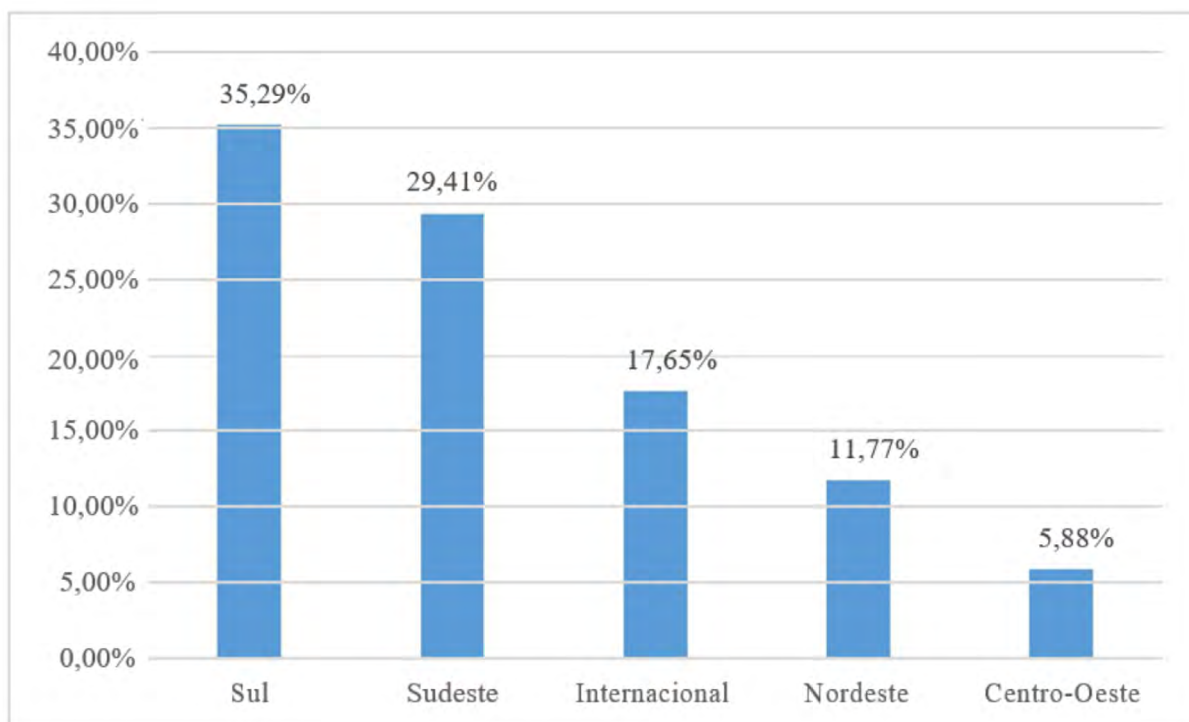
7 Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeraisPeriodicos.jsf>>. Acesso em: 19 out. 2016.

8 Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito>>. Acesso em: 19 out. 2016.

que em 2008 foi o ano que teve maior número (6) de publicações e em outros foram encontrados somente dois ou nenhum artigo.

Intentando identificar em quais áreas do país está centrada a discussão sobre Epistemologia Feminista, optamos por verificar qual a região das instituições a que estão vinculados os autores dos dezessete artigos encontrados.

**Gráfico 1.** Região das Instituições de Ensino que os pesquisadores dos dezessete artigos estão vinculados.



Fonte: Os autores

Dos dezessete artigos encontrados em periódicos brasileiros, quatorze são vinculados a Instituições de Ensino (IES) brasileiras e três a IES internacionais. Dos quatorze artigos brasileiros, apenas um está vinculado a IES da rede privada de Ensino, que é um artigo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Além desse, estão alocadas na região Sul outros cinco artigos, os quais estão vinculados às seguintes IES: Universidade Federal de Santa Catarina, dois artigos; e Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Estadual de Maringá e Universidade Federal do Paraná, um artigo. Nas demais regiões brasileiras, todas as IES são públicas, seja em nível federal ou estadual e são as seguintes, cada uma responsável por um artigo: na região Sudeste, Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca Fundação Oswaldo Cruz, Universidade Federal de São Paulo e Universidade Federal de Minas Gerais; na região Nordeste, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Estadual da Bahia; e região Centro-oeste, Universidade de Brasília.

Através do levantamento foram encontrados também três artigos publicados em periódicos brasileiros, mas que seus autores estão vinculados a IES de fora do Brasil.

Dessas, uma é da rede privada, a Universidade Academia de Humanismo Cristiano localizada em Santiago no Chile. As outras duas também são de ensino público, sendo elas: Universidad de Girona, alocada na Espanha e Universidade Sorbonne Nouvelle, na França.

A partir do exposto, é possível identificar que os artigos foram produzidos em sua grande maioria por pesquisadores vinculados a IES públicas.

Sobre o número de autores e coautores dos dezessete artigos, foi possível identificar a participação de vinte e sete pesquisadores, destes vinte e quatro são pesquisadoras, e apenas três pesquisadores, e vale ainda destacar que os três estão no mesmo artigo e todos como coautores. Ao todo, quatorze artigos tiveram apenas uma autora, um teve duas autoras (autora e coautora), um teve duas autoras e três autores (sendo a primeira autora pesquisadora), e um seis autoras (autora e coautoras). O que demonstra que as pesquisas foram desenvolvidas em sua grande maioria por mulheres.

Acerca das discussões realizadas nos dezessete artigos sobre Epistemologia Feminista, verificou-se com maior ênfase a temática “Gênero” e “Feminismo”. Em pelo menos um dos artigos foram tratados temas como Economia; Cidadania; Ontologia e Movimento Feminista; Uma perspectiva da teoria feminista: dialética e relacional; Hierarquia de gênero e papéis sexuais; Uma perspectiva da teoria feminista: tempo e feminilidade; Saúde; Psicologia feminista; Androcêntrismo e Ciência Jurídica; Saberes hegemônicos e Ciência Geográfica; Relações de Poder e Estado; Ruptura Epistemológica; Comunicação; Corpo e Fisiculturismo; Fotografia; Crítica Feminista e desigualdade.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente texto buscou identificar quanto e onde estão centralizadas as publicações sobre Epistemologia no Brasil. Ao longo da pesquisa foi possível encontrar dezessete artigos, dos quais as maiores concentrações estão no Qualis A1, o ano com maior número de publicações foi em 2008 e o periódico foi a Revista Estudos Feministas. Em relação as principais perspectivas discutidas pelos artigos, foram “Gênero” e “Feminismo”.

Podemos considerar que há poucas publicações (apenas dezessete) no campo acadêmico/científico sobre Epistemologia Feminista, tendo em vista as Bases de Dados pesquisadas. Dentre as publicações, a maior parte foram realizadas por mulheres.

Como este estudo é exploratório, ele pode servir para levantar novos questionamentos de pesquisa, segundo Trivinõs (1987). Portanto, em trabalhos futuros, pretendemos analisar de forma qualitativa o conteúdo dos artigos encontrados nos periódicos, bem como buscar debater uma problemática que se constituiu a partir deste estudo: Todos os estudos produzidos por mulheres que tratam da autonomia e a emancipação da mulher nos campos, podem ser considerados especificamente Epistemologia Feminista?

### **REFERÊNCIAS**

ALVES, M. C. F. O tempo e a Feminilidade sob o vasto manto do Arlequim: Breve reflexão sobre a Epistemologia Feminista da diferença a partir do pensamento de Julia Kristeva. In: *Revista Brasileira de Direito*, v.9, n.1, janeiro-junho 2013, pp. 98-115.



- BANDEIRA, L. (2008). A contribuição da crítica feminista à ciência. Em: *Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, Florianópolis, jan-abr, 2008, p. 207-228.
- CALVALLI, H. G.; LOPES, M. de F. (2012) A teoria do conhecimento e a epistemologia feminista. Minas Gerais. Acesso em: <<http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/trabalhos/Haudrey.pdf>>. Disponível em: 12/06/2016 às 19h.32.
- ESCOSTEGUY, A. C. SIFUENTES, L. (2013). Feminismo e Comunicação – questão científica e política. Entrevista com Aimée Vega Montiel. Em: *Famecos*, v. 20, n. 3. Porto Alegre, set-dez, 2013, p. 567-577.
- FERNANDEZ, B. P. M.(2008). A Epistemologia de Hugh Lacey em diálogo com a Economia Feminista: neutralidade, objetividade e pluralismo. In: *Estudos Feministas*, v.16, n.2, Florianópolis, maio-agosto 2008, pp. 359-385.
- FONSECA, R. M. G. S., SOUZA, K. V., ANDRADE, C. J. M., AMARAL, M. A., SOUZA, V., CAETANO, L. C. Formação de um Grupo de Pesquisa em Emfermagem na área da saúde da mulher e gênero. IN: *Texto Contexto Enferm*, v.21, n.4, São Paulo, abril 2012, pp. 990-998.
- GIFFIN, K. M. Produção do Conhecimento em um mundo “problemático”: contribuições de um feminismo dialético e relacional. In: *Estudos Feministas*, v.14, n.3, Florianópolis, setembro-dezembro 2006, pp.635-653.
- GIL, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- GRECO, J; SOSA, E. (2008). *Compêndio de Epistemologia*. São Paulo: Loyola, 733 p.
- HAMLIM, C. L. (2008) Ontologia e Gênero: Realismo crítico e o método das explicações contrastivas. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n.67, Minas Gerais, março 2008, pp. 71-82.
- LESSA, P. (2012). Corpos blindados: a desconstrução de gênero no fisiculturismo feminino. Em: *Revista Ártemis*, v.13. Jan-jul, 2012, p.210-221.
- LONGINO, H. E. (2008). Epistemologia Feminista. In: GRECO, J; SOSA, E. (Org.). *Compêndio de Epistemologia*. São Paulo: Loyola, 733 p.
- MATOS, Marlise. (2008). Teorias de gênero ou teorias e Gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para ciências. In: *Estudos Feministas*, v. 16, n.2, Florianópolis, maio/agosto 2008, p. 333-357.
- MINELLA, L. S. Papéis sexuais e hierarquias de gênero na História Social sobre infância no Brasil. In: *Cadernos pagu*, v.26, Santa Catarina, janeiro-junho 2006, pp. 289-327.
- MORAES, A. (2014). A vida das estatísticas e a vida das mulheres: sobre as possibilidades de produzir dados afetados e o caso da pesquisa do IPEA. Em: *Revista Ártemis*, v.17, n. 1. Jan-jun, 2014, p. 25-40.
- OLIVEIRA, E. M. (2008). O feminismo desconstruindo e reconstruindo o conhecimento. Em: *Estudos Feministas*, v. 16, n. 1. Florianópolis, jan-abr, 2008, p. 229-245.

OLIVEIRA, R. M. R. Para uma Crítica da Razão Androcêntrica: Gênero, Homoerotismo e Exclusão da Ciência Jurídica. In: *Revista sequencia*, Ano III, n.48, Porto Alegre, julho 2004, pp.41-72.

RAGO, Margareth. (1998). Epistemologia feminista, gênero e história. In: Joana M. PEDRO e Miriam P. GROSSI (orgs.), *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25-37.

SCOTT, J. (1990) GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL PARA A N Á L I S E HISTÓRICA. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5-22, jul./dez.

SILVA, J. M. et al. (2009). Algumas reflexões sobre a lógica eurocêntrica da ciência geográfica e sua subversão com a emergência de saberes não hegemônicos. Em: *Geo UERJ*, v.2, 19. Jan-jun, 2009, p.1-16.

SOUZA, M. C. (2015). Ao encontro das Queer Faces. Em: *Estudos Feministas*, v. 23, n. 1. Florianópolis, jan-abr, 2015, p-249-258.

SOMOGYI, M.V. (2016). Las bases epistémicas de la concepción feminista de la ciudadanía. In: *Estudos Feministas*, v.24, n.1, Florianópolis, Janeiro-abril 2016, pp. 31-43.

TRIVINÕS, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

UBACH, T. C. (2008). ¿Quién teme a la psicología feminista? Reflexiones sobre las construcciones discursivas de profesores, estudiantes y profesionales de psicología para que cuando el género entre en el aula, el feminismo no salga por la ventana. Em: *Pro-Posições*, v. 19, n. 2. Maio-ago, 2008.

## CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NAS SOCIEDADES MODERNAS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE GIDDENS E FRASER

Natalia Maria Ventura da Silva Alfaya<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar os entendimentos sobre os processos de formação de identidade nas sociedades modernas pela visão de dois autores, o britânico Anthony Giddens, especialmente em sua obra *Modernidade e Identidade*, e a americana Nancy Fraser, em seu trabalho intitulado *Repensando o Reconhecimento*, para verificar os pontos de proximidade e distanciamento entre eles. Num primeiro momento se apresenta, ainda que de forma breve, a evolução teórica do conceito de identidade. Após, os entendimentos e conceitos de ambos os autores sobre o processo de formação da identidade nas sociedades modernas. Finalmente, se faz uma análise dos pontos de congruência ou não entre ambos, sem ter qualquer pretensão de identificar qual dos entendimentos estaria mais ou menos correto.

**Palavras-chave:** Identidade; sociedades modernas; Anthony Giddens; Nancy Fraser.

### Abstract

This article aims to analyze the understandings of the identity formation processes in modern societies by the sight of two authors, Anthony Giddens, especially in his work *Modernity and Identity*, and Nancy Fraser, in her work named *Rethinking Recognition*, to check the points of proximity and distance between them. At a first moment is presented, albeit briefly, the theoretic understanding of the concept of identity. After, the understandings and concepts of both authors on the process of identity formation in modern societies. Finally, it's made an analysis of congruence or not points between them without any pretense of identifying with of the understandings is more or less correct.

**Key-words:** Identity; modern societies; Anthony Giddens; Nancy Fraser.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense – UFF. E-mail: naty.alfaya@gmail.com

## Introdução

As mudanças na vida dos indivíduos com a modernização, após o final do feudalismo europeu, especialmente após o começo do século XX, alteraram profundamente os mecanismos de formação de identidades individuais e as formas de relações sociais.

A ampliação de oportunidades, conhecimentos, tecnologia assim como o direcionamento da vida para o aumento da produção, acúmulo de capital e necessidades cada vez maiores de consumo, levaram os indivíduos a construir suas identidades de formas distintas e a ver os outros indivíduos também de novas maneiras. O aumento da competitividade e o enfraquecimento dos Estados nação a partir da aceleração da globalização também influenciaram nestes processos.

O objetivo do presente artigo é verificar as posições de Anthony Giddens, especialmente em sua obra *Modernidade e Identidade*, e de Nancy Fraser, focando prioritariamente em seu trabalho intitulado *Rethinking Recognition*, em tradução de Edna Velloso de Luna, a respeito do processo de formação das identidades individuais no contexto das sociedades modernas, tentando compreender em quais pontos estes autores se aproximam ou se afastam.

A metodologia eleita para a busca deste objetivo é uma revisão literária de alguns dos autores que representam pesquisas relevantes na temática da identidade, com seus distintos entendimentos, dando especial atenção aos dois textos base já referidos de Giddens e Fraser para compreender a visão destes dois autores sobre a temática.

Este trabalho começa por uma visão geral e breve da evolução do conceito de identidade ao longo da história, passando por alguns autores, entre os inúmeros que poderiam ser analisados, apenas para apresentar uma visão geral da ideia de identidade.

Após isso, são analisados mais detidamente os entendimentos sobre a questão da formação da identidade nas sociedades modernas nos dois autores objeto deste trabalho, quais sejam, Giddens e Fraser, nesta ordem.

Finalmente, a título de considerações finais, é feita uma comparação entre os entendimentos dos autores acima citados, destacando o que os aproxima e o que os afasta nesta seara.

### 1. Breve trajetória teórica do conceito de identidade

As discussões a respeito da ideia de identidade parecem ser tão antigas quanto a própria capacidade da espécie humana de pensar e se expressar. Questões como “quem somos?” tem povoado as pesquisas, filosofia, literatura e até imaginário de todos os povos ao longo da história.

Exemplo disso é termo uma das primeiros noções estruturadas de identidade já nas lições de Aristóteles, para quem “identidade” era compreendida como uma unidade de substância. Isso é, que as coisas são idênticas quando são apenas uma ou quando, embora sejam coisas separadas, possuam uma só matéria.

*“Costumamos falar de ‘mesmo’ com respeito ao número ou com respeito à espécie (...). Com respeito ao número, são um aquelas coisas cuja matéria é uma única (...). Com respeito à espécie, são o mesmo coisas que são muitas sendo contudo indiferenciáveis quanto à espécie, como por exemplo, homem e homem, cavalo e cavalo.” (ARISTÓTELES, apud TUGENDHAT e WOLF, 1996, p. 131)*

Passando para a filosofia clássica, podemos localizar algumas bases para a concepção moderna de identidade em autores como Lock, para quem o indivíduo era definido em termos de *sameness* (“mesmidade”) e continuidade de um ser racional e consciente (HALL, 1999, p. 27); ou Descartes, para quem a identidade era constituída da capacidade de raciocinar e pensar.

Nota-se que neste momento a identidade é vinculada intensamente com as ideias de racionalidade e consciência de si mesmo, sendo assim uma concepção fundamentalmente baseada em uma essencial estável, fixa, sempre coerente e que não se altera com o tempo ou sob influência de quaisquer fatores, sejam eles internos ou externos.

Essa visão foi alvo de intensas críticas nos âmbitos da sociologia e antropologia. Autores como Stuart Hall esclarecem:

*“(...) a sociologia (...) forneceu uma crítica do ‘individualismo racional’ do sujeito cartesiano. Localizou o indivíduo em processos de grupo e nas normas coletivas as quais, argumentava, subjaziam a qualquer contato entre sujeitos individuais. Em consequência, desenvolveu uma explicação alternativa do modo como os indivíduos são formados subjetivamente através de sua participação em relações mais amplas.”* (HALL, 1999, p. 31)

Sociólogos trabalharam no sentido de avançar no entendimento do conceito de identidade, mas, mesmo que tenham dado passos importantes neste sentido, algo do essencialismo ainda permaneceu.

Autores como Marx desenvolveram teorias que se mostraram inadequadas às novas condições históricas, ou porque esta questão sequer foi trabalhada, como no caso de Weber. (XAVIER, 2005, p. 15)

No caso de Marx, este autor desenvolve elementos capazes de delimitar o perfil de um sujeito histórico marxiano, dentro de um contexto específico, qual seja, a sociedade burguesa. A identidade deste sujeito histórico é gerada pelos interesses destas mesmas classes e a partir das relações estabelecidas na esfera do trabalho.

Entretanto, a teoria desenvolvida por Marx sofre com duas principais questões: primeiro, que as condições e previsões de Marx para o comportamento deste sujeito na história não se confirmam; em segundo lugar, novos aspectos, não previstos por este autor, passaram a direcionar o reconhecimento identitário, tais como gênero, etnia, consciência ambiental ou pacifismo.

Tratando de Weber, o conceito de identidade deste autor se inicia pela ideia de ação, e esta é subdividida em quatro tipos básicos, as racionais referentes a fins, as racionais referentes a valores, as tradicionais e as afetivas.

Passando muito rapidamente por estes conceitos, visto que desenvolvê-los não é o foco deste trabalho, é possível entendê-los nos seguintes termos: a ação racional referente a fins é aquela baseada numa análise racional entre os fins desejados, os meios disponíveis e as consequências que podem ser enxergadas; a ação racional referente a valores é aquela na qual o agente ignora as consequências previsíveis e decide seu curso de ação tendo em conta suas convicções; a ação tradicional é aquela guiada por costumes fortemente arraigados; e, finalmente a ação afetiva é aquela impulsionada pelos afetos ou estados emocionais do ator.

Embora Weber não tenha essa intenção, ele acaba por criar uma hierarquia entre os tipos de ação, na qual a racional referente a fins é colocada acima das demais. Por conta desta valoração, Weber dá grande importância ao papel da racionalidade no mundo moderno.

Dentro deste contexto, onde o ator racional e a lógica de custo-benefício têm papel central, sobra pouco espaço para o desenvolvimento de sentimentos de pertencimento e identidades coletivas.

Weber tenta trabalhar as identidades coletivas quando desenvolve a ideia de ação comunitária, definindo-a como aquela que é *“orientada pelo sentimento dos agentes que pertencem a um todo.”* (WEBER In: GERTH e MILLS. 1982, p. 215). Entretanto, este autor não aborda questões como de que forma este todo é formado, quais sentimentos são estes ou qual é a natureza do vínculo estabelecido entre os atores e o todo.

Por conta dessas questões não abordadas não é possível avançar muito no entendimento sobre o conceito de identidade a partir dos estudos weberianos.

Durkeim, especialmente em sua obra *A divisão do trabalho social*, trabalha questões que se envolvem com o desenvolvimento de um conceito de identidade, como a ideia de solidariedade.

*“Todo mundo sabe que gostamos de quem conosco se parece, de quem pensa e sente como nós. Mas o fenômeno contrário não é menos frequentemente encontrado. É muito frequente nos sentirmos atraídos por pessoas que não se parecem conosco, precisamente por não se parecerem conosco.”* (DURKHEIM, 1995, p. 20)

Por *“não parecer conosco”*, Durkheim não se refere a qualquer tipo de diferença, mas aquela que complementa as deficiências de um determinado indivíduo, não aquela que causa repulsa ou afastamento. Dentro desta ideia, o autor entende a divisão social do trabalho como esta diferença complementar que gera a solidariedade entre os indivíduos. Na medida que em, nas sociedades modernas e complexas, não é mais possível ao indivíduo viver isoladamente e produzir tudo que necessita para sua sobrevivência, é criado um elo entre as pessoas, que, dependendo umas das outras, passam a agir de forma solidária entre si.

Para o autor, esta ideia é tão evidente que sequer é necessário que seja investigada com mais profundidade, entretanto, alguns questionamentos surgem dela que ficam sem resposta. Como, por exemplo, se a divisão social do trabalho é condição impulsionadora da solidariedade entre os indivíduos, porque a intensificação desta divisão com o avanço da globalização e maior complexidade das sociedades modernas não se reflete num aumento igual da solidariedade entre as pessoas? O que se observa na realidade é o oposto, um aumento do individualismo e esgarçamento do tecido social, levando a uma sobreposição dos interesses individuais aos coletivos.

Avançando para estudos contemporâneos, as posições essencialistas e cognitivo-racionais são fortemente questionadas. Em oposição à estas, passam a ser destacadas as dimensões culturais, relacionais e intersubjetivas da identidade, que passam a ser vistas como construções, não como algo dado *a priori*.

Chantal Mouffe resume bem este mais recente entendimento:

*“Não só não há identidades ‘naturais’ ou ‘originais’ – devido a que toda identidade é o resultado de um processo de construção – mas esse processo em si deve ser considerado como um movimento permanente de mestiçagem. De fato, a identidade se constitui a partir de uma multiplicidade de interações e isto não ocorre dentro de um espaço cujos contornos poderiam ser delimitados.” (MOUFFE, 2000, p. 272)*

Outro autor que pode ser destacado neste entendimento de identidade é Charles Taylor, que tem como perspectiva que as identidades são construídas pelas relações entre indivíduos que acontecem tendo a linguagem como ferramenta.

*“Só sou um ‘self’ em relação a certos interlocutores: de um lado, em relação aos parceiros de conversação que foram essenciais para que eu alcançasse minha autodefinição; de outro, em relação aos que hoje são cruciais para a continuidade da minha apreensão de linguagens de autocompreensão...” (TAYLOR, 1997, P. 55)*

Dentro dos estudos e pesquisas contemporâneos, portanto, a identidade é uma construção feita em sua relação com outros indivíduos e, por ser algo construído, é um processo que não se esgota no tempo, sempre em modificação, ampliação, nunca terminado. Por esta razão a identidade não pode mais ser entendida, como o era na filosofia clássica, como algo coerente, finito e determinado.

## **2. Construção da identidade na sociedade moderna em Giddens**

O processo de construção da identidade dos indivíduos sofreu mudanças substanciais se tomado nos contextos das sociedades pré-modernas, ou tradicionais, e das sociedades modernas, ou pós-tradicionais.

A modernidade se configura nas grandes mudanças de paradigma da vida humana após o término do feudalismo europeu, mas que se tornaram ainda mais intensas e de impacto mundial a partir do século XX. (GIDDENS, 2002, p. 21)

Antes deste período, quando das sociedades chamadas tradicionais, a formação da identidade era grandemente baseada em características imutáveis e que já nasciam com o indivíduo. Herança, família, gênero, posição social, todos esses fatores estão além das possibilidades de modificação pelo indivíduo. Desta forma, dentro daquele meio, cada indivíduo nascia com uma posição social, uma profissão, um destino e uma identidade dos quais não podia fugir. A mobilidade social, profissão diferente da dos pais ou escolha de um destino distinto daquele que a sociedade esperava para o indivíduo eram eventos bastante raros.

A identidade, desta maneira, era, nas sociedades tradicionais, algo imposto ao indivíduo, de forma pronta e acabada. Era imutavelmente determinada pelas condições de nascimento. E isto era assim pela própria organização social.

A sociedade tradicional não era baseada em busca de lucro, em acúmulo de riquezas e tão pouco era estruturada em uma economia de mercado. Ela era fundada sobre a estrita relação entre lugares, obrigações e deveres, um servo não era pago, por exemplo, pelo trabalho executado nas terras de seu senhor, este trabalho, assim como a entrega de parte da produção, era apenas seu dever. O senhor, por sua vez, não acumulava riquezas pela riqueza em si, os nobres buscavam fama e glória através de feitos militares ou pela estrutura religiosa.

Com o advento da modernidade, especialmente com a intensificação da globalização no século XX, toda esta estrutura social que mantinha os indivíduos fixos a estas identidades prontas impostas à eles no nascimento é solapada.

O início da modernidade é marcado pela criação do Estado-nação. Elemento essencial para a modernidade, uma vez que é a forma primeira de enfrentamento das grandes e aceleradas mudanças em que o mundo se via inserido. Este enfrentamento é feito através de estruturas organizacionais, e o incremento da organização, tanto quantitativa quanto qualitativamente, se mostra a palavra de ordem da modernidade.

Estas novas formas de organização se ocupam de controlar as relações sociais e o fazem de forma reflexiva, isto porque ao mesmo tempo que controlam, também são controladas e atuam através de indivíduos.

Segundo Giddens, esta característica de dinamismo da modernidade pode ser entendida por três influências centrais, quais sejam, a separação de tempo e espaço, o desencaixe das instituições sociais, que se mostram de dois tipos, as fichas simbólicas e os sistemas especializados, e a reflexividade. (GIDDENS, 2002, p. 22-23)

Embora todas as culturas tradicionais tenham que ter encontrado uma forma de lidar com conceitos de espaço e de tempo, nas sociedades tradicionais o “quando” era ligado ao “lugar”. Ou seja, cada marcação de tempo era baseada em um local e só poderia ser aplicada à comunidade que a criou.

Cada pequeno grupo social tinha seu próprio calendário, sua forma de contar os ciclos do tempo. O tempo era determinado por fenômenos naturais, como o dia e a noite, as estações do ano, algumas vezes as posições de estrelas e outros corpos celestes.

Com a modernidade, e a criação do relógio mecânico pode ser visto como o marco inicial deste processo, as marcações de tempo se desvincilharam dos locais propriamente ditos e todas as sociedades pós-tradicionais passaram a verificar a passagem do tempo pelos mesmos métodos. A organização das zonas de fuso horário universalizou ainda mais a contagem do tempo, fazendo com que todos os indivíduos, não importando o quão distantes geograficamente, entendessem o tempo da mesma maneira.

O desencaixe das instituições sociais é o descolamento, o afastamento entre os acontecimentos em si e o local onde eles ocorreram. Isso quer dizer que o conhecimento a respeito de fatos não fica mais adstrito apenas aos locais onde estes fatos ocorreram.

Este desencaixe foi altamente impulsionado pelo incremento nas tecnologias de comunicação e transporte, que fizeram com que todos pudessem ser informados dos acontecimentos de todo o globo de forma cada vez mais rápida, e até em tempo real.

Como já dito, o desencaixe das instituições sociais se apresenta em duas formas básicas, as fichas simbólicas e os sistemas especializados.

As fichas simbólicas são unidades de valor padronizadas e representadas por objetos que podem ser trocados. O exemplo mais óbvio é o dinheiro. Embora não se possa negar que nas sociedades pré-modernas houve estruturas de comércio em alguma instância, esse comércio rudimentar não pode ser comparado com a grande organização de mercados e a abstração envolvida nas transações monetárias trazidas pela modernidade.



Os sistemas especializados, por sua vez, despreendem o conhecimento das pessoas individualmente envolvidas. Isso quer dizer que se passa a confiar em quem detêm, ou aparenta deter, o conhecimento, independentemente de quem é esse indivíduo. E isto acontece não apenas nas áreas de tecnologia, com engenheiros, cientistas, inventores, mas também em áreas sociais e da saúde, como o médico, o advogado, o terapeuta.

Os sistemas especializados se mantêm em virtude de um novo grau de confiança estabelecido entre os indivíduos, ao contrário das sociedades tradicionais, não é mais preciso ter uma relação longa e próxima com alguém para confiar nos conhecimentos desta pessoa. E esta confiança cria um elo social recíproco entre os indivíduos.

Esta reflexividade é a terceira característica marcante do período pós-tradicional destacada por Giddens.

Os novos conhecimentos, informações e acontecimentos impulsionados pela modernidade relativizaram as disposições e preconceitos preconcebidos, apresentando um espaço maior de liberdade para que os indivíduos fizessem suas escolhas.

A crença de que a ciência e o conhecimento substituiriam as crenças irracionais e guiariam a humanidade rumo ao progresso e às certezas, apresentada pelo Iluminismo, tem papel importante neste processo de reflexividade moderna.

Todo este movimento influencia, sem dúvidas, no processo de formação das identidades individuais nas sociedades pós-tradicionais.

Nas sociedades modernas, em razão das novas possibilidades de mobilidade social, novos conhecimentos e informações disponíveis, a identidade deixou de ser algo pronto e acabado que era forçado aos indivíduos de acordo com as condições de nascimento. A identidade passou a ser um processo, uma construção, algo que, embora grandemente influenciado pelas relações que o indivíduo desenvolve com outros na sociedade, é desenvolvido pelo próprio indivíduo na busca de determinar quem ele é, seus prazeres e dores, suas ambições, desejos, medos e vontades.

No contexto das sociedades pós-tradicionais a construção da identidade passa a ser, então, um projeto reflexivo. As novas possibilidades implicam em constantes situações de escolhas e decisões que geram ansiedades diferentes das experimentadas pelos indivíduos em sociedades pré-modernas.

Este ambiente criou espaço para que as relações sociais se tornassem mais amplas e complexas, além de gerar uma expectativa de que os indivíduos são quase sempre capazes de esclarecer racionalmente suas escolhas e atitudes.

Mas seria impossível ao ser humano viver sua vida se tivesse que apresentar justificações sempre e para cada ato ou decisão, por esta razão, existe o que é chamado por Giddens de “segurança ontológica”, que nada mais é que a habilidade de pôr as coisas entre parênteses e ter uma “atitude natural” no cotidiano. (GIDDENS, 2002, p. 40.)

Para que esta habilidade seja desenvolvida é necessária que haja a criação de vínculos de confiança entre os indivíduos, vínculos esses que são reforçados ou enfraquecidos por muitos fatores, entre eles as primeiras relações afetivas e emocionais entre uma criança e aqueles que cuidam dela.

Assim, Giddens se dedica a entender as identidades individuais nas sociedades modernas como construções que embora individuais, ou seja, processos realizados pelo próprio indivíduo, são influenciadas por fatores externos, como relações interpessoais, cultura, estrutura social, entre outras.

### **3. Identidade e reconhecimento em Fraser**

Nancy Fraser analisa a questão da identidade por um viés bastante distinto de Giddens. Enquanto o autor britânico se dedica a uma explicação histórica das modificações nos processos de construção da identidade comparando as sociedades tradicionais com as modernas, Fraser está mais interessada em estudar as consequências mais práticas das identidades existentes na atual sociedade moderna e multicultural.

Fraser se alia a uma visão mais hegeliana das sociedades modernas e globalizadas, onde mais que as identidades individuais isoladas, o que interessa é estudar como as identidades se relacionam dentro e fora de seus grupos. Como vários aspectos como raça, etnia, cor, nacionalidade, gênero, e muitos outros podem formar uma identidade individual, de um grupo e criar as noções de diferenciação e reconhecimento.

Para além da formação de autoidentidade de Giddens, a noção de reconhecimento se torna central, na medida em que as pessoas não buscam apenas o espaço para formarem suas identidades, mas sim que suas diferenças e características, ou seja, estas mesmas identidades, sejam reconhecidas pela sociedade. Nas palavras de Fraser “a justiça fundamental não é mais sinônimo de exploração, e sim de dominação cultural”. (FRASER, 2012, p. 01)

Num primeiro momento, nas décadas de 70 e 80, os movimentos que representavam grupos reunidos por identidades de gênero, raça, sexualidade, entre outros, buscava não apenas o reconhecimento social destas identidades desde sempre negadas, mas ainda uma redistribuição do poder e da riqueza. Isto porque tinham a emancipação dos indivíduos destes grupos como seu principal objetivo.

Entretanto, nas décadas que se seguiram, os objetivos dos movimentos sociais reunidos sob estas bandeiras se modificou, se dedicando mais a questões de aceitação social de identidades diferentes. Mais do que redistribuição o foco passou a ser a união da humanidade na apreciação e respeito às diferenças de cada identidade.

Mas não foi apenas o foco principal destes movimentos sociais que mudou, mas também sua dimensão. (FRASER, 2010, p. 114-115) Em sociedades cada vez mais globalizadas, onde o intenso fluxo de informações e pessoas as torna cada vez mais multiculturais, as questões de reconhecimento passaram de interesse de alguns poucos movimentos minoritários, para uma escala totalmente nova, abrangendo o conjunto da humanidade. O que amplia exponencialmente a complexidade destas relações.

Fraser separa essa complexidade em dois problemas principais, o problema de deslocamento e o problema da reificação.

Para a autora o deslocamento dos objetivos dos movimentos de reivindicação social para questões de reconhecimento e aceitação afasta e ofusca as discussões, anteriormente prioritárias, sobre a redistribuição da riqueza, dos recursos e do poder. E a não discussão destas questões, dentro de um cenário de capitalismo neoliberal e globalizado, se mostra preocupante e prejudicial. Este é o problema de deslocamento.

Já o problema da reificação se refere ao fato de o aumento de movimentação das pessoas e comunicações gerada pela globalização acelerada não estar criando sociedades multiculturais baseadas na tolerância e entendimento mútuo de diferenças, mas, ao contrário, estar criando intensas tendências de segregação, simplificação e estereotipação das identidades dos outros, levando à intolerância, discriminação e opressão.

Embora Fraser separe estas duas questões, o problema de deslocamento e o problema de reificação, ela reconhece, e até destaca, como ambos estão intimamente ligados, influenciando diretamente entre si. Assim, os movimentos que buscam reconhecimento, se bem manejados, podem incentivar uma redistribuição mais igualitária dos recursos, riquezas e poder. Também o contrário, sendo estas discussões a respeito de redistribuição mal encaminhadas, podem criar ainda maiores tendências a simplificar e categorizar o outro, enxergando o diferente como uma ameaça a ser combatida.

Não é possível, assim, enfrentar estas questões de forma isolada, afastando completamente uma discussão da outra como se elas não fossem os dois lados de uma mesma moeda. No entendimento desta autora, é por isso que se mostra tão necessário entender corretamente as relações de reconhecimento, a fim de criar um círculo virtuoso entre ambas as discussões.

Dentro deste contexto é que se desenvolve seu modelo de identidade. Este modelo parte da ideia hegeliana de que a identidade é baseada num diálogo entre o indivíduo e os outros ao seu redor, na medida em que ele só pode se reconhecer como um indivíduo quando se enxerga como igual e ao mesmo tempo separado do outro. E quando este outro o reconhece da mesma forma. Assim, nesta leitura, não ser reconhecido pelo outro causa danos tanto do sujeito em relação ao outro como dele consigo mesmo.

Transferindo essa mesma lógica para o âmbito cultural e político, entende-se que pertencer a um grupo identitário desvalorizado pela cultura dominante de uma sociedade gera uma distorção de identidade do sujeito consigo mesmo. Isto porque o reforço constante da posição inferior frente a uma cultura dominante faz com que os indivíduos do grupo desvalorizado internalizem este sentimento de inferiorização e, assim, não tenham a possibilidade de desenvolver e desfrutar de sua identidade cultural de maneira saudável.

A resposta a isto seria que os membros do grupo identitário desvalorizado ignorassem a cultura dominante e se unissem para estruturar, incentivar e afirmar sua própria cultura assegurando socialmente. Isto levaria ao ganho de respeito e reconhecimento desta identidade pela sociedade.

Embora Fraser reconheça qualidades nesta abordagem, a autora destaca este movimento de concentração e autoafirmação cultural poderia piorar o problema da reificação, na medida em que separa e isola os grupos culturais e as identidades presentes na sociedade. Além disso, ainda contribui para que os problemas do deslocamento e da reificação sejam vistos como se fossem independentes entre si e pudessem ser trabalhados em separado. (FRASER, 2010, p. 117-118)

Em razão das fragilidades do modelo da identidade, Fraser apresenta uma abordagem própria, na qual trata o reconhecimento como uma questão de *status* social. Por esta abordagem o que é ou não reconhecido não é exatamente a identidade de determinado

indivíduo ou grupo, mas sim o *status* dos indivíduos de determinado grupo identitário como membros iguais dentro da sociedade, com espaço e possibilidade de participarem da vida social plenamente.

Assim, quando os indivíduos são vistos pelo corpo social como igualmente membros, independente de suas identidades, então é possível dizer que existe reciprocidade e reconhecimento entre os distintos grupos identitários dentro daquela sociedade. Ao contrário, quando membros de um determinado grupo identitário são vistos pelo corpo social como inferiores, menores ou mesmo quando são invisibilizados, não contando assim com espaços e oportunidades iguais para participar da vida social, neste caso se verifica o não-reconhecimento e a subordinação.

Dentro do modelo de *status* estruturado por Fraser “o não-reconhecimento não é nem uma deformação psíquica, nem um dano cultural independente, mas uma relação institucionalizada de subordinação social.” (FRASER, 2010, p. 121.)

O não-reconhecimento aqui não é algo no âmbito do discurso, mas sim práticas institucionalizadas de segregação e dominação social de alguns grupos frente a outros. Neste contexto são as próprias instituições sociais, legais, governamentais que criam, reforçam e garantem estas subordinações, impedindo a igualdade entre os membros da sociedade.

Em algumas situações a subordinação pode estar firmada na legislação, como a não paridade de casamento entre casais heterossexuais e homossexuais, ou pode ser gerada por políticas governamentais ou práticas profissionais, como os chamados perfis raciais da criminalidade, ou ainda em costumes de longa data, em tradições. Em todos os casos a injustiça é a mesma na medida em que padrões institucionalizados fazem com que alguns membros sejam tratados como menos do que membros integrais da sociedade, como menos iguais.

### **Conclusão**

A questão de como as identidades são formadas nas sociedades pós-tradicionais, e como estas identidades se relacionam entre si é uma temática que recebe muita atenção de diversos estudiosos de diferentes formações, no entanto, permanecem muitas questões ainda polêmicas ou conflituosas.

Cada autor, ou grupo de autores, enxerga as questões sobre identidade por um viés específico, fazendo com que algumas posições se tornem opostas, ou ao menos, divergentes. Este é o caso dos autores aos quais este trabalho se dedicou, Anthony Giddens e Nancy Fraser.

Giddens analisa a formação de identidades por uma perspectiva histórica e individualista, usando, inclusive, a expressão auto-identidade. Este autor compara as identidades estagmentadas das sociedades tradicionais, onde cada membro já nascia com seu papel social determinado, com um destino quase inescapável, com o complexo processo de formação de identidades nas sociedades modernas, que envolvem fatores diversos como relações de confiança e familiares, relações como meio ao redor, com as experiências de vida e até a personalidade própria. Embora todas estas relações sejam importantes para o processo, Giddens enxerga a identidade como sendo individual, formada e mantida pelo processo que tem como agente central o próprio indivíduo.

Fraser possui uma leitura diferente deste fenômeno. A autora analisa as identidades nas sociedades modernas através de suas relações umas com as outras, ou seja, não considera, como Giddens, que o processo de formação de identidades acontece centrado no indivíduo, mas sim que as identidades são formadas umas em relação com as outras, numa forma de escalas de reconhecimento, onde as considerações, positivas e negativas, das características de determinado grupo identitário conferem maior ou menor reconhecimento como membros iguais na sociedade aos indivíduos que pertencem a ele.

Isso quer dizer que, para Fraser, as sociedades modernas hierarquizam os grupos identitários, considerando que os indivíduos pertencentes a um determinado grupo são mais merecedores de consideração, respeito e reconhecimento como membros valiosos da sociedade que outros. Essa hierarquização é feita por padrões culturais e históricos de cada sociedade gerando grupos privilegiados, aquelas cujas identidades são melhor vistas, e grupos oprimidos, cujas identidades são consideradas menos relevantes.

## BIBLIOGRAFIA

BERLATTO, Odair. **A construção da identidade social**. Revista do Curso de Direito da FSG, Caxias do Sul, ano 03, n. 05, p. 141-151, jan-jun de 2009.

DURKHEIM, Emile. **A divisão social do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FRASER, Nancy. **Igualdade, identidade e justiça social**. Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1199> . 2012. Acessado em 17/08/2016.

FRASER, Nancy. **Repensando o reconhecimento**. Revista Enfoques: revista semestral eletrônica dos alunos do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.114-128, agosto 2010. Disponível em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br>. Acessado em 17/08/2016.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MOUFFE, Chantal. **Por uma política da identidade nômade**. Debate Feminista, número especial, 2000.

NASCIMENTO, Janaína Xavier do. **Para uma teoria da identidade na modernidade: Mudanças e permanências à luz do reconhecimento e do feminismo**. Florianópolis: UFSC. 2005. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self: a construção da identidade moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

TUGENDHAT, Ernst; WOLF, Ursula. **Propedêutica lógico-semântica**. Petrópolis; RJ: Vozes, 1996.

WEBER, Max. **Classe, Estamento e Partido**. In: GERTH, H. MILLS, W. (Org.). Max Weber: Ensaio de Sociologia . Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

## GT: 3 - O Futuro da sexualidade a partir do Direito

Coordenadores: Eder Fernandes Monica e  
Carla Appolinário de Castro

## TRABALHO FEMININO E EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA: QUAIS AS CONTRADIÇÕES NAS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E DE CLASSE?

**CORRÊA, Patrícia Santiago de Medeiros**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) Universidade Federal Fluminense (UFF)  
pat\_uff@hotmail.com

**ROYER, Nathalya**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) Universidade Federal Fluminense (UFF)  
nah\_royer@hotmail.com

### RESUMO

O reconhecimento do direito à educação infantil pública e gratuita, primeira etapa da Educação Básica, consistiu em uma conquista histórica para as mulheres e suas famílias. A partir da Constituição de 1988 e posteriormente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), o tema deixou de ser tratado como uma política de assistencialismo focada nos setores mais pauperizados da classe trabalhadora para ser visto como um direito fundamental de caráter público, gratuito e universal, logo exigível por todos. Neste sentido, o trabalho em questão teve o intuito de tentar compreender se as creches são políticas públicas que acentuam ou atenuam a divisão sexual do trabalho. Para tal, buscou-se analisar, através de uma perspectiva histórica, como foi o reconhecimento do direito à educação infantil pública, qual a sua importância na vida das famílias brasileiras e em especial das mulheres.

**Palavras-chave:** Educação infantil pública, divisão sexual do trabalho, trabalho feminino.

### ABSTRACT

The recognition of the right to free public and early childhood education, the first stage of Basic Education, consisted of a historical achievement for women and their families. From the 1988 Constitution and later on by the Statute of the Child and the Adolescent (1990) and the Law of Directives and Bases of Education (1996), the issue ceased to be treated as a welfare policy focused on the most impoverished sectors of the working class to be seen as a fundamental right of public character, free and universal, soon demandable by all. In this sense, the work in question had the intention of trying to understand if day care centers are public policies that accentuate or attenuate the sexual division of labor. In order to do so, we sought to analyze, through a historical perspective, how the recognition of the right to public early childhood education was and how important it was in the lives of Brazilian families, especially women.

**Keywords:** Child education, sexual division of labor, women's work.



## INTRODUÇÃO

O reconhecimento do direito à educação infantil pública e gratuita, primeira etapa da Educação Básica, consistiu em uma conquista histórica para as mulheres e suas famílias. A partir da Constituição de 1988 e posteriormente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), o tema deixou de ser tratado como uma política de assistencialismo focada nos setores mais pauperizados da classe trabalhadora para ser visto como um direito fundamental de caráter público, gratuito e universal, logo exigível por todos.

Nesse sentido, o trabalho em questão teve o intuito de tentar compreender se as creches são políticas públicas que acentuam ou atenuam a divisão sexual do trabalho? Para tal, buscou-se analisar em uma perspectiva histórica como foi o reconhecimento do direito à educação infantil pública, qual a sua importância na vida das famílias brasileiras, em especial das mulheres.

### 1. BREVE HISTÓRICO DO SURGIMENTO DAS CRECHES NO BRASIL

Estudos sobre a maternidade no período da escravidão revelam que a atividade maternal possuía pouca relevância social. As escravas possuíam em média apenas três dias de descanso após o parto, em seguida, eram obrigadas a retornar ao trabalho forçado. A criança escrava era imediatamente incorporada à rotina de exploração imposta pelo modelo de produção escravocrata, sendo carregada, recém nascida, às costas da mãe durante o trabalho.

Percebe-se assim que havia uma desvalorização do papel da mulher-mãe, em especial sendo ela negra. As escravas eram as que mais sofriam, tendo em vista a sua própria condição de “coisa”. Em regra, as crianças da época pouco valor simbolizavam, tanto por conta dos altos índices de mortalidade infantil, tanto pela não definição exata do que seria a infância. As crianças eram vistas como pequenos adultos que só precisavam sobreviver para serem integradas no sistema produtivo.

Na primeira infância, até os seis anos, a criança branca era geralmente entregue à ama-de-leite. O pequeno escravo sobrevivía com grande dificuldade, precisando para isso adaptar-se ao ritmo de trabalho materno. Após esse período, brancos e negros começavam a participar das atividades de seus respectivos grupos. Os primeiros, dedicando-se ao aprimoramento das funções intelectuais, e os segundos iniciando-se no mundo do trabalho ou no aprendizado dos ofícios. (CIVILETTI, 1988, p.65)<sup>1</sup>

As mulheres escravas trabalhavam tanto quanto os escravos homens, mas, além disso, sofriam constantemente abusos sexuais e estupro pelos seus senhores. Os filhos recém nascidos fossem ou não fruto dessa relação de violência eram constantemente afastados de suas mães. As escravas que eram usadas ou alugadas como amas de leite dos filhos dos senhores eram separadas de seus próprios filhos. Esses recém nascidos escravos eram deixados na Roda dos Expostos.<sup>2</sup>

CIVILETTI (1988) aponta que em um período pós-escravidão, a Casa dos Expostos teria se transformado na precursora da creche no Brasil. De acordo com a autora, a Lei do Ventre Livre fez diminuir o número de crianças deixadas na Roda e com a

1 CIVILETTI, Maria Vittoria Pardal. A Creche e o Surgimento da Nova Maternidade, 1988. Dissertação. Centro de Pós- Graduação em Psicologia, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1988, p.65.

2. A Roda dos Expostos era um mecanismo presente nas Casas de Misericórdia pelo qual uma criança era depositada em um cilindro giratório que a entregava do lado oposto, sem que as identidades de quem a deixou e quem acolheu a criança fossem reveladas.

abolição da escravatura essa prática teria entrado em declínio. Por volta do ano de 1880 começou a surgir no Brasil o discurso sobre creche para as crianças pobres. A partir disso, a Casa dos Expostos teria sido usada como local de guarda das crianças enquanto suas mães trabalhavam<sup>3</sup>.

Inicialmente, as creches foram sendo implantadas sob uma perspectiva assistencialista como forma de vigilância e guarda dos filhos das mulheres pobres da classe trabalhadora. As indústrias, a partir de 1920, passaram a reservar espaços físicos em seus estabelecimentos destinados aos cuidados dos filhos de suas operárias. Importante perceber, que não se pode conceber as creches daquela época aos olhares atuais. O objetivo central a ser alcançado com essas creches era a criação de um espaço que permitisse ao capital a exploração da mão de obra feminina, sem prejuízo de sua prole.

Em 1943, estabeleceu-se, através do Decreto - lei 5.452, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho, a obrigatoriedade das empresas com mais de 30 mulheres a promoverem o atendimento em creche para os filhos de suas funcionárias.

Até a década de 1950 a creche era restrita a função de guarda, na medida em que o trabalho feminino era visto como exceção, pois predominava a idéia de que caberia à mulher garantir a organização da casa e a criação dos filhos. (PICANÇO, 1996, p.35)<sup>4</sup>

Essas creches por local de trabalho e/ou instituídas pela filantropia, funcionavam como verdadeiros depósitos de crianças, com pouquíssimos recursos pedagógicos e uma concepção médico-higienista. Sobre o assunto CIVILETTI (1988) aponta que entre o período de 1942 a 1946 o departamento Nacional da Criança realizou um inquérito em 29 creches em todo o país

[...] percebe-se a inexistência de elementos psicopedagógicos no atendimento. Em 55% das creches não se separavam as crianças segundo sua faixa etária. Embora 50% das creches acusassem a existência de jardim de infância, apenas 10% possuíam materiais pedagógicos disponíveis. Prevalece portanto a creche de depósito e suas preocupações médico-higiênistas. 86% das creches contam com algum tipo de acompanhamento médico e 72,4% dão banho nas crianças imediatamente após a chegada ... 79,3% das creches são de particulares ou de congregações religiosas e contam com escassa subvenção pública [...] 10,3% são da LBA, e outros 10,3 são de fábricas. (CIVILETTI, 1988, pág. 100)

A inexistência de creches públicas neste período revela a não percepção desse espaço enquanto direito. É importante salientar que todas as Constituições anteriores a de 1988 silenciaram em relação à educação infantil.

Isto porque, prevaleciam também as concepções muito conservadoras sobre a maternidade. A boa mãe era aquela que se dedicava integralmente aos filhos, sem precisar trabalhar. O bom pai era aquele que obtinha recursos financeiros suficientes para sustentar sozinho, sua esposa e seus filhos. Sob essa lógica, reservasse à mulher o espaço privado da casa e do lar, enquanto os homens saíam às ruas à procura de trabalho e autonomia financeira. Obviamente, os setores mais pauperizados da classe trabalhadora não se enquadravam nesse modelo de família.

3 Ibid., p.67

4 PICANÇO, Mônica Bezerra de Menezes. A Creche na Rede Pública Municipal de Niterói (1978-1996), 1996. Dissertação. Curso de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1996, p.35.

Por volta de 1970, o Brasil vivenciava um período de profunda repressão ocasionado pelo Golpe Civil e Militar de 1964. A destituição de sindicatos, partidos políticos e outras organizações fortaleceu o movimento ligado ao local de moradia. As mulheres em geral pertencentes a organizações de bairros passaram a fundar creches para atender as demandas locais. Determinados espaços dentro dos bairros e comunidades, muitos deles ligados a Igreja Católica, foram destinados ao atendimento de crianças de mães que trabalhavam fora de casa. As despesas com o funcionamento das creches eram rateadas entre as famílias. Surgiam assim, através de mutirões, sob a concepção do voluntariado, as primeiras creches comunitárias.

De acordo com ROSEMBERG<sup>5</sup> (1989) formou-se assim um frente de luta por creches organizada tanto pelas feministas quanto por mulheres não necessariamente feministas. Essas últimas eram mulheres que foram à luta apenas pela necessidade de não terem onde deixar os filhos para trabalhar, não aprofundando essa discussão para um caminho de debate em torno do direito à educação pública e a necessidade de desconstrução dos papéis sociais ligados ao sexo. Discorre a autora sobre o movimento por creches em São Paulo em 1970:

De início são movimentos isolados. Mais tarde é organizado na cidade um movimento unitário: O Movimento de Luta por Creches. Esse movimento conseguiu integrar feministas de diversas tendências, grupos de mulheres associadas ou não à Igreja Católica, aos diversos partidos políticos (legais e clandestinos) e grupos independentes. E mais: conseguiu integrar grupos dispersos de moradores, que reivindicaram creche isoladamente em seus bairros. (ROSEMBERG, 1989, p.45)<sup>6</sup>

Como desfecho dessa luta, anos depois, com a abertura política e o fim da ditadura militar, a Assembléia Constituinte votou a inclusão do direito à creche no texto da Constituição de 1988. Reconhecida à categoria de direito fundamental, a educação passou a integrar o grupo de direitos que asseguram a sobrevivência e a formação digna do ser humano e, por esse motivo, direitos universais. Desta forma, foi incluído, pela primeira vez na história das Constituições brasileiras o direito à creche pública e pré-escola para todas as crianças.

Art. 208- O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: ...  
IV- atendimento em creche e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade (BRASIL, Constituição, 1988, cap. III, art. 208, inciso IV)<sup>7</sup>

Destaca-se que a emenda constitucional nº 53, de 2006 alterou a letra desse artigo, dando-lhe a seguinte redação: “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: ..... IV. educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças **até 5 (cinco) anos de idade**”. (Grifo Nosso)

A introdução desse dispositivo constitucional significou a concretização de uma conquista democrática e social, como consequência da luta promovida pelos movimentos sociais, gerando novos desdobramentos para as políticas públicas. A creche finalmente havia sido reconhecida enquanto direito e mais do que isso, reconheceu-se a creche como uma instituição de caráter educativo voltada para as crianças, isto é, formalmente foi excluído o caráter assistencialista das políticas de creche.

5 ROSEMBERG, Fúlvia. (Org.). Creche – Coleção Temas em Destaque. 1ª edição. São Paulo: Cortez, 1989.

6 Ibid., p.45.

7 BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Senado, 1988, cap. III, art. 208, inciso IV

Posteriormente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) regulamentou a doutrina da proteção integral, retirando crianças e adolescentes da condição de mero objeto de medidas judiciais, conferindo-lhes a posição de sujeitos de direitos. Nesse sentido, crianças entre 0 e 5 anos passaram a titularizar o direito à creche também previsto no referido Estatuto.

## **2. CRECHES: UMA QUESTÃO DE GÊNERO E CLASSE?**

Passados vinte e sete anos desde o reconhecimento da creche e pré-escola como direito fundamental, a realidade brasileira demonstra que apesar da previsão constitucional, o Poder Público pouco se empenhou em concretizar esse direito. De acordo com os dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, cerca de 76,5% das crianças entre 0 e 3 anos não estão matriculadas em creches. Em relação às crianças na faixa etária entre 4 e 5 anos esse número cai para 19,9%.<sup>8</sup>

Diante dessas estatísticas alarmantes, pode-se dizer que o direito à educação infantil é extremamente desrespeitado pelo Poder Público. Neste contexto, crianças e suas famílias são afetadas diretamente pelos poucos investimentos que resultam na falta de creches e vagas, pois, se torna notável o processo institucional de desvalorização da educação infantil e o não reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento das crianças, ambos os aspectos negligenciados pelo Estado.

No entanto, pode-se questionar se defender o direito à creche como uma política pública voltada não só para as crianças, mas também para as mulheres não significaria um retrocesso ao assistencialismo materno-infantil pregado no início do século XX. Nesse sentido, a necessidade de creches na atualidade se inscreve em uma lógica prioritariamente de desconstrução dos papéis sociais ligados ao sexo e não mais uma questão assistencial. Embora, seja importante frisar que, as mulheres pobres continuam necessitando das creches muitas vezes por uma questão de sobrevivência.

Estudos do IBGE apontam que a ausência de creches impacta diretamente as relações de trabalho e exploração da mulher. De acordo com levantamento de dados divulgado em 2014 pelo IBGE, o nível de ocupação das mulheres de 16 anos ou mais de idade com filhos de 0 a 3 anos que frequentam creche (65,4%) é bem superior ao daquelas cujos filhos não frequentam (41,2%) ou apenas algum filho frequenta creche (40,3%)<sup>9</sup>. A creche aparece assim, como um fator fundamental para que a mulher consiga obter um trabalho.

Sem creche, as mulheres tornam-se vulneráveis, perdem sua autonomia, mobilidade e acabam dependendo social e economicamente de terceiros. A vivência de uma maternidade em tempo integral reitera a abnegação da mulher ao filho. Além disso, desamparadas pelo Estado, essas mulheres passam a ser extremamente exploradas nas suas relações de trabalho e muitas vezes se sujeitam ao trabalho informal como forma de garantir uma renda mínima que seja possível conciliando a jornada de trabalho à convivência com o filho.

Neste aspecto, a justificativa para a ampliação das creches parece se transformar em um dilema diante do cenário de pobreza e complexidade vivido pela maioria das mulheres no Brasil. Os dados do IBGE revelam que a creche é um elemento importante

<sup>8</sup> Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

<sup>9</sup> FONTE: IBGE, Estatísticas de Gênero. Uma análise dos resultados do censo demográfico de 2010.

na obtenção de um trabalho menos precarizado para a mulher. Por outro lado, pode-se justificar a luta das mulheres por mais creches públicas como um instrumento de superação dos padrões de dominação homem/mulher bem como exploradores/explorados.

Nesse sentido, quebrar os padrões estabelecidos pelas relações sociais de sexo significa, em um primeiro momento, reconhecer que historicamente as mulheres são vistas como as responsáveis pelos cuidados e educação das crianças. A concepção de maternidade abnegada e dedicada é vista como algo natural, inerente à mulher. A mulher seria assim dotada de um instinto maternal desde o seu nascimento. O instinto maternal é percebido como um dom e parte das características biológicas e fisiológicas da mulher. Assim, quando se trata do cuidado, da educação e das responsabilidades com os filhos, a maternidade e a paternidade não tem o mesmo peso, pois, a suposta aptidão para tal está vinculada a mulher-mãe, como uma obrigação inerente a ela<sup>10</sup>.

A construção social da maternidade é parte integrante das desigualdades de gênero. De acordo com SCOTT (1990)<sup>11</sup> a palavra gênero indica uma rejeição ao determinismo biológico, implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”<sup>12</sup>. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas. O gênero se torna uma maneira de indicar as construções sociais - a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis sociais destinados aos homens e às mulheres. Nesse mesmo sentido, BOURDIEU (2009) aponta:

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como uma justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. (BOURDIEU, 2009, p.20)<sup>13</sup>

10 “Na Sociologia e Antropologia dos sexos, masculinidade e feminilidade designam as características e qualidades atribuídas social e culturalmente aos homens e às mulheres. Masculinidade e feminilidade existem e se definem em sua relação e por meio dela. São relações sociais de sexo, marcadas pela dominação masculina, que determinam o que é considerado “normal” - e em geral interpretado como “natural” - para mulheres e homens. A virilidade se reveste de um duplo sentido: 1) os atributos sociais associados aos homens e ao masculino: a força, a coragem, a capacidade de combater, o “direito” à violência e aos privilégios associados à dominação daquelas e daqueles que não são - e não podem ser - viris; mulheres e crianças; 2) a forma erétil e penetrante da sexualidade masculina. A virilidade, nas duas acepções do termo, é aprendida e imposta aos meninos pelo grupo dos homens durante sua socialização, para que eles se distingam hierarquicamente das mulheres. A virilidade é a expressão coletiva e individualizada da dominação masculina”. MOLINIER, Pascale; LANG, Daniel Welzer. Feminilidade, masculinidade, virilidade. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (orgs.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 101-102.

11 SOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

12 “De modo geral, opomos o sexo, que é biológico, ao gênero (gender, em inglês), que é social. Na Biologia, diferenciação é a aquisição de propriedades funcionais diferentes por células semelhantes. A diferença é o resultado de uma diferenciação. O estudo das sociedades dos animais, incluindo a dos nossos primatas, revela uma grande variedade (indo do maior contraste até a quase similitude) de “diferenças” - a assimetria entre fêmeas e machos - características sexuais secundárias e comportamentos que asseguram a reprodução, a criação dos filhos e a obtenção de alimento [...] As sociedades humanas, com uma notável monotonia, sobrevalorizam a diferenciação biológica, atribuindo aos dois sexos funções diferentes (divididas, separadas e geralmente hierarquizadas) no corpo social como um todo. Elas aplicam uma “gramática”: um gênero (um tipo) “feminino” é culturalmente imposto à fêmea para que se torne uma mulher social, e um gênero “masculino” ao macho, para que se torne um macho social. O gênero se manifesta materialmente em duas áreas fundamentais: 1) na divisão sociossexual do trabalho e dos meios de produção; 2) na organização social do trabalho de procriação, em que as capacidades reprodutivas das mulheres são transformadas e mais frequentemente exacerbadas por diversas intervenções sociais (Tabet, 1985/1998). Outros aspectos do gênero - diferenciação da vestimenta, dos comportamentos e atitudes físicas e psicológicas, desigualdade de acesso aos recursos materiais (Tabet, 1979/1998) e mentais (Mathieu, 1985b/1991a) etc. - são marcas ou consequências dessa diferenciação social elementar”. MATHIEU, Nicole Claude. Sexo e gênero. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (orgs.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 222-223.

13 BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2009, p.20.

Desta forma, na construção das relações sociais de sexo foi destinado às mulheres o cuidado e a educação com os filhos. Sendo assim, na divisão sexual do trabalho<sup>14</sup>, a maternidade cumpre também um papel de atenuar as conseqüências e efeitos da não efetivação do direito à educação infantil. O Estado pode então negligenciar esse direito, na medida em que as mulheres são responsabilizadas pela educação das crianças, preservando assim, a reprodução e manutenção da espécie. Os papéis de gênero aparecem como uma determinante socialmente imposta não só pela família e pela relação de dominação homem-mulher, mas pelo próprio Estado.

No entanto, é possível ainda notar que existe uma cobrança maior em relação ao enquadramento das mulheres em uma maternidade abnegada, quando se observa de forma consubstanciada a questão de gênero e classe. As mulheres trabalhadoras, mais pauperizadas, por não disporem de recursos para pagar por uma creche particular são mais expostas e cobradas em relação aos cuidados com os filhos. Sofrem assim, com maior intensidade o peso das desigualdades de gênero, por ser uma opressão combinada com o fator exploração. O oprimido tem seu campo de opções reduzido, sendo objeto de um processo de dominação-exploração (SAFFIOTI, 1994, p.277)<sup>15</sup>

Nesse sentido, é importante se fazer uma diferenciação entre uma política de gênero e uma política voltada para as mulheres. De acordo com FARAH (2004) políticas de gênero são políticas públicas que têm como objetivo contribuir para a erradicação da desigualdade entre as mulheres e os homens. Já as políticas públicas que tenham como alvo as mulheres, se voltam mais para a sobrevivência de mulheres pobres e dos seus filhos, não conduzindo a mulher a uma superação dos padrões de dominação.

Há programas que, embora focalizem as mulheres ou a elas dirijam módulos específicos, acabam por reiterar desigualdades de gênero, reafirmando uma posição tutelada e subordinada da mulher tanto no espaço público como no privado. (FARAH, 2004, p.65)<sup>16</sup>

O direito à creche pode ser sustentado como uma política de gênero na medida em que contribui para que as mulheres rompam com a ordem de dominação masculina imposta socialmente e que vincula a prática da maternidade ao desenvolvimento da criança. A creche cria a oportunidade das mulheres saírem da esfera privada do lar e desconstruam a idéia de “instinto maternal”. A efetivação da política de creche significa a responsabilização do Estado pela educação das crianças.

Dentre os diferentes elementos apresentados, a creche deve ser compreendida através de um olhar que vislumbra não somente a questão de gênero, mas também de classe.

---

14 A divisão sexual do trabalho, categoria utilizada para indicar a determinação e a execução de tarefas destinadas a homens ou a mulheres, contribui para a manutenção das desigualdades no campo doméstico e profissional, gerando assim “uma diferenciação de funções, com distribuição assimétrica do controle, da hierarquia, da qualificação, da carreira e do salário” nas relações de trabalho (CRUZ, 2008). O alicerce da divisão sexual do trabalho pauta-se em dois princípios organizadores: “o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher)”. Tais princípios são concebidos como válidos para todas as sociedades, no tempo e no espaço. Estão sujeitos a um processo específico de legitimação a ideologia naturalista, que diminui o gênero ao sexo biológico e limitam as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA; KERGOAT; 2007: 595 ss). Embora ambos princípios estejam presentes em todas as sociedades e sejam legitimados pela naturalização, não significa que a divisão sexual do trabalho seja algo imutável. Longe disso, a divisão sexual do trabalho tem uma capacidade de se modelar, já que suas modalidades variam no tempo e no espaço. O que são sólidas, não são as situações, que evoluem sempre, mas a distância entre os grupos de sexo (HIRATA; KERGOAT; 2007: 595 ss).

15 SAFFIOTI, Heleieth B. “Pós-fácio: Conceituando Gênero”. In: Saffioti, H., Munhoz-Vargas, M. (orgs). Mulher Brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: UNICEF, 1994, p.277.

16 FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 2004, p.65.

E reconhecer o caráter de classe da questão não é apenas aderir ao discurso simplório de que as mulheres trabalhadoras precisam de creches públicas para trabalhar. Significa localizar neste conflito o papel cumprido pelo Estado, ao formalizar o direito em lei e imediatamente negar sua aplicação. A figura do Estado criada para garantir os interesses da classe dominante, ao não efetivar o direito, intensifica as relações de exploração e opressão de uma classe sobre a outra na medida em que o trabalho realizado no âmbito doméstico não é remunerado.

A luta por creches é parte da luta de classes e por essa razão precisa ter como alvo o Estado. As mulheres não devem lutar por creches somente na perspectiva de alcançarem um trabalho melhor, pois isso significaria, na prática, continuar se submetendo às relações de exploração. A luta por creches deve ter como centro político o direito das mulheres trabalhadoras se autodeterminarem a partir da possibilidade de negação da própria maternidade e de superação do Estado patriarcal e capitalista.

### CONCLUSÃO

As mulheres dependem das políticas públicas de fomento à educação infantil para terem tempo disponível ao mercado formal de trabalho, esta necessidade está inserida em uma lógica de (des)construção das relações sociais de sexo, pois, apesar de ser a principal beneficiada por esta política pública, também é de proveito aos homens da classe trabalhadora a inclusão de seus filhos à este direito. Para as mulheres da classe trabalhadora, tais políticas ganham uma importância mais significativa, pois, as mesmas precisam muitas vezes deixar seus filhos aos cuidados de terceiros para que desempenhem a mesma função de cuidado nas casas de mulheres da classe média e alta. Percebe-se assim que, neste debate estão incluídos dentro da dinâmica das relações sociais de sexo: a classe e o gênero, em que homens, mulheres e mulheres da classe trabalhadora são dependentes de formas desiguais destas políticas públicas.

A maioria das mulheres enfrenta duplas e até triplas jornadas de trabalho, entre o espaço produtivo e o doméstico, o que exige uma rede de cooperação de familiares em relação aos cuidados com o lar e com os(as) filhos(as). Por outro lado, para a classe média e alta essa estrutura é facilmente conquistada pelo seu poder aquisitivo (creches privadas, babás, empregadas, transporte escolar pago, entre outros). Porém, para as mulheres da classe trabalhadora, que não tem condições financeiras de arcar com os custos dessa rede de auxílio de caráter privado, a desigualdade nas relações sociais de sexo limita a participação destas de forma dialética: na qualificação/escolarização; na inserção/ascensão no mercado formal de trabalho; na manutenção da divisão sexual do trabalho reproduzida, neste caso, principalmente, através do trabalho do cuidado.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**, v.2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. **Mulheres, trabalho e família**. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/bdmulheres/serie2.php?area=series>.

CIVILETTI, Maria Vittoria Pardal. **A Creche e o Surgimento da Nova Maternidade**. Dissertação. Centro de Pós- Graduação em Psicologia, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1988.

CRUZ, Maria Helena Santana. *Questões sobre cidadania, trabalho e gênero*. In: **Cadernos UFS - Serviço Social**, v. 10. Aracajú: UFS, 2008.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas**. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 2004.

HIRATA, Helena. **Globalização e divisão sexual do trabalho**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 17/18, p. 139-156, 2002.

\_\_\_\_\_. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero**. Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho, São Paulo, ano 4, n. 7, p.5 -27, 1998.

\_\_\_\_\_; KERGOAT, Danièle. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, v. 37, n. 132, p. 595-609. São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_; LABORIE, Françoise; DOARÉ; Hélène Le; SENOTIER, Danièle (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MACIEL, Kátia Regina Maciel. (Org.). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente - Aspectos Teóricos e Práticos**. 2º ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

PICANÇO, Mônica Bezerra de Menezes. **A Creche na Rede Pública Municipal de Niterói (1978-1996)**. Dissertação. Curso de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1996.

PULEO, Alicia H. *Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto de futuro*. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (orgs.). **Políticas públicas e iguadade de gênero**. São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

ROSEMBERG, Fúlvia. (Org.). **Creche - Coleção Temas em Destaque**. 1ª edição. São Paulo: Cortez, 1989.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. *"Pósfácio: Conceituando Gênero"*. In: Saffioti, H., Munhoz-Vargas, M. (orgs.). **Mulher Brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: UNICEF, 1994.

SOTT, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica**. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

VIANNA, Luiz Werneck. **A Judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Renavan, 1999.



## GT: 4 - Antirracismo e sociedade

Coordenadores: Roberto Carlos da Silva Borges  
e Glenda Cristina Valim de Melo

## AS CRIANÇAS PEQUENAS E A QUESTÃO RACIAL: UMA HISTÓRIA, MUITOS ENREDOS

**SILVA, Tarcia Regina da**

Professora da Universidade de Pernambuco

*tarcia.silva@upe.br*

**DIAS, Adelaide Alves**

Professora do Programa de Pós-Graduação  
em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas

*adelaide.ufpb@gmail.com*

### RESUMO

Nesse artigo, retomamos a questão da autoidentificação racial das para observar, após a implementação da Lei nº 10.639/03, como em um Centro Municipal de Educação Infantil da rede do Recife como vinte e seis crianças pequenas do Grupo IV, entre 4 e 5 anos, fazem a sua identificação racial num contexto escolar que as incentiva a reeducação das relações étnico-raciais. Reconhecendo que as crianças são protagonistas sociais, bem como sujeitos de direitos, propusemos que elas fizessem seu autorretrato e a partir dele expressassem a sua cor. Nesse contexto, visibilizamos que as crianças estão aptas para se nomearem racialmente, pois apesar de não fazerem uso dos termos utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nem dos termos empregados no Censo Escolar proposto pelo Ministério da Educação, elas se aproximam bastante das categorias comumente utilizadas pela população brasileira. Logo, defendemos que sejam propostas metodologias que oportunizem as vozes das crianças sobre as suas percepções raciais.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Autoidentificação racial. Relações Étnico-Raciais.

### ABSTRACT

In this article, we retake the question of the racial self-identification of children to observe, after the implementation of Law 10.639 / 03, as in a Municipal Infant Education Center of the Recife network as twenty six small children of Group IV, between 4 and 5 years , Make their racial identification in a school context that encourages them to re-educate ethnic-racial relations. Recognizing that children are social protagonists, as well as subjects of rights, we proposed that they make their self-portrait and from it express their color. In this context, we see that children are able to name themselves racially, because although they do not use the terms used by the Brazilian Institute of Geography and Statistics, nor the terms used in the School Census proposed by the Ministry of Education, they are very close to the categories Commonly used by the Brazilian population. Therefore, we advocate that methodologies be proposed that give the voices of children about their racial perceptions.

**Keywords:** Early Childhood Education. Racial self-identification. Ethnic-racial relations.

## 1. INTRODUÇÃO

A inclusão da cor da pele como elemento para distinguir a raça humana foi proposta pelo fisiologista e antropólogo alemão Blumenbach (1752-1840) e utilizada a partir do século XVIII. Ele utilizava a relação entre a cor da pele e a região geográfica de origem para classificá-las em: branca ou casuarina; negra ou etiópica; amarela ou mongol; parda ou malaia; e vermelha ou americana. Assim, essa classificação se tornou operante no Brasil e em outros países. De acordo com Rocha e Rosemberg (2007), a utilização da expressão racial baseada na “cor da pele” é utilizada no Brasil desde o período colonial e permanece até a atualidade.

Cor é um tipo de carisma baseado na aparência física de um indivíduo, e dá a medida, em geral, da sua distância ou proximidade dos grupos raciais. Não se trata, apenas, de uma escala de valores estéticos, mas também de uma escala de valor intelectual e moral. [...] No Brasil, opera no plano individual e coletivo [...] e é a forma dominante para demarcar fronteiras, tanto entre grupos, quanto no interior destes. O carisma de raça, no Brasil, raramente é evocado de modo direto pelos brancos, que preferem utilizar a cor ou etnia, sendo evocado via de regra, pelos negros (GUIMARÃES, 2005, p. 44).

É importante destacar que alguém só pode ter cor e ser classificado num grupo de cor se existir uma ideologia em que a cor das pessoas tenha algum significado. Isto é, “as pessoas têm cor apenas no interior das ideologias racistas”, conforme reconhece Guimarães (2005, p. 44). De acordo com Osório (2003), enquanto no Brasil consideramos a cor/raça para dados censitários, em outros países, os critérios utilizados são outros. Assim, como exemplo, temos: a Índia, onde o que qualifica os indivíduos etnicamente é a orientação religiosa; na Inglaterra, quem fala galês.

Nesse estudo, retomo essa questão para observar, após a implementação da Lei nº 10.639/03, como as crianças pequenas fazem a sua identificação racial num contexto escolar que as incentiva a reeducação das relações étnico-raciais. De acordo com Osório (2003, p. 7), um método de identificação racial é “um procedimento estabelecido para a decisão do enquadramento dos indivíduos em grupos definidos pelas categorias de uma classificação, sejam estas manifestas ou latentes”, podendo acontecer através da autoatribuição e da heteroatribuição de pertença racial.

Reconhecendo que as crianças são protagonistas sociais, bem como sujeitos de direitos, propusemos que elas fizessem seu autorretrato e a partir dele expressassem a sua cor, uma vez que parto do princípio de que “cor não é uma categoria objetiva é uma categoria racial, pois quando se classificam as pessoas como negros, mulatos ou pardos é a ideia de raça que orienta essa forma de classificação” (GUIMARÃES, 2003, p. 103-104). Nesse contexto, o que se pretendeu no presente estudo foi visibilizar a percepção das crianças sobre a questão racial, tendo em vista que até os 16 anos de idade a identificação racial da criança é realizada pelos pais nas pesquisas nacionais.

É compreensível, portanto, que a escola tem um papel importante na construção da identidade da criança como criança e negra, pois desde a tenra idade elas percebem a diferença racial e a utilizam para julgar, categorizar e atribuir valor umas às outras como as pesquisas citadas anteriormente evidenciam. Assim, das 15 crianças que se propuseram a fazer o desenho, cinco se declararam pretas; três brancas; duas marrons; uma mel; uma caramelo; duas cor da pele e outra bege, demonstrando a outros sujeitos de diferentes idades, a dificuldade que é definir a sua cor no Brasil.

A classificação de cor/raça no Brasil apresenta um cenário labiríntico, pois o padrão preferencialmente de classificação racial utilizado no Brasil é o fenótipo de acordo com Piza e Rosemberg (2014). Destarte, as autoras salientam que a atribuição de cor se baseia em um contexto que agrupa uma diversidade de elementos, tais como: a de cor da pele, traços corporais, a origem regional, a postura e o status social (PIZA; ROSEMBERG, [1998-1999], p. 123). Em conformidade com a orientação do fenótipo, vários pesquisadores ressaltam que a classificação racial acontece de variadas formas. De acordo com Jacques D'Adeski (2009, p. 135), há cinco formas de classificação racial:

[...] o sistema do IBGE, usado no censo demográfico, com as categorias branco, pardo, preto e amarelo; o sistema branco, negro e índio, referente ao mito fundador da civilização brasileira; o sistema de classificação popular de 135 cores, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE em 1976; o sistema bipolar branco e não branco, utilizado por grande número de pesquisadores de ciências humanas; o sistema de classificação bipolar branco e negro proposto pelo Movimento Negro.

A partir do apresentado, reconhecemos que as cores utilizadas pelas crianças para a sua autoidentificação não são apenas discursos casuais, mas discursos que são entrecruzados por cargas de pertencimento, bem como de preconceito e afastamento de identidades não desejadas. As pesquisas que tratam da autoclassificação racial reforçam que os declarantes, em geral, recorrem a muitos termos, extrapolando os utilizados pelo IBGE (branco, preto, pardo e amarelo). Com as crianças não foi diferente. Elas utilizaram um vocabulário relacionado com o seu universo, assim como expressaram, de forma rica e multicolorida, a sua identificação racial; fato também evidenciado na pesquisa de Fazzi (2006) e Trinidad (2011), da mesma maneira que associaram a cor a outras características físicas.

Para melhor perceber a pertença racial das crianças, considerei de grande relevância também que elas revelassem com quem se pareciam, se gostavam de se parecer com essa pessoa ou preferiam parecer-se com outra, e também descrevessem elementos da sua aparência, como por exemplo, o cabelo. Tais questões foram primordiais para inferir a organização do pensamento racial das crianças. A identificação racial exposta pelas crianças nos faz compreender que elas estão aptas para se nomearem racialmente, assim como os outros. Embora não façam uso dos termos utilizados pelo IBGE, nem dos termos empregados no Censo Escolar proposto pelo MEC/INEP, elas se aproximam bastante das categorias utilizadas. Logo, podem ser pensadas metodologias para dar vozes às suas percepções raciais.

## **2. O SONHO DE SER PRINCESA ESBARRA NA COR**

Que menina não desejou ser princesa? Que menino não desejou ser príncipe? Quem na sua infância não embarcou nesse mundo fantástico de magia e encantamento? Entretanto, esse sonho para a criança negra é cercado por uma espécie de interdito, pois na maioria das vezes “a história narrada nas escolas é branca, a inteligência e a beleza mostradas pela mídia também o são” (SANTOS, 2003, p. 27). Nesse contexto, a cultura desse universo encantador é apresentada à criança negra dentro de uma realidade muito distante do seu padrão de estética, o que contribui fortemente para que a criança negra negue a sua cor.

Diante disso, nos propomos a discutir a questão racial no contexto brasileiro, salientando importância dessa discussão para a infância e, particularmente, para a Educação

Infantil, uma vez que acreditamos que a escola tem um papel importante para cumprir nesse debate, pois a diversidade étnico-racial perpassa a nossa sociedade e invade as creches e pré-escolas através de “modelos estético-corpóreos e culturais, elementos constitutivos da identidade de bebês e crianças pequenas que sob nenhuma hipótese podem ser ignorados, subestimados ou negligenciados pela política educacional” (SILVA JÚNIOR, 2012, p. 69).

Sabemos que a nossa colonização resultou em um conjunto de elementos que gerou profundas desigualdades sociais, étnicas e raciais que permanecem pulsantes até os dias atuais. Quijano (2005) enfatiza que a América se consolidou como o primeiro espaço/tempo da modernidade tendo como elementos pulsantes dessa constituição: a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados em raça e a articulação das formas de controle do trabalho, de seus recursos e também produtos em volta do capital e do mercado mundial. Nesse contexto, ao conceber as diferenças a partir da ideia de raça, assentavam-se uns num plano superior aos outros.

Essa construção sobre a questão racial no Brasil tem fortes repercussões no campo educacional. De acordo com Souza (1983), a construção de uma identidade negra, bem como a da política exigem a contestação das primeiras figuras que ensinam ao sujeito a ser uma caricatura do branco. Tal contestação se inicia, pois, desde a Educação Infantil. Nesse sentido, explicitamos que assim como Abramowicz, Oliveira e Rodrigues (2010), consideramos legítimo discutir a criança negra não como uma categoria essencializada, que legitima uma visão que não apenas “pensa a criança”, precisamos organizar nossos esforços numa abordagem que “vê uma criança”, considerando-a não mais a partir de uma perspectiva universal, mas numa perspectiva singular. “Uma criança e negra é um esforço de tornar possível pensar raça, gênero, sexualidade e classe social, como categorias minoritárias” (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2012, p. 51). Assim, precisamos evidenciar a criança como sujeito social que, ao mesmo tempo em que se forma, é também formado na trama das relações sociais, constituindo-se a partir dessas relações uma criança e negra.

De acordo com Hédio Silva Júnior (2012), embora haja um aumento da preocupação com as orientações para professores e gestores sobre a diversidade étnico-racial na educação infantil, as ações desenvolvidas discorrem em um erro, pois estão centradas na perspectiva da adoção de uma postura reativa, repressiva da discriminação e do preconceito, quando a educação infantil pode fazer mais do que isso. Ela pode preparar as crianças para a valorização da diferença étnico-racial e para a construção de uma sociedade igualitária. Nessa direção, fundamentado pela Convenção sobre os Direitos da Criança (BRASIL, 1990), superando a visão reducionista de pensar o racismo apenas no âmbito escolar, Hédio Silva Júnior (2012) discorre sobre as formas de otimização das práticas educativas de maneira que os valores e atitudes tenham como orientação a formação de cidadãos aptos a conviverem naturalmente com a diferença humana. Para a realização desse feito, desde a educação infantil, ele aponta dois ângulos:

O primeiro como espaço dentro do qual deve ser assegurada a interação respeitosa e positiva com a diversidade humana, adequando-se os espaços físicos, materiais didáticos e paradidáticos e preparando-se educadoras e funcionários para serem agentes de promoção da diversidade; o segundo ângulo situa a educação infantil como instrumento de transformação social no sentido em que prepara a infância para valorar positivamente a diferença, dissociando

diferença de inferioridade de tal sorte que a médio e longo prazo o preconceito e a discriminação sejam erradicados da sociedade. Isto é, não basta que a educação infantil não seja ela própria uma fonte de discriminação, cabendo-lhe também fomentar uma cultura de respeito recíproco e de convivência harmoniosa entre todos os grupos étnico-raciais, como também culturais e religiosos, entre outros (SILVA JÚNIOR, 2012, p. 71).

Nesse cenário, temos que organizar nas escolas desde a educação infantil práticas pedagógicas de emancipação e solidariedade, nas quais as políticas para a infância encarnem a viabilidade de oportunizar que as garantias legais possam se efetivar como direitos, garantindo o acesso a práticas de cidadania, de respeito à cultura e ao conhecimento, pois tal acesso articula-se intimamente com a circulação do poder. Mas precisamos trabalhar no caminho da justiça social que almejamos.

As práticas vivenciadas na Educação infantil podem possibilitar a criança e negra, a descoberta do seu pertencimento étnico-racial de uma maneira positiva, bem como podem auxiliar as não negras a se relacionarem bem com a diferença. Entretanto, segundo Cavalleiro (2010), o processo de socialização vivenciado nas escolas brasileiras colabora para que as práticas do racismo e seus derivados sejam utilizados como armas para estabelecer diferenças nas relações. Assim, as escolas se constituem em mais uma instituição social em que as características raciais negras são usadas para depreciar, humilhar e excluir. Assim, as crianças têm sua energia, que deveria estar voltada para o seu desenvolvimento e para a construção de conhecimento e socialização, pulverizada em repetidos e inócuos esforços para se sentirem aceitos no cotidiano escolar.

Logo, os espaços educativos como um todo e, particularmente, a Educação Infantil precisam constituir-se como territórios qualificados onde são incorporados a educação em/para os direitos humanos, a partir da interculturalidade, bem como os desejos e valores de uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária. Neste sentido, precisam assegurar uma prática intencional e planejada para a socialização das crianças. Para caminharmos no sentido de reconhecermos o outro como outro, trazendo-o para a centralidade da prática pedagógica, torna-se imprescindível reconhecer o papel da Lei nº 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio, pois, além de resgatar historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira, essa lei possibilita que a criança e negra seja visibilizada, respeitada e tenha a sua diferença incluída na Educação Básica. Digo isso porque o que as pesquisam vêm evidenciando trata-se de um grande descaso com essa população. Mas “mesmo quando explicitamente ignorado e reprimido, a volta do outro, do diferente, é inevitável, explodindo em conflitos, confrontos, hostilidades e até mesmo em violência” (SILVA, 2000, p. 97). Essa não é, pois, a presença que almejamos para a criança e negra.

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS


A entrevista com as crianças que se identificaram como brancas apresentou perspectivas diferentes de ver-se como branco. Desta forma, ao refletirmos sobre a perspectiva apresentada por essas crianças, as seguintes questões surgiram: como as crianças que se reconhecem como brancas olham para si e para os outros? O que elas evidenciam: a branquitude ou a branquidade? Estão felizes com a sua cor? Ou querem ser mais clara ou mais escura? Cardoso (2010) destaca que os brancos são diversos e que a branquidade pode se constituir como sendo crítica e acrítica. Sendo que a primeira

desaprova publicamente o racismo, enquanto que a segunda destaca que ser branco é uma condição especial, um privilégio. Piza (2005)<sup>1</sup> diferencia os termos branquitude e branquidade, salientando que:

Ainda que necessite amadurecer em muito esta proposta, sugere-se aqui que a branquitude seja pensada como uma identidade branca negativa, ou seja, um movimento de negação da supremacia branca enquanto expressão de humanidade. Em oposição à branquidade (termo que está ligado também à negritude, no que se refere aos negros), branquitude é um movimento de reflexão a partir e para fora de nossa própria experiência enquanto brancos. É o questionamento consciente do preconceito e da discriminação que pode levar a uma ação política antirracista.

A autora reconhece a branquidade como um produto da história, ou seja, enquanto o negro é visto como o representativo de um todo, um branco é visto na sua individualidade. Logo, “um branco é uma representativa apenas de si mesmo” (PIZA; ROSEMBERG, 2014, p. 72). Não são os brancos os perigosos, os malandros, isso é relativizado. Pode ser que algum seja. Entretanto, quando se pensa nisso com relação à população negra, pensa-se nela como um todo. Por conseguinte, a autora ainda salienta que o que está em destaque não é a invisibilidade da cor, mas sim a supervalorização da cor e de outros traços do fenótipo associados a estereótipos sociais e morais para uns, em contraste com a neutralidade racial para os outros. No caso apresentado abaixo, vemos o conforto da criança no lugar de criança e branca, junto aos poucos que também o são na sua sala.

### Desenho 1. Autoidentificação de Thato



P.: - Thato, quem você desenhou?  
 Thato: - Eu, meu pai, minha mãe.  
 P.: - Vocês se parecem?  
 Thato: - Sim.  
 P.: - Você se parece mais com seu pai ou com sua mãe?  
 Thato: - Os dois. Eu gosto dos dois porque eles têm o coração muito bonito e são muito bom.  
 P.: - No desenho você se pintou de azul, mas qual é a sua cor?  
 Thato: - Sou bege.  
 P.: - Você conhece da sua sala pessoas bege como você?  
 Thato: - Jamila, Jala, Malik, os gêmeos.  
 P.: - Você gosta de ser bege?  
 Thato: - Gosto.  
 P.: - Você queria ser mais claro ou mais escuro?  
 Thato: - Mais claro.

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2015).

Ser branco pode ser compreendido como ter pele clara e outros elementos do fenótipo, tais como: cabelo liso, lábios finos e nariz afilado. Ou ainda, pode ser “um dos traços da própria branquidade, isto é, uma pessoa pode perfeitamente

<sup>1</sup> Documento eletrônico, sem paginação.

identificar-se como branca, mesmo que não possua brancura” (CARDOSO, 2010, p. 51). Considerando-se branco e identificando os membros do seu grupo, a criança demonstra ainda anseio de ser mais branca e de agregar à sua aparência elementos que o caracterizem sem a menor sombra de dúvida como integrante dos brancos. Reconhecemos que assumir-se branco está associado a prestígio, privilégios que, desde cedo, são demarcados no cotidiano.

O depoimento de Jomo avança um pouco na discussão da branquidade. Reconhecendo-se branco, reconhece também que são poucos os brancos da sua turma, mas destaca que a cor não é importante para selecionar os colegas na hora de brincar.

## Desenho 2. Autoidentificação de Jomo



Jomo: - Meu desenho é assim: sou eu na piscina com minha toalha.

P.: - E você toma muito banho de piscina?

Jomo: - É, tomo.

P.: - Me diz uma coisa: você se parece com quem?

Jomo: - Meu avô, com meu irmão, com meu irmão.

P.: - Como é o seu avô?

Jomo: - Meu avô tem bigode.

P.: - Você gosta dele?

Jomo: - Sim. Ah, eu não tenho mais avô. Ele morreu.

P.: - Foi?

Jomo: - O pai da minha mãe morreu.

P.: - E você se parecia com ele. E qual a sua cor e a cor dele?

Jomo: - Cor da pele.

P.: - E cor da pele é que cor?

Jomo: É branca.

P.: - E você gosta dessa cor?

Jomo: - Sim.

P.: - Todo mundo é da sua cor?

Jomo: - Só tem poucas pessoas: Jamila, Bomani, Gina.

P.: - E o restante, é de que cor?

Jomo: - Preto.

P.: - E eles são teus colegas?

Jomo: - Sim.

P.: - Você brinca com eles?

Jomo: - Sim, com todo mundo de todas as cores.

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2015).

O fato de a escola atender a crianças de classes sociais e culturais distintas torna a diferença uma condição latente. Efetivamente, Jomo reconhece a diversidade como um processo natural, aproximando-se e estabelecendo afeto indistintamente. Durante



as observações, foi possível atentar para o fato de que ele é uma criança de uma família de classe média, bem diferente da maioria predominante na escola. Embora, a princípio, a postura dele pareça refletir a incorporação positiva da diferença, pois, para ele, o outro existe e a sua existência é importante. Jomo também apresenta o olhar do homem branco que a partir de si, da sua posição de poder, vê-se a si mesmo e aos outros. “Ele tem a cor da pele”. A cor dos protagonistas, demonstrando no seu depoimento a incorporação do legado ocidental. O que se pode inferir é que embora a necessidade da desconstrução da nomeação de um dos lápis de cor, como cor da pele, tenha sido apresentada variadas vezes, na fala da equipe do CMEI, as crianças também se envolvem fora da escola com situações onde há um reforço da naturalização da superioridade branca, e esse lápis é socialmente utilizado como tal, assim as crianças brancas fazem referência a ele para se autoidentificarem. A incorporação do lápis cor da pele nos produtos que circulam socialmente, a sua nomeação como cor da pele e o seu uso como representação de tal consolidam falsas verdades.

**3.1 A minha cor é marrom, marronzinha, caramelo:** a composição de um degradê Piza e Rosemberg (2014) destacam que as coletas de dados sobre a cor no Brasil têm como ponto bastante complexo a existência de uma variedade de cores no grupo dos pardos. Os pardos podem ser compreendidos como resultantes como aqueles que estão no entremeio, que transitam mais confortavelmente entre afirmarem-se ou não brancos ou negros. “Este se constitui como o grupo em que a variação do pertencimento parece ser maior e mais influenciada pelos significados sociais da cor” (PIZA; ROSEMBERG, 2014, p. 100). Isso também foi evidenciado na conversa com as crianças. Mas, por que a identificação racial é tão complexa para as crianças e adultos que estão entre os pardos?

### Desenho 3. Autoidentificação de Aziza



P.: - Fala desse desenho.  
 Aziza: - Sou eu, flores e o meu nome.  
 P.: - Qual a sua cor Aziza?  
 Aziza: - Marrom.  
 P.: - Parece com quem essa cor?  
 Aziza: - Com a minha mãe.  
 P.: - E o teu pai, qual a cor dele?  
 Aziza: - Branca.

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2015).

Na análise de Munanga (2004b), o mestiço brasileiro vive uma ambiguidade que se torna fatal na hora de definir sua identidade, pois, desde o início da história do Brasil, ele tem uma identidade indefinida que, aliada ao ideário do embranquecimento, dificulta tanto a afirmação da sua identidade mestiça, quanto a de sua identidade negra, ficando, assim, a afirmação da identidade negra adiada, esperando um dia ser branco, pela miscigenação e/ou ascensão social. Com base em tal peculiaridade, é que as reflexões que podem e são propostas pela escola têm uma função importante, pois é necessário reconhecer que na categoria dos negros, também, estão os pardos e não apenas os pretos. Assim, oferecer referências que ajudem a criança no entendimento desse lugar de pardo como também negro é uma questão primordial.

Observamos no depoimento abaixo, de Gina, a negociação dela com a sua identidade racial onde aliada à satisfação de ter a pele mais clara como a do pai, ela evidencia também a vontade de ter cabelos lisos como os da mãe. Logo, observamos que a menina expressa o desejo do branqueamento. Ou seja, desde cedo as crianças desejam que seus elementos corporais sejam ligados ao ideal de branquidade.

#### Desenho 4. Autoidentificação de Gina



P.: - Quem é que está nesse desenho?

Gina: - Eu.

Observo que ela desenhou o cabelo liso, diferente do seu que é cacheado.

P.: - E esse cabelo (o do desenho), como ele é?

Gina: - Liso.

P.: - Você gosta do cabelo liso?

Gina: - Balança a cabeça afirmando que sim.

P.: - E o seu cabelo (alisado o cabelo dela), como ele é?

Gina: - Cacheado.

P.: - E qual a sua cor?

Gina: - Caramelo.

P.: - E a sua cor se parece com a de quem?

Gina: - Papai.

P.: - E mamãe também é caramelo?

Gina: - Não.

P.: - Então, qual a cor dela?

Gina: - Marronzinha.

P.: - E você gosta de ser caramelo como papai ou queria ser marronzinha como mamãe?

Gina: - Papai.

P.: - E o cabelo de mamãe é liso ou cacheado?

Gina: - Liso

P.: - E o de papai?

Gina: - Cacheado.

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Dessa forma, desde pequena, ela vive de acordo com Munanga (2004a, p. 96), a maior parte da população afro-brasileira, numa zona vaga e flutuante, esperando o dia de fazer o "passing". Para Gina, possuir características que a assemelhem mais aos grupos menos hegemônicos, no caso, a população negra, é uma desvantagem. Entretanto, mesmo que a menina tente negar ou branquear-se, os traços da sua cor negra estão nela. Por conseguinte, se essa assertiva não fosse verdadeira, a menina teria se identificado como branca. O que a menina pode já estar evidenciando é que a compleição desses traços a seleciona como possível alvo de discriminações.

**3.2 Eu queria ser laranja, cor de todo mundo:** os meninos e negros e o ideal do branqueamento "A minha negridão estava aí, densa e indiscutível. E atormentava-me, perseguia-me, inquietava-me, exasperava-me" (FANON, 2005, p. 149). Esse pensamento inicial sintetiza o incômodo dos meninos ao necessitarem declarar a sua cor e dialogar sobre essa questão. Essa conversa foi permeada por silêncios, pausas,

ausências, fugas. O que faz com que para os meninos a cor pese tanto? Essa pergunta ainda inquieta-me. Eles não se orgulham da cor, desejam ser mais claros ou mesmo fogem dela. Os depoimentos explicitam isso.

### Desenho 5 - Autoidentificação de Kito



P.: - Kito, quem está no seu desenho?  
 Kito: - Meu pai, meu irmão, minha mãe.  
 P.: - E cadê você?  
 Kito: - Aqui (aponta para o desenho).  
 P.: - Com quem você se parece?  
 Kito: - Com meu pai.  
 P.: - Você queria se parecer com seu pai?  
 Silêncio.  
 P.: - Qual a sua cor?  
 Kito: - Aponta para o lápis preto.  
 P.: - Você gosta da sua cor?  
 Kito: - Eu queria ser laranja, cor de todo mundo.  
 P.: - Quem é laranja?  
 Kito: - Malik (criança branca) é laranja. Eu me pareço com meu irmão.

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2015).

A frase “Eu queria ser laranja, cor de todo mundo” nos revela a branquidade como norma, a dificuldade que enfrenta a criança desde pequena sendo criança e negra. Esse cenário que se reproduz desde o início do processo colonizador ainda repercute na imagem da população negra. “Assim, o homem europeu ganhou, em força e identidade, uma espécie de identidade substituta, clandestina, subterrânea, colocando-se como “homem universal, em comparação com os não europeus” (BENTO, 2014, p. 31).

“No mundo branco, o homem negro encontra dificuldade na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do seu corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa” (FANON 2008, p. 104). Dessarte, para os não brancos, nesse caso, para as crianças negras entrevistadas, poucos privilégios e atenção. O menino enxerga um mundo branco o qual está distante do seu, certamente cheio de benefícios não por ele desfrutados. Esse “todo mundo” a que ele se refere perpassa o universo das crianças da sua sala que, não são na sua maioria brancas, mas se faz presente nas propagandas, nos filmes, nos rótulos dos produtos, nas histórias ouvidas. Preto como ele não são os bonecos, os super-heróis.

A criança reconhece que vive numa sociedade marcada pelas diferenças, e a diferença que traz no seu corpo, a sua cor, marca a desigualdade de tratamento a ela destinado. D’Adeski (2009, p. 137) nos explica que a caracterização cromática evidencia mais do que a cor, explicitando também desejos e valores. Nesse sentido, o desejo de ser branco, de não ser negro, de parecer-se com o branco, representa valores e ideais de poder e também de beleza. Ele nos incita ainda a refletir sobre o ideal do branqueamento como um fator de classificação decisivo, pois a hegemonia da referência estética do branco produz uma identidade negra conflituosa, onde submetido a esse ideal, o

2 Documento eletrônico, sem paginação.

negro absorve a sua própria imagem vendo-se a partir deste universo branco. Logo, é incitado a incorporar os valores deste a si, inclusive as características físicas.

Dessa forma, estabelece-se uma relação hierarquizada entre brancos e negros nas suas variadas nuances de cor, permitindo ao negro posicionar-se estrategicamente na rota de fuga desse lugar, buscando acomodar-se no modelo superior, isto é, no branco. Para Piza (2005)<sup>2</sup>, o ideal de branquidade assimila elementos do racismo, mesmo que isso ocorra de forma inconsciente ou não expressa. “Para negros apresenta-se como uma barreira para a construção de uma identidade racial positiva (a negritude), já que os modelos de humanidade positiva são brancos”. É importante observar que os meninos e negros ainda têm uma beleza negada. Enquanto as meninas são incentivadas socialmente e, também na escola, a desenvolverem uma variedade de penteados e a usarem artefatos para o enriquecimento da sua imagem, aos meninos resta o cabelo raspado, com máquina, bem baixinho, fato também evidenciado nas pesquisas de Dias (2007) e Amaral (2013, p. 175-176) “[...] com o intuito de discipliná-los e/ou moldá-los de modo mais similar ao pertencimento racial do grupo branco, os meninos perdem os cabelos, resolvendo assim de modo mais fácil a necessidade de aceitação e assimilação da norma branca”. É a brancura dos outros que atrai o menino. Brancura que representa o puro, o bom, o bonito, o amável, o inteligente, representando o desejo latente de negar-se a si mesmo. Octavio Ianni (1972) já destacava que o branqueamento apresenta-se como um desejo universal, representando o desejo dos morenos claros, escuros e negros.

### **3.3 Eu sou preta, preta, pretinha**

Para Steven Biko (1990, p. 65), “ser negro não é uma questão de pigmentação, ser negro é reflexo de uma atitude mental”. O que se observa no depoimento das meninas, diferentemente dos meninos, é que elas demonstraram segurança e orgulho quanto à sua autoidentificação de criança e negra. O que está interferindo positivamente na construção da autoestima dessas meninas? Elas falam sobre isso e nos ajudam a entender a construção da sua negritude. Para D’Adeski (2009) a negritude é bem mais do que a identificação racial. “Ela não somente é uma busca de identidade enquanto forma positiva de afirmação da personalidade negra, mas também um argumento político diante da relação de dominação” (D’ADESKI, 2009, p. 141). Concordamos então com Gomes (2003), que é um grande desafio a construção de uma identidade positiva negra na nossa sociedade, pois há vários séculos é enfatizado para essa população que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo. Assim, afirmar-se preta, pretinha, desde pequena é uma grande conquista para a infância dessas meninas.

## Desenho 6. Autoidentificação de Ayana



P.: - Agora é a vez de Ayana. Ela vai dizer com quem se parece.  
 Ayana: - Com minha mãe, minha mãe.  
 P.: - Ayana, e qual a cor da sua pele?  
 Ayana: - Preta.  
 P.: - E a sua mãe?  
 Ayana: - Preta.  
 P.: - Você gosta da sua cor?  
 Ayana: - Sim (responde com firmeza).  
 P.: - Você se acha bonita?  
 Ayana: - Sim.  
 P.: - E o cabelo, Ana?  
 Ayana: - É preto.  
 P.: - Ele é liso?  
 Ayana: - Sim (ela para, faz um ar de riso e cai na risada. Ela ri dela mesmo, faz um jeito de como assim. Rimos juntas).  
 Responde em seguida: - Cacheado.  
 P.: - Pouco ou muito cacheado?  
 Ayana: - Muito e cheio (faz gesto com as mãos).  
 P.: - Como é que penteia o cabelo?  
 Ayana: - Não faz nada. Faz cachinho, faz trança, faz modelo, deixa solto, faz pitó, (fala toda vaidosa).  
 P.: - E você gosta?  
 Ayana: - Gosto.

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2015).

Contrariando a concepção de que negro/a tem baixa estima, Ayana não hesita em declarar fortemente a sua cor. O que chama atenção não é apenas a sua afirmação, mas o seu comportamento. Ela é ativa, tem personalidade forte, lidera o grupo, enfrenta a autoridade, se expõe sem inibição e com confiança. Ela tem a liberdade de ser quem é. Ela não é o que esperam: uma menina cabisbaixa e sem autonomia. É o seu oposto: transgride, rompe com a hegemonia da ideologia dominante que sustenta a supremacia branca e encontra espaço na escola para essa vivência.

Outra questão que se apresenta de forma comum nos depoimentos expostos é a questão do cabelo. Gomes (2003) salienta que no processo de construção da identidade negra, o corpo e o cabelo são importantes elementos influenciando tanto na autoimagem quanto como os outros a percebem. Ainda de acordo com a autora, o cabelo é um dos elementos com maior visibilidade no corpo, sendo tratado e manipulado por todos os grupos, embora com simbologias diferentes.

Assim, a afirmação positiva do corpo e cabelo apresentada é o resultado da ampliação das representações mais positivas da mulher negra e da sua beleza na escola e também socialmente. Paulatinamente, o cabelo deixa de ser um tabu, e a sua manipulação de forma positiva (digo forma positiva porque estávamos acostumadas a ver as práticas de mandar as meninas prenderem o cabelo, era preciso domar o fuá, domar esse corpo) passa a ser incorporada nas práticas cotidianas da Educação Infantil. Uma das crianças

firma durante uma conversa que deixa o cabelo solto, enquanto todo mundo deixa preso salientando também que a criança já reconhece que há uma diferenciação entre a sua postura e a dos outros; assim, a criança resiste. Ela não se importa, não faz questão de se enquadrar, tem contracondutas que, de acordo com Foucault (2008, p. 257),

[...] são movimentos que têm como objetivo outra conduta, isto é: querem ser conduzidos de outro modo, por outros condutores e por outros pastores, para outros objetivos e para outras formas de salvação, por meio de outros procedimentos e outros métodos. São movimentos que também procuram, eventualmente em todo o caso, escapar da conduta dos outros, que procuram definir para cada um a maneira de se conduzir.

Reconhecemos também que é nas famílias que as crianças negras podem aprender a lidar positivamente com o cabelo. Para Petronilha Silva (2015), as famílias, a comunidade negra e o Movimento Negro precisam incentivar as crianças a terem orgulho do seu pertencimento racial, do seu corpo e cabelo. Especialmente preparar suas crianças para fazer face à educação escolar, à sociedade que se vê e se quer predominantemente branca (SILVA, 2015, p. 166). Escapando da discussão “cabelo bom/cabelo ruim”, as meninas deixam transparecer uma postura que fortalece o convívio numa sociedade onde as diferenças existem e são necessárias. Esse também é um reflexo do cabelo proposto no CMEI. As crianças são estimuladas a reconhecer as diferenças sem hierarquizá-las.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando essas percepções, destacamos que as crianças e brancas observam as diferenças como algo natural, mas desejam ainda possuir mais traços que as caracterizem como crianças e brancas. As crianças, que integrariam a categoria dos pardos, utilizaram um verdadeiro degradê para se autoidentificarem, comprovando a dificuldade do que é se definir como pardo no Brasil. Elas também evidenciaram o desejo de possuir traços mais ligados ao fenótipo branco. Destarte, é preciso reconhecer e fortalecer a compreensão de que as crianças que se autoidentificam como marrons, marronzinhas, caramelos, também são crianças e negras, e que essa identidade precisa de referências que as ajudem a compor o entendimento desse lugar de criança e parda, como de também criança e negra.

Na autoidentificação dos meninos e das meninas que se reconheceram como pretos/as, houve uma variação de gênero, pois os meninos apresentaram um mal-estar com a sua condição de criança e negra, em contrapartida, as meninas demonstraram orgulho e prazer. O que é um ganho imensurável para a questão, tendo em vista que a população negra foi destituída dos lugares e formas de serem vistos positivamente. As considerações sobre essa diferença de gênero pode ser compreendidas pela intensificação das estratégias pedagógicas centradas nas meninas, e da não percepção ainda que ser menina e negra é diferente de ser menino e negro. Ambos exigem tratamentos diferenciados. Assim, ao valorizar a beleza negra, considerando prioritariamente as meninas, não se avultam mudanças na percepção racial dos meninos.

Por fim, destacamos que a estratégia de desenho juntamente com a autoidentificação revelou que as crianças estão aptas para se nomearem racialmente, pois apesar de não fazerem uso dos termos utilizados pelo IBGE, nem dos termos empregados no Censo Escolar proposto pelo MEC/INEP, elas se aproximam bastante das categorias comumente utilizadas pela população brasileira. Logo, defendemos que sejam propostas metodologias que oportunizem as vozes das crianças sobre as suas percepções raciais.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana. As relações étnico-raciais e a sociologia da infância no Brasil: alguns aportes. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012, p. 47-64.

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. A criança negra, uma criança e negra. In: ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). **Educação e raça**: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 75- 96.

AMARAL, Arleandra Cristina Talin. **A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil**. 2013. 225 f. Tese (Doutorado em Educação)- Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iracy; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Psicologia social do racismo**: estudos de branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2014, p. 25-58.

BIKO, Steven. **Escrevo o que eu quero**. São Paulo, Ática, 1990.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências. Brasília, DF, 5 jan. 2003. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)>. Acesso em: 22 ago. 2015.

CARDOSO, Lourenço. Retrato do branco racista e anti-racista. **Reflexão e ação**, v. 18, n. 1, p. 46-76, 2010. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/1279/1055>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

CAVALLEIRO, Eliane. **Por um estado que proteja as crianças negras do apedrejamento moral no cotidiano escolar**. Carta encaminhada ao presidente ao Excelentíssimo Presidente da República Federativa do Brasil, Sr. Luís Inácio Lula da Silva, 2010. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/por-um-estado-que-proteja-as-criancas-negras-do-apedrejamento-moral-no-cotidiano-escolar.html>>. Acesso em: 31 out. 2015.

D'ADESKY, Jacques. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

DIAS, Lucimar Rosa. **No fio do horizonte**: educadoras da primeira infância e o combate ao racismo. 2007. 2 v. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras**: socialização entre pares e preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2005.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

MUNANGA, Kabenguele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo: IEA/USP, v. 18, n. 50, p. 51-56, 2004.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004a.

OSORIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. Brasília: IPEA, 2003. (Texto para discussão, 996).

PIZA, Edith. Adolescência e racismo: uma breve reflexão. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 1., 2005, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC00000000820050\\_00100022&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC00000000820050_00100022&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 3 set. 2015.

PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. Cor nos censos brasileiros. In: CARONE, Iray (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 91-120.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – CLACSO, 2005.

ROCHA, Edmar José da; ROSEMBERG, Fúlvia. Autodeclaração de cor e/ou raça entre escolares paulistanos(as). **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 759-799, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a1237132.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2015.

SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso**. São Paulo: SENAC, 2003.

SILVA JÚNIOR, Hédio. Anotações conceituais e jurídicas sobre educação infantil, diversidade e igualdade racial. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012. p. 65-80.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Crianças negras entre a assimilação e a negritude. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 161-187, 2015. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1137/408>>. Acesso em: 20 nov. 2015.



SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico**. Belo Horizonte: Autêntica, Editora, 2000.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TRINIDAD, Cristina Teodoro. **Identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços de educação infantil**. 2011. 221 f. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

## A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO RACIAL EM SAÚDE PARA O COMBATE AO RACISMO INSTITUCIONAL

**Cristina Gomes,**  
Doutorado El Colegio de México, revalidado pela UNICAMP.  
*Email: cristinagomesmx@gmail.com*

**Juliana Magalhães**  
Direito (concluindo)  
Universidade Católica do Salvador  
Bolsista ITI CNPq  
*Email:julianamagalhaes1996@gmail.com*

### Introdução

O SUS garante acesso aos serviços de saúde para todos, mas persistem desigualdades raciais e todos os indicadores de saúde, como as taxas de mortalidade infantil e por causas externas, por diabetes, hipertensão arterial e doença falciforme são maiores na população negra; o número de exames pré-natais, são piores para a população negra. A Bahia tem a maior concentração de população negra no país e as maiores taxas de doença falciforme. Diversos estudos realizados em outros estados do país indicam que, apesar dos avanços na cobertura do quesito raça-cor nos registros de saúde, como sistema de mortalidade e de nascidos vivos, os registros de morbidade e acesso aos serviços carecem ainda de ampliar a cobertura e qualidade da informação racial. Os trabalhadores da saúde necessitam de capacitações permanentes para garantir o acesso e uma abordagem que garantam a equidade racial na saúde, de acordo com os objetivos da Política Nacional de Saúde da População Negra.

Esta pesquisa combina uma articulação com os gestores da saúde a nível municipal e com o PCRI para ampliação da cobertura e qualidade do quesito raça-cor nos registros de saúde e a aplicação de um questionário a uma mostra representativa dos trabalhadores da saúde (setores público e privado) de Camaçari, que inclui dados sobre família, condições de trabalho, preenchimento de formulários, conhecimento de doenças frequentes na população negra, opinião, atitudes e práticas em relação às doenças mais frequentes da população negra, inclusive a anemia falciforme, e sua receptividade para mudança de comportamentos para aumentar o acesso e qualidade da abordagem da população negra nos serviços. Foram aplicados 634 questionários sobre características sociodemográficas e familiares; condições de trabalho; preenchimento do quesito raça-cor; conhecimento e atitudes e práticas em relação ao racismo; e capacitações.

### 1. Fundamentação teórica

No ano de 2001 foi realizada a III Conferência Mundial contra o Racismo Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, África do Sul que teve como produto uma Declaração e Plano de Ação a qual apresentava uma série de medidas para combater o racismo em todos os setores da vida social incluindo a saúde. Seguindo o recorte temporal destacamos também a criação, em 2003, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) os movimentos sociais que

pautaram a saúde da população negra, sobretudo o Movimento Negro e o Movimento de Mulheres, passaram a ter um diálogo diferenciado com o governo possibilitando a incorporação de demandas históricas. Segundo a primeira Ministra, Matilde Ribeiro (2003-2008) as demandas recebidas na área da saúde, nesse período, apresentavam um conteúdo bem estruturado com as bases para a construção de uma política nacional, cabendo à secretaria impulsionar e acompanhar os desdobramentos junto ao Ministério da Saúde. Esse processo culminou com a instituição da Política de Saúde Integral da População Negra, a partir da Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009. (Santos, 2016)

Em conformidade com a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS) podemos afirmar que a informação em saúde é elemento estruturante para a universalidade, a integralidade e a equidade social na atenção à saúde. Esta representa um instrumento relevante para a elaboração de políticas sociais e para o planejamento das ações e intervenções.

No que se refere mais especificamente à saúde da população negra, tais informações foram indispensáveis para formulação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, no entanto esses dados ainda não apresentam uma completude e disseminação que permita analisar toda a trajetória do cidadão nos serviços de saúde. O quesito raça-cor é fundamental para a coleta de informação em saúde da população negra. A partir desses indicadores é possível visualizar com maior precisão a situação, os entraves e os avanços da PNSIPN. Além da atenção com a qualidade da coleta dessa informação pelos profissionais de saúde, a forma como esses dados são aproveitados e disseminados também precisa ser avaliado.

O Departamento de Informática do SUS - DATASUS se institucionaliza como o órgão de tecnologia da informação, ligado ao Ministério da Saúde, com a responsabilidade de coletar, tratar, analisar e disseminar informações em articulação com os níveis municipais e estaduais. No entanto, alguns obstáculos na gestão das tecnologias de informação têm dificultado o desempenho desse departamento no cumprimento de suas funções e seu funcionamento e acesso ainda são restritos e precisam ser reorganizados.

O critério adotado pelo IBGE para a informação de “cor ou raça” é a coleta por meio de autodefinição induzida, isto é, o entrevistado tem liberdade para indicar sua “cor ou raça” entre as cinco categorias que já são bastante aceitas, pois praticamente toda a população as reconhece e responde com facilidade nos censos e pesquisas (OSÓRIO, 2003). A taxa de respostas recusadas ou ignoradas ao quesito de “cor ou raça” é muito baixa: somente 0,7% da população não respondeu sua cor no censo de 2000; nas pesquisas de toda década de 1990 a falta de resposta foi sempre inferior a 0,5% da população.

Para garantir uma boa cobertura e qualidade da informação em saúde com corte racial, é importante reconhecer a importância do critério de autodeclaração e do preenchimento adequado do quesito raça/cor por parte dos gestores e trabalhadores dos serviços públicos e privados de saúde, que devem ser capacitados para perguntar e registrar completa e corretamente a cor dos usuários do SUS no momento da coleta dos dados, seguindo os critérios do IBGE (DIAS, 2009; ARAÚJO, 2010).

O quesito cor ou raça/etnia encontra-se em processo de padronização no sistema de informação em saúde do SUS, seguindo o critério de autodefinição e as categorias empregadas pelo IBGE: branca, preta, amarela, parda ou indígena.

Esta padronização da variável raça-cor através da autodeclaração e das cinco categorias fixas permite realizar estimativas precisas, estudos e comparações sobre desigualdades raciais na saúde em níveis nacional, estadual e municipal e, conseqüentemente, contribui para o planejamento de ações no enfrentamento das doenças que apresentam maior prevalência na população negra.

## 2. Resultados alcançados

Os resultados quantitativos foram analisados com técnicas descritivas e mostram que 76% dos trabalhadores são mulheres, com idade média de 40 anos, 83% se declaram negros, 42% católicos, 50% casados, 27% sem filhos, 69% são responsáveis das famílias, ganham em média 3 mil reais por mês. 70% com vínculo estatutário (TABELA 1, em anexo).

Os resultados foram analisados para os serviços de diferentes níveis de complexidade da atenção à saúde. Cerca de 16% dos trabalhadores não sabem se os formulários dos serviços contêm a pergunta sobre a doença falciforme, mas esta percentagem é menor nos serviços de emergências. Do total, 65.7% afirma que os formulários não contêm esta pergunta, sendo a maior percentagem nas emergências (87.4%), nos serviços de especialidades (79.3%) e nas unidades básicas (61.7%). O Hospital é o que apresenta a maior proporção de respostas negativas (56.2%) e a maior percentagem de respostas positivas (25.6%).

Praticamente todos os trabalhadores já escutaram falar da doença falciforme, e um terço (34.1%) já recebeu capacitação sobre a doença, sendo as maiores proporções nas unidades básicas (45.9%), seguidos pelas emergências (29.9%) e pelo Hospital (29.7%), sendo as unidades de especialidades as de menor percentagem de pessoal capacitado em doença falciforme, somente 11.2%.

Sobre o conhecimento das doenças mais frequentes na raça negra, o Hospital apresenta a maior percentagem (87.3%), seguido por emergências, especialidade e unidades básicas. Em relação ao quesito raça-cor, a grande maioria dos trabalhadores do Hospital e dos serviços de emergências declaram que não aplicam (82.2 e 82.1%, respectivamente), seguidos pelas unidades básicas ( ) e centros de especialidades (79.5%) . Nas unidades básicas, somente 31.8% responde que não se aplica, com a maior proporção de servidores que sempre perguntam a raça-cor ao paciente (44.5%). Da mesma forma, nas unidades básicas se apresentam a maior proporção dos que nunca preenchem a raça-cor sem perguntar ao paciente (49.3%). Coerente com o nível de complexidade, pois nas unidades básicas têm poucos funcionários.

Sobre as expectativas dos trabalhadores da saúde em relação às dificuldades dos pacientes ao ser perguntados pela sua raça-cor, a maior parte deles considera que não haveriam dificuldades (29.6%), somente uma minoria as teria (18.5%), ou a metade deles (20%). Um terço dos trabalhadores considera que muitos pacientes teriam dificuldade em definir sua raça-cor (18%) ou que quase todos teriam dificuldades (13.9%). O Hospital é o serviço onde os trabalhadores apresentam expectativas mais otimistas em relação ao paciente não ter dificuldades para definir sua raça-cor, e somente 9.1%

e 14.6% consideram, respectivamente que muitos ou quase todos os pacientes teriam esta dificuldade. As maiores percentagens de respostas que demonstram expectativas negativas são as clínicas de especialidades, onde 32.4% e 13% consideram que muitos ou quase todos os pacientes teriam dificuldades, seguido pelas emergências e pelas unidades básicas.

Por outro lado, as expectativas sobre as reações positivas dos pacientes são também mais frequentes nas unidades básicas (48.6%), seguidas pelos hospitais (39.9%), pelas emergências (37.5%), e mais uma vez as clínicas de especialidades são as que menos esperam naturalidade na reação dos pacientes ao ser perguntados por sua raça-cor (33.5%).

As expectativas sobre reações não positivas são sempre mais frequentes nas emergências, como a surpresa (30.7%), a desconfiança (32.4%), o questionamento por falta de entendimento (37.3%). O Hospital é o segundo tipo de unidade onde estas expectativas não positivas ocorre (24%, 24.7%, 24.7%, respectivamente, para surpresa, desconfiança e questionamento. A expectativa de que o paciente se sinta incômodo é mais frequente nas clínicas de especialidades (31.4%), seguida pelas emergências (29%) e pelo hospital (23.4%).

As expectativas realmente de receber reações negativas mais extremas como, por el exemplo, que el paciente se negue a responder é mais frequente no hospital (19.7%), seguido pelas clínicas de especialidades (15%) e pelas emergências (14.4%), enquanto a expectativa de que o paciente reaja com irritação é mais frequente nas emergências (17.3%), seguida pelo hospital (11%), sendo muito pouco frequente nas demais unidades.

Todas estas expectativas negativas são muito menos frequentes nas unidades básicas de saúde, exceto a expectativa de que o paciente não entenda e questione a pergunta sobre raça -cor (29.1%).

### **Conclusões**

Conclui-se que as ações da equipe devem concentrar-se na continuidade nas reuniões com gestores para incluir o quesito raça-cor nos formulários e na capacitação dos trabalhadores da saúde para ampliar o conhecimento sobre a importância da informação com corte racial.

### **Principais referências bibliográficas**

ARAÚJO, C. L. F. O quesito cor/raça em formulários de saúde: a visão dos profissionais de saúde. **Revista Enfermagem - UERJ**, v. 18, n. 2, p. 241-246, 2010. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v18n2/v18n2a13.pdf>> Acesso em: 010 de outubro de 2016.

ARAÚJO, E. M. A utilização da variável raça/cor em Saúde Pública. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 13, n. 31, p. 383-394, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180115444012>> Acesso em: 01 de outubro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Moreninho, Pretinho, Neguinho. Coleção Percepções da Diferença. Negros e Brancos na Escola. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <<http://www.usp.br/neinb/wp-content/uploads/NEINB-USP-VOL-3.pdf>> Acesso em: 01 de outubro de 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **SUS: Saúde da População Negra**. Disponível em: [bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_populacao\\_negra.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_negra.pdf) Acesso em: 01 de outubro de 2016 2012a.

DIAS, J.; GIOVANETTI, M. R.; SANTOS, N. J. S. **Perguntar não ofende: qual é a sua cor ou raça/etnia?: Responder ajuda a prevenir**. São Paulo: Secretaria de Estado de Saúde, 2009. [www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissional-da-saude/grupo-tecnico-de-acoes-estrategicas-gtae/saude-da-populacao-negra/livros-e-revistas/manual\\_quesito\\_cor.pdf](http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissional-da-saude/grupo-tecnico-de-acoes-estrategicas-gtae/saude-da-populacao-negra/livros-e-revistas/manual_quesito_cor.pdf) Acesso em 30 de setembro de 2016

SOARES FILHO, A. M. O recorte étnico-racial nos sistemas de informações em saúde do Brasil: Potencialidades para a tomada de decisão. In: **Saúde da População Negra - Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates**. 2. ed. [s/l]: ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012. p. 34. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_populacao\\_negra.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_negra.pdf)> Acesso em: 01 de outubro de 2016.

LIRA, A. **Análise da assistência ofertada às gestantes com doença falciforme em Salvador/BA: o racismo nas tramas e enredos das redes do SUS**. 2015. 84 páginas.. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Coletiva com concentração em Gestão de Sistemas de Saúde com ênfase em serviços de Hemoterapia. Instituto de Saúde Coletiva. ISC/ UFBA, Salvador.

OSORIO, R. G. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. Texto para discussão 996. Brasília: IPEA, 2003.

## ANEXOS

Tabela 1

PERGUNTAS	OPÇÕES	Hospital	Emergências	Especialidades	Unidades Básicas	Total	
Algum formulário pergunta se o paciente tem anemia	Não	56,2	87,4	79,3	61,7	65,7	
	Sim	25,6	2,0	2,3	21,7	17,9	
	Não sabe	18,2	10,6	18,4	16,6	16,4	
Sabe o que é ou já ouviu falar em anemia falciforme?	Não			6,1	1,2	1,1	
	Sim	100,0	100,0	93,9	98,8	98,9	
	Não sabe	33,2	18,1	11,5	35,4	29,4	
Já recebeu capacitação sobre Anemia Falciforme?	Não	19,4	4,8	18,4	12,0	14,2	
	Sim	70,3	70,1	88,8	5	65,9	
Conhece as doenças relacionadas com negros?	Não	29,7	29,9	11,2	45,9	34,1	
	Sim	12,7	18,1	25,9	22,1	18,5	
O Sr./a lê as opções de cores para o paciente?	Sim	87,3	81,9	74,1	77,9	81,5	
	Nunca	11,1	9,0	8,5	11,2	10,5	
	Algumas vezes	1,5	2,3	0,4	7,4	3,8	
	Na maioria das vezes	1,7		0,8	5,0	2,6	
	Sempre	3,5	6,6	10,9	44,5	20,5	
Alguma vez preencheu a cor-raça sem perguntar para o paciente?	Não se aplica	82,2	82,1	79,5	31,8	62,6	
	Nunca	3,8	9,2	26,4	49,3	24,5	
	Algumas vezes	1,1	5,6	10,9	14,6	8,0	
	Na maioria das vezes		2,3	3,1	2,5	1,6	
Em geral, na sua opinião, os pacientes teriam ou têm dificuldades para responder	Sempre	12,9	1,3	3,1	6,2	7,5	
	Não tem dificuldade	34,0	26,3	19,8	29,8	29,6	
	Uma minoria	23,8	18,3	11,5	15,6	18,5	
	Mais ou menos a metade	18,5	19,6	23,3	20,6	20,0	
	Muitos	9,1	23,5	32,4	20,0	18,0	
Como reage o paciente?	Quase a totalidade	14,6	12,4	13,0	14,0	13,9	
	Sim	39,9	37,5	33,5	48,6	42,1	
	Naturalidade						
	Sim	39,9	37,5	33,5	48,6	42,1	
	Surpresa	Sim	24,0	30,7	30,4	24,4	25,9
	Desconfiança	Sim	24,7	32,4	22,7	16,5	22,6
	Questiona/Não entende	Sim	24,7	37,3	21,5	29,1	28,0
	Incômodo	Sim	23,4	29,0	31,4	20,1	23,9
	Nega responder	Sim	19,7	14,4	15,0	6,7	13,4
	Irritação	Sim	11,0	17,3	4,2	6,0	9,4
Nega assumir raça	Sim	24,1	26,2	35,8	39,6	31,5	
Outro	Sim	4,5	3,8	8,5	7,7	6,0	

## **GT: 5 - Educação, diversidade e políticas de afirmação**

Coordenadores: Shirlena Campos de Souza  
Amaral e Patricia Teles Alvaro



## A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO DE JOVENS DO BAIRRO DA RASA EM ARMAÇÃO DOS BÚZIOS/RJ

**VAZ, Ana Carolina de Sousa**  
*Doutoranda em Políticas Sociais*  
*carolinasousavaz@hotmail.com*

**ANDRÉ, Bianka Pires**  
*Professora Associada - UENF*  
*Doutora em Educação*  
*biankapires@gmail.com*

### RESUMO

A cidade de Armação dos Búzios é um dos destinos turísticos mais procurados no Brasil, especialmente pela beleza de suas praias e por sua natureza preservada. O bairro da Rasa, localizado na periferia da cidade, foi certificado pela Fundação Palmares no ano de 2005 como comunidade quilombola, tendo, na memória coletiva de seus moradores, narrativas sobre disputas pela exploração e contrabando de escravos, do pau-brasil e mais recentemente, do próprio território. O presente trabalho apresenta um recorte de uma pesquisa que teve como objetivo conhecer a visão dos jovens que moram no bairro da Rasa, sobre a localidade em que vivem, analisando que elementos identitários fazem parte da sua formação social e cultural. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, através de revisão bibliográfica, questionário e observações.

**Palavras-chave:** Identidade; Sentimento de pertencimento; Juventude.

### ABSTRACT

The city of Armação dos Búzios is one of the most sought tourist destinations in Brazil, especially for the beauty of its beaches and its preserved nature. The neighborhood of Rasa, located on the outskirts of the city, was certified by the Palmares Foundation in 2005 as a quilombola community, having, in the collective memory of its residents, narratives about disputes for the exploitation and smuggling of slaves, pau-brasil and more recently, of the territory itself. The present work presents a research that aimed to know the vision of the young people who live in the neighborhood of Rasa, about the locality in which they live, analyzing that identity elements are part of their social and cultural formation. The methodology used is of a qualitative, through bibliographical review, questionnaires and observations.

**Keywords:** Identity; Sense of belonging; Youth.

## INTRODUÇÃO

A cidade de Armação dos Búzios é um dos destinos turísticos mais procurados no Brasil, especialmente pela beleza de suas praias e por sua natureza preservada. O bairro da Rasa, localizado na periferia da cidade, foi certificado pela Fundação Palmares no ano de 2005 como comunidade quilombola, tendo, na memória coletiva de seus moradores, narrativas sobre disputas pela exploração e contrabando de escravos, do pau-brasil e mais recentemente, do próprio território.

O presente trabalho apresenta um recorte de uma pesquisa que teve como objetivo conhecer a visão dos jovens que moram no bairro da Rasa, sobre a localidade em que vivem, analisando que elementos identitários fazem parte da sua formação social e cultural. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, através de revisão bibliográfica, redação escrita pelos jovens, questionário e observações.

As observações, redações e aplicações de questionários ocorreram em três turmas de 9º ano de uma escola pública municipal localizada no bairro da Rasa. Participaram da pesquisa 68 alunos. Foram feitas observações durante os meses de abril, maio e junho de 2014.

## A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO DE JOVENS

Cercados, a todo tempo, pelas concepções neoliberais e de globalização, os jovens percebem, nos mais variados ambientes, situações, comportamentos, publicações, produções e exibições intelectuais e na mídia, que vivemos na era do global, do mundial e do internacional, o que lhes impõe novas referências. Este mundo globalizado onde impera um consumo exacerbado de informações, várias delas, descartáveis, distorce percepções de tempo e espaço. Estas percepções se referem à significação da sua cultura, de seus costumes e crenças e de suas origens como indivíduo.

Fruto desse ambiente, o jovem, muitas das vezes, perde suas raízes e, como consequência, iniciam-se vários ciclos de incessante busca por reconstruir os seus significados. Podemos inferir também que, diante destas questões, suas concepções se deslocam permanentemente de um patamar para outro, perfazendo confusos caminhos para o processo de reflexão.

Podemos perceber assim que as vivências atuais fazem com que os indivíduos se deparem com uma grande multiplicidade de escolhas, e na juventude, principalmente, uma dessas se refere ao que Giddens (2002) chama de estilos de vida:

(...) nas condições da alta modernidade, não só seguimos estilos de vida, mas num importante sentido somos obrigados a fazê-lo – não temos escolha senão escolher. Um estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque forma material a uma narrativa particular da auto identidade (Giddens, 2002, p. 79).

Para Giddens (2002), os estilos de vida estão relacionados à globalização e podem ser relacionados a rotinas cotidianas, como por exemplo: hábitos, formas de comer, formas de vestir, modos de agir, comportamentos, lugares frequentados etc. Porém, cada decisão que é assumida contribui para a alteração dessas rotinas, e, assim, para a reformulação do “eu”. São escolhas sobre como agir e sobre quem ser, e estão intimamente relacionados ao ambiente onde sujeito está inserido.

As identidades contemporâneas podem ser descartadas no momento em que se tornarem inconvenientes. O sujeito que não estiver satisfeito com o seu “eu” momentâneo pode descartá-lo e adquirir outro neste grande mercado de estilos de vida. Estas escolhas nos revelam um grande paradoxo: ao mesmo tempo em que os sujeitos podem consumir seus estilos de vida desejáveis, eles apresentam insatisfações pessoais.

Para Hall (2011) as transformações que a sociedade moderna vem passando estão afetando também as identidades pessoais, criando um deslocamento ou descentração do sujeito, o que ele chama de “crise de identidade”. De acordo com o autor o sujeito pós-moderno é visto como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente:

A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada cotidianamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor do ‘eu’ coerente (Hall, 2003, p. 12).

Na perspectiva de Giddens (2002), o sujeito pós-moderno encontra-se intensamente na busca do prazer e do desejo individual, mostrando-se pouco interessado em questões relacionadas ao coletivo e à sociedade. Este sujeito mostra-se descentrado, assumindo diferentes identidades em diferentes momentos, ao contrário da concepção do sujeito moderno, que possuía uma identidade fixa e estável.

Nesse sentido, Hall (2011) pontua que só se tende a perceber as situações com um maior grau de importância quando elas se comportam de maneira estranha, fracassando, desestabilizando, desvanecendo etc. Ou seja, neste caso, a identidade se torna o foco de grandes discussões quando está diante de uma crise.

Para o autor, a sociedade está vivendo uma “crise de identidade” que está “deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social”. (Hall, 2011, p. 7)

Porém, vale ressaltar, que a “crise”, neste contexto, nem sempre deve ser considerada de forma negativa, pois pode ser propulsora de novas descobertas e possibilidades para troca de experiências, diferentemente de situações anteriores, surgidas destes novos sujeitos descentrados. Portanto, para uma antiga identidade estável, a modernidade produz inúmeras vertentes, nem sempre heterogêneas. Estas identidades incoerentes moldam os conflitos internos do sujeito, o que se percebe no seu comportamento social. Nesse sentido, sua identidade reflete as inúmeras e rápidas mudanças sociais, que por vezes, podem estar causando esta chamada “crise de identidade”.

Cabe ressaltar ainda que, de acordo com Hall (2011, p. 24) simplesmente afirmar que a identidade do sujeito moderno é deslocada “é uma maneira altamente simplista de contar a história deste mesmo sujeito” (Hall, 2011, p. 24). Para o autor o sujeito moderno se transformou em três pontos estratégicos durante a modernidade, demonstrando que o sujeito tem uma história, e que a partir disso pode ter um início, meio e fim e nos apresenta três concepções de identidade: O sujeito do Iluminismo: baseado numa concepção de pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, onde desde o nascimento ao longo de sua vida permanece totalmente o mesmo; O sujeito

sociológico: seria constituído através das relações sociais, mantidas pela relação do sujeito com a sociedade; O sujeito pós-moderno, que na perspectiva de Hall (2003), assume diferentes identidades em diferentes momentos, ou seja, no mesmo indivíduo coexistem identidades contrapostas que são impulsionadas em diversas direções, ocasionando contínuos deslocamentos.

Destacamos ainda que Hall não é adepto da teoria essencialista, aquela que pressupõe que a identidade cultural é estabelecida ao nascer, naturalmente, como consequência da herança genética familiar. Para esta teoria, a identidade não se permite afetar por aspectos econômicos, políticos, sociais ou culturais.

Em relação ao sujeito do Iluminismo, onde o autor pontua considerar que este permaneceria o mesmo ao longo de sua vida, ressaltamos que nesse momento histórico não haviam a multiplicidade de escolhas que encontramos atualmente. Deste modo, compreendemos que a identidade desse sujeito não seria considerada fixa e sim, uma identidade que apresentava menos possibilidades de fragmentações e com mudanças mais lentas do que as ocorridas no século XXI.

Assim como Hall, o teórico Castells (1996) cita a identidade como “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significados”. (Castells, 1996) E, significado, como “a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator” (Castells, 1996).

Verificamos, na perspectiva de Castells (1996), que as identidades se ligam às atividades, à história de vida, ao futuro, aos sonhos e fantasias de cada sujeito. Para o autor, as identidades permitem, de um lado, sua percepção como sujeito único, tomando posse de sua realidade individual e, portanto, da consciência de si mesmo. De outro, permitem a diferenciação entre o eu e o outro, termo de comparação que possibilita o destaque das características identitárias de cada um. Ou seja, a identidade refere-se a um conjunto de atributos culturais, os quais se constituem fontes de significados para os próprios atores.

Podemos perceber a construção da identidade através das interações com os diferentes sujeitos e espaços sociais, nos quais buscam, a todo tempo, construir significados para si mesmos. Moita Lopes (2002) pontua que “é na presença do outro com o qual nos engajamos no discurso” que, em última análise, “conforme o que dizemos, o que fazemos e como nos vemos à luz do que o outro significa para nós”. “O que somos, nossas identidades sociais, portanto, são construídas por meio de nossas práticas discursivas com o outro” (Moita Lopes, 2002, p. 32). Em relação aos espaços sociais que são ocupados pelos jovens, Silva (2013) aponta que:

Diferentes contextos sociais fazem com que nos envolvamos em diferentes significados sociais. Consideremos as diferentes “identidades” envolvidas em diferentes ocasiões, tais como participar de uma entrevista de emprego ou de uma reunião de pais na escola, ir a uma festa ou a um jogo de futebol, ou ir a um centro comercial. Em todas essas situações, podemos nos sentir, literalmente, como sendo a mesma pessoa, mas nós somos, na verdade, diferentemente posicionados pelas diferentes expectativas e restrições sociais envolvidas em cada uma dessas diferentes situações, representando-nos, diante dos outros, de forma diferente em cada um desses contextos. (Silva, 2013, p. 31)

Para a Bauman (2008), esse caráter flexível da identidade humana não está relacionado a “como obter as identidades de sua escolha e tê-las reconhecidas pelas pessoas à sua volta” e sim a “que identidade escolher e como ficar alerta para que outra escolha possa ser feita em caso de a identidade antes escolhida ser retirada do mercado ou despida de seu poder de sedução” (Bauman, 2008, p. 187). Para o autor, os sujeitos devem estar atentos a que espaço e momentos utilizar cada identidade que possui, fazendo referência a multiplicidade de identidades que o contexto histórico atual exige.

Dessa maneira, também podemos destacar a força que as tecnologias digitais tem imbricado na construção da identidade humana, que vem sendo cada vez mais influenciada pelos estereótipos veiculados. A cada novo modelo apresentado, os sujeitos procuram se adaptar para que possam fazer parte dele, como relata Hall (2011):

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha. Foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribuiu para esse efeito de “supermercado cultural” (Hall, 2011, p.75).

Além das influências das relações e dos espaços sociais, os sujeitos ainda são afetados por modelos e estereótipos apresentados a todo momento. Esse caráter de mudança de identidade caracteriza o que Louro (2007) chama de identidades plurais e múltiplas:

Essas múltiplas e distintas identidades constituem o sujeito, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência (Louro, 2007, p. 12).

As identidades admitem as mais diversas significações e interpretações. Frente a essas discussões apresentadas, pode-se verificar um fator comum: a compreensão das identidades como processo de construção, contínuo, relacionado com a história e introduzido num conjunto de relações sociais. Assim, é possível observar que o termo identidade tem sido associado ao conceito de cultura, no sentido em que as questões referentes à identidade remetem às relações que os indivíduos mantêm com a cultura que os cercam.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

O intuito desta pesquisa foi o de conhecer como vem sendo a construída a identidade de jovens do 9º ano do Ensino Fundamental que moram no bairro da Rasa, no município de Armação dos Búzios/RJ, pontuando ainda, reflexões em torno da prática pedagógica em relação a construção da cidadania.

As análises aconteceram em três turmas do 9º ano. Optamos trabalhar com essa faixa etária tendo em vista que as escolas municipais atendem até o 9º ano do Ensino Fundamental e que essa faixa etária seria a mais adequada para melhor expressar seus sentimentos e pensamentos em relação a cidade, ao bairro e a escola.

Para esta análise, trabalhou-se com a pesquisa qualitativa, tendo em vista que esta forma de abordagem, que encontra eco na perspectiva de Lüdke e André (1986), deverá priorizar os seguintes aspectos: a pesquisadora permanecerá em contato direto com os sujeitos da pesquisa, levantando dados em seu ambiente natural, neste caso, na escola municipal selecionada e no bairro em que os jovens vivem. Para os autores, na pesquisa qualitativa destaca-se, principalmente, a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. Instrumentos estes que vêm ganhando muita aceitação e credibilidade no que diz respeito a análises de questões relacionadas com ao ambiente escolar.

Foram feitas observações durante os meses de abril, maio e junho de 2014, nas três turmas pesquisadas. Para que pudesse conhecer os jovens e a dinâmica da turma, fui apresentada aos alunos como estagiária.

Essas primeiras observações foram importantes para perceber como os alunos se comportavam em situações em que eram citadas questões em relação as localidades em que vivem.

Em seguida, foi solicitado aos jovens que escrevessem uma redação. O objetivo da redação era o de coletar as informações sobre a vivências dos alunos em relação à cidade de Búzios, o bairro em que vivem e a escola em que estudam, podendo assim, orientar a construção das perguntas dos questionários.

Ressaltamos aos alunos que a atividade não era avaliativa e que poderiam fazê-la com liberdade e criatividade, assim, deixamos que levassem a atividade para casa, combinando de devolvê-las três dias após. Infelizmente a maioria dos alunos não se comprometeu suficientemente e foi necessário solicitar a direção da escola um momento para que a realizassem durante o horário de aula. Após explicar a importância da pesquisa para as três turmas, somente 27 alunos desejaram realizá-la.

Podemos observar na análise das redações que vinte e dois alunos escreveram em sua redação a respeito de momentos de lazer e de ócio. Na maioria dessas redações, foram pontuadas críticas como: “na minha cidade e/ou no meu bairro não tem nada para fazer.”

Como apresentamos nos exemplos:

*“Há 2 anos me mudei para Búzios. Já morei nesse bairro da Rasa antes, mas foi a muito tempo. Me mudei para o Rio de Janeiro mas voltei a morar aqui. Moro na Vila Verde (onde também não há nada). Apesar de ter espaços para eventos, a Rasa sempre foi assim, desatualizada. Por isso é conhecida como “cidade turística”, mas isso não é boa coisa para os moradores da região. Búzios, a Rasa, está sempre abrigando turistas em eventos mundiais como a Copa do Mundo, mas quando esses eventos se vão, nós moradores ficamos na mesma rotina.” (ALUNO 1R)*

*“Sou de São Paulo e moro aqui em Búzios uns 5 anos. Assim que cheguei de São Paulo morei em Manguinhos uns 2 anos. Atualmente eu moro no bairro da Rasa e sinceramente não gosto muito! Aqui na Rasa não tem nada de interessante, se você quer se divertir tem que ir pro centro ou pra Cabo Frio.” (ALUNO 2R)*

*[...] “Minha em vida em Búzios não é muito boa porque não tem muitas coisas para aproveitar. Faltam muitas coisas e muitas coisas são muito caras.” (ALUNO 3R)*

*“Até que gosto de Búzios, sou apaixonada pelas praias, vou sempre que posso. Costumo sair com os amigos e conversar com meus primos. Búzios não tem um lugar que reúna vários adolescentes para fazer uma atividade maneira, pelo menos não no meu bairro. Moro aqui na Rasa e não tem nada de bom para fazer!” (ALUNO 4R)*

Através dos relatos dos alunos podemos observar que os jovens apresentam certa insatisfação em morar no bairro da Rasa, tanto pela falta de opções de lazer, como pela pouca atenção que os próprios moradores recebem em comparação com os turistas que visitam a região. Ressaltamos, mais uma vez, que a utilização de espaços públicos para manifestações de cultura e para socialização é uma prática comum na juventude. Esses espaços permitem a sociabilidade que é tão importante e necessária nesta fase da vida. Por isso, quando o ambiente não se torna propício para a utilização e visitação desses jovens, é comum percebermos reações como as relatadas pelos alunos.

A convivência entre os jovens, assim como outras atividades, pode ser um importante instrumento de formação, principalmente em bairros de periferia, onde os jovens se encontram em grande número em praças, parques, etc. Isso porque é através da troca de experiências, de sentimentos, de realizações e de inquietações, que os jovens conseguem compartilhar sua visão do mundo, serem vistos e ouvidos pelos outros, estreitando seus laços de amizade, familiar e de vizinhança. Reconhecendo assim a importância da vida comunitária, que pode acentuar o sentimento de pertencimento pelo bairro e pela cidade.

Percebemos ainda que onze alunos pontuaram questões relacionadas à cursos e projetos.

Na maioria dessas redações, os alunos relataram o desejo em realizar alguma atividade que não é oferecida na cidade em que vivem. Ainda que alguns jovens gostem do bairro e da cidade em que vivem, necessariamente, para realização de aspirações futuras, terão que se deslocar para outras localidades em busca de cursos, que poderiam também fazer parte da ocupação do tempo livre.

Nos chama a atenção o pouco acesso desses jovens à cursos e projetos nas proximidades das localidades em que vivem, principalmente, por considerarmos que os jovens das camadas mais populares, necessitariam ser os sujeitos privilegiados dessas ações.

Observamos ainda que, o aluno 8R pontua que *“Búzios é só pra rico, o que pobre faz em Búzios?”*, assim como o Aluno 3R, que destacou que, em Búzios, *“muitas coisas são muito caras”*. Estes relatos são fortes e muito significativos como marcadores de identidade. Refletimos sobre como vem sendo a construção da identidade destes alunos que se sentem excluídos da cidade em que vivem por apresentar uma condição financeira menos favorecida do que os turistas e investidores que frequentam a cidade. Estas visões que os alunos apresentam demonstram claramente um sentimento de pertencimento negativo em relação a cidade de Armação dos Búzios, considerando que não podem fazer parte dela por não se considerarem *“ricos”*.

Nesse sentido, demonstrando insatisfação com a localidade em que vivem, nove alunos relataram situações relacionadas ao consumo de drogas, sendo o segundo tema mais pontuado. Na maioria dessas redações, os alunos relataram preocupação com o envolvimento dos jovens com as drogas.

Ainda, sete alunos discorreram sobre a violência que tem acontecido no bairro em que vivem e sobre educação e sobre a escola em que estudam; Oito alunos relataram insatisfação com a estrutura física da cidade e/ou com o bairro em que vivem; Já sobre as aspirações futuras, três alunos escreveram sobre o que desejam fazer nos próximos anos; Três alunos pontuaram ainda a respeito de suas relações familiares.

A partir das observações realizadas nas turmas e análises das redações, elaboramos um questionário em que os alunos que participaram da coleta de dados apresentaram idade entre 13 e 17 anos. Destes, 62% informaram ser do sexo feminino e 38% masculino.

Em relação a “Como você se considera?”, 34% relataram se considerar amarelo (a), 32% pardo (a), 19% preto (a), 10% outro (a), 3% branco (a) e 2% se consideram indígena. Dos alunos que marcaram a opção outro (a), dois relataram que se consideram negro e quatro relataram ser “morenos”.

Já em relação a cidade em que os alunos nasceram, 91% dos alunos relataram que nasceram em outra cidade e apenas 2% nasceram na cidade de Armação dos Búzios, 7% não respondeu. A maioria, 26% dos alunos, informou ter nascido na cidade de Cabo Frio.

Quanto ao bairro em que residem, a maioria, 41% dos alunos, informou que mora na Rasa, seguidos de 26% de alunos que moram no bairro da Maria Joaquina, vizinho e que pertencente ao município de Cabo Frio, o restante reside em outros bairros próximos a Rasa.

Destes, 43% moram neste bairro de 11 a 15 anos, 35% de 6 a 10 anos, 18% de 1 a 5 anos e 4% moram neste bairro há menos de 1 ano.

A maioria dos alunos, 82%, consideram a cidade de Armação dos Búzios boa, 12% ruim e 6% a consideram ótima. Já 55% dos jovens consideram o bairro em que vivem bom, 34% consideram ruim, 9% consideram ótimo e 2% relatou outra resposta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa pudemos perceber que diante do fenômeno da globalização as identidades têm sofrido modificações, principalmente no que diz respeito as suas (re)significações. Observamos marcas de uma identidade que está a todo o momento sendo construída e reconstruída.

Constatamos que a maioria dos alunos pesquisados é moradores do bairro da Rasa, que fica inserido na periferia do município de Armação dos Búzios e que é constituído, em grande parte, de famílias de classe econômica baixa, negros, remanescentes de quilombolas.

Durante a análise das respostas, percebemos uma juventude com baixa autoestima ao se expressar sobre sua vivência na cidade de Armação dos Búzios, considerando que não fazem parte desse ambiente. Verificamos que esses jovens apresentam um maior sentimento de pertencimento em relação ao bairro em que vivem do que em relação à cidade de Armação dos Búzios.

Essa dura realidade, que incrementa a desigualdade entre as classes e desloca os pobres para a periferia é o principal componente para que os jovens, nestas situações, se sintam marginalizados. Nos centros urbanos e nos bairros de classe média ou alta,



eles sentem-se indesejáveis, por sua condição social e/ou cor de pele, bases de um preconceito velado e dissimulado pela sociedade. Esses jovens sentem que a eles tem sido negado o espaço, os bens materiais e as oportunidades.

## REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade / Anthony Giddens; tradução, Plínio Dentzien - Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade / Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro - 11. ed., 1. reimp. - Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

\_\_\_\_\_, Stuart. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas. / Zygmund Bauman; tradução José Gradel - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.  
LOURO, Guacira. Gênero, sexualidade e educação. Uma abordagem pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais / Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 13. ed. Petrópolis/RJ. Vozes, 2013. LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. - Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, E.P.U., 1986. 99p.

## A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA E O CURRÍCULO IMPLEMENTADO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DA RASA EM ARMAÇÃO DOS BÚZIOS/RJ

**CEZAR, Lilian Sagio**

*Professora Associada - UENF  
Doutora em Antropologia Social  
lsagio@hotmail.com*

**VAZ, Ana Carolina de Sousa**

*Doutoranda em Políticas Sociais - UENF  
carolinasousavaz@hotmail.com*

### RESUMO

O município de Armação dos Búzios, no estado do Rio de Janeiro, oferece aos visitantes uma geografia paradisíaca, belas praias e abundância da caça submarina, sendo um atrativo roteiro turístico. O bairro da Rasa, localizado na periferia de Armação dos Búzios, foi certificado pela Fundação Palmares no ano de 2005 como comunidade quilombola, tendo na memória coletiva de seus moradores narrativas sobre disputas pela exploração e contrabando de escravos, do pau-brasil e mais recentemente, do próprio território. A presente comunicação visa descrever e analisar a política de Educação Escolar Quilombola e sua implementação na comunidade de remanescente de quilombo da Rasa, em Armação dos Búzios/RJ. Para desenvolver este trabalho, a metodologia utilizada será de natureza qualitativa por meio de revisão bibliográfica e análise documental.

**Palavras-chave:** Política Educacional; Educação Escolar Quilombola; Currículo.

### ABSTRACT

The municipality of Armação dos Búzios, in the state of Rio de Janeiro, offers visitors a paradisiacal geography, beautiful beaches and plenty of underwater hunting, being an attractive tourist route. The neighborhood of Rasa, located on the outskirts of Armação dos Búzios, was certified by the *Fundação Palmares* in 2005 as a quilombola community, having in the collective memory of its residents narratives about disputes for the exploitation and smuggling of slaves, *pau-brasil* and more recently, Of the territory itself. This paper aims to describe and analyze the School Education Quilombola and its implementation in the Rasa quilombo remnant community, in Armação dos Búzios/RJ. To develop this work, the methodology used will be qualitative through bibliographic review and documentary analysis.

**Keywords:** Educational politics; School Education Quilombola; Curriculum.

## INTRODUÇÃO

### **Quilombo da Rasa em Armação dos Búzios/RJ**

A partir da promulgação da Constituição Brasileira de 1988, o conceito de quilombo, inscrito no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) desde 1986 passou a conferir direitos territoriais aos remanescentes de quilombos, garantindo-lhes a titulação definitiva de posse e uso de seus territórios tradicionais pelo Estado brasileiro. Desde então, as Comunidades Remanescentes de Quilombos puderam acessar via política pública o direito ao autorreconhecimento como demarcação de pertencimento e identidade ligados a territórios étnico-raciais, e passaram também a ser denominados como Povos e Comunidades Tradicionais.

A Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa está localizada em um bairro periférico da cidade de Armação dos Búzios, na zona costeira do interior do estado do Rio de Janeiro. Esse município se projeta no imaginário nacional a partir do oferecimento de bens e serviços ligados à indústria do turismo, tendo como principal atrativo uma geografia costeira tida como paradisíaca, belas praias e abundância da caça submarina, o que lhe confere a procura por brasileiros e estrangeiros. Armação dos Búzios tornou-se município autônomo apenas em 1995, através da Lei Estadual nº 2498, de 28 de dezembro de 1995, sendo então desmembrado do município de Cabo Frio.

Como outros municípios costeiros do Sudeste, a pressão imobiliária, a falta de reconhecimento e políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e pesca artesanal que são as atividades econômicas de esteio da maior parte da população, imprimiu a marca da desigualdade social traduzida em bairros luxuosos preparados para a recepção de fluxos turísticos, construídos a beira mar e nos morros rodeados pelos últimos vestígios de Mata Atlântica. Esses locais muitas vezes testemunham a expulsão dos moradores tradicionais a partir de pressão imobiliária de redes globais de construtoras e hotelaria.

Até 2005 a localidade da Rasa era tida somente como mais um bairro pobre, distante e em sua maior parte povoado por negros de renda familiar baixa. Foi a partir da organização local que os membros da comunidade construíram documento de autorreconhecimento pleiteando junto à Fundação Palmares sua certificação enquanto Comunidade Remanescente de Quilombo.

Os moradores da Rasa expressam, a partir de narrativas, representações que se remetem à memória social do passado escravocrata pautada por disputas pela exploração e contrabando de escravos e do pau-brasil. Já sobre o período mais recente, as trajetórias de vida das famílias são narradas a partir do desenrolar de conflitos ligados ao território. Historicamente a cidade de Armação dos Búzios foi um porto de desembarque de escravos, que passou a clandestino quando a campanha abolicionista tomou o Brasil no final do século XIX.

No presente, o bairro da Rasa tem sido alvo da intensa especulação imobiliária, processo que também se espalha por toda a cidade de Armação dos Búzios, alvo da ação predatória e não sustentável social/econômica/ecológica de grupos empresariais ligados à indústria imobiliária, turismo, comércio que, com apoio velado de políticos locais, investem na construção de casas, condomínios de alto padrão e resorts.

Essa especulação desencadeia o travamento de conflitos e reivindicações daqueles que lutam pelo direito às terras, além da preservação das memórias e saberes articulados a partir dos tradicionais territórios.

### **Política Pública e Educação Quilombola: estudo de caso das oito escolas públicas da Rasa**

Na comunidade quilombola da Rasa, estão instaladas oito escolas públicas municipais que atendem alunos da creche à educação de jovens e adultos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira prevê em seu Art. 12, inciso I, que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”.

Deste modo, cabe a cada escola construir, com a participação de toda comunidade escolar, sua proposta pedagógica, com base nas diretrizes, respeitando as especificidades políticas, sociais, econômicas e culturais de cada território. Por isso, a proposta pedagógica e, conseqüentemente, o currículo devem estar em contínua construção e reformulação, considerando os aspectos regionais e temporais.

No caso das escolas inseridas em comunidades quilombolas, existem políticas nacionais que regulamentam e orientam a educação sobre as relações étnico-raciais e de combate ao racismo, como por exemplo, a Educação Escolar Quilombola, o Art. 26A da LDB, que trata da obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008), e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

A presente comunicação visa descrever e analisar a política de Educação Escolar Quilombola e sua implementação na comunidade de remanescente de quilombo da Rasa, em Armação dos Búzios/RJ. A metodologia utilizada possui natureza qualitativa através de revisão bibliográfica e análise documental das leis.

No ano de 2010, em Brasília, foi realizada a Conferência Nacional de Educação (CONAE) com o objetivo de discutir sobre a diversidade no campo da política educacional. De acordo com o Ministério de Educação (MEC), o CONAE é um espaço democrático aberto pelo Poder Público para que todos possam participar do desenvolvimento da Educação Nacional.

Essas discussões procederam, entre outras, a inclusão da Educação Escolar Quilombola como uma modalidade da educação básica através do Parecer CNE/CEB nº 07/2010 e na Resolução CNE/CEB nº 04/2010 que instituem as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica. Deste modo, a Educação Escolar Quilombola passa a ser regulamentada no nível nacional, sendo construída a partir das orientações curriculares gerais da Educação Básica, das orientações do Parecer CNE/CP nº 03/2004 e da Resolução CNE/CP nº 01/2004, que instituem a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos das escolas públicas e privadas da Educação Básica.

Destaca-se ainda que o currículo deve, no caso da educação desenvolvida em comunidades tradicionais, contemplar as especificidades das vivências regionais e locais dando especial atenção às memórias das mais específicas comunidades do país.

No ano de 2011, a Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) iniciou o processo de elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola tendo sua aprovação em 5 de junho de 2012, através do Parecer CNE/CEB nº 16/2012. A elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola seguiu as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2010) que determina que:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, 2010, p. 42)

Deste modo, o Art. 9º da Resolução nº 8/2012 circunscreve que a Educação Escolar Quilombola compreende tanto as (I) escolas quilombolas, quanto as (II) escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas. Entende-se por escola quilombola aquela unidade de educação localizada em território quilombola.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola orientam-se também pelas deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010), que aponta que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão:

- a. Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional.
- b. Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local.
- c. Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/às profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo.
- d. Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados.
- e. Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas.
- f. Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização.
- g. Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.
- h. Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas. (CONAE, 2010, p. 131-132)

Deste modo, cabe a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios implementar, ajustar, adaptar e acrescentar o que julgam ser necessário de acordo com as especificidades da comunidade quilombola local.

O currículo a ser implementado nas escolas quilombolas deverá ser baseado nas orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, seguindo os eixos orientadores gerais da educação brasileira incluindo os valores das comunidades quilombolas (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, p. 462):

[...] a organização do tempo curricular deve se realizar em função das peculiaridades de seu meio e das características próprias dos seus estudantes, não se restringindo às aulas das várias disciplinas. Dessa forma, o percurso formativo dos estudantes deve ser aberto e contextualizado, incluindo não só os componentes curriculares centrais obrigatórios, previstos na legislação e nas normas educacionais, mas também, conforme cada projeto escolar, outros componentes flexíveis e variáveis que possibilitem percursos formativos que atendam aos inúmeros interesses, necessidades e características dos educandos (Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, p. 22).

Em relação construção do currículo, Art. 34 da Resolução nº 8/2012 define que:

§ 1º Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem ser construídos a partir dos valores e interesses das comunidades quilombolas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definidos nos projetos político-pedagógicos.

§ 2º O currículo deve considerar, na sua organização e prática, os contextos socioculturais, regionais e territoriais das comunidades quilombolas em seus projetos de Educação Escolar quilombola. (Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012)

O currículo da Educação Escolar Quilombola deverá “incluir nos seus princípios, nas suas práticas curriculares e no seu projeto político-pedagógico o direito e o respeito à diversidade étnico-racial, religiosa e sexual, bem como a superação do racismo, da discriminação e do preconceito racial” (Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, 2013, p. 463).

O material didático e de apoio pedagógico para a Educação Escolar Quilombola deverá ser disponibilizado pelos sistemas de ensino e pelos estabelecimentos de Educação Básica que deverão providenciar:

- Registro da história não contada dos negros brasileiros, tais como em remanescentes de quilombos, comunidades e territórios negros urbanos e rurais (p. 23) [...]
- Edição de livros e de materiais didáticos, para diferentes níveis e modalidades de ensino, que atendem ao disposto neste parecer, em cumprimento ao disposto no Art. 26A da LDB, e para tanto abordem a pluralidade cultural e a diversidade étnico-racial da nação brasileira, corrijam distorções e equívocos em obras já publicadas sobre a história, a cultura, a identidade dos afrodescendentes, sob o incentivo e supervisão dos programas de difusão de livros educacionais do MEC – Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional de Bibliotecas Escolas (PNBE)

- Divulgação, pelos sistemas de ensino e mantenedoras, com o apoio dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, de uma bibliografia afro-brasileira e de outros materiais como mapas da diáspora, da África, de quilombos brasileiros, fotografias de territórios negros urbanos e rurais, reprodução de obras de arte afro-brasileira e africana a serem distribuídos nas escolas da rede, com vistas à formação de professores e alunos para o combate à discriminação e ao racismo (p. 25) (Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, 2013, p. 459)

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios “deverão, por meio de ações cooperativas, assegurar a aquisição e a distribuição de livros, obras de referência, literaturas infantil e juvenil, material didático-pedagógico e de apoio pedagógico que valorizem e respeitem a história e cultura das comunidades quilombolas” (Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, 2013, p. 459).

Observa-se que há um complexo dispositivo legislativo que visa implementar e garantir que as crianças, jovens e adultos de comunidades quilombolas tenham direito a uma educação diferenciada que respeite a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO - 2002) da qual o Brasil se tornou signatário. Esta declaração preconiza e estabelece metas e planos de ação política articuladas às questões de direito, ética e liberdade, visando o reconhecimento e respeito às diferentes culturas que se articulam na constituição de cada Estado Nação signatário.

No Brasil, tal dispositivo internacional permitiu a construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola enquanto documento oficial que regulamenta e orienta o desenvolvimento da proposta de educação focada no reconhecimento das especificidades culturais destas comunidades que se articulam a partir de referências à ancestralidade afro-descendentes articuladas às formas tradicionais de transmissão de conhecimentos, interpretação e agenciamento do uso de recursos naturais, inclusive do uso de seu território, presentes em sua localidade.

Na prática, tal política pública cria a demanda de que os municípios que possuem comunidades remanescentes de quilombos implementem essa política para que as escolas tenham autonomia na construção de um projeto político pedagógico e de um currículo levando em consideração as dimensões políticas, históricas, econômicas, sociais, educacionais e culturais específicas daquela localidade.

Infelizmente esse cenário está longe de ser concretizado, como apontam os primeiros dados obtidos a partir dessa pesquisa.

### **Resultados alcançados e Considerações Finais**

A presente comunicação sintetiza e apresenta os objetivos, justificativas e mapeamento bibliográfico de uma pesquisa que está em fase inicial.

A questão de fundo que perpassa e articula essa investigação é concernente à necessidade de se construir, a partir dos conhecimentos sobre diferentes linguagens e estéticas, meios de permitir que conteúdos e suportes de memória caros às culturas locais, geralmente transmitidas a partir da tradição oral, encontrem respaldo curricular para ser abordados nas escolas, em proposição de diálogos simétricos entre culturas orais e/ ou populares e as ditas culturas eruditas que tanto são respaldadas pela escrita.

Vale ressaltar que as culturas orais, apesar de carregarem os sabores e as artes de viver dos mestres da cultura popular que marcam a identidade local, acabam sendo

desconsideradas e desautorizadas por ações pedagógicas pautadas na cultura escrita, cujas matrizes em boa medida são provenientes de metrópoles que autorizam e legitimam a estética e os padrões de intenção ocidentais, sendo esses muitas vezes vetores de práticas imperialistas de dominação e controle social.

Para responder a essa questão se faz necessário compreender a produção da música, cultura e expressões artísticas dessa comunidade quilombola em suas múltiplas formas a fim de questionar se essas estariam sendo abordadas nas escolas, pensando a promoção das identidades, estéticas e patrimônios culturais locais.

Essa investigação também visa a produção de novos materiais didáticos, cujos resultados poderão ser empregados para subsidiar futuramente a construção de currículos no município e região.

### Referências Bibliográficas

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE); Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2010.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação (CNE); Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução nº 7, de 07 de abril de 2010: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2010.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação (CNE); Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução nº 16, de 05 de julho de 2012: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2012.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação (CNE); Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2012.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação (CNE); Conselho Pleno (CP). Resolução nº 3, de 10 de março de 2004: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: CNE/CEB, 2004.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação (CNE); Conselho Pleno (CP). Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: CNE/CEB, 2004.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2010.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 2.498, de 28 de dezembro de 1995. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/144449/lei-2498-95-rio-de-janeiro-rj>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2016.



\_\_\_\_\_. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)> Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 7, 14 de dezembro. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica, 2010.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Planalto do Governo. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

UNESCO. Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>> Acesso em: 02 de dezembro de 2016.

## PLURALISMO JURÍDICO E RAÇA

**MEIRELLES, Delton R. S.**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) e do Departamento de Direito Processual da Universidade Federal Fluminense  
*deltonmeirelles@id.uff.com*

**COSTA, Henrique Rodrigues**

Graduando em Direito da Universidade Federal Fluminense  
*henrique\_rcosta@hotmail.com*

### RESUMO

O presente trabalho visa analisar o direito, considerando-o como fruto de fenômeno histórico, cultural ou social, juntamente com sua relação com a sociedade. Além de se estruturar a conexão existente entre o Estado e o Direito, pensando pela lente do pluralismo jurídico, e como tal questão atua na problemática racial.

**Palavras chave:** Direito. Pluralismo. Estado. Problemática racial

### ABSTRACT

The present work aims at analyzing the law, considering it as a result of historical, cultural or social phenomena, along with its relation with society. In addition to structuring the existing connection between the State and the Right, thinking about the lens of legal pluralism, and how such an issue acts in the racial problematic.

**Key words:** Law. Pluralism. State. Racial problems

## INTRODUÇÃO

Na relação entre direito e sociedade, depreende-se que o direito é a derivação de um fato histórico-cultural ou um fato social. É o fruto de relações intersubjetivas, dando-se na exigibilidade de um grupamento humano. A sociedade, por sua vez, é um conjunto absoluto de diversos grupamentos, sendo assim, a noção de que o direito perpassa um grupamento humano transmite a ideia de que existem Direitos que se submetem ao Ordenamento Jurídico. Trata-se, pois, de um pluralismo jurídico.

Se concebemos a ideia de um pluralismo é necessário que se tenha a noção da diferença entre os estados “Uni-nacionais” e os Estados Multinacionais e Pluriculturais. Se trabalhamos em um Estado “Uni-nacional” não há o reconhecimento desse pluralismo, pois todos os indivíduos formam, juntos, uma só nação. Fala-se, pois, de um único grupamento absoluto, sociedade, que remete a um único direito. Nessa situação, são reconhecidos apenas o direito do grupamento dominante, que, por sua vez, assume o papel de titular da sociedade, ditando seus valores, princípios e costumes, fazendo, assim, com que outros grupos sejam marginalizados e seus Direitos – pois também são grupamentos humanos – não sejam reconhecidos.

Em Estados Multinacionais e Pluriculturais os Direitos são reconhecidos, logo, são positivados e podem ser acionados pelos respectivos grupamentos, isto é, diversas nações e culturas, que, juntas, em caráter absoluto, compõe a sociedade, podendo formar a norma superior de todo o Ordenamento Jurídico, fazendo com que a realidade social, cultural e histórica de cada grupamento seja reconhecida.

As formas de preconceitos derivam de um não reconhecimento. Se o direito é o mecanismo de controle e regulação social é necessário que ele se adeque a real necessidade dos indivíduos que compõe o limite territorial de sua atuação. O direito quando não reconhece tais divergências, passa a ser fonte, instrumento, instituição que ajuda de maneira direta ou indireta para as discriminações e preconceitos. No caso brasileiro, há de se levar em consideração o racismo.

## I. O RACISMO PELA LENTE DO DIREITO. COMO O FENÔMENO JURÍDICO ATUA FRENTE À PROBLEMÁTICA RACIAL.

O racismo é uma lógica opressora, sendo assim, se dá na relação entre dominantes e dominados. Aqueles são o grupo étnico branco, que oprimem estes: o grupo étnico negro. Quando o Ordenamento Jurídico não aceita o pluralismo, o Estado não aceita a pluriculturalidade e a multinacionalidade existe a colaboração para uma lógica racista. Um domina e outro é dominado, fazendo, pois, que o Ordenamento jurídico seja, por diversas vezes, fonte da problemática racial

Para colaborar no entendimento, trabalhou-se e pensou-se juntamente com a análise produzida na Faculdade de Direito, situação em que se analisa a política de ação afirmativa, a qual, por sua vez, é uma lei que visa a inclusão de parcelas marginalizadas da sociedade. Tenta trabalhar com a noção da pluralidade e da diversidade.

## II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1. Pluralismo jurídico

Na significação dada pelo dicionário, a palavra pluralismo é considerada como: “Qualidade do que não é único ou do que admite mais de uma coisa, categoria, multiplicidade” (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008 – 2013). Sendo assim,

de forma leiga pode-se pensar o pluralismo jurídico como sendo a multiplicidade de formas jurídicas.

Dentro de uma conceituação mais formal como a de Boaventura de Sousa Santos, que considera o pluralismo jurídico como a existência de diversas fontes produtoras do fenômeno jurídico dentro de um mesmo espaço geopolítico, de maneira que não que possa perceber uma hierarquia entre tais fontes produtoras, elas são equivalentes. O oposto do pluralismo jurídico é o monismo jurídico, em que há um polo produtor do direito que é o Estado.

Pensar o pluralismo requer analisá-lo tanto em aspectos infranacionais, dentro das fronteiras do território, ou supranacional, fora das fronteiras do território, todavia, em nossa análise devemos nos ater apenas ao pluralismo infranacional que é suscitado por Boaventura ao analisar a comunidade de Jacarezinho.

Na análise de tal conjunto habitacional, pode-se concluir que as favelas brasileiras são um local com uma estrutura jurídica própria e também uma ausência de poder do Estado que é substituída pelo poder local proveniente do tráfico de drogas. Dentre as comparações realizadas, pode-se citar: enquanto o Direito Estatal possui a lei, o Direito de Pasárgada, como dito na obra, é galgado em *topois*, estes são pontos de vistas construídos a partir da reflexão que vigoram dentro da comunidade. Pasárgada, por ser supostamente um ambiente ilegal não recorre ao judiciário, logo, seus conflitos são resolvidos pela associação de moradores, verificando a presença da mediação, com objetos a serem disputados de maneira mais flexível, em contraposição à adjudicação, com objetos já rígidos e delimitados ao serem disputados.

Dado o caráter popular das favelas brasileiras, toda a estrutura jurídica é construída em um linguajar, também, popular, não se reconhecendo grandes estruturas eruditas e excludentes. É uma comunicação mais democrática porque envolve todos que ali residem, tal democracia da linguagem tem seus reflexos na interação entre os atores, os quais não se pautam na formalidade como ocorre no Direito Estatal, e não se usam de diversas significações de poder, e sim do uso e senso comum

De maneira conclusiva, pode-se perceber que existe uma variação da retórica ao se comparar Pasárgada e o Estado, vez que existem mais elementos orais no primeiro do que no segundo. Tal situação decorre do fato de que o nível de institucionalização e formalização do direito é alto, quando analisado no Direito Estatal, além de seu forte poder de coerção.

A análise de Boaventura nos remete ao fato de que Pasárgada é uma fonte produtora de um direito que vigora e é vigente. Ele, o direito, impera e domina dentro de uma localidade à um determinado grupamento humano. Ou seja, fala-se em pluralismo jurídico não se questiona sobre a validade do direito de Pasárgada, pois sabe-se que ele funciona e tenta suprir as demandas de um determinado grupamento humano que não é completamente atingido pelo suposto Direito Estatal, que supostamente é pensando para suprir as demandas do grupamento absoluto, a sociedade.

## **2. Estado Plurinacional e Multinacional**

Dada a existência do pluralismo jurídico é preciso que se tenha a concepção de que a máxima efetividade de tal fenômeno jurídico se daria dentro da concepção de um Estado Plurinacional e Multicultural. Se a relação entre direito e sociedade é existente,

a que existe entre direito e Estado é inegável. Aceita-se sem grandes questionamentos que o Estado usa o direito de forma coercitiva, que o direito é o mecanismo de regulação do Estado e da sociedade, e além disso, ambos, isto é, Direito e Estado, são perpassados pela noção de grupamento humano. Todavia, para que tal Estado seja concebido é necessário que certas mudanças ocorram dentro do Estado Mono-nacional.

Necesitamos inventar la democracia em el sentido intercultural y el Estado em el sentido plurinacional, porque el Estado liberal moderno no va a volver. Su crisis es irreversible y, por eso, lo peor que puede pasarnos nosotros no seamos capaces de vivir este período con gran intensidad democrática y con un sentido más profundo, más inclusivo de lo que es la bolivianidad. (SANTOS: 2007)

## 2.1. Neoconstitucionalismo e constitucionalismo

Pensar o Estado de Direito implica em pensar o Constitucionalismo. Na Grécia Antiga, mesmo que os escravos e as mulheres não possuíssem o direito a participação política, os produtores e governadores (considerados cidadãos) não tinham distinção política. A participação política não estava ligada a riqueza dos homens, ou seja, os produtores mais pobres e os mais ricos possuíam o mesmo poder político. Por meio de encontros nas Ágoras (local para discussão política) camponeses, artesãos e trabalhadores em geral expunham e defendiam suas ideias perante a coletividade (isegoria), fazendo assim seu papel de cidadão. Para Aristóteles, cidadão era aquele que deveria ter os conhecimentos e as capacidades indispensáveis tanto para governar quanto para ser governado, ou seja, todo o cidadão possuía um importante papel na formação de uma sociedade mais participativa e, conseqüentemente, mais democrática.

Durante a Idade Média houve a fusão dos poderes políticos e econômicos nas mãos dos senhores feudais, foi estabelecido uma pirâmide social e foi retirada qualquer possibilidade de participação popular na política. A partir da Revolução Francesa e, posteriormente, industrial houve a separação do homem indivíduo e social. No âmbito individual o homem gozaria livremente de suas individualidades e no âmbito social esse mesmo homem deveria abrir mão de algumas de suas convicções pessoais e viver em sociedade de forma coletiva. Porém, as extremas desigualdades na esfera privada trouxeram implicações severas ao âmbito coletivo.

Ao longo dos séculos XIX e XX, houve ganhos sociais devido ao crescimento do movimento operário que inspirados por Karl Marx lutavam por melhores condições de trabalho, expansão do sufrágio entre outros direitos civis. Mas com a queda de governos comunistas o Neoliberalismo ganhou força e impôs a maior parte da população ideias individuais como verdades universais, como por exemplo a financeirização da economia, a flexibilização de direitos trabalhistas, as privatizações e a criminalização de movimentos sociais. É nesse cenário de neoliberalismo econômico que surgem movimentos como o novo constitucionalismo transformador, em especial na Bolívia. Na história do país, é nítida a dificuldade de estabelecer uma democracia representativa, pois devido a origem indígena da maior parte de sua população somado as inúmeras revoltas, desenvolveu-se, ao longo dos séculos, uma tradição de participação assembleísta, de perspectiva originária, cumulada com a conselheira, de origem operária e tradição europeia

O principal exemplo do Novo Constitucionalismo na América Latina é a Bolívia, um país que sofreu de constante instabilidade política e ao longo do tempo excluía a população indígena do sistema democrático.

La evolución constitucional responde al problema de la necesidad. Los grandes cambios constitucionales se relacionan directamente con las necesidades de la sociedad, con sus circunstancias culturales, y con el grado de percepción que estas sociedades posean sobre las posibilidades del cambio de sus condiciones de vida que, en general, en América Latina no cumplen con las expectativas esperadas en los tiempos que transcurren. Algunas sociedades latinoamericanas, al calor de procesos sociales de reivindicación y protesta que han tenido lugar en tiempos recientes, han sentido con fuerza esa necesidad que se ha traducido en lo que podría conocerse como una nueva independencia, doscientos años después de la política. Independencia que esta vez no alcanza sólo a las élites de cada país, sino que sus sujetos son, principalmente, los pueblos (Dalmau: 2008, p. 23).

Os direitos indígenas e o reconhecimento de sistema de valores próprios só passam a ser assegurado na Constituição de 2009 quando se inaugura um Estado Unitário Social de Direito plurinacional comunitário. No Equador também é levantada essa questão de direitos de outras comunidades culturais e estes ficam garantidos constitucionalmente a partir de 2008. “Quando a Constituição Federal de 2008 estabelece que o Equador se organizará mediante um estado pluricultural, está expressando com clareza seus ideais. Primeiro, constatação de uma realidade que reconhece que no país existem culturas distintas a hegemônica; segundo, uma aspiração, que todas as culturas têm possibilidade de desenvolver ao máximo seus potenciais e poder compartilhar e aprender de outras culturas”.

O Novo Constitucionalismo reforça as ideias do Constitucionalismo só que agora com o objetivo de impregnar a ordem jurídica de conteúdos axiológicos, princípios e ideais de Justiça. O novo constitucionalismo dá abertura ao Estado Pluricultural.

As características principais desse movimento podem ser apontadas na existência de: número maior de princípios nos textos legais; uso preferencial do método de ponderação, no lugar da simples subsunção; justiça particular (individual, levando em consideração as peculiaridades do caso concreto); fortalecimento do Poder Judiciário; e aplicação da Constituição em todas as situações, em detrimento da lei (Ávila: 2009, p. 2)

## 2. Estado Pluricultural e Multinacional

Algumas transformações configuram o Estado Pluricultural e Multinacional como a passagem **Do Estado subordinado ao Estado soberano e independente**, vez que os Estados Nacionais sempre foram importantes e necessários para o capitalismo no momento histórico pós 2ª Guerra Mundial e com o acordo de Bretton Woods (1944) os Estados assumem como propósito um movimento de expansionismo capitalista por meio de políticas macroeconômicas e uma nova forma de regulação das relações monetárias, comerciais e financeiras, por intermédio do Bando Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Essa nova configuração faz que com as decisões deixem de ser nacionais e passem a ser soberanas.

Boaventura de Sousa Santos considera que houve uma mudança no capitalismo mundial, devido aos seguintes fatores principais: a transnacionalização da economia; a desnacionalização do Estado; e a desestatização da nação. Logo, deve-se perguntar: “Existe a necessidade de se recuperar a soberania do Estado, porém, com fazê-la?” a resposta para tal pergunta, é de maneira prática apontada, pelo mesmo autor, que suscita a radicalização da democracia, a reinvenção do Estado e a construção de uma globalização que atinja a tudo e a todos.

O Estado Nacional precisa se transformar em Estado Unitário e Plurinacional, para tanto, faz-se necessário entender e compreender o conceito de nação, uma vez que ele pode ser confundido com o conceito de Estado e Povo. Segundo Júlio César Trujillo, tem-se que nação pode ser subdividida em: nação política, jurídica e cultural, ou seja, elenca-se, pois, todos os âmbitos que reúnem os indivíduos em seus grupamentos humanos.

O Estado plurinacional é, também, pluricultural porque nação e cultura são conceitos que dialogam, sendo assim, tal Estado é a maior exemplificação da diversidade, vez que as demandas de todos os grupos são levadas em consideração. Não se discorre sobre uma força hegemônica que impera, mas uma pluralidade de forças equivalentes.

O Estado Monocultural precisa mudar para o Estado Intercultural. A necessidade de tal mudança é imprescindível, porque a cultura hegemônica torna invisível e destrói outras culturas existentes em um mesmo espaço e tempo. No Estado Monocultural há a existência de diversas instituições como a família, a igreja, a escola e até mesmo o cárcere, que giram ao redor do modelo ideal de ser humano. Este modelo é pautado sempre na cultura dominante, aquele que não está sob o determinado padrão é passível dos mais variados tipos de preconceitos e estigmas,

O Estado Monocultural não permite que as pessoas sejam realmente livres, pois todas as suas atitudes possuem uma referência, um determinado padrão a ser seguido, que, por muitas vezes, não encaixa a todos os indivíduos. Sendo assim, a interculturalidade, isto é, o contato/relação entre culturas implica em transformações de todas as ordens sociais. O Estado Intercultural tem sua base na construção de uma sociedade diferente e emancipadora.

### **3. Questão Racial: Raças distintas, culturas distintas**

Discutir a questão racial dentro do pluralismo jurídico é dialogar com os ensinamentos de Frantz Fanon. Este nasceu na Martinica que é uma ilha de dominação francesa. Aos Martiniquenses é ensinado que são franceses, todavia tal ensinamento é contraposto quando Fanon vai à França ele percebe que do ponto de vista dos franceses ele não é francês, logo, descobre que o critério para ser francês é ser branco.

Em sua obra “Peles negras, máscaras brancas” o autor discorre que o negro possui duas dimensões: uma perante outro homem negro e outra perante um homem branco. Isto se dá, devido ao fato de que são pessoas distintas com culturas distintas, como Fanon discorre. Todo linguajar, modo de se vestir, fala, entre outras características referentes a questões culturais diferem de um homem negro e um homem branco. Quando o primeiro se relaciona com o segundo, precisa *abafar* uma série de elementos da sua cultura para que possa ser aceito pelo filtro branco, que é um filtro hegemônico. Portar-se como branco uma tentativa de sobrevivência, usar a máscara branca é uma maneira de escape, vez que quando o negro se enxerga e se aceita como tal precisa, sempre, enfrentar a barreira da cor.

O negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro. Não há dúvida de que esta cissiparidade é uma consequência direta da aventura colonial. (Fanon: 2008, p.33)

Para Frantz Fanon o mundo funciona sob a lógica eurocêntrica e os europeus, por sua vez, são narcisistas e definem a humanidade sempre pelo ponto de vista da Europa, logo, ser humano é ser branco. Quem não é branco não é humano, sendo assim, o processo de humanização é um processo de embranquecimento. Tal concepção vai ao encontro da concepção iluminista de considerar o homem a razão, todavia, ao se fazer o recorte racial percebe-se que o homem branco é a razão, enquanto o homem negro é a emoção, que, por sua vez, deve sempre ser contida, afinal, pela lógica iluminista tudo é sempre um processo racional, a emoção pouco importa.

O negro tenta por diversas vezes passar pelo processo de embranquecimento, porque assim galga mais um passo para a real humanidade. Sendo assim, tenta “apropriar-se” da cultura branca, da roupa branca, relacionar-se afetivamente com brancos, para sempre ter a emoção contida pela razão.

Da parte mais negra de minha alma, através da zona de meias-tintas, me vem este desejo repentino de ser branco. Não quero ser reconhecido como negro, e sim como branco. Ora — e nisto há um reconhecimento que Hegel não descreveu — quem pode proporcioná-lo, senão a branca? Amando-me ela me prova que sou digno de um amor branco. Sou amado como um branco. Sou um branco. Seu amor abre-me o ilustre corredor que conduz à plenitude... Esposo a cultura branca, a beleza branca, a brancura branca. Nestes seios brancos que minhas mãos onipresentes acariciam, é da civilização branca, da dignidade branca que me aproprio. (Fanon: 2008, p. 69)

Embora queira ser branco, o homem negro continuará sendo visto como negro. Alguns percebem que não conseguem ser branco e que o processo de embranquecimento não gera reais resultados e podem empregar o ódio nessa relação com a mesma intenção que a desejava antes. Tal situação é dúbia: seu aspecto positivo é a quebra da hegemonia branca, enquanto seu lado negativo é o ódio como motivador de uma motivação. Por mais que Frantz pregue uma luta prática e não teórica, não se deve lutar pelo ódio, vez que ela atua como uma cegueira, impedindo que o negro se veja como sujeito e fazendo com que a culpa de tudo seja sempre do branco.

Ao trabalhar com o negro se constituindo como sujeito, Fanon, trabalha com o conceito de alienação colonial, ou seja, a impossibilidade do indivíduo se constituir como sujeito histórico. Dessa forma, a luta para Fanon é uma luta prática e não apenas teórica, porque apenas a teoria não quebra a impossibilidade.

### III. Resultados alcançados

Ao se observar a questão do Estado “Uni-nacional” em confronto com o Estado Plurinacional e Multicultural; o pluralismo e o monismo jurídico; e a questão racial apontada pelo filósofo Frantz Fanon, quando aplicados no caso brasileiro demonstram que o Ordenamento Jurídico passa a ser fonte, meio e/ou instrumento que contribui e/ou institucionaliza, de maneira direta ou indireta, o racismo.

Parece extremamente contraditório, ainda mais quando o texto constitucional assegura diversos princípios e valores, os quais assumem o papel de norma pública, como, por exemplo, o princípio da dignidade da pessoa humana, a punição do racismo como crime inafiançável, a promoção do bem de todos, entre outros. Há a necessidade de se compreender que tal principiologia é assegurada por uma mera questão de necessidade moral do tempo contemporâneo e não pela realidade social do grupamento humano.



Ao se dizer necessidade moral do tempo contemporâneo, pode-se estabelecer que esta deriva da moral cristã, todavia, tenta ser o mais liberal possível, ou seja, as atitudes dos indivíduos são alicerçadas na moral cristã, que, por sua vez, tenta se adequar ao liberalismo. A contemporaneidade nos trouxe a ideia de um novo conjunto de valores morais e sociais que devem ser respeitados, tenta trabalhar de uma forma mais liberal o preceito cristão do “ame ao próximo como a ti mesmo”, todavia, tal ideia não se verifica. Há inúmeras restrições ao próximo que deve ser amado como o próprio indivíduo se ama, como exemplificação, tem-se que a maioria dos condenados ainda são negros, o racismo se verifica em todo o território brasileiro e as leis inferiores que prescrevem a conduta racista como ilícita não facilitam a punição dos racistas, a diversidade não é de fato assegurada, visto que a cultura do povo negro ainda é marginalizada e estigmatizada, e existe o genocídio da população negra. Quem ama o próximo como a si mesmo, não permitiria tais barbáries.

A real atenção dada à realidade social de cada grupamento humano, dá certa dinamicidade ao Ordenamento Jurídico. Não se discute o conflito entre a Common Law ou a Civil Law, mas a necessidade de, independentemente do modelo jurídico, levar-se ao texto constitucional os Direitos de cada comunidade, que juntos formam o Ordenamento Jurídico, que representa o grupamento humano absoluto. Não se fala em segregação, trata-se de igualdade, ou melhor, de equidade, isto é, tratar os desiguais, de maneira desigual na medida em que se desigalam.

Não se constata a ideia de que a mudança para o Estado Pluricultural e multinacional resolveria todo a problemática racial, porém a realidade social de cada grupamento humano, comunidade, seria levada em consideração, o que atenuaria consideravelmente a problemática racial. O Ordenamento não seria construído na moral cristã contemporânea, seria, entretanto, pautado nas demandas de cada comunidade.

## CONCLUSÃO

Podemos pensar que Marx defende a necessidade de emancipação política e emancipação humana, sendo assim, a luta contra a opressão não pode se reduzir à luta de classes, ou a qualquer outra luta monolítica. A luta do oprimido para o opressor é composta de toda e qualquer forma de dominação que exista.

Pela análise marxista o direito seria uma “arma” que serve sempre os interesses do grupo dominante. Podemos compreender o pluralismo jurídico como sendo a existência de múltiplas práticas jurídicas dentro de um mesmo espaço sociopolítico, que interagem tanto por meio do consenso quanto pelo conflito, sendo ou não oficiais e tendo como razão de ser as próprias necessidades existenciais, materiais e culturais da coletividade.

O racismo é uma lógica opressora, sendo assim, se dá na relação entre dominantes e dominados. Aqueles são o grupo étnico branco, que oprimem estes: o grupo étnico negro. Quando o Ordenamento Jurídico não aceita o pluralismo, o Estado não aceita a pluriculturalidade e a multinacionalidade existe a colaboração para uma lógica racista. Um domina e outro é dominado, fazendo, pois, que o Ordenamento jurídico seja, por diversas vezes, fonte da problemática racial

O conceito de alienação colonial trabalhado por Frantz Fanon se aplica ao monismo jurídico e ao Estado Pluricultural, vez que ambos impedem que o indivíduo se

constitua sempre como sujeito histórico, pois a sua constituição está sempre sob o filtro de um poder hegemônico e dominante que é branco, ou seja, fala-se também sobre um racismo. Logo o negro é sempre marginalizado nessa estrutura em que o direito é monista e o Estado é Uni-nacional, porque suas demandas não são realmente incluídas, suas necessidades não são consideradas e ele precisa atuar sempre em duas dimensões, como disse Frantz Fanon.

## REFERÊNCIAS

ÁVILA, Humberto. "Neoconstitucionalismo: entre a ciência do direito e o direito da ciência". In *Revista Eletrônica sobre Reforma do Estado (RERE)*, n. 17. Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, jan.-mar., 2009

BELLO, Enzo; VAL, Eduardo Emanuel. *O pensamento pós e descolonial no novo constitucionalismo latino-americano*. Caxias do Sul: Educs, 2014

BELLO, Enzo. *Direito e Marxismo: transformações na América Latina contemporânea*. Caxias do Sul: Educs, 2014.

DALMAU, Rúben Martínez. "El nuevo constitucionalismo latinoamericano y el proyecto de constitución del Ecuador". In *Alter Justicia*, n. 1. Guayaquil, oct. 2008, p. 17-27. Disponível em: <<http://sites.google.com/site/martinezdalmau2/AlterJustitia1.doc>>

FANON, Frantz. *Peles negras, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

SANTAMARÍA, Ramiro Ávila. *El neoconstitucionalismo transformador - El estado y el derecho en la constitución de 2008*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Direito dos oprimidos*. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. "La reinvenición del Estado y el Estado plurinacional en OSAL". In *CLACSO*, Ano VIII, Nº.22, septiembre 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/D22SousaSantos.pdf>>.

## RACISMO E HOMOFOBIA NO ÂMBITO ACADÊMICO: DIAGNÓSTICOS POR MEIO DE UM ESTUDO DE CASO

**SILVA, Gabriela do Rosario**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da  
Universidade Estadual do  
Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
*gabi.dorsilva@gmail.com*

**GOMES, Nilvia Coutinho**

Pós-graduanda no curso de Especialização em  
Psicoterapia Existencial Humanista/Gestalt-Terapi do  
Institutos Superiores do CENSA  
*nilviacoutinho@hotmail.com*

**AMARAL, Shirlena Campos de Souza**

Professora dos Programas de Pós-Graduação em  
Cognição e Linguagem e Políticas Sociais da  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
*Shirlenacsa@gmail.com*

### RESUMO

Ingressar no ensino superior e concluir a graduação é o sonho de muitos jovens brasileiros, especialmente daqueles oriundos de camadas populares. Não obstante, as barreiras que interferem nesta busca são diversas, sendo algumas até intransponíveis, haja vista que nos espaços acadêmicos se consolidam por atos preconceituosos e discriminatórios, no que se refere aos aspectos fenotípicos, linguísticos, sexuais. Se na sociedade, o indivíduo é exposto a situações discriminatórias quando se enquadra em um desses ditos “aspectos”, o que se esperar quando mais de uma destas “características” estão aglutinadas em uma única pessoa? Em face dessas considerações, no presente trabalho será delineada uma discussão acerca da problemática do racismo e da homofobia nas universidades brasileiras, a partir da apresentação de um caso concreto, envolvendo o assassinato de um estudante de graduação da UFRJ vítima dos preconceitos elencados, o qual teve bastante repercussão na mídia.

**Palavras-chave:** Análise de Discursos. Preconceito racial e homofóbico. Universidade.

### ABSTRACT

Joining higher education and graduating is the dream of many young Brazilians, especially those from the upper classes. Nevertheless, the barriers that interfere in this search are diverse, some of them even insurmountable, given that in the academic spaces they are consolidated by prejudicial and discriminatory acts, regarding the phenotypic, linguistic and sexual aspects. If in society, the individual is exposed to discriminatory situations when he falls into one of these so-called “aspects”, what to expect when more than one of these “characteristics” are bound together in one person? In view of these considerations, the present work will outline a discussion about the problematic of racism and homophobia in Brazilian universities, based on the presentation of a concrete case, involving the murder of a UFRJ undergraduate student victim of the prejudices listed, which Had a lot of repercussion in the media

**Keywords:** Discourse Analysis. Racial and homophobic prejudice. University.

## INTRODUÇÃO

O direito em seu âmbito formal conforme preconizado na Constituição Federal de 1988, estabelece a garantia de direitos a todos. Não obstante, é sabido que a igualdade para todos, na realidade concreta, não ocorre conforme estabelecido na legislação, especificamente quando o assunto é garantia de direitos a grupos que historicamente constituem as minorias sociais no País, a saber, negros, índios, mulheres, homossexuais, pessoas com deficiências, dentre outros.

Nas sociedades de forma geral, os negros são tidos como minorias, no entanto, minorias no sentido simbólico e não quantitativo do termo, pois de acordo com dados divulgados pelo Censo realizado pelo IBGE no ano de 2010 mais de 50% da população se autodeclarou como negra. Dados esses, que só tendem a aumentar, pois de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014 realizada pelo IBGE 53% dos brasileiros se declararam negros, diante de 45,5% que se consideram brancos (IBGE, 2015).

No que concerne à educação ofertada a este segmento populacional negro, os resultados das pesquisas ainda continuam apontando grandes desvantagens quando realizados exames contrastivos e comparados os resultados sobre a população negra em relação à branca. Percebe-se mediante os dados analisados, que ocorreu um aumento gradativo de anos de estudo na população brasileira, mas as diferenças entre brancos e negros se mantiveram, especialmente no âmbito da educação superior. Consoante dados do Ministério da Educação, em 1997 o percentual de jovens negros, entre 18 e 24 anos, que cursavam ou haviam concluído o ensino superior era de 1,8% e o de pardos, 2,2%. Em 2013 esses percentuais já haviam subido para 8,8% e 11%, respectivamente. Contudo, os números constituem-se ainda ínfimos.

Nessa perspectiva, o sonho de muitos jovens brasileiros, especialmente os oriundos das classes menos abastadas, os de origem popular é ingressar no ensino superior e concluir a graduação, todavia, as barreiras que interferem no trajeto são diversas, muitas delas até intransponíveis, haja vista que nos espaços acadêmicos, os atos preconceituosos e discriminatórios se consolidam por meio de piadas, no que se refere aos aspectos fenotípicos dos estudantes negros, como o formato do cabelo, a cor de pele, dentre outros. Porém, se o negro na sociedade é vítima dessas situações, o que podemos esperar para os negros que são homossexuais? Como lidar com o preconceito do preconceito?

Em face dessas considerações, constitui como objetivo do presente trabalho delinear uma discussão acerca da problemática do racismo e da homofobia nas universidades brasileiras. Para tanto, serão levados em consideração os diversos discursos utilizados nas reportagens de um caso concreto envolvendo o assassinato de um estudante de graduação da UFRJ, vítima de racismo e homofobia, que recebeu bastante repercussão na mídia de forma geral.

Por um desenho da metodologia da pesquisa, trata-se de uma pesquisa qualitativa, por meio de estudo de caso, cujo instrumento de coleta de dados consistiu na análise dos discursos empregados por pessoas ligadas à vítima, bem como do delegado responsável pela investigação do crime e que exprimem a realidade da problemática aqui em exposição.

## 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As discussões acadêmicas a respeito da discriminação racial, do racismo e do lugar do negro na sociedade brasileira passaram por transformações ao longo dos anos, e atualmente aponta para uma visão crítica da sociedade brasileira, especialmente, no que tange à igualdade de oportunidades, em que o discurso de que o Brasil é um país que conseguiu transcender a questão racial não se sustenta.

Dentre os principais teóricos que atêm a essa temática podemos elencar os estudos de Goffman (1988), destacando que a sociedade designa como as pessoas devem ser situando esse dever como natural e normal. Nessa perspectiva, o diferente passa a assumir a categoria de “nocivo”, “incapaz”, fora do parâmetro adotado como normal por parte do que fora estabelecido pela sociedade, que padroniza as relações. Quem não se enquadra ou “foge” ao padrão estabelecido é estigmatizado e para esses, são reduzidas as oportunidades, esforços e movimentos, não atribuindo valor, impondo a perda da identidade social e determinando uma imagem deteriorada, nos termos do modelo que convém à sociedade.

Consoante Nascimento (2015), no Brasil é histórica a relação que o racismo se apresenta seja pessoalmente ou por meio das práticas institucionais incidindo principalmente sobre as pessoas, as formas de vida, bem como as diversas manifestações culturais.

O emprego do termo “raça” para fazer referência ao segmento populacional negro sempre causou uma longa discussão no âmbito das Ciências Sociais de forma geral, em especial, na vida cotidiana do povo brasileiro. Nessa vertente, o termo raça é designado para discutir a complexidade existente nas relações entre negros e brancos no Brasil, não fazendo referência ao conceito biológico de raças humanas usado em contextos de dominação, mas é utilizado pelo Movimento Negro e alguns sociólogos com uma nova interpretação, que tem como fundamentação a dimensão social e política do referido termo (GOMES, 2012).

Fazzi (2008) ressalta que raças são categorias instituídas pelos seres humanos e não descobertas por eles, sendo componentes da cultura humana. Para Júnior e Lima (2013), a terminologia raça constitui-se como uma categoria socialmente construída, cujo objetivo consiste em justificar-se, na maioria das situações, em termos de alguma teoria implícita ou explicitamente biológica, como suporte principalmente para designar a cor da pele. As categorias raciais dividem a população em cinco grupos, a saber, negros<sup>1</sup>, brancos, amarelos, pardos e indígenas, sendo que racismo, por sua vez, refere-se às práticas discriminatórias associadas ao uso dessas categorias para produzir formas de estigma a alguém ou grupos sociais. As práticas racistas se apresentam de forma bem contundente na história e nas instituições brasileiras (GUIMARÃES, 1999), constatáveis não apenas pelos indicadores e estatísticas sociais que lhes são correlatos, mas também notáveis de forma direta na esfera das relações sociais cotidianas (FAZZI, 2004).

No mundo contemporâneo, um dos assuntos que também tem angariado bastante repercussão é a questão da homofobia, que tornou-se um dos últimos preconceitos ainda tolerados. Entende por homofobia, toda forma de rejeição, aversão, medo ou ódio irracional aos homossexuais, com extensão a todos os que demonstrem orientação sexual ou identidade de gênero diferente dos padrões heterossexuais

1 Denomina-se por negras no presente trabalho, as pessoas classificadas como pretas e pardas nos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (GOMES, 2012).

prescritos socialmente como normais. Nessa vertente, comportamentos homofóbicos podem variar desde violência física por meio de agressões, violência fatal, isto é, quando ocorre assassinato, até a violência simbólica e/ou psicológica resultante de atos como xingamentos, ridicularizações, apelidos, exclusão do grupo ou até mesmo a afirmação de que não gostaria de conviver/frequentar qualquer espaço com uma pessoa homossexual (KOEHLER, 2013).

Segundo Fone (2000), o termo homofobia foi criado pelos indivíduos homossexuais, emergindo no senso comum dos Estados Unidos nas décadas de 1960. Inspirados nos novos movimentos sociais em vigência na época, especificamente o movimento negro e o movimento feminista, os indivíduos homossexuais começaram a se organizar a fim de discutirem estratégias de melhoria de suas condições de vida, bem como também, de reagirem às constantes ofensas por parte da sociedade e do Estado contra as suas formas de expressão. Por isso, em junho do ano de 1969, nas ruas de grandes cidades norte-americanas, como Nova Iorque e São Francisco, pessoas LGBTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) começaram a usar o termo "homofobia", nos moldes do racismo, como instrumentos de denúncias à violência e à discriminação a que estavam submetidos (FERNANDES, 2012).

No Brasil, o termo Homofobia é adentrado no início dos anos de 1990, a priori pelos movimentos sociais<sup>2</sup> e posteriormente pela mídia, com a finalidade de indicar principalmente uma modalidade específica de violência letal. Em 1998 a Homofobia é incluída nas políticas de combate à AIDS como um fenômeno que torna as populações ou grupos LGBTTT "mais vulneráveis" às infecções pelo vírus HIV (Fernandes, 2011), "consistindo em uma categoria que passa a definir um campo de discriminação e preconceitos, particularmente em suas dimensões de construção de vulnerabilidades" (FERNANDES, p. 100, 2012) e tornando-se pauta da agenda anti-Aids do governo federal.

Fernandes (2012) elenca que no final do mandato do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e durante a participação do Brasil na Conferência de Durban em 2001, começou a haver um tratamento da homossexualidade por parte do governo federal, entretanto por uma vertente distinta da área da Saúde, sob a ótica dos Direitos Humanos das populações LGBTTT em termos mais amplos.

No primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não foi assumido pelo mesmo um compromisso transparente com as agendas LGBTTT, mas em abril do ano 2003 o governo brasileiro apresentou à Comissão de Direitos Humanos da ONU uma proposta de resolução reconhecendo a orientação sexual como uma questão de direitos humanos, e em maio do ano de 2004 o governo Lula, através do Conselho Nacional de Combate à Discriminação ligado a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República, lançou o programa "Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual", resultado de uma revisão do documento final do IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros (EBGLT) realizado em Manaus em novembro de 2003 (FERNANDES, 2012)

<sup>2</sup> Grupo de pesquisa que estuda e realiza o levantamento de notícias relacionadas a homicídios cometidos contra a população LGBT, no sentido de denunciar a homofobia no Brasil, bem como de divulgar todas as formas de violências contra lésbicas, gays, travestis e transgêneros. Fernandes (2012, p.100) ressalta que é o Grupo Gay da Bahia (GGB) que visibiliza massivamente esta categoria, particularmente a partir de 1991, com seu trabalho de denúncia da violência letal através das estatísticas de "assassinatos de homossexuais", amplamente conhecidas no campo LGBTTT brasileiro.

De acordo com Fernandes (2012), no dia 05 de junho de 2008, o então presidente da Lula fez a abertura da primeira Conferência Nacional LGBT, convocada pelo governo federal, enunciando um discurso de aliança e apoio às agendas LGBTTT e anti-homofobia, indicando a sua aproximação com a luta deste movimento, associando as suas próprias experiências com a discriminação e violências em virtude de sua origem de classe e regional, configurando assim, a partir deste momento, o botão para a consolidação das políticas públicas contra a Homofobia no Brasil.

As estatísticas brasileiras, não revelam a realidade do País, haja vista que as estratégias e instrumentos utilizados para mapear e compreender a realidade LGBT, ainda constituem-se de forma clara, insuficientes. Em estudo realizado pelo Grupo Gay da Bahia (2012), coordenado por Mott desde o início da década de 1980, apontam a posição do Brasil como ocupante do primeiro lugar no ranking mundial de assassinatos homofóbicos, concentrando 44% do total de execuções de todo o planeta (KOEHLER, 2013).

Conforme ressaltado por Dinis (2011), ainda impera o silêncio por parte das instituições educacionais que reflete também na omissão quando aparecem os casos de violência física ou verbal sofrida por estudantes que expressam sua diferença sexual e de gênero, inclusive, os professores compartilham que evitam discutir temáticas que envolvem a diversidade sexual e de gênero no âmbito acadêmico.

Não obstante, cabe ressaltar que orientação sexual e identidade de gênero são termos que ainda não são compreendidos pela maioria da população, visto que a visibilidade dada à temática da diversidade sexual ainda encontra resistência no âmbito acadêmico, inclusive é alvo de piadas entre grupos, na mídia em geral, nos programas de televisão e nas dificuldades reveladas pelos professores que atuam na educação básica (KOEHLER, 2013).

Percebem-se, assim, ao serem discutidos temas como racismo e homofobia os indivíduos que se enquadram em um desses grupos são os que mais sofrem com os diversos tipos de discriminação e preconceitos, não obstante quando aglutinados os fatores raciais e homossexuais para este, a situação é ainda mais complexa.

## **2. RESULTADOS ALCANÇADOS**

Na noite de sábado, do dia 02 de julho do ano de 2016, foi encontrado boiando, na Baía de Guanabara o corpo do estudante universitário Diego Vieira Machado, de 26 anos, aluno do curso de arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cuja suspeita recai sobre a possível motivação para o crime: homofobia e racismo.

O caso da morte do estudante teve bastante repercussão na mídia, principalmente pelo requinte de crueldade utilizado no assassinato, com caráter de humilhação. Durante as investigações várias pessoas ligadas ao estudante morto, foram ouvidas a fim de apurar os fatos e motivos que culminaram no assassinato e encontrar os culpados.

Foi sobre esses discursos utilizados que tentam justificar a causa do crime que o presente trabalho buscou analisar.

De acordo com Silva, Lima e Amaral (2015) o discurso consiste em uma maneira de atuação, de agir perante o outro, uma ação praticada por meio da linguagem, ato de fala ou escrita, que tem como objetivo a mudança de uma situação.

No presente trabalho foram elencados os discursos que ratificam as causas que motivaram o crime contra o estudante.

Maycon Machado, irmão de Diego ressaltou que o jovem foi morto por ódio:

*“Eu acredito que ele possa ter sido morto por ódio sim. E também porque ele fez uma denúncia de um fato que ocorreu no campus da universidade e insinua que os próprios seguranças da universidade apoiam a violência no local. Ele deu a entender que a polícia e os seguranças se encobrem. Ali, ele comprou uma briga.”*

Pérola Gonçalves, amiga de Diego e aluna da UFRJ, acredita que o crime foi motivado por ódio, resultado de homofobia e racismo.

*“Ele era o meu melhor amigo. A gente se conhecia há menos de um ano, mas nos falávamos toda hora, durante todo o dia. Nós estávamos sempre juntos. Acho que possa ter sido um crime de ódio, homofobia e racismo. Ele era negro e tinha uma sexualidade ampla, se relacionava com homens”.*

Essa fala ratifica o que Louro (2000) expõem, ao ressaltar que as instituições acadêmicas constituem como um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição de homossexual ou bissexual.

Ainda segundo Pérola, Diego foi alvo de outros preconceitos, com destaque também para o preconceito linguístico de caráter regional. Ressaltando também que mais de um elemento participou do crime, pois Diego era alto e forte, inclusive lutador de artes marciais, e na ocasião em que fora encontrado, constatou-se marcas de luta, em que as calças do estudante foram retiradas, no sentido de provocar uma situação humilhante.

*“Ele sabia se defender e não acredito que tenha sido um crime de uma pessoa só. Ele lutou judô pela UFRJ e treinava kung fu. Ele já havia sofrido ameaças, dentro e fora do alojamento. Já foi zoado por ser nortista. Chamavam ele de Paraíba”*

O delegado titular da Divisão de Homicídios da capital, Fábio Cardoso, não descarta que a morte de Diego tenha sido motivada por homofobia e racismo.

*“As equipes da DH que estiveram no local, verificaram que ele era homossexual e vinha recebendo ameaças homofóbicas e racistas. O corpo foi encontrado sem calça, apenas com camisa. Ele teria sido abordado no campus e agredido na cabeça. Está sendo feita a necropsia. É um crime covarde e cruel, que precisa de uma resposta rápida.”*

*“Ele vinha recebendo ameaças homofóbicas e racistas nos últimos dias”*

Consoante Júnior e Lima (2013), a disparidade da violência contra a população negra atesta o caráter brutal do racismo brasileiro, cujas trajetórias que conduzem à oportunidade de ascensão social para os pertencentes a essa população são estreitas ou até mesmo inexistentes. Portanto, se o negro é privado do acesso à cidadania, a tendência de exposição à violência e à marginalização também será desenvolvida. Assim sendo, o racismo, em suas manifestações institucionais e estruturais, é causa da violência contra a população negra e também de outras formas de injustiça.

Dialogando com Koehler (2013), para que as diferenças sejam de fato respeitadas e validadas pela sociedade e por todas as instituições que representam o Estado, especialmente as instituições acadêmicas, a visibilidade dada à temática diversidade sexual, especialmente, ao tema homofobia constitui-se de suma importância.



Por meio dos depoimentos observados, comprova-se que as discriminações acometem e muito, os integrantes de grupos que se encontram em estado de vulnerabilidade social. O que implica em tomadas de ações emergenciais a fim de que tais práticas sejam eliminadas.

## CONCLUSÕES

Ante o exposto no presente trabalho, percebe-se que quando são relacionadas questões de grande amplitude como homofobia e racismo no âmbito educacional, compreende-se que com base histórica os homossexuais sofreram e ainda continuam sofrendo repúdios e preconceitos, que vão desde as agressões verbais, que ameaçam a moral, até a imposição de violências físicas. Posto isso, apesar da instituição educacional ser reconhecida como um espaço privilegiado para a discussão de conteúdos relacionados ao corpo, gênero, sexualidade e relações étnico-raciais, a mesma ainda tem proferido discursos hegemônicos, que não contribuem para a discussão e superação dessa problemática.

Nessa perspectiva, diversas são as manifestações do ativismo que denunciam violências oriundas de racismo ou práticas racistas e crimes motivados por homofobia. De acordo com a pesquisa realizada, foi perceptível e notório o quão urgente se faz que a promoção de direitos a todos aconteça de forma uniforme na sociedade brasileira, sobretudo, a implementação de instrumentos de eliminação de desigualdades, segregações, e de garantia de direitos humanos e de justiça social.

O combate à violência contra a população que encontra-se em estado de vulnerabilidade social, requer políticas públicas que reforcem a posição do Estado brasileiro como provedor de direitos, como a justiça e a segurança pública. Além disso, o Estado também deve atuar como garantidor da igualdade de oportunidades, corrigindo distorções sociais historicamente produzidas pelas ideologias e práticas preconceituosas no País.

## REFERÊNCIAS

DINIS, Nilson Fernandes. *Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência*. DISPONÍVEL EM: <http://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a04>. Acesso em: Set. 2016.

FAZZI, Rita de Cassia. *Noções de preconceito e de igualdade entre crianças: a potencialidade do discurso relativizador*. Disponível em: [http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_26\\_RBA/mesas\\_redondas/trabalhos/MR%2026/rita%20de%20cassia%20fazzi.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/mesas_redondas/trabalhos/MR%2026/rita%20de%20cassia%20fazzi.pdf). Acesso em: Nov.2016.

\_\_\_\_\_. *O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. *Por uma genealogia do conceito homofobia no Brasil: da luta política LGBT à um campo de governança*. Disponível em: [http://www.apebfr.org/passagesdeparis/editione2012/articles/pdf/PP7\\_artigo10.pdf](http://www.apebfr.org/passagesdeparis/editione2012/articles/pdf/PP7_artigo10.pdf). Acesso em: Nov.2016.

\_\_\_\_\_. *A Agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, 2011.

FONE, Byrne. *Homophobia: A history*. New York: Metropolitan Books, 2000.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em: Nov.2016.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: 34 e Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (FUSP), 1999.

IBGE. *PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Síntese de indicadores 2014*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000024052411102015241013178959.pdf>. Acesso em: Set. 2016.

JUNIOR, Almir de Oliveira; LIMA, Verônica Couto de Araújo. *Violência letal no Brasil e vitimização da população negra: qual tem sido o papel das polícias e do estado?* In:

*Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes*/ Tatiana Dias Silva, Fernanda Lira Goes, organizadoras. - Brasília: Ipea, 2013.

KOEHLER, Sonia Maria Ferreira. *Homofobia, cultura e violências: a desinformação social*. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/viewFile/3361/2688>. Acesso em: Nov. 2016

LOURO, Guacira Lopes. *Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

NASCIMENTO, Alexandre do. *Racismo e Educação das Relações Étnico-Raciais: um debate fundamental e ainda polêmico na sociedade brasileira*. Disponível em: [http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/145097694400Racismo%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o%20das%20rela%C3%A7%C3%B5es%20%C3%A9tnico-raciais;%20um%20debate%20ainda%20pol%C3%AAmico%20na%20sociedade%20brasileira%20-%20Alexandre%20do%20Nascimento.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/145097694400Racismo%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o%20das%20rela%C3%A7%C3%B5es%20%C3%A9tnico-raciais;%20um%20debate%20ainda%20pol%C3%AAmico%20na%20sociedade%20brasileira%20-%20Alexandre%20do%20Nascimento.pdf). Acesso em: Out.2016

Silva, Gabriela do Rosario; Lima, Náthani Siqueira; AMARAL, Shirlena Campos de Souza. *Cotas raciais na universidade e racismo: analisando o Ethos nos discursos de universitários via divulgação midiática*. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO21/63sup1/053.pdf>. Acesso em: Set.2016.

**DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO DESAFIO DA PERMANÊNCIA:  
A EXPERIÊNCIA DOS COTISTAS SOCIAIS DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL FLUMINENSE - ESR/UFF**

**Cassiana Ferreira Simões**

*Mestranda do Programa de Políticas Sociais da  
Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF  
Assistente Social do Instituto de Ciências da Sociedade e  
Desenvolvimento Regional- ESR/UFF  
cassiana\_simoes@hotmail.com*

**Shirlena Campos de Souza Amaral**

*Professora Associada da Universidade  
Estadual do Norte Fluminense-UENF  
shirlenacsa@gmail.com*

**RESUMO**

O tema apresentado integra a pesquisa de mestrado em políticas sociais, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, em andamento, que traz por objetivo a análise das políticas de democratização do acesso ao ensino superior público federal, em que as ações afirmativas se inserem, e as condições de permanência possibilitadas por estas, a partir da realidade do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (ESR/UFF). Como recorte metodológico, a pesquisa terá como foco os anos de 2013-2016, onde o público alvo são os alunos que ingressaram nesta universidade através das cotas sociais. Assim, o presente trabalho envolve as dimensões qualitativa e quantitativa do objeto em análise, em que num primeiro momento, a luz de fontes bibliográficas, apresenta uma breve discussão acerca do acesso e permanência no ensino superior, e a posteriori analisa dados parciais acerca da pesquisa desenvolvida no ESR/UFF.

**Palavras-chave:** Ações afirmativas, Acesso ao ensino superior, inclusão social

**ABSTRACT**

The theme presented is part of the research in master's degree in social policies, from the State University of North Fluminense Darcy Ribeiro, which aims to analyze the democratization policies of access to higher education in the federal public, where affirmative actions are inserted, And the conditions to remain made possible by these, from the reality of the Institute of Sciences of the Society and Regional Development of the Fluminense Federal University (ESR / UFF). As a methodological cut, the research will focus on the years 2013-2016, where the target audience are the students who entered this university through social quotas. Thus, the present work involves the qualitative and quantitative dimensions of the object under analysis, in which at first, the light of bibliographic sources, presents a brief discussion about access and permanence in higher education, and a posteriori analyzes partial data about the research Developed in the ESR / UFF.

**Key-words:** Affirmative action, Access to higher education, social inclusion

## INTRODUÇÃO

As ações afirmativas têm uma conotação de destaque no presente artigo, haja vista ser o foco analítico da pesquisa. Para tanto, se funda em John Rawls e seu princípio de igualdade equitativa de oportunidades, procurando evidenciar que: “*A sociedade também tem que estabelecer, entre outras coisas, oportunidades iguais de educação para todos independentemente da renda familiar*” (2003,p.62). Para discussão das atuais configurações das ações afirmativas no ensino superior, traduzidas sobremaneira na política de cotas, traz para o debate Joaquim Barbosa Gomes, Thomas Sowel, Sabrina Moehlecke, dentre outros.

A partir de Pierre Bourdieu busca mostrar o papel da educação na reprodução e legitimação das desigualdades sociais, pois a nossa hipótese fundamental é que os alunos ingressantes, via cotas sociais, estão submersos ao binômio inclusão-exclusão, pois estamos possibilitando aos grupos marginalizados a inserção na universidade, mas ao mesmo tempo não estão sendo viabilizadas condições efetivas de permanência deste alunado, seja por falta de condições de infra estrutura das IFES, por ausência de condições sócio econômicas do aluno ou ainda pelo baixo desempenho acadêmico.

Para elucidar a questão da permanência na universidade, analisaremos o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), seus objetivos e diretrizes, e suas atuais formas de implementação nas IFES. Aqui far-se-á necessário a discussão entre políticas focais e universais, entre políticas de Estado e de governo, perpassando ainda pela “assistencialização” da educação.

## 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1 AÇÕES AFIRMATIVAS E POLÍTICA DE COTAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

O termo Ação Afirmativa surge a partir das discussões sobre a efetivação dos direitos humanos e do reconhecimento do direito à diferença, inserindo-se no contexto do entendimento da ineficiência das políticas universalistas no enfrentamento às marcantes desigualdades ainda presentes na sociedade contemporânea.

Conforme Thomas Sowell (2004) a Índia teve políticas semelhantes a ações afirmativas há mais tempo que qualquer outra nação, começando nos tempos coloniais ingleses e, depois, incorporadas à constituição, após o país se tornar independente, em 1947, época em que foi inserido um dispositivo na sua Constituição, que permitia a adoção de medidas destinadas à eliminação, diminuição das disparidades oriundas do tradicional regime indiano de divisão da sociedade em castas (dalits), conforme a origem étnica e socioeconômica dos indivíduos.

Já Daniel Bell (1973) fazendo menção à União Soviética afirma que foi constatada na década de 60, um número pequeno de estudantes do campo inseridos na universidade, referendando uma iniciativa para inclusão dessas minorias no ensino superior público:

Durante a época de Khrushchev, empreendeu-se um esforço para inverter essa tendência, tendo sido concedida prioridade especial aos filhos de operários e de camponeses para ocuparem lugar nas universidades, e exigindo-se dos que pretendiam continuar ali um ano de trabalho manual. Em 1964, as reformas já haviam sido abandonadas e desprezadas as idéias de educação igualitária em benefício de uma nova meritocracia. (BELL, 1973, p.124)

Anteriormente, reservavam-se 80 por cento das vagas nas universidades para os jovens que tinham empregos ou que serviam no exército; hoje, esse número desceu para 30 por cento. (BELL, 1973, p. 125)

Para Joaquim Barbosa Gomes, o país pioneiro na adoção das políticas sociais denominadas «Ações Afirmativas» foram, os Estados Unidos da América. Na sociedade americana, tais políticas foram concebidas inicialmente como mecanismos tendentes a solucionar a marginalização social e econômica do negro. Posteriormente, elas foram estendidas às mulheres, a outras minorias étnicas e nacionais, aos índios e aos deficientes físicos.

Gomes (2001) acrescenta:

Atualmente, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate da discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a constituição do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (2001, p.40)

Até meados dos anos 90, a adoção de políticas de ação afirmativa no Brasil era objeto de controvérsias, tanto no movimento negro quanto entre cientistas sociais. Todavia, o tema adentra na agenda política do governo Fernando Henrique Cardoso, por decreto em 1995, ao instituir o GT Interministerial para a Valorização da População Negra. Tal iniciativa veio no bojo do Programa Nacional de Direitos Humanos. Em junho de 1996, o Ministério da Justiça promove o Seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos –com o intuito de colher subsídios para a formulação de políticas voltadas para a população negra (MAIO e SANTOS, 2005,p.187).

A grande guinada no rumo das ações afirmativas no Brasil adveio em setembro de 2001, com a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, sob os auspícios da ONU, realizada em Durban, África do Sul.

Os efeitos de Durban se fizeram sentir no Brasil de imediato. O governo estava atento a demonstrar, no plano internacional, seu interesse em cumprir resoluções elaboradas em fóruns multilaterais em nome dos princípios da igualdade, inclusive racial, sob o signo dos direitos humanos. (MAIO e SANTOS, 2005, p.188)

Logo após a conferência, o governo brasileiro definiu um programa de política de cotas no âmbito de alguns ministérios, nos plano estadual e municipal diversas iniciativas foram registradas com destaque para adoção de cotas para negros e pardos pelas universidades estaduais do Rio de Janeiro (UERJ e UENF), no final de 2001. A partir de 2002 as políticas de ação afirmativa estenderam-se por diferentes universidades, tanto estaduais quanto federais.

Conforme Amaral e Mello (2012, p. 2):

Nas universidades públicas brasileiras as políticas afirmativas, estabelecidas por leis ou resoluções dos conselhos universitários, especialmente, os sistemas de reserva de vagas – a tão conhecida política de cotas para grupos específicos, em geral os identificados como negros ou afrodescendentes, os egressos das escolas

públicas e a população carente – emergiram com a finalidade de democratizar o acesso ao ensino superior e reduzir as desigualdades sociais e étnicas presentes no Brasil.

As ações afirmativas como política pública, trazem como fundamento os princípios da reparação, da diversidade e da justiça social. Parkin (1980,p. 812) salienta que: *“A questão moral central em toda essa tese é que a exploração e a conseqüente degradação que surge à base de diferenças étnicas têm um direito prioritário à reparação, em relação às pequenas e grandes injustiças de classe”*.

Adota-se ainda a perspectiva de John Rawls e seu princípio de igualdade equitativa de oportunidades, procurando evidenciar que: *“A sociedade também tem que estabelecer, entre outras coisas, oportunidades iguais de educação para todos independentemente da renda familiar”*. (2003,p.62).

Há ainda que se referendar Weber para defesa das ações afirmativas e o conceito multidimensional de estratificação social adotado por este teórico, a estratificação para ele não é definida apenas economicamente, mas também nas dimensões social e política. A dimensão social leva em consideração o prestígio, assim como o grau de conhecimento, a posição dentro das instituições sociais, a religião. Já a dimensão política concentra-se no grau de poder. Weber valoriza as oportunidades de vida, o grau de acesso a bens e serviços alcançados pelos indivíduos, ou seja, exatamente o que é necessário considerar para adotar e justificar a política de cotas no âmbito universitário.

Sendo assim, no início dos anos 2000, a adoção de cotas étnico-raciais para ingresso em universidades públicas insere na mídia a discussão sobre ações afirmativas, especialmente porque põe em xeque mitos da nossa sociedade, como o da democracia racial e desnuda a temática da exclusão de determinados segmentos sociais dos bancos universitários.

As relações que se estabelecem a partir de então são permeadas por conflitos. Moehlecke (2002) questiona se tais políticas seriam um direito ou um privilégio que favorecem determinados grupos, ou mesmo se estabelecem oposição com as políticas universalistas, preconizadas pela Constituição Federal de 1988. Marca-se o confronto entre uma histórica seletividade no acesso à educação superior e a exigência, por parte de diversos segmentos sociais, de igualdade de oportunidade para as classes menos favorecidas social e economicamente.

Faz-se mister considerar que o conhecimento científico, qualquer que seja, não dá o mesmo resultado sempre (SANTOS, 2003). Ou seja, os resultados obtidos com a adoção de ações afirmativas em outros países pode não alcançar os mesmos resultados no Brasil, e isso vale tanto para os aspectos positivos, quanto para os negativos. Críticas realizadas por autores brasileiros são focalizadas nas taxas de evasão dos cotistas ou nas possibilidades desta evasão, contudo vale ressaltar que *“ a própria precisão quantitativa do conhecimento é estruturalmente limitada”* (SANTOS, 2003, p. 54)

Destacam-se alguns argumentos contrários utilizados neste íterim: questionamento quanto à constitucionalidade das cotas, que discriminação positiva também é uma forma de racismo, a divisão da sociedade entre duas categorias estanques, que a desigualdade entre negros e brancos é econômica, que a política de cotas prejudica

o branco pobre, entre outros. Consideramos que tais argumentos estão restritos ao campo do senso comum, ou ainda impulsionados pela classe dominante, segundo Santos (2003, p. 90):

O senso comum é interdisciplinar e imetódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir; reproduz-se espontaneamente no suceder cotidiano da vida. O senso comum, aceita o que existe tal como existe; privilegia a ação que não produza rupturas significativas no real. Por último, o senso comum é retórico e metafórico; não ensina, persuade.

Ressalta-se aqui que buscamos romper com este conhecimento comum acerca das ações afirmativas, onde a luz de do diálogo interautores pretendemos uma interpretação científica que justifique a adoção das mesmas, pois consideramos que “ *o senso comum é conservador e pode legitimar prepotências, mas interpenetrado pelo conhecimento científico pode estar na origem de uma nova racionalidade*”. (SANTOS, 2003, p. 90)

Quando menciona-se a resistência das classes dominantes na adoção da política de cotas no ensino superior destacamos Richa apud Bell (1973, p. 132) quando afirma que:

Nada lucraremos fechando os olhos para o fato de que um dos graves problemas de nossa era consistirá em encobrir a profunda separação existente na civilização industrial, separação que, como tão bem compreendeu Einstein e com tamanho alarme, coloca o destino das massas indefesas nas mãos de uma elite erudita, detentora do poder da ciência e da tecnologia. Será este , provavelmente, um dos mais complexos empreendimentos com que se defrontará o socialismo. Sendo a ciência e a tecnologia essenciais ao bem comum, seu progresso fica entregue, pelas circunstâncias, sobretudo aos agentes conscientes e progressistas desse movimento - aos profissionais, cientistas, técnicos, organizadores e trabalhadores qualificados. E, mesmo no socialismo, poderemos encontrar tendências a um elitismo, ao monopólio das oportunidades educacionais, a diante; esses grupos poderão esquecer que a emancipação de uma parte está sempre ligada a emancipação do todo.

Como mecanismo de implementação das ações afirmativas nas instituições federais de ensino superior, em agosto de 2012 é sancionada a Lei 12.711, conhecida como Lei de Cotas. Sua aprovação marca duas décadas de lutas trazidas por vários movimentos sociais comprometidos com a democratização da educação superior pública, mas por outro lado esvazia o debate, referente às cotas étnico-raciais, ao tomar como parâmetro principal a renda. Acredita-se que o aspecto sócio econômico é preponderante na estratificação social, mas sem desvinculá-lo a outros aspectos como etnicidade, gênero, por exemplo.

Neste âmbito Amaral e Mello (2012, p. 9-10), analisando em seus estudos as realidades da UERJ e UENF apontam a introdução e a justificativa do critério renda *per capita* familiar no avanço da legislação, ao mencionarem que:

[...] após a primeira experiência com cotas e todas as incertezas dela derivadas, dada a dificuldade prática de aplicação das leis, houve revisão da legislação no sentido de melhorar a presença de jovens pobres na universidade pública, já que o critério da renda familiar do candidato não havia sido considerada e muitos candidatos oriundos de famílias não carentes estariam sendo favorecidos. O estabelecimento do critério carência foi então introduzido para evitar a “injustiça” de se beneficiar duplamente os já privilegiados economicamente como ocorrera no ano anterior, seja com os oriundos de escola pública, seja com os negros.

De acordo com a Portaria Normativa nº 18, de 11 de Outubro de 2012, que dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino e em seu artigo 10 prevê:

O número mínimo de vagas reservadas em cada instituição federal de ensino que trata esta Portaria será fixado no edital de cada concurso seletivo e calculado de acordo com o seguinte procedimento: I - define-se o total de vagas por curso e turno a ser ofertado no concurso seletivo; II - reserva-se o percentual de 50% (cinquenta por cento) do total de vagas definido no inciso I, por curso e turno, para os estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou médio, conforme o caso, em escolas públicas; III - reserva-se o percentual de 50% (cinquenta por cento) do total de vagas apurado após a aplicação da regra do inciso II, por curso e turno, para os estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita; IV - reservam-se as vagas aos estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita, da seguinte forma: a) identifica-se, no último Censo Demográfico divulgado pelo IBGE, o percentual correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação do local de oferta de vagas da instituição.

Desde então, a política de ação afirmativa, em particular na modalidade da reserva de vagas para ingresso nas universidades públicas, vem possibilitando que grupos socialmente vulneráveis, como pobres, negros e indígenas, tenham acesso a direitos sociais como a educação. Todavia, a atual conjuntura de crise política e financeira vem trazendo rebatimentos ao sistema educacional brasileiro, e tais medidas ainda estão longe de promover a efetiva universalização do direito à educação.

Concordamos com Neves (2012 p. 16) quando afirma que:

Sem dúvida, as políticas de inclusão social atuais: Afirmativas (cotas, bonus), PROUNI e REUNI, tem seu valor e cumprem uma função importante; mas não são suficientes para a virada da democratização do acesso ao ensino superior no Brasil.

Remete-se à Oliveira (2011), quando afirma que o vínculo entre educação e desigualdade social é inegável e tem consequências importantes na política educacional. Não se pode pretender responder aos desafios de acesso e permanência sem levar em consideração a questão social mais ampla. Cabe aqui até questionar se as políticas de inclusão social no ensino superior podem ser consideradas políticas de redistribuição de oportunidades.

A educação tem sido apresentada, na América latina como em outras partes, como o principal instrumento para solucionar os problemas de pobreza, desigualdade e falta de oportunidade que afetam os segmentos mais pobres da região. Primeiro, acredita-se que a educação, como capital humano, aumenta a produtividade e gera riqueza. Depois, a ampliação do acesso à educação daria mais oportunidades a todos, reduzindo a desigualdade social. Terceiro, ao difundir os valores de convivência social e comportamento ético, a educação fortaleceria o capital social, gerando mais confiança, honestidade e credibilidade nas transações econômicas, fortalecendo os mercados e criando um ambiente mais favorável para os investimentos. (SCHWARTZMAN, 2004,p.481)

Contudo, adota-se o entendimento de que a pobreza não reduz apenas às privações materiais, a pobreza atinge igualmente o campo espiritual, moral e político. A pobreza



muito mais do que falta de comida, habitação ou afins, é carência de direitos, de possibilidades e de esperança. (Yasbeck, 1996, p.63). Dessa forma, viabilizar o acesso à universidade, de forma a efetivar uma verdadeira inclusão das camadas menos desfavorecidas economicamente, deve se configurar em ampliação de oportunidades e em mecanismo de ascensão social e cultural.

Neste contexto, seriam as cotas na educação um mecanismo de ascensão social? Será possível transpor-se de classe dominada à classe dominante por seu intermédio? Configuram-se as cotas mecanismo de redistribuição do capital econômico e cultural? Bell (1973, p. 137) menciona que:

(...) no sistema de estratificação, que os sociólogos consideram básico para qualquer sociedade, o fundamento histórico do poder tem sido a propriedade privada e os meios de acesso à mesma através das heranças. Não obstante, embora a propriedade permaneça como fundamento importante, a capacidade técnica vai se constituindo em outro fundamento, por vezes rival, tendo a instrução como meio de acesso à obtenção dessa capacidade.

As discussões em torno da política de cotas, também trazem à tona o debate quanto ao conceito de meritocracia simplório que prevê: *“A cada um segundo a sua capacidade e de acordo com o seu desempenho”* (Saint Simon apud Bell, 1973, p. 94), pois a partir da adoção de ações valorativas direcionadas a um determinado segmento, não somente a capacidade do indivíduo passa a ser considerada, mas também suas necessidades e o contexto ao qual está imerso, ou seja a possibilidade de mobilidade social não está baseada em méritos individuais, tal como defendida pelo pensamento liberal.

Sandel (2015, p.191) baseando-se no princípio da equidade defendido por John Rawls nos clarifica quanto ao que seria uma meritocracia justa e nos apresenta o embasamento teórico sólido para implementação de ações afirmativas:

Uma das formas de remediar essa injustiça é corrigir as diferenças sociais e econômicas. Uma meritocracia justa tenta fazer isso, indo além da igualdade de oportunidades meramente formal. Ela remove os obstáculos que cerceiam a realização pessoal ao oferecer oportunidades de educação iguais para todos, para que os indivíduos de famílias pobres possam competir em situação de igualdade com os que têm origens mais privilegiadas. Ela institui programas assistenciais para famílias de baixa renda, programas compensatórios de nutrição e de saúde para a infância, programas educacionais e de treinamento profissional - tudo o que for preciso para que todos, independente de classe ou situação familiar, tenham acesso ao mesmo ponto de partida. Segundo a concepção meritocrática, a distribuição de renda e fortuna que resulta do livre mercado é justa, mas só se todos tiverem as mesmas oportunidades para desenvolver suas aptidões. Os vencedores da corrida só serão merecedores das recompensas se todos partirem da mesma linha de chegada.

Vale ressaltar nesse contexto, que as formas para efetivação do acesso às universidades, nos casos das cotas sociais, ou seja, associadas à renda, dependem da comprovação vexatória de sua condição de subalternidade, haja vista que além da entrevista com profissional de Serviço Social, devem apresentar uma gama de documentos para atestar seu grau de pobreza. Esping- Andersen (1991, p. 104) analisando os sistemas de estratificação social incrustados nos Welfare States salienta que:

A tradição de ajuda aos pobres e assistência social a pessoas comprovadamente necessitadas, derivação contemporânea da primeira, foi visivelmente planejada com o propósito de estratificação. Ao punir e estigmatizar seus beneficiários, promove dualismos sociais e por isso é uma alvo importante de ataques por parte de movimentos dos trabalhadores.

Desta forma, levanta-se aqui mais um questionamento, estariam as cotas ocasionando este dualismo social, estigmatizando ainda mais o cidadão que ingressa na universidade por seu intermédio? Pois, atestar o grau de carência econômica aqui, passa a ser o passaporte para o ingresso na universidade, contudo traz como consequência a estigmatização desta população e a crescente estratificação social. Conforme esta análise, tal como as cotas sociais vem sendo implementadas, têm se revelado ao mesmo tempo, mecanismo de inclusão e exclusão desse cidadão.

Outrossim, será que o Estado estaria através das cotas colocando em prática a sua autonomia relativa, fazendo com que o distanciamento social entre o Estado e a burguesia permita que o conflito entre diferentes segmentos de classe possa ser solucionado por um órgão externo? (PARKIN, 1980, p. 803). Ou seja, seria a política de cotas uma forma de minimização dos conflitos, fazendo com que o Estado se autolegitime?

Subjaz ainda que as ações afirmativas, aqui exemplificadas pela política de cotas nas universidades traduzem-se em grave ameaça ao poder dominante, ao passo que rompemos com a dicotomia do ensino superior público e de qualidade para as elites e ensino fundamental público e precário para os pobres. Ou seja, através desta forma de discriminação positiva criam-se condições favoráveis de ascensão social das minorias. Ratificando a afirmação de Marx: "*A história de todas as sociedades até então existentes é a história da luta de classes*". (Marx apud Bock, 1980, p. 104)

Faz-se referência à Noronha (1997, p. 47) quando diz que:

As classes populares sempre foram percebidas como problema pelos grupos dominantes. A transferência de conflitos da esfera policial para esfera do direito social é o primeiro passo na tentativa de controlar e produzir uma 'cidadania' que vai estar fortemente articulada à política e às reformas educacionais que vão passar a conter embutido um conceito de cidadania regulada pela estratificação ocupacional.

Salienta-se ainda que, a desigualdade social hoje, não é determinada tão somente pela posição econômica, a estratificação da sociedade é dada ainda por aspectos de gênero, idade, renda e capital cultural. Sendo assim, as ações afirmativas tornam-se importante mecanismo para minimização das diferenças entre as classes dominantes e dominadas.

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

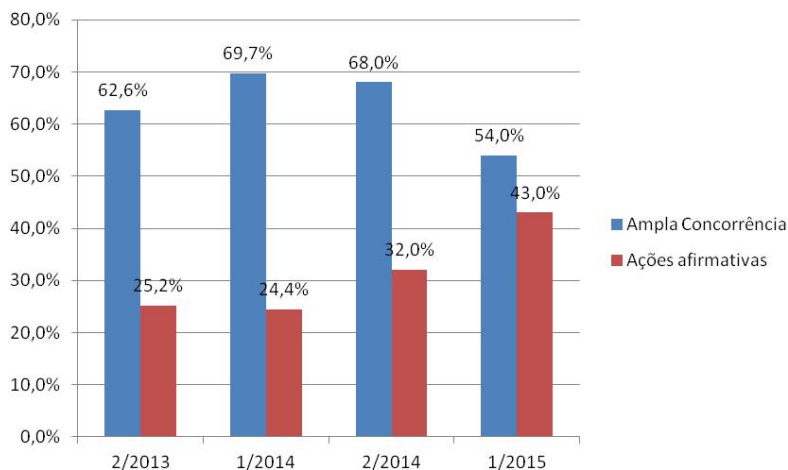
#### 3.1. A EXPERIÊNCIA DO ESR/UFF COM AS COTAS SOCIAIS

Foi debruçando sobre a análise dos dados de perfil dos alunos do ESR/UFF, que verificamos que no ano de 2015, 43% dos alunos tiveram acesso à instituição através da política de cotas, dessa forma, algumas perguntas permearam o presente trabalho : os alunos matriculados através das cotas sociais estão sendo contemplados/alcançados pelo PNAES?

Estão conseguindo concluir seus cursos? Quais os impactos sobre o processo de ensino-aprendizagem? Desta forma, no presente subitem apresentar-se-ão dados

parcias acerca da pesquisa ainda em andamento, bem como outros que subsidiaram o presente trabalho.

**Gráfico 1.** Modalidade de acesso - ESR/UFF.

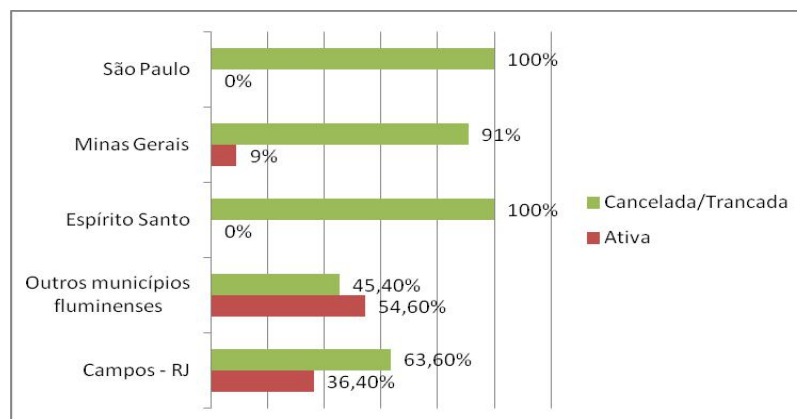


Fonte: Pesquisas de Perfil do Aluno Ingressante do PUCG/CAES

Outro dado que chama a atenção na pesquisa de perfil realizada no 1º semestre de 2015 refere-se a origem do aluno ingressante, a mesma aponta que, 70% dos estudantes não são oriundos da cidade de Campos dos Goytacazes, cidade sede do ESR/UFF. Comparando com as pesquisas anteriores, verificamos um aumento na migração de estudantes de outras regiões para Campos, em 2012 a pesquisa revelou que 49% eram provenientes de outros estados brasileiros, ao passo que no segundo semestre de 2013 este número chegou a 66,2%, já no primeiro semestre de 2014 o percentual atingiu 69,3% e em 2015 chegamos aos 70% dos alunos ingressantes provenientes de outros estados e municípios, com prevalência maior nos estados da região Sudeste.

O aumento de alunos advindos de outras municipalidades e estados deve-se ao fato de que até o ano de 2012 o mecanismo de acesso à UFF era o vestibular, fazendo com que o candidato interessado tivesse que arcar com os custos de uma viagem para realizar a prova de acordo com seu local de interesse; enquanto, a partir de 2013, com a adesão da universidade ao SISU que permite ao aluno lançar sua nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) na internet e concorrer a uma vaga à distância e de forma gratuita e, ainda, se contar com média suficiente, possa optar por qualquer uma das instituições públicas que aderiram ao novo sistema, acaba por favorecer com que haja um fluxo migratório de estudantes de diversas regiões do país.

No que concerne ao alunos matriculados via cotas sociais dados referentes ao 1º semestre de 2013, nos revelam que a evasão encontra-se localizada prioritariamente nos alunos advindos de outros estados, vide gráfico a seguir:

**Gráfico 2.** Origem dos cotistas sociais e situação de matrícula.

Fonte: IDUFF/ Elaboração própria

Tais dados fazem-nos refletir sobre essa ampliação e possibilidade de acesso via ENEM/SISU. Implica ainda algumas indagações, tais como: estão sendo disponibilizadas condições de permanência para os alunos advindos de outras localidades? O ENEM/ SISU têm se configurado realmente em uma política de inclusão social, ou meramente de acesso?

A Universidade Federal Fluminense, face ao conhecimento de tais dados, tentou no ano de 2016 implantar para os campi descentralizados (Campos dos Goytacazes, Volta Redonda, Rio das Ostras, Santo Antônio de Pádua, Macaé, Nova Friburgo e Angra dos Reis) um sistema de bônus aos alunos oriundos dos municípios de localização dos respectivos polos ou dos municípios adjacentes, contudo, tal iniciativa foi vetada pelo Ministério Público Federal. Vale evidenciar, que sistemas semelhantes de bonificação já encontram-se em vigência em outras universidades, contudo tal adoção prioriza novamente as políticas focais em detrimento das universais.

Diante de uma realidade de expansão que abre oportunidades para estudantes oriundos de diferentes regiões e realidades socioeconômicas, deve-se considerar que efetivamente muitos deles não podem arcar com altos valores de aluguéis, ou enfrentar horas de percurso para frequentar *campi* localizados em regiões distantes de sua cidade de origem.

Não obstante os aspectos certamente positivos deste cenário – como a expansão das vagas da universidade pública e a possibilidade de acesso de um público maior e mais diverso ao ensino superior –, cumpre salientar que o processo de expansão, infelizmente, não tem sido acompanhado de um planejamento claro que defina e conduza as ações e projetos necessários para atender a tais transformações, absorvendo e interpretando essas novas demandas e necessidades. Essa ausência de planejamento, além de não permitir a participação do público interessado na definição de prioridades e metas que garantam, efetivamente, a qualidade de ensino frente à expansão, tem provocado problemas que só se agravam a cada ano, com a chegada de novos alunos. Com relação ao espaço físico, diversos novos *campi* não possuem instalações adequadas; os edifícios, por razões de diversas ordens, não atendem a um programa de necessidades integral às funções inerentes a cada *campus* e têm enfrentado entraves diversos que postergam suas construções (ATIQUÉ, F. e RUFINONI, M.R. p.4).

Desta forma, os dados supracitados apontam a necessidade de estudos sobre a migração estudantil, buscando alternativas e propostas que venham atender as necessidades deste novo perfil da universidade e ratificam que se faz necessário o desenvolvimento de ações para permanência deste aluno na universidade.

Dentro das políticas de democratização do acesso e viabilização da permanência no ensino superior o PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil, instituído pelo Decreto n. 7.234/2010, tem como objetivo ampliar as condições de permanência, com prioridade para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados nos cursos de graduação presencial das IFES.

O PNAES prevê assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico e as ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. O programa menciona ainda que serão atendidos prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.

Contudo, a atual execução da PNAES, devido à insuficiência de recursos, tem centrado suas ações de forma focalizada, em sua maioria traduzidas em bolsas e auxílios estudantis, reproduzindo as atuais políticas de assistência social brasileiras e sobretudo negando a educação como direito universal.

Essa lógica da bolsificação da assistência estudantil desmobiliza ações para ampliação da infra estrutura das universidades, tais como: moradias estudantis e restaurantes universitários, e reforça sobretudo o caráter seletivo de tal política, haja vista que os recursos para PNAES não aumentaram na mesma proporção que o número de vagas. Conforme Cislagui e Silva (2012, p.503):

Enquanto, entre 2007 e 2011, a ampliação de recursos da assistência estudantil foi de 18% no total, a ampliação de vagas foi de 37%, demonstrando claramente que, apesar dos aumentos nominais de recursos, estes não são proporcionais à expansão de vagas imposta pelo Reuni.

Salientamos ainda que a PNAES tal como vêm sendo executada na maioria das universidades federais, centrada sobremaneira no repasse de recursos financeiros aos alunos através das bolsas e auxílios estudantis, não têm sido suficiente para manutenção do discente, ao passo que principalmente nos *campis* do interior carecemos de infraestrutura, tais como: restaurantes universitários, moradias estudantis, entre outras.

Desta forma, faz se necessário a articulação de políticas focais a políticas estruturais, que viabilizem a permanência destes discentes na universidade. Concordamos com Fábio Waltenberg (2013,p. 67), quando afirma que no Brasil, nem acesso, nem permanência são assuntos resolvidos.

No Ensino Superior, medidas recentes caminham no sentido de ampliar o acesso à universidade para um conjunto mais heterogêneo de jovens, porém, todas requererão mais recursos para garantir ainda mais acesso ao Ensino Superior, mas também permanência dos alunos e qualidade dos cursos. A consolidação da expansão via Reuni exigirá recursos adequados para, nos novos campi, sanar carências infraestruturais e reduzir carga docente; o Prouni poderá ser expandido para aumentar a matrícula, mas isto também tem custos; a ampliação das cotas demandará recursos para acolhimento e acompanhamento do corpo discente. (WALTEMBERG,2013, p.83)

Consulta a dados no sistema acadêmico da UFF em setembro de 2016 nos revela que mais de 50% desses alunos não estão mais na universidade. No que se refere aos ingressantes do primeiro semestre de 2013, dos 34 alunos matriculados via cotas sociais, apenas 11 encontravam-se com matrícula ativa, perfazendo assim um índice de 67,7% de evasão. Cruzando os dados com o sistema de bolsas da universidade verificamos que do total de matriculados, apenas 29,4% tiveram ou têm acesso ao PNAES- Programa Nacional de Assistência Estudantil.

**Tabela 1.** Alunos por situação de matrícula e acesso a PNAES

	Situação da matrícula		
	Total	Ativa	Cancelada/Trancada
Matriculados com acesso a PNAES	29,40%	90,00%	10,00%
Matriculados sem acesso a PNAES	70,60%	8,70%	91,30%

Fonte: SISBOL/Elaboração própria

A tabela acima revela, que do total de alunos que têm acesso a PNAES, mesmo que seja, somente sob a formatação de transferência de renda obtêm uma elevada taxa de permanência (90%), ao passo que aqueles que não foram alcançados pelo programa têm um índice de (91,3%) de interrupção de seus estudos. Tais dados revelam a importância deste programa na viabilização da permanência do alunado, e ao mesmo tempo a necessidade de sua ampliação. Contudo, a atual crise financeira do país vem trazendo rebatimentos importantes às políticas sociais e o PNAES não fica a reboque destas consequências como pode ser observado nos dados que se seguem:

**Tabela 2.** Gastos destinados a PNAES na UFF.

Ano	R\$ Total	Auxílio Financeiro à estudantes
2012	17.689.212,15	7.904.225,22
2013	14.826.864,12	8.811.566,01
2014	23.366.387,23	11.443.061,46
2015	11.767.471,25	9.177.793,24

Fonte: Portal da Transparência/ [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)

A tabela supra referida mostra as verbas destinadas a PNAES para a UFF, percebe-se a partir dela uma queda acentuada nos gastos com assistência estudantil, sobretudo no ano de 2015 e ainda, uma prevalência dos recursos destinados à auxílio financeiro aos estudantes, ou seja, as chamadas bolsas e auxílios estudantis, o que remete a focalização das políticas de assistência estudantil em detrimento das políticas universais.

Conforme Pierre Bourdieu (2014) a educação exerce um papel preponderante na reprodução e legitimação das desigualdades sociais, revelando como as condições sociais prévias dos estudantes e suas famílias têm impacto na educação. Desta

forma, cabe o questionamento se a atual democratização do acesso das IFES têm se configurado em mera reprodução do sistema legitimando as desigualdades sociais, ou se realmente têm se configurado em instância transformadora e democratizadora da sociedade. Afinal, como fazer a passagem da era da acumulação para era da equidade?

Acredita-se que a educação como processo de transmissão, construção e produção de conhecimentos é bem público e faz parte dos direitos humanos essenciais. Enquanto direito humano, jamais deve ser negligenciada ou sonegada a parcelas da população. É mister ressaltar que a educação tem uma importante função no desenvolvimento da consciência crítica e reflexiva e na produção de condições favoráveis para a vida da sociedade como um todo.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações afirmativas implementadas de forma concomitante com ENEM/SISU, vêm constituindo num importante mecanismo de democratização do acesso, pois têm contribuído para alteração na configuração do corpo discente, tornando os *campis* mais democráticos e justos, evidenciando o multiculturalismo brasileiro e, sobretudo se caracterizando como política pública de acesso e desenvolvimento da educação. Mas sua principal contribuição reside no fato de proporcionar aos sujeitos sociais a possibilidade de alteração do sistema de classes, estabelecendo no futuro, uma melhor distribuição dos recursos materiais e imateriais.

Contudo, os dados supracitados apontam a necessidade de estudos sobre a migração estudantil, buscando alternativas e propostas que venham atender as necessidades deste novo perfil da universidade e ratificam que se faz necessário o desenvolvimento de ações para permanência deste aluno na Universidade.

Pensar num cenário de perfeita igualdade de resultados educacionais, pressupõe antes de mais nada igualdade de acesso a todas as etapas de ensino. Acredita-se que entre os objetivos principais da educação, está o de garantir a todos os cidadãos, independentemente de sua origem social, razoáveis condições de acesso e permanência em todas as etapas ou níveis de ensino (Waltenberg, 2013). Para tanto, faz -se mister conceber que políticas focais e universais, devem ser complementares e convergentes e não opostas.

Vale evidenciar que, não se duvida que a resolução do problema da educação se concentre tão somente a partir da implantação de cotas no ensino superior, prescinde de inúmeras outras ações coadjuvantes, posto que a formatação que ora se apresenta para o ingresso nas universidades públicas é focalizada e paliativa, numa realidade social verdadeiramente equitativa, o ideal seria a universalização da educação pública e com qualidade em todos os níveis de ensino, ou ao menos que não existissem diferenças qualitativas entre escolas públicas e privadas.

### REFERÊNCIAS

AMARAL, Shirlena C. de S. & MELLO, Marcelo P. Políticas Públicas de Acesso ao Ensino Superior: analisando a política de cotas e a utilização do ENEM/SISU na UENF. Setembro, 2012. Disponível em: [www.aninter.com.br](http://www.aninter.com.br) (acesso em 27/06/16)

BELL, Daniel. Da Sociedade Industrial à Pós Industrial: Teorias sobre o desenvolvimento. In: BELL, Daniel. O Advento da Sociedade Pós Industrial: uma tentativa de previsão social. São Paulo. Ed. Cultrix, 1973.

BOCK, Kenneth. Teorias do Progresso, Desenvolvimento e Evolução. In: BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. História da Análise Sociológica. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 1980.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reinaldo Bairão, 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL. Decreto 6.096/2007. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

\_\_\_\_\_. Decreto 7.234/2010. Programa Nacional de Assistência Estudantil, 19/07/2010.

\_\_\_\_\_. Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

\_\_\_\_\_. Portaria Normativa nº 18, DE 11 de Outubro de 2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012.

CISLAGHI, J. F.; SILVA, M. T. da. O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas *versus* garantia de permanência. *SER Social*, Brasília, v. 14, n. 31, p. 489-512, jul./dez. 2012

ESPING-ANDERSEN. As três economias políticas do Welfare State. *Rev. Lua Nova*, nº24. São Paulo, 1991.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade (O direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA). Rio de Janeiro/ São Paulo: Renovar, 2001.p.4-60.

MAIO, M.C; SANTOS, R.V. Políticas de Cotas Raciais, os “olhos da sociedade” e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UNB). *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n.23, p.181-214, jan-jun 2005.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, nº 17, p. 197-217, 2002. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100) Acesso em: jun. 2012.

NEVES, Clarissa E. Baeta. Ensino Superior no Brasil: expansão diversificação e inclusão. Apresentação no Congresso de 2012 da LASA (Associação de Estudos Latino Americanos) em São Francisco, Califórnia, maio 2012. Disponível em: [www.ufrgs.br/geu/Artigos%202012/Clarissa%20Baeta%20Neves.pdf](http://www.ufrgs.br/geu/Artigos%202012/Clarissa%20Baeta%20Neves.pdf) (acessado em 05/07/16)

NORONHA, Olinda Maria. A universidade e a estruturação da ‘cidadania regulada pela estratificação ocupacional do trabalho’. In: *Revista de Educação*, vol. 1, nº 2. São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de estado: Reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011. p. 323-337. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

PARKIN, Frankin. Estratificação Social. In: BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. História da Análise Sociológica. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 1980.



Portal da Transparência: [www.portaldatransparência.gov.br](http://www.portaldatransparência.gov.br) RAWLS, J. Justiça como Equidade: uma reformulação. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SANDEL, Michael J. A questão da equidade/Jhon Rawls. In: Justiça - o que é fazer a coisa certa. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2015.

SANTOS, Adilson Pereira dos. Os reflexos de Durban em Ouro Preto na UFOP. LAZARO, André (org). Coleção Estudos Afirmativos, v.5.- Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ,LPP,2015. 120p.

SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre a ciência.Ed. Cortez. São Paulo, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon. Educação: a nova geração de reformas. In: GIAMBIAGI, F.; REIS,J.G e URANI, A. Reformas no Brasil: Balanço e Agenda, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 2004, pp 481-504.

SOWELL, Thomas. Ação afirmativa ao redor do mundo: um estudo empírico. Trad.: BRIZIDA, Joubert de Oliveira. Rio de Janeiro: Univer Cidade, 2004.

WALTENBERG, Fábio. Igualdade de oportunidades educacionais no Brasil: quão distantes estamos e como alcançá-la. In: FONSECA, A. e FAGNANI, E. (org.). Políticas sociais, cidadania e desenvolvimento: Educação, Seguridade Social, Pobreza, Política Urbana e demografia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, (Vol.2), 2013, pp.65-90.

YASBECK, Maria Carmelita. Classes Subalternas e Assistência Social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: REFLEXÕES SOBRE INGRESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS DO CONVÊNIO FUB/FUNAI**

**EUZEBIO, Umberto**

*Professor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento  
Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília  
E-mail: umbertoeuz@gmail.com*

**FRANÇA, Rayanne Cristine Máximo**

*Estudante de Enfermagem da Universidade de Brasília E-mail: rayannecrist@gmail.com*

**REBOUÇAS, Eduardo Melo**

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em  
Linguística da Universidade de Brasília  
E-mail: eduardomelo.reb@gmail.com*

### **RESUMO**

Neste trabalho são levantadas discussões e questionamentos sobre desafios e demandas postas à universidade pública pela inclusão e permanência de estudantes ingressantes pelo convênio FUB/FUNAI. Com abordagens da pesquisa-ação, pesquisa participante e escuta sensível, foram avaliados os aspectos qualitativos envolvendo os fenômenos socioculturais e educacionais dos estudantes durante quatro anos. São necessárias relações de trocas e diálogos contínuos para a construção da identidade acadêmica indígena a partir de um ambiente político, pedagógico e metodológico que garanta as especificidades indígenas assegurando melhoria dessa política. Os processos de construção da universidade pública verdadeiramente inclusiva demandam a participação direta de entidades e sujeitos sociais nas frentes de elaboração das políticas públicas, essas ações afetam diretamente os grupos aos quais são direcionadas.

**Palavras-chave:** Inclusão. Indígena. Educação.

### **ABSTRACT**

In this paper, discussions and questions about challenges and demands placed on the public university by reason of the inclusion and permanence of incoming students of the FUB / FUNAI agreement are raised. With approaches of action research, participant observation and sensitive listening, the qualitative aspects involving the sociocultural and educational phenomena of students during four years were evaluated. There is a need for continuous exchange and dialogue for the construction of the indigenous academic identity, based on a political, pedagogical and methodological environment that assure indigenous specificities, guaranteeing the improvement of this policy. The processes of construction of the truly inclusive public university demand the direct participation of entities and social subjects in the fronts of elaboration of public policies, these actions directly affect the groups to which they are directed.

**Keywords:** Inclusion. Indigenous. Education.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, com a implantação de políticas públicas de inclusão e ações afirmativas, as universidades públicas brasileiras vêm aos poucos inserindo estudantes indígenas em sua comunidade acadêmica. Nesse sentido, a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, firmou convênios com algumas Instituições de Ensino Superior, dentre eles com a Fundação Universidade de Brasília - FUB, em 2004, possibilitando o acesso e permanência dos indígenas no ensino superior.

Historicamente, a Educação Superior no Brasil sempre esteve restrita às elites, e a inclusão dos povos indígenas nas Universidades representa um fenômeno recente, que apesar de quase 20 anos de ação, se encontra em fase de construção de mecanismos de acesso, permanência e da própria formação intercultural. Estes segmentos dos povos originários passaram a ocupar gradativamente os espaços acadêmicos, não mais como objetos de pesquisa ou como sujeitos pesquisados, mas como estudantes e pesquisadores dos cursos regulares oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior.

As demandas sociais por educação superior indígena são desafios condicionantes para que a maioria desses povos desenvolva políticas para suas comunidades. As universidades públicas brasileiras têm manifestado interesse político de incluir minorias no ambiente acadêmico como forma de superar a histórica exclusão do acesso ao ensino superior vivenciada por esses grupos, evidenciando o caráter diverso e inclusivo (BANIWA, 2012).

O movimento indígena brasileiro inicia e incentiva a inclusão de seus jovens nesse processo como forma de "fortalecimento das lutas de mais de 220 etnias do território nacional" (BANIWA, 2006). Essa necessidade é justificada para além da questão inclusiva, pois segundo Jacobi (2005) não existem representantes indígenas para defender suas causas, uma vez que entre eles não há formação de profissionais capacitados que venham a ocupar cargos em que há necessidade de formação acadêmica específica.

Apesar de haver esforços para se levar o indígena para o interior das universidades, ao ingressar, enfrenta outros tipos de problemas, não previsto nas etapas anteriores, que são os processos adaptativos. Portanto, somente a garantia de acesso não concretiza a Política Pública de inclusão, pois estes estudantes enfrentam as mais variadas dificuldades de integração não apenas ao ambiente acadêmico como também no novo espaço urbano.

Dessa forma, devido aos problemas vivenciados e enfrentados por eles, são necessários programas específicos de acolhimento que vão desde políticas específicas e diferenciadas de acompanhamento acadêmico, considerando a realidade sociocultural de origem, até o suporte financeiro, incluindo moradia, transporte e alimentação.

O objetivo deste trabalho foi levantar discussões e questionamentos sobre desafios e demandas postas à universidade pela inclusão e permanência de estudantes ingressantes pelo convênio FUB/FUNAI a partir de 2004. Com abordagens da pesquisa-ação, pesquisa participante e escuta sensível, foram avaliados os aspectos qualitativos envolvendo os fenômenos socioculturais e educacionais em que estavam inseridos, envolvendo estudantes, FUB e FUNAI durante os últimos quatro anos.

Este artigo está estruturado nos tópicos: o estudante indígena do convênio FUB/FUNAI, fundamentação teórica, resultados alcançados e considerações finais.

### **1. O ESTUDANTE INDÍGENA DO CONVÊNIO FUB/FUNAI**

O convênio de Cooperação FUB/FUNAI Nº 001/2004 tem como objetivo o estabelecimento de condições técnico-científica, pedagógica, administrativa, e operacional, entre as duas Fundações, para formar 200 profissionais indígenas de nível superior em dez anos. (UNIVERSIDADE, 2004)

A primeira seleção de estudantes indígenas para a Universidade de Brasília - UnB ocorreu em 2004 mediante transferência de 12 estudantes de Instituições de Ensino do DF e Entorno. Esses estudantes ingressaram nos cursos de Administração, Direito, Serviço Social, Engenharia Florestal, Comunicação Social, Relações Internacionais e Ciências Sociais. Desse grupo, cinco optaram pela não continuidade do curso na UnB, dois por retornar às suas Instituições de origem, um por ser servidor público se transferiu para outra Instituição e outros dois deixaram o curso por motivos familiares. Dos sete restantes, apenas dois estão graduados em Comunicação Social e em Serviço Social, os outros três permanecem na universidade nos cursos de Administração, Ciências Sociais e Engenharia Florestal, porém em 2013, o último deles desistiu após longo e sucessivo processo de desligamento e reintegração com diferentes reincidências. Somente em 2006 houve novos ingressos, com a implementação do vestibular indígena apenas para os cursos de Ciências Biológicas, Enfermagem, Farmácia, Medicina e Nutrição com a oferta de três vagas para cada curso. Após este período foram realizados novos vestibulares com a inclusão de vagas para os cursos de Agronomia, Ciências Sociais e Engenharia Florestal. Quanto ao número de vagas, a partir de 2008 passam para dez quando também se exclui do processo o curso de Farmácia.

No período de dez anos foram ofertadas apenas 107 vagas, todas ocupadas; atualmente permanecem regularmente matriculados na universidade 43 estudantes de graduação e 24 estão graduados.

Durante esse percurso na universidade, ingressaram estudantes indígenas das cinco regiões do país com predominância do norte e nordeste, distribuídos em mais de 30 etnias. Alguns, inclusive, com formação na educação básica totalmente em língua materna, outros parcialmente e outra parcela em português. Ao longo dos anos, os estudantes têm enfrentando inúmeros problemas acadêmicos que não estão relacionados apenas ao aprendizado, dificuldades de interação, aceitação e diminuição da autoestima. Além desses, há também aqueles relacionados à falta dos familiares, dificuldades financeiras, de moradia, de alimentação e de adaptação à vida no Distrito Federal.

Dentre as principais dificuldades acadêmicas enfrentadas estão àquelas referentes ao baixo rendimento acadêmico, frequentes entradas em condição, desligamentos e reintegração. Essas situações não se apresentam apenas como uma desmotivação do estudo, mas também comprometem a manutenção do auxílio financeiro por parte da FUNAI inicialmente ou a bolsa permanência do MEC a partir de 2013, que substituiu o auxílio da FUNAI.

Quanto à metodologia adotada, consiste em uma pesquisa participante envolvendo pesquisa-ação e escuta sensível, de abordagem qualitativa, cujos sujeitos da pesquisa são constituídos por estudantes indígenas da UnB, ingressantes pelo convênio FUB/FUNAI.

Com abordagens da pesquisa-ação, pesquisa participante e escuta sensível fundamentadas em (Barbier, 2007); (Thiollent, 2009); (Barbosa e Hess, 2010), foram avaliados os aspectos qualitativos envolvendo os fenômenos socioculturais e educacionais em que estavam inseridos, envolvendo estudantes, FUB e FUNAI durante quatro anos consecutivos a partir de 2012. A opção para esse período é justificada por ser a etapa em que a maioria dos 24 formandos concluiu os respectivos cursos, período também em que houve interrupção dos ingressos e transferência da responsabilidade financeira para o MEC (2013) e período em que se finalizou o Convênio, no ano de 2014.

Quanto à estratégia, houve acompanhamento com observações e anotações das discussões de reuniões semanais da Coordenação de Estudantes Indígenas com os estudantes para diagnosticar os principais problemas envolvidos na formação do estudante indígena.

Suas necessidades e as soluções dos problemas foram discutidas com o grupo, que propunha e criava soluções para cada caso específico, com acompanhamento psíquico-pedagógico ou encaminhamentos mais específicos de acordo com cada contexto. Estas soluções forma além do acompanhamento de disciplinas cursadas, avançando para a valorização de outras potencialidades presentes em cada um, considerando as experiências, vivências e tradição cultural de cada etnia. Os problemas foram formulados de acordo com cada fórum de discussão do grupo, de conversas individuais ou em pequenos grupos de um mesmo curso ou área.

A pesquisa com abordagem qualitativa buscou repercutir as complexidades processuais de implementação da política pública de inclusão e permanência estabelecida pelo convênio FUB/FUNAI.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a observação das atividades do grupo de estudantes indígenas, foram utilizados métodos qualitativos de observação e escuta, seguindo a proposta do diário de pesquisa, com a produção de um jornal de pesquisa durante as análises, uma vez que:

[...] o diário de pesquisa permite nos apropriarmos do conhecimento já produzido pela humanidade para nos tornarmos mais sábios e autores de nós mesmos numa relação educativa que nos impõe, o tempo todo, interpretação e solução desenvolvidas pelo outro. Trata-se de caminhar na perspectiva de abrir espaço para a autoformação como meio de pluralizar tal relação em que tão importante quanto às demandas e determinações do educador são as demandas, o desejo e o sentido por parte de quem aprende. (BARBOSA; HESS, 2010, p. 20)

Ao mesmo tempo, nesse processo de construção, seguiu-se a técnica da escuta sensível de Barbier, que se divide em três categorias:

a escuta científica/clínica; a espiritual/filosófica e a poética/existencial. Embora se refira a três tipos de escuta, todas compõem uma escuta única, a qual denomina de "transversal". Enquanto a primeira se refere à dimensão científica, ao que pode ser comprovado, observado e dialeticamente apresentado, a segunda se põe na escuta daquilo que funda o sentido da vida para o sujeito. [...] Por fim, a escuta poética/existencial, por ser da ordem do instituinte, da possibilidade

criadora do sujeito humano, permite sacudir a estrutura estabelecida, [...] (BARBOSA; HESS, 2010, p.52).

Esses três tipos de escuta sensível, em sua transversalidade, levam o pesquisador a compreender o processo como um todo. “O pesquisador deve saber sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro para “compreender do interior” as atitudes e os comportamentos, o sistema de ideias, de valores, de símbolos e de mitos [...]” (BARBIER, 2007, p. 94)

Essas “vivências compartilhadas” com todos os estudantes indígenas permitiram compreensão dos fenômenos socioculturais e educacionais em que estavam inseridos por meio das abordagens de pesquisa-ação e pesquisa participante, com ações dos próprios estudantes como sujeitos do processo. (THIOLLENT, 2009)

Para Brandão (1999), os saberes dos indivíduos, construídos no cotidiano da vida comunitária, são parte importante no processo de construção do conhecimento e, nesse sentido, a pesquisa participante busca envolver aquele que pesquisa e aquele que é pesquisado no estudo do problema a ser superado, conhecendo sua causa e construindo coletivamente as possíveis soluções.

É frequente o questionamento à universidade sobre o seu papel na sociedade como produtora de conhecimentos e geradora de bens e produtos, porém, a questão crítica surge quando refletimos sobre quem seriam os segmentos receptores desses produtos.

Esses questionamentos estão nas origens das crises da hegemonia e da legitimidade, uma vez que a universidade constantemente depara em situação de confronto por estar inserida em um universo cultural versátil e dinâmico. Isso surge a partir de uma cultura de massas que questiona o monopólio da academia no processo de produção de cultura e de conhecimento. No entanto, a Educação Superior e a própria cultura acadêmica refletem o privilégio de alguns grupos sociais, na propagação das elites econômicas e sociais. Dessa forma, essas instituições deixam de ser centros de excelência de produção e passam a ser também local de construção de mecanismos de justiça social e de democracia. (SOUSA SANTOS, 1997, p. 212).

A partir dessas circunstâncias e de pressões externas, houve necessidade do reconhecimento social por parte das universidades para atender os grupos excluídos no seu sistema educacional como estratégia para a própria sobrevivência.

A Universidade de Brasília foi a primeira universidade federal a implantar o sistema de ações afirmativas para ingresso no ensino superior. Quanto à questão indígena, na UnB, até o momento não foi feita nenhuma avaliação deste convênio e nem mesmo um acompanhamento específico de cada curso. Estudos apontam para uma avaliação deste convênio e verificação das possíveis causas e soluções, conforme indica o trabalho de Euzebio et al. (2012), cujos autores trabalharam com os desafios da educação indígena na UnB.

Contribuições científicas estão surgindo. Nessa conjuntura, Meneses (2013), em estudo sobre a situação de estudantes indígenas em disciplinas da área de química, mostrou que mesmo com aprovação em uma disciplina básica, o estudante apresenta problemas de aprendizado em disciplinas da área em estágios avançados. Isso indica haver necessidade de mais estudos sobre a realidade indígena na Universidade.

São inúmeros os problemas adaptativos, logísticos, administrativos e de aprendizagem. Nos últimos anos, na literatura sobre o assunto, existem autores que trabalharam com os desafios da educação indígena em diferentes universidades brasileiras, indicando haver necessidades de adequação específica para atender às necessidades desses acadêmicos indígenas. (RUSSO; DINIZ, 2015)

De acordo com Aguiar et al. (2014), há inúmeros desafios para as universidades após o acesso dos jovens negros e indígenas e, dentre eles, a permanência se destaca como prioridade. Para os autores, o acompanhamento e a avaliação dos programas de assistência estudantil é uma das estratégias que poderão contribuir para o êxito desses acadêmicos, sem excluir a necessidade de outros mecanismos de afirmação identitária que possam fortalecer a presença de negros e indígenas num espaço majoritariamente branco. Os autores ainda concluem que esses desafios permanecem e que, portanto, cabe aos gestores maior atenção aos processos de inclusão.

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

As diversas formas de organização dos acadêmicos indígenas têm ganhado visibilidade no cotidiano das universidades por proporcionarem reflexões e discussões em busca de melhorias e valorização do saber cultural e tradicional dos povos originários, buscando aproximação entre os saberes tradicionais e científicos.

Com isso, surge a Associação dos Acadêmicos Indígenas da Universidade de Brasília - AAIUnB, principal instrumento de luta dos Acadêmicos Indígenas da UnB, que, baseado na interculturalidade, tem atuado no fortalecimento contínuo do grupo e assegurado a garantia da permanência dos indígenas na UnB.

Em 2012, após 10 anos de diversas experiências e lutas dos povos indígenas nas universidades, a política de cotas, que assegura o ingresso nas IFES e escolas Técnicas Federais no Brasil, foi aprovada no Congresso Nacional brasileiro – Lei nº 12.711/2012- fato que foi comemorado como uma conquista histórica para os demais segmentos, como os alunos provenientes de escolas públicas, negros e quilombolas. (BRASIL, 2012)

Em 2013, o Governo Federal lança o Programa Bolsa Permanência através da Portaria n. 389, de 09 de maio de 2013, um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, devidamente matriculados nas IFES.

Observa-se que, de certa forma, o Programa é visto como um avanço, pois muitas universidades com políticas de ações afirmativas não ofereciam auxílios financeiros para os estudantes indígenas, principalmente para os ingressantes via convênios tendo neles a contrapartida da FUNAI enviando recurso que garantia a permanência destes indígenas. Porém os pagamentos desses auxílios eram mensais, e em alguns os valores não correspondia a realidade dos beneficiários, era algo irrisório.

Quando nos referimos à UnB, pode-se pensar em um processo estagnado ou até mesmo em retrocesso, pois os estudantes deixaram de receber as bolsas do Convênio FUB/FUNAI/2004 e passaram a receber a bolsa permanência do MEC, no mesmo valor que era recebido desde 2004, ano em que foi firmado o Convênio, havendo, portanto, apenas uma transferência com troca de responsabilidade da FUNAI para o MEC, deixando que os problemas sem solução se mantivessem.

As relações de trocas e diálogos necessários para que ocorra a melhoria dessa política ainda se encontra em fase de construção contínua. Diante deste impacto sociocultural, os estudantes indígenas, buscaram organizar-se, a fim de reivindicar seus direitos e superar a resistência cultural existente dentro do universo acadêmico.

Apesar da proposta inovadora e acolhedora na UnB, na prática tem se revelado um descompasso entre as condições necessárias e as condições de fato asseguradas para a permanência qualificada e humanizada dos estudantes indígenas no espaço acadêmico.

Durante os 10 anos de vigência do Convênio houve diversas dificuldades institucionais de ambas as partes mantedoras do processo, o que dificultava o avanço no processo de acesso e permanência, de maneira direta e indireta.

As principais queixas dos estudantes durante o processo de adaptação e acompanhamento, sempre foram que as decisões tomadas por instâncias superiores, sejam elas FUNAI ou Universidade, que aconteciam de forma verticalizada, de modo impositivo e nunca dialogado ou utilizando-se de alternativas de metodologia participativa, na qual esse processo se inicia a partir da experiência e do conhecimento dos próprios participantes.

Durante o período, passaram pela FUNAI seis presidentes e vários coordenadores, assim como na UnB, com mudanças de reitores com propostas e práticas diferentes quanto à questão inclusiva. Dentre as propostas da gestão UnB 2013-2016, esteve a criação da Diretoria da Diversidade - DIV, no Decanato de Assuntos Comunitários, porém os indígenas nunca se sentiram incluídos em todo o processo, pois se extinguiu o sistema de acompanhamento pedagógico até então vigente. É possível observar a instabilidade de Decanatos/ Diretorias para coordenar as questões indígenas, fazendo com que mudanças políticas afetem o aparato político pedagógico do lado mais vulnerável. Ao longo dos dez anos, foram ofertadas apenas 107 vagas com 107 ingressos, 24 formados, 43 ativos e 40 desistentes. As desistências são causadas por diferentes fatores, porém de acordo com depoimentos do grupo, ocorrem principalmente por motivos psicossociais.

Durante a vigência do Convênio nº001/2004, havia um Comitê Gestor, na cláusula terceira, subcláusula primeira se diz *"A relação dos cursos e dos respectivos números de vagas destinados a candidatos indígena deverá ser definida anualmente, por um Comitê Gestor, formado por representantes da FUB, MEC, e FUNAI, acrescida de um representante indígena"*. Porém, eram raras as vezes em que havia a participação indígena nesse espaço, por omissão da própria Universidade. A partir de diversas tentativas de diálogo com a Universidade e sem êxito, os estudantes passam a resistir diante da pressão da Universidade em excluí-los das decisões, passam a se integrar forçadamente em espaços de decisão, como o Comitê Gestor, a criação do Fórum Permanente, passam a se fortalecer enquanto Associação dos Acadêmicos Indígenas do DF (AAIDF, atualmente AAIUnB) para que suas vozes fossem ouvidas e atendidas, de acordo com suas demandas.

Em 2010, houve maior pressão sobre a participação indígena no Comitê Gestor, os estudantes se organizaram e escolheram seu representante e vice, para que pudesse ter como sua responsabilidade participar das reuniões e nos processos de decisões. A partir daí conseguiu-se o vestibular diferenciado, não em questões de conhecimentos gerais



relacionadas a prova em si, mas a descentralização do polo de aplicação de provas que passou a ser regionalizado e com a presença de entrevista, aumentamos a diversidade de cursos regulares, de acordo com levantamento realizado pelos estudantes com suas bases, assim aumentando a diversidade de futuros profissionais em suas comunidades de origem.

Houve um avanço significativo, mesmo diante das crises com o corte do auxílio (na época fornecido pela FUNAI) de 14 alunos, decrescendo o número de estudantes ativos e conseqüentemente gerando desistências do sonho universitário. Era preciso mais do que nunca se fortalecer diante das adversidades. Deixam de ser tutelados e são vistos e respeitados por sua forma de organização. A partir de 2013, a Universidade criou a resolução nº0488/2013, que cria na estrutura do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), a Diretoria da Diversidade (DIV), que tem por competência *“elaborar, executar, monitorar e avaliar política, programas e ações voltadas ao respeito e ao convívio com a diferença, no sentido de assegurar os direitos da comunidade universitária em relação as questões de gênero, raça, etnia e orientação sexual”*.

A diretoria da Diversidade é constituída pelo Diretor da Diversidade; Secretaria administrativa; Coordenação da Questão Negra; Coordenação da Diversidade Sexual; Coordenação da Questão Indígena e Coordenação dos Direitos da Mulher. Apesar de a Universidade demonstrar esforços para integrar os povos indígenas, estes por sua vez nunca se sentiram incluídos em todo o processo.

A criação da DIV teve um impacto negativo, pois extinguiu o sistema de acompanhamento pedagógico até então vigente, individual e/ou em grupo, realizado pelo Decanato de Ensino de Graduação - DEG, substituindo pela Coordenação das Questões Indígenas que tem objetivos amplos para uma demanda específica que exige dedicação exclusiva para tal. Segundo a resolução citada acima, competem as Coordenações da Diretoria da Diversidade as seguintes ações: estimular o respeito e a valorização das questões pertinentes a diversidade; elaborar estudos e pesquisas sobre as ações afirmativas relacionadas as temáticas da diversidade; acompanhar os estudantes indígenas oriundos do sistema de cotas para os negros e indígenas, desde o ingresso na UnB; atuar nas áreas de ensino, pesquisa e extensão com temas relativos a diversidade; formular, fomentar e executar programas de gestão da diversidade no ambiente acadêmico; buscar parcerias internas e externas à UnB a fim de viabilizar apoio financeiro; manter intercâmbio e cooperação com entidades públicas e/ou privadas locais, nacionais ou internacionais; criar fórum permanente de discussão, monitoramento e avaliação dos programas e ações das questões pertinentes a diversidade; atuar como espaço de referência e apoio as questões pertinentes a diversidade; e zelar pela guarda de todos os bens patrimoniais de propriedade da FUB que se encontram sob a responsabilidade das coordenações e da Diretoria.

Para os estudantes indígenas, esse plano de atuação foi um retrocesso, e aproximase de prática integracionista, na medida em que desconsidera as diferenças étnicas e pedagógicas, em relação ao ingresso e a permanência na instituição, quando o Decanato de Assuntos Comunitários tem por sua finalidade ações que visem a assistência estudantil. Uma vez que haja a implementação de assistência, nela devem estar contidas as ações pedagógicas de acompanhamento. Criou-se, então, a prática assistencialista e tutelada, que cobria os prejuízos financeiros, mas desassistia a prática pedagógica,

assim excluindo as monitorias específicas, ocasionando um déficit nos rendimentos acadêmicos, elevando o número de desligamentos, trancamentos e reintegrações nos anos seguintes.

Até o ano de 2013, as ações pedagógicas sob a Coordenação Acadêmica de Estudantes Indígenas eram subordinadas e vinculadas à Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica - DAIA/DEG. Esta Coordenação tinha por finalidade realizar o acompanhamento do estudante, relacionadas às questões pedagógicas como monitorias, relatórios sobre desempenhos, trancamentos, reintegrações e afins. Durante esse período, houve criação e institucionalização de monitorias específicas, o que foi avaliado de maneira positiva pelos estudantes, que destacavam questões como afinidade com o monitor, flexibilização de horários, linguagem simples e de fácil compreensão, o que conseqüentemente gerou melhores rendimentos em sala de aula. Para o coordenador, na época era difícil tentar flexibilizar a universidade sobre essas necessidades emergenciais de mudança, mas que a longo prazo renderiam resultados significativos para o acompanhamento de indígenas, tornando-se excelência e referência às demais universidades que tinham indígenas em seu contexto acadêmico.

Os avanços citados, são utilizados como modelos de referência para as demais Universidades brasileiras, como a Universidade Federal de São Carlos, que implementou o vestibular descentralizado desde 2015; a Universidade Federal da Paraíba, que criou a Coordenação da Questão indígena nos seus campus, desde 2013, com presença participativa dos estudantes indígenas em suas atividades de planejamento e assistência; e o próprio Ministério da Educação utilizou o modelo de auxílio financeiro que a FUNAI adotava conosco para criação do Bolsa Permanência para estudantes indígenas e quilombolas, sob ótica diferenciada de acordo com suas questões socioculturais, independente da região. É explícita a necessidade de um diálogo entre os saberes ocidentais hegemônicos e os saberes tradicionais indígenas, para assim favorecer a mudança do modelo de formação que ainda há muito para ser construído na UnB.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse trabalho foi debatido e investigado a Educação Superior Indígena, tomando por referência a Universidade de Brasília, com foco sobre questões pertinentes ao acesso, permanência e desafios, incluindo a formação intercultural. Esse cenário se efetiva, tendo em vista que os estudantes indígenas deparam com um cenário social, cultural, político e econômico absolutamente diverso das respectivas realidades de origem, que os conduzem a um distanciamento de seus valores, sentidos e significados próprios de suas culturas e territórios.

É necessário construir a “identidade” como acadêmico indígena, buscar caminhos de acordo com os valores indígenas, modos de ser, particularidades; é preciso que a universidade crie um ambiente político, pedagógico e metodológico que garanta as especificidades indígenas, uma metodologia adequada às reais necessidades do acadêmico indígena. A universidade deve estar aberta a este diálogo, a novos métodos de ensino, deve criar um currículo que respeite e valorize a cultura do povo indígena.

As políticas afirmativas de inclusão no Ensino Superior não devem prescindir da melhoria da qualidade da Educação Básica para não inviabilizar o processo pedagógico de formação de acordo com as necessidades de desenvolvimento da

sociedade. Os processos de construção da universidade pública verdadeiramente inclusiva demandam a participação direta de entidades e sujeitos sociais nas frentes de elaboração das políticas públicas, pois essas ações são sentidas diretamente pelos grupos aos quais as ações dessas políticas públicas são direcionadas.

Para incluir o indígena em seu meio, há necessidade de que a Universidade tenha preparação para lidar com estas questões. Na UnB, o estudante, ao chegar, era recepcionado por uma equipe da DAIA e do Serviço de Orientação Universitária - SOU, que juntamente com o Decanato de Ensino e Graduação - DEG, realizavam o registro acadêmico e matrícula do estudante. Ações realizadas dentro do espaço físico da universidade, mas o acolhimento real não era realizado, o estudante muitas vezes chegava com a mala e tinha a concepção de que ele ficaria, dormiria no espaço da Universidade, quando, na verdade, a partir daquele momento as ações extra muros, segundo a Universidade, não era competência dela e a FUNAI se eximia da responsabilidade do acolher. Durante anos a acolhida do estudante indígena foi assim e ainda continua da mesma forma por parte da Universidade, porém os acadêmicos se mobilizam para a chegada de cada "parente", como intitulam, para que possa ser fornecido, minimamente, um cuidado com atenção específica na recepção na capital do País.

As medidas afirmativas como a política de reserva de vagas para estudantes indígenas na UnB têm encontrado resistências de várias ordens, desde as relações intersubjetivas entre estudantes indígenas e não indígenas e a própria instituição. Permanecer no meio acadêmico torna-se difícil para os povos indígenas devido ao choque cultural, uma vez que a universidade é norteada por uma lógica muito distinta da racionalidade indígena. O número de estudantes indígenas presentes e a diversidade regional, étnica e institucional destes indicam que vem se consolidando enquanto um vigoroso movimento acadêmico do ensino superior brasileiro de um modo geral, bem como a sua continuidade através de políticas de ações afirmativas.

O movimento indígena, ao longo de sua trajetória, vem conquistando bastante espaço no cenário nacional. Cabe salientar que o movimento indígena nacional deposita muita esperança nos acadêmicos indígenas, isto a custo de muita luta para que o ambiente acadêmico seja transformado, de forma que o indígena seja visto desmistificando a imagem lendária, romântica e tutelada que a sociedade tem internalizada em seu íntimo.

Questões de diferentes naturezas ainda necessitam ser consideradas e analisadas pelos sujeitos que compõem as partes interessadas. Em dez anos de convênio ainda há um déficit de comunicação e de sensibilidade antropológica e pedagógica sentido pela instituição e pelos alunos e alunas indígenas, que se refletem no preconceito e na resistência cultural e afetiva de professores, estudantes não indígenas e funcionários.

A construção de um país mais democrático e plural envolve o respeito e o diálogo com as diferenças socioculturais e com os diferentes modos de vida dos seus cidadãos. É essencial que o poder público continue estimulando espaços em suas Universidades e, ao debater e celebrar a presença destes em seus espaços, revelam-se importantes questões para a democratização do ensino superior no Brasil. As políticas públicas, por serem ainda muito pontuais, precisam de períodos longos para se concretizarem e começarem a gerar resultados, a UnB já apresenta um bom tempo de experiência e

devem ser melhores avaliadas e incentivadas. Com relação aos desafios, é necessário ampliar a quantidade e a qualidade dos programas de acesso e permanência nas universidades e dos cursos específicos.

A principal importância dessa preparação e formação na universidade é o empoderamento maior dos indígenas, fortalecido pelas experiências universitárias. Ademais, sabe-se que a construção de novas práticas interculturais, sobretudo quando se refere à educação formal de indígenas nas universidades brasileiras, exige necessariamente novas práticas de formação, as quais constituem também subsídios para o aprofundamento das práticas do trabalho em equipe multiprofissional, interdisciplinar e intercultural. O papel do acadêmico indígena é voltado para sua comunidade indígena, em adquirir os conhecimentos universais, mas não deixar sua identidade, sua cultura e tradições, e principalmente não abandonar o seu povo, valorizar a própria cultura e não abandonar o conhecimento tradicional.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcio Mucedula; ANDRADE, Rogério de; MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira; ALMEIDA, Fernanda Alexandrina de. Ação afirmativa e inclusão étnico-racial: estudo preliminar das políticas de acesso e permanência na Universidade Federal da Grande Dourados entre 2011 e 2013. *O social em questão*, v. 17, n. 32, 2014, p. 101-126

BANIWA, Edílson Martins. Educación superior y pueblos indígenas: avances y desafíos ¿

conmemoración o reflexión?. *ISEES: Inclusión Social y Equidad en la Educación Superior*, n. 10, p. 115-130, 2012.

BANIWA, Gersem. Educação escolar indígena. *Revista FAEEBA - Educação e Contemporaneidade*. v. 19, n. 33, p. 35-49, 2010.

BARBIER, René. *A pesquisa-ação*. Tradutor: Lucie Didio. Brasília: Líber Livro, 2007.

BARBOSA, Joaquim Gonçalves; HESS, Remi. *O diário de pesquisa: o estudante universitário e seu processo formativo*. Brasília: Líber Livro, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisa participante*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999

BRASIL, Presidência da República. *Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 03 Out. 2016.

EUZEBIO, Umberto; Cardia, Felipe Mendes do Santos; LEAL, André Hugo Homem; MOREIRA, André Luiz da Costa; SARAIVA, Ana Livia Rolim. Realidade e desafios para a educação superior indígena na Universidade de Brasília. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS 2012, 2012, Águas de Lindoia - SP. Encontro Nacional de Estudos Populacionais: transformações na população brasileira: complexidades, incertezas e perspectivas (18.: 2012 : Águas de Lindoia, SP). Águas de Lindoia - SP: ABEP - Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2012.

JACOBI, Roberto Pedro. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. *Educação e Pesquisa*, v. 31, n. 2, p.233-250. 2005.

MENESES, Paulo Eduardo Campos de. O Contexto acadêmico dos estudantes indígenas da Universidade de Brasília do convênio FUB/FUNAI em disciplinas da área de química. 2013. 47 f. Monografia (Licenciado em Química). Instituto de Química, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

RUSSO, Kelly; DINIZ, Edson. (2015) Políticas de ação afirmativa e o direito à educação: desafios de acesso e permanência de estudantes indígenas no estado do Rio de Janeiro. *In: Periferia Educação Cultura & Comunicação*. v. 7, n. 1. Rio de Janeiro: UERJ, jan-jun.2015, p. 46-65.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.

THIOLLENT, Michel. *Pesquisa-ação nas organizações*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

UNIVERSIDADE de Brasília. *Convênio de Cooperação nº 001/2004 Convênio de Cooperação que entre si celebram a Fundação Universidade de Brasília e a Fundação Nacional do Índio*. Brasília, 16 de fevereiro de 2004.

## ABANDONO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

**GUEDES, Luciana**

*Mestranda do Programa de Pós Graduação em  
Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília  
lucianaguedess@gmail.com*

**ALVES, Cecília**

*Professora do Programa de Pós Graduação em  
Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional  
da Universidade de Brasília  
cecilia.brito.alves@gmail.com*

**SOARES, Joaquim**

*Professor do Programa de Pós Graduação em  
Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da  
Universidade de Brasília  
jsoaresneto@gmail.com*

**LOZZI, Silene**

*Professora do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília  
silozzi@gmail.com@gmail.com*

### RESUMO

Este trabalho é motivado pela necessidade de uma maior compreensão das possíveis contribuições da Instituição de Ensino Superior (IES) na permanência do aluno no curso superior. Os altos índices de evasão observados, mesmo após transpostas as dificuldades para a entrada na graduação, revelam a necessidade de pensar em políticas públicas que visem minimizar as diversas perdas envolvidas no abandono acadêmico. Dessa forma, verificou-se através de uma regressão linear a contribuição do efeito instituição na evasão no ensino superior.

**Palavras-chave:** Ensino Superior, evasão, regressão linear, políticas públicas.

### ABSTRACT

This work is motivated by the requirement for a greater understanding of the possible contributions of the Higher Education's Institutions in the permanence of the higher education student. The high evasion rates observed, even after being transposed as difficulties for graduation, reveal a need to think about public policies that aim to minimize as many losses involved in academic desertion. In this way, a contribution of the effect of brazilian higher education's institutions was verified through a linear regression.

**Key-words:** Higher education, dropout, linear regression analysis, public policies.

## INTRODUÇÃO

A recente ascensão dos países chamados “emergentes” intensificou as discussões acerca das perspectivas de desenvolvimento e seus projetos, no intuito de voltar os investimentos aos aspectos que trariam melhor posição econômica e social a tais países no cenário globalizado. Os países que se tornaram referência mundial de riqueza guardam em comum a característica de terem investido na melhoria da escolaridade de sua população (DIAS SOBRINHO, 2005), aumentando as preocupações sobre o tema em países que buscam alcançar índices semelhantes de desenvolvimento.

Se para a educação básica a ordem é de erradicação do analfabetismo e ampliação das matrículas, para o ensino superior restou a pressão de dar conta das demandas (cada vez maiores) de mercado, que abarcam não somente a reposição da força de trabalho, como também ser fonte geradora de inovação técnico-científica e ainda de formar os profissionais educadores, que atuarão nas mudanças necessárias – como a qualificação – nos níveis mais baixos de ensino.

Cunha (1983) apresenta o conceito de Educação para o Desenvolvimento como “Educação para a construção de uma Sociedade Justa”, instituída pela corrente de pensamento liberal, idealizada na Revolução Francesa. Essa corrente determina que a educação não age como fator de eliminação de diferenças entre indivíduos, mas sim como elemento para construção de uma sociedade em que “todas as posições da estrutura ocupacional, mesmo as mais elevadas, estão disponíveis para os indivíduos de quaisquer origens, desde que adequadamente dotados e suficientemente motivados para competir por elas” (CUNHA, 1983, p.21).

Reconhecendo o grande valor do ensino superior, a evasão de estudantes se torna uma questão importante a ser debatida e controlada. Para tanto, faz-se necessário compreender de que forma as Instituições de Ensino Superior (IES) podem ou não contribuir para a permanência do aluno, ou seja, quais são as principais características e políticas institucionais de uma IES que podem influenciar a decisão do estudante por concluir ou não sua graduação. O presente trabalho é motivado pela necessidade de explorar esse fenômeno e fomentar o debate sobre evasão na educação superior.

## 1. A EDUCAÇÃO NA AGENDA POLÍTICA BRASILEIRA

### 1.1 Políticas educacionais no Brasil e o diálogo com organismos internacionais

Para Boaventura de Sousa Santos (2011), o final do século XX trouxe junto com suas crises econômicas um mercado competitivo quanto à formação de mão de obra qualificada. Se, por um lado, a crise implicava na restrição dos investimentos públicos em educação superior, de outro, a concorrência entre as empresas clamava por níveis de conhecimento e formação cada vez mais altos.

As estratégias apresentadas pelo Banco Mundial são firmes quanto aos seus objetivos de desenvolvimento e apresenta ainda em seu prefácio:

Em suma, os investimentos em educação de qualidade produzem crescimento econômico e desenvolvimento mais rápidos e sustentáveis. Indivíduos instruídos têm mais possibilidade de conseguir emprego, de receber salários mais altos e ter filhos mais saudáveis. [...] Aprendizagem para Todos significa a garantia de que todas as crianças e jovens – não apenas os mais privilegiados ou os mais inteligentes – possam não só ir à escola, mas também adquiram o conhecimento e as habilidades de que necessitam para terem vidas mais saudáveis, produtivas e obterem um emprego significativo. (MUNDIAL, 2011, p. 1)

As perspectivas apontadas pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD<sup>1</sup>) quanto ao tema se refletem também nas políticas que vêm sendo aplicadas nacionalmente. O PNE atua como um importante elemento estratégico para a educação no Brasil, correspondendo às expectativas do BIRD e, conseqüentemente, garantindo os investimentos dessa fonte, mas também colocando a educação como destaque na agenda política brasileira.

Nesse contexto, enquanto na educação básica a meta é erradicação do analfabetismo e ampliação das matrículas com equidade no acesso, de forma a garantir aprendizagem para todos, ao ensino superior cabe não somente ser fonte de conhecimento, mas também “oferecer a um país como o Brasil, que tem pela frente o desafio de promover o crescimento econômico com redução da pobreza e das desigualdades sociais, profissionais socialmente críticos e tecnicamente capacitados a atuar como agentes dessa transformação” (CORBUCCI, 2007, p. 9). É razoável admitir que os desafios do ensino superior são enormes, considerando o tempo que seu público-alvo tem para transpô-los antes de abandonar o recorte etário (alguns são citados a seguir) que é foco das políticas públicas de educação.

### **1.2 Expansão, inclusão, acesso e permanência nas Universidades**

O processo de expansão do ensino superior que já tinha sido marcado pelo Decreto 3860 de 2001 (o qual permitiu que os centros universitários criassem, organizassem e extinguissem cursos e programas, além de dar autonomia para que os mesmos também ampliassem a oferta de vagas), intensificou-se em 2004, aliado às expectativas que vinham sendo depositadas na formação superior desde o final da década de 1990, demandando uma reorganização documental para balizar as políticas educacionais.

Em 2004, foi implementado no Brasil o Sistema Nacional de Avaliação Educacional da Educação Superior (SINAES), que é descrito em seu sítio como um sistema “formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes”. A integração desses componentes posiciona o SINAES como uma estrutura importante dentro da concepção de ensino superior de qualidade apresentada no PNE, trazendo “elementos de compreensão a respeito da formação ética e técnica dos estudantes e de sua visão sobre a instituição e a vida social” (SOBRINHO, 2010). São esses elementos que permitem um entendimento da realidade do ensino superior brasileiro e fornecem subsídios às análises e acompanhamento das políticas públicas do setor.

### **1.3 O Plano nacional da Educação**

No âmbito nacional, destacamos o Plano de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2008) e o Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado em 2014. Tais documentos herdam o atendimento às recomendações do Banco Mundial já contempladas anteriormente<sup>2</sup> e incorporam suas modernizações, como as trazidas no relatório “Aprendizagem para Todos – Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial”.

As metas 8, 12 e 13 do PNE tratam especialmente de questões relativas ao ensino superior<sup>3</sup> e à população correspondente – Torres (1996 apud Altmann, 2002) enumera

1 Instituição financeira do Banco Mundial.

2 O Plano Nacional da Educação de 2001 já apresentava objetivos e prioridades com forte influência dos organismos internacionais.

3 O PNE traz como “grupo de metas” referente ao ensino superior as metas 12, 13 e 14. Para esse trabalho, não trataremos a meta 14, que diz respeito à pós-graduação. Por outro lado, a meta 8, que está no grupo de “redução das desigualdades e valorização da diversidade” guarda semelhança com a meta 12 por ser direcionada à mesma população. Foi entendido que essa meta, portanto, se adequa melhor aos objetivos do estudo.



os elementos dos pacotes de reformas educativas propostas pelo BIRD, estabelecendo como prioridade a educação básica, e avalia as convergências dessa proposta com a educação brasileira. Isso explicaria a quantidade reduzida de metas que tratam de educação superior no PNE.

A meta 8 tem como objetivo “Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade social”. O grande desafio para essa meta é dado pelas desigualdades de crescimento observadas nos diferentes subgrupos de brasileiros<sup>4</sup>.

Também para a faixa de 18 a 24 anos, o PNE traz ainda a meta 12, que diz respeito a elevar, de forma qualificada, a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população nessa faixa etária. A taxa bruta de matrícula é, nesse caso, o percentual da população de 18 a 24 anos matriculada na educação superior sobre o universo da população nessa faixa etária, enquanto a taxa líquida é o percentual de matriculados no ensino superior que possuem entre 18 e 24 anos. Como uma das estratégias para seu alcance, é proposto “elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas”, marcando o interesse em manter na agenda política do Brasil além da ampliação de vagas e do número de matrículas no ensino superior, a garantia de permanência desses alunos no ensino superior.

Se faz necessário ponderar que essas metas<sup>5</sup> são planejadas para a população de 18 a 24 anos com referência ao ano de 2020 e, portanto, representam a geração que atualmente está (ou deveria estar) frequentando o ensino fundamental para chegar ao ensino superior com idade adequada no ano da meta. Conforme Nota Técnica elaborada pelo Ministério da Educação (BRASIL, [201-]), definir as metas para essa faixa de idade “sinaliza a necessidade de agir com urgência desde cedo” e aponta que, adiada sua prioridade, as diferenças podem chegar a até 5 anos de escolaridade ao atingir a idade de 18 a 24 anos.

Mais recentemente, o Plano Plurianual 2016-2019 classifica a educação como um de seus principais eixos estratégicos, além de apresentar uma seção dedicada às diretrizes estabelecidas pelo PNE e aponta a relevância de sua interação com outras dimensões importantes, como assistência social, saúde, cultura, cidadania e segurança pública. Desde o final de 2015, um pacote de mudanças no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) tem sido estudado pelas autoridades, buscando aumentar o interesse e adesão à avaliação, que tem potencial decisivo na implementação de novos indicadores das políticas de ensino superior (INEP, 2015).

4 O Ministério da Educação, em Nota técnica (201-), demonstra que além dos subgrupos citados na descrição da meta, ainda existem as diferentes combinações entre eles.

5 As metas 8 e 12 possuem particular harmonia com o documento “Aprendizagem para Todos”, do BIRD, que tem como um de seus indicadores de impacto a redução das lacunas em escolaridade ou aprendizagem para populações desfavorecidas.

## 2. CONTEXTOS DE ABANDONO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

### 2.1 Definições, abordagens e limitações da evasão

A evasão no ensino superior é entendida como a interrupção no processo de titulação, ou seja, desligamento sem diplomação. Essa evasão pode ser de três formas: a) evasão de curso; b) evasão de instituição e; c) evasão de sistema (BRASIL, 1996). O conceito de evasão ainda é difuso e não encontra unanimidade em seu tratamento. Isso porque as possibilidades de trancamento, transferências e reingresso possuem particularidades em cada IES que os levantamentos brasileiros ainda não são capazes de detectar e padronizar.

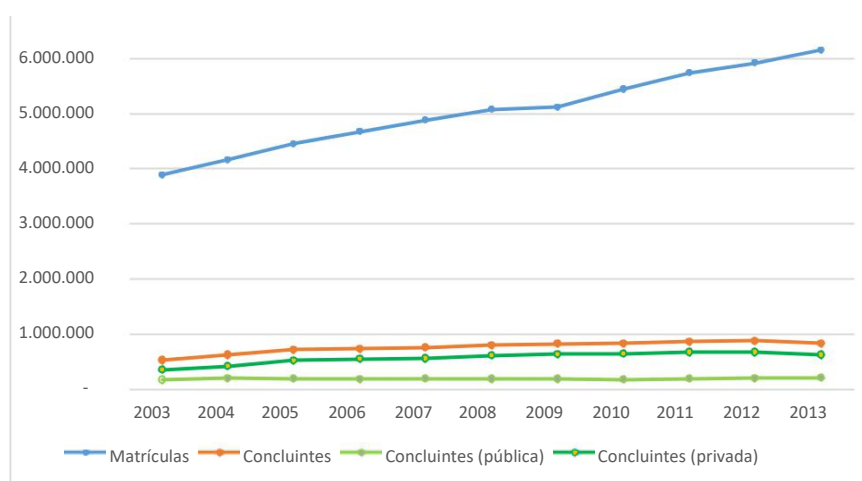
À parte da falta de consenso na definição do termo “evasão”, cabe salientar que seus efeitos podem ser de vários tipos e sentidos pelos diferentes agentes envolvidos: alunos, instituição e sociedade, mas embora para os alunos exista a possibilidade de uma mudança de curso que lhe seja positiva e acabe refletindo em benefícios para a sociedade, para a IES, as consequências são igualmente prejudiciais – seja ela pública ou privada.

### 2.2 Trajetórias do abandono

Em um cenário de valorização da sociedade do conhecimento e de investimento em qualificação para o mercado de trabalho, a universidade surge como o ambiente favorável para propagação dos ideais desenvolvimentistas de educação: suprir a demanda do mercado, fortalecer a pesquisa nas áreas de interesse e formar educadores (SANTOS, 2011). Parece promissor ser parte desse sistema, motivo que, possivelmente, explicaria as altas concorrências por uma vaga no ensino superior, mas então, por que mesmo após conquistá-la, alguns (ou vários) alunos acabariam por abrir mão de vivenciar essa etapa da vida?

Segundo o Ministério da Educação (MEC), Entre 2003 e 2013 o número de matrículas no ensino superior cresceu 58,3%. O gráfico 1 abaixo mostra a evolução do número de matrículas em comparação com o número de concluintes. É notável que a expansão do ingresso na graduação não se mantém nos dados de diplomação, dado que os valores se mantiveram praticamente constantes no período.

**Gráfico 1.** Evolução do número de matrículas e de concluintes do Ensino Superior no Brasil – 2003 a 2013.



Fonte: MEC/Inep.

Ainda segundo o MEC, o investimento somente em Instituições Federais de Ensino Superior ultrapassou os 25 bilhões de reais em 2010. Nesse mesmo ano, o Programa Nacional de Assistência Estudantil recebeu um investimento de 305 milhões, um aumento de quase 55% em relação ao ano anterior, para que em 2013, 4 anos depois, a taxa de concluintes tenha tido um aumento de somente 15% em relação a 2010. Em 2010, o custo anual de um aluno de ensino superior era de R\$ 14.763,00.

Buscando entender tal fenômeno, vários autores têm mapeado os fatores associados à evasão e elaborado modelos que possam explicá-la. Dois deles foram particularmente importantes como base para os estudos em evasão no ensino superior: o Modelo de Integração do Estudante e o Modelo de Atrito do Estudante.

Batizado de “Teoria de Integração do Estudante” (TIE), o modelo elaborado por Tinto (1973) e apresentado na Figura 1 a seguir, busca descrever o caminho que leva ao abandono escolar. Tinto ressalta em seu artigo que a aplicação da teoria do suicídio ao fenômeno da evasão escolar não rende, por si só, uma teoria de evasão que explique no nível do indivíduo os comportamentos de evasão. Em vez disso, seu modelo descreve condições propícias para o encorajamento desse comportamento. Tal modelo é construído sobre dois alicerces básicos: a Teoria do Suicídio, de Durkheim, e a análise de custo-benefício de escolhas individuais a respeito dos investimentos educacionais.

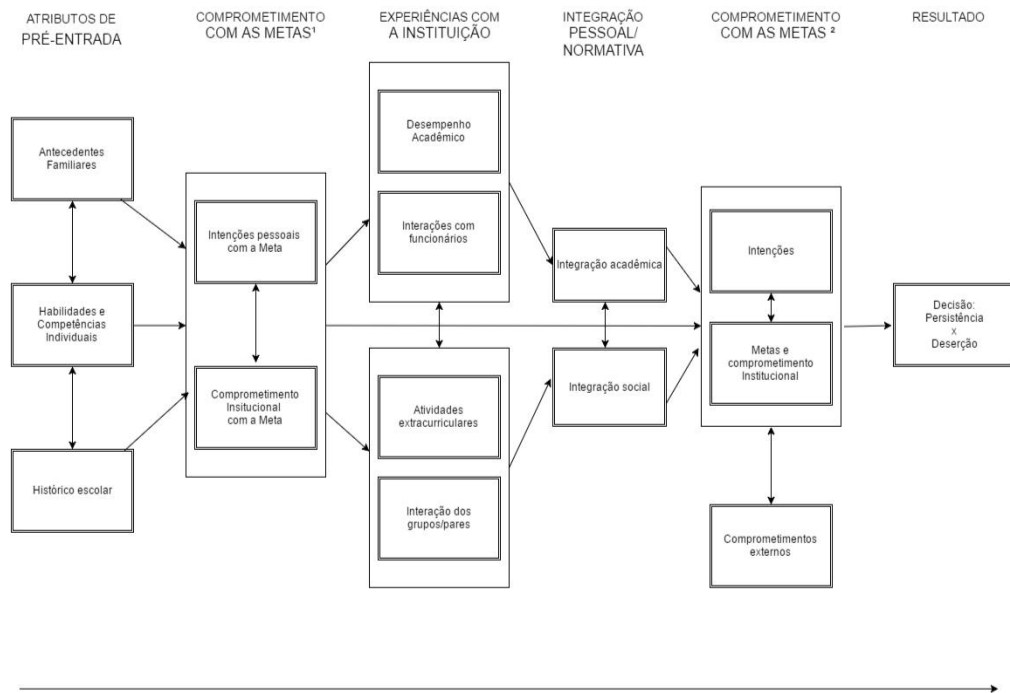
Em sua Teoria do Suicídio, Durkheim propõe que um indivíduo está mais propenso a cometer suicídio quando não está suficientemente integrado à sociedade. Essa integração ocorre, em primeira instância, quando o indivíduo sustenta valores divergentes aos do coletivo, e em última instância, quando o indivíduo se percebe definitivamente inadequado<sup>6</sup>. Ao propor a aplicação da Teoria do Suicídio à Evasão, Tinto considera que a universidade é um sistema social com valores e estrutura complexos<sup>7</sup> – embora seja uma reprodução de uma realidade social e esteja inserido nela, segundo Bourdieu e Passeron (2009) – e, portanto, abandoná-lo é um comportamento análogo ao do suicídio.

O autor serve-se ainda da análise de custo-benefício para explicar o mecanismo que leva o aluno a evadir. Segundo ele, o indivíduo abandonaria a Universidade ao perceber uma alternativa para seus investimentos de tempo, energia e recursos que lhe trará maiores benefícios em comparação aos custos de permanência na graduação.

6 Durkheim (1986) chama a isso de suicídio egoísta, pois não guarda “significado especial” em sua morte, como os mártires religiosos ou políticos.

7 Embora demonstre que é a interação dos sistemas social e acadêmico que mais influenciam na continuidade do estudo, Tinto pontua que a TIE não limita o fenômeno a essas variáveis, considerando a existência de fatores externos não observados no modelo.

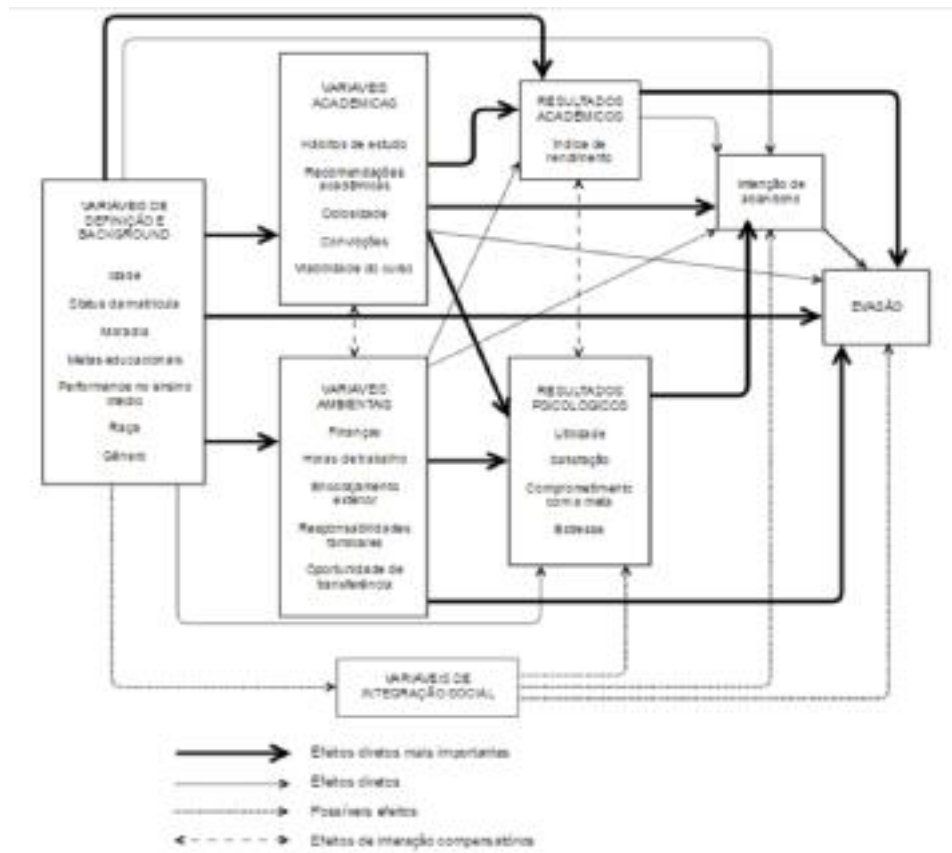
**Figura 1.** Modelo de Evasão da Teoria da Integração do Estudante – Vincent Tinto, 1973



Apesar de os construtos sobre a instituição estarem presentes no modelo, Tinto não aprofunda suas questões, focando principalmente na integração do aluno na universidade. Portanto, este modelo supõe que a evasão estudantil se dá através de uma espécie de desequilíbrio entre a integração acadêmica e a integração social, sendo afetadas ainda pelas metas e comprometimentos (valor atribuído a pertencer a determinada universidade) do aluno com seu curso. Somente quando essas estão em consonância é possível evitar a deserção.

Já no Modelo de Atrito do Estudante, Bean e Metzner (1980) chamam a atenção para o caráter não tradicional de alguns alunos e afirmam que o modelo sugerido por Tinto não contempla esse público. Os alunos não-tradicionais, nesse caso, não são assim denominados por pertencerem a um grupo específico de classe, idade ou origem, mas sim devido à menor intensidade e duração da interação com seus pares na IES (BEAN & METZNER, 1980).

**Figura 2.** Modelo de Atrito do Estudante Não-tradicional – John P. Bean, 1980.



O Modelo de Atrito do Estudante foi desenvolvido para capturar características de alunos com comportamentos incomuns, portanto é interessante que a população na qual será ajustado o modelo tenha grande variabilidade. Por esse motivo, Bean e Metzner (1980) recomendam que a aplicação ocorra em uma instituição individualmente ou em populações pequenas, sob o risco de perder muitos detalhes do processo de evasão e não medir corretamente a variação contida em subpopulações de estudantes não-tradicionais.

Embora os modelos de Tinto e Bean sejam considerados “clássicos”, suas concepções sofrem críticas quanto às limitações que possuem, pois não são contempladas, profundamente, algumas dimensões individuais externas importantes, como a capacidade financeira de manter-se no curso, por exemplo (CABRERA, NORA & CASTAÑEDA, 1993).

Outros modelos têm sido pensados a partir daqueles, como o Modelo de Lealdade do Estudante de Hennig-Thurau, Langer e Hansen (2001) e o Modelo Integrado de Retenção do Estudante, de Cabrera, Nora e Castañeda (1993). Contudo, Baggi e Lopes (2011) verificaram que a discussão sobre evasão no ensino superior é centrada nos aspectos relativos aos seus consumidores (os alunos), tal como os modelos de Integração do Estudante e de Atrito do Estudante, e carece de uma maior atenção pelo ponto de vista da avaliação institucional. As autoras identificaram a necessidade de se explorar melhor os dados do Censo da Educação Superior disponibilizados

anualmente pelo INEP para enriquecer a discussão sobre evasão no ensino superior, e incluir as instituições responsáveis pelas políticas públicas educacionais no debate.

Assim, para os fins de investigação da influência da IES, que é objeto do presente estudo, o modelo de Tinto se mostra adequado, além de largamente discutido, por levar em conta em sua sistematização o construto relacionado à IES. Esta pesquisa se diferencia nesse sentido, pois pretende se situar essencialmente no construto “comprometimento institucional com a meta” do modelo TIE. Além disso, os estudos desenvolvidos por Tinto, por serem mais abrangentes, utilizam variáveis comuns a toda Instituição, que são facilmente encontradas nos bancos de dados disponíveis, o que torna o estudo viável longitudinalmente e, ainda, valoriza os esforços já realizados pelas Instituições de Pesquisa brasileiras.

### 2.3 Fatores associados à evasão – Comprometimento institucional

O comprometimento institucional com a diplomação não é necessariamente uma variável, mas entende-se como um construto e, portanto, possui certo nível de abstração. Temos ainda que a qualidade do ensino está intimamente ligada a esse construto, mas não necessariamente incluso nele (REFERENCIAR). Apesar disso, é possível esboçar uma tentativa de definição a partir da idéia de que a retenção ou evasão dos estudantes não é, definitivamente, o interesse da IES – conforme já abordado nos capítulos anteriores, as perdas financeiras somam cifras substanciais – tampouco do Estado e da sociedade, que investe econômica e socialmente no setor. Dessa maneira, alguns esforços mensuráveis funcionam como variáveis *proxys* do comprometimento da IES.

Conforme apontam Tontini e Walter (2014): “Embora tenha menor impacto do que a vida pessoal, a vocação e a colocação profissional, esse resultado [significância das questões relacionadas à qualidade] indica que a qualidade do curso e a percepção dos alunos sobre essa qualidade podem ajudar a reduzir a evasão”. No estudo em questão, o componente “Qualidade do curso” obteve o terceiro maior coeficiente de contribuição para permanência, seguido de “Conservação da infraestrutura” (0,17 e 0,12 respectivamente). Embora os autores tenham definido essas dimensões com base em um questionário específico e a partir da percepção e avaliação dos estudantes, investimentos em pesquisa, acesso a periódicos e corpo docente qualificado são outros exemplos de medidas que podem ser adotadas pela IES no intuito de melhorar a qualidade do ensino ofertado.

Numa outra perspectiva, John Bean (1979) realizou uma das primeiras análises de regressão para seu Modelo de Atrito do Estudante, utilizando 28 variáveis independentes buscando explicar a evasão em uma Universidade. Bean reconheceu que o construto “comprometimento institucional”, que já havia sido destacado anteriormente por Tinto e Cullen (1973), era um fator chave para a evasão.

Com base em revisão bibliográfica e considerando as variáveis disponíveis no Censo da Educação Superior de 2013/2014 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as principais características da IES que possuem influência sobre a evasão estudantil são mostradas no quadro abaixo:

**Quadro 1.** Variáveis institucionais e referências que indicam sua relação com evasão.

Variável	Referência
Categoria Administrativa	Lozzi (2016; Lobo (2007)
Localização	Andriola (2009)
Área OCDE	Tontini e Walter (2014); Andriola (2009); Lobo (2007).

**3. ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Para tornar possível verificar se a influência da IES sobre a decisão de evasão do aluno utilizaremos os dados do Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Será necessário utilizar os dados do banco de alunos, cursos e IES de dois anos consecutivos, para verificar a evasão de um ano para o outro. Dessa forma, será possível verificar se, e com qual dimensão, a IES pode afetar a desistência do estudante. Esses dados serão utilizados com o intuito de construir um modelo multivariado que, considerando as variáveis da IES, explique a evasão escolar.

A utilização de somente um período de transição traz alguma restrição aos resultados apresentados, de modo que o mais indicado seria um acompanhamento longitudinal do fenômeno. Porém, levando em conta que os maiores índices de evasão são observados nos primeiros anos de ingresso, é possível detectar uma associação significativa dos fatores aqui considerados.

Apesar de as técnicas estatísticas multivariadas desenvolvidas para comprovar ou testar as relações entre variáveis sejam consideradas relativamente novas, rapidamente ganharam espaço nas mais diversas áreas, com ampla aplicação nos estudos sociais pelo seu forte potencial explicativo. Por análise multivariada, neste trabalho, entende-se o conjunto de técnicas estatísticas que buscam medir, explicar e prever o grau de relação entre as variáveis (HAIR *et al.*, 2009)

O modelo utilizado nesse trabalho foi concebido a partir dos seis estágios descritos por Hair *et al.* (2009): definição do problema de pesquisa e os objetivos; desenvolvimento de um plano de análise; avaliação das suposições inerentes à técnica multivariada; estimação do modelo e avaliação do ajuste geral; e interpretação das variáveis estatísticas e validação do modelo.

Com base nos objetivos propostos, o problema de pesquisa é identificar os fatores institucionais associados a evasão no ensino superior. Sendo assim, a variável resposta (que depende das demais) é a continuidade da matrícula de um ano para o outro, ou seja, a [não] evasão do aluno. Essa variável é do tipo dicotômica no nível do aluno, pois só pode assumir dois valores de resultado: evadiu ou não evadiu. Uma regressão linear nos dará os primeiros resultados necessários para o desenvolvimento de estudos que identifiquem o risco de evasão da IES.

A regressão múltipla é a técnica estatística desenvolvida para comprovar a relação indivíduo-meio em geral, com ampla aplicação nos estudos sociais pelo seu forte potencial explicativo. Uma das vantagens de se utilizar a regressão múltipla é que além de indicar os efeitos das variáveis de interesse no resultado (variável resposta), ela permite que comparemos os impactos de cada variável através dos coeficientes.

Ainda, uma análise de regressão múltipla retorna uma avaliação da influência total do modelo para a variável dependente através do  $R^2$  - uma medida que expressa o poder do modelo, ou seja, o quanto as variáveis juntas explicam o fenômeno.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao compararmos as médias de evasão para os cursos brasileiros no período, alguns perfis de Instituições de Ensino Superior parecem estar mais suscetíveis a altos índices de abandono, conforme mostra a tabela 1 a seguir.

**Tabela 1.** Maiores médias de índices de evasão observados dentro das variáveis de interesse

	%Evasão	
	Média	D.P.
Centro Universitário	30,1	18,2
Privada com fins lucrativos	30,9	18,2
EaD	41,6	21,8
Sudeste	28,1	18,5

Entretanto, com o aprofundamento das análises exploratórias fica perceptível que a questão é tão complexa quanto o contexto universitário: não pode ser compreendida apenas a partir de investigações isoladas acerca de cada característica, pois não existe um perfil simplificado das IES com altos índices de evasão e por isso devem ser analisadas as interações das categorias de cada variável.

Para ilustrar essa hipótese, um teste de comparação das médias dentro dos grupos de variáveis se faz de exemplo. Como demonstra o teste de comparação de médias ANOVA para os grupos abaixo descritos, vemos que quando analisamos as diferenças considerando todas as classes de categoria administrativa, a diferença entre elas não é expressiva. Porém, ao classificarmos as categorias existentes em somente “pública” ou “privada”, temos uma diferença estatisticamente significativa. O mesmo acontece quando comparamos as médias entre os grupos de categoria administrativa segundo sua localização - estar na capital do Estado ou não.

**Tabela 2.** ANOVA do índice de evasão no curso por categoria administrativa

ANOVA	médias	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	F	Sig.
Categoria administrativa (todas as classes)	Entre Grupos	24021,5	9460	2,539	0,998	0,531
	Nos grupos	24937,2	9805	2,543	-	-
	Total	48958,7	19265	-	-	-
Categoria administrativa (pública e privada)	Entre Grupos	2031,8	9460	0,215	1,092	0
	Nos grupos	1928,7	9805	0,197	-	-
	Total	3960,5	19265	-	-	-
Categoria administrativa * Localização	Entre Grupos	286814,7	9460	30,319	1,321	0
	Nos grupos	224974,7	9805	22,945	-	-
	Total	511789,4	19265	-	-	-



Vale ressaltar que as análises exploratórias não captam integralmente todas as relações envolvidas no fenômeno, por isso a investigação se aprofunda com a utilização de uma análise de regressão multivariada.

Tendo o índice de evasão como variável dependente, a categoria administrativa foi modificada para uma variável dicotômica, assumindo valor 1 quando a IES é pública e 0 em outros casos. As variáveis que ajustaram para o modelo de regressão linear foram: categoria administrativa (pública ou não), grande área da classificação OCDE e localização (capital ou não).

**Tabela 3.** Resultado da regressão linear - coeficientes

	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	p-valor	Correlações		
	B	Modelo padrão	Beta			Ordem zero	Parcial	Parte
(Constante)	29,406	0,279		105,335	0			
Categoria	-9,79	0,267	-0,254	-36,719	0	-0,251	-0,256	-0,253
Área OCDE	-0,604	0,059	-0,071	-10,271	0	-0,043	-0,074	-0,071
Localização	4,984	0,248	0,138	20,08	0	0,144	0,143	0,138

A partir da tabela acima, obtida como resultado da regressão, temos que IES com administração pública contribuem negativamente para a evasão. Isto é, tendem a ter um índice menor de evasão. Já para a localização, temos um coeficiente positivo, o que leva a crer que IES localizadas nas capitais tendem a possuir um maior índice de evasão.

Quanto à área de classificação OCDE do curso, a regressão retornou um valor negativo e portanto, os cursos das áreas com maiores numerações atribuídas pela OCDE (Ciências, Matemática e Computação; Engenharia, Produção e Construção; Agricultura e Veterinária; Saúde e bem-estar social; e Serviços) estariam mais propensos aos altos índices de evasão. Esse é um dado que deve ser analisado com cautela, pois a variável é qualitativa e os cursos a que se referem esses códigos possuem dinâmicas peculiares.

O curso de medicina, por exemplo, tradicionalmente apresenta alta concorrência e exige uma dedicação intensa, o que provavelmente reduz a taxa de abandono. Esse curso recebe o código 7 na classificação e sua evasão média foi de 5%. Por outro lado, o curso de Enfermagem, que está na mesma categoria e, portanto, recebe o mesmo valor na regressão, apresentou evasão média de 21%. Essas variações provocam conclusões imprecisas para análises que se pretendem ótimas.

O modelo proposto retornou um  $R^2$  de 0,087, um valor semelhante aos levantados por Bean (1979) em outros estudos sobre o processo de evasão no ensino superior que traziam as variáveis socioeconômicas como elemento substancial: "Esses achados podem ser comparados com os estudos de atrito de Panos e Astin (1968) ( $R^2 = 0,09$ ), Bayer (1968) ( $R^2 = 0,12$ ), Mehra (1973) ( $R^2 = 0,05$ ) e Wegner e Sewell (1970) ( $R^2 = 0,09$ )."

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apontam Baggi e Lopes (2011), a discussão sobre evasão no ensino superior é centrada nos aspectos relativos aos seus consumidores (os alunos), tal como os modelos de Integração do Estudante e de Atrito do Estudante e carece de uma maior atenção pelo ponto de vista da avaliação institucional. As autoras identificaram a necessidade de se explorar melhor os dados do Censo da Educação Superior disponibilizados anualmente pelo INEP para enriquecer a discussão sobre evasão no ensino superior, e incluir as instituições responsáveis pelas políticas públicas educacionais no debate.

Os achados aqui expostos se apresentam como embriões para uma predição sobre a evasão escolar, e não esgotam-se nos resultados encontrados, mas enfatizam a necessidade de exploração dos dados disponíveis mais profundamente.

Embora o modelo proposto tenha se ajustado com um  $R^2$  razoável, considerando apenas o efeito IES e as poucas variáveis significativas, os resultados demonstram que o abandono no ensino superior tem se revelado complexo e amplo, exigindo uma dedicação na pesquisa não somente da mensuração de índices, mas também nas definições terminológicas, avaliações qualitativas e padronizações, com a finalidade de entendê-lo e atenuar as perdas envolvidas no processo.

## 6. REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. **Influências do banco Mundial no projeto educacional brasileiro.** Educação e Pesquisa. São Paulo, Brasil. 28: 77-89 p. 2002.

ANDRIOLA, W. B. **Fatores associados à evasão discente na Universidade Federal do Ceará (UFC) de acordo com as opiniões de docentes e de coordenadores de cursos.** Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficácia y Cambio en Educación, S/1, v. 7, n. 4, p. 343-356, 2009.

BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. **Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica.** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), p. 355-374, 2011-07, 2011.

BANCO MUNDIAL. **Aprendizagem para todos. Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial.** Resumo Executivo. 2011.

BEAN, J. P. **Dropouts and Turnover: The synthesis and test of a causal model of student attrition.** Research in Higher Education, vol. 12, no. 2, 1980, pp. 155-187. Disponível em <[www.jstor.org/stable/40195329](http://www.jstor.org/stable/40195329)>.

BEAN, J. P.; METZNER, B. S. **A Conceptual Model of Nontraditional Undergraduate Student Attrition.** Review of Educational Research, 55(4), 485-540. 1985. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/1170245>>. Acesso em 16/05/2016.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino.** (Tradução de C. Perdigão Gomes da Silva), Ed. Vega, Lisboa, s.d., 302p. 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **O PNE 2011-2020: metas e estratégias**. Nota Técnica. Brasília, [201-].

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. **Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas**. ANDIFES/ABRUEM, SESu, MEC, Brasília, 1996. 134 p.

CABRERA, A.; NORA, A; CASTAÑEDA, M. **College persistence: structural equations modeling test of an integrated model of student retention**. The Journal of Higher Education, p.123-39. 1993.

CORBUCCI, P. R. **Desafios da educação superior e desenvolvimento no Brasil**. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, IPEA. Brasília 2007.

\_\_\_\_\_. **Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil**. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, IPEA. Brasília, 2014 2014.

CUNHA, L.A. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

DIAS SOBRINHO, J. **Educação superior, globalização e democratização: qual universidade?**. Revista Brasileira de Educação, n. 28, p. 164-173, 2005.

\_\_\_\_\_. **Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 15, n. 1, 2010.

HAIR, J. F. et al. **Análise Multivariada de Dados**. 6ª. Porto Alegre, Brasil: Bookman, 2009.

HENNIG-THURAU, T.; LANGER, M. F.; HANSEN, U. **Modeling and managing student loyalty: an approach based on the concept of relationship quality**. Journal of Service Research. v.3, n.4, p.331-344, 2001.

INEP. **Enade terá mudanças para aprimorar avaliação e melhorar metodologia de provas**, 2015. Disponível em: < [http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset\\_publisher/6AhJ/content/enade-tera-mudancas-para-aprimorar-avaliacao-e-melhorar-metodologia-de-provas](http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/enade-tera-mudancas-para-aprimorar-avaliacao-e-melhorar-metodologia-de-provas)>. Acesso em 16/05/2016.

Lobo, M. B. C. M. (2012). **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções**. Cadernos ABMES 25, 9-58.

LOZZI, S. P.; ALVES, R. C.; ALVES, C. B.; GUEDES, L.; SOARES NETO, J. J. **Evasão nos cursos de Farmácia de instituições do ensino superior públicas e privadas no biênio 2013-2014**. 6ª Conferência da FORGES, 2016 (Comunicação oral). No prelo.

NEVES, C. E. B.; RAIZER, L.; FACHINETTO, R. F. (2007). **Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira**. Sociologias, 9(17), 124-157.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Metas do PNE**. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/13-professores-titulados>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

SANTOS, B. D. S. **A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade.** 3ª. São Paulo, Brasil: Cortez, 2011. 116.

TINTO, V.; CULLEN, J. **Dropout from Higher Education: A Theoretical Synthesis of Recent Research.** *Review of Educational Research*, 45(1), 89-125, 1975. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/1170024>>. Acesso em 16/05/2016.

TONTINI, G; WALTER, S. A. **Pode-se identificar a propensão e reduzir a evasão de alunos?: ações estratégicas e resultados táticos para instituições de ensino superior.** *Avaliação (Campinas), Sorocaba*, v. 19, n. 1, p. 89-110, Mar. 2014

TORRES, R. M. **Tendências da formação docente nos anos 90.** In: WARDE, M. J. (Org.) *Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas.* São Paulo: PUC-SP, 1998. p. 173-191.

## EDUCAÇÃO NO CONTEXTO SOCIOCULTURAL DO IDOSO DESTE MILÊNIO

**Geucineia de Souza Pencinato**

**Ieda Tinoco Boechat**

**Raquel Veggi Moreira**

**Hideliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral**

### **RESUMO**

As pessoas que se encontram na última fase do ciclo vital neste milênio têm enfrentado muitas discriminações e desvalorizações por parte da sociedade, tornando o envelhecimento uma questão merecedora de atenção e estudos por parte da academia. O objetivo deste artigo é estabelecer uma abordagem sociocultural da realidade do processo de envelhecimento na tentativa de se entender os fatores que originam e sustentam os preconceitos e as discriminações que as pessoas idosas suportam na sociedade, procurando reafirmar a educação como instrumento transformador dessa realidade. Essa temática se justifica por sua relevância social e pela influência que a educação exerce sobre a sociedade e, em última análise, na conduta de cada um dos cidadãos frente ao desafio de se superar os estereótipos construídos culturalmente sobre a idade senil. A metodologia é qualitativa baseada em autores estudiosos do tema. Concluiu-se que a conscientização a respeito da educação pode se tornar um fator libertador do idoso, capaz de transformar sua vida, sua autoestima e as atitudes da sociedade em relação às pessoas idosas.

**Palavras-chave:** envelhecimento; dignidade da pessoa humana; educação; preconceito.

## **Introdução**

Na sociedade contemporânea tem-se uma rede de convivência bastante complexa, realidade que demanda uma análise sociocultural do fenômeno do envelhecimento para se buscar entender os fatores que originam e sustentam o preconceito e as discriminações pelas quais passam as pessoas idosas. Registra-se inicialmente que os idosos frequentemente são ignorados e afastados dos ambientes sociais exclusivamente por serem vistos como alguém pertencente a um remoto passado, ao qual a sociedade atribui pouco valor às relações do presente momento. A expressão “envelhecimento” tem assumido na sociedade caráter pejorativo, significando passividade e, em última análise, dependência, acarretando desprestígio à pessoa do idoso, manifestado em diversas situações de vida – um desprezo promovido por pessoas de todas as idades – até mesmo pelos próprios idosos, que se sentem em algumas localidades em que as pessoas idosas são vistas como seres menosprezados, pelas marcas de expressão deixadas pelo tempo que fez desgastou sua imagem. As fragilidades são entendidas como barreiras intransponíveis, porém, percebe-se que o olhar negativista em relação ao idoso desconsidera suas experiências de vida, sua historicidade, que foram gradualmente construídas por meio das múltiplas relações no âmbito familiar e em muitos outros ambientes, não se restringindo apenas ao aspecto cronológico da vida. Assim, o conhecimento sobre o valor que se deve atribuir aos idosos é relativizado quando a sociedade não compreende o que significa, de fato, a existência humana e a contribuição que uma vivência de sabedoria pode acrescentar ao legado de uma determinada cultura.

A sociedade tem repensado a postura em relação ao idoso, talvez até mesmo por imposição da lei, percebendo que não há mais se falar em passividade da pessoa idosa, eis que, mesmo em idade avançada, as pessoas podem mudar e, até mesmo, conduzir o seu sistema vital de aperfeiçoamento enquanto ser humano. Ratifica essa noção o fato de também serem os idosos sujeitos ativos, com plena capacidade para raciocinar, se emocionar, aprender, abrindo-lhes um leque de possibilidades capazes de lhes proporcionar a interação em todos os ambientes da vida social. Dessa forma, constata-se que ainda é longo o caminho para se erradicar o preconceito criador de atitudes que minimizam a possibilidade da pessoa idosa ser feliz quando é chegado o envelhecimento. Por isso, faz-se exigível preparar a sociedade para viver a idade senil, buscando a cada dia dar novo sentido à existência, ante a realidade preconceituosa que envolve o atual contexto social, e que reclama por respostas por meio de condutas positivas, para se enfrentar os estereótipos construídos.

Nessa linha de intelecção, o presente artigo busca abordar a temática atinente aos idosos e respeito à sua dignidade na ótica do Estado Democrático de Direito e dos direitos sociais e individuais consagrados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

### **A realidade sociocultural e a educação do idoso**

O termo cultura abrange o conjunto de ideias, valores, princípios e práticas sociais que caracterizam uma determinada sociedade e as múltiplas formas de sua organização, alcançando, assim, os consensos, divergências e conflitos. O contexto cultural é construído sob diferentes ambientes sociais em que se vive, e as pessoas idosas representam importante segmento nesse processo.

O ser humano absorve a cultura de uma determinada sociedade e de suas organizações através do fenômeno da socialização, que é um processo amplo e contínuo de aprendizagens sobre a vida em sociedade. A pessoa humana possui a capacidade de ser educada e também de educar, socializando-se por meio de um processo interativo de reciprocidade e que se estende por todas as etapas da vida. Essas afirmações são corroboradas pela seguinte lição:

Os desdobramentos históricos, políticos, tecnológicos, artísticos, religiosos e econômicos permitem compreender quais os valores que estavam regendo aquele momento da vida. As ações daquele momento, portanto, passam a representar um projeto social. São muito claros e neles podemos entender experiências sob o prisma sociológico, constatamos que são variáveis tanto nos povos, como nos indivíduos (PESSINI; BARCHIFONTAINE, 2006, p. 163).

A interação humana socializadora faz referência à significação ampla da educação, que possui como uma de suas características o autoconhecimento, que é de fundamental importância para se refletir sobre a importância do sentido do aprendizado necessário às pessoas idosas. Espírito Santo ao constatar que o autoconhecimento é imprescindível a todo ser humano, afirma:

A primeira constatação para a busca do autoconhecimento é sabermos do desafio da nossa "ignorância", de realmente não sabermos, inclusive, quem somos. [...] Assumir tal "ignorância" é realmente o primeiro passo para o autoconhecimento (ESPÍRITO SANTO, 2007, p. 27).

Além da dimensão do autoconhecimento, a educação – Direito social protegido constitucionalmente no art. 6º da CF (BRASIL. CRFB, 1988), em sentido amplo, exige o conhecimento contextualizado da realidade social contemporânea. Neste sentido, como seres sociais, as pessoas idosas necessitam compreender muito bem a sua realidade local, mas sem deixar de analisá-la sob a ótica da realidade global. Para tanto, em sendo um direito assegurado pela própria Constituição de 1988, é necessário que o Poder Público materialize essa previsão constitucional por meio de políticas públicas sólidas, programas sociais e de assistência às pessoas idosas, a fim de possibilitar-lhes o desenvolvimento do pensamento crítico, além da conscientização de suas origens e história de vida como referenciais para situar-se no mundo – o que demanda políticas públicas materializadoras dos direitos sociais e superação dos modelos educacionais tradicionais, contrários ao sentido humanista e progressista da educação.

Grande parcela dos idosos da atual sociedade vivenciou uma educação carente de recursos na infância e na juventude, no sentido de não proporcionar, repita-se, o pensamento crítico em relação à sua própria existência. Pode-se dizer até mesmo que as lembranças remetem a uma educação moralista, cujo único objetivo era criar cidadãos ideais de acordo com os paradigmas historicamente dominantes.

Em relação a esse modelo educacional, quando ainda vigente, utilizava-se de sanções das mais absurdas possíveis, como por exemplo, a palmatória, para impedir as manifestações de resistência. Assim, em virtude desse histórico modelo educacional, vigente por longas décadas no Brasil, gerou conseqüentemente a formação de cidadãos que, por diversos motivos – sejam de ordem social, política ou mesmo econômica – não respeitam os direitos dos idosos enquanto pessoas humanas e sujeitos de direitos que

são, inclusive entre os próprios idosos, relegando-os ao segundo plano e, negando-lhes importância como agentes que em outro tempo contribuíram para o desenvolvimento, evolução e aperfeiçoamento da sociedade de hoje.

Verifica-se que os próprios idosos apresentam resistência quanto à possibilidade de ainda contribuírem para a sociedade contemporânea, por meio de suas experiências, conhecimentos ou conselhos, e isso se dá em virtude do padrão de educação ao qual foram submetidos. Dessa forma, é importante destacar que a educação humanista e progressista é a única forma de se alcançar a extinção dos estereótipos, possibilitando à pessoa idosa usufruir os direitos que titulariza; primeiro, porque é sujeito de direito; segundo, porque há previsão não só constitucional e em leis específicas, o Estatuto do Idoso (BRASIL. Lei Federal n. 10.741, 2003), como também em Tratados e Convenções Internacionais que asseguram o direito ao gozo pleno da idade senil. Nesta análise, importante destacar também que a pessoa idosa é titular não apenas dos direitos já reconhecidos à pessoa humana, mas também de outros que, com a ampla previsão trazida pela CRFB/88 e o Estatuto do Idoso, passaram a ser reconhecidos como direitos existenciais, conforme explica Judith Martins-Costa: “são desenvolvidos e concretizados à vista do que é ‘valor-fonte’ do ordenamento, a *pessoa humana*, cuja dignidade vem reconhecida em sede constitucional” (MARTINS-COSTA apud SÁ; MOUREIRA, 2012, p. 51).

A dignidade da pessoa humana é um conceito tão amplo, de caráter tão aberto, que não é possível enumerar os aspectos nela inseridos. “Como atributos considerados essenciais à condição humana, sua compreensão e amplitude variam no tempo e no espaço” (SCHREIBER, 2013, p. 227). Assim, não é possível especificar todas as interfaces da dignidade, mas sabe-se que todas as suas emanções estão inseridas na tutela da dignidade da pessoa humana, portanto, na dignidade do idoso.

Em decorrência do respeito à dignidade da pessoa humana – o mais nobre princípio constitucional – a dignidade do idoso passou a ser medida por uma balança muito mais complexa e exigente, eis que, embora já existentes, esses direitos passaram a receber especial reconhecimento pelo ordenamento jurídico e pela jurisprudência (SCHREIBER, 2013); são possibilidades que antes não eram tidas como essenciais, mas que foram reconhecidas como necessárias para o autoconhecimento e a autoestima do idoso, como por exemplo, o direito à qualidade de vida, direito a tratamentos médicos e estéticos de qualidade, educação e diversão.

O conjunto dos direitos sociais, como último reconhecimento da dignidade da pessoa idosa, cria para o Estado a obrigação de garantir um mínimo de recursos materiais suficientes para que o idoso possa, de fato, exercer sua própria autonomia, tendo em vista que todos os direitos de personalidade visam atender à dignidade da pessoa humana, conforme leciona Marcelo Leonardo Tavares:

Isto cria duas categorias de prestações sociais: a primeira, composta pelos direitos sociais mínimos, vinculada à dignidade da pessoa humana e configurada como verdadeiro direito fundamental; e outra, ligada à justiça social e à capacidade jurídica e fática (leia-se, econômica) do Estado em proporcionar bem estar a todas as pessoas (art. 3º, IV), na forma da lei. Por consequência, podemos constatar que existem duas categorias de direitos fundamentais na Carta de 1988: os direitos sociais prestacionais meramente formais – aqueles previstos



pela Constituição formal; e os direitos sociais prestacionais formais e materiais – ligados aos direitos fundamentais através do princípio da dignidade da pessoa humana [...] (TAVARES, 2008, p. 1128)

### **Educação e os desafios do envelhecimento**

A educação possui como finalidade a transformação além de contribuir sobremodo para o enfrentamento dos diversos desafios, inclusive aqueles vivenciados pelas pessoas idosas que se tornam resignadas, conformadas, e, até mesmo, conformistas, ante as violações de uma sociedade que programa a vida como se estipulasse um prazo de validade, dificultando o relacionamento interpessoal e o entendimento da própria realidade, que se constitui um contínuo e intenso processo de mudanças de valores, e também de modos de viver. Assim, tanto as pessoas que trabalham e convivem com idosos, como os próprios idosos, devem ser estimulados a entender criticamente a realidade em que estão inseridos, além de se reconhecerem como integrantes da realidade e da sociedade. Tem-se, portanto, que, a educação para se alcançar e viver a fase madura da vida e também para se conviver com os idosos é uma necessidade inadiável e extremamente necessária.

A sociedade contemporânea apresenta muitos desafios e dificuldades, porém também oferece caminhos que permitem superá-los para que se consiga, por fim, usufruir as conquistas que asseguram uma vida longa e o gozo de se viver por mais tempo. A complexidade da vida atual exige da sociedade um modo de pensar que leve à descoberta de novos paradigmas para se viver o envelhecimento na sua plenitude, em observância, é claro, das singularidades da pessoa idosa.

Plenitude no viver é estar pronto a se posicionar, a responder aos desafios e, em última análise, ressignificar a própria existência. É participar, aceitar, envolver-se, divergir, estar presente, enfim, exercer a cidadania. Reforça-se, assim, a importância do significado da educação, que pode, de acordo com o contexto em que vive a pessoa idosa, possibilitar o desenvolvimento de um pensamento crítico acerca de si mesmo e também da sociedade na qual se encontra inserido, na busca contínua de sua libertação. Nesse sentido, Paulo Freire leciona:

A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam. Não é idéia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos [...] (FREIRE, 1999, p. 34).

Dessa forma, a educação como instrumento de promoção da dignidade da pessoa humana é condição que habilita a pessoa idosa a apresentar planos e a realizar projetos de vida, de onde emergem, gradativamente, novas possibilidades de “ser”. A educação libertadora estimula as necessárias competências para o enfrentamento dos desafios que se apresentam diante do envelhecimento e fortalece a coragem de romper em direção ao novo. Entretanto, para que esse tipo de comportamento se efetive, são primordiais iniciativas de qualidade, programadas especificamente para a pessoa idosa, porém não restritas a fins assistencialistas ou paternalistas, e sim, voltadas ao pleno desenvolvimento do idoso como sujeito de direitos e de mudanças – até mesmo

quanto ao próprio modo de viver a idade senil. Ainda com relação à educação da pessoa idosa, Salgado explica:

[...] A disponibilidade para aprender nem sempre é uma característica dos idosos, cabendo aos profissionais a responsabilidade de estimularem essa atitude, buscando métodos pedagógicos adequados e diminuindo o estigma preconceituoso de que na velhice é muito difícil aprender [...] (SALGADO, 2007, p. 76).

Deve-se, assim, criar oportunidades permanentes às pessoas idosas a fim de possibilitar-lhes aprenderem a ressignificar sua existência, não admitindo a indiferença ou mesmo o menosprezo em relação às suas ações e relações com o outro. Ao serem motivados por novas aprendizagens, os idosos são capacitados a adquirir competências necessárias para recusar a apatia ou mesmo a indiferença, agindo de modo a reagir, divergir, participando na luta por mudanças. Num primeiro momento, essas atitudes parecem simples de serem vividas naturalmente. Todavia, ao se refletir no que vem a ser participativo, envolvido, começa-se a constatar que ainda existem várias habilidades, que são comparadas permanentemente, enquanto se envelhece.

Aprende-se a viver e a conviver com o outro ao longo da vida em todos os ambientes sociais e em todos os diferentes tipos de relacionamentos que se estabelecem com o passar do tempo; realiza-se escolhas, sonha-se, luta-se por ideais, toma-se posições e decisões, enfim, faz-se tudo o que se deseja. Constata-se, assim, a necessidade de se viver com vigor cada etapa da vida e buscar na educação formas pelas quais o envelhecimento seja vivenciado com muito prazer, levando-se em conta suas peculiaridades. Assim, ao se entender o idoso como um ser que se faz e se realiza com o transcurso de sua existência e como alguém detentor de direitos e deveres em relação a mudar, passa-se, então, a constatar e a reforçar a importância e o valor da educação para a vida. Neste passo, tem-se que, a concepção problematizadora e libertadora da educação precisa ser efetivada, como dito, não apenas pelo Poder Público por meio de políticas públicas sólidas, mas também pelas famílias, pelas escolas, pelas universidades, pelo trabalho e em todos os ambientes sociais, incluindo a questão atinente ao envelhecimento como princípio norteador.

Portanto, a sociedade contemporânea deve caminhar no sentido de se libertar dos históricos estereótipos construídos, buscando viver, de fato, a diversidade com a percepção e pensamentos críticos, rompendo com as prisões da persuasão ideológica, conquistando, por fim, novas maneiras de olhar, agir e sentir, na construção de uma sociedade mais humana, que permita a todos viver e envelhecer com dignidade.

### **Cidadão idoso: direitos e deveres**

Todo cidadão titulariza direitos e deveres, desde o nascimento. Em relação aos idosos, a partir de 2003 passaram a contar com uma lei que protege especificamente os direitos que lhe são assegurados, o Estatuto do Idoso, que em seu art. 2º dispõe:

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL. Estatuto do Idoso, 2003).

Ainda nessa esteira, o referido estatuto dispõe:

Art. 20: O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade (BRASIL. Estatuto do Idoso, 2003).

Verifica-se que a educação, conforme comentado anteriormente, constitui tema de direitos humanos, devendo, portanto, ser protegida pelo ordenamento jurídico pátrio e efetivada pelo Poder Público por meio de políticas públicas sólidas, como sendo um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito brasileiro, que é a dignidade da pessoa humana, prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no seu art. 1º, III – especialmente em relação às pessoas idosas.

Durante a sua trajetória, o ser humano percorre inúmeros caminhos e, em cada etapa vivencia conquistas e frustrações, além de enfrentar diversos desafios. Essas vivências assumem características próprias em cada uma das fases da vida e definem-se de acordo com as singularidades que individualizam cada pessoa ou grupo social em sua relação com o contexto sociopolítico e cultural em que se encontra inserido. Nos diferentes momentos do cotidiano, exige-se o cumprimento de regras e normas que se colocam como expectativas de comportamento, expressas de maneira formal e informal pela cultura, nas múltiplas situações em que se desdobra o convívio social. Depara-se assim, com um conjunto de deveres e direitos que precisam ser reconhecidos como parâmetros da denominada sociabilidade.

Assim, os grandes avanços tecnológicos e científicos deste terceiro milênio em todas as áreas do conhecimento só se efetivarão, cumprindo sua função histórico-social em benefício do ser humano, quando confirmados em valores propiciadores do desenvolvimento pleno das habilidades humanas em todas as fases do ciclo vital. Garantir o cumprimento dos direitos e deveres supõe o exercício pleno da cidadania em sua estreita relação com os direitos humanos, uma realidade em contínua evolução de construção ante os infindáveis dilemas originados de frequentes e insistentes violações aos direitos das pessoas idosas, levados a efeito por todas as classes sociais.

As pessoas idosas, como cidadãs, podem e devem ingressar nos espaços sociais que conquistam em busca de mudanças, ou mesmo compor novas formas de manifestação denunciante ou propositiva, tornando-se protagonistas de seu tempo, o que se distancia do comportamento conformista, que o senso comum alimenta. Neste diapasão, os ensinamentos de Soares:

Distingue-se, portanto, a cidadania passiva, aquela que é outorgada pelo Estado, com a idéia moral da tutela e do favor, da cidadania ativa, aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente participante da esfera pública e criador de novos direitos para abrir espaços de participação [...] (SOARES, 2004, p. 46).

Ao exercício pleno da cidadania faz necessário, em um primeiro momento, o aprendizado que se desenvolve na vivência em diferentes espaços sociais, e também por ações educacionais que possibilitam a aquisição de informações e o desenvolvimento de competências necessárias para se reconhecer, elaborar, cumprir deveres, assim como para se construir e compartilhar movimentos de luta na defesa dos direitos humanos.

A importância da educação para o pleno exercício da cidadania torna-se importante ante a relevância de sua função social em assegurar os direitos à vida e outros direitos humanos reconhecidamente protegidos, como por exemplo, o direito à saúde, moradia, transporte, trabalho – além da própria educação. Dessa forma, os idosos devem ser considerados pela sociedade como sujeitos ativos e integrantes do processo de construção de melhores meios de vida e de uma sociedade que se deve pautar cada vez mais de acordo com o princípio da solidariedade. É importante, portanto, resolver os dilemas referentes às discriminações e os desrespeitos às pessoas idosas, sustentadas pelos estereótipos historicamente construídos, que elevam erroneamente os critérios de juventude e de beleza como regra a ser seguida.

O viver consciente durante a fase senil exige, também, reconhecer as grandes atualizações e avanços dos programas postos à disposição não só por organizações sem fins lucrativos, mas também pelo próprio Poder Público – e que buscam desenvolver, na medida do possível, espaços diversificados de convivência.

As denominadas atividades intergeracionais são possibilitadoras do desenvolvimento de habilidades e competências para administrar, juntamente com a verdadeira concepção de envelhecimento, os preconceitos e discriminações empregados pela sociedade. Os estereótipos devem, assim, ser extirpados a fim de possibilitar que as pessoas idosas possam viver com plena autonomia e liberdade nos diferentes ambientes sociais. Nesta linha de introspecção leciona DEMO:

Dizemos que participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir a ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe como conquista processual. Não existe participação suficiente nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir (DEMO, 2001, p. 18).

Faz-se necessário empenhar o máximo de esforços para que os profissionais que diariamente se dedicam ao cuidado das pessoas idosas, aperfeiçoem-se no sentido de cultivar novos hábitos em relação a eles e aprendam planos de atividades e comportamentos com representantes de comunidades, unidades de saúde, centros de atendimentos, Fóruns, Conselhos dos idosos, com o fim de enfrentar democraticamente os grandes desafios da inclusão dessa camada da população – que necessita ter sua historicidade respeitada.

Fato é que, o desenvolvimento de profundos conhecimentos sobre o envelhecimento deve ser ampliado visível e significativamente, a fim de servir de subsídio às interpretações sobre a realidade fática desta camada da sociedade, além, é claro, de viabilizar a criação de alternativas concretas de ações destinadas a esse segmento ou a ele relacionadas – protagonizado, repita-se, pelo Poder Público, pela sociedade e pelos próprios idosos. Essas conquistas precisam, entretanto, de um maior destaque para que se efetivem como bem de domínio comum de todos os integrantes da sociedade e, em especial, das pessoas idosas, haja vista serem elas as titulares dos direitos e deveres sob análise.

Assim, a continuidade dos grandes avanços até aqui alcançados dependem, para alçarem maior importância e efetividade, da participação de toda a sociedade, não apenas de parcela da mesma, mas sim da motivação e predisposição de todos, na luta pela persistência, pelo aprendizado permanente para se viver de forma consciente

a vida, e em especial, o envelhecimento com plena cidadania, conforme previu o legislador constituinte ao assegurar os direitos sociais e individuais no texto da Carta Magna de 1988.

### **Conclusão**

Ao atingir a idade senil, última etapa do ciclo vital, a pessoa já sofreu muitas discriminações por parte da sociedade, realidade que tem sido modificada através dos tempos, mas os próprios idosos apresentam certa resistência quanto às contribuições que eles são capazes de dar à sociedade contemporânea. Principalmente por suas experiências de vida, seus conhecimentos de mundo e o legado que trazem de outras gerações.

A educação é a única forma de se reafirmar o valor do idoso e fazer ruir os preconceitos e estereótipos, possibilitando à pessoa senil usufruir os direitos que titulariza. Os direitos de que dispõe hoje, ultrapassam aqueles previstos no Estatuto do Idoso, tratam-se de direitos humanos, uma nova esfera de direitos que eles conquistaram para esse novo milênio, como a qualidade de vida, a autoestima, autonomia, direito ao entretenimento e à própria educação numa perspectiva ampliada, os cuidados pessoais voltados para a boa forma física e até mesmo as cirurgias estéticas. Isso porque a dignidade do idoso passa a ter um tratamento exigente, gozando de uma tutela muito mais eficaz. Esses direitos impõem ao Estado o dever de garantir um mínimo de recursos suficientes para implementação e efetividade dos direitos dos idosos.

A educação passa a ser um importante instrumento de promoção da dignidade da pessoa humana, na medida em que concorre para dar suporte ao idoso para apresentar planos e a realizar projetos de vida que representam novas possibilidades de vida, novas razões para a existência – uma vida digna. A educação libertadora faz brotar as competências para o enfrentamento dos desafios diários, já que é necessário viver com vigor cada etapa da vida e buscar na educação formas de encontrar prazer na idade avançada, levando em conta as peculiaridades de cada um, sua história de vida, despertando-o para os direitos que titulariza e encorajando-o a se permitir novas oportunidades através da educação.

Suas vivências com características próprias em cada etapa da vida ajuda a construir sua autoimagem que pode e deve ser ressignificada a partir da educação. Como cidadãos, podem e devem ingressar nos espaços sociais que lutam em busca de mudanças, repensar posturas e participar de forma ativa, tornando-se verdadeiros sujeitos de direitos de seu tempo e de sua história, o que se distancia do comportamento conformista, que se espera do idoso.

Educação é o instrumento promotor da cidadania mesmo na fase idosa, quando a pessoa já tem consciência de que suas vivências importam para si mesma, para sua família e para a sociedade. O idoso é aquele que transmite o que aprendeu até aqui, e a continuidade das transformações e evoluções alcançadas depende de todos, na luta pela persistência, pelo contínuo aprendizado por se viver de forma consciente todas as fases da trajetória humana, demonstrando-se que é possível envelhecer em pleno gozo da cidadania.

## Referências

- BRASIL. CRFB, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm), acesso em 23.jun.2016.
- BRASIL. ESTATUTO DO IDOSO. Lei Federal n. 10.741/2003. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm), acesso em 23.jun.2016.
- DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- ESPÍRITO SANTO, R. C. **Autoconhecimento na formação do educador**. São Paulo: Ágora, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; Edinilsa Ramos de Souza. **Violência contra Idosos: é possível reverter. Anexo V. Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2005, p. 143.
- PESSINI, Leo. **Espiritualidade e arte de cuidar**. São Paulo: Paulinas, 2010.
- PESSINI, Leo; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de. **Problemas atuais de Bioética**. São Paulo: Loyola, 2014.
- \_\_\_\_\_. [orgs.]. **Bioética e Longevidade Humana**. São Paulo: Loyola, 2006.
- SÁ, Maria de Fátima Freire; MOUREIRA, Diogo Luna. **Autonomia para morrer**. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.
- SALGADO, M. A. **Os grupos e a ação pedagógica do trabalho social com idosos**. *A Terceira Idade*, v. 18, n. 39, 2007.
- SCHREIBER, Anderson. **Direitos da Personalidade**. São Paulo: Atlas, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Novos paradigmas da responsabilidade civil**. São Paulo: Atlas, 2013.
- SOARES, M. V. B. **Cidadania e direitos humanos**. In: Carvalho, J. S. (Org.). *Educação, cidadania e direitos humanos*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- TAVARES, Marcelo Leonardo. **Assistência social**. In SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. *Direitos Sociais – fundamentais, judicialização e direitos sociais em espécie*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

## **GT: 6 - Religião, Direitos Humanos e Cidadania no Brasil**

Coordenadores: Ana Keila Mosca Pinezi e Dario Paulo Barrera

## A MORALIDADE SEGUNDO OS PRINCÍPIOS DE DEUS: A DISCRIMINAÇÃO EVANGÉLICA CONTRA AS POPULAÇÕES LGBTTIQ NO BRASIL<sup>1</sup>

**REINA, Morgane Laure**  
Doutoranda do Programa  
de Pós-Graduação em Sociologia da  
**Universidade de Brasília** Bolsista CAPES  
*morgane.reina@gmail.com*

### RESUMO

As relações conflituosas que as igrejas evangélicas mantêm com as questões de gênero são uma característica saliente do Brasil contemporâneo. Considerando a relevância do protestantismo evangélico para 25% da população e a sua visibilidade no jogo democrático, a politização dos fiéis e a atuação de parlamentares evangélicos tornam-se relevantes para compreender esse vínculo problemático. Nesta perspectiva, propõe-se tratar do autoritarismo e das discriminações evangélicas dirigidas contra as populações Lésbicas Gays Bissexuais Transexuais Transgênero Intersexuais e Queer (LGBTTIQ). Partindo do estudo do imaginário pentecostal, este trabalho se baseia em entrevistas com pastores e fiéis da Assembleia de Deus (2015-2016) e na análise de projetos de lei de deputados da Bancada Evangélica. Portanto, a presente comunicação pretende, em primeiro lugar, identificar os argumentos “em nome de Deus” que fundamentam esta intolerância, e, em segundo lugar, estudar a tese da institucionalização destes princípios discriminatórios, permitida pela inserção política dos atores evangélicos.

**Palavras-chave:** Protestantismo evangélico, Populações LGBTTIQ, Intolerância.

---

1 Parte deste trabalho se baseia no artigo da mesma autora: “O milagre pentecostal na política: Da socialização política à expressão democrática dos fiéis da Assembleia de Deus” apresentado no Simpósio Internacional Religiões, Política e Mídias na América Latina, realizado São Paulo Paulo-SP, dia 06 de Outubro de 2016.



## 1. EVANGELHO E GÊNERO NO ESPAÇO PÚBLICO: DA GUERRA ESPIRITUAL À INTOLERÂNCIA

As relações conflituosas que as igrejas evangélicas mantêm com as questões de gênero são uma característica saliente do Brasil contemporâneo que mostram que existe um parentesco entre as esferas da religião e da política. Para este trabalho, é esta interdependência entre os dois setores que se pretende explorar. Portanto, considerando a relevância do protestantismo evangélico para 25% da população e a sua visibilidade no jogo democrático, a politização dos fiéis e a atuação de parlamentares evangélicos tornam-se relevantes para compreender esse vínculo problemático. Nesta perspectiva, propõe-se tratar do autoritarismo e das discriminações evangélicas dirigidas contra as populações Lésbicas Gays Bissexuais Transexuais Transgênero Intersexuais e Queer (LGBTTIQ).

Para tratar a presente questão, este estudo pretende responder a dois objetivos específicos. Em primeiro lugar, propõe-se analisar o imaginário pentecostal e a reprodução do discurso institucional quanto às questões de gênero e de identidade sexual, com base em uma pesquisa empírica. Em segundo lugar, voltar-nos-emos ao estudo institucional da ação de deputados evangélicos em relações a essas mesmas questões.

### 1.2 Apresentação da metodologia

Portanto, em um primeiro momento, o estudo do imaginário pentecostal foi o objeto de estudo da dissertação de mestrado da autora<sup>2</sup>. Foi conduzida uma pesquisa de campo, entre 2014 e 2015, por observação participante em 4 igrejas locais do estado de São Paulo. Escolhemos igrejas locais devido a uma questão de representatividade, na medida em que estas representam um número maior de fiéis (ALENCAR, 2013, p.90) ao contrário das igrejas mães – ou centrais –, que se dirigem a um público mais restrito (FREESTON, 1994, p.92). Duas igrejas estão localizadas na zona oeste da cidade de São Paulo, uma das mais ricas da cidade. Uma se encontra no bairro da Faria Lima, um bairro tradicional de negócios mas em reabilitação, e a outra fica na avenida Heitor Penteado, na entrada do bairro Vila Madalena. A terceira está localizada no bairro periférico de Heliópolis, na entrada da favela do mesmo nome. A última está situada na cidade de Franca, região industrial e agrícola do interior de São Paulo. Ademais, foram realizadas para a pesquisa, entrevistas semiestruturadas com fiéis (17) e pastores (3). As entrevistas foram construídas acerca da trajetória religiosa, das práticas e de questões políticas e sempre incluíam boa parte da discussão sobre as questões de gênero, identidade sexual concentradas em uma pergunta sobre a lei que legalizou o casamento para pessoas do mesmo sexo no fim de 2012. Além disso, foram conduzidas mais 3 entrevistas em profundidade com pastores sobre o tema, em junho de 2016.

Em um segundo momento, a proposta deste trabalho permite analisar o discurso político e projetos de lei de deputados da Bancada Evangélica. Para isso, a segunda parte do estudo será voltada para um corpus de projetos de lei, de nível federal, relacionados à família, a orientação sexual e a identidade de gênero propostos entre 2006 e 2013. Nesse período, era o Partido dos Trabalhadores que ocupava a Presidência da República. Pelo trabalho que esboçou para os direitos das minorias, era considerado, por deputados evangélicos, como o partido de todos abusos morais.

2 Dissertação de mestrado sobre a socialização política dos fiéis da Assembleia de Deus no estado de São Paulo.

## 1.2 Estrutura do artigo

Portanto, o presente trabalho pretende, em primeiro lugar, identificar os argumentos, “em nome de Deus”, que fundamentam a intolerância contra as populações LGBTTIQ. Em segundo lugar, o artigo propõe estudar a tese de uma institucionalização destes princípios discriminatórios, permitida pela inserção política dos atores evangélicos.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta parte, dedica-se, em primeiro lugar, à discussão teórica que permite identificar a presença de um discurso e mecanismos de intolerância entre os indivíduos. Em segundo lugar, analisa-se, com base na literatura existente, a entrada dos evangélicos na esfera pública, com propósito de elucidar como esses princípios cristãos podem ser postos em prática.

### 2.1 A socialização dos fiéis e a reprodução do discurso institucional

Em primeiro lugar, é importante lembrar que o pentecostalismo foi primeiramente formado por populações rurais rapidamente levadas a uma vida urbana e em situação de marginalização (Antoniazzi, 1994, 82). Ao pensar o êxodo rural na Argélia, Bourdieu vê na confrontação das diferenças entre o campo e a cidade « um retorno reflexivo sobre a existência anterior » que pode levar, frente à consciência e a revolta comum contra a miséria (1964, 123, 134) a um fechamento defensivo da personalidade, o qual pode ter afinidades com o autoritarismo. Com efeito, além de responder às necessidades materiais, o protestantismo evangélico, particularmente o pentecostalismo, é capaz de reestruturar a anomia pessoal dos indivíduos desorientados recém chegados na cidade, segundo Beatriz Muniz de Souza (1969), pelo imaginário rígido que propõe.

Em segundo lugar, é a tendência a um fechamento defensivo da personalidade dos fiéis que nos interessa para estudar o desafio institucional da socialização. Segundo Yves Deloye, ela pode ser entendida como « a integração do indivíduo a uma comunidade religiosa que informa, de maneira prioritária, o conjunto dos seus sentimentos e atitudes » a serem adotados pelos membros (Deloye, 2002, 185). Ademais, além de ser uma instância socializadora no plano religioso, a igreja também tem um objetivo no plano político e cidadão. Assim,

as práticas sociais como a mediação (...) representam para a Igreja (...) um verdadeiro desafio: um desafio pastoral e religioso evidentemente, mas também (...) um desafio propriamente político, se entendemos (...) o desejo de participar da recomposição das relações Estados-sociedade civil e de aproveitar destas. (PALARD, 2006, p.16)

Nesta perspectiva, a consideração da teorização de Theodor Adorno e *al.* (1950) no estudo da socialização política e do discurso dos fiéis se revela interessante. A igreja pode ser considerada como um meio catalisador à formação de indivíduos intolerantes. O imaginário pentecostal clássico distingue as igrejas modernas, que aceitam a homossexualidade, das igrejas sérias, que respeitam as verdadeiras determinações bíblicas. Portanto, condena-se a homossexualidade (Zambiras, 2014, 239 e submete-se a uma fé profunda sem discutir os princípios religiosos. Estes são importantes marcadores de pensamento que podem levar ao autoritarismo e à discriminação (Adorno e *al.*, 1950). Assim, a adesão ao pentecostalismo se torna um verdadeiro desafio socializatório na medida em que implica uma relação de domínio e dependência entre a instituição que transmite e o indivíduo que recebe, que adere a «

modelos de pensamento e ação (...) já preparados e fornecidos (...) [e que] agem por sua vez no sentido de influenciar essa cultura como se fossem as ideias do próprio povo » (Horkheimer, 2010, 158). A Igreja evangélica pode constituir este meio específico descrito por Adorno, onde são praticados « processos de socialização e fenômenos psicológicos inconscientes » que podem levar a atitudes discriminatórias contra certas minorias assim como derivas autoritárias (BORDIER, 2008:2). O indivíduo encerrado na sua realidade esquece o uso das suas funções intelectuais para imitar (HORKHEIMER, 2010:145; 146) e aderir cegamente aos valores oferecidos pela Igreja, que legitimam a reprodução de discriminações contra populações LGBTTIQ.

Deste modo, esta pesquisa então pretende observar e analisar a reprodução do discurso institucional acerca de assuntos políticos e cidadãos e, mas particularmente, das questões de gênero.

## **2.2 A entrada dos evangélicos na esfera política**

Ao longo do século XX, o processo de secularização, que coloca em questão a centralidade do catolicismo, leva a uma fragmentação e pluralização do campo religioso.

Com a secularização, o fim do monopólio [católico] e a garantia estatal da liberdade e tolerância religiosas, ocorrem o aumento do número de agentes e grupos religiosos e a diversificação da oferta de produtos e serviços religiosos. Nesse contexto pluralista, as agremiações religiosas, para sobreviver e crescer, são compelidas a concorrer, disputar mercado (...) reforçar seu proselitismo, estimulando o ativismo do clero e a militância dos leigos (...). (MARIANO, 2003:114)

Mesmo se a « a decisão de participar ativamente da política data do fim da Velha República (1930) » (CAMPOS, 2003:84), o crescimento exponencial do pentecostalismo, com a terceira onda do neopentecostalismo (1977), oferece a legitimidade e uma base eleitoral aos pastores para entrarem no Congresso nacional, a fim de maximizar seus interesses e os das suas instituições. Os anos da saída da ditadura e da redação da nova Constituição, em meados dos anos 1980, são os da entrada efetiva dos evangélicos na esfera política, representando um engajamento ideológico cujo objetivo é a fundação de uma nova sociedade na qual há de se conduzir uma « guerra espiritual » para manter a moral, a « nação guiada por Deus » (Oro, 2010, 157). Embora a conquista do poder político não esteja diretamente ligada a busca de um projeto comum, a necessidade de eficiência leva os atores a se organizarem em torno de uma Frente Parlamentar Evangélica, que representa hoje mais de 10% do Parlamento, registrando « um crescimento de 30% na última legislatura » (APUBLICA, 2015 (2):2). Esta ascensão atinge um ponto sem precedente em fevereiro de 2015, quando Eduardo Cunha do Partido do Movimento Democrático Brasileiro do Rio de Janeiro e membro da Assembleia de Deus, assume a presidência da Câmara dos Deputados dizendo que « aborto e regulação da mídia só serão votados passando por cima do meu cadáver », anunciando um Congresso com capacidade de barrar ou apoiar projetos de leis que vão de encontro aos valores evangélicos, respectivamente.

## **3. RESULTADOS ALCANÇADOS**

### **3.1 A submissão dos fiéis ao discurso teológico**

Embora o princípio de não-discriminação em nome da religião não possa ser aplicado no que diz respeito às atividades propriamente religiosas e dentro da Igreja, é muito

importante conhecer os argumentos do pastorado para recusar a conversão de um indivíduo ou excluir um membro da comunidade, para entender a fundamentação da discriminação. Para isto, eu usarei a coleta de dados feita após as entrevistas realizadas com pastores ou funcionários de Assembleias de Deus em 2015 e 2016.

O primeiro grande resultado mostra o conformismo dos fiéis, que aderem de maneira rígida a valores convencionais, segundo Adorno (1950). Os argumentos aos quais os entrevistados recorrem durante as entrevistas, revelam uma intolerância e um autoritarismo em relação às questões de identidade de gênero e orientação sexual, as quais são reduzidas à homossexualidade, pejorativamente chamada de *homossexualismo*. Denunciado por vários militantes LGBTTIQ, o termo assim como seu sufixo em -ismo são negativamente conotado e lembram a doença.

O uso de argumentos divinos para rejeitar a homossexualidade é frequente: o texto santo constitui um argumento de autoridade em si e um argumento evidente, pois a referência ao casal heterossexual nas figuras de Adão e Eva é límpida (COULMONT, 2003). O casamento igualitário, que impediria supostamente a formação da família – principal instituição de Deus –, é contrária à lei natural, desejada por Deus. Ademais, as entrevistas mostram a sexualidade e suas implicações são decisões humanas. A insistência da vontade das « práticas homossexuais » justifica a noção de responsabilidade individual e resulta na escolha de se afastar voluntariamente de Deus. Portanto, a homossexualidade se torna um « pecado escolhido »<sup>3</sup> (ZAMBIRAS, 2014:240). A partir do momento que a responsabilidade é invocada, a noção de culpabilidade ressurgiu e leva alguns entrevistados a compará-la com o crime.

Se for um gay, você vai arrepiar ele então ? Com ele não, mas com a atitude dele eu vou. Porque você pergunta para a mãe dele, seu filho acabou de matar uma pessoa, você pergunta para a mãe desse rapazinho, você odeia seu filho ? Ela vai falar que não, não odeia. E você concorda com o que ele fez ? Não, não concordo. Então, o homossexual, nós não odiamos ele, mas não concordamos com as suas atitudes. (Edmundo, 36 anos, Franca, 15/01/2015)

Para reforçar a argumentação, não é incomum os fiéis fazerem uso de experiências próprias ou de ilustrações da vida cotidiana para mostrar que nem o aborto, nem a homossexualidade são desejáveis, como o explica Edmundo:

Deus fez Eva e Adão. Se fez macho e fêmea, você pode ser a favor do casamento do homossexualismo ? (Silêncio) Bom, já que é uma entrevista, eu vou deixar opinião. Qual pai (...) olha para o seu filho com 6 meses de idade e fala: “você vai ser gay, hein!” Ninguém quer isso para o filho... (...). Igual, você já viu uma pessoa da sua família que ficou grávida ? Ela falou: “põe a mão” ? Você acha que o feto aí dentro é vivo ? Sente dor, sente emoções, sente alegria ? Como poderia ir contra isso ? Como nós vamos ser a favor do aborto ? (Edmundo, 36 anos, Franca, 15/01/2015)

Os entrevistados insistem na condenação das práticas, e não a do pecador, o que leva a pensar que existe, no discurso, uma tentativa de infirmar a crítica da homofobia cristã. Qualquer pessoa « querendo sair dessa vida » é bem vinda na igreja, declara Lea, da igreja de Faria Lima. Na prática, as populações LGBTTIQ são descartadas da igreja: para se tornar membro, é preciso deixar « essa vida de lado ». Da mesma forma, se um fiel voltasse a « essa maldade », seria afastado da comunhão e destituído da igreja,

3 Tradução livre.

chegou a afirmar um pastor de uma igreja do bairro Ipiranga de São Paulo (Pastor Paulo, São Paulo, 04/06/2016). O mesmo confirma que existe uma diferença entre Igrejas sérias e as não sérias: « Mas tem Igreja evangélica que leva as coisas de qualquer maneira. Essas Igrejas não cumprem com as determinações bíblicas. Eles colocam uma filosofia dentro da Igreja que não é de acordo com a Bíblia ».

A distinção entre as igrejas assim como os princípios enunciados pelos fiéis e pastores reforçam a validade da escala de avaliação das potencialidades fascistas (escala F) de Theodor Adorno para estudar a relação que o pentecostalismo mantém com as populações LGBTTIQ. Ao afirmar que « a igreja moderna, com todas suas regras e suas hipocrisias, não recorre ao que a pessoa tem de profundamente religioso (...) », que « cada um deveria ter uma fé profunda em uma força superior e sobrenatural, à qual se submeteria totalmente e da qual não discutiria as decisões », e que « a homossexualidade é uma forma particularmente repugnante de delinquência e deveria ser severamente punida »<sup>4</sup> (Adorno, 2008) ; os discípulos do Evangelho respondem aos critérios de conformismo, submissão autoritarista e de agressividade autoritarista, como elaborados por Adorno.

### 3.2 A luta para a institucionalização dos princípios cristãos

Diante do discurso e das práticas autoritários e discriminatórios em relação às populações LGBTTIQ, a segunda principal conclusão revela que a entrada de atores pentecostais ou neopentecostais na política resulta em um processo de inscrição dos valores intolerantes na legalidade. Para isso, baseia-se em um corpus de projetos de lei, de nível federal, relacionados à família, a orientação sexual e a identidade de gênero.

Formulamos a hipótese que a institucionalização é possibilitada por dois motivos. Por um lado, mesmo se certos fiéis – sobre tudo os mais jovens – não se opõem ao casamento de pessoas do mesmo sexo por exemplo, a população evangélica é pouco politizada. De maneira geral, o voto é a única manifestação política dos fiéis (APUBLICA, 2015 (2):1): a confiança é atribuída a um candidato evangélico pela sua crença religiosa, no momento do voto, e não se exerce controle durante o mandato. Por outro lado, a maioria dos fiéis entrevistados se opõem de maneira formal ao casamento homossexual. O voto para candidatos evangélicos constitui, portanto, em um gesto para a preservação da moral, a qual é traduzida nas leis. Nesta perspectiva, propomos o estudo de dois tipos de projetos de leis: os projetos barrados por motivos religiosos e os projetos propostos por atores evangélicos.

Em primeiro lugar, existe uma variedade de projetos, a nível federal que encontram a oposição de membros da bancada evangélica. O PLC 122/2006 e da rejeição do kit “Escola Sem Homofobia” mostram que os evangélicos organizam-se em um lobby para rejeitar o reconhecimento dos direitos das minorias LGBTTIQ e lutam contra a criminalização das discriminações praticadas contra aqueles. O projeto mirava modificar a lei de 1989, que define os « crimes resultantes [de discriminação ou] de preconceito de raça ou de cor », adicionando os resultantes « de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero »<sup>5</sup>. Aprovado pela Câmara dos Deputados em 2006 e pela Comissão dos Assuntos Sociais do Senado em 2009, o projeto de lei nunca foi votado pela Comissão dos Direitos Humanos – da qual o pastor Marco Feliciano foi

4 Tradução livre.

5 <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>

presidente em 2013. Como todos os projetos em tramitação há duas legislaturas, o PLC 122/2006 foi arquivado devido à falta de um acordo entre os Senadores e às resistências dos líderes religiosos que temiam uma violação do direito à liberdade de expressão<sup>6</sup>. Em um mesmo registro, a análise da oposição da Frente Parlamentar Evangélica ao projeto kit « Escola Sem Homofobia » é muito pertinente. O material pedagógico que parte do programa « Brasil Sem Homofobia », tinha por objetivo trabalhar as temáticas relacionadas ao gênero e à sexualidade das lésbicas, gays, transexuais, travestis, etc. na escola, a fim de lutar contra a discriminação destes grupos sociais e encorajar à tolerância e à compreensão das questões de identidade e gênero. Frente à pressão parlamentar evangélica de deputados acusando o « kit gay », como foi chamado por deputados evangélicos, de incitar ao homossexualismo e à promiscuidade ou de ser um manual de propaganda da ditadura gay, o Governo teve de abandonar o projeto em 2011. Desta maneira, a discriminação institucionalizada é viabilizada por um lobby e uma organização política que recusam o reconhecimento dos direitos das minorias LGBTI e combatem a criminalização das discriminações.

Em segundo lugar, a institucionalização de valores cristãos não se limita a uma força capaz de barrar projetos de leis. A legitimação de princípios cristãos se dá pelos projetos de leis propostos por deputados evangélicos. Exemplificamos o argumento por meio do Decreto 234/2011 – chamado Cura Gay –, e o PLC 6583/2013, que delibera sobre o estatuto da família, como uma entidade composta unicamente por um homem e uma mulher. Primeiramente, o Projeto de Decreto nº234 de 2011 chamado projeto da Cura Gay é proposto por João Campos, o deputado do Partido Republicano Brasileiro de Goiás e pastor auxiliar da Assembleia de Deus, com objetivo de levar a proibição do Conselho Federal de Psicologia aos psicólogos de colaborar a « serviços voltados ao tratamento e à cura da homossexualidade ». Em nome da luta contra os preconceitos dirigidos contra os « antigos gays », certos deputados da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados se levantam para defender o direito de pessoas que não são mais homossexuais a receber serviços psicológicos<sup>7</sup>. Deste modo, o estatuto da homossexualidade é rediscutido assim como as questões de doença ou da necessidade de uma atenção médica e psicológica, colocadas na agenda política de novo. Após vários debates, o projeto de lei é retirado pelo seu autor em 2013. No entanto, é apresentado de novo pelo deputado pastor Eurico do Partido Socialista Brasileiro de Pernambuco em 2014 é apoiado por Marco Feliciano durante a sua campanha de 2015. Segundo, a inscrição na legalidade de princípios evangélicos toma um novo rumo e se aproxima da concretização com o projeto de lei nº6583 de 2013, do deputado evangélico Anderson Ferreira do Partido da República de Pernambuco, sobre o estatuto da família. O projeto prevê que seja reconhecida « a entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um **homem e uma mulher**, por meio do casamento ou da união estável »<sup>8</sup>. A parte em negrito no texto de lei aparece como uma reação à adoção do casamento entre pessoas do mesmo sexo e como um meio de lutar contra o reconhecimento dos direitos dos homossexuais. O projeto de lei ainda está em discussão e tramitação.

Apesar de não terem sido concretizado ou ainda estar em tramitação, os projetos evidenciam os recursos, a legitimidade dos evangélicos no Congresso e o rumo à institucionalização dos seus princípios políticos e religiosos.

7 <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/490991-DEPUTADOS-CRITICAM-RESOLUCAO-DO-CONSELHO-DE-PSICOLOGIA-SOBRE-TRATAMENTO-DE-HOMOSSEXUALIDADE.html>

8 <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração o estudo do imaginário dos fiéis evangélicos e a análise dos projetos de lei mencionados, o cenário político atual nos leva a um questionamento e hipóteses sobre a virada que tomou o Governo com a chegada à presidência pelo ex vice-presidente interino Michel Temer.

Ao longo dos mandatos do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff contaram com o apoio das igrejas evangélicas e de seus pastores. Para garantir este apoio, o partido abandonou vários projetos de defesa das minorias, como vimos ao longo deste estudo. No entanto, a postura de Michel Temer, ao assumir o cargo de presidente interino revela uma aproximação com a Frente Parlamentar Evangélica, por duas razões. O novo presidente recebeu oficialmente membros da bancada evangélica, os quais oraram por ele. Ademais, a remodelação ministerial parece confirmar a aproximação já mencionada. Com efeito, a nomeação do presidente do Partido Republicano Brasileiro e bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, Marcos Pereira, ao cargo de ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio assim como a do deputado federal do Rio Grande do Sul e pastor da Assembleia de Deus, Ronaldo Nogueira (RUFFATO, 2016), indicam um rumo nunca tomado antes. Apesar de não poder concluir de maneira certa, diante do recente Governo de Michel Temer, essas decisões podem sugerir um avanço em termos de programas políticos e projetos de lei que dão a voz aos líderes religiosos evangélicos e confirmar a nossa hipótese de uma institucionalização dos princípios cristãos discriminatórios.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. *et alii* (1950). *The Authoritarian Personality*. New York :Science Editions.
- ADORNO, Théodore W. (2004). “La théorie sous-jacente à la construction de l'échelle d'évaluation des potentialités fascistes (échelle F)”. *Tumultes*, 2004/2 (nº23), pp.99-122
- ANTONIAZZI, Alberto (org.) (1994). *Nem Anjos nem Demônios: Interpretações sociológicas do pentecostalismo*, Rio de Janeiro: Vozes.
- BOURDIEU, Pierre (1966). *O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais*, São Paulo: Editora Perspectiva.
- CAMPOS, Leonildo (2003). “Evangélicos nas eleições de 2002 – os avanços da Igreja Universal do Reino de Deus”. *Cadernos Adenauer, Eleições e Partidos*, ano IV, nº 1. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
- COULMONT, Jean-Baptiste (2003). « “Que Dieu vous bénisse!” Le mariage religieux des couples du même sexe aux États-Unis », Tese de Doutorado, l'EHESS, Paris.
- DELOYE, Yves. (2002) *Socialisation religieuse et comportement électoral en France. L'affaire des “catéchismes augmentés” (19e-20e siècles)*. In: *Revue française de Science politique*. 52e année, n. 2-3, Paris, p.179-199.
- HORKHEIMER, Max (1946). *O Eclipse da Razão*. 7a edição 2010, São Paulo : Centauro Editora.

MARIANO, Ricardo (2003). "Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religioso sobre as igrejas pentecostais". In: *Civitas: Revista de Ciências Sociais*. Vol. 3(1), Porto Alegre, EDIPUCRS.

ORO, Ari Pedro. (2010) « Ascension et déclin du pentecôtisme politique au Brésil ». In: *Archives de sciences sociales des religions*, janvier-mars, n°149, Paris, p.151-168.

"O dia em que caí do berço evangélico". *Agência de Reportagem e jornalismo investigativo*, 19 outubro 2015 (1). Disponível em: <http://apublica.org>

"Os pastores do Congresso". *Agência de Reportagem e jornalismo investigativo*, 19 outubro 2015 (2). Disponível em: <http://apublica.org>

REINA, Morgane (2015). *Le miracle pentecôtiste en politique: La socialisation politique des fidèles de l'Assemblée de Dieu dans l'État de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Sciences Po, Paris.

REINA, Morgane L. (2016). O milagre pentecostal na política: Da socialização política à expressão democrática dos fiéis da Assembleia de Deus. In: SIMPÓSIO

RELIGIÕES, POLÍTICAS E MÍDIAS NA AMÉRICA LATINA, 04-06 Outubro de 2016, São Paulo. Disponível em: <https://teologiasocial.files.wordpress.com/2016/12/morgane-laure-reina-o-milagre-pentecostal-na-politica-da-socializacao-politica-dos-fieis-da-assembleia-de-deus-ad.pdf>.

RUFFATO, Luiz (2016). Temer inaugura a república evangélica. In: *El País*, 08/06/2016. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/08/opinion/1465385098\\_545583.html?id\\_externo\\_rsoc=FB\\_CM](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/08/opinion/1465385098_545583.html?id_externo_rsoc=FB_CM)

SOUZA, Beatriz Muniz de (1969). *A experiência da salvação: Pentecostais em São Paulo*. São Paulo: Duas Cidades.

ZAMBIRAS, Ariane. (2014) *La Politique inspirée: Controverses publiques et religion aux États-Unis*. Paris: Karthala. 266X, n.5



## **PESCAR O PEIXE PRA TRAZER A OFERTA E FISGAR O FIEL PRA GANHAR A ELEIÇÃO: LIDERANÇAS NEOPENTECOSTAIS NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO. <sup>1</sup>**

**LIMA, Roberta Oliveira**

Discente do Curso de Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF) em Niterói, Rio de Janeiro. Advogada. E-mail: advrobertalima@gmail.com

**RODRIGUES, Wagner Oliveira**

Professor Assistente do Curso de Direito da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em Ilhéus, Bahia. Discente do Curso de Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF) em Niterói, Rio de Janeiro; E-mail: worodrigues@uesc.br

**JESUS, Júlio C. Moreira de**

Advogado. Especialista em Processo Civil e Contratos.  
Especialista em Direito Penal e Processo Penal.  
E-mail: juliomoreira25@hotmail.com

### **Resumo**

A enorme repercussão de candidatos eletivos municipais, no sufrágio brasileiro de 2016, colocou em discussão a temática da presença evangélica (e, mais especificamente, dos neopentecostais) nas arenas públicas de poder – como expressão particular de sua teologia da prosperidade. Neste sentido o trabalho se propõe a contextualizar o cenário religioso evangélico/neopentecostal brasileiro – no âmago da sua teologia, em particular, com repercussões de natureza sociológica – intercalando com a realidade política do país e a conjuntura favorável a este segmento social nas arenas públicas legislativas e executivas em todas as esferas federativas. A compreensão observada, até aqui, é de um projeto de universalização da fé através da ocupação massiva dos canais de poder político sem conhecer, previamente, a exigência da laicidade do Estado e o diálogo necessário com a pluralidade e a diversidade social – características latentes das sociedades ocidentais. Como resultado desta reflexão liminar observamos que há um movimento pelo apoderamento de outras designações religiosas evangélicas frente aos neopentecostais. Palavras-chaves: Neopentecostalismo, Direitos Políticos, Sociologia da Religião.

### **Abstract**

The enormous repercussion of candidates municipal elective, in brazilian suffrage in 2016, put in discussion the issue of the presence of the gospel (and, more specifically, of the neopentecostal) in public arenas of power - as particular expression of his theology of prosperity. In this sense the work proposes to contextualize the religious landscape of the gospel/Brazilian neopentecostal - at the heart of his theology, in particular, with implications of sociological - interspersed with the political reality of the country and the favorable to this social segment in public arenas legislative and executive in all spheres entities. In this sense the work proposes to contextualize the religious landscape of the gospel/Brazilian

<sup>1</sup> Justificamos a Organização do evento CONINTER 5 - V Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades - a mudança do nome do título (sem, contudo, alterar sua essência discursiva) tendo em vista que os termos pentateuca e pós-democrático não são abordados, de forma clara e expressiva, na literatura a qual bebemos da fonte. Ao depararmos com a diversidade religiosa não-católica existente entre o grupo evangélico nacional (e as divergências que existem, entre suas lideranças políticas, para sustentar a sua denominação evangélica enquanto categoria de classe) e os estudos, ainda em alinhamento, sobre o contexto do início do novo (sic) Governo Federal, preferimos alterar os termos para religiosas e contemporâneas para ilustrar, da melhor forma possível, estes novos panoramas ainda não esclarecidos. Do mais, segundo nós, a frase inicial do título - resenha dos dizeres do, então, futuro Prefeito do Município do Rio de Janeiro, Pr. Marcelo Crivella - já resumem bem a que segmento teológico estará a se discutir ao longo deste texto.

neopentecostal - at the heart of his theology, in particular, with implications of sociological - interspersed with the political reality of the country and the favorable to this social segment in public arenas legislative and executive in all spheres entities.

**Keywords:** Neopentecostalism. Political Rights, Sociology of Religion.

### **Introduzindo: a guerra dos deuses no cenário neopentecostal brasileiro.**

Um estudo acurado dos tipos ideais, Assembleia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus, sob uma ótica sociológica, ou uma ótica teológica, nos levará à conclusão que se trata de duas manifestações religiosas diversas, que não podem - nem devem - ser colocadas sob uma mesma classificação. Ao se somar, a partir do Censo Religioso, esses dois agrupamentos têm-se um alto índice de "pentecostais", constituídos, contudo, pelos que o são e pelos que não o são. Equiparar ambos os fenômenos não faz justiça à Igreja Universal e *ofende a Assembleia de Deus* (grifos nossos - CAVALCANTI, 2008).

(...) *Cada Apocalipse tem sua própria besta, que por sua vez, necessita de um falso profeta como porta-voz. E pelo jeito, quem assume o papel em nossos dias são os líderes evangélicos midiáticos. Mas por incrível que pareça, este filme não passa de remake. Aconteceu lá atrás, no império romano. Aconteceu há poucas décadas com o nazismo. E está acontecendo bem aqui, debaixo de nosso nariz em terras tupiniquins* (grifos nossos - FERNANDES, 2016).

As opiniões manifestas acima colocam uma roupagem complementar diante do cenário desenhado por Michael Löwy - que, no final do Século XX, contextualizou a luta no campo religioso existente entre duas concepções teológicas na seara, preferencialmente, católica apostólica romana: a primeira, que se estabelece no interior do campo religioso entre concepções de Deus diametralmente opostas - entre os cristãos progressistas e os cristãos conservadores - e a segunda que se assenta entre os teólogos da libertação, de um lado, e os ídolos da opressão (materialmente representados pelo dinheiro, pela mercadoria e pelo capital) (LÖWY, 2002).

Para além da conotação marxista/weberiana a respeito da ética da religião diante dos sistemas forjados no seio do capitalismo (construindo, daí, a dualidade *usura versus prosperidade*), e testemunhas que nos tornamos diante da invisibilidade institucional da Teologia/Cristianismo da Libertação - corrente católica emergente, a partir dos anos 1960, e responsável pela difusão da consciência (teológica) de classes em muitas regiões do planeta, com afinco na América Latina (LÖWY, 2002: 55) - a emergência de novas relações teológicas que guardam simbiose íntima e, ao mesmo tempo, mística com os eventos físicos de nosso tempo redesenham segmentos sociais baseados na fé e desafiam uma compreensão mais específica a respeito do crescimento *evangélico* no Brasil.

Os apontamentos nas pesquisas recentes da sociologia da religião, no país, têm permitido um olhar mais crítico e específico a respeito de aspectos bastante mundanos e concretos com base nesta nova *guerra dos deuses* - com a devida licença poética a Löwy. Corrigindo equívocos que comumente se desenvolve na literatura sobre a obra de Weber a respeito da ética protestante e do espírito do capitalismo, a ideia de religião, em si, não justifica o desenvolvimento econômico - mas, sim, o *sistema de afinidades*

*eletivas* que são criadas para dar a escusa devida a determinadas ações e relações sociais que usam a religião como pano de fundo para suas devidas justificativas.<sup>2</sup>

No caso do cenário plural *evangélico* brasileiro – que ora se enfrenta, ora se une para combater pautas pontuais e fortalecer objetivos metaestratégicos de poder eclesiástico – desenvolvimento contemporâneo do capitalismo tupiniquim, pautado no consumo familiar dos últimos treze anos, e a expansão eclesiástica de doxas religiosas pautadas na Teologia da Prosperidade dão um tom especial aos conflitos sociorreligiosos que, por sua vez, ganham expressões no campo dos direitos políticos, sociais e individuais.

A pretensão do texto é fazer uma reflexão a respeito dos interesses intrínsecos e institucionais atrelados ao exercício da liberdade política por parte dos neopentecostais no Brasil – e os possíveis elementos que podem dar azo a pensar no exercício de uma influência transcendental na consciência política cujos resultados são a reprodução de um *voto de cajado* derivado de um baixíssimo *accountability* eleitoral no sufrágio brasileiro.

Longe de representar temores panfletários ou inclinações espetaculosas a cercear os direitos políticos de quem professa qualquer tipo de fé, as expectativas guardadas – sobre qualquer político eleito a qualquer cargo eletivo de natureza pública – estão não só na expectativa do cumprimento da pauta dos seus eleitores, mas, sobretudo, no respeito às minorias sociais (e nos seus não-eleitores) e a renúncia a toda forma de totalitarismo minando, por conseguinte, conquistas sociais dentro de um Estado (que se diz) laico.

O texto está estruturado em dois pontos essenciais: a) a contextualização do segmento religioso neopentecostal brasileiro e a construção de um doxa eclesiástico pautado no ascetismo intramundano materialista; e b) o trato dado nas afinidades eletivas, que, em nome da fé, criam uma espécie de “voto de cajado” – e as estratégias de enfrentamento a este possível cenário. Acreditamos que a reflexão – já emergente a partir de pensadores brasileiros na esteira da Sociologia da Religião – pode ser aprofundada a partir do fenômeno do crescimento da representatividade política evangélica nos estratos do poder nacional e do cenário da conjuntura política, econômica e social.

### **Contextualizando o ascetismo intramundano e o neopentecostalismo brasileiro.**

A compreensão do cenário evangélico no Brasil exige o entendimento da sua presença e expansão enquanto organismo social. Presentes há pouco mais de um século no país, suas derivações contemporâneas são tão múltiplas que, para os fins deste trabalho, os neopentecostais serão nosso objeto de análise – e a visão ascetista diferenciada da tratada na teoria de Max Weber, dando uma análise especial neste segmento religioso.

O “ascetismo intramundano” está ligado, em teoria e segundo a observação de Weber, a um processo de desencantamento do mundo. O processo de racionalização empregado, a princípio, pela Igreja Católica, desenvolveu esta dialética teológica do qual tanto no espectro extramundano (com a renúncia da própria vida social, *v.g.*, o enclausuramento) quanto intramundano (com a ação dentro do mundo, através – principalmente – do trabalho edificado para a “glória de Deus”) o desapego ao físico em nome de um curso de salvação em outro plano (espiritual).

<sup>2</sup> Atualmente o sistema de afinidades com base teológica justifica, de forma comum, a toda e qualquer ordem de prática pública ou privada com base religiosa, indistintamente a qualquer designação eclesiástica – quer no campo da propriedade, quer na seara da dignidade humana e no atentado a direitos das minorias sociais.

Quando o ascetismo foi trazido das celas monásticas para a vida cotidiana e passou a dominar a moralidade terrena, ele desempenhou um papel na construção do tremendo cosmos da ordem econômica moderna. Uma vez que o ascetismo propôs-se a modificar o mundo, os bens materiais ganharam um poder crescente e finalmente inexorável sobre as vidas humanas como em nenhum outro período anterior da História. O fulgor de seu herdeiro risonho, o iluminismo, parece também apagar-se irremediavelmente e a ideia do dever na vocação do indivíduo que ronda nossas existências como o fantasma de crenças religiosas mortas. (WEBER, 2005: 86).

Faz-se necessário dizer de que não é simplesmente estar neste mundo e, ao mesmo tempo, não estar nele; a noção do ascetismo intramundano implica o acolhimento de uma categoria, qual seja: “a rejeição do mundo” para “amoldar o mundo” por meio da ética religiosa – permitindo-se agir no mundo em nome da fé. Nas palavras de Weber:

Este ascetismo secular do protestantismo opunha-se assim, poderosamente, ao espontâneo usufruir das riquezas e, restringia o consumo, especialmente o consumo do luxo. Em compensação, libertava psicologicamente a aquisição dos bens das inibições da ética tradicional, rompendo os grilhões da ânsia do lucro, com o que não apenas a legalizou, como também a considerou diretamente desejada por Deus. A luta contra as tentações da carne e a dependência dos bens materiais era não uma campanha contra o enriquecimento, mas contra o uso irracional da riqueza (WEBER, 2005: 81)

Outro aspecto importante a ser destacado, quando se trata da ascese intramundana explorada por Weber, está nos aspectos que tangenciam o corpo, as suas necessidades, seus desejos e até mesmo a expressão social por meio da moda. Tem-se assim, como práticas ascéticas religiosas o caso da negação das práticas esportivas em dias de culto, dias santos ou quaisquer outros dias (dependendo do segmento de fé professado), a negação na participação em festas profanas, a recusa às danças em salões de festa e tabernas. Condenavam, ainda, a leitura de qualquer obra que pudesse conduzir o fiel à superstição ou à “aparência do mal”, além de poesias e canções não-sacras, sendo estas tidas como “instintos brutais ou prazer irracional”; sem falar no teatro, alvo por excelência das críticas religiosas que caracterizavam um comportamento “irracional, sem finalidade e, por conseguinte não ascético, e que ainda por cima não serviam à glória de Deus, mas tão somente à glória humana” (WEBER, 2005: 80)<sup>3</sup>

Nessa busca ascética e racional pela glorificação divina é válido mencionar que Weber afirma que se pode medir o grau de racionalização de uma religião a partir de dois critérios, quais sejam: o grau de unidade sistemática que ela introduz na relação entre Deus e o mundo e suas demais relações éticas para com o mundo e pelo grau em que ela elimina a *magia*. Em “Economia e Sociedade”, tem-se que:

A criação de uma ética capitalista somente foi obra, ainda que não intencionada, do ascetismo intramundano, o qual abriu precisamente aos elementos mais poderosos e eticamente mais rigoristas o caminho à vida dos negócios e lhes apontava o êxito nessa área como fruto de uma condução da vida racional (WEBER, 1994: 391-392).

Numa forma própria – e diametralmente oposta ao ascetismo clássico – o ascetismo intramundano no neopentecostalismo é pautado, diretamente, na prosperidade

<sup>3</sup> Esta conduta será rompida, de forma escatológica, através das religiões neopentecostais brasileiras – principalmente por meio da Igreja Universal do Reino de Deus – em que a Teologia da Prosperidade permitirá uma prática da vida privada liberal e associada às bênesses deste mundo (sem, contudo, comprometer o religioso com o afastamento das virtudes da moral neopentecostal).

como demonstração cabal da graça divina. No Brasil (assim como em outros países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento do globo) encontrou-se um campo fértil diante dos desafios teológicos já desgastados com outros movimentos eclesiais que tinham como temática a luta de classes e a injustiça social – com base na assistência aos mais pobres, primeiro, por meio de diversas correntes teológicas dentro e fora da Igreja Católica Apostólica Romana. Neste aspecto – e, dentre outros fatores, diante de um cenário de liberdade religiosa propiciada pela redemocratização do Estado brasileiro pós 1988 – o catolicismo vem decrescendo no Brasil. Segundo dados do IBGE, dos mais de treze milhões em 1991 chegou-se, em 2000, para mais de vinte e seis milhões e, nos anos 2010, em mais de quarenta e dois milhões de fiéis evangélicos – de múltiplas orientações pentecostais e neopentecostais (IBGE, 2010).

Pierucci, ao aprofundar a análise sobre o protestantismo como fenômeno religioso em terras brasileiras, diseca o movimento religioso em seus estratos sociais e esclarece que cada ramo *protestante* deve ser analisado à parte. Se, por um lado, observa-se o recrudescimento dos luteranos e a estagnação dos batistas, os *assemblies* (Assembleia de Deus) e os *iurdianos* (derivado da sigla IURD – Igreja Universal do Reino de Deus) são as denominações não-católicas que mais crescem no país (PIERUCCI, 2004: 07-08). Dentro dos mergulhos teológicos pautados na incorporação, em níveis extremamente flexíveis, dos valores da pós-modernidade e da sociedade líquida (BAUMANN, 2010), pode-se mencionar o fenômeno brasileiro do neopentecostalismo, movimento religioso cuja origem brasileira deu-se no Rio de Janeiro, por meio (principalmente) da Igreja Universal do Reino de Deus (1977) – sua maior representante –, da Igreja Internacional da Graça de Deus (1980) e do “Cristo Vive” (1986) (MARIANO, 2004: 123).

O prefixo *neo* mostra-se apropriado para designá-la tanto por remeter à sua formação recente como ao caráter inovador do neopentecostalismo.

Embora recente entre nós, o termo neopentecostal foi cunhado há vários anos nos EUA. Lá, na década de 1970, ele designou as dissidências pentecostais das Igrejas protestantes, movimento que posteriormente foi nomeado de carismático. Como deixou de ser empregado nas tipologias norte-americanas, não confunde nem atrapalha nossa tarefa de classificação.

(...)

Nos meios acadêmicos, Ari Pedro Oro (1992: 7,9), antropólogo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, emprega o termo neopentecostalismo e o identifica à expressão “Pentecostalismo autônomo” (Mendonça fez o mesmo em 1992), cunhada por Bittencourt, para nomear as Igrejas formadas a partir da década de 1950, como Brasil para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção, Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus e Evangélica Pentecostal Cristã. Oro, porém, inclui a Igreja Quadrangular entre as “pentecostais tradicionais”. Também para José R. L. Jardimino (1994), anglicano e recém-doutor em Sociologia na PUC/SP, o neopentecostalismo “surge por volta dos anos 50” (MARIANO, 1999: 33).

Apesar das dificuldades (tanto no campo da designação terminológica concreta deste movimento quanto na análise da sua fenomenologia teológica) pode-se afirmar que a Igreja Universal do Reino de Deus simboliza este segmento e que, especificamente após sua fundação, tal contexto representa, em síntese apertada, um caso de sucesso empresarial-religioso no Brasil e na América do Sul – com expansão às vistas pela África, Ásia e Oceania. Sua orientação – conforme mencionado linhas acima – está

viva no ascetismo intramundano e na ordem da experiência em detrimento da razão – desautorizando qualquer instrução ou necessidade de apoderamento teológico dos seus pastores e, principalmente, dos seus fiéis (MARIANO, 2014: 124).

Como mencionado por Silva Júnior (2010: 54), há um tensionamento claro entre razão e emoção, expresso através da autoridade carismática, onde a razão empregada para compreender a fé é, em si, uma ofensa direta a Deus – forçando, com isto, a uma *espiritualização do cotidiano*, atribuindo, segundo o pensador, “(...) somente a Deus as benesses da vida e ao homem, que é fruto do pecado, as suas desventuras” Esse desvencilhar da razão não se reflete em desapego ao materialismo – muito ao contrário.

Tema frequente nesta vertente religiosa é “a prosperidade material”. Pode-se, inclusive, considerar que um fator de grande atração das classes sociais proletárias (estendendo-se, adiante, a todas as outras) seja o fato do neopentecostalismo ter como característica primordial motivar a promoção financeira – e o apego ao material como sinal de investimento metafísico de uma vida melhor (sendo esta a razão, fundamentalizadora, da chamada Teologia da Prosperidade).

Por um lado, Deus prometeu, em Jo. 10,10 e no Sl. 23, textos bastante citados, uma vida em abundância. Por outro, em Mt 3,10, versículo básico, encontramos a obrigação que o homem, sem a menor falta, deve cumprir e pagar os dízimos. Macedo disse: “O dízimo foi instituído pelo Senhor, como espécie de imposto às suas criaturas” (Nos passos, p. 99). O pagamento do dízimo é o sinal da fidelidade do homem a Deus. De grande importância são as ofertas voluntárias, que são demonstrações de amor a Deus. Havendo cumprido esses requisitos, o homem está no direito de exigir de Deus o cumprimento de suas promessas. De outro modo: para receber algo de Deus é necessário arriscar alguma coisa, quanto maior o investimento, tanto maior será a vantagem. É o princípio da troca: eu te dou para que tu me dês também (RUTH, 1985: 88).

Esta é, sem dúvidas, uma das essências do pensamento neopentecostal, que mistura misticismo e materialismo e propõe que a troca de sacrifícios financeiros enseja, misticamente, a retribuição por meio do “livramento do mal” e da prosperidade material, a qual se reflete fatalmente em consumo privado – com fortes doses de sincretismo e as afinidades eletivas que praticam, de forma utilitária, práticas religiosas afrobrasileiras e ameríndias (MARIANO, 2004: 128). Nas searas neopentecostais, o *ter* é tão importante quanto o *ser* e é frequente a apologia ao luxo que faz com que a prática da construção de mega templos – para a maximização do exemplo público de sucesso da própria religião em reforço à própria doxa religiosa praticada por seus fiéis.

Outra questão – tão fatal quanto a prosperidade material – é a prosperidade no poder. Como um dos reflexos diretos deste sucesso, de forma assente e consciente no coletivo religioso nas práticas do ascetismo intramundano neopentecostal, está a estratégia da ocupação política de seus líderes em cargos eletivos nos espaços públicos (eleitos em escala cada vez mais ascendente a cada sufrágio interfederativo).

### **As afinidades eletivas e as estratégias políticas do neopentecostalismo brasileiro.**

A presença de uma bancada religiosa no esteio legislativo é a expressão, conforme os próprios líderes denotam, de sua liberdade de expressão religiosa na arena pública – *in casu*, nos parlamentos brasileiros. A ocupação, em si, não é um amálgama da democracia distributiva – mas há que se respeitar, como princípio de ação pública, a laicidade estatal. Aliados a estratégias dos meios de comunicação de massa – dentre

elas, a radiodifusão e a televisão – suas lideranças religiosas buscam capilarizar, ao máximo, a necessidade de uma *bancada evangélica* que sustente a identidade da fé através, principalmente, do Poder Legislativo – onde os cargos eletivos possuem natureza de mandato *ad eternum electus*.

A Universal [Igreja Universal do Reino de Deus] não mede esforços para eleger seus candidatos, nem tanta, como o fazem outras igrejas pentecostais, escamotear, por meio de subterfúgios vários, tal propósito dos fiéis. Como não se ressentem do peso da tradição sectária e apolítica do pentecostalismo, seus líderes não necessitam dar maiores explicações para justificar sua participação no jogo político-partidário. Durante as eleições, os templos exibem faixas com o nome e número dos candidatos oficiais da igreja. Pastores e bispos pedem abertamente votos para eles do alto do púlpito. Obreiros distribuem “santinhos”. Suas emissoras de rádio e TV fazem propaganda eleitoral, convidando seus candidatos, por exemplo, para participar de entrevistas em programas “jornalísticos” (MARIANO, 2005: 90).

Adrede, e como reforço à necessidade da institucional da Igreja no poder, existe um vitimismo institucional que denuncia a ameaça à liberdade de expressão religiosa, constitucionalmente garantida, por meio do fechamento futuro das rádios e teles evangélicas. Confiando na baixa inteligibilidade do seu fiel – ao confiar na figura carismática do clérigo para, de per si, justificar o pleito eleitoral – o papel do líder religioso como candidato refrata que o “(...) seu engajamento na esfera política, como se vê, não é desinteressado nem nobre” (MARIANO, idem). Embora a correspondência com o cotidiano do eleitor se aproxime com políticas de cunho clientelista (principalmente nas áreas da saúde e da assistência social) as pautas de cunho negativista são uma constante no intento de sobrevalorizar a ética religiosa do parlamentar (e de seus eleitores) diante de um cenário laico (como a campanha deflagrada, ao longo de 2015 com a revisão dos planos interfederativos de educação pública, sobre a chamada *ideologia de gênero* (sic) e a eliminação, em boa parte das arenas públicas municipais, da discussão sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas públicas e, até, privadas país afora).

Por outro lado, fatores extrarreligiosos podem, de igual maneira, reforçar ou determinar pré-decisões em que o apoio dos eleitores fiéis aos seus candidatos clérigos seja uma consequência. Nos últimos anos (e, especialmente, nas eleições municipais de 2016) a definição eleitoral deveu-se, em boa parte, ao fato de que a conjuntura política fica estremecida diante de casos crassos de corrupção institucional, sob investigação, através das várias operações policiais e judiciárias país afora, por meio dos votos nulos e brancos (e da alta abstinência eleitoral). Em entrevista recente, Ricardo Mariano esclarece o cenário descrito acima, com base no *case* da eleição de Marcelo Crivella ao cargo de Prefeito do Município do Rio de Janeiro:

Até o segundo turno ele tinha um perfil mais de centro, moderado. Ele sempre faz uma tentativa de dissociar sua imagem da Igreja Universal. Ele deixa claro que é evangélico, mas que está licenciado e que irá governar para todos. O Crivella até tentou forçar uma aproximação com a Igreja Católica, e adotou um discurso de que respeitaria todos, não perseguiria umbandistas nem adeptos do candomblé. Esse esforço diz respeito ao fato de que ele está vinculado a uma minoria religiosa, como John Kennedy nos Estados Unidos dos anos 60, que era identificado com a minoria católica do país. (...) Para enfrentar esse obstáculo ele insistiu no caráter laico do Estado brasileiro, lançando mão de um discurso defensivo, que é parte da estratégia eleitoral do candidato evangélico. (EL PAÍS, 2016).

No entanto – indiferente aos fatos que levam os líderes religiosos a ocuparem cargos de poder (pela graça divina, pelos eleitores ou por uma conjuntura política favorável em cenários de crise institucional) – há, segundo Mariano, o risco das parcerias evangélicas ameaçarem a laicidade do estado quando certas políticas públicas são canalizadas (em coordenação) para fins religiosos. Como mencionado acima, as áreas de saúde, assistência social, emprego e renda são as pautas mais disputadas entre o segmento religioso que possui bancada legislativa ou mandato executivo. Não representa, em si, uma ameaça à democracia, segundo Mariano, mas reforça o papel proselitista adotado pelos neopentecostais em limitar o acesso aos direitos sociais pelo perfil de seu público preferencial ou, de modo mais enérgico, combater avanços em direitos individuais – como as questões de gênero e sexualidade, por exemplo, (EL PAÍS, 2016).

No sentido do esclarecimento sobre o programa de ação do candidato religioso surgiu, nos últimos anos, um movimento chamado “Rede Fale” – que conta com intelectuais cristãos que denunciam o chamado “voto de cajado” (em acepção ao “voto de cabresto”, sob manipulação teológica do eleitor evangélico ao tratá-lo como ovelha dócil, cega e caminhando “na fila do pastor”) (FORUM, 2012). Confiando na inteligência de quem escolhe o candidato-representante de sua igreja a ONG orienta, em cartilha, uma série de práticas que visam coibir o “mercado do voto religioso”. Dentre estas práticas, situam-se:

- O uso do poder pastoral para guiar a consciência dos fiéis, como um curral eleitoral, em benefício de qualquer candidato;
- O uso das Sagradas Escrituras ou de imagens bíblicas de forma capciosa, a fim de legitimar a candidatura de uns e demonizar a candidatura de outros;
- A venda da consciência e dos votos dos membros da Igreja a algum candidato, em troca de recompensas materiais concedidas, “a liderança, congregação ou denominação”;
- A permissão do uso do púlpito como plataforma de propaganda partidária e eleitoral, ou de apresentação de quaisquer candidatos para fins eleitorais;
- A coação ou ameaça aos subordinados ou membros da Igreja para que manifestem inclinações políticas iguais às de seus líderes para eleger candidatos de fora ou de dentro da Igreja;
- A transferência da imagem de pastores ou líderes religiosos para candidatos escolhidos por Deus ou demonizando seus concorrentes;
- Lideranças evangélicas que demonstram opções políticas diferentes das suas, caluniando-as, em vez de ajudar a fazer o debate sobre as propostas dos candidatos. (UAI, 2014).

A movimentação da “Rede Fale”, que se atrela a movimentos religiosos fora do esteio neopentecostalista brasileiro, tem por objetivo qualificar a participação evangélica nas eleições. Sem descredenciar o apoderamento teológico e cidadão que se quer fazer, o fato de haver uma população, dentre as de orientação protestante, hegemonicamente neopentecostal é um entrave inicial para que a mensagem chegue de forma difusa a todos os interessados por esta ONG – tendo em vista que há o enorme desafio de enfrentar a megaestrutura comunicacional entre rádioevangelismos e televangelismos neopentecostais.<sup>4</sup>

4 A grande mídia – apoiada, principalmente, pelas Organizações Globo, Rede Bandeirantes de Comunicação e o Grupo Civita – engendrou, por todos os meios lícitos possíveis, enfraquecer a campanha de Marcelo Crivella à prefeitura carioca (com uma sorte imensa de biografias suspeitas sobre o caráter laico do candidato e suas pretensões reais no poder municipal). O resultado não foi favorável e, mesmo assim – somada à conjuntura de desestímulo do eleitor carioca – o mesmo foi eleito com expressivo percentual.



De toda sorte, o futuro lançado não é de uma “república evangélica” ou uma “nação neopentecostal” – como se alarmam as opiniões emitidas na conjuntura política atual (RUFFATO, 2016; MARTÍN, 2016). Embora sob um lastro político cada vez mais ascendente – vide a composição ministerial do governo Temer neste ano – a bancada *evangélica* aproveita um momento (quase) único que permite ao segmento uma perspectiva de possuir o poder de *transnacionalizar* a fé neopentecostal (como já ocorria nos governos de centro-esquerda do PT, sem a necessidade direta da ocupação do mais alto cargo político do país). Mas, num momento presente, acreditamos que o sucesso dos neopentecostais na seara política entre os não-religiosos / religiosos não-evangélicos exija uma costura ética com a pluralidade e com a diversidade separando o “joio do trigo” no campo teológico e posicionando o lugar da ética religiosa no templo e no espaço onde ele, socialmente, interage sem constranger outras minorias e segmentos sociais.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **Neopentecostalismo**. In: BORTOLLETO, Fernando (org.) Dicionário brasileiro de teologia. São Paulo: Aste, 2008.

CAVALCANTI, Robinson. **Reflexão**. Disponível em <http://www.ultimato.com.br/revista/artigos/314/pseudo-pentecostais-nem-evangelicos-nem-protestantes>, disponível Brasília DF: UnB, 23 a 25 de novembro de 2016, ISSN 2316-266X, n.5 em 18 de novembro de 2016.

EL PAÍS. **Editorial: a esquerda abriu espaço e legitimou os evangélicos na política**. Disponível em [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/31/politica/1477940246\\_927730.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/31/politica/1477940246_927730.html), acesso em 15 de novembro de 2016.

ESTADO DE MINAS. **Ong evangélica lança campanha contra o “voto de cajado”**. Disponível em [http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/09/11/interna\\_politica,567855/ong-evangelica-lanca-campanha-contra-o-voto-de-cajado.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/09/11/interna_politica,567855/ong-evangelica-lanca-campanha-contra-o-voto-de-cajado.shtml), acesso em 30 de outubro de 2016.

FERNANDES, Hermes Carvalho. **Trump é a nossa cara**. In Diário do Centro do Mundo, disponível em <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/trump-e-a-nossa-cara-por-hermes-fernandes-bispo-evangelico-no-rj/>, acesso em 01 de novembro de 2016.

LÖVY, Michel. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARIANO, Ricardo. **Expansão pentecostal no Brasil: o caso da igreja universal**. Disponível em: Estudos Avançados. 18 (52), 2004.

MARIANO, Ricardo. **Expansão pentecostal no Brasil: o caso da igreja universal**. Disponível em: Estudos Avançados. 18 (52), 2004.

\_\_\_\_\_. **Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2002.

MARTIN, María. **Vitória de Crivella no Rio, a ponta de lança do projeto político da Igreja Universal**. In EL PAÍS, disponível em [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/30/politica/1477857709\\_431438.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/30/politica/1477857709_431438.html), acesso em 10 de novembro de 2016.

PIERUCCI, A. Flávio. **“Bye bye, Brasil” - O declínio das religiões tradicionais no Censo 2000**. ESTUDOS AVANÇADOS 18 (52), 2004.

\_\_\_\_\_. **O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo: USP. Editora 34. 2003

ROMEIRO, Paulo. **Decepcionados com a graça: esperanças e frustrações no Brasil neopentecostal**. São Paulo: Mundo Cristão, 2005.

RUFFATO, Luiz. **Temer inaugura a república evangélica**. In EL PAIS, disponível em [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/08/opinion/1465385098\\_545583.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/08/opinion/1465385098_545583.html), acesso em 20 de novembro de 2016.

RUUTH, Anders. **Iglesia Universal del Reino de Dios**. Estudos de Religião, São Bernardo do Campo: Umesp/Pós-Graduação em Ciências da Religião, v. 1, n. 1, mar. 1985.

SILVA-JÚNIOR, Nilson. **O Neopentecostalismo como fator de crise pastoral**. São Bernardo do Campo: Umesp, 2010. Dissertação de mestrado.

WEBER, Max. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2ª Ed. São Paulo: Pioneira Thompson, 2005.

## GT: 7 - Conflitos socioambientais

Coordenadores: Wilson Madeira Filho e  
Napoleão Miranda

## A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA: AUDIÊNCIA JUDICIAL PARTICIPATIVA E CONSULTA PÚBLICA

**Simone Hegele Bolson**

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - UFF*

*E-mail: simonehbolson@uft.edu.br*

**Napoleão Miranda**

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - UFF*

*E-mail: napomiranda@gmail.com*

### RESUMO

Atendendo às diretrizes internacionais, o Brasil adotou uma política pública de combate e prevenção às mudanças climáticas através da lei 12.187/09 (PNMC); tendo sido consagrado, entre outros, o princípio da participação cidadã. Essa lei está sendo implementada aos poucos e, em âmbito estadual, dentre outras unidades federativas, o estado do Rio Grande do Sul promulgou lei com o mesmo objetivo; a lei 13.594/10 (PGMC) albergou as mesmas diretrizes e princípios da PNMC. Contudo, embora a previsão da participação popular nas questões referentes às mudanças climáticas, ela ainda é incipiente, o que acaba se constituindo em obstáculo à construção de uma cidadania ambiental plena, conforme se infere dos dados referentes à consulta pública realizada sobre o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (PNA). No plano jurídico-processual, porém, a possibilidade da realização de uma audiência judicial participativa pode se constituir em um dos modos de concretização do princípio da participação cidadã. O método utilizado no presente trabalho é o indutivo, alicerçando-se na análise de dados disponibilizados pela Agência Nacional de Água (ANA) e Ministério do Meio Ambiente (MMA) e obras de referência na área da política pública sobre mudanças climáticas, além de artigos pertinentes ao tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** Participação Popular; Política Pública; Mudanças Climáticas.

### ABSTRACT

Given the international guidelines, Brazil adopted a public policy to combat and prevent climate change by Law 12.187/ 09 (NPCC); having been established, among others, the principle of citizen participation. This a wis being implemented gradually, and at the state level, among other federal units, the state of Rio Grande do Sul enacted law with the same objective; the Law 13.594/10 (PGMC) adopted the same guidelines and principles of NPCC. However, although the forecast of popular participation in issues related to climate change, it is still incipient, which end sup constituting building a full environmental citizenship, as shown byt he data concerning the public consultation of a National plan for Adaptation to Climate Change. In the legal-procedural level, however, the possibility of carrying out a participatory judicial earingmayconstituteoneofthewaysofimplementingtheprincipleofcitizenparticipation. The method used in this work is the inductive one, based on the analysis of data provided by the National Water Agency (ANA) and the Ministry of Environment (MMA) and reference works in the area of public policy on climate change as well as articles relevant to the topic.

**KEY WORDS:** Popular Participation; Public Policy; Climate Change.

## INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas e as implicações socioeconômicas de sua incidência nas mais distintas regiões do Planeta hoje são tema das mais prosaicas conversas; elas ingressaram no discurso jurídico ainda na década de 70 do século passado, mas somente com a divulgação dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), em meados da década de 90, é que definitivamente emergiram das pesquisas científicas como um dos graves problemas da humanidade. As informações e a publicidade em torno da questão foram eficientes, pois conseguiram produzir um gradual interesse pelo tema. Mas tudo isso estaria relegado a mais um dos compartimentos da história da civilização humana se as constantes catástrofes não estivessem atingindo áreas cada vez maiores do globo.

Há uma dimensão global, por evidente, das mudanças climáticas; mas esquece-se que em nível local elas também já vêm atingindo a todos. Temporais, inundações, enchentes, longos períodos de estiagem, tudo isso já existia, contudo não com tanta frequência, nem com tanta intensidade. Isso torna mais perceptível que se está sim diante de um novo cenário climático e que o risco de desastres ambientais faz parte do dia a dia de todos.

A importância do estudo e análise do fenômeno do aquecimento global e as mudanças climáticas já foram reconhecidos por organizações transdisciplinares como o *Climate Institute*, dos Estados Unidos e o *Institute Des Hautes Études pour la Science et la Technologie*, da França. Partindo-se da ideia de que as mudanças climáticas já estão em andamento, embora as consequências mais nefastas estejam previstas para as próximas décadas, e de que não se pode ficar indiferente diante de um quadro que coloca em risco não só a geração atual, mas principalmente as gerações que virão, reveste-se de fundamental importância o estudo de estratégias jurídico-ambientais no enfrentamento das mudanças climáticas, e que o Direito, a Política e a Ciência têm o dever de trazer à tona.

Sob a perspectiva jurídica, a proteção ambiental insculpida no artigo 225 da Constituição Federal há de ser compreendida em uma dupla funcionalidade: 1) como um direito (dever) fundamental do indivíduo e da coletividade; 2) como um objetivo e tarefa estatal (SARLET, 2010, p.92). Nesse último viés, e conectado com as tendências contemporâneas do Direito Internacional Ambiental, o ordenamento jurídico nacional consagrou os princípios que traduzem a disposição do Brasil em trilhar um caminho de mitigação e prevenção às mudanças climáticas, o que efetivamente o fez com a aprovação da Lei 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança Climática). O artigo 3º dessa Lei expressa os princípios da precaução, prevenção, do desenvolvimento sustentável, da responsabilidade comum e da participação cidadã (popular).

É a participação popular, ainda ausente ou deficiente, nos grandes temas nacionais, em particular os que tratam dos problemas da degradação ambiental, da exploração desenfreada dos recursos naturais e das alterações climáticas decorrentes do aquecimento global o que originou o presente trabalho. Pretende-se, portanto, visualizá-la no âmbito da legislação das políticas públicas sobre mudança do clima, em nível nacional e estadual, por meio da análise do *princípio da participação cidadã*, seja 1) na implementação do princípio, quando da defesa neste *locus* de um novo instrumento jurídico-processual – a *audiência judicial participativa*; 2) na investigação de

uma consulta pública realizada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), quando da realização da mesma no final do ano de 2015, sobre o Plano Nacional de Adaptação à Mudança Climática (PNA).

Como as mudanças climáticas constituem, por si só, um grande campo de investigação de áreas conexas (as Ciências da Terra e as Ciências do, por exemplo) e mesmo as não conexas (a Meteorologia e o Direito, outro exemplo), a delimitação não foi tarefa fácil neste artigo, contudo se busca contribuir à questão da interação entre cidadania ambiental e as mudanças climáticas, mas mais que isso, descortinam-se novas possibilidades no caminho (v.g. audiência pública participativa), antes descon sideradas, interpretados instrumentos os quais os formuladores e executores da política pública de prevenção e mitigação das mudanças climáticas estão utilizando.

## 1 AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O ESTADO DA ARTE

Em fins do século XIX, o físico britânico John Tyndall investigou e diagnosticou que os gases que se depreendiam das fábricas da Grã-Bretanha não estariam se dissipando como outrora: era o início do estudo sobre o efeito estufa e o aquecimento global (KOLBERT, 2007, p.40). Contudo, somente na década de 60 do século XX a preocupação com o acúmulo desses gases na atmosfera passou a fazer parte das preocupações da academia. Esse aumento excessivo do dióxido de carbono e de outros gases lançados na atmosfera – denominados gases de efeito estufa (GEEs) – é o resultado da passagem da sociedade industrial para a pós-industrial e do processo de acirramento da crise ambiental na última metade do século XX. Tal passagem teve seu ápice nas décadas de 60-70 do século XX, não obstante a crise do petróleo de 1973, que obrigou à busca de alternativas energéticas a esse combustível fóssil, a produção anual do mesmo não recuou, ao contrário, cresceu (GIDDENS, 2010, pp.60-66).

Sendo assim, as mudanças climáticas e as projeções de sua incidência e efeitos sob uma perspectiva científica decorrem principalmente dos fatores antropogênicos, é dizer, de uma ação antrópica: a atividade humana é a maior responsável pelo aumento desmedido da emissão de gases de efeito estufa (GEEs). Ao contrário da opinião de vários “céticos” quanto à fundamental participação dos seres humanos no aquecimento do Planeta Terra, as mudanças climáticas têm causas antropogênicas e, portanto, fazem parte da categoria de riscos transtemporais e globais, aos quais Ulrich Beck fazia referência.

A partir das projeções do IPCC (*Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas*),<sup>1</sup> inúmeros institutos e grupos de pesquisas passaram a estudar aquele problema ambiental de segunda geração. No âmbito nacional, os estudos do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais); da Embrapa; do COPPE-UFRJ (Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa do Departamento de Ciências da UFRJ) são referência. Os ecossistemas, a biodiversidade, o mundo natural, do qual o ser humano faz parte, encontram-se em perigo; as emissões de gases de efeito estufa por causas antrópicas, conforme as últimas declarações do IPCC, estão acelerando a destruição da camada de Ozônio e o aquecimento global é uma realidade.

<sup>1</sup> Segundo o 5º (Quinto) Relatório de Avaliação do IPCC há a estimativa de aquecimento global em uma possível variação entre 2,4° e 6,4° C, dando origem ao câmbio climático, com maior número de enchentes e secas; frequência de eventos extremos; disseminação de doenças letais, além da elevação dos mares. In: IPCC, 2014: *Cambio climático 2014: Informe de síntesis. Contribución de los Grupos de trabajo I, II e III al Informe de evaluación del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre Cambio Climático*. IPCC.

As mudanças climáticas são problemas ecológico-ambientais de segunda geração (CANOTILHO, 2010, p. 21). Ao lado da utilização da energia nuclear, tais mudanças se caracterizam por integrarem um novo estágio da crise ambiental, aquele em que, embora persistentes ainda os problemas de primeira geração (poluição da água, terra e ar), os efeitos combinados de tais problemas constituem novos problemas, os de uma sociedade de risco em que o aquecimento global ingressou na vida cotidiana.

No âmbito da América do Sul, o Brasil lidera os estudos sobre a incidência das mudanças climáticas no continente. Há vários trabalhos produzidos pelas organizações não governamentais (ONGs como o Instituto Socioambiental, de Brasília) e os órgãos governamentais como o Painel Brasileiro sobre Mudanças Climáticas, ligado ao Ministério do Meio Ambiente e o da Integração Regional. Além disso, institutos da Administração Pública indireta, como o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), indicam o nome dos cientistas de seus quadros para as pesquisas e análises do IPCC, conforme o próximo item.

### **1.1 As mudanças climáticas na América do Sul e as projeções do IPCC**

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) divulgou em Yokohama, no Japão, no final do mês de março de 2014, as projeções sobre as mudanças climáticas ao redor do mundo, condensadas sob capítulos e que fazem parte do 5º Relatório do IPCC, dando subsídios ao Acordo do Clima firmado na COP-21, em Paris, no ano de 2015.

No capítulo 27 do documento, que aborda especificamente sobre as projeções para as Américas do Sul e Central, foi destacada a atual vulnerabilidade hídrica nas zonas semiáridas das duas regiões e nos Andes tropicais. Em razão do câmbio climático, haverá um agravamento na falta de água nessas regiões e, se confirmando as projeções, a segurança hídrica nas mesmas será afetada. De outro lado, também a previsão de inundações, em outras regiões, poderá colocar em risco o abastecimento doméstico e industrial de água, comprometendo, inclusive, a produção de alimentos.

Conforme Marcos Buckeridge, professor do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo e um dos autores do capítulo 27 do relatório, “no fim das contas, os principais impactos das mudanças climáticas previstos para as Américas do Sul e Central estão relacionadas com a água” (BUCKERIDGE, 2014). Quanto às projeções do IPCC e os impactos das mudanças climáticas para o futuro, afirmou José Marengo, pesquisador do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e um dos autores do capítulo 27:

Mesmo com as incertezas, já vemos sinais, por exemplo, nos padrões de seca. Grandes áreas da América e da África já sofrem com a seca, e os modelos indicam que isso pode aumentar no futuro se a concentração de gases de efeito estufa continuar subindo. (MARENGO, 2014).

Antes mesmo do encontro realizado em Yokohama em 2014, o *Painel Brasileiro sobre Mudanças Climáticas* (PBMC) já havia produzido um documento de avaliação nacional sobre o impacto das mudanças climáticas em nosso país para a Conferência Rio + 20, no qual, a partir dos dados coletados e modelos estabelecidos internacionalmente, projetou-se para os cinco biomas (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica) a incidência das mudanças do clima e de como tais áreas seriam afetadas

pelo aumento da temperatura terrestre, com a diminuição das chuvas em determinadas regiões (PBMC, 2012, p.16).

Nesse mesmo documento, ao final, foi firmado pelos cientistas integrantes do PBMC que, embora a incerteza sobre os cenários das emissões globais dos gases de efeito estufa, em geral “os resultados dos modelos conseguiram capturar muito bem o comportamento do clima presente (século XX) e, assim, a despeito das incertezas, as projeções das mudanças climáticas futuras ao longo do século XXI são plausíveis” (PBMC, 2012, p. 24).

O divulgado pelo IPCC no mês de março de 2014 reforça o que vem sendo divulgado desde o 4º Relatório, de 2007, vez que as mudanças climáticas fazem parte de uma nova realidade climática. O que deve ser buscado – nesse momento de constatação científica sobre o câmbio climático – são soluções para o enfrentamento das consequências dos efeitos das mudanças climáticas através da implementação de políticas públicas. Uma das cláusulas que os Estados-Parte firmaram no Acordo de Paris, em dezembro do ano passado, foi justamente o de internalizar o que decidiram em planejamento em conjunto durante a Cúpula do Clima.

## **2. POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

O direito nacional, na direção apontada pelo direito internacional do meio ambiente, não ficou indiferente às perigosas alterações no clima do planeta e, desde 2009, vem internalizando as diretrizes mundiais sobre o tema. Eventos climáticos de potencial destrutivo incalculável, como alguns que afetaram diretamente o Brasil - o ciclone Catarina em 2004, que devastou área entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina; a seca na Amazônia em 2005 e 2010; a tragédia na Serra Fluminense em janeiro de 2011; as chuvas incessantes nas bacias do rio Acre e do rio Iguaçu em 2015; a persistente estiagem em parte dos estados do Nordeste - e que tem intrínseca relação com a emissão antrópica dos gases de efeito estufa e o aquecimento global, infelizmente serão mais constantes e com maior potencialidade danosa.

Ainda que com falhas, a Lei 12.187/09 é uma resposta do Estado brasileiro ao desafio da diminuição da emissão dos gases de efeito estufa (os denominados GEEs), mas principalmente é o surgimento de uma política pública nacional que reconhece, combate e previne o aquecimento global e as consequentes mudanças climáticas através de medidas de mitigação e/ou adaptação. E no âmbito estadual, vários estados brasileiros também já aprovaram leis nos mesmos moldes da Política Nacional sobre Mudança do Clima, como é o caso de São Paulo e da Bahia. No Rio Grande Sul a lei foi promulgada em dezembro de 2010 e recebeu o nome de Política Gaúcha de Mudança sobre o Clima (PGMC, Lei 13.594/10).

A PNMC, bem como as leis estaduais sobre mudanças climáticas, se inserem em um novo modelo de legislações, consequência de uma (nova) característica das leis, a principiológica, de acordo com a opinião de José Guilherme Purvin de Figueiredo (BENJAMIN; FIGUEIREDO, 2011, p. 240) e que, hoje, tornou-se um novo modelo no ordenamento jurídico nacional.

A aprovação de uma legislação que abarcasse as mudanças climáticas seguiu a trilha de outros países e colocou o Brasil entre aqueles com leis mais avançadas em torno das questões climáticas. Na Europa, por exemplo, alguns dos países nórdicos e a Suíça,



acrescidos da Alemanha e Reino Unido têm leis específicas sobre alterações do clima, conforme relata Anthony Giddens:

Tomando um vasto conjunto de indicadores de critérios ambientais, todos os países de melhor desempenho são democráticos. Segundo a classificação do Índice de Desempenho Ambiental elaborados pelas universidades de Yale e Columbia, os cinco melhores países do mundo são Suécia, Noruega, Finlândia, Suíça e, curiosamente, uma sociedade em desenvolvimento, a Costa Rica (GIDDENS, 2010, p. 101).

Nos Estados Unidos, o estado da Califórnia tem um avançado programa de combate e prevenção às mudanças climáticas, inclusive tornando obrigatória uma disciplina escolar, desde o nível fundamental, sobre o tema, o que é sobremaneira inovador. Talvez em razão da iminência de uma catástrofe natural – terremoto – advindo da falha geológica de San Andreas, as autoridades californianas tenham a noção de que a prevenção é uma das respostas mais adequadas em caso de desastres naturais.

Com a promulgação da PNMC em fins de 2009, o Brasil saiu na frente de outros países vizinhos como a Bolívia e o Peru, ambos com previsões muito pessimistas do IPCC e outros órgãos climáticos internacionais, pois com o (provável) degelo gradual da cordilheira dos Andes, ambos poderão sofrer enchentes catastróficas; ao mesmo tempo secas mais severas poderão tornar o pampa argentino árido.

### **2.1 Política Nacional sobre Mudança Climática (Lei 12.187/09)**

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/09) caracteriza-se por ser uma lei que estabelece princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos, semelhante à Lei 6.938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente – porém com um enfoque voltado para os problemas ambientais de segunda geração, vez que o seu conteúdo é afeto à sociedade de risco (LEITE; AYALA, 2002, p. 27). Já de início, em seu art. 2º, conceitua diversos termos relacionados às mudanças climáticas - tais como *gases de efeito estufa* e *sumidouro* - os quais ainda estão distantes do vocabulário dos destinatários da norma. Por isso há uma espécie de “glossário” dos termos técnico-ambientais.

No art. 3º estabelece a responsabilidade conjunta dos entes políticos e órgãos da administração pública pela execução do delimitado no PNMC e a observância de princípios como o da precaução e do desenvolvimento sustentável, além da participação cidadã. Por sua vez, o art. 5º elenca uma série de *diretrizes*, tais como: [...] III - as medidas de adaptação para reduzir os efeitos adversos da mudança do clima e a vulnerabilidade dos sistemas ambiental, social e econômico; IV - as estratégias integradas de mitigação e adaptação à mudança do clima nos âmbitos local, regional e nacional.

### **2.2 Política Estadual (Gaúcha) sobre Mudança do Clima (Lei 13.594/10)**

A Política Gaúcha sobre Mudança do Clima segue os moldes da Lei 12.187/09, arrolando em seu art. 6º os seguintes princípios: I - a proteção do sistema climático para as gerações presentes e futuras; II - a prevenção; III - a precaução; IV - a participação e a cooperação pública; V - a garantia do direito à informação; VI - a educação ambiental; VII - o desenvolvimento sustentável; VIII - as responsabilidades comuns; IX- o poluidor pagador; X - a transversalidade das ações do governo.

Já as diretrizes são previstas no art. 7º e entre elas devem ser citadas as seguintes: I – adotar ações de educação ambiental e a conscientização social acerca das mudanças climáticas; II – formular, implementar, publicar e atualizar regularmente programas regionais que incluam medidas para mitigar a mudança do clima, enfrentar as mudanças antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de todos os gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal em todos os setores pertinentes, inclusive nos setores de energia, transportes, indústria, agropecuária, silvicultura e administração de resíduos.

Em uma análise conjunta das duas leis, verifica-se que ambas consagram a participação popular como princípio, mesmo que os termos não sejam os mesmos; na lei federal, a expressão utilizada é *participação cidadã*, enquanto na lei estadual, é *participação pública*. Portanto, o intuito do legislador era o de reconhecer que o público, a coletividade tem, aqui, um direito fundamental.

Em tempos de crise ambiental, em que as mudanças climáticas são consideradas um dos maiores desafios à humanidade, os dois planos de combate e prevenção às alterações do clima em estudo – Lei federal nº 12.187/09 e Lei estadual (do Rio Grande do Sul) nº 13.594/10 – tratam da participação popular no rol dos princípios, o que significa dizer que a opção do legislador vai ao encontro do que documentos internacionais já haviam expresso – *v.g.*, Declaração do Rio de 1992 em seu art. 10.

Contudo, embora albergada pela lei federal e estadual, a participação popular continua ínfima em se tratando de questões ambientais. No que tange particularmente às mudanças climáticas e suas consequências desastrosas, a pouca participação parece ser fruto do não reconhecimento da gravidade do problema pela população em geral, como se o mesmo estivesse distante do nosso dia a dia.

Não se trata mais de alterações climáticas e seus efeitos nefastos em um futuro remoto, mas de graves alterações em andamento: o regime de chuvas em algumas regiões do Brasil já foi modificado e entre seus efeitos as enchentes e inundações são exemplos enquanto há secas mais severas em outras regiões.

Logo, o debate público sobre os novos cenários climáticos e como as repercussões daqueles afetarão a vida dos habitantes do Planeta Terra é imprescindível que se realize. As consequências nefastas das mudanças climáticas transcendem inclusive às outras questões ambientais. Não obstante se concorde com o sociólogo britânico Anthony Giddens acerca do paradoxo que existe na sociedade contemporânea, é mister, então, que os setores da sociedade que têm acesso ao conhecimento e ao saber sejam os indutores de um debate público sobre a necessidade da mitigação e/ou adaptação à nova realidade climática; além disso, as decisões políticas ou jurídicas no campo ambiental se legitimam adequadamente quando há uma efetiva participação popular.

Defende-se, neste espaço, um novo olhar, sob o viés jurídico-processual, que leva em consideração a necessidade do cidadão participar ativamente nas decisões que envolvam o meio ambiente, o que vai ao encontro de uma democracia participativa. Por isso, a adoção de uma audiência judicial participativa pode se constituir em uma tentativa de estabelecer uma decisão mais equânime e justa tratando-se de casos envolvendo o ambiente e as alterações climáticas.

Em razão do direito ao meio ambiente equilibrado ser um direito difuso, a participação ampla da população conferiria maior força à decisão judicial. Se em sede de julgamento de ADIs existe a possibilidade de audiência pública para a oitiva da sociedade e seus mais distintos setores, por que não se realizar o mesmo tipo de audiência em questões climático-ambientais? Assim, a audiência judicial participativa se insere na tendência contemporânea da cooperação no processo judicial e em um Estado Ambiental também de cooperação.

### **A PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS QUESTÕES AMBIENTAIS (CLIMÁTICAS)**

A participação popular significa envolvimento do cidadão; o processo decisório acerca de qualquer aspecto socioambiental adquire maior transparência e legitimidade com a presença do cidadão, nesse sentido diz José Rubens Morato Leite:

A participação redonda na transparência do processo e na legitimidade da decisão ambiental, contribuindo de maneira profunda para conscientização da problemática ambiental. E mais, esta transparência implicará uma decisão ambiental com maior consenso, com vistas à aceitação da coletividade e para a produção de seus efeitos de forma mais pacífica. Com efeito, através da participação, o que se discute é efetivamente uma via de mão dupla: Administração e Sociedade Civil, considerando que o meio ambiente não é propriedade do poder público e exige uma máxima discussão pública e a garantia de amplos direitos aos interessados. O apoio de todas as forças sociais nas decisões ambientais resultará em uma Administração mais aberta e menos dirigista (LEITE, 2003, p.37)

A percepção da sociedade civil de que as questões relacionadas ao meio ambiente não devem fazer parte somente da agenda das ONGs ambientalistas, do Ministério Público ou de órgãos governamentais federais, estaduais e municipais vem crescendo; entretanto, ainda há um *déficit participativo* que se vislumbra, por exemplo, em tema que envolve o modelo energético que o país deve seguir, tanto que, se não fosse o vazamento nuclear em Fukushima (março de 2011), o projeto de construção de uma nova usina nuclear estaria a pleno vapor, pois o programa nuclear brasileiro assim o previa (prevê).

#### **3.1 Modos de participação popular**

O estabelecimento de modos da participação popular se efetivar é estudado por Milaré, em percuciente análise de ideia defendida por Álvaro Mirra: 1) *participação comunitária nos processos de criação do Direito do Ambiente*; 2) *participação popular através do Poder Judiciário*; 3) *participação popular na formulação e execução de políticas ambientais* (MILARÉ, 2009, pp.195-196). O primeiro modo se subdivide em *participação em órgãos colegiados dotados de poderes normativos* (1.1); *participação no processo legislativo* (1.2). No que se refere à primeira subdivisão, é a participação em órgãos como o SISNAMA e o CONAMA; Conselhos Estaduais e Municipais do Meio Ambiente. Esses órgãos fazem parte de um arcabouço legislativo em que o Estado, em conjunto com os representantes da sociedade civil, regulamenta os mais variados aspectos referentes ao ambiente, desde a definição das zonas de amortecimento (entorno protetivo) das unidades de conservação, passando pelo licenciamento ambiental até o descarte de pilhas e baterias.

Referente às mudanças climáticas, já havia a Resolução 267/2000, dispendo sobre a proibição da utilização de substâncias que destroem a Camada de Ozônio em observância ao Protocolo de Montreal e as Resoluções 297 e 315/2002 e 342/2003,

estabelecido limites para emissões de gases poluentes advindos de ciclomotores, motocicletas e veículos automotores.

Já no que tange à segunda subdivisão, a participação ocorre ainda em fase preliminar, é dizer, quando o processo legislativo está em sua primeira fase e sofre os influxos da pressão popular, seja através das sugestões advindas dos setores interessados como do que hoje vem sendo feito – a consulta pública via *internet*; aliás a *internet* é um meio que pode aproximar o legislador da população.

O segundo modo aludido por Milaré é o que diz respeito à *participação popular através do Poder Judiciário*, utilizando-se instrumentos jurídico-processuais como a ação popular e a ação civil pública (MILARÉ, 2008, p.198). A utilização de tais instrumentos tem contribuído para a judicialização dos conflitos socioambientais, advindo daí o denominado Judiciário ambientalista”. Quanto ao conteúdo das decisões, não foi objeto do trabalho analisá-las, mas o fato é que o acesso à Justiça vem se perfectibilizando, embora também a produção da sentença/acórdão, por vezes, seja realizada sem a preocupação com a coerência e integridade e uma visão prospectiva sobre danos.

O terceiro modo, por sua vez, ocorre através da *formulação e execução de políticas públicas*, é dizer, o cidadão deve participar na discussão, formulação e execução de tais políticas. Na opinião de Phillipi Jr.,

O exercício da cidadania inclui saber, atuar, buscar e cobrar alternativas para que as atividades antrópicas gerem menos impactos, como na ampliação de serviços de saneamento, na oferta de produtos ambientalmente corretos, de transporte coletivo eficiente, de energia limpa, entre outros (PHILLIPI JR., 2005, pp.79-80).

Esse terceiro modo de participação popular citado (ainda) está longe de ser implementado no que se refere aos planos sobre mudanças climáticas, tanto em nível federal como estadual. A consagração de um *princípio da participação cidadã* revela que o Estado não pode (nem deve) assumir sozinho o ônus do combate e prevenção às alterações climáticas. Ele ainda é o ator mais importante, na medida em que induz e assegura a construção de um novo modelo socioambiental, mas a participação efetiva da população nas decisões ambientais é indispensável; não é possível mais se aceitar que a população permaneça alheia ao debate e escolhas sobre as mais variadas questões ambientais, desde a biotecnologia e as nanotecnologias até um (novo) modelo energético para o país.

#### **4 O PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ (POPULAR) NAS POLÍTICAS NACIONAL E ESTADUAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA**

O *princípio da participação cidadã* expresso no art. 3º da Lei federal sobre as Mudanças Climáticas tem feição semelhante a do princípio da participação popular insculpido na Lei 9.985/2000 (Lei do SNUC) e demais leis ambientais. No âmbito da Lei estadual ele está expresso no art. 6º, IV, colocando ao lado da participação, a *cooperação pública*.

Há doutrina afirmando que o princípio da participação popular não deve ser dissociado dos princípios da informação e da educação (FARIAS, 2008, p.32), pois os três princípios devem andar lado a lado; somente um cidadão bem-informado (e, por óbvio, educado “ambientalmente”) terá maior possibilidade de participar efetivamente de processos decisórios em âmbito administrativo ou expressando sua opinião em âmbito judicial.

A matriz constitucional do princípio da participação cidadã, assim como os demais insculpidos no art. 3º da PNMC e no art. 6º, IV da PGM, se infere do disposto no art. 225, *caput* da Constituição Federal, vez que ao determinar que *todostêm* o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, a Lei Maior fez também uma escolha pela participação social na gestão ambiental e impôs uma obrigação constitucional a toda a coletividade.

De acordo com Paulo Affonso Leme Machado, há três vertentes da participação na legislação ambiental: 1) participação das pessoas, através de ONGs, nos conselhos ambientais; 2) participação em ações judiciais; 3) participação das pessoas e entidades na fase de comentários e na fase de audiência pública no procedimento de estudo de impacto ambiental (MACHADO, 2008, p. 47).

Além da previsão legal de *audiências públicas* (v.g., art. 40 do Estatuto da Cidade) e da criação de unidade de conservação (art. 5º, III e 22, § 2º da Lei do SNUC), a participação é um imperativo na elaboração de políticas públicas ambientais, como é o caso da gestão urbano-ambiental das cidades, cuja lei - Estatuto da Cidade - em seus artigos 43 e 44 prevê instrumentos para tal gestão.

Contudo, o que se verifica é que a participação pública é muito pequena em relação ao número de habitantes do Brasil e à magnitude dos problemas ambientais de segunda geração como é o caso das mudanças climáticas. Na ausência de uma democracia participativa em nosso país, instrumentos como o referendo ou o plebiscito, além da iniciativa popular de lei, constituem-se em um caminho mais democrático na elaboração e discussão de políticas públicas ambientais. Se as questões ligadas às mudanças climáticas em sede internacional têm cada vez mais recebido a atenção da população, o que se traduz em uma participação ativa, por que, em nosso país, o mesmo não poderia acontecer?

#### **4.1 Da audiência judicial participativa em casos envolvendo problemas ambientais de segunda geração**

O princípio da participação cidadã não foi eleito aleatoriamente pelo legislador a constar na PNMC; ao revés, significa que, embora estejamos em uma democracia representativa, mecanismos com características da democracia participativa são fundamentais quando se tratam de direitos difusos, transindividuais. Logo, a interpretação e aplicação de tal princípio passa por uma nova perspectiva do que seja participação cidadã (ativa) nos processos decisórios. Assim, assegurar e facilitar a participação direta do cidadão em processos envolvendo questões ambientais, em especial os referentes à situações que agravem a degradação ambiental e o aumento de emissões dos GEEs (e, portanto, agravam o cenário das mudanças climáticas), através de uma *audiência judicial participativa*, é estabelecer uma real democratização no processo judicial ambiental.

Conforme se depreende da opinião de Bodnar,

A participação efetiva dos destinatários das normas ambientais é a melhor estratégia a ser utilizada para o tratamento das lides ambientais mais complexas, tendo em vista que concretiza também os princípios da: informação, educação, conscientização e comprometimento solidário com proteção do meio ambiente;

Para tanto, faz-se imperioso inaugurar uma nova concepção de teoria do processo, voltada para o caráter difuso do Direito Ambiental que, fundamentalmente

promova a garantia do processo como procedimento em contraditório; um *processo de inclusão dos indivíduos em um ambiente dialético*, no qual se reconhece o mérito de tratar cada sujeito do direito como igual e idêntico;

A melhor forma de assegurar o princípio da participação no processo judicial é a *realização de audiências judiciais participativas*, nas quais deve ser oportunizada a *participação direta dos cidadãos, de especialistas na matéria e das autoridades públicas*, tudo para a construção conjunta de decisão social e ambientalmente mais justa e consequente (BODNAR, 2010, p.791).

Portanto, semelhante às audiências públicas em processo constitucional (ADIs e outras ações constitucionais - § 1º do art. 3º da Lei 9868/99) junto ao STF, a audiência judicial participativa em matéria ambiental que envolva problemas de segunda geração poderia contar com a participação direta da sociedade, o que pode ser vislumbrado através da oitiva (opinião) de ONGs conhecedoras do tema, por exemplo; bem como de associações de moradores, sindicatos, de *experts* que tenham relação com o tema do caso em concreto. Não há de se confundir a audiência judicial participativa com a audiência pública prevista administrativamente; esta é anterior àquela e deverá ocorrer toda vez que, por exemplo, um empreendimento necessitar de EIA-RIMA. Na judicial participativa, assim nos parece, há de certa forma, o *compartilhamento de uma escolha* (se “a” ou “b”, ouvidos *todos* os segmentos e analisadas as posições de cada um). Nada mais é do que possibilitar uma *gestão mais democrática* de problemas ambientais que chegaram ao Judiciário.

Sendo assim, face à nova realidade climática, decorrente do aquecimento global, cujos conflitos poderão desaguar no Judiciário, a defesa de um instrumento que renova a dogmática processual tradicional e reconhece a importância da opinião da população, permitindo o acesso à Justiça ambiental, certamente auxilia na construção de uma cidadania ambiental plena. Esse é um dos méritos das leis trazidas a lume neste artigo, pois a participação cidadã nada mais é do que um direito fundamental reconhecido expressamente, podendo ser concretizado através da audiência judicial participativa.

Essa estratégia jurídico-ambiental é muito mais uma sugestão no plano processual, judicializadas as questões, do que propriamente a constatação e verificação do que já vem sendo realizado em nível de sociedade. Assim, o próximo item é o que trata da consulta pública realizada pelo Ministério do Meio Ambiente, outra estratégia jurídico-ambiental.

## **5 A PARTICIPAÇÃO POPULAR, ATRAVÉS DA CONSULTA PÚBLICA, NA CONSTRUÇÃO DO PLANO NACIONAL DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA CLIMÁTICA: BREVE ANÁLISE CRÍTICA**

Em consonância com o que a Política Nacional sobre Mudança Climática e a doutrina ambiental prescrevem, o governo federal lançou no ano passado uma consulta pública sobre o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) em que a população em geral deveria manifestar-se sobre esta estratégia jurídico-ambiental de adaptação aos efeitos do câmbio climático.

Segundo consta no site do Ministério do Meio Ambiente (MMA),

O Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) é um instrumento elaborado pelo governo federal em colaboração com a sociedade civil, setor privado e governos estaduais que tem como objetivo promover a redução da

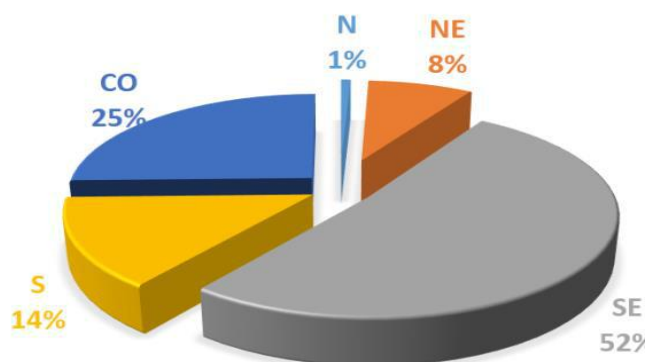
vulnerabilidade nacional à mudança do clima e à gestão do risco associado a esse fenômeno. O processo de construção do PNA está inserido no âmbito da governança que trata da mudança do clima no Brasil e envolve a participação de diversos ministérios, além do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (MMA, 2016).

Na elaboração desse Plano foram considerados 11 setores ou temas, representados pelos órgãos governamentais competentes que atuaram em conjunto por meio de um grupo de trabalho (GT Adaptação). Os setores abordados foram agricultura, recursos hídricos, segurança alimentar e nutricional, biodiversidade, cidades, gestão de risco aos desastres, indústria e mineração, infraestrutura, povos e populações vulneráveis, saúde e zonas costeiras. E cada um deles apresentou alguma contribuição ao Plano, identificando os impactos atuais e futuros com base em projeções do clima; analisando a vulnerabilidade a esses possíveis impactos e definindo as medidas adaptativas e diretrizes para determinado sistema.

Com o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, cuja minuta foi submetida à consulta pública, o governo federal fez um mapeamento da vulnerabilidade de vários locais do país à incidência das mudanças climáticas, para ao final, em conjunto com outros atores sociais estabelecer prioridades e estratégias. Na consulta pública realizada, foi colocado à disposição do participante um formulário eletrônico que deveria ser respondido e enviado ao Ministério do Meio Ambiente.

Nesse formulário deveriam ser colocadas as contribuições e sugestões referentes aos itens que o participante entendesse ser modificado ou melhorado. O período de realização da consulta foi relativamente curto (3 meses), tendo sido prorrogado até 22 de novembro de 2015 e os resultados quanto à origem da região dos participantes depreende-se da figura abaixo.

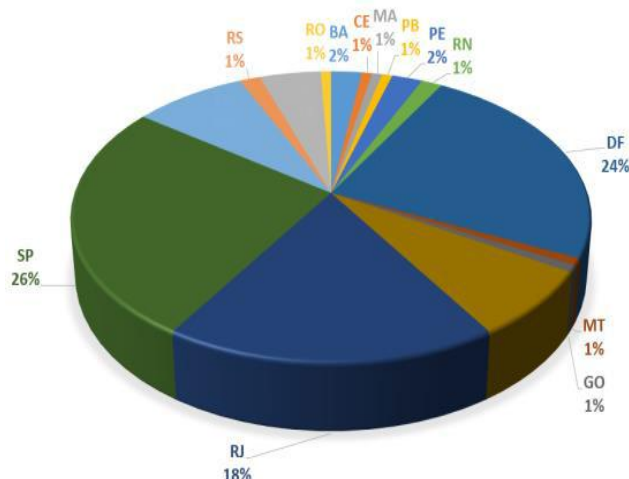
Conforme relatório do Grupo de Trabalho sobre Adaptação, no período de vigência da consulta, foram recebidos 134 formulários válidos, *vide* a seguir a origem dos participantes.



**Figura 1.** Distribuição regional dos respondentes (Fonte: Ministério do Meio Ambiente, PNA, março de 2016)

Houve a participação de respondentes de todas as regiões brasileiras, mas os maiores percentuais de registro foram os das regiões Sudeste e Centro-Oeste, com 52% e 25%, respectivamente.

Quanto à distribuição dos respondentes por Unidade da Federação (UF), São Paulo, Distrito Federal e Rio de Janeiro foram as que apresentaram maior número de participações dentre as 16 UF registradas, com 26, 24 e 18%, respectivamente (Figura 2)



**Figura 2.** Percentual de formulários válidos recebidos por UF. (Fonte: Ministério do Meio Ambiente).

Quanto ao tipo de opinião expressa nas contribuições, 58% correspondem à visão pessoal do respondente e 48% a uma visão institucional (setor empresarial, governamental, academia e sociedade civil organizada).

Esses números e percentuais foram divulgados no site do próprio Ministério do Meio Ambiente e denotam que houve *baixíssima participação popular* nessa consulta pública. Tão-somente 134 formulários eletrônicos foram aceitos para integrar a referida consulta. É um número insuficiente para estabelecer uma efetiva participação popular na confecção de um plano tão importante como é o PNA. Não obstante tenha sido aberto à população em geral, o maior número de formulários eletrônicos foi respondido por instituições de atuação na seara climático-ambiental. Em um universo de mais de 200 milhões de habitantes no Brasil, esse número de 134 definitivamente não é representativo do que deseja ou sugere a população.

Se o Ministério do Meio Ambiente tem todos os canais e instrumentos para publicizar uma consulta pública, por que estabelecer um prazo tão curto para eventuais contribuições e sugestões? E mais, qual o critério utilizado – não ficou claro na divulgação dos dados – para escolher aqueles 134 formulários? Acaso, nessa escolha, teve preferência o formulário que nada sugeriu ou que nada contestou sobre a minuta?

Em documento produzido na 28ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Adaptação, as considerações acerca da consulta pública são mínimas, *in verbis*:



### 3.1. Divulgação do relatório da consulta pública

Inicia-se então a discussão à respeito dos encaminhamentos para a relatoria da Consulta pública e resposta à sociedade. O representante do MMA explica que ao se observar o princípio de transparência, seria adequado compilar as contribuições recebidas para anexar ao relatório da Consulta pública.

Consensos alcançados:

- Preparar (circular previamente no GT) e disponibilizar à sociedade um relatório estatístico da consulta pública, contendo como anexo todas as contribuições recebidas, mas sem a identificação da pessoa que contribuiu;
- Encaminhar carta de agradecimento às pessoas que contribuíram.

Os resultados divulgados por um dos formuladores e executores da política pública de prevenção e combate às mudanças climáticas denotam, ainda que em primeiras impressões, a ideia que mesmo com o acesso *on line* à consulta pública, não há um comparecimento expressivo da população. Vale registrar que o Ministério do Meio Ambiente também não utilizou em qualquer etapa do processo de consulta mais de um canal de divulgação que pudesse ampliar o acesso da população à consulta. O que se verifica é que, embora a consulta pública seja um instrumento de democracia participativa nas questões climático-ambientais, ainda está longe de poder ser considerada como o *espelho* do que realmente deseja a população.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em pesquisa realizada entre 11 a 13 de março de 2015, o *Greenpeace*, o Observatório do Clima e o Datafolha realizaram entrevistas com 2100 brasileiros, em todas as regiões, que opinaram sobre as mudanças climáticas. Divulgado com o título *Mudanças Climáticas. O que pensa o brasileiro*, a pesquisa, entre outros resultados, atestou que 88% dos entrevistados tinham uma grande preocupação com o tema; e que para 84%, o governo federal estava fazendo menos do que deveria fazer ou não fazia nada quanto às mudanças climáticas. Esses resultados vão ao encontro do que foi verificado ao longo desse ensaio, qual seja, *conhece-se a urgência do tema, há preocupação com o mesmo*, contudo, em nível governamental, muito pouco se realizou para que as mudanças climáticas e a política pública que dela trata se firmasse como tema premente na sociedade brasileira.

Discutiu-se o processo de produção de um fato científico - as mudanças climáticas - e suas implicações na sociedade. Tendo como objetivo geral a análise desse fato científico e objetivo específico a política pública em que foram expressas as diretrizes e princípios referentes ao câmbio climático, estudou-se o princípio da participação cidadã (popular) como um dos fundamentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009).

No estabelecimento de estratégias jurídico-ambientais de combate, prevenção e adaptação às mudanças climáticas, tal política pública é um dos instrumentos que o Estado brasileiro tem à sua disposição para internalizar o decidido em fóruns internacionais como é o caso do Protocolo de Quioto ou o mais recente acordo internacional, o Acordo de Paris.

Não obstante a PNMC busque uma atuação conjunta entre o Estado, as empresas e a sociedade civil na formulação e consecução de planos de mitigação e/ou adaptação

às mudanças climáticas, há indicativos na pesquisa realizada que a participação popular ainda é insuficiente ou ínfima, seja no âmbito do processo judicial ambiental (= ausência de uma audiência judicial participativa) ou mesmo no âmbito da produção de um plano específico que trata da adaptação – de todos os setores e da população em geral – ao câmbio climático, já que na consulta pública realizada pelo Nesse espaço acadêmico, a consideração crítica é no sentido de que, no mínimo, esta consulta pública não atende ao real sentido da participação popular, embora não se tenha realizado entrevistas com os atores envolvidos e feita tão-só a análise dos números e gráficos, divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente o público participante, sob a forma de envio de formulário eletrônico, foi em número de 134, sobremaneira baixo para tão importante plano.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Antonio Herman e FIGUEIREDO, José Guilherme Purvin de (coord.). *Direito ambiental e as funções essenciais à justiça: o papel da advocacia de estado e da defensoria pública na proteção do meio ambiente*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

BRASIL. Lei 12.187, de dezembro de 2009. Disponível em <http://www.senado.gov.br>. Acesso em 20. jan.2016.

BECK, Ulrich. *Ecological Politics in an Age of Risk*. Cambridge: Polity Press, 1995.

\_\_\_\_\_. *La sociedad del riesgo global*. Madrid: Siglo XXI de España, 2002.

\_\_\_\_\_; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997.

BODNAR, Zenildo. Audiência Judicial Participativa como instrumento de acesso à Justiça Ambiental: diálogo com Elio Fazzalari. In *Anais da VII Jornada Luso-Brasileira de Direito do Ambiente*, Florianópolis, nov. 2010.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Introdução ao direito do ambiente*. Lisboa: Universidade Aberta, 1998.

\_\_\_\_ e LEITE, José Rubens Morato (organizadores). *Direito constitucional ambiental brasileiro*. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CRUZ, Paulo Márcio e BODNAR, Zenildo. Pensar globalmente e agir localmente: o Estado Transnacional Ambiental em Ulrich Beck. In: *Revista Doutrina TRF 4<sup>a</sup> Região*, Porto Alegre, Livraria do Advogado, nº 27.

FARIAS, Talden. O princípio da participação popular no Direito Ambiental brasileiro e a sua contribuição para a proteção do meio ambiente. *Revista Fórum de Direito Urbano e Ambiental*, n. 37, jan./fev. 2008, p. 32.

GERRARD, Michael B. *Global Climate Change*. New York: Columbia University Press, 2008.

\_\_\_\_\_. *Sustainable Development Law and Policy*. New York: Columbia University, 2012.

GIDDENS, Anthony. *A política da mudança climática*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

\_\_\_\_\_. *A terceira via: Reflexões sobre o impasse político-atual e o futuro da social democracia*. Tradução de Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Record, 1999.

INPE. *Riscos das mudanças climáticas no Brasil. Análise conjunta Brasil-Reino Unido sobre os impactos das mudanças climáticas e do desmatamento na Amazônia*. José Marengo (Brasil) e Richard Betts (Reino Unido) – coordenadores. São Paulo, maio 2011.

IPCC, 2014: *Cambio climático 2014: Informe de síntesis. Contribución de los Grupos de trabajo I, II e III al Informe de evaluación del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre Cambio Climático*. IPCC.

KOLBERT, Elizabeth. *Field Notes From a Catastrophe: Man, Nature, and Climate Change*. London-UK: Bloomsbury Publishing PLC, 2007.

LEITE, José Rubens Morato. *Dano ambiental: do individual ao coletivo, extrapatrimonial*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

\_\_\_\_\_. *Sociedade de risco e Estado*. In: CANOTILHO, José J. Gomes e LEITE, José Rubens Morato. *Direito constitucional ambiental brasileiro*. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

\_\_\_\_\_. *Direito à informação e meio ambiente*. São Paulo: Malheiros, 2006.

MILARÉ, Édís. *Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário*. 6. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Plano Nacional de Adaptação à Mudança Climática (PNA)*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, v. 1. Disponível em <http://www.mma.gov.br>. Acesso em 1º. abr. 2016.

PHILIPPI JR., Arlindo e ALVES, Alaôr Caffé (editores). *Curso interdisciplinar de direito ambiental*. Barueri, SP: Manole, 2005.

SARLET, Ingo Wolfgang e FENSTERSEIFER, Tiago. *Direito constitucional ambiental: (estudos sobre a constituição, os direitos fundamentais e a proteção do ambiente)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

\_\_\_\_\_. (org.). *Estado socioambiental e direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Morimizato. *Mudanças climáticas, Protocolo de Quioto e o princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada. A posição estratégica do Brasil. O Direito por um Planeta Verde*. Artigos. Disponível em <http://www.planetaverde.org>, acesso em 17. jan.2016.

## CONFLITOS POR ÁGUA NO BRASIL E A DEFESA DOS COMUNS: UMA LEITURA A PARTIR DA ECOLOGIA POLÍTICA E DO MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE

**PORTO, Philippe**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense - PPGSD/UFF 3 Bolsista CAPES

E-mail: philippe\_porto@hotmail.com

### **Resumo**

A partir da perspectiva da Ecologia Política, o trabalho apresenta conflitos ambientais relacionados ao tema da água como bem comum no Brasil a partir do Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (Fiocruz e ONG Fase). Os casos que envolveram denúncias ou reivindicações relacionadas ao tema da água foram classificados em sete tipos de conflitos que retratam, de forma abrangente, as diferentes formas como o tema da água faz parte dos conflitos socioambientais no Brasil.

**Palavras chave:** Conflitos socioambientais; ecologia política; água; bens comuns.

### **Abstract**

From the perspective of political ecology, this work presents environmental conflicts related to water as a common good in Brazil, based on the Map of Conflicts Involving Environmental Injustice and Health in Brazil (by Fiocruz and the NGO Fase). The cases involving complaints or claims related to the water issue were classified in seven types of conflicts that portray, in a comprehensive way, the different forms of how this issue is part of socioenvironmental conflicts in Brazil.

**Keywords:** Socioenvironmental conflicts; political ecology; water; commons.

## Introdução

A partir da perspectiva da ecologia política, o presente trabalho se propõe a refletir sobre conflitos ambientais relacionados ao tema da água como bem comum no Brasil e do movimento por justiça ambiental<sup>1</sup>. A fonte de informação dos casos selecionados provém do Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil<sup>2</sup>. Embora não possua o devido destaque, cada vez mais o tema dos bens comuns se revela associado ao debate sobre (in)justiça ambiental. Atualmente, o discurso dominante sustenta a extensão da mercantilização ao que era considerado como bens comuns. A privatização conexa dos territórios, direta ou indiretamente, aparece como o único caminho de desenvolvimento e, em consequência, de “saída da pobreza”. Nesse contexto de imposição de uma fala hegemônica, os grupos populacionais pobres com frequência ou são atropelados ou se acomodam, frente ao argumento de que a atividade produtiva que os atinge é intrínseca ao desenvolvimento do qual se beneficiarão no futuro.

Para a construção deste trabalho foi utilizada a ferramenta de busca por palavra chave existente no Mapa. A consulta da palavra chave “água” resultou em mais de 60 conflitos<sup>3</sup>. Na maior parte dos conflitos ambientais, a questão da água surge em sua relação direta com os processos de extração de recursos naturais, produção de *commodities* e de energia, no caso particular das barragens e hidrelétricas. Os conflitos ocorrem pelas disputas quanto ao uso, mas também pela contaminação hídrica decorrente da produção de rejeitos presentes no agronegócio, na mineração e em atividades industriais.

## Ecologia Política, (In)Justiça Ambiental e Água como Bem Comum no Brasil

A emergência de conflitos socioambientais decorrentes do desenvolvimento econômico está frequentemente presente em qualquer território inserido em sociedades produtivistas e consumistas. Tais conflitos, contudo, podem ser compreendidos de inúmeras formas. Por exemplo, podemos analisá-los a partir das contradições existentes do comércio desigual e injusto entre países do atual capitalismo globalizado, conforme faz Alier (2007) ao articular a economia ecológica com a ecologia política em sua análise do metabolismo social. Porém, tais conflitos tendem a se radicalizar em situações de injustiça presentes em sociedades marcadas por fortes desigualdades sociais, discriminações étnicas e assimetrias de informação e poder. Nestes casos, conflitos ambientais, saúde, proteção ambiental e direitos humanos se colocam como bandeiras de luta das populações atingidas e movimentos sociais diversos, articulados em torno do movimento por justiça ambiental. A origem da justiça ambiental está relacionada à luta contra a discriminação racial e étnica presente nos movimentos pelos direitos civis da sociedade norte-americana nos anos 70 (BULLARD, 1994). Inicialmente o foco foi o racismo ambiental, mas depois o movimento se ampliou e adotou o conceito

1 A origem da justiça ambiental está relacionada à luta contra a discriminação racial e étnica presente nos movimentos pelos direitos civis da sociedade norte-americana nos anos 70. Inicialmente o foco foi o racismo ambiental, mas depois o movimento se ampliou e adotou o conceito abrangente de justiça ambiental, articulando-se com a defesa pelos direitos humanos universais e incorporando outras formas de discriminação além da racial, como classe social, etnia e gênero (BULLARD, 1994).

2 Trata-se de projeto iniciado pela Fundação Oswaldo Cruz e pela ONG Fase, que durante anos sediou a secretaria executiva da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), criada em 2001. O referido Mapa, lançado em 2010 e disponível na internet, possui atualmente cerca de 550 conflitos ambientais espalhados por todo o território brasileiro (PACHECO, 2010).

3 Após uma análise preliminar de cada conflito, foi desenvolvida uma classificação através de tipologia contendo sete grupos de conflitos relacionados à água, que são: 1) Conflitos envolvendo indústrias e poluentes industriais; 2) Conflitos relacionados à expansão do agronegócio; 3) Conflitos envolvendo a construção de barragens e hidrelétricas; 4) Outros conflitos em espaços urbanos; 5) Conflitos ligados à mineração; 6) Conflitos por demarcação de terras de povos tradicionais; 7) Outros conflitos ambientais específicos.

abrangente de justiça ambiental, articulando-se com a defesa pelos direitos humanos universais e incorporando outras formas de discriminação além da racial, como classe social, etnia e gênero.

Injustiças ambientais são agravadas em países marcados pela gravidade das desigualdades sociais, pelos elevados índices de degradação dos recursos naturais e ecossistemas, dada sua inserção na economia internacional a partir da exploração intensiva e simultânea de recursos naturais e força de trabalho. Na América Latina, inclusive o Brasil, ambos os problemas decorrem historicamente de modelos econômicos predatórios de desenvolvimento que desprezam o valor da vida humana e não humana, e marcam a natureza socioambiental de inúmeros conflitos na região.

Cada vez mais as corporações transnacionais, através de suas estratégias de governança territorial, possuem o poder de decidir onde investir nas mais variadas regiões do planeta. Visa-se, nos termos dos administradores privados, gerir as interações institucionais, políticas e sociais na busca de potencializar os lucros. De acordo com Acselrad (2014), no âmbito empresarial, mas mediadas pelo poder público, as ações de assistência social são parte das chamadas estratégias de “não mercado”, destinadas a “combater o risco de instabilidade institucional, que pode afetar seriamente as oportunidades de negócio”. Desta forma, inibem-se possíveis conquistas dos movimentos sociais e ambientalistas na construção de parâmetros sociais, ambientais, sanitários e culturais que direcionem o desenvolvimento econômico e tecnológico. A racionalidade por trás desse discurso possui contradições estruturais. Afinal, produzir saúde, criar um ambiente comunitário culturalmente rico, gerar paz social não são “produtos” da mesma natureza que produzir automóveis (DOWBOR, 2014). Longe de introduzir uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento, tal perspectiva leva inevitavelmente à geração de reordenamentos espaciais dessa ordem, essencialmente discriminatórios. Ela representa a tentativa de ampliação da lógica de mercado para assegurar seu triunfo através de outros meios.

No contexto atual de crise socioambiental, é possível perceber cada vez mais uma tendência de o debate político referente ao meio ambiente se ecologizar: praticamente todo discurso é “verde”. Fala-se não só dos riscos ambientais iminentes, mas também dos perigos futuros provenientes de atividades humanas e que, eventualmente, possam vir a comprometer uma relação intergeracional e de sustentabilidade ambiental. A crise ecológica vem mobilizando um amplo processo ideológico de apropriação de conceitos no qual discursos produzidos sobre a “dimensão ambiental” comprometem o real questionamento das razões políticas e econômicas que impedem uma ecologização verdadeira. Em 1991, um memorando de circulação restrita aos quadros do Banco Mundial – e posteriormente vazado pela imprensa – trazia a seguinte proposição: “Cá entre nós, não deveria o Banco Mundial estar incentivando mais a migração de indústrias poluentes para os países menos desenvolvidos?”<sup>4</sup> A racionalidade econômica de Summers tentava justificar a desigualdade ambiental, ou seja, a distribuição locacional das atividades portadoras de riscos de forma concentrada para áreas ocupadas por populações mais suscetíveis a agravos. Isto significaria uma

4 Lawrence Summers, então economista chefe da referida instituição, assinou o documento que afirmava que a racionalidade econômica justificava que os países periféricos fossem o destino dos ramos industriais mais danosos ao meio ambiente. Dois argumentos eram apresentados. O primeiro, de que os mais pobres, em sua maioria, não viveriam o mesmo o tempo necessário para sofrer os efeitos da poluição ambiental. O segundo, de que de acordo com a “lógica econômica”, se poderia considerar que as mortes em países pobres têm custo mais baixo do que nos ricos, pois os moradores dos países mais pobres receberiam, em média, salários mais baixos.

espécie de análise de otimização planetária da economia da vida e da morte e uma setorização segregacionista do “discurso verde”.

Embora não possua o devido destaque, cada vez mais o tema dos bens comuns se revela associado ao debate sobre (in)justiça ambiental. Como expõe Jean Pierre Leroy (2015), atualmente, o discurso dominante tenta resumir as múltiplas formas de desigualdade existentes a uma só: a pobreza e a miséria. A extensão da mercantilização ao que era considerado como bens comuns e a privatização conexa dos territórios, direta ou indiretamente, aparecem como o único caminho de desenvolvimento e, em consequência, de saída da pobreza. Nesse contexto de imposição de um discurso hegemônico, os grupos populacionais pobres ou são atropelados ou se acomodam, frente ao argumento de que a atividade produtiva que os atinge é intrínseca ao desenvolvimento do qual se beneficiarão no futuro (LEROY, 2015).

Pertinente, portanto, uma breve reflexão acerca das características dos bens comuns. Ricardo Petrella (2011) distingue bens comuns “privados” de bens comuns “públicos”. Estes bens comuns seriam “aqueles bens (e os serviços conexos) que são essenciais e insubstituíveis à vida e ao viver juntos, como o ar, a água, o solo, a saúde, o conhecimento, a segurança, a informação, o trabalho, a memória. (...) Nesse sentido, os ‘bens comuns’ fazem parte do campo dos direitos humanos e sociais, individuais e coletivos, e são, por definição, públicos e universais” (PETRELLA, 2011). Já Margarita Flórez (2008), em oposição tanto à noção jurídica de *res nullius* quanto à ideia de bens públicos (pertencendo ao Estado e/ou geridos por ele), identifica como bens comuns o que ela chama “*lo nuestro*” (FLÓREZ, 2008, *apud* LEROY, 2015). Esses bens comuns que são “nossos” têm como fundamento a ligação dos povos com o território. Sob outra perspectiva, Silke Helfrich (2012) aponta o que ela chama de “arquitetura” como uma característica dos comuns, ferramenta que seria útil em função do reconhecimento do alto grau de complexidade dos comuns e das interações entre eles. Essa arquitetura teria três elementos fundamentais: o recurso comum, a comunidade que compartilha um recurso comum, e “um conjunto de regras ditadas, na medida do possível, pelo grupo (...) de modo a manter e recriar automaticamente nossos comuns” (HELFRICH, 2012).

É fundamental, nesse ponto, fazer referência às contribuições trazidas pelo novo constitucionalismo latino-americano. A noção de “*Buen Vivir*” foi trazido para o debate público por diferentes povos andinos no contexto de seu confronto com o neo-extrativismo, em contextos tradicionalmente caracterizados por ausência de direitos aos recursos naturais, incluindo a água. Cada um deles o expressa com nuances próprias conforme suas tradições e cosmovisões. Essas cosmovisões contra-hegemônicas vêm sendo projetadas em nível teórico e em nível prático pelas experiências recentes da cultura social, política e jurídica dos países andinos latino-americanos, mais especificamente pelos modelos desenhados e oficializados nos Estados da América Latina, dentre os quais, Equador e Bolívia (WOLKMER, AUGUSTIN, WOLKMER, 2012). Fernando Huanacuni (2010) sintetizou a ideia da seguinte maneira:

*“Vivir Bien es vivir en comunidad, en hermandad y especialmente en complementariedad. Es una vida comunal, armónica y autosuficiente. Vivir Bien significa complementarnos y compartir sin competir, vivir en armonía entre las personas y con la naturaleza. Es la base para la defensa de la naturaleza, de la vida misma y de la humanidad toda”.*<sup>5</sup>

5 HUANACUNI, Fernando. *Buen Vivir / Vivir Bien - Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas*. COORDINADORA ANDINA DE ORGANIZACIONES INDÍGENAS - CAOÍ, 2010. Disponível em <https://www.reflectiongroup.org/stuff/vivir-bien>. Acesso em 29.01.2016. pp. 21-22.

Ao afirmar que somos parte do mundo natural, o bem viver se opõe ao modelo de produção e de consumo dominantes, e rompe com o conceito cartesiano que dominou o pensamento ocidental de que a natureza serviria à dominação pelo homem. Embora, por advirem de outro contexto o conceito e a vivência que o *Buen Vivir* expressa, não podemos importar diretamente para a realidade brasileira (WOLKMER, AUGUSTIN, WOLKMER, 2012), mas ele pode nos inspirar num diálogo intercultural e de ecologia de saberes para superar a dicotomia sociedade e natureza que marca a visão moderna, ocidental e produtivista (SANTOS, 2009).

### **Água e metabolismo social: uso, contaminação e acesso desigual**

Ainda na perspectiva da Ecologia Política, uma questão central para o entendimento das origens dos conflitos ambientais diz respeito ao conceito de metabolismo social. Ele pode ser expresso em perguntas como: quando uma tonelada de soja, carne bovina, ferro, aço ou alumínio é exportada, quanto de energia, materiais e recursos naturais como a água foi consumido indiretamente? Como os processos de dissipação e desintegração produziram impactos ambientais em função do uso de recursos, agrotóxicos e irrigação? Este mesmo raciocínio pode ser aplicado para o trabalho humano: quantas vidas humanas foram afetadas por doenças, mortes e condições de vida precárias pelos sistemas produtivos que geraram tais produtos? A economia neoclássica e sua resposta às questões ambientais - sua versão denominada de economia verde - em suas vertentes voltadas à poluição e aos recursos ambientais, não parece estar interessada em lidar com perguntas como essas, que se relacionam ao debate sobre desenvolvimento econômico e desigualdades sociais entre e dentro dos países.

Do ponto de vista da água, podemos compreender questões de ecologia política e do metabolismo social de várias formas. De um lado há um incremento de entropias pela forma de uso da água para produção de energia. De outro, a poluição hídrica provoca a perda de qualidade (“água cinza”) por vários processos, como a falta de saneamento básico e a contaminação por atividades agrícolas (como os agrotóxicos e fertilizantes) e industriais. A poluição hídrica implica na necessidade de serem utilizados processos de recuperação da qualidade com custos diversos em termos de energia, uso de químicos, dentre outros. Por outro lado, o acesso desigual ao uso da água pode expressar os embates entre a água enquanto valor econômico e mercadoria e enquanto direito humano fundamental para a sobrevivência e a qualidade de vida. Por fim, o comércio desigual e injusto pode ser analisado a partir do conceito de água virtual exportada.

Para uma análise adequada da água como bem comum, é fundamental situá-la no contexto sócio-espacial que antecede e acompanha sua trajetória. A demanda de água no Brasil encontra-se concentrada na agricultura, na produção de energia, nos usos industriais e no consumo humano. Segundo a Agência Nacional das Águas, o perfil de consumo de água doce no país encontra-se distribuído da seguinte forma: 72% para agricultura, 11 % pecuária e dessedentação de animais, 9% para o consumo humano nas cidades, e 7% para atividades industriais indústrias. Este dado, contudo, não aprofunda o uso e apropriação da água para outras atividades (como a produção de energia elétrica pelas hidrelétricas), nem informa o quanto setores como a agricultura, a mineração e indústrias diversas contribuem para a contaminação da água por meio dos agroquímicos - agrotóxicos e fertilizantes -, dos efluentes e dejetos industriais. Há também uma discussão fundamental no país que diz respeito à falta de esgotamento sanitário e coleta adequada de lixo que é responsável por uma enorme carga de



poluição hídrica no país. Portanto, a veiculação pela mídia hegemônica que foca a principal estratégia de enfrentamento da crise hídrica no país no desperdício de água pelo consumidor individual precisa ser devidamente criticada e contextualizada, tal como vem sendo construído por redes e articulações como o recentemente criado Coletivo de Luta pela Água de SP.

A desigualdade no acesso à água e a escassez de serviços adequados de saneamento continua a ser um problema fundamental no mundo e que tende a se agravar. Segundo a UNESCO (2012), cerca de um bilhão de pessoas não têm acesso a fontes tratadas de água potável, e 2,6 bilhões de pessoas não dispõem de serviços de saneamento de qualidade. Além disso, a falta de qualidade da água potável é a principal responsável pelas chamadas doenças de veiculação hídrica que matam cerca de 1,5 milhões de crianças por ano no mundo<sup>6</sup>. Este documento chega a prever o aumento das disparidades econômicas entre países, regiões e setores em função da escassez das águas (SANTOS, MORAES E ROSSI, 2013).

### **Mercantilização da água: a falsa solução da economia neoclássica**

Os processos de mercantilização da natureza em geral, e da água em particular, são uma resposta da economia neoclássica, dos países capitalistas centrais e de grandes corporações diante da crise ambiental e da crescente escassez de água em várias regiões do planeta. Baseia-se em alguns pressupostos da economia neoclássica aplicada aos problemas ambientais referenciando-se em autores clássicos como Coase (1960) em seu livro *"The problem of social cost"* que aprofunda o conceito de externalidade, e Hardin (1968) no clássico *"The Tragedy of the Commons"*, que assume ser a grande causa dos problemas ambientais atuais o fato da natureza e dos recursos naturais serem "de todos", e por isso não serem de ninguém – argumento mobilizado para justificar, frequentemente, privatizações. Ou seja, no caso de recursos como a água, por "não terem dono, propriedade e mercados", seria necessário, para criar as condições institucionais e políticas de internalização das externalidades negativas, a criação de mercados dos recursos naturais e políticas de mercantilização de tais recursos.

Especificamente no caso dos bens públicos, a apropriação privada tem levado à liquidação das florestas e dos recursos pesqueiros oceânicos, à contaminação dos rios e dos lençóis freáticos, entre outras tragédias. Aqui a competição de grupos privados associada à falta de regulação leva a uma corrida por quem arranca o pedaço maior, processo que é acelerado com as novas tecnologias e o crescimento do consumo no mundo (DOWBOR, 2012).

Hilary Wainwright (2014) defende a reorientação das parcerias público-privadas do seu sentido Estado-Empresa para uma visão de articulação mais rica entre o Estado e as diversas formas de organização de usuários e de sindicatos. Intitulado *"The Tragedy of the Private: the Potential of the Public"* (A tragédia do privado: o potencial do público), o estudo vai no contrapé do antes referido trabalho de Hardin (1968). Pesquisando os mecanismos de mudança guiada pelos objetivos de serviços públicos democráticos mais do que pelo lucro, Wainwright analisa como funcionam, em diversas partes do mundo, as administrações municipais onde confluíram o interesse dos funcionários e da administração em geral em serem mais produtivos e valorizados e o interesse dos

6 WORLD WATER ASSESSMENT PROGRAMME. *The United Nations world water development report 4: managing water under uncertainty and risk*. Paris: UNESCO. 2012. p. 95.

usuários por serviços mais eficientes. A autora se refere expressamente à gestão da água quando apresenta a inovadora ideia de parceria público-público, ou público-civil, em que as organizações públicas e organizações da sociedade civil que administram serviços públicos colaboram para fortalecer o poder das instituições públicas e civis na gestão de serviços e utilidades públicas. Tal modelo se torna uma ferramenta institucional cada vez mais central na busca de uma gestão pública de alta qualidade:

*“Out of the highly effective transnational struggles against water privatisation has emerged the innovative idea of public-public or public-civil partnerships, through which the public and civil organisations managing public services collaborate across national boundaries to share expertise, collaborate in finding funding, and generally strengthen the power of public and civil institutions in managing public services and utilities. This public-public/public-civil model is becoming an increasingly central institutional tool in the struggle against privatisation and for high quality public management.”<sup>7</sup>*

A economia ambiental de base neoclássica, que surge no processo de mercantilização dos bens comuns naturais e é ampliada pelas propostas da ecoeficiência após a Rio 92, baseia-se em economias tanto da poluição como das riquezas naturais. A primeira se refere à criação de instrumentos de gestão que permitam a crescente internalização dos custos ambientais nos cálculos dos agentes geradores da externalidade, fazendo com que se atinja um nível ‘ótimo’ de poluição. A segunda pretende criar mercados por meio da atribuição de valor de troca aos recursos ambientais e a sua materialização em preços, ou seja, a transformação de bens comuns como a água em mercadoria. Isso significa criar também as condições políticas e institucionais para a criação de tais mercados, e os mecanismos de regulação, preferencialmente por meio de processos ditos participativos de governança e mecanismos de autorregulação, já que o papel do Estado, no ideário neoclássico, deve se ater aos mecanismos mínimos de resolução de conflitos que garantam condições de estabilidade para o funcionamento eficiente dos mercados. Trata-se de uma agenda política antenada com o ideário de expansão do capitalismo globalizado hegemônico, cuja pauta central é a globalização de mercados e a uniformização de legislações que permitam o livre comércio em âmbito internacional. Tal posição é amplamente defendida pelas estratégias e políticas de órgãos de regulação e de fomento internacionais quanto à necessidade de se construir uma visão dita integrada das águas que incorpore interesses públicos e de mercado por meio de processos de gestão dos chamados *stakeholders*, via de regra hegemonicamente dominado por setores privados considerados os mais eficientes na gestão dos recursos e com maior capacidade de investimento. Estes, por sua vez, segundo SWYNGEDOUW (2004), estão a constituir uma indústria oligopolizada da água, que envolve interesses transnacionais, com a forte presença de atores que atuam nas discussões sobre água em fóruns nacionais e internacionais. Como exemplos podemos citar corporações como a Veolia e Suez (que controlam 70% do mercado global da água privatizada) e Bouygues (França), RWE (Alemanha), American Water Works (EUA), Anglican Water Group, Severn Trent Kelda Group e United Utilities (Reino Unido). Tais grupos encontram-se em expansão e permanente disputa por novos mercados, sobretudo nos países emergentes e da periferia do capitalismo, onde a universalização do acesso à água ainda se mantém como uma promessa não cumprida.

7 WAINWRIGHT, Hilary. The Tragedy of the Private: the potential of the public - Public Services International. Transnational Institute, 2014. Disponível em [http://www.world-psi.org/sites/default/files/documents/research/alternatives\\_to\\_privatization\\_en\\_booklet\\_web\\_april.pdf](http://www.world-psi.org/sites/default/files/documents/research/alternatives_to_privatization_en_booklet_web_april.pdf). Acesso em 28.11.2016. p. 9.

Segundo Castro (2007, *apud* Santos, Moraes e Perry, 2013), a privatização dos serviços públicos de distribuição de água e esgotos na Europa – de onde se importam modelos – gerou altos índices de inadimplência e de corte do serviço, tornando-se necessário rever os mecanismos de cobrança e de regulação. As iniciativas de privatização dos serviços públicos de abastecimento de água, a utilização de instrumentos econômicos e a constituição de mercados das águas ainda mais profundos, tendo levado a uma maior ênfase na recuperação dos custos e menor ênfase nos serviços públicos de saneamento ambiental.

Wainwright (2014) apresenta como exemplo de alternativa para reverter esse processo o ocorrido na cidade de Paris, França. Lá, após desastrosa gestão decorrente da privatização, a administração pública retomou o controle da gestão da água de forma a incluir representantes sindicais e populares. Os resultados foram surpreendentes:

*“Water in Paris is now run by a board that includes representatives of workers and the public, independently supervised by scientists and public representatives. Moreover, while prices continuously rose under privatisation, they fell by 8% after the first year of returning to public ownership. Prices are now 40% lower than in the outskirts of the city where water is still run by a private company.”<sup>8</sup>*

Por outro lado, no Brasil vemos a ascensão de grupos importantes e a criação de entidades de olho no mercado da água e do saneamento prevista pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), que em 20 anos prevê gastos na ordem de 25 bilhões de reais/ano de investimentos. Por exemplo, a criação do Trata Brasil, uma ONG que crescentemente aparece na mídia hegemônica e publica estatísticas e estudos sobre água e saneamento no Brasil que começam a ser utilizados como referência por instituições públicas e estudos acadêmicos, é financiado por grupos como Amanco, Tigre, Solvay, Unilever, Braskem e Coca-Cola, os quais certamente lucrarão com a expansão do mercado da água e do saneamento<sup>9</sup>.

O argumento de que a arrecadação proveniente da cobrança da água seria capaz de fazer frente à demanda pela recuperação ambiental também se apresenta frágil. Um exemplo próximo, o da Bacia do Rio Paraíba do Sul, é bastante ilustrativo: estudos realizados indicam o quão irrisória pode ser a arrecadação com a cobrança da água diante do porte dos investimentos necessários para a recuperação da bacia. Além disso, os maiores valores arrecadados são provenientes de grandes empreendimentos, o que leva a setores intensivos na utilização da água, como o setor agroexportador e de produção de energia.

A análise da relação de como bem econômico nesses contextos leva à conclusão de que seu equacionamento demanda, nos dias de hoje, o questionamento da incorporação nas políticas públicas de princípios internacionais acerca das novas formas de participação e mecanismos de decisão sobre os usos dos recursos ambientais e das águas. Isso significa que o paradigma instituído pelo Banco Mundial, nos anos 90, e a Lei 9.433/1997, a Lei das Águas, de cunho nitidamente neoliberal, não dão conta da universalização e da democratização do acesso à água.

<sup>8</sup> WAINWRIGHT, Hilary. Op. Cit., p. 26.

<sup>9</sup> A listagem dos associados e apoiadores da ONG encontra-se disponível em <http://www.tratabrasil.org.br/apoiadores>. Acesso em 29.11.2016.

Nesse sentido, a Lei das Águas descentraliza (parcialmente), mas não democratiza a sua gestão, o que, do ponto de vista ambiental e social, contribui para a manutenção de realidades marcadamente pobres e com fortes desigualdades sociais. A referida lei estabelece em seu artigo 1º, II, a água como um bem dotado de valor econômico, e, mais adiante, aponta como objetivo da cobrança o reconhecimento desse valor e a indicação do mesmo ao usuário (artigo 19, I) – o que claramente representa a incorporação de lógicas de mercantilização, conduzindo ao enfraquecimento da garantia constitucional do acesso à água a todos os cidadãos.

Torna-se mais agudo o conflito entre o direito à água e a sua constituição como bem econômico. Por exemplo: quanto vale a água bruta, a que chega para o agronegócio e para o produtor familiar no semiárido, que chega à torneira dos domicílios e o esgoto tratado, na Pituba e em Massaranduba, em Salvador? Quem pode e deve pagar por isso? Essas são questões fundamentais que precisam ser discutidas coletivamente e de forma participativa. No que toca eventuais reconfigurações da gestão privatizada de recursos hídricos, é fundamental que esses processos estejam atrelados a uma democratização cada vez mais intensa. A democracia puramente representativa não basta, e a situação demanda uma maior presença dos cidadãos nos processos decisórios. E se a participação efetiva é, de um lado, condição, de outro, ela é desafio. Pois se o que se busca é a inclusão dos potencialmente afetados por decisões administrativas envolvendo a gestão dos recursos hídricos, muitas vezes os mecanismos para implementar inviabilizam a participação adequada e efetiva, acabando, às vezes, por “invisibilizar o outro” (GERHARDT, 2007).

E é exatamente no caso dos bens comuns que há maior necessidade de pensar novas formas de regulação e novos mecanismos de participação, de modo a tornar realidade a universalização do direito à água. As formas de organização instituídas, particularmente os Comitês de Bacias Hidrográficas que aglutinam usuários e interessados pelas águas e sua gestão, constituíram-se em um avanço em relação ao modelo anteriormente existente. Entretanto, essas estruturas estão prematuramente envelhecidas e não conseguem representar interesses coletivos e difusos, uma vez que reproduzem relações de poder assimétricas, amparadas por um estado que, embora redemocratizado, mantém uma estrutura de poder centralizada, particularmente, quando implicam e envolvem interesses de grupos econômicos hegemônicos.

### **Conflitos Ambientais e Água no Brasil**

Neste item são apresentados e analisados conflitos ambientais relacionados ao tema da água no Brasil. A fonte de informação dos aproximadamente 60 casos analisados provém do Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, uma iniciativa originalmente da Fundação Oswaldo Cruz e da ONG Fase, que durante anos sediou a secretaria executiva da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), criada em 2001. O referido Mapa, lançado em 2010 e disponível na internet, possui atualmente 416 conflitos ambientais espalhados por todo o território brasileiro (PORTO, PACHECO, LEROY, 2013). O foco do mapeamento é a visão das populações atingidas, suas demandas, estratégias de resistência e propostas de encaminhamento. As fontes de informação privilegiadas e sistematizadas nos casos apresentados seguiram essa orientação. Consistem principalmente de documentos disponibilizados publicamente por entidades próprias e instituições solidariamente parceiras daqueles que enfrentam situações de injustiça ambiental: reportagens, artigos e relatórios acadêmicos, ou ainda

relatórios técnicos e materiais presentes em ações desenvolvidas pelo Ministério Público ou pela justiça que apresentam as demandas e problemas relacionados às populações.

Para a construção deste trabalho foi utilizada a ferramenta de busca por palavra chave existente no Mapa. A consulta da palavra chave “água” resultou em 62 conflitos, sendo um posteriormente descartado por não envolver diretamente o tema. Após uma análise preliminar de cada conflito, foi desenvolvida uma classificação através de tipologia contendo sete grupos de conflitos relacionados à água, que são: 1) Conflitos envolvendo indústrias e poluentes industriais; 2) Conflitos relacionados à expansão do agronegócio; 3) Conflitos envolvendo a construção de barragens e hidrelétricas; 4) Outros conflitos em espaços urbanos; 5) Conflitos ligados à mineração; 6) Conflitos por demarcação de terras de povos tradicionais; 7) Outros conflitos ambientais específicos.

### **Os vários tipos de conflitos ambientais relacionados à água**

O primeiro grupo está relacionado à expansão das atividades industriais no Brasil, e envolve principalmente a geração de poluentes que afetam corpos hídricos, ou ainda outras atividades industriais que prejudicam a realização da pesca artesanal. Os conflitos selecionados destacam três situações: (i) fábricas ligadas ao ciclo ferro-aço, como o importante caso da inauguração, em 2010, da siderúrgica CSA, ligada à multinacional alemã Thyssen Krupp, que afetou os cerca de 7 mil pescadores artesanais que vivem no entorno da Baía de Sepetiba, afetada pelas obras de infraestrutura do porto de exportação, além dos poluentes produzidos pela siderúrgica; (ii) O ciclo da extração e produção de petróleo e derivados. Os conflitos envolvem desde pescadores artesanais atingidos pela logística de exploração de petróleo *offshore* na costa brasileira, ou então por desastres como o derramamento de óleo ocorrido na Baía de Guanabara em 2000, além da contaminação crônica ou acidental de corpos hídricos que afetam a distribuição de água potável em diferentes regiões; (iii) Por fim, há uma dispersão de outros casos de poluição por parte de indústrias diversas, inclusive de menor porte e base tecnológica considerada atrasada, como fábricas de couro (curtumes), frigoríficos e laticínios. Enquanto os dois primeiros problemas se concentram na região litorânea e no sudeste (embora a indústria petrolífera esteja se expandindo no nordeste neste momento), o último caso atinge regiões e cidades principalmente no nordeste (PORTO, PACHECO, LEROY, 2013).

O segundo grupo está relacionado à expansão do agronegócio e dos monocultivos, principalmente nas regiões centro-oeste, nordeste e norte do país. Através de atividades como a soja, cana-de-açúcar e as chamadas florestas plantadas com eucalipto, sendo estes também conhecidos como os “desertos verdes” voltados à produção de celulose ou carvão vegetal para fábricas. Os conflitos estão concentrados principalmente nas regiões centro-oeste, norte e nordeste e estão associados, de um lado, à apropriação pelo agronegócio da água produzindo escassez em outros usos coletivos, incluindo aqui a construção de açudes, a transposição de rios (como o São Francisco) e cultivos que secam águas subterrâneas, como o eucalipto. O agronegócio também está na base dos conflitos relacionados à implantação dos chamados perímetros irrigados, que ao mesmo tempo em que redirecionam os recursos hídricos, aumentando a escassez em certas regiões, especialmente no semiárido, provoca a desterritorialização de comunidades que secularmente conviviam com a seca para sua substituição por grandes fazendas voltadas para a fruticultura irrigada. Mesmo quando tais perímetros incluem em seu interior um número reduzido de pequenos agricultores, não é raro

que haja conflitos entre estes e os grandes produtores nos períodos de estiagem. Tais conflitos são numerosos especialmente no norte de Minas Gerais e nos estados do nordeste. De outro lado, corpos hídricos diversos têm sido afetados pela poluição produzida pelos agroquímicos, principalmente agrotóxicos, já que o Brasil tornou-se desde 2008 o principal consumidor mundial, fato diretamente relacionado à expansão da soja de exportação nas últimas duas décadas.

O terceiro grupo envolve a construção de barragens para usinas hidrelétricas, sejam as de grande porte como Belo Monte, Girau e Santo Antonio na região norte do país, como também as pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), consideradas de menor impacto socioambiental. Contudo, a flexibilização da legislação ambiental nestes casos tem revelado o grande potencial de impactos e geração de conflitos nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Na região norte, muitas populações indígenas e ribeirinhas são afetadas pela mudança do regime hídrico que afeta modos tradicionais de vida, como a pesca artesanal e a agricultura ribeirinha. No caso de Belo Monte, o aproveitamento hidrelétrico da bacia do Xingu está, há mais de 30 anos, na pauta da agenda energética do país, e em 1989 as etnias da região criaram, no “Encontro dos Povos Indígenas do Xingu”, um movimento contra a instalação das usinas previstas. Em junho de 2007 cerca de 150 caciques e lideranças indígenas do Xingu reuniram-se e declararam oposição à construção da hidrelétrica de Belo Monte. Segundo denunciam membros da sociedade civil, pesquisadores e lideranças indígenas e populares locais, os projetos estão sendo desenvolvidos sem o devido dimensionamento dos impactos dos represamentos, incluindo o trecho monumental do Xingu (100 km), com seis cachoeiras, arquipélagos, grandes lajes de pedra, ilhas florestadas, corredeiras e sítios arqueológicos.

O quarto grupo decorre de situações tipicamente urbanas com maior nível de mobilização social e relacionadas ao fornecimento de água potável e falta de saneamento básico em áreas como favelas. Outro problema deste grupo refere-se aos impactos decorrentes dos resíduos urbanos em “lixões” e aterros sanitários, que se concentram em territórios denominados pelo teórico Robert Bullard de “zonas de sacrifício”. É curioso observar que as tragédias associadas às enchentes e inundações, um problema do ciclo da água típico do planejamento urbano caótico em inúmeras metrópoles latino-americanas e que mataram milhares de pessoas no Brasil nos últimos anos nas regiões sul, sudeste e nordeste, até o momento não produziram mobilizações e organizações ativistas no campo da justiça ambiental. Isso apesar de ser um claro problema de desigualdade socioespacial diretamente associado à falta de políticas públicas de moradia e saneamento para as camadas populares, além de possivelmente associado às mudanças climáticas globais.

O quinto grupo corresponde aos conflitos por água relacionados à mineração, com três grupos de minerais envolvidos, o minério de ferro, a bauxita e o urânio. Apesar do número relativamente reduzido de conflitos que a palavra água surge, principalmente a exploração de minério de ferro e da bauxita envolve uma grande extensão territorial, atingindo inúmeros municípios e populações. De grande importância para o Brasil, o minério de ferro surge num exemplo de conflito por água no estado da Bahia, entre Caetitê e Ilhéus, no Complexo Minerário Pedra de Ferro. O projeto envolve a captação de água no rio São Francisco, com previsão de produzir mais de 15 milhões de toneladas de concentrado de minério de ferro por ano durante um período de 15 anos. Também está prevista a geração de uma enorme pilha de estéril - ou seja, de

material não aproveitável comercialmente - de até 390 milhões de metros cúbicos. Dentre os impactos previstos, encontram-se a alteração na dinâmica dos sedimentos da bacia hidrográfica devido à supressão de vegetação; a alteração da qualidade da água superficial e subterrânea através de mudanças de cor, turbidez e concentração de ferro ou manganês; a alteração da

disponibilidade hídrica pelo consumo de água e rebaixamento do nível da água subterrânea; e o assoreamento de cursos d'água pelo carreamento de sedimentos. No caso do urânio, a mina de Caetité (Bahia) funciona desde 2000 e possui já vários casos de acidentes de material radioativo, prejudicando não só diretamente a saúde da população, mas a comercialização da agricultura familiar da região. A contaminação da água, juntamente com a explosão que espalha o gás radônio ao redor da mina, é uma das possíveis explicações para a queixa da população de que os casos de câncer teriam aumentado substancialmente desde a instalação da mineração (PORTO, PACHECO, LEROY, 2013).

Um sexto grupo decorre das características do Mapa e da influência das mobilizações contra o racismo ambiental, pois o tema da água, em especial seu acesso para a pesca, a agricultura de subsistência e o consumo humano encontra-se presente em diversos conflitos envolvendo lutas pela demarcação de terras indígenas e quilombolas. A questão da água surge através de problemas relacionados à escassez ou à baixa qualidade da água para consumo humano devido à falta de saneamento básico adequado a essas populações, muitas vezes inicialmente expulsas de seus territórios originais pelo agronegócio, empresas mineradoras ou grandes empreendimentos como hidrelétricas.

Finalmente, o último grupo apresenta um conjunto particular de conflitos ambientais específicos, seja relacionados ao tema da escassez da água na região do semiárido brasileiro e das dificuldades de implementação de programas que facilitem a sobrevivência das populações que habitam um ecossistema particular de importância não somente pela biodiversidade presente, mas pelo fato da falta de políticas para suas populações ser uma fonte estrutural de desigualdades sociais no país. Porém, o caso mais curioso desse grupo refere-se à dificuldade de acesso à água em regiões que passaram a ser protegidas por leis de preservação ambiental, mas que ignoram, discriminam e mesmo criminalizam populações locais que já viviam nessas regiões bem antes da criação de parques de proteção natural.

### **Conclusão**

Na maior parte dos conflitos ambientais, a questão da água surge em sua relação direta com o metabolismo social dos processos de extração de recursos naturais, produção de commodities e de energia, no caso particular das barragens e hidrelétricas. Os conflitos ocorrem pelas disputas quanto ao uso, mas também pela contaminação hídrica decorrente da produção de rejeitos presentes no agronegócio, na mineração e em atividades industriais. A recente tragédia

provocada pelo rompimento da barragem das empresas Samarco-Vale-BHP representa a enorme gravidade da contaminação das águas pela atividade da megamineração no Brasil.

Em termos de populações atingidas, existe um destaque para os agricultores familiares, pescadores artesanais, ribeirinhos e outras comunidades tradicionais cujos modos de vida, trabalho e sobrevivência estão diretamente relacionados ao regime hídrico e qualidade das águas de rios e lagos, bem como da vitalidade dos ecossistemas marinhos. A contaminação das águas também é, em parte, o caso de áreas urbanas e do metabolismo social do lixo. Porém, nas regiões urbanas a questão da água também aparece fortemente relacionada ao déficit estrutural de saneamento básico, seja pela contaminação de corpos hídricos pelo esgoto, seja pela falta de redes de fornecimento de água potável contínua e de qualidade. Aqui chama a atenção a ausência, pelo menos por enquanto, de mobilizações por justiça ambiental que relacionem os desastres decorrentes das chuvas intensas em várias regiões do Brasil, e que têm produzido milhares de mortes nos últimos anos. Este tema também está potencialmente relacionado ao problema das mudanças climáticas globais, e devem se agravar nas próximas décadas. O último grupo analisado é curioso por associar o ambientalismo conservador com dificuldades do acesso água por parte de populações vulneráveis que já habitavam há muito tempo as regiões que passam a ser alvo de políticas preservacionistas.

Os casos selecionados representam apenas a ponta do iceberg dos conflitos ambientais envolvendo o tema da água no Brasil, que só devem aumentar nos próximos anos. Por exemplo, a abertura de leilões para a exploração de gás de xisto possivelmente comprometerá aquíferos importantes no Brasil, além de afetar a qualidade da água para consumo humano em inúmeras localidades onde a exploração começar.

No que tange ao tratamento institucional dado à questão dos bens comuns, o perigo da “invisibilização do outro” (GERHARDT, 2007) é real, visto que com frequência a “abordagem participativa” e a “mudança de valores” referem-se, simplesmente, a uma atitude positiva frente ao discurso estratégico de interesse empresarial. Uma participação formal pode estar servindo tão somente como forma de legitimar a execução desses projetos, tornando-os fatos sociais consumados e quase que inquestionáveis. Por isso, é preciso que sejam desenvolvidos estratégias e mecanismos que possibilitem a participação democrática nas tomadas de decisões envolvendo os conflitos, para que não se caia na falácia de uma falsa participação ambiental. A verdadeira inclusão do outro perpassa construir um espaço democrático que possibilite essa participação.

Este argumento implica que a ideia de participação seja ampliada para incluir um envolvimento maior dos trabalhadores no processo decisório público sobre como o seu trabalho é utilizado (WAINWRIGHT, 2014). Esta outra visão de arranjos institucionais, envolvendo um resgate da força e da dignidade do servidor público, articulado com os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil em geral, abre perspectivas de uma sociedade ao mesmo tempo mais democrática nos processos decisórios e mais eficiente nos resultados. A difusão dos valores do socioambientalismo entre os membros das equipes do Ministério Público, dos órgãos governamentais, a existência de novos instrumentos legais, a emergência de formas de reivindicação e enfrentamento por parte dos grupos sociais há tanto tempo afetados em seus direitos, assim como o apoio que eles têm conseguido por procuradores, pesquisadores e outros segmentos sociais, apontam para uma possibilidade de redesenho do panorama atual.



A cosmovisão do bem-viver, marcada por solidariedade mais ampla e flexível, pode servir de inspiração para garantir o acesso à água das coletividades presentes e futuras, no sentido de preservar não só os recursos comuns naturais (água como bem supremo e patrimônio da humanidade), mas também de buscar soluções para os problemas sociais e culturais comuns (WOLKMER, AUGUSTIN, WOLKMER, 2012). Ademais, o fortalecimento dos movimentos por justiça ambiental pode ter um papel crucial para que se discuta o atual modelo de sociedade e a noção capitalista de progresso, assim como sejam construídas alternativas de conhecimentos e práticas mais inclusivas, justas e democráticas (SANTOS, 2009).

### Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. *Estratégias empresariais e militares de controle de território - confluências autoritárias*. Disponível em <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1655>>. Acesso em 15.11.2016.

BULLARD, Robert. *The Quest for Environmental Justice: Human Rights and the Politics of Pollution*. São Francisco: Sierra Club Books, 2005.

DOWBOR, Ladislau. *Bens comuns: da privatização à democracia real*. Disponível em <http://outraspalavras.net/brasil/bens-comuns-da-privatizacao-a-democracia-real/>. Acesso em 15.11.2016. FLÓREZ, Margarida. *Lo Público? Lo Común? O lo Nuestro, lo de Todo! In: HELFRICH, S (Org.). Genes, bytes y emisiones: bienes comunes y ciudadanía*. México: Ediciones Böll, 2008. GERHARDT, Cleyton H. *A invisibilização do outro nos discursos científicos sobre áreas naturais protegidas*. In: Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 15, no. 2. Rio de Janeiro: outubro 2007, p. 268-309.

HARDIN, Garrett. *The Tragedy of the Commons*. Science, New Series, Vol. 162, No. 3859. Logan: American Association for the Advancement of Science 1968, pp. 1243-1248. HELFRICH, Silke (Org.). *Genes, bytes y emisiones: bienes comunes y ciudadanía*. México: Ediciones Böll, 2008.

HUANACUNI, Fernando. *Buen Vivir / Vivir Bien - Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas*. COORDINADORA ANDINA DE ORGANIZACIONES INDÍGENAS - CAOI, 2010. Disponível em <https://www.reflectiongroup.org/stuff/vivir-bien>. Acesso em 29.11.2016.

LEROY, Jean Pierre. *Territórios e Bens Comuns*. Agriculturas, v. 8 - no. 4, dezembro de 2011. Disponível em <http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/acesso-terra-direitos-territoriais/editor-convidado>. Acesso em 15.11.2016.

MARTINEZ-ALIER, J. *The environmentalism of the poor: a study of ecological conflicts and valuation*. Cheltenham: Edward Elgar Press, 2002.

PACHECO, Tania. *"Terra e Território à luz do Mapa da injustiça ambiental e saúde no Brasil"*. In: Tempo e Presença Digital, n.21. 2010, p.396. Disponível em [http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod\\_artigo=396&cod\\_boletim=22&tipo=Artigo](http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=396&cod_boletim=22&tipo=Artigo). Acesso em 15.11.2016.

PETRELA, Ricardo. *A nova "conquista da água"*. Disponível em <https://www.diplomatique.org/acervo/?id=57>. Acesso em 28.11.2016.

PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre. Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos. In: Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos. Editora Fiocruz, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

WAINWRIGHT, Hilary. *The Tragedy of the Private: the potential of the public*. Public Services International, Transnational Institute, 2014. Disponível em [http://www.world-psi.org/sites/default/files/documents/research/alternatives\\_to\\_privatization\\_en\\_booklet\\_web\\_april.pdf](http://www.world-psi.org/sites/default/files/documents/research/alternatives_to_privatization_en_booklet_web_april.pdf). Acesso em 28.11.2016.

WOLKMER, Antonio Carlos; AUGUSTIN, Sérgio; WOLKMER, Maria de Fátima. O "Novo" Direito À Água No Constitucionalismo Da América Latina. R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.9, n.1, p. 51-69, Jan./Jul. 2012.

WORLD WATER ASSESSMENT PROGRAMME. *The United Nations world water*

## CONFLITOS URBANOS EM TEMPOS DE NOVA CARTOGRAFIA CARIOCA: ALGUNS ASPECTOS SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DAS DESAPROPRIAÇÕES PARA OS JOGOS OLÍMPICOS DE 2016

**PATRÍCIA DE VASCONCELLOS KNÖLLER**

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e  
Direito da Universidade Federal Fluminense Professora da  
Universidade Estácio de Sá-UNESA  
patriciaknol@ig.com.br*

**CARLOS ROBERTO RODRIGUES BATISTA**

*Mestre em Sociologia e Direito  
pela Universidade Federal Fluminense  
Professor da Universidade Estácio de Sá-UNESA  
carlos.batista@estacio.br*

### RESUMO

Os megaeventos esportivos representam oportunidades para que as cidades-sede se revitalizem mudando sua configuração. Os preparativos para os jogos esportivos cumprem uma dupla agenda em que ao mesmo tempo se moderniza a infraestrutura urbana e se melhora a aparência das cidades. As desapropriações e remoções são inevitáveis neste processo, uma vez que é necessário abrir novos espaços urbanizados. Este artigo discute o deslocamento de moradores da cidade do Rio de Janeiro em função das obras de preparação para os Jogos Olímpicos de 2016 e aponta as incongruências da política estatal, sugerindo sua vinculação com interesses econômicos. A desocupação de áreas anteriormente habitadas por moradores de baixa renda, sem correspondente contrapartida contribui para a desigualdade e privilegia grupos econômicos que passam a deter os direitos sobre os espaços subtraídos dos antigos moradores.

**Palavras-chave:** Desapropriação. Política Urbana. Jogos Olímpicos.

### ABSTRACT

The sports mega-events are opportunities for the host cities to revitalize themselves changing the urban configuration. Preparations for the sports games serve a dual agenda at the same time, first modernizing the urban infrastructure and second improving the appearance of cities. Expropriation and removal are inevitable in this process due the aperture of new urbanized areas. This paper discusses the movement of low-income residents of the city of Rio de Janeiro due to the preparation works for the Olympic Games in 2016. It points out the inconsistencies of state policy, suggesting its connection with economic interests. The cleared areas formerly inhabited by low-income residents, without due indemnification, contributes to inequality and favors economic groups that now hold the rights to the subtracted spaces that belonged to the former inhabitants.

**Keywords:** Expropriation. Urban policy. Olympic Games.

## INTRODUÇÃO

O instituto da desapropriação, a violência da remoção e a sutileza da gentrificação expulsaram muitos de suas casas como consequências diretas ou reflexos de políticas públicas municipais adotadas para cumprimento das metas de reurbanização da Cidade do Rio de Janeiro, inicialmente pelas obras da Copa do Mundo de Futebol de 2014, culminando com as dos Jogos Olímpicos de 2016.

Como parte de um projeto de dissertação, a ser desenvolvido por um dos autores, pretendemos discutir a utilização do instituto da desapropriação e os processos de remoção, na região portuária carioca, tendo como recorte temporal o período que se iniciou em 2009 e termina com os Jogos Olímpicos de 2016.

A nossa proposta é inicialmente apresentar fatos sobre a situação dos habitantes que foram desalojados de seu habitat e que tiveram suas moradias expropriadas e/ou removidas dentro da política de revitalização da região portuária do Rio de Janeiro. O que aconteceu com as famílias de baixa renda que ocupavam aqueles espaços? Esta é a pergunta para a qual queremos apresentar pistas para uma pesquisa que está em desenvolvimento.

A resposta passa pelos resultados de fontes oficiais, como por exemplo, os coletados pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos do Município do Rio de Janeiro. Estas fontes apresentam parte de uma história. A outra parte deve ser ouvida dos moradores expropriados ou removidos. A relevância de um olhar sociológico voltado para as desapropriações e remoções ajudará a traduzir o que a mudança na cartografia urbana representou para a Cidade do Rio de Janeiro e seus habitantes em tempos de Copa e de Jogos Olímpicos.

Como método de trabalho, os autores planejam continuar realizando levantamento de dados referentes às desapropriações para fins urbanísticos realizadas na cidade do Rio de Janeiro, em conformidade com o Plano Estratégico traçado, dentro do recorte temporal estabelecido. Pretendemos com isso identificar quais as áreas e imóveis atingidos; a destinação das comunidades que ocupavam esses territórios; bem como analisar os impactos provocados pelas alterações promovidas, principalmente no urbanismo da cidade, considerando-se fatores como a mobilidade urbana, a ocorrência de especulação imobiliária e a gentrificação derivada da valorização urbana.

A natureza deste trabalho é exploratória, e é preliminar para uma pesquisa em que serão coletados dados junto a órgãos públicos oficiais, incluindo a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Obras, o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro e o Ministério Público do Rio de Janeiro. São utilizadas evidências empíricas retiradas de notícias divulgadas nas mídias para exemplificar o roteiro da pesquisa.

### 1. OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E A REVITALIZAÇÃO URBANA

Para revitalizar uma cidade muitas vezes é preciso que o Poder Público lance mão de sua supremacia em busca do bem da coletividade e que se utilize do drástico instituto da desapropriação, retirando as propriedades e seus moradores para a execução de novo

projeto de cidade. A Constituição Federal tem esta previsão expressa (art. 5º, XXIV). A expectativa é que depois que os inevitáveis incômodos que acompanham projetos com este radicalismo passem, os moradores tenham meios para, mesmo deslocados de seu habitat original, estarem alojados em moradias no mínimo de mesmo padrão de suas antigas casas.

Megaeventos esportivos representam oportunidades para as cidades e suas populações. Ao implementar uma dupla agenda, modernizando a infraestrutura e promovendo uma nova imagem pública da cidade traduzida em arquitetura inovadora de nível internacional, os governos em associação com o empresariado modificam a face das cidades. Estas revitalizam e dão saltos urbanísticos difíceis de atingir em ritmos normais.

O que se espera das obras de megaeventos esportivos é que a vida das pessoas fique melhor depois que os jogos terminarem e forem apagadas as luzes dos espetáculos. Os visitantes e turistas se vão e restará para os que ficam uma cidade com maior mobilidade, com habitações modernas para aqueles que foram desalojados de seus espaços. É isso que se espera.

### **1.1 A desapropriação e a remoção como elementos de revitalização urbana**

No centro da ideia de reabilitação urbana, em que urbanismo pode ser entendido “como uma das tendências dominantes da modernidade” (GUIDDENS; SUTTON, 2016), a redefinição territorial necessariamente implicará remoções ou desapropriações. Estas expropriações são o ponto de partida para a atuação estatal, e requerem dele eficácia para atuar em áreas de risco e outras essenciais para a recuperação urbanística, como as encostas e locais de preservação. A discussão central não se limita, portanto, somente em urbanizar, mas como urbanizar convivendo ao mesmo tempo com a questão social do desalojamento de pessoas. É necessário considerar estes componentes para se justificar a excepcionalidade da intervenção estatal na vida das pessoas e superar os efeitos negativos.

Um elemento essencial a ser considerado nas desapropriações e remoções é o das populações afetadas. Como as obras visam revitalização de espaços, os efeitos geralmente se concentram em áreas degradadas, cuja população é, em geral, de baixa renda. Muitas das moradias afetadas são irregulares, geralmente comunidades ou favelas. O habitante desalojado, por viver em moradia desregulamentada, não recebe a necessária compensação pela sua remoção, aumentando o prejuízo das populações desalojadas.

A região portuária em sua área central é predominantemente residencial e ocupada por moradias populares. Conforme dados da ONG FASE<sup>1</sup>, o Projeto Porto Maravilha e o Programa Morar Carioca, responsáveis por delinear as transformações estruturais urbanísticas nas áreas centrais da cidade, removeram cerca de 605 famílias distribuídas entre o Morro da Providência (140 famílias); Ocupação Machado de Assis (150 famílias); Ocupação Flor do Asfalto (30 famílias), Ocupação Boa Vista (35 famílias); Ocupação Zumbi dos Palmares (133 famílias); Ocupação Carlos Marighela (47 famílias); Ocupação Casarão Azul (70 famílias). Isso de um total de 3.099 famílias removidas em toda a cidade.

Acrescentando ainda as Ocupações na Rua do Livramento em que é desconhecido o número exato de famílias que residiam nestas ocupações, mas de acordo com o Fórum Comunitário do Porto<sup>2</sup> estima-se que mais de 400 famílias ocupavam a área.

1 Disponível em: <[https://issuu.com/ongfase/docs/fase\\_we](https://issuu.com/ongfase/docs/fase_we)>. Acesso em 10/05/2015.

2 Disponível em: <<https://comitepopulario.files.wordpress.com/2016/03/dossiecomiterio2015.pdf>>. Acesso em 29/11/2015.

O Projeto Porto Maravilha propõe “melhoria das condições habitacionais da população existente e atração de novos moradores para a região”, anunciando expectativa de criação de novas áreas de habitação por interesse social (HIS), atuando sobre uma área central da cidade na qual viviam cerca de 30 mil moradores em 10 mil moradias, com previsão de um total de 100 mil habitantes na área portuária até 2019.

Com base nestes dados, Galiza (2015) propõe o seguinte questionamento: “quem serão”, então, “os 70 mil novos habitantes? Qual o percentual de habitações de interesse social - HIS nas 34 mil unidades habitacionais que abrigarão esses novos moradores?”.

A autora ainda alerta que se o Poder Público diz pretender “promover a diversidade socioeconômica” com as intervenções urbanísticas, que ele o faça de modo a beneficiar não só prioritariamente os moradores atuais, como também famílias que vivem em outros bairros e desejam morar no centro, onde se concentra a maior quantidade de trabalho e emprego da cidade.

## 1.2 A gentrificação como agente modificador do perfil dos habitantes

As remoções e as desapropriações não constituem os únicos transtornos dos moradores afetados. Outra consequência dos preparativos para os megaeventos esportivos é a gentrificação, forma indireta de remover não somente os moradores que estão no traçado das obras, mas muitos dos outros que estão no entorno.

Segundo Galiza o plano estratégico de atuação estatal “não deve focar apenas na produção de novas moradias”. Sendo importante, ainda, oferecer meios que assegurem a permanência das famílias, “através de mecanismos de defesa contra os processos de gentrificação, dentre os quais: a concessão de direito real de uso; a propriedade coletiva; a locação social, pública e privada. No aspecto das melhorias habitacionais, há necessidade de créditos subsidiados para beneficiar a todos” (GALIZA, 2015).

A prática não acompanhou o discurso oficial de que as intervenções urbanísticas na Cidade do Rio de Janeiro eram necessárias para solucionar problemas crônicos de infraestrutura urbana e prevaleceu a lógica do capitalismo, que atuando na urbanização das cidades visa o lucro, vendo a moradia como *commodity*, como previra David Harvey (2013), quando “o interesse que o capital tem na construção da cidade é semelhante à lógica de uma empresa que visa ao lucro”.

E na esteira desta busca de lucro, o processo de gentrificação na área do Porto Maravilha provocou a expulsão de moradores, em especial os que ocupavam imóveis sem deter sua posse ou propriedade. Muitos inquilinos não suportaram o aumento dos valores dos aluguéis e tiveram de deixar suas casas.

Na cidade do Rio de Janeiro houve um aumento de 185% no preço dos imóveis, entre 2009 e 2012, conforme o índice FipeZap<sup>3</sup>, ocasionado logo após o lançamento do programa Minha Casa Minha Vida (destinado às famílias com rendimentos de até três salários mínimos), situação que se manteve dentro destes percentuais ainda em 2013

3 O Índice FipeZap de Preços de Imóveis Anunciados é desenvolvido em conjunto pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, uma organização de direito privado, sem fins lucrativos, que presta apoio ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo) e pelo portal ZAP Imóveis, é calculado pela Fipe e acompanha o preço médio do m<sup>2</sup> de apartamentos prontos em 16 municípios brasileiros com base em anúncios da internet, formando uma base de dado com mais de quinhentos mil anúncios válidos por mês. A metodologia utilizada para o cálculo do Índice FipeZap está disponível em < <http://www.fipe.org.br>>.

e 2014, com uma baixa de preço no ano de 2015<sup>4</sup>, fazendo com que o preço médio do metro quadrado tivesse uma queda real de 8,48%, em comparação ao ano anterior, dentre as cidades avaliadas pelo FipeZap (Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal, Niterói, Florianópolis, Recife, Fortaleza, São Caetano do Sul, Belo Horizonte, Vitória, Porto Alegre, Curitiba, Campinas, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, Salvador, Vila Velha, Goiânia, Contagem). Porém, a cidade do Rio de Janeiro continua, até agosto de 2016, com a metragem (m<sup>2</sup>) mais cara do país (R\$ 10.223,00).

No cenário atual, sete comunidades tradicionais que ocupavam a região portuária da cidade (Morro da Providência; Ocupações Machado de Assis, Flor do Asfalto, Boa Vista, Zumbi dos Palmares, Carlos Marighela e Casarão Azul) foram removidas pelo Poder Público municipal para conjuntos habitacionais localizados em sua maioria na zona oeste, na periferia da cidade, em áreas longínquas do centro da cidade, carentes de infraestrutura urbana e serviços públicos, onde em certos locais ocorrerá a precarização dos serviços públicos ocasionada pelo aumento de demanda massiva na área sem uma correspondente ampliação da rede de serviços.

Previsível consequência do deslocamento das comunidades para áreas em muito distantes de seus locais de trabalho é a ocorrência de degradação socioeconômica para muitas pessoas, na medida em que perderão seu meio de sustento pelo alto custo com o deslocamento, sem falar em perda de qualidade de vida em dispendar horas intermináveis no percurso casa-trabalho-casa diariamente.

O último censo demográfico do IBGE demonstra que dos dezesseis milhões de habitantes do Estado do Rio de Janeiro, quase doze milhões (74%) residem em sua região metropolitana e cerca de 62% da população, com idade economicamente ativa entre quinze a setenta anos, ocupam postos de trabalho na capital do estado. Se a maior parte dessa população ocupava postos de trabalho nas áreas centrais da cidade, exatamente onde há maior oferta de emprego, com as remoções forçadas em função dos preparativos para os megaeventos, essas pessoas tiveram considerável prejuízo quanto à mobilidade, tanto no acesso aos bens e serviços urbanos quanto ao próprio mercado de trabalho.

O mesmo censo indica que a região metropolitana do Rio de Janeiro tem o maior tempo médio gasto em deslocamento da população no percurso de casa ao trabalho, o que pode ser considerado um elemento indicador de exclusão social, mormente de segregação socioespacial (ABREU, 2006).

O resultado é que a política urbana do município promove um deslocamento da população pobre que habita territórios degradados, liberando o espaço para que as intervenções e investimentos sejam aproveitados pelas classes sociais mais abastadas. Esta política eterniza um ciclo de desenvolvimento desigual, produtor de *apartheid* social, em que a parcela dos cidadãos que vivencia uma realidade social mais privilegiada é bonificada com melhorias em detrimento da população de baixa renda. A consequência é a manutenção dos mesmos problemas básicos de habitação, educação,

4 Cenário em muito impactado pela Caixa Econômica Federal, principal instituição financeira nos financiamentos imobiliários, que reviu sua política para concessão de novos empréstimos em 2015. Até abril daquele ano, a família que quisesse adquirir um imóvel no mercado secundário podia financiar até 80% do valor da aquisição. Atualmente, esse percentual não pode ultrapassar 50% quando a compra é de um imóvel usado. Além disso, a taxa de juros média dos financiamentos (considerando todos os bancos) vem subindo desde 2013, o leva a concluir que modelo de crédito habitacional do Brasil terá dificuldades sérias para se sustentar em cenários como o atual, com altas taxas de juros reais. Disponível em: <<http://www.fipe.org.br/pt-br/indices/fipezap/>>. Acesso em 10/09/2015.

saúde e emprego que existiam antes dos eventos esportivos. Desta forma o município deixa de garantir aos desalojados o mínimo existencial constitucionalmente previsto e geralmente não concede indenização que permita ao morador adquirir outra habitação de mesmo padrão.

O marketing urbano utilizado pelos governos municipais tornou-se mecanismo gerador de lucro e dissimulador de conflitos sociais, embasados numa falsa retórica de participação popular e unificação da cidade em torno de alguns consensos (VAINER, 2011) como a ideia de que gastos concentrados em políticas de revitalização urbana, que seriam menores do que o manejo de políticas sociais em larga escala, contribuiriam para gerar uma “imagem positiva” da cidade, atraindo investimentos de um novo capital financeiro (FERREIRA, 2014).

As políticas de recuperação, na contramão de uma finalidade social inclusiva, destinam-se a criação de novas áreas de centralidade econômica urbana, impactando direta e negativamente no cotidiano de parcela expressiva da população, a exemplo do aspecto da mobilidade urbana.

Conforme Orlando Santos Junior (IPPUR/UFRJ) no projeto de reurbanização das cidades-sede notam-se três direções não excludentes entre si: “(i) no fortalecimento de centralidades já existentes das cidades; (ii) na renovação ou revitalização de centralidades decadentes no interior das cidades-sede; (iii) na criação de novas centralidades, através de grandes investimentos em áreas específicas das cidades-sede”.

“Pegando o caso do Rio de Janeiro, percebe-se que as intervenções vinculadas à preparação da cidade para receber a Copa do Mundo e as Olimpíadas vêm ocorrendo prioritariamente em três áreas, a Zona Sul, confirmando o fortalecimento da centralidade que já caracteriza este espaço; a Área Portuária, refletindo o investimento na renovação e revitalização de uma centralidade considerada decadente; e Barra da Tijuca, que expressa a construção de uma nova centralidade” (SANTOS JUNIOR, 2015).<sup>5</sup>

Aparentemente as revitalizações urbanas buscam reconstruir uma cidade boa. Cabe, no entanto, perguntar para quem as modificações realizadas produzem uma cidade boa. Pelo processo de gentrificação apenas os que possuem recursos financeiros irão usufruir da cidade revitalizada. As populações tradicionais dos locais sobre os quais recaiu a declaração de utilidade pública e que justamente vieram a suportar os ônus mais pesados dentro deste processo de reurbanização ficam de fora, e não parece sequer razoável constatar que estas não irão usufruir dos pretensos benefícios ofertados ao restante da população.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em paralelo com o crescimento econômico ocorre uma ocupação desordenada de territórios, produzidos às margens das escolas urbanísticas, e que passam a ser a opção de moradia da população de baixa renda. Ao escolher viver mais próximo do mercado de trabalho e com menores custos, a população pobre desordena o crescimento urbano, aumenta as favelas, provocando uma degradação dos índices socioeconômicos e urbanísticos, como renda, desemprego, violência, moradia.

5 Disponível em: <[http://www.observatoriodasmegacidades.net/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=1184%3Alivro-%E2%80%9Cmegaeventos-impactos-da-copa-e-olimp%C3%ADadas-no-brasil%E2%80%9D&Itemid=167](http://www.observatoriodasmegacidades.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1184%3Alivro-%E2%80%9Cmegaeventos-impactos-da-copa-e-olimp%C3%ADadas-no-brasil%E2%80%9D&Itemid=167)>. Acesso em 10/09/2015.



Dados do censo demográfico do IBGE de 2010 foram utilizados pelo Instituto Municipal Pereira Passos (IPP) do Rio de Janeiro, para demonstrar que dos mais de seis milhões de habitantes do Município do Rio de Janeiro, 22% - 1,4 milhão - mora em favelas, com 76% destes domicílios sendo próprios. Estes números indicam que os moradores de favelas representam a maior parte dos potenciais sujeitos passivos de expropriações.

David Harvey afirma que moradia não pode ser vista como *commodity* e que precisamos descobrir primeiro se queremos a cidade para as pessoas ou para o lucro (HARVEY, 2013).

Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ) alerta para a ocorrência de uma “progressiva destruição da cidade, porque a heterogeneidade densa passa a ser eliminada do espaço urbano através de sucessivos processos de segregação”, resultando numa “cidade muito mais desigual” (VAINER, 2014).

Raquel Rolnik, relatora especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU Organização das Nações Unidas para o Direito à Moradia Adequada (2008-2014) contesta em vários trabalhos publicados a visão idealizada da função social da propriedade e de estratégias urbanísticas que acompanhem cânones do bem estar da coletividade, denunciando como estas ocorrem na realidade brasileira, no caso das remoções dos moradores em função das obras voltadas aos megaeventos.

Ermínia Maricato já alertava que se estavam produzindo modelos de urbanização sem urbanidade para a população, devido em grande parte a uma produção ilegal de moradias associado a um urbanismo segregador (MARICATO, 1996).

Ainda conforme observa Boaventura de Sousa Santos, em sua análise do direito das populações oprimidas, como no caso das comunidades removidas e desde sempre consideradas à margem dos direitos de cidadania no interior das grandes cidades do mundo capitalista, com a sua sobrevivência constantemente ameaçada pelos poderosos interesses dos especuladores dos solos urbanos (SANTOS, 2014).

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

A gestão associada entre as esferas de Poder Público e as parcerias com a iniciativa privada em função dos megaeventos esportivos trazem a oportunidade de se concretizarem vultosos investimentos em reurbanização e revitalização da cidade do Rio de Janeiro, trazendo a oportunidade de crescimento e desenvolvimento para a cidade, acompanhada da expectativa de solução de muitos problemas urbanos crônicos.

As políticas urbanísticas são previstas em matriz constitucional sempre fundadas no interesse público e justificadas ao atendimento da função social da propriedade. De forma que em última análise possam proporcionar melhorias sociais para a população através da promoção de uma cidade inclusiva, com melhoria de qualidade de vida para todos.

Em função dos prazos limitados para as obras em função dos megaeventos que culminaram com os Jogos Olímpicos e Paralímpicos no ano corrente, utilizou o governo municipal das desapropriações e remoções na cidade, sempre com a promessa de que o legado final dos megaeventos traria muito mais aspectos positivos aos cidadãos do que as agruras dos sacrifícios impostos para sua produção.

Há, entretanto, obstáculos no caminho destes ideais. O capital empregado nas obras urge por lucros e somente se põe em movimento quando sabe que será multiplicado e remunerará regidamente aqueles que o disponibilizam. Nesta esteira, surgem as injustiças e aumentam as desigualdades.

O que se viu em tempos de Copa do Mundo e em 2016 nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro são estas injustiças e desigualdades. Remoções, desapropriações indenizadas com valores que não atendem as necessidades de uma nova moradia no padrão anterior. Especulação imobiliária desenfreada, com desapropriações de áreas que sequer foram utilizadas para as obras.

Gentrificação das áreas centrais da cidade e expulsão dos antigos moradores por meios diretos e indiretos, seja por políticas de remoção das comunidades para áreas longínquas, seja por não promoção de mecanismos facilitadores de permanência da população de baixa renda nas áreas revitalizadas.

Os incômodos decorrentes da preparação da cidade para a realização dos megaeventos afetam a todos. Para os habitantes que sofreram a violência das remoções, certamente os incômodos foram bem mais impactantes.

O olhar sociológico sobre as obras de megaeventos tem relevância para a sociedade e precisa ser lançado. O olhar crítico facilita a sistematização do cenário e a sugerir soluções, ajudando as ciências sociais a cumprir seu papel de melhorar a vida em sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Jogos Olímpicos terminaram mas ainda permanecem seus efeitos nos conflitos urbanos de diversas ordens como mobilidade, moradia, revitalização de espaços e outros. Situações que ora enaltecem e justificam o manejo da desapropriação, ora caminham em sentido oposto ao da integração social e promoção da dignidade humana. As intervenções urbanísticas em sua maioria representam processos de exclusão e injustiça social, não justificando sua excepcionalidade devido seus impactos e pelas profundas transformações que provoca na dinâmica urbana da sociedade carioca. As intervenções urbanísticas, ao invés de concretizar a união entre os moradores do Rio de Janeiro, bipartiu a cidade e segregou sua população.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. (2006). *Evolução urbana no Rio de Janeiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: IPP.

FERREIRA, João Sette Whitaker. (2014). Um teatro milionário. In: Raquel Rolnik, Andrew Jennings *et alii.*, *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* São Paulo: Boitempo, 2014, 7-15.

GALIZA, Helena. O porto maravilha e a política de reabilitação de áreas centrais. In: Blog da Raquel Rolnik. 16.05.2015. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2015/07/16/o-porto-maravilha-e-a-politica-de-reabilitacao-de-areas-centrais/>>. Acesso em: 18/09/2015

GUIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. (2016). *Conceitos essenciais da Sociologia*. Tradução Claudia Freire. São Paulo: Editora UNESP.

HARVEY, David. Urbanização incompleta é estratégia do capital. Entrevista concedida em 23/11/2013 para Camila Nobrega e Rogério Daflon. Disponível em: <<http://observatorioderemocoos.blogspot.com.br/2013/11/david-harvey-fala-sobreremocoos.html>>. Acesso em 30/09/2015.

MARICATO, Ermínia. (1996). *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec.

ROLNIK, Raquel. Report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non discrimination in this context. In: Human Rights Council. Thirteenth session. Agenda item 3, A/HRC/13/20. Geneva: United Nations, 18 dez. 2009. Disponível em: <<http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/13session/A-HRC-13-20.pdf>>. Acesso em 13/04/2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2014). *O direito dos oprimidos: sociologia crítica do direito*, parte 1. São Paulo: Cortez.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Entrevista concedida em 29/04/2015 para Breno Procópio. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=1184%3Aalivro-%E2%80%9Cmegaeventos-impactos-da-copa-e-olimp%C3%ADadas-no-brasil%E2%80%9D&Itemid=167](http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1184%3Aalivro-%E2%80%9Cmegaeventos-impactos-da-copa-e-olimp%C3%ADadas-no-brasil%E2%80%9D&Itemid=167)>. Acesso em 10/09/2015.

VAINER, Carlos Bernardo. (2014). Rio promove “limpeza urbana” e será mais desigual em 2016. Entrevista concedida em 30/01/2014 para Dario de Negreiros. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/carlos-vainer-com-pretexo-dosmegaeventos-rio-promove-limpeza-urbana-e-sera-cidade-mais-desigual-em-2016.html>>. Acesso em 15/05/2014.

\_\_\_\_\_. (2011). *Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento*. In: ARANTES, O.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes.

## DO DIREITO À POLÍTICA PÚBLICA: A PRODUÇÃO SOCIAL DO MUNDO RURAL NO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**MOREIRA, Maira de Souza**

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense  
maira2513@hotmail.com*

### RESUMO

A pesquisa proposta consiste em realizar uma análise do “Estado em ação” (JOBERT e MÜLLER, 1987) no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Estado do Rio de Janeiro, mais especificamente em seu Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas, no interior do qual é forjada a “política quilombola”, compreendida no universo das políticas públicas que reconfiguram realidades sociais rurais. Com enfoque etnográfico e interdisciplinar, buscamos compreender como os atores produzem a política quilombola no interior do INCRA? Parte-se da problemática de que a produção da política quilombola, isto é, os processos e relações sociais que lhe configuram, são marcadas por diferentes interações, conflitos, distinções e visões de mundo que informam cotidianamente a prática dos atores que constroem a política a partir da instância estatal, contrariamente a concepções mais abstratas e gerais acerca das políticas públicas ou do Estado. Considerando a problemática apresentada, afirma-se que o Estado não se trata de um bloco monolítico, apresentando-se como processo de longa duração marcado por continuidades e descontinuidades no que tange à sua relação com os grupos sociais para os quais se volta a política analisada, pelos valores e as práticas que operam no cotidiano dos agentes públicos envolvidos com sua produção, e pela sua heterogeneidade, que o torna múltiplo e nos desafia a compreender a “produção da política” neste contexto.

**Palavras-chave:** Estado. Quilombos. Etnografia.

### ABSTRACT

The proposed research consists of carrying out an analysis of the “State in action” (Jobert and Müller, 1987) within the framework of the Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária of Rio de Janeiro, specifically in its Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas, interior of which the “quilombola politics” is forged, understood in the universe of public policies that reconfigure rural social realities. With an ethnographic and interdisciplinary approach, do we seek to understand how the actors produce the quilombola policy within INCRA? It starts from the problematic that the production of quilombola politics, that is to say, the processes and social relations that conform to it, are marked by different interactions, conflicts, distinctions and worldviews that daily inform the practice of the actors that construct politics to from the state instance, contrary to more abstract and general conceptions about public policies or the State. Considering the problematic presented, it is affirmed that the State is not a monolithic bloc, presenting itself as a long-lasting process marked by continuities and discontinuities in relation to its relation with the social groups for which the politics analyzed, by the values and practices that operate in the daily life of the public agents involved in its production, and by its heterogeneity, which makes it multiple and challenges us to understand the “production of politics” in this context.

**Key-words:** State. Quilombos. Ethnography.

## INTRODUÇÃO <sup>1</sup>

A pesquisa proposta consiste em realizar uma análise do Estado em ação (JOBERT E MULLER, 1987) no âmbito do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas, vinculado à Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em sua Superintendência Regional (SR-07), correspondente ao estado do Rio de Janeiro, no interior da qual, entre outras ações e atribuições, é forjada a “política quilombola”, compreendida aqui no universo das políticas públicas que reconfiguram realidades sociais rurais.<sup>2</sup>

Neste sentido, partimos da problemática de que a produção da política quilombola, isto é, os processos e relações sociais que lhe configuram, são marcadas por diferentes interações (ocorridas em diversos contextos), conflitos, distinções, e concepções que informam cotidianamente a prática dos atores que *constrõem a política* a partir da instância estatal, contrariamente a concepções mais abstratas e gerais acerca das políticas públicas ou do Estado. Com este trabalho, pretendemos compreender o processo de produção da política pública, de modo a considerar sua dimensão cognitiva, fatores sociais, bem como o contexto de produção.<sup>3</sup> Como os servidores (antropólogos, agrônomos, cartógrafos e outros atores, inclusive os próprios quilombolas) produzem a política quilombola no interior do INCRA?

A política quilombola consiste normativamente em identificar - delimitar - titular territórios em nome de grupos sociais que passaram a ser reconhecidos pelo Estado como comunidades quilombolas, compreendidas como grupos étnicos, “*que existem ou persistem ao longo da história como um ‘tipo organizacional’, segundo processos de exclusão e inclusão que possibilitam definir os limites entre os considerados de dentro ou de fora*” (O’DWYER, 2002, p. 14).<sup>4</sup>

A política pública que motiva o presente estudo está regulada pelo Decreto nº 4.887/2003 e pelo artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), bem como por normas internacionais.<sup>5</sup> A esfera do Direito informa a prática dos servidores públicos, mas esta transcende aquela, desafiando a pesquisa a conhecer a referida política em seus detalhes, nas controvérsias cotidianas e nos processos de decisão marcados por relações e as práticas envolvidas em sua produção.

Afirma-se, portanto que o Estado se trata de um processo de longa duração (Elias, 2006) marcado por continuidades e descontinuidades no que tange à relação que estabelece com os grupos sociais para os quais se volta a política analisada; pelos sentidos atribuídos pelos agentes às práticas que operam em seu cotidiano; e, também,

1 O presente trabalho consiste em uma apresentação preliminar de aspectos constantes da pesquisa de mestrado que se encontra em andamento.

2 Neste sentido, importante coletânea organizada por Grisa e Schneider abarcou um conjunto de políticas públicas de desenvolvimento rural, universo no qual também está compreendida a política quilombola. GRISA, Catia, SCHNEIDER, Sergio (Orgs). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. pp.13-14.

3 LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos. Tradução de Angela Ramalho Vianna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997. pp. 12-20.

4 Note-se que o conceito analítico de grupos étnicos passou a ser mobilizado no cotidiano pelos atores que produzem a política pública analisada. Veremos que a incorporação do conceito se relaciona com a interação constante entre o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas, as Universidades, pesquisadores de longa data e com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Fundamento da categoria jurídica de Comunidades de Remanescentes de Quilombos, grupos étnicos são definidos pela “fronteira étnica que definem o grupo e não o conteúdo cultural por ela delimitado. As fronteiras sobre as quais devemos concentrar nossa atenção são evidentemente fronteiras sociais, ainda que possam ter contrapartida territorial”. BARTH, Fredrik. 2000. O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. p. 34.

5 Notadamente, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho de 27 de junho de 1989, ratificada pelo Estado brasileiro em 19 de julho de 2002 através do Decreto Legislativo nº 143 que entrou em vigor em 20 de junho de 2002.

por sua heterogeneidade interna, tendo em vista que apresenta um quadro complexo de organização e tensões entre diversos imaginários e representações acerca do que deve ser a “ação do Estado”.

O artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), se não inaugurou uma relação entre o Estado e os grupos sociais que pleiteavam seus direitos sobre o território, ao menos apresentou um conjunto de novas interações, e portanto, novos desafios, colocados para aquele no sentido de produzir respostas ou promover ações relacionadas com a demanda contemporaneamente inscrita em seu universo formal.<sup>6</sup> Com a emergência destes novos direitos, *direitos diferenciados*, decorrentes de processos decisórios marcados por grandes tensões e debates entre diversos grupos com interesses conflitantes, tanto na Assembléia Nacional Constituinte de 1987 quanto no decorrer das regulamentações posteriores, o Estado passou a gestar um campo burocrático voltado para a criação e a implementação da política quilombola.<sup>7</sup>

O INCRA, portanto, constitui a realidade empírica desta pesquisa, como contexto no qual ingressamos, no sentido de observar agentes, práticas e relações sociais que produzem a política pública quilombola, e, conectados, podem permitir formular explicações sobre aquilo que é realizado. Neste sentido, a presente pesquisa constitui um esforço descritivo-analítico da política quilombola em ação naquele contexto social específico, que impõe uma série de dificuldades, pois envolve realizar uma pesquisa em um ambiente e com agentes que possuem inúmeros mecanismos de proteção face ao olhar do pesquisador (TEIXEIRA, 2014).

Além disso, procuramos não deixar as questões prementes à sociologia do direito fora de nosso universo de questões. Constatamos em leituras clássicas que há uma separação entre os espaços estritamente jurídicos e aqueles reservados a uma produção política de decisões.<sup>8</sup> No entanto, tais diferenciações já não cabem em uma chave mais contemporânea da disciplina, voltada aos estudos da administração pública. Nesta perspectiva, trata-se de uma sociologia em que tanto a produção de decisões pelos agentes autorizados do mundo jurídico foi dessacralizada pela teoria crítica, revelando seus aspectos políticos e sociais, quanto outros espaços de produção e conformação do direito passam a ser observados como *locus* de produção de decisões. Se em uma chave mais clássica eram objetos autorizados de outras especialidades e aplicações das ciências sociais, atualmente cabe no universo de preocupações de uma sociologia do direito.<sup>9</sup> Dito de outro modo, a ação dos agentes públicos e da administração pública passam a ser objeto de estudo da sociologia do direito.

Assim, em se tratando de uma pesquisa com caráter empírico e interdisciplinar, buscamos desenvolver uma abordagem descritivo-analítica a partir de quatro meses de inserção no interior do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA. A experiência de acompanhamento desse setor da instância estatal nos

6 “Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.”

7 Contribuições sobre as disputas constituintes na ANC (1987), ver: LOPES, Aline Caldeira; QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. Judiciário e Constituição Federal de 1988: interpretações sobre o direito à propriedade privada face à reforma agrária e ao direito ao território quilombola. Revista IDeAs - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro - RJ, v. 4, n. 1, pp. 63-102, jun./jul. 2010.

8 Por exemplo, na abordagem sistêmica sobre o direito em LUHMANN, Niklas. (1983), Sociologia do direito. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, v. I e II.

9 Como por exemplo, em Antropologia, a Antropologia do Estado ou a Antropologia da Política, ou, contemporaneamente da Administração e Governança, ou mesmo a Ciência Política.

permitiu conhecer seus atores, acompanhar as relações constituídas em torno da “produção da política quilombola” e ter acesso às dimensões cognitivas de tomadas de decisões e organização que influenciam diretamente em seus “resultados” - aspectos invisibilizados no processo de incorporação dos mesmos como dados. Para tanto, inserimo-nos no cotidiano destes agentes, realizamos entrevistas (no sentido de conhecer suas trajetórias), analisamos suas produções a partir dos documentos que marcam a atividade burocrática no interior do Estado, bem como acompanhamos uma série de atividades em “campo”, uma vez que o grupo ao qual nos integramos realiza a distinção entre o “campo” e o “escritório” para realizar suas ações.

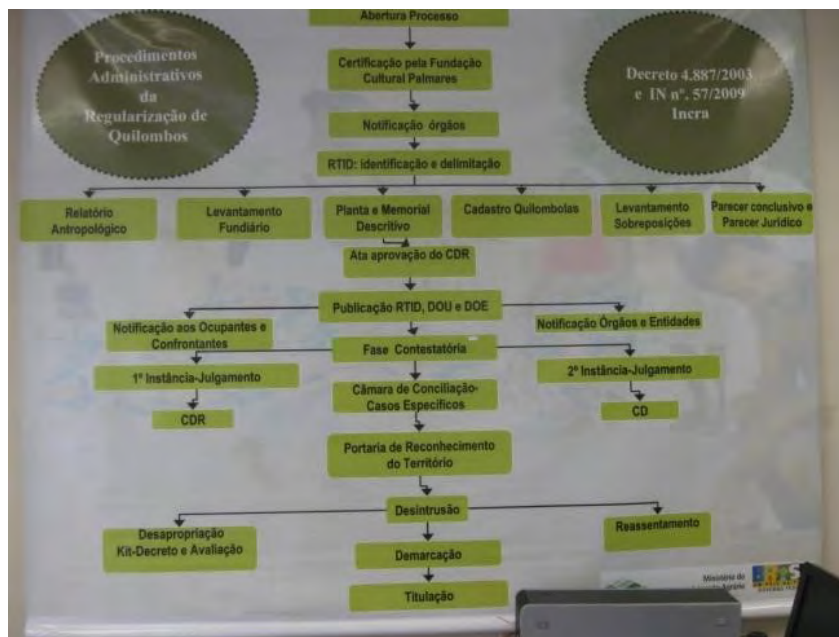
Cumpramos destacar ainda que a pesquisa está sendo realizada em um momento de “crise do Estado” no contexto brasileiro, que passa por redefinições e altera aspectos das relações de poder em torno da política, revelando conflitos e enfrentamentos que se traduzem em limitação ao trabalho realizado pelos agentes públicos no que tange à política pública analisada.

Ademais, comunidades quilombolas em diversos momentos de sua interação com os membros da equipe do serviço quilombola, destacam a insuficiência da política em responder às urgentes demandas colocadas para sua permanência no território. São problemáticas que motivam o presente estudo e a preocupação com uma política que influencia diretamente a vida e as condições de reprodução social daquelas que são consideradas “o público” da política analisada.

## 1. A DESCRIÇÃO DO CAMPO: O SERVIÇO DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Chegamos ao 8º andar do prédio número 522 da Avenida Presidente Vargas. Ali, passaríamos os próximos quatro meses (de agosto a novembro), e logo vimos uma série de caixas com identificações dos lugares onde os materiais estavam dispostos na antiga estrutura. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária mudara de endereço para deixar de pagar um elevado valor de aluguel no Centro do Rio de Janeiro, transferindo-se para um imóvel da União no qual até aquele momento funcionava apenas o Ministério Público Militar (informação fornecida por seguranças do prédio). Entre mesas e estantes, algumas montadas e outras não, um antropólogo procurava organizar o espaço que seria então, novamente, chamado de Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas, ou simplesmente, como preferem os funcionários - “serviço quilombola”.<sup>10</sup> Na parede, encontra-se afixado um grande papel com um esquema que descreve o procedimento de regularização de território quilombola.

<sup>10</sup> Entramos em contato com Miguel Pedro Cardoso, coordenador do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas, para fins de realização da pesquisa poucas semanas antes da visita relatada e o mesmo foi receptivo à proposta da pesquisa.



**Figura 1.** Fluxograma da Política Quilombola. Fonte: (Arquivo pessoal, 2016)

Mas a política quilombola não era feita apenas de etapas previstas e regulações, conhecê-las era indispensável para explicar o que aqueles atores faziam, mas em cada uma destas etapas e entre elas havia ainda todo o contexto em que se passavam aqueles procedimentos.

Naquele momento, o serviço quilombola era uma série de caixas e móveis desmontados, cada qual com os nomes dos funcionários aos quais se destinavam. Perguntamo-nos por que todo aquele tempo e desgaste em identificar qual a mesa de cada um, uma vez que todas pareciam iguais. Mais tarde, compreendemos que há uma grande importância conferida às mesas - e não à toa - cada uma delas estava com o nome de seu usuário. Os funcionários do serviço quilombola (e quiçá grande parte dos funcionários do Instituto) passam a maior parte de seu tempo de trabalho rodeados por uma mesa no interior do INCRA. Lentamente formava-se novamente o “serviço quilombola”.<sup>11</sup>

Naquele momento, o INCRA não passava por transformações apenas de sua sede no estado, a política ganhava novos contornos institucionais que longe de reorganizarem apenas uma “burocracia” (ou como preferem alguns em uma chave mais contemporânea, tecnocracia), passava a constituir novos desafios e novas relações que informavam aquelas práticas cotidianas.

Os servidores costumam organizar sua atuação de modo a considerar como um fator relevante o “quem” está ocupando posições dirigentes (ocupando funções de direção, chefias, coordenação entre outras) da instituição, pois isto determinará, em muitos momentos, os limites e as possibilidades de suas ações, bem como os motivos utilizados para fundamentar a necessidade de determinada ação, visando sua aprovação pela instância superior. Lançando mão de termos usados pelos atores, o “quem” ocupa determinará a “gestão” mais ou menos eficiente da política e da autarquia.

<sup>11</sup> Perguntados sobre o porquê da não contratação de uma empresa de mudança para montar o espaço, como é sabido que outras instituições o fazem, os funcionários não hesitavam em responder que o INCRA estava “quebrado”.



Para os funcionários do serviço quilombola, a avaliação quanto aos seus dirigentes estava inscrita em uma dinâmica de distinções, seja entre grupos profissionais (e seus respectivos discursos competentes), seja referenciada na distinção entre “técnica” e “política”, termos que naquele contexto expressam a origem da indicação (o “quem indicou”), as trajetórias de vida dos indicados - se estão referenciadas em atuações a partir de sua formação profissional, em funções de assessoramento técnico dentro da autarquia com a elaboração de pareceres, análises de viabilidade de determinados projetos etc, ou, se, por outro lado, estão (trajetórias de vida) referenciadas à política partidária, à relação com movimentos sociais e pela ausência de relação prévia entre aquele ator e o órgão estatal.

O antropólogo que nos recebeu no campo estava imerso entre caixas de processos, destoando de qualquer idealização que se faça do trabalho antropológico ser um trabalho em campos em abertos. Recordamos de uma pergunta de Latour e Woolgar (1997, p. 13): *“E o que dizer dos antropólogos de gabinete que jamais estiveram em campo?”*. Nossa “tribo” não pode ser caracterizada como se nunca tivesse realizado inserções no campo, mas, de fato, passava bastante tempo imersa no “escritório” (denominação dada por um dos antropólogos para diferenciar do tempo em que está em “campo”)<sup>12</sup>, são termos que demarcam espaços de ação, interação e que constituem o cotidiano destes atores. Entre o campo e o escritório, aquele grupo possui uma determinada forma de organização, modos de comunicação, certos processos de pensamento, um conjunto de relações e trajetórias sobre os quais não havia sido feito, até este momento, o investimento de conhecer e compreender. Conhecer a política quilombola no estado do Rio de Janeiro, implicava em conhecer estes atores e seus contextos de atuação, suas atividades e as relações que giram em torno da produção da política.

### 1.1 A equipe do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas

A equipe do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas é constituída por cinco antropólogos e um agrônomo; os cartógrafos estão inseridos em outro serviço (setor), a “Cartografia” - que também pertencente à Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, e são chamados a contribuir nesta política sem estarem vinculados diretamente a ela no organograma da Superintendência Regional.<sup>13</sup>

A divisão do espaço ocorre de modo a separar os funcionários responsáveis pelo cadastro de imóveis, daqueles da cartografia, que, por sua vez, estavam separados do “serviço quilombola”. Cada um cumpre um papel diferente voltado aos interesses do órgão, que uns diziam ser “produzir políticas fundiárias”, outros “controlar a malha fundiária” e, ainda havia aqueles que entendiam prioritariamente “o trabalho para a Reforma Agrária ou para os quilombolas”.<sup>14</sup>

Com a utilização de divisórias, o INCRA se fragmenta entre diversos grupos de atuação e entre diferentes atribuições. Mas de que modo elas se conectam e se comunicam? A

12 Entrevista realizada com o Antropólogo Renan Prestes em 13 de outubro de 2016 na sala de almoço do INCRA-RJ.

13 Os antropólogos são incorporados no INCRA a partir da carreira de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, com habilitação em Antropologia. Os concursos para provimentos deste e outros cargos foram realizados em 2005, 2010 e 2014 pela autarquia.

14 Esta divisão representa um importante fator nas relações que são estabelecidas e como as políticas se hibridizam, pois como soubemos tempos depois, os agrônomos, cartógrafos e demais profissionais com qualificação “técnica” de ensino superior se revezavam durante sua trajetória funcional entre diferentes setores do INCRA, o que só recentemente passou a acontecer com os antropólogos, que quando constituíam um número ínfimo de pessoas dentro do órgão, eram aproveitados para o trabalho no setor quilombola, ao qual estariam melhor habilitados pela sua formação. Todavia, tendo a autarquia recebido mais uma antropóloga, e, as chefias compreendendo que o serviço quilombola já estava “completo” e havia falta em outros setores, deslocaram a antropóloga que acabava de entrar para o trabalho na Superintendência, com afazeres “burocráticos e administrativos”.

comunicação entre aqueles diversos atores é feita mediante processos administrativos, estes circulam o tempo inteiro na autarquia, garantindo a comunicação entre os funcionários, que coordenam suas ações por meio dos documentos que são gerados a cada etapa do processo. Mas, se nas repartições públicas, nas instâncias estatais, os documentos assumem importante destaque para a compreensão do que os atores fazem, e de como produzem, por outro lado, há um sem número de comunicações diárias, orais, não formalizadas em documentos ou mesmo em procedimentos, que garantem em muitos momentos tomadas de decisões, embora não sejam registrados ou deixem explícito seu processo produtivo.

De fato, esse constitui um dos motivos para a importância que atribuímos para o estudo da política que “está sendo feita”, pois não bastava ter acesso ao que eles dizem formalmente em seus atos, mas ao como constroem aquilo que chega a assumir a forma de um documento, ou de uma tomada de decisão geral, que gera inúmeras consequências tanto para a realidade social na qual a política intervém, mas também para o quadro de produções da política, atribuindo-lhe resultados.

Perguntado sobre o que era feito após a titulação da comunidade quilombola, o antropólogo respondeu que “*o Incra só tem a atribuição de titular, depois a atribuição é da Fundação Cultural Palmares*”. Apesar da idéia geral de “produzir a política” indicar para isto como um certo objetivo a ser alcançado, não necessariamente ele era o único objetivo a motivar a ação dos atores envolvidos ali, e sem dúvida, o que significava “produzir a política” para cada um deles parecia ser bastante diferente, embora conectado. O “produzir a política” segundo a norma (a idéia geral), que dava ordem ao conjunto múltiplo de casos, significava que cada um dos casos constitui uma comunidade quilombola, a qual deve ser conferido título definitivo de propriedade em nome da associação quilombola, título este afetado com cláusulas que tornam aquela forma de propriedade impenhorável, inalienável e imprescritível.

Recentemente, a ideia de produzir a política tinha passado por algumas alterações, Miguel ressaltou que “*foram ampliados para alcançar as comunidades quilombolas diversas políticas pelas quais o INCRA só era responsável no caso da Política de Reforma Agrária, para os agricultores familiares*”. Isto nos chamou atenção, pois, aos poucos, a política ganhava novos contornos que eram incorporados e naturalizados na prática cotidiana dos agentes, mas que decorreram de uma série de debates e controvérsias, em torno do que deveria ser ou não feito pela autarquia, ou mesmo de quais seriam as responsabilidades daquele órgão estatal para com um grupo social específico. A decisão que estendeu aquelas políticas ao caso quilombola foi normatizada e ganhou um novo *status* na prática dos atores, que passavam a tratá-la como um dado adquirido a ser operacionalizado.

Além disso, enquanto as comunicações cotidianas e informais manifestavam a insatisfação dos atores com determinados procedimentos que tornavam a política lenta e incapaz de responder a demandas emergenciais, nas comunicações formais eles buscavam responder à necessidade de realizar e atender a certas etapas, normas de ação e a limites colocados para elas.

Antes da publicação do Decreto nº 4887 de 2003, durante o governo Lula (2002-2005; 2006-2010), a atribuição pela titulação das comunidades era realizada pela Fundação Cultural Palmares que expediu 12 títulos em todo o Brasil desde a previsão constitucional

do artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), mas estes títulos não conseguiram ser registrados pela ausência de desapropriação do proprietário atual do imóvel.



**Figura 2.** A disposição das mesas de trabalho. Fonte: (Arquivo pessoal, 2016)



**Figura 3.** A disposição das mesas de trabalho II. Fonte: (Arquivo pessoal, 2016)



**Figura 4.** A organização dos processos. Fonte: (Arquivo pessoal, 2016)

Pouco tempo depois de nossa inserção no campo, perguntamos aos servidores do serviço quilombola se em algum momento foram pesquisados, momento em que responderam que até então, suas experiências mais próximas disso, consistiram em dar entrevistas sobre seu trabalho acerca de um caso específico ou outro, ou aspectos do conflito em uma dada região. Nunca, até aquele momento, “o que eles fazem” tinha sido alçado ao lugar de tema de pesquisa, a uma posição de centralidade em um trabalho.

Haviam se acostumado à proteção que a sua participação tangencial nas pesquisas lhes conferia. De forma rarefeita, apresentavam aspectos do seu trabalho, mas ainda não tinham o feito de forma sistemática.

## **1.2. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a Política Quilombola**

Os antropólogos, agrônomos, cartógrafos que acompanhamos, “quadros técnicos” da autarquia na Regional do Rio de Janeiro, no cotidiano de trabalho, lançam suas avaliações sobre quais devem ser os critérios utilizados pelos funcionários de Brasília para avaliar os processos administrativos que chegam até eles, sendo esta rede de realização da política quilombola um quadro complexo de relações, sujeitos e ações. De que forma esta estrutura é mobilizada pelos atores e quando ela representa impulso e limitação às suas ações?

Quanto ao espaço de tomada de decisões, revela-se importante as competências dos Comitês de Decisão Regional aos quais compete aprovar procedimentos, atos normativos e operacionais; encaminhar ao Conselho Diretor para deliberação, procedimentos, atos administrativos e operacionais que ultrapassem suas alçadas de decisão; propor e fundamentar para apreciação do Conselho Diretor normas gerais que tratem de alterações e simplificações de procedimentos operacionais, normas e

regulamentos, com vistas ao aprimoramento e agilização do processo de tomada de decisão; e, apreciar outros assuntos que lhes forem submetidos pelo Conselho Diretor.

Considerando que a pesquisa proposta centra sua análise sobre as práticas desenvolvidas no Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas encontrado na Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, devemos considerar as atribuições desta divisão. A competência da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária é um importante começo para tal tarefa, na medida em que lhe compete: a) propor normas gerais e coordenar a execução das atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos; b) propor a indenização decorrente da ação de desinversão de área quilombola.

O ingresso da política quilombola como parte das atribuições do INCRA poderia ser visto a partir de um olhar rápido da realidade do Instituto, como algo que foge ao seu conjunto histórico de ações, mas em outra perspectiva, que busca tomar como problema o ato de inserção da política em seu interior, verificamos que também é possível encontrar outras perspectivas quanto a este fato. Alguns entendem que a autarquia assumiu a política quilombola por conta de sua expertise no que tange à políticas fundiárias (é o caso dos antropólogos de nossa pesquisa), outros (atores externos que avaliam a política a partir de pesquisas), indicam que há uma grande contradição no movimento de inserção da política como parte das atribuições do INCRA, pois há um desencaixe entre suas atribuições e a proposta da política, que tem conteúdo de reparação histórica ou de uma ação voltada à cultura e à diversidade, gerando uma espécie de inadequação entre a política e o ator ao qual foi conferida a tarefa de realizá-la.

Ora, a política pública estudada, ao ser transferida de um órgão para outro (da Fundação Cultural Palmares - FCP para o INCRA), não passa apenas por uma mudança "burocrática" (como se burocracias fossem formas destituídas de projetos ou conteúdos políticos), assumindo conteúdos cada vez mais relacionados às tarefas realizadas pelo Instituto até aquele momento.

## **2. MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO: O ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O ENFOQUE ETNOGRÁFICO SOBRE O ESTADO**

A temática das políticas públicas que passou a ser tratada no campo de produção brasileiro como sub disciplina<sup>15</sup>, encontra-se em muitos aspectos, no espectro de incidência de diferentes áreas do conhecimento, quando não, no limiar deles. Tal fato nos coloca o desafio de situarmos nossa pesquisa entre tantas possibilidades.

Uma primeira ressalva válida é de que nossa pesquisa, que encontra seus aportes menos nos saberes jurídicos tradicionais e mais naqueles produzidos nas ciências sociais - em sociologia e antropologia mais especificamente, quando mobiliza o sistema de direitos e as instituições político-jurídicas o faz em perspectiva, não a partir dos pressupostos da ciência jurídica tradicional que muitas vezes encerram e limitam nossas possibilidades de análise, nem mesmo assume como verdade as lógicas próprias daquelas instituições. Opta, portanto, por um olhar antro-po-lógico, não apartado de alguma sócio-lógica.

15 Neste sentido, com abordagem a partir de enfoque antropológico: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; CASTRO, J.P.M.E. Política(s) Pública(s). In: PINHO, Osmundo; SÂNSONE, Lívio (Ed.). Raça. Perspectivas Antropológicas. Salvador: ABA; EDUFBA, 2008. p. 141-193. Em uma chave mais próxima da Ciência Política, SOUZA, Celina. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 18, n. 51, p. 15-20, Feb. 2003.

As relações entre antropologia e direito foram exploradas principalmente por antropólogos e menos por juristas, salvo produções recentes que se encontram nos marcos de políticas científicas voltadas para a chave da produção interdisciplinar.<sup>16</sup> Com efeito, seguimos nosso trabalho, revelando formas de compreender certos fenômenos estatais com os quais nos depararemos ao longo da pesquisa, privilegiando um olhar antropológico sobre eles.

Em uma coletânea destinada a um público amplo, conforme ela mesma informa, realizou-se uma organização do campo da antropologia, a partir da apresentação de cada subdisciplina, ou campo temático. É assim que, em *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. Antropologia*, encontramos o texto de Souza Lima e Teixeira (2010), em que o antropólogo e a antropóloga apresentam um “survey da literatura” existente quanto ao âmbito temático que abordam.<sup>17</sup> Os antropólogos atentam para o fato de existirem diferentes sentidos atribuídos à expressão administração pública, sendo o termo público objeto de um sem número de outros sentidos, que multiplicam as definições possíveis de administração pública. Neste sentido, apresentam algumas das definições, retiradas de verbete de Pollit (1996) que podem ser atribuídos à expressão administração pública, quais sejam: “(1) a atividade de servidores públicos; (2) a estrutura do governo executivo; e (3) o estudo sistemático dos dois primeiros” (SOUZA LIMA E TEIXEIRA, 2010, p.54).

A definição de administração (“pública”) dos antropólogos é alargada de maneira a abarcar inúmeros aspectos de sua conformação no cenário brasileiro

Assim, por administração não entendemos apenas a administração (“pública”) governamental direta (municipal, estadual e federal), seja em sua morfologia, operação cotidiana - nas práticas estruturantes e estruturadas pela história institucional e pela interação de seus funcionários - seja em seus aspectos normativos. Consideraremos como parte desse domínio a própria forma social acreditada como ordenando uma coletividade (no caso do Estado Nacional brasileiro, o regime republicano e a democracia), na qual se combinam crença e materialidade, por exemplo, na divisão de poderes<sup>17</sup> (Executivo, Legislativo e Judiciário). Incluímos, assim, o jogo político partidário e a esfera do Direito, entre tantas outras coisas, como por exemplo, organizações ditas não governamentais que exercem “funções de Estado” à luz dos diplomas legais que jurídico-politicamente ordenam a coletividade brasileira; e redes articuladas de agências de cooperação técnica internacional governamental e não governamental, sem as quais o próprio funcionamento do que é tido como administração direta no Brasil não é compreensível neste momento. Juntem-se a isso segmentos do empresariado e do “mundo do mercado” imbricados profundamente no funcionamento real da “máquina pública”. (SOUZA LIMA E TEIXEIRA, 2012, p. 55).

Da definição dos antropólogos, aproveitamos para a proposta desta pesquisa, o conceito de administração, buscando dar ênfase à análise da política quilombola, tomando o INCRA como um ator da administração governamental direta federal, tendo como foco a conexão entre os fatores sociais mencionados como morfologia,

<sup>16</sup> É justamente neste ponto da pesquisa interdisciplinar que se aproveita do *modus operandi* da antropologia para abarcar questões empíricas da produção do direito na chave das políticas públicas que a presente pesquisa busca incorporar questões destas disciplinas.

<sup>17</sup> TEIXEIRA, C. e SOUZA LIMA, A.C. (2010), “A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão?”. In C. Martins e L.F. Duarte, *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. Antropologia*. São Paulo, ANPOCS, pp. 51-96.

operação cotidiana, práticas estruturantes e estruturadas pela história institucional e a interação entre seus funcionários e, ainda, em seus aspectos normativos.<sup>18</sup>

Neste sentido, prestamos atenção no fato de que as políticas públicas são forjadas também em contextos da administração pública, ou seja, por gestores públicos, ou policy makers.

Trabalhos como o de Pacheco de Oliveira, que buscou descrever “os aparelhos de poder, integrados por redes de papéis, recursos e indivíduos, dirigidos por habitus e rotinas que se concretizam em normas e programas, atravessados por hierarquias e contextos de tomada de decisões” (PACHECO de OLIVEIRA, 1998, p.8), apontavam naquele momento para a necessidade de observação direta das práticas do Estado na relação com grupos sociais diversos, com foco na política indigenista.<sup>19</sup>

Souza Lima e Castro (2008), abordando o tema das políticas públicas com especial atenção para as contribuições da antropologia, chamam atenção para o fato de que a proposta de estudar políticas públicas a partir da antropologia social implica em “suspender a idéia de público como qualificativo para os fins das ações de Estado” (SOUZA LIMA e CASTRO, 2008, p. 24), que podem ser melhor descritas como políticas governamentais.

Um segundo obstáculo reconhecido pelos antropólogos constitui em não conceber uma antropologia das políticas públicas como um fim em si mesmo, mas como uma parte necessária de “um estudo antropológico do Estado” (SOUZA LIMA E CASTRO, 2008, p. 25), isto implica nos defrontarmos com o conceito de Estado.

Cumpra também abordar o Estado, compreendendo-o como processo de longa duração (ELIAS, 2006), de forma a reabilitar as dinâmicas de longa duração. Assim, é possível romper com construções teóricas que lancem o objeto analisado a um estado imutável ou a uma condição permanente.

Nesta perspectiva, o estudo das políticas públicas, ou melhor, das políticas governamentais, permite abordar o Estado de maneira a trazer a lume seu aspecto mutável, dinâmico e heterogêneo pondo diversos fatores sociais em conexão. Além disso, as políticas voltadas à diversidade, abordada aqui a partir de seu aspecto fundiário, apontam para mudanças específicas na distribuição de poder entre governantes e governados, e, ao mesmo tempo, apresenta inúmeras contradições nesta relação, embora estejam voltadas a idéias de aprofundamentos democráticos ou práticas reparatórias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a pesquisa apresentada ainda se encontra em andamento, os resultados alcançados são, em verdade, dados preliminares de campo que nos permitem conhecer de forma aproximada a produção da política no interior da instância estatal. Identificamos questões que organizam as práticas dos agentes ali inseridos, a partir

18 Apesar dos limites da pesquisa, entendemos que conceito alargado de administração proposto pelos antropólogos, permitem inclusive abarcar aspectos das relações historicamente estabelecidas pelo Estado brasileiro em relação aos grupos sociais para os quais se volta a política analisada, que embora, reconheçamos tal problemática não é possível abordá-la no espaço deste trabalho.

19 De acordo com os autores esses estudos em antropologia estiveram referenciados a uma Antropologia do Estado, das Políticas Públicas ou do Poder no cenário internacional, possuindo diferenças com relação a chamada Antropologia Política.

dos diferentes discursos competentes que atuam na produção da política gerando questões na definição dos territórios e criando uma série de controvérsias.

Além disso, o que poderia ser compreendido como uma política cultural, no interior do INCRA, assumiu uma posição de política fundiária sobre a qual o órgão atua a partir de uma memória institucional mobilizada pelos seus agentes na realização de suas atividades cotidianas, seja para aprender um certo modo de atuar, seja para transplantar práticas já exercidas em outras atribuições do órgão para a política quilombola, buscando criar metodologias de trabalho e de funcionamento que vão desenhando a “produção da política” em seu interior.

Durante a pesquisa, portanto, percebemos diversas questões que marcam o cotidiano da política pública analisada como por exemplo: (a) as diversas disciplinas que, no interior do Instituto, passam a atuar na definição dos territórios quilombolas; (b) as diferentes perspectivas que assume a ação do Estado na delimitação do território, ora na chave do reconhecimento, ora como ação fundiária; (c) a percepção interna sobre a relação com a Universidade nos procedimentos de identificação e delimitação dos territórios, em muitos momentos compreendida como necessária, mas ao mesmo tempo com tensões entre o “olhar do pesquisador” e o “olhar do servidor”; (d) a incorporação da discussão socioambiental como fundamento da delimitação do território de determinado modo em alguns dos casos. São alguns dos dados etnográficos colhidos a respeito deste fazer cotidiano da política pública analisada que permitem conhecer aspectos da produção da política.

## REFERÊNCIAS

AGUIÃO, Silvia. Produzindo o campo, produzindo para o campo: um comentário a respeito de relações estabelecidas entre “movimento social”, “gestão governamental” e “academia”. In: Sérgio R. R. Castilho; Antonio Carlos de Souza Lima; Carla C. Teixeira (orgs.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014. pp. 115-126.

BARTH, Fredrik. O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas. (organização de Tomke Lask). Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2010.

CARNEIRO, Maria José. O rural como categoria de pensamento. In: *Ruris*, vol 2, n. 1, Campinas: UNICAMP/IFCH, março de 2008, pp. 9-38.

CUNHA FILHO, Sergio de Britto. A Constituição de 1988 e a diminuição do poder estatal de desapropriar os imóveis rurais para fins de reforma agrária. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Direito, 2007. Dissertação de Mestrado.

ELIAS, Norbert. Processos de formação do Estado e construção de nações. In: NEIBURG, Federico; WAIZBORT, Leopoldo (Org.). *Norbert Elias. Escritos e ensaios: estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. pp. 153-165.

GRISA, Catia, SCHNEIDER, Sergio (Orgs). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

JOBERT, Bruno; MULLER, Pierre. *L'Etat en action: Politique publiques et corporatismes*. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.



LATOURE, Bruno; WOOLGAR, Steve. A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos. Tradução de Angela Ramalho Vianna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LOPES, Aline Caldeira; QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. Judiciário e Constituição Federal de 1988: interpretações sobre o direito à propriedade privada face à reforma agrária e ao direito ao território quilombola. In: *Revista IDEAs - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro-RJ, v. 4, n. 1, jun./jul. 2010, pp. 63-102.

MULLER, Pierre. L'analyse cognitive des politiques publiques: vers une sociologie politique de l'action publique. In: *Revue française de science politique*, 50<sup>o</sup> année, n<sup>o</sup>2, 2000. pp. 189-208.

\_\_\_\_\_. Les politiques publiques. Paris: PUF, 5a Edição, 2004. NADER, Laura. Up the anthropologist: perspectives gained from studying up. In: Dell H.

Hymes (Ed.) *Reinventing Anthropology*. New York: Pantheon Books, 1972. p. 284-311.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Do rural ao urbano no Brasil. In: SZMRECSANYI, Tamas; QUEDA, Oriowaldo (Orgs.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. A Magistratura Fluminense: seu olhar sobre as ocupações do MST. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005, Dissertação de Mestrado;

\_\_\_\_\_. Poder Judiciário e conflito de terra: a experiência da vara agrária do sudeste paraense. Rio de Janeiro, UFRRJ, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2011. Tese de Doutorado.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (org). Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

\_\_\_\_\_; CASTRO, João Paulo de Macedo e. Políticas Públicas. In SANSONE; Lívio; PINHO, Osmundo (ed). *Raça: Novas Perspectivas Antropológicas*. Brasília; Salvador: ABA; EDUFBA. pp. 351-392.

TEIXEIRA, Carla Costa. Pesquisando instâncias estatais: reflexões sobre o segredo e a mentira. In: CASTILHO, Sérgio R. R; LIMA, Antonio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla Costa. (orgs.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2014, pp. 33- 42.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, pp. 36-46.

VIANNA, Adriana. 2014. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: Sérgio R. R. Castilho; Antonio Carlos de Souza Lima; Carla C. Teixeira (orgs.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2014, pp. 43-70.

BRASIL. *Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil* .

BRASIL. *Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003* - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

BRASIL. *Decreto nº 5.051, de 19 de Abril de 2004* - Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

## ENTRE O RURAL E O URBANO: O FORTALECIMENTO DAS REDES AGROECOLÓGICAS A PARTIR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DOS MOVIMENTOS ORGANIZATIVOS DE FEIRAS ORGÂNICAS

**CÂMARA, Andreza A. Franco**

Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense.  
Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pelo PPGSD/UFF  
*andrezafc@hotmail.com*

**MIRANDA, Napoleão**

Coordenador do PPGSD/UFF. Professor Associado IV da  
Universidade Federal Fluminense.  
Doutor em Ciências Humanas do IUPERJ  
*napomir@gmail.com*

**FERREIRA, João Pedro Pimentel**

Graduando em Direito pela UFF/ICM. Bolsista FAPERJ  
*jppf222@gmail.com*

### RESUMO

As dificuldades impostas às atividades agrícolas no município de Macaé fez com que novas formas de ocupação e uso do solo se desenvolvessem ao longo do tempo. A despeito do prognóstico de desaparecimento da atividade agrícola nessas regiões, é preciso compreender a persistência da pequena produção familiar não apenas a partir de aspectos meramente econômicos, mas considerando sua multifuncionalidade (CARNEIRO, 2007), e a importância de sua dinâmica para a reprodução social destes grupos. A proposta em estudar esses atores e suas dinâmicas visa o fortalecimento de redes de cooperação técnicas já existentes nesses territórios orientadas à defesa do território, à produção agroecológica, à agroindústria, ao mercado e a economia solidária. Esse artigo, portanto, está alinhado com os referenciais teóricos da nova sociologia econômica, particularmente voltados aos estudos de construção social de mercados (BOURDIEU, 2005, FLIGSTEIN, 2001; 2002) e dos novos movimentos sociais econômicos (WILKISON, 2007, COMUELLO, 2012), que estudam o uso de mecanismos econômicos pelos movimentos sociais para responder as demandas sociais.

**Palavras-chave:** Redes. Agroecologia. Economia solidária.

### ABSTRACT

The difficulties imposed on agricultural activities in the municipality of Macaé have meant that new forms of occupation and land use have developed over time. In spite of the prediction of the disappearance of agricultural activity in these regions, it is necessary to understand the persistence of small family production not only from purely economic aspects, but considering its multifunctionality (CARNEIRO, 2007), and the importance of its dynamics for social reproduction Groups. The proposal to study these actors and their dynamics aims to strengthen technical cooperation networks already existing in these territories oriented to the defense of the territory, agroecological production, agroindustry, the market and solidarity economy. This research, therefore, is in line with the theoretical references of the new economic sociology, particularly oriented to the studies of social construction of markets (BOURDIEU, 2005, FLIGSTEIN, 2001, 2002) and new economic social movements (WILKISON, 2007, COMUELLO, 2012 ), Who study the use of economic mechanisms by social movements to respond to social demands.

**Key-words:** Networks. Agroecology. Solidarity economy.

## INTRODUÇÃO

As práticas agrícolas historicamente estabelecidas em Macaé, apesar de serem dotadas de relevância econômica e social, vivem um processo crescente de invisibilização impostas por representações dominantes sobre as feições urbanas e industriais, destacadamente a do petróleo, e inexistência de atividade referente à agricultura familiar estimulada pelo setor chaves de produção do agronegócio.

As famílias que dependem da renda das atividades agrícolas estão nesta região há mais de uma década e vem sofrendo com a expansão urbana, com as transformações nas relações de produção e de mercado, e em alguns casos, com as restrições de órgãos ambientais, orientados por uma perspectiva de incompatibilidade entre a presença humana e a conservação da natureza.

Além das dificuldades dos produtores para a renovação de seus quadros, de mobilização de novos membros e equacionamento de conflitos internos e de gestão que são comuns às associações e grupos comunitários, há também um público ainda mais vulnerabilizado nessas regiões que não pode ser qualificado de agricultor, apresentando atividades extrativistas ou de trabalhadores rurais, desenvolvendo trabalhos temporários precários. Outras famílias, contudo, passaram ou estão passando por um processo de descampesinamento, e em diversos casos, vivem em condições precárias de moradia e saúde, entre outros indicadores.

A partir desse cenário, a proposta de realização deste artigo, voltado ao desenvolvimento rural a partir da integração entre práticas de agricultura com a economia solidária foi entendido pelos articulistas como uma oportunidade de equacionar as múltiplas questões que se apresentam nesses territórios, com base nas diretrizes instituidoras do Programa de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo Oliveira (PDS), sob a perspectiva na crença no papel das instituições (FREY, 2004), sobretudo voltadas ao ensino e a pesquisa, que exercem uma função reguladora, relacional e cultural e fornecem parâmetros para que grupos comunitários possam se engajar em questões públicas.

Assim, temas tais como agricultura familiar, agrobiodiversidade e desenvolvimento local devem estar articulados em uma abordagem territorial (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1994). Este ensaio, portanto, orientado por novas perspectivas sobre as relações entre rural e urbano e sobre as possibilidades de associações da agricultura, se propõe a atuar sobre estes espaços tidos como vulneráveis, a partir da narrativa de ações de pesquisa e extensão já desenvolvidas, que fortalecem os sistemas agroalimentares da região macaense, em especial, do grupo de agricultores familiares residentes no espaço hoje destinado a criação do Programa de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo Oliveira pelo INCRA, em sua dimensão pública e de organização da sociedade civil, fortalecendo as redes de cooperação técnicas já existentes nesses territórios, como componente da cultura alimentar, além de fortalecer os vínculos já construídos, baseados na categoria central da economia solidária.

Desse modo, pretende-se analisar as organizações ligadas à produção que envolvem agricultura familiar, bem como aquelas que atuam no campo da Economia Solidária, necessitando, assim, de aprofundamentos teóricos que tratem do campo de atuação e dos diversos debates a respeito do sistema de produção capitalista<sup>1</sup>.

1 Conforme acentua Oliveira (1991, p. 111) o capital ao realizar a expropriação do trabalhador cria as condições sociais para mostrar a outra face do seu processo de reprodução, a exploração do trabalhador que já foi expropriado.

## 1. A TRAJETÓRIA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OSVALDO DE OLIVEIRA

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira foi instituído pela Portaria da Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro. A área possui 1.539,76 hectares, que compõem a antiga Fazenda Bom Jardim, localizada no distrito de Córrego do Ouro, município de Macaé, região Norte do Rio de Janeiro.

A área pertencia à empresa de rádio Campos Difusora Ltda, no Norte Fluminense, e foi arrendada ao empresário rural José Antônio Barbosa Lemos, sócio-proprietário da mesma empresa, ex-deputado estadual e ex-prefeito de São Francisco de Itabapoana, município daquela região. Contudo, a área foi considerada improdutiva pelo INCRA em 2006, por não cumprir a sua função social e ambiental. No ano de 2010, a área foi declarada de interesse social para fins de Reforma Agrária pelo Decreto Presidencial e o INCRA foi imitado na sua posse em 28 de fevereiro deste ano.

Em setembro do mesmo ano, o assentamento foi ocupado por cerca de 200 famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Ao longo desse período, o local foi palco de diversos conflitos, entre os quais, quatro despejos de famílias acampadas, por ordem judicial. O mais violento aconteceu em 17 de novembro de 2010, quando a polícia exigiu que os acampados retirassem seus pertences em poucos minutos. Após saírem, os barracos foram incendiados.

Novamente, no ano de 2015, houve a tentativa de retomar a área ocupada através de uma Ação Civil Pública (ACP) proposta pelo Ministério Público Federal da Seção de Macaé. Todavia, após audiências públicas realizadas na Câmara de Vereadores de Macaé e na Vara Federal de Macaé, e a apresentação de contra laudos fornecidos pelo Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, o magistrado federal que julga a Ação Civil Pública resolveu suspender os efeitos da decisão que determinou a reintegração ao INCRA.

Entre os anos de 2012 a 2014, foi aprovado o Plano de Utilização do PDS Osvaldo de Oliveira pelo Conselho Gestor, composto por membros do poder público, sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa. Parceiros como universidades, Prefeitura Municipal de Macaé, órgãos ambientais, Embrapa Agroecologia e MST, além do INCRA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário compõem este conselho.

Essa territorialidade específica, que vem sendo trabalhada pelo MST incorporando também como público-alvo de suas ações, nesses territórios, moradores sem organização, sem vínculos com políticas públicas e sem acesso à informação e à comunicação e que apresentam trajetórias de vida vinculadas a uma cultura rural. Além de sofrerem um processo de invisibilização de suas demandas processuais, também padecem de acesso aos equipamentos públicos necessários à existência digna.

Atualmente, os assentados encontram-se em fase de plantio de produção agroecológica comercializada em feiras orgânicas organizadas pela mesorregião macaense, que serão tratadas no próximo item.

## 2. AS FEIRAS SOLIDÁRIAS AGROECOLÓGICAS: APROXIMAÇÃO DA UNIVERSIDADE À LUTA CAMPESINA

As Feiras Solidárias Agroecológicas são abertas à participação de membros externos aos centros de pesquisa e extensão e dos produtores do PDS Osvaldo de Oliveira, sendo composta por diversas entidades e coletivos organizados com o propósito de estimular o consumo solidário e orgânico. A ideia surgiu com uma entidade chamada Coletivo Macaense de Consumo Solidário (CoMaConSol), que iniciou os contatos com agricultores e pessoas que pretendiam fomentar o desenvolvimento da alimentação saudável, agroecologia e solidariedade mercantil.

Outrossim, sustentadas por estudos dedicados às relações campo-cidade e que ajudam a compreender sob uma perspectiva histórica a situação em que hoje vivem produtores inseridos em territórios, como no caso do PDS Osvaldo Oliveira que, embora classificados como urbanos ou periurbanos por suas prefeituras, preservam modos de vida ligados às práticas agrícolas, perpetuam valores e representações ligadas ao universo rural e lutam para manterem-se como pequenos agricultores familiares. Essas Feiras são espaços em que o produtor rural, no modelo de agricultura familiar ou de reforma agrária, podem desenvolver e fomentar as discussões sobre a importância do alimento como ferramenta essencial na construção da política local e mundial.

Além de discutir a subutilização das terras rurais e urbanas dentro dos diversos modelos de desvalorização do território e fomentar a troca de sementes crioulas, compartilhar receitas de comidas tradicionais. Outra finalidade idealizada para essas feiras é a apresentação e venda produtos agrícolas que não fazem parte dos cardápios de supermercado, com o estímulo ao costume de produção agrícola dentro de casa (mesmo que com pequenas hortaliças), trazendo consigo uma dinâmica de ambientação, envolvendo aqueles que transitam pelo território em um cenário pouco comum em seus cotidianos, contudo, de fácil adaptação e rápida aceitação por estes. Objetiva também a reinserção de outras famílias que passaram ou estão passando por um processo de descampesinamento, e em muitos casos, vivem em condições precárias de moradia e saúde.

Queiroz (1978) ao estudar as relações campo-cidade, no Brasil, evidencia como as relações do campesinato com o meio urbano dependem dos tipos de cidades, de suas funções regionais e de sua dependência ou não com o meio rural circundante. Assim, descreve Queiroz (1978), a industrialização que ocorreu em seguida ao aburguesamento das cidades e trouxe uma verdadeira ruptura ao meio rural mais próximo, visto que as cidades não podem mais depender de uma produção agrícola rudimentar e passam a buscar em regiões mais distantes uma produção de massa, através de meios de comunicação modernos e rápidos. Desta forma, as grandes cidades parecem repetir um processo de decadência de sítios tradicionais no seu entorno, à medida que passam a exigir outras formas de abastecimento em massa e de forma mais tecnificada.

2 O desenvolvimento capitalista, de acordo com Oliveira (1991), se faz movido pelas suas contradições, portanto é um processo contraditório e desigual, para que seu desenvolvimento seja possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios. No Brasil, junto com o processo geral de desenvolvimento capitalista, que se caracteriza pela implementação de relações de trabalho assalariadas, a presença de relações de trabalho não-capitalistas como no caso das parcerias e do trabalho familiar camponês.

Nesses territórios podem ser encontradas as dinâmicas, as contradições entre processos econômicos globais<sup>2</sup>, as políticas e projetos de diferentes esferas federativas e suas múltiplas interações e significações com o lugar, com a vida cotidiana.

Desse modo, agricultura familiar é um importante ramo no âmbito da economia solidária, como uma alternativa de inclusão social e de manutenção de famílias no campo, evitando as diversas consequências do êxodo rural. Em contrapartida, são também nesses territórios que nascem os movimentos de transformação social<sup>3</sup>, de produção de novidades (MARQUES, 2009) e inovações, de resistência e contestação das práticas econômicas e culturais dominantes.

Nesse sentido, também são parte orgânica na realização das Feiras os trabalhadores e artistas urbanos, que acolhem a sinergia da comunhão dos saberes e integram a arte “tipicamente urbana” às temáticas ambientais e agrárias. Os artistas urbanos são parte muito relevante na discussão sobre a subutilização dos espaços públicos e privados, pois os mesmos usam o próprio espaço subutilizado para dar sugestão ou criticar a ineficiência dos modelos de gestão de espaço, exatamente como as redes agroecológicas fazem quando produzem em florestas, ou por coleta, ou em áreas urbanas. As divisões entre “urbano” e “rural” começam a se desfazer, os modelos de distinção cultural já não são tão fortes como outrora, as representações culturais e objeto temático passam a se confundir.

### 3. RESULTADOS

Como parte de uma rede informativa e interativa dos diversos atores sociais, modelado aos “novos movimentos sociais”<sup>4</sup>, tanto o objetivo dos agentes urbanos como rurais não é a de auferir o maior lucro monetário nas atividades produzidas. Não há razão em criar um espaço que prega a “desmarginalização” da cultura de massa, ou a defesa de plantas que não fazem parte do ciclo comum dos mercados se o objetivo final for maximizar os lucros. O lucro, no Brasil, está historicamente vinculado à monocultura, latifúndio, produção para exportação, juros bancários e especulação imobiliária, sendo que o fortalecimento das relações interpessoais e consciência de coletividade são sistematicamente ignorados por esses modelos históricos de renda.

Criar situações em que, pessoas não engajadas conscientemente na rede dos movimentos sociais<sup>5</sup> e que não entrariam nela por motivação própria pudessem ter contato com o trabalho realizado fora da dinâmica do capital individualizado,

3 O papel desempenhado pelos movimentos sociais nas sociedades industriais e pós-industriais os colocou no centro da discussão científica social. Touraine (1997) afirmava que a ação coletiva e movimentos sociais são conceitos centrais da teoria sociológica. Embora na revisão de literatura, as expressões apresentem um uso bastante impreciso, devendo ser compreendida restritivamente para evidenciar um modo específico de construir a realidade social.

4 Os autores clássicos examinam os movimentos sociais a partir da noção de ciclos evolutivos nos quais seu surgimento, amadurecimento e difusão se dariam através de um processo de comunicação decorrente de rumores, conversas, propagação de ideias, ativação de redes de conhecimentos etc. Essa comunicação estabelecida eclodiria a insatisfação com as questões postas e geraria a adesão aos movimentos sociais como uma resposta psicológica às crises vividas durante a vigência da sociedade industrial. Esses componentes, vinculados aos princípios homogêneos impostos eram o estopim para a emergência de movimentos sociais (GOHN, 2000).

5 Blumer divide os movimentos sociais em três categorias: genéricos, específicos e expressivos. Os primeiros não apresentam uma organização estrutural clara em seu processo de formação e apresentam objetivos vagos, os principais segmentos seriam os movimentos operários, dos jovens, de mulheres e pela paz. As lideranças dos movimentos genéricos destacam-se como pioneiros na defesa de suas bandeiras e na ruptura de paradigmas. Já os movimentos sociais específicos representam o descontentamento com o status quo. Apresentam metas e objetivos claros e definidos e as lideranças externalizam o sentimento coletivo, advindo de tradições e valores enraizados nos grupos. A ideologia é o elemento aglutinador nessa espécie de movimento, que apresenta como ferramentas a adesão, manutenção e construção de objetivos de acordo com a bandeira do movimento, como no caso do MST. Enquanto os movimentos expressivos são aqueles cujo comportamento dominante são passageiros, isto é, apesar de marcar a personalidade de seus componentes e a sociedade em geral tem efeitos sensacionalistas, em geral, vinculados a áreas da literatura, filosofia, artes etc., tal fato levou Blumer a classificá-los como “movimentos da moda” (GOHN, 2000, p. 30-35).

pudessem compartilhar das experiências adquiridas em trabalhos de grupo, fizessem parte integrante da produção cultural confeccionada pelos grupos marginalizados, participassem de rodas de conversa sobre temáticas sensíveis à rede, é mais efetivo e fortalecedor ao movimento do que buscar a mera aquisição monetária.

Entende-se que a capacitação em rede, neste sentido, é um processo coletivo de troca de conceitos, práticas e processos e não apenas a transferência de informações a um público rotulado como não qualificado. Com base nos trabalhos de Latour (1992), nas chamadas redes sociotécnicas, o social e o técnico possuem uma recorrência mútua que o pensamento técnico tradicional não foi capaz de identificar. A externalidade entre o técnico e o social se desfaz à medida que os sistemas ampliam sua abrangência e constroem para si mesmos seus próprios ambientes e buscam atender demandas complexas.

As Feiras são realizadas, desde a montagem até as reuniões pós-Feira, com a participação de assentados e outros membros dos coletivos, que utilizam seus conhecimentos diversos para chamar mais atenção e enriquecer o evento. Decorrente da urbanização agressiva e êxodo rural ocorrido em Macaé nos últimos 30 anos, da transformação da área tradicionalmente agrária em área de especulação empresarial/imobiliária, muitos dos trabalhadores assentados que ingressaram recentemente no Movimento não têm tradição camponesa ou uma educação hereditária com o manejo próprio da terra, mas possuem vasto conhecimento em diversas áreas distintas.

A aproximação de trabalhadores que não fossem de tradição estritamente rural ao Movimento facilitou a interação entre o “urbano e o rural”, agindo contrariamente a essa dicotomia e aos movimentos de expulsão do camponês das atividades de gestão de alimentos na cidade.

Assim, cientes de que as fronteiras entre rural e urbano estão cada vez menos nítidas, e correspondem muito mais a representações sociais e formas de apropriação próprias dos recursos materiais (e naturais) e simbólicos do que espaços ou propriedades empiricamente observadas (CARNEIRO, 2007). No entanto, entende-se que a afirmação de ruralidades nos territórios que pretende-se atuar, tem sido acionada por diferentes grupos nesses espaços, como elemento redefinidor de identidades<sup>6</sup>, de resgate de tradições e histórias de vida e formas de pertencimento. Por meio de diferentes formas de acionamento de ruralidades, nas quais a agricultura pode ter um papel importante, oportunizam-se o acesso a direitos e políticas públicas assim como a vida nas cidades pode ser reinterpretada.

A aceitação das feiras e a possibilidade de consolidar um espaço de construção permanente, os coletivos macaenses, a comunidade universitária e os trabalhadores rurais que já vinham construindo-as, buscam meios de incluir novos atores nos processos de consolidação das atividades, que se responsabilizam em manter e ampliar o evento.

6 O papel da identidade na construção dos movimentos sociais foi abordada pelos interacionistas simbólicos e por Turner (1969), mesmo sem apresentar a preocupação com a identidade coletiva, mas a formação de uma identidade pessoal e a autotransformação do indivíduo como temas bastante difundidos dentre grupos integrantes de movimentos, caracterizados pela informalidade em suas estruturas organizativas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deve-se destacar que a atuação em rede é a metodologia que estrutura as ações do Projeto, e que buscam dar continuidade a um trabalho de interação social entre produtores, grupos comunitários, pesquisadores, atores institucionais, consumidores, etc. A percepção sobre a importância das redes ampliou-se com o surgimento das redes informatizadas em grande escala, mas na verdade, o entendimento sobre estas deve partir de sua concepção mais básica: como eixos de comunicação, sociabilidade, trocas e informações sobre os quais se estruturam a sociedade, as atividades econômicas e de desenvolvimento tecnológico<sup>7</sup>.

O que é interessante nesta perspectiva é que ao considerar as redes sociais, o técnico deixa de ser visto como externo e independente do grupo social sobre o qual atua, mas como um elemento que precisa se adequar ou lidar com os condicionantes socioculturais, formados por diferentes atores com diferentes interesses, normas, regras, conhecimentos tácitos (ANDRADE, 2005).

Esses novos formatos de produção, processamento e consumo de alimentos questionam as estruturas de poder que hoje governam o sistema agroalimentar. Neste sentido, os movimentos sociais reunidos em torno da agroecologia apresentam uma ampla agenda de lutas que envolvem os direitos territoriais, os povos e conhecimentos tradicionais, a reforma agrária, o combate ao agronegócio e o uso de agrotóxicos, a segurança alimentar, o direito à cidade, o feminismo, etc.

A relação mantida entre os associados com a forma de produção e consumo solidário, onde ocorre uma transformação na forma de pensar das pessoas envolvidas, passando gradativamente do individualismo para as formas coletivas de organização.

Por outro lado, observa-se a crescente apropriação ideológica do termo orgânico e mesmo agroecológico, e o crescimento do mercado mundial de produtos orgânicos. No Brasil, o mercado de produtos orgânicos cresce de 30% a 40% ao ano, movimentando mais de R\$ 2 bilhões em 2014, segundo dados do projeto Organics Brasil, desenvolvido pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil).

Diante do quadro de crescente apropriação capitalista do nicho de mercado de produtos orgânicos, a questão que se coloca é como dar visibilidade às vantagens de uma economia de base agroecológica, não apenas baseada na produção mercantil e na conversão de troca e dinheiro nos mercados, mas calcada em indicadores múltiplos do valor trabalho, do trabalho doméstico, de intensificação ecológica, dentre outros, e como os coletivos organizados - em especial o TaCAP e o PDS Osvaldo de Oliveira - lidarão com tais mudanças na relação de consumo, produção, propaganda etc.

7 Redes sociais são vistas aqui como o conjunto de relações transformadoras entre sujeitos públicos, privados, individuais ou coletivos que mantêm sua autonomia ao mesmo tempo em que sustentam um projeto comum.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, T. Inovação e ciências sociais: em busca de novos referenciais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 145-156, 2005.
- BOURDIEU, P. O campo econômico. *Revista Política e Sociedade*, v. 6, p 15-57. 2005.
- CARNEIRO, M. J. Notas sobre a noção de desenvolvimento territorial e sustentabilidade e o lugar da multifuncionalidade da agricultura. *I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável*, Florianópolis (SC), Agosto de 2007.
- FERNANDEZ, A.; SANTOS, M. de O. Campesinato e trabalho acessório, antagônicos ou complementares? Os desafios de um campesinato frente à cidade. *Mercados, campesinato, cidades*. Abordagens possíveis. Disponível em: <<http://editoraioikos.com.br/obra/index/id/600>>. Acesso em: 05 set. 2015.
- \_\_\_\_\_; BAPTISTA, S.R.N. Território-rede de agroecologia: ciência(s) e saberes locais na ambientalização de lutas na zona oeste e Região Metropolitana do Rio de Janeiro. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., Caxambu. *Anais...* 2014.
- FERREIRA, J. Os agentes da construção política de mercados. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 14, n. 33, p. 87-99, jul./dez. 2013.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 47 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Extensão ou comunicação?* 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FREY, K. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 21, p. 165-185, nov., 2003.
- GOHN, M. da G. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- LATOUR, B. *Aramis ou l'amour des techniques*. Paris, La Découverte, 1992.
- MARQUES, F. C. *Nicho e novidade: nuances de uma possível radicalização inovadora na agricultura*. 2009.
- OLIVEIRA, B. A; VERARDO, L. Economia Solidária e desenvolvimento. In: FBES (org). *Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária: Caderno de aprofundamento aos debates*, 2007, disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=406&Itemid=18](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=406&Itemid=18)>. Acesso em: 15 mar. 2016.
- OLIVEIRA, A. U. de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- PEDÓ, J. C. J. *Economia Solidária: rumos de uma alternativa às transformações do mundo do trabalho e da questão social*. 2003. 112f. Tese (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- QUEIROZ, M. I. P. de. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1983.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SINGER, P. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. TOURAINE, A. *¿Podremos vivir juntos?* México, Fondo de Cultura Económica, 1997. TURNER, R. H.; The public perception of protest. *American Sociological Review*, n. 34, 1969, p. 815-831.

## REFUGIADOS AMBIENTAIS: A BUSCA PELO RECONHECIMENTO

**Isadora d'Avila Lima Nery Gonçalves**

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia e  
Direito pela Universidade Federal Fluminense

**Gabriel Rached**

Professor Doutor do Programa de  
Pós-graduação em Sociologia e  
Direito da Universidade Federal Fluminense

### Resumo

A questão dos refugiados vem ganhando cada vez mais espaço no debate acadêmico bem como no cenário político nacional e internacional. Dentre os pontos relevantes para esta discussão, destaca-se a questão da busca pelo reconhecimento dos refugiados ambientais. Esse grupo, ao encontrar-se em situação de vulnerabilidade, passa a apresentar necessidades que possuem em geral caráter de urgência ficando aberta a discussão acerca dos cuidados e mediação da situação à medida que ela se apresenta. Assim, o presente trabalho busca trazer à tona elementos fundamentais para a discussão acerca da situação dos refugiados ambientais buscando compreender de que forma a sociedade poderia se organizar e quais as possibilidades para amparar e respaldar juridicamente esse grupo em específico. Para tanto, a compreensão histórica do processo em questão bem como do instituto do refúgio tornam-se elementos relevantes a serem levados em conta.

**Palavra-chave:** Direito Internacional, Direitos Humanos, Refúgio Ambiental

### Abstract

The issue of refugees has been gaining more and more space in the academic debate as well as in the national and international political scenario. Among the relevant points to this discussion, the question of the search for recognition of environmental refugees stands out. This group, when they find themselves in a situation of vulnerability, starts to present needs that are generally urgent, leaving open the discussion about the care and mediation of the situation as it presents itself. Thus, the present work seeks to bring up fundamental elements for the discussion about the situation of environmental refugees in an attempt to understand how society could organize and what possibilities to support and legally support this specific group. For this, the historical understanding of the process in question as well as the refuge institute become relevant elements to be taken into account.

**Keywords:** International Law, Human Rights, Environmental Refuge

## Introdução

Nas últimas décadas o mundo contemporâneo foi marcado por inúmeros acontecimentos, dentre eles, o aumento do fluxo migratório, que chamou atenção da comunidade internacional em relação às questões que permeavam e seguem permeando a lógica globalizante – através da qual começaram a ser discutidas a figura do refugiado e seu reconhecimento. Uma vez que o mundo encontra-se em constante transformação, torna-se necessário revisar e definir novos conceitos para que se possa contemplar os elementos protetivos em relação aos refugiados tanto no sentido micro quanto no macro.

Nesta direção, o presente trabalho visa observar o Instituto do Refúgio – seu arcabouço conceitual bem com os seus reflexos diante do refugiado ambiental – o seu estabelecimento no tempo e espaço, buscando adentrar o debate de como e quem se constitui como refugiado, especificamente do reconhecimento do refugiado ambiental. Torna-se importante, neste sentido, desconstruir elementos previamente estabelecidos para que se possa alcançar um novo formato conceitual para além da uma concepção meramente normativa.

A busca pelo reconhecimento do refugiado ambiental e a compreensão de sua conceituação por parte de analistas ambientais, se faz necessário, visto que ainda não há amparo jurídico devidamente delimitado para este expresso reconhecimento. Para trilhar este caminho, torne-se pertinente a compressão histórica do instituto do refúgio para respaldar e garantir a busca não só do reconhecimento, como também da proteção e criação de tratados em específico.

Sendo assim, salienta-se que este presente trabalho é fruto de uma pesquisa ainda em andamento e surge de uma investigação que busca analisar o instituto do refúgio no espaço e no tempo, a partir de um olhar jurídico, histórico, sociológico e político – considerando a relevância do tema e tendo em conta que este ainda não foi contemplado juridicamente pela esfera do Direito Internacional.

### 1. Fundamentação Teórica

O mundo é marcado por interações sociais que podem se desdobrar em concordâncias ou divergências. Nos casos de divergências, eventuais conflitos podem surgir e se estabelecer, inclusive, de maneira duradoura. Conflitos não devem ser confundidos com os casos de guerras, ainda que possam corroborar para o início destas.

É por esta perspectiva que se busca examinar a questão do refugiado a partir de dois marcos específicos no tempo histórico, ou seja, as duas guerras mundiais que marcaram o século XX.

No contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) é possível olhar para o ser humano que está inserido em um contexto de guerra e que busca sair desta realidade. A partir disto, constitui-se o primeiro imagético da condição de refugiado, que passa a ser também alvo de preocupação por parte da comunidade internacional no sentido de construção de um arcabouço protetivo do mesmo. Por sua vez, já no contexto na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o seu pós-guerra, a imagem do refugiado passa a ser algo presente e a preocupação vai se direcionando ao aumento do fluxo

migratório, bem como pela busca de proteção e definição conceitual do refugiado no cenário mundial.

Porém, antes de abordar o instituto do refúgio, é importante compreender qual o contexto e o momento histórico na ocasião em que a temática passou a ser debatida. Com o pós-Primeira Guerra Mundial, a busca pela não violência se consolidou, inclusive, sendo reforçada pelo surgimento da Liga das Nações (FISCHEL DE ANDRADE, 1996) – que precedeu o surgimento da Organização das Nações Unidas em 1945 –, onde em um primeiro momento atentava-se para a importância da proteção do ser humano e o objetivo era alcançar e propagar a não violência. Em um segundo momento, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, deixou-se de atentar somente pela busca da não violência, passando a incorporar a instituição da paz internacional em seu sentido literal. Nesse sentido, a paz passou a representar o objetivo maior e real a ser alcançado no âmbito internacional.

Para que seja possível aproximar-se da reflexão acerca da proteção dos refugiados, torna-se interessante observar e incorporar o sentido de proteção ao ser humano como um todo, de forma ampla e sem distinções. Desta forma, passa-se a observar o ser humano, como indivíduo pertencente à comunidade internacional e que pode encontrar-se em situação de necessidade de proteção por parte desta comunidade. Nota-se que antes mesmo de trazer à tona as reflexões acerca do instituto do refúgio, torna-se necessário buscar sua essência, a observação da importância dos direitos humanos, mais especificamente do direito internacional dos direitos humanos, sendo estes os que impulsionaram à conceituação de direito internacional dos refugiados em si.

Em um primeiro momento, ao olhar para a construção histórica dos direitos humanos, encontra-se que o mesmo é datado do século VIII a.C. (RAMOS, 2015), mas, somente no século XX, a comunidade internacional passa a dar relevância a estes direitos – não que em outros momentos não houvesse relevância, somente está se observando um tempo histórico, não está se analisando como os direitos humanos se constituiu ao longo de vinte e oito séculos - criando conceituações diversas, porém complementares, onde os Direitos Humanos é tido como um conjunto de direitos essenciais para a garantia da dignidade humana. Para Ramos (2015, p.17), “os direitos humanos consistem em um conjunto de direitos considerado indispensável para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade. Os direitos humanos são os direitos essenciais e indispensáveis à vida digna”.

Por sua vez, o período pós Segunda Guerra Mundial, é marcado pela criação da Organização das Nações Unidas e a formulação da Carta das Nações Unidas, em 1945, onde os países-membro ratificaram e se comprometeram com os desígnios prescritos para a promoção da paz mundial. No ano de 1948, é oficializada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que tem o caráter de promover e garantir a proteção universal da dignidade humana, visto que havia a necessidade de se pensar o sujeito não mais em uma perspectiva interna inserida no contexto de Estados-nação, mas sim como um indivíduo que pertence à comunidade internacional e deve ser protegido pela mesma.

a Declaração de 1948 introduz a concepção contemporânea dos direitos humanos, na medida em que consagra a ideia de que os direitos humanos são universais, inerentes à condição de pessoa e não relativos às peculiaridades

sociais e culturais de determinada sociedade, incluindo em seu elenco não só direitos civis e políticos, mas também direitos sociais, econômicos e culturais (PIOVESAN, 2015a, p. 247).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi um marco para se pensar nos direitos humanos em um âmbito universalista, dentro da perspectiva do Direito Internacional, onde a dignidade humana se constituiu como um princípio basilar, visto que os seres humanos eram tidos como supérfluos e descartáveis – no contexto do pós-Segunda Guerra-, onde segundo Piovesan (2015b), a partir do momento em que o ser humano é interpretado desta forma, havia a necessidade emergencial de reconstrução dos direitos humanos para que houvesse uma aproximação do direito e da moral.

Neste contexto histórico, de afirmação dos direitos humanos, observa-se pela primeira vez o sujeito que está inserido em uma situação de violência, como um sujeito que sofre fundado temor de perseguição, e no ano de 1951, com a Convenção de Genebra, o refugiado passa então a ser reconhecido de forma oficial como o indivíduo que sofre fundado temor de perseguição.

No entanto, havia um tema em aberto, dado que a Convenção trouxe consigo limitações geográficas e temporais. Neste sentido, o Instituto do Refúgio passa por uma etapa de construção de conceitos, perpassando desde Convenções de Genebra (1951), Unidade Africana (1969), Cartagena (1984) a Protocolos - de Nova York (1967) - bem como o surgimento de leis. Segundo autores tais como Antônio Augusto Cançado Trindade (2002), André de Carvalho Ramos (2015) e Celso de Albuquerque Mello (2002), a convenção que melhor conseguiu definir o *status* de refugiado, foi a Convenção da Unidade Africana de 1969.

O artigo 1º da Convenção de Genebra, defini o refugiado como:

Art. 1º - Definição do termo “refugiado”

A. Para os fins da presente Convenção, o termo “refugiado” se aplicará a qualquer pessoa: Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

Em contrapartida, a Convenção da Unidade Africana de 1969, defini o refugiado como:

1 - Para fins da presente Convenção, o termo refugiado aplica-se a qualquer pessoa que, receando com razão, ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontra fora do país da sua nacionalidade e não possa, ou em virtude daquele receio, não queira requerer a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país da sua anterior residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude desse receio, não queira lá voltar.

2 - O termo refugiado aplica-se também a qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o

lugar da residência habitual para procurar refúgio noutra lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade.

3- No caso de uma pessoa com várias nacionalidades, a expressão do país da sua nacionalidade refere-se a cada um dos países de que essa pessoa tem a nacionalidade; não será considerada privada da proteção do país da sua nacionalidade qualquer pessoa que, sem razão válida, baseada num receio fundado, não tenha pedido a proteção de um dos países da sua nacionalidade.

Observando a Convenção de Genebra e a Convenção da Unidade Africana, nota-se a evolução do conceito de refugiado, onde em um primeiro momento os refugiados eram somente aqueles vindos do continente europeu e que tivessem em fundado temor antes de 1º de janeiro de 1951, porém, passa-se a contemplar anos mais tarde, o refugiado como todo o sujeito que estivesse em fundado temor de perseguição, sem distinções, sem limitações, mas pensando no sujeito como um ser humano que precisa ser protegido e reinserido em uma nova sociedade.

Na atualidade, quando se fala de um indivíduo que sai de seu respectivo país por sofrer fundado temor de perseguição, automaticamente este é definido como refugiado. O processo de concessão do *status* de refugiado varia conforme as legislações internas de cada Estado, respeitando os tratados internacionais ratificados. Em termos gerais, o Brasil é visto pela Organização das Nações Unidas, como o país que tem uma das leis mais avançadas sobre a temática do refúgio.

No entanto, por que não se poderia levar em conta que um indivíduo que tem o seu país atingido por catástrofes naturais, também não deveria ser considerado como refugiado? O debate acerca de como poderia ser estabelecido e quem poderia ser reconhecido apresenta-se, atualmente, limitado dentro de normas pré-estabelecidas. O Direito Internacional, tem uma visão positivada quando delimita quem poderia ser reconhecido como refugiado, e não reconhece e não contempla a conceituação de refugiados ambientais.

Deste modo, torna-se pertinente avançar no debate acerca da conceituação, bem como passar a olhar para o indivíduo condicionado a deixar o seu país por fatores naturais, como um sujeito que de fato sofre com as condições sob as quais está inserido - e precisa de proteção para reconstruir-se em uma nova sociedade. A busca por reconhecimento é presente e estes refugiados muitas vezes são interpretados como deslocados internos ou simplesmente migrantes.

O conceito de migração se apresenta de forma ampla e destina-se a reconhecer que os fatores que caracterizam a mesma, são diversos (MELLO, 2002). O instituto do refúgio consiste em um tipo de migração, assim como os deslocados internos representam um outro tipo; existe a distinção, por exemplo, entre a imagem do imigrante e do emigrante, e assim por diante. No caso da migração, esta pode ser determinada por vontade própria do sujeito, não necessariamente haverá uma condicionante de perseguição; podendo ser por questões econômicas, sociais, religiosas, dentre inúmeros outros fatores.

Nesse sentido, o conceito de refugiados ambientais, por ser contemporâneo, ainda encontra-se em aberto e passível de discussões. Isso se deve ao fato de que existem vertentes que os enxergam somente como migrantes ambientais. Por outro lado, há vertentes que o enquadram no conceito de migrantes forçados, constituindo-se desta forma, como refugiados. A busca pelo reconhecimento, nesses casos, torna-se



relevante, uma vez que nos últimos anos o aumento no fluxo migratório devido a questões ambientais cresceu e vem crescendo consideravelmente. Nesta direção, o autor Norman Myers (1997), já antecipava que os migrantes ambientais seriam responsáveis diretos pelo aumento do fluxo migratório no decorrer do século XXI.

Luciana Diniz Durães Pereira (2011) conceitua o refugiado ambiental como:

o indivíduo ou o grupo humano que compõe ondas migratórias internacionais em decorrência de eventos provocados pela natureza, urge salientar e discorrer sobre quais são estes eventos e, segundo a melhor doutrina, destacar os principais fenômenos ambientais responsáveis, na atualidade, por estas migrações forçadas (PEREIRA, 2011, p.225-226).

Contudo, este conceito foi originado na década de 1970 através do trabalho do analista ambiental Lester Brown, porém, este conceito só a ser passa a ser reconhecido e debatido mais amplamente a partir dos anos de 1980 (PEREIRA, 2011). Com a preocupação acerca da temática, passa-se a observar a definição por meio de categorias, às quais PEREIRA (2011) cita autores como Essam El-Hinnawi e Jodi Jacobson compartilhando que os mesmos conceituaram os refugiados a partir da ideia de deslocados temporários, deslocados permanentes e deslocados temporários ou permanentes.

Afinal como se constitui a compreensão destas categorias? Segundo Pereira (2011), entende-se que os deslocados temporários seriam os inseridos em um contexto de degradação temporária do meio ambiente, sendo assim, os refugiados ambientais teriam a possibilidade de um dia retornarem ao seu lugar de origem; por sua vez, os deslocados permanentes estariam relacionados a questões de mudança do clima; e os deslocados temporários ou permanentes estariam envolvidos em situação de degradação dos recursos ambientais do lugar de origem destes refugiados ambientais.

Norman Myers (1995) elucidava que havia de 25 milhões de “refugiados ambientais”, e que até o ano de 2010, haveria em média 50 milhões de pessoas que se tornariam refugiadas por fatores ambientais. Esses sujeitos que se constituiriam como refugiados, não estariam fugindo de conflitos por fundado temor de perseguição, mas de desastres naturais em ocasionadas pelas alterações climáticas, tendo, por exemplo, a elevação do nível do mar, as secas, os furacões, tsunamis<sup>1</sup> dentre inúmeros outros fatores que poderiam ser caracterizar a alteração do meio ambiente, seja por questões meramente naturais ou por influencia do próprio homem.

Segundo Pereira (2011), a autora Astri Suhrke elucida pontos principais para conceituar os refugiados ambientais, sendo estes os sujeitos que deslocaram-se por questões ambientais:

Inicialmente, Astri Suhrke aponta seis eventos da natureza que podem ocasionar a necessidade de indivíduos ou grupamentos humanos deslocarem-se de seu lugar de origem ou residência habitual para irer viver em outro local, sendo estas: o desmatamento, o aumento do nível do mar, a desertificação e ocorrência de secas, a degradação do solo, tornando-o inutilizável, a degradação do ar e a degradação da água. Nota-se que, para a autora, a maioria dos eventos motivadores de deslocamentos desta natureza são indiretamente provocados pelo homem, visto ser este o principal agente poluidor e degradante dos

1 LEÃO. M. B. C. Direitos humanos e meio ambiente: mudanças climáticas, “refugiados” ambientais e direito internacional. Referências neste trabalho.

recursos naturais como, por exemplo, nas ações de depredação e queimada de florestas que levam ao desmatamento. Suhrke destaca, ainda, que estes seis elementos podem atuar, isoladamente ou em conjunto, em relação à criação de circunstâncias e fatores que, com o tempo, tornam insuportável a vida em determinado local, levando os seres humanos à necessidade irremediável de emigrar (PEREIRA, 2011. p. 226).

Esses seis eventos da natureza são importantes para compreender que não se pode mais atentar somente para limitações de fundado temor de perseguição, calcado somente no espaço de não violência, e propagação da paz, pois a partir do instante em que fatores naturais são em sua significativa participação provocados pelo próprio homem, de fato, há uma violência simbólica (BOURDIEU, 1996).

De acordo com Zarpeion, Alencastro e Marchesini (2010):

A ONU reconhece a gravidade do problema, mas há uma clara resistência à ampliação do regime internacional convencional existente aos refugiados ambientais, pois não reconhece os fatores ambientais como motivação, por si só, para a concessão do *status* de refugiado. Muitos pesquisadores defendem a tese de que os refugiados ambientais podem ser encontrados mesmo sem a necessidade deles em cruzarem fronteiras nacionais. Isso ocorre especialmente em grandes países, onde um grupo de pessoas é obrigado a se dirigir para as outras regiões dentro do próprio território, como por exemplo, no Brasil quanto às inundações na região do Pantanal e secas no sertão nordestino; ou como quando do desastre provocado pelo furacão Katrina nos Estados Unidos, onde muitas pessoas foram forçadas a deixar suas casas, mas permaneceram no país onde vivem (ZARPEION; ALENCASTRO; MARCHESINI, 2010. p. 166-167).

O reconhecimento da gravidade do problema existe, porém ainda não se nota uma predisposição em discuti-lo de forma ampla para que em pleno século XXI, se possa alcançar uma nova forma de conceituação e inserção desses refugiados. Torna-se necessário nesse momento repensar a forma de acolhimento desse grupo pela comunidade internacional (inclusive por meio de tratados), trazendo atona à questão do acolhimento por parte dos Estados e por meio de seus ordenamentos internos.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) é o responsável pelo acolhimento deste grupo. O mesmo proporciona a proteção dos migrantes que não são contemplados pela proteção internacional. Entretanto, o ACNUR ainda limita-se às Convenções pós-Segunda Guerra, uma vez que seu posicionamento não sinaliza na direção da revisão do Estatuto dos Refugiados que é datado de 1951 (ZARPEION; ALENCASTRO; MARCHESINI, 2010).

Nessa direção, nas palavras de Pereira (2011):

como a defesa, assistência e proteção, em todos os sentidos, dos seres humanos que, por perseguição, medo ou destruição de sua pátria de origem ou lugar de moradia habitual, necessitam de refúgio são as competências basilares do mandato do ACNUR, deve este, então, ser expandido para que o órgão possa agir, de forma inclusiva, também em prol dos “refugiados ambientais” (PEREIRA, 2011. p.240).

No mais, pode-se dizer que o debate sobre refugiados encontra-se cada vez mais presente na comunidade internacional. No entanto, verifica-se que ainda não há uma ação efetiva para que haja a inclusão dos refugiados ambientais e seu reconhecimento

como tal. Nesse sentido, dado o elevado grau de vulnerabilidade que atinge esse grupo, não existe mais a possibilidade de se permanecer inerte, pois a degradação do meio ambiente é evidente e recorrente, e a parcela de participação humana para que isso se consolidasse continua a ocorrer de forma progressiva no mundo contemporâneo.

### **Considerações Finais**

O presente trabalho busca discutir a condição do refugiado como um sujeito que está inserido em uma sociedade e sofre fundado temor de perseguição. Porém, esta condição não se constitui como um estado unicamente de guerra, perseguição política e afins – mas sim como o indivíduo que se encontra em vulnerabilidade no país ao qual reside em função dos impactos ambientais.

Desse modo, é possível observar diante do debate crescente em relação ao tema, que o refugiado ambiental apresenta-se, em função da própria situação de vulnerabilidade, como o indivíduo que carece de proteção e amparo jurídico no contexto internacional. O tema em aberto relaciona-se ao fato de ainda não haver o reconhecimento e contemplação, por parte do Direito Internacional, bem como uma conceituação com amparo jurídico amplamente difundida no tocante a esse grupo.

Assim, cabe ressaltar, que a busca pelo reconhecimento do refugiado ambiental ultrapassa as barreiras das conceituações elucidadas por normas outrora previstas e acordadas em Convenções e Protocolos. Desta forma, para que se possa enfrentar o tema em sua complexidade, nota-se a necessidade de dar um passo para além da lógica estritamente normativa. Nessa direção, o debate em relação a esse tema, propõe a pertinência da ampliação do conceito nos dias atuais, dado que torna-se relevante pensar o sujeito e suas condições em si, de forma ampliada, e não somente a definição imposta por normas preexistentes.

Embora a reflexão e os debates acerca do refugiados ambientais estejam se ampliando, alguns pontos ainda estão em aberto, tais como: as dificuldades que se encontra para sua definição; os entraves ainda existentes para que seja delimitado um amparo jurídico e econômico, bem como seu reconhecimento como tal. Destaca-se, nesse momento, o papel relevante do instituto do refúgio, que propõe uma abordagem mais ampla e completa da realidade concreta desse grupo, ficando claro que revisões e desconstruções são necessárias para que se possa acomodar a realidade dos fatos - incorporando tanto o quesito urgência que permeia as necessidades do grupo, como despertando o senso de humanidade envolvido na temática em questão.

### **Referências Bibliográficas**

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução: Mariza Corrêa – Campinas, SP: Papirus, 1996.

CONVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE UNIDADE AFRICANA. Disponível em: <http://www.adus.org.br/convencao-da-organizacao-de-unidade-africana/>. Acesso em: 19/10/2016.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d19841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm). Acesso: 27/11/2015.

**CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DO REFUGIADO.** Disponível em: [http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf?view=1](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1). Acesso: 27/11/2015.

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.** Disponível em: [http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf). Acesso: 27/11/2015.

FISCHEL DE ANDRADE, J. H. **Direito internacional dos refugiados: evolução histórica (1921-1952).** Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

JUBILUT, L. L. **O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro.** São Paulo: Método, 2007.

JUDT, T. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

LEI 9.474/97. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm). Acesso: 22/11/2015.

MELLO, C. D. A. **Curso de direito internacional público.** 15. ed. (ver. e aum.). Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MYERS, Norman. **Environmental Refugees.** Population and Environment, 19, 1997.

PEREIRA, L.D.D. **Uma visão brasileira do conceito “refugiado ambiental”.** In: 60 anos de ACNUR : perspectivas de futuro / André de Carvalho Ramos, Gilberto Rodrigues e Guilherme Assis de Almeida, (orgs.). – São Paulo : Editora CL-A Cultural, 2011.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** 15. ed., ver. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2015b.

\_\_\_\_\_. **Temas de direitos humanos.** – 8. ed. – São Paulo: Saraiva, 2015a.

RAMOS, A. C. **Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional.** 5. ed. – São Paulo: Saraiva, 2015.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **O direito internacional em um mundo em transformação.** – Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

## Artigos

JUBILUT, L. L; MENICUCCI, S. **A necessidade de proteção internacional no âmbito da migração.** Revista Direito GV. São Paulo: 2010.

LEÃO, M.B.C. **Direitos humanos e meio ambiente: mudanças climáticas, “refugiados” ambientais e direito internacional.** Disponível em: [http://www.nima.puc-rio.br/aprodab/artigos/clima\\_e\\_refugiados\\_ambientais\\_marcia\\_brandao\\_carneiro\\_leao.pdf](http://www.nima.puc-rio.br/aprodab/artigos/clima_e_refugiados_ambientais_marcia_brandao_carneiro_leao.pdf). Acesso em 02/12/2016.

ZARPELON, J.T.G; ALENCASTRO, M.S.C; MARCHESINI, O.T. **Refugiados ambientais: um desafio global.** Tuiuti: Ciência e Cultura, n.44, p.163-182, Curitiba, 2010.

## CATIVEIROS DE PAPEL: REFLEXÕES SOBRE CONFLITUALIDADE E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DA IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL TERRITORIAL EUCALIPTO-CELULOSE-PAPEL NA REGIÃO DE TRÊS LAGOAS/MS

**MIRANDA, Napoleão**

*Professor Associado da Universidade Federal Fluminense – UFF  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia e Direito – PPGSD/UFF  
napomir@gmail.com*

**LOPES, Cláudio Ribeiro**

*Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo PPGSD/UFF  
Professor Adjunto da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul  
claudiolopes198@gmail.com*

**FIGUEIRA, Thatiana de Andrade**

*Doutora em Ciência Jurídicas e Sociais pelo  
PPGSD/UFF Professora Substituta na Universidade de Brasília UnB  
thatianafigueira@yahoo.com.br*

### RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise sobre duas situações de conflitualidade e conflitos socioambientais na região de Três Lagoas, borda leste do estado do Mato Grosso do Sul, fruto da recorrência das indústrias de produção de pasta de celulose no período compreendido entre 2009 e 2015. Nesse sentido, o atrelar da economia agrícola de um dos assentamentos de reforma agrária situado na região ao talante dos projetos de desenvolvimento sustentável das indústrias do complexo eucalipto-celulose, exclusivamente, bem como, a judicialização, pelo Ministério Público Federal, de uma ação civil pública com o objetivo de obrigar ao IBAMA imiscuir-se nos licenciamentos ambientais das indústrias de grande porte e ao IMASUL em rever os licenciamentos concedidos sem maiores exigências dessas indústrias revelam como o capital não apenas se instalou na região, mas, sobretudo, a forma caracteristicamente capitalista de sua presença no local e como ela traz efeitos socioambientais nefastos, apesar do mote de progresso feito.

**Palavras-chave:** Acumulação capitalista. Dominação social. Cativeiros de papel.

### ABSTRACT

This work presents an analysis of two situations of conflict and socioenvironmental conflicts in the region of Três Lagoas, eastern border of the state of Mato Grosso do Sul, as a result of the recurrence of cellulose pulp production in the period between 2009 and 2015. In this sense, The linkage of the agricultural economy of one of the settlements of agrarian reform situated in the region to the disposition of the sustainable development projects of the eucalyptus-cellulose complex exclusively, as well as the prosecution by the Federal Public Ministry of a public civil action with The objective of obliging IBAMA to intervene in the environmental licensing of large-scale industries and IMASUL in reviewing the licenses granted without the higher requirements of these industries reveals how capital does not install in the region but, above all, the characteristically capitalist form of Its presence in the place and how it brings harmful socio-environmental effects, despite the motto of progress made.

**Key-words:** Capitalist accumulation. Social domination. Paper's cages.

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho discute-se como a presença das duas maiores indústrias de celulose do mundo no entorno da cidade de Três Lagoas/MS trouxe consigo situações de conflitualidade, isto é, conflitos latentes e, mesmo, conflitos socioambientais para o local. A ideia motriz dessa análise foi ancorá-la em duas perspectivas teóricas e trabalhá-las complementarmente. Assim, buscou-se apresentar as situações conflitivas sob o ponto de vista da dominação weberiana e, a partir daí, imergir na análise da acumulação por expropriação capitalista de Marx, para se tentar alcançar determinadas conclusões sobre como essas duas indústrias operam e de que forma as situações conflitivas são administradas pelo capital agroindustrial na região. Utilizou-se de visitas ao campo e aplicação de questionários estruturados/semiestruturados com o objetivo de se tentar colher o máximo de fatores de conflitualidade para a identificação de conflitos socioambientais.

### 1. CATIVEIROS DE PAPEL

Uma situação de conflitualidade se apresentou pelo relato de uma determinada associação de produtores de um assentamento de reforma agrária. Esse assentamento se iniciou em 2009, com a ocupação da fazenda que veio a ser desapropriada pelo INCRA, posteriormente, e é composto por 181 (cento e oitenta e um) lotes. Está localizado à margem da Rodovia MS112, km 56, Anexo Fazenda, Zona Rural de Selvíria/MS.

Segundo relatou o entrevistado, o assentamento enfrenta muitos problemas, que ele classifica, em seu linguajar próprio de não-alfabetizado, como “falta liberá arias pra fazer o desmate mínimo. Sem isso não dá pros assentado produzi”. Queixou-se que “o INCRA mal-e-má comprô e entregou us lote aos assentado e não arrumô nenhuma ajuda prá começá a plantá”. Isso significa que não houve qualquer tipo de apoio, segundo o assentado, seja fundiário (documentação), seja técnico e mesmo financeiro, para que os assentados pudessem dar início a qualquer espécie de produção ali.

A AGRAER, agência estadual responsável pela estrutura fundiária do Estado de MS e que deveria prestar a assistência técnica rural ali é um verdadeiro “fantasma”, segundo me foi relatado naquele momento. Com isso, o assentamento, aparentemente, caiu nas mãos das papeleiras (parece, na verdade, ter sido jogado...).

Pouco tempo depois, enquanto ainda conversávamos sobre o questionário que era aplicado, o local recebeu a visita de uma assistente social, empregada da indústria Eldorado Brasil, que penetrou o local sem pedir licença, sequer, e anunciou que tinha vindo para “fiscalizar o andamento dos projetos financiados pela Eldorado”.

Ato contínuo, tendo interrompido a entrevista, deixou a sala da casa em companhia de outro assentado, rumo aos fundos da propriedade. Fiquei atônito com o comportamento da jovem, ao que o entrevistado, dirigindo-se a mim, diz: “liga, não, seu moço. Esse povo das indústria acha que comprou a gente só porque financia us projeto”.

Naquele momento confirmou-se a hipótese de que nenhum órgão público financiou ou financiava qualquer projeto de produção agrícola, ou, para melhoria da qualidade

1 Entende-se por Injustiça Ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis” (HERCULANO, 2013, 388).

de vida dos assentados e que “a AGRAER ia lá muito mais prá fiscalizá pro INCRA do que prá atendê us assentado”.

Quem assumira esse papel? As indústrias de celulose, Fibria e Eldorado Brasil, a partir de 2010 e 2013, respectivamente, tendo o entrevistado deixando muito claro que “todos us assentado sabia muito bem que não era por bondade que issu era feito, mais, que as indústria precisava ter esses projeto prá mantê u sêlo e consegui vendê pros exterior a celulose”.

Entende-se restar evidenciada ali, por isso, uma condição de injustiça ambiental<sup>1</sup>, fator de aprisionamento dos assentados ao cativo do assistencialismo que, da forma como opera a simbiose capital/Estado - Estado/capital, os assentados acabam, mesmo, numa relação completa de subserviência às indústrias, únicas a oferecer algum tipo de auxílio, inclusive, financeiro para projetos ali, o que provoca, por um lado, o acesso a pequena fonte de recursos e, por outro, a contenção das potencialidades produtivas da renda fundiária pelos assentados aos limites e ao tempo social impostos pelas papeleiras financiadoras dos projetos.

Não à toa e nem sem interesse explícito, a empresa Fibria tratou de colher o seguinte depoimento de um outro assentado, lançando-o em seu Relatório 2014:

Antes de a Fibria chegar, não conseguíamos produzir nada. Hoje estão todos entusiasmados, plantando e cuidando do seu gado. A administração e aceitação dos projetos e do programa PDRT estão sendo ótimas e fizeram com que a associação crescesse, passando de 14 para mais de 120 associados. Isso mostra que as pessoas têm interesse em crescer e melhorar de vida. Algo que só aumenta nossa expectativa em relação ao apoio da Fibria para o desenvolvimento de nossa comunidade. (OLIVEIRA et alii, 2015, 139)

Notem: até pelo vernáculo utilizado parece-me claro que o texto jamais foi produzido por um assentado. Não digo que não seja verossímil o seu conteúdo, mas, é bastante provável que essa fala esteja completamente mediada e comprometida, segundo os interesses do capital ali presentes.

O conflito que aflige os agricultores familiares do assentamento pesquisado se espraia da seguinte forma: em princípio, pela falta de condições de produzir (recursos, etc.), uma vez que nem todos os lotes foram contemplados com o certificado de cessão de uso - CCU, documento sem o qual, nenhum assentado consegue obter financiamento ou crédito agrícola e nem mesmo assessoria extensionista agrária. O jogo-de-empurra entre INCRA e AGRAER mantém assentados numa condição extremamente delicada, pois, ao não produzirem, correm o risco de ter suas posses deslegitimadas e regressas à União.

Por outro lado, mesmo para os assentados da reforma agrária que, aparentemente, conseguiram, às suas expensas, realizar os atos necessários a obter o certificado de cessão de uso, há dificuldades para se obter crédito agrícola e, diante da ausência de recursos por parte do INCRA e de acesso a recursos via AGRAER para tal desiderato, os agricultores familiares acabaram se tornando “clientes preferenciais” das indústrias que compõem o complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel.

Criou-se, então, ao que parece, uma relação assistencialista que não visa a romper com a condição de dominação dos assentados pelo capital industrial, muito ao contrário,

e que preserva um status de subserviência por meio do assistencialismo, limitando a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, dirigindo as potencialidades dos assentados e do assentamento, como um todo. Essa percepção ficou muito evidente quando, ao finalizar a entrevista, fui convidado a conhecer um dos projetos, que combinava a criação de galinhas em regime de semi-cativeiro com horta orgânica e fruticultura, financiado por uma das indústrias papeleiras. Colheu-se do assentado que apresentou o projeto que “não foram ouvidos se esse seria um projeto de interesse para nós”, ou seja, se seria compatível com as suas capacidades, ou, se teriam interesse, ou, mesmo se interessados, como se daria o projeto, o que resultou na obrigação deles em aceitar um modelo pronto-e-acabado, com galinhas de granja, cujo resultado se revelou pífio face à pouca ou nenhuma rusticidade dessa espécie para o tipo de criação que se propôs.



**Figura 1.** Programa de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS, projeto de criação de galinhas de granja em semi-cativeiro integrado à horta agroecológica e fruticultura, financiado pela ELDORADO BRASIL. Fonte: (LOPES, Cláudio, 28/07/2015).



**Figura 2.** Construção de Centro Comunitário em assentamento. (Fonte: FIBRIA, Relatório Destaques MS 2015)



Para contribuir com a problematização e a crítica sobre o referido programa, pode-se afirmar o caráter insuficiente do projeto, exemplificado pelo fato de que se distribuiu, em cerimônia realizada na sede do SEBRAE em Três Lagoas, apenas 35 (trinta e cinco) kits (dez outros já haviam sido distribuídos anteriormente, em 2013, entre Três Lagoas e Selvíria, pela mesma indústria). Tem-se, então, o total de 45 (quarenta e cinco) lotes/assentados beneficiados pelo PAIS, mas, apenas no assentamento onde parte dos trabalhos de campo foi realizada, são 181 (cento e oitenta e um) candidatos ao referido programa. Logo, a iniciativa se revela muito mais pirotécnica, isto é, para fazer barulho, causar publicidade do que algo efetivo, que realmente vá mudar a realidade dos assentados.

Por outro lado, e aqui a crítica é mais contundente, esse tipo de “apoio”, prestado pela indústria, por conta de compromissos firmados e exigências para alcançar os financiamentos do BNDES, sem a parceria e presença direta do Estado, via INCRA e/ou AGRAER, acaba por lançar os assentados numa completa relação de submissão e subserviência que, ao invés de promover a libertação do cativo capitalista<sup>2</sup>, os mantém sob o jugo do assistencialismo do capital industrial e sob o crivo do tempo social ditado pelas papeleiras.

Nessa perspectiva, enxerga-se, aparentemente, uma nova ferramenta de controle social por parte da simbiose Capital/Estado: este último se mantém praticamente inerte, principalmente, por seus órgãos como INCRA, AGRAER, IBAMA, ou, realizando funções aparentes quanto ao licenciamento ambiental, caso do IMASUL, cujas chancelas aos grandes empreendimentos parecem habituais; ao mesmo tempo, o capital agroindustrial adota os assentados, colocando-se como única fonte e perspectiva de financiamento de projetos para produção da agricultura familiar. Entretanto, os projetos não podem ser destinados a todos; há aqueles que – ainda – não conseguiram o documento mínimo para regularização fundiária, isto é, o certificado de cessão de uso – CCU. Por outro lado, mesmo para os que se encontram regularizados, os projetos e financiamentos, aparentemente, dão-se em doses ultra-homeopáticas, contemplando parques agricultores a cada ano, de forma que o assistencialismo – e o cativo – seja mantido por longo período.

## **2. O CASO MPF VERSUS IBAMA/IMASUL: um conflito institucional jurídico-burocrático com consequências socioambientais imprevisíveis**

Na medida em que as entrevistas eram realizadas, notou-se que um outro fator se revelava em maior intensidade quanto à potencialidade de geração de conflitos socioambientais. A ausência/omissão do próprio IBAMA, órgão legalmente responsável por realizar licenciamentos em casos de empreendimentos cujos efeitos potenciais possam atingir territórios de mais de um estado da Federação brasileira, como é o caso dos requerimentos de instalação e funcionamento das duas indústrias de papel-celulose no município de Três Lagoas/MS (Fibria, International Paper e Eldorado Brasil), apesar de haver inquérito civil público instaurado, com parecer técnico e recomendação por parte do Ministério Público Federal para que a isso se procedesse (Autos n. 1.21.002.000084/2011-47; Parecer Técnico n. 135/2014, emitido

2 Entende-se por cativo capitalista, no caso, a relação a que foram submetidos os assentados, sujeitos da pesquisa, os quais esperavam, com a posse da terra, libertar-se do jugo proletário com base na renda da terra, mas, impossibilitados de produzir, sem amparo estatal e subjugados pelo assistencialismo das papeleiras, estão presos ao regime e limites de produção impostos pelo complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel.

pela 4ª Câmara de Coordenação e Revisão – Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, do Ministério Público Federal e Recomendação n. 3/2015).

Ao se analisarem os documentos acima mencionados, percebe-se que o foco de tensão entre o IBAMA e o Ministério Público Federal se prende à omissão unilateral do IBAMA em participar do licenciamento ambiental de empreendimentos de grande porte, entre os quais se encontram as duas indústrias que produzem papel e pasta de celulose no entorno de Três Lagoas/MS, ambas, situadas exatamente na margem sul-matogrossense do Rio Paraná.

No caso citado, dois são os motivos pelos quais se recomendou à presidência do IBAMA que corrigisse a omissão do órgão:

1º) os empreendimentos citados (além de outros, que não pertencem ao setor de papel-celulose, mas, também, são potencialmente impactantes ao meio ambiente – SITREL – Siderúrgica Três Lagoas e Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás Fertilizantes [UFN III]) tiveram seu início antes da entrada em vigor da Lei Complementar n. 140/2011 (ato normativo que excluiu o IBAMA dos licenciamentos ambientais, passando à competência estadual);

2º) da análise dos relatórios de impacto ambiental – RIMA dos empreendimentos citados, cujos processos de licenciamentos ambientais foram conduzidos junto ao IMASUL, se chegou à conclusão de que nenhum deles apresentava, em seus estudos específicos, avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, ou, inclusive, uma avaliação dos empreendimentos associados (a distância entre as duas “papeleiras” é de cerca de 50 (cinquenta) quilômetros, estando a indústria Eldorado Brasil localizada cerca de 15 km a montante da Barragem de Jupuí e a indústria Fibria a aproximadamente 35 km a jusante da mesma barragem – UHE Engº Souza Dias (Jupuí) (BRASIL, Ministério Público Federal, Parecer Técnico n. 135/2014 - 4ª CCR; BRASIL, Ministério Público Federal, Recomendação n. 3/2015).

A primeira das razões tem cunho estritamente normativo: como os empreendimentos e seus respectivos processos de licenciamento se iniciaram antes da vigência da Lei Complementar n. 140/2011, na visão do Ministério Público Federal, o IBAMA jamais poderia omitir-se no processo, face à expressa determinação da Resolução CONAMA n. 237/1997 (esta Resolução, de âmbito federal, regularia todos os licenciamentos ambientais até a entrada em vigor da Lei Complementar n. 140, de 08/12/2011).

Já, a segunda motivação envolve muito mais do que a mera tecnicidade jurídica. Argui-se, a partir de uma análise detalhada dos estudos e relatórios de impactos ambientais que foram alvo de crivo pelo IMASUL – Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (órgão que acabou sendo o responsável por expedir e autorizar as licenças ambientais de todos os empreendimentos citados), que existe sobreposição das áreas de influência dos dois empreendimentos, além da inexistência de estudos específicos sobre os impactos cumulativos e sinérgicos, os quais, na visão do parecer técnico do MPF, e da PRM de Três Lagoas, acabam por invadir e influenciar dois ou mais estados da federação (MS, SP e, quiçá, o PR), o que implicaria na não aplicabilidade da lei citada. Além disso, nos RIMA´s citados, não constam informações específicas sobre as plantas químicas de terceiros instalados dentro das unidades fabris de Fibria e Eldorado Brasil (PT n. 135/2014, pp. 20-21). Seria essa omissão proposital por parte das indústrias?

Nota-se, também, como argumento técnico-científico, que a área urbanizada da cidade de Três Lagoas dista a menos de 20 km de ambos os empreendimentos de celulose-papel e isso pode significar prejuízos socioambientais consideráveis à população que se encontra exposta à poluição e à contaminação do Rio Paraná pelos efluentes químicos lançados em suas águas. E, no que tange aos usos dessas águas, nenhum dos empreendimentos apresentou estudos ou relatórios que incluíssem como será feita e gerenciada a qualidade dos recursos hídricos – captação, abastecimento e lançamento de resíduos e efluentes tratados (PT n. 135/2014, p. 21).

Um fato interessante é que a Procuradoria da República em Três Lagoas instaurou inquérito civil público para apurar essas questões em junho/2011 e expediu requisições de informações, tanto ao IBAMA, quanto ao IMASUL, à época. A solicitação ao IBAMA jamais foi, sequer, respondida (Recomendação n. 3/2015, p. 2).

Tão-somente a partir de um ofício, posterior, encaminhado à Prefeitura Municipal de Três Lagoas é que o Ministério Público Federal conseguiu, com a resposta da municipalidade e informações do IMASUL, selecionar os empreendimentos passíveis de impactos ambientais de magnitude considerável (PT n. 135/2014, p. 2) e dar seguimento ao ICP. O silêncio e a ausência de quaisquer providências ou mesmo justificativas para a sua completa passividade, por parte do IBAMA é de uma eloquência explícita quanto ao conflito tensionado de que nos ocupamos neste trabalho, nesse momento. É nítido que ao IBAMA não interessa imiscuir-se nos processos de licenciamentos em questão.

Há um fator ainda não considerado, ao menos explicitamente, em toda essa problemática. Os EIA's e RIMA's em nenhum momento tocam o tema da necessidade de se incluir nos processos, de ambas as indústrias de celulose-papel, as áreas plantadas, tanto no MS, quanto em SP e MG. Se tratarmos o caso como pretende a PRM de Três Lagoas e o parecer técnico da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, do MPF, como fatos que devem ser regidos pela Resolução CONAMA n. 237, de 1997 e não pela Lei Complementar n. 140/2011, claro está que as áreas das plantações de monocultura de eucalipto jamais poderão ser omitidas dos respectivos estudos e relatórios de impactos ambientais.

Parece evidente que a isenção governamental para as áreas dos plantios cria como que uma zona franca, liberada, no Mato Grosso do Sul, completamente livre de “problemas” burocrático-ambientais. Todos os hortos plantados ficam completamente livres e não aparecem nos estudos e relatórios de impactos ambientais. Mas, é justamente ali, onde são despejadas as toneladas de glifosato, cupinícidas e formicidas. Se não há necessidade de estudos e relatórios de impactos ao meio ambiente nos milhões de hectares plantados com eucaliptos em todo o Mato Grosso do Sul (em São Paulo isso também ocorre de forma muito semelhante), quem fiscaliza e para que fiscalizar?

Nesse sentido, a propaganda de que a silvicultura estaria recuperando o cerrado soa como um grande – e necessário – instrumento de legitimação/invisibilização de conflitos socioambientais na região e não passa de um grande engodo, pois, a produção de carne, leite e derivados no Mato Grosso do Sul está sendo substituída por pasta de celulose e papel. Apenas em área plantada (ocupação maciça e concentrada do solo), a Eldorado Brasil chegou ao final de 2013 a 160.000 hectares (<http://www.eldoradobrasil.com.br/PaginaInterna.aspx?idPage=7>); a Fibria alcançou a marca de 154.000 hectares, antes mesmo de findar-se o ano de 2013. E, fechando 2014, em

seu Relatório publicizado, informa 343.318 hectares de plantio no MS, sendo 277.546 hectares desse total em área certificada, deixando claro que os 65.772 hectares restantes “abrange novas terras adquiridas e arrendadas para a formação de florestas que poderão abastecer de madeira o projeto de expansão para Três Lagoas anunciado em maio de 2015” (FIBRIA, 2015, 107).

Juntas, ambas as indústrias produzem 35 milhões de mudas de clones de eucalipto/ano (<http://www.fibria.com.br/web/pt/negocios/floresta/matogrosso.htm>; <http://www.eldoradobrasil.com.br/PaginaInterna.aspx?idPage=7>). No Mato Grosso do Sul, a FIEMS divulgou que 2014 “fechava” com 820 mil hectares de “florestas” plantadas (MININI, 2015, p. 52). Em termos regionais, para 2014, tem-se as informações da Fibria de que ocupou cerca de 225 mil hectares com “florestas” plantadas, apenas no MS (<http://www.fibria.com.br/negocios/floresta/mato-grosso-do-sul/>), ou, 343 mil hectares acrescentando novos plantios em áreas recém adquiridas ou arrendadas; já, a Eldorado Brasil informa ocupação de 187 mil hectares com “florestas” plantadas ao final de 2014. Algumas informações referentes a 2015 atestam pouca alteração no Mato Grosso do Sul, com acréscimo por parte da segunda: Fibria, com 224.790 hectares e Eldorado Brasil com 187.850 hectares. Há, aqui, discrepância entre o que a indústria Fibria divulga no Resumo do Manejo Florestal 2014 e o que ela própria torna público no Relatório 2014. A diferença é da ordem de 52.756 hectares, apenas no que tange às chamadas “florestas plantadas” e certificadas, o que é alarmante.

Informam, ainda, as referidas indústrias de celulose investimentos da ordem de 15,7 bilhões de reais para ampliação de ambas as plantas de produção (MININI, 2015, p. 46). Isso significa necessidade maior de ocupação territorial para ampliar a produção dos clones de eucalipto, com ampliação dos usos de água, do solo e subsolo, além da água extraída, sem qualquer ônus, do Rio Paraná, para abastecer as plantas industriais que foram construídas em suas margens, elevação nos níveis e concentração de efluentes que são despejados no leito desse que é um dos mais relevantes, volumoso e extenso curso d’água para o país, para os Estados de SP e MS e, fundamentalmente, para a cidade e região de Três Lagoas/MS, bem como, para outros países sul-americanos.

O que ocorre no Mato Grosso do Sul parece estar na ordem do dia do plano capitalista para o Brasil. Em 2014, as informações foram ainda mais espantosas: em “florestas” plantadas, divulgou-se 7,6 milhões de hectares, sendo 72% composto por eucalipto, no país (CIRILLO, 2015, p. 33).

Atualmente, este conflito socioambiental se encontra judicializado, porém, o pedido feito sob forma liminar pelo MPF, no ato de ingresso da ação – e replicado no aditamento da petição inicial, com a inclusão do IMASUL como réu na ação – visando à proteção jurídico-ambiental foi negado em primeira instância, tendo havido a interposição de recurso (agravo), pelo qual se visa alcançar determinados efeitos que poderiam, em tese, minimizar alguns impactos ambientais já sensíveis na região. Esse recurso não foi conhecido pelo TRF da 3ª Região, sediado na cidade de São Paulo/SP. Assim, aguarda-se a tramitação da ação civil pública em 1ª Instância, junto à Justiça Federal na cidade de Três Lagoas/MS.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise que propusemos assenta-se sobre o trabalho de Max Weber, quando o autor descreve os tipos ideais de dominação (WEBER, 2009, 187). Seja a forma em que se dá por uma constelação de interesses, ou, aquela em que se evidenciam relações de autoridade, até culminar com um modelo híbrido em que coexistem ambas as formas de dominação, o que se pode perceber, a partir dos trabalhos de campo, é que prepondera na região a terceira forma, isto é, o tipo ideal, em que se encontram presentes tanto a constelação de interesses, como, as relações de autoridade, principalmente, fruto do mandonismo político-econômico existente no Bolsão sul-matogrossense, herdeiro do coronelismo das primeiras décadas do Século XX.

A pesquisa encontrou certas relações simbióticas entre o capital e políticos, com o financiamento privado de campanhas eleitorais, municipais, estaduais e federais, mas, também, um mote muito bem propagandeado, explorado pelo marketing agroindustrial na região, no sentido de que o complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel seria responsável pelo *boom* industrializante na região e, nessa perspectiva, fonte inesgotável de desenvolvimento, sustentabilidade e progresso, imagens às quais o capital agroindustrial e parte considerável da sociedade (incluindo, principalmente, políticos e outras autoridades) atrelam a empregabilidade.

No caso do campo estabelecido pelo objeto do trabalho, essas relações da ação social entre poder-domação e estrutura-interesses econômicos parecem restar bastante nítidas. A pesquisa aponta como o movimento ditatorial-empresarial-militar levou a expansão econômico-empresarial-industrial ao Centro-Oeste brasileiro, notadamente, ao atual Mato Grosso do Sul.

Seja por meio de incentivos fiscais e creditícios que operam desde a década de 1970, fomentados via BNDES e FCO, por uma classe política comprometida com a manutenção dessa estrutura, que era imposta ditatorialmente, em princípio e, após a abertura democrática de meados da década de 1980, via sistema eleitoral em que se observa, claramente, o nível de investimento feito pelo setor de celulose-papel por meio de doações a campanhas eleitorais de vários políticos, por um modelo fundiário concentrador e expropriatório que dizimou a então grande comunidade indígena nos Estados do Centro-Oeste, em especial no Mato Grosso do Sul e pela oferta de mão-de-obra pouco ou nada valorizada, fato é que o ressurgimento do complexo territorial agroindustrial eucalipto-celulose-papel se fez e faz presente na região do Bolsão diante das garantias estatais e privatísticas, sociais, econômicas, ambientais e naturais permanentes ali. No dizer de Marini Perpétua:

[...] o discurso de que o Estado deve assegurar garantias e benefícios (econômicos e políticos) ao setor de celulose e papel e a toda a sua cadeia, devido ao seu comprovado dinamismo, eficiência e competitividade no mercado mundial parece estar virado “de cabeça para baixo! Na medida em que é exatamente o contrário que se evidencia, ou seja, o setor é atualmente dinâmico, eficiente e competitivo em função de todas as garantias e benefícios de que o Estado lançou mão no intento de desenvolvê-lo. (PERPÉTUA, 2013, 163)

Por outro lado, partindo-se de uma visão marxista, que não se contrapõe à dinâmica weberiana no aspecto investigado, a acumulação primitiva, que cria as condições de existência e manutenção do processo de produção capitalista, com efeito, deriva, na

verdade, da polarização do mercado, isto é, do processo que separa o trabalhador da propriedade, tal seja, o acesso e a posse da terra e sua renda, tornando-o tão-só proprietário de sua força de trabalho e impondo-lhe o jugo de se ver forçado a vender a única coisa que possui: seu tempo útil de vida laboriosa (MARX, 2013, 786).

Dessas duas perspectivas metodológicas se buscou alcançar motivos determinantes para o sucesso da instalação do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel na região de Três Lagoas/MS e, ao mesmo tempo, identificar fatores e situações de conflitualidade ou conflitos socioambientais no campo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa se dividiu em três momentos distintos, porém, não totalmente separados um do outro. O primeiro momento consistiu num retrabalho no projeto original de pesquisa, com o fito de se adequar a proposta às novas condições que estão representadas pela duplicação das plantas fabris das duas indústrias de celulose.

O Segundo momento retratado na primeira ida ao campo e se deu em julho/2015, com a aplicação de questionário e entrevista a doze atores sociais, localizados na cidade e região de Três Lagoas. Os questionários foram construídos estruturados e semiestruturados, pois, o objetivo era coletar dados e aproximar o pesquisador dos sujeitos. Como resultados dessa primeira visita, identificou-se que havia uma situação de conflitualidade entre um dos quarto assentamentos de reforma agrária na região e órgãos federal e estadual, que envolvia a inabilitação dos assentados para o levantamento de financiamento da produção por falta de um documento. Além disso, identificou-se, também, um conflito socioambiental instalado entre o Ministério Público Federal e o IBAMA, conflito esse que veio posteriormente a incluir o IMASUL e que versa sobre a necessidade de o órgão federal integrar os licenciamentos dos empreendimentos de grande porte, entre os quais se encontram as duas indústrias celulósicas e do órgão estadual rever os licenciamentos que homologou no passado.

O terceiro momento foi retratado pela segunda ida ao campo, que se deu no início do mês de dezembro/2015 e consistiu numa segunda entrevista com o órgão do MPF e na única entrevista com a representante do IBAMA na região. Posteriormente a isso se deu o tratamento dos dados e a redação da tese, propriamente ditos.

O trabalho de pesquisa conseguiu identificar que há uma relação de conflitualidade entre assentados e o INCRA em conjunto com a AGRAER, pela não concessão do certificado de cessão de uso por parte do primeiro e pela recusa da segunda em atuar prestando assistência técnica sem que o tal certificado seja apresentado. Assim, muitos assentados permanecem improdutivos e sob risco de terem as terras retomadas pelo poder público, que não comparece para viabilizar a reforma agrária concreta. De outro lado, o MPF encontra séria resistência por parte dos órgãos federal e estadual quanto à necessidade do primeiro integrar os licenciamentos ambientais, entre os quais estão os quatro licenciamentos feitos, já, pelas indústrias de celulose e, do segundo, que não parece demonstrar qualquer interesse em rever os licenciamentos que homologara. Houve judicialização de uma ação civil pública em face de ambos e, até este momento, não há julgamento de mérito, devendo-se destacar que o judiciário local não acolheu o pedido de liminar do MPF para tentar mitigar os efeitos socioambientais já palpáveis na região.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 13-35.

BRASIL, Ministério Público Federal, Parecer Técnico n. 135/2014-4ª CCR, pp. 1-24.

BRASIL, Ministério Público Federal, Recomendação n. 3/2015, PRM-Três Lagoas, pp. 1-4.

CIRILLO, Bruno. Lucro na floresta. **Globo Rural**. São Paulo: Editora Globo, n. 357, julho/2015, pp. 30-37.

ELDORADO BRASIL CELULOSE S/A.. **Resumo do Plano de Manejo**, 4ª edição, agosto/2015. FIBRIA CELULOSE S/A.. **Relatório Destaques MS 2015**.

\_\_\_\_\_. **Resumo do Plano de Manejo** – Unidade Florestal MS – Três Lagoas, 9ª edição, outubro/2015.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS**. 2011, 176p. Dissertação (Mestre) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

PERPETUA, Guilherme Marini. **A miragem verde: um olhar sobre a mobilidade espacial do capital e da força de trabalho a partir de Três Lagoas (MS/Brasil)**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MININI, Sarah. Indústria florestal: superação de crises desde a primeira semente. **Revista Expressão MS**. Três Lagoas: Expressão MS Ed. E Impr. de Jornais, n. 007, ano 02, junho/julho/2015, pp. 44-60.

OLIVEIRA, Cristiano Resende de et alii; FIBRIA CELULOSE S/A.. **Novo olhar para o futuro** – Relatório 2014, 2015.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 2. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; rev. téc. Gabriel Cohn, 4. ed., 3. reimpr. Brasília: Editora UnB, 1999, 2009 (reimpressão).

## GESTÃO URBANA E SUSTENTABILIDADE COMO DISCURSO DA MANUTENÇÃO DA ORDEM NO BRASIL

**CORRÊA, Luciano Pita**

Mestre em Produção e Gestão do Espaço Urbano- FAU - UFF  
Professor Adjunto - Universidade Anhanguera  
arqpita@gmail.com

**CORRÊA, Patrícia Santiago de Medeiros**

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito - UFF  
pat\_uff@hotmail.com

**SIQUEIRA, Vilson de Almeida**

Bacharel em Direito - Universidade SUESC-RJ  
vilsonalmeida1970@gmail.com

Este artigo pretende analisar o planejamento urbano e regional no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, buscando relacionar as transformações econômicas e políticas com os processos de planejamento urbano e regional. Nesse contexto da reestruturação produtiva e neoliberal, a regionalização teria sido substituída pela gestão local\_ no Brasil consolidada na Constituição de 1988 pela municipalização das políticas urbanas. Assim, o planejamento urbano e regional do período anterior teria dado lugar à regulação do mercado e ao planejamento estratégico. Entidades de fomento ao desenvolvimento e parcerias público-privadas assumiriam papel preponderante nesse processo através do discurso da sustentabilidade e do ecologismo, visando retirar do planejamento estatal sua influência e intervenção. Este estudo pretende refletir sobre as políticas de planejamento urbano e regional a partir das tentativas do capital financeiro de subordinar o espaço à esfera da produção e da mercadoria em um contexto de mundialização da economia, precarização trabalhista e redução dos investimentos nos programas sociais.

**Palavras-chaves:** gestão urbana; sustentabilidade; planejamento urbano

This article intends to analyze the urban and regional planning in Brazil, from the second half of the twentieth century, trying to relate the economic and political transformations with the urban and regional planning processes. In this context of productive and neoliberal restructuring, regionalization would have been replaced by local management in Brazil consolidated in the 1988 Constitution by the municipalization of urban policies. Thus, the urban and regional planning of the previous period would have given place to market regulation and strategic planning. Entities promoting development and public-private partnerships would assume a preponderant role in this process through the discourse of sustainability and environmentalism, aiming to withdraw from state planning its influence and intervention. This study intends to reflect on the policies of urban and regional planning from the attempts of financial capital to subordinate space to the sphere of production and merchandise in a context of globalization of the economy, labor precarization and reduction of investments in social programs.

**Keywords:** Urban management; sustainability; urban planning



## INTRODUÇÃO

Este artigo pretende analisar o planejamento urbano e regional no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, buscando relacioná-lo às transformações econômicas e políticas ocorridas no período. Pretendemos também refletir sobre as políticas de planejamento a partir das tentativas do capital financeiro subordinar o espaço às esferas da produção e da mercadoria, em um contexto de mundialização, precarização trabalhista e redução de investimentos nos programas sociais.

Nesse contexto, pudemos observar que o planejamento urbano baseado na regionalização, da segunda metade do século XX, teria dado lugar ao que se convencionou chamar de planejamento estratégico, uma adequação das políticas urbanas à reestruturação produtiva neoliberal, onde a gestão local assume um papel preponderante que será consolidado na Constituição de 1988, através da municipalização das políticas urbanas. Entidades de fomento ao desenvolvimento econômico e parcerias público-privadas também assumiriam papel preponderante nesse processo, visando retirar do planejamento estatal sua influência e poder de intervenção através da disseminação do discurso da sustentabilidade e do ecologismo.

### 1. ESPAÇO URBANO E FINANCEIRIZAÇÃO

O discurso do estímulo ao desenvolvimento urbano teria assumido grande importância nas últimas décadas, tanto para os defensores quanto para os detratores da atuação das agências internacionais de fomento aparentemente tão díspares como o Fundo Monetário Internacional-FMI, o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD. Porém, o desenvolvimento das metrópoles estando determinado por condições materiais e históricas específicas a cada uma delas, através de relações em diferentes níveis de desenvolvimento, justapostas de maneiras contraditórias e peculiares, teria tornado os conflitos sociais inerentes, a despeito de tais políticas, às sociedades menos desenvolvidas, ao impelirem estas a superar as disparidades do seu desenvolvimento em relação às outras com as quais se relacionam, passando também a encarar suas metrópoles como unidades especiais detentoras dos meios de produção e reprodução da força de trabalho com alto valor agregado\_ abundância de equipamentos científicos, de transporte, culturais, de produção (LOJKINE, 1981).

Nesse processo, embora esse espaço urbano seja considerado restrito à função de reprodução do capital, *“a importância do espaço geográfico como meio de produção pode ser exemplificada concretamente (...) no processo de construção das forças produtivas no ambiente que o espaço é produzido, de acordo com as propriedades espaciais desse conjunto de forças produtivas”* (SMITH, 1988, p134).

O desenvolvimento espacial estaria também determinado por forças duais, desiguais e irreconciliáveis, resultantes da combinação dos elementos que o disputam. Diversos processos resultantes desse confronto\_ renovação, reforma, redesenho ou requalificação urbanas\_ constituiriam expressão das tendências à diferenciação e à universalização do capital no território.

Diante do que se convencionou chamar de desenvolvimento, seja sustentável ou dependente, seria consolidada pelas agências financeiras a assertiva de que a estagnação econômica deveria ser combatida com investimentos em infraestrutura, máquinas e

crédito, desde que dentro dos marcos de um sistema que pudesse ser conduzido por instituições privadas que canalizassem as forças sociais e produtivas na construção de um ambiente favorável à divisão internacional do trabalho. A necessidade de uma classificação menos discriminatória e de uma perspectiva de ascensão para os países subdesenvolvidos levaria as agências a forjarem uma denominação alternativa para os países dependentes: *'países em vias de desenvolvimento'*.

E, embora o desenvolvimento econômico e social sejam apresentados como processos interdependentes nos documentos e cartilhas produzidos por tais agências e que visavam estabelecer um receituário aos países em desenvolvimento, a intervenção estatal ou aumento das verbas públicas estaria descartada<sup>1</sup>.

Partindo desse pressuposto, faz-se necessário abordarmos alguns antecedentes à gênese e consolidação da influência das agências financiadoras do desenvolvimento nas políticas urbanas dos países dependentes, e que lhes são tomadores de empréstimos.

## 2. GESTÃO URBANA, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

A partir do século XX, os processos de integração regional seriam acentuados no Brasil como resposta à crise de 1929. BAUMANN (1996) aponta que estes processos estariam pautados pela necessidade crescente de acesso a insumos e mão-de-obra mais baratos, ampliação de mercados e desenvolvimento tecnológico. O planejamento governamental da primeira metade do século vinte ainda estaria também instruído a partir da necessidade do desenvolvimento e fortalecimento de uma base capitalista e urbana da sociedade brasileira.

Durante a ditadura, foram criados organismos governamentais como a Secretaria Federal de Habitação e de Urbanismo (SERFHAU, 1964), o Banco Nacional da Habitação (BNH-1964), a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE, 1959), entre outros, visando a possibilitado do Estado intervir diretamente no meio urbano e rural, através do planejamento e do financiamento:

Por meio desses planos, o governo, de um lado, procurou desenvolver sua política urbana voltada para o equacionamento dos transportes, saneamento e habitação. Por outro lado, buscou promover a descentralização econômica frente a uma realidade que apresentava extrema concentração das atividades industriais no Sudeste (...). Os principais órgãos do governo do país traçaram objetivos e ações buscando orientar o desenvolvimento urbano e regional. (LENCIONI, 2008, p.46).

Em 1973, seriam instituídas nove regiões metropolitanas<sup>2</sup>: São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife e Salvador, que passariam a constituir polos irradiadores de desenvolvimento. A ligação viária

1 O Estado burguês nada mais seria que a reafirmação da própria propriedade privada: "Além do mais, divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas\_ numa é dito com relação à própria atividade aquilo que, noutra, é dito com relação ao produto da atividade (...). Além disso, com a divisão do trabalho, dá-se ao mesmo tempo a contradição entre o interesse dos indivíduos e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam mutuamente (...) é precisamente dessa contradição que o interesse coletivo assume, como Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses singulares e gerais e, ao mesmo tempo, como comunidade ilusória, mas sempre fundada sobre a base real dos laços existentes em cada conglomerado... Daí se segue que todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito de voto, etc., não são mais do que formas ilusórias em geral, a forma ilusória da comunidade\_ nas quais são travadas as lutas reais entre as diferentes classes". (MÁRX, 2007, p.37).

2 Para ANDRADE (1973, p. 69), a organização do território brasileiro estaria intimamente vinculada aos ciclos que constituíram a história econômica do Brasil\_ ciclo do pau-brasil, da cana-de-açúcar, do couro, do ouro, do algodão, etc. Estes ciclos, por sua vez, teriam sido fundados para atender às necessidades imperativas do mercado externo, com os países centrais, e acabaram dando origem às regiões de especulação e, posteriormente, de regiões organizadas na forma de polos de desenvolvimento.

entre elas determinaria o seu vetor de crescimento, possibilitando, teoricamente, a descentralização do território nacional.

LENCIONI (2008) conclui que a combinação da teoria dos *polos de crescimento* com a teoria dos *polos de desenvolvimento*, fruto da vontade política de “*planejar de forma racional o crescimento urbano e a descentralização econômica*”, teria constituído referência teórica para os objetivos e ações que buscavam orientar o desenvolvimento urbano regional. Os polos de desenvolvimento representaram, porém, um planejamento estatal que não teria conseguido integrar as políticas de habitação, saneamento e de transportes devido ao seu caráter centralizador e hierarquizante. Sua falência posterior, somada a das demais políticas setoriais desenvolvimentistas, teria produzido o abandono da abordagem institucional dos problemas urbanos brasileiros<sup>3</sup>.

Com o término da ditadura militar, o planejamento estatal, até aquele momento de caráter regional e desenvolvimentista<sup>4</sup>, assumiria a *descentralização*, o fortalecimento do *poder local* e a *sustentabilidade socioambiental* como normas de orientação política para, em um segundo momento, transformá-los em instrumentos de ampliação e manutenção da estabilidade macroeconômica, com vistas à redução da influência e intervenção do Estado no processo produtivo (GONÇALVES, 2005).

A regionalização econômica se mostrara, afinal, limitada por processos sujeitos às determinações políticas e sociais em suas áreas de influência, determinada por decisões políticas e pela preservação aguerrida de valores locais<sup>5</sup>. A descentralização, por sua vez, apresentava a possibilidade de tornar as políticas públicas cada vez mais municipalizadas. A Constituição de 1988 viria apontar a descentralização<sup>6</sup> como meio de alcançar uma maior participação popular na definição das políticas públicas (THEIS e BUTZKE, 2007).

A autonomia municipal, orientadora dos modelos de gestão das políticas públicas, nortearia o projeto de reforma do Estado, agora preconizado pela Constituição:

O princípio de autonomia do poder local é construído pelo discurso constitucional, através do pacto federativo e da descentralização tributária; e pelo discurso político-institucional, através da criação de esferas públicas na escala local para a deliberação partilhada de programas e políticas públicas setoriais, com diferenciados atores locais, e de recomendações e estratégias das agências multilaterais de financiamento. (KORNING e MOURA, 2004, p.19).

A regulação estatal do período militar, na forma de um planejamento regional com investimentos na industrialização e em um desenvolvimento orientado, seria substituída, então, pelas leis do mercado. O *planejamento* refletiria essa nova configuração através de políticas de estímulo à competição entre os lugares, da institucionalização de entidades de fomento ao desenvolvimento socioeconômico, e parcerias entre os setores público

3 Os motivos dessa falência constituem objeto de análise de diversos autores que abordaram a estrutura de classe da sociedade brasileira e os esforços da classe dominante na manutenção do status quo. Cf. ANTUNES, 2003; FIX, 2007; MARTINS, 2004; OLIVEIRA, 2008; SANTOS, 2003.

4 Ainda segundo LENCIONI, a intenção do governo militar, ao instituir nove regiões metropolitanas no período de 1973-74, seria atenuar a concentração de renda e estimular o desenvolvimento das demais regiões para além do Sudeste, superando, assim, as mazelas de uma urbanização avassaladora. (LENCIONI, 2008, p.44).

5 BAUMANN, 1996, p.47.

6 Descentralização, no sentido de decidir localmente as políticas públicas a serem aplicadas com um possível envolvimento da sociedade e visando eliminar o clientelismo até então observado; participação, tocante à formulação e aplicação de políticas de desenvolvimento local, embora esta não reflita um avanço real no sentido da emancipação da população rumo à construção de um modelo decisório mais democrático. (THEIS; BUTZKE, 2007, p.1).

e privado. A ascensão do capital financeiro à maior fonte de financiamento do Estado teria permitido, assim, reduzir o planejamento a intervenções pontuais e mediadas, quase sempre, por agências e organizações não-governamentais.

### 3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COMO EXPRESSÃO DA GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA

O planejamento estratégico teria sido transformado no cavalo de batalha da *'guerra entre lugares'*, ou disputa entre cidades, pelos investimentos oriundos do capital financeiro. A *'gestão'* seria apresentada como possibilidade de governar cidades aos moldes de uma empresa privada, ao mesmo tempo em que permitiria neutralizar conflitos, contradições e constrangimentos produzidos pelo próprio capital que se tentava atrair:

De acordo com essa lógica, os governos qualificam-se pela capacidade de integrar-se nos novos circuitos de realização do capital internacional, colocando a produção do espaço à mercê dos ditames de um mercado global de cidades. A gestão deixa de ser o resultado político de conflitos e interesses da sociedade, constituindo-se em instrumento de construção de um consenso em torno do projeto de cidade competitiva. (KORNING; MOURA, 2004, p. 19; 21).

Para CHESNAIS (2005), no entanto, os mecanismos financeiros da mundialização parecem ter reforçado muito mais os direitos de propriedade fundiária e a apropriação fundada na exploração do trabalho das oligarquias agrárias e financeiras dos países da América do Sul. Como podemos apontar o acordo que previa a reestruturação dos US\$ 44 bilhões devidos pelo Brasil aos bancos internacionais, como parte do *Plano Brady*<sup>7</sup>, e que teria permitido aumentar grandemente o ônus do serviço da dívida envolvida:

Os credores haviam imposto a desvalorização do cruzeiro e a inflação chegava a mais de 20% ao mês, principalmente em decorrência do programa anti-inflacionário do FMI. A alta na taxa de juros imposta por este ao Brasil, em 1991, contribuíra para aumentar a dívida interna, bem como para atrair grandes somas de hot Money e dinheiro sujo para o sistema bancário do Brasil. Lucros tremendos foram realizados por cerca de trezentas grandes empresas industriais e financeiras. Esses grupos foram amplamente responsáveis por uma inflação vocacionada para o lucro; a participação do capital no PIB cresceu de 45%, em 1980, para 66%, no começo da década de 1990. A democracia assegurara para as elites econômicas (aliadas aos credores internacionais) o que os militares não haviam sido capazes de conseguir amplamente. (CHOSSUDÓVSKY, 1999, p.171).

Para os críticos da descentralização baseada no desmonte das estruturas regionais, essa reestruturação teria dado início aos processos que expressariam e acentuariam cada vez mais as desigualdades econômicas e as limitações ao envolvimento das comunidades e dos atores sociais<sup>8</sup>.

Aos poucos seria estabelecido um ciclo que intercalaria o financiamento público e privado do desenvolvimento. A dimensão espacial, apontada como fator geográfico da acumulação<sup>9</sup>, também influenciaria o processo, por meio da redução da escala do planejamento e das políticas pontuais e focadas de habitação e infraestrutura, voltadas

7 Plano Brady é o nome dado ao plano de reestruturação da dívida externa de alguns países, que foi lançado no final da década de 1980. O nome do plano tem sua origem no nome do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas F. Brady.

8 Cf. LENCIONI, 2008; HARVEY, 2005; ANTUNES, 2003.

9 Cf. SMITH, 1988; LOJKINE, 1981; HARVEY, 2005.

à tentar mitigar os conflitos oriundos dessa nova dinâmica de acumulação fundada na capacidade de atração de investimentos externos, ao mesmo tempo em que estados e municípios adquirissem maior autonomia para contratar financiamento privado dos seus investimentos.

O financiamento público dos meios de consumo coletivo teria permitido estabelecer indicadores importantes na análise das prioridades estabelecidas no planejamento local (LOJKINE, 1981). Equipamentos de transporte, comunicação, esportivos, sociais, culturais e turísticos assumiriam pesos distintos e contraditórios, indicando o recorte ideológico que revestiria as propostas de planejamento público. A divisão espacial das atividades e as renovadas condições de trabalho determinariam sua complexidade e permitiriam estabelecer indicadores para a análise das prioridades estabelecidas no planejamento local (Id. *ibidem*).

Com o abandono da organização regional, a cidade passava a ser o lócus privilegiado do processo de ajuste promovido pelo capital:

Uma nova realidade se apresenta. Um mundo desiludido, um mundo neoliberal onde os processos de globalização alteram profundamente as atividades produtivas, as relações entre os lugares e a vida cotidiana. A teia de relações entre os lugares não pode ser mais pensada em termo de uma hierarquia entre o local, o regional, o nacional e o internacional. Os fluxos e as relações se dão independentemente dessa hierarquia e o que era visto como internacional passa a ser global, uma vez que o crescimento dos grupos econômicos e das empresas oligopolísticas não permite mais (...) o estabelecimento da contraposição clássica entre nacional e internacional (...). O poder dos grandes grupos econômicos a submeterem, como nunca antes, o poder do Estado-nação, emerge com força hegemônica na reestruturação do território. (LENCIONI, 2008, p. 46):

As políticas de estímulo ao desenvolvimento econômico e social passariam a ter como base uma maior especialização da mão-de-obra, uma legislação trabalhista flexível e menos reguladora das atividades empresariais e uma ação mais '*participativa*' dos sindicatos, com vistas à atração de investimentos privados que permitissem o desenvolvimento de estruturas produtivas e sociais locais mais dinâmicas.

No refluxo da ação estatal, a *cidade-região* ganharia forma e emergiria como produto da metropolização do espaço, regionalizando o espaço e indicando que metropolização e regionalização apresentariam uma unicidade inesperada (KLINK, 2001). O urbano, produto social da lógica do capital, repercutiria e replicaria a reestruturação produtiva baseada na divisão flexível do trabalho e dos contratos, na terceirização debilitante do trabalho e da mão-de-obra precária, refletindo um sistema econômico em constante transformação\_ transformações essas necessárias à manutenção das taxas de lucro e de produtividade, apesar de todas as contradições manifestas.

O antagonismo entre *regionalização*, como necessidade de preservação e estímulo a valores locais, e *universalização*, na forma de uma padronização imposta pelos mercados internacionais ao território, representaria um dos paradoxos do planejamento urbano a reboque da globalização, visto que esta uniformização induziria a uma ruptura do tecido social no próprio território (BAUMANN, 1996). Ao mesmo tempo, este movimento conflituoso desafiaria sistemas mais frágeis a "*explorar economias de escala na produção, de forma compatível com as iniciativas definidas no âmbito local*" (*Ibidem*, p.81).

A internacionalização da economia, na forma de fluxos exponenciais de integração, global teria levado à homogeneização dos mercados nacionais, acelerando o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, enquanto que a regionalização, na forma de valores locais preservados e protegidos, induziria à fragmentação desses mesmos mercados no território.

A globalização, resumidamente, buscaria produzir valor a partir de estruturas de oferta interligadas em um circuito mundial de acordos empresariais de acesso, ampliação e compartilhamento de tecnologias, riscos e custos financeiros, no qual as empresas transnacionais seriam o núcleo dessa estrutura: “aquelas com melhores condições para apropriar-se das vantagens dessas cadeias de valor adicionado” (BAUMANN, 1996).

### 3.1. Desenvolvimento e sustentabilidade apropriados pela estratégia neoliberal

Para (ACSELRAD, 1999), três conceitos discursivos se destacariam nos debates que tentavam desvendar o que, afinal, teria acontecido com as políticas de bem-estar social que foram apresentadas a partir da segunda metade do século XX, como tábua de salvação da humanidade: o discurso do *desenvolvimento*, que teria surgido, inicialmente, nessa marcha em direção ao “*nivelamento*” dos países periféricos; o discurso da *violência*, como justificativa para a implantação dos mecanismos de controle social frente às contradições iminentes. E o discurso da *sustentabilidade*, que absorveria as estratégias de controle e monitoramento programado das limitações das fontes de financiamento. Essa *tríade* permitiria viabilizar o cumprimento das exigências dos credores da dívida e a manutenção de um ambiente estável e favorável ao mercado, crucial à obtenção de novos empréstimos e continuidade dos negócios já consolidados.

Nenhum dos conceitos, porém, demonstraria interesse pela investigação do caráter financeiro da sustentabilidade no âmbito desse *novo* capitalismo, embora apresentem os conflitos e as conciliações possíveis entre as lideranças políticas e econômicas envolvidas no processo:

Se o Estado e o empresariado - forças hegemônicas no processo desenvolvimentista - incorporam a crítica à insustentabilidade do modelo de desenvolvimento, passam a ocupar também posição privilegiada para dar conteúdo à própria noção de sustentabilidade. (ACSELRAD, 1999, p.81).

Outra abordagem do desenvolvimento capitalista sustentável incorporaria a questão ecológica às lutas sociais, ao defender a ampliação do conceito para além de indicadores como PIB e PNB e assumir as orientações de órgãos como ONU<sup>10</sup> e Banco Mundial como norteadoras de uma estratégia voltada para a ação. ACSELRAD (1999) observa também que a durabilidade e integridade das políticas legitimariam a noção de sustentabilidade urbana.

### 3.2. Planejamento e financeirização

Caberia ao planejamento urbano, orientado pelos interesses empresariais e regulado pelo Estado, a condução da reestruturação urbana baseada em estratégias *ecoenergéticas*, sanitárias e em políticas de negociação que possibilitassem sua implantação, inclusive para além das fronteiras urbanas: “o desenvolvimento *urbano* sustentável e o desenvolvimento *rural* sustentável não podem ser separados” (ACSELRAD, 1999, p. 84).

O planejamento possuiria, no entanto, um caráter ideológico que, em um primeiro momento, alteraria as formas sociais e, aos poucos, suas estruturas (SANTOS, 2003). OLIVEIRA (2007) acrescenta que o planejamento institucionalizaria os conflitos, eliminando sua radicalidade e conduzindo sua mediação dentro de uma suposta legalidade<sup>11</sup>. Por sua vez, a autossuficiência, destacada como uma das matrizes discursivas da sustentabilidade, permitiria que economias nacionais e sociedades tradicionais se desvinculassem dos fluxos do mercado mundial, em uma estratégia capaz de assegurar a capacidade de auto regulação comunitária e as condições favoráveis de reprodução da base material do desenvolvimento:

O discurso da sustentabilidade das cidades atualiza o embate entre tecnificação e politização do espaço (...). O confronto entre representações tecnicistas e politizadoras do tempo, no interior do qual podem conviver, ao mesmo tempo, projetos voltados à simples reprodução das estruturas existentes ou às estratégias que cultivem na cidade o espaço por excelência da invenção de direitos e inovações sociais. (ACSELRAD, 1999, p.88).

Nenhuma das matrizes referidas, contudo, dará conta do fator *financeiro* como desarticulador de políticas desenvolvimentistas que se queiram sustentáveis. O paradoxo implícito do capital financeiro consistiria na ênfase em treinamento e educação ao mesmo tempo em que pressionaria constantemente a redução dos custos, através da repressão salarial, como forma de manter a competitividade no mercado internacional<sup>12</sup> (BAUMANN, 1996). A desregulamentação, através da redução do grau de intervenção nos mercados, teria produzido discrepâncias entre os dois processos que só poderiam ser superadas através da redução do poder de atuação do Estado, tanto na questão regional\_ valorização do local, fragmentação dos mercados e autodeterminação política, quanto na internacional\_ valorização de modelos globais, mercados homogeneizados, desregulamentação e flexibilização do trabalho

O dado novo que a globalização traz é a ênfase no fato de que toda a orientação da ação do Estado e dos demais agentes deve estar orientada para tornar possível o alcance e manutenção de níveis internacionais de competitividade em termos sistêmicos, isto é, por parte dos diversos setores da economia. De fato, a globalização exerce pressão crescente sobre os governos para que liberalizem suas políticas relativas às transações internacionais e, para tal, alinhem suas políticas em cada vez mais áreas, mesmo aquelas não diretamente vinculadas ao setor externo. (BAUMANN, 1996, p.44).

O processo de globalização, substituído da polarização entre capital privado e estatal, assume o ecologismo como o arcabouço epistemológico que permitirá redefinir o conceito de desenvolvimento sustentável que faltava às ONGs ambientalistas e aos partidos verdes que, por sua vez, se apresentariam como substitutos dos sindicatos e partidos de esquerda:

As empresas globais e os governos nacionais começam a inserir a dimensão ambiental em suas ações; os organismos internacionais estabelecem parâmetros ambientais em seus programas e políticas; acordos sobre clima, florestas, animais em extinção, pesca, fazem parte da Agenda Global da ONU; os partidos 'verdes' e as ONGs ecológicas influenciam a mudança das legislações de controle do meio ambiente, entre muitas outras evidências da penetração da consciência ecológica nos domínios da globalização econômica. (ARAÚJO, 1998, p.36).

10 World Conservation Strategy\_ programa da ONU para o meio-ambiente.

11 OLIVEIRA, Francisco de. "O Estado e a exceção ou a exceção do Estado?" APUD: THEIS e BUTZKE, 2007.

12 Para observações complementares a esse respeito, cf. ACSELRAD, 1999; OLIVEIRA, F., 2006.

### 3.3. O planejamento vinculado à sustentabilidade das finanças públicas

LOJKINE (1981) observa que o planejamento urbano vai sendo aos poucos atrelado aos balanços financeiros das contas públicas. Com base nas análises funcionalistas das políticas urbanas elaboradas por CASTELLS (1983) correspondentes à distribuição regional dos investimentos urbanísticos, característicos a cada país e governo, conclui, porém, que esta inflexão retiraria a unidade dos efeitos do par plano/operações de urbanismo sobre o conjunto da organização social do espaço:

Conjunto cuja unidade espacial, geográfica, está contida não só no espaço de reprodução da força de trabalho, mas também na unidade da aglomeração espacial dos meios de produção, de troca e dos meios de reprodução da força de trabalho. A inconsciência e a ausência do domínio dos processos de urbanização postos em funcionamento decorrem não de uma necessidade inelutável, mas sim de um tipo de sociedade histórica e geograficamente determinada, limitada. (LOJKINE, 1981, p.219).

Tomando como exemplo a planificação urbana da região parisiense de La Défense, nas décadas de 1960-70, LOJKINE conclui que esta consistiria na prioridade do financiamento público dos meios de transporte como processo de seleção urbanística e social. Com ênfase no eixo privilegiado de áreas que receberiam amplos financiamentos bancários em equipamentos de habitação e trabalho, visava reduzir, através do Esquema Diretor de Planejamento e de Urbanização da Região Parisiense (SDAURP), a *“reorganização urbana a uns poucos polos urbanos, sobretudo de cidades novas onde estão concentrados praticamente todos os esforços previstos em matéria de equipamentos coletivos”* (LOJKINE, 1981, p.206). O esquema radiocêntrico apresentado, com vias expressas ramificadas até o anel periférico, permitiria contestar a oposição entre *planos* (projetos de urbanismo) e *práticas* (políticas urbanas):

Os planos não são menos segregativos que as práticas, e muito menos estão em oposição às práticas segregativas das políticas financeiras. De fato, ambos estão inscritos num mesmo processo social (...) coerente no seu conjunto na medida em que a seleção das normas responde à das práticas financeiras. Essa lógica global da política urbana leva-nos, por isso mesmo, a rejeitar a ilusão que vê nas práticas financeiras um caos desprovido de qualquer significação. (LOJKINE, 1981, p.219).

Os orçamentos localizados e pontuais da política urbana por ele analisados, a partir das transformações econômicas e financeiras ocorridas, expressariam, em detrimento dos equipamentos coletivos da classe dominada, a *“coerência de um processo de seleção urbanística que privilegia o equipamento de algumas zonas urbanas de que se apropriou a fração da classe dominante”* (LOJKINE, 1981, p. 219), determinação sociológica e classista da política urbana estatal.

Alguns autores apontam que, para as ciências econômicas, o desenvolvimento sustentável estaria pautado na redução das desigualdades sociais associada ao avanço da produção e consumo de mercadorias em escala crescente, não dependendo, a priori, do aumento dos gastos públicos na manutenção do crescimento da economia:

Ficou evidente que a sustentabilidade do crescimento econômico não depende apenas de fatores no campo da economia, como o aumento da taxa de investimento, mas de um arranjo institucional que dê segurança aos investidores. Embora o Estado já não tenha um papel tão determinante para sustentar a expansão da economia, como nos anos 60 e 70 do século passado,



não pode deixar de ser um ator de primeira linha, especialmente para melhorar a qualidade de seus gastos, que libere recursos para investimentos na área social e em infraestrutura. (FERNANDES JR., 2005, p.18).

A questão da reforma da previdência também surgiria no discurso oficial como necessária à redução de um déficit público que poderia comprometer as políticas de crédito e fomento da produção\_ fundamentais para um desenvolvimento econômico que se quer sustentável:

É preciso ter uma estratégia de longo prazo para reformar o sistema previdenciário, pois o déficit deverá chegar a 39 bilhões em 2005. Além disso, a busca de uma construção institucional que garanta o crescimento sustentado exigirá uma reforma do sistema tributário, que envolverá a estrutura federativa do país. A Constituição foi aprovada há 17 anos, e inúmeros artigos que se referem à questão federativa ainda não foram regulamentados. Será preciso enfrentar o problema dos desequilíbrios regionais, pois assusta o vazio econômico do Norte, do Nordeste e um pouco do Centro-Oeste. Temos de aprender com o exemplo da União Europeia, que foi muito bem-sucedida ao mudar o padrão de desenvolvimento econômico de países como **Espanha, Grécia, Portugal e Irlanda**<sup>13</sup>. (PIANCASTELLI, 2005, p.23).

Para GASQUES; VERDE (2000), porém, em todas as modalidades, seja crédito, infraestrutura ou acesso à terra, a União seria a principal fonte de recursos, concluindo que a análise da sustentabilidade financeira deve ser feita através das possibilidades e alcance das fontes, sua permanência e sua estabilidade ao longo do processo de desenvolvimento das políticas<sup>14</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, o equilíbrio fiscal, com base na redução do déficit previdenciário, a inovação tecnológica com ênfase em pesquisa e aumento da competitividade e a necessidade de revisar o pacto federativo\_ que teria resultado na redistribuição de responsabilidades entre governo federal, estados e municípios, através da Constituição de 1988\_ vêm permeando as discussões acerca da sustentabilidade. A subordinação do conceito de sustentabilidades a *novas práticas* de gestão administrativa vislumbraria nas políticas compensatórias uma possibilidade de amortização da concentração de renda e precarização do trabalho, seja através de investimentos por parte do Estado, seja através da desregulamentação da atuação de empresas privadas no território, legislando e estabelecendo novas diretrizes para o planejamento urbano.

Os argumentos do desenvolvimento sustentado e da gestão dos recursos, naturais ou econômicos, são somados às outras ações supostamente louváveis, ao mesmo tempo em que visam reduzir a prática política, assim como suas contradições, ao âmbito institucional. Trata-se, enfim, de um eficiente mecanismo de preservação da estrutura de dominação e perpetuação do domínio de uma classe sobre outra, permitindo estabelecer um diálogo com os injustiçados. O diálogo aqui, no entanto, cumpriria a função de antecipar o conflito de classes e visando manter essa mesma estrutura intacta.

13 Os países citados, mais a Itália, foram, durante a crise de 2008-2009, apelidados pela imprensa europeia de PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha), acrônimo, em inglês, da palavra 'porcos', animais usados algumas vezes em caricaturas para representar o mau desempenho econômico dos cinco países. No entanto, a crise e o alto grau de risco que estes países vieram a apresentar teriam sido causados pelos ajustes econômicos recomendados pelos agentes financeiros no seu anterior padrão de desenvolvimento.

14 GASQUES; VERDE. A sustentabilidade financeira da reforma agrária no Brasil. In: LEITE, Pedro Sisnando et alii (orgs): Reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Ministério do desenvolvimento agrário. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

## PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Discurso da sustentabilidade urbana. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, N.º 1. Recife, Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR, maio/1999, Recife.

ARAÚJO, Luiz Coelho. Do Global ao local: globalização, desenvolvimento sustentável e ecologia\_ Os três grandes paradigmas do fim do século. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico*, V. 1, N.º 1. Salvador: Unifacs, novembro/1998, Salvador.

BAUMANN, Renato (org.). *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus-SOBEET, 1996.

BUTZKE, Luciana. Planejamento regional e a questão ambiental em Santa Catarina: caminhos e descaminhos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 16, jul/dez 2007, Paraná: Editora UFPR, p.83-94.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.

GASQUES, José Garcia; VERDE, Carlos Monteiro Villa. A sustentabilidade financeira da reforma agrária no Brasil. In: LEITE, Pedro Sisnando ET alii (org.), *Reforma agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000, p. 111-126.

GONÇALVES, Raquel Garcia. Modelos de planejamento: uma difusão planejada. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, maio/2005, Salvador. *Metropolização e governança urbana: relações transescalares em oposição às práticas municipalistas*. THEIS, Ivo M.;

KORNIN, Thaís; MOURA, Rosa. São Paulo: GEOUSP - Espaço e Tempo, N.º 16, 2004.

LENCIONI, Sandra. Da metrópole como estratégia desenvolvimentista à metrópole como sobrevida do capitalismo. In: PEREIRA, Paulo César Xavier e HIDALGO, Rodrigo. *Producción inmobiliaria y reestructuración metropolitana em América Latina*. Santiago, Chile: PUC, 2008.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

PIANCASTELLI, Marcelo. Apud: Fernandes Jr, Ottoni. Em busca do elixir do crescimento. In: *Revista Desafios do Desenvolvimento*. Ano 2/N.º 12. Brasília: IPEA, Julho de 2005, p. 23-24.

THEIS, Ivo M.; BUTZKE, Luciana. Planejamento e desenvolvimento desigual em Santa Catarina, Brasil. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 16. Santa Catarina: Editora UFPR, jul./dez. 2007, p. 83-94.

## SEGURANÇA ALIMENTAR NA CONJUNTURA POLÍTICO-SOCIAL BRASILEIRA DE 2016: O PROTAGONISMO DE MINAS GERAIS EM TEMPOS DE CRISE.

**Wagner de Oliveira Rodrigues**

Professor Assistente da Universidade Estadual de Santa Cruz;  
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF)  
*worodrigues@uesc.br*

**Wilson Madeira Filho**

Professor Titular da Faculdade de Direito e do  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD)  
da Universidade Federal Fluminense (UFF)  
*wilsonmadeirafilho@hotmail.com*

### RESUMO

A construção de um sistema interfederativo intersetorial na promoção da soberania alimentar no Brasil, nos últimos treze anos, é o resultado de décadas de estratégias públicas de enfrentamento ao combate à fome e às causas de desigualdade social oriundas do acesso ao alimento – nutricional e sustentável. Em Minas Gerais – unidade da Federação protagonista no assunto – a trajetória em SANS (Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável) conferiu diversos resultados positivos. No entanto, tal qual em outras unidades regionais, a expansão vertical do SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – está incompleta com a baixa adesão dos municípios mineiros ao sistema. Para aditar este quadro a conjuntura política nacional – com o afastamento da Presidenta da República em agosto de 2016 – traz incertezas sobre a continuidade do sistema em detrimento do avanço do agronegócio e da agroindústria colocando, ao lado da grande mídia, o seu conceito de alimentação adequada. O trabalho se propõe a fazer um panorama histórico, institucional e conjuntural da situação de Minas Gerais frente ao SANS estabelecendo os principais desafios e o que tem sido percebido, através do Projeto SISAN/MDS/UFF, no campo da pesquisa – através de observação participante e elucidando, através de documentos públicos e elementos empíricos o cenário presente e futuro para a segurança alimentar no Estado diante de tempos atuais de “crise”.

**Palavras-chaves:** Segurança Alimentar e Nutricional, Governo, Conflitos Socioambientais.

## Do “matar a fome” a “alimentação adequada”: o cenário institucional mineiro.

“Comer é um ato político”. Esta expressão – fruto do consenso dos militantes do movimento pela alimentação adequada (e de todo um temário a respeito das políticas de produção, distribuição e acesso aos alimentos) vem ganhando importância, nos últimos anos, devido às estratégias públicas adotadas no contexto da “segurança alimentar e nutricional” (SAN) discutidas nas arenas públicas de todo o país. O caso brasileiro – tido por muitos países e organizações internacionais como um exemplo de sucesso enfrentamento do flagelo da fome, tal qual a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) – experimentou, nos últimos treze anos, um crescimento nunca visto de políticas públicas cruzadas desenvolvidas em sistemas interfederativos que proporcionaram ao país, dentre outras conquistas, sair do mapa global da fome em 2014.

Porém, os sucessos com as ações governamentais de “SANS” (com o adjetivo *S* de *sustentável*, no Estado de Minas Gerais) não são, em si, frutos de uma unanimidade no assunto. Os resultados vêm se intercalando entre ações exitosas e outras que ainda enfrentam enorme dificuldade institucional. Para além do acesso democrático aos alimentos, as lutas sociais forjadas – e ainda no pleno libelo – são bem mais densas e, por vezes, específicas tanto no campo da nutrição (como o contexto da obesidade, hoje uma epidemia crescente) como no campo dos conflitos socioambientais sobre a base da cadeia da produção, circulação e consumo alimentar entre povos e comunidades tradicionais, a agricultura familiar *versus* o agronegócio, a grande mídia e as cadeias agroindustriais.

Com a incorporação da alimentação adequada como direito social na Constituição Federal brasileira de 1988 – através da Emenda Constitucional n. 64/2010 – e a criação/expansão do SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – foi desenvolvido todo um marco regulatório nacional que buscou, num passo vertical, possibilitar a implantação de uma coordenação articulada interfederativa, numa primeira fase, entre a União e todos os Estados federados. Além deste cenário político, a criação de arenas públicas de discussão, deliberação e configuração de políticas públicas em SAN foi outro elemento, dentro do SISAN, essencial para a expansão horizontal do debate temático, principalmente através das Conferências de SAN, das CAISANs – Câmaras Intersectoriais nacional, estaduais e municipais sobre SAN – e dos CONSEAS – Conselhos (nacional, estaduais e municipais) de SAN – em comum sinergia com os movimentos sociais e os poderes Executivo e Legislativo nas três esferas de governo.

Em um terceiro momento institucional (acreditamos, brevemente interrompido com a destituição da Presidência em agosto de 2016), o processo de adesão dos municípios ao SISAN é o passo que falta para a completude institucional do sistema de SAN gerando, assim, a expansão difusa do temário da alimentação adequada e sustentável. Cada Estado da federação, com seus dilemas próprios diante da conjuntura política, econômica e social em curso, irá reagir no rumo do fortalecimento autóctone do sistema, imobilizando os avanços ou, num cenário pessimista, agravando os retrocessos.

Neste diapasão encontram-se, na expectativa e na luta coletiva, povos e comunidades tradicionais, comunidades derivadas da agricultura familiar e minorias sociais que dependem diretamente das políticas de SAN para sua sobrevivência econômica e social.

Em Minas Gerais a construção das arenas públicas em segurança alimentar conta, historicamente, com um protagonismo regional próprio que, ao longo dos anos, foi-se realizando com esforço próprio e somando suas experiências regionais à realidade institucional federal quando, a partir de 2003, o temário passou a ser questão do Estado brasileiro num todo. A criação do CONSEA mineiro, ainda em 1998, e a criação da CTSANS (Câmara Técnica de Segurança Alimentar e Nutricional) em 2003 (com a adesão, no mesmo ano, do Estado de Minas Gerais ao SISAN) são instituições que demonstram a força do debate e das deliberações até o nosso presente a respeito do aprofundamento das questões de SANS. Porém o sistema em Minas – que nasceu de um protagonismo próprio e avançou, nos últimos cinco anos, para sua associação à estruturação nacional do SISAN – reclama por aperfeiçoamentos institucionais não só para a continuidade dos sucessos alcançados como, também, para a devida expansão vertical nos municípios do Estado.

A compreensão deste cenário é ampliada com a presença das equipes acadêmicas vinculadas ao Projeto Técnico MDS/SESAN/UFF n. 01/2013 (que aqui denominaremos de “Projeto”) – em atividade desde o início deste ano e que desenvolve em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, atividades de fortalecimento do SISAN em nível regional e microrregional (quando vislumbrada a possibilidade de expansão do sistema nos seus municípios). Boa parte das anotações deste trabalho tem a participação da equipe mineira que conta, dentre outros atores em destaque, os conselheiros do CONSEA mineiro (tendo na sua presidência o, também, subcoordenador regional do Projeto, Prof. Dr. Élido Bonomo), técnicos da CAISAN mineira e militantes de movimentos sociais ligados ao assunto.

Para a finalidade do contexto em que este trabalho se estrutura será apresentado, em primeiro plano, os marcos histórico-institucionais a respeito do SISAN em Minas Gerais – com os seus desafios na atualização do seu marco regulatório institucional. Num segundo plano a municipalização do SANS em Minas Gerais será abordada com a apresentação dos resultados parciais de um diagnóstico feito entre o CONSEA mineiro e o Projeto, em conjunto com os atores sociais que compõe as fontes primárias deste trabalho e, adrede, nossas especulações técnicas sobre as dificuldades da expansão vertical do sistema nos municípios mineiros.

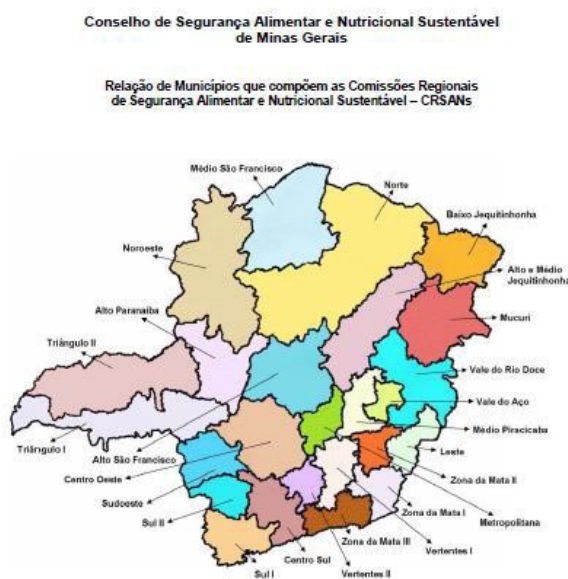
Em linhas conclusivas a questão da conjuntura econômica – com a retórica da “crise financeira e política nacional” – será apresentada em conjunto com as medidas de austeridade que impactuam, também, nas políticas de segurança alimentar em Minas Gerais. Neste contexto a preocupação está lançada sobre a questão do porquê da revisão do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Sustentável de Minas Gerais 2017-2019 estar, ainda, no seu curso embrionário (destarte a Conferência em SANS – preparatória para a deliberação – ter sido realizada em 2015). Temos como hipótese a este contexto que o momento exigiu um ponto de parada para salvaguardar as políticas já existentes evitando, com isto, retrocessos institucionais no tema – como sugerem os atores do campo na cautela de garantir os recursos orçamentários da SANS na revisão das leis orçamentárias estaduais no curso deste ano. Num ponto geral – entre os sujeitos sociais observados – há um forte consenso de que um passo pra trás é estratégico para, diante dos múltiplos conflitos enfrentados, dar dois ou mais passos no futuro do SISAN estadual.

## A construção do SISAN em Minas Gerais: cenário institucional e a sua atualidade.

O estabelecimento de políticas de SANS em Minas Gerais não é recente – e assume um protagonismo singular no cenário nacional. Com o Fórum Mineiro de Segurança Alimentar, realizado em 1996 – e a criação, em 1999, do CONSEA estadual (mesmo não existindo, à época, o SISAN – que só seria estabelecido nacionalmente anos mais tarde) o cenário regional vai dando, ao seu modo, a construção de instrumentos de gestão socioambientais sobre a produção alimentar de base comunitária e tradicional. Assim foi com a criação do Instituto de Terras de Minas Gerais (o ITER), em 2001, a criação das CRSANS – Comissões Regionais de SANS (territorializando, espacial e politicamente, o espaço de discussão e deliberação de políticas públicas no tema, a partir de 2003) e a criação da CTSANS em 2011 – que assumirá roupagem institucional de CAISANS em 2015, com a adesão de Minas Gerais ao SISAN já em 2011.

Embora acompanhando a construção do sistema nacional, o Estado de Minas Gerais já vinha ganhando experiência com o envolvimento de agricultores familiares, movimentos sociais e povos e comunidades tradicionais nos debates feitos nas arenas públicas criadas, especificamente, sobre a alimentação adequada e sustentável. A presença de Dom Mauro Morelli – até então na presidência do CONSEA mineiro em meados deste ano – e a edição de três Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – sendo a atual na vigência entre 2012 a 2015 – demonstram a preocupação com os valores institucionais do temário e a implementação de instrumentos tecnológicos e democráticos na expansão do assunto dentro das políticas públicas regionais.

As seis conferências estaduais realizadas – a primeira em 2001 e a última em 2015 – revelam a experiência com os temas em SANS por conta da ampla participação das vinte e cinco CRSANS existentes em todo o Estado – cada uma possuindo três conselheiros com assento cativo junto ao CONSEA estadual e que possuem o papel de auxiliar, política e instrumentalmente, na expansão do SISAN em seus territórios distribuindo, demograficamente, os canais de deliberação democrática por toda Minas.



**Figura 1.** Quadros das CRSANS existentes no Estado de Minas Gerais. Fonte: CONSEA-MG, 2015.

No contexto experimentado pelo Projeto entre os dias 21 a 23 de agosto de 2015 – ocasião da realização da 6ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (etapa regional para a Conferência Nacional, realizada em novembro do mesmo ano) – a temática voltada à “comida de verdade no campo e na cidade” serviu para construir diretrizes em quatro eixos (a. *comida de verdade no campo e na cidade*; b. *direito humano à água*; c. *implantação do SISAN*; e d. *povos e comunidades tradicionais*) número além dos três eixos orientados pelo SISAN nacional para a realização do evento regional – subsidiado, antes deste momento, através de outras vinte e quatro subconferências territoriais de SANS nas CRSANS existentes em toda Minas Gerais que propuseram suas diretrizes próprias (discutidas no evento estadual e que levaram à edição final de quarenta e seis propostas prioritárias e da carta política estadual (Minas Gerais, 2015: 09).<sup>1</sup>

A par de todo o avanço institucional demonstrado com o fortalecimento das políticas regionais de SAN em Minas Gerais, a conjuntura política nacional não seria, a partir de 2016, favorável à expansão do SISAN e do fortalecimento de suas estruturas capilares. Com os recentes eventos políticos – dentre elas a extinção do Ministério do Desenvolvimento Social (incorporando-o ao Ministério do Desenvolvimento Agrário), o enfraquecimento institucional do SISAN e a redução/eliminação de políticas sociais atreladas à produção familiar e às compras institucionais – o Estado de Minas Gerais (no mesmo passo de outras unidades regionais com similar ritmo de desenvolvimento intersetorial em SAN) precisou aguardar o compasso da conjuntura política para, então, desenvolver e planejar seus futuros passos. No fundo o que está sendo representado, neste momento, é a reassunção do protagonismo regional nas políticas de SAN em que – tal qual como havido em 1996, quando o CONSEA nacional fora extinto pela União, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso – a inventividade política está sendo a estratégia do momento para a sobrevivência das políticas de SANS.

Diante – inclusive – do cenário de crise econômica estabelecida com os múltiplos fatores socioeconômicos que ainda abalam a estrutura do Estado brasileiro dos últimos anos, o PPAG (Plano Plurianual de Ação Governamental) de Minas Gerais (que realiza, em igual natureza jurídica, o papel de Plano Plurianual de governo, peça orçamentária essencial para a destinação de receitas e despesas em programas, projetos e ações governamentais de todas as esferas da Federação brasileira) está sendo revisado em 2016. Como o cenário das políticas de SANS passa, em grande parte, pela previsão orçamentária das ações de governo para a promoção da segurança alimentar e nutricional estadual, os debates internos das instâncias do SISAN mineiro sobre seu futuro PLANASAN (já expirado em 2015) tiveram que ser abreviados para disputar, na atualidade, a previsão orçamentária dos programas de SAN em todo o Estado durante o ano de 2016.

Este, inclusive, é o principal cenário político que justifica a paralisação inicial do debate das propostas e diretrizes produzidas na 6ª Conferência Estadual em SAN de Minas Gerais para, a par das garantias orçamentárias revisadas neste ano, avançar em 2017 para a construção do seu plano estadual de SAN com mais substância e propriedade institucional – transplantando, espacialmente, o campo dos conflitos nas arenas

1 “Na trajetória de Minas Gerais destaca-se a criação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CONSEA-MG em 1999 (Decreto nº 40.324/99); a elaboração do 1º e do 2º Plano Estadual de SANS e a instituição da Política Estadual de SANS em 2006 (Lei nº 15.982/06). O CONSEA MG vem exercendo papel relevante na proposição e monitoramento da ação governamental e, portanto, na implementação e gestão da Política Estadual de SANS.” (MINAS GERAIS, 2012: 25)

políticas de recriação de rubricas orçamentárias com vistas à sobrevivência mínima do SISAN no Estado. Enquanto isso a capilarização municipal do SAN em Minas segue no aguardo.

### **A municipalização do SISAN em Minas: uma tarefa (institucionalmente) hercúlea.**

O movimento de municipalização do SISAN em Minas Gerais não está em tempo diverso da realidade nacional. Com a adesão das unidades federativas regionais ao SISAN nos idos de 2014-2015 a expectativa – com a 5ª Conferência Nacional de SAN – era sobre a expansão do sistema para a ponta do elo federativo: os municípios. Neste caso, com o apoio dos Estados já inseridos no SISAN, a ponta do processo envolve a convocatória regional para a adesão dos municípios por meio da formulação da política local de SAN, da constituição de seu COMSEA e CAISAN e da realização da conferência local – elementos mínimos para a formalização política e jurídica de cada ente da federação que queria fazer parte do sistema.

Num universo de 853 municípios no Estado – possuindo Minas Gerais um sexto, aproximadamente, de todos os do país – apenas quatro deles estão aderidos ao SISAN – Contagem, Poços de Caldas, Belo Horizonte e Uberaba. Outros três (Gameleiras, Jequitinhonha e Ribeirão das Neves) estão aptos, aguardando a formalização. Porém o trabalho desempenhado pelo CONSEA estadual na difusão institucional dentro do sistema das municipalidades vem sendo trabalhado a partir da criação de COMSEAS locais – possuindo o Estado 117, ao todo, segundo o MAPASAN de 2015. Neste documento outras informações são de igual relevância: dos 290 municípios que responderam os questionários disponibilizados pelo instrumento, 58 municípios possuem legislação de SAN (plano municipal de segurança alimentar e nutricional) e 09 deles, além de contar com COMSEAs, possuem CAISAN, o que demonstra um esforço com resultados factíveis bastante positivos (BRASIL, 2015).

Em toda as Minas Gerais existem municípios que possuem políticas e/ou ações de SAN sem dar a estas a devida rubrica institucional (ou seja, de conterem em seu objetivo maior a promoção da segurança alimentar e nutricional sustentável); e ainda outros que possuem todos eles, mas que, por uma razão ou outra, não deram ingresso formalmente ao sistema. Para uma compreensão – e a busca de uma atualização dos dados do MAPASAN – o Projeto, em parceria com o CONSEA e CAISAN mineiros, desenvolveu um diagnóstico próprio para conhecer mais de perto a realidade de SAN nos municípios mineiros. Fruto de deliberação da 2ª Plenária do CONSEA mineiro, ocorrido entre os dias 28 e 29 de julho de 2016, o objetivo geral foi “identificar a situação e o funcionamento dos componentes do SISAN dos municípios mineiros, bem como identificar quais políticas, programas e ações de SANS estão sendo realizados pelos mesmos”. A devolutiva parcial foi realizada no dia 08 de novembro de 2016, na terceira Plenária do CONSEA mineiro.

Basicamente – aliados aos dados já ofertados no MAPASAN de 2015 – a busca concentrou-se para além de conferir estruturas do SISAN em nível local. Metodologicamente foi utilizada uma amostragem dos 117 municípios mineiros onde existe COMSEA, além de outros que fazem parte do cadastro do CONSEA estadual, mas que a possui – notadamente por terem ações em SANS sem contarem com estruturas do SISAN em nível local. Neste aspecto, sob a coordenação dos conselheiros das CRSANS, foi orientado o preenchimento de dados através de uma página em internet que devolvesse, através de formulário, as respostas pretendidas.



Dos 131 municípios mobilizados apenas 50 responderam ao questionário – sendo dos que possuem COMSEA, apenas 38. Dos 50 respondentes: a) 34 afirmaram ter COMSEA; b) 09 possuem CAISAN; e c) 28 possuem planos municipais de SANS. Da gama de programas de SANS:

(...) 47 municípios informaram que possuem Programa Bolsa Família; 45 possuem Programa Alimentação Escolar; 34 possuem Sistema de Vigilância Nutricional (SISVAN); 33 possuem benefícios de prestação continuada; 26 Municípios possuem Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; 26 Municípios possuem assistência para agricultura familiar; 21 Municípios possuem Programa de Educação Alimentar; 14 Municípios possuem Programa de Aleitamento Materno; 09 possuem Programa de Segurança Alimentar e pré-assentamento – PSA; 08 Municípios possuem Programa de Acesso à Água/Água Boa; 07 Municípios possuem Programa de Acesso à Água/Água; 06 Municípios possuem Programa “Um Leite pela Vida”; 04 Municípios possuem Programa Garantia Safra; 03 Municípios informaram que não existem programa de SANS” (CONSEA, 2016).

Além destes dados, foram informados outros elementos que demonstram uma diagnose do cenário de SANS em Minas, considerando os equipamentos existentes (ações de incentivo à feira livre em 34 municípios; armazéns e pontos de distribuição dos produtos da agricultura familiar em 19; bancos de alimentos em 15; unidades de agroindústrias em 11; restaurantes populares em 09 e cozinhas comunitárias em 06 municípios), organizações associativas e representações da sociedade civil, povos e comunidades tradicionais e demais segmentos sociais ligadas a SANS (associações de agricultores familiares em 32; hortas comunitárias e escolares em 21; cooperativas de agricultores em 14; assentamentos da reforma agrária em 07; comunidades quilombolas com atividades ligadas a SANS em 05; comunidades indígenas com atividades ligadas a SANS em 02 e escola agrícola em um município) e menção a percentuais de compras institucionais em SANS via PNAE (100% de compras em 02; 99% a 55% em 03; 50% a 30% em 05; e abaixo de 30% entre 09 municípios). (CONSEA, 2016).

A resposta prévia aos dados acima abre o leque para uma série de especulações a respeito da expansão do SANS nos municípios mineiros. Reconhecido o esforço institucional do CONSEA estadual – e da conjuntura política mais favorável somente a partir de 2014 – quando o (atual) governador do Estado faz um alinhamento institucional com o governo federal, desde então – a estruturação orçamentária e os recursos humanos disponíveis se encontram no esforço máximo, mas, inexoravelmente, precisam ser ampliados para uma resposta mais rápida à adesão dos municípios ao SANS.

Por outro lado, a criação de territórios de SANS – as CRSANS – tornou-se um elemento político estratégico entre a realidade local e a realidade estadual (contexto em que se poderia garantir, por si só, uma arena particular de debate, deliberação e luta das demandas de SANS no eixo interior-capital-interior), embora os seus conselheiros – com as mesmas razões de recursos financeiros e humanos – não fossem suficientes para alcançar, num curto prazo, os mesmos resultados buscados. O quadro de desigualdade social e econômica é discrepante e segrega regiões inteiras do Estado quando o assunto é o desenvolvimento humano e socioeconômico no meio rural. Neste sentido, de acordo com a Carta Política apresentada pela 6ª Conferência Estadual de SANS (CESANS) e encaminhada à 5ª Conferência Nacional de SAN, segue a autocrítica:

(...) Estudos do IBGE apontam que em Minas Gerais há cerca de 437.320 estabelecimentos rurais, sendo que a maioria destes se constitui de agricultura familiar, compondo um contingente de aproximadamente três milhões de pessoas vivendo da atividade produtiva do campo, o que significa cerca de 15% da população do Estado. Porém os maiores índices de pobreza do estado, também se localizam no meio rural, nas regiões Norte e Noroeste do Estado, e nas comunidades tradicionais.

Unidos [os povos e comunidades tradicionais do Estado de Minas Gerais, em conjunto com os agricultores familiares] vêm demonstrando a viabilidade de se repensar o modelo de produção e de se investir na agricultura familiar agroecológica, em contraposição às práticas predatórias da agricultura convencional, do ponto de vista social e ambiental. Enfatizando que é preciso mudar as prioridades de investimentos para o setor.

Além disso, o Governo do Estado vêm demonstrando seu compromisso com as políticas promotoras de SANS. O Governador Pimentel, em seu discurso na sessão solene de abertura da Conferência, afirmou “que o governo vai se empenhar para ter em Minas Gerais a melhor agricultura familiar do Brasil”. (CONSEA, 2016).

O governo estadual, ao longo deste ano, engendrou esforços na realização dos Fóruns Regionais dos Territórios Mineiros e, dentro do conceito de “território de desenvolvimento” – somando-se, ao todo, dezessete deles, a maioria espacialmente coincidente com os territórios do CRSANS – inserindo a temática de segurança alimentar e nutricional em paralelo a outros temas nas plenárias regionais realizadas pelo CONSEA estadual (quase no mesmo tempo e local) – muitas delas envolvendo a eleição dos novos conselheiros para o CONSEA estadual. Para o governo estadual foi a oportunidade de iniciar, via participação popular, o processo de reavaliação do PPAG estadual 2016-2019 em paralelo com a produção de diagnósticos territoriais sobre as condições sociopolíticas de cada região do Estado – mais uma razão pela qual o temário do plano estadual de SAN ficou abreviado para o segundo semestre de 2016, desta vez de natureza conjuntural política interna – contexto em que será melhor detalhado no item a seguir.<sup>2</sup>

### **Realidade orçamentária em tempos de “crise” e a revisão do PPAG 2016-2019: previsão e realidade do SISAN no Estado de Minas Gerais.**

Minas Gerais, no ano de 2015, reinventa a metodologia de participação social no processo de planejamento estratégico que dará futuro fundamento orçamentário na sua legislação regional. Com a criação do *Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado* (PDMI) o objetivo deste instrumento metanorteador de políticas públicas é criar subsídios mais realistas e objetivos para a realização das leis orçamentárias do Estado conferindo, via participação popular, mais justiça social e desenvolvimento integrado. Nesta mesma estrutura são criados os dezessete territórios de desenvolvimento e são redimensionadas as conexões regionais entre os canais de Governo com a sociedade civil organizada.

No PDMI consta, em relação aos objetivos estratégicos versando a temática do desenvolvimento agrário, “(...) fomentar a segurança alimentar e nutricional sustentável, incluindo o acesso e o uso sustentável da água” (MINAS GERAIS, 2015: 51). Outros objetivos de igual natureza – como a questão da segurança hídrica, a agroindustrialização, o acesso a terra, o desenvolvimento sustentável de povos e

<sup>2</sup> Neste sentido, <http://www.forunsregionais.mg.gov.br/sobre> (acesso em 19 de novembro de 2016).

comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária e atingidos por barragens, também são mencionados.

Já no tangente ao item *assistência social e trabalho* – reconhecendo as ações de SANS que têm direta relação com a sobrevivência via acesso a alimentos e políticas de segurança alimentar e nutricional – os programas de transferência de renda são mencionados como instrumentos que promovem, dentre outros aspectos positivos, a segurança alimentar das famílias beneficiárias e, também, das que não recebem benefícios (e que, portanto, não estão inseridas no CadUnico) (MINAS GERAIS, 2015: 77). Confirmando um elemento essencial que reitera a intersectorialidade como requisito essencial para qualquer trabalho em segurança alimentar e nutricional, o documento afirma que:

(...) o compromisso com a alteração das condições de vida das populações mais pobres, a elevação de seus padrões de proteção e a garantia de direitos de cidadania, depende do compromisso de todos os setores de Governo, e também da sociedade e do setor privado. O tema da superação da pobreza, contudo, não pode estar desvinculado do enfrentamento da desigualdade, o que recoloca aqui a necessária integração da assistência com outras políticas públicas e sociais, em uma perspectiva mais integral de proteção e promoção social. (MINAS GERAIS, 2015: 79)

Como documento que coloca no plano prático as *metadiretrizes* assumidas no PMDI 2015-2027, o Plano Plurianual de Ação Governamental 2016-2019 estabelece diversas dotações orçamentárias em programas, projetos e ações para o SANS mineiro. Dentre os que elegemos para análise contextualizaremos alguns deles voltados à estruturação do SISAN no Estado de Minas Gerais no item *Governo*, programa *Segurança Alimentar Nutricional Sustentável*, já em relatório de monitoramento social entre os meses de janeiro a agosto deste ano. Cabe lembrar que a apresentação dos dados requer o acompanhamento com os demais quatro meses restantes deste ano – onde, em campo, verificamos que todas as ações (inclusive as duplicadas) estão em estágio mais avançado de execução (e que, portanto, não constam nos relatórios públicos apresentados pela SEPLAG/MG – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais).

A dotação orçamentária para o SISAN estadual foi estipulada, no PPAG 2016-2019, em R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), distribuídos entre: a) ações de formação de agentes públicos e sociedade civil na área de SANS, envolvendo cursos, oficinas e seminários em diferentes regiões do Estado (14,3% dos recursos); b) manutenção das atividades do CONSEA mineiro, voltada para a realização das plenárias ordinárias estaduais, plenárias eletivas regionais e territoriais de planejamento e capacitação, além de conferências regionais e estaduais de SANS (29% dos recursos); c) SAN em Minas Gerais, voltado a realizar eventos de articulação no setor com o intuito de promover a intersectorialidade das ações neste sentido em todo o Estado (14,3% dos recursos); d) formação de agentes públicos e sociedade civil na área de SANS, novamente orientado na execução de cursos, oficinas e seminários em diversas regiões de Minas Gerais (14,3% dos recursos); e e) manutenção das atividades do CONSEA mineiro, nos mesmos objetivos lançados no item “c” (29% dos recursos); de todo o percentual disponibilizado para o CONSEA/CAISAN estadual executar as suas ações – até agosto deste ano – apenas 12,89% dos recursos foram realizados – levando-se em consideração os itens *c*, *d* e *e* – num total de R\$ 90.255,86 (noventa mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos) (SEPLAG/MG, 2016: 503). As razões contingenciais dos recursos não são, até aqui, conhecidas – mas elas podem, ainda, ser executadas até o ano de 2019.

Como todas as ações em SANS são consideradas, para o Estado de Minas Gerais, programas sociais (SEPLAG/MG, 2016: 08), há que se considerar que o fato de ter ocorrido uma profunda reestruturação orgânica na administração pública estadual mineira, tratando a nova lei estadual de uma série de extinções, cisões, repartições de competências e alterações de vinculação entre os órgãos e entidades do poder público mineiro, pode ter influenciado no destino inicial dos recursos. Isto, na concepção do relatório, contribui sobremaneira para compreender porque muitos gastos ainda não foram executados na sua totalidade – levando-se, em consideração, o tempo restante para a exequibilidade dos recursos.

Além disto, a territorialização das políticas públicas em Minas Gerais permitiu um olhar mais atencioso sobre a distribuição dos recursos por todo o Estado, de acordo com as necessidades de cada região. Analisando a ação *Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em Minas Gerais* (item “c” acima), dos 3,52% de recursos executados entre janeiro e agosto de 2016 para o desenvolvimento de eventos de articulação em SANS (“reuniões, seminários e oficinas para os gestores e servidores das secretarias que compõem a CAISAN e para os municípios mineiros para formar, orientar, capacitar e desenvolver nas etapas de adesão ao SISAN” – SEPLAG, 2016: 505) todos estavam centralizados no Território Metropolitano e, com a realização das Plenárias Regionais, estes foram descentralizados em 08 dos 11 territórios previstos para a ação – e que, ainda, segue em curso de implementação orçamentária.

Contudo, o momento atual – de revisão, em participação popular, das ações do SISAN do Estado (junto com todo o restante das ações orçamentárias previstas do PPAG) pode ser um motivo institucional que justifique, por exemplo, a diminuição da dotação orçamentária geral diante dos gastos insipientes desenvolvidos no período – razão pela qual uma das ações do CONSEA e CAISAN estaduais é a defesa, nas arenas públicas, de suas ações e valores até o final do período.

### **Considerações finais**

O presente trabalho – para além de um relato do campo e de uma breve análise da conjuntura política, econômica e social a respeito da temática da segurança alimentar e nutricional sustentável em Minas Gerais – busca provocar reflexões sobre o papel do Estado na indução, promoção e articulação do direito à alimentação adequada como estratégia não apenas de manter a sociedade brasileira em condições de viver fora do mapa global da fome, mas de provocar o apoderamento socioeconômico dos maiores protagonistas do processo da cadeia agroalimentar de todo o país: a agricultura familiar, de base coletiva e/ou oriundo de povos e comunidades tradicionais, com reflexos diretos nos valores alimentares e na cultura brasileira do que se põe à mesa.

Obviamente não se trata de somente promover o acesso ao alimento – mas, sobretudo, conferir o acesso às técnicas socioambientalmente difusas de produção, distribuição, acesso e consumo a alimentos que possam produzir saúde, bem-estar e dignidade social a todos os cidadãos – reduzindo as desigualdades socioeconômicas e os conflitos socioambientais associados ao tema. Uma vez que ações voltadas ao fortalecimento do SISAN estejam estagnadas – por uma série de motivos e circunstâncias conjunturais – é a própria viabilidade do sistema que se encontra ameaçado (vez que o Estado é o protagonista paralelo à sociedade e aos movimentos sociais na realização do direito à alimentação adequada).

A estagnação da expansão do SISAN nos municípios mineiros não é um fenômeno regionalmente particular – mas reflexo de um momento de incertezas na própria dinâmica do SISAN a partir da União (e das repactuações estratégicas com a nova doxa governamental que se instalou a partir de agosto de 2016). Portanto, cabe aos movimentos sociais, à sociedade civil organizada e aos protagonistas em SAN desenvolverem estratégias de luta para, nas arenas públicas já criadas com a expansão verticalizada do sistema, exigir que a capacitação social e a presença do Estado continuem presentes para garantir a atenuação dos conflitos derivados das disputas do mercado agroalimentar que impactuam, diretamente, na soberania alimentar do povo brasileiro.

## Referências

AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS (ABRANDH). **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2013.

BRASIL Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm). Acesso em 04 jun. 2016.

CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS. **Segurança alimentar e nutricional sustentável: orientações para uma política municipal**. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2009.

\_\_\_\_\_. **Relatório da 6ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – 6ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2015.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico de SANS nos municípios de Minas Gerais**. Belo Horizonte: mimeo, 2016.

\_\_\_\_\_. **Relação dos municípios que compõem as Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional – CRSANS**. Belo Horizonte: mimeo, 2015.

MACEDO, Dione Chaves; TEIXEIRA, Estelamar M. Borges Teixeira; JERÔNIMO, Marlene Jerônimo; BARBOSA, Ozeni Amorim; OLIVEIRA, Maria Rita Marques. **A Construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**. Rev. Simbio-Logias, V.2, n.1, Maio/2009.

MADEIRA, Wilson Madeira; RODRIGUES, Wagner de Oliveira; THIBES, Carolina Weiler; RANGEL, Tauã Lima Verdán; SOUZA, Marcelino Conti de. **Dificuldades sistêmicas para a segurança alimentar: perspectivas comparadas sobre o plano de segurança alimentar e nutricional nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro**. In Anais do XII Congresso Nacional de Excelência em Gestão & III Inovarse – Responsabilidade Social Aplicada. Rio de Janeiro, 29 e 30 de setembro de 2016.

MALUF, Renato S, MENEZES, Francisco; VALENTE, Flávio L. **Contribuição ao tema da Segurança Alimentar no Brasil**. In: Revista Cadernos de Debate, uma publicação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, Vol. IV / 1996. Disponível em < [http://www.unicamp.br/nepa/Contribuicao\\_ao\\_Tema\\_da\\_Seguranca\\_Alimentar\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.unicamp.br/nepa/Contribuicao_ao_Tema_da_Seguranca_Alimentar_no_Brasil.pdf) >. Acesso em: 23 de junho. 2016.

MINAS GERAIS *et al.* **Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar - 6ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (caderno de legislação)**. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2015.

MINAS GERAIS. **PDMI - Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado** (v. 01: Desenvolvimento econômico e social sustentável de Minas Gerais - redução das desigualdades sociais e regionais). Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2015.

\_\_\_\_\_. **Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável / Participação Cidadã** - Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2012.

\_\_\_\_\_. **Relatório Institucional de Monitoramento - janeiro a agosto de 2016: Plano Plurianual de Ação Governamental 2016-2019**. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2016.

\_\_\_\_\_. **Relatório Institucional de Monitoramento - janeiro a agosto de 2016: Plano Plurianual de Ação Governamental 2016-2019 (demonstrativo de desempenho físico-financeiro dos programas sociais)**. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. MAPASAN 2014: **Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2015.

## VALE DO RIO MORTO

**MOCAIBER, Tainá**

*Estudante de Mestrado do Programa de  
Pós Graduação em Direito e Sociologia da UFF  
tainamocaiber@hotmail.com*

### RESUMO

O rompimento da barragem de rejeitos da Samarco em novembro de 2015-que destruiu o distrito mineiro de Bento Rodrigues- é o maior desastre do gênero da história mundial nos últimos 100 anos. Não foram somente 50 a 60 milhões de metros cúbicos (m<sup>3</sup>) de rejeitos despejados. Foram sonhos e vidas interrompidas . Foram meios e modos de sobrevivência destruídos. Foi uma comunidade que começou com o minério de ouro e termina sua existência com o minério de ferro. O Rio Doce morreu. Urge a discussão sobre a atividade minerária no país e o papel do estado Brasileiro. Urge compreender o porque da inércia dos grupos institucionais. Este artigo tem a intenção de fazer uma reflexão sobre o licenciamento ambiental que precedeu Mariana, a flexibilização da legislação minerária no Brasil e os injustiçados ambientais.

**Palavras-chave:** Samarco- legislação-injustiça ambiental

### ABSTRACT

The rupture of Samarco's tailings dam in November 2015 - which destroyed Bento Rodrigues, a district in Minas Gerais State - has been the largest disaster of the kind in the world history for the last 100 years. It was not only 50 to 60 million cubic meters (m<sup>3</sup>) of rejects dumped. It is about the interruption of dreams and lives. Means and ways of survival were destroyed. It is about a community which started with gold mining and ended its existence with iron mining. Rio Doce (Doce River) died. It urges a discussion about the mining activity in the country as well as the role of the Brazilian state. It urges to understand why the inertia of the institutional groups. This article is aimed at making a reflection about the environmental licensing which preceded Mariana, the flexibility of the mining legislation in Brazil and the people who suffered environmental injustice.

**Key-words:** Samarco's - legislation - environmental injustice

## INTRODUÇÃO

O ano de 2015 foi marcado pelo pior desastre ambiental já ocorrido no Brasil, que foi o desabamento da barragem da Samarco (cujo capital é controlado paritariamente pela Vale S.A e a BHP Billiton Brasil Ltda) em Mariana, Minas Gerais. O presente artigo buscou analisar o ocorrido no município de Mariana/MG. O rompimento não mudará em nada o controle ambiental ineficaz adotado no Brasil e a situação decadente dos vulneráveis ambientais vítimas desse ocorrido e de outras tantas tragédias ambientais. O Congresso Nacional está para aprovar o novo Marco Regulatório da Mineração, que, assim como ocorreu com o Código Florestal, vai diminuir as exigências no licenciamento ambiental, diminuir a taxa da atividade e ainda permitir a mineração em parques nacionais e reservas indígenas e com isso colaborando para um maior número de injustiças ambientais. O licenciamento ambiental é um dos mecanismos estatais mais eficaz mas está na iminência de não ser. Sendo assim, este artigo tem como objeto estudar o licenciamento ambiental enquanto instrumento de concretização da responsabilidade empresarial, e refletir a questão dos vulneráveis ambientais, tendo como cenário o acidente ocorrido em Minas Gerais.

Num primeiro momento, a metodologia empregada consistiu na leitura dos livros, meios de comunicação das mídias sociais, acompanhamento da atuação do Ministério Público de MG, acompanhamento do Movimento dos Atingidos por Barragens, artigos científicos, notícia oriundos de periódico, sites de pesquisa selecionados após revisão bibliográfica, acompanhamento de decisões dos tribunais, visando construir um referencial teórico e informativos para a compreensão da questão que tocam no estudo do caso.

De outro lado, não se pretende ficar adstrito à teoria, até por que a construção de um objeto científico não se faz tão somente com esta, sendo necessário um olhar sobre o objeto sob um ângulo imprevisto, sendo o cerne de sua arte a conversão dos problemas abstratos em operações científicas inteiramente práticas (BOURDIEU, 2004). No estudo de caso pretendido, o maior desafio será exercitar – a todo o momento – aquilo que Bourdieu (2004) denomina de objetivação participante, apurando todas as perspectivas sobre o objeto de modo mais ou menos afastado, a fim de perceber a realidade e vulnerabilidade do caso.

### 1. O LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM MARIANA/MG E SUAS IMPLICAÇÕES

O Licenciamento Ambiental é um instrumento de fundamental importância. Como exposto abaixo:

O licenciamento ambiental tem-se destacado como o mais importante mecanismo estatal de defesa e preservação do meio ambiente, já que é por meio dele que a Administração Pública impõe condições e limites para o exercício de cada uma das atividades econômicas potencial ou efetivamente causadoras de impacto no meio ambiente. A função de controlar as atividades potencialmente causadoras de impactos no meio ambiente está expressamente estabelecida no inciso V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, o qual reza que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público “controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente”. O sistema de licenciamento ambiental tem por finalidade assegurar que o meio ambiente seja devidamente respeitado, quando



da instalação ou do funcionamento dos empreendimentos e obras referidos. Nesse contexto, o licenciamento ambiental desponta como um instrumento que visa a dar concretude ao caput do art. 225 da Constituição Federal, o qual classifica o meio ambiente como um bem de uso comum do povo e essencial à saída qualidade de vida. (TALDEN FARIAS, 2012,11)

O presente artigo tem num primeiro momento a intenção de trazer à tona a grave perspectiva que se encontra o licenciamento ambiental no Brasil. A flexibilização desse instrumento tem colocado muitas vidas em risco. E trás a tona a seguinte questão: Porque os grupos institucionais envolvidos permitem a frouxidão da lei ;

Em 2013, o COPAM ((colegiado onde a sociedade civil participa) avaliou a revalidação da licença ambiental da barragem de Fundão e no Parecer Único Nº 257/2013 da SUPRAM, por solicitação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o Instituto Prístino apresentou o Laudo Técnico alertando que: *“Outro ponto a ser destacado é que a barragem do Fundão e a pilha de estéril União da Mina de Fábrica Nova da Vale (LP+LI) fazem limite entre si, caracterizando sobreposição de áreas de influência direta, com sinergia de impactos (...). Notam-se áreas de contato entre a pilha e a barragem. Esta situação é inadequada para o contexto de ambas estruturas, devido a possibilidade de desestabilização do maciço da pilha e da potencialização de processos erosivos. Embora todos os programas atuem na prevenção dos riscos, o contato entre elas não é recomendado pela sua própria natureza física. A pilha de estéril requer baixa umidade e boa drenagem; a barragem de rejeitos tem alta umidade, pois é reservatório de água”*.

Diante da seriedade da questão processo foi aprovado pela SUPRAM, com exceção do voto do Ministério Público e o representante de uma ONG. Ao final foram aprovados condicionantes entre eles: *“Recomenda-se a apresentação de um plano de contingência em caso de riscos ou acidentes (...) dada à presença de população na comunidade de Bento Rodrigues, distrito do município de Mariana-MG”*.

No momento do desastre descobriu-se que não havia plano de emergência contrariando a legislação em vigor.

Diante disso, projetos de lei flexibilizando o licenciamento ambiental estão a todo vapor pelo país. No artigo, cito três projetos de leis afinados, que estão a causar um grave retrocesso no país. A saber:

O PL 2946 (projeto de lei de autoria do governador de Minas Gerais Fernando Pimentel), por alguns, apelidado de “AI-5 ambiental” (um cheque em branco com força de lei), propõe a centralização do licenciamento, mediante a criação de um setor específico de “projetos considerados prioritários” no âmbito do comando da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). Tem caráter econômico desenvolvimentista e pretende agilizar licenciamentos, colocando o Governo e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente Sustentável (Semad) acima das instâncias do Conselho Estadual de Meio Ambiente – Copam (colegiado onde a sociedade civil participa) e dar ao Estado a competência de priorizar empreendimentos e, assim, interferir nos seus licenciamentos. A tentativa é de diminuir o controle social dos processos de licenciamento e aumentar o poder do executivo nesses processos, sem contrapartida no que se refere à fiscalização, controle e gestão. A Nota Pública da frente contra a PL 2946/2015 acentua que esse projeto possui um “caráter centralizador no poder executivo e a redução do poder do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM)”.

Não por acaso, este PL está afinado com outro que tramita no Senado Federal, por iniciativa do senador Romero Jucá (PMDB/RO) – de número 654/2015. Segundo o artigo 1º deste PL, regras excepcionais serão criadas “para o licenciamento ambiental especial de empreendimentos de infraestrutura estratégicos para o desenvolvimento nacional sustentável”, tais como: “sistemas viário, hidroviário, ferroviário”, “portos”, “energia” e “exploração de recursos naturais”, que “serão considerados de utilidade pública” – em consonância com o também disposto na proposta do Código de Mineração (PL 5803/2013)-defendido por alguns deputados federais mineiros - em tramitação na Câmara dos Deputados, que não consta mudanças necessárias para a proteção das comunidades, dos seus territórios e dos(as) trabalhadores(as). O desastre ocorrido no dia 05 de novembro último expõe de uma forma alarmante e cruel, as consequências irreversíveis do não cumprimento da garantia desses direitos.

### **1.1.O Movimento de Justiça Ambiental**

Segundo Asceral um dos principais desafios do Movimento de Justiça Ambiental tem sido definitivamente, o de alterar a “cultura’ das entidades públicas responsáveis pela intervenção estatal sobre o meio ambiente, que se caracterizam por terem um padrão de intervenção tecnicista e a posteriori, pouco sensível às variáveis sociais e culturais do gerenciamento do risco ambiental.

### **1.2.Mineradora, População e Direitos Violados**

A atual legislação de licenciamento também deixa transparecer um longo caminho ainda a ser percorrido para a efetivação dos direitos humanos socioambientais, garantidos na Constituição de 1988 e em diversos tratados internacionais, dos quais o Brasil é parte. A luta dos(as) trabalhadores(as), movimentos socioambientais e das comunidades impactadas por grandes empreendimentos requer que esses novos direitos sejam incorporados ao Direito Minerário.

Há uma sistemática violação de direitos humanos ocorridos no Brasil em decorrência da mineração. E a iminência ameaça de retrocesso no Brasil em razão dessa flexibilização ou tentativa de flexibilização da legislação minerária. O marco legal da mineração no país e as relações de trabalho que decorrem compromete gravemente os direitos humanos.

Urge uma denúncia na parceria do Estado Brasileiro com as empresas mineradoras desse modelo de mineração que não atende o nosso povo. Isso se justifica em grande medida pelas estratégias das empresas mineradoras de financiar as campanhas eleitorais, fazendo com que as mineradoras ganhem as eleições independente do resultado eleitoral tendo representantes em todas as esferas municipais, estaduais e federais.

As empresas mineradoras atuam no Brasil ao arrepio dos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é parte inclusive o Pacto de São Jose da Costa Rica. O modelo de mineração praticado pela empresa Samarco (Vale) tem provocado impactos sociais e ambientais q são irreversíveis. O seu modo de mineração provoca alto índice de contaminação por resíduos tóxicos.

A população de Bento Rodrigues hoje é de oitenta por cento negra ou parda. São descendentes de escravos que há 300 anos estavam sendo explorados e assassinados pela mineração de ouro.

São muitos os Direitos Violados. Grave violação ao direito a informação , ao acesso a justiça, a participação e o poder que as empresas tem tido na reconstrução na vida dos atingidos. A Samarco ( Vale e BH) fizeram um acordo com o governos do estado de MG, do ES e com o Governo Federal sobre programas de ações q as empresas devem fazer para reparar os direitos dos atingidos e do meio ambiente. Esse acordo foi construído sem nenhuma participação dos atingidos. Os atingidos não foram ouvidos. A questão que se levanta: Como se pode prever ações para reparar a vida das pessoas sem consultá-las? Como se pode prever ações ambientais de recuperação do rio e das populações ribeirinhas sem a participação das pessoas q viviam no Rio e conviviam com o rio diariamente?

Ouve grave violação do direito a participação já durante a elaboração do acordo. Caso o acordo seja executado poderá gerar novas violações de direitos pois não irá reparar as perdas dos atingidos de maneira satisfatória e gerará novas problemáticas. Há violação também ao acesso a justiça pois o acordo obriga que os órgãos que participam de sua celebração tenham que se manifestar pela legitimidade do acordo em ações judiciais propostas no futuro. Além disso o acordo prevê que quem executará as funções será uma fundação de direito privado formada pelas três empresas responsáveis pelo rompimento. Com esso acordo se mantém o protagonismo das empresas e não dos atingidos no processo de reparação. São as empresas representadas pela fundação que irão propor, executar e financiar ações. No acordo não há previsão de participação dos atingidos. Os atingidos terão assento apenas no comitê consultivo.

Dessa forma o direito a participação está sendo violado e mais direitos estarão sendo violados a medida que ações sem participação sejam executadas pelas empresas

## 1.2. Figuras

Abaixo imagens da tragédia:



**Figura 1.** Mariana/MG. Fonte: BBC (2016)



**Figura 2.** Mariana/MG. Fonte: BBC (2016)



**Figura 3.** Mariana/MG. Fonte: BBC (2016).



**Figura 4.** Mariana/MG. Fonte: BBC (2016)

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para investigar a nossa hipótese, após uma breve introdução do tema e demonstração da metodologia utilizada no presente trabalho, o artigo foi dividido em dois momentos teóricos.

O primeiro pretende desvelar os fatores que contribuíram para o desastre, incluindo os arranjos institucionais em torno do licenciamento e monitoramento ambiental, tomando como referência o processo de “reprimarização” da economia latino-americana. Em um segundo momento apresentará a questão dos injustiçados ambientais e suas consequências exibindo os direitos violados.

Na primeira parte em que tratamos do licenciamento ambiental, utilizamos renomados doutrinadores jurídicos e todo o arcabouço de notícias que envolve a questão da tragédia em Mariana.

Na segunda parte em que tratamos do caso de injustiça ambiental utilizamos Henri Ascerald e alguns de seus conceitos. Ressalto aqui a gênese de seu entendimento:

“A noção de justiça ambiental implica, pois, o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o “meio ambiente” é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas, construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas...

Afirma também o direito dos moradores de estaremos livres, em suas casa, dos perigos ambientais provenientes das ações físico-químicas das atividades produtivas.”

Ainda citando o autor:

O Movimento de Justiça Ambiental constitui-se nos EUA nos anos 1980, a partir de uma articulação criativa entre lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis. Já a partir do final dos anos 1960, haviam sido redefinidos em termos “ambientais” os embates contra as indústrias inadequadas de saneamento, de contaminação química de locais de moradia e trabalho e de disposição indevida de lixo tóxico e perigosos. Fora então acionada a noção de “equidade geográfica” (ASCERALD)

“Refere-se à configuração espacial e locacional de comunidades em sua proximidade a fontes de contaminação ambiental, instalações perigosas, usos do solo localmente indesejáveis, como depósitos de lixo tóxico, incineradores, estações de tratamento de esgotos, refinarias etc.” (BULLARD)

Os impactos dos acidentes ambientais estão desigualmente distribuídos por raça e por renda: áreas de concentração de minorias raciais têm uma probabilidade desproporcionalmente maior de sofrer com riscos e acidentes ambientais. Esses estudos também demonstravam que há uma atuação do Estado que concorre para aplicação desigual das leis ambientais.

Diante do exposto, concluímos que a localidade de Bento Rodrigues e seus arredores forma vítimas de injustiça ambiental.

## 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o momento já foi possível comprovar de modo imperativo que o município de Mariana/MG seria um caso de (in)justiça ambiental. A luta pelo reconhecimento dos

direitos dos atingidos por barragens é histórica. Diante dessa situação o artigo busca exibir os direitos violados. Denunciando as violações dos direitos humanos e defender os sujeitos históricos oprimidos para que sigam lutando para proteger seus direitos em defesa da vida.

## CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo faz parte de uma agenda de trabalho que busca investigar os índices que poderiam servir para provar a vulnerabilidade do Município de Mariana e pretende dar prosseguimento a pesquisa em prol de contribuir com o movimento dos atingidos por barragens. Também pretendeu analisar o imbróglio que envolve as mudanças no licenciamento ambiental que está seriamente ameaçado por uma série de pautas ameaça esse instrumento jurídico fazendo do Brasil uma fábrica de “Marianas”.

## REFERÊNCIAS

ASCERALD, Henri, *O que é Justiça Ambiental*. Rio de Janeiro, 1ª edição, 2008.

FARIAS, Talden, *Licenciamento Ambiental*, Pará, 3ª edição, 2012

Achselrad, H. “Prefácio - Mediação e negociação de conflitos ambientais”. In: Viegas, R. N.; Pinto, R. G. & Garzon, L. N. *Negociação e acordo ambiental: o termo de ajustamento de conduta (TAC) como forma de tratamento dos conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014, pp. 5-15.

Estado de Minas. “Vale anuncia descoberta de arsênico, chumbo e outros metais no rio Doce”, *Estado de Minas*, 27 nov. 2016. Disponível online.

Ata da reunião das Comissões das Comunidades Atingidas, em 19/11/2015. Inquérito Civil nº MPMG.0400.15.000342-6.

Ata de reunião entre Ministério Público e atingidos, em 09/12/2015. Inquérito Civil nº MPMG.0400.15.000342-6.

DIP, Juliano. “Proteste Já - Mariana: Conheça os bastidores da tragédia”. Disponível em: <http://entretenimento.band.uol.com.br/cqc/2015/video/15679565/proteste-ja--mariana-conheca-os-bastidores-da-tragedia>. Acesso em 10 nov. 2016.

Legislação: Brasil, PROJETO DE LEI Nº 2.946/2015 Dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente – SISEMA – e dá outras providências. (<http://www.almg.gov.br/>)

## PODER JUDICIÁRIO, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DIREITOS INDÍGENAS: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA CORTE APÓS A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988

**AZEVEDO, Thaís Maria Lutterback Saporetti**

*Estudante de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF)*

*Bolsista Capes*

*thaislutterback@gmail.com*

### RESUMO

As terras indígenas brasileiras protagonizam o cenário de intensas disputas sobre a distribuição do poder no território nacional. O Supremo Tribunal não consegue responder adequadamente as demandas envolvendo as questões indígenas, sobretudo, pela dificuldade em se ter um olhar interdisciplinar. Ao mesmo tempo, a corte amplia cada vez mais a sua esfera de competência com fenômeno da “judicialização” da política e das relações sociais. Este quadro implica em discussões sobre conceitos basilares na configuração do Estado brasileiro: a soberania e a territorialização. Trata-se de um fenômeno complexo, pois, aponta na direção de novos papéis para os poderes estatais relativizados no contexto geral da globalização. Por esta via, as técnicas pretendidas no estudo partem de dois eixos conectados, a análise de jurisprudência e a revisão bibliográfica para delinear o quadro geral de análise pretendido na pesquisa. O trabalho problematizará, assim, a alteridade e jusdiversidade, como desafio para se pensar o Direito além das deficiências do monismo estatal.

**Palavras-chaves:** Supremo Tribunal Federal; Decisão judicial; Causas indígenas.

### ABSTRACT

Brazilian indigenous lands are the scene of intense disputes over the distribution of power in the national territory. The Supreme Court can not adequately respond to the demands of indigenous issues, especially because of the difficulty in having an interdisciplinary look. At the same time, the court increasingly extends its sphere of competence to the phenomenon of “judicialization” of politics and social relations. This framework implies in discussions about basic concepts in the configuration of the Brazilian state: sovereignty and territorialization. It is a complex phenomenon, therefore, points in the direction of new roles for the state powers relativized in the general context of globalization. In this way, the techniques sought in the study start from two connected axes, the analysis of jurisprudence and the bibliographical review to delineate the general framework of analysis intended in the research. The work will thus problematize alterity and jus- diversity, as a challenge to think the law beyond the deficiencies of state monism.

**Keywords:** Supreme Court; Judicial decision; Indigenous Causes.

## INTRODUÇÃO

A realidade é múltipla, variável e incontrolável... Entretanto, o pesquisador se esforça para permear parte da trama que tece o mundo. É preciso puxar fio a fio para desvendar o enredo, ainda que só seja possível entender apenas uma parte pelo olhar daquele que investiga, por mais que se tenha alteridade na abertura cognitiva em relação ao outro que faz parte da investigação. A complexidade do caminho significa reconhecer a totalidade de significados como algo inalcançável e o esforço da pesquisa é dar conta de desenvolver com acuidade um recorte bem delineado.

Analisar as decisões judiciais significa perceber como o Direito se comporta diante das demandas que são levadas ao Judiciário. Se o mundo da vida tem múltiplas manifestações, a jurisdição pode ser percebida sendo captada como parte desse cenário que se abre como lente plúrima. Trata-se de uma difícil construção essa de buscar explicar da realidade...

Interpretar significa, sobretudo, extrair sentido. Interpretar em sentido jurídico, como na leitura corrente feita pelo Judiciário, significa dar sentido às normas jurídicas (em sentido amplo) na solução dos litígios sociais postos. É apenas isso? Dizer o direito não se esgota apenas em uma leitura legislativa, por mais que isso envolva questões de subsunção e segurança jurídica. Villares aponta que os sentidos produzidos pelo mesmo texto, e aqui está o trabalho do jurista, são dados tanto pelas realidades diversas como pela cominação das diversas normas que compõem o ordenamento jurídico (VILLARES, 2009, p. 18).

Muitas vezes, o Direito em sentido positivo não dá conta dos fatos que pretende abarcar. Trata-se de uma tensão permanente que implica embates e contradições. E ainda, o movimento de transformação que envolve a dinâmica da produção jurídica mostra-se, em muitos casos, mais lento do que as demandas sociais que o cercam. Lobão apresenta a ideia de que as culturas jurídico-econômico-políticas movimentam-se dos centros de poder em direção às periferias, assumindo “diversas articulações do global ao local” (LOBÃO, 2012, p. 71). Por isso, há fatores de legitimidade e de representação que devem ser pensados na construção de um sentido jurídico-legislativo. Essa leitura problematiza a questão da conjuntura maioria/minoria em torno da configuração do poder. Pois, no embate do jogo político pautado em uma suposta democracia, há que destacar os problemas oriundos de uma valorização excessiva de interesses majoritários, quando estes aniquilam as necessidades das minorias que também devem ser percebidas (na lógica do esquema cada cabeça, um voto). Assim, trata-se de um esforço de valorização daquela mesma realidade múltipla em patamares de dimensionar, no espaço público, os diversos grupos que compõem o espaço nacional, tal qual o ocorre no Brasil.

O reconhecimento das especificidades de populações tradicionais envolve desse modo, noções peculiares que não se amoldam nas configurações jurídicas formais e demanda o direito à diferença, o que representa uma grande dificuldade no campo jurídico estruturado. O fato de se tratar de minorias não pode significar o aniquilamento de vontades pelo interesse de uma maioria que objetiva se expandir a passos largos. É preciso identificar o esforço contra hegemônico de se fazer valer neste embate de forças. A democracia não deve significar uma ferramenta de colonização, o que, na realidade, muitas vezes ocorre.



O Direito apresenta-se como poder simbólico (sendo a leitura um campo de disputas e uma maneira de apropriação da força simbólica que nele se encontra em estado potencial) e, ao mesmo tempo, a ciência jurídica tende a apreendê-lo como um sistema fechado e autônomo, cujo desenvolvimento só pode ser apreendido por sua própria dinâmica interna (BOURDIEU, 1989, p. 203). Na crítica de Bordieu feita ao formalismo, em que há automia absoluta do pensamento e da ação jurídicos, o pensador afirma que este modelo nos leva ao limite ultra-consequente do esforço dos juristas e de regras completamente independentes do constrangimento e das pressões sociais (BOURDIEU, 1989, p. 211).

Por este viés, o conteúdo prático da lei que se revela no veredito e na jurisprudência é apresentado como o resultado dessa luta simbólica entre profissionais dotados de competências técnicas e sociais desiguais. E, na visão de Bordieu, capazes de mobilizar de modo desigual, os meios e os recursos jurídicos disponíveis. O espaço judicial funciona na caracterização de excluídos/incluídos. Ao mesmo tempo, nos julgamentos judiciais, o direito pode representar uma falsa representação, como instrumento de dominação exercido pelo Poder Judiciário em relação a seus jurisdicionados.

Esta pesquisa visa identificar como se percebe as disputas e os discursos no palco do Supremo Tribunal Federal (STF) frente às demandas indígenas. Por que se escolhe o STF? Não se trata de um órgão isolado, pelo contrário, na cena política atual do país, visualizamos o papel emblemático que vem exercendo frente às demandas sobre povos indígenas e tantas outras questões sociais, a partir de uma representação do que se leva até o STF. Trata-se da última instância nos patamares jurídicos brasileiros, reunindo causas que versam, sobretudo, sobre a guarda da Constituição nas demandas judiciais. Teremos, assim, um STF fomentado e revelado a partir das causas indígenas, remetendo-nos a uma operação intelectual sobre esse quadro e para a existência de objeto que será construído por essa leitura.

## 1. DIREITOS INDÍGENAS E A CRFB/88

A CRFB/88 (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988) consagrou os direitos dos índios no Capítulo VII, em seus arts. 231 e 232, sendo a primeira vez na história brasileira que se destinou um capítulo específico para proteção dos direitos indígenas, que também são tratados em outros dispositivos constitucionais (ARAÚJO; LEITÃO, 2002, p. 61).

Duprat sugere que o novo paradigma jurídico e político cristalizado no texto constitucional promove uma ruptura com a ideia de Estado-nação, o que reflete na aceitação da diversidade cultural e populacional, como proposto no capítulo sobre a cultura (Capítulo III - da Educação, da Cultura e do Desporto), nos art. 215 e 216 da CRFB/88. Rompe-se o viés assimilacionista/integracionista para garantir o direito à diversidade. Há a afirmação dos seguintes direitos quanto aos indígenas (ARAÚJO; LEITÃO, 2002, p. 69): reconhecimento de sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições; direitos originários e imprescritíveis sobre as terras que tradicionalmente ocupam, consideradas inalienáveis e indisponíveis; posse permanente sobre suas terras; usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes; uso das línguas maternas e dos processos próprios de aprendizagem; proteção e valorização das manifestações culturais indígenas, que passam a integrar o patrimônio cultural brasileiro.

Tais garantias trazidas pelo texto constitucional representam uma nova leitura dos direitos reservados aos povos indígenas, nos fornecendo novos patamares interpretativos. Esses dispositivos simbolizam o resultado da luta social travada no reconhecimento indígena, mas, é necessário que represente, ao mesmo tempo, a efetividade dessas conquistas. Até que ponto, na prática, esses direitos são salvaguardados? Baniwa destaca que:

(...) Entre a letra das leis e a prática há uma enorme distância, ou lacunas institucionais e conceituais intransponíveis que dificultam ou anulam as possibilidades de maior efetividade desses direitos, conquistados com muita luta, sofrimento, dor, sangue e morte de lideranças e povos indígenas inteiros. Por que os direitos coletivos, os sistemas jurídicos, socioculturais, econômicos e políticos dos povos indígenas continuam sendo desconsiderados, ignorados e negados? Por que as organizações sociais tradicionais continuam sendo desqualificadas no âmbito das relações políticas, jurídicas e administrativas com o Estado? Afinal de contas, não foram os índios que a provaram e adotaram essas leis, mas os próprios agentes e operadores do Estado brasileiro. (BANIWA, 2012, p. 216)

Há grande dificuldade em responder essas perguntas, como aponta o autor. Temos pontos específicos na CRFB/88 para a defesa de direitos indígenas, tema este cercado pelo texto constitucional confeccionado por uma sociedade não-indígena e para essa sociedade não-indígena. Por isso, o desafio de lidar com a diferença, dificuldade essa que sugere o embate constante entre igualdade/diferença. Se o poder resulta de uma correlação de forças, os povos indígenas estão em nítida desvantagem, na medida em que não detêm, muitas vezes, poder político<sup>1</sup> ou econômico.

Turón destaca que no contexto latino-americano houve uma luta acirrada pelo reconhecimento dos direitos originários, de modo a produzir uma libertação de natureza política que tanto almejavam várias gerações de indígenas. Esses direitos começaram a ser mencionados em várias constituições da América (Brasil, Colômbia, Peru etc), durante as décadas de 1890 e 1990, no entanto, muitas comunidades indígenas ainda padecem pela ausência de reconhecimento de seus direitos na prática. Além disso, nesse cenário normativo, outros instrumentos em âmbito internacional foram incorporados ao ordenamento jurídico pátrio e disciplinaram a temática dos direitos indígenas. É o caso da Convenção 169 da OIT. E a Declaração da ONU sobre o direito dos povos indígenas foi ratificada em âmbito internacional, mas, ainda não incorporada à ordem jurídica interna brasileira.

No contexto brasileiro, as configurações estatais vêm passando por múltiplas reformas após o processo de redemocratização do país, o que significaria, nestes termos, a possibilidade de se vislumbrar contornos de diferença e diversidade. Nesse sentido, seria necessário quebrar a tradicional compreensão que o Estado Democrático de Direitos se assenta apenas na universalidade de direitos individuais, em contraposição aos direitos coletivos, sendo esse o desafio do constitucionalismo moderno, uma vez que a cidadania igualitária passa pela ação de reconhecimento (MOREIRA, 2010, p. 8666).

As estratégias das lutas sociais representam a vivacidade e tenacidade da agência humana real que estrutura e, no caso das causas indígenas, a suplantação da visão tutelada/subalternizada/desqualificada (enquanto totalidade subordinativa) que

1 O sopesamento dessa balança é feito pelos movimentos indígenas na busca por reconhecimento dos direitos indígenas.

cercou historicamente a legislação indígena brasileira. Esse processo não é uniforme, implicando anacronismos na formulação da realidade, quando levamos o texto constitucional ao nível da empiria, pois, esta se apresenta muito distante dos patamares consagrados na CRFB/88.

## 2. DECISÕES JUDICIAIS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Com consciência da limitação que rege a tarefa da busca, nos propomos a analisar como o Supremo Tribunal Federal, órgão de cúpula do Poder Judiciário brasileiro, tem se posicionado frente às demandas dos povos indígenas brasileiras. “Judicializar” implica reconhecer que as demandas advindas do seio social não se encontram resolvidas nas políticas públicas implementadas voltadas aos povos indígenas, sobretudo, pelo Poder Executivo e, então, a partir do reconhecimento de sua exigibilidade, devem ser reverberadas pelo funcionamento do Poder Judiciário, que passa a assumir cada vez mais um papel de protagonismo no panorama político do país. Há uma mudança no papel do juiz e de sua possibilidade de atuação, com uma postura muito mais proativa, o que nem sempre é bem resolvido no caso concreto, pois, indaga-se: há legitimidade nessa atuação do julgador?

Em nossa visão, a atuação do STF é determinante no caso dessa reestruturação institucional. O Brasil adota um sistema híbrido de controle de constitucionalidade, com a possibilidade do modelo difuso tanto quanto com o modelo concentrado, em ambos os casos, seja por meio das ações constitucionais de controle de constitucionalidade ou ainda em virtude de recursos extraordinários ou reclamações, a Corte desempenha papel de relativa centralidade. A CRFB/88 demanda uma releitura dos diplomas normativos da legislação ordinária no processo de constitucionalização pelo qual passou os diversos ramos do direito privado. Moreira destaca que é preciso buscar horizontes epistemológicos que auxiliem na compreensão da atuação do Judiciário brasileiro, no sentido de garantir os direitos indígenas constitucionalmente previstos (MOREIRA, 2010, p. 8658).

O nosso papel na pesquisa é verificar como se dá a atuação do STF nas demandas indígenas como casos exemplares. Temos que nessas ações poderemos evidenciar esse quadro político nacional mais recente e verificar qual é o discurso aplicável para nessas demandas, revestidas da necessidade de lidar com a diferença, tal qual consagrado no texto constitucional.

Nesse intento, foi realizado um levantamento documental de todos os julgamentos da Corte brasileira, desde sua fundação na CRFB/88. A pesquisa jurisprudencial é pública por meio do banco de dados virtuais. O nosso enfoque principal serão acórdãos, questões de ordem e súmulas, pois, tais documentos extrapolam a perspectiva individual do julgador, revelando o posicionamento enquanto órgão coletivo. Com esse primeiro filtro, foram lidas todas as ementas dos julgados no intuito de selecionar as mais relevantes para subsidiar nosso trabalho a partir das seguintes etapas: classificação, análise e interpretação. Entender como se dá a interpretação da norma jurídica pelo julgador é um dos nossos grandes desafios, a partir dos casos emblemáticos dos diversos povos indígenas brasileiros frente ao STF.

Para esse artigo, como resultado parcial, com o objetivo de demonstrar a metodologia pretendida e evidenciar importantes temas que serão aprofundados na tese final, foi

realizada a escolha de alguns casos, a nosso ver emblemáticos, para se traçar o adequado delineamento da questão. Trazemos, então, quatro casos específicos a seguir.

## 2.I. Recurso extraordinário 351487-3 Roraima

O Recurso extraordinário 351487-3 Roraima, cuja relatoria competiu ao Ministro Cesar Peluso - com sessão no dia 03/08/2006<sup>2</sup>, é um dos mais importantes da esquisa em matéria penal. Inicialmente, verifica-se a morosidade do Judiciário brasileiro para apreciar as demandas judiciais, notadamente na esfera penal. O fato ocorreu no ano 1993 e só foi julgado 13 anos depois.

O processo judicial foi considerado como a primeira condenação a partir da lei brasileira sobre genocídio - Lei 2889/56 - conforme salientado em memorial. No entanto, não houve grande discussão entre os ministros na configuração da decisão, pois somente o relator proferiu voto mais extenso de modo escrito, sendo que os demais ministros o acompanharam. Os debates restringiram-se a falas mais curtas para discutir os limites desse primeiro voto.

O recurso extraordinário foi interposto com fundamento no art. 102, III, a, da CRFB/88<sup>3</sup>, contra acórdão do STJ que conheceu e proveu recurso especial do Ministério Público Federal (MPF), sob o entendimento de ser o juiz singular (federal) competente para processar e julgar os crimes pelos quais foram condenados os réus.

A denúncia apontou a prática de crime de genocídio (art. 1º, "a", "b" e "c" da Lei 2889/56), em concurso material com os crimes de lavra garimpeira, dano qualificado, ocultação de cadáver, contrabando e formação de quadrilha. Esse é o caso:

Em 1993, 22 garimpeiros foram acusados de executar 12 índios ianomâmis da comunidade Haximu, na serra Parima (próxima à fronteira com a Venezuela), Roraima. A chacina, conhecida como Massacre de Haximu, foi confirmada como crime de genocídio pelo STF na semana passada (9), pondo final à uma disputa jurídica que ameaçava pôr em liberdade os quatro únicos garimpeiros que estão presos pelo crime. (SUZUKI, 2006, s/p.)

Nesse sentido, o MPF entendeu que houve o cometimento de genocídios praticado contra índios, em conexão com outros delitos. O processo correu perante o juízo monocrático federal, o que resultou em decreto condenatório. Dessa decisão, os réus interpuseram recurso de apelação, cujo resultado foi o provimento para determinar a adoção do procedimento constante nos arts. 408 e ss. do Código de Processo Penal (CPP) - ou seja, seria crime doloso contra a vida, o que demandaria a competência do

Tribunal do Júri. Em seguida, o MPF interpôs recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgado procedente, que resultou na ratificação da competência federal (bens tutelados pela União Federal no que toca aos direitos indígenas, notadamente o direito maior à própria vida) e ainda, quanto à competência do Tribunal do Júri:

2 Ainda hoje, os ianomâmis dessa área ainda sofrem com as consequências do garimpo ilegal, ainda que em menores proporções do que na época da chacina.

3 Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: (...)

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

a) contrariar dispositivo desta Constituição; (...) BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 05 de outubro de 1988.

A ideia de submeter tal crime ao Tribunal do Júri encontra óbice no próprio ordenamento processual penal, porquanto não há em seu bojo previsão para este delito, sendo possível apenas e somente a condenação dos crimes especificamente nele previstos, não se podendo neles incluir, desta forma, qualquer crime que haja morte da vítima, ainda que causada dolosamente. Aplicação dos arts. 5º, inciso XXXVIII, Constituição Federal c/c 74, parág. 1º, do Código de Processo Penal. Recurso conhecido e provido, para reformando o v. aresto a quo, declarar competente o Juiz Singular Federal para apreciar os delitos arrolados na denúncia, devendo o Tribunal de origem julgar as apelações que restaram, naquela oportunidade, prejudicadas, bem como o pedido de liberdade provisória. (SUZUKI, 2006, s/p.)

Assim, no sentido de fazer valer a competência do Tribunal do Júri para o julgamento, os réus interpuseram recurso extraordinário no STF para reformar a decisão do STJ, alegando que a norma constitucional reserva ao Tribunal do Júri, de forma soberana, competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, dentre os quais, estaria o crime de genocídio. Os Ministros do STF, por unanimidade de votos, rechaçaram essa argumentação e negaram provimento ao recurso. Como resultado, inobstante salientarem que se o genocídio absorver o homicídio é mais favorável do que a incriminação de homicídios qualificados<sup>4</sup>, o Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao recurso.

## 2.II. Ação cível originária 312 Bahia

A ação cível originária 312 Bahia versa sobre a ação de nulidade de títulos de propriedade sobre imóveis rurais situados na Reserva Indígena denominada Caramuru-Catarina-Paraguaçu. O caso foi proposto sob a observância da Carta Constitucional de 1967, pois, ajuizado em 1982. Mais uma vez, ocorre a demora excessiva no julgamento, já que a tramitação durou mais de 30 (trinta) anos.

O STF reconhece que a incerteza oriunda da ausência de homologação da demarcação dessas terras indígenas relegou a comunidade a uma situação frágil e a um ambiente de violência e medo na região. Assim, para resolver o empasse, a Funai propôs a ação contra os detentores individuais da área (Ananias Monteiro da Costa e outros).

O laudo antropológico apontou que as terras em disputa eram possuídas por 9 membros de tribos que ocupavam a região desde tempos imemoriais – Pataxós Há-hã-hãe, Sapuyá, Baenã, Kariri e Kamakã. No entanto, ao longo do tempo, foram sendo invadidas pela ocupação não-indígena, o que determinou variações populacionais ao longo do tempo.

Preliminarmente, a Corte negou o reconhecimento da impossibilidade jurídica do pedido em razão da inexistência de individualização da propriedade reivindicada<sup>5</sup> – tendo em vista, a farta documentação fornecida pela Funai que viabilizou a realização dos trabalhos periciais de identificação geográfica.

A questão versada no caso, principal controvérsia a ser dirimida, disse respeito ao fato se a ausência da homologação da demarcação administrativa realizada em 1938 inibiria ou não o reconhecimento da existência de reserva indígena no local. E, então,

4 O homicídio qualificado, ainda que em continuidade coletiva, ensejaria um resultado maior na pena aplicável, pois, o parágrafo único do art. 71 do Código Penal permite a aplicação até o triplo da pena-base.

5 A Corte apontou que há precedente jurisprudencial no sentido de que a demarcação prévia da área não é, em si, indispensável ao ajuizamento da própria ação.

se haveria a possibilidade de se ter por válidos atos jurídicos formados por particulares com o Estado da Bahia.

O Governo do Estado da Bahia adotou, inclusive, uma postura contraditória, pois, em 1926, antes do procedimento federal citado, determinou a delimitação da área de ocupação dos indígenas. No entanto, como os índios já usufruíam da área imemorialmente, tal domínio pertenceria à União. Ademais, mesmo o Estado tendo reconhecido a ocupação indígena, posteriormente, veio a permitir a emissão de títulos em favor dos não-indígenas.

A Funai sustentou que a lei baiana de 1926 operou a doação da área aos índios, ficando ela posteriormente abrangida pela proteção da legislação federal, sendo assim, o Estado da Bahia perdeu a possibilidade de dispor sobre as terras. Nessa linha de argumentação:

Daí ainda a ilegalidade e inconstitucionalidade dos atos do Governo do Estado da Bahia, fazendo expedir, abusiva e desrespeitosamente, títulos definitivos de propriedade em nome de invasores, posseiros, arrendatários e grileiros, incidentes sobre a área da Reserva Indígena Caramuru-Catarina-Paraguaçu. Os títulos expedidos pelo Estado seriam nulos de pleno direito, vez que decorrentes de aquisição a non domino. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação cível originária 312 Bahia. Tribunal Pleno. D. J. 21/03/2013. Acórdão p. 09)

Mas, no intuito de inverter tal quadro, alguns arrendatários se esforçaram para transformar arrendamento em propriedade, isso com o apoio do ITERBA (Instituto de Terras da Bahia) – com expedição de títulos de propriedade<sup>6</sup>. Desde 1979, outros títulos foram concedidos na área da reserva<sup>7</sup>, o que obrigou os indígenas a abandonarem o local. Entretanto, devido às dificuldades adaptativas em novos locais, decididos a retomar as suas terras, retornaram à área da reserva indígena em abril de 1982, meses antes do ajuizamento dessa ação judicial (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação cível originária 312 Bahia. Tribunal Pleno. D. J. 21/03/2013. Acórdão p. 10).

Fazendeiros e demais detentores interessados argumentaram que a não ocupação da área pelos indígenas reverteu o domínio para o Estado da Bahia, como justificativa para a emissão dos títulos. Sustentam que “a tribo dos Pataxós não passa de uma fraude, de um simulacro antropológico”. Neste ponto, a argumentação toca a esteriotipação do tipo ideal indígena – ao afirmarem que as famílias que ocupam a área não lembram em nada os “povos indígenas”, com a necessidade de lhes ensinar danças, costumes e vocábulos da língua (fl. 2659 – vol. VIII – processo original).

Por outro lado, a Funai apontou que os índios não deixaram a área por vontade própria, o que não ensejaria a conclusão de se tratarem de terras devolutas. Desde a Lei de Terras de 1850 (n. 601), nos termos do art. 75, a área ocupada por indígenas é considerada inalienável, só perdendo essa característica com a emancipação do “grupo tribal usufrutuário”<sup>8</sup>, o que não ocorreu no caso em tela. Assim, não haveria que se cogitar a existência de títulos de propriedade idôneos.

O ministro Eros Grau, relator do processo, remontou ao voto do Ministro Victor Nunes Leal (RE 44585 de 1961)<sup>9</sup>, no sentido de rechaçar a equiparação entre a posse indígena

6 A cadeia dominial remonta ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a maioria adquirida diretamente do Governo do Estado da Bahia.

7 Estão anexados no processo registros de propriedade em cartórios e certificados de cadastramento de imóveis rurais no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

8 Não há definição precisa do que venha a ser “emancipação do grupo tribal”.

9 O voto do Ministro Victor Nunes Leal no RE 44585 de 1961.

(considerada permanente pela Constituição), com o conceito de posse do direito civil. Nesse sentido, destacou que não é possível falar em terras devolutas estaduais ocupadas pelos índios – se a terra é ocupada por indígenas, pertence necessariamente ao domínio da União e não pode ser considerada como devoluta, pertencente ao Estado. Com a promulgação da Carta de 1934, a terras ocupadas pelos indígenas teriam passado para o domínio da União, em caráter irreversível. E ainda:

No Brasil, a disputa por terra indígena entre quem quer que seja e índios consubstancia algo juridicamente impossível. Pois quando dizemos disputa aludimos a uma oposição entre direitos e, no caso, ao invasor de bem público não se pode atribuir direito nenhum. O que pretendo nesse ponto afirmar é que hoje, ao reconhecer aos índios direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, o artigo 231 da CRFB/88 consubstancia desdobramento normativo do Alvará de 1º de abril de 1680. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação cível originária 312 Bahia. Tribunal Pleno. D. J. 21/03/2013. Acórdão p. 33)

Então, se visualizamos a continuidade protetiva dos diplomas normativos no tocante às terras indígenas, desde o Alvará de 1º de abril de 1680, a partir do que afirma o ministro Eros Grau, como adotar precisamente a teoria do fato indígena em relação à CRFB/88?

Por isso, a apreciação do caso pelos ministros envolveu uma série de temas paradigmáticos para as questões indígenas e se trata de demanda anterior à Raposa Serra do Sol. Há severa divergência entre os entendimentos aplicados entre as duas decisões, tendo o caso dos Pataxós Hã-Hã-Hãe na Bahia (Terra Indígena denominada Caramuru-Catarina-Paraguaçu) um viés mais protetivo e garantista para as comunidades indígenas e não há, de forma direta ou explícita a aplicação da teoria do fato indígena<sup>10</sup>.

O relator julgou procedente a ação para declarar a nulidade de todos os títulos de propriedade existente dentro da área da reserva indígena<sup>11</sup>. No entanto, nessa mesma sessão, houve pedido de vista do ministro Menezes Direito, o que interrompeu o julgamento em 24/09/2008. Aproximadamente 4 (quatro) anos depois, a Ministra Cármen Lúcia pediu continuidade do julgamento do processo na Ação Civil Originária n. 312, em uma postura de pro atividade para garantir que o julgamento fosse retomado, com pedido reiterado que, ao final, foi atendido.

O voto da ministra Cármen Lúcia, de início, ressaltou que o caso configurava um dos mais graves que havia chegado às suas mãos: “são vinte e cinco volumes de sofrimentos, lágrimas, sangues e mortes. E não se cuida de uma expressão, mas de mera constatação” (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação cível originária 312 Bahia.

Tribunal Pleno. D. J. 21/03/2013. Acórdão p. 81). Nesse sentido, importante também reconhecer que:

De se afirmar, de pronto, que grande parte dos conflitos (des)humanos hoje havidos na área em questão nesta ação decorrem de comportamentos estatais. Não de um ou outro governo, mas de mudanças formuladas em políticas que

10 Na aplicação para se configurar a terra indígena a partir do requisito da ocupação ao tempo da CRFB/88, no dia 05 de outubro de 1988.

11 O ministro Eros Grau apontou que não há títulos de domínio anterior à vigência da Constituição de 1967. Assim, vinte seis anos após o ajuizamento da demanda, o que parecia complexo de início, restou-se simples na visão do relator: não há títulos de propriedade válidos na área.

não tiveram seguimento, mas tiveram consequências. Consequências na vida das pessoas, geração após geração, daí decorrendo problemas que foram apenas se aprofundando e tornando mais difícil a solução. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação cível originária 312 Bahia. Tribunal Pleno. D. J. 21/03/2013. Acórdão p. 81)

No voto, encontra-se uma análise e refletida dos aspectos sociais e impactantes da política pública indígena na área, bem como, de suas consequências desastrosas. Demonstrou-se, assim, o cenário de fragilidade (violência e medo) que permeia a população indígena brasileira, como nesse caso. E, no mérito do voto, a ministra Carmen Lúcia acompanhou o relator, ministro Eros Grau, mas, desenvolvendo ainda extensa exposição jurídica para, ao fim, julgar procedente a ação e reconhecer a condição jurídico constitucional da terra indígena sobre a totalidade da área indígena demarcada no final de 1930, com a conseqüente nulidade dos títulos de propriedade emitidos e, ainda, julgar improcedente as reconvenções relativas às áreas referentes a terras localizadas no interior da reserva.

Em sequência, na decisão final dos ministros, houve debate se as conclusões apresentadas pelos votos (ministros Eros Grau e Carmen Lúcia) seriam as mesmas, ao final, concluindo-se que o Tribunal entendeu, por maioria, que a área demarcada seria de 54 mil hectares e os títulos nela presentes seriam nulos. Quanto aos títulos de propriedade fora da área indígena, o entendimento foi de extinguir o processo sem resolução de mérito<sup>12</sup>.

Ainda, após a decisão pela desconstituição dos registros, os ministros enfrentaram a questão da desocupação do local, que não foi resolvida nesse processo por ser eminentemente declaratório. Assim, foi relegada à União a necessidade de adotar as providências necessárias para a retomada da reserva indígena, com a desintrusão dos fazendeiros, indenizados ou não pelas benfeitorias de boa fé. A partir desse resultado, determinou-se a extinção do processo sem resolução de mérito (art. 267, V, CPC) de todas as ações judiciais pendentes cujo objeto tenha relação com o domínio ou a posse de imóveis nessa terra indígena.

Em resumo, conforme extrato da decisão:

O Tribunal, por maioria, julgou parcialmente procedente a ação para declarar a nulidade de todos os títulos de propriedade cujas respectivas glebas estejam localizadas dentro da área da Reserva Indígena Caramuru-Catarina-Paraguaçu, todos eles, e, em conseqüência, julgadas improcedentes as reconvenções dos titulares desses títulos anulados, carecedores de ação os demais reconvintes, condenados os réus cujos títulos foram anulados a pagarem honorários de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa e compensados os honorários dos outros reconvintes que decaíram da reconvenção, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio, que julgava improcedente ação e prejudicados os pedidos de reconvenção. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação cível originária 312 Bahia. Tribunal Pleno. D. J. 21/03/2013. Acórdão p. 04-05)

Como visto, o ministro Marco Aurélio foi o único a divergir sobre o resultado na Ação Cível Originária (ACO) 312 – no sentido da improcedência da ação e pela validade dos títulos de propriedade concedidos. Em seu entendimento, ao tempo de ajuizamento da ação, a área reclamada para os índios só era intermitentemente ocupada por índios

<sup>12</sup> A ministra Carmén Lúcia destacou que o ministro Eros Grau não esse apontamento, mas, que no final a conclusão é a mesma: 54.000 (cinquenta e quatro mil) hectares.



(e não de modo permanente), o que implicaria a improcedência da ação sob a égide da Constituição de 1967. Nas suas palavras, “ não se trata, aqui, do resgate, considerando a violência contra os indígenas, porque é impossível o retorno ao status quo ante (à situação anterior), quando eles ocupavam exclusivamente o território do Brasil”.

### 2.III. Petição 3388 Roraima

O caso Raposa Serra do Sol é considerado o mais importante julgamento envolvendo as comunidades indígenas brasileiras – como também afirmou o relator do processo, Ministro Carlos Ayres Britto, com incomum relevância político social. Pode ser compreendido como um divisor de águas da jurisprudência sobre a temática, tendo em vista que foi estabelecida uma série de condicionantes para o caso, que denotam o entendimento da Corte sobre aspectos importantes das questões indígenas. Inclusive, ponto nodal foi determinar se tais elementos seriam aplicados como regra geral na política indigenista brasileira.. Inclusive, nesse sentido, foi editada a Portaria de n. 303 da Advocacia Geral da União (AGU), que dispõe sobre as salvaguardas institucionais às terras indígenas conforme entendimento fixado pelo STF na Petição 3388 RR, com interpretação a ser uniformemente seguida pelos órgãos jurídicos da Administração Pública Federal direta e indireta.

Com o estabelecimento das condicionantes generalizadas, ter-se-ia por meio de um caso concreto e com base em decisão específica para esse caso, o efeito abrangente da decisão. Em seguida, no intuito de resolver alguns pontos específicos, foram interpostos embargos de declaração<sup>13</sup>. Nesse recurso, o Tribunal entendeu que a decisão proferida na PET 3388 não vincula juízes e tribunais quando do exame de outros processos, relativo a terras indígenas diversas. Ao mesmo tempo, reafirma a higidez da Portaria/ MJ n. 534/2005 e do Decreto Presidencial de 15.04.2005, que demarcam a área de Raposa Serra do Sol.

Nesse quadro de disputas institucionais e normativas, após a publicação do acórdão de Raposa Serra do Sol, mas, antes do trânsito em julgado (o que só ocorreu após o julgamento dos embargos declaratórios), a AGU editou a Portaria acima citada, de n. 303. Entretanto, sua entrada em vigor foi adiada por dois prazos consecutivos e, ao final, com a opção por aguardar a decisão dos embargos de declaração. Assim, com a publicação do recurso com o entendimento de que a aplicação veiculada no caso não vincularia outros processos, sendo apenas para Raposa Serra do Sol, a expectativa era que a portaria perderia sua razão de ser, pois, contrariava o próprio entendimento do STF. Não foi o que se viu na prática, pois, a Advocacia Geral da União (AGU) optou pela entrada em vigor da portaria e sua aplicação para todos os órgãos da Administração Pública Federal direta e indireta, em caráter obrigatório. E o próprio Tribunal passou a aplicar as condicionantes em casos futuros.

Para se entender melhor os meandros do processo e sua formação até a decisão final, é preciso percorrê-lo. O caso foi veiculado por meio de ação popular proposta diretamente ao STF para decidir sobre a demarcação da área. O autor popular, requerente do processo, foi o senador da República Augusto Affonso Botelho Neto<sup>14</sup>, incluindo como

<sup>13</sup> Os embargos de declaração foram interpostos de forma ampliada por várias integrantes da lide. No entanto, O Tribunal não conheceu dos embargos de declaração opostos por Ação Integralista Brasileira, Movimento Integralista Brasileiro e Anésio de Lara Campos Júnior. Desproveu os embargos de declaração opostos por Lawrence Manly Harte e outros, pelo Estado de Roraima e pelo Senador Augusto Affonso Botelho Neto. Foram acolhidos os embargos opostos pelo Senador Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti e acolhidos, com efeitos modificativos, os embargos opostos pela Procuradoria-Geral da República e pelas Comunidades Indígenas, estes último de modo parcial.

<sup>14</sup> Senador da República na legislatura 2003-2011.

assistentes 16 pessoas físicas, dentre as quais outro senador da República, Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti e, ainda, o próprio Estado de Roraima<sup>15</sup> como pessoa de direito público interessada. Por outro lado, temos como requerido a União, assistida por 6 comunidades indígenas: Socó, Barro, Maturuca, Jawari, Tamanduá, Jacarezinho e Manalai.

No mérito, o que se pediu foi a declaração de nulidade da portaria demarcatória do Ministro da Justiça, bem como, do decreto homologatório do Presidente da República. Por meio de provas documentais (laudos periciais e relatórios), o autor alegou a existência de vícios formais, bem como, fraudes e insuficiências múltiplas nos trabalhos, o que implicaria a parcialidade do procedimento. Além do mais, argumentou que a demarcação em área contínua traria “desastrosas” consequências para Roraima – sob os aspectos comercial, econômico e social, e ainda, comprometimento da segurança e da soberania nacionais e desequilíbrio no concerto federativo.

Com atuação do Estado, a cronologia do conflito remonta a década de 1970, quando começou seu processo de identificação e demarcação de modo mais contundente<sup>16</sup>. Quando em 2005, foi homologada pelo presidente Lula, o conflito na Terra Indígena Raposa Serra do Sol assumiu repercussões ainda maiores, diante da recusa de um grupo de rizicultores a sair da área e da reverberação desse quadro em âmbito nacional.

Neste mesmo ano, foi ajuizada a ação popular em comento. O caso aponta a competência originária da Corte, em decorrência da natureza federativa do conflito entre as partes, de modo a reclamar a incidência da alínea f do inciso I do art. 102 da CRFB/88<sup>17</sup>. Assim, os ministros debruçaram-se sobre a questão, fundamental para o panorama jurídico constitucional brasileiro. Vieira aponta que:

O denominado caso Raposa Serra do Sol, decidido pelo Supremo Tribunal Federal no ano de 2008, acabou por assumir um caráter paradigmático com esse direcionamento tanto do quadro doutrinário pós-segunda guerra mundial, como, principalmente, pelas injunções impostas pelos conflitos advindos dessa questão da diversidade cultural, muito presente na sociedade brasileira. A preocupação dessa análise demonstra que o problema apresentado por um quadro social tão fragmentado, como ocorre de modo nítido nesse universo do século XXI, demanda a busca de uma teoria e metodologia próprias para dar o devido balizamento da presença da jurisdição constitucional. Dessa forma, na proporção em que os diversos segmentos sociais judicializam o conflito decorrente da pluralidade social e cultural, é válido incorporar instrumentos teórico-práticos, tais como a representação argumentativa e desenho institucional. Isto é, como antes da ordem institucional do Supremo Tribunal Federal verberam, por meio de uma prática decisória ou não, a presença das múltiplas vozes presentes numa demanda do nível do caso Raposa Serra do Sol. (VIEIRA, 2012, p. 3)

15 O Tribunal reconheceu a ilegitimidade passiva do Estado de Roraima, que não foi acusado de praticar ato lesivo ao bem jurídico para figurar na ação popular. Ademais, reconheceu-se a impossibilidade de ingresso do Estado-membro na condição de autor, tendo em vista que a legitimidade ativa da ação popular é somente do cidadão. Assim, o ingresso do Estado de Roraima e de outros interessados, inclusive de representantes das comunidades indígenas, deu-se na exclusividade como assistente simples.

16 Antes disso, estudos históricos apontam a intervenção do Estado sobre essa terra indígena quando, em 1917, o Governo do Amazonas editou a Lei Estadual nº 941, destinando as terras compreendidas entre os rios Surumu e Cotíngo para a ocupação e usufrutos dos índios Macuxi e Jaricuna. Dois anos depois, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) inicia a demarcação física da área, que estava sendo invadida por fazendeiros. O trabalho, entretanto, não é finalizado. Acesso em <<http://www.socioambiental.org/inst/esp/raposa/?q=cronologia>>.

17 Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente: (...)

f) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;

A análise é precisa, o que inclui o reconhecimento de que a disciplina normativa infraconstitucional reservada aos indígenas no país é precária e, nesse sentido, ressalta ainda que é necessário o aperfeiçoamento diante das discórdias nos processos demarcatórios, em detrimento da “paz social e da segurança jurídica” – valores sobre os quais se assenta o direito moderno.

No acórdão final, buscou-se garantir o equilíbrio entre os interesses em disputa (práticas tradicionais indígenas, usufrutos dos índios, recursos hídricos e potenciais energéticos, mineração, defesa nacional, entre outros), ao mesmo tempo em que se consagrou a garantia constitucional de proteção dos direitos dos índios. Entretanto, revelou-se certa preponderância do Estado frente à autonomia dos povos indígenas, a partir das condicionantes vinculadas ao território, como se visualiza:

- 1 O usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes nas terras indígenas pode ser relativizado sempre que houver como dispõe o artigo 231 (parágrafo 6º, da Constituição Federal) o relevante interesse público da União na forma de Lei Complementar;
- 2 O usufruto dos índios não abrange o aproveitamento de recursos hídricos e potenciais energéticos, que dependerá sempre da autorização do Congresso Nacional;
- 3 O usufruto dos índios não abrange a pesquisa e a lavra das riquezas minerais, que dependerá sempre de autorização do Congresso Nacional, assegurando aos índios participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
- 4 O usufruto dos índios não abrange a garimpagem nem a faiscação, devendo se for o caso, ser obtida a permissão da lavra garimpeira;
- 5 O usufruto dos índios não se sobrepõe ao interesse da Política de Defesa Nacional. A instalação de bases, unidades e postos militares e demais intervenções militares, a expansão estratégica da malha viária, a exploração de alternativas energéticas de cunho estratégico e o resguardo das riquezas de cunho estratégico a critério dos órgãos competentes (o Ministério da Defesa, o Conselho de Defesa Nacional) serão implementados independentemente de consulta a comunidades indígenas envolvidas e à Funai;
- 6 A atuação das Forças Armadas da Polícia Federal na área indígena, no âmbito de suas atribuições, fica garantida e se dará independentemente de consulta a comunidades indígenas envolvidas e à Funai;
- 7 O usufruto dos índios não impede a instalação pela União Federal de equipamentos públicos, redes de comunicação, estradas e vias de transporte, além de construções necessárias à prestação de serviços públicos pela União, especialmente os de saúde e de educação;
- 8 O usufruto dos índios na área afetada por unidades de conservação fica sob a responsabilidade imediata do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
- 9 O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade responderá pela administração da área de unidade de conservação, também afetada pela terra indígena, com a participação das comunidades indígenas da área, que deverão ser ouvidas, levando em conta os usos, as tradições e costumes dos indígenas, podendo, para tanto, contar com a consultoria da Funai;
- 10 O trânsito de visitantes e pesquisadores não-índios deve ser admitido na área afetada à unidade de conservação nos horários e condições estipulados pelo Instituto Chico Mendes;
- 11 Deve ser admitido o ingresso, o trânsito, a permanência de não-índios no restante da área da terra indígena, observadas as condições estabelecidas pela Funai;
- 12 O ingresso, trânsito e a permanência de não-índios não pode ser objeto de cobrança de quaisquer tarifas ou quantias de qualquer natureza por parte das comunidades indígenas;

- 13 A cobrança de tarifas ou quantias de qualquer natureza também não poderá incidir ou ser exigida em troca da utilização das estradas, equipamentos públicos, linhas de transmissão de energia ou de quaisquer outros equipamentos e instalações colocadas a serviço do público tenham sido excluídos expressamente da homologação ou não;
- 14 As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico, que restrinja o pleno exercício do usufruto e da posse direta pela comunidade indígena;
- 15 É vedada, nas terras indígenas, qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática da caça, pesca ou coleta de frutas, assim como de atividade agropecuária extrativa;
- 16 As terras sob ocupação e posse dos grupos e comunidades indígenas, o usufruto exclusivo das riquezas naturais e das utilidades existentes nas terras ocupadas, observado o disposto no artigo 49, XVI, e 231, parágrafo 3º, da Constituição da República, bem como a renda indígena, gozam de plena imunidade tributária, não cabendo a cobrança de quaisquer impostos, taxas ou contribuições sobre uns e outros;
- 17 É vedada a ampliação da terra indígena já demarcada;
- 18 Os direitos dos índios relacionados as suas terras são imprescritíveis e estas são inalienáveis e indisponíveis.
- 19 É assegurada a efetiva participação dos entes federativos em todas as etapas do processo de demarcação. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Pet 3388 RR-Roraima. Tribunal Pleno. D. J. 21/03/2013. Acórdão p. 416-418)

Na pesquisa conclusiva, serão discutidos um a um dos itens, bem como, os motivos que justificaram a adoção das citadas condicionantes que foram aqui apenas enunciadas. Apesar de estarem condensados ao final do voto do Ministro Menezes Direito, é possível verificar a fundamentação anterior para subsidiar o resultado. Ademais, foram ajustadas pelos votos dos Ministros Cesar Peluso e Gilmar Mendes para chegar à redação final, confirmada pelos demais integrantes da Corte.

É preciso perquirir o entendimento revelado voto a voto por cada um dos ministros, tecer em minúcias as bases argumentativas, apesar de termos feito isso de modo generalizado nesse texto inicial. Então, reconhece-se a insuficiência da análise generalista preliminar, sem maiores pormenores.

#### **2.IV. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo 803462 Mato Grosso do Sul**

O caso diz respeito a agravo contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário interposto em ação declaratória, esta última proposta no Tribunal Federal da 3ª região, no sentido de se discutir a natureza jurídica da área de terras situada no Município de Aquidauana – Estado do Mato Grosso do Sul, denominada Fazenda Santa Bárbara – e reclamada como integrante da Terra Indígena Limão Verde.

O Tribunal de origem deu provimento ao pedido nos seguintes termos:

- (a) “ainda que os índios tenham perdido a posse por longos anos, têm indiscutível direito de postular sua restituição, desde que ela decorra de Mtradicional (antiga, imemorial) ocupação” (fl. 2824);
- (b) “a perícia encontrou elementos materiais e imateriais que caracterizam a área como de ocupação Terena, desde período anterior ao requerimento/titulação dessas terras por particulares” (fl. 2830 - verso);
- (c) inaplicável a Súmula 650/STF ao caso, visto que “não consta que a área objeto desta ação seja área de extinto aldeamento indígena, ou seja, não consta

tenham os indígenas deixado de ocupá-la algum dia, por vontade própria e em passado remoto, ali retornando após o decurso de tempo suficiente para justificar o título de domínio defendido pelo autor nestes autos” (fl. 2831);  
(d) “restando comprovado, nos autos, o renitente esbulho praticado pelos não índios, inaplicável à espécie, o marco temporal aludido na PET 3388 e Súmula 650 do Supremo Tribunal Federal” (fl. 2832). (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo 803462 Mato Grosso do Sul. Tribunal Pleno. D. J. 21/03/2013. Acórdão p. 05)

Assim, diante da decisão, foi interposto recurso extraordinário no STF, com base no art. 102, III, a, da CRFB/88, com a alegação de que i. a posse indígena deve ser verificada na data da promulgação da Carta Magna; ii. não houve renitente esbulho; iii. a conclusão pela eventual prática de esbulho foi consubstanciada apenas com base em três reclamações genéricas elaboradas pelos índios Terena em 1982, 1984 e 1989.

Os recorridos apresentaram contrarrazões com base em preliminares processuais (ausência de prequestionamento, fundamentação deficiente, ofensa constitucional reflexa, não demonstração de repercussão geral da matéria e necessidade de reexame probatório) e, no mérito, pelo desprovimento do recurso.

A Procuradoria-Geral da República emitiu manifestação ministerial pelo desprovimento do agravo, sob a alegação de que o provimento do recurso extraordinário demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos – com vedação pela Súmula 279/STF.

Nas decisões veiculadas no STF, muitas vezes, há um apego excessivo aos aspectos processuais/procedimentais, inclusive, revelado pelo modo como apresentado as petições das partes envolvidas no processo, na preocupação com os requisitos processuais (como a existência de prequestionamento, repercussão geral e vedação ao reexame probatório), do que com a situação concretamente levada ao Judiciário – na resolução dos conflitos. A maior parte das questões são resolvidas por essa via e, somente em um pequeno número de casos, quase considerados paradigmáticos, é que se adentra no mérito da causa. Esse é um deles, em que o STF enfrentou o mérito da causa e suplantou as preliminares processuais, e, nesse sentido, reafirmou o entendimento aplicado ao julgar a Petição 3388, o caso Raposa Serra do Sol anteriormente tratado no texto.

Para tanto, o relator do processo, ministro Teori Zavascki, destacou que resta assentado que o art. 231, §1º da CRFB/88 estabeleceu como marco temporal para reconhecimento à demarcação a data da promulgação da Carta Constitucional. Então, seriam de natureza indígena as “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios” nesse marco temporal, não se incluindo as terras ocupadas no passado nem as que venham a ser ocupadas no futuro. Na argumentação, é retomado o julgamento anterior (Petição 3388), para se inferir:

I – o marco temporal da ocupação. Aqui, é preciso ver que a nossa Lei Maior trabalhou com data certa: a data da promulgação dela própria (5 de outubro de 1988) como insubstituível referencial para o reconhecimento, aos índios, “dos direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. Terras que tradicionalmente ocupam, atente-se, e não aquelas que venham a ocupar. Tampouco as terras já ocupadas em outras épocas, mas sem continuidade suficiente para alcançar o marco objetivo do dia 5 de outubro de 1988. Marco objetivo que reflete o decidido propósito constitucional de colocar uma pá de cal nas intermináveis discussões sobre qualquer outra referência temporal

de ocupação de área indígena. Mesmo que essa referência estivesse grafada na Constituição anterior. E exprimir: a data de verificação do fato em si da ocupação fundiária é o dia 5 de outubro de 1988, e nenhum outro. Com o que se evita, a um só tempo: a) a fraude da subitânea proliferação de aldeias, inclusive mediante o recrutamento de índios de outras regiões do Brasil, quando não de outros países vizinhos, sob o único propósito de artificializar a expansão dos lindes da demarcação; b) a violência da expulsão de índios para descaracterizar a tradicionalidade da posse das suas terras, à data da vigente Constituição. Numa palavra, o entrar em vigor da nova Lei Fundamental Brasileira é a chapa radiográfica da questão indígena nesse delicado tema da ocupação das terras a demarcar pela União para a posse permanente e usufruto exclusivo dessa ou daquela etnia aborígine. (...) (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo 803462 Mato Grosso do Sul. Tribunal Pleno. D. J. 21/03/2013. Acórdão p. 07)

Em seguida, de forma a complementar ao raciocínio exposto, o relator reafirmou o entendimento que o renitente esbulho cometido por não índios não descaracterizaria a tradicionalidade da posse indígena, nos mesmos moldes da Petição 3388:

(...) Afinal, se, à época do seu descobrimento, o Brasil foi por inteiro das populações indígenas, o fato é que o processo de colonização se deu também pela miscigenação racial e retração de tais populações aborígines. Retração que deve ser contemporaneamente espontânea, pois ali onde a reocupação das terras indígenas, ao tempo da promulgação da Lei Maior de 1988, somente não ocorreu por efeito do renitente esbulho por parte dos não-índios, é claro que o caso já não será de perda da tradicionalidade da posse nativa. Será de violação aos direitos originários que assistem aos índios, reparável tanto pela via administrativa quanto jurisdicional. (...) (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo 803462 Mato Grosso do Sul. Tribunal Pleno. D. J. 21/03/2013. Acórdão p. 08)

OSTF reconheceu a maciça violação aos direitos indígenas, e ainda considerou-os como originários, no entanto, inferiu que as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios não abrangem aquelas ocupadas no passado. Essa constatação ainda que os índios tenham deixado a terra devido às pressões de fazendeiros (como no julgamento do RMS 29.087, evidenciado no voto do ministro Gilmar Mendes). E o que se visualizou no caso:

Com relação às terras da fazenda Santa Bárbara, podemos indicar que existiu ocupação indígena (no sentido de uso para habitação) até o ano de 1953, quando em meio ao processo de demarcação houve a expulsão dos índios da área, mas a ocupação (como uso de recursos naturais e ambientais) permanece até os dias de hoje, uma vez que os índios praticam a caça e coleta na serra." (fls. 1100 TRF 3ª região) (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo 803462 Mato Grosso do Sul. Tribunal Pleno. D. J. 21/03/2013. Acórdão p. 14)

Inobstante, seguindo então os precedentes judiciais que aniquilam o conceito de "terras tradicionalmente ocupadas pelos índios" e esvaziam os comandos constitucionais em uma interpretação restritiva, a Corte entendeu que não estava caracterizado o esbulho, "renitente" no caso, que não se confunde com desocupação forçada ou ocupação passada, como indiscutivelmente ocorrido na área pretendida. Ademais, não foi considerado apto para a comprovação de conflito possessório caracterizado

por circunstância de fato ou, pelo menos, por uma controvérsia possessória jurisdicionalizada, o seguinte quadro:

(...) Os índios Terena pleitearam junto a órgãos públicos, desde o começo do Século XX, a demarcação das terras do chamado Limão Verde, nas quais se inclui a Fazenda Santa Bárbara. Destacou-se, nesse propósito, (a) a missiva enviada em 1966 ao Serviço de Proteção ao Índio; (b) o requerimento apresentado em 1970 por um vereador Terena à Câmara Municipal, cuja aprovação foi comunicada ao Presidente da Funai, através de ofício, naquele mesmo ano; e (c) cartas enviadas em 1982 e 1984, pelo Cacique Amâncio Gabriel, à Presidência da Funai. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo 803462 Mato Grosso do Sul. Tribunal Pleno. D. J. 21/03/2013. Acórdão p.15)

O Tribunal entendeu, mais uma vez, em estreita via interpretativa, que tais reclamações eram manifestações formais esparsas, realizadas ao longo de várias décadas, não sendo aptas para o reconhecimento da situação de esbulho possessório atual, quando muito o anseio de uma futura demarcação ou ocupação da área, pretensão essa rechaçada pelo STF.

Caso houvesse uma controvérsia possessória judicializada, tal qual exposto no voto, o entendimento poderia ser diferente. Essa leitura valoriza de sobremodo o papel do Judiciário e esvazia o papel do Poder Executivo na execução das políticas públicas direcionadas aos povos indígenas, em especial, à demarcação de terras. Em verdade, tal atribuição é originariamente do Executivo, a quem cabe realizar a homologação do procedimento demarcatório e, na prática, o que se visualiza é que o Judiciário, cada vez mais, toma para si a tarefa de resolver essa questão. Por isso, é necessário problematizar tal quadro e perceber de que modo o STF vem enfrentando a temática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As terras indígenas brasileiras protagonizam o cenário de intensas disputas sobre a distribuição do poder no território nacional. Os processos judiciais presentes no STF implicam em discussões sobre conceitos basilares na configuração do Estado brasileiro: a soberania e a territorialização, em um processo de demarcação que apresenta a cultura como norte. Trata-se de um fenômeno complexo, pois, aponta na direção de novos papéis para os poderes estatais relativizados no contexto geral da globalização.

O Judiciário tem dificuldade de lidar com as questões indígenas, por serem revestidas de noções sociais e políticas, em perspectiva mais ampla. É necessária a articulação com outros campos do conhecimento, por um olhar inter e multidisciplinar, no sentido de angariar esforços na compreensão das demandas envolvendo os povos indígenas. Diante da complexidade em entender a cultura indígena e a construção de seus sistemas normativos, é necessário o diálogo com outros saberes que permitam “uma melhor compreensão do nosso lugar e do ‘outro’, da condição do homem e sua relação entre si, com a natureza e o Estado” (MOREIRA, 2010, p. 8659). É o que se demonstra:

Sempre que estejam em causa interesses de grupos étnicos, a aplicação do Direito pelo juiz se sujeita ao mesmo postulado da inteligibilidade. A despeito de já abandonada a orientação positivista e compreendidas as situações de fatos e normas como esferas axiológicas que não se resolvem em um sistema lógico-formal do tipo indutivo-dedutivo, vê-se o julgador diante de premissas, valores

e experiências dos quais não compartilha e para os quais precisa de tradução, de modo que se revele sua essência subjacente. Isso é válido tanto para as normas que especificamente os tenham por objeto quanto para as que tenham por pressuposto a comunidade nacional como um todo, justamente pelo fato de sua aplicação não poder passar ao largo da forma como esses grupos se representam. O juiz não pode olvidar que, à mudança do paradigma epistemológico, corresponde necessariamente a mudança de metodologia. A abertura para o outro, experimentando-o como tal de modo a fazer valer sua pretensão, afasta a atitude monológica e impõe a recuperação da retórica, mediada pela intervenção antropológica que, ao experimentar significativamente uma realidade, está apta a traduzir os *topoi* que orientarão a discussão. (PEREIRA, 2002, p. 41)

Por isso, o método indutivo-dedutivo de subsunção do fato à norma não responde adequadamente às demandas das causas indígenas revestidas de particularidades. O julgador deve apresentar uma maior esfera de compreensão para o entendimento caso a caso das especificidades dos diversos povos que habitam o território nacional, o que não nos permite a tábua rasa do direito positivo civilista brasileiro. Este moldura obriga o Poder Judiciário a se posicionar e construir uma nova concepção de justiça, que passa pelo exercício simultâneo de reconhecimento de identidades diferenciadas e redistribuição nos sentidos da igualdade (CITTADINO, 2005, P. 103). A necessidade de uma interpretação que contemple a diferença deve ser destacada.

Desse modo, temos um enorme desafio no Brasil. Em decorrência do tratamento dado pelo texto constitucional, observa-se que os territórios indígenas são concebidos como espaços indispensáveis ao exercício da identidade desses grupos. Portanto, reconhece-se aos indígenas os elementos de sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições, e mais ainda, considera como originários os direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Em primeiro momento, é importante perceber que estes fatores são em certa medida indissociáveis, e podem ser consolidados no tripé etnia/cultura/território. Em segundo lugar, é importante observar que ao considerar o direito a terra desses grupos como originário, este patamar interpretativo deveria significar preponderância sobre qualquer outro direito relacionado à propriedade privada que se estabeleça nestas terras, o que significa uma nova leitura para o intérprete.

Como antes dito, a emblemática ação judicial da área indígena Raposa Serra do Sol trouxe modificações profundas sobre o modo de se conceber o procedimento na demarcação contínua da terra. O próprio caso em si veicula a amplitude da decisão judicial, mas, a possibilidade de estendê-lo como parâmetro geral evidencia a grande ingerência do Judiciário em questões sócio-políticas.

Assim, todo esse panorama suscita uma série de problematizações sobre a atuação dos poderes republicanos, e ainda, a repartição das funções estatais, a atuação na esfera pública de diversos atores sociais, as dificuldades de solução dos litígios judiciais envolvendo noções sócio-políticas, entre tanto outros apontamentos a serem elucidados.



## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ana Valéria. LEITÃO, Sérgio. **Direitos indígenas: avanços e impasses pós-1998**. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza. BARROSO, Hoffman Maria. Além da tutela: bases para um nova política indigenista III. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa/LACED, 2002.
- BANIWA, Gersem. **A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo**. In: RAMOS, Alcida Rita. **Constituições nacionais e povos indígenas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **A força do Direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico**. In: \_\_\_\_\_. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.
- CITTADINO, Gisele. **Invisibilidade Estado de Direito e Política de Reconhecimento**. In.: **Perspectivas Atuais da Filosofia do Direito**. Maia et alli. (orgs). Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Pluralismo, direito e justiça distributiva**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2000.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Direito dos Índios**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DA MATTA, Roberto. **Quanto custa ser índio no Brasil? Considerações sobre o problema da identidade étnica**. In Dados – Publicação do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, nº 13, 1976.
- FARIA, José Eduardo Campos de Oliveira (org.). **Direito e justiça : a função social do judiciário**. São Paulo: Ática, 1989.
- GARAPON, Antoine. **O juiz a democracia e: o guardião das promessas**. Riode Janeiro: Revan, 1999.
- GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Contexto, 2012.
- LEVINAS, Emmanuel. **Entre nós: ensaios sobre a alteridade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- LOBÃO, Ronaldo. **Tempo(s) e espaço(s) do(s) direito(s): articulações do global ao local, sem vice-versa**. Humanidades (Brasília), v.59, p. 70-79, 2012, p. 71.
- MOREIRA, Erika Macedo. **Políticas de Reconhecimento e Direitos Indígenas: Mapeando conflitos no Judiciário Brasileiro**. In: Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI, Fortaleza, 2010.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. **Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

PEREIRA, Deborah Macedo Duprat de Britto. **O Estado pluriétnico**. Disponível em [http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/artigos/docs\\_artigos/estado\\_plurietnico.pdf](http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/artigos/docs_artigos/estado_plurietnico.pdf). Acesso em 07 de fevereiro de 2015.

SILVEIRA, Edson Damas da. **Meio ambiente, terras indígenas e defesa nacional: direitos fundamentais em tensão nas fronteiras da Amazônia brasileira**. Curitiba: Juruá, 2010.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito**. Curitiba: Juruá, 2010.

SUZUKI, Natália. **Justiça confirma Massacre de Haximu, em Roraima, como genocídio**. Disponível em <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Justica-confirma-Massacre-de-Haximu-em-Roraima-como-genocidio/5/11021>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2015.

VIEIRA, José Ribas Vieira. **O Supremo Tribunal Federal e a Diversidade Social: Estudo do Caso Raposa Serra do Sol**. In: *Confluências*, vol. 12, n. 2. Niterói: PPGSD-UGSD-UFF, outubro de 2012.

VILLARES, Luiz Fernando. **Direito e Povos Indígenas**. Curitiba: Juruá, 2009.

## **A REDE DE ACOMPANHAMENTO SOCIOAMBIENTAL (REASA) COMO ARENA DE DEBATE E LUTA NOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS ENVOLVENDO O PROJETO MINAS-RIO EM CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO/MG**

**TAVEIRA, Bruno Henrique Tenório**

*Mestrando em Justiça Administrativa do PPGJA da UFF  
bruno.taveira@hotmail.com*

**MADEIRA FILHO, Wilson**

*Professor Titular e Diretor da Faculdade de  
Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF)  
Professor do Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia e Direito da UFF  
wilsonmadeirafilho@hotmail.com*

### **RESUMO**

O estudo terá como objeto a análise da atuação da Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA), criada por iniciativa do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), em parceria com o Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), com o escopo de propor uma atuação negociada dos conflitos socioambientais que surgiram a partir do empreendimento minerário conhecido como Projeto Minas-Rio. O trabalho identifica não só que a Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA) se transforma em verdadeira arena de lutas e reivindicações dos atingidos pelo empreendimento minerário, como também que a forma negocial de tratamento dos conflitos proposta pelo Ministério Público não apresentou os resultados esperados.

**Palavras-chave:** Conflitos socioambientais. Direito Minerário. Ministério Público.

### **ABSTRACT**

The purpose of this study is to analyze the performance of the Social Environmental Monitoring Network, created by an initiative of the Public Prosecutor's Office of Minas Gerais, in partnership with the Federal Public Prosecutor's Office and the Public Defender's Office of Minas Gerais, With the purpose of proposing a negotiated action of the socio-environmental conflicts that arose from the mining project known as the Minas-Rio Project. The work identifies not only that the Social Environmental Monitoring Network is transformed into a real arena of struggles and claims of those affected by the mining enterprise, but also that the negotiating way of dealing with conflicts proposed by the Public Prosecution Service did not present the expected results.

**Key-words:** Socio-environmental conflicts. Mining Law. Public prosecutor's office

## INTRODUÇÃO

O estudo terá como objeto a análise da atuação da Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA), criada por iniciativa do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), em parceria com o Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), com o escopo de propor uma atuação negociada dos conflitos socioambientais que surgiram a partir do empreendimento minerário conhecido como Projeto Minas-Rio.

O Projeto Minas-Rio é um empreendimento minerário composto por três elementos: a mina, de onde está sendo extraído o minério, situada no Município de Conceição do Mato Dentro/MG; o mineroduto propriamente dito, com 525 km de extensão, que começa em território mineiro e termina em território fluminense; e o porto de Açú, construído e utilizado para viabilizar a exportação do produto, em São João da Barra/RJ.

Pretende-se abordar como a Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA) organizou as comunidades atingidas a ponto de se transformar em uma verdadeira arena de lutas e reivindicações dos atingidos pelo empreendimento minerário.

### **1. Da transformação dos problemas socioambientais em conflitos socioambientais pela atuação da rede de acompanhamento socioambiental (REASA) No caso de Conceição do Mato Dentro/MG**

A Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA) foi criada por iniciativa do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), em parceria com o Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), com o escopo de propor uma solução negociada dos conflitos socioambientais que surgiram a partir do empreendimento minerário conhecido como Projeto Minas-Rio.

Foram realizadas reuniões mensais itinerantes com comunidades rurais atingidas, com espaço de interação de diferentes grupos e atores sociais, como atingidos, representantes do empreendedor, empresa de assistência técnica e extensão rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), políticos locais, promotores, procuradores, defensores públicos, sociedade civil, pesquisadores de universidades e demais interessados.

A REASA está ligada ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais através da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social (CIMOS).

Por oportuno, transcrevo a definição da CIMOS:

A Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS), órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público, vinculada à Procuradoria-Geral de Justiça, tem por finalidade promover a interlocução e a articulação entre os Promotores de Justiça, instituições públicas e a sociedade civil organizada, visando garantir a efetivação da participação social nas políticas públicas e institucionais. Para tanto, atua na mobilização de movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs) e grupos em situação de vulnerabilidade, tais como pessoas em situação de rua; catadores de materiais recicláveis; povos e comunidades tradicionais; agricultores familiares; populações concentradas em regiões com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH); entre outros, buscando estabelecer cooperações e parcerias que garantam, ampliem e efetivem os direitos fundamentais, numa perspectiva de transformação social pelo empoderamento. Nesse sentido, promove espaços dialógicos com os diversos

sujeitos, grupos e movimentos sociais voltados às questões de participação e inclusão sociais, bem como de formação cidadã para a consolidação de ações conjuntas, uniformes e coordenadas que propiciem uma autêntica participação popular que rechaça o modelo social vigente excludente e de desigualdades iníquas. Sua linha de atuação para alcance desses objetivos é: Audiências Públicas; mobilização e articulação comunitárias; Procedimentos para Implementação e Promoção de Projetos Sociais (PROPS); recomendações ministeriais; mediação; palestras, eventos, reuniões; estudos, pesquisas e reflexões.

Já a Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA) tem a definição abaixo:

A Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA) consiste num grupo de discussão e ação composto por representantes de instituições públicas e sociedade civil organizada que através de reuniões periódicas tanto física quanto virtualmente pretendem acompanhar e propor soluções para conflitos e impactos na área socioambiental. Para isso, abre-se nessa mídia social um espaço de diálogo, acompanhamento, troca de informações e normas, pauta e definições quanto a reuniões agendadas e seus desdobramentos. A Rede foi criada a partir da necessidade de se acompanhar responsabilidades e impactos socioambientais de empreendimento minerário em Conceição do Mato Dentro e região. Essa estratégia de atuação ministerial proativa e resolutiva para além de evitar a judicialização e contribuir para a pacificação social, pretende-se seja utilizada como paradigma em outras regiões com o intuito de minorar e prevenir violações a Direitos Fundamentais, decorrentes de grandes empreendimentos.

Com relação ao objetivo da Rede de Acompanhamento Socioambiental, é importante registrar:

Neste ponto, a Reasa trata de questões afetas aos atingidos pelo empreendimento minerário Minas-Rio, de responsabilidade da empresa Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S/A, nos municípios de Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro e Dom Joaquim.

A Cimos como organizadora da rede convidou para participarem da Rede professores coordenadores de projetos da PUCMinas, Ministério Público Federal e Defensoria Pública, além de órgãos municipais ligados a área ambiental. Pelo Ministério Público Estadual participarão os promotores das Comarcas de Conceição do Mato Dentro, Serro e o Coordenador da Coordenadoria Regional de Meio Ambiente das Bacias dos Rios Jequitinhonha e Mucuri.

Foi aceita a participação da EMATER e da Anglo Ferrous, apenas sendo sugerido que os representantes da Anglo tenham poder de decisão ou, pelo menos, atribuição para levar aos superiores, diretamente, as demandas levantadas e discutidas pela Rede.

A Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA) organizou treze reuniões, incluídas nesse número duas audiências públicas, nos anos de 2012 e 2013. Os atingidos eram os atores principais do processo, como definido pelo próprio Ministério Público de Minas Gerais.

Em regra, os locais das reuniões eram definidos em virtude dos acontecimentos recentes, no sentido de dar voz à comunidade direta e imediatamente atingida pelo empreendimento.

Quanto ao espaço físico das reuniões da REASA, tornou-se muito comum a utilização de associações, escolas ou mesmo estruturas de madeira rústica com lonas.

Acerca da organização das reuniões e os assuntos debatidos, mostra-se interessante apontar trechos da ata da 1ª reunião pública da REASA, realizada em 11 de junho de 2012, na Escola Municipal São José do Arruda, localizada às margens da MG-10, na comunidade de São José do Arruda, zona rural do município de Alvorada de Minas/MG, para se constatar como os diversos problemas socioambientais se tornam complexos conflitos socioambientais com as diversas comunidades se organizando em torno de lideranças e dos demais atores que participaram da REASA:

a Reasa foi criada como numa tentativa de ter a participação de todas as comunidades atingidas, destacando a importância da organização dessas comunidades. Lembrou que a criação da Reasa foi definida na Reunião Pública de 17 maio, realizada no Jassém; que também ficou definida uma reunião mensal, na segunda segunda-feira do mês.

(...)

A comunidade teceu vários comentários sobre o assunto, a saber: “a gente mora na roça, aqui tem é poeira.”, “Tem que agir é no cara a cara, se não fica tudo arquivado e nada se resolve.”

(...)

O Sr. Carlos Frederico de Abreu ponderou que divulgar o que está acontecendo na região ajuda a ganhar a solidariedade de quem não conhece o drama. Lembrou que a região viveu 200 anos de mineração de ouro e diamante, entretanto foi-se o diamante, o ouro e as riquezas e ficaram para a região a miséria e os buracos na terra. O Sr. Benigno Carvalho falou dos problemas da estrada do Serro (MG-10), com congestionamento e trânsito intenso de carretas, que não respeitam os carros da comunidade, e causam barro e atoleiro na época das chuvas e poeira na época da seca. A Sra. Dalva Maria dos Santos complementou, dizendo que a umectação das vias não é suficiente e que o serviço não ocorre nos finais de semana. A Sra. Flavia Lílian afirmou que a estrada não é compatível com o trânsito trazido pela empresa. O Sr. Sandro, Secretário de Meio Ambiente de Conceição do Mato Dentro, sugeriu o estabelecimento de uma rede de difusão das informações da internet e a criação de uma rede social de monitoramento dos programas ambientais da empresa e das condicionantes do licenciamento. O Sr. Leandro Aguiar, Secretário de Meio Ambiente de Alvorada de Minas, complementou sugerindo que as secretarias municipais apoiem a construção dessas redes. O Sr. Élcio Pacheco disse que a comunidade tem que agir frente à empresa que não respeita a comunidade. Deu o exemplo da comunidade do Gondó, que só foi respeitada pela empresa e teve seus mata-burros consertados depois que bloqueou a estrada. Lembrou que a Desobediência Civil é um direito das comunidades agredidas (aplausos). O

Sr. José Pepino falou sobre a poluição das águas causada pela empresa, reclamando que a poluição inviabiliza o cultivo das hortas e a criação de animais. Disse que a água não era poluída antes da chegada da Anglo. Asseverou que continuam cristalinos outros córregos da região em que a empresa não atua nas cabeceiras. Falou que a Anglo promete e não cumpre. Relatou que a empresa ofereceu-lhe um terreno com tantas pedras que daria para criar apenas lagartixas ( risos e aplausos). Enfatizou que deseja apenas um terreno onde possa plantar sua horta e irrigar com água sem poluição, criar seus animais e levar a vida como sempre levou. Neste momento passaram duas carretas de grande porte em direção à

Conceição do Mato Dentro/Anglo Ferrous. Vários moradores apontam para as carretas, enfatizando que são elas que tem causado os transtornos relatados na reunião. Sugerem que sejam contadas as que passaram durante a reunião, a título de exemplo. Moradores fizeram comentários sobre a escola onde ocorreu a reunião e afirmam que as instalações não são apropriadas: não há banheiros e o transporte das crianças, que já era difícil, piorou muito. O Sr. Bento Simões relatou que as promessas não são cumpridas pela Anglo. A Sra. Flávia Lílian questionou em relação às perspectivas para resolução dos problemas, dizendo que representantes da Anglo participam das reuniões e mesmo assim a empresa não faz absolutamente nada para resolver os problemas causados à comunidade. O Dr. Paulo César lembrou que a partir da audiência pública realizada em 17 de abril o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública Estadual já fizeram 03 recomendações e estão aguardando resposta. Lembrou que há outras ações judiciais e que foi criada a Reasa estabelecendo-se uma agenda de reuniões com a comunidade. Explica que os problemas coletivos são atribuição do Ministério Público, os problemas individuais são atribuições de advogados, sendo que, para os cidadãos sem recursos para contratar advogado, são atribuição da Defensoria Pública. Na sequência o Sr. Laerte, presidente da Associação dos Moradores de Itapanhoacanga – Amorita, relatou que realizou muitas tratativas com a empresa, em nome da comunidade, e a Anglo prometeu a instalação de uma caixa d'água de 60.000 litros e uma quadra de esportes para a comunidade. Depois a empresa voltou atrás e disse que só negociaria com a prefeitura (Outra carreta às 19:10). O Sr. Laerte continuou sua fala dizendo que continuou insistindo nas negociações com a empresa, e que quando as coisas começam a andar a empresa trocou os responsáveis e tudo parou de novo. Relatou que há um jogo de empurra entre a prefeitura e a Anglo, que não sabe mais a quem procurar na empresa. Asseverou que a água é uma prioridade. Sugeriu que próxima reunião seja em Itapanhoacanga. Moradores da Comunidade do Barbeiro falaram da falta de perspectivas de trabalho e do conseqüente alcoolismo. O Sr. Geovane, Vice-prefeito de Alvorada de Minas, defendeu Prefeitura de Alvorada de Minas em relação às caixas d'água e a quadra. Luiz solicitou comedimento aos membros de órgão do públicos, lembrando que a Reasa não é o momento adequado para debates político-eleitorais. O Sr. Carlos Frederico solicitou estudo dos programas e condicionantes no âmbito da Reasa, para se conhecer o que está no papel e que precisa ser posto em prática. Sugeriu colocar no blog todas as informações sobre as condicionantes e os programas. Dr. Paulo César falou da importância da transparência, disse que muitos documentos já foram disponibilizados no blog e garantiu que mais documentos serão disponibilizados. O Sr. Bento Simões, da comunidade do Jassém, relatou que foram debatidas as questões na comunidade, e que as prioridades apontadas são as estradas, a água e meios de comunicação. O Sr. Mauro Lúcio, presidente da associação de moradores de São Sebastião do Bom Sucesso e região, disse que muitos moradores relatam as preocupações com o futuro. Disse que a comunidade que será atingida possui infraestrutura com posto de saúde e escola. Alertou para o fatiamento do empreendimento e apelou para uma visão global do processo. Sr. Cristalino, da região de passa sete, relatou que a Anglo jogou-o para fora de suas terras a até hoje não resolveu sua situação. O Sr. Irineu Saldanha relatou que foi realizada reunião com os moradores do Gondó e que ele foi eleito o representante da comunidade. A Sra. Flavia Lílian afirmou que a comunidade de Água Quente ainda não tem representante formal na Reasa. Falou que o maior problema da comunidade é a água. Afirmou que a Anglo fez ligação de água insuficiente, e que a fossa e esgoto construídos pela empresa deixam muito a desejar. Disse que a segurança nas estradas que cortam as comunidades é péssima e há muitos funcionários da empresa, provenientes dos alojamentos, transitando bêbados pelas estradas, à noite, causando muito temor aos moradores da região. Relata

que as detonações são sentidas na comunidade. (outra carreta às 19:30). Betônio, da Comunidade de Água Quente, relatou que o membros da comunidade estão desarticulados e descrentes. Solicitou aos membros da comunidade uma maior articulação e união. (carreta passa às 19:37) (outra carreta às 19:39) Morador disse que na comunidade de Taporôco não tem um representante presente, e que nesta comunidade não há ninguém com veículo para se locomover até os locais de reunião. A Sra. Gerusa, de São José do Arruda, falou que em sua comunidade não há uma liderança, e que há necessidade da comunidade de unir para melhorar a escola para as crianças. Disse estar disposta a ajudar para a união da comunidade. O Sr. Antônio Pimenta fez uma reflexão sobre da gravidade da situação: Homem dominando o homem para seu próprio prejuízo. Disse que vê a mata atlântica que estava em pé ser cortada e sente tristeza. Pediu que alguém fosse responsabilizado. Questionou se vale a pena a destruição irreversível. Afirmou que a culpa é do empreendimento que veio do outro lado do mundo e do prefeito que deixou a porta aberta. Na sequência, morador lembra que a comunidade de Córregos não está representada. O Sr. Irineu Saldanha agradeceu a presença do Ministério Público com as reuniões e vistorias e sugeriu a próxima reunião no Gondó, e que as reuniões ocorressem na sexta-feira. Luiz falou da importância de se manter uma data fixa para todas as reuniões, lembrando que ficou definido na reunião do Jassém que elas ocorreriam toda segunda segunda-feira do mês. ( passa carreta às 20:03). Na sequência o Sr. Leandro Aguiar, Secretário de Meio Ambiente de Alvorada de Minas, falou que muitos convênios foram assinados entre a Prefeitura de Alvorada e a Anglo. O Sr. Carlos Frederico afirma que estes convênios foram assinados sem participação da comunidade. O Sr. Lucio Guerra perguntou se o Ministério Público sabe exatamente quem será atingido, afirmando que ninguém sabe. Relatou que a comunidade de Cabeceira do Turco não é reconhecida pela SUPRAM. Exemplificou que Martinha, Arcendino, Taboão e Estanslau, da comunidade do Gondó, estão cercados pela Anglo e não são considerados atingidos. Foi então solicitado aos presentes que fossem listadas as comunidades atingidas, que enumeraram as seguintes: Gondó, Taporôco, São Sebastião do Bom Sucesso, Cabeceira do Turco, Turco, Beco, Água Quente, Água quente de Dom Joaquim, Buritis, Água Santa, Mumbuca, São José do Arruda, Córregos, Jassém, Itapanhoacanga, Teodoro, Serra da Ferrugem, Serra de São José, Serra dos Altinos e Campinas. O Sr. Élcio Pacheco alertou que os atingidos de Água Santa que estão sendo reassentados no Gondó e serão atingidos novamente com o avanço da mina.

Os trechos da ata da primeira reunião da REASA acima transcritos permitem identificar que a CIMOS atuou como um verdadeiro mobilizador das comunidades atingidas, tendo as reuniões se desenvolvido com ampla participação das comunidades e com grande número de pessoas.

Na segunda reunião da REASA ocorrida em 09 de julho de 2012 se deliberou por organizar um quadro contendo os principais problemas socioambientais decorrentes do empreendimento minerário e os respectivos atingidos.

Já na terceira reunião da REASA, os representantes do empreendedor solicitaram a palavra para manter um debate com as comunidades, tendo sido deliberado pela concessão de quinze minutos para manifestação, compromisso em executar o que for dito dentro do respectivo prazo firmado e a réplica da comunidade, sem tréplica da empresa.

Quanto à metodologia de realização e acompanhamento das reuniões, foi deliberado e decidido seu formato na quarta reunião, nos seguintes termos:



a) aprovação da última ata; b) discussão das questões mais amplas e das questões estruturais c) manifestação de integrantes da comunidade local e outros que desejarem, inclusive com informes; d) fala do representante da empresa de acordo com a pauta já definida e com as regras já estabelecidas na reunião anterior (15 minutos para manifestação; compromisso em executar o que for dito dentro do respectivo prazo firmado e a réplica da comunidade, sem tréplica da empresa); e) definição do local da pauta e do local da próxima reunião.

Os primeiros encontros da REASA geraram grandes expectativas nos atingidos pelo empreendimento, pois a presença de promotores, procuradores e defensores acabaram por dar a sensação de que os diversos problemas ambientais seriam resolvidos.

Com efeito, a REASA transformou os problemas ambientais em verdadeiros conflitos socioambientais, pois as comunidades passaram a atuar de forma coletiva e a presença dos diversos atores institucionais empoderou os atingidos.

Observação extremamente relevante é que a REASA foi, aparentemente, concebida pelo Ministério Público como instância de resolução de conflitos, mas, diferentemente do que projetado pelo órgão ministerial, as reuniões se transformaram em uma arena de luta pelos direitos, em que os atingidos exigiam justiça e cumprimento das leis.

Com o passar do tempo, os atingidos pelo empreendimento começaram a manifestar descontentamento com a falta de efetividade dos debates ocorridos nas reuniões da REASA.

Na sétima reunião pública da REASA, um dos atingidos já manifesta o desejo de ver proposta uma ação civil pública para paralisação do empreendimento em virtude do não cumprimento das condicionantes e dos diversos problemas amplamente discutidos na reunião. Transcrevo:

Sr. Estanislau Saldanha, morador da Comunidade do Gondó falou sobre representações feitas em razão de ações da Anglo na comunidade; disse que não conhece o empreendedor e que sua propriedade não está a venda; solicitou orientação do Ministério acerca das representações feitas e das atitudes a serem tomadas; relatou problemas em sua propriedade como desaparecimento de animais em virtude de falta de cerca. **Propôs uma ação civil pública solicitando a paralisação do empreendimento em virtude do não cumprimento das condicionantes e dos diversos problemas amplamente discutidos nas reuniões.** O Promotor Dr Marcelo confirmou o recebimento da representação do Sr. Estanislau a respeito de uma pedreira que estaria em operação e disse que o empreendedor apresentou informações comprovando que está licenciado para operar e que não tem vínculo com a Anglo; disse que requisitou ao órgão estadual uma vistoria no local para análise e apresentação de alternativas para o escoamento da produção; disse que o Ministério Público está constantemente analisando as questões relacionadas com o empreendimento e avaliando a melhor alternativa jurídica para a solução dos problemas. (grifo nosso).

Mesmo com a sensação de ausência de efetividade nos debates, as comunidades continuaram a participar dos encontros da REASA, ao que parece em virtude da presença das autoridades públicas que estimulavam os atingidos a falarem, pois a pressão do empreendedor para silenciar as comunidades inibia as denúncias.

Apesar da presença nas reuniões da REASA, o descontentamento com o rumo dos conflitos socioambientais, em especial com a ausência de ações mais efetivas das autoridades públicas já se apresentava desde a segunda reunião:

Neste momento, um morador reclamou do MPMG e da morosidade antes das audiências públicas e durante as negociações anteriores. O Sr. Antônio Pimenta reclamou das autoridades e das negociações sem transparência; disse que estas reclamações vem sendo discutidas há 4 anos. Foi lembrado por um dos presentes que há um abaixo-assinado protocolado, com mais de 600 assinaturas, pedindo uma vistoria geral na Licença Prévia e no Plano de Controle Ambiental. Isso levou à discussão de um novo pedido de auditoria e à organização de um documento.

Os atingidos permanecem sempre solicitando empenho das autoridades públicas, quanto às ações ilegais do empreendedor, conforme trecho da ata da 9<sup>o</sup> reunião da REASA:

Concluiu dizendo que as autoridades devem olhar pelas pessoas porque a empresa não olha e na hora que eles dão as costas todos são esquecidos.

(...)

Mauro Lúcio, Ex-presidente da Associação Comunitária de Conceição do Mato Dentro perguntou ao Secretario de Planejamento de Conceição o que a prefeitura está preparando para as comunidades em relação aos impactos da mineração, porque todos criticam a imprensa e o empreendimento sabendo que existe erro, mas é preciso saber o que o poder público pretende fazer para minimizar esses problemas; perguntou porque o Prefeito manda um representante e não comparece como faz no período da eleição para pedir votos; disse que concorda com a crítica à imprensa, mas que **a omissão do poder público é impressionante**; disse que é preciso entender tudo isso porque foi assinada uma anuência no começo do empreendimento com o Prefeito de Conceição do Mato Dentro quando ele se reuniu com a Comunidade do Sapo onde a comunidade reivindicava uma discussão sobre a anuência; disse que tem um interesse político muito grande envolvido e que **o governo do estado é omissor, que a assembleia é omissa e que os representantes do povo precisam se posicionar**; disse que é preciso cobrar a presença dos representantes do povo, porque há ali um jogo político que envolve financiamento de campanha e uma série de outras coisas; disse que na hora de pedir o voto, pede para a comunidade, mas na hora de defender os interesses, prevalece os interesses da Anglo, da Vale e o povo é só daqui a dois, quatro anos.

(...)

**que é importante a parceria do Ministério Público e da Defensoria Pública, que é importante contar com uma vereadora aliada**, mas que o mais importante é a mobilização popular, que **não adianta esperar que a solução venha dos outros, que é o povo organizado que deve lutar**, fazer doer no bolso da empresa, queimar a imagem dela lá fora e, se for preciso, acionar o sistema interamericano de direitos humanos, acionar os órgãos que forem necessário para queimar a imagem da empresa e fazê-la se posicionar; disse que lutas quando chegam a tal ponto, de crianças contaminadas, bebendo água com lama, não basta diálogo porque quem está fechada ao diálogo é a empresa, então é preciso avançar na mobilização, se for preciso fechar a estrada, parar as atividades da empresa, ocupar a sede da empresa em Belo Horizonte fazendo aparecer a luta da comunidade; disse que a primeira proposta de encaminhamento talvez deva ser uma audiência pública em Belo Horizonte, sair três, quatro, cinco ônibus para Belo Horizonte para mostrar o que está acontecendo, fazer vídeos, gravar depoimentos; disse que talvez as lideranças devam organizar reuniões sem a presença da empresa pra organizar as estratégias e tratar das coisas de maneira organizada; disse que quando a empresa traça estratégias para massacrar o povo eles não são chamados então é preciso se organizar pra lidar com a empresa; disse que sai dessa reunião revoltado e pensando em maneiras de se organizar, fazer alianças, queimar o

filme da empresa e continuar contando com os aliados; **disse achar que o MP já tem elementos suficientes para tentar uma medida e pedir a paralisação das obras em virtude dos danos causados à comunidade**; disse que a vida e a história da comunidade está em jogo e que se a empresa não se abrir ao diálogo será necessário radicalizar nas ações porque isso é democracia. Em seguida Gilson disse que todos os representantes da empresa que passaram pelas reuniões foram omissos, desde a compra dos terrenos, sem esclarecer o motivo das compras, depois veio a Borba Gato e em seguida a Anglo; disse que é necessário saber se é possível mover ações para pressionar os representantes da empresa para que eles se posicionem. (grifo nosso).

As diversas manifestações dos atingidos organizados em grupos com indicação de líderes aponta que a ideia predominante era a de luta por justiça, tendo por várias vezes sido solicitada a judicialização para o tratamento dos conflitos socioambientais.

Ocorre que os representantes do Ministério Público estavam baseados em ideias pautadas no modelo ligado à conciliação, tendo desse modo frustrado diversas tentativas de obtenção de justiça por parte dos ofendidos pelo empreendimento.

## **2. A Atuação do Ministério Público no Projeto Minas-Rio em uma tentativa de mediação dos conflitos socioambientais que o tornou consumidor do fato**

Após a análise da atuação dos atores sociais por meio da REASA, que transformou os problemas socioambientais em verdadeiros conflitos socioambientais, cabe registrar a forma de atuação do Ministério Público e as consequências da forma de tratar os conflitos.

De fato, durante toda a atuação do órgão ministerial, pode-se constatar que o mesmo buscou a mediação, a conciliação, em uma verdadeira atuação para fechar acordos.

O Ministério Público se portou como árbitro do processo de mediação entre mineradora e atingidos pelo empreendimento. Essa postura gerou dúvidas acerca da medida em que o "Parquet" conseguiria exercer as funções de tutela dos direitos dos atingidos e, ao mesmo tempo, atuar como moderador de um processo de negociação entre interesses opostos.

No decorrer do período em que se realizavam as reuniões da REASA, o Ministério Público de Minas Gerais firmou três Termos de Ajustamento de Conduta. Também apresentou Ação Civil Pública em relação à linha de transmissão em que o empreendedor promoveu supressão irregular de mata atlântica sem autorização do IBAMA. Houve, ainda, Ação Civil Pública ligada ao patrimônio arqueológico do local de instalação do empreendimento.

Um Termo de Ajustamento de Conduta assinado em maio de 2013 foi negociado com a empresa tão somente com viés ambiental, não tendo incorporado nenhuma das demandas das comunidades e dos debates realizados nas reuniões da REASA. As disposições tratavam apenas de criação de Área de Proteção Integral, recuperação ambiental pós-fechamento da mina.

Evidente que o referido TAC decepcionou os diversos atingidos pelo empreendimento minerário.

É importante perceber que o TAC já tratou da recuperação ambiental pós-fechamento da mina, ou seja, a proposta negociada pelo MPMG tornava evidente que o empreendimento era fato consumado.

O TAC demonstrou que a posição do MPMG era pelo prosseguimento do empreendimento, mesmo com os diversos conflitos socioambientais pendentes de tratamento.

A assinatura do TAC fez com que o Ministério Público se tornasse um consumidor do fato, pois o empreendimento prosseguiria mesmo sem o atendimento das demandas dos atingidos e da correção das falhas do licenciamento ambiental indicadas à exaustão nas reuniões da REASA.

Com efeito, ao argumento de que a mineração gera desenvolvimento, as comunidades dos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim sofreram diferentes formas de violência, consideradas legais pelo Poder Público.

Inicialmente, o MPMG foi considerado importante aliado na luta pela justiça ambiental, conforme atas das reuniões da REASA, a qual representou uma esperança de solução ou mitigação dos problemas ambientais.

Ocorre que o Ministério Público trabalhou com uma metodologia de resolução de conflito com o escopo de chegar a um consenso entre empreendedor e atingidos, o que acaba por novamente introduzir a variável força no conflito socioambiental.

Os representantes do Ministério Público, ao que parece, entendiam que através do diálogo e negociação entre atores sociais seria possível estabelecer uma conciliação entre os interesses, racionalidades e segmentos divergentes, para assim alcançar o consenso.

Na realidade, a assinatura do TAC ambiental pelo MPMG foi interpretado pela empresa mineradora como a “carta branca” para a continuação do empreendimento sem atendimento aos questionamentos dos atingidos.

O consenso perseguido pelo MPMG jamais seria obtido, uma vez que o empreendedor busca a acumulação da riqueza em mãos privadas, a formação e multiplicação do capital, enquanto as comunidades atingidas buscavam preservar o seu modo de vida.

Ante o exposto, verifica-se que a REASA se tornou importante arena de interlocução com participação de diversos atores sociais envolvidos nos conflitos socioambientais do projeto Minas-Rio, porém a ausência de propositura de demandas judiciais, com a assinatura de TAC, impediram a judicialização de diversas frentes de lutas por justiça ambiental.

### **Considerações finais**

A pesquisa dos conteúdos das reuniões da Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA) com as comunidades atingidas pelo empreendimento minerário Minas-Rio no Município de Conceição do Mato Dentro permitiram concluir que a criação e implantação da rede foi, inicialmente, muito importante para “empoderar” as comunidades atingidas pela mineradora.

Com efeito, pode-se afirmar que as reuniões da Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA) se transformaram em uma verdadeira arena de lutas e reivindicações dos atingidos pelo empreendimento minerário.

Ocorre que a forma negociada como o Ministério Público tentou, durante todo o tempo, tratar os conflitos socioambientais gerou uma frustração nas comunidades atingidas, bem como nos diversos profissionais e pesquisadores que acompanharam os fatos ocorridos na fase de implantação do Projeto Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro/MG.

### Referências

ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

BECKER, Luzia & PEREIRA, Denise. O Projeto Minas-Rio e o desafio do desenvolvimento territorial integrado e sustentado: a grande mina de Conceição do Mato Dentro. Em: FERNANES, F. R. C., ENRIQUEZ, M. A. R. S. & ALAMINO, R. C. J. (eds). **Recursos minerais e sustentabilidade territorial**. Brasília: MCT-CETEM, 2011.

MADEIRA FILHO, Wilson; SIMON, Alba. Tecnocracia e conflitos socioambientais: o difícil percurso para a consolidação de uma epistemologia ambiental. Em: CARLI, Ana Alice de; SANTOS, Fabiana Soares dos; SEIXAS, Marcus Wagner (orgs.). **A tecnologia em prol do meio ambiente: a partir de uma análise multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

ZHOURI, Andréa; GOMES, Lilian Alves. Da indivisibilidade à resistência. Em: ZHOURI, Andréa (org.). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

### Documentos, sites e reportagens

BRANDT MEIO AMBIENTE. Instalação e operação de mineroduto. Em: Relatório de Impacto Ambiental. MMX – Minas Rio Mineração e Logística Ltda, 2006.

BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Acórdão no AgRg no REsp 1520357/PR.

GONÇALVES, Benedito, DJe 07/10/2015. Disponível em <https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?termo=1520357&aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&chkordem=DESC&chkMorto=MORTO>. Acesso em 05/07/2016.

BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Acórdão no AgRg no AREsp 718.412/PR.

MARTINS, Humberto, DJe 02/09/2015. Disponível em <https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=201501252874&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea>. Acesso em 05/07/2016. [ementa&pesquisaTesauro=true&orderByData=1&referenciaLegislativa=Clique%20na%20lupa%20para%20pesquisar%20as%20refer%EAncias%20cadastradas...&pesquisaPalavras=Pesquisar&](https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/ementa&pesquisaTesauro=true&orderByData=1&referenciaLegislativa=Clique%20na%20lupa%20para%20pesquisar%20as%20refer%EAncias%20cadastradas...&pesquisaPalavras=Pesquisar&). Acesso em 05/07/2016.

CIMOS, Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais – página de apresentação da Cimos, 2012. Disponível em: <http://cimos.blog.br/a-cimos/>. Acessado em 10/03/2016.

DIVERSUS. Diagnóstico Socioeconômico da Área Diretamente Afetada e da Área de Influência Direta do empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. (Ex-MMX Minas-Rio Mineração S.A.) - Lavra a céu aberto com tratamento úmido do minério de ferro – Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG – DNPM nº 830.359/2004 – PA nº 00472/2007/004/2009 – Classe 06. Belo Horizonte, 2011.

DIVERSUS. Adendo ao Diagnóstico Socioeconômico da Área Diretamente Afetada (ADA) e da Área de Influência Direta (AID) da mina da Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. – Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG. Belo Horizonte, 2012.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. Linha do tempo da História da Mineração Brasileira. Disponível em: [http://www.mme.gov.br/documents/10584/1594105/Linha\\_do\\_tempo.pdf/acb3a5a9-9f7d-4d18-9191-58b1ed375791](http://www.mme.gov.br/documents/10584/1594105/Linha_do_tempo.pdf/acb3a5a9-9f7d-4d18-9191-58b1ed375791). Acesso em 10/05/2016.

REASA, Rede de Acompanhamento Socioambiental – página de apresentação da Rede, 2012. Disponível em: <http://cimos.blog.br/reasa/>. Acessado em 10/03/2016.

REASA, Rede de Acompanhamento Socioambiental – ata da 1º reunião, 2012. Disponível em: <http://cimos.blog.br/wp-content/uploads/2012/06/Ata-1%C3%82%C2%AA-reuni%C3%83%C2%A3o-REASA-11.06.12-1.pdf>. Acesso em 10 de março de 2016.

REASA, Rede de Acompanhamento Socioambiental – ata da 4º reunião, 2012. Disponível em: <http://cimos.blog.br/wp-content/uploads/2012/06/Reuni%C3%83%C2%A3o-p%C3%83%C2%Bablica-C%C3%83%C2%B3rregos1.pdf>. Acesso em 10 de março de 2016.

REASA, Rede de Acompanhamento Socioambiental – ata da 7º reunião, 2012. Disponível em: <http://cimos.blog.br/wp-content/uploads/2012/06/ATA-DA-7%C3%82%C2%AA-REUNI%C3%83%C6%92O-P%C3%83%C5%A1BLICA-DA-REASA-aprovada.pdf>. Acesso em 10 de março de 2016.

REASA, Rede de Acompanhamento Socioambiental – ata da 8º reunião, 2012. Disponível em: <http://cimos.blog.br/reasa/atas/>. Acesso em 10 de março de 2016.

REASA, Rede de Acompanhamento Socioambiental – ata da 9º reunião, 2012. Disponível em: <http://cimos.blog.br/reasa/atas/>. Acesso em 10 de março de 2016.

SISEMA – Sistema Estadual de Meio Ambiente. Parecer Técnico Único SISEMA nº 001/2008. Processo COPAM nº 0472/2007/001/2007.2008.

SISEMA – Sistema Estadual de Meio Ambiente. Parecer Técnico Único SISEMA nº 001/2009. Processo COPAM nº 0472/2007/001/2007.2009.

SISEMA – Sistema Estadual de Meio Ambiente. Parecer Técnico Único SISEMA nº 001/2010. Processo COPAM nº 0472/2007/001/2007.2010.

## O PROGRAMA MORAR FELIZ NOS DISTRITOS MUNICIPAIS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ: IMPACTOS AMBIENTAIS E CONFLITOS SOCIAIS

**Maria Alice Ribeiro de Oliveira Pohlmann**

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em  
Políticas Sociais da Universidade  
Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
Bolsista FAPERJ  
e-mail: oliveira.pohlmann@gmail.com

**Teresa de Jesus Peixoto Faria**

Professora Associada da Universidade  
Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
e-mail: teresa.uenf@gmail.com

**Resumo:** A prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, iniciou, em 2014, a construção de conjuntos habitacionais do Programa Morar Feliz (PMF), nos distritos municipais rurais, do mesmo modelo daqueles construídos no distrito sede, ou seja na cidade. No presente artigo, argumentamos que o PMF, ao transplantar na área rural da Baixada Campista, conjuntos habitacionais iguais aos construídos na cidade, induz a expansão urbana e oportunizando a instalação de novos empreendimentos imobiliários em direção às áreas rurais, e tornando ainda mais complexas as relações cidade-campo e as definições de rural e urbano. Indicamos que essas relações podem se tornar ainda mais problemáticas, pois além de impactarem o ambiente, os conjuntos do PMF estariam levando para os distritos rurais as mazelas da cidade como segregação, tráfico de drogas, violência, transformando o modo de vida e fazendo dessas áreas um prolongamento da periferia urbana da cidade de Campos dos Goytacazes. A análise se desenvolveu por meio de pesquisa de campo (observação participante); com base nas discussões teóricas sobre cidade e campo, urbano e rural; centro-periferia;

**PALAVRAS CHAVES:** campo/cidade, distritos, impactos e conflitos ambientais e sociais.

**Abstract:** The Campos dos Goytacazes City Hall started, in 2014, the construction of the Programa Morar Feliz's Housing Estates in rural districts, of the same model as those built on the city. At this present article, we argue that the PMF, while implanting those mentioned Housing Estates in the rural area known as Baixada Campista, in similar model to those built on the city, induces the urban expansion and create the opportunity to install new Real Estate Developments toward to rural areas, making more complex the city-countryside relationship, as well the meanings of rural and urban. We denote that those relations can become even more problematic, because besides impacting the environment, the PMF Housing Estates would be leading to the rural districts the bad ones of the city, such as segregation, drug traffic, violence, transforming the way of life and making these areas as a extension of the urban outskirts of the city of Campos dos Goytacazes. The analysis has developed through field surveys (participant observation), based on theoretical discussions about city and field, urban and rural, main urban core and outskirts,.

**Keywords:** field/ city, districts, impacts and environmental and social conflicts

## 1. Introdução

No Brasil, segundo o IBGE, toda sede de município é considerada cidade e a sede de distrito é classificada como vila. São cidades e vilas, muitas delas com características rurais, classificadas, entretanto, como espaços urbanos, do ponto de vista legal e administrativo, como definiu o Decreto Lei 311, de 1938, instituído durante a vigência do Estado Novo. Segundo os estudos de Monastirsky (2009), a discussão a respeito da definição de distritos municipais ainda não está consolidada, pois há pouca produção científica sobre o tema.

No Brasil, basicamente, o estudo sobre os distritos é bem restrito, ficando, apenas, no campo da geografia urbana e agrária. Mas, embora a definição não esteja bem consolidada, pode-se compreender esse espaço a partir da definição e da relação dialética do rural e do urbano. Já Bauchrowtiz (2009) analisa os distritos na atualidade como sendo uma divisão territorial, com características predominantemente rurais, mas com indícios de urbanidade, pois a população rural do distrito passa a conviver com alguns serviços e produtos da vida urbana.

Mas, para entender esse processo de avanço urbano nas áreas rurais faz-se necessário saber como se estabelece a diferenciação entre o campo e a cidade e entre rural e urbano. Na abordagem clássica, o rural é definido como um espaço associado às atividades que mantém relações diretas com a natureza. Quanto à forma, sua organização apresenta a dispersão da população. O urbano, ao contrário, se caracteriza por uma complexa organização, tendo na concentração populacional sua principal marca. É visto, ainda, como locus da divisão do trabalho e da concentração do capital.

Historicamente os pares, rural-urbano e campo-cidade não podem ser compreendidos separadamente, já que não existiriam isoladamente, pois embora “apresentem um conteúdo social e histórico específico, só podem ser compreendidos enquanto uma totalidade concreta do modo de produção capitalista” (Souza, 2010, p. 195 apud Lopes; Wendel, 2010). Harvey (1980) pautado na dialética marxista discute a teoria do excedente obtido na economia agrária para explicar os pressupostos da formação da cidade e do urbano como locus da acumulação.

Campo e cidade são formas concretas, materializam-se e compõem o ambiente produzido pelo homem; já o urbano e o rural são representações sociais, conteúdos das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade (Biazzo, 2009).

No Brasil, de uma sociedade essencialmente rural nos anos 1950, teve seu perfil demográfico invertido e, na atualidade, segundo o censo de 2010 a sociedade é predominantemente urbana. Essa mudança do perfil demográfico brasileiro foi o resultado do intenso processo de migração campo-cidade que levou parcela expressiva da população para os centros urbanos e provocou a redução significativa da população rural. Como resultado desse intenso processo de migração campo-cidade, houve o crescimento desordenado das grandes cidades e a formação de extensas periferias urbanas. Muitas dessas periferias têm se expandido, mesmo que de forma irregular, em áreas que oficialmente ainda são definidas como rurais (CAIADO; SANTOS, 2003).

A partir da década de 1970 até meados de 1980, a discussão centro e periferia aplicada à escala intra-urbana marcaram de forma significativa a produção acadêmica sobre a temática urbana. Entre meados da década de 1980, e o início da década de 1990, surgiu



uma nova abordagem que podia ser observada como nova tendência nas periferias urbanas, especialmente nas áreas metropolitanas, a de uma “heterogeneização sócio-espacial da periferia”, ou seja, a periferia que antes dava uma visão de ser um local para a população de baixa renda, ganha agora uma nova visão, pois a classe média passa a se instalar também nessas regiões.

A partir do século XXI, novas idéias a respeito das periferias estariam surgindo, visto a implantação de condomínios fechados destinados às classes com poder aquisitivo mais elevado, uma nova noção de periferia estaria começando a ser aceita, Segundo Santos (2007), a periferia passa a ser entendida não só como lócus da segregação imposta às classes pobres, mas também da auto-segregação de classes abastadas em ‘fuga’ do núcleo metropolitano devido aos fatores de aglomeração. Desta forma ao mesmo tempo, cria-se uma expansão da periferia, que avança em direção a área rural, provocando sérios impactos na paisagem e no modo de viver.

## **2. Breve Histórico do Processo da Expansão Urbana de Campos dos Goytacazes**

A cidade de Campos dos Goytacazes, historicamente, é cercada por canaviais e usinas de açúcar, devido à sua principal atividade econômica ser a agroindústria sucroalcooleira. Desta forma a expansão urbana da cidade ocorreu a partir da “liberação” de antigas propriedades rurais, transformando gradativamente os usos e a paisagem das áreas do seu entorno. A partir da segunda metade do século XX, com a decadência da atividade sucroalcooleira, seguida da descoberta e exploração de petróleo e a recente instalação do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açúcar e o Complexo da Barra do Furado, a cidade se expande transformando as terras rurais contíguas à periferia, em solo urbano.

Campos dos Goytacazes é uma cidade de porte médio, e sempre atuou na região como um grande centro para a região norte e noroeste fluminense, como é a região metropolitana do Rio de Janeiro. Foi um grande centro produtor de açúcar e álcool, mas na atualidade, devido a sua grande estrutura de serviços, a cidade recebe esses imigrantes que vem para trabalhar nos grandes investimentos industriais e empresariais. Desde então, existe a necessidade de expandir a malha urbana adentrando nas áreas rurais, para atender a demanda do mercado imobiliário e seus grandes investimentos.

A expansão urbana da cidade de Campos dos Goytacazes ocorre segundo Faria (2000; 2005), no sentido centro periferia. O Plano Urbanístico de 1944, concebido pela empresa Coimbra Bueno no governo municipal de Salo Brand, orientou o sentido de expansão da cidade em direção às áreas periféricas e definiu o centro como zona comercial, financeira e administrativa e como o “centro histórico”. O plano consolidou a importância da área central e adjacências e suas representações de área privilegiada e hierarquizada, impulsionando o processo de divisão e diferenciação dos espaços, e, conseqüentemente, de segregação urbana (Faria 2001).

Com o Golpe Militar (1964) iniciou-se um processo de “modernização tecnocrática” difundida pelos diversos setores do regime militar, os quais repercutiram sobre o espaço urbano, culminando com a proposta de elaboração de planos urbanísticos e diretrizes técnicas para normatizar as condutas na ocupação do espaço das cidades brasileiras (Moreira, 2010).

Neste contexto, em 1978, uma equipe técnica juntamente com o Prefeito e arquiteto Raul David Linhares elaboram o Plano de Desenvolvimento Físico-Territorial Urbano de Campos (PDUC)<sup>1</sup>, que foi o instrumento urbanístico que impulsionou o processo de expansão urbana sobre as áreas rurais, ao publicar leis de mudanças de uso do solo e de conversão de terras rurais em urbanas, constituindo-se também, em uma ferramenta importante para entender a relação que se coloca entre o Estado e os proprietários de terras do entorno da cidade (Zacchi, 2012).

Em 1991, de acordo com a Lei nº 5.251, de 27/12/1991, institui-se o Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes, na gestão do prefeito Anthony Garotinho. O processo de expansão urbana da cidade de Campos dos Goytacazes, a partir das diretrizes previstas no art. 14º, aponta três vetores como áreas de expansão urbana. Como primeiro vetor, temos os núcleos de Barra do Furado, Cabo de São Tomé e Açú, cujos núcleos se localizam na Baixada Campista e em seu entorno. Outro seguimento de expansão é ao longo da orla da Lagoa de Cima, sentido BR-101Sul e o último em direção a Travessão BR-101 Norte.

Já no Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes, de 2008, elaborado segundo as exigências do Ministério das Cidades, são definidas novas áreas de expansão, tendo como base a lei de uso e ocupação do solo e de zoneamento do PDUC (1978). Este plano regula, através dos instrumentos definidos no *Estatuto da Cidade*, a ocupação dos espaços vazios para que exerçam a função social, criando áreas especiais de interesse social (AEIS) destinadas à produção de novas moradias populares. Porém, para Conti (2013) a falta de vontade política na aplicação dos instrumentos escolhidos, demonstra a existência de um Estado omissivo, em relação à aplicação das normas aos proprietários de vazios urbanos, e desidiosos, em relação à cidadania de sua população, adotando políticas pontuais que não integram os espaços vazios ao contexto social e contribuindo para a manutenção de processos de periferização da população de baixa renda.

Desta forma podemos dizer que a expansão de Campos dos Goytacazes, nas últimas décadas, se assemelha ao descrito por Sposito (2010): pela associação entre proprietários de terras localizadas no entorno das cidades e incorporadores urbanos, os quais elaboram o projeto de parcelamento das terras localizadas no limite rural/urbano, conforme demonstram Zacchi (2012; Zacchi, etall. 2013).

À essa periferia, o poder público municipal de Campos dos Goytacazes, para o bem e para o mal, acrescenta, a partir de 2010, condomínios habitacionais do Morar Feliz que, inclusive, já apresentam vários problemas de infraestrutura e violência (Faria e Pohlmann, 2013; Arruda etall. 2014). A partir de 2014 esses conjuntos são expandidos para os distritos e localidades rurais do município, seguindo o mesmo padrão de construção, mas sendo edificadas em áreas rurais. Segundo Alentejano (2003), devido às mazelas das grandes cidades, cada vez mais marcadas pela violência, a miséria e a poluição, na atualidade, presenciamos discursos que ressaltam a qualidade de vida possível, num meio rural dotado de infraestrutura básica, mas com preservação

1 O PDUC (1979) foi desenvolvido através do convênio FNDU nº 13/78, celebrado entre a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Políticas Urbanas - CNPU, outros órgãos do governo federal, o governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretária de Planejamento e Coordenação Geral da Governadoria do Estado. O referido convênio atribui ao Município de Campos a execução do PDUC com recursos próprios e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano. Assim, a prefeitura, através da Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional - FUNDENOR - contratou e realizou os trabalhos com bases nos termos de referência elaborados pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Governadoria do Estado - SECPLAN. (O plano foi atualizado em 2002)

ambiental e da boa qualidade de vida, recuperando, de certa forma, uma visão idílica perdida do rural.

No entanto, não há acordo acerca do significado desta revalorização do rural. Para uns, ela deve, necessariamente, implicar na revisão completa e absoluta do modelo de desenvolvimento agropecuário, historicamente dominante no país, associando-se, portanto, à reforma da estrutura fundiária e da política agrícola que, historicamente, garantiram o domínio do grande capital e da grande propriedade sobre o meio rural brasileiro. Para outros, ela é mais uma possibilidade de aproveitamento das potencialidades deste modelo, ou seja, uma espécie de “valorização conservadora do rural” à semelhança da modernização conservadora da agricultura brasileira dos anos 1960/1970, pois, ao contrário de estar apoiada na reforma agrária, permitiria nova sobrevida para o latifúndio. A incorporação do turismo rural pelo agronegócio pode ser apontada como uma destas potencialidades, expressa em alguns empreendimentos como os hotéis-fazenda e os museus-fazenda. A especulação imobiliária, pelo interesse de grandes áreas de terra barata para seus grandes empreendimentos imobiliários, com condomínios grandes e luxuosos, proporciona bem viver para seus moradores, uma vida sem as mazelas da metrópole ou da cidade média.

### **3. A Expansão Imobiliária de Campos dos Goytacazes: novos rumos**

Campos dos Goytacazes, cidade de porte médio, que sempre atuou como um grande centro para a região norte e noroeste fluminense, assim como a cidade do Rio é a região metropolitana do Rio de Janeiro. Campos dos Goytacazes teve como principal atividade econômica a agroindústria sucroalcooleira que a partir da segunda metade do século XX entra em profunda crise e decadência, seguida da descoberta e exploração de petróleo e a recente instalação do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açu e o Complexo da Barra do Furado, a cidade se expande transformando as terras rurais contíguas à periferia, em solo urbano.

O crescimento imobiliário fora do eixo central é um fenômeno que vem acontecendo em Campos, em direção às áreas de canaviais, a partir da segunda metade da década de 90, devido à grande falência da atividade sucroalcooleira e à intensa atividade petrolífera. Apesar do fato de que as instalações da Petrobras e das empresas Off-shore terem se estabelecido na cidade de Macaé, a cidade de Campos, por possuir uma grande estrutura de serviços na região Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, como hospitais públicos, particulares e conveniados; shoppings centers; um polo universitário, possui constantes investimentos em infraestrutura. Desta forma se inicia o crescimento dos investimentos imobiliários em direção a essa área rural, no entorno da malha urbana.

Entre 2008 e 2010 esse crescimento imobiliário ganhou força, tanto que o município de Campos dos Goytacazes ocupa a 43ª posição no ranking entre as 100 melhores cidades do país para investir em imóveis, segundo a matéria publicada na Revista Infomoney de referido mês. Em relação ao Estado do Rio de Janeiro, a mesma revista informa na mesma matéria que este município, ocupa a 5ª posição entre as melhores cidades para se investir em imóveis.

Para atender aos interesses dos investimentos empresariais, a cidade, como aborda Vainer (2012, p.78), é uma mercadoria e seu processo de planejamento entra num

processo de *marketing urbano*, onde localização, mobilidade, serviços e segurança tornam a cidade atrativa. A área da Baixada Campista é uma área de grande quantidade de terra barata, próxima a área central e com ligação para a BR-101. Surgem, a partir de 2000, investimentos imobiliários, mas, entre 2008 e 2010, esse crescimento imobiliário ganha força, em função dos grandes empreendimentos, como o Porto do Açú, localizado no município de São João da Barra (SJB), e o Complexo Logístico e Industrial Farol-Barra do Furado, na divisa entre Campos e Quissamã.

A ocupação da cidade, através da política habitacional e de desenvolvimento urbano, é reflexo da interface entre o Estado e o capital, em que o primeiro irá dar subsídios à atuação do segundo, com a promoção do aparato necessário ao desenvolvimento capitalista na cidade (MARICATO, 1982). Com a retórica social – diminuir o déficit habitacional – as intervenções do Estado pretendem, muito mais, alcançar êxitos econômicos.

A implementação dos conjuntos habitacionais, segundo Medeiros (2012), nas áreas fora da malha urbana, aceleraram a especulação imobiliária, devido aos benefícios que essas áreas receberam (MEDEIROS, 2012). Um dos exemplos a serem observados é a localidade de Donana, no distrito de Goytacazes, na Baixada Campista, área do município escolhida para a instalação de condomínios e bairros planejados, como o Bem Viver Campos, lançado recentemente pela construtora Urbamais, do Grupo MRV<sup>2</sup>; o Campos Alpha, do grupo Alphaville; o Portal do Lago, do grupo IMBEG; o Residencial de Donana MCMV, entre outros, que estão sendo construídos entre Donana e Goytacazes.

Um dos exemplos a serem observados é a localidade de Donana, no distrito de Goytacazes, na Baixada Campista, área do município escolhida para a instalação de condomínios e bairros planejados, como o Bem Viver Campos, lançado recentemente pela construtora Urbamais, do Grupo MRV.



**Figuras 1 e 2.** Loteamento do bairro planejado Bem Viver e a maquete, lançado pela construtora Urbamais do grupo MRV, em Donana

<sup>2</sup> Empresa mineira – MRV, que se instalou na cidade de Campos dos Goytacazes em 2011.

Em entrevista ao jornal O Diário, o consultor imobiliário da MRV, Maurício Freitas, afirma *“Devido aos investimentos em infraestrutura, algumas áreas, fora do eixo central da cidade, estão se valorizando, como é o caso de Goytacazes. A tendência é de que o distrito cresça ainda mais, já que novos empreendimentos imobiliários estão chegando para somar com os que já estão implantados no local”*.

As melhorias realizadas pelo governo municipal, no distrito de Goytacazes e nos demais distritos da Baixada Campista, ocorrem a partir da implantação do Programa Bairro Legal<sup>3</sup>, um programa com amplo investimento na infraestrutura e urbanização, como exemplo, novas calçadas, pavimentação das ruas, sinalização de trânsito, além de melhoria do sistema viário e do tratamento paisagístico.



**Figura 3.** Avenida principal do distrito de Goytacazes com as intervenções urbanísticas do programa Bairro Legal, alargamento da avenida, canteiro central, calçadas pavimentadas, faixa de pedestre, sinal de trânsito, iluminação ( POHLMANN, abril 2016, LEEA/CCH/UENF)

A duplicação da Rodovia RJ-216(Campos-Farol de São Thomé), somada aos demais melhoramentos que serão realizados pelas próprias construtoras responsáveis pelos empreendimentos, valorizam ainda mais o local.

Paralelamente, nas localidades rurais, inicia-se a implementação e construção dos conjuntos habitacionais do Programa Morar Feliz<sup>4</sup>, seguindo o mesmo padrão dos que foram construídos na periferia urbana de Campos dos Goytacazes, que são dotados de infraestrutura de rede de esgoto, drenagem pluvial, iluminação pública, pavimentação das vias e calçadas padronizadas com rampa e rota acessível, coleta regular de lixo e limpeza de ruas. As são casas padronizadas e geminadas, mas de cores diferentes,

3 O programa Bairro Legal, que tem como principal objetivo urbanizar todos os bairros da cidade de Campos, a partir de um conjunto de obras, como pavimentação de ruas, tratamento de água e esgoto, construção de calçadas, iluminação, paisagismo e sinalização de trânsito.

4 Programa de habitação do Município, lançado em 2010, com previsão de construir 10.000 moradias populares. Até fins de 2012, foram construídas 5.426 unidades. O governo municipal, reeleito em 2012, prevê a construção e entrega das 4.574 unidades restantes ao final da gestão em 2016, sendo que o principal objetivo do programa é “garantir moradia digna para a população pobre e periférica da cidade, que vive em área de risco ou de vulnerabilidade social.

tem área edificada de 43,08 m<sup>2</sup>, em lote de 140 m<sup>2</sup>. Cada casa possui dois quartos, uma sala, um banheiro e uma cozinha. Além de área de serviço; não possuem muro. Esse modelo de moradia rompe com a tipologia das moradias que observamos nas localidades rurais dos distritos.

#### **4. Resultados Alcançados**

##### **4.1. Os Conflitos Sociais e os Impactos Ambientais presentes nos conjuntos do PMF e no seu entorno.**

Os conjuntos do PMF, tanto na periferia urbana quanto nas localidades rurais, trazem conflitos sociais e ambientais. Segundo Acselrad (2009), o crescimento urbano não é acompanhado por investimentos em infraestrutura e sim pela falta de investimentos e manutenção dos equipamentos urbanos para a cidade, como um todo. Na realidade, temos uma desigualdade social no acesso aos serviços urbanos, que acabam demonstrando os conflitos que essa desigualdade vai gerar no espaço urbano e, agora, no caso de Campos dos Goytacazes, observamos isso no espaço rural.

Os problemas ambientais e sociais são diversos vão desde a questão de muitos estarem totalmente isolados no meio de canaviais, perto de canais e em localidade rural bem distante da sede do distrito e mais distante da área central da cidade, problemas de infraestrutura até o controle do lugar pelo tráfico de drogas que demarca e domina tanto a área do conjunto como a localidade rural em si com barricadas, olheiros, cultivando a sensação de medo e terror nas pessoas.

O problema da mobilidade é muito sério em todos os conjuntos entregues, tanto na periferia urbana quanto nas localidades rurais. Às vezes, os moradores têm que andar uns 500 m até chegar a um ponto de ônibus, que passa em um intervalo de duas ou de três horas. No domingo, principalmente nas localidades rurais, a frota é retirada de circulação, enquanto na periferia urbana esta é reduzida. Tudo no entorno é muito caro e no conjunto não pode ter comércio, mas os moradores acabam transformando a sala em armazém, quitanda, bar ou, então, fazem um puxadinho na frente da moradia. Mas, mesmo assim, muitos moradores preferem comprar no centro, no mercado municipal, devido aos preços serem mais baratos lá.

O programa habitacional é mal visto e repudiado por grande parte dos moradores dos bairros, assim como pela população das localidades, gerando um conflito eterno entre a população local e os moradores dos conjuntos. Isso se deve muito à presença e ação do tráfico de drogas. Além disso, o bairro tem carência de serviços de infraestrutura básica como, por exemplo, abastecimento de água e esgoto, asfaltamento, etc., “conquistas” essas já implementadas na área do conjunto habitacional, gerando conflitos, pois estes serviços já eram reivindicados pelos moradores do bairro e das localidades, não tendo sido atendidos pela prefeitura.



**Figura 4.** Barricadas feitas pelo tráfico nas ruas do conjunto do PMF na localidade rural de Ponta Grossa dos Fidalgos. (POHLMANN, out/2016 LEEA/CCH/UENF)

Nos conjuntos da periferia urbana, como o Esplanada, existe um problema ambiental, que é a presença de um canal, na verdade um local de despejo de esgoto, trazendo roedores, mau cheiro, mosquitos e cobras. Durante um período de chuva este canal transborda e as ruas do conjunto ficam alagadas, gerando problemas materiais e de saúde entre os moradores.

No conjunto da localidade rural de Ponta Grossa dos Fidalgos os moradores da localidade falam que não possuem a tranquilidade de antes, devido às brigas entre as facções do tráfico e, também, entre os gerentes das mesmas, pela posse de comando do território. A localidade sofre com assaltos e tiros, o comércio e lugares de diversão estão falindo, devido à insegurança e o estigma que os conjuntos, no geral, já possuem. Por outro lado, os distritos, que são áreas de grande interesse dos empreendimentos imobiliários, devido à implantação das obras do Bairro Legal, tiveram sua paisagem radicalmente modificada, com avenidas largas, presença de agências bancárias, filiais do comércio já instalado na cidade, supermercados e drogarias da cidade de Campos. Enfim, vivenciando a frenesia da vida urbana. Uma moradora do Distrito de Goytacazes disse:

“Não preciso mais ir à cidade, pois agora a via principal de Goytacazes é a Pelinca da Baixada” (Sônia, em junho/2016)

## 5. Conclusão

A construção dos conjuntos habitacionais do Programa Morar Feliz nos distritos, localizados na Baixada Campista, funciona como um indutor da expansão urbana em direção às áreas rurais, tornando ainda mais complexas as relações cidade-campo e as definições de rural e urbano.

Indicamos que essas relações podem, ainda, se tornar problemáticas, pois além de impactarem a paisagem e o modo de vida, os conjuntos do PMF estariam levando para os distritos rurais as mazelas da cidade como segregação, tráfico de drogas, violência e problemas ambientais.

## 6. Referência Bibliográfica

ACSELRAD, Henri. - *A Duração das Cidades-sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. 2ª edição, Rio de Janeiro. Editora Lamparina, ano 2009.

ALENTEJANO, P.R.R. - *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado). CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, ano de 2003.

ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia - *A Cidade do Pensamento Único*- 7ª edição, Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2012

ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira. - *Política Habitacional e Direito à Cidade: a experiência do programa "Morar Feliz" em Campos dos Goytacazes*. Tese Doutorado em Sociologia Política- Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2014.

BAUCHROWITZ, Luis. - *Caracterização dos distritos de Guaragi e Uvaia: uma contribuição para planejamento distrital do poder público de Ponta Grossa (PR)*. Monografia de Conclusão de curso. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2009.

BIAZZO, Paulo - *Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária*. IV ENGRUP, São Paulo. FFLCH/USP, p 132-150, 2008.

FARIA, Teresa Jesus Peixoto - *As Reformas Urbanas de Campos e suas contradições. O Plano de 1944 uma nova ordem social e urbana*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, p. 1-14, 2000.

\_\_\_\_\_. *Projeto de Modernização e Mudança da Morfologia Social e Urbana de Campos dos Goytacazes/RJ nos anos 1870-1880 – Novos equipamentos e Infra-estrutura Urbana*. (In) *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, vol.2, pp785-796*, 2001.

\_\_\_\_\_. *Configuração do Espaço Urbano da Cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades velhas estruturas*. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina: Do Labirinto da Solidão ao Espaço da Solidariedade. São Paulo. v. 1. p. 78-99, 2005.

\_\_\_\_\_. *Justiça espacial como referência para análise de políticas públicas, no Brasil?* In. *Anais do III Congresso Internacional Poderes, territórios, identidades*. UFES, Vitória, 2012.

FARIA, Teresa Jesus Peixoto; POHLMANN, Maria Alice Ribeiro Oliveira - *Políticas públicas e desigualdades socioespaciais: gestão para uma cidade justa?* In: *Anais do XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina Reencuentro de saberes territoriales latinoamericanos*. Lima, 2013.

HARVEY, David - *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec. 1980.



LEFEBVRE, Henri. - *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1999.

MIRANDA, L.I B. - *Planejamento em áreas de transição rural-urbana: Velhas Novidades em Novos Territórios*. Revista de Estudos Urbanos e Regionais, v.11, nr.1; 25-39- maio 2009

MOREIRA Jr, Orlando - *Cidade Partida: segregação induzida e auto-segregação urbana*. Caminhos de Geografia. Uberlândia. V.13, n.33, 2010. SANTOS, Milton. - *Por uma outra Globalização*. SP: Record, 2000.

SOBARZO, Or. O rural e o urbano em Henri Lefebvre. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e Campo: Relações e Contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão- *A Questão Cidade-Campo: Perspectiva a partir da Cidade*. In: *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. Sposito,

M.E.B; Witacker, A.M. (orgs). 2 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, S. T. - *Relação Campo-cidade: em busca de uma tentativa dialética para a compreensão desses espaços na atualidade*. In: LOPES, Diva M. L.; TOPALOV, C. 1997 - *Do Planejamento a Ecologia: Nascimento de um Novo Paradigma da Ação Sobre a Cidade e o Habitat?* *Cadernos do IPPUR (UFRJ/IPPUR) XI (Jan./Dez. 1997): 19-42*, 2010.

ZACCHI, Raquel - *O Papel dos Proprietários Fundiários e do estado no Processo de Conversão de Terras Rurais em Urbanas e na Produção de Loteamentos Fechados: Campos dos Goytacazes/ RJ (1980/2011)- Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais - UENF, 2012.*

\_\_\_\_\_ et al - *Periferia e Territórios de Exclusão Socioespacial: o caso do Programa Morar Feliz, Campos dos Goytacazes, RJ*- VI Jornada Internacional de Políticas Públicas- O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização da luta contra a exploração, a dominação e a humilhação- Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2013.

## **GT: 8 - Conservação da natureza, conflitos ambientais e comunidades tradicionais**

Coordenadores: Alba Simon e Annelise  
Fernandez

## O FOGO COMO SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA KAYAPÓ DIANTE DO AQUECIMENTO GLOBAL E DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo**

*Professora do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília.*

*E-mail: celeida@unb.br*

**RODRIGUES, Alessandro Mariano**

*Estudante de mestrado do Programa de  
Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural  
da Universidade de Brasília.*

*E-mail: alessamdromarianorodrigues@gmail.com*

### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo estudar o uso aparentemente sustentável do fogo na comunidade Kayapó Mëtyktire da Terra Indígena Capoto Jarina, Mato Grosso, Brasil. A pesquisa qualitativa se desenvolverá através do método etnográfico conduzido ora pela antropologia “interpretativista” de Clifford Geertz ora pela antropologia “estrutural histórica” de Marshall Sahlins. Espera-se que a relação simbólica entre estrutura convencional, estrutura de conjuntura e evento possa ser evidenciada não somente no cotidiano, durante narrativas e práticas correlatas, mas também durante a luta socioambiental pela defesa do território e do planeta, aqui compreendida por Enrique Leff como “movimento de protesto”.

**Palavras-chave:** Kayapó, Fogo, Mudança Social.

### ABSTRACT

The present work aims to study the use apparently sustainable fire in the Kayapo Mëtyktire community of the Capoto Jarina Indigenous Land, Mato Grosso, Brazil. The qualitative research will be developed through the ethnographic method led either by the “interpretativist” anthropology of Clifford Geertz or by the “historical structural” anthropology of Marshall Sahlins. It is hoped that the symbolic relationship between conventional structure, conjunctural structure and event can be evidenced not only in daily life, during narratives and related practices, but also during the socio-environmental struggle for the defense of the territory and the planet, here understood by Enrique Leff as a “protest movement”.

**Keywords:** Kayapo, Fire, Social Change.

## 1 INTRODUÇÃO

Estudos contemporâneos sugerem que o momento da transformação que deu origem ao gênero *Homo*, uma das grandes transições na história da vida, brotou do controle do fogo e da relação simbólica “entre natureza e cultura e entre cru e cozido” (LÉVI-STRAUSS, 2010, p. 383). O cozimento aumentou o valor da comida, despertou a humanidade para novas dimensões. “Ele mudou nossos corpos, nosso cérebro, nosso uso do tempo e nossas vidas sociais. Transformou-nos em consumidores de energia externa e assim criou um organismo com uma nova relação com a natureza” (WRANGHAM, 2010, p. 07). Como nenhuma outra criatura deste planeta, conseguimos converter a nosso favor um fenômeno natural e assim prevalecer sobre as demais espécies aqui estabelecidas, tornando-nos predadores por excelência - inclusive de nós mesmos.

Não é de hoje que a predação com fogo interfere no modo de vida dos povos indígenas. Aqui no Brasil, desde o início da colonização europeia, ele tem precedido ações antrópicas de ocupação e exploração territorial e descaminho de riquezas,<sup>1</sup> e agora, sob a égide positivista do progresso e do mercado de capital, avança em direção a Amazônia, confinando a sociobiodiversidade em espaços insulares cada vez menores. Infelizmente, o preconceito, a apatia política, a resignação social e o descaso de autoridades em relação ao fogo, enquanto tipo penal qualificado, e ao indígena, enquanto portador do direito de ser diferente, têm gerado graves impactos de ordem (socio) ambiental, cujas consequências podemos abaixo observar:

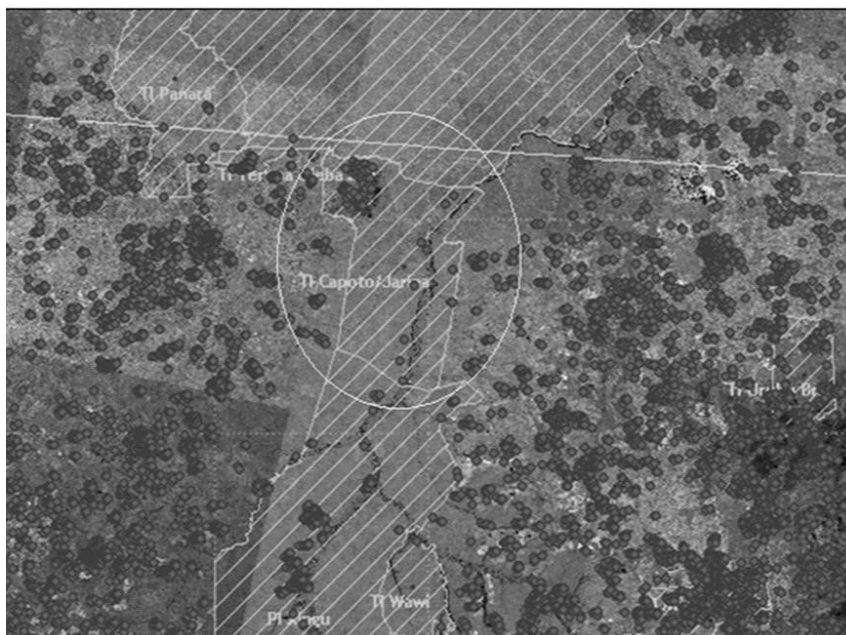
No caso do Brasil, a principal fonte de emissão de CO<sub>2</sub> é a destruição da vegetação natural, com destaque para o desmatamento na Amazônia e as queimadas no cerrado, englobadas na atividade ‘mudança no uso da terra e florestas’. Esta atividade responde por mais de 75% das emissões brasileiras de CO<sub>2</sub>, sendo a responsável por colocar o Brasil entre os dez maiores emissores de gases de efeito estufa para a atmosfera. As queimadas constituem, também, um sério problema de saúde pública, por comprometerem severamente a qualidade do ar durante a estação seca em boa parte do Norte e Centro-Oeste do País, com reflexos no número de internações por problemas respiratórios, especialmente de crianças e idosos

[...]. As UCs [Unidades de Conservação] e TIs [Terras Indígenas] também sofrem com o problema das queimadas, embora em menor intensidade que as áreas no seu entorno. [...] O fogo em UCs e TIs quase sempre se origina em propriedades rurais fora de seus limites, atingindo, principalmente, as bordas daquelas áreas (IBGE, 2012, p. 74).

A presente citação traz à tona a triste realidade do país que, esculpida pela epistemologia materialista e inspirada na visão mecanicista cartesiana, insiste em não dialogar com a diversidade, desrespeitar direitos humanos e descartar saberes seculares. É nesse campo de pouca solidariedade e profundas demarcações teóricas que o projeto em epígrafe ora se inscreve. Pretende-se aqui descrever, interpretar e compreender, através do “ponto de vista dos nativos” (GEERTZ, 1997, p. 85-107), o uso do fogo na bacia do Xingu e sua ação simbólica constituída “por um passado inescapável e por um futuro irreduzível” (SAHLINS, 2003, p. 189), e apresentar, por derradeiro, “uma outra concepção de meio

1 Exemplo dessa interferência ardilosa, foi a expedição contra os aruaques em 1664, que, segundo Annaes Berredo (apud Hemming, 1995, p.591), “culminou no incêndio de trezentas aldeias, além da morte de setecentos homens e quatrocentos cativos”. Recentemente, a Terra Indígena Araribóia foi atingida por um incêndio criminoso onde consumiu 45% do seu território. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/10/incendio-ja-consumiu-45-dareserva-arariboia-no-maranhao-diz-ibama.html>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

ambiente e desenvolvimento rural”.<sup>2</sup> A unidade de análise será a Terra Indígena *Capoto Jarina* (figura 1), localizada no extremo norte do Estado de Mato Grosso, onde habita o *Mětyktire*,<sup>3</sup> subgrupo *Měbêngôkre*, conhecido vulgarmente como *Kayapó*.



**Figura 1.** Focos de calor na bacia do Xingu. Fonte: (INPE, 2016).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) revelam que: 1) o desmatamento e as queimadas na Amazônia Legal, região que abriga 98,6% das Terras Indígenas (TIs) do país, respondem por cerca de 75% das emissões brasileiras de CO<sub>2</sub>; 2) tanto Unidades de Conservação (UCs) quanto TIs também sofrem com o problema de queimadas, embora em menor quantidade que as áreas do seu entorno; 3) em UCs e TIs as queimadas quase sempre se originam em propriedades rurais fora de seus limites, atingindo, principalmente, as bordas daquelas áreas; 4) 22,2% do território amazônico está sob a proteção de UCs e 21,7% de TIs; 5) em uma década (1998 a 2009), o percentual desmatado nas UCs de Uso Sustentável (excluídas as APAs) chegou a 3,7%, enquanto que nas UCs de Proteção Integral o total foi de 2,1% e nas TIs 1,5%; 6) no mesmo período, as TIs acumularam 61.122 focos de calor e as UCs 72.413, de um total de 1.287.024.

Enquanto o Legislativo e o Executivo discutem os (novos) rumos para a de (s) marcação de Terras Indígenas no país, o agronegócio se expande a passos largos em direção à Amazônia, repetindo, como de costume, o velho modelo de desenvolvimento econômico, obsoleto e predatório, típico de um Estado dependente, colonizado, construído de fora para dentro. Caso emblemático dessa crise socioambiental é a pressão sofrida pela Terra

<sup>2</sup> “O meio ambiente não é o meio que circunda as espécies e as populações biológicas; é uma categoria sociológica (e não biológica), relativa a uma racionalidade social, configurada por comportamentos, valores e saberes, bem como por novos potenciais produtivos” (LEFF, 2007, p. 160).

<sup>3</sup> Os *Měbêngôkre* referem a si com “os homens do buraco/lugar d’água”. No século XIX estavam divididos em três grandes grupos, os *Irá’ãmranh-re* (“os que passeiam nas planícies”), os *Goroti Kumrenhtx* (“os homens do verdadeiro grande grupo”) e os *Porekry* (“os homens dos pequenos bambus”). Destes, descendem os sete subgrupos atuais: *Gorotire*, *Kuběkrākějn*, *Kòkrajmòrò*, *Měkrāgnòtì*, *Kararaô*, *Xicrín* e *Mětyktire*.

Indígena *Capoto Jarina* (quer pela monocultura de grãos quer pela pecuária extensiva praticadas no seu entorno), que de 1998 a 2009 acumulou apenas 389 focos de calor, enquanto municípios contíguos como Peixoto de Azevedo, São José do Xingu e Santa Cruz do Xingu, no Mato Grosso, acumularam 11.976. Com efeito, sabe-se que para o latifundiário o fogo desempenha a função de expandir sua área agricultável e assim produzir *commodities* para alimentar o mercado; mas para o *Kayapó*, qual a finalidade do fogo? O que o leva a agir diferente tendo em mãos a mesma ferramenta? Diante do exposto, pergunta-se: Qual o significado do fogo para o *Mëbêngôkre Mëtyktire*?

Nota-se no cotidiano *Mëtyktire* uma relação aparentemente indissociável entre o uso do fogo e as narrativas míticas sobre esse fenômeno. Banner (1952), Métraux (1960), Lévi-Strauss (1964) e Lukesch (1976) apresentam quatro versões sobre a origem e o uso do fogo entre os *Mëbêngôkre*. Em três delas ele é um bem precioso, uma ferramenta geradora de artefatos, atos simbólicos e vínculos sociais, uma dádiva de outros seres agora não humanos, demiurgos que em outras épocas eram portadores de humanidades. Em uma outra é roubado

por um ser maléfico que provoca um incêndio no mundo e faz perecer toda humanidade - exceto a família de um poderoso xamã. Com efeito, as três primeiras evidenciam técnicas preciosas de manejo e normas de conduta social, e a última, dentro de uma “estrutura de conjuntura”<sup>4</sup> mais contemporânea, gera topônimos de responsabilidade socioambiental e preocupação constante com esse fenômeno físico-químico-simbólico, quer dentro do seu território quer para além dele, pois para o não índio que está no entorno a serviço do agro(negócio), o fogo é ferramenta de baixo custo com capacidade de desflorestar a terra e empobrecê-la com a paisagem homogênea da pecuária extensiva e o vazio ontológico dos transgênicos. Pois bem, é justamente esse modo de (vi) ver e (con) viver, essa atitude de predação sem (de) predação, desenvolvida pelo *Mëtyktire* ao longo de sua história, que motiva esta pesquisa a seguir seu curso.

O objetivo é investigar como as narrativas *Mëtyktire* sobre a origem e o uso do fogo incidem sobre as práticas de manejo e de intervenção socioambiental desse subgrupo *Kayapó*, quer no cotidiano da Terra Indígena *Capoto Jarina* quer no seu entorno próximo ou distante. Espera-se elucidar a questão como um todo complexo, saltando “continuamente de uma visão da totalidade através das várias partes que a compõem, para uma visão das partes através da totalidade que é a causa de sua existência, e vice-versa” (GEERTZ, 1997, p. 105). O problema será referenciado empiricamente pela pesquisa de campo, por meio de uma descrição densa, de referência simbólica, cotejada pela literatura especializada e a narrativa científica, “onde os fatores biológicos, psicológicos, sociológicos e culturais serão aqui tratados como variáveis dentro de um sistema unitário de análise” (GEERTZ, 2008, p. 32); e cada evento específico, “como uma síntese de estabilidade e mudança, de passado e presente, de diacronia e sincronia” (Sahlins 2003, p. 180). A aldeia *Piaraçú*,<sup>5</sup> no entroncamento entre o rio Xingu e a rodovia MT 322, bem como as propriedades rurais do seu entorno, em sua totalidade latifúndios a perder de vista, serão os *locus* da observação etnográfica.

4 “[...] ‘estrutura de conjuntura: um conjunto de relações históricas que, enquanto reproduzem as categorias culturais, lhes dão novos valores retirados do contexto pragmático” (SAHLINS, 2003, p. 160).

5 *Piaraçú* é uma aldeia indígena habitada pelo povo *Kayapó Mëtyktire*. Criada no começo da década de 1980 como um Posto Indígena de Vigilância passou, com o tempo e a aquisição de novos moradores, a ser uma aldeia indígena. Localiza-se logo após a travessia do rio Xingu, via balsa, na Terra Indígena *Capoto Jarina*. É ladeada pela MT-322 que a atravessa e faz divisa entre a TI mencionada e a TI Parque do Xingu.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa proposta pelo projeto em epígrafe buscará investigar, minuciosamente, o fenômeno do fogo entre os *Mëbêngôkre Mëtyktire* e desenvolver-se-á através do método etnográfico, conduzido, ora pela antropologia “interpretativista” de Geertz (2008, p.15-17), definida como um esforço intelectual para a elaboração de uma “descrição densa”, pormenorizada, “microscópica”, que busca desvendar, com riquezas de detalhes, as diversas “teias de significados” de uma determinada cultura, compreendendo experiências individuais que podem ser cientificamente generalizadas na forma de relações simbólicas de ordem cultural; ora pela antropologia “estrutural histórica” de Sahlins (2003, p.7-93), definida como um ordenamento cultural da história de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os “esquemas de significação das coisas”, sendo seu contrário também verdadeiro: “esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática”. Com efeito, a síntese desses contrários desdobra-se nas ações criativas dos sujeitos envolvidos, fazendo da estrutura um “objeto histórico”.

Segundo Malinowski, a base do trabalho etnográfico é viver, efetivamente, entre os nativos, pois, dessa maneira, é possível uma maior familiaridade com o cotidiano do observado. O autor também afirma a importância dos teóricos levados a campo, pois “o etnógrafo tem de inspirar-se nos resultados mais recentes da pesquisa científica, nos seus princípios e objetivos” (MALINOWSKI, 1978, p. 21). Numa pesquisa etnográfica, teoria e prática são inseparáveis, pois a teoria perpassa todo o estudo, desde a preparação, coleta dos dados até a análise propriamente dita. As fontes de informação serão documentais, incluindo a bibliografia, documentos oficiais, mapas e outros; depoimentais, através de entrevistas com membros da comunidade indígena e iconográficas, através de fotografias e filmagens.

Os dados serão coletados através da “observação participante” (MALINOWSKI, 1978, p. 21) com a permanência em campo por um período de três meses, conforme cronograma anexo, o suficiente para a obtenção dos dados evidenciados pelo fogo. Tal estratégia permitirá a este pesquisador viver entre o grupo e participar da vida local, com o objetivo de obter informações sobre a realidade material e simbólica da comunidade que respondam às questões que motivam esta pesquisa. Nessa etapa, e já descrevendo a principal medida para a minimização de riscos envolvendo esta pesquisa, “deve-se observar e saber que também está sendo observado e que o simples fato de estar presente pode alterar a rotina do grupo ou o desenrolar de um ritual” (DUARTE; BARROS, 2006, p. 103).

O principal instrumento de trabalho será o próprio pesquisador e seus sentidos (nada de planilhas e softwares ultrassofisticados; a relação será objetivada em humanidades e racionalidades livres do demagogismo homogeneizador cartesiano), pois os fatos mostram-se primeiramente à pessoa, para depois serem descritos metodologicamente. Para a coleta dos dados será utilizado o tradicional caderno de campo, que “funcionará como um registro descritivo de tudo o que ele vir a presenciar” (DUARTE; BARROS, 2006, p. 101), fotografias e vídeos com imagens e depoimentos. Pretende-se, ainda, realizar entrevistas abertas, semiestruturadas, com uma amostra significativa da população, cujos critérios de inclusão e exclusão dos participantes serão previamente

definidos pelas lideranças locais através de reuniões que mostrem a intenção deste projeto enquanto agente propagador de alteridades e pontos de vista. Com efeito, o mesmo procedimento participativo será utilizado para a divulgação dos resultados obtidos.

Trabalho de campo realizado, buscar-se-á, em seguida, interpretar as narrativas sobre a origem e o uso do fogo através da análise dos processos simbólicos nelas contidas e assim desvelar o todo semiótico (e complexo) existente em cada um deles, na forma de estrutura prescrita. Na sequência, sem esquecer que toda “estrutura possui uma diacronia interna” (SAHLINS, 2003, p.16), averiguar-se-á o movimento objetivado pelo fogo através da relação entre “estrutura e evento”, interpondo um terceiro termo: “a síntese situacional dos dois em uma ‘estrutura de conjuntura’” (SAHLINS, 2003, p.15), que nada mais é que a realização prática das categorias culturais em um contexto histórico específico, elegendo-se, para isso, três eventos relevantes, a saber: a tomada da balsa do Xingu, em 1984; o incêndio florestal de Roraima, em 1998; e os movimentos de protesto (como um todo), a partir de Altamira, em 1989.

### 3. DESENVOLVIMENTO

É ao redor da “chama sagrada”<sup>6</sup> onde o *Mëtyktire* constrói a “matricasa”<sup>7</sup>, organiza a sociedade e extrapola a dimensão biológica. Quando *Nyobog-ti* é descoberta no interior de uma cabaça pela mãe de seu marido, fica toda envergonhada e encolhida. No entanto, a mulher a traz para fora, corta seu cabelo, pinta seu corpo, de acordo com a tradição, e diz: “Agora ela ficou bonita, como uma das nossas. Agora é nossa parente e ninguém pode bater nela ou fazer-lhe mal” (LUKESCH, 1976, p. 95). Por meio desta realização cultural, preparada no fogo do *kikré*,<sup>8</sup> “a mulher que era filha da chuva se torna membro daquele povo e, conseqüentemente, um ser humano” (LUKESCH, 1970, p. 99). Entre os *Jê*,<sup>9</sup> o corpo parece ser dividido em “aspectos internos, ligados ao sangue e ao sêmen, à reprodução física e aspectos externos, ligados ao nome, aos papéis públicos, ao cerimonial – ao mundo social, enfim (expressos na pintura, ornamentação corporal, canções)” (SEEGER; DAMATTA; VIVEIROS DE CASTRO, 1972, p. 11). O feto é formado pelo acúmulo do sêmen, e embora a mulher não compartilhe seu corpo orgânico com o nascituro, o nutre<sup>10</sup> com o seu leite. Ao nascer, a criança do sexo masculino, por exemplo, tem as orelhas perfuradas e esticadas com batoques de madeira e seus lábios inferiores transpassados com fio de algodão e enfeitados com miçangas. Quando aprendem a andar ingressam na categoria *mëprire*, e daí em diante já podem ser honradas em cerimônias de nomeação e receber, inclusive, um *nekretx*.<sup>11</sup> Por volta dos dez anos de

6 “A religião do fogo sagrado provém, pois, de época remota e obscura, quando ainda não havia gregos, nem italianos, nem hindus, havendo apenas os árias. Quando as tribos se apartaram umas das outras, trouxeram consigo esse culto comum, levando-o, umas, até as margens do Ganges e trazendo-o, outras, para as costas do Mediterrâneo” (COULANGE, 1975, p. 24).

7 Lea, usando o conceito “sociedade de Casas”, de Lévi-Strauss, estabelece o de “matricasa” como “pessoas morais, detentoras de um patrimônio de bens simbólicos: nomes pessoais e prerrogativas” (1999, p. 180). A matricasa, composta por uma ou mais habitações, pertence a mulher e ocupa um espaço, físico e cosmológico, no círculo da aldeia, determinado pela posição da trajetória solar leste/oeste. Cada matricasa é uma unidade exogâmica que possui em seu patrimônio nomes próprios e prerrogativas herdadas, como papéis cerimoniais e enfeites que remetem à uma ancestralidade mitológica.

8 Kikré (ki: fogão/fogo, kré: buraco/toca) significa tanto o fogão tradicional quanto habitação, neste sentido: a toca do fogão.

9 Pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê, família Jê: os Timbira Orientais, que se subdividem em Apâniekra e Ramkokamekra (Canela), Krahó, Parkatêjê ou Gavião, Pukobje, Krikati e Krenje, os Apinayé conhecidos também como Timbira Ocidentais, os Suyá, os Tapayuna, os Panará, os Mëbêngôkre, que por sua vez se subdividem em Gorotire, Mëkrâgnôti, Mëtyktire, Kararaô e Xicrin, os Akwén, que se subdividem em Xavante, Xerente e Xabriabá, os Kaingáng e os Xokleng.

10 “[...] os homens às vezes (ou mesmo frequentemente) são compelidos a infligir uma derrota ao deus para garantir sua existência, através da apropriação do poder feminino - a terra que sustenta e nutre” (Sahlins 2003, p. 147).

11 É uma categoria caracterizada como tudo que pode ser acumulado, incluindo tanto os bens materiais industrializados quanto os adornos que pertencem exclusivamente à matricasa, cuja prerrogativa pode ser mitológica.



idade, o menino (*mêôkre*) tem seus cabelos cortados e já pode frequentar oficialmente a “casa dos homens”<sup>12</sup>.

Os *mêôkre* ficam à disposição na casa dos homens para pegar água, lenha e comida (tarefas essencialmente femininas, enfatizando sua posição ambivalente, em transição no universo masculino). Atuam também como mensageiros (análogos às crianças na casa materna), transmitindo informações entre a casa dos homens, as casas familiares e o posto. Durante as caçadas que duram mais do que um dia – *õntomõrõ* (dormir/andar), quando monta-se um novo acampamento diariamente, são os *mêôkre* que abrem o caminho na floresta e que cozinham se não houver nenhuma mulher para fazer isso (LEA, 2012, p. 163).



**Figura 2.** Pintura corporal *Mêtyktire*. Fonte: (Arquivo pessoal, 2012).

A *meitükre* é uma cerimônia de iniciação masculina onde os jovens, denominados *mêñõrõnyre*, pintam-se de preto e vermelho, a exemplo do que fez *Bepkororoti*<sup>13</sup> antes de se transformar em chuva e tempestade. Parte da pintura corporal é feita com carvão resultante da queima da madeira morta - já que há uma “proibição de cortar madeira ‘viva’ para fazer lenha” (LÉVI-STRAUSS, 2010, p. 182) - que misturado ao jenipapo integra a ideia de obtenção de força, conteúdo simbólico e primeiro deste ritual. “Também a

12 No centro da aldeia, correspondendo ao zênite solar, fica a casa dos homens, *ngà* (lago, água), lugar exclusivamente masculino. Para Lea (1994, p. 96), a “a casa dos homens, situada no centro, direciona o olhar para além da aldeia, e os homens são os responsáveis por aquilo que diz respeito ao mundo exterior”. “O estudo de Vernant a respeito da praça (ágora) na Grécia antiga pode ajudar a compreender o modelo espacial das aldeias *mêbêngôkre* [...]. As analogias entre as cidades da Grécia antiga e as aldeias *Jê* me surpreenderam. A casa (*oikos*) designa tanto a habitação quanto o grupo humano que nele reside (1973, p. 119). Segundo Vernant, a ágora surgiu do costume indo-europeu de ter uma classe de guerreiros que se reuniam em formação militar, formando um círculo (1973, p. 163). Em grego antigo, uma expressão sinônima de ‘fornar público’ é ‘colocar no centro’ (1973, p. 164)” (LEA, 2012, p. 396-397).

13 Guerreiro que se enfurece e ascende ao céu após ser enganado por companheiros de caça durante a partilha de um tapir abatido. Lá de cima, onde pisar, a chuva cai torrencialmente, e ao agitar sua clava raios terríveis cortam o ar enquanto o trovão faz estremecer a terra. “Tendo [Prometeu] oferecido ao deus as porções não comestíveis do boi enquanto reservavam o delicioso alimento para si próprios, os homens foram fadados a partir daí, e para sempre, a se exaurir enchendo suas barrigas. Na Polinésia, o roubo da terra produtiva (mulher) tornou os homens eternamente dependentes dos poderes antigos, transcendentes e divinos da procriação” (Sahlins 2001, p.38). “É o mau tempo que prepara o plantio da bata-doce, uma outra forma de Lono, em áreas secas. As nuvens escuras de chuva, o trovão, o negro, os ventos de Kona, sotavento, as Pléiades (da estação chuvosa) são todos Kino [corpo] de Lono. Os sucedâneos terrestres do relâmpago e das nuvens escuras, o fogo e a fumaça, são ainda associados a Lono sob a forma do deus-vulcão, Lonopele” (SAHLINS, 2001, p.194).

expressão ‘morte do corpo’ coadunar-se-ia com essa idéia, pois o ritual significa o fim do homem velho e fraco e a ressurreição para a vida plena do homem e guerreiro” (LUKESCH, 1970, p. 277). A cerimônia assinala ainda a maturidade sexual do jovem, habilitando-o para o casamento. Contudo, a participação não é obrigatória, nem para o ingresso em uma classe mais elevada, nem para estabelecer relações sexuais. “Aí, novamente, torna a revelar-se a influência da mulher nos assuntos de família, pois de direito, ela pode exigir: ‘Quem quiser casar com minha filha, deve ter passado pelo *meitükre*’” (LUKESCH, 1970, p. 277).

O pai do *mêôkre*, então, empenha-se em conseguir um padrinho para o filho, cujo parentesco fictício chega a transformar-se em uma relação verdadeiramente estreita e vital. O *krabdjwỳ* é o “amigo formal”,<sup>14</sup> uma categoria de amizade dentro do sistema de parentesco, uma herança paterna, que durante a cerimônia de iniciação, torna-se educador, guia e mestre do jovem. A instrução pode durar uma estiagem, estação em que o fogo é adquirido com maior facilidade, e “ao longo desse período, o padrinho vive única e exclusivamente para seu tutelado, fato registrado com grato reconhecimento por toda a comunidade” (LUKESCH, 1970, p. 280). O *mênôrônyre* costuma deixar a aldeia de madrugada rumo à floresta, onde se dedica a conhecer as “coisas de índio” (LUKESCH, 1970, p. 281). A noite regressa trazendo seu feixe de folhas de palmeira e acampa, ao calor do fogo, em frente à casa dos homens, mergulhado em profundo silêncio.

O abrigo provisório representa, ao mesmo tempo, proteção e clausura, e simboliza a transição entre a matricasa e a casa dos homens, entre “os domínios domésticos e político-jural” (VIVEIROS DE CASTRO, 2013, p. 333). O *ngà-káe* remete ao “mito dos dois grandes ancestrais”,<sup>15</sup> uma armação feita de cortiça de jatobá, calafetada com resina e fogo, mormente utilizada para mergulhá-los em água, “de modo a ficarem de fora apenas seus rostos” (Lukesch, 1970, p. 55). Os gêmeos, criados pelo pai e nutridos regularmente pela mãe, crescem e se fortalecem, matam a “águia-gigante” (megafauna?) e vingam a morte de sua tia, irmã de seu pai (talvez isto justifique a ausência da cerâmica entre os *Mêbêngôkre*...). Na aldeia, em comemoração, o pai constrói uma casa de troncos de buriti (que na lógica indígena do concreto evoca algumas qualidades do guerreiro, entre elas, a manifestação de força e virilidade) para eles, onde, labutando diariamente, confeccionam armas pesadas com o auxílio, mais uma vez, do fogo, tais como as bordunas de hoje em dia, as primeiras lanças com ponta de ossos de jaguar e os “grandes arcos”.<sup>16</sup>

14 Manuela Carneiro da Cunha, em referência ao Krahó escreve que pode haver uma noção de pessoa, um princípio de autonomia, de dinâmica própria, princípio tal que deve ser procurado e não postulado. Disso que trata a amizade formal. “1) a amizade formal entre os Krahó devia ser entendida como consistindo essencialmente em uma relação de evitação e solidariedade entre duas pessoas, conjugada com relações prazenteiras assimétricas de cada qual com os pais de seus parceiros: insistia, então, que essas duas relações eram pensadas como um todo, e não isoladamente, e como tal deviam ser analisadas em conjunto; e implicava, além disso, que a ligação da instituição de amizade formal com os nomes próprios era secundária, ou seja; era a modalidade Krahó do tema jê mais amplo da amizade formal: 2) analisando os contextos em que intervêm os amigos formais, distinguia dois tipos de situações: o primeiro tipo diz respeito a danos físicos, como queimaduras, picadas de marimbondos ou de formigões, em que o amigo formal é chamado para sofrer na pele precisamente a mesma agressão física de que foi vítima seu parceiro; enquanto o outro tipo se refere aos ritos de iniciação e fim de resguardo do assassino, quando os amigos formais permitem a reintegração de um Krahó segregado do convívio social e, eventualmente, sua instauração em uma nova condição social” (CUNHA, 1986, p. 53-62).

15 “No princípio, o povo Kayapó, representando toda a humanidade, era fraco, pequeno e indefeso e era constantemente atormentado por um terrível monstro, a águia gigante devoradora de carne humana, que devorou a irmã do pai dos gêmeos heróis. Motivado por vingança, o pai tem a idéia de criar os filhos dentro da água, fazendo-os crescer em tamanho, força e valentia. Para isto, confecciona uma casa de troncos de madeira, amarrada com cipó, com o qual o pai puxa a casa para fora da água. Na versão de Banner, a casa é feita de casca de jatobá, calafetada com resinas. Os gêmeos tornam-se adultos extremamente grandes e fortes, retornam para a comunidade onde o pai lhes constrói uma casa no centro aldeia, local em que eles fabricam artefatos como a primeira lança com ponta de osso, o machado Kayapó e o grande arco Kayapó. Os gêmeos, então, partem em busca da águia gigante para vingar a morte da tia, encontram-na em seu ninho e matam o terrível animal, flagelo da humanidade, livrando a todos do terrível medo que o monstro despertava” (LUKESCH, 1976, p. 55-57).

16 Roque de Barros Laraia, em comunicação a mim dirigida, atribui a Willian Crocker a afirmação de que a envergadura do arco Jê evidencia, em tese, a relação histórica desse povo com o cerrado.

La, também ensinam os membros da tribo a confecção dessas armas; ensinam-lhes, igualmente, seu manejo, tornando-os assim um povo forte e valente. A grande casa, palco de todos esses acontecimentos, é o protótipo da casa dos homens das aldeias Caiapós = ngob, e os dois heróis simbolizam os dois chefes, cada um dos quais lidera uma metade da aldeia (LUKESCH, 1970, p. 60).

Geralmente, a *meitükre* costuma ser celebrada durante uma festa tradicional e a mais frequente e grandiosa de todas é a *bemp*.<sup>17</sup> O *mênõrõnyre* participa intensamente de suas cerimônias dedicando-se à caça e pesca, cantos e danças masculinas, onde, totalmente pintados de preto, dançam até a exaustão do corpo, “a ponto de continuamente tropeçarem e caírem no chão” (Lukesch, 1970, p. 302). “Os *mênõrõnyre* devem cantar e dançar incansavelmente durante a noite inteira no auge das cerimônias principais. É isso que os distinguem dos *mêôkre*, caracterizados como sendo incapazes de dançar vigorosamente” (Lea, 2012, p. 165). Com o encerramento das comemorações, encerra-se também a *meitükre*, e

assim imagina-se o amadurecimento do homem pleno, do guerreiro que, com o “corpo destotalizado”,<sup>18</sup> passa a servir àquela sociedade como um idioma social.

O mito das plantas cultivadas conta que, por muito tempo, os homens não tiveram sorte nas caçadas diárias e as mulheres encontravam poucos frutos silvestres. *Nyobog-ti*, seu marido e os filhos passavam fome.

Aí, a filha da chuva falou para o esposo: Lá em cima, no Céu onde estão meu pai e minha irmãs, há coisas gostosas. Lá crescem batata-doce, mandioca, macaxeira; nas florestas há muita caça e também há tartarugas terrestres em quantidade. Há ainda banana e as frutas mais gostosas; aliás para comer, há de tudo que se possa imaginar. Está bem, respondeu o marido, então vá lá em cima buscar algumas dessas coisas gostosas para termos o que comer. De volta, e acompanhada de sua família celestial, traz batata-doce, macaxeira, banana e ainda muitas outras coisas saborosas (LUKESCH, 1976, p. 95).

*Bepkororoti* traz o fogo, e com dois pedaços de pau e um punhado de folhas secas o ensina como obtê-lo por ficção. *Nyobog-ti*, por sua vez, instrui o marido a fazer a uma coivara e, com ajuda de um pau de cavar, faz a primeira plantação. “Contudo, a limpeza do terreno para a agricultura obriga o homem a queimar a madeira viva, a fim de obter as plantas cultivadas que ele se permitirá cozinhar apenas num fogo de madeira morta” (LÉVI-STRAUSS, 2010, p. 182). Daquele momento em diante, mesmo carregado “de um obscuro sentimento de culpa [...] relacionado a uma técnica agrícola que faz de uma certa forma de canibalismo a condição preliminar de uma alimentação civilizada” (LÉVI-STRAUSS, 2010, p. 182), o homem encarregou-se da derrubada da mata e da queima da vegetação, enquanto a mulher coube o plantio e o cuidado com as plantas celestiais. Apenas durante a colheita ela é auxiliada pelo homem nos trabalhos mais pesados. Em casa, seu comportamento é bem mais conservador do que do homem e está arraigado aos costumes tradicionais revelando profunda desconfiança de tudo que é novo, em especial de pessoas estranhas, o que nos remete ao mito do fogo de cozinha.

17 É uma das cerimônias principais dos Mëbêngôkre. É composta de uma série de cantos e ritos específicos e dura vários dias. “Na Bemp, crianças são honradas com a confirmação de nomes e os meninos são iniciados na *mê'ityk*” (LEA, 2012, pp. 323-326).

18 O “corpo físico não é a totalidade do corpo, e nem o corpo a totalidade da pessoa; a dialética básica entre corpo e nome parecem indicar que a pessoa, nas sociedades indígenas, se define em uma pluralidade de níveis, estruturados inteiramente” (Seeger et al, 1972, p. 13).

Na narrativa acima, o jaguar é o dono do fogo: “era ele que possuía o fogo, antes de os humanos o despossuírem, tornando-se então os donos do fogo” (LÉVI-STRAUSS, 2010, p. 13). A noção de ter sido o grande felino o primeiro a possuir o fogo condiz com a mentalidade e a concepção de mundo *Kayapó* inspiradas pelo poderoso caçador. No mito o animal fala a língua do homem, e como divindade bondosa permite ao indígena comer carne moqueada

pela primeira vez. Não obstante, sua aparência oscila entre a de homem e de animal, parecendo-se com este quando o convida o jovem a montá-lo e com aquele quando maneja o arco e a flecha. Com efeito, as imagens aqui narradas sobrepõem-se a ponto de se confundirem: é o perspectivismo ameríndio enxergando humanidades para além de nós, seres humanos esculpido pelo racionalismo moderno e burguês. Para o *Mëtyktire*, o ideal de força masculino é o do caçador ofegante e suado, voltando para sua aldeia trazendo todos os tipos de caça. “O jaguar da era primitiva, também ofegante, leva para a sua toca, de uma só vez, as diversas variedades de caça” (LUKESCH, 1976, p. 176). Tal passagem objetiva-se (concretiza-se) na “caçada cerimoniosa”,<sup>19</sup> geralmente associada a uma festa ou ritual, onde o guerreiro serve-se novamente do fogo para encurrular grande quantidade de caça, que amarrada em paus ou envolta em folhas de bananeira, traz consigo sobre as costas, entrando solenemente na aldeia.



**Figura 3.** Caçada cerimoniosa *Mëtyktire*. Fonte: (Arquivo pessoal, 2012).

Tanto a casa quanto a roça pertencem à mulher. Para Hirsch (1995), lugares como esses podem representar paisagens contidas nas narrativas mitológicas, processos culturais localizados entre o lugar e o espaço, uma idealização humana entre o primeiro plano e o fundo em potencialidade. Para Basso (1996), podem estar intimamente ligados ao conhecimento de si mesmo, como um esquema maior para entender sua posição enquanto pessoa. Sendo assim, topônimos e cronotopos permanecem como monumentos à própria comunidade e jamais atingem o clímax da diversidade e da

<sup>19</sup> Para Lukesch (1976, p. 168), tal empreitada faz parte da festa máxima dos *Mëbêngôkre*: a *Bemp*. Seu nome é de peixe, mas também do grande ancestral *Bepkororoti* que, na era primitiva, se tornou divindade. Os protagonistas da festa representam diversos papéis, dispensando cuidado maior à caracterização do jaguar que, no mito, se eleva à dignidade de um deus poderoso e “benevolente”, e que doa o fogo ao homem bem estilo Prometeu – o que não é uma regra entre os *Jê* (talvez isto explique a ausência da corrida de tora entre os *Mëtyktire* ...).

complexidade; pelo contrário, continuam a se desdobrar sem destino ou ponto de extremidade específico, fundindo em si tempo e espaço. “Se o presente reproduz o passado, é porque os habitantes desse mundo são instâncias dos mesmos seres que os precederam” (SAHLINS, 2003, p. 82), fazendo do “evento uma atualização única do evento geral” (GEERTZ apud SAHLINS, 2010, p. 252), onde a “ação simbólica é um composto duplo, constituído por um passado inescapável e por um presente irreduzível” (SAHLINS, 2003, p.189).



**Figura 4.** Mulheres Mëbêngôkre numa roça de Moikarakô. Fonte: (Pascale de Robert, 2005).

Para Balée (2013), as roças *Kayapó* são também “florestas culturais” que, alteradas constantemente pelo “uso do fogo”,<sup>20</sup> refletem estratégias de tempos remotos estampados em espaços contemporâneos capazes de entrelaçar “linguagem, cultura e meio ambiente”. São “meta-adaptações à cultura, ou a um resultado *histórico* de uma transformação cultural da natureza” (VIVEIROS DE CASTRO, 2013, p. 326; grifo meu), mas que nem por isso são menos empobrecidas do que aquelas com vegetação endêmica, com pouca ou nenhuma ação antrópica. “Ao contrário do que se imaginaria, aliás, as florestas antropogênicas apresentam maior biodiversidade que as florestas não-perturbadas” (VIVEIROS DE CASTRO, 2013, p. 326) e são “duas vezes mais ricas em espécies silvestres úteis do que as porções vizinhas de floresta primária, da qual no entanto não se [distinguem] à primeira vista” (DESCOLA, 1999, p. 115).

Uma roça será bonita (*puru mex kumrex*) quando apresentar, na sua organização e composição florística, evidências de trocas, de viagens, de troféus de guerras e presentes de aliados, de fartura de festas passadas, presentes e futuras. Dessa maneira, a diversidade agrícola é portadora de sentido e de referências essenciais para os Kayapó, que fazem dela um patrimônio suscetível de se

20 De acordo com Balée, a “terra preta de índio” (ou apête para os Mëbêngôkre) é resultado de muitos anos de queima da biomassa e corresponde a 11,8% de toda terra firme da Amazônia. O pH é bem mais ácido que a média local, os níveis de alumínio e carbono são excelentes e cada centímetro acumulado equivale a 10 anos de ocupação humana. “A essa experimentação biotecnológica constante sobre o vivente somou-se a aplicação de técnicas agrônomicas sofisticadas. A mais simples, em aparência, a cultura itinerante sobre queimadas, é também a mais adequada à fragilidade dos solos tropicais, na medida em que permite tirar proveito da fina camada de húmus beneficiadas pelas cinzas das queimadas. Além disso, a plantação em policultura, na qual são misturadas plantas de diferentes alturas, protege por algum tempo os solos dos efeitos destruidores do clima, de maneira análoga aos diferentes estratos arbórescentes da floresta. Ao cabo de três ou quatro anos, todavia, as fortes chuvas e a radiação solar eliminam todos os elementos nutritivos do solo e a plantação é abandonada. A floresta coloniza a clareira e se reconstitui naturalmente ao cabo de uns trinta anos” (DESCOLA, 1999, p. 116).

enriquecer sempre. A roça é floresta em miniatura, laboratório de saberes, livro de história, vitrine de lembranças, campo de encontros e, por isso, ela é bonita. [...] A roça Mebêngôkre se revela redonda, circular e cíclica, múltipla e aberta aos outros. Uma estética radicalmente estranha a das pastagens e dos campos de soja, que são idealmente retilíneos, uniformes e monoespecíficos, e que fazem hoje sucesso na região (ROBERT et al, 2012, p. 367).

Cabe à comunidade, portanto, preservar tais monumentos e defender seu modo de vida dentro de uma constante “homeostase produtiva” (VIVEIROS DE CASTRO, 2013, p. 343). A luta pela demarcação da Terra Indígena *Capoto Jarina*, iniciada na segunda metade do século passado, surge como resposta às constantes invasões do “*kubê punure*”<sup>21</sup> e suas máquinas canibais devoradoras de florestas. Após o “confronto direto”<sup>22</sup> com estes seres estranhos, abre-se espaço para a dialética (dialógica) como parte de uma estratégia de luta contra o desflorestamento e o fogo, não como “um processo de identificação ou um lugar de coincidência de saberes, mas um princípio de dissidência, de divergência e dispersão dos discursos científicos, que tende de preencher a falta ‘imprenchível’ do conhecimento” (LEFF, 2007, p. 173).

Nos anos 1980, as lutas dos Mebêngôkre pela defesa do seu território permitiram acelerar os processos de homologação das terras indígenas e marcaram o início de experiências *socioambientais* apoiadas por cientistas e por organizações não governamentais (ONGs). Essa aliança, também reforçada pelo apoio de personalidades, permitiu mobilizar a atenção da mídia internacional sobre os problemas dos Kayapó, em particular, e dos povos da floresta em geral (ROBERT et al 2012, p. 342; grifo meu).

No entanto, queimadas e incêndios florestais proliferaram-se no entorno e por toda Amazônia, e vem à tona a narrativa relatada por Banner (1972) e Lukesch (1976), de um ser maléfico, um bicho-preguiça, que rouba para si o fogo e “ateia um incêndio no mundo, no qual perece toda humanidade, com exceção da família de um pajé, que, por força de uma magia, logrou salvar a si e aos seus, salvando assim a humanidade da extinção total” (LUKESCH, 1976, p. 197). Ao (re)interpretar “a ação referencial, que coloca os conceitos *a priori* em correspondência com os objetos externos” (SAHLINS, 2003, p. 186), e sabendo que suas armas culturais (inclusive as de fogo) não seriam o bastante para enfrentá-lo, lideranças colocam-se fora da aldeia, “e ali no mundo da natureza e em contato com sua substância física, encontram alguma entidade natural [...] que lhes salva a vida e lhes ensina uma nova técnica, básica para a sobrevivência de seu grupo social” (SEEGER et al, 1972, p. 15).

Em 1998, a expedição de lideranças indígenas a Roraima, rumo a maior catástrofe (socio) ambiental do país (um incêndio florestal de proporções alarmantes que, além de colocar em situação de risco diferentes povos daquela região, indígenas e não indígenas, e a fauna em geral, acabou consumindo cerca de um quarto de toda vida vegetal daquele Estado), fez com que o Mëtyktire se posicionasse diante do caos com “cantos [que] se referiam a nuvens de chuva como ‘corpos’ (*kino*) de Lono [Bepkororoti]” (HANDY e PUKUI apud SAHLINS, 2001, p. 111) e, “horas depois, uma tempestade liquidou 95%

21 “Os kuben-punure ou possuem natureza dual (homem e animal, por exemplo), homem-cachorro; homem-planta, como, por exemplo homem-capim-lanceta, ou são indivíduos humanos e aparência extremamente repugnante, considerados letais, caracteristicamente desumanos, tal como o horrível barba comprida = kuben-amaó-toit. O elemento desumano pode também consistir de um atributo horrendo e maléfico, como a antropofagia, entre os antropófagos = kuben-kokre” (LUKESCH, 1976, p. 242).

22 Em 1984, o Mëtyktire toma a balsa de travessia do rio Xingu administrada pelo governo de Mato Grosso e reivindica celeridade nos processos demarcatórios de suas terras. No local, à margem esquerda do rio, o órgão indigenista cria o Posto Indígena de Vigilância (PIV) Piaraçú.

dos focos de incêndios em Roraima. Na mata, os bombeiros que até então debelavam labaredas tiveram de recorrer a baldes para salvar suas barracas da inundação” (VEJA, 1998, p. 31); e absorvesse “a diferença do estrangeiro objetivada em sua cultura material, seu conhecimento, seus saberes, sua expressividade técnica e estética” (GORDON, 2006, p. 98).

A diferença em relação ao outro foi codificada em uma forma simbólica de “predação [preensão] ontológica” (VIVEIROS DE CASTRO apud GORDON [2001] 2006, p. 95), que incorporada a valores e capacidades essenciais para a constituição da pessoa e do grupo, vem sendo colocada em circulação, neste momento, através de técnicas (e tecnologias) de prevenção e combate a incêndios florestais com o intuito de monitorar e combater o fogo no entorno da Terra Indígena *Capoto Jarina* e assim prevenir-se de eventuais sinistros potencializados pelo agronegócio ali instalado (um monstro que, na forma de uma Quimera, uma besta mitológica com a capacidade de lançar fogo e veneno, tem trazido caos ao que era, até então, sustentável e plural) e pelo aquecimento global, já que para o *Kayapó* o “sol é um antigo perseguidor da humanidade” (BANNER, 1957, p. 49). Para ele, o “fogo celeste não deve entrar em conjunção com a terra, pois seu contato resultaria um incêndio generalizado, de que a seca constitui o pródromo modesto, mas empiricamente verificável” (LÉVI-STRAUSS, 2010, p.135).



**Figura 5.** Mëtyktire combatendo o fogo. Fonte: (Arquivo pessoal, 2012).

Entretanto, o sol nasce e brilha para todos e o aquecimento é global - não local. É preciso alcançar novos entornos em prol da sustentabilidade do planeta. A jornada por terras desconhecidas alcança novas dimensões e transforma a dialética do fogo em “movimento de protesto”.<sup>23</sup> O discurso diante das mazelas da globalização passa a encorajar outros povos, indígenas ou não, e a luta pela alteridade se intensifica fazendo emergir o “saber ambiental” enquanto conceito epistemológico de “um processo de revalorização das identidades culturais, das práticas tradicionais e dos processos

<sup>23</sup> “Neste contexto surgem os movimentos de protesto pela deterioração ambiental e destruição dos recursos naturais, pelo desmatamento desenfreado, pelos efeitos ambientais e sociais gerados pelos processos de pecuarização, pela agricultura altamente tecnologicada, pela hiperconcentração urbana e pelos megaprojetos de desenvolvimento regional, pelos perigos das usinas nucleares, bem como a favor da conservação dos recursos naturais, da diversidade genética, e da melhoria do ambiente, do desenvolvimento de novas tecnologias e a promoção de processos de autogestão e de participação na tomada de decisões” (LEFF, 2007, p. 150).

produtivos das populações urbanas, camponesas e indígenas” (Leff 2007, p. 169). Parafraseando Coelho de Souza (2002, p. 637), o *Mëtyktire* está virando “Outro” o tempo todo para ser cada vez mais ele mesmo, através de uma contínua diferenciação.



**Figura 6. Cacique Rop-ni em Brasília.** Fonte: (Amazon Watch, 2014).

#### 4 CONCLUSÃO

Do exposto, acredita-se que os mitos sobre a origem do “fogo de cozinha”, das “plantas cultivadas”, da “chuva e da tempestade” (LÉVI-STRAUSS, 2010, p. 91-247) e do “ser maléfico de forma animal, um bicho-preguiça, que roubara para si o fogo [ateando] um incêndio no mundo” (LUKESCH, 1976, p. 197), indicam, respectivamente: 1) o surgimento da vida civilizada, concebida mais como cultural (conquista dos bens do jaguar); 2) o surgimento da vida civilizada, concebida mais como sociedade (conquista da agricultura); 3) o surgimento da chuva e da tempestade, concebida mais como “antifogo” (LÉVI-STRAUSS, 2010, p. 328) ; 4) a “distinção entre um fogo ‘bom’ e um fogo ‘mau’” (LÉVI-STRAUSS, 2010, p. 333), sendo este resultante da ação demasiado direta do sol sobre a terra, e o surgimento de regras de conduta, cronotopos de responsabilidade (socio)ambiental com a capacidade, segundo Keith Basso (1996), de impulsionar pessoas inadimplentes, após um período de autoexame crítico, para uma vida direita.

Com efeito, as narrativas e as práticas *Mëtyktire* relacionadas com a origem e o uso do fogo no cotidiano da Terra Indígena Capoto Jarina formam um todo (socio) ambiental complexo, capaz de transcender a antinomia estabelecida entre natureza e cultura e manter a estrutura tradicional longe do “produtivismo, do despotismo e do progressivismo” (viveiros de Castro 2013, p. 344), vícios de um racionalismo econômico avassalador. Mesmo durante as expedições além-terra e as lutas socioambientais pela defesa do seu território, aqui compreendidas como “movimentos de protesto” (LEFF, 2007, p. 150), “estruturas de conjuntura” e “eventos” (SAHLINS, 2001, p. 86), bem como seus “valores contextuais,” são capazes de retroagir, ou seja, agir de volta sobre a estrutura tradicional e seus “valores convencionais”, e se conformar, ao final, mesmo que “minimamente”, dentro de um “sistema de inteligibilidade” (SAHLINS, 2001, p. 274).



## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

- BASSO, K. H. *Wisdom sits in places: landscape and language among the western apache*. New Mexico: University of New Mexico Press, 1996.
- BALÉE, W. L. People of the fallow: a historical ecology of foraging in lowland South America. Em K. H. REDFORD e C. J. PADOCH (Eds.), *Conservation of neotropical forests* (p. 35-57). Nova York: Columbia University Press, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Cultural forests of the Amazon: a historical ecology of people and their landscape*. Tuscaloosa: Alabama Press, 2013.
- BANNER, H. A casa dos homens gorotire. *Revista do Museu Paulista*, V. 6, 1952.
- \_\_\_\_\_. Mitos dos índios Kayapó. Em: SCHADEN, Egon (Org.), *Homem, cultura e sociedade no Brasil*, p. 90-132, 1972.
- \_\_\_\_\_. O índio Kayapó em seu acampamento. *Boletim do MPEG: Série Antropologia*, n.13, 1961.
- CHUVA Sagrada. *Revista Veja*. São Paulo, 1541, 31, Abril, 1998.
- COELHO DE SOUZA, M. S. *O Traço e o Círculo: o conceito de parentesco entre os Jê e seus antropólogos* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGAS-Museu Nacional, 2002.
- COULANGE, F. *A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma*. São Paulo: Hemus, 1975.
- CUNHA, M. C. Lógica do mito e da ação: o movimento messiânico canela de 1963. Em: CUNHA, Manuela Carneiro da, *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.
- DESCOLA, P. A selvageria culta. Em: NOVAES, A. (Org.), *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- FERRY, Luc. *A sabedoria dos mitos gregos: aprender a viver II*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- FRANCO, E. Morte no ar. *Revista Planeta*, 514 (42), Outubro 2015.
- FRAZER, J. *O ramo de ouro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GEERTZ, C. *The social history of an Indonesian town*. Cambridge: MIT Press, 1961.
- \_\_\_\_\_. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1997, 2008.
- GORDON, C. *Economia selvagem: ritual e mercadorias entre os índios Xicrín-Mebêngôkre*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora da UNESP, ISA e NUTI, 2006.
- HEMMING, J. *Ouro vermelho: a conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: EDUSP, 2007.
- HIRSCH, E. *Landscape: between place and space*. Oxford: Clarendon Press, 1995.

IMAZON. *Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios*. Disponível em: <<http://amazon.org.br/areas-protegidas-naamazonia-brasileira-avancos-e-desafios-2/>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

*Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LACEY, H. *Valores e atividade científica*. São Paulo: Ed. Discurso, 1998.

LEA, Vanessa. Desnaturalizando gênero na sociedade Mëbêngôkre. *Revista Estudos Feministas*, 7, 176-194, 1999.

\_\_\_\_\_. *Riquezas intangíveis de pessoas partíveis: os Mëbêngôkre (Kayapó) do Brasil (Central)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2013.

LÉVI-STRAUSS, C. Raça e História. Em: LÉVI-STRAUSS, Claude, *Antropologia Estrutural II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

\_\_\_\_\_. *O cru e o cozido (Mitológicas I)*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

LUKESCH, A. *Mito e vida dos índios caiapós*. São Paulo: Pioneira, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia* (2 ed.). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MÉTRAUX, A. Mythes et Contes des Indiens Cayapo (Groupe Kubenkfran-kein). *Revista do Museu Paulista*, n.2, 1960.

MORIN, E. *Saberes globais e saberes locais*. Coleção Ideias Sustentáveis. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

\_\_\_\_\_. *O método 1: a natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

\_\_\_\_\_. *O método 2: a vida da vida*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

POSEY, D. A. Indigenous management of tropical forest ecosystems: the case of the Kayapó Indians of the Brazilian Amazon. Em M. R. Dove e C. Carpenter (Eds.), *Environmental anthropology: a historical reader*. Malden, MA: Blackwell Pub, 2008.

ROBERT, P., LÓPEZ GARCÉS, C., LAQUES, A., COELHO-FERREIRA, M. A beleza das roças: agrobiodiversidade Mëbêngôkre-Kayapó em tempos de globalização. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 7 (2), 339-369, 2012.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não um “objeto” em via de extinção (parte II). *MANA*, 3(2), 103-150, 1997.

\_\_\_\_\_. *Como pensam os nativos*. São Paulo: EDUSP, 2001.

\_\_\_\_\_. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

\_\_\_\_\_. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

SEEGER, A., DAMATTA, R., VIVEIROS DE CASTRO, E. B. A construção da pessoa nas sociedades indígenas. *Boletim do Museu Nacional, Antropologia* n. 32, 1979.

TURNER, Terence. Da cosmologia à história: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó. Trad.: David Soares. *Revista Cadernos de Campo*, 1 (1), 68-85, 1991.

\_\_\_\_\_. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. Em: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.), *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Alguns aspectos da afinidade no dravidiano amazônico. Em: CUNHA, Manuela Carneiro da, VIVEIROS DE CASTRO, Eduard (Org), *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo: NHIIUSP, FAPESP, p. 149-210, 1993.

\_\_\_\_\_. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, 2 (2), p.115-144, 2006.

\_\_\_\_\_. *A natureza em pessoa: sobre outras práticas de conhecimento*. São Paulo: ISA, 2007.

\_\_\_\_\_. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

WRANGHAM, R. *Pegando fogo: por que cozinhar nos tornou humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

## INTERFACES ENTRE O MEIO AMBIENTE E A QUESTÃO AGRÁRIA NO SÉCULO XXI: UMA FASE RETRÔ OU UM ETERNO RETORNO?

**ROCCO, Rogério G.**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito (PPGSD)  
Universidade Federal Fluminense (UFF)  
*rogerio.rocco2009@gmail.com*

**LOBATO DA COSTA, Rodolfo B. de M.**

Doutorando do PPGSD  
Universidade Federal Fluminense  
Bolsista CAPES  
*rodolfolobato@hotmail.com*

### RESUMO

Neste artigo, analisaremos as transformações de tratamento na história da legislação ambiental brasileira, relacionando-a com a questão agrária. A partir da identificação de normas que tratam da conservação dos elementos naturais, foi elaborada a seleção e o recorte temporal na forma de fases da legislação, o que nos permite associá-las às estratégias do desenvolvimento nacional e suas estratégias de apropriação da natureza e da terra. Esse artigo procura elaborar um conjunto de reflexões a partir da hipótese de que há uma falsa polêmica, estimulada por setores que dependem de um fracionamento entre a ecologia e a economia, para omitir a busca recorrente e persistente em classificar a propriedade como um direito absoluto, um eterno retorno do liberalismo que toma forma de “novas” legislações.

**Palavras-chave:** Meio Ambiente; ecologia; questão agrária; propriedade; desenvolvimento.

### ABSTRACT

In this article we will analyze how transformations of the treatment of the history of the Brazilian environmental legislation, relating it to an agrarian question. Based on the identification of norms that deal with the conservation of natural elements. This article looks at a set of reflections based on hypotheses that there is a false polemic between the ecology and the rural development, stimulated by sectors that depend on a instable balance between ecology and economy, we try to understand a persistence in classifying the property as an absolute right, an eternal return of liberalism taking the form of “new” laws.

**Keywords:** Environment; ecology; Agrarian question; property; development

“A árvore quando está sendo cortada,  
observa com tristeza que o cabo do machado é de madeira.”  
Provérbio árabe

## 1. Preâmbulo

A proposta deste artigo surge de um debate dentro da disciplina Seminário de Tese, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, da Universidade Federal Fluminense. Momento em que debatemos, os dois autores desse artigo, as contradições presentes no Direito Ambiental em relação à agricultura, e as contradições entre a questão agrária com as perspectivas conservacionistas. Os universos de estudo envolviam constrangimentos mútuos, dos efeitos nocivos do “agronegócio” em relação às recentes mudanças presentes no novo Código Florestal, e, de outro lado, uma perspectiva “ambientalista” que limita ou impede o desenvolvimento de uma agricultura de baixo impacto sob a bandeira do “mito da natureza intocada”. Nesse sentido, como síntese dos debates, refletiremos como esse dois extremos aparecem como uma falsa dualidade, politicamente criada para “omitir” ou “esconder” um grande desafio comum: o “eterno retorno” do caráter absoluto da propriedade.

## 2. Introdução

Historicamente, os camponeses constituíram o tipo básico da humanidade até o século XX, mas essa relação se inverte e o campesinato se encontra, atualmente, diante de grupos sociais maiores, e uma natureza que, por vezes, em vez de servir de matéria prima, torna-se um desafio para sua sobrevivência. Mais do que pensarmos num mundo rural, objeto de determinadas políticas, há uma superposição entre a macro e a micropolítica que, segundo Hobsbawn (1978), cria uma particularidade em aplicar determinados preceitos legais ou programas sociais que não vislumbrem uma totalidade que compreende desde a produção, a família, a religião, a casa, a terra e as águas:

... seja qual for o tamanho e a complexidade do ‘mundo pequeno’, sempre se sabe que ele não apenas demarca ou funde limites com outros ‘mundos pequenos’ análogos, mas que fazem parte de um mundo muito mais amplo. Um problema crucial para a política dos camponeses tradicionais é a relação entre o microcosmo e o macrocosmo. Por si mesmos, eles não podem resolver esse problema, de vez que sua unidade de ação política é (na prática) a região, ou (conceitualmente) a espécie humana; a bomba d’água da paróquia ou o Universo. (HOBSBAWN, 1978: 46)

Dessa conexão entre universos segmentados pela modernidade, percebermos a agricultura ou a natureza como residuais e, assim, encontramos-nos diante de outro problema: é possível falar que há, num universo de tensões sociais no campo, uma diferença entre políticas agrárias e políticas ambientais? Esse artigo procurará elaborar um conjunto de reflexões a partir da hipótese de que essa é uma falsa polêmica, estimulada por setores que dependem de um fracionamento entre a ecologia e a economia, entre o socialmente responsável e o ecologicamente sustentável.

Para tal desafio, pretendemos analisar as transformações de tratamento da questão ambiental através da história da legislação ambiental brasileira, relacionando-a com a questão agrária como método para compreender os impactos do novo Código Florestal. A partir da identificação de normas que tratam da utilização e/ou conservação dos elementos naturais, foi elaborada a seleção e o recorte temporal na forma de fases da

legislação, que, a partir de paradigmas distintos, nos permite associar as estratégias de desenvolvimento com a motivação dos poderes instituídos na relação do ser humano com o meio ambiente e os projetos de desenvolvimento no Brasil. A interface entre o ambiental e o agrário não pode ser reduzida a um dilema contemporâneo e, para investigá-la, faz-se necessário indagar de que formas a floresta significou/significa uma fonte de recursos para as populações camponesas e tradicionais.

Mesmo antes da edição de normas nacionais, Portugal já aplicava aqui um compilado de Ordenações, nas quais tipificava o corte de árvores como crime e o sistema de sesmarias, criado no século XIV, capaz de assegurar a colonização. No caso das normas sobre a proteção vegetal, exploração florestal, suprimento de matéria-prima, incêndios, etc., são todas matérias das Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas no Brasil, resguardando os interesses de Portugal sob a égide no Pacto Colonial, cujas noções de “propriedade” e “apropriação da renda da terra” estavam baseadas na compreensão e poder da Igreja/Monarquia, ou seja, a terra e seus usos eram heranças dos Direitos Romano e Canônico, cujo mandato temporal era facultado ao monarca.<sup>1</sup>

Entendendo a noção de “propriedade” como fenômeno sociojurídico, a organização das lideranças agroindustriais no mundo contemporâneo coloca-nos o desafio de questionar a apropriação tanto simbólica (representação e valores) quanto material (poder e recursos) a serem identificados na forma de percepção, apropriação e apreensão da natureza e, por conseguinte, nos conflitos socioambientais.

Existem inúmeras construções epistemológicas acerca da evolução da legislação ambiental e agrária brasileiras. No entanto, utilizaremos metodologicamente a sua divisão em fases para a compreensão das mudanças ocorridas, segundo Benjamin (2001), que divide a história da legislação ambiental em três fases: exploração desregrada, fragmentária e holística. Neste artigo, para o cruzamento epistêmico entre legislação ambiental e agrária, utilizaremos as fases desenvolvidas por Rocco (2012): mercantilista, privatista, fragmentária, holística e, finalmente, retrô.

### 3 - A Fase Mercantilista

A Fase Mercantilista é aquela na qual a visão humana da natureza está associada sua utilidade, isto é, apesar de tratar de elementos da natureza, a legislação editada nessa época considerava esses elementos de acordo com sua utilidade na vida humana. Ou melhor, tratava os elementos naturais como mercadoria. A motivação para a edição de normas neste período era o regramento do acesso a elementos específicos na natureza. Essa fase se estende entre os períodos Colônia e Império, quando o Brasil vivia um Sistema Monarquista.

Para esse período, que podemos caracterizar a partir do fim da Idade Média, a primeira escola a se apropriar da reflexão sobre a produção de renda e a terra foram os fisiocratas franceses. Como o próprio nome já indica: um poder (“krátos”) da natureza (“phisis”). Fisiocrata e filho de agricultores, François Quesnay desenvolve uma teoria sobre a renda fundiária que era atribuída à generosidade da terra, mais exatamente à noção de abundância e à escassez.

1 Como registrado nas Ordenações Filipinas, título LV, “Que as terras da Corôa e os assentamentos del Rey, [...] que alguns tem de Nós de juro e de herdade, ou em mercê, e os assentamentos, que de Nós tiverem por qualquer razão, não podem ser apenhados, nem obrigados. É posto que os que as taes cousas tiverem, as obriguem, ou apenhem, não valerá o tal apenhamento, porque queremos, que não possam ser alheadas, nem apenhadas sem nosso special mandado”. Fonte: Download realizado no site <http://www.l.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/14p849.htm>, em 05/12/2011.

A reflexão entre os fisiocratas tem como norte o combate a uma concepção de natureza como um monopólio, um privilégio feudal sobre o acesso e renda nela produzida, ou, melhor, um privilégio de classe. Em resumo, a renda da terra não era compreendida enquanto um produto da interação entre o homem e a natureza, mas um direito natural, e, por que não dizer, um direito divino?! Ainda estávamos em um período em que floresciam as contradições entre as instituições da Idade Média e uma economia e moral capitalistas em germinação.

No Brasil temos alguns exemplos de normas sintomáticas dessa percepção da natureza como direito monopolístico. Por exemplo: um decreto regulamentando a pesca da baleia (1602), ou sobre as condições para exploração do Pau-brasil (1605). Havia, ainda, outras normas desse período, como o decreto que proibia o corte de árvores de mangue, de 1760, e o que declarava como propriedade da Coroa Portuguesa a vegetação marginal ao mar e aos rios que desembocavam no mar – considerada na atualidade como Áreas de Preservação Permanente – APP, conforme disposto desde o Novo Código Florestal Brasileiro (Lei nº 4.771/65), reformado recentemente pela Lei nº 12.651/12 – Lei de Proteção da Vegetação Nativa.

Para a especificidade da formação do direito de propriedade no Brasil, faz-se necessário destacar a Lei de Terras (1850), que regulamentou diretamente a forma de aquisição de propriedade imóvel. Em suma, esta Lei estabelecia que o único modo de aquisição das terras devolutas<sup>2</sup> seria a compra e a venda, o que, na prática, extinguiu com o modo secular de aquisição de terra por meio da posse.

Diversas foram as iniciativas da Colônia desde o século XVII para ordenar a questão territorial em terras brasileiras, mas que não resultavam bem sucedidas. E diversas delas asseguravam a proteção à posse. Entretanto, em fins do século seguinte, as tendências se reverteriam contrárias a este instituto, como apresentado por Zenha, ao se referir a alvará editado em 1795, em artigo publicado em 1951 com a finalidade de celebrar o centenário da Lei de Terras:

Embora fossem proibidas as concessões de novas sesmarias, e talvez por isso mesmo, o certo é que a confusão estabelecida pelas posses tinha tomado um tal vulto que reclamava providências imediatas. As demandas resultantes eram inúmeras. ‘Um outro fim tem o projeto: é evitar as contestações que entre nós existem e continuarão a existir se não passar alguma providência sobre o modo de apropriarem as terras; contestações a que dão lugar posses feitas pelo modo por que se tem até agora praticado’, isto é, indiscriminadamente e com um desembaraço positivamente lesivo. Este sistema era prejudicial à coletividade. Além do apossamento irregular de terras públicas, tinha ele, entre outras, uma consequência funesta: dispersava a população, uma vez que cada um procurava localizar-se em tratos separados por grandes distâncias, já que a clandestinidade era a regra.<sup>3</sup>

Ao extinguir as formas tradicionais de aquisição de terras, regularizar as posses ocorridas anteriormente ao seu advento e fixar limites claros entre a propriedade particular e o domínio público, impedia o acesso de escravos libertos às terras “livres”.

2 Nas palavras de Edmundo Zenha, “terras devolutas seriam somente aquelas que, por abandono, tivessem revertido à propriedade do Estado. Hoje o termo inclui não só as terras que assim foram devolutas ao patrimônio público como as que nunca tiveram proprietário e são do Estado. O adjetivo realengo, sinônimo de regalengo, real, tomou, na linguagem popular, uma significação especial. Exprime coisa abandonada, descuidada. Nas zonas rurais antigas é comum ouvir-se: ‘não se deve deixar um terreno assim realengo’... Isto é, abandonado, sem cercas, sem caseiro, franqueado a todos, como terreno baldio. É acepção que nos ficou dos tempos coloniais. Terra realenga era terra abandonada.” (ZENHA, 2011: 840).

3 ZENHA, 2011: 843.

Nesse sentido, a Lei de Terras criou as condições de expansão dos territórios de uma aristocracia agrária; além de antecipar, de modo planejado, o processo gradual e lento de extinção da escravidão sem afetar a estrutura fundiária pré-estabelecida. É o que nos afirma Martins:

A renda capitalizada no escravo transformava-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa.<sup>4</sup>

Na Europa, especificamente na Inglaterra (THOMPSON, 1988), as florestas, as áreas de caça, grandes parques, algumas áreas de pesca eram, já no século XVIII, arenas notáveis de reivindicações conflitantes de direitos comuns. No mesmo século em que na França, com a Revolução Francesa, gritos de “igualdade, liberdade e fraternidade” eram transmitidos em poesia e sangue, a “propriedade” era reconhecida como direito natural (artigo 2º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789).

#### 4. A Fase Privatista

A Fase Privatista no Brasil tem início com a República e o fortalecimento de práticas econômicas liberais. Assim é forjada, sob a égide de uma insatisfação com o totalitarismo da Monarquia. Nasce daí uma “primeira geração de direitos”, que se materializa com os direitos civis e políticos<sup>5</sup>. As normas envolvendo, de alguma forma, as questões ambientais nessa época começam a surgir no Código Civil Brasileiro (1916)

que, entretanto, encarnava um conceito quase ilimitado da propriedade privada, recepcionando o regime fundiário da Lei de Terras, de 1850.

A constituição de uma geração de direitos vinculava-se, também, à necessidade de transformar a condição jurídica do trabalhador, pois, com a abolição da escravatura, foi necessário superar a coerção física por uma coerção ideológica. Isso representou, além de criar um novo trabalhador, teses racistas circulavam orientando o “branqueamento” da população. Nesse sentido, do final do século XIX e no início do século XX assistimos à imigração de trabalhadores europeus, e novas relações sociais de produção no campo, como o colonato (MARTINS, 2004).

Na década de 1920, o Brasil tinha aproximadamente 90% de sua pequena população (perto de 30 milhões de habitantes) concentrada no campo, contra 10% nas cidades<sup>6</sup>. A expectativa de vida do brasileiro era de menos de 40 anos e esse quadro estava associado às grandes epidemias que assolavam o Brasil: febre amarela, varíola, rubéola, dengue, sarampo, catapora, dentre tantas outras. Porém, para o Presidente Getúlio Vargas, era preciso “desenvolver” o país, e, assim, travou uma batalha para redesenhar a economia brasileira, migrando do sistema agrário-exportador para um modelo urbano-industrial.

Essa postura caracteriza-se como efeito das críticas, durante a República Velha, ao latifúndio pelo movimento tenentista. E, com a crise de 1929, o Estado, diante de uma produção prevista para os dez anos seguintes que excedia, com sobras, a capacidade previsível de absorção dos mercados compradores, praticou queimadas para influenciar

4 MARTINS, 2004: 32.

5 Bobbio, ao tratar das gerações de direitos, afirma que “os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas.” (BOBBIO, 1992: 05).

6 Milton Santos alerta que “todos esses dados, porém, devem ser tomados com cautela, já que somente a partir de 1940 as contagens separavam a população urbana (cidades e vilas) da população rural do mesmo município.” (SANTOS, 2009: 24).



os preços dos produtos. Atendendo às premissas necessárias para a industrialização, com a Constituição de 1934, surgem os três primeiros códigos associados a questões ambientais: o Código das Águas, o Florestal e o de Mineração. Em paralelo, vale citar que essa mesma Constituição voltou a reconhecer o direito dos posseiros, reduziu os impostos para a pequena propriedade e garantiu a terra às nações indígenas, até um novo retrocesso em 1937, com o Estado Novo (VEIGA, 1984). Em 1940, o então novo Código Penal também incorpora a aplicação de penas a condutas lesivas ao uso das águas, mas ainda sob a ótica antropocêntrica da proteção à saúde pública.

O Código Florestal de 1934, instituído pelo Decreto nº 23.793/34, definiu regramentos associados à exploração das florestas brasileiras. Para tanto, dividiu as florestas em quatro tipologias: protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento. O objetivo foi o de estabelecer a correlação entre a necessidade de exploração e o direito de propriedade. No caso deste código, a opção foi de manter o domínio do solo associado ao domínio das florestas. Isto é, além das áreas de domínio público – para as quais se previa regras de exploração relacionadas à realização de concessões públicas –, as propriedades particulares tinham inclusas em seu domínio o potencial econômico das florestas nelas existentes, considerados os limites de supressão por propriedade – tendo em vista que o Código estabelecia como obrigatória a preservação de 25% das florestas em cada propriedade. Ou seja, a dominialidade do potencial econômico das florestas existentes em áreas privadas era do proprietário da área.

No caso do Código de Águas, a motivação era a mesma. Isto é, a edição da norma estava voltada à regulamentação do acesso à água em razão dos objetivos de migração do modelo de desenvolvimento, tendo em vista o aumento da demanda sobre esse elemento natural com os processos de urbanização e industrialização.

É possível detectar essa motivação nos considerandos do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Um deles, afirma “que se torna necessário modificar esse estado de coisas, dotando o país de uma legislação adequada que, de acordo com a tendência atual, permita ao poder público controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas”. E outro, “que, em particular, a energia hidráulica exige medidas que facilitem e garantam seu aproveitamento racional”. Ou seja, a medida tinha vinculação com o processo de industrialização e de urbanização – numa lógica que assegurasse o abastecimento de água para o seu uso residencial, ao contrário dos padrões de vida das populações rurais – que não possuíam redes de abastecimento de água tratada.

Mesmo sem modificações do regime fundiário ou no regime de propriedade, esse período marca mudanças substanciais na concepção desses direitos. Com a revolução de 30 há um movimento para que o governo exerça autoridade de domínio do território nacional, assim já é possível identificar a “função social da propriedade” desde a Constituição de 1946.

Na segunda metade do século XX, em um contexto de efetiva industrialização do país, inversão e superação da população urbana sobre a rural, a preocupação ambiental começava a ganhar escala. Somando-se à reflexão sobre a propriedade da terra, as teorias de renda da terra e, mais, da luta de classes, passamos para o desafio de identificar as formas de extração de renda entre o proprietário da terra e os trabalhadores.

A renda absoluta, para Karl Marx, estava destinada a desaparecer, concebendo o sobrelucro agrícola muito mais em termos da desigualdade entre a agricultura e a indústria do que exatamente em termos das relações da própria propriedade fundiária. Ou seja, as relações entre agricultura e indústria são os instrumentos pelos quais os teóricos clássicos interpretam as próprias transformações na agricultura em si. Assim, Marx destaca a subsunção/subordinação formal do trabalho ao capital enquanto processo que explica a recriação da atividade camponesa em função do capital.

Como desdobramentos da teoria marxista, temos a contribuição de Karl Kautsky, procurando contribuir para a construção de um programa do Partido Social-Democrata alemão. Esse autor constrói todo um histórico em que mostra como os produtos do solo se converteram em mercadorias, adquirindo valor de mercado e, conseqüentemente, o próprio solo foi se convertendo em mercadoria dotada de valor.

Como momento de especial atenção, Kautsky destaca o processo de expulsão dos camponeses do usufruto da floresta através da regulamentação da caça. Desde o século XVI os camponeses perdem a luta contra os grandes proprietários: “tiraram-lhes as florestas e lhes cortaram as águas; ao invés da caça lhes servir de alimento, passava a devastar-lhes as plantações”<sup>7</sup>. Com o fortalecimento do capitalismo no Brasil, assistimos a um aumento da quantidade de produtos destinados à cidade, mas, também, uma regressão da economia camponesa ao exaurir progressivamente o solo, reduzindo sistematicamente a sua fertilidade.

## 5. A Fase Fragmentária

Seguindo o raciocínio de Benjamin (2001), temos a vigência da Fase Fragmentária entre as décadas de 1960 e 1970, quando a questão ambiental começou a ganhar projeção internacional, inclusive nos fóruns das Nações Unidas. É nesse período que começam a aparecer as conseqüências de um modelo de industrialização que desconsiderava os efeitos de seus lançamentos líquidos, sólidos e gasosos no meio ambiente. Com isso, os efeitos da poluição começaram a afetar gravemente a natureza e as populações humanas localizadas nas áreas de influência das indústrias. Não havia políticas públicas de controle das emissões de matérias ou energias no meio ambiente, o que levou a situações de calamidade e de incolumidade.

Neste período, o Brasil vivia experiências relativamente exitosas com relação ao desenvolvimento. O projeto de industrialização estava sendo bem sucedido, associado à expansão das telecomunicações e ao chamado milagre econômico. No âmbito da urbanização, o país vivia o fenômeno do êxodo rural, numa verdadeira corrida para as cidades. A preocupação ambiental e agrária começava a ganhar escala e, como conseqüência, foram editadas algumas normas sobre o assunto, como o Estatuto da Terra (1964) e o Novo Código Florestal (1965).

Caracterizada como uma “modernização conservadora” da agricultura brasileira (PALMEIRA, 1989), podemos citar que a estrutura da propriedade rural permaneceu a mesma, aumentando a concentração fundiária e as disparidades de renda, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. De qualquer forma, as novas

7 KAUTSKY, 1998: 56.

legislações nesse âmbito introduziram inovações jurídicas (parceiro, arrendatário, assalariado, etc.), que criaram as condições para a ruptura das identidades tradicionais:

...estamos querendo chamar a atenção para que, independentemente da via tomada, os pressupostos legais da ação do Estado, articulados às próprias transformações por ele sofridas enquanto máquina administrativa, além dos efeitos provocados por sua presença direta no campo, impuseram uma mudança das relações Estado/grandes proprietários/camponeses. O reconhecimento social, operado legalmente pelo Estatuto do Trabalhador Rural, e a possibilidade, aberta pelo Estatuto da Terra, de uma intervenção direta do Estado sobre os grupos reconhecidos como compondo o setor agrícola ou a agricultura, permitiram a elaboração e aplicação de políticas próprias para cada um desses grupos. O camponês - o trabalhador rural - tornou-se objeto de políticas, o que até então era impensável, criando-se condições para o esvaziamento das funções de mediação entre camponeses e Estado, até então exercida pelos grandes proprietários ou por suas organizações. (PALMEIRA, 1989: 101)

Já o novo Código Florestal, além de reforçar a política de criação de parques e reservas com vistas à proteção florestal, também inova com o estabelecimento das Áreas de Preservação Permanente - APPs e das Reservas Legais Florestais - tidas como limitações administrativas impostas às propriedades rurais para a realização de corte raso, ficando o proprietário obrigado a manter percentuais de cobertura florestal de acordo com a localização geográfica do terreno.

Porém, o legislador não fugiu à necessidade de estabelecimento de regras variadas de acesso à exploração florestal por siderúrgicas e outras indústrias que utilizem carvão vegetal e lenha, assim como para a implantação de loteamentos e outras atividades. As violações às regras estabelecidas eram punidas como contravenções penais - que são como crimes de pequeno potencial ofensivo, aos quais se aplicam penas de prisão simples e/ou multa.

Dois anos depois é aprovada a Lei nº 5.197/67 - conhecida como Lei de Proteção da Fauna. A Lei estabelece, assim como o decreto de 1934 sobre maus tratos aos animais, a tutela do Estado sobre os animais. Porém, com uma diferença significativa. Nessa nova lei, a tutela se aplica exclusivamente sobre os animais silvestres, considerados aqueles que têm parte ou a totalidade de seus ciclos de vida em território nacional ou em águas jurisdicionais brasileiras<sup>8</sup>.

Enquanto o Código Florestal punia seus infratores com as penas simples associadas às contravenções penais, a Lei de Proteção à Fauna impunha a reclusão do suspeito até o julgamento de seu processo pelo Poder Judiciário, na forma de crimes inafiançáveis. Portanto, numa hipótese em que o sujeito ateasse fogo a uma floresta, sua punição seria de prisão simples, eis que a infração era considerada como contravenção penal. Já no caso do sujeito que efetuasse a caça de um único animal, seja qual fosse a motivação, a pena aplicável era de recolhimento prisional até o julgamento do processo criminal - que normalmente não conta com a desejada celeridade. Essa dicotomia, esse distanciamento entre normas relacionadas à proteção do meio ambiente é que caracteriza, na construção do Ministro Herman Benjamin, a chamada Fase Fragmentária - quando as normas ambientais eram editadas sem a necessária conexão.

<sup>8</sup> Ficaram de fora os animais exóticos e os domésticos ou domesticados, que só voltaram a gozar de proteção contra maus tratos com a edição da Lei de Crimes Ambientais - Lei nº 9.605/98.

Ou seja, o meio ambiente e natureza eram vistos e tratados normativamente em fragmentos, reproduzindo, desde a visão antropocêntrica trazida pelos europeus e presente nas primeiras normas ambientais editadas no Brasil-Colônia, a concepção mercantilista dos elementos naturais.

## 6. A Fase Holística

No Brasil, o resultado político da Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano (1972) motivou a elaboração e a aprovação da Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA. Sua aprovação, através da Lei nº 6.938/81, segundo Benjamin (2001), inaugura a Fase Holística, já que é a primeira lei brasileira que legisla expressamente sobre *meio ambiente*. Com a recepção pela Constituição de 1988 dos princípios jurídicos da função social e ambiental de propriedade da terra, contidos no Estatuto da Terra, mas inteiramente ignorados na política agrária do regime militar, ingressamos num novo contexto, com muitas expectativas e, também, muitas ilusões. Ao longo da história brasileira, foram editadas leis sobre floresta, proteção animal, água, uso do solo, do subsolo e algumas outras que tratavam de elementos naturais, mas não havia nenhuma lei dispendo sobre meio ambiente. Dentre os principais doutrinadores há o consenso de que o Direito Ambiental Brasileiro nasce com a aprovação da Lei nº 6.938/81. Essa lei instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, uma iniciativa muito importante e compôs um conjunto de inovações na política ambiental brasileira, dispendo sobre seus instrumentos e instituindo a responsabilidade civil objetiva por ações lesivas ao meio ambiente.

O SISNAMA pressupõe a atuação dos órgãos governamentais das três esferas do Poder Executivo de forma integrada e articulada, a fim de colher os melhores resultados na atuação em torno de um tema que é da competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - o que caracteriza a chamada "competência comum", na forma disposta na Constituição Federal de 1988. Isto é, como a proteção do meio ambiente, o combate à poluição, a preservação das florestas, da fauna e da flora, nos termos do art. 23, VI e VII, da CF/88, são competências comuns às três esferas da Administração Pública, houve uma preocupação em estabelecer um sistema integrado de órgãos que atuem no cumprimento das obrigações do poder público, relacionadas ao meio ambiente.

A lei estabeleceu, ainda, os Instrumentos da PNMA, por meio dos quais os princípios, as finalidades e as diretrizes gerais da política irão se materializar. Nos termos do art. 9º, da Lei nº 6.938/81, são exemplos de instrumentos presentes na PNMA: estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, zoneamento ambiental, avaliação de impacto ambiental, licenciamento ambiental, concessão florestal, servidão ambiental, dentre outros. O artigo citado enumera treze espécies de instrumentos, dos quais alguns são bastante conhecidos pela sociedade, enquanto outros ainda sequer ganharam real efetividade, mesmo depois de mais de 30 anos da aprovação da PNMA.

Outra questão relevante que surgiu com a aprovação da referida lei é a Responsabilidade Civil Objetiva - que obriga o causador de um dano a arcar com os custos de sua reparação, independentemente da existência de culpa. Ou seja, a PNMA definiu que aquele que causar um dano deve pagar por sua reparação e/ou ressarcimento, mesmo que não tenha tido a intenção de provocá-lo e que a atividade causadora esteja funcionando regular ou irregularmente. Essa obrigação objetiva tem a intenção de desonerar a sociedade

dos custos diretos e indiretos relacionados à alteração da qualidade ambiental causada por terceiros, vinculando essa obrigação ao seu causador.

O caráter holístico do debate também toma forma na questão agrária enquanto uma contradição ou antinomia. A proteção ao meio ambiente e o respeito à função social da propriedade convivem com a pretensão dos mercados de estabelecer a noção de “terra mercadoria”, uma tensão permanente e contraditória com relação aos princípios jurídicos da função socioambiental da propriedade da terra, recepcionados pela Constituição de 1988. Para Delgado (2014), há um novo ciclo da questão agrária no Brasil que caracteriza-se pela inadequação entre a estrutura agrária estritamente mercantil face às necessidades da vida contemporânea, no sentido de “desmercadorizar a terra”:

Duas mudanças significativas, mas contraditórias, foram operadas sobre a estrutura agrária brasileira, herdada do regime militar: I – a mudança conceitual formal do direito de propriedade fundiária rural, configurada desde a Constituição de 1988 pelos critérios expressos de sua função social e ambiental legitimadora (Art. 5, XXIII, combinado com o Art. 186); acrescida das salvaguardas aos direitos territoriais dos povos indígenas (Art. 231) e ainda das comunidades quilombolas (ADCT – Art. 68); II – um novo ciclo de economia política, claramente configurado nos anos 2000, mediante reestruturação de uma economia política do agronegócio, com expressa estratégia de captura da renda e de riqueza fundiária, segundo critérios estritos da completa ‘mercadorização’ dos espaços fundiários. (DELGADO, 2014: 31)

Ao lado da crítica ao desenvolvimentismo, o ambientalismo também incorporou as críticas associadas à relação entre as unidades de conservação e os direitos das populações tradicionais. Isto é, algumas categorias de conservação – como os parques nacionais e as reservas biológicas – pressupõem impedimentos à presença humana em seus perímetros, o que resultou em graves conflitos de interesse ao longo de décadas de políticas de conservação, desde a edição do Código Florestal de 1934.

Como sinal de mudança nas políticas de conservação ambiental, na Amazônia, na década de 1980, encontramos o desenvolvimento de duas novas categorias de conservação, que conseguem dialogar com a permanência da população e o uso sustentável dos recursos naturais: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e a Reserva Extrativista (RESEX). Essas e outras categorias aparecem na Lei nº 9.985/00 – que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, que, por sua vez, se consagra como uma das mais importantes inovações normativas da Fase Holística da legislação, dispondo sobre 12 distintas categorias de conservação, divididas em dois grupos: Proteção Integral (que não admite a supressão de recursos ambientais) e Uso Sustentável (que admite a retirada de recursos da natureza), ao qual estão associadas a RDS e a RESEX. Outro elemento fundamental trazido por esta norma com vistas a minimizar os conflitos entre a criação de unidades de conservação e a manutenção de atividades humanas essenciais, é a obrigação de realização de estudo técnico prévio e de consulta pública como requisitos para a criação e ampliação de áreas protegidas – o que legitimou a participação social nos processos que antes eram exclusivos da administração pública.

Para relacionar o tema da apropriação dos recursos naturais (leia-se propriedade) com a questão ambiental, destaca-se a reflexão de Juan Martinez Alier (2007), quando divide em três as formas de discursos sobre a natureza (ou correntes do ecologismo) que estão em jogo na atualidade: o culto à vida silvestre; o evangelho da ecoeficiência; e a justiça

ambiental ou ecologismo dos pobres. O primeiro, “o culto à vida silvestre”, caracteriza-se pela sacralidade da natureza, também trabalhada, de forma paralela, em “O Mito Moderno da Natureza Intocada”, escrito por Antônio Carlos Diegues (1996).

Com relação à segunda corrente, do “evangelho da ecoeficiência”, Alier aponta que é possível um incremento de investimentos que conduz, em primeiro lugar, a um aumento da contaminação/poluição, mas no final conduz a sua redução em direção ao desenvolvimento sustentável. Já a terceira corrente, da “justiça ambiental e o ecologismo dos pobres”, é assim classificada por Alier:

[...]grupos indígenas e camponeses têm co-evolucionado sustentavelmente com a natureza e têm assegurado a conservação da biodiversidade. [...] Enquanto as empresas químicas e de sementes exigem remuneração por suas sementes melhoradas e por seus praguicidas, solicitando que sejam respeitados seus direitos de propriedade intelectual por intermédio de acordos comerciais, o conhecimento tradicional sobre sementes, praguicidas e ervas medicinais tem sido explorado gratuitamente sem reconhecimento. Isso tem sido chamado de ‘biopirataria’.<sup>9</sup>

## 7. Considerações Finais: Século XXI, uma fase retrô para o meio ambiente e para a questão agrária ou um eterno retorno?

O debate em torno do conceito de propriedade no Brasil tem como marco o Código Civil Brasileiro (1916) que, entretanto, encarnava um conceito quase ilimitado da propriedade privada. A Fase Retrô, identificada na passagem para o século XXI, caracteriza-se por uma reestruturação da economia política do agronegócio, “absolutamente antinômica e esterilizante de quaisquer outros valores socioambientais que se possam atribuir à natureza como bem intergeracional” (Delgado, 2014: 34). A possibilidade de limitar a ação do capital esbarra na reedição do conceito de propriedade, idêntico daquele elaborado no século XIX (em projeto de lei), que fora aprovado na forma de nosso antigo Código Civil (século XX), e, finalmente, copiado em pleno século XXI (Novo Código Civil). O texto de 1916 acompanhou o Código Napoleônico, no seu artigo 524, quando afirma que “a lei assegura ao proprietário o direito de usar, gozar e dispor de seus bens e de reavê-los do poder de quem quer que injustamente os possua”. O texto dá a ideia de poderes ilimitados sobre a propriedade, não se estendendo mais do que isso para falar da propriedade. Já o Código Civil de 2002 limita o direito de propriedade, apontando para o dever de cuidado no uso dos bens naturais.

Pode-se afirmar que no código de 1916 o que valia era o que estava expresso no *caput* do artigo, concedendo poderes quase ilimitados ao proprietário. O código atual mantém o *caput*, mas acrescenta parágrafos que limitam o uso da propriedade sem correspondentes no código anterior. Dessa forma, a aliança entre o capital e o Estado, para direcionar os processos de desenvolvimento nacional, permite a reprodução de flexibilizações, desigualdades, conflitos e injustiças ambientais.

Há uma produção “artificial” da terra e das florestas, que se combinou à própria reprodução “artificial” do tempo. Enquanto o período de reprodução do camponês/agricultor familiar é o tempo da natureza, o período de reprodução do capital possui uma lógica temporal própria, intensificando continuamente a produção em menor tempo<sup>10</sup>, transformando, dessa forma, a natureza à sua própria imagem e semelhança

9 ALIER, 2007: 34-5.

10 “A importância da quimificação da agricultura não advém somente da possibilidade concreta que ela representa de reduzir a duração do ciclo produtivo, ou melhor, de reduzir a determinação da Natureza sobre a duração do período de produção.” (GRAZIANO, 1981: 31).

(Revolução Verde, Organismos Geneticamente Modificados). A manipulação genética não é um instrumento de dominação por essência. Trata-se, sim, de uma prática milenar na agricultura mas, pela primeira vez na história, ela ganha escala industrial sob as regras do capitalismo. Regras essas que passam, necessariamente, pela apropriação de conhecimentos sobre os usos das terras, plantas e animais. Os melhoramentos genéticos se envolvem, de um lado, num suposto indicador superior de produtividade e, de outro, significa a apropriação de conhecimentos milenares sob a proteção de direitos de patentes biológicas que garantem o poder do capital investido.

A questão da engenharia genética, dos genomas e da apropriação destes novos conhecimentos estaria associada à uma discussão sobre os direitos que uma nação e um proprietário em particular têm sobre a biodiversidade.<sup>11</sup>

Ao resignificar a natureza, obriga-nos, em consequência, a resignificar também a terra, e, assim, a resignificar a renda da terra em renda da natureza. Do ponto de vista capitalista, a imobilização do capital em terras significa, para o professor Moreira (1998), uma territorialização do capital. Processo esse que não acontece tal como um domínio absoluto, analisado no início do capitalismo, mas que incorpora constrangimentos decorrentes dos movimentos sociais organizados ao longo do século XX:

As questões contemporâneas da ecologia e do meio ambiente, neste contexto analítico, estariam associadas a um novo paradigma técnico e a um novo ordenamento competitivo, ainda, não claramente explicitados nas esferas produtivas. As expectativas, frente ao futuro, postas pela ciência dos ecossistemas, pela biotecnologia e pelos movimentos ambientalistas tendem a levar a uma revalorização da natureza e dos direitos de propriedade à ela associada. Podem colocar novos limites ao uso privado da natureza.<sup>12</sup>

A aprovação de um novo código florestal, em substituição ao código de 1965, foi intensamente debatido pela mídia, mas é importante considerarmos que está em discussão o próprio direito de propriedade e não simplesmente a questão ambiental.

Já vimos que historicamente as leis foram sendo elaboradas e impostas pelo Estado no sentido de tutelar o direito de propriedade, um direito absoluto no início (art. 524, do Código Civil de 1916) para um direito de propriedade com limitações, tendo em vista o bem coletivo e o ambiente (art. 1228 do Código Civil de 2002). Os debates públicos aparecem como evidências de um conflito que coloca, de um lado, a Confederação Nacional de Agricultura (CNA), organizações patronais rurais, parlamentares da bancada ruralista e, de outro, organizações não-governamentais e movimentos sociais (MST, CPT, etc). Assunto esse que encontra respaldo jurídico, segundo Sérgio Ahrens:

“qualquer habitante do País [...] têm interesse jurídico sobre o que acontece às florestas (nativas) e outras formas (naturais) de vegetação localizadas em qualquer ponto do território nacional. As fronteiras políticas dos Estados que compõem a Federação, ou os limites físicos da propriedade imóvel agrária privada, não constituem impedimento legal para que tais interesses [...] sejam judicialmente reconhecidos e respeitados. Em termos jurídicos, o exposto vale dizer que os cidadãos não-proprietários têm alguns contra-direitos que se opõem àqueles do proprietário, em face dos mesmos bens: a propriedade imóvel agrária <sup>17</sup> e os bens jurídicos ambientais que naquela existam ou devessem existir” . (AHRENS, 2003: 8)

11 MOREIRA, 1998: 128.

12 MOREIRA, 1995: 109-110.

Há, nesse sentido, um impasse e uma discrepância entre o regime fundiário, os princípios do Direito Ambiental e a natureza/terra como norma do mercado. Cenário esse criador de uma instabilidade social e ambiental sob os signos de uma terra/natureza mercadoria, sob controle, em circulação, à imagem e semelhança do capital. Ou, de outro lado, podemos contemplá-la, tal como Rubem Alves:

Enquanto depender de mim, os campos ficarão aí. [...] Porque tenho medo de que, se eles forem destruídos a minha alma também o será. [...] E me perguntei se não é isto que o progresso e a educação estão fazendo com as nossas almas: transformando a beleza selvagem que mora em nós na monótona utilidade das monoculturas. Não é de se admirar que, de mãos dadas com a riqueza, vá caminhando também uma incurável tristeza. (ALVES, 2004: 38)

### Referências bibliográficas

AHRENS, Sérgio. O “Novo” Código Florestal Brasileiro: conceitos jurídicos fundamentais. Trabalho apresentado no VIII Congresso Florestal Brasileiro, 25 a 28/08/2003, São Paulo, SP. CD-Room. Página 8.

ALIER, Juan Martínez. O ecologismo dos pobres: conflitos socioambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

ALVES, Rubem. A música da natureza. Campinas: Papirus, 2004

BENJAMIN, Antônio Herman V. “Introdução ao Direito Ambiental Brasileiro”, in Anais do 3º Congresso Internacional de Direito Ambiental: a proteção jurídica das florestas tropicais / organizado por Antônio Herman de Vasconcelos e Benjamin. – São Paulo: IMESP, 1999.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. – Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DELGADO, Guilherme. Questão Agrária hoje. Págs. 27-40. In: Revista Reforma Agrária. Ano 35 Volume 01 nº 02, Edição Outubro/2014.

DIEGUES, Antonio Carlos. O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Coleção Pensamento Social-Democrata. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

HOBBSAWN, Eric. Os Camponeses e a Política. In: Ensaios de Opinião. Orgs Eduardo M. Suplicy et al. Rio de Janeiro: Inúbia, 1978.

MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. Ed. Hucitec: São Paulo, 2004. MOREIRA, Roberto José. Renda da natureza e territorialização do capital: reinterpretando a renda da terra na competição intercapitalista. Pgs89-111. (Revista do CPDA-qual nome?), Julho de 1995, número 4.

\_\_\_\_\_. Terra e natureza: um olhar sobre a apropriação privada da biodiversidade. In: Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares. Orgs.: Raimundo Santos, Luiz Flavio de Carvalho, Francisco Carlos Teixeira da Silva. Rio de Janeiro: Campus, 1998. Pgs119-133 PALMEIRA, Moacir. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. Estudos Avançados, vol.3, n.7. São Paulo: setembro-dezembro de 1989.



ROCCO, Rogério G.. História da Legislação Ambiental Brasileira: um passeio pela legislação, pelo direito ambiental e por assuntos correlatos. *In: Ronaldo Coutinho; Flávio Ahmed. (Org.). Curso de Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012, p. 03-27.*

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. - 5ª ed., 2ª reimpr. - São Paulo: EDUSP, 2009.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VEIGA, José Eli. O que é Reforma Agrária. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

ZENHA, Edmundo. Terras Devolutas - O Centenário da Lei 601. Revista dos Tribunais - RT 191/13 - maio/1951. *In: MILARÉ, E. e MACHADO, P. A. L. (orgs). Direito Ambiental: meio ambiente urbano (Coleção Doutrinas Essenciais; v. 3). São Paulo: Ed. RT, 2011.*

## FÉ NA CAMINHADA UM OLHAR SOBRE A TRILHA TRANSCARIOCA, O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E AS DISTINÇÕES IDEOLÓGICAS SOBRE A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL.

**CAETANO, Isabel.**

Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito-PPGSD  
isabelcaetano.uff@gmail.com

**SIMON, Alba**

Pós Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito – PPGSD/UFF  
albasimon7@gmail.com

### RESUMO

O artigo pretende refletir sobre o movimento Trilha Transcarioca (MTT), trilha de longo percurso inspirada na Appalachian trail(USA) e a Rota Vicentina (Portugal). A trilha Transcarioca – acesso às paisagens naturais cariocas por meio da caminhada - está em processo de institucionalização, traçado e consolidação. O movimento busca atingir o cruzamento da cidade do Rio de Janeiro por meio de sete Unidades de Conservação(UCs), incluindo o traçado entre o Parque Nacional da Tijuca(PNT) e o Parque Estadual da Pedra Branca(PEPB), considerado o maior parque urbano do Mundo – da zona sul zona oeste. Nos interessa refletir as referências nesse processo social: simbólico, cultural, estético e político, para assim, pensar as ações sociais em torno desse projeto: a inspiração, lideranças, parcerias e a mobilização por grupos de voluntários. Identificamos as categorias: missão, valor e a ideia da caminhada como ações simbólicas, por isso, pensamos em tratar o fenômeno social de Peregrinação à luz de Victor Turner.

**Palavras chave:** Trilha Transcarioca; Peregrinação; Unidades de Conservação

### ABSTRACT

This paper reflects on the Transcarioca Track (MTT), a long-distance hike inspired by the Appalachian trail (USA) and the Rota Vicentina (Portugal). Accessing Rio's natural landscapes by hiking, the Transcarioca movement is an effectively planned route intersecting and integrating the seven conservation areas or units (CUs) of the city of Rio de Janeiro connecting Parque Nacional da Tijuca(PNT) and Parque Estadual da Pedra Branca(PEPB). This makes this protected region one of the largest urban forests in the south-west part of the world. The intentions of the Transcarioca track movement reflects and references social processes including symbolic, cultural, aesthetic and political values of the National Parks. The movement also demonstrates social action around the project, inspiration, leadership, partnerships and mobilization by the groups of volunteers involved with the project. The movement identifies the the concept of mission and value of walking as a symbolic action, considering the social phenomenon of pilgrimage as studied by Anthropologist Victor Turner.

**Keywords:** Transcarioca Trail; Pilgrimage; conservation areas

## Introdução

A segregação de espaços naturais de grande valor para determinadas sociedades ao longo dos séculos se constituíram em uma conduta pública recorrente gerando um modelo público de conservação da natureza que a partir de determinados valores e crenças universais e consensuais consolidou-se em quase todos os países do mundo independente dos sistemas políticos, econômicos, religiosos ou das diferentes culturas nacionais (Simon, 2010 p.17).

Não se tem registro completo de todas as iniciativas de proteção de áreas de natureza no mundo desde os tempos remotos. Mas se supõe que essa prática tenha sido perseguida por milhares de anos, por quase todos os povos do planeta.

A sociedade contemporânea tem vivenciado conflitos relacionados às distintas formas de relacionamento com a natureza no processo de produção e reprodução do espaço geográfico, trazendo para o debate os distintos conceitos de natureza subjacentes e os respectivos modelos de proteção, o qual perpassa pelo modo de vida das sociedades, o pensamento e as ações. Simon, (2010, p. 22). Portanto, pensar a natureza hoje, e as relações sociedade natureza, nos remete ao passado, para compreender as mudanças que se processaram no modo da sociedade pensar, interagir e produzir a natureza. Para Fernandez (2009, P. 27) determinadas concepções sobre a relação homem-natureza, ao longo do tempo, elegeram-se como universais, científicas e consensuais e passaram a exercer seus efeitos sobre circunstâncias locais.

A noção de conservação do mundo natural baseada no mito da natureza desabitada e nas relações hostis e endêmicas da espécie humana junto à natureza ao longo de sua existência auxilia na elaboração de um “senso comum” ecológico, onde a natureza é mitologizada. (Simon, 2010 p. 40). A criação de áreas naturais protegidas e, sobretudo, a institucionalização do modelo de Parque Natural, que tem origem no século XVIII se constituiu em prática símbolo e sinônimo de conservação.

Para além de uma ferramenta estratégica para a conservação de recursos biológicos e da biodiversidade, os Parques Naturais se tornaram manifestos físicos contra o projeto civilizatório, como antítese do desenvolvimento, possibilitando ações consideradas concretas de conservação “in situ”, ou seja “no próprio lugar” possibilitando o usufruto público das paisagens em detrimento de uso e apropriação “privado” que é diferente do consenso de proteção, instituindo dessa forma um “não uso” ou um “uso indireto” representado por atividades que permitam experiências “formativas do caráter coletivo” e possibilitem “impressões duradouras” em nome de um “nosso futuro comum” tais como a prática do turismo, lazer, pesquisa e educação ambiental, tais avatares simbólicos, se contrapõe dessa forma, a lógica de uso e apropriação do espaço e de recursos naturais em espaços sociais, produtivos e tradicionais (Simon, 2010 p. 50). Para Fernandez, o poder simbólico dos Parques Naturais, consiste justamente na sua capacidade de combinar e integrar valores, produzindo uma visão na qual a conservação das espécies e a possibilidade de convivência humana é possível. Ao recriar de forma idealizada, sob regras específicas e racionalmente planejadas, a interação lúdica do homem com a natureza, através da visitação, os parques têm a capacidade de produzir a perspectiva utópica de um mundo mais harmônico e integrado à natureza. Fora desses espaços, o modelo econômico dominante pode ser perpetuado, compensado

pela existência dessas áreas de natureza ‘intocada’, no entanto, podem ser igualmente de lazer e contemplação humana. Fernandez, (2009, pp. 37 e 38)

A autora acredita que tais valores correspondem a uma dimensão afetiva resultante de experiências de infância, de família ou outras formas de socialização em contato com a natureza, vividas ou apreendidas de representações coletivas. Estes, de formas variadas, se combinam com o discurso técnico-científico da conservação, que valoriza esses espaços como áreas isoladas e reservadas para a vida silvestre e que, se desprovidos desta avaliação científica, não seriam fortes o suficiente para justificar a indicação legal nem as práticas de intimidação, criminalização e restrições exercidas sobre as populações residentes.

Para Redclift e Woodgate (apud Diegues, 2000, p.2) a noção de conservação do mundo natural entendida como o manejo científico de ambientes naturais e de seus recursos, cujo objetivo se pauta na maximização dos benefícios estéticos, educacionais, recreacionais e econômicos para a sociedade como um todo, é mais corrente entre os conservacionistas/preservacionistas da América do Norte.

Neste sentido, uma análise mais dedicada se faz necessário junto a política americana de conservação da natureza pelo potencial de difusão da concepção de conservação da natureza implícita em um modelo, como se constata com o Parque Nacional de Yellowstone considerado primeiro parque natural do mundo cujo modelo se difundiu mundialmente com o propósito de reservar grandes áreas naturais a disposição das populações urbanas para fins de recreação. Nesse caso, o sentido de parque nacional veio acompanhado da noção de “wilderness” mundo selvagem, indômito.

Com isso, o presente artigo visa fazer uma reflexão sobre os aspectos constitutivos do processo de criação e institucionalização de uma Trilha de longo percurso denominada Trilha Transcarioca, situada na cidade do Rio de Janeiro, uma vez que, para além da concepção de uma trilha/ corredor verde que liga o Parque Nacional da Tijuca ao Parque Estadual da Pedra Branca nos parece constituir em mais um projeto de cunho conservacionista que pressupõe a institucionalização territorial a partir de determinados códigos éticos políticos, com forte apelo moral, ideológico e de grande alcance político. Tal projeto é idealizado por atores articulados com atuação engajada no campo das políticas públicas de conservação da natureza, que transitam por diversas instâncias públicas e privadas em níveis local, nacional e Internacional e, a partir de um determinado discurso que mistura, ciência, moral, ética e fé, mobilizam centenas de voluntários e “adotantes”, categorias criadas para um engajamento mais orgânico no projeto, fazendo do Movimento/ Trilha Transcarioca um modelo de conservação e ao mesmo tempo uma estratégia de mobilização baseado num sistema de valores, práticas e ideias nos moldes da concepção de Parque Natural que implicou em adoção e explicitação de estratégias específicas que tiveram suas consequências reverberando na vida social.

O processo de criação e consolidação da Trilha Transcarioca tem como referência as trilhas de longo percurso americana e europeia; aqui destacamos o Appalachian National Scenic Trail, geralmente conhecido como o Appalachian Trail ou simplesmente o (AT) pensada por Benton Mackaye, em 1921, com 3.600 quilômetros contínuos, ligando os Estados Unidos de norte a sul. Com início na Geórgia e término no Maine, o Appalachian Trail foi idealizada para dar à maioria da população americana uma

chance de caminhar na natureza, sua sinalização completa só foi possível pela primeira vez, em 1937, o percurso compreendia basicamente estradas de terra e ao longo de propriedades privadas.

Já a Rota Vicentina, se constitui em uma rede de percursos pedestres no Sw de Portugal, totalizando 400 km reservado para caminhada, ao longo de belas paisagens e bem preservadas zonas costeiras do sul da Europa. Segundo informações do site oficial<sup>1</sup>, a proposta da trilha é fornecer uma vivência entre uma cultura rural viva e autêntica e uma costa surpreendentemente selvagem – integralmente dentro do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Formada pelo Caminho Histórico, Trilho dos Pescadores e vários Percursos Circulares. O caminho histórico (230 km em 12 etapas), certificado em 2016 com o selo Europeu “leading Quality Trails- Beste of Europe” pela sua elevada qualidade enquanto percurso pedestre, percorre as principais vilas e aldeias. Constituído majoritariamente por caminhos rurais, trata-se de uma clássica Grande Rota(GR), totalmente percorrível a pé e de bicicleta. Destaca-se o trilho dos pescadores com 120 km (percorrido em 4 etapas), seguindo os caminhos usados pelos locais para acesso às praias e pesqueiros. Em termos de gestão, a Rota Vicentina se aproxima mais do projeto Trilha Transcarioca, especificamente no processo de institucionalização do território com práticas de governança, mobilização e gestão de voluntariado, manejo de trilhas, sinalização, e, sobretudo, empreendedorismo.<sup>2</sup>

A constituição de voluntários e adotantes é uma das características mais marcantes do processo de implantação da Transcarioca. Essa constatação foi possível a partir da pesquisa de campo acompanhando voluntários, adotantes e idealizadores tanto nas trilhas como em reuniões ocorridas no âmbito do mosaico carioca, junto ao conselho do Parque Nacional da Tijuca, junto a câmara técnica de uso público do Parque Estadual da Pedra Branca, em debates, audiências, dentre outros eventos. Além da pesquisa de campo, levantou-se documentação, textos técnicos, artigos publicados, conversas e debates entre os atores citados no facebook dentre outros. Nesse sentido, foi possível traçar alguns caminhos que levassem a entender o processo de construção da MTT, de que forma alcançaram legitimidade política, visibilidade, junto a mídia, como mobilizaram voluntários e adotantes e como se dá o processo de institucionalização.

A partir da constatação de que a inspiração da MTT baseia-se em um modelo americano de trilha, especificamente na Appalachian trail(USA) conforme já mencionado, que tem em seu histórico de criação os mesmos princípios ideológicos dos Parques Americanos, buscou-se fazer uma análise sobre como a ideia do contato com a Wilderness (terras selvagens, terras idômitas) subjacente a concepção dos primeiros parques americanos também está presente na instituição da Trilha Transcarioca que ao mesmo tempo aposta no caráter coletivo dos espaços de conservação ambiental. Apesar da Trilha Transcarioca não estar associada diretamente a um propósito religioso, percebeu-se aspectos da sacralidade da natureza nos discursos e no projeto, a ideia de fazer o percurso todo da trilha como uma missão, como uma ação simbólica que expressa um valor entender o processo de institucionalização da Trilha Transcarioca através da criação de uma **ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL**, - APA nos trechos que “ não estão preenchidos por áreas protegidas” nos pareceu também uma forte associação com os ideais presentes nos primeiros parques nacionais americanos uma

1 Ver mais : <http://pt.rotavicentina.com/ir.html> > acessado em 30 de outubro de 2016.

2 Ver mais <http://www.conservation.org/global/brasil/noticias/Pages/expedicao-rota-vicentina.aspx>> acessado em 30 de outubro de 2016.

vez que a concepção subjacente era o estabelecimento de áreas legalmente protegidas, com paisagens exuberantes, como uma instituição duradoura, perene, administrada pelo Estado, voltada para o lazer e o turismo.

### 1. A Trilha Transcarioca

A trilha de longo percurso denominada Trilha Transcarioca está em processo de institucionalização, aperfeiçoamento de traçado e consolidação. A proposta é atravessar a cidade do Rio de Janeiro, a segunda maior cidade brasileira, de oeste a leste por meio de sete Unidades de Conservação. A ideia principal é ser o fio condutor ligando parque à parque. As trilhas que farão tal conexão já contam com mais de cem pontos<sup>3</sup> de acesso. Segundo informações do Wikiparques (2016)<sup>4</sup>, a Trilha Transcarioca tem hoje mais de 100 km prontos e totalmente sinalizados. Quando estiver completamente pronta cruzará o Rio de Janeiro por um percurso de aproximadamente 170 km, saindo da Barra de Guaratiba até o Morro da Urca aos pés do Pão de Açúcar. Quando incluir a Restinga de Marambaia, atingirá 250 km. A trilha pode ser percorrida na sua integralidade ou em trechos de acordo com o interesse, aptidão e disponibilidade de tempo de seus usuários. Entre 2000 e 2011, o Parque Nacional da Tijuca implementou cerca de 40 km contínuos de trilha sinalizada na Floresta da Tijuca. O

traçado dessa trilha, conhecida como Trilha Major Archer ou Circuito dos Picos, foi pensada para coincidir com o trajeto da (então futura) Trilha Transcarioca em seu trecho dentro da Floresta da Tijuca. Em 2012, os Chefes das Unidades de Conservação componentes do Mosaico Carioca<sup>5</sup> decidiram aproveitar o que já existia pronto no Parque Nacional da Tijuca (PNT) e começaram a implementar o resto da Trilha Transcarioca. Desde então, no âmbito do Mosaico Carioca, foi criada uma Câmara Técnica exclusivamente dedicada ao assunto, com reuniões periódicas e frequentes. Entre seus objetivos está o de cativar usuários em trânsito por cenários enquadrados numa estética de paisagem<sup>6</sup>, fazendo com que possam apreciar os atrativos naturais da cidade, e conquistá-los como aliados da “conservação”, amigos das UCs.

### 3. A concepção naturalista das trilhas de grande percurso

As trilhas, instituídas em parques com principal elemento do uso público materializa a ideia original de criação de áreas naturais como espaços criados para o desfrute de toda a nação, destinada para usufruto de “todo mundo”, sob a lógica civilizada<sup>7</sup> nas Unidades de Conservação (UCs). As trilhas, também tem a função de perpassar ou dar acesso às paisagens naturais. Aqui tratamos o traçado de dois parques (sendo um nacional, o Parque Nacional da Tijuca (PNT)<sup>8</sup> e o outro estadual, o Parque Estadual

3 Alguns outros pontos de acesso são a Sede do Parque Natural Municipal de Grumari, a estrada da Grotta Funda, a Estrada dos Teixeira, a Subsele do Parque Estadual da Pedra Branca, na Estrada do Camorim, a sede do Parque Estadual da Pedra Branca na estrada do Pau da Fome, a Estrada Grajaú Jacarepaguá, o Largo do Bom Retiro na Floresta da Tijuca, o Centro de Visitantes da Floresta da Tijuca, o Museu do Açude, o Portão de entrada da Floresta da Tijuca, no Alto da Boa Vista, A rua Amado Nervo no Alto da Boa Vista, a Mesa do Imperador, a Vista Chinesa, o Solar da Imperatriz no Horto, a Cachoeira da Gruta, no Horto, a rua Sarah Villela, o Hotel das Paineiras, o Monumento do Corcovado, o Parque Lage, a Lagoa Rodrigo de Freitas, o Parque Natural Municipal da Catacumba, a rua Vitória Régia, e a Ladeira do Leme entre outras várias possibilidades

4 Mais informações→ [http://www.wikiparques.org/wiki/Trilha\\_Transcarioca](http://www.wikiparques.org/wiki/Trilha_Transcarioca) acesso em 30.09.2016

5 Mais informações→ (<http://mosaico-carioca.blogspot.com.br/p/trilha-transcarioca.html>) acesso em 27.09.2016

6

7 Ver mais em: O processo civilizador de Norbert Elias.

8 O Parque Nacional da Tijuca recebe seu nome definitivamente em 8 de fevereiro de 1967, por meio do Decreto Federal nº 60.183. Com área de 39,51 km<sup>2</sup>, equivalente a 3,5% da área do município do Rio, o Parna incorpora locais como o Parque Lage, o Maciço da Tijuca, Paineiras, Corcovado e Gávea Pequena. A UC está compartimentada em quatro setores: Floresta da Tijuca, Serra da Carioca, Pedra Bonita/Pedra da Gávea e Pretos Forros/Covanca. O Parna apresenta flora e fauna diversificadas, com belezas naturais como grutas e cachoeiras, além da estátua do Cristo Redentor, considerada uma das sete maravilhas do mundo moderno. O parque é atualmente o mais visitado do Brasil, recebendo mais de 2 milhões de visitantes por ano.

da Pedra Branca(PEPB)<sup>9</sup> - ambos Ucs consideradas do grupo da proteção integral pela Lei do SNUC - Lei 9985/2000. Segundo Lechner (2006), as trilhas são os primeiros elementos de infraestrutura desenvolvidos quando uma nova unidade de conservação<sup>10</sup> é criada, mesmo antes de um planejamento formal, e não raras vezes já existiam antes da criação das UCs. Em virtude da falta de planejamento, em muitos casos a abertura de trilhas resulta em impactos significativos ao ambiente natural, aumentando os custos de manutenção da unidade que muitas vezes é concedida à uma concessão. (TAKAHASHI apud LEUZINGER). Alguns métodos foram criados para minimizar o impacto causado pelo uso público em áreas protegidas como a identificação da capacidade de carga (LAC). Em entrevista<sup>11</sup>, Pedro Cunha e Menezes<sup>12</sup> explica o que é uma trilha de longo curso:

“Trilhas de longo percurso são trilhas, em geral, com mais de 50 km de extensão que, normalmente, conectam várias unidades de conservação. Nos Estados Unidos, conforme a lei: “National Trails Act”, elas são consideradas uma categoria de unidade de conservação. No Brasil, se seguirmos a Lei do SNUC<sup>13</sup>, elas poderiam ser enquadradas como Corredores ecológicos. Aliás, usar trilhas de longo curso como corredores verdes não é uma ideia nova. Em muitos lugares, ligar diversos parques e reservas por uma trilha longa possibilitou a preservação de largas porções de terra entre UCs que, de outra forma, teriam sucumbido ao desenvolvimento urbano. MENEZES (2014 p.)

Para Fernandez (2016) o conceito de uso público está associado à apreciação de paisagens de grande beleza cênica, paisagens únicas na sua existência e, portanto, expressão autêntica do legado de um povo. Os parques naturais foram inicialmente chamados de parques públicos, acrescido o adjetivo, indicando que deveriam ser tutelados pelo Estado como um patrimônio da nação. Neste sentido, mesmo que um parque seja estadual ou municipal, administrado por outras instâncias federativas, permanecem os mesmos princípios e valores associados aos parques nacionais.

Para a autora, a transformação de espaços naturais em bens públicos exige que sua gestão seja feita pelo Estado. Nesse caso, são impostos modelos padronizados de uso e acesso aos recursos naturais, partindo-se do princípio de que esse modelo de fruição da natureza é compartilhado por toda a sociedade nacional. Entretanto, a despeito deste (e em reação a este) modelo oficial de conservação consagrado pelos parques, formas locais e culturalmente diversas de apropriação da natureza e do território foram afirmadas no contexto da redemocratização do Brasil na década de 1980 e passaram a ser identificadas como manifestações autênticas e igualmente passíveis de patrimonialização. (Fernandez apud Santilli, 2005).

#### **4. Processo de Institucionalização da Trilha Transcarioca**

Em março de 2016, foi criada no âmbito da Câmara de Vereadores do Município do Rio de Janeiro, a Frente Parlamentar em prol da APA Corredor formada pela Federação de Esportes de Montanha do Rio de Janeiro (FEMERJ), da Organização Não Governamental

9 Criado em 28 de junho 1974 e localizado na zona oeste do Rio de Janeiro, corta dezessete bairros: Jacarepaguá, Taquara, Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande, Recreio dos Bandeirantes, Grumari, Padre Miguel, Bangu, Senador Camará, Jardim Sulacap, Realengo, Santíssimo, Campo Grande, Senador Vasconcelos, Guaratiba e Barra de Guaratiba.

10 Neste trabalho utilizamos as perspectivas teóricas de LEUZINGER, Márcia Dieguez, 2016 para pensar o uso público em unidades de conservação

11 Entrevista realizada em 2014 Revista Folha do Mosaico Carioca de áreas protegidas - ano 1, n 2/ Out 2014

12 Pedro de Castro da Cunha Menezes é diplomata, um dos idealizadores do projeto Transcarioca

13 Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000)

“Conservação Internacional” (CI), do Comando de Policiamento Ambiental da Polícia Militar, do Parque Nacional da Tijuca, do Parque Estadual da Pedra Branca, do Parque Natural Municipal Paisagem Carioca, do Mosaico Carioca de Unidades de Conservação, da Secretaria Estadual de Turismo e de entidades voluntárias adotantes de trechos da Trilha Transcarioca, além de Carlos Papera<sup>14</sup> da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC) que co-presidiu o evento que deu origem a Frente. Marco Antonelli<sup>15</sup>, representante do Mosaico Carioca, entregou aos presentes um estudo elaborado em 2006 intitulado “ Projeto Corredor Verde: integração dos Maciços da Pedra Branca e Tijuca” feito pela SMAC em parceria com o Instituto Pereira Passos, e Secretaria Municipal de Urbanismo. Seguem partes desse estudo:

“Para a implantação da obra de interligação entre os maciços foi considerada a passagem dos animais sobre uma grande estrutura de concreto acima das vias, como uma grande ponte. Esta opção foi considerada a mais viável e pode também tomar a forma de um túnel falso, solução que diminui o porte das estruturas e o volume das obras. (...)As ações de fiscalização devem ser acompanhadas por atividades de educação ambiental, como a realização de palestras e cursos. O Projeto Corredor Verde não cumprirá somente o seu importante papel ecológico para reversão do processo de degradação da cobertura florestal, como também colocará o Rio de Janeiro numa posição de vanguarda sob o ponto de vista da gestão urbano-ambiental.”

(Projeto Corredor Verde: integração dos Maciços da Pedra Branca e Tijuca, 2006 - grifos nossos)

O estudo realizado em 2006 pelo Mosaico Carioca é considerado em 2016 pelos representantes pelo Movimento Trilha Transcarioca como um excelente estudo preliminar que aponta para a mesma direção, ou seja, são propostas de ambos. O Projeto “Corredor Verde: integração dos Maciços da Pedra Branca e Tijuca” também propõe que sejam adotadas “medidas de geração de emprego e renda para as comunidades de baixo poder aquisitivo, com o engajamento das comunidades locais nas ações do Projeto, através do Projeto Mutirão Reflorestamento, do Programa Educativo em Áreas de Reflorestamento e do Projeto Guardiões dos Rios, entre outros que possam surgir”. Em relação a Trabalho voluntário, Educativo e ideais de “proteção” ao meio ambiente, os integrantes do movimento Trilha Transcarioca sugeriram partir para o projeto de manutenção e sinalização no setor.

“Enquanto isso, vamos acalentado nossos sonhos de ver pontes de fauna sobre as estradas Grajau-Jacarepaguá e Cândido Benício, entre outras estradas e ruas, como as do Catonho e Comandante Luis Souto, que cortam o Corredor da Trilha Transcarioca. MAS NÃO DÁ PARA SONHAR ETERNAMENTE EM BERÇO ESPLÊNDIDO, pois como o próprio projeto da Prefeitura já alertava em 2006, “postergar iniciativas como esta pode inviabilizar definitivamente a interligação dos maciços e a implantação de um corredor ecológico, além de comprometer a qualidade ambiental de uma área em franca expansão urbana, que poderia desenvolver um padrão diferenciado de ocupação do solo”. TrilhaTranscarioca / Somos Montanhistas/ Defendemos o Meio Ambiente Somos Muitos. (2016 - grifos originais)

14 Segundo informações desse grupo fechado, a presença de Papera mostrou o engajamento da Prefeitura no projeto. Papera parabenizou esforço pela criação do corredor, que considerou um ganho ambiental para a cidade, mas solicitou que o andamento da discussão da criação da APA fosse suspenso por alguns dias para que a Secretaria possa analisá-lo por um prisma técnico. Nesse sentido, anunciou que será criado um Grupo e Trabalho na Prefeitura para deliberar o tema e propor seu encaminhamento.

15 Secretário executivo do Mosaico Carioca.



O trecho acima citado destaca a necessidade da mobilização ativa dos voluntários para não inviabilizar o projeto. O destaque dado a necessidade de mobilização humana para implementação desse corredor ecológico, essa passagem que tem por objetivo trazer “qualidade ambiental em uma área em franca expansão urbana” reflete a proposta de produzir um “padrão diferenciado de ocupação do solo”. Esse padrão, em se tratando de trilha de longo percurso, aponta para turismo compatibilizado com a conservação ambiental e a ramificações econômicas e ecológicas desse traçado que se estendem por onde ele passa. O texto original se encontra em uma convocação de reunião para a próxima reunião<sup>16</sup>. “Convidamos a todos os Transcarioqueiros a comparecer”.

Recentemente participamos<sup>17</sup> de uma reunião na sede da Organização Não governamental “Conservação Internacional” (CI) no centro do Rio que tratou da necessidade de institucionalizar a Trilha a partir da criação de uma instância e ou órgão jurídico. Nesse caso, os participantes entenderam que a criação de um movimento “Movimento Trilha da Transcarioca” seria o ponta-pé inicial para identificar os “transcarioqueiros” comprometidos com o processo de implantação da TTC e ao mesmo tempo respondem pela sua organização e gestão.

Atualmente quem responde juridicamente é a FEMERJ. A ideia de criação de uma APA Municipal surgiu em função da necessidade de regulamentar o acesso e o controle da TTC nos trechos que não estejam nos limites das Unidades de Conservação. O andamento dessa frente parlamentar<sup>18</sup> em prol da APA Transcarioca (Área de Proteção Ambiental) foi também pauta da reunião. O nome oficial do Movimento também foi votado nessa reunião, que antes figurava como Trilha Transcarioca (TT). Os nomes apresentados para votação foram: Movimento Trilha Transcarioca (MTT), Movimento Pró-Trilha Transcarioca (MPTT) e Amigos da Transcarioca (AT). Por votação unânime foi escolhido Movimento Trilha Transcarioca. Um dos argumentos para não ser “Amigos da TT conforme atesta um dos presentes na reunião,<sup>19</sup> foi a possibilidade de descredenciar os atores como representantes legítimos da TTC uma vez que “a palavra “amigo” não impõe respeito, vamos estar fazendo sinalização e aí vão perguntar: quem são vocês? Movimento fica muito mais imponente”.

Identificamos que as instituições ligadas ao Montanhismo, FEMERJ e o CEB são, de fato, as principais lideranças. Segundo Fernandez (2016) o escotismo, o excursionismo ou montanhismo podem ser destacados como atividades lúdico-esportivas que desenvolveram regras específicas de convivência com a natureza e que são exaltadas por suas virtudes formadoras da cidadania. Essas atividades ganharam impulso com a progressiva criação de áreas protegidas, e suas práticas estão associadas ao que se

16 Texto escrito na página fechada do facebook, já anunciada, cujo objetivo fora convocar “ Transcarioqueiros” para a próxima reunião da Frente Parlamentar, realizada em 07 de abril no auditório da Câmara Municipal.

17 Dados orais a partir da participação do grupo de pesquisa “Dinâmicas sociais em áreas de proteção ambiental”, na reunião em Agosto de 2016.

18 Essa frente está sendo presidida pelo vereador Celso Luparelli (reeleito nas eleições 2016). A princípio, as instituições interessadas na consolidação desse processo são a Federação de Esportes de Montanha do Rio de Janeiro (FEMERJ), Conservação Internacional (CI), Comando de Policiamento Ambiental da Polícia Militar, do Parque Nacional da Tijuca, do Parque Estadual da Pedra Branca, Parque Natural Municipal Paisagem Carioca, Mosaico Carioca de Unidades de Conservação, da Secretaria Estadual de Turismo e de entidades voluntárias adotantes de trechos da Trilha Transcarioca. Segundo o assessor do Vereador Rhian Soares, presente na reunião, o projeto está sendo fomentado por um grupo de trabalho e deve sair ainda no final de 2016. No entanto, não seria necessariamente decretar APA Transcarioca, mas outorgar um decreto que viabiliza a gestão do presidido corredor ecológico.

19 Nessa reunião, estavam presentes representantes de grupos e instituições adotantes: Femeerj (Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro), Essati (Empresa de Engenharia ambiental), ACTA (Associação Carioca de Turismo de Aventura), WWF (World Wide Fund For Nature), Amigos da Zona Oeste, Trilhas quase secretas, CI- Brasil (Conservação Internacional), Terralimpa, CEL (Clube Excursionista Light), AVEC Trilhas, Representantes do Parque Estadual da Pedra Branca, Mosaico Carioca, (o Eco) (Empresa de Jornalismo ambiental), Fome de Trilha, Gesef (Gerência de Serviços Florestais) e CEB ( Centro Excursionista brasileiro).

entende por uso público em parques. Além dos aspectos civilizacionais já mencionados, o caminhar como uma prática estética (Fernandez apud Careri, 2009) de apreensão e construção da paisagem tem a capacidade de produzir a perspectiva utópica de um mundo mais harmônico e integrado à natureza.

## 5. Conexão entre o Parque Nacional da Tijuca e o Parque Estadual da Pedra Branca

Segundo consta, a Trilha Transcarioca tem como objetivo ser um equipamento de uso público, com a pretensão de materializar uma ferramenta de conservação.<sup>20</sup>

Sua implantação representa um marco para o verdadeiro turismo ecológico na cidade do Rio de Janeiro e contribui para a criação de uma cultura profissional de manejo coordenado entre as diversas unidades de conservação por ela atravessada. Também assegura, pelo uso, a consolidação de um corredor ecológico entre os Parques Nacional da Tijuca (PNT) e Estadual da Pedra Branca (PEPB). Do ponto de vista da educação ambiental, ao servir de espinha dorsal de um mosaico, chama a atenção da população em geral para a necessidade imperiosa da gestão ecossistêmica. Por fim, ao estimular o uso mais espaçado da visitação pelas diversas Unidades de Conservação do Mosaico Carioca gerando emprego e renda ao longo do processo, a Trilha Transcarioca tem o potencial de aumentar o apoio da população ao Mosaico como um todo, mudando assim a percepção de que apenas pontos de maior afluxo como o Cristo Redentor ou o Pão de Açúcar têm algum valor para a cidade. (Wikiparques, 2011)

O traçado, conectado por trilhas entre PNT e o PEPB, se faz necessário para a consolidação de um corredor ecológico.<sup>21</sup> Segundo informações oficiais do Ministério do Meio Ambiente<sup>22</sup>, os corredores ecológicos não são unidades políticas ou administrativas, são áreas onde se destacam ações coordenadas com o objetivo de proteger a diversidade biológica na escala de biomas. Essas ações envolvem o fortalecimento, a expansão e a conexão de áreas protegidas dentro do corredor, incentivando usos de baixo impacto, como o manejo florestal e os sistemas agroflorestais; além do desencorajamento de uso de alto impacto, como o desmatamento em larga escala. A implementação de corredores ecológicos demanda alto grau de envolvimento e cooperação de instituições e de interessados de diversos setores. Em suma, o conceito de corredor ecológico simboliza abordagem alternativa às formas convencionais de conservação da diversidade biológica que é, a um só tempo, mais abrangente, descentralizada e participativa. Em entrevista ao Jornal online ((o eco)) Pedro Menezes fala mais sobre as trilhas de longo curso:

Nos países que já tem solidificado o conceito de trilhas de longo de curso. Eles veem que ela cria uma fidelização do usuário muito grande. Porque o sujeito começando ele quer terminar. Porque ele continua voltando a cidade e gastando ali na sua restauração, na sua hospedagem, no seu equipamento, para terminar a trilha a longo curso. Ele não diz eu conheci o Parque Nacional da Tijuca ou Parque Estadual da Pedra Branca. Ele diz: "Eu percorri a Trilha da Transcarioca inteira". (Entrevista ao Pedro da Cunha e Menezes ao jornal online (o eco)2015, grifos nossos).

No livro "Transcarioca: todos os passos de um sonho" Menezes (2000) apresenta os modelos de trilhas de longo curso que inspiraram o então projeto conservacionista (por

20 [http://www.wikiparques.org/wiki/Trilha\\_Transcarioca](http://www.wikiparques.org/wiki/Trilha_Transcarioca)

21 Identificamos o diploma legal de criação: O corredor ecológico formado pela trilha transcarioca não é ainda formalmente reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente, mas tem sido utilizado como estratégia de conservação pelo Mosaico Carioca de Áreas protegidas, que foi criado pela PORTARIA MMA Nº 245, de 11 de julho de 2011

22 <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/programas-e-projetos/projeto-corredores-ecologicos/conceitos>

ser direcionado ao campo das Unidades de Conservação), tais como a Appalachian Trail (EUA), Huella Andina (Argentina), Bibbulmun (Austrália), Rota Vicentina<sup>23</sup> (Portugal), Hoerikwaggo Trail (África do Sul) e Te Araroa Trail (Nova Zelândia.) Segundo a entrevista de Pedro Menezes ao Mosaico carioca (2014)

À medida em que começaram a percorrê-la, os frequentadores da Appalachian Trail passaram a se preocupar com sua integridade. Logo, formou-se uma organização central— a Appalachian Trail Conference— para tomar conta do todo. Para cada um dos usuários da trilha, a mística dela percorrer o país de norte a sul ininterruptamente por mais de três mil quilômetros era fundamental. Ter caminhado ela inteira, ou apenas um quilômetro, significava ter pisado na trilha que cortava os Estados Unidos ao meio. Permitir que essa trilha fosse interrompida, por quinhentos metros que fossem, acabaria com sua integridade, destruiria a mística. ( grifos nossos)

Nesse sentido, a concepção e implantação da Trilha Transcarioca, se constitui em um processo social, estético, político, simbólico e cultural, no qual participam atores sociais que produzem e reproduzem o discurso conservacionista focado na crença da necessidade de um contato maior com a natureza para que as pessoas pelo contato e pelo conhecimento, passem a defendê-la ou preservá-la como um valor, como um ideal tal como a máxima: “conhecer para preservar”.

O termo “mística”, utilizada pelo idealizador da Trilha Transcarioca no trecho citado, expressa a ideia de não permitir que o “longo curso” seja interrompido, em determinado trecho, essa interrupção nos remete a ideia da quebra de um processo místico - assim, compreendemos esse fato social como ritual. Nesse ponto, pensamos o fato de os atores sociais entrarem numa trilha de longo percurso como se entrassem num plano simbólico e estético- com valores, atitudes e significados. Fazer parte dessa mobilização os une por um ideal, que aqui colocamos como crença nos aspectos da “sacralização da natureza”- e os diferencia a luz de Victor Turner, referência na temática ritual.

## 6. O caminhar em uma trilha como ritual: peregrinações como processos sociais

“A Trilha Transcarioca é um movimento de cidadãos e instituições conectadas pelo sonho de implantar uma trilha de longo curso no coração da paisagem natural, cultural urbana da cidade do Rio de Janeiro A Trilha Transcarioca fortalece a conservação e recuperação dos corredores verdes unindo as principais áreas de Mata Atlântica da cidade. Um caminhante poderá cruzar toda a cidade do Rio de Janeiro por trilhas, saindo de Barra de Guaratiba e chegar até o Pão de Açúcar. Centenas de voluntários acreditam e apoiam a concretização desse grande projeto. Você também pode ajudar a tornar este sonho realidade. Somos verdes, somos Trilha Transcarioca” (2016) ( página oficial da Trilha Transcarioca no Facebook)

Primeiramente sistematizamos o “mito de origem” da natureza para refletir sob o viés da religião (do verbo latim religare , ato de ligar) como conjunto de atitudes e atos pelos quais o homem se prende e se liga ao divino ou manifesta sua dependência em relação a seres invisíveis tidos como sobrenaturais. Através do rito/ritual o homem vivencia os antepassados memória à ancestralidade. Essa memória pode ser construída

23 A Rota Vicentina é uma daquelas que se cimentam sobre a história mais afastada e por sua vez contribuem para o desenvolvimento de um patrimônio natural, cultural e histórico com os pés no passado e o olhar a fitar firmemente o futuro. Conformada por duas rotas distintas, o trilho dos pescadores e o tradicional Caminho Histórico, a Rota Vicentina estende-se por mais de 200 quilômetros que, embora sejam um percurso pedestre, atravessa locais, povoações e paisagens que podem também ser conhecidas de carro.

socialmente sob a perspectiva da crença - o Mito.<sup>24</sup> Os mitos são lembrados através dos rituais. O homem se torna capaz de repetir o que os “deuses”/heróis fizeram “nas origens” - delimitadas em determinados grupos por algumas personalidades/referências consagradas como bases- readquirindo, com este procedimento, “as forças” que emanaram<sup>25</sup> destas origens. Conhecer os mitos é, portanto, aprender o segredo das origens dos fenômenos. E conhecer a origem dos fenômenos equivale a adquirir sobre as mesmas um “poder mágico”, graças ao qual é possível dominá-las, multiplicá-las, ou reproduzi-las à vontade. Esse poder mágico, identificamos na “mística”-categoria analisada acima, que pensa a paisagem intocada natural como portal dessas experiências individuais por meio de uma ação coletiva - a mobilização dos “trancarioqueiros”.

## 6. Trancarioqueiros como peregrinos, Trilhas como missão.

O antropólogo britânico Victor Turner (2008) faz a análise do tipo específico de símbolos rituais associados às peregrinações religiosas. E, por mais que a Transcarioca não seja enquadrada num projeto religioso, aspectos da sacralidade da natureza são identificados no projeto, que é também inspirado em rotas religiosas (Rota Vicentina). Na condição da pós-modernidade, as peregrinações têm adquirido um novo impulso que vem tanto da revalorização de tradições pré-cristãs (europeia, orientais e indígenas) quanto da emergência das religiões do self, que vão enfatizar a dimensão da experiência pessoal e a imanência do sagrado na paisagem e na natureza. Valores como o cuidado do corpo, a ecologia, o sujeito psicológico como referência primeira para a vivência da fé têm encontrado nas peregrinações uma estrutura e um modelo ritual para se expressarem (Steil, 2008, p.784).

Na sua raiz etimológica, o termo “peregrinação” deriva do vocábulo latino peregrinus, que significa “o estrangeiro, aquele que vive alhures e que não pertence à sociedade autóctone estabelecida, ou seja, é aquele que percorreu um espaço e, nesse espaço, encontra o outro” (Steil apud Dupront, 1987). Tal acepção aponta, portanto, para o encontro com “o outro” como indicativo de um duplo aspecto. Por um lado, esse encontro remete às dificuldades objetivas da jornada empreendida pelo peregrino que, ao percorrer lugares desconhecidos e enfrentar as adversidades do caminho, termina por imprimir, nessa viagem, características de uma jornada heróica. E, por outro, refere-se ao ato de transformação de si, alcançado por meio de um deslocamento do “eu” em busca do “Outro”, constituindo um percurso interior, de cunho místico e ascético, a ser realizado por aquele que peregrina.

Turner (2008) a partir de um estudo comparativo dos processos de peregrinação, nos traz algumas referências para pensar o presente estudo. Por isso, selecionamos alguns conceitos que servem de apoio teórico para provocar a reflexão em torno do Movimento Trilha Transcarioca. O pesquisador centra os processos de peregrinação<sup>26</sup>

24 Ver o “Mito de Origem” explorado por Henyo Barreto (2001) no capítulo 2 de sua tese. Ver também, o Mito da Natureza Intocada, de Antônio Carlos Diegues.

25 Ver em Ecologia, corpo e espiritualidade: uma etnografia das experiências de caminhada ecológica em um grupo de ecoturistas de Carlos Alberto Steil e Rodrigo Toniol (2011). Eles trabalham na pesquisa o termo “Imanência”. A partir do trabalho etnográfico por base da experiência de caminhadas em um grupo de ecoturistas: o Ecocaminhantes, uma empresa de turismo ecológico que promove trilhas em meio à natureza.

26 TURNER (2008) (...) muitos dos quais se consolidaram em sistemas de peregrinação, encontrados em grandes religiões histórias, como cristianismo, islamismo, judaísmo, hinduísmo, budismo, confucionismo, taoísmo e xintoísmo. Turner (2008) coleta materiais sobre peregrinações em sociedades arcaicas, como Egito antigo, Babilônia, civilizações da meso-américas e da Europa Pré-cristã a fim de investigar os indícios de peregrinação ou comportamento peregrinatório nas sociedades iletradas comumente estudadas pelos antropólogos. Capítulo 5- Peregrinações como processos sociais. Pg 155

na lógica dos fenômenos liminares. O autor utiliza o termo liminaridade emprestado da formulação de Arnold Van Gennep, de ritos de passagem ou “ritos de transição” que acompanham qualquer mudança de estado ou posição social ou alguns ciclos etários. Eles são marcados por três fases: separação, margem (ou limen -termo latino para limiar-, significando a grande importância dos limiares reais ou simbólicos na posição intermediária dos ritos embora, no mais das vezes, cunicular descrevesse melhor a peculiar característica desta fase, sua natureza oculta, sua escuridão por vezes misteriosa) e reintegração Dentro de um túnel - ou seria corredor? Fazendo uma analogia com os corredores ecológicos como formas de conectar pessoas à esses processos sociais simbólicos, estéticos e culturais, se poder deixar de lado influencia política, econômica/ travestida ecológica.

Para Turner as peregrinações podem ser examinadas pela abordagem conhecida como extend-casehistory. Documentos adequados, relatos orais de experiências pessoais e observações de peregrinos e pesquisadores isentos, nos possibilitam considerar o processo social que envolve um determinado grupo de peregrinos nas viagens, nas chegadas no centro de peregrinação, seu comportamento, suas impressões nesse centro e sua viagem de volta como uma sequência de dramas e empreendimentos sociais<sup>27</sup>. Realça também outras unidades processuais isoladas pela apresentação de um número adequado de casos, nos quais ocorre um desenvolvimento da natureza e intensidade dos relacionamentos entre os membros dos grupos de peregrinação e seus subgrupos. O autor ressalta que esses relatos nos revelam muito sobre a organização das atividades coletivas e da vida social, da economia, e da logística da “viagem”, dos cenários simbólicos e sociais em diferentes pontos de parada e das atitudes sacras e profanas, individuais e coletivas dos grupos de peregrinação.

“Não importa da onde você vem, qual cor que você possui, sua classe social, aqui nada disso importa, estamos no meio da mata atlântica” (Fala do Guarda-Parque do Parque Estadual da Pedra Branca responsável pelo curso de guia de condutores de trilha do Parque Estadual da Pedra Branca).

Para Steil (2003) Turner estuda o fenômeno social em que os peregrinos, durante a viagem, entram num estado de liminaridade e, com o retorno, são reintegrados em suas comunidades de origem, porém transformados, similarmente ao que se desenrola nos rituais de passagem.

Durante uma caminhada<sup>28</sup> aberta ao público, essa fala apresenta o imaginário de quebra de estruturas - - destruturação ou dissolução dos estereótipos durante a experiência da caminhada. A noção de se fazer uma peregrinação para cumprir um voto ou obter uma benção encontra-se também claramente demonstrada no norte da China em relação a reuniões religiosas de massa para “comemoração do aniversário ou de qualquer outro evento relacionado a um deus” (TURNER apud YANG, 1961, p86)

O autor ressalta que é necessário se discutir esta questão da peregrinação como obrigação e como ato voluntário, envolvendo um voto ou, como se diz na ibero-américa, uma “promessa” embora a obrigatoriedade seja enfatizada em muitas religiões. A princípio, as peregrinações cristãs tenderam a enfatizar o aspecto voluntário e a considerar as

27 Pensamos nos idealizadores dos projetos de conservação da natureza sob uma perspectiva da montanha, da viagem, da excursão.

28 Esse relato faz parte da pesquisa da autora Isabel Caetano, orientada pela co-autora Alba Simon. Em atividades de Uso público no Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB). Esse trecho faz parte do trabalho de campo realizado no grupo de formação de condutores de Trilha, organizado pelo INEA - junto aos gestores da sede do PEPB

viagens sagradas para Palestina ou Roma atos de devoção desnecessários, uma espécie de glacê sobre o bolo da piedade. Porém um forte elemento obrigatório entrou em cena com a organização dos sistemas de penitência da igreja católica. Quando isto foi organizado e autorizadas legalmente, as peregrinações foram estabelecidas como punições adequadas para certos tipos de crimes. Conforme escreve Turner apud Bede Jarett (1911,p85). “As dificuldades da viagem, a vestimenta penitencial e a mendicância que ela acarreta fizeram da peregrinação um verdadeiro castigo”. Assim, quando se começa com a obrigatoriedade, surge a voluntariedade, a obrigação tende a entrar em cena. Para Turner (2008) esta ambiguidade é em parte consequência da liminaridade da própria situação peregrinatória. As peregrinações representam, de acordo com o autor, um símbolo amplificado do dilema de escolha versus obrigação meio a uma ordem social onde o status prevalece.

### Considerações Finais

A Trilha Transcarioca é um projeto de cunho conservacionista de forte apelo moral que pressupõe a institucionalização territorial como forma de torna-la um projeto duradouro e perene. A institucionalização territorial implica na criação de um sistema de mobilização que produz um contingente de voluntários fieis e ao mesmo tempo afinados com os pressupostos ideológicos da Trilha. Tal projeto é idealizado por atores articulados com atuação engajada no campo das políticas públicas de conservação da natureza, que transitam por diversas instâncias públicas e privadas em níveis local, nacional e Internacional e, a partir de um determinado discurso que mistura, ciência, moral, ética e fé, mobilizam centenas de voluntários e “adotantes”, categorias criadas para um engajamento mais orgânico no projeto, fazendo do Movimento/ Trilha Transcarioca um modelo de conservação e ao mesmo tempo uma estratégia de mobilização baseado num sistema de valores, práticas e ideias nos moldes da concepção de Parque Natural. A peregrinação como obrigação ou ato voluntário no processo social da transcarioca nos remete a ideia de:

“Nós organizamos os nossos voluntários para as atividades de sinalização dos trechos da Transcarioca assim: Eles podem escolher uma manhã por mês pra fazer o serviço. Quem não tem uma manhã para cuidar do parque? O bem que faz você saber a sua contribuição para o bem da natureza não tem preço. É muito tranquilo, nem cansa, não tem como recusar.” (representante da ACTA-instituição que adota trechos da Transcarioca em reunião ocorrida para debater a institucionalização do MTT)

Destaca-se no trecho acima, sentimentos de cuidado e apreço relacionados ao “bem comum”, o retorno para as “futuras gerações”. A ideia de um retorno simbólico a partir desse ato é latente, a transformação por meio da caminhada, faz o “transcarioqueiro” um peregrino da conservação.

### Referencias Bibliográficas

DAVENPORT, Lisa; RAO, Mandhu. A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. In TERBORGH, John et alii (org.) **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: FBPN/Ed. UFPR, 2002, pp. 52-73.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant’ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. O sertão virou parque: natureza, cultura e processos de patrimonialização. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 129-148, abr. 2016. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/59281>>. Acesso em: 29 Nov. 2016.

MILANO, Miguel Serediuk. Mitos no manejo de unidades de conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça. *In: Congresso Brasileiro de Unidades De Conservação, Anais... Vol. I. Campo Grande. Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação/Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000, pp. 11-25..*

QUINTÃO, Ângela Tresinari Bernardes. Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. *In: Brasil Florestal*, n.º 54. Brasília, IBDF, abr./maio/jun. de 1983.

SIMON, Alba. Recategorizando a Conservação: do Apogeu do Biocentrismo às investidas socioambientalistas na concepção e na gestão de Unidades de Conservação. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. 2010. UFF; Niterói.

TURNER, Victor. "Dramas, Campos e Metáforas - Ação Simbólica na sociedade humana/ Victor Turner, tradução de Fabiano Moraes, Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008

LEUZINGER, Marcia. O Uso público em Unidades de Conservação..[http://www.nima.puc-rio.br/aprodab/artigos/uso\\_publico\\_em\\_unidades\\_de\\_conservacao\\_marcia\\_leuzinger.pdf](http://www.nima.puc-rio.br/aprodab/artigos/uso_publico_em_unidades_de_conservacao_marcia_leuzinger.pdf)

Revista Folha do Mosaico Carioca de áreas protegidas - ano 1,n 2/ Out 2014

## **COMPROMISSOS COM A CONSERVAÇÃO VERSUS AJUSTES DE CONDUTA. CONFLITOS NAS AGENDAS AMBIENTALISTAS: O CASO DOS PESCADORES ARTESANAIS NO PARQUE ESTADUAL DA LAGOA DO AÇU - RJ**

**SIMON, Alba**

Pós-Doc no Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito (PPGSD) da  
Universidade Federal Fluminense (UFF)  
albasimon7@gmail.com

**VILHENA, Rodrigo**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia e Direito (PPGSD) da  
Universidade Federal Fluminense (UFF)  
rodrigovilhena@id.uff.br

**AGUIAR, Camila**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito (PPGSD) da  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

### **RESUMO**

O presente trabalho pretende analisar o Termo de Compromisso (TC) previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) como instrumento de pactuação entre a permanência de populações tradicionais e os objetivos de Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral que não admitem nem o uso direto dos recursos naturais nem a presença humana. Para tanto, analisa o caso concreto do Parque Estadual da Lagoa do Açú - RJ e a previsão de um Termo de Compromisso específico em seu instrumento de criação, na perspectiva da garantia dos direitos multiculturais das populações tradicionais inseridas no contexto do Parque. O trabalho demonstra, ao final, contradições entre o TC do PELAG e o TC previsto no SNUC.

**Palavras-chave:** parques naturais; termo de compromisso; comunidades tradicionais

### **ABSTRACT**

The present work intends to analyze the Term of Commitment (TC) foreseen in the National System of Conservation Units of Nature (SNUC) as an instrument of agreement between the permanence of traditional populations and the objectives of Conservation Units (CUs) of integral protection that do not They admit neither the direct use of natural resources nor the human presence. In order to do so, it analyzes the concrete case of the State Park of Açú Lagoon and the prediction of a specific Term of Commitment in its instrument of creation, in the perspective of the guarantee of the multicultural rights of the traditional populations inserted in the context of the Park. The work shows, in the end, contradictions between PELAG CT and the SNUC predicted CT.

**Key-words:** natural parks; statement of commitment; traditional communities



## INTRODUÇÃO

A categoria “Parque Natural” foi idealizada como um espaço de natureza público voltado à pesquisa, lazer, turismo e educação ambiental, a partir da criação do Yellowstone Nacional Park (EUA) em 1872. Como categoria de manejo do grupo de proteção integral, tornou-se símbolo e sinônimo de conservação da natureza no Brasil e no mundo, evidenciando conflitos socioambientais em situações de sobreposição com territórios de uso tradicional por populações locais.

A lógica subjacente de “não uso” dos recursos biológicos inerentes a esta categoria, baseado em um suposto “uso indireto” com atividades como turismo e lazer, se contrapõe a lógica de uso e apropriação do espaço e de recursos naturais em espaços sociais, produtivos e tradicionais, onde os indivíduos continuam a fazer e viver de formas particulares, em um contexto marcado por alta diversidade cultural, étnica e de diversidade biológica.

Essa concepção histórica de conservação se pauta no distanciamento entre natureza e sociedade, e na crença de uma suposta hostilidade endêmica da espécie humana frente ao uso equilibrado, ou mesmo o não uso, dos recursos biológicos necessários para “um futuro comum” (Simon, 2010).

Há um consenso sobre a necessidade de pressupostos técnicos e científicos para seleção, criação, implantação e gestão das unidades de conservação de proteção integral, entendidos como orientadores fundamentais os quais deverão prevalecer sobre outras considerações. Outrossim, assevera-se que, se a participação e a cooperação das comunidades locais e dos demais cidadãos na defesa das unidades de conservação de proteção integral são desejáveis e necessárias, [...] tais ações não podem ser confundidas com os processos decisórios em relação à seleção das áreas, sua implantação e gestão, que devem se pautar por critérios técnicos e científicos (Rede 1997; apud Barreto 2001 p.34). Para Barreto Filho, (2001 p. 33) tudo se passa como se, para um contingente expressivo de formuladores e executores, as ações conservacionistas por meio de Unidades de Conservação - UCs de proteção integral fossem - ou devessem ser - resultado de um processo administrativo tecnocientífico.

Assim, a institucionalização do território a partir da criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral parece ser resultante de duas lógicas contraditórias, a lógica publicista e a lógica de territorialização privada do Estado. (Simon, 2010 pg.13)

O fato é que a partir do ato legal que legitima a criação de um Parque Natural, os residentes em seus limites passam a estar em inconformidade com o ordenamento jurídico brasileiro, mesmo antes de terem seus direitos de desapropriação ou reassentamento atendidos.

Na lógica de uma territorialização “privada” do Estado, esses residentes sofrem frequentemente constrangimentos por parte de agentes de fiscalização ou dos próprios gestores das Unidades de Conservação, além do congelamento da atividade econômica pela necessidade de cessar os usos tradicionais anteriores e pelas dificuldades em acessar políticas públicas básicas tendo em vista sua situação, agora, irregular. Em outras palavras há um cerceamento dos direitos constitucionais amplificando a condição de vulnerabilidade socioambiental, na qual muitos já se encontravam antes da criação da UC.

O processo de elaboração da Lei do SNUC, Lei 9985/2000 é um capítulo importante da história da conservação brasileira por ter potencializado os embates entre correntes de pensamento opostas; socioambientalistas e preservacionistas, e garantir ambas concepções no corpo da Lei. Uma das tímidas conquistas porém muito relevante foi a garantir a permanência de comunidades tradicionais nas UCs de proteção integral, ainda que de forma provisória. Nesse sentido, o estabelecimento do Termo de Compromisso, instrumento jurídico criado pela Lei do SNUC e regulamentado pelo Decreto 4043/2002 ganha destaque por promover o diálogo entre o órgão gestor e as comunidades inseridas nos limites das UCs de proteção integral e evitar o fantasma da expulsão compulsória como determina a própria Lei do SNUC.

Considerando a necessidade de acompanhar a implementação, debater, analisar as possibilidades e desafios deste instrumento jurídico, o Grupo de Pesquisa intitulado *Dinâmicas Sociais em Áreas Naturais Protegidas* - GP - DISANP do PPGSD-UFF deu início a investigações sobre os conflitos e potencialidades de Termos de Compromisso em três Parques Estaduais do Rio de Janeiro administrados pelo Instituto Estadual do Ambiente - RJ, a saber: o Parque Estadual da Pedra Branca, Parque Estadual da Serra da Tiririca e Parque Estadual da Lagoa do Açu que se encontram em situações distintas com relação a instituição do Termo de Compromisso.

Nesse sentido, o presente artigo visa refletir, sobre a instituição do Termo de Compromisso - TC no Parque Estadual da Lagoa do Açu - PELAG objeto de investigação recente do Grupo de Pesquisa sobre os impactos e potencialidades do Termo de Compromisso, que nesse caso, foi instituído no âmbito do Decreto de Criação do PELAG. A pesquisa em curso teve início no final de 2015, e pretende acompanhar a gestão do Inea junto ao estabelecimento

do Termo de Compromisso considerando a possibilidade de apontar ou propor ajustes na elaboração e execução do referido TC. A pesquisa está sendo realizada por alunos do GP DISANP a partir de visitas realizadas na área do PELAG, conversas mantidas com o gestor da Unidade de Conservação e equipe do Parque, e algumas lideranças da pesca da região Norte do Estado que são pescadores do PELAG.

## **1. Termo de Compromisso na lógica da Pactuação.**

Importa registrar que os conflitos socioambientais evidenciados com a sobreposição de UCs de proteção integral em territórios de comunidades tradicionais foi considerado o tema mais polêmico no processo de elaboração da Lei do SNUC, que levou cerca de 10 anos para tramitar e ser aprovada, em função das disputas internas entre preservacionistas e socioambientalistas, conforme já mencionado.

A instituição de Termos de Compromisso com as comunidades tradicionais em Unidades de Proteção integral, reconhecidas como residentes ou usuários antes da criação da UC foi uma das importantes conquistas do socioambientalismo junto ao SNUC. O Termo de Compromisso - TC foi regulamentado pelo Decreto 4.340/2002, que regulamenta também outros dispositivos da Lei e que assegura que o TC deva ser um meio através do qual Estado e sociedade dialoguem.

Em 2012, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) regulamentou o TC, para efeitos de gestão das Unidades de Conservação de Proteção Integral Federais através da Instrução Normativa - IN 26 regularizando dessa forma

os procedimentos para a construção, implementação e monitoramento deste termo. Para a IN 26 o TC é considerado um documento que compila medidas e acordos temporários, vigentes enquanto a regularização fundiária, ou a execução de uma alternativa considerada pertinente não ocorra. A IN 26 determina que a elaboração deva ser participativa, ou seja, com o envolvimento da comunidade e do corpo gestor, em todo o processo de construção. No período de preparação do termo devem ser considerados os conhecimentos tradicionais, que juntamente aos conhecimentos científicos, irão determinar diretrizes para técnicas adequadas de manejo dos recursos naturais visando uma maior eficiência, tanto promovendo a conservação dos recursos quanto na manutenção ou melhoria da qualidade de vida da população.

Desta forma, a regulamentação do TC junto ao órgão federal possibilitou, pelo menos teoricamente, maior aproximação entre poder público e comunidades tradicionais reconhecendo que o saber tradicional está no mesmo patamar de conhecimento do saber científico e que ambos determinarão as formas de uso e apropriação dos recursos nos limites das UCs. Dessa forma, o Termo de Compromisso pode ser considerado um avanço legal que possibilita romper com o paradigma da expulsão compulsória de comunidades tradicionais em Unidades de Conservação de Proteção Integral (Simon, Madeira Filho e Alcântara; 2015)

Mesmo com esses avanços, vale o debate sobre o conceito e ao mesmo tempo o preconceito e as concepções vigentes sobre as comunidades tradicionais. Vianna (2008, p.250) atesta, ao analisar as definições de populações tradicionais contidas em documentos estratégicos, tais como a Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB dentre outros, que o estabelecimento dessas definições determina um padrão de atitude possível para essas populações, compatível com a conservação da natureza e sempre referido a um horizonte temporal. Daí resulta seu enquadramento num modelo que pressupõe a manutenção da “harmonia com a natureza” que as caracterizam como tradicionais e que acaba impondo seu congelamento. Assim, conclui a autora, o referencial do movimento ambientalista e da política conservacionista não são os direitos dessas populações, mas o dano ambiental que elas possam ou não gerar, seus direitos estão ligados a seu bom comportamento ambiental.

Para Vianna, nessa perspectiva, aquelas que são muito impactantes ao meio não podem ser consideradas tradicionais, pois, não são úteis a conservação.

Já Santilli (2004, pg. 140) ao se referir a Lei do SNUC considera que houve um reconhecimento, pelo ordenamento jurídico brasileiro, da essencialidade do território para as populações tradicionais e de sua importância para a própria construção da identidade coletiva das mesmas.

Assim, percebe-se que os Termos de Compromisso passam a ser objeto de análise e investigação na medida em que surgem no contexto dos “novos direitos” que, segundo Santilli, seriam aqueles conquistados por meio de lutas sociopolíticas democráticas de natureza emancipatória, pluralista, coletiva e indivisível.

## **2. Diferenciando Termo de Compromisso e Termo de Ajustamento de Conduta**

O Termo de Compromisso instituído pela Lei do SNUC foi pensado originalmente para compatibilizar a permanência de comunidades tradicionais com os objetivos de UCs de proteção integral, quando muitas UCs no Brasil foram criadas sem estudo e consulta

prévias para identificação da presença de tais comunidades nas áreas selecionadas. O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) é um instrumento de resolução extrajudicial, de conflitos de interesses ou direitos difusos e coletivos, mediante o qual, os órgãos públicos são legitimados. É o ato jurídico pelo qual a pessoa, física ou jurídica, em regra reconhecendo implicitamente que sua conduta ofende ou pode ofender interesse difuso ou coletivo, assume, perante um órgão público legitimado, o compromisso de eliminar a ofensa ou o risco, através da adequação de seu comportamento às exigências legais, mediante a formalização de termo com força de título executivo extrajudicial.

O Termo de Compromisso, como instituto jurídico é previsto em vários regulamentos jurídicos inclusive, na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98) mas ao ser incluído na Lei do SNUC, foi pensado como instrumento de pactuação e não com objetivos de adequação de condutas ou de eliminar “a ofensa ou o risco, através da adequação de seu comportamento às exigências legais” É digno de registro que tanto na Lei de Crimes Ambientais como na Lei do SNUC o TC é considerado título executivo extrajudicial, ou seja, é formado por um ato de vontade entre as partes envolvidas na relação jurídica de direito material, ou por apenas uma delas, sem que o Estado-Juiz atue na sua produção.

O TC e o TAC pouco se diferenciam quanto aos legitimados, mas muito se diferenciam pela origem de sua aplicação ou de como foram pensados, conduzidos, acionados, como dizia Montesquieu em sua principal obra, “O espírito das Leis”, escrita em 1747 “as leis que governam o povo devem levar em consideração o clima, a geografia e outras circunstâncias gerais, e que, também as forças que governam devem ser separadas e balanceadas para garantir os direitos individuais e a liberdade” .

O Termo de Ajuste de Conduta - TAC pode ser tomado por qualquer órgão público legitimado à ação civil pública, como o Ministério Público, a Defensoria Pública, a União, os Estados-membros, os Municípios, o Distrito Federal, as autarquias e as fundações públicas (Lei n. 7.347/85, art. 5º; CDC art. 82), não detendo o Ministério Público a exclusividade da instituição. Já o Termo de Compromisso, deve ser tomado pelo órgão ambiental e a população (no caso das UCs de proteção integral a comunidade tradicional) que necessita ter o seu direito resguardado. O TC é considerado um instrumento de mediação de conflitos de caráter transitório pela Instrução Normativa 26 do ICMBio.

Para Carvalho Filho, o TAC é o reconhecimento implícito da ilegalidade da conduta e promessa de que esta se adequará à lei. Dessa forma, a manifestação de vontade seria unilateral, na medida em que o órgão público seria obrigado a propor o TAC, cabendo somente ao infrator da ordem jurídica uma opção, qual seja a de assinar o compromisso ou submeter-se a uma demanda judicial coletiva.

### **3. O Parque Estadual da Lagoa do Açú - PELAG: um caso especial**

Criado em 2012, pelo Decreto Estadual nº 43.522, o PELAG localiza-se em um trecho da faixa costeira da Região Norte do Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente entre os municípios de Campos dos Goytacazes (no distrito de Farol de São Thomé), onde está sua maior parte, e São João da Barra (5º distrito), onde está uma pequena fração da área do Parque. Sua área, de aproximadamente 8.251 hectares (82,5 Km<sup>2</sup>), estende-se por áreas de restinga, de todas as tipologias, e manguezais, além de uma área úmida e/ou

alagada importante, com destaque biológico especial para o Banhado da Boa Vista e a Lagoa do Açú, utilizada como referencial migratório por determinadas espécies de aves e refúgio para outros animais e plantas nativos, raros, endêmicos ou vulneráveis (INEA, 2013).

Muito embora o histórico de criação do Parque Estadual da Lagoa do Açú não seja objeto de análise deste artigo, e sim de outro artigo em vias de finalização, não se pode deixar de registrar o contexto em que a Unidade de Conservação se estabeleceu.

A criação do PELAG está associada ao licenciamento do Complexo Logístico, Industrial e Portuário do Açú - CLIPA, pelo Instituto Estadual do Ambiente - Inea - ERJ. O Complexo está localizado no município de São João da Barra, imediatamente ao Norte do Parque, o megaempreendimento de 90 Km<sup>2</sup> une a ideia de um condomínio industrial a um superporto, projetado para ser o maior do Brasil. O projeto foi lançado pela iniciativa privada em parceria com o governo estadual e federal em 2006, tendo iniciado suas obras em 2007. O Plano Diretor de São João da Barra prevê um distrito industrial imediatamente à Oeste do CLIPA denominado Distrito Industrial de São João da Barra - DISJB, abrangendo uma área de 72 Km<sup>2</sup>, mirando os investimentos que o Porto pode atrair para a região. Desta forma, o porto e o distrito industrial estão intrinsecamente relacionados. O local escolhido para instalação do CLIPA e do DISJB, estrategicamente entre as cidades do Rio de Janeiro e Vitória, constituía extensa área de restinga, na região norte do Estado, que o PELAG objetiva preservar.

Na área do CLIPA estão instaladas diversas indústrias voltadas para o apoio de operações offshore, tais como a National Oilwell Varco, que fornece componentes mecânicos para sondas de perfuração e tubos flexíveis de óleo e gás, a Technip Brasil, que oferece serviços e tecnologia para campos de desenvolvimento em águas profundas, a Wärtsilä Brasil, que produz motores de navio e geradores para termelétricas, a BP Prumo, que distribui combustíveis marítimos, a Anglo American, que embarca minério de ferro no porto, dentre outras. Os investimentos feitos por estas empresas, somados, passam dos 2 bilhões de dólares e geram mais de seis mil empregos diretos, além dos R\$ 13 bilhões investidos pela Prumo Logística desde 2008 (PRUMO, 2016). Nesse sentido, o PELAG se insere em uma região de alto investimento econômico e relações globalizadas.

O processo de licenciamento do Complexo do Porto do Açú pelos órgãos ambientais não foi isenta de críticas formuladas por ambientalistas da região norte do Estado que sempre almejavam a conservação da região das lagoas do Açú e dos remanescentes de restinga de São João da Barra, região norte fluminense através da criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral uma vez que área era considerada referencial de espécies de aves migratórias e refúgio para outros animais e plantas nativos, raros, endêmicos ou vulneráveis.

A implantação e operação de um empreendimento altamente impactante como é o CLIPA obrigou, no âmbito do licenciamento ambiental aprovado, cumprir alguns critérios legais de compensação ambiental. A partir desta constatação a ideia de proteção da região através de Unidade de Conservação de proteção integral ganhou força junto aos dirigentes do extinto Instituto Estadual do Ambiente - IEF atual Inea, responsável pela criação e gestão das Unidades de Conservação do Estado. Apesar do esforço, a pressão dos empresários do CLIPA pela criação de uma RPPN - Reserva Particular

do Patrimônio Natural - RPPN, na região a ser impactada prevaleceu “livrando- os” de assumir o apoio a implementação do futuro Parque, ou seja, assumir os custos da gestão de uma Unidade de Conservação Pública. A ideia original dos dirigentes do INEA era obrigar o empreendimento a assumir os custos de implantação e gestão do futuro parque, tais como construção de centro de visitantes, pagamento de pessoal, veículos e etc. como compensação pelos impactos diretos à biodiversidade.<sup>1</sup>

Nesse sentido, a criação de uma RPPN, que no âmbito do Estado do Rio é considerada como proteção integral foi uma grande sacada política dos empresários do CLIPA. Assim criou-se a RPPN Fazenda Caruara, com 4 mil hectares (equivalente a 40 Km<sup>2</sup>, o que corresponde a menos da metade da área destinada ao CLIPA) localizada próximo ao Porto, considerada a maior unidade de conservação particular de restinga do Brasil. Porém, por ser uma UC privada, a visitação e pesquisas ficaram condicionadas a autorização dos proprietários que também são beneficiados com a isenção do Imposto Territorial Rural - ITR pela Lei do SNUC.

A criação da uma Unidade de Conservação privada em área menor do que a área pretendida para o PELAG não foi satisfatório para os dirigentes do então Instituto Estadual de Florestas - IEF e nem para pesquisadores e ambientalistas da Região Norte, nesse sentido, contrariamente ao que se supõe, essa situação criou um clima favorável ou se constituiu em oportunidade política para a criação de uma UC de proteção integral nas imediações do empreendimento, assim, o projeto do PELAG ganhou vulto e se efetivou.

Interessante observar que, apesar do estabelecimento do PELAG ocorrer em época e contextos bem diferentes das Unidades de Conservação de Proteção Integral na Amazônia, no período militar, na década de 1970 e 1980 uma concomitância chama atenção, ou seja, é no contexto de uma das obras mais impactantes estabelecida no Estado do Rio nos últimos 10 anos na Região Norte responsável pela supressão de vegetação de restinga e Mata Atlântica que surgiu a oportunidade política para a criação de um Parque, o PELAG.

Essa situação nos remete ao histórico de criação de uma parcela significativa de Unidades de Conservação de Proteção Integral no Brasil. Segundo Barreto (2001) foi no contexto ou na década dos projetos faraônicos e impactantes como o de expansão induzida da fronteira agrícola para a Amazônia - via projetos de colonização oficiais - e com a criação de localizações privilegiadas para a valorização de capitais privados e o crescimento “polarizado” - via subsídios e investimentos públicos no setor de infra-estrutura, que possibilitou a criação das primeiras UCs de proteção integral na Amazônia brasileira Assim, Barreto atesta que a “década de progresso para os parques nacionais sul-americanos”, que se estende de 1974 a 1984 (Wetterberg et al 1985), sobrepõe-se parcialmente àquela que foi celebrizada como a “década da destruição” na história da floresta tropical úmida da Amazônia (WWF/CIT 1991).

#### **4. Analisando o Termo de Compromisso no caso do PELAG**

Criado em 2011 por Decreto (Decreto 43.555/2011), onze anos após a instituição da Lei do SNUC, na Região Norte do Estado do Rio de Janeiro, a delimitação do PELAG

<sup>1</sup> Durante os anos de 2007 e 2008 uma das autoras do artigo ocupou a Diretoria de Conservação da Natureza do extinto IEF atual Inea e presenciou as negociações da presidência do IEF junto aos empresários do CLIPA para a criação do PELAG no âmbito do processo de licenciamento.

incidiu sobre as lagoas utilizadas historicamente por pescadores da Região Norte do Estado. O próprio Decreto de Criação prevê que o órgão gestor, no caso o Inea, celebrará o TC com os pescadores artesanais, tanto os residentes nas imediações do Parque, como também com os pescadores artesanais da Região Norte Fluminense que utilizam as lagoas inseridas nos limites do Parque para assegurar sua subsistência.

O Decreto estipula ainda um prazo de 180 dias para o órgão gestor efetuar um cadastro de pescadores artesanais que dependam da pesca nos limites do Parque, esse cadastro permitirá assinar um TC condicionando a esse TC a autorização pessoal e intransferível para pesca artesanal na área do PELAG.

O estabelecimento do TC no âmbito do Decreto de criação do PELAG condicionando-o a um cadastro que levará a uma autorização única e vitalícia nos leva a refletir sobre quais seriam as reais intenções dos idealizadores do PELAG junto a comunidade pesqueira nos limites do parque e quais diferenciações trazem do Termo de Compromisso instituído no âmbito da Lei do SNUC a partir de lutas políticas entre correntes opostas de pensamento sobre a conservação, quais possibilidades de pactuação e permanência ambos trazem ou de amplificação das vulnerabilidades sociais. Seria o Termo de Compromisso instituído no âmbito do Decreto de criação do PELAG, que é condicionado a uma autorização final um "Ajustamento de condutas" travestido de "Compromisso"?

Estaria o TC do PELAG dialogando com a dinâmica de uso dos recursos naturais pelas famílias de pescadores que tem seu sustento vinculado a pesca nas lagoas, agora inseridas nos limites do PELAG? Estaria o TC do PELAG observando os diferentes modos de vida, e conseqüentemente, as diferentes relações que essas famílias desenvolveram com o ambiente dos quais fazem parte, e os reflexos dessas dinâmicas e dependências dos recursos naturais junto a futura autorização imposta pelo órgão ambiental?

Uma reflexão inicial sobre o cadastro dos pescadores artesanais, que está sendo elaborado pelo Inea, e que dará origem ao TC assinado individualmente, nos faz pensar sobre quais "compromissos" serão estabelecidos entre o órgão gestor, Inea e os pescadores artesanais que pescam nos limites do parque se, para o cadastramento, a única exigência é a comprovação de residência e ou domicílio do pescador em qualquer município da Região Norte Fluminense, ao invés da exigência de comprovação da dependência da pesca nos limites do Parque para sua subsistência? Nesse sentido, se faz necessário conhecer um pouco da dinâmica de uso das lagoas para a subsistência e da realidade social e econômica das comunidades do entorno do PELAG.

## **5. Comunidades locais no entorno do PELAG**

No entorno do PELAG localizam-se várias comunidades rurais como São Thomé, Quixaba, Xexé, Maria da Rosa e Marrecas, nesta última, estão localizados dois assentamentos rurais, onde vivem cerca de 132 famílias : Ilha Grande e Che Guevara.

Em levantamentos realizados por Pinheiro em 2014, sobre as comunidades de Quixaba, Xexé e Maria da Rosa, a autora identificou dentre outras características que a maioria dos moradores dessas localidades residem há mais de 40 anos, no caso da primeira, e entre 20 e 40 anos no caso das demais. Pinheiro identificou também um baixo grau de escolaridade e renda, que gira em torno de um salário mínimo, quanto

às atividades econômicas desenvolvidas por estas comunidades, a agricultura, a pesca e a retirada de taboa para confecção artesanal de esteiras “de palha” são as principais nas três comunidades mencionadas. Estas três atividades principais estão diretamente relacionadas às lagoas da região inseridas nos limites do PELAG seja para a pesca, seja porque as roças são cultivadas em suas margens, seja porque a taboa é uma planta retirada das lagoas (PINHEIRO, 2014).

Pela lei do SNUC, Artigo 28, parágrafo único, até que seja elaborado o Plano de Manejo, as atividades desenvolvidas em UCs de proteção integral devem estar limitadas à garantia de seus objetivos, assegurado às populações tradicionais as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

Nesse sentido, apesar de ainda não serem reconhecidos oficialmente pelo órgão gestor do PELAG como portadores do estatuto oficial de população tradicional, as áreas situadas nos limites do PELAG são reconhecidamente utilizadas historicamente por pescadores, agricultores e extrativistas artesanais e, embora muitos não residam nos limites, utilizam as lagoas e charcos para pescar, plantar e tirar taboa para o autosustento.

A pesca marinha é uma forte atividade econômica da região, abastecendo o mercado regional, porém a pesca nas lagoas não tem grande expressão econômica de mercado, se limitando ao autoconsumo, o que faz dessa tradição ainda mais invisível sob o ponto de vista econômico e de pressão social.

## **6. Uma reflexão sobre Povos e Populações Tradicionais frente aos direitos multiculturais**

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é responsável pela aprovação de duas convenções paradigmáticas para o tratamento da questão de minorias étnicas e grupos marginalizados das sociedades hegemônicas, as Convenções nº 107 e nº 169.

Para Afonso, Menezes, Nascimento e Oliveira filho, (2015, p. 3) a Convenção 107 apresentava uma concepção assimilacionista, onde as minorias étnicas restantes dos processos coloniais deveriam ser integradas ao projeto dos Estados-Nação.

Entretanto, para Lobão (2014 pg 32); “a ideologia assimilacionista e integracionista não se traduziu em um ideal de igualdade entre todos. Isto porque se manteve intacta a distinção entre aquele que assimilava e “o outro”, que por sua vez era assimilado, numa dimensão não equânime de progresso, de desenvolvimento das condições da vida material (LOBÃO, 2014).

Para os autores citados a diferença, dentro desta perspectiva, continuaria a existir uma vez que estas formas diferentes de (acesso ao) progresso produziram uma hierarquização de culturas pautadas no padrão de consumo e acesso a direitos determinados pelo capitalismo global.” (AFONSO, MENEZES, NASCIMENTO e OLIVEIRA FILHO, 2015, p. 3)

Com a agenda do multiculturalismo, foi possível a revisão da concepção integracionista por uma visão de tolerância consagrada na Convenção 169 de 1989 sobre Povos Indígenas e Tribais. O dispositivo prevê autonomia a povos que possuem modos de vida distintos dos modos das sociedades hegemônicas, os reconhece como sociedades e incorpora a necessidade de sua participação na decisão a respeito dos projetos de desenvolvimento que possam causar impactos sobre seus modos de vida, estabelece



a “autodeterminação” como critério para definir a identidade de povo indígena ou tribal e, em tese, os eleva ao patamar dos membros das populações nacionais no que concerne o acesso à direitos e oportunidades previstas no ordenamento jurídico dos Estados Nação.

O decreto de promulgação que incorporou a Convenção nº 169 na legislação brasileira foi publicado apenas em 2004, porém o debate multiculturalista do respeito à outras sociedades impregnou a Constituição Federal de 1988. Essa influência fica nítida no artigo 215, § 1º da CRFB/88 que garante o pleno exercício de direitos culturais a todos e ordena a proteção estatal às manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade nacional. O artigo 216, II, que institui como patrimônio cultural brasileiro os modos de criar, fazer e viver das etnias indígena, afro-brasileira e demais etnias que forem parte do processo civilizatório do Brasil, consolida o direito à sociodiversidade, conforme atesta Santilli:

O multiculturalismo permeia todos os dispositivos constitucionais dedicados à proteção da cultura. Está presente na obrigação do Estado de proteger as manifestações culturais dos diferentes grupos sociais e étnicos, incluindo indígenas e afro-brasileiros, que formam a sociedade brasileira, e de fixar datas representativas para todos esses grupos. Vislumbra-se a orientação pluralista e multicultural do texto constitucional no conceito de patrimônio cultural, que consagra a ideia de que este abrange bens culturais referenciadores dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, e no tombamento constitucional dos documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. É a valorização da rica sociodiversidade brasileira, e o reconhecimento do papel das expressões culturais de diferentes grupos sociais na formação da identidade cultural brasileira. (SANTILLI, 2005, p. 46)

Como saldo desses embates, a Constituição contempla indígenas e quilombolas com direitos territoriais especiais - tendo em vista, respectivamente, direitos originários e uma tentativa de compensação pela opressão histórica sofrida. Somente em 2007, através do Decreto nº 6.040 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, é criada a categoria jurídica povos e comunidades tradicionais que aqui trabalhamos.

Diante da vasta diversidade sociocultural brasileira, surgem diferentes combinações de conceitos como comunidades tradicionais, povos autóctones, culturas locais, sociedades rurais para se referir a pescadores artesanais, sertanejos, babaçueiros, caboclos, caiçaras, jangadeiros e outros mais. A categoria jurídica populações tradicionais busca abarcar todos esses grupos que não se encaixam nas identidades de indígenas e quilombolas.

Segundo LITTLE, a escolha da palavra “povos” teria o sentido de evidenciar esses grupos sociais em contraposição com a sociedade hegemônica a fim de enfatizar o reconhecimento da legitimidade dos regimes de uso comum de seus territórios e a produção de um direito consuetudinário que rege suas relações em grupo. Já o uso do termo “tradicionais”, que é associado a imobilidade histórica e atraso econômico, assumiria a dimensão de uma tradição cultural que se mantém e atualiza mediante uma dinâmica de constante transformação. Dessa forma, o conceito tenta abarcar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais mostram na atualidade (LITTLE, p. 23).

A criação dessa categoria jurídica produziu um acesso diferenciado a direitos que historicamente foram negados às populações tradicionais enquanto grupos marginais da sociedade hegemônica brasileira. Essa negativa de acesso à direitos se baseia na concepção de que estes grupos sociais marginais aos modos de vida ditados pela modernidade estariam no estrato mais inferior de uma hierarquia cultural. Nessa perspectiva, as culturas hegemônicas teriam uma supremacia em relação a outras tidas como arcaicas/tradicionais mediante uma classificação que leva em conta um critério evolucionista que está estreitamente atrelado ao desenvolvimento tecnológico e econômico dos grupos sociais.

Mesmo que juridicamente exista a previsão formal de direitos multiculturais estes não são suficientes para romper com a subordinação imposta às populações tradicionais. As mudanças existem, mas ainda não conseguem devolver a autonomia para estes grupos a fim de que possam se reproduzir social, cultural e economicamente segundo suas vontades. Eles precisam se enquadrar em categorias jurídicas restritivas para acessar direitos básicos de uma sociedade que se postula sociodiversa.

O direito, como um produto da cultura e valores da sociedade, é impregnado pela estratificação cultural. Segundo a crítica marxista do direito, este é instrumento de classe operando a manutenção do status quo vigente perpetuando a dominação de um grupo sobre outro (HESPANHA, p. 489). O paradigma trazido pela Revolução Francesa, através da Declaração Universal dos Direitos do Homem, criou o indivíduo livre, igual e dotado de propriedade, entretanto, ignora a desigualdade material que está inscrita na cultura. A mera declaração de igualdade não transforma a realidade social. A Revolução Francesa foi uma revolução burguesa e produziu uma nova ordem de dominação sob a falácia da igualdade e liberdade que não se traduzia na garantia de direitos e tratamento isonômico. Conforme explicita HESPANHA:

(...) o direito burguês funcionaria também como ideologia de cobertura. Ou seja, criaria uma imagem falseada das relações de poder, ocultando sob a capa da igualdade jurídica – garantida, nomeadamente, pela generalidade e abstração da lei – as reais desigualdades sociais. (HESPANHA, p. 490).

As perspectivas de colonialidade, positivismo jurídico, universalismo do direito em contraposição a produção de um direito local, vigentes na racionalidade europeia foram colocadas para os colonizados e se promoveram como padrão de desenvolvimento e assim, a cultura jurídica brasileira bebeu dessa fonte. Dessa forma, o monismo jurídico privilegia a ordem jurídica da sociedade hegemônica e o direito que se pretende universal impõe suas regras para diferentes grupos. Assim, de forma heterônoma, cria regras as quais as populações tradicionais têm que se adequar. Considerando a aplicação do direito multicultural dos ordenamentos jurídicos pátrios na prática, não se observa a efetivação de uma relação cultural que rompa com a lógica de subordinação das populações tradicionais. Abandonar a ideia de um direito único - o monismo jurídico - e avançar para um modelo de pluralismo jurídico poderia fomentar a autonomia desses grupos, possibilitando a existência de ordens jurídicas próprias.

## 7. Considerações Finais

O Termo de Compromisso instituído no Decreto de criação do Parque Estadual da Lagoa do Açu – PELAG nos parece ter a pretensão de funcionar como instrumento de regulação do uso, e não da permanência, feito por pescadores artesanais das

lagoas inseridas no interior do Parque. Não podemos deixar de mencionar que a própria categoria de Unidade de Conservação “Parque Natural” para a área, que é sabidamente utilizada por pescadores artesanais, parece equivocada, visto que o SNUC traz categorias de uso sustentável, mais adequadas à situação. Ao invés de seguir os preceitos do SNUC, parece que o decreto de criação preocupa-se com “ajustar condutas” para prevalecer o projeto conservacionista.

O tipo de celebração e autorização individuais previstos no Decreto não parece estar de acordo com o decreto que regulamenta o SNUC (Decreto 4340/2002) que versa que o TC deve ser assinado pelo órgão gestor e pelo representante de cada família, podendo ser assistido por associação (de moradores, de pescadores, de agricultores, etc).

Vale ressaltar que a grande maioria dos Termos de Compromisso celebrados no país pelo ICMBio com Unidades de Conservação de proteção integral Federal são assinados por uma associação que represente uma coletividade, o próprio Inea celebrou em 2007 um TC no Parque Estadual da Serra da Tiririca com a Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas - ACOTMA.

Entretanto, o forte caráter político e ideológico intrínseco à discussão sobre presença humana em áreas protegidas complexifica o estabelecimento de consensos, mesmo que temporários, e, conseqüentemente, de diretrizes ou procedimentos a serem adotados nos casos concretos em que se verifica esta sobreposição (BARRETO FILHO, 200). Criando nesse sentido, horizontes temporais para futuras gerações, vale dizer que, as conquistas obtidas durante os calorosos debates durante quase dez anos que permeou a elaboração da Lei do SNUC para garantia de direitos ao uso e apropriação dos recursos naturais ou a justa indenização pela e para as comunidades tradicionais foi suplantada pelo Ajuste de comportamento e ou conduta implícito no TC do Decreto do PELAG.

Os critérios para o cadastramento também não têm relação aparente, pois exige que para ser cadastrado o pescador artesanal comprove ser residente e domiciliado em município da Região Norte Fluminense, ao invés da exigência de comprovação da dependência da pesca nos limites do Parque para sua subsistência.

Outro ponto importante é que a ênfase dada pelo decreto às palavras “subsistência” e “dependência” não deixa claro que esta subsistência engloba a reprodução material, social e cultural destes pescadores artesanais, e não somente uma dependência meramente econômica, a ideia subjacente é a de pescador artesanal empregado em uma loja de sapatos ou um quiosque de praia recebendo um salário e não mais dependendo da pesca no interior do Parque para “matar a fome”.

Outra preocupação em relação ao caráter pessoal e intransferível da concessão de autorizações de pesca, após assinatura do TC, é a impossibilidade de garantia e ou previsão de concessão de autorizações de pesca para as futuras gerações de pescadores artesanais, se constituindo em afronta ao direito de reprodução cultural e social, visto que se os jovens forem proibidos de pescar não haverá razão para aprender a pescar com os mais velhos, impondo um ponto final na transmissão deste conhecimento. Talvez esse fato evidencie que as batalhas na “arena snuc” não estão encerradas, mas continuam existindo nessas disputas de interpretação sobre qual concepção de natureza deve prevalecer, qual delas é a mais legítima, a de uma natureza idílica ou a de uma natureza sócio referenciada.

## Referencias Bibliográficas

AFONSO, Rodrigo; MENEZES, Allan; NASCIMENTO, Camila e OLIVEIRA FILHO, Gabriel. **A Convenção 169 da OIT: Pluralismo e Monismo em Contextos Pós-Coloniais**. Trabalho apresentado no 5º Seminário Interdisciplinar em Sociologia e Direito, 2015.

BARRETO FILHO, Henyo. *Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral da Amazônia brasileira*. Tese de Doutorado em Antropologia. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.

BRASIL. Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 - Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm)>. Acesso em 29/09/2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 - Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm)>. Acesso em 29/09/2016.

CREADO, Eliana Santos Junqueira. Contextos múltiplos da conservação da biodiversidade. Anais do III Encontro da ANPPAS. Brasília, 2006.

HESPAÑA, Antônio Manuel. Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012.

INEA. Parque Estadual da Lagoa do Açu. Disponível em <[http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/INEA\\_008601](http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/INEA_008601)>. Acesso em 30/09/2016.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. 2002.

PINHEIRO, Kelly. Levantamento do Perfil Socioeconômico, da Percepção Ambiental e dos Conflitos no Entorno do Parque Estadual da Lagoa do Açu/RJ. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, Área de Concentração de Sustentabilidade Regional.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. 2014. Disponível em <[file:///C:/Users/Rodrigo\\_2/Desktop/Kelly+Pinheiro.pdf](file:///C:/Users/Rodrigo_2/Desktop/Kelly+Pinheiro.pdf)>. Acesso em 29/09/2016.

SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. Editora Peirópolis, 2005.

SIMON, Alba; MADEIRA FILHO; Wilson, ALCÂNTA, Leonardo Alejandro Gomide. Termos de Compromisso, relativizando a conservação: os casos dos “acordos da castanha”, na Reserva Biológica do Rio Trombetas, em Oriximiná - PA, e o Termo de Compromisso no Morro das Andorinhas, no Parque Estadual da Serra da Tiririca, em Niterói - RJ. ANPOCS, CAXAMBÚ, 2015.

SIMON, Alba. Recategorizando a Conservação: do Apogeu do Biocentrismo às investidas socioambientalistas na concepção e na gestão de Unidades de Conservação. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. 2010. UFF; Niterói.

## TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM RURAL NA COMUNIDADE DE CAPANEMA EM PRUDENTÓPOLIS-PR: MEMÓRIAS E FOTOGRAFIAS

**MAZUR, Monica**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em  
Desenvolvimento Comunitário da  
Universidade do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO)  
E-mail: monicamazur1986@gmail.com

**SCHORNER, Ancelmo**

Doutor-Coordenador do Programa de  
Pós-graduação em História-UNICENTRO  
E-mail: ancelfmo.schorner13@gmail.com

**FUJINAGA, Cristina Ide**

Doutora-Professora Associada do Departamento  
de Fonoaudiologia e do Programa de  
Pós-Graduação Interdisciplinar  
Desenvolvimento Comunitário-UNICENTRO  
E-mail: cifujinaga@gmail.com

### **Resumo:**

O presente estudo tem como objetivo descrever as transformações da paisagem rural, ao longo do processo de desagregação da comunidade tradicional de Capanema, no município de Prudentópolis-PR, com base em um estudo de caso. O intuito do trabalho consiste em compreender o modo de vida faxinalense a forma pela qual seus costumes e tradições são representados, estão inseridos e modificam-se no decorrer do tempo, a maneira pela qual seu território se (re)organiza, bem como as transformações econômicas, sociais e culturais no contexto da sociedade contemporânea. No que diz respeito aos métodos de estudo, pretende-se realizar levantamento de registros fotográficos, antigos e recentes, enquanto documentos históricos, bem como narrativas de moradores, com apoio da história oral.

**Palavras Chave:** Sistema Faxinal, Desagregação, Paisagem.

## TRANSFORMATIONS IN THE RURAL LANDSCAPE IN THE COMMUNITY OF CAPANEMA IN PRUDENTÓPOLIS-PR: MEMORIES AND PHOTOGRAPHS

### **Summary:**

The present study has as objective to describe the transformations of the rural landscape, along the process of disaggregation of the traditional community of Capanema, in the city of Prudentópolis-PR. based on a case study. The purpose of the study is to understand the way of life in the faxinal and the way how customs and traditions are represented, where it is inserted and how it has modified in the course of time, the way in which its territory is (re) organized, as well the economic, social and cultural transformations in the contexts of the contemporary society. With regards to the study methods, it is intended to survey ancient and recent photographic records as historical documents, as well the narratives of residents, with the support of oral history.

**Keywords:** Faxinal System, Disaggregation, Landscape.

## INTRODUÇÃO

O Sistema Faxinal é uma forma de organização camponesa tradicional em processo de desagregação no centro-sul do estado do Paraná e que apresenta entre as principais características o uso coletivo da terra para criação de animais de forma “solta”, nos chamados criadouros comunitários; produção agrícola para subsistência e comercialização, bem como coleta da erva-mate nativa dentro do criadouro e extrativismo florestal de baixo impacto de araucárias e outras espécies nativas.

Muitos são os estudos que abordam e questionam a sobrevivência deste sistema nos dias de hoje, em meio a um processo de “desagregação” e risco de desaparecimento, motivado principalmente, pelos avanços da agricultura moderna, desestímulo dos agricultores e abandono de práticas coletivas, saída de muitas famílias do campo e a venda das respectivas propriedades para chacareiros, entre uma série de outros conflitos presentes nestas comunidades tradicionais.

Em Prudentópolis/PR, somente oito faxinais mantêm conservadas todas as características do sistema, no entanto, há muitos outros em processos e etapas diferentes de desagregação. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo descrever as transformações da paisagem rural faxinalense, ao longo do processo de desagregação da comunidade tradicional de Capanema, com base em um estudo de caso. No que diz respeito aos métodos de estudo, pretende-se realizar levantamento de registros fotográficos, antigos e recentes, enquanto documentos históricos, bem como narrativas de moradores, com apoio da história oral.

O intuito do trabalho consiste em compreender o modo de vida faxinalense a forma pela qual seus costumes e tradições são representados estão inseridos e modificam-se no decorrer do tempo; o processo de desenvolvimento rural da comunidade, a maneira pela qual seu território se (re)organiza, bem como as transformações econômicas, sociais e culturais no contexto da sociedade contemporânea.

Para facilitar a leitura e compreensão, o estudo está dividido em três capítulos. No primeiro são descritas algumas definições e interpretações a respeito dos conceitos de “sistema faxinal” e “paisagem” utilizados para embasar o trabalho. Em um segundo momento serão abordados os aspectos relacionados à metodologia utilizada para a realização da pesquisa. Por fim, serão apresentados alguns aspectos históricos do município, bem como análise e interpretação das informações coletadas.

### 1. CONCEITOS DE SISTEMA FAXINAL E PAISAGEM

O chamado sistema faxinal é uma forma de organização camponesa tradicional que predomina no centro-sul do estado do Paraná e que consiste em um sistema de produção familiar que apresenta entre as principais características o uso coletivo da terra para produção animal, de forma “solta”, nos chamados criadouros comunitários; a produção agrícola para comercialização e consumo próprio e extração da erva-mate, trata-se de um sistema de produção que contribui significativamente na conservação ambiental.

Para efeito de compreensão do tema, considerou-se a definição utilizada pelo Decreto Estadual 3.446/97, tendo em vista que o documento é referência oficial, responsável pelo reconhecimento dos faxinais enquanto comunidades tradicionais, que ocorreu no ano de 1997 e teve por objetivo “criar condições para a melhoria da qualidade de

vida dos faxinalenses e a manutenção do patrimônio cultural de forma a conciliar as atividades agrícolas, extrativistas e agropecuárias com a conservação ambiental". A partir de então, alguns faxinais passaram a receber repasses do ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias e serviços - Ecológico, sendo reconhecidos oficialmente como áreas de conservação.

Na década de 80, Chang (1985) desenvolveu um importante estudo sobre os faxinais, para a autora, o mesmo estrutura-se a partir dos seguintes componentes: **A produção animal** - criação de animais domésticos, tanto para o trabalho, quanto para o consumo próprio, na técnica "à solta" em criadouros comuns, destacando-se os equinos, suínos, caprinos e as aves domésticas; **A policultura alimentar** - Lavouras de subsistência circunvizinhas ao criadouro, destacando-se o milho, o feijão, arroz, batata e a cebola; **A coleta da erva-mate** - a mate nativa se desenvolve dentro do criadouro e é coletada durante o inverno, desempenhando papel de renda complementar. Nesse sentido, a autora concluiu que, o faxinal diferencia-se das demais formas camponesas de organização, devido ao seu caráter coletivo de uso da terra, considerando desta forma, o criadouro comunitário ou espaço comum como o aspecto mais importante de todo o sistema.

No que diz respeito ao modo de uso da terra dentro de um faxinal, o mesmo pode ser dividido, de forma genérica, em dois espaços distintos: as "terras de criar", que podem ser definidas como áreas de uso comum de todos os moradores, onde os faxinalenses constroem suas casas bem como onde realizam a criação dos animais, presença de araucárias e erva-mate; e as "terras de plantar" de uso particular de cada proprietário, onde é realizado o plantio agrícola, onde planta-se milho, feijão, soja, arroz entre outros.

Apesar de alguns estudos apontarem para o iminente desaparecimento do sistema da paisagem rural paranaense, é preciso destacar que tal previsão não se concretizou tendo em vista capacidade de reorganização social dos faxinalenses diante de situações de conflito territorial. De acordo com ALMEIDA (2009 p. 47) "há todo um processo de reorganização social sempre que os territórios tradicionais são violados, o que leva os faxinalenses a mobilizarem-se pela defesa de suas práticas sociais", reelaborando dentro de suas possibilidades as formas de organização dentro da comunidade, sempre que necessário.

LÖWEN SAHR (2006) por sua vez, vê os faxinais como locais dinâmicos, flexíveis e integrativos a autora coloca que:

"Nos Faxinais estão sedimentados mais de 300 anos da história agrária do Brasil, o que mostra, o quanto eles são dinâmicos e flexíveis, mas também o quanto são integrativos, tendo reagido a diferentes fases e modificações do sistema social e econômico hegemônico." (LÖWEN SAHR, 2006 p.22).

Nessa perspectiva, os faxinais não devem ser interpretados enquanto modalidade única e estática de uso comum da terra, conforme descrita pela literatura, mas enquanto forma de organização dinâmica com estágios diferenciados de desenvolvimento, onde cada comunidade possui características internas distintas. Para facilitar tal compreensão, ALMEIDA (2009) organizou o sistema faxinal em quatro categorias situacionais distintas, a partir de estágios diferentes de desagregação e perda das características típicas do sistema, sendo:

1) **Faxinais com uso comum** – “criador comum aberto”: [...] grandes extensões territoriais (acima de 1000 há) livremente acessados por “criações altas e baixas” para uso comum das pastagens naturais e recursos hídricos [...]. 2) **Faxinais com uso comum** – “criador comum cercado”: Se caracterizam pela presença do uso comum dos recursos essenciais em “criadores comuns” de extensões variáveis onde circulam livremente “criações baixas” (cabritos, ovelhas, porcos e galinhas) e “altas” (gado bovino e cavalares) sendo delimitadas fisicamente por cercas de uso comum, “mata-burros”, portões, valos e rios [...]. 3) **Faxinais com uso comum** – “criador com criação grossa ou alta”: Se caracterizam pelo “fechamento”, com cercas de 4 fios de arame nas divisas de algumas ou todas propriedades, antes destinadas para o uso do “criador comum”, ficam disponíveis apenas algumas áreas privadas, além das áreas públicas (beiras de estradas, campos de futebol, pátio de igrejas,...) [...]. 4) **Faxinais sem uso comum** – “mangueirões” e “potreiros”: Representam situações em que o uso comum da criação animal (“baixa” ou “alta”) ocorre somente pelo grupo familiar ou ao grupo doméstico. [...]. (ALMEIDA, 2009 p. 49-51).

Portanto, os faxinais se recriam a partir de um conjunto de processos transformadores e a perda de algumas características não representa, necessariamente a extinção do sistema como um todo, mas apenas uma nova forma de organização não abordada pelos conceitos tidos como “clássicos” pela literatura especializada.

Assim sendo, a identidade faxinalense não pode ser restrita somente à presença do criadouro comum, tendo em vista que a questão da coletividade não deve ser associada tão somente ao uso da terra e do espaço comum, mas compreendida em razão dos vínculos baseados no “compadrio”, mutirões, laços de vizinhança e regras informais baseadas no costume, vivenciadas cotidianamente por todos os moradores.

No que diz respeito ao conceito de paisagem, diversos são os significados atribuídos ao termo, enquanto resultante da interação do ser humano com a natureza, a paisagem permanece em constante processo de transformação, revelando as características de um determinado lugar, a partir da combinação de um conjunto de elementos físicos, biológicos e antrópicos, que um agindo sobre o outro fazem com que a paisagem esteja em constante evolução.

De acordo com Maximiniano (2004 p. 05) a paisagem pode ser compreendida, enquanto: “embora tenha sido estudada sob ênfases diferenciadas, resulta da relação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos. E que ela não é apenas um fato natural, mas inclui a existência humana”. Portanto, a paisagem compreendida como algo em contínua transformação, levando-se em consideração o homem e valores relacionados a cultura.

## 2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, tendo em vista que se propõe a descrever as transformações na paisagem e no modo de vida tido como tradicional dos moradores da comunidade faxinalense de Linha Capanema no município de Prudentópolis/PR, tendo como finalidade aprofundar o conhecimento sobre a realidade atual do sistema faxinal, compreender o processo de desagregação e mudanças desenvolvidas na comunidade rural, objeto da presente pesquisa, diante da modernização da agricultura e da incorporação de novos objetos e elementos da modernidade.



Para tanto, será realizado um estudo de caso, tendo em vista que o mesmo é caracterizado pelo estudo exaustivo de um ou de pouco objetos, de tal forma a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, a investigação de um fenômeno em sua singularidade, a partir do seu contexto real e a complexidade de um caso concreto, utilizando-se, para tanto, de diferentes fontes de investigação YIN (2001).

Quanto a natureza, a abordagem do estudo será qualitativa buscando analisar e interpretar os dados a partir de reflexão e exploração do tema de forma profunda e completa, uma vez que “os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada” (GODOY, 1995 p. 62).

No que diz respeito aos métodos de coleta de dados, pretende-se realizar levantamento de registros fotográficos, antigos e recentes, enquanto documentos históricos, bem como narrativas de moradores, com apoio da história oral. O processo de coleta de dados foi realizado no período de Junho a Agosto de 2016. A seleção do faxinal de Capanema deu-se a partir de critérios de conveniência e acessibilidade do pesquisador, por tratar-se de uma comunidade faxinalense em processo de desagregação do modo de vida tradicional e também pelo fato de não ter sido encontrado nenhum outro estudo sobre tal faxinal.

Por fim, será realizada a análise e interpretação das informações coletadas e respectivo relatório.

### **3. ESTUDO DE CASO**

Neste capítulo, para maior compreensão acerca da origem e desenvolvimento da comunidade em estudo, serão apresentados alguns dados históricos do município de Prudentópolis-PR e a imigração ucraniana, bem como apresentação dos dados obtidos e respectiva análise.

#### **3.1. Aspectos Históricos do Município de Prudentópolis e a imigração ucraniana**

O distrito de São João do Capanema, onde futuramente seria estabelecido o município de Prudentópolis era habitado, inicialmente, por índios coroados, que após longo período de sucessivas lutas com desbravadores paulistas, desde o final do século XVIII, foram praticamente extintos, durante o processo de conquista e desbravamento dos Campos de Guarapuava (SENIUK E SKAVRONSKI, 2014).

As trilhas abertas pelos desbravadores tornaram-se caminho das tropas pela qual transportava-se gado e derivados, na beira dos caminhos muitos tropeiros construíram suas casas, passando a viver da agropecuária. No ano de 1883 Chegou a região Firmo Mendes de Queiróz, que visando maior estabilidade e segurança para os moradores locais, doou parte de suas terras para a fundação de um povoado, por este motivo, Firmo é considerado o fundador, do município que foi oficialmente “criado”, somente em 1906, sob o nome de Prudentópolis em homenagem ao presidente da república Prudente José de Morais Barros (SENIUK E SKAVRONSKI, 2014, p. 87).

Com a abolição da escravatura, o governo brasileiro decidiu por incentivar os processos migratórios, com a intenção de afirmar sua nacionalidade e evitar a perda de território para países vizinhos, promovendo a ocupação de áreas vazias, além da crescente

necessidade de produzir alimentos e abastecer o mercado interno e o interesse na criação de um exército para combate em eventual conflito. Aliada aos fatores citados, a imigração foi possível também diante de um cenário favorável, tendo em vista que a Europa enfrentava diversos problemas, dentre os quais SENIUK E SKAVRONSKI (2014) apontam:

“Vilarejos com traços de feudalismo, locais de frequente beligerância, problemas religiosos e políticos, Revolução Industrial (trabalho artesanal não conseguindo competir com as fábricas) e fome (por falta de terras para o cultivo e desgaste natural pelo excesso de plantio contínuo) que afetavam o Velho Continente” (SENIUK E SKAVRONSKI, 2014, p. 83).

Assim sendo, a propaganda feita do Brasil no velho continente era enorme, tido como a “terra prometida” e local de vida fácil. O governo brasileiro financiava a passagem das famílias que tinham interesse, bem como, oferecia uma quantia de terras, para que o pagamento fosse realizado com trabalho e até mesmo abertura de estradas no local da colonização. Conforme Boruszenko (1995) *apud* SENIUK E SKAVRONSKI(2014):

[...] A partir de 1895, teve início uma verdadeira debandada de camponeses da Ucrânia para o Brasil, às custas do governo republicano. No decurso de dois anos, mais de cinco mil famílias abandonaram suas aldeias e, na grande maioria, fixaram-se no Paraná; entre 1897 e 1907, mais de mil emigraram às próprias custas. Com a renovação do transporte gratuito em 1907, novas grandes levas de emigrantes dirigiram-se ao Paraná (SENIUK E SKAVRONSKI, 2014, p. 83).

No entanto, ao desembarcar em terras brasileiras, mais precisamente no Rio de Janeiro, começavam a surgir as primeiras dificuldades como condições precárias de alojamento, muitas doenças e mortes, fome e violência, como pode ser verificado em trecho extraído de jornal que circulava na Ucrânia na época:

“As condições aqui são terríveis. Não há lei e nem ordem e ninguém se atreve a sair para fora ou no seu vizinho durante a noite sem carregar uma arma ou uma faca. Assassinato era comum e os próprios policiais são ladrões. Todo mundo faz a sua própria justiça (MORSKI, 2000, *apud* SENIUK E SKAVRONSKI, 2014, p. 85).

Antes da chegada até as terras de Prudentópolis, os imigrantes foram alojados na localidade de Pinheiro, atualmente nas proximidades de Irati-PR, onde permaneciam dias e até mesmo meses até o destino definitivo, em situação de extrema miséria, o único apoio oferecido pelo governo brasileiro era transporte marítimo e terrestre até o destino definitivo, contudo, inicialmente encontravam-se sem terras e sem emprego sobrevivendo “da caça na floresta, pesca e do pinhão no inverno” (SENIUK E SKAVRONSKI, 2014, p. 87)

Em terras prudentopolitanas, dois nomes destacam-se: João Pedro Dietzel, o maior atacadista de mantimentos e materiais e Antônio Nascimento Buava um dos maiores proprietários de terras da região, que diante da dificuldade enfrentada pelos colonos para sobreviver permitiu que trabalhassem em suas terras, ensinando costumes brasileiros, como a língua e as tarefas a serem executadas e técnicas locais de cultivo agrícola.

Com a morte do Sr. Buava, as dívidas da família se acumularam, obrigando o Sr. Dietzel a receber o valor devido em terras. Diante de tal situação decidiu solicitar junto ao Coronel João Lech, para que o governo do estado comprasse as referidas terras e

distribuiu-se entre os imigrantes, o que foi realizado e dessa forma João Lech “tornou-se o administrador e encarregado da venda de lotes coloniais. Estavam sob suas ordens a construção de estradas e pontes”, conforme citado por GUIL (2015, p. 19).

De início, a colônia foi dividida em 29 núcleos ou linhas rurais, sendo que cada família recebeu um lote com cerca de 10 alqueires de terra. Ainda de acordo com GUIL (2015)

“A demarcação dos lotes destinados aos colonos foi traçada inicialmente à margem esquerda do Rio dos Patos. Segundo relatos, o trabalho de medição era feito com correntes. Em algumas colônias os lotes foram separados por valetas profundas, escavadas pelos colonos. Além de fazer as divisas essas valas impediam a passagem de animais de uma propriedade a outra” (GUIL 2015, p. 19)

Com o passar do tempo, as linhas e lotes foram sendo divididos e vendidos em tamanhos cada vez menores, sendo que atualmente em levantamento realizado pela Emater e o engenheiro Cláudio Luiz G. Marques em 2002, foram identificadas 138 comunidades rurais em Prudentópolis (GUIL 2015, p. 22).

Ao longo do processo de povoação, muitas foram os obstáculos enfrentados pelos ucranianos, entre os quais: distância, animais peçonhentos e selvagens, ataques indígenas que tiravam a vida de famílias inteiras, muitas doenças, fome além da densa mata nativa, tal como afirma BORUSZENKO (1995) *apud* SENIUK E SKAVRONSKI, 2014:

A maioria dos integrantes da primeira leva de imigrantes vinda ao Paraná foi encaminhada às terras não desbravadas no segundo planalto paranaense, onde tiveram que realizar todas as tarefas de áreas pioneiras, a começar pela derrubada das matas para a realização de suas culturas. Assim, os primeiros anos de seu trabalho foram árduos, e só posteriormente o colono arando anualmente alguns alqueires de terra, pôde produzir o bastante para si [...] SENIUK E SKAVRONSKI, 2014, p. 87):

Os imigrantes não receberam nenhum apoio e nenhuma estrutura, não possuíam casas, roupas, alimentos, acesso a hospital ou igrejas, transporte, o início na nova pátria foi muito difícil em terras ainda não desbravadas o que custou muitas vidas, tanto que na época se ouvia dizer que “havia mais imigrantes no cemitério do que vivos” (SENIUK E SKAVRONSKI (2014, p. 88), algo muito distante das promessas propagadas pela Europa de “ruas pavimentadas com esmeraldas” (MORSKI, 200, p. III *apud* SENIUK E SKAVRONSKI (2014, p. 83).

A dificuldade era tanta, que “não era aconselhado sair sozinho na floresta, de forma alguma sair à noite. Desbravar em grupos era uma estratégia que ajudava”, tal conforme aponta (SENIUK E SKAVRONSKI, 2014, p. 88), o que nos remete a pensar na forma de organização em núcleos próximos e com fortes laços de coletividade que permanecem vivos até hoje.

### 3.2. Análise e Discussão dos resultados

A comunidade de Linha Capanema, nome dado em homenagem à Guilherme Schüch, o Barão de Capanema está situada no centro-oeste do município, há aproximadamente 20 km do centro. A comunidade foi fundada no início do século XX, por imigrantes ucraniano que receberam lotes de terras do governo, entre as famílias fundadoras

sobrenomes como: Dzioba, Pastuszenko, Chudoba, Krautczuk, Ditekum, entre outros, ainda presentes na região.



**Fotografia 1.** Uma das famílias fundadoras da comunidade -Família “Dzioba” na década de 60. Fonte: Arquivo da família Dzioba

Ao longo de várias décadas a comunidade esteve organizada no tradicional sistema faxinal, com criadouro comunitário, criação de animais à solta, densas áreas de florestas de araucárias e erva mata. No entanto, Há cerca de 15 anos, teve início o processo de desagregação do Sistema Faxinal, com a retirada de cercas e mata-burros, representando o fim do criadouro comunitário, alterando profundamente a paisagem da comunidade. Tal processo deu-se em razão de fatores como: Expansão da área de cultivo agrícola, principalmente soja, êxodo rural, redução na criação de animais, declínio do cultivo da erva-mate e retirada da mata nativa.

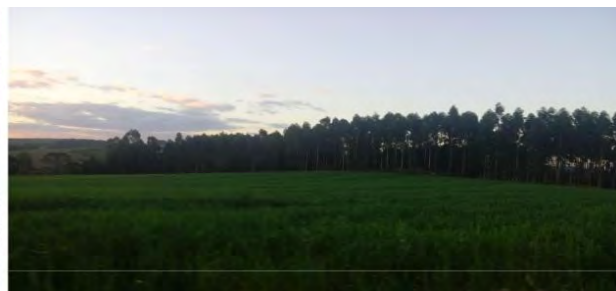
Conforme relatos de um dos moradores, em épocas passadas a criação de animais representou importante papel na economia familiar, conta que a família vendia cerca de 60 porcos por safra, entre os anos de 1964 e 1970, os animais eram vendidos na cidade de Ponta Grossa, sendo o transporte realizado de picape e posteriormente, caminhão.

Nos dias de hoje, animais como vacas, porcos, cavalos, galinhas e ovelhas continuam sendo criados, porém em pequenas quantidades, apenas para consumo da família, dentro dos chamados “potreiros” e “mangueirões”, compartilhados por parentes ou vizinhos mais próximos, onde criação de animais ainda é realizada de forma compartilhada e livre, porém em espaços menores.

Da mesma forma, boa parte da mata nativa: araucárias e erva mate foram retiradas e as terras passaram a ser utilizadas para cultivo agrícola. Vale destacar que as “terras de plantar” estão localizadas cada vez mais próximas ou até mesmo juntas das “terras de criar” dos faxinalenses. Em relação à produção agrícola, na comunidade de Capanema predominam: fumo, soja, feijão, milho, algumas famílias dedicam-se a produção de morangos. Verificou-se também a presença de fornos de carvão.



**Fotografia 2.** “forno” de carvão.



**Fotografia 3.** área de cultivo agrícola. Fonte: Arquivo pessoal.

O plantio de erva-mate, considerado um dos pilares do sistema faxinal, foi reduzido, muito diferente do que acontecia no passado, onde a erva tinha grande relevância econômica, conforme relatos de morador, na década de 40, seu tio realizava a secagem da erva no “barbaquá” da família e posteriormente levava até Ponta Grossa para realizar venda, o transporte era realizado por uma carroça, puxada por 8 cavalos, em viagem que durava vários dias. Atualmente, a pouca erva que restou vem sendo vendida “verde” para as indústrias e os moradores compram/trocam erva para consumo de outras comunidades ou até mesmo industrializada.

Havia dois “barbaquás” na comunidade (um desmanchado para construção de estufa de fumo) outro ainda existente, pertence à família Preslhak, porém é utilizado somente para produção de erva para consumo da família, durante os meses de inverno.

As casas, atualmente em sua maioria são de alvenaria, isso se deve a diversos fatores entre os quais: economia na construção, durabilidade, dificuldade na aquisição e indisponibilidade de madeira, também enquanto sinônimo de “modernidade”, contudo permanecem sendo construídas próximas umas das outras.



**Fotografia 4.** Casa de morador em 1985  
Fontes: Arquivos pessoais dos moradores.



**Fotografia 5.** Moradia na década de 90.



**Fotografia 6.** Casa de morador em 2016



**Fotografia 7.** Casa de morador em 2016.

Fontes: Arquivos pessoais dos moradores.

No que diz respeito à utilização de equipamentos agrícolas a maioria dispõe de tratores, plantadeiras, carretas, pulverizadores, utilização de agrotóxicos e defensivos agrícolas em larga escala na realização dos cultivos. A tradicional “carroça” e o plantio de “tração animal” estão perdendo espaço e sumindo da paisagem da comunidade, os que ainda possuem, deixaram de utilizar, tendo em vista disponibilidade de tratores e carretas, que representam meios de transporte mais eficientes, diante da crescente expansão da área de cultivo agrícola.



**Fotografia 8.** Carroça na década de 90

Fonte: Arquivo pessoal



**Fotografia 9.** trator 2016.

Após décadas seguidas de êxodo rural, principalmente de jovens para grandes centros urbanos, percebe-se que a “modernidade no campo” e a presença de recursos tecnológicos e um estilo de vida mais próximo do urbano, vem tornando a vida no campo mais “atrativa” fazendo com que muitos jovens escolham permanecer junto às famílias e dedicar-se a atividade agrícola.

Apesar de não existir o criadouro comunitário os laços de coletividade são muito fortes e presentes na comunidade, conforme observado e ouvido nos relatos, é comum a realização de “puxirão” para limpeza das estradas, cemitério, pátio da igreja ou da escola, da mesma forma que a comunidade se reúne para organizar as tradicionais festas religiosas bem como os casamentos ou realizar a colheita de alguém doente ou em necessidade.

Outros “costumes” ainda presentes na comunidade, como levar um pedaço de carne para o vizinho quando se mata um porco ou boi, da mesma forma que compartilhar/

trocas mudas, sementes e produtos da horta, para fortalecer os laços de amizade e ajuda mútua também são comuns, de acordo com as falas dos moradores.

A presença de forte religiosidade contribui para manter costumes e tradições como os cânticos natalinos nas casas no natal, realização de terços e novenas nas casas e reuniões do apostolado que, eventualmente são realizados na casa de pessoas idosas ou enfermas.



**Fotografia 10.** Comunidade inaugurando a Fundação da igreja

Fonte: Arquivo Pessoal de Moradores



**Fotografia 11.** construção - década de 80

Sem sombra de dúvidas a igreja é centro da vida social da comunidade, é onde as pessoas se reúnem para rezar, celebrar, comemorar, trocar informações e até mesmo conversar nos finais de semana e nos “dias santos”. Os moradores do Capanema bem como demais comunidades vizinhas fazem parte da igreja “Natividade de Nossa Senhora”, na comunidade vizinha de Eduardo Chaves, todos participam dos compromissos e deveres, desde a limpeza do local, organização das festas e celebrações.



**Foto 12.** Comunidade Inaugurando a igreja na década de 80

Fonte: Arquivo Pessoal de Moradores



**Foto 13.** Igreja em 2016.

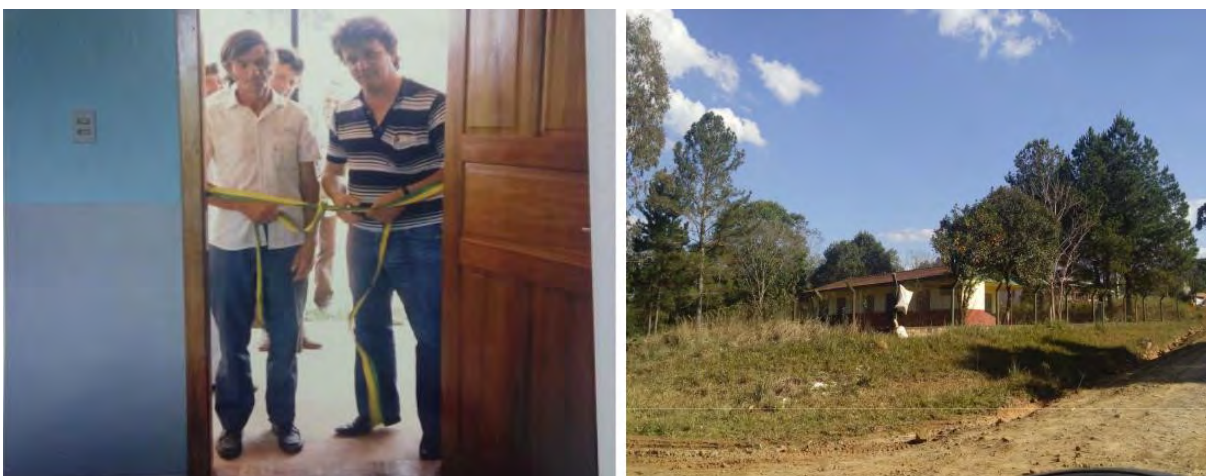
A língua ucraniana é falada e compreendida por todos os moradores da comunidade. No entanto, nos últimos anos deixou de ser ensinada, tendo em vista que há alguns anos todas as crianças aprendiam a ler, escrever e rezar, hoje verificou-se que tal realidade vem se modificando, em parte devido a diminuição do número de religiosas, irmãs de São José que além da catequese, também ensinavam o ucraniano aos sábados para as crianças.



**Fotos 14 e 15.** Procissão e cerimônia religiosa - 2015.

Fonte: Arquivo Pessoal de Moradores

Devido a diminuição do número de habitantes a escola municipal da comunidade foi fechada, os alunos e a professora (moradora da localidade) foram transferidos para uma comunidade próxima, há cerca de 3 km, atualmente o espaço não vem sendo utilizado pela comunidade, permanecendo em completo abandono.



**Fotografia 16.** Prefeito Gilberto A. Filho (1983) Inaugurando a escola.

**Fotografia 17.** escola em 2016

Fonte: Arquivo Pessoal de Moradores



A comunidade também dispõe de uma associação de agricultores, criada na década de 90, pelo curitibano Nestor Kotenski, que reuniu a comunidade de Capanema e localidades vizinhas em uma associação. Durante os anos iniciais a associação adquiriu descascador de arroz (ainda em atividade), chocadeira elétrica, fabricação de mudas de araucárias, erva e demais árvores para distribuição aos agricultores, cursos de culinária e costura para as donas de casa. A associação se mantém até hoje e entre os principais serviços comunitários dispõe de trator e equipamentos agrícolas, cedidos pelo governo, para auxílio de agricultores que não dispõe de tais recursos para a realização de plantio agrícola.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o passar do tempo, as comunidades faxinalenses passaram por grandes mudanças e transformações. No caso em estudo, o faxinal do Capanema encontra-se em estágio bastante avançado de desagregação, com o criadouro comunitário desativado há anos a criação de animais é feita somente em poteiros e mangueirões, percebeu-se o declínio do cultivo e produção da erva-mate e retirada quase total da mata nativa, conforme foi evidenciado no decorrer do trabalho, enquanto “perda” das consideradas características originais do sistema faxinal.

Apesar da desativação do criadouro comunitário e suas cercas os vínculos de coletividade existem, desde a realização de mutirões, compartilhamento de poteiros, sementes, troca de dias de trabalho e produtos entre outros, cada morador possui sua identidade dentro da comunidade, além da língua ucraniana, religiosidade e tradições herdadas dos antigos imigrantes se mantém vivas, em constante esforço coletivo para sua preservação.

A incorporação de elementos modernos, não devem ser vistas tão somente pelo aspecto negativo, tendo em vista, a melhoria da qualidade de vida, em se tratando da incorporação de inovações como freezer, máquina de lavar roupas, celulares e internet, pois facilitam a comunicação e mantém fortes os vínculos com aqueles que deixaram a comunidade, contribuindo também no sentido de atrair o interesse dos mais jovens em permanecer no campo e dedicar-se ao trabalho agrícola e a dar continuidade a preservação dos costumes e tradições da comunidade.

O estudo permitiu conhecer a realidade encontrada dentro da comunidade, o modo de vida, a incorporação de elementos trazidos pela modernidade, bem como o processo de conservação de costumes e hábitos peculiares, conhecimentos acumulados pela vivência em grupo e pelos antepassados que nos dias atuais continuam a fazer parte da vida faxinalense.

Os resultados obtidos não podem ser estendidos para as demais comunidades tradicionais do município, diante do fato de que, cada qual possui sua dinâmica própria de organização social, econômica e cultural, assim sendo, estudos futuros poderão complementar e aprofundar os conhecimentos sobre estas comunidades tradicionais.

Pode-se concluir, que a comunidade faxinalense se transforma e reorganiza diante das exigências do mundo moderno, sem com isso deixar de lado tradições e costumes herdados dos antepassados, apesar de perder algumas características originais de faxinal, a comunidade ainda mantém uma forma bastante peculiar de organização com conhecimentos e costumes transmitidos de geração para geração que precisam ser valorizados e preservados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. et al. (2009), *Terras de Faxinais*. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA.

GODOY, Arilda Schmidt. *Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades*. *RAE Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GUIL, Luiz Francisco. *As Linhas de Prudentópolis*. Curitiba. Arte Editora. 2015.

KOSSOY, Boris. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. Cotia – SP: Ateliê Editorial, 1999.

LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. O significado social e ecológico dos Faxinais: reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com araucária no Paraná. *In: Revista Emancipação*, Ponta Grossa, v. 5, n.1, p. 89-104. 2005.

MARQUES, Cláudio L. Guimarães. *Levantamento preliminar sobre o sistema faxinal no Paraná*. Curitiba. 2005 (Relatório de Consultoria Técnica) - Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

PARANÁ, *Decreto Estadual, nº 3446 de 14/08/1997*. Cria as áreas especiais de uso regulamentado. ARESUR no Estado do Paraná e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Curitiba, nº 5.067 de 14/08/1997.

SENIUK, T. SKAVRONSKI, M.I.A. *Imigração Ucraniana e Colonização em Prudentópolis* (1895 - 1945) Ateliê de História UEPG. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/ahu/article/view/6566>. Acesso em: 23/08/2016 às 16:17h.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: Planejamento e método*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## O MODO DE VIDA DA RESEX DO CAZUMBÁ-IRACEMA REVELADA EM FOTOGRAFIAS

**VASCONCELOS, Aurelice da Silva**

Doutoranda no curso de Educação,  
Artes e História da Cultura - Universidade Mackenzie SP. Mestre em Ecologia  
Humana e Educação Ambiental - Universidade de Brasília - UNB. Licenciatura em  
Pedagogia - Universidade de Brasília - UNB.  
Professora da Secretaria de Estado de Educação do DF.  
E-mail: aurelice.vasconcelos@gmail.com e site: www.aurelicevasconcelos.com

**MATSUSHITA, Rubens Hisanari**

Licenciatura em Biologia - Universidade de Brasília - UNB  
Professor de Workshop e cursos de fotografia Fotógrafo de Natureza  
E-mail: rubens.matsushita@gmail.com e site: www.rubensmatsushita.com

**STORI, Norberto**

Professor, pesquisador e orientador no Programa  
de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da  
Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie.  
Possui Licenciatura em Desenho e Plástica. Mestrado e  
Doutorado em Comunicação e Artes. É artista plástico de aquarelas.  
E-mail: norberto.stori@mackenzie.br

**MELLO, Regina Lara Silveira**

Professora, pesquisadora e orientadora no  
Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da  
Universidade Presbiteriana Mackenzie.  
Artista plástica, consultora em restauro de vitrais.  
Bacharelado em Design. Mestrado em Artes.  
Doutorado em psicologia como profissão e ciência.  
E-mail: reginalara.arte@gmail.com

### RESUMO

O artigo pretende abordar o modo de vida da população tradicional da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, localizada na Floresta Amazônica, no estado do Acre, por meio de fotografias. Será estabelecido um diálogo a partir do que é uma Reserva Extrativista, destacando um breve recorte da história dessa cultura e como ela surgiu. Pretende-se utilizar a fotografia como modo criativo de intervenção e, para isso, será utilizado como aporte teórico a Antropologia Visual e Modo de Vida Extrativista. O método utilizado é o fenomenológico, onde se compartilha a descrição da experiência vivenciada durante a realização das fotografias. Os resultados foram interpretados à luz da etnopesquisa.

**Palavras-chave:** Modo de Vida Extrativista. Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema. Fotografias.

### ABSTRACT

This article intends to address the way of life through photographs of a traditional population of Extractive Reserve of Cazumbá-Iracema, located at Amazon Forest, state of Acre. A dialogue will be established from a definition of Extractive Reserve,

highlighting a clipping of that culture and how it came about. The photography will be used as a creative mode of intervention. For that, Visual Anthropology and Way of Life of Extractive Population will be used as theoretical contribution. The method used is Phenomenological where the description of the experience during the photography achievement is shared. The results were interpreted in light of Ethnological Research.

**Key words:** Way of Life of Extractive Population. Extractive Reserve of Cazumbá-Iracema. Photographs.

## INTRODUÇÃO

A Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema está localizada no estado do Acre. Possui uma área de 751 mil hectares, estritamente de bioma amazônico. Vivem nela cerca de 1,3 mil pessoas que procuram manter seu modo de vida tradicional e sua história carregadas de lutas e conquistas sociais.

As Reservas Extrativistas são áreas de domínio público, pertencentes aos Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e utilizadas por populações tradicionais. Essa categoria de Unidade de Conservação (UC) têm como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais desse lugar.

A Reserva Extrativista, ou simplesmente Resex, simboliza o resultado de uma luta coletiva de uma categoria social marginalizada ou mesmo sem visibilidade por muito tempo no âmbito nacional. Dessa forma, o aporte teórico na condução desse artigo será a partir das ideias da Antropologia Visual, Educação Social e Comunidades Tradicionais.

O Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (ICMBIO, 2007) enfatizou que: “serão priorizadas ações que visem desenvolver a percepção da importância da conservação dos recursos naturais, o fortalecimento comunitário, desenvolvimento do senso de pertencimento e a postura crítica e emancipatória dos envolvidos utilizando, para isso, a percepção dos moradores da comunidade”. Diante disso, como forma criativa, foi pensada a fotografia, para que a população da comunidade pudesse contar sua história e sua vida, revelando características de sua identidade cultural e a sua percepção.

Essa ideia surgiu em 2012, no aniversário dos dez anos da Resex do Cazumbá-Iracema, quando foi realizada uma exposição fotográfica com imagens dessa UC. Foi impressionante o olhar com que as pessoas olhavam as fotografias. Muitos perguntavam: *esse lugar é aqui mesmo?*

As perguntas despertaram reflexões: por que é importante *enquadrar* um pequeno espaço para poder despertar tanta curiosidade? Por que uma simples imagem proporciona tanto encantamento?

A Antropologia Visual vem, nesse estudo, enfatizar e abordar os benefícios que a fotografia pode trazer para os estudos sobre os povos tradicionais presentes na Resex do Cazumbá-Iracema. Elas podem revelar o modo de vida, o cenário, as problemáticas e suas belezas.

Podemos destacar que povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, pois possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a perpetuação cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição. Para falar sobre Comunidades Tradicionais Extrativistas, utilizaremos as ideias da historiadora Cleuza Maria Damo Ranzi e da sua vasta experiência no Acre.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (2000) conceitua que Reservas Extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista. Dessa forma, são terras considerados de interesse ecológico e social que possuam características naturais que possibilitam o seu uso sustentável, sem prejuízo para conservação ambiental. As reservas extrativistas foram inspiradas no mesmo modelo das Reservas Indígenas.

Mesmo com todas essas características e objetivos, atualmente as Reservas Extrativistas vêm perdendo um pouco de seus ideais. Os seus recursos naturais têm sido pressionados por atividades ilegais de invasores, tais como pesca, derrubada de madeiras e a caça, inclusive de animais ameaçados de extinção, como a onça-pintada (figura 1).



**Figura 1.** Foto: Onça caçando - Autora: Aurelice Vasconcelos – Ano: 2015.

Outra problemática é o êxodo dos jovens para as cidades mais próximas em busca de estudos e/ou trabalho, onde vários acabam se envolvendo com drogas ilícitas e alcoolismo. Muitos não retornam para suas comunidades de origem ou, ainda pior, trazem consigo esses problemas. Com essa alteração social, os extrativistas começam a enfrentar questões e problemáticas sociais que interferem no seu modo tradicional de vida.

Falar sobre Reserva Extrativista é falar sobre os valores culturais que traçam a identidade das pessoas, que as estruturam em si mesmas e no mundo, identificando-se

com sua realidade imediata. Segundo Gustsack (2016, p.216), “ao vincular a identidade à cultura”, Paulo Freire aponta para seu “caráter fluido, para a constante mutável e mutante da humanidade, para uma concepção de sujeito” que cria sua história e se faz um ser histórico-social.

O educador e sociólogo Souza Neto (2010, p. 39), destaca que essa sustentação teórica “está ligada às conquistas dos direitos humanos”. A Educação Social aborda as ideias de Paulo Freire que valoriza e resgata a identidade humana, com o objetivo da libertação da opressão e as transformações sociais. A luta por permanecer na floresta e dela se sustentar foi e é constante no estado do Acre, onde se destacou o seringueiro e líder sindical Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes. As ideias da Educação Social reforçam o sentido da relação social que essas pessoas vivem, trazendo a dimensão de seus valores e de sua identidade cultural.

Segundo o Plano de Manejo da Resex do Cazumbá-Iracema (2007, p.84):

“Destaca-se, também, a grande importância de se investir no resgate e manutenção dos valores culturais tradicionais, de forma que as iniciativas de melhoria de qualidade de vida não impliquem no distanciamento ou rompimento das relações culturais dos moradores com a floresta, com consequente desestímulo à organização comunitária, que servirá de base de sustentação para sua conservação e uso racional.”

Diante disso, a forma de resistência e de luta pelas comunidades tradicionais por suas terras no Acre incorporou elementos transversais que não podem ser separados do ecológico, pois sem a Floresta não há o Extrativismo. Em relação ao campo econômico, permanecer na terra é garantir a sobrevivência das presentes e futuras gerações. E no campo sociocultural, o saber *ser seringueiro* é também um direito à identidade de grupo.

### **Breve resgate histórico da cultura extrativista**

A história dos extrativistas no Acre é carregada de conflitos, onde podemos nos apoiar nas ideias do campo da Educação Social para dialogar com os processos de mudanças sociais que a população extrativista vem enfrentando nas últimas décadas. SOUZA NETO (2010, p.29) nos faz refletir que esse cenário se trata de uma “realidade multiforme, contraditória e desafiadora” que, no caso desse recorte histórico, inicia a partir de 1860, onde o potencial de riqueza natural dos rios acreanos despertou a cobiça dos exploradores pela borracha da seringueira.

No final do século XIX (1870/1890), nordestinos fugindo da seca começam a chegar ao Acre e eram *colocados* como seringueiros para a extração do látex das seringueiras (figura 2). A grande maioria se constituía de homens, jovens ou adultos que vinham como força de trabalho despojada de qualquer condição ou instrumento de produção para se engajar na empresa extrativa da borracha. Até 1970, mais da metade da população vivia nesse meio, na condição de seringueiro, ribeirinho e indígena, o que inspirou a denominação de *povos da floresta*.



**Figura 2.** Foto: Seringueiro de Cazumbá – Autora: Aurelice Vasconcelos. Local: Resex Cazumbá-Iracema – Ano: 2012.

Entre os anos de 1880 a 1910 o ritmo da exploração da borracha foi intenso. Mas, em 1912, seringais de cultivo da Malásia ultrapassam a produção brasileira de borracha. Com isso, surge uma grande crise na produção da borracha brasileira. Muitos seringalistas (proprietários) acabam por abandonar seus seringais. Os seringueiros que permaneceram nas *colocações*<sup>1</sup> começam a cultivar roçados, a caçar e a pescar, baseando-se na cultura indígena para sua sobrevivência.

Na Segunda Guerra (1940/1945) o Japão ocupa a Malásia e corta o fornecimento de borracha para os Aliados. A eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939 possibilitou um novo alento a economia extrativa da borracha em decorrência da *Batalha da Borracha*, quando a Amazônia se tornou novamente a grande fornecedora de látex para os países aliados (França, Inglaterra e EUA) em conflito com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

Os EUA então financiam um ambicioso programa de reativação dos seringais amazônicos. Frente ao contexto da época, os governos brasileiro e norte-americano uniram-se para a mobilização da *Batalha da Borracha* e os nordestinos com apoio nacional e norte-americano foram para o Acre, mais uma vez, produzir borracha.

Foi realizado um grande recrutamento de nordestinos, que ficaram conhecidos como *Soldados da Borracha*. Os nordestinos poderiam escolher entre ir para a produção da borracha ou ir para a guerra. Ou seja, aqueles que fossem para a produção da borracha não iriam para a guerra.

Pelo exposto fica evidente que para a economia extrativa da borracha, o período de euforia econômica foi decorrente da *Batalha da Borracha*, que iniciou um novo capítulo da história do nordestino na Amazônia.

1. O termo origina-se da palavra “colocar”, já que quando chegavam para cortar seringa eram “colocados” em uma determinada área. (PONTES, 2014, p. 117).

A acentuada queda nos preços internacionais da borracha fez com que ficasse cada vez mais difícil trazer nordestinos para o corte de seringa, o que por sua vez gerou a necessidade cada vez maior do aproveitamento dos índios como mão de obra, tornando comum a prática dos patrões-seringalistas de reunirem grupos dispersos de diversas etnias para trabalharem em seus seringais. Alguns desses patrões notabilizaram-se como *amigos* dos índios.

E os povos nativos do Acre, como ficaram neste período? Desde o estabelecimento da empresa extrativista da borracha até, praticamente, a década de 1980, os índios do Acre passaram por uma longa fase de degradação de suas culturas tradicionais. Além dos preconceitos social e historicamente construídos pelos não índios, a expropriação de suas terras ancestrais e a carência de políticas públicas voltadas para esses povos, mormente nos campos da educação e da saúde gerou uma grave condição econômica e social. Transformados compulsoriamente em seringueiros ficaram a margem de qualquer legislação que os amparasse.

Os anos 1970 e 1980 desenharam outro contexto para o Acre. Muito embora seringueiros e ribeirinhos acreanos não fizessem uma pressão direta e aberta, à medida que o excedente de mão de obra ia sendo dispensado das áreas rurais, um contingente de desempregados se formava nos bairros e no entorno das cidades acreanas ainda despreparadas para recebê-los. Diante desse fato, o governo do Estado do Acre sentia-se pressionado a viabilizar alguma alternativa socioeconômica para resolver tal situação. De acordo com Souza Neto (2010, p.32), faz-se necessário “oferecer respostas positivas a milhares de pessoas vítimas de processos de injustiça social, especialmente de violações de direitos”.

As tensões sociais de meados de 70 fizeram com que trabalhadores rurais do Acre se organizassem na defesa de seus interesses. Os seringueiros passaram a exercer fortes pressões junto aos grandes fazendeiros e ao governo do Estado do Acre através dos movimentos denominados de *empates*, que consistiam em reunir um grande número de seringueiros que impediam (empatavam) sem o uso de armas que áreas de florestas fossem derrubadas. Essas pressões dos seringueiros se explicam por seu amadurecimento político ao perceber a necessidade de uma tomada de posição frente à expropriação que sofriam de suas posses.

Os grupos organizados instituíram o 1º Sindicato para lutar pelos seus interesses: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, no ano de 1976. Em seguida, no ano de 1977 foi criado o de Xapuri. Nessas organizações podemos ver muito forte a presença da Educação social, que tem como objetivo, segundo Souza Neto (2010, p. 32) de “ajudar a realidade social e humana, melhorar a qualidade de vida, por meio do compromisso com os processos de libertação e de transformação social nos quais vivem ou sofrem as pessoas”. Foram desses sindicatos que saíram líderes como Aldeci Cerqueira (Nenzinho), que lutou pela criação da Resex do Cazumbá-Iracema e Chico Mendes que lutou pela criação da Resex Chico Mendes, ambas são as maiores do território acreano.

Parte da história do movimento ecológico é proveniente da histórica luta dos seringueiros no Acre. Segundo Souza Neto (2010, p. 51) “o homem não pode desvendar a si mesmo e ao mundo senão por meio de conflitos e de resistências que as circunstâncias lhe impõem”.



Foram então criadas as Reservas Extrativistas, considerada por muitos como a Reforma Agrária dos seringueiros. Este reconhecimento de áreas tradicionalmente ocupadas por eles só foi possível através de intenso fortalecimento político tais como a formação do Conselho Nacional de Seringueiros e da aliança dos povos da floresta.

A Reserva Extrativista geralmente é gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das comunidades de populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade. Segundo Gadotti (p.16) é importante que uma comunidade se organize e tenha uma “educação comunitária para a participação e a autogestão, uma educação integrada ao trabalho produtivo e uma educação comunitária para trabalhar associativamente”.

A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área. A pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nas Reservas Extrativistas existem políticas federal e estadual para o fortalecimento das áreas protegidas de uso sustentável, além da política de fortalecimento de cadeias de valor para produtos da sociobiodiversidade.

Os moradores da Resex do Cazumbá-Iracema, geralmente, exercem mais de uma atividade de extrativismo. Trabalham no seringal, na coleta e quebra de castanhas do Brasil, na pesca, no roçado, na produção de artesanatos, na extração do óleo da copaíba, na produção do vinho (polpa) do açaí; exercem também papéis sociais como participação na associação da comunidade, no futebol diário e nas festas e eventos culturais.

### Retirada de látex da seringueira

É a atividade produtiva tradicionalmente exercida pelas famílias, tendo como principal produto a borracha. Essa atividade (figura 2), até hoje, vem sendo passada de pais para filhos. Ela também é realizada por mulheres. Uma cultura forte e muito presente na vida dos extrativistas.

Para realização dessa atividade, os seringueiros realizam longas caminhadas pela floresta. Utilizam instrumentos específicos para realizar o corte da seringueira, que consiste em abrir os vasos laticíferos situados na casca da árvore, ato que requer técnica e cuidado. Trata-se de uma atividade de grande relevância na comunidade extrativista e que representa fortemente a sua identidade cultural.

### Coleta e quebra da Castanha do Brasil



**Figura 3.** Foto: Quebra da castanha – Autor: Rubens Matsushita. Local: Resex Cazumbá-Iracema – Ano: 2015.

Um produto que é muito presente na comunidade extrativista é a Castanha do Brasil (figura 3), conhecida antigamente por Castanha do Pará. Segundo Ranzi (2007, p.21) a “castanheira, árvore majestosa, que geralmente ocorre em grupamentos, cobrindo grandes áreas, os “castanhais”. Seu fruto, pelo seu alto valor nutritivo e paladar exótico, ofereceu e oferece contribuição decisiva tanto na alimentação regional como na economia”.

A coleta dos frutos, conhecidos com ouriços, se dá a partir nos meses de fevereiro e março, após as chuvas mais fortes, quando os mesmos caem das imensas castanheiras. Para essa atividade, geralmente os extrativistas se reúnem em grupos de familiares e amigos, mantendo algumas tradições do modo como coletam e quebram a castanha.

Durante essa atividade, é comum apresentarem características específicas da convivência extrativista. Um exemplo é o momento do almoço quando estão na floresta coletando castanhas. Cada um leva um pouco de sua farofa; uns a fazem um pouco mais elaborada e outros, na simplicidade, levam farinha pura. Mas no intervalo para o almoço, um grande pano é estendido no chão da floresta, onde todos compartilham do que levaram, misturando todas as farofas e farinhas. Dessa forma, os sabores, os preparados de forma mais simples e os mais elaborados se tornam um só alimento.

Essa atividade é um exemplo da presença de coletividade e unidade presente nas atividades que eles desempenham. Segundo Souza Neto (2010, p. 52) quando a comunidade encontra o “sentido da existência humana, consegue transformar essa experiência em conhecimento e valores”.

As castanhas, após sua quebra, são ensacadas. No fim do dia, os homens carregam sacas de castanha nas costas, geralmente, entre 50 e 60 kg. Eles caminham entre uma e quatro horas todos os dias durante a temporada de coleta.

Hoje existem cooperativas que compram a castanha e incentivos do governo que oferece um subsídio financeiro que garante o preço justo do produto. Segundo Souza Neto (2010 p. 57) “isso é essencialmente importante, pois a exploração desumaniza oprimidos e oprimidos, impede a expansão da capacidade de amar e de ser amado, de sonhar, de desejar e ser desejado, de formular projetos, de desenvolver potencialidades”.

Sobre a castanheira, Ranzi (2007, p.21) nos alerta que “embora seu corte esteja protegido por lei, quando a mata de seu entorno é derrubada ela não sobrevive, deixando inclusive, de produzir frutos, por falta de polinizador e aos poucos seca, vai definhando e morre”.

### Pesca Artesanal

Na comunidade a pesca é uma atividade que ocorre durante o ano inteiro, com mais ênfase durante o verão, que é o período de estiagem. Além das tarrafas (figura 4), também utilizam malhadeiras. Existe, ainda, uma forma bem exclusiva e característica de pesca, que é o *visgo* ou *bicheiro*. Consiste no uso de um aparato formado por um grande anzol preso em um pedaço de madeira e amarrado em uma corda. O pescador mergulha com esse instrumento e tateia os peixes que estão sob balseiros (troncos e galhos flutuantes) que se encontram nas águas turvas do rio. Ao perceber o peixe, ele o *fisga*, que é o ato de enfiar o visgo ou bicheiro. Com isso, o peixe tenta escapar mas acaba sendo puxado à superfície pela corda.



**Figura 4.** Foto: Pesca de bicheiro - Autora: Aurelice Vasconcelos. Local: Resex Cazumbá-Iracema - Ano: 2016.

Conhecer como são praticadas algumas das atividades na reserva extrativista nos “permite compreender melhor a dinâmica da história e da convivência humana e os valores da humanidade”, é o que nos diz Souza Neto (2010, p. 60).

## Roçado

O roçado é a área destinado para o plantio de produtos de subsistência tais como arroz (figura 5), mandioca, macaxeira, milho, banana e feijão. A escolha do que será plantado é realizado de acordo com as estações do ano, respeitando os alimentos que são mais resistentes ao período de chuvas e/ou seca.

Essa atividade, geralmente, é realizada de forma coletiva. Segundo GADOTTI (p.15) “Produzir é gerar relações sociais de produção. A produção não é só um fenômeno econômico. Ela está associada a um modelo de desenvolvimento social e pessoal”. Cada família cultiva seu próprio roçado e é muito comum a troca de alimentos cultivados entre outras famílias. As crianças e as mulheres participam ativamente, juntamente com os homens, tanto do plantio como da colheita.



**Figura 5.** Foto: Colheita de arroz – Autora: Aurelice Vasconcelos. Local: Resex Cazumbá-Iracema – Ano: 2016.

## Produção da farinha de mandioca

Quase todas as famílias que moram na comunidade produzem sua própria farinha de mandioca. Algumas inovam, acrescentando elementos como a castanha, coco e condimentos antes da torrefação (figura 6).



**Figura 6.** Foto: Casa de farinha – Autor: Rubens Matsushita. Local: Resex Cazumbá-Iracema – Ano: 2016.

### **Extração do óleo de copaíba**

O óleo de copaíba é considerado um produto raro na natureza, encontrado apenas em 30% das árvores perfuradas, sem contar a grande variação na produtividade.

O uso do óleo da Copaíba é de importância milenar nas culturas Incas, Maias e de outros povos da floresta. O utilizam em seu dia a dia, considerando-o como o *Bálsamo da Amazônia* devido às suas inúmeras qualidades terapêuticas proporcionadas. De acordo com SOUZA NETO (2010, p. 51) os saberes passados entre as diferentes culturas, “permite ressignificar conhecimentos adquiridos e aprender novos conhecimentos”.

Hoje, muitos extrativistas comercializam o óleo de copaíba para as indústrias farmacêuticas. As copaibeiras podem produzir até 45 litros de óleo. O produtor precisa avaliar cuidadosamente a árvore, definir a altura ideal do tronco e vedar o local perfurado contra a entrada de insetos e doenças infecciosas. São procedimentos que garantem a preservação da árvore e de futuras coletas (figura 7).



**Figura 7.** Foto: Extração do óleo de copaíba – Autora: Aurelice Vasconcelos. Local: Resex Cazumbá-Iracema – Ano: 2016.

## Açaí

A coleta do açaí se destaca como uma atividade muito praticada nas Reservas Extrativistas. O colhedor escala o estipe (caule) da palmeira com auxílio de uma *peconha* (pano amarrado nos pés) e corta o cacho com um *tessado* (facão) na sua base. Essa prática requer muita habilidade. Essa atividade é de grande referência cultural, por se constituir em elementos criadores, vivos, atrelados a um passado, mas ao mesmo tempo, vivo e presente na realidade da comunidade extrativista (figura 8).



**Figura 8.** Foto: Coleta de açaí – Autor: Rubens Matsushita. Local: Resex Cazumbá-Iracema – Ano: 2016.

O açaizeiro se destaca, entre os diversos recursos vegetais, pela sua abundância e por produzir importante alimento para as populações locais. Dos seus frutos é extraído o vinho, polpa ou simplesmente açaí, como é conhecido. É habitualmente consumido com farinha de mandioca, associado ao peixe, camarão ou carne, podendo ser considerado como alimento básico para as populações tradicionais ribeirinhas. Por seu teor energético, nutritivo e sabor, a produção e comercialização do açaí alcançou as grandes capitais em todo o Brasil e países como os Estados Unidos e o Japão.

Podemos considerar a atividade de coleta do açaí como um patrimônio imaterial, pois é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

### Outras fontes de alimentação

Os hábitos de alimentação fazem parte da riqueza extraída da cultura dos povos tradicionais. O tipo de alimentação varia de acordo com disponibilidade dos recursos da caça, pesca e da produção agrícola. As famílias também têm o hábito de se alimentarem de produtos florestais.

Parte da dieta é baseada tradicionalmente em carne de animais silvestres como porco-mato, veado, anta, queixada, jabuti, paca, tatu, inhambu (Figura 9). O consumo de peixes ocorre o ano inteiro dentro da diversidade característica da região. Existe uma grande variedade de frutos nativos na Resex, do qual a comunidade aproveita para inserir na sua culinária e alimentação, como cupuaçu, bacaba, pupunha, tucumã, jaci, açaí, jambo (jambre), graviola, ingá. Outros frutos, não nativos, porém muito consumidos pela comunidade, como banana, carambola e abacaxi. Ranzi (2007, p.76) destaca, ainda, que “analisando os seus hábitos alimentares, pode-se destacar o predomínio ao aproveitamento dos recursos naturais, representados pela caça, pesca e frutas silvestres”. As famílias que tem possibilidade de frequentar as cidades mais próximas costumam consumir alimentos industrializados.



**Figura 9.** Foto: Caça de jabuti – Autora: Aurelice Vasconcelos. Local: Resex Cazumbá-Iracema – Ano: 2012.

### **Atividades culturais**

São muitas as atividades culturais presentes na comunidade tradicional da Resex do Cazumbá-Iracema. As manifestações culturais envolvem a compreensão de diferentes identidades, surgidas e reproduzidas no tempo e no espaço.

Na Resex do Cazumbá-Iracema, as Festas Juninas, principalmente as danças (Figura 10), ocorrem em eventos comemorativos como o aniversário da Associação dos moradores (agosto), o aniversário de criação da Resex (setembro) e nos campeonatos de futebol.



**Figura 10.** Foto: Festa dos 10 anos da Resex – Autor: Rubens Matsushita. Local: Resex Cazumbá-Iracema – Ano: 2012.

Segundo o PLANO DE MANEJO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO CAZUMBÁ-IRACEMA (2007, p.145), sobre a valorização da cultura tradicional, incentivo à cultura e lazer, inclusão e equidade social:

“O folclore, as crendices, a medicina da floresta, o convívio social, as formas de extrativismo tradicional e a própria história de ocupação dos seringais, compõem um importante acervo cultural, registrado de forma limitada na memória dos mais velhos e que se perde continuamente. Para promover o resgate e a manutenção da cultura das comunidades poderão ser realizados documentários para registro desses conhecimentos, e ações de valorização e incentivo para realização de festas religiosas, registro de lendas através de teatro, marionetes, música, poesia, “causos”, gincanas, palestras, encontros culturais e apoio literário, tendo como tema os conhecimentos tradicionais. Recomenda-se a elaboração de um “calendário cultural” da Reserva.”

A comunidade de Cazumbá procura a valorização e resgate da cultura tradicional, além de procurar o desenvolvimento de ações e manifestações culturais em festas e atividades.

### **Artesanato**

Na Reserva do Cazumbá, a comunidade realiza a confecção de artesanatos a partir do látex retirado das árvores da seringueira e passam esse aprendizado para os filhos e netos. De acordo com Souza Neto (2010, p. 41) “aprender é contatar, apreender, interpretar, interagir, apropriar-se”. Eles produzem miniaturas de animais da floresta, personagens, bolsas, artefatos de cozinhas, produtos de decoração, etc.

As pessoas que são identificadas como artesãos coordenam as atividades de artesanato na comunidade e passam essas habilidades para os demais moradores, que compartilham as técnicas necessárias para a manifestação de certos aspectos da vida cultural de um povo e a manutenção de seu patrimônio cultural imaterial (Figura 11).





**Figura 11.** Foto: Artesanatos de látex – Autor: Rubens Matsushita. Local: Resex Cazumbá-Iracema – Ano: 2012.

### **Barcos e canoas como transporte**

As famílias utilizam barcos e canoas como transporte (figura 12), principalmente, na estação do inverno (novembro a maio), meses de maior ocorrência de chuvas. Os extrativistas se deslocam pelo Rio Caeté (rio principal) e igarapés (afluentes) em embarcações que variam de tamanho conforme a necessidade dos moradores.

As embarcações são construídas por eles próprios. Como diz SOUZA NETO (2010, p. 44) “a vida inteira é aprendizagem”. As técnicas são passadas de geração em geração, inclusive, o melhor tipo de madeira que deverá ser usado. Essas embarcações refletem na identificação do que podemos chamar de bens culturais representativos da comunidade extrativista.



**Figura 12.** Foto: Barcos e canoas como transporte – Autora: Aurelice Vasconcelos. Local: Resex Cazumbá-Iracema – Ano: 2016.

## Habitações

De maneira geral as habitações são rudimentares e seguem o mesmo padrão utilizados em toda a Amazônia e outros povos no mundo conhecidos como palafitas (Figura 13). São construções de madeira com coberturas de palha ou telhas de fibrocimento. As comunidades extrativistas se reconhecem nessas moradias, valorizam, identificam e preservam a sua forma de moradia. Suas casas representam a identidade cultural.



**Figura 13.** Foto: Habitação tradicional – Autor: Rubens Matsushita. Local: Resex Cazumbá-Iracema – Ano: 2012.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Essa pesquisa possibilitou conhecer um pouco mais do modo de vida extrativista. Segundo Ranzi (2007, p.67), “o elemento humano nativo, que constitui o povo tradicional da floresta, apesar de sua contribuição fundamental e decisiva no processo de formação socioeconômica e cultural da Amazônia, foi no seu desenvolver histórico exaltado por uns e desprezado por outros”.

Dessa forma, foram realizadas registros fotográficos, com o objetivo de utilizá-la como meio de valorização da cultura, criatividade e identidade próprias, através da percepção vivenciada e narrativas individuais dos extrativistas.

Revelar por meio das imagens fotográficas quem são os extrativistas e o que eles realizam é de grande importância social. Esquecemos o quanto os extrativistas são importantes na sociedade, segundo Ranzi (2007, p.67) “sua contribuição fundamental como elemento orientador na complexa realidade florestal da região e seu valor como força de trabalho”.

De acordo com Souza Neto (2010, p. 43) “em todo momento há transferência e contratransferências, buscas de objetos de desejo imaginários e sonhados, nunca alcançados”. Quando produzimos uma imagem fotográfica, ela pode se tornar cheia de significados e que podemos transmitir nossa percepção daquilo que estamos vendo e sentindo. Dessa forma, a fotografia surge como meio de valorização da cultura, criatividade e identidade próprias, através da percepção vivenciada e narrativas individuais dos extrativistas.

Segundo Ranzi (2007, p.20), “a história do Acre é a história da floresta e de tudo o que ela contém”. Durante o processo fotográfico, foi possível conhecer e aprofundar nos valores dessa cultura e, com isso, enriquecer nas discussões das imagens para a produção de saberes articuladores das diferentes dimensões do modo de vida extrativista.

## CONSIDERAÇÕES

A Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema se constitui como um relevante exemplo de comunidade extrativista, que conta com a organização voltada para a afirmação de sua identidade com o território e aliada à prática do seu propósito com o desenvolvimento sustentável. Portanto, utilizar a linguagem visual da fotografia na comunidade extrativista pode ser considerada instrumento de documentação e preservação dos modos de vida que vêm de uma longa tradição. Vale destacar o reconhecimento e valorização de muitas atividades desenvolvidas nela como portadoras de referência à identidade, ação e memória da população extrativista.

Uma das principais características das comunidades extrativistas é que elas “recebem as pessoas com o que elas têm de mais precioso que é a autenticidade de seu viver e conviver cotidianos”, é o que confirma Ranzi (2009, p. 88).

O uso da linguagem visual da fotografia abraçou estratégias metodológicas para valorizar e incentivar os extrativistas a terem discussão e reflexão sobre a forma que vivem, suas histórias, seus costumes e sua política no campo. Foi valorizado seu cunho criativo para explorar uma poética visual, enaltecer a importância de manter sua identidade e cultura extrativista.

## REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios do repouso: ensaio sobre as imagens da intimidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARRETTO FILHO, H. T. (Org.) . **Antropologia e Identificação: os antropólogos e a identificação de terras indígenas no Brasil, 1977-2002**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED / CNPq / FAPERJ / IEB, 2005
- BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre de Território a Estado - um olhar social**. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2005.
- GADOTTI, Moacir. **Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária - Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**.
- ICMBIO. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema**. Sena Madureira, Acre, 2007.
- PONTES, José de Farias. **O Primeiro Ciclo da Borracha no Acre: da formação dos seringais ao grande colapso**. *In: South American Journal of Basic Education, Technical and Technological*. Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre - Vol. 1 , n.1, p. 107-123, 2014.
- RANZI, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre**. Rio Branco, AC. EDUFAC, 2007.
- SOUSA NETO, João Clemente de. **Pedagogia Social: A Formação do Educador Social e seu campo de atuação**. *In: Cadernos de Pesquisa em Educação PPGE-UFES*. Vol 16, n. 32, p.29-64. Vitória: jul./dez. 2010
- STRECK, Danilo. REDIN, Euclides. ZITKOSKI, Jaime. (ORGs.). **Dicionário Paulo Freire**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

## **GT: 9** - Cultura religiosa, luta de classes e conflitos territoriais

Coordenadores: Márcia Barros Ferreira Rodrigues e Ana  
Maria Motta Ribeiro

## DA AMBIENTALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO À TERRA DO PASTOR: “AFINIDADES” ENTRE A REFORMA AGRÁRIA E A RELIGIÃO

**LOBATO DA COSTA, Rodolfo B. de M.**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito (PPGSD)  
Universidade Federal Fluminense  
Bolsista CAPES  
*rodolfolobato@hotmail.com*

**FREITAS, Emmanuel Oguri**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito (PPGSD) Universidade Federal Fluminense  
Professor de Direito do Trabalho da  
Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS  
*emmanuel.of@gmail.com*

**RIBEIRO, Ana Maria Motta**

Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
Professora do Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito (PPGSD)  
Universidade Federal Fluminense (UFF)  
*anamribeiro@outlook.com*

### RESUMO:

Esse artigo pretende apresentar observações sobre o trabalho de campo que se desenvolve no acampamento de reforma agrária Sebastião Lan (RJ), desde 2002. Apresentaremos “pistas”, “sinais” ou “indícios” sobre a influência da cultura religiosa na organização de uma comunidade rural (que completará em 2017 vinte anos de existência). Nesse sentido, utilizamos o paradigma indiciário como caminho de investigação sobre uma verdade provável, a “afinidade eletiva” entre a religião evangélica e a postura passiva do Estado, sob o argumento de condicionantes ambientais, em relegar suas funções de promotor da política de reforma agrária e assistência social aos trabalhadores rurais.

**Palavras-chave:** assentamento rural, religião, rio de janeiro

### ABSTRACT:

This article intends to present observations of a field work that has been carried out in a rural settlement camp in the State of Rio de Janeiro (Brazil), since 2002. We will present “tracks” and “signs” about the influence of religious culture on the organization of a Rural community (which will complete in 2017 twenty years of existence). In this sense, we use the indiciary paradigm as a way of investigating a probable truth, the “elective affinity” between the evangelical religion and the passive posture of the State, under the argument of environmental constraints, in relegating its functions as promoter of the agrarian reform policy and social assistance to rural workers.

**Key-words:** rural settlement, religion, rio de janeiro

## Introdução

A partir do trabalho de campo que se desenvolve no acampamento de reforma agrária Sebastião Lan (RJ) pretendemos apresentar “pistas”, “sinais” ou “indícios” sobre a influência da cultura religiosa na organização de uma comunidade rural (que completará em 2017 vinte anos de existência). Nesse sentido, utilizamos o paradigma indiciário (GINZBURG, 1989) como caminho de investigação sobre uma verdade provável, a “afinidade eletiva” entre a religião evangélica e a postura passiva do Estado em relegar suas funções de promotor da política de reforma agrária.

Dando continuidade à prática do Observatório Fundiário Fluminense, vinculado à Universidade Federal Fluminense, acompanhamos, observamos e interferimos no processo institucional que busca integrar os imperativos de conservação da natureza com as necessidades de sobrevivência das comunidades de pequenos agricultores no entorno da Reserva Biológica (Rebio) de Poço das Antas (RJ).

Durante o longo tempo de espera, várias situações contraditórias emergiram: venda de lotes por alguns que não suportaram financeira ou emocionalmente a longa espera; alteração na direção política da comunidade; mudanças no Governo Federal e na política de reforma agrária; ingresso de novos ocupantes/reocupação, ocasionando o surgimento de novos interesses, entre eles, a forte presença de igrejas evangélicas. Assim, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Sebastião Lan II se desenvolve numa área que tem mais de duas décadas de presença humana.

Neste artigo, pretendemos, portanto, relacionar a luta pela terra em Sebastião Lan com a literatura sobre conflitos socioambientais e o denominado ecologismo dos pobres para compreender o surgimento de um novo discurso religioso na comunidade. Nesse contexto, acreditamos que a tensão entre meio ambiente, produção rural e agentes públicos encobrem o conflito real, que se dá em relação à questão fundiária, e as diferentes visões de mundo dos sujeitos envolvidos.

O conceito weberiano *Wahlverwandtschaft* (afinidade eletiva), desenvolvido em “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, demonstra a existência de elementos convergentes e análogos entre a ética religiosa e um comportamento econômico. Nesse sentido, Michael Löwy (2014) chama atenção para uma possibilidade de “simbiose cultural”<sup>1</sup>, conceito que nos apropriamos para compreender as pistas levantadas entre um perfil de agricultor presente no imaginário do agente do Estado e promotor de políticas públicas para reforma agrária, e uma ética evangélica que passa a organizar a vida comunitária.

Partindo do acompanhamento do caso de Sebastião Lan II ao longo do tempo, nos remetemos ao paradigma proposto por Ginzburg para compreender os elementos da realidade, ou observar as “zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989:177). Em paralelo, o debate proposto por Alier (2007) nos oferecerá um espaço de análise complementar ao classificar os tipos de discursos sobre a natureza, que são operacionalizados no caso de Sebastião Lan II, ora para justificar

1 “Enfim, a articulação, a combinação ou a união entre essas duas configurações pode resultar numa espécie de ‘simbiose cultural’, em que cada uma permanece distinta da outra, mas ambas estão organicamente associadas. É em algum ponto entre esses dois últimos níveis que se situa a *Wahlverwandtschaft* entre ética protestante e espírito do capitalismo, abordada no grande clássico de 1920” (LÖWY, 2014: 72).

a repressão da comunidade, ora para reforçar o caráter de protagonismo da Rebio, enquanto modelo de unidade de conservação, e, também, enquanto um outro nível de sacralidade do território.

Destacamos, portanto, que a temporalidade de longa duração da luta por Sebastião Lan tem produzido o efeito perverso de “apagamento” da memória. Com o passar do tempo, a saída de lideranças do MST da centralidade da disputa tem produzido o esquecimento dos enfrentamentos do passado. No novo cenário, a entrada de igrejas neopentecostais na área tem transformado a história de luta numa espera pela terra prometida. Os novos discursos se apropriam do tempo do sagrado, onde a espera se faz com ações, mas também com orações. Configura-se, portanto, um novo tempo na ocupação, novas lideranças despontam e a religiosidade parece oferecer um novo modo de interpretação da luta.

### **Sobre a comunidade de Sebastião Lan**

Em 2016, cerca de sete dezenas de famílias de agricultores familiares completaram 19 anos de ocupação da terra vizinha ao refúgio de uma espécie em risco de extinção (o mico leão-dourado), uma longevidade que, para muitos atores sociais do entorno, já é possível classifica-los como uma comunidade rural de Sebastião Lan II. A morosidade da justiça, aliada aos impasses ambientais e agrários dos órgãos federais em disputa e a superposição de questões ambientais em detrimento das questões fundiárias apresentam-se como a principais problemas vivenciados pelos trabalhadores rurais.

Nesse cenário, pretendemos desenvolver uma reflexão que contemple as peculiaridades de novos discursos a partir da noção de que a comunidade rural está inserida na Zona de Amortecimento de uma Reserva Biológica, obrigando, de um lado, o INCRA a desenvolver a primeira experiência participativa de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)<sup>2</sup> e, de outro, novos circuitos de circulação de dinheiro tendo como moeda de troca não produtos tradicionais, mas a natureza como patrimônio a ser preservada e capitalizada. Para uma análise mais geral, o PDS Sebastião Lan II mostra a relevância de uma pesquisa para aprofundar a compreensão sobre a Reforma Agrária no momento atual, a partir da observação cuidadosa da tensa relação entre ecologia, preservação e a reprodução de uma agricultura sustentável, onde existe uma grande incidência da sobreposição entre áreas reformadas nas cercanias de sítios de preservação ambiental.

O método dialético desenvolvido por Karl Marx, a partir de Hegel, percebe a contradição como mola propulsora, um hiato entre o real e o potencial. Nesse sentido, a relação entre a agricultura (no caso, a reforma agrária) e a preservação do meio ambiente aparecem como contradições no estudo de caso. Contradições essas que são dialéticas quando há possibilidade de superação, como uma agricultura familiar ou camponesa agroecológica, que, para existir, precisa conservar seus principais instrumentos de trabalho, a terra e água. Ou, de outro lado, podem ser contradições antinômicas quando a agricultura capitalista, guiada por pressupostos da Revolução Verde, encontra-se refletida num modelo de preservação que espelha sua forma de lidar com a natureza, descartável. Como resultado desse último modelo a Reserva

2 Dois PDS foram criados pelo INCRA no Rio de Janeiro em 2014, um em Silva Jardim (o Sebastião Lan) e outro em Macaé. Apesar de cronologicamente a portaria de Macaé ser anterior, sociologicamente interpreto como primeiro pois em Macaé não havia população residente, foi um território a ser povoado, enquanto o Sebastião Lan os trabalhadores rurais lá residiam há 18 anos no momento da publicação da portaria que criou o PDS.



Biológica de proteção integral, sem presença humana, se justifica, preservando o mico leão-dourado do seu maior predador: o homem capitalista. Ou seja, três discursos que, hoje, encontram-se em disputa e são apropriados pelos diferentes atores sociais, com uma nova característica, o surgimento de uma nova liderança organizada através das igrejas evangélicas lá instaladas.

A área onde se encontra a comunidade rural Sebastião Lan, chamada de Brejão, após a canalização na década de 70 para plantação de arroz, foi grilada por um fazendeiro e, posteriormente, arrendada para continuidade da rizicultura e outros cultivos menores. Trata-se de uma área de 1466 ha, ocupada em 1997 pelo movimento social, e que possui um solo que carrega uma história que se origina com a derrubada da mata nativa, queimadas e produção com agrotóxicos, dentro do pacote da Revolução Verde (maquinário e insumos químicos). Em outra direção podemos visualizar movimentos de ocupação de terra por um campesinato que foi expulso para a entrada de monoculturas em larga escala (décadas de 60/70), que caracteriza uma “rerruralização” do Vale do Rio São João para a produção de alimentos, ou lavoura branca. Esse cenário se desenha dinamicamente em variadas formas de conflito, uma diversidade de atores em tensão permanente acerca de direitos sobre a titularidade da terra e, principalmente, no enfrentamento com projetos econômicos, ambientais e agrícolas que colocam em jogo as diversas noções de territorialidade<sup>3</sup>.

Em 2013, data do nosso regresso ao campo, a situação das famílias de Sebastião Lan II não se caracteriza mais como um precário acampamento, pelo contrário, há presença de uma mínima infraestrutura com luz elétrica, transporte escolar, farta produção e associação de pequenos produtores formalizada e com sede própria. De tal forma que poderíamos classificá-los como uma comunidade rural a ser assentada. Situação que fortalece as demandas por acesso a serviços públicos e direitos que arrastam-se por anos, mas que continuam suspensas por supostas incompatibilidades entre a agricultura familiar e a preservação ambiental.



*Fotos da esquerda para a direita da Associação dos Trabalhadores Rurais de Sebastião Lan II: anos de 2003, 2005 e 2014*

Atualmente a Associação dos Trabalhadores Rurais de Sebastião Lan – Gleba II – tem registros para a seguinte produção: citros; manga, aipim, banana, feijão de corda, maracujá, café, batata doce, milho, abóbora, arroz, abacaxi, coco, melancia e mel. Nas áreas em que os órgãos ambientais acusam de inundação os agricultores respondem que há uma convivência harmoniosa com tal característica do meio ambiente, em que

<sup>3</sup> “Disputando espaço com o avanço da urbanização, como é o caso do Rio de Janeiro; [...] A reapropriação de espaços pouco explorados, onde as atividades agrícolas dos assentados para além de proporcionar-lhes os meios de vida também adquire funções políticas de delimitação de território, [...] (MEDEIROS, 1999: 14).

há o aproveitamento do solo nos meses de seca (com culturas que produzem entre 3 e 6 meses) e, também, com culturas resistentes à água nos meses de maior índice pluviométrico<sup>4</sup>. A área encontra-se dividida por órgãos públicos em 82 lotes, que variam entre 8 a 12 ha cada, dos quais 61 encontram-se ocupados, 15 estão vazios e 1 lote está em uso coletivo da Associação citada.

### **Sobre os discursos de sacralidade da natureza**

A complexidade do estudo de caso de Sebastião Lan II exige, necessariamente, o esforço de compreender a superposição de dois “constrangimentos” ambientais necessários para a instalação do projeto de assentamento: o fato da comunidade estar inserida numa Área de Proteção Ambiental (APA) e na zona de amortecimento de uma “Reserva Biológica”. Através de uma rápida leitura do SNUC identificamos a APA como uma unidade de uso sustentável, ou seja, uma área com ocupação humana e dotada de atributos importantes para a vida e o bem-estar das populações humanas, dotada de objetivos claros para a proteção da diversidade biológica.

A importância da APA no âmbito do SNUC pode ser evidenciada, principalmente, na análise de que esta Unidade de Conservação (UC) contribui para a manutenção da diversidade biológica, recuperação de áreas degradadas e promoção de atividades de pesquisa científica, e educação ambiental. Nesta lei também encontramos a Reserva Biológica definida como uma unidade de proteção integral, em que em seu artigo 10 estabelece como objetivo: “a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais”.

Esses dois modelos de proteção ambiental podem ser interpretados também como expressão de um intenso debate de consolidação do próprio SNUC. Como demonstra Doralice Barros Pereira que, até a década de 60, a criação de UCs era vinculada a razões estéticas ou políticas, portanto as criações anteriores das UC foram sobretudo aleatórias. A autora observa que ainda em 1992, enquanto o SNUC restringia-se a um projeto de Lei, convivíamos com dois formatos de unidades de conservação: o de uso direto e de uso indireto. Ou seja, daqueles que possibilitavam um uso sustentável de seus recursos naturais e daqueles destinados à conservação da biodiversidade e pesquisa. A APA estava classificada como de uso direto. Para Esterici e Fernandez, o SNUC é considerada uma lei “híbrida porque abriga as tensões entre dois modelos polares”<sup>5</sup>.

O desenvolvido por Esterici e Fernandez, há uma nítida compreensão de como no Estado do Rio de Janeiro, apesar das tensões, as áreas de proteção integrais continuam a ser criadas, ou, podemos dizer, ampliadas. A análise das autoras identifica a presença e consolidação do projeto conservacionista na antiga capital federal (Rio de Janeiro) nos anos 30. E, nos anos 40, uma segunda geração conservacionista protagoniza a criação de parques a partir de brechas do desenvolvimentismo ainda germinal. Esse desenvolvimentismo se consolidará entre 1950 e 1980: “A criação de áreas intocadas seria o salvo-conduto para o desenvolvimento acelerado, funcionando como medida compensatória para o impacto das grandes obras de infraestrutura, frente às agências internacionais.”<sup>6</sup>

4 Faz-se necessário destacar que o primeiro “pluviômetro” de todo o Vale do Rio São João foi produzido artesanalmente pelo agricultor conhecido como “Gaúcho”, que ocupa seu lote desde o início da ocupação, em 1997, e serve de referência e consulta para diversos órgãos de assistência técnica rural.

5 ESTERCI; FERNANDEZ, 2009: 25.

6 ESTERCI; FERNANDEZ, 2009: 21.

Para relacionar o tema da apropriação dos recursos naturais (leia-se propriedade) com a questão ambiental destaca-se a reflexão de Juan Martinez Alier (2007), quando divide em três as formas de discursos sobre a natureza (ou correntes do ecologismos) que estão em jogo na atualidade: o culto à vida silvestre; o evangelho da ecoeficiência e a justiça ambiental ou ecologismo dos pobres.

O primeiro, “o culto à vida silvestre”, caracteriza-se pela sacralidade da natureza, também trabalhada, de forma paralela, em “O Mito Moderno da Natureza Intocada”, escrito por Antônio Carlos Diegues (1996). Esse autor traça um histórico da conscientização em proteger áreas naturais, que apoia-se na ideologia “preservacionista”, onde qualquer intervenção humana na natureza é considerada negativa. Este modelo de conservação foi fortemente questionado na medida em que foi exportado para os países do terceiro mundo, causando efeitos danosos nas “comunidades tradicionais” (extrativistas, pescadores, indígenas etc.). O título do trabalho de Diegues faz referência à retomada de conceitos míticos como forma de situar toda a problemática em questão.

A mitificação da natureza como um espaço intocado e intocável (o chamado “neomito” ou “mito moderno”) vai servir de base para a construção da concepção preservacionista.

A segunda corrente trabalhada por Alier, o evangelho da ecoeficiência, já domina os debates tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, tanto do ponto de vista ambiental quanto social e político. Os conceitos-chave são as “curvas Ambientais de Kuznets”, pelas quais o incremento de investimentos conduz, em primeiro lugar, a um aumento da contaminação, mas no final conduz a sua redução; o “desenvolvimento sustentável”, interpretado como crescimento econômico sustentável; a busca de soluções de “ganhos econômicos e ganhos ecológicos” – win-win -, e a “modernização ecológica”<sup>7</sup>.

Já a terceira corrente, “A justiça ambiental e o ecologismo dos pobres”, é assim classificada por Alier:

[...] grupos indígenas e camponeses têm co-evolucionado sustentavelmente com a natureza e têm assegurado a conservação da biodiversidade. [...] Enquanto as empresas químicas e de sementes exigem remuneração por suas sementes melhoradas e por seus praguicidas, solicitando que sejam respeitados seus direitos de propriedade intelectual por intermédio de acordos comerciais, o conhecimento tradicional sobre sementes, praguicidas e ervas medicinais tem sido explorado gratuitamente sem reconhecimento. Isso tem sido chamado de ‘biopirataria’. (ALIER, 2007: 34-5)

Percebemos, dessa forma, que há diferentes significados e expressões de valor da natureza, do solo, da terra. Enquanto para o camponês/agricultor familiar a terra é um instrumento de trabalho, para o mercado financeiro e grandes produtores (latifundiários) a natureza assume a forma de mercadoria – com seu respectivo fetiche, sobretrabalho, velocidades e tempos de reprodução. Enquanto o tempo de reprodução do camponês/agricultor familiar é o tempo da natureza, o tempo de reprodução do capital possui uma lógica temporal própria, intensificando continuamente a produção em menos tempo, inventando, dessa forma, a natureza à sua própria imagem e semelhança (Organismos Geneticamente Modificados). A manipulação genética não é um instrumento de dominação por essência, trata-se de uma prática milenar

7 “A modernização ecológica caminha sobre duas pernas: uma econômica, com ecoimpostos e mercados de licenças de emissões; a outra, tecnológica, apoiando medidas voltadas para a economia de energia e de matérias-primas.” (ALIER, 2007: 27-8)

na agricultura, mas, pela primeira vez na história, ela ganha escala industrial sob as regras do capitalismo.

No início de 2015, numa reunião dentro da sede do INCRA, diante de um clima de tensão sobre a impossibilidade de aproveitamento de uma grande área do Sebastião Lan II por risco de inundação, ouvimos dos agricultores que havia sim formas de contornar esse problema com o aproveitamento de culturas que convivem bem com essa característica climática. Vivíamos, nessa época, um período de grande seca afetando o abastecimento de água de toda a população do Sudeste e Nordeste do Brasil, com reservatórios de água operando no volume morto. O que seria um argumento a favor dos pré-assentados transformação em lição de vida para técnicos ambientais e pesquisadores na reunião. No momento em que se falava sobre a crise hídrica, motivo pelo qual deveríamos rever a licença ambiental, um dos trabalhadores rurais, o Gaúcho, intervém:

Não é bem assim. Não é todo ano que tem cheia e inundação. Pelos cálculos com meu pluviômetro tem uma tendência de chuvas fortes de dez em dez anos, então no final desse ano ou ano que vem teremos chuvas fortes.

Contra toda análise técnica, meteorológica ou científica publicada em jornais e revistas de 2015, levanta-se o argumento da experiência de campo e vivência desenvolvida por décadas de agricultura. Hoje, em 2016, assistimos uma quantidade tão grande de chuvas que já permitiu que saíssemos do volume morte nos reservatórios e que retirassem das capas de jornais a crise hídrica nacional. Se, de um lado, a seca era um problema para o desenvolvimento do assentamento, a grande quantidade de chuvas aparece, também, como um novo problema: as enchentes.

### **Indícios de uma nova/velha ética religiosa no campo**

Nos trabalhos de campo desenvolvidos de 2002 até 2015 identificamos três discursos em disputa por hegemonia: o conservacionista, apoiado no mito da natureza intocada; o discurso apoiado na modernização conservadora, com um formato de agricultura com grande impacto sobre o meio ambiente; e o ecologismo dos pobres, tendo em vista princípios da justiça ambiental. Tais discursos eram incorporados pelas lideranças da comunidade de Sebastião, ainda com a referência do MST. Em 2016, diante de uma inundação que causou grande impacto na comunidade e sem a presença de lideranças do MST, identificamos e prestamos mais atenção às pistas de uma nova solidariedade entre os moradores.

A primeira pista encontramos nos discursos de uma técnica do INCRA (que sentia-se ameaçada por alguns moradores), nas Igrejas recentemente construídas (duas), na presença de pastores na comunidade (um deles morador e outro visitante), na ajuda de Igrejas de Casimiro de Abreu na arrecadação de doações e suporte político e administrativo, nas novas vestimentas e práticas religiosas nos encontros da Associação de produtores do assentamento. As orações tornaram-se mais frequentes e as referências ao conflito começam a dar lugar a uma busca pela comunhão e o acolhimento de diferentes atores no território.

Na festa de aniversário da comunidade em 2016, em vez de ouvirmos discursos sobre as histórias da ocupação escutamos preces e referências à Bíblia, em vez de encontrarmos as antigas lideranças do MST da região encontramos pastores que guiavam as reflexões,

em vez dos símbolos referenciados no “ocupar, resistir e produzir”, o novo ritual de comemoração inicia-se com uma oração, realizado pela esposa do pastor convidado:

Vamos orar ao Senhor: Soberano Deus e eterno Pai, graças Te damos, meu Senhor, pela oportunidade de estarmos aqui essa noite, o Senhor é o Deus que tudo conhece, tudo sabe, tudo soldas, meu Senhor. E aqui estamos, Senhor, debaixo de Sua proteção para Te agradecer por mais um ano, meu Senhor, aqui nesse lugar, que o Senhor venha multiplicar as bênçãos sobre esse lugar porque a Tua palavra nos ensina, Senhor, que a proteção nós só temos do Senhor, meu Pai. Só o Senhor pode nos guardar, só o Senhor pode nos proteger, só o Senhor pode nos dar livramento e é o Senhor que tens feito nesse lugar, guardando este povo, meu Senhor. Pai nosso Te agradecemos e Te glorificamos e eu peço Sua bênção especial por cada um que aqui está, àqueles que te conhecem e também os que não te conhecem, meu Senhor. Eu entrego nas Tuas mãos, em nome de Jesus, Amém.

Diante da inundação provocada pelas chuvas em março de 2016, que culminou com a morte de um lavrador afogado, e na dor pela perda da produção e dos bens materiais, a referência   ajuda divina passa a organizar os sofrimentos para uma nova rela o com a terra, como uma missão.



*Imagens do alagamento em Sebastião Lan produzidas para arredar doações pela “Servir Produções Independentes”.*

Em seguida, no discurso principal pronunciado pelo pastor, podemos identificar os sinais de uma terra prometida, através de uma analogia com a construção de Israel:

Chama atenção aqui um pouco irmão, que vocês não deixam de colocar Deus em primeiro plano, de agradecer Deus, de perguntar ao Senhor: “Senhor, pra minha safra ser boa eu preciso que o Senhor nos ajude. Porque senão a gente plantamos e chega num tempo, sabe, que a gente achamos que vamos colher, a terra não corresponde por esse momento que a gente imagina e planeje. E, naquela época, não era diferente. Deus sempre castigava Israel, porque Israel sempre esquecia de lembrar do Senhor. E às vezes Deus permitia que algo acontecia naquele lugar. Pois bem, mas o Senhor sempre usa de misericórdia. Por isso Deus usou Neemias, e que fosse reconstruir de novo Jerusalém e a cidade.

A referência à passagem de Neemias na Bíblia refere-se ao retorno dos judeus à terra santa e aos trabalhos de reconstrução de Jerusalém. Omitido pelo pastor, essa passagem bíblica tem outro personagem essencial, pois se de um lado Neemias reconstruiu fisicamente Jerusalém, Esdras restaurou a legislação religiosa. E o pastor continua seu discurso:

Antes de você abastecer os seus celeiros, colher a sua safra, antes de você... faz o seu voto com Deus. E outra coisa irmãos, que Neemias chamou a atenção daquele povo, seria a hora deles fazer o sacrifício ao Senhor, porque a ordenança de Deus naquela época, que a terra produzisse seis anos e que um sétimo ano é de ordenança de Deus que não se plantasse nada, que a terra teria um período para descansar. Hoje nós não respeitamos mais essa regra de Deus. Mas se nós trabalharmos diante da palavra de Deus, e com a permissão Dele, Ele vai entender a nossa situação, e que nós precisamos do cultivo da terra, precisamos da alimentação que a terra nos produz, mas pra isso irmão. Mas pra isso, irmão, Deus precisa estar com a mão Dele, porque se ele não tiver com a mão realmente acontece às vezes coisas como tem acontecido, nem só aqui como em muitos lugar

Nesse ponto, há uma convocação geral para uma comunhão com Deus, mas também uma comunhão com a natureza através de uma nova sacralidade, de uma ligação triangular entre “a palavra de Deus”, o trabalho e a terra. O pousio, o cuidado com a natureza, para além do discurso técnico e científico, ganha contornos religiosos. Ensinaamentos esses que reinterpretam a tragédia ocorrida, não mais como um problema da represa de Juturnaíba, das chuvas cíclicas, da interferência do homem sobre o meio ambiente mas, principalmente, da vontade de Deus.

E continua:

Neemias trabalhava no palácio do rei Artaxerxes, nesse período que Neemias trabalhava no palácio sempre alguém vinha e trazia notícias para ele de como estava a cidade, e, um belo dia, Ananias chegou até Neemias, e Neemias perguntou: “Vai tudo bem lá em Jerusalém, com a nossa cidade?” E Ananias: “Não, não vai tudo bem.” E ele perguntou: “Por que?”. “Porque a nossa cidade foi devastada. Acabaram com tudo, destruíram tudo”. Por isso Jerusalém foi saqueada, por permissão de Deus Neemias começou a pregoar um jejum para poder restaurar a cidade de volta. E ele começou a jejuar e orar porque ele precisava ficar na presença do rei. E todos nós sabemos que naquela época não era de costume que nenhum sacerdote ou nenhuma pessoas que era a serviço do rei, ele não podia descair seu semblante e nem demonstrar tristeza diante do rei, porque ele corria um risco muito grande, além de ser preso ou passar por algumas punições que poderiam ser severas. E Neemias entendia isso, e quando foi um belo dia ele não conseguiu conter as lágrimas e nem conter também o seu

sofrimento. Quando ele se apareceu diante do rei e Artaxerxes: “o que é isso que está acontecendo com você, por que você descaiu seu semblante?”. “Porque, na verdade, eu não tenho como sorrir, meu rei, se os sepulcros dos meus pais, toda a minha cidade foi destruída e não sobrou nada. E eu estou aqui vendo minha cidade sendo destruída, e eu, a minha vontade, é reconstruir de novo”. E aí a Bíblia fala que Artaxerxes, ele deu autorização a Neemias, enviou uma carta para o rei de Jerusalém, para que liberasse Neemias que trabalhasse em prol da construção do muros e restituir a cidade. Irmão, o que eu quero dizer com isso? Nós sabemos que a luta de vocês, desse povo aqui do varjão é muito grande, muitas vezes vocês planeja tudo, faz a plantação de vocês e de repente vocês passa por uma devassa muito grande como aconteceu há poucos meses atrás. E hoje vocês tão plantando a terra de novo, num cultivo de plantar, e sabemos da destruição que teve aqui nesse lugar. Aonde vocês perderam tudo, muitos aqui estão começando do zero, né?! E hoje vocês estão aqui na condição de propor essa festa. Agradecer a Deus por essa oportunidade, que hoje é o aniversário aqui da Comunidade aqui. E eu louvo a Deus, irmão, porque vocês não esqueceram realmente que o Senhor Ele pode mudar a história desse lugar. Nós sabemos que vocês são bem acolhidos pela Secretaria, pela... por.. pelo pessoal do MST, que tem ajudado, tem apoiado, nós sabemos que a Secretaria também daqui do município tem investido, tem ajudado um pouco, mas é bem verdade quem tem o cultivo da terra, quem tem o poder sobre a terra é Deus.

O ato falho no momento de referência ao MST, o esquecimento ou a dúvida na citação aparece como um sintoma: da obrigação de citar e, também, da necessidade de colocar essa referência do passado como um elemento assessorio para a conquista da terra. A terra que outrora foi identificada como fruto de luta social passa a ser repensada enquanto resultado da benção do divino, terra prometida.

### Considerações finais

A partir do caso analisado, observamos que essa forma de fazer Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro, sem considerar o tempo como variável, cria condições para uma precariedade existencial dos trabalhadores rurais. Uma conjunção de fatores, que, entre os quais podemos citar: ausência do Estado diante do impasse ambiental; ausência do movimento social organizado diante de um ambíguo governo PT; e um tipo ideal de trabalhador rural rústico e idealizado que vive apenas da terra. Assim cria-se as condições perfeitas para a entrada de movimentos messiânicos no campo, daí nossa hipótese de “afinidade eletiva”. Dessa forma, indagamos como as práticas associadas à noção de “terras de pastor” se relacionam com um perfil de beneficiário de reforma agrária e, dialeticamente, com relações sociais típicas do latifúndio.

Nesse sentido reproduzimos, *a torto e à direita*, uma forma de pensar o campo em que separamos a questão ambiental, agrícola e técnica em nome de uma produtividade que num futuro distante trará benefícios sociais. Um mito que esconde uma suposta ação da “mão invisível” do mercado moldando a sociedade, tal como afirmado por Oliveira Vianna, em artigo publicado em jornais sobre os latifúndios:

...é a sombra do nosso velho regimen patriarchal, ainda dominante no interior dos nossos campos e sertões, que a massa inferior da nossa população rural vive, abrigada, assistida, protegida. O Brasil evoluiu e progrediu á sombra das grandes organizações latifundiarias, sob as quaes as classes que trabalham a terra construíram, e continuam a construir, a nossa riqueza rural.<sup>8</sup>

8 Artigo publicado por Oliveira Vianna em 10/01/1939, presente no Acervo do Ministro Geraldo Bezerra de Menezes. Pelo grau de deterioração do jornal não foi possível identificar o nome do mesmo.

Já são 20 anos de um acampamento com formato de assentamento, de trabalhadores rurais invisíveis para políticas públicas de reforma agrária ou de desenvolvimento rural. Diante de tantas ausências encontramos no eco do seu sofrimento compartilhado uma nova teologia e uma nova solidariedade, compartilhada entre um vácuo de políticas públicas que, parafraseando Oliveira Vianna sobre os latifúndios, abre um espaço social e político para lideranças religiosas oferecerem cuidado, abrigo, assistência, proteção e direção.

O discurso sobre a inexistência de um perfil apto, propagado por técnicos do Estado, para a realização de uma reforma agrária nos moldes do mercado secundariza a função do Estado de capacitação técnica, extensão rural e assistência social aos futuros beneficiários. Em consequência, o papel passivo do Estado reedita antigas relações de poder no campo, criando assim uma “afinidade eletiva” para a influência de diversas Igrejas na organização da comunidade e a composição de sua pauta de reivindicações. Importante destacar que esse movimento neopentecostal não é homogêneo, pois identificamos três lideranças evangélicas diferentes disputando um mesmo território (além da presença de católicos e luteranos na comunidade).

O nome Neemias tem origem hebraica, que significa “aquele confortado por Deus”. Segundo o Antigo Testamento, esse líder judeu foi responsável pela construção das muralhas de Jerusalém após o cativeiro babilônico. A evocação dessa liderança num momento de reafirmação de uma nova liderança nos assentamentos rurais da região coloca-nos o desafio de compreender uma nova ética em construção, seja essa ética associada ao desenvolvimento do capitalismo no campo, seguindo os preceitos da “ética protestante e o espírito do capitalismo”, ou, talvez, uma nova apropriação dos movimentos sociais no sentido de uma reedição de antigas relações patriarcais.

### Referências bibliográficas

- ALIER, Joan Martínez. *O Ecologismo dos Pobres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- BINZSTOCK, J. 1998. *Capitalismo Autoritário e a Questão Ambiental no Vale do São João*. In: Motta Ribeiro et al (org). *Campo Aberto – O rural no Estado do Rio de Janeiro*. Ed. Contracapa.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996. ESTERCI, Neide; FERNANDEZ, Annelise. *O legado conservacionista em questão*. *Revista Pós Ciências Sociais*. v. 6, n.12, 2009.
- GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- PEREIRA, D. B. *Paradoxos do papel do Estado nas unidades de conservação*. In: KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. Coleção Pensamento Social-Democrata. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.
- LÖWY, Michael. *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARTÍNEZ ALIER, Juan. *O ecologismo dos pobres: conflitos socioambientais e linguagens de*



MADEIRA FILHO, Wilson; RIBEIRO, Ana Maria Motta; PEREIRA, Mônica Cox de Brito; PRATA FILHO, Dario de Andrade (coordenadores). Laudo multidisciplinar em conflito socioambiental: o caso da reforma agrária no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas. Série Pesquisas nº 2. Niterói: PPGSD-UFF, 2007.

MARX, Karl. Formações Econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. Grundrisse. Paris: Éditions Anthropos, 1968.

\_\_\_\_\_. O Capital: Capítulo VI (inédito). São Paulo: LECH

MEDEIROS, Leonilde S.; LEITE, Sérgio (Orgs). A Formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

MOTTA RIBEIRO, Ana Maria; MADEIRA FILHO, W.; et al (orgs.). Laudo Multidisciplinar em conflito socioambiental: o caso da reforma agrária no entorno da Rebio Poço das Antas. Série Pesquisas nº 2. Niterói: PPGSD/UFF, 2007.

\_\_\_\_\_, Ana Maria; LOBATO DA COSTA, Rodolfo B. M.; AZEVEDO, T. M. L. S., CLEMENTE, B. R. B. S., FREITAS, Emmanuel O. Conflitos socioambientais e temporalidades no estudo de caso do acampamento Sebastião I In: II Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social, 2015, Florianópolis, p.45-52, 2015. THOMPSON, E. P. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1999.

ZHOURI, A. (Org.). A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: autêntica, 2005.

## AS INICIATIVAS DE PROIBIÇÃO DA MACONHA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

**SÃO CLEMENTE, Bernardo**

Estudante de Doutorado PPGSD/UFF

*bernardosaoclemente@yahoo.com.br*

**FREITAS, Emmanuel Oguri**

Professor da UEFS

Estudante de doutorado PPGSD/UFF

*emmanuel.of@gmail.com*

### RESUMO

Apesar de ser uma das primeiras plantas domesticadas pelo ser humano e sua história se confundir com a evolução e adaptação humana por diferentes territórios, a cannabis, mais conhecida atualmente por aqui como maconha, foi proibida em território nacional apenas no início do século XX. Este texto trata de alguns fatores da formação nacional que levaram à proibição, delimitando a análise até a promulgação do Decreto-lei de Fiscalização de Entorpecentes nº 891/38 quando, dentre outras medidas, estabelecia as regulamentações e definia as atribuições da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE), na tentativa de centralizar os esforços de repressão à maconha, considerada um dos principais problemas de saúde pública no período, sob uma agência federal subordinada ao Ministério de Relações Exteriores, demonstrando o interesse de expandir a toda a nação as medidas internacionais das quais buscavam se adequar.

**Palavras-chave:** Maconha. Proibicionismo. Legislação.

### ABSTRACT

Although it is one of the earliest plants domesticated by humans and its history is confused with human evolution and adaptation by different territories, cannabis, now more commonly known as marijuana, was banned domestically only in the early 20th century. This text deals with some factors of the national formation that led to the prohibition, delimiting the analysis until the enactment of the Decree-Law of Narcotics Control No. 891/38 when, among other measures, it established the regulations and defined the attributions of the National Commission of Supervision (CNFE), in an attempt to centralize efforts to crack down on marijuana, which was considered one of the main public health problems in the period, under a federal agency subordinated to the Ministry of Foreign Affairs, demonstrating the interest of expanding the nationwide measures International organizations from which they sought to adapt.

**Keywords:** Marijuana. Proibiscionism. Legislation

## INTRODUÇÃO

O Brasil como colônia portuguesa serviu para fornecer e produzir as principais e mais valorizadas mercadorias em diferentes épocas a partir do século XVI e XVII. Sejam cultivos exógenos que se adaptaram bem ao clima tropical como o açúcar e o café, ou naturais da terra, como tabaco, erva-mate e cacau, estes artigos já citados como “alimentos-droga”<sup>1</sup> não tiveram influência somente nas mudanças sociais do Velho Continente como também, a partir da reprodução e comercialização destes, auxiliaram no estabelecimento das bases da civilização brasileira.

Existem estudos de como a cannabis se expandiu do continente asiático, de onde seria originária, até outras partes do globo através de processos migratórios e sua importância para cada civilização e Império que a adotou. Não cabe ficar ressaltando estes exemplos neste enxuto artigo, mas cabe destacar sua utilidade para expansão dos impérios europeus além-mar e na tentativa de adoção por distintos meios pelos povos que ocuparam o território americano e a colônia lusitana.

A intenção deste artigo tem por finalidade elucidar que sua proibição, tanto em nível internacional como no caso nacional, teve interesses e projetos civilizacionais dos quais os distintos usos da maconha não faziam parte. Após a exposição dos diferentes usos apresentados no Brasil, para ajudar a entender como o paradigma médico-jurídico sustentou uma nova organização social nacional é utilizado do auxílio da reflexão de Neder (2012) sobre a construção de uma ordem burguesa brasileira através da disciplinarização da população trabalhadora sob égide da lei e de Silva (2015) relatando com interpretações nacionais de teorias e políticas europeias formaram um modelo de disciplinar e punitivo de práticas que não convinham a um novo ideal de nação que estava em construção. Mesmo sem se aprofundar, recorreremos a Carvalho (2013) para compreender o processo de criação da CNFE.

### 1. O USO DA MACONHA EM TERRITÓRIO NACIONAL

Brandão (2014), relacionando no que Hutchinson (1975) considerou como tres ciclos de atenção à maconha no Brasil e adicionando mais um, sugere que estes ciclos envolveram interesses econômicos, de envolvimento científico nas determinações proibitivas, na justificativa da perseguição à planta para aprimoramento das instituições fiscalizadoras e repressivas, e de contestação e demanda por reconhecimento da diversidade de usos e pela liberdade de se manifestar a favor do consumo. No caso deste texto, abordaremos os dois primeiros ciclos e finalizando sem se aprofundar no terceiro.

#### 1.1. A tentativa de exploração econômica da fibra da cannabis

No Brasil colônia, o uso da fibra de cânhamo somente era conhecido em portos e estaleiros por conta das velas, cordas e provisões das naus vindas da Europa e especificamente da metrópole. De acordo com Brandão (2014), existiram iniciativas de cultivar a cannabis em território nacional em Santa Catarina (1747), Rio Grande de São Pedro (durante a década de sessenta do mesmo século), e Rio de Janeiro (1772). O estímulo ao plantio pela Coroa Portuguesa viria somente em finais do século XVIII, que enviou ao sul da colônia um especialista no cultivo para incentivar sua cultura pela região. Por conta da dificuldade na obtenção de sementes, a má qualidade delas

1 Ver Carneiro, XXXX

quando conseguidas, a penosa adaptação ao clima, o desconhecimento da cultura da planta por parte dos colonos, entre outros, faziam com que os resultados fossem muito aquém do esperado.<sup>2</sup>

Dom Luiz de Vasconcelos e Souza já havia tentando em vão estimular a produção com a importação de vinte três alqueires de sementes e distribuído entre colonos da região de Santa Catarina, arriscou reproduzir a experiência portuguesa de feitorias no Brasil colônia. Sob o nome de Real Feitoria de Linho Cânhamo, mas com uma configuração diferente do exemplar lusitano, a organização da feitoria era através de *plantations* de mão de obra escrava africana.<sup>3</sup> A Real Feitoria de Linho Cânhamo se estabeleceu na colônia brasileira no final do século XVIII, mais precisamente em 1783 e, neste período foi identificada a necessidade de se diversificar a produção agrícola colonial e atrelando-a ainda mais aos cultivos tradicionais.

Foi no Rio Grande (do Sul) o primeiro local escolhido para implantação da produção de cânhamo. na colônia, mais precisamente na região da atual cidade de Pelotas e depois transferida para região de São Leopoldo em 1788 por conta de uma superior produtividade das terras e melhor escoamento da produção. Esta, era voltada principalmente ao abastecimento de cordas e velas para a atividade pesqueira e marítima na província e Santa Catarina<sup>4</sup>.

A Real Feitoria seguia o regime de produção de *plantation*, com uma casa grande e uma senzala para escravos vindos do Rio de Janeiro. Mesmo assim Menz (2005) chama a atenção para a existência de dois rendimentos na feitoria: uma externa, que era o cultivo do cânhamo voltado ao mercado, e outra interna, com a produção de subsistência dos escravos (vinte casais) e do sustento da própria feitoria. A iniciativa perdurou a duras penas e sem atender o esperado, logo, a então Imperial Feitoria do Linho Cânhamo resistiu até depois da Independência, sendo extinta em 1824, com suas terras e instalações doadas para recém-chegados colonos alemães.<sup>5</sup>

Existem indícios que foram realizadas plantações de cânhamo em outras províncias no Norte e Nordeste devido a tamanha dispersão da planta, segundo Henman (1985) uma carta foi redigida, com exemplares enviados à metrópole do então Governador do Maranhão e Grão-Pará, José Teles da Silva, acerca de uma planta semelhante à malva requerendo-se permissão para seu cultivo.<sup>6</sup> Brandão (2014) cita o envio de sacas de sementes para São Paulo também, demonstrando que a iniciativa da Coroa em adaptar o cultivo seguiu um caráter nacional. Como também sugere que os jesuítas, até serem expulsos, tentaram reproduzir a planta para produção de tecidos.

## 1.2. O uso medicinal

Outro uso difundido foi pela capacidade medicinal e terapêutica da cannabis também. Brandão (2014) relata o médico Alexandre José de Mello Moraes como um defensor da utilidade da planta no tratamento de catarata, catarro, doenças sexualmente transmissíveis como a gonorreia e males renais. Araujo (2012) também relata sua utilidade como desintoxicante, calmante, antiespasmódica, digestiva, combate à asma,

2 França, 2015, p. 11 e Brandão (2014)

3 Estudo 765 Senado Federal

4 MENZ; Maximiliano M. "Os escravos da Feitoria do Linho Cânhamo: Trabalho, conflito e negociação" -

5 Idem

6 Henman, 1985

entre outros. Seu uso ia desde ingredientes de misturas e elixires surgidos da interação entre os saberes das matrizes étnicas brasileiras, da qual a maior parte da população com condições de algum tipo de tratamento tinham acesso, até a profusão de remédios vendidos em “pharmacias” e buticas como por exemplo as cigarrilhas Grimault e Cia, recomendadas como medicamento para variados males por anúncios encontrados em periódicos até 1929.<sup>7</sup>

A utilidade da planta como remédio parecia considerada pelo difícil acesso aos medicamentos importados e por conta de estratégias de tratamento locais que alguns médicos, mesmo a contragosto adotavam. Nos fins do século XIX sua utilidade como remédio começou a ser questionada pela dificuldade em se encontrar uma dose exata para tratamento de pacientes, devido a grande diversidade de cepas e qualidade da cannabis, que poderia ocasionar variados efeitos colaterais, dependendo do tipo da planta ou a sensibilidade do paciente. Outro fator a ser considerado foi a impossibilidade pela ascendente química da época em isolar um princípio ativo da cannabis conforme conseguiam com o ópio (morfina, heroína), além do aparecimento de medicamentos mais modernos no início do século XX.<sup>8</sup>

Práticas homeopáticas, apesar de defendidas por uma parcela de médicos durante o século XIX, não eram bem-vistas no circuito médico e frequentemente sofriam ataques de alopatas e figuras importantes comparando-as com delitos da profissão, sexuais e penais. Este processo estigmatizador não foi referente somente à homeopatia, mas à praticas que não condiziam com um projeto higienizador de nação.

Boa parcela da intelectualidade brasileira embasava a teoria da chegada de sementes de maconha vinda com as mínimas posses dos escravos africanos para cá, desde a primeira leva 1549, e não considerava os interesses econômicos e terapêuticos que existiam. Mas como atesta Henman (XXX). Com finalidades ritualísticas, terapêuticas e recreativas a utilização da planta se expandiu para além da senzala, sendo incorporada por tribos indígenas no lugar do nativo tabaco, encontradas em certos rituais em quilombos e tribos, espalhados e isoladas pelo interior de difícil acesso.

Entre as tribos que tiveram identificadas o cultivo de maconha aparece grupos identificados no Baixo e Médio São Francisco, Guajajaras/Tenetehara, no Maranhão; Mura, no baixo Madeira; Fulniô de Águas Belas, no Pernambuco; Saterê-mauê, no Amazonas; Krahô, no Tocantins, entre outras<sup>9</sup>. De acordo com Freire (1989), citando Iglesias, a planta servia também como um fator de diferenciação social na colônia açucareira: enquanto os senhores faziam o uso do tabaco, os escravos optavam pela maconha<sup>10</sup>.

Luiz Mott (1985) questiona esta interpretação da introdução a partir de escravos no século XVI, pois justifica que eles eram presos e trazidos nus nos primeiros anos de tráfico e dificilmente teriam condições de carregar algo consigo. Somente com as idas e vindas de alguns que foi possível trazer não só pertences como sementes e plantas exógenas à fauna americana. Mott também suspeita se já não existiria uma variedade adaptada às condições locais, conforme existem registros na parte norte-americana<sup>11</sup>

7 Brandão (2014) e Araújo, 2012, p. 48

8 Idem

9 Estudo 765 Senado Federal, 2014

10 Freire, 1989

11 Mott, 1985, p. 131

O uso durante a sociedade imperial se mostrava de certa forma generalizado entre as camadas mais humildes da população, mas atingia também seguimentos mais abastados, como é o caso do consumo através do chá pela rainha Carlota Joaquina de Bourbon, esposa de D. João VI e mãe de D. Pedro I, conforme é referenciado na obra de Assis Cintra *Escândalos de Carlota Joaquina*. No entanto, seu uso cada vez mais passava a ser percebido como um mal advindo da influência da cultura africana na sociedade, como uma doença epidêmica que tomava conta das parcelas mais carentes da população. O medo de africanização e as iniciativas de embranquecimento da população já mostravam evidência durante o século XIX, e pareciam tão naturalmente incorporados em leis municipais e políticas imigratórias.

Apesar do difundido uso entre os excluídos da sociedade brasileira e suas diversas finalidades benéficas registradas em algumas poucas obras, a nascente intelectualidade nacional preferia as reflexões que alertassem, sem uma embasada comprovação, sobre os males do consumo da planta, associando com toda carga de discriminação que havia na época à introdução dela em território nacional pelas mãos africanas.

### **1.3. A concretização do saber médico à perseguição de hábitos incivilizados**

Não é possível ter um entendimento absoluto entre historiadores sobre a origem do aproveitamento da maconha em terras tupiniquins. De certo é relevado o uso histórico entre algumas etnias africanas, e que boa parcela delas conseguiram trazer sementes nativas de seus cultivos tradicionais para serem reproduzidas deste lado do Atlântico. Porém o contato europeu com as fibras do cânhamo também é antiga, os romanos ajudaram a popularizar em suas posses os benefícios da fibra, como também é reconhecido o contato da cultura ibérica com a planta desde a ocupação muçulmana desta região, que inclusive introduziu e aperfeiçoou os conhecimentos náuticos da futura escola de navegação de Sagres.<sup>12</sup>

É compreendido que seu uso existia tanto para europeus como para povos africanos, mesmo do consumo através do fumo, quando marinheiros que se aventuravam em direção ao oriente também já tinham conhecimento dos poderes inebriantes da planta fumada. Mas no Brasil Imperial a autoria do hábito de fumar em maricas, cachimbos e cabaças a planta foi jogada em cima da parcela negra da população a partir principalmente do século XIX com toda carga negativa que esta ação poderia representar.

As diferentes denominações identificadas neste período para a cannabis variavam de dialetos ou referências à África. Diamba, riamba, liamba, banguê, fumo de angola, cangonha, pango e até nossa usual e atual maconha são alguns exemplos. Até mesmo o canabismo, definição médica para o mal causado pelo vício despertado pelo consumo da flor da planta, no Brasil ganhou insinuação africana, como diambismo ou maconhismo.

Até os anos iniciais do XIX, não foram identificados grandes questionamentos sobre os hábitos da parcela mais pobre da população. Porém, com a influência de diversos e intensos acontecimentos externos e internos, como as revoluções burguesas europeias, a acelerada industrialização que passavam os principais centros europeus,

<sup>12</sup> Robinson, 1999, p.75

a independência e rápido desenvolvimento produtivo da colônia inglesa norte-americana servindo como exemplo para demais colônias no continente, a ascensão de Napoleão sobre o território europeu, a chegada e estabelecimento da família real portuguesa traziam muitas novidades e estimulavam mudanças por parte da alta sociedade colonial.

No entanto, o medo das revoltas populares, o receio de um processo de africanização através da incorporação de hábitos de escravos e da mestiçagem da população já se mostravam em evidência. Um exemplo de uma tentativa precoce de proibição do uso da planta foi o que levou a Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 4 de outubro de 1830, através da promulgação de sua Lei de Posturas na parte concernente à venda de gêneros e remédios, a proibir a importação e venda da planta como fumo, e sua presença ou seu uso em estabelecimentos públicos, em uma iniciativa que foi replicada por municípios de diferentes regiões da colônia como Santos (1870) e Campinas (1876)

“É proibida a venda e o uso do “Pito de Pango”, bem como a conservação dele em casas públicas: os contraventores serão multados, a saber, o vendedor em 20\$000, e os escravos, e mais pessoas que dele usarem, em 3 dias de cadeia.”<sup>13</sup>

A partir da metade do século XIX, ou no período do 2º reinado, a sociedade brasileira não possuía ainda uma tradição de pesquisas científicas. Os filhos da abastada elite brasileira estudavam em escolas e universidades portuguesas e francesas, importando pensamentos em voga de uma Europa em plena expansão industrial e rápidas mudanças científicas. Desta maneira que é explicada a chegada da filosofia comteana e as ideias positivistas dentre personalidades e instituições brasileiras, adaptadas à realidade e aos interesses de uma elite que desenvolvia ideais republicanos em um império.

Barros e Peres (2011) recorrem à influência de Cesare Lombroso (1835-1909) e a antropologia criminal no positivismo, importado e desenvolvido normativamente em terras tupiniquins e exemplificado na Abolição da Escravatura (1888) e na Proclamação da República (1889), assim como na Constituição de 1891, para retratar o aparato jurídico que excluía ex-escravos, mulheres e analfabetos de acesso aos mínimos direitos assim como passíveis de uma maior punição. Para isto citam o estabelecimento do Código Penal e a

O positivismo apresenta diagnósticos e soluções para casos isolados, culpabilizando o indivíduo e não o sistema social, gerando um pensamento racista e sensacionalista que muito agrada às classes privilegiadas. Ao explicar a origem dos revolucionários, bandidos, alcoólatras, desempregados, mendigos, prostitutas e maconheiros por meio de características atávicas, o discurso lombrosiano visava a assepsia da sociedade que deveria ser protegida desses (maus) “elementos”.<sup>14</sup>

Neste contexto, que os discursos raciais se mostram amplamente divulgados entre a comunidade científica, legitimando a percepção de diferenças hereditárias, física e social entre grupos humanos e justificando desenvolvimento civilizatório de uns, e inerente a associação a crimes, de outros. Ao final condenava-se o mal que a mestiçagem causava ao povo brasileiro. Paralelamente neste período a medicina se

13

14 Barros e Peres, 2011, p.9

consolidava como saber científico legítimo, e os profissionais brasileiros se atrelaram ideologicamente ao Estado na ordenação e normatização da vida social. Rocco (1999) enxerga a medicina brasileira em relação à cannabis em duas vertentes: o popular e a oficial. O uso popular da planta envolvia suas características analgésicas, relaxantes e afrodisíacas e foi relegada como objeto de estudos científicos nacionais a fim de comprovar estas finalidades.<sup>15</sup>

No Brasil, aproximadamente nos finais do século XIX e início do XX, o consumo excessivo de algumas substâncias, e não só em relação à maconha, já era considerado patologia pelas produções das principais escolas de medicina, como RJ, BA e PE. Torcato (2013) afirma que mesmo admirados com as novas tecnologias médicas e remédios lançados no período, eram temerosos quanto ao consumo livre de fiscalizações e exageros por parte da população em geral. Este grupo de intelectuais militava tanto pela afirmação da psiquiatria, como também por uma maior fiscalização no comércio nas buticas, feiras e farmácias já que associavam certos hábitos e comportamentos dos mais desfavorecidos até patologias e atos incivilizados.<sup>16</sup>

Apesar de a cannabis ser aceita como remédio pela classe médica, seu uso era cada vez mais restringido e combatido pelos mesmos pois, receosos pela influência alarmante de estudos franceses sobre o consumo do haxixe e ópio naquela sociedade, consideravam somente legítimo a utilização como medicamento e caso receitado por um especialista. É importante ressaltar a disputa pelo monopólio terapêutico no Brasil, em que profissionais, filhos da elite e com relativa participação na vida pública, são defensores de escola médica catedrática de influências externas frente à práticas utilizadas popularmente. A associação do discurso médico com as teorias raciais e positivistas, que se mostravam amplamente divulgados dentre a intelectualidade deste período, legitimava a percepção diferenciadora entre os grupos sociais nacionais e justificava desenvolvimento civilizatório de uns, e associava à práticas desviantes de outros, fundamentando a forma diferenciada de tratamento.

A influência francesa tem como fonte o início do século XIX e a presença das tropas napoleônicas no Egito. Devido à influência muçulmana na região o acesso ao álcool era quase impossível em determinadas regiões, fazendo com que as tropas enveredassem para o consumo de haxixe, hábito tradicional e comum por lá. Não somente soldados como orientalistas que acompanhavam o exército se afeiçãoaram pelo efeito da resina. O consumo se alastrou de tal maneira entre os franceses que Napoleão baixou uma proibição ao consumo de bebidas ou inalação da fumaça oriunda do haxixe. Do mesmo modo que o consumo não cessou, ele foi transportado por estas caravanas e compartilhado entre a intelectualidade francesa, que se reunia em clubes para degustar da especiaria. Da França para o resto do continente, os efeitos do haxixe despertaram interesses científicos e terapêuticos que desencadearam estudos médicos, produção de remédios e reflexões artísticas.<sup>17</sup>

Inaugurava-se um duplo entendimento sobre o uso da cannabis: um que associava o hábito do consumo à expansão da consciência e novos modos de percepção, que era defendido pela classe artística e literária, e produziu uma corrente literária de análise dos efeitos do consumo de haxixe. A outra associava o consumo a condutas antissociais,

15 Robinson, 1999, p. 128

16 Torcato, 2013

17 França, 2015, p. 30



à preguiça e ao ócio, luxúria, comportamentos violentos e imprevisibilidade dos atos. Este entendimento foi reproduzido e fez escola entre médicos, na nascente psiquiatria, entre políticos, militares e juristas<sup>18</sup>.

No Brasil, esta última percepção sobre o então canabismo casou perfeitamente ao preconceito da intelectualidade urbana nacional com a população pobre, em que o consumo era considerado generalizado e epidêmico, e com o ideal de sociedade por parte destes grupos, quando medidas de controle das ações das massas eram considerados necessários para conter o contágio dos males advindos da planta.

O interesse em legitimar a medicina como único saber oficial relacionado à saúde humana, vinculou de certo modo estes profissionais da saúde a um trabalho de fiscalização policial no intuito de legitimar ou não o que era permitido ao convívio social. Em relação à maconha e seu uso, envolve desde a perseguição de atividades curandeiras e ritualísticas, a tal medicina popular, num trabalho de monopolização da prática terapêutica; até o encarceramento de usuários de baixa renda em hospitais psiquiátricos, já que o mesmo era visto como um portador de uma enfermidade contagiosa.

A medicina moderna chegava com uma vocação política intrínseca, apontando para o sentido de ordenação e normatização positiva da vida social. Em um contexto de crescimento das cidades, alto índice de doenças, desordem e prostituição, o saber médico tinha a responsabilidade de prevenir, sanear e tratar. O usuário de drogas era considerado, antes de tudo, um doente que, assim como os enfermos de doenças contagiosas, ameaçava a saúde, o bem-estar e a integridade do resto da população.<sup>19</sup>

A Faculdade de Medicina da Bahia se torna uma célebre representante da escola de medicina legal que vinha sendo desenvolvida ao final do século XIX, envolvida com pensamento positivista, que atingia boa parte da intelectualidade nacional. Saad (2010) afirma:

O médico-político, novo personagem em foco nas escolas médicas, utilizando-se de justificativas evolucionistas, trazia para si a responsabilidade de sanear a nação, prevenir antes de cuidar, erradicar o mal pela raiz [...] Ao estabelecer a diferença entre as raças e condenar a mestiçagem, esses cientistas definiram o cruzamento como o maior mal da população brasileira. [...] Utilizando-se dos ensinamentos de Lombroso, os peritos baianos passarão a procurar estigmas típicos nos criminosos e dar mais atenção para o sujeito do que para o crime. Com base em estudos de craniologia, tais médicos-políticos passaram a fazer uma relação direta entre criminalidade e degeneração e, apesar do tradicional conservadorismo político do estado da Bahia, buscavam se alinhar à reforma sanitária e modernizadora empreendida no país durante a Primeira República<sup>20</sup>

Entre intelectuais famosos que tiveram influência desta corrente em desenvolvimento no país podemos citar Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), cujos títulos de suas obras já manifestavam sua visão discriminatória sobre os hábitos de negros e mestiços, principalmente oriundos da área rural. Defendia que estes tinham capacidade intelectual inferior, tendências criminosas e que deveriam ter um código penal diferenciado.<sup>21</sup>

18 Idem, p. 31

19 Saad, 2010

20 Saad, 2010, p.xxxx

21 Ferreira, 2010, p.58

Mas foi seu discípulo José Rodrigues da Costa Dória (1857-1938) que ganhou fama com sua cruzada contra a maconha e seus usuários, divulgando internacionalmente um estudo considerado como o primeiro de caráter científico para analisar os efeitos sobre a saúde humana, *“Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício”*. Nele, enfatizou a necessidade proibitiva e associou à prática de fumar a planta com traços culturais africanos e indígenas. Daí começaram a surgir conceitos como “maconhismo” e “canabismo”, estigmatizando o uso da planta com degeneração social e mental, mal contagioso e criminalidade, que combinados com as características culturais de ex-escravos e índios num embate onde traços modernizantes da expansão urbana desordenada se confrontava com práticas e hábitos de comunidades e grupos colocados à margem da sociedade então idealizada por certos intelectuais e a elite econômica da época.

A discriminação desenvolvida desde o século XIX por razões raciais e sociais foram perpetuadas durante o início do século XX até pelo menos a década de 60 através do discurso médico-sanitarista-religioso em que o uso recreativo da planta acabaria com a saúde mental do indivíduo, corromperia sua personalidade, prejudicaria toda sua família e a sociedade. Esta preocupação moralista travestida como “científica” buscava reconhecimento internacional em um contexto de perseguição a outras substâncias.

A maconha a partir do século XX passou a integrar, juntamente de outras plantas consideradas sagradas e seus princípios ativos isolados, uma lista internacional de substâncias proibidas em que sua produção, venda e consumo passaram a ser progressivamente mais reprimidos de forma violenta e militarizada. No Brasil, a associação do vício em maconha com degeneração social havia se tornado quase um senso comum. Profissionais da área médica como José Rodrigues da Costa Dória, Pedro Pernambuco Filho, Adauto Botelho, Francisco de Assis Iglésias, entre outros, debatiam e divulgavam de forma alarmista os males oriundos do diambismo, estabelecido nos canaviais nordestinos importadores de escravos africanos e expandido entre a população mais pobre de norte ao sul do país. Ou seja, negros, índios e caboclos, “raças” consideradas mais suscetíveis a desenvolverem algum tipo de dependência química.

O uso da maconha pelas classes mais pobres das capitais e zonas rurais do nordeste do país, reconhecido como vício que se espalhava no sentido norte-sul, foi equiparado aos níveis de discriminação socialmente determinados e por conseguinte aplicados como “reconhecidos e aceitos” a partir de convenções internacionais gerenciadas pelos países mais ricos, ou os que almejavam a serem reconhecidos como tal, relativamente considerados e sustentados para a criminalização de substâncias e as plantas fornecedoras (ópio, cocaína, cannabis) utilizadas sem o devido controle por práticas terapêuticas e medicinais, quando se indicava uma monopolização econômica de suas utilizações e comercializações.<sup>22</sup>

Conforme estimulado pelo Dr. Pedro Pernambuco Filho, discípulo de Rodrigues Dória, na II Conferência Internacional do Ópio em 1924, realizada em Genebra, neste encontro que inicialmente seria para discutir os males do uso do ópio e cocaína, passa por certas interferências. O representante do Egito apresentou dados que enfatizavam sua preocupação acerca dos graves males advindos do consumo de haxixe, requerendo que o mesmo fosse incluído na lista de substâncias proscritas. Foi criada então uma

22 Ver Ribeiro, 2008

subcomissão para discussão do tema com representantes de diversos países, inclusive o Brasil representado por Dr. Pernambuco, que desandou a relatar os males do uso da maconha nas comunidades negras do país, associando a criminalidade, loucura e morte. Buscando apoio do representante egípcio, Dr. Pernambuco, alardeia sobre a inclusão da maconha também na lista de substâncias prescritas, sem questionamentos, mesmo que não tivesse anteriormente se associado aos estudos sobre o tema.<sup>23</sup>

Se no Egito o uso da maconha era comparada à urgência do ópio de outros países, no Brasil o diambismo ganhou contornos tão trágicos quanto os custos sociais que opiáceos causavam, e que vinham sendo discutidos desde a Conferência de Xangai de 1906. O problema das drogas já tinha ganhado contornos internacionais, paralelamente à defesa de interesses comerciais que iam desde fibras sintéticas ao monopólio medicinal por indústrias farmacêuticas já estabelecidas.

(...) o Código Penal da República, de 1890, proclamava a proibição do comércio de 'coisas venenosas'. Nota-se que tanto neste diploma quanto nas Ordenações não havia menção expressa à maconha (Toron, 1985, p.131)

Carlini (2006), citando Lucena (1934), relata a existência no Brasil de uma lei que fazia alusão à contravenção, contrabando e consumo de substâncias consideradas tóxicas. Seria a Lei nº 4.296 de 1921, que previa a prisão de quem traficasse substâncias de qualidades entorpecentes como ópio, cocaína e seus derivados, de forma que inspirava entrar em conformidade com o discutido na convenção de Haia de 1912, já que no Brasil não havia problemas de saúde pública relacionadas a estas substâncias<sup>24</sup>. Até então, apesar das iniciativas proibicionistas e repressivas, não existia de fato uma política estatal de repressão às drogas, mesmo que a partir do início do século XX, a associação entre o saber científico e forças armadas fizesse com que as detenções se multiplicassem.

A corrente proibicionista reproduzida no Brasil não era unanimidade também. A atuação e afirmações de Pernambuco Filho na Conferência chegaram a ser questionadas em documento oficial do governo brasileiro por assemelhar o uso da maconha, seus efeitos e dependência com outras drogas mais pesadas como opiáceos e cocaína, já que sua posição confrontava pesquisas feitas desde 1915 que não demonstravam esse resultado tão trágico conforme visto em outros países.<sup>25</sup> Com toda movimentação contra a prática de se fumar maconha ou utilizá-la pelos praticantes de religiões afrodescendentes, a partir dos anos 30, o Estado brasileiro começa a se organizar e aprimorar sua legislação para a proibição da cannabis. Através do decreto nº 20.930 de 1932 foi estabelecida a penalização para o usuário de substância entorpecente, no qual a maconha foi incluída baseada nos estudos desenvolvidos por Rodrigues Dória, em sua militância e de seus seguidores. Em 1936, através do Decreto 780 do Presidente da República, é criada a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE). O Decreto-lei de 891/38 estabeleceu a toxicomania como doença compulsória, tratando de internação civil e interdição dos toxicômanos, institucionalizando uma prática que ocorria desde o século XIX.<sup>26</sup>

23 França, 2015, p. 62 e 63

24 Torcato, 2013, p.122

25 Carlini, 2006, p. 316

26 Barros e Peres, 2011, p.14

A partir daí é possível perceber o esforço nacional de institucionalizar esta visão compartilhada por setores da classe médica e policial sobre a planta e seus usuários, Vidal (2010) argumenta que a CNFE ficou responsabilizada por concentrar os esforços do governo federal no combate à produção e consumo de entorpecentes, com foco na maconha, considerado como problema prioritário à nível de saúde pública, até então.

O Decreto-Lei 891/38 antecipou as punições para atos preparatórios como plantar, cultivar e colher e ainda radicalizou a internação obrigatória tornando conveniente à ordem pública, fora do ambiente domiciliar e por tempo indeterminado. No ano de 1940 entra em vigor um novo Código Penal, onde eram tratados no artigo 281 os crimes contra saúde pública onde também estavam relacionadas matérias sobre comércio ou posse de entorpecentes. De efeito, foram equiparados o tráfico com o porte para uso pessoal além de outras adaptações do decreto de 38. Depois disso foram instituídos somente decretos com pequenas modificações acerca do manuseio, extração e transformação de princípios ativos de plantas e entorpecentes, da importação e exportação para farmácias e afins, e da regulamentação do funcionamento da indústria farmacêutica no país.<sup>27</sup> Após uma expedição em 1943, realizada pelo governo brasileiro por parte do sertão nordestino, no interior da Bahia, Sergipe e Alagoas, localizado no Baixo São Francisco, documentos produzidos pela CNFE concluíram que a planta era utilizada amplamente pelas populações mais carentes da região, porém tinha usuários nas classes mais altas também, igualmente era comum o uso terapêutico obtido das plantações de fundo de quintal<sup>28</sup>.

Cabe ressaltar o aparecimento do comerciante intermediário nestes documentos, que fariam a ponte entre os produtores flagelados e a elite urbana assim como estrangeiros que estavam no país por conta da 2ª Guerra. Brandão (2014) chama a atenção que a associação do uso e plantio da maconha com o tráfico internacional fazia alusão à influência do entendimento em voga nos EUA sobre drogas:

A hipótese de que a maconha produzida no país estaria associada com o tráfico internacional produziu a impressão de que era necessário fortalecer as agências da 'lei e ordem', notadamente as Forças Armadas e as polícias. Tudo isso reforçou a ideia de que a cooperação entre diferentes países seria indispensável para enfrentar o problema em uma época que se destacava nos Estados Unidos a repressão a esta droga e se consolidava no Brasil uma elite marcada pela célebre frase do também general Juracy Magalhães: 'O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil' (Brandão, 2014, s/pag.).

O Convênio Interestadual da Maconha foi realizado logo depois desta expedição, na cidade de Salvador no ano de 1946, reunindo representantes da Comissão dos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, reconhecidos como foco de expansão do diambismo, em torno de palestras e discussões<sup>29</sup>. Foi lançada a Campanha Nacional de Repressão ao Uso e Comércio da Maconha, e o foco desta estava na extinção de plantações e perseguição aos cultos religiosos que a utilizavam, quando seus praticantes eram identificados e fichados. Mesmo que o cultivo com finalidades médicas e industriais fosse preservado neste relatório, a maconha concluiu sua sina que vinha desde o século XIX e institucionaliza-se como principal agente dos malefícios das drogas nacionalmente.

27 Silva, 2011

28 Ribeiro, 2008

29 [http://www.pe-az.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=67:convênio-da-maconha&catid=58&Itemid=192](http://www.pe-az.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=67:convênio-da-maconha&catid=58&Itemid=192)

## 2. A CONTRIBUIÇÃO DE FOUCAULT E NEDER PARA COMPREENSÃO DA PERSEGUIÇÃO À MACONHA

Os autores aqui abordados auxiliam a entender a busca de modernização e introdução econômica do país numa nova ordem social e econômica através dos olhos de uma pequena elite intelectual e econômica que não almejava perder privilégios herdados do período anterior. E como as instituições criadas e transformadas, apesar de travestidas de modernas, fortaleceram a desigualdade e discriminação social. Os autores aqui abordados, cada um de sua forma, abordam a ânsia e a tentativa de uma elite nacional em incorporar preceitos que ocorriam em países centrais, uma das consequências da expansão da ideologia capitalista pelo mundo. O proibicionismo das drogas, e no caso brasileiro e deste texto, da maconha, foi um dos efeitos desta expansão, em que a incorporação do ideal de modernidade e de suas instituições envolvia o controle centralizado sob bases jurídicas e médicas. A maconha e seus modos de usos também serviram como mais uma justificativa para um processo de disciplinarização de parte da população que não fazia parte do projeto de nação.

Neder (2012), nos ajuda a compreender como na virada do século XIX para o XX as ideias de sociedade e projetos de nação envolvem, através do discurso jurídico encabeçado por uma elite socioeconômica, um processo de disciplinarização violenta das classes subalternas por meio do controle social e repressão de uma também nascente classe trabalhadora. Como a autora coloca, "*o processo de construção da ordem burguesa no Brasil teve como um dos pontos de demarcação a atualização do Estado sob a forma republicana*", e o discurso jurídico teve influência explícita na normatização do que uma elite projetava, e generalizava nacionalmente seus ideais de normalidade e ordem. De uma intelectualidade que possuía uma capilaridade ao tratar de diversos campos científicos e da vida pública, conhecimentos difundidos nos grandes centros do mundo eram adaptados à realidade nacional pelos olhos elitistas, positivistas e racistas afim de introduzir a nascente nação numa era de modernidade.

A escola jurídica do país, tão tradicional como a médica e as de formação técnica, como a militar e engenharia, teve influência preponderante na estruturação do aparato burocrático nacional. Os bacharéis formados nestas escolas atuavam em diversas funções que demandavam capacidade letrada. Cabe ressaltar que as formações não eram tão específicas e demandavam o domínio de diversos tipos de conhecimentos. Logo o conhecimento jurídico e seus executores tiveram um não só um papel preponderante no processo de mudança política do país, desde o aparato legal à construção de uma nova estrutura administrativa-burocrática, mas na influência da construção de um ideal de nação e soberania nacional, em resposta a crescentes manifestações populares na virada do século e preocupada com a imagem nacional frente a entes estrangeiros, ou as nações consideradas *cultas*. Porém a busca por uma modernização desta estrutura não quebrou com o sistema de poder anterior, colocando o processo de modernização capitalista atrelada ao poder econômico e social das estruturas coloniais.

(...) a crise do antigo sistema colonial, afirmando o processo de emancipação política, coloca como imperativo, para a sociedade controlada pelos grandes proprietários de terra e de escravos, a reflexão política e social acerca da estruturação e conservação de sua dominação. (...) era forçoso a construção de um aparato administrativo-burocrático-judiciário que tomassem como

parâmetros os modelos de dominação presentes nos estados nacionais burgueses europeus<sup>30</sup>.

A autora coloca que num primeiro momento a preocupação era reorganização do aparato do Estado afim de atender uma maior diversificação e complexidade da sociedade. Logo com a vinda da República, se dispôs uma série de *revisão de leis, civis e criminais, e a decretação de reformas e disposições complementares*. Com o avanço inicial do século XX, a preocupação com o ordenamento social passa a envolver a disciplinarização da sociedade conforme era construído o ideal de trabalho pelas elites econômicas e políticas, que envolviam valores como honestidade, bem-estar e dignidade em contraposição à ociosidade, depravação e suspeita.

Nisto inclui-se a herança racista em conformidade com teorias científicas que vão de encontro a idealização de construção de um novo aparato social e burocrático. Práticas consideradas ociosas e naturais de negros e mestiços passam a ser perseguidas e reprimidas pois eram reconhecidas como um atraso para a construção de um Brasil moderno e ordenado.

Em outro campo intelectual nacional, o da ascendente medicina, teorias eugênicas eram influentes no entendimento sobre a mistura genética brasileira, quando era divulgado que nossa mestiçagem contribuía acintosamente para nosso atraso social e econômico, pois comportamentos e hábitos típicos de “raças” inferiores contaminavam a população em geral. Na medida que o interesse era introduzir o Brasil na industrialização e incorporação de instituições modernas conforme ocorria no centro do mundo, a Europa, e tendo o exemplo do ex-colônia britânica ao norte, a grande parcela da população compreendida por ex-escravos negros e mestiços, parecia não fazer parte do projeto nacional de modernização. Silva (2015), relata como se estruturou este paradigma médico-jurídico para disciplinarização da população conforme interesses da intelectualidade política da época, com foco na Capital Federal.

Esta autora esclarece como a classe médica, em pleno processo de institucionalização de seu saber científico frente outras formas terapêuticas, também teve participação essencial na elaboração dos ideais de nação no início do século XX, diagnosticando em hábitos populares indesejados males e novas doenças que causavam todo tipo incivilidade e atraso brasileiro frente às nações com o capitalismo mais estabelecido.

No Brasil, o contexto de elaboração legislativa para os entorpecentes foi dominado pela Antropologia Criminal e pela Psiquiatria, disciplinas incipientes na Europa do século XIX e que aqui chegaram na segunda metade daquele século, vigendo, até as primeiras décadas dos século XX, sob os mesmos alicerces teóricos articuladores da associação entre o uso de drogas, a violência e a criminalidade<sup>31</sup>

Se a lei republicana de 1890 o foco estava muito mais no abuso do álcool e a proibição da comercialização de produtos considerados venenosos, somente no decreto de 1921 o termo de “substância entorpecente” aparece em termos legais, já demonstrando uma influência de conferências internacionais sobre o assunto, e ampliando o foco de repressão para comerciantes de variados tipos que não passavam pelo crivo do conhecimento médico como buticas, feiras e vendas populares.

30 Neder, 2012, p; 76

O campo jurídico-policial, segundo a ocupar-se da questão das drogas, quando chamdo pelo campo médico, e embasado nas premissas deste, a respaldar os mecanismos reguladores da presença de drogas na sociedade, incorporou a matéria como problema, prescrevendo punições aos infratores, e a estendeu ao domínio policial.<sup>32</sup>

Carvalho (2013) demonstra como a relação com as drogas do Estado brasileiro refletiu a sua reorganização, centralizando os esforços repressivos em uma única instituição como autoridade máxima no assunto, a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE). A CNFE estava vinculada ao Ministério de Relações Exteriores, transparecendo a intenção de adequação ao que vinha sendo estipulado pelas conferencias internacionais, e principalmente a política proibicionista aplicada nos EUA. Apesar das conferencias estipularem a criação de um órgão para tratar do assunto, a iniciativa inédita foi brasileira com a criação da comissão, esta que priorizou o combate na produção, comercialização e consumo da maconha, apresentada como principal problema do país com entorpecentes.

O conceito de biopolítica de Foucault é resgatado pelo autor, entre outros, para tentar compreender como mecanismos de disciplina e regulamentação do corpo, dos indivíduos e da população excluída brasileira se conformam no projeto nacional que a intelectualidade brasileira tinha da nação, pois havia o entendimento entre eles e consideravam necessário o controle de uma população de hábitos múltiplos e degenerados para novas relações sociais e de produção almejadas. O ex-escravo, neste caso, além de se tornar um dos motivos do atraso econômico e social nacional, tem sua forma de sobrevivência atingida por ordenamentos exógenos ao seu entendimento, quando nem ao menos existia a iniciativa política de integrá-los a este novo modelo de produção, em que a chegada de povos europeus e sua incorporação eram bem-vistos para introdução de práticas civilizadas na sociedade brasileira e a limpeza do sangue mestiço da população, reconhecida como um processo de regeneração civilizacional.

### **Considerações Finais**

O artigo apresentado procurou esclarecer alguns elementos da formação social e desenvolvimento institucional brasileiro que levaram o país a se adequar de uma maneira própria aos ditames internacionais sobre substancias inebriantes e psicoativas consumidas e utilizadas por populações tradicionais fora do padrão de modernidade nascido na Europa, associado a uma forma de dominação e controle destas populações afim de manter privilégios de uma elite herdeira de períodos coloniais e constituir uma mão de obra adequada às necessidade do sistema capitalista em expansão para além dos locais de seu surgimento.

A centralização de esforços na CNFE, sob determinações do Min. de relações Exteriores demonstra a iniciativa de estar acompanhando as novidades das discussões sobre esta questão no mundo, em que o protagonismo dos EUA refletia não só na vontade de estabelecimento de uma mão de obra domesticada como o monopólio do saber terapêutico vinculado a uma ciência moderna ascendente, e o controle e administração destas substancias por grandes laboratórios localizados nos grandes centros econômicos do mundo que monopolizavam e ainda controlam o mercado mundial de medicamentos.

## Bibliografia

- ARAÚJO, Tarso. *Almanaque das drogas*, São Paulo: Leya, 2012.
- BARROS, André; PERES, Marta. Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas. In: *Revista Periferia*, Volume III, nº 2. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.
- BARROS, Andre; PERES, Marta. Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas. In: *Revista Periferia*, Volume III, Número 2, 2011.
- BRASIL. Senado Federal. Estudo nº 765, de 2014. *Referente à STC nº 2014-00720, do Senador CRISTOVAM BUARQUE, acerca da regulamentação dos usos recreativo, medicinal e industrial da maconha*. Consultoria Legislativa. Brasília, DF, 2014.
- BRANDÃO, Marcílio. Ciclos de atenção à maconha no Brasil. *Revista da Biologia* 13(1):1-10, 2014.
- CARLINI, Elisaldo. A história da maconha no Brasil. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 55(4): 314-317, 2006.
- DANNER, Fernando. O sentido da biopolítica em Michel Foucault. In: *Revista Estudos Filosóficos* nº4. São João Del Rei: UFSJ, págs. 143-147, 2010.
- FRANÇA, Jean M. C. *História da Maconha no Brasil*. São Paulo: Três Estrelas, 2015.
- FREIRE, Gilberto. Nordeste: aspectos da influenciada cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 6ª ed. Rio de Janeiro: RECORD, 1989.
- HENMAN, Anthony. "A Guerra às Drogas é uma Guerra Etnocida. Um Estudo do Uso da Maconha entre os Índios Tenetehara do Maranhão." In: HENMAN, Anthony; PESSOA Jr. Osvaldo (Org). *Diamba Sarabamba*. Editora Ground, 1986.
- MENZ, M. *Os Escravos da Feitoria do Linho Cânhamo: trabalho, conflito e negociação*. Afro-Asia (UFBA. Impresso), Salvador, v. 32, p. 139-158, 2005.
- MOTT, Luis. A maconha na história do Brasil. In: HENMAN, A.; PESSOA JUNIOR, O. *Diamba Sarabamba*. São Paulo: Ground, 1986, p. 117-137, 1986.
- NEDER, Gizlene. *Discurso Jurídico e ordem burguesa no Brasil: criminalidade, justiça e constituição do mercado de trabalho (1890-1927)*. 2ª ed. revisada e ampliada. Niterói: EdUFF, 2012.
- ROBINSON, Rowan. *O grande livro da cannabis: guia completo de seu uso industrial, medicinal e ambiental*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1999.
- RIBEIRO, Ana Maria. *O Polo Sindical do Submédio São Francisco: das lutas por reassentamento à incorporação do cultivo de maconha na agenda*. Tese (doutorado): Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008.
- SILVA, Maria de Lourdes da. *Drogas: da medicina à repressão policial: a cidade do Rio de Janeiro entre 1921 e 1945*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2015.
- TORCATO, Carlos Eduardo Martins. O uso de drogas e a instauração do proibicionismo no Brasil. In: *Sau. & Transf. Soc.*, Florianópolis, v.4, n.2, p.117-125, 2013.



## “TUDO É DESCRENÇA E FÉ”: RELIGIOSIDADE E EXPERIÊNCIA NOS CONFLITOS AGRÁRIOS

**SOUZA, Maria José Andrade de**

Doutoranda do PPGSD-UFF. Bolsista CAPES  
mariaandrasouza@gmail.com

**MORAIS, Hugo Belarmino de**

Professor Assistente da Universidade Federal da Paraíba  
Doutorando do PPGSD-UFF  
hugobelmorais@gmail.com

**PITA, Flávia Almeida**

Professora Assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana.  
Integrante da Incubadora de Iniciativas da  
Economia Popular e Solidária da UEFS.  
Doutoranda do PPGSD-UFF  
fa-pita@uol.com.br

**RESUMO:** O tema da fé, da religiosidade e do misticismo nas lutas sociais é uma questão em aberto, que suscita leituras distintas e mesmo divergentes acerca do seu potencial de catalisação e/ou resignação dos sujeitos. Embora não seja a centralidade dos nossos interesses de pesquisa, reconhecemos que a religiosidade no contexto dos conflitos agrários se apresenta como uma “questão interveniente” para compreensão dos motivos, das ações e dos sentidos pelos quais os sujeitos se mobilizam. Dito isto, neste trabalho, oferecemos uma reflexão sobre a importância dos elementos místicos e religiosos nas experiências de luta pela terra e territórios, especialmente para tratar dos conflitos fundiários judicializados envolvendo as comunidades de Jabuticaba (Andorinha-BA) e Areia Grande (Casa Nova-BA). A partir de uma abordagem thompsoniana sobre a *experiência de classe*, trataremos de alguns fatos sobre esses conflitos que implicam considerar a ideia de agência humana e da maneira como se constrói um *senso de (in)justiça* que tensiona com os termos da justiça estatal. Nesse passo, os aspectos místicos e religiosos nesses conflitos se apresentam como força, como domínio agregador da luta popular e não exatamente como uma atitude conservadora diante do mundo, visto que são constitutivos da própria legitimidade da luta pela terra. Fala-se, em outras palavras, da coincidência

**Palavras-chave:** Religiosidade, Experiência, Conflitos Agrários.

**ABSTRACT:** The theme of faith, religiosity and mysticism in the social struggles is an open question, which gives rise to different and even divergent readings about its potential for mobilization and/or resignation of the subjects. Although it is not the centrality of our research interests, we recognize that religiosity in the context of agrarian conflicts presents itself as an “intervening question” for understanding the motives, actions and senses by which the subjects are mobilized. That said, in this work we offer a reflection on the importance of the mystical and religious elements in the experiences of struggle for land and territories, especially to deal with judicial conflicts involving the communities of Jabuticaba (Andorinha-BA) and Areia Grande (Casa Nova-BA). From a Thompsonian approach on *class experience*, we will deal with

some facts about these conflicts that involve the idea of human agency and the way in which it is built a sense of (in)justice that contrasts with the terms of state justice. As such, the mystical and religious aspects of these conflicts appear as a force, as an aggregating domain of the popular struggle and not exactly as a conservative attitude toward the world, since they are constitutive of the very legitimacy of the struggles for land. One speaks, in other words, of the coincidence between the strategies of defense and the signification of life itself.

**Key-words:** Religiosity, Experience, Agrarian Conflicts.

## INTRODUÇÃO

A paróquia de Andorinha abriu suas portas e janelas, carinhosamente, para acolher os romeiros e romeiras da terra e celebrar o fortalecimento das lutas dos fundos de pastos, bem como um momento profético forte de denúncia dos impactos negativos sobre as comunidades tradicionais causados pela concentração da terra, pela dificuldade de acesso à água de qualidade, pela mineração e especulação fundiária, além de outros projetos que ameaçam a vida do povo que vem anunciando alternativas concretas de bem viver no semiárido, mantendo os olhos fixos em Jesus, o Senhor do Bonfim, e que chegamos as pastagens verdejantes que somente ele nos pode oferecer (*Nota pública – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada*).

A nota pública do IRPAA sobre a luta das comunidades de fundos de pasto da Bahia sugere uma complexa e instigante leitura sobre a centralidade da crença, da fé e da religiosidade no processo histórico que, longe de representarem o lugar de conformismo e resignação, podem indicar elementos importantes sobre os sentidos que os sujeitos atribuem à sua própria luta.

Com esse entendimento, neste trabalho, pretendemos refletir sobre a importância desses elementos místicos e religiosos nas experiências de luta pela terra e territórios das comunidades de fundos de pasto da Bahia<sup>1</sup>. Dito isto, nos interessamos pelos embates em torno das concepções de justiça e os sentidos da luta que favorecem a resistência pela permanência em um território, ameaçada pelas ações de violência da grilagem de terras e dos pretensos proprietários, bem como pelas ações institucionais, a exemplo das decisões judiciais contrárias a seus interesses. Essa leitura favorece a compreensão sobre a maneira como os sujeitos envolvidos disputam a sua permanência na terra a partir dos termos institucionais, mas também a despeito destes, impulsionados por um sentimento de justiça que é um estado de construção permanente. Com isso, adentramos, em algumas abordagens teóricas que reconhecem os aspectos culturais, simbólicos e religiosos na luta pela terra e territórios como importantes fatores de resistência e mobilização, valorizando os conceitos de experiência e sentimento de (in)justiça.

Feitas essas considerações, estruturamos nosso trabalho em três momentos. Inicialmente, apresentaremos, de maneira breve, os conflitos agrários envolvendo as

1 Os fundos de pasto constituem um sistema de ocupação coletiva de terras por comunidades, em geral, com certo grau de parentesco, que compartilham pastagens e outros recursos básicos mediante conjunção de glebas pertencentes a cada unidade familiar. Segundo o documento "Fundo de Pasto que queremos", essa forma tradicional de ocupação da terra garante a sobrevivência de mais de 25 mil famílias que resistem ante as problemáticas ambientais dos sertões semiáridos. Neste trabalho, tratamos de conflitos fundiários judicializados envolvendo as comunidades de Jabuticaba, em Andorinha, e Areia Grande, em Casa Nova.

comunidades de fundos de pasto de Jabuticaba, em 1990, e Areia Grande, em 2006, com intuito de refletir em torno das condições em que se dá o processo de judicialização e a sua centralidade na configuração dos conflitos. No segundo momento, oferecemos uma reflexão sobre as motivações pelas quais as comunidades de fundos de pasto resistem na posse da terra coletiva mesmo diante de decisões institucionais contrárias à sua permanência e ainda que sob ameaça de ações de violência institucional e privada. Nesse ponto, daremos especial atenção aos elementos religiosos e as crenças que fortalecem e unificam os sujeitos que se sentem parte de uma mesma luta. Por fim, dialogaremos com as reflexões do historiador E. P. Thompson que, na matriz teórica marxista, tratou a cultura, a religião, os costumes e a tradição como condições da luta revolucionária. Defende-se que não é possível nem hipostasiar nem ignorar - como o fazem algumas abordagens estruturalistas ou sistêmicas, pelo excesso de formalismo - a importância das manifestações religiosas e/ou místicas no processo de luta social. Dessa maneira, importa levar em conta aspectos relacionados aos laços de parentesco, solidariedade e sentidos religiosos que configuram o horizonte dessas lutas.

## **1 JABUTICABA E AREIA GRANDE: UMA SÍNTESE DA JUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA E O TERRITÓRIO**

O conflito de Jabuticaba, em Andorinha, foi tema de diversas páginas de jornal, com uma grande repercussão estadual, seja pelo número de famílias envolvidas e atos de violência física praticados pelo pretenso proprietário, seja pela atuação institucional no atravessamento do conflito. Nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra, em Senhor do Bonfim, alguns recortes de jornais da década de 1990 tinham as seguintes reportagens: “Violência em Jaguarari é denunciada” (Jornal A Tarde, 10 de janeiro de 1991). “Posseiro quer paz em terras de Bonfim” (Jornal A Tarde, 10 de janeiro de 1991). “Juíza ordena expulsão de posseiros em Bonfim” (Tribuna da Bahia, 10 de abril de 1995). “Cardeal pede punição para assassino de trabalhador” (Jornal A Tarde, 12 de julho de 1990). “Trabalhador Rural é morto em Andorinha” (Jornal A Tarde, 05 de julho de 1990).

O conflito de Jabuticaba envolveu mais de trezentas famílias (cerca de 1.500 pessoas) que ocupavam a Fazenda Jabuticaba há décadas, com a criação de um sistema coletivo de animais de pequeno porte, como caprinos, ovinos, porcos, etc., e através das atividades extrativistas de palha e coco ouricuri (licuri) para confecção de esteiras e chapéus, que eram comercializados nas feiras locais. As comunidades que ocupavam a área dos fundos de pasto desenvolviam suas atividades pacificamente até a chegada de um fazendeiro paraibano para a região, no início de 1990, que alegava ter comprado a área da Fazenda Jabuticaba. Relatórios e notas públicas elaborados pelas entidades de assessoria aos trabalhadores rurais de Jabuticaba, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), registraram a forma como se deu o conflito entre o pretenso proprietário e essas comunidades de fundos de pasto. Para expulsar as famílias do fundo de pasto à força bruta, o pretenso proprietário cercou a área, mantendo presos os animais dos posseiros; devastou a caatinga com motosserras; e manteve pistoleiros armados para ameaçar a vida e a tranquilidade dos posseiros. Nesse clima tenso, em junho de 1990, foi assassinado um jovem camponês dos fundos de pasto por um pistoleiro, a mando do pretenso proprietário (CPT. Últimos acontecimentos da ‘Jabuticaba’, 4 de julho de 1990).

Esses fatos foram levados à Comissão Parlamentar de Inquérito da violência e impunidade no Campo, da Assembleia Legislativa da Bahia, que passou a atuar com a instauração de uma sessão especial na cidade de Senhor do Bonfim para apurar os conflitos na região. Entidades sindicais, assessorias jurídicas e bispos da Igreja Católica denunciaram nos meios de comunicação e em alguns órgãos estaduais a situação de violência e ameaça sofrida pelos posseiros de fundos de pasto de Jabuticaba. A título ilustrativo, o relatório da Comissão Pastoral da Terra de 1992 traz um panorama da situação de conflitos na micro-região de Senhor do Bonfim, que inclui a Fazenda Jabuticaba:

Este documento que se propõe mostrar os conflitos fundiários e os problemas advindos da grilagem na micro-região de Sr. do Bonfim, tem como objetivo chamar a atenção das autoridades governamentais contra este descaso; e ao mesmo tempo exigir destas uma ação enérgica para solução da grilagem e da violência no campo, que a cada dia vem tomando corpo, causando a morte e principalmente a expulsão de centenas de famílias, desta região, sobretudo das áreas de Fundo de Pasto, assim conhecidas (CPT. Conflitos fundiários da micro-região de Senhor do Bonfim, 17 de julho de 1992).

É nesse contexto de violência e ameaças à posse da terra e à vida dos posseiros, que a área ocupada pelas comunidades passa a ser objeto de uma ação judicial. Ao longo de, pelo menos, cinco anos, o processo judicial se tornou um dos componentes centrais do conflito de Jabuticaba, com desdobramentos distintos, conforme o juiz que conduzia o feito, chegando a se apresentar também como “a fase mais dramática da disputa pela posse da terra travada com o fazendeiro” (Comunidades de fundos de pasto de Jabuticaba, Juíza decidirá destino de mais de 300 famílias da Fazenda Jabuticaba, Senhor do Bonfim, 30 de dezembro de 1994). Nesse contexto, diante da iminência de serem desalojados da área em virtude de uma decisão judicial contrária à permanência, o sentimento era de que:

Foi um tempo de agonia, muito bem expresso pelo poeta popular da Jabuticaba, Antônio Lino: “*Meu Deus peço que ouça o meu grito/ lá do alto do infinito/ veja quanto já sofri. Meu Deus por favor me ouça agora, /joga a violência fora, /quero viver em paz aqui.*” (CPT, Carta aos amigos, maio de 1995).

No processo de Jabuticaba, mesmo tendo sido comprovado em juízo que os documentos apresentados pelo pretense proprietário acerca da dimensão da área traziam uma transcrição flagrantemente ilegal, a magistrada que atuou no processo não reconheceu a ilegalidade e, mais do que isso, não reconheceu a existência de uma posse mansa e pacífica exercida pelas comunidades de fundos de pasto. Nestes termos, conclui na inspeção judicial que:

Onde está a vinculação dos autores, tão discutidas por eles? E a sua utilização econômica constante e permanente? E o exercício de fato? Não habitam no local, frequentam a fazenda Jabotocaba ocasionalmente, quando têm necessidade. Alguns dos autores residem a muitos quilômetros de distância do local do litígio, tudo devidamente comprovado por depoimentos prestados e suas qualificações nos autos, fls. 99/105, 107, 307/311, 401/403, 404, 405 e 406. Fato que a inspeção realizada por esta Magistrada tornou certo: “Não foi constatado a existência de nenhuma família morando no local.” (Sentença - Jabuticaba).

Uma das frases mais simbólicas sobre a sentença proferida está registrada na carta de um pároco, que colaborou com a luta das comunidades de Jabuticaba. De uma

forma metafórica diz que “a terra pareceu sumir debaixo dos pés dos trabalhadores e de todas as entidades que acompanhavam o caso” (CPT, Carta aos amigos, maio de 1995). Diante disso, embora tenham recorrido da sentença através do Recurso de Apelação dirigido ao TJ/BA, não havia expectativas de reverter essa decisão em seu favor, pelo que decidiram adotar providências administrativas para que a área fosse desapropriada. Assim, através do Decreto de 16 de outubro de 1996, da Presidência da República (Diário Oficial, Seção I, 21381, 16 de outubro de 1996), o INCRA fora autorizado a promover a desapropriação da Fazenda Jabuticaba, de interesse social para fins de reforma agrária. Essa decisão administrativa garantiu a permanência das comunidades de fundos de pasto de Jabuticaba na posse da área de uso comum.

Essa sucinta apresentação sobre a judicialização do conflito de Jabuticaba requer uma análise mais pormenorizada sobre as decisões judiciais proferidas, bem como a respeito da maneira como as comunidades, junto com as assessorias jurídicas, buscaram uma saída para o problema a partir de uma reflexão, que levou em conta a importância da decisão judicial, mas também o sentimento de injustiça frente à decisão ao manifestarem, por exemplo, que: “A sociedade acusou o golpe. ‘É um absurdo uma sentença dessa!’ Era o comentário da maioria. Enquanto uns poucos soltaram fogos” (CPT, Carta aos amigos, maio de 1995).

*“Temos intensão de morrer por nossa terra que é nossa mãe” (Comunidades de Fundos de Pasto de Areia Grande, Carta ao INTERBA e ao INCRA, Riacho Grande, 26 de março de 1980).*

*“Só saem dali arrastados pelos pés”<sup>2</sup>.*

Essas declarações de integrantes das comunidades de fundos de pasto de Areia Grande poderiam ser lidas como expressões de um momento da luta pela permanência na terra em que as adversidades implicariam no extremo de lutar com a própria vida para manter viva a promessa de ter permanecido, mas são expressões de contextos distintos da história dessas comunidades ribeirinhas do Sobradinho, que vivenciam uma luta pela terra que parece não ter fim. No final década de 1970 e a partir de 2006, quase 30 anos depois, as comunidades de fundos de pasto de Areia Grande vivenciaram momentos de vulnerabilidade à permanência na posse da terra, que muito embora apresentem situações e fatos específicos em cada contexto, mantiveram a particularidade de terem sido noticiados nas matérias de jornais pelos mesmos motivos: a violência física e simbólica do Estado, a grilagem de terras na região, a arbitrariedade dos pretensos proprietários que se utilizam da força bruta para expulsá-las, a importância da decisão judicial na configuração do conflito.

No final da década de 70, a empresa Camaragibe S.A., com sede no Rio de Janeiro, a partir da compra de alguns lotes de terra vai apropriando-se indevidamente de uma imensa área de terras públicas onde se encontram as comunidades de fundo de pasto, à época constituídas por 74 famílias de posseiros, que se localizavam a 25 quilômetros da Barragem do Sobradinho. A empresa também recebeu “empréstimo de vultosos recursos do erário, sob a justificativa de fomento à produção agrícola no Brasil, bem como o recebimento de seguros-safra” (AATR. Um breve relato, março de 2010).

<sup>2</sup> É uma afirmação que aparece na narração de um vídeo produzido por Luiz Antonio Ferraro Junior, referente à luta dos fundos de pasto de Areia Grande, Casa Nova, que estavam sob ameaça de despejo judicial.

Na disputa pela posse da terra, para permanecerem nas áreas, as comunidades, com a colaboração de assessorias jurídicas populares e com o apoio da Igreja Católica, pleitearam junto ao Estado - frente ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e ao extinto Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) -- a demarcação das terras ocupadas para posterior regularização em nome dos posseiros dos fundos de pasto. Ao tempo em que disputavam a permanência nas áreas junto às instituições estatais, os posseiros de Areia Grande também se voltaram para a mobilização de um conjunto de forças sociais, que colaboraram para a formação de uma opinião pública a respeito do conflito, inclusive, a partir de um processo pedagógico de construção do sentido da resistência face à gravidade do problema social. Dentre outras manifestações, conclamavam para que outros trabalhadores rurais também se sentissem parte daquela luta: “é hora de todo trabalhador rural da região mostrar concretamente seu gesto de compromisso com esses companheiros. Ninguém melhor que um trabalhador rural pode entender o que significa ficar sem terra” (Jornal A Tarde, Projeto da Camaragibe é recusado, 11 de julho de 1980). Ou ainda: “[...] queremos nos solidarizar com todos os outros trabalhadores oprimidos desse Brasil. Somente podemos confiar na consciência, responsabilidade e honestidade dos companheiros trabalhadores”. (Comunidade de Riacho Grande, Prezados companheiros, Juazeiro, 29 de setembro de 1980).

Passados 27 anos de compromissos firmados outrora e não concretizados, em 2006, inicia-se mais uma disputa judicial pelas áreas, dessa vez, com uma sentença favorável a dois pretensos proprietários que não figuraram no processo da década de 1980. Na execução da sentença, as comunidades tentaram resistir para não serem expulsas das áreas, mas não conseguiram impedir uma ação institucional violenta que deixou prejuízos sociais, materiais e simbólicos, que não foram reparados.

Segundo informações obtidas nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Associação de Advogados e Advogadas dos Trabalhadores Rurais (AATR), a Empresa Camaragibe decretou falência e o Banco do Brasil se tornou o principal credor da dívida de oito cédulas hipotecárias dos supostos bens da empresa. A partir de uma negociação com o Banco do Brasil de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, dois empresários passaram a ser credores dos direitos da Camaragibe, conforme os autos do processo, e passaram a ser proprietários de uma área com mais de 25 mil hectares, local onde se encontram as comunidades de fundos de pasto (Brasil de Fato, Jagunços e empresários oprimem famílias no Semi-Árido da Bahia, 02 de abril de 2008).

Embora exercessem a posse da área há cerca de 200 anos, os posseiros dos fundos de pasto tiveram que vivenciar a situação de despejo da área sem a oportunidade de se pronunciar a respeito. Segundo um posseiro dos fundos de pasto, “eles chegaram já com a ordem determinada pelo juiz. Esperava que pelo menos nós fôssemos ouvidos pela justiça”<sup>3</sup> (Brasil de Fato, Jagunços e empresários oprimem famílias no Semi-Árido da Bahia, 02 de abril de 2008).

Nesse processo de luta e resistência, precisaram acionar órgãos estatais relacionados à questão agrária, como forma de denunciar as ilegalidades cometidas no ato de desocupação através do mandado de imissão na posse, bem como para requerer

3 É interessante observar que um depoimento muito parecido está registrado em uma carta escrita pelos posseiros de Areia Grande, na década de 1980, no conflito com a Empresa Camaragibe, quando questionam: “Como foi vendida essa terra sem consultar a gente, sem respeitar o nosso direito que já vem de geração a geração há mais de cem anos? A gente não entrega porque não vendemos, não demos e nem emprestamos [...]” (Comunidades de Fundos de Pasto de Areia Grande, Carta ao INTERBA e ao INCRA, Riacho Grande, 26 de março de 1980).

uma ação discriminatória para averiguar a legalidade dos títulos apresentados pelos pretensos proprietários. Com a participação de outros órgãos estaduais relacionados direta ou indiretamente à questão agrária, a disputa judicial passou a contar com novos atores e novos elementos para definição da ocupação das áreas. Assim, independente das decisões judiciais até então proferidas, as comunidades passaram a lutar pela concretização de um processo de regularização fundiária, que garantisse sua permanência na posse das áreas de uso comum. Foi assim que,

Como desdobramento da mobilização dos trabalhadores, uma ação discriminatória administrativa de terras públicas foi elaborada pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário, órgão estadual de terras, e, posteriormente, foi ajuizada pelo Estado da Bahia uma ação discriminatória judicial, com o objetivo de arrecadar o patrimônio público que foi ilegalmente incorporado ao patrimônio particular [...] (AATR. Um breve relato, março de 2010).

Conforme determina o art. 26 da Lei Federal nº 6.383/76, o processo discriminatório judicial tem caráter preferencial e prejudicial em relação às ações em andamento, referentes a domínio ou posse de imóveis situados, no todo ou em parte, na área discriminada. Assim, a Ação Discriminatória Judicial reconfigurou o conflito no processo judicial, pois, não se tratava mais de imitar os pretensos proprietários na posse da área, de vez que restara comprovado a ilegalidade dos títulos de terra apresentados.

A ação Discriminatória Judicial ficou sem movimentação judicial em torno de um ano e já contava com um parecer proferido pelo Ministério Público Estadual pela procedência do pedido autoral quando, mais recentemente, o magistrado que conduzia o feito sentenciou pela improcedência do pedido da PGE. Com essa decisão, as comunidades de fundos de pasto passam a vivenciar o clima de insegurança e vulnerabilidade, mas resistem na área independente da decisão judicial proferida.

Como vimos, em Areia Grande, assim como no processo de Jabuticaba, a invisibilidade das comunidades de fundos de pasto aos olhos da justiça está diretamente relacionada à visão de mundo dos juízes, que orientados por uma concepção mais afeita à propriedade privada da terra, desconsideraram a posse tradicional e coletiva. Assim, o descompasso entre a territorialização dos fundos de pasto e as concepções dos magistrados origina-se de uma cisão entre distintas concepções sobre a propriedade e a posse da terra e seus direitos correspondentes.

É interessante destacar que em contextos temporais diferentes (da década de 1980, 1990 e 2006) tanto no conflito de Areia Grande quanto no conflito de Andorinha, houve a mediação da Igreja Católica em favor dos posseiros dos fundos de pasto. Os Bispos dessa Igreja não só se posicionavam publicamente em defesa das comunidades como buscavam tomar providências, como se dirigir ao Governador do Estado da Bahia para solicitar a permanência das comunidades na posse da terra.

A função agregadora e mobilizadora que este papel de mediação e defesa da Igreja Católica em favor dos posseiros aponta exatamente para o objetivo pretendido pelo artigo, que é buscar trazer luz à importância - sem negar seus limites e contradições - dos aspectos religiosos, místicos, decorrentes dessas lutas, que apontam para sentidos de justiça e o caráter complexo das lutas pela terra, como veremos a seguir.

## 2. LUTA PELA TERRA E O SENTIMENTO DE (IN)JUSTIÇA FRENTE ÀS DECISÕES JUDICIAIS

Nos documentos que tratam sobre os conflitos de Jabuticaba e Areia Grande, é comum a referência à lei pelas comunidades e assessorias jurídicas na legitimação pública dos direitos territoriais à posse de uso comum. Mas essa relação com o direito formal é um processo tenso, com contradições, avanços e recuos.

Nesse sentido, na obra “Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional”, Thompson (1998) traz contribuições importantes para pensarmos a relação entre costume, lei e direito comum, no sentido de concebermos que aquilo que tem força de lei nem sempre se confunde com a lei estabelecida e garantida pelo Estado. A lei e as próprias decisões judiciais não impactam de forma imediata a prática local dos costumes (THOMPSON, 1998, p. 119) porque encontram resistências em determinadas ambiências.

Nas áreas das comunidades de fundos de pasto, a legitimidade da ocupação da terra é oriunda da posse reconhecida pelos demais membros das comunidades, atestada pelo efetivo trabalho na terra, pelo sentimento de pertencimento. Nesse sentido, o direito sobre a terra entre os integrantes de uma comunidade não é reconhecido pela exposição de um título, mas pela prática possessória, afinada com as regras de uso e acesso às pastagens abertas. Nesse sentido, Moura (1988) vem reforçar que esta forma geralmente é compreendida como “errada”, porque difere da prática predominante,

[...] é certa para os que a vivenciam, dando-lhes sentido e identidade na terra que habitam, porque nela ‘nasceram, vivem e trabalham, desde os seus avós ou bisavós’ - lhe permitia invocar um direito que se perdia no tempo, exatamente porque tempo na terra é elemento crucial da identidade do código local (MOURA, 1988, p. 128).

É com esse senso de legitimidade frente à forma histórica e secular de ocupação da terra que os fundos de pasto lutam junto ao Estado e ao conjunto da sociedade pelo reconhecimento da sua forma específica de se relacionar com a terra e o seu modo de vida, o que pode ser sintetizado no próprio lema da luta - “Fundo de Pasto: o nosso jeito de viver no sertão”. Esse direito, em determinadas situações, contrasta com as concepções de justiça e legalidade que emanam das decisões dos agentes do Estado, expressando-se, inclusive, pela “desobediência à decisão judicial”, que se justifica ante à “obrigatoriedade do cotidiano”, pegando emprestado uma expressão de Scott (2002), mas para pensar uma situação inversa - as razões do dissenso. A resistência às decisões contrárias à permanência na terra tem a ver também com uma imperiosa constatação: “se eu sair daqui para onde vou?”<sup>4</sup>. Essas condições implicam um senso de justiça que alimenta certas tomadas de decisão, como afirmar que “só saem dali arrastados pelos pés”<sup>5</sup>.

Com isso, adentramos numa discussão em torno de algumas abordagens teóricas que reconhecem elementos na ação coletiva que ultrapassam o jogo puro dos interesses. Significa, pois, considerar a lógica moral das lutas sociais (HONNETH, 2003, p. 255) a fim de identificarmos motivos pelos quais as pessoas se mobilizam, que nem sempre dizem respeito a escolhas racionais e individuais - isto é, o engajamento numa ação

4 Frase de um integrante dos fundos de pasto de Areia Grande, Casa Nova, publicada na reportagem do Repórter Brasil. <[http://reporterbrasil.org.br/busca/?search\\_query=acua&wpas=1](http://reporterbrasil.org.br/busca/?search_query=acua&wpas=1)> Acesso em 16 de abril de 2013.

5 É uma afirmação que aparece na narração de um vídeo produzido por Luiz Antonio Ferraro Junior, referente à luta dos fundos de pasto de Areia Grande, Casa Nova, que estavam sob ameaça de despejo judicial.



coletiva está relacionado a uma série de fatores não restritos às recompensas pessoais ou mesmo aos interesses (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 30). Considerar essa dimensão é partir do pressuposto de que:

as formas de reconhecimento do direito e da estima social já representam um quadro moral de conflitos sociais, porque dependem de critérios socialmente generalizados, segundo o seu modo funcional inteiro; à luz de normas como as que constituem o princípio da imputabilidade moral ou as representações axiológicas sociais, as experiências pessoais de desrespeito podem ser interpretadas e apresentadas como algo capaz de afetar potencialmente também outros sujeitos (HONNETH, 2003, p. 256).

Desse modo, um olhar sobre a ação coletiva das comunidades de fundos de pasto de Jabuticaba e Areia Grande para permanecerem na terra frente às decisões judiciais contrárias, não pode negligenciar experiências morais que atravessam e constituem a identidade coletiva dessas comunidades, a começar pela simultaneidade entre defender a posse coletiva da terra e um modo de vida específico. Com isso, importa levar em linha de conta aspectos relacionados aos laços de parentesco e solidariedade, bem como os sentidos religiosos que configuram o horizonte dessas lutas.

A análise da documentação a respeito dos conflitos envolvendo as comunidades de Jabuticaba e Areia Grande indicou que “fé e política” caminham juntas. A definição de estratégias passa por encaminhamentos objetivos, mas também por pedidos às “forças sobrenaturais”. São muitas expressões que apontam para uma dimensão subjetiva na configuração das lutas cotidianas, que escapa à ação deliberada e calculada. Para pensar a realidade das comunidades de fundos de pasto de Jabuticaba e Areia Grande importa interpretar esses elementos religiosos e culturais não como obstáculos à ação política; pelo contrário, como impulsionadores das lutas. Nessa conjunção de elementos religiosos e políticos, presente nas lutas dos fundos de pasto da Bahia, aparece, por exemplo, como elemento para análise, a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculada à Igreja Católica.

Obviamente que, tanto na cultura, no seu sentido amplo, quanto na religião, existem muitas contradições e elementos desagregadores que, ao invés de favorecer uma consciência crítica e coerente, levam à passividade e à conformação diante da realidade. Mas, justamente por comportarem diversas contradições, a cultura e a religião também assumem outra face. É assim que pode ser entendida a ação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que desde a sua criação se tornou uma parceira fundamental na luta contra as injustiças sociais no campo, no Brasil. Nos processos judiciais de Jabuticaba e Areia Grande, a CPT cumpriu um papel fundamental na garantia da permanência das comunidades, entendendo-se como um setor avançado da Igreja Católica, que luta pela democratização do acesso à terra e pela reforma agrária.

Conforme Durkheim (1989) já havia apontado em seu clássico estudo sobre “As formas elementares de vida religiosa”, um dos princípios básicos da crença religiosa é “nos fazer agir” e ajudar a viver. “O fiel que comungou com seu deus não é apenas homem que vê verdades novas que o incrédulo ignora: é homem que pode mais. Ele sente em si força maior para suportar as dificuldades da existência e para vencê-las” (Durkheim, 1989, p. 493). No conflito de Areia Grande, em um documento da CPT há uma descrição sobre a reocupação da área que indica a importância dos elementos religiosos na integração do grupo no processo de resistência e luta:

A reocupação da área se deu com muitos fogos durante todo o percurso da viagem e na chegada ao redor de uma fogueira uma longa celebração onde com cantos, orações e reflexões bíblicas agradeceram a Deus pelos 28 dias de luta e de resistência e pediram forças para a continuidade na luta” (CPT, 19 de abril de 2008).

Nesse ponto, poderíamos refletir sobre o processo de luta das comunidades de fundos de pasto de Jabuticaba e Areia Grande, apontando para elementos materiais de comunhão com a luta de outras comunidades tradicionais, sobretudo o direito à terra e, afinal, à própria sobrevivência. Mas esses elementos não dão conta de abranger a totalidade das expressões dessas lutas porque está em jogo a mediação que os sujeitos fazem da sua própria experiência, inclusive, na maneira como se relacionam com os obstáculos, institucionais ou não, para permanecerem na terra. Nos conflitos analisados, mesmo com o assassinato de lideranças e ameaças à vida dos integrantes, as comunidades de Jabuticaba e Areia Grande, a partir de suas experiências de luta, não se intimidaram em resistir na posse da terra como se verifica pelas suas afirmações:

A morte do Zé não nos enfraqueceu, pelo contrário nos motiva a continuar lutando. Porque é isso que os grandes querem: que fiquemos esmorecidos. Mas continuaremos resistindo, porque a luta não pára enquanto a justiça não triunfar” (Comunidades de Fundos de Pasto exigem investigação de assassinato de trabalhador rural, 02 de fevereiro de 2010).

Mas, apesar do assassinato de Carlinhos, a luta e a esperança resistem. (CPT, Nota de esclarecimento à população, 02 de julho de 1990).

Em outros termos, é considerar que nas disputas pela posse da terra, as subjetivações e as maneira como o sujeitos vivenciam suas experiências de luta têm um lugar preponderante, uma vez que não são simples autômatos de uma luta coletiva, que se orientam pelos termos da lei e dos comandos institucionais, de uma maneira sempre deliberada.

Nesse sentido, cabe reconhecer e valorar metodologica e teoricamente que o processo de constituição e conscientização dos sujeitos coletivos indica uma relação muito orgânica - e diferenciada - com a cultura popular e a religião. Com base no conceito de ideologia em Gramsci, podemos perceber que, desta forma, não caberia somente afirmar que a religião é “ópio do povo”. É preciso interligá-la à filosofia, como concepção de mundo compartilhada por todos:

Mas, nesse ponto, coloca-se o problema fundamental de toda concepção de mundo, de toda filosofia que se transformou em um movimento cultural, em uma “religião”, em uma “fé”, ou seja, que produziu uma atividade prática e uma vontade nas quais ela esteja contida como “premissa” teórica implícita (uma “ideologia”, pode-se dizer, desde que se dê ao termo “ideologia” o significado mais alto de uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas) - isto é, o problema de conservar a unidade ideológica em todo o bloco social que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia (grifos nossos). (GRAMSCI, 2011, p. 98-99).

Assim, a atuação religiosa - exemplificada no nosso trabalho a partir da CPT - torna-se crítica, no sentido de “pôr-em-relação” uma atividade já existente (GRAMSCI, 2011, p. 101) e se insere nesse conceito ampliado de ideologia. De outro lado, a própria reflexão gramsciana sobre a religião, se corretamente contextualizada pode servir para afirmar seu inverso. Quando foi formulada, ela se dirigia tanto a uma visão mecanicista

do marxismo (stalinismo como “fé”) quanto à atuação católica (no seu papel mais tradicional ligado à Companhia de Jesus, por exemplo). Vale perceber a importância dada ao papel dos intelectuais orgânicos na constituição de um bloco histórico:

A posição da filosofia da práxis é antitética a esta posição católica: a filosofia da práxis não busca manter os “simples” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simples não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI, 2011, p. 103).

Quando não ignoramos essa “função híbrida” (sistematizadora, articuladora, justificadora e mobilizadora das ações coletivas, com fulcro em premissas políticas mas também religiosas), percebermos como o papel da CPT, polemicamente, pode ser mais ligado “filosofia da práxis” do que à posição católica: enquanto intelectualidade orgânica nos conflitos fundiários acima discutidos, ela articula as contradições econômicas (decorrentes das concepções distintas de propriedade X posse da terra) e político-jurídicas (ligadas ao senso de justiça, reconhecimento estatal com sua produção de efeitos) com a dimensão religiosa, “ideológica” no sentido gramsciano acima narrado.

Assim, sem fugirmos da tradição marxista, podemos perceber alguns deslocamentos possíveis que em nossa opinião tornam mais complexas as relações entre o campo político, econômico e ideológico. De acordo com o pensamento gramsciano, deve-se reconhecer que:

A política é ação permanente e dá origem a organizações permanentes, na medida em que efetivamente se identifica com a economia. Mas esta também tem sua distinção, e por isso pode-se falar separadamente de economia e de política e pode-se falar da “paixão política” como um impulso imediato à ação, que nasce no terreno “permanente e orgânico” da vida econômica, mas supera-o, fazendo entrar em jogo sentimentos e aspirações em cuja atmosfera incandescente o próprio cálculo da vida humana individual obedece a leis diversas daquelas do proveito individual, etc. (GRAMSCI, 1991, p. 14).

Assim, para refletirmos sobre as estratégias de luta das comunidades de fundos de pasto de Jabuticaba e Areia Grande, precisamos considerar as condições pelas quais as comunidades se mobilizaram para garantir a posse da terra coletiva, mesmo sob circunstâncias muito adversas.

Com isso, a nosso ver, o sentimento de (in)justiça frente às decisões judiciais contrárias a seus interesses representou um grande potencial agregador e de fortalecimento da resistência, muitas vezes “lido” pelos olhos da fé, do sentimento de “acerto de contas” com uma justiça que *também* é “divina” (ou deveria sê-lo). Esse senso de justiça não destoa, afinal, do sentido religioso que sustenta a concepção de que a terra é para quem nela trabalha e retira seu próprio sustento.

### 3 A EXPERIÊNCIA HUMANA E A LUTA DE CLASSES: UM DIÁLOGO COM A ABORDAGEM THOMPSONIANA

A máxima marxiana de que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha [...]” é muito intrigante e não é satisfatoriamente compreendida pela constatação de que “os sujeitos são produtos das relações sociais e vice-versa”. Afirmar que toda a prática humana encontra-se imersa numa ordem social não explica exatamente o lugar do sujeito, na condição de produtor e produto das relações sociais, pois permanece em aberto: a) saber como isso ocorre; b) de que maneira os sujeitos reproduzem as estruturas sociais; c) qual é o espaço para a ação transformadora, ainda mais quando os sujeitos se reconhecem enquanto integrantes de uma determinada luta. Em outras palavras,

homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1980, p. 182 apud MATTOS, 2013, p. 18).

O pensamento marxiano e thompsoniano nos interessa, particularmente, para expressar que nas condições objetivas, a ação dos sujeitos sugere um processo dinâmico, que passa pela leitura que fazem da própria luta, bem como pelas possibilidades de lutar. No caso das comunidades de fundos de pasto, vimos como o sentimento de (in)justiça e a compreensão de sentirem parte de uma mesma luta – “somos uma comunidade pobre, mas que na hora da dor de um é a dor de todos” (Carta ao Interba e ao Incra) – foram razões consideráveis para resistência na posse da terra.

Isso lembra uma constatação de Nicos Poulantzas quando diz que: “as classes não são anteriores às suas lutas” (POULANTZAS, 2000, p. 26). No mesmo sentido, Thompson afirma que é no processo de luta que as pessoas se descobrem enquanto classe, ou seja, “la clase y la conciencia de clase son siempre las últimas, no las primeras, fases del proceso real histórico” (THOMPSON, 1979, p. 37).

Em “Costumes em Comum”, Thompson (1998) trata sobre as condições de uso e acesso às terras comunais, no contexto dos grandes cercamentos, na Inglaterra, que tiveram início no séc. XV e seguiram até o séc. XVIII. Ao se interessar pelo processo histórico e os embates humanos até que a concepção de propriedade privada prevalecesse, o autor traz importantes reflexões sobre como o sentimento de injustiça pode se apresentar enquanto base social para desobediência e resistência frente à nova ordem estabelecida pela lei formal em confronto com os direitos costumeiros (THOMPSON, 1998, p. 47). Essas reações, expressas ou silenciosas, importam para a compreensão das diversas facetas do processo de dominação, que é, antes de tudo, uma relação de sujeitos sociais, mediados pela experiência, pelas vivências práticas no mundo.

Nesse sentido, ao referir-se sobre a cultura no séc. XVIII como, paradoxalmente, tradicional e rebelde, Thompson (1998) recorda que “a lei pode estabelecer os limites tolerados pelos governantes; porém, na Inglaterra do século XVIII, ela não penetra nos lares rurais, não aparece nas preces das viúvas, não decora as paredes com ícones,

nem dá forma à perspectiva de vida de cada um” (ibidem, p.19). Isso importa para considerarmos não somente o que os processos institucionais e legais podem provocar na conformação da vida das pessoas, mas também a maneira como são apreendidos, em certos casos passando ao largo da maneira como os sujeitos vivem e concebem a sua existência.

A perspectiva thompsoniana colabora para resgatarmos a importância da experiência nas lutas sociais e os motivos pelos quais as pessoas se mobilizam, pois nem sempre dizem respeito a escolhas racionais e individuais, considerando que o engajamento numa ação coletiva mobiliza estruturas da subjetividade inexprimíveis pela lógica da racionalidade, integrantes, ao contrário, da ordem do místico, do sentimento, da emoção.

Desse modo, um olhar sobre a ação coletiva das comunidades de fundos de pasto da Bahia, particularmente as de Jabuticaba e Areia Grande, para permanecerem na terra frente às decisões institucionais contrárias, não pode negligenciar experiências morais que atravessam e constituem a identidade coletiva dessas comunidades, a começar pela simultaneidade entre defender a posse coletiva da terra e um modo de vida específico. Com isso, deve-se levar em conta os sentidos religiosos que configuram o horizonte dessas lutas. Em tempos temerários, lembrarmos a reflexão de Benjamin na sua tão conhecida VI Tese sobre a história, em pleno nazi-fascismo:

Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo “tal como ele propriamente foi”. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de perigo. Importa ao materialismo histórico capturar uma imagem do passado como ela inesperadamente se coloca para o sujeito histórico no instante do perigo. O perigo ameaça tanto o conteúdo dado da tradição quanto os seus destinatários. Para ambos o perigo é único e o mesmo: deixar-se transformar em instrumento da classe dominante. Em cada época é preciso tentar arrancar a transmissão ao conformismo que está na iminência de subjugar-la. Pois o Messias não vem somente como redentor; ele vem como vencedor do Anticristo. O dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer (BENJAMIN, 2005, p. 65).

Esse papel de resistência está profundamente ligado, independente do componente religioso, com o comprometimento político numa sociedade dividida em classes, nos quais as narrativas sistematizam e reforçam a história dos dominantes. Desta forma, se concebemos a história como processo permanente e contraditório da luta de classes, não se pode desnudar o caráter profundamente crítico destas narrativas dos oprimidos quando são captadas também pela religiosidade, em seu sentido moral, experiencial e vivo, quando estes possam aprofundar as lutas e embates no campo político e jurídico, acendendo a centelha de esperança num instante de perigo para evitar se transformar em instrumento da classe dominante.

Independentemente dessa consideração política, o argumento do trabalho tem também uma função de abertura para esse aspecto “não-racional” que conforma a experiência humana, que é a religiosidade. Na sua tentativa de pensar, a partir da psicanálise, o

social<sup>6</sup>, Freud, em seu *Mal-estar na Civilização* (1997), inicia descrevendo um diálogo que manteve, em cartas, com um amigo<sup>7</sup>. Em resposta à leitura de seu “pequeno livro que trata a religião como sendo uma ilusão”, o amigo fala de uma “sensação de ‘eternidade’, um sentimento de algo ilimitado, sem fronteiras – ‘oceânico’”, que ele relaciona à religiosidade, e que parece permanecer como um resíduo inafastável, mesmo para a pessoa que “rejeite toda crença e toda ilusão” (1997, p. 09). Freud começa, então, respondendo ao amigo com respeitoso descrédito – “não consigo descobrir em mim esse sentimento ‘oceânico’” (p. 10), que tenta fundamentar no decorrer do seu texto.

A sensação de que há algo que não pode ser inteiramente respondido pela razão, no entanto, parece permanecer, a nosso ver, após a leitura da obra. Embora não tenha conseguido se convencer “da natureza primária desse sentimento”, Freud desde o início reconhece que isto não lhe “dá o direito de negar que ele de fato ocorra em outras pessoas” (1997, p. 11). O simples fato de este “sentimento oceânico” da religiosidade ocupar o ponto de início do seu livro, indica que o tema assume uma dimensão que não pode ser ignorada, garantindo um fio condutor para pensar, sem poder oferecer uma resposta definitiva, “a questão fatídica para a espécie humana” (que, aliás, continua movendo a todos nós) de saber “até que ponto seu desenvolvimento cultural conseguirá dominar a perturbação de sua vida comunal causada pelo instinto humano de agressão e autodestruição” (p. 109). Termina sua obra, então, como se estivesse em pleno século XXI, nos fazendo pensar como ainda estamos longe de quebrar o círculo vicioso de repetição dos percalços da comunidade humana:

Os homens adquiriram sobre as forças da natureza um tal controle, que, com sua ajuda, não teriam dificuldades em se exterminarem uns aos outros, até o último homem. Sabem disso, e é daí que provém grande parte de sua atual inquietação, de sua infelicidade e de sua ansiedade. Agora só nos resta esperar que o outro dos dois “Poderes Celestes”, o eterno Eros, desdobre suas forças para se afirmar na luta com seu não menos imortal adversário. Mas quem pode prever com que sucesso e com que resultado? (1997, p.112)<sup>8</sup>

## CONCLUSÕES

Nesse trabalho, procuramos oferecer uma leitura sobre os sentidos religiosos e os sentimento de (in)justiça nas lutas pela terra e os territórios a partir da análise dos conflitos agrários envolvendo comunidades tradicionais de fundos de pasto de Jabuticaba, Andorinha, e Areia Grande, Casa Nova, Bahia. Com isso, vimos que mesmo nas situações em que os magistrados expressamente não reconheceram a ocupação tradicional da posse da terra pelas comunidades, as razões judiciais não prevaleceram diante de outras versões e entendimentos sobre os conflitos.

Ao imprimir uma renovada abordagem dentro do materialismo histórico-dialético, Thompson aponta para a importância dos conceitos de cultura e experiência para a compreensão da luta de classes, assim como Gramsci valoriza e problematiza a noção de ideologia como concepção de mundo interligando economia, política e religião.

6 Em suas próprias palavras, “a analogia entre o processo civilizatório e o caminho do desenvolvimento individual é passível de ser ampliada sob um aspecto importante. Pode-se afirmar que também a comunidade desenvolve um superego sub cuja influência se produz a evolução cultural” (1997, p. 106). Propõe, assim, que, da mesma forma que o indivíduo, o espaço social parece ser “produto da interação entre duas premências, a premência no sentido da felicidade, que geralmente chamamos de ‘egoísta’, e a premência no sentido da união com os outros da comunidade, que chamamos de ‘altruísta’.” (p. 105)

7 Em uma nota de rodapé acrescentada em uma das reedições da obra, Freud revela a identidade do amigo: o escritor francês, Romain Rolland.

8 Em tempos cada vez mais estranhos como os de agora, parece importante destacar neste último parágrafo do livro lê-se uma nota do editor esclarecendo que “a frase final foi acrescentada em 1931, quando a ameaça de Hitler já começava a se evidenciar”.

Acaba, assim, por demonstrar o valor de um olhar aproximado da realidade estudada, que revela dialeticamente como a dimensão religiosa está presente na luta pela terra e territórios. Em outras palavras trata-se de refletir sobre o quanto as experiências de luta da classe trabalhadora não são nem fatalistas nem determinadas, uma vez que se confundem com as estratégias de defesa e significação da própria vida.

## REFERÊNCIAS

- BENJAMIM, W. Sobre o conceito de história. Tese VI. In: LOWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". São Paulo: Boitempo, 2005.
- DURKHEIM, E. As formas elementares de vida religiosa (o sistema totêmico na Austrália). São Paulo: Paulus, 1989.
- FREUD, Sigmund. O Mal-estar na civilização. Trad. José Octávio de Aguar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- GRAMSCI, A. Maquiavel, a política e o Estado Moderno. 8. ed. Tradução Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.
- GRAMSCI, A. Cadernos do Carcere. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- HONNETH, A. Desrespeito e resistência: a lógica moral dos conflitos sociais. In: HONNETH, A. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003, pp. 253-268.
- MATTOS, M. B. Marx, o marxismo e o sujeito histórico. In: Marx e o Marxismo v.1, n.1, pp. 15-28, jul/dez 2013.
- MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. In: Lua Nova, São Paulo, 76, 2009, pp. 11-48.
- MOURA, M. M. Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- POULANTZAS, N. O Estado, o poder e o socialismo. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- THOMPSON, E. P. Costume, lei e direito comum. In: THOMPSON, E. P. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. Revisão técnica Antonio Negro, Cristina

## GT: 10 - Informação, educação e tecnologias

Coordenadores: Carlos Henrique Medeiros de Souza e Cleonice Puggian



## A MÚSICA COMO ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM DOS CONCEITOS DE CIÊNCIAS

**BORGES, Dayse Sampaio Lopes**

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em  
Cognição e Linguagem - UENF  
dayseslborges@gmail.com)*

**DAMATTA, Renato Augusto**

*Professor Associado I da Universidade Estadual  
do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF  
renato@uenf.br*

### RESUMO

Atualmente no mundo em que vivemos a música tem múltiplas e incontáveis utilidades. Froebel (1810) utilizou a música como recurso pedagógico e desde então ela tem sido usada na educação, pois unifica aspectos cognitivos e lúdicos (*apud* Barros *et al.*, 2013). Pesquisas internacionais tem revelado que estudantes brasileiros não são eficientes em Ciências se comparados a estudantes de outros países. Pontes *et al.* (2008) apontam diversas causas que prejudicam o ensino de Ciências e afirmam que a educação é um fator determinante para a estagnação ou crescimento de um país. O objetivo desta pesquisa é investigar se a música através da paródias musicalizadas se efetiva como estratégia promotora da aprendizagem dos conceitos de Ciências. Os resultados indicaram que o grupo experimental que teve a estratégia da paródia musicalizada aplicada, obteve melhor resultado no pós-teste em comparação ao grupo controle.

**Palavras-chave:** Paródias musicalizadas. Ensino de Ciências. Estratégia de aprendizagem.

### ABSTRACT

Currently in the world we live music has multiple and countless utilities. Froebel (1810) has used music as a pedagogical resource and since then it has been used in education since it unifies cognitive and playful aspects (*in* Barros *et al.*, 2013). International research has revealed that Brazilian students are not efficient in Science compared to students from other countries. Pontes *et al.* (2008) point out several causes that undermine the teaching of science and affirm that education is a determining factor for the stagnation or growth of a country. The aim of this research is to evaluate if music through musicalized parodies is effective as a strategy promoting the learning of the concepts of Sciences. The results indicated that the experimental group that had the applied musical parody strategy obtained a better result in the post-test compared to the control group.

**Key-words:** Music Parodies. Science teaching. Learning strategy.

## INTRODUÇÃO

A música sempre ocupou um lugar de destaque em toda a antiguidade (Granja, 2010, p.103). “Existem registros de prática musical em civilizações já extintas, como a Egípcia, a Babilônica e a Assíria, e em civilizações milenares, como a Hindu e a Chinesa” (Granja, 2010, p.21). Hoje a música influencia a vontade do consumidor nas compras, a paciência das pessoas para aguardar uma fila, a dinâmica na ingestão de comidas e até a diligência no trabalho (Granja 2010, p.68). Martenot (1970) defende que a música precisa estar presente em todas as etapas do desenvolvimento da criança, desde o nascimento. A música é um recurso didático, dinâmico e contextualizado que está próximo ao gosto dos jovens, permitindo o diálogo entre docente e discente favorecendo a interdisciplinaridade (Gilio, 2000, p.14 *apud* Barros *et al.*, 2013). A música mexe com nossas emoções e níveis de energia, sendo completamente distinto assistir um filme de ação sem a trilha sonora, ao assisti-lo com a música.

Em âmbito educacional (Oliveira *et al.*, 2008 *apud* Barros *et al.*, 2013) afirma que muitos conceitos biológicos podem ser apresentados em letras de música com diferentes estilos musicais. Matos (2006) relata que a análise das letras de canções populares com temas científicos, usadas em sala de aula transformam-se em estratégia motivadora e interdisciplinar e segundo Silveira e Kiouranis (2008) as músicas realizam um percurso diferente da aula expositiva e aumenta a sensibilidade e criatividade ao fazer relações entre o conteúdo da música por meio da letra que a compõe. Propõe-se com esta pesquisa investigar se as paródias musicalizadas afirmam-se como estratégia promotora de aprendizagem de conceitos de Ciências.

Dados apontam que os estudantes brasileiros são ineficientes se comparados a estudantes de outros países em pesquisas internacionais (INEP, 2012). Atualmente compreender fundamentos científicos é indispensável para que o alunato realize tarefas simples e triviais e amplie sua capacidade de compreensão do mundo em que vivemos (Bizzo, 2009). Uma pessoa com domínio de conceitos biológicos pode estabelecer inter-relações com o mundo sendo capaz de preservar sua saúde, evitar doenças, comportar-se de forma que mantenha a preservação do ambiente.

Para conduzir esta pesquisa experimental, adotou-se a abordagem quantitativa. A investigação experimental manipula uma ou mais variáveis, portanto optou-se pela utilização de pré-teste e pós-teste, aplicados a grupo experimental e controle, para colher informações com os sujeitos da pesquisa. A pesquisa foi aplicada em duas escolas públicas estaduais de Bom Jesus do Itabapoana, RJ e Bom Jesus do Norte, ES em turmas de 8º e 9º anos do ensino fundamental.

### 1. PARÓDIAS MUSICALIZADAS

Desde o século XVI os jesuítas no Brasil já utilizavam a música como forma de atração para os seus ideais de catequizar (Boleiz Júnior, 2008 *apud* Barros *et al.*, 2013). Para este autor a música serve de transporte para o aprendizado cultural e pode permitir ensinamentos de história, geografia, moral, entre outros, isto porque a música é capaz de aproximar o discente do conteúdo a ser estudado de forma lúdica no processo educativo e favorecendo a interdisciplinaridade.

Porém os relatos históricos da importância da música constam na cultura grega nos tempos de Homero (séc.VII a.C.) quando a lira e o canto faziam parte da educação

aristocrática [...] ou na educação do cidadão tal que Platão afirmou: “aquele que não sabe conservar seu lugar num coro, não é verdadeiramente educado” (*As Leis*, II), (Granja, 2010, p.22). Ainda sobre a música e sua importância, Granja (2010) descreve:

A música é uma das manifestações humanas mais antigas. Inscrições e desenhos de instrumentos musicais nas cavernas, flautas feitas de ossos e outros indícios mostram que a música é praticada pelo homem há muito tempo. Existem registros da prática musical em civilizações extintas como a egípcia, a babilônica e a assíria, e em civilizações milenares, como a hindu e a chinesa (Granja, 2010, p. 21).

A música é uma linguagem que pode favorecer aproximação entre educação e cultura (Granja, 2010, p. 114). “A aproximação entre a música e a palavra é tão antiga quanto a própria música. A canção popular é resultado de uma sofisticada articulação entre as irregularidades da língua falada e as regularidades da música” (Granja, 2010, p. 92). Para Sekeff (2007) a música não é apenas a combinação de ruídos, sons e silêncios, mas recurso de expressão (sentimentos, ideias, valores, cultura, ideologia), recurso de comunicação (consigo mesmo e com o meio), de gratificação (psíquica, emocional, artística), de mobilização (física, motora, afetiva, intelectual) e autorrealização. A música também é recurso de expurgo, catarse, maturação, onde através de sua prática organiza-se o pensamento, o conhecimento e habilita movimento pulsional que se dirige para um determinado fim. Para Snyders (2008):

Parece-me, assim, que música e palavra podem enriquecer-se mutuamente sem procurar exprimir-se uma através da outra. Nossa alegria provém do fato de que dois tipos de significações, dois modos de abordagem do mundo, tão frequentemente diferentes, separados e até opostos, se associem na música; nesta primeira aproximação, poderemos ajudar os alunos a perceber que a espera é a de uma mensagem que será ao mesmo tempo ideia e emoção, que vai fortalecer a emoção com a associação e a ordenação da ideia (Snyders, 2008, p. 102).

Berk (2008) afirma que quando a música com letras é introduzida, ambos os hemisférios cerebrais relacionam-se favorecendo ao maior potencial de aprendizagem. A letra adicionada à familiaridade da música, tem significado e impacto profundo para o receptor. Elas podem aumentar a memória por associação com o conteúdo ou pode ser reescrita para se tornar o conteúdo mais absorvido. Palavras sincronizadas com a música são mais fáceis de aprender do que palavras sozinhas sem a música (Berk, 2008). Paródias musicalizadas têm sido destacadas como eficientes na aquisição, retenção e recuperação de conceitos das disciplinas em diversas pesquisas internacionais e nacionais. Snyders (2008) revela como a música pode nos mover:

[...] a música irrompe em meio a gritos, ruídos; agitação, clamores, tumulto, em todos os sentidos desta palavra; tentação, tentativa de experimentar coisas da natureza e do homem de forma descomedida, desenfreada; uma superabundância, transbordamentos. [...] Com a música despertam dentro de nós forças desordenadas, indistintas, indeterminadas – e temos a impressão de que elas explodem a partir do fundo de nossa alma (Snyders, 2008, p.83).

Constata-se que a música pode afetar nossos sentimentos e níveis de energia (Brewer, 1995) e com isto, surge a necessidade de explorá-la como um recurso benéfico a favor do processo ensino-aprendizagem. Para Martenot (1970) a música não pode ser reservada a uma parcela da sociedade [...] mas para todos os que “veem nela uma oportunidade de se expressar”. Barros *et al.* (2013) em sua pesquisa concluem que o uso da música como “instrumento facilitador do processo ensino-aprendizagem por professores de

Ciências Naturais e Biologia deve ter o seu uso possibilitado e incentivado em sala de aula". Pode-se perceber a música como um recurso didático que possui caráter lúdico. As paródias musicalizadas unem todos os benefícios da música à letra e conteúdo e por isto permite um elo forte e promotor do conhecimento científico.

## 2. ENSINO DE CIÊNCIAS

O Brasil tem estado em evidência internacionalmente como um dos países que possuem estudantes ineficientes. O *Programme for International Student Assessment - PISA*, pesquisou 65 países em 2012 e o Brasil ficou em 59º lugar em conhecimento de Ciências. Segundo Bizzo (2009) o ensino de Ciências para a maioria dos alunos apresenta-se como um "placebo pedagógico" ao constituir-se em uma gama de conhecimentos que os alunos não entendem a utilidade. Para Krasilchik (2006) o trabalho escolar acontece distante do cotidiano do aluno e é insuficiente para a educação científica e, por isto, necessita de novas estratégias para a aprendizagem.

Para Delval (2001) a dificuldade para compreender Ciências provavelmente esteja relacionado a não compreensão de sua natureza, pois não foi transmitida de forma adequada. Há necessidade de relacionar o conteúdo apresentado em sala de aula com o cotidiano deste aluno e necessidade de novas estratégias que possibilitem uma aprendizagem eficaz e permanente, dentre elas o uso das paródias musicalizadas.

"Para que um país esteja em condições de atender as necessidades fundamentais de sua população, o ensino de ciências e tecnologia é um imperativo estratégico [...]. Hoje, mais do que nunca é necessário fomentar e difundir a alfabetização científica em todas as culturas e em todos os setores da sociedade" (Declaração de Budapeste, 1999).

O ensino de Ciências deve proporcionar a todos os cidadãos conhecimentos e oportunidades de desenvolvimento de capacidades necessárias para se orientarem em uma sociedade complexa, compreendendo o que se passa à sua volta (Chassot, 2003). A relevância do ensino de Ciências Naturais em todos os níveis de escolaridade tem sido objeto de discussão no contexto brasileiro. Fracalanza e colaboradores (1986) afirmam:

"O ensino de Ciências, entre outros aspectos, deve contribuir para o domínio das técnicas de leitura e escrita; permitir o aprendizado dos conceitos básicos das ciências naturais e da aplicação dos princípios aprendidos a situações práticas; possibilitar a compreensão das relações entre a ciência e a sociedade e dos mecanismos de produção e apropriação dos conhecimentos científicos e tecnológicos; garantir a transmissão e a sistematização dos saberes e da cultura regional e local" (Fracalanza *et al.*, p.26-27).

Vygotsky (2003) afirma que as possibilidades que o ambiente pode proporcionar ao indivíduo são imprescindíveis para que este constitua-se sujeito lúcido e consciente, capaz de alterar as circunstâncias em que vive. O conhecimento científico por vezes é visto como algo distante e sem possibilidade de vinculação e aplicação na vida cotidiana. Mas é de posse deste conhecimento científico que o cidadão pode desempenhar melhor o seu papel na sociedade.

A eficácia do trabalho do professor de Ciências está diretamente relacionada à capacidade de articular práticas educativas às práticas sociais, ou seja, o trabalho desenvolvido nas escolas com o processo de democratização e reconstrução da sociedade (Saviani, 1997). Krasilchik (1996) enfatiza a necessidade em oferecer aos

jovens um ensino mais eficiente, em que o professor trabalhe temas que estreitem sua relação com a comunidade. É neste propósito que o ensino de Ciências precisa ser reestruturado para possibilitar ao alunato a promoção de estímulos, curiosidade, raciocínio, reflexão e a capacidade de interpretar e intervir no meio ambiente como um cidadão consciente e capaz.

### 3. ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM

Estratégias de aprendizagem de acordo com Nisbett e Shucksmith (1987) e Dansereau (1985), citados por Pozo (1996) são sequências integradas de procedimentos ou atividades que são selecionadas com a intenção de propiciar aquisição, armazenamento e/ou a utilização da informação. As paródias musicalizadas são estratégias de aprendizagem, pois possibilitam transportar informações quando se usa uma música popular (Berk, 2008) e coloca-se a letra de um conteúdo de Ciências que se queira utilizar para fins de retenção de aprendizagem.

As estratégias de aprendizagem segundo Flavell (*apud* Silva; Sá, 1997, p.19), “podem ser definidas a um nível mais complexo, como processos conscientes delineados pelos estudantes para atingirem objetivos de aprendizagem e a um nível mais específico, como qualquer procedimento adotado para a realização de uma tarefa”. Conforme Pozo (2002):

As estratégias requerem planejamento e controle da execução. O aprendiz deve compreender o que está fazendo, e por que por sua vez exigirá uma reflexão consciente, um metaconhecimento sobre os procedimentos empregados. Além disso, implicariam um uso seletivo dos próprios recursos e capacidades disponíveis. Para que um aprendiz ponha em andamento uma determinada estratégia, deve dispor de recursos alternativos, entre os quais devem ser utilizados aqueles que considerar mais adequados, em função das demandas da tarefa que lhe seja apresentada (Pozo, 2002, p.235).

Segundo Pozo (1998) “[...] na utilização de estratégias o aluno deve apropriar-se dessas formas de saber fazer, não como meras rotinas, mas como algo que pode controlar, planejar e guiar”. Masetto (2003) alarga a definição de estratégias de ensino e aprendizagem, considerando-as como os meios utilizados pelo docente para a promoção da aprendizagem dos alunos. As estratégias e técnicas são recursos que podem agregar possibilidades nos processos de aprendizagem dos alunos.

Pesquisas têm sido feitas para ajudar os alunos a exercer mais controle e refletir sobre seu próprio processo de aprendizagem, através do ensino de estratégias de aprendizagem (Brown, 1997; Clark, 1990; Pressley e Levin, 1983). Apresentar conteúdos por meio de estratégias de aprendizagem permite ao aluno uma nova visão sobre o aprender e possibilita que dificuldades pessoais e ambientais sejam diminuídas com objetivo de obter maior sucesso escolar (Da Silva, 2004; Sá, 1997).

As paródias musicalizadas permitem esta nova visão sobre o aprender. Ademais a música como estratégia permite benefícios ao processo ensino-aprendizagem. A música pode ficar presa em nossa mente mesmo não sendo de nossa preferência. Gravamos sem querer o número de um candidato político ou uma propaganda. A publicidade faz uso dos *jingles* para atingir-nos com seus produtos, influenciando-nos ao consumismo e a educação precisa apropriar-se mais desta técnica que já é consagrada pela mídia. Um fator importante é que a música pode evocar emoções fortes o que pode melhorar

alguns aspectos da memória (Levine e Edelstein, 2009). Gazzaniga e Heatherton (2005) afirmam que o cérebro recebe os estímulos sensoriais, mas o que será descartado e o que será levado aos níveis superiores de processamento, deve ser por meio da atenção. A música é capaz de passar pela memória sensorial e ser armazenada na memória de longa duração, pois ela promove esta atenção.

#### 4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Uma importante teoria da aprendizagem e da memória é denominada “Teoria do Processamento de Informação”. As teorias cognitivas ou de processamento de informação, designação pela qual são conhecidas pressupõem que a cognição humana pode ser amplamente compreendida “em termos do modo como os indivíduos processam a informação mentalmente”.

Esta teoria foi proposta por teóricos cognitivistas ao utilizar o computador como modelo básico e a forma como os computadores processam a informação. Do mesmo modo que os dados que entram no computador (*input*) têm de ser codificados de forma a que este os possa armazenar e processar, a informação que entra nos receptores sensoriais (e à qual se dá atenção) tem de ser codificada para depois ser armazenada, processada para ocorrer a recuperação (*output*). Para Sprenger (2008):

“[...] incorporar a emoção ao nosso ensino é uma maneira excelente de atingir os alunos. Se a emoção organiza a atividade cerebral e a atenção e a percepção são influenciadas pelos estados emocionais, nossas experiências cotidianas na escola vão se tornar mais memoráveis se usarmos as emoções para atingir nossos alunos” (Sprenger, 2008, p.30).

O processamento da informação no ser humano é um processo dinâmico e complexo (Pfromm Netto, 1987). Para Dembo (1994) psicólogos cognitivos desenvolveram modelos de processamento da informação não só para identificar como seres humanos obtêm, transformam, armazenam e aplicam a informação, mas também para explicar o papel das estratégias de aprendizagem na aquisição, na retenção e na utilização do conhecimento.

A música permite esta atenção e emoção tão necessárias para que a memória possa arquivar as informações. Uma paródia musicalizada de conteúdos preparada com uma música da preferência dos alunos, pode então fazer uma ponte unindo as informações que chegam na memória sensorial (*input*), levando para a memória de longa duração (com a atenção, emoção), para que depois seja possível recuperar esta informação (*output*).

#### 5. METODOLOGIA

A pesquisa foi do tipo experimental e utilizou-se para levantamento da coleta de dados o questionário pré-teste e pós-teste. Utilizou-se o questionário por ser um instrumento muito usado para o levantamento de informações e por possibilitar o pesquisador abranger maior número de informações e pessoas em curto espaço de tempo (Barros e Leehfeld, 2007).

A pesquisa foi desenvolvida em escolas públicas de Bom Jesus do Itabapoana, RJ e Bom Jesus do Norte, ES, nas turmas de 8º e 9º anos do ensino fundamental, com a disciplina de Ciências. A escola de Bom Jesus do Itabapoana, RJ com duas turmas de 8º

ano, denominadas de 800 A e 800 B e duas turmas de 9º ano, 900 A e 900 B. Uma turma do 8º e 9º anos foi separada para grupo experimental (800 A e 900 A) e as outras duas para o grupo controle (800 B e 900 B) e a escola de Bom Jesus do Norte, ES com uma turma de 9º ano (900 C), onde dividiu-se aleatoriamente, metade dos alunos para grupo experimental e a outra metade para grupo controle. A identificação da pessoa jurídica e/ou de pessoa física foi sigilosamente guardada após a aplicação do questionário.

A escolha dos sujeitos obedeceu o critério da escolha de turmas do ensino fundamental das duas escolas selecionadas, dos dois estados participantes da pesquisa. Por se tratar de um grupo heterogêneo e as escolas funcionarem em três turnos, optou-se por trabalhar no turno vespertino na escola do estado do RJ e no turno matutino na escola do estado do ES.

As músicas populares onde foram inseridos (paródia) os conteúdos selecionados foi escolhida pelos alunos e sob orientação dos professores antes da aplicação da pesquisa. As duas turmas de 8º ano escolheram a música popular "*Malandramente*" (Dennis e Mc's Nandinho & Nego Bam) e a três turmas do 9º ano chegaram à escolha da música "*Balada Boa TchêTchêRere*" (Gustavo Lima). As paródias musicalizadas dos conteúdos foram preparadas pelos pesquisadores utilizando as músicas escolhidas pelas turmas.

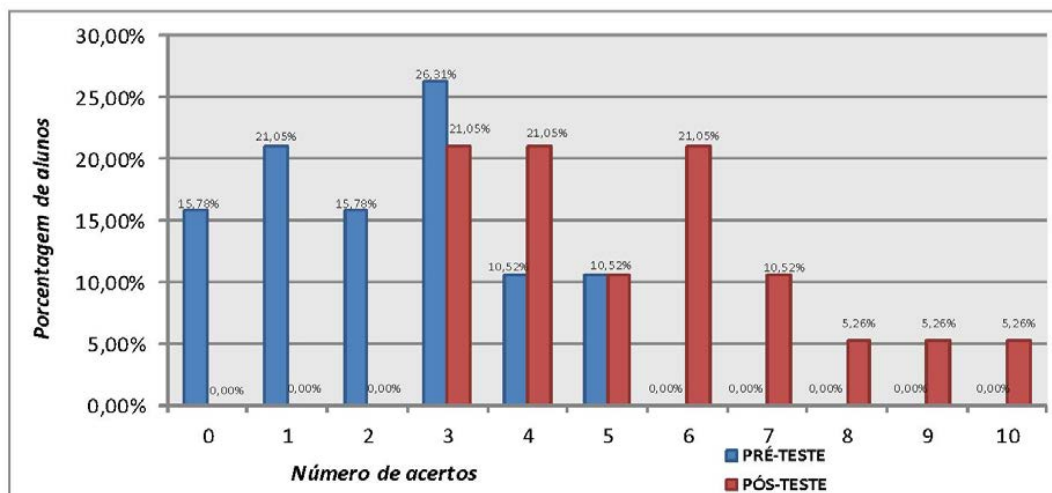
Os conteúdos que constam no currículo mínimo no RJ e no currículo básico no ES foram selecionados. Nas turmas do 8º ano foi escolhido o conteúdo 'Sistema Reprodutor' e nas turmas do 9º ano, o conteúdo 'Fontes Renováveis e Não-Renováveis de Energia'.

As etapas da pesquisa constaram de aplicação do pré-teste como forma de conhecer o conhecimento prévio que os alunos tinham sobre o determinado conteúdo. Na semana seguinte aplicou-se a aula expositiva orientada por apostila e a paródia musicalizada dos conteúdos selecionados para o grupo experimental e para o grupo controle, aplicou-se a aula expositiva orientada por apostila dos conteúdos selecionados. Na terceira semana aplicou-se o pós-teste para ambos os grupos. A pesquisa foi realizada nos meses de agosto e setembro de 2016 para ambas escolas.

## 6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na pesquisa participaram 101 alunos, sendo assim distribuídos: turma 800 A, 21 alunos; 800 B, 20 alunos; 900 A, 19 alunos; 900 B, 23 alunos e 900 C, 18 alunos. O questionário pré-teste e pós-teste foi elaborado com 10 perguntas fechadas sobre o conteúdo selecionado.

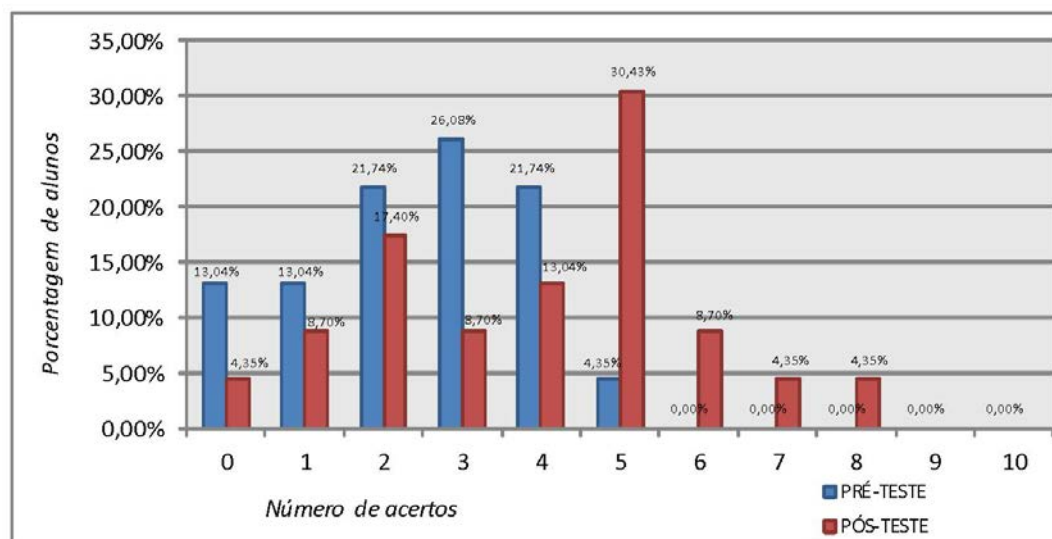
A figura 1 expressa os resultados do pré-teste e pós-teste aplicados à turma 900 A, grupo experimental.



**Figura 1.** Porcentagem de alunos pelo número de questões acertadas nos testes (10 questões) do pré-teste (azul) e pós-teste (vermelho) aplicados à turma 900 A - grupo experimental.

Com os resultados da figura 1, percebe-se que o pós-teste (vermelho) expressa maior quantidade de acertos do que os resultados obtidos anteriormente no pré-teste (azul). Esse resultado corrobora com Sekeff (2007) que afirma que a música colabora na educação dos jovens e que pode ser importante na educação. Portanto, a música como instrumento estratégico de ensino tem potencial para uso no dia a dia no colégio.

A figura 2 expressa os resultados do pré-teste e pós-teste aplicados à turma 900 B, grupo controle:

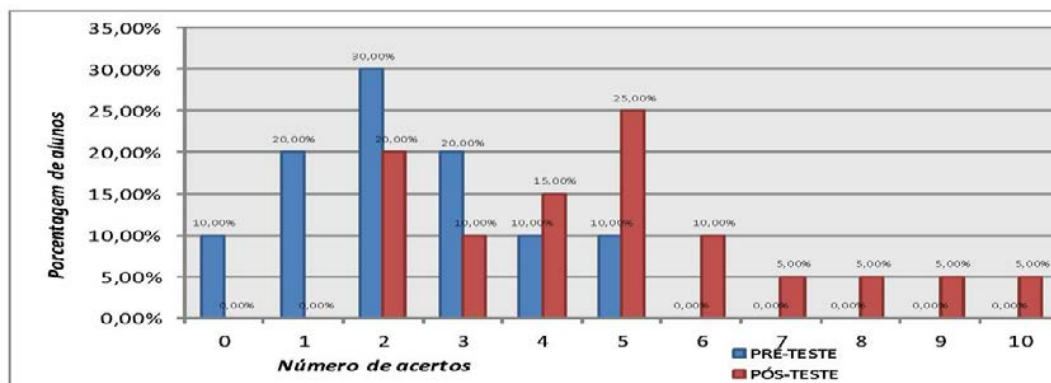


**Figura 2.** Porcentagem de alunos pelo número de questões acertadas nos testes (10 questões) do pré-teste (azul) e pós-teste (vermelho) aplicados à turma 900 B - grupo controle.



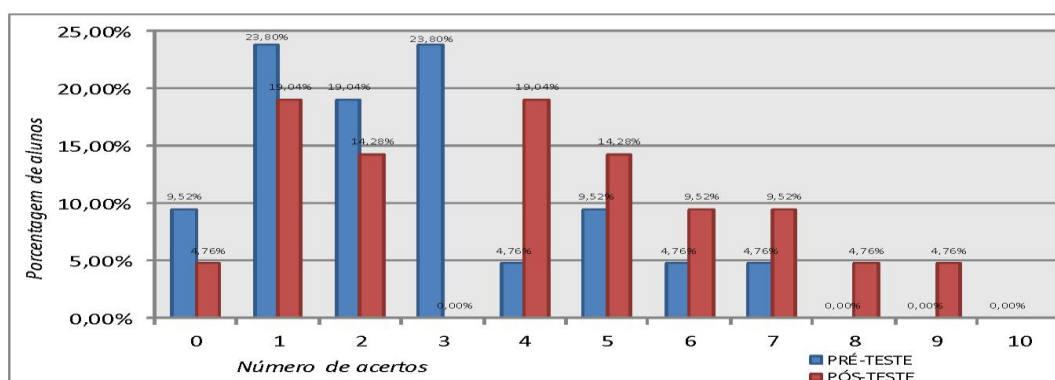
Na figura 2, percebe-se que na turma 900 B, o pós-teste não expressa valores significativos de acertos se comparados ao pré-teste, mas ao comparar-se as figuras 1(900 A) e 2 (900 B), percebe-se que o pós-teste do grupo experimental (figura 1, 900 A) obteve mais acertos que o pós-teste do grupo controle (figura 2, 900 B).

A figura 3 expressa os resultados do pré-teste e pós-teste aplicados à turma 800 A, grupo experimental:



**Figura 3.** Porcentagem de alunos pelo número de questões acertadas nos testes (10 questões) do pré-teste (azul) e pós-teste (vermelho) aplicados à turma 800 A - grupo experimental.

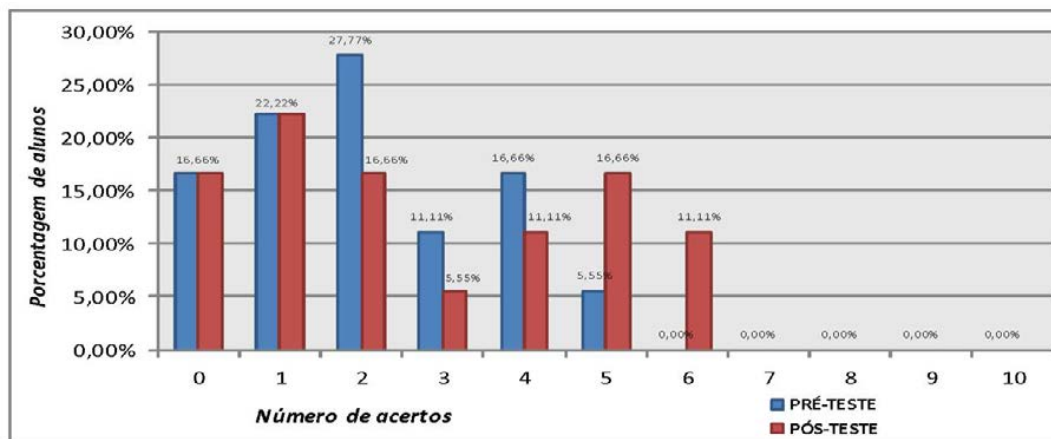
Ao analisar a figura 3, percebe-se que o pós-teste evidencia acertos maiores do que os resultados pré-teste. Estes resultados após a utilização da paródia musicalizada como estratégia de aprendizagem, corroboram com o que Granja (2010, p.83) afirma: “a canção moderna surge como um fenômeno singular caracterizado pela fértil articulação entre a onda musical e a onda verbal” e Sekeff (2007) que afirma: “[...] uma das funções da música no campo da educação é estimular, criar necessidades, [...] satisfazer, facultar condições para o desenvolvimento do educando” (p.107). A figura 4, expressa os resultados do pré-teste e pós-teste aplicados à turma 800 B, grupo controle:



**Figura 4.** Porcentagem de alunos pelo número de questões acertadas nos testes (10 questões) do pré-teste (azul) e pós-teste (vermelho) aplicados à turma 800 B - grupo controle.

A análise da figura 4 demonstra que o pós-teste obteve resultados bem inferiores com relação a número de acertos se compararmos com o pós-teste do grupo experimental (figura 3).

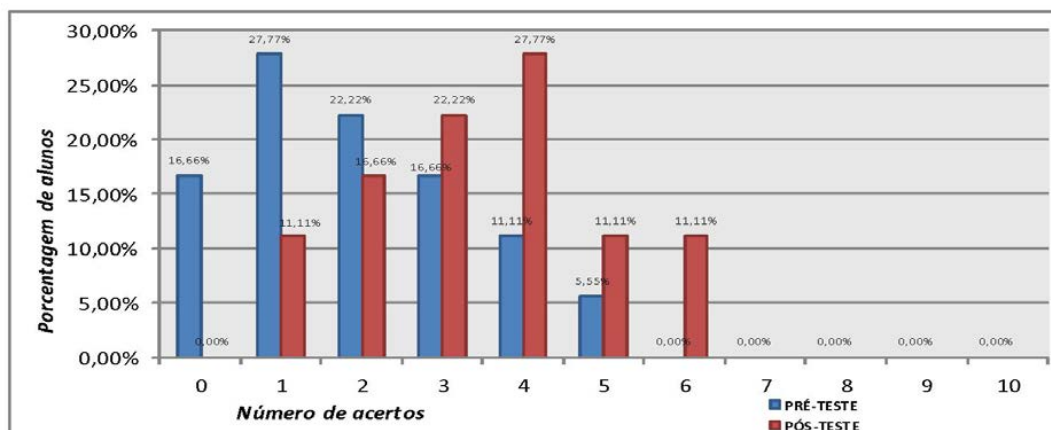
Abaixo a figura 5, grupo experimental da turma 900 C:



**Figura 5.** Porcentagem de alunos pelo número de questões acertadas nos testes (10 questões) do pré-teste (azul) e pós-teste (vermelho) aplicados à turma 900 C - grupo experimental.

Com os resultados apresentados na figura 5 percebe-se que o pós-teste (vermelho) expressa maior quantidade de acertos do que os resultados obtidos anteriormente no pré-teste (azul). Esse resultado corrobora com Sekeff (2007) que afirma: “[...] se educar é levar a conhecer, se educar é possibilitar sentir e refletir, o processo educativo acrescido dos usos e recursos musicais afiança conhecimento e sentimento [...]” (p.110) e que “[...] a música alimenta o poder da atenção prolongando essa capacidade [...]” (p.119).

Abaixo a figura 6, grupo controle da turma 900 C:



**Figura 6.** Porcentagem de alunos pelo número de questões acertadas nos testes (10 questões) do pré-teste (azul) e pós-teste (vermelho) aplicado à turma 900 C - grupo controle.

Com a análise da figura 6 percebe-se que o pós-teste (vermelho) expressa maior quantidade de acertos do que os resultados obtidos no pré-teste (azul). Esse resultado corrobora com Sekeff (2007) que afirma: “[...] quem canta, escuta, lê, [...] aprende a pôr em ordem seu pensamento. Daí que a vinculação da música à perspectiva de outros conteúdos disciplinares acaba por ratificar os pressupostos de uma real ferramenta auxiliar da educação” (p.146) e Barros *et al.*(2013) quando afirma que “[...] a utilização da música como instrumento facilitador do processo ensino-aprendizagem por professores de Ciências Naturais e Biologia deve ter o seu uso possibilitado e incentivado em sala de aula” (p. 93).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se com a realização desta pesquisa despertar o interesse e motivação para a possibilidade de utilizar paródias musicalizadas nas aulas de Ciências como estratégia promotora de aprendizagem. Pretende-se difundir o uso da música para o ensino e aprendizagem de Ciências pelo seu potencial didático e motivador. Esta vem a corroborar com Granja (2010, p. 105) que afirma que “é preciso retomar a dimensão da música [...] A música deve ser contemplada na escola porque é uma linguagem própria do homem.”

Ressalta-se que na pesquisa em questão não existe a pretensão de propor que as paródias musicalizadas expliquem completamente e sozinhas a disciplina de Ciências, mas que estabeleça possibilidades interdisciplinares de promoção da aprendizagem de Ciências e que seja uma oportunidade para que outras disciplinas também testem a estratégia.

Com a presente pesquisa foi possível perceber a utilização da música como uma estratégia que permite instaurar uma dinâmica lúdica, significativa e instigadora no ensino de Ciências. Utilizando a música aliada ao conteúdo em forma de paródias musicalizadas o processo ensino-aprendizagem se tornou mais alegre e foi possível perceber um elo entre os conteúdos e a música promotor de motivação, aprendizagem e empatia entre aluno, conteúdos e o professor.

As turmas 900 A, 800 A e 900 C do grupo experimental, obtiveram maior número de acertos no pós-teste comparados ao pós-teste do grupo controle, demonstrando que há eficiência para o processo de ensino-aprendizagem ao utilizar-se paródias musicalizadas de conteúdos. É possível afirmar e concordar com Gainza (1988) que a música é um elemento fundamental para o desenvolvimento integral (biopsicossocial) do ser humano, pois conecta a absorção (internalização) com a expressão (externalização e comunicação), contribuindo para o desenvolvimento do ser humano. A construção de paródias musicalizadas de conteúdos, abre possibilidade de novos estudos sobre o emprego da música como estratégia no ensino de Ciências e do alargar de fronteiras com o pensar interdisciplinar, ao proporcionar que outras disciplinas também utilizem desta estratégia na aplicação dos seus conteúdos.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, A.J.S.; LEHFELD, N.A.S. *Fundamentos de metodologia científica*. 3.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007, 158 p.
- BARROS, M. D. M. de; ZANELLA, P. G.; ARAÚJO-JORGE, T. C. de. Amúsica pode ser uma estratégia para o ensino de ciências naturais? Analisando concepções de professores da educação básica. *Revista Ensaio*. Belo Horizonte, v.15, n. 1, p.81-94, 2013. Disponível: <<http://goo.gl/qsgx9B>>. Acesso em: 27 mai. 2016.
- BORGES, Dayse Sampaio Lopes; DAMATTA, Renato Augusto
- BERK, R. A. Music and music technology in college teaching: Classical to hip hop across the curriculum. *International Journal of Technology in Teaching and Learning*. v.4, n. 1, 45-67, 2008.
- BIZZO, N. *Ciências: fácil ou difícil?* São Paulo: Ática, 2009.
- BREWER, C, *Music and Learning: Seven Ways to Use in the Classroom*. Tequesta, FL, USA: Life Sounds, 1995.
- CHASSOT, A. (2003) **Alfabetização científica: uma possibilidade para a inclusão social**. Rev. Bras. Educação, 22, 89-100. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n22/n22a09.pdf>. Acesso: 12/novembro/2016.
- DECLARAÇÃO DE BUDAPESTE. *Marco geral de ação*. Retirado em: 27/08/2016, do World Wide Web: [http://www.unesco.org/science/wes/esp/declaracion\\_s.htm](http://www.unesco.org/science/wes/esp/declaracion_s.htm), 1999.
- DELVAL, J. *Aprender na Vida e Aprender na Escola*. Editora Artmed. Porto Alegre, 2001.
- DEMBO, M.H. *Applying educational psychology*. 5 ed. New York: Longman, 1994.
- FRACALANZA, H.; AMARAL, I.A. e GOUVEIA, M.S.F. *O ensino de Ciências no primeiro grau*. São Paulo: Atual, 1986.
- GAINZA, V. H. de. *Estudos de Psicopedagogia Musical*. São Paulo: Summus, 1988.
- GAZZANIGA, M. S.; HEATHERTON, T. F. *Ciências Psicológicas: mente, cérebro e comportamento*. Porto Alegre: Arthmed, 2005.
- GRANJA, C. de S. E. C. *Musicalizando a escola: música, conhecimento e educação*. 2. ed. São Paulo, 2010.
- INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Disponível em <<http://www.ebc.com.br/educacao/2013/12/ranking-do-pisa-2012>>. Acesso em: 17/junho/2016.
- KRASILCHIK, M. *O professor e o currículo das ciências*. São Paulo, EPU/Edusp, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Prática de Ensino em Biologia*. 2. ed., São Paulo: Harper & Row, 1986.
- FIALHO, V. M.; ARALDI, J. Maurice Martenot. In: MATEIRO, T.; ILARI, B. (Org). *Pedagogias em Educação Musical*. 1. ed. Curitiba, PR: Editora IBPEX. 2011.

MATOS, M.I.S. *"Saudosa maloca" vai à escola. Nossa história*. Rio de Janeiro, v.3, n.32, p. 80-82, Jun.2006.

PRESSLEY, M.; LEVIN, J.R. *Cognitive strategy research: Psychological Foundations*. New York: Springer-Verlag, 1983.

POZO, J.J. Estratégias de Aprendizagem. In: COLL, C.; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs). *Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

\_\_\_\_\_. *Estrategias de aprendizagem*. *Educar*. v.1, n.3, 1998.

\_\_\_\_\_. *Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem*. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. São Paulo: Autores Associados, 1997.

SILVA, A. L. da; SÁ, I. *Saber estudar e estudar para saber*. 2. ed. aumentada. Portugal: Porto Editora, 1997.

SEKEFF, M.L. *Da música: seus usos e recursos*. 2 ed. São Paulo: ed. UNESP, 2007.

SILVEIRA, M.P.; KIOURANIS, N.M.M. A música e o ensino de química. *Química nova na escola*. São Paulo, n.28, p. 28-31, 2008.

VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente*. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes. 2003

## PRODUÇÃO DE ANIMAÇÕES COM O LIVRO: O HOMEM QUE CALCULAVA

**FERMIANO, Carlos Wilson Pimenta**

*Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em  
Matemática da Universidade Federal do  
Espírito Santo – UFES*

*Professor de Secretaria de Estado da Educação – SEDU.  
Professor da Rede Municipal de Educação de Vila Velha Bolsista CAPES  
casumat7@gmail.com*

**JACOMINO, Thiago Marques Zanon**

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Naturais da Universidade Estadual do  
Norte Fluminense – UENF*

*Professor do Instituto Federal do Espírito Santo – IFES  
thiago.jacomino@ifes.edu.br*

### RESUMO

Esta pesquisa aborda temas ligados à prática da informática na educação, interpretação textual e produção de animações no site Powtoon. Nela trabalhamos com alunos da 8ª série (9º ano) do ensino fundamental da escola “EEEFM Ewerton Montenegro Guimarães”, lendo produzindo textos resumo, e em seguida, animações no site citado, estas foram postadas no Youtube e divulgadas na comunidade escolar. Este trabalho foi fruto de um projeto de intervenção pedagógica, realizado com intuito de minimizar as grandes dificuldades, que os discentes enfrentavam para interpretar textos matemáticos. Adotamos o livro *O Homem Que Calculava*, para recrear as histórias dos dez primeiros capítulos. Fizemos uma discussão sobre a importância da informática na educação e os benefícios que pode trazer para as aulas.

**Palavras-chave:** Informática na Educação. Malba Tahan. Produção de Animações.

### ABSTRACT

This research addresses issues related to information technology practice in education, textual interpretation and production of animations in PowToon site. In her work with students from 8th grade (9th grade) of education school education “EEEFM Ewerton Montenegro Guimarães,” reading producing short texts, and then animations in that site, these were posted on Youtube and published in the school community. This work was the result of a pedagogical intervention project, performed in order to minimize the great difficulties that the students faced to interpret mathematical texts. We have adopted the book *O Homem Que Calculava* to recreate the stories of the first ten chapters. We made a discussion about the importance of information technology in education and the benefits it can bring to class.

**Key-words:** Computers in Education . Malba Tahan . Animation production.

## INTRODUÇÃO

Visando a valorização do ensino da matemática e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem dos alunos, desenvolvemos este trabalho como proposta de intervenção pedagógica na “EEEFM Ewerton Montenegro Guimarães”, localizada em Viana – ES.

As grandes dificuldades que os nossos discentes têm em interpretar um texto, os impossibilitam de resolver problemas simples e compreender os conteúdos matemáticos da última série do ensino fundamental. É fato que eles têm limitações e trabalhamos neste projeto suas especificidades, de acordo com a pedagogia de projetos de Paulo Freire, onde devemos aproveitar os conhecimentos que os alunos trazem para escola. Enquanto educador preocupava-se bastante com aprendizagem de seus alunos, e não menosprezava o conhecimento que já possuíam, pelo contrário, trazia para a sala de aula este conhecimento, a fim de aprimorar os conhecimentos dos educandos e dar sentido aos conhecimentos a serem adquiridos.

É inegável que somos imigrantes digitais, na época atual, e que os nossos discentes, como nativos digitais, se enfadam com o método tradicional de ensino. Segundo Santaella (2003):

A era digital vem sendo também chamada de cultura do acesso, uma formação cultural está nos colocando não só no seio de uma revolução técnica, mas também de uma sublevação cultural cuja propensão é se alastrar tendo em vista que a tecnologia dos computadores tende a ficar cada vez mais barata. (p. 27)

Neste trabalho, ressaltamos a importância da informática na educação, em que apresentamos alguns autores que nortearam nosso projeto. Realizamos uma breve apresentação de Malba Tahan, autor do livro *O Homem que Calculava*, que serviu de base para o nosso trabalho, citando inclusive seu caráter pedagógico, que se mostrava a frente de seu tempo. Fizemos uma contextualização da escola que foi objeto de pesquisa, citando dados do Projeto Político Pedagógico, os recursos didáticos e tecnológicos de que dispõe, estrutura física, e também o perfil da comunidade escolar. Culminando na descrição das ações do projeto, desde a leitura dos capítulos do livro até as postagens das animações no Youtube e avaliação do professor regente.

### 1. O PROJETO COMO INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

O projeto tem como proposta o desenvolvimento de ações de intervenção pedagógica voltadas aos alunos de três turmas de oitava série do ensino fundamental no turno vespertino da escola “EEEFM Ewerton Montenegro Guimarães”, na disciplina de matemática.

O baixo rendimento, problemas com interpretação de textos, dificuldades em realizar operações básicas foram identificados na avaliação diagnóstica. Aplicamos um estudo dirigido para perceber as maiores dificuldades dos discentes. Depois da avaliação diagnóstica começamos a traçar ações a fim de tentar recuperar estes conteúdos perdidos. Estas foram às motivações iniciais para este trabalho.

Escolhemos a produção digital, porque este grupo de alunos gosta muito de assistir vídeos nas redes sociais. Então pensamos: “Por que não produzir os vídeos eles mesmos?”. Aproveitando o ensejo, fizemos uso destas tecnologias tão utilizadas por eles

no cotidiano. Buscamos com isto melhorar o desempenho e a motivação dos discentes para as aulas de matemática.

Conhecendo o problema dos alunos, buscamos um autor que trabalhasse isto, ninguém melhor do que Júlio de César de Melo e Souza, e o livro *O Homem que Calculava* para desenvolver este trabalho com estas turmas. Conceitos como proporcionalidade, divisão em partes proporcionais, problemas que despertam o raciocínio lógico-matemático, números e operações são temas que podem ser trabalhados com este livro.

Estimular o estudo da matemática promovendo o desenvolvimento da autonomia, raciocínio lógico-matemático, possibilitando ampliação no conhecimento e no desenvolvimento dos alunos do 9º ano; trabalhar técnicas e estratégias de produção de animações; utilizar a informática como ferramenta para produção de animações; promover o estudo de textos interdisciplinares para produção das animações; estimular a criatividade dos discentes, bem como a iniciativa pessoal, foram objetivos do projeto durante todo o seu desenvolvimento.

Visando o advento das novas tecnologias e seu uso ficando cada vez mais democrático, haja vista que existem aplicativos que nos possibilitam utilizar à internet a baixo custo, a informática tem se mostrado cada vez mais essencial nos dias atuais. Segundo Santaella (2003):

Já está se tornando lugar-comum afirmar que as novas tecnologias da informação e comunicação estão mudando não apenas as formas do entretenimento e do lazer, mas potencialmente todas as esferas da sociedade: o trabalho (robótica e tecnologias para escritórios), gerenciamento político, atividades militares e policiais (a guerra eletrônica), consumo (transferência de fundos eletrônicos), comunicação e educação (aprendizagem a distância), enfim, estão mudando toda a cultura em geral. (p. 23)

Hoje uma notícia pode ser facilmente acessada em redes sociais como o *Twitter* ou *Facebook* antes mesmo de sair na imprensa. Empresas como o GOOGLE já planejam fazer entregas via drones nas grandes cidades em 2017. A SONY registrou recentemente uma patente de lente capaz de fotografar com uma piscadinha voluntária, ou seja, muitas coisas que há dez anos faziam parte de filmes de ficção hoje já são reais. No site Tecnomundo encontramos vários exemplos como estes acima.

Já é uma realidade comprar ou pagar contas sem sair de casa utilizando apenas um smartphone. As indústrias de automóveis possuem produção predominantemente automatizada, sem falar do empacotamento de alimentos que é totalmente automático.

Segundo Castells “a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas.” (1999, p.43). Vemos com isto, que uso da tecnologia é inevitável e essencial. Esta demanda pode auxiliar na educação, e as escolas devem se adequar para polir os instrumentos tecnológicos, a fim de filtrar esta avalanche de informações que chegam sobre os nossos discentes.

Numa sociedade globalizada, onde a tecnologia avança em passos largos, há necessidade de lidar com alguma familiaridade com as principais ferramentas tecnológicas disponíveis. Neste contexto, a escola insere-se como uma das principais responsáveis para a inclusão do indivíduo neste contexto. (MENEZES, et al.; 2006)



Devemos inserir os discentes neste contexto, porque mais tarde ele poderá enfrentar dificuldades ao manusear alguns destes equipamentos tecnológicos. Todas as pessoas devem ter uma mínima noção de tecnologia, pois ela está presente em nosso cotidiano desde o caixa do supermercado, passando pelos caixas dos bancos, está presente nos hospitais, nos cinemas, nos estacionamento dos shoppings ou de lojas em geral, nos brinquedos, nos jogos, enfim é presença constante no nosso cotidiano.

As ferramentas tecnológicas não param de multiplicar. O projetor multimídia com computador embutido é um recurso que pode auxiliar o trabalho do professor, isto sem falar no quadro digital e outros recursos didáticos tecnológicos que já fazem parte do cotidiano de algumas escolas.

O professor de matemática deve ter um olhar especial para este assunto, pois os alunos da rede de ensino básico enfrentam muitas dificuldades com esta disciplina. Segundo Menezes:

O acesso à informática deve ser ampliado para as diversas áreas da educação, principalmente na matemática, pois esta disciplina tem sido um dos pontos críticos do ensino básico, causa dos mais altos índices de evasão escolar e repetência, interferindo de modo negativo na formação da cidadania. Desta forma, faz-se necessárias modificações com contribuições na melhoria deste quadro, e uma destas contribuições está relacionada com a utilização da informática no processo de ensino e aprendizagem desta disciplina. (MENEZES, et al.; 2006)

Seguindo esta linha de pensamento, a Assembleia Legislativa do Espírito Santo aprovou a PL 55/2016, que revoga a Lei 8.854/2008, que proíbe o uso de celular nas escolas estaduais. Esta medida faz parte da nova política educacional do Estado do Espírito Santo, que com o Programa SEDU Digital, onde a Secretaria de Estado da Educação (SEDU) deseja incentivar o uso de tecnologias nas escolas estaduais contando com a ampliação gradativa destes aparelhos e WIFI na rede estadual de educação. O governador do Estado do Espírito Santo, Paulo Hartung, classificou como “incompatível para os dias atuais” a proibição do uso de celular em sala de aula. A estimativa é que em três anos todas as escolas estaduais possuam internet banda larga aberta. Esta medida é muito contemporânea e mostra a preocupação da SEDU em acompanhar o crescimento tecnológico.

Ainda há muitos questionamentos com relação ao uso deste aparato tecnológico em sala de aula, pois a PL 55/2016 apenas revoga e não cria normas para o uso dos aparelhos em sala de aula. Muitos profissionais da educação se sentiram abandonados pela omissão da Secretaria de Educação, quanto à normatização do uso dos celulares na educação básica estadual. Porque se não há uma norma o discente poderá usar o aparato sem restrições, o que pode causar problemas durante a aula.

O deputado Sérgio Majeski (PSDB), o único dos 20 deputados a votar contra a PL 55/2016, na Sessão realizada no dia 30 de março e 2016, justificou afirmando que não é contrário à utilização de ferramentas tecnológicas para auxiliar na educação de alunos, porém, mostrou-se preocupado caso não haja controle no uso ao afirmar: “Se o uso não for bem pensado, ele pode atrapalhar, pois ele vai causar uma dispersão maior nos alunos”, complementou o deputado: “hoje os professores enfrentam diversos obstáculos relacionados à indisciplina”.

Segundo Castells (1999), a internet é hoje “espinha dorsal da comunicação global mediada por computadores” (p. 369). Pela facilidade de acesso e transferência de informações, que a SEDU aposta suas fichas nesta ideia. Não há nada melhor do que tirar todas as suas dúvidas na rede mundial de computadores e em tempo real sanar as dificuldades e também complementar os assuntos da aula.

Outra medida tomada pela SEDU, em parceria com a Sociedade Brasileira de Matemática (SBM) e o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), foi à criação do Portal da Matemática, que possui diversas ferramentas como: vídeos, simulados e materiais de apoio pedagógico para auxiliar o professor em suas aulas. Nele o aluno e o professor podem se inscrever e através de um *login* e senha, gerados no site, podem ter acesso a todo este material via computador, *smartphone*, *tablet* ou celular. O projeto é incipiente, mas o Secretário da Educação se encontra motivado.

Estas medidas seguem uma tendência já implantada pelo Ministério da Educação visando incentivar o uso de tecnologias. O Governo Federal criou o Portal da Educação, ele é um site que busca democratizar a educação nacional. Além dele também foi criado o Portal do Professor, que dispõe de diversas ferramentas para auxiliar este profissional. Também foi criado, pelo Governo Federal, um site com o objetivo de treinar o estudante para fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) chamado “A Hora do ENEM”, ele possui conteúdos, simulados, vídeo aulas e plano de estudos, tudo isto visando orientar o aluno a estudar para a prova mais importante do ensino médio no Brasil. Não são poucos os sites existentes na atualidade que induzem o professor a utilizar novas tecnologias, entre eles podemos destacar: Rede Interativa Virtual de Educação (RIVED), Portal Domínio Público, Portal Dia a Dia da Educação, Khan Academy, entre outros. Estes são só alguns exemplos de como a informática pode auxiliar a educação. A esse respeito, concordamos com Castells, que destaca:

Mas, assim como Lévy, apontamos o dilema do determinismo tecnológico como um aspecto que deve ser refutado, uma vez que “a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas. (CASTELLS, 1999, p.43)

A sociedade não pode ser representada sem suas ferramentas, assim como o celular, ou os computadores, ou os tabletes devem ser incorporados ao cotidiano escolar. Sabemos que este processo é lento e que talvez seja necessário mais um tempo para que a tecnologia seja o recurso didático principal em todas as aulas da educação básica.

Ainda existem muitos entraves para colocar em prática todas estas novas tecnologias, é fato que não faltam ferramentas para os docentes atuais trabalharem, mas na maioria das vezes falta suporte técnico para colocar todas estas ações em prática, principalmente nos laboratórios de informática. Outro entrave é que nem todas as escolas da rede estadual do Espírito Santo possuem um link de internet que atenda satisfatoriamente aos professores, quanto mais se este link for liberado para os alunos. Isto não significa que o projeto não tem seu valor, pelo contrário, ele é um ponto de partida para uma educação mais democrática.

Tendo em vista a estrutura das escolas da rede, a SEDU enviou um comunicado para estas solicitarem um link de internet com até 15Mb, mas nem todas as regiões do estado possuem cobertura para um link que seja satisfatório. Existe a dificuldade para acessar todas estas ferramentas na escola, mas isto não impede que os alunos o façam em casa

ou em outros lugares, cabe ao professor popularizar todas estas ferramentas e usá-las quando possível.

O fato é que ainda existem professores, que resistem em utilizar as novas tecnologias em sala de aula, ou por medo, por falta de preparo, ou porque o planejar atividades assim costuma ser muito trabalhoso. Não utilizam estas tecnologias que fazem parte do cotidiano dos nossos discentes

Segundo Fanti:

A utilização de softwares pode contribuir também para um ensino de matemática que almeja a compreensão, o desenvolvimento de diversas formas de raciocínio na resolução de problemas. É importante também que os professores passem a utilizar destes meios para incrementar sua prática pedagógica, sem abrir mão da importância do embasamento teórico de todos conteúdos matemáticos (FANTI, p. 2004).

O professor deve utilizar todas estas ferramentas sem desviar o foco dos conteúdos, todas as atividades devem ser bem planejadas para que ocorra o objetivo principal: a aprendizagem. Para tanto, os profissionais da educação precisam de um mínimo conhecimento de informática para trabalhar conceitos matemáticos, haja vista que os algoritmos não podem ser escritos da forma que são, e sim numa linguagem matemática computacional básica. Mas dependendo do assunto que estiver em foco serão necessários apenas de conceitos básicos de informática.

O docente também pode utilizar softwares para facilitar o processo. Um bom exemplo de software que auxilia na compreensão de múltiplos e divisores é o TUX MATH, disponível para LINUX, nele o educando usa uma arma que dispara sobre a operação matemática, quando este digita no teclado do computador o resultado da operação, que aparece no visor. No software é possível o aluno treinar seu desempenho em operações aritméticas básicas, bem como fazer operações diversas envolvendo múltiplos e divisores. O discente pode fazer um duelo e jogar em duplo, tudo visando o treino em operações algébricas. O programa também cria um ranking que registra recordes. Também é possível jogar online se o professor assim preferir e tiver um link de internet satisfatório.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA

A escola Ewerton Montenegro Guimarães foi inaugurada no dia 30 de novembro de 2007, tem como Ato de Criação a Portaria 3211 de 29/02/1996, publicado no Diário Oficial de 05/03/1996 e Ato de Aprovação a Resolução CEE/ES nº 1495/2007 de 22/05/2007. Ofertando assim os seguintes níveis de ensino: Ensino Fundamental – Ato de Criação Portaria Nº 141R de 3/12/2011 – Ato de Aprovação EF – Res. CEE nº 3139/2012 de 16/05/2012, Ensino Médio - Portaria Nº 072 de 05/12/2000 e Educação Profissional Técnica em Logística integrada ao Ensino Médio - Parecer CEE nº 2.587/2010 da Resolução CEE nº 2.277/2010, publicado no Diário Oficial de 05/07/2010 e Educação Profissional Técnica em Administração Parecer CEE nº 2.729/2010 da Resolução CEE nº 2.417/2010, publicado no Diário Oficial de 03/08/2010. A Escola atende nos três turnos, sendo o fundamental II (7º e 8º séries) apenas no vespertino, apesar de ter capacidade de matrícula em 2015 de 895 alunos, trabalha com 720 discentes.

Atualmente possui uma boa estrutura com laboratórios de informática e de ciências bem equipados, sala de recursos, sala de vídeo, quadra poliesportiva. A manutenção destes recursos é sempre um desafio para gestão escolar, devido a limitação de verbas destinadas para este fim. Do ponto de vista teórico-metodológico o projeto que desenvolvemos atende aos anseios do PPP escolar, que visa uma linha pedagógica histórico-crítica, vendo o saber objetivo como questão fundamental do processo de educação formal, tendo em vista a relação de interação entre o sujeito e objeto, e tendo o professor como personagem fundamental neste processo sendo mediador das situações de aprendizagem. Este deve assegurar ao educando uma formação crítica capaz de levá-lo a refletir sobre temáticas cotidianas.

Os alunos são, em geral, de uma comunidade carente onde a falta de segurança e a ausência da família na vida escolar é cada vez mais constante. É fato que eles possuem muitas limitações, mas também é fato, que possuem muito potencial que precisa ser trabalhado. É fato que esta é uma oportunidade de mostrar algumas aplicações práticas de conceitos matemáticos básicos.

A escola dispõe de: Acervo Bibliográfico, TVs, DVDs, Globos terrestres, Laboratório de Informática com wire less 20 máquinas, Laboratório de Ciências da Natureza, Episcopio, Rádio, Quadro digital, Máquinas filmadoras, Tabletes, Data show, Mapas, Máquina reprográfica, Notebook, Dorso, Esqueleto, Microscópio entre outros recursos didáticos que estão à disposição dos alunos para ensino e pesquisa.

### 3. MALBA TAHAN

Júlio César de Melo e Sousa (Rio de Janeiro, 6 de maio de 1895 – Recife, 18 de junho de 1974), mais conhecido pelo heterônimo de *Malba Tahan*, foi um escritor e matemático brasileiro. Através de seus romances foi um dos maiores divulgadores da matemática no Brasil.

Nascido de família simples ele tinha hábitos estranhos de acordo com Oliveira ele costumava colecionar sapos. Segundo Oliveira (1949):

O menino Júlio era tão versátil: lendo escrevendo [...]. Se os gansos grasnavam ou a galinhada gritava, ele saía correr, porque podia ser alguma coisa com o “Monsenhor”, ou com o “Ilustríssimo senhor”, os figurões mais lojudos da sua coleção de sapos [...]. (p.61)

Segundo Oliveira (2004) Júlio César de Melo possui diversas obras com heterônimo de Malba Tahan:

De acordo com o autor citado anteriormente Malba Tahan, mesmo escolhendo um heterônimo árabe, jamais visitou o oriente. Ele é famoso no Brasil e no exterior por seus livros de recreação matemática e fábulas e lendas passadas no Oriente, muitas delas publicadas sob esse heterônimo/pseudônimo.

O fato de usar um pseudônimo estrangeiro ocorreu porque os escritores brasileiros não eram valorizados em seu tempo. Este fato foi confirmado por Shinkawa (2010) quando escreveu:

Como o mercado literário daquela época dava grande valor à escrita estrangeira Mello e Souza trocou seu nome por R S Slady (ou R S Slade, como citam outros autores), que acabara de inventar, e levou seu texto novamente para o diretor,

dizendo que seu trabalho era mesmo muito ruim, mas ele havia descoberto um autor americano denominado R S Slady que escrevia bem e era desconhecido no Brasil. (p.5)

A autora aponta que no dia seguinte, o Jornal “*O Imparcial*” trazia em sua primeira página o conto *A Vingança do Judeu* de R S Slady, e posteriormente mais quatro seriam publicados. Ela aponta inclusive a data do nascimento de Malba Tahan:

06 de maio de 1885 é a data que marca o nascimento de Ali Iezid (ou Yezzid, como citam outros autores) Izz-Edim Ibn Salim Hank Malba Tahan, um famoso escritor árabe descendente de uma família muçulmana que nasceu na aldeia de Muzalit, próxima à antiga cidade de Meca. Começou seus estudos no Cairo, depois foi para Constantinopla, onde concluiu o curso de ciências sociais. Foi também durante esse período que começou a escrever trabalhos literários que seriam publicados em diversos jornais e revistas, em turco. SHINKAWA(p. 5, 2010).

Vale ressaltar que a data de nascimento de Malba Tahan coincide com o dia Nacional da Matemática no Brasil, e este fato não é coincidência, isto ocorre, porque, em 05 de maio de 2004, a então deputada Raquel Teixeira foi a responsável por apresentar um projeto de lei, para instituir o Dia Nacional da Matemática. O objetivo era que o Ministério da Educação e da Cultura incentivasse atividades culturais e educativas nessa data. A proposta de Raquel determinava um momento para refletir a educação matemática, incentivando os professores e estudantes a cultivar a cultura e o saber. Apenas em 26 de junho de 2013 a Presidenta da República, Dilma Rousseff, sancionou a lei nº 12.835, que instituiu, oficialmente, o Dia Nacional da Matemática, que deve ser comemorado anualmente em todo o território nacional em 06 de maio. A data foi escolhida para homenagear o brilhante escritor.

O livro mais conhecido de Júlio César de Mello e Souza foi: *O Homem que Calculava*, é uma coleção de problemas e curiosidades matemáticas apresentada sob a forma de narrativa das aventuras de um calculista persa à maneira dos contos de *Mil e Uma Noites*. Monteiro Lobato classificou-a como: “... obra que ficará a salvo das vassouradas do Tempo como a melhor expressão do binômio ‘ciência-imaginação.’”

#### 4. A PESQUISA

Depois das considerações iniciais, em planejamento com a equipe pedagógica da escola, utilizamos a sala de vídeo para a leitura do livro. Nossa escolha não foi por acaso, pensando em utilizar espaços diferenciados da escola, queríamos utilizar a biblioteca com o objetivo de incentivá-los a este tão belo hábito, contudo ficamos frustrados ao perceber que esta não comportaria 30 alunos simultaneamente. Também pensamos em levá-los em dois grupos menores com 15 alunos cada, mas à logística para tal ato se tornaria inviável, pois o tempo de uma aula não seria suficiente para leitura de um capítulo. Enfim escolhemos o espaço da sala de vídeo por ser um ambiente mais agradável, sendo climatizado, e também por ter lotação suficiente para atender a demanda.

Os capítulos do livro não são muito densos, este fato facilitou a leitura, evitando que se tornasse cansativa, e nos permitiu fazer um resumo-comentário ao final de cada um, a fim de auxiliar àqueles com maior dificuldade de interpretação. Nosso objetivo neste momento era criar nos discentes empatia pelo texto, haja vista, que os alunos ainda tinham como tarefa de cada aula, produzir um texto resumo do capítulo.

As atividades no âmbito pedagógico não têm sucesso sem planejamento. No planejamento semanal realizado em todas as quartas-feiras, era separado um momento para corrigir os textos e escrever neles comentários, bem como avaliar o andamento do projeto. É no planejamento que avaliamos o andamento do projeto e verificamos os pontos que precisam melhorar.

A equipe pedagógica da escola abraçou o projeto dando todo apoio necessário para sua realização. Em reunião de planejamento decidimos que seria dado um *feedback* aos alunos e um relatório seria dialogado com a equipe pedagógica da escola após cada produção e correção dos textos. Esta ação teve início a partir da leitura do terceiro capítulo do livro. Com isto os alunos poderiam rever seus textos e fazer eventuais correções. Outro fato importante foi que durante o projeto alguns alunos gostaram tanto das histórias de Malba Tahan que resolveram ler outros livros do mesmo autor e se encantaram com eles.

No início, junto à equipe pedagógica da escola, decidimos começar a produção depois de ler todos os 34 capítulos do livro, mas quando completamos dez aulas(10 capítulos) de leitura e produções de resumos, percebemos que a atividade já estava se tornando enfadonha, foi neste momento que decidimos começar a produzir as animações. Marcamos as aulas e enfim iniciamos as atividades no laboratório. Apresentamos o site *Powtoon* aos alunos mostrando todas as suas potencialidades, ferramentas e recursos. Diversos problemas surgiram no decorrer do processo, mas e esperávamos por isto, pois diversos alunos tinham pouca familiaridade em manusear os periféricos do computador.

## 5. METODOLOGIA

Sugerimos que os alunos se dividissem em grupos de no máximo quatro alunos com o único requisito de pelo menos um deles ter computador com internet para facilitar a produção e evitar gastos excessivos. Marcamos diversas aulas expositivas no laboratório de informática para familiarizar o aluno com os recursos do site, bem como, instruir todos os passos, que deveriam ser feitos para a construção das animações. Foram apresentados: tutoriais do site, animações feitas pelo professor, e animações feitas por alunos que já haviam iniciado a produção. Algumas animações foram produzidas no momento da aula para efeito de exemplificação.

Todo o trabalho foi acompanhado de perto através do laboratório de informática, e através de correio eletrônico. Um fato que colaborou bastante para o nosso trabalho é que no Powtoon é possível fazer reedição das animações, sendo assim o aluno pôde a cada aula trabalhar um pouco até concluí-lo. E muitos fizeram assim, começaram a produzir em outros locais e buscavam nas aulas expositivas tirar suas dúvidas sobre alguns recursos do site.

Terminados os trabalhos chegou o momento de fazer as postagens no Youtube. Vale ressaltar, que os trabalhos já estavam salvos no site, mas desta forma apenas a pessoa que produziu teria acesso ao vídeo.

Como proposta de avaliação resolvemos pedir a publicação das animações nessa rede social, afim de socializar as produções e quem sabe gerar novas ideias para trabalhos futuros. Também foi pedido para que cada aluno comentasse pelo menos três publicações de seus colegas.

## 6. POWTOON

Nesta parte mostraremos alguns pontos apresentados nas aulas expositivas no laboratório de informática. No primeiro momento procurei mostrar uma animação que havia feito para exemplificar o trabalho. Não foi nada complexo, apenas um vídeo que durou cerca de um minuto, mas o foi o suficiente para instigá-los a produzir. Alguns se mostraram céticos, primeiro quanto a mim, duvidavam que eu mesmo fizera aquela animação, mas à medida que o vídeo foi passando eles ficaram convencidos disto. Depois quanto à capacidade deles produzirem algo semelhante. A figura 1 mostra um print da página da produção.



**Figura 1.** Produzindo animações. FONTE: [www.powtoon.com](http://www.powtoon.com) <acesso 10/06/2016>

Um dos problemas apresentados pelos alunos foi o fato do site ser todo em inglês, mas foi facilmente superado por ser um inglês que está muito próximo daquele que eles veem em smartphones, aparelhos de DVD e vídeo games. Um inconveniente que chega a ser mais problemático principalmente quando se dispõe de poucos recursos, é descrito por Melgar:

Sólo presenta dos pequeños inconvenientes: que se encuentra aún en fase Beta y que sólo podremos disponer de ella de forma gratuita durante los 30 primeros días. Aunque si optamos por su versión de pago, en la Sección de Educación comprobaremos que sus precios son bastante asequibles. (MELGAR, p.3, 2013)

Traduzido diretamente:

O site também dispõe de uma versão *Beta* que só pode ser utilizada por 30 dias, muito embora se optarmos por sua versão educacional, poderemos dispor dela com preços acessíveis. “Tradução nossa”

O *login* no site pode ser feito via Facebook, GOOGLE+ ou LinkedIn, mas apesar disto instruímos o aluno a criar uma conta gratuita no site utilizando uma conta do Google. Esta escolha foi intencional haja vista que nossa pretensão, é fazer postagens no Youtube posteriormente.

Após criada a conta, o site manda um e-mail para o endereço eletrônico registrado nele. Este servirá de via de comunicação entre o animador e o recurso tecnológico. O usuário deverá fazer a validação da conta e somente depois poderá utilizá-la. Feito este processo, o usuário poderá começar a produzir quando bem desejar. Logo em

seguida, o animador deve escolher que produto deseja trabalhar: vídeo de animação ou slides de apresentação. No nosso caso, seria o vídeo de animação. Mas esta foi uma ótima oportunidade de mostrar ao aluno esta potencialidade do site, que é possível criar slides para a apresentação de algum trabalho escolar e deixá-lo disponível na rede. Além disto, é possível o animador reutilizar imagens que já trabalhou em algum momento. O site salva todas as imagens que você importar, através do botão *upload image*.

Terminadas as aulas expositivas, cada grupo começou produzir sua animação no site PowToon, cujo tema foi uma das histórias do livro *O Homem que Calculava*. A escolha da história ficou a critério de cada grupo, não havendo nenhuma objeção por parte do professor coordenador do projeto, a menos que a história já tenha sido escolhida por algum outro grupo.

Após a produção das animações, as mesmas foram postadas no Youtube, sendo seu link distribuído entre os colegas da turma e para o professor via redes sociais e e-mail, respectivamente, com o intuito de que cada um deixe sua colaboração nos comentários, que também fazem parte da avaliação. Os links dos trabalhos realizados, bem como as fotos das aulas expositivas e de orientação estão disponíveis nos anexos.

A próxima etapa do projeto foi à avaliação. Esta foi a parte mais difícil do projeto, haja vista que todos os alunos eram incipientes nesta metodologia, muitos sequer haviam feito uma apresentação em Power Point, quanto mais produzir vídeos e postar numa rede social. Mesmo numa avaliação tradicional, na qual é solicitada ao aluno apenas a resolução de exercícios, é possível avançar para além da resposta final, considerando:

- o modo como o aluno interpretou sua resolução para dar a resposta;
- as escolhas feitas por ele para desincumbir-se de sua tarefa;
- os conhecimentos matemáticos que utilizou;
- se utilizou ou não a matemática apresentada nas aulas; e
- sua capacidade de comunicar-se matematicamente, oralmente ou por escrito. (Buriasco, p. 503, 2004)

Levando em consideração todos estes pontos de Buriasco (2004), a comunidade escolar, na qual o professor estava inserido, e todas as dificuldades que alguns enfrentaram no desenvolvimento dos trabalhos, toda a equipe técnica pedagógica da escola, em planejamento, resolveu que todos os avanços cognitivos alcançados com o projeto deveriam ser levados em consideração na avaliação.

Concordamos com Vergani (1993) no que tange a avaliação, pois existem indicadores que podem nortear a avaliação do professor através da observação, entre os quais poderiam ser citados:

- o interesse com que o aluno se entrega às atividades matemáticas;
- a confiança que tem em suas possibilidades;
- sua perseverança, apesar das dificuldades encontradas;
- se formula hipóteses, sugere ideias, explora novas pistas de pesquisa;
- se avalia criteriosamente a adequação do processo que adotou ou a solução que encontrou;
- se reflete sobre a maneira de planificar uma atividade e de organizar o seu trabalho;



- se pede ajuda em caso de dúvida ou de falta de conhecimentos; e se comunica suas dificuldades e descobertas aos colegas, de maneira adequada.

Vergani (1993, p.155)

Levamos em consideração todos estes pontos destes dois autores no momento da avaliação, por esta razão decidimos que esta etapa fosse parcialmente online. Nela cada aluno participante criou uma conta do GOOGLE, em particular do gmail, para poder criar uma conta do PowToon, e posteriormente fazer a postagem do vídeo no Youtube. O professor só avaliou as animações, que foram postados no Youtube, por isto a importância de se criar as contas do Powtoon e do gmail.

O compartilhamento com o professor foi feita via endereço eletrônico. O aluno enviava o link do trabalho já produzido para o professor e este visualizava o vídeo e registrava a nota da animação.

Vale ressaltar que o site também permite compartilhar vídeos e fazer *login* por outras redes sociais, a saber, GOOGLE+, Twitter, Facebook e LinkedIn, mas resolvemos utilizar, principalmente, o Youtube para compartilhamento e a avaliação. Esta postura não proibiu que o aluno compartilhasse seus vídeos via outras redes sociais. Estas inclusive foram utilizadas para compartilhamento dos links dos trabalhos entre si, mas isto não eximiu os alunos de fazer a postagem no Youtube.

Os critérios de avaliação das animações:

- A participação nas aulas expositivas sobre o site e a construção das animações.
- O interesse do aluno em produzir a animação.
- A qualidade do produto final.
- Não poderiam haver animações repetidas.
- Todas animações deveriam conter áudio, seja de voz ou fundo musical.
- Todas animações deveriam ser postadas no Youtube até a data limite.
- Cada aluno deveria comentar pelo menos três animações de seus colegas.

## CONCLUSÃO

Inicialmente os alunos ficaram um pouco assustados, porque para eles tudo aquilo era novidade, mas com o tempo, o medo foi passando e a maioria gostou do trabalho. Perceberam que trabalhar animações era melhor do que aulas expositivas cansativas. Reclamaram que não sabiam fazer, mas quando colocaram “a mão na massa” acharam fácil e motivador. Quando assistiram a seus vídeos no Youtube, ficaram maravilhados com seus próprios trabalhos.

Com o desenvolvimento desse trabalho, pudemos constatar que o projeto contribuiu para a melhoria da qualidade da educação e ampliação do espaço/tempo de aprendizagem dos alunos da unidade escolar. É bem verdade que as atividades desenvolvidas promoveram a interação, a participação nas aulas e a desinibição dos alunos. Também houve melhoria na interpretação e produção textual. Outro fato importante é que o projeto aumentou as possibilidades para os alunos mostrarem e aperfeiçoarem sua criatividade.

Tendo como base a avaliação diagnóstica feita no início do processo houve melhora significativa no que diz respeito aos objetivos pedagógicos, pois boa parte dos alunos puderam melhorar o seu rendimento com o projeto.

Concluimos que não devemos ter receio de trabalhar novidades com os nossos alunos, porque é muito provável que nós iremos nos surpreender com os resultados. A internet e redes sociais são ferramentas que fazem parte do cotidiano dos discentes, e nós como professores, devemos ensinar nossos alunos a usarem de maneira produtiva, construtiva e correta.

## REFERÊNCIAS

BURIASCO, R. L. C. de. **Análise da produção escrita: a busca do conhecimento escondido**. In: ROMANOWSKI, J. P.; MARTINS, P. L. O.; JUNQUEIRA, S. R. A. (orgs.) *Conhecimento local e conhecimento universal: a aula, aulas nas ciências naturais e exatas, aulas nas letras e nas artes*. Curitiba: Champagnat, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999;

FANTI, Ermínia de Lourdes Campello; da SILVA, Aparecida Francisco. **Informática e Jogos no ensino da matemática**. Universidade Estadual Paulista - UNESP. Departamento de matemática. 2004. Disponível em: <<http://www.bienasbm.ufba.br/M6.pdf>> Acesso em: 05/05/2016.

MELLO E SOUZA, J.B. *Meninos de Queluz: Crônica da saudade*. Rio de Janeiro. Aurora 1949.

MENEZES, et al.; **Atividades interdisciplinares com jogos virtuais para o ensino da matemática**. 2006. Disponível em: <[http://www.comunidadesvirtuais.pro.br/seminario2/trabalhos/josinalvamenezes\\_josivald obrito.pdf](http://www.comunidadesvirtuais.pro.br/seminario2/trabalhos/josinalvamenezes_josivald obrito.pdf)> Acesso em 05/05/2016

OLIVEIRA, C.P. **Malba Tahan. Prazer em Conhecê-lo!** In: Encontro Nacional de Educação Matemática. Anais do VIII ENEM, Recife, 2004.

OLIVEIRA, C.C. **A sombra do Arco-Íris: um estudo histórico/mitocrítico do discurso pedagógico de Malba Tahan**. 2007. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo - USP (Faculdade de Educação), São Paulo, 2007

**Portal do Governo do Estado do Espírito Santo**. Disponível em: <[www.es.gov.br/Noticias/179242/mais-tecnologia-no-dia-a-dia-dos-estudantes-da-rede-estadual.htm](http://www.es.gov.br/Noticias/179242/mais-tecnologia-no-dia-a-dia-dos-estudantes-da-rede-estadual.htm)>. Acesso 30/04/2016.

POWTOON. Disponível em: <[www.powtoon.com](http://www.powtoon.com)> Acesso em 12/08/2015.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Escola de Ensino Fundamental e Médio Ewerton Montegro Guimarães. Equipe pedagógica**. Viana -ES, 2015.

SANTAELLA, Lúcia. **Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano**. Revista FAMECOS, Porto Alegre, dezembro de 2003.

SHINKAWA, Geisa Zilli. **Primeiros estudos sobre Malba Tahan**. X Encontro Nacional de Educação Matemática. Salvador, Bahia, 2010.

TAHAN, Malba (1895-1974), **O Homem que calculava**, Rio de Janeiro, 55ª Edição, Record, 2001.

YOUTUBE. URL: disponível em: <[www.youtube.com.br](http://www.youtube.com.br)> Acesso em: 05/05/2016.

## A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS MULTIMÍDIA NA APRENDIZAGEM

**SILVA, Aline Marcelino dos Santos**

*Mestranda em Cognição e Linguagem da  
Universidade Estadual do Norte Fluminense  
alinemarcelino@zipmail.com.br*

**SANTOS, Luciana Rocha dos**

*Estudante do Programa Especial de Pós-Graduação  
em Cognição e Linguagem da Universidade  
Estadual do Norte Fluminense  
lurochas@yahoo.com.br*

**MONTANÉ, Fermín Alfredo Tang**

*Professor do Programa de Pós-Graduação em  
Cognição e Linguagem da Universidade  
Estadual do Norte Fluminense  
alfredot71@gmail.com*

### RESUMO

Este artigo trata do uso de recursos multimídia na aprendizagem, ressaltando a importância de elaborar estes recursos com base em pressupostos da cognição. O processamento da informação na memória deve ser um objeto de estudo do professor, a fim de que ele conheça os aspectos envolvidos e utilize recursos que facilitem o desenvolvimento cognitivo do estudante. Neste sentido, o trabalho apresenta a Teoria da Aprendizagem Multimídia, como perspectiva teórica que visa apoiar a elaboração de recursos multimídia para o processo de ensino e aprendizagem. Os aspectos da Teoria da Carga Cognitiva que embasam a Teoria da Aprendizagem Multimídia também são ressaltados. A utilização de recursos multimídia não pode ser compreendida de forma simplista. É necessário priorizar os aspectos cognitivos na aprendizagem, a fim de não criar uma sobrecarga cognitiva e dificultar o processo de ensino e aprendizagem.

**Palavras-chave:** Multimídia. Aprendizagem. Carga Cognitiva.

### ABSTRACT

This article deals with the use of multimedia resources in learning, emphasizing the importance of elaborating these resources based on the presuppositions of cognition. The processing of information in memory should be an object of study of the teacher, so that he knows the aspects involved and uses resources that facilitate the cognitive development of the student. In this sense, the work presents the Theory of Multimedia Learning, as a theoretical perspective that aims to support the elaboration of multimedia resources for the teaching and learning process. The aspects of Cognitive Load Theory that underlie the Theory of Multimedia Learning are also highlighted. The use of multimedia resources can not be understood in a simplistic way. It is necessary to prioritize the cognitive aspects in the learning, in order not to create a cognitive overload and to hinder the teaching and learning process.

**Key-words:** Multimedia. Learning. Cognitive Load.

## INTRODUÇÃO

As tecnologias digitais trouxeram mudanças positivas para a educação devido ao aumento dos recursos disponíveis que podem transformar o modelo de aula tradicional freqüente nas escolas. Porém, apesar das tecnologias estarem incorporadas ao cotidiano dos estudantes, elas não podem ser utilizadas na sala de aula como simplesmente recursos atrativos. Neste sentido, é necessário utilizá-las buscando desenvolver habilidades e competências no aluno.

Partindo deste enfoque, busca-se uma reflexão sobre o uso das multimídias no contexto educacional. Estas também não podem ser utilizadas como um recurso que não favoreça a construção do conhecimento. Neste contexto, o presente trabalho possui como objetivo discutir sobre o uso dos recursos multimídia na educação, trazendo como perspectiva teórica a Teoria da Aprendizagem Multimídia para construção destes recursos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e que contemplará seções sobre tecnologia e educação, Teoria da Carga Cognitiva e Teoria da Aprendizagem Multimídia. Por fim, serão tecidas algumas considerações sobre a pesquisa.

### 1. TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA PESQUISA

Thoaldo (2010, p.12) aponta um grande desafio na educação. Segundo o autor, este desafio consiste em “estimular os alunos a pensarem, pois é bem mais fácil o professor passar vários exercícios repetitivos, do que desenvolver atividades que realmente estimulem e despertem o interesse dos alunos no decorrer das aulas”.

Assim, diante do avanço e exigências da sociedade, se torna “necessário criar um ambiente de aprendizagem do século XXI e preparar os alunos para se tornarem cidadãos competentes nas sociedades baseadas no conhecimento que é proporcionado por estas tecnologias” (PATRÃO; SAMPAIO, 2016, p. 54).

Este ambiente de aprendizagem pode ser criado pelo uso adequado das tecnologias. A tecnologia deve ser utilizada a partir de “critérios claramente definidos que atendam os objetivos educacionais de ensino. Não se pode esquecer que o valor pedagógico pela utilização de um recurso em geral, depende da forma como a tecnologia é usada” (KLEIM, OLIVEIRA, ALMEIDA, SCHERER, 2013, p. 2)

Em relação ao computador, este não deve ser utilizado nas escolas para desenvolver trabalhos mecânicos, desta forma, o aluno não estará construindo conhecimento (THOALDO, 2010). De acordo com Fernandes et al. (2013) “devemos saber que nos dias de hoje quando o computador é usado para transmitir informação para o aluno, ele não pode assumir um papel de máquina de ensinar”. Desta forma, é necessário que o professor não apenas crie condições para que os alunos dominem o computador, mas que desenvolva conhecimento sobre a maneira que o computador pode auxiliá-lo na criação de novas metodologias de ensino.

Este fato ainda é confirmado por Valente (1999) quando menciona que “a informática na educação que estamos tratando, enfatiza o fato de o professor da disciplina curricular ter conhecimento sobre os potenciais educacionais do computador...” (VALENTE, 1999, p.1).

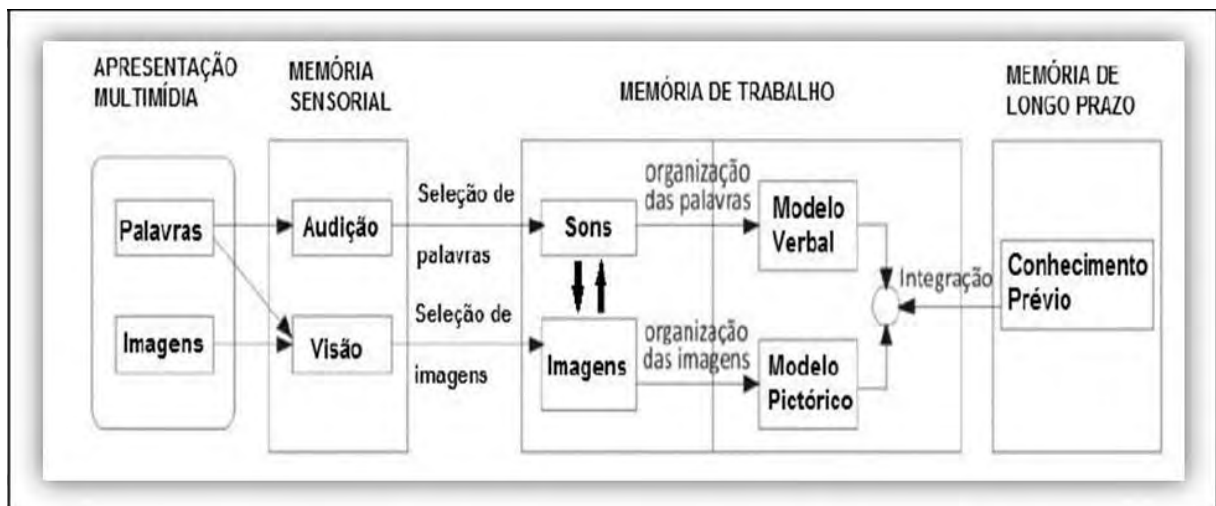
Mesmo diante de tantas contribuições das tecnologias digitais, muitos dos *softwares* e recursos ainda são utilizados na educação de forma tradicional. Neste contexto, apresenta-se a Teoria da Carga Cognitiva, que embasa a Teoria da Aprendizagem

Multimídia, como uma teoria que considera aspectos cognitivos importantes para o uso dos recursos multimídia na aprendizagem. Salienta-se, desta forma, a necessidade de priorizar fundamentos da cognição durante a elaboração e uso de recursos de aprendizagem.

## 2. A TEORIA DA CARGA COGNITIVA

Segundo Sweller (2005), a carga cognitiva inclui a complexidade do conteúdo a ser estudado, as atividades de ensino e aspectos irrelevantes. Estes últimos precisam ser eliminados, a fim de não criar uma sobrecarga cognitiva durante o processamento da informação na memória.

Apenas um número limitado de informações pode ser processado pelo sistema cognitivo humano, sem gerar sobrecarga cognitiva. As memórias sensorial e de trabalho são de curto prazo, portanto, limitadas. Já a memória de longo prazo é ilimitada. De acordo com a Figura 1, com a verificação de um recurso multimídia, o sentido da audição percebe as palavras, e a visão, as palavras e imagens. A memória sensorial atua percebendo e selecionando as palavras e imagens. A partir desta etapa, os sons e imagens são organizados em modelos na memória de trabalho, até que ocorra a integração entre estes modelos, verbal e pictórico, com o conhecimento prévio na memória de longo prazo.



**Figura 1.** Esquema de processamento da informação. Fonte: (MAYER, 2001).

Se existirem muitos aspectos irrelevantes durante este processamento da informação na memória, poderá haver uma sobrecarga cognitiva, comprometendo o raciocínio e a aprendizagem. Assim, busca-se minimizar e eliminar as informações irrelevantes em um recurso multimídia, a fim de favorecer o processo de ensino e aprendizagem.

A utilização da multimídia deve estar alinhada à capacidade cognitiva dos alunos e ao conteúdo a ser ensinado, como trata a teoria da sobrecarga cognitiva (SWELLER, 2005) na qual a teoria da Aprendizagem Multimídia está apoiada.

### 3. APRENDIZAGEM MULTIMÍDIA

A palavra *multimídia* como substantivo quer dizer tecnologia multimídia para apresentação de materiais com formas visuais e verbais. O termo também pode ser utilizado como adjetivo, neste caso, pode ser usado nos seguintes contextos:

- Aprendizagem multimídia: aprendizagem com uso de palavras e imagens;
- Mensagem multimídia ou apresentação multimídia: apresentações envolvendo palavras e imagens;
- Instrução multimídia: apresentações com palavras e imagens que possuem a intenção de promover a aprendizagem (MAYER, 2001).

Segundo Ribeiro (2012, p. 5), a multimídia “significa vários intermediários entre as fontes e o destino da informação ou vários meios pelos quais a informação é armazenada, transmitida, apresentada ou percebida”. Porém, em um sentido mais específico, o autor relaciona o conceito de multimídia com o tratamento e processamento da informação digital, sendo, portanto interpretado como um conceito de multimídia digital.

A multimídia digital pode ser conceituada segundo Ribeiro (2012).

Multimédia digital é a área relacionada com a combinação, controlada por computador, de texto, gráficos, imagens paradas e em movimento, animações, sons e qualquer outro meio pelo qual a informação possa ser representada, armazenada, transmitida e processada sob a forma digital (p. 5).

Após esta definição de multimídia digital, Ribeiro (2012) define a multimídia como:

Multimédia designa a combinação, controlada por computador, de texto, gráficos, imagens, vídeo, áudio, animação e qualquer outro meio pelo qual a informação possa ser representada, armazenada, transmitida e processada sob a forma digital, em que existe pelo menos um tipo de media estático (texto, gráficos ou imagens) e um tipo de media dinâmico (vídeo, áudio ou animação) (p.10).

Com esta definição, apresenta-se a Teoria da Aprendizagem Multimídia, criada por Richard E. Mayer (2001). A teoria possui como base a hipótese de que pessoas aprendem melhor com a utilização de palavras e imagens do que somente com palavras. A teoria se aplica ao uso associado de palavras e imagens em recursos de ensino e aprendizagem, tais como livros, animações, vídeos, jogos e outras produções.

A primeira edição do livro de Mayer, intitulado *Multimedia Learning*, publicado em 2001, trabalha com seis princípios: coerência, redundância, contigüidade espacial, contigüidade temporal, modalidade e princípios multimídia. Na segunda edição do livro, Mayer (2009) apresenta os seis princípios anteriores e acrescenta os princípios de sinalização, segmentação, pré-formação, personalização, voz e imagem. Os doze princípios apresentados foram elaborados com base em uma perspectiva cognitiva e devem nortear a elaboração de um recurso multimídia.

A seguir será apresentado cada um dos princípios multimídia, segundo apresentado em Mayer (2001, 2009, 2014).

#### 3.1 Multimídia

O princípio da multimídia está apoiado na concepção de que os alunos aprendem melhor quando palavras e imagens estão combinadas em uma apresentação multimídia.

O conteúdo visual, em um recurso multimídia, pode ser apresentado na forma de ilustrações, gráficos, mapas, fotografias, diagramas, animações, simulações, vídeos ou outras representações visuais, como os modelos tridimensionais. E o conteúdo verbal pode estar presente sob a forma de texto escrito ou narrado.

### **3.2 Coerência**

O princípio da coerência consiste em eliminar o material irrelevante, como textos, imagens e áudios, para reduzir a sobrecarga cognitiva e o processamento da informação em um determinado material. Uma solução simples para o problema da sobrecarga cognitiva é eliminar palavras, imagens e sons que não são relevantes para o objetivo instrucional. Por exemplo, excluir declarações, gráficos ou figuras irrelevantes e que não estabelecem coerência com o objetivo da apresentação multimídia.

### **3.3 Redundância**

O princípio de redundância se aplica a situações de ensino em que a informação adicional apresentada aos alunos não é necessária para a aprendizagem. Ao invés de ter efeitos positivos na aprendizagem, tem efeitos negativos. Este princípio exige que essa informação seja eliminada em vez de apresentada aos alunos. Existe duas formas de redundância:

- Quando a informação idêntica pode ser apresentada aos alunos em duas ou mais formas diferentes ou mídias simultaneamente, como imagens e palavras que descrevem novamente as imagens ou palavras, tanto na forma auditiva e escrita.
- Quando uma informação adicional é apresentada na tentativa de melhorar a explicação já realizada. Se as informações adicionais são redundantes, a exclusão destas podem melhorar a aprendizagem.

A eliminação de informações redundantes facilita o trabalho da memória, já que não é necessário processar fontes distintas e informações desnecessárias para compreensão de um recurso multimídia.

### **3.4 Contiguidade espacial**

Este princípio mostra que palavras e imagens que possuem relação precisam ser apresentadas em proximidade. Quando um texto se encontra em uma página e a imagem correspondente se encontra em outra, está aí um exemplo de uma apresentação que não utiliza este princípio, pois as palavras e imagens correspondentes estão distantes.

Neste sentido, palavras devem ser colocadas próximas à gráficos e ilustrações correspondentes a fim de reduzir o processamento da informação durante a verificação visual.

### **3.5 Contiguidade temporal**

As palavras e imagens correspondentes além de estarem próximas, segundo o princípio da contigüidade espacial, também devem ser apresentadas simultaneamente. O objetivo desta forma de apresentação é o de estabelecer relações entre as palavras e imagens de forma mais rápida, facilitando o processo cognitivo.

### 3.6 Modalidade

O princípio da modalidade refere-se a um efeito de aprendizagem da carga cognitiva que ocorre quando uma apresentação de informações, que utiliza os modos visual e o auditivo combinados, é mais eficaz do que uma simples apresentação que utiliza os modos visual e auditivo separadamente.

A literatura sobre o desempenho de tarefas mostra que um modo dual de apresentação, onde o texto é narrado e as imagens são expostas, pode resultar em aumento de desempenho em ambas as tarefas de memória e tarefas de monitoramento. Existem recursos de processamento específicos de modalidade que ocorrem de forma mais eficaz quando apresentações utilizam duas modalidades distintas (auditiva e visual). Desta forma, a aprendizagem é favorecida quando animação e narração são combinados do que com animação e texto escrito. O trabalho da memória que busca integrar mentalmente as diferentes fontes de informações interfere com a aprendizagem.

### 3.7 Sinalização

O princípio de sinalização refere-se à constatação de que as pessoas aprendem mais profundamente a partir de uma mensagem multimídia, quando sinalizadores são apresentados a fim de guiar a atenção para os elementos relevantes do material ou destacar a sua organização. Os sinais podem consistir, por exemplo, em setas, cores distintas, aumento no tamanho das palavras, zoom, etc.

Neste princípio basta fornecer pistas sobre como processar um determinado conteúdo a fim de reduzir o processamento de conteúdo menos importante, como adicionar os sinais que mostram ao aluno a melhor forma de organizar um conhecimento.

### 3.8 Segmentação

Os alunos aprendem melhor a partir de um recurso multimídia apresentado em segmentos. A divisão em partes de um conteúdo apresentado em um recurso multimídia possibilita tempo para que a informação seja processada, além de permitir controle. Desta forma, em uma animação, por exemplo, é possível incluir funções de controle para avançar ou retroceder as partes.

Um recurso elaborado como uma unidade contínua pode não permitir o tempo necessário para o processamento da informação pelo aluno e, assim, criar a sobrecarga cognitiva.

### 3.9 Pré-formação

Este princípio diz que alunos aprendem melhor conteúdos complexos quando os principais conceitos relacionados e suas características são trabalhados inicialmente. Neste contexto, a orientação é de que uma formação sobre os principais conceitos apresentados em um recurso multimídia seja fornecida antes da apresentação deste recurso.

### 3.10 Personalização

O princípio da personalização mostra que a utilização do estilo formal de conversação em um recurso não favorece a aprendizagem. Neste sentido, o princípio demonstra que a utilização de comentários em primeira e segunda pessoas colabora com o processamento da informação.



A personalização envolve transformar as palavras do estilo formal para um estilo de conversa informal em um recurso multimídia. Duas técnicas para criar um estilo de conversação são: utilizar os termos “você” e “eu” em vez de utilizar somente a terceira pessoa; e adicionar sentenças feitas pelo narrador com comentários sobre o conteúdo.

### 3.11 Voz

Em relação à voz, a aprendizagem é favorecida quando se utiliza uma narração com voz humana, em vez de uma voz de máquina ou artificial. Uma voz humana com sotaque exprime uma idéia de que alguém está falando diretamente para quem está utilizando o recurso multimídia, ou seja, transmite a o sentido de presença social. Assim como a voz de uma máquina, uma voz em outra língua também afeta a resposta do aluno em relação ao processamento cognitivo da mensagem transmitida.

### 3.12 Imagem

Sobre o princípio da imagem, esta atrelada às palavras colabora para o processo de aprendizagem. A imagem pode fornecer o sentido de presença social. A adição de um personagem pode ser um elemento a ser adicionado na tela. É importante salientar que quando a imagem do orador é adicionada à tela a aprendizagem não é favorecida.

Neste contexto, é importante lembrar que as imagens precisam estar localizadas próximas às palavras, serem apresentadas simultaneamente e também devem estabelecer sentido.

## 4. RESULTADOS ALCANÇADOS

A partir das investigações feitas na literatura é possível afirmar que as tecnologias digitais não podem ser utilizadas de forma tradicional. É necessário pensar nas especificidades de uma aula com recursos digitais, ou seja, quais são os aspectos necessários para contribuir ainda mais com a aprendizagem, o que realmente contribui e o que atrapalha neste processo. É importante levar em consideração que apenas o uso de tecnologias digitais não é suficiente para alcançar o sucesso na educação.

Os recursos utilizados em aula, como livros, animações, vídeos, jogos podem favorecer a sobrecarga cognitiva, caso não tenham sido elaborados adequadamente, atrapalhando o processamento da informação pelo aluno e, conseqüentemente, a aprendizagem.

A teoria da Aprendizagem Multimídia apoiada na teoria da carga cognitiva propõe a reflexão sobre os critérios que devem ser priorizados quando se utiliza uma multimídia como recurso educacional. Segundo a teoria, é importante levar em consideração princípios ao utilizar um recurso multimídia, como: coerência, redundância, sinalização, voz, imagem, segmentação, dentre outros. Um recurso multimídia elaborado sem um planejamento quanto aos elementos essenciais, pode atrapalhar o processamento da informação na memória, e conseqüentemente, o processo de ensino e aprendizagem. A sobrecarga cognitiva pode ser aumentada quando o conteúdo é apresentado sem que exista uma preocupação com o processamento da informação na memória. Desta forma, os objetivos educacionais devem estar alinhados com os aspectos cognitivos em qualquer prática pedagógica.

O papel do professor é essencial neste processo. Ele irá compreender as necessidades do aluno e a partir disso poderá buscar estratégias, recursos e novas metodologias

de ensino para favorecer a aprendizagem deste aluno. Assim, o processamento da informação na memória deve ser um objeto de estudo do professor para que ele conheça os aspectos envolvidos e utilize recursos que facilitem o desenvolvimento cognitivo do estudante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que é necessário refletir sobre o uso de recursos multimídia na educação a fim de colaborar com o processo de ensino e aprendizagem e com práticas significativas. Ressalta-se a importância de considerar teorias cognitivas na utilização de recursos multimídia. A utilização de multimídias não pode ser compreendida de forma simplista, sem utilização de uma perspectiva metodológica adequada às características dos alunos.

Salienta-se neste artigo, a relevância da Teoria da Aprendizagem Multimídia para a elaboração de recursos multimídia no contexto educacional. Esta teoria leva em consideração aspectos da cognição, que integram o processamento da informação durante a aprendizagem. A sobrecarga cognitiva, muitas vezes criada com o uso de estratégias e recursos no processo educacional deve ser investigada, a fim de colaborar com o ensino e aprendizagem. É importante descobrir caminhos que diminuam esta sobrecarga cognitiva. Desta forma, é necessário conhecer todo o processo que envolve a aprendizagem, não somente o conteúdo que será trabalho com uso de um recurso.

Por fim, conclui-se que a utilização de recursos multimídia na aprendizagem não deve ser realizada como um objeto que irá somente dinamizar a aula. A multimídia deve fazer parte do processo de ensino e aprendizagem, de acordo com as necessidades da sociedade. Sendo assim, se torna essencial refletir sobre o papel que a multimídia possui na sala de aula e a forma que ela está sendo utilizada. Neste contexto, este trabalho apontou considerações importantes para a utilização de recursos multimídia na aprendizagem, seguindo os princípios da Teoria da Aprendizagem Multimídia.

## REFERÊNCIAS

FERNANDES, G. do C.; ALVES, L. da S.; OSAKA, O. T.; ANDRADE, T. R. de O.; DORNELAS, G. N. SIQUEIRA, M. T. P. de. O uso da tecnologia em prol da educação: importância, benefícios e dificuldades encontradas por instituições de ensino e docentes com a integração novas tecnologias à educação. *Saber Digital*, v. 6, n. 1, jan./dez. 2013, Valença, p. 140-148. Disponível em: <[http://faa.edu.br/revistas/docs/saber\\_digital/2013/Saber\\_Digital\\_2013\\_08.pdf](http://faa.edu.br/revistas/docs/saber_digital/2013/Saber_Digital_2013_08.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2016.

KLEIM, L.; OLIVEIRA, A. J.; ALMEIDA, L.B.; SCHERER, L. M. Recursos multimídia no processo de ensino e aprendizagem: mocinho ou vilão? *In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE*, 4, 2013, Brasília/DF. *Anais...* Brasília/DF: ANPAD, 2013, p.1-12. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq\\_2013/2013\\_EnEPQ187.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2013/2013_EnEPQ187.pdf)>. Acesso em 18 nov. 2016.

MAYER, R. E. *Multimedia Learning*. 1 ed. New York/USA: Cambridge University Press, 2001.

MAYER, R. E. *Multimedia Learning*. 2 ed. New York/USA: Cambridge University Press, 2009.

MAYER, R. E (Ed.). *The Cambridge Handbook of Multimedia Learning*. 2 ed. New York: Cambridge University Press, 2014.

PATRÃO, I; SAMPAIO, D. *Dependências on line: o poder das tecnologias*. 1ed. FCA – Editora de Informática. 2016.

RIBEIRO, N. *Multimídia e Tecnologias Interativas*. 5ed. FCA – Editora de Informática. 2012.

SWELLER, J. Implications of cognitive load theory for multimedia learning. In: MAYER, R. E. (ed.). *The Cambridge Handbook of Multimedia Learning*. New York: Cambridge University Press, 2005.

VALENTE, J. A. (org.); BARANAUSKAS, M. C. C.; DA ROCHA, H. V.; MARTINS, M. C.; D'ABREU, J. V. V. *O Computador na Sociedade do Conhecimento*. Campinas – SP: UNICAMP/NIED, 1999.

THOALDO, D. L. P. B. *O uso da tecnologia na sala de aula*. 2010. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em gestão pedagógica: educação infantil e séries iniciais) - Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba. Disponível em: <<http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2012/04/O-USO-DA-TECNOLOGIA-EM-SALA-DE-AULA.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

## AS TECNOLOGIAS DIGITAIS TECENDO NOVAS IDENTIDADES NO CONTEXTO INTERACIONAL FAMILIAR

**BOECHAT, Ieda Tinoco**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em  
Cognição e Linguagem da Universidade  
Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
Bolsista FAPERJ/Uenf  
*iedatboechat@hotmail.com*

**CABRAL, Hideliza Lacerda Tinoco Boechat**

Doutoranda em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do  
Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
Bolsista FAPERJ/Uenf  
*hildeboechat@gmail.com*

**SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de**

Coordenador do Programa de Doutorado e Mestrado em Cognição e Linguagem da  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
*chmsouza@gmail.com*

**MANHÃES, Fernanda Castro**

Pós-doutoranda em Cognição e Linguagem  
da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
*castromanhaes@gmail.com*

**Resumo:** Na sociedade contemporânea, o uso crescente das mídias digitais conduz a um sem-número de mudanças na vida dos atores sociais, que são, ao mesmo tempo, os membros das famílias. Em particular, ganha realce, neste texto, as identidades no contexto interacional familiar. Portanto, este texto busca analisar a constituição das identidades no contexto das famílias pelo uso das novas tecnologias digitais, problematizando a questão: de que modo o uso das tecnologias digitais contribui para conformar novas identidades no contexto familiar? Para tal, procura-se definir constituição de identidade na perspectiva sistêmica de família, dissertar sobre a participação das tecnologias digitais na constituição das identidades e discutir como as referidas tecnologias interferem na constituição da identidade no contexto interacional familiar. Este artigo baseia-se em pesquisa bibliográfica, utilizando obras de autores como Castells (2010), Trivinho (2007, 2016), Calil (1987), Andolfi e colaboradores (1989). Conclui-se que as novas tecnologias digitais colaboram para modificar as identidades no contexto das famílias.

**Palavras-chave:** Cultura digital. Ciberespaço. Pertencimento e separação.

**Abstract:** In contemporary society, the increasing use of digital media leads to a high number of changes in the lives of social actors, who are at the same time the members of families. In particular, this article highlights the identities in the family interactional context. Therefore, this text seeks to analyze the constitution of the identities in the context of the families by the use of the new digital technologies, discussing the issue: how does the use of the digital technologies contribute to conform new identities in the familiar context? To do this, this article seeks to define identity in the systemic family perspective, to discuss the participation of digital technologies in the constitution of identities and to discuss how these technologies interfere in the constitution of identity

in the family interactional context. This article is based on literature, using works by Castells (2010), Trivinho (2007, 2016), Calil (1987), Andolfi *et alli.* (1989). In conclusion, the new digital technologies collaborate to modify the identities in the context of the families.

**Keywords:** Digital culture. Cyberspace. Belonging and separation.

## INTRODUÇÃO

As tecnologias, inegavelmente, têm transformado muitos aspectos da vida humana. Elas estão presentes no cotidiano das pessoas e das famílias de muitas formas. As tecnologias digitais também. Elas convocam uma pessoa a aderir a elas de modo sedutor, por necessidade ou por apenas por curiosidade, mas elas podem também provocar repulsa, estranhamento, receio, que se desdobrem em evitação, conflitos interpessoais e até dificuldades de operacionalização de atividades corriqueiras do cotidiano, para alguns.

Os membros de uma família, uma vez enredados pela atrativa rede de computadores ou por ela segregados, novas respostas formulam para a pergunta “quem sou eu no contexto sociocultural mediado pelas novas mídias?”. Então, este artigo se dedica a analisar a constituição das identidades no contexto das famílias pelo uso das novas tecnologias digitais. A questão que se problematiza neste texto é: de que modo o uso das tecnologias digitais contribui para conformar novas identidades no contexto familiar?

Desse modo, procura-se definir constituição de identidade na perspectiva sistêmica de família, dissertar sobre a participação das tecnologias digitais na constituição das identidades e discutir como as referidas tecnologias interferem na constituição da identidade no contexto interacional familiar. A hipótese é a de que há uma relação entre as tecnologias digitais e as identidades no contexto das famílias de modo que o uso das primeiras colabora para modificar as segundas, na medida em que os avanços tecnológicos, historicamente, articulam-se às mudanças no contexto social, econômico, político, cultural mais amplo, sendo a família subsistema da sociedade. Justifica-se, assim, este estudo, uma vez que, de fato, novas identidades vão se constituindo no contexto das famílias em virtude da utilização das mídias digitais, esta pesquisa identificará quais são os fatores que favorecem esse fenômeno e evidenciará de que modo isso acontece.

Assim, este trabalho se mostra relevante para a comunidade acadêmico-científica, bem como para as relações familiares e sociais mais amplas. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, baseada nas obras de autores como Castells (2010), Trivinho (2007, 2016), Calil (1987), Andolfi e colaboradores (1989).

## 1 TECNOLOGIAS DIGITAIS E IDENTIDADE

O uso das tecnologias digitais cresce a cada dia mais. Através de ferramentas de comunicação, como *e-mails*, *Facebook*, *Instagram*, *chats*, as tecnologias digitais potencializam as conexões e as interações sociais, proporcionando múltiplas dinâmicas interacionais. Isto é possibilitado pela Internet. Na concepção de Souza (2003), trata-se uma rede

de computadores interligados entre si, na verdade, a maior rede de computadores do mundo, uma mídia promissora, conhecida como Net. “Sem dono, ela permite a qualquer pessoa criar sua própria página, na qual difundirá seu conhecimento, sua produção. O uso da Internet é possibilitado via computador, modem, telefone e uma conta de acesso à rede mundial. Essa é uma ferramenta tecnológica de comunicação global” (SOUZA, 2003, p. 60). O autor afirma que a presente geração vive a “era digital”, uma vez que o uso crescente das mídias digitais para os mais diferentes fins faz do planeta uma teia global de redes de comunicação.

Tecnologia digital é um conjunto de tecnologias que permite, principalmente, a transformação de qualquer linguagem ou dado em números, isto é, em zeros e uns (0 e 1). Uma imagem, um som, um texto, ou a convergência de todos eles, que aparecem para nós na forma final da tela de um dispositivo digital na linguagem que conhecemos (imagem fixa ou em movimento, som, texto verbal), são traduzidos em números, que são lidos por dispositivos variados, que podemos chamar, genericamente, de computadores. Assim, a estrutura que está dando suporte a esta linguagem está no interior dos aparelhos e é resultado de programações que não vemos. Nesse sentido, *tablets* e celulares são microcomputadores (RIBEIRO).

Essa é a forma de comunicação que está imperando em todas as modalidades de convivência e em todos os setores da sociedade. Escolas e universidades, bancos, empresas e relacionamentos interpessoais entre amigos e familiares não prescindem mais dos microcomputadores conectados via Internet.

Estamos vivenciando a emergência de uma sociedade conectada. O cotidiano de cidadãos, governos e organizações depende cada vez mais de aplicações baseadas nas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e, sobretudo, das redes de comunicação que as interligam. Segundo Castells e Cardoso (2005), estamos em um processo de transformação estrutural multidimensional associado ao surgimento de um novo paradigma tecnológico com base nas tecnologias de informação e comunicação (BARBOSA, 2013, p. 23).

Um novo paradigma redefine a forma de comunicação e a identidade. As características centrais desse novo paradigma da tecnologia da informação, conforme Castells (2011), são a ação das tecnologias sobre a informação – sua matéria-prima; penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias; a lógica das redes; a flexibilidade organizacional, que comporta reversibilidade dos processos, reorganização dos componentes e reconfiguração; a convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado.

O “espaço global da rede” acolhe, assim, os processos de inteligência coletiva das comunidades virtuais, colocando-se como a fonte da potência intelectual e das que desta derivam, como a econômica, a cultural, a política. Esse “espaço virtual” é a “noosfera”, a esfera do espírito, “[...] a copresença de signos e ideias produzidas pela cultura humana, assim como o conjunto infinito de maneiras de as organizar” (LEMOS; LÉVY, 2014, p. 203). Nesse sentido, Recuero (2009), as palavras características e os apelidos que conformam uma identidade em *chats*, os *links* dos blogueiros e os perfis dos usuários no *Facebook* são representações de pessoas, uma vez que os atores se apropriaram delas como ferramenta de construção de identidade, construindo perspectivas de quem são no sistema que constitui o ciberespaço. As redes digitalizadas de comunicação multimodal agregam todas as expressões culturais e pessoais e impondo a virtualidade como uma dimensão essencial da realidade, estabelecem uma nova cultura.

As expressões culturais são retiradas da história e da geografia e tornam-se predominantemente mediadas pelas redes de comunicação eletrônica que interagem com o público e por meio dele em uma diversidade de códigos e valores, por fim incluídos em um hipertexto audiovisual digitalizado (CASTELLS, 2011, p. 572).

Nova cultura, nova identidades. Construída por um processo de individuação, a identidade é definida por Castells (2010) como o processo de construção de significado baseado em um (conjunto de) atributo(s) cultural(is) que sobrepuja(m) outras fontes de significado. Identidades que têm origem nos atores sociais são-lhes também fontes de significado. As múltiplas identidades geram tensão e contradição na autorrepresentação e na ação social. A influência de papéis sociais no comportamento dos atores está em função das negociações e acordos entre eles e as instituições e organizações sociais.

Nesse contexto, consoante Castells (2010), na “era da informação”, a crise da família patriarcal, o capitalismo informacional e movimentos sociais feministas e de identidade social interagem e induzem a (re)construção das instituições patriarcais em outras bases, modeladas segundo as especificidades histórico-culturais de cada sociedade. Bauman (2004) considera que o “homem sem vínculos” da “modernidade líquida” adota uma identidade individualista e consumista e estabelece laços frágeis, que também alcançam os relacionamentos sociais e familiares. Relacionamentos “de bolso”, descartáveis, deletáveis. Os relacionamentos conjugais, exibindo também a fluidez da sociedade contemporânea, vão do casamento tradicional, passam pelo “viver juntos”, para estarem, hoje, compondo “casais semiseparados”.

Assim, a Internet faz surgir os “nativos digitais” e os “imigrantes digitais”, com Prensky (2001): os primeiros são as pessoas que não conseguem imaginar o mundo sem as redes sociais digitais, pessoas para as quais as mídias digitais já faziam parte da sua realidade de algum modo e da realidade global quando nasceram; os segundos são as pessoas que nasceram antes da potencialização de tais mídias e da Internet, época em que as pesquisas eram feitas em livros impressos, enciclopédias, bibliotecas, em vez de serem feitas *on-line*. No entanto, discordando dos critérios de Prensky, Souza (2013) designa de “nativos digitais imersos” as pessoas nascidas após o advento da Internet e os adolescentes que vivenciaram as transformações na década de 90 e, além das caracterizações prenskianas, utilizam-se das tecnologias e do ambiente virtuais cotidianamente para atender a vários fins, de modo irrestrito e destemido, para otimizar aprendizagem e troca de informações. Os “nativos digitais não imersos” se diferenciam dos imersos por não fazerem uso das redes digitais e das tecnologias da informação e comunicação e quando o fazem, é com menor frequência. Os “imigrantes digitais imersos” nasceram antes da era da internet e precisam se adequar às novas tecnologias digitais, utilizando-as com frequência, enquanto os “imigrantes digitais não imersos”, nascidos à mesma época e tendo também que se adaptar às novas tecnologias digitais, usam-nas com pequena regularidade ou tão-somente para fins específicos.

Observa-se, assim, que há uma enorme conclamação cultural para a aptidão digital, uma verdadeira “pressão social pantópica” para que uma pessoa se torne “dromoapta”, na concepção de Trivinho (2016). Segundo o autor, em palestra ministrada no XII Congresso Latinoamericano de Humanidades, a “dromoaptidão” é uma intimação da cultura à abertura ao espírito à velocidade, ou seja, à “capacidade de ser veloz em vários contextos [...] na relação com determinados elementos, tecnológicos ou não, vinculados à cibercultura, que,

para mim, é o nome da época como fase contemporânea do capitalismo tecnológico, articulado por tecnologias digitais e redes interativas". A dromoaptidão implica, assim, aptidão para lidar no desempenho com as "senhas infotécnicas de acesso" da cibercultura, como o computador, o *laptop*, o *tablet* e o celular, o capital cognitivo (conhecimentos), a linguagem que se precisa incorporar, bem como a capacidade de acompanhar com capital econômico as "reciclagens estruturais" de hardware, software e netware e a possibilidade de acesso à rede.

Dromoaptidão é, então, "a capacidade de ser veloz no trato com os equipamentos e elementos técnico-culturais que envolvem esses equipamentos, no trato com as senhas infotécnicas de acesso a um lugar ao sol na cibercultura" (TRIVINHO, 2016). Trata-se, na opinião do autor, de uma convocação ameaçadora à habilidade de utilizar os dispositivos infotécnicos em uma velocidade eficiente, uma espécie de "violência invisível", uma vez que aquele que não acede a ela está fadado à segregação e exclusão do processo social majoritário que exige dromoaptidão e que necessariamente passa pela apropriação e utilização de softwares, netwares, tecnologias digitais, redes interativas. Essa demanda violenta vai delineando identidades na cultura digital.

Tu deves seguir o ritmo: ser dromoapto, em sentido múltiplo, em todas as práticas recomendadas, em todas as operações exigidas, em todos os conhecimentos demandados; tu deves, se possível, antecipar-se ao funcionamento do sistema tecnológico e da (respectiva) cultura midiática que financiam a tua identidade (TRIVINHO, 2007, p. 98).

A sociedade convida, às vezes, convoca os atores sociais à redefinição de identidade. A família, berço em que ela se tece, também convoca seus membros, estes atores sociais, a isto. Logo, as identidades estão sendo definidas nesse contexto interacional das famílias e da sociedade ao mesmo tempo.

## 2 FAMÍLIA E IDENTIDADE NA PERSPECTIVA SISTÊMICA

A concepção sistêmica de família assim concebe o grupo familiar:

A família é um grupo natural que através dos tempos tem desenvolvido padrões de interação. Esses padrões constituem a estrutura familiar, que, por sua vez, governa o funcionamento dos membros da família, delineando sua gama de comportamento e facilitando sua interação (MINUCHIN, 2007, p. 21).

Em geral, então, as famílias convivem e se organizam a partir de suas regras e leis que unem todos em torno do alcance de seus propósitos e expectativas.

Cada família, no entanto, possui organização e estrutura específicas dependendo da forma como seus subsistemas interagem entre si e com os sistemas comunitários. As interações que ocorrem entre os subsistemas, seja no interior da família, seja entre a família e o meio ambiente, dão-se, contudo, nos limites ou fronteiras de cada subsistema. Considera-se que cada subsistema da família tem características específicas quanto a sua natureza e funções, as quais estão vinculadas aos valores de nossa sociedade e cultura (CALIL, 1987, p. 22).

As famílias nucleares possuem subsistemas (pais, esposos, filhos, irmãos) e são subsistemas de um suprassistema, a comunidade. Nessa conexão geracional, Day (2010) afirma que o capital social encontrado nelas é um dos mais preciosos recursos que um membro da família pode experimentar. "Conexões sociogeracionais construtivas ajudam-nos a ter um senso de bondade sem escravidão, proximidade sem sufocação, e



identidade sem superidentificação” (DAY, 2010, p. 104, tradução nossa). Cabe às famílias o papel de permitir a seus filhos pertencer e se diferenciar, a fim de conformar sua própria identidade.

Em todas as culturas, a família dá a seus membros o cunho da individualidade. A experiência humana de identidade tem dois elementos: um sentido de pertencimento e um sentido de ser separado. O laboratório em que esses ingredientes são misturados e administrados é a família, a matriz da identidade (MINUCHIN, 1996, p. 79).

É nesse grupo social, conforme Andolfi *et alli.* (1989), que os filhos têm a chance de fazerem seu processo de separação-indivuação, ou seja, de se diferenciarem, constituírem a própria identidade, de terem liberdade de autoexpressão, de conformarem seu espaço pessoal e adquirirem autonomia.

Teoricamente, o indivíduo é membro garantido em um grupo familiar que seja suficientemente coeso e do qual ele possa se diferenciar progressiva e individualmente, tornando-se cada vez menos dependente, em seu funcionamento, do sistema familiar original, até poder separar-se e instituir, por si mesmo, com funções diferentes, um novo sistema (ANDOLFI *et alli.*, 1989, p.18).

Caso a família não permita isso, os filhos têm a constituição de sua identidade comprometida, consoante a concepção sistêmica de família. Assim, a família pode ser chamada pelos imperativos da “cultura digital” a rever seus hábitos e valores, suas regras de convívio, seus padrões de interação e de comunicação, (re)construídos ao longo de (muitas) gerações, uma vez que ela navega, de algum modo, no ciberespaço, participando da cibercultura.

Assim como as identidades dos atores sociais se (re)definem no contexto social mais amplo, as identidades deles se (re)constituem no contexto interacional das famílias, influenciadas, também, pelo avanço tecnológico.

### 3 TECNOLOGIAS E IDENTIDADES NO CONTEXTO FAMILIAR

Os filhos e pais, netos e avós desta geração experimentam muitas mudanças implementadas pelas novas mídias digitais, ou seja, pelas novas tecnologias da informação e comunicação. Segundo Livingstone e Haddon (2009), o número de pais e crianças que usam a Internet se equipara e segue crescendo, em especial, entre as mais novas (6 a 10 anos). Na verdade, os pais alcançaram os adolescentes e ultrapassaram as crianças mais novas, que deixam de ser “nativos digitais”, modificando-se, assim, o “perfil da criança *on-line*”.

Para Tavares (2014), as crianças e adolescentes ainda pequenos argumentam acerca de sua privacidade como direito e, apesar de seus direitos serem garantidos por lei, não se sabe se elas estão aptas a responderem por seus deveres, por liberdade e privacidade nem até que ponto esses direitos podem justificar a omissão de pais e responsáveis.

Por sua vez, é verdade, nesse universo de direitos e privacidade, algumas crianças e jovens – incitados, em uníssono, pela escola, família, mídia e mercado de trabalho, a serem perfeitos e mais ainda criativos, autônomos e solidários – encontram, nas redes sociais, no uso contínuo e ininterrupto das tecnologias móveis, formas interessantes e positivas de se comunicar, entreter, ganhar dinheiro e, novamente, reivindicar seus direitos. Os exemplos positivos de uso das tecnologias por esses jovens são rapidamente socializados pela

grande imprensa, que ajuda a criar uma representação social positiva, junto à sociedade, dos benefícios de tal relação. Reforçando, assim, uma imagem de que as crianças e jovens sabem – como ninguém – dominar as novas linguagens (TAVARES, 2014, p. 82).

A sociedade contemporânea, segundo Belloni (2013), investindo no uso das tecnologias da informação e comunicação, colabora para a constituição de uma “cultura audiovisual”. “Imagens produzidas e distribuídas tecnicamente são elementos extremamente significativos na construção dos imaginários infanto-juvenis e, portanto, das identidades e representações” (BELLONI, 2013, p. 77). Nessa construção de identidades, Guzzi (2014) aponta riscos, como o *sexting* e o *ciberbullying*. Tavares acrescenta a “reputação digital”:

Além dos riscos sublinhados, que não devem ser subestimados ou menosprezados, creio que crianças e adolescentes estão vivenciando outros, de outra ordem e que têm mais que ver com a construção de sua identidade e de sua relação de estar e ser no coletivo. Falo sobre a reputação digital, desenhada a partir do que se publica, “curte” e compartilha nas redes sociais, sobre o respeito ao próximo e o limite entre brincadeira e *cyberbullying*, sobre a percepção do público e do privado, sobre o direito autoral, o plágio e a febre da produção de *memes* (imagem, vídeo ou frase bem-humorada que se espalha na Internet como um vírus, muitas vezes, utilizando-se de imagens de conhecidos, colegas e professores) (TAVARES, 2014, p. 80, grifos do autor).

Segundo Ponte (2014), com base em dados da pesquisa TIC Kids Online Brasil 2012, a construção de gênero pode ser influenciada desde a infância; embora os estudos sejam inconclusos ainda, já permitem observar mediações familiares, da sociedade e da cultura brasileira em relação a meninos e meninas quanto aos equipamentos por eles utilizados para acesso à Internet, sobretudo entre os mais novos, na construção da sua identidade. Consoante Volpi (2014), essa mesma pesquisa indica que o universo virtual reproduz alguns aspectos das desigualdades sociais do mundo não virtual.

O ciberespaço se mostra, assim, lugar e momento de (re)definição de identidades e identificações. Um ambiente que as famílias precisam conhecer melhor, a fim de favorecer o desenvolvimento de seus membros, que são, constantemente, chamados para transitar nele. Um espaço que oferece tanto riscos como oportunidades para todos aqueles que nele navegam e que vem propondo novos modos de relação para os atores sociais/membros das famílias, novos modos de eles se perceberem, novas identidades no âmbito das famílias e da sociedade.

## CONCLUSÃO

O uso das tecnologias digitais, aliado às transformações sociais, culturais, políticas e econômicas, contribui para conformar muitas mudanças no contexto familiar, na medida em que, tomando-se por base um olhar sistêmico, o contexto sociocultural conclama todos, filhos, pais, avós, netos, ao uso das novas tecnologias informação e comunicação. Os filhos na escola ou universidade, os pais no trabalho, os avós no convívio familiar e social, enfim, todos os familiares seguem se esforçando para se ajustarem à demanda da “cultura digital”, buscando dar respostas adequadas à pergunta “quem sou eu?”, “quem sou eu na família?”, “quem sou eu na sociedade?”, ou seja, “quem sou eu no contexto sociocultural mediado pelas novas mídias?” nesse novo cenário da “fase contemporânea do capitalismo tecnológico”.

Desse modo, as tecnologias digitais colaboram para promover alterações nas gerações familiares, nas reconfigurações familiares, nas próprias formas de uso das novas mídias, que requerem dromoaptidão no uso das “senhas infotécnicas de acesso à cibercultura”, modificando, também, as identidades no contexto das famílias, na medida em que os avanços tecnológicos, historicamente, articulam-se às mudanças no contexto sociocultural mais amplo, em que, também, fatores de ordem social, econômica, política e cultural, interferem nesse processo que impacta a sociedade e as famílias, já que a família é um subsistema da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ANDOLFI, M.; ANGELO, C; MENGHI, P.; NICOLO-CORIGLIANO, A. M. *Por Trás da Máscara Familiar*. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BARBOSA, A. F. (Org.) *TIC Kids Online Brasil 2013: pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014.

Disponível em: <http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic-kids-online-2013.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

BELLONI, M. L. Infância e Internet: a perspectiva da mídia-educação. In: BARBOSA, A. F. (Org.) *TIC Kids Online Brasil 2012: pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes*. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic-kids-online-2012.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2016.

CALIL, V. L. L. *Terapia familiar e de casal: introdução às abordagens sistêmica e psicanalítica*. São Paulo: Summus, 1987.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1) 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. *O poder da identidade*. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2) São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GUZZI, D. Diálogo, configurações de privacidade e compartilhamento: aja, não seja só um espectador. In: BARBOSA, A. F. (Org.) *TIC Kids Online Brasil 2013: pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: <http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic-kids-online-2013.pdf>. Acesso em 13 abr. 2016.

LEMOS, A.; LÉVY, P. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia*. 1. ed. 4. reimp. São Paulo: Paulus, 2014.

LIVINGSTONE, S.; HADDON, L. *EU Kids Online*, 2009. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/eukidsonline/docs/SumarioEUKOL1.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016.

MINUCHIN, S. *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

\_\_\_\_\_. *Técnicas de Terapia Familiar*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PONTE, C. Brasil, Portugal, Europa: gênero e acesso móvel à Internet por crianças e adolescentes. In: BARBOSA, A. F. (Org.) *TIC Kids Online Brasil 2013: pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: <http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic-kids-online-2013.pdf>. Acesso em 13 abr. 2016.

PRENSKY, M. *Nativos Digitais, Imigrantes Digitais*. Disponível em: [http://www.colegiogeracao.com.br/novageracao/2\\_intencoes/nativos.pdf](http://www.colegiogeracao.com.br/novageracao/2_intencoes/nativos.pdf). Acesso em: 15 set 2015.

RIBEIRO, A. E. *Tecnologia digital*. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais-CEFET/MG / Departamento de Linguagem e Tecnologia. Disponível em: <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/tecnologia-digital>. Acesso em: 28 out. 2016.

SOUZA, C. H. M. de *Comunicação, educação e novas tecnologias*. Campos dos Goytacazes, RJ: Editora FAFIC, 2003.

TRIVINHO, E. *A dromocracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização midiática avançada*. São Paulo: Paulus, 2007.

\_\_\_\_\_. *Violência invisível*. Palestra ministrada no XII Congresso Latinoamericano de Humanidades, no Centro de Convenções Oscar Niemayer na Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil, em 13 out. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Sn72SXMpsu4&feature=youtu.be>. Acesso em: 28 out. 2016.

## PROCESSOS FORMADORES DE IDENTIDADE NO AMBIENTE DIGITAL E SUAS INFLUÊNCIAS NA DEPENDÊNCIA DE TECNOLOGIAS DIGITAIS

**Jefferson Cabral Azevedo**

Doutorando e Mestre em Cognição e Linguagem  
pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy  
Ribeiro. E-mail: jefpsi@gmail.com

**Giovane do Nascimento**

Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana  
pela UERJ. Mestre em Cognição e Linguagem  
pela UENF e Professor associado da Universidade  
Estadual do Norte Fluminense. Darcy Ribeiro.  
E-mail: giovanedonascimento@gmail.com

**Fabio Machado de Oliveira**

Doutorando e Mestre em Cognição e Linguagem  
pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy  
Ribeiro. fabiomac@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo apresenta conceitos nosológicos e processo de diagnóstico relativos à dependência digital, caracterizando-a como um prejuízo funcional, comprometimento global em relação aos processos cognitivos e das funções superiores, às perdas significativas das interações sociais, profissionais e educacionais. Visa levantar também os conceitos de Sociedade em Rede Digital, interrelacionando normalidade e patologia dentro de um campo teórico interdisciplinar e suas influências na estruturação psíquica. Propõe vislumbrar uma reflexão e análise dos processos de estruturação psíquica humana, de formação de identidade/identificação pela interação tecnológica, bem como de formação do “Eu” e dos comportamentos psicológicos e sociais oriundos desta relação. O estudo visa utilizar conceitos de diversas áreas, proporcionando uma perspectiva multicausal e dialógica.

**Palavras-chave:** Estruturas psicológicas, identidade digital, ambiente digital, dependência digital, pós-modernidade.

**Abstract:** The present article presents nosologic concepts and diagnostic process related to digital dependence, characterizing it as a functional impairment, global impairment in relation to cognitive processes and higher functions, to significant losses of social, professional and educational interactions. It also aims to raise the concepts of Digital Networked Society, interrelating normality and pathology within an field interdisciplinary theoretical and their influence on the psychic structure. Proposes glimpse a reflection and analysis of the processes of human psychic structure, formation of identity / identification by the interaction technology and training of “Self” and the psychological and social behavior from this relationship. The study aims to use concepts from different areas, providing a perspective with several causes and dialogical.

**Key words:** Psychological structures, digital identity, digital environment, digital dependency, postmodernity.

## 1. Apresentação

As atuais tecnologias digitais e suas aplicações possibilitam novos arranjos sociais e psíquicos, mudando paulatinamente o comportamento individual e coletivo. O uso de tecnologias digitais propicia mais que uma simples ferramenta, convertendo-se em um prolongamento de nossas relações sociais e gerando enorme fascínio sobre o processo psíquico, estabelecendo uma relação de possibilidades, inclusive de dependência.

A pesquisa apresentada possui como justificativa a constatação de que, atualmente, as novas tecnologias produzem forte impacto sobre a vida, seja ela privada ou pública, como instrumento integrador dentro da conjectura social, provocando, assim, novas tendências e interferindo direta e indiretamente nos processos de construção de identidades e proporcionando riscos de desenvolver comportamentos e personalidades patológicos pelo uso abusivo. A referente pesquisa propõe ainda a responder a seguinte questão-problema: como a dependência psicológica da internet e redes sociais digitais influenciam a estruturação do psiquismo humano e suas interações sociais?

No âmbito de investigação científica para a realização desta pesquisa, foram utilizadas abordagens qualitativas e quantitativas. De acordo com Souza, Manhães e Kauark (2010 p. 26), a qualitativa enfatiza o campo fenomenológico, "(...) isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números", enquanto o quantitativo delimita o que é mensurável, "(...) o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las."

## 2 - Processos, construções e formações.

Turkle (1997), em seu livro intitulado *A vida no ecrã*, caracteriza uma crescente fragmentação da sociedade pós-moderna e uma descentralização contínua das instituições que eram polos agregadores de pessoas. Este contexto possibilitaria, assim, que as tecnologias digitais passassem a desempenhar um importante papel nas comunicações e interações humanas, pois absorvem grande tempo de nosso dia a dia. Observa, ainda, que

Sob a bandeira de um regresso a Freud, Lacan insistia que o ego é uma ilusão. Com isto, ele estabelece a ponte entre psicanálise e a tentativa pós-moderna de retratar o eu como um domínio discursivo, e não uma coisa real ou uma estrutura permanente da mente humana. (p.263)

Para Bauman (2005), definir identidade é complexo devido a suas diversas variáveis. Ele diz que.

Numa sociedade que tornou incertas e transitórias as identidades sociais, culturais e sexuais, qualquer tentativa de 'solidificar' o que se tornou líquido por meio de uma política de identidade levaria inevitavelmente o pensamento crítico a um beco sem saída. (p.12).

As construções identitárias vêm sofrendo enorme influência da aceleração tecnológica, desorientando seus processos formadores de identificação, fator primário estabelecido pela psicanálise freudiana. Os valores, que antes apresentavam forte influência, se veem desgastados pela interatividade e fragmentação das instituições seculares, como família e religião. Segundo Carr (2011), estamos em uma esfera baseada na superficialidade das relações e permeadas pelo artificial, tornando o processo de formação psíquica um

emaranhado de possibilidades, gerando diversas alternativas e possibilidades de se criarem novas identidades.

Bauman (2005), para definir estas múltiplas possibilidades de formação de identidades, estabelece o sentido de crise criada pela pós-modernidade, utilizando o conceito de identidade líquida, termo este utilizado para caracterizar a fluidez líquida. A vida líquida mencionada por Bauman (2005) reflete a incerteza. O autor considera que "(...) a vida líquida é uma vida precária, vivida em condições de incerteza constante." (p, 08).

A questão da identidade também está ligada ao colapso do Estado de Bem-estar social e ao posterior crescimento da sensação de insegurança, com a "corrosão do caráter" que a insegurança e a flexibilidade no local de trabalho tem provocado na sociedade. (BAUMAN, p.11)

Bauman (2005) refere-se também aos processos ideológicos que permitiam o sentimento de segurança e referencial social, porém as ideologias se tornaram líquidas e, com a globalização, os aspectos culturais se fragmentaram.

Em nossa época líquido-moderna, o mundo em nossa volta está repartido em fragmentos mal-coordenados, enquanto as nossas existências individuais são fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados. Poucos de nós, se é que alguém, são capazes de evitar a passagem por mais de uma "comunidade de ideias e princípios", seja genuína ou supostas, bem-integradas ou efêmeras, de modo que a maioria tem problemas em resolver (...) a questão da *la mêmète* (a coerência daquilo que nos distingue como pessoas, o que quer que seja). (p.19)

A globalização, aliada ao uso da internet, desterritorializa as concepções culturais e influenciam direta e indiretamente as formações identitárias e estabelece um sentido de pertencimento universal, além do que

(...) podemos afirmar com segurança que a globalização, ou melhor, a "modernidade líquida", não é um quebra-cabeça que se possa resolver com base num modelo preestabelecido. Pelo contrário, deve ser vista como um processo, tal como sua compreensão e análise – da mesma forma que a identidade que se afirma na crise do multiculturalismo, ou no fundamentalismo islâmico, ou quando a internet facilita a expressão de identidades prontas para serem usadas. (...) A política de identidade, portanto, fala a linguagem dos que foram marginalizados pela globalização. Mas muitos dos envolvidos nos estudos pós-coloniais enfatizam que o recurso à identidade deveria ser considerado um processo contínuo de redefinir-se e de inventar e reinventar a sua própria história. É quando descobrimos a ambivalência da identidade: a nostalgia do passado conjugada à total concordância com a "modernidade líquida". (...) Qualquer que seja o campo de investigação em que se possa testar a ambivalência da identidade, é sempre fundamental distinguir os polos gêmeos que esta impõe à existência social: a opressão e a libertação". (BAUMAN, 2005 p.10-13).

Os efeitos da pós modernidade sobre a formação de identidade são bem descritos por Stuart Hall (2005) em seu livro "A Identidade Cultural na Pós-Modernidade", além de destacar o processo de mudança do indivíduo no final do século XX, o que afeta os processos de formação de identidade individual. Hall enfatiza que

(...) algumas vezes, como nosso mundo pós-moderno, nós somos também "pós" relativamente a qualquer concepção essencialista ou fixa de identidade – algo

que, desde o iluminismo, se supõe definir o próprio núcleo ou essência de nosso ser e fundamentar nossa existência como sujeitos humanos. (p.10).

Os fatores dinâmicos expostos por Hall (2005) trazem características essenciais para a relação entre as diversas conexões existentes na pós modernidade e seus entrelaçamentos para a formação de identidade. Diz que

(...) internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura  
(...) Argumenta-se, entretanto, que são essas coisas que agora estão “mudando”. O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades. (p.12).

Neste emaranhado de possibilidades o sujeito pode assumir identidades contraditórias, dependendo do momento e da situação. Hall (2005) afirma que existe um deslizamento no conceito de identidade, e o sujeito apresenta uma diversidade de identidades, mesmo que fragmentadas e inconsistentes. Nesse sentido, Hall (2005) propõe falar de identificação e não identidade, pois o sujeito fragmentado deixa de ser coeso, apresenta uma multiplicidade de “EUS” e, por meio do processo linguístico, tenta fechar um enredo sobre estes diversos sujeitos.

Lévy (2000) nos relata que os processos de formação psíquica se estruturam em um espaço possível de se estabelecer significados, proporcionando a construção de identidade, identificação, atributos. Lévy (2000) relata que as pessoas não se relacionam apenas no espaço físico, mas também em espaços que possuam uma significação.

Dentro deste contexto, é importante salientar determinados aspectos, como o conjunto de atributos culturais e seus inter-relacionamentos e, acima de tudo, a construção simbólica.

Castoriadis (2000 p.64) afirma que “os homens só podem existir na sociedade e pela sociedade” e que as instituições e as significações imaginárias que essas instituições carregam refletem novos arranjos, permitindo constructos identitários distintos.

É nessa perspectiva que se pode analisar a constituição do sujeito pela cultura, seja psíquica ou materialista. Freud (1969), em seu artigo intitulado Totem e Tabu, refere-se às instituições humanas como produtos de uma forma de pensamento. Dentro deste processo dialógico entre o psiquismo e o social é que, no presente momento, as redes sociais possibilitam uma grande gama de significantes, podendo ofertar um maior campo simbólico para influenciar a formação de identidade.

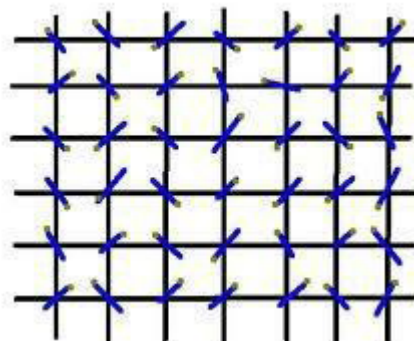
De acordo com a perspectiva de Castells (2002), as

(...) redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. (p. 499)



Castells (2002) faz referência a nós como o ponto de interseção entre interlocutores, propiciando comunicação e interatividade como uma raiz proporciona intercomunicação dentro de um sistema complexo, um rizoma por assim dizer.

Recuero (2009, p 26) define rede social como um “(...) conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições, ou grupos, os nós das redes) e suas conexões (interações ou laços sociais)”



**Figura 1.** Nós das redes (2009)

A dinâmica deste processo oferece uma enorme mudança em relação aos processos anteriores devido a sua velocidade, quantidade de informações e acessibilidade, além, é claro, da interatividade. O sujeito não é um mero telespectador, ouvinte ou leitor; ele sai de uma figura passiva de receptor e passa a ser emissor-receptor.

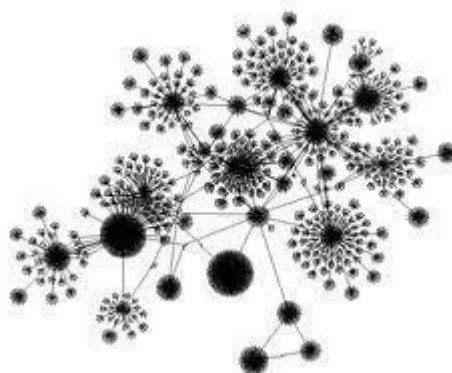
Neste processo interativo, deve-se salientar que o desenvolvimento tecnológico vivido nos últimos anos - principalmente no final do século XX, tendo como catalisador a Globalização - possibilitou as enormes mudanças nas concepções de comunicação e formação de subjetividade. Entretanto, estas alterações da subjetividade, seja como causa ou consequência, modifica e transforma a estrutura social e suas relações de poder, além de possibilitar o surgimento de uma nova cultura baseada na informação e permiti o avanço crescente das redes sociais.

O termo rede social não é oriundo dos novos processos informacionais; entretanto, com os avanços tecnológicos, novas vertentes possibilitaram a integração e a interligação entre redes separadas pelo espaço geográfico e pelo tempo. O fator preponderante para esta catalisação comunicacional se dá através das estruturas científicas que possibilitaram tais arranjos físicos para o desenvolvimento da internet e a globalização que rompeu as fronteiras econômicas e sociais, originando novos paradigmas. Este novo contexto da comunicação trouxe impactos para a estruturação psíquica devido a velocidade em que tais processos de desenvolvem, propiciando novas referências.

Apesar da liquidez ou fragmentação existe pontos ou polos concentradores que massificam comportamentos e possibilitam novos arranjos sócias e podem se denominar de rizomas.

O termo rizoma, empregado para descrever o processo dialógico nas redes sociais digitais, advém da botânica. Segundo Raven (1996),

Rizoma é a extensão do caule que une sucessivos brotos. Nas epífitas é a parte rasteira que cresce horizontalmente no substrato. Ele pode ser bem extenso e semelhante a um arame ou bem curto, quase invisível. Dele partem o caule, pseudobulbos e raízes. Na espécie de *Zygopetalum maxillare*, quase sempre associada a uma samambaiçu, o comprimento do rizoma entre os pseudobulbos pode variar. Elas produzem pequenos pseudobulbos seguidos por um longo trecho de rizomas e em seguida outro pequeno pseudobulbo, até alcançar a coroa da samambaiçu na qual forma feixes e a floração aparece. Nas espécies terrestres o rizoma pode estar no subsolo ou na superfície do solo. (p, 728)



**Figura 2.** Fonte Raven (1996) - Representação do rizoma e seus corpos fixadores de nitrogênio

Deleuze e Guattari (1995), em *Capitalismo e Esquizofrenia*, apontam que a principal característica do rizoma é realizar conexões e fazer pontos:

(...) Um rizoma é feito de platôs (...) que se comunicam uns com os outros através de microfendas, como num cérebro. Chamamos de “platô” toda multiplicidade conectável com outras hastes subterrâneas superficiais de maneira a formar e estender um rizoma (...). Cada platô pode ser lido em qualquer posição e posto em relação com qualquer outro. (pp.32-33).

Deleuze e Guattari (1995, p. 42) afirmam que “qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo” e que o sistema rizomático é não linear, aberto, sofrendo influências externas e internas.

Consideram ainda que

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e... e... e...” Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser.

Entre as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio.” (Contra Capa)

Os nós descritos por Castells seriam os pontos de interseção, porém, existem nos rizomas núcleos que convergem e formam um corpo fixador de nitrogênio (um

corpúsculo) que proporciona à planta uma maior capacidade de adaptação ao meio e de sobrevivência. Estes corpos, onde se concentram um maior número de nós, seriam as redes sociais digitais e seus adeptos, que se concentram possibilitando uma maior conectividade. Cada vez maior o número de adeptos maior é o corpo, possibilitando uma maior interatividade.

Os rizomas, “os núcleos de condensação”, são formados a partir das convergências identitárias, gerando instituições virtuais que são polos de atração, “ou ilhas”, em um oceano de possibilidade. As ilhas são formadas a partir de solidificações de significantes, permitindo o seu compartilhamento e, assim, estabelecendo uma significação, o que se pode definir, segundo Castoriadis (2000), como magma.

O magma, de acordo com Castoriadis (2000 p.388), “é aquilo de onde se podem extrair (ou em que se podem construir) organizações conjuntistas em número indefinido (...)”. Entretanto, as formações dos rizomas pela solidificação dos magmas se dá diferentemente da formação identitária do sujeito, pois este pode perpassar de forma fluida e dinâmica pelos diversos núcleos, ou ilhas, sem solidificar uma identidade, o que Bauman define como identidade líquida. Só existem ilhas e continentes porque há o estado fluido, líquido. Se é o líquido que define os continentes, o inverso também é verdadeiro dentro de um processo dialético.

Esta fluidez modifica diretamente o constructo psíquico, afetando o processo dialógico entre sujeito e instituição, tão importante para a formação psíquica. Quem exerce o poder moralizador dentro desta complexa rede rizomática de conexões? Qual é o eu ideal e o ideal do eu nestes nós de conexões voláteis. Qual o referencial para que não haja a introjeção da libido, para que o eu não seja o objeto do desejo e, assim, se desenvolva uma personalidade narcísica? Segundo Sá de Pinto (2006), vivemos no mundo dos espetáculos. Esta virtualização das relações proporciona e permite que esta personalidade ganhe notoriedade, ultrapassando muitas vezes nossa situação realística. Lacan (1999), ao se deparar com o simbólico, o real e o imaginário, remete a uma nova perspectiva neste processo de relações superficiais mais impactantes.

O grande volume de interrelações existentes nas redes digitais proporciona e produz significação para a estruturação psíquica, pois apresenta um grande volume de significantes, exercendo um aprofundamento e a internalização, mesmo que os conteúdos oferecidos sejam superficiais. Por mais que a interação seja complexa, sempre será superficial. As redes sociais digitais podem ser utilizadas para agrupar personalidades que vivam sob a égide da dependência de estar conectado.

Estar conectado não é o que define e caracteriza necessariamente o sujeito. A capacidade de dar significado e significância ao processo de construção do sujeito é ser produto e produtor da própria existência, é tornar-se Eu e não objeto; a interatividade passa a propiciar e auxiliar a definição deste novo homem.

### **3. Uso patológico de tecnologias digitais.**

A personalidade tem papel importante dentro desse processo patológico que é um transtorno mental, caracterizado no âmbito dos Transtornos do Espectro Impulsivo-Compulsivo, apresentando alguns traços em comum, principalmente a inclinação natural para a compulsão e impulsividade.

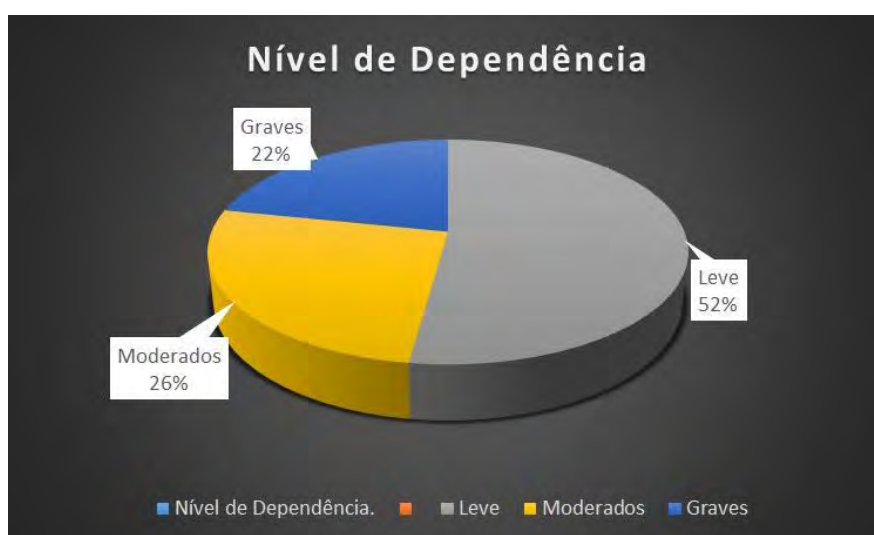
O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), desenvolvido pela American Psychiatric Association propõe que uso patológico de tecnologias digitais está dentro de um espectro mais abrangente, onde se deve levar em consideração outros fatores psíquicos e de identidades.

Para estabelecer e averiguar o grau de dependência de usuários patológicos Azevedo (2013), realizou uma pesquisa com universitários na cidade de Macaé, estado do Rio de Janeiro, tendo como tema os processos oriundos da estruturação psíquica e formação de identidades e uso patológico de tecnologias digitais.

No que concerne à metodologia de investigação científica para a realização desta pesquisa, foram utilizadas abordagens qualitativas e quantitativas. De acordo com Souza, Manhães e Kauark (2010 p. 26), a qualitativa enfatiza o campo fenomenológico, "(...) isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números", enquanto o quantitativo delimita o que é mensurável, "(...) o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las."

Os dados foram obtidos através de cálculos amostrais em uma população de 7.500 universitários, sendo aplicados 94 questionários. Os gráficos abaixo representam parte da análise desenvolvida na pesquisa.

O gráfico 01 é referente ao nível de dependência extraído dos 94 questionários aplicados, dos quais 49 avaliados estão dentro do que a literatura científica aponta como normal, e os outros 45 avaliados estão dentro do intervalo de dependência leve a grave. São 24 avaliados considerados leves, 12 moderados e 10 graves. Os manuais de transtornos mentais classificam a patologia dentro de uma curva de normalidade baseada em graus de sintomatologia, levando em consideração os aspectos qualitativos e quantitativos que envolvem o comprometimento psicológico, físico e social.



**Gráfico 1.** Dados pesquisa dissertação – Nível de Dependência Psíquica de Tecnologias Digitais. Fonte: Azevedo, Jefferson Cabral - A coisificação do “EU” e a personificação da “COISA” na Sociedade em Rede: Do normal ao patológico – Dependência psíquica e estruturações de identidades.

O gráfico 02 refere-se ao nível de dependência, faz referência ao percentual de cada nível dentro do intervalo de leve a grave. Os estudos mencionados na pesquisa apontam que, entre os universitários da cidade de Macaé, de 13% a 18% apresentam sintomas de dependência, e de 6% a 15% nas demais populações. Entretanto, no Brasil, não há estudos conclusivos referentes ao uso patológico de tecnologia e internet. Os valores de 13,08% entre os universitários estão dentro do esperado. Este número representa 981 dependentes em um universo de 7500 universitários.

O resultado encontrado, levando em consideração o desvio padrão de 2,5% para cima e para baixo, está dentro do intervalo no cruzamento de populações e culturas.



**Gráfico 2.** Dados pesquisa dissertação – Nível de Dependência Psíquica de Tecnologias Digitais. Fonte: Azevedo, Jefferson Cabral - A coisificação do “EU” e a personificação da “COISA” na Sociedade em Rede: Do normal ao patológico – Dependência psíquica e estruturas de identidades.

Segundo Young (2011), o primeiro livro a discorrer a respeito de internet na psicologia foi escrito por Wallace, em 1999, descrevendo como a internet altera a forma de pensar, sentir e se comportar dos sujeitos no mundo virtual. Entretanto, a área de ciberpsicologia nasceu com Jhon Suller, em 2004, o qual relata extensivamente como o mundo virtual se diferencia do real.

Suller, em 2004 (apud Young 2011), “cunhou o termo efeito de desinibição online para descrever o fenômeno de que as pessoas se comunicam e se comportam de maneira diferente quando estão conectadas.”

O escape do Eu ou do Self proporcionaria uma nova reestruturação, seja no âmbito funcional ou topológico, no que diz respeito às relações das instâncias psíquicas que, nesse processo, permite estabelecer novos critérios de identificação e formação de identidades.

Kusnetzof (2005), em seu livro intitulado Introdução a Psicopatologia Psicanalítica, relata que existem determinadas formações de identidades patogênicas surgidas a partir das construções psíquicas, tais como:

1. Identificação Total: Equiparação do Ego a outro Ego alheio;
2. Identificação Parcial: Equiparação ou igualação de um Ego com certos traços, atributos, funções do Ego alheio;
3. Identificação Permanente: Identificação que altera a estrutura egóica em caráter definitivo como a estruturação do próprio Superego;
4. Imitação: Ato mediante o qual se copia ou se reproduz um modelo externo ou alguma característica dele. (p.99)

Para a Young (2011), existe um uso compensatório para alguns sujeitos no mundo virtual em estabelecer novas identidades, mesmo que sejam distais daquelas vivenciadas no mundo real, não virtual, transformando hábitos e proporcionando formações de identificações que tragam reconhecimento ou prazer, mesmo momentâneo, durante sua vida virtual, podendo ocorrer, em relação ao gênero, maneiras distintas de demonstrar tais comportamentos.

Nesta caracterização de uso, é importante distinguir o que é normal ou patológico. De acordo com Canguilhem (2009), em *O Normal e o patológico*, existe uma relação quantitativa entre os fenômenos psicológicos e/ou fisiológicos, porém sem nos prendermos nas questões relativas a excesso ou falta.

A partir do final do século XX e início do século XXI, alguns autores classificam a compulsão pelo uso excessivo da internet ou tecnologia como Transtorno de Adição a Internet.

Para Young (2011),

(...) a adicção à Internet é uma dificuldade no controle de seu uso, que corresponde ao que já conhecemos como dificuldade no controle dos impulsos, e que se manifesta como um conjunto de sintomas cognitivos e de conduta. Tais sintomas são consequentes ao uso excessivo da Internet, o que pode acabar gerando uma distorção de seus objetivos pessoais, familiares ou profissionais. (p 36)

Para Young (2011, p 320), a dependência da tecnologia traz novos paradigmas sociais e comportamentais pois, ao mesmo tempo em que disponibiliza uma gama de ferramentas e informações e rompe fronteiras geográficas, carrega consigo o desconforto do uso excessivo, trazendo problemas na vida real, ao encontro face a face, aos trabalhos em equipe e ao convívio social de uma forma geral. Para a autora Young (2011),

Como vivemos em um mundo em que dependemos cada vez mais da tecnologia é difícil determinar a diferença entre necessidade e dependência. Há momentos em que é necessário usar a tecnologia de forma significativa e produtiva. Além disso, vivemos em uma fase da história em que o conhecimento já não é passivamente absorvido pelo indivíduo; isto é, hoje em dia podemos agir e interagir com a informação, de modo a estabelecê-la como uma nova expressão da nossa realidade pessoal e social. Isso nos transforma em testemunhas de uma das maiores mudanças na história da ciência: a possibilidade de interagir em tempo real com pessoas e informações. Embora sejam muitas as descrições do impacto da internet na vida moderna, um dos maiores impactos que podem ser citados é a progressiva mudança dos mores (do latim, costumes) que regulam e governam o comportamento humano (p. 317)

Esses comportamentos humanos relativos ao uso abusivo da tecnologia e diretamente da internet e das redes sociais digitais afetam diretamente a vida, conforme pesquisas realizadas na Alemanha, em 2009, pelos pesquisadores (Rehbein, Kleimann e Mössle apud Young 2011), segundo os quais existe uma relação direta entre o desempenho

escolar e a dependência de internet e que as notas destes são menores, possuindo mais absenteísmo e maior ansiedade em relação ao colégio.

Para a Young (2011), existe um uso compensatório para alguns sujeitos no mundo virtual em estabelecer novas identidades, mesmo que sejam distais daquelas vivenciadas no mundo real, não virtual, transformando hábitos e proporcionando formações de identificações que tragam reconhecimento ou prazer, mesmo momentâneo, durante sua vida virtual.

Outro fator importante é a relação de contágio, pela qual o comportamento individual é diretamente influenciado, como no “efeito manada”: o discernimento e a vontade própria desaparecem por completo, passando, assim, a assumir uma identidade grupal.

Mais do que encantar, as tecnologias digitais interferem nos processos de comunicação face a face. Verifica-se diferenças peculiares na comunicação interpessoal presencial, onde os interlocutores podem se observar diretamente no decorrer da comunicação, o que não ocorre na comunicação interpessoal mediada pelas tecnologias digitais. Os indivíduos, usando a interface das tecnologias digitais, diminuem a exposição a estímulos não verbais da comunicação, sendo filtrada a expressão emocional, eliminando aspectos importantes como a variação de: expressão facial, postura corporal, entonação vocal, dilatação e contração da pupila, sudorese cutânea, batimento cardíaco, entre outros. A comunicação não verbal é importante para o estabelecimento das relações interpessoais e para o sucesso e manutenção destas.

Para a teoria do processamento de informação social descrita por Walter (1996), o principal aspecto que define a diferença entre a comunicação face a face e pelo intermédio das redes sociais digitais não está associado à quantidade de informação social. Não é apenas a falta do conteúdo da comunicação não verbal que representa um fator essencial para a interação humana, mas o ritmo, a velocidade de entendimento do processo. Walter e Parks (2002) relatam ainda, em seus experimentos, que os usuários da comunicação virtual necessitam de mais tempo para efetuar uma comunicação bem sucedida, pois estão desprovidos de todo processo de comunicação, passando mais tempo conectados, reforçando o comportamento de dependência.

#### **4. Considerações Finais**

O referido artigo baseia-se em pesquisa e, através das investigações interdisciplinares, levantou os aspectos relativos à estruturação psíquica e à influência tecnológica sobre sua formação. Entretanto, dentro de uma concepção biopsicossocial, é necessário um distanciamento temporal dos fenômenos estudados para que o processo cultural possa se cristalizar e formar novos paradigmas.

Para possibilitar uma maior credibilidade ao processo metodológico, foi utilizado um instrumento (Internet Addiction Test) já reconhecido por conselhos de psicologia de 17 países e validado pela Universidade de São Paulo no Brasil e manuais estatísticos de transtornos mentais desenvolvidos por cientistas da área de psicopatologia de diversos países.

Os comunicacionais não verbais representam papel importante no processo de interação social e nas interações virtuais existe uma perda significativa das expressões emocionais expostas da linguagem corporal e facial.

Deve-se enfatizar a importância dos estudos a respeito da influência da tecnologia sobre a estruturação psíquica da espécie humana e na formação de identidades, vislumbrando de forma interdisciplinar conceitos e vieses oriundos da área de saúde, como a medicina e psicologia, com seus respectivos conhecimentos em neuropatologia e neuropsicologia, cognição e formação de personalidade, além dos conhecimentos provenientes da psicanálise e da sociologia, evidenciando os aspectos relativos às interações sociais, visibilidade e invisibilidade social e seus efeitos sobre a cultura.

Os resultados encontrados no estudo poderão colaborar com investigações acerca da influência da tecnologia e, especificamente, da internet e redes sociais digitais sobre o psiquismo humano, bem como os riscos inerentes ao uso patológico, o que torna possível estabelecer parâmetros e conhecimento para inferir precauções dentro de um sistema preventivo para sanar danos à saúde mental, física e os problemas sociais oriundo da utilização.

## 5 - REFERÊNCIAS

ABREU, Cristiano N.; GÓES, Dora S.; VIEIRA, Aderbal, CHWARTZMANN, Flávia. **Dependência de Internet**. In: CORDÁS, Taki A.; ABREU, Cristiano N.; TAVARES, Hermano & cols. Manual clínico dos Transtornos do Controle de Impulsos. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ARZENO, Maria Esther Gasrcia. **Psicodiagnóstico Clínico: Novas Contribuições**. Porto Alegre. Ed. Artemed, 1995.

AZEVEDO, Jefferson Cabral. **Dependência Digital**. Brasil Multicultural Campos dos Goytacazes, 2016.

AZEVEDO, Jefferson Cabral, ISTOE, Rosalle Santos, SOUZA, Carlos Henrique Medeiros, Moraes, Bruna. **The controversies of self from (info) ethics to cyber terror**. Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação (Online), v.12, p.577 594, 2016.

AZEVEDO, Jefferson Cabral, SOUZA, Carlos Henrique Medeiros, ISTOE, Rosalee Santos. **A coisificação do "EU" e a Personificação da "COISA" nas redes sociais: Verdades e mentiras na formação das estruturas de identidades**. <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/textolivre> BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1997. BRANDÃO, Marcus Lira **Psicofisiologia**. 3ª Ed. Atheneu São Paulo 2012

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Tradução de Mana Thereza Redig de Carvalho Barrocas; revisão técnica Manoel Barros da Motta; tradução do posfácio de Piare Macherey e da apresentação de Louis Althusser, Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite. - 6ª ed. rev. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CARR, Nicholas. **O que a internet está fazendo com os nossos cérebros: A geração superficial**. Rio de Janeiro. Agir 2011

CASTELLS, Manoel. **O poder da identidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002. in A era da informação: Economia, sociedade e cultura. Vol 2.



CASTORIADIS, Cornelius. *A investigação imaginária da Sociedade*. 5ª edição. São Paulo. Editora Paz e Terra. 2000

CASTORIADIS, Cornelius. *Uma sociedade à deriva*. Editora Ideias & Letras. São Paulo 2006 **CID-10: Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento**. Porto Alegre Editora Artmed, 2009.

COSTA, Fernando Braga. **Homens Invisíveis Relatos de uma Humilhação Social**. Rio de Janeiro Editora Globo, 2004.

DE SÁ PINTO TOMÁS, Júlia Catarina. **A invisibilidade social, uma perspectiva fenomenológica**. Universidade Nova de Lisboa. 25 de junho de 2006. Disponível em <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/285.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2010 as 16:31.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 3.ed. Rio de Janeiro: Vitória, 1968.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **O melhor de Peter Drucker: a administração**. São Paulo:Nobel, 2001. **DSM-V Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais V**. Porto Alegre Editora Artmed, 2013

FERREIRA, Vera Rita de Mello. **O componente emocional - funcionamento mental e ilusão à luz das transformações econômicas no Brasil desde 1985: a contribuição da psicologia econômica: trajetória e perspectivas de trabalho**. São Paulo: 2000.

FIORIN, José Luiz. In XAVIER, Antonio Carlos. e CORTEZ, Suzana. (Orgs.). **Conversas com linguistas: Virtudes e controvérsias da linguística**. São Paulo:Parábola, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007, 23ª Edição.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Vozes, 12º Ed - RJ - 2001

FREUD, Sigmund. (1912) **Totem e Tabu e outros trabalhos**. In: E.S.B., vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

\_\_\_\_\_(1914) **Historia do movimento psicanalítico**. In: E.S.B., vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_(1917 [1915]) **Luto e melancolia**. In: E.S.B., vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_(1927) **O futuro de uma ilusão**. In: E.S.B., vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_(1930 [1929]) **O mal-estar na civilização**. In: E.S.B., vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_(1921) **Psicologia de grupo e a análise do ego**. In: E.S.B., vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

HALL, Stuart. **Quem precisa da Identidade?** In SILVA, Tomás Tadeu (org.) **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**; Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções científicas**. São Paulo. Perspectiva 2009.

LACAN, Jacques. **Seminário: As Formações do Inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**. por uma antropologia do ciberespaço. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2000.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999;

\_\_\_\_\_. **A Ideografia Dinâmica: rumo a uma imaginação artificial?** São Paulo: Loyola, 1998.

\_\_\_\_\_. **A Inteligência Coletiva**. São Paulo: Editora 34, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Máquina Universo - criação, cognição, e cultura informática**. Porto Alegre: Editora Artmed, 1998.

\_\_\_\_\_. **As tecnologias da inteligência - o futuro do pensamento na era da informática**. 13ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Que é o Virtual?**. Trad. Paulo Neves. 7ª ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

MAIA, Aline Silva Correa. **Telenovela Projeção, identidade e identificação na modernidade líquida**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Minas Gerais, agosto de 2007. Disponível em [http://www.compos.org.br/files/24ecompos09\\_AlineMaia.pdf](http://www.compos.org.br/files/24ecompos09_AlineMaia.pdf). Acesso em 15 de maio de 2010 as 15:30.

MAXIMIANO, Antonio César A. **Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000

SAUSSURE, Ferdinand. **Escritos de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix 2000.

SOUZA, Carlos H.M. **Comunicação Educação e Novas Tecnologias**. Rio de Janeiro: FAFIC.2003

SOUZA, Jessé (Org). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de, MANHÃES, Fernanda Castro e KAUARK, Fabiana. **Metodologia da Pesquisa: Um guia prático** 2010.

SOUZA, Carlos H.M. **Comunicação, Linguagem e Identidade**. Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, setembro de 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0240-2.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2010 as 19:30.

TOFFLER, Alvin. **Power Shift. As Mudanças do Poder**. São Paulo. 3ª ed. São Paulo: Record, 1999. TURKLE, Sherry. **A vida no ecrã. A identidade na era da internet**. Lisboa, Relógio D'água, 1997. YOUNG, Kimberly,. **Dependência de Internet: Manual e Guia de Avaliação e tratamento**. Porto Alegre, 2011. Artmed.

WALTER, J. B. Computer-,mediated communication: Impesonal, interpersonal, and hyperpesonal interection. *Communication Research* 23, 3-43.

WALTER, J. B. & PARKS, M.R. Cues filtered out, cues filtered in: Computer mediated communication and relationships. *The handbokk of interpersonal communication*. Thousand Oaks, CA: Sage.

## AS REDES SOCIAIS DIGITAS E A MISTANÁSIA

**CABRAL, Hideliza Lacerda Tinoco Boechat**

*Doutoranda e Mestre do Programa de  
Cognição e Linguagem (Uenf Professora dos Cursos de Direito e Medicina Coordenadora do  
Grupo de Pesquisa Bioética e Dignidade Humana  
E-mail: hildeboechat@gmail.com*

**BOECHAT, Ieda Tinoco**

*Mestranda do Programa de Cognição e Linguagem (Uenf)  
Docente do Curso de Psicologia  
Terapeuta de Família  
E-mail: iedatboechat@hotmail.com*

**GONÇALVES NETO, Ari**

*Estudante do 8º Período de Direito  
Estagiário de Direito da 1ª Vara do Trabalho de Itaperuna – RJ  
E-mail: arigneto@gmail.com*

**SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de**

*Coordenador e Docente do Programa de Cognição e Linguagem (Uenf)  
Doutor em Comunicação  
Email: chmsouza@gmail.com*

### Considerações iniciais

A sociedade brasileira contemporânea vem sofrendo impactos negativos materializados no descaso da Administração Pública que não se preocupa com a situação dos cidadãos economicamente vulneráveis, não disponibilizando os instrumentos básicos para se efetivar os direitos sociais, inclusive o acesso igualitário à saúde, previstos na vigente Constituição Federal, ocasionando por consequência, o prejuízo e a frustração de todos aqueles que buscam um regular atendimento médico subsidiado pelo Poder Público, o que concorre para promover a morte prematura e infeliz da população, denominada como Mistanásia ou Eutanásia Social.

Dessa forma, faz-se necessário que o tema proposto seja explorado por meio de literatura especializada, a fim de demonstrar a verdadeira realidade enfrentada pelos cidadãos que precisam lançar mão do sistema público de saúde, reconhecendo os elementos que originam essa deficiência e o papel que o sistema político-governamental brasileiro deve adotar para o preenchimento dessa lacuna.

Analisa-se, assim, os impactos que essa morte miserável causa à sociedade, e, principalmente, com o olhar voltado para o papel essencial que as redes sociais digitais vêm desenvolvendo ao conceber mecanismos de conscientização online, com o objetivo de reduzir através desses meios, a ocorrência da Mistanásia não só em relação à realidade brasileira, mas também no mundo, por meio da informação quanto aos direitos fundamentais já reconhecidos e a proteção legal que é assegurada, buscando diminuir o vertiginoso crescimento da mistanásia nos tempos atuais.

Verifica-se que o direito fundamental à saúde, previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, gera para o Estado o dever de promovê-la aos cidadãos, embora a realidade fática demonstre que este dever está sendo infringido a todo o momento, pois a Administração Pública se encontra despreparada política e administrativamente para atender tão alta demanda, além de apresentar escassos recursos, expondo os cidadãos a um sistema injusto e ineficiente, que desampara e abrevia a vida de muitas pessoas, especialmente aquelas que integram as classes menos favorecidas.

Por isso, é de extrema relevância que a sociedade esteja inteirada acerca da existência dessa nociva prática e também dos direitos que possui, a fim de exigir dos governantes ações expressivas, que atinjam por decorrência o exercício dos direitos respaldados pela Constituição Federal e se alcancem a ousada meta de eliminar a prática da Mistanásia, para que os cidadãos vivam a dignidade da pessoa humana em sua plenitude.

Nessa concepção, o presente artigo procura abordar a temática alusiva à contribuição das redes sociais digitais para a conscientização sobre a Mistanásia na perspectiva do Estado Democrático de Direito e dos direitos sociais e individuais consagrados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Valeu-se da metodologia qualitativa, baseada em livros e artigos científicos de estudiosos do tema.

### **As redes sociais digitais e influências na sociedade**

A partir da Revolução Industrial, todas as formas manuais e tradicionais de produção e comunicação foram transformadas e substituídas por uma crescente e rápida aceleração tecnológica. A sociedade, desde então, vem sentindo os efeitos dessas alterações, inclusive no comportamento e no ritmo de vida adotado, sendo visivelmente influenciada e se tornando cada vez mais dependente, dessa modernização.

A ideia de Rede Social surgiu no século XX, apesar de ter sido muito pouco explorada naquela época. Atualmente, pode-se defini-la como um conjunto complexo, que está conectado por meio do mundo virtual proporcionado pela internet, e que hoje constitui a mais rápida e efetiva forma de troca de informações e serviços.

Pierre Lévy leciona nesse sentido ao dispor que:

Certamente nunca antes as mudanças das técnicas, da economia e dos costumes foram tão rápidas e desestabilizantes. Ora, a virtualização constitui justamente a essência, ou a ponta fina, da mutação em curso. Enquanto tal, a virtualização não é nem boa, nem má, nem neutra” (LÉVY, 1996).

O virtual está fortemente impregnado no atual na sociedade, como uma potência opositora à atualidade e também como uma ilusão se comparado ao imenso campo propiciado pelas diversas formas, excedendo os limites do campo físico, sendo considerado um espaço real, pelos efeitos causados na coletividade. Com a difusão da internet e o acesso facilitado aos meios de comunicações virtuais, propiciou-se uma forte intensificação dessa virtualização e a propagação de informações em curto espaço de tempo, modificando o cotidiano das pessoas.

Uma das peculiaridades dessa esfera virtual são os denominados laços, que podem ser traçados como fortes, fracos e buracos estruturais, compondo mundos restritos, com moldes que agregam a evolução das redes e a não contingência da conexão. Mark

Granovetter ponderou sobre o potencial dos laços fracos, defendendo que tais laços são de suma importância na difusão de informações e no acesso ao contemporâneo, havendo um papel relevante na vida social da população (GRANOVETTER, 2011).

As redes sociais digitais conquistaram um amplo espaço dentro da sociedade, principalmente entre os jovens, que a utilizam como principal mecanismo de pesquisa, interatividade e entretenimento, explorando-as com uma frequência exorbitante, limitando o convívio social e expondo suas vidas de forma desordenada, influenciados pela imagem que criam de si mesmos, ficando altamente vulneráveis a doenças psicológicas, como por exemplo, a depressão.

Por outro lado, na busca por mais praticidade, qualidade, economia e máxima produção, as empresas estão investindo em inovações tecnológicas, através da implantação dos sistemas de softwares, além de estarem mais criteriosas, selecionando os funcionários após uma pesquisa virtual, acompanhando as publicações dos candidatos em seus perfis, a maneira como se comportam nela e até mesmo avaliando a escrita dos possíveis contratados. Nesse sentido Pierre Lévy dispõe que:

Tornemos o caso, muito contemporâneo, da “virtualização” de uma empresa. A organização clássica reúne seus empregados em um mesmo prédio ou num conjunto de departamentos. Cada empregado ocupa um posto de trabalho. Uma empresa virtual, em troca, serve-se principalmente do teletrabalho; tende a substituir a presença física de seus empregados nos mesmos locais pela participação numa rede de comunicação eletrônica e pelo uso de recursos e programas que favoreçam a cooperação. Assim, a virtualização da empresa consiste sobretudo em fazer das coordenadas espaço-temporais do trabalho um problema sempre repensando e não uma solução estável (LÉVY, 1996).

Impulsionados pela globalização, os indivíduos se encontram interligados por essa teia, que tem como alvo substancial à comunicação, que permite a obtenção de informações em tempo real, acerca de acontecimentos mundiais e ainda, oferece amplo espaço para o compartilhamento de seus pensamentos e a divulgação de opiniões sobre os mais variados temas. Assim, as pessoas se mantêm muito mais informadas e possuem um atrativo para estudarem e novas perspectivas para investir em pesquisas, atraídas pela facilidade em encontrar material rico em conteúdo disponível na internet.

Embora as redes sociais digitais estejam em constante crescimento, o número de atos de violências online também vem se desenvolvendo, caracterizados como cyberbully, sendo muito comum a divulgação de áudios e imagens que denigrem a integridade moral da vítima, passando a expor a vítima como motivo de chacota entre os colegas, além de causar situações constrangedoras e humilhantes. Contudo, a prática desses atos já é considerada crime, e as punições envolvem não somente ao que deu início a ação, mas todos aqueles que tiveram acesso ao material e o compartilhou. Essas condutas ocorrem predominantemente dentro das escolas, todavia os educadores estão conscientizando os alunos sobre os danos psicossociais que tais comportamentos causam à vida da vítima, travando um forte combate contra esse mal, que veio de encontro ao progresso da ciência, especialmente da tecnológica.

A internet, por intermédio das redes sociais, como o Facebook, se transformou em uma ferramenta essencial na vida dos cidadãos, englobando uma multiplicidade de raças, etnias, gêneros, sem levar em consideração os níveis econômicos e de idade dos usuários, ou seja, é uma rede de fácil acesso que alcançou grande parte da população brasileira.

Inclusive, as pessoas idosas também estão adotando essas novas ferramentas, procurando vencer as dificuldades e encontrando nelas uma oportunidade de aprenderem esses recursos hodiernos, continuando, portanto, a buscarem novos meios de interação, além, é claro, de se manterem conectadas com os amigos, inclusive aqueles que moram em outras localidades. Por trás de todo esse desenvolvimento e interação existe um marketing por parte dos proprietários das empresas das redes sociais digitais, tal como o Twitter, Facebook, Google, Whatsapp, dentre outras, que buscam estratégias para atraírem patrocinadores e o máximo de navegações diárias, a fim de obterem lucros e serem potências mundiais cada vez maiores. Para que se atinjam tais metas, investem em inovações, quase diariamente, e proporcionam atividades que despertem o interesse do público e o torne cada vez mais viciado e dependente desses progressos inovadores. Lévy discorre acerca disso desse progresso, ao dispor que:

O desenvolvimento da comunicação assistida por computador e das redes digitais planetárias aparece como a realização de um projeto mais ou menos bem formulado, o da constituição deliberada de novas formas de inteligência coletiva, mais flexíveis, mais democráticas, fundadas sobre a reciprocidade e o respeito da singularidade ( Lévy, 1996).

Portanto, esses avanços obtiveram uma otimização e simplificação das relações sociais, assegurando uma soberana qualidade de vida entre os homens, marcado por um mundo interligado tecnologicamente, repleto de pontos positivos, mas também impregnado de características negativas. É indispensável que a população saiba usar as novas tecnologias a seu favor, sem deixar que esta seja prejudicial e impossibilite de gozar a plenitude da vida. Deve-se, assim, estabelecer limites para que no futuro, toda essa modernização não se torne um mal, pelo uso inconsciente e desregrado de seus usuários.

### **O fenômeno da Mistanásia no Brasil e suas manifestações**

O termo Mistanásia surgiu em 1989, pelo Teólogo da Moral e Bioeticista brasileiro Márcio Fabri dos Anjos, sendo um neologismo etimologicamente grego (mys = infeliz; thanathos = morte), conceituando-a como a “morte miserável”. Há que se registrar, que, por essa prática, vidas vêm sendo abreviadas pelo descaso do Poder Público, pela falta de disponibilização de recursos médicos e por tantos outros fatores que estão imersos na sociedade atual, atingindo principalmente aqueles cidadãos vulneráveis social e economicamente, que em sua maioria, não possui acesso ao direito à saúde com vistas à manutenção da própria vida e, em última perspectiva, sua sobrevivência.

Observe-se a abordagem da Mistanásia pelo estudioso do tema Leo Pessini “Nos países pobres, essa questão está nas políticas públicas de saúde inadequadas e iníquas, com investimentos irrisórios de recursos, que causam a morte no nível social de milhares de pessoas” (PESSINI, 2007, p. 60); trata-se de “morte de pessoas cuja vida não é valorizada” (PESSINI et.al, 2015, p. 159). Ou seja, trata-se de um contexto social em que a morte da população vulnerável ocorre de forma prematura, cruel e miserável, não dispendo essas pessoas de condições dignas de vida e de saúde nem acesso aos serviços de saúde pública.

Todo ser humano é titular do direito fundamental à saúde, previsto pela CF de 1988, cabendo ao Estado o dever de promovê-la, garantindo formas de prevenção e tratamento eficazes que alcancem a todos, sem distinção entre pessoas que possuam condições financeiras diferentes. O grande dilema é que o Poder Público é o maior violador desse

direito fundamental, pois não proporciona sequer o mínimo de recursos, justificando sempre com base na teoria da reserva do possível, atendendo somente aos casos mais urgentes e realmente indispensáveis, gerando então, a Mistanásia, através da sua omissão e de seu despreparo na administração dos recursos públicos.

Grandes obstáculos estão sendo encontrados dentro dos hospitais públicos, uma vez que não possuem leitos suficientes para acolher todos os doentes, não disponibilizando tratamento eficaz e igualitário para população em geral e o descaso dos hospitais, que se preocupam mais com o capital, do que com a cura efetiva ou tratamento paliativos de seus pacientes. Essa deficiência está gerando muitas ações, que têm a finalidade de evitar a ocorrência da Mistanásia e obter uma digna intervenção médica, direito fundamental, repita-se, mas que não vem sendo devidamente cumprido sem a intervenção do Poder Judiciário. Nesse sentido leciona Martin:

Dentro da categoria de mistanásia pode-se focalizar três situações: primeiro, a grande massa de doentes e deficientes que, por motivos políticos, sociais, e econômicos não chegam a ser pacientes, pois não conseguem ingressar efetivamente no sistema de atendimento médico; segundo, os doentes que conseguem ser pacientes, para, em seguida, se tornar vítimas de erro médico; e terceiro, os pacientes que acabam sendo vítimas de má-prática por motivos econômicos, científicos ou sociopolíticos (MARTIN, 1998, p. 172).

Essa abreviação da vida acarretada pelas inúmeras omissões faz com que a sociedade se sinta impotente frente a esse dilema, além colocar sob análise a questão da efetivação dos princípios éticos e morais que norteiam a atuação do Poder Público no que diz respeito à proteção e efetivação dos direitos sociais e fundamentais previstos no ordenamento jurídico, visto que a deficiência do sistema de saúde é ampla e abundante é o número de pessoas que vivem em situações miseráveis, passando por humilhações, dores, descasos e se tornando vulneráveis a vários tipos de doenças. É necessário denunciar as mazelas da administração pública e cobrar a materialização dos serviços que é de direitos dos cidadãos, a fim de que sejam legitimamente assegurados para que na hora da premência não venham ser surpreendidos pela deficiência das instituições hospitalares públicas.

Assim, a Mistanásia é o mal do século e sua prática precisa ser abolida da realidade brasileira, devolvendo aos cidadãos a dignidade no que diz respeito ao acesso igualitário e eficiente ao sistema de saúde público, evitando que muitas vidas sejam abreviadas, pois por mais que o mecanismo que vem sendo utilizado seja um projeto brilhante, ainda não está desempenhando o papel necessário nem atendendo a toda a demanda. Enfim, o Estado precisa agir com mais eficiência, moralidade e celeridade, superando a burocracia, a péssima administração e extinguindo com a corrupção, afinal os cidadãos dependem disso para preservarem sua saúde, como corolário da dignidade da pessoa humana.

Proposta uma reflexão sobre a saúde pública brasileira, especialmente sobre a prática da Mistanásia, torna-se imprescindível, em um primeiro momento, conceituar saúde. Neste passo, vislumbra-se uma inevitável dificuldade, pois no decorrer da história muitos dos estudiosos conceituaram-na. A influência de contundentes fatores políticos foi, sobretudo, o marco último do debate sobre o conceito de saúde. Neste contexto, destaca-se como importante a experiência que as grandes guerras, de 1914-1918 e 1939-1945, proporcionaram no sentido de impulsionar a comunidade internacional,

ante a inevitável necessidade de promoção da paz mundial, a celebrar um novo pacto mundial. Dentre os acordos celebrados, um em especial, datado de 24 de Outubro de 1945, consubstanciou-se na criação da Organização das Nações Unidas (ONU), que culminou com a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), concomitantemente estimulando a criação e estruturação de órgãos e organismos especializados com o fito de assegurar a efetivação dos direitos considerados essenciais a todos os seres humanos.

A saúde tornou-se internacionalmente reconhecida como direito fundamental de todo ser humano e também objeto de estudo, proteção e efetivação, por meio dos trabalhos desenvolvidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), organismo especializado subordinado à ONU, que a conceituou no preâmbulo de sua constituição datada de 1946. O ordenamento jurídico brasileiro, por meio da Carta Política de 1988, assegura a saúde como um direito de todos os cidadãos: “Art. 196: A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação” (BRASIL. CF, 1988).

Tem-se então a saúde como um direito público subjetivo, um bem da vida constitucionalmente tutelado, cabendo à administração pública em todas as esferas, organizar e efetivar políticas sociais, econômicas e educacionais com vistas a assegurar aos cidadãos um acesso universal igualitário à assistência médico-hospitalar. Corroborando essa afirmação o célebre ensino do professor José Afonso da Silva ao dispor que

[...] os direitos sociais, como dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações positivas estatais, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se conacionam com o direito da igualdade. Valem como pressupostos do gozo dos direitos individuais na medida em que criam condições materiais mais propícias ao auferimento da igualdade real, o que, por sua vez, proporciona condição mais compatível com o exercício efetivo da liberdade (SILVA, 2007, 150).

A CF de 1988 assegura não só os tratamentos de prevenção e cura, mais também as denominadas terapêuticas paliativas; que são os tratamentos médicos dispensados àqueles pacientes portadores de doenças incuráveis, sendo a medicação prescrita exclusivamente para amenizar as dores e incômodos provocados pela moléstia que assola o paciente terminal. São tuteladas, portanto, medidas que protegem a integridade física e psíquica do paciente com vistas a proteger, de igual modo, a sua dignidade humana, também prevista na Carta Magna.

Entretanto, a realidade enfrentada sem quimera pela maior parte da população que necessita de atendimento médico proporcionado pelo setor de saúde pública é triste e deplorável, pois fica à mercê de cuidados especializados, sequer encontram condições de acesso para ingressarem nas filas de atendimento, ou mesmo quando ingressam, o tempo de espera é tão prolongado que muitos pacientes, infelizmente, não resistem, vindo a óbito antes mesmo de receber a qualidade de paciente. Fatos como esses descritos ocorrem diuturnamente nos hospitais brasileiros, em especial nos públicos, e tem sido noticiados pelos meios de comunicação nacionais e internacionais, fatos que confirmam a prática da mistanásia no sistema público de saúde pública.



Neste sentido é a lição de Leonard Martin

[...] Dentro da categoria de mistanásia pode-se focalizar três situações, primeiro, a grande massa de doentes e deficientes que, por motivos políticos, sociais, e econômicos não chegam a ser pacientes, pois não conseguem ingressar efetivamente no sistema de atendimento médico; segundo, os doentes que conseguem ser pacientes, para, em seguida, se tornar vítimas de erro médico e, terceiro, os pacientes que acabam sendo vítimas de má-prática por motivos econômicos, científicos ou sociopolíticos [...] (MARTIN, 1998, p.172).

Em face do temor da longa espera por atendimento médico, ou mesmo de tratamento precário que pode acarretar consequência irreversível, muitos cidadãos, tem exercitado o direito constitucional de ação judicial, uma vez que a lei não pode excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão ou ameaça a direitos. A invocação de um provimento jurisdicional tem estimulado o Poder Judiciário a formular políticas públicas mediante decisões que obrigam o Poder Executivo a satisfazer as pretensões do paciente-litigante, quer fornecendo medicamentos, quer oportunizando a realização de exames, cirurgias e tratamentos médicos diversos.

Constata-se, mais uma vez, a completa ineficiência do Sistema Único de Saúde (SUS) – criado pela Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990 –, quer por falta de interesse político em efetivar as garantias constitucionais, quer pela “ausência” de recursos financeiros alegados, ou mesmo pela corrupção vinculada à improbidade administrativa de muitos agentes políticos, o que resulta na não promoção e efetivação da saúde pública.

Registra-se, por fim, que todas essas circunstâncias vivenciadas pelos cidadãos acabam por colocar o Brasil entre os Estados mais ineficientes no quesito promoção e efetivação da saúde e a demonstrar a caótica situação enfrentada pelos brasileiros beneficiários do sistema de saúde pública.

### **Influências das redes sociais digitais na Mistanásia**

A fim de se discutir sobre a influência das redes sociais digitais como mecanismo de conscientização sobre a prática mistanásica no contexto brasileiro, buscou-se realizar, em um primeiro momento, uma breve análise da relação existente entre a tecnologia virtual, a saúde e o sistema público de saúde.

Conforme preleciona Lorenzetti *et al*, a saúde constitui a maior prioridade da pessoa humana, ou seja, é o bem mais valioso e merecedor, portanto, de especial proteção e efetivação pelo Poder Público. Em uma análise mais detida, especialmente levando-se em consideração a atual estrutura da sociedade contemporânea, na qual as peculiaridades consistem no grande apelo ao consumo e ao “novo”, o tema atinente à saúde e as informações quanto a mesma encontram-se inseridas e influenciadas por este contexto. Nesta linha, a busca incessante por informações faz com que as pessoas cada vez mais conheçam sobre os assuntos relacionados com a saúde – quase como se fosse um produto ou serviço posto no mercado para consumo. A premissa é cada vez conhecer mais.

Assim, em decorrência da temporalidade a que todo ser humano encontra-se inserido, cultiva-se a utopia do prolongamento ao extremo da vida, que se efetiva por meio da busca de mecanismos de cura das doenças e fragilidades (incapacidades), ou mesmo através de procedimentos médico-estéticos. A busca pela juventude interligada ao

atual contexto social, impregnou nas pessoas o temor originado pelas ameaças, riscos e sinais de moléstias ou tão somente vulnerabilidades imunológicas, o que modificou consideravelmente a relação dos sujeitos-pacientes com a saúde – acentuando a utilização da tecnologia na aquisição de conhecimentos.

Em relação às redes sociais, cuja criação foi possibilitada graças aos grandes avanços tecnológicos iniciados especialmente quando da Primeira Revolução Industrial, pode-se afirmar que a internet modificou a forma como o ser humano se comunicava até então, tendo, inclusive, como uma de suas características, o fato de ser considerada fonte de informações disponíveis a todo instante e proporcionar uma postura ativa de todos aqueles que dela se utilizam.

A internet possibilita ao usuário saber a qualquer instante e lugar do globo terrestre, informações sobre eventos, pessoas, coisas, e, principalmente, fazer com que a pessoa humana seja agente do seu próprio sistema de aquisição de conhecimentos. Neste diapasão, pode-se afirmar que a internet é o empoderamento, ou seja, em última análise, o impulso a toda sociedade ou apenas uma determinada comunidade, cujo fim é a busca de sérias e efetivas formas de melhoria da existência, através da aquisição da autonomia e percepção crítica para com a realidade social. Corolário lógico, a internet por meio das redes sociais digitais possibilita a todos saberem não só assuntos atinentes à saúde, mas de igual modo, dos direitos que titularizam, especialmente o direito social fundamental ao acesso igualitário à saúde.

E, como consequência direta, gera para o Poder Público o dever de efetivar o quanto antes todas as disposições neste sentido previstas no ordenamento jurídico pátrio, posto que, por estar cada vez mais informado quanto aos seus direitos, o cidadão-paciente, por exemplo, quando busca atendimento patrocinado pelo sistema de saúde público já sabe do que deve conter nas instalações hospitalares, a forma e o tempo de atendimento, se recusando em se submeter a tratamentos demorados e inúteis ao ver-se infringido em seu direito fundamental.

Vê-se que, o conhecimento quanto à tutela básica que deve ser assegurada pela administração pública fez com que o cidadão se tornasse inconformado com a precário serviço de saúde ofertado pelo sistema único. Em perspectiva mais aprofundada, ainda que desconhecedor dos termos técnicos utilizados, o cidadão tem resignificado a própria existência, e não aceitado as práticas omissivas perpetradas pelo Estado. Ou seja, a conscientização operada em grande parte pelas redes sociais digitais tem feito com que a prática da Mistanásia ainda que não extinta, tenha diminuído significativamente do contexto social brasileiro.

Há que se registrar, ainda, que não cabe à administração pública alegar a reserva do possível, visto a Constituição da República Federativa do Brasil dispor que compete ao Poder Público proporcionar o mínimo existencial a todos os cidadãos. Dessa forma, não há espaço para arguição da referida teoria, muito menos escassez de recursos, ante o fato de o mínimo ter que ser assegurado e materializado em programas, atendimentos e medicamentos ofertados gratuitamente pelo sistema único de saúde pública (PARANHOS, 2007, p. 158).

É importante salientar que a saúde é uma das áreas que contém mais informações disponíveis e acessadas por um número cada vez maior de pessoas. Essa perspectiva torna-se real quando se analisa o exorbitante número de ações ajuizadas contra a

Fazenda Pública, especialmente no que diz respeito ao fornecimento de medicamentos e oportunidade de cirurgias.

O cidadão cada vez mais inteirado dos seus direitos constitucionais tem batido às portas do Poder Judiciário para que, por meio de um provimento jurisdicional, veja o Poder Executivo obrigado a cumprir com seu papel de ofertar o acesso regular à saúde, culminando no fenômeno alcunhado como “judicialização da saúde”.

Nas palavras de Ordacgy (2007):

A notória precariedade do sistema público de saúde brasileiro, bem como o insuficiente fornecimento gratuito de medicamentos, muitos dos quais demasiadamente caros até para as classes de maior poder aquisitivo, têm feito a população civil socorrer-se, com êxito, das tutelas de saúde para a efetivação do seu tratamento médico, através de provimentos judiciais liminares, fenômeno esse que veio a ser denominado de “judicialização” da Saúde (ORDACGY, 2007).

A partir dessa análise, verifica-se que aqueles que adquirem informações sobre a saúde, o sistema público de saúde e seus direitos sociais fundamentais assegurados pela Carta Maior, e difundidos sobretudo pelas redes sociais digitais, como por exemplo – Facebook, Twitter, Whatsapp, Instagram, dentre outros, oportunizados graças à internet, tem adquirido maior segurança e confiabilidade no decorrer do tratamento, ou ainda quando não iniciado, visto que, na ausência de recursos econômicos próprios para submissão a tratamentos médicos dos mais variados, sabe-se que compete ao Poder Público proporcionar o mínimo existencial, muito embora somente levado a efeito por meio de sentença definitivamente transitada em julgado neste sentido.

### **Considerações finais**

Buscou-se abordar no presente artigo a temática atinente a conscientização sobre a prática da eutanásia social por meio das redes sociais digitais, com vistas aos direitos sociais fundamentais constitucionalmente assegurados, na perspectiva do Estado Democrático de Direito brasileiro.

Neste sentido, constatou-se que, o conhecimento oportunizado pelo fácil e rápido acesso através da internet tem feito com que o cidadão brasileiro conheça não só de temas variados, relacionados ou não com a saúde pública, mas principalmente de seus direitos sociais fundamentais.

Assim, consciente de sua posição na sociedade, esse sujeito de direitos tem ressignificado a própria existência, e não mais aceitado passivamente a perpetração das condutas omissivas pelo Poder Público. Muito pelo contrário, tem buscado por meio do ajuizamento de ações junto ao Poder Judiciário, um provimento jurisdicional que efetive seus direitos já previstos, muito embora não levados a efeito pelo poder Executivo.

Ou seja, ainda que as redes sociais digitais por muitos seja utilizada a fim de constranger, humilhar, enganar e até furtar terceiros, para grande parte da sociedade brasileira ela tem sido utilizada como ferramenta propulsora do exercício dos direitos, especialmente o direito relativo à saúde pública.

Não cabe mais a administração pública, repita-se, a alegação de escassez de recursos, anteriores gestões fraudulentas que travaram a máquina pública, muito menos a corrupção, eis que já é de conhecimento de todos a obrigatoriedade quanto ao fornecimento do mínimo existencial.

Portanto, ainda que não extinta da realidade brasileira, a Mistanásia tem significativamente deixado de ser praticada pois, se não há efetivação pelo Estado do mínimo existencial – especialmente no que diz respeito à saúde pública, o cidadão não mais tem sido vítima dessa conduta passiva, ao revés, através do exercício do direito público e subjetivo que é o direito ao ajuizamento de ação, tem levado o Ente Federativo, obrigado por sentença, a assegurá-lo regular tratamento médico, como máxima da dignidade da pessoa humana.

### Referências

BRASIL. CF. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 15. out. 2016.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** Disponível em: <[https://issuu.com/midia8/docs/o\\_que\\_o\\_virtual\\_-\\_pierre\\_lvy](https://issuu.com/midia8/docs/o_que_o_virtual_-_pierre_lvy)>. Acesso em 15 out. 2016.

MARTIN, Leonard M. Eutanásia e Distanásia. In: COSTA, Sérgio Ibiapina Ferreira; OSELKA, Gabriel; GARRAFA, Volnei. **Iniciação à Bioética**. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998.

MARTIN, L. M. **Eutanásia e Distanásia**. Disponível em: <[http://www.portalmedico.org.br/biblioteca\\_virtual/bioetica/ParteIIIeutanasia.htm](http://www.portalmedico.org.br/biblioteca_virtual/bioetica/ParteIIIeutanasia.htm)> Acesso em 20 nov. 2016.

ORDACGY, André da Silva. **A tutela de direito de saúde como um direito fundamental do cidadão**. Disponível em [http://www.dpu.gov.br/pdf/artigos/artigo\\_saude\\_andre.pdf](http://www.dpu.gov.br/pdf/artigos/artigo_saude_andre.pdf) Acesso em 27 nov. 2016.

PARANHOS, Vinícius Lucas. **Efetividade dos provimentos judiciais na garantia do direito à saúde**: Estudo sobre as decisões inaudita altera parte no fornecimento gratuito de medicamentos pelo Estado. v.2. n.1. Belo Horizonte: Meritum, 2007.

PESSINI, Leo. **Distanásia: até quando prolongar a vida?** São Paulo: Loyola, 2007.

\_\_\_\_\_; BERTACHINI, Luciana; BARCHIFONTAINE, Christian de P. de; HOSSNE, William S. **Bioética em tempos de globalização**. São Paulo: Loyola, 2015.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2007.

KAUFMAN, Dora. **A força dos “laços fracos” de Mark Granovetter no ambiente do ciberespaço**. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/viewFile/5336/7580> Acesso em 25 de nov. 2016.

## **GT: 11** - Interdisciplinaridade, educação, inclusão social e tecnologias assistivas

Coordenadores: Haydéa Maria Marino de Sant'Anna  
Reis e Edicléa Mascarenhas Fernandes

## LETRAMENTO INFORMACIONAL ACESSÍVEL AOS USUÁRIOS COM AUTISMO NA BIBLIOTECA ESCOLAR: ESTUDO DE CASO DA ESCOLA MUNICIPAL TABELIÃO MURILO COSTA - NOVA IGUAÇU/RJ

**SANTOS, Marcos Pastana**

*Mestre Profissional em Biblioteconomia – UNIRIO*

*Email: marcos.pastana@ifrj.edu.br*

**DINIZ, Cládice Nóbile**

*Doutora em Ciência da Informação – UFRJ*

*Email: cladice.diniz@unirio.br*

**SÁ, Nathalia Araujo de**

*Mestre em Educação, Contextos Contemporâneos*

*e Demandas Populares – UFRRJ*

*Email: nathyaraujosa@yahoo.com.br*

### RESUMO

Este artigo possibilita a discussão do letramento informacional para alunos autistas que frequentam a biblioteca escolar da Escola Municipal Tabelaio Murilo Costa, localizada no município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro. Investiga os serviços informacionais disponibilizados pela unidade de informação e analisa a qualificação dos profissionais da biblioteca para o atendimento das demandas de informação para os usuários com autismo. A metodologia foi estudo de campo e em quanto aos meios, a pesquisa foi bibliográfica e documental. A falta de mão de obra qualificada e espaços culturais sem acessibilidade informacional ainda são entraves na democratização do saber. Conclui-se que o debate por melhorias de atendimento ao usuário na biblioteca escolar, a capacitação profissional e ações inclusivas que possibilitem o acesso a informação são temas que permeiam a construção de um espaço inclusivo para os usuários com autismo.

**Palavras-chave:** Letramento informacional. Biblioteca escolar. Autismo.

### ABSTRACT

This article makes it possible to discuss informational literacy for autistic students attending the school library of the Escola Municipal Tabelaio Murilo Costa, located in the municipality of Nova Iguaçu, in the State of Rio de Janeiro. It investigates the information services provided by the unit of information and analyzes the qualification of the professionals of the library to attend the information demands for the users with autism. The methodology was a field study and in the media, the research was bibliographical and documentary. The lack of skilled labor and cultural spaces without informational accessibility are still obstacles in the democratization of knowledge. It is concluded that the debate about improvements in the service of the user in the school library, professional training and inclusive actions that allow access to information are themes that permeate the construction of an inclusive space for users with autism.

**Keywords:** Information literacy. School library. Autism.

## INTRODUÇÃO

O estudo trata dos serviços informacionais disponibilizados pela biblioteca escolar e a sua importância para a aprendizagem dos alunos com autismo, buscando suscitar discussões sobre a acessibilidade à informação nesse espaço, uma vez que o letramento informacional é ferramenta pedagógica essencial aos processos de aprendizagem.

Analisaremos se os serviços informacionais disponibilizados pela biblioteca escolar possibilitam o acesso a informação para os alunos com autismo. Tendo em vista que esta pesquisa investigou as necessidades informacionais dos usuários com Transtorno de Espectro Autista (TEA) e; a possibilidade de discussões sobre informação e conhecimento acessíveis na biblioteca escolar através de ferramentas pedagógicas essenciais nos processos de aquisição de conteúdo e conhecimento por estes usuários.

A investigação originou-se da observação de que, em muitos casos, os serviços da biblioteca escolar não atendem às necessidades dos usuários com autismo, o que ensejou a questão de se pesquisar sobre a razão de tal situação, se ocorria devido a não disporem de funcionários capacitados e/ou de infraestrutura adequada para atendê-los.

A metodologia adotada é a de estudo de caso, sendo enfocada a biblioteca escolar da Escola Municipal Tabela Murilo Costa, localizada no município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, no período de julho a outubro de 2016. Como objeto da pesquisa considerou-se os serviços informacionais acessíveis aos alunos autistas da instituição destacada. Quanto aos meios, a pesquisa foi bibliográfica, documental e de campo.

Os procedimentos investigativos são constituídos em três etapas na coleta de dados: a) levantamento quantitativo dos alunos autistas que frequentam o turno regular; b) elaboração de um questionário semiestruturado e sua aplicação em entrevistas com os profissionais que atuam na biblioteca; c) pesquisa documental nos documentos da biblioteca e pesquisa bibliográfica centrada na análise da literatura especializada sobre acessibilidade, letramento informacional, biblioteca escolar e autismo.

Essas leituras subsidiaram o trabalho ao longo da pesquisa de campo na escola municipal de Nova Iguaçu. O referencial teórico utilizado neste estudo foram (BRAMAN, 2006; CAMPELLO 2009; GASQUE, 2012; FARMER, 2013; KLIPPER, 2014, MAROTO, 2012).

### 1. USUÁRIO COM AUTISMO

A disponibilização do letramento informacional para usuário autista, perpassa em conhecer as singularidades de cada aluno na unidade escolar. Antes de comentarmos sobre esta ferramenta de tecnologia assistiva, é fundamental, conhecer, mesmo que breve, sobre a legislação brasileira atual sobre os direitos das pessoas com autismo.

Antes de ofertar serviços acessíveis na biblioteca para usuários com autismo, é fundamental conhecer a legislação brasileira que ampara as pessoas com autismo. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), existem três grupos de pessoas com deficiência que são atendidos pelo setor da educação especial. Eis o público-alvo: pessoas com deficiência

(visual, auditiva, motora, múltipla e intelectual), pessoas com transtornos globais do desenvolvimento<sup>1</sup> e altas habilidades/superdotação.

De acordo com a lei nº 12.764 (BRASIL, 2012), nos artigos 1 e 2, as pessoas com Transtorno de Espectro Autista (TEA) passam a ser consideradas pessoas com deficiência<sup>2</sup>.

A biblioteca escolar pode oferecer serviços que oportunizem condições favoráveis de acesso a informação. Para isso, é necessário a realização de práticas acessíveis a informação.

“Para que a biblioteca tenha o seu lugar de destaque na instituição escolar, faz-se necessário que os responsáveis por sua dinamização (bibliotecários, professores e outros profissionais) desenvolvam estratégias organizacionais, menos rígidas e burocráticas, que possibilitem o exercício de liberdade e autonomia do leitor/pesquisador naquele espaço e facilitem o seu livre acesso à informação. Esses profissionais não podem esquecer que o seu fazer educativo constitui-se, mais especificadamente no desenvolvimento de ações de mediação e de incentivo à leitura e à pesquisa junto à comunidade escolar.” (MAROTO, 2012, p.65)

Com o desenvolvimento das tecnologias de informação, a biblioteca escolar pode dinamizar e ofertar recursos acessíveis para seus usuários. O investimento financeiro do poder público e a contratação de mão de obra especializada podem contribuir para melhorias dos serviços da biblioteca.

## 2. BIBLIOTECA ESCOLAR

As bibliotecas também estão se inserindo no âmbito da acessibilidade, a qual, para Santos (2015), vai além da estrutura física da biblioteca, pois se a ausência de barreiras físicas é importante, também é essencial o preparo dos profissionais que atuam na biblioteca, a formação e o desenvolvimento de coleções acessíveis e uma postura de cooperação e respeito ao usuário com deficiência.

Os serviços informacionais disponibilizados pelas bibliotecas escolares parecem estar distantes do grau de importância para a aprendizagem dos alunos com autismo. Tendo em vista que esta pesquisa pretende avaliar as necessidades informacionais dos usuários com TEA e; suscitar discussões sobre informação e conhecimento acessíveis na biblioteca escolar como ferramentas pedagógicas essenciais nos processos de aquisição de conteúdo e conhecimento por estes usuários. Atualmente os serviços da biblioteca escolar não estão à altura da tarefa de servir eficazmente os usuários com autismo.

O acesso a informação pode ser visual para as pessoas com autismo. Através do contato com imagens, possibilita a comunicação, principalmente para aqueles que não possuem ou apresentam dificuldade na fala.

1 Os Transtornos Globais do Desenvolvimento, que incluíam o Autismo, Transtorno Desintegrativo da Infância e as Síndromes de Asperger e Rett foram absorvidos por um único diagnóstico, Transtornos do Espectro Autista. A mudança refletiu a visão científica de que aqueles transtornos são na verdade uma mesma condição com gradações em dois grupos de sintomas: Déficit na comunicação e interação social; Padrão de comportamentos, interesses e atividades restritos e repetitivos. (ÁRAÚJO; LOTUFO NETO, 2014, p.70)

2 I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2o A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. (BRASIL, 2012)



No compreender de Vieira (2012, p.14) o *Picture Exchange Communication System* (PECS), consiste em um método para ensinar pessoas com distúrbios de comunicação e/ou com autismo, a comunicarem-se de forma funcional por intermédio da troca de figuras, como exemplo, na foto 1:



**Figura 1.** Criança com TEA: atividades pedagógicas com PECS. Fonte: ASSOCIATION FOR LIBRARY SERVICE TO CHILDREN (2004)

Através do PECS, o usuário autista poderá ter a fala estimulada ou desenvolver através deste sistema de comunicação, a interação com outras pessoas.

Para Farmer (2013, p.69) os profissionais da biblioteca devem selecionar livros acessíveis que possibilitem a leitura em razão da dificuldade comunicacional do aluno.

“Estes alunos têm dificuldade significativa de compreender e usar a linguagem verbal ou uma deficiência significativa de aprendizagem não-verbal, e eles têm dificuldade em interações recíprocas; em outras palavras, eles têm a capacidade para decodificar palavras e texto em níveis muito avançados sem a capacidade de compreender os significados de aquelas palavras que estão a ser decodificado. Bibliotecários precisam selecionar livros que apelam para crianças autistas: repetitivo/elementos previsíveis, sequências familiares, rima, pergunta/resposta, formato, cadeia ou uma história circular. Lá várias técnicas para fazer livros mais acessíveis: páginas de laminação, enriquecendo a textura, compra de livros com fotografias reais, localizar livros que são sobre crianças autistas, incluindo opinião do aluno autista em aquisições de livros da biblioteca.” (FARMER, 2013, p.69)

As especificidades dos alunos com deficiência, que determinaram as ações bibliotecárias de acessibilidade informacional, respeitando as singularidades de cada aluno.

As crianças autistas precisam de auxílio dos profissionais da biblioteca para processar a informação disponibilizada no acervo. Entretanto, para que essas tarefas da pesquisa escolar relacionadas a fundamentação possam ser realizadas pelo aluno, é preciso proporcionar tempo para a busca de informações para que dessa forma “[...]”

desenvolvam habilidades de um pesquisador e dessa forma produzam argumentos que resistam fortemente quando colocados à crítica.” (KUHLETHAU, 2010, p. 57).

O autismo é considerado uma “deficiência invisível” porque não é imediatamente aparente ou visível. Portanto, em bibliotecas públicas, é especialmente importante para bibliotecários e funcionários da biblioteca ter em mente que algumas pessoas com quem interagem pode ter esta deficiência. Ao reconhecer que as pessoas com TEAs experimentam o mundo de maneiras diferentes, podemos criar programas e serviços que são acolhedores e acessíveis para indivíduos com autismo. (ASSOCIATION FOR LIBRARY SERVICE TO CHILDREN, 2015, p.17)

Aqueles que entendem as sensibilidades únicas de usuários com TEA, compreende que os serviços oferecidos pelas bibliotecas escolares ainda não estão em condições de ofertar serviços informacionais especializados para este público alvo.

“A biblioteca é um “[...] recurso educacional de grande valor que deve, ela e seu uso, estar integrado em um projeto curricular e educacional da escola, convertendo-se em elemento ativo que favoreça os processos de ensino e aprendizagem e que apoie o trabalho docente”. Para a autora, a biblioteca deve estar integrada a proposta curricular, e assim, ela poderá ser um recurso fundamental para o enriquecimento cultural, intelectual e social do aluno e de todos os que dela fazem uso. O reconhecimento da biblioteca neste documento torna-se importante, pois o projeto educativo deve direcionar todas as ações pedagógicas. (ROCA, 2012, p.20)

E nessa proposta curricular, pode ser previsto a utilização de recursos tecnológicos para os alunos autistas que possibilitem o acesso ao conhecimento através de materiais informacionais adaptativos a sua realidade. No compreender de Braman, a disponibilização das tecnologias de informação podem ter um efeito ilusório na democratização da informação.

“O uso de tecnologias digitais podem realmente diminuir, em vez de aumentar as possibilidades de democracia participativa significativa. Quando as mais importantes tecnologias de informação para a prática política foram a conversação oral e o texto escrito, a alfabetização clássica possibilitava o suficiente para o acesso ao conhecimento sobre a qual decisão política tomada foi baseada. Agora que as tecnologias digitais de alta complexidade fornecem a maior parte da entrada do conhecimento em tomada de decisão política, o acesso tornou-se muito restrita a poucos por um conjunto de razões. [...] O resultado é um conjunto de cidadãos que é menos capaz de participar na tomada de decisões que podem ser significativamente descritos como democrático.” (BRAMAN, 2006, p.3)

Há preocupação na oferta de serviços informacionais acessíveis em unidades escolares desprovidas de acesso a internet. Como disponibilizar conhecimento aos alunos se a escola sequer possui infraestrutura de informação?

### 3. LETRAMENTO INFORMACIONAL

Para Campello (2009, p.68) o letramento informacional surgiu na década de 1970, este conceito está atrelado a aquisição de competências necessárias para o uso de fontes informacionais por meio das tecnologias de informação e comunicação.

O conceito de letramento informacional foi construído em torno de diversas noções. Uma delas a de sociedade da informação e, no seu discurso, os praticantes ressaltavam as características desse ambiente de abundância informacional e de variedade de formatos – representados especialmente por aqueles resultantes das tecnologias de informação – justificando a necessidade de novas habilidades para lidar com o ambiente informacional altamente complexo e mutável. (CAMPELLO, 2009, p.69)

A escola pesquisada apresenta problemas de comunicação digital. Não há na biblioteca escolar computadores e nem internet. Para gravar o caso, não há sequer laboratório de informática. De acordo com David e Foray (2002, p.10) a um abismo entre os países que apresentam tecnologias de informação e conhecimento avançados em contraste aos países periféricos que não possuem condições adequadas de navegabilidade para as pessoas.

“Telecomunicações é sem dúvida, uma consideração relevante, dado que mais de dois terços de pessoas no mundo, não tem a vantagem de ligações à Internet provedores de serviço. No entanto, o mais difícil é em um sentido de problemas fundamentais que não são apenas aqueles de dar maior acesso à informação tecnológica. Ao contrário, eles envolvem pessoas com estruturas e capacidades intelectuais e cognitivas que permitem que os seres humanos a interpretem a selecionar e utilizar as informações de uma forma que aumente a sua capacidade de controlar e melhorar as circunstâncias materiais e qualidades de sua existência. [...] Por um lado, infra-estrutura de informação em alguns países é tão pobre que “planeta da Internet” parecem pertencer completamente a outra galáxia. Como muitos dos 133 países em desenvolvimento pediu para as Nações Unidas manter as estações de rádio e outras mídias tradicionais como meios de divulgação de informações, porque o uso da Internet por si só, exclui muitas pessoas do acesso aos fluxos da informação.” (DAVID; FORAY, 2002, p.10)

Para Dretske<sup>3</sup> (1991, apud CAPURRO; HJORLAND, 2007, p.169) a informação não requer um processo interpretativo, embora seja uma condição necessária à aquisição de conhecimento.

Partindo do pressuposto que informação é um conceito essencial para obtenção do conhecimento, a disponibilização de conteúdos informacionais direcionados aos interesses dos usuários contribui para o processo de aprendizagem.

“Uma característica chave da “informação-como-conhecimento” é de que é intangível: não se pode tocá-la ou medi-la, de modo algum. Conhecimento, convicção e opinião são atributos individuais, subjetivos e conceituais. Entretanto, para comunica-los, eles têm que ser expressos, descritos ou representados, de alguma maneira física, como um sinal, texto ou comunicação. Qualquer expressão, descrição ou representação séria “informação-como-coisa”. (BUCKLAND, 1991, p.352)

Buckland (1991, p.352) destaca que a informação-como-coisa incluem textos, documentos, dados, objetos e eventos.

Considera-se que para as bibliotecas atuarem como recurso de aprendizagem efetivo e inclusivo, há aspectos a serem adequados quanto à acessibilidade, a fim de que possam atender bem pessoas com deficiência. Atualmente, há legislações, um aparato normativo, diretrizes e critérios básicos orientadores que buscam garantir

3 DRETSKE, K. J. Logic and information. Cambridge, UK: Cambridge University, 1991.

a acessibilidade e a inclusão, mas esse conjunto de saberes precisa ser amplamente divulgado para que as bibliotecas se adéquem e tenham seus corpos funcionais capacitados no assunto, inovando-se socialmente nesse aspecto. (DINIZ, 2016).

Isso é necessário porque as pessoas precisam ter atualmente a habilidade de saber lidar com complexas fontes eletrônicas de informação para obter o que precisam, seja para as pesquisas exigidas para a aprendizagem, no ensino e pesquisa, seja para agirem em prol de seus direitos. A capacidade do indivíduo que lhe permite lidar com as exigências digitais atuais para que obtenha as informações necessárias é denominada de letramento informacional. (CAMPELLO, 2010; GASQUE, 2012).

O letramento informacional para estar presente na biblioteca escolar, é essencial que esteja no projeto político pedagógico da unidade escolar.

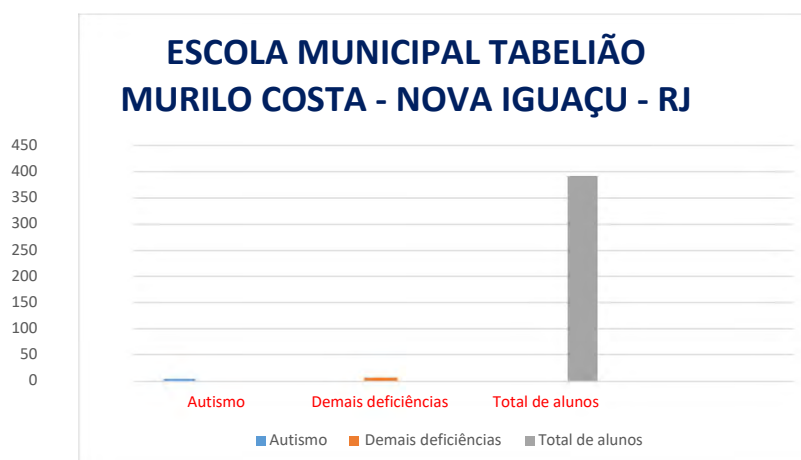
Os conteúdos de busca e uso da informação abrangem as fases do processo de pesquisa, quais sejam: definição do problema, estratégias de busca da informação, localização e acesso, organização, uso da informação e conclusão. Apesar de haver na literatura de ciência da informação padrões e indicadores para o desenvolvimento das competências informacionais, o detalhamento, a inclusão de conteúdos adicionais ou a exclusão deles dependem da organização curricular da escola ao longo das séries e da participação dos docentes como corresponsáveis no processo. (GASQUE, 2012, p.90)

Portanto, o letramento informacional está imbricado à aprendizagem, o que torna o acesso à biblioteca um fator, se não causal, forte interveniente no processo educacional do indivíduo e de sua inserção social. Não ter acesso a ela, ou tê-lo de forma restrita, implica em exclusão dos recursos da Sociedade da Informação.

#### 4. RESULTADOS ALCANÇADOS

Dados recentes levantados através de questionário aplicado na unidade escolar podemos apurar que há alunos autistas matriculados na rede regular de ensino. É necessário destacar a presença de alunos que possuem outras deficiências, o que torna biblioteca escolar com o maior número de demandas a respeito da formação de acervo com coleções especiais. No Gráfico 1, é possível verificar a população com autismo.

**Gráfico 1.** Alunos com autismo.



Fonte: AUTOR (2016)

No Gráfico 1, de acordo com os dados obtidos na unidade escolar, havia 5 alunos com autismo, o que corresponde a 1,8% do total da população discente. É importante salientar que nesta unidade escolar, ainda possui outros 7 alunos com deficiência. Na unidade escolar existe um total de 392 alunos.

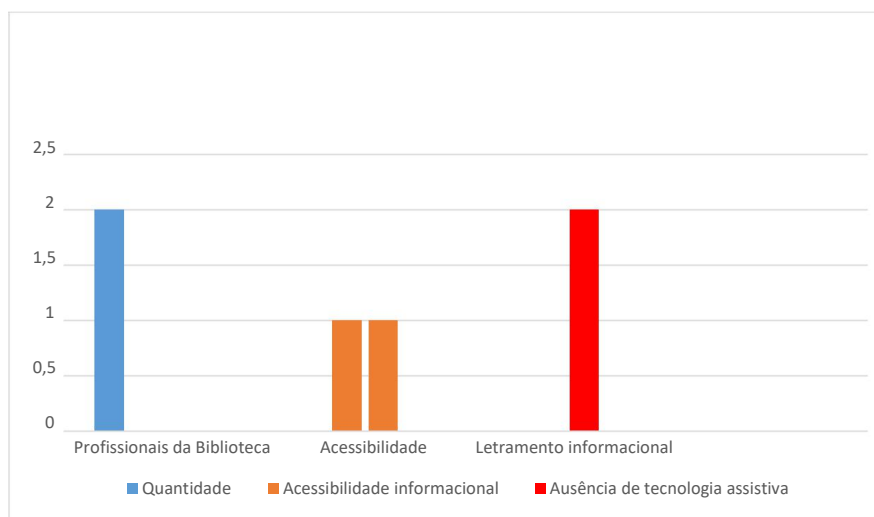
Estes dados são relevantes pois leva se em consideração as ações que a biblioteca direcionará para os usuários autistas.

Através destes indicadores, podemos levar em consideração o número significativo de pessoas com autismo. As autoridades não podem negligenciar acessibilidade e serviços para estas pessoas. Há um crescimento exponencial de casos diagnosticados com autismo que certamente traz discussões para a biblioteca escolar e as instituições educativas.

*“Apenas uma década antes, a incidência era um autista em 150. O que era relativamente raro há uma geração, se tornou uma epidemia. Tem havido uma série de conjecturas na literatura científica, bem como na mídia popular sobre as razões para este aumento, e é, provável, que seja devido a uma combinação complexa de melhores ferramentas de diagnóstico, sobrediagnóstico, e um aumento real em crianças afetadas. Seja qual for a causa, essa estatística é assustadora, e tem implicações para nós como indivíduos e para as nossas instituições públicas, incluindo nossas escolas e bibliotecas públicas.” (KLIPPER, 2014, p.13)*

Em relação ao gráfico 2, foi perguntado aos dois profissionais de ensino que atuam na biblioteca escolar, se o espaço oferecia acessibilidade e letramento informacional para os usuários com autismo.

**Gráfico 2.** Biblioteca Escolar.



Fonte: AUTOR (2016)

Percebemos que estes profissionais tiveram dificuldade para sinalizar se a biblioteca possuía ou não condições de acessibilidade informacional. Também se questionou se no ambiente havia letramento informacional. Ambos entrevistados sinalizaram que a biblioteca não possui atualmente este serviço para o público da pesquisa.

Observou-se no local a falta de infraestrutura informacional como serviço essencial para os alunos na biblioteca escolar estudada, seja por falta de infraestrutura tecnológica adequada, seja por questões de capacitação adequada.

Os profissionais que atuam como os alunos autistas demonstram desconhecimento sobre as dificuldades de interação social; na linguagem verbal e não verbal, na dificuldade de associação entre fatos reais e imagéticos, entre outros. Observou-se também por parte desses profissionais o interesse de que lhes sejam oferecidos cursos de capacitação para que venham a atuar melhor com os alunos autistas no espaço da biblioteca escolar, reconhecendo a necessidade de atendê-los e envolvê-los nas atividades propostas junto com os demais alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Nova Iguaçu é localizado na Baixa Fluminense, região carente de infraestruturas de informação e comunicação, o que o fragiliza em relação à oferta de acessibilidade informacional para grande parte da população. Esta também é carente de recursos culturais e econômicos e desassistida de planejamentos políticos para o desenvolvimento tecnológico necessário. Sendo assim, a biblioteca escolar quando devidamente adequada pode suprir essas necessidades e para formar novos leitores. No entanto, para a inclusão dos alunos com autismo no processo de leitura e escrita, bem como entender o letramento informacional como uma ferramenta importante para desenvolver nesses alunos a linguagem verbal e não verbal, assim como a corporal, concluiu-se que é necessário um plano de capacitação, medida que os profissionais da biblioteca entrevistados consideram importante. Mesmo que não se obtenha sucesso nesse desafio em médio prazo, a discussão da acessibilidade informacional nas bibliotecas escolares para alunos com autismo contribui para a busca de suas inclusões sociais na Rede Municipal de Educação de Nova Iguaçu/RJ.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Álvaro Cabral; LOTUFO NETO, Francisco. A nova classificação americana para os transtornos mentais: o DSM-5. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo, v.16, n. 1, p. 67 - 82, 2014. Disponível em: <<http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/view/659/406>>. Acesso em: 17 set. 2016.

ASSOCIATION FOR LIBRARY SERVICE TO CHILDREN. **Library Service to special population children and their caregivers: a toolkit for librarians and library workers**. [S.l.: s.n]. 2015. Disponível em: <<http://www.ala.org/alsc/sites/ala.org.alsc/files/content/professional-tools/lsspcc-toolkit-2015.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

BRAMAN, Sandra. **Information, policy, and power in the informational state**. Cambridge: MIT Press, 2006.

BUCKLAND, Michael Keeble. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v.45, n.5, p.351-360, 1991.

CAMPELLO, B. **Letramento informacional: função educativa do bibliotecário na escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.12, n.1, jan./abr. 2007

DINIZ, C. N. **Perspectivas da biblioteca como organização criativa na otimização dos recursos de aprendizagem:** da Acessibilidade à Fluência Informacional. Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro: UNIRIO, mimeo, 2014.

FARMER, Lesley S. J. **Library services for youth with Autism Spectrum Disorders.** Chicago: ALA Editions, 2013.

KLIPPER, Barbara. **Programming for children and teens with Autism Spectrum Disorder.** Chicago: ALA Editions, 2014.

KUHLTHAU, Carol. **Como usar a biblioteca na escola:** um programa de atividades para o ensino fundamental. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GASQUE, K. C. G. D. **Letramento Informacional:** pesquisa, reflexão e aprendizagem / Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque. – Brasília : Faculdade de Ciência da Informação / Universidade de Brasília, 2012. E-book. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO\\_Letramento\\_Informacional.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO_Letramento_Informacional.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2016.

ROCA, Glória Durban. **Biblioteca escolar hoje:** recurso estratégico para a escola. Porto Alegre: Penso, 2012.

SANTOS, M. P. **Acessibilidade para os usuários com deficiência intelectual em Biblioteca Pública:** um estudo de caso em Nova Iguaçu. Rio de Janeiro, 2015.

VIEIRA, Soraia Cunha Peixoto. O que é PECS? **Revista Autismo**, v.2, n.2, abr. 2012.

## VIVENCIANDO A PRÁTICA LABORAL: O ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

**Ana Cristina de Carvalho**

Mestranda do Programa de Pós Graduação  
Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão/UFF  
Email: anacarvalhofaetec@gmail.com

**Ms. Ana Paula Carvalho Machado Pacheco**

Professora na Escola Especial Favo de Mel/FAETEC  
Email: anapaulafavodemel2013@gmail.com

**Dra. Edicléa Mascarenhas Fernandes**

Professor colaborador da Universidade Federal Fluminense e  
professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Email: professoraediclea.uerj@gmail.com

### **Resumo**

O presente texto é resultado do programa Vivenciando a prática laboral de pessoas com deficiência intelectual, desenvolvido em uma escola especial, pertencente a uma rede de ensino vocacionada para a educação profissional. Tem como objetivo avaliar a vivência da prática laboral para pessoas com deficiência intelectual e monitorar os alunos egressos do Programa para subsidiar as ações de avaliação da eficácia do mesmo. Teve como metodologia a inclusão destes alunos em setores da própria rede e de uma Universidade Pública, com requisitos determinados. Foram incluídos ao todo 116 alunos e destes atualmente 45 encontram-se incluídos no mercado de trabalho. Foi constatado que, com decorrer do período a visão sobre este aluno vai se modificando e a o aluno começa a ser visto como um profissional.

**Palavras Chaves:** Deficiência Intelectual - Inclusão Laboral – Profissionalização

### **Abstrat**

The present text is a result of the program Experiencing the labour practice of people with intellectual disabilities, developed in a special school, belonging to a network of education dedicated to the professional education. Aims to assess the experience of labour practice for people with intellectual disabilities and monitor the students graduating from the program to subsidize the actions of evaluation of the effectiveness of the same. Had the methodology the inclusion of these students in sectors of own network and of a public University, with certain requirements. Were included in all 116 students and 45 currently are included in the labour market. It was found that during the period, with the vision of this student will changing and the student begins to be seen as a professional.

**Key Words:** Intellectual Disabilities-Labour Inclusion – Professionalisation



## Introdução

Pensando historicamente, o culto à perfeição física e mental, o ideal de perfeição em saúde e beleza vem passando de geração em geração, potencializando, ainda que de forma implícita, uma aversão à deficiência. Nos dias atuais, muitas vezes, essa aversão fica no que conhecemos como zona muda<sup>1</sup>, mas ainda permeia nossa sociedade.

Se na Antiguidade Clássica, a deficiência era vista como uma punição, um castigo que se estendia às gerações futuras de uma família; a partir da consolidação do Cristianismo, o deficiente foi tomado como um projeto divino, imortalizado pela alma. A tolerância e a aceitação da deficiência deveriam ser as posturas de todos os cristãos dispostos a aceitar a prova enviada por Deus, enquanto desígnio. Estabelecido um novo paradigma, o olhar sobre o deficiente passou a ser de tolerância, piedade e muita caridade.

Na medida em que houve mudanças nas relações de trabalho e dependência econômica entre os homens e com o avançar dos sistemas de produção, evoluindo do feudalismo ao capitalismo, um novo perfil de homem se delineou, rompendo com o paradigma anterior, onde:

“... as representações até então produzidas com base na exegese da revelação: o natural, e não mais o divino passa a ser critério de norma e valor, sendo, portanto, valorizado ou (des) valorizado tudo aquilo que é conforme a natureza...” (GUHUR, 1994. p.80).

Durante a maior parte da História da Humanidade, o deficiente foi vítima de segregação, pois a ênfase era na sua incapacidade, na anormalidade, assim foram com o surgimento do movimento da Integração e o conceito de normalização, expressando que ao deficiente deveria ser dadas condições as mais semelhantes às oferecidas na sociedade em que ele vive, se constituindo como um reflexo dos movimentos de luta pelos direitos dos deficientes. Entretanto este movimento fundamentava-se no fato de que a criança deveria ser educada até o limite de sua capacidade, ou melhor, até onde se acreditava ser o limite de sua capacidade.

Em meados da década de 90, no Brasil, começaram as discussões em torno do novo modelo de atendimento escolar denominado Inclusão. Esse novo paradigma surge como uma reação de crítica ao princípio de integração, embasada por um arsenal de leis e decretos, e sua efetivação prática tem gerado muitas controvérsias, pois não vivemos numa sociedade com direitos e oportunidades iguais para todos e, para que a sociedade pudesse avançar na inclusão, a implantação de regras, normas e leis provocou discussões e alguns avanços na concretização do reconhecimento da igualdade de direitos.

Assim sendo, a partir paradigma da inclusão social e da necessidade do acolhimento da pessoa com deficiência em todos os setores, onde o trabalho constitui-se como uma efetiva dimensão, a discussão da inserção no mercado laboral fez-se presente, sendo motivo de preocupações por parte dos governantes, das escolas, da família e da própria pessoa com deficiência.

1 A zona muda não é a face inconsciente de uma representação, ela é sua face escondida. Se a parte inconsciente é amplamente determinada por processos psicológicos, a zona muda é fundamentalmente determinada pela situação social na qual a representação é produzida.

Nessa identificação, penso que parte desta preocupação pode ser creditada a uma série de pré-conceitos e desconhecimento quanto às suas potencialidades, visto o estigma de incapacidade e a representação social da sociedade em relação aos mesmos. A desqualificação imposta pelo imaginário social em relação à deficiência envolve o aluno numa aura de incapacidade geral, produzindo um alijamento completo deste face ao descrédito que lhe é atribuído. Nessa concepção, entende-se que tanto no que diz respeito à deficiência, quanto na área intelectual, amplia-se, nas concepções de muitas pessoas, o conceito de inoperância do sujeito com deficiência, levando para a sociedade e para a escola, a visão de que o deficiente é incapaz e inoperante.

Tendo como base o aluno com deficiência intelectual, cabe ressaltar, o conceito de deficiência intelectual cunhado pela AAIDD (American Association on Intellectual and Developmental Disabilities) caracteriza-se por um funcionamento intelectual inferior à média, associado a limitações adaptativas em pelo menos duas destas áreas de habilidades (comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunidade, determinação, funções acadêmicas, lazer e trabalho), que ocorrem antes dos 18 anos de idade.

Tendo por base este conceito, podemos entender que a deficiência intelectual não é uma condição estática dos sujeitos, mas que, dependendo dos estímulos e apoios recebidos da parte do Estado, da família, da escola e da materialização de diferentes políticas e aportes legais, esses estudantes podem apresentar diferentes comportamentos, respostas e aprendizagens significativas que os possibilitem a realização dos seus objetivos e sonhos.

Desprezar potencialidades e evidenciar deficiências com a intenção de culpabilizar o aluno pela sua não inserção social, não cabe mais como possibilidade dentro do atual conceito e nem na estrutura de sociedade hoje concebida.

Temos consciência de que a efetivação de uma prática educacional inclusiva não será garantida por meio de leis, decretos ou portarias, mas sim que através de ações que preparem a escola e sociedade para atuar com os alunos que chegam até ela, independentemente de suas diferenças ou características individuais.

O mercado de trabalho voltado para pessoas com deficiência torna-se, a cada dia, mais exigente, buscando pessoas mais qualificadas e competentes para atuarem. Paralelamente, a escola tem procurado ver educação profissional de pessoas com deficiência intelectual com uma visão holística, uma vez que tem reafirmado a compreensão da sua importância para o contínuo desenvolvimento desses alunos. A inclusão laboral desse público vem sendo muito discutida tanto no meio acadêmico, quanto na esfera das políticas públicas.

No atual contexto de transformação, levando em consideração as legislações e a demanda da sociedade como um todo, torna-se imprescindível capacitar profissionalmente pessoas com deficiência intelectual, preparando-as e auxiliando-as em sua inserção laboral, sendo um desafio constante na educação a busca de novas práticas educativas que contemplem tanto as novas demandas do mercado de trabalho quanto às particularidades do alunado com deficiência intelectual.

Existe uma série de características gerais que deve contemplar a formação profissional de uma pessoa com deficiência intelectual, entendida desde um sentido amplo e geral,

ou seja, como um processo total, com uma aprendizagem sistematizada e um currículo estruturado e funcional.

A conduta laboral das pessoas com deficiência intelectual deve ser desenvolvida desde seus anos escolares iniciais e continuar até finalizar a formação profissional. Ao largo de toda educação devemos ensinar sistemática e longitudinalmente habilidades laborais e sociais. (VERDUGO, 2005, p.730, tradução nossa)

Para Wehmeyer, Sads et all (1996 apud VERDUGO, 2005, tradução nossa), um dos objetivos educativos deveria ser formar cidadãos responsáveis e autossuficientes, indivíduos com alta autoestima, com iniciativa, habilidades e desejos de seguir aprendendo. As práticas educativas direcionadas para pessoas com deficiência intelectual devem favorecer que os mesmos sejam capazes de alcançar maiores cotas de autonomia e controle de suas vidas.

Na política pública educacional encontramos questões relacionadas à profissionalização de pessoas com deficiência, o que demanda a discussão sobre prováveis caminhos que favoreçam o desvelamento das problemáticas inerentes a esse processo, no atual contexto educacional. Sobre esta questão, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), referência para nossas políticas públicas educacionais, entre suas proposições, coloca que:

Jovens com necessidades educacionais especiais deveriam ser auxiliados no sentido de realizarem uma transição efetiva da escola para o trabalho. Escolas deveriam auxiliá-los a se tornarem economicamente ativos e provê-los com as habilidades necessárias ao cotidiano da vida, oferecendo treinamento em habilidades que correspondam às demandas sociais e de comunicação e às expectativas da vida adulta. [...] O currículo para estudantes mais maduros e com necessidade educacionais especiais deveria incluir programas específicos de transição, apoio de entrada para a educação superior sempre que possível e consequente treinamento vocacional que os prepare a funcionar independentemente enquanto membros contribuintes em suas comunidades e após o término da escolarização. Tais atividades deveriam ser levadas a cabo com o envolvimento ativo de aconselheiros vocacionais, oficinas de trabalho, associações de profissionais, autoridades locais e seus respectivos serviços e agências (UNESCO, 1994).

Nos marcos legais encontramos a preocupação com a inclusão da pessoa com deficiência no trabalho. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura o direito à educação profissional visando integrar socialmente o adolescente e o adulto com deficiência (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9394/96) – que no seu inciso artigo 59º, inciso IV coloca:

Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora (BRASIL, 1996).

Não podemos deixar de destacar que o Decreto nº 3298 de 20/12/99 (BRASIL, 1999) sobre a *Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência*, que, em seu artigo 28 – parágrafo 1, coloca que a educação profissional da pessoa com deficiência deverá ser oferecida nos níveis básico, técnico e tecnológico, em escola regular, em instituições especializadas e no ambiente de trabalho.

Em relação à empregabilidade da pessoa com deficiência, a Lei Federal 8.213/91 de 24/07/91 (BRASIL, 1991), que ficou conhecida como a *Lei de Cotas*, prevê a contratação de 2% a 5% de pessoas com deficiência em empresas com mais de cem funcionários, conforme tabela abaixo, sendo proibido qualquer ato discriminatório em relação ao salário ou critério de admissão associado à deficiência da pessoa.

A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I. até 200 empregados: 2%.
- II. de 201 a 500 empregados 3%.
- III. de 501 a 1.000 empregados: 4%.
- IV. de 1001 empregados em diante: 5%.

Como visto, as diretrizes situam a escola como uma das instituições responsáveis por coordenar ações que façam com que o aluno com deficiência seja auxiliado no processo de inserção na vida adulta.

No ano de 2008, o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto n. 186 (BRASIL, 2008), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU, 2007). Essa Convenção tem como objetivo promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, assegurando o compromisso com a educação inclusiva em todos os níveis de ensino e estabelecendo a meta de inclusão plena.

Em concreto, no que se refere especificamente a inclusão laboral a convenção em seu artigo 27 estabelece que as pessoas com deficiência tenham o mesmo direito a trabalhar que qualquer outro cidadão, devendo ser reprimida toda e qualquer forma de discriminação, além de prever entre outras medidas, acesso efetivo aos programas de orientação técnica e profissional, serviços de colocação e formação continuada.

A contratação de pessoas com deficiência nas empresas não deve ser vista apenas como o simples cumprimento de um dispositivo legal, mas como uma ação afirmativa da confiança na sua competência. Até mesmo porque, mesmo considerando a existência de uma legislação protetora, isso não assegura seus efeitos imediatos.

Respeitar a legislação é obrigação e dever. Mas respeitar a legislação tão somente porque o desrespeito significa infração passível de autuação é atrair sobre si um risco perigoso. Empresas que saíram atabalhoadamente contratando pessoas com deficiência para não serem autuadas, não planejaram essas contratações, gastaram dinheiro, despenderam tempo, sobrecarregaram seus profissionais que recrutam e selecionam - e no final das contas não podem dizer que cumpriram a legislação nem que passaram a contar com um quadro de pessoas com deficiência qualificadas para atingir metas e alcançar resultados. O objetivo era restrito: apenas fugir da pressão que o fiscal estava exercendo. Faltou o mais importante: não entenderam que o espírito que deve inspirar o cumprimento da lei é a inclusão dessas pessoas no mundo do trabalho. E a lei é pouco para se conseguir isso. Somente o olhar social da cidadania Empresarial e o seu compromisso com a mudança da realidade e com a promoção da qualidade de vida da população podem, de fato, criar um planejamento metodológico de inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho. (RIBAS, 2007)

É importante perceber que, as contratações de pessoas com deficiência, além de cumprir um dispositivo legal, ao mesmo tempo permite que a empresa tenha a oportunidade de demonstrar para a sociedade sua política de investimento social.

Sabemos da dificuldade do mercado de trabalho em encontrar pessoas com as qualificações necessárias ao preenchimento das vagas oferecidas. Isso implica, muitas vezes, na necessidade de que as escolas desenvolvam estratégias de qualificação e de atualização permanentes, tornando-os se competitivos. E frente a esta realidade, a Faetec, em especial a Escola Especial Favo de Mel, vem pautando sua contribuição dentro desta perspectiva de inclusão laboral dos alunos com deficiência, pois como coloca Luecking (2001),

...é necessário busca identificar de que forma a escola, em especial a escola com educação profissionalizante, pode ser um facilitador ou não para o mundo do trabalho, pois a preparação para inclusão laboral tem laços estreitos com a escola visto a necessidade de escolarização, de qualificação, de profissionalização, de preparo social para assumir uma função dentro do mercado de trabalho.

## Objetivos

- A vivência da prática laboral para pessoas com deficiência intelectual;
- Possibilitar o aperfeiçoamento das competências básicas necessárias ao mundo do trabalho, tais como: autonomia, iniciativa, criatividade, capacidade de julgamento e crítica
- Monitorar os alunos egressos do Programa para subsidiar as ações de avaliação da eficácia do mesmo.

## Metodologia

A Escola Especial Favo de Mel, especializada no atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais na área da deficiência intelectual, é uma escola pública, pertencente à rede de ensino Faetec. Com enfoque na preparação para a Educação Profissional oferece cursos na modalidade de formação inicial continuada (FIC) nas áreas de Auxiliar de Serviços Gerais, Auxiliar de Garçom – Cumim, Auxiliar de Escritório – Contínuo, Auxiliar de Aderecista e Auxiliar de Cozinha. Possui carga horária de 2400 (duas mil e quatrocentas) horas em seis MÓDULOS ofertados 5 (cinco) vezes por semana, 4 (quatro) horas por dia, 20 (vinte) horas semanais, articulando-se entre a teoria e a prática.

Através desses cursos, a Escola Especial Favo de Mel, objetiva potencializar a inclusão no mundo do trabalho, dos alunos com deficiência intelectual, uma vez que mudanças ocorrem a todo o momento, e a formação de jovens e adultos precisa estar alinhada neste processo de busca sistemática de qualidade, de habilidades, de aptidões e de talentos diferenciados para suprir as exigências do mundo do trabalho (FOGLI, 2010). Para que essa inclusão laboral aconteça de uma forma efetiva, responsável e com qualidade a escola conta o Núcleo de Inclusão Laboral (NIL). Este núcleo é responsável por viabilizar convênio e parcerias em empresas e instituições para propiciar o treinamento, a inclusão e o acompanhamento dos alunos com deficiência intelectual em atividades laborais e a inserção no mercado de trabalho.

Considerando o processo de transição da vida escolar para a vida adulta do nosso alunado, como recomenda a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e em consonância com o Decreto 7611 (BRASIL, 2011), que afirma que deve haver a adoção de estratégias de apoio individualizado para o desenvolvimento acadêmico e social, seguindo a meta de inclusão plena; a escola com o apoio da Divisão de Inclusão (DIVIN), buscou junto à FAETEC incluir os alunos no Programa Vivenciando a Prática Profissional (Treinando), que propõe a inclusão dos alunos dos cursos de formação inicial e continuada, para treinamento, em setores da Faetec e de uma Universidade Pública, correspondentes aos cursos no qual o aluno está matriculado. O objetivo do treinamento é desenvolver mecanismos, avaliar estratégias e procedimentos para inclusão e manutenção dos alunos dos cursos FIC em atividades laborais.

Os pré-requisitos para a inscrição no Programa dos alunos matriculados nos cursos vinculados à EE. Favo de Mel são:

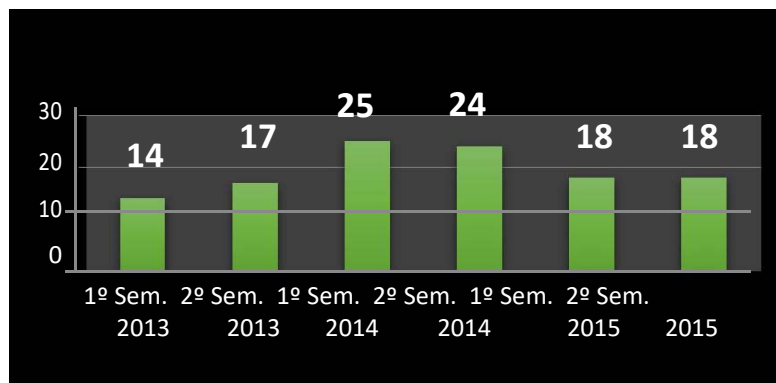
- a) Ser aluno regularmente matriculado em um dos cursos participantes do Programa;
- b) Ter, no mínimo, 18 anos;
- c) Ter sido avaliado como apto pela equipe pedagógica a participar da prática profissional;
- d) Estar autorizado pelo responsável legal para realização da Prática;
- e) Ter horário disponível para realizar a prática profissional.

A prática profissional curricular, na concepção desta instituição, proporciona aos alunos o desenvolvimento de competências e habilidades através da vivência de situações contextualizadas que geram desafios e conduzem a um maior envolvimento, instigando o aluno a decidir, opinar, debater e construir com autonomia o seu aprimoramento profissional. Além de possibilitar a interação dos alunos com a realidade profissional, esta atividade prática é fundamental à troca de experiências, ao aperfeiçoamento técnico científico - cultural e ao desenvolvimento de capacidades como julgamento e a crítica, visão sistêmica, criatividade e iniciativa, condições essenciais formação de qualquer profissional.

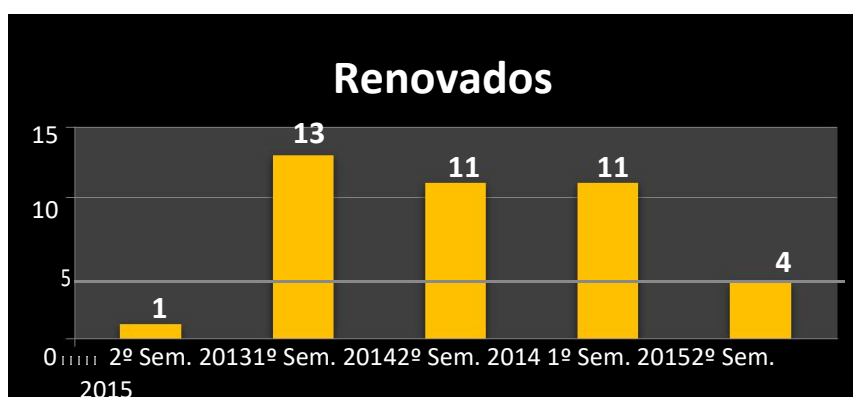
## Resultados

Foram encaminhados ao total 116 treinandos para o projeto vivenciando a prática laboral, sendo que destes 40 alunos tiveram sua renovação no programa, como tabela abaixo.

Período	Nº de Treinandos
1º Sem. 2013	14
2º Sem. 2013	17
1º Sem. 2014	25
2º Sem. 2014	24
1º Sem. 2015	18
2º Sem. 2015	18
<b>Total</b>	<b>116</b>



Período	Renovados
2º Sem. 2013	1
1º Sem. 2014	13
2º Sem. 2014	11
1º Sem. 2015	11
2º Sem. 2015	4
<b>Total</b>	<b>40</b>



### Conclusões

Ao ser encaminhado para a prática laboral, percebemos que a princípio, que o aluno com deficiência ainda não é visto como um profissional e que sua entrada no setor ainda é entendida como uma “ajuda” na sua formação. Ao pesquisarmos os locais nos quais eles iniciam sua prática constatamos que em 90% dos setores ainda não disponibilizam um local de trabalho adequado ao um profissional que atuaria naquela função para os alunos. Entretanto, com o decorrer do período esta visão vai se modificando e a o aluno começa a ser visto como um profissional, sendo na maioria dos casos, solicitado a renovação de seu período.

A FAETEC, ao criar o Programa Vivenciando a Prática Profissional – um programa que vai além da qualificação, uma vez que investe também em estratégias educacionais que conduzem os estudantes dos cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional à reinserção social através da experiência profissional, deu

um salto qualitativo. A implantação do Programa, além de justificar-se pela própria função da FAETEC de formar cidadãos qualificados e sintonizados com as demandas do mundo do trabalho, ajusta-se, em âmbito estadual, às políticas nacionais de apoio à inclusão, apresentando-se como importante estratégia de ação político-pedagógica.

É importante ressaltar, como coloca Mendes et al (2004), que a opinião dos empregadores revela que ainda que tivéssemos indivíduos preparados para o trabalho, barreiras atitudinais decorrentes de visões estereotipadas e do desconhecimento sobre a capacidade do indivíduo com deficiência ainda podem impedir uma inserção laboral bem sucedida.

Entretanto crescente número de alunos oriundos da Escola, absorvidos pelo mercado de trabalho confirma que o caminho da preparação para o mundo do trabalho tem resultados positivos. Atualmente temos 45 alunos, que participaram do programa, incluídos no mercado de trabalho.

Educação e cidadania estão interligados. Não se pode pensar em escola sem pensar em um processo de inclusão social e atividades laborais. A escola deve estimular o pensamento independente, o questionamento, utilizando conteúdos que possam ser identificados como úteis para a vida prática, para viver em sociedade, buscando o desenvolvimento de autonomia de alunos com deficiência, com vistas a atenuar as possíveis dificuldades encontradas no mundo do trabalho.

Os jovens com deficiência intelectual têm, portanto, o dever do trabalho e o direito ao trabalho, sendo chamados a contribuir com seu esforço para o desenvolvimento social, econômico e exercer plenamente todos os direitos e liberdades. (BADESA & MARTINS, 2010)

Sabemos que o desconhecimento sobre a capacidade do indivíduo com deficiência pode impedir uma inserção laboral bem sucedida. Assim sendo, a discussão da inserção no mercado laboral da pessoa com deficiência precisa fazer-se presente, e ser motivo de ações por parte dos governantes, das escolas, da família e da própria pessoa com deficiência.

Consideramos que o trabalho define a condição humana e situa a pessoa no complexo conjunto das representações sociais, definindo a posição do homem nas relações de produção, nas relações sociais e na sociedade como um todo. Sendo assim, a pessoa que não realiza uma atividade laborativa fica em uma situação de marginalização, tanto no aspecto social como no produtivo.

A autonomia e a independência constituem elementos importantes para o processo de desenvolvimento e inclusão social, sendo assim inúmeros estudos e pesquisas vem sendo desenvolvido e estabelecendo como foco o desenvolvimento de ambientes de aprendizagem dotados de recursos, que buscam facilitar e ampliar o acesso de pessoas que apresentam deficiência.

O direito de ir e vir, de trabalhar e de estudar é a chave para a inclusão de qualquer cidadão e, para que se concretize em face das pessoas com deficiência, há que se exigir do Estado a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, por meio de políticas públicas compensatórias e eficazes. (Oliveira, 2008, p.8).

As pessoas com deficiência são integrantes ativos da nossa sociedade. Em qualquer lugar, eles estão convivendo, trabalhando, estudando, comprando, consumindo.



Para isso, precisam de emprego, receber salários na tentativa de se manter de forma independente e autônoma.

Neste sentido, junto com o necessário reconhecimento dos direitos da pessoa com deficiência intelectual, é preciso o estabelecimento das condições que permitam a efetiva contratação destas pessoas: de pouco vale os direitos sem a possibilidade real de exercício dos mesmos. (BADESA & MARTINS, 2010)

## Referencias

BADESA, S.M.; MARTIN, M.R.C. (Coord). **Formacion para La inclusion de personas com discapacidad intelectual**. Piramide, 2010. Madri.

BRASIL, L. RESOLUÇÃO 9394, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

LUECKING, R. (2001). **Preparar os jovens com deficiência para um local de trabalho cada vez mais técnica**, resumo do Fórum, 26 de janeiro de 2001.

MENDES, E. G.; NUNES L. R. D'O. de P.; FERREIRA, J. R.. et al. *Estado da arte das pesquisas sobre profissionalização do portador de deficiência*. Temas em psicologia da SBP, v.12, nº 2, 2004.

OLIVEIRA, M. H. A. **Formando pessoas com deficiência mental e múltipla para o mundo do trabalho**. In: Oliveira, Maria Helena Alcântara (Org.). Trabalho e deficiência mental: perspectivas atuais. Brasília, DF: Dupligráfica editora, 2003.

RIBAS, J. **Pessoas com deficiência nas empresas**. Rede SACI, 2007. Disponível em <http://www.saci.org.br/index.php?modulo=akemi&parametro=19167>. Acesso em: 13.08. 2015.

## PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS, SP

**Jacqueline Caroline Costa Frederico**

Mestre em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação - Unicamp  
*jacquelinecarreira@yahoo.com.br*

**Adriana Lia Friszman de Laplane**

Doutora em Educação, docente da Faculdade de Ciências Médicas - Unicamp\  
*afriszman@hotmail.com*

### RESUMO

Diversos documentos e leis garantem, no Brasil, o direito à participação social plena de todos os indivíduos. Essa participação implica o direito à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer e ao acesso à cultura. Entretanto, são vários os grupos de pessoas que, por diferentes razões, são privados desses direitos. Considerando que temos um grande número de pessoas com deficiência intelectual em nosso país, o trabalho proposto teve como objetivo investigar as formas de participação social e escolar das pessoas com deficiência intelectual no município de Campinas. O estudo envolveu a análise dos dados do Censo Escolar da educação básica de Campinas compreendidos entre 2010 e 2014, os dados do Censo Demográfico de 2010 e os dados do Centro Público de Apoio ao Trabalhador de Campinas. O estudo revelou que as pessoas com deficiência intelectual, dentre todas as deficiências, apresentam menor participação nos espaços sociais, como na escola e no mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Deficiência Intelectual; Participação Social; Inclusão.

### ABSTRACT

Many documents and laws guarantee, in Brazil, the right to full social participation of all individuals. This participation implicates in the right to education, health, work, leisure and access to culture. However, there are several groups of people who, for different reasons, are deprived of these rights. Taking into account that exists a large number of people with intellectual disabilities in Brazil, the study aimed to investigate the forms of school and social participation of people with intellectual disabilities in the city of Campinas. The study involved the analysis of the data from the school census of basic education for youth and adults in the city of Campinas between 2010 and 2014, data from 2010 brazilian population census, and the data of the public support centre for the worker (*Centro Público de Apoio ao Trabalhador - Cpat*) of the city of Campinas. The study found that people with intellectual disabilities, among all disabilities, have less participation in social spaces, such as at school and in the labor market. **Key-words:** Intellectual Disabilities. Social Participation. Inclusion.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, de acordo com os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, há um grande número de pessoas com deficiência. O Censo de 2010 investigou quatro tipos de deficiência: visual, auditiva, motora e intelectual. Como resultado, o IBGE obteve que dos 23,9% da população brasileira com algum tipo de deficiência, apenas 8,3% apresentam deficiência severa (categorias grande dificuldade e não consegue de modo algum). As pessoas com deficiência visual representam 3,46% (6.562.910), os sujeitos com deficiência motora 2,33% (4.433.350), a deficiência mental foi encontrada em 1,4% (2.611.536) e deficiência auditiva declarada por 1,12% (2.143.173).

Mesmo considerando-se que os dados do censo são autodeclarados ou declarados a partir do julgamento de um morador do domicílio, chama a atenção o número de pessoas com deficiência intelectual no Brasil. Pode-se pensar que esse público irá se deparar com importantes barreiras que dificultam sua participação na escola, no trabalho e na comunidade. A participação social dessas pessoas constitui, assim, uma preocupação para quem formula política pública, para os gestores de serviços de atendimento a essa população (geralmente restritos à saúde e à educação), e, para a sociedade, de um modo geral.

O trabalho ora apresentado pretende abordar a noção de participação social, bem como os direitos das pessoas com deficiência e os modos e condições de participação desse público.

A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2006) cita três esferas de participação: a econômica, a social e a cultural. A econômica se refere à participação no mercado de trabalho, constituição de renda e benefícios da pessoa com deficiência. A social se refere à participação familiar, comunitária e em espaços de lazer, bem como o protagonismo social da pessoa com deficiência intelectual. A cultural se refere à participação escolar e acesso à cultura.

O presente estudo estará centrado na análise das condições de educação e trabalho. Serão analisados alguns indicadores do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Escolar divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), Benefício de Prestação Continuada do município de Campinas, fornecidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - sede Campinas e Secretaria Municipal de Mercado e Renda de Campinas. Espera-se que esses dados permitam traçar um panorama de participação das pessoas com deficiência intelectual no município de Campinas, no que se refere à educação e trabalho.

A justificativa da pesquisa reside na consideração de que os avanços no campo da deficiência se dão por meio de discussões e ações que refletem em políticas públicas destinadas a essa população, e conseqüentemente, na vida diária dessas pessoas. Apesar dos avanços observados no marco legal que garantem os direitos dessas pessoas, a realidade, no que se refere aos modos de participação social é bastante diversa, conforme a deficiência, faixa etária, condição socioeconômica e outros fatores.

Existem políticas e equipamentos sociais que se destinam ao atendimento de pessoas com deficiência intelectual já na primeira infância. Contudo, as oportunidades diminuem à medida que essas pessoas se tornam adolescentes, adultos e idosos. Portanto, é necessário conhecer mais profundamente os termos dessa participação de modo a colaborar para equacionar os problemas existentes.

## 1. ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Para Serapioni (2014), participação social é compreendida como prática de cidadania. Nesse sentido, ser cidadão é usufruir dos direitos necessários para ação e participação social. Silva *et al.* (2005), acrescentam que a participação social teria papel fundamental em dois aspectos: na expressão de demandas, como a democratização da gestão, bem como a execução das políticas sociais. Desse modo, a participação social tem relevante função no que se refere à construção de uma sociedade democrática, que considere responder às demandas sociais.

No Brasil, é a partir da Constituição Federal de 1988 que a participação social começa a ser reconhecida (Alencar, 2010; Serapioni, 2014). Ela aparece como um dos fundamentos na organização das políticas públicas e como mecanismo institucional capaz de garantir a proteção social no que se refere a riscos e vulnerabilidades.

Na década de 1990, o projeto de participação social se fortalece no sentido de ampliar a participação da sociedade civil voltada para a solidariedade social (Silva *et al.*, 2005)). O que significa que a sociedade começou a institucionalizar essa participação social por meio de projetos e ações de organizações não governamentais.

Atualmente, no Brasil, existe a Política Nacional de Participação Social, instituída pelo decreto nº 8243 (Brasil, 2014). Embora o documento não inclua nenhuma definição sobre esse conceito, reconhece a participação social como direito e tem como primeiro objetivo consolidá-la como método do governo (Brasil, 2014). Afirma também, a necessidade de desenvolver mecanismos de participação social acessíveis aos grupos historicamente excluídos e aos vulneráveis.

Os conselhos e comissões de políticas públicas, conferências nacionais, mesas de diálogo, audiências e consultas públicas, assim como os ambientes virtuais, constituem, entre outros, as instâncias de efetivação desse direito (Brasil, 2014). Assim, o documento remete à formulação, gestão, acompanhamento e controle social das políticas públicas de participação social. Um exemplo disso é constituído pela composição do Conselho Municipal de Atenção às Pessoas com Deficiência e Necessidades Especiais (CMADENE; criado em novembro de 1999) no município de Campinas. Dentre os 12 conselheiros, 3 eram pais de pessoas com deficiência intelectual (Garcia, 2004). No que se refere à saúde, especificamente no caso das pessoas com deficiência, a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), aprovada em 22 de maio de 2001 pela 54ª Assembleia Mundial de Saúde, apresenta o conceito de participação como o envolvimento do sujeito em uma situação de vida real. Entre os meios de participação que menciona encontram-se: a comunicação, mobilidade, autocuidado, vida doméstica, interações e relacionamentos interpessoais, vida comunitária, social e cívica (Organização Mundial da Saúde, 2003).

A CIF representa importantes mudanças de concepção e modelo de classificação, que culmina na publicação de documentos relevantes para as ações voltadas às pessoas com deficiência. Essa classificação adota, ainda, um vocabulário que remete aos aspectos biopsicossociais para a descrição dos impedimentos corporais e a avaliação das barreiras sociais e da participação. O que significa uma mudança de concepção, que antes era médica, e passa a ser biopsicossocial (Mazzotta e D'Antino, 2011).

A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (Organização das Nações Unidas, 2006), aprovada pela 61ª Assembleia Geral da ONU, promulgada no Brasil em agosto de 2009, acrescenta outras dimensões à problemática da participação social. O documento reafirma os direitos das pessoas com deficiência e apresenta um novo conceito de deficiência que resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras decorrentes das atitudes e do ambiente que impedem a plena e efetiva participação desse público na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Afirma, ainda, a necessidade de promover e proteger os direitos humanos de todas as pessoas com deficiência. Estabelece como esferas de participação: a econômica, a social e a cultural. Portanto, pode ocorrer na comunidade, nos sistemas de ensino, no lazer e esporte, mercado de trabalho, serviços de saúde, bem como na vida política e pública.

Os estudos que investigam as formas de participação social de pessoas com deficiência afirmam que atividades de natureza variada como: trabalho, estudo e participação em ambientes comunitários, religiosos e de lazer (Saviani-Zeoti, 2008; Lima et al., 2013) colaboram para o desenvolvimento dessas pessoas e para a melhora na sua qualidade de vida.

Entretanto, mesmo com o direito de participação social assegurado em vários documentos, esse público ainda enfrenta barreiras, sejam atitudinais ou físicas que limitam ou impedem essa participação. As razões disso podem ser encontradas na história. Desde a Antiguidade as concepções sobre a deficiência intelectual enfatizaram o sujeito como incurável e incapaz de se desenvolver. Essa ideia fez com que muitos sujeitos fossem marginalizados, abandonados, segregados e institucionalizados.

Atualmente, as pessoas com deficiência intelectual são consideradas como cidadãos que têm seu direito de participação social estabelecido legalmente em vários documentos como a Constituição Federal (Brasil, 1988) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Organização das Nações Unidas, 2006).

Ao considerarmos a trajetória histórica da deficiência, podemos observar um avanço na concepção sobre a deficiência intelectual, no conhecimento sobre sua etiologia e características, o que acarretou na compreensão sobre a capacidade do desenvolvimento das potencialidades e habilidades desse público. Mas, sobretudo, houve também uma mudança no conceito de deficiência, apresentada na Convenção sobre as Pessoas com Deficiência (Organização das Nações Unidas, 2006), que não considera somente a pessoa com deficiência, mas também o ambiente constituído por barreiras. Existe, também, o reconhecimento da necessidade de respeitar a pessoa com o diagnóstico como sujeito de direitos.

Esses avanços podem refletir na participação social da pessoa com deficiência intelectual. Instituições escolares e de saúde, por exemplo, representam espaços sociais que se abrem para essa participação, em alguma medida. Contudo, há ambientes em que esse público ainda é socialmente excluído. A seguir, serão apresentados os dados quantitativos sobre a participação escolar e no mercado de trabalho da pessoa com deficiência intelectual.

## 2. Resultados alcançados

No Brasil, de acordo com o censo demográfico de 2010, 23,9% da população declara possuir algum tipo de deficiência. A deficiência intelectual representa 1,12% do total. No município de Campinas, 6,99% dos residentes possuem deficiência e entre esses, os que declaram deficiência intelectual somam 1,05%.

A maioria das pessoas com deficiência intelectual (53,84%), assim como acontece no caso de todas as deficiências, tem entre 15 e 64 anos de idade. Esse quadro ocorre em todas as regiões do Brasil, assim como no estado de São Paulo. Se considerarmos a faixa-etária, podemos inferir que essa população poderia estar na escola ou no mercado de trabalho, como geralmente ocorre com a população em geral. Considerando a faixa-etária da população com deficiência intelectual na cidade de Campinas, 8,49% se encontra entre 0 e 14 anos, o que indica que esse grupo pode necessitar de equipamentos de estimulação precoce e educação, o que implica na inclusão escolar e acesso à serviços de saúde. Entre a população de 15 a 64 anos, uma parcela ainda está em idade escolar e a outra se encontra no momento de atuar em espaços ou atividades laborais. Já o grupo acima de 65 anos (25,18%), que constitui a população idosa, se depara com uma dupla exclusão: por causa da deficiência e por ser idoso, pois a população idosa pode ser vista como incapaz e, portanto, demanda cuidados.

As pessoas com deficiência intelectual, independente da faixa-etária, necessitam de políticas públicas e serviços específicos para que possam ser atendidas em sua especificidade. Reconhecer essa população como sujeito de direitos também implica na disponibilização de equipamentos para o atendimento a esse público.

Em relação ao sexo, pouco mais da metade das pessoas com pelo menos uma deficiência declarada é do sexo feminino (56,08%), enquanto que no sexo masculino o percentual é de 43,93%. No que concerne à deficiência intelectual, no Brasil existem 1.409.597 (53,97%) sujeitos do sexo masculino e 1.201.938 (46,02%) pessoas do sexo feminino.

No que se refere ao sexo, em Campinas há 42.984 (56,96%) pessoas do sexo feminino com pelo menos uma deficiência autodeclarada enquanto no sexo masculino a população é 32.477 (43,03%). Especificamente no caso da deficiência intelectual são encontrados, respectivamente, 5.650 (49,74%) e 5.708 (50,25%) sujeitos.

Na esfera educacional, o percentual de matrículas de alunos com deficiência intelectual entre os anos de 2010 e 2014 apresentou um aumento de mais de 50% no Brasil. Se comparada à frequência das matrículas de alunos com deficiência observa-se que as matrículas de alunos com deficiência intelectual predominam no sistema educacional brasileiro, já que representa mais de 60% do número de alunos com necessidades educacionais especiais. A publicação da Nota Técnica nº 4 pode ter acarretado no aumento do número de matrículas desse público, já que não há necessidade de um laudo médico para que a escola declare um aluno com deficiência intelectual. No município de Campinas, a variação percentual das matrículas entre os anos de 2010 e 2014 teve um incremento de 3,49%. Esse alunado chegou a configurar quase 60% dos alunos com necessidades educacionais especiais em todos os anos selecionados. A proporção guarda relação de semelhança com os demais dados.

No que se refere à dependência administrativa, no Brasil é a esfera pública que detém um número maior de matrículas de alunos com deficiência e a taxa de crescimento

variou entre 40 e 70%. No município de Campinas, o número de matrículas de alunos com deficiência intelectual apresentou um decréscimo de 44,44% na dependência administrativa privada. No período estudado, a rede municipal apresentou um acréscimo de matrículas de quase 92%..

No que se refere à modalidade de ensino, o número de matrículas no ensino regular de alunos com deficiência intelectual no Brasil aumentou 80,16%. Na Educação Especial – Modalidade Substitutiva houve decréscimo de 10,4%. Em Campinas o número de matrículas de alunos com deficiência intelectual variou positivamente 17,49%, enquanto que na Educação Especial esse número teve queda de 57,51%. O que mostra que esse público tem migrado para as escolas de ensino regular.

Observamos, também, uma mudança na distribuição dessas matrículas, já que no início do período estavam concentradas na primeira etapa do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e no final dele observou-se a presença de alunos com deficiência intelectual nos níveis subsequentes de ensino. No Brasil e em Campinas, nos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e no Ensino Médio o aumento foi de 100 a 200%.

Os dados do IBGE que se relacionam com a escolarização da população brasileira apontam que as pessoas com deficiência apresentam menores taxas de alfabetização se comparados com as pessoas sem deficiência. Os sujeitos com deficiência intelectual, dentre todas as deficiências investigadas pelo IBGE, constituem o menor grupo de pessoas alfabetizadas. No que concerne aos níveis de ensino da população com deficiência, a maioria (60%) não tem instrução ou ensino fundamental completo. Essa situação pode acarretar problemas para iniciar uma profissão, já que os sujeitos não têm formação adequada para o mercado de trabalho.

Na cidade de Campinas, são poucos trabalhadores com deficiência intelectual e deficiência múltipla, mesmo com vários encaminhamentos, que conseguem uma colocação no mercado de trabalho. No Brasil, entre todas as deficiências, é a intelectual que apresenta menor participação no mercado de trabalho formal.

De acordo com os dados do IBGE, as pessoas com deficiência intelectual, em sua maioria, têm menor nível de ocupação se comparada com outras deficiências. Isso pode ser atribuído a várias razões, como o estigma e o desconhecimento sobre a deficiência intelectual, assim como dos apoios necessários para a colocação da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Outro fator é o baixo nível de alfabetização e escolaridade desse público.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho teve como objetivo principal investigar as formas de participação social (a econômica, a social e a cultural) das pessoas com deficiência intelectual no município de Campinas, por meio do estudo de dados estatísticos públicos, disponibilizados pelo Inep, IBGE, INSS e Cpat.

De acordo com os dados e a literatura especializada, o público com deficiência intelectual, que antes era assistido em escolas especiais e instituições especializadas, ou seja, de forma segregada, encontra-se atualmente em diferentes espaços, como na escola e o mercado de trabalho. Apesar desse dado positivo relacionado ao aumento de participação social das pessoas com deficiência intelectual, esta população ainda

apresenta menor participação quando comparada ao grupo de sujeitos com outras deficiências.

No que se refere à participação escolar, entre os anos de 2010 e 2014 há uma evolução no número de matrículas, principalmente dos alunos com deficiência intelectual, no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e no Ensino Médio (1º ao 3º ano), especialmente nas escolas públicas. Porém, esse aumento não significa, obrigatoriamente, que os alunos declarados com deficiência intelectual de fato o são, já que desde 2014, com a Nota Técnica nº 4 do governo federal, o laudo médico que comprova o diagnóstico não é exigido. Quanto à alfabetização, apenas 52,88% das pessoas com deficiência intelectual está alfabetizado, o que representa o menor percentual entre as pessoas com deficiências.

No que diz respeito à participação no mercado de trabalho, essa parcela da população é a que mais tem dificuldades de inserção no mercado de trabalho por vários motivos, como o baixo nível de instrução dessas pessoas, bem como a necessidade do empregador oferecer apoios no ambiente de trabalho para esse empregado.

Nesse contexto, a pessoa com deficiência intelectual tem suas condições de participação social limitadas. Para que a participação social da pessoa com deficiência intelectual possa se ampliar, é essencial o oferecimento de diversos serviços que contemplem esse grupo por toda a vida. É importante lembrar que a população com deficiência intelectual, segundo o IBGE<sup>83</sup>, se constituía como menor grupo entre as deficiências. Contudo, devido aos casos de microcefalia causada pela epidemia do Zika vírus no Brasil, pode ser que se amplie, proximamente.

As crianças com deficiência intelectual podem necessitar de equipamentos de estimulação precoce, assistência interdisciplinar e serviços de educação, o que implica na inclusão escolar e acesso a atendimentos da área da saúde.

No que se refere ao oferecimento de serviços para a população adulta, há poucos espaços de participação social, geralmente, são ambientes institucionais ou serviços de saúde.

O atendimento aos idosos com deficiência intelectual, frequentemente, se resume ao contexto educacional, de maneira que há uma redução da participação deste sujeito na comunidade, assim como menor contato com seus familiares.

Em virtude da criação recente de programas e políticas que favorecem a ampliação da rede de atendimentos a essa população em todas as faixas-etárias, pode-se indicar uma possível mudança em relação ao atual cenário de restrita participação social das pessoas com deficiência intelectual. Esses programas, de âmbito federal (como o programa Viver sem Limites, lançado em 2011), e de âmbito estadual (como o programa estadual de atendimento à pessoa com deficiência intelectual, lançado em 2012) visam o favorecimento e o incremento das ações inclusivas.

No município de Campinas, legislação recente como, a Lei Municipal Nº 14.252 de 2012 obriga as creches e escolas públicas municipais a garantir e priorizar vagas aos alunos com deficiência intelectual e física e torna obrigatório aos estabelecimentos de ensino a promoção do acesso ao aluno com deficiência a todas as atividades curriculares regulares e das específicas para o aluno com deficiência.



A legislação vigente no Brasil reconhece as pessoas com deficiência como sujeitos de direitos e estabelece a diminuição de barreiras para que esse público possa exercer sua cidadania, porém existem diversos obstáculos que dificultam esse processo, como o desconhecimento das capacidades de desenvolvimento das pessoas com deficiência intelectual, escassez de espaços e programas destinados à inclusão comunitária e ao desenvolvimento de autonomia de adultos e idosos.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, HF. Participação social e estima de lugar: caminhos traçados por jovens estudantes moradores de bairros da regional III da cidade de Fortaleza pelos mapas afetivos.; 2010 [Acesso em 15 de dezembro de 2015]. Disponível em: [www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2231](http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2231).

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. [Acesso em 16 de janeiro de 2015]. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

BRASIL, 2009. Decreto nº6.949 de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. [Acesso em 01 de dezembro de 2014]; Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica - 2013. Brasília, DF: MEC/Inep, 2013. [Acesso em 02 de fevereiro de 2015]; Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>.

BRASIL. Decreto nº8.243 de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social e dá outras providências. [Acesso em 03 de maio de 2016]; Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm)

GARCIA VG. O Movimento De Luta Pela Cidadania Das Pessoas Com Deficiência Em Campinas – 1998 A 2004: A Experiência Do Conselho Municipal. Revista de Educação PUC Campinas. 2004;(n. 16): p. 109 - 115.

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística – Ibge. Censo Demográfico 2010 [online] 2010 [Acesso em 13 de janeiro de 2015] Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>.

LIMA MP, TAVARES NT, BRITO MJ, CAPPELLE MCA. O sentido do trabalho para pessoas com deficiência. RAM, Rev. Adm. Mackenzie [online]. 2013 [Acesso em 24 de abril de 2016], vol.14, n.2, pp.42-68. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-69712013000200003&lng=en &nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712013000200003&lng=en &nrm=iso).

MAZZOTTA MJS.; D'ANTINO MEF. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. Saúde e Sociedade. [online] 2011 [Acesso em 08 de janeiro de 2015], Vol 20, nº 2, São Paulo. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010412902011000200010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010412902011000200010&script=sci_arttext).

SAVIANI-ZEOTIF, PETEAN EBL. A qualidade de vida de pessoas com deficiência mental leve. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* [online] 2008 [Acesso em 04 de maio de 2016], vol. 24, n. 3, pp. 305-311. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722008000300006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722008000300006).

SERAPIONI M. Os desafios da participação e da cidadania nos sistemas de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva* [online] 2014 [Acesso em 30 de novembro de 2015], vol 19, n.12, pp 4829-4839. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n12/1413-8123-csc-19-12-04829.pdf>.

SILVA FC, JACCOUD L, BEGHIN N. Políticas Sociais no Brasil: Participação Social, Conselhos e Parcerias. In: Jaccoud L (org). *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo* [online] Brasília, 2005 [Acesso em 04 de maio de 2016]. Disponível em: [http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap\\_8-10.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_8-10.pdf).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, Organização Panamericana da Saúde. *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. São Paulo: Edusp; 2003

## APRESENTANDO TECNOLOGIAS ASSISTIVAS PARA ALUNOS DE LICENCIATURAS: UMA PRÁTICA DOCENTE

**PINTO, Pedro**

Rafael Oliveira

Estudante do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão da  
Universidade Federal Fluminense  
*pedrorafael.cp2@gmail.com*

**AZEVEDO, Ana Beatriz Vaz**

Licencianda em Física da Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Bolsista de Monitoria da Disciplina  
“Práticas Pedagógicas de Educação inclusiva” - UERJ  
*ana.beatriz.v@hotmail.com*

**SILA, Paula Gabriela Paiva Fernandes da Silva**

Graduanda em Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro Bolsista  
de Iniciação a Docência de Recursos, Adaptações e Tecnologias Assistivas para  
Educando com necessidades especiais -UERJ  
*paivafernandes\_paula@hotmail.com*

**ORRICO, Helio Ferreira**

Doutor em Educação pela UNESP  
*prof.helioorrico@gmail.com*

### RESUMO

Este presente artigo tem como objetivo contribuir na formação dos futuros professores dos cursos de licenciaturas. As oficinas de Recursos de Tecnologias Assistivas (ORTAS), são realizadas pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, através do Núcleo Educação Especial e Inclusiva (NEEI/UERJ) tem como finalidade apresentar aos licenciandos o uso de recursos de tecnologias assistivas que contribuem no processo dos alunos público alvo da educação especial. Durante essas oficinas são apresentados equipamentos e softwares, que proporciona aos participantes uma experiência prática com embasamento teórico a adquirido. A educação inclusiva entrou na pauta a partir da LDB/96, porém ainda está em desenvolvimento e encontrando uma excessiva resistência por parte das instituições de ensino; com alegação que não há profissional devidamente especializado. Então investir no currículo da formação de professores é um caminho que defronta essa realidade

**Palavras-chave:** Tecnologia Assistivas, Formação Docente, Educação inclusiva

### ABSTRACT

This article aims to contribute to the training of future teachers of undergraduate courses. The Resources of Assistive Technology (ORTAS) workshops, carried out by the School of Education of University of State of Rio de Janeiro, through the Nucleus of Special and Inclusive Education (NEEI / UERJ) aims to present to the future teachers using Resources of assistive technologies that contribute to the process of target special education students. During these workshops are presented equipment and software, which provides participants with practical experience with theoretical basis to acquired. Inclusive education has been on the agenda since LDB / 96, but it is still in development and is finding excessive resistance on the part of educational institutions; With allegations that there is no properly specialized professional. So investing in the curriculum of teacher training is a path that faces this reality

**Key-words:** Assistive Technology, Teacher Training, Inclusive Education.

## INTRODUÇÃO

A educação de pessoas com algum tipo de desenvolvimento anômalo ainda é um grande desafio. Para os professores em formação pode ser um dos maiores desafios ao exercício de sua profissão se estes não forem devidamente instruídos a buscarem mecanismos de atuação frente a este público tão multifacetado. O objetivo geral deste trabalho consiste em apresentar diferentes Recursos de Tecnologias Assistivas como Braille a alunos de diferentes licenciaturas para que os mesmos se utilizem de tais estratégias em suas práticas docentes.

Esse projeto é vinculado ao Núcleo de Educação Especial e Inclusiva (NEEI) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)/Campus Maracanã, que através do Projetos Iniciação a Docência “Recursos Adaptações e Tecnologias Assistivas para educando com necessidades especiais” e Monitoria da Disciplina “Práticas Pedagógicas em Educação Inclusiva” que tem como finalidade oferecer Oficinas de Recursos de Tecnologias Assistivas (ORTAS) para os alunos dos Cursos de Graduação na habilitação de Licenciatura plena que participam das disciplinas: Práticas Pedagógicas em Educação Inclusiva e Educação Inclusiva: Cotidiano Escolar cursadas no período letivo de 2016.1. Sua finalidade é o dialogo entre o embasamento teórico com o saber prático com intencionalidade de atender a recente demanda da inclusão de alunos público-alvo da educação especial no ensino regular em concordância com a Lei Nº13.146/95 em que seu Art. 28 nos incisos X e XIV declara que haja programa de formação inicial e continuada aos professores desta área e que a inserção de conteúdos curriculares sobre a educação inclusiva nos cursos de educação de nível superior.

É de conhecimento a todos o crescente número de alunos com necessidades especiais em escolas regulares que ingressam, porém muitos são deixados de lado em um canto na sala de aula, realizando atividades fora dos conteúdos programáticos sem interagir com outros alunos, isso deve-se está relacionado também a formação dos professores por não compreender essa novo arranjo das salas de aula, em parte o curso de formação docente tem uma culpabilização (mas não somente o curso) a essa falta conteúdo acerca dessa temática.

Nos cursos de formação de professores teoriza-se sobre a Educação Inclusiva, em aulas comumente esvaziadas do “tom” e do teor didático prático e político que é necessário, e não se “mergulha” seriamente no assunto. Ao lidar diretamente com os alunos, no cotidiano da escola, docentes são invadidos por sentimentos que vão da perplexidade à frustração, da exaustão à impotência. Não sabem o que fazer nem como ensinar a esses alunos. (OLIVEIRA & MACHADO, 2007, pg. 38).

Os bolsistas envolvidos procuram estimular o interesse sobre as Tecnologias Assistivas e amplificar os conhecimento sobre a educação de alunos público alvo da educação especial com emprego dos recurso de tecnologia, viabilizando o processo de ensino-aprendizagem e conseqüentemente reduzir possíveis dificuldades dos futuros professores na sala de aula.

A metodologia utilizada para a construção do trabalho concentra-se em uma revisão bibliográfica acerca das temáticas de Formação de Professores, Tecnologias Assistivas, entre outras. Utilizou-se, ainda, um questionário com perguntas abertas e objetivas ao qual foi realizada uma análise quati-qualitativa referente ao uso de Tecnologias Assistivas e sua necessidade aplicado aos alunos dos Cursos de licenciaturas que estão

cursaram as disciplinas “Práticas pedagógicas em Educação Inclusiva e Educação Inclusiva;: Cotidiano Escolar no semestre letivo 2016.1 na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A primeira recomendação sobre a necessidade de conteúdos sobre o aluno com deficiência em disciplinas dos cursos superiores foi a portaria ministerial 1793 (1994), que no artigo 1º recomenda a inserção de uma disciplina que aborde os aspectos politico-etnico-educacionais em todas as licenciaturas. Esta portaria é um marco haja visto que é uma primeira preocupação em adequar as práticas docentes em respeito aos diferentes tipos de discentes e a cada uma de suas especificidades.

Atualmente, os recursos de Tecnologias Assistivas são essenciais para prática docente que leve em consideração a educação inclusiva. Segundo o Art. 3º parágrafo III da lei 13146/15 define-se tecnologia assistiva como sendo os recursos utilizados que promovam a funcionalidade visando a autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Segundo CORTELAZZO (2012), tecnologia assistiva é toda tecnologia utilizada que seja capaz de tornar o aluno mais competente para superar suas limitações, ou potencializar suas capacidades e ajudar no processo de emancipação deste aluno.

Temos a definição de Tecnologia Assistiva em um sentido mais amplo por Bersch (2013), que partilha da definição de tecnologia assistiva sendo uma área do conhecimento, com características interdisciplinares, que engloba recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que promovam a funcionalidade, relacionada participação de pessoas com deficiência, incapacidade ou mobilidade reduzida.

Neste sentido, oficinas pedagógicas de caráter elucidativo são preponderantes à formação dos docentes. As temáticas envolvendo as Tecnologias Assistivas correspondem, não somente a um modelo de elementos informacionais que auxiliem alunos com alguma necessidade específica, mas também a todo um conjunto de estratégias e mecanismos de fortalecimento do sujeito com a sua própria emancipação.

Em nossas oficinas utilizamos a metodologia de uma aula expositiva, onde demonstrando as acessibilidade nos celulares, como videntes não temos o conhecimento dessa funcionalidade como leitor de tela e a função de aumento da letra para quem baixa visão, essa acessibilidade de extrema importância pois auxiliar os alunos público alvo da educação especial pequenas tarefas do dia-dia em continuação explicamos o uso do contraste para pessoa com baixa visão em computadores e celulares.

No segundo momento foram expostos que os programas que facilitadores do cotidiano de professores e alunos público alvo da educação especial como:

- **Braile Fácil:** É uma programa que transcreve textos para escrita Braille, é só pode ser utilizados com a impressora Braille.
- **Impressoras Braille:** São impressoras que imprime somente em Braille em ambos os lados utilizando o papel 40 kg.
- **DOSVOX:** é um programa desenvolvido pela UFRJ, e varais funcionalidades como escrever textos, enviar email, gravar áudios, escutar música, jogos, etc.

- NVDA: é um leitor de tela, equivalente ao DOSVOX, porém é utilizado dentro do Sistema Operacional do Windows.
- SEBRAN: é um programa bem direcionado para educação infantil, onde são apresentados conteúdos como cor, formas, letras, palavras, matemática e memória.
- Editor livre de Prancha: É um programa que confecciona prancha de comunicação.



Figura 1. Tela inicial do Braille Fácil. Fonte: www.ibc.gov.br



Figura 2. Tela inicial do DOSVOX. Fonte: NEEI/RJ

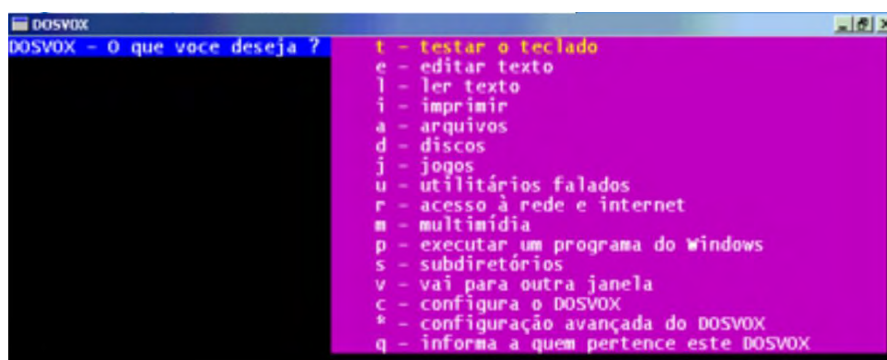


Figura 3. Tela de funcionalidade do DOSVOX. Fonte: NEEI/RJ



Figura 4. Tela inicial do NVDA. Fonte: NEEI/RJ

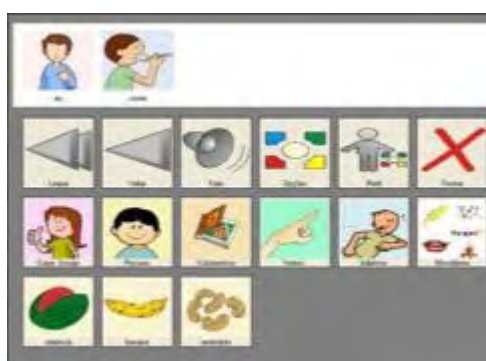


Figura 5. Tela inicial da Prancha Livre. Fonte: NEEI/RJ



Figura 6. Tela inicial do Sebran. Fonte: NEEI/RJ

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Através da análise inicial das respostas objetivas do questionário, feitas de forma quantitativa, respondido por futuros docentes em formação após assistirem a uma oficina com a temática de tecnologia assistiva na faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro constatou-se uma insegurança por parte dos discentes das múltiplas licenciaturas. Foram analisados 38 questionários que podemos verificar as idades, os cursos, e período que os licenciandos participantes.

**Tabela 1.** A idade dos participantes

<b>IDADE</b>	<b>Nº ALUNOS</b>	<b>ALUNOS (%)</b>
18	2	5%
19	5	13%
20	7	18%
21	7	18%
22	3	8%
23	4	10%
24	6	16%
25	1	3%
28	1	3%
31	1	3%
68	1	3%

Fonte: NEEI/UERJ

**Tabela 2.** Em quais períodos estão escritos

<b>PERÍODO</b>	<b>Nº ALUNOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
2º	7	18%
3º	5	14%
5º	6	16%
6º	5	14%
7º	9	24%
8º	1	3%
9º	1	3%
10º	3	8%

Fonte: NEEI/UERJ



**Tabela 3.** Os cursos qual pertence os alunos da Licenciatura

<b>CURSOS</b>	<b>Nº ALUNOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Ciências Biológicas</b>	1	3%
<b>Ciências Sociais</b>	4	11%
<b>Educação Física</b>	5	13%
<b>Filosofia</b>	2	5%
<b>História</b>	6	16%
<b>Letras</b>	5	13%
<b>Matemática</b>	1	3%
<b>Pedagogia</b>	6	15%
<b>Química</b>	8	21

Fonte: NEEI/UERJ

Essas mostraram que mais da metade dos discentes nos questionários analisados relataram que antes da Oficina de tecnologias assistivas nunca tinham tido contato com os recursos de tecnologia assistiva e a acessibilidade do currículo que convertendo para números são 29 alunos, ou 76% não conhecem a tecnologias assistivas e 9 alunos ou 24% conhecem ou conhecem um pouco. Essa pequena análise nos mostra um numero alarmante, haja visto, que a maioria dos licenciados não tinham tido contato algum com recursos de tecnologia assistiva.

O questionário foi preparado com 5 perguntas: O que você pensa sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares de ensino? O que você entende por recursos de tecnologia assistiva no contexto educacional? Você já tinha conhecimento sobre os recursos de tecnologia assistiva e acessibilidade ao Currículo antes da Oficina de Recursos de tecnologia assistiva? Você já lecionou em uma classe regular ou teve contato com aluno com necessidade educacional especial na escola? Em caso afirmativo, você já utilizou algum desses recursos de tecnologia assistiva durante as suas aulas para acompanhar os alunos com necessidades educacionais especiais? O que você achou das oficinas de recursos de tecnologia assistiva? Após a oficina, você saberia buscar formas e usos das tecnologias assistivas no seu campo de docência no sentido de atender educandos com necessidades educacionais especiais? A partir da análise dos questionários foram destacados 2 perguntas principais: Você já tinha conhecimentos sobre os Recursos de Tecnologias Assistivas e acessibilidade ao currículo antes das oficinas de recursos e tecnologias assistivas? O que você achou das Oficinas de Recursos Tecnologias Assistivas?

O primeiro ponto a destacar é pouca participação das oficinas dos alunos pedagogia, com média de 30 aluno na sala apenas 6 responderam o questionários, outra ressalva é que somente um participante tinha um pouco de conhecimento sobre a tecnologia assistivas os demais participantes não tinha contato ou não sabia sobre a tecnologias. Em outro curso de Licenciatura a participação foi maior, mas também poucos sabiam

sobre a tecnologias assistivas.

Todos trazidos se referem às opiniões dos alunos sobre o conhecimento da Tecnologia Assistivas:

“Um pouco, porém a oficina melhorou e acrescentou nos conhecimentos que já tinha” (participante nº 2, Aluna do curso de Pedagogia 5º período)

“Pouco conhecimento, mas conhecia lugares que podiam proporcionar tais tecnologias” (participante nº 8, Aluno do curso Filosofia 7º período)

“Eu sabia que existiam Tecnologias Assistivas em smartphones, mas quanto à acessibilidade ao currículo não tinha muito conhecimento (participante nº 9, Aluno do Curso História 3º período)

“Sim, alguns recursos já tinham conhecimento e também havia restado para saber como é (participante nº 10, Aluno do Curso Ciências Biológicas 6º período)

Ao relatarem a opinião sobre as oficinas como realizada também nos revela um dado importante, que é pouca prática na formação dos professores.

“Achei enriquecedor, nunca havia tido contato com essas tecnologias ((participante nº 3, Aluna do Curso de Pedagogia 5º período)

“Achei maravilhosa, quero outra vez!!!” (participante nº 5, Aluna do Curso de Pedagogia 5º período)

“É a primeira vez que tive contato numa oficina” (participante nº 1, Aluna do Curso de Pedagogia 5º período)

“Não, tais informações são poucas divulgadas tanto por meios midiáticos quanto no acadêmico (participante nº 27 Aluno do Curso Ciências Sociais)

Opiniões sobre a importância das oficinas no currículo:

“Interessante e instrutiva, passou informações curiosidade que não havia tido oportunidades fora do meio acadêmico” (participante nº 8, Aluno do Curso Filosofia 7º período)

“Importante para a profissão de educador e interessante para o conhecimento das facilidades para as pessoas com deficiência.” (participante nº 13, Aluno do Curso Ciências Sociais 7º período)

“Achei a oficina importante no entendimento do uso da tecnologia dos softwares na acessibilidade (participante nº 37, Aluno do Curso História 3º período)

Dentro desta perspectiva, esses dados preliminares nos mostram que as Oficinas de recursos de tecnologia assistiva são importantes para um contato inicial desses discentes com recursos que facilitem a aprendizagem do aluno público alvo da educação especial. Para os alunos, a utilização de tecnologias Assistivas contribuirá para a qualidade do trabalho desempenhado, mas muitos ainda têm dúvidas e se sentem hesitantes.

Ainda que tenham considerada a realização das oficinas essenciais a sua formação, os professores em formação assumem um certo desconforto no que se refere ao seu preparo para lidar com as mais diversas situações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva inclusiva (2008) muitas redes precisaram se adequar legislativamente e ideologicamente ao fato de conviverem com alunos com algum especificidade. Isto não foi gradual e não veio seguido de uma política de formação continuada nem de formação de base. Neste sentido, busca-se com a realização de oficinas temáticas de Tecnologias Assistivas minimizar os impactos causados pela falta de recursos inexistentes nas distintas redes. Inúmeras metodologias e estratégias foram apresentadas a fim de instrumentalizarem estes sujeitos corroborando para a mudança de paradigmas cognitivos e atitudinais dos mesmos em sala de aula junto ao público alvo da educação especial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira*. Brasília: 1996.

BRASIL, Lei nº 13146 de 6 de julho de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: 2015.

BRASIL. *Portaria Ministerial nº 1793 SEESP/MEC*, de dezembro de 1994. Recomenda a inclusão da disciplina aspectos ético-político-educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais.

BERSCH, Rita. *Introdução à Tecnologia Assistiva*. POA: 2013. Disponível em: [http://www.assistiva.com.br/Introducao\\_Tecnologia\\_Assistiva.pdf](http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf) Acesso em: 30/06/2015.

CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo. (2012) *Formação de professores para uma Educação Inclusiva mediada pelas tecnologias*, Em: OMOTE Sadao (org.), *As tecnologias nas praticas pedagógicas inclusivas*. 1 Edição. Marília: Editora Cultura acadêmica, 2012, páginas 93-120.

OLIVEIRA, DE E. & MACHADO, K. S. **Adaptações curriculares: caminho para uma Educação Inclusiva**. In: GLAT, R. (Org.). *Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 2007, 36-52.

## **FUNCIONALIDADES DOS ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO GARANTIA DE DIREITOS**

**LOPES, Sonia Mendes**

*Mestre em Diversidade e Inclusão pelo Instituto de  
Biologia da Universidade Federal Fluminense - UFF  
Email: sonmendes02@gmail.com; sonmendes02@yahoo.com.br*

**FERREIRA, Sheila Cabral dos Santos**

*Graduanda em Filosofia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Bolsista do Projeto de Extensão do Observatório de Políticas Públicas em Educação –  
Neei / UERJ - Campus Maracanã.  
Email: sheilacds1@hotmail.com*

**TOMÉ, Leandro Lino**

*Graduando em Química da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Bolsista de Monitoria da Disciplina - Práticas  
Pedagógicas em Educação Inclusiva - Neei /UERJ - Campus Maracanã. Email:  
leandrolinoxx@gmail.com*

### **RESUMO**

O objetivo deste artigo é descrever um modelo no qual as funcionalidades dos adultos com deficiência intelectual está interligado à questão das políticas públicas, uma vez que tenha por obrigação a sua garantia de direitos. Mediante tal fato, o artigo trilha a abordagem descritiva da Deficiência Intelectual (DI) levando em consideração uma definição tanto cronológica, como uma evolução epistemológica tomada por associações responsáveis. A partir disso, o trabalho promove a interpelação legal que assegurem os direitos do adulto com Deficiência Intelectual. Por sua vez, a construção do artigo se concentra na intervenção bibliográfica para criar uma maior relevância, e um teor mais crítico quanto à situação do deficiente ter respeitado seus direitos. Para tanto, o artigo tem a função de demonstrar a situação em que se encontram os adultos com deficiência intelectual, juntamente a deduzir se a legislação está sendo cumprida.

**Palavras-chave:** Deficiência Intelectual. Pessoa com Deficiência. Políticas Públicas.

### **ABSTRACT**

The purpose of this article is to describe a model in the quality as functionalities of adults with intellectual disability is intertwined with the issue of public policies, since it is obliged to guarantee their rights. By this fact, the article is a descriptive approach to intellectual disability (ID) taking into account a definition both chronological and epistemological evolution taken by responsible associations. From this, the article promotes a legal interpellation that assures the rights of the intellectual disabled adult. In turn, the construction of the article is constituted by a bibliographical intervention to create a greater relevance, and a criterion more critical as to the situation of the same. In order to do so, the article has a function of demonstrating a situation in which we maintain the intellectual handicaps, together with deducing if the legislation is fulfilled.

**Key-words:** Intellectual Disabilities. Person with Disabilities. Public Policy

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo descrever o modelo das funcionalidades dos adultos com deficiência intelectual frente às relações das políticas públicas como garantia de direitos. O conceito de Deficiência Intelectual (DI) passou por algumas mudanças ao longo dos anos, apresentando uma evolução epistemológica.

A proposta toma por base o conceito abordado pela (AAIDD) Associação de Deficiência Intelectual e de Desenvolvimento (2010), pois compreende de forma atualizada a reflexão sobre o comprometimento e funcionamento. Tal estudo é relevante em decorrência da realidade enfrentada pela pessoa com deficiência e das dificuldades para usufruir seus direitos, que por vezes são ceifados.

A metodologia de nosso trabalho é pautada na investigação exploratória de artigos, em consonância com a legislação, visando também estabelecer não só o conceito de (DI) como também o diálogo entre as políticas públicas que objetivam assegurar e garantir os direitos da pessoa com deficiência.

### 1. UM BREVE HISTÓRICO DA DEFINIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

Na Antiguidade, segundo Carvalho (1992), mulheres que tinham filhos que apresentavam alguma anomalia ou deformidade eram descartados, jogados fora e mortos, pois o interessante para a sociedade eram crianças que futuramente pudessem se tornar guerreiros fortes e viris.

Aranha (2001) afirma, também, que crianças “[...] deformadas e indesejadas eram abandonadas em esgotos localizados no lado externo do Templo da Piedade” (p.160). A partir dos estudos feitos pelo autor, essas crianças não tinham a oportunidade de terem uma vida digna, tão pouco de viverem em sociedade como as demais.

A sociedade nesse viés era totalmente excludente ao que tange às pessoas com deficiência e aos menos favorecidos financeiramente, bem como, aos desajustados frente aos preceitos dessa sociedade.

Segundo, Maranhão (2005, p. 25):

[...] casos de doenças e de deformações começaram a receber mais atenção e isto ficou demonstrado com a criação de hospitais e abrigos para doentes e pessoas portadoras de deficiências, por senhores feudais e por governantes com a ajuda da Igreja.

A partir da exposição realizada pela autora, entendemos que mesmo ao longo dos anos, as questões da discriminação e dos preconceitos sempre estiveram presentes na vida da pessoa com deficiência. Também eram tidas como doentes e/ou incapazes, logo sem condições de se manterem. Em virtude dessa situação era comum ficarem internadas em hospitais e internatos, por apresentarem alguma deformidade.

De acordo com os estudos realizados sobre a definição de pessoa com deficiência, encontramos autores que partem do princípio que a mesma estaria voltada ao caráter físico, mental ou intelectual. Segundo Pastore (2000), do ponto de vista médico, deficiência refere-se à incapacidade de uma ou mais funções das pessoas. Ela era entendida como uma pessoa com algum tipo de “deformidade”, que possuía anomalias perceptíveis ou não.

Abordamos brevemente a historicidade da pessoa com deficiência antes de entrarmos no conceito de deficiência intelectual, por ser importante evidenciar uma trajetória regada de preconceitos e atos desumanos diante de indivíduos, que não tinham sequer oportunidade de viver.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conceito de Deficiência Intelectual (DI) tem se desvirtuado com o passar do tempo (PESSOTTI, 1984), de modo que é um conceito um tanto quanto complicado a se definir, pois ele integra uma série de fatores que vão desde um raciocínio, ou melhor, uma crença vinculada à ignorância, na qual a pessoa com deficiência intelectual seja uma eterna dependente, que nunca terá um fruto de esperança a tornar-se útil. Mazzota (1996, p.16) retrata tal fato por meio do seguinte elucidação e reflexão:

*“Considerando que, de modo geral, as coisas e situações desconhecidas causam temor, a falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribuiu para que as pessoas portadoras de deficiência, por ‘serem diferentes’, fossem marginalizadas, ignoradas. A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como ‘imagem e semelhança de Deus’, ser perfeito, inculcava a idéia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo ‘parecidos com Deus’, os portadores de deficiências (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana”.*

Junto ao que foi comentada, a herança de um legado pobre em conhecimento e informação, perfaz ao julgamento contínuo da imutabilidade da pessoa com deficiência intelectual, o que “leva à completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços para atender as necessidades individuais específicas dessa população” (Mazzotta, 1982, p.3).

Sasaki (2005) reproduz o conceito de uma maneira mais cronológica, que cria um incerto incômodo ao ser refletido e verificado o peso que um termo aplicado a uma pessoa causa. Segue a seguir:

*“Ao longo da história, muitos conceitos existiram e a pessoa com esta deficiência já foi chamada, nos círculos acadêmicos, por vários nomes: oligofrênica; cretina; tonta; imbecil; idiota; débil profunda; criança subnormal; criança mentalmente anormal; mongolóide; criança atrasada; criança eterna; criança excepcional; retardada mental em nível dependente/custodial, treinável/ adestrável ou educável; deficiente mental em nível leve, moderado, severo ou profundo (nível estabelecido pela Organização Mundial da Saúde, 1968); criança com déficit intelectual; criança com necessidades especiais; criança especial etc. Mas, atualmente, quanto ao nome da condição, há uma tendência mundial (brasileira também) de se usar o termo deficiência intelectual, com o qual concordo por duas razões. A primeira razão tem a ver com o fenômeno propriamente dito. Ou seja, é mais apropriado o termo intelectual por referir-se ao funcionamento do intelecto especificamente e não ao funcionamento da mente como um todo. A segunda razão consiste em podermos melhor distinguir entre deficiência mental e doença mental, dois termos que têm gerado confusão há vários séculos.”*

As pessoas com deficiência além de sofrerem o estigma de serem desrespeitadas e não terem seus valores como seres pensantes apreciados, são bloqueados, ou pelo menos, restritos no meio profissional. De acordo Shakespeare, 1975, (apud Mazzotta, 1982, p. 24):

“(...) a capacidade de encontrar trabalho e conservá-lo é um dos mais importantes aspectos do ajustamento social, pois, além do lado prático de ter dinheiro para viver e garantir o sustento,” ter um emprego aumenta o amor próprios, ajuda a evitar o tédio e aumenta usualmente o montante de contato com outras pessoas”.

Como vimos, a definição de deficiência intelectual sofreu uma série de reformulações, no qual o seu período intempestivo à rotulação se mostra defasado, e se mantém como padrão a seguir de modelo internacional, o aplicado pela Associação Americana de Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento (AADID), de modo que a sigla americana por viés de linguagem se dá por AAIDD. Segue:

“A deficiência intelectual é caracterizada pela limitação significativa tanto no funcionamento intelectual como no comportamento adaptativo que se expressam nas habilidades conceituais, sociais e práticas. A deficiência origina-se antes dos 18 anos de idade (AAIDD, 2010, p. 1)”.

Segundo o Ministério da Saúde (2009:43), a pessoa com deficiência está assegurada por intermédio da Constituição Federal de 1988, na qual rodeada pelos Governos Municipal, Estadual e Federal, tem por obrigação manter a integridade da população como um todo, mais especificamente a esses indivíduos, quanto à saúde, assistência pública, segurança e a garantia continuada.

Há leis que visa à proteção da pessoa com deficiência, como as Leis nº 7.853/89, nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), nº 10.048/00 (prioridade no atendimento), nº 10.098/00 (critérios de promoção à acessibilidade); nº 13.146/15 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência); os Decretos nº 3.298/99 (dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência) e 5.296/04 (regulamenta as Leis nº 10.048/00 e 10.098/00); e a Portaria nº 10.060/2002 (Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência).

Apesar de haver certa formalização legal quanto ao embasamento, sua realidade não anda de forma tão constante à regularidade que a burocracia determina, de modo que a visão preconceituosa da sociedade tende a se manifestar sob tais, sem haver uma real resposta judicial, criminal ou outra qualquer que impere a favor da pessoa deficiente (FRAGA e SOUSA, 2009:420).

Assim como foi difícil e árdua a definição do que venha a ser deficiência intelectual, as políticas públicas também trilham um caminho complexo em sua elucidação. De acordo com a revisão literária realizada, a Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos (CRH) da Universidade Federal da Bahia, Celina Souza (2006), retrata as definições de alguns autores importantes no campo das políticas públicas. Menciona que:

“Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2006, p. 24).”

Ainda de acordo com Souza (2006):

“Apesar do reconhecimento de que outros segmentos que não os governos se envolvem na formulação de políticas públicas, tais como os grupos de interesse e os movimentos sociais, cada qual com maior ou menor influência a depender do tipo de política formulada e das coalizões que integram o governo, e apesar de certa literatura argumentar que o papel dos governos tem sido encolhido por fenômenos como a globalização, a diminuição da capacidade dos governos de intervir, formular políticas públicas e de governar não está empiricamente comprovada. Visões menos ideologizadas defendem que, apesar da existência de limitações e constrangimentos, estes não inibem a capacidade das instituições governamentais de governar a sociedade (Peters, 1998: 409), apesar de tornar a atividade de governar e de formular políticas públicas mais complexas.”

O diálogo que os autores fazem nos remete para além da mera definição do que seriam as políticas públicas, em que as idealizações acerca da definição poderiam ser 7 efetivamente ações que realmente surtiram efeitos, pois disponibilizar tais serviços não necessariamente quer dizer que aconteçam na íntegra.

A Câmara dos Deputados formalizou a Legislação Brasileira Sobre Pessoas Com Deficiência 7ª edição, 2013, com a seguinte apresentação:

“Para facultar ao maior número possível de cidadãos o acesso às normas jurídicas vigentes no País, a Câmara dos Deputados apresenta, neste volume, a 7ª edição da Legislação brasileira sobre pessoas com deficiência. Trata-se da compilação atualizada de dispositivos constitucionais, leis, decretos-leis, decretos e outras normas voltadas a garantir os direitos de tão expressivo contingente de brasileiros. Esses quase 25 milhões de compatriotas dependem de uma série de políticas públicas de inclusão, especialmente nas áreas de educação, saúde e trabalho, para que possam exercer sua cidadania em plenitude. O foco de tais políticas deve ser a eliminação ou a redução das dificuldades por eles enfrentadas no cotidiano. Ressaltam-se obstáculos ao ingresso em edifícios e meios de transporte, carência de material de leitura em braile, bem como de pessoal capacitado a usar a linguagem Libras, e número insuficiente de escolas e programas de saúde adequados às suas necessidades. Desde a promulgação da Constituição Federal e a aprovação de legislação decorrente, houve muitos avanços no plano institucional, no sentido de criar condições para que os portadores de deficiência possam conduzir as próprias vidas de modo autônomo. Cada vez mais, tais avanços materializam-se em ações da sociedade em prol desses brasileiros tão merecedores de solidariedade e respeito. É a ampliação do conhecimento das leis, lado a lado com a multiplicação de ações desse tipo, que a Câmara dos Deputados pretende estimular com esta publicação.”

*“Henrique Eduardo Alves Presidente da Câmara dos Deputados”*

De acordo com o Ministério da Saúde (2009:43) existe uma série de Leis, Decretos e uma Portaria que os defendem e dão suporte. Por meio desses, o artigo seguirá uma ordem cronológica de alguns regimentos a fim de detalhar quanto à garantia de suas políticas públicas registradas no Legislativo, preferencialmente à deficiência intelectual.

Segundo o mesmo Ministério, essa população está amparada com seus direitos garantidos, conforme a Constituição Federal de 1988 tem por ordem manter a integridade da população em sua totalidade, notadamente a pessoa com deficiência, levando em conta fatores como: saúde, assistência pública, segurança e a garantia continuada desses.



Segundo a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, a mesma propõe o seguinte:

“Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.”

É exposto nesta lei o dispositivo de assegurar um direito aos indivíduos, sendo uma ação de o Estado promover a garantia de direitos a essa massa.

A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, também conhecida como Lei Orgânica da Saúde, define as diretrizes para organização e funcionamento do Sistema Único de Saúde brasileiro, abordando como temas principais: Vigilância em saúde, Princípios e Diretrizes do SUS, Políticas para populações específicas, Responsabilidades das três esferas de Governo, Estrutura de governança do SUS, Política de recursos humanos e participação complementar do privado. Em que se resume como: “Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”.

A Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, promulgada por Fernando Henrique Cardoso garante o atendimento prioritário à mulheres com crianças no colo ou grávidas, deficientes físicos e idosos (com idade superior a 60 anos) em todas as filas e tem direito à caixas especiais. Ela também garante ao público de Transtorno do Espectro Autista, a Lei 12.764/12, denominado por lei Berenice Piana, segurança dos mesmos direitos dados deficientes físicos, portanto, pais e mães de autistas, quando acompanhados de seus filhos, têm preferência de atendimento.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, também decretada por Fernando Henrique Cardoso, propõe normas, regras e critérios básicos, que auxiliem na promoção da garantia de direitos ao público em questão, conforme o Artigo 1:

“Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.”

Por fim, a última Lei selecionada para demonstrar a garantia das pessoas é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) - Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, já regida durante a presidência de Dilma Rousseff, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

De acordo com a entrevista realizada com Teresa Costa D’Amaral, Superintendente do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD), ela dá sua opinião referente à Lei vigente:

“A nova legislação considera a pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

“(…) Essa definição foi modificada com a nova lei, no sentido de ampliar quem são as pessoas com deficiência”.

A Portaria nº 10.060/2002 propõe juntamente com o Conselho Nacional de Saúde a exposição das especificidades quanto às atividades a respeito do SUS (Sistema Único de Saúde), priorizando a pessoa com deficiência. Almeida Filho (1997) ainda na mesma linha vai nos dizer que:

“Reabilitar a pessoa com deficiência na sua capacidade funcional e no desempenho humano – de modo a contribuir para sua inclusão plena em todas as esferas da vida social, além de proteger” e também “proteger a saúde deste segmento populacional, bem como prevenir agravos que determinem o aparecimento de deficiências”.

Por fim, a garantia de direitos internacionais, conhecida com Declaração de Salamanca. Podendo ser considerada a segurança mais importante de todas, pois nos evidencia o rompimento com fronteiras entre países e promove um olhar sobre a pessoa deficiente e a educação inclusiva. Este documento foi elaborado na Espanha em parceria com a UNESCO (United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization - Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas), em 1994, durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, e defende que:

“(…) inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. Dentro do campo da educação, isto se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades (...). Ao mesmo tempo em que as escolas inclusivas preveem um ambiente favorável à aquisição da igualdade de oportunidades e participação total, o sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e dos profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais, família, voluntários. A reforma das instituições sociais não constitui somente uma tarefa técnica, ela depende, acima de tudo, de convicções, compromisso e disposição dos indivíduos que compõem a sociedade (UNESCO, 1994, p. 5)”.

A Declaração de Salamanca promove orientações para ação em nível nacional, subdivididas nos respectivos tópicos:

- A. Política e Organização;
- B. Fatores Relativos à Escola;
- C. Recrutamento e Treinamento de Educadores;
- D. Serviços Externos de Apoio;
- E. Áreas Prioritárias;
- F. Perspectivas Comunitárias;
- G. Requerimentos Relativos a Recursos;

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Baseamos-nos na pesquisa realizada através do artigo de SCHMIDT e ANGONESE (2009) que trata de realizar uma pesquisa com pessoas deficientes intelectuais que tiveram sucesso em uma contratação de trabalho, por intermédio da escola que frequentam, para desempenharem uma função num supermercado, por meio da garantia da Lei 8.213/91, que estabelece uma taxa percentual de contratações em relação

ao quadro de funcionários do estabelecimento. Para uma maior compreensão da lei citada, por via do Artigo 93, as informações abaixo demonstram a relação estabelecida de empregos destinados a pessoas com deficiência:

“Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção.

I - até 200 empregados.....2%;

II - de 201 a 500.....3%;

III - de 501 a 1.000.....4%;

IV - de 1.001 em diante .....5%.”

Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm)

A pesquisa foi realizada em 2008 e ela retrata como é a autoestima, a ambição, o apreço pelo próximo, a garantia dos direitos, a relação entre as pessoas e o desenvolvimento profissional. O modelo selecionado foi formado por um quadro de 20 adultos, representado por onze mulheres e nove homens, de faixa etária produtiva, variando de 19 a 35 anos, na qual 95% deles estão ocupados na função de empacotador. A investigação se concentrou em torno de vinte e duas perguntas sobre o período acadêmico, profissional, relação entre colegas e familiares e expectativa por um futuro.

Por meio de questionamentos obteve-se uma reflexão quanto ao fato dos testados serem pessoas que sentem certa diferença quanto às demais, já que sempre foram vítimas de comparações, seja por frequentarem escolas com salas de aula distintas, e pior ainda é o fato deles se autodeclararem mais capazes quando que há outros colegas que possuem um grau de deficiência mais preponderante, que os impossibilita que as escolas possam realizar indicações para atuar na vida profissional.

Uma situação curiosa é o fato deles não notarem qualquer diferença ou algo que façam destoar das demais pessoas, sendo que a possível falta de acolhimento social por parte das instituições de ensino, os deficientes criem um sentimento de diferença seja entre eles ou às outras pessoas por notarem alguma dificuldade física, ou seja, algo que possa ser observado de forma direta, uma questão morfológica, e não, psicológica ou mental.

O questionamento feito ao redor do período em que frequentavam escolas regulares demonstrou a realidade e um dos pontos primordiais que os fazem serem notados como inferiores e até diferentes, é o fato de não conseguirem estudar e aprender no mesmo ritmo que os outros alunos. Assim, tendem a sofrer o drama de serem tachados de lerdos, incompetentes e preguiçosos, e que por causa de tais, serão punidos com mais lição e exercícios ainda, como que isso fosse resolver em algo.

SCHMIDT e ANGONESE (2009) traz um dado muito coerente que demonstra de maneira nua e crua a situação da deficiência no Brasil. Segue o trecho:

“O Censo Escolar realizado anualmente pelo Ministério da Educação aponta que as matrículas na modalidade “Educação especial” no ano de 2007, incluindo escolas especiais, classes especiais, ensino de jovens e adultos e classes regulares, atingiu 646.663 pessoas. Destes, 300.112 tinham diagnóstico de deficiência mental, sendo que 156.184 (mais da metade, portanto), estavam

matriculados exclusivamente em escolas especiais. Nas classes comuns de ensino, havia 99.114 alunos com diagnóstico de deficiência intelectual. No ano de 2006, para se ter uma comparação, havia 94.043 alunos com diagnóstico de deficiência intelectual matriculados em classes comuns de ensino, o que significa que em 2007 houve um aumento de aproximadamente 5% de matrículas de alunos com tal diagnóstico nas classes comuns. Tal aumento, porém, não significa que esses alunos tenham acesso aos conteúdos básicos de escolarização, conforme preconizam as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (2001). Os dados oferecidos pelo Censo Escolar (INEP, 2009) não dão qualquer idéia sobre a aprendizagem desses alunos e se, de fato, são oferecidas a eles as condições necessárias para tal aprendizagem, sobretudo para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e que têm o diagnóstico de deficiência intelectual.” (SCHMIDT e ANGONESE, 2009, p. 4296)

De acordo com os dados do trecho destacado verifica-se que as políticas públicas não estão sendo respeitadas para essa população, independentemente de haver uma Legislação, Decretos, Políticas e uma Portaria que reja a seu favor. De tal modo pode-se perceber que a cronologia dada à definição versus tratamento as pessoas com deficiência não caminharam juntos, pois houve uma evolução semântica, porém não respeitosa, terapêutica, e de aceitação.

Nosso trabalho traz um diálogo entre as funcionalidades, conhecimento e exercício dos direitos, das leis vigentes e norteadoras em prol da inclusão .

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada através dos artigos científicos e da legislação mencionados anteriormente, buscamos explorar através de tal estudo um novo panorama frente à discussão das políticas públicas como uma forma de garantia de direitos para a Pessoa com Deficiência e a definição de Deficiência Intelectual pela (AAIDD).

Identificamos os desafios na implantação de ações que possibilitem os direitos da pessoa com deficiência, bem como, toda transformação e evolução do conceito e entendimento do que seria deficiência intelectual. Sendo que, enquanto não houver uma ampla divulgação, conhecimento e reconhecimento da sociedade em prol do exercício do direito de todos, ainda inviabilizará à inclusão.

Observamos que as políticas públicas voltadas para pessoa com deficiência vêm apresentando inúmeras discussões relevantes. Através dos desdobramentos se torna necessário à relevância de espaços de aprofundamento e produção de materiais que ampliem os olhares perante a garantia dos seus direitos, bem como, o conceito, em alguns momentos deturpados e estigmatizados de que a sociedade imprime (ou não) sobre as reais funcionalidades dos adultos com deficiência intelectual.

O nosso trabalho traz um diálogo entre as funcionalidades, conhecimento e exercício de direitos, das leis vigentes e norteadoras em prol da inclusão das pessoas com deficiência intelectual, bem como apresenta a relevância da produção científica com caráter interdisciplinar que divulgue as reais possibilidades de inclusão dos indivíduos que são cidadãos.

Portanto, em consonância com o que foi exposto, observamos que apesar de inúmeras leis, normas e decretos que regem e permeia o público de pessoas com deficiência, em especial a deficiência intelectual. As práticas das políticas públicas ainda encontram-

se defasadas e desajustadas frente a uma realidade que também é destoante do que poderia realmente ser, ou melhor, de como deveria acontecer e não acontece, não flui de forma correta.

## 5. REFERÊNCIAS

AAIDD. ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES. Definition of Intellectual Disability. (2010). Disponível em: <[http://www.aamr.org/content\\_100.cfm?navID=21](http://www.aamr.org/content_100.cfm?navID=21)> Acesso em: 02 Dez. 2016.

ALMEIDA FILHO, N. (1997). *Transdisciplinaridade e saúde coletiva*. Ciência Saúde Coletiva.

ARANHA, M. D. F. (2001) *In: Paradigmas da relação da sociedade com deficiência*.

Revista do Ministério Público do Trabalho. Ano XI, nº 21, p. 160 – 173. BRASIL. (1994) *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília: CORDE.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. *Decreto nº 3.298 de 20 de Dezembro de 1999*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)> Acesso em 02 de Nov.2016.

BRASIL. *Decreto nº 5.296 de 02 de Dezembro de 2004*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)> Acesso em: 02 de Nov. 2016.

BRASIL. *Estatuto da pessoa portadora de deficiência*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/432201.pdf>> Acesso em: 02 de Nov. 2016.

BRASIL. *Lei nº 7.853 de 24 de Outubro de 1989*. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm)> Acesso em 02 de Nov. 2016.

BRASIL. *Lei nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990*. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm)> Acesso em 02 de Nov. 2016.

BRASIL. *Lei nº 8.213 de 24 de Julho de 1991*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm)> Acesso em: 02 de Nov. 2016.

BRASIL. *Lei nº 10.048 de 08 de Novembro de 2000*. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10048.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10048.htm)> Acesso em 02 de Nov. 2016.

BRASIL. *Lei nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm)> Acesso em: 02 de Nov.2016.

**FUNCIONALIDADES DOS ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO GARANTIA DE DIREITOS** - LOPES, Sonia Mendes; FERREIRA, Sheila Cabral dos Santos; TOMÉ, Leandro Lino.

BRASIL. *Lei nº 13.146 de 06 de Julho de 2015*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)> Acesso em: 02 de Nov.2016.

BRASIL. Ministério de Educação. *Portal do Ministério da Educação - Decreto nº 6949 de 25 de Agosto de 2009*. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/dmdocuments/decreto6949\\_seesp.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/decreto6949_seesp.pdf)>. Acesso em: 02 de Nov.2016.

BRASIL. *Portal da Saúde*. Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=35438](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=35438)> Acesso em: 02 de Nov.2016.

CARVALHO, S. *Arte - educação e educação especial*. (1992) In: Anais do VII Ciclo de estudos sobre a deficiência mental. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1992.

DÉO, Adriana Fortes; PEREIRA, Jeanete Aparecida Ferri. (2012) In: A triangulação entre deficiência intelectual, funcionalidade humana e apoios. *Revista Dica*, Ano. 3, n. 4, p.1-14, [jun. 2012]. Disponível em: <[http://www.revistafaag.com.br/revistas\\_antiga/upload/4\\_87-266-1-PB.pdf](http://www.revistafaag.com.br/revistas_antiga/upload/4_87-266-1-PB.pdf)>. Acesso em: 02 de Nov.2016.

DYE, Thomas D. (1984) *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. (2010) *Da deficiência à funcionalidade: novos paradigmas de avaliação e acompanhamento de pessoas com deficiência mental/intelectual*. In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia. (Org). *Das Margens ao Centro: perspectivas para as políticas educacionais no contexto especial inclusiva*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010. p.159-168.

FRAGA, M.N.O., SOUSA, A.F. (2009) In: Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência no Brasil: o Desafio da Inclusão Social. *Revista Eletrônica de Enfermagem*. 2009;11(2), p. 418-23.

LASWELL Laswell, H.D. (1936/1958) *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland, Meridian Books.

LYNN Lynn, L. E. (1980) *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis*. Santa Monica, Calif.: Goodyear.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. (1982) *Fundamentos de Educação Especial*. São Paulo: Pioneira.

**FUNCIONALIDADES DOS ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO GARANTIA DE DIREITOS** - LOPES, Sonia Mendes; FERREIRA, Sheila Cabral dos Santos; TOMÉ, Leandro Lino.

\_\_\_\_\_. *Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas*. (1996) São Paulo: Cortez.

MEAD, L. M. (1995) *Public Policy: Vision, Potential, Limits, Policy Currents*, Fevereiro: 1-4. 1995.

PASTORE, José. *A vida dos Portadores de Deficiência (Cap.1)*. In: "Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência". LTR Editora Ltda, São Paulo, 2000. PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

SASSAKI, R. K. (2005) In: Atualizações semânticas na inclusão de pessoas: deficiência mental ou intelectual? Doença ou transtorno mental? In: *Revista Nacional de Reabilitação*, ano IX, nº 43, mar./abr. 2005, p. 9-10.

SCHMIDT, Andréia; ANGONESE, Larissa Schikovski.(2009) *In: O adulto com Deficiência Intelectual: Concepção de deficiência e trajetória escolar. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia de 26 a 29 de Outubro de 2009 – PUCPR. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3025\\_1690.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3025_1690.pdf)>. Acesso em: 02 de Nov.2016.*

SHEAKESPEARE, R. (1982) *In: The Psychology of Handicap. Londres, Methuen & Co, apud, MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Fundamentos de Educação Especial. São Paulo: Pioneira.*

SOUZA, C. (2003) *In: Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. Rev. bras. Ciências. Sociais, v. 18, p. 51, 2003.*

\_\_\_\_\_. *In: Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias (2006). Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.*

UNESCO. *Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem.(1994) Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 06, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: Unesco.*

UNESCO. *Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 02 Nov. 2016.*

## OFICINAS DE ADAPTAÇÕES CURRICULARES: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

**RODRIGUES, Suellen da Rocha**  
Mestre em Diversidade e Inclusão pela  
Universidade Federal Fluminense (UFF)  
*suellen2709@yahoo.com.br*

**PRADO, Giovana Conceição do**  
Graduanda em Pedagogia e bolsista de  
Inclusão e Diversidade: Vivenciando Linguagens  
pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)  
*giovana Prado2009@gmail.com*

**SOUZA, Mayra da Silva**  
Graduanda em Pedagogia pela  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)  
*may\_felicia@hotmail.com*

### RESUMO

O projeto extensionista “Inclusão e Diversidade: Vivenciando Linguagens” integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Inclusiva (NEEI) da Faculdade de Educação da UERJ, no qual objetiva auxiliar os estudantes dos cursos de licenciaturas pertencentes à disciplina Práticas Pedagógicas em Educação Inclusiva em sua formação. No projeto são oferecidas Oficinas de Currículo e Adaptação que possuem como proposta apresentar aos alunos das diferenciadas licenciaturas as metodologias para sua utilização no processo de aprendizagem de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação. Nas oficinas são apresentadas adaptações de pequeno porte que são recursos de acessibilidade, em que o docente faz no currículo modificações ou alterações, a fim de promover a participação produtiva de alunos com necessidades educacionais especiais na escola, garantindo uma real inclusão destes educandos na sala de aula.

**Palavras-chave:** Adaptação. Acessibilidade. Inclusão

### ABSTRACT

The Extension project “Inclusion and Diversity: Experiencing Languages” is part of the Center for Studies and Research in Special and Inclusive Education (NEEI) of the Faculty of Education of UERJ, in which it aims to help students of the undergraduate courses belonging to the discipline Pedagogical Practice in Education Inclusive in its formation. In the project are offered Curriculum and Adaptation Workshops that have as proposal to present to the students of the different degrees the methodologies for their use in the learning process of students with disabilities, global developmental disorders, high skills / giftedness. The workshops present small adaptations that are accessibility resources, in which the teacher makes modifications or alterations in the curriculum in order to promote the productive participation of students with special educational needs in the school, guaranteeing a real inclusion of these students in the classroom.

**Key-words:** Adaptation. Accessibility. Inclusion



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o Projeto de Extensão “Inclusão e Diversidade Humana: Vivenciando Linguagens” desenvolvido no Núcleo de Educação Especial e Inclusiva (NEEI) da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que possui como objetivo auxiliar os estudantes dos cursos de licenciaturas da disciplina Prática Pedagógica em Educação Inclusiva em seu processo de formação, oferecendo a eles a Oficina de Currículo e Adaptação (OCA), a qual possui, como proposta, sensibilizar os licenciandos acerca da utilização e importância das adaptações curriculares de pequeno porte (que são modificações que o professor faz no currículo, favorecendo a participação do aluno com necessidades educacionais especiais no processo de ensino/aprendizagem na sala de aula, elas podem ser realizadas na acessibilidade, nos objetivos, nos conteúdos, nas metodologias e na organização didática). Esses recursos facilitam a aprendizagem não somente de alunos com deficiência, como também dos demais estudantes.

Vale ressaltar que essas adaptações de pequeno porte produzidas pelo professor no cotidiano de sua tarefa docente, em sua maioria são produzidas com materiais reaproveitados visando o desenvolvimento psíquico, motor, sensorial e afetivo.

A metodologia baseia-se na pesquisa qualitativa participante onde será analisado por meio de um questionário a importância dos recursos de acessibilidade apresentados na Oficina de Currículo e Adaptação (OCA) como uma formação inicial aos graduandos de diferentes licenciaturas da UERJ, assim como abordar os aspectos positivos do projeto de Extensão a comunidade. No primeiro semestre de 2015 nas oficinas, já foram atendidos aproximadamente 300 alunos, inscritos em 3 turmas no período da manhã e 3 turmas no período noturno.

Cabe destacar que o projeto como atividade de extensão, os recursos de adaptação curricular, através do seu uso e exposição foram desenvolvidas atividades no Hospital Infantil Ismélia da Silveira, no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense-Rj para atender as crianças hospitalizadas promovendo o seu desenvolvimento e aprendizagem. Na Fiocruz através de contação de histórias para crianças. Esses materiais foram expostos, também no evento, ocorrido na UERJ da Associação de pacientes que colabora na busca de informação e tratamento de doenças degenerativas, Retina Rio.

Ao final do curso é solicitado como forma de avaliação aos alunos da disciplina prática Pedagógica em Educação Inclusiva que façam um memorial sobre as oficinas de adaptação e currículo e, também que confeccionem uma adaptação curricular interdisciplinar que relacione diversas áreas do conhecimento (linguagens, ciências humanas, físicas, biológicas e exatas) que abranja um público-alvo da educação especial. Em que esses recursos de acessibilidade são devidamente fotografados, catalogados e arquivados pela bolsista do projeto, passando a fazer parte do acervo do Núcleo de Educação Especial e Inclusiva.

## 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Atualmente, para se obter uma real inclusão dentro das escolas, faz-se necessária a discussão acerca dos recursos de acessibilidade, pois eles, sem dúvida, colaboram para o desenvolvimento da aprendizagem de crianças, jovens e adultos com necessidades

educacionais especiais. Neste contexto, os recursos de tecnologia assistiva tornam-se não só uma opção como muitas vezes são a única alternativa destes educandos em sua aprendizagem.

Contudo, o referencial teórico traz abordagens sobre a importância dos recursos de acessibilidade na sala de aula, através dos estudos de Barbosa (2002) que como Fernandes (2005) e Rodrigues (2011) dinamizam em situação de cotidiano de salas de aula a oficina de currículo e adaptações (OCA) nas turmas de licenciatura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Sendo assim, referenciais que buscam a promoção da acessibilidade ao currículo, a fim de contribuir na busca da inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.

Na concepção de Vygotsky (1989) para que se realize a aprendizagem deve ocorrer a interação através da zona de desenvolvimento proximal (ZDP), sendo essa o distanciamento entre o conhecimento real e aquilo que o aluno pode vir a saber, para que a ZDP ocorra, o professor deve se tornar o mediador da aprendizagem do educando estimulando o seu desenvolvimento, através de meios e estratégias tais como os recursos adaptados visando torná-lo independente e que alcance o seu potencial.

As principais matrizes epistemológicas que serviram de base ao trabalho foram os estudos de CAMISÃO (2009) RODRIGUES (2011) FERNANDES (2005), que abordam sobre a importância da formação qualificada do docente para atender as demandas educacionais atuais na perspectiva da educação inclusiva e sobre as contribuições das oficinas de adaptações curricular na formação dos alunos das licenciaturas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Também nos estudos de VYGOTSKY (1989) que aborda sobre o processo que ocorre a aprendizagem.

Visando a qualificação do docente para desempenhar práticas inclusivas, lançando mão de recursos pedagógicos adaptados e das Tecnologias assistivas, CAMISÃO (2009) aborda a importância da formação do docente para atender as demandas tecnológicas e inclusivas atuais, utilizando na prática educativa Materiais de Apoio e de Tecnologia Assistiva. Segundo a autora, é relevante que haja investimento em programas de formação dos educadores para a apropriação e o uso destas ferramentas e que ainda (...) é necessário investir-se simultaneamente na formação dos futuros profissionais, acompanhando junto às universidades, já que em sua maioria, sentem-se desestimulados por não dominarem o assunto. De acordo com CAMISÃO

Uma das causas do desconhecimento por parte dos profissionais do ensino regular e gestores, quanto aos equipamentos e tecnologias necessárias para facilitar a inclusão de alunos com deficiência, se dá por conta destes alunos virem sendo até a pouco, tratados à parte, em instituições especiais de ensino. À medida que estes usuários estejam por toda parte, suas necessidades serão reconhecidas e incorporadas às demais questões nas escolas e em outros ambientes. Com a prática da educação inclusiva, a demanda por acessibilidade será deflagrada até se tornar inquestionável.

Frente a isto, Percebe-se que é significativa a função e a responsabilidade das universidades em capacitar esses futuros professores para atender as demandas tecnológicas e a especificidade do aluno numa perspectiva inclusiva, de modo que promova uma prática acessível a todos os alunos independentes de suas necessidades específicas.

A formação do professor também é considerada como uma prática inclusiva, de acessibilidade e sinônimo de educação de qualidade. Segundo FERNANDES (2005)

Para oferecer uma educação de qualidade para todos os educandos, inclusive os alunos com necessidades especiais, a escola precisa capacitar seus professores, preparar-se, organizar-se, enfim, adaptar-se. “Inclusão não significa, simplesmente, matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica” (MECSEESP, 1998). (p.39)

Nesse ponto, se tratando da formação docente como prática inclusiva, RODRIGUES (2011) contribui com FERNANDES (2005) dizendo que:

O professor deve obter uma formação específica para que possa atuar na área da educação inclusiva, adequando assim sua prática, lidando por tanto com as diferenças e fazendo com que se ampliem positivamente as experiências de todos os educandos dentro do princípio de educar para a diversidade (p.5).

Perante o exposto acima contribuimos com os autores supracitados na medida em que refletimos na qualidade da capacitação específica dos professores para atender os alunos com necessidades específicas, sendo também essa capacitação uma garantia de direito a uma educação de qualidade para esses educandos.

Segundo RODRIGUES (2011) As Oficinas de Currículo e Adaptações que são oferecidas no NEEI, tem como objetivo promover o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão sobre a temática da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão de pessoas com deficiência. A autora ainda salienta que os materiais produzidos nas oficinas auxiliam no desenvolvimento dos educandos dentro e fora da escola e que:

Têm o intuito de oferecer suporte aos futuros professores para que possam proporcionar uma melhor e mais digna aprendizagem aos seus educandos, dentro delas procura-se mostrar aos participantes a importância dos recursos, das Tecnologias Assistivas dentro do aprendizado dos educandos com necessidades educacionais especiais e como elas atuam dentro e fora do ambiente escolar. (p.7)

Ainda acordo com RODRIGUES (2011)

A realização das oficinas ainda proporciona aos professores em formação acesso às novas metodologias, conteúdos e materiais de ensino, bem como insere estudantes e monitores no contexto da formação continuada de professores. Constitui um espaço de construção de conhecimentos e articulações dos movimentos sociais em prol da inclusão, demonstra, também pelos resultados dos seus projetos a viabilidade de uma educação inclusiva, cujos atores envolvidos: bolsistas, alunos, professores e a sociedade civil organizada, buscam sistematizar as questões relacionadas ao direito da pessoa com deficiência e, através da pesquisa, enfatizar a importância da luta pela transformação da sociedade excludente.

As oficinas proporciona um campo de trocas e aprendizagem entre professores, alunos, monitores etc; Percebe-se também que a realização da mesma acaba por cumprir a função social da universidade, de extensão, rompendo com os muros da faculdade e contribuindo de forma significativa para a sociedade.

Durante as oficinas ocorrem às trocas entre aluno-aluno, professor-aluno, aluno-professor, na maioria das vezes esses alunos chegam com noções básicas sobre adaptações curriculares e tecnologia assistiva ou não conhece esses recursos acessíveis.

Ao longo das oficinas é perceptível que alguns conceitos desconhecidos são construídos pelos alunos estes conceitos são constituídos a partir das trocas e interações feitas entre o professor-aluno, monitor-aluno e aluno-aluno desenvolvendo assim, a Zona de Desenvolvimento Proximal, que de acordo com VYGOTSKY (1989) é o distanciamento entre o conhecimento real (conhecimentos e experiências que o aluno já domina) e aquilo que o aluno pode vir, a saber, (conhecimentos que o aluno adquire na troca com alguém mais experiente). Acredita-se que as interações realizadas durante as oficinas abrem espaço para as novas aprendizagens, desconstrução de conceitos equivocados, reflexão e constituição de novos saberes relevantes à prática docente de forma que dê condições para que realizem suas atividades de forma que garanta a autonomia dos educandos com deficiência promovendo o seu desenvolvimento e acesso a uma educação de qualidade.

## 2. RESULTADOS ALCANÇADOS

Como resultado do projeto desenvolvido pelo NEEI, através do questionário que é solicitado que os alunos respondam durante as oficinas, pode-se concluir que para eles o contato com esses recursos adaptáveis é muito importante, pois possibilita conhecer diversas formas de intervenção pedagógica, como a confecção desses materiais, no sentido de promover um bom processo de ensino/aprendizagem, para os alunos público-alvo da educação especial. Por meio desses recursos o professor oportuniza o desenvolvimento através de novas formas de se abordar os conteúdos através destas adaptações no currículo, tornando possível que esses educandos possam ter condições de desenvolver o seu potencial.

Vale destacar que com base nas respostas dos licenciandos ao questionário pode se concluir que uma boa parte desses alunos não conheciam ou sabiam pouco sobre as adaptações curriculares como forma de promover a inclusão dos alunos com deficiência. Sendo assim capacitar esses futuros profissionais significa voltar os nossos olhos para aqueles que serem foram excluídos em todos os âmbitos da esfera social, entre eles a escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) assinala a importância de se adotar meios, mecanismos e estratégias para garantir que os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento/superdotação sejam incluídos no ambiente escolar, garantindo a sua escolarização plena levando em consideração as suas singularidades. Nesse sentido as oficinas de adaptações e currículo (OCA) promove a capacitação desses futuros docentes propiciando meios para a ruptura de práticas tradicionais homogeneizadora.

Essas oficinas se mostram bastante relevante promovendo aos alunos das diversas licenciaturas uma orientação em sua prática pedagógica, possibilitando que este futuro profissional possa trabalhar em sua classe de forma interdisciplinar com outros professores da escola, dado que a disciplina Prática Pedagógica em Inclusiva visa trabalhar os recursos de forma que estabeleça relações com outras áreas do conhecimento para que desse modo a escola possa se adequar as especificidades do

seu alunado e não o contrário. Propiciando ao seu alunado o acesso ao conhecimento, propiciando assim o seu desenvolvimento, por meio da mudança de prática desses discentes no cotiando da escola e da sala de aula, tornando-os agentes promotores da inclusão, superando desafios que fazem presentes no dia a dia da escola.

As oficinas se apresentam como um mecanismo diferenciador nos cursos de licenciatura na UERJ, pois possibilita ao licenciandos uma experiência prática, no que se refere à forma como lidar com os educandos com necessidades educacionais especiais no espaço escolar, como também no desenvolvimento de meio e estratégias que busquem articular os conhecimentos com os alunos público-alvo da educação especial propiciando uma educação plena.

Neste sentido podemos destacar a fala de uma aluna da disciplina Prática Pedagógica em Educação Inclusiva ao questionário respondido durante as oficinas de Adaptação e Currículo no primeiro semestre de 2015:

Essas adaptações garantem a quem planeja um plano de aula, a produção interna que facilita a adaptação às necessidades dos alunos que as utilizam. Providenciar a aquisição ou confecção desses materiais, portanto, é uma maneira da escola proporcionar uma melhoria no atendimento e promover processos de aprendizagem em igualdade de condições.

Portanto evidencia-se a importância dessas oficinas no processo de formação dos licenciandos, sob a perspectiva de que poderá promover a acessibilidade desses alunos com deficiência, de modo a atender as peculiaridades dos educandos promovendo alterações curriculares através destes recursos pedagógicos.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) demanda práticas de adaptação. Uma educação voltada para incorporação de especificidades resulta em uma nova maneira da escola lidar com o que é diferente, por meio de um currículo mais flexível, em novas metodologias, na avaliação, ou seja práticas cotidianas que favoreça a integração dos educandos com deficiência.

## CONCLUSÕES

Podemos concluir que o Projeto desenvolvido pelo Núcleo de Educação Especial e Inclusiva (NEEI), por meio das Oficinas de Adaptação e Currículo (OCA) contribui na formação dos professores, oferecendo possibilidades para que estes possam desenvolver recursos que viabilize a prática pedagógica, a fim de garantir uma aprendizagem satisfatória.

Nesse sentido proporciona aos licenciandos uma experiência que busca fazê-lo compreender o quão diverso é o ambiente da sala de aula, considerando assim as especificidades do seu alunado trazendo a possibilidade conhecer e utilizarem maneiras que garantam uma autonomia e um aprendizado maior para os educandos público-alvo da educação especial.

É no processo de formação de professores que as instituições de ensino superior devem está voltada para um ensino a partir de uma perspectiva inclusiva para propiciar aos seus educandos o acesso ao conhecimento que demandam a educação especial, ou seja, uma universidade inclusiva, também contribui para uma escola básica voltada para as atender todo o seu público diverso.

A importância de se promover a acessibilidade na escola é antes de tudo um direito que esses alunos com deficiência possuem, e a escola é responsável por garantir que esses direitos sejam respeitados, diante disso o professor precisa conhecer maneiras de promover esta inclusão.

Na perspectiva da escola, esses recursos adaptáveis aparecem como fator importante aliado ao professor como suporte necessário para o processo de ensino/aprendizagem, para os alunos que apresentam algum tipo de necessidade educativa especial. Nesse sentido a formação desse professor que lidará diretamente com esses educandos precisa estar voltada para uma perspectiva inclusiva que dê a este um repertório de conhecimentos necessários à prática pedagógica, como, por exemplo, na produção dessas adaptações.

Quando a escola passa a operar a partir da inclusão dos alunos com deficiência, engendra um processo de ruptura de certos paradigmas que fizeram da escola um obstáculo para essas pessoas. Destaca David Rodrigues:

“A Educação Inclusiva é, pois, uma ruptura com os valores da escola tradicional. Rompe com o conceito de um desenvolvimento curricular único, com o de aluno padrão e standardizado, de aprendizagem como transmissão, de escola como estrutura de reprodução. É, assim, muito ambiciosa como objetivo. Os professores, apesar de serem muitas vezes apontados como os bodes expiatórios da inclusão, são a esperança dela. Eles são parte das suas boas notícias.”

Diante do exposto a escola torna-se peça fundamental no processo inclusão, promovendo o acesso à bens como a cultura, e os conhecimentos produzidos pela humanidade, proporcionando assim uma educação mais justa e igualitária para todos. Promovendo um novo olhar da escola e, sobretudo do professor no que concerne à garantia de direitos das pessoas com deficiência propiciando assim uma educação de qualidade, evidenciando que é possível promover uma real inclusão, diferenciando-se daquela educação tradicional em que tratava todos os alunos de forma homogeneizadora com um currículo fixo que não fechava os olhos para os educandos com necessidades educacionais especiais.

Pensar em inclusão é, antes de tudo entender que esses alunos são sujeitos de direitos, no qual devem ter acesso a diferentes saberes que os possibilitem o desenvolvimento em diferentes aspectos (físico, psíquico, motor e afetivo) sendo reconhecidos, também em suas singularidades. Deixá-los na classe regular de ensino não significa necessariamente que estes alunos estejam integrados as rotinas e atividades da turma. O professor junto com a escola precisa reavaliar suas práticas, propor novos caminhos, de modo que garanta o acesso e a permanência desses educandos com deficiência no ambiente escolar.

## REFERÊNCIAS

VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; e LEONTIEV, Alexis.

*Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem*. São Paulo; Ícone, 1989.

BARBOSA, Ana Mae. Arte e inclusão. In: ADRIES, André. (Orgs). *Cadernos de Textos: Educação, Arte e inclusão*. Vol. 1, n.1 (1. Quandrim. 2002) – Rio de Janeiro: Funarte, 2002. Disponível em: [www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/download/3004/2190](http://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/download/3004/2190). Acessado em 04 de nov. de 2016

CAMISÃO, Verônica. *Acessibilidade & Educação Inclusiva*. Sisp. Disponível em: [www.cnotinfor.pt/inclusiva](http://www.cnotinfor.pt/inclusiva). Acessado em: 04 de nov. de 2016

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas, et. al. *A Inclusão de pessoas com Necessidades Especiais através dos projetos de Extensão do NEEI*. *Interagir: Pensando a Extensão*, Rio de Janeiro, n.7, p.141-146, jan./jul. 2005. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/interagir/article/viewFile/21396/15514>. Acessado em: 04 de nov. de 2016.

RODRIGUES, Simone Conceição Escovino, et. al. *Oficinas de Recursos de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva no Currículo das Licenciaturas da UERJ*. VII Encontro Da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina, 2011 - ISSN 2175-960. Pg. 2281 - 2290. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/FORMACAO/213-2011.pdf>. Acessado em 04 de nov. de 2016

RODRIGUES, David. et al. *Educação Inclusiva: mais qualidade à diversidade*. In: *Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2005. p. 45-63.

## GT: 12 - Língua e discurso: aproximações interdisciplinares

Coordenadores: Eliana Crispim França Luguetti e Ana  
Lucia Lima da Costa



## ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO PUBLICITÁRIO DE CURSOS DE LÍNGUA INGLESA

**GONGA, Domingos Caxingue**

Mestre em Cognição e Linguagem – UENF  
dominguescg@hotmail.com

**RANGEL, Ingrid Ribeiro da Gama**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação  
em Cognição e Linguagem – UENF  
ingridribeirog@gmail.com

**LUQUETTI, Eliana Crispim França**

Professora Doutora do Programa de  
Pós-Graduação em Cognição e Linguagem – UENF  
elinafff@gmail.com

### RESUMO

Discurso é “palavra em movimento” (ORLANDI, 2009, p.15). Por meio da linguagem, movimentada em diferentes discursos, o homem é socialmente construído. Entretanto, faz-se necessário que se fique atento às tentativas de dominação por meio do discurso. A Análise Crítica do Discurso (ACD) traz uma possibilidade de leitura mais atenta de diferentes discursos. A presente pesquisa buscou desvelar as intenções persuasivas de discursos publicitários de três escolas de idiomas: CNA, Cultura Inglesa e SKILL. A fim de alcançar o objetivo proposto, adotou-se, como metodologia, pesquisa bibliográfica. A leitura dos comerciais dos cursos foi realizada à luz da Análise Crítica do Discurso – ACD. Com a pesquisa foi possível verificar a importância de instrumentos de leitura para a formação de um consumidor crítico, capaz de escolher o curso de inglês que melhor atenda às suas reais necessidades.

**Palavras-chave:** Análise Crítica do Discurso – Publicidade – Cursos de Inglês.

### ABSTRACT

Discourse is “word in movement” (ORLANDI, 2009, p.15). Through language, moved in different discourses, man is socially constructed. However, it is necessary to be attentive to attempts at domination through discourse. The Critical Discourse Analysis brings a possibility of a closer reading of different discourses. The present research sought to unveil the persuasive intentions of advertising speeches from three language schools: CNA, Cultura Inglesa and SKILL. In order to reach the proposed objective, a bibliographical research was adopted as methodology. The reading of the course commercials was done in the light of the Critical Discourse Analysis. With the research, it was possible to verify the importance of reading instruments for the formation of a critical consumer, able to choose the English course that best meets their real needs.

**Key-words:** Critical Discourse Analysis - Advertising - English Courses

## INTRODUÇÃO

O homem é um ser social, ele se forma na alteridade. Por esta razão, comunicar-se é fundamental para a formação humana. Por meio de diferentes linguagens, o indivíduo acessa o outro e vive em sociedade. Entretanto, no processo de comunicação social, o homem, muitas vezes – visa persuadir. O texto que tem como característica a persuasão é importante, pois provoca encantamento e interesse pela leitura. Porém, se as estratégias retóricas foram utilizadas para convencer a qualquer custo, o texto pode se tornar perigoso, pois ganha o potencial de anular o papel do leitor na construção de sentido.

Em relação aos textos publicitários, é importante que o consumidor tenha a capacidade de analisar os discursos para que não fique vulnerável às tentativas de persuasão a qualquer custo. A presente pesquisa visa desvelar as intenções persuasivas de discursos publicitários de três escolas de idiomas: CNA, Cultura Inglesa e SKILL. A fim de alcançar o objetivo proposto, adotou-se, como metodologia, pesquisa bibliográfica. A análise dos discursos dos comerciais dos cursos foi realizada à luz da Análise Crítica do Discurso – ACD.

### 1. O DISCURSO COMO FORMA DE PERSUASÃO

Toda expressão do ser humano é uma forma de persuasão, quer-se sempre comunicar algo a alguém. É a partir deste processo de comunicação que se dá a sociedade. As palavras, signos que remetem à realidade, são utilizadas na comunicação humana. Entretanto, há um espaço entre a palavra e a realidade. A tal espaço Foucault (2000) denomina discurso. Segundo o professor francês Dominique Maingueneau (2002, p.51), existem diferentes formas de se conceber o discurso. As concepções explicadas pelo professor são referentes à forma de compreensão do discurso: orientado, forma de ação, interativo, contextualizado, etc. Partindo da ideia de Orlandi de discurso como “palavra em movimento” (ORLANDI, 2009, p.15), verifica-se como necessário o entendimento de como se dá o movimento da palavra, como são formulados os discursos e suas estratégias de convencimento. Para Citelli (2000, p.7), falar em persuasão implica em retornar à tradição clássica, ressaltando os estudos de Aristóteles sobre retórica:

O exercício do poder, via palavra, era ao mesmo tempo uma ciência e uma arte, louvado como instância de extrema sabedoria; portanto não causa estranheza que surgissem aí as primeiras sistematizações e reflexões acerca da linguagem. Os pensadores gregos de Sócrates a Platão escreveram sobre o assunto, porém é com Aristóteles que o discurso será dissecado em sua estrutura e funcionamento. (CITELLI, 2000, p.9).

Estratégias retóricas, como explica Citelli (2000), foram utilizadas na tradição clássica e são utilizadas até a contemporaneidade. A ideia de verossimilhança, por exemplo, faz-se presente em inúmeras peças publicitárias que fazem uso da repetição e do convencimento.

Outra chave fundamental do discurso persuasivo é o ethos, que para Amosy (2008) mostra-se como a imagem de si no discurso ou o retrato pessoal no discurso persuasivo que apresenta como objetivo a alteração do ponto de vista do destinatário. A eficaz utilização do ethos é uma relevante estratégia do discurso publicitário. Maingueneau

(apud. AMOSY, 2008, p16) afirma que além da persuasão por argumentos, a noção de ethos permite refletir sobre o processo mais geral da adesão do sujeito a uma posição.

Um texto que tem como característica a persuasão é importante, pois provoca encantamento e interesse pela leitura. Entretanto, se as estratégias retóricas forem utilizadas para persuadir – convencer a qualquer custo – o texto pode se tornar perigoso, pois pode anular a importância do leitor na construção de sentido.

## 2. A INDÚSTRIA CULTURAL

Teixeira Coelho (1989) fez um estudo sobre a indústria cultural, que é a utilização dos bens culturais para fins lucrativos. Para análise sobre indústria, pode-se utilizar a ideia produção em alta escala. A cultura utilizada pela indústria cultural é a de massa – aquela que é igual para diferentes tipos de pessoas. A cultura de massa difere da cultura popular. A cultura popular é feita pelo povo e para o povo. É o que Marilena Chauí (1994) chama de cultura de “resistência”. Já a cultura de massa é aquela feita por grupos menores para uma grande quantidade de pessoas. Chauí (1994) explica que quando a população passa a aceitar a cultura de massa em detrimento da sua ela passa a ter uma postura “conformista” em relação aos poderes hegemônicos.

Para Teixeira Coelho (1989), a indústria cultural precisa da cultura de massa, pois necessita – em prol da lucratividade – oferecer um mesmo produto para uma grande quantidade de pessoas. A indústria da cultura, muitas vezes, faz uso de manifestações culturais e as transforma em objetos de lucratividade.

Ainda sobre a cultura de massa, Teixeira Coelho (1989) afirma que este tipo de cultura pode alienar porque ela tem por objetivo convencer por meio da oferta de diversão. Entretanto, o autor adverte que a cultura de massa pode exercer também outra função. Os produtos da indústria cultural podem exercer a função da imprensa como discutida por Morin (1998), ou seja, normatizar no homem questões colocadas na infância. Teixeira Coelho assinala que:

Com seus produtos a indústria cultural pratica o reforço das normas sociais, repetidas até a exaustão e sem discussão. Em consequência, uma outra função: a de promover o continuísmo social. E a esses aspectos centrais do funcionamento da indústria cultural viriam somar-se outros, consequência ou subprodutos dos primeiros: a indústria cultural fabrica produtos cuja finalidade é a de serem trocados por moeda; promove a deturpação e a degradação do gosto popular; simplifica ao máximo seus produtos, de modo a obter uma atitude sempre passiva do consumidor; assume uma atitude paternalista, dirigindo o consumidor ao invés de colocar-se à sua disposição. (COELHO, 1980, p12).

### 2.1. A cultura de massa e os textos publicitários.

Os textos publicitários são escritos com a finalidade da venda - seja de ideias ou de produtos. Para vender para um grande número de pessoas, os textos publicitários contam com a cultura de massa que proporciona um público mais homogêneo. É a cultura de massa que faz com que a maioria dos habitantes de um país como o Brasil, por exemplo, adquiriram um produto semelhante.

A fim de acumular um grande número de consumidores, os textos publicitários trabalham com as paixões de seu público alvo. Em Semiótica das paixões, Greimas e Fontanille (1993) explicam que para convencer, o emissor investiga primeiro quais

são as paixões de seu receptor. Sabendo o que chama atenção do público consumidor, fica mais fácil produzir mensagens que o alcance e o seduza comprar os produtos anunciados.

### **3. OS DISCURSOS AUTORITÁRIOS E PERSUASIVOS DOS TEXTOS PUBLICITÁRIOS**

Eni Orlandi (2009) explica que existem diferentes tipos de discursos. Dentre os discursos ressaltados pela autora e explicados por Citelli (2000), faz-se necessário destacar o autoritário. No discurso autoritário, emissor e receptor ocupam posições estáticas. Desta forma, um fala continuamente e o outro ouve. Neste tipo de discurso não há troca, não há ludicidade.

Os textos publicitários, em geral, têm um caráter autoritário. Vale ressaltar que o autoritarismo dos textos não está exclusivamente relacionado ao meio de comunicação. É possível, por exemplo, redigir uma novela oferecendo lacunas para que o leitor entre. Desta forma, o texto só seria concluído após a leitura, em coautoria com o leitor. Entretanto, muitos textos publicitários não oferecem lacunas e inibem o pensamento do receptor.

Para que o consumidor faça da peça publicitária a leitura previamente aspirada pelo publicitário, estratégias – muitas vezes – são utilizadas. Dentre elas, as paixões de quem vai receber a mensagem. Existem também outras estratégias como o uso de figuras de linguagem e métodos psicanalíticos. Segundo Citelli (2000, p.43): “O texto publicitário nasce na conjunção de vários fatores, quer psico-sociais-econômicos, quer do uso daquele enorme conjunto de efeitos retóricos aos quais não faltam as figuras de linguagem, as técnicas argumentativas, os raciocínios”. O slogan, por exemplo, é uma estratégia que têm o intuito de fixar a ideia do produto que a empresa quer que seja assimilada.

### **4. A HEGEMONIA DA LÍNGUA INGLESA**

Semelhante a empresas de outras áreas, os cursos de inglês fazem uso de estratégias publicitárias para ampliar o número de alunos. O que distingue os cursos de inglês é o fato de eles terem como importante fator de persuasão a hegemonia da língua inglesa que, segundo Philipson (2002), deve-se ao sucesso americano. O autor ainda explica que outros eventos favorecem a hegemonia da língua inglesa. O “Basic English - British American Scientific International Commercial”, traduzindo, Inglês Básico: Comércio científico internacional entre ingleses e americanos, e o “The diffusion of English culture outside England”, difusão da cultura inglesa fora da Inglaterra. O primeiro correspondia à estratégia engenhosa arquitetada no período entre as duas grandes guerras mundiais. Este “Basic English” foi criado para auxiliar na comunicação entre os países. Havia ainda o intuito de deslegitimar outras línguas, que passaram a ser consideradas “menores”. O segundo plano relacionava-se à expansão da língua inglesa fora da Inglaterra. Philipson (1992) explica que esta organização foi fundada nos anos de 1930 para difundir o inglês e se opor à difusão das línguas de governos considerados fascistas.

A partir dos fatos relatados, houve a necessidade de criar um esquema de formação rápida e eficiente de professores de inglês, tomando forma no início dos anos de 1950. Tal esquema vem sendo difundido nos quatro cantos do mundo. O projeto inglês ampliou

sua força em todo o mundo com a adesão norte-americana. Contemporaneamente, vários países cuja língua materna não é o inglês se sentem obrigados a ensinar a língua americana a seus nativos como uma segunda língua. Assim, ter um diploma de proficiência internacional em língua inglesa passou a ser de relevante importância para os que aspiram ter status de cidadão cosmopolita. Phillipson (1992) explica que o Imperialismo linguístico do inglês é um domínio afirmado e mantido pelo estabelecimento e reconstituição contínua das desigualdades estruturais e culturais entre o inglês e outras línguas. Com a vitória da aliança, os Estados Unidos da América tornaram-se grande potência mundial em fatores: econômico, político, cultural e bélico.

Fairclough (2001) explica que as ideologias são significações/construções da realidade que são constituídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. Com sua ideologia e seu poderio, os Estados Unidos da América e, conseqüentemente, sua língua mãe, tornaram-se importantes influências na formação da ideologia mundial – que é a forma pela qual se manifestam a hegemonia.

Partindo das considerações apresentadas, conclui-se que a hegemonia da língua inglesa pode ser atribuída a fatores políticos, econômicos e culturais. Estes fatores ganharam ainda mais força com o entendimento do mundo como uma “aldeia global”.

## 5. FAIRCLOUGH E A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO - ACD

Fairclough (2001), em seu estudo sobre discurso e mudança social, apresenta três tendências capazes de atingir a ordem societária do discurso. Segundo o autor, essas tendências cooperam para a contínua demanda do *boom* hegemônico da língua inglesa na esfera global. Fairclough (2001), explica que as mídias de massa se revestem de convergências como, “democratização”, “comodificação” e “tecnologização discursiva”. Segundo os aportes teóricos do autor, na “democratização” discursiva não deve haver desigualdades e assimetrias de direitos, das obrigações que retratam as indagações e dos prestígios discursivos e linguísticos de grupos de pessoas.

Enquanto a democratização aparece como um campo igualitário, na comodificação, termo utilizado por Fairclough (2001), as pessoas sofrem forte dominação do discurso que se apresenta como produtor de mercadoria com o intuito de gerar clientes de indústrias hegemônicas. Fairclough (2001) ainda afirma que os grupos hegemônicos têm diversas técnicas ideológicas que buscam a (re)articulação da língua. Assim, os tecnólogos e a tecnologização fidelizam os produtos dos dominantes.

Fairclough (2001, p 266) também explica que a tecnologização discursiva é um conjunto de técnicas que são usadas estrategicamente para “ter efeitos particulares sobre o público”. Segundo autor, na sociedade contemporânea, essas técnicas têm sido cada vez mais utilizadas por um grupo de pessoas detentoras de “habilidades especiais”. Geralmente esses indivíduos dominam técnicas de linguagem e de conhecimento sobre a sociedade e seu funcionamento na tentativa de policiar as vidas das pessoas. Nota-se que, por meio da tecnologização discursiva, os tecnólogos produzem mudanças discursivas na idealização de planos conscientes para atingirem os grupos subjugados. Fairclough (2001, p. 267) ainda salienta que as tecnologias discursivas estabelecem uma ligação íntima entre o conhecimento sobre linguagem, discurso e poder. Segundo Fairclough (2001, p. 267), as tecnologias discursivas são planejadas

e aperfeiçoadas com base nos efeitos antecipados. Mesmo nos mais apurados detalhes de escolhas linguísticas no vocabulário, na gramática, na entonação e na organização do diálogo são previamente pensados. Também são considerados meios de comunicação a expressão facial, o gesto, a postura e os movimentos corporais. As tecnologias discursivas são capazes de produzir mudanças discursivas por meio de um planejamento consciente. Esta tecnologização está ligada a uma expansão do discurso estratégico para novos domínios.

Ainda segundo Fairclough (2001, p.272), a democratização e a comodificação podem, aparentemente, parecer termos que com significados opostos: a primeira seria um enfraquecimento de controle e a segunda um fortalecimento de controle. Entretanto, os estudos da ACD feitos por Fairclough (2001) esclarecem que fenômenos como a personalização sintética mostram que o relacionamento entre democratização e comodificação possui uma diferente complexidade. Outra razão pela qual as tendências não podem ser consideradas como simples opostos é que a comodificação de fato implica a democratização. Fairclough (2001, p.255) explica que a comodificação: “é o processo pelo qual os domínios e as instituições sociais, cujo propósito não seja produzir mercadorias no sentido econômico restrito de artigos para venda, vêm não obstante a ser organizados e definidos em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias”.

### 5.1. Leitura de materiais publicitários de cursos de inglês à luz da ACD

Ao analisarmos a imagem visual, consideramos necessária a percepção de quem e para quem. Ou seja, do emissário para o destinatário, pois toda imagem constitui sempre uma mensagem para o outro. Percebemos que qualquer mensagem exige, em primeiro lugar, um contexto chamado referente, ao qual remete; em seguida, exige um código pelo menos em parte comum ao emissário e ao destinatário; também precisa de um contato, canal físico entre os protagonistas, que permita estabelecer e manter a comunicação. Este canal pode ser a mídia ou a publicidade, ou seja, um meio por onde se estabeleça este relacionamento. Antes de começarmos a descrição é necessário destacarmos os tipos de mensagem que constituem a mensagem visual. Esta é composta por mensagem plástica, mensagem icônica e mensagem linguística. Analisando cada uma delas e o estudo de sua imperatividade, é possível detectar a mensagem geral e implícita da propaganda.

Foram analisadas propagandas das escolas de idiomas CNA, Cultura Inglesa e SKILL à luz, principalmente, da teoria de Fairclough (1989). Vale salientar que o caso dos cursos de inglês difere de outros tipos de comerciais, pois o ensino da língua inglesa não tem genuinamente um caráter mercadológico, mas se transforma em meio de obtenção de lucratividade. Neste caso, a educação é comodificada pelos cursos de inglês para servir à lucratividade.

No ano de 2010, a agência Makplan criou a peça publicitária da escola de idiomas Skill. Na propaganda,<sup>1</sup>o nadador campeão olímpico César Cielo aparecia defendendo o slogan “Inglês campeão”. A peça publicitária da escola de idiomas SKILL é um importante exemplo de comodificação, pois trabalha com o *slogan* “Inglês campeão”, associada

1 Disponível em: <http://www.suafranquia.com/noticias/educacao-e-treinamento/2009/11/skill-idiomas-contrata-cesar-cielo-como-o-novo-garoto-propaganda-da-rede.html>

à figura do campeão olímpico César Cielo. O intuito da escola foi fazer com que seu público alvo acredite que, se fizesse inglês na Skill, seria campeão.

A ideia proposta pela peça publicitária divulgada pelo Cultural Norte Americano (CNA)<sup>2</sup> também buscava trabalhar com a paixão humana referente à ascensão social. O slogan: “CNA, pra quem é apaixonado por sucesso” vendia a ideia de que a específica escola de idiomas era própria para os que aspiravam ao sucesso. Vale ressaltar que o desejo de obtenção de sucesso é transtemporal, inerente ao ser humano. Entretanto, a ideia que a escola queria vender é que, apesar de todos quererem o sucesso, só quem estudasse CNA teria. A ideia proposta pela peça publicitária divulgada pelo CNA não é muito distinta da SKILL, pois também trabalha com a paixão humana referente à ascensão social.



**Figura 1.** CNA - Inglês Definitivo. Fonte: <<http://www.cna.com.br>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

A Figura 1 refere-se à publicidade do CNA, que visa trazer tranquilidade ao ambiente e boa convivência entre os adolescentes, além do principal: “O sucesso já começa na matrícula”. As cores harmoniosamente combinando com a figura do coração significam vida, e a cor branca na frase de seu *slogan* mostra a paz no aprendizado da língua inglesa no centro de idiomas CNA. Portanto, o objetivo desta imagem é criar proximidade e tranquilidade para os pais e também abrandar o temor em prol da criança quanto ao local desconhecido.

A escola de idiomas CULTURA INGLESA mostra o *status* e a formação de um sujeito cosmopolita. Segundo a publicidade, quem aprende o inglês na referida escola é capaz de transcender às barreiras territoriais, passa a ser um humano sem fronteiras, sem restrições ou impedimentos. A ideia que a CULTURA INGLESA pretende vender que quem é formado pela sua escola tem possibilidades não só no Brasil, mas em todo o mundo.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://br-escolas.com/diretorio/cna-apaixonados-pelo-sucesso>

Para Fairclough (2001), essa visão da relação entre sujeito e enunciado é elaborada por meio de uma caracterização de formação discursiva, constituída por configurações particulares de modalidades enunciativas. Estas são tipos de atividades discursivas, como descrição, formação de hipóteses, formulação de regulações, ensino, entre outros, cada uma das quais tem associadas suas próprias posições do sujeito.

Segundo o autor supracitado, o discurso é determinado de fora: a posição predominantemente tomada sobre a relação entre a prática discursiva e não discursiva sugere, ao contrário, que a primeira tem primazia sobre a última. Segundo Foucault (1972 *apud* FAIRCLOUGH, 2001, p. 68), refere-se primeiro à função do discurso num campo de práticas não discursivas, tais como “a função exercida pelo discurso econômico na prática do capitalismo emergente”; segundo, para as “regras e processos de apropriação” do discurso, no sentido de que o “direito de falar” e a “habilidade para entender”, tanto quanto o direito de recorrer ao “corpus de enunciados já formulados”, são desigualmente distribuídos entre grupos sociais; e terceiro, para as posições passíveis de desejo em relação ao discurso: o discurso pode de fato ser o lugar para uma representação ilusória, um elemento de simbolização, uma forma do proibido, um instrumento de satisfação derivada.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da ACD é estudar a linguagem como prática social e, por esta razão, ressalta a importância do contexto no entendimento dos interesses existentes na relação entre a linguagem e o poder. A ACD pode viabilizar a contraposição dos sujeitos aos sistemas dominantes, oferecendo ao indivíduo, moldado pelas práticas discursivas, a possibilidade de transgressão, de efetiva fala.

Com a análise crítica dos discursos publicitários das escolas de idiomas, pode-se desvelar as tentativas de promoção de necessidades no público para que estes se sentissem tentados a fazer a matrícula nos cursos de inglês, que vendem a ideia de que aquele que não sabe falar inglês está à margem da sociedade e não consegue ter os seus objetivos alcançados.

A importância do domínio da língua inglesa em na contemporaneidade de 2016 é evidente. Em um mundo globalizado, saber falar Inglês (idioma entendido como forte comercialmente) é fundamental para muitas profissões. As escolas de idiomas analisadas podem oferecer ótimas aulas de inglês. Entretanto, é importante que o propenso aluno compreenda que o domínio da língua inglesa não é garantia de sucesso e vitória profissional. Vários outros estudos e características são necessários ao profissional do século XXI.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMOSY, R. (Org). *Imagens de si no discusso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008.

CITELLI, A. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 2002.

CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.



FOCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. *Semiótica das paixões*. São Paulo: Ática, 1993.

MAINGUENAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

MORIN, E. *O método 4 – As idéias: habitat, vida, costumes, organização*. Porto Alegre: Sulina, 1998.

ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009.

PHILLIPSON, R. *Linguistic Imperialism*. Oxford University Press, 1992.

TEIXEIRA COELHO. *O que é Indústria Cultural?* São Paulo: Editora Braziliense, 1989.

VAN DIJK, T. A. (2010). *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2010.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE O BILINGUISMO E SUA RELAÇÃO COM AS FUNÇÕES COGNITIVAS

**CRISTIANO, Luana Breda**

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação  
Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário  
luanabreda@gmail.com*

**TONI, Plínio Marco de**

*Supervisor no Desenvolvimento Comunitário do  
Departamento de Psicologia - Laboratório de Neurociência  
pliniomarco@yahoo.com.br*

**FUJINAGA, Cristina Ide**

*Doutor – Professor Associado A do Departamento de Fonoaudiologia e do  
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Desenvolvimento Comunitário  
cifujinaga@gmail.com*

### RESUMO

Com a globalização é crescente o número de pessoas que falam mais de uma língua e o interesse de estudiosos das neurociências em compreender se há diferenças cognitivas no desempenho em tarefas dessas pessoas. Ainda não se tem clareza se há vantagens nessa população, porém alguns estudos vêm demonstrando impactos positivos relacionados às funções executivas, principalmente no controle inibitório. Em contrapartida, outros não encontraram diferenças significativas entre bilíngues e monolíngues. As suposições sobre os divergentes resultados podem estar relacionados a problemas metodológicos na seleção da amostra, interpretação de resultados, além da falta de definição sobre o que é bilinguismo. O presente artigo faz uma revisão na literatura apontando os resultados das pesquisas dos principais estudiosos da área a fim de melhor compreender os impactos para a cognição e para relações sociais e de identidade dos povos, visto que o discurso oral é um fator de socialização.

**Palavras-chave:** Bilinguismo, funções executivas, controle inibitório.

### ABSTRACT

It is growing the number of people that speaks more than one language and with the globalization neuroscientists are interests to understand if there are cognitive differences on task performance on this sample. Is not clear advantages, but some researchers have been showing positive results related the executive functions, mainly inhibitory control. However other researchers haven't found significant differences between bilingual and monolingual person. These different results suggest methodological problems in choice sample, results reviews and absence about bilingualism concept. This article intends to do a literature review showing the research findings of bilingualism experts to understand the effects to the cognition, social relationship and cultural identity since the oral speech is a successful factor to socialization process.

**Key-words:** Bilingualism, executive function, inhibitory control.

## INTRODUÇÃO

O Brasil é um país plural por abranger várias etnias, sendo visado devido as suas relações pacíficas com demais países, clima tropical, estrutura geográfica e miscigenação. O movimento migratório da população ocorre por diferentes facetas, dentre elas a busca por melhores oportunidades profissionais, sociais, fuga de guerras e outros tipos de perseguições e, nessa mobilidade, as pessoas carregam consigo sua identidade, mantida pela cultura e idioma.

Após a segunda guerra mundial, houve a entrada de europeus no Brasil e, passado esse período, um declínio, voltando esse número a se elevar a partir dos anos 1990 (CUNHA, 2005; PATARRA, 2005), sendo os principais estrangeiros provenientes do MERCOSUL, seguidos por imigrantes da Europa, Ásia e América do Norte.

A tendência é que a primeira geração de imigrantes não se desligue culturalmente de sua região de origem, buscando meios de recriar algumas expressões culturais originais (CUNHA, 2005; BOUCHER & O'DOWD, 2011), o que tende a não ocorrer com as gerações posteriores por se socializarem em outros centros. Vale destacar, porém, que estar em outro território, que não possui os mesmos valores culturais ou até mesmo produtos característicos como roupas, alimentos, temperos e festas dificulta a transmissão dos valores culturais, sendo uma dessas perdas o idioma.

Em contrapartida, a globalização tem demandado especialização das pessoas não somente em termos acadêmicos, mas em desenvolvimento de uma segunda língua, o que tem aumentado o número de bilíngües, que necessitam desenvolver o outro idioma tardiamente na vida.

Estudos vêm demonstrando a existência de vantagens cognitivas em falantes de dois idiomas ou mais, inclusive indicando que esse fato contribui para reserva cognitiva e parece ser um dos fatores de prevenção para o aparecimento de desordens do sistema nervoso, dentre elas as demências. As pesquisas apontam que os bilíngües possuem melhor controle linguístico em tarefas que requerem o monitoramento ou manipulação verbal de estímulos, o que sugere um desempenho diferenciado quando comparados aos monolíngües de forma a considerar que a relação entre a linguagem e sistemas cognitivos é de grande importância (BIALYSTOK et al., 2009).

Busca-se então, no presente trabalho, realizar uma revisão bibliográfica acerca do bilingüismo, identificando as repercussões nas funções cognitivas apontadas pelos principais estudiosos da área.

### 1. O BILINGÜISMO E SUAS INFLUÊNCIAS

De acordo com Durham (2004), comunidade abrange o espaço coletivo no qual os participantes possuem interesses comuns, se identificam com os outros, há compartilhamento de estilos de vida e vinculação afetiva. A autora complementa que a união entre os membros gera uma identidade e a língua é fundamental nas relações, pois possibilita a incorporação da cultura dentre os membros da comunidade. Com isso, manter a língua materna quando se migra para outra localidade é uma maneira de manter a identidade de seu povo e sua riqueza etnográfica.

A expressão verbal é uma forma de comunicação e constituição do homem como um ser social, pois possibilita a movimentação entre diferentes ambientes como o educacional, social e familiar. Algumas pessoas nascem em ambientes bilíngües, seja em países onde se fala mais de uma língua ou a tradição familiar leva ao uso de duas línguas nesse ambiente. Outras frequentam escolas bilíngües e lá desenvolvem o segundo idioma. Há ainda aquelas que buscam um segundo idioma por necessidade profissional, demanda pessoal ou às que se movem para outro país. Uma pesquisa de 2007 conduzida em uma comunidade americana indicou que cerca de 20% das pessoas pesquisadas falavam outra língua e esse número tem aumentado desde a década de 1980 (BIALYSTOK et al., 2009). No Brasil o inglês é disciplina obrigatória no currículo escolar desde o ingresso no fundamental II, que se estende até o término do ensino médio. Entretanto, mesmo após 7 anos de contato com a língua, a maioria dos estudantes finalizam os estudos sem um conhecimento mínimo no idioma.

Há várias tipologias para o bilinguismo, podendo o sujeito ser bilíngue precoce na medida em que tem contato já na primeira infância com os dois idiomas (antes da idade escolar), ou desenvolver tardiamente, na adolescência ou fase adulta (RODRIGUES & ZIMMER, 2015; ROTTAVA, 2002). Rodrigues e Zimmer (2015) acrescentam ainda o termo bilíngue incipiente para aqueles que possuem uma das línguas bem desenvolvida e a outra em estágio inicial; eletivos, que optam por aprender um segundo idioma; circunstancial, como aqueles que possuem necessidade de aprendizagem de outra língua por questões migratórias; e os bilíngües produtivos, que falam e escrevem em uma das línguas, mas apenas lêem ou entendem a outra.

Apesar de o termo bilíngue ser muito utilizado, não há consenso entre os estudiosos sobre o seu conceito. Hamers e Blanc (2000) resgatam a definição encontrada no dicionário Webster, o qual indica que o bilíngue deve possuir o mesmo desempenho que um nativo na fala e controle dos dois idiomas, sendo um falante perfeito. Edwards (2006) busca algumas definições na literatura, como a de Bloomfield (1933), que segue o mesmo raciocínio citado em sua definição, que indica que bilíngue constitui uma pessoa com perfeito domínio em duas línguas, além de Weinreicj (1953) e Haugen (1953) que indicaram definições mais flexíveis, assim como Grosjean (1994) as quais abordam o uso alternado e produção de sentenças em uma segunda língua, inclusive em pessoas que possuam dificuldade no segundo idioma.

Rottava (2002) destaca que a competência comunicativa na língua pressupõe o grau de bilinguismo, incluindo questões gramaticais (regras da escrita), sociolinguística, (regras socioculturais no discurso para interpretar os significados) e por estratégia (estratégias de comunicação verbal e não verbal utilizadas).

Nobre e Hodges (2010) afirmam que bilíngües precoces apresentam melhores desempenhos em tarefas de atenção, monitoramento e troca de tarefas, pois são capazes de ignorar as informações inadequadas e controlar a atenção com maior agilidade. Na definição de Abutalebi e Green (2005) a idade de aquisição da segunda língua independe, sendo o mais importante o nível de proficiência e frequência do uso das línguas, pois as redes neurais são mais estimuladas. Na visão de Steinberg (1993) há uma variedade de bilíngües e ele inclui as pessoas que utilizam libras para se comunicar, além do discurso verbal, os que leem e escrevem na segunda língua, mas são incapazes de se comunicar eficientemente de forma oral. Para ele saber uma modalidade em outra língua (fala, escrita ou sinal) já se caracteriza como bilinguismo.

Há ainda pouco conhecimento sobre a relação do bilinguismo na cognição. Bialystok (*in press*) afirma que nas últimas décadas têm crescido o interesse por estudar o tema, surgindo com isso diferentes resultados e interpretações e, conseqüentemente, dúvidas sobre os efeitos positivos na população. De forma geral, têm-se sabido que o desempenho superior de bilíngües em algumas tarefas que demandam o domínio das funções executivas abrange a necessidade de manter a atenção no idioma falado sem interferência do primeiro e o gerenciamento constante dos idiomas, que é feito pelas funções executivas, pode refletir na alteração desse sistema, gerando efeitos prolongados na cognição (BIALYSTOK, 2001; ALBERTY, 2012; BIALYSTOK, *in press*). Para essa última autora os resultados duvidosos provêm de pesquisas que não recriam as mesmas condições daquelas que demonstram vantagens, sendo as principais diferenças os grupos escolhidos e resultados baseados na aplicação de tarefas simples do funcionamento executivo que não envolvem resolução de conflitos.

Diversos estudos canadenses vêm sendo conduzidos para comprovar a eficácia da segunda língua (L2) para funções executivas, pois demanda que o indivíduo iniba o idioma que não é alvo de acordo com cada situação, resolvendo assim conflitos frente a estímulo preponderante (BIALYSTOK, 2001; BIALYSTOK et al., 2004; BIALYSTOK & BIALYSTOK, 2007; BIALYSTOK, 2008). Essas vantagens são vistas em crianças e idosos, principalmente, sendo os estudos com adultos ainda com grande divergência de resultados.

### 1.1 O funcionamento cerebral e o cérebro bilíngue

Pesquisas indicam que até os 6 meses de idade, bebês não fazem distinção entre os contrastes fonêmicos. Após esse período, aqueles que vivem em ambientes bilíngües conseguem distinguir as diferenças entre fonemas de ambas as línguas na qual está exposto sendo que aos 14 meses eles já possuem representações fonológicas para as duas línguas. Já os monolíngües mantêm essa capacidade discriminativa apenas para a língua que estão aprendendo (BIALYSTOK et al., 2009).

Alguns estudos utilizando técnicas de neuroimagem encontraram maior densidade de massa cinzenta no cérebro dos bilíngües, particularmente no córtex cingulado anterior e córtex parietal inferior esquerdo em comparação com os monolíngües, bem como melhor conectividade em estado de repouso, principalmente nas áreas envolvendo funções executivas (BIALYSTOK, *in press*), mostrando que modificações nas estruturas cerebrais ocorrem em decorrência da experiência bilíngue e gerando assim adaptações do comportamento nessa população. A autora cita outros estudos que utilizaram tarefas simples e combinaram comportamento com medidas neurais, nos quais não foram identificadas diferenças significativas de desempenho entre os grupos de monolíngües e bilíngües, contudo diferenças no registro neural em áreas associadas com a performance da função executiva são identificadas na utilização de tarefas que exigem o monitoramento de conflitos.

O processamento da atenção é gerenciado por circuitos neuronais, que envolve a regulação da vigilância. Sabe-se ser necessário um nível de vigilância adequado para que o cérebro aprenda. Assim a atenção pode ser regulada de duas formas: através de estímulos periféricos e por suas características, conhecido como atenção reflexa e o outro por estímulos centrais, conhecida como atenção voluntária. Esses dois processos podem ser regulados pelo circuito orientador, que tem sua localização no córtex parietal

e permite a alternância da atenção e os ajustes finos atencionais e o circuito executivo, que permite a sustentação da atenção por períodos prolongados de tempo, inibindo os estímulos distraidores, localizado no giro do cíngulo (CONSENZA & GUERRA, 2011). Os autores acrescentam ainda que a atenção executiva está envolvida nos processos de autorregulação, ou seja, gerencia o comportamento de acordo com as demandas emocionais, cognitivas e sociais de cada situação, sendo ela relevante para o processo de aprendizagem consciente.

Funções executivas envolvem comportamentos voluntários para o alcance de metas, possibilitando ao indivíduo a avaliação da eficiência de suas ações e adequação de comportamentos conforme a necessidade. Os processos cognitivos das funções executivas são planejamento, controle inibitório, tomada de decisões, iniciação de tarefas, flexibilidade cognitiva, memória operacional e atenção (MALLOY-DINIZ et al., 2010; UEHARA et al., 2016; FONSECA, PRANDO & ZIMMERMANN, 2016).

Segundo o modelo de funções executivas proposto por Lezak (2005), o processamento ocorre em etapas sucessivas e interdependentes, contendo quatro componentes principais: volição, planejamento, ação proposital e desempenho efetivo. Para Fuentes e cols (2008) a volição está relacionada ao comportamento intencional, ou seja, formulação de objetivos e motivação para atingir metas; planejamento, que envolve a identificação de etapas e fatores essenciais para chegar a um objetivo, escolhendo a alternativa mais adequada; ação proposital, a qual abrange a transição do planejamento para a execução da ação aliado ao controle para um desempenho efetivo; e ter flexibilidade cognitiva para avaliar se as ações estão apropriadas, realizando monitoramento e correção, se necessário.

Diamond (2013) sugeriu um modelo no qual o controle inibitório, memória de trabalho e flexibilidade cognitiva são componentes centrais das funções executivas e sua interação reflete em funções mais complexas como raciocínio, resolução de problemas e planejamento.

O controle inibitório é apontado como uma das funções na qual a vantagem bilíngue é identificada. Ele abrange a capacidade do indivíduo de inibir respostas com forte tendência ou estímulos que possam lhe distrair e atrapalhem uma ação (FUENTES et al., 2008), refletindo assim na habilidade para controlar diferentes processos, sendo parte integrante de processos autor-regulatórios, pois adéqua os níveis de funcionamento emocional, motivacional e cognitivo, possibilitando que o indivíduo adapte seu comportamento conforme a necessidade e suprima necessidades impulsivas ou instintivas (FONSECA, PRANDO & ZIMMERMANN, 2016).

O controle de interferências está diretamente relacionado à inibição e demanda atenção voluntária para que pensamentos, memórias e estímulos distratores não relacionadas ao foco desvirtuem o objetivo. Assim, dificuldades quanto ao controle de interferências podem comprometer a capacidade de manter-se no objetivo. Da mesma maneira, a inibição de respostas envolve a capacidade de resistir ao impulso de fornecer uma resposta inicial, possibilitando um maior autocontrole (FONSECA, PRANDO & ZIMMERMANN, 2016). Estudos indicam que para que possam priorizar o idioma alvo e evitar o uso de palavras da outra língua, os bilíngues devem selecionar a linguagem alvo e controlar interferências da outra (FILIPPI et al., 2015).

## 2. A EXPERIÊNCIA BILÍNGUE E SUAS POSSÍVEIS VANTAGENS

Sabe-se atualmente que através de repetidos estímulos o sistema nervoso central pode modificar a sua organização estrutural e funcional (MARZARI; SANTOS; ZIMMER, 2012). Essa plasticidade cerebral possibilita a aprendizagem, sendo uma resposta às exigências do ambiente e ocorre ao longo da vida do indivíduo, diretamente relacionadas com a estimulação recebida (CONSENZA & GUERRA, 2011; MARZARI; SANTOS; ZIMMER, 2012). Ainda na infância, o número de neurônios e sinapses é maior do que nos períodos subsequentes. Assim, a estimulação precoce resulta no desenvolvimento de um sistema nervoso mais complexo (CONSENZA & GUERRA, 2011). A linguagem falada, apesar de ser um processo pré-programado do sistema nervoso, somente será desenvolvida a partir da interação da criança com o ambiente, de forma que ela irá “aprender a falar e a compreender a linguagem de uma forma natural, sem a necessidade de serem ensinadas. Contudo, que idioma vão dominar depende de sua interação social” (CONSENZA & GUERRA, 2011 p. 34-5). Essa aquisição ocorre no mesmo período para crianças bilíngues e monolíngues devido ao desenvolvimento cognitivo. Entretanto, esse processo ocasiona o desenvolvimento de diferentes competências como o uso de diferentes estratégias para a aprendizagem de palavras (BIALYSTOK et al., 2009).

Devido a isso, a consolidação de uma segunda língua, quando aprendida ainda na infância ocorre de forma mais facilitada; em momentos tardios, apesar de exigir esforços adicionais, essa aprendizagem também é possível, estando diretamente relacionada com a motivação e necessidade.

Os padrões de proficiência na língua, os objetivos comunicativos utilizados em ambos os idiomas, bem como a aceitação dos idiomas pela cultura que se está inserido são fatores que podem influir na experiência bilíngue, refletindo em questões sociais, educacionais e cognitivas (BIALYSTOK et al., 2009). Eles questionam se a representação da língua ocorre em sistemas equivalentes ou sobrepostos em falantes de dois idiomas, se os conceitos são compartilhados ou duplicados, se a interação entre as línguas facilita ou impede a reprodução da linguagem e como se dá a seleção e inibição do idioma alvo/não-alvo. A partir disso, pontuam que a presença de dois idiomas muda aspectos fundamentais no processamento da linguagem. Entretanto também são inerentes ao sistema cognitivo, pois evitar a interferência de uma língua quando se está fazendo uso da outra é tarefa sistema de controle executivo, processo que não ocorre em monolíngues. Dessa forma, para verificar a diferença no perfil cognitivo de bilíngues e monolíngues, os estudos vêm comparando o desempenho desses grupos nas mesmas tarefas.

Antigamente havia a falsa idéia de que o bilinguismo era algo negativo para crianças em idade escolar por acreditarem que haveria maior sobrecarga na aprendizagem. Bialystok et al. (2009) cita que as pesquisas de Peal e Lambert conduzidas no início da década de 1960 contribuíram para contrapor essa ideia, pois ao comparar o desempenho de crianças monolíngues e bilíngues em uma bateria de inteligência encontraram que as bilíngues superaram o outro grupo em quase todos os testes, com destaque para aqueles que demandavam a manipulação de símbolos e reorganização. Concluiu-se assim que a linguagem é um módulo associado com outras áreas no cérebro e que as crianças bilíngues possuem uma maior flexibilidade mental, podendo ser consequência da alternância entre os idiomas. Apesar de sugestões que nesse estudo as crianças bilíngues eram provenientes de uma classe social mais avantajada ou com pais com

maior índice de inteligência e ambição, o que não ocorreu com os monolíngues, não se pode negar a importância dessas descobertas para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, pois pelo fato dos bilíngues precisarem desenvolver dois sistemas de linguagem, começou-se a relacionar a idéia de gerenciamento mental para aspectos da atenção, resolução de conflitos e controle cognitivo (BIALYSTOK et al., 2009).

Para um desempenho efetivo, o cérebro bilíngue requer várias funções frontais para a seleção do idioma alvo. Porém ainda não se tem clareza de quais funções realmente estão envolvidas nesse processo, o que favorece falsas indagações. As pesquisas sobre o papel do bilinguismo no funcionamento executivo abrangem diferentes métodos e populações, devendo cuidar com a interpretação de dados para buscar uma aproximação com a realidade.

Bialystok et al. (2009) aponta modificações em algumas funções cognitivas nos bilíngues pela necessidade de alternância entre diferentes idiomas pois com repetidos estímulos o sistema nervoso central pode modificar a sua organização estrutural (MARZARI, SANTOS & ZIMMER, 2012). Porém as pesquisas são discordantes quanto aos reflexos do bilingüismo na cognição pois, enquanto algumas encontram benefícios nesses falantes, para outras as diferenças não são representativas (BIALYSTOK et al., 2009). Sobretudo, a autora aponta pesquisas que indicam que bilíngues que fazem uso de cada língua em contextos específicos (utilizam de um idioma em casa e outro no trabalho) raramente precisam monitorar a mudança entre os idiomas, não precisando desenvolver habilidade de monitoramento e, conseqüentemente, tendem a não apresentar vantagens (BIALYSTOK et al., 2009).

Ao fazer pesquisa, é importante utilizar-se de critérios para a seleção da amostra, que no caso de estudos com bilíngues, torna-se difícil obter amostras homogêneas representativas devido às dificuldades já expressas anteriormente quanto aos critérios de classificação para o bilinguismo. Bialystok (*in press*) faz uma crítica aos estudos conduzidos sem método, que refletem em resultados equivocados. Outros resultados divergentes podem emergir de má interpretação dos dados pois, para a autora, não encontrar diferenças significativas em pesquisas não significa que elas não existam, mas sim que podem ser reflexos de manipulação de dados na análise estatística ou de questões metodológicas. Diante disso, ela cita os estudos de Paap e cols., que afirmam que mais de 80% dos estudos desde 2011 não encontraram diferenças entre de monolíngues e bilíngues, concluindo não haver vantagens no segundo grupo para as funções executivas.

Os procedimentos estatísticos contribuem para a definição de grupos, possibilitando análise e redução de interferências e permitindo a comparações a partir de diferentes critérios. Mesmo com toda a divergência entre os teóricos da área, tais estudos possibilitam uma maior clareza a respeito de como a mente humana se adapta ao uso de mais de uma língua.

### 3. OS ACHADOS SOBRE O BILINGUISMO

Estudos iniciais acreditavam que o biliguismo gerava prejuízos cognitivos às pessoas. Porém no início da década de 1980 Bialystok iniciou uma nova linha de pesquisa mostrando que crianças bilíngues poderiam apresentar vantagens sobre as monolíngues em seu sistema de linguagem, pois foi identificada melhor performance em tarefas envolvendo funções executivas, especialmente as relacionadas com a inibição de informações e alternância de regras (FILIPPI et al., 2015). Assim, o aspecto que parece



ser vantajoso em bilíngues no controle executivo envolve a capacidade desse grupo lidar com duas tarefas ao mesmo tempo, mantendo regras ativas simultaneamente e assim ocorre a seleção do idioma de acordo com o contexto (BIALYSTOK et al., 2009). A autora cita diversos estudos que apontam a ativação de ambas as línguas nos bilíngues, porém com necessidade de inibição de uma conforme o contexto. Assim, podem desprender de um tempo maior para a nomeação de algumas palavras pois as diferenças nos recursos linguísticos podem mascarar vantagens e controle que os bilíngues possuem (BIALYSTOK et al., 2009).

Na Tabela 01 são apresentados alguns estudos comparando o desempenho de bilíngues e monolíngues em diferentes tarefas e com diferentes populações.

**Tabela 1.** Estudos indicando achados na população bilíngues em comparação com monolíngues

Teórico	População	Achados
Bialystok et al. (2009)	Crianças	Vantagens bilíngues na atenção seletiva e controle inibitório.
Bialystok, <i>in press</i>	Idosos	Menor tempo de reação em tarefas incongruentes.
Hernández, Costa, Fuentes, Vivas e Sebastian-Gallés (2010)**	Adultos	Pouca interferência em estímulos incongruentes refletindo em maior controle executivo na ativação e processamento da percepção e melhores índices do processo top-down da memória de trabalho.
Mayo, Florentine & Buus (1997)*; Shi (2010)*		Resposta mais lenta à estimulação, porém com vantagens quando as informações distraídas podiam ser suprimidas.
Bialystok et al., 2009	Criança, adulto e idoso	Vocabulário com menos palavras
Bialystok, Luk, Peets e Yang (2010)**	Crianças	Menor desempenho na avaliação do vocabulário receptivo.
Kovacs e Mehler (2009)**	Crianças	A estrutura das palavras fonológicas são percebidas de forma diferente por crianças bilíngues.
Grogan, Green, Ali, Crinion e Price (2009)**	Adultos	Maior densidade de massa cinzenta nas regiões medial frontal e temporal inferior esquerdo, relacionadas à performance semântica.
Bialystok et al. (2009)	Adultos jovens	Capacidade de inibição para o idioma que não é alvo, que possibilita o desenvolvimento de funções atencionais e contribuem para a seleção de aspectos relevantes.
Bialystok, Craik, Klein e Viswanathan (2004)**	Adultos, jovens e idosos	Avaliação da tendência de inibição de resposta preponderante pela aplicação do Simon Task com melhor desempenho de bilíngues, com foco para os idosos.
Bialystok, 2004**	Adultos	Inibição para estímulos conflituosos pode ser desenvolvida com a prática, porém a aprendizagem ocorre mais rapidamente nos bilíngues.
Prior e MacWhinney (2010)**		Maior rapidez em tarefas que envolviam mudanças de instrução, que sugerem vantagens quanto à flexibilidade mental e controle inibitório.
Prior e Gollan (2010)**		Replicaram as vantagens de mudança em bilíngues que necessitavam alternar o idioma em uso frequente concluindo que múltiplos aspectos do bilinguismo podem influenciar a alternância de tarefas.
Bialystok et al. (2009)		Desempenho variado conforme o material em questão em tarefas de avaliação de memória episódica, não sendo claras vantagens bilíngues nesse aspecto.
Bialystok et al. (2004)**		Avaliação da memória operacional com o Simon Task, encontrando vantagens bilíngues quando demandado maior custo atencional.
Bialystok, Craik e Luk (2008)**	Adultos e idosos	Falta de clareza quanto as vantagens em tarefas de memória operacional, pois para algumas tarefas um grupo apresentou vantagens e o outro não.
Feng (2008)**	Crianças e adultos	Vantagens relacionadas à memória operacional no domínio da memória espacial operacional frente à apresentação aleatória de itens.
Bialystok (2006)	Adultos jovens	Vantagens frente tarefas de alto grau de dificuldade, porém com efeito mais expressivo em adultos de meia idade e idosos.
Zimmer e cols (2008)	Adultos imigrantes na Serra gaúcha	Melhor desempenho nas tarefas de planejamento, automonitoramento e inibição que os monolíngues.
Brentano (2011)***	Crianças de escola bilingue	Uso constante de duas línguas refletiu em melhor desempenho no controle inibitório.

Alberly (2012)		A menor frequência no uso de cada língua pode justificar resultados de pior desempenho tarefas de nomeação.
Bandeira (2010); Kramer, (2011); Martins (2010); Pinto (2009)***	Adultos de meia idade	Resultados contrários aos estudos de Bialystok, não havendo vantagem ao controle inibitório.
Paap e Greenberg (2013)***	Revisão da literatura	Sugestão de que para identificar vantagens bilíngues em tarefas de controle inibitório é necessário que duas ou mais tarefas mostrem significância em seus efeitos de interferência e que esses sejam correlacionados, para haver generalização. Referenciam alguns estudos que não encontraram vantagens bilíngues em múltiplas tarefas não verbais e nem relacionadas ao tempo de reação, tendo inclusive monolíngues obtido resultado superior em algumas tarefas.
Mindt et al. (2009)		Melhor desempenho de bilíngues em tarefas do controle inibitório da atenção, porém ressaltando a necessidade de replicar o mesmo estudo com outras populações.
Midnt et al. (2009)	Crianças	Desenvolvimento das habilidades das funções executivas cerca de um a dois anos antes que as monolíngues, principalmente no controle inibitório e atenção, refletindo no melhor desempenho em tarefas não verbais que acessam essas funções.
Colzano et al (2008)**		Vantagem bilíngue não se deve à inibição da língua não usada

Apesar de estudos iniciais indicarem a existência de vantagens bilíngues quando necessária mudança de tarefa, afirmações ainda são precoces. As vantagens desse grupo parecem refletir em aspectos de monitoramento de tarefas, pois esse processo é comandado pelo controle executivo. Tarefas envolvendo conflito de informações e em que haja a possibilidade de resposta congruente e incongruente, a regra deve ser mantida na mente todo o tempo e o monitoramento de resposta é indispensável. Presume-se que nas tarefas onde haja regras puras, ou seja, todas congruentes ou todas incongruentes, a vantagem bilíngue desaparece (BIALYSTOK et al., 2009).

O comportamento humano é complexo e para cada tarefa desempenhada, variadas informações são envolvidas. Dessa forma, há a necessidade de focar em aspectos específicos nos experimentos e identificar como serão quantificadas as informações. Segundo Bialystok (*in press*), na psicologia cognitiva a medida mais utilizada é o tempo de reação, contudo este não é sensível o suficiente para determinar certas diferenças entre os grupos.

Rodrigues e Zimmer (2015) indicam que vários estudos brasileiros apresentam resultados divergentes por não serem replicados conforme os estudos originais. Sugerem impossibilidades metodológicas de replicação, como fatores demográficos, pois nos estudos canadenses os dados foram coletados em diferentes países e com pessoas de diferentes nacionalidades, tendo como resultados vantagens bilíngues quanto ao tempo de reação tanto em condições congruentes quanto incongruentes e nos estudos brasileiros essa diferença não foi identificada. As autoras pontuam a dificuldades juntar grupos representativos e balanceados de bilíngues.

Ao buscar estudos brasileiros, foram encontrados alguns realizados no Rio Grande do Sul que se propunham a identificar estratégias para tardar o envelhecimento do cérebro, relacionando, dentre outros fatores com a aprendizagem de uma língua estrangeira (MARZARI et al., 2012). No referencial bibliográfico houve o levantamento dessas informações, contudo identificou-se que a pesquisa com a população idosa não atendeu metodologicamente aos objetivos, pois consideraram apenas o autorrelato dos participantes utilizando perguntas dissertativas para entender como os sujeitos percebiam sua memória, foi conduzida em um pequeno grupo de 10 pessoas e que não tinha como característica o estudo de língua estrangeira e, mesmo por aquele

que o fazia, não foi indicado se houve diferenciação com o restante da amostra em termos de melhor desempenho para memória. Cabe destacar ainda que houve queixa de memória por parte dos participantes, mas não foi realizado o comparativo com grupo normativo a fim de entender se essa perda seria representativa. Outro ponto de destaque envolveu o uso por parte de medicamentos neurológicos, no qual 40% da amostra não fazia uso, um utilizava Lexapro, medicamento utilizado para tratamento de ansiedade e depressão, psicopatologias que podem contribuir para o declínio de funções cognitivas como atenção e memória. Os demais 50% não foram citados, podendo inferir que esses fazem uso de medicamento neurológico. Essa pesquisa não pode ser generalizada devido às condições na qual foi conduzida, não havendo critério metodológico. Assim como Bialystok (*in press*) cita, muitas das divergências acerca do desempenho de bilíngues se dá por dificuldades metodológicas e os resultados provêm de pesquisas tendenciosas.

Outro estudo brasileiro também conduzido no Rio Grande do Sul pesquisou adultos de meia idade com alto nível educacional e o critério para definir os indivíduos bilíngues se pautava no uso regular de duas línguas. A avaliação foi realizada com Simon Task para identificar se havia vantagens em profissionais que executam um alto gerenciamento de tarefas, resolução e problemas e atenção, aliadas a alto nível educacional e o grupo monolíngue demonstrou maior acurácia nos estímulos centrais e congruentes e vantagens bi/multilíngues foram encontradas no tempo de reação em todas as condições. Porém ao realizar análise estatística independente para condição incongruente, não houve diferença significativa entre os grupos, que tem como demanda profissional diária o uso da atenção e controle inibitório para ignorarem estímulos irrelevantes, tendo também a necessidade de tomar decisões de maneira imediata (RODRIGUES & ZIMMER, 2015).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda não se sabe se na mente bilíngue a linguagem é representada nos mesmo sistemas ou em sobrepostos, se os conceitos são compartilhados ou duplicados, se a interação entre as línguas facilitam ou impedem a reprodução da linguagem e como se dá a seleção e inibição do idioma alvo/não-alvo. Sabe-se apenas que há ativação conjunta dos dois idiomas no bilíngues, que precisam selecionar a linguagem alvo de acordo com o contexto, sugerindo ser possível pela influência do sistema de controle executivo que sofre modificações ao longo do tempo. Contudo, mesmo sem a certeza de vantagens é possível afirmar que desvantagens em falantes de dois idiomas não são encontradas.

Muitas das pesquisas relacionadas com o desempenho executivo utilizam tarefas que compõe conflitos, pois são nesses momentos que os bilíngues parecem se prevalecer sobre o grupo de monolíngues. Diferentes visões sobre o bilinguismo ainda permeiam os pesquisadores da área e poucos bilíngues possuem as mesmas competências em ambas as línguas, pois as estimulações recebidas ao longo do desenvolvimento são diferentes. Considerando a visão holística, o bilinguismo abrange um todo complexo, podendo haver diferente nível de proficiência entre as línguas nas habilidades de leitura, escrita, compreensão auditiva e expressão verbal. Ter clareza sobre essa diferença faz-se indispensável para a definição da amostra utilizada para o estudo, bem como a forma que esta será comparada.

Os padrões de proficiência na língua, os objetivos comunicativos utilizados em ambos os idiomas, bem como a aceitação dos idiomas pela cultura que se está envolvido são fatores que podem influir na experiência bilíngue, de forma que o bilinguismo reflita em questões sociais, educacionais e cognitivas (BIALYSTOK et al., 2009). Em um estudo de caso conduzido na região de fronteira em Foz do Iguaçu-PR (ROTTAVA, 2002), apesar do foco não ser a relação do bilinguismo com as funções cerebrais, questões sociais ficam implícitas, pois o sujeito, que foi alfabetizado em espanhol, quando na adolescência mudou-se para o lado brasileiro foi proibido de utilizar esse idioma no ambiente escolar e familiar pois a escola afirmava que a alternância entre português-espanhol impactaria negativamente na aquisição de conteúdos linguísticos, nesse caso o português. Supõe-se que estudos com bilinguismo ainda se encontram nos primórdios, reforçando a hipótese de que muitos bilíngues podem ter deixado de utilizar um dos idiomas pela mesma justificativa dada pela escola no caso acima.

Ao estudar o assunto, é importante desenvolver com rigidez o método para evitar conclusões precipitadas e que não correspondam à realidade. Ressalta-se ainda que fatores particulares dos indivíduos, como nível de escolaridade, fatores sócio-econômicos e estimulação recebida ao longo do desenvolvimento podem refletir em seu perfil cognitivo, inclusive no que tange as funções executivas, demandando cuidado quanto às interpretações. No contexto brasileiro merece destaque a precariedade de instrumentos para avaliação de funções executivas, podendo ser este um dos motivos de resultados divergentes aos encontrados em estudos internacionais, além do fato de não ter um instrumento de análise de proficiência, de forma a obter amostras heterogêneas em termos de nível falado no segundo idioma.

De toda forma os profissionais das áreas de neurociências, os pais e educadores contribuem para o processo de ensino-aprendizagem das crianças, contribuindo para a organização do sistema nervoso. É importante que esses profissionais, principalmente os educadores, tenham conhecimentos dos processos norteadores das neurociências, para que possam fazer uso em benefício do ensino aos aprendizes (CONSENZA & GUERRA, 2011).

Entender se bilíngues possuem vantagens efetivas sobre monolíngues pode contribuir para o desenvolvimento de políticas de incentivo aos imigrantes para manterem sua cultura e para a educação, pois a transmissão social de informações possibilita a movimentação entre os diferentes contextos sociais. Vale ressaltar ainda que os estudos apontam que ser bilíngue parece ser um fator de prevenção contra doenças degenerativas devido aos reflexos nas funções cognitivas, pois os primeiros sintomas acometem as funções executivas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUTALEBI, J.; GREEN, D. (2005). Bilingual language production: The neurocognition of language representation and control. *Journal of Neurolinguistics*, v. 20, n. 3, p. 242-275.

ALBERTY, J. (2012). Differences In IQ And Memory Of Monolingual/Bilingual Children Who Suffered A TBI. *Dissertation Abstracts International: Section B: The Sciences And Engineering*, 73(11-B(E)).

BIALYSTOK, E. (2001). *Bilingualism In Development: Language, Literacy, And Cognition*. Cambridge University Press.

- BIALYSTOK, E. (2006). Effect Of Bilingualism And Computer Video Game Experience On The Simon Task. *Canadian Journal Of Experimental Psychology*, 60(1), 68-79.
- BIALYSTOK, E. (2008). Consequences Of Bilingualism For Cognitive Development. In Kroll J.R. & De Groot A. (Ed.), *Handbook Of Bilingualism: Psycholinguistic Approaches*. Vol. 20. Oxford, UK: Oxford University Press. P. 417-432.
- BIALYSTOK, E. (In Press) The Signal And The Noise: Finding The Pattern In Human Behavior.
- BIALYSTOK, E.; BIALYSTOK, M. C. (2007). Acquisition of literacy in bilingual children: a framework for research. *Language Learning Research Club*, 57(1), 45-77.
- BIALYSTOK, E., CRAIK, F. I. M., GREEN, D. W.; GOLLAN, T. H. (2009). Bilingual Minds. *Psychological Science In The Public Interest*, 10(3), 89-129.
- BIALYSTOK, E., CRAIK, F. I. M., KLEIN, R.; VISWANATHAN, M. (2004). Bilingualism, Aging, And Cognitive Control: Evidence From The Simon Task. *Psychology And Aging*, 19(2), 290-303.
- BOUCHER, H. C.; O'DOWD, M. C. (2011). Language And The Bicultural Dialectical Self. *Cultural Diversity And Ethnic Minority Psychology*, 17(2), 211-216.
- CONSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. (2011) *Neurociência E Educação: Como O Cérebro Aprende*. Porto Alegre: Artmed.
- CUNHA, J. M. P. Da. (2005). Migração E Urbanização No Brasil: Alguns Desafios Metodológicos Para Análise. *São Paulo Em Perspectiva*, 19(4), 3-20.
- DIAMOND, A. (2013). Executive Functions. *Annual Review Of Psychology*, 64, 135-68.
- DURHAM, E. R. Comunidade. In: **A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia**. São Paulo: Naify Ed., 2004. p. 227-235.
- EDWARDS, J. (2006) Foundations Of Bilingualism. In: Bhatia, T. K.; William C. *The Handbook Of Bilingualism*. Malden: Blackwell Publishing.
- FILIPPI, R., MORRIS, J., RICHARDSON, F. M., BRIGHT, P., THOMAS, M. S. C., KARMILOFF-SMITH, A., & MARIAN, V. (2015). Bilingual children show an advantage in controlling verbal interference during spoken language comprehension. *Bilingualism: Language And Cognition*, 18(3), 490-501.
- FONSECA, R. P.; PRANDO, M. L.; ZIMMERMANN, N. (2016) *Tarefas Para Avaliação Neuropsicológica: avaliação de linguagem e funções executivas em crianças*. São Paulo: Memnon.
- FUENTES, D. MALLOY- Diniz, L. CAMARGO, C.H.P, COSENZA, R. M. E Cols. (2008). *Neuropsicologia: Teoria e prática*. Porto Alegre: Artmed.
- GROSJEAN, F. (1994). Individual Bilingualism. In: Asher, R.; Simpson, J. *The Encyclopedia Of Language And Linguistics*. Oxford: Pergamon Press.
- HAMERS, J. F.; BLANC, M. H. A. (2000). *Bilinguality and bilingualism*. 2 ed. Cambridge:

LEZAK, M. D. (2005). *Neuropsychological Assessment*. New York: Oxford University Press.

MALLOY-DINIZ, L. F. Et Al. (2010) Exame das funções executivas, *In: MALLOY-DINIZ, L. F.; FUENTES, D.; MATTOS, P.; ABREU, N. (Org). Avaliação neuropsicológica*. Porto Alegre: Artmed. P. 94-113.

MARZARI, G. Q.; SANTOS, C. G.; ZIMMER, M. C. (2012). Estratégias de preservação cognitiva em indivíduos idosos: O papel da aprendizagem de uma língua estrangeira. *Letrônica*, 5(3), 103-124.

MINDT, M. R. et al. (2009). For Evaluation Of Bilingual Individuals. *Pathology*, V. 18, N. 3, P. 255-268.

NOBRE, A. P. N. C.; HODGES, L.V. S. D (2010). A relação bilinguismo-cognição no processo de alfabetização e letramento. *Ciências & Cognição*, V. 15 (3), 180-191.

PATARRA, N. L. (2005). Migrações internacionais de e para o brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. *São Paulo Em Perspectiva*, 19(3), 23-33.

RODRIGUES, L. R., & ZIMMER, M. C. (2015). Bilinguismo e controle inibitório: possíveis interferências das variáveis “profissão” e “escolaridade.” *Calidoscópio*, 13(1), 104-112.

ROTTAVA, L. (2002). Algumas observações pragmáticas na construção de sentidos na produção escrita - um estudo de caso bilíngue. *Revista Brasileira De Lingüística Aplicada*, 2(1), 157-182.

STEINBERG, D. (1993). *An introduction to psycholinguistics*. London: Longman.

UEHARA, E.; MATA, F.; FICHMAN, H. C.; MALLOY-DINIZ, L. F. (2016) Funções Executivas Na Infância, *In: SALLES, J. F. De; HASSE, V. G.; MALLOY-DINIZ, L. F. (Org). Neuropsicologia do desenvolvimento: infância e adolescência*. Porto Alegre: Artmed. P. 17-26.

ZIMMER, M.; FINGER, I.; SCHERER, L. (2008) Do bilinguismo ao multilinguismo: intersecções entre a psicolingüística e a neurolingüística. *Revel*. Vol. 6, n. 11.

## O DISCURSO COMO PRÁTICA LIBERTÁRIA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS A PARTIR DE JUNHO DE 2013

**Aline Hamdan**

Advogada e Mestranda em  
Teoria e Filosofia do Direito pela UERJ

### RESUMO

Este artigo analisará a estrutura do discurso no gênero Notícia de jornal no contexto político situado nas jornadas de junho de 2013 no Brasil. O objetivo é tratar das relações entre o uso da palavra vândalo a partir da ideologia neoliberal subjacente da grande mídia conservadora e seu papel na criação de estereótipos dos movimentos sociais durante este período. Para este objetivo, haverá um debate epistemológico sobre a análise crítica do discurso por suas categorias analíticas. Neste sentido, visará apurar a transformação semântico- social dos signos linguísticos que foram utilizados nas principais manchetes com o objetivo de influenciar o comportamento dos indivíduos enquanto sujeitos sociais, na medida em que as ações se estruturam a partir da leitura que fazem da realidade noticiada.

**Palavras-chave:** Análise Crítica do Discurso. Jornadas de Junho. Vandalismo.

### ABSTRACT

This paper will examine the structure of discourse in the News source in the political context located from the days of June in 2013. The aim is to address the relationship between the use of the word vandal from the underlying neo-liberal ideology of the great conservative media and its role in creating stereotypes of social movements during this period. For this purpose, there will be an epistemological debate on the critical discourse analysis for its analytical categories. In this sense, will aim to ascertain the social semantic- transformation of linguistic signs that were used in the main headlines in order to influence the behavior of individuals as social subjects, the extent to which the actions are structured from reading that make the reported reality.

**Key words:** Critical discourse analysis. June Days. Vandalism.

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho será utilizada a concepção do discurso como uma prática social e um modo de ação historicamente situado nas jornadas de junho de 2013. Esta reflexão sociodiscursiva decorrerá através dos pressupostos teóricos-metodológicos da Análise Crítica do Discurso desenvolvida por Norman Fairclough e das relações de poder e intersubjetividade presentes nos movimentos sociais. Da mesma forma, alguns conceitos correlatos do gênero discursivo presentes na personificação ou na figura do protagonista em detrimento à responsabilização da ação coletiva serão expostos através da análise da linguagem apresentada por Bakhtin.

Na primeira parte será apresentada uma breve introdução sobre as Jornadas de Junho e os desdobramentos midiáticos através do uso da ideologia neoliberal com o fim de influenciar a opinião pública sobre os protestos. O contexto do capitalismo neoliberal é fundamental para analisar o discurso hegemônico como uma prática com natureza constitutiva dos objetos e sujeitos sociais mas também como relações de poder que interferem nas mudanças sociais (Fairclough, 2001)<sup>1</sup>. A análise destas relações é importante pois a representação da ideologia em determinadas situações específicas deve ser observada através da investigação socialmente orientada do discurso. Nesta perspectiva, a dialética adotada como método de observação permite centralizar o foco na ação dos sujeitos históricos.

Na segunda parte é realizada a análise da palavra vandalismo como uma categoria analítica do discurso através do uso da metáfora estruturalmente construída na linguagem jornalística sobre as manifestações a partir deste período. O objetivo é a abordagem teórico-metodológica de tal categoria através de textos que representam o *corpus* que reproduziu a conotação negativa do uso do vocábulo assim como a repetição retórica dos termos similares tais como baderneiros, inimigos e black bloc. O material apresentado é constituído de excertos da mídia hegemônica, principalmente do canal de notícias *globo.com* e algumas revistas de grande circulação. Para fim de contextualização, a análise crítica tomou como recorte as manchetes veiculadas entre junho de 2013 até junho de 2016.

Na terceira parte é apresentada a contestação destas estruturas organizativas do discurso através das vozes subalternas dos próprios manifestantes. A ação discursiva com base na autoapresentação positiva dos movimentos, categoria analítica do discurso, é analisada através de excertos extraídos das redes sociais com o intuito de evidenciar a materialidade do sujeito na construção de sua identidade social. Esta autoapresentação foi evidenciada como uma resposta alternativa numa contrarrede de práticas sociais emergentes<sup>2</sup> que radicalizam o caráter subalterno da marginalização no discurso hegemônico da grande mídia.

1 Estes aspectos estão relacionados com a crítica ao trabalho genealógico de Foucault na Arqueologia do Saber e no qual Fairclough caracteriza como análise do discurso textualmente orientada.

2 FAIRCLOUGH, Norman. Análise Crítica do Discurso como método em Pesquisa Social Científica. Método da Análise Crítica do Discurso organizada por Wodak e Meyer. 2º ed. Londres: sage, 2005. p. 323



## AS MOBILIZAÇÕES QUE TOMARAM AS RUAS : AS JORNADAS DE JUNHO E OS SEUS DESDOBRAMENTOS MIDIÁTICOS

A construção do discurso em disputa por uma hegemonia político-social evidencia o regime político que alicerça uma real democracia é muito bem mensurada em época de agitação das massas. Só há uma verdadeira soberania popular quando quando o povo pode manifestar-se politicamente sem que haja o recrudescimento do estado. As jornadas de junho foram um novo cenário político de mobilização social que ocorreu em 2013 e foi inicialmente motivado por protestos contra o aumento do preço da passagem de ônibus nas cidades brasileiras mas por fim engendra-se como uma contestação do próprio neoliberalismo.

As mobilizações reconheceram a pluralidade de causas e ao mesmo tempo os conflitos gerados pela política de segurança através do aparato policial. Embora as pautas fossem diversificadas, as ruas fossem tomadas por estudantes, operários, aposentados, professores, no viés democrático que caracteriza uma manifestação politizada, a mídia hegemônica cria a figura do vândalo, o arruaceiro desarticulado, para desqualificar a legitimidade dos protestos. Na verdade, todas essas frações da massa correspondem às classes sociais que formam o conjunto de agentes determinados principalmente por sua posição no processo de produção na esfera econômica.<sup>3</sup>

A partir do momento em que o conjunto de reivindicações é posto nas ruas, o estado inicia o processo de repressão histórica aos movimentos sociais. Nas jornadas, o que foi usualmente rechaçado pelas instâncias de poder, as quais não instituíram novas formas de diálogo, era justamente a reorganização de uma multidão precarizada. A ampliação da exploração da classe trabalhadora deve ser enfrentada pela mesma com a máxima unidade e elevada consciência.<sup>4</sup>

A normalidade capitalista é o desejo e a paz planejada numa sociedade de classes protegida numa aparente democracia. Conforme Robert Kurz, é impossível que um elemento particular do sistema mundial moribundo se defenda a longo prazo contra a maioria da população mundial e contra uma crescente minoria interna. Não é infinita a paciência daqueles que caíram fora.<sup>5</sup> Essa minoria que anseia por direitos trata-se majoritariamente da parcela excluída das políticas públicas. A ideologia subjacente de imposição de um regime configurou-se no que Bakhtin costuma designar como a heroização do protagonismo, na egolatria imposta pelo discurso midiático que é a voz hegemônica do capitalismo. Com a estetização da economia, há um imaginário transtético que se configura na mercantilização da imagem e esta característica esteve presente nas jornadas.

Num mundo composto por uma multiplicidade de sistemas sociais entre si em algum momento haverá uma ruptura.<sup>6</sup> A questão é se será feita por um aparato bélico ou não, não é demasiado consignar que com a globalização, as fronteiras estão cada vez mais militarizadas. Neste sentido, os movimentos sociais também vão estrategicamente se

3 POULANTZAS, Nico. As Classes sociais no Capitalismo de Hoje. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1974.

4 FLORES, Cem. Luta de Classes, crise do imperialismo e a nova dimensão internacional do trabalho. Rio de Janeiro: Cem Flores, 2011.

5 KURZ, Robert. O Colapso da modernização. Da Derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. pag.186

6 MÉSZAROS, István. A crise Estrutural do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

articulando, formando uma coalizão internacional, assim se caracteriza a comunicação em rede cujo domínio é global.

Como exemplo, as manifestações que ocorreram a partir de 2011 revelam o problema sistêmico da desigualdade econômica e social, a ocupação de espaços públicos tais como praças e ruas foi iniciativa de reuniões e assembléias populares que reuniam diversos movimentos sociais. Para contestar o Partido de Wall Street, a tática do Occupy Wall Street foi tomar um local central próximo à localização de muitos bastiões de Poder e igualar o espaço para os corpos humanos e tornando o local mais politizado. <sup>7</sup>Esta característica é fundamental para a compreensão de que as decisões eram tomadas por toda uma coletividade que reivindicava o direito geral de controlar seu próprio movimento, ao contrário do que se era noticiado, não havia líderes. Essa tessitura dos discursos subalternos vai evidenciando uma nova ordem de palavras e inscrição em outras materialidades que não emergem de um único comando do sistema econômico. Afinal o que é o perigo em deixar as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente?<sup>8</sup>

Uma sociedade estratificada não consegue impor mais as falsas promessas de paz, igualdade, liberdade e fraternidade. No entanto, Walter Benjamin afirma que a prorrogação dessas falácias é também um fado histórico, pois nunca houve na história universal “uma desistência de bom grado” de um jogo perdido.<sup>9</sup> Para acobertar o poder das revoltas, a informação reveste-se com a mistificação do povo como massa de manobra. Isto é possível com a veiculação de notícias cotidianas que mostram os jovens, em todo o mundo, com máscaras nas manifestações, de tempos em tempos. Esta midiaticização da imagem é algo que se repete ao longo da história dos movimentos sociais, a criação do inimigo interno, o espetáculo da violência por frases de efeito e fotos é o poder que controla a linguagem cotidiana:

“A ideologia cinde-se entre a fotografia da realidade bruta e a pura mentira do seu significado, que não é formulada explicitamente, mas sugerida e inculcada. Pela demonstração de sua divindade o real é sempre e apenas cinicamente repetido. Essa prova fotológica não é precisa mas é esmagadora.” (Adorno, 2002, pag. 28)<sup>10</sup>

No Brasil, embora a pauta da Tarifa zero tenha sido o pano de fundo em 2013, houve uma nítida influência dessas contestações mundiais anti-sistêmicas a partir de 2011. Em muitos aspectos havia um unidade política contra os desmandos do capitalismo financeiro que determina as diretrizes econômicas de países periféricos.

Desta forma, ao longo das mobilizações, surgiram protestos contra a corrupção sistêmica, a crise na saúde, a privatização da educação, a criminalização da pobreza, os gastos públicos em megaeventos, a violência na favela, contra a higienização da cidade através das remoções, tudo isto caracteriza uma pauta multitudinária. Todos estes protestos se transformam em uma denúncia social contra uma relação de dependência com os grandes centros econômicos mundiais e a conseqüente precarização da vida.

7 HARVEY, David. Os Rebeldes na Rua: O Partido de Wall Street encontra sua Nêmesis. In Occupy - Movimentos de Protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

8 FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: Edição Loyola, 1996. pag. 8

9 BENJAMIN, Walter. O Capitalismo como religião. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013. pag. 77

10 ADORNO, Theodor. Indústria Cultural e Sociedade. 5 ° ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Para a integração ao mercado mundial, houve na América Latina, um aumento da jornada de trabalho e uma maior exploração do trabalhador sem que houvesse uma melhora da qualidade de vida.<sup>11</sup>

No Brasil, inicialmente, um grupo de jovens se reuniu na Avenida Paulista para contestar o aumento da tarifa na capital no dia 6 de junho de 2013. Porém, um olhar mais atento nas principais manchetes dos grandes jornais, verifica-se que durante os protestos os manifestantes portavam vários cartazes com pautas diversas: “A verdade é dura, a rede Globo apoiou a Ditadura”, “Da Copa eu Abro mão, Não da Saúde e Da Educação,” “Abaixo a Homofobia e a transfobia” “A polícia que reprime na Avenida é a mesma que mata na favela” dentre outros. A jornada foi iniciada contra o aumento da passagem de ônibus antes mesmo de 2013 e foi tomando as ruas, quando o povo viu nos jornais e na televisão que os manifestantes estavam sendo duramente reprimidos, houve uma maior adesão popular e uma ampliação destas demandas que culminou na manifestação de mais de 1 milhão de pessoas de várias cidades do Brasil, em 20 de junho.

Ao mesmo tempo que aumentava a revolta popular, a repressão também crescia nos atos sempre como uma resposta desproporcional. Segundo Maria da Glória Gohn, observa-se um claro tom de reprovação da mídia ao retratar o ato como algo relacionado ao vandalismo. Uma manifestante revoltada com este tratamento saiu depois com um cartaz “Não sou vândalo, mídia.”<sup>12</sup>

Estava claro que os manifestantes atacavam símbolos do poder econômico e político assim como realizavam o bloqueio de uma rua como forma política de protesto. Esta tática em nada prejudica a vida do trabalhador se nas grandes cidades, a interrupção do fluxo dos automóveis por alguns minutos, não é um custo social se for comparado com os longos engarrafamentos causados pela falta de planejamento urbano nas capitais. Porém, nas matérias de jornais, prevalecia o argumento contrário conforme este excerto da Folha de São Paulo publicado por Pablo Ortellado<sup>13</sup>:

**Manifestantes causam medo, param marginal e picham ônibus**

Após cenas de vandalismo anteontem na região central, uma nova passeata levou comerciantes a baixarem portas, empresas a dispensarem funcionários e uma escola de Pinheiros a convocar os pais para buscar alunos antes. (...) Hélio Marcos Toscano, diretor do colégio Palmares, de Pinheiros, contou que decidiu antecipar uma hora a saída dos alunos pelo temor de que cenas de confronto do dia anterior se repetissem. “Como não tínhamos segurança da dimensão que isso poderia tomar, resolvemos garantir a tranquilidade de pais e alunos, afirmou.”

Em outro momento das manifestações, a mídia começa a focalizar no número de pequenas depredações contra o patrimônio privado ocorridas durante os protestos. Eram noticiadas imagens de vidros quebrados de agências bancárias como uma espécie de espetacularização. Porém, o que não foi veiculado nos jornais era que bancos e concessionárias de automóveis podem acionar o seguro nestas situações. Por outro lado, nunca teve muito destaque nos noticiários uma comparação com os prejuízos

11 MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência, 1973. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>

12 GOHN, Maria da Glória. Manifestações de Junho de 2013 No Brasil e Praças dos Indignados no Mundo. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

13 ELENA, Judensneider (Et al.). Vinte Centavos: a luta contra o aumento. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2013, pag. 41

causados à sociedade em nome das fraudes bancárias que desviaram bilhões, causaram danos ao erário e ainda reduzem verbas públicas .<sup>14</sup>

Quando se trata de violência, não se pode deixar de configurar que a forma política do estado moderno se impõe com um aparato coercitivo para pacificar os modos subversivos de contestação. Neste sentido, as manifestações também têm resultados práticos, não é demasiado lembrar que a contestação da tarifa começou em 2004, na qual a *Revolta da Catraca* impede o aumento da tarifa na cidade de Florianópolis, a lei do passe livre estudantil é aprovada e em São Paulo é articulado o Comitê do Passe Livre. Em 2006, houve um encontro nacional pelo Passe Livre em São Paulo.

Não só a mídia corporativa criminalizava a figura do manifestante assim como aticava o imaginário público criando uma campanha contra o vandalismo. Em algumas notícias havia mensagens muito claras para o recrudescimento de ações estatais que culminavam na detenção e na violência policial. No dia 13 de junho, por exemplo, ocorreu em algumas cidades, o levante que ficou conhecido como a *Revolta do Vinagre* porque as pessoas estavam sendo detidas por porte de vinagre que era usado para amenizar o efeito da bomba de gás lacrimogênio. Durante tal período, havia muita repressão com uso indiscriminado de armas “não letais”, causando “apenas” sufocamento e lesões como cegueira parcial e deformação estética.

Houve uma tragédia na manifestação do dia 20 de junho, 1 milhão de pessoas nas ruas, manifestantes foram feridos e culminou com a morte do cineasta conhecido como Fernandão que fundou o Cinema Guerilha de Baixada, no Rio de Janeiro. No dia 24 de junho houve a Chacina da Maré que envolveu moradores que protestavam na Avenida Brasil, um conflito com policiais e 10 pessoas foram assassinadas no dia seguinte mas até hoje não houve uma resposta por parte do estado.<sup>15</sup> No dia 26 de junho, em Belo Horizonte, um manifestante caiu do viaduto e ficou gravemente ferido.

Na segunda leva de atos, a partir de julho, caracterizado pela convocação online, tem-se um melhor uso da mídia alternativa como arma contra a violência institucional e portanto como prova do abuso cometido pela polícia militar. Com o aumento da repressão , como por exemplo, nas detenções *do Ocupa Câmara*, em outubro de 2013, no Rio de Janeiro, cerca de 190 manifestantes foram detidos com tentativa de enquadramento pela Nova lei de Organização Criminosa. Esta lei surgiu posteriormente à que proibia máscaras e outros objetos encobrendo rostos de manifestantes em atos públicos no Rio de Janeiro.

Até o final de dezembro de 2013, a violência estatal também causou arbitrariedades contra os profissionais da própria imprensa. Conforme dados levantados pela ABRAJI (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo ), neste período, mais de 100 jornalistas sofreram algum tipo de violação durante as coberturas nas ruas incluindo os que não faziam parte da mídia corporativa<sup>16</sup>. Também de acordo com o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, repórteres foram presos por alguns dias, a maioria sofreu agressões com balas de borracha, gás de pimenta, golpes de cassetetes e outros ficarão

14 Operação Zelotes envolve bancos. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/operacao-zelotes-envolve-bancos-grandes-empresas-e-afiliada-da-globo-6208.html>. Consultada em junho de 2016.

15 O Luto da Maré. Disponível em <http://redesdamare.org.br/blog/noticias/o-luto-da-mare/>. Consultada em junho de 2016.

com lesão permanente como no caso do fotógrafo Sérgio Silva que terá poucas chances de recuperar a visão atingida.<sup>17</sup>

Ainda assim, as manifestações avançam até o ano de 2016 com pautas setORIZADAS nas greves, nas favelas, no antirracismo, contra as olimpíadas. É aprovada a lei antiterrorismo para ser utilizada na repressão de movimentos sociais que contestam os megaeventos responsáveis por remoções, militarização e gastos públicos em detrimento da falta de verba para a saúde e educação, por exemplo. Toda criminalização com apoio da mídia que formalizou a figura do vândalo, do black bloc ou até mesmo do uso da palavra “terrorismo” com o intuito de legitimar a punição através do estigma.

## ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO MIDIÁTICO NAS MANIFESTAÇÕES

### Vandalismo

Meu coração tem catedrais imensas,  
Templos de priscas e longínquas datas,  
Onde um nume de amor, em serenatas,  
Canta a aleluia virginal das crenças.

Na ogiva fúlgida e nas colunatas  
Vertem lustrais irradiações intensas  
Cintilações de lâmpadas suspensas  
E as ametistas e os florões e as pratas.

Como os velhos Templários medievais  
Entrei um dia nessas catedrais  
E nesses templos claros e risonhos ...

E erguendo os gládios e brandindo as hastas,  
No desespero dos iconoclastas  
Quebrei a imagem dos meus próprios sonhos!<sup>18</sup>

Augusto dos Anjos

A palavra vandalismo vem sendo retomada algumas vezes ao longo dos tempos, ora para tratar de tribos bárbaras, ora para evidenciar um determinado simbolismo ou ainda como uma retórica. No Império Romano, os atos de vandalismo eram caracterizados por destruir tudo o que simbolicamente representava a dominação do opressor. No caso do poema citado, o vandalismo, para o temor dos iconoclastas, seria a ruptura como romantismo, com a sacralidade e a revelação de uma realidade mais crua do desejo que seria o poder da ruptura dogmática.

O trabalho realiza a pesquisa sobre as notícias veiculadas pelo jornal online *Globo.com*, durante o período de junho de 2013 até junho de 2016. Por fim, é tomado como exemplo para análise de discurso, as notícias e editoriais por se tratar de um portal do maior conglomerado de mídia do Brasil, além de algumas revistas que serão citadas. Neste sentido, o método de coleta e análise de dados foi utilizado para entender o processo

17 Sindicato contabiliza jornalistas presos e feridos. Disponível em <https://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/sp-sindicato-contabiliza-2-jornalistas-presos-e-12-feridos>. Consultada em junho de 2016.

18 Poeta brasileiro do período pré-modernista.

de estigmatização dos manifestantes iniciado nas jornadas até três anos depois, no período das Olimpíadas com sede no Rio de Janeiro.

A notícia não é um gênero textual com imparcialidade, é um meio de comunicação de massa no qual o emissor segue um determinado padrão que inclui o interesse de comercialização. As imagens e manchetes que veiculam fatos relacionados à violência sempre constituem um produto bastante atrativo, é uma mercadoria. Numa sociedade classista, o discurso torna-se uma disputa ideológica entre a informação hegemônica e a contra-hegemônica, a primeira predomina nos grandes meios de comunicação e a outra a partir da produção do conhecimento por outras fontes.

Em outras palavras, esta estrutura material reflete a luta ideológica na qual não há passividade do sujeito histórico, a transmissão de um discurso pode ser contestada. Nas palavras de Fairclough:

Entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. Nisso consiste a dialética entre discurso e sociedade: o discurso é moldado pela estrutura social, Ciência social crítica mas é também constitutivo da estrutura social. Não há, portanto, uma relação externa entre linguagem e sociedade, mas uma relação interna e dialética (Fairclough, 1989)<sup>19</sup>.

Sendo então o jornalismo uma forma social de cognição, através da informação, que se utiliza de valores orientados por visões de mundo, é preciso contextualizar em quais estruturas do discurso pode-se apreender uma possibilidade política de contestação. Neste sentido, a análise de Bakhtin sobre o conteúdo do discurso na análise da narrativa e decodificação do enunciado pelo outro:

Toda a essência da apreensão apreciativa da enunciação de outrem, tudo o que pode ser ideologicamente significativo tem sua expressão no discurso interior. Aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário um ser cheio de palavras interiores. Toda a sua atividade mental, o que se pode chamar o “fundo perceptivo”, é mediatizado para ele pelo discurso interior e é por aí que se opera a junção com o discurso apreendido do exterior. A palavra vai à palavra.<sup>20</sup>

Nos noticiários durante este período, o termo era predominantemente usado como uma metáfora. Segundo Lakoff e Turner:

A metáfora é uma ponte que liga domínios semânticos diferentes fazendo, assim, com que novos caminhos surjam para a compreensão do sujeito. A metáfora é uma maneira de expandir os significados de palavras além do literal ao abstrato e uma maneira de expressar o pensamento abstrato em termos simbólicos<sup>21</sup>.

Assim, o vandalismo foi utilizado como uma expressão usual dos noticiários da época, sendo ideologicamente construído como uma identidade negativa dos manifestantes. Tal conceito metafórico foi introduzido na linguagem cotidiana para tal propósito. Uma outra estratégia discursiva era o uso habitual da palavra em diversas manchetes

19 RESENDE, Viviane de melo. RAMALHO, Viviane. *Análise do Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

20 BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo E Filosofia da Linguagem*. 12 Ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

21 CARVALHO, Sergio N. *Metáfora Conceitual: Uma Visão cognitivista*. Disponível em <http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno12-04.html>

para que a repetição se tornasse uma estrutura retórica e o poder persuasivo mudasse a opinião do receptor do conteúdo jornalístico. Da mesma forma a canalização do termo *Black Bloc* era utilizado para fomentar o discurso do ódio, não há alteridade neste gênero de discurso pois não é construído para gerar uma discussão política.

A configuração desta linguagem é permeada por uma manipulação a fim de exercer uma influência negativa, uma prática comunicativa e interacional com o propósito de exercer controle sobre outras pessoas.<sup>22</sup> Quando se fala de vandalismo na mídia hegemônica, há uma tentativa de esvaziar o conteúdo ideológico dos atos dos manifestantes, porém, ao longo da História das Revoluções, a contestação contra os símbolos de poder sempre ocorreram, afinal trata-se de uma denúncia política sobre o imobilismo do estado e a manutenção de um status quo.

Por outro lado, ao tratar do discurso midiático, remete-se ao fenômeno das ideologias alternativas, disseminadas pelos novos meios de comunicação que são uma alternativa ao controle das classes dominantes e será discutido no capítulo adiante. O termo ideologia foi utilizado pela primeira vez por Destutt de Tracy na França do século XVIII. Qualquer estudo sobre a ideologia explora a natureza de certas idéias e crenças e sua organização em sistemas de significado, criando assim uma “ciência” de idéias<sup>23</sup>. A problemática do conceito é quando a homogeneização da ideia é utilizada para reproduzir o universalismo de conceitos como gênero e raça, os quais são utilizados em discursos sexistas ou racializados, por exemplo.

Neste trabalho, a ideologia também é compreendida como o sistema de crenças e ideias produzidas numa determinada comunidade epistêmica contra-hegemônica. Neste sentido, tem uma dinâmica de interação e pode ser uma forma de cultura ativa, uma perspectiva com informações táticas coletivas e objetivos da ação, um apoio aos movimentos e está estrategicamente empregada na mobilização<sup>24</sup>. Pode se utilizar como exemplo os movimentos da rede que surgiram com as jornadas ou tomaram maiores proporções a partir delas. Apresenta-se a seguir um fragmento da postagem do grupo *Anonymous* com a autoapresentação positiva do coletivo, uma das categorias de Análise do discurso :

Nós somos uma idéia. Uma idéia que não pode ser contida, perseguida nem aprisionada.

Somos uma idéia que surgiu em 2004 e sempre seguiu uma linguagem de memética e muitas sátiras. Hoje, Anonymous é uma idéia de mudança, um desejo de renovação. Somos uma idéia de um mundo onde a corrupção não exista, onde a liberdade de expressão não seja apenas uma promessa, e onde as pessoas não tenham que morrer lutando por seus direitos. Não somos um grupo. Somos uma idéia de revolução. Acreditamos que cada geração encontra sua forma de lutar contra as injustiças que encontra. Temos em mãos pela primeira vez o poder de produzir, distribuir e trocar informações. Uma oportunidade nunca vista antes na história para colaboração e construção de um mundo onde a esperança, a dignidade e a justiça sejam princípios a serem respeitados.<sup>25</sup>

22 Dijk, Teun A. Discourse and Manipulation. Disponível em <http://www.discourses.org/OldArticles/Discourse%20and%20manipulation>.

23 SHAHRZAD, Mojab. *Marxism And Feminism*. Londres: Zed Books, 2014. pag.108

24 BECK, Colin J. Ideology. Disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9780470674871.wbespm106/abstractjsessionid=63497993350B4188DA4E82785B00E33F.f04t03?userIsAuthenticated=false&deniedAccessCustomisedMessage=>

25 Trecho extraído do site Anonymous Brasil, movimento que surgiu com o Ocupa Rio, 2011 . Disponível em <http://www.anonymousbrasil.com/sobre-anonymous/>. Consultada em junho de 2016.

No caso específico das redes sociais, pode-se contestar o uso passivo da informação pela mídia hegemônica, ainda que a tecnologia influencie uma mudança social, como no caso da expansão da contrainformação pela internet. No entanto, é preciso levar em consideração, não só o avanço da comunicação através da tecnologia mas também considerar as desigualdades sociais que representam um menor acesso na distribuição de tais recursos.

É interessante também fazer uma analogia com notícias sobre manifestações publicadas em outros grandes meios de comunicação tais como Folha de São Paulo e Veja, exemplo. Enquanto no Brasil houve a tendência de tornar toda manifestação como um ato de vândalos, quando as notícias eram sobre a Turquia e a França, por exemplo, eram utilizados termos usuais como manifestantes e ativistas. Um trecho da revista Veja publicado no dia 12 de maio de 2016:

#### MANIFESTANTES PROTESTAM CONTRA REFFORMA TRABALHISTA NA FRANÇA

De acordo com a rede BBC, sindicatos e estudantes tomaram as ruas de Paris e fizeram barricadas nas cidades de Nantes e Rennes. Também aconteceram passeatas em Lille, Tours e Marseille. Na capital, a polícia teria utilizado gás lacrimogênio para dispersar manifestantes que jogavam bombas de gasolina, segundo relatos nas redes sociais. Os protestos expõem o governo ao risco de uma rejeição popular e de episódios de violência cada vez maiores em reação à reforma, rejeitada por três de cada quatro pessoas, segundo pesquisas de opinião.<sup>26</sup>

Na própria manchete há a opção pelo uso de manifestantes como ativistas enquanto no Brasil eram também aqueles mal-intencionados, infiltrados, despolitizados, criminosos, mascarados, baderneiros e por último, terroristas. Neste sentido, para a análise crítica do discurso, há um discurso particular específico, o midiático, de caráter hegemônico.<sup>27</sup>

Na maior parte das notícias, os manifestantes eram enquadrados como pessoas despolitizadas ainda que no discurso dos movimentos houvesse a perspectiva de unir pessoas em torno de princípios políticos comuns. Estes valores são parte da estrutura discursiva oriunda de uma prática social tal como a não existência de uma liderança mística da ação coletiva, por exemplo. Porém, os jornais veiculam a criação de personagens aos quais atribuíam uma centralidade de ações. Em notícias no G1, manchetes do mês de outubro de 2013 incluíam retoricamente o nome da militante Elisa Quadros como a *Sininho*, a partir de um estereótipo. Em 17 de outubro o Jornal O globo, em sua versão impressa, publicou a notícia com o seguinte tema: Crime e Castigo, lei mais dura leva 70 vândalos para presídios. Novamente faz referência a Elisa, denominando-a de "*Sininho do Barulho*" e ao mesmo tempo incluem o depoimento de outra ativista que declara não ter o movimento nenhuma liderança.

No dia 12 de julho de 2014, ela foi mencionada como líder dos movimentos, culminando numa criminalização posterior.<sup>28</sup> Com o título "A Fada Da Baderna", a revista Veja,

26 Manifestantes protestam contra a Reforma Trabalhista na França. RevistaVeja Online. Disponível em <http://veja.abril.com.br/mundo/manifestantes-protestam-contra-reforma-trabalhista-na-franca/>. Consultada em junho de 2016.

27 RESENDE, Viviane de Melo. RAMALHO, Viviane. Análise do Discurso Crítica. São Paulo: Contexto, 2006. pag.26

28 Sininho e outros ativistas presos planejavam ataques no Rio, diz polícia. Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/policia-aponta-sininho-como-lider-de-grupo-suspeito-de-atos-violentos.html>. Consultada em junho de 2016.



um pouco antes, em fevereiro de 2014, descreve-na como “boa de organizar passeatas e arrecadar dinheiro, ela estuda cinema, está desempregada e rompida com os pais, militantes do PT.”<sup>29</sup> Através desta linguagem, é constatado um sexismo, além do processo de mitificação. A partir de tal procedimento jornalístico, a notícia torna-se um espetáculo e representa uma fabricação de alienação, característica da sociedade capitalista.<sup>30</sup>

Por outro lado, para tratar de manifestações de oposição ao governo da presidenta afastada Dilma Rousseff, iniciadas em 2015, os termos utilizados eram menos parciais e remetiam a movimentos conservadores que pediam até mesmo intervenção militar, com ações difusas em todo o país e no exterior:

As manifestações contra o governo, marcadas para o próximo domingo, 15, devem ser caracterizadas pela escentralização. Sem liderança constituída e com vários grupos puxando o protesto, é possível encontrar manifestantes que defendem, ou não, o impeachment de Dilma Rousseff e até quem peça intervenção militar. Organizados em grupos de Facebook e Whatsapp, as diferentes correntes têm em comum a rejeição ao Partido dos Trabalhadores (PT). Na página do Movimento Brasil Livre, favorável à cassação de Dilma Rousseff, há uma lista com os locais dos protestos. Estão listadas 51 cidades do Brasil e Sidney, na Austrália .<sup>31</sup>

Um dado interessante é que os movimentos anticapitalistas possuem características regionais mas a luta contra o sistema é internacional, suplanta os estados nacionais. Não havia esta correlação entre as notícias analisadas, ou seja, de que os protestos tinham um caráter anti-sistêmico e cuja intensificação era massiva a partir do momento em que as tensões e contradições da hegemonia capitalista eram expostas. O resultado deste *frame* <sup>32</sup>era que ao criar um discurso sobre os movimentos no Brasil, a tendência era isolá-los do contexto conjuntural e enquadrá-los como uma manifestação de rebeldes apartada da crise econômica mundial. Assim, o vandalismo era a expressão dos indignados numa cultura política nacional que iria ser reajustada conjunturalmente.

Em se tratando desta análise sobre a conjuntura política internacional, há um dossiê intitulado: “Seattle, 1999: black blocs promovem destruição em protestos contra a OMC” no qual o globo afirma que havia manifestantes mascarados durante o encontro da Ação Global do Povos (AGP), em São Paulo. <sup>33</sup> Esta analogia entre notícias revela a ideologia do discurso jornalístico pois esta matéria foi publicada no dia 09 de outubro de 2013. O enfoque da notícia está mais voltado aos termos “destruição”, “depredação” e “virulência dos protestos” como se os vândalos fossem um vírus ou um câncer da sociedade a ser combatido. Por outro lado, não evidencia que os grupos organizacionais da AGP praticavam protestos de desobediência civil não-violenta e que rejeitavam instituições relacionadas às multinacionais e capital especulativo e que o encontro no Brasil compartilhava dos mesmos métodos e estratégias políticas.

29 Os Segredos de Sininho. Revista veja. Edição de 19 de fevereiro de 2014.

30 DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. Plataforma Virtual, 2003. pag. 27

31 Sem Liderança, Manifestações do dia 15 reunirão antipetistas com objetivos diferentes. Disponível em <http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2015/03/sem-lideranca-manifestacoes-do-dia-15-reunirao-antipetistas-com-objetivos-diferentes.html>. Consultada em junho de 2016.

32 VAN DIJK, Teun A. Context And Cognition: Knowledge Frames And Speech Act. Disponível em <http://www.discourses.org/OldArticles/Context%20and%20cognition.pdf>

33 Seattle, 1999: black blocs promovem destruição em protestos contra a OMC. Disponível em <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/seattle-1999-black-blocs-promovem-destruicao-em-protestos-contra-omc-10310652>. Consultada em junho de 2016.

Nesta linha de análise, em outros momentos históricos, a palavra “ação”, usada de forma reiterada, tornou-se uma similitude de depredação, incorrendo um reducionismo do vocábulo. Há uma resistência global que luta contra uma violência institucional e esta sempre se manifesta de maneira desproporcional nos protestos, esta é uma conclusão alicerçada na quantidade de vítimas das armas “não-letais” de contenção das massas, nos protestos.

#### Vandalismo

Donizette garantiu que as ações de vandalismo serão investigadas pela Polícia Civil. “Esse tipo de coisa deve ter o repúdio de todos nós, sorte que ninguém perdeu a vida”, afirmou. A Polícia Militar informou que, pelo menos, sete pessoas foram detidas suspeitas de praticar saques em comércios. Dois mercados na Avenida Doutor Quirino e na Avenida Anchieta foram invadidos e tiveram produtos levados. Duas agências bancárias foram depredadas. O balanço final dos estragos causados pelos vândalos infiltrados na manifestação deve ser apresentado pela PM ainda nesta sexta.<sup>34</sup>

Em algumas notícias também foi utilizada a ironia ao tratar das ações de vandalismo. Quando no excerto acima há referência à expressão, há o uso de tal recurso linguístico. A mensagem transcrita pelo entrevistado, quando ele diz que “sorte que ninguém perdeu a vida”, ele trata de uma inversão, pois as evidências estão no fato de que o monopólio da violência é um exercício do estado. No Brasil, por exemplo, existe um genocídio da população negra e das favelas, há uma alta letalidade policial através dos denominados “autos de resistência”. De acordo com dados do 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 1.647 homens e mulheres foram mortos em confronto com policiais militares e civis em serviço<sup>35</sup>. Neste sentido, Vera Malagutti<sup>36</sup> afirma que as operações letais de alta intensidade (como os dezenove mortos num só dia no morro do Alemão) não precisam mais ter sentido técnico, de resultados: o sucesso é o enfrentamento em si.

No capítulo seguinte, será analisada a formação de novas vozes a partir da intertextualidade entre o gênero textual notícia e a construção de uma autoapresentação positiva dos manifestantes com a contestação dos fatos noticiosos na mídia hegemônica. A atitude é interpretada como uma forma de cognição social de determinado grupo ideológico e a figura do vândalo, na análise crítica do discurso, é vista como a do sujeito histórico com possibilidade de resistência nas relações desiguais de poder. De um modo geral, as redes sociais se configuraram como sede de uma potente forma comunicativa que evidenciou uma nova leitura dos fatos, apresentando narrativas independentes e questionadoras.

### **A RESPOSTA DAS REDES COMO ZONAS ALTERNATIVAS DE COMUNICAÇÃO E CONTRAINFORMAÇÃO**

O reconhecimento da mídia como uma rede de significações na qual se formulam visões sobre a abordagem dos manifestantes através das notícias, torna necessário o reconhecimento de vozes alternativas ao discurso hegemônico. Existe um discurso ordenado que está em voga nas manchetes e também há outras ordens do discurso que

34 Premeditadas, diz Jonas sobre ações de Vândalos na Prefeitura. Disponível em <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/06/premeditados-diz-jonas-sobre-vandalos-que-atacaram-prefeitura.html>. Consultada em junho de 2016

35 Polícias federal e civil abolem o termo “autos de resistência”. Disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/policias-federal-civil-abolem-termo-auto-de-resistencia-18416779>. Consultada em junho de 2016

36 BATISTA, Vera Malagutti. Adesão Subjetiva à Barbárie. Disponível em <http://comunicacao.fflch.usp.br/sites/comunicacao.fflch.usp.br/files/Adesaosubjetivaabarbarie.pdf>

são contrapostas àquela dominante e que serão apresentadas nesta seção. As articulações nas redes foram realizadas através de uma interdiscursividade que proporcionou uma identidade social diferente daquela da formação discursiva do jornal.

O conceito de vândalo representa a sustentação de uma visão de mundo ligada a um discurso que envolve uma relação de poder expressa nos principais meios de comunicação embora o trabalho tenha analisado o canal de notícias “*globo.com*”. Esta formação discursiva foi fundamental para a criminalização dos movimentos sociais e para intermediar a violência institucional através do aparato policial nos protestos. Durante o período de 2013 a 2016, a repetição retórica do vocábulo tinha o poder disciplinador de conter os atos políticos e criar o medo no imaginário social. A construção do vandalismo como um comportamento do “inimigo” representou a estigmatização de uma identidade social. A ênfase dada pelo noticiário sobre a forma política da desobediência civil nos protestos determinou alguns aspectos que fragmentaram a opinião pública sobre a ação dos sujeitos na manifestação.

Na análise dialética do discurso, há a necessidade de reconhecer a alteridade e o momento histórico em que aqueles que estão assujeitados no processo midiático podem impor um discurso de resistência<sup>37</sup>. Para Thompson, a legitimação é uma das relações de dominação da ideologia pois estabelece os vínculos de dominação pelo fato de serem apresentadas como justas e dignas de apoio.<sup>38</sup> Então nas redes sociais, é iniciado o discurso de resistência através da denúncia social que expôs uma violência do estado e por isso era necessária a ação coletiva da ordem dos discursos subalternos como no seguinte excerto:

PROFESSORES À PALMATÓRIA - AQUILO QUE A TELEVISÃO NÃO MOSTROU

Após Ato em solidariedade aos professores do Estado e Município do Rio de Janeiro, a polícia reprime de forma desumana as manifestações, deixando vários feridos.

O povo reagiu bravamente à violência da Polícia, numa batalha de proporções desiguais diante o forte aparato de armas ditas “não letais” e a covardia das Forças de segurança. Contudo, mesmo com a alta rejeição popular, o plano de carreira para os professores é aprovado pela Câmara Municipal.<sup>39</sup>

A publicação foi realizada no dia 4 de outubro de 2013 e trata de um documentário sobre a agressões sofridas pelos professores em greve no Rio De Janeiro, na Casa do Povo, a Câmara Municipal. Com o Slogan “ Professores à palmartória – aquilo que a televisão não mostrou” é evidenciada a voz das ruas que se contrapõe ao discurso neoliberal a favor do sistema capitalista que pune os trabalhadores que aderem a greve. A partir deste momento, a televisão é reconhecida como a voz dos detentores dos meios de comunicação e o ativista é o portador do poder de transformação social que através da rede criará novas formas de comunicação.

37 Discurso de resistência é a expressão utilizada por Fairclough para contrapor o discurso reverso idealizado por Foucault ,pois para o autor, esta não iria além dos parâmetros da formação discursiva, porém,as estruturas são reproduzidas mas também transformadas na prática.

38 THOMPSON, John, B. Ideologia e cultura moderna : teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed.- Petrópolis, RJ : Vozes, 2011. p. 81-9

39 Trecho extraído da Pagina Midia Independente Coletiva. Disponível em <https://www.facebook.com/ColetivoDeMidiaIndependente/photos/a.163854147137369.1073741830.163678980488219/182207015302082/?type=3&theater>. Consultada em junho de 2016

Segundo Dênis de Moraes, a consolidação de outra comunicação na América Latina é possível a partir de uma reconstrução do espaço público após décadas de submissão ao neoliberalismo<sup>40</sup>. Como o discurso hegemônico defende uma ordem e está vinculado ao sistema econômico que lhe mantém, os discursos subalternos representam as vozes marginalizadas e que por isso, tornam -se dissidentes, pois estão ao lado das lutas anticapitalistas. Neste sentido:

Essa publicação da página Black Bloc São Paulo, em 12 de julho de 2014, diz o seguinte:

... Quando o estado nos oprime de tal forma a resistência se tornou nossa voz muitos podem não entender o objetivos das ações diretas dos constantes atos contra o capitalismo. O capitalismo sustenta o sistema, promove genocídio em comunidades carentes alimenta o genocídio de pobre a cada segundo por mais que muitos tentem negar não há tiro acidental em bairro nobre enquanto a policia faz mega operações contra todos que ousam ter voz, chefes de quadrilhas multitrilionárias ficam soltos...<sup>41</sup>

Um valor das vozes das ruas expressas nas redes justamente é o empenho na construção de uma solidariedade comunicativa. Isto resultou na união de diversos movimentos que se empenharam para a realização de uma relação de alteridade entre os indivíduos marginalizados na manifestação e o discurso é um modo de ação que traz transformações para além do campo textual. Há uma variação dialética que contribui para a mudança de estruturas sociais. Neste sentido, o vandalismo foi inovado de um discurso universal como o midiático, alicerçado no neoliberalismo, para uma construção social em seu sentido mais concreto. Através de uma prática discursiva na rede, houve diversas manifestações nas quais se passou a atribuir a violência institucional ao próprio sistema capitalista.

Na análise do discurso sobre as notícias, entre 2013 a 2016, foi denotado que a repetição da palavra deslocou-se do âmbito das manifestações para o uso menos habitual em outras situações esporádicas da vida cotidiana. O último registro no Globo em junho trata de uma reportagem sobre uma escola no Espírito Santo, cujos autores não foram localizados e a matéria apenas utiliza uma manchete com o uso de “vândalos” no mesmo senso comum do espetáculo midiático.<sup>42</sup>

A evidência da contestação do vândalo como o inimigo ocorre a partir do momento em que há uma inversão no uso do conceito nas redes: “vândalo é o estado” porque explora as pessoas e destrói vidas ou o “vândalo veste farda”, afinal é a violência policial que fere e mata nas favelas, por exemplo. Este discurso de resistência dos movimentos sociais muda o sentido veiculado pelo caráter ideológico da grande mídia. Além disso, tem um impacto na construção de uma intersubjetividade na ação coletiva que refuta o poder hegemônico do discurso neoliberal que criminaliza as lutas anticapitalistas.

40 MORAES, Dênis. *Voices Abertas da América Latina: Estado, Políticas Públicas e Democratização da Comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

41 Trecho Extraído da Página Black Bloc São Paulo. Disponível em <https://www.facebook.com/bbSaoPaulo/photos/a.262441890617598.1073741828.262320310629756/265735343621586/?type=3&theater>. Consultada em junho de 2016.

42 Vândalos quebram computadores de Escola na Serra, ES. Disponível em <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/06/vandalos-quebram-computadores-de-escola-na-serra-es.html>. Consultado em junho de 2016

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade desse estudo decorre das próprias questões relacionadas ao contexto sociohistórico atual dos movimentos sociais. Os processos comunicacionais estão comprometidos com a batalha pela hegemonia na conjuntura político-econômica neoliberal. Há um grupo majoritário que detém o poder da comunicação e consequentemente propaga sua ideologia de dominação.

O capitalismo transforma a informação em mercadoria, portanto, a mídia comercial reverbera o ideário das instituições hegemônicas. Nessa perspectiva, foi utilizada a análise crítica do discurso para dissecar a relação entre a linguagem e as práticas sociais nas jornadas de junho de 2013. O discurso hegemônico midiático foi utilizado para silenciar a revolta contra o sistema nas manifestações e unificar o pensamento em torno de um consenso, no qual a figura do vândalo não poderia ser admitida a não ser pela industrialização do medo, produto almejado na cultura do espetáculo.

A partir da ação histórica dos sujeitos envolvidos na estrutura das formas sociais, o discurso se desenvolve como uma prática social. Os manifestantes envolvidos não se sujeitam passivamente ao pensamento hegemônico e a disputa por uma linguagem que represente mas também constitua uma identidade social resulta na expansão dos meios comunicativos. A prática das ruas na qual se desenvolve a ação reflete o discurso midiático e tem como resposta uma outra prática discursiva que é o uso das vozes subalternas nos meios de comunicação. Esta relação dialética é que condiciona o discurso como representativo mas também constitutivo das práticas sociais.

## BIBLIOGRAFIA

FAIRCLOUGH, Norman. Análise Crítica do Discurso como método em Pesquisa Social Científica. Método da Análise Crítica do Discurso organizada por Wodak e Meyer. 2 ° ed. Londres: sage, 2005

\_\_\_\_\_. Discurso e Mudança Social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

POULANTZAS, Nico. As Classes sociais no Capitalismo de Hoje. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1974.

FLORES, Cem. Luta de Classes, crise do imperialismo e a nova dimensão internacional do trabalho. Rio de Janeiro: Cem Flores, 2011.

KURZ, Robert. O Colapso da modernização. Da Derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 5 ° ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MÉSZAROS, István. A crise Estrutural do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. Os Rebeldes na Rua: O Partido de Wall Street encontra sua Nêmesis. In Occupy - Movimentos de Protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

BENJAMIN, Walter. O Capitalismo como Religião. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

ADORNO, Theodor. Indústria Cultural e Sociedade. 5 ° ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência, 1973. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>

GOHN, Maria da Glória. Manifestações de Junho de 2013 No Brasil e Praças dos Indignados no Mundo. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

ELENA, Judensnaider (Et al.). Vinte Centavos: a luta contra o aumento. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2013.

RESENDE, Viviane de melo. RAMALHO, Viviane. Análise do Discurso Crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo E Filosofia da Linguagem. 12 Ed. São Paulo: Hucitec, 2006. \_\_\_\_\_ Estética da Criação Verbal. São Paulo. Martins Fontes, 2003.

CARVALHO, Sergio N. Metáfora Conceitual: Uma Visão cognitivista. Disponível em <http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno12-04.html>

VAN Dijk, Teun A. Discourse and Manipulation. Disponível em <http://www.discourses.org/OldArticles/Discourse%20and%20manipulation.pdf>

\_\_\_\_\_ Context And Cognition: Knowledge Frames And Speech Act. Disponível em <http://www.discourses.org/OldArticles/Context%20and%20cognition.pdf>

SHAHZAD, Mojab. Marxism And Feminism. Londres: Zed Books, 2014 BECK, Colin J. Ideology. Disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9780470674871.wbbsp106/abstract;jsessionid=63497993350>

DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. Plataforma Virtual, 2003.

BATISTA, Vera Malagutti. Adesão Subjetiva à Barbárie. Disponível em <http://comunicacao.fflch.usp.br/sites/comunicacao.fflch.usp.br/files/Adesaosubjetivaabarbarie.pdf>

THOMPSON, John, B. Ideologia e cultura moderna : teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed.- Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

MORAES, Dênis. Vozes Abertas da América Latina.: Estado, Políticas Públicas e Democratização da Comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

## **GT: 13 - Políticas educacionais e formação docente na atual conjuntura**

Coordenadores: André Augusto Pereira Brandão, Tula  
Maria Rocha Morais, Maria Adelia Costa e Sidimara  
Cristina de Souza

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FORMAÇÃO DOCENTE, ASPECTOS LEGAIS E COTIDIANO ESCOLAR - UM ESTUDO DE CASO

**Veronica de Andrade Martins de Almeida**

*Estudante do Programa de Pós-Graduação –  
Mestrado Acadêmico em Humanidades, Culturas e  
Artes – (PPGHCA) – UNIGRANRIO (RJ)  
E-mail: gajove@terra.com.br*

**Haydéa Maria Marino de Sant’Anna Reis**

*Professora dos Programas de Pós-Graduação –  
Mestrado e Doutorado em Humanidades,  
Culturas e Artes (PPGHCA) e Mestrado em  
Ensino das Ciências na Educação  
Básica. UNIGRANRIO (RJ)  
E-mail: hmaria@unigranrio.edu.br*

### RESUMO

Este artigo teve por objetivo analisar os aspectos legais voltados à formação docente, a partir da proposta de Educação Inclusiva, que teve sua efervescência na década de 1990. Dessa forma, abordou-se os seguintes documentos oficiais que envolvem essa proposta são eles: Declaração de Salamanca (1994); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n.º 9394/96); Resolução CNE/CEB n.º 2/2001; Portaria Normativa n.º 13/2007; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008); Resolução n.º 4/2009 e Decreto n.º 7611/2011. Foram realizadas entrevistas com 11 (onze) professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de uma unidade escolar da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias (RJ), sendo essas analisadas com base nessas legislações. A tipologia da pesquisa consistiu-se como Estudo de Caso. Nas conclusões enfocou-se as principais reflexões sobre a importância da formação de professores na construção de uma Escola Inclusiva.

**Palavras chave:** Aspectos Legais, Formação Docente, Educação Inclusiva

### ABSTRACT

This article aimed to analyze the legal aspects of teacher education, based on the proposal of Inclusive Education, which had its effervescence in the 1990s. Thus, the following official documents that involve this proposal are: Declaration of Salamanca (1994); Law of Directives and Bases of National Education (LDBEN n.º 9394/96); CNE / CEB Resolution No. 2/2001; Regulatory Ordinance no. 13/2007; National Policy on Special Education in the Inclusive Perspective (2008); Resolution no. 4/2009 and Decree no. 7611/2011. Interviews were carried out with 11 (eleven) teachers from the Initial Years of Elementary School of a school unit of Duque de Caxias City Hall (RJ), which were analyzed based on these legislations. The research typology consisted of a case study. In the conclusions the main reflections were focused on the importance of the formation of teachers in the construction of an Inclusive School.

**Keywords:** Legal Aspects, Teacher Training, Inclusive Education



## INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte integrante da dissertação de mestrado intitulada “Educação Inclusiva: A Trajetória entre a Formação Docente e o Cotidiano Escolar” em processo de construção que tem como objetivo analisar os aspectos legais que envolvem a formação do professor, a partir do paradigma da inclusão.

Os marcos referenciais são: a Declaração de Salamanca (1994); a LDBEN n.º 9394/96; a Resolução CNE/CEB n.º 2/2001 (BRASIL, MEC, CNE, 2001), que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, fixa dois tipos de docentes quanto à formação: os capacitados e os especializados, denominadas por Bueno (1999) como generalistas e especialistas; a Portaria Normativa n.º 13 de 24 de abril de 2007 que versa sobre o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2008), a Resolução n.º 4/2009 (BRASIL, MEC/CNE, 2009) e o Decreto n.º 7611/2011 (BRASIL, Presidência, 2011).

Esses documentos foram analisados à luz das entrevistas realizadas com 11 (onze) docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo 10 (dez) regentes das salas comuns do ensino regular que têm alunos com deficiência nessas salas e 1 (um) da Sala de Recurso Multifuncional. Se constituiu em um Estudo de Caso, apresentando como *locus* uma escola dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias.

A tipologia descritiva em forma de Estudo de Caso, conforme Rizzini, Castro e Sartor (1999, p. 29) consiste no “interesse no Caso, é justamente que ele possui de particular e único, mesmo que posteriormente, apresente certas semelhanças com outros casos”. O embasamento teórico voltou-se para os autores que estudam sobre a temática, dentre os quais destacam-se: Baptista (2002), Beyer (2006), Borowsky (2010), Bueno (1999), Bürkle (2010), Carvalho e Soares (2012), Dorziat (2011) Garcia (2013), Mantoan (2003), Prieto (2006), Vaz e Garcia (2015).

A estrutura do artigo encontra-se dividida em 3 (três) eixos norteadores, conforme descrito a seguir: O primeiro norteou-se sobre a formação docente na construção de uma escola inclusiva, enfatizou as legislações elaboradas no sentido de prepará-los para os atendimentos dos alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular. Definiu-se a diferença entre o professor generalista e o especialista (Bueno, 1999).

O segundo tópico descreveu sobre a formação de professores voltados para a Sala de Recurso Multifuncional e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), foram elencados os seguintes documentos: Portaria Normativa n.º 13 de 24 de abril de 2007, que cria o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Resolução n.º 4/2009, Decreto n.º 7.611/2011.

O próximo ponto consistiu na análise dos dados das entrevistas, a referida análise teve como foco duas questões que compõem o roteiro de entrevista da citada dissertação, são elas: Já fez algum curso sobre Educação Inclusiva? Sente-se preparado para atuar frente aos alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular?

Cabe destacar que os 11 (onze) professores foram numerados de P. 1 a P. 11, como uma forma de preservar o sigilo e suas identificações, com o objetivo de manter o compromisso ético com os sujeitos da pesquisa. A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética da UNIGRANRIO (RJ) sob o número CAAE: 50584715.10000.5283. As conclusões pautaram-se em reflexões e apontamentos sobre a importância da formação na construção da Educação Inclusiva.

## 1. FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A partir da década de 1990 teve início no cenário nacional a inclusão dos alunos público alvo da Educação Especial na rede regular de ensino. Nesse sentido, houve a necessidade premente de reformar, reorganizar a instituição escolar para o recebimento dessas novas demandas estando no centro de todas essas mudanças a formação docente, como ponto chave da nova concepção. Com essa proposta de reformulação do sistema educacional Frigotto e Ciavatta (2003, p. 97) enfatizaram que:

Do ponto de vista da educação, ocorre uma disputa entre o ajuste dos sistemas educacionais às demandas da nova ordem do capital e as demandas por uma efetiva democratização do acesso ao conhecimento em todos os seus níveis. Os anos de 1990 registram a presença dos organismos internacionais que entram em cena em termos organizacionais e pedagógicos, marcados por grandes eventos, assessorias técnicas e farta produção documental.

Com a mesma concepção, sobre a influência dos organismos internacionais no rumo da educação mundial, Michels (2006), Miguel e Vieira (2008), descreveram em seus trabalhos o forte impacto, principalmente do Banco Mundial na construção das políticas públicas educacionais, posto que a educação é compreendida por esse organismo:

A educação é a pedra angular do crescimento econômico e do desenvolvimento social e um dos principais meios para melhorar o bem estar dos indivíduos. Ela aumenta a capacidade produtiva das sociedades e suas instituições políticas, econômicas e científicas e contribui para reduzir a pobreza, acrescentando o valor e a eficiência ao trabalho dos pobres e mitigando as consequências da pobreza nas questões vinculadas à população, saúde, e nutrição (FIGUEIREDO, 2006, *apud* MIGUEL; VIEIRA, 2008, p. 134).<sup>1</sup>

Nesse cenário, é elaborada a Declaração de Salamanca (1994) que tem como princípio fundamental:

[...] As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem acolher, crianças com deficiência que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas.

Desta forma, tanto a conjuntura mundial, como os documentos oficiais que embasaram a terceira LDBEN n.º 9394/96 do país trazendo uma reforma geral na concepção da educação nacional, incluindo nessas mudanças a formação docente, que foi instituída através da elaboração de 7 (sete) artigos que versam sobre essa formação: Em seu Artigo 62 que teve algumas modificações em seu texto original, devido às novas exigências de um sistema educacional comprometido com o processo inclusivo encontramos:

<sup>1</sup> Essa conceituação foi elaborada pelo Banco Mundial no ano de 1992, e citada por Figueiredo em (2006).

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009b).

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009b).

Observa-se nessa legislação, a definição da formação docente exigida para atuar na educação básica, e a ênfase na formação inicial e continuada. Em 2001, no que tange a formação de professores para o trabalho com alunos com deficiência, são criadas as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 02/2001) estabeleceu essa formação voltada para diversidade ao definir dois tipos de professores: os capacitados e os especializados especificando que,

Artigo 18 § 1.º. São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:

- I - perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
- II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado as necessidades especiais de aprendizagem;
- III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;
- IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial (BRASIL, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, Artigo 18, § 1.º).

No que concerne à formação dos professores especialistas<sup>2</sup> a lei previu também no artigo 18:

§ 2.º São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

§ 3.º Os professores especializados em educação especial, deverão comprovar:

- I - formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado a licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental;
- II - complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da

2 Bueno (1999) destacou sobre a formação do professor generalista ou especialista, que essa dicotomia é uma falsa questão, à medida que: "O problema não reside na oposição entre os especialistas ou generalistas. Se por um lado a educação inclusiva exige que o professor do ensino regular adquira algum tipo de especialização para fazer frente a uma população que possui características peculiares, por outro, exige que o professor de Educação Especial amplie suas perspectivas, tradicionalmente centradas nessas características. Se construirmos uma trajetória de formação de professores que coloquem em prática esses princípios, com certeza estaremos contribuindo, dentro do nosso âmbito de ação, para a ampliação efetiva das oportunidades educacionais a toda e qualquer criança, com necessidades educativas especiais ou não (BUENO, 1999, p. 24)".

educação especial, posterior a licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio (BRASIL, Resolução CNE/CEB n.º 2/2001, Artigo 18 § 2.º e 3.º).

Nessa perspectiva, a formação do professor, para uma escola inclusiva estaria vinculada a dois tipos de profissionais:

1) os “professores generalistas”, que seriam responsáveis pelas classes regulares e capacitados com um mínimo de conhecimento e prática sobre a diversidade do aluno e 2) os “professores especialistas”, formados para lidar com diferentes necessidades educacionais especiais e responsáveis por dar suporte, orientação e capacitação aos professores do ensino regular ou para atuar diretamente com alunos em classes especiais, sala de recursos, etc. (BUENO, 1999 e 2001; GLAT, 2000; GLAT e PLETSCHE, 2004, *apud* ANTUNES; GLAT, 2011, p. 188 - aspas das autoras).

No entanto, para Prieto (2006) e Michels (2006), essa divisão proposta na Resolução CNE/CEB n.º 2/2001, tem um ponto negativo, posto que a Educação Inclusiva exige o conhecimento de toda a comunidade escolar, e não só dos professores especializados. A fragmentação fixada no documento gera fragmentação na formação docente, dentro do espaço escolar. Enfatizando a Resolução do CNE/CEB n.º 02/2001, no que concerne às duas categorias de professores, Michels (2006) descreveu que esse documento também determinou que:

as competências necessárias para cada tipo de professor. Aos professores denominados capacitados cabe a tarefa de perceber quais são os possíveis alunos com necessidades educacionais especiais e desenvolver com eles atividades ou ações pedagógicas em sala de aula. Aos professores especializados compete identificar esses alunos e definir estratégias que os professores capacitados deverão utilizar com eles em sala de aula (MICHELS, 2006, p. 416 e 417).

A partir de 2003, em consonância com as diretrizes dos organismos internacionais que influenciaram/ influenciam diretamente na elaboração das políticas públicas educacionais no Brasil, especificamente sobre a formação docente para o sistema educacional inclusivo, teve início à valorização da formação continuada e na modalidade à distância. Cabe destacar que esse tipo de formação ainda encontra-se presente na atualidade.

O objetivo da formação continuada na perspectiva inclusiva, consistiu em “disseminar a política de educação inclusiva nos municípios brasileiros e apoiar a formação de gestores e educadores para efetivar a transformação em sistemas educacionais inclusivos (CAIADO; LAPLANE, 2009, *apud* GARCIA, 2013, p. 103)”.

É notório enfatizar que a partir de 2007, com a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, ocorreu o *Curso de Aperfeiçoamento de Professores para o Atendimento Educacional Especializado*, que apresentou todas as características de formação continuada aligeirada, em serviço e na modalidade à distância. Esse assunto é abordado na próxima seção desse trabalho.

## 2. FORMAÇÃO DOCENTE PARA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A partir de 2007, é notório observar que foram instituídos vários documentos, leis e resoluções sobre a Educação Especial na perspectiva inclusiva, no referido ano foi fixada a implantação da Sala de Recursos Multifuncional; através da Portaria Normativa n.º 13, de 24 de abril de 2007, que institui o *Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais*. É nesse contexto que a formação de professores apresentou novas diretrizes no sentido de efetivação da Sala de Recursos Multifuncionais e do AEE. Sendo assim, em 2007, a Secretaria da Educação Especial (SEESP), elaborou um curso de formação docente à distância, com o objetivo de formá-los para o AEE. Tal formação envolveu todo o país tendo <sup>7</sup> público-alvo os:

Professores (especialistas ou não) efetivos das redes de ensino básico dos 144 municípios-polo do Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade. Cada município-polo seleciona professores-alunos da sua rede de ensino para participar do curso, os quais devem atuar no AEE ou na sala de aula comum (GARCIA, 2013, p. 114).

No que se refere a esse curso oferecido pelo Ministério da Educação (MEC), Carvalho e Soares (2012, p. 45 e 46) enfatizaram que:

Verifica-se, em primeiro lugar, que a perspectiva básica foi a de que um professor se responsabilizava pelo atendimento educacional especializado para qualquer tipo de deficiência, já que o curso englobava as quatro mais incidentes: intelectual, auditiva, física e visual.

Em segundo lugar destaca-se o reduzidíssimo número de horas dedicadas a cada uma das deficiências: 34 horas para oferecer preparação básica para que o professor ofereça atendimento educacional especializado a aluno determinado tipo de deficiência.

A perspectiva de formação de um único profissional que ofereça apoio ao trabalho realizado pelo ensino regular com alunos com deficiências distintas não leva em consideração que elas redundam em diferentes consequências em relação à aprendizagem do conteúdo escolar.

Em 34 horas de curso, o professor deve adquirir competência para trabalhar com Braille, e soroban com alunos cegos; em outras 34, para trabalhar com língua de sinais e adaptações didáticas da Língua Portuguesa com alunos surdos; em outras tantas, para trabalhar com comunicação alternativa com alunos com paralisia cerebral; e por fim, com mais 34 horas para trabalhar com as adaptações curriculares necessárias para o melhor aproveitamento de alunos com deficiência intelectual.

No que concerne ao material utilizado no curso de formação docente, pelo Ministério da Educação (2007), deram pouca ênfase ao processo de ensino e as práticas pedagógicas que envolvem a aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial. Nesse sentido, Borowsky (2010), pontuou que a formação docente, nesse processo voltou-se para as questões práticas que permeiam às diferentes deficiências, todavia permaneceu a indefinição quanto a perspectiva pedagógica para o trabalho com as mesmas, suas singularidades e especificidades.

Em 2008, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, MEC/ SEESP, 2008), especificou a formação docente para o AEE.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, MEC, SEESP, 2008).

Sobre essa questão que envolveu a formação docente para o AEE, no referido documento, Carvalho e Soares (2012) indagaram: “Ora, se as atividades desenvolvidas no AEE não podem se confundir com as realizadas nas salas de aula, qual é a razão para que se exija ‘conhecimentos gerais para o exercício da docência’ (p. 42 - aspas das autoras)”. O questionamento das autoras apresentou grande pertinência, à medida que a trajetória da formação de professores no Brasil teve um cunho de ambiguidade e indefinição.

Ainda sobre essa Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, MEC/ SEESP, 2008), que tem por objetivo a construção de um sistema educacional inclusivo, Garcia (2013) enfatizou que a formação docente para atingir esse objetivo levou uma dupla reconversão dos professores. Desta forma, a autora pontuou elementos essenciais, a fim de compreender como se estruturou essa formação:

[...] Primeiro, em relação aos professores regentes das turmas de educação infantil e do ensino fundamental, que passaram a ter com regularidade em suas classes alunos da educação especial. Segundo, na mudança de ação docente dos professores de educação especial, a qual também se desdobra em duas possibilidades: 1) em relação ao lócus de atuação, mudando de diferentes serviços (instituições especializadas, classes especiais, salas de recursos) para ocorrer prioritariamente na SRM; e 2) no que se refere ao tipo de atendimento propriamente, que passou de mais especializado, com cada professor atuando com alunos com características comuns relacionadas à deficiência (cegueira, surdez, deficiência física, mental, múltipla), para uma atuação mais abrangente, na qual um mesmo professor atua com alunos com as mais diversas características (GARCIA, 2013, p. 115).

Em 2009, foi criada a Resolução n.º 4, de 2 de outubro de 2009 (BRASIL, MEC/ CNE, 2009a) que instituiu as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial estabeleceu competência na construção do plano de AEE, demonstrando a importância do PPP nesse processo, sendo assim:

Art. 9º A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento (BRASIL, MEC, CNE, Resolução n.º 4/2009a, p. 2).

No que tange à formação docente

Art. 12. Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial.

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:  
I - identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos,

- de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II - elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III - organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV - acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V - estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI - orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII - ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII - estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, MEC, CNE, Resolução n.º 4/2009a, p. 3).

A abrangência da formação do professor, com essa Resolução demonstrou que esses profissionais devem ser versáteis, isto é, capazes de trabalhar:

[...] com todos os tipos de deficiência, de orientar os pais e professores e ainda serem responsáveis pela boa articulação da política de inclusão escolar. A política em vigor indica mudança na concepção de professor, provocando consequências na concepção de EE. Essa modificação incorpora o modelo médico-pedagógico, mas supera a ideia de professor formado por área de deficiência, prevendo um professor de EE que atue no AEE com todas as categorias de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Tais argumentos elucidam as disputas de concepções nas quais a Educação Especial está inserida. Percebemos que o professor especializado, assim como sua formação inicial, está sendo gradativamente desconsiderada na documentação representativa da política de EE atual, o que de certa forma, indica concepção presente sobre esse professor e sobre os objetivos da Educação Especial na escola regular (VAZ; GARCIA, 2015, p. 94).

Em 2011 foi elaborado o Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, Previdência, 2011), fixou sobre a formação docente para o AEE, no Artigo 5º, § 2º, Inciso III - “formação continuada de professores inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão (BRASIL, Decreto n.º 7611/2011)”. Nesse documento, encontram-se presentes, o alargamento da formação de professores. Diante do exposto, para Sala de Recursos Multifuncional e o AEE, faz-se fundamental observar que:

Entre as mudanças ocorridas em relação à modalidade de educação especial ao longo da década, podemos destacar: [...] a definição do professor especializado como professor do AEE, retirando do profissional e da formação o caráter de aprofundamento de estudos em um campo de conhecimento e deslocando para a tarefa- AEE - a marca de uma multifuncionalidade (GARCIA, 2013, p. 116).

Onde essa multifuncionalidade, segundo a autora encontra-se vinculada.

A ideia de multifuncionalidade da sala de recursos é transferida para o professor, que deve ter, segundo a proposição oficial, uma formação eclética, sobre a qual podemos indagar: tal formação tem a marca da pluralidade ou implica uma reflexão insuficiente capturada para centralidade na prática? (GARCIA, 2013, p. 116).

Diante desse cenário o professor do AEE recebe várias denominações, devido as suas inúmeras atribuições, dentre elas: “superespecialista”, “polivalente”, “multifuncional”, “gestor dos recursos de aprendizagem dos alunos”, “eclético”, “proativo”.

### 3. REFLETINDO SOBRE OS DADOS OBTIDOS

Inicialmente, antes de entrar especificamente na análise das entrevistas, cabe pontuar que todos os 11 (onze) docentes entrevistados concluíram suas formações no novo milênio, quando várias políticas públicas voltadas aos processos inclusivos já haviam sido elaboradas. A proposta de Educação Inclusiva, conforme Baptista consiste em:

[...] um movimento e um paradigma. Um movimento, porque podem ser reconhecidas ações que se transformam e que propõem novas transformações. Tais ações associam-se a práticas diferentes e diferenciadas, as quais rompem com verdades estabelecidas e determinam a falência de critérios de classificação que resistiram durante décadas. Um paradigma, porque lança uma perspectiva que tem propostas que imprimem uma direção ao trabalho educativo e à reflexão em educação.

[...] A educação inclusiva introduziu intensas mudanças na discussão pedagógica relativa aos locais de atendimento educativo e às propostas de intervenção. Tais mudanças atingem mais diretamente a educação especial, pois há uma proposição que altera a estruturação do atendimento que a caracteriza, ou seja, que transforma os serviços especializados (BAPTISTA, 2002, p. 162 e 163).

Com a mesma concepção, Mantoan (2003), pontuou:

[...] a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno (MANTOAN, 2003, p. 20).

É esse processo dinâmico do projeto de inclusão que exige uma (re) construção de todo o espaço escolar, inclusive da formação de professores. Dessa forma, a primeira indagação feita aos docentes buscou saber se os mesmos já fizeram algum curso sobre Educação Inclusiva? Dos respondentes, 7 (sete) professores narraram que não fizeram, nesse universo citado, 3 (três), apesar de efetivamente não terem participado de curso, tiveram acesso a alguma informação sobre inclusão no contexto escolar, seja através de disciplina, seja assistindo palestras na faculdade sobre o tema, como podemos observar a seguir:

*“[...] Só na faculdade um disciplina de Educação Inclusiva. Não me recordo o nome, somente uma disciplina (P. 3)”.*

*“[...] participei de algumas palestras sobre o assunto (P. 4)”.*

*“[...] Participei das capacitações oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação em Duque de Caxias (P. 6)”.*



Dos entrevistados, somente 4 (quatro) relataram que fizeram curso de Educação Inclusiva, destaca-se o professor da Sala de Recurso Multifuncional que disse ter realizado em 2014, o Curso de Extensão pela Universidade de Santa Maria na modalidade EAD, como também, todos os cursos oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias sobre o assunto. Os outros 3 (três) professores ressaltaram terem feito curso referente à temática:

*"[...] Era um curso voltado para portador de necessidades educacionais especiais no ano de 2000 (P. 2)".*

*"Quando fiz faculdade de Pedagogia (P. 8)".*

*"[...] Estudo sobre síndromes, dificuldades de aprendizagem, adaptação curricular e técnicas de ensino para estudantes com necessidades especiais (P. 9)".*

Sendo assim, pode-se verificar o elevado número de docentes, que apesar da construção de políticas públicas sobre a formação desses profissionais para a inclusão escolar, ainda está à margem de todo esse processo proferido nos documentos nacionais e internacionais que propõem à inclusão. A partir da LDBEN n.º 9394/96 a formação continuada é citada em várias legislações que envolvem à docência com o objetivo dessa formação voltar-se para o processo inclusivo, entretanto constata-se que:

[...] a formação de professores para a educação especial que tendo como foco a inclusão, indica a formação docente como elemento-chave, para a mudança na escola. Porém, como observado, a formação desse profissional mantém como suas bases teóricas aquelas que explicam o fracasso escolar pelas diferenças individuais (MICHELS, 2006, p. 421).

Apesar da LDBEN n.º 9394/96, estabelecer no Artigo 58 que a Educação Especial como modalidade de educação escolar deverá ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. Todavia, somente dois professores entrevistados das classes comuns narraram que tiveram acesso a alguma informação na graduação sobre a inclusão na rede regular de ensino; um docente por meio de uma disciplina e o outro sinalizou que realizou um curso no período da faculdade. Nessa perspectiva Dorziat (2011):

[...] nos currículos de cursos de formação docente, inicial ou continuada, os quais mesmo quando buscam integrar o debate da inclusão, apresenta-o como apêndice em disciplinas isoladas e desconectadas de uma visão epistemológica de Educação, tratadas no curso como um todo (p. 150).

Reis (2006), também observou sobre a formação docente, seja em nível médio ou em graduação:

[...] quando muito, tem se limitado à oferta de uma carga horária mínima em disciplinas oferecidas nos cursos de formação de professores/ licenciaturas para estudo de questões sobre Altas Habilidades/ Superdotação em abordagens suplementares para uma proposta inclusiva de educação atendendo aos aspectos legais vigentes. Desta forma, será que atende? (REIS, 2006, p.25).

Sendo assim, constata-se que há precariedade na formação inicial e/ou continuada desses profissionais devido, a fragilidade do currículo nos cursos de formação de professores. Somados a outros fatores, tais como: longas jornadas de trabalho, ausência de motivação por parte do docente, e principalmente, pela carência de investimentos para realização dessa formação. A particularidade do projeto de Educação Inclusiva no Brasil, se deve ao fato de que:

[...] foi rapidamente (precipitadamente?) gerado pelos gestores do governo federal. Não houve tempo para a idéia amadurecer nas bases, nos estados, nos municípios, nas escolas, para então se pensar em um projeto com força de Lei. De forma alguma (e isto não deixa ser o óbvio, mas, com frequência, é, intencionalmente ou não, ignorado) documentos legais, que fundamentam as diretrizes educacionais, poderão produzir qualquer transformação ou reforma educacional. Se não houver o **comprometimento, a disposição, a convicção dos sujeitos participantes, pais, professores e gestores, de que a educação inclusiva é o melhor caminho para uma inclusão social mais efetiva das crianças com deficiência, com o esforço e o sacrifício compartilhado entre cada um desses agentes, tal projeto fracassará** (BEYER, 2006, p. 63 – grifo nosso).

A segunda questão feita aos docentes foi: Sente-se preparado para atuar frente aos alunos com deficiência nas classes comuns da rede regular de ensino? Dez professores afirmaram que não, somente o professor da Sala de Recurso Multifuncional relatou, “[...] Porque eu sempre busco me especializar. Assistir palestras, ler sobre o aluno. Busco sempre me reciclar, isto é, formação continuada (P. 11)”.

Ao analisar o discurso desse docente, observa-se que o mesmo busca sempre se “reciclar”, essa preocupação deve-se diretamente ao fato de atuar no Atendimento Educacional Especializado, o que exige a partir da Política Nacional de Educação Especial na

Perspectiva Inclusiva (2008), um alargamento na formação desse profissional, passando a ser um docente “multifuncional” (GARCIA, 2013).

Retomando o significativo “não” das respostas dadas pelos professores, quanto ao estar preparado para atuar em relação aos alunos com deficiência, foram pontuados como motivos: “falta de formação”, “precariedade e ausência de recursos materiais e humanos”, “necessidades de suporte e orientação”. Abaixo foram descritos 5 (cinco) relatos de professores, pelos apontamentos realizados e sua importância para esse trabalho:

*“[...] Porque nenhuma escolarização que tive, nem na graduação, e nem na especialização, tive preparo para lidar com essa questão Em nenhuma mesmo, na sala de aula é diferente (P. 2)”.*

*“[...] Porque requer muitas especificações, tem que saber qual a deficiência e muitas vezes, não se sabe. Não somos formados para isso. Não somos preparados nem para lidar com os alunos ditos ‘normais’. Necessita de um planejamento próprio (P. 3)”.*

*“[...] Porque não tenho formação (suficiente) para sentir-me segura em atuar com alunos com deficiência (P. 4)”.*

*“[...] O aluno com necessidades especiais precisa de mais atenção e instrumentos que, na rede municipal, nem sempre estão disponíveis. Não tenho formação para trabalhar com alunos com deficiência auditiva, surdos e cegos. O que procuro fazer são adaptações e dar o máximo de atenção possível dentro da realidade de sala de aula (P. 9)”.*

*“[...] Pela falta de formação, porque a área de atuação é imensa. A cada ano você tem uma síndrome diferente em sala de aula. Tenho muitas experiências... Com os alunos autistas, o que fiz foi estudar, pesquisar... Buscar muito (sozinho, sem suporte do profissional de saúde) (P. 10)”.*

Ao analisar essas respostas dos docentes, foi possível constatar a falta de informação para atender as necessidades dos alunos com deficiência. O discurso de um professor que enfatizou que não teve nem formação inicial e nem continuada para desenvolver

esse trabalho “[...] Porque nenhuma escolarização que teve, nem na graduação, e nem na especialização (p. 2)”. Nessa perspectiva a formação docente voltada para inclusão conforme Prieto (2006) deve ter como preocupação:

No âmbito das instituições de ensino superior, a formação inicial deve, no mínimo, assegurar aos futuros profissionais: domínio teórico para sustentar ações compromissadas com a construção de outras bases sociais, aquelas em que, ao menos, a desigualdade não possa ser justificada sob nenhuma condição; e conhecimento para elaborar propostas de enfrentamento à realidade escolar brasileira, marcada por tantos desajustes que exigem dos profissionais a definição do que defendem enquanto papel social da educação escolar e, com isso, quais princípios devem reger suas ações.

No âmbito da formação dos profissionais já engajados em sistemas de ensino, é preciso ultrapassar o que vem sendo promovido, ou seja, a realização de encontros formativos que se encerram na mera defesa da educação como direito de todos, ou que informam os princípios filosóficos e políticos da inclusão escolar e suas prerrogativas legais. É preciso promover sua continuidade, com aprofundamento das reflexões e da formulação de proposições para construir alternativas de escolarização para todos (PRIETO, 2006, *apud* ARANTES, 2006, p. 103).

Ainda sobre a precariedade da formação docente, o outro entrevistado salientou que

“[...] Não somos formados para isso. Não somos formados nem para lidar com os alunos ditos ‘normais’. Necessita de um planejamento próprio (P. 3)”. Verifica-se nessa narrativa que:

Mal informados e com receio de que os “alunos incluídos” aumentam seus problemas de ensino e prejudiquem ainda mais as suas turmas, baixando o nível de desempenho e de aprovação dos grupos nas provas – referências fundamentais da educação excludente de nossas escolas –, os professores do ensino regular resistem à inclusão (MANTOAN, 2006, *apud* ARANTES, 2006, p. 95).

Como também no relato desse docente foi possível verificar a permanência da questão da normalidade/anormalidade que perpassou a construção da Educação no Brasil, e deixou ranços até os dias atuais. Ao rotular o aluno com deficiência como “anormal” deixou-se de criar várias possibilidades na construção de seu processo ensino-aprendizagem. Dorziat (2011) pontuou que esse ranço deixado pela trajetória da Educação Especial tem como objetivo, “[...] pôr em prática um mecanismo de disciplinamento, controle e regulação dos indivíduos (DORZIAT, 2011, p. 153)”.

Nesse sentido, Mantoan (2003) reitera que a proposta de uma escola inclusiva, não deve basear-se nessa categorização e seletividade, “[...] O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais (MANTOAN, 2003, p. 20)”. Desta forma, diante do exposto, constata-se que “foram elaboradas leis e decretos, porém não se preparou escolas, comunidade escolar e professores para inclusão (BÜRKLE, 2010, p. 109)”. Sendo assim, a construção de um projeto inclusivo ainda é um desafio no sistema educacional brasileiro, posto que a criação de legislações não garantiu a sua concretização.

## CONCLUSÕES

Esse trabalho ao abordar a questão da formação docente para construção de uma escola inclusiva baseada nos aspectos legislativos, constatou-se que apesar da elaboração dos documentos norteadores desse processo, persiste um hiato entre as leis vigentes, e o cotidiano escolar na realidade estudada, deixando no ar indagações acerca da realidade no Brasil, à medida que é visível o pouco investimento em recursos materiais e humanos, bem como a precarização da formação docente, para atender a complexidade da dinâmica que envolve o dia-a-dia das unidades escolares.

Dessa forma, verificou-se durante as entrevistas o desconhecimento de alguns docentes sobre as políticas públicas de inclusão, bem como a permanência do falso conceito de que a inclusão é somente socialização dos alunos com deficiência, o que compromete significativamente o seu processo de aprendizagem.

Diante dessa complexa realidade que envolve a construção de um projeto inclusivo, conclui-se que a elaboração das legislações não se constitui em garantia de implementação da Educação Inclusiva, sendo assim, faz-se urgente a ressignificação da educação contemporânea no compromisso ético-político e legislativo de uma escola para todos.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, K. C. V.; GLAT, R. (2011) Formação de professores na perspectiva da educação inclusiva. Os cursos de Pedagogia em foco. In: PLETSCHE, M.D. & DAMASCENO, A. (Org.). *Educação especial e inclusão escolar: Reflexões sobre o fazer pedagógico*. Seropédica: Edur UFRRJ, p.188-201.

ARANTES, V.A. (Org.) (2006) *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. 6ª edição, São Paulo: Summus Editorial.

BAPTISTA, C. R. (2002) Educação inclusiva. In: *Ponto de Vista: revista de educação e processos inclusivos*, v.1, n. 3/4, Florianópolis: Núcleo de Publicações do CED - UFSC, 2002, p.161-172.

BEYER, H. O. (2006) *Inclusão e avaliação na escola: alunos com necessidades educacionais especiais*. 2ª edição, Porto Alegre: Mediação.

BRASIL. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

\_\_\_\_\_. MEC. *Lei n.º 9394, de 20 de Dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n.º 9394/96)* Brasília, Ministério da Educação, 1996.

\_\_\_\_\_. MEC. *Resolução CNE/CEB n.º 2 de 11 de setembro de 2001*. Institui Diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: [portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ceb0201.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ceb0201.pdf) Acesso em: 16 set. 2016.

\_\_\_\_\_. *Programa de Implantação de Sala Recursos Multifuncionais – Portaria Normativa n.º 13 de 24 de abril de 2007*. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/portaria\\_13\\_24\\_abril\\_2007.pdf](http://portal.mec.gov.br/portaria_13_24_abril_2007.pdf) Acesso em: 21 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*.

Brasília, MEC, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf> Acesso em: 20 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. MEC. Secretaria de Educação Especial. *Resolução n.º 4, de 02 de outubro de*

2009. Institui Diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, 2009a. Disponível em: [www.abie.org.br/doc/Resolucao%E3o%204%20DE%2002%20out%202009%20EDUCA%C7%C3%20ESPECIAL%20rceb004\\_09.pdf](http://www.abie.org.br/doc/Resolucao%E3o%204%20DE%2002%20out%202009%20EDUCA%C7%C3%20ESPECIAL%20rceb004_09.pdf) Acesso em: 03 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República, *Lei n.º 12.056, de 13 de outubro de 2009*. Acrescenta parágrafos ao Art. 62 da Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional, 2009b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12056.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12056.html) Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011*. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e da outras providências.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm) Acesso em: 16 set. 2016.

\_\_\_\_\_. MEC. *Lei n.º 12.796, de 04 de abril de 2013*. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm) Acesso em: 31 jul. 2016.

BOROWSKY, F.(2010) Formação continuada de professores: algumas perspectivas teóricas. In: VIII ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DA REGIÃO SUL – Anped Sul, 18 a 21 de julho de 2010, Universidade Estadual de Londrina. *Anais do VIII Encontro de Pesquisa da Região Sul – Anped Sul*, Londrina: EDUEL – Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2010, p. 1-20.

BUENO, J. G. S. (1999) Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalista. In: *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.3, n.5, Piracicaba: Editora UNIMEP, set.1999, p. 7-25.

BÜRKLE, T. S. (2010) *A sala de recursos como suporte à educação inclusiva no Município do Rio e Janeiro: das propostas legais à prática cotidiana*. 2010. 146f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ.

CARVALHO, M. F. e SOARES, M. A. L. (2012) *O professor e o aluno com deficiência*. SP: Cortez Editora, Coleção Educação e Saúde.

DORZIAT, A. (2011) A formação de professores e a educação inclusiva: desafios contemporâneos. In: CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R. (Orgs). *Professores e Educação Especial: formação em foco*. Porto Alegre: Mediação, v. 2, 2011, p. 147-159.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (2003) Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida a lógica do mercado. In: *Educação e Sociedade*, v. 24, n. 82, Campinas: CEDES-UNICAMP, abril 2003, p. 93-130.

GARCIA, R. M. C. (2013) Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, n. 52, Rio de Janeiro: Autores Associados, jan./ mar. 2013, p. 101-119.

MANTOAN, M. T. E. (2003) *Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?* 2.ª edição. São Paulo: Editora Moderna.

MICHELS, M. H. (2006) Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional Brasileira que atribuem contornos à organização escolar. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11 n. 33, Rio de Janeiro: Autores Associados, set./dez. 2006, p. 406-423

MIGUEL, M. E. B.; VIEIRA, A. M. D.P. (2008) As políticas educacionais e a formação continuada do professor. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 31, setembro 2008, p. 127-141. Disponível em: [http://www.histedbr.feunicamp.br/revista/edicoes/32/art10\\_31.AS\\_POLITICAS\\_EDUCACIO\\_NAIS\\_E\\_A\\_FORMACAO\\_CONTINUADA\\_DO\\_PROFESSOR.pdf](http://www.histedbr.feunicamp.br/revista/edicoes/32/art10_31.AS_POLITICAS_EDUCACIO_NAIS_E_A_FORMACAO_CONTINUADA_DO_PROFESSOR.pdf) Acesso em: 17 nov. 2016.

PRIETO, R. G. (2006) Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. *Inclusão Escolar: pontos e contrapontos*. 6.ª edição, São Paulo: Summus Editorial, 2006, p. 31-73.

REIS, H. M. M. S. (2006) *Educação inclusiva é para todos? A (falta de) formação docente*. 2006. 266f. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RIZZINI, I.; CASTRO, M. R.; SARTOR, C. S. D. (1999) *Pesquisando... guia de metodologia de pesquisa para programas sociais*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária.

VAZ, K.; GARCIA, R. M. C. (2015) Modelos de formação do professor de educação especial: estratégias de consolidação da política educacional. In: *Educação e Fronteiras*, v. 5, n. 13, Dourados/MS: Editora UFGD, maio/ agosto 2015, p.83-105.

## A AÇÃO DOCENTE E A PROBLEMATIZAÇÃO DA SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFISSIONAIS DA SAÚDE: ENFERMEIROS E TÉCNICOS

**João Ramos**

*Enfermeiro Obstetra especialista em ginecologia e obstetrícia.  
jramos.juan@gmail.com*

**Maria Adélia da Costa**

*Doutoramento em Educação. Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG  
adelia.cefetmg@gmail.com*

**Vanusa Fernandes Moraes Ramos**

*Enfermeira especialista em saúde da mulher e da criança.  
vanusafmramos@gmail.com*

### RESUMO

Este texto resulta de inquietações oriundas das experiências e vivências profissionais dos autores que investigaram a síndrome da estafa profissional *Burnout*, em servidores de uma unidade de terapia intensiva (UTI) neonatal. Trata-se de uma temática que perpassa as vertentes multidisciplinares e, portanto, adentra na organização educacional dos cursos de formação profissional de enfermeiros e técnicos de enfermagem. Tem por objetivo avaliar a incidência da síndrome de *Burnout* em uma equipe de enfermagem da unidade de terapia intensiva neonatal bem como apreender formas de problematização da síndrome nos cursos de formação profissional. Entende-se que os estudos em torno do tema são relevantes para que se possa evidenciar e possibilitar a promoção de soluções preventivas aos danos causados à saúde dos profissionais da saúde.

**Palavras-chave:** Síndrome de *Burnout*. Profissionais da saúde. Formação profissional. Unidade de terapia intensiva.

### ABSTRACT

This text results of concerns from authors' Professionals experiences that investigated the Burnout's Professional syndrome in servers from (UTI) Intensive care Unit Neonatal. It's a theme that running through the multidisciplinary aspects and, therefore, enters in educational organization of vocational training courses for nurses and nurse technicians. Its objective is to evaluate the incidence of the Burnout professional syndrome in a nursing team of the neonatal intensive care unit, as well as to learn another ways of questionaing about the syndrome in professional training courses. It is understood that the studies around the theme are relevant so that it can be evidenced and enable the promotion of preventive solutions to the damages caused to the health of health professionals.

**Key-words:** burnout's Syndrome . Health professionals. Training Professional. Intensive care Unit.

## INTRODUÇÃO

O século XXI é reconhecido como a sociedade da informação ou sociedade em rede alicerçada no poder da informação (CASTELLS, 2003). Apresenta, pois, diversos desafios e paradoxos para a comunidade acadêmica, sobretudo, para a prática social, didático-pedagógica dos docentes que atuam nas instituições de educação formal, em todos os níveis e modalidades de ensino. Com efeito, cabe ressaltar o paradoxo que vem desafiando os cursos de formação docente no que tange à exaltação da sociedade do conhecimento em contraste com o desprestígio de políticas de formação inicial e de desenvolvimento profissional dos professores. A sociedade do conhecimento e de inovações tecnológicas, num modo capitalista de organização social, por vezes, coloca os indivíduos em estreita relação com processos antagônicos de relações de trabalho. Nesse sentido, a pressão capitalista e os modos de produção e trabalho, têm agravado índices de adoecimento aos profissionais, em decorrência dessa peculiaridade laboral. Não obstante, destaca-se o caso dos profissionais da saúde como uma profissão que está sujeita ao desenvolvimento da síndrome de *burnout*, conhecida como a doença do esgotamento emocional. No Brasil, a primeira publicação a esse respeito foi no ano de 1987, quando França (1987), na Revista Brasileira de Medicina, discorreu sobre *A síndrome de "burnout"*. A rigor, foi no final da década de 1990, que começaram a serem publicadas as primeiras teses sobre essa síndrome. Benevides-Pereira, (2002) assevera que em "1996 houve a Regulamentação da Previdência Social, na qual esta síndrome foi incluída no Anexo II no que se referem aos Agentes Patogênicos causadores de Doenças Profissionais".

Apesar de datar quase 30 anos das primeiras publicações científicas a respeito da síndrome de burnout no Brasil, ainda não foram evidenciadas políticas e ações incisivas para a conscientização e prevenção desta doença do esgotamento emocional. Considerando as experiências profissionais dos pesquisadores que versam sobre as áreas da saúde e da educação, este trabalho tem duas finalidades: 1). apreender como ocorrem as ações efetivas nas práticas docentes, em cursos de formação profissional para a enfermagem ou técnico de enfermagem, no que se refere ao debate, discussão e problematização do desenvolvimento desta síndrome nos profissionais da saúde e; 2). verificar a presença, ou não, da síndrome de burnout em uma equipe de saúde que atua em uma UTI neonatal. Cabe salientar que os profissionais da saúde são considerados grupo de risco favorável, pela especificidade do trabalho, a desenvolver burnout. E sob essa perspectiva, questiona-se a função social dos docentes formadores destes profissionais.

## 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O médico brasileiro, Dráuzio Varella (2016), informa que a síndrome de Burnout, ou síndrome do esgotamento profissional, é:

um distúrbio psíquico descrito em 1974 por Freudenberger, um médico americano. O transtorno está registrado no Grupo V da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10). Sua principal característica é o estado de tensão emocional e estresse crônico provocado por condições de trabalho físicas, emocionais e psicológicas desgastantes. **A síndrome se manifesta especialmente em pessoas cuja profissão exige envolvimento interpessoal direto e intenso.** Profissionais das áreas de educação, saúde, assistência social, recursos humanos, agentes penitenciários, bombeiros, policiais e mulheres



que enfrentam dupla jornada correm risco maior de desenvolver o transtorno (VARELLA, 2016, s/p, grifos nosso).

O presente estudo é balizado pela assertiva deste médico quando associa a síndrome de Burnout especialmente aos profissionais das áreas de saúde e educação. Alguns dos sintomas associados a esta síndrome são a sensação de esgotamento físico e emocional que se reflete em atitudes negativas, como ausências no trabalho, agressividade, isolamento, mudanças bruscas de humor, irritabilidade, dificuldade de concentração, lapsos de memória, ansiedade, depressão, pessimismo, baixa autoestima (VARELLA, 2016, s/p). Corroborando com estas ideias, Harrison (1999), assevera que o burnout é um tipo de estresse de caráter duradouro vinculado às situações de trabalho, sendo resultante da constante e repetitiva pressão emocional associada ao intenso envolvimento com pessoas por longos períodos de tempo.

Frente a este contexto, entende-se que a atuação de professores em escolas de formação destes profissionais, tem um papel fundamental para a problematização e divulgação desta síndrome. O conhecimento das causas e consequências de burnout poderá ajudar o profissional a ficar atento aos sintomas e buscar atenção médica ainda no início de seu desenvolvimento. Segundo os estudos do professor Nóvoa (2001, *apud* VEIGA, 2014), a formação de professores deve estar marcada pelo princípio da responsabilidade social o que é corroborado pelo professor Frigotto quando afirma que “a educação e a formação humana serão determinadas pelas necessidades e as demandas do processo de acumulação de capital sob as diferentes formas históricas de sociabilidade que assumem” (FRIGOTTO, 1999, p. 30). Desse modo, entende-se que os sistemas de ensino têm a função social de dialogar com a sociedade a fim de estabelecer conexões entre a educação e o trabalho. Ou seja, as instituições de formação de profissionais da saúde, neste caso especificamente a de formação de enfermeiros e técnicos, devem sempre que possível, interagir/problematizar as relações que se estabelecem entre o mundo acadêmico-científico e a sociedade do trabalho.

De acordo com estudos de Rissardo e Gasparino (2013), a Enfermagem foi classificada, pela *Health Education Authority*, como a 4ª profissão mais estressante no setor público, devido ao constante contato com doenças, o que expõe os profissionais a fatores de risco de natureza física, química, biológica e psíquica. Lidar com o afetivo e o emocional, dos pacientes e de seus familiares tem sido um desafio constante para os profissionais da saúde. Por vezes, estes desafios acabam por interferir no psíquico dos profissionais o que, por conseguinte, pode desenvolver a síndrome de Burnout.

Trabalhar em um ambiente onde o risco de morte dos pacientes é uma possibilidade real, torna as relações interpessoais mais volúveis a interferências psicoemocionais. Castro e Zanelli (2007) corroboram com esse pressuposto quando afirmam que, além das relações psicoemocionais, os profissionais da saúde ainda agregam um número exorbitante de procedimentos complexos, bem como lidam com a falta de recursos humanos e materiais, o que acaba por acarretar estresse laboral, que caso venha se prolongar pode desencadear a síndrome de Burnout.

Considerando as possibilidades de prevenção do desenvolvimento desta síndrome, pressupõe-se que a formação dos profissionais da saúde requer uma constante problematização dos fatores que favorecem esse adoecimento dos profissionais.

## 1.1 Percurso metodológico

Para esta investigação foi realizada um estudo de caso, que segundo Yin (2010, p.24), representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Para a coleta de dados utilizou-se do *Maslach Burnout Inventory* (MBI) primeiro instrumento elaborado para avaliar a incidência da síndrome de Burnout. De acordo com Benevides-Pereira (2009), o “MBI foi criado por Christina Maslach e Susan Jackson em 1978. É mundialmente o inventário mais utilizado para avaliação da Síndrome de Burnout e possui diversas traduções e adaptações para o Brasil”. O MBI é um formulário autoaplicável, que contém 22 questões subdivididas considerando três dimensões básicas da Síndrome de Burnout.

**Exaustão Emocional**, que se refere ao sentimento de sobrecarga e desgaste emocional; a **Despersonalização** que diz respeito aos sentimentos negativos em relação ao próximo e às atitudes de ironia e cinismo com o outro e a falta de **Realização Pessoal** que está relacionada com os sentimentos de inadequação pessoal e profissional ao trabalho (CARLOTTO e PALAZZO, 2006, s/p grifos nosso).

Para analisar a incidência da síndrome no seu conjunto (as três dimensões agrupadas) foram seguidos os critérios apresentados por Moreira *et al.* (2009, p. 1561) citando Ramirez *et al.* (1996) e Grunfeld *et al.* (2000) que definem o acometimento pelo *Burnout* quando se encontram altas pontuações em cansaço emocional e despersonalização e baixas pontuações na subescala realização pessoal. Apresenta-se na Tabela 1 o padrão de pontuação para diagnóstico das dimensões da síndrome de *Burnout* realizado por meio do instrumento MBI.

**Tabela 1.** Padrão de pontuação para diagnóstico da síndrome de Burnout pelo MBI.

Dimensões	Questões	Padrão para pontuação		
		Nível alto	Nível médio	Nível baixo
Cansaço emocional	1, 2, 3, 6, 8, 13, 14, 16 e 20	≥ 27	19-26	< 19
Despersonalização	5, 10, 11, 15 e 22	≥ 10	6-9	< 6
Realização pessoal	4, 7, 9, 12, 17, 18, 19 e 21	≤ 33	34-39	≥ 40

Fonte: adaptado de Moreira *et al.* (2009)

O instrumento foi aplicado a 62 profissionais da saúde. Do total de 67 enfermeiros e técnicos, 5 deles não quiseram responder ou estavam ausentes no momento da coleta. Dos 62 atores sociais pesquisados, 50 eram auxiliares e técnicos de enfermagem e 12 eram enfermeiros. Os questionários autoaplicáveis foram preenchidos dentro das dependências do setor e recolhido imediatamente pelo pesquisador, preservando a segurança da pesquisa.

Quanto aos professores, foi realizada uma roda de conversa com 03 professores enfermeiros e um professor enfermeiro obstetra acadêmico do curso de medicina. Os 04 docentes atuam na rede de ensino privada, sendo que 03 deles lecionam em cursos técnicos de enfermagem e um em curso de graduação de enfermagem. Nesta roda de conversa foram apresentados, a estes docentes, os dados coletados nesta pesquisa com a equipe de saúde da UTI neonatal. Todos os 04 professores demonstraram-se surpresos com os resultados e preocupados com a omissão do tema em suas práticas pedagógicas.

## 2. Os resultados alcançados

### 2.1 Os sujeitos pesquisado da equipe de saúde

Apresenta-se na Tabela 1 os dados oriundos da aplicação do questionário para a equipe de enfermagem, composta por enfermeiros, técnicos e auxiliares, dos 3 plantões distintos ocorridos no diurno e no noturno da UTI neonatal. Importa registrar que todos os profissionais participantes da pesquisa eram do sexo feminino.

**Tabela 1.** Perfil da equipe de saúde

VARIÁVEIS		RESULTADOS				
<b>GÊNERO</b>	Feminino					
	62 (100%)					
<b>ESTADO CIVIL</b>	Casados	Solteiros	Divorciados	viúvos		
	38 (61%)	15 (20%)	7 (11%)	2 (3,70%)		
<b>BURNOUT</b>	20 (52,63%)	15 (62,5%)	62,50%	62,50%		
<b>IDADE</b>	20 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50	Acima de 50 anos		
	5 (8,06)	37 (59,76%)	13 (20,96)	7 (9,43)		
<b>BURNOUT</b>	5 (100%)	21 (56,76%)	5 (38,46%)	4 (57,14%)		
<b>HORAS DE TRABALHO</b>	20 horas	24 horas	30 horas	42 horas	48 horas	acima de 60 horas
	2 (3,22%)	9 (15%)	39 (63%)	6 (9,67%)	1 (1,61%)	5 (8,60)
<b>BURNOUT</b>	1(50%)	5 (55,5%)	19 (48,71%)	4 (83,33%)	1 (100%)	3 (80%)
<b>ATIVIDADE FÍSICA</b>	Realizam	Não Realizam	Esporadicamente			
	21 (33,33%)	35 (56,45)	6 (9,67%)			
<b>BURNOUT</b>	12(57,14%)	23(65,71%)	23(65,71%)			
<b>TEMPO DE SERVIÇO</b>	1 a 5 anos	5 a 10 anos	acima de 10anos			
	28 (45,16%)	28 (45,16%)	6 (9,67%)			
<b>BURNOUT</b>	17 (60,71%)	16 (57,14%)	2 (33,33%)			
<b>DIMENSÕES DO BURNOUT</b>	Cansaço Emocional	Realização Pessoal	Despersonalização			
<b>EQUIPE TÉCNICA</b>	Alto 19 (38%)	Alto 21 (42%)	7 (14%)			
	Médio 13 (26%)	Médio 13(26%)	12(24%)			
	Baixo 18 (36%)	Baixo 16(32%)	31(62%)			
<b>DIMENSÕES DO BURNOUT</b>	Cansaço Emocional	Realização Pessoal	Despersonalização			
<b>ENFERMEIROS</b>	Alto 6 (50%)	Alto 3 (25%)	Alto 4 (33,33%)			
	Médio 1(8,33%)	Médio 3 (25%)	Médio 1(8,33%)			
	Baixo 5(41,66%)	Baixo 6(50%)	Baixo 7 (58,33%)			
<b>DIMENSÕES DA SÍNDROME</b>	2 Dimensões		3 Dimensões			
<b>EQUIPE TÉCNICA</b>	8 (16%)		6 (12%)			
<b>ENFERMEIROS</b>	3 (25%)		1 (8,33%)			
<b>RISCO PARA BURNOUT</b>						
<b>EQUIPE TÉCNICA</b>	10 (19,23%)					
<b>ENFERMEIROS</b>	0 (0%)					
<b>EM BURNOUT</b>						
<b>EQUIPE TÉCNICA</b>	27 (54%)					
<b>ENFERMEIROS</b>	8 (66,66%)					

Fonte: Dados de pesquisa/2015

Pelo exposto na Tabela 1 apreende-se que a maioria (61%) das profissionais é casada. Em segundo lugar está o grupo das mulheres solteiras (20%) seguidas das divorciadas (11%). Apenas 2 mulheres se declararam viúvas, o que representa um percentual de 3,7% do

total das servidoras. Dentre estas profissionais, a incidência para o *Burnout* foi observada em duas dimensões diferenciadas, sendo a primeira referente ao percentual de 52,63% das casadas que apresentavam a incidência em *Burnout*, predominando o aspecto do Cansaço Emocional (CE), a segunda dimensão diz respeito a 62,5% das profissionais solteiras, viúvas e divorciadas que em *Burnout*, estavam com incidência elevada em Realização Pessoal (RP). Magnabosco *et al* (2009) assevera que relacionamentos estáveis somados à presença de filhos contribuem para o equilíbrio da vida profissional e na busca de estratégias de enfrentamento de situações de conflito e dos agentes estressores ocupacionais. Desse modo, entende-se que uma situação civil estável pode dificultar e/ou impedir a manifestação da síndrome. Por outro lado, as viúvas ou solteiras são mais suscetíveis ao acometimento de *Burnout*. Contudo, ressalta-se que as dimensões de burnout se apresentam de forma diferenciada em ambos os grupos. Ou seja, nas casadas predominam o Cansaço Emocional e nas demais o acometimento refere-se à dimensão da Realização Pessoal. Com efeito, registra-se que esses dados não são universais e referem-se aos sujeitos desta pesquisa.

A maioria (59,76%) destas mulheres encontra-se na faixa etária de 31 a 40 anos. A incidência da síndrome de *Burnout* neste estudo aponta que todas 05 profissionais de faixa etária entre 20 a 30 anos de idade, estão acometidas pela síndrome com ênfase nos aspectos relacionados às dimensões de Realização Pessoal (60%) e Despersonalização (40%).

O desencadeamento da síndrome está proporcionalmente relacionado ao tempo de trabalho em horas de trabalho semanal, quanto maior a jornada de trabalho do profissional maior a incidência da síndrome; neste determinado grupo o público com carga horária de 42 horas semanais apresentou incidência para a síndrome de 83%; 48 horas de jornada de trabalho 100%; e acima de 60 horas 80%.

Em relação aos cuidados com a saúde física, a incidência de acometimento pela síndrome foi mais elevada no grupo (66%) das profissionais que não realizam atividade física, destacando a incidência para a dimensão cansaço emocional. Embora 21 profissionais informassem realizar atividade física, 12 (57%) estão com incidência elevada para a dimensão realização pessoal. Para Machado *et al.* (2011) a realização de atividade física por parte do profissional comporta como um fator de proteção em relação ao desenvolvimento da Síndrome, sobretudo, em relação à Despersonalização e Realização Pessoal.

Em relação ao tempo de serviço desempenhado na função pelas profissionais e a incidência do burnout, apreende-se que a proporção é inversa, quanto menor o tempo de serviço desempenhado na função, maior a incidência da síndrome. Profissionais com tempo de serviço dentre 1 a 5 anos a incidência é de 60,71%; profissionais com tempo de serviço dentre 5 a 10 anos a incidência é de 57,14%; profissionais com tempo de serviço superior a 10 anos a incidência é de 33,33%. Para Rosa e Carlotto; (2012) as pessoas ainda em formação profissional com menor tempo de serviço no setor e jovens tem maior propensão à Síndrome, o público pesquisado comprova o que afirma a literatura.

A equipe investigada é composta de 19 profissionais com curso superior, sendo que 12 destes são enfermeiros supervisores, graduação necessária para atuar na função. As outras 7 profissionais que possuem curso superior atuam como técnicas em enfermagem. Dentre as 7 técnicas que possuem graduação 5 possuem uma incidência para a Síndrome de *Burnout*. A atuação profissional divergente com a formação

acadêmico-profissional, segundo Costa (2016), é componente do cenário que vem se desenhando sobre a formação do trabalhador no Brasil, que:

está inserido num processo contraditório, uma vez que o trabalhador mais bem qualificado, com nível mais alto de escolaridade, não tem a garantia de atuar dentro da formação profissional na qual se tituló porque, nem sempre, o mercado irá acolhê-lo. O que quero dizer com isso é que muitas vezes temos, por exemplo, enfermeiros graduados trabalhando como técnicos de enfermagem porque o mercado absorve mais o nível técnico do que o superior. Dessa forma, o capital se apropria injustamente da formação melhor qualificada do trabalhador, o qual, apesar de ter nível superior, submetem-se as regras capitalistas, como forma de garantir os meios necessários a sua sobrevivência. O movimento é como um pêndulo: se por um lado o trabalhador tem melhor formação profissional, por outro, ele não tem garantia do exercício da profissão (COSTA, 2016, p. 20).

## 2.2 Os sujeitos-docentes pesquisados

A pesquisa com os docentes considerou a disponibilidade e o interesse dos professores de uma instituição privada em participar da pesquisa. Foram 02 professores e duas professoras, todos com mais de 5 anos de atuação docente. Além da profissão-professor, 03 atuam em hospitais e maternidades como enfermeiros(a) e uma é acadêmica do 10º período de medicina.

Os docentes - cursos técnicos e de graduação em enfermagem - quando questionados sobre a preocupação com o possível adoecimento dos alunos, futuros profissionais da saúde, a desenvolverem a síndrome de burnout, afirmaram que “existe sim a preocupação, no entanto, a grade curricular é exaustiva, assim como a própria profissão docente é também exaustiva”. Ou seja, a organização escolar engessa trabalhos que “foge” dos procedimentos constantes nos planos e projetos de ensino. Outro professor intervém com o seguinte posicionamento: “não vejo a instituição tomando nenhuma providência em relação a essa discussão. Estamos todos muito preocupados em concluir os conteúdos, pois somos pressionados para isto”. Um terceiro professor avalia que a postura dos alunos também não corrobora com assuntos que extrapolem os planos de ensino. Segundo este docente, “se algum professor quer tocar uma música, ler uma poesia durante a aula, discutir temas fora do programa, os alunos não têm muito interesse ou paciência”.

## 2.3 Burnout e os enfermeiros portugueses

Estudos realizados na Universidade do Minho<sup>1</sup>, em Braga/Portugal, e publicado na revista *Western Journal of Nursing Research*, apontam que 1 em cada 5 enfermeiros sente-se em exaustão emocional, ou seja, apresentam incidência em burnout. A pesquisa foi coordenada por Heitor Lopes, em 2012, e contou com uma amostragem de 2.513 enfermeiros. Para o pesquisador, a síndrome de burnout além de comprometer a saúde dos profissionais da saúde pode acarretar em riscos para os doentes que se encontram sob os cuidados destes profissionais. Segundo [ele], considerando o elevado índice de estresse e cansaço emocional nos enfermeiros e técnicos, o desenvolvimento profissional pode ser afetado em aspectos essenciais para a melhora clínica dos pacientes, tais como, por exemplo, falhas na medicação e a prestação mais limitada de cuidados aos enfermos, sendo às vezes manifestada por meio de atitudes ríspidas e de impaciência.

1 Disponível em: <https://www.portalenf.com/2016/11/um-cinco-enfermeiros-sente-exaustao-emocional/>. Acesso em 15 nov 2016.

Ao apresentar suas conclusões sobre os dados coletados, o investigador em psicologia da saúde, Lopes (2012), defende a urgente e necessária mudança organizacional nas instituições da saúde em Portugal. Em estudo comparativo com o Brasil, entende-se que o cenário brasileiro não diverge dos portugueses. Conforme apresentado nesta pesquisa, no Brasil, a incidência de burnout é elevada e tem-se o agravante da temática não ser fonte de estudos e pesquisa no meio acadêmico de formação inicial dos profissionais da saúde. Ou seja, esta pesquisa aponta que as instituições formadoras não consideram a síndrome de burnout tema curricular para a formação de enfermeiros e técnicos.

Um dos aspectos relevantes discutidos por Lopes (2012) está na remuneração baixa dos enfermeiros e técnicos; na falta de planos de carreira condizentes com a profissão; a necessidade de jornadas amplas de trabalho para o sustento familiar, o que acaba por desencadear crises conjugais e por conseguintes, divórcios. Além disso, o consumo de álcool é apontado como uma válvula de escape dos indicadores estressantes.

A publicação da pesquisa coordenada por Lopes (2012) nas redes sociais provocou diversos depoimentos de profissionais brasileiros(as) da área de enfermagem que, de algum modo, se identificaram com as análises do pesquisador. Para efeito de problematização, serão reproduzidos alguns destes relatos, no intuito de apresentar pontos convergentes da situação da síndrome de burnout nos profissionais da saúde em brasileiros e portugueses.

A enfermeira brasileira, que chamaremos ficticiamente de Maria, após ler o artigo da situação dos seus pares em Portugal, fez o seguinte depoimento/desabafo:

Nossos órgãos abandonaram funções extremamente prioritárias. Porque não fiscalizam as instituições e cobram o padrão Fugulin? Hoje é 1 enfermeiro para mais de 10, 20, 30 pacientes. 1 técnico para mais de 8 pacientes. A realidade mudou faz tempo, não estamos mais na era do bandeirão de medicamentos. Temos que preparar as medicações na frente dos pacientes, uma a uma. A burocracia triplicou pela segurança do paciente. A judicialização aumentou. Papeis são necessários. Nosso piso salarial é uma vergonha. Nossos órgãos não lutam por isso, não lutam por obrigatoriedade nas instituições de empregar recém-formados. É uma lástima.

Corroborando com este relato, apresenta-se o depoimento de outra a enfermeira brasileira sobre a situação descrita na pesquisa de Lopes (2012).

Nossa me vi inteiramente neste texto. Estamos totalmente abandonados pelo órgão fiscalizador. Ele somente aparece quando cobra a anuidade. Não temos local de descanso adequado. Muito desvio e acúmulo de funções sem aumento salarial. Chego a não querer mais ser enfermeira. A profissão que mais amava. Funcionários adoecendo. Equipe escassa. Nada interessante. Infelizmente.

Tais depoimentos foram seguidos de comentários como: *“Olá! Trabalho há 20 anos na área e sei muito bem como é esta situação, é deplorável”*; *“A mais pura verdade. Eu trabalhei 20 anos e sei tudo que passa uma auxiliar de enfermagem”*; *“Estão precisando fazer estudo pra constatar isso? E o resultado deve ser 4 exaustos para um que trabalha bem”*; *“Eu me encontro bem assim desestimulada a cada dia q passa, sofrida, doente cobrança atrás de cobrança sem salário, sem vida. Assim me sinto”*; *“São mal pagos, tratados com desrespeito por alguns pacientes e as vezes são demitidos por uma simples bobagem porque não são reconhecidos pelos seus próprios esforços”*; *“Enfermagem profissão de risco”*.

Pelo exposto e considerando os dados das pesquisas realizadas no Brasil e em Portugal, entende-se que a profissão de enfermeiros e técnicos de enfermagem está factível ao desenvolvimento da síndrome de burnout. Embora os dados sejam elevados para a incidência da síndrome, não foi constatada nenhuma política de Estado no intuito de prevenir, diagnosticar e/ou amenizar o adoecimento dos profissionais da saúde. Ambos os países relatam a falta de estrutura física e humana para o trabalho, além do acúmulo de funções que não são inerentes ao exercício da atividade em saúde.

### **Considerações finais**

Este estudo aponta que os profissionais da saúde - enfermeiros e técnicos de enfermagem - de fato, estão propensos ao desencadeamento da síndrome de Burnout, seja em detrimento da sobrecarga de trabalho, ao elevado grau de estresse, a responsabilidade excessiva, a jornadas semanais extensas, a baixos salários, ou a pouca valorização da profissão.

O que torna preocupante no resultado encontrado é que além da elevada incidência de profissionais acometidos pela síndrome de Burnout, é a incidência em mais de uma dimensão da síndrome. O surgimento do Burnout acarreta vários prejuízos à saúde física e psíquica do trabalhador que se manifestam por meio de sintomas psicossomáticos como cefaleia, insônia, irritabilidade confundida na grande maioria das vezes com estresse e depressão, interferindo na identificação da Síndrome e coibindo a possibilidade de intervenção no ambiente de trabalho.

Entende-se por meio das análises apresentadas nesta pesquisa, que é fundamental e necessário por parte da instituição empregadora a aquisição de mudança de postura no objetivo de priorizar um comportamento reflexivo, eficiente e com eficácia em prol de melhores condições de processo de trabalho deste profissional, um benefício concedido ao profissional com consequências positivas para a instituição.

Merece destacar que os dados de uma pesquisa realizada em Portugal convergem com os resultados apresentados nesta investigação brasileira. Desse modo, pode-se refletir que a profissão de enfermeiros e técnicos de enfermagem precisa de regulamentações que primem pela saúde dos profissionais o que, por conseguinte, trará benefícios para os pacientes que não estarão sob os cuidados de profissionais acometidos por aspectos estressores de saúde física e psíquica.

No que tange a problematização da síndrome de burnout nos cursos de formação dos profissionais da saúde, apreende-se que a temática é invisível. Contudo, entende-se que os professores, por meio de sua ação docente, entendida como prática social poderá contribuir com a conscientização e a prevenção do desenvolvimento da síndrome de burnout, por meio de debates e estudos de relatórios de pesquisas acadêmico-científicas.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. (2003) O Estado da Arte do Burnout no Brasil. *In Revista Eletrônica InterAção Psy* - Ano 1, nº 1- Ago 2003 - p. 4-11
- CASTELLS, M. (2003). *A Sociedade em Rede*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- CASTRO, F. G. de.; ZANELLI, J. C. (2007) Síndrome de Burnout e projeto de ser. *In Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2007, vol. 10, n. 2, pp. 17-33.

COSTA, M. A. da; (2016) *Políticas de formação de professores para a educação profissional: realidade ou utopia?* Curitiba: Appris.

FRANÇA, H.H. (1987) A síndrome de Burnout. *In Revista Brasileira de Medicina*, 1987. 44, 197-199.

FRIGOTTO, G. (1999) *A produtividade da escola improdutiva*. 5.ed. São Paulo: Cortez.

LOPES, H. (2012). Um em cada cinco enfermeiros sente-se em exaustão emocional. *In Comunidade da saúde*. Portalenf. Disponível em: <https://www.portalenf.com/2016/11/um-cinco-enfermeiros-sente-exaustao-emocional/>. Acessado em 16 nov 2016.

RISSARDO, M. P.; GASPARINO, R. C. (2013) Exaustão emocional em enfermeiros de um hospital público. *In Esc Anna Nery* (impr.) 2013 jan -mar; 17 (1):128 - 132. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v17n1/18.pdf> . Acesso em: 15 out 2016.

VARELLA, D. (2011). *Doenças e sintomas: síndrome de burnout*. Disponível em: <https://drauziovarella.com.br/doencas-e-sintomas/sindrome-de-burnout/> Acesso em: 15 out 2016.



## A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10639/2003 NO CENÁRIO BRASILEIRO

**Sidimara Cristina de Souza**

*Doutoranda do Programa de Estudos*

*Pós-Graduados em Política Social*

*E-mail: sisi.mara@hotmail.com*

**Carlos Alberto Lima de Almeida**

*Professor do Programa de*

*Pós-Graduação em Direito da UNESA*

*E-mail: carlosalberto.limadealmeida@gmail.com*

**Aline Fagundes dos Santos**

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em*

*Direito na Pontifícia Universidade Católica-*

*PUC. E Professora na Universidade Federal*

*dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri*

*E-mail: adv.alinefagundes@gmail.com*

### RESUMO

O estudo apresentado tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a Lei nº 10.639/2003, buscando criticamente analisar o cenário brasileiro e a Proposta de Emenda Constitucional 241/2016 no que tange seus possíveis reflexos na efetivação da supracitada lei. Para realização desse trabalho tivemos como base a pesquisa bibliográfica, assim como a pesquisa documental nos diferentes sites governamentais. Partimos do pressuposto que a educação é o principal pilar para superarmos e desmistificarmos a sonhada democracia racial, possibilitando uma tomada de consciência que respeite a diversidade e valorize o ser humano independente da sua cor, sexo, raça, e ou religião, entretanto, na atual conjuntura do país, esse projeto de educação pode se tornar apenas uma utopia, pois sem investimento não se tem uma educação transformadora e de qualidade.

**Palavras-chave:** Lei nº 10.639/2003. Educação. PEC 241

### ABSTRACT

The present study aims to reflect on Law 10.639 / 2003, seeking to critically analyze the Brazilian scenario and the Proposed Constitutional Amendment 241/2016 regarding its possible effects on the implementation of the aforementioned law. For the accomplishment of this work we had as base the bibliographical research, as well as the documentary research in the different governmental sites. We start from the assumption that education is the main pillar to overcome and demystify the dreamed racial democracy, enabling an awareness that respects diversity and values the human being regardless of color, sex, race, and or religion, however, in the current Country, this education project can become just a utopia, because without investment there is no transformative and quality education.

**Key-words:** Law No. 10,639 / 2003. Education. PEC 241

## INTRODUÇÃO

Na perspectiva de refletir criticamente sobre o cenário político, social e econômico do Brasil, este trabalho busca analisar os impactos da PEC<sup>1</sup> 241 no que tange o processo de formação dos professores da rede pública para implementação e efetivação da Lei 10.639/2003, que mesmo completando 13 anos, ainda tem muitos desafios para se materializar de fato.

Vale destacar que a PEC 241/2016 é uma proposta do atual Presidente Michel Temer que tem como foco o “Novo Regime Fiscal”, buscando com tal medida o controle de despesas, definindo normas que limitam o aumento de gastos públicos. Conforme destaca o art. 2º da referida PEC: “Será fixado, para cada exercício, limite individualizado para a despesa primária total do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, inclusive o Tribunal de Contas da União, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União”.

Segundo a Proposta de Emenda à Constituição:

Um desafio que se precisa enfrentar é que, para sair do viés procíclico da despesa pública, é essencial alterarmos a regra de fixação do gasto mínimo em algumas áreas. Isso porque a Constituição estabelece que as despesas com saúde e educação devem ter um piso, fixado como proporção da receita fiscal. É preciso alterar esse sistema, justamente para evitar que nos momentos de forte expansão econômica seja obrigatório o aumento de gastos nessas áreas e, quando da reversão do ciclo econômico, os gastos tenham que desacelerar bruscamente. Esse tipo de vinculação cria problemas fiscais e é fonte de ineficiência na aplicação de recursos públicos. Note-se que estamos tratando aqui de limite mínimo de gastos, o que não impede a sociedade, por meio de seus representantes, de definir despesa mais elevada para saúde e educação; desde que consistentes com o limite total de gastos.

Como podemos observar, o governo entende os gastos públicos com saúde, educação (assim, como outros), como um dispêndio de capital, não considerando tais medidas como investimento para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

Para discutirmos mais detalhadamente sobre os impactos da PEC 241 no que tange a Lei 10.639/2003 temos como aparato metodológico a pesquisa bibliográfica, assim como a pesquisa documental junto às fontes on line disponibilizados via os sites oficiais. Com o intuito de realizar uma discussão simples e didática, esse estudo foi dividido na seguinte estrutura: 1) Uma breve apresentação sobre a o desenho Político da Lei 10.639/2003; 2) Análise sobre a PEC 241 e seus possíveis reflexos no que tange educação brasileira, em especial a efetivação da supracitada lei. Por fim, teceremos algumas considerações relacionadas a conjuntura política brasileira e o desmantelamento dos direitos sociais adquiridos com a luta da classe trabalhadora, acadêmica e militante de diferentes movimentos sociais.

1 PEC - Proposta de Emenda à Constituição. Embora não seja o objetivo deste trabalho discorrer sobre o processo legislativo previsto a partir do artigo 59 da Constituição da República Federativa do Brasil, é importante esclarecer que as emendas à Constituição consistem nas reformas do próprio texto constitucional, de grande ou pequeno alcance, promovendo-lhe adições, supressões ou mesmo modificações.

## 1. O DESENHO POLÍTICO DO PROJETO DE LEI Nº 259/1999 À LEI 10.639/2003

Certas mudanças não acontecem da noite para o dia, especialmente num país marcado pelo mito da democracia racial<sup>2</sup>, sintetizado pela distância entre o discurso e a prática dos preconceitos, da discriminação entre brancos e negros no Brasil.

No imaginário e no ideal coletivo o Brasil é um país em que desde a abolição da escravidão coexistiriam pacificamente as diferentes raças, em oposição ao que acontecia nos Estados Unidos e na África do Sul, locais em que eram explícitos os conflitos raciais.

Neste contexto, muito embora muitas pessoas ainda tenham estranhamento quando se fala de racismo e preconceito racial no Brasil, vários são os exemplos de preconceito. Citaremos apenas um para fins de exemplificação: o episódio da “caloura Chica da Silva”, ocorrido na num trote realizado por alunos do curso de direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em março de 2013: naquela ocasião um aluno veterano do curso de direito segurava uma caloura acorrentada, com a pele pintada e com um cartaz escrito “caloura Chica da Silva”<sup>3</sup>.

Esse episódio por várias razões distintas. Envolveu estudantes de do curso de direito; ocorreu exatamente em 2013, ou seja, no ano em que marcou os 10 anos da promulgação da Lei 10.639; por revelar como, no Brasil, a questão racial é complexa e tratada de forma superficial.

Naquela ocasião, a ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), teria dito que a reflexão é mais importante que a punição. Mas, conjugar reflexão, formação docente e responsabilidade social no campo educacional quando se reduz o investimento na educação?

São questões assim que nos remetem ao dia 11 de março de 1999, quando foi apresentado o Projeto de Lei nº 259<sup>4</sup>, de autoria dos Deputados Federais Esther Grossi – PT/RS e Ben-hur Ferreira – PT/MS, com a seguinte ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências.

Para os proponentes, justificava-se a apresentação do Projeto de Lei, entre outros aspectos sustentados, como meio de viabilizar o resgate da verdadeira história de contribuição do povo negro no desenvolvimento do país, até então renegada tanto no que era transmitido nas salas de aula pelos professores, quanto pelo material didático

2 Guimaraes (2002, p. 165) anota que esse mito se esgota como discurso acadêmico, ainda que, como discurso político, sobreviva com alguma eficiência. O autor constrói sua abordagem sobre o tema da democracia racial numa tríplice perspectiva: o ideal, o pacto e o mito.

3 O artigo “Caloura Chica da Silva” está disponível em <http://www.editorajc.com.br/2013/08/caloura-chica-da-silva/> Acesso em 02 de dezembro de 2016.

4 No seu art. 1º, o Projeto de Lei fixava que nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, oficiais e particulares, se tornava obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. No § 1º determinava que o conteúdo programático relacionado ao art. 1º incluiria o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil. No § 2º determinava que os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira seriam ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e de História Brasileiras. No § 3º fixava que as disciplinas História do Brasil e Educação Artística, no ensino de 2º grau, deveriam dedicar pelo menos 10% de seu conteúdo programático anual ou semestral à temática referida naquela lei então proposta. No seu art. 2º, o Projeto de Lei fixava que os cursos de capacitação para professores deveriam contar com a participação de entidades do movimento afrobrasileiro, das universidades e de outras instituições de pesquisa pertinentes à matéria. No seu art. 3º, o Projeto de Lei fixava que o calendário escolar deveria incluir o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. O art. 4º do projeto fixava que a lei entraria em vigor na data da sua publicação e o art. 5º fixava a revogação das disposições em contrário.

utilizado pelos alunos. Segundo a visão dos congressistas<sup>5</sup>, o sistema oficial de ensino, cada vez mais, apresenta-se como um dos principais veículos de sustentação do racismo.

Para o relator, em boa hora surgia a iniciativa do legislador ordinário, que certamente servirá para que num futuro próximo, nas suas palavras, a civilização negra deixe de ser discriminada, permitindo-lhe usufruir seus direitos, em igualdade de condições com outras raças. Do seu voto, destaca-se:

Em boa hora surgiu esta iniciativa do legislador ordinário que certamente servirá para que num futuro próximo, a civilização negra deixe de ser discriminada, permitindo-lhe usufruir seus direitos, em igualdade de condições com outras raças. Só assim, creio que o negro possa vir a ter maior integração na sociedade brasileira, buscando oportunidades de ascender com desenvoltura a cargos importantes no contexto político, destinado ao exercício dos poderes governamentais federal, estadual e municipal.

Para a concretização desse ideal, antes de tudo, urge que se resgate a cidadania do negro.

O projeto em tela, indubitavelmente, persegue esse objetivo.

O “Dia Nacional da Consciência Negra”, convencionado na data de 20 de novembro, retrata a luta incessante do negro, na busca da igualdade, da liberdade e da cidadania.

No dizer do ilustre sociólogo e ex-Deputado Federal Florestan Fernandes, “portanto, trata-se de uma consciência que os psicólogos e sociólogos chamariam de diferenciada, porque ela é diferente da consciência indígena, da consciência daqueles pobres que não carregam a marca visível da estigmatização negra. E ela traduz a disposição do negro de ser ele próprio e não o branco o autor de sua auto-emancipação coletiva...”

Mais adiante, acrescenta o inesquecível mestre, “a igualdade e a liberdade não são tributos apenas dos privilegiados. A Constituição não institui esses princípios para uma categoria restrita de pessoas, mas para todos os cidadãos brasileiros. Entendo que está em jogo a cidadania do negro, como também a do indígena e de todos aqueles que são excluídos, humilhados e ofendidos. E, arremata: trata-se de dizer que o negro, como membro de classe, como membro da raça, precisa dispor na sociedade brasileira de um espaço intelectual para se desenvolver e para ter os seus talentos aprovados e chegar ao lugar de vultos

5 Do Diário da Câmara dos Deputados, datado de 20 de março de 1999, é extraída a justificativa oficial: Este projeto de lei, originalmente de autoria do Deputado Humberto Costa procura criar condições para implantação de um currículo na rede oficial de ensino que inclua o ensino de História da Cultura afro-brasileira, visando a restauração da verdadeira contribuição do povo negro no desenvolvimento do país, ressaltando o fato de que a sociedade dominante discrimina e inferioriza o povo negro em relação ao chamado SABER UNIVERSAL. É urgente e necessário desmistificar o eurocentrismo, neste momento em que se quer repensar um novo modelo de sociedade em que todos não somos apenas brancos, como quer fazer crer o livro didático imposto aos estudantes nas escolas. Podemos captar, compreender os mecanismos de funcionamento que excluem a verdadeira história do povo negro, discriminado e excluído nas escolas e nos livros, alertando os responsáveis pela produção de livros didáticos, bem como professores e alunos vítimas destas distorções e omissões das instituições de ensino. A educação é um dos principais instrumentos de garantia do direito de cidadania. Por isso torna-se imprescindível que o Estado assuma o compromisso político de reconstrução dos currículos escolares, adequando-os à realidade étnica brasileira para responder aos anseios dos diferentes segmentos da população. O que se vê, porém, é que o sistema oficial de ensino, cada vez mais, apresenta-se como um dos principais veículos de sustentação do racismo, distorcendo o passado cultural e histórico do povo negro. Assim, torna-se imperioso e de fundamental importância que se resgate a história do povo negro, reformulando o currículo escolar nas suas deformações mais evidentes, que impedem a aproximação do negro da sua identidade étnica. E também que se desenvolvam programas de conscientização de todos os agentes envolvidos no processo de educação, para que a escola promova uma educação sem complexos, enriquecida de um senso antropológico, contribuindo para a criação de uma sociedade em que todos tenham direitos e possam gozar das mesmas oportunidades, seja no plano social, econômico e político na Nação. A discriminação racial nas escolas públicas manifesta-se no momento em que os agentes pedagógicos não reconhecem o direito à diferença e acabam mutilando a particularidade cultural de um importante segmento da população brasileira que é discriminado nas salas de aula, nos locais de trabalho e na rua, não apenas por aquilo que é dito, mas, acima de tudo, pelo que é silenciado. O Brasil é, fundamentalmente, um país de formação pluriétnica e multicultural. Mas o povo negro ocupa posições subalternas em relação à classe dominante, que considera a cultura afro-brasileira inferior e primitiva, sob a ótica e os parâmetros da cultura branca, que exclui dos currículos escolares e dos livros didáticos a verdadeira contribuição do povo negro na história e no desenvolvimento da cultura do país.

como Machado de Assis, o maior intelectual brasileiro. Vejam a incongruência dos fatos: o maior intelectual brasileiro é um negro, de origem humilde, mas que nos honra com o legado, não só à literatura brasileira, à literatura hispano-americana, mas à literatura mundial”. (Trechos extraídos do Pronunciamento e emenda constitucional do Deputado Florestan Fernandes, abordando as desigualdades raciais e a consciência negra, no opúsculo “Consciência Negra e Transformação da Realidade”, pág. 8).

Por todo o exposto, o nosso parecer é no sentido da aprovação do Projeto de Lei nº 259/99, na forma em que foi proposto.

O relatório foi publicado no dia 16 de agosto de 1999 e o Projeto de Lei nº 259/99 foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Educação e Cultura (CEC) na reunião realizada no dia 17 de agosto de 1999, nos termos do voto do relator. Em 19 de agosto de 1999 o referido projeto foi encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), tendo sido designado relator, em 24 de abril do ano seguinte, o Deputado Federal André Benassi.

Entendeu o relator que no que se referia à constitucionalidade estavam obedecidos os preceitos constitucionais pertinentes à competência da União para legislar sobre o assunto nele tratado, consoante o disposto no art. 22, inciso XXIV<sup>6</sup>, 24, inciso IX<sup>7</sup>, 48, caput<sup>8</sup>, e 215, § 2º<sup>9</sup>, da Constituição Federal. Quanto aos demais aspectos, entendeu que nada obstava a tramitação do projeto, devendo-se, apenas, proceder à supressão da cláusula de revogação genérica, por via de emenda, a fim de adequar o projeto aos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998<sup>10</sup>. O relator concluiu seu voto no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 259-A, de 1999, nos termos da emenda supressiva apresentada.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária no dia 8 de novembro de 2001, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda, do Projeto de Lei nº 259-A/99, nos termos do parecer do Relator, Deputado André Benassi. Nesta mesma data, ocorreu movimentação no âmbito da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, sendo realizada a leitura e publicação dos pareceres exarados pelas comissões já mencionadas. Transcorridos os prazos recursais, o projeto foi encaminhado para a redação final, novamente sob a responsabilidade da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Foram acolhidas emendas de redação visando à substituição no caput do art. 1º a expressão “ensino de 1º e 2º graus” por “ensino fundamental e médio” e a substituição no § 3º do art. 1º do projeto a expressão “ensino de 2º grau” por “ensino médio”, ambas adequando os dispositivos à Lei 9394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. A redação final foi aprovada em 12 de março de 2002, sendo então o projeto remetido ao Senado Federal no dia 5 de abril do mesmo ano. Em 10 de janeiro de 2003, o projeto é transformado na Lei 10.639/2003.

6 Compete privativamente à União legislar sobre: diretrizes e bases da educação nacional, conforme o art. 22, inciso XXIV, da CRFB/88.

7 Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: educação, cultura, ensino e desporto, conforme o art. 24, inciso IX, da CRFB/88.

8 Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:, conforme o art. 48, caput, da CRFB/88.

9 A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais, conforme o art. 215, § 2º, da CRFB/88.

10 Segundo o art. 9º da referida lei indicada pelo relator, a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas, o que não havia ocorrido no Projeto de Lei.

É neste contexto político que a Lei 10.639/03 altera a LDB 9.394/1996 em seu art. 26, que passa a vigorar acrescida dos Artigos 26-A e 79-B. Esses artigos se referem, respectivamente, à obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História, nas escolas do ensino fundamental e médio, públicas e particulares, e à inclusão do dia 20 de Novembro no calendário escolar. O conteúdo a ser ministrado envolve o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil. (BRASIL, 2003).

Com o propósito de dar suporte à implementação da Lei 10.639/2003 as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”<sup>11</sup> aponta aspectos e princípios que orientam ações voltadas para (a) a valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, e para (b) a educação de relações étnico-raciais positivas.

De forma simples e objetiva, esses aspectos e princípios são: (a) a História da África; o papel dos anciãos e *griots* na preservação da memória histórica; a religiosidade africana; as grandes civilizações e suas contribuições para o desenvolvimento da humanidade; o tráfico e a escravidão do ponto de vista dos escravizados; o colonialismo na perspectiva dos africanos; as lutas pela independência política dos países africanos; as relações entre a história e a cultura dos povos do continente africano e os da diáspora; a participação dos africanos e de seus descendentes na construção econômica, social e cultural da nação brasileira; a participação dos negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, artística e de luta social; a história dos quilombos e de remanescentes de quilombos; as manifestações culturais, etc.; (b) a desconstrução de conceitos, ideias, comportamentos, mentalidades racistas e discriminatórias; a superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que os negros são comumente tratados, etc. (BRASIL, 2005).

A formação de professores mostra-se, portanto, imprescindível para a abordagem da história e cultura afro-brasileira, para a elaboração de estratégias pedagógicas que viabilizem as práticas educativas antirracistas e para a promoção da reeducação de posturas e valores no sentido de relações positivas entre sujeitos de diferentes pertencimentos étnico-raciais.

## 2. A LEI Nº 10.639 e uma análise reflexiva sobre a PEC 241

Para proporcionar uma reflexão sobre a dimensão da importância e das dificuldades enfrentadas no processo de implementação e efetivação das propostas da Lei nº 10.639 é importante enfatizar que a emergência de políticas sociais afirmativas orientadas para a raça, especialmente no campo da educação, é provavelmente a causa principal da crescente importância dada aos estudos que unem os temas raça e educação nas Ciências Sociais brasileiras nas últimas décadas, tanto no ponto de vista político quanto social (BARBOSA, 2005). Na concepção de alguns autores, tais políticas, originárias de terras estrangeiras, teriam o efeito de ferir a singularidade das relações raciais no Brasil. Para outros, tais medidas sinalizam para a possibilidade de reversão do quadro histórico de desigualdades entre os grupos raciais no país (SILVA, A.P. et al, 2009, p.23).

11 Parecer CNE/CP 3/2004, aprovado em 10/03/2004.

Como exemplo da complexidade e necessidade de discussão e diálogo sobre a relevância da Lei nº 10.639 e o processo de formação docente, destacamos uma pesquisa realizada na Universidade Estácio de Sá, no Estado do Rio de Janeiro junto aos alunos do primeiro e último período do curso de Direito realizada no ano de 2014, totalizando 1012 discentes participantes, sendo validados os questionários referentes ao total de 995 alunos, no qual 17 questionários foram descartados por ausência ou não preenchimento correto do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os alunos responderam as questões apresentadas por intermédio do questionário. As perguntas foram respondidas, uma a uma, precedidas da orientação em cada questão formulada pelo professor presente no momento da realização. No citado estudo um dos propósitos foi analisar se o aluno reconhece conteúdo estudado ou a ser estudado no curso de Direito que guarde relação com a questão racial no Brasil e/ou com políticas sociais e de estratégias de valorização da diversidade, a fim de superar posturas preconceituosas de cunho étnico-racial. Além de identificar se o aluno reconhece ações em prol da efetivação da política de afirmação e valorização do negro em nossa sociedade, em decorrência dos objetivos previstos na Lei 10.639/2003.

O exame das respostas apresentadas para a questão “Você já presenciou ou tomou conhecimento de alguma situação de racismo na escola?”, indica que 45,7% dos alunos que se encontravam no ensino superior no segundo semestre de 2014 ainda traziam em suas lembranças situações que interpretavam como racismo no ambiente escolar, isto após 11 anos da Lei 10.639/2003, criada exatamente para tornar a escola um ambiente mais acolhedor e de valorização do negro em nossa sociedade.

Ao investigarem as situações de racismo presenciadas pelos alunos na escola, foi diagnosticado que estes 45,7% que responderam afirmativamente, identificaram 113 situações supostamente relacionadas ao racismo, várias delas apresentadas em respostas obtidas em mais de um questionário, sendo agrupadas a partir do exame dos 455 questionários em que os alunos responderam que haviam presenciado situação de racismo na escola.

Tais ocorrências devem merecer especial atenção por parte dos profissionais da educação envolvidos com a educação básica, notadamente porque, para além dos objetivos expressos na Lei 10.639/2003, devem também perceber a importância de um efetivo trabalho no ambiente escolar considerando as já mencionadas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, principalmente no que tange a formação docente, assim como a reflexão da lei nos cursos de licenciatura.

Observa o cenário trazido pela Lei 10.639/2003, a expectativa que se tem é no sentido de que o conteúdo envolvendo a contribuição do negro para a área social, econômica e política pertinentes à História do Brasil será efetivado pelo menos em três disciplinas que compõem a educação básica: Educação Artística, Literatura e História Brasileiras. Entretanto, a pesquisa abarcada como exemplo, revela que quando agregados os dados de “História” e “História do Brasil”, que temos 41,26% de um total de 1190 respostas em História é citada como uma disciplina relevante no contexto dos objetivos traçados pela referida lei. Agregando as respostas de “Artes”, “Artes Cênicas”, “Dança”, “Educação Artística” e “Música” temos um total de 31,25% respostas que podem ser agregadas na Disciplina “Educação Artística”. Ainda, o que seria a última previsão normativa,

Literatura e Língua Portuguesa, temos assim 0,84% das respostas, agregando as respostas “Literatura” e “Português” e Gramática. Das restantes, que não compõem uma unidade que possa ser identificada em uma disciplina, temos o restante de 26,25%.

É possível analisar a partir dos dados que História é a disciplina que obtém o melhor resultado na lembrança dos alunos. Porém, entendemos que os profissionais da educação podem ter um olhar mais atento para as disciplinas de Educação Artística e Literatura Brasileira, no que se refere aos objetivos da lei.

Neste contexto, entende-se que a observância do Parecer CNE/CP nº 03/2004 é fundamental para os profissionais da educação, inclusive para superar o foco meramente relacionado ao conteúdo das disciplinas para de fato avançar no sentido de entender a proposta nele contida de toda uma mudança na maneira de se pensar e agir nas instituições de ensino, dentro e fora da sala de aula.

Assim como é de grande relevância refletirmos e discutirmos sobre a PEC 241/2016 e seus possíveis rebatimentos na política de educação brasileira, uma vez que essa proposta pode vir a inviabilizar o Plano Nacional de Educação-PNE, além de retardar o investimento que poderia vir a contribuir para uma educação de qualidade e transformadora das relações sociais.

De acordo com o Plano Nacional de Educação 2014-2024 que tem como meta a ampliação dos investimentos públicos em 7% do PIB para a educação até o ano de 2019 e de 10% até o fim de 2024, a PEC 241 é o desmonte de tal proposta, afetando diretamente à universalização do ensino, a ampliação ao acesso à educação profissional e ao ensino superior, ao aumento da escolaridade e da qualificação profissional, à erradicação do analfabetismo e à formação e valorização dos profissionais da educação.

Segundo a consultoria de orçamento e fiscalização financeira da Câmara dos Deputados (2016), a proposta da PEC 241 estrutura para vigorar por 20 anos acarretaria uma perda significativa para a política de educação.

[...] Ainda que se possa justificar a redução temporária do ritmo de crescimento das despesas com o piso da educação, em prol do ajuste das finanças públicas, é forçoso reconhecer que o prazo de vinte anos proposto pela PEC parece longo demais. Nesse sentido, em havendo recuperação da economia e da receita, a PEC poderia conter mecanismo a fim de permitir maior rapidez no aproveitamento desse ganho com as políticas educacionais previstas na Constituição e no Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024, p. 38).

Em um contexto de crise econômica e política, também temos uma eminência do desmonte de muitas conquistas, incluindo a Constituição Federal que garante um investimento mínimo para a política de educação.

Sabemos que a implementação e efetivação da Lei nº 10.639, assim como a equidade e qualidade da educação dependem amplamente da elaboração de políticas públicas, o que implica em mais investimentos e uma conscientização governamental da importância e relevância da garantia da política educacional.



## PARA NÃO CONCLUIR

Vivemos em um Estado majoritariamente negro (pardo e preto) que historicamente é submetida a uma constante situação de exclusão, tendo na pobreza e na discriminação racial os principais responsáveis pela desigualdade social brasileira. O rompimento e superação dessa desigualdade requer muito mais do que políticas redistributivas, exige uma desmistificação da democracia racial, ou seja, necessita de ações que conjugue redistribuição e reconhecimento das diversidades e singularidades da população negra, quilombola, homoafetiva, entre outros grupos. E para que isso aconteça de fato, o principal mecanismo estatal precisa ser a educação, pois a escola é o único lugar capaz de transformar e ampliar nossos horizontes, assumindo um papel singular no processo de reeducação das relações étnico-raciais e de construção e aquisição de conhecimento sobre a história e cultura afro-brasileira e africana. Entretanto, a educação só conseguirá cumprir seu papel, com investimento estatal, com a consolidação de uma rede interdisciplinar e que crie um vínculo crítico e propositivo entre escola e família, promovendo a desconstrução de mentalidades e comportamentos racistas. Porém, a PEC 241/2016 é um grande e perigoso empecilho para a ampliação e efetivação de uma educação crítica e de qualidade, um vez que restringe recursos financeiros para a área de educação no período de 18 anos consecutivos, prevendo a desvinculação dos gastos relacionados a educação, previstos na Constituição Federal, propondo que o investimento nesse setor seja corrigido de acordo com a inflação do ano anterior. Tal fato nos conduz a novos questionamentos e conseqüentemente a expectativa de novas pesquisas à luz da seguinte questão: Como ampliar a educação quando se propõe a redução dos investimentos a partir da PEC 241? É evidente que ainda não temos as respostas, fato que nos desafia a trilhar novas perspectivas relacionadas aos impactos que possamos ter a partir da aprovação da proposta de emenda à Constituição. Trazer tal questão ao debate, especialmente no campo de políticas voltadas para as questões étnico-raciais em nosso país é também, para não concluir, demarcar um território de resistência e de luta num campo estratégico fundamental: a educação.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carlos Alberto Lima de. O curso de direito e a questão racial: racismo e relações étnico-raciais a partir de um estudo quantitativo com alunos do curso de Direito da Universidade Estácio de Sá in: **Diálogos Jurídicos da Contemporaneidade: estudos em homenagem ao professor José Maria Pinheiro Madeira**. MELLO, Cleyson de Moraes e GOES, Guilherme Sandoval (Coordenadores) Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei no. 160639, de 9 de janeiro de 2003**.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer n. 003/2004. **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira**. Brasília: MEC, 2005.

\_\_\_\_\_. **Proposta de Emenda à Constituição**. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1468431&filenome=PEC241/2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1468431&filenome=PEC241/2016). Acessado em: 28 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Constituições do Brasil**. Compilação e atualização dos textos, normas, revisão e índices, Adriano Campanhole, Hilton Lobo Campanhole. 12 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal nº 9.394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) Acesso em 20 de novembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp95.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp95.htm). Acessado em: 03 de dez. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação - SECAD**. Parecer 03/2004, de 10 de março, do Conselho Pleno do CNE, aprova o projeto de resolução nº 1, de 17 de jun. 2004 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília - DF, 2004.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Projeto de Lei nº. 259/1999**. Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática — História e Cultura Afro-Brasileira e dá outras providências. Diário da Câmara dos Deputados. Brasília, DF, 20 de março de 1999.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei nº. 259-A, de 1999**. Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática — História e Cultura Afro-Brasileira e dá outras providências. Diário da Câmara dos Deputados. Brasília, DF, 05 de ago.1999.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE), 2014. Disponível em: [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf). Acessado em: 03 de dez. de 2016.

\_\_\_\_\_. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. Estudo Técnico n.º 12/2016. **Impactos do “Novo Regime Fiscal” - Subsídios à Análise da Proposta de Emenda à Constituição - PEC nº 241/2016**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/et-12-2016-impactos-do-novo-regime-fiscal-subsidios-a-analise-da-proposta-de-emenda-a-constituicao-pec-no-241-2016>. Acessado em: 03 de dez. de 2016.

BARBOSA, A. M. (Org.). **Uma introdução à Arte/Educação Contemporânea**. São Paulo, 2005 (mimeo). SILVA, Anderson Paulino; BRANDÃO, André; MARINS, Mani Tebet A. de. **Educação Superior e Relações Raciais**. Niterói: UFF, 2009.

## TRANSPARÊNCIA FISCAL E CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA DA ESCOLA ESTADUAL DE CARAÍ-MG

**MELO JÚNIOR, Salvador Soares de.**

*Professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM  
salvador.junior@ufvjm.edu.br*

**SILVA, Simão Pereira da.**

*Professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM  
professorsimao@ufvjm.edu.br*

### RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo analisar a transparência fiscal da aplicação dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE/FNDE na Escola Estadual de Caraí, localizada no município de Caraí-MG. A coleta de dados se deu pela realização de entrevistas com a comunidade escolar da unidade de ensino. Observou-se que a maioria dos entrevistados não apresentou bom conhecimento sobre este princípio, principalmente os membros responsáveis pela efetivação da transparência na unidade escolar. Evidenciou-se que os gestores ainda ficam presos aos instrumentos mais antigos de transparência, fazendo pouca utilização dos recursos tecnológicos para essa finalidade, o que somado à falta de conhecimento, prejudicou o Controle Social exercido pela Comunidade Escolar.

**Palavras-chave:** Transparência Fiscal, Controle Social, PDDE.

### ABSTRACT

This research aimed to analyze the fiscal transparency on the application of resources of the Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE/FNDE - Direct Money in School Program-PDDE/ ENDF in a State School in the municipality of Caraí-MG. The data collection was performed through interviews with the educational community of the teaching unit. It was observed that most of the respondents did not show good knowledge about this principle, causing confusion between the transparency and publicity in public administration, especially the members responsible for effecting transparency in the school unit. In addition, it became clear that managers are still stuck to the older tools of transparency, making little use of technological resources for that purpose.

**Key-words:** Fiscal Transparency, Social Control, PDDE.

## 1. INTRODUÇÃO

A transparência Fiscal é um princípio contemporâneo da administração pública que tem gerado debates sobre seu conceito e atraído muita atenção, tanto nos meios acadêmicos quanto da opinião pública.

O conceito de transparência está associado à divulgação de informações por parte dos governos para atores internos e externos e sua consequente utilização como instrumento de responsabilização (*accountability*) dos agentes públicos quando estes adotam algum procedimento inadequado ao bom uso dos recursos públicos (LOUREIRO, TEIXEIRA E PRADO, 2008).

Dessa forma, a transparência na administração pública pode ser entendida como a gestão dos assuntos públicos para o público, de maneira que se tenha acesso às decisões, que se saiba o que elas representam, como são tomadas e o que se ganha ou se perde com elas (BIRKINSHAW, 2006).

A transparência cumpre a função de aproximar o Estado brasileiro e a sociedade, ampliando o nível de acesso do cidadão às informações sobre a gestão pública, independente de iniciativa por parte da sociedade civil, devendo abranger todas as áreas de atuação do Estado.

Nesse sentido, quanto maior os recursos disponibilizados a uma área de atuação, maior a responsabilização dos gestores em efetivar a transparência dos atos praticados por eles (BAIRRAL, SILVA e ALVES, 2015). Isso porque o direito do cidadão não se limita a fiscalizar a regularidade na gestão pública, mas também verificar se a destinação dos recursos, além de lícita, tem sido adequada, razoável, moral e eficiente.

Esta pesquisa objetivou analisar a Transparência Fiscal e Controle Social na aplicação dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE na Escola Estadual de Caraí, localizada no município de Caraí-MG.

A Escola Estadual de Caraí, recebe alunos do 5º ao 9º ano, bem como do ensino médio, além de implementar diversos programas voltados para a educação de jovens e adultos, atividades esportivas e culturais, utilizando, como uma das principais fontes de financiamento, os recursos repassados pelo PDDE, sendo este um programa criado em 1995 com finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público.

A coleta de dados se deu pela aplicação de entrevista estruturada à comunidade escolar da E.E. de Caraí. Entrevistou-se ao todo 47 pessoas, sendo: 34 professores, 5 ocupantes de cargos de direção, 3 gestores das Caixa Escolar, 3 membros do Colegiado/Conselho Fiscal e 2 pais que participam dos conselhos.

O roteiro de entrevista foi dividido em duas partes. A primeira contendo questões em escala Likert como apresentado no Quadro 1:

**Quadro 1. Categorias da Escala Likert**

<b>Escala</b>	Inexistente	Ruim	Regular	Boa	Ótima	Excelente
<b>Abreviação</b>	In	R	Rg	B	O	Ex

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

A segunda parte foi composta por questões abertas que permitiram maior liberdade de resposta aos entrevistados.

**2. A TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A transparência surgiu, inicialmente como uma forma de complementação ao princípio constitucional da Publicidade, que foi conceituado na Constituição Federal de 1988, principalmente no inciso XXXIII do parágrafo 5º.

Entretanto, a transparência vai além dos atos de publicidade, ultrapassando os limites da linha legal e fiscal, abrangendo desempenho, controles internos, documentos públicos, as ações dos agentes públicos, bem como os instrumentos que possibilitam essa transparência de maneira clara e facilitada aos interessados, principalmente ao cidadão, seja via relatórios fiscais, portais eletrônicos de transparência, relatórios de gestão anuais, etc. (SILVA, 2009).

O tema da transparência da informação pública ganhou maior relevância, no Brasil, a partir da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – transparência na gestão fiscal) e, desde então, outras leis como a Lei Complementar no 131/2009 – Lei da Transparência, que obriga a disponibilização, em tempo real, de informações públicas como: receita, despesa, salário dos servidores públicos, convênios e outros, nos portais eletrônicos nas várias esferas governamentais, foram sendo elaboradas no intuito de garantir e otimizar o acesso às informações (BAIRRAL; SILVA e ALVES, 2015).

Nesse contexto, foi sancionada em 2011 a Lei de Acesso a Informação (LAI) - (lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), que trouxe atualizações significantes quanto à disponibilização de informações por parte dos órgãos públicos aos cidadãos.

Já em seu §3º, essa lei deixa claro qual o seu objetivo e contribuição no que se refere à transparência das informações públicas:

**Art. 3º** Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:  
 I. observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;  
 II. divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;  
 III. utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; IV fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;  
 V. desenvolvimento do controle social da administração pública (BRASIL, 2011).

Nesse sentido, cabe aos Órgãos Públicos e entidades do poder público: assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação; a proteção da informação, garantindo sua disponibilidade, autenticidade e integridade; a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso (BRASIL, 2011).

Para Bairral, Silva e Alves (2015), essas leis regulamentaram e garantiram o direito do cidadão à informação pública, iniciando um ciclo de mudanças na relação cidadão/gestor público, pois determinaram a divulgação (ativa ou via solicitação), e não o sigilo, como norma geral para a informação pública, envolvendo o fornecimento de dados em uma linguagem acessível e sem barreiras técnicas.

Dessa forma, uma gestão transparente baseia-se no fornecimento adequado de informações compreensíveis aos cidadãos, facilitando o acesso e a efetiva participação no governo.

O Art. 8º da Lei de Acesso a Informação - LAI (2011), veio garantir esse direito ao enfatizar que “é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas”.

Os mecanismos ou instrumentos de transparência são essenciais para garantir a qualidade e tempestividade dessas informações.

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal- LC 101/00:

**Art. 48.** São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

**Parágrafo único.** A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos (BRASIL, 2000).

Os meios eletrônicos têm sido os principais mecanismos de transparência fiscal e que possibilitam à população conhecimento da realidade da gestão pública, bem como a manifestação de interesses.

A LAI (2011), no parágrafo 3º do seu art. 8º traz informações, inclusive, relativas a quais requisitos devem ser observados ao utilizar sítios eletrônicos na internet como instrumentos de transparência pública:

§ 3o Os sítios de que trata o § 2o deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

I. conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

II. possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III. possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV. divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII. indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII. adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência (BRASIL, 2011).

Como exemplo de utilização da internet como instrumento para transparência na administração pública, pode-se citar o *e-governo*.

Segundo Pinho *et al* (2005), as Tecnologias de informação e comunicação (TICs), estão se alastrando pela administração pública através do que se chama *e-governo* ou governo eletrônico, através da informatização das atividades governamentais e da comunicação com o público externo (Cidadão, empresas, outros setores do governo e sociedade, fornecedores, etc.).

Entretanto, somente os meios de transparência elencados pela LRF não devem sempre ser considerados suficientes, a própria LAI (2011), enfatiza isso em seu parágrafo 2º, ao dizer que os “órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de transparência que dispuserem”. Dessa forma, todas as informações ou documentos que sejam considerados relevantes à transparência devem ser disponibilizados ao cidadão, por meio, não somente da internet, mas também de quaisquer outros instrumentos que permitam a divulgação dessas informações. Apresenta-se, no Quadro 2, alguns Instrumentos que podem ser utilizados para geração de transparência.

#### Quadro 2. Instrumentos para geração de transparência.

Classificação	Modalidade
Meios impressos	Jornais, revistas, <i>outdoors</i> , cartazes, folhetos, murais, cartilhas e Diário Oficial.
Via Internet	Página do município, Links e banners em páginas de interesse social do município, e-mails para cidadãos que se cadastrarem e formação de grupos de discussão.
Meios Presenciais	Reuniões comunitárias e audiências públicas.
Televisão e Rádio	Horário eleitoral, publicidade e pronunciamentos oficiais.
Meios Inovadores	Painéis eletrônicos na rua e em prédios públicos, cartilhas de cidadania nas escolas (em todos os níveis de ensino).

Fonte: adaptado de Ensslin, et al 2007.

Percebe-se que não somente as informações são importantes no processo de transparência pública, os instrumentos utilizados para sua execução também devem ser levados em consideração.

### 3. CONTROLE SOCIAL

A participação da sociedade civil é um direito conquistado que promove maior confiabilidade na gestão pública e garante ao povo o poder de colaborar, controlar e avaliar os trabalhos realizados por seus representantes.

A participação não é algo dado nem concedido como dádiva, mas é, sim, um processo de conquista. A conquista de participação nesses espaços significa uma mudança em termos de igualdade democrática, pois a participação da sociedade civil não se refere somente à reivindicação de direitos sociais, mas também de definição dos rumos das políticas públicas (DEMO, 1999, p. 18).

Rausch e Soares (2010) explicam que, ao considerar o sentido mais simples do que vem a ser participar, ou seja, tomar parte, pode-se afirmar que os gestores públicos participam

na Administração Pública porque tomam parte nas ações relativas às suas funções administrativas tais como: planejar, organizar, dirigir e executar. Quando a sociedade toma parte em qualquer atividade ela auxilia o Poder Público no cumprimento de sua missão constitucional de legislar, fiscalizar e administrar, ela está participando e controlando.

Esse direito de participação do cidadão nos atos públicos vem desde a Constituição Federal de 1988 que, elaborada sob forte influência da sociedade civil por meio de emendas populares, definiu a descentralização e a participação popular como marcos no processo de elaboração das políticas públicas, especialmente nas áreas de políticas sociais e urbanas (CGU, 2012)

Nesse sentido, o controle social torna-se uma atividade de fiscalização da gestão pública exercida pelo povo que tem ganhado espaço nas arenas parlamentares, fazendo incidir o anseio popular na tomada de decisões políticas, exigindo planos de metas dos governantes, influenciando os marcos regulatórios e a prática do controle institucional, profissionalizando-o e pressionando-o politicamente (LOUREIRO e TEIXEIRA., 2008).

Cunha (2013) salienta que o efetivo Controle Social depende muito mais de variáveis culturais e comportamentais que derivam de condições econômicas, sociais e, principalmente, educacionais. Afirmam, ainda, que o exercício do Controle Social, por parte do cidadão, acontece através de vários mecanismos, como as instituições do terceiro setor criadas para fiscalizar os gestores públicos e também com o uso da internet, um importante instrumento de Transparência nos atos públicos por conferir velocidade e atualidade no tráfego das informações. O cidadão assume um papel característico referente ao exercício inibidor de ações irregulares na gestão pública.

Cardoso (2009, p. 220) afirmam que “o controle do aparelho de Estado pelos cidadãos, dessa forma, seria viabilizado por meio da mensuração de resultados dos serviços e/ou produtos ofertados pelas instituições públicas em relação à qualidade esperada pela sociedade”.

Desse modo, para que se exerça o Controle Social, é necessário que se tenha a real transparência na prestação dos serviços públicos, possibilitando o controle antes, durante e após a execução dos atos administrativos realizados por cidadãos mais informados, que conhecem seus direitos e deveres e utilizam as ferramentas disponíveis, podem, inclusive, desenvolver outras ferramentas que garantam a efetividade dos gastos e serviços públicos.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1. Transparência na Gestão do PDDE da EE de Carai**

Inicialmente, buscou-se levantar o conhecimento da comunidade escolar quanto ao conceito de Transparência Pública para analisar a capacidade de entendimento e de resposta às questões apresentadas nessa pesquisa. Estes resultados são apresentados na Tabela 1.



**Tabela 1.** Nível de conhecimento da comunidade escolar quanto a Transparência na Administração Pública

Descrição	In	R	Rg	Bm	O	Ex	Total
Transparência	2	6	10	12	3	1	34
Direção							Total
Transparência			4	1			5
Caixa Escolar							Total
Transparência		1	1	1			3
Colegiado e Conselho Fiscal							Total
Transparência			1	2			3
Pais							Total
Transparência		2					2
<b>Total Geral</b>	<b>2</b>	<b>9</b>	<b>16</b>	<b>16</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>47</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Inicialmente, já ocorre uma situação preocupante pois a maioria dos gestores, composta pelos grupos dos ocupantes de cargo de direção, gestores da caixa escolar como os pais que participam dos conselhos, classificaram seu conhecimento sobre a transparência pública como regular ou ruim. Sendo os gestores públicos os principais responsáveis por promover a transparência, não ter conhecimento sobre essa ferramenta é o primeiro indício de má qualidade em sua utilização.

Em complemento, apenas 47% do grupo dos professores classificaram seu conhecimento sobre transparência pública entre bom e excelente. Nesse caso, embora não sejam agentes públicos gestores dos recursos, não demonstrar conhecimento sobre essa ferramenta impossibilita, muitas vezes, a cobrança por sua efetivação, assim como a realização do controle social.

A principal exceção pode ser observada nos membros do colegiado e conselho fiscal, cujo dois, dos três respondentes, classificaram como bom o seu conhecimento sobre a transparência pública, enquanto o outro membro o classificou como regular.

Na tabela 2 classificou-se a transparência e análise como o nível de conhecimento apresentado pela comunidade escolar da EE de Carai, relacionando-se com a utilização dessa transparência por essa unidade de ensino em relação aos recursos do PDDE.

**Tabela 2.** Classificação da transparência na EE de Carai

Descrição	In	R	Rg	Bm	O	Ex	Total
Transparência	1	1	9	10	10	3	34
Direção							Total
Transparência			1	2	1	1	5
Caixa Escolar							Total
Transparência				1	2		3
Colegiado e Conselho Fiscal							Total
Transparência		2	1				3
Pais							Total
Transparência				2			2
<b>Total Geral</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>15</b>	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>47</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Percebe-se que a transparência da EE de Carai tem uma classificação entre boa e ótima pela maioria do grupo dos professores, ocupantes de cargo de direção, pais que participam dos conselhos e gestores da caixa escolar.

Entretanto, no que se refere aos membros do Colegiado e Conselho Fiscal, essa transparência foi considerada insatisfatória, recebendo classificação ruim por mais de 66% dos respondentes. Nesse sentido, é importante salientar que foi, este, o grupo que julgou ter maior conhecimento sobre o conceito de transparência pública na questão anterior, gerando maior credibilidade nas respostas por eles apresentadas. Em complemento, o grupo do Colegiado e conselho fiscal é o principal responsável pela aprovação dos orçamentos, bem como a prestação de contas, a utilização dos recursos do PDDE, dessa forma, pode estar a par de informações que sejam importantes e que poderiam ser melhor repassadas para a comunidade escolar.

Entretanto, tão importante quanto as informações a serem divulgadas são os instrumentos utilizados para essa finalidade, pois são eles que determinam qual a abrangência da transparência a ser efetivada.

Na Tabela 3 apresentou-se os instrumentos utilizados para efetivar a transparência na E.E de Carai:

**Tabela 3. Instrumentos da transparência da gestão financeira do PDDE<sup>1</sup>**

Instrumentos	Professores (3)						Cargos Direção					C. Escolar					Coleg/C.Fisc				Pais
	In	R	Rg	B	O	Ex	In	R	Rg	B	O	In	R	Rg	B	O	In	R	Rg	B	B
Meios Impressos	-	3	10	13	3	2	1	-	3	-	1	-	-	-	3	-	-	1	-	2	2
Via Internet	16	1	9	5	-	-	1	3	-	1	-	2	-	-	-	1	1	2	-	-	2
Meios Presenciais	-	2	5	12	12	-	1	1	-	1	2	-	-	-	3	-	-	1	1	1	2
Televisão e Rádio	16	5	5	3	2	-	2	2	1	-	-	1	1	1	-	-	1	2	-	-	2
E-SIC	15	9	3	2	2	-	4	1	-	-	-	1	1	1	-	-	2	1	-	-	2
<b>Total Respostas</b>	<b>47</b>	<b>20</b>	<b>32</b>	<b>35</b>	<b>19</b>	<b>2</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>10</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Cabe salientar que, durante a entrevista, o diretor afirmou não fazer uso da internet, televisão e rádio e nem mesmo do E-SIC como instrumento de transparência. Tal situação foi comprovada pela maioria dos professores, em que a classificação dos instrumentos eletrônicos de transparência foi apontada como inexistente por 27,6% das respostas auferidas, além da classificação ruim ou regular apresentada por 18,8% das respostas deste grupo.

Dessa forma, os gestores da EE de Carai ficam, ainda, restritos aos meios mais obsoletos de comunicação como os meios impressos, principalmente aos avisos em murais e aos presenciais, efetivados nos comunicados realizados nas reuniões.

Todavia, os meios que envolvem qualquer sistema eletrônico de comunicação têm sido pouco aproveitados. Welsh e Hinnant (2003) concluem que os meios eletrônicos, principalmente o uso da internet são positivos quando associados com a transparência. Nesse sentido, a EE de Carai poderia utilizar esses instrumentos tanto para convidar a comunidade escolar a participar dos eventos que realiza quanto para exercer a transparência das informações.

1 O número entre parênteses representa a quantidade de entrevistados do grupo não respondeu à questão.

Por outro lado, é importante que se mantenha a utilização dos meios impressos e presenciais pois demonstram um outro tipo de contribuição à transparência: a interatividade entre os gestores e a comunidade escolar.

Os meios eletrônicos são insatisfatórios quando associados com a interatividade, enquanto os meios presenciais se mostram mais eficazes nesse sentido, aparecendo como importantes instrumentos de transparência, pois tanto a interatividade quanto a transparência estão associadas positivamente com a confiança do cidadão nos gestores (WELSH e HINNANT, 2003).

Entretanto, se atribui a responsabilidade pela inexistência de transparência somente aos entes públicos, sendo que o cidadão também tem papel importante nesse processo.

Matos, Silva e Magalhães (2015) enfatizam que o cidadão espera sempre por transparência, mas se mantém inerte, quando também é seu dever mostrar interesse, buscar as informações e participar da gestão pública.

Tal situação se aplica à comunidade escolar da EE de Caraí, por isso, buscou-se levantar informações quanto ao interesse que essa comunidade escolar demonstra em buscar as informações e participar do processo de gestão do PDDE.

**Tabela 4.** Interesse da comunidade escolar em obter informações relativas ao PDDE

Descrição	In	R	Rg	Bm	O	Ex	Total
	<b>Professores</b>						
Interesse	1	12	11	6	4		34
<b>Cargos Direção</b>							
Interesse		1		1	1	2	5
<b>Caixa Escolar</b>							
Interesse				3			3
<b>Colegiado e Conselho Fiscal</b>							
Interesse		1		2			3
<b>Pais</b>							
Interesse		2					2
<b>Total Geral</b>	<b>1</b>	<b>16</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>47</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Percebe-se que a conclusão de Matos, Silva e Magalhães (2015) foi reafirmada na EE de Caraí, pois observou-se maior interesse por parte dos gestores, cujo o cargo, de certa forma, já lhes impõe a responsabilidade de estarem informados para que possam realizar suas atividades com concisão e possam informar aos demais membros da comunidade escolar. Todavia, ficou evidente o pouco interesse dos membros que não tem essa incumbência determinada pelos cargos que ocupam na instituição, como a classe dos professores, em que o interesse de 70,6% dos entrevistados foi classificado entre inexistente, ruim e regular.

Situação ainda mais complicada se percebe no grupo dos pais que participam do colegiado e conselho fiscal, cujo interesse foi inteiramente classificado como ruim. Essa realidade compromete a participação da comunidade escolar no processo de planejamento e execução dos recursos recebidos, principalmente daqueles que não estão vinculados aos cargos de gestão, resultando, possivelmente, em má qualidade ou até mesmo inexistência de controle social nesta unidade de ensino.

Observa-se, entretanto, que mesmo não se verificando interesse de buscar as informações por grande parte da classe dos professores, a maioria alegou possuir conhecimento sobre o processo de gestão do PDDE, indicando que existe transparência na EE de Carai.

Diante do cenário apresentado, pode-se dizer que a transparência relativa à gestão do PDDE na unidade de ensino está em fase de implementação, apresentando-se mais para uma parte dos membros da comunidade escolar e menos para outros.

Salienta-se que esse processo de transparência necessita de importantes adequações, principalmente no que diz respeito às informações a serem publicitadas, bem como os instrumentos necessários à essa atividade. Somente com essas adequações a transparência poderá cumprir um dos seus papéis mais importantes: servir de instrumento para que se efetive o controle social na EE de Carai.

#### 4.2. Controle Social do PDDE na EE de Carai

Este tópico teve como objetivo analisar a existência e qualidade do Controle Social referente aos recursos do PDDE na EE de Carai.

Assim como nas questões relacionadas ao PDDE e sobre a Transparência, buscou-se levantar, inicialmente, o conhecimento da comunidade escolar quanto ao conceito de Controle Social, como demonstrado na Tabela 5.

**Tabela 5.** Conhecimento da comunidade escolar sobre Controle Social

Descrição	In	R	Rg	Bm	O	Ex	Total
	<b>Professores (1)</b>						
Conhecimento	4	8	8	13			33
	<b>Cargos Direção</b>						
Conhecimento	1		2	2			5
	<b>Caixa Escolar</b>						
Conhecimento			1	2			3
	<b>Colegiado e Conselho Fiscal</b>						
Conhecimento	1	1		1			3
	<b>Pais</b>						
Conhecimento		2					2
<b>Total Geral</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>46</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Percebe-se que o conhecimento quanto ao conceito de Controle Social da maioria dos entrevistados não é bom, ficando classificado entre inexistente, ruim e regular. Ênfase pode ser dada ao grupo dos pais, onde 100% dos entrevistados classificaram como ruim o seu conhecimento sobre Controle Social sendo este o único grupo que representa inteiramente a sociedade civil, por não possuir nenhum cargo dentro da EE de Carai.

Situação diferente observou-se do grupo dos gestores da Caixa escolar, que afirmou possuir bom conhecimento acerca dessa ferramenta.

Na tabela 6 solicitou-se que os respondentes classificassem o Controle Social dos recursos do PDDE exercidos na EE de Carai.

**Tabela 6.** Controle social sobre a gestão do PDDE exercido na EE de Carai

Descrição	In	R	Rg	Bm	O	Ex	Total
	Professores (2)						
Controle Social	2	10	10	9	1		32
Cargos Direção							Total
Controle Social	1	1	1	1	1		5
Caixa Escolar							Total
Controle Social				3			3
Colegiado e Conselho Fiscal							Total
Controle Social		2	1				3
Pais							Total
Controle Social				2			2
<b>Total Geral</b>	<b>3</b>	<b>13</b>	<b>12</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>45</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Evidencia-se que o conhecimento da comunidade escolar quanto ao PDDE, bem como os resultados relativos à transparência existente na unidade de ensino tem refletido no Controle Social exercido na EE de Carai pois a maioria do grupo dos professores, cargos de direção e membros do colegiado e conselho fiscal classificaram o Controle Social do PDDE como inexistente, ruim ou regular. A exceção foi percebida na boa classificação apresentada pelo grupo dos pais, que, todavia, classificaram como ruim o seu conhecimento sobre o Controle Social.

Os resultados da pesquisa apontam ainda que o pouco Controle Social exercido nesta unidade escolar é realizado, principalmente sobre as etapas do planejamento e prestação de contas dos recursos utilizados e, praticamente, pelos membros do colegiado e conselho fiscal, como pode ser observado na tabela 7.

**Tabela 7.** Instrumentos do controle social do PDDE na EE de Carai

Instrumentos	Professores (2)						Cargos Direção					C. Escolar		Coleg/C.Fisc			Pais
	In	R	Rg	B	O	Ex	In	R	Rg	B	O	Rg	B	In	Rg	B	Rg
Controle social exercido pelos conselhos	-	7	5	13	6	1	-	1	1	3	-	-	3	-	2	1	2
Participação em audiências públicas	13	4	7	7	1	-	2	-	1	2	-	1	2	1	1	1	2
Representações dentro dos colegiados	1	1	4	13	13	-	-	1	-	3	1	-	3	-	1	2	2
Participação de membros não gestores	7	10	1	10	4	-	2	-	2	1	1	1	2	1	-	2	2
<b>Total Respostas</b>	<b>21</b>	<b>22</b>	<b>17</b>	<b>43</b>	<b>24</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>8</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Observa-se um destaque do controle social exercido pelos membros do conselho fiscal e colegiado em relação aos demais controles.

Parte dos entrevistados classificou a participação em audiências públicas como inexistente, indo ao encontro da fala do diretor da escola:

Consultas à comunidade escolar são realizadas para saber onde melhor será aplicado o recurso, porém, não realizamos essa consulta através de audiências públicas.

Situação semelhante pôde ser percebida no que diz respeito à participação dos membros que não ocupam cargo de gestão dos recursos do PDDE na EE de Carai, na qual 53%

dos professores optaram pelas escalas inexistente, ruim ou regular, sendo este, o grupo que não tem como função do seu cargo o dever de gerir os recursos recebidos.

Entretanto, é importante que a escola não espere sempre que a comunidade escolar tome as iniciativas de exercer o controle social. É necessário que os gestores tomem medidas que venham a incentivar o controle social nesta unidade de ensino.

Nesse sentido, na Tabela 8 buscou-se apresentar as iniciativas, para promover o controle social, realizadas pela EE de Caraiá, bem como, analisar a classificação que a comunidade escolar atribuiu a essas iniciativas.

**Tabela 8.** Iniciativas da EE De Caraiá para Promover o Controle Social do PDDE

Medidas	Professores (1)						Cargos Direção					C. Escolar		Coleg/C.Fisc				Pais	
	In	R	Rg	B	O	Ex	In	R	Rg	B	O	Rg	B	In	R	Rg	B	Rg	B
Realização de palestras informativas	16	3	7	5	2	-	2	1	2	-	-	-	3	1	1	1	-	1	1
Consultas à comunidade Escolar	2	6	3	16	6	-	2	-	2	-	1	1	2	-	1	2	-	1	1
Convite à participação na gestão do PDDE	1	4	5	17	4	2	1	1	-	2	1	1	2	-	2	-	1	1	1
Fornecimento de informações úteis	-	10	10	3	8	2	1	-	3	1	-	1	2	-	2	-	1	1	1
<b>Total Respostas</b>	<b>19</b>	<b>23</b>	<b>25</b>	<b>41</b>	<b>20</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>4</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

As respostas auferidas na classe dos professores deixaram evidente que os gestores dão maior ênfase em incentivar o controle social através da realização de consulta à comunidade escolar e ao realizar convite para participar das reuniões do colegiado e conselho fiscal que discutem a utilização do recurso. Essas duas modalidades receberam classificação boa, ótima ou excelente de aproximadamente 70% do grupo dos professores.

Entretanto, no que diz respeito à realização de palestras informativas, percebeu-se que a grande maioria dos professores deu uma classificação negativa, sendo que 47% julgaram inexistente e outros 29% julgaram como ruim ou regular.

Quanto ao fornecimento de informações úteis ao exercício do Controle Social, observou-se uma classificação insatisfatória pelo grupo dos professores. Tal situação já ficou evidenciada na análise das informações disponibilizadas nas questões que envolvem a transparência na gestão dos recursos do PDDE. Mais uma vez, ressalta-se a necessidade de os gestores estudarem quais informações importantes estão deixando de ser repassadas para a comunidade escolar, principalmente para o grupo dos professores, pois o maior agente do Controle Social dentro das unidades escolares deve ser o educador (CGU, 2012).

O professor, além exercer o uso da ferramenta, é essencial na divulgação das formas de controle social na comunidade escolar na qual atua, mostrando que essas possibilidades foram criadas para auxiliar na boa gestão dos recursos públicos (MPRJ, 2013).

Em complemento, percebe-se que gestores reconhecem que podem melhorar as iniciativas que possibilitem o controle social, pois, tanto os membros da direção quanto colegiado/conselho fiscal, em sua maioria, classificou as iniciativas como inexistente, ruim ou regular, correspondendo a 75% e 83% dos entrevistados, respectivamente.

A exceção pode ser percebida na maioria dos gestores da caixa escolar e da classe dos pais, que classificaram como boas as ferramentas apresentadas.

Conclui-se que o Controle Social na EE de Carai é exercido, praticamente pelo conselho fiscal e colegiado. Nesse sentido, torna-se necessário maiores iniciativas por parte da escola em utilizar novos mecanismos que incentivem o Controle Social. Entretanto, cabe aos demais membros da comunidade escolar buscar as informações e demonstrar maior interesse em participar das ações realizadas na EE de Carai.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar a transparência fiscal da aplicação dos recursos do PDDE na Escola Estadual de Carai/MG. Nesse contexto, observou-se que a rotatividade dos servidores nos conselhos, cargos de gestão e direção é fator importante na disseminação das informações sobre o PDDE nesta unidade de ensino, por possibilitar interação e maior conhecimento sobre o programa.

A transparência na utilização dos recursos do PDDE é a primeira e mais importante ação a ser realizada pela administração pois, esta, se apresenta como a principal fonte de informação, no sentido de instrumentalizar o controle social a ser exercido pela comunidade escolar, fortalecendo o processo democrático na unidade escolar.

Considera-se, entretanto, que existe a necessidade de aperfeiçoamento por parte dos gestores quanto ao conceito de transparência e instrumentos disponíveis para utilização e aplicação desse princípio na unidade escolar.

A existência de pouco conhecimento sobre a transparência além de dificultar a sua efetivação, limita a capacidade dos gestores de identificar as necessidades de aperfeiçoamento na utilização dos instrumentos para promovê-la, a seleção eficiente de informações que necessitam ser disponibilizadas, além de aumentar a probabilidade de confusão entre os princípios da transparência e da publicidade na administração pública.

Observa-se que a utilização de variados instrumentos de transparência pode trazer maior confiabilidade nos atos da administração, sendo os meios eletrônicos mais eficientes quanto a abrangência e alcance geral das informações disponibilizadas enquanto os meios presenciais apresentam maior contribuição no que se refere à interatividade entre os gestores e os membros da comunidade escolar.

Nesse sentido, a utilização de ferramentas como os canais de rádio e televisão, a internet e a criação de um Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (eSIC) contribuiria para uma maior participação da comunidade escolar nas etapas de gestão do PDDE na EE de Carai, evitando que a transparência seja percebida apenas por partes isoladas dentro da unidade de ensino.

É importante acrescentar que, embora a responsabilidade dos gestores promova a efetivação da transparência, o interesse apresentado pela comunidade escolar tem papel decisivo na eficácia deste princípio, pois cabe aos demais membros da escola fazer uso das informações disponibilizadas para exercer o Controle Social sobre os atos praticados pelos gestores.

Salienta-se que a EE de Carai pode promover mais ações que incentivem o controle social na unidade escolar, mas que a transparência e o interesse da comunidade escolar em conhecer e colocar em prática essa ferramenta são os principais fatores que permitem sua concretização.

É importante salientar que a efetivação ou não da Transparência depende da gestão que a realiza. Desta forma, sendo a gestão atual da EE de Carai ainda recente, a transparência na unidade escolar encontra-se em fase de implementação, necessitando, portanto, de futuras adequações.

## REFERÊNCIAS

BAIRRAL, Maria Amália da Costa; SILVA, Adolfo Henrique Coutinho e; ALVES, Francisco José dos Santos. Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. **Anais. XXXVII Encontro da ANPAD - EnANPAD** – Rio de Janeiro, 7 A 11 setembro de 2013.

BIRKINSHAW, P. (2006). Freedom of information and openness: fundamental human rights. **Administrative Law Review**, 58 (1), 177-218.

BRASIL. Lei de Acesso à Informação – LAI. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei de Responsabilidade Fiscal. **Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal e dá outras providências.

CARDOSO, José Carlos Martins. **O PDDE como instrumento de democratização da gestão escolar no Pará** \_ 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2009.

CGU. **Cartilha Olho Vivo no Dinheiro Público: um guia para o cidadão garantir os seus direitos**. 3.<sup>a</sup> ed. Brasília, 2012.

CUNHA, Sheila Santos. **O Controle Social e seus Instrumentos**. Salvador, 2013. Disponível em: [www.saude.ba.gov.br/dgtes/images/.../controle-social-e-seus-instrumentos.pdf](http://www.saude.ba.gov.br/dgtes/images/.../controle-social-e-seus-instrumentos.pdf). Acesso em: 02 mar. 2016.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MATOS, Ervânio Fernandes; SILVA, Simão Pereira da; MAGALHÃES, Elizete Aparecida de. O Deficit de Transparência Fiscal na Percepção dos Professores do Ensino Médio: uma síntese em Minas Gerais. **Anais. XXXIX Encontro da ANPAD**, Belo Horizonte, 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO-MPRJ. **Controle Social na Educação: Gestão Democrática e Conselhos**. Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação – CAO Educação: Rio de Janeiro, 2013.



PINHO, José Antônio de *et al.* Governo eletrônico, transparência, accountability e participação: o que portais de governo estaduais no Brasil Mostram. In: XXIX ENANPAD. **Anais**. São Paulo, 2005.

RAUSCH, Rita Buzzi; SOARES, Maurélio. Controle social na administração pública: a importância da transparência das contas públicas para inibir a corrupção. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade-REPEC**. v. 4, n. 3, art. 2, p. 23-43 ISSN 1981-8610 set/dez. 2010.

SILVA, L.M. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WELCH, Eric W.; HINNANT, Charles C. Internet. **Use, Transparency, and Interactivity Effects on Trust in Government**. In: SYSTEM SCIENCES PROCEEDINGS OF THE ANNUAL HAWAII, 2003.

## **BULLYING: REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA EM UMA ESCOLA DE NOVA IGUAÇU**

**COELHO, Patricia Ferreira**

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes  
paticoelho2003@hotmail.com*

**ROCHA, José Geraldo**

*Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes  
rochageraldo@hotmail.com*

**KAUSS, Vera Lucia Teixeira**

*Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes  
verakauss@gmail.com*

### **RESUMO**

O *bullying* é um fenômeno que faz parte do cotidiano da escola situada em Nova Iguaçu apresentada em nossa pesquisa. Uma equipe pedagógica que se compromete a promover o fortalecimento de uma cultura democrática e a igualdade de direitos é indispensável para prevenir e deter situações violentas como a intimidação entre pares. Para abordar assuntos sobre o referido fenômeno, nesta instituição, é fundamental capacitar a equipe docente, porque o assédio escolar envolve muitas temáticas: violência, atitudes discriminatórias quanto às diferenças étnicas e religiosas, questões relacionadas ao gênero, direitos de crianças e adolescentes, etc. Docentes e instituição devem agir como modelos mostrando empatia, respeito e não violência. Os relatos dos alunos da instituição pesquisada apontam que o assédio escolar pode ser tratado a partir da clareza que se tenha sobre o lugar ocupado pelos educadores e da importância da escola como instituição realizadora do direito à educação.

**Palavras-chave:** Bullying. Violência. Escola.

### **ABSTRACT**

Bullying is a phenomenon that is part of the everyday life of the school located in Nova Iguaçu presented in our research. A pedagogical team committed to promoting the strengthening of a democratic culture and equal rights is indispensable to prevent and deter violent situations such as bullying among peers. In order to address issues related to this phenomenon, it is fundamental to train the teaching staff, because school harassment involves many themes: violence, discriminatory attitudes about ethnic and religious differences, gender issues, children's rights, etc. Teachers and institutions should act as role models showing empathy, respect, and nonviolence. The reports of the students of the research institution indicate that the school harassment can be treated based on the clarity of the place occupied by the educators and the importance of the school as an institution that realizes the right to education.

**Key-words:** Bullying. Violence. School.

## INTRODUÇÃO

*Bullying* é um termo que significa intimidar alguém. Em outras palavras, perseguir, incomodar ou prejudicar outra pessoa, causando dano e medo de forma repetida ao longo do tempo. Tem origem na palavra inglesa *bully*, que significa valentão, brigão. Mesmo sem uma denominação em português, é entendido como ameaça, tirania, opressão, intimidação, humilhação e maltrato. Pode acontecer em qualquer contexto, como escolas, universidades, famílias, vizinhança, meios de transporte, locais de trabalho, uso da tecnologia e da Web. Seja onde for, este tipo de conduta não deve ser tolerada. O *bullying* é um problema grave, principalmente nas escolas, e precisa ser combatido. É importante que a família e a escola conheçam as causas e as consequências deste fenômeno para preveni-lo e detê-lo.

Este trabalho objetiva analisar como uma escola situada em Nova Iguaçu, cidade do Rio de Janeiro, lida com a violência e com os problemas que surgem dela bem como verificar se existem ações, nesta escola, voltadas para o combate ao *bullying*. A pesquisa baseou-se em um levantamento de dados que passou por três momentos: pesquisa bibliográfica, observação em campo e coleta de dados através de entrevista.

A presente pesquisa está dividida em cinco seções, em que a primeira apresenta uma breve introdução sobre o *bullying*, com destaque para a descrição sobre o envolvimento de estudantes nessas interações como agressores, vítimas, vítimas-agressoras ou espectadores. A segunda seção aponta para as dificuldades encontradas em se criar um projeto contra o *bullying* na escola pesquisada. A terceira verifica se os docentes dessa escola estão atentos, com olhares críticos e positivos nas perspectivas étnico-raciais, nas culturais, religiosas e demais diversidades existentes que os permitiriam romper com padrões estabelecidos e cristalizados.

A quarta seção revela a convivência dos estudantes na escola - entre eles e com os membros da comunidade escolar - com base na disciplina, no *bullying*, nas normas existentes, na autoridade, nas sanções, nos problemas mais comuns. E a quinta seção visa problematizar a dimensão de vigilância exercida pelas sanções disciplinares da escola pesquisada, articulando-a com certo tipo de tradição pedagógica, ainda fortemente localizável no cotidiano escolar.

Com respeito ao *bullying* e, em especial, aquele apresentado na escola iguaçuana pesquisada, tema que será abordado em todas as seções, serão analisados os textos de Abramovay (2003), Fante (2007), Sposito (2001) e Lopes Neto; Saavedra (2003).

### 1. BULLYING NA ESCOLA

A percepção da violência no ambiente escolar modifica-se de acordo com o olhar pelo qual esse meio é abordado. Antigamente, havia ênfase na pesquisa sobre a violência do sistema escolar, especialmente a violência dos professores contra os alunos (punições e castigos físicos) (Abramovay, 2003). Na literatura contemporânea, diversos especialistas privilegiam a análise da violência praticada entre alunos ou de alunos contra a propriedade (vandalismo, por exemplo) e, em menor proporção, de alunos contra professores e de professores contra alunos.

Nesses primeiros anos da década de 80, observa-se certo consenso em torno da ideia de que as unidades escolares precisariam ser protegidas [...] tratava-se assim de uma concepção de violência expressa nas ações de depredação do

patrimônio público [...]. Naquele momento não estavam sendo questionadas as formas de sociabilidade entre alunos, mas eram criticadas as práticas internas aos estabelecimentos escolares produtoras da violência. [...]

É possível considerar que os anos 1990 apontam mudanças no padrão da violência observada nas escolas públicas, atingindo não só os atos de vandalismo, que continuam a ocorrer, mas as práticas de agressões interpessoais. (SPOSITO, 2001, p. 90)

De acordo com Fante (2015), o termo *bullying* surgiu e passou a ser considerado no campo de estudos sobre a violência na década de 1990. Sem um termo equivalente em português, é um fenômeno que ocorre na relação entre pares, acontecendo com mais frequência entre os estudantes no contexto escolar. Ainda segundo Fante (2015), o fenômeno *bullying* é tão antigo quanto a escola, embora não tenha sido pesquisado até o início da década de 1970.

Sobre tal fenômeno, Fante (2015, p.84) declara que “Universalmente, o *bullying* é conceituado como sendo um conjunto de comportamentos, intencionais e repetitivos, adotado por um ou mais estudantes, sem motivação evidente, causando dor e sofrimento, dentro de uma relação desigual de poder, o que possibilita a intimidação”.

Diversos autores (Batsche; Knoff, 1994; Ramírez, 2002; Anton et al. 2002) afirmaram que há diferentes características (individuais e familiares) de acordo com o papel desempenhado pelo estudante na situação de *bullying*, papel este que pode ser de vítima, agressor, vítima/agressor ou testemunha.

Geralmente, os agressores são pessoas com pouca empatia, do sexo masculino, que acreditam que serão prejudicadas, têm colegas que apoiam os comportamentos agressivos, que podem evadir da escola, ter histórico de reprovações, portar armas e abusar de drogas. (Boxer et al., 2005; Guerra, 2003; Maldonado, Williams, 2005; Pinheiro, Williams, 2010; Welsh, 2003). É comum que não tenham um bom relacionamento afetivo com suas famílias, podendo inclusive sofrer maus-tratos. (Maldonado; Williams, 2005; Reese et al., 2000; Rigoni; Swenson, 2000).

As vítimas do *bullying* se caracterizam por serem, geralmente, pessoas de aspecto físico mais frágil que o de seus pares, mais jovens que os autores de violência, frequentemente sem amigos na escola e com pouca habilidade para lidar com as situações de conflito com os colegas. Podem mudar muitas vezes de escola, confiam em poucas pessoas, não gostam de ir à escola, costumam ser depressivos e ansiosos, têm dificuldade de aprendizado. (Khoury-Kassabri et al., 2004; Schreck, Miller, Gilbson, 2003; Warner, Weist, Krulak, 1999). As vítimas-agressoras são alunos que têm dificuldades em avaliar a situação em que se encontram e de controlar a impulsividade, chegando a agredir outros alunos, mesmo quando se encontram em pior situação para se defender. São os alunos menos populares e mais associados com transtornos depressivos e de ansiedade (SCHWARTZ et al., 2005).

As testemunhas são aqueles que apenas presenciam as situações de violência e que geralmente se calam para não se transformarem em um novo alvo para o agressor. Podem se sentir culpados por nada terem feito para impedir uma agressão ou, ainda, desenvolver comportamentos agressivos para se sentirem pertencentes ao grupo de alunos agressores. (STUEVE et al., 2006). Amigos de estudantes que cometem atos de *bullying* evitam que professores separem alunos que brigam ou encorajam a continuação

da agressão. As testemunhas também podem estimular o autor a agredir com mais violência a vítima, a fim de demonstrar seu poder a todos os presentes.

Os comportamentos violentos considerados *bullying* podem ser de dois tipos: as ações diretas e as indiretas ou emocionais (LOPES NETO; SAAVEDRA, 2003). As ações diretas podem ser físicas como chutar, empurrar, bater, tomar pertences, entre outras agressões ou verbais como apelidos e insultos, por exemplo. Por sua vez, as ações violentas indiretas são aquelas tomadas com o intuito de fazer com que uma pessoa seja discriminada e excluída de seu grupo social (isso pode ocorrer por meio de disseminação de boatos ou histórias desagradáveis sobre a pessoa).

De acordo com Fante (2011), o comportamento agressivo ou violento nas escolas é atualmente o fenômeno social mais complexo e difícil de compreender, por afetar a sociedade, atingindo crianças de todas as idades, em todas as escolas do Brasil e do mundo. Ainda segundo a autora, esse fenômeno social é resultante tanto de fatores externos quanto de fatores internos à escola.

Abramovay (2003, p.54) afirma que os fatores externos “referem-se a explicações de ordem socioeconômica, ao agravamento das exclusões sociais, raciais e de gênero, à perda de referencial entre os jovens, ao surgimento de ‘galeras’, ‘gangues’, ‘tráfico de drogas’, desestruturação familiar à perda dos espaços de sociabilidade”. Estes fatores, apesar de não condicionantes, explicam muitos casos de violência praticados nas escolas. Desta forma, a escola torna-se vítima de situações que não estão sob seu controle, tornando-se alvo da violência (Abramovay, 2003).

Quanto aos fatores internos, Fante (2011) classifica-os em três categorias: o clima escolar (tratamento igualitário dispensado aos alunos sem que se leve em consideração suas características e necessidades individuais, bem como suas diferenças pessoais, por exemplo) as relações interpessoais (tipo de relacionamento que o estudante estabelece com os professores e com os seus iguais, por exemplo) e as características individuais de cada membro da comunidade escolar (relações assimétricas de poder entre professores e alunos).

O ambiente escolar tem como uma de suas funções básicas proporcionar à criança e ao adolescente um espaço de aprendizagem e desenvolvimento seguro. Nesse sentido, a naturalização dos comportamentos agressivos que compõem o *bullying* faz parte de um conjunto de deficiências históricas do ambiente escolar e social que deve ser reconhecido e transformado para estabelecer-se enquanto um espaço seguro que favoreça a aprendizagem e a socialização.

## **2. DIFICULDADES DE SE CRIAR UM PROJETO CONTRA O BULLYING**

Com o objetivo de garantir que o ambiente escolar fosse efetivamente um espaço capaz de tratar os casos de *bullying* de forma coerente e eficaz, de maneira a interromper a violência e transformar os conflitos em oportunidade de crescimento, a Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu determinou que as escolas da rede municipal desenvolvessem um projeto sobre tal fenômeno. Caberia aos docentes promover ações educativas para prevenir e deter esse tipo de violência garantindo, assim, que a escola se tornasse um local de aprendizagem e de convivência respeitosa.

Os professores entrevistados relataram que o novo projeto da Secretaria de Educação não foi bem recebido por eles e nem pelos outros professores da escola pesquisada neste trabalho. O motivo da rejeição foi o fato de que o projeto sobre *bullying* seria tratado como os anteriores: os conteúdos precisariam ser trabalhados em um determinado prazo, os alunos realizariam uma série de atividades dentro de tal prazo encerrando tal momento com uma culminância dos trabalhos confeccionados por eles. Após a culminância o tema seria esquecido partindo, assim, para outros assuntos que também deveriam ser abordados.

A queixa dos professores revelou algo comum em muitas redes de ensino e, em especial na rede de ensino de Nova Iguaçu. Em geral, não garantem continuidade nas políticas públicas em relação à educação. Uma das consequências é os educadores sentirem-se desrespeitados com a interrupção de projetos nos quais estavam empenhados, e muitos desenvolvem uma atitude de desencanto diante de propostas de mudança, as quais acabam sendo ignoradas.

Os docentes afirmaram que não se trata de má vontade de abordar os temas e, nem mesmo, de não dar-lhes a devida importância. Determinados assuntos, segundo eles, são de grande utilidade para crianças e jovens e também para a sociedade em geral. O projeto sobre *bullying*, inclusive, estava adequado para aquele momento do ambiente escolar: toda a equipe pedagógica estava ciente de que havia casos de *bullying* na escola.

Apoiavam a execução de atividades que ajudassem as crianças e jovens a serem capazes de reconhecer as consequências negativas e destrutivas da violência e do abuso, tanto para elas quanto para os demais bem como tinham conhecimento de que o *bullying* acarreta sérias consequências ao desenvolvimento psíquico dos alunos, gerando desde queda na autoestima até, em casos mais extremos, o suicídio e outras tragédias.

No entanto, achavam complicado elaborar e executar propostas de ação antibullying na situação na qual se encontravam. Eles teriam que utilizar o tempo que eles não tinham para pesquisar e elaborar atividades. Todos os professores entrevistados afirmaram trabalhar em mais de uma escola. “Deveríamos ter direito a um terço da nossa carga horária para planejamento, mas a prefeitura não nos concede esse direito. Ou levamos muito trabalho para a casa gastando o pouco tempo que temos para descansar e dedicarmos às nossas famílias ou tentamos elaborar algo aqui mesmo o que significa tomar conta de aluno, ministrar aula, mediar conflitos, dar atenção aos alunos e pesquisar ao mesmo tempo, ou seja, uma loucura” (Professora do 4º ano 1).

O relato acima vai ao encontro da afirmação de Fante (2011, p.203) de que “a profissão docente representa, na atualidade, sinônimo de estresse. [...] o estresse é um sentimento agonizante e não desejável, resultado da percepção que tem uma pessoa das demandas de uma determinada situação. Portanto, essa definição vem ao encontro da situação atual do docente, uma vez que sua atividade profissional entra em conflito com as atitudes e com as privações que tem que enfrentar no seu cotidiano profissional”.

A Professora do 5º ano 2 destaca a falta de oportunidade para compartilhar experiências com os colegas e fazer parcerias o que ajudaria na elaboração dos projetos e enriqueceria o trabalho dos docentes: “As reuniões pedagógicas acontecem bimestralmente. Não nos unimos para elaborar projetos, pois não temos tempo para trocarmos ideias e nem trabalharmos em grupo. Para estarmos juntos, contamos apenas com um recreio de

quinze minutos ou com nossas 'fugas da sala de aula' – algo que é arriscado, pois os alunos são muito agitados e indisciplinados. Brigas, confusões e acidentes podem acontecer e eu posso ser processada por isso”.

Outra dificuldade para pôr em prática tal empreitada na escola, segundo os professores entrevistados, é a falta de recursos. O local não dispõe de rádio e nem de Internet para a comunidade escolar utilizar. Também não tem condições de fazer cópias das atividades para os alunos. Dispõe de aparelhos de TV e DVD, porém, muitas das vezes, falta cabo ou extensões o que impede o uso de tais recursos, “Utilizamos nossos próprios recursos para elaborar nossas aulas: nossos próprios celulares e nossos próprios planos de Internet para nossas pesquisas; nossa impressora, nossa tinta e nossas folhas para levarmos atividades mais lúdicas e evitar que a turma fique apenas copiando do quadro” (Professor de Geografia).

Além disso, os profissionais da educação revelaram uma preocupação com o excesso de atribuições dos professores. Acusaram algumas famílias de não darem noções adequadas de socialização às crianças, baseadas em princípios e valores que assegurem sua capacidade de conviver respeitando os demais. Acusaram-nas também de projetar para os docentes a responsabilidade pela educação total dos filhos abrindo mão de um papel que caberia a elas. “Tudo sobra pra gente”(Professora do 4º ano 2). O desabafo da professora revela que ao professor têm sido colocadas demandas de naturezas bastante distintas.

No que se refere à valorização dos professores, o estabelecimento de ensino aqui abordado não investe em ações capazes de gerar um clima de satisfação entre os docentes, caracterizado por apoio, suporte e condições para que desenvolvam seu trabalho. A desvalorização dos profissionais de ensino impede o aprimoramento dos projetos existentes, bem como a criação de novos projetos.

Uma das orientadoras pedagógicas da escola, ao notar a dificuldade dos docentes para lidar com um número de demandas muito grande e o descontentamento desses profissionais com as diversas limitações que eles encontram para realizar o seu trabalho, afirmou que eles já haviam criado um projeto contra o *bullying* e que este já estava sendo executado.

Chamou-lhes a atenção para o fato de que trabalham práticas de cidadania em sala de aula. Valores como o respeito, o amor, a solidariedade, a compaixão e ações como escutar dialogar, levar em consideração o sentimento do outro eram sempre apontados como práticas importantes para cultivarmos. Embora fosse uma atitude simples, trabalhar práticas de cidadania era uma forma válida de prevenir e combater a violência. Escutar, acolher, apoiar e buscar solucionar conflitos entre alunos também eram atitudes válidas. Para finalizar o projeto bastaria conversar com os alunos sobre o tema e enfatizar que a escola não iria tolerar tal atitude de violência.

Contou que o caso no qual uma aluna do 5º ano estava sendo alvo de zombaria de alguns alunos, durante o recreio, por aparentemente ter problemas mentais, ter incontinência urinária e ter mau cheiro em decorrência desta estava resolvido. Uma conversa com os agressores sobre os valores e as ações abordadas nas aulas aliada a reflexão sobre as consequências das atitudes por eles tomadas – uma dessas consequências seria chamar o conselheiro tutelar - ajudaram a orientadora a solucionar o problema.

### 3. ENTREVISTA COM OS EDUCADORES DA ESCOLA PESQUISADA

Conversas sobre práticas de cidadania e consequências de nossas atitudes são válidas e podem ter ajudado a resolver um caso de *bullying*, entretanto tal solução pode não surtir efeito em outros casos. Pudemos perceber tal afirmação nas respostas dos professores às perguntas que fizemos a eles. Os relatos demonstram que a equipe pedagógica da escola pesquisada ainda precisa fazer reflexões, interpretações, análises e críticas acerca de algumas noções que frequentemente habitam a escola com tal “naturalidade” ou que se naturalizam de tal modo que se tornam quase imperceptíveis, no que se refere não apenas aos conteúdos disciplinares como às interações cotidianas que ocorrem nessa instituição.

Os docentes foram indagados sobre os seguintes tópicos: Como a diversidade de gênero, etnia, deficiências, situação socioeconômica e outros fatores afetam o modo pelo qual diferentes grupos são tratados dentro de diferentes sociedades? Quais são as qualidades pessoais necessárias para ter êxito no trabalho e nas relações sociais? Como as nossas opiniões mudaram ao longo do tempo sobre o papel da mulher, das pessoas de outras raças e de outras religiões?

Os professores destacam como características marcantes do ambiente escolar o respeito, as boas relações pessoais, o acolhimento da escola, a solidariedade, porém suas respostas revelam que muitas das vezes é difícil penetrar num universo distante do seu.

Ao perguntarmos sobre a situação das mulheres no Brasil, onze dos dezesseis professores e professoras entrevistados/as responderam que as mulheres conquistaram muitos direitos - trabalham, estudam, são capazes de sustentar suas famílias sozinhas, são independentes. Afirmam que não há limites para as mulheres atualmente.

No entanto, quando pedimos a opinião deles/delas sobre mulheres que têm muitos parceiros sexuais, sobre mulheres que usam roupas curtas e sobre mulheres que saem à noite para se divertir, as respostas foram: “As coisas funcionam desse modo: um homem quando ‘pega’ todas é o maioral, mas uma mulher que tem vários parceiros não presta” (Professora de História), “Roupa curta somente na praia. No dia a dia é vulgar” (Professora do 5º Ano 1), Algumas mostraram até os seios em manifestações. Assim já é demais!” (Professora do 5º Ano 2), “Depois é agarrada e não sabe o porquê” (Professora de Português), “Todo mundo sabe o risco que corremos hoje em dia, se está saindo à noite é porque está procurando...” (Professor de Matemática).

As respostas dos entrevistados apontam para o fato de que a sociedade brasileira é uma sociedade focada na vida e nas experiências dos homens e que limita as mulheres, que as reprime sexualmente, moraliza seus corpos e suas atitudes, que atrela o uso de certas roupas a uma suposta disponibilidade sexual, que culpabiliza as mulheres pela violência ou crime sexual sofridos, que julga a partir da forma como as mulheres lidam com o prazer delas dividindo-as entre *aquelas que prestam e aquelas que não prestam* – como salientou a professora entrevistada.

Sobre as questões étnico-raciais todos revelaram que tratavam seus alunos de maneira igual independente da cor. Dez professores afirmaram que hoje tudo é racismo e uma professora demonstrou certo incômodo ao relatar que “Hoje, não podemos pronunciar a palavra ‘denegrir’, pois os militantes disseram que essa é uma palavra racista”



(Professora de Português). Um docente também se sentiu incomodado com as cotas para negros. Segundo ele, todos deveriam lutar para conseguir uma vaga na universidade. As cotas são “um modo de ofender os negros, de mostrar que eles somente conseguem uma vaga quando as coisas são facilitadas para eles” (Professor de Geografia).

Chamou-nos a atenção a forma como uma orientadora lidou, em uma das aulas observadas, com uma queixa que recebeu de uma aluna que afirmava ter sido chamada de *neguinha* por um colega de classe. A profissional de educação dirigiu-se a classe e afirmou que não havia nenhum problema em ser negra e que a colega ofendida era negra sim e muito bonita. Agindo dessa forma ela acreditava estar valorizando a população negra. No entanto, perdeu a oportunidade de discutir com a classe que o uso da palavra *neguinha* foi empregado com o sentido de xingar, o que significa lançar mão do conteúdo de desprezo e desconsideração que a cultura cristalizou na palavra e usá-lo para ofender e de atribuir inferioridade à colega negra. Quanto ao fato de o Professor de Geografia posicionar-se contra as cotas para negros nas universidades, ele demonstra desconhecimento da história do país ou ser favorável à afirmação da superioridade branca.

Diante de questões sobre homossexualidade, quatro docentes afirmaram não ter preconceito, mas ao serem indagados sobre o que fariam se tivessem alunos homossexuais em sua classe vivenciaram a contradição de não quererem discriminar, mas poderem fazer isso em algumas situações. Eles, por exemplo, disseram que LGBTs não deveriam ser discriminadas/os, mas não admitiam que um rapaz homossexual ficasse “dando pinta na escola”. Para eles, o rapaz não deveria ter formas, trejeitos e comportamentos femininos, o que implica o uso de saias, vestidos, unhas pintadas, salto alto, maquiagem etc. E as alunas homossexuais não deveriam ter formas, trejeitos e comportamentos masculinos. Nesses casos, a discriminação existe, mas essas pessoas não querem ser vistas como discriminadoras.

Doze docentes afirmaram achar a homossexualidade algo estranho. Eles afirmaram ser evangélicos e apontaram que, de acordo com a bíblia, o homem foi feito para a mulher e a mulher foi feita para o homem. A Professora de Inglês decidiu relatar um caso acontecido com um rapaz que era transexual e que ela havia visto na TV. Segundo ela, o rapaz fez cirurgia de mudança de sexo e “o estranhamento por ter mudado seu órgão genital e tentado modificar sua natureza foi tão grande que o levou a se interessar novamente por uma mulher e se casar com ela”. Ainda de acordo com a docente, “o problema que ele tinha não acabou com a mudança de sexo”, que “mexeu tanto com sua natureza que ele teve que procurar uma mulher para restaurar a sua essência” evidenciando o desconhecimento de que não existe um modelo padrão de transexual: ela/e pode ser hetero, homo ou bissexual (JESUS; RAMIRES; UNBEHAUM; CAVASIN, 2008, p.40). Assim, tais professores consideraram como orientação sexual correta a heterossexualidade revelando ter um ponto de vista negativo sobre a diversidade sexual com base em suas convicções ou religiões evidenciando também o desconhecimento sobre a realidade de LGBTs e outros sujeitos que, de uma ou outra maneira, se distanciam da norma heterossexual.

#### 4. OBSERVANDO E ENTREVISTANDO OS ALUNOS

A violência faz parte do dia a dia e as escolas configuram-se como um espaço a mais em que as pessoas frequentam e se expõem a ela, porém para aqueles que fazem parte da

comunidade escolar, a violência não é natural. Professores, funcionários, alunos, pais, sentem-se oprimidos, assustados, incomodados diante das manifestações de violência e suas consequências.

O estabelecimento de ensino pesquisado não tem vivenciado, pelo que pudemos observar, atitudes extremas de violência, mas convive com suas ramificações: a indisciplina, a incivilidade, o *bullying*. Diante de tal quadro, a direção e a equipe de orientação pedagógica tenta combater, principalmente a indisciplina considerada como “[...] não-cumprimento de regras; [...] rebeldia contra qualquer regra construída; [...] desrespeito aos princípios de convivência [...]” (FORTUNA, 2002, p.90) e as incivildades – que “[...] parecem ameaças contra a ordem estabelecida transgredindo códigos elementares da vida em sociedade, o código de boas maneiras [...]” (LATERMAN, 2000, p. 37) e que são entendidas como “[...] uma grande gama de fatos indo de indelicadeza, má criação das crianças ao vandalismo, passando pela presença de vagabundos, grupos juvenis [...]” (LATERMAN, 2000, p. 37). Elas o fazem impondo limites, criando regras de convivência na escola e lançando mão de sanções, como suspensão da aula e ida dos responsáveis à escola para ficar cientes dos problemas ocorridos.

Por sua vez, os professores orientam seus alunos a se comportarem de maneira aceitável durante as aulas para que haja um aproveitamento melhor dos conteúdos trabalhados em sala, porém tais atitudes não são suficientes para evitar as conversas paralelas, o uso de telefone celular, as brincadeiras, as implicâncias entre alunos e até mesmo pequenos atos de vandalismo.

As turmas do 1º segmento observadas somente fazem as tarefas (ou fingem que fazem) quando a professora está observando-as. Enquanto ela escreve no quadro ou preenche o diário, eles brincam, jogam bolinhas de papel um no outro, comem biscoitos, escrevem bilhetinhos uns para os outros e atrapalham os poucos que se dedicam à atividade. Também tentam unir as carteiras para poderem conversar melhor e às vezes se levantam de suas carteiras. A professora quando percebe a indisciplina na aula chama-lhes a atenção para que eles voltem a realizar as atividades propostas.

Presenciamos um momento no qual uma aluna do 5º Ano 1 xingou a professora e os colegas de classe no momento em que entrava na sala. A professora, revoltada, ordenou gritando que nem se desse ao trabalho de acabar de entrar e que fosse direto para a coordenação. A aluna continuou respondendo a professora dizendo que não se importava, pois não gostaria de ficar ali. A orientadora conversou com a professora dizendo que a menina era problemática e que nem o pai e a mãe estavam “dando jeito”.

A hora de organizar os alunos na fila para ir para o recreio é complicado para as professoras, pois os alunos conversam na forma, ficam brincando de empurrar uns aos outros e às vezes as brincadeiras transformam-se em brigas correndo o risco de haver acidentes nas escadas que dão para o pátio. Geralmente, as professoras precisam parar nas escadas e ficar observando a fila de alunos para ver se estão organizados. Ao perceber brincadeiras, empurrões ou brigas elas gritam com os alunos para descerem em ordem para que ninguém caia. O retorno às salas após o recreio costuma ser igual.

Ao chegarem ao pátio, as crianças e os pré-adolescentes correm, gritam, não jogam lixo na lixeira demandando bastante esforço da dirigente de turno que utiliza um microfone para lembrá-los das regras de comportamento, para tentar contê-los e para

lembrá-los de que o mau comportamento irá deixá-los sem recreio. Os casos mais graves de indisciplina são levados para a direção ou orientação pedagógica. No refeitório, o comportamento também não é muito diferente do comportamento no pátio. Brincadeiras brutas, tentativas de *furar fila* para pegar a merenda e *guerra de comida* são frequentes.

Por sermos adultos e estarmos observando seus recreios, os estudantes não se sentiam constrangidos de nos relatar casos de indisciplina e nos pedir ajuda para resolvê-los. Muitos *deduravam* os colegas com mau comportamento, os que ficavam trancados no banheiro para ficar jogando água nos outros ou que tentavam entrar no banheiro das meninas para vê-las. Relataram também que havia algum aluno entrando na sala escondido durante o recreio para destruir murais ou estragar o material dos estudantes. Ouvíamos com atenção, pois alguns desses casos de indisciplina poderiam se tratar de *bullying*.

As turmas do 2º segmento que observamos frequentam as aulas, mas não se importam com os conteúdos que os professores estão ensinando. Existem turmas que são apáticas e ficam durante a aula usando seus aparelhos de telefone celular e outras, mais agitadas, em que os alunos pedem para sair de sala ou saem sem a permissão dos professores e falam durante a aula inteira ( inclusive durante a explicação dos professores). Estes são obrigados a gritar e a brigar com os alunos para poderem ministrar sua aula,

O recreio dessas turmas, assim como o recreio dos mais novos, é bem confuso e barulhento. Também conta com um dirigente de turno que chama atenção pelo microfone e leva os casos mais sérios para a direção. Os jovens falam alto e gritam. Observamos as habituais “zoações” de adolescentes, brincadeiras brutas, atitudes de grosserias e também brigas. Também existe implicância entre alguns alunos e alunas: eles se olham com *cara feia* ou com olhar zombeteiro para provocar. Chegou ao nosso conhecimento de que alguns combinavam brigar fora da escola para resolver suas diferenças, entretanto nem tudo é briga e confusão. Para muitos alunos, a escola é um espaço de socialização na qual eles convivem com seus amigos. Destacamos também que, para muitos, estar em sala de aula não lhes parece aproveitável. Como eles não podem estar fora de sala aproveitando a companhia dos amigos, apresentam comportamentos indesejáveis perturbando, assim o bom andamento da aula.

Fizemos a entrevista com os jovens que, indagados sobre *bullying*, não sabiam do que se tratava: “Nunca ouvi falar” (Aluna X da Turma 802). Expliquei no que consistia esse fenômeno e muitos começaram a relatar o que se passava com eles e outros alunos da escola: “Então X faz *bullying* comigo. Tenta pegar minha pregadeira toda hora” (Aluna Y da Turma 802). Foi necessário dizer-lhes que o que relatavam não era *bullying*. As brincadeiras brutas e as grosserias esporádicas que relatavam não eram consideradas assédio escolar. Até que um jovem lembrou-se de que a diretora já havia estado na sala para falar sobre brincadeiras cruéis ou agressões que eram feitas todos os dias e faziam o alvo dessas brincadeiras sofrer muito. “Ela disse que quem fizesse *bullying* na escola ia arrumar um problema sério com o Conselho Tutelar” (Aluno X da Turma 801). Atitude a qual achava correta.

Por sua vez, os alunos do 1º segmento quando indagados sobre o que era *bullying* também não sabiam do que se tratava com exceção de uma estudante que me falou sobre um filme que havia assistido no qual um menino “sofria tanto com as maldades

que um outro garoto fazia com ele que, no final do filme, ele se matou” (Aluna X do 4º Ano 1). Citou também o caso de *bullying* que estava acontecendo, na escola, com a aluna do 5º ano.

Um estudante do 5º ano, ao ser indagado sobre o que sabia sobre *bullying*, apontou a série de TV *Todo Mundo Odeia o Chris* como um exemplo de “programa que mostra alguém sofrendo *bullying*” (Aluno X do 5º Ano 2). Ainda segundo o aluno “Chris apanha do Caruso todos os dias. Esse é um bom exemplo de *bullying*”. Uma aluna relatou um caso de *bullying* que acontece em sua rua: “uma menina que mora na minha rua é sempre chamada de *neguinha feia* pelos garotos. Eu sei que ela fica triste por causa disso” (Aluna X do 5º Ano 2). “Se isso acontecesse aqui na escola eu falaria para a professora e para a diretora. Gente que faz isso com as pessoas têm que ‘tomar esporro’ e ir parar no Conselho Tutelar” (Aluno X do 5º Ano 1). Os estudantes deixaram claro que o assédio escolar é algo que não deve acontecer na escola e que os professores e a direção devem tomar providências quanto a isso.

## 5. RESULTADOS ALCANÇADOS

Vivenciando o cotidiano do estabelecimento de ensino analisado, observamos desde o descumprimento das normas mais simples de convivência por parte dos alunos como não jogar lixo no chão mantendo a escola limpa para todos, ter atenção ao subir e descer escadas para não causar acidentes, não ter atitudes grosseiras com os colegas até práticas que agridem a dignidade humana como ofender professores e colegas, ter atitudes racistas e praticar *bullying*, objeto do presente trabalho.

Verificamos também a necessidade de se criar um projeto para prevenir e combater o *bullying*, iniciativa esta que partiu da Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu, que foi vista como útil pela escola, pois já tinha sido diagnosticado pelo menos um caso de *bullying* em suas dependências. No entanto, a ideia de se criar um projeto *antibullying* não agradou aos professores. Estes afirmaram que a situação na qual se encontravam impedia a criação de um projeto sendo informados, após as entrevistas, que o ensino baseado em atitudes de cidadania representava um projeto.

No entanto, a questão disciplinar, a capacidade que a escola tem de ensinar o que é certo e o que é errado pode prejudicar o bom andamento do projeto *antibullying*.

Foucault (1987), define disciplina como uma técnica, um mecanismo, um instrumento de poder, ou seja, “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo (seu modo de agir, sua postura, sua sexualidade, assegurando a sujeição constante de suas forças e lhes impondo uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 1987, p.119). A partir daí a escola não somente torna-se um espaço de aprendizado, mas também de hierarquizações e vigilância constante, funcionando como um processo mecânico, evidenciando ferramentas para o controle dos comportamentos dos escolares.

Na instituição escolar analisada, onde os sujeitos se encontram e mantêm relações, os estudantes estão sendo observados com severidade. Nada pode passar despercebido, pois os estudantes são considerados muito indisciplinados e capazes de cometer muita confusão. Conforme Foucault, (1987, p.202-203) “O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas [...] funciona como uma máquina. [...] O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta [...]”. Os professores devem estar sempre na sala vigiando os alunos. Não podem sair nem

um minuto para resolver algo relacionado ao projeto *antibullying*, pois isso pode trazer sérias consequências não só para os alunos como para os educadores também.

O recreio também é outro momento da escola no qual a vigilância dos alunos é feita. É um momento complicado da escola por unir várias turmas em um mesmo local. Dessa forma precisa ser tão observado ou mais do que as aulas. O dirigente de turno deve estar sempre alerta e se acaso algum aluno apresente um comportamento indesejável deve ser lembrado sobre as normas de conduta da escola, porém lembrar normas muitas vezes não funciona e, quando isso acontece, “[...] é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta [...]” (FOUCAULT, 1987, p.203) e o dirigente, assim como os professores, parte para as sanções: gritos, ameaças e castigos.

Os estudantes que não agem de acordo com o esperado são punidos. Por sua vez, os autores de *bullying* podem sofrer a sanção mais grave: ser encaminhado para o Conselho Tutelar – atitude que não ajudaria a combater o problema, pois conforme Fante (2011, p.208) “[...] O aluno abusivo ou violento, assim como aquele que figura como vítima, de igual maneira precisa de cuidados específicos, pois também está adoecido e precisa ser tratado [...]”. Ainda segundo Fante (2011), ignorar o agressor seria uma forma de violência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando que o conflito, a negação, a resistência são inerentes ao exercício do poder, que não é possível, nem desejável, pensar uma relação da qual estejam banidos e se na escola frequentemente os alunos insistem em desrespeitar as regras e desconsiderar os valores que estão sendo trabalhados estamos diante de sinais de resistência a certo tipo de poder e é preciso “ouvir o que essa voz quer dizer”.

Estimular a educação baseada em valores como o amor, a amizade, a bondade, a solidariedade, entre outros e transformá-la em um projeto contra o *bullying* é válido, mas não é suficiente, principalmente porque a educação baseada em valores foi decisão de apenas um grupo de pessoas. Não levou em conta a totalidade da comunidade escolar. Quando todos são envolvidos na criação das regras há um interesse maior em defendê-las.

Também não está levando em conta a pobreza da visão de mundo dos educadores entrevistados, que não são capazes de valorizar o convívio com aqueles que são diferentes deles, que não reconhecem que o Brasil é um país que tem preconceito em relação a etnias, a gênero e a orientação sexual. Tal preconceito estabelece relações perversas entre seres humanos, porque excluem pessoas afrontando a ética da convivência.

Esses educadores podem não interpretar uma atitude como *bullying* baseado em seu julgamento moral sobre uma aluna que já namorou diversos rapazes, achar piadas e xingamentos racistas como algo normal ou não se importar com as intimidações e humilhações sofridas por algum aluno homossexual. Além de transmitirem visões de mundo errôneas sobre as pessoas em geral. Portanto, cursos de formação devem ser oferecidos aos docentes para sensibilizá-los sobre o direito de ser diferente e sobre a gravidade do *bullying*.

E não só os professores, mas também as crianças e os adolescentes, os funcionários, os diretores, os pais devem ter cursos de formação para modificar possíveis modos de pensar e de se relacionar que são altamente preconceituosos e passarem a ser capazes de perceber e valorizar aqueles que são diferentes de nós: seja pela sua história, sua cor de pele, sua orientação sexual, seu sotaque ao falar, seu modo de vestir ou de andar e tantas outras características que diferenciam as pessoas.

Assim, a escola, em sua ação educativa, exercerá influência sobre os indivíduos que por sua vez reproduzirão essa influência em suas relações sociais, através dos conhecimentos, experiências, valores, crenças, modos de agir, técnicas e costumes acumulados, transmitidos, assimilados e recriados em cada geração.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). (2003) *Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas*. Brasília: UNESCO.

ANTÓN, Luis Jorge Martín et al. Las agresiones en la escuela percibidas por los alumnos. In: *Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, ano 1, n. 5, 2002. Disponível em: <<http://www.aufop.org/publica/reifp/02v5n1.asp>>. Acesso em: 30/nov./2016.

BATSCHE, George M.; KNOFF, Howard M. (1994) Bullies and their victims: Understanding a pervasive problem in the schools. In: *School psychological review*, v. 23, n. 2, p. 165-174.

BOXER, Paul et al. (2005) Developmental issues in school-based aggression prevention from a social-cognitive perspective. In: *The journal of primary prevention*, v. 26, n. 5, p. 383-400.

FANTE, Cleo. (2011) *Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. São Paulo: Verus.

FANTE, Cléo; PRUDENTE, Neemias Moretti (orgs). (2015) *Bullying em debate*. São Paulo: Paulinas.

FORTUNA, Tânia Ramos. Indisciplina escolar: da compreensão à intervenção. (2002) IN: XAVIER, Maria Luisa Merino (Org.) *Disciplina na escola: enfrentamentos e reflexões*. Porto Alegre: Mediação.

FOUCAULT, Michel. (1987) *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradutor Raquel Ramallete. 27ª Edição. Petrópolis: Vozes.

JESUS, Beto de; RAMIRES, Lula/ UNBEHAUM, Sandra; CAVASIN, Sylvia. (2008) *Diversidade sexual na escola*. 2. ed. São Paulo: ECOS, p. 40.

KHOURY-KASSABRI, Mona et al. (2004) The contributions of community, family, and school variables to student victimization. *American Journal of Community Psychology*, v. 34, n. 3, p. 187-204.

LATERMAN, Ilana. (2000) *Violência e incivilidade na escola: nem vítimas nem culpados*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.

LOPES NETO, Aramis Antonio; SAAVEDRA, Lucia Helena. (2003) *Diga não para o bullying: Programa de redução do comportamento agressivo entre estudantes*. Rio de Janeiro: ABRAPIA, 128 p.

MALDONADO, Daniela Patrícia Ado; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. O comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica. *Revista Psicologia em estudo*, Maringá, PR, v.10, n. 3, 2005, p. 353-362.

PINHEIRO, F. M. F; WILLIAMS, L. C. A. (2009) Violência intrafamiliar e envolvimento em bullying no ensino fundamental. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39 n. 138, set./dez.

RAMIREZ, Fuensanta Cerezo. El bullying y su relación con las actitudes de socialización en una muestra de adolescentes. *Revista electrónica interuniversitaria de formación del profesorado*, v. 5, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://www.aufop.org/publica/reifp/02v5n1.asp>>. Acesso em: 29/nov./2016

REESE, Le'Roy E. et al. The role of families and care givers as risk and protective factors in preventing youth violence. *Clinical child and family psychology review*, v. 3, n. 1, 2000, p. 61-77.

RIGONI, David; SWENSON, David X. Beyond scripted blame: a systems approach for understanding school violence. *Systemic practice and action research*, v. 13, n. 3, p. 279-295.

SCHRECK, Christopher J.; MILLER, J. Mitchell; GIBSON, Chris L. Trouble in the school yard: a study of the risk factors of victimization at school. In: *Crime & delinquency*, v. 49, n.3, 2003, p. 460-484.

SCHWARTZ, David et al. Difficult home environments and the development of aggressive victims of bullying. In: KENDALL-TACKETT, Kathleen A.; GIACOMONI, Sarah M. (Orgs.). *Child Victimization: Maltreatment; bullying and dating violence; prevention and intervention*. Kingston, NJ: Civic Research Institute, 2005. p. 11.2-11.9.

SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. In: *Revista Educação e pesquisa*, São Paulo, v. 27, n.1, 2001, p. 87-103.

STUEVE, Ann et al. Rethinking the bystander role in school violence prevention. In: *Health promotion practice*, v. 7, n. 1, 2006, p. 117-124.

WARNER, Beth S.; WEIST, Mark D.; KRULAK, Amy. Risk factors for school violence. *Urban Education*, v. 34, n. 1, 1999, p. 52-68.

WELSH, Wayne N. Individual and institucional predictors of school disorder. In: *Youth Violence and Juvenile Justice*, v. 1, n. 4, 2003, p. 346-368.

WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti Albuquerque. Sobre deficiência e violência: reflexões para uma análise de revisão de área. In: *Revista brasileira de educação especial*, v. 9, n. 2, 2003, p. 141-154.

WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti Albuquerque. Violência e suas representações. In: SOLFA, G. C. (Org.). *Gerando cidadania: Reflexões, propostas e construções práticas sobre direitos da criança e do adolescente*. São Carlos, SP: Rima Editora, 2004. 133-145p.

## **GT: 14 - Formação de professores (as) e interdisciplinaridade**

Coordenadores: Denise Rosana da Silva Moraes e  
Tamara Cardoso André



## O DESAFIO DA INTERDISCIPLINARIDADE NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

**FERRARO, Cristiane**

Doutoranda do Programa Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
*cristianeferraro@gmail.com*

### RESUMO

Esse artigo trata do desafio da interdisciplinaridade na produção do conhecimento, tema relevante para os programas de pós-graduação interdisciplinares. A questão norteadora do estudo foi: quais são os entendimentos sobre o significado, teorias e práticas interdisciplinares? A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. O objetivo geral foi explicitar as diversas definições de interdisciplinaridade a fim de se chegar aos pontos principais de controvérsias visando um direcionamento para a produção do conhecimento nessa área. As conclusões indicam o caráter polissêmico do termo interdisciplinaridade, a polarização em dois pontos de vistas opostos a respeito da interdisciplinaridade no contexto brasileiro: a chamada filosofia do sujeito e a concepção histórica, além de algumas tendências, por exemplo: a não separação entre sujeito e objeto do conhecimento; a relação de continuidade entre interdisciplinaridade e as disciplinas; a interdisciplinaridade como princípio direcionador de trocas teórico-metodológicas.

**Palavras-chave:** Interdisciplinaridade. Ciência. Epistemologia.

### ABSTRACT

This article deals with the challenge of interdisciplinarity in the production of knowledge, a relevant topic for interdisciplinary graduate programs. The guiding question of the study was: what are the understandings about interdisciplinary meaning, theories, and practices? The methodology used was the bibliographical research. The general objective was to explicit the different definitions of interdisciplinarity in order to reach the main points of controversy aiming at a direction for the production of knowledge in this area. The conclusions indicate the polysemic character of the term interdisciplinarity, the polarization in two opposing points of view regarding interdisciplinarity in the Brazilian context: the so-called philosophy of the subject and the historical conception, besides some tendencies, for example: the non-separation between subject and object of knowledge; the continuity relationship between interdisciplinarity and disciplines; interdisciplinarity as the guiding principle of theoretical-methodological exchanges.

**Key-words:** Interdisciplinarity. Science. Epistemology.

## INTRODUÇÃO

A interdisciplinaridade é uma ideia que representa uma multiplicidade de facetas, de modo que práticas muito distintas podem ser aplicadas em seu nome. Segundo Pombo (2008), há um desgaste e banalização da palavra interdisciplinaridade, conforme se observa seu uso em múltiplos contextos: epistemológico; pedagógico; midiático; empresarial e tecnológico.

Esse assunto é de suma importância para produção do conhecimento, especialmente para os cursos de pós-graduação, nível de mestrado e doutorado, que se propõem a tal desafio, tal qual esta autora vem realizando no âmbito da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

A problemática é a seguinte: quais são os entendimentos sobre o significado, teorias e práticas interdisciplinares? O interesse por tal tema nasceu dos debates realizados nas disciplinas *Estudos de Pesquisas Interdisciplinares* (EPI) e *Totalidade e Interdisciplinaridade*, componentes do programa de pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da UNIOESTE, campus de 1 Foz do Iguaçu (PR).

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, procurando levantar as diferentes concepções à respeito da interdisciplinaridade, desde aqueles mais centrados na ação do sujeito sobre o objeto até as concepções históricas de interdisciplinaridade. Este levantamento não foi exaustivo, porém procurou trazer à discussão os pontos principais controversos acerca do tema, de acordo com os seguintes autores: Olga Pombo (2008), Carlos Pimenta (2008), Ubiratan D'Ambrosio (2008), Divanir Eulália N. Munhoz (2008), Ivani Fazenda (1994; 2008), Maria de Fátima Gomes da Silva (2008), Augusta Thereza de Alvarenga (2011), Gaudêncio Frigotto (2008; 2011), Ari Jantsch e Lucídio Bianchetti (2011), Roberto Follari (2011), José Henrique de Faria (2015), Claude Raynaut (2011) e outros.

### 1. INTERDISCIPLINARIDADE: MÚLTIPLOS ENTENDIMENTOS

Os diversos autores mencionados trazem contribuições ora no âmbito da pesquisa ora no âmbito da educação. A proposta é explicitar as diversas definições sobre interdisciplinaridade a fim de se chegar às questões principais de discussão sobre a interdisciplinaridade.

O termo interdisciplinaridade é definido pela pesquisadora Olga Pombo (2008), da Universidade de Lisboa, como complementariedade de disciplinas, sob ponto de vista de convergência. Pombo diferencia esse conceito de termos afins, tais como: *pluri* ou *multidisciplinaridade*, que seria aquela praticada pela cooperação de disciplinas (ciências), atuando sob ponto de vista paralelo e *transdisciplinaridade*, aquela exercida através da fusão de disciplinas, sob o ângulo da perspectiva holística.

Pombo (2008), em seu artigo *Epistemologia da Interdisciplinaridade*, evidencia a inversão do modelo disciplinar em quatro frentes: 1) discursos; 2) reordenamento de disciplinas; 3) práticas; 4) teorias. Quanto aos *discursos*, observa-se uma poética da interdisciplinaridade por meio das seguintes formas discursivas: a) a fecundação recíproca entre disciplinas; b) a possibilidade de aprofundamento do campo do cognoscível; c) a criação de novos objetos de conhecimento e conseqüentemente de novas ciências.

Em relação ao *reordenamento das disciplinas*, observa-se três movimentos: a) ciências de fronteiras, pela aproximação de duas disciplinas tradicionais (exemplo: Psicolinguística); b) interdisciplinas, a aproximação de uma disciplina e um campo profissional (exemplo: Psicologia industrial); c) interciências, no qual existe um núcleo duro e ao seu redor uma constelação de ciências (exemplo: Ciências da complexidade, Cibernética e Ecologia).

No âmbito das *práticas*, a interdisciplinaridade tem se manifestado de cinco modos: a) práticas de importação, pelo movimento centrípeto; b) práticas de cruzamento, pelo movimento centrífugo (exemplo: Inteligência Artificial); c) práticas de convergência, centradas em um terreno comum de estudo; d) práticas de descentração, no caso de objeto científico complexo, envolvendo grande volume de dados e pesquisadores (exemplo: clima); e) práticas de comprometimento, referentes à temas de difíceis respostas mas de exigência urgente (exemplo: origem da vida).

E por fim, não existe uma *articulação teórica* a fim de se praticar a interdisciplinaridade, no entanto há propostas de programas, tais como: a) programa antropológico, cujo ponto de partida e chegada da ciência é o ser humano, defendido pelo filósofo e humanista francês Georges Gusdorf; b) programa metodológico, que propõe o afastamento do pesquisador da sua especialidade para que possa praticar a interdisciplinaridade; c) programa epistemológico, explicitado em duas frentes, a Teoria dos Sistemas (do biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy e outros) e o Círculo de Ciências, proposto pelo epistemólogo suíço Jean Piaget; d) programa ecológico, idealizado pelo filósofo francês Felix Guattari, o qual propõe uma união entre ciência, política e ética, resultando no que ele chamou de ecosofia.

Para Carlos Pimenta (2008, p. 66), pesquisador da Universidade do Porto, a interdisciplinaridade é o movimento de articulação de disciplinas (ciências) diferentes com vista a uma interpretação científica de uma dada realidade. A interdisciplinaridade seria sempre um processo de aproximação de saberes, científicos ou outros, que até esse momento se encontravam separados.

Pimenta (2008, p. 67-68) também esclarece que a “contextualização interdisciplinar”, comum em teses, abordando um problema “segundo diversas ciências” ainda não se constitui em um exercício interdisciplinar. Essa contextualização irá se tornar interdisciplinar caso resulte em um modelo com variáveis específicas de diferentes ciências, quando se utilizar no relacionamento dos fatos, metodologias importadas de várias ciências.

Pimenta enumera seis dificuldades da interdisciplinaridade: 1) a estrutura atual da ciência: há uma grande proliferação de conhecimento científico especializado, difícil de ser selecionado; o léxico próprio de cada ciência: com termos parecidos mas com significados específicos em cada especialidade; 3) imperialismo de uma ciência: para que o diálogo entre as ciências possa existir, é necessário que cada uma já tenha essa concepção de abertura na formulação do seu objeto científico; 4) vaidade intelectual: é necessário a postura de modéstia, tal qual “só sei que nada sei” para que o diálogo possa ocorrer; 5) falta de imaginação e curiosidade: a escola não estimula a imaginação, pelo contrário, insiste na padronização de concepções; 6) questão institucional: a disciplinaridade é dominante nas comunidades científicas.

Segundo Ubiratan D'Ambrósio (2008), professor da Universidade de Campinas (Unicamp), a humanidade vive hoje grave desigualdade econômica-social, cuja reversão só é possível a partir de reformas amparadas por princípios éticos. O sistema educacional é o melhor caminho para se atingir um comportamento ético da sociedade. Propõe e defende um sistema de valores subordinado à ética maior do respeito, solidariedade e cooperação como missão do educador. Aponta a transdisciplinaridade como meio para superação dessas desigualdades, assentada na inclusão do ser humano, a rejeição da arrogância do saber concluído e das certezas convencionadas a partir da busca permanente. A filosofia ocidental tem privilegiado somente o lado intelectual das pessoas, esquecendo que o ser humano é sensorial, intuitivo, emocional e racional.

D'Ambrósio (2008, p. 91) tem uma proposta para ser aplicada na escola que pode ser sintetizada em unidades de estudo e em uma metodologia dinâmica. As unidades de estudo seriam basicamente três: história (do cosmos, planeta, vida e homem), problemas filosóficos maiores (criação, natureza, vida, homem, consciência, ética) e paz como estado natural e as violações ao longo da história. Quanto à metodologia, propõe quatro fases: 1) leitura crítica de fotos, filmes, periódicos e livros; 2) reflexão mediante debates; 3) trabalho individual através de uma produção (narrativa oral, redação, desenho, composição, ação motora e outras); 4) trabalho coletivo na forma de pesquisa (entrevistas, questionário, filmagens, análise de artefatos e outros). Essas quatro fases exprimem as seguintes atividades: 1) é o momento do aluno ouvir, ler e ver; 2) na segunda fase, é hora de falar e ouvir; 3) na terceira, o aluno é o foco, o narrar entendido de modo amplo; 4) e por fim, o cooperar.

Já para Divanir Eulália N. Munhoz (2008), professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a interdisciplinaridade vai além da vizinhança pacífica encontrada na multidisciplinaridade e a pluridisciplinaridade, pois não é "simples monólogo de especialistas", implica "graus sucessivos de cooperação e coordenação crescentes", interações-reciprocidade de intercâmbios (JAPIASSU apud MUNHOZ, 2008, p. 128). A interdisciplinaridade leva ao enriquecimento de cada disciplina, pela incorporação de resultados de uma especialidade por outras, partilha de métodos e técnicas; leva também à ampliação da consciência crítica, contribuindo para o fim do imperialismo disciplinar e da departamentalização da ciência.

Na concepção de Munhoz, a interdisciplinaridade não ignora as diferenças entre objetos das distintas disciplinas, ciências e áreas, porém entende que o que os une é mais importante do que as diferenças que os separam. Também não descarta o especialista mas o concebe num contexto global da sociedade e de realidade humana. Munhoz (2008, p. 130), evocando Gadotti, ainda alerta para os perigos do "falso diálogo", quando todos falam ao mesmo tempo e não entendem o que os outros falam, em relação ao "verdadeiro diálogo", que implica em uma atitude aberta e o reconhecimento do outro como alteridade.

Para Ivani Fazenda (2008, p. 97), professora da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), a interdisciplinaridade escolar não pode confundir-se com a interdisciplinaridade científica. Na interdisciplinaridade escolar, a perspectiva é educativa, assim as noções, finalidades, habilidades e técnicas visam favorecer sobretudo o processo de aprendizagem respeitando os saberes dos alunos e sua integração. A interdisciplinaridade escolar só é possível quando várias disciplinas se reúnem a partir de um mesmo objeto, porém,

sendo necessário criar uma situação-problema no sentido de Paulo Freire, “onde a ideia do projeto nasça da consciência comum, da fé dos investigadores no reconhecimento da complexidade do mesmo e na disponibilidade destes em redefinir o projeto a cada dúvida ou a cada resposta encontrada” (FAZENDA, 2008, p. 98).

As discussões afins à interdisciplinaridade, referentes à transdisciplinaridade na formação de professores, também foram foco de comentários por Fazenda (2008, p. 100). Segundo Japiassu (apud FAZENDA, 2008, p. 100), o termo transdisciplinaridade foi gestado por Jean Piaget e antecede o vocábulo interdisciplinaridade. Sob o pálio da transdisciplinaridade, “questões ambíguas como cura (Patrick Paul, 2007), amor (Renè Barbier, 2007), espiritualidade, negociação, reconhecimento, gratidão (Paul Ricoeur, 2006), respeito, desapego e humildade (Maturana, 1997; Ricoeur, 2006) fazem parte de um novo pensar sobre a Didática e a Prática de Ensino”. Os estudos transdisciplinares na educação vem apontando para dimensões novas com enfoques de auto-formação, eco-formação e heteroformação do ser humano.

Sob a ótica da pesquisadora brasileira Maria de Fátima Gomes da Silva (2008), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a interdisciplinaridade das pesquisas em educação no ensino superior deve ter como base a concepção histórica-dialética e a “epistemologia da complexidade” a partir de 3 categorias-mestre: a) *parceria*: entre sujeitos socialmente constituídos que pretendem inovar não só currículos escolares mas também transformar estruturas sociais; b) *diálogo*: conforme entendido por Paulo Freire, no qual se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos; c) *complexidade*: é necessário trabalhar o paradoxo do uno (indivíduo) e do múltiplo (humanidade) em termos de construção do conhecimento.

Sobre este último tópico, Augusta Thereza de Alvarenga (2011, p. 13), socióloga da Universidade de São Paulo (USP), comenta que a interdisciplinaridade pode ser considerada uma forma alternativa de produzir conhecimento científico diante da complexidade do mundo contemporâneo. Não se trata da superação do conhecimento disciplinar, mas do reconhecimento da pertinência de outro modo de fazer ciência e gerar conhecimento, principalmente porque a realidade nem sempre pode ser enquadrada no domínio disciplinar. De acordo com Morin (apud ALVARENGA et al., 2011, p. 14), o paradigma da ciência clássica “tem por causa e efeito dissolver a complexidade na simplicidade, por ser baseada nos seguintes princípios: da ordem, da separação, da redução e da razão centrada na lógica formal, caracterizada como processo indutivo-dedutivo-identitário”. O estudo de fenômenos complexos que implicam conceber a unidade do múltiplo ou a multiplicidade do uno, ficam limitados ou impossibilitados do ponto de vista dos princípios da separação e redução da ciência clássica. A *separação* significa decompor um problema em elementos simples e a *redução* parte do pressuposto de que os aspectos do mundo físico e biológico estão na origem do conhecimento verdadeiro. A lógica formal não admite o pensamento complexo, ou seja, a presença da contradição e dos paradoxos na realidade.

Nesse sentido, o avanço da física quântica expresso no *paradoxo microfísico das partículas*, rompendo a visão positivista da ciência, pois estas se apresentam ao observador, ora como ondas, ora como corpúsculos, exigiram assim uma nova epistemologia que a física clássica, fundada pelo objetivismo da ciência normal, não explica (NICOLESCU apud ALVARENGA et al., 2011, p. 25).

Essa nova epistemologia fundada na interdisciplinaridade, como crítica e resposta aos limites do paradigma hegemônico da ciência moderna, ganhou mais força com a formulação do *princípio da incerteza na ciência* proposto pelo filósofo e historiador da ciência Karl Popper, em seu livro *A lógica da pesquisa científica*, publicado em 1959 na Inglaterra. O princípio da incerteza propõe a busca pelo “falseamento” das próprias teorias como caminho na busca de verdades provisórias e assim, não definitivas, por serem as únicas que a ciência poderia produzir ao campo de conhecimento. Essa ideia vai na contramão da busca de confirmação de proposições científicas, as hipóteses, para a verificação da verdade do conhecimento. A concepção popperiana expressa nesse caráter aproximativo e provisório, se opõem às verdades eternas desenvolvidas pelas ciências naturais. O “prestígio de Newton e das leis simples a que reduzia toda a complexidade da ordem cósmica [converteram] a ciência moderna no modelo de racionalidade hegemônica que pouco a pouco transbordou do estudo da natureza para o estudo da sociedade” (SANTOS apud ALVARENGA, 2011, p. 18).

Assim, Morin (apud ALVARENGA, 2011, p. 19), ao discutir a complexidade no seio da ciência moderna, possibilita observar tanto os limites do conhecimento disciplinar quanto a importância da busca do pensamento interdisciplinar. A ciência clássica ignora o que existe “entre” e “além” de suas fronteiras. Opera a partir de categorias dicotômicas, tais como: homem e natureza, ciências e humanidades, objetivo e subjetivo, natureza e cultura, normal e patológico, qualitativo e quantitativo, refletindo uma concepção de homem, vida e sociedade como se fossem máquinas deterministas simples, funcionantes pelo sistema *input-output*.

Maria de Fátima Gomes da Silva (2008) também critica a dicotomia ensino/pesquisa na escola e na universidade, onde o professor é visto como “tarefeiro”, envolto em muitos compromissos, e não como pesquisador. Nesse sentido, as pesquisas não constituem uma extensão das práticas pedagógicas, mas algo à parte. Este tipo de pesquisa de caráter disciplinar ou “alienígena” às práticas pedagógicas pouco contribui para a melhoria da educação, porque representa a solidão do fazer individual, contrária à concepção histórica-dialética defendida pela autora, que postula a superação da dicotomia de nós mesmos, do mundo e da realidade. É possível transformar a sala de aula das escolas e universidades em locais de pesquisa. Nessa mesma linha de raciocínio, Fazenda (apud SILVA, 2008, p. 117), afirma que “a interdisciplinaridade não é categoria de conhecimento mas de ação”.

Por outro lado Gaudêncio Frigotto (2008), professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), apresenta a interdisciplinaridade num nível de complexidade além da que vem sendo discutida no âmbito educacional, na condição de método de pesquisa ou técnica didática. Para ele, a interdisciplinaridade se impõe como necessidade e problema no plano material histórico-cultural e no plano epistemológico.

A interdisciplinaridade como necessidade na produção do conhecimento funda-se no caráter dialético da realidade social, que é ao mesmo tempo una e diversa, e ao mesmo tempo, na natureza intersubjetiva de sua apreensão, apontando tanto os limites do sujeito quanto os limites do objeto em estudo, caracterizando o que Karel Kosik denominou de totalidade concreta. Esta não se refere à totalidade dos fatos para se poder fazer ciência, mas sim, diante de um objeto delimitado de estudo, expor as possíveis determinações e mediações históricas que o constitui (FRIGOTTO, 2008, p. 44).

Na filosofia materialista, o conceito de totalidade concreta consiste em primeiro lugar a se responder a pergunta: o que é a realidade? E somente em resposta a esta pergunta, pode-se tornar um princípio epistemológico e uma exigência metodológica (KOSIK, 1976).

Para Frigotto, a interdisciplinaridade como problema na produção do conhecimento revela-se por dois aspectos: a) limites do sujeito: envolve a formação do sujeito (diferentes conhecimentos científicos com concepções variadas de senso comum), traços específicos culturais, além de limites físicos e de tempo; b) complexidade dos fatos históricos: expressa no sistema capitalista de produção, instituído pela cisão de classes sociais, na qual sob o signo da igualdade esconde a alienação, a exclusão e a desigualdade. Essa cisão está presente não somente no plano material mas também no plano da consciência e conseqüente concepção de realidade. A produção do conhecimento é fruto dessa cisão e luta de classes, na qual os interesses da classe dominante aparecem como interesses universais. O modo de pensar fragmentado produz conhecimentos que transformados em ação traz inúmeros problemas concretos à humanidade, por exemplo, no plano social, miséria, violência, epidemias e no plano da natureza, desmatamento, poluição do ar, água e sonora, que atinge a todos (FRIGOTTO, 2008, p. 54).

Frigotto (2008, p. 56-60) pensa a interdisciplinaridade como um desafio para a pesquisa e as práticas pedagógicas, pois quanto à primeira, o desafio significa não minimizar as desigualdades sociais e ocultar os conflitos, através de um discurso apologético à conciliação e à harmonia e uma postura eclética no que se refere à apreensão da verdade dos fatos sociais de modo imparcial; e quanto às práticas pedagógicas, o desafio é romper com a tendência pragmatista e especialista dos professores. O autor indica a solução ou o caminho desses problemas por meio da crítica à forma fragmentária de produção da vida humana, tanto na produção do conhecimento quanto na construção de novas relações sociais que rompam com a exclusão.

Na mesma linha de conhecimento do materialismo histórico, José Henrique Faria (2015, p. 92), economista da Universidade Federal do Paraná (UFPR), sistematiza a proposta da epistemologia crítica e da metodologia que lhe corresponde. Epistemologia crítica é

um conjunto de expressões epistêmicas que se apoia especialmente na dimensão materialista histórica; na epistemologia subjacente à teoria crítica da sociedade, que reconhece a primazia do objeto; na epistemologia subjacente à psicologia sócio-histórica, que reconhece a formação social da mente; e na epistemologia genética de Piaget, que reconhece a dialética entre o sujeito e o objeto (FARIA, 2015, p. 92).

A noção da totalidade na perspectiva do materialismo histórico refere-se à recusa à fragmentação do objeto. Teoria e prática andam juntas. A dinâmica objeto-sujeito ou matéria-consciência mediada pelo pensamento é a forma de se apropriar do real concreto como real pensado, não permitindo a fuga do pensamento como um elemento exterior e anterior à relação.

O método dialético é aplicado na perspectiva do materialismo histórico a partir dos seguintes pressupostos: não há verdade eterna; a verdade se encontra na práxis; o saber é dialético, ou seja, procede de contradições; o saber é parte de uma consciência entendida como atividade e não como intuição; o procedimento adotado é o que vai

do concreto para o concreto pela consciência (pela mediação do pensamento); o saber é dialético porque o real também é dialético (FARIA, 2015, p. 95).

A primazia do objeto significa que o real é o ponto de partida e de chegada da análise, parte do real concreto para o real pensado, pois o real é mediado pelo pensamento. O objeto pensado é uma redução do real ao pensamento e possui 5 limitações: as condições internas do sujeito pesquisador; o método e os instrumentos utilizados; o objeto; o estágio do conhecimento científico disponível; e o conjunto de relações objetivas e intersubjetivas no plano histórico-social investigado (FARIA, 2015, p. 96).

A interdisciplinaridade é a resposta crítica que se faz ao paradigma da ciência moderna, especialmente quanto ao conflito que separa as ciências da natureza das ciências humanas e sociais. “A interdisciplinaridade provoca um momento de forte intensidade na produção do conhecimento, pois resulta da interação entre as disciplinas. O conhecimento não se limita à fronteira, mas a ultrapassa.” (FARIA, 2015, p. 106).

Essa capacidade de superar as disciplinas implica em não aboli-las, pois sem elas, a própria interdisciplinaridade seria impossível. Segundo o antropólogo Claude Raynaud (apud FARIA, 2015, p. 107), pesquisador do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), “a formação interdisciplinar sem a formação disciplinar faz surgir um ‘Frankenstein do Conhecimento’, um ser bem costurado, mas que não sabe andar direito”.

A interdisciplinaridade sob o ponto de vista da epistemologia crítica é dirigida pela primazia do objeto e não da teoria, pela realidade e não a ideia, e nesse sentido difere da transdisciplinaridade ou das concepções ditas holísticas e pós-modernas. Principalmente por essas abordagens pretenderem ser a superação das disciplinas, opondo-lhes um modo metadisciplinar e um saber transcendental, entendidos pela epistemologia crítica como projeto da ideia, de natureza metafísica (FARIA, 2015, p. 107). A epistemologia crítica também critica a teoria da complexidade divulgada por Edgar Morin e J. L. Le Moigne, a partir da justificativa propagada de que essa teoria se fundamenta nas inúmeras incertezas e problemas atuais. Segundo Faria (2015, p. 108), a teoria da complexidade não passa da absolutização da relativização.

A epistemologia crítica é o estudo crítico do conhecimento científico, filosófico e técnico que tem por objeto o saber produzido pela ciência, pela filosofia e pela tecnologia (FARIA, 2015, 1 p. 119).

O conhecimento científico interdisciplinar, do ponto de vista da epistemologia crítica e da metodologia correspondente, se dá em momentos distintos, resumidas em 3 fases: 1) da aproximação precária ou imediata (tese); 2) da aproximação deliberadamente construída e do conhecimento valorizado (antítese); 3) da apropriação do objeto pelo pensamento e do conhecimento científico (síntese). Sujeito e objeto não formam uma unidade, mas interagem de modo dinâmico e contraditório. A realidade independe do sujeito pesquisador, porém não é externa a ele, mesmo que com ele não se confunda. O terceiro momento não é o limite definitivo do entendimento da realidade, mas o limite da compreensão do pesquisador. A realidade jamais é apreendida totalmente (FARIA, 2015, p. 123-132).

De acordo com Faria (2015, p. 133), a interdisciplinaridade é mais do que a forma de abordar o objeto de conhecimento, é o modo de pensar a realidade pelo pesquisador,



o modo de apropriar-se do concreto como concreto pensado. O procedimento interdisciplinar não é uma junção, é convergência de saberes/disciplinas em mesma composição teórica.

Ivani Fazenda (1994, p. 13), em seu livro *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*, afirma que “é impossível a construção de uma única, absoluta e geral teoria da interdisciplinaridade, mas é necessária a busca ou o desvelamento do percurso teórico pessoal de cada pesquisador que se aventurou a tratar as questões desse tema”.

Em vista disso, é útil recordar alguns marcos históricos do assunto. A interdisciplinaridade começa a ser discutida em meados da década de 1960, na Europa, ocasião dos movimentos estudantis, reivindicando um novo estatuto de universidade e de escola. A crítica na ocasião referia-se à alienação da Academia às questões da cotidianidade e à excessiva especialização proposta nos currículos. Essa discussão teórica sobre a fragmentação dos saberes e do papel humanista do conhecimento e da ciência foram norteadas na década de 1970 pela categoria de totalidade (FAZENDA, 1994, p. 18-19).

A interdisciplinaridade fortaleceu-se em congressos internacionais nos anos de 1970, principalmente pela iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Um evento marcante foi o *I Seminário Internacional sobre Pluri e Interdisciplinaridade*, realizado na Universidade de Nice (França), de 7 a 12 de setembro de 1970. Neste evento, surge pela primeira vez o termo transdisciplinaridade e ocorre um profícuo debate liderado por Jean Piaget, Erich Jantsch e outros (ALVARENGA, 2011, p. 32).

As repercussões do estudo da interdisciplinaridade no Brasil a partir da década de 1970 foram variadas, partindo de um modismo que o vocábulo desencadeou e sua influência no ensino e na ciência. Na década de 1970, a principal referência brasileira foi o livro *Interdisciplinaridade e patologia do saber*, de Hilton Japiassu. Nessa obra, Japiassu realizou uma revisão do conceito de interdisciplinaridade e suas diferenciações de acordo com os autores Guy Michaud, Heinz Heckhausen, Jean Piaget e Erich Jantsch. Revelou a dificuldade de encontrar uma linguagem única acerca do tema. Também procurou expor uma metodologia interdisciplinar, entendida como uma resposta a um determinado projeto, envolvendo equipe interdisciplinar, divisão de tarefas e comunicação de resultados. Essa metodologia seria mais uma reflexão sobre as experiências realizadas e o detalhamento dos procedimentos de realização. O registro dos fatos possibilita a revisão dos aspectos vividos.

Outra referência nessa época foi o estudo realizado por Ivani Fazenda sobre as propostas interdisciplinares na ocasião das reformas do ensino no Brasil. Concluiu pela falta de critério na implementação do projeto reformista da educação brasileira na década de 1970. A alienação no trato do tema provocou o desinteresse pelos educadores na época assim como contribuiu para o empobrecimento do conhecimento escolar. Essa pobreza teórica somou-se a outras conduzindo a educação a 20 anos de estagnação (FAZENDA, 1994, p. 24-26).

Na década de 1980, a nível mundial, a interdisciplinaridade passa a se beneficiar na condição de crítica ao paradigma hegemônico da ciência moderna, de outra proposta também emergente, a já mencionada transdisciplinaridade. Esta ideia ganhou força em congressos internacionais e reconheceu o papel da interdisciplinaridade como mediadora de diferentes formas de conhecimento (ALVARENGA, 2011, p. 28).

Enquanto isso, no Brasil, houve iniciativas por parte dos educadores em reconquistar sua identidade perdida, sendo possível delinear um perfil de professor com atitude interdisciplinar: um gosto especial em conhecer e pesquisar, um comprometimento diferenciado com seus alunos, a implantação de novas técnicas e procedimentos de ensino e a marca da resistência à acomodação (FAZENDA, 1994, p. 24-26).

Na década de 1990, merece destaque o trabalho interdisciplinar em desenvolvimento no *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), na França. Essa organização realiza pesquisas nacionais e internacionais, em parceria com instituições do ensino superior e de pesquisa, além de empresas com tecnologia inovadora de ponta. Dedicase à interdisciplinaridade de proximidade e de complementariedade entre disciplinas vizinhas, além da interdisciplinaridade de objetivos para o estudo de um sistema complexo, e até mesmo de uma interdisciplinaridade exploratória (ALVARENGA, 2011, p. 28-29). 1 No Brasil, a década de 1990 é envolvida por contradição, a principal foi a constatação da interdisciplinaridade constituir-se em uma exigência na proposta atual de conhecimento e de educação, sendo ao mesmo tempo exercida por meio de práticas intuitivas. Para Fazenda (1994, p. 33-34), “a revisão contemporânea do conceito de ciência orienta-nos para a exigência de uma nova consciência, que não se apóia apenas na objetividade, mas que assume a subjetividade em todas as suas contradições”. Fazenda vem realizando pesquisas com seus alunos da pós-graduação de mestrados e doutorados da PUC de São Paulo, desde 1987, cuja marca é a prática interdisciplinarmente vivenciada. Para ela e o grupo que coordena, a década de 1990 foi vincada por um projeto antropológico de educação, interdisciplinar, em suas principais contradições.

Na análise de Fazenda (1994, p. 20), após quase 30 anos de estudo, chegou-se a hipóteses e orientações de trabalho para as ciências humanas, que podem ser esboçadas a partir da superação das dicotomias ciência e arte; ciência e cultura; objetividade e subjetividade; percepção e sensação; e espaço e tempo.

Os avanços sobre o tema podem ser assim sintetizados: a interdisciplinaridade seria o resultado de sínteses imaginativas e audazes; também não é categoria de conhecimento mas de ação; é um exercício do conhecimento, perguntar e duvidar; entre as disciplinas e a interdisciplinaridade existe uma diferença de categoria; e é arte do tecido bem trançado e flexível; e se desenvolve a partir do progresso das próprias disciplinas (FAZENDA, 1994, p. 28-29).

Diante dessa breve conjuntura, a interdisciplinaridade assumiu no Brasil contornos do que foi denominado por Ari Paulo Jantsch e Lucídio Bianchetti (2011), professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), de uma filosofia do sujeito. A filosofia do sujeito não é vinculada a nenhuma corrente filosófica, mas “caracteriza-se por privilegiar a ação do sujeito sobre o objeto, (...)” (JANTSCH e BIANCHETTI, 2011, p.19).

A filosofia do sujeito não se reduz às contribuições de Ivani Fazenda, é fruto de vários autores que teorizam sobre interdisciplinaridade e contém os seguintes pressupostos: a) a fragmentação do conhecimento leva o homem a não ter domínio sobre o próprio conhecimento produzido; b) a especialização passa a ser assumida, com base no item anterior, como “patologia”; c) a interdisciplinaridade só é produtiva se feita em equipe, onde se forma um “sujeito coletivo”; d) esse sujeito coletivo consegue viver a interdisciplinaridade em qualquer espaço de atuação, ou seja, no ensino, na pesquisa

e na extensão; e) a produção do conhecimento está garantida uma vez atendida a exigência do trabalho em equipe (JANTSCH e BIANCHETTI, 2011, p. 25-26).

Em oposição a essa filosofia do sujeito, Jantsch e Bianchetti (2011, p. 29-31) fazem uma crítica aos seus pressupostos e propõem uma concepção histórica da interdisciplinaridade, envolvendo os seguintes aspectos: a) a interdisciplinaridade como necessidade e problema histórico-cultural e epistemológico; b) a interdisciplinaridade aceita como princípio e não como método ou técnica; c) a superação da fragmentação dos saberes não está na destruição das especialidades; d) é impensável a interdisciplinaridade sem a base que a possibilita, ou seja, as disciplinas; e) nem todos os objetos exigem, necessariamente, tratamento interdisciplinar; f) os objetos que exigem tratamento interdisciplinar não demandam da vontade do sujeito pensante individual ou coletivo.

Essa discussão salutar sobre a interdisciplinaridade vem sendo incentivada a partir da experiência da pós-graduação brasileira, a qual vem se fortalecendo desde a segunda metade do século passado. Segundo informação verbal de Adelaide Faljoni-Alario (2016), coordenadora da área interdisciplinar na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), obtida na *Mesa Capes: Tendências e avaliação para a área interdisciplinar*, realizada no auditório da Física, na Universidade de Brasília (UnB), em 24 de novembro de 2016, atividade integrante do Coninter 5, o período de 1980 até 1999 foi denominado década dos cursos nômades, pois cursos tais como Agronegócio ou Gerontologia, não cabiam nas 44 áreas disciplinares existentes. Em 1999, foi criada a Área Multidisciplinar na CAPES com 46 cursos de mestrado e doutorado, cujo proponente foi Luiz Bevilacqua. Em 2006, já havia 189 cursos e criou-se as 4 câmaras temáticas com coordenação própria, a saber: I – Meio Ambiente (Políticas Públicas e Desenvolvimento); II – Sociais & Humanidades; III – Engenharias, Tecnologia & Gestão; e IV – Saúde & Biológicas. Em 2008, a área foi nomeada Área Interdisciplinar, passando a compor um colégio multidisciplinar, chegando a 256 cursos de pós-graduação. Em 2011, foi feita uma triagem desses cursos, e em 2016, constam 150 programas. Ainda, segundo Faljoni-Alario, a multidisciplinaridade contempla uma breve interseção de áreas do conhecimento, porém não há mudanças de metodologias, enquanto que a interdisciplinaridade serve para gerar metodologias novas de conhecimento a fim de repassá-las para sociedade.

## 2. RESULTADOS ALCANÇADOS

Esse artigo sinaliza uma polissemia para o termo interdisciplinaridade como objeto de pesquisa e de práticas, questão aberta para debate na atualidade.

No decorrer do texto, configurou-se mais nitidamente dois pontos de vista opostos a respeito da interdisciplinaridade no contexto brasileiro, ilustrando a diversidade de entendimentos sobre o assunto: de um lado, contudo não exclusivo dessa autora, a perspectiva de Ivani Fazenda e de outro, a de Ari Jantsch e Lucídio Bianchetti.

Segundo Roberto A. Follari (2011, p. 124), pesquisador da Universidade Nacional de Cuyo, na Argentina, a interdisciplinaridade surgiu nos anos setenta como reação do capitalismo diante de seus próprios problemas de legitimação. Dentre várias confusões teórico-práticas nessa discussão, uma delas foi confundir a interdisciplinaridade e o conceito de totalidade da teoria marxista. “A totalidade trabalhada por Lukács ou Kosik não é a soma das ciências particulares, nem alguma combinação delas. (...) A

totalidade é uma categoria que não está acima das ciências instando por sua reunião, mas pertence a um discurso determinado, a teoria social” (FOLLARI, 2011, p. 128).

Delimitar um objeto para investigação não é fragmentação. Segundo Karel Kosik (1976), a totalidade não é abranger todos os fatos. “Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido”, em relação as múltiplas determinações e mediações históricas que o constituem (FRIGOTTO, 2011, p. 37).

A proposta trazida por Fazenda de superação das dicotomias de ciência e cultura assim como de ciência e arte, parece nivelar o conhecimento científico à arte e à cultura. Se for esse o entendimento, e partindo do pressuposto de que a ciência é uma mediação necessária para entender algo que não está posto claramente, não é possível nivelá-la à arte ou à cultura.

Essa discussão complexifica-se quando se insere o conceito de transdisciplinaridade, conforme alguns concepções mencionadas no texto. Além disso, as questões da interdisciplinaridade giram em torno do campo científico propriamente dito mas também da filosofia da ciência. A produção em ambos os campos são férteis em si e entre si. Ao que tudo indica é necessário ultrapassar as barreiras não só das disciplinas científicas assim como das filosóficas (ALVARENGA, 2011, p. 55).

Quando se busca compreender o desafio da interdisciplinaridade na produção do conhecimento refere-se às teorias, às metodologias e às práticas. Teoria e prática são facetas da produção científica, lembrando que toda teoria traz consigo determinada metodologia e forma específica de fazer interpretações. O desafio da interdisciplinaridade no avanço da ciência é teórico-metodológico assim como metateórico ou filosófico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A palavra interdisciplinaridade refere-se a um conjunto amplo e heterogêneo de experiências, realidades e projetos. De acordo com os diversos autores estudados, observa-se que não há um consenso sobre quatro pontos principais da discussão em torno da interdisciplinaridade são: 1) a relação do sujeito e do objeto na produção do conhecimento, o polo regente estaria mais do lado do sujeito ou do objeto? 2) a relação das disciplinas com a interdisciplinaridade: continuidade ou ruptura? 3) a interdisciplinaridade realizada pelo “sujeito individual” e/ou o “sujeito coletivo”; 4) a interdisciplinaridade como princípio e/ou como metodologia.

No entanto, algumas tendências parecem se sobressair. Uma nova epistemologia fundada na interdisciplinaridade sinaliza nova relação entre o sujeito e objeto do conhecimento, não mais de ruptura, mas de interação de modo mais equitativo. Tudo indica até o momento que a interdisciplinaridade se constroi na relação com o disciplinar, pois pela crítica em relação à própria área disciplinar consegue-se transpor fronteiras e proporcionar encontros entre os saberes. Este encontro se viabiliza pelo diálogo aberto entre sujeitos pesquisadores disciplinares que objetivam compreender um fenômeno complexo. Não foi possível construir um único e geral aporte teórico-metodológico interdisciplinar, porém os princípios da interdisciplinaridade tem sido os norteadores do diálogo entre teorias e metodologias disciplinares.

Nesse sentido, Alvarenga (2011, p. 60-61), que comunga do mesmo pensamento contido no documento *Interdisciplinaridade como desafio para o avanço da ciência e tecnologia*, publicado pela CAPES em 2008, tece as seguintes orientações para um trabalho interdisciplinar: observar se os conceitos e teorias a serem utilizados são passíveis de trocas teórico-metodológicas, possibilitando os seus deslocamentos da teoria de origem para a construção de um novo esquema de referência teórico-metodológico capaz de orientar a pesquisa; 2) a partir da investigação empírica de fenômenos, fatos e objetos, o que se espera é o enriquecimento do próprio arcabouço teórico do qual se partiu; 3) o ponto de partida da pesquisa é a problematização de temas complexos; 4) não definir *a priori* a natureza e os tipos de trocas teóricas, metodológicas e tecnológicas a realizar, já que tais necessidades se manifestam no processo do trabalho interdisciplinar, sendo secundário ficar preso à definição de que tipo de interdisciplinaridade vai se utilizar como referência ou para identificação do trabalho como tal; 5) não são as definições, às vezes restritivas, mas os princípios gerais da interdisciplinaridade que tornam os projetos de pesquisa produtivos.

A palavra *princípio* é tomada no sentido de método, isto é, caminho, sem o sentido de instrumentalidade, e engloba as seguintes ideias: 1) o disciplinar, o pluri e interdisciplinar são formas diferenciadas e complementares de geração do conhecimento; 2) a interdisciplinaridade pressupõe avanço na produção do conhecimento porque implica em trocas teórico-metodológicas, geração de novos conceitos e metodologias e graus crescentes de intersubjetividades entre pesquisadores disciplinares visando atender a natureza complexa de um fenômeno; 3) a interdisciplinaridade se propõe a estabelecer relação entre saberes, entre o teórico e o prático, entre o filosófico e o científico, entre ciência e tecnologia, revelando-se como uma resposta aos desafios do saber complexo; 4) a interdisciplinaridade visa estabelecer pontes entre diferentes níveis de realidade, diferentes lógicas e diferentes formas de conhecimento presentes nas disciplinas (CAPES apud ALVARENGA, 2011, p. 62-63).

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Augusta T. de; et alii. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI Jr., Arlindo; SILVA NETO, Antonio J. (orgs.). *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação*. Barueri: Manole, 2011, p. 3-68.

D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação: do conhecimento disciplinar ao transdisciplinar e a questão de valores. In: *Revista Ideação*, vol. 10, n. 1. Cascavel, PR: Edunioeste, 2008, p. 79-91.

FARIA, J. H. Epistemologia crítica, metodologia e interdisciplinaridade. In: PHILIPPI Jr., Arlindo; FERNANDES, Valdir. (Orgs.). *Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa*. Barueri: Manole, 2015, p. 91-135.

FAZENDA, Ivani C. A. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 15ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

FAZENDA, Ivani C. A. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na formação de professores. In: *Revista Ideação*, vol. 10, n. 1. Cascavel, PR: Edunioeste, 2008, p. 93-103.

FOLLARI, Roberto A. Interdisciplina e dialética: sobre um mal-entendido. In: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio. (Orgs.). *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. 9. ed. atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Vozes, 2011, p. 122-137.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio. (Orgs.). *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. 9. ed. atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Vozes, 2011, p. 34-59.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: *Revista Ideação*, vol. 10, n. 1. Cascavel, PR: Edunioeste, 2008, p. 41-62.

JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio. Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. In: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio. (Orgs.). *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. 9. ed. atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Vozes, 2011, p. 19-33.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MUNHOZ, Divanir E. N. “Da Multi à interdisciplinaridade: a sabedoria no percurso da construção do conhecimento. In: *Revista Ideação*, vol. 10, n. 1. Cascavel, PR: Edunioeste, 2008, p. 123-133.

PIMENTA, Carlos. Contributos para a elaboração de uma tese interdisciplinar. In: *Revista Ideação*, vol. 10, n. 1. Cascavel, PR: Edunioeste, 2008, p. 63-77.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. In: *Revista Ideação*, vol. 10, n. 1. Cascavel, PR: Edunioeste, 2008, p. 9-40.

SILVA, Maria de Fátima Gomes da. Múltiplos objetos, múltiplos olhares: perspectivas interdisciplinares da pesquisa em educação no ensino superior. In: *Revista Ideação*, vol. 10, n. 1. Cascavel, PR: Edunioeste, 2008, p. 105-121.

## A CONCEPÇÃO DO CORPO DOCENTE DE UMA UNIDADE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES EM RELAÇÃO À INSERÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO NO CURRÍCULO ESCOLAR

**ANDRADE, Mauro Peixoto de**

Professor de legislação tributária e comercial do  
Serviço Nacional do Comércio (SENAC), especializado em  
Administração de Recursos Humanos pela Fundação Getúlio Vargas. E-mail:  
*mauropdeandrade@yahoo.com.br*

**ISTOE, Rosalee Santos Crespo**

Professora Dra. do Programa de  
Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade  
Estadual do Norte Fluminense  
*rosaleeistoe@gmail.com*

**ANDRADE, Livia Vasconcelos de**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cognição e  
Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense  
Bolsista CAPES  
*liviadeandrade@gmail.com*

### Introdução

Entende-se, segundo Piaget e Vygotsky, que somente por meio da aprendizagem é que se modifica o comportamento. Dessa forma, considera-se imperativo reduzir os índices de acidentes no trânsito.

A Educação para o Trânsito compreende um conjunto de metodologias e informações que se destina a ensinar promover mudança de atitude e exercício da cidadania, de forma que as pessoas passem a conduzir-se de maneira adequada no trânsito, focados principalmente na segurança pessoal e coletiva (Coca Ferraz et al 2008).

Compreende-se que a Educação é parte do processo de crescimento e desenvolvimento da humanidade, percebido e registrado pelos mais notórios escritores como o principal subsídio de formação do caráter e princípios dos jovens (RAYO, 2008).

Ainda não possuímos um projeto educacional ideal e infalível, mas percebemos que a chegada de novas propostas e projetos poderão sempre contribuir para a transformação desse panorama.

Segundo Luchesi (1986, p.83) “O homem é um ser “datado e situado” historicamente. Pertence a um grupo, uma época, um povo. Possui, a partir de sua cultura e ambientação, determinada e específica maneira de encarar a vida. Ele cria, neste contexto, seus princípios de vida, seus esquemas, suas estruturas, seus valores, seus interesses”.

A proposição primária é que resulte em mudanças de comportamento, nas estatísticas, nas rotinas dos usuários e dos transeuntes das vias públicas nos anos que estão por vir no advento da inclusão do tema na rotina escolar, na busca da consciência cidadã e

melhor convivência na sociedade.

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa qualitativa, realizada com docentes de uma escola da rede pública de ensino na cidade de Campos dos Goytacazes, no norte fluminense, que teve como principal meta provocar a reflexão dos professores quanto à inclusão da Educação para o Trânsito na grade escolar do ensino médio associada a novas práticas educativas na unidade escolar.

Neste contexto realizou-se a aplicação de questionário a um grupo de vinte sete professores envolvidos no problema, trazendo resultados que direcionam 40% dos questionados acreditando ser muito necessário o ingresso da disciplina da Educação para o Trânsito na grade curricular cujo conteúdo considerasse aspectos de legislação de trânsito voltados para a escola, 35% optando por ser indispensável esse aspecto e 25% confiam que seja necessário a inserção do tema na grade.

Outro parâmetro constatado na pesquisa foi que 100% dos educadores participantes, que foram voluntários para tal compreendem que a Educação para o Trânsito nas escolas da rede irá promover maior participação dos discentes na vida social da comunidade e consciência cidadã.

## **1. Fundamentação teórica**

No Código de Trânsito Brasileiro no seu Art. 76, que registra a prática da educação no trânsito no ensino infantil, fundamental, médio e superior, com a parceria dos órgãos de trânsito municipais, estaduais e federal, formando núcleos pedagógicos de incentivo ao projeto na rede escolar, na obra de Idanir Ecco e Alexandra Banaszkeski "Educação para o Trânsito: Um olhar para o contexto escolar" onde afirmam que a função da escola é analisar, refletir e debater sobre o respeito às leis de trânsito e ao espaço público, também sobre a convivência das pessoas nas ruas das cidades, fundamentada na colaboração, na tolerância, na isonomia dos direitos individuais, na responsabilidade, na dependência recíproca e demais valores determinantes para um trânsito mais humanizado,

### **1.1 Questão Problema**

Através do ensino das regras de trânsito para crianças e jovens, desde o ensino fundamental básico ao ensino médio, reduzir-se-ia comportamentos inadequados e acidentes fatais de trânsito?

### **1.2 Revisão Literária**

No município de Barretos (SP), esta disciplina foi implantada no currículo escolar, com base no Art. 23 XII, que afirma ser competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios "estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito." Portanto, considerando o preceito exarado no segundo dispositivo constitucional acima referido, há de se reconhecer, de plano, a plena constitucionalidade e pertinência de Lei Municipal, enquanto instrumento de política de educação para a segurança do trânsito. Em janeiro de 2001, a Secretaria Municipal de Educação enviou ofício ao Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, para a inclusão de Educação no Trânsito no currículo das escolas da rede municipal de ensino, para integrar a parte diversificada deste como tema transversal, a ser tratado,



portanto, nas diversas disciplinas, fundamentados no § 5º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20/12/96- Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Outro empreendimento, no mesmo sentido, dessa vez na Prefeitura de Pelotas (RS), deu origem a um projeto pedagógico para implantação da cadeira Educação Para o Trânsito no Ensino Fundamental, a partir da Secretaria Municipal de Educação daquela cidade, tendo como fundamento os temas transversais contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), procurando a mesma importância do aproveitamento das demais disciplinas do currículo escolar e, no artigo 32 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), notando que o ensino fundamental tem como objetivo, entre outros, a formação básica do cidadão, mediante:

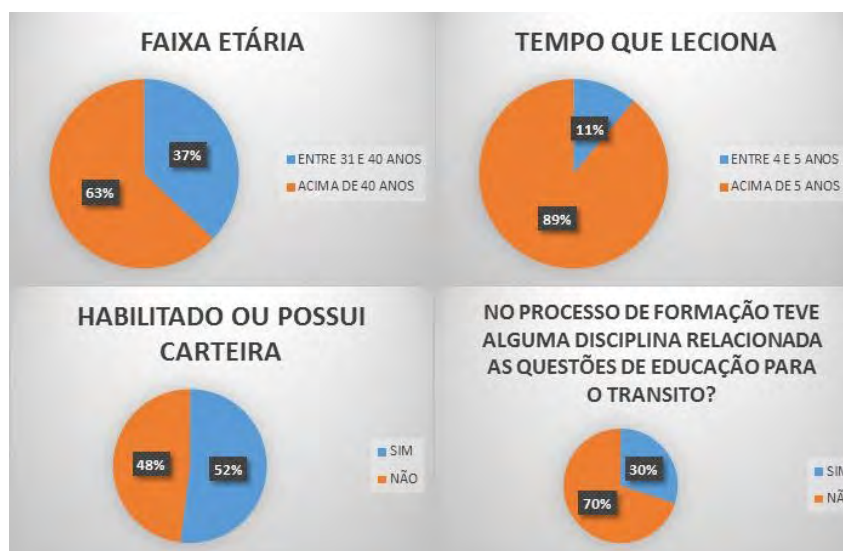
(...). II. A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III. O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

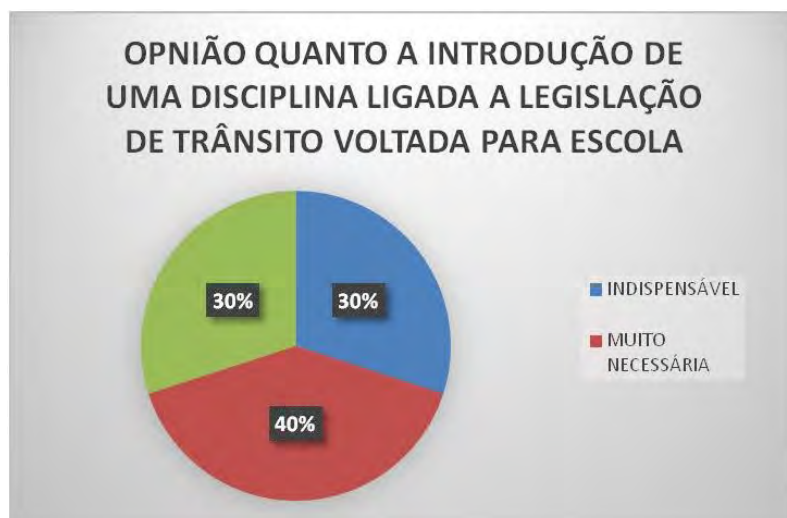
IV. O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

## 2. Resultados alcançados

Registrou-se a pesquisa na íntegra, com as principais etapas, descrevendo pontual e



percentualmente os resultados da mesma em gráficos conforme abaixo:



**Figura 1**

**Figura 2**

### 3. Conclusões

A pesquisa, que teve como principal objetivo conhecer a percepção de professores de uma escola municipal acerca da inclusão das práticas educativas do trânsito na escola, projetou-se que a educação para o trânsito possibilitará aos jovens desenvolver da melhor forma, uma consciência coletiva ética, valores e práticas que irão diminuir os problemas no trânsito. Eles serão poderão ser futuros condutores de veículos no futuro, bem como pedestres que convivem com o trânsito. Toda iniciativa de educar através desse tema são essenciais para o dia a dia das pessoas, visto que envolve cidadania e conscientização.

### 4. Principais referências bibliográficas

BOTELHO, Anselmo Sebastião. **A Educação para o trânsito em Escola do Ensino Fundamental e sua relevância na formação de futuros condutores**. Pós-graduação em Gestão de Educação e Segurança no trânsito. Belo Horizonte - MG, Agosto/2009.

BRASIL, **Código de Trânsito Brasileiro**. Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997. Rio de Janeiro: ETJ – Equipe Técnico Jurídica, 1998.

BRASIL, IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2013.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, SUS - **Sistema Único de Saúde**, 2013

ECCO, Idanir; BANASZESKI, Alexandra Auziliero. **Educação para o Trânsito: um olhar para o contexto escolar**. Rio Grande do Sul: Webartigos, março de 2009.

FRANCO, Maria Ciavatta. **Quando nós somos o outro: questões teóricas metodológicas sobre os estudos comparados**. Educação & Sociedade.[on line]. Ago. 2000, v. 21, n.º

72 [citado 2 abril de 2004] p. 197-230. Disponível no World Wide Web: [http://www.Scielo.Br/scielo.php?ISSN 0101-7330](http://www.Scielo.Br/scielo.php?ISSN%200101-7330).

LUCHESI, Cipriano Carlos. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez. 1986;

## **INTERDISCIPLINARIDADE, TERRITÓRIO E IDENTIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA DISCUSSÃO.**

**Ms.ROBLEDO, FELIPE M.**

*Doutorando do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente – PPGM-UERJ  
felipe.robledo@gmail.com)*

**Dr. NEFFA, Elza**

*Coordenadora Adjunta do Programa de Pós-graduação em  
Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Estudante de doutorado do Programa de XXXX  
elzaneffa@gmail.com*

**Dr. PEREIRA, Pedro Carlos**

*Professor adjunto do Departamento de Matemática  
do Instituto de ciências exatas, da Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro  
pecape@ig.com.br*

### **RESUMO**

Este artigo como intuito discutir como a disciplina História, presente nos livros didáticos de história, tratada interdisciplinarmente, é capaz de fortalecer a identidade dos educandos e contribuir para promover a valorização histórica de seus territórios e para a emancipação do *homo faber* (Meszárós, 2005). Consideramos interdisciplinaridade como problema fundamentalmente no plano material, histórico-cultural e no plano epistemológico (FRIGOTTO, 2008). Por fim, nos é possível destacar que a construção histórica de um objeto implica a constituição do objeto e a tensão entre o sujeito pensante e as condições objetivas (materialidade) para o pensamento (JANTSCH e BIANCHETTI, 1995). Portanto faz-se necessária a defesa de uma interdisciplinaridade a partir de uma concepção dialética, uma vez que, nem o objeto nem o sujeito na pesquisa são autônomos. Muito ainda deve ser feito com vistas a possibilitar um ensino que faculte aos alunos um instrumento de superação do estado de alienação no qual se encontra em meio ao modelo educacional vigente.

**Palavras-chave:** Livro didático de História, identidade, território, interdisciplinaridade.

### **ABSTRACT**

This article intends to discuss how the discipline History, present in the textbooks of history, treated interdisciplinarily, is able to strengthen the identity of the students and contribute to promote the historical valorization of their territories and to the emancipation of *homo faber* (Meszárós 2005) . We consider interdisciplinarity as a fundamental problem in the material, historical-cultural and epistemological plane (FRIGOTTO, 2008). Finally, it is possible to emphasize that the historical construction of an object implies the constitution of the object and the tension between the thinking subject and the objective conditions (materiality) for thought (JANTSCH and BIANCHETTI, 1995) . Therefore, it is necessary to defend an interdisciplinarity from a dialectical conception, since neither the object nor the subject in the research are

autonomous. Much still needs to be done with a view to enabling education to provide students with an instrument of overcoming the state of alienation in which they find themselves in the midst of the current educational model.

**Key-words:** Textbook of History, identity, territory, interdisciplinarity.

## INTRODUÇÃO

Dentro do universo escolar, o livro didático se constitui de importante instrumento do discurso científico, porém de uma forma geral existe um abismo entre o que se produz na academia e o ensino básico.

Este artigo tem por objetivo discutir como a disciplina História, tratada interdisciplinarmente no livro didático, é capaz de fortalecer a identidade dos educandos e contribuir para promover a valorização histórica de seus territórios e para a emancipação do *homo faber* (Meszáros, 2005). Desta forma, elencamos como categorias de análise território, identidade como *locus* de pertencimento e valorização dos indivíduos e das comunidades nas quais se inserem.

Este artigo busca contribuir para a superação da ideia fragmentada e linear do racionalismo cartesiano ainda presente na formação acadêmica. Assim, esta pesquisa busca uma visão interdisciplinar do estudo da categoria território e identidade como forma de possibilitar o diálogo entre história e geografia, a partir da análise de livro didático de história utilizada no ensino fundamental II.

O artigo se inicia com uma justificativa das razões para a escolha da análise de livros didáticos, seguido de uma discussão a respeito das categorias de análise escolhidas como forma de valorização identitária e possíveis diálogos no material a ser analisado.

## 1. O LIVRO DIDÁTICO: SUA IMPORTÂNCIA PARA A PESQUISA

Segundo Chartier (1990, p. 126-127)

Contra a representação [...] do texto ideal, abstrato, estável porque desligado de qualquer materialidade, é necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor. Daí a necessária separação de dois tipos de dispositivos: os que decorrem do estabelecimento do texto, das estratégias de escrita, das intenções do "autor"; e os dispositivos que resultam da passagem a livro ou a impresso, produzidos pela decisão editorial ou pelo trabalho da oficina, tendo em vista leitores ou leituras que podem não estar de modo nenhum em conformidade com os pretendidos pelo autor. Esta distância, que constitui o espaço no qual se constrói o sentido, foi muitas vezes esquecida pelas abordagens clássicas que pensam a obra em si mesma, como um texto puro cujas formas tipográficas não têm importância, e também pela teoria da recepção que postula uma relação direta, imediata, entre o "texto" e o leitor, entre os "sinais textuais" manejados pelo autor e o "horizonte de expectativa" daqueles a quem se dirige.

Consideramos então que o ato de ler, escrever e falar se constitui de um exercício que precisa ser ensinado a partir de uma série de habilidades e de competências de natureza textual, discursiva e gramatical.

Independentemente da disciplina a que se propõe subsidiar, o livro didático serve para

a construção de uma ética necessária ao convívio social e democrático, constituindo-se como principal instrumento de direcionamento de professores e de alunos. Segundo Gérard e Roegiers o livro didático como “um instrumento impresso, intencionalmente estruturado para se inscrever num processo de aprendizagem, com o fim de melhorar a eficácia” (1998,p.19). Desta forma, podemos considerar que por trás de um discurso neo-liberal de defesa desta “melhor eficácia” se esconde a defesa de uma maior produtividade, que por sua vez, irá gerar maior lucratividade para as editoras e autores. Já Lopes atribui a esse material atuação “de ser uma versão didatizada do conhecimento para fins escolares e/ou com o propósito de formação de valores que configuram concepções de conhecimentos, de valores, identidade e visões de mundo” (2007, p.208). Nestas duas considerações inferimos a importância do livro didático na formação de discursos que tendem para significar a emancipação ou para a perpetuação do sistema social dependendo da utilização que se dá ao material pedagógico.

Defendemos a ideia de que no ambiente escolar, o livro didático configura-se como um importante instrumento de busca de conhecimento para os professores (BRITO, 2004; SILVA, 1998). Este fato muitas vezes ocorre porque os docentes têm pouco tempo para planejamento das aulas, insuficientes capacitações em metodologias inovadoras para aplicação em sala de aula e/ou escasso interesse em diversificar procedimentos metodológicos em suas práticas o que faz com que o que era para ser uma ferramenta de apoio acabe se apresentando como o maior norteador de suas atividades pedagógicas. Aos olhos do educador, o livro didático dá segurança, uma vez que é percebido como detentor de verdades ilustradas e escritas para a formação do cidadão.

Nessa perspectiva, o material didático contribui para consolidar uma visão fragmentada do saber que dificulta o entendimento dos princípios da interdisciplinaridade e, por consequência, sua aplicação nas práticas pedagógicas.

Segundo Vesentini (2007, p.166) “o livro didático constitui um elo importante na corrente do discurso da competência: é o lugar do saber definido, pronto acabado, correto, e dessa forma, fonte única de referência e contrapartida dos erros das experiências de vida”. Podemos inferir que, segundo esta afirmação, o livro didático se encontra em uma posição central, considerado como única e principal fonte do saber, fechando a possibilidade de diálogos e debates que se relacionem às problemáticas apresentadas no material didático

É necessário que se destaque que o livro didático funciona, muitas vezes, como fonte de estudo para alunos e responsáveis, que buscam nos seus textos o conteúdo necessário da matéria a ser estudada.

Vale ressaltar que a própria escolha do livro didático se constitui de política pública desde finais da década de 1920 quando o Estado criou o Instituto Nacional do Livro (INL) com o objetivo de legislar sobre políticas do livro didático (FNDE, 2016).

Atualmente o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em seu artigo 2º estabelece a avaliação rotineira dos livros como sua função. Dessa forma, o PNLD pode ser entendido como uma estratégia que visa ao apoio à política educacional implementada pelo Estado, com a perspectiva de suprir uma demanda que adquire caráter obrigatório na Constituição Federal de 1988 (HOFLIN, 2000) quando esta afirma ser dever do Estado garantir programas suplementares de material didático

escolar ao educando no nível fundamental (BRASIL, 1988).

Desde 1997, o PNLD encontra-se relacionado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, vinculado ao MEC e que tem por objetivo suprir as escolas públicas de Ensino Fundamental e, atualmente, Ensino Médio, cadastrados ambos no Censo Escolar com livros didáticos das principais disciplinas escolares. O PNLD possui como objetivos:

- a) socialização e universalização do ensino, bem como a melhoria de sua qualidade, por meio da seleção, aquisição e distribuição de livros didáticos para todos os alunos matriculados nas escolas das redes públicas do ensino fundamental de todo o País, cadastradas no Censo Escolar; (b) diminuir as desigualdades educacionais existentes, buscando estabelecer padrão mínimo de qualidade pedagógica para os livros didáticos utilizados nas diferentes regiões do país; (c) possibilitar a participação ativa e democrática do professor no processo de seleção dos livros didáticos, fornecendo subsídios para uma crítica consciente dos títulos a serem adotados no Programa; e (d) promover a crescente melhoria física e pedagógica dos livros, garantindo a sua utilização/reutilização por três anos consecutivos (SOARES, 2005, p.78).

A partir de 2001 a resolução nº603 passou a se constituir de um mecanismo organizador e regularizador do PNLD.

Do exposto infere-se que o PNLD adquire um caráter centralizador e descentralizador na escolha dos Livros Didáticos. Centralizador, uma vez que todas as suas ações são desenvolvidas pelo FNDE, da inscrição à distribuição nas escolas. Descentralizador, pois o FNDE repassa recursos à Secretaria de Estado de Educação, que se responsabiliza pelo o processo de execução do Programa.

## **2. INTERDISCIPLINARIDADE, TERRITÓRIO E LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: UMA POSSIBILIDADE DE DIÁLOGO**

Para este artigo, optamos por discutir interdisciplinaridade com base em duas correntes filosóficas: a primeira ligada à filosofia do sujeito (JAPIASSÚ, 1975, FAZENDA, 1997; DEMO, 1997), e a segunda ao materialismo histórico dialético (KOSIK, 1978, FRIGOTTO, 2008).

A primeira, identifica-a como uma visão a-histórica caracterizando-se “por privilegiar a ação do sujeito sobre o objeto, de modo a tornar o sujeito um absoluto na construção do conhecimento e do pensamento” (JANTSCH e BIANCHETTI, 1995, p.23).

No caso brasileiro, a interdisciplinaridade foi introduzida a partir de 1967 com Japiassú, no que diz respeito ao campo epistemológico, e com Ivani-Fazenda, no que se relaciona à pedagogia. De uma forma geral estes autores consideravam a interdisciplinaridade como saída para o problema de disciplinaridade, vista como uma doença que deveria ser curada através da prática interdisciplinar. Neste caminho a interdisciplinaridade busca integralizar a realidade do cotidiano aos saberes acadêmicos como forma de problematizar e de aproximar da realidade social contribuindo para a busca de respostas às demandas sociais que as disciplinas, em separado, não encontrariam, favorecendo o diálogo, não só entre as disciplinas, mas, também, entre as pessoas (FAZENDA, 1997).

Japiassú (1975) define a interdisciplinaridade como a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, que não pertencem a mesma classe, com vistas a contribuir para o avanço das fronteiras das ciências e da tecnologia, a partir da transferência de métodos entre elas, capazes de gerar novos conhecimentos ou disciplinas, tornando possível a formação de um discurso integrador.

Para Demo (1997), a interdisciplinaridade deve ser entendida “[...] como a arte do aprofundamento com sentido de abrangência, para dar conta, ao mesmo tempo, da particularidade e da complexidade do real” (p. 88-89). Esta visão privilegia a posição a-histórica do objeto interdisciplinar, levando a uma sobreposição do sujeito sobre o objeto.

Entendemos que a interdisciplinaridade não pode deixar de levar em conta os modos de produção que se caracterizam como processo histórico do conhecimento.

Vale ressaltar que a interdisciplinaridade e a disciplinaridade não precisam deixar de conviver em equilíbrio, uma vez que, o genérico e o específico não são excludentes (JANTSCH e BIANCHETTI, 1995).

Segundo Frigotto (2008), a interdisciplinaridade se traduz como o “problema fundamentalmente no plano material, histórico-cultural e no plano epistemológico” (p.26). Esta afirmação decorre do fato de que ao se delimitar o objeto da pesquisa não se pode abandonar as múltiplas determinações que o constituem e nem afastá-lo da totalidade no qual está inserido, pois “não há como fragmentá-lo para compreendê-lo sem descaracterizá-lo” (NEFFA, LEANDRO, 2015, p.7).

Neste contexto, interdisciplinaridade e disciplinaridade convivem como partícipes de um mesmo processo histórico educacional, entendendo esta interdisciplinaridade como constituída pelo conjunto de diversas disciplinas em direção a um mesmo objeto, com o objetivo de aproximá-los cada vez mais da realidade objetiva.

Entendemos território como categoria fundamental para a aproximação entre as disciplinas escolares de história e geografia. Para tanto, iremos utilizar a definição de território da geografia e buscaremos aproximá-la da história como disciplina.

Haesbaert afirma que “[...] não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’” (2004, p.20).

Já Little identifica o território como “saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território” (2002, p. 4).

Santos (2006), por sua vez, o identifica como o lugar onde a história do homem se realiza a partir das manifestações de sua existência. Estas manifestações são compostas por uma série de relações sociais com o espaço, configurando-se em uma série de negociações e conflitos.

Steil afirma que o entendimento da cultura local como um processo histórico de disputas internas e externas e de interferência e interação “acontece fundamentalmente no local

de fronteira física e cultural” (2004, p.3).

Esses conceitos de território vão ao encontro da perspectiva interdisciplinar, que permeia a proposta integradora do ensino de história como importante elemento de formação cultural, social e econômica, por ser espaço de diálogo entre diferentes campos do conhecimento articulados à realidade. Esse movimento garante a ideia de que o local, o território, é constituído a partir das relações formadas nos processos sociais pelos sujeitos históricos, contextualizados.

Sobre identidade defendemos o conceito de identidade social (BAUMAN, 2005, HALL, 2005, 2012; GIDDENS, 2002) identificada como responsável por questões de dominação, uma vez que, ao se perguntar sobre sua identidade, os sujeitos sociais questionam as referências hegemônicas no qual estão inseridos colocando-se na posição do outro e em uma situação de carência e de subordinação. Acreditando que uma vez que os educadores incorporam uma visão fragmentada de saberes específicos, muitas vezes sem correlação significativa com a realidade, essa superação demanda que esses educadores atuem em relação aos seus alunos como “consultores que os ensine a caminhar e não professores que os orientem num percurso único superlotado” (BAUMAN, 2010, p.54).

Nos é possível destacar que “a construção histórica de um objeto implica a constituição do objeto e a tensão entre o sujeito pensante e as condições objetivas (materialidade) para o pensamento” (JANTSCH e BIANCHETTI, 1995 p.11-12). Portanto faz-se necessária a defesa de uma interdisciplinaridade a partir de uma concepção dialética, uma vez que, nem o objeto nem o sujeito na pesquisa são autônomos. Muito ainda deve ser feito com vistas a possibilitar um ensino que faculte aos alunos um instrumento de superação do estado de alienação no qual se encontra em meio ao modelo educacional vigente.

Segundo Hall (2005,2012) e Santos (1994), as chamadas “velhas identidades” encontram-se em crise na sociedade atual, e desta maneira, abrem caminho para o surgimento de novos arranjos sociais, culturais, econômicos e políticos, transmutados em direção à formação de “novas identidades”. Assim, esta crise é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e os processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo. Esta crise encontra sua gênese nas mudanças estruturais características do final do século XX, que levaram a fragmentação das paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, claramente definidas no século anterior. Desta forma, as identidades atualmente não são nem rígidas nem imutáveis, constituindo-se de resultado transitório e fugazes de processo de identificação (SANTOS,1994). Assim, segundo Santos, “identidades são, pois, identificações em curso” (1994, p.31).

Ainda segundo este autor (1994), a identidade também traz em si questões de dominação, uma vez que, ao se perguntar sobre sua identidade, os sujeitos sociais questionam as referências hegemônicas no qual estão inseridos colocando-se na posição do outro e em uma situação de carência e de subordinação. Para Santos, “é, pois, crucial conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados” (1994, p.32).



De acordo com Martins (2004, 2009), devemos estar preparados para as transformações que se apresentam no mundo contemporâneo o que torna necessária uma formação interdisciplinar, pois é na cooperação e no intercâmbio entre os diferentes saberes que superamos a visão única de mundo. Uma vez que os educadores incorporam uma visão fragmentada de saberes específicos, muitas vezes sem correlação significativa com a realidade, essa superação demanda que esses educadores atuem em relação aos seus alunos como “consultores que os ensine a caminhar e não professores que os orientem num percurso único superlotado” (BAUMAN, 2010, p.54).

É preciso ressaltar que a categoria território se insere dentro do ambiente escolar na disciplina de Geografia no seu componente curricular. O próprio PNLD em suas disposições gerais para análise das ciências humanas, para a disciplina de geografia, define como objetivo da disciplina

uma ciência que estuda processos, dinâmicas e fenômenos da sociedade e da natureza, voltada à compreensão das relações sociedade/espaço/tempo que se concretizam diacrônica e sincronicamente, produzindo, reproduzindo e transformando o espaço geográfico nas escalas local, regional, nacional e mundial. Essas relações abordadas no processo de construção social, cuja gênese se constitui no espaço e no tempo, não podem ser entendidas como uma enumeração ou descrição de fatos e fenômenos desarticulados, que se esgotam em si mesmos (MEC, PNLD 2017, 2016, p.55).

Neste sentido, a geografia incorpora no seu currículo o espaço incorporando o ser humano nas suas análises e desta maneira, aproximando-se da geografia humana de Vidal de La Blache.

Sobre o componente curricular de história o PNLD define que são objetivos da disciplina nortear-se por “pressupostos éticos, estéticos e culturais comprometidos com a formação de estudantes para a vivência social marcada pela partilha, pela participação, pelo respeito à diferença e pela responsabilidade para com as gerações futuras” (MEC, PNLD 2017, 2016, p.58). Tal objetivo se aproxima do que defende o Relatório Brundtland e o conceito de desenvolvimento sustentável.

É necessário ressaltar que segundo o edital, o livro de história utilizado ambiente escolar deve ser

orientado pelo compromisso com o estímulo à interpretação narrativa do processo histórico em sala de aula e com o desenvolvimento dos conceitos de História (escrita e vivida), fonte, imaginação histórica, memória, acontecimento, sequência, encadeamento, períodos, fato, tempo, simultaneidade, ritmos de tempo, formas de compreensão e mensuração de tempo, duração, sujeito histórico, espaço, escala, historicidade, identidade, semelhança, diferença, contradição, continuidade, permanência, mudança, causa, ficção, narrativa, verdade, ruptura, explicação e interpretação (MEC, PNLD 2017, 2016, p.58).

Uma vez que, o documento ressalta a necessidade de desenvolvimento de conceitos de História escrita e vivida, espaço e identidade, tanto nos conteúdos para sala de aula, como no guia docente, é importante que se perceba de que forma tais categorias se apresentam de ato nos livros didáticos aprovados pelo programa e utilizado em sala de aula por professores e alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interdisciplinaridade se funda na necessidade humana de produzir conhecimento a partir de um caráter dialético da realidade social, ao mesmo tempo uma e diversa (FRIGOTTO, 2008). Ao delimitarmos em um determinado objeto de pesquisa a problemática, não precisamos, em nossas análises, abandonar as múltiplas determinações que o constitui. Esta multiplicidade se faz a partir do que Kosik (1978) defende como sendo a busca por explicitar do objeto de pesquisa delimitado as suas múltiplas determinações e mediações históricas.

Devemos perceber a interdisciplinaridade como o princípio “da organização do trabalho científico que se impõe pela necessidade da apreensão das múltiplas determinações (sociais, culturais, políticas, econômicas, etc.) e das mediações históricas que as condicionam, assim como, dos múltiplos usos que se faz desses conceitos” (NEFFA, LEANDRO, 2015, p.7).

Assim, a busca por um diálogo interdisciplinar que valorize as identidades locais, a partir do sentimento de pertencimento das comunidades locais ao seu território, possibilitará a emancipação desta comunidade frente ao domínio do capital na sociedade contemporânea.

Por fim, acreditamos que o livro didático possui papel fundamental nesse processo emancipatório, uma vez que, se consiste de importante material de ensino e pesquisa para professores, alunos e comunidade.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Capitalismo Parasitário e outros temas contemporâneos*. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 2010.

\_\_\_\_\_. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura, *Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do livro didático*. Brasil, 2016

BRITO, G. M. de, *A escrita através do livro didático no ensino fundamental*. Maringá: Dissertação (Mestrado), 2004. Disponível em: <http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/gmbrito.pdf>, acessado em: 4 de Setembro de 2008. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. DEMO, P. *Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento*. Petrópolis (RJ): Vozes; 1997 p. 85, 88, 143.

FAZENDA, I (org), *Metodologia da pesquisa educacional*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997. FRIGOTTO, G. *A Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais*. UNIOESTE aaCampusaaa FOZ DO IGUAÇU v. 10 - nº 1 - p. 41.62 1º sem. 2008 GÉRARD, F.-M, ROEGIERS, X. (1993)- *Concevoir et évaluer des manuels scolaires*. Bruxelas. De Boeck-Wesmail (tradução Portuguesa de Júlia Ferreira e de Helena Peralta, Porto: 1998).

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

HAESBAERT, Rogério; *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-*

- territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaraciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- \_\_\_\_\_. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org). *identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 12. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012. p. 103-133
- JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (orgs) *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- JAPIASSU, H. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povo no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*, Brasília, 2002 in: [ute.ufsc.br/bibliotecas/upload/paullittle.pdf](http://ute.ufsc.br/bibliotecas/upload/paullittle.pdf) acessado em 8 de setembro de 2014.
- LOPES, Alice Casimiro. *Currículo e Epistemologia*. Ijuí: Editora Unijuí, 2007, p. 205- 228.
- MARTINS, H.H.T.S. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/agosto, 2004.
- MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005. NEFFA, Elza. LEANDRO, Luiz. *Trilhas metodológicas*. Paper, RJ, 2015
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Modernidade, identidade e a cultura de fronteira*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 5(1-2): 31-52, 1993 (editado em nov. 1994).
- SANTOS, M. O dinheiro e o território, in: SANTOS, M; BECKER, B. K. (Org.) *Território*,

*territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2 ED. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

SILVA, L. B. *A escrita em questão: Concepções teóricas e sala de aula*. In: SEMINÁRIOS DO GEL XXVI. Campinas: Unicamp/Fapesp, 1998.

STEIL, Carlos A. *Antropologia do Turismo: Comunidade e Desterritorialização*. Trabalho apresentado na XXIV Reunião de Antropologia. Olinda, junho 2004.

VESENTINI, José William. *A questão do livro didático no ensino da Geografia: Novos caminhos da Geografia* in: Caminhos da Geografia. Ana Fani Alessandri Carlos (organizadora) , São Paulo, Contexto, 2007.

## **ALTERIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS): DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES**

**TONATTO, Regiane Cristina**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras da  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
*regitonatto@gmail.com*

**MORAES, Denise Rosana da Silva**

Professora Orientadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade,  
Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
*denisepedagoga@gmail.com*

### **RESUMO**

Este artigo é fruto de uma pesquisa em fase de conclusão que aborda e problematiza formas de exclusão no cotidiano por meio de caminhos não-lineares e pouco explorados na pesquisa interdisciplinar. Objetiva evidenciar novas aprendizagens para convivência com as diferenças e a busca pela alteridade nos diferentes tempos e espaços. Por meio de um levantamento bibliográfico e da reflexão crítica, apresenta ideias para a formação de professores(as) acerca dos limites e potencialidades interativas das mídias digitais na educação para humanização e socialização de culturas plurais. Numa perspectiva interdisciplinar e sob à luz dos Estudos Culturais, conclui que as intervenções pedagógicas pensadas para socializar culturas plurais são fundamentais e a formação de professores(as) deve ser pensada e vivenciada, neste caso, como um processo a favor da alteridade.

**Palavras-chave:** Diferenças. Alteridade. Formação.

### **ABSTRACT**

Although we experience the most varied forms of human exclusion in daily life, we believe that nonlinear paths and little explored in education research can lead to new learning to live with differences and seek for otherness in different times and spaces. Through a literature review and critical reflection, this article presents ideas for the training of teachers for the limits and interactive potential of digital media in education for humanization and socialization of plural cultures. In an interdisciplinary perspective and under the light of Cultural Studies, he concludes that pedagogical interventions designed to socialize plural cultures are fundamental and teacher training must be thought and experienced, in this case, as a process in favor of otherness.

**Key-words:** Differences. Alterity. Training.

## INTRODUÇÃO

A condição histórica do mundo contemporâneo configura-se em um momento de contradições e dilemas sociais complexos, em diversos contextos, fenômenos como a exclusão social, digital e tecnológica e suas consequências em nosso cotidiano, como a violência, a injustiça, a intolerância e a desesperança. Por outro lado, existem caminhos não-lineares a serem explorados, de reflexão entre sujeitos mais ativos, menos rígidos e burocráticos, assim como, de possibilidades midiáticas que minimizam fronteiras de comunicação. Esses caminhos, podem contribuir para a matriz central, a alteridade. Percursos que conduzam a alteridade, podem auxiliar para a construção de relações melhores e instaurar o humano como ponto central de toda prática educativa e social. Neste sentido, a interdisciplinaridade garante a interação entre as partes envolvidas, no intuito de ultrapassar o pensamento fragmentado, estabelecendo, segundo Fazenda (2008), os princípios para a prática: humildade, espera, respeito, coerência e desapego.

Num contexto educacional, tais complexidades exigem ação educativa, ou seja, intervenções fundamentadas e contextualizadas com a atualidade. Deste modo, pensar a respeito das transformações no campo da formação de professores(as) é condição *sine qua non* para tomada de posição e decisão. Este artigo apresenta resultados, tanto de experiência empírica quanto revisão bibliográfica, sobre a referência e desafio de formar professores (as) para humanização e socialização de culturas plurais. Analisa a dimensão pedagógica e política do uso das mídias no processo de formação em consonância com a importância da preservação, do respeito e enaltecimento da diferença e da presença do *Outro* assumindo como princípio, práticas de alteridade, principalmente em Emmanuel Lévinas (2015).

Nesse sentido este artigo é fruto de uma pesquisa em fase de conclusão que aborda e problematiza formas de exclusão/inclusão no cotidiano por meio de caminhos não-lineares e pouco explorados na pesquisa interdisciplinar. Objetiva evidenciar aprendizagens para convivência com as diferenças e a busca pela alteridade nos diferentes tempos e espaços. Por meio de um levantamento bibliográfico e da reflexão crítica, apresenta ideias para a formação de professores(as) acerca dos limites e potencialidades interativas das mídias digitais na educação para humanização e socialização de culturas plurais. Numa perspectiva interdisciplinar e sob à luz dos Estudos Culturais, conclui que as intervenções pedagógicas pensadas para socializar culturas plurais são fundamentais e a formação de professores(as) deve ser pensada e

vivenciada, neste caso, como um processo a favor da alteridade.

## 1. PERCURSOS PARA A ALTERIDADE NA ESCOLA

As escolas são bem mais que simples “reflexos” da sociedade, na verdade, são locais de encontro de grupos que querem constituir relações com os outros e compreender a si mesmos (SIMON, 2013, p. 62).

Autores dos Estudos Culturais enfatizam que há esperança num futuro diferente, no qual a escola seja uma das possibilidades de contribuir com estes grupos, desde que considere a questão primordial do poder. Além de reconhecer as relações de poder, a pesquisa precisou buscar elementos na filosofia contemporânea para construir noções de alteridade e assim entender como ela opera em diferentes tempos e espaços.

Para Etges (1995, p. 74-76), uma das estratégias para a interdisciplinaridade está no estranhamento interdisciplinar, pois confere ao pesquisador um sistema de proposições desconhecidas para decodificar e gerar saber, livra o cientista do modo de pensar e agir trivial. Desta forma, quando este retorna para o seu campo traz consigo novas possibilidades de ação. Esta perspectiva interdisciplinar pode contribuir ao pesquisar assuntos pedagógicos e curriculares em educação na contemporaneidade.

Adentrar na filosofia contemporânea por meio de Lévinas e seus estudos sobre a alteridade e a presença do *Outro*, abriu uma gama de possibilidades, desde a análise de um ciberespaço desenvolvido para observar relações entre estudantes com e sem deficiência, até a previsão sobre como seria desenvolver um trabalho de formação de professores(as) com relação ao uso das mídias tendo como matriz central, a alteridade.

## 2. DIMENSÃO PEDAGÓGICA E POLÍTICA DO USO DAS MÍDIAS

Não há para onde correr, estamos diante de um novo tipo de estudante, com novas necessidades e outras habilidades. A juventude vive em outros lugares e em novos contextos, deixar de analisar estas forças, as mídias, as culturas, tanto nas elaborações de políticas educacionais quanto na formação de professores(as) é como correr do inevitável. Uma parcela importante da atenção dos Estudos Culturais em educação no Brasil e no mundo está justamente no processo de escolarização, na cultura popular e no pós-modernismo.

Preocupa-se com a cultura, porque esta, permeia toda a sociedade e envolve todas as práticas não programadas geneticamente pelo sujeito (HALL, 2014). Como um conceito em evolução, “é indispensável registrar a compreensão de que a cultura faz parte de uma dinâmica social, de um processo, portanto, de um complexo conflitivo e em movimento” (BRITTO, 2009).

Portanto, discutir e problematizar o uso das mídias na escola é fundamental, considerada a dimensão pedagógica e política que elas representam para o mundo contemporâneo. Para Moraes (2016, p. 141), a presença das mídias no contexto geral do/a estudante requer da escola compreensão e apreensão crítica sobre como lidar com elas, pois estas são produtoras de significados e sentidos para estes/as jovens, e necessitam urgente de discussões que expressem visões de mundo diferentes. Para esta autora (p. 145), estas visões devem revelar epistemologicamente como a escola pode conduzir as mediações, os modos de uso e apropriações dos produtos midiáticos

de estudantes e professores(as).

O desafio consiste em sermos capazes de discutir as relações entre os diferentes grupos e as identidades culturais, ou seja, a relação com o *Outro* no núcleo das realidades presentes na escola, e o uso consciente das mídias como possibilidade na formação de professores(as) para a alteridade e enaltecimento das diferenças.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Rumar em direção à alteridade está relacionado a intersubjetividade, do encontro do eu e o *Outro*, e mais que isso, intimamente sustentado no objetivo de não se importar somente com as próprias necessidades, mas principalmente, com as necessidades do *Outro*. Apresentamos assim, aporte teórico sobre “alteridade” baseado no estudo do pesquisador lituano-francês Emmanuel Lévinas, conhecido como o “filósofo da alteridade”. Para isto, evidenciamos algumas obras do autor que aprofunda tal conceito na filosofia contemporânea, são elas: *Humanismo do Outro homem* (LÉVINAS, 1993), *Entre Nós: ensaios sobre a alteridade* (LÉVINAS, 2010) e *Totalidade e Infinito* (LÉVINAS, 2015).

No campo da formação docente e suas transformações, este artigo, uma vez ancorado nas reflexões filosóficas de alteridade, concentra esforços na análise dos contributos da mídia no processo formativo para uma sociedade inclusiva e justa, sem perder de vista a problematização e os significados que representam tais contribuições para a leitura crítica de formação de professores(as), tanto pedagógico quanto político. Para isto, recorreremos aos estudos de Rosa Maria Bueno Fischer (2007), Paulo Freire (1998), Denise Rosana da Silva Moraes (2016), Teresa Teruya (2006), entre outros.

Compartilhamos a ideia de que as identidades são constituídas nas relações humanas, fortemente marcadas pelas tensões, dinâmicas e disputas de poder nos diferentes espaços sociais. Por este motivo, e por defender que identidade e diferença precisam ser representadas na pedagogia e no currículo, apresentamos fundamentalmente como plano de fundo desta tessitura, o campo dos Estudos Culturais, na aproximação das mídias com a educação, por intermédio dos seguintes autores: Henry A. Giroux (2013), Stuart Hall (2014), Douglas Kellner (2013), Tomaz Tadeu da Silva (2014) e Roger J. Simon (2013).

#### 3.1 Alteridade na filosofia contemporânea

Em sua obra “*Humanismo do Outro homem*”, Lévinas (1993) construiu sua defesa a favor da reativação do humanismo, de modo intersubjetivista, para proteger o homem de si mesmo. Para este filósofo contemporâneo, a resposta para tal empreitada estaria na alteridade, na escuta da “presença do *Outro*”, no estabelecimento de novos laços de bondade e responsabilidade.

A intersubjetividade é urgente na construção da paz que se dá por meio da justiça para todos (as) e como responsabilidade de cada um. Pois, é “a partir da responsabilidade por outrem, que aparece a justiça, que comporta julgamento e comparação, comparação daquilo que, em princípio, é incomparável, pois cada ser é único; todo outrem é único” (LÉVINAS, 2010, p. 131). Para este filósofo da alteridade, a filosofia seria o surgimento da sabedoria por meio do âmago da caridade ou bondade, da sabedoria do amor. Embora o autor não goste de usar a palavra amor, porque a considera gasta e adulterada, numa parte da entrevista presente na obra “*Entre nós: ensaios sobre a alteridade*”, ele se obriga

a utilizar quando o assunto é o destino do *Outro* e o ato de assumir responsabilidades.

Alteridade pode ser característica, estado ou qualidade de ser distinto e diferente (ÁBACO, 2006), mas também, para a filosofia contemporânea, seria a relação com o *Outro*, que só existe a partir de mim, na qual é necessário engajamento, acolhimento, responsabilidade e epifania (LÉVINAS, 2010; 2015). Na obra "*Totalidade e Infinito*", a alteridade do *Outro* está nele, mas é revelada a partir de mim, e o acesso a ela se dá por meio da sociedade que mantemos juntos. Mesmo que complexo, podemos analisar a alteridade diante do diferente e estranho. O pluralismo pressupõe certa alteridade, que eu concebo ou não, conforme meu nível de egoísmo (LÉVINAS, 2015, p. 112).

Assim, alteridade também deveria entrar como elemento polarizador nas discussões pedagógicas e curriculares de uma escola, ao lado de identidade e diferença, no sentido de almejar um processo de humanização e socialização de culturas plurais.

### 3.2 Formação de professores(as) para humanizar e socializar culturas plurais

Para Paulo Freire (1996), as relações que ocorrem no processo educativo devem ser nutridas pela afetividade, de amor, humildade, esperança, fé e confiança. A prática docente deve ser possuidora de um despertar sensível sobre o *Outro*. Mais do que saber científico e técnico,

É preciso que saibamos que, sem certas qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto pela alegria, gosto pela vida, abertura ao novo, disponibilidade à mudança, persistência na luta, recusa aos fatalismos, identificação com a esperança, abertura à justiça, não é possível a prática pedagógico-progressista, que não se faz apenas com ciência e técnica. (FREIRE, 1996, p. 120).

O desafio em formar professores(as) com todas estas qualidades ou virtudes se agrava diante de um sistema que não quer formar cidadãos para a justiça, e sim apenas para o mundo competitivo e corporativo. Porém, nos recusemos aos fatalismos, como afirmava Freire, nos apeguemos na esperança em construir uma sociedade que partilhe projetos democráticos. E que este desafio ainda considere os modos de existência contemporâneos, entre eles: o caráter de onipresença das mídias na vida de professores(as) e estudantes.

Para Fischer (2007, p. 298), as mídias podem possibilitar a criação de um novo saber-fazer. Por meio de diferenciadas ferramentas midiáticas, estudantes e professores(as) podem ampliar o repertório e configurar novas formas de recepção e apropriação de conhecimentos e saberes. A formação de professores(as) por meio desta perspectiva está vinculada a "educar olhos e ouvidos (*idem*)", para que a informação não seja apenas consumida e sim percebida e discutida, de modo que o pensamento crítico a transforme em conhecimento, em ciência.

Por outro lado, não podemos nos esquecer das diferenças e peculiaridade em relação à política identitária. Como afirmou Moraes (2016, p. 160): "Penso que concentrar esforços na formação que emancipa pressupõe também compreender as questões culturais como educativas", o campo de formação é complexo e contínuo, por isto,



elementos como identidade, diferença e alteridade precisam estar presentes de forma teórica e prática na pedagogia e no currículo.

Os Estudos Culturais defendem justamente a ação política que valorize as identidades culturais. Teruya (2006, p. 155), expressa que esta ação vai desde o verdadeiro respeito às diferenças, as mudanças nos discursos, no poder e nas práticas pedagógicas que desenvolvam o pensamento crítico diante das ideologias dominantes que sustentam a desigualdade social.

Formar, humanizar e socializar culturas plurais é lutar por justiça social, pela paz e pela esperança. Não está nas mãos de uma disciplina isolada, porém é responsabilidade de cada um de nós que o *Outro* saiba ler e escrever as linguagens das mídias, mais do que tenha acesso ou esteja presente nelas; possa sim, se relacionar, construir sua história e viver na sua cultura.

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Na escola, o acolhimento do *Outro*, elemento imprescindível da alteridade, pode ser uma das consequências de ações educativas que pensam a identidade e a diferença como produção social. Para Tomaz Tadeu da Silva (2014), existem três estratégias pedagógicas para se trabalhar numa perspectiva da pedagogia da diferença: a estratégia liberal, que estimula bons sentimentos e respeita as diversidades; a estratégia terapêutica, que explora a aceitação da diferença por intermédio do tratamento psicológico diante das atitudes de preconceito ou discriminação; estratégia pedagógica e curricular, apoia a identidade e diferença como questão política, em que não basta aceitar e respeitar as diferenças, e sim, entender como elas são produzidas socialmente. A conexão entre o currículo e as práticas culturais são fundamentais para seja possível nas intervenções pedagógicas maior compreensão crítica da realidade. Dito isto, podemos reconhecer que a formação de professores(as) que elenque questões sociais, morais e éticas que envolvem as identidades e as diferenças não podem se distanciar dos artefatos culturais da contemporaneidade como a mídia.

Emmanuel Lévinas (2010) reage a ordem racional que reproduz certas crueldades para a satisfação das necessidades individuais, ou seja, unicamente atreladas aos interesses pessoais. Ele defende que a subjetividade consequentemente pode evitar a violência, abrindo caminho para a paz. Para ele, “A escola, sem a qual nenhum pensamento é explícito, condiciona a ciência” (LÉVINAS, 2015, p. 90), por isso mesmo que, enquanto a escola for meramente uma instituição que transmite ideias e não se reporta ao *Outro* e ao seu pensamento, dificilmente conteúdos relacionados a paz, a alteridade, a identidade, a cultura popular, serão objetos da ciência.

O mesmo acontece com relação à formação de professores(as), para este autor “o primeiro ensinamento docente é a sua própria presença de docente, a partir da qual vem a representação” (LÉVINAS, 2015, P. 90). Isto nos remete a indagar o que representa um professor ou uma professora na vida de um/a estudante, a pensar o quão difícil é ensinar alguém a ser responsável pelo *Outro* ou por alguma coisa que aparentemente não lhe pertence. Este filósofo define a liberdade como solitária, ou seja, o/a professor(a) discute os conceitos *a priori*, o que permite ao/à estudante assumir um dado, mas apenas a sua liberdade decidirá se é um dado verdadeiro ou falso, se requer responsabilidade ou não.

Ao mesmo tempo, os Estudos Culturais também desafiam o tradicional papel de

professores(as) na busca por mudanças, tanto na educação quanto na atuação destes/as, para que possam desempenhar um papel de intelectual público. “Os Estudos Culturais exigem que os/as professores(as) sejam educados/as para serem produtores/as culturais, para tratar a cultura como uma atividade inconclusa e aberta à contestação” (GIROUX, 2013, p. 98), para que assim, os/as estudantes tenham a liberdade e estejam criticamente atentos às representações e valores que mudam a todo momento, conforme novos conhecimentos e experiências, e que permitam a eles/elas, espaço para criarem suas próprias narrativas, respeitando a liberdade do *Outro* e valorizando suas diferenças.

Em síntese, é preciso alçar níveis maiores de reflexão em torno da formação de professores(as), que considere, concomitantemente a juventude contemporânea com suas amarras às tecnologias e à cultura das mídias, o que se espera para além de práticas de tergiversação é uma sociedade justa e para todos/as.

#### 4.1 Acessibilidade na formação de professores(as)

Ao seguir os fundamentos dos Estudos Culturais, prezar pela cultura plural na escola e na formação de professores(as) é essencial. Em todo o processo que compõe tal formação, se faz necessário refletir sobre a garantia de acesso à informação e ao conhecimento de todas as culturas envolvidas. Na formação para as tecnologias e mídias não é diferente. Ao utilizar qualquer mídia em educação, a responsabilidade da escola e do/a professor(a) é, antes de mais nada, reconhecer qual ou quais dispositivos pedagógicos necessitarão recursos ou rearranjos mais acessíveis. Dito isto, a responsabilidade não está no sujeito e sim na sociedade, no sistema, na instituição e/ou no recurso midiático.

A quantidade de informação disponível digitalmente cresce a cada dia, entretanto, nem todas as pessoas tem condições de acessar e interagir. A realidade empírica demonstra também, que muitos criadores de tecnologia se eximem desta responsabilidade e fica ainda mais difícil a tarefa de educar com mídia e para todos(as). Porém, como refletia Paulo Freire com Gadotti (1997), deixemos de um pouco o lado negativo, pois a cultura midiática pode ser uma ferramenta preciosa para a cultura popular, se aprendermos a sermos emissores e não apenas receptores.

Era ele também um sujeito que se empenhou para que mais e mais pessoas tivessem acesso ao conhecimento por meio das mídias, seja pelo rádio, pela TV ou pelo computador. Na atualidade, passado quase duas décadas desse diálogo, percebemos que o acesso tem sido aumento, mas o que Paulo Freire expressou naquela ocasião ainda não aconteceu, sua universalização.

Precisamos, como nos diz Pretto (2010), que professores(as) se inspirem em “hackers” da internet; navegando, explorando, recriando, reinventando e compartilhando os conhecimentos na rede, sem cartilha, sem bússola de orientação que condicionem o pensamento crítico.

Portanto, o que almejamos são formações que fujam da lógica fechada e elitista, numa perspectiva de compartilhamento de conhecimento, de maneira consciente e inclusiva, visando interação entre as culturas plurais e o encontro das diferenças, para todos(as) indistintamente.

## 4.2 Pensamento crítico e alteridade na formação de professores(as) para as mídias

Todo dispositivo pedagógico, conforme (FISCHER, 2007), encontra-se imerso em relações de poder e inevitavelmente produzem subjetividades e é por isto, que mudanças constantes nas práticas curriculares e didáticas, e conseqüentemente, na formação de professores(as), acontecem ou pelo menos, deveriam acontecer.

Para os Estudos Culturais (KELLNER, 2013), uma alternativa interessante baseia-se na análise dos artefatos culturais mais familiares do/a estudante, demonstrando para ele/ela como a sociedade constrói a partir destes, as subjetividades; como valoriza uma cultura em detrimento da outra, como naturaliza comportamentos, como bons e inquestionáveis, como se dá a cultura do consumo, por exemplo. Ou seja, inclui nas lutas plurais o pensamento crítico.

Porém, é preciso o devido cuidado e a responsabilidade de não perder de vista o *Outro* nestas lutas, ter a clareza que toda escolha tem suas conseqüências, por isso saber como agir e refletir diante do encontro das diferenças se torna premissa ao elegir tal alternativa, lembrando que esta relação entre eu e o *Outro*, e o quanto ele/ela me completa, é o que chamamos aqui de alteridade.

Nunca estaremos sozinhos ao agir, devemos enaltecer as diferenças entre nós e escapar da ideia de dominar as necessidades ideais ou supor a existência de um cálculo ideal, pois:

De nada serve, para manter a pluralidade no ser ou a unicidade da pessoa, distinguir formalmente vontade e entendimento, vontade e razão, quando se decide desde logo só considerar como boa a vontade que adere às ideias claras ou que só se decide por respeito do universal (LÉVINAS, 2015, p. 213).

O caminho para humanizar e socializar culturas plurais é complexo, quase que sinônimo de educação da paz. Por outro lado, são situações de conflito que nos encontramos com o *Outro*, e nos alteramos. Bondade, solicitude, responsabilidade, podem aparecer simplesmente como palavras bonitas num texto, mas são difíceis de serem praticadas em qualquer contexto.

Para Lévinas (2015, p. 274), não existe nada de novo neste caminho, afinal: “A relação social não se transformará inteiramente em relações de consciência e de poderes? Representação coletiva, só difere, de facto de um pensamento pelo seu conteúdo e não pela sua estrutura formal”. Que a filosofia contemporânea nos auxilie, que os Estudos Culturais nos dê mecanismos para mudar certos fatalismos vividos nas formações de professores(as).

Com tantas questões urgentes a serem tratadas, que impedem a paz e a justiça, como racismo, machismo, preconceitos e exclusão, não deixemos o pessimismo nos tomar como vencidos, não nos contentemos em aceitar, frente a essa consciência contraditória. Nos esforcemos um pouco mais, numa pedagogia, num currículo alternativo. Não estamos sozinhos, e sim, lado a lado com nossos/as estudantes.

## CONCLUSÕES

A necessidade de considerar as diferenças e as identidades culturais é pressuposto na formação de professores(as), seja para a utilização de um dispositivo pedagógico de mídia ou não. Refletir como fazer e agir diante desta apropriação também é

responsabilidade da escola e de seus professores(as). Os estudos numa perspectiva interdisciplinar podem corroborar com este desafio, assim como os Estudos Culturais e a filosofia contemporânea, preparando terreno para a articulação política, na qual professores(as) possam contestar formas dominantes de produção cultural.

Lutar por acesso, democratização e interação na rede é o mesmo que lutar por um espaço e um tempo de manifestação das contradições sociais e de articulação política.

Por meio de levantamento bibliográfico e reflexão crítica, este artigo correlacionou, sob à luz dos Estudos Culturais, os conceitos de alteridade da filosofia de Emmanuel Lévinas e a formação de professores(as) para os limites e as potencialidades interativas das mídias digitais na educação. Com esta reflexão, respondeu à questão norteadora: é possível pensar numa formação de professores(as) rumo à alteridade com o apoio das mídias digitais?

Consideramos, e a pesquisa científica, aqui apresentada de forma breve, corrobora essa leitura, da possibilidade. Embora esta escritura não revela percursos para formar, humanizar, socializar uma sociedade inclusiva e justa, ela procura chamar a atenção sobre importância de problematizar a respeito de alteridade, identidade e diferença na prática docente, e apontou possibilidades em autores que tem se debruçado a pensar as práticas de alteridade e o papel do professor(a) na busca de uma educação da paz.

Concluimos, sem encerrar o debate, que uma educação voltada para forjar uma sociedade justa, precisa construir práticas de alteridade e ter como horizonte a paz. As intervenções pedagógicas que resultem em socializar e dialogar com culturas plurais, são fundamentais para que a formação de professores(as) seja efetivada e vivenciada, como um processo contínuo em defesa unívoca da alteridade.

## REFERÊNCIAS

ÁBACO. *DICIONÁRIO Michaelis [online]*. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues>>. 04/03/2016.

BRITTO, Rovilson Robbi. (2009). *Cibercultura sob o olhar dos estudos culturais*. São Paulo: Paulinas.

ETGES, Norberto J. (1995). Ciência, interdisciplinaridade e educação. In: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (Orgs.). *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. (2007). Mídia, máquinas de imagens e práticas pedagógicas. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 35, p. 290-299. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a09v1235.pdf>>. 21/10/2016.

FREIRE, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GADOTTI, Moacir. (1997). Lições de Freire. In: *Rev. Fac. Educ. [online]*., vol.23, n.1-2, pp.-. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-25551997000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551997000100002). 24/11/2016.

GIROUX, Henry A. (2013). Praticando Estudos Culturais nas faculdades de educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos Estudos Culturais em educação*. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

HALL, Stuart. (2014). *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Editora Apicuri.

KELLNER, Douglas. (2013). Lendo imagens criticamente: em direção a uma pedagogia pós-moderna. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos Estudos Culturais em educação*. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

LÉVINAS, Emmanuel. (2010). *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*. Tradução Pergentino Stefano Pivatto... [et.al], (coord.). 5ª ed., Petrópolis: Vozes.

LÉVINAS, Emmanuel. (2015). *Totalidade e Infinito*. Tradução José Pinto Ribeiro. 3ª.ed. Biblioteca de Filosofia Contemporânea. Lisboa/Portugal: Edições 70, Ltd.

MORAES, Denise Rosana da Silva. (2016). *Mídias na formação de professores(as): limites*

e possibilidades. Jundiaí: Paco Editorial.

PRETTO, Nelson de Luca. Redes colaborativas, ética hacker e educação. *In: Educ. rev. [online]*. 2010, vol.26, n.3, pp.305-316. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982010000300015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000300015). 25/11/2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). (2014). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15.ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

SIMON, Roger J. (2013). A pedagogia como uma tecnologia cultural. *In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos Estudos Culturais em educação*. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

TERUYA, Tereza. K. (2009). Sobre mídia, educação e estudos culturais. *In: MACIEL, L. S. B.; MORI, N. N. R. (Orgs.). Pesquisa em Educação: múltiplos olhares*. Maringá: Eduem.

### **A EXPRESSÃO, O RITMO, A COMUNICAÇÃO E O CORPO NO ESPAÇO CÊNICO DA SALA DE AULA.**

**LEMOS, Anna Paula Soares**

Prof<sup>a</sup>Adj<sup>a</sup> do Prog. de Pós -Graduação em Humanidades,  
Culturas e Artes – PPGHCA/UNIGRANRIO.  
*anna.lemos@unigranrio.edu.br*

**LOPES, Jurema Rosa**

Prof<sup>a</sup>Adj<sup>a</sup> do Prog. de Pós -Graduação em Humanidades,  
Culturas e Artes – PPGHCA/UNIGRANRIO.  
*jlopes@unigranrio.edu.br*

**LIMA, Viviane Jordão Pinheiro**

Mestranda do Prog. de Pós-Graduação em Humanidades,  
Culturas e Artes – PPGHCA/UNIGRANRIO  
*viviane.pinheiro@ifrj.edu.br*

#### **Resumo:**

O presente artigo faz parte da pesquisa de dissertação, ainda em andamento, do Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Unigranrio. Tem por objetivo compreender a proposta interdisciplinar entre teatro e pedagogia na prática educacional. Inicia-se com o conceito de educação, corpo, disciplina e saberes compartimentados. Analisa, inicialmente, a escola como local de expressão, embora seja local de confinamento, poder e controle (Foucault). Investiga a utilização do método teatral de Viola Spolin para a conscientização da prática docente e de subversão dentro do aparato escolar. Faz uma análise comparativa entre o palco e sala de aula. Busca, também, reconhecer como o ensino de teatro pode ser utilizado ao trabalhar com a expressão, com a narrativa e com o corpo em sala de aula, introduzindo novos saberes. E, por fim, ressalta a importância dessas áreas do conhecimento na educação.

**Palavras-chave:** Educação. Corpo. Teatro.

#### **Abstract:**

The present article is part of a dissertation research, still in progress academic Master course of the post graduate program in Humanities, Culture and Art in Unigranrio. Aims to comprehend the interdisciplinary proposal between theater and pedagogy in the educational practice. Starts conceptualizing education, body, discipline, and compartmentalized knowledge. Initially analyse the school as a place for expression, though be a local for confinement, power and control (Foucault). Investigates the teacher practice conscientization and subversion inside the scholar tools through of the Viola Spolin's theatre method. It does a comparative analysis between the stage and the classroom. Also it tries to recognize how the teach of the theater can be used working in the expressions, speech and the body in the classroom, introducing new knowledges. At last, enforce the importance of this knowledge areas in the education.

**Keywords:** Education. Body. Theater

## INTRODUÇÃO

A escola é o espaço das descobertas e das interações sociais. O organiza o sistema de aprendizagem em trocas e é local para experiência e diálogo com a diversidade humana, gerando a construção do conhecimento. Paradoxalmente, essa mesma reproduz questões de poder num mecanismo de perpetuação da ideologia dominante na medida em que o professor se coloca como o único ser que detém o conhecimento ao transmitir sem problematizar saberes compartimentados. O professor do departamento de Educação da Uerj, Guilherme Lemos, problematiza a questão quando diz que

[...] o sujeito do conhecimento é a cada instante fundado e refundado, através de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais, o que contradiz a vigente compartimentação do conhecimento em disciplinas e, por conseguinte, a inadequação do magistério como formação a uma sociedade que, como afirma Stuart Hall (2006), já se configura sob a égide do sujeito descentrado. Talvez resida nessa inadequação o sentimento de crise que perpassa os meandros da Educação. (LEMOS, 2015. In: **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 27, 2015, p. 309-322)

A descentralização do saber implica na não conexão, transformando em disciplinas dissociáveis, dificultando a compreensão. Para o aluno a interconexão fica dificultada, na medida em que os saberes são transmitidos em "caixas", havendo nenhuma ligação. Para alguns conteúdos escolares é da do maior valor de importância, em detrimento de outros saberes que não são vistos como essenciais na vida escolar. Conforme Gallo (1995), "nesta perspectiva, cada professor é um arquivista especializado numa disciplina, tendo a função de possibilitar aos alunos o acesso às informações a li contidas".

No método tradicional de ensino, o aprendizado é através da repetição. Em muitas escolas, não se cultiva a imaginação e a criação.

De acordo com essa crítica, entendemos o teatro como uma das linguagens artísticas fundamentais no processo de formação do indivíduo. Estimula a criatividade, desenvolve o senso estético, trabalha a socialização e a comunicação como jogos estratégicos de ação e reação, de dominação e de esquivas, de luta (nos termos de Foucault).

Nesse sentido, o teatro na sua essência, ao propor técnicas e métodos de construção de personagem e reconhecimento da diversidade, será uma proposta bastante enriquecedora à área educacional.

A proposta interdisciplinar deste artigo é, assim, entrelaçando as áreas do conhecimento teatro e pedagogia, demonstrar como um método teatral pode despertar o aluno da passividade e estimular no professor, a consciência da mudança da prática em sala de aula.

O presente artigo está pautado nos seguintes temas: a função da escola como reprodutora de saberes, mas também de espaços interdisciplinares e culturais; o corpo pensado no elemento de reprodução, dominação e perpetuação de ideologias; o conhecimento da arte teatral como outra forma de linguagem e saber bastante enriquecedora para ir ao encontro com a prática docente e a técnica de improvisação, método criado e sistematizado por Viola Spolin, através dos jogos teatrais, como método importante para promoção do diálogo, da interação entre alunos e professores e de subversão dentro do aparato disciplinar/escolar.

## 1. EDUCAÇÃO E CORPO

Os espaços de confinamento são locais em que o poder se exerce, conforme esclarece Foucault, "por dominação eu não entendo o fato de uma dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre outro, mas as múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade" (FOUCAULT, 1991).

Ao ficar confinado, o indivíduo reproduz comportamentos e aprende a ser domesticado. Tem que obedecer a regras, consolidando a eficácia do poder. As grandes instituições regem a vida dos indivíduos e naturalizamos essas instituições, pois não percebemos a sua dominação.

A escola, instituição inquestionável, que tem como premissa o seu papel social na sociedade, reproduz essa ideologia. Como forma de controle, os alunos se submetem a regras de convivência, de comportamento, de pensamento, favorecendo ao controle do corpo como forma de disciplinamento e sujeição.

Um corpo domesticado, desde a tenra infância na educação, é um corpo que reproduzirá estilo de comportamento, conforme a ordem dada. O ensino do teatro na escola, atividade talvez menos explorada, serve para questionar essa prática de controle e quebrar a ordem tradicional do ensino.

Para os educadores, que também passam por essa mesma escola, o sistema lhe excluiu da mesma forma, embora seja lhe dado condição de poder no espaço da sala de aula.

Tendo em vista que a educação seja uma forma de dominação, o pensamento é de que dentro da estrutura, do aparato seja pensada uma forma de subverter essa dominação ideológica. Uma das possibilidades dessa nova forma de pensar é o conhecimento da arte teatral, na medida em que ela desperta o indivíduo a conhecer a si próprio, o outro e a realidade.

Como já mencionado, o corpo na educação, além do papel inferior, é visto como acessório e forma de controle. "O corpo só se torna útil e é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso". (Foucault, 1991). Nesse sentido, o corpo foi pensado como forma de produção de riquezas, preparando o indivíduo para o mundo do trabalho.

Na escola, passamos boa parte da nossa vida, reproduzindo saberes e padrões de



comportamento. Como questionar esse método, se muitas vezes, essa reprodução não é desmascarada e compreendida? Na perspectiva histórica da educação, Sa viani destaca que “o trabalho do professor é ser um agente de exploração, pois ele mesmo não percebe que está contribuindo para essa máquina escolar” (SAVIANI, 2011). Essa crítica, não seria para todos os profissionais da educação, mas é necessário entender que o disciplinamento do corpo reforça a perpetuação do poder e da vigilância.

Conforme esclarece Strazzacappa, a respeito do corpo na escola:

Embora conscientes de que o corpo é o veículo através do qual o indivíduo se expressa, o movimento corporal humano acaba ficando, dentro da escola, restrito a movimentos precisos como as aulas de educação física e o horário do recreio. Nas demais atividades em sala, a criança deve permanecer sentada em sua cadeira, em silêncio e olhando para a frente. (STRAZZACAPPA, 2001, p. 1).

Há muitas realidades que a escola é um espaço de punição e controle. Os alunos devem seguir uma regra neste confinamento, para assim serem recompensados. Isso se resume ao adestramento do indivíduo.

Essa escola que adestra, puni, dociliza corpos, engrenagem desta grande máquina, reflexo da sociedade competitiva, que rotula os excluídos, reproduzindo valores de uma determinada classe e que favorece a marginalidade social, tenta de alguma forma, propor um tipo de ensino que busque a alteridade e a conscientização política e crítica. Sabe-se que conhecimento é poder, é subverter.

Quando existe a ideia da ressignificação da prática docente, corpo e mente trabalham juntas nesse processo de aprendizagem, resultando em novos paradigmas na educação. Contudo, a conscientização da prática é resultado de um longo processo de descoberta do professor, enquanto sujeito que troca conhecimentos com os seus alunos, que investe num ensino dialógico e que contribui para a autonomia do sujeito.

“Não há papagaios em sua escola. Não se sobrecarrega a memória, forma-se a inteligência. *Eu compreendi*, diz a criança, não sou um papagaio. Mais ela esquece, mas lhe parece evidente que compreendeu”. (Rancière, 2002, p. 33). Esse fragmento do livro, “o mestre ignorante”, reforça a ideia de que o ensino, muitas vezes, é pautado na simples transmissão de conteúdos, no método tradicional e na hierarquia da inteligência. Todavia, o professor deve emancipar a sua prática, elaborar um ritmo, favorecer a expressão e movimentar seu corpo.

Embora seja um espaço de controle e disciplina, a escola também é o espaço das descobertas. Do encontro com a diversidade, com o outro, com a experimentação, com a troca, com a movimentação, com as amizades, com os desgostos e com o saber.

A interdisciplinaridade sugere que o currículo seja reorganizado, confrontando com a compartimentalização e que possa dar significado para os alunos em seus contextos de vida. É transitar entre os conhecimentos e ir contra ao acúmulo de informações. E para ir de encontro com esta ideia, o professor deverá ser emancipado. “Para emancipar a outrem, é preciso que se tenha emancipado a si próprio”. (Rancière, 2002, p.44).

Nesse sentido, o caminho para uma formação integral do ser humano, buscando

compreender a alteridade e o respeito, deve ser dado a partir do momento que o professor quebre a ditadura da disciplina e converta-a em movimentos próprios dos alunos. Entendendo que o professor faz parte de todo um processo, no qual o aluno é estimulado por sua narrativa em sala de aula, o espaço e linguagem são elementos importantes para a mudança da prática e da formação de novos paradigmas.

## 2. O TEATRO COMO LINGUAGEM

O teatro é uma das linguagens artísticas mais antigas da humanidade. Tem como objetivo a comunicação, por se tratar de uma linguagem. Embora não trate de temas especificamente políticos, mas sua estrutura tem profunda relação com a política e com sociedade. “O que é político, no princípio do teatro, não é o representa do, mas a sua representação: sua existência, sua constituição “física”, por assim dizer, como assembleia, reunião pública, ajuntamento”. (GUÉNOUN, 2003, p.15 ).

No teatro trabalha-se com narrativas, com expressões, com técnicas de interpretação que muitos autores criaram e que foram sistematizadas por muitos anos. O espaço para se realizar essa atividade, não se restringe apenas aos grandes palcos ou lugares convencionais. Faz-se teatro na rua, nas igrejas, nos hospitais e na escola.

Embora seja uma atividade de exposição do corpo, de certas habilidades não-convencionais, do prazer ao lúdico, todas as pessoas podem fazer teatro. Conforme Spolin (2005), “todas as pessoas são capazes de atuar no palco. Todas as pessoas são capazes de improvisar”. (p. 3). Este palco dá sentido a outras interpretações que não seria apenas dos grandes teatros convencionais, mas ao palco da vida ou ao palco da sala de aula. E improvisar é uma questão de treino e todos somos capazes.

A referida autora ainda destaca que “aprendemos através da experiência, e ninguém ensina nada a ninguém”. (IDEM, 2005, p. 3). Ao falar da experiência, ela nos diz que a experiência é única e pessoal. A experiência de ir, de fazer e de conhecer o teatro. O envolvimento com essa arte proporciona a capacidade da improvisação, da interação, da criatividade e da relação com o outro.

Ainda na conceituação do teatro, esse evento existe através de três elementos que se estruturam que são: a história, alguém para contar e alguém para ouvir. É nessa junção que ocorre o teatro e cada elemento tem sua importância, na medida em que ao ouvir uma história, que elementos o ator se utiliza para chamar atenção do público. Analogicamente, que elementos o professor poderia se utilizar do teatro para atrair atenção dos seus alunos.

Nesse sentido, de que maneira o teatro com suas técnicas teatrais pode contribuir para o professor a respeito do tempo da narrativa, da expressão, do gesto e do corpo em sala de aula?

Um dos objetivos do teatro é buscar o contato com outras experiências que muitas vezes podem não ser habituais e compreendê-las. A partir desse novo olhar, os alunos e professores veriam “(...) o quão distante se encontra a nossa sociedade de um estado mais equilibrado, lúdico e estético”. (DUARTE, 1991, p. 68).

Entende-se que na educação, quando se há contato com experiências em teatro, o objetivo a formação holística, quebrando tabus culturais ou de comportamento e

ressignificando situações do cotidiano. É uma aprendizagem que pode dar sentido na vida do aluno e dos professores, na medida em que, a forma de transmissão se dá de maneira teatral, e quando o professor internaliza que seu trabalho não seria apenas uma transmissão de mensagens, mas uma promoção no sentido dialógico.

O contato com o teatro, além de propiciar a experiência de aprendizado próprio, do autoconhecimento e da relação com o próximo, resulta também no estímulo à criatividade, importante instrumento na vida do professor. Conforme Desgranges (2010), “a experiência com o teatro estimula que os participantes trabalhem isto que o diretor teatral inglês Peter Brook chama de ‘o músculo da imaginação’”. (p.88)

Percebe-se a importância do conhecimento teatral na medida em que se pode conhecer a realidade, ao outro e a si próprio. A consequente visão de mundo através dos jogos que serão desenvolvidas, o respeito, o ouvir, são práticas que a arte teatral quando desenvolvidas nesse propósito, resultarão em práticas de reflexão no ambiente escolar. A respeito do conhecimento de si e da realidade, Reverbel (1997) nos explica que:

Nesse sentido, o ensino de teatro é fundamental, pois, através dos jogos de imitação e criação, a criança é estimulada a descobrir gradualmente a si própria, ao outro e ao mundo que a rodeia. E ao longo do caminho das descobertas vai se desenvolvendo concomitantemente a aprendizagem da arte e das demais disciplinas. (p. 25)

A prática e os exercícios teatrais incentivam e exercitam cada vez mais no ambiente da experimentação e do fazer ao praticar teatro. Logo, os recursos utilizados em cena ou em sala, fluiriam de maneira prazerosa. A teatralidade é inerente ao indivíduo.

Compreende-se que na investigação proposta por estes exercícios o prazer de jogar se aproxima do prazer de aprender a fazer e a ver teatro, estimulando os participantes (de qualquer idade) a organizar um discurso cênico apurado, que explora a utilização dos diferentes elementos que constituem a linguagem teatral. (DESGRANGES, 2010, p. 87)

Desse modo, o teatro, importante instrumento artístico, aliado à prática educacional, pode contribuir para as diversas áreas do currículo e fomentar entre os professores o aperfeiçoamento da sua prática e olhares para o mundo. Além de compreender que o teatro pode ser um instrumento valioso para o professor através de recursos que permeiam a vida do ator e que fortalece a prática docente.

### 3. IMPROVISAR EM SALA DE AULA

Dentre inúmeros teóricos e diretores no âmbito teatral, uma técnica teatral que o professor poderia conhecer e se aperfeiçoar são os *jogos teatrais* desenvolvido pela autora norte-americana Viola Spolin que foi diretora teatral e pedagoga. Os *Jogos Teatrais* foram sistematizados pela referida autora, com o intuito do aprimoramento da improvisação e da experiência criativa. Os jogos tem por objetivo desenvolver a expressão, o ritmo da narrativa, a comunicação e a movimentação do corpo. Saberes importantes para a prática docente e para o desenvolvimento de habilidades teatrais.

Pensa-se também que a construção de conhecimentos ocorre através das experiências entre os indivíduos, onde o trabalho de grupo pode gerar a interconexão de ideias, o estímulo à criatividade e a compreensão de diversos conceitos.

A experiência com os Jogos parte do princípio de que foi “criado para todos os que desejam expressar-se através do teatro”. (DESGRANGES, 2005, p. 109). Na prática docente, em que o corpo, a voz e a mente são imensamente trabalhados, a utilização das técnicas teatrais seriam um dispositivo de conscientização dos seus recursos.

Nos jogos estão classificados três elementos teatrais que fazem parte do processo que são: O QUE, que diz respeito a ação; QUEM, que diz respeito a personagem e ONDE, que diz respeito ao espaço.

No exercício de improvisação, proposto por Viola, a ideia é que poucos recursos sejam utilizados em cena, tornando a cena mais física. “Para o teatro improvisacional, por exemplo, onde pouco ou quase nenhum material de cena, figurino ou cenário são usados, o ator aprende que a realidade de palco deve ter espaço, textura, profundidade e substância - isto é, realidade física” (VIOLA, 2005, p. 15). Nesse conceito, a autora defende que quem pratica a improvisação, deverá chegar a um objetivo, sem precisar de elementos para a composição e criação da personagem. O ator deve mostrar o seu ato e não contar.

Depois de estruturados os elementos da ação, do local e do personagem, outro elemento fará parte do processo de improvisação que se chama Ponto de Concentração (POC). Através do POC, todos que participam do processo de improvisação, continuam envolvidos com as atividades para a resolução do problema em cena proposto.

O método de improvisação tem como premissa a espontaneidade, que seria a essência dos jogos teatrais. É na espontaneidade que há a liberdade no ato da criação.

Spolin (2005) divide a espontaneidade em sete aspectos: Jogo; Aprovação/desaprovação; expressão de grupo; plateia; técnicas teatrais; transposição do processo de aprendizagem e fisicalização.

De acordo com Spolin (2005), o primeiro aspecto - jogo - caracteriza-se assim:

Qualquer jogo digno de ser jogado é altamente social e propõe intrinsecamente um problema a ser solucionado - um ponto objetivo com o qual cada indivíduo deve se envolver, seja para atingir um gol ou para acertar uma moeda num copo. Deve haver acordo do grupo sobre as regras do jogo e interação que se dirige em direção ao objetivo para que o jogo possa acontecer. (p. 5)

A espontaneidade é desencadeada no jogo que é altamente social, devido à interação dos participantes e das regras, embora essas mesmas regras sejam criadas e respeitadas pelo grupo e não impostas. Através dos jogos, o participante entende e compreende seu limite, conhece seu corpo, desenvolve a expressão e o pensamento criativo. Desenvolve habilidades que futuramente farão parte da sua vida.

O segundo aspecto - aprovação/desaprovação - Spolin (2005) entende que:

Uma vez que muitos de nós fomos educados pelo método da aprovação/desaprovação, é necessária uma constante auto-observação por parte do professor-diretor para erradicar de si mesmo qualquer manifestação desse tipo, de maneira que não entre na relação professor-aluno (p. 7)

Esse aspecto, infelizmente, faz parte da vida escolar, quando os melhores serão recompensados e aprovados pelo professor. Spolin acredita que nos Jogos, o

participante deve se auto observar e entender que não há a necessidade da aprovação do outro para participar do teatro.

Em nossa cultura, fomos criados através deste método, esperando o reconhecimento como fator principal, ao invés da liberdade de criação.

O terceiro aspecto - expressão de grupo - é assim definido: “a participação e o acordo de grupo eliminam todas as tensões e exaustões da competição e abrem caminho para a harmonia” (VIOLA, 2005, p. 9). Nesse sentido, há a junção do jogo com a expressão de grupo, pois se o jogo trabalha com a interação e a socialização, a expressão de grupo é consequência natural decorrente deste processo.

O quarto aspecto - plateia - é o mais importante no processo teatral. “Sem plateia não há teatro” (VIOLA, 2005, p. 11). Uma vez compreendida que a plateia faz parte do fenômeno teatral, o aluno-ator entenderá como complemento do trabalho e não como um grupo que apenas julgará a sua criação. O objetivo é compreender que se faz teatro para um público que responde a comunicação que foi transmitida. “Quando a plateia é entendida como sendo parte orgânica da experiência teatral, o aluno-ator ganha um sentido de responsabilidade para com ela que não tem nenhuma tensão nervosa”. (VIOLA, 2005, pp. 11 e 12)

O quinto aspecto - técnicas teatrais - Spolin (2005) entende que: “os estilos de teatro mudam radicalmente com o passar dos anos, pois as técnicas do teatro são técnicas de comunicação” (p.12). Nesse sentido, o trabalho com a improvisação deve buscar a realidade, trazendo novas linhas de comunicação e conceitos, pois surgirão novas tendências que serão descobertas.

O sexto aspecto - transposição do processo de aprendizagem para a vida diária - Spolin entende que:

Por causa da natureza dos problemas de atuação, é imperativo preparar todo o equipamento sensorial, livrar-se de todos os preconceitos, interpretações e suposições, para que se possa estabelecer um contato puro e direto com o meio criado e com os objetivos e pessoas dentro dele. Quando isto é aprendido dentro do mundo do teatro, produz simultaneamente o reconhecimento e contato puro e direto com o mundo exterior (p. 13).

Dentre os inúmeros aspectos aqui apresentados, destaco este ponto como o mais importante no fazer teatral que é o aprendizado da arte para a vida ou para a prática docente. Quando se reconhece as diversas manifestações culturais e se entende que a diversidade faz parte do cotidiano escolar, o professor terá a liberdade da criação, fugindo dos sistemas de imposições e regras de comportamento.

E, finalmente, o sétimo aspecto da espontaneidade, é o conceito de fisicalização já relatado neste artigo que seria a não utilização de material em cena para que a criação da personagem não precisando de nenhum artifício para a atuação.

Como forma de ilustração, apresento dois exercícios teatrais que trabalham com o conhecimento do corpo, proposto por Viola Spolin (2005, pp. 137 e 138)

*Exercícios para movimento total do corpo*

- Envolvimento total do corpo Dois ou mais jogadores.

Eles estabelecem Onde, Quem e O Quê.

Devem escolher uma cena que envolva ação da cabeça aos dedos dos pés. Ponto de Concentração (P OC): Envolvimento da cabeça aos dedos dos pés.

EXEMPLO: Reunião para rememorar um acontecimento; peregrinos indo para o santuário; mergulhadores procurando um tesouro submarino; removendo uma pedra da entrada de uma caverna; astronave sem gravidade.

- Movimento rítmico

Grupo todo

Peça aos jogadores para sentarem ou ficarem de pé num espaço amplo. Professor enuncia um objeto (trem, avião, astronave, máquina de lavar, etc). Os jogadores devem imediatamente, sem pensar, fazer o movimento que o objeto sugere.

Peça para continuarem os movimentos até que se tornem fáceis e rítmicos. Quando isso ocorrer, peça ao grupo, por meio de Instruções, para deslocar-se na área, continuando a movimentação. Coloque um disco ou peça para um pianista tocar, enquanto que os alunos mantêm os mesmos movimentos. Monte uma cena para os jogadores, enquanto estão se movimentado.

EXEMPLO: Os personagens foram rapidamente distribuídos, sem interromper os movimentos. Um aluno, que tinha desenvolvido um interessante movimento de inclinação de tronco, tornou-se um porteiro de uma casa de shows. Duas garotas, que tinham usado movimentos com as mãos parecidos com hélices, tornaram-se dançarinas. Uma garota que corria rapidamente de um lado para o outro do palco, tornou-se uma mãe que procurava sua criança, e assim por diante. O palco todo se transformou num carnaval estimulante e animado.

Com o método de Spolin, o professor pode analisar a sua prática e perceber como o teatro pode contribuir para uma aula mais enriquecedora e criativa. A proposta é articular os estudos das Artes Cênicas na Educação, favorecendo um ensino que valorize a participação de todos e principalmente, um olhar dinâmico na transmissão dos conhecimentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista, a concepção do corpo no espaço escolar como elemento importante para a autonomia do sujeito e das práticas pedagógicas que buscam outras metodologias como forma de subverter dentro do aparato, o contato com a experiência artística em teatro pode possibilitar outros processos de aprendizagem através da criação, tanto para quem oferece o recurso, quanto para quem participa ou assiste.

O exercício teatral, os jogos conceituados por Viola, ou qualquer outra metodologia cênica, promove a percepção do senso estético, estimulando o prazer de atuar e o aprendizado em artes cênicas ou naquele que deseja se expressar através do teatro.

## REFERÊNCIAS

BOAL, Augusto. *200 exercícios e jogos para ator e não-ator com vontade de de dizer algo através do teatro*. 11 edição. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1993.

DEGRANGES, Flávio. *Pedagogia do teatro: provocação e dialogismo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

DUARTE, João Francisco Junior. *Por que arte-educação?* 6 edição. SP: Papyrus, 1991.

GALLO, S. Conhecimento, transversalidade e currículo. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 24. Programa e resumos. Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação, 1995. p.97

GUÉNOUN, Denis. *A exibição das palavras. Uma ideia (política) do teatro*. Tradução: Fátima Saadi . Rio de Janeiro. Teatro do Pequeno Gesto, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. História d a violência nas prisões*. 9.ed. Tradução de Lígia M. Ponde Vassallo. Petrópolis: Voz es, 1991.4

LEMOS, Guilherme Augusto Rezende. Currículo, Conhecimento e Discurso: uma experiência estética .In: Revista Geo UERJ | ISSN 1415-7543 | E-ISSN 1981-9021. Acesso em: 21/10/2016.

RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante. Cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Trad. Lílian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

REVERBEL, Olga. *Um caminho do teatro na escola*. São Paulo: Scipione, 1989.

SAVIANI, Dermeval. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. 3.ed.rev. 1 reimpr. - Campinas, SP: Autores Associados, 2011

SPOLIN, Viola. *Improvisação para o teatro*. [tradução e revisão Ingrid Dormien Koudela e Eduardo José de Almeida Amos] - São Paulo: Perspectiva, 2005.

STRAZZACAPPA, Márcia. A educação e a fábrica de corpos: a dança na escola. Cadernos Cedes, Campinas, vol.21, n.53, pp. 69-83, abr. 2001.

## A INTERDISCIPLINARIDADE METODOLÓGICA E OS LIMITES DA PESQUISA JURÍDICA NO BRASIL

**DUARTE, Vanessa Genícia.**

Mestranda do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar  
em Ciências Humanas e Sociais da  
Faculdade de Ciências Aplicadas da UNICAMP  
Bolsista FAEPEX  
vanessaduarte88@gmail.com

**GONÇALVES JUNIOR, Oswaldo.**

Professor Doutor da Faculdade de Ciências Aplicadas e do  
Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais  
da Faculdade de Ciências Aplicadas da UNICAMP  
osgoju@gmail.com

### RESUMO

O artigo deriva das dificuldades enfrentadas no desenvolvimento de pesquisa empírica na área do Direito. Motivado por esse desafio, procura-se discutir, por meio da apresentação de argumentos de autores voltados ao tema, possibilidades para superação das dificuldades da investigação empírica no campo jurídico. Constatando-se as limitações e o apego do Direito à dogmas e tradições de pesquisa que não se compatibilizam mais com as exigências do contexto social de sua aplicação, bem como identificando os limites do raciocínio dedutivo e das estratégias de investigação qualitativas empregadas, propõe-se, como caminho alternativo de superação, o do



exercício da pesquisa interdisciplinar de base associada a estratégia metodológica de métodos mistos.

**Palavras-chave:** Metodologia jurídica. Pesquisa empírica. Interdisciplinaridade

#### **ABSTRACT**

The article derives from the difficulties faced in the development of empirical research in the area of Law. Motivated by this challenge, we try to discuss, through the presentation of arguments by authors related to the theme, possibilities to overcome the difficulties of empirical investigation in the legal field. In view of the limitations and attachment of the Right to research dogmas and traditions that are no longer compatible with the demands of the social context of its application, as well as identifying the limits of deductive reasoning and the qualitative research strategies employed, it is proposed, as an alternative way of overcoming, the exercise of interdisciplinary basic research associated with methodological strategy of mixed methods.

**Key-words:** Legal methodology. Empirical research. Interdisciplinarity.

#### **INTRODUÇÃO**

As reflexões empreendidas neste trabalho só se tornaram possíveis devido ao desenvolvimento da pesquisa de mestrado dentro do Programa de Pós-Graduação interdisciplinar em ciências humanas e sociais da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp, momento em que, diante da necessidade de uma adequada opção metodológica no estudo foram percebidas algumas limitações disciplinares do campo jurídico para enfrentar o problema proposto de forma que a investigação tivesse traços empíricos.

De forma resumida, a pesquisa cuja opção metodológica despertou a investigação exposta neste trabalho teve como objeto a análise da estratégia institucional do poder judiciário dirigida pelo Conselho Nacional de Justiça para contenção dos efeitos negativos da judicialização da saúde, especialmente da implantação de Núcleos de Apoio Técnico –NAT's e na criação de fóruns interdisciplinares nos Tribunais de Justiça Estaduais do país buscando a integração de diferentes atores sociais e de diferentes campos para diminuição do número de demandas e para melhoria das decisões judiciais sobre o tema.

Diante daquele objeto que apresentava como melhor opção para tratamento do problema a investigação de base empírica, alguns limites subjetivos do pesquisador foram percebidos e com eles a compreensão que de alguma forma a investigação empírica cogitada esbarrava em características metodológicas próprias do campo jurídico brasileiro.

Considerando então a noção de “campo”<sup>1</sup> proposta por Bourdieu (2004) as reflexões empreendidas neste trabalho pretendem observar o Direito como um espaço “relativamente autônomo”, “um microcosmo social” que apesar de suas leis próprias é capaz de mediatizar pressões externas.

1 “(...) chamo o campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas. A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo do todo de suas leis próprias” (BOURDIEU, 2004, p.20).

Percebeu-se que a investigação empírica e os métodos e estratégias que a compõe não são práticas comuns no campo jurídico e que este campo historicamente desenvolveu-se de forma isolada das demais ciências sociais.

Assim, para apresentar estas inquietações surgidas durante o processo de pesquisa, faz-se uma síntese dos principais argumentos identificados na bibliografia sobre o tema para compreender a dificuldade do campo jurídico em realizar pesquisa empírica. Ao final, são apontadas algumas perspectivas visando auxiliar a superação deste quadro de limitação metodológica.

## 1. DAS CRÍTICAS SOBRE A METODOLOGIA JURÍDICA E PERSPECTIVAS DE SUPERAÇÃO

Nobre (2004) em estudo sobre a qualidade da pesquisa jurídica no Brasil escreveu um incisivo e provocativo ensaio onde afirmara que o Direito segue um descompasso em relação às ciências humanas em geral no que tange aos métodos de estudo usualmente empregados.

Nomeando este descompasso de “relativo atraso” afirmara que o Direito não teria conseguido acompanhar o crescimento qualitativo das pesquisas científicas, o que se deu, segundo seus apontamentos, por meio de um isolamento deste das outras disciplinas e ainda pela formação acadêmica de seus operadores, que confundem suas práticas profissionais com a pesquisa acadêmica.

Em outras palavras, o problema que vem sendo sistematicamente identificado nas análises sobre a questão é o fato de o ensino jurídico estar fundamentalmente baseado na transmissão dos resultados da prática jurídica de advogados, juízes, promotores e procuradores, e não em uma produção acadêmica desenvolvida segundo critérios de pesquisa científica. O que, por sua vez, já parece mostrar que não se pode separar o problema do isolamento do direito em relação às demais disciplinas de ciências humanas da peculiar confusão entre prática profissional e elaboração teórica, que entendo ser responsável pela concepção estreita de teoria jurídica que vigora na produção nacional (NOBRE, 2004, p. 147).

Na tentativa de descrever a atuação profissional dentro do Direito, Nobre (2004) reconstrói os passos de uma peça jurídica, o parecer, e acaba por demonstrar o raciocínio dedutivo aplicado predominantemente na prática jurídica e que é transferido na maioria das vezes para a pesquisa acadêmica:

O advogado (ou o estagiário ou estudante de direito) faz uma sistematização da doutrina, jurisprudência e legislação existentes e seleciona, segundo a estratégia advocatícia definida, os argumentos que possam ser mais úteis à construção da tese jurídica (ou à elaboração de um contrato complexo) para uma possível solução do caso (ou para tornar efetiva e o mais segura possível a realização de um negócio).(...)

O parecer não procura, no conjunto do material disponível, um padrão de racionalidade e inteligibilidade para, só então, formular uma tese explicativa, o que seria talvez o padrão e o objetivo de uma investigação acadêmica no âmbito do direito. Dessa forma, no caso paradigmático e modelar do parecer, a resposta vem de antemão: está posta previamente à investigação.

Dizer que o parecer desempenha o papel de modelo e que, como tal, é fator decisivo na produção do amálgama de prática, teoria e ensino jurídicos significa dizer que o parecer não é tomado aqui meramente como uma peça jurídica, mas como uma forma-padrão de argumentação que hoje passa quase que por

sinônimo de produção acadêmica em direito, estando na base, acredito, da grande maioria dos trabalhos universitários nessa área. (NOBRE, 2004, p.11)

Na mesma linha de Nobre (2004), os autores americanos Lee Epstein e Gary King (2013) em obra dedicada a demonstrar as dificuldades do campo jurídico para realizar uma pesquisa empírica adequada advertem:

Um advogado que trata seu cliente como uma hipótese teria retirada sua licença; um Ph.D. que advoga uma hipótese como um cliente, seria ignorado. Mas quando advogados – como professores de direito – vão de um tribunal para os corredores da faculdade (onde a verdade, e não somente uma determinada versão dela, importa), é altamente problemático para eles defender teorias e hipóteses como se eles fossem clientes necessitando a melhor representação possível, desprezando competidores ou ignorando-os completamente. Isto porque, na pesquisa empírica, desafiar uma teoria com os melhores argumentos opostos possíveis é o que mais fortifica uma teoria (EPSTEIN; KING, 2013, p.15).

A confusão entre prática jurídica e a pesquisa acadêmica como uma das razões para a existência de poucas pesquisas empíricas no Direito é analisada ainda por Oliveira e Adeodato (1996), dentro da lógica da eficiência da administração versus qualificação do pesquisador, onde os mesmos concluem que:

Um dos grandes problemas da área é a falta de qualificação e experiência dos eventuais candidatos a pesquisadores, amadores recrutados na advocacia privada, na magistratura, no ministério público, muitos sem o menor preparo, tornando a pesquisa em direito uma atividade secundária e diletante, ainda menos importante do que o já desprestigiado ensino.

Nas faculdades de direito das universidades públicas, as quais ainda vivem as conseqüências da política educacional dirigida pelo regime militar de 1964, vê-se toda uma geração de professores – teoricamente candidatos naturais à pesquisa – que, com as exceções de praxe, foi selecionada e formada em esquemas de ideologias políticas, relações pessoais, favores e privilégios, com pouca ou nenhuma atenção para com a qualificação profissional. Esses setores certamente não desejam nem estão preparados para uma concorrência aberta em que se avalie a produção de resultados como critério para distribuição dos recursos disponíveis (OLIVEIRA; ADEODATO, 1996).

Tentando analisar essas hipóteses levantadas acerca do possível atraso na construção da metodologia de pesquisa no Brasil e rebatendo principalmente os motivos colocados por Nobre (2004), Fragale Filho e Veronese (2004) empreendem uma análise da institucionalização recente da produção ocorrida na pós-graduação em Direito no Brasil levantando uma hipótese de que a área de Direito possui peculiaridades que não podem ser subjugadas.

A tese defendida por Fragale Filho e Veronese (2004) consiste em identificar especificidades na área do Direito que tornam seu desenvolvimento e prática distintos das demais ciências humanas, hipótese que, segundo os autores não teria sido levantada por Nobre (2004) quando da sua crítica ao relativo atraso do campo jurídico frente as demais ciências humanas.

Após analisar um banco de dados acerca do crescimento e consolidação dos cursos de pós graduação em Direito do país, destacando que a pesquisa em Direito é feita também de forma dispersa em outras áreas, Fragale Filho e Veronese (2004) concluem que o real “atraso”, não percebido por Nobre (2004) em sua reflexão, consiste na ausência de

uma reflexão epistemológica e metodológica mais consistente na área jurídica.

Mas além da tentativa de dar uma especificidade ao campo jurídico capaz de refutar o atraso metodológico levantado por Nobre (2004), Fragale Filho e Veronese (2004) percebem, amparados ainda pelos estudos de Araújo (1999) e Martins e Carvalho (2003) que o aumento dos cursos na área do Direito e o excessivo enfoque na formação de professores “acarreta o risco de privilegiar-se a pós-graduação como uma etapa somente de titulação para atender a uma necessidade que é nova no sistema educacional de Direito: a demanda por mestres e doutores” e assim, restaria prejudicada a reflexão epistemológica e metodológica que se apresenta cara para superação do quadro das pesquisas jurídicas no Brasil.

Se em uma primeira formulação, isso não parece ser um problema, pois a formação de quadros é uma necessidade para a produção científica, em um segundo momento, isso se revelará um impasse se não dotarmos esses quadros de uma capacidade de reflexão metodológica e epistemológica. Em outras palavras, não se trata de rejeitar o mundo judicial e sustentar que a academia é um locus que não comporta a presença de práticos, mas, sim, de evidenciar que os critérios de legitimidade acadêmica devem ser igualmente aplicados tanto à área jurídica quanto aos demais espaços universitários. Não se trata de construir um mundo ideal isolado, contaminado pelos critérios judiciais de legitimidade, mas de sedimentar um diálogo entre a reflexão e a prática a partir dos parâmetros estabelecidos pelo mundo acadêmico. É, enfim, entender que a produção de “tecnologias jurídicas” envolve a compreensão do mundo prático, a partir de um olhar científico (FRAGALE FILHO; VERONESE, 2004, p.68).

Pereira Neto e Mattos (2007) identificam que não é possível pensar em uma reforma do ensino jurídico sem que esta esteja acompanhada por um ciclo de inovação em pesquisa dizendo ser fundamental associar o diagnóstico da crise do ensino jurídico ao diagnóstico de uma crise da pesquisa em Direito, esta última decorrente da hegemonia quase absoluta de métodos formalistas.

Atualmente, a pesquisa em direito realizada no Brasil tem natureza predominantemente descritiva do ordenamento jurídico e dos conceitos dogmáticos nele estabelecidos. A reconstrução dogmática, baseada em categorizações e taxonomias voltadas para a “organização” lógica do ordenamento jurídico, é considerada etapa necessária da pesquisa jurídica. E tal reconstrução em geral é realizada assumido o sistema jurídico como sendo fechado e estático, sem incorporar elementos explicativos das condições (dinâmicas) de operação do direito ou normativos no sentido de propor alternativas de desenho das instituições relacionadas à operação do direito. (...) As pesquisas hoje realizadas na academia jurídica brasileira são derivadas de modelos analíticos descritivos (acusados de formalistas) ou especulações interpretativas (aparentemente sem fundamento em pesquisa empírica consistente) a partir de modelos do tipo dworkiniano. Alternativas realistas, como por exemplo aquelas inspiradas nas escolas de law and economics ou do critical legal studies, acabam sendo caracterizadas simplesmente como uma negação da especificidade da pesquisa em direito e desconsideradas no debate acadêmico (PÉREIRA NETO; MATTOS, 2007).

---

2 Neste ponto, deixa-se claro que este trabalho não tem como objeto defender atualmente a objetivação de sistemas jurídicos em dois quadros objetivos de famílias, haja vista que é preciso considerar as especificidades e a numerosidade de sistemas jurídicos ocidentais bem como a influência de um sistema sobre o outro. A apresentação dos sistemas é meramente didática.

Mas além dessas razões apontadas, é preciso ainda, dentro da reflexão epistemológica e retornando a influência da prática jurídica sobre a pesquisa acadêmica, destacar que a influência paradigmática na construção do sistema jurídico brasileiro pode se apresentar como mais uma razão para que não se verifique um hábito e prática de investigações empíricas como nas demais ciências sociais.

Ocorre que a formação do Direito ocidental é orientada por meio de duas grandes tradições jurídicas, tradições diretamente ligadas às epistemologias dominantes nos países de maior influência teórica sobre a consolidação dos sistemas jurídicos de diferentes Estados Nações. Trata-se das duas tradições denominadas como famílias *common law* e *civil law*<sup>2</sup>.

O agrupamento do direito em “famílias” foi sistematizado a partir de elementos mais fundamentais e estáveis dos sistemas jurídicos, haja vista a diversidade de direitos com regras que podem ser infinitamente variadas.

Este trabalho, que visa uma reflexão estritamente metodológica se serve dessa sistematização histórica, mas considera que a mesma, qualquer que possa ter sido sua expansão, não consegue dar conta de toda a realidade do mundo jurídico contemporâneo (DAVID, 2002, p.23).

No primeiro sistema, o *civil law*, também chamado de família romano-germânica, porque desenvolvido a partir de países europeus de influência latina e germânica, estão agrupados os países nos quais a ciência do direito se formou sobre a base do Direito Romano, onde as regras de Direito são concebidas inicialmente como regras de conduta que deveriam regular as relações entre os cidadãos (Direito Civil) e onde se atribui grande importância à lei geral e abstrata, já que os diversos países pertencentes a este grupo dotaram-se de códigos jurídicos (DAVID, 2002, p.23).

Devido à colonização, a família de direito romano-germânica conquistou vastos territórios, onde atualmente se aplicam direitos pertencentes ou aparentados com esta família. Um fenômeno de recepção voluntária produziu o mesmo resultado em outros países que não estiveram submetidos ao domínio dos povos do continente europeu, mas em que a necessidade de se modernizarem ou o desejo de se ocidentalizarem levaram à penetração das ideias europeias. (DAVID, 2002, p.24)

Já na segunda sistematização, da família da *common law*, o ponto de partida para influência em outros países é a forma como se organizou o Direito da Inglaterra, construção diretamente oposta a tradição do *civil law*, já que atribui maior importância à norma de conduta que é produzida dentro de um caso em julgamento por juízes legalmente investidos na função de decidir.

Isto é, a regra de direito nesta tradição é menos abstrata porque visa dar solução a um litígio concreto e não formular uma regra geral de conduta. Além do mais, a construção das normas gerais de conduta, quando essenciais ao interesse público, necessariamente valorizam as decisões judiciais em casos particulares através da vinculação aos precedentes.

Apesar da possibilidade de diferenciação na formação de tradições jurídicas, impõe considerar que desde a formação dos sistemas jurídicos nos países centrais de influência

houve numerosos contatos entre estes e os novos países que receberam as tradições pela colonização ou voluntariamente, razão pela qual existem estruturas bastantes diferenciadas entre países de *common law* ou entre países de *civil law*.

Sendo assim, não pretende o trabalho dizer que ainda hoje se sustentam limites definidos nessa diferenciação de *common law* e *civil law*, os quais poderiam ser aplicáveis universalmente a qualquer país ocidental.

O que se procura mostrar recuperando, em linhas gerais, características desses dois grandes sistemas é que o Direito formado em determinado país forma-se a partir de influências históricas e epistemológicas que o precedem, e estas influências carregam também concepções científicas e metodológicas que determinam as estratégias de pesquisas predominantes em campo científico.

Estas características próprias e disciplinares perceptíveis também na formação metodológica de uma determina ciência através de suas técnicas de pesquisa são percebidas por Almeida e Pinto (1975) quando apresentam a concepção de “meios de trabalho”:

São eles constituídos, em cada formação científica, pelo corpo de conceitos, métodos e técnicas disponíveis num momento dado e accionáveis, portanto, nas actividades de investigação que se processam no âmbito dessa formação. Os meios de trabalho teórico são assim, neste sentido, os elementos propriamente instrumentais do que designámos por condições teóricas de produção científica (ALMEIDA; PINTO, 1975, p.367. Grifos nossos).

Assim, a tradição sob a qual se ergue a formação jurídica de um país possui relação direta com a prática de pesquisa do campo jurídico que o constitui, haja vista que, como considera Carvalho (2010, p.9), no âmbito da formação sócio-histórica são engendrados “regimes de verdade” nos quais se incluem os processos de produção do conhecimento assim como as práticas que incidem na produção da pesquisa.

Investigando os pressupostos metodológicos utilizados de forma predominante pelo campo jurídico, identifica-se que as duas tradições carregam em sua formação métodos de pensamento próprios do contexto de seu desenvolvimento. Assim é que a tradição de *civil law* iniciada sob a égide do racionalismo francês, possui forte influência do método dedutivo e a tradição *common law* do método empírico-indutivo, reflexo do empirismo britânico.

(...) há no civil law traço marcante do método dedutivo: construção de proposições genéricas, abstratas, que visem resolução de diversos casos concretos mediante subsunção.

Em contraponto, decorrente de um raciocínio indutivo, empírico, experimental e prático, próprio do sistema anglo-americano, nasceu o common law; isto é: case law, direito comum, casuismo jurídico, com grande força na atividade jurisdicional (jurisprudência), e nos Costumes (direito consuetudinário).(...)

O estudo do direito ocidental, pois, se molda a partir destas duas concepções de pensamento. Até mesmo a forma de ensino da ciência jurídica no contexto ocidental, varia segundo essas concepções. Os diferentes métodos de pensamento ocasionam diversas maneiras de enxergar a ciência jurídica, e consequentemente, apreende-la (FIGUEIREDO, 2013, p.11).

Demo (1995, p.134) debatendo sobre o empirismo e o positivismo, apresenta a formação histórica-filosófica da indução empírica pela escola inglesa (Bacon, Locke, Mill, Hume)

em reação aos excessos de dedução especulativa no continente europeu (França e Alemanha) demonstrando que ainda existem fortes traços especulativos e dedutivos nas ciências sociais e que frente a esses excessos a crítica empirista se sustenta ainda hoje com vistas a frear a especulação desenfreada nas ciências sociais.

Utilizando-se das contribuições de Demo (1995, p.136-137) pode-se diferenciar a dedução e a indução a partir do ponto de partida para resposta da investigação. A dedução “é o método que parte do geral e, a seguir desce ao particular”, utilizando o silogismo. Já a indução, pelo contrário, “parte do particular e coloca a generalização como produto posterior do esforço de coleta de casos particulares”.

O sistema jurídico brasileiro, em sua maior parte, se formou sobre as bases da *civil law*, uma tradição de direito legislado e calcado na positivação (codificação) pela norma legal, trabalhando assim prioritariamente com o raciocínio dedutivo que parte de normas gerais para a resolução dos casos, anunciando uma atuação eminentemente técnica e dedutiva do operador, característica que se estende ao pesquisador do campo jurídico.

Diante desse contexto formativo de uma metodologia quase inteiramente limitada ao raciocínio dedutivo-racionalista, cabem as percepções de Rodrigues (2011) quando o mesmo identifica a necessidade de novas abordagens no campo jurídico, perspectivas transdisciplinares que para o autor passariam, dentre outros fatores, pela constatação de convergência contextual entre os sistemas de *common law* e *civil law*, e pela elaboração de pesquisas que conjuguem análises quantitativas e qualitativas.

Silva (2016, p.27) parte do pressuposto de que decisões metodológicas são baseadas em pressupostos epistemológicos e de que a ciência é uma prática social para afirmar que dentre os vetores de avanço da pesquisa empírica merece algum destaque a exaustão do positivismo jurídico.

A exaustão do positivismo jurídico<sup>3</sup> para Silva (2016, p.28) é de fundamental importância para incorporação de investigações empíricas e para uma renovação na teoria da metodologia do Direito, tendo em vista que o surgimento de estudos jurídicos críticos foram tomados como base para a crítica das ordens jurídicas (ou seja, direito positivo do Estado) vistas assim como vazias de significado em princípio. Surgiria, portanto diante da crise do positivismo, a tarefa de desconstrução das doutrinas e decisões jurídicas vigentes, para denunciar suas contradições, fragilidades.

A base crítica dessas ordens manifestaram um aumento da relevância e da influência da sociologia especialmente na vertente de estudos sobre a eficácia e efetividade daquelas ordens jurídicas postas. A rejeição às perspectivas eminentemente descritivas do positivismo cria então uma demanda por “abordagens explicitamente engajadas, como a pesquisa-ação ou a observação participante” (SILVA, 2016, p.29)

Obviamente, estes movimentos não foram suficientes para uma completa superação do positivismo. No entanto, serviram para expandir os horizontes do que se considerava pesquisa jurídica legítima. Em termos teóricos e

3 O positivismo jurídico apontado pelo autor é aquele que, nas suas palavras, “remete a um conjunto mais localizado (e bem mais grosseiro) de práticas acadêmicas e profissionais, as quais, por razões variadas, tiveram grande disseminação nas Faculdades de Direito e na estrutura de Estado no Brasil e nos países da América Latina. Tais práticas envolvem a reprodução irrefletida de textos legais e construções discursivas, as chamadas obras doutrinárias, as quais são tomadas como expressão incontestada da verdade jurídica. Ao final do século XX, este conjunto de atitudes e concepções acerca do conhecimento e do ensino do direito se torna objeto de diversos questionamentos” (SILVA, 2016).

epistemológicos, aquilo que até então integrava mundo do ser – e por esta razão era tido como impertinente ao conhecimento do direito –, agora se tornava parte útil, relevante, ou mesmo indispensável aos expedientes pelos quais se determina a vigência e o alcance do dever ser (SILVA, 2016, p.30).

É percebido com a exaustão do positivismo jurídico portanto, que a interação dos estudos sociais com o Direito abre perspectivas para superação da metodologia formalista usualmente utilizada, e nesse sentido, perspicazes são as considerações de Kant de Lima (1983) e Baptista quando lembram que apesar do campo jurídico ser estabelecido e legitimado internamente como uma esfera à parte das relações sociais, na realidade não pode ser estudado de forma dissociada do seu campo social de atuação porque ele é parte do controle social, não podendo ser visto como um saber monolítico.

O mundo jurídico, portanto, não deveria se constituir de um saber especializado, uma vez que a sua lógica e o seu ordenamento se difundem e atingem todas as esferas e camadas sociais. Todavia, é assim que o campo funciona e isto faz com que a produção desse saber específico implique em um tremendo distanciamento formal da realidade, que não se constitui de configurações normativas ideais, como o Direito prevê (BAPTISTA, 2010).

Em artigo mais recente, Kant de Lima e Baptista (2015) anunciam que mesmo passados 25 anos do primeiro trabalho de Kant de Lima (1983) que chamava a atenção para a importância de se constituir um campo de pesquisa empírica, de base crítica, no Direito a dificuldade persiste e continua-se a retardar a constituição deste campo crítico-reflexivo.

Daí é que como proposta de superação do quadro, Kant de Lima e Baptista (2016) entendem que é necessário não apenas o fomento dessa metodologia de pesquisa no ensino de graduação e pós-graduação, como ainda é preciso “articular a relação institucional entre academia e os Tribunais” bem como do Direito com outras áreas de conhecimento.

Permitir-se *pesquisar* e *ser pesquisado* e permitir-se *criticar* e *ser criticado* academicamente, fora da lógica do contraditório, é algo sobre o que os juristas e os membros do Poder Judiciário precisam começar a pensar. E quando manifestamos isso não intentamos diminuir ou subjugar o saber dos integrantes desse campo, mas, ao contrário, chamar a atenção para o fato de que a inculcação que neles se faz desde os bancos universitários acaba por formar operadores resistentes ao *fazer jurídico diferente* e treinados para a reprodução do conhecimento consagrado e dos dogmas que embotam a criatividade e a crítica.

Além disso, a interlocução do Direito com outras áreas do conhecimento é, igualmente, fulcral para o aprimoramento do nosso sistema judiciário. A abertura do Direito, que é um campo tradicionalmente hermético, é um importante passo para se alcançar estratégias institucionais de mudança do quadro atual (KANT DE LIMA; BAPTISTA, 2016).

É por reconhecer essas limitações e este apego do Direito à dogmas e tradições de pesquisa que não se compatibilizam mais com as exigências do contexto social de sua aplicação, bem como por identificar os limites do raciocínio dedutivo e das estratégias de investigação qualitativas apenas para responder ao problema proposto, que propõe-se como alternativa de superação o exercício da pesquisa interdisciplinar de base também empírica que tem como melhor estratégia metodológica a estratégia de métodos mistos.



A pesquisa de métodos mistos é considerada aqui como “a classe de pesquisa na qual o pesquisador mistura e combina técnicas, métodos, abordagens, conceitos ou linguagens qualitativas e quantitativas num único estudo” (JOHNSON; ONWUEGBUZIE, 2004 p. 17, tradução nossa).

Isso porque, considerando não apenas as limitações metodológicas do campo jurídico anunciadas anteriormente, como ainda a constatação de que “todas as metodologias, até mesmo as mais óbvias têm seus limites” (FEYERABEND, 2011, p.46) apresenta-se como alternativa interessante de superação a mistura de métodos e de conhecimentos metodológicos.

Considerada por muitos como a “terceira onda” (GIDDINGS, 2006), ou terceiro movimento de pesquisa, porque capaz de atravessar a guerra de paradigmas e oferecer alternativas lógicas e práticas, a pesquisa de métodos mistos pretende valer-se da indução na descoberta de padrões, da dedução (teste de teorias e hipóteses), e da abdução, que significaria descobrir e confiar num melhor conjunto de explicações para entender um resultado (JOHNSON; ONWUEGBUZIE, 2004 p. 17).

Como mostram Axinn e Pearce (2007) os métodos mistos são particularmente úteis quando um problema de investigação exige mais do que um dos principais atributos que caracterizam os métodos individuais, seja para uma combinação mais elevada visando o teste da hipótese, ou mesmo para descobrir novas hipóteses.

Assim, através das mistura de métodos, poder-se-ia problematizar e expandir os limites do campo jurídico - tradicionalmente dominado pelas pesquisas qualitativas de raciocínio dedutivo - com a introdução de estratégias e perspectivas quantitativas e indutivas capazes de dar suporte empírico às contribuições teóricas que de forma predominante debatem os problemas em termos teóricos e gerais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado nesta breve síntese sobre os motivos pelos os quais o Direito teria caminhado para uma metodologia distante das demais ciências sociais, muitos são os fatores levantados acerca da dificuldade de se realizar pesquisa empírica, o que vai desde a constituição epistemológica do campo, passando por sua institucionalização, bem como dos cursos de graduação e pós graduação.

Verificou-se ainda que na pesquisa em Direito o apego à tradição dirigida pelo racionalismo e pelo dedutivismo, bem como o alcance do positivismo jurídico fez com que a pesquisa jurídica se desenvolvesse predominantemente em bases dedutivas com preferência à análises qualitativas e descritivas, sendo necessário hoje repensar essa metodologia predominante do campo (HIRSCHL, 2005).

Assim, conclui-se tanto pela investigação de motivos expostas neste trabalho quanto pela prática de pesquisa que deu origem a estas reflexões que, no atual contexto social, em que se presencia fenômenos sociais tal qual a judicialização da saúde - que por seu próprio sentido de ingerência judicial em questões políticas relevantes, faz perceber claros aspectos de uma importação da tradição de *common law* (direito construído pelos juízes a partir da vinculação de precedentes) - que é necessário a abertura do campo para pesquisas empíricas de raciocínios indutivos, visto que as análises geralmente empreendidas pelo campo jurídico até então “não buscam socorro na realidade dos

fatos, mas, ao contrário, partem de observações e argumentos racionais dedutivos para se atingir o objetivo proposto” (PESSOA, 2011, p.13).

A pesquisa jurídica precisa ser, assim, não apenas repensada epistemologicamente, mas também metodologicamente e institucionalmente. Nesse sentido, é essencial que as instituições se engajem na continuidade da marcha de aproximação do campo jurídico de outras ciências sociais bem como dos métodos historicamente utilizadas por elas, momento em que a interdisciplinaridade científica e a investigação de métodos mistos se apresentam como elementos de interação relevantes.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira. *Teoria e investigação empírica nas ciências sociais: Análise Social*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. ISSN 0003-2573. Vol.XI (42/43). 1975, 365-445.

ALMEIDA, Vera Ribeiro de. *Qual é a contribuição do debate com as ciências sociais para a pesquisa jurídica brasileira? Uma análise a partir da experiência empírica junto aos juizados criminais especiais cariocas*. Revista de Estudos Empíricos em Direito, v. 1, n. 2, 2014.

ARAÚJO, Nádia de. *Formação do jurista pesquisador: pressupostos e requisitos, técnicas de pesquisa e ensino na pós-graduação*. Direito, Estado e Sociedade, n. 14. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1999.

AXINN, William G.; PEARCE, Lisa D. *Motivations for mixed method social research. Mixed method data collection strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 1-27

BAPTISTA, Barabára Lupetti. *A pesquisa empírica no Direito: obstáculos e contribuições. Conflitos, Direitos e Moralidades em Perspectiva Comparada*.v. 2. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, p. 127-152, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução Denice Barbara Catani. - São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CARVALHO, Janete Magalhães. *A visão de ciência e de metodologia de pesquisa em diferentes perspectivas e/ou “escolas” filosóficas*. Cadernos de pesquisa em educação. PPGÉ-UFES. Vitória, vol 16, n 32, p. 8-28, jul./dez. 2010

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2º ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAVID, René. *Os grandes sistemas do direito contemporâneo*. Tradução Hermínio A. Carvalho. 4º ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3. Ed ver. E ampli. - São Paulo: Atlas, 1995

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. *Pesquisa empírica em direito: as regras de inferência*. São Paulo: Direito GV, 2013.

FEYERABEND, Paul. *Contra o Método*. Tradução de César Mortari. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

FIGUEIREDO, Luciano Lima. *Os métodos dedutivo e empírico de pensamento: influências no sistema jurídico do civil law e common law*. Revista eletrônica observatório de metodologia da pesquisa em Direito. Nº07, 2013. Disponível em: [http://revistametodologiaufba.xpg.uol.com.br/index\\_arquivos/Page948.htm](http://revistametodologiaufba.xpg.uol.com.br/index_arquivos/Page948.htm). Acesso em 18/11/2015.

FRAGALE FILHO, Roberto; VERONESE, Alexandre. *A pesquisa em Direito: diagnóstico e perspectivas*. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 1, n. 2, 2004.

GIDDINGS, L. S. *Mixed-methods research: Positivism dressed in drag?* J. Res. in Nursing, v. 11, n. 3, p.195-203, 2006

HIRSCHL, Ran, *The Question of Case Selection in Comparative Constitutional Law*. American Journal of Comparative Law, Vol. 53, No. 1. U Toronto, Legal Studies Research Paper No. 901700. p. 125-155, 2005.

JOHNSON, R. B.; ONWUEGBUZIE, A. J. *Mixed Methods Research: A Research Paradigm Whose Time Has Come*. Educational Researcher, v. 33, n. 7, p. 14-26, 2004.

KANT DE LIMA, Roberto. *Por uma Antropologia do Direito no Brasil*. In: FALCÃO, Joaquim de Arruda. Pesquisa Científica e Direito. Recife: Massangana, 1983. p. 89-116.

KANT DE LIMA, Roberto; BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. *O desafio de realizar pesquisa empírica no direito: uma contribuição antropológica*. Disponível em: [http://filoinfo.net/disciplinasonline/pluginfile.php/4485/mod\\_resource/content/1/o\\_desafio\\_de\\_realizar\\_pesquisa\\_empirica\\_no\\_direito.pdf](http://filoinfo.net/disciplinasonline/pluginfile.php/4485/mod_resource/content/1/o_desafio_de_realizar_pesquisa_empirica_no_direito.pdf). Acesso em 15/11/2016.

MARTINS, Carlos Benedito; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. *“Mestres e doutores em Direito”*. In: VELLOSO, Jacques (org.). A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país (volume 2). Brasília: Capes, 2003.

NOBRE, Marcos. *Apontamentos sobre a pesquisa em Direito no Brasil*. Cadernos Direito GV, n.º 1, set./2004. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

OLIVEIRA, Luciano; ADEODATO, João Maurício Leitão. *O estado da arte da pesquisa jurídica e sócio-jurídica no Brasil*. Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Juridiciários, 1996.

PEREIRA NETO, Caio Mario da Silva; MATTOS, Paulo Todescan Lessa. *A crise da pesquisa em Direito no Brasil: armadilhas e alternativas ao formalismo jurídico*. Trabalho apresentado ao Seminário SELA, Yale Law School, Porto Rico, EUA, 2007.

PESSOA, Flávia Moreira Guimarães. *Da verdade revelada à verdade pela experiência: o resgate da contribuição de Francis Bacon para a pesquisa jurídica*. Revista eletrônica observatório de metodologia da pesquisa em Direito. Nº01, 2011. Disponível em: [http://revistametodologiaufba.xpg.uol.com.br/index\\_arquivos/Page965.htm](http://revistametodologiaufba.xpg.uol.com.br/index_arquivos/Page965.htm). Acesso em 18/11/2015

RODRIGUES, Renato Amoedo Nadier. *Pesquisa em Direito no Brasil: problemas e perspectivas*. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 3027, 15 out. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/20257>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

SÁ, Fabio de. *Vetores, desafios e apostas possíveis na pesquisa empírica em direito no Brasil*. Revista de Estudos Empíricos em Direito, v. 3, n. 1, 2016.

## **FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR DO PROFESSOR DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO PARA IMIGRANTES DO HAITI**

**EUZEBIO, Umberto**

*Professor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento  
Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília  
E-mail: umbertoouz@gmail.com*

**REBOUÇAS, Eduardo Melo**

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em  
Linguística da Universidade de Brasília  
E-mail: eduardomelo.reb@gmail.com*

### **RESUMO:**

Neste trabalho foi analisada a metodologia interdisciplinar na formação de professores de português como língua de acolhimento, em um grupo heterogêneo de imigrantes do Haiti por meio de oficinas interdisciplinares envolvendo os oito eixos de orientação para extensão universitária: saúde, educação, trabalho, tecnologia, meio ambiente, comunicação, direitos humanos e cultura. As oficinas foram desenvolvidas com amplas interações e discussões por meio da interculturalidade, relações sociais e interdisciplinaridade, sempre com adaptações e alterações do planejamento, para atender às demandas dos participantes. Foi constatado que a sensibilização do formando para atuar com ensino de português como língua de acolhimento para a construção de práticas específicas de ensino para imigrantes e a formação interdisciplinar permitem

maior compreensão do universo dos estudantes e maior diálogo e interação entre eles e o professor.

**Palavras-chave:** Imigrante. Haitiano. Acolhimento.

**ABSTRACT:**

In this paper the interdisciplinary methodology was studied in the training of teachers of Portuguese as a host language in a heterogeneous group of immigrants from Haiti through interdisciplinary workshops involving the eight orientation axes for university extension: health, education, work, technology, environment, communication, human rights and culture. The workshops were developed with wide interactions and discussions through interculturality, social relations and interdisciplinarity, always with adaptations and changes of the planning, to attend the demands of the participants. It was verified that the sensitization of the undergraduates to act with teaching of Portuguese as a host language for the construction of specific teaching practices for immigrants and the interdisciplinary formation allow a greater understanding of the universe of students and greater dialogue and interaction between them and the teacher.

**Keywords:** Immigrant. Haitian. Reception.

## INTRODUÇÃO

O Brasil tem recebido um fluxo migratório caracterizado por imigrantes e refugiados, provenientes de países latino-americanos, africanos e asiáticos, que buscam melhores condições de vida e que, comumente, não têm domínio da língua portuguesa. A falta de conhecimento da língua dificulta sua integração à cultura brasileira e, conseqüentemente, sua inserção no mercado de trabalho. Esses dados também estão de acordo com estudos de Fernandes; Milesi e Farias (2011) sobre haitianos em Manaus.

Segundo Cunha (2012), foi concedido, pelo Brasil, visto de permanência a centenas de haitianos que migraram em razão do terremoto ocorrido em 2010, sob o inédito fundamento de assistência humanitária. Dessa forma, o Brasil assume responsabilidades em parceria com o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados) oferecendo proteção e assistência às pessoas de forma imparcial sem distinção de raça, sexo, religião ou opinião política. (UNHCR/ACNUR, s.d.)

O aprendizado da língua passa a ser uma necessidade imediata, envolvendo questões relacionadas à própria sobrevivência no novo país, já que, como afirma Grosso (2010, p.66), a mobilidade, nessa conjuntura, “afeta todas as áreas da vida de quem se desloca, principalmente na área laboral”. Nesse sentido, é fundamental uma ação pedagógica que parta do contexto e das demandas do público-alvo, ou seja, torna-se fundamental que o professor tenha conhecimento da origem e da realidade de cada aprendiz para melhor efetivação da prática de ensino e do aprendizado. Como afirmam Barbosa e Ruano (2016, p.323), “a formação de professores, a confecção de materiais didáticos para esse público e as dinâmicas em sala de aula necessitam de uma atenção diferenciada por parte dos autores envolvidos neste processo”, de modo a desenvolver a autonomia do aprendiz, entendendo-o como cidadão e, segundo Grosso (2010, p.72), como ator social na sociedade que o acolhe.

Nesse sentido, surge o conceito de língua de acolhimento, que tem ampla abrangência.

Na verdade, não é um termo novo, mas devido ao contexto migratório atual do Brasil e suas implicações no ensino e na aprendizagem da língua, o termo vem sendo utilizado com maior frequência nos estudos linguísticos brasileiros. Segundo Grosso (2010, p.62), num cenário de grande mobilidade, marcado por uma diversidade linguística e cultural, as mudanças econômicas e sociopolíticas abrem caminho a novos públicos, a novos contextos de ensino-aprendizagem, resultando diferentes formas de ver a educação em línguas. Ainda segundo a autora, nesse contexto, emergem termos que se impõem pela frequência ou (re)criam e fixam conceitos com reinterpretações, resultantes das novas demandas socioeducativas, como é o caso de língua de acolhimento.

Neste trabalho não objetivamos a conceituação do termo, mas a discussão acerca da relação entre língua e acolhimento e esse contexto relacional na formação interdisciplinar do professor de português. No entanto, é necessário esclarecer que entendemos a língua de acolhimento como a língua ensinada num contexto singular que envolve uma situação conjuntural específica de imigrantes e refugiados, considerando o conhecimento sociocultural do aprendiz para o desenvolvimento de habilidades linguísticas para novas práticas sociocomunicativas que envolvem a língua no novo país. O contexto de língua de acolhimento privilegia uma abordagem sociointeracionista e, de acordo com Grosso (2010, p.71-72), uma perspectiva construtivista e intercultural.

Na formação docente, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, dentre as funções do professor está o planejar, implementar e dirigir as atividades didáticas, com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno, procurando garantir a aprendizagem efetiva. Cabe também a esse educador, assumir o papel de informante e de interlocutor privilegiado, que tematiza aspectos prioritários em função das necessidades dos estudantes e de suas possibilidades de aprendizagem.

O objetivo desse trabalho foi analisar a metodologia interdisciplinar de formação de estudantes de Letras para a atuação em atividades específicas de ensino de português como língua de acolhimento, em um grupo heterogêneo de imigrantes do Haiti. Como metodologia, os estudantes de Letras criaram oficinas integradas interdisciplinares envolvendo as oito áreas temáticas do Plano Nacional de Extensão: comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho proposta no Fórum de pró-reitores de extensão universitária. (FORPROEX, 2001a, p. 21-22) "A extensão universitária como prática acadêmica deve dirigir seus interesses para as grandes questões sociais do país e àquelas demandadas pelas comunidades regionais e locais". (FORPROEX, 2001b, p. 27) No contexto de ensino de português como língua de acolhimento, Barbosa e Ruano (2016, p.326) afirmam que "as Instituições de Ensino Superior (IES) podem desempenhar um papel primordial para atuar, tanto no ensino e pesquisa como por meio da extensão universitária".

Esse artigo está estruturado nos tópicos: o imigrante haitiano; fundamentação teórica; resultados alcançados e conclusão.

## 1. O IMIGRANTE HAITINO

De acordo com observações realizadas em nosso campo de trabalho, atualmente, com as mudanças políticas e sociais no Brasil, houve uma diminuição do fluxo migratório de haitianos. No entanto, o país ainda tem recebido cidadãos do Haiti em decorrência

da instabilidade política e também devido às alterações sismológicas que têm assolado aquele país, como foi o caso do terremoto ocorrido em 2010. Trata-se, portanto, de um contexto de migração forçada que leva o indivíduo a outro país em busca de melhores condições de vida.

a designação *migração forçada* tem sido atribuída mais frequentemente a pessoas as quais tiveram de se deslocar em função de situações relativas a seus direitos econômicos, sociais ou culturais. No entanto, um caso exemplar que vem se evidenciando e, simultaneamente, desafiando esse tipo de organização do campo jurídico, reside no fenômeno relativo à migração forçada por razões ambientais. (ARANTES; DEUSDARÁ; BRENNER, 2016, p.1198)

De acordo com o relatório anual do Instituto de Migrações e Direitos Humanos - IMDH (2015), dentre os imigrantes atendidos pela instituição, 82% são do sexo masculino e 31% procedentes do Haiti. Segundo dados da Polícia Federal - PF, de acordo com o IMDH, somente em 2015 foram registrados 14.535 haitianos no Brasil, o maior contingente sendo a nacionalidade que mais tem crescido nos últimos cinco anos. O número desses imigrantes nos Estados brasileiros é variável, uma vez que estão no país em busca de ofertas de emprego e, com isso, migram internamente em busca de melhores oportunidades laborais.

Com o objetivo de atender à demanda de haitianos no Distrito Federal, no que se refere à relação língua-acolhimento-inserção, está em andamento o Projeto de Extensão da Universidade de Brasília "Interdisciplinaridade para o acolhimento e inserção de refugiados e imigrantes do Haiti à cultura brasileira e ao Português do Brasil". Para conhecermos a característica de cada imigrante participante, está sendo feito um levantamento prévio, ainda em andamento, sobre a origem desses imigrantes no Haiti, como condição social, econômica, nível de instrução, distribuição geográfica e ocupação. Ainda voltado para esta perspectiva, o levantamento tem como objetivo identificar o percurso desses imigrantes até chegarem ao Brasil.

Dados preliminares indicam que grande parte do primeiro grupo que chegou ao Brasil entre 2011 e 2013 veio via República Dominicana, Panamá, Equador e Peru e a maioria é do sexo masculino. No momento posterior, a partir de 2013, tem havido um fluxo direto sem passar pela República Dominicana, Panamá ou Equador, mas diretamente pelo Peru. A entrada para o Brasil se deu quase que totalmente por Brasileia - AC, apenas alguns casos específicos por Tabatinga - AM. O meio de transporte sempre aéreo até o Peru e a partir de lá e do Brasil, sempre terrestre.

Quanto ao fluxo migratório, tem sido observada a ocorrência de um maior número de mulheres em relação ao período anterior, porém ainda muito inferior ao de homens. Quanto ao estado civil, os dados apontam para a primeira etapa um maior número de homens casados que, empregados, enviam dinheiro para que as esposas no Haiti venham também para o Brasil. Poucos dados foram encontrados sobre crianças. Algumas já nasceram em território brasileiro e, segundo informações obtidas com os próprios haitianos, os filhos da maioria permaneceram no Haiti devido às dificuldades financeiras de custeio da viagem para o Brasil.

No estudo em andamento pode ser observado que há um grande fluxo migratório para o Distrito Federal, no entanto, a permanência destes haitianos é bastante instável e oscilante, uma vez que a instalação definitiva depende da alocação de empregos.

As características dos haitianos participantes deste trabalho se assemelham muito com as apresentadas pelos dados do IMDH, pois são em sua maioria homens entre 20 e 40 anos, com diferentes níveis de instrução, pertencentes a diferentes grupos religiosos, com a característica comum de não terem conhecimento da língua portuguesa e da cultura brasileira, o que tem dificultado principalmente a inserção no mercado de trabalho. O governo brasileiro, em um sentido *macro*, acolheu-os e os reconheceu como imigrantes, o que pôde garantir maior estabilidade, dando-lhes, conseqüentemente, o direito de competir no mercado de trabalho.

O início da vida em um novo país, para os imigrantes, apresenta enormes desafios de adaptação que se manifestam em diversas áreas: cultural, social, profissional, política, econômica, entre outras dimensões. São vários os obstáculos que devem ser superados para garantir uma vida cidadã no novo país. Segundo Arantes, Deusdará e Brenner (2016, p.1200), no âmbito psicológico, “o deslocamento migratório é concebido como experiência que implica ruptura do contexto exterior ao indivíduo, produzindo possíveis efeitos de desorganização do universo de referências simbólicas”.

Neste conjunto de desafios, um ponto fundamental é o aprendizado da nova língua, pois esta representa um pré-requisito essencial para o cotidiano, para a comunicação básica, para a integração na sociedade e no mercado laboral. Sem o domínio da língua, o imigrante está impossibilitado de resolver as mínimas questões da vida cotidiana, afetando profundamente sua autonomia, liberdade, segurança e dignidade.

Desse modo, o ensino de Português para imigrantes do Haiti no Brasil mostra-se como necessidade básica, de real importância para a inserção desses indivíduos e cidadãos na sociedade, de forma a proporcionar-lhes condições de acesso aos recursos para uma vida digna.

Neste contexto, o IMDH se propôs, na busca de viabilizar várias atividades voltadas aos imigrantes haitianos, desde à orientação e providências da documentação para a legalização no país, até o encaminhamentos para o mercado de trabalho e para o aprendizado da língua portuguesa.

A metodologia aplicada consistiu em dois encontros semanais, cada um com duração de duas horas, para as práticas de regência em oficinas interdisciplinares/transdisciplinares para os imigrantes, envolvendo temáticas transversais de Extensão, sempre com no mínimo três formandos (em sua maioria de Letras), com o objetivo de tornar o processo mais dinâmico e de atender cada aprendiz de forma mais individualizada.

Além dessas aulas/oficinas, ainda como parte da metodologia, os estudantes de Letras e outros integrantes da equipe (professores e pós-graduandos), participaram semanalmente de duas outras reuniões também com duas horas de duração, com vista à preparação e discussão das oficinas nas áreas temáticas de comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho. Nessas oficinas, o espaço esteve sempre aberto para discussões, inovações e experimentação daquilo que foi vivenciado por cada participante no contexto cotidiano de trabalho ou de vivência social na comunidade onde vivem.

Por se tratar de um contexto migratório oscilante, a dinâmica adotada buscou atender às necessidades imediatas do aprendiz, desenvolvendo uma temática de aula a



cada encontro, iniciando-a e terminando-a no mesmo dia. Essa mesma realidade é vivenciada, de acordo com Barbosa e Ruano (2016), no Projeto Português Brasileiro para Migração Humanitária, da Universidade Federal do Paraná, onde:

Por conta das demandas e das particularidades de ensino a esse público, o projeto tem construído formas alternativas de abordagem metodológica e logística de estudo que procuram se adaptar a uma concepção que temos chamado de “língua em trânsito” ou ainda “porta-giratória”. Em quase todos os encontros chegam novos alunos; muitos deles, por conta do trabalho, deixam de frequentar as aulas, ou as atendem com bastante irregularidade. Desde o começo percebemos que qualquer abordagem “linear” de aquisição linguística não seria produtora ao grupo. Diante disso, chegamos à ideia de que cada aula seria uma tarefa comunicativa fechada, isto é, com começo, meio e fim. (BARBOSA; RUANO, 2016, p.331)

A metodologia adotada tem tido resultados positivos. Observamos que um dos pontos de maior dificuldade para a dinâmica das aulas ainda é a chegada de novos alunos, pois exige uma reflexão constante por parte do mediador/professor sobre a prática pedagógica e sobre as dinâmicas de interação e integração do grupo, de modo a dar continuidade ao que já vem sendo trabalhado nos encontros anteriores e, também, a acolher os novos aprendizes.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Partindo dessa realidade do imigrante haitiano, foram necessárias medidas de acolhimento e inclusão desses novos cidadãos à sociedade, à cultura brasileira e ao mercado de trabalho. Para a efetivação desse trabalho, houve necessidade de integração das diferentes áreas do conhecimento, com temas transversais, envolvendo práticas interdisciplinares. Moita Lopes (2009) afirma que temos muita dificuldade de compreender o outro, e é justamente por esse aspecto que enfatiza a necessidade de uma ação transdisciplinar e não apenas interdisciplinar, de modo a envolver o interesse e o respeito pela voz do outro, com a finalidade de analisar como suas ideias coadunam com as perspectivas em questão. Porém, por outro lado, a transdisciplinaridade, apesar de ser um processo praticamente impossível de se investigar ou desenvolver uma pesquisa independente, exatamente por apresentar a característica de ser transversal, dificulta a especificidade disciplinar, portanto a solução para o problema seria justamente a transversalidade.

Neste sentido, segundo Escobar (2010), é preciso ultrapassar o campo interdisciplinar, tendo como objetivo superar a setorização do conhecimento, e como afirma Nicolescu (2001) “o crescimento dos conhecimentos em nossa época torna legítima a questão da adaptação das mentalidades a estes saberes”.

No processo de formação da cultura brasileira ocorreu e ainda está ocorrendo a interação de diferentes povos e grupos sociais, que resultam em uma grande miscigenação, formando uma realidade cultural peculiar, que inclui aspectos das diferentes culturas. Essa diversidade da realidade cultural cria uma forma específica de vida que passa a ser uma característica do povo brasileiro. De acordo com Arantes, Deusdará e Brenner (2016, p. 1200),

De um modo ou de outro, as mudanças nessas sociedades vão acontecendo e contribuindo para o envolvimento na construção de um novo conceito de

“nós”, sobretudo, rechaçando a velha e ultrapassada ideia de Estado nação homogêneo e unicultural.

Ao mesmo tempo que a diversidade amplia os horizontes, ela também se fecha como forma de segurança e proteção de cada grupo específico. Em Bauman (2001) é afirmado que devemos nos emancipar, porém, para haver uma efetivação concreta, é necessário ter esse desejo ou, ainda, querer essa transformação, o que não é um processo simples devido à falta de subsídios para a libertação dessa sociedade complexa. A sociedade e a comunidade são agentes transformadores desse processo, porém somente o são se houver consciência da existência desse potencial.

A proposta é um desenvolvimento sustentável de inclusão na sociedade, que promove, conseqüentemente, o desenvolvimento da competência comunicativa e interacional, ressaltando a importância da língua falada como prática social conforme enfatiza Moura (2006) ao explicar sobre língua falada, língua escrita e ensino.

Para se planejar um desenvolvimento sustentável, com a promoção de saúde, qualidade de vida, cidadania e ação na língua de acolhimento, é necessária a integração entre as cinco diferentes dimensões que estão em torno do que é sustentabilidade:

i) Sustentabilidade social, fundamentada e orientada para a visão de uma boa sociedade, construindo uma civilização com maior equidade; ii) sustentabilidade econômica, possibilitada por uma gestão mais eficiente dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado. A eficiência econômica deve ser avaliada por critérios macrossociais, não apenas em termos da lucratividade microempresarial; iii) sustentabilidade ecológica, que pode ser incrementada pela intensificação do uso dos recursos potenciais com um mínimo de dano aos sistemas; limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros produtos esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais; redução da poluição; limitação do consumo material pelos países ricos; intensificação da pesquisa de tecnologias limpas; definição de regras para uma adequada proteção ambiental; iv) sustentabilidade espacial, voltada para um equilíbrio urbano-rural, com melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas; e v) sustentabilidade cultural, que busca o ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções, respeitando as especificidades de cada ecossistema cultural local. Assim, o planejamento ou experiência deve ser confrontado com a sua extensão, para então avaliarmos as dimensões conceituais de sustentabilidade que enxerga a realidade do embate entre capitalismo e meio ambiente. (SACHS, 1993)

Com relação aos direitos humanos e justiça social, o projeto busca dinamizar e dialogar com diferentes áreas, como educação, saúde, assistência social, meio ambiente e, em particular, com o trabalho e os direitos do cidadão imigrante conforme consta na publicação da UNHCR/ACNUR. Esses dados também contemplam os oito eixos da extensão estabelecidos no fórum de pró-reitores de extensão. Dessa forma, no que tange à saúde, é fundamental que os temas transversais estejam voltados para o bem-estar social integral conforme definições da Organização Mundial da Saúde, envolvendo inclusive o lazer. De acordo com o Plano Nacional para Extensão Universitária deve-se promover a autonomia e a sustentabilidade com relação às tecnologias sociais que melhorem a qualidade de vida, incentive a cooperação, o empreendedorismo para gerar renda e o desenvolvimento econômico sustentável, inclusive com a capacitação de mão de obra ligada ao comércio de bens e serviços. (FORPROEX, 2007).

Como propósito de subsidiar a formação docente interdisciplinar, nesse trabalho foi considerado dois aspectos: a proposta dos oito eixos temáticos do FORPEX (2001b) e a capacitação docente para a interdisciplinaridade de FAZENDA (2016). Nesse sentido, para um projeto de capacitação docente interdisciplinar é necessário favorecer condições para que o professor compreenda o processo de aprendizagem do aluno, que busque meios que propiciem o diálogo e promovam a transformação social e possibilitem condições para troca com outras disciplinas, mesmo que o educador ainda não tenha adquirido o domínio da sua. (FAZENDA, 2016, p. 50)

Nessa perspectiva, uma análise multirreferencial, que não era reconhecida no pensamento clássico, surge da necessidade de se perceber o mundo na sua totalidade, o que permite compreender o desenvolvimento de um conhecimento sem fronteiras e sem limites. No entanto, essa postura e concepção interdisciplinar e transdisciplinar não deixa de se apresentar com rigor, porém com abertura para todas as áreas do conhecimento que inclui tudo o que está ao redor, considerando todos os valores, seja interno ou externo, permitindo que vários saberes sejam produzidos. Desse modo, ocorre a ruptura de um dogma por meio da abertura interdisciplinar, que passa a apresentar tolerância, reconhecendo haver verdades contraditórias. Dessa forma, o mesmo objeto passa a ser concebido de múltiplas formas e a física clássica está fundamentada na ideia da continuidade. (NICOLESCU, 2001) e (MORAES; NAVAS, 2015)

No que se refere ao contexto de língua de acolhimento, não há como pensar em uma perspectiva exclusivamente linguística, numa abordagem estrutural de língua e numa metodologia linear de conteúdos. Devido a peculiaridades envolvidas do contexto de ensino e aprendizagem de língua no qual se inserem imigrantes e refugiados, Grosso (2010, p.68) afirma que a noção de língua de acolhimento ultrapassa o de língua estrangeira ou de segunda língua. Ainda de acordo com a autora:

o ensino-aprendizagem da língua de acolhimento [...] permite o acesso mais rápido à cidadania como um direito, assim como o conhecimento e a promoção do cumprimento dos deveres que assistem a qualquer cidadão. A proficiência na língua-alvo ultrapassa a motivação turística ou acadêmica, interliga-se à realidade socioeconômica e político-cultural em que se encontra. (GROSSO, 2010, p.71)

Nesse sentido, Barbosa e Ruano (2016, p.323) agregam que há desafios adicionais no processo de ensino e aprendizagem,

desafios que são distintos daqueles encontrados em contextos tradicionais de ensino do Português como Língua Estrangeira (PLE). O migrante refugiado encontra-se submetido, por exemplo, a um conjunto de pressões econômicas, sociais e legais que o colocam em uma posição de vulnerabilidade.

Nesse raciocínio, cabe pensar, por fim, nas especificidades do público em questão frente à condição excessivamente genérica do termo “estrangeiro”, como propõem Arantes, Deusdará e Brenner (2016). Para os autores mencionados, não há como assumir o “estrangeiro” como um rótulo único para referir-se a todos que atravessam as fronteiras em busca de acolhida; existe, na verdade, uma imprecisão e excessiva homogeneização subjacente à expectativa de que propor práticas de ensino a este segmento fosse absolutamente idêntica a oferecer cursos a estrangeiros. (ARANTES; DEUSDARÁ; BRENNER, 2016, p.1201). É nesse mesmo sentido que Grosso (2010, p.65-66) afirma que:

O âmbito conceptual de “imigrante” e de “estrangeiro” abrange vários componentes comuns, e talvez por isso tendem a confundir-se e a frequentemente serem utilizados como sinônimos. Trata-se, porém, de universos distintos e, como tal, também no ensino-aprendizagem de línguas é necessário ter em conta essa diferença.

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

As oficinas foram desenvolvidas com amplas interações e discussões sobre cada eixo temático, necessitando, com muita frequência, de adaptações e alterações do planejamento inicial, com o objetivo de atender às demandas dos estudantes participantes de acordo com suas necessidades. Compreende-se que há necessidades imediatas que levam os imigrantes a procurarem as aulas, visto que já estão inseridos em situações comunicativas reais: precisam alugar uma casa, conseguir emprego, deslocar-se pela cidade, fazer compras, regularizar sua situação no país, entre outras.

Assim, para a elaboração das oficinas, os estudantes de Letras adotaram a perspectiva dos letramentos, considerando, desse modo, as diferentes práticas sociais que envolvem o uso da língua, envolvendo não apenas o letramento escolar, mas principalmente os vernaculares, que fazem parte do cotidiano dos imigrantes haitianos, os quais estão inseridos em diferentes realidades socioculturais.

No planejamento das oficinas foi destacado haver necessidade de maior sensibilização do profissional de Letras em direcionar atividades específicas para o aprendizado da língua, com dinâmicas que objetivam desenvolver particularmente a comunicação oral da Língua Portuguesa por meio da interação e da interculturalidade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

O objetivo do projeto foi para além de conhecer as características desse imigrante, favorecer o ensino e o aprendizado da língua portuguesa ou contribuir para esse processo por meio de oficinas interdisciplinares; foi o de introduzir esses imigrantes na cultura brasileira por meio de diferentes práticas sociocomunicativas, utilizando a língua portuguesa como meio de interação oral. Para isso, foram abordadas situações do dia-a-dia e do ambiente de trabalho, demandadas pelos próprios haitianos, de modo a desenvolver a competência lexical, interacional e as respectivas habilidades comunicativas, favorecendo o uso do português como forma de interação com os brasileiros no ambiente de trabalho e, mais amplamente, na vida social, cultural e religiosa.

Essas práticas promoveram reflexões sobre a formação do professor de Língua Portuguesa para todos os formandos, exigindo deles decisões muitas vezes inesperadas para atender às necessidades do aprendiz.

A partir das oficinas integradas já é possível observar que ocorreu integração entre o grupo de haitianos e que houve avanço no aprendizado do português. Entre os resultados e as dificuldades de condução do trabalho, está o fato de haver uma migração contínua dessa população para o Brasil e, conseqüentemente, há a cada momento chegada de novos aprendizes haitianos ao grupo. Apesar de haver uma continuidade no trabalho, a dinâmica consiste em acolher todos os que chegam, porém, mantêm-se a temática e as estratégias previamente preparadas para aplicação na aula.

A partir dessas práticas, segundo depoimentos dos próprios haitianos, já temos

resultados positivos quanto à inserção no mercado de trabalho, devido, entre outros fatores, justamente à aprendizagem da língua, que tem permitido maior interação oral em língua portuguesa.

## CONCLUSÕES

Como conclusão do trabalho, a prática dessas oficinas com temas transversais tem contribuído para a inserção de imigrantes do Haiti à cultura brasileira já com algum domínio da língua portuguesa. Concluímos, também, que o desenvolvimento dessas oficinas na localidade onde residem, o contexto de imersão e a vontade de adquirir emprego ou melhor colocação no mercado de trabalho têm contribuído para o bom desempenho no aprendizado do português.

Após dois anos de execução das atividades, a partir da análise dos dados foi constatada a importância da sensibilização dos estudantes de Letras para a construção de práticas específicas de ensino para imigrantes haitianos em sua formação como professores. De acordo com os depoimentos dos futuros professores, a formação docente interdisciplinar e transdisciplinar do professor de português como língua de acolhimento permite compreensão mais ampla do universo dos seus estudantes e maior diálogo e interação entre professor e aluno.

## REFERÊNCIAS

- ARANTES, Poliana Coeli Costa; Deusdará, Bruno; BRENNER, Ana Carina. Língua e alteridade na acolhida a refugiados: por uma micropolítica da linguagem. *Forum Linguistic*.v. 13, n. 2, p. 1196-1207, 2016.
- BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; RUANO, Bruna Pupatto. Acolhimento, sentidos e práticas de ensino de português para migrantes e refugiados, na Universidade de Brasília e na Universidade Federal do Paraná. In: GEDIEL, José Antonio Peres; GODOY, Gabriel Gualano de. *Refúgio e hospitalidade*. Curitiba: Kairós Edições, 2016. p. 321-336.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CUNHA, Ana Paula da. "Refugiados ambientais"? *Refúgio, Migrações e Cidadania*. v.7, n. 7, 2012. p. 97-116.
- ESCOBAR, Yesid Carvajal. Interdisciplinarietà: desafíos para la educación superior y la investigación. *Luna Azul*, n. 31, July/Dec, 2010. s.p.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinarietà: história, teoria e pesquisa*. 18. ed. 5. reimp. Campinas: Papirus, 2016.
- FERNANDES, Duval; MILESI, Rosita; FARIAS, Andressa. Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. *Refúgio, Migrações e Cidadania*. v. 6, n. 6, 2011. p. 73-97.
- FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras. *Sistema de dados e informações da Extensão: base operacional de acordo com o plano nacional de extensão*. Rio de Janeiro: NEPE, UERJ. Coleção Extensão Universitária. v. 2, 2001a.

FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras. *Avaliação nacional da extensão universitária*. Brasília: MEC/Sesu; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC. Coleção Extensão Universitária. v. 3, 2001b.

FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras. *Extensão universitária: organização e sistematização*. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

GROSSO, Maria José dos Reis. Língua de acolhimento, língua de integração. *Horizontes de Linguística Aplicada*. v. 9, n. 2, p. 61-77, 2010.

IMDH - Instituto de Migrações e Direitos Humanos, *Relatório de atividades, 2015*. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/images/arquivos/Relatrio%202015%20verso%20Finalissima.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2016.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. A transdisciplinaridade é possível em linguística aplicada? In: SIGNORINI, Inês e CAVALCANTI, Marilda C. *Linguística aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

MORAES, Maria Cândida; NAVAS, Miguel Batalloso (colab.). *Transdisciplinaridade, criatividade e educação: fundamentos ontológicos e epistemológicos*. Campinas: Papirus, 2015.

MOURA, José Sérgio Amâncio de. Entre o oral e o escrito: os usos da língua na conversação escrita on-line. In: V ENCONTRO NACIONAL DE LÍNGUA FALADA E ESCRITA - ELFE. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2006. (Livro de Resumos)

NICOLESCU, Basarab. *O manifesto da transdisciplinaridade*. 2. ed. São Paulo: Triom, 2001.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. 1. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

UNHCR/ACNUR. *Direitos e deveres dos solicitantes de refúgio e refugiados no Brasil*. Brasília: ACNUR, s.d.

## **GT: 15 - Memória, narrativas e discursos**

Coordenadores: Diana de Souza Pinto e  
Cleuza Maria Gomes Graebin

## A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL DO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO HEITOR CARRILHO POR MEIO DA ANÁLISE DE DISCURSO EM UM PRONTUÁRIO

**PINTO, Diana de Souza**

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social  
dianap@globo.com*

**LACERDA, Juliana Araujo**

*Graduanda do curso de biblioteconomia da  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Bolsista CNPq  
juliana\_araujolacerda@hotmail.com*

**SILVA, Maria Rosângela Oliveira da**

*Graduanda do curso de biblioteconomia da  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Bolsista CNPq  
marsangel1985@hotmail.com*

### RESUMO

Este artigo objetiva discutir a construção da memória social do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho, tomando como recorte o prontuário de uma paciente/interna que permaneceu na instituição por mais de três décadas.

**Palavras-chave:** Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho, memória social, prontuário

### ABSTRACT

This paper aims at discussing social memory construction of Heitor Carrilho forensic hospital. To fulfill this objective, it examines the medical records of a patient who had been imprisoned at the institution for more than three decades.

**Key-words:** Heitor Carrilho forensic hospital, Social Memory, Medical Records



## INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados parciais de um projeto de pesquisa de bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) que integra o projeto de pesquisa coordenado pelos professores doutores Diana de Souza Pinto e Francisco Ramos de Farias intitulado “A construção de narrativas acerca da memória social no Hospital de Custódia e Tratamento Heitor Carrilho” desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO. Desde 2009, alunos de graduação das Escolas de Biblioteconomia, Pedagogia, Filosofia, História e Serviço Social, junto com alunos de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado do programa acompanham o processo de fechamento da instituição. Empregando diferentes aportes metodológicos, tais como a cartografia e a etnografia, e lançando mão de múltiplas estratégias de pesquisa, a exemplo da observação participante, da análise documental e de entrevistas individuais este projeto visa a construção de uma memória da instituição que considere as experiências dos sujeitos que ali atuaram profissionalmente, nos campos da Saúde, da Assistência e da Segurança, como também daqueles que foram objeto das práticas dos saberes da Medicina e do Direito, entre outros, a saber o louco-criminoso (FARIAS, 2010).

Este artigo objetiva discutir a memória social do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho, tomando como recorte o prontuário de uma paciente/interna que permaneceu na instituição por mais de três décadas. Esse grande documento é composto por mais de 600 páginas digitalizadas e em suporte papel. Guias de recolhimento de presos, ofícios de apresentação e de requerimento por parte de juízes, memorandos de comunicado de ingresso de interna, ofícios de solicitação de internação, ofícios de encaminhamento para outras clínicas médicas, pedidos de laudo periciais, resultados de exames clínicos e relatórios de evolução clínica, psiquiátrica e prescrição médica são alguns dos gêneros discursivos (BAHKTIN, 2003) que integram essa vasta documentação que narra a vida da interna que, nesta pesquisa, recebe o pseudônimo de Maria dos Anjos, na referida instituição.

Partimos do pressuposto de que o HCTHC é um lugar de memória, “(...) lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional, simultaneamente (...)” (NORA, 1993, p. 21). E, segundo (DODEBEL, 2000, p. 64), “não existe memória sem documentos”. Le Goff (1996) assinala que o termo latino *documentum*, derivado de *docere* ‘ensinar’, evolui para o significado de ‘prova’ que parece ser também o significado que o senso comum atribui para o termo (DODEBEL, 2005). Contudo, há de se destacar que todo documento é uma construção social, na medida em que é fruto de condições sócio-históricas que circunscrevem sua criação. Tal enfoque nos leva, portanto, a considerar, acompanhando (LE GOFF, 1984, p. 103-104), que “O documento não é inócuo. É, antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da época, da sociedade que o produziram (...)”. Entram em jogo a interpretação e a análise das condições de produção que permitiram sua manutenção e preservação.

Assim, direcionamos o olhar, nesta investigação, para o fato de que a construção da memória a ser realizada distancia-se do mero resgate de um passado, seja de sua preservação, seja de sua transmissão, razão pela qual, metodologicamente, teremos de distinguir aquilo que do passado é de utilidade para a construção de uma memória, daquilo que é dispensável, como a cultuada comemoração que, nos dias atuais, aparece estritamente vinculada à memória. Isso quer dizer que o nosso intento é discriminar

filigranas de acontecimentos para a construção de uma lembrança produtiva. Por esta razão, o estudo da memória, nessa investigação, tem o caráter de ser um processo e produto de significações compartilhadas pelos agentes instituídos com funções administrativas, dos agentes que realizaram passagem ao ato e se encontram aprisionados, dos dispositivos legais que legislam sobre o funcionamento da instituição e, enfim, pela participação do grupo de pesquisadores movido de ferramentas teóricas para analisar as imbricadas relações tecidas a partir da convergência de contingentes distintos da experiência humana. Em outras palavras, interessa-nos as significações engendradas pela ação conjunta de seres humanos, numa instituição, em dado momento histórico. A memória é a “reconstituição do presente realizada através da linguagem e das práticas sociais”. (VÁSQUEZ, 2001, p. 29).

## 1. QUADRO TEORICO

Segundo Gondar (2015) o conceito de memória, produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja. Há diferentes formas de conceber e abordar o campo da memória social que envolverão contextos políticos e éticos, bem como posições teóricas. A autora destaca que este é um campo móvel. A memória não pode ser aprisionada em uma forma fixa ou estável e não se pode defini-la de uma só maneira por nenhuma área do conhecimento. A única estabilidade da memória é estar em permanente reconstrução. O campo da memória social é também polissêmico por ser passível de congregar vários significados e é transdisciplinar pois se produz no entrecruzamento e atravessamento entre distintos campos do saber. Por meio da trajetória de vida de uma paciente/interna registrada em seu prontuário na perspectiva multidisciplinar dos profissionais de saúde mental que atuaram na instituição, buscamos construir parte da memória social do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho.

Ao construir a memória dessa instituição, tratamos do passado e do futuro da mesma e daqueles que ali permaneceram e permanecem. Ao reconhecer aquele espaço como pluralidade dos modos de subjetivar-se, como nos diz Gondar (2003:42), investe-se em construções móveis, em arquiteturas e lógicas ainda não consolidadas, acreditando-se nas pulsações dos sujeitos envolvidos, nos acertos e desacertos dos processos conjuntamente ensejados. Esta população, indiscutivelmente mais estigmatizada e segregada, ilustrada aqui pelo caso supra citado, necessita, portanto, de ações que garantam seu exercício de direitos básicos, a exemplo de moradia, sob pena de ser silenciada, de tornar-se apenas referentes periféricos de narrativas cujos protagonistas performatizam as qualidades preconizadas por uma sociedade desigual civilizada e racionalizada.

## 2. O HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO HEITOR CARRILHO

O Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho, inaugurado em 1921, desde o início teve como característica fundamental ser um espaço prisional e asilar, penitenciário e hospitalar de acordo com Carrara (1998). Isto significa dizer, nos termos do autor, que estamos tratando de uma instituição híbrida cujo espaço único articula e sobrepõe uma dupla função: custodiar e tratar. Assim, caracteriza-se como um espaço de um mandato institucional híbrido, quer seja, organizar e tutelar a vida de um sujeito ao mesmo tempo em que o trata e supostamente o recupera para a futura reinserção

social. Nesse contexto, “novas formas de custódia se criam, num elo que se multiplica ininterruptamente” (Dantas e Dahmer, 2009: 148) para abrigar os criminosos que não podiam responder pelo crime praticado, ou seja, os considerados loucos criminosos. O hospital de custódia e tratamento é gerido ao menos por três políticas públicas, sendo elas: o Sistema de Justiça Criminal, a política penitenciária e a de saúde mental (Dahmer, 2010).

A instituição, ao longo de sua estória, recebeu diversas denominações: Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro, Manicômio Judiciário Heitor Carrilho, Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho (CARRARA, 2010; SANTOS, 2016) e, por fim, Instituto de Perícias Heitor Carrilho. As nomenclaturas acompanharam os diferentes contextos do saber médico-penal, relativos ao tratamento do louco infrator (SANTOS; FARIAS; PINTO, 2015). Diferentemente do criminoso, que recebe uma sentença e deve cumpri-la em uma instituição penal, ao louco infrator é aplicada a medida de segurança. Ao cometer um crime, o portador de doença mental, em função de seu transtorno, não pode ser responsabilizado por seus atos, sendo considerado “inimputável”. Deve, assim, ser tratado e não punido. Um breve histórico da Reforma Psiquiátrica no Brasil, também chamada de Reforma anti-manicomial (Hirdes, 2009), por se posicionar frontalmente contrária às práticas hospitalocêntricas que orientavam o tratamento desumanizado dos pacientes psiquiátricos até então, ocorreu em nosso país. Em 1987 foi lançado o lema “Por Uma Sociedade Sem Manicômios” na I Conferência Nacional de Saúde Mental, no Rio de Janeiro que, após muita discussão e criação de leis, decretos e portarias relacionados ao trato com o sujeito portador de transtorno mental, culmina com a sanção da lei 10.216/2001 que trata dos direitos destes doentes. Progressivamente, após a promulgação desta lei, os manicômios são substituídos por dispositivos alternativos tais como os Centros de Atenção Psicossocial, Residências Terapêuticas, Ambulatórios de Saúde Mental, entre outros. Após um longo processo, iniciado em 2007, como desdobramento das determinações resultantes no campo da assistência ao doente mental preconizadas pela lei antimanicomial nº 10.216 de 06/04/2001 (Diário Oficial da União-09/04/2001) e pelas resoluções 4 e 5 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária de 2004 e 2010, os Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico que historicamente desenvolvem as funções de punir/custodiar e tratar, conjugando os saberes médico, jurídico e penal precisaram, então, encontrar dispositivos alternativos para os desinternados criando espaços para abrigá-los (SANTOS; FARIAS; PINTO, 2015). Em 20 de março 2013, o governador do Estado do Rio de Janeiro, por meio do decreto 44.130, altera a estrutura organizacional da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP-RJ), modificando a denominação da instituição: o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho se torna Instituto de Perícias Heitor Carrilho. Dessa forma, os internos que já haviam cumprido a medida de segurança, deveriam deixar o local. Contudo, muitos dos desinternados não possuíam nenhuma rede familiar de suporte. Outros, sequer tinham seus documentos de identificação com os quais poderiam solicitar os benefícios que lhe são garantidos por lei para manter-se fora dos muros da instituição (VER BENEFÍCIOS). Contudo, é dever do Estado providenciar locais, como determina a lei, para acolhê-los. Progressiva e lentamente, a partir de um grande esforço, as equipes multidisciplinares do hospital se articulam com setores da Assistência Social e da Saúde Mental do Estado do Rio de Janeiro, apoiados por ações do Conselho Nacional de Justiça, dando início a um longo processo em múltiplas frentes para a busca de locais para onde encaminhar esses “sem

lugar". A partir de parcerias calcadas na solidariedade entre profissionais trabalhadores de serviços de saúde mental tanto no estado quanto na cidade do Rio de Janeiro, entre outros setores, provocaram-se movimentos, criaram-se planos provisórios de ação almejando o efetivo exercício de cidadania de abrigados. A busca por documentos, por um local de moradia, pela família ou conhecidos e vizinhos corporifica(ra)m o encontro clínico que deu sustentação, para muitos, ao paradoxo de ser, ao mesmo tempo um ser livre, com sua dívida com a sociedade já paga, e permanecer em uma instituição disciplinar, total nos termos de Goffman (1961).

No enfrentamento com questões e impedimentos dos mais diversos, tais como a falta de documentos - certidão de nascimento - , a ausência de familiares ou amigos e vizinhos, potenciais agentes acolhedores de ex-pacientes, e ainda por vezes a insistência do setor de perícia em sublinhar o subjetivo critério de periculosidade para manter alguns indivíduos aprisionados à lógica da exclusiva medicalização, as equipes multidisciplinares procuram estratégias de resistência, ou mesmo dobras, no lento processo de busca por um espaço outro para cada uma das trajetórias singulares que lá foram construídas. Apesar da ausência de um plano/ traçado instituído sob a forma de uma política de governo/estado, foram construídas tentativas, das quais algumas se tornaram efetivas possibilidades de inserção social para aqueles que outrora foram considerados loucos criminosos, portadores de um transtorno em conflito com a lei, e que hoje devem ter garantidos seus direitos constitucionais de ir e vir, de livre expressão de suas ideias. Procura por familiares, visita a Centros de Atenção Psicossociais na cidade do Rio de Janeiro, procura por vagas em residências terapêuticas em outros municípios do Estado são algumas das ações ensejadas pelos profissionais de Saúde e da Assistência para suplantarem a enorme carência do Estado no que tange a encontrar um espaço de vida para aquele(a)s que permaneceram isolado(a)s da vida social. Em sua tese de doutorado em Memória Social, a psicóloga integrante de uma das várias equipes multidisciplinares Ana Santos (SANTOS, 2016) descreve em detalhes o processo de fechamento da instituição por meio de uma cartografia singular que culmina com um ato do juiz que, em fevereiro de 2016, determina a saída de todos que ali ainda permaneciam. Assim, naquela data, o último desinternado deixa as dependências do antigo manicômio judiciário.

### 3. METODOLOGIA

O desenvolvimento do piloto ocorreu, inicialmente, a partir da leitura minuciosa de todos os documentos que integram o prontuário da paciente/interna Maria dos Anjos considerando as duas injunções da instituição: a jurídico/prisional e a saúde/asilar. Em seguida, organizamos o prontuário por ordem cronológica. Para efeitos deste trabalho piloto, utilizamos o recorte temporal dos anos de 1985 e 2009. A primeira data foi selecionada por ser o ano de entrada da paciente na instituição e a memória do trato relativo ao *modus operandis* dado aos pacientes psiquiátricos nessa época. Já o ano de 2009 refere-se ao ano de sua desinternação, já figurada como consequência do processo de desinstitucionalização preconizado pela Reforma Psiquiátrica. Dentro dos recortes temporais analisamos, por meio da criação de uma tabela, as seguintes categorias: data, gênero discursivo, setor de origem e destino, palavras-chave, forma de tratamento e conteúdo. Para a fundamentação teórica utilizamos, como apontado acima, o conceito de memória social que de acordo com Gondar (2016) é transdisciplinar e polissêmica, possibilitando interpretar elementos presentes nos registros de prontuário, através do

olhar dos profissionais multidisciplinares que fizeram parte da trajetória da paciente/interna Maria dos Anjos, da sua entrada na instituição (1985) e pós desinstitucionalização (2009). A instituição que de acordo com Carrara (1998) possui a superposição de dois modelos de intervenção social – jurídico/punitivo; psiquiátrico/terapêutico – acabou, mas tem continuidade por meio do prontuário que permite a construção de parte da memória social desta instituição por meio dos diversos contextos históricos e sociais pelos quais a instituição passou nestas três décadas.

### 3.1 A escolha do objeto

O prontuário, do ponto de vista de um pesquisador analista de discurso, é uma rica fonte de dados. No que concerne a uma instituição de natureza híbrida, encontramos, por um lado, documentos não só relativos à assistência médica, mas também outros que são oriundos das Varas de Execução Penais, como, por exemplo, boletim de ocorrência, prorrogação de medida de segurança, etc. Contudo, por mais completo que seja um prontuário de uma instituição com esta finalidade, segregar e tratar, a incompletude lhe é necessariamente uma marca inerente, pois informações detalhadas relativas ao(s) processo(s) pelo qual a interna responde e é acusada não podem ser ali armazenadas, cabendo essa responsabilidade de guarda a setor específico do sistema penal. Assim, o(a) pesquisador(a), ao examinar o prontuário, depare-se com várias lacunas, e o exame sistemático de tal documento só pode lhe proporcionar acesso limitado à memória da interna na instituição. A presente pesquisa contribui para a construção da memória dessa instituição tendo como objeto o prontuário da paciente/interna Maria dos Anjos. A escolha do prontuário dessa paciente/interna se deu pelas multiplicidades de experiências de que ela foi sujeito por cerca de três décadas na instituição.

Maria dos Anjos se tornou paciente/interna nessa instituição em 1985 passando por algumas desinternações. Por meio de relatos de profissionais de várias formações disciplinares (médicos, enfermeiros, agentes penitenciários, assistentes sociais, entre outros), o prontuário evidencia a sua singularidade descortinando vários episódios de resistência ao tratamento/punitivo. A sua desinternação se deu em 2009 e, por não ter quem a acolhesse fora daqueles muros, continuou abrigada na instituição até ser, em 2016, abrigada em uma Residência Terapêutica (Portaria/GM nº 106 de fevereiro de 2000), local de moradia para pessoas com transtornos mentais que permaneceram por longos períodos em internações psiquiátricas e não têm como retornar ao convívio familiar.

De acordo com seu extenso prontuário, Maria dos Anjos tem sua vida atravessada por várias histórias cujos pilares são a exclusão, o abandono e a violência, vivenciadas na família, na rua e nas várias internações em instituições totais de naturezas diversas nas quais foi internada. Consta de seu prontuário que, no dia de Natal do ano de 1983, a interna alega ter dado a luz a um menino e decide, junto ao Serviço Social da Pro-Matre, maternidade da cidade do Rio de Janeiro, entregá-lo ao juizado de menores de onde parece ter posteriormente sido levado para a Fundação Romão Duarte, instituição que abriga crianças cujos pais foram judicialmente destituídos do pátrio poder. No parágrafo inicial do detalhado relato da Pro-Matre, endereçado à juíza da trigésima Vara, assinado pelo administrador da maternidade à época, já é anunciado o objetivo comunicacional daquele documento, cujo campo semântico, pleno de referências ao comportamento extremamente agressivo Maria ecoará por todo o documento e por todo o prontuário, seja em forma de adjetivos ou de ações que a ela são atribuídas.

#### 4. OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é propor a construção de um piloto como modelo para a organização do prontuário da paciente/interna Maria dos Anjos visando os campos da saúde e jurídico. O presente trabalho trata da categorização e organização dos documentos relativos ao campo médico e jurídico de tratamento. Este trabalho integra o projeto de pesquisa em andamento “Construção da memória social do Hospital de Custódia e Tratamento à Instituto de Perícia Heitor Carrilho por meio da organização, registro e armazenamento de prontuários” que busca desenvolver critérios de organização, registro e armazenamento do conteúdo do prontuário da referida paciente/interna visando sua futura utilização na organização dos prontuários dos demais pacientes/internos para seu futuro uso por pesquisadores. Cabe destacar que o espaço físico do atual Instituto de Perícias Heitor Carrilho passou a abrigar, em junho de 2016, a Biblioteca, ainda sem nome e o Museu Penitenciário do Rio de Janeiro, ambos sob a coordenação da Escola de Gestão Penitenciária da SEAP. Integra os objetivos da biblioteca, organizar todos os prontuários para, no futuro, disponibilizá-los para outros interessados em compreender a memória do mais antigo manicômio judiciário da América Latina.

#### 5. RESULTADOS ALCANÇADOS

Por meio da categorização utilizada, observamos que os gêneros discursivos, em 1985, eram predominantemente de caráter jurídico, embora houvesse oscilação na forma de tratamento utilizada. Neste período Maria dos Anjos é tratada, em alguns documentos, como “paciente” e, em outros, como “interna”. Também constatamos a ausência da fala do sujeito, mesmo que em fala reportada, bem como a ausência de assinatura de profissionais em alguns documentos. Nesta janela temporal, visualizamos poucos profissionais multidisciplinares atuando na instituição, com o predomínio de médicos psiquiatras e agentes penitenciários/inspetores. Múltiplas conclusões resultam dessa breve investigação. Por um lado, o prontuário materializa a configuração de poderes/saberes em atuação na instituição naquele momento. Pertencendo ao chamado DESIPE (Departamento do Sistema Penitenciário) extinto em 2003, a instituição era alavancada em grande medida por práticas penais e judiciárias, sendo a atividade de custodiar a que predominava.

Já em 2009, foi observado que a forma de tratamento é invariavelmente “paciente”, o que evidencia uma mudança na configuração dos saberes/poderes naquele momento. Em consonância com a Reforma, mais particularmente em obediência a Lei 10.216, até 2019 nenhuma instituição de caráter asilar deve estar em funcionamento no país. A presença da fala de Maria dos Anjos, registrada entre aspas, configurando uma tentativa de trazer para o prontuário a voz singular de quem o possui, materializar uma outra forma de lidar, por um lado, com a vulnerabilidade da paciente e, por outro, com a “impotência”, expressa literalmente por uma médica psiquiatra ao registrar, em uma folha de evolução clínica, seus sentimentos face à situação de desamparo do Estado com relação aquela mulher que passara mais de 30 anos em uma clausura forçada.

## CONCLUSÕES

A organização do prontuário da paciente/ interna Maria dos Anjos nos possibilitou construir parte da memória social do hoje extinto Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho sob a ótica dos diversos profissionais que com ela tiveram contato dentro do contexto político e social pelo qual passava o Código Penal Brasileiro em variados momentos, no que tange à custódia e tratamento do louco infrator. Com obstáculos ainda intransponíveis relacionados a desinstitucionalização, não só na questão de desospitalização mas também na reintegração do sujeito, se dá o fechamento do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho (SANTOS, 2016). A instituição acabou, porém parte de sua memória continua no prontuário.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. M. O problema dos gêneros discursivos. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes. 2003.
- BARROS, .C. S. Aplicação da reforma psiquiátrica e da política de saúde mental do louco infrator. Em *Revista Jurídica Consulex*. XIV (320), p. 41-42, 2010.
- CARRARA, S. *Crime e loucura: o aparecimento do Manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro. Eduerj, 1998.
- CARRARA, S. "A história esquecida: os manicômios judiciários no Brasil". In. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*. Centro de Estudos do Crescimento e do Desenvolvimento do Ser Humano da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. 2010. p. 16-29.
- DAHMER, Tania Maria. "Quando o camburão chega antes do SAMU: notas sobre os procedimentos técnico-operativos do Serviço Social". IN Valéria Forti; Yolanda Guerra. Organizadora. *m - Coletânea Nova de Serviço Social*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, Volume. 1, p. 163-181.
- DANTAS, Rosilene; DAHMER, Tania Maria. "Notas reflexivas sobre a Relação de Custódia e o Exercício Profissional: o Caso do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico" IN FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. Organizadoras. *Ética e Direitos: ensaios críticos - Coletânea Nova de Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2009.
- DODEBEI, Vera ; GONDAR, Jô . Memória, circunstância e movimento. In: Vera Dodebei; Jô Gondar. (Org.). *O que é memória social?*. 1 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, v. 1, p. 43-54.
- FARIAS, Francisco Ramos de; PINTO, Diana de Souza. *A construção de narrativas acerca da memória social no hospital de custódia e tratamento psiquiátrico Heitor Carrilho*. Projeto de pesquisa. Rio de Janeiro: UNIRIO/DPQ, 2010.
- FOUCAULT, M. *História da Loucura*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1977.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1961.
- GONDAR, J. Cinco Proposições sobre memória social. *Morpheus*. Rio de Janeiro, v.9, n. 15, p. 19-40. 2016.

- GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. *O que é memória social*, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.
- LE GOFF, J. Documento e Monumento. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.
- MISHLER, E.G. *The Discourse of Medicine: Dialectics of Medical Interviews*. Norwood: Ablex., 1984.
- NORA, Pierre. "Entre Memória e História: a problemática dos lugares", In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, 1993.
- PINTO, Diana de Souza; FARIAS, Francisco Ramos de; GONDAR, Jô. O. "O crime e a loucura: construção da memória social das consequências do trauma". IN TRIMBOLI, A. et. Alli. Organizadores. *Trauma, historia y subjectividad*. Buenos Aires: AASM, 2010.
- SANTOS, A. L. G. *Cartografia da desinstitucionalização do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho*. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. 2016.
- SANTOS, A. L. G.; FARIAS, F. R.; PINTO, D. S. Por uma sociedade sem hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, out.-dez. 2015, p. 1215-1230 Disponível em:<<http://www.redalyc.org/pdf/3861/38614283007.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- SARANGI, S. & C. ROBERTS. *Talk, Work and Institutional Order*. London: Mouton de Gruyter, 1999.
- VÁSQUEZ, F. *La memoria como acción social*. Barcelona: Paidós, 2001.



## A ESCRITA SOBRE A EXPERIÊNCIA TRAUMÁTICA COMO ENUNCIACÃO DE MEMÓRIA

**VIANNA, Glaucia Regina**

Pós-doutoranda do PPGMS/UNIRIO-PNPD/CAPES  
*vianna.glaucia@gmail.com*

**BRAZ, José Mauro de Oliveira**

Doutorando do PPGMS/UNIRIO  
Bolsista CAPES  
*jmobraz@yahoo.com.br*

### RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender a eficácia da escrita, como uma possibilidade de elaboração da experiência traumática, por sujeitos que vivenciaram o horror dos campos de concentração. Sabe-se que o trauma por ser um evento doloroso, cuja violência se manifesta em alta intensidade, produz ruptura no aparelho psíquico, inviabilizando ao sujeito conferir um sentido para aquilo que foi da ordem do indizível. O efeito devastador se manifesta por intermédio do silêncio e esquecimento do fato traumático que conduz a repetição, principalmente nos pesadelos recorrentes nos quais essas vítimas se viam submetidas aos caprichos de seus algozes. Todavia acreditamos que a escrita funcione como uma espécie de inclusão simbólica, sendo uma possibilidade de elaboração da experiência traumática.

**Palavras-chave:** Escrita; experiência traumática, Esquecimento

### ABSTRACT

The present study aims to understand the effectiveness of writing, as a possibility of elaboration of the traumatic experience, by subjects who experienced the horror of concentration camps. It is known that trauma, because it is a painful event, whose violence manifests itself in high intensity, produces rupture in the psychic apparatus, making it impossible for the subject to give meaning to what was of the order of the unspeakable. The devastating effect manifests itself through the silence and forgetfulness of the traumatic event leading to repetition, especially in recurrent nightmares in which these victims were subjected to the whims of their tormentors. However, we believe that writing works as a kind of symbolic inclusion, being a possibility to elaborate the traumatic experience.

**Keywords:** Writing; Traumatic Experience; Forgetfulness

## INTRODUÇÃO

A escrita sobre o sofrimento evidencia muitas surpresas, não somente por retratar situações da ordem do incompreensível, como também por nos colocar diante de circunstâncias passíveis de ocorrência no âmbito da condição humana. Enveredando nessa direção rastreamos o legado de três escritores para entabular um diálogo acerca da dimensão do sofrimento que transparece em filigranas de memória no tocante à escrita: Maurice Halbwachs, Primo Levi e Jorge Semprun.

Pretendemos estudar a configuração dessas escritas, cuja peculiaridade de seus relatos encontra-se na combinação entre perplexidade e necessidade de narrar. Revelando a experiência traumática por vestígios, traços, impressões, de forma tão devastadora quanto desestruturante, sofrida por esse grupo social que viveu o horror dos campos de concentração. Tais narrativas do sofrimento vivido, mas inassimilável, aproxima-os do indizível, daquilo que, somente sob mediação da literatura são capazes de suportar apresentando algumas especificidades que constitui um verdadeiro desafio entre memória e esquecimento.

### 1. A violência da experiência traumática

Primeiramente esclarecemos que para realizar o presente estudo, utilizamos como subsídios teóricos o saber psicanalítico, por meio das contribuições freudianas, e as contribuições teóricas do campo da Memória Social, com o intuito de trilhar uma metodologia possível para desenvolver a questão sobre a escrita feita por alguns autores que sofreram o horror dos campos de concentração, como uma possibilidade de elaboração da experiência traumática a que foram submetidos e dar sentido a algo que foi da ordem do indizível.

Os estudos sobre o trauma nas Ciências Humanas nascem no final do século XIX a partir da Psicanálise. No ano de 1915, Freud se debruça sobre os estudos relativos a destruição da cultura, e escreve o texto *Sobre a Guerra e a morte*, onde percebemos em suas reflexões a surpresa inicial com os acontecimentos e as incertezas em relação ao futuro da humanidade. Sua conclusão converge para a ideia de que a civilização não havia descido a níveis morais e culturais tão baixos como se temia, porque simplesmente não havia se elevado a níveis tão altos quanto se acreditava. Movido pelo horror do impacto causado pela eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914) na sociedade europeia, erige uma escrita e endereça seu testemunho ao social.

No seu modo de pensar, a Primeira Guerra Mundial, iluminava as sedimentações sucessivas depositadas pela cultura no homem, fazendo reaparecer o homem primitivo que existia em cada um. Se a sociedade acreditava ter atingido o ápice do desenvolvimento humano e cultural de toda a história da humanidade, a guerra veio demonstrar quão ilusória era a situação, pois, segundo Freud, a psique do homem moderno não era tão diferente daquela do homem primitivo. Ou seja, a guerra mostrou que o sujeito moderno e o selvagem podem ser igualmente cruéis, bárbaros e sanguinários.

Em outros de seus famosos textos, como *O porquê da Guerra?* (1933/1976), Freud com o intuito de mostrar que a racionalidade logo cai por terra, e movido pelo desejo de compreender a motivação que levaria o homem a guerrear, em resposta a uma carta de Einstein assevera que, no contexto da teoria das pulsões, constata-se que no homem impera a força que tende para a destrutividade, a dissolução e os arranjos pautados em princípios racionais.

Não estamos querendo dizer, com isso, que a violência é uma forma de irracionalidade, pois conforme assinalam Bastos, Cabral e Rezende (2010, p. 27) “a violência não se refere à animalidade. Pelo contrário, a violência relaciona-se com a ditadura da razão”. Nesse sentido, analisar a temática da violência, no cenário da contemporaneidade, é considerar sua fundamentação na deformação da liberdade com desvios sérios da moralidade. Contudo, a raiz ontológica da violência não é o parentesco com a condição animal no homem e sim toda a propensão à destrutividade em que severas distorções ocorrem na esfera dos mecanismos de realização do desejo e da liberdade.

Discorrendo sobre o tema da violência, Coutinho (2000) sublinha que fenômenos como: sonhos traumáticos, a repetição na transferência e o ingênuo brincar infantil, forneceram elementos que levaram Freud (1920/1976) a rever seu postulado segundo o qual o aparelho psíquico funcionaria pelo princípio de prazer, com a finalidade única de reduzir tensões. As observações clínicas sobre o modo como é possível ao sujeito repetir, de modo continuado, situações cujo teor seja eminentemente desprazeroso foram fundamentais nessa virada de pensamento, pois há, nestes fenômenos, a vigência de um elemento novo que, contrariando o princípio de prazer, funciona de modo a subordiná-lo. Esse elemento recém-descoberto foi denominado de pulsão de morte (COUTINHO, 2000). Desse modo, no pensamento psicanalítico, a pulsão de morte é o conceito que explica a dinâmica que estaria por trás da motivação humana para a guerra e para a violência, além dos referidos fatores históricos, sociais, políticos, econômicos.

O recurso à noção de pulsão de morte explica o caráter repetitivo de experiências que trazem à tona o sofrimento. Com isso, têm-se argumentos para entender a repetição referida ao trauma. Quer dizer, uma experiência traumática pode levar o sujeito à busca de solução e, certamente, a repetição, mesmo que não resolva, uma vez que sobrecarrega o psiquismo de tensão, não deixa de ser uma tentativa. Essa modalidade de funcionamento da pulsão da morte, na esfera individual, pode causar danos irreparáveis, caso não haja o empreendimento elaborativo por intermédio de escolhas de alternativas criativas. Também esse impulso destrutivo pode se estender ao funcionamento de coletividades, produzindo catástrofes e destruição imensuráveis. Desse modo, a experiência traumática estaria na raiz da repetição que pode ter finalidade apenas destrutiva, mas pode também impulsionar o homem à produção de meios alternativos no âmbito da criação. Em ambas as situações estamos diante de formas de violência, porém com efeitos diferenciados: a violência pode ser empregada simplesmente para dissolver como também para criar.

A fim de compreendermos esse circuito, faz-se necessário o entendimento sobre a teoria do trauma, considerado como um dos pilares da Psicanálise. A princípio foi pensado por Freud em termos da sedução sofrida pela criança por um adulto. Posteriormente houve uma reformulação na teoria do trauma, mediante as experiências de soldados que estiveram em combate na I Guerra Mundial. Esses soldados, especialmente os sobreviventes, que foram expostos a graves experiências traumáticas em batalhas, ao retornarem das guerras eram cotidianamente consumidos por sonhos que os enviavam a situações de sofrimento. Esses sonhos eram repetições de situações de impotência que foram vividas nas frentes de batalha e que, uma vez temporalmente distantes, foram mantidas no tempo presente. Trata-se de impressões que não sofreram qualquer desgaste com o passar do tempo, sendo signos recorrentes de percepção e não lembranças.

Caberia indagar o motivo pelo qual esses soldados, uma vez livres da violência dos campos de batalha, não conseguem distanciar-se deles, trazendo-os para o convívio cotidiano pelas impressões traumáticas presentes nos sonhos. As experiências externas foram internalizadas como formas de impotência e desamparo, revelando assim a presença de um “passado doloroso que ressurge de maneira silenciosa e violenta no corpo e no psiquismo”

(FASSIN; RECHTMAN, 2007, p. 19). Como podemos depreender, há uma peculiaridade na experiência traumática, ou seja, o sujeito encontra dificuldades em narrar sua história como um evento passado, convertendo-se em impressão dolorosa. Esse é o cenário bastante frequente nas sociedades contemporâneas.

Em certo sentido, a experiência traumática faz alusão a um testemunho que ficou na ordem do indizível, por ser um tipo de saber específico do homem acerca do extravasamento de seus limites de suportabilidade. Eis o que resiste da experiência na condição de excesso que aniquila os sobreviventes, empurrando-os a situações extremas de danos psíquicos. Nessas circunstâncias, em função da lógica de uma memória traumática, tem-se tanto o silêncio das vítimas, o qual pode ser interpretado como uma prova suplementar de exposição à violência, quanto a aproximação à experiência dolorosa por meios de sonhos e impressões recorrentes. O silêncio e a aproximação ao evento doloroso são defesas psíquicas frente ao trauma devido, principalmente, ao estado de desamparo e de impotência vividos diante de experiências intoleráveis.

O comentário de Benjamin sobre a obra de Proust *A la recherche du temps perdu*, é elucidativo:

Assim, a lei do esquecimento se exercia também no interior da obra. Pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que um acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois. Num outro sentido, é a reminiscência que prescreve com rigor o modo de textura. Ou seja, a unidade do texto está apenas no *actus puros* da própria recordação, e não na pessoa do autor, e muito menos na ação. (BENJAMIN, 1996a, p. 37)

Podemos compreender nessa observação de Benjamin, que a vivência da experiência traumática, por ser tão aniquiladora, aliena o homem de sua condição de sujeito. Nesse contexto, sua vivência não é passível de ser comunicada, tornando-se uma história impossível de ser narrada. Pois para haver reminiscências é fundamental ter tido a experiência, tal como conceituada por Benjamin: recuperação e re colocação do passado no presente. Em sua leitura sobre a obra de Proust, Benjamin nomeou essa memória como voluntária, ou seja, um passado arquivado na memória capaz de atualizar o presente, presentificando a ausência.

## **2. Esquecimento e compulsão a repetição: os paradoxos da memória**

No que concerne a experiência traumática, aos que sobreviveram às experiências dolorosas da I Guerra Mundial, o traumatismo psíquico causado por eventos externos converteu-se em fonte de sofrimento e horror, pois esses sujeitos, diante de toda experiência traumática dificilmente conseguiam esquecer as afrontas que viveram em situações que beiravam o insuportável. Todavia, muitos sobreviventes de campo de concentração fizeram a opção pelo silêncio, numa tentativa de evitar a dor contínua, relativa às impressões recorrentes que se encrustraram no seu psiquismo. O que denota

que toda situação de impotência e desamparo a que foram submetidos não passou incólume, pois os soldados atormentados por suas lembranças mostraram-se incapazes de formular sequer uma palavra sobre o que viram e certamente viveram. Conforme afirma Benjamin (1996b, p. 115) “os combatentes tinham voltado silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis”, sendo apenas acossados por impressões dolorosas que povoavam os seus sonhos.

Considerando a dinâmica desse fato, Freud (1920/1976) caracteriza a experiência traumática como uma lembrança, a qual o sujeito não se dá conta por não se constituir como lembrança, mas há um registro em termos de impressão, como um afluxo pulsional excessivo, sobrepondo-se à capacidade do psiquismo de ligá-lo e elaborá-lo. A presença dessa impressão recorrente causa um severo dano psíquico na medida em que aumenta o estado de impotência, contribuindo de forma positiva para acentuar a condição de desamparo. Essa impossibilidade de elaboração muitas vezes paralisa o homem na sua capacidade produtiva, devido ao fato de encontrar-se irremediavelmente no emaranhado das experiências do passado que, paradoxalmente, não passam, pois, a característica principal da experiência traumática, é que ela diz respeito não aquilo que não pode ser lembrado, mas sim aquilo que não pode ser esquecido. E esse excesso de aprisionamento ao passado impede a capacidade de criar, já que impede a inspiração. Da mesma forma, Benjamin (1996b) teceu sua análise sobre o retorno dos soldados do *front*, percebendo também a dificuldade de articular suas histórias e experiências, considerando, diante de um mundo arruinado, a perda da capacidade de narrar (BENJAMIN, 1996c) e a pobreza da experiência como um dos maiores deflagradores dessa condição pós-guerra, o que se revela, sobretudo, na perda de esperança.

Nessas circunstâncias de sequelas muitas vezes irreparáveis, a vida psíquica está constituída por memórias involuntárias de vestígios e impressões dos eventos traumáticos. É importante ressaltar que o sofrimento psíquico relativo à experiência traumática não é produzido pelo evento sofrido, mas sim devido às reativações de conteúdos e impressões dolorosas recorrentes, pois “o passado traumático só aparece disponível para o sujeito por meio de uma atualização do ato diferido de interpretação e compreensão que inclui a história psíquica” (ORTEGA MARTINEZ, 2011, p. 23). Porém, a repetição dessa experiência não consegue captar tal conhecimento e culmina numa conduta compulsiva; a vítima permanece sem totais condições de avaliar e sem discernimento da experiência traumática a que foi submetida, subsistindo apenas repetições compulsivas e memórias involuntárias, indicando que há alojado um saber. Trata-se de um saber particular sobre essa ferida, entendido como um saber que falta ao sujeito, ou seja, que não foi por ele subjetivado, mas que pode encontrar-se em vias de sê-lo.

Salientamos, conforme esclarecido acima, que o trauma não é produzido pelo evento originário: é necessária uma segunda ação psíquica no sentido de atualização para que seja efetivado. Provavelmente, a exposição a experiências dolorosas pode se constituir no momento de atualização de uma experiência dolorosa do passado. Portanto, é importante que fique claro que falamos de um enigma formulado em termos de um corpo estranho, e não como o regresso de um passado já vivido. Porém, esse corpo estranho situa-se num intervalo entre dois acontecimentos, ligando um ao outro por cadeias de memória, mas sem significação, pois a única forma de elaboração seria o reportar-se à experiência com todas as emoções e sensações que causaram para que o sujeito possa vê-la de outra forma, dando-lhe outro sentido.

### 3. Da memória individual à memória coletiva, o trauma.

Como vimos, os estudos sobre o trauma surgiram dos questionamentos de Freud acerca dos soldados que retornavam das trincheiras e não conseguiam falar sequer uma palavra sobre o horror vivido. Os casos atendidos por ele indicaram que os soldados apresentavam um retorno repetitivo a cena insuportável, levando-o a compreender a experiência traumática como decorrente de uma situação de extrema violência a que o sujeito foi submetido, mediante a compreensão desse trauma individual queremos pensar como fica uma coletividade diante de catástrofes sofridas. Primeiramente é mister compreender conforme Gondar (2008) aponta, que Freud nunca foi o pensador de uma memória só:

Freud não é apenas um pensador da constituição subjetiva, mas também um pensador da cultura. Temas como a origem da civilização e os seus mal-estares, a religião e a arte fazem parte das preocupações freudianas. E cabe aqui uma ressalva: se Freud constrói uma teoria da cultura e da gênese social, ele não o faz por analogia ao funcionamento do indivíduo; não se trata de uma aplicação dos achados freudianos sobre os sujeitos particulares a um terreno mais amplo: ao contrário, o indivíduo é que seria, de saída, um indivíduo social. (GONDAR, J. 2008)

Concomitante ao pensamento freudiano do trauma, trazemos a baila a Memória coletiva, tal como elaborada por Halbwachs, e assim, podemos pensar o conceito de testemunho o qual sai por intermédio de um narrador do eixo individual em direção a esfera pública.

É mister compreender que o século XX, era das catástrofes e genocídios, perseguição dos judeus, homossexuais, cigano e opositores do regime de Hitler, na Alemanha do terceiro Reich e milhares de perseguidores na América Latina, e em diversas partes do mundo, quer por regimes políticos autoritários, quer pela extrema exploração econômica, ilumina retrospectivamente a história da literatura, destacando esse elemento testemunhal das obras. Conforme Seligmann (2006) esclarece, o surgimento da literatura testemunhal está atrelado a uma época “ repleta de guerras”. (2006, p. 40)

Nesse contexto, onde vigora a disciplina do terror que anula subjetividades e o modo de pensar diferente tornando-o hegemônico, traz consigo efeitos devastadores aos sobreviventes, seja nos campos de concentração, nas torturas das ditaduras na América Latina, e todas as vivências sob qualquer forma desumanizante. Por isso a importância de espaços e meios onde os enigmas possam ser formulados, passando da esfera de testemunho individual a um processo identificatório de quem sofreu direta ou indiretamente na figura dos parentes das vítimas, permitindo aos sujeitos saírem da sua solidão traumática, abolia e apatia.

Todavia, ao mesmo tempo que está ligado a uma cultura política muito violenta, por outro lado existe uma esfera pública onde faz-se reivindicação de Direitos Humanos, reivindicação de justiça, reparação, seja por parte da mídia, ou tribunais internacionais, onde culpados confessam e vítimas testemunham.

Não obstante, é importante lembrar que essa passagem que foi também um “atravessar” a “morte”, problematiza a relação entre linguagem e o “real”. Pensar sobre a situação aterradora ao invés de apagar vestígios é uma possibilidade de recuperar a memória, ao invés de esquecer história é necessário recontá-la. Considerando toda peculiaridade referente a experiência traumática, vemos na escrita uma “possibilidade” de elaboração do trauma.

#### 4. A escrita como “possibilidade” de elaboração

Para pensar a escrita como uma possibilidade de elaboração, trazemos a baila esses grandes pensadores que, direta ou indiretamente, são ícones de referências para o estudo de esquecimento forçado ou voluntário e de lembranças que, por vezes, insinuam-se como lampejos. Começando por Halbwachs, nossa inquietação concerne à possibilidade de pensar se, no estado agonizante em que se encontrava, no campo de concentração em Buchenwald onde pereceu, teve consciência de que suas ideias seriam tomadas como verdadeiros balizadores, acerca das grandes problematizações sobre os horrores ocorridos na primeira metade do século XX, no considerado berço civilizado do planeta.

Quer dizer, Halbwachs, em alguma ocasião, confrontado com a certeza de seu fim, teria imaginado como se daria a transmissão da memória sobre a barbárie? Sabemos tratar-se de um assunto que resultou em inúmeras páginas de livros, revistas e jornais, tendo veiculado, em larga escala, em filmes, programas de televisão, ensaios fotográficos, documentários que pretendem inteligibilizar o entendimento acerca do desespero humano. O cheiro de cadáveres queimados com o qual Halbwachs cotidianamente convivia, teria, de alguma maneira, mobilizado-o no sentido de traçar marcos referenciais da experiência de afogado, para utilizar a expressão de Primo Levi? Caso tivesse tido a sorte de estar do outro lado (sobrevivente), teria produzido escritos para deixar traços acerca de seu sofrimento? Teria, então, composto a lista daqueles que se ocuparam da produção de relatos testemunhais sobre os horrores da guerra?

O que evidenciamos são apenas especulações acerca de um homem a quem, sequer foi dada a oportunidade de traçar, mesmo em lacunas, as impressões de seu sofrimento, como também não lhe foi permitido esquecer. Contudo, como não dispomos de nenhum vestígio de memória de Halbwachs a esse respeito, reportemo-nos a quem pôde produzi-lo. Referimo-nos aos escritos de Primo Levi quem, tendo atravessado a zona cinzenta, traçou os contornos da condição de iminente afogado e também de sobrevivente até o dia em que, provavelmente, sucumbiu a si mesmo pelo afogamento.

Sem dúvida, o tormento que impulsionou Primo Levi ao provável suicídio, voluntário ou por displicência, deve ser explicado em termos da impossibilidade de esquecer a devastação causada pelo confinamento no campo de concentração de Auschwitz. Atormentado pela experiência de ver homens “mortos” movimentam-se, com total perda da capacidade de avaliação dos valores morais, cúmplices das mais extremas formas de negociação, Primo Levi decide produzir rastros na tentativa de libertar-se de lembranças do “passado” presentificadas, imperiosamente, em suas memórias. Nessa árdua empreitada, escreveu vários livros, na esperança de dialogar com tantos outros que não sucumbiram ao afogamento, tendo um objetivo claro: constituir-se em um testemunho acerca das sofisticadas experiências, realizadas em seres humanos, adjetivadas pelo horror e também elaborar a culpa em relação ao fato de presenciar o fim dos que foram brutalmente afogados, diante do estado de impotência onde nada poderia ser feito no sentido do cumprimento da sentença funesta, sem poder evitar esse destino.

Esses pensamentos sombrios que lhe afligiram, como verdadeiros pesadelos, conferiram uma marca a sua escrita, ou seja, tentou tracejar, com o recurso de suas lembranças lacunares, aquilo que não sabia ou que não conseguia expressar em letras, palavras,

imagens, encarregando-se de uma prolongada e difícil caminhada para cumprir essa empreitada até o momento em que se inscreveu na rubrica do esquecimento definitivo, tendo caído ou lançando-se do sexto andar do prédio onde morava. Em suas produções constata-se uma escrita que oscila entre um texto de teor literário, com belas encenações poéticas e uma espécie de narrativa acerca das atrozes experiências do sobrevivente de contínua agonia e testemunho do processo de desumanização de carrascos e vítimas.

Esse é o fio condutor que alinha as suas obras nas quais são desvelados sentimentos a serem provocados no leitor: perplexidade, indignação, incredulidade, dúvida. A perplexidade suscitada em seu primeiro escrito: *E isto é um homem?*, tem ressonância na escrita de outro sobrevivente do campo de concentração que erige sua escrita pulsante marcada pela estupefação; tônica do livro de Jorge Semprun: *A escrita ou a vida?* Foi Semprun quem testemunhou os últimos suspiros de Halbwachs. Na condição de sobrevivente tem como propósito que, para sobreviver, é preciso escrever. Assim, empreendeu um esforço para margear sua experiência de confinamento, marcada cotidianamente pela perda de amigos. Viveu ante o pórtico do Hades, tendo a convicção de que tudo aquilo que lhe aconteceu é da ordem do indizível. Obviamente, ao se referir ao indizível, argumenta que essa impossibilidade não concerne à dificuldade em encontrar palavras para relatar as nuances de suas vivências, visto que a experiência de Buchenwald é indizível porque foi indizível.

## 5. Resultados alcançados

Na análise realizada nas obras de Primo Levi e Jorge Semprun, observou-se que a experiência traumática por conter um núcleo da ordem do indizível, do irrepresentável, permanece como um corpo estranho que não se integra à cadeia de representações, ou seja, não se transforma em lembrança. Mantem-se, desse modo, na condição de uma imagem recorrente que não sofre qualquer desgaste com o passar do tempo, uma vez que não é alçada à condição de construção de memória. Por esse motivo, aqueles que passaram por uma experiência dessa natureza precisam de um tempo para que possam, quando possível, se dedicar a um tipo de escrita, no sentido de produzir um testemunho daquilo que fora vivido.

Mediante a esse afastamento no tempo, torna-se possível relatar acontecimentos e, assim, aquele que foi atravessado pela experiência de horror poderia ser entendido pela escrita ou voz, considerando-se que, muitos optaram pelo silêncio, no temor da incredulidade de seus relatos ou pela dificuldade em encontrar palavras que descrevessem, minimamente, os horrores das experiências vividas. Entre a incerteza e a incredulidade trafegam Primo Levi e Jorge Semprun, em seus escritos, como vestígios, impressões, traços, lembranças e outras formas de presentificar uma experiência acerca da memória nos campos de concentração. Produziram rastros diante de verdadeiros vácuos de palavras de forma indagativa e desafiadora, visto que os relatos sobre fornos crematórios, experiências médicas com seres humanos, estratégias de humilhação e outras técnicas perversas de desumanização poderiam ser considerados o resultado de uma imaginação frutífera em produzir arranjos literários, ou seja, não passariam de obras de uma aguçada invenção ficcional.

Diante desse temor a escrita traz a marca de uma denúncia, mas que é possível contar com os testemunhos do outro lado da experiência que admitam comprová-la, do lado dos “gestores” dos campos de concentração, tais experiências foram, e ainda são, sempre



negadas ou empurradas para o esquecimento, seja por interesse de alguns pensadores ou de órgãos e setores do próprio Estado. Certamente os agentes que comandavam os campos de concentração não estariam afeitos a relatar e existência das evidências desveladas pela escrita de Primo Levi e Jorge Semprun e de tantos outros. De resto, Halbwachs, Semprun e Primo Levi, em seus escritos, fazem emergir a forçada escrita na produção de memória, particularmente no que tange ao irrepresentável, ao que margeia o esquecimento, à negação ou ao apagamento.

## CONCLUSÃO

Concluimos que a escrita pode funcionar como a construção de um saber acerca da experiência traumática, uma tentativa de produção de um sentido para o sem sentido presente em tais experiências indizíveis. Uma possibilidade de dar contornos de vivência àquilo que permaneceu impregnado, em sua imaginação, atormentando seus pensamentos.

Por fim, argumenta que mesmo diante de documentos, imagens, lugares, subsiste uma verdade acerca da experiência que não pode ser transmitida. Caberia, pois, a criação literária encarregar-se de fazê-lo. Daí, então, seria dado um destino às lembranças pregnantas que não foram alçadas ao esquecimento e também seriam traçadas trilhas para abrir espaços ante a impossibilidade de transmitir dados vestígios de memória. Não obstante, é mister lembrar que o silêncio e o esquecimento do fato traumático vão conduzir a repetição, a uma banalização da violência tornando-se um sintoma social grave.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Aguinaldo de; CABRAL, Alexandre Marques; REZENDE, Jonas. **Ontologia da violência**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1996a. v.1

\_\_\_\_\_. Experiência e pobreza. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1996b. v.1

\_\_\_\_\_. O narrador. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1996c. v.1

COUTINHO, Marco Antonio. **Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. v. 1.

DODEBEL, Vera; FARIAS, Francisco Ramos; GONDAR, Jô. **Por que memória social?** Rio de Janeiro: Híbrida, 2016.

GONDAR, Jô. **Memória individual, memória coletiva, memória social**. Disponível em: <<http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero13-2008/jogandar.htm>>. Acessado em 13/12/2016.

FARIAS, Francisco Ramos de. **Por que, afinal, matamos?** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard. **L'empire du traumatisme**. Paris: Flammarion, 2007.

FREUD, Sigmund. Considerações sobre a guerra e a morte. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

\_\_\_\_\_. Além do princípio de prazer. In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

\_\_\_\_\_. Por que a guerra? In: \_\_\_\_\_. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la memoire**. Paris: Félix Alcan, 1925.

LEVY, Primo. **E isto é um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

ORTEGA MARTINEZ, Francisco Alberto. El trauma social como campo de estúdios. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Trauma, cultura e historia**. Bogotá: Lecturas CES, 2011.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Escrituras da história e da memória. In: \_\_\_\_\_. (org.) **Palavra e imagem: memória e escritura**. Chapecó: Argos, 2006.

SEMPRUN, Jorge. **A escrita ou a vida?** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

## A IMPORTÂNCIA DA NARRATIVA PARA A IDENTIDADE E O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DE ARRAIAL DO CABO

**AUTORES:**

**Ms. Manuela Chagas Manhães**

*Instituição/Pós-Graduação: Doutoranda da PPGCL/UENF e UNESA*

*Bolsista UENF*

*E-mail: manuelacmanhaes@hotmail.com*

**Dr. Júlio Ramos Esteves**

*Instituição/Pós-Graduação: Professor*

*Doutor da PPGCL/LCL/UENF*

*Julioesteves46@yahoo.com.br*

### RESUMO

O trabalho analisa como as identidades são construídas por meio da herança cultural intermediada pela narrativa, em um processo permanente de transmissão cultural e de participação dos indivíduos nas atividades cotidianas de extração marinha da Região dos Lagos no estado do Rio de Janeiro. Com destaque das atividades, tais como pesca da anchova, da lula, do camarão e extração de mariscos como meio de fortalecimento da identidade social. Para melhor compreensão fundamenta-se a partir de três eixos norteadores: (1) narrativa, discurso, identidade cultural, memória coletiva e pertencimento; (2) como as relações simbólicas geradas nas relações objetivas entre pescador e peixe/lula/camarão ou extrator e marisco favorece ou não a reprodução da identidade social, e, por último, (3) narrativa e história oral como meio de socialização e resgate da identidade dos membros da comunidade. Assim o objetivo é analisar a identidade como processo, a percepção da realidade cultural, a transmissão de modos apreendidos, as relações simbólicas intermediadas pela narrativa e principalmente a valorização cultural além de nortear a importância da autoidentificação para que haja reconhecimento desta comunidade como comunidade tradicional.

**PALAVRAS CHAVE:** comunidade pesqueira, narrativa, história oral, memória coletiva e identidade sociocultural.

### ABSTRACT

The paper analyzes how identities are constructed through an ongoing process of cultural transmission and participation of individuals in the daily activities of marine extraction of the Lakes Region in the state of Rio de Janeiro. Highlighting activities such as fishing of anchovy, squid, shrimp and shellfish extraction as a means of strengthening social identity. For better understanding is based from three guiding principles: (1) cultural identity, collective memory and belonging; (2) as the symbolic relations generated in the objective relationship between fisherman and fish / squid / shrimp or extractor and seafood favors or not the reproduction of social identity, and, finally, (3) narrative and oral history as a means of socialization and rescue the identity of the members of the community. So, the goal is to analyze the identity as a process, the perception of cultural reality, the transmission of seized ways, the symbolic relations and especially the cultural value as well as guide the importance of self-identification so that there is recognition of the community as a traditional community.

KEYWORDS: fishing community, narrative, oral history and socio-cultural identity.

## 1. INTRODUÇÃO

Este presente artigo busca entender como as comunidades pesqueiras artesanais que habitam áreas litorâneas da Região dos Lagos, mais especificamente, Arraial do Cabo, constituem sua identidade cultural e assim o fortalecimento do sentimento de pertencimento através da autoidentificação intermediada pela construção da narrativa que favorece a ação comunicativa e o reconhecimento recíproco entre os membros da comunidade, permitindo que haja memória coletiva.

Além disso, esse presente trabalho é resultado de uma pesquisa que está em andamento no doutoramento. Dessa forma, buscamos a compreensão do modo de vida desse povo do mar, o que nos permite trazer à luz da razão como essa comunidade vem enfrentado as adversidades e transformações ocasionadas pela Globalização e seu dinamismo econômico e todas as suas consequências que provocam na vida social mudanças rápidas tanto no meio ambiente quanto nas atividades vistas como tradicionais assim como nas suas identidades. A destruição de espaços costeiros, o turismo desordenado e a própria dificuldade enfrentada no cotidiano têm levado a esta comunidade o seu afastamento desta atividade socioeconômica, o que nos leva a crer na existência de problemáticas estruturais em suas vidas em suas formas de organizações e a presença de conflitos sociais pela sobrevivência que passam a ser corriqueiros diante das novas realidades que estão imersos.

Trata-se de um estudo calcado na compreensão da cultura como instrumental de significação e partindo do pressuposto que toda realidade é visualizada através de representações compartilhada pela constituição de sua narrativa que traz um movimento de resistência e sobrevivência. Distanciando-se de uma concepção elitista de cultura, associada à acumulação de conhecimentos, à uniformidade de padrões transmitidos e à racionalidade individualista. Busca-se se aproximar da identidade como processo, da percepção da realidade cultural, de como se dá a transmissão de modos apreendidos, as relações simbólicas e principalmente a valorização cultural. E assim, estabelecer a relação entre a construção da identidade individual e o pertencimento aos diferentes grupos, especialmente aos grupos sociais que vivem e dependem da interação com a natureza, no caso específico, as comunidades de pescas artesanais do município de Arraial do Cabo, localizado na região dos Lagos- RJ.

Para isso entendemos que autoidentificação nestas comunidades é um fator primário para que sejam consideradas legítimas na sociedade brasileira. Esta autoidentificação seria um primeiro passo junto ao Ministério da Cultura para seu reconhecimento como comunidade tradicional. Para isto se torna elemento integrador a linguagem: as suas narrativas como instrumento socializador para o seu modo de vida que traz a pesca artesanal como estruturante assim como inúmeros universos simbólicos. Ou seja, a pesca como atividade socioeconômica, passada de geração e geração através da história oral assim como seus aspectos simbólicos, ritualísticos, seus costumes e tradições, de uma maneira geral suas expressões culturais estariam entrelaçados e dariam um sentido maior para esta comunidade formando a sua identidade e, conseqüentemente,

o sentimento de pertencimento entre os membros da comunidade tornando efetivo o princípio de horizontalidade.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Sabemos que para que seja vista como Comunidade Tradicional pesqueira e ter como pleitear seu reconhecimento é, antes de mais nada, importante a sua autodefinição, entender o sentido de comunidade tradicional pesqueira que se faz viva na ação comunicativa, e, que traz consigo uma questão fundamental a sua atividade socioeconômica e sua construção sociocultural. Em outras palavras, os atores sociais estão imersos em seus grupos, e para que exista um movimento endógeno, é de suma importância o reconhecimento recíproco (HONNETH, 2009), por isso, a comunidade tradicional pesqueira, utilizando como instrumento de comunicação e formação desse indivíduo, a narrativa, permite que haja identificação em si mesma, dando sentido a sua significação e sua representação no meio social, compostas, dessa forma, pela ação comunicativa na qual traz como fio condutor o reconhecimento social entre eles.

Ou seja, sabemos que além das questões simbólicas, refletidas no cotidiano desse segmento social que passa por processos de exclusão social, temos, na atualidade, diferentes enfrentamentos e dificuldades que percorrem o desafio para efetivação do reconhecimento destas comunidades tradicionais e que refaçam, ressignifiquem a história da sociedade brasileira democrática, garantindo a cidadania a partir da equidade social e da preservação das particularidades históricas da comunidade pesqueira cabista e, ainda, a memória coletiva baseada no que nos compõe: a diversidade cultural (GUIDDENS: 2002). Por isso que neste cenário atual é de extrema relevância pensarmos sobre essa comunidade tradicional (BAUMAN:2003), sobre a constituição de suas narrativas e suas expressões formadas e formadoras da memória coletiva e de seu patrimônio histórico cultural e ainda das questões que emergem nos e dos conceitos de diversidade cultural, identidade cultural, e que são, conseqüentemente, traduzidas em seus discursos, na maneira que compõem as formas narrativas em seu cotidiano, reconhecida pelos e entre seus pares contribuindo para a fortalecimento do sentimento de pertencimento.

### 2.1. A IDENTIDADE CULTURAL E O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO: ELOS INTEGRADORES ENTRE OS SUJEITOS SOCIAIS

O sujeito social pós-moderno tem a marca de não ter uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma celebração móvel: a qual é formada e transformada constantemente em relação a um padrão definido nos sistemas sociais e culturais que nos rodeia e que existe antes de pensarmos nascer. Ou seja, são sistemas definidos historicamente. Isso significa dizer que assumimos identidades distintas em distintos momentos.

Então, podemos observar a importância social da formação da identidade. É a identidade que diferencia os indivíduos, o que caracteriza como sujeito social, pessoa, ou como um grupo social. Ela é definida pelos conjuntos de atribuições de papéis sociais que todos nós desempenhamos em nosso dia-a-dia e, é determinada pelas condições sociais que são decorrentes da produção sócio-econômica, pelos nossos ideais, comportamentos e formações. Neste aspecto, estamos identificando um sistema antro-po-socio-cultural<sup>1</sup> que irá fomentar uma formação de identidades culturais, especificamente, na

1 Termo utilizado por Edgar Morin, em seu livro Cultura de Massa XX, vol. II: Necrose (2001)

sociedade brasileira de acordo com sua história, com seus símbolos e toda uma gama de variáveis que influenciam e se tornam formadoras de membros de grupos sociais, de comunidades, entre elas, as comunidades pesqueiras artesanais.

Isso significa dizer que, quando nos referimos, no caso, à identidade cultural, referimo-nos ao sentimento de pertencimento a uma cultura nacional e específica que esta em nosso meio, que convivemos e absorvemos ao longo de nossas vidas. A cultura nacional é composta não apenas de instituições nacionais, mas também de símbolos e representações que iremos nos deparar em todos os momentos de nossas vidas. Por isso, é importante salientar que esta identidade não é uma identidade natural, biologicamente passada, mas sim, uma identidade constituída, ou melhor, uma diversidade de identidades construídas. Hall (2002: 15) nesse âmbito diz que: Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza ações, quanto à concepção que temos de nós mesmos.

Logo, para ser vista como comunidade Tradicional e ter como pleitear seu reconhecimento social é importante a sua autodefinição, entender o sentido de comunidade tradicional pesqueira em suas distintas regiões, mas que trazem consigo uma questão fundamental a sua atividade socioeconômica, as suas narrativas e, desse modo a sua construção sociocultural, ou seja, o patrimônio cultural. Identificar-se em si mesma, dando sentido a sua significação e sua representação no meio social. Por isso ao levantarmos e entendermos suas expressões, mapeá-las traz o valor simbólico de seus significados históricos, sociológicos, antropológicos e filosóficos neste contexto de retalhos que vem sendo massacrado pelas problemáticas provocadas pela própria globalização possibilitando trazer e fortalecer a memória coletiva. É necessário dar voz a este segmento social para que possamos falar pensar na preservação de suas inúmeras histórias narradas, cantadas, desenhadas e pintadas, seus trabalhos artesanais que mediam o estar no mundo, seu modo de vida cultural e econômico que compõem a sua identidade enquanto comunidade, presente na trama do tecido social baseada na diversidade da sociedade brasileira.

Para Hall (2002) a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é representado e de acordo com o contexto social em que está inserido. Isso nos leva a pensar que a formação da identidade está diretamente relacionada ao contexto sócio-cultural e, conseqüentemente, está imersa em valores, regras, sanções, condutas, diferenças e divergências. Assim, a noção de um sujeito tendo uma identidade unificada e estável é superada. Esta, por sua vez, passa a ser definida historicamente e com particularidades.

Esse fenômeno de descentramento ou deslocamento tem características positivas. De acordo com HALL (2000) tal fenômeno desarticula as identidades estáveis do passado, abrindo possibilidades para que novas identidades sejam criadas; produz os novos sujeitos, no entanto, não mais como identidades fixas e estáveis. Novos sujeitos fragmentados, com identidades abertas, paradoxais, sempre em processo, assim como a própria história desses sujeitos. Na verdade, é uma concepção lacaniana, ou seja, é a formação do sujeito em relação aos outros. É uma concepção do eu interativo, do espelho. É uma noção de sujeito que surge à medida que as sociedades modernas se tornam mais complexa e adquirem uma forma mais coletiva e social. Essa visão entende que a identidade dos sujeitos é formada na interação entre o indivíduo, a sociedade e suas manifestações, constituindo o princípio de pertencimento num grupo determinado,

específico, em nosso caso, a comunidade pesqueira em Arraial do Cabo.

Entretanto, BEGER & LUCKMANN (op.cit.: 228) salienta que a identidade é um elemento chave da realidade social subjetiva também, e como toda realidade subjetiva esta numa relação dialética com a sociedade. A identidade é formada através de processos sociais. Uma vez formada, é mantida, modificada ou tem uma nova remodelagem provocada pelas relações sociais. Assim, BEGER & LUCKMANN (op.cit.: 230) afirmam que:

A identidade é um fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade. Os tipos de identidade, por outro lado, são produtos sociais *toutcourt*, elementos relativamente estáveis da realidade social objetiva.

Concordamos com Rawls (in ESTEVES), que há o estabelecimento do sentimento do respeito próprio, quando o sujeito social está imerso em alguma pequena associação ou grupo, no interior dos quais as atividades que são valiosas para elas sejam publicamente reconhecidas pelas outras pertencentes ao mesmo grupo ou associação. Isso significa dizer que um dos aspectos mais relevante para se criar este sentimento de pertencimento a uma associação ou grupo ou comunidade é o aspecto cultural, e assim, a base da constituição de sua identidade cultural.

Desse modo, é perceptível que a identidade do sujeito social seja consideravelmente delineada, no sentido de representar a realidade objetiva na qual está localizado (HALL: op. Cit.). Em outras palavras: cada pessoa é mais ou menos aquilo que se supõe que seja, quando consideramos a condição da socialização que produziu tal identidade. Por isso, entendemos como a identidade, uma das questões fundamentais que, norteia as ações sociais, sua organização e manifestação no espaço público democrático, assim como a formação dos indivíduos pertencentes a grupos sociais específicos, ou seja, estes indivíduos são socializados para viver em um grupo determinado internalizando valores, costumes, ritos, regras, expressões culturais: tudo aquilo que permite que o identifique.

É um sujeito social definido pela cultura e pelo grupo a que é membro, se identificando com seus pares pelo sentimento de pertencimento, favorecendo a existência e a perpetuação do grupo em si fortalecendo não só a sua historicidade, mas sua relação direta com a sociedade e a realidade social que está inserida buscando mediar novas reivindicações e processos sociais no espaço público e seu reconhecimento social.

No Brasil, ao longo de sua história, poderíamos levantar diferentes fatos que demonstram a existência de dualidades antes mesmos de falarmos no sistema democrático. Mas, o que interessa para nós é pensar sob o aspecto territorial e a constituição de comunidades tradicionais que ainda hoje, no século XXI, está à deriva do ideal democrático seja pelas injustiças sócio econômicas ou pelo não reconhecimento enquanto comunidades tradicionais que estruturaram e estruturam o território e a cultura brasileira.

A constituição dos atores sociais – em nosso caso as comunidades tradicionais pesqueiras – envolvidos em seus ambientes naturais, tem uma relação direta com suas atividades que são fontes de renda, representa modos de vida, condições materiais e imateriais construídos, perdidos e vivenciados pelos grupos que tendem a uniformizar valores, costumes, rituais, e formando, conseqüentemente, sua identidade cultural. Tal identidade torna-se fator integrante entre os sujeitos sociais e favorecem para que haja a manutenção do sentido de comunidade, como dito anteriormente, das comunidades

pesqueiras artesanais em Arraial do Cabo, no estado do Rio de Janeiro.

É deste modo que é de fundamental importância contextualizar e re-descobrir os resquícios deste patrimônio cultural material e imaterial, para que possamos refletir e resgatá-los e, assim, trazê-los à luz da comunidade e da sociedade, de uma maneira mais ampla, o que pode favorecer sua autoidentificação e identificação social enquanto grupo organizado coletivamente, preservando não só sua história, sua memória, mas também, estimulando o enriquecimento de tal comunidade no que tange o seu sentido, a sua representação de classe para si, partindo do pressuposto, que a coletividade quando se constitui através de sua história, de sua cultura passa a ter um viés superestrutural traduzido nos laços de pertencimento o que, provoca o reconhecimento e quando organizado e reconhecido, fortalece o grupo em si mesmo na trama social.

Concordamos com ACSELRAD (OP. CIT.: 89):

Lutando contra sua remoção ou fixação compulsória, ou contra a inviabilização de sua permanência em territórios fundamentais à sua identidade, tais grupos procuram assegurar seus direitos a pastagens, florestas, recursos hídricos, caça, coleta, pesca e agricultura. Com construções identitárias que traduzem os efeitos de ação do Estado (...) ou inserção mais permanente em conflitos abertos (...), as denominações de uso local e imediato se politizam por intermédio de propostas, formas organizativas, meios de mobilização e luta, generalizando o localismo das reivindicações e forçando o Estado a uma negociação global baseada em princípios gerais que orientam as políticas públicas.

Neste ponto refletimos sobre a relação direta que existe entre os patrimônios culturais e os sujeitos sociais, os sujeitos sociais e a sua realidade sociocultural econômica, ou seja, o sujeito social, o seu ambiente e suas construções, o seu modo de vida intermediado pela narrativa, pela linguagem, que é socializadora, buscando, então, sobreviver às adversidades do nosso tempo e mobilizar-se, e se torna eixo norteador ao tratarmos da formação da identidade cultural, que favorece a possibilidade de integrar os membros, constituindo entre os pares o reconhecimento recíproco e seu sentimento de pertencimento.

## **2.2. MEMÓRIA COLETIVA E LINGUAGEM: A NARRATIVA COMO MEIO SOCIALIZADOR**

Partindo de BEGER & LUCKMAN (1985) sabemos que a linguagem usada na vida cotidiana nos fornece as objetivações que serão repletas de sentido dentro de uma ordem determinada pelo modo de vida, pela vida social de uma maneira geral. Logo, a linguagem ganha significação por aquele que a vivencia, determinada por um lugar geograficamente definido, usa instrumentos e vive dentro de uma teia de relações sociais. Em outras palavras, “a linguagem marca as coordenadas de minha vida na sociedade e enche esta vida de objetos dotados de significação” (BEGER & LUCKMAN: OP.CIT.:39).

Tais autores (op. Cit.) afirmam que a significação dada aos elementos fornecidos pela linguagem para obtenha sentido e representação passa pela intersubjetividade, numa relação composto entre os membros de um grupo, de uma comunidade, essa intersubjetividade acaba fomentando a diferenciação entre os diversos grupos que compõem a sociedade de maneira ampla, pois compõe a realidade social vivenciada pela formação de uma consciência de si e do outro. Isso significa dizer que, há uma correspondência entre os diversos significados nesse mundo da vida cotidiana, que



são partilhados, são comuns e, por isso, são apreendidos. A linguagem, então, é intermediadora, devido a sua capacidade de comunicar significados e objetos. Ou seja, a realidade da vida cotidiana é admitida como sendo a realidade (p. 40). Nesse aspecto, concordamos com BEBER & LUCKMAM (OP. CIT: 43):

“A linguagem comum de que disponho para a objetivação de minhas experiências funda-se na vida cotidiana e conserva-se sempre apontando para ela, mesmo quando a emprego para interpretar experiências em campos delimitados de significação.”

Ao constataremos o papel integrador que a linguagem faz e favorece entre os interlocutores, entendemos que é através da linguagem que temos um grande acervo de um conjunto de sedimentações coletivas que são adquiridas e que podem ser reinventadas e reinterpretadas diante das nuances vivenciadas pelo grupo, assim como, pela própria dinâmica social. O fato é que pela ação comunicativa o processo de socialização é praticado, tanto a primária quanto a secundária, formando o indivíduo a partir dessas sedimentações coletivas, construídas historicamente, e que, na verdade, são passadas de geração para geração, tendo a interiorização da realidade social e formação de sua memória coletiva perceptíveis nas interações da vida cotidiana, mas, que pode ganhar novos sentidos, significações. Segundo BEGER & LUCKMAN (OP. CIT: 173):

“(…) o indivíduo não nasce membro de uma sociedade. Nasce com a predisposição para a sociabilidade e torna-se membro da sociedade. Por conseguinte, na vida de cada indivíduo existe uma sequência temporal no curso da qual é induzido a tomar parte na dialética da sociedade. O ponto inicial deste processo é a interiorização, a saber a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim (…). Sem dúvida, este assumir em si mesmo constitui em certo sentido um processo original para cada organismo humano e o mundo, uma vez assumido pode ser modificado de maneira criadora ou (menos provavelmente) até recriado. Em qualquer caso, na forma complexa de interiorização, não somente compreendo os processos subjetivos momentâneos do outro mas compreendo o mundo em que vive e esse mundo torna-se meu próprio”.

Quando estabelecemos a relação da memória com o processo socializador, temos a narrativa sendo utilizada como grande instrumento para que haja entre os membros do grupo, da comunidade uma integração através de suas lembranças, de seus recortes, de suas vivências que podem ser ressignificadas. Logo, percebemos a memória com um papel catalisador entre os indivíduos.

É nesse contexto que buscamos compreender a origem da palavra memória, que está associada à Deusa *Mnemosine*. Essa Deusa, conhecida como musa inspiradora e protetora das Artes e da História estaria no caminho dos homens por permitir que ele se comunique uns com os outros, assim como tenha a recordação dando sentido a sua existência entre seus pares. (LE GOFF: 2000: 21- 44).

Em outras palavras, quando entendemos a palavra memória, estamos afirmando que a memória permite o ordenamento do mundo antes de existirmos, ela permite que a vida coletiva seja organizada, garantindo os modos de vida através de lembranças,

vivências e compartilhamento de valores, rituais, tradições, em suma, especificidades dos diferentes grupos sociais que em todos instantes podem sofrer ressignificações e reinterpretções mediante a dinâmica social estabelecida na narrativa e autonarrativa que trazem tais recordações formadoras da memória coletiva.

Segundo BOSI (1994: 55):

[...] na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.

Como BEGER & LUCKMAN (op. cit.) afirmam, a construção social da realidade se deve a formação do indivíduo no meio em que vive favorecido pela objetividade do que é transmitido e subjetividade pela interpretação. É fato a influência sobre o indivíduo pelas instituições sociais como a família, a religião, a organização da vida social, econômica e política, além de aspectos da própria vida cultural. A constituição da memória coletiva via a narrativa torna-se, assim, vivenciada pelos membros da comunidade, permitindo que haja um primeiro reconhecimento entre eles, o que pode ser percebido com a existência do sentimento de pertencimento, e, por mais, que haja diferentes formas de interpretar e representar a própria memória individualmente, temos pontos de interseções que traduzem a identidade cultural do próprio grupo, refletida entre os pares no seu cotidiano.

Isso não significa dizer que a memória não sofra alterações, é justamente ao contrário. HALBWACHS (1990) no diz que a memória não permanece inalterada, na verdade, a memória, não reproduz de forma simétrica a imagem do que foi vivido, do passado, assim na verdade, a memória é uma reconstituição, uma reprodução sobre o viés de pontos de vista. Dessa forma, a memória coletiva se faz a partir da interseção dos sujeitos sociais que se relacionam uns com os outros, dando, então, sentido ao passado existente no consciente e inconsciente dos indivíduos e a sua relação com o presente.

É nesse aspecto que percebemos a importância da memória coletiva para a construção da realidade social, da realidade vivenciada na interação social por cada sujeito social. Seriam versões contadas, interpretadas e que são de suma relevância para que os sujeitos sociais possam garantir a existência do grupo assim como de seu modo de vida e suas redefinições mediante as novas urgências, desafios, experimentações, dificuldades e necessidades sociais.

### **3. RESULTADOS ALCANÇADOS:**

Dentro da perspectiva do interacionismo simbólico, na qual os indivíduos atribuem significado simbólico aos objetos sociais, que incluem as pessoas com quem se interagem socialmente, os sujeitos sociais da comunidade pesqueira de Arraial do Cabo passaram

a fazer uso do self que corresponde às ideias e sentimentos que os indivíduos têm de si mesmos, produzindo um texto biográfico no qual destacaram os principais fatos de sua vida e de sua família com a seleção de fatos e situações sociais simultâneos a períodos de sua vida. O interessante é que passaram a se caracterizar a partir de uma distinção básica entre dois tipos sociais de Arraial do Cabo, o nato, chamado de cabista e o migrante, chamado de caringô. E mais o bifó é o esperto, é o que dá golpe em todo mundo, é o malandro.

O cabista nato, independente de ser pescador ou não, recebeu o apelido de xaréu dos natos da cidade de Cabo Frio. Como o xaréu é um peixe considerado de terceira, tal apelido não passa de uma provocação do pessoal de Cabo Frio, que no passado ouvia como retaliação dos cabistas que é melhor ser um xaréu do que ser um carapicu ou um camarão do esgoto que desemboca na Lagoa de Araruama. Porém, nos dias de hoje, parece que ninguém mais se ofende ao ser chamado de xaréu, e a identificação com o peixe foi assumida a ponto de qualquer cabista nato dizer dos cabistas de um modo geral, que todos nós somos xaréu.

Assim, ser um xaréu é ser de Arraial do Cabo em oposição a ser um camarão, ou seja, um nato de Cabo de Frio. Provocações não faltam quando se trata de comparar peixes com pessoas, levando em consideração que no local existe uma escala de qualidade para o pescado que valoriza primeiramente os peixes de carne branca de fundo, ou de toca, do tipo badejo, garoupa e xerne, que só são pescados de linha ou de mergulho; seguidos por peixes de carne branca, pescados de rede, do tipo anchova e cavala, e depois, em terceiro lugar, por peixes de carne vermelha.

Logo foi possível estabelecer a relação entre a construção da identidade individual e o pertencimento aos diferentes grupos e instituições sociais, a luta pelo direito de ser pescador (reconhecimento social) e de participar dos festivais de recursos marinhos que ocorrem na região. Como exemplos, temos ao longo do no diferentes festivais gastronômicos realizados pela e para as comunidades tradicionais de pescas artesanais de diferentes tipos. São rituais que trazem a sua memória coletiva, a qual é fomentada pela sua historicidade compartilhada pelos membros dessa comunidade tradicional pesqueira.

Assim, temos o festival de lula na Praia Grande em Arraial do Cabo, festival do marisco na praia do Però em Cabo Frio e festival de camarão na praia do Siqueira também em Cabo Frio, são festas que foram criadas em um ambiente de celebração da fartura, mobilizam as famílias dos pescadores e demais moradores, cada uma responsável por uma barraca, como também estimulam a criatividade dos cozinheiros no preparo das iguarias conforme as mais variadas receitas, em um rito que, ano a ano, vem reunindo mais adeptos e incentiva o turismo na região em épocas de baixa temporada. Ocorrem, em geral, respectivamente em março, abril e julho. Para participar tem que ser identificado como pescador e/ou extrator tradicional, demonstrando como a identidade de pescador ou maricultor é um mecanismo de articulação política, social e econômica.

O fato é que ao buscar entender o processo de construção do pertencimento e enraizamento do indivíduo nos grupos sociais refletimos sobre suas narrativas, história oral e os processos sociais em busca de direitos a partir dos modos de vida, de sua memória coletiva que podem gerar o sentimento de pertencimento grupais e institucionais através de suas definições, rituais e formas de expressar seu modo de vida.

Para isso, é de suma importante manter a nossa pesquisa para que possamos analisar as relações simbólicas geradas da interação entre natureza e pessoas, além de entender a identidade social como processo de articulação política e social a partir da constatação da comunidade pesqueira como uma comunidade tradicional do território brasileiro, podendo então refletir e contextualizar o sentido real de justiça ambiental e social para este segmento da sociedade brasileira.

## CONCLUSÃO

O estudo da história local, especialmente a partir de relatos orais, possibilitou verificar a identidade como processo, a percepção da realidade cultural, a transmissão dos modos apreendidos, as relações simbólicas e principalmente a valorização cultural em que notamos uma linguagem específica com atribuição de valores e sentidos.

Assim, estabeleceu-se a relação entre a construção da identidade individual e o pertencimento aos diferentes grupos e instituições sociais com a luta pelo direito de ser considerada uma comunidade tradicional que tenha a legitimidade territorial a justiça ambiental e social e se manter dignamente na região, se maneira que é perceptível sua forma de organização entre os membros envolvidos: o trabalho com a pesca, sendo considerados como um dos povos do mar.

Visualiza-se como as relações simbólicas geradas nas relações objetivas entre moradores e suas atividades ligadas ao mar, podem ser vistos como forma de mobilização em torno de um processo de afirmação identitária em que se constrói um o sentido de identidade que tenta, ainda que a sociedade faça um processo de exclusão, sua legitimação mediante a necessidade de pertencimento para com seus pares, o que permeia a comunidade de pesca artesanal no município de Arraial do Cabo, tentando resistir às adversidades encontradas em seus cotidianos, formando seus bens culturais ao longo da história da sociedade brasileira tendo como base no processo socializador a sua narrativa repleta de símbolos, representações e significações.

Ainda temos muito o que levantar das expressões e manifestações culturais deste povo do mar cabista, de uma maneira geral, do patrimônio cultural desta comunidade tradicional de nosso território brasileiro. Temos muito que entender sobre as variáveis encontradas em sua narrativa, em sua historicidade, temos que desvendar suas particularidades e multiplicidades que garantem suas histórias e memórias e, conseqüentemente, o sentimento de pertencimento.

O fato é que nossa história é um complexo mosaico de culturas e povos que transitam na nossa sociedade e enfrentam, no dia-a-dia, verdadeiros dilemas para que possam ser vistos e reconhecidos como parte íntegra da sociedade brasileira, e, são os aspectos culturais que podem promover sua autoidentificação e, conseqüentemente, o reconhecimento recíproco entre os pares, o que é de suma relevância no contexto da justiça ambiental e social, em nosso caso, para comunidade pesqueira em Arraial do Cabo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. *Cidadania e meio ambiente*. In: Acselrad, Henri (org). *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro, IBASE, 1992.

\_\_\_\_\_. *Políticas ambientais e construção democrática*. In: Acselrad, Henri (org).

Meio Ambiente e democracia. Rio de Janeiro, IBASE, 1992.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. RJ: Jorge Zahar Editora, 2003.

BEGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. 22ª. Edição. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura; volume I. A sociedade em rede*. SP: Paz e Terra, 1999.

DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S. V. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal*. SP: COBLO, NUPAUB, 2000.

ESTEVES, Júlio R. *Justiça ambiental: o problema de distribuição de Custos e Benefícios da exploração do Petróleo para as comunidades Pesqueiras da Bacia de Campos, no prelo*.

GUIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. RJ: Zahar, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*. SP: Editora 34, 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Volume II. Lisboa: Edições 70, 2000.

MELLUCI, Alberto. *A invenção do presente*. Petrópolis: Vozes, 1991.

PRADO, S. M. *Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo/RJ*. Niterói: EDUFF, 2002.

PRADO, S. M e SILVA, Edson Pereira. *Meio ambiente e identidade social – uma perspectiva interdisciplinar*. Relatório final – CNPQ Mais, 2003.

## DESPIQUE TROPICAL - A RIVALIDADE NAS MEMÓRIAS E NARRATIVAS DAS BANDAS FILARMÔNICAS PORTUGUESAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

**OLIVEIRA, Antonio Henrique Seixas de**  
*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social na UNIRIO*  
*ahseixas@uol.com.br*

### RESUMO

O presente artigo discute, em uma abordagem interdisciplinar, fundamentada no campo da memória social, as rivalidades entre as bandas filarmônicas portuguesas da cidade do Rio de Janeiro. Descreveremos, na primeira seção, a relevância das bandas filarmônicas em Portugal e sua atuação nos despiques. Na segunda seção apresentaremos o referencial teórico que embasa o presente trabalho baseado nos conceitos de memória, narrativas e identidades em um paradigma socioconstrucionista. Na terceira seção selecionamos e analisaremos cinco segmentos narrativos de experiências pessoais colhidas no grupo focal realizado com músicos iniciados nas bandas portuguesas e nas entrevistas com os maestros, procurando identificar de que forma a rivalidade operava como componente de manutenção e aprimoramento nas bandas filarmônicas portuguesas da cidade do Rio de Janeiro observando, também, questões afetivas, relações familiares e as estratégias de atuação nos despiques.

**Palavras-chave:** Bandas Filarmônicas Portuguesas. Memórias. Rivalidade.

### ABSTRACT

This article discusses, through an interdisciplinary point of view based on the social memory, rivalries between Portuguese philharmonic bands of the city of Rio de Janeiro. We will describe, in the first section, the relevance of philharmonic bands in Portugal and their performance in the despiques. In the second section, we will present the theoretical reference that bases the present work relating memory, narratives and identities within a social constructionist paradigm. In the third section, we selected and analyzed five narrative segments of personal experiences collected from a focus group comprised of musicians initiated in the Portuguese bands and interviews with

the conductors of these bands. We will attempt to identify how rivalry operated as a component of maintenance and improvement of the Portuguese philharmonic bands of the city of Rio de Janeiro, also observing affective matters, family relations and strategies of performance in the despiques.

**Key words:** Portuguese Philharmonic Bands. Memories. Rivalry.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo é parte integrante de uma pesquisa de doutoramento com foco no processo de construção das memórias das bandas filarmônicas portuguesas da cidade do Rio de Janeiro, a partir de 1920, e da compreensão da sua realidade atual.

A inspiração para o desenvolvimento da presente pesquisa surgiu a partir de um artigo que me foi solicitado pela Confederação Musical Portuguesa para publicação na edição número 3 de sua revista “Entre Bandas” (2012) a respeito das bandas filarmônicas portuguesas no Brasil.

Ao iniciar a revisão da literatura, percebi que as informações sobre estes grupos musicais eram escassas e baseavam-se, na sua maioria, em relatos orais de sujeitos que fizeram ou ainda fazem parte destas bandas de música ou que tiveram alguma ligação com elas dentro da comunidade luso-brasileira no Rio de Janeiro. A única pesquisa acadêmica encontrada e que fazia referência ao tema, foi a Dissertação de Mestrado de Ana Maria de Moura Nogueira intitulada “Como Nossos Pais – Uma História da Memória da Imigração Portuguesa em Niterói, 1900/1950”, na qual a autora destaca a influência da imigração portuguesa no desenvolvimento da cidade de Niterói na primeira metade do século XX a partir de duas instituições fundadas por imigrantes portugueses sendo, uma delas, a Banda Portuguesa de Niterói.

Existiram, na cidade do Rio de Janeiro, diversas bandas filarmônicas fundadas por imigrantes portugueses. O primeiro grupo fundado na cidade foi a Banda do Centro Musical da Colônia Portuguesa, em 1920. Desde então outras bandas foram criadas e encerraram suas atividades como a Banda Lusitana, Banda União Portuguesa e a Banda da Sociedade Beneficente Musical Portuguesa. Foi possível constatar a existência destas bandas, fundadas na década de 1920, através de pesquisa em periódicos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e, também, no Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil, publicado em 1929. Elaborado para a Exposição Internacional de Sevilha e editado por Theóphilo Carinhas, o Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil procura descrever, de forma quase épica, a trajetória da colônia portuguesa desde o final do século XIX, enfatizando o papel do empreendedorismo lusitano no processo de modernização da sociedade brasileira e enaltecendo os feitos da comunidade e dos imigrantes portugueses nas mais diversas áreas como comércio, indústria, agropecuária, artes e beneficência, entre outras. A pesquisa no Álbum faz referência a duas bandas filarmônicas portuguesas no então estado da Guanabara - a Banda do Centro Musical da Colônia Portuguesa, fundada em 1920, e a Banda Lusitana, fundada em 1923.

Até a metade da década de 1990, existiam no estado do Rio de Janeiro quatro Bandas filarmônicas portuguesas: Banda Portugal, Banda Lusitana, Banda Portuguesa de Niterói e Banda Irmãos Pepino. Atualmente só estão em atividade a Banda Portugal

e a Banda Irmãos Pepino funcionando, ainda assim, de forma bastante precária se compararmos ao apogeu que vivenciaram até meados da década de 1980.

As bandas de música portuguesas desenvolveram importante papel no cenário musical da cidade e do estado do Rio de Janeiro. A Banda Portugal foi, por muitos anos, vencedora dos principais concursos de bandas realizados no estado do Rio de Janeiro servindo como referência e elevando o nível das bandas de música deste estado.

Muitos músicos que tiveram sua iniciação nestas bandas ou participaram delas durante algum período integram, atualmente, a Orquestra Sinfônica Brasileira, como o autor deste artigo, Orquestra Sinfônica do Teatro Municipal do Rio de Janeiro e Orquestra Sinfônica Nacional da UFF, além de bandas civis e militares por todo o país.

A pesquisa em periódicos e publicações nos apontam que estes grupos cumpriam um papel cultural relevante na sociedade carioca do século XX, apresentando-se em teatros e ao ar livre, solenidades cívicas e religiosas e realizando festivais e atividades beneficentes.

A fim de construir as memórias destas bandas e procurar entender os motivos que levaram à situação de declínio atual adotamos, também como procedimentos metodológicos, a realização de grupos focais e entrevistas com sujeitos que fizeram ou ainda fazem parte destes grupos musicais.

O grupo focal foi realizado com músicos que, hoje, atuam profissionalmente e que tiveram sua iniciação musical ou tocaram por um determinado período em pelo menos uma das Bandas filarmônicas portuguesas da cidade do Rio de Janeiro. Realizamos, também, entrevistas com os maestros das bandas que ainda continuam em atividade.

A partir das memórias trazidas à tona pelos membros do grupo focal e dos maestros das bandas nas suas narrativas e das suas considerações a propósito da rivalidade entre estes grupos musicais, evidenciaremos, no presente estudo, como se operava a rivalidade entre as bandas filarmônicas portuguesas da cidade do Rio de Janeiro.

Na próxima seção explicitaremos a relevância das Bandas Filarmônicas em Portugal e como se opera a rivalidade entre elas nos chamados “despiques”.

## 1. BANDAS FILARMÔNICAS EM PORTUGAL E OS DESPIQUES

Antes de abordarmos os temas elencados para esta seção acreditamos ser fundamental o estabelecimento do conceito de banda filarmônica a fim de se obter uma melhor compreensão sobre o assunto. As *Bandas Filarmônicas* são bandas de música civis, em Portugal, cujo modelo organizacional foi inspirado nas antigas Sociedades Filarmônicas - sociedades sem fins lucrativos constituídas de sócios que pagam anuidades e que compõem uma Assembleia Geral e um Conselho Administrativo que é responsável pela gerência de suas atividades em conjunto com um maestro ou com uma comissão artística, segundo Granjo (2005).

Através de pesquisa no site português [www.bandasfilarmonicas.com](http://www.bandasfilarmonicas.com), um site específico para estes grupos musicais, pudemos obter diversas informações, tais como: relação dos maestros das bandas, entrevistas, programação das bandas, classificados, vídeos, reportagens, artigos, e a parte que mais nos chamou a atenção no tocante à pesquisa - uma catalogação das bandas filarmônicas em Portugal, por distrito (o equivalente



ao estado no Brasil), nas Regiões Autônomas dos Açores e da Madeira e das bandas filarmônicas portuguesas em outros países como Estados Unidos, Canadá, Brasil,



França e Austrália. O site revela a existência de 743 Bandas Filarmônicas catalogadas

em Portugal continental e Regiões Autônomas, e grande parte delas localizadas na região centro-norte do país, de onde partiu a esmagadora maioria de imigrantes para o Brasil.

**Figura 1.** Mapa de Portugal com Distribuição das Bandas Filarmônicas por Distritos e Regiões Autônomas

Fonte: [www.bandasfilarmonicas.com](http://www.bandasfilarmonicas.com). Acesso em 05/03/2016.

Brucher (2010) afirma que o governo português reconhece cerca de 800 Bandas Filarmônicas em todo país. A autora afirma que quase toda aldeia, vila ou cidade celebra o dia dos seus Santos Padroeiros e os organizadores das festas em homenagem

a estes Santos contratam as bandas filarmônicas para tocar, nestas ocasiões, em diversas atividades como desfiles de rua, missas, procissões e concertos. Nestas festas, que duram praticamente um dia inteiro, as bandas se apresentam em diferentes momentos como na “arruada” (desfile matinal para saudar o local da festa e seus organizadores), na missa, na procissão e no “arraial” ou concerto que encerra as atividades da banda na festa, naquele dia. É comum, nestas festas, a participação de, pelo menos, duas bandas num mesmo dia, o que evoca um tema muito comum na relação entre as bandas filarmônicas em Portugal - a rivalidade.

A importância do tema da rivalidade nas bandas filarmônicas em Portugal é tão significativa que Brucher (2010) dedica um capítulo inteiro de sua tese a ele. A autora considera que no centro e no norte de Portugal as bandas filarmônicas constroem suas reputações em apresentações chamadas *despiques* nas quais, ao longo da noite, duas bandas se revezam apresentando números musicais como parte do entretenimento secular durante a Festa do Santo Padroeiro em uma determinada cidade. Brucher (2010) atesta que, embora um despique não seja, oficialmente, uma competição, não tem valor se não for competitivo. Os membros das bandas filarmônicas consideram um “despique ideal” quando este inflama tanto o entusiasmo dos músicos como do público enquanto as bandas travam um “duelo sonoro”. Um despique pode ser comparado a um jogo de futebol, no qual, cada banda, representa sua aldeia ou cidade e sobe ao coreto, local onde as bandas se apresentam ao final dos dias nas festas, para “defender a sua terra”. Durante o verão as bandas se apresentam em despiques quase todo fim de semana. A autora analisa, ainda, que os despiques têm implicações sociais e econômicas reais para ambas as bandas e para as comunidades que as recebem para o evento. Um despique bem-sucedido ajuda as bandas a estabelecer e manter suas reputações quanto ao nível artístico e os organizadores das festas querem contratar as bandas que são conhecidas por realizarem grandes apresentações, pois estas têm o potencial de atrair mais público para as festas. A competição se desenrola dentro de certas convenções nas quais a banda local inicia a apresentação e a banda convidada sempre executa, a seguir, uma obra do mesmo gênero da executada pela banda anterior. Repetir uma peça já executada ou mudar de gênero musical da obra apresentada pela banda local viola as “regras do despique”. Depois de cada peça os fãs da banda que termina de tocar, posicionados em frente às suas respectivas bandas, aplaudem enquanto a outra banda pendura um cartaz anunciando sua próxima peça. Além da escolha do repertório executado pelas bandas outra estratégia utilizada pelas bandas filarmônicas para tentar se sobressair nos despiques é a apresentação de obras solo, com caráter virtuosístico, executadas por solistas da própria banda. Os despiques podem se estender até a madrugada e, normalmente, são encerrados pelas duas bandas tocando uma peça em conjunto, em geral, uma marcha de rua.

Pode-se observar, também, a importância que as bandas filarmônicas têm na sociedade portuguesa em ações como Dia Nacional das Bandas Filarmônicas, instituído através da Resolução nº 56/2013 do Ministério da Cultura em reconhecimento à importância do trabalho desenvolvido pelas Bandas Filarmônicas em prol das comunidades através da agregação de valores sociais e culturais de inclusão, da construção de identidade e coesão territorial, além do seu papel na preservação, divulgação e formação musical,

cuja celebração se dá no dia 1 de setembro.

Conforme exposto anteriormente, constata-se a existência de bandas filarmônicas portuguesas em países, para os quais, houve um grande afluxo de imigrantes lusitanos, o que nos leva à observação de que o fenômeno “Banda Filarmônica”, para além das questões de memória, é um dos construtos da identidade do imigrante.

Na próxima seção apresentaremos o referencial teórico que embasa o presente trabalho observando as relações entre memória social, narrativas e construções identitárias.

## 2. MEMÓRIA, NARRATIVAS E CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS

Conforme destacamos, na Introdução, o processo de construção das memórias das bandas filarmônicas portuguesas da cidade do Rio de Janeiro será realizado, em parte, através das narrativas colhidas em entrevistas e grupos focais realizados no decorrer da pesquisa com sujeitos que fizeram, ou ainda fazem, parte destes grupos musicais, tais como músicos profissionais e amadores, maestros, diretores e pessoas ligadas à comunidade portuguesa no Rio de Janeiro. Neste sentido é importante ressaltar que o arcabouço teórico para tal análise será fundamentado num tripé baseado nos conceitos de memória social, narrativas e identidade (s), entendendo-os como construções sociais que acontecem na interação entre as pessoas.

Spink e Frezza (2004) argumentam que os autores da Psicologia Social, defensores da perspectiva socioconstrucionista, tendem a focalizar seu estudo no momento da interação, ou seja, nos processos de produção na vida cotidiana e, citando Bergen (1985), afirmam que a investigação socioconstrucionista se preocupa, principalmente, com a explicação dos processos através dos quais as pessoas, incluindo a si próprios, descrevem, explicam ou dão conta do mundo em que vivem. As autoras afirmam que esta forma de posicionamento nos leva a adotar uma concepção não essencialista, ou seja, de que o conhecimento não é uma coisa que as pessoas possuem em suas cabeças e sim constroem juntas e pressupõe, também, um posicionamento ético e político por parte do pesquisador. Segundo Spink e Frezza (2004) as práticas discursivas constituem o foco central da análise na abordagem socioconstrucionista e constituem um fórum privilegiado para a compreensão da produção de sentidos no cotidiano.

Bastos (2005) observa que contamos histórias em diferentes contextos sociais e situações e que estudar essas histórias é uma forma de compreender a vida em sociedade, transmitindo o sentido de quem somos e construindo relações com os outros e com o mundo que nos cerca. Neste sentido Bruner (1997) afirma que as narrativas são construídas quando são violadas as crenças constituintes do senso comum, ou seja, contamos histórias sobre o que é extraordinário, incomum e Spink e Frezza (2004), complementarmente a Bruner (1997), consideram que é o senso comum que constitui o tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir. Bruner (1997) explica, ainda, que a narrativa possui características que a difere de outras formas de discurso como: 1) sequencialidade - uma sequência singular de eventos, estados mentais ou ocorrências que envolvem seres humanos como personagens ou atores; 2) pode ser real ou imaginária - a sequência das sentenças numa narrativa e não a verdade ou falsidade de qualquer uma delas é o que determina a sua configuração geral ou enredo; 3) sua forma singular de manejar o canônico - o senso comum é investido de

canonicidade, ou seja, focaliza o usual e/ou o previsível na condição humana. Para o autor o senso comum depende da narrativa e de sua interpretação para lidar, ao mesmo tempo, com o que é canônico e o que é excepcional. As histórias atingem seus significados explicando os desvios do comum de uma forma compreensível.

Segundo Linde (2001), a narrativa é a representação de eventos passados através de algum meio e podem ser orais, escritas, filmadas ou desenhadas. O foco do presente estudo será nas narrativas orais, obtidas junto aos músicos profissionais que participaram do primeiro grupo focal realizado na pesquisa.

Bastos (2008) explica que o estudo da narrativa, na Sociolinguística, foi introduzido pelos trabalhos de Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972), que o definiram como um método de recapitular experiências passadas combinando uma sequência verbal de orações com uma sequência de eventos que (presume-se) ocorreram de fato. Para os autores o que caracteriza a recapitulação de experiências como uma narrativa, e não como um relatório, é o fato dela remeter a um acontecimento específico e não a hábitos passados ou ações recorrentes, ser estruturada em uma sequência temporal e ter um ponto a ser contado.

Na percepção de Bastos (2008) as narrativas “[...] não são mais consideradas como representações diretas e transparentes de eventos passados, mas sim como recontagens seletivas e contextualizadas de lembranças de eventos.” (BASTOS, 2008, pág. 94). Desta forma a autora afirma que falamos sobre nossas experiências passadas guiados pelo filtro de nossas emoções o que faz com que transformemos e recriemos a nossa experiência, ou seja, cada vez que contamos uma história podemos estar tanto transformando nossas lembranças quanto cristalizando determinadas interpretações e formas de relatá-las e essas interpretações e formulações discursivas muitas vezes passam a ser a nossa memória do que aconteceu.

Alguns autores criticam o estudo das narrativas na perspectiva laboviana reconhecendo que esta abordagem abriu caminho para a pesquisa em narrativa nos estudos linguísticos. Bastos (2005) afirma que, mesmo considerando as críticas, limitações e imprecisões ao modelo laboviano, ele permanece extremamente útil, se utilizado em conjunto com teorias sociais de natureza mais ampla, e que alguns autores como Riessman (1993) e Mishler (1986) recomendam que se tome como ponto de partida para a análise da narrativa o modelo introduzido por Labov (1972) a fim de depreender sua estrutura, sua “anatomia”, contudo, observam que Labov trata a narrativa como uma estrutura autônoma e descontextualizada aliado ao fato do autor não problematizar a relação entre evento passado, memória e narrativa. Linde (1993), uma das críticas do modelo laboviano, propõe o estudo das histórias de vida, ou narrativas de experiência pessoal, que funcionam na construção e afirmação das identidades. Para a autora a história de vida de cada pessoa é um conjunto de histórias que se relacionam coerentemente entre si e que vão, dinamicamente, se alterando no curso da vida das pessoas, que as transformam em cada situação de narração, como também no sentido de que novas histórias vão sendo acrescentadas e outras esquecidas estando em constante revisão e reinterpretção.

Esta análise está em consonância com autores da memória social como Gondar (2005) que afirma que a memória está inserida em um campo de lutas e de relações de poder, configurando um contínuo embate entre lembrança e esquecimento. Gondar (2005) completa sua análise sobre a perspectiva socioconstrucionista do processo de

construção da memória afirmando que se admite hoje que a memória é uma construção e que ela não nos conduz a reconstituir o passado, mas sim a reconstruí-lo com base nas questões que nos fazemos, que fazemos a ele, questões que dizem mais de nós mesmos, de nossa perspectiva presente, que do frescor dos acontecimentos passados. Farias (2011) acrescenta à análise anterior a dimensão criativa no processo de construção da memória, considerando que existem traços referentes às experiências vividas, que concernem à produção de diferentes arranjos subjetivos, mas que não podem ser pensados como um mero armazenamento, ou seja, um arquivo do passado e sim uma espécie de virtualidade passível de atualização.

Bastos (2008) considera, ainda, que construímos as histórias que contamos em função da situação de comunicação (quando, onde e para quem contamos), de filtros afetivos e culturais, e do que estamos fazendo ao contar uma história e acrescenta que, ao contar histórias, situamos os outros e a nós mesmos numa rede de relações sociais, crenças e valores, ou seja, estamos construindo identidade. Moita Lopes (2003) considera que as identidades sociais são fragmentadas, contraditórias e em fluxo. Para o autor as identidades sociais são discursivas pois aprendemos a ser quem somos nos encontros interacionais de todo dia.

A propósito das construções da identidade e da memória Pollack (1992) ressalta um elemento de disputa política:

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que *a memória e a identidade são valores disputados* em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. (Pollack, 1992, pág. 5)

Em consonância com a visão de Pollack, Gondar (2005) confirma a relevância do elemento político na construção da memória pois a partir do posicionamento político serão feitas as escolhas de como se dará a construção da memória - se como uma reconstrução racional do passado, erigida com base em quadros sociais bem definidos, como propôs Halbwachs ou como uma memória construída por nossos afetos e expectativas diante do devir, concebendo-a como um foco de resistência no seio das relações de poder, como propôs Foucault.

Na próxima sessão apresentaremos cinco segmentos narrativos com transcrições extraídas do grupo focal dos músicos profissionais e das entrevistas com os maestros das bandas em atividade e analisaremos como a rivalidade operava nas relações entre as Bandas filarmônicas portuguesas da cidade do Rio de Janeiro.

### **3. DESPIQUE TROPICAL - A RIVALIDADE NAS MEMÓRIAS E NARRATIVAS DAS BANDAS FILARMÔNICAS PORTUGUESAS NO RIO DE JANEIRO**

A metodologia utilizada, com grupo focal (2015) e entrevistas (2016) na pesquisa, tem o objetivo de revelar e construir as memórias das bandas filarmônicas portuguesas da cidade do Rio de Janeiro sob o olhar de sujeitos que fizeram ou ainda fazem parte do processo e da compreensão da sua realidade atual.

O grupo focal foi formado por oito participantes sendo seis deles convidados e dois pesquisadores. Os convidados foram músicos profissionais que atuam em orquestras sinfônicas, bandas militares, como “freelances” ou são professores em alguma instituição de ensino de música. Destes, cinco tiveram sua iniciação em uma das bandas filarmônicas portuguesas da cidade do Rio de Janeiro e um deles teve sua iniciação em uma banda sem qualquer vínculo com as bandas portuguesas, mas, muito novo, começou a participar de uma das bandas filarmônicas portuguesas e lá permaneceu por um longo período de tempo. Apesar de todos os participantes serem profissionais da música, muitos deles não tinham contato ou não se viam há muitos anos. Os nomes dos participantes são fictícios, a fim de preservar suas identidades sendo mantido, somente, o nome do pesquisador Antonio que participou do grupo focal e que aparece nos segmentos narrativos selecionados neste trabalho. As entrevistas com os maestros das bandas que ainda estão em atividade foram realizadas, separadamente, também pelo pesquisador Antonio.

O leitor poderá observar que as transcrições dos segmentos narrativos contêm uma série de sinais, trechos sublinhados e/ou em letras maiúsculas. Estas convenções de transcrição estão explicitadas no Anexo deste artigo. A transcrição de segmentos narrativos é uma transposição do discurso oral para o discurso escrito - uma transposição que contém imprecisões e que vai variar de acordo com a interpretação de quem as realiza. É uma tentativa de trazer o leitor para o momento da interação sob a perspectiva de quem fez a transcrição. Os sinais representam, na grafia, marcas que são significativas na construção do discurso, particularmente, da maneira que queremos

59	Pedro	Porque o meu pai era malandro.
60	João	É? É?
61	Pedro	Ele não tinha... o, o, o Heitor Catarino era um ÓTIMO ensaiador=a banda dele era a
62		MELHOR que tinha...a Banda Portuguesa da Guanabara... afinadinha, né? O meu pai
63		não. O meu pai ensaiava, via que tava uma MERDA, ele ia lá no, no... quartel do
64		exército... chegava, chegava lá pro capitão “CAPITÃO PRECISO DE VINTE
65		AGORA PRA AMANHÃ”. (risos). Aí arranjava 20 músicos e botava na banda e ↑ó
66		já fazia a festa.
67	Antonio	Na Banda Lusitana isso?
68	Pedro	Banda Lusitana...
69	Antonio	Banda Lusitana? Ele foi maestro da Banda Lusitana?
70	Pedro	É na Banda Lusitana.
71	João	E tinha uma rivalidade...

evidenciar a interação e comunicam sentidos e pressupostos linguísticos.

Os segmentos 1 e 2, conforme veremos, fazem parte de duas situações de gravação: uma em que os músicos estavam conversando informalmente, sem a interferência dos pesquisadores, como entrevistadores; outra em que os pesquisadores atuam no contexto de entrevista de pesquisa. A primeira interação entre os participantes do grupo foi gravada e nos apresenta aspectos relevantes no âmbito da pesquisa, conforme analisaremos a seguir.

### Segmento 1

Observamos, no segmento narrativo 1, que Pedro faz uma descrição da estratégia utilizada por seu pai, então maestro da Banda Lusitana, para arregimentar músicos

de um melhor nível para as apresentações (linhas 61 a 66) em comparação ao maestro

422	Antonio	Eu queria saber de vocês como era a relação entre as bandas portuguesas e como vocês as caracterizaria? Havia alguma rivalidade e tal? Eu queria ouvir um pouquinho disso aí.
423		
424		
425	João	
426		Eu não sei, só sei que minha banda ↑era melhor ((aproximadamente 7 segundos de risos de todos os participantes)).

Heitor Catarino que era regente da Banda Portuguesa da Guanabara e considerado, pelo próprio participante “um ótimo ensaiador” (linha 61). Podemos observar um componente familiar na narrativa de Pedro, já que seu pai era o maestro da banda. Interessante, também, observar que a questão da rivalidade emerge de forma espontânea (linha 71) com a intervenção de João “E tinha uma rivalidade...”.

No segmento narrativo 2, que apresentaremos a seguir, está contida a pergunta do roteiro previamente estabelecido para o grupo focal, com relação à rivalidade entre as bandas, a saber:

### Segmento 2

474	Manoel	É... no caso assim... tanto de repertório... quanto de quantidade de músicos=eu lembro né? que... meu avô era maestro na época que eu tava na banda e... tinha assim... um ligava pro outro pra saber quantos músicos a banda ia se APRESENTAR pra poder CONTRATAR pra tá com a BANDA MAIOR NO DIA isso existia sim, eu lembro↓... ↑E as bandas... tinham algumas bandas que tinham pessoas que escreviam e faziam arranjos também na época=eles botavam sempre um arranjo novo no dia de festa que era exatamente pra [agradar]
475		
476		
477		
478		
479		
480		
481	Antonio	
482	Manoel	
483		
484		
485		
486		
487		
488		

Podemos observar no segmento narrativo 2 que o participante João, o mesmo que lançara a questão da rivalidade na interação inicial, explicitada no segmento narrativo 1, responde de maneira assertiva e bem-humorada que não sabe se havia rivalidade entre as bandas, mas que a banda da qual fazia parte era a melhor (linhas 425 e 426) o que causa risos em todos os participantes, por aproximadamente 7 segundos, como que se todos os participantes se apropriassem da observação de João.

No segmento 3 constata-se que o participante Manoel, no seu turno, expõe as estratégias que eram utilizadas pela banda regida por seu avô a fim de se sobressair nos desfiles ou nos encontros de bandas, conforme transcrito abaixo:

### Segmento 3

Percebe-se no segmento narrativo 3 que Manoel possuía, assim como Pedro, no segmento narrativo 1, um componente familiar com relação à banda, pois, neste caso, seu avô era

o maestro (linha 475). No detalhamento das estratégias usadas pela banda que seu avô dirigia, destacam-se a contratação de músicos extras para se apresentar com a maior banda (linhas 475 a 478); as inovações no repertório com estímulo a arranjadores do próprio grupo a fim de surpreender as outras bandas com músicas que não eram usuais entre as bandas filarmônicas portuguesas e conseguir maior apelo junto ao público (linhas 478 a 485); e, por fim, a rivalidade como algo benéfico que elevava o nível artístico das bandas e das festas (linhas 485 a 487). Interessante ressaltar que Manoel não só confirma a existência da rivalidade entre as bandas como explicita que seu avô “ficava super nervoso” nas ocasiões em que as bandas tocavam juntas, denotando a importância

1248	Antonio	O senhor já... tocou aí, passou assim... eeeee sobre esse ponto, mas... me diz assim
1249		mais... efetivamente ↑ como é que era a relação entre as bandas? Acho que...
1250		especialmente a Banda Lusitana e a Banda Portugal, como é que era a relação entre
1251		elas...
1252	Soares	Não, havia, havia o despique, é, só [se for tocando...]
1253	Antonio	[O despique, né?]
1254	Soares	só tocando, só tocando que havia despique. Na Penha especialmente havia.
1255	Antonio	[...] Entendi. Mas a relação entre elas [o senhor...]
1256	Soares	[E a relação] entre elas é... NORMAL, ERAM
1257		PESSOAS NORMAIS só que... havia como é... havia aqueles portugueses antigos,
1258		que pegavam e iam no despique de uma pra outra, né? ↓ não, não havia...
1259	Antonio	Mas só quando tocava. O senhor acha [que]
1260	Soares	[Só] quando tocava mais ou menos. [...] Pois
1261		é. Quer dizer, que poderia haver crises, ou crise não, ou sistema assim de de de coisa
1262		num despique de tocar, de tocar. O resto eram pessoas normais.
1263	Antonio	Mas, fora isso, se davam bem... não havia nenhum [problema.]
1264	Soares	[Cada um] era um... não tinha
1265		problema nenhum. Eu eu... sentia que havia aquele... como é o Flamengo e o Vasco.
1266	Antonio	TINHA UMA RIVALIDADE ENTÃO.
1267	Soares	((tosse)) Uma rivalidadezinha.

que aquela ocasião tinha para ele como maestro e para a sua banda (linhas 487 e 488), assim como descrito por Brucher (2005) nos despiques em Portugal.

O próximo segmento narrativo foi transcrito a partir da entrevista realizada com o maestro José Soares, atual regente da Banda Portugal. Português, nascido em Viseu, o Sr. José Soares imigrou para o Brasil em 1955. Alfaiate de profissão participou, como músico, da Banda Lusitana, Banda Portuguesa da Guanabara e Banda Portugal onde é o regente desde o final da década de 1990. Neste segmento narrativo o entrevistador pergunta a propósito da relação entre as bandas filarmônicas portuguesas da cidade do Rio de Janeiro e o maestro descreve, do seu ponto de vista, como se davam estas relações.

#### Segmento 4

A análise do segmento narrativo 4 nos permite algumas observações relevantes quanto ao foco de estudo do presente artigo. O maestro Soares confirma que havia rivalidade entre os grupos, sobretudo, quando se apresentavam em despiques e destaca os que aconteciam na tradicional Festa da Penha (Linhas 1252 e 1254), festa católica, de origem portuguesa que, em 2016, completou 381 edições e é realizada do primeiro ao último



domingo de outubro na Basílica de Nossa Senhora da Penha, situada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. O santuário possui uma grande escadaria com 382 degraus que conduzem à Basílica e no sopé da escadaria, no Largo dos Romeiros, existem dois coretos nos quais, nos domingos da festa, duas das bandas filarmônicas portuguesas da cidade do Rio de Janeiro se apresentavam nos moldes dos despiques realizados em Portugal, conforme descreve Brucher (2005) na seção 2 deste artigo. Podemos perceber alguma hesitação do Sr. Soares em se aprofundar no assunto salientado por uma certa confusão de ideias, quando o maestro fale em “crise” e, a seguir, diz que não havia “crise” e, também pela repetição de algumas palavras (linhas 1260 a 1262) dando a impressão de se tratar de uma lembrança que não deveria vir à tona. Interessante observar que o Sr. José Soares faz referência aos “portugueses antigos” (linha 1257) como pessoas que fomentavam a disputa e a rivalidade entre as bandas. Por fim o Sr. Soares compara a rivalidade entre as bandas com a rivalidade entre clubes de futebol citando dois dos maiores clubes de futebol do Rio de Janeiro - Flamengo e Vasco, e minimiza a questão classificando-a como uma “rivalidadezinha”, salientando que,

fora do ambiente das bandas, todos eram pessoas normais e se relacionavam bem,

745	Ferreira	Mas, quando eu podia eu... dava uma fugidinha, eu ia com a requinta e tocava lá ao
746		lado do Zé do... clarinete que era um grande clarinetista o irmão dele tocava requinta,
747		e eu tocava ao lado deles lá... ↑ e ajudava, aí tava cá... até que quando depois começou
748		aquela... rivalidade...
749	Antonio	Ah você tocou no ponto que eu queria chegar agora exatamente...
750	Ferreira	(risos)
751	Antonio	Como é que era a relação entre as bandas? Você acha que, caracteri... se tinha
752		alguma[rivalidade...]
753	Ferreira	[Tinha, tinha, tinha.]
754	Antonio	Como é que era isso?
755	Ferreira	Já tinha rivalidade. Então, era considerado assim: a a a a rainha... da sucata era a
756		Banda Portugal.
757	Antonio	(risos)
758	Ferreira	Depois da Banda Portugal é que vinha a LUSITANA e vinha o RESTO... ↓ e aquilo
759		aquilo parece que não, mas aquilo me incomodava muuuuito. Quando eu comecei a
760		sentir...
761	Antonio	O resto você diz o quê?
762	Ferreira	[...] aí vinha a Banda Irmãos Pepino. Então havia aquele negócio banda mesmo era
763		só a Portugal. O resto era tudo... resto. Nem a Lusitana tinha vez, porque eles se
764		achavam os grandalhões, os melhores de tudo, e aquilo me começou a incomodar.
765		Me começou a incomodar porque... quando iam músicos daqui ou até um da Lusitana
766		ou até d'outro lugar e ia pra Banda Portugal... “NÃO PORQUE A BANDA
767		IRMÃOS PEPINO SÓ TOCA...” Como é que ele dizia... ↓isso o Heitor Catarino...
768	Antonio	Tiro liro?
769	Ferreira	TIRO LIRO LIRO É. [...] Então havia aquela... política... uma política que eu
770		nummm... aí comecei saindo fora. [...] SÓ IA lá porque o Catarino se dava muito
771		bem comigo, eu e a mulher íamos almoçar na casa dele, ele vinha na minha, havia
772		aquela... AMIZADE, mas, na banda... só quando ele me chamava↓.

773	Antonio	Entendi.
774	Ferreira	Quando ele me chamava, aí eu ia, quando não chamava, ↓eu não ia. Então havia
775		aquela rivalidade. E aí.....eu fiquei aqui. [...] e naquele tempo na Banda Portugal era
776		um peso muito grande.....que aquela patriçada toda ..... era igual Vasco e Flamengo.
777		Aquela patriçada era tudo Banda Portugal ..... aqueles patricios velhos ↑e eram..... e e
778		era aquela RIVALIDADE era ... aqueles caras maduros ali que seguravam a coisa↓.

reforçando a nossa percepção de que esta lembrança deveria permanecer obscurecida (linhas 1265 a 1267).

O segmento narrativo 5, a seguir, foi extraído da entrevista com o Sr. José Ferreira, português, nascido em Trás-os-Montes, que imigrou para o Brasil em 1958. Açougueiro de profissão foi um dos fundadores da Banda Irmãos Pepino em 1958. Atuou, como músico, além da Banda Irmãos Pepino, na Banda Portuguesa da Guanabara, Banda Portugal e na Banda Portuguesa de Niterói. É o regente da Banda Irmãos Pepino desde meados da década de 1990. Estávamos num determinado momento da interação quando, espontaneamente, emergiu a questão da rivalidade entre as bandas a partir do próprio entrevistado (linha 748), quando o entrevistador Antonio aproveita para se aprofundar na questão (linhas 751 e 752) à qual o entrevistado responde, conforme transcrito a seguir:

### Segmento 5

Neste segmento narrativo podemos observar que o Sr. José Ferreira relata, de forma bem-humorada, que os músicos da Banda Portugal consideravam a sua banda superior às outras, “a rainha da sucata” nas suas palavras, em consonância com a intervenção de João no segmento narrativo 2, o que o incomodava bastante (linhas 755 a 767). O Sr. José Ferreira relata, também, que possuía uma boa relação pessoal com o maestro Heitor Catarino, então regente da Banda Portugal, mas quando se envolviam as bandas não era da mesma forma, inclusive, pelo fato do maestro Heitor Catarino se referir à banda Irmãos Pepino de forma pejorativa, que só tocava “TIRO LIRO LIRO”, uma referência às músicas populares portuguesas, pois a Banda Portugal era conhecida por executar transcrições de obras do repertório sinfônico orquestral como a Abertura da Ópera “O Guarany” de Antonio Carlos Gomes ou a Suíte da Ópera “Carmen” de Georges Bizet (linhas 766 a 772). Por fim, da mesma forma que o Sr. José Soares no segmento narrativo 5, o Sr. José Ferreira caracteriza a relação entre as bandas como a relação entre “Vasco e Flamengo” referindo-se, também como Sr. José Soares, aos portugueses mais antigos “aqueles patricios velhos” que pareciam nutrir de forma mais acentuada esta rivalidade (linhas 774 a 778).

As conclusões, a seguir, explicitam, na visão do grupo focal e dos maestros, de que modo a rivalidade entre os grupos operava e contribuía para a sua manutenção e aprimoramento.

### CONCLUSÕES

O processo de construção das memórias das bandas filarmônicas portuguesas da cidade do Rio de Janeiro tendo, também, como procedimentos metodológicos a realização de grupos focais e entrevistas tem revelado características importantes destes grupos

musicais, dentre eles a questão da rivalidade entre as bandas, objeto de estudo deste artigo.

As narrativas dos participantes do grupo focal e dos maestros das bandas em atividade permitiram a compreensão de como a rivalidade era essencial para a própria existência das bandas filarmônicas portuguesas na cidade Rio de Janeiro, assim como nos despiques em Portugal, no olhar destes atores. Observou-se que o tema da rivalidade entre as bandas foi recorrente e emergiu antes mesmo de realizarmos qualquer pergunta neste sentido, tanto no grupo focal quanto na entrevista com o Sr. José Ferreira.

Os segmentos narrativos evidenciaram que a rivalidade trazia um sentimento de pertencimento aos músicos de cada banda e foi o motor para que estes grupos musicais estivessem constantemente motivados a se apresentar melhor explicitando, também, a questão afetiva dos músicos e maestros para com as bandas, comparada à paixão dos torcedores de futebol por seus clubes. É possível perceber, também, que ambos os maestros se referem à rivalidade entre as bandas como algo fomentado pelos portugueses mais antigos, tradição herdada dos despiques realizados em Portugal. Podemos observar, ainda, que as relações familiares atuam nestas construções, em especial, nas bandas cujos maestros tinham algum grau de parentesco com os participantes do grupo focal.

Os despiques entre as bandas filarmônicas portuguesas na cidade do Rio de Janeiro eram aguardados com ansiedade pelos músicos e fãs das bandas em ocasiões como a Festa da Penha e os Encontros de Bandas Luso-Brasileiras realizados pelo radialista Antonio Vieira (*in memoriam*) no qual se apresentavam as quatro bandas filarmônicas portuguesas do estado do Rio de Janeiro atuando na elevação do nível artístico dos grupos por conta das disputas entre eles.

A continuidade da pesquisa com a realização de novos grupos focais e entrevistas, além da consulta aos periódicos e jornais de época, poderá agregar novos elementos para a compreensão da realidade atual das bandas filarmônicas portuguesas e, também, outras formas de como a rivalidade entre elas operava atuando na manutenção e crescimento destes grupos musicais na cidade Rio de Janeiro durante o século XX.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Liliana Cabral (2005). *Contando histórias em contextos espontâneos e institucionais - uma introdução ao estudo da narrativa*. In: Calidoscópico, v. 3, n. 2. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, p. 74-87.

\_\_\_\_\_. (2008). *Histórias, Vida Cotidiana e Identidade - Uma Introdução ao Estudo da Narrativa*. In: COULTHARD, C.R.C e CABRAL, L.S (Org.). *Desvendando discursos: conceitos básicos*. Florianópolis: Ed. da UFSC, p. 79-111.

BRUCHER, Katherine M. (2005). *A Banda da Terra: Bandas Filarmônicas and the Performance of Place in Portugal*. Tese de Doutorado - University of Michigan.

BRUNER, Jerome (1997). *Atos de Significação*. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 39 - 64.

CARINHAS, Teóphilo (1929). *Álbum da Colônia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Theóphilo Carinhas.

FARIAS, Francisco Ramos de (2011) Apresentação. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Apontamentos em*

Memória Social. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 7-9.

FREITAS, Pedro de (1946). *História da Música Popular em Portugal*. Lisboa: Custódio Cardoso Pereira & Ca.

GONDAR, Jô (2005). Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEL, Vera (Orgs.) *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa.

GRANJO, André (2005). *The Wind Band Movement in Portugal: Praxis and Constrains*. Dissertação de Mestrado - Zuid-Nederlandse Hogeschool voor Muziek.

HALBWACHS, Maurice (1994). *Les Cadres Saciaux de la Mémoire*. Paris: Éditions Albin Michel.

\_\_\_\_\_. (2003). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro.

LINDE, Charlotte. (1993) *Life stories, the creation of coherence*. New York: Oxford University Press.

MOITA LOPES, Luís Paulo da (2003). Socioconstrucionismo: Discurso e Identidade Social In: *Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família* - Campinas, SP: Mercado das Letras.

NOGUEIRA, Ana Maria de Moura (1998). *Como Nossos Pais - Uma História da Memória da Imigração Portuguesa em Niterói (1900-1950)*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense.

NORA, Pierre (1993). *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Em: *Projeto História*, v. 10, p. 7-28.

OLIVEIRA, Antonio Henrique Seixas de (2012). *Bandas Portuguesas no Brasil - Tradição,*

...	pausa não medida
(2.3)	pausa medida
.	entonação descendente ou final de elocução
?	entonação ascendente
,	entonação de continuidade
=	elocuições contíguas, enunciadas sem pausa entre elas
<b>sublinhado</b>	ênfase
<b>MAIÚSCULA</b>	fala em voz alta ou muita ênfase
<b>: ou ::</b>	alongamentos
[	início de sobreposição de falas
]	final de sobreposição de falas
()	fala não compreendida
(( ))	comentário do analista, descrição de atividade não-verbal
↑	subida de entonação
↓	descida de entonação
<b>(riso)</b>	risos

Apogeu e Realidade Atual. In: *Entre Bandas*, v.3. Corroios, Portugal, p. 30-34.

POLLACK, Michel (1992). *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro,

v. 5, n.10.

SCHIFFRIN, Deborah (1987). *Intonation and transcription conventions*. IN: \_\_\_\_ *Discourse markers*. Cambridge, Cambridge Univ. Press.

SPINK, Mary Jane e FREZZA, Rose Marie (2004). *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos: a perspectiva da Psicologia Social*. In: SPINK, M. J. P. (org.). *Práticas Discursivas e Produção de Sentido no Cotidiano*. São Paulo: Cortez, p. 17- 39.

TANNEN, D. (1989). Appendix II. Transcription conventions. IN: \_\_\_\_ *Talking voices. Repetition, dialogue, and imagery in conversational discourse*. Cambridge, Cambridge University Press, p.202 - 203.

## ANEXOS

Abaixo seguem as Convenções de Transcrição utilizadas neste trabalho:

Convenções baseadas nos estudos de Análise da Conversação (Sacks, Schegloff e Jefferson, 1974; Atkinson e Heritage, 1984), incorporando símbolos sugeridos por Schiffrin (1987) e Tannen (1989).

### **“EU ESQUECI QUE UM DIA ENXERGUEI”: LEMBRANÇA E ESQUECIMENTO EM NARRATIVAS DE PESSOAS CEGAS**

**PASCHOAL, Claudia Lucia Lessa**  
Estudante de doutorado do Programa de  
Pós-Graduação em Memória Social- UNIRIO  
claudia.paschoal@uol.com.br

## RESUMO

O presente texto aborda a relação entre lembrança e esquecimento na vida de pessoas que ficaram cegas depois de adultas e a possibilidade de experiências assertivas no presente, principalmente a felicidade. Trata-se da articulação entre memória, narração e produção de sentido, a partir do referencial teórico da Memória Social

(NIETZSCHE, 2012 [1925]; 1998 [1887]), da Sociolinguística Interacional (GOFFMAN, 1974; SCHIFFRIN, 1994) e da Análise de Narrativas (BASTOS, 2008), com interface na cegueira (MARTINS, 2006; 2013). São analisados três excertos de narrativas das “Rodas de Conversa” que trazem à tona as diferentes maneiras com que cada participante está lidando com as lembranças do tempo em que enxergavam.

**Palavras-chave:** Memória. Narrativa. Cegueira

#### ABSTRACT

This text discusses the relationship between memory and forgetfulness in the lives of people who became blind after adults and the possibility of assertive experiences in the present, especially the happiness. This is an articulation between memory, narration and production of meaning, from the theoretical framework of Social Memory (NIETZSCHE, 2012 [1925]; 1998 [1887]), the Interactional Sociolinguistics (GOFFMAN, 1974; SCHIFFRIN, 1994) and the Analysis of Narratives (BASTOS, 2008), with the blindness (MARTINS, 2006; 2013). Are analyzed three excerpts of narratives of “the roundtable conversation” that bring to the fore the different ways in which each participant is dealing with the memories of the time that saw.

**Keywords:** Memory. Narrative. Blindness.

#### INTRODUÇÃO

O presente estudo é um recorte de pesquisa de doutorado em Memória Social<sup>1</sup>, intitulada “*Narrativas de si: uma bricolagem de percursos de vida de pessoas cegas*”, cujo objetivo é entender os processos de construção de sentido que o sujeito cego tem de si e da cegueira em si, por meio de suas narrativas de vida. . O campo de pesquisa é uma oficina de grupo chamada “Rodas de Conversa”, criada em março de 2015 e que reúne sete pessoas cegas e três com baixa visão<sup>2</sup>; todos os participantes têm mais de 55 anos e sete deles ficaram cegos depois de adultos ou convivem com a iminente perda da visão. A oficina acontece uma vez por semana no Centro de Convivência do Instituto Benjamin Constant<sup>3</sup>, instituição em que trabalho como professora desde 1982.

Dos aedos das eras passadas aos dias de hoje, a cegueira vem colecionando os mais diversos sentidos e alegorias, mas quase sempre classificados de acordo com um critério de inferiorização do que escapa de uma suposta “normalidade”, criada com o paradigma da razão moderna, e com o qual determinados grupos vêm sendo subjugados e condenados a viverem no círculo perverso da piedade, do sofrimento, da tristeza, da resignação.

A cegueira, quando ocorre já na idade adulta, divide a vida em dois tempos: o do ver e o do não ver. Em seguida ao momento do acometimento, a pessoa acaba permanecendo no que o antropólogo português Bruno Sena Martins (2006) chama de “espaço de

1 Pesquisa na linha de Memória e Linguagem, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Diana Souza Pinto do PPGMS da UNIRIO e coorientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcia Oliveira Moraes do PPGP da UFF, e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIRIO, através do Parecer nº 890.873, em 28 de novembro de 2014.

2 “A pessoa com baixa visão apresenta uma perda visual severa, que não pode ser corrigida através de tratamento clínico ou cirúrgico, nem com o uso de óculos convencionais. Entretanto, ela mantém um resíduo visual que é individual e sua capacidade de usá-lo não depende somente da acuidade ou da patologia.” <http://www.ibc.gov.br/?catid=149&blogid=1&itemid=10171>

3 Instituição pública federal considerada, nacional e internacionalmente, referência no “atendimento às pessoas com deficiência visual”. Mais informações: <http://www.ibc.gov.br>.

liminaridade”, ou o tempo entre uma situação e outra. Esse é um espaço de ambiguidades, já que a pessoa se encontra numa fase que é destituída dos atributos do estado anterior (vidente) e do vindouro (cega). A liminaridade é, portanto, um espaço de trânsito, no qual o tempo de permanência varia de uma pessoa para outra e também em função das características do acometimento da cegueira: se é lenta ou abrupta; esperada ou repentina; acompanhada de dores físicas ou não.

Podemos dizer que os tempos do ver e do não ver, embora delimitados, jamais podem ser completamente apartados por conta de um passado vivido que está sempre a se espriar no presente. Assim, independentemente do motivo por que ficaram cegas, essas pessoas vivem suas cegueiras cada uma a seu modo, mas sempre a partir da experiência anterior do ver. Ou seja, o tempo que enxergaram e as suas experiências visuais foram seu primeiro modo de apreensão do mundo e esse mundo apreendido não pode lhes ser tomado.

Uma vez cegas, ou mesmo perdendo a visão lentamente, essas pessoas precisam recomeçar a viver com a nova condição, reaprendendo a perceber e a se orientar com as imagens fornecidas pelos outros sentidos, principalmente, o háptico e o acústico. As lembranças visuais que lhes povoam a memória são uma referência importante, facilitando não somente a locomoção, como também o entendimento nas situações em que lhes são feitas descrições.

Entretanto, no decorrer das Rodas de Conversa, foi possível perceber que com algumas pessoas, certas ressurgências do tempo em que enxergavam, principalmente lembranças de situações boas, das coisas que outrora podiam fazer, dos lugares que frequentavam, se agravadas pela experiência da cegueira como um conjunto de dificuldades e limitações na vida cotidiana, acabavam funcionando como um reforço ao discurso da cegueira como tragédia, desgraça, castigo e toda sorte de infelicidade.

Em função disso, em nossas rodas, muito comumente, essas pessoas relatavam sentimentos de dor, de desespero e também de muito medo de viver, associados à perda da visão. Podemos dizer que para alguns sujeitos, lembrar-se do passado é quase uma “tortura”. Foi possível constatar também um ressentimento pelo acontecimento da cegueira, que pode aparecer em tom de revolta e desgosto com a vida ou simples resignação com o destino.

Neste recorte, vou analisar como dois dos participantes, Tam e Jet<sup>4</sup>, que ficaram cegos depois dos trinta anos de idade, articulam discursivamente lembrança e esquecimento ao falarem da cegueira em suas vidas. A ideia é trazer à discussão a importância do esquecimento do passado, por meio da coconstrução de narrativas orais, para que os sujeitos que perderam a visão depois de adultos possam acionar outras possibilidades de renúncia e reinvenção do sentido de ser cego.

Para tanto, vou articular o arcabouço teórico da Memória Social (NIETZSCHE, 2012 [1925]; 1998 [1887]), da Sociolinguística Interacional (GOFFMAN, 1974, 2013 [1964]; SCHIFFRIN, 1994) e da Análise de Narrativas (BASTOS, 2008), com interface na cegueira (MARTINS, 2006; FIGUEIREDO, 2014).

Inicialmente, abordarei a cegueira a partir da memória imbricada na relação lembrança/

---

4 Nomes fictícios escolhidos pelos próprios participantes.

esquecimento. Em seguida, apresentarei brevemente alguns aspectos da Sociolinguística Interacional e da Análise de Narrativa, apostando na relação indissociável entre passado e presente que se articula nas narrativas coconstruídas em interações situadas de Brasília DF: UnB, 23 a 25 de novembro de 2016, ISSN 2316-266X, n.5 grupo - no caso, as Rodas de Conversa -, que configuram e reconfiguram constantemente a memória do que vem a ser cegueira. E, por último, analisarei três excertos de situações interacionais da terceira Roda de Conversa, em que Tam e Jet, por meio de narrativas coconstruídas, falam pela primeira vez sobre a cegueira em suas vidas.

## 1. NARRAÇÃO, ESQUECIMENTO E TRANSFORMAÇÃO DO PRESENTE

Não vou mais explicar como “são” as pessoas cegas.<sup>5</sup> Se o fizesse, com certeza estaria apenas repetindo a lógica da categorização que acentua uma memória da cegueira encaixada na ordem da tragédia, da desgraça, da infelicidade e do sofrimento. No senso comum, as pessoas cegas vivem encerradas em um mundo triste e escuro e são incapazes de gerirem suas vidas com vigor e assertividade. Qualquer descrição que façamos que não venha das vozes das pessoas cegas corre o risco de funcionar como mais um reforço a essa memória e ao estigma, que estão sempre a empurrar essas pessoas para uma espécie de limbo, por processos generalizantes, “coisificadores” e excludentes que acabamos todos reproduzindo impensadamente. Nesse limbo, a submissão às forças do devir “deficiente” agrava o esforço cotidiano de tentar encontrar possibilidades de novas perspectivas diante da vida. (MARTINS, 2006).

Bruno Sena Martins (2006) apresenta uma solução bastante apropriada a nossa realidade. Segundo ele, as “deficiências” poderiam ser analisadas na ordem *evitáveis* e *não evitáveis*, se adotássemos como critério as formas que têm em sua gênese carências de ordem socioeconômica, ou seja, que poderiam ser prevenidas. E ainda, na ordem “evitáveis”, não se enquadram somente doenças congênitas ou adquiridas que causam a cegueira, mas situações sociais que transformam a experiência de ser cego em “deficiência”, “incapacidade”, tragédia e sofrimento, em função de um mundo pensado e projetado para uma maioria que enxerga.

Sendo assim, a cegueira está sendo concebida aqui a partir da relação mesma entre memória, narração e produção de sentido, uma vez que os usos da memória não são somente uma maneira de transformar o passado para o presente, mas um processo ativo de construção de sentido que se dá por meio da produção de narrativas. (MARTINS, 2006).

Uma narrativa está sempre unindo cacos, fragmentos de outras narrativas para tecer nova trama de acontecimentos e produzir nova realidade, em um movimento infundável de construção e desconstrução do passado, seja ele recente ou remoto. As narrativas engendram a produção da memória por meio da articulação entre lembrança e o esquecimento. (MARTINS, 2006). E o mesmo acontece com a memória da cegueira.

Em suas pesquisas em Portugal e Moçambique, Bruno Sena Martins prestou uma atenção especial às narrativas em que a ideia de cegueira como tragédia, sofrimento, infortúnio ou incapacidade estivesse vinculada às limitações, dores, privações e angústias relacionadas à experiência incorporada da própria cegueira, ou seja, que não podiam ser apreendidas somente à luz das condições impostas por determinado

5 Em todo caso, para mais informações sobre a cegueira e a baixa visão: [www.ibr.gov.br](http://www.ibr.gov.br)



contexto social. Há uma vulnerabilidade que é sentida na carne. (MARTINS, 2006). Martins chamou de “angústia da transgressão corporal esse sofrimento/privação ligado à cegueira e que escapa à relação com a experiência de exclusão a que as pessoas cegas estão sujeitas”. (MARTINS, 2006, p. 227).

Mais ainda, ele constatou que a vida das pessoas cegas é conduzida por uma lógica de silenciamento, que as condena a uma solidão narrativa, experimentada nas suas vidas sociais quotidianas, seja na família, no trabalho ou em suas comunidades de residência. Segundo o antropólogo, esta solidão pode ser quebrada por meio de um espaço de enunciação, de partilha de histórias, de momentos em que as pessoas cegas possam narrar episódios de sua vida.

As constatações de Bruno Sena Martins coadunam-se com a proposta do filósofo Friedrich Nietzsche (2012 [1925]; 1998 [1887]). Para ele, é fundamental a relação entre o “esquecimento” do passado, por meio de sua narração, e a partir daí, a possibilidade de viver demasiadamente o presente. Afinal, somente para isso é que faz sentido um retorno ao passado: a transformação do presente, a possibilidade de vivê-lo intensamente e a continuação da vida. “Não desaparece o passado à medida que começamos a compreendê-lo?”, questionou-se o filósofo (2012 [1925], p. 59).

Nietzsche (1844-1900) propôs que em vez de agarrarmo-nos ao passado, devemos acolhê-lo em suas insurgências no presente e seguir em frente, sempre. Nesse sentido, narrar é agir; não se deixar oprimir por lembranças de um passado atormentador, que está sempre a tentar engolir o presente. Para o filósofo (1998 [1887]), sem o esquecimento não há presente porque o esquecimento é uma força ativa e transformadora vinculada à ideia de tempo como fluxo contínuo da vida. Devemos, por isso, acolher o passado em suas insurgências no presente e seguir em frente, sempre. Lembrar em excesso nos torna duros, remoendo afetos que nos foram dolorosos, presos em um tempo que já passou; que não é o presente. Assim, ficamos presos no ciclo perverso e doentio do ressentimento e não conseguimos viver o presente em todas as suas possibilidades.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Sociolinguística Interacional investiga a fala em interação para entender como as pessoas organizam a produção dos discursos e a construção de sentidos em contextos situados. (GOFFMAN, 1974; SCHIFFRIN, 1994). Nesta perspectiva, consideramos que as experiências sociais envolvem processos, embates, negociações e espaços, inclusive, anteriores mesmo a questão da cegueira *per si*. De acordo com Erving Goffman (1974) a interação é a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros quando em presença física imediata. Assim, o sentido como um produto de uma atividade conjunta pressupõe cooperação, consentimento, coordenação de ações, enfim, o fazer junto. Mesmo assim, os sentidos são diferentes, individualizados, próprios de cada um. Isto é, cada participante da Roda de Conversas constrói sentidos em uma mesma situação de interação, articulando a lembrança de suas experiências anteriores, em função da experiência do momento presente em que está interagindo com os demais participantes.

A Análise de Narrativa em uma abordagem interacionista considera o discurso narrativo como prática social constitutiva da realidade à medida que estamos sempre narrando histórias e com elas, contamos de nós mesmos, dos outros e de nossas vidas,

e assim, delineamos contextos e construímos realidades enquanto nos construímos. As narrativas são performances (BASTOS, 2008) com as quais conseguimos, inclusive, planejar ações futuras (GOFFMAN, 1974), para continuarmos a trama da vida, os enredos de nossas próprias histórias.

Em suma, se organizamos nossas experiências por meio de narrativas, analisando como estas narrativas se articulam, podemos entender como os sentidos são produzidos socialmente e como os sujeitos se colocam nos seus percursos de vida, o que contam uns para os outros e, até mesmo, as intenções que movem suas narrativas. A forma e o conteúdo de nossas histórias, bem como o modo como as contamos “são todos índices sensíveis não apenas de nossos *eus* pessoais, mas também de nossas identidades sociais e culturais”. (SCHIFFRIN, 1994, p. 170). Por isso, as narrativas orais são instrumentos de análise e estudo da vida social de um modo geral.

A Análise de Narrativa à luz dos pressupostos interacionistas concilia abordagens estruturais e interacionais da narrativa em perspectiva discursiva, combinando o conteúdo (o que é dito) com o estilo de superfície (como está sendo dito). O ritmo da fala, pausas, hesitações, entonação acento, timbre, bem como gestos, olhares, expressões faciais, posições do corpo e movimentos bruscos, por exemplo, nos dão informações não só do que está acontecendo, mas também fornecem “dicas” de como o que está sendo dito é ao mesmo tempo sentido e apreendido por cada participante da interação, sinalizando, assim, o *footing* ou os diversos posicionamentos que assumimos em relação ao que é dito. (GOFFMAN, 1974).

William Labov e Joshua Waletzky (1967) foram os pioneiros a estudar as narrativas em seus aspectos e características estruturais e formais e a produzir um modelo de análise que pudesse dar conta de narrativas orais. Em seu modelo de análise, a narrativa é definida como uma forma para recapitular oralmente as experiências passadas, a partir de uma articulação sequencial de orações que corresponda à mesma ordem cronológica de ocorrência dos eventos passados em um postulado mundo real.

Para eles, o mais importante é que haja um motivo para se contar uma história, um *ponto*, de modo que ela seja reportável. Para ser bem formada, a narrativa deve possuir

Símbolos	Especificações
.	entonação descendente ou final da elocução
?	entonação ascendente ou interrogação
,	entonação de continuidade
(.)	micropausa
<u>palavra</u>	sílaba ou palavra enfatizada
<b>PALAVRA</b>	intensidade maior ou volume alto
↑ e ↓	subida e descida de tom (mais agudo e mais grave)
pala::vra	prolongamento do som (maior duração)
palav-	marca de corte abrupto ou interrupção
“palavra”	fala relatada ou reconstruída
[ ]	início e fim de falas simult
[[ ]]	mais de uma fala sobreposta
=	enunciados contíguos, sem intervalo
( )	fala inaudível
(( ))	descrição de atividade não vocal, como gestos ou expressões faciais

6 O glaucoma é uma doença com lesão do nervo óptico relacionada à pressão ocular alta. Mais informações: <http://www.ibc.gov.br/?itemid=118>.

um “esqueleto” com uma série de orações ordenadas temporalmente, ou orações

narrativas. A oração é livre quando não está presa a uma conjuntura temporal e pode aparecer em qualquer parte da história. Essa organização da sequência de orações das histórias possui seis componentes: *abstract* ou *resumo*, quando o narrador introduz a história, anunciando sua ideia principal; *orientação*, informações contextualizadoras que ajudam a dar coerência aos fatos narrados; *ações complicadoras*, sequência temporal de pelo menos duas orações no passado que contam o que aconteceu; *avaliação*, ou a perspectiva do narrador e que expressa o ponto central da

#### Há um tempo

(Fernando Pessoa)

Há um tempo  
em que é preciso abandonar as roupas usadas  
Que já têm a forma do nosso corpo  
E esquecer os nossos caminhos  
que nos levam sempre aos mesmos lugares

E o tempo da travessia.  
E se não ousarmos fazê-la  
Teremos ficado  
para sempre

narrativa; *resolução*, o resultado das ações complicadoras; e *coda* que serve para indicar aos ouvintes que a história acabou. De acordo com Labov e Waletzky (1967), o ponto e a reportabilidade da narrativa são indicados pela avaliação. Assim, chamamos de canônica a narrativa que se apresenta sequencialmente neste modelo proposto por eles.

712	Tam	[vou-vou-vou colocar pra-pra vida prática, é:::] <u>nós</u> , a maioria aqui, perdeu a visão é-é na idade a-a-a-adulta (.) cheios de vícios e costumes (.) você tem que largar (.) quase tudo-tudo aquilo que você tinha (.) inclusive amigos, (0,3) né? que-que-que te esquecem, pra você se-se adaptar a uma vida nova (.) você tem que se despir daquilo tem, que largar aquilo (0,2) esquecer, e-eu por exemplo, esqueci que-que um dia enxerguei, ahn?=-
721	Olga	[>não quer dizer que é só uma metáfora (.) é pra vida real<]
722		
723	Claudia	=você esqueceu mesmo, Tam?=-
724	Tam	=esqueci, apaguei=
725	Claudia	=não acredito, <u>NÃO</u> acredito, Tam (0,2) [você tem] memórias visuais?
726		
727	Tam	[esqueci]
728	Olga	[°não, olha, acho que em termos°]
729	Tam	eu conheço você e não tenho nenhuma é:: curiosidade pra saber como você é (0,2) né? entendeu? se é [bonita, se é feia]
730		
731		
732	Claudia	[ah:::] entendo agora o que
733		você tá falando
734	Olga	e também é o ambiente, né? [[o ambiente muda

735		completamente]]
736	Tam	[[aquela coisa que
737		quando a gente enxerga]] primeira coisa que a
738		gente faz é olhar se a pessoa é bonita, se é
739		feia, se é preta, se é [branca, primeiro você
740		analisa] visualmente a pessoa e-e faz um
		[[juízo]]
741	Olga	[branca, gorda, magra]
742		[[aparência]]
743	Claudia	anham
744	Tam	né? você faz um juízo da-da pessoa (0,2) a
745		pessoa deve ser isso, deve ser aquilo, (0,2)
746		então quando a gente perde a-a visão, (0,2)
747		tem que se despir disso (.) eu-eu-eu (0,2) por
748		exemplo, me-me: despi: disso e eu não tenho
		essa curiosidade de=

Os excertos de narrativas orais que trago aqui foram gravados no terceiro encontro da oficina Rodas de Conversa, no dia 27 de março de 2015, e são apresentados separadamente para facilitar a análise, mas, na mesma sequência em que ocorreram. Os quatro participantes envolvidos são: Tam, Jet, Olga e eu. Olga tem 76 anos e ficou cega na primeira infância por conta do glaucoma congênito<sup>6</sup>; Tam tem 60 anos e ficou cego aos 32 em um acidente de carro; antes do acometimento era caminhoneiro e depois tornou-se advogado. Jet tem 71 anos e ficou completamente cego aos 35 anos devido ao glaucoma; era oficial da Marinha e depois foi aposentado. O foco da análise será as narrativas de Tam e Jet.

Para transcrição dos textos utilizei as seguintes convenções:

### 3. O TEMPO DA TRAVESSIA

Em todas as Rodas de Conversa conversamos sobre um tema a partir de um texto, geralmente um poema, trazido por mim ou pelos participantes. No terceiro dia, o poema foi *"Há um tempo"*, de Fernando Pessoa. A escolha não foi ingênua. Pelo contrário, escolhi cuidadosamente as palavras que poderiam traduzir minhas intenções. Ninguém melhor que Fernando Pessoa, o poeta do desassossego, da efervescência, dos mares à frente.

Havia naquela proposta a vontade de partilhar a dor de desapegar do passado para simplesmente viver, com tudo que há na vida.

Ao término da leitura do poema, propus que cada participante contasse um fato ou episódio do que considerava uma travessia que tivera que fazer ao longo de sua vida. O excerto abaixo mostra uma narrativa pessoal de Tam sobre o que aconteceu ao ficar cego.

#### Excerto 1: A travessia de Tam

Tam começa uma narrativa hesitante e repleta de gaguejos: "vou-vou-vou colocar pra-vida prática é:: nós a maioria aqui perdeu a visão é-é na idade a-a-a-adulta, cheios de vícios e costumes." (linhas 712 a 714).

Abrindo o abstract e a orientação com o sujeito coletivo "nós", Tam tenta, estrategicamente,

invocar o testemunho de todos os participantes da Roda, para a construção de um “self” coletivo e situacional, o da categoria das pessoas que ficaram cegas.

Em seguida, ele apresenta uma série de orações narrativas não canônicas em termos sintáticos, pois os verbos estão todos em uma sequência temporal no presente, com modalizações que dão um tom didaticamente apropriado à interlocução com alguém que não é cega, no caso eu: “você tem que largar (0,1) quase tudo aquilo que você tinha (.) INCLUSIVE amigos (0,3) né? que-que-que te esquecem pra você se-se adaptar a uma vida nova (.) você tem que se despir daquilo, tem que largar aquilo (0,2) esquecer”. (linhas 718 e 719). E na coda, Tam retorna ao tempo passado: “e-eu por exemplo esqueci que-que um dia enxerguei, ahn?” (linhas 719 e 720).

Chama à atenção a avaliação encaixada na complicação: “INCLUSIVE amigos (0,3) né? que-que-que te esquecem”. (linhas 716 e 717). A ênfase marcada com aumento do volume de voz no advérbio, a pausa e o gaguejo indiciam um envolvimento maior de Tam neste ponto e um tom ressentido para revelar que os amigos se afastaram dele quando ficou cego. Quanto a isso, Liana Biar (2012), com base nas reflexões de Goffman (1971) sobre identidade deteriorada, ou o *self* estigmatizado, nas suas pesquisas de campo, encontrou episódios que ela chamou de “estratégias de evitação”. Usar o sujeito plural “nós” ou simplesmente substituir a primeira pessoa pela expressão “você” como índice de indeterminação é uma estratégia para não se envolver diretamente na situação e/ou ficar isento de falar de si mesmo.

Outro aspecto que chama atenção são as orações narrativas no tempo presente, o que dá um efeito de aproximação da experiência da cegueira para a situação interacional. Segundo Deborah Schiffrin (1994), o uso do PH se deve ao fato de ele tornar a narrativa mais viva e excitante, porque aproxima eventos passados, tirando-os de enquadre original e trazendo-os para o momento em que se fala. “Eventos passados ‘tornam-se vivos’ com o PH porque ele é formalmente equivalente a um tempo que indica eventos cujo tempo referencial não é o momento da experiência, mas o momento da fala”<sup>7</sup>. (SCHIFFRIN, 1981, p. 46).

7 “Past events ‘come alive’ with the HP because it is formally equivalent to a tense which indicates events whose reference time is not the moment of experience, but the moment of speaking”. (SCHIFFRIN, 1981, p. 46).

João Ricardo Melo Figueiredo (2014), em sua pesquisa sobre a alternância no uso entre

780	Tam	ah:: conhecer uma pessoa e <u>antes</u> de-de-de:
781		gostar daquela pe-pessoa, de <u>se</u> interessar e
782		perguntar pra <u>outra</u> pessoa como que ela é (0,3)↓eu não faço isso↓
783	Claudia	unhum
784	Tam	entendeu?
785	Claudia	entendi (.) não tem essa <u>necessidade</u> de ter
786		informação visual, [a <u>aparência</u> visual]
787	Tam	[não, não, não tenho] [[se
788		eu gostei daquela pessoa, eu gostei da pessoa
789		independente de ela ser bonita ou feia]]
790	Jet	[mas-mas-mas-mas
791		essa-essa sua <u>exclusão</u> , essa sua <u>exclusão</u> não é
792		típica]] do ser humano? (0,2) é claro que é,
793		<u>pô!</u> é a curiosidade, rapaz (.) >o ser humano é
794		curioso<, não adianta (0,1) ele quer saber  se-
795		uma hora dessa você vai=
796	Tam	=mas eu tô descartando justamente isso
797	Jet	<u>não</u> , ué! aí é um erro (0,2) é: é um erro, sabe
798		por quê?
799	Tam	pode ser para você=
800	Jet	=é um erro, sabe por quê? porque eu vou te
801		falar uma coisa, porque (0,2) eu vivo a minha
802		vida na maior alegria e tal, mas eu sinto muito
803		por ter perdido a minha visão, sabe por quê?
804		porque eu era apreciador da [ <u>natureza</u> ]
805		((batendo na mesa)) e:: agora, eu já não tenho

		mais esse [[direito]]
806	Claudia	[hum::]
807 808	Tam	[[o-o-o- mas, Jet]]
809	Claudia	a natureza <u>mesmo</u> ?
810	Jet	NATUREZA (.) sabe o que é <u>natureza</u> ?
811	Claudia	anham
812 813 814 815 816	Jet	you sabe o que que é entrar em uma floresta e ficar olhando as folhas caírem, hein? cada uma no seu lugar, (0,2) as <u>árvores</u> nascem sem ninguém plantar, é coisa mais linda!(.)é sim, porque eu vivi em floresta=
817	Tam	=olha só=
818 819 820 821 822 823 824	Jet	=eu naveguei em muitos mares, aí então, o que que acontece, eu ficava vendo aquilo tudo, (0,2) hoje eu não tenho mais esse <u>direito</u> , (.) entendeu como é que é? então, o que eu-eu faço? eu me escoro no meu lindo passado, <u>é!</u> eu vou me escorar no meu lindo passado, aquilo que eu [vivi em-em grandes alegrias, (.) é!
825	Tam	[é-é-é-é, você pode]
826 827 828	Claudia	Jet, você sabe, Jet, você falando assim, acho que se eu ficasse cega >porque agora eu estou imaginando também, né?<=
829	Jet	=unhum=
830 831 832 833	Claudia	=eu acho que se eu ficasse cega agora, de uma hora para outra, hh essa talvez fosse a-o que eu assim, (.) o que eu sentisse mais também, porque eu também gosto muito de-de <u>olhar</u> para a nature[za]
834 835 836	Jet	[é] porque [[olha só, foi justamente na época da juventude, olha só, olha só, então]]
837 838	Claudia	[[As FLORES, O CÉU, sabe? o mar, mas eu tenho isso também, eu entendo um pouco com ele]]
839 840 841 842 843 844	Jet	então, olha só, ó, na época da juventude, na época de namora-na época de namoro, na época de você usar tudo, tudo, o jovem >tudo, todo tipo de dinheiro que ele botar, dá certo< tudo que ele faz, dá [certo] é-é-é é tolerável, (.) e ago:ra? (0,2) hein? sem visão
845	Olga	[unhum]
846 847	Claudia	>talvez, mas talvez eu também sentisse que nem ele, talvez eu sentisse que nem o Tam, não ia

848		me incomodar de saber se a pessoa tá de
849		vermelho, de verde, de preto, pra mim não ia
850		fazer muita diferença não<=
851	Olga	=não, não faz=
852	Claudia	=[mas essa coisa, essa coisa da natureza, Olga,
853		eu acho que eu ia sentir também]
854	Jet	[ISSO NÃO FAZ, ISSO NÃO faz desde que você não
855		se interesse pela pessoa, mas se interessar,
		faz]=
856	Olga	=é diferente=
857	Jet	=se quer saber, <u>duvido</u> que não
858	Olga	olha bem, (.) mas não é, direito é uma coisa,
859		(.) impossibilidade é outra, (0,2) não é a mesma
		coisa
860	Claudia	hum, entendo, entendo

o presente histórico (PH) e o pretérito perfeito do indicativo (PP) em narrativas orais de pessoas adultas, cegas e com baixa visão, também encontrou um alto índice de uso do PH nas narrativas dos participantes cegos. Figueiredo encontrou um índice maior de PH na complicação e não na avaliação. Segundo ele, isso ocorre porque na complicação se cria uma tensão crescente para manter a audiência participante, exigindo, assim, maior envolvimento do narrador, que precisa narrar “os eventos passados como se fosse presente, um ‘passado mais vivo’”. (FIGUEIREDO, 2014, p. 117).

Voltando à narrativa de Tam, de fato, se retirarmos as suas estratégias de evitação, com uma simples mudança na agentividade e no tempo verbal do presente histórico para o pretérito perfeito, sua narrativa não só passa a encaixar-se no modelo laboviano, bem como a deslizar de um tom informativo e quase impessoal com que ele fala do que aconteceu ao ficar cego” para uma narrativa que conta da experiência incorporada de perder a visão de maneira tão súbita e violenta. Vejamos: “[...] a maioria aqui perdeu a visão na idade adulta, cheios de vícios e costumes. **Eu tive** que largar quase tudo aquilo que **eu** tinha, inclusive amigos que **me esqueceram** pra **me** adaptar a uma vida nova.. **Eu tive** que **me** despir daquilo, **tive** que largar aquilo, esquecer. **Eu** por exemplo esqueci que um dia enxerguei.”

Mais adiante, quando eu confronto a sua imagem de “cego bem resolvido”: “você esqueceu mesmo, tam?” Ele responde: “esqueci. apaguei”. Eu insisto e dessa vez, sou mais incisiva: “não acredito, NÃO acredito, Tam (0,2) você tem memórias visuais?”. Ele mantém: “esqueci” (linhas 723 a 727).

O excerto 2, a seguir, integra a continuidade imediatamente após este momento e mostra como Jet toma o turno da fala para confrontar a face de Tam e, com uma narrativa em tom de revolta, compartilha a sua dor da perda da visão. Vejamos:

Excerto 2: A travessia de Jet

Com um desabafo nostálgico, Jet fala da falta; da angústia de ter um corpo que não permite mais fazer o que muito gostava: apreciar a natureza. Jet bate na mesa, eleva o tom da voz, briga para manter seu turno. Quer partilhar um sofrimento, que acaba sendo produzido como revolta. A narrativa de Jet expressa a “angústia da transgressão



corporal” (MARTINS, 2006) de que falei anteriormente. Ao contrário de Tam, Jet se

861	Tam	Jet, olha só, eu vou é-é:: você tem que entender
862		que nós somos seres humanos individuais, você
863		pensa de uma maneira, eu penso de outra
864	Jet	então a sua opinião diverge da minha, mas é uma
865		opinião
866	Tam	você não pode me achar infeliz porque eu penso
867		diferente de você=
868	Claudia	=ah, com certeza=
869	Tam	=eu-eu por [exemplo], eu-eu-eu vou à-à-à praia,
870		(.) né? (.) quando eu quero admirar a natureza,
871		(.) sento na mureta, (0,2) por exemplo, (.) da-da
872		baía da Guanabara, aí, fico ouvindo o barulho do
873		mar, a [[água batendo]]
874	Claudia	[concordo]
875	Olga	[[eu também]]
876	Claudia	[[ai, que legal!]] esse é um depoimento muito
877		importante pra mim
878	Olga	eu também
879	Claudia	bacana
880	Tam	eu posso chegar em uma cachoeira e [ficar ouvindo]
881		a água deslizando, su-su::sobre as
882		[[pedras]], os pássaros cantarem, [o som da mata]
883	Olga	[isso]
884		[[exatamente]]
885	Claudia	[o cheiro do
886		mar]=
887	Olga	=o cheiro do mar
888	Tam	o cheiro, o cheiro do mar
889	Olga	você aprecia mais
890	Tam	o cheiro de terra
891	Olga	o canto do passarinho
892	Tam	eu sou nascido e criado no interior, adoro a-a-a
893		[natureza], (0,2) então, eu fico imaginando (.)
894		viajando, eu faço isso, (.) mas eu não vou ficar
895		sofrendo porque eu não enxergo, (0,2) “ai, meu
896		Deus, (0,2) quando eu enxergava”=
897	Olga	[i::h eu!] isso mesmo
898	Jet	=ah, não, isso aí, não. não tô nem aí pra isso aí
899		não. aí, tenho um lindo aparelho de som, adoro
900		escutar música, eu tenho música de <u>todo</u> tipo,
901		cara, lá (.) boto lá pra tocar, não quero nem
902		saber, eu danço pra caramba, tô nem aí, entendeu?

agarra às imagens e lembranças do tempo que enxergava para amenizar a dor da ausência da visão. É relevante dizer que, segundo Jet, sua cegueira, causada pelo glaucoma, evoluiu rapidamente e lhe cegou “da noite para o dia”, com muitas dores, que sente até hoje, mesmo sem enxergar.

Tentando negociar com o grupo o direito de Jet a um turno mais longo, nesse momento, eu introduzo uma pergunta ratificadora: “a natureza mesmo?”. Tam entende e não tenta mais falar. Jet prossegue.

Decididamente, a cegueira de Jet marcou o fim de um modo de vida, que ele, ao fazer questão de rememorar, encapsula no passado todas as qualidades, ações, imagens positivas, “a época da juventude” (linha 839) e no presente o que é negativo: “[...] e ago:ra? (0,2) heim? sem visão”. (linhas 843 e 844).

Nos resultados de suas pesquisas de campo, Martins (2006) relata muitos casos em que o sofrimento causado pela perda da visão empurra os sujeitos para além do impacto do próprio sofrimento e eles acabam encontrando maneiras de reconstruir as suas narrativas e existências. “[...] A reconfiguração dos modos de existência se faz por apelo à capacidade de resistência ao sofrimento implicado na perda” (MARTINS, 2006, p. 243).

Finalmente, o excerto 3, abaixo, mostra o desfecho da negociação de sentidos para cegueira em que nos envolvemos a partir do poema “Há um tempo” de Fernando Pessoa. A essa altura, o clima entre Tam e Jet não estava muito bom. Embora Olga e eu tivéssemos nos empenhado para apaziguar a situação, parecia que havíamos entrado em um terreno minado. Mesmo conhecendo Jet naquele dia, tive a impressão de que já havia um estranhamento anterior na sua relação com Tam. Esta última parte começa com Tam retomando seu turno para responder diretamente a insinuação de Jet. Seu tom é de ultimato, e, realmente dá uma virada no jogo interacional:

Excerto 3: A viagem de Tam.

Tam está visivelmente irritado com o discurso de Jet, e, com uma fala firme, bem marcada e endereçada a ele, deixa claro que não quer se enquadrar em sua descrição de cegueira. Ao descrever o *footing*, Goffman diz que é comum que haja no jogo interacional, uma fase ou episódio com um nível mais elevado, em que o novo *footing* serve “como um isolante entre os dois episódios mais substancialmente sustentados” (GOFFMAN, 2013 [1979], p. 113). Logo no início deste excerto (linhas 861 a 867), a fala de Tam, além de se configurar como uma dessas fases, funciona como abstract e orientação de uma narrativa que virá em seguida, e com a qual ele recusa o enquadre de Jet para, finalmente, reenquadrar a interação através da construção de sua relação com a natureza, bastante diferenciada daquela descrita nostalgicamente por Jet.

Tam mantém o mesmo tempo verbal no presente, e com cadência vai performatizando uma postura de cego “feliz”, a medida que constrói o contexto de sua narrativa com os sons, os cheiros, cada detalhe da percepção háptica de que se vale para experienciar o mundo e alimentar sua imaginação. As imagens de que se vale Tam não são somente visuais. São imagens percebidas através da abertura dos sentidos e conhecidas a partir de suas próprias experiências sensório-motoras.

Sua narrativa é um convite. Olga e eu participamos dessa construção, ratificando o seu posicionamento. Com um trabalho de face habilidoso, Tam projeta-se novamente como um cego compreensivo e bem resolvido. Muito mais que isso, com sua apresentação, Tam revela sua superação: “mas eu não vou ficar sofrendo porque eu não enxergo (0,2) “ai meu deus (0,2) quando eu enxergava”= (linhas 894 a 896).

A afirmação de Tam soa como uma acusação para Jet, que retifica tudo que havia falado antes, e com uma pequena narrativa, faz questão de se apresentar como alguém que, apesar de todo sofrimento da perda da visão que expôs antes, faz sua parte para não sofrer; ouve música, dança, *não quer nem saber* e encerra o assunto com a coda “tô nem aí, entendeu?” (Linha 902).

Um dos resultados significativos a que chegou Martins (2006) em suas pesquisas em Portugal e Moçambique diz respeito à impossibilidade de “generalização da relação entre a cegueira e a ideia de trágica privação.” (MARTINS, 2006, p. 244). Outros fatores contribuem nessa relação, dentre eles, destacam-se a idade da perda da visão, se repentina ou gradual, se acompanhada de dor física ou não, e ainda, fatores que dizem respeito às condições de vida da pessoa antes da perda e que vão influenciar diretamente suas atitudes de enfrentamento e superação do momento inicial.

Martins (2006) também ressalta que quando a cegueira se consuma em situações onde a manutenção da vida é a premência principal, o próprio fato de ter sobrevivido mitiga os efeitos da cegueira súbita e o sujeito tende a engajar-se com mais facilidade em um movimento de superação. Ele observou que, nestes casos, os sujeitos não têm tanta necessidade de encontrar um sentido para a cegueira. Talvez o mesmo aconteça com Tam. Ao sofrer o acidente de carro em que perdeu a visão, Tam quase morreu. Além disso, no mesmo dia que contou sobre o acidente, ele ressaltou que o “lado positivo” desse acidente e da cegueira foi ele ter feito faculdade e se tornado advogado. Caso contrário, ainda estaria dirigindo caminhão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas de Tam e Jet, têm em comum o sofrimento de ter que lidar com a nova condição visual, mas são bastante divergentes quanto ao fato de como cada um deles lida com a experiência incorporada da cegueira e com a possibilidade de ocupar um corpo que insiste em transgredir e seguir em frente. A diferença parece encontrar-se no período de tempo em que cada um ocupa o espaço de liminaridade.

A narrativa de Tam tem estatuto de tragédia pessoal. Porém, revela sua opção por um esquecimento necessário do passado em que enxergava, que ele materializa em: *“eu esqueci que um dia eu enxerguei”*. Sua narrativa revela também a imaginação acionada pelas sensações hápticas como estratégia para mitigar o sofrimento provocado pela perda da visão e pela nova condição visual. Tam, por dar graças à vida, ocupou-se de buscar sair do espaço liminar o mais rápido possível.

A narrativa de Jet parece carregar o ressentimento (NIETZSCHE, 2012 [1925]) causado pela cegueira que marcou o fim de um modo de vida, que ele faz questão de rememorar. Para Jet, aceitar a doença visual, o glaucoma, acompanhada de dor física faz parte da dificuldade de dar sentido à cegueira, que ele materializada em *“eu era apreciador da natureza e agora eu já não tenho mais esse direito”*. A afirmação de Jet parece encobrir uma pergunta corriqueira: *“Por que eu?”* Ao se enganarem em suas narrativas da cegueira, os participantes das Rodas de Conversa puderam transitar discursivamente por diversas possibilidades, articulando o “lembrar de” e o “esquecer de” e, assim, deslocar-se no tempo e no espaço. Esse movimento provocou não somente a desterritorialização de ideias e sentimentos com relação à nova situação visual, mas, precipitou novas percepções, principalmente, de um si mesmo mais presente e atuante. Ou seja, compartilhando lembranças que já não querem mais, eles puderam redimensioná-las no presente, de modo a dinamizá-lo e afirmarem novas possibilidades em suas vidas, especialmente àquelas que costumam lhes ser negadas: o direito à alegria de viver e a ter ambições.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Liliana Cabral. Diante do sofrimento do outro – narrativas de profissionais de

saúde em reuniões de trabalho. *Caleidoscópio*, v. 6, 2008, p. 76-85.

BIAR, Liana. *“Realmente as autoridades veio a me transformar nisso”*: narrativas de adesão ao tráfico e a construção discursiva do desvio. Rio de Janeiro. 2012. 246p. Tese de Doutorado – Departamento de letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

FIGUEIREDO, João Ricardo Melo. *O presente pelo passado*. Variação verbal em narrativas de deficientes visuais. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2014.

GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis*. An Essay on the Organization of Experience. London: Peguin Books Ltd., 1974.

\_\_\_\_\_. A situação negligenciada. Tradução de Pedro M. Garcez. In: RIBEIRO, Branca Telles.; GARCEZ, Pedro M. (orgs.). *Sociolinguística Interacional*. 2ª edição, São Paulo: Loyola, 2013 [1964], p. 13-20.

LABOV, William.; WALETZKY, Joshua. Narrative Analysis: oral versions of personal experience. In: HELM, J. (org.). *Essays on the verbal and visual arts*. Seattle: University of Washington Press, 1967, p. 12-44.

MARTINS, Bruno Sena. *“E se eu fosse cego?”*: Narrativas silenciadas da deficiência. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Além do bem e do mal*. Tradução de Mário Ferreira dos Santos. Petrópolis: Vozes, 2012 [1925].

\_\_\_\_\_. *Genealogia da Moral*. Uma polêmica. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1887].

SCHIFFRIN, Deborah. *Approaches to Discourse*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 1994.

## **MEMÓRIA E ETHOS DO REGENTE DE ORQUESTRA: NARRATIVA E CONSTRUÇÃO DE SI A PARTIR DE UMA VISÃO INTERACIONISTA**

**CAMPOS, Tamara**

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social  
Tamara.campos86@gmail.com*

### **RESUMO**

Nesse artigo, a partir da análise de uma experiência do trabalho de campo desenvolvido para investigar o processo de formação do regente orquestral, apresento a concepção de memória social na qual articulo as abordagens interacionistas de George Mead e de Erving Goffman, de forma a ter bases para pensar como ocorre o processo de

construção do *self* (Mead, 2010) e de que maneira que esse *self* é comunicado, projetado (Goffman, 1985, 2011). Defendo que o trabalho de constituição de si é um trabalho de memória, em que selecionamos e trazemos para o “aqui e agora” aspectos que julgamos estarem de acordo com a “perspectiva do grupo” (Hughes et al., 1996) do qual fazemos parte, diferentemente da visão de Maurice Halbwachs, que enfatiza uma sedimentação social. Entendo que os sentidos só podem ser interpretados de forma situada e que existem repertórios de falas apropriadas, partilhados pelos atores culturalmente e contextualmente, sendo os sentidos negociados no próprio curso da interação, à medida que o atores, ratificam, negam ou ressignificam a perspectiva do grupo.

**Palavras-chave:** Self. Memória Social. Interacionismo Simbólico

### ABSTRACT

In this article, from the analysis of an experience of the fieldwork developed to investigate the process of orchestral conductor formation, I present the conception of social memory in which I articulate the interactionist approaches of George Mead and Erving Goffman, in order to have bases to think about how the process of self-construction occurs (Mead, 2010) and how this self is communicated, projected (Goffman, 1985, 2011). I argue that the work of self-constitution is a work of memory, in which we select and bring to the “here and now” aspects that we believe are in agreement with the “group perspective” (Hughes et al., 1996) of which we are part, Unlike the view of Maurice Halbwachs, which emphasizes social sedimentation. I understand that the senses can only be interpreted in a localized way and that there are repertoires of appropriate speech, shared by the actors culturally and contextually, the senses being negotiated in the very course of interaction, as the actors ratify, deny or resignify the perspective of the group.

**Key-words:** Self. Social Memory. Symbolic Interactionism

### INTRODUÇÃO

Apresento uma revisão da ideia de memória coletiva presente em Halbwachs (1990), explicando as razões pelas quais tal perspectiva não coaduna com trabalhos que enfatizem uma análise do processo de formação profissional de um indivíduo. Articulo as instâncias do “mim” e “eu” meadiana (2010) no que tange à formação do *self*, com as ideias de fachada de Goffman (ano), de forma a pensar não somente como o *self* profissional se forma, mas como ele é projetado para uma audiência. Trago uma passagem de uma entrevista realizada durante o trabalho de campo etnográfico desenvolvido por mim e com duração de um ano e oito meses em uma escola de Música de uma universidade pública, no Rio de Janeiro. A entrevista teve cerca de sessenta minutos de duração e procurou reconstituir a relação do entrevistado com a música. Durante o trabalho *in situ* o objetivo era analisar a cultura estudantil do maestro de orquestra e como o discente assimilava o *ethos* profissional no espaço acadêmico.

### 1. MEMÓRIA, INDIVÍDUO E SOCIEDADE

(...) para aprendermos uma linguagem qualquer, é preciso submeter-se a um

1 Optei pelo termo funcionalista porque o mesmo se enquadra na perspectiva durkheimiana, que compreende a sociedade como composta por diversas partes funcionalmente diferenciadas e articuladas entre si. Cada uma dessas partes teria uma função específica, que contribuiria para a integração do todo. Halbwachs era discípulo de Durkheim, razão pela qual acredito que funcionalista seja melhor que estruturalista. Além disso, os trabalhos de Halbwachs precendem o estruturalismo, pelo menos na antropologia e na sociologia. O estruturalismo, nas ciências sociais, também dialoga com o funcionalismo, já que é notória a influência de Durkheim em Levi-Strauss.

adestramento difícil, que substitua nossas reações naturais e instintivas por uma série de mecanismos dos quais encontramos o modelo totalmente fora de nós, na sociedade (Halbwachs, 1990, p.172)

A passagem de Maurice Halbwachs, presente em *A memória coletiva dos músicos*, diz respeito a aprender a linguagem musical, condição *sine qua non* para os músicos tocarem coletivamente, e tematiza um assunto caro às Ciências Sociais, o processo de socialização, de adquirir determinado arcabouço que envolve conhecimentos, valores e regras de conduta através dos quais o indivíduo se integra a um grupo e permanece no mesmo. Trata-se de um fenômeno que ocorre a partir de fontes externas ao indivíduo, segundo Halbwachs.

O caminho sugerido pela epígrafe pode ser frutífero para discutir o processo de formação de um regente de orquestra; afinal, a proposta do presente trabalho reside no acompanhamento desse “tornar-se profissional”, do aderir e firmar laços com uma determinada comunidade musical.

Mais propício ainda é enveredar pelos pensamentos daquele considerado pai fundador do conceito de memória social, se lembrarmos que o intelectual francês recorre à metáfora da orquestra para representar o que seria a memória coletiva. Ao olhar para a orquestra como uma sociedade em miniatura, ele a explica de modo funcionalista<sup>1</sup>, pois cada órgão (ou músico) desempenha um papel no grupo levando à integração do todo. Os músicos tocam “em conjunto e no ritmo” e cada um “conhece não somente sua parte, mas também a dos outros, e o lugar da sua entre as demais” (Halbwachs, 1990 p.165). Os sinais e notações musicais com efeito derivam de convenções, de um acordo prévio entre os membros do grupo musical. Seria impraticável reter na memória todas as combinações de sons, árias, temas, melodias, suítes. A pauta musical funciona como um suporte físico de memória, um objeto externo ao músico que possibilitaria a execução em conjunto.

Notemos então que as lembranças são para Halbwachs algo externo ao indivíduo, formam um sistema independente, embora o autor admita que cada indivíduo guardaria em si um aspecto diferente dessas lembranças, razão pela qual alguns quadros comuns do passado não coincidem e nenhum quadro é verdadeiramente correto. Afastar-se de um grupo gera o esquecimento, pois as lembranças estão ligadas a um grupo de pessoas em um dado tempo e espaço, com um conjunto de condutas específico.

Para Halbwachs nosso passado compreende dois tipos de elementos: os que podemos evocar quando desejamos, que é representado pelo que nos é familiar. Nesse caso, as lembranças são mais facilmente acessadas porque também podemos nos apoiar nas lembranças dos “outros”. O autor dá o exemplo de alguém que passeia em Londres. Mesmo se o indivíduo estiver explorando a capital inglesa sozinho em realidade não o está, pois leu sobre o local antes de viajar, mesmo que através de brochuras com descrições de pontos turísticos. O viajante se coloca no ponto de vista do outro. Ainda que após a viagem o indivíduo imagine que percebeu tais e quais aspectos por argúcia própria, ele na verdade nunca esteve sozinho em seu percurso, pois “temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem” (Halbwachs, 1990, p.26).

A outra ordem de lembranças só existiria para nós, e, paradoxalmente, são mais complexas porque contamos só com a nossa própria lembrança. Temos então a

lembrança que evocamos livremente, cuja força reside no fato de ter no grupo seu suporte. O segundo tipo de lembrança engloba aquelas que, apesar de nos pertencerem, dificilmente evocamos. Isto porque elas só surgiriam ao acaso, restando “esperar que muitos sistemas de ondas, nos meios sociais onde nos deslocamos materialmente ou no pensamento, se cruzem de novo” (Halbwachs, 1990, p.69). O que está em jogo são diferentes graus de complexidade envolvidos na rememoração das lembranças, sendo a memória concernente ao grupo mais forte pelo fato de ter como suporte um conjunto de homens. Tais indivíduos lembram por integrar um grupo, e cada lembrança não se imporia sobre a outra, mas formaria um conjunto de lembranças.

Halbwachs, discípulo de Durkheim, desenvolve suas ideias a partir dessa percepção da sociedade enquanto um objeto autônomo, externo ao indivíduo e com ação determinante sobre o mesmo. As lembranças são preservadas no interior do grupo e “podemos perfectamente decir que el individuo recuerda cuando se sitúa en el punto de vista del grupo, y que la memoria del grupo se manifiesta y se realiza en las memorias individuales” (Halbwachs, 2004, p.11).

A oposição entre dois projetos clássicos sociológicos, o de Emile Durkheim e George Simmel, (Coelho, 2013, p.20) ajuda-nos neste percurso. Enquanto o primeiro entende que a sociedade é “definida por sua exterioridade em relação à vontade individual”, para Simmel “a sociedade é um processo”, sendo esta constituída a partir do engajamento dos indivíduos em diversas interações. Nessa visão, sociedade não é algo exterior que age coercitivamente sobre os indivíduos, mas uma instância, que envolve uma dimensão processual, sendo constantemente resignificada ao longo dos encontros sociais cotidianos.

Neste processo, é preciso atentar para a importância das representações coletivas que formaram gradativamente o que entendemos como obrigações e expectativas da profissão de maestro, ou, em outras palavras, que configuraram o *ethos* da carreira e são compartilhadas.

Professor e aluno em sua interação podem colocar em cena diferentes perspectivas sobre essa memória coletiva, ao mesmo tempo em que contribuem para sua construção.

Se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes (Halbwachs, 1990, p.69).

Halbwachs entende que os pontos de vista individuais operam mais com vistas a integração do que ao confronto, adotando uma lógica que admite a diferença na esfera coletiva, mas essa diferença poderia ser classificada como uma diversidade estável, jogando mais luz sobre o construído que sobre o confronto, iluminando mais a representação do que o processo que se desdobra.

O ponto de vista de Halbwachs é compatível com o contexto político e social de sua época, já que ele viveu os horrores da Primeira e Segunda Guerra Mundial, sendo vítima fatal nesta. A Primeira Guerra põe fim ao clima de euforia experimentado desde meados do século XIX em decorrências das evoluções tecnológicas e da efervescência

cultural da *Belle Époque*.

Halbwachs estava efetivamente vivendo um processo de mudança radical nos modelos econômicos, com o neoimperialismo colocando as nações umas contra as outras em busca de expandir seus mercados consumidores e abastecedores de matérias-primas. Essa dinâmica ensejava um cenário político em que uma nação queria se sobrepujar à outra, recorrendo a artifícios ideológicos. Em meio a esse cenário disjuntivo, era compreensível que alguns teóricos propusessem ideias que ajudassem a melhorar a sociedade, como nos fala Namer, no posfácio de uma das maiores obras de Halbwachs, *Los marcos sociales de la memoria*:

La experiencia repetida del regreso de los soldados pone de manifiesto una memoria colectiva de esta guerra como expresión de una ruptura con con lo existente antes de 1914, experiencia del descubrimiento de una memoria colectiva despedazada. Toda una civilización llegada a tal punto de desarrollo científico y cultural, desaparece con la guerra de 1914 a 1918, para dar lugar a un mundo que no la conserva más en la memoria (Namer, 2004, p.362-363).

É propriamente isso que faz Halbwachs ao se dedicar ao tema da memória. Ele reconheceu, no fim de sua vida, que não era mais viável falar de uma única memória da nação, e que cada grupo social distinto compartilharia determinadas memórias, que tendem a cair no esquecimento à medida que o grupo se desintegra. Mas o indivíduo rememora no presente e quanto mais forte o envolvimento do indivíduo com o grupo maior será sua capacidade de rememoração, pois “el exterior es la memoria de los otros y es lo que permite que el marco de mi memoria sea social” (Namer, 2004, p.377). O fato da lembrança ser evocada no presente e de Halbwachs reconhecer que existem várias memórias coexistindo num mesmo tempo, ideia que infelizmente ele não teve tempo para aprofundar, sugere como sua visão não concebia apenas a memória como algo meramente estático e cristalizado, mas que existia uma dinâmica inerente a cada grupo e que cada indivíduo reunia em si memórias dos mais variados grupos (familiar, trabalho, igreja) dependendo do engajamento individual de cada um.

Namer, ao discorrer sobre o teórico francês no Prólogo dos *Quadros Sociais da Memória*, demonstra que Halbwachs não se atém apenas à memória enquanto representação. Ele explica que a ideia de “quadros da memória” tanto pode estar relacionada a um conjunto de fatos históricos ou à ideia de origem quanto a “un sistema de representaciones dominantes (...) de valores centrales y cambiantes de la sociedad” (Namer, 2004, p.375). Ou seja, os quadros estariam relacionados a categorias estruturadas ou, para usar um termo caro a Durkheim, a “ossatura” do pensamento. Os quadros não só são sistemas de representações dominantes de um grupo, como também aquilo que possibilita aos indivíduos a aquisição de conhecimento, pois estruturam a forma de pensar. Os quadros assumem a função de ser “portador y organizador de la jerarquia de la representación general de la sociedad” (Namer, 2004, p.375).

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao enfatizar o grupo, ao indivíduo resta pouco de agência na percepção halbwachiana. Conceber a memória como um processo que se (re) constitui no aqui e agora das interações não significa desprezar as representações que foram se cristalizando ao longo do tempo, mas abrir espaço para o novo.

A perspectiva de Halbwachs privilegia o construído e a preservação da memória, logo,



não contribui para compreender o trabalho de construção de si, no qual os sujeitos se envolvem interagindo com determinadas memórias do grupo, seja incorporando-as ou refutando-as. Tornar-se membro de um grupo não é simplesmente absorver sua memória, mas também a constituir através da intervenção no processo de socialização. O fundamental, portanto, é preservar a dimensão coletiva da memória e ao mesmo tempo manter a abertura para os processos interativos de construção da memória nas relações entre os sujeitos.

A perspectiva interacionista de George Mead pode fornecer uma pista de como isso seria possível. O conceito de *self* do autor integra duas dimensões, o “mim” e o “eu” (Mead, 2010). O “mim” seria a parte coletiva do *self*, as expectativas dos outros tais como percebidas pelo indivíduo, as normas da sociedade, os valores coletivos como apresentados ao sujeito. O “eu” equivaleria à resposta dada pelo indivíduo; ressaltando que esta resposta é inesperada, pois não pode ser calculada antecipadamente. Essas duas fases constitutivas do *self*, o “eu” e o “mim”, estão implicadas uma na outra, em constante diálogo.

O “eu” é a ação da pessoa em contraposição àquela situação social dentro de sua própria conduta, e só entra em sua experiência depois que ela empreendeu o ato (...) O “mim” aparece para cumprir aquele dever - é assim que emerge na experiência da pessoa. Ela manteve em si todas as atitudes dos outros ao evocar certa resposta: isso foi o “mim” daquela situação e sua resposta foi o “eu” (Mead, 2010, p.193).

O “eu” no curso da ação responde às expectativas do “mim” absorvendo-as, integrando-as em sua personalidade ou resistindo a elas. O *self* seria, para Mead, resultado dessa comunicação entre o “mim” e o “eu”, entre uma dimensão social e o indivíduo, que, por sua vez, se constitui nesse diálogo.

A memória coletiva de Halbwachs pode ser percebida como parte desse conjunto de expectativas e valores que, para Mead, constituem o “mim”, mas o interessante em Mead é que estas não são simplesmente internalizadas pelo sujeito. Já que o *self* é dialógico, a reação do “eu” a essas expectativas e valores é variável; tanto pode ser conformista como contestadora, assimilando algumas dessas expectativas e se contrapondo a outras. Em vez de uma memória coletiva que se impõe aos sujeitos individuais, teríamos com Mead uma memória coletiva que está em diálogo e é transformada pelo processo através do qual os indivíduos se apropriam dela na constituição de seus *selves*.

Por outro lado, a memória é essencialmente percebida quando é performatizada, razão pela qual também me debruço sobre Goffman, já que seu interesse gira em torno “do manejo das impressões, das contingências que surgem na promoção de uma impressão, e das técnicas para satisfazer tais contingências” (...) (Goffman, 1985, p.79). Investigo não apenas como o *self* profissional vai sendo formado, mas como é manipulado no curso da interação, como o aluno se esforça para demonstrar para o professor, e em algumas ocasiões até mesmo para mim, que está a cada dia chegando mais próximo de se tornar um regente de orquestra.

A autoimagem que temos acerca de nós mesmos é resultado da articulação de nossas percepções com as percepções dos outros e impõe uma linha de atuação (Goffman, 1985) que orienta nossa ação no decorrer da interação. Linha é “um padrão de atos verbais e

não verbais com o qual a pessoa expressa sua opinião sobre a situação, e através disto sua avaliação sobre os participantes, especialmente ela própria” (Goffman, 2011, p.13).

Nosso “eu”, portanto, é uma instância de memória individual e coletiva, construída não só a partir de como nos percebemos, mas das expectativas e obrigações que possuímos nos distintos cenários. “Temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem” (Halbwachs, 1990, p.26). Realmente nosso “mim” é formado por essa multidão que, em relação dialética com a dimensão do “eu” meadiana, não determina, mas influi sobremaneira em nossas decisões.

Nosso *self* é elencado de acordo com o contexto, no caso da Escola de Música, outros *selves* do aluno, como o de pai, pessoa religiosa, entre outros, podem surgir e disputar espaço no enquadre com o *self* profissional de regente em formação. Contudo, é notoriamente o *self* de aluno se tornando maestro de orquestra que predomina nas interações entre professor e aluno. O aluno adentra a Escola de Música performatizando esse determinado *self*, o que denota uma dimensão mais estável do nosso *self*. É esta estabilidade que permite com que interagjamos. É certo que a ação humana muitas vezes pode ser imprevisível, mas nós interagimos normalmente no “*modos vivendi* interacional” (Goffman, 1985), acatando as normas do grupo, utilizando-as em nossas representações, de acordo com o contexto.

Normalmente contribuimos para uma “única definição geral da situação, que implica não tanto num acordo real sobre o que existe, mas, antes, num acordo quanto às pretensões de qual pessoa, referentes a quais questões, serão temporariamente acatadas” (Goffman, 1985, p. 18). Os indivíduos envolvidos em um mesmo cenário agem conforme regras de conduta, obrigações e expectativas.

## 2.1 Self e Ethos

Através de Mead é possível termos não só as bases para pensar no processo de formação do *self* do aluno de regência, mas compreender como esse *self* é formado em relação a um *ethos* da profissão. Em outros termos, como professor e aluno no momento da interação evocam, se apropriam, refutam e transformam, mesmo que sutilmente, a memória acerca de como um regente deve agir e ser.

Retomando o que o conceito de “mim” representa para Mead, o *ethos* estaria presente nessa fase distinta do *self*. A comunidade organizada, grupo social ou “outro generalizado”, para usarmos os termos presentes na obra de Mead, (2010, p.171) fornece a unidade de *self* para o indivíduo. Mas cabe ao sujeito “levar esse processo social em sua totalidade para o âmbito de sua experiência individual” (Mead, 2010, p.173). Há, portanto, um trabalho de memória nesse processo de constituir a si. Ao pertencer a um grupo, me aproprio das normas do mesmo de tal forma que este, em última instância, também influi na decisão do “eu”. Apesar das decisões do “eu” serem inesperadas, incalculáveis, certas dimensões do “mim” estão amalgamadas ao “eu”, inspirando certamente as decisões individuais.

O que me interessa é a perspectiva construtivista e interacionista que orienta as ideias de Mead. O social fornece uma estrutura comum, que torna possível a formação de comunidades. Os indivíduos elaboram seu *self* a partir da relação com essa estrutura. A dimensão do social e seus efeitos na conduta individual não são negadas, mas também não se trata de uma relação coercitiva que cai verticalmente sobre a cabeça dos sujeitos,

pois “não somos simplesmente manipulados pela comunidade. Estamos envolvidos em um diálogo em que as coisas que dizemos são ouvidas pela comunidade e suas respostas são afetadas pelo que temos a dizer (Mead, 2010, p.186).

O autor explica que durante parte da infância aprendemos a agir em relação ao outro, mas não possuíamos um *self* porque ainda não incorporamos os valores e normas do(s) grupos(s) em que estamos inseridos. É só na fase adulta que nosso “mim” (a influência do social) estaria completo, o que explica o fato da criança ser mais imprevisível do que os adultos de forma geral, pois o seu “eu” é mais independente do “mim”. A criança decide e age levando menos em consideração as regras de conduta sociais do que os adultos. Por isso a performatização das crianças é mais frágil que a do adulto, que devem controlar seu manejo expressivo de modo a manter a ordem, como nos diz Goffman.

As capacidades físicas de qualquer adulto normal o equipam, se ele assim desejar, para perturbar imensamente o mundo imediatamente ao seu redor. Ele pode destruir objetos, a si mesmo, e outras pessoas. (...) O desenvolvimento pessoal é o processo pelo qual o indivíduo aprende a ignorar essas oportunidades voluntariamente, mesmo enquanto sua capacidade de destruir o mundo imediatamente ao seu redor aumenta. E essa privação normalmente é aprendida tão bem, que os estudiosos da vida social não percebem as desistências sistemáticas que ocorrem rotineiramente na vida cotidiana, e o caos completo que resultaria se o indivíduo cessasse de ser um cavalheiro (Goffman, 2011, p.162).

Durante nosso processo de socialização, portanto, cada vez mais potencializamos a dimensão do social (mim) em nossa constituição/ação. Da mesma forma que uma criança não tem o seu *self* completo, um aspirante a exercer uma determinada profissão também não domina as normas do grupo, sendo o processo de formação do ofício o esforço para introjetar as regras do grupo, aprender a “perspectiva do grupo” (Becker et alli, 1992 – tradução nossa). A perspectiva do grupo ocorre quando:

(...) pessoas veem elas mesmas como estando no mesmo barco (...) compartilham preocupações e as respostas às perguntas temporárias sobre o significado dos acontecimentos e como se deve responder a eles. Indivíduos têm a validação imediata, que resulta em coisas que todos sabem e que todos fazem (1992, p.36, tradução nossa).

As inferências que faço a partir do campo enfocam esse “everyboy knows” e “everybody does” de que o aluno se apropria durante sua trajetória acadêmica. A partir do momento que ele consolida essa percepção do grupo ele fortalece o “mim” de seu *self* regente, e o seu “eu” pode tomar decisões que sejam reconhecidas pelo grupo enquanto as corretas.

Mas Mead, ao enfatizar a constituição do *self*, não se concentrava na ação dos indivíduos. Era Goffman quem utilizava a ideia de manipulação expressiva da fachada. Ao articular os dois autores, tento desenvolver subsídios adequados para compreender como ocorre o processo de construção de *self*, através das esferas do “eu” e do “mim”, e do diálogo entre ambas, como também tenho elementos para interpretar a ação dos atores durante as observações no trabalho de campo. Utilizo, na sequência, um trecho de uma entrevista que realizei com o aluno um pouco antes de assistirmos uma aula de regência, de modo a demonstrar uma análise que explora uma perspectiva a partir de Mead e Goffman.

Em um determinado momento, o entrevistado discorre sobre o período que ingressara

na universidade para cursar a licenciatura em trombone. Eu sabia, no momento da entrevista, que Rodrigo dava aulas de música em uma escola da rede FAETEC, sendo esta sua fonte de sustento, mas não conseguia entender se ele trabalhava com música antes de frequentar a universidade. Nesse ponto, lanço o questionamento:

Tamara - Mas nesse meio tempo entre você começar a tocar na sua adolescência e você entra para licenciatura, você sempre trabalhou com música? Você fazia outras coisas?

Ele responde que não, que sempre tocou seu instrumento na igreja, mas que não tinha emprego relacionado à área musical.

Rodrigo - Eu trabalhei dezoito anos na construção civil com meu pai. Acho que até por isso eu sou meio duro hoje, até pra falar sou meio preso. (risos) Mas eu ainda faço alguma coisa em casa, trabalhos em casa. Eu sou *luthier* também, faço instrumento de musicalização e conserto. Faço muita coisa de trabalho manual (entrevista Rodrigo).

A construção civil é lembrada de forma recorrente como uma área que envolve trabalho braçal, força física, e esses aspectos estão presentes na fala de Rodrigo, tanto que ele usa a expressão “duro” ao fazer menção a sua “héxis corporal”. Ele reconhece que o trabalho afetaria não só sua expressão corporal na regência, como também sua oratória, pois ele diz que “até para falar sou meio preso”.

Apesar de muitos profissionais serem especializados para a função que exercem na construção civil, há estereótipos na sociedade brasileira que entendem a atividade como um caminho para os que não tiveram oportunidades e possuem baixo grau de escolaridade. Estereótipos como esse correspondem a valores que, como mostra Bourdieu em *A distinção* (2007), se relacionam com a divisão da sociedade em classes e tendem a legitimar essa divisão, naturalizando cortes hierárquicos que privilegiam e garantem o *status* dos grupos dominantes.

Já a graduação em regência que Rodrigo cursava no momento da entrevista poderia ser encarada com uma profissão dotada de *status*, pois o caráter da atividade musical envolve a esfera do talento, de um trabalho artístico. A música clássica ou melhor, o gosto para música clássica tende a aparecer como um dos sinais de distinção, como indicador de um gosto que corresponderia, ainda pensando em termos de estereótipos, a grupos elitizados. Ou, nos termos de Bourdieu, o conhecimento de música clássica é um comprovante “dos títulos de nobreza cultural” (Bourdieu, 2006, p. 27).

Além do *status* envolvido na ocupação de regente de orquestra, a atividade artística e a boa execução de peças musicais, também dependem de habilidades motoras, pois há todo um trabalho corporal ao reger e tocar um instrumento. Se pensarmos que o regente, apesar de não tocar nenhum instrumento, conduz toda a orquestra a partir de sinalizações corporais, especialmente com um vasto repertório de gestos e com o olhar, fica nítido que a atividade pressupõe um trabalho intenso com o corpo. No capítulo que

2 É um dos grupos que as religiões protestantes abarcam. Os primeiros missionários chegaram ao Brasil em 1881 e criaram em Salvador a primeira Igreja Batista brasileira, em 1882. Em 1991, o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, registrava 1,5 milhão de fiéis em todo o país. Em 2009 esse número havia subido para 3,9 milhões.

apresenta a etnografia de modo mais sistematizado nos deteremos nesse ponto.

Rodrigo parece perceber de imediato a conexão entre música e habilidades motoras, mas a explora aos poucos. No momento que revela o trabalho na construção civil, também diz que era *luthier*. Ou seja, evidencia como as habilidades manuais decorrentes de seus dezoito anos na construção civil o ajudam não só a ter consciência de seu corpo no trabalho de regência, mas também a ter se tornado *luthier*, pois ele constrói, há alguns anos, “xilofone e megalofone, que são instrumentos de musicalização” (Notas de campo, Entrevista Rodrigo). Tal conclusão ocorrera cerca de seis minutos depois do início da entrevista. Quando a entrevista completa quarenta e cinco minutos, Rodrigo, mais uma vez, utiliza seu passado na construção civil para pensar sua formação no presente, sinalizando que o mesmo não era tão incompatível assim com a ocupação de regente, ao contar que era muito perfeccionista em seu trabalho.

Com o trabalho com o meu pai na construção civil, eu acabei desenvolvendo um lado, um lado perfeccionista. Então hoje eu não aceito muito fazer alguma coisa que fique mais ou menos, seja em qualquer área da minha vida. Qualquer coisa que vá fazer tem que sair perfeito. Tem que ser muito bom, excelente. Eu não vou parar enquanto não ficar direito (Entrevista Rodrigo).

Rodrigo traz esse ímpeto de fazer as coisas bem feitas para a regência, até porque para ele a música é uma maneira de ele exercer sua religiosidade, ou, um modo de “adorar”, uma expressão recorrente no vocabulário do aluno e dos batistas<sup>2</sup> de modo geral.

Explicando o caso à luz de Mead, percebemos que existe na memória do grupo dos músicos uma valorização do trabalho artístico que tende, portanto, a desvalorizar um trabalho com característica mais braçal, como é o caso da construção civil. Essa percepção na realidade está presente na sociedade como um todo, pois a história do nosso país é marcada pela exploração da mão de obra escravocrata, que era forçada a realizar trabalhos braçais árduos. O êxodo para grandes cidades do Brasil no século XX e o fato do contingente nordestino migrante atuar na construção civil explica, de certo modo, a estigmatização associada a ocupação.

Ou seja, existem noções que permeiam o *ethos* do artista que tendem a incutir nos indivíduos uma valorização do artístico, bem como uma desvalorização do trabalho com a força. Rodrigo leva em consideração essa dimensão do “mim”, razão pelo qual opta por ocultar de seu relato a atividade, ou seja, o “eu” opta, em um primeiro momento, em ir ao encontro dessa crença presente também em nosso imaginário coletivo.

O entrevistado projeta para uma audiência que ele imagina compartilhar de um sistema de valores e crenças no qual a laboração física é hierarquicamente inferior à mental. Por ter consciência que a enunciação de sua ocupação primeira pode fazer com que um estigma (Goffman, 1982) recaia sobre ele, Rodrigo não menciona seu passado na construção civil espontaneamente, não empreende uma apresentação de si com essa informação e não a utiliza na constituição de sua fachada.

Segundo Goffman, fachada é o “equipamento expressivo do tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação”. (1985, p.29). O autor também define, em outra obra, fachada como o “valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato” (Goffman, 2011, p.13). Através das

duas citações, percebemos que fachada envolve expressão do ator, e que nem todas as informações que este demonstra em sua representação são de ordem consciente, especialmente expressões faciais e trejeitos. Apesar da ênfase na análise do discurso verbal, “o corpo não é usado apenas como um acessório para situações de copresença; é a âncora das habilidades comunicativas que podem ser transferidas para tipos não corporificados de mensagens”, como nos explica Giddens (2013, p.26), ao lembrar que Goffman considerava a comunicação não verbal muito relevante.

Fachada também envolve uma padronização, que ocorre através de uma linha que o indivíduo assume desde o primeiro encontro e tende a manter ao longo das demais representações. Por exemplo, conheci Rodrigo como estudante de regência, apesar de conhecer outros aspectos sobre sua vida, como o fato de que era casado, tinha filhos, morava em Teresópolis e que desejava melhorar sua condição financeira.

De forma geral, o próprio ambiente fazia com que só conhecesse o Rodrigo aluno de regência, pois a expressividade comunicada por ele era orientada pelo papel que ele desempenhava naquele contexto específico. “Quando um ator assume um papel social estabelecido, geralmente verifica que uma determinada fachada já foi estabelecida para esse papel” (Goffman, 1985, p.34). Ou seja, a partir do momento que Rodrigo passa a frequentar a universidade com vistas a se tornar regente, ele assume uma fachada que é previamente esboçada, pois “desde que as fachadas tendem a ser selecionadas e não criadas, podemos esperar que surjam dificuldades quando os que realizam uma dada tarefa são obrigados a selecionar, para si, uma fachada adequada dentre muitas diferentes” (Goffman, 1985, p.34).

A fachada torna-se, de certa maneira, uma representação coletiva, na medida em que as expressividades de determinadas fachadas subentendem tentar causar certas impressões. Goffman afirmava que a expressividade (Goffman, 1985) envolve duas espécies de atividades distintas: a expressão dada (*information given*), que são símbolos usados com uma intenção de deliberadamente comunicar algo, como quando Rodrigo conta algo de sua vida pessoal ou o fato de que entrou no inglês duas aulas após o professor de regência ter demonstrado perplexidade pelo aluno ter declarado não possuir conhecimentos básicos da língua. A segunda espécie de expressividade são as expressões emitidas (*information given off*), que abarca o comportamento expressivo involuntário, como um tique no olho que notei em Rodrigo. O ator não deseja comunicar esse tipo de informação, que costuma escapar especialmente pelo plano não verbal, como os gestos, olhares, expressões faciais.

Ao assumirmos uma fachada e uma linha levamos em consideração, ao nos constituirmos, os atributos que são aprovados previamente pelo grupo. A relação desses atributos com a fachada estabelece uma dinâmica em que os outros esperam determinados comportamentos nossos e nós, diante disso, tendemos a agir com base nessas expectativas e obrigações que nos são atribuídas em cada cenário.

A interação entre Rodrigo e eu ficava circunscrita ao âmbito acadêmico, pois estávamos na companhia um do outro apenas durante os ensaios da orquestra de alunos ou as aulas de regência. Apesar de eu tentar utilizar esses momentos para entender melhor sua vida familiar, por exemplo, tais relances eram escassos devido ao *script* pouco flexível que esses encontros tinham, bem como a linha assumida por nós dois. No ensaio da orquestra é considerado inconveniente falar enquanto os músicos tocam e,

durante as aulas de regência, Rodrigo estava focado em demonstrar os estudos de uma determinada peça musical que o maestro passou como tarefa. Essa demonstração de competência e domínio da tarefa designada não é feita mediante teste ou conversa. O aluno precisa efetivamente reger a obra. Mas o que para mim, de modo geral, não é fonte de muitas informações, para o professor e aluno é a substância vital das aulas. Vale ressaltar que não disponho da partitura ensaiada e tampouco conseguiria acompanhar a partitura de um regente, que agrega todos os instrumentos num único documento. Enquanto Rodrigo rege seu texto musical à frente da sala de aula, o professor e eu estamos sentados nas carteiras dos alunos. O mestre acompanha pela partitura dele todos os movimentos executados e em alguns instantes interrompe, em outros sinaliza o erro e deixa seguir ou não fala nada e engendra suas observações ao término.

Explicito a dinâmica das aulas de regência e do ensaio da orquestra de alunos para demonstrar como era complexo me engajar em conversas com o aluno, que participava de atividades que permitiam pouco espaço de fala. Desse modo, não conhecia muitos detalhes sobre a vida de Rodrigo, o que pode explicar o porquê de ele nunca ter mencionado o trabalho na construção civil, pois ele arriscaria causar danos à fachada que já vinha construindo decorridos os três meses desde nosso primeiro encontro. Rodrigo assumira uma linha, um “valor social positivo”, que reivindica para si uma determinada imagem.

A aceitação mútua de linhas tem um efeito conservador importante sobre os encontros. Quando uma pessoa apresenta uma linha inicial, ela e as outras tendem a construir suas respostas posteriores a partir dela e, num certo sentido, ficam presas a ela. Se a pessoa alterar sua linha radicalmente, ou se a linha se tornar desacreditada, o resultado é a confusão (Goffman, 2011, p.19).

Mas construir uma fachada é um processo dinâmico, envolvendo não somente a linha que o ator assume no primeiro encontro, mas também o *feedback* que ele recebe dos outros sobre as informações que comunica. Retomando a questão da expressividade para Goffman (1985), o ator informa certas expressões que são interpretadas e transformadas em impressões. Algumas informações são conscientemente comunicadas, enquanto outras não o são, mas influenciam sobremaneira o modo como interpretamos o outro na interação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe um monitoramento mútuo quando os atores estão em copresença, do qual resulta a manipulação das impressões. Ou seja, Rodrigo, para elaborar a construção de si, também leva em consideração o que eu penso a respeito dele, ou nos termos de Mead, o *self* se constitui também a partir das respostas que o “eu” dá com relação às expectativas dos outros (mim).

É para não incorrer no risco de macular sua fachada, pois existe um grande investimento psíquico do ator no processo de construção e manutenção da mesma, que Rodrigo habilmente ressignifica aquilo que a princípio poderia ser assumido como algo não valorizado no mundo artístico. O fato de ter trabalhado na construção civil por dezoito anos é incorporado à projeção de uma imagem positiva de si que ele já vinha realizando. Ao exercer trabalho de tal natureza, Rodrigo alega ter melhorado sua percepção estética, pois ao colocar azulejos, por exemplo, ele narra que seu acabamento era muito bem feito e que “tudo que fazia e que faz procura executar da melhor maneira possível”

(Entrevista Rodrigo).

Enfatiza também sua ocupação de *luthier*, profissional que fabrica e conserta instrumentos musicais, e como esta acaba sendo beneficiada pelas habilidades manuais adquiridas na construção civil. Mais uma vez é estabelecido um nexos entre atividade musical e trabalho manual. Ao adotar tais estratégias de apresentação de si, Rodrigo continua a projetar uma fachada de bom estudante de regência e profissional caprichoso, enfatiza a relação entre habilidades manuais e corporais e a atividade de regente e dá outra interpretação para seu passado na construção civil que não mais o torna incompatível com o mundo orquestral e que na realidade faz dele mais capaz. Vai ao encontro também de um discurso de humildade que costumava pregar, que tem estreita relação com um *ethos* religioso, respaldada por uma ética protestante, ao demonstrar honestidade sobre sua origem, o que também acaba o destacando como alguém batalhador, que venceu e procurava vencer ainda mais.

As narrativas não são simples rememorações do passado. Ao trazermos para o presente fatos de outrora, reatualizamos nossa história de vida face ao presente. Entendo a maneira como as narrativas são construídas como performances situadas, nos termos de Mishler (1999, xvi):

(...) narrativas, e outros gêneros discursivos, são ações sociais. Ao falar, nós realizamos performances de nossa identidade (Langellier, 1999) realizando um “movimento” no campo das relações sociais (Labov, 1982). Essa visão pragmática de linguagem ilumina o que nós estamos fazendo como atores sociais ao selecionar e organizar os recursos da linguagem para contar as nossas histórias de modos particulares que se adaptam à ocasião e que são apropriados às nossas intenções, plateias e contextos específicos.

A pressuposição de que seria estranho para um maestro ter trabalhado na construção civil e que estaria na esfera do “mim”, ou seja, no âmbito da memória coletiva e dos valores do grupo, é superada pelo “eu” no curso da interação. Através do novo significado que Rodrigo atribui para o passado na construção civil, consegue relacioná-lo a sua atual identidade na escola de música: a de aspirante a regente, e a articula a sua condição social e religiosa.

Na abordagem de Halbwachs, o foco recai sobre o sedimentado e não o novo. Ao eleger as interações como ponto de partida para as análises, acredito que o exemplo em que Rodrigo estabelece uma articulação positiva entre construção civil e música tenha demonstrado que a abordagem interacionista, na presente tese, é mais apropriada para a investigação acerca da memória social enquanto processo.



## REFERÊNCIAS

BECKER et alli. *Boys In Whyte: student culture in medical school*. Transaction Publishers: New Brunswick and London, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: Crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2007.

COELHO, Maria Claudia. Apresentação In Coelho, Maria Claudia (org e trad.) *Estudos sobre interação: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p.13-44.

Giddens, Anthony. Goffman: um teórico social sistemático In Coelho, Maria Claudia (org e trad.) *Estudos sobre interação: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p.285-327.

GOFFMAN, Erving. *Rituais de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Trad. Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.51-158.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice/Editora revista dos Tribunais, 1990, p. 25-52.

\_\_\_\_\_. *A memória coletiva dos músico* In \_\_\_\_\_ *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice/Editora revista dos Tribunais, 1990, p. 161-187.

Mead, George. *Mente, self e sociedade*. Charles Morris (org), trad. Maria Silvia Mourão, Aparecida-São Paulo: Idéias & Letras, 2010.

MISHLER, Eliot. *Storylines: Craftartists' Narratives of Identity*. Cambridge/London: Harvard University Press, 1999.

NAMER, Gérard. Posfácio. In Halbwachs, M. *Los Marcos Sociales de la Memoria*. Barcelona: Antrophos Editorial, 2004, p.345-428.

## O SERTÃO CIVILIZADO: CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DO NOROESTE DE MINAS NO SÉCULO XVIII

**GAMA, Alexandre de Oliveira.**

*Doutorando em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional na Universidade de Brasília (UnB); Mestre em História pela UnB; Especialista em História Cultural pela Universidade Estadual de Goiás (Professor de História no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu).  
E-mail: alexandregama@iftm.edu.br*

## RESUMO

A ideia de *sertão civilizado* parte de um esforço de se mapear os autores que escreveram sobre o noroeste de Minas Gerais no século XVIII e refletir como suas narrativas constroem representações da região a partir desses dois conceitos. Em seus escritos, alguns autores constroem uma memória do noroeste como sertão, caracterizado pelo vazio e barbárie, no sentido de ressaltar a ausência da presença dos elementos do litoral e da administração colonial portuguesa, característicos do mundo civilizado. Outros autores constroem narrativas que associam o sertão ao lugar da cultura sertaneja, portanto, da vida de simplicidade e de humildade.

**Palavras-chave:** Sertão. Noroeste de Minas. Representação.

## ABSTRACT

The idea of civilized hinterland part of an effort to map the writers on the northwest of Minas Gerais in the eighteenth century and reflect how their narratives construct representations of the region from these two concepts. In his writings, some authors construct a northwestern hinterlands as memory, characterized by empty and barbarism, to emphasize the absence of the presence of elements of the coast and the Portuguese colonial administration, characteristic of the civilized world. Other authors construct narratives that link the hinterland to the place of country culture, therefore, simplicity and humility of life.

**Key-words:** Hinterland. Northwest Mining. Representation.

## 1. INTRODUÇÃO

A ideia de *sertão civilizado* parte de um esforço de se mapear os autores que escreveram sobre o noroeste de Minas Gerais no século XVIII e refletir como suas narrativas constroem representações da região a partir desses dois conceitos. Em seus escritos, alguns autores constroem uma memória do noroeste como sertão, caracterizado pelo vazio e barbárie, no sentido de ressaltar a ausência da presença dos elementos do litoral e da administração colonial portuguesa, característicos do mundo civilizado. Outros autores constroem narrativas que associam o sertão ao lugar da cultura sertaneja, portanto, da vida de simplicidade e de humildade.

Escolhi trabalhar prioritariamente com três autores de obras publicadas sobre a cidade de Paracatu: Olympio Michael Gonzaga, Afonso Arinos de Melo Franco e Oliveira Mello. Ao selecioná-los acabei deixando de fora desse estudo outras obras que compõem a historiografia da cidade, tais como *Uma Cidade, Muitas Histórias* (1998), organizada pela historiadora Helen Ulhôa Pimentel, e seu livro *Casamento e sexualidade: a construção das diferenças* (2012). Obras como *Siqueira Campos em Paracatu* (1999) do professor Marcos Spagnuolo Souza e tantos outros livros de memórias de autores da cidade, como *Sertão:*

*chapada e vão* (2006) de Flávio Antônio Neiva; *Caixa Grande* (2004) e *Quatro Contos de Reis* (2000), ambos de Adriles Ulhoa Filho; *Reminiscências de minha velha Paracatu* (2000) de Areoaldo de Paula; *Vivências e Contrastes* (2002) de Coraci da Silva Neiva Batista, e da autora Zenóbia Vilela Loureiro, *Paracatu: um passeio no tempo* (1993), *E o flamboyant floriu...* (1995), *O sobradinho* (1996).

Existe um considerável acervo de obras publicadas sobre a história e memórias da cidade, e inicialmente, pensei em trabalhar com todas elas. Entretanto, o tempo que dispunha para este estudo era exíguo, assim, optei por fazer a seleção daqueles três autores que apontei no início do parágrafo anterior. Estou ciente dos efeitos que essa atitude pode provocar, mas quero afirmar que não tenho a intenção de sacralizar essa historiografia com que trabalho como único *lugar de memória* da cidade (PROST, 2008, p. 272). Estou ciente de que existem outras obras e outros mecanismos que operaram na construção dessa memória ao longo do tempo em Paracatu.

## 2. UM MAL ESTAR DA HISTORIOGRAFIA: PARACATU NO SERTÃO

O sertão de que estamos falando neste trabalho não é simplesmente um espaço geográfico, definível com fronteiras físicas. Era o lugar do vazio, do selvagem, do indecifrável e também do fantástico. Era o oposto daquilo que se configurava no litoral.

Espaço mais simbólico do que geográfico, o sertão situava-se nas margens do mundo conhecido, ao qual ele se opunha, rejeitando os valores da vida civilizada...

Na América Portuguesa, as referências ao sertão principiam no século XVI, quando o interior do continente definiu-se em oposição à faixa litorânea, espaço privilegiado então da colonização portuguesa. A etimologia da palavra permanece desconhecida. Para alguns autores, o sertão derivaria do latim *desertus*, por intermédio do latim vulgar *desertanu*, que pode significar deserto, abandonado, inculto, selvagem, desabitado ou pouco habitado. Nos primeiros relatos sobre a região aurífera, em fins do século XVII, o sertão aparece como lugar inóspito, de difícil acesso, cortado por rios caudalosos e intransponíveis, envolto em matas fechadas e escuras. (ROMEIRO; BOTELHO, 2004, p. 271).

Lylia da Silva Guedes Galetti em *Sertão, fronteira, Brasil* afirma, ao citar os estudos de Gilberto Mendonça Teles, que a definição etimológica da palavra não é clara. Na verdade, Teles afirma que deriva dessa *obscuridade etimológica* a maior motivação para as várias significações que o vocábulo foi adquirindo à medida que o espaço brasileiro foi se ampliando para o oeste. Neste sentido, em linhas gerais “o sertão designaria o lugar do desertor, do que sai da ordem, o terreno incerto e desconhecido e, ainda, o que não está entrelaçado ao conhecimento” (GALETTI, 2012, p. 48).

Nísia Trindade Lima em *Um sertão chamado Brasil* reforça a ideia de que a origem do vocábulo, segundo os estudos etimológicos a que ela se refere, esteja de fato ligada à ideia de deserto, por ser oriunda da expressão *desertão*. O seu sentido, segundo ela, “encontra-se em uma dupla ideia – a espacial de interior e a social de deserto, região pouco povoada.” (LIMA, 2013, p. 103). Apesar de, em nota, afirmar que não há consenso a respeito da etimologia da palavra, observando que “a conotação de deserto e de tudo o que se encontra distante da civilização é bastante frequente e duradoura no pensamento social brasileiro”. (LIMA, 2013, p. 103).

Erivaldo Fagundes Neves, na introdução da obra organizada por ele, *Caminhos do sertão*, defende que essa relação entre a ideia de sertão e deserto originou-se de um erro. Ele cita os estudos feitos por Gustavo Barroso no *Dicionário da Língua Bunda de Angola*, publicado em Lisboa em 1804, que “conferiu sua origem ao vocábulo muceltão, corrompido para celtão e depois, certão, cujo significado em latim seria *locus mediterraneus*, ou lugar entre terras, interior, sítio longe do mar, mato distante da costa”, de forma que, quando o vocábulo

apareceu em Portugal “essa significação africana recebera, indevidamente a equivalência de ‘desertão’, deserto grande, de onde surgira ‘sertão’, como forma contraída.” (NEVES; MIGUEL,



2007, p. 9, grifos do autor).

De qualquer forma, o que sabemos é que toda essa polissemia que envolve o vocábulo gerou um acúmulo de densidade semântica da noção de sertão, produto das práticas que foram próprias do processo civilizador que se deu particularmente, neste caso, no Brasil. Então, ao contrário do que se afirma, de que a noção estaria relacionada meramente em oposição ao litoral, o que se tem é que, o sentido dado aí seja não ao litoral em si, mas ao *locus* do poder, da ordem, isto é, o espaço já cooptado pela administração colonial. Nísia Trindade de Lima defende claramente essa ideia quando diz que “*mais do que em oposição ao litoral, é em contraste com a ideia de região colonial que o imaginário sobre sertão se constitui*”. (LIMA, 2013, p. 104, grifos da autora).

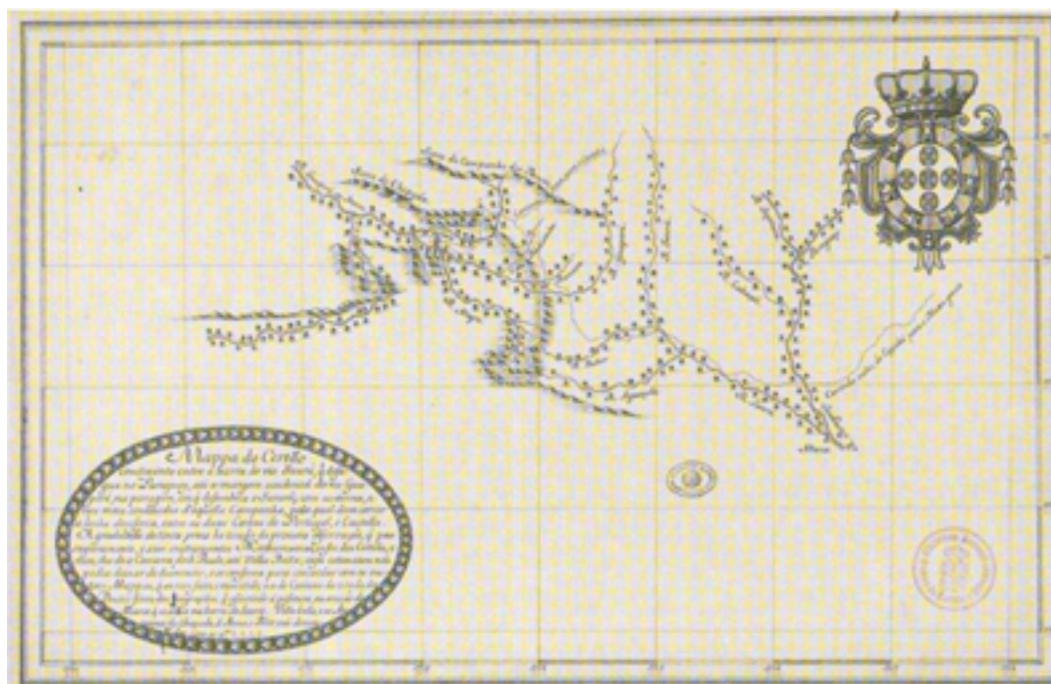
O mesmo será defendido por Lylia da Silva Galetti. Para ela, nos estudos de Elisa Mader “*sobre a ideia de sertão nos séculos XVI-XVII, conclui que a noção de sertão se constitui*

em oposição à região colonial, caracterizada como o mundo da ordem, onde reinavam, como instâncias de poder, a Igreja e o Estado” (GALETTI, 2012, p. 57, grifos da autora). Sendo assim, o mundo do sertão estaria associado a tudo que lhe fosse contraponto. Daí a ideia de vazio, do desconhecido, o mundo da desordem e da barbárie, da selvageria e do diabo. É desse espaço imaginário que os autores, interessados em construir a memória de Paracatu no século XVIII, querem retirar a cidade. Não há dúvida, Paracatu se encontra inserida nesse sertão.

Podemos perceber essa questão através da representação da região nos documentos cartográficos da época. E não somente nos documentos, mas também naquilo que foi

registrado a partir de reflexões sobre eles. É o que se pode constatar através do *Mapa do Certão entre a Serra da Marcela e as nascentes do Rio São Francisco* de 1770 (FIGURA 1).

Percebe-se como a região, mesmo quando se leva em conta todo o movimento populacional já produzido pela descoberta do ouro tanto de Goiás quanto do noroeste



de Minas, em Paracatu, é claramente representada como uma região vazia, desabitada.

**Figura 1.** MAPA DO CERTÃO entre a Serra da Marcela e as nascentes do Rio São Francisco. [s.d.] (Ca. 1770). 35 x 44 cm; IEB-USP (COL. JFAP, 23 – Folha 23).

Fonte: COSTA, 2004, p. 182.

Não somente a região foi retratada na cartografia como uma região “ocupada” pelo vazio, como também as reflexões, feitas a partir desses documentos acabaram levando autores a afirmarem isso, é o que observamos nas descrições feitas a partir desses mapas sobre os sertões mais ao leste: “Estradas entre a região das minas e o Espírito Santo, passando pelo leste de Minas Gerais, só foram possíveis a partir da conquista dos sertões

*despovoados e de seus índios botocudos antropófagos.*" (COSTA, 2004, p. 65, grifos meus). Antônio Gilberto Costa fala de sertão despovoado ao mesmo tempo em que indica seus habitantes: índios botocudos. Uma clara contradição, reveladora de que os indígenas não eram considerados seres humanos, pessoas com cultura e organização social.

Nesse mapa, percebe-se que o sertão ocupa a maior parte do centro da imagem, e é flagrantemente a região mais vazia do documento. Não há nem mesmo montanhas ou rios, há somente um espaço vazio. Enfatizo que o mapa foi feito em 1770, época em que a região já havia passado por longo estado de exploração e muitos de seus núcleos auríferos já se encontravam em franco estado de decadência.

Em outro mapa (FIGURA 2), também intitulado *Mapa do Certão*, de 1750, seu autor representa a região isolada pelo vazio, como se não estivesse integrada à outras regiões. Neste caso, o espaço vazio não preenche o centro da representação (como na FIGURA 1), mas a isola e a "comprime", de forma que na representação cartográfica, o lugar parece estar ocupando o centro de uma região desértica. Neste caso, somos levados a confundir o sertão com o deserto.

**Figura 2.** MAPPA DO CERTÃO continente entre a barra do rio Jaurú, q' deságua no Paraguay até a margem occidental do rio Guaporé, na paragem, em q' desemboca o Sararé; com as serras, e rios mais conhecidos d'aquella Campanha, pela qual deve correr a linha divisória, entre as duas Coroas de Portugal e Castella. Post. 1750. 30 x 22,5 cm; Manuscrito e aquarela; AHU (n. 93/1253)).

Fonte: COSTA, 2004, p. 33.

O que temos nesses exemplos da cartografia setecentista sobre o sertão é a construção imaginária dessa paisagem cultural que poderia marcar profundamente sua definição associada ao deserto. Uma construção social tão forte e tão arraigada no imaginário social que...

Seja qual for a definição, caracterização ou definição geográfica que se queira dar ao sertão, uma ideia que permeia o imaginário nacional, até os dias atuais, é a de que os sertões se identificam pela carência de civilização, está distante, é interior e, normalmente, pobre, e pertence ao espaço do rural. Daí, portanto, a rápida associação que fazemos do sertão somente com o semi-árido nordestino (SARAIVA, 2004, p. 80).

Mafalda Zemella cita a descrição de um cronista anônimo sobre um caminho aberto pelos paulistas que ligava suas vilas ao nordeste, passando pelos sertões (em seu texto, associado ao deserto). É interessante que ao mesmo tempo em que ele menciona deserto ele fala de aprisionamento de indígenas Tapuyas.

Das vilas de São Paulo para o Rio de São Francisco descobrirão antigamente os paulistas hum caminho a que chamavão Caminho Geral do Certão pelo qual entravão cortando os **vastos desertos** que medeão entre as ditas Vilas e o dito Rio nelle fizerão varias conquistas de Tapuyas e passarão a outras para os certões de diversas Juridições, como foram Marahâm, Pernambuco e Bahia... (apud ZEMELLA, 1990, p. 125, grifos meus).

Seja através da escrita ou das representações cartográficas, Paracatu, creio estar claro, encontra-se numa região assim, associada à ideia de deserto e isolamento. O que estou afirmando é que, entre os autores que elencaremos a seguir, esse isolamento poderia

diminuir a importância do seu arraial e de sua história por decorrência dessa distância da região, de seu estado representado ora como uma região coberta de gentios selvagens ora como espaço vazio, ainda a ser preenchido, dominado. Tratava-se então de relacionar Paracatu, e posteriormente seus habitantes, com os elementos vindos do litoral.

### 3. SEMENTES DA CIVILIZAÇÃO PLANTADAS NO SERTÃO DO NOROESTE E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO POVO PARACATUENSE

No livro *Memória Cultural* (1990), Oliveira Mello emite seu posicionamento sobre a miscigenação que ocorre no arraial já em tempos anteriores à descoberta do ouro, mas que teria se intensificado após o seu anúncio em 1744. Ele afirma que *“em virtude de todo caldeamento, podemos assegurar que o paracatuense é dotado da resistência e da energia do caboclo, da bondade resignada do preto, da intrepidez dos antepassados colonizadores e da pertinácia dos reinóis”* (MELLO, 1990, p. 20). A característica com que descreve os colonizadores, a *intrepidez*, teria tornado possível a ocupação efetiva desse “deserto selvagem” chamado sertão.

É interessante perceber o quanto as fronteiras do sertão são móveis, e por mais que portugueses e agrupamentos humanos das regiões litorâneas adentrassem o espaço que lhe era designado, *“o sertão, com todo o imaginário que lhe era peculiar, continuou a existir, deslocando-se em direção às regiões que permaneciam fora da esfera do poder metropolitano”* (ROMEIRO; BOTELHO, 2004, p. 271). Segundo essa ideia de sertão, à medida que o povoamento chegava à regiões mineiras pertencentes ao sertão (como Vila Rica, Mariana e Sabará), tais regiões deixavam de ser identificadas como pertencentes a esse espaço, pois cada vez mais ganhavam as características das populações do litoral e a ele se integravam. Entretanto, a fronteira do sertão se estendia para aquelas regiões que ainda não se encontravam identificadas e povoadas pelo homem do litoral. Esse seria o caso de Paracatu que somente terá o estabelecimento de seu núcleo urbano a partir do anúncio oficial da descoberta do ouro, o que somente ocorrerá em 1744. Enquanto isso não acontece, a região, ao contrário do que ocorria em Vila Rica, Mariana, Sabará, continua a ser identificada com a representação de sertão aqui discutida.

Entretanto, Oliveira Mello escreve que o arraial já havia se formado muito antes da descoberta do ouro, julgando que o povoado teria surgido exatamente dentro do período em que as primeiras áreas de mineração foram descobertas e começaram a ser exploradas no território mineiro. Segundo ele, *“não há uma data precisa de quando surgiu o povoado. Julgo que tenha sido entre 1690 a 1710. Paracatu já devia ser habitada quando servia de caminho que ligou o centro minerador de Goiás aos centros criadores dos afluentes do São Francisco.”* (MELLO, 1979, p. 27). Assim, por essa narrativa do autor, Paracatu estaria, juntamente com os outros núcleos de mineração da capitania, ocupada não por vazios ou por seus indígenas selvagens, mas já povoada por elementos *civilizados*.

Essa representação do arraial já povoado e de sua região já explorada antes mesmo da descoberta do ouro, pelos criadores de gado do nordeste que montavam seus currais margeando o São Francisco e seus afluentes, não é própria de Oliveira Mello - já estava presente na obra de Afonso Arinos de Melo Franco, quando este afirma que *“as terras iam ficando livres do gentio pela caça que lhes faziam os preadores de escravos e, nas regiões assim limpas, os paulistas introduziam assim seus rebanhos”* (FRANCO, 1955, p. 10). Paracatu e a região do São Francisco vão constituir seus primeiros núcleos de povoamento a partir do momento em que os indígenas (o *gentio hostil, selvagem*, elemento típico do sertão,

como vimos) forem eliminados e os criadores de gado do nordeste transformarem essas terras em importantes currais de gado.

Destruído o gentio hostil, fundados os núcleos de suprimento e comunicações como Morrinhos e S. Romão, prosseguiu a expansão vagarosa da civilização do couro. Os sertões foram sendo conquistados e as manadas se estendendo aos poucos, pontilhando-se as terras de fazendas de criar em grande parte do curso mineiro do S. Francisco e dos seus afluentes de ambas as margens: o rio das Velhas, o Urucuia, o Paracatu. (FRANCO, 1955, p. 11).

Nos escritos de Afonso Arinos é flagrante como o indígena da região se torna um problema para o estabelecimento da civilização que ele denomina “do couro”. Bem antes da descoberta do ouro, pouco a pouco a região, entenda sertão, foi sendo conquistada, domada, “como é necessário fazer” com tudo aquilo que não se submete à ordem e ao padrão das gentes civilizadas e ordeiras do litoral. Essa noção de *civilização do couro* expressava a ideia de um novo tempo, com novas práticas de trabalho e sociabilidades que retiravam o sertão do estado da selvageria e desordem total. Podemos ver uma reflexão sobre a expressão em LIMA (2013, p. 103-110).

Waldemar Barbosa de fato cita uma série de documentos que comprovam a concessão de sesmarias para criadores de gado que vinham do nordeste, sobretudo da Bahia.

Sendo assim, em dado momento de seu texto conclui: “*que o arraial é anterior ao manifesto das minas de ouro, não há dúvida*” (BARBOSA, 1995, p. 237).

Interessa aqui a representação de uma Paracatu dinâmica e ativa, com presença de grupos de culturas diferentes, pois esta imagem da cidade serviria para explicar e justificar as características “brilhantes” de pessoas como Afonso Arinos (paracatuense, tio do Afonso Arinos que agora escreve). A representação de uma cidade tomada pelo selvagem em pleno deserto não contribuiria para ajudar a compreender a origem de “tipos humanos” como aqueles que descenderam da família Melo Franco. Assim, na introdução de sua obra, Afonso Arinos (sobrinho) explica:

Na fase provincial, estudarei a formação do núcleo social em que se afundam as raízes coloniais da sua gente, núcleo que se singulariza pela participação simultânea na democrática “civilização do couro”, e na patriarcal e semi-aristocrática “civilização do ouro”. O que deu em resultado a criação destes tipos de homens ao mesmo tempo simples e requintados, próximos do povo como os que mais o forem, mas sentindo-se à vontade nos grandes ambientes de cultura. Tipos humanos, mineiros e brasileiros, de que Afrânio de Melo Franco e seu irmão Afonso Arinos foram os mais característicos representantes. (FRANCO, 1955, p. XV).

A representação de um arraial que desde cedo estava ocupado pelos sertanejos criadores de gado não é simplesmente um dado objetivo, tal qual nos apresenta Waldemar Barbosa elencando os vários documentos que revelam as concessões de sesmarias na região do rio Paracatu. Ela cumpre duas funções significativamente importantes dentro da construção historiográfica do noroeste.

A primeira função diz respeito à origem de Paracatu. Enquanto as outras cidades mineiras já assistiam seu espaço urbano adquirir corpo a partir da exploração das minas no final do século XVII e início do XVIII (com a chegada dos elementos que referenciavam a civilização europeia), Paracatu permaneceria no espaço do sertão com



suas minas somente exploradas a partir da década de 1730. A chegada dos sertanejos trouxe para o arraial que se formava os elementos dessa civilização do couro que fizeram com que sua origem, nessa produção historiográfica, fosse datada da mesma época de formação das outras cidades mineiras que já estariam em estágio avançado de desenvolvimento urbano e com fortes laços com a administração colonial.

A segunda função dessa representação do arraial (desde cedo, fins do XVII para o XVIII, ocupado pelos sertanejos) estava relacionada à explicação das características de algumas das gentes da cidade. Nesse caso, cumpria a função de equilibrar a história de fausto que o arraial vai vivenciar durante o período da exploração aurífera e, conseqüentemente, de formar o caráter do homem paracatuense que ao mesmo tempo que é simples, pode ser também muito requintado. A *civilização do couro* em Paracatu, segundo a representação construída por Afonso Arinos, contribuiu para a formação de um povo mais simples, acostumado ao tempo mais tradicional (em que as experiências humanas seguem em compasso com as “determinações” das estações climáticas da natureza que, de certa forma, impõe tempo para plantio, colheita, festividades e outras atividades sociais), enquanto a *civilização do ouro* fê-lo ser alguém capaz de extrapolar a vida rudimentar que caracterizava a cultura sertaneja, capacitando-o a conviver adequadamente *nos grandes ambientes de cultura*.

Colocado no encontro das duas grandes eras históricas sertanejas, a do couro e a do ouro, cada uma com as suas características culturais definidas, Paracatu participou dos dois ambientes. Foi, desde o século XVIII, centro das duas atividades econômicas, a criadora e a mineradora, conforme demonstram velhos documentos municipais. Conheceu ao mesmo tempo a vida requintada e luxuosa da mineração e a formação social igualitária da criação. E **estas influências formadoras, até certo ponto contrastantes, explicam, em grande parte, traços psicológicos** de alguns dos filhos mais destacados do velho centro mineiro, como os irmãos Afonso Arinos e Afrânio de Melo Franco (FRANCO, 1955, p. 14, grifo meu).

Tristão de Athayde ao escrever sobre Afonso Arinos reforça essa imagem ao afirmar:

Tôda a sua primeira infância, até aos nove anos, passou-a Afonso Arinos na vila natal [Paracatu]. A vida livre de então, na cidadezinha pacata e sonolenta, onde não havia mister prender as crianças, pois todo ela era como o jardim da casa, gravou-se indelevelmente em sua alma (...) Pouco antes de morrer ainda evocava com ternura essa paisagem que o vira nascer e na alma lhe deitara raízes indeléveis: - “A alma dessa paisagem, para onde quer que andemos longe, nos segue de perto e nos acompanha...” (MELLO, 1961, p. 21-22).

Como um arraial que teria demorado tanto a se desenvolver, ainda tão isolada em uma região associada ao deserto, e ao gentio selvagem, poderia ter contribuído para a formação de uma alma tão expansiva e requintada como a de Afonso Arinos? Se o ouro, o desenvolvimento urbano, a circulação de centenas de aventureiros e a vida baseada no enriquecimento fácil e na existência cheia de fausto, somente chegariam a partir de 1744, o caráter do sertanejo de vida simples e humilde formou-se anteriormente a esse fato, durante o ciclo do couro, com o povoamento gradual que aconteceu nas margens do rio Paracatu com o estabelecimento dos currais.

Essa maneira determinista de se conceber a influência dos aspectos físicos e geográficos do lugar sobre o espírito humano foi largamente trabalhado por um autor que se tornou muito conhecido nesse período em que escreve Afonso Arinos: João Camillo de

Oliveira Torres. Em seu livro publicado em 1944, *O homem e a montanha: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro*, que ganhou o Prêmio “Diogo de Vasconcelos” de Erudição da Academia Mineira de Letras, de 1943, o autor trabalha claramente essa ideia. Sobre ela, Mariza Guerra de Andrade afirmou:

João Camillo de Oliveira Torres planta uma tese de inspiração ‘determinista’ e amparada pelo ‘paradigma geográfico tradicional’, em curso no país até a década de 1950. Nesses termos, a situação geográfica e topográfica conformou Minas Gerais e os mineiros, ainda que a combinação de fatores como a economia fugidia da mineração, a vida urbana e o municipalismo, o fisco, as ideias europeias da Ilustração, o Cristianismo e o espiritualismo influíssem decisivamente naquela conformação. (ANDRADE. In: TORRES, 2011, p. 29).

Tanto o sertão do noroeste quanto o paracatuense serão profundamente marcados pela interação entre esses dois “ciclos” que farão com que a formação do arraial seja resultado da interação entre aquilo que na historiografia da região chamaram de *civilização do couro* e *civilização do ouro*. Vimos que a *civilização do couro* foi responsável por formar a personalidade de humildade e simplicidade de homens e mulheres do sertão. Entretanto, são os bandeirantes os representantes maiores daquilo que chamam de *civilização do ouro*. Vemos isso arraigado muito fortemente nos escritos de Oliveira Mello, quando afirma que “as bandeiras andaram, sem cessar, durante quase dois séculos e com pouca mutação de itinerários. Por onde passavam, inconscientemente, deixavam o rastro da civilização” (MELLO, 2002, p. 109). Mesmo que isso não fosse exatamente sua intenção, estariam tão imersos dentro da cultura civilizada que a semeariam involuntariamente por onde quer que passassem.

Quando Oliveira Mello, em *Paracatu do Príncipe: Minha terra* (1979) afirma que o Brasil, por ocasião da chegada dos portugueses, em 1500, “era habitado por homens que não conheciam a civilização” ele diz que, por isso mesmo, “não usavam roupas, viviam em aldeias, morando em grandes tabas... usavam penas como enfeites, pintavam o corpo e sua arma era a flecha. Viviam em constantes guerras com outras tribos e se alimentavam de caça pesca e alguma vegetação” (MELLO, 1979, p. 23). Por trás dessa imagem de civilização está a concepção já abordada por Norbert Elias, da noção da expressão como “a consciência que o Ocidente tem de si mesmo: tudo aquilo em que a sociedade ocidental [...] se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas mais primitivas” (ELIAS, 1994, p. 64). Por isso, paulistas, bandeirantes e europeus são narrados numa posição de superioridade em relação às gentes que se encontravam na cidade. Olympio Gonzaga vai descrever os paulistas, como homens *destemidos e corajosos* (GONZAGA, 1988, p. 2). Há, na construção da historiografia do noroeste (e, de um modo geral, na historiografia mineira) um investimento simbólico na façanha dos bandeirantes, e no caso de Paracatu, na façanha de Felisberto Caldeira Brant. Isso aconteceu “não tanto pelos seus supostos resultados imediatos, mas pelo que nela serviu de moldura prestigiosa” para os homens e elites posteriormente (GONZAGA, 1988, p. 2).

A adoção desse modelo de civilização europeia em Paracatu abarcou um processo que não foi simples, pois envolvia o esforço para a construção e invenção de tradições em que as elites e, mais tarde, os próprios escritores da memória da cidade, elaboraram representações que em nada ficavam a dever para a cultura europeia. Para isso, são construídos os elementos simbólicos que comporão essa nova memória do sertão do noroeste: “mitos de origem, tradições, heróis, fatos históricos singulares” (GONZAGA, 1988, p.

2). Toda essa criação era extremamente importante na conversão do sertão do noroeste em um ambiente civilizado.

Em Paracatu teremos exemplos para todos esses elementos simbólicos. A construção de mitos de origem e narrativas que constituíram os heróis da cidade pode ser vista na passagem em que, na historiografia elencada, os autores narram o encontro das bandeiras de Felisberto Caldeira Brant e José Rodrigues Fróis. A invenção de tradições também, como no caso da narrativa que constrói a imagem de um arraial liderado por uma pessoa justa (Felisberto Caldeira Brant) que preferia abrir mão do aumento de suas riquezas e promover a paz do lugar em troca de não ver sangue sendo derramado no arraial e as vidas das pessoas serem preservadas, conforme mencionado por Olympio Gonzaga e Oliveira Mello (GONZAGA, 1988, p. 5-7; MELLO, 1979, p. 29). Nas palavras de Gonzaga, Brant foi um herói cuja “*boa estrella sempre lhe guiára os passos*” (GONZAGA, 1988, p. 7).

Também tivemos a *invenção de tradições* que em nada deviam às europeias. Temos como exemplos aquelas narrativas que descrevem as festas da cidade, como a que ocorreu por ocasião da elevação de Paracatu à condição de vila de Paracatu do Príncipe e por ocasião do estabelecimento da primeira Câmara na vila, no ano de 1799.

Acompanhado de numerosa tropa de cavallaria e infantaria, o ouvidor entrou no arraial a 13 de dezembro de 1799, sendo delirantemente aclamado pelo povo que o recebeu com grandes festas. [...] Na instalação da camara, a 18 de dezembro de 1799, os vereadores estavam trajados a Luiz XIV, vestidos de calção, casaca de bico de vistosas cores, capa sobre os hombros, cabellos grandes penteados, elegantes chapeus de pluma, espadim á cinta, meias altas e sapatos com fivellas de ouro. Nessas ocasiões, as senhoras trajavam vestidos de seda com saias de balão, com grande roda e libras de ouro ao pescoço. Era uso das ricas sahirem a passeio carregadas em rêdes ou palanquins por criados agaloados. Aquellas senhoras que vieram de suas fazendas e chacaras assistir á instalação da camara, entraram na villa vestidas de *robe*, montadas em bonitos corceis, sobre sellins, cujo assento era forrado de velludo e usavam esporas (GONZAGA, 1988, p. 21).

Nessa paisagem construída por Olympio Gonzaga, Paracatu, possivelmente, em nada devia para eventos como esses que aconteciam na Europa. Em nada se parecia com a ideia de sertão associada à deserto, selvageria e falta de ordem. O sertão do noroeste de Minas está domesticado. Está inserido, a partir de agora, nos domínios coloniais.

Dessa forma, portanto, foi construída a memória do noroeste de Minas do século XVIII pela historiografia. A região foi representada inicialmente, como todo interior da colônia brasileira, como um sertão *vazio* e, ao mesmo tempo, *infestado* pelos gentios selvagens. Assim, foi pouco a pouco *assistindo à chegada*, já no final do século XVII, dos elementos da *civilização do couro* com a introdução das fazendas e da cultura sertaneja como elementos que formarão a personalidade marcada pela humildade e simplicidade entre as várias gentes do lugar. Os bandeirantes serão vistos como os semeadores da civilização, responsáveis pela riqueza e pela formação de uma *civilização do ouro* que proporcionará aos paracatuenses o contato com os mais requintados elementos da cultura europeia. O que pudemos perceber nessa construção foi a glorificação do elemento europeu e desvalorização da memória das pessoas mais simples, dos negros e indígenas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral, em suas narrativas, os autores estudados constroem representações da região do noroeste de Minas como um sertão caracterizado pelo vazio e, ao mesmo tempo, infestado pelos gentios selvagens. Assim, segundo tais relatos, foi pouco a pouco assistindo à chegada, já no final do século XVII, dos elementos da civilização do couro com a introdução das fazendas e da cultura sertaneja como elementos que formarão a personalidade marcada pela humildade e simplicidade, característico das gentes do lugar. Os bandeirantes serão vistos como os semeadores da civilização, responsáveis pela riqueza e pela formação de uma civilização do ouro que proporcionará aos paracatuenses o contato com os mais requintados elementos da cultura europeia. O que pudemos perceber nessas construções foi a glorificação do elemento europeu em detrimento da desvalorização da memória das pessoas mais simples, dos negros e indígenas.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A invenção das Minas Gerais: empresas descobrimentos e entrada nos sertões do ouro da América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas, 2008.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1995.

COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. v. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República (Afrânio de Melo Franco e seu tempo)*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1955.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2012, p. 48.

GONZAGA, Olympio. *Memória Histórica de Paracatu*. 2 ed. Paracatu: Prefeitura Municipal, 1988.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MELLO, Oliveira. *Afonso Arinos e o Sertão*. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1961.

\_\_\_\_\_. *Paracatu do Príncipe: Minha Terra*. Paracatu: Edição da Prefeitura Municipal de Paracatu, 1979.

\_\_\_\_\_. *Memória Cultural (A cultura em Paracatu)*. Belo Horizonte: Ed. Da Comissão Mineira de Folclore, 1990.

\_\_\_\_\_. *As Minas Reveladas*. 2ª Ed. Paracatu: Ed. Da Prefeitura Municipal de Paracatu, 2002.

NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta (Orgs.). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Salvador: Editora Arcadia, 2007.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Sertão, lugar desertado: o cerrado na cultura de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2004.

SARAIVA, Regina Coelly Fernandes. Sertão, cerrado e identidades. In: MATSUMOTO, Roberta Kumasaka; BARBATO, Silviane (Orgs.). *Oralidade e outras linguagens*. Cadernos Ceam-Necoim, n.15, UnB, Brasília, 2004.

TORRES, João Camillo de Oliveira. *O homem e a montanha: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 29.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1990.

## **COLEÇÃO E MELANCOLIA: OBJETO, MEMÓRIA E CRIAÇÃO, NAS PRÁTICAS DO GUARDAR PARA ESQUECER**

**MELO, Kelly Castelo Branco da Silva**

Bacharel em Biblioteconomia (UNIRIO), Doutoranda e mestre em Memória Social do Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS/UNIRIO)  
Bolsista CAPES  
kelly\_castelo@hotmail.com

**RIBEIRO, Leila Beatriz**

Bacharel em História (UFRJ), Mestre e Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em

*Ciência e Tecnologia (IBICT/UFRJ), Professora Associada da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/DPTD/PPGMS)  
leilabribreiro@unirio.br*

**BRAZ, José Mauro de Oliveira**  
*Pedagogo, com licenciatura plena (UNIRIO),  
Doutorando e mestre em Memória Social do Programa de*

*Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS/UNIRIO)  
Bolsista CAPES  
jmobraz@yahoo.com.br*

## RESUMO

O presente trabalho propõe a investigação teórico-conceitual da Coleção, tomando-a por um espaço de dinâmicas da memória, de um guardar para esquecer (e (re)lembrar... e (re)esquecer...) e de melancolia. Ele se desenvolve tendo por base quatro conceitos chave: coleção, memória, melancolia e criação, sendo este último o território interseccional dos demais. A concepção de melancolia que é utilizada aqui é a pré-freudiana, ou seja, o termo não é entendido como uma designação de ciclos depressivos – da ordem da patologia – mas sim, como um estado no qual os indivíduos experimentam certa dose de inconstância e vazio, que os levariam à criação para equilibrar-se – ou melhor seria dizer, experimentar um equilíbrio da inconstância. Pretendemos estabelecer uma relação entre coleção e melancolia, investigando o colecionador como sujeito melancólico criador, principalmente por meio dos seguintes pares de tensão: memória/esquecimento, guardar/desfazer-se, ordem/desordem, e pessoa/objeto.

**Palavras-chave:** Coleção. Memória. Melancolia. Criação. Objeto.

## ABSTRACT

This paper proposes a theoretical and conceptual investigation of Collection, taking it as a space for memory dynamics, for both keeping and forgetting (and remembering... and forgetting...), and for melancholy. It develops itself around four key-concepts: collection, memory, melancholy and creation, the latter being common-ground for the others. The conception of melancholy that is used here is pre-Freudian, that is, the term is not understood as a designation of depressive cycles – from the order of pathology – but rather as a state in which individuals experience a certain amount of inconstancy and emptiness, that would lead them to creation in order to find balance – or rather in order to experience some sort of balanced inconstancy. We intend to establish a relation between collection and melancholy, investigating the collector as a melancholic creative subject, mainly through the following pairs of tension: memory/forgetting, keeping/letting go, order/disorder, and person/object.

**Key-words:** Collection. Memory. Melancholy. Creation. Object.

“Só compreendemos um universo modelado por nós mesmos”

**-Friedrich Nietzsche**

“Things are on the saddle and they ride mankind”

**-Ralph Waldo Emerson**

“Um homem se propõe a tarefa de desenhar o mundo. Ao longo dos anos, povoa um espaço com imagens de províncias, de reinos, de montanhas, de baías, de naus, de ilhas, de peixes, de moradas, de instrumentos, de astros, de cavalos e de pessoas. Pouco antes de morrer, descobre que esse paciente labirinto de linhas traça a imagem de seu próprio rosto”

**-Jorge Luís Borges**

“Durante anos ele não soube por que caçava esses objetos desgastados. Toda aquela paixão frenética por uma bola de beisebol e ele finalmente compreendeu que era Eleanor em sua cabeça, era algum tipo de terror operando profundamente sob a pele que o fazia juntar coisas, acumular bens como barreira contra o vulto escuro de alguma perda insuperável. Objetos para lembrar. O que ele lembrava, o que vivia no couro velho e curado da luva do apanhador no porão era o toque de sua Eleanor, eram de sua mulher aqueles olhos nas fotografias ovais de homens com bigodes esticados. O estado de perda, de fato, a factualidade em sua solitária extensão”

**-Don DeLillo**

“Somente quem soubesse considerar o próprio passado como fruto da coação e da necessidade seria capaz de fazê-lo, em cada presente, valioso ao máximo para si. Pois aquilo que alguém viveu é, no melhor dos casos, comparável à bela figura à qual, em transportes, foram quebrados todos os membros, e que agora nada mais oferece a não ser o bloco precioso a partir do qual ele tem de esculpir a imagem de seu futuro”

**-Walter Benjamin**

## INTRODUÇÃO

As coleções fazem parte da trajetória dos seres-humanos no mundo há um período expressivamente extenso. Seja se considerarmos o surgimento de suas primeiras formas nos mobiliários funerários do Neolítico (POMIAN, 1984), seja nos templos gregos da antiguidade clássica (PEARCE, 2013), a sua relevância trans-histórica permanece significativa. E não apenas seu alcance temporal é expressivo, como também seu

1 Conceito de “humildade das coisas” elaborado por Daniel Miller (2013), referente à capacidade que os objetos têm “de sair de foco, de fazer periféricos” (p. 79), o que potencializa sua influência. Ele aqui se aplica pelo fato de as coleções serem constituídas por objetos.

2 O “coleccionador autêntico”, conforme descrito por Walter Benjamin (1995, 2012) é aquele que se distancia dos aspectos comerciais envolvidos no ato de colecionar e coloca em perspectiva outro tipo de valor – para além dos valores de uso e de troca –, que é sentido em igual intensidade tanto pelo colecionador de obras de arte quanto pelo de chapinhas: um valor que se refere à afetividade.

alcance geográfico. Tratam-se de instituições universalmente difundidas (POMIAN, 1984) e universalmente praticadas ao redor do globo.

Esses dois aspectos da coleção – a capacidade de atravessar tanto a história quanto a geografia – são indícios de que há algo nessa prática habitante do infra-ordinário para além de sua aparente banalidade. Sua permanência ao longo de milênios e seu vasto alcance – que mais do que transpor os limites espaciais, chega mesmo a ser trans-cultural (POMIAN, 1984)

– põem em cheque o senso comum do colecionar como *mero* hobby, como algo desimportante. A coleção é, sim, um “sistema marginal” (BAUDRILLARD, 2012, p. 93), habitante dos subúrbios (BLOM, 2003), mas isso não invalida sua relevância, ao contrário: a potencializa, afinal, como disse o antropólogo Daniel Miller, quanto mais irrelevante uma coisa se faz, mais poderosa e determinante é sua influência<sup>1</sup> (2013).

A relação entre coleção e memória nem sempre é aparente. Alguns entendem que esta é válida e operante apenas em situações específicas, quando existe *intencionalidade de memória* e, portanto, *um desejo de/por memória* no projeto colecionista. Segundo esse raciocínio, tal relação não existiria/poderia existir, por exemplo, em casos de coleções pensadas e construídas com o único propósito de acúmulo de capital (entesouramento), ou por quaisquer outros motivos “não autênticos”<sup>2</sup>. A nossa posição difere desta. Pensamos que, mesmo em tais situações, a ligação coleção/memória se sustenta principalmente por três razões: 1) independentemente do motivo, uma coleção sempre terá algo a dizer sobre seu colecionador e ela sempre agirá como uma ponte para ele, para o seu tempo e para suas origens (dela e dele). Sua própria existência – na realidade ou em projeto – implica uma complexa rede social de valores e lógicas que, seja por aceitação, seja por resistência, permite à coleção *ser*. 2) Ainda que a coleção tenha início segundo um projeto de acumulação de capital, com propósitos quantitativos, muitas vezes é por meio do colecionar que o colecionador “não-autêntico” dá o “salto qualitativo” para o território da autenticidade e o espaço da afeição. E 3) uma vez que “afeição” implica não somente “afetividade” (envolvimento emocional) como também “aquilo que nos afeta”, uma coleção capitalista pode ser bastante autêntica para um capitalista.

As motivações são tão plurais quanto as pessoas e objetos na Terra, e não tão importantes quanto as relações que derivam da coleção e do ato de colecionar. E estas relações são aquelas que as pessoas estabelecem/desenvolvem com/por causa de/a partir de coisas.

O presente trabalho está vinculado a um projeto de tese – *Coleção e melancolia: universos mnemônicos* – do Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO), orientado pela professora Dra. Leila Beatriz Ribeiro (linha de Memória e Patrimônio), em coorientação com o professor Dr. Francisco Ramos de Farias (linha de Memória, Subjetividade e Criação). Ele se situa no âmbito do trabalho desenvolvido por Ribeiro, com o projeto de pesquisa *Mais do que posso contar: coleções, imagens e narrativas*, que objetiva contribuir para o enriquecimento dos estudos de coleção, levando em consideração suas dinâmicas de construção, o relacionamento forjado entre o colecionador e seus objetos, e seus lugares instituintes no mundo contemporâneo (RIBEIRO, 2014). Sendo assim, ele propõe a investigação

3 Do original em inglês: “If I could say it, I would not have to dance it”.



teórico-conceitual da Coleção, como espaço de dinâmicas da memória, do guardar para/e esquecer (e (re)lembrar... e (re)esquecer...) e de melancolia.

A concepção de melancolia que utilizamos é a pré-freudiana, ou seja, o termo aqui é entendido não como uma designação de ciclos depressivos – da ordem da patologia (KEHL, 2014) – mas como um estado no qual os indivíduos experimentam certa dose de inconstância e vazio, que mobiliza a criação como ferramenta para encontrar o equilíbrio – ou melhor seria dizer, encontrar um equilíbrio da/na inconstância. Pretendemos estabelecer uma relação entre coleção e melancolia, investigando o colecionador como sujeito melancólico criador, principalmente por meio de pares de tensão: memória/esquecimento, guardar/desfazer-se, ordem/desordem, e pessoa/objeto.

## 1. COLECIONAR: CONHECER, RECONHECER, CRIAR, PERTENCER

Baudrillard vê no colecionismo infantil, por exemplo, as primeiras tentativas de domínio, arranjo, classificação e manipulação do ambiente (2012), elemento também presente em Benjamin quando este enxerga na criança colecionadora o impulso de ir à captura do mundo (1987). Nela já está presente o olhar do colecionador adulto – ou talvez seja o olhar infantil, a capacidade de observar o mundo com o olhar da criança, que retorne ao adulto através do colecionar – que enxerga além do aparente e que percebe as coisas como “enciclopédias mágicas” (BENJAMIN, 2006, p. [241]). No colecionar observamos o intuito de ordenação/desordenação não só do exterior como também de si mesmo, o apropriar como o (re)conhecer, o desvendar como desenfeitiçar – “de lá ela leva sua presa [o objeto caçado] para casa, para limpá-la, fixá-la, desenfeitiçá-la” (BENJAMIN, 1987, p. 39) –, o seguir de uma lógica nem sempre evidente, e a presença de objetos que são mais que objetos: são instrumentos através dos quais os colecionadores significam, representam, narram...

Em *Steps to an ecology of mind*, o antropólogo Gregory Bateson menciona que, quando questionada sobre o que queria dizer com sua dança, a bailarina Isadora Duncan atestava: “Se eu pudesse dizer, eu não teria que dançar<sup>3</sup>” (1972, p. 471, tradução nossa). Esta colocação aponta para uma dimensão na qual as coleções habitam – aquela do que excede/escapa às palavras, ao cerceamento das palavras – e para a noção de que os objetos expressam coisas e/ou são meios de expressão, formas de criar, de dizer.

Em conjunto, no conjunto da/que é coleção, eles formam um “território de construção subjetiva” (OLIVEIRA; SIEGMANN; COELHO, 2005, p. 115), um lugar de criação. “Coleções são a criação artística do ser fora do ser, parte da conexão entre passado, presente e a esperança do futuro” (PEARCE, 1993, p. 66, tradução nossa): a obra do colecionador, a transfiguração de sua realidade recriada a partir de seu olhar. É justamente essa propriedade criadora que compõe o território interseccional entre nossas categorias teóricas chave – coleção, memória e melancolia. E se colecionar é criar, é prática de si, de acordo com a concepção foucaultiana da memória como “o nome dado às práticas ou processos de criação de si que rompem com os modos de subjetivação predominantes em um campo social” (GONDAR, 2011, p. 24), coleção é memória. É construir uma forma própria de habitar o mundo. Colecionar é produzir para si mesmo um senso de pertencimento (PEARCE, 1993).

Assim como o colecionador, “o melancólico se lança ao futuro”, revela-se criador (FARIAS, 2013). A melancolia, que está relacionada ao questionamento de si mesmo, à

busca de um sentido para a vida, gera “abertura para a criação” (FARIAS, 2013). Nela, o vazio é potência. De acordo com esse raciocínio, pode-se pensar o colecionador como sujeito melancólico, entendendo que, se o melancólico é aquele que busca por sentido, a coleção é uma das formas de produzi-lo. Em um contexto pós-moderno de efemeridade e identidades fragmentadas, não se poderia pensar a coleção como opção de resistência possível, dentro do contexto de uma sociedade narcísica, ao esfacelamento?

Ao ato de colecionar também se atribui uma busca de sentido e reencanto, no contexto desencantado do mundo. Esse aspecto lúdico (não só relativo à brincadeira como também à criatividade e à manifestação do artístico) do colecionismo se reforça em Pearce, quando esta traça um paralelo entre as coleções e os jogos/brincadeiras (*play*). Na medida em que as coleções habitam o universo das atividades do lazer (*leisure time activities*), elas adentram o campo dos jogos/brincadeiras, o campo do imaginário, abrindo para o colecionador outros tempos e lugares. Nesse aspecto da coleção como uma dimensão suspensa, na qual o tempo é abolido (BAUDRILLARD, 2012), também se entrecruzam criação e melancolia, pois o tempo da coleção é o tempo da criação – quando passado, presente e futuro se interpenetram, quando é possível experimentar o libertar-se da temporalidade – e também o da melancolia – pois o melancólico é aquele que se desliga do tempo, como o cachorro a dormir na pintura de Dürer, representação, aliás, que une, no mesmo elemento, memória e melancolia (SCLIAR, 2003).

De acordo com a teoria dos humores, a bile negra, seca e fria, estaria associada à capacidade de lembrar [e também ao estado melancólico], ainda que lembrar ruminando tristes pensamentos. Na gravura de Dürer, contudo, temos uma memória – representada pelo cão – adormecida [...]. O melancólico lembra, mas o que lembra é triste: ele se desliga do tempo – dormindo (SCLIAR, 2003, p. 83).

No Problema XXX,1, Aristóteles tenta encontrar uma solução para a seguinte pergunta: “Por que todos os homens excepcionais são melancólicos?” (CHAUÍ-BERLINCK, 2008; FARIAS, 2013); “Por que razão todos os que foram homens de exceção no que concerne à filosofia, à poesia ou às artes, são manifestamente melancólicos?” (SCLIAR, 2003, p. 70). Para Scliar, nessa pergunta está implícita uma diferenciação da melancolia doença – da qual seres humanos normais podem padecer (o que na contemporaneidade chamamos depressão) – da melancolia “natural”, relativa à índole, que, para Aristóteles, é a qualidade “que torna seu portador genial ‘normalmente anormal’” (SCLIAR, 2003, p. 70, grifo do autor).

Poder-se-ia estabelecer um paralelo entre a concepção aristotélica e a bergsoniana, no tocante à emoção criadora. Embora Bergson perceba que homens em geral são dotados de impulso criador, ele reconhece em certos indivíduos a capacidade de ir além: “algumas almas privilegiadas, como a do artista, do místico, do filósofo” (SANTOS, 2008, p. 168) que experimentam um tipo diferente de arrebatamento, um quê de inconstância que leva esses seres de exceção aos seus atos de excepcionalidade, por assim dizer: a pintar, a esculpir, a escrever, a elaborar teorias... A colecionar.

4 Do original em inglês: “the immediate ‘other’ in a social relationship does not have to be another ‘human being’”.

5 Referência à noção de caça presente no trabalho de Walter Benjamin (2006, 2012), principalmente no fragmento Caçando borboletas, de Infância em Berlim, que sugere que, para caçar algo, você deve se tornar aquilo que caça. Mas, no processo de se tornar o que caça, a caça se torna você. Logo, no fim, capturar a borboleta é a única maneira de se tornar humano novamente.

6 Uma coleção é um todo, cuja adaptação é promovida pelos itens novos que lhe são incorporados e por itens antigos que lhe são retirados. Mudanças e transformações sofridas pelo colecionador ao longo de sua vida podem ser sinalizados na coleção por meio da dispersão do que não pertence mais e da incorporação do que passa a pertencer.

## 2. OBJETOS: LEMBRAR, ESQUECER, PERECER, PERMANECER

Objetos de coleção possuem estórias/histórias e sugerem a existência um “além do objeto”, que as pessoas não são capazes de apreender completamente, mas que está irrevogavelmente lá e que as chama, clama por ser descoberto – e que se deixe claro que os objetos não estão sendo colocados aqui como sujeitos das orações acidentalmente. A noção de *agência dos objetos* (APPADURAI, 2008; DEBARY, 2016; KOPYTOFF, 2008; MILLER, 2013) é central em nosso trabalho – É o colecionador que cria a coleção? Ou é a coleção que cria o colecionador? – e bastante recorrente na fala de colecionadores quando discorrendo sobre “a arte de colecionar”.

Na área de bibliofilia, por exemplo, é comum referir-se a livros como amigos ou como sujeitos do/ao amor e paixão dos colecionadores, ou descrever/definir a natureza da relação entre um bibliófilo e seus livros como a mesma que se constitui entre amantes: uma que trata de amor, devoção, desejo, cumplicidade, posse, ciúme... O que evoca a posição do antropólogo Alfred Gell quando este afirma que “o ‘outro’ imediato em uma relação social não tem que ser outro ‘ser-humano’” (1998, p. 17-18 apud DEBARY, 2015, p. 125, tradução nossa, grifo do autor).

De acordo com essa visão, coleções são entendidas aqui não só como formas de habitar/ocupar o mundo, mas também de se relacionar com ele e consigo. Elas são recursos que as pessoas têm para tentar decifrar o externo, o lado de fora, e também, ao mesmo tempo, a si mesmas, já que uma coleção permite a organização/desorganização/reorganização de mundos – internos e externos –, assim como e ao mesmo tempo que permite um arranjar/desarranjar/rearranjar de si. Nesse sentido, colecionar é construir para si um sentimento/espço de pertencimento, é manter-se/guardar-se/manter a guarda de si, e/mas também lançar-se ao provir como cápsula do tempo – porém uma cuja preparação nunca está e nunca estará completa/concluída.

Colecionadores trafegam pelo mundo como caçadores<sup>5</sup>, desbravando as selvas de sebos, brechós, penhores e lugares obscuros em busca do próximo item. Mas não é apenas o colecionador que o encontra: é também o objeto que vai a ele, que encontra um caminho até ele e o chama porque tem lugar em sua vida (BENJAMIN, 2006, 1995, 2012; DEBARY, 2015; LES GLANEURS..., 2000). O evento desse (re)encontro, esta “coincidência” – ou melhor seria dizer “conhecidência”: incidência de um conhecido/desconhecido em nós, expectadores, caçadores de objetos – cria algo novo e promove a adaptação do todo<sup>6</sup>, sua atualização. Afinal, uma coleção só tem propósito de ser enquanto o colecionador puder nela se (re)conhecer.

Ela se trata, portanto, de um fazer-se – e desfazer-se... e refazer-se... – constante e não de um já feito, é uma forma de adaptação/readaptação e permanência/impermanência.

Colecionar é o interminável processo de esboçar-se. A arte final nunca é alcançada, primeiramente porque encontrar-se e *ser* é uma jornada que apenas se conclui na morte, e, em segundo lugar, porque objetos, por eles mesmos, são incapazes de dizer tudo: eles esboçam. E convidam/tentam aqueles que os olham a preencher as lacunas.

7 Relação com a ideia construída por Octave Debary em seus estudos com relação à arte contemporânea, que ele chama “arte de conversão”, por ser uma arte que transforma/transmuta objeto em palavra (DEBARY, 2015, 2016).

8 Assim como o castelo e, depois, os objetos quando de seu retorno, contavam dos Steiner em *Le Creusot* (DEBARY, 2016).

Nas coleções é possível observar uma operação de dupla conversão em curso: uma que converte objeto em palavra<sup>7</sup> – que constrói uma narrativa com objetos, que usa objetos para dizer –, e uma que converte restos (ASSMANN, 2011; DEBARY, 2016) em rastros (DERRIDA; SPIRE, 2008).

Coleções são constituídas de restos – de viagens feitas, de livros lidos ou que se quer/quis ler, experiências passadas, lugares visitados, de outras pessoas (coisas herdadas, coisas dadas), etc. Em uma coleção particular, o criterioso e cuidadoso agrupar desses restos constitui uma obra, a obra de uma vida que atestará a existência de seu colecionador/criador nesse mundo – afinal, existir é deixar/ter deixado rastro.

Ao tornar-se rastro, um processo que corre simultaneamente em duas direções opostas se desdobra: a coleção trata da mortalidade/finitude ao mesmo tempo em que promete e assegura transcendência.

A morte é com frequência relacionada à ideia de esquecimento. Na mitologia grega, por exemplo, a morte se consolidava pelo beber das águas do rio Lethe. Desse modo, conservar a memória no Hades seria transcender a condição mortal (ABREU, 1996).

Uma vez que os indivíduos têm dificuldade em lidar com o fato de que morrem, coleções respondem a isso. Respondem a essa necessidade de lidar com a angústia do morrer/acabar. Elas não apenas se propõem a expressar coisas por nós em vida, como também prometem contar ao mundo de nós<sup>8</sup>, quando não mais estivermos aqui para fazê-lo, ou seja, elas nos emprestam seu tempo superior de vida como oportunidade de deixarmos uma marca de passagem pelo/no mundo. Porém, ao fazê-lo, elas também afirmam/confirmam nosso fim (futuro ou concluído).

Logo, coleções são, sincronicamente, um passaporte para a imortalidade e um atestado de finalidade – mas um com o qual podemos lidar. Pelo espelho da coleção, podemos contemplar nossa condição mortal refletida sobre a possibilidade de permanecer. Por sermos lembrados. De alguma forma.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coleção oculta toda uma complexa rede de relações, dinâmicas e disputas psicossociais e se apresenta como manifestação-espelho do indivíduo, da sociedade e do meio – e, com “meio”, entende-se não apenas *ambiente* como também *tempo* –, constituindo, portanto, um importante objeto de estudo das ciências humanas e um valioso instrumento para a compreensão do ser-humano e das dinâmicas sociais.

Coleções funcionam como mediadoras entre estes elementos – individuais e coletivos – e seus observadores, operando como pontes a levar os últimos para os primeiros. Exatamente por essa característica, elas servem como instrumentos por meio dos quais memórias podem ser construídas e perpetuadas. Seus objetos, que emprestam seu tempo de vida superior para guardar passados e experiências, fazem lembrar/falam/contam dos colecionadores, de suas vidas, de suas histórias.

Se, como disse Guimarães Rosa, “viver é um rasgar-se e remendar-se” (1968, p. 76), é nos remendos que podemos encontrar peças para decifrar o enigma da história – o acontecimento narrado, o “causo” – dos rasgos e construir sua memória. E é no espaço dos remendos que se encontra a coleção, espaço de restos, rastros, e imaginação, afinal

a impossibilidade do acesso da história em sua completude – pois que é passado, que ao acontecer já não é (tempo presente) mais, e objetos não dão conta de expressar tudo –, é potencial que ativa o criativo em nós, convidando-nos a preencher as lacunas.

A esse fluxo de rasgar e remendar também se pode associar a ideia de renovar-se, refazer-se, reinventar-se, e à angústia melancólica do não pertencer – e/mas tentar pertencer. Em uma época na qual os indivíduos precisam criar suas próprias identidades – e não apenas criá-las do zero, mas passar a totalidade de suas vidas redefinindo-as –, e em uma sociedade de consumo na qual os objetos passam a ocupar posições cada vez mais fundamentais na vida das pessoas, as coleções podem ser vistas como recursos importantes desses processos. E se, “para cada ser humano, existe um mundo perfeito, feito especialmente para ele” (BAUMAN, 2011), este mundo é, certamente, aquele que ele cria/pode criar para si mesmo.

É esse o esforço do colecionador.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2008.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BATESON, Gregory. *Steps to an ecology of mind: collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology*. London: Jason Aronson Inc., 1972.

BAUDRILLARD, Jean. *O Sistema dos objetos*. 5. ed. 1. reimpr. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. Entrevista exclusiva. *Café filosófico: diálogos com Zygmunt Bauman*. Leeds, UK: NPEC, 2011. Íntegra da entrevista concedida ao Fronteiras do Pensamento/CPFL, realizada em 23 de julho de 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1miAVUQhdwM>>. Acesso em: 03 out. 2014.

BENJAMIN, Walter. Ampliações. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas II: rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. O colecionador. In: \_\_\_\_\_. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 237-246.

\_\_\_\_\_. Desempacotando minha biblioteca: um discurso sobre o colecionador. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas II: rua de mão única*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_. *Obras escolhidas II: rua de mão única*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CHAUÍ-BERLINK, Luciana. Melancolia e contemporaneidade. *Cadernos Espinosanos*, São Paulo, n. XVIII, p. 39-52, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/df/epinosanos/ARTIGOS/numero%2018/caderno%2018.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2014.

DEBARY, Octave. *Políticas de memória: narrativas, esquecimentos e usos do passado*. Escola de Altos Estudos. Rio de Janeiro: PPGMS/UNIRIO, 2016. Notas.

\_\_\_\_\_. Yard sales: a book and an exhibition: from selling off objects to redeeming memory. *Culture Unbound*, Norrköping, v. 7, p. 123-142, 2015.

DERRIDA, Jacques ; SPIRE, Antoine. *Para além das aparências*. Alcochete: Textiverso, 2008.

FARIAS, Francisco Ramos de. *Coleção e melancolia*. Rio de Janeiro: PPGMS/UNIRIO, 2013. Notas.

LES GLANEURS e la glaneuse. Direção e produção: Agnès Varda. FRA: 2000, documentário, colorido, 82 min.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória Social. In: DODEBEL, Vera; GONDAR, Jô (Orgs.). *O que é memória social?* 2. reimpr. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. 3. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2014.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2008. p. 89-121.

MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

OLIVEIRA, Andréia Machado; SIEGMANN, Christiane; COELHO, Débora. As coleções como duração: o colecionador coleciona quê? *Episteme*, Porto Alegre, n. 20, p. 111-119, jan./jun. 2005. Disponível em: <[http://www.ilea.ufrgs.br/episteme/portal/pdf/numero20/episteme20\\_artigo\\_oliveira\\_siegman\\_coelho.pdf](http://www.ilea.ufrgs.br/episteme/portal/pdf/numero20/episteme20_artigo_oliveira_siegman_coelho.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2011.

PEARCE, Susan. *Museums, objects and collections: a cultural study*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1993.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Memória-História*. Enciclopédia Einaudi, v. 1. Ed. Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. v. 1, p. 51-86.

RIBEIRO, Leila Beatriz. Mais do que posso contar: coleções, imagens e narrativas. In: PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL. *Processo seletivo discente: cursos mestrado e doutorado: edital n. 12/2015, 2014*. Disponível em: <<http://www.memoriasocial.pro.br/pdf/edital.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2014.

ROSA, João Guimarães. *Tutaméia: terceiras estórias*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

SANTOS, Marilane Abreu. Bispo, *fluxus* e outras memórias. In: BARRENECHEA, Miguel Angel de (Org.). *As dobras da memória*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

SCLIAR, Moacyr. *Saturno nos trópicos: a melancolia chega ao Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

## **GT: 17 - Memórias imateriais: literaturas, artes, políticas**

Coordenadores: Manoel Ricardo de Lima e  
Edson Luiz André de Sousa

## A ARTE COMO TÔNICO DA VIDA: UMA EXPERIÊNCIA COM IDOSOS DA UNATI E COART

**CAMPELLO, Cristie de Moraes**

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio  
cristie.campello@ig.com.br*

*Orientador: Miguel Angel de Barrenechea*

**LONGOBUCO, Nilcinéia Neves**

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio  
neiaunirio@yahoo.com.br*

*Orientador: Miguel Angel de Barrenechea*

### RESUMO

A proposta é apresentar um estudo a partir de uma prática de 20 anos na *Oficina de Psicomotricidade, Cinema e Memória*, ministrada na Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UnATI/UERJ) e na Coordenadoria de Artes e Oficinas de Criação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (COART/UERJ). Destaca a importância de uma atividade voltada para idosos numa universidade pública, ressaltando a relação intergeracional promovida pelo projeto. Ressalta a importância de um programa voltado para idosos na universidade, visando a qualidade de vida na faixa etária entre 60 e 90 anos. Na oficina, utilizamos a arte do cinema, as novelas, o rádio, o teatro e a música como instrumentos de memória. A partir dessas artes, os idosos trazem suas memórias e entendem a arte como um tônico para suas vidas.

**Palavras-chave:** Envelhecimento. Arte. Nietzsche.

### ABSTRACT

The proposal is to present a study based on a 20 year practice at the Psychomotricity, Cinema and Memory Workshop, given at Universidade Aberta da Terceira Idade of Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UnATI/UERJ) and at the Coordination of Arts and Workshops of Universidade do Estado do Rio de Janeiro (COART/UERJ). It emphasizes the importance of an activity focused on the elderly in a public university, highlighting the intergenerational relationship promoted by the project. Also emphasizes the importance of a program aimed at the elderly in the university, aiming at quality of life in the age group between 60 and 90 years. In the workshop, we use the art of cinema, novels, radio, theater and music as instruments of memory. From these arts, the elderly bring their memories and understand art as a tonic for their lives.

**Key-words:** Aging. Art. Nietzsche.



## INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é apresentar um estudo a partir de uma prática de 20 anos na *Oficina de Psicomotricidade, Cinema e Memória*, ministrada na Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UnATI/UERJ) e na Coordenadoria de Artes e Oficinas de Criação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (COART/UERJ)<sup>1</sup>. Destacamos a importância de haver uma atividade voltada para idosos numa universidade pública, ressaltando a relação intergeracional promovida pelo projeto. Ressaltamos, ainda, a importância de um programa voltado para idosos numa universidade, que desenvolve uma série de atividades em diversas áreas, sempre visando a qualidade de vida dos idosos, na faixa etária entre 60 e 90 anos. Na oficina, utilizamos a arte do cinema, as novelas, o rádio, o teatro e a música como instrumentos de memória. A partir dessas artes, os idosos trazem suas memórias, falam das suas experiências, se emocionam e se inspiram para criar personagens que são apresentados por eles num palco - qualquer lugar onde eles tenham a possibilidade de atuarem: um teatro, uma rua, uma escola, um pátio, uma sala. A importância não é do lugar físico, mas das intensidades vivenciadas nesse espaço e que possibilita, aos participantes, a criação de memórias e de novos sentidos para a velhice. A cada apresentação eles são reconhecidos, valorizados pelo público que os assiste: a plateia de amigos e de familiares que os assistem admirados. Eis em que consiste a importância do palco: despertar o velho para querer estar vivo. Nas práticas da UnATI e da COART temos um palco aberto e interativo em que o público também se contagia pelo espetáculo e se sinta afetado pelo que está assistindo. Nessa prática, os idosos assistem às cenas dos filmes e representam partes que possam suscitar algum vínculo com momentos já passados em suas vidas. O objetivo é que, por meio dessa experiência, eles tragam lembranças daqueles momentos de outrora e, transportando-os para o presente, estejam prontos para transformar a própria vivência. Em outras palavras, visamos que as imagens evoquem o seu passado e que, a partir dessas lembranças, adotem atitudes diferentes frente ao seu envelhecimento. Trata-se de estimular uma postura nova e criativa face ao passado, comprometida com a arte que os afeta. Consideramos, assim, que a experiência do palco produz um efeito instantâneo: o presente surge como um momento que permite viver as intensidades e as forças vitais. No espaço do palco percebemos que a memória das perdas, dos desgastes, do cansaço, enfim, a memória do passado se transforma em superabundância de forças. Dessa forma, torna-se possível a afirmação da vida apesar de todo o sofrimento e das vicissitudes penosas da existência. Em nossa proposta de trabalho, procuramos compreender o palco da oficina como um espaço de esquecimento, criação de memórias e de novos sentidos para o envelhecimento - como um espaço de saúde, de uma velhice afirmativa da vida. Em nossa análise, relacionamos esse singular olhar sobre a velhice à afirmação nietzschiana da "arte como tônico da vida". Nietzsche vê na arte uma possibilidade de encarar a vida de uma forma diversificada e criativa. A arte revigora e intensifica o viver; Essa é a relação suscitada em nosso trabalho. Assim como o filósofo alemão, pretendemos estabelecer uma ligação entre arte e vida.

1 No item 2 deste trabalho essas intuições são apresentadas e também é descrita a atividade realizada nesses espaços.

## 1. A ARTE COMO TÔNICO DA VIDA: UMA PERSPECTIVA NIETZSCHIANA

O que é arte e a importância dela para a vida são questões fundamentais na filosofia nietzschiana. Para pensar tais questões, Nietzsche parte da reflexão sobre a Grécia arcaica como modelo de civilização que pode ser adotado para propor a superação de valores decadentes de sua época: por meio da arte a vida é tornada possível e digna de ser vivida.

No período da “metafísica de artista”<sup>2</sup>, Nietzsche se encontra sob a influência de alguns ideais de sua época, do romantismo alemão, porém sua “metafísica” de forma alguma reflete os propósitos da metafísica tradicional dominante na cultura ocidental. A metafísica aqui abordada, no pensamento nietzschiano, é uma metafísica da arte. Em *O nascimento da tragédia*, como o próprio Nietzsche define, a sua metafísica de artista se propõe a “considerar a ciência sob a ótica do artista e a arte sob a ótica da vida” (NIETZSCHE, 2007, p. 15). Veremos adiante como se configura essa concepção da arte como atividade metafísica do homem.

O jovem Nietzsche está, nessa fase, sob a influência da música de Wagner e da filosofia de Schopenhauer. Para o filósofo, a arte é mais importante do que a ciência e os textos do período de 1870 a 1876 vão refletir basicamente essa ideia. O jovem filósofo encontra na música de Wagner e na concepção filosófica de Schopenhauer a inspiração para a elaboração de sua concepção de trágico, na qual a arte ocupa um lugar privilegiado na cultura: “Para o jovem autor de *O nascimento da tragédia*, a tragédia, na época de esplendor dos primeiros helenos, é a manifestação mais genuína da força, da exuberância e brilho dessa cultura esplendorosa” (BARRENECHEA, 2014, p. 13).

Propomos um estudo do pensamento de Nietzsche, principalmente acerca de seu conceito de *trágico*. Pretendemos estabelecer uma relação entre esse conceito com o palco da *Oficina de Psicomotricidade, cinema e memória*, compreendendo esse espaço como um lugar de criação de memória e de novos sentidos na velhice.

Nietzsche apresenta seu pensamento sobre o trágico ao longo de toda sua obra. Na sua obra inaugural *O nascimento da tragédia*, o filósofo interpreta o trágico como jogo de tensão entre os impulsos artísticos apolíneos e dionisíacos, em seguida, compreende uma conciliação desses impulsos, quando se desenvolveu a arte:

Teremos ganho muito a favor da ciência estética se chegarmos não apenas à inteligência lógica, mas à certeza imediata da intuição de que o contínuo desenvolvimento da arte está ligado à duplicidade do *apolíneo* e do *dionisíaco*, da mesma maneira como a procriação depende da dualidade dos sexos, em que a luta é incessante e onde intervêm periódicas reconciliações. (NIETZSCHE, 1992, p. 27).

Segundo o autor, existem dois impulsos aludidos aos dois deuses da arte nas figuras dos deuses olímpicos Apolo e Dionísio, como inspiradores da obra de arte apolínea e dionisíaca que geraram a tragédia ática, gênero teatral muito difundido na Grécia arcaica – Apolo, o deus do sonho, e Dionísio, o deus da embriaguez, sendo a arte apolínea como a arte da figuração e a arte dionisíaca como a arte não figurada:

2 Primeira fase da obra nietzschiana.

A seus dois deuses da arte, Apolo e Dionísio, vincula-se a nossa cognição de que no mundo helênico existe uma enorme contraposição, quanto a origens e objetivos, entre a arte do figurador plástico, a apolínea, e a arte não-figurada da música, a de Dionísio: ambos os impulsos, tão diversos, caminham lado a lado, na maioria das vezes em discórdia aberta e incitando-se mutuamente a produções sempre novas, para perpetuar nelas a luta daquela contraposição sobre a qual a palavra comum “arte” lançava apenas aparentemente a ponte; até que, por fim, através de um miraculoso ato metafísico da “vontade” helênica, apareceram emparelhados um com o outro, e nesse emparelhamento tanto a obra de arte dionisíaca quanto a apolínea geraram a tragédia ática. (NIETZSCHE, 1992, p. 27).

Propomos, num primeiro momento, uma articulação entre estes dois impulsos artísticos gregos ao cinema e ao envelhecimento que vivenciamos no espaço da oficina, com os idosos. Podemos compreender que o impulso apolíneo, a arte onírica, do sonho está relacionado com a arte do cinema; e o outro, o impulso dionisíaco, da embriaguez, da desmedida, desfigurado e também da alegria, se aproxima da ideia que propomos da velhice nesta pesquisa: que apesar do corpo marcado pelo tempo vivenciam a alegria de serem capaz de dançar, cantar, movimentar, quando estão no palco.

Da mesma maneira que ocorre a aliança entre os opostos, apolíneo e dionisíaco, entre a medida de Apolo e a desmedida de Dionísio, ocorre também uma união entre a arte onírica do cinema e a intensidade e força do corpo do velho. Entendemos que, ao se apresentarem no palco, acontece num momento de criação, quando a velhice se afirma, apesar dos sofrimentos, das vicissitudes penosas da existência. Aqui refletimos sobre o conceito de trágico nietzschiano. A partir dessas considerações surgem as seguintes questões: há possibilidade de no envelhecimento a dimensão apolínea – as belas formas bem delineadas, harmônicas, equilibradas – conviverem com a dimensão dionisíaca – a embriaguez, a dissolução, a desfiguração, a desmedida, mas também a sensualidade, a celebração da existência? Afirmar a velhice nos seus aspectos – sua sabedoria, sua experiência de vida, sua serenidade, sua maturidade, sua memória – e no que ela tem de mais cruel e doloroso – sua proximidade com a morte – pode se aproximar do pensamento trágico de Nietzsche?

Observamos o palco da oficina também como um espaço de saúde. Contudo, não negamos a doença, caminhamos com ela, pois percebemos que a saúde é sempre conquistada. Ela é sempre uma nova saúde.

Essa ideia é muito próxima ao conceito de memória em que apostamos: uma memória enquanto um processo, que caminha junto com o esquecimento, uma memória sempre criada, uma nova memória, uma memória viva<sup>3</sup>. Também está próxima da ideia de velhice que propomos neste trabalho, ou seja, uma nova velhice, criativa, plena de forças, afirmativa da vida.

A velhice que encontramos no espaço do palco experimenta um momentâneo esquecimento de si e brinca com o jogo de forças da vida. Uma nova imagem de velhice que está em pleno movimento de criar e recriar. Ela é sofrida, adoece e ressentida, mas no palco, recupera sua potência e sua saúde. Uma saúde que está relacionada à capacidade de dizer sim à vida, enfrentar e estar em permanente combate com as forças da existência. Observamos que o velho que se apresenta no palco da oficina é

3 Uma memória viva: avaliamos como uma memória em constante movimento, que se recicla e se modifica sempre no presente em contraponto com uma memória estática que se conserva e tem relação com o passado.

capaz de dizer sim à vida. Assim, a importância do palco para este idoso permanecer ativo e afirmativo.

Logo, refletindo sobre o que abordamos até aqui, será que poderíamos afirmar, numa perspectiva nietzschiana, que o palco da oficina é um espaço trágico? Um espaço de intensidades, onde os idosos experimentam a sua potência ao máximo?

Percebemos a existência de um transbordamento de forças, da presença de idosos destemidos, capazes de brincar com a seriedade e o peso da velhice, expondo-se corajosamente no palco. O combate que este velho precisar travar com as forças sociais é permanente para ter direito a uma existência digna<sup>4</sup>.

Propomos uma primeira relação desse conceito de *trágico* do filósofo com a prática que vivenciamos na oficina para reforçar a nossa ideia principal que é analisar se o palco constitui como um espaço trágico de criação de memória e de novos sentidos na velhice.

Vinculamos esse conceito de trágico, especialmente na velhice, um tempo da vida no qual recomeçar e reconstruir já é uma atitude afirmativa e de combate de forças.

Podemos refletir com uma visão de artista que, apesar do tempo vivido, o que ele guarda de beleza está salvo: a memória, a sabedoria, a experiência, as histórias de vida. Isso não pode ser o que a velhice tem de belo em sua existência?

Assim, a proposta deste estudo da memória é o seu vínculo com a criação. Não enfatizar uma memória vinculada ao excesso de passado, mas à criação, à alegria e ao esquecimento, uma memória que se afirma na arte.

Vemos surgir no palco da oficina uma memória que surge a partir de intensidades vividas, de experiências sensíveis e que é criada no instante do palco: uma memória-palco. Ela possibilita aos idosos novos sentidos e novas expressões na velhice. Como se a cada instante que o velho está no palco dá início para ele de uma nova experiência com a velhice.

Percebemos que no momento do palco ocorre um encontro do passado, do presente e do futuro: os idosos trazem lembranças, a partir dos filmes e de outras artes, se expressam e apresentam as suas aptidões artísticas. É o instante das intensidades, das forças que se juntam para afirmar a vida e criar novas memórias e novos sentidos para a existência dos idosos. Barrenechea (2011, p. 269) diz: "Ao afirmar a vida na sua plenitude, e cada ato da vida, lembramos o que já fizemos e o acolhemos e o afirmamos como nosso futuro".

## 2. UMA EXPERIÊNCIA COM IDOSOS DA OFICINA DE PSICOMOTRICIDADE, CINEMA E MEMÓRIA DA UNATI E COART

Olhais para cima quando buscais a elevação. Eu olho para baixo, porque estou elevado. Quem, entre vós, pode ao mesmo tempo rir e sentir-se elevado? Quem sobe aos montes mais altos ri das tragédias do palco e da vida. (NIETZSCHE, 2011, p. 41).

4 A partir de estudos na área do envelhecimento observamos que numa perspectiva social a velhice é considerada o fim da existência onde nada de novo, de criação pode acontecer. O sistema social não dá espaço para a saúde do idoso e responde através de mais consultas, mais médicos, mais remédios, mais hospitais, mais UTIs etc...que esse é o modelo de saúde no envelhecimento: uma aposta na doença e na morte.

Quem ao mesmo tempo pode sofrer as vicissitudes da velhice e rir delas? Será que é possível ao idoso poder olhar do alto dos seus 70, 80, 90 anos de caminho percorrido e enxergar no palco da vida uma existência de intensidades e rir das dores do passado?

O trabalho aqui apresentado é um estudo a partir de uma prática de 20 anos na *Oficina de Psicomotricidade<sup>5</sup>, Cinema e Memória* ministrada na Universidade Aberta da Terceira Idade (UnATI/UERJ) e na Coordenadoria de Artes e Oficinas de Criação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (COART/UERJ). Recorro a Veras e Caldas (2004, p. 11-16) para apresentar a UnATI, trata-se de um centro que oferece

atualização, informação e cursos e presta assistência e serviços de diversas naturezas a idosos de diferentes faixas etárias, gêneros, etnias, extratos sociais e níveis educacionais e culturais, sempre guiado pela excelência das alternativas oferecidas. Enfim, um Centro de Convivência e Conveniência, caracterizado pela inovação e qualidade, no interior da Universidade Pública. Este trabalho tem também o objetivo de colocar à disposição dos profissionais interessados na área do envelhecimento humano, o inventário da experiência desenvolvida na Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UnATI/UERJ. Além disso, pretende estimular a criação de Centros de Convivência para pessoas idosas em qualquer comunidade com o mínimo de recursos a partir de alguns princípios básicos.

Os autores destacam a importância de haver uma atividade voltada para idosos numa universidade pública, ressaltando a relação intergeracional promovida pelo projeto, entre outras coisas:

Pelo fato de se localizar no interior de uma grande universidade pública, este modelo deveria ter a capacidade de possibilitar o convívio entre distintas gerações, como estratégia para se reduzir a discrepância de valores e preconceitos. A enorme gama de cursos e atividades nas mais diversas áreas do conhecimento, as estruturas de apoio, como laboratórios, bibliotecas, e ainda as tecnologias inovadoras desenvolvidas em uma universidade foram agregadas ao projeto como suporte para a transmissão de novos e qualificados conhecimentos em diferentes áreas, para os estudantes com mais de 60 anos. (VERAS; CALDAS, 2004, p. 11-16).

Eles ressaltam, ainda, a importância de um programa voltado para idosos numa universidade, a UnATI, que desenvolve, segundo os autores, uma série de atividades em várias áreas, sempre visando a qualidade de vida dos idosos:

Por outro lado, apesar de já se reconhecer a importância de programas educacionais, culturais e de lazer para idosos, sabe-se que muitos não se beneficiam deles por estarem com sua capacidade funcional comprometida. Isto se deve ao fato de a própria idade ser o principal fator de risco para a maioria das doenças que acometem o indivíduo idoso. Vida com qualidade foi o eixo eleito para o programa. Nesta abordagem é priorizada a promoção da saúde, o cuidado e a manutenção da autonomia Operando como uma microuniversidade temática, a UnATI/UERJ desenvolve atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, sempre visando à vida com qualidade para o idoso. (VERAS; CALDAS, 2004, p. 11-16).

5 A psicomotricidade é uma ciência que tem como objeto de estudo o homem através do seu corpo em movimento e em relação ao seu mundo interno e externo. Está relacionada a um processo de maturação onde o corpo é a origem das aquisições motoras, mentais e emocionais. A Associação Brasileira de Psicomotricidade define a psicomotricidade como sustentada por três conhecimentos básicos: o movimento, o intelecto e o afeto. (Disponível em: <http://psicomotricidade.com.br/sobre/o-que-e-psicomotricidade/>). Neste trabalho, optamos por outra concepção de pensamento, mas que também pode ser uma definição para a psicomotricidade, conforme abordaremos em capítulo posterior.

Além disso, estudaremos o conceito de *velhice* no campo gerontológico em que Caldas (2010) define como interdisciplinar “pois visa ao estudo das mudanças típicas do processo do envelhecimento e de seus determinantes biológicos, psicológicos e socioculturais. É um campo multiprofissional e multidisciplinar” (p. 19). Um aspecto importante do processo do envelhecimento humano é sua heterogeneidade, ou seja, cada velho envelhece de maneira própria. Segundo a autora, uma das características fundamentais do envelhecimento é o seu processo baseado nas experiências que cada velho tem com seu próprio percurso, influenciado pelas condições externas.

Os participantes dessa pesquisa são considerados nos estudos gerontológicos como idosos ativos. Eles têm um envelhecimento bem-sucedido que para ocorrer é necessário “que haja uma substituição simbólica das inexoráveis perdas por ganhos em outras dimensões; o atendimento às necessidades sociais (boas condições de vida e oportunidades socioculturais) e a renovação de projetos de vida” (CALDAS, 2010, p. 20-21).

O envelhecimento populacional é um dos maiores desafios da saúde pública contemporânea. Este fenômeno ocorreu inicialmente em países desenvolvidos, mas, mais recentemente nos países em desenvolvimento que o envelhecimento da população tem ocorrido de forma mais acentuada. No Brasil, o número de idosos ( $\geq 60$  anos de idade) passou de 3 milhões em 1960 para 7 milhões em 1975 e 14 milhões em 2002 (um aumento de 500% em quarenta anos) e estima-se que alcançará 32 milhões em 2020. Temos de encontrar os meios para: incorporar os idosos em nossa sociedade, mudar conceitos já enraizados e utilizar novas tecnologias, com inovação e sabedoria, a fim de alcançar de forma justa e democrática a equidade na distribuição dos serviços e facilidades para o grupo populacional que mais cresce em nosso país. (VERAS, 2003, p. 700)

As pesquisas e as obras de Caldas (2010) e Veras (2003) são fundamentais para o estudo das diversas perspectivas sobre o envelhecimento, são referências de base, atuais e que abrem possibilidades para que outros pesquisadores avancem nos estudos desta área.

Para este trabalho propomos refletir sobre o envelhecimento para além do campo científico, afirmando a *velhice* dentro de uma perspectiva nietzschiana. Nesse pensamento não há negação da doença, das dores e da finitude que fazem parte do processo de envelhecimento, mas uma afirmação da totalidade de uma existência que aponta para uma *velhice* singular e transbordante de vida.

Retornando ao início do nosso texto e ao convite feito de relacionar o conceito de *trágico* vinculado à *velhice* que se apresenta no palco da oficina surge a questão: será o espaço do palco um espaço trágico de criação de memória na *velhice*?

Na oficina, utilizamos a arte do cinema, as novelas, o rádio, o teatro, a música como instrumentos de memória. A partir dessas artes, ao serem afetados por elas, os velhos trazem suas memórias, falam das suas experiências, se emocionam e se inspiram para criar personagens que são apresentados por eles num palco, ou seja, qualquer lugar onde eles tenham a possibilidade de atuarem: teatro, rua, escola, pátio ou sala. A importância não está dada pelo lugar físico, mas por um espaço de intensidades que possibilite aos participantes a criação de memórias e de novos sentidos para a *velhice*. Propomos um palco cênico onde a cada apresentação as cenas e os personagens se repetem, mas com intensidades diferentes. Eles são reconhecidos, valorizados pelos diferentes públicos que os assistem e que são afetados pela arte apresentada no palco. A cada instante do palco acontece algo novo, uma nova emoção surge. Nas práticas

da UnATI e da COART temos um palco aberto, interativo e intenso em que o público também se contagia pelo espetáculo e se sente afetado pelo que está assistindo.

No início da oficina, os idosos vêm carregados de ressentimentos. Percebemos isso a partir das histórias que narram, das mágoas que sentem e dos seus corpos enrijecidos. Ao longo da participação na oficina, sugerimos fazer com que eles passem por um processo de reflexão sobre sua velhice. Por meio de um processo grupal que se dá nos encontros ali vividos, cada idoso revê sua situação individual a partir das cenas que assiste e que discute com os outros.

A proposta do trabalho consiste, principalmente, que os idosos assistam às cenas dos filmes<sup>6</sup> que possam suscitar algum vínculo com momentos já passados de suas vidas; por isso, escolhemos histórias que eles conhecem bem, que fazem parte de suas memórias. O objetivo é que, por meio dessa experiência, eles tragam lembranças daqueles momentos de outrora e, transportando-os para o presente, estejam prontos para transformá-las. Em outras palavras, visamos que as imagens evoquem o seu passado e que, a partir dessas lembranças, adotem atitudes diferentes frente ao seu envelhecimento. Trata-se de estimular uma postura nova e criativa face ao passado, comprometidos com a arte que os está afetando.

Depois da experiência inicial, a importância de evocar o passado vai enfraquecendo, surgindo uma nova possibilidade, com base na arte do cinema e em outras artes que vão aparecendo, deles cultivarem suas aptidões artísticas e as apresentarem no palco para um público que os assiste. Ao longo das apresentações, vamos percebendo que envelhecer passa a ter novo sentido para eles. Consideramos, assim, que a experiência do palco produz um efeito instantâneo: o presente surge como um momento que permite viver as intensidades e as forças vitais. A partir dessas considerações, surgem as seguintes questões desta pesquisa: o palco significa para eles um espaço de criação de memórias e de novos sentidos para o envelhecimento? No momento em que estão no palco, eles experimentam alegria e esse espaço se transforma em um lugar de expansão de vida? No espaço do palco, será que a memória das perdas, dos desgastes, do cansaço, enfim, a memória do passado se transforma em superabundância de forças? Dessa forma, torna-se possível a afirmação da vida apesar de todo o sofrimento e das vicissitudes penosas da existência? Assim, será que é possível chamar essa memória que surge no instante da apresentação dos idosos no espaço do palco de memória-palco: uma memória vinculada ao instante vivido no palco?

Para compreender essa visão singular e diferenciada da velhice que observamos na oficina, a intenção por meio deste projeto é realizar uma reflexão crítica sobre as imagens as quais a sociedade atual recorre para representar os idosos e que se referem: a uma visão de consumo e de mercado voltado a esse público; o uso em excesso de remédios e tecnologias para retardar a morte; além do medo de envelhecer e morrer.

<sup>6</sup> Durante a oficina, os idosos assistem a: filmes do cinema clássico norte-americano dos anos 1930, 1940, 1950, como *E o vento levou*, *Suplício de uma saudade*, *Casablanca*, *Tarde demais para esquecer*, entre outros; filmes de Chaplin com seu personagem Carlitos; as comédias nacionais dos anos 1940, 1950, 1960, o cinema-chanchada. Outros filmes são apresentados, inclusive alguns atuais, com temáticas sobre o envelhecimento. Os próprios idosos escolhem os filmes o que faz com que a memória seja um aspecto importante no nosso trabalho, pois eles conseguem evocar com mais facilidade e intimidade suas lembranças.

Nos tempos atuais, o velho, em algumas situações, é visto como alguém que está no fim do percurso vital, cumprindo uma etapa que aparentemente nada de novo poderia trazer<sup>7</sup>, sendo preciso, então, que esse velho se reinvente. Não podemos deixar de mencionar que na nossa sociedade atual a imagem do velho aglutina componentes contraditórios<sup>8</sup>, pois do ponto de vista das relações capitalistas, ele se tornou uma fatia interessante no mercado de consumo<sup>9</sup>, pois há o excesso de medicamentos e novas tecnologias para prolongar a vida além dos limites possíveis de viver. A morte está cada vez mais se distanciando do homem. As pessoas estão vivendo mais tempo e a longevidade é um tema cada vez mais relevante nos dias atuais, quando se fala de envelhecimento: “está fora de moda morrer cedo”, como afirmou Renato Veras (2016), em palestra proferida no Rio de Janeiro.

Outro aspecto que vamos focar nesta pesquisa é a concepção que interpreta a velhice como uma etapa cruel da vida. A invisibilidade, não despertar mais o desejo do outro, tornar-se descartável, o desamparo nessa etapa da vida são terríveis demais para serem suportados. O medo da velhice, o confronto com a morte que dela é próxima aparece como uma obsessão na nossa sociedade. Adiar cada vez mais o envelhecimento e a morte é um dos aspectos desse medo.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1946, p. 1), “a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade.” Segundo Veras (2010), há apenas casos excepcionais de envelhecimento sem doenças crônicas, mas não necessariamente a doença física precisa estar condicionada à falta de saúde, como a própria OMS sugere, já que há possibilidade do velho encaminhar sua própria vida, independentemente da presença de uma doença crônica. Esse medo de envelhecer e morrer, com isso, pode também ser modificado, já que não necessariamente envelhecer é ruim e está vinculado apenas à doença e à morte.

Diante dessas reflexões, algumas questões surgem: a ávida busca por escapar cada vez mais da velhice e da morte não significaria acabar com as diferenças e os múltiplos estilos que fazem parte da vida? Estaríamos caminhando para um padrão e uma automatização da vida? Seria possível ultrapassar cada vez mais os limites da vida?

A partir dessas ponderações, é possível estabelecermos outra perspectiva: a velhice mudou. Hoje se vive mais anos de vida e vive-se bem. Temos os jovens-idosos que estão plenos de vida e se encontram ainda em plena atividade. Qual a possibilidade para estar jovem aos 70, 80, 90 anos? O filósofo Deleuze (1988-1989) quando fala da velhice no documentário *O abecedário* – série de entrevistas a Claire Parnet – fornece uma “chave” para essa questão:

7 Segundo Peixoto (1997, p.44) “Se considerarmos que a valorização do trabalho e da produtividade é bastante enfatizada nas sociedades contemporâneas, a aposentadoria passa a representar, para alguns, a deterioração da pessoa [...]” Importante destacar na pesquisa o tema da aposentadoria tão relevante nesta etapa da vida e contemporâneo em relação às políticas públicas sobre o envelhecimento.

8 Os aspectos contraditórios mencionados se referem a que a velhice para a sociedade e para a mídia é interessante por ser considerada uma faixa que o mercado pode explorar e tem interesse e ao mesmo tempo comporta uma invisibilidade e ocupa um lugar onde nada de novo pode trazer.

9 Segundo Rosenfeld (1997, p. 171) “No plano das políticas públicas essa dimensão [terceira idade] interessa à sociedade como um todo, uma vez que o crescimento da população idosa amplia a demanda por recursos físicos e materiais, sem que sejam gerados ganhos econômicos para a produção.” Refletindo sobre os componentes contraditórios dos quais fala a autora, deduzimos que ao mesmo tempo que este velho é descartado da sociedade, ele é interessante enquanto uma peça importante no mercado de consumo.



O que é terrível na velhice? Não é brincadeira. É a dor e a miséria. Não é a velhice em si. O que é patético, o que torna a velhice algo triste são as pessoas pobres que não têm dinheiro para viver, nem um mínimo de saúde necessário e que sofrem. Isso é que é terrível. E não a velhice! A velhice não é um mal em si. Com dinheiro suficiente e um mínimo de saúde, é formidável. E por que é formidável? Primeiro, porque, na velhice, sabe-se que chegou lá. O que é muito! Não é um sentimento de triunfo, mas chegou lá. Chegou lá em um mundo cheio de guerras, de vírus malditos e tudo o mais. Mas conseguiu atravessar tudo isso, os vírus, as guerras e todas estas porcarias. Esta é a hora em que só há uma coisa: ser! O velho é alguém que é. Ponto final.

Deleuze (1988-1989) apresenta uma ótica interessante em relação à velhice. Em nossa prática e estudos na área do envelhecimento, essa verificação do filósofo sobre a velhice é bem relevante. Observamos que os velhos que construíram para essa etapa da vida uma condição financeira de sobrevivência conseguem cuidar melhor de sua saúde e conquistam sua independência e autonomia. Percebemos como a situação econômica tem muita relação com uma velhice mais saudável e amena, apesar de um mundo que não propicia as condições para chegar até essa etapa da vida.

Há visões que interpretam a velhice contemporânea desde uma ótica segundo outros pontos de vista, tais como os que propomos nesta pesquisa: uma velhice afirmativa da vida, que não é ingênua, mas crítica e se reconhece como uma força ativa. Nesse sentido, pretendemos estudar com novas perspectivas, propondo outro olhar sobre as novas possibilidades da velhice e formas diversas de lidar com ela.

Para tanto, é preciso que o tempo, com uma visão criativa, não esteja pautado em uma cronologia linear, em que o velho é considerado apenas como o final e o fechamento de um percurso. Com isso, o ato de aprender e de ensinar se realizam em qualquer momento da vida, proporcionando ao velho viver um tempo diferenciado: o tempo da criação. O que dizer de alguém que já viveu tantas experiências na vida? O que essas pessoas podem ensinar? É preciso perceber que aprender não é apenas decorar e repetir conceitos, mas inventar noções, possibilidades, ritmos e cores para a vida.

A partir dessas reflexões, destacamos o objetivo de nossa proposta interpretativa inicial que consiste em compreender o palco da oficina – entendido como um espaço de esquecimento, criação de memórias e de novos sentidos para o envelhecimento – como um espaço de saúde, de uma velhice afirmativa da vida que é experimentada no instante vivido em um palco. Nosso interesse é refletir sobre como, nesse instante, as memórias dos idosos se recriam, em constante movimento no envelhecimento. Precisamos discutir sobre a criação da memória do idoso a partir da arte, encarada como uma prática que estimula a vida, revaloriza as experiências que cada velho guardou no acervo de toda a sua vida, entendendo que o idoso pode ser visto como alguém que transmite ensinamentos, como um narrador de suas histórias de vida, um criador no palco de sua própria existência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos questionamentos apresentados, observamos que o espaço do palco constitui a experiência de uma velhice afirmativa da vida e de consequente criação de memórias e de novos sentidos para o envelhecimento. A questão que serve como base da pesquisa é: será que o palco da oficina pode ser considerado como um espaço trágico? Um espaço que leva os idosos a viver o instante presente com alegria, com leveza e sem

o peso do ressentimento? Apresentamos a criação da memória numa velhice diferente de uma imagem apresentada pela sociedade, pela mídia, pelo mercado e pela indústria farmacêutica que apostam na doença e na morte, não na vida. Esta é uma observação que viemos fazendo, ao longo dos vinte anos no projeto da UnATI e da COART, na experiência com os idosos na oficina. Abordamos uma memória criativa a partir da arte que acontece no palco como uma prática que estimula a vida e as experiências que cada velho guardou no acervo de toda a sua trajetória. Logo, entendemos que o velho pode ser visto como alguém que transmite ensinamentos, um contador de histórias e um criador de memórias no palco de sua própria existência.

Refletir sobre a criação de uma memória intensiva vinculada ao instante, o instante do palco, onde observamos que tudo o que acontece é intenso, inesperado, alegre e transformador para os velhos.

Na perspectiva nietzschiana, podemos pensar o palco da oficina como um espaço trágico de criação de memórias e de novos sentidos para o envelhecimento.

## REFERÊNCIAS

- BARRENECHEA, M. Angel de (2008). *As dobras da memória*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- \_\_\_\_\_. (2014). *Nietzsche e a alegria do trágico*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- \_\_\_\_\_. e GONDAR, Jô (Orgs.) (2003). *Memória e espaço: trilhas do contemporâneo*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- \_\_\_\_\_. (2011). O eterno retorno e a memória do futuro na terceira parte do *Zaratustra*. In: DIAS, Rosa, VANDERLEI, Sabrina, BARROS, Tiago (org.). *Leituras de Zaratustra*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.) (2006). *Velhice ou Terceira Idade?* Rio de Janeiro: FGV.
- CAVALCANTI, Anna Hartmann (2006). Arte como experiência: a tragédia antiga segundo interpretação de Nietzsche. In: BARRENECHEA, Miguel Angel (org.). *Nietzsche e os gregos: arte, memória e educação: Assim falou Nietzsche V*. Rio de Janeiro: DP & A, Faperj, Unirio; Brasília, DF: Capes, p. 49-63.
- CORALINA, Cora *Sobre a velhice* (2011). Rio de Janeiro: Festival Andanças, novembro, [piorambo.blogspot.com/.hwww.revistaprogridir.com/festival-andancedilastml](http://piorambo.blogspot.com/.hwww.revistaprogridir.com/festival-andancedilastml).
- DELEUZE, Gilles (1988-1989). *O abecedário de Deleuze*. Documentário sobre as entrevistas de Deleuze a Claire Parnet. França.
- DIAS, Rosa (1994). *Nietzsche e a música*. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. *Nietzsche, vida como obra de arte* (2011). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DODEBEL, Vera, DE FARIAS, Francisco R., GONDAR, Jô (Orgs.) (2016). *Por que Memória Social?* Rio de Janeiro: Híbrida.
- FINK, Eugen (1983). *A filosofia de Nietzsche*. Lisboa: Editora Presença.

GOLDENBERG, Mirian (Org.) (2011). *Corpo, envelhecimento e felicidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MACHADO, Roberto. *O nascimento do trágico: de Schiller a Nietzsche* (2006). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

NIETZSCHE (2011). *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza, São Paulo: Companhia das Letras.

\_\_\_\_\_ (1992). *O nascimento da tragédia*. São Paulo: Companhia das Letras.

\_\_\_\_\_ (2007). *O nascimento da tragédia*. São Paulo: Companhia das Letras.

\_\_\_\_\_ (2003). *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*; tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

\_\_\_\_\_ (1932). *David Strauss: el confesional y el escritor*. Madri: Aguilar.

RIBEIRO, Euler Esteves (2008). *Tanatologia: Vida e Finitude*. Rio de Janeiro: UnATI/ UERJ.

RIBEIRO, Lucia (Org.) (2012). *Um outro envelhecer é possível*. São Paulo: Idéias e Letras.

VERAS, Renato; CALDAS, Célia (2004). *UnATI-UERJ: 10 anos um modelo de cuidado integral para a população que envelhece*. Rio de Janeiro: UERJ, UnATI.

VIEIRA, Maria Cristina Amorim (2000). *O Desafio da Grande Saúde em Nietzsche*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

## GT: 18 - Educação, memória e história

Coordenadores: Francisco Ramos de Farias,  
Sílvia Alicia Martínez e Leandro Garcia Pinho

## A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA MICROANÁLISE A PARTIR DO INTERIOR FLUMINENSE

**CARDOSO, Fernanda Luísa de Miranda**

*Mestranda em Políticas Sociais*

*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro/UENF*

*fernandaluisa@gmail.com*

**MARTINEZ, Silvia Alicia**

*Professora Associada - Programa de Políticas Sociais da*

*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro/UENF*

*silvia-martinez@hotmail.com*

### RESUMO

Este artigo visa reconstruir o percurso da história da educação para o cego no interior do estado do Rio de Janeiro, tendo como ponto de partida o Educandário para Cegos São José Operário, localizado na região norte-fluminense, no município de Campos/RJ. Este recorte espacial justifica-se tendo em vista que a historiografia da história da educação especial é restrita em sua abordagem fora dos grandes centros. Destacam-se como período inicial as décadas de 1950 e 1960, por ser o período de fundação da instituição, em um contexto marcado pela assistência técnico-financeira do Estado às secretarias de educação e às instituições especializadas. O período final é a década de 1980, caracterizado por mudanças na gestão e no perfil da instituição, pelo fechamento do ciclo do Jubileu de Prata e pela expansão da perspectiva da integração social.

**Palavras-chave:** História da Educação Especial. Educação de Cegos. Interior Fluminense

### ABSTRACT

This article aims to reconstruct the history of education for the blind in the inlands of the state of Rio de Janeiro, starting from the Educandário para Cegos São José Operário, located in the north from state, in Campos, in Rio de Janeiro. This spatial clipping is justified in view that the historiography of the history of special education is restricted in its approach to the great centers. They stand out as the initial period the 1950s and 1960s, for the foundation period of the institution in a context marked by the State's technical and financial assistance to the education secretariats and specialized institutions. The final period is on the 1980 decade, characterized by changes in the management and profile of the institution, by closing the cycle of the Silver Jubilee and by expanding the perspective of social integration.

**Key-words:** History of Special Education. Education for the Blind. The inlands of the State

## INTRODUÇÃO

Este artigo visa contribuir para reconstrução do percurso da história da educação para o cego no interior do estado do Rio de Janeiro, tendo como ponto de partida o Educandário para Cegos São José Operário, localizado na região norte-fluminense, no município de Campos/RJ. Este recorte espacial justifica-se tendo em vista que a historiografia da história da educação especial centraliza a trajetória do estado na cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista ter sido a cidade que inaugurou a primeira instituição da América Latina, nesta modalidade, sendo uma referência nacional de educação para cegos.

Destacam-se como período inicial as décadas de 1950 e 1960, por ser o período de fundação da instituição e de seu mantenedor, em um contexto marcado pela assistência técnico-financeira do Estado às secretarias de educação e às instituições especializadas. O período final é a década de 1980, marcado pelas mudanças na gestão, no perfil da instituição, no fechamento do ciclo do Jubileu de Prata e pela expansão da perspectiva da integração social.

A perspectiva microanalítica é privilegiada nesta pesquisa, considerando a região como uma posição de análise. Revel citando Arnaldo Momigliano pondera que: “fazer a escolha de uma história particular significa, de fato, eliminar – ou, pelo menos, suspender por hipótese – uma pluralidade de outras histórias possíveis” (REVEL, 2010, p. 435, 438).

No que se refere aos aspectos metodológicos, a História Oral possui uma posição importante neste trabalho, contudo, a triangulação das fontes entre entrevista oral, acervo histórico da instituição, jornais da época, além da legislação, faz-se necessária, contribuindo para uma maior solidez dos resultados.

Este trabalho apresenta resultados parciais de um projeto de pesquisa mais amplo, sobre a relação entre a cultura escolar (JULIA, 2001) e a rede de sociabilidade que envolve o Educandário para cegos, entre as décadas de 1960 e 1980, bem como a identificação das políticas educacionais para o cego (ÉDLER, 1977; MAZZOTA, 1995, 2011; JANNUZZI, 1985, 2012; BUENO, 2001) que se firmaram neste período e perpassaram esta instituição.

Este projeto de pesquisa vem sendo desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa *Educação, Sociedade e Região*, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, especificamente no Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais. Este grupo tem se dedicado a reconstruir a história da educação e de instituições educativas de tradição no interior do estado do Rio de Janeiro, priorizando o município de Campos/RJ, tais como o Liceu de Humanidade de Campos, a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, o Instituto de Educação de Campos e a Escola Normal de Campos.

Em relação à estrutura do artigo, na primeira parte aborda-se um breve histórico sobre a trajetória da educação especial, com ênfase na educação para o cego no estado do Rio de Janeiro. Na segunda parte, apresentam-se resultados parciais referentes ao Educandário para Cegos São José Operário, instituição objeto deste trabalho.

## 1. EDUCAÇÃO PARA CEGOS: UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL

Entende-se, que a perspectiva da educação inclusiva do século XXI, bem como das políticas educacionais para os deficientes é produto de um longo processo histórico, construído socialmente, tendo em vista que, “sendo produtos históricos da atividade humana, todos os universos socialmente construídos modificam-se, e a transformação é realizada pelas ações concretas dos seres humanos” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.157).

Os professores Rosita Édler, Marcos José da Silveira Mazzotta e Gilberta Sampaio de Martino Jannuzzi, têm sido teóricos referenciais no que tange às pesquisas sobre história da educação especial do Brasil, sendo recorrente a citação de suas produções em trabalhos com esta temática. Édler trouxe importantes contribuições para a compreensão da organização do atendimento a excepcionais no Sistema Educacional Brasileiro, por intermédio da dissertação *Estudo da estrutura e do funcionamento da educação especial nos sistemas estaduais de educação no Brasil* (1977).

Já Mazzotta publicou os livros *Fundamentos de Educação Especial* (1982) e *Educação Especial no Brasil - História de Políticas Públicas* (1995), que trata, este último, do panorama nacional da história e da política da educação especial, com ênfase nas políticas municipais e estaduais do estado de São Paulo.

Nesta publicação Mazzotta afirma que a Educação Especial era vista por alguns como um “apêndice indesejável”, dentro de uma perspectiva que restringia à assistência sem abarcar a educação, discurso que ainda nos parece atual, no que diz respeito à vinculação das instituições de educação especial à assistência.

Jannuzzi, por sua vez, privilegia inicialmente em sua produção sobre a história da educação especial, o deficiente mental. Destacam-se, aqui: sua tese de doutorado *História da Educação do “deficiente mental” no Brasil: 1876 a 1935* (1986), e o livro *A luta pela educação do deficiente mental no Brasil* (1986). Em 2004, para além da deficiência mental, Jannuzzi publicou o livro *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*, cuja abordagem abrange as tentativas de institucionalização e de escolarização do atendimento à criança deficiente.

Jannuzzi (1985) aponta que a educação especial surgiu pelo trabalho promovido por algumas pessoas sensibilizadas aos problemas dos deficientes, “que encontraram apoio governamental, precário, verdade, mas num momento em que a elite intelectual estava preocupada em elevar o país ao nível do século”.

Especificamente sobre a educação de cegos, vale destacar a contribuição da produção do professor Maurício Zeni, a partir de um olhar, de certo modo privilegiado, por ter sido, ele, aluno do Instituto Benjamin Constant: a dissertação de mestrado *O assistencialismo em Benjamin Constant: Segunda metade do século XIX (O Imperial Instituto dos Meninos Cegos)* (1997) e a tese de doutorado *Os cegos no Rio de Janeiro do segundo reinado e começo da República* (2005).

Mazzotta (1982, p. 2-4) aborda três momentos do atendimento e/ou atitudes sociais em relação aos deficientes: a marginalização, a assistência e a educação e reabilitação, destacando que não tratam-se de fases necessariamente evolutivas, tendo em vista que em diferentes sociedades estas fases podem ocorrer simultaneamente.

Bock (1980, p.66) ao tratar das teorias do Progresso, Desenvolvimento e Evolução afirma que: “O que progride, onde e quando o progresso teria ocorrido, e que critérios são usados para distinguir o progresso, não são questões os quais os teóricos do progresso concordem, de época para época”.

A negação da sociedade que a pessoa com deficiência pode apreender conhecimentos e comportamentos sociais caracteriza o momento da marginalização. O deficiente é visto como inválido e incapacitado, “o que leva à completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços para atender às necessidades individuais” desse público (MAZZOTTA, 1982, p. 3).

No momento em que a sociedade começa a oferecer assistência ao deficiente, não significa que ela abandona a crença no indivíduo incapaz de participar ativamente da vida social. Assim são organizados os Serviços de Assistência, “por pessoas bondosas” “que refletiam atitudes sociais marcadas por um sentido filantrópico, paternalista e humanitário” “em nome do princípio cristão da solidariedade humana” (MAZZOTTA, 1982, p. 3). Grande parte desses serviços de assistências possui cunho religioso.

No final da década de 1950, o Ministério da Educação promoveu a assistência técnico-financeira do Estado às secretarias de educação e às instituições especializadas, inclusive privadas, por intermédio das Campanhas Nacionais em prol das pessoas com deficiência, passando atendimento ao excepcional ser assumido pelo governo federal em todo país. São elas: Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (1957); Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais (1958) e Campanha Nacional de Educação do Deficiente Mental em 1960 (MAZZOTTA, 2011, p.52-54).

Apesar de algumas iniciativas pontuais do Estado, a história da educação especial está intimamente ligada à filantropia e à assistência social, sendo o deficiente um público que historicamente fica à margem das políticas públicas. Percebe-se que, a “Assistência Social brasileira carrega uma pesada herança assistencialista que se consubstanciou a partir da “matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo e do mando, formas enraizadas na cultura política do país, sobretudo no trato com as classes subalternas” (YAZBECK, 2008, p.75). Sposati (2009, p. 32) acrescenta que “a Política de Assistência Social promovida por agentes público e privado foi reiteradamente marcada pela ausência de compromisso do Estado, ausência de regulação pública, ausência do direito de acesso”.

Na década de 1960 houve o favorecimento para a consolidação e permanência das instituições privadas, filantrópicas, após a promulgação da Lei de Diretrizes de Bases de 1961, que dispôs que o Poder Público deveria dispensar “tratamento especial, mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções” (MAZZOTA, 1995, p. 68) às instituições privadas:

Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (Lei 4.024/1961, art. 88 e 89).



Segundo Mazzotta (1995, p. 11,27), “a inclusão da ‘educação de deficientes’, da ‘educação dos excepcionais’, ou da ‘educação especial’ na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos 50 e início da década de 60 do século XX”.

A partir da perspectiva humanista que se fundamenta no “potencial de realização do ser humano”, passou-se a reconhecer o deficiente como um ser capaz. Inauguraram-se, então, os serviços voltados para a educação e integração social do deficiente (MAZZOTTA, 1982, p. 4). A perspectiva da integração social expandiu na década de 1980. Na França, Gaucher e Swan publicaram uma série de artigos sobre o nascimento da educação especial onde defendiam que “a modernidade é governada não por uma lógica de exclusão da alteridade, mas sim da integração”.

Busca-se analisar e compreender este processo tendo como influência os aspectos metodológicos abordados por: Ferreira e Amado (História Oral), Julia (Cultura Escolar); Magalhães (História das Instituições Escolares) e Mogarro (Arquivos Escolares).

A História Oral é relevante na pesquisa, na medida em que a memória dos entrevistados tem contribuído para a descrição e reconhecimento de agentes, tempos e espaços, por meio das fotografias e demais documentos do acervo histórico da instituição. É compreendida aqui como uma metodologia que:

estabelece e ordena procedimentos de trabalho [...] as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho – funcionando como ponte entre teoria e prática. [...] na área teórica, a história oral é apenas capaz de suscitar, jamais solucionar, questões; formula as perguntas, porém não pode oferecer as respostas. As soluções e explicações devem ser buscadas [...] na teoria histórica. (FERREIRA; AMADO, 1996, p. XVI)

As concepções de Julia (2001, p.10-11) contribuem para estabelecer as conexões entre a cultura escolar e as demais culturas dos sujeitos que compõe a rede de sociabilidade envolvida com a instituição, tendo em vista que a cultura escolar “não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhes são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular”.

Magalhães (1998, p. 63,64) esclarece que “os sujeitos educacionais não são somente os alunos, como os atores não são apenas os professores e os gestores, há uma interação educativa [...] [que] constitui um desafio fundamental na história da educação”. A partir dos alunos “se acede à construção da relação da instituição com a comunidade envolvente, à construção do seu público e por consequência, a materialização de um ideário pedagógico e instrucional, próprios”.

No que diz respeito às fontes, Mogarro (2006, p. 73) afirma que o acervo da instituição contribui para a construção do percurso institucional:

As escolas são estruturas complexas, universos específicos, onde se condensam muitas das características e contradições do sistema educativo. Simultaneamente, apresentam uma identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas), na sua multidimensionalidade, assumindo o seu arquivo um papel fundamental na construção da memória escolar e da identidade histórica de uma escola.

Além dessas fontes, pesquisa-se em jornais de circulação da época, de âmbitos municipal, *Monitor Campista* e *A Folha do Comércio* - localizados no Arquivo Público Municipal de Campos Waldir Pinto de Carvalho -, estadual (RJ) e nacional - disponibilizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Vieira (2007, p.37) aponta a importância da imprensa para a História da Educação que pode revelar “os impactos de uma reestruturação do sistema público de ensino ou a emergência de novas modalidades e métodos de ensino para além do círculo dos especialistas”.

A imprensa escrita pesquisada nos proporcionou o registro de várias notas sobre o Serviço de Assistência São José Operário (SASJO), as quais revelaram aspectos da vida social dos atores, envolvidos na fundação da instituição, e sua importância na sociedade campista, no processo de criação e manutenção do SASJO.

Utilizamos a técnica da triangulação, de forma a confrontar as diversas fontes de coleta de dados apresentadas. Busca-se dialogar com as fontes de modo a não limitar em registrá-las, mas também avaliá-las com um fundamento teórico, pois “não é por estarem nos documentos que os fatos ocorrem exatamente daquela forma” (FAVERO, 2009, p.115).

## 2. RESULTADOS ALCANÇADOS

Dentre os resultados parciais alcançados, pode-se afirmar que o Educandário é uma instituição filantrópica, de forte influência católica, fundada em 1963, por um grupo de mulheres da elite campista, que exerciam a função de conselheiras do Serviço de Assistência São José Operário (SASJO), mantenedor desta instituição. A idealizadora dessa Obra Social, Nidia Lysandro de Albernaz, pertencia a uma família considerada de renome, à época, pela alta sociedade local, por seu pai naquele período ser proprietário de duas usinas de açúcar na cidade, o que conferia a ela certo prestígio social (CARDOSO, 2015).

As mulheres que participaram da diretoria fundadora do SASJO pertenciam, no geral, à elite campista e frequentavam o mesmo círculo social e de amizades; algumas pertenciam à família de Nidia Lysandro e outras eram suas vizinhas. Ficaram conhecidas como “Damas de São José”. Na reunião de fundação do SASJO, as atas registram a presença de 19 mulheres da elite feminina de Campos. Observar a rede social que as conselheiras formavam e na qual ao mesmo tempo estavam inseridas tem sido importante para compreendermos como essas relações influenciavam na divulgação e manutenção do Serviço de Assistência São José Operário (CARDOSO; MARTINEZ, 2016).

Em Campos, a primeira cidade da América Latina a ter energia elétrica (1883), o ideal desenvolvimentista era perceptível, na década de 1950. O município presenciava também os sinais da modernidade, sendo considerado como “uma das maiores e mais modernas cidades do Estado do Rio de Janeiro” (IBGE, 1959, p.227). Neste período foi inaugurado o Sanatório para Tuberculosos (1951), hoje o atual Hospital Ferreira Machado; o aeroporto denominado Bartolomeu Lyzandro<sup>1</sup> (1952); o Cine Goitacá (1954); foram exibidas as primeiras imagens da Rede Tupi de Televisão (TV Tupi - 1956); foi inaugurado o Hipódromo Linneo de Paula Machado, no bairro do Jockey

1 O aeroporto recebeu este nome em homenagem a Bartolomeu Lyzandro, tendo em vista ser de sua propriedade a fazenda Bonsucesso, local em que foi construído o campo de pouso. (Jornal Monitor Campista, Campos/RJ, 14 de abril de 1957, capa. Acervo: Arquivo Municipal de Campos/RJ). Lysandro é pai da fundadora do Educandário para cegos, objeto desta pesquisa.

Clube (1957), foi inaugurada a primeira linha de ônibus elétricos, os Tróley-bus (1958) e foram criadas, em 1959, as Escolas Técnicas Federais em Campos (CARVALHO, 1991) e o Instituto de Educação de Campos, em 1955 (MARTINEZ; BOYNARD, 2004).

A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959, p.11), publicada em comemoração ao 3.º aniversário do governo de Juscelino Kubistschek, informa que o Estado do Rio de Janeiro, na década de 1950, mantém, como grande expressão de sua riqueza, os canaviais de Campos, com a esplêndida indústria de açúcar que lá se desenvolve, [...] ocupando o “ 4.º lugar na produção de cana-de-açúcar entre as unidades da Federação”.

Apesar das demonstrações pontuais de progresso, havia uma dicotomia social, tendo em vista que apesar de serem oferecidos, na cidade, serviços modernos e entretenimento, o acesso a eles era restrito a uma minoria. O recenseamento geral do IBGE de 1950 aponta que dos 237.633 habitantes de Campos/RJ, 154.545 pertenciam à zona rural, ou seja, em torno de 65% da população (IBGE, 1959, p. 227). Dentro deste contexto de vulnerabilidades sociais, a filantropia era uma prática recorrente na sociedade.

Ademais, cabe ressaltar que no período da fundação do Educandário de Cegos, o município de Campos dos Goytacazes tinha uma oferta escolar precária e/ou elitizada do ensino regular. Quanto à sua economia, era essencialmente sucroalcooleira, marcando a sociedade e a sociabilidade sob vários aspectos, principalmente porque o contexto amplo da cidade estava composto ou dividido em grandes espaços produtivos e sociais denominados usinas.

O aprofundamento no mundo do açúcar e na sua peculiar sociabilidade é essencial, pois indica uma contribuição significativa para a formação da matriz da cultura escolar campista e a fixação no imaginário da região Norte Fluminense de um conjunto de poderosas representações sociais (GANTOS; MARTINEZ, 2010).

O viés filantrópico caracteriza a instituição desde o seu início, quando ainda funcionava somente como Serviço de Assistência (1956-1963), com o objetivo de atender a necessidade do pobre na cidade, através de campanhas do cobertor, doação de roupas e alimentos. A finalidade precípua do SASJO era “auxiliar o pobre com alimentos, remédios, agasalhos e a difusão da moral cristã”. Para que esta finalidade fosse alcançada, o Estatuto estabeleceu que os associados deveriam esforçar-se “por se revestir do verdadeiro espírito patriótico e cristão, praticando especialmente as virtudes de retidão e fidelidade, de justiça e caridade”, incluindo:

a) Retidão das intenções; b) Fidelidade no dever; c) Justiça para com todos;d) Caridade, sobretudo com os mais necessitados.

[...] deve prevalecer em tudo o espírito de dedicação, de generosidade e de serviço. Por isso o lema do Serviço de Assistência São José Operário será sempre: SERVIR!(Estatuto do SASJO – Art.1.º parágrafo único e art. 2.º.

Os registros aqui apresentados acerca do Estatuto do SASJO são relevantes de serem ponderados, pois ainda que o Estatuto possa não ter sido aplicado na íntegra, evidenciam o pensamento oficial que impulsionava as práticas da instituição.

Em 1957, a instituição começou a dedicar-se à causa do cego, com o projeto de construção de um Educandário para cegos no interior do estado, já que as instituições de educação e de assistência para cego no estado estavam concentradas na cidade do Rio de Janeiro (MARTINEZ; CARDOSO, 2016).

Identificou-se durante a fase inicial da pesquisa uma rede de sociabilidade que interagiu com a instituição, composta por: Estado, elite campista; igreja católica/ordens religiosas; maçonaria, clubes de serviço e instituições especializadas em educação especial. Ressalta-se a complexa relação do estado do Rio de Janeiro com a instituição, por meio de subvenções concedidas e de um convênio de cessão de professores da rede regular de ensino(CARDOSO, 2016).

A fundadora tomou como referência, para o Educandário, instituições especializadas em educação de cegos, as quais visitou: Instituto Benjamin Constant (Rio de Janeiro), Instituto de Cegos Padre Chico (São Paulo), Instituto para Cegos Santa Luzia (Curitiba) e a Casa-Mãe da Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo (Paris). Esta Ordem Vicentina atuou na instituição por cerca de 10 anos(CARDOSO, 2016).

Estiveram em visita à Escola de Serviço Social deste Estado, na manhã de ontem, a sra. Nídia Lisandro Albernaz Santos e a srt. Zina Binttencourt Teixeira de Carvalho, [...] que se demoraram palestrando com a diretora do estabelecimento, professora Violeta Campofiorito Saldanha da Gama, também presidente da Cruzada de Recuperação e Assistência ao Cego Fluminense. Prendeu-se a visita ao programa [...] no sentido de promover assistência ao invisual. Desejando organizar seu trabalho de acordo com a técnica do Serviço Social, buscou a orientação da E.S.S. Na véspera, visitara o Instituto Benjamin Constant. [...] A presidente do Serviço de Assistência São José Operário também visitou a Associação Fluminense de Amparo ao Cego

(Cuidando do reajustamento social do cego- Duas ilustres campistas vieram se orientar em Niterói - O Fluminense -09 de novembro de 1957- capa)

Vale frisar a vinculação da instituição a uma política pública para a educação especial, que se firmava naquele período. Como exemplo, registra-se que, durante a inauguração do Educandário, estiveram presentes dois agentes sociais marcantes para a política da educação do cego: o professor Jorge Veiga, representante da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais, na gestão de Dorina Nowill, que na oportunidade comprometeu-se em colaborar com as orientações e conclusão da construção do Educandário; e a presença do professor Admar Augusto de Mattos, Diretor da Comissão de Orientação Técnica e Social da Cruzada de Recuperação e Assistência ao Cego Fluminense (CARDOSO; MARTINEZ, 2016).

Identificaram-se também as políticas educacionais e demais políticas sociais que perpassaram a instituição, que contribuem para a compreensão de como se formaram as políticas para a educação do cego no município de Campos: Instituto Benjamin Constant, Cruzada de Recuperação e Assistência aos Cegos Fluminenses, Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficitários Visuais, Ministério da Educação e Cultura, Legião Brasileira de Assistência (LBA), Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já se pode apontar que o Educandário, na qualidade de instituição filantrópica, assumiu a lacuna do Estado que, se por um lado favorecia a instituição ao conceder as subvenções e firmava convênios com a cessão de professores da rede regular, por outro, se abstinha de assumir uma efetiva política pública de Estado para educação do

cego, no interior, que atendesse, de fato, a demanda dessa clientela. Ademais, havia um forte apoio da rede social da fundadora, composta por pessoas de influência social da sociedade campista, e também envolvia uma motivação religiosa, tendo em vista ter sido, a fundadora, escolarizada no primário, no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Campos, e no ginásio, no Colégio *Sacré-Coeur de Marie*, no Rio de Janeiro, ambas as instituições confessionais católicas. A última, coordenada por uma Ordem francesa, que valorizava a ação social.

## REFERÊNCIAS

- BEKER, Peter; LUCKMANN, Thomas(1985). A sociedade como realidade objetiva. In BEKER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade – tratado sobre a sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- BOCK, Keneth(1980). Teorias do progresso, desenvolvimento e evolução. In: BOTTOMORE, NISBET, Robert. *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BUENO, J. G. S. (1993) *Educação Especial brasileira: integração / segregação do aluno diferente*. São Paulo: EDUC/PUCSP.
- CARDOSO, F. L. M (2015). *A Educação de Cegos em Campos/RJ: O percurso para a fundação do Educandário de Cegos São José Operário (1956-1963)* (Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica/2015), Campos, RJ, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Programas de Iniciação Científica (PIBIC).
- CARDOSO, F. L. M(2016). *O Serviço de Assistência São José Operário: o percurso para a fundação do Educandário de Cegos de Campos/RJ (1956-1963)*. Monografia, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos, RJ, Brasil.
- CARDOSO, Fernanda Luísa de Miranda; MARTINEZ, Silvia Alicia (2016). Serviço de Assistência São José Operário: A construção de um educandário para cegos de referência no interior do estado do Rio de Janeiro (1956-1963). *Anais do VI Seminário Vozes da Educação 20 Anos: Memórias, Políticas e Formação Docente*. Faculdade de Formação de Professores-UERJ-
- CARVALHO, W. (1991). *Campos Depois do Centenário*. Itaperuna: Damadá Artes Gráficas e Editora Ltda, 1.
- EDLER, Rosita (1977). *Estudo da estrutura e do funcionamento da educação especial nos sistemas estaduais de educação no Brasil..* 195fl. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Seleção e Orientação Profissional, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- FAVERO, Maria de Lourdes Albuquerque (2009). O pesquisador e o desafio das fontes. In: MENDONÇA, Ana Waleska C. P.; ALVES, Claudia; GONDRA, José G.; NACIF, Libânia; BONATO, Nailda M. da Costa (Orgs.). *História da educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói: Ed. UFF.
- FERREIRA, M.M; AMADO, J. (Orgs). (1996). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

GANTOS, M.; MARTINEZ, S.A. (2010). Usina e Escola: A sociabilidade do mundo do açúcar campista no Estado Novo (1930-1950). *Anais do VIII Congresso Luso Brasileiro de História da Educação - Infância, juventude e relações de gênero*, São Luis do Maranhão, MA, Brasil, 1-12.

JANNUZZI, Gilberta de Martino (2004). *História da Educação do "deficiente mental" no Brasil: 1876 a 1935*. 1985. Tese (Doutorado. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas: Autores Associados.

JANNUZZI, Gilberta de Martino (1985). *História da Educação do "deficiente mental" no Brasil: 1876 a 1935*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas.

JULIA, D. A. (2001). Cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-44.

MAGALHÃES, J. (1999). Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: Souza, C & Catani, D. (Orgs) *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. *Anais do II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. São Paulo, SP, Brasil, 51-69.

MARTINEZ, S. A.; BOYNARD, M. A. (2004). Memória de 1955: O (re) nascer do Instituto de Educação de Campos in Campos em perspectiva. In: M. GANTOS, *Campos em Perspectiva*. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro: Papel Virtual.

MARTINEZ, Sílvia Alicia; CARDOSO; Fernanda Luísa de Miranda (2016). Em terra de usinas e canaviais: Serviço de Assistência São José Operário - uma instituição para deficientes visuais (1956-1963). *Anais do Congresso Luso-brasileiro de História da Educação*.

MAZZOTTA, M. J. S. (1995). *Educação Especial no Brasil - história de políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 5.<sup>a</sup> ed.

MAZZOTTA, M. J. S. (1982). *Fundamentos de Educação Especial*. São Paulo: Pioneira.

MENDES, E. G. (2010, mayo-agosto). Breve histórico da educação especial no Brasil. *Revista Educación y Pedagogía* (2015), 22, (57), 96. Disponível em <https://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaeyp/article/viewFile/9842/9041>, 03 março.

MOGARRO, Maria João (2006). Arquivo e educação: a construção da memória educativa. In: *Sísifo Revista de Ciências da Educação*, nº 1, Portugal. p. 71-84. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/169>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

REVEL, J. (2010, setembro-dezembro). Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, 15 (45), 435, 438. Recuperado em 10 março, 2015, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_pdf&pid=S141324782010000300003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S141324782010000300003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)

VIEIRA, Carlos Eduardo (2007). Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em história da educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: Oliveira, Marcus Aurélio Taborda de. *Cinco estudos em história e historiografia da educação*. Belo Horizonte: Autêntica.

YASBECK, M.C. (2008). Estado e Políticas Sociais. *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social* / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 1 (18) - Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. p. 83, 84.

ZENI, Mauricio (1997). *O assistencialismo em Benjamin Constant: Segunda metade do século XIX (O Imperial Instituto dos Meninos Cegos)*. Dissertação. (Mestrado em Historia) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, Universidade Federal Fluminense (UFF).

ZENI, Maurício (2005). *Os Cegos no Rio de Janeiro do Segundo Reinado e Começo da República*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense – UFF.

## CORPO, EDUCAÇÃO E CINEMA *QUEER*: ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

**RODRIGUES, Rejane Lopes**

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO  
rejane.rodrigues@ifrj.edu.br*

**FARIAS, Francisco Ramos de**

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO  
francisco.farias@pq.cnpq.br*

### RESUMO

O presente trabalho visa investigar o papel do cinema na educação dos corpos. Em uma sociedade onde há uma audiovisualização da cultura sem precedentes, faz-se necessário pensar o cinema como instrumento para a problematização de questões relacionadas à sexualidade, gênero, raça e etnia. Como estudo de caso para ilustrar as nossas discussões teóricas, vamos utilizar o exemplo do site “Biblioteca Digital Escolas Plurais”, portal que disponibiliza sugestões de filmes e vídeos no contexto educativo do nosso interesse. Buscaremos estabelecer a diferença entre uma educação sexual tradicional e uma educação “queer”, onde as narrativas fílmicas visam abordar o caráter performativo do gênero, a fluidez do desejo sexual e as identidades discursivamente produzidas. Desta forma, partimos dos pensamentos dos filósofos Michel Foucault e Judith Butler, como também do nosso estudo de caso, para pensarmos as possíveis relações entre cinema e educação.

Palavras-chave: 1. Educação; 2. Cinema; 3. Teoria Queer.

### ABSTRACT

This study is designed to investigate the role of cinema in the education of bodies. In a society where there is an unprecedented audio-visualization of culture, it is necessary to consider cinema as an instrument for the problematization of sexuality-, gender-, race-, and ethnicity-related questions. As a case study to illustrate our theoretical discussions, we will use the example of the site “Biblioteca Digital Escolas Plurais”, portal that offers suggestions of films and videos in the educational context of our interest. We will try to establish the difference between a traditional sexual education and a queer education, where film narratives aim to address the performative character of the genre, the fluidity of sexual desire and the discursively produced identities. We draw on the writings of philosophers Michel Foucault and Judith Butler and also from our case study to consider the possible relationships between cinema and education.

Keywords: 1. Education; 2. Cinema; 3. Queer Theory.



## INTRODUÇÃO

Para pensarmos as possíveis relações entre corpo, cinema e educação, iremos começar investigando conceitualmente a relação entre corpo e poder. Para guiar nossa análise, elegemos o pensamento de dois grandes filósofos contemporâneos: o francês Michel Foucault e a estadunidense Judith Butler.

A partir de Foucault analisaremos o corpo disciplinado: corpo este que se apresenta como “corpo máquina” e “corpo espécie”: o primeiro é adestrado de maneira a ter suas aptidões e forças majoradas e o segundo para satisfazer as necessidades de uma biopolítica da população. E em um segundo momento, investigaremos o corpo que se liberta das tecnologias da assujeitamento tendo em vista o que Foucault chamou de “estética da existência”: um autogoverno de si no que diz respeito aos processos de subjetivação que tanto iremos discutir neste artigo. Já em Butler veremos como ela retoma o pensamento foucaultiano no que diz respeito às tecnologias de construção do sujeito a fim de expor e explorar modelos naturalizados e normativos de gênero e sexualidade. Veremos que o corpo para esta pensadora não é “simples matéria”, mas sim uma construção dada pelo discurso e pela lei. E que este pode ser sim resignificado de forma a desafiar as normas culturais vigentes.

A partir desta análise conceitual, pensaremos o cinema como instrumento possível no processo de subjetivação dos corpos. No contexto social e cultural em que vivemos, o conhecimento produzido não se restringe apenas às narrativas orais e escritas, mas também se apresenta através de imagens e sons, provocando uma produção sem limites de metáforas para a vida. As narrativas fílmicas passam a reivindicar para si um poder pedagógico que se dá através das sensações: o corpo colocado em ação na narrativa fílmica expressa estados sensoriais e sentimentais que, dado a ver audiovisualmente, inspiram no espectador, se não os mesmos estados, algo bem próximo deles.

No entanto, como pensar o uso do cinema *queer* no âmbito da educação formal? Em primeiro lugar, precisamos flexibilizar o termo “cinema *queer*” para pensarmos em obras audiovisuais que abordem questões sobre gênero, sexualidade, raça, etnia e classe social a partir de um olhar onde não há espaço para identidades fixas. Logo depois iremos analisar como estudo de caso o site “Biblioteca Digital Escolas Plurais”, que disponibiliza pesquisa de filmes ligados aos temas propostos pela nossa pesquisa, a partir dos pressupostos teóricos propostos pela pesquisadora brasileira Guacira Lopes Louro, que desenvolve uma rica reflexão acerca da teoria *queer* e da educação. Com isso, buscamos estabelecer perspectivas para pensarmos de que forma as narrativas audiovisuais podem ser utilizadas pela educação formal para minimizar os efeitos opressores do que chamaremos de “processo de escolarização do corpo”. O objetivo deste trabalho é promover uma breve reflexão de como podemos, através da educação, promover uma sociedade composta de sujeitos livres e plurais.

## 1. CORPO, PODER E EDUCAÇÃO

### 1.1. Foucault e o ‘cuidado de si’.

Foucault retoma o pensamento greco-romano em *História da sexualidade II: o uso dos prazeres* (1984), *História da sexualidade III: o cuidado de si* (1985) e *A hermenêutica do sujeito* (2010) para problematizar um conjunto de práticas que ele irá chamar de “artes da existência”: práticas racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas

determinam para si mesmos regras de conduta, como também buscam transformar-se, modificar-se em seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que corresponda a certos critérios de estilo.

Na cultura antiga, de ponta a ponta, é fácil encontrar testemunhos da importância conferida ao “cuidado de si” relacionando-se com o tema do “conhecimento de si”. Em primeiro lugar, no próprio Sócrates.

Na “Apologia”, vemos Sócrates apresentar-se a seus juízes como o mestre do cuidado de si. É aquele que interpela os passantes e lhes diz: ocupai-vos com vossas riquezas, com vossa reputação e honrarias; mas com vossa virtude, e com vossa alma, não vos preocupais. Sócrates é aquele que vela para que seus concidadãos “cuidem de si mesmos”. (FOUCAULT: 2010:443)

Podemos ainda afirmar que o “cuidado de si” constituiu, no mundo greco-romano, o modo pelo qual a liberdade individual foi pensada como ética. Se se considerar toda uma série de textos desde os primeiros diálogos até os grandes textos do estoicismo tardio, veremos que esse tema do cuidado de si atravessou verdadeiramente todo o pensamento moral.

É, sem dúvida, em Epicteto que se marca a mais alta elaboração filosófica desse tema. O ser humano é definido nos “Diálogos”, como o ser a quem foi confiado o cuidado de si. (...) O cuidado de si, para Epicteto, é um privilégio-dever, um dom-obrigação que nos assegura a liberdade obrigando-nos a tomar-nos nós próprios como objeto de toda a nossa aplicação. (FOUCAULT: 2009: 53)

E é justamente por isso que Foucault retoma este tema para pensar a ação ética e política na contemporaneidade. Ele não cessa de insistir sobre o fato de que o sujeito suposto por essas técnicas de si, pelas artes da existência, é um ser ético. Isso significa que o sujeito é compreendido como transformável, modificável: é um sujeito que se constrói, que se dá regras de existência e conduta, que se forma através de exercícios, das práticas e das técnicas. Este procedimento de subjetivação, inclusive, não constitui uma prática puramente individualista. O que interessa mesmo a Foucault neste cuidado de si é a maneira como ele se integra num tecido social e constitui um motor da ação política. Não se trata de renunciar ao mundo e aos outros, mas de modular de outro modo esta relação com os outros pelo cuidado de si.

Observa-se que tal processo de singularização somente tem sentido quando culmina na superação do individualismo pela nova aliança do indivíduo com novas formas de viver e novos vínculos comunitários. Seria justamente o que Foucault chamou de “estética da existência”, atitude pela qual nos tornamos artífices da beleza de nossa própria vida, estilo de vida este de alcance comunitário, por ele denominada como forma de vida “artista”, realizável por todo aquele que seja capaz de questionamentos éticos e políticos. Afinal, para ele, a política começa com a recusa do silêncio da servidão e prolonga-se quando indivíduos transformam a si próprios e aos outros. O trabalho da política, a partir deste momento, é de criação, de diferenciação, de inovação. Trata-se do governo de si que culmina no autogoverno recíproco de indivíduos autônomos.

## 1.2. O corpo *queer*.

A teoria *queer* estaria ligada à vertente do pensamento ocidental contemporâneo que, focando nas questões acerca do gênero e da sexualidade, também busca problematizar as noções clássicas de sujeito, de identidade e identificação. Surge a partir de formulações teóricas pós-identitárias e das críticas ao movimento gay que, no início dos anos de 1970, centra a luta em um modelo de identidade homossexual. A resistência gay tem início justamente a partir da produção de um discurso reverso: os homossexuais passaram a falar em seu próprio nome, a exigir que sua legitimidade ou “naturalidade” fossem reconhecidas, muitas vezes no mesmo vocabulário pelas quais eram medicalmente desqualificados.

É possível ver nesse modelo de discurso reverso a continuidade da política de identidade, agora utilizada como instrumento de contrapoder. Os “sujeitos desviantes” passam a encontrar uma causa comum e utilizar tal discurso para questionar sua posição social e política. Ao longo dos anos de 1980, no entanto, o modelo de luta política baseada na afirmação identitária, que garantiu conquistas consideráveis para o movimento gay e lésbico em seus primórdios, começou a apresentar problemas. Para alguns, tal campanha política estava marcada pelos valores brancos e de classe média e adotavam, sem questionar, ideais convencionais, como o relacionamento comprometido e monogâmico. Embora essa política tivesse conquistado considerável terreno promovendo uma maior aceitação e igualdade de direitos, o ideal de uma identidade coletiva apresentava-se fragmentado por diferenças internas.

O movimento *queer* surge justamente a partir de tais constatações e contestações, visando o confronto com a norma, seja ela a heterossexualidade dominante ou a identidade gay/lésbica.

Enquanto os estudos de gênero, os estudos gays e lésbicos e a teoria feminista podem ter tomado a existência de “o sujeito” (isto é, o sujeito gay, o sujeito lésbico, a “fêmea”, o sujeito “feminino”) como um pressuposto, a teoria *queer* empreende uma investigação e uma desconstrução dessas categorias, afirmando a indeterminação e a instabilidade de todas as identidades sexuadas e “generificadas”. (SALIH: 2013: p. 20)

*Queer* pode ser traduzido como “estranho” ou “abjeto” e significa também uma expressão pejorativa em língua inglesa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto repetido pelos grupos homofóbicos e que, por isso mesmo, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais para caracterizar sua perspectiva de contestação. Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização, venha de onde ela vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade, como também a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. *Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação seria muito mais transgressiva e perturbadora.

Desde os fins da década de 1960, vários autores começaram a compreender a sexualidade como política e socialmente criada, portanto não mais como sendo da esfera do biológico, psíquico ou natural. A teoria *queer* busca problematizar justamente as regulações sexuais e de gênero socialmente impostas que criam e mantêm desigualdades de toda ordem, em especial no menor reconhecimento político e de

direitos daquelas pessoas cuja sexualidade e/ou o gênero entram em desacordo com as normas vigentes. A ordem política e cultural da heterossexualidade compulsória garante os privilégios políticos, culturais e até econômicos daqueles que vivem dentro de suas prescrições. Afinal,

Como sabemos o que faz uma atividade erótica boa e outra má? É um caso de vontade divina, natureza biológica ou convenção social? Podemos realmente ter certeza de que nossos desejos e prazeres são normais, naturais, bons – ou de que nós o somos? Por que o sexo é tão importante? (SPARGO: 2006: p. 5)

Em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (BUTLER, 2013), publicado em 1990 e talvez o texto mais influente da teoria *queer*, a filósofa estadunidense Judith Butler retoma o pensamento foucaultiano no que diz respeito às tecnologias de construção do sujeito a fim de expor e explorar modelos naturalizados e normativos de gênero e de heterossexualidade. Ela adota o argumento do filósofo francês de que a sexualidade é produzida discursivamente e a amplia para incluir o gênero. Ela considera o gênero como um efeito performativo experimentado pelo indivíduo como uma identidade natural.

Como efeito de uma performatividade sutil e politicamente imposta, o gênero é um “ato”, por assim dizer, que está aberto a cisões, sujeito a paródias de si mesmo, a autocríticas e àquelas exibições hiperbólicas do “natural” que, em seu exagero, revelam um status fundamentalmente fantasístico. (BUTLER: 2013, p. 211)

Butler foca sua discussão teórica nas questões acerca do gênero e do sexo, discussão esta que pode ser facilmente utilizada para discutirmos a questão do corpo. Sobre o gênero e o sexo, ela afirma que estas são duas categorias construídas. E se o gênero é um ato que está sempre e inevitavelmente ocorrendo, já que é impossível alguém existir como um agente social fora dos termos de gênero, o sexo também é culturalmente construído. Em relação a isso, o pensamento metafísico certamente estaria de acordo com a crença difundida de que o sexo e o corpo são entidades materiais, “naturais”, autoevidentes, ao passo que para Butler, sexo e gênero são construções culturais que demarcam e definem o corpo. Em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2013), ela descreve justamente como os gêneros e os sexos são atualmente “feitos” no interior da matriz heterossexual, à medida que examina como é possível “fazer” essas construções de maneira diferente.

Desta forma, ela afirma que o corpo é efeito do desejo e não a sua causa. Ele não seria uma “simples matéria”, mas um corpo construído e traçado pelo discurso e pela lei. Se tanto o sexo quanto o gênero são “encenações” e não simples dados, acabam operando performativamente para estabelecer a aparência de fixidez corporal. Todos os corpos são “generificados” desde o começo de sua existência social, o que significa que não há “corpo natural” que preexista à sua inscrição cultural. Antes de ser destino, a anatomia é discurso ou significação, o que implica que o corpo pode ser ressignificado de forma a desafiar as normas culturais vigentes.

Assim como acontece com o gênero, sugerir que não há um corpo antes da inscrição cultural levará Butler a argumentar que o sexo, bem como o gênero, pode ser performativamente reinscrito de maneiras que acentuem seu caráter factício, artificial (isto é, seu caráter construído) em vez de sua facticidade (isto é, o fato de sua existência). (SALIH: 2013: p. 88)

Nossos corpos são fabricados por tecnologias precisas e sofisticadas que têm como um dos mais poderosos resultados a sua suposta naturalização. Inversamente, afirmamos que a materialidade do corpo só pode ser apreendida através do discurso. A linguagem, que parece apenas descrevê-lo, na verdade o constitui.

## O CINEMA COMO INSTRUMENTO DE SUBJETIVAÇÃO DO CORPO

### 2.1. A subjetivação através do cinema.

Podemos afirmar que a sociedade contemporânea baseia-se em uma cultura centrada, sobretudo, na imagem: acelerada, vertiginosa, distorcida, ampliada e quase onipresente. É uma verve visual disseminada em outdoors, televisão, internet e cinema. Em *Sociedade excitada: filosofia da sensação* (2010), Christoph Türcke afirma que a época do surgimento da fotografia é a época da Revolução Industrial, quando um novo modelo de produção, o uso de máquinas a vapor, começou a marcar o compasso da sociedade ocidental.

A fotografia possui um efeito bruto: seu caráter de instantâneo. (...) Seus pioneiros previam com muita clareza que em breve ela deveria tornar-se um artigo de massa que penetra igualmente todas as classes sociais, o público e a esfera privada. Menos evidente era para eles em que medida o novo artigo também atuaria como uma nova forma de intuição. (TÜRCKE: 2010: 187)

Já o cinema surge no final do século XIX não apenas como a evolução técnica da fotografia, mas também como a evolução da representação do pensamento em imagens, da mobilização das imagens por um pensamento e da “produção de metáforas” para a vida, em busca de uma inteligibilidade e expressividade melhores. O cinema promove, recolhe e integra em seu âmago as diversas artes precedentes, acrescentando-lhes uma dimensão nova que o aproxima da vida. Afinal, o movimento e a temporalidade passam a ser introduzidos no fluxo das imagens, não como produto mecânico de um encadeamento de fotogramas, mas como força de organicidade e vivacidade de um pensamento.

Há, desta forma, a incorporação das novas tecnologias audiovisuais em nosso cotidiano com o tempo. Incorporamos toda uma reestruturação das funções das práticas culturais de memória, de saber, do imaginário e criação devido a um contexto social e cultural que não se restringe mais à produção de narrativas orais e escritas, mas que também se apresentam através de imagens e sons. E é justamente neste novo contexto cultural em que os indivíduos são progressivamente inseridos desde que nascem. Isso permite que vejamos o mundo de “outra forma”, com outros parâmetros narrativos, agora mais ancorados na visualidade.

Walter Benjamin em *O narrador* (1994) nos ajuda a perceber que as novas formas de percepção expressam-se num *sensorium* diferente em razão da técnica, das novas tecnologias, e mostra o quanto é necessário considerar que as mudanças no espaço da cultura transformam as experiências dos sujeitos, interferindo nos seus modos de produzir cultura. Vemos que os sentidos nas sociedades contemporâneas se organizam cada vez mais a partir das imagens, que exercem o papel de grandes mediadores entre sujeito e cultura. De fato, a imagem audiovisual não só assegura formas de socialização e transmissão de informações, como também faz parte da nossa prática social e cultural. Estamos vivendo uma audiovisualização da cultura sem precedentes.

Hoje, as narrativas audiovisuais não são uma complementação da mensagem escrita, do texto como é tradicionalmente entendido. No século XXI, o homem jamais seria o que é se não tivesse entrado em contato com a imagem em movimento. O cinema não apenas transformou a maneira como se dá a criação, mas também a maneira como os seres humanos percebem a realidade. Desta forma, a cinematografia é uma ferramenta expressiva elástica, uma inesgotável geradora de metáforas, para um pensamento que deseja mover-se e expressar mais, que é essencialmente “movimento crítico”. Uma contínua incorporação e abertura de possibilidades expressivas. O cinema não é apenas uma ferramenta cultural, mas cultura, no sentido de cultivo e fonte, donde provém um leque imenso de possibilidades vivas: possibilidades de pensamento, de afecção, de expressão e de reflexão.

### A TEORIA *QUEER*, CINEMA E EDUCAÇÃO DO CORPO: PERSPECTIVAS

Para pensarmos as possíveis relações entre teoria *queer* e educação, elegemos os estudos da pesquisadora brasileira Guacira Lopes Louro a partir de três obras: *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista* (1997), *Pedagogias da sexualidade* (2000) e *Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação* (2001). Importante ressaltar que em todas as obras a sexualidade não é colocada pela autora como algo natural, inerente ao ser humano, mas sim como social e política. Não vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma. A sexualidade é construída ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos. Ela envolve linguagens, representações, rituais, convenções, fantasias, entre outras coisas.

Desta forma, é no corpo que as identidades são ancoradas. Os corpos são significados pela cultura e, em paralelo, por ela alterados. Eles são inconstantes e suas necessidades e desejos mudam a partir dos mais variados fatores como a passagem do tempo, mudanças de hábitos alimentares e de vida, com possibilidades distintas de prazer ou com novas formas de intervenção médica e tecnológica.

De acordo com as mais diversas imposições culturais, nós os construímos [os corpos] de modo a adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos, morais, dos grupos a que pertencemos. (...) Treinamos nossos sentidos para perceber e decodificar essas marcas e aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam e pelas várias formas com que se expressam. (LOURO: 2000: p. 8-9)

Na educação, e em especial na educação formal, objeto de nosso estudo, podemos identificar claramente a existência de um “processo de escolarização do corpo”: a escola é lugar onde podemos identificar claramente o disciplinamento dos corpos através de uma pedagogia da sexualidade. Neste processo, a heterossexualidade é concebida como “natural” e universal. E mesmo tida como inata, é alvo de meticulosa, continuada e intensa vigilância, bem como do mais diligente investimento. Com isto, tal produção da heterossexualidade é acompanhada, por sua vez, pela rejeição compulsória da homossexualidade.

A prática escolar não apenas transmite conhecimentos, mas também “fabrica” os sujeitos. Desde o seu início, a instituição escolar sempre exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de dividir os que lá estavam através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquização. Ao delimitar espaços, afirma o que cada um pode ou não pode fazer. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos

meninos e das meninas. E também, implicitamente, estabelece divisões de raça, classe, orientação sexual e etnia. Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados pelos sujeitos, tornando-se parte de seus corpos. Importante ressaltar que esse não é um processo pelo qual os sujeitos participem como meros receptores, atingidos por instâncias externas e manipulados por estratégias alheias. Ao invés disso, os sujeitos estão implicados, e são participantes ativos na construção de suas identidades. Além das várias tecnologias de governo exercidas pela escola, esses processos prosseguem e se completam através de tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmos.

Os mais antigos manuais já ensinavam aos mestres os cuidados que deveriam ter com os corpos e almas de seus alunos. O modo de sentar e andar, as formas de colocar cadernos e canetas, pés e mãos acabariam por produzir um corpo escolarizado, distinguindo o menino e a menina que “passara pelos bancos escolares”. (...) As marcas da escolarização se inscreviam, assim, nos corpos dos sujeitos. (LOURO: 1997: p. 61-62)

Dentre os múltiplos espaços e as muitas instâncias onde se pode observar a instituição das distinções e das desigualdades, a linguagem é, seguramente, o campo mais eficaz e persistente. Ela atravessa a maioria das nossas práticas e não apenas expressa relações, poderes e lugares, mas também os institui. Ela não apenas veicula as diferenças, mas também as produzem e naturalizam. Seja através do que é dito pelos sujeitos, como também pelo que não é dito. Um bom exemplo disso encontra-se no ocultamento ou na negação do homossexualismo pela escola. Ao não se falar a respeito de tal questão, talvez se pretenda evitar que os alunos e as alunas “normais” não os/as conheçam e possam desejá-los/as. Neste caso a ausência da fala aparece como uma espécie de garantia da “norma”. A ignorância é vista como mantenedora dos valores ou dos comportamentos “bons” e confiáveis.

As armadilhas da linguagem atravessam todas as práticas escolares. Em *Gênero, sexualidade e educação*, Louro (1997) chama a atenção para as representações dos gêneros, grupos étnicos e classes sociais muitas vezes encontradas nos livros didáticos. Não iremos descrever os muitos exemplos dados no texto no que diz respeito às representações conservadoras e pré-estabelecidas de gênero, raça e classe social encontrados nos livros didáticos e paradidáticos utilizados nas escolas pelos alunos, mas iremos chamar a atenção de como tal análise pode ser utilizada para pensarmos o uso do cinema como instrumento para problematizarmos as mesmas questões. Mesmo com o surgimento de novas práticas educativas, que são produzidas em adequação às novas realidades culturais, a escola continua imprimindo sua “marca distintiva” sobre os sujeitos. Não podemos nos esquecer que a prática escolar é sempre historicamente contingente e, por isso, é uma prática política.

Como estudo de caso para ilustrar nossas discussões teóricas, vamos utilizar o exemplo do site “Biblioteca Digital Escolas Plurais”, desenvolvido inicialmente em 2008 pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM) da UFPB (Universidade Federal da Paraíba) e que contou também com apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação. Em sua descrição inicial, o portal afirma disponibilizar “materiais didáticos, em formatos diversos, enfocando as temáticas de gênero, corpo e sexualidade, para o trabalho com relações de gênero e diversidade sexual na

educação básica e outros contextos educativos”. A partir de uma análise do material disponibilizado, podemos perceber que não há propriamente a disponibilização dos materiais didáticos citados, mas sim sugestões de títulos com as suas respectivas descrições. Mesmo constatando a ausência das obras sugeridas, só a pesquisa disponibilizada pelo site constitui importante fonte para pensarmos em instrumentos para a construção de uma educação *queer*.

No texto que justifica o projeto podemos perceber que o embasamento teórico está de acordo com o pensamento que também defendemos aqui. Na introdução, há a diferenciação entre a educação sexual tradicional e a “educação não-sexista comprometida com a equidade e diversidade de gênero que hoje se delinea na política educacional brasileira”. O texto reconhece que as políticas educacionais mais tradicionais sobre sexualidade sempre restringiram o tema à dimensão dos direitos sexuais e reprodutivos e que tal orientação sempre se preocupou mais com a prevenção das DST’s, da AIDS e com a gravidez na adolescência do que com outros aspectos da experiência humana, como o desejo, o prazer e a diversidade de expressões afetivo-sexuais. Usando por base O Plano Nacional de Educação, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, o texto chama a atenção para o fato de que “promover ações no processo educacional para a equidade de gênero, de raça, de etnia e de orientação sexual” são as principais prioridades.

Ao analisar o site podemos perceber que além do texto introdutório, com forte preocupação em defender o discurso da diversidade, há duas caixas de conteúdo: a primeira, onde estão as sugestões de vídeos e a segunda, onde estão as sugestões de livros. Iremos trabalhar apenas com a primeira, já que o nosso maior interesse é analisar as possíveis relações entre cinema e educação. A caixa dos vídeos, por sua vez, é dividida em quatro itens: 1) Filmes; 2) Curtas educativos; 3) Documentários; 4) Conferências. Possivelmente ainda em construção, só encontramos material nos dois primeiros itens. Também não consideramos o fato do site estar “abandonado”, já que muitas sugestões de filmes encontradas no primeiro item são de títulos lançados do mercado recentemente.

Tanto o cadastro de filmes quanto de curtas educativos possuíam o título da obra, a foto da capa, as informações técnicas e a descrição da sinopse. Ficaria muito cansativo mencionar todos os títulos aqui, mas entre eles citamos “A excêntrica família de Antônia” (Marleen Gorris, 1995), “Billy Elliot” (Stephen Daldry, 2000), “Eu tu eles” (Andrucha Waddington, 2000), “Milk - A voz da igualdade” (Gus Van Sant, 2008), “Tatuagem” (Hilton Lacerda, 2013), “Transamerica” (Pam Wise, 2005), “Meninos não choram” (Kimberley Peirce, 1999), “Lanternas vermelhas” (Zhang Yimou, 1991), “Hoje eu quero voltar sozinho” (Daniel Ribeiro, 2014), “Azul é a cor mais quente” (Abdellatif Kechiche, 2013), entre outros.

No que diz respeito aos vídeos educativos encontramos títulos mais antigos, que abordam temas clássicos da educação sexual tradicional como a questão do aborto, métodos contraceptivos, primeira relação sexual (possivelmente abordada apenas a partir da perspectiva heterossexual), prevenção de DST’s e AIDS, bem como também temas que satisfazem as questões colocadas mais recentemente no campo da educação para a diversidade. Entre eles, destaco: “Acorda Raimundo” (Alfredo Alves, 1990), que questiona os papéis sociais dados aos homens e mulheres; “Amanda e Monick”



(André da Costa Pinto, 2007), que aborda a vida de duas travestis no interior da Paraíba; “Boneca na mochila” (Reginaldo Bianco, 1997) e “Novamente” (3 laranjas, 1991), que abordam os medos e fantasias que permeiam a questão da homossexualidade; “Minha vida de João” (Gary Barker, 2001) e “Era uma vez outra Maria” (Gary Barker, 2006), animações que abordam questões de gênero, entre outros.

## CONCLUSÃO

Os filmes propostos no presente trabalho são aqueles que, sejam curtas ou longas, documentários ou de ficção, visam abordar o caráter performativo do gênero, a fluidez do desejo sexual e as identidades discursivamente produzidas. Através de personagens e narrativas que fogem das representações tradicionais da sociedade heteronormativa, sexista e racista, buscam provocar um engajamento entre narrativa e espectador de maneira que este último tenha seus estados sensoriais e sentimentais alterados.

Na educação formal, a utilização de filmes que abordem as temáticas acima descritas pode ser de grande ajuda para pensarmos uma educação de fato libertária. No processo pedagógico, a utilização de determinados filmes no trabalho do educador com seus alunos pode possibilitar, além das alterações sensoriais e sentimentais descritos acima, também o estopim de discussões críticas acerca das representações oferecidas nos filmes. Desta forma, acreditamos que a utilização de filmes que abordem temáticas que estejam de acordo com as nossas escolhas teóricas pode ser de grande ajuda no processo de construção de uma educação *queer*: aquela que visa a subjetivação de indivíduos plurais e verdadeiramente autônomos.

## REFERÊNCIAS

AUMONT, Jacques. BERGALA, Alain; MARIE, Michel & Vernet, Marc. *Estética del cine. Espacio fílmico, montaje, narración, lenguaje*. Buenos Aires: Paidós, 2005.

BALTAR, Mariana. ‘Femininos em tensão: da pedagogia sociocultural a uma pedagogia dos desejos’. In. *New queer cinema: cinema, sexualidade e política*. Catálogo da exposição, 2015.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1 – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade 2 – O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade 3 – O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

\_\_\_\_\_. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

LOPES, Denilson. NAGIME, Mateus. ‘New Queer Cinema e um novo cinema queer no Brasil’. In. *New queer cinema: cinema, sexualidade e política*. Catálogo da exposição, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. 'Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação'. In. *Revista estudos feministas*. v. 9, n. 2: 1-13, 2001. Acesso em 22/04/2016, 17h.

\_\_\_\_\_. 'Pedagogias da sexualidade'. In. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. (Org. Guacira Lopes Louro). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.  
RODRIGUES, Carla. A política do desejo. In. *Cult*. São Paulo, n. 193, ano 17, agosto/2014, p.10-13.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SPARGO, Tamsim. *Foucault e a teoria queer*. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

TÜRCKE, Christoph. *Sociedade excitada: filosofia da sensação*. Trad. Antônio A. S. Zuin [et al.]. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.

## ALGUNS QUESTIONAMIENTOS SOBRE METODOLOGIAS QUALITATIVAS PARA O ENTENDIMENTO DA MIGRAÇÃO FORÇADA INTERNA

**Carlos Emilio Ibarra Montero<sup>1</sup>**

*Estudante do programa de doutorado em Memória Social  
da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
carlos.iba.bra@gmail.com*

**Francisco Ramos de Farias**

*Coordenador do Programa de Pós-Graduação em  
Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
frfarias@uol.com.br*

### RESUMO

A proposta deste trabalho de pesquisa é apresentar uma discussão acadêmica acerca dos tipos de estratégias metodológicas que servem para analisar, explorar, descrever, reinterpretar e observar o fenômeno da migração forçada interna, sempre tomando em conta o quanto é importante o trabalho e a assistência social que o investigador deve oferecer às comunidades com as quais interage. O processo de construção do conhecimento científico aliado à transformação de desenvolvimento social das comunidades marginalizadas é, sem sombra de dúvida, uma característica relevante que tanto a investigação militante quanto a observação participativa possuem. Ressalte-se, ainda, que tais estratégias metodológicas são implementadas durante a pesquisa de campo, o que enriquece o estudo sobre as migrações forçadas internas. Para o desenvolvimento deste trabalho foi necessário levantar algumas questões relevantes com a finalidade de entender quais são os benefícios e as desvantagens no uso desta metodologia qualitativa.

**Palavras chave:** *migração forçada interna, observação participante, investigação militante, histórias de vida.*

### ABSTRACT

The purpose of this research is to present an academic debate about some types of methodological strategies that help us to explore, analyze, observe, describe and reread the internal forced migration phenomenon. It is relevant not to forget about the community work importance who must be offered by the scientist who is constantly interacting with these marginalized groups. The building knowledge process, ally with the development social transformation of the needy communities is a specificity and important brand that militant research and participative observation, both of these, share, creating the feedback process making a bigger and an alternative background. For the development of this work was necessary to ask ourselves some crucial questions that will serve as a guide to venture into the social phenomenon without set aside what are the benefits and disadvantages of this kind of qualitative methodology.

**Key words:** *internal forced migration, life story interview, militant and participant observation research.*

<sup>1</sup> Este trabalho faz parte da investigação "Deslocamento forçado interno no México: o medo da violência como determinante do êxodo e a reconstrução da identidade" relativa à tese de Doutorado em Memória Social na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa recebe apoio do Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología do México (CONACYT) e da Universidad Autónoma de Sinaloa (UAS).

## Introdução

No presente trabalho, pretende-se mostrar a importância que as *metodologias qualitativas* baseadas na *observação participante* e na *investigação militante*, possuem na análise do fenômeno da *migração forçada interna*<sup>2</sup>. Além de demonstrar a riqueza das *histórias de vida* como ferramenta para a realização da pesquisa de campo. Assim este trabalho tem como propósito gerar questionamentos, que não serão aqui respondidos, mas servirão para refletir, pensar, criar e melhorar as nossas técnicas de pesquisa.

Para isso, esse trabalho é estruturado em três partes. Na primeira, falaremos sobre a importância da *metodologia qualitativa*, especificamente por meio de uma *perspectiva compreensiva e interpretativa*, de onde surgem os métodos da *observação participante* e da *investigação militante*<sup>3</sup> dos quais faz parte a ferramenta das *histórias de vida*. Nessa mesma seção, um espaço será dedicado a abordar os efeitos que essa proposta metodológica pode gerar na sua implementação. Na segunda parte, vamos discutir sobre as barreiras e os desafios que a *observação participante* e a *investigação militante* enfrentam e quais são os efeitos ou impactos na criação do conhecimento e, subsequentemente, na sociedade. Finalmente na terceira seção serão expostas as considerações finais.

## PARTE I

As histórias de vida como ferramenta metodológica permitem analisar profundamente o modo como cada migrante se vê, se assimila e se interpreta<sup>4</sup> dentro do processo do *deslocamento forçado interno*, isso a partir das suas próprias experiências de vida que se interconectam com as *estruturas sociais* e estas, por sua vez, com os atores, interagindo todos numa dinâmica caracterizada pela *competitividade*, *escassez*, *estigmatização*, *exclusão*, *violência* e *incerteza* (BELLO, 2001).

Segundo Gilberto Giménez (2009), uma parte importante da identidade dos indivíduos está configurada por três elementos: *o sentido de pertencimento*, *os atributos idiossincráticos e relacionais* e *a sua história de vida e trajetória social*. Sobre isso, os estudos de Martha Nubia Bello (2005), Maria Teresa Uribe de Hincapié (2001), Tobón y Otero (1995), Severin Durin (2013), Oscar Torrens (2012), Ewa Morawska (2005), Ian Chambers (1994), entre outros, mostraram que no caso do *fenômeno da migração forçada* por conta da violência, as pessoas se veem transformadas em sua configuração identitária. Com isso, não se pretende apontar que a identidade é uma estrutura estática e imóvel e sim que os processos de mudanças radicais e violentos experimentados pelos atores sociais transformam esses três elementos.

2 Neste artigo os termos migração forçada interna e deslocamento forçado interno fazem referência ao mesmo conceito, conforme os "Princípios rectores de desplazamientos internos de 1995" del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) que aponta que deslocado é toda aquela [...] población obligada a huir o dejar sus hogares o sus lugares habituales de residencia como resultado de los efectos causados por conflictos armados, situaciones generalizadas de violencia, violaciones a derechos humanos, o bien desastres naturales o causados por el hombre, población que no ha cruzado una frontera internacional reconocida entre dos Estados (ACNUR, 1995, p. 5).

3 Existem diferenças entre a observação participativa e a investigação militante. Enquanto a primeira se caracteriza por estabelecer uma relação difusa entre o pesquisador e a comunidade, procurando sempre a objetividade e tendo uma postura política e de valores neutros; a investigação militante constrói uma relação contratual com a comunidade e isso tem incidência em todo o processo, desde a determinação do título do projeto até os resultados obtidos e, com relação a princípios e valores, busca-se a justiça social, a defesa dos direitos humanos e a equidade.

4 O termo intérprete neste texto é entendido a partir da teoria da ação social de Max Weber como aquela em que o sentido apresentado pelo sujeito ou sujeitos, encontra-se influenciado pela conduta dos "outros" - pessoas que fazem parte do coletivo. Assim, a conduta dos atores sociais se encontra atravessada ou configurada por quatro eixos: o primeiro é a finalidade racional ou a ação instrumental, cujo modelo é a ação econômica, quando o ator social procura eficácia dos meios com relação aos fins; o segundo é a valorização racional na que a avaliação em relação aos fins é submetida a um juízo carregado de valores morais; o terceiro eixo é a ação afetiva, quando as emoções dominam a ação social; e, finalmente, o quarto elemento que configura a teoria weberiana, a ação tradicional, quando as tradições são predominantes e orientam a ação social. Ver em: Max Weber, (1922). *Economía y Sociedad*: esbozo de sociología comprensiva, Espanha, Fondo de Cultura Económica, 2002.

Então surge a primeira pergunta: como realizar uma leitura científica de questões tão profundas quanto as transformações identitárias nos atores da migração forçada interna?

As diversas metodologias de pesquisa participativa se encontram ligadas à *hermenêutica* e à *sociologia compreensiva*. Ambas partem do pressuposto que é possível entender o sentido da *ação social* por meio do compartilhamento das motivações e afetividades das comunidades que estudam. É justamente daí que surge a intersubjetividade e o dialógico da investigação, bem como o surgimento da teoria da “captação interpretativa do sentido da ação social”. Esta última procura marcar uma diferença entre as ciências sociais e as ciências naturais, já que a primeira tenta expor a importância de uma *perspectiva compreensiva e interpretativa*, propondo que propõe que a inteligibilidade dos atores, que fazem parte do fenômeno social, surge graças à possibilidade de experimentar as *vivências*, os *sentimentos* e as *motivações dos atores* (WEBER, 2002).

Assim, a *ação* pode ser lida como um conjunto de significados aprendidos por meio de habilidades investigativas que não se encontram em meros manuais de metodologia, uma vez que são adquiridas durante o processo de elaboração das pesquisas de campo, ou seja, pela experiência. Alguns exemplos dessas habilidades são a criatividade, a imaginação e a intuição, todos elementos importantes para o processo de reinterpretação que deve ser feito pelo pesquisador.

Ainda nos anos 1970, na Europa, os estudos hegemônicos eram aqueles com perspectivas *estruturalistas* e *institucionalistas*, bem como aqueles com enfoques *funcionalistas*, *organizacionais* e *sistêmicos*. Apesar de serem estas linhas as predominantes, existiu sempre uma questão preocupante com relação aos estudos que lidam com *pessoas*, *atores* ou *intérpretes*: o *ator social* evapora-se, some diante de uma estrutura carregada de conceitos construídos que, inclusive, em algumas ocasiões, estão sumamente afastados dos contextos *sócio históricos* ou da *ação social* (PARIS, 2012).

A *perspectiva compreensiva e interpretativa* fundamentalmente busca devolver a voz ao ator principal do fenômeno social estudado. No caso do processo do deslocamento forçado interno, esse ator é o migrante, e deve haver o cuidado para não lhe outorgar uma racionalidade pré-constituída, não perdendo *de vista a questão sócio histórica* (BOURDIEU, 2000). São essas características que fazem dessa metodologia qualitativa uma estratégia abrangente, pois se propõe a equilibrar as disparidades, dialogando com a *conduta humana* e as *estruturas*.

Mas como é possível devolver a voz aos atores do processo para que, de um lado, sejam eles os intérpretes e, de outro, sejam os cientistas os exploradores e descritores do fenômeno do deslocamento forçado interno? Quais são os efeitos trazidos por esta metodologia, ao reivindicar a voz dos atores principais do deslocamento forçado interno?

Durante todo esse processo traumático e violento, pelo qual os *migrantes forçados* atravessam, estes acabam ficando na *marginalidade* e isso significa não ter voz, não ser escutado. Décadas de investimento em pesquisas na Colômbia, mostram como as instituições fingiram não ter conhecimento do que acontecia e tudo para diminuir o impacto que a crise humanitária teria no país (HINCAPIÉ, 2001).

Foi com os primeiros estudos elaborados por organizações civis e instituições universitárias, que se iniciou o processo de escutar as vítimas que a guerra foi deixando no seu passo, e foi nesse mesmo processo que sociólogos, antropólogos, trabalhadores sociais, cientistas políticos, e outras áreas do conhecimento, concordaram que o fenômeno da migração forçada interna deveria ser entendido por meio das *histórias de vida* dos deslocados, pois essa era a única forma de saber onde estavam os mortos, quem estava desaparecido, quais foram as perdas econômicas, as perdas das tradições; serviu também para descobrir alguns carrascos, também políticos e militares que estavam envolvidos nas ações criminosas e conhecer quais eram as *condições socioeconômicas* daqueles que foram desterrados. Assim, essas *histórias de vida* são, hoje em dia, parte fundamental na *reconstrução da memória* da Colômbia e, simultaneamente, uma forma de *as vítimas reivindicarem social e juridicamente seus direitos*.

O desenvolvimento das pessoas se dá pela cotidianidade, pelas vivências do dia a dia, tanto individual quanto coletivamente, São precisamente essas experiências de vida de homens e mulheres que permitem a construção de relatos para a exploração do fenômeno do *deslocamento forçado interno*, um processo com especificidades, particularidades, variações, diferenças e similitudes. A riqueza trazida por cada intérprete ao contar sua história de vida, antes, durante e depois do *deslocamento forçado interno*, permite vislumbrar as diferentes formas de “ser um deslocado” por conta da violência (IBARRA, 2014a).

A perda de familiares, o desemprego, a perda das terras e seus modos de produção, a impossibilidade de voltar a seus lares por conta do temor de ser assassinado, a procura de um anonimato que aparentemente protege e gera tranquilidade, a perda de documentos de identidade, a busca por uma *reconfiguração indentitária* que ajude na inserção e aceitação nas novas estruturas sociais, o fato de estar diante do desconhecido e da incerteza do que será o futuro, a reconfiguração e a desintegração familiar, o trauma, os sonhos inconclusos, a resignação e a fatalidade, em alguns casos, isso tudo é a gama de cores, de claro-escuros que o processo do *deslocamento forçado interno* produz nas pessoas e que com os meses de convivência, de conversações, de confiança, exploração e observação são questões que vão aparecendo ou sendo censuradas pelos próprios relatores.

A despeito de essa metodologia qualitativa apresentar diversas barreiras que a tornam muito complexa, a investigação participativa é uma resposta que permite vencer os obstáculos, implicando na intervenção do pesquisador, qual tem que se integrar como parte do campo de estudo. Portanto, é muito importante que ele mesmo faça parte do fenômeno social que está pesquisando, já que o entorno se vê contaminado por sua presença intervenção. As técnicas da *observação participante* e da *investigação militante ou colaborativa* são categorizadas como humanistas, já que exigem a inserção do cientista na procura de soluções das problemáticas enfrentadas pela comunidade com qual trabalha. Também é verdade que essa ferramenta metodológica exige muita dedicação, sua recompensa, segundo Maria Dolores Paris Pombo, está em poder compreender as *motivações subjetivas* e o *sentido da ação social*, graças à possibilidade de enxergar, por meio de uma perspectiva interna, como é o processo do *deslocamento forçado interno* (HINCAPIÉ, 2012).

Cada fenômeno social tem a suas particularidades e traços, tanto coletiva quanto individualmente. Por isso, hoje em dia, os estudos de caso são muito importantes para entender os fenômenos sociais, desde o micro até o macro, e vice-versa. Esta procura ou tentativa de entender, explorar, descrever, observar e analisar os fenômenos sociais não é feita com a ideia de realizar estudos comparativos que buscam similitudes entre o que acontece com os deslocados pela violência na Colômbia, no México, no Brasil ou em qualquer outro país, e sim buscar as diferenças, as especificidades de cada caso, tanto no âmbito coletivo quanto no individual. Não obstante, realizar uma abordagem de um fenômeno social por meio de uma metodologia qualitativa, como a *observação participativa* e a *investigação militante*, ambas inseridas na proposta da *perspectiva compreensiva e interpretativa*, gera grandes desafios.

Então, surgem duas perguntas: Quais são os desafios e as barreiras enfrentados pela observação participativa e a investigação militante na academia latino-americana? Quais são os seus efeitos no desenvolvimento dos estudos científicos e seu impacto na sociedade?

## PARTE II

Dando continuidade aos questionamentos expostos na seção anterior e que tratam dos desafios e barreiras das metodologias qualitativas voltadas para um sentido humanista, vamos dedicar esta segunda parte a repensar as indagações propostas, não com o objetivo de oferecer respostas e sim de refletir sobre algumas soluções alternativas.

Gilberto Velho no seu trabalho intitulado “Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea”, remarca a importância de realizar trabalhos qualitativos e como estes, na maioria dos casos, exigem dedicação por longos períodos de tempo, muitos recursos, desafios comunicacionais entre o pesquisador e as pessoas que são estudadas, além da disponibilidade dos cientistas em se deslocar de um ponto geográfico para outro, isto dependendo das exigências que o fenômeno social em foco apresenta (VELHO, G. 1987).

Com relação aos estudos que exploram a interação social, uma das dificuldades apontadas por Gilberto Velho, citando Roberto da Matta, é “o estranho” entre o investigador e as pessoas que fazem parte daquele fenômeno de interesse. Segundo Gilberto Velho, tal estranheza entre ambas as partes não surge só pelo fato de que cada um -seja pesquisador ou pesquisado-, pertencer a nações diferentes, falarem línguas ou dialetos distintos- e sim, por serem duas pessoas que não tiveram proximidade, contanto físico. O autor aponta vários exemplos de sensações experimentadas pelos pesquisadores no dia a dia e mostra que, embora aquela pessoa lhe seja familiar, não significa que ele tenha conhecimento sobre a sua intimidade, sua vida diária e os afetos que a movimentam (VELHO, G. 1987).

Podemos então dizer que a sensação que se tem sobre determinada pessoa ser “familiar” pode ser confundida como sendo esta pessoa “conhecida”, quando, na realidade, ela pode ser desconhecida. Esse fator pode desviar uma linha de pesquisa ou sobrecarregar subjetivamente uma indagação (VELHO, G., 1987).

Diante disso, Gilberto Velho diz que só confrontando os mapas e códigos preestabelecidos, por meio do qual o pesquisador foi socializado é possível “estranhar” ou “familiarizar-se” (VELHO, G., 1987). E é nessa medida que surgirão a curiosidade,

a criatividade científica, as perguntas e hipóteses que motivarão os processos de exploração dos fenômenos sociais.

As questões que Gilberto Velho (1987) apresenta, no seu texto, são sumamente importantes e por isso devem ser consideradas nas pesquisas com metodologias qualitativas. Porém, existem outras barreiras que ultrapassam a relação entre o pesquisador e a pessoa que se encontra imersa no fenômeno social e estas dificuldades devem ser também, sem sombra de dúvida, colocadas na mesas de debates acadêmicos, como, por exemplo, a escassez de orçamentos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa na área das ciências humanas. Esse deve ser um tema na agenda de discussões, porque sem condições adequadas para elaborar uma pesquisa, o investigador fica encurralado e isto se vê refletido na recopilação de informação, dados, e conhecimentos obtidos nas pesquisas de campo e que ajudam a descrever, relativamente, de uma forma mais completa as problemáticas sociais de interesse e, conseqüentemente oferecer soluções.

María Dolores Paris Pombo, no seu detalhado estudo denominado *De la observación participativa a la investigación militante em las ciencias sociales. El estudio de las comunidades indígenas migrantes* (PARIS, D. 2012), coincide com Gilberto Velho (1987) em matéria dos desafios que os pesquisadores enfrentam durante o processo do desenvolvimento das pesquisas de campo. Não obstante Paris Pombo não só se foca nas complicações que surgem entre o pesquisador e a pessoa que faz parte do fenômeno social que se estuda, ela vai além, e elabora uma crítica sobre as oportunidades e as condições precárias características no ambiente acadêmico e científico nas ciências sociais. A pesquisadora aponta que a escassez de orçamentos e os programas educativos que exigem aos professores produção massiva, dilui as possibilidades de realizarem projetos com metodologias baseadas na *observação participativa, a investigação militante, os estudos de trajetórias, ou o trabalho de campo multi-situado*, pois estas técnicas exigem iminentemente tempo e recursos econômicos que possibilitem o deslocamento dos pesquisadores para diferentes regiões com a finalidade de aproximar-se ao fenômeno social.

O caso do estudo das *migrações forçadas internas* é sumamente complexo, já que exige uma dedicação e disponibilidade importante. Os pesquisadores devem transladar-se constantemente para dar seguimento aos êxodos de interesse, estes podem apresentar as seguintes características: *rural-urbano* ou *urbano-rural*, e *inter-urbano*, sempre sem perder de vista que as migrações podem ser circulares, estacionais e pendulares (MASSEY, D.; ALARCÓN, R. et.al.1991). Em qualquer das tipologias que se apresentem, o fato de tentar realizar estudos que pretendem elaborar *histórias de vida*, exige uma disposição de *tempo e orçamento* seja bem para os traslados, alimentos e materiais didáticos, tudo para desenvolver relações com as pessoas que estão sendo estudadas (MASSEY, D. ALARCÓN, R. et.al. 1991).

É sumamente conhecido que o ambiente acadêmico na América Latina estabelece dificuldades para os pesquisadores que tentam realizar estudos partindo duma metodologia baseada na *observação participativa* e são ainda piores as oportunidades daqueles que pretendem trabalhar com *investigações militantes*. Segundo Paris Pombo existem várias barreiras e desafios a encarar como pesquisador, por exemplo: o isolamento das universidades e os centros de pesquisa, as diversas exigências de competitividade e produtividade acadêmica e avaliações constantes além das cargas



horarias excessivas de trabalho em aula, divulgação cultural, gestão de projetos, fazeres administrativos, etc. Com tudo isto, as possibilidades de elaborar projetos de pesquisa voltados para a investigação de campo qualitativa que exija a elaboração de *histórias de vida*, de permanências longas de tempo nas comunidades, de uso de orçamentos para transporte, faz quase impossível o desenvolvimento de projetos com estas características (MASSEY, D. ALARCÓN, R. et.al. 1991).

Os efeitos na elaboração de conhecimento são notórios já que normalmente os estudos realizados, publicados em revistas internacionais, ou em livros, são repetitivos e não mostram a proximidade do pesquisador com o fenômeno social, quer dizer, é perceptível o distanciamento entre o conhecimento teórico e o contexto *sócio histórico*, sendo que as técnicas de *pesquisa-ação* e *observação* deverem ser mais do que nunca o centro de atenção dos pesquisadores das ciências sociais e estas devem ser vistas como parte do seu próprio estudo e reflexão. Considerando este ponto de partida podem ser abordadas as problemáticas sociais desde uma perspectiva humanista e transformadora (COLECTIVO SITUACIONES, 2004).

A relação que existe entre aquilo que representa o *conhecimento* (ciência) e ação (intervenção social do pesquisador) é o que rompe com os modelos da investigação tradicional e a *investigação militante* ou *colaborativa* a qual é uma técnica metodológica que unifica as atividades referentes ao conhecimento e a realidade mediante a participação do pesquisador e as comunidades que são estudadas, isto com a finalidade de alcançar uma melhora ou um avanço não só em termos científicos ou profissionais, e se na vida daqueles deslocados por conta da violência.

Um exemplo sobre este tipo de centros cooperação e de investigação interdisciplinares é a Universidade de Victoria, no Canadá. A ideia da investigação militante o colaborativa consiste em desenvolver os seguintes pontos:

1. Involve long term commitment;
2. stem from “authentic” needs and perspectives of the people;
3. be rooted in local culture, history and political economy;
4. focus research and related activities on those needs;
5. strive for a comprehensive “whole community” or multilevel approach;
6. combine research with development;
7. build local institutions;
8. evaluate results;
9. work towards and plan for sustainability;
10. involve reciprocal learning and knowledge development;
11. include personal, situational and political reflexivity;
12. engaged producers and contributing to scientific knowledge development through joint presentations, publications and other means of entering into scientific debate (SCHENSUL, 2010: 309).

Segundo o autor Jean Schensul (2010) é preciso desenvolver esta série de atividades com uma única finalidade, que o pesquisador possa se envolver no só como um ator que procura dados, histórias de vida, corroborar uma hipótese e atingir seus objetivos propostos no seu projeto de pesquisa, e sim como um ator ou um agente de mudança, de transformação justamente naquelas comunidades que fazem parte da sua pesquisa, até porque as transformações que o cientista possa gerar junto com a comunidade servem para construir novas linhas de pesquisa, novos estudos.

De acordo com Gilberto Velho, uma das características favoráveis das pesquisas realizadas no entorno onde se vive, é o contato e o confronto do resultado produzido pela investigação com os mesmos atores que foram parte desse processo de construção de conhecimento, isso diz Velho, enriquece os estudos já que faz ao pesquisador repensar aquilo que escreveu, uma vez que o indivíduo que foi parte daquela investigação pode estar ou não em acordo com a interpretação vertida pelo cientista (VELHO, G., 1987). Isto se encaixa com perfeição nos estudos sobre a migração forçada interna, em que retornar com o trabalho no qual encontram-se plasmadas as *histórias de vida* dos protagonistas do fenômeno social, produz não só contrariedades, e sim um sentido de empoderamento simplesmente por estarem sendo escutados. Isso para alguns pesquisadores faz parte da *construção da memória* daqueles povos que tinham sido esquecidos, marginalizados e censurados (BELLO, M. 2004).

Recuperar as histórias de vida de homens e mulheres que sobreviveram a massacres durante processos violentos com o objetivo de evitar a *negação* e a *distorção* dos acontecimentos seja através de escritos, da voz dos mesmos sobreviventes, da música, da escultura, quer dizer, de qualquer mecanismo que abra passo à interpretação e a retransmissão das experiências vividas; é de vital importância para manter o compromisso com os mortos e com a construção da memória de uma nação ou de um povo que precisa subsequentemente avançar na direção à justiça (LEVY, S.; FARIAS, F., 2016).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Existe uma discussão importante em matéria do uso da observação participante e a investigação militante, já que se aponta, que ambos tipos de metodologias são subjetivos e impedem realizar em profundidade, análises sobre que o acontece nos fenômenos sociais. Mas existem processos metodológicos na ciências sociais que sejam puramente objetivos?
- O uso das técnicas participativas nas comunidades de migrantes forçados internos por conta da violência exige disponibilidade por parte dos pesquisadores e também requer condições econômicas favoráveis, já que é preciso realizar trabalhos etnográficos multi-situados. Não obstante os programas universitários frequentemente se encontram focados em alcançar metas impostas por modelos educativos internacionais que exigem produção em quantidade e não em qualidade.
- A inserção do pesquisador nas comunidades de deslocados requer flexibilidade por parte do cientista, que vai da capacidade para se adaptar em diferentes espaços geográficos e às relações interpessoais nas quais se misturam as expectativas profissionais ou da pesquisa com as expectativas geradas nas comunidades.
- Por um lado, a observação participativa propõe compromissos, por exemplo, o estabelecimento de relações entre o pesquisador e as pessoas da comunidade

estudada e mesmo quando estas ligações não são contratuais nem explícitas, gera vínculos difusos entre os papéis pessoais, profissionais e em ocasiões políticas. Por outro lado, a investigação militante implica desenvolver entre o pesquisador e a pessoa estudada, uma relação formal, contratual, com o movimento social ou com os líderes das comunidades de migrantes. Não obstante ao longo do desenvolvimento da pesquisa as relações vão se tornando menos específicas na medida que o pesquisador estabelece relações pessoais com os atores que são estudados.

- As *pesquisas colaborativas* ou *investigações militantes* exigem por parte do pesquisador uma coincidência política, as vezes ideológica, e interesse profundo por apoiar as comunidades nos processos de reivindicação sócio jurídica, sempre tomando em conta que existem muitas possibilidades de que os objetivos que dirigem o projeto de pesquisa possam perder o rumo. Para evitar isso é preciso estabelecer alguns limites através da racionalização do pesquisador entre o papel que desenvolve como agente ativo das transformações da comunidade e o papel como analista das dinâmicas e das informações obtidas no trabalho de campo.
- É sumamente importante apontar que para poder atingir as exigências que a investigação militante ou participativa apresentam, é necessário a unificação de esforços entre diversas áreas do conhecimento como a psicologia, antropologia, sociologia, ciência política, serviço social, administração pública, arquitetura, entre outros mais (SCHENSUL, 2010). É através das ações coletivas no processo da construção de conhecimento científico que se constroem redes de interação acadêmica e nestes processos comunicativos surgem trocas de ideias que permitem ao pesquisador – quais quer que seja sua área de conhecimento, fazer uma abordagem da problemática social talvez desde uma perspectiva mais ampla e mais consciente do compromisso social que a ciência precisa ter principalmente nos países da América Latina.
- Recordar e narrar o conflito colombiano tem como objetivo reconstruir as memórias que abordam os abusos de poder existentes entre as memórias das vítimas e as versões institucionalizadas do passado ou aquelas narrativas dominantes dos líderes políticos, grupos armados, dos meios de comunicação, etc. É por meio da reconstrução da memória coletiva e individual que surge uma das possibilidades de documentar e questionar o passado (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA, 2013).
- A construção da memória através dos estudos que procuram recopilar, descrever, explorar e explicar as *histórias de vida* de pessoas que sobreviveram a contextos de extrema violência, abre passo ao empoderamento e a sua reivindicação social. É através dos estudos que utilizam técnicas como a *observação participativa* e a *investigação militante* que surgiram organizações dentro das mesmas comunidades que procuram lutar pelos direitos violados (IBARRA, 2014b).
- Reiniciar discussões e debates acadêmicos sobre novas formas e técnicas metodológicas para o estudo das ciências humanas ajuda a questionarmos uma e outra vez o “porquê e para que o conhecimento”, “quais são as implicações políticas, históricas ecológicas e culturais”, como aprender a construir pensamento

e a atuar desde nosso contexto social procurando articulá-lo com às comunidades que são estudadas para realizar em conjunto transformações de curto, médio ou longo prazo.

- É importante lembrar que o debate atual sobre os processos migratórios gira entorno à desconstrução da ideia, das migrações serem blocos compactos e homogêneos que apresentam problemáticas universais. Na medida em que se constroem categorias generalizadoras e se perde a curiosidade pela busca da especificidade, alteridade e diferencia, também nessa medida nos afastamos do contexto sócio histórico (SOLÉ; CACHÓN, 2012,).

## REFERÊNCIAS

ACNUR - Alto Comisionado de las Naciones Unidas para Refugiados -. "Principios rectores de desplazamientos internos", 1995, p. 5. Data de consulta 15 de febrero de 2016. Disponível em URL : [www.acnur.org](http://www.acnur.org)

BELLO, M. N. *Desplazamiento forzado y reconstrucción de identidades*, Colombia, Instituto Colombiano para el Fomento de la Educación Superior, 2001. "Identidad y desplazamiento forzado". En revista Aportes Andinos no. 8

---- *El desplazamiento en Colombia, regiones, ciudades y políticas públicas*. Medellín, Colombia, Edit. REDIF-ACNUR-Universidad Nacional de Colombia, 2005.

CASTLES, S. "La política internacional de la migración forzada", Migración y desarrollo, núm. 1. 2003. Data de consulta 03 de marzo de 2013. Disponível em URL:[www.migraciónydesarrollo.org](http://www.migraciónydesarrollo.org)

CNMH -Centro Nacional De Memoria Histórica-. "Recordar y narrar el conflicto: herramientas para reconstruir memoria histórica". Colômbia: Centro Nacional de Memoria Histórica e University of British Columbia, setembro 2013.

CHAMBERS, I. *Migración, Cultura, Identidad*. - Argentina, Amorrortu, 1994.

COLECTIVO SITUACIONES. "Algo más sobre la Militancia de Investigación. Notas al pie sobre procedimientos e (in)decisiones". Buenos Aires: Tinta Limón, 2004. Data de consulta 10 de julho de 2016. Disponível em URL: [http://www.nodo50.org/colectivosituaciones/articulos\\_15.htm](http://www.nodo50.org/colectivosituaciones/articulos_15.htm)

FOSTER, G. *Las culturas tradicionales y los cambios técnicos* - . México, Fondo de Cultura Económico (FCE), 1988.

GIMÉNEZ, G. *Identidades sociales*, México, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes (CONACULTA), 2009.

HINCAPIÉ, M.T. et. al. *Desplazamiento forzado en Antioquia: aproximaciones teóricas y metodológicas al desplazamiento de población en Colombia*, Colombia, Secretaria Nacional de Pastoral Social y Conferencia Episcopal de Colombia, 2001. "Ordenes complejos y ciudadanías mestizas", *Estudios políticos*, Núm. 12, enero-junio 98, 1998.

IBARRA M, Carlos Emilio. "De la inseguridad a la incertidumbre el: el desplazamiento forzado interno en el noroeste de México". En *Revista Trabajo Social*, Departamento de Trabajo Social, Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Colombia (UNC), Bogotá, no. 16, pp. 33-46, 2014.

---"Desplazamiento forzado e identidad de la mujer. El caso de un pueblo en Colombia, en *Arenas Revista Sinaloense de Ciencias Sociales*, México, Universidad Autónoma de Sinaloa (UAS), mayo-agosto, no. 37, 2014.

LEVY, D.; FARIAS, F. "O mal, a incredulidade, as reações". Em V. Dodebei (Presidente), *Seminário Internacional em Memória Social: espaços e itinerários da memória (SIMS)*. Seminário realizado em Rio de Janeiro, Brasil, 2016.

MORAWSKA, E. The sociology and history of immigration: Reflections of a practitioner, *International Migration Research, Constitutions and the promises of interdisciplinary*, UK, University of Essex, 2005. Data de consulta 16 de noviembre de 2012. Disponível em URL: <http://books.google.com.mx/books>

MASSEY, D. et. al. *Los Ausentes: el proceso social - de la migración internacional en el occidente de México*, México, Ed. Patria, 1991.

PARIS, M. D. (coord.). *La diáspora Triqui: violencia política, Desplazamiento forzado y migración*, México, Ed. Itaca, 2012.

\_\_\_\_\_(2012). "De la observación participativa a la investigación militante en las ciencias sociales: el estudio de comunidades indígenas migrantes". Métodos cualitativos y su aplicación empírica: por los caminos de la investigación sobre la migración internacional. México, Ed. UNAM. pp. 241-274.

SCHENSUL, J. Engaged Universities, Community Based Research Organizations and Third Sector Science in a Global System, *Human Organization*, Estados Unidos de América, Society for Applied Anthropology. N.4, v 69, p. 309, 2010.

SOLÉ, C. C. L. Globalización e inmigración: los debates actuales (Globalization and immigration: Today's Debates), *Monográfico sobre la globalización e inmigración*, 116 (S/N), 2012.

TOBÓN, G.; OTERO, Y. *Mujeres y desplazamiento, una realidad en la ciudad de Montería*. Colombia, Corporación María Cano, 1995.

PARIS, M. D. (coord.). *La diáspora Triqui: violencia política, Desplazamiento forzado y migración*, México, Ed. Itaca, 2012.

\_\_\_\_\_(2012). "De la observación participativa a la investigación militante en las ciencias sociales: el estudio de comunidades indígenas migrantes". Métodos cualitativos y su aplicación empírica: por los caminos de la investigación sobre la migración internacional. México, Ed. UNAM. pp. 241-274.

WEBER, M. (1922) *Economía y Sociedad: esbozo de sociología comprensiva*, Espanha, Fondo de Cultura Economica, 2002.

## O ENSINO DO HOLOCAUSTO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO RIO DE JANEIRO: POR QUE e PARA QUE?

**LEVY, Sofia Débora**

*Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em  
Memória Social da Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro  
Bolsista CAPES/PNPD  
sofiadebora@hotmail.com*

**ANTUNES, Roberto Anunciação**

*Coordenador de História da Secretaria Municipal de  
Educação do Rio de Janeiro  
robertmontparnasse@gmail.com*

**FARIAS, Francisco Ramos de**

*Coordenador do Programa de Pós-Graduação em  
Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Bolsista de produtividade em pesquisa 2 CAPES  
frfarias@uol.com.br*

### RESUMO

A importância do ensino do Holocausto é aqui ilustrada no trabalho desenvolvido há 11 anos na cidade do Rio de Janeiro numa parceria entre instâncias educacionais federais e municipais e sociedade civil para a formação de professores e alunos. Constituindo uma rede de transmissão de conhecimentos, desde o ensino superior até o ensino fundamental, as *Jornadas Interdisciplinares de Ensino do Holocausto* contemplam o tema dos Direitos Humanos tendo o bárbaro evento que assim marcou o século XX como paradigma de reflexão. Uma panorâmica do crescente interesse ao longo dos anos por parte dos professores das mais diversas disciplinas, bem como dos resultados alcançados junto aos respectivos alunos, ilustrados em suas produções de redações e desenhos, confirma o valor da inclusão desta temática na formação das gerações futuras, com fins à educação contra o preconceito e a discriminação.

**Palavras-chave:** Educação. Holocausto. Interdisciplinaridade

### ABSTRACT

The importance of Holocaust teaching is illustrated here by the work developed out of 11 years in the city of Rio de Janeiro in a partnership between federal and municipal educational institutions and civil society for the training of teachers and students. As a network for the transmission of knowledge, from higher education to elementary school, the *Interdisciplinary Journeys of Holocaust Education* contemplate the theme of Human Rights taking the barbarous event that so marked the 20<sup>th</sup> century as a paradigm for reflections. An overview of the increasing interest over the years by teachers of diverse disciplines, as well of the results achieved with their students, illustrated in their productions of essays and drawings, confirms the value of including this theme in the formation of future generations, for purposes of education against prejudice and discrimination.

**Keywords:** Education. Holocaust. Interdisciplinarity

## INTRODUÇÃO

O reconhecimento da importância da retransmissão da história do Holocausto é aqui ilustrado no projeto desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro junto aos professores e alunos de sua rede de ensino com a *Jornada Interdisciplinar de Ensino do Holocausto*. Já em sua 11ª edição, a *Jornada* vem formando e informando acerca do evento que marca a barbárie do século XX, com vias a contribuir para que a sua história não seja esquecida, não se repita e que sirva de paradigma de reflexão acerca do que o homem é capaz de fazer quando, em posição de poder, demonstra falta de consciência crítica ética e moral (LEVY, 2014). Este trabalho traz uma revisão do histórico desse projeto, seus objetivos, bem como os resultados atingidos, inclusive outros projetos dele advindos, evidenciando o interesse e o valor do trabalho interdisciplinar na formação de professores e alunos, ressaltando o reconhecimento da importância da ética e da cidadania como conteúdos enfocados em sala de aula a partir de reflexões acerca da história.

### 1. DA IMPORTÂNCIA DO ENSINO DO HOLOCAUSTO

O Holocausto nazista fez parte do plano eugênico do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, liderado por Adolf Hitler. Ao ministrar o conteúdo programático acerca da Segunda Guerra Mundial, no entanto, nem sempre os professores chegam a pormenorizar acerca da maior violação de direitos humanos da história moderna, legitimado socialmente. Percebendo essa lacuna, um grupo de vereadores apoiou proposta encaminhada pela Vereadora Teresa Bergher da ênfase ao conteúdo sobre o Holocausto nazista, sem prejuízo do conteúdo programático do ensino de História. Segundo a Lei 5.267 de 2011, o Conselho Municipal de Educação determinará uma abordagem especial de noções sobre o Holocausto nazista como forma de educação, prevenção e combate a todas as formas de discriminação e intolerância, conforme fixação dos conteúdos mínimos de que trata o artigo 332 da Lei Orgânica do Município (2016) – capítulo IV “Do Desenvolvimento Social”, subseção III “Do Planejamento da Educação e Seus conteúdos”.

Nesse sentido, a temática do Holocausto serve como o ponto de partida para a realização da *Jornada Interdisciplinar de Ensino do Holocausto*, para formação dos professores das escolas públicas municipais do Rio de Janeiro, abordando um evento que nunca deve ser esquecido apesar do horror nele perpetrado, pois seres humanos foram vitimados simplesmente por terem sido elencados em categorias marcadas para morrer segundo os interesses escusos de seus algozes, que concebiam uma sociedade eugênica, a qual demandaria uma limpeza étnico-racial da humanidade.

Numa visão ontológica acerca da destrutividade humana, o contraponto para com outros tempos e lugares não é díspare, o que reforça o investimento nesse conhecimento. Na rede pública do Rio de Janeiro, a maior rede municipal da América Latina, há também uma grande diversidade, grandes diferenças que refletem os diversos bairros que compõem a cidade - uma cidade que já foi partida entre o morro e o asfalto, mas que, hoje, reflete a riqueza étnica e a diversidade cultural do próprio país. Riqueza esta que, aos olhos radicais, racistas, perversos, pode significar pobreza, miséria, sujeira.

Com as *Jornadas*, intenta-se contribuir para promover uma reflexão sobre ações institucionais e individuais no combate à degradação da dignidade e à violência contra a

cidadania, favorecendo não somente a aprendizagem dos alunos, mas compartilhando conhecimento e experiências com os educadores e a sociedade em geral.

Essa é uma das mais importantes ações de formação de professores e alunos que a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro vem desenvolvendo em parceria com a *Organização Judaica Humanitária B'nai B'rith*, com o apoio da *Associação Religiosa Israelita Chevra Kadisha do Rio de Janeiro* e da *Sherit Hapleitá – Associação dos sobreviventes vítimas da perseguição nazista*. Em sua organização, O projeto conta com uma equipe interdisciplinar de consultores formada por historiadores, sociólogos, psicólogos, advogados e, claro, professores. É realizada anualmente nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre.

A primeira *Jornada Interdisciplinar de Ensino do Holocausto* realizada no Rio de Janeiro em 2006 foi coordenada pelas Professoras Helena Lewin e Sílvia Lerner, e desde então a adesão do público-alvo consolidou o projeto. Desde 2011, a coordenação geral da *Jornada* está a cargo do Professor Roberto Anunciação Antunes, e conta com a consultoria da Prof<sup>a</sup>. Dra. Sofia Débora Levy.

Mantendo como foco central o Holocausto, nos últimos anos a *Jornada* tem ampliado sua linha temática, abrangendo também os direitos fundamentais do cidadão brasileiro e a importância do combate a qualquer forma de preconceito. Com isso, visa-se consolidar, na formação das novas gerações, a importância do combate à intolerância, ao racismo, antissemitismo, homofobia, *bullying* e a quaisquer outras formas de discriminação. Vale ressaltar que as *Jornadas* têm, em média, a participação de 100 professores por edição.

Por seu caráter interdisciplinar, a *Jornada* é voltada para professores de todas as disciplinas - não apenas professores de História - que atuem no Ensino Fundamental I (4º e 5º ano) e no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) da rede pública municipal, e que serão orientadores de seus alunos, propiciando, a partir das palestras e materiais provenientes da *Jornada*, encontros e materiais que auxiliem a produção de textos em prosa (para alunos do 7º ao 9º ano) e representações gráficas (para alunos do 4º ao 6º ano), com os quais tomarão parte no concurso de redações e desenhos sobre o tema, cuja premiação culmina com o fim da *Jornada*, coincidindo com o final do ano letivo.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Por se tratar de um conteúdo extremamente profícuo para a reflexão do trato inter-humano, tendo como cenário as condições sócio-políticas e econômicas, em contraponto com os direitos humanos, o esclarecimento acerca do que foi o Holocausto advém como um investimento na formação dos cidadãos de hoje. O filósofo de origem judaica Theodor W. Adorno, um dos representantes da Escola de Frankfurt e da teoria crítica social, deixou a Alemanha nazista emigrando em 1934 para a Inglaterra e, em 1938, para os Estados Unidos; retornou à Europa em 1949. A partir de suas observações sobre o nazismo, em seu livro *Educação e emancipação* Adorno (1995) diz que a questão mais urgente da educação é a desbarbarização da humanidade:

Entendo por barbárie algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização – e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se



encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza. Considero tão urgente impedir isto que eu reordenaria todos os outros objetivos educacionais por esta prioridade. (ADORNO, 1995, p. 155)

E encontramos eco, para validar a importância do estudo do Holocausto na Rede Municipal carioca, nas próprias palavras do Prof. Dr. Ilmar Rohloff de Mattos, consultor de História da Secretaria Municipal de Educação, em documento que serve de preâmbulo para as Orientações Curriculares de História, tendo por base a noção de cultura do antropólogo Clifford Geertz. Texto esse que aponta para a valorização do espaço da sala de aula como o espaço vital para a desconstrução das desigualdades entre as sociedades humanas e a construção das noções de diversidade e respeito entre os indivíduos:

Desde então, a narrativa de toda e qualquer experiência histórica – a Aula de história – não pode deixar de ter como referência primeira e permanente a *humanidade* como uma coisa só, formada por *seres que compartilham uma mesma e única natureza* (a unidade biológica dos seres humanos) e tendo na *diversidade sócio-cultural* sua marca distintiva e necessária. Narrativas de experiências históricas que ao pôr em destaque a diversidade sócio-cultural, em particular na própria sociedade do aluno, poderão provocar um *estranhamento* por ter o aluno como referência os hábitos, regras e valores de sua própria experiência; mas um estranhamento que transformado em uma *desequilíbrio* por aquele que conduz a Aula deve se tornar o ponto de partida para a compreensão da diversidade sócio-cultural, para a aceitação das diferenças e para o respeito pelo diferente. Desequilíbrios que, além de propiciar mais uma vez a *descentração* do aluno, permitem ainda *desnaturalizar* as *desigualdades* entre sociedades e culturas, assim como as desigualdades no interior de nossa própria sociedade, por meio da crítica a classificações plena de *determinismos* (biológicos, geográficos), que propiciam diferentes formas de dominação, como superior – inferior, civilizado – bárbaro, evoluídos – primitivos, cultos – ignorantes. Mas ainda *desequilíbrios*, *descentrações* e *desnaturalizações* que tornam possível estabelecer uma relação diferente entre o presente e o passado mudando a compreensão pelos alunos do papel de ameríndios e negros africanos nas experiências colonizadoras da América pelos europeus, por exemplo; *desequilíbrios*, *descentrações* e *desnaturalizações* que tornam possível também *imaginar uma relação diferente entre o presente o futuro*. (MATTOS, 2012, p. 7-8, grifos do autor).

Assim, se tivermos por base a ideia desenvolvida por autores como Marc Bloch (2002) de que a História é a ciência dos homens no tempo, vemos claramente a fundamental necessidade de, em todo e qualquer tempo, promovermos o ensino e o estudo do Holocausto para as novas gerações. A cada geração, um pouco da memória se perde. Vivemos um tempo de memória fluida e líquida, como nos diz Zygmunt Bauman (2007). E, nesse contexto contemporâneo, há que se buscar a consolidação de valores e conceitos que remetam as novas gerações às memórias do passado. Vivemos tempos difíceis. Os sobreviventes do Holocausto estão partindo e a atual geração de jovens estudantes é a última a ter a possibilidade de ainda ouvi-los falar sobre o tema. Em breve, os relatos serão apenas indiretos, lidos ou assistidos em gravações.

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

A *Jornada* é um projeto dinâmico na medida em que cria as suas próprias demandas. Em 2014, a partir de uma sugestão de professores da Rede Municipal participantes da *Jornada*, incluímos alunos do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental (anos iniciais), criando a categoria “Desenhos” à qual se juntou o 6º ano configurando, assim, a participação de alunos e professores do Primário Carioca. Enquanto o Ginásio Carioca (que compreende alunos do 7º, 8º e 9º anos) continuou com a categoria “Redação”.

O desenho vencedor do concurso de 2014 é de autoria de Júlia Soares Rodrigues, de 10 anos de idade, aluna do 5º ano da Escola Municipal Rodrigo Otávio – Ilha do Governador – Rio de Janeiro.

**Figura 1.** Desenho vencedor do concurso da Jornada 2014



Fonte: (SME e B'nai B'rith, 2014)

Já a redação vencedora do concurso de 2014 é de autoria de Giovanna Moreira Ferreira, aluna da Professora Tânia Regina P. de Almeida, então no 7º ano do Ensino Fundamental do Ginásio Experimental Olímpico Juan Antônio Samaranch, localizado no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro (ANEXO 1 – íntegra da redação). No trecho abaixo por nós destacado, Giovanna deixa o seu alerta:

E você que pensa que o Holocausto acabou e nunca mais poderá acontecer, pense mais uma vez e reflita sobre o preconceito, a humilhação e a busca pelo poder, que podem estar presentes em qualquer momento e em qualquer lugar onde existam pessoas capazes de discriminar, matar e humilhar outro ser humano, “só” pelo PODER! (FERREIRA, 2014, ms.)

A redação da aluna Giovanna Moreira Ferreira concorreu com 112 redações no ano de 2014. Por ser a vencedora, além da divulgação de seu texto nos canais competentes da Rede Municipal, a aluna e sua orientadora fizeram jus a uma premiação que constou de um *tablet* para a aluna e um voucher no valor de 150 reais, em importante livraria carioca, para a professora. Para essa premiação, foi essencial a parceria com a Associação Beneficente B'nai B'rith, parceira da Secretaria Municipal de Educação desde a 1ª *Jornada Interdisciplinar do Ensino do Holocausto*.

A *Jornada* despertou tamanho interesse nos professores participantes que levou ao surgimento do *Grupo de Estudos do Holocausto*, já em seu 3º ano em 2016. Em vários momentos, os professores participantes pediam mais ações de formação e estudos sobre esse delicado e importante tema, para melhor orientarem seus alunos no processo de elaboração das redações e desenhos para o concurso da *Jornada*. Assim, em 2014, de modo experimental, foi organizado o 1º Grupo de Estudos, com a participação de 10 professores. Em 2015, o número de participantes passou para 22, comprovando o interesse e a importância desta ação. Em 2016, o número é de 30 participantes.

Ao final da jornada são premiados os melhores trabalhos realizados por alunos orientados por seus professores, os quais, por sua vez, também são premiados pelo empenho nessa orientação na qual têm autonomia para criar a metodologia que melhor se adequar à realidade de seus educandos.

Em dez anos da *Jornada Interdisciplinar de Ensino do Holocausto*, foram atendidos cerca de mil professores e três mil alunos da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro. E todo esse trabalho foi compartilhado para além das escolas participantes, nas formações nas diversas coordenadorias regionais de ensino, e nas formações promovidas pela equipe do Nível Central da SME carioca. Nas coordenadorias, as escolas participantes tiveram espaço para troca de experiências pedagógicas nas mais diversas áreas, visto que a *Jornada* é interdisciplinar. No Nível Central, setores ligados a outros projetos também tiveram acesso às práticas desenvolvidas em sala de aula a partir dos relatos e materiais disponibilizados pela *Jornada*, a partir de oficinas ministradas pelo Prof. Roberto Antunes (2014) nas quais relata todo o processo de acompanhamento, desenvolvimento e avaliação das atividades desenvolvidas pelas unidades escolares que participam do programa.

A partir de 2016, surgiu a demanda para que a *Jornada* também contemple alunos e professores de EJA - Educação de Jovens e Adultos - da SME - Rio, o que deve ocorrer a partir de 2017.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nunca antes na história da humanidade milhões de pessoas foram alvo de um governo dito civilizado, mas com tanto desprezo pela vida (UNESCO, 2013). O Holocausto foi o maior exemplo da violação de Direitos Humanos, responsável pelo assassinato de seis milhões de judeus (1,5 milhão de crianças), além de outros quatro milhões de pessoas, entre ciganos, negros, homossexuais, eslavos, Testemunhas de Jeová, comunistas, dissidentes políticos etc. Com esse fato lamentável, e outros que aconteceram ao longo do século XX e no início do XXI, tornou-se, nos tempos atuais, fundamental o debate e a discussão acerca dos Direitos Humanos para a construção de uma cidadania plena, em ambientes formais de educação. Fornecer os meios para que se obtenham

conhecimentos sobre temas como tolerância, diversidade, religião, cidadania, direitos civis e cultura, deve ser o caminho trilhado por todos aqueles que percebem na efetiva formação de crianças e adolescentes, a possibilidade real de construção de um mundo significativamente melhor e, principalmente, mais justo.

E exemplos dessa importância nós encontramos não só em nosso país. O jornal *Gazeta Russa* (GEROSIN, 2013) registrou que no Festival de Cinema de Moscou em 2013, uma das estreias de maior repercussão foi o documentário de Mumin Chakirov, “O Holocausto é uma Cola para Papel de Parede?”. A razão para o desenvolvimento do projeto foi um evento que causou muito alvoroço na blogosfera russa há cinco anos. Em 2011, duas participantes do programa de auditório “Insanamente Belas”, as gêmeas de 21 anos Ksénia e Euvguênia Karatígini, deram a seguinte resposta à pergunta “O que é o Holocausto?”: “Parece que é uma cola para papéis de parede”. O vídeo foi parar imediatamente na internet, ganhando um enorme número de visualizações e milhares de comentários, principalmente condenando e ridicularizando a falta de conhecimento das garotas. Após o incidente, as irmãs ganharam uma popularidade maior do que poderiam esperar ao participar de um programa de TV.

Foi então que o jornalista da rádio “Svoboda” Mumin Chakirov teve uma ideia: levar as irmãs em uma excursão ao Museu Memorial, erigido no local do antigo campo de concentração de Auschwitz, na Polônia. Chakirov contou aos jornalistas que não sabia qual seria a reação das moças e não planejou nada antecipadamente. “Eu estava pronto para qualquer reação. Aliás, elas poderiam não reagir de modo algum. Poderiam dar uma olhada e seguir em frente para percorrer as lojas. Se as meninas tivessem outra reação, bem, então haveria um enredo muito diferente”, conta. “A história das irmãs se transforma no retrato de uma geração que não tem nenhuma ideia sobre os crimes do nazismo. Estamos diante de um fenômeno muito mais complexo do que a negação do Holocausto: nos deparamos com o completo desconhecimento dele”, diz o diretor. No entanto, reconhece Chakirov, esse problema diz respeito não apenas à Rússia: na Europa, na América e até mesmo em Israel, muitos representantes da geração jovem preferem “não se interessar por esse tema” (GEROSIN, 2013, p. 2).

O filme tornou-se uma sentença não tanto para as garotas, mas para o sistema de ensino vigente nas escolas russas. É verdade que, na União Soviética, a palavra Holocausto também era desconhecida e a destruição em massa dos judeus durante a guerra era rodeada de silêncio pela propaganda soviética, que preferia o jargão “massa de vítimas entre a população civil”.

Portanto, vemos que, passados 70 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, cada vez se torna mais necessário estudar o Holocausto, para que a memória de tanto terror seja recordada para jamais se repetir.

## ANEXO 1

Redação vencedora do concurso da *Jornada Interdisciplinar de Ensino do Holocausto 2014*

Aluna: Giovanna Moreira Ferreira – 12 anos – 7º ano

Ginásio Experimental Olímpico Juan Antonio Samaranch

Professora: Tânia Almeida.

Bairro: Santa Teresa

## HOLOCAUSTO NUNCA MAIS!

Poder. O que uma pessoa pode fazer com o desejo insano de mandar em tudo e em todos? Será que alguém mataria mais de seis milhões de pessoas para que uma “raça” apenas mandasse em tudo e em todos? Sim. Por mais incrível que pareça um ditador chamado Adolf Hitler, de mente “fria”, doente e sombria teve a capacidade de patrocinar o pior e mais sangrento genocídio da humanidade no século XX.

O mundo se pergunta o porquê desse desejo de vingança contra um povo que só queria viver em paz e que, em muitos momentos, até defendeu a Alemanha que os massacrou. Morte. Loucura. Destruição. O desejo era matar a todos que, de alguma forma, não seguissem o seu ideal de vingança! Mas, vingança do que? Morte! Mas com que propósito? Em nome de uma raça ariana – onde todos tinham que ser altos, loiros e de olhos azuis?

O desejo e a crueldade tomaram conta do exército alemão, em nome da reconstrução e do poder de um povo. O desejo de matar os judeus e outros povos que não pertenciam ao mundo perfeito de Hitler. Mas que tipo de pertencimento é esse? Que tipo de incompreensão é essa? Talvez o mundo de hoje – minha geração – nunca possa compreender as razões ou a loucura desmedida dessa atitude.

Sinceramente, não sei o que queremos, mas o que queremos é que o Holocausto NUNCA MAIS entre em nossas vidas e destrua o mundo que estamos tentando construir.

Li vários livros e pesquisei bastante. Cheguei à conclusão de que, apesar da inteligência e autocracia imposta, a mente de Hitler era “seca”, como a seca que assola o nordeste brasileiro e “tenebrosa”, como a que nos amedronta quando a sirene toca no Morro dos Prazeres em dia de temporal.

Penso também que, com as pessoas que matou e destruiu, física e mentalmente – o povo judeu – poderia ter conquistado o mundo e reconstruído a Alemanha de uma forma muito mais digna e respeitosa. Poderia ter sido um líder amado e respeitado pela união que promovesse entre os cientistas e estudiosos judeus e alemães e por todos aqueles que, infelizmente, não estão mais entre nós para contar nenhuma história ou ter a opção de escolher o caminho de suas vidas.

Hitler obrigou milhões de judeus a seguirem regras, impôs o medo e obrigou a todos os judeus a usarem, uma espécie de “estrela da morte” no peito, que os tirou tudo que tinham: até a identidade. Mas, não tiraram a dignidade e o brilho das mentes que sobreviveram e continuam a engrandecer o mundo com suas descobertas e atitudes dignas e vitoriosas.

A necessidade deste momento histórico obrigou os judeus a viverem como ratos em seus porões, mas não os tirou a vontade de encontrar uma saída.

Esse enorme genocídio, também chamado de movimento nazista, matou não só aos judeus, mas também: prostitutas, negros, homossexuais, ciganos, deficientes físicos e mentais. A discussão está presente até hoje se, na realidade, Hitler era um obcecado ou um deficiente, não de corpo mas de espírito. Às vezes penso que era, na realidade, um “desalmado” e obcecado pelo poder.

E você que pensa que o Holocausto acabou e nunca mais poderá acontecer, pense mais uma vez e reflita sobre o preconceito, a humilhação e a “sede” pelo poder, que podem estar presentes em qualquer momento e em qualquer lugar onde existam pessoas capazes de discriminar, matar e humilhar outro ser humano, “só” pelo PODER!

O que tenho certeza é que enquanto tiver voz e viver, nunca vou desistir de dizer, escrever e gritar, se preciso for, a todos que conhecer: “O Holocausto, nunca mais!”

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. W. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.

ANTUNES, Roberto Anunciação. Uma história, várias imagens. *Caderno de atividades da Jornada Interdisciplinar de Ensino do Holocausto*. Rio de Janeiro: SME, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

FERREIRA, Giovanna Moreira. *Holocausto nunca mais!* Redação vencedora do concurso de redações da *Jornada Interdisciplinar de Ensino do Holocausto*. Rio de Janeiro, ms., 2014.

GEROSIN, Vassíli. Filme sobre o Holocausto ganha destaque no Festival de Cinema de Moscou. In: *Gazeta Russa*. 28 de junho de 2013. Disponível em: <[http://gazarussa.com.br/arte/2013/06/28/filme\\_sobre\\_o\\_holocausto\\_ganha\\_destaque\\_no\\_festival\\_de\\_cinema\\_de\\_moscou\\_20137.html](http://gazarussa.com.br/arte/2013/06/28/filme_sobre_o_holocausto_ganha_destaque_no_festival_de_cinema_de_moscou_20137.html)>. Acesso em: 30 nov. 2016.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. In: Disponível em: <[www2.rio.rj.gov.br/pgm/leiorganica/leiorganica.html#t6c4s2sb3](http://www2.rio.rj.gov.br/pgm/leiorganica/leiorganica.html#t6c4s2sb3)>. Acesso em: 06 de out. de 2016.

LEVY, Sofia Débora. *Holocausto: vivência e retransmissão*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MATTOS Ilmar Rohloff de. Orientações curriculares para o ensino de História: anos finais do ensino fundamental. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. *Orientações Curriculares: áreas específicas - História*. p. 4-11. Rio de Janeiro: SME, 2012.

UNESCO. *Por que ensinar o Holocausto?* Paris: Unesco, 2013.

## ECOS E RESSONÂNCIAS DO CRIME NA MEMÓRIA DA PESSOA CRIMINOSA: POSSIBILIDADE DE ENLUTAMENTO?

**CURCIO, Fernanda Santos**

Doutoranda do PPGMS/UNIRIO

**Bolsista DS CAPES**

*nanda\_fsc@hotmail.com*

**BRAZ, José Mauro de Oliveira**

Doutorando do PPGMS/UNIRIO

**Bolsista DS CAPES**

*jmobraz@yahoo.com.br*

**FARIAS, Francisco Ramos de**

Coordenador do PPGMS/UNIRIO

Bolsista Produtividade CNPq

*frfarias@uol.com.br*

### RESUMO

Com o crescimento constante da população carcerária no Brasil, nas três últimas décadas, a questão penitenciária vem se expressando nos mais diferentes cenários, desde em rodas de conversa informais até em reuniões de família e debates públicos. Em todos estes meios sociais uma figura central emerge em pontos diferentes das discussões, a figura de quem transgredir leis e normas, tornando-se, de certa forma, a figura central das práticas penais: a pessoa criminosa. Pretende-se por intermédio de uma reflexão no campo da Memória Social problematizar a rede de interpretações e lembranças que vêm sendo construídas em torno da figura do criminoso e em que grau esta tessitura contribui, ou não, para a perpetuação da pena mesmo que a mesma já tendo sido cumprida sob custódia no sistema penitenciário.

**Palavras-chave:** Memória. Criminoso. Criação.

### ABSTRACT

With the constant growth of the prison population in Brazil, in the last three decades, the penitentiary issue has been expressed in different scenarios, ranging from informal conversations to family gatherings and public debates. In all these social circles a central figure emerges at different points in the discussions, the figure of one who transgresses laws and norms, becoming in some ways the central figure of criminal practices: the criminal person. It is intended by means of a reflection in the field of Social Memory to problematize the network of interpretations and memories that have been built around the figure of the criminal and to what degree this texture contributes, or not, to the perpetuation of the sentence even though the same Having already been served in custody in the penitentiary system.

**Key-words:** Memory. Criminal. Creation.

## INTRODUÇÃO

Ao observar a história da humanidade, pode-se constatar o seguinte fato: os sujeitos que incomodam e/ou atrapalham certas camadas da sociedade são afastados do meio social. Com isto, nos arriscamos a afirmar que a reclusão de certas pessoas sempre existiu, conseqüentemente sempre existiram espaços de reclusão, e estes tinham como objetivo afastar os sujeitos tidos como inconvenientes pelo poder local. Chamemos aqueles que são excluídos de segregados, visto que de fato é isto que ocorre com eles, uma efetiva segregação, no sentido de separá-los do restante da sociedade. Ao lançarmos um olhar sob a história dos segregados, detecta-se na Idade Média, uma grande preocupação com a questão da exclusão, basicamente em função do surgimento e da rápida disseminação da lepra. Espaços de reclusão foram rapidamente criados e tiveram como principal argumento para a sua criação, a contenção da propagação deste mal. Tais espaços denominaram-se leprosários e foram construídos com o objetivo de separar o leproso do restante da população (FOUCAULT, 1996).

Ao final da Idade Média a lepra praticamente desaparece do mundo ocidental. Tal fato incorre no surgimento de uma série de estabelecimentos desprovidos de uso. Ao lançar olhar sob tais estabelecimentos observa-se que sua arquitetura prima para a segregação, logo, o mais lógico seria dar continuidade a utilidade deste espaço pelo viés que a própria estrutura disponibiliza. Se estas estruturas antes tinham o propósito de segregar, poderiam ser mantidas para a mesma finalidade, mudando apenas a categoria daqueles que seriam segregados. Diante de tal cena, tem-se que, os hospitais gerais, antigos leprosários, passaram a serem locais de exclusão destinados aos mais diversos sujeitos considerados inconvenientes ou desagradáveis como: portadores de doenças venéreas; miseráveis (pobres); vagabundos; prostitutas; alcoólatras; loucos; dentre outros. Esses sujeitos que expressam 'um modo de ser' ou um 'comportamento' diferente acabam por ser, geralmente, deixados a esmo por suas famílias, e assim acabam sendo desaprovados moralmente em função de suas particularidades de vida (FOUCAULT, 1996).

O tratamento, ou seja, a cultura vigente dos estabelecimentos que isolavam socialmente o sujeito sempre esteve norteadada pelo enquadramento moral, primando pela correção de maus hábitos e de paixões excessivas (FOUCAULT, 1996). Fossem calabouços, prisões, hospitais gerais, enfim, independente da nomenclatura, esses espaços eram usados pela classe dominante para manter os indesejáveis afastados, porém vamos nos deter especificamente aos espaços prisionais, espaços específicos para conter os transgressores de determinadas normas sociais, conhecidos como criminosos.

No decorrer da história do criminoso, houve também diferentes construções acerca do crime. O ato criminoso, na antiguidade era caracterizado como algo que iria a desencontro à vontade do rei, e aquele que cometesse tal ato era isolado e colocado à espera do suplício, que serviria de exemplo aos demais; poderia servir não apenas como exemplo, mas também para transformar o caráter do criminoso pela punição. Atualmente, o criminoso é considerado como aquele que transgride uma norma social específica e que assim contribui para a desordem social. As instituições prisionais criadas pelo homem variaram conforme o seu contexto sócio-histórico em aspectos diversos, como grandeza espacial, luminosidade, localização do espaço na cidade, e ações do encarcerador para com o encarcerado, contudo, um aspecto é constante,



independente de qualquer modificação que a instituição sofra: o fenômeno da privação de liberdade.

A punição, outro ponto nevrálgico do funcionamento das instituições prisionais, pode ser aplicada das mais diferentes formas. A atividade laboral forçada era uma dessas formas e ainda hoje é utilizada por alguns países. O trabalho foi escolhido para ser uma prática punitiva, pois segundo Faucher (1838) “o trabalho é a providência dos povos modernos; serve-lhes como moral que preenche o vazio das crenças e passa por ser o princípio de todo o bem” (apud, FOUCAULT, 2010). O trecho citado traz à tona a influência do pensamento iluminista que foi responsável pela constituição de grande parte das ações políticas da modernidade relacionadas aos encarcerados. A motivação pela aplicação do tratamento e da imposição da atividade laborativa é produto direto da concepção acerca do ócio que, enquanto na Antiguidade era visto como dádiva e oportunidade de crescimento pessoal, após a Revolução Industrial, passa a ser considerado algo extremamente depreciativo, pois se o trabalhador está ocioso; não está produzindo, e para a lógica do capital, sem produção não há mais valia.

A passos lentos a humanidade caminha na direção do tratamento do criminoso pelo viés dos direitos humanos. Assim diminuíram os castigos de caráter físico, e aumentaram as punições de caráter moral. No contexto da história das prisões observa-se que até recentemente os criminosos eram presos à espera de um castigo, porém com o advento da Modernidade, as prisões mudam a sua finalidade, para se converterem em espaços de punição visando à correção, com intuito de reinserir na sociedade aquele que transgrediu uma de suas normas.

Fundamentada em preceitos considerados científicos, as prisões modernas, deixam de ter como princípio a privação de liberdade somada ao castigo físico e passar a dar ênfase ao primeiro (AGUIRRE, 2009).

Ainda com relação às prisões modernas, sua função, e o público alvo para o qual ela foi pensada, deve-se ter em mente o seguinte fato: todos que se encontram encarcerados, chegaram até lá, pois cometeram um ato de violência. Não um ato por si só, mas um ato de violência que está previsto em lei, uma violência que é percebida como uma alteração no status das coisas, como aquilo que se opõe a ordem, ao normal, conhecida por violência subjetiva (ZIZEK, 2014).

Sobre este fato é importante esclarecer que as condutas tipificadas enquanto ilícitas são construções sociais e históricas, sofrendo transformações de acordo com as mudanças e interesses sociais. Como esclarece Christie (2011, p. 20),

O Crime não existe. Existem somente atos, aos quais frequentemente são atribuídos diferentes significados em cenários sociais diferentes. Os atos e seus significados são os nossos dados. Nosso desafio é seguir o caminho dos atos pelo universo de significados. [...] O crime está em permanente oferta. Atos passíveis de criminalização são como recurso natural ilimitado. Pouco pode ser considerado crime

- ou muito. Atos não são, eles se tornam; seus significados são criados no momento em que ocorrem. [...] O crime é portanto, produto de processos culturais, sociais e mentais. Para todas as condutas, inclusive aquelas tidas como indesejáveis, há dúzias de alternativas possíveis para sua compreensão: perversidade, loucura, honra distorcida, ímpeto juvenil, heroísmo político - ou crime.

O desrespeito às leis, que transforma ordem em caos é o que permite que os sistemas de segurança atuem sobre o sujeito, prendendo-o e confinando-o ao espaço conhecido como prisão.

A prisão, como toda instituição, precisa se manter útil, para que não chegue ao fim como ocorreu com os hospitais gerais. Sua característica principal é a condição de reprodução, logo, as ações que se desenvolvem neste cenário concernem a dinâmicas e padrões repetitivos, que se constituem para seus atores como hábitos. A questão central desse espaço social é a legitimidade, e para que isso aconteça é necessária uma incessante reprodução das práticas sociais, que são transmitidas permanentemente aos sujeitos encarcerados neste lugar.

Nesse sentido, alude-se que qualquer instituição, longe de ser um fenômeno individual, é construída para e por atores sociais. Isso significa dizer, que a mesma surge como resposta a diferentes demandas e problemas da sociedade. Seguindo esta lógica para que uma instituição se mantenha e se reproduza ela necessita de uma memória convergente a ela que propague a sua existência.

Costa (1997,) salienta que o ato da instituição de reproduzir a si mesma, produz memórias, uma delas a memória institucional, que se mantém por intermédio de um eterno movimento do que é instituído e o que vem sendo transformado – o instituinte. Este jogo pode ser compreendido sob duas perspectivas, a de uma memória-hábito que conserva e memoriza as condutas e comportamentos dos sujeitos sociais; ou como uma memória-arquivo, onde determinadas regras e informações devem ser constantemente recuperadas, para a manutenção de determinada ordem vigente. De acordo com Bergson (1990) o hábito é um tipo de memória, e por se tratar de um dispositivo que todos os seres humanos fazem uso, acaba por instaurar o que deve ser lembrado ou não. Berger e Luckmann (2004) compreendem que toda e qualquer atividade humana está sujeita ao hábito, sendo este reproduzido a partir das instituições. Importante evidenciar que é neste âmbito que nosso entendimento acerca das instituições se debruça. Assim, o hábito de repetição no âmbito carcerário é uma necessidade a ser apresentada cotidianamente para preservar a memória da instituição, bem como para transformar os instituídos.

Para pensar a Memória que é produzida no cárcere, deve-se em primeiro lugar romper com o silêncio e o esquecimento que são produzidos do lado de fora do ambiente carcerário (FACEIRA, 2015). Essa não é uma tarefa fácil, pois pode por vezes revelar dinâmicas e verdade que incomodam aqueles que passam a percebê-las. Mesmo assim, deve-se levar em consideração que “construir memória caracteriza então o humano em seus processos de socialização e aponta caminhos futuros, reconhecidos no passado e vivenciados no presente” (FARIAS, 2015, p. 79).

Posto isto, retomemos a abordagem de alguns conceitos como a memória hábito de Bergson aliada a alguns conceitos da Física para entendermos melhor a rede de memórias que se constituem em torno desta figura que ainda hoje é emblemática e causa as mais diversas querelas nos mais diferentes meios sociais: a figura da pessoa criminosa. Longe de quereremos esgotar o estudo ora travado, o pretendemos é trazer novas dinâmicas e abordagens, vislumbrando o aprofundamento desta pesquisa em momento posterior.

## 1. DA MEMÓRIA AO ECO

Levando-se em consideração que o hábito é um tipo de memória, denominada para esta abordagem como memória-hábito, que na verdade trata-se de uma memória que replica o passado, repete-o, contudo não é reconhecida como passado. Este tipo de memória utiliza o acervo da ação passada para a ação presente, replicando-se de forma automática. Um exemplo que pode ser dado acerca deste tipo de memória é aquela que é produzida pela memorização, muito presente e lições de casa onde ocorre o “saber de cor” (BERGSON, 1990).

Ao debruçarmos nosso olhar sobre os fenômenos físicos, tem-se que um deles em particular chamou a atenção, principalmente quando relacionado com o tipo de memória acima retratado. Trata-se do fenômeno do eco. Na física matemática, o eco pode ser entendido como a reflexão de ondas sonoras em determinado ambiente, ou seja, ondas sonoras que se propagam por um ambiente e encontram uma superfície que faz com que elas alterem sua trajetória, mantendo a sua energia e forma. Nesse sentido traçamos um paralelo entre ambos os conceitos apresentados para perceber que as memórias hábitos acabam por funcionar como um eco de memória, na medida em que conforme Bergson pontua, essa memória se replica sem necessariamente ser alterada.

Posto isto, é importante para a proposta deste trabalho trazer à tona uma memória presente no discurso de grande parte da nação brasileira, particularmente da população da cidade do Rio de Janeiro. Tal memória não precisa de esforço para ser percebida, basta que se levante a temática do criminoso em qualquer roda de conversa que ela emergirá. Trata-se especificamente da memória que diz: bandido bom é bandido morto; e suas similares.

É necessário tratarmos de alguns aspectos e darmos importância a consistência de tal discurso enquanto memória, ou seja, caminhar para o entendimento do por quê esta frase se apresenta na memória na sociedade. Determinados sujeitos não são diretamente reconhecíveis como sujeitos, e, além disso, há vidas que improvavelmente são reconhecidas como vidas.

É na trama social que o ser humano se constrói, produz, reproduzindo e criando memórias. Dependemos do mundo a nossa volta – este que nos invade repetidamente ao longo da nossa existência, que nos ajuda nas interpretações e representações, que acaba sendo um produto de um campo inteligível – que provoca, engendra e enquadra nossas percepções sobre a realidade que nos apresenta. Vivemos num campo de interpretações sociais elaboradas, que nos faz compreender e perceber o mundo de forma seletiva, esmaecendo a sensibilidade a determinados fatos e práticas, e acentuando reações afetivas a outros.

Partamos do seguinte exemplo: a estigmatização<sup>1</sup> dos loucos. Esta categoria é, até a atualidade, considerada por muitos como sendo perigosa. Contudo cabe questionar: como se sabe que o louco é perigoso? Se digamos, uma criança, com desenvolvimento mental e idade adequados para realizar leituras de situações e ações perigosas, tem contato com um louco pela primeira vez, e este não dá evidência de representar perigo, a experiência da criança indica que aquele sujeito não é perigoso. No entanto,

<sup>1</sup> Estigma segundo Goffman (1974) pode ser compreendido como um sinal corporal, e tem por objetivo atenuar algo extraordinário ou mau sobre o status moral de alguém.

se uma pessoa, que goza de total confiança do infante, adverte-o a respeito do perigo que ele, o louco, pode abrigar dentro de si, ela imediatamente o classificará como perigoso. Muito provavelmente, a pessoa que advertiu a criança também nunca experienciou uma ação agressiva por parte de um louco, mas da mesma forma deve ter sido advertida sobre o potencial perigo que este sujeito abriga. Concretiza-se assim a transmissão de uma experiência, ou de uma memória, e este processo acaba por vir a se repetir com todos aqueles que, são comumente percebidos como aqueles que 'não servem para viver em sociedade'.

Alguns discursos que entoam a pessoa criminosa são genéricos, universais, estereotipados e a-históricos. O medo, o perigo constante e generalizado e a insegurança que marcam esta realidade, juntamente com a ideia do Estado como um instrumento ineficaz e corrupto, não caminha na possibilidade de eliminar o preconceito, busca, ao contrário, exterminar os sujeitos estereotipados. Assim, a dificuldade de reconhecimento atrelada ao sentimento de intolerância se torna cada vez mais presente, sendo comum a exigência de um policiamento mais ostensivo, a redução da maioria penal, trabalhos forçados na prisão, pena perpétua, pena de morte, tortura e extermínio. Os discursos vêm se mostrando tão quanto violentos como aquilo que se diz querer destruir.

## 2. A MEMÓRIA E O RECONHECIMENTO

Falar da pessoa criminosa implica falar de crime, e em função do nosso objeto de reflexão ser a realidade brasileira, deve-se trazer à tona os estudos de Thompson (1980) acerca da crise do sistema penitenciário brasileiro e de como este sistema acaba por encontrar um fim em si mesmo diferente da recuperação da pessoa criminoso, sem dar retorno positivo à sociedade. Contraditoriamente aos alertas, o Brasil é um dos países com a maior população carcerária no mundo, numa política de aprisionamento em massa, ocasionando prisões completamente superlotadas em todo o território.

Outro fato que deve ser também considerado é que segundo o Relatório da Anistia Internacional (2015) as forças policiais do Brasil são as que mais matam no mundo. Na maioria dos casos, são homicídios de pessoas já rendidas, que já foram feridas ou alvejadas sem qualquer aviso prévio. O Relatório esclarece ainda que os assassinatos cometidos por policiais tem tido um impacto desproporcional na juventude de homens negros. Um dado ainda mais alarmante é que no ano de 2014, aproximadamente 16% dos homicídios registrados no Brasil tinham como autor um policial no País.

Mesmo com tal política de encarceramento e práticas de extermínio praticadas por policiais, é comum escutarmos nos mais diversos campos de discussão que vivemos no país da impunidade. Resta sabermos que tipo de impunidade tais discursos estão fundamentados, pois constata-se a ausência de algum grau de comoção em torno de determinada figura da pessoa criminosa.

Isso é reforçado no Brasil, principalmente pelo fato de 57% da população brasileira concorda com o extermínio de criminosos com esta frase (EXTRA, 2016). Tal fato permite inferir que existe um silêncio da população em relação à criminalidade e as condições do tratamento deste problema social. Acerca disto é importante mencionar que,

[...] o silêncio da sociedade, que se cala quanto às condições sub-humanas dos presídios, é uma das formas da violência simbólica. Esse silêncio pode estar representando perigosos espelhamentos simbióticos que abalam a pessoa

moral e ética que somos [...]. Nessa ótica, a prisão, na sociedade global, torna-se uma instituição simbólica e exemplar para revelar a dinâmica de uma violência poliforme. Sua complexidade reside na ambiguidade de ser e não ser a imagem da própria sociedade. É a imagem como mecanismo de dominação, que na prisão é transparente e perpassa toda a organização social com o objetivo de transformar a vida humana em força (im) produtiva. Em contrapartida, aparece no imaginário da sociedade como uma anti-imagem, como seu contrário, pois, pelo fato de ser separada, discriminada, permite, aos que se encontram fora de seus muros, a sensação de serem livres, honestos, limpos e vingados (GUINDANI, 2001, p. 49).

As normas, por meio da repetição, agem produtivamente para constituir – ou não – alguns sujeitos, não apenas no passado, mas inevitavelmente através do tempo. Estas normas devem ser memorizadas, uma vez que a sua manutenção não é possível se as mesmas atuassem só uma vez. A memória, ou melhor dizendo, as memórias nos ajudam a conceber a temporalidade de nossas vidas, ligadas a uma ação contínua das normas do passado e do presente. Desta forma, entendemos que “a produção normativa do sujeito é um processo de iterabilidade – a norma é repetida e, nesse sentido, está constantemente ‘rompendo’ com os contextos delimitados como as ‘condições de produção’” (BUTLER, 2015, p. 237). Partindo desta ideia de iterabilidade percebemos as normas não mais como modos determinísticos.

As condições sociais da minha existência nunca são completamente determinadas por mim, e não há capacidade de agir independentemente dessas condições e de seus efeitos não desejados. Relações necessárias e interdependentes com pessoas que nunca escolhi, e mesmo com aquelas que nunca conheci, formam a condição de qualquer capacidade de atuação que eu possa ter (BUTLER, 2015, p. 241).

Ao abordar a precariedade da vida, Butler (2015, p. 58), admite esta realidade ao afirmar que “o corpo é um fenômeno social” e, ainda, que “está exposto aos outros, é vulnerável por definição”. Conseqüentemente, “sua mera sobrevivência depende de condições e instituições sociais, o que significa que, para ‘ser’ no sentido de ‘sobreviver’, o corpo tem que contar com o que está fora dele”. O corpo é exterior a si mesmo. Isso significa dizer que ele se faz no mundo dos outros, temporal e espacialmente não controlável. Nele estão presentes diversos sentidos que não são nossos, em que “o modo como sou apreendido, e como sou mantido, depende, fundamentalmente das redes sociais e políticas em que esse corpo vive, de como sou considerado e tratado, de como essa consideração e esse tratamento possibilitam essa vida ou não tornam essa vida vivível” (BUTLER, 2015, p. 85).

Aqui conseguimos compreender que memória é capaz de manipular um entendimento objetivo sobre a realidade. Partindo da afirmação de Gondar (2003, p. 32), de que a memória é um instrumento de poder, e que “todo poder político pretende controlar a memória, selecionando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido”, há uma criação processual, que não restaura um passado, mas sim, o reconstrói diante do ângulo do presente. Neste espaço certas vidas serão consideradas como dignas de proteção e subsistência, enquanto outras vivenciarão a precariedade de forma mais intensa. Estamos, aqui, diante da questão do reconhecimento.

Como nos esclarece Butler (2015), a potência epistemológica de apreender uma vida, decorre, em parte, de que tal vida seja constituída em convergência com as normas que a definem como uma vida ou parte da vida. Isso converge ao fato de que são os

enquadramentos que agem no sentido de diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos. As normas novamente ganham força, na medida em que pelas suas repetições, levam à produção dos meios aos quais os sujeitos são reconhecidos. Contudo, é incontestável o fato de que tais normas não são deterministas.

Então, o poder de apreender aquilo ou não como vida advém de normas que facilitem o seu reconhecimento. Determinados sujeitos não são diretamente reconhecíveis como sujeitos, e, além disso, há vidas que improvavelmente são reconhecidas como vidas. Assim, podemos entender que, na verdade, a condição de ser reconhecido não é atributo dos seres humanos, “as normas da condição de ser reconhecido preparam o caminho para o reconhecimento, os esquemas de inteligibilidade condicionam e produzem essas normas” (BUTLER, 2015, p. 21).

A esse respeito Butler (2015, p. 33) afirma que não havendo o enlutamento, o que está vivo não é considerado vida, ou seja, “há uma vida que nunca será vivida’, que não é preservada por nenhuma consideração, por nenhum testemunho, e que não será enlutada quando perdida”. Isso significa dizer que no caso específico tratado neste trabalho, alguns criminosos, não terão suas vidas reconhecidas por determinados grupos, e isso, além de intensificar a precariedade da vida, abafa o reconhecimento de memórias relativas às suas presenças no seio da vida social. Vivemos numa realidade em que se busca banir e excluir tudo aquilo que entendido como grotesco, sujo, hediondo e indecoroso, ou seja, eliminando todos aqueles que rompem com as normas sociais e que não se reconhece enquanto humano, eliminando diferenças contagiosas e, portanto, perigosas. Os discursos de violência, tortura e extermínio vêm sendo reproduzidos como uma reflexão de um som estarrecedor, que esbarram nas superfícies, voltando-se para trás, refletindo-se.

### 3. DO ECO À RESSONÂNCIA

Se vimos que há uma trama de intenções por detrás da memória que tem a função de eco, questiona-se: como romper com este eco?

É incontestável o fato de que tais normas não são deterministas. Ao abordarmos tal discussão por uma perspectiva foucaultinana, a trama normativa é marcada por jogos de força, em que os sujeitos são, antes de tudo, objetos de poderes, instituições, ciências e, principalmente, de memórias. O reconhecimento – assentado na memória –, além de ser produto social, não é um fato congelado, mas vive num eterno movimento de instabilidade, em que a qualquer momento uma regra pode ser substituída, um ideal contestado, uma relação social transformada, novos espaços e modos de socialização criados.

O “conceito de memória, produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja” (GONDAR, 2005, p. 17), por conseguinte, a memória é uma categoria ética e política que manifesta em algo realizável e imaginável, que nos ajuda também na perspectiva de lutarmos na construção de reconhecimentos de vidas que já foram enquadradas como “perdíveis” e não passíveis de luto.

Voltemos novamente o olhar novamente para a física. Qual o fenômeno físico responsável pela quebra de um eco? Este é precisamente o fenômeno conhecido por ressonância. Em linhas gerais a ressonância pode ser entendida como um fenômeno que ocorre no encontro de duas ondas, no qual a segunda onda vai de encontro a primeira. Ao se encontrarem ambas as ondas somam suas energias e produzem uma nova onda, que

terá diferentes propriedades quando comparada com as suas geradoras. É precisamente ao olhar para este fenômeno físico que pode-se pensar um engendramento social na intenção de “romper” com o eco produzido e “criar” algo novo.

A memória, para Gondar (2005) é uma criação processual, que não restaura um passado, mas sim, o reconstrói diante do ângulo do presente. Ela é algo que surge a partir das relações sociais, sendo o Tempo o seu componente inseparável. Ele, não sendo visto como algo neutro que remeta a deterioração ou a evolução, mas sim devendo ser compreendido como uma eterna transformação do real. O Tempo, para a autora, é *Devir*. Que não se volve necessariamente a algum ponto ou desfecho, ele é um puro processo de tornar-se mais do que a coisa tornada.

Por tal entendimento, a memória não se reduz a representação. Aquela é um fenômeno vivo, complexo e pulsante, em que as representações são apenas os referentes cristalizados daquilo que se encontra numa incessante mobilidade. A memória é muito mais do que um aglomerado de representações, ela exprime um conjunto de fatores irrepresentáveis, como as formas de querer, sentir, mas também práticas de si e ações inovadoras.

Na ressonância, como um fenômeno que se apresenta diante de um sistema físico que recebe energia por meio de excitações, fazendo com que tal sistema comece a vibrar com amplitudes cada vez maiores, a superposição de ondas altera a energia do sistema, modificando sua amplitude. Na constituição da memória é possível vislumbrarmos um movimento similar. As imposições do *o que lembrar* querendo ou não, produzem estímulos como respostas às incitações. As ondas aqui propagadas se chocam com as ondas subjetivas (também construídas) que dão forma a novos modos de existência que se recriam permanentemente. Logo, a possibilidade de existência se compõem de forças inéditas.

O sujeito social, enquanto aglomerado de hábitos e lembranças que interferem no seu entendimento do mundo e nas suas relações, se constitui dentro destas ondas, podendo estas serem mais ou menos intensas. A conjugação de tais forças promove o encorpamento de sua existência.

A memória, aqui, deixa de ser entendida como um espaço sem demonstrativos de ação, “que apenas recebe inscrições codificadas para torna-se uma superfície vibrátil, reagindo à inscrição dos movimentos” (GONDAR, 2003, p. 35). É claro, que a formas e movimentos ressonantes nunca serão os mesmos, variando de acordo com os códigos de assujeitamento e reprodução.

A memória tem no *durante* seus conflitos, disputas e embates, mas é também neste espaço que se manifesta a *criação*. É neste contexto que é possível vislumbrar novas formas e processos de liberdade e reconhecimento, que possam vir a romper com a ratificação da perpetuação de práticas desumanas e hostis para com aqueles que transgrediram as leis penais, porque a memória, que num primeiro momento se afirma como um instrumento de poder, mostra-se também como uma arma que dá forma ao novo e que auxilia o sujeito no uso de seu talento mais invejável: o ato criativo de modificar-se.

## DA RESSONÂNCIA À MEMÓRIA: NOTAS (IN) CONCLUSIVAS

Sem a pretensão de eleger tal trabalho como responsável por oferecer conclusões para essas questões, propõe-se uma discussão sumária, a partir de uma digressão, que nos leva a um novo campo de possibilidade de investigação.

As verdades/memórias produzidas no meio sociocultural são inerentes aos poderes que se exercem sobre os sujeitos. Por outro lado, não é possível se conceber um relacionamento a si sem verdades/memórias que dão forma o universo de referência do indivíduo. Partindo desta assertiva, entendemos que as normas, por meio da repetição, agem produtivamente para constituir – ou não – alguns sujeitos, não apenas no passado, mas inevitavelmente através do tempo.

Estas normas devem ser assimiladas, uma vez que a sua manutenção não é possível se as mesmas atuassem só uma vez. A memória, ou melhor, as memórias nos ajudam a conceber a temporalidade de nossas vidas, ligadas a uma ação contínua das normas do passado e do presente. É nesse cenário que memórias podem vir a surgir funcionando na trama social como um eco. Constata-se que algumas destas memórias podem ser prejudiciais para a própria trama social. Acerca disto trouxemos à tona o bordão “bandido bom é bandido morto”, amplamente aceito na sociedade, como um dos exemplos na medida em que a própria existência desta “vontade de ver o bandido morto” minimiza as chances de ressocialização da pessoa criminosa.

Como já eludimos, não é possível reconhecer facilmente uma vida deslocada dos enquadramentos memorizados, estes que não somente elaboram a forma como podemos conhecer e identificar a vida, mas, sobretudo, servem como sustentáculo para essa mesma vida. A distribuição desigual da situação precária faz com que aquelas vidas que não são consideradas valorosas e eminentemente lamentáveis, possam suportar situações como morte, privação de direitos, maior exposição à violência e à morte.

Romper com isso implica criar uma ressonância, que será aquilo que romperá com o eco produzido. No entanto, por mais que se diga muito acerca dos conceitos, fica uma lacuna do âmbito prático a ser preenchida. Como gerar a ressonância?

Uma das possíveis respostas aqui apresentada é a de que deverá ser gerada, obviamente no âmbito discurso, aliado a efetivação de políticas públicas eficazes direcionadas às pessoas criminosas. Este discurso “ressonador” pode ser construídos dentro de escolas e universidades na medida em que a violência, o ódio e a segregação de grupos como o das pessoas criminosas, é por vezes produto de ações que foram tomadas com base em memórias. Estas ao funcionarem como ecos, foram transmitidas de uma geração para a outra, e são essas memórias que devem ser elaboradas ocasionando uma “inflexão e direção ao sujeito, reforçando a sua autoconsciência e o seu eu” (ADORNO, 1995, p.48), por intermédio de ressonâncias, intencionando criar novas memórias e consequentemente novos discursos em torno de uma questão que é problemática para a humanidade: a realização do crime e o destino do ator deste crime.

Deve-se, contudo, ressaltar que, o ambiente educativo não é, jamais foi, e rogamos para que nunca seja, concebido como redentor da solução dos problemas sociais. A escola, a universidade e a educação são possíveis caminhos para construção de modos de vida e comportamentos sociais que admitam a convivência respeitosa com aqueles que são diferentes, com aqueles que de alguma forma são segregados e marginalizados, ressaltando que uma forma para a aceitação e compreensão do diferente é a aproximação (teórica e prática) entre os sujeitos.



## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. Em: Maia, C. N. e outros (org.). **História das prisões no Brasil**. v.1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- ANISTIA INTERNACIONAL. **Use of force**. Amsterdã: Amnesty International, 2015.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, Cap. 2 p. 67 – 121, 2006.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CHRISTIE, N. **Uma razoável quantidade de crime**. Tradução e notas André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- COSTA, Ilcéia. **Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. Rio De Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997 (Tese de Doutorado em Ciência da Informação).
- EXTRA. **Para 57% dos brasileiros, 'bandido bom é bandido morto', diz Datafolha**. Brasil: 2016. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/brasil/para-57-dos-brasileiros-bandido-bom-bandido-mo-rto-diz-datafolha-20400484.html>>. Acesso em: 05/10/2016.
- FACEIRA, Lobelia. da Silva. O trabalho nas prisões: possibilidade de criação ou alienação? In: FACEIRA, L. S.; FARIAS, F. R. (org.). **Punição e prisão: ensaios críticos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- FARIAS, Francisco. Ramos. Homens à deriva: os egressos do sistema penitenciário. In: FACEIRA, L. S.; FARIAS, F. R. (org.). **Punição e prisão: ensaios críticos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- FOUCAULT, Michael. **História da loucura: na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GONDAR, Jô. DODEBEL, Vera. (orgs.) O que é memória social? Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.
- GONDAR, Jô. Memória, poder e resistência. In.: GONDAR, J; BARRENECHEA, M. (orgs.). **Memória e espaço: trilhas do contemporâneo**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
- GUINDANI, Mirian. A Violência simbólica e a prisão contemporânea. In: Civitas – Revista de Ciências Sociais. Pontifícia da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 1. Porto Alegre, 2001.
- THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993.
- ZIZEK, Slavoj. **Violência**. São Paulo: Boitempo, 2014.

## O CICLO SONO-VIGILIA E O ENVELHECIMENTO: PRÁTICAS RESIGNIFICADORAS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

**De AZEVEDO, Diana Paola Gutierrez Diaz**

*Estudante de doutorado do Programa de  
Cognição e Linguagem-UENF  
Diana.gutierrez0922@gmail.com*

**ISTOE, Rosalee Santos Crespo**

*Professora do Programa de Pós Graduação em  
Cognição e Linguagem-UENF  
rosaleeistoe@gmail.com*

**RISSE, Lea Sandra**

*Pedagoga do programa  
" Terceira idade em ação"- UENF  
risse.lea@web.de*

**AZEVEDO, Néilton Gomes**

*Doutor e Mestre em Educação-UFF  
nelitonga@gmail.com*

### RESUMO

O envelhecimento populacional como característica principal da nova era demográfica com aumento no número de idosos em relação à população mais jovem impõe retos de perspectiva interdisciplinar, ao ser uma etapa do desenvolvimento humano de alta vulnerabilidade determinada por diversas variáveis, entre elas as mudanças biológicas, psicológicas e sociais. Assim, uma mudança biológica na velhice é a dessincronização do ciclo sono-vigília produzindo modificações na sua qualidade subjetiva e objetiva, além de interferências na vigília como a sonolência diurna excessiva, a falta de energia, as limitações em atividades cotidianas, as variações do estado de ânimo, um menor rendimento cognitivo e risco de quedas. Uma diminuição significativa de estímulos na vigília com a aposentadoria, a perda de contato social, a atividade e a rotina que gera o trabalho pioram as alterações de sono. Propõe-se a educação permanente com a estimulação cognitiva e a resignificação deste ritmo como estratégia principal para impactar positivamente nesta situação.

**Palavras-chave:** Envelhecimento. Ciclo sono-vigília. Educação permanente.

### ABSTRACT

Population aging as the main characteristic of the new demographic age, with an increase in the number of elderly people in relation to the younger population, poses challenges of an interdisciplinary perspective, being a stage of human development of high vulnerability determined by several variables, including biological, psychological and social. Thus, a biological change in old age is the desynchronization of the sleep-wake cycle producing changes in its subjective and objective quality, in addition to interferences in wakefulness such as excessive daytime sleepiness, lack of energy, limitations in daily activities, state variations Lower cognitive performance and risk of falls. A significant decrease in wakeful stimuli with retirement, loss of social contact, activity, and the routine that generates work worsen sleep disturbances. It is proposed the permanent education with the cognitive stimulation and the resignification of this rhythm as main strategy to positively impact in this situation.

**Key-words:** Aging. Sleep-wake cycle. Continuing education.

## INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional como característica principal da nova era demográfica com aumento no número de idosos em relação à população mais jovem, impõe retos de perspectiva interdisciplinar, ao ser uma etapa do desenvolvimento humano de alta vulnerabilidade, visando uma velhice bem sucedida dentro do reconhecimento de suas potencialidades em prol do bem-estar físico, psicológico e social, que por sua vez gera impactos positivos na qualidade de sua vida, na família e na sociedade em geral.

Desta maneira as diferentes mudanças que traz o processo de envelhecimento requerem uma abordagem que integre a geração de conhecimento, a educação e a resignificação das práticas sociais que afetam o imaginário social e o discurso dominante encaminhados ao declínio e a perda. Assim, o presente trabalho se apresenta como parte inicial de uma pesquisa de Doutorado que tem como objetivo principal contribuir na compreensão e intervenção em uma das mudanças fisiológicas mais relevantes na velhice como são as modificações do seu ciclo sono-vigília.

As alterações do sono na velhice geram consequências negativas em sua qualidade de vida por uma sonolência diurna excessiva, a falta de energia, as limitações em atividades cotidianas, as variações do estado de ânimo, um menor rendimento cognitivo e risco de quedas; que por sua vez gera isolamento social. Uns dos fatores causais mais relevantes dentro desta mudança são a diminuição significativa de estímulos na vigília pela aposentadoria, a perda de contato social, a atividade e a rotina que gera o trabalho; situação que se explica ao ser o ciclo sono-vigília um ritmo com sincronizadores internos como os mecanismos regulatórios fisiológicos e os sincronizadores externos como são o ritmo de luz-escuridão e normas e hábitos sociais.

Na etapa da velhice os imaginários sociais de perda e de improdutividade com consequentes discursos e ações que isolam os idosos pioram as alterações de sono. Desta forma se propõe que através de uma desconstrução e posterior transformação desta realidade objetiva desde a subjetividade, usando a educação como estratégia de intervenção para a higiene e o cuidado do ciclo sono-vigília em um grupo de idosos que participam no programa de extensão “Terceira Idade em Ação” da Universidade Estadual do Norte Fluminense podem contribuir positivamente no seu ciclo sono-vigília e portanto incidir em sua qualidade de vida.

Assim, para a presente pesquisa, que faz parte de uma tese de doutorado em andamento, adoptou-se uma metodologia qualitativa com uma pesquisa bibliográfica e apresenta os resultados de um levantamento de dados sobre as estratégias e intervenções para melhorar a qualidade de sono nos sujeitos propondo uma intervenção educativa para impactar positivamente no ciclo sono-vigília na população idosa. Por último, a estrutura que se desenvolve a continuação descreve algumas generalidades do processo de envelhecimento e a velhice, a fundamentação teórica em relação ao ciclo sono-vigília no idoso e a educação nesta etapa da vida, finalizando com os resultados alcançados correspondente à proposta de intervenção educativa para a resignificação deste ritmo.

## 1. O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E A VELHICE

O mundo está envelhecendo, fenômeno evidenciado na transformação demográfica que estatisticamente corresponde ao aumento das pessoas maiores e do acréscimo da idade média da população por consequência de fatores como o aumento da esperança da vida e a diminuição da mortalidade secundários aos avanços na ciência e às intervenções para a prevenção e diminuição das doenças infecciosas e dos principais fatores de risco nas doenças crônicas não transmissíveis como a hipertensão arterial, a cardiopatia isquêmica, a doença cerebrovascular, a obesidade e a diabetes mellitus, além da diminuição da mortalidade infantil e perinatal (REYES; CASTILLO, 2011; CEPAL, 2014); entre outros fatores como o descenso da fecundidade, a mudança na composição da população e as migrações (COTLEAR, 2011).

Em relação a esta transformação demográfica, segundo a Organização Mundial da Saúde, até o ano 2025, Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos (WHO, 2005) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) refere:

“Nos últimos anos, Brasil apresenta um processo acelerado de envelhecimento com um novo padrão demográfico que se caracteriza pela redução da taxa de crescimento populacional e por transformações profundas na composição de sua estrutura etária, com crescimento mais lento do número de crianças e adolescentes, paralelamente a um aumento da população em idade ativa e de pessoas maiores” (2009, p.23).

Este panorama demográfico implica orientar políticas e estratégias de ação que protejam os direitos, a qualidade de vida, a saúde e o bem-estar de uma população com alta vulnerabilidade como são os idosos, os quais desde uma abordagem cronológica é um grupo populacional que vive a última fase da vida (CAMARANO, 2012). Entretanto, o processo de envelhecimento é um fenômeno único, individual e multidimensional determinado por vários fatores mais que a idade cronológica influido por variáveis biológicas, psicológicas, sociais e culturais.

Desde uma abordagem biológica, o envelhecimento é geralmente o resultado de um deterioro em função do tempo, como fator determinante, por desgaste cumulativo que causa a degeneração gradual; assim, se apresenta como um processo individual, onde o deterioro funcional, a velocidade e o padrão de declínio difere de pessoa a pessoa e mesmo é diferente em cada tecido e órgãos de um organismo (MELIS et al., 2013). Então, fisiologicamente, o corpo no envelhecimento apresenta mudanças estruturais com a declinação de diversas funções. Em geral, todas as células perdem a competência de dividir-se e reproduzir-se; muitas delas diminuem sua capacidade funcional ou inicia um processo de funcionamento anormal (RODRÍGUEZ; HERNANDEZ, 2006).

O processo de envelhecimento está determinado geneticamente, mas também influido por fatores ambientais, como a dieta, o exercício, o tabaquismo, o consumo de bebidas alcoólicas e a exposição a microrganismos e contaminantes (MURAKATA; FUJIMAKI; YAMADA, 2015). É assim que o corpo na velhice sofre alterações fisiológicas intrínsecas que não geram incapacidade na fase inicial, mas que ao passar dos anos causam níveis crescentes de limitações no desempenho de atividades básicas da vida diária e até afetações na qualidade de vida (ESQUENAZI; SILVA; GUIMARÃES, 2014), além das consequências derivadas das patológicas adquiridas antes e durante esta etapa, razões pelas quais é uma idade de maior susceptibilidade.

Enquanto ao processo do envelhecimento desde a abordagem psicológica ou psíquica corresponde à avaliação subjetiva que faz a pessoa em relação a sua idade e as manifestações e cambios próprios da velhice e que é o resultado de uma construção através de toda sua vida, influenciada por fatores psicológicos, sociais e culturais. Usualmente o idoso enfoca psicologicamente o processo de envelhecimento como uma etapa de perdas, declínio e incapacidade, fruto dos preconceitos e crenças contruídas pela sociedade; ainda que os fatores psicológicos adquiridos através dos anos jogam um papel essencial, com os quais se desenvolvem mecanismos de afrontamento, capacidade de adaptação a cambios e solução de problemas, importantes na aceitação da aposentadoria, mudanças fisiológicas da velhice, doenças, entre outros determinantes, próprios desta etapa.

Neste sentido, fatores sociais como a educação tem influência na percepção do envelhecimento: “A educação em idade mais jovem, combinada com oportunidades de aprendizado permanente, pode ajudar as pessoas a desenvolverem as habilidades e a confiança que precisam para se adaptar e permanecer independentes à medida que envelhecem” (WHO, 2005, p. 30); ao igual de sua importância no aumento da esperança da vida, como o referem Murakata, Fujimaki e Yamada (2015) sendo que a personalidade, a educação da infância e os fatores de comportamento contribuem à longevidade.

Por outro lado, os autores Moraes, Moraes e Lima (2010) se referem ao envelhecimento psíquico como o amadurecimento que leva ao ser humano à busca do autoconhecimento e do sentido da vida sendo um processo individual e pode apresentarse segundo quatro tipos, tendo em conta a parte somática associado a alguma perda física limitante e à parte psíquica associada à maturidade mental, paz, sabedoria, aceitação da realidade e compreensão do sentido da vida: Robustez física e cristalização psíquica, robustez física e maturidade psíquica, fragilidade física e cristalização psíquica, fragilidade física e maturidade psíquica.

Finalmente, o ter e continuar com um projeto de vida, planejado geralmente desde etapas iniciais, permite uma melhor adaptação à velhice, ao reconhecer o envelhecimento com um processo natural e que deve ser aceitado: “Homens e mulheres que se preparam para a velhice e se adaptam a mudanças fazem um melhor ajuste em sua vida depois dos 60 anos” (WHO, 2005, p.27). Desta forma, o apoio social é um fator decisivo para favorecer a adaptação psicológica do idoso a esta etapa superando igualmente os preconceitos de perda de funcionalidade e produtividade.

Por último, o processo de envelhecimento desde uma abordagem social traz uma serie de fatores a considerar, todos eles com grandes consequências na qualidade de vida, o bem-estar, a saúde e que tem seu grau de influência nas mudanças biológicas e psicológicas no idoso. É assim que falar das relações, papeis e funções sociais nesta etapa, da aposentadoria como sucesso relevante em sua “vida produtiva”, na imagem e representações sociais da velhice são alguns de tantos pontos que se devem ter na mira quando de desenvolvimento de ser humano se refere, sendo cada pessoa o resultado de uma construção histórico-social, determinado de seu decorrer pela vida e sua forma de olhar o mundo.

Portanto, o termo de envelhecimento social refere-se aos aspetos, mudanças e transições sociais na velhice con suas respectivas consequências, relacionado à idade social que

segundo Neri (2005) faz referência à avaliação do grau de adequação de um indivíduo ao desempenho dos papéis e dos comportamentos esperados para as pessoas de sua idade em dependência do contexto social e histórico no qual se desenvolve. Igualmente, esta construção ao longo da história e o estabelecimento da velhice como categoria social é referida por Silva:

“A noção de velhice como etapa diferenciada da vida surgiu no período de transição entre os séculos XIX e XX. Uma série de mudanças específicas e a convergência de diferentes discursos acabaram reordenando o curso da vida e gerando condições para o surgimento da velhice. Dois fatores se destacam como fundamentais e determinantes: a formação de novos saberes médicos que investiam sobre o corpo envelhecido e a institucionalização das aposentadorias. A geriatria e a gerontologia foram os saberes emergentes que se debruçaram, respectivamente, sobre o corpo velho e sobre os aspectos sociais da velhice, determinando em grande parte o estabelecimento desta como categoria social” (2008, p. 158).

Um dos aspectos mais relevantes do envelhecimento social são as mudanças nas relações, papéis e funções sociais. Nesta etapa da vida, a aposentadoria o afastamento do “mercado laboral” faz que geralmente o idoso mude os grupos sociais e pessoas que frequenta a causa do contacto por seu trabalho mais também das atividades que conlevan o compartilhar dentro desse espaço social. Por outro lado, este tempo liberado pode ser uma oportunidade dentro da família para participar em outras atividades que antes não tinham lugar, fato que é positivo para o idoso, mas que tem dependência com a presença o não da família como rede de apoio.

Na velhice, a relação de dependência com a família aumenta, além de diminuir-se o perder-se a função social nesta (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2012), sumado a que, o idoso com limitações funcionais ou doenças pode gerar um sentimento de “carrega” para os familiares responsáveis de seu cuidado. Entretanto, a família é uma das principais redes de apoio dos idosos, é assim que as demandas associadas ao envelhecimento populacional nos países em desenvolvimento poderiam ser contempladas pelos fortes elos familiares, o que alerta para a necessidade crescente de sistemas de suporte formais que suplementem o cuidado familiar (BOTONI et al., 2014).

Igualmente, aumenta a probabilidade de perder parentes e amigos, uma diminuição do grupo social con alto risco para o isolamento que se relaciona ao declínio da saúde física e mental. A solidão é um fator ligado à cultura; assim, as redes de apoio diminuem e em algumas sociedades os homens têm menos chance do que as mulheres de obter-as, além disso, em algumas culturas, as mulheres idosas que ficam viúvas são sistematicamente excluídas da sociedade ou até rejeitadas por sua comunidade (WHO, 2005).

Com respecto aos grupos sociais que frequenta o idoso, cresce a tendência a um envelhecimento mais ativo garantido gradualmente por políticas de ação em resposta ao envelhecimento populacional e a necessidade do cuidado e busca de desenvolvimento integral na velhice como grupo vulnerável. Desta maneira, os idosos participam de grupos de convivência, onde compartilham com membros da sua própria geração, desenvolvem atividades de lazer ou exercem outras ações participativas como nas associações de aposentados. Estas constituim redes de apoio, úteis no sentimento de productividade, autonomia, além de promover o cuidado da saúde mental e

física. Os grupos de convivência são espaços importantes para promover mudanças comportamentais, tanto no idoso quanto na comunidade, no preconceito que ainda permeia esta relação, mais também fortalecem o papel social do idoso (AREOSA; BENITEZ; WICHMANN, 2012).

Retomando a mencionada anteriormente como mudança relevante na vida do idoso a aposentadoria é denominada pelos teóricos como um momento especialmente crítico, um marco da velhice, já que o papel do idoso enquanto “improdutivo” é crucial para a definição de sua posição social (BORGES, 2007). Sendo assim, em uma sociedade onde o tempo para trabalhar ocupa uma porcentagem significativo na vida das pessoas e faz parte importante para o estabelecimento do status social, o aposentado é considerado como um sujeito que não tem mais capacidade de contribuir para sociedade, pois não trabalha e não produz algo útil ou novo.

Este posicionamento pejorativo confirma a ausência de um papel social, pois o trabalhador torna-se um inativo, e este não tem mais representatividade (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2012).

Outro aspecto importante dentro do abordagem social do envelhecimento é a renda o qual influi diretamente na qualidade de vida do idoso:

“Os mais vulneráveis são homens e mulheres idosos que não possuem bens, pouca ou nenhuma poupança, nenhuma pensão ou pagamento de seguro social, ou que façam parte de famílias com renda baixa ou incerta. Os que não possuem filhos ou parentes frequentemente enfrentam um futuro incerto e correm um risco maior de falta de moradia, abandono e pobreza” (WHO, 2005).

Sendo assim, o idoso com baixa renda tem a necessidade de voltar ao mercado de trabalho pela obrigação de “produzir” para sobreviver e não pela felicidade e realização no trabalho, muitos deles, aceitando condições da informalidade laboral (BORGES, 2007). A desigualdade na renda e as carências econômicas que flagelam a velhice constituem um problema social com grande impacto, como o refere Camarano: “No Brasil, como em outros países em desenvolvimento, a questão do envelhecimento populacional soma-se a uma ampla lista de questões sociais não resolvidas, tais como a pobreza e a exclusão” (2004), condições que pioram a saúde mental e física e a percepção do idoso em relação a esta etapa da vida.

Apresentou-se então, a base sobre a qual se abordara a presente pesquisa refletindo como aquelas mudanças biológicas, psicológicas e sociais se inter-relacionam e determinam a qualidade de vida do idoso. A continuação se descreve a fundamentação teórica que permite a compreensão dos resultados, destacando seu encaminhamento metodológico de pesquisa bibliográfica através do levantamento de dados em artigos científicos e capítulos de livros, onde a busca foi feita em médio impresso e em bases de dados como Scielo, Scopus, PubMed, LILACS disponível on line na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Scholar, utilizando-se os descritores: Envelhecimento, sono, educação para idosos e higiene de sono; para alcançar o produto final da elaboração de uma proposta de intervenção educativa para a resignificação do ciclo sono-vigília no envelhecimento normal, como um dos objetivos de uma tese de doutorado em andamento, desenvolvida com população idosa do programa “Terceira Idade em Ação” da UENF.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta pesquisa, com abordagem interdisciplinar, possui inicialmente fundamentação teórica a partir de uma perspectiva biológica para a construção conceitual das mudanças relacionadas ao ciclo sono-vigília no envelhecimento, partindo de suas generalidades ao descrever-o dentro dos ritmos circadianos que regulam a vida do ser humano influenciado por <sup>9</sup> fatores internos ou fisiológicos e externos ou socioambientais, sendo que estes últimos se configuram a partir da história individual, familiar e social do sujeito permeados por uma desvalorização cultural do descanso e uma supervalorização do trabalho e a “vida produtiva”, a qual é perdida socialmente na velhice, situação que deve ser mediada pela educação permanente como instrumento emancipatório, que permita a reinvenção e transformação da sociedade como afirma Paulo Freire.

Neste sentido, a educação tem seu função na promoção de uma velhice bem-sucedida encaminhada em sua perspectiva de ocorrer ao longo da vida segundo referido por Paul Baltes; posicionando-se como a estratégia para a resignificação de práticas há o ciclo sono-vigília com a hipótese de que a uma maior estimulação cognitiva no envelhecimento se tem um sono saudável com um impacto positivo na qualidade de vida desta população. Igualmente, se fundamenta na teoria da reserva cognitiva de Yaakov Stern para explicar como as mudanças cerebrais no idoso têm um padrão variável mediado pelas experiências de participação e execução em atividades complexas ao longo da vida, incluindo na velhice, o que sustenta a importância de continuar uma estimulação cognitiva na população idosa com benefícios não somente para prevenir o declínio cognitivo, mas também para melhorar a qualidade do sono.

### 2.1. O ciclo sono-vigília no envelhecimento normal

Todos os seres vivos incluindo o ser humano apresentam oscilações periódicas em sua bioquímica, fisiologia e conduta denominados ritmos biológicos, os quais são variações temporais e previsíveis nos níveis de seu organização biológica cuja função principal é a otimização do metabolismo e utilização da energia para a sustentação dos processos vitais do organismo, sendo a cronobiologia a ciência que estuda estes ritmos nas funções corporais (GOLOMBEK, 2002). Um dos ritmos biológicos mais importantes no ser humano é o ciclo sono-vigília, espécie diurna que dorme em sua maioria pela noite com intervalos de 24 horas, com menos horas de sono e mais de vigília. Sua regulação é feita através de mecanismos homeostáticos que permitem manter o equilíbrio interno com os principais sincronizadores como a secreção de melatonina, o ritmo da temperatura e o ritmo de excreção de cortisol, além disso a influência dos estímulos externos como a luz ambiental e as normas e hábitos sociais (PIN-ARBOLEDAS; ALARCÓN, 2007).

Entretanto, com o envelhecimento, o ritmo circadiano sono-vigília apresenta uma desincronização interna, uma diminuição na amplitude do ciclo e um avanço na fase, produto da perda neural, a perda da capacidade de resposta à informação do SCN, a degeneração do nervo ótico, a aparição de cataratas e a alteração dos ritmos relacionados como são o avanço de fase do ritmo circadiano da temperatura, o avanço da fase da secreção do cortisol e a diminuição da secreção do hormônio indutor de sono que é a melatonina, mudanças que dão origem às queixas e alterações no sono do idoso (DE LA CALZADA, 2000; GEIB, 2003; ÁNGELES-CASTELLANOS, et al. 2011).



As pessoas ao envelhecer experimentam uma modificação objetiva e subjetiva do sono; assim o envelhecimento normal origina diferenças na sua arquitetura, ocasionando alterações em sua quantidade e qualidade (GEIB, 2003; QUINHONES; GOMES, 2011). Entretanto, os idosos devem dormir em torno de 7 horas por noite, mas com os mudanças, o sono é mais fragmentado e descende a 5-6 horas com aparição de até dois cochilos curtos de 10 a 20 minutos, tempo de descanso que pode ser insuficiente, afetando as atividades no dia, ainda que este é um processo onde as diferenças inter-individuais são importantes, o que faz que umas pessoas precisem dormir mais que outras (DE LA FUENTE; ALBARES, 2004).

Estas alterações ocasionam consequências no idoso, desde a percepção de “dormir ruim na noite” e com um sono não reparador (COSTA; CEOLIM; NERI, 2011), até disfunções que afetam a qualide de vida e a saúde salud nesta etapa. Assim, a sonolência diurna excessiva que a incapacidade de permanecer acordado e alerta durante o período da vigilia, com episódios não intencionados do sono, é uma queixa comum nos idosos, associada com uma alteração do estado da saúde, mau funcionamento físico e baixos níveis da atividade física, limitações nas atividades da vida diária, dificuldades para se acomodar a novas situações, sintomas depressivos, um maior risco de doença cardiovascular, além disso é um importante fator de risco para o deterioro cognitivo em pessoas de idade avançada (VASHUM et al, 2015).

Um dos efeitos secundários da baixa qualidade e quantidade de sono em sujeitos de idade avançada é a diminuição do rendimento psicomotor e a função cognitiva, que pode aumentar o risco de quedas, o qual se potencializa com o uso da medicação para dormir, com uma subsequente preocupação pelo uso e até abuso destes remédios, sendo a automedicação nesta idade uma prática perigosa pelo comprometimento que pode gerar na saúde.

Adicionalmente, aquelas mudanças do ciclo sono-vigilia estão influidas por fatores que pioram as alterações de sono como são o consumo de bebidas com cafeina, álcool, nicotina e maus hábitos ou deficiente higiene para dormir.

Segundo Oliveira et al. (2010) a qualidade do sono nos idosos está associada a características socioeconômicas como a idade, o gênero, a escolaridade e a saúde geral auto-percebida. Desta maneira, a percepção subjetiva de “um mau dormir” tem uma grande influência do médio sociocultural no qual se desenvolve o sujeito de idade avançada (RIOS, 2011). Em contraste, a percepção de apoio social exerce um fator protetor na qualidade do sono do idoso, ao gerar sentimentos de pertencência, ligação, bom estado de humor e um ambiente que induz a aprender e manter comportamentos de saúde positivos, incluindo hábitos saudáveis do sono (COSTA; CEOLIM; NERI, 2011). Assim, a educação, eixo transversal que acompanha todo processo de socialização é um instrumento que permite um envelhecimento ativo e contribui a gerar práticas de autocuidado, com um impacto positivo na qualidade de vida dos sujeitos.

## **2.2. A educação nos idosos**

Dentro do ângulo do envelhecimento como uma construção histórica, social e cultural, com uma conceição dinâmica da velhice na sociedade, a educação é um processo que determina a forma de ver o mundo e de intervir na qualidade de vida, bem-estar e saúde dos idosos. Desta forma, este processo nos idosos deve corresponder a uma

aprendizagem para a vida, a qual se faz possível mediante uma construção coletiva, compartilhando experiências com eles e deles em um espaço com função socializadora, garante de uma educação na humanização sem dicotomias do homem e o mundo e por tanto problematizadora, que leve a esse esse pensar certo como a capacidade de assumir diante os outros e com os outros os aspectos do mundo e dos fatos (FREIRE, 1996), então se converte em um instrumento emancipatório.

Por sua vez, essa educação humanizadora e problematizadora possibilita o desenvolvimento do pensamento crítico, permitindo permear a imagem negativa do envelhecimento e do ciclo sono-vigília, resignificando práticas permeadas pelos discursos de desvalorização da velhice e do descanso, com o objetivo de gerar aprendizagens com os quais tenham a possibilidade de mudar comportamentos e condutas, de desconstruir e reconstruir, como é o caso de modificar seus hábitos do ciclo sono-vigília orientados a seu auto-cuidado e abordar suas próprias mudanças relacionadas às alterações de seu ritmo de atividade-descanso.

A educação na etapa da velhice promove um envelhecimento ativo que segundo Baltes e Baltes (1993) é aquele que está encaminhado há a perspectiva *Life-Span* que inter-relaciona desenvolvimento, aprendizagem e envelhecimento como inseparáveis, os dois primeiros que ocorrem ao longo de toda a vida, incluso nesta etapa. Além disso, a educação constitui um fator protetor do idoso frente à demência e as mudanças cognitivas da idade ao melhorar o fluxo sanguíneo cerebral aumentando o aporte de oxigênio e glicose ao cérebro e de gerar uma proteção contra o efeito dos radicais livres, segundo Carnero-Pardo (2000).

Entre outras vantagens da educação permanente no idoso está explicada pela teoria da reserva cognitiva proposta por Yaakov Stern que explica a tolerância dos sujeitos em afeições como a lesão vascular, a doença de Parkinson, a lesão cerebral traumática, o HIV, os transtornos neuropsiquiátricos, a esclerose múltipla e a doença de Alzheimer, antes de apresentar perda cognitiva, assim como no envelhecimento normal, onde os idosos com uma reserva cognitiva (RC) aumentada podem reduzir o risco das mudanças cognitivas próprias da velhice (STERN; SCARMEAS; HABECK, 2004).

Segundo Sobral, Pestana e Paúl (2015) a RC é dinâmica, evoluindo ao longo da vida, incluso se a estimulação cognitiva é feita no envelhecimento. Daí a importância de continuar com atividades estimulantes cognitivas nos idosos, não só para prevenir o deterioro cognitivo mais também para melhorar a qualidade do sono que igualmente contribui ao ótimo desempenho cognitivo, mencionando por sua vez, que aquelas atividades contribuem ao estabelecimento de redes de apoio diminuindo o risco do isolamento social o que igualmente impacta positivamente na qualidade de sono nesta população.

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados da presente pesquisa correspondem a uma proposta de intervenção educativa para a resignificação do ciclo sono-vigília no envelhecimento normal dirigida a desenvolver um processo de ensino-aprendizagem orientado à resignificação como a via para aprender e ensinar o cuidado de seu ciclo sono-vigília. Então, resignificar os diferentes sentidos e significados em relação ao tema permitirão uma apropriação de uma nova linguagem que transforme ou reforce comportamentos e conhecimentos em relação à atividade-descanso adquiridos ao longo da vida.

A população alvo é um grupo de idosos do programa da “Terceira Idade em Ação” da UENF sendo possível extrapolar a outros grupos de população idosa pela relevância e universalidade do tema. A proposta está orientada ao alcance dos seguintes objetivos:

- Criar consciência no idoso sobre a importância do cuidado do ciclo sono-vigília.
- Estabelecer um espaço para a expressão da história, os sentidos, os significados e as experiências do idoso relacionadas a seu ciclo sono-vigília.
- Facilitar a compreensão do idoso sobre as mudanças do seu ciclo sono-vigília no envelhecimento normal.
- Sensibilizar ao idoso sobre a possibilidade de intervenção das mudanças de seu ciclo sono-vigília através da participação e aprendizagens das atividades oferecidas.
- Orientar ao idoso a identificar os fatores protetores e os fatores de risco nas alterações de seu ciclo sono-vigília a fim de reforçar ou controlá-los, segundo o caso.
- Ensinar estratégias para contribuir no idoso na qualidade do ciclo sono-vigília no envelhecimento normal.

Para este fim, a proposta está baseada em um referencial teórico que abrange a postura biológica e social, assim:

- Stern (2002): Reserva cognitiva
- Freire (1996): Educação permanente
- Baltes (1993): Perspectiva *Life-Span*
- Cachioni (2015): Educação para idosos
- Bordenave (1983): Metodologia participativa problematizadora para a educação de idosos.

Os conteúdos foram escolhidos e classificados segundo a prioridade do tema, para finalmente reorganizá-los em unidades temáticas assim:

- Unidade temática 1: Introdução aos ritmos da vida
- Unidade temática 2: O ciclo de sono-vigília na vida do ser humano
- Unidade temática 3: O ciclo sono-vigília como um ritmo social
- Unidade temática 4: Estratégias para contribuir na qualidade do ciclo sono-vigília no envelhecimento normal.

Enquanto a metodologia para desenvolver a intervenção educativa se dirige uma abordagem participativa problematizadora exposta por Bordenave (1983) que segundo Cachioni e Neri (2004) é uma proposta pedagógica dentro da educação permanente dos idosos encaminhada ao processo de indagar e refletir acerca de sua própria realidade para descrevê-la e explicá-la, gerar conhecimento e atuar sobre ela, então, se compromete, cria cultura e torna-se sujeito; materializando uma aprendizagem significativa.

Neste sentido, dar origem à necessidade de pensar sobre o ciclo sono-vigília, suas mudanças no envelhecimento normal e as possibilidades de ajustar este ritmo em prol da sua qualidade de vida através de suas experiências e em busca de uma solução de problemas com suas próprias ferramentas constitui o foco metodológico que terá um desenvolvimento interdisciplinar sendo que cada uma das sessões estará enriquecida com a participação de um profissional de áreas distintas em relação ao objetivo da aprendizagem específico ou aos requerimentos para a orientação da atividade didática.

Por último, esta oficina é um processo dinâmico que permitirá avaliar constantemente as necessidades dos participantes para redirecionar seus conteúdos, abordagens e estratégias a fim de lograr o objetivo geral. Portanto, a avaliação formativa representa um insumo que permite aprimorar este processo de ensino-aprendizagem, no qual a participação ativa de todos os integrantes possibilitará a construção do conhecimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um novo padrão demográfico com um processo acelerado de envelhecimento é um fenômeno mundial. Este processo multidimensional e complexo é determinado por fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais que determinam a qualidade de vida nesta população naturalmente vulnerável. Neste sentido e secundário ao processo do envelhecimento, os idosos experimentam uma modificação objetiva e subjetiva do sono, por uma dessincronização interna e externa do ritmo sono-vigília gerando consequências negativas para o adequado aproveitamento da vigília e em geral afetando sua saúde física e mental.

Um fator protector no deterioro natural da sincronização do ciclo sono-vigília é a educação, processo que deve começar a abordar-se em forma frequente e prioritária nos diferentes espaços desta população, como nos projetos de extensão e nas universidades abertas à terceira idade. Desta maneira, os espaços de ação e participação que materializam a promoção do envelhecimento ativo e bem sucedido como lineamentos dos programas, dirige a possibilidade de transformação de uma realidade que usualmente é de imagem de perda e limitação na velhice, gerando por sua vez, uma relação positiva com a preservação da funcionalidade, autonomia e bem-estar nesta etapa da vida.

Resignificar o ciclo sono-vigília dos idosos através da educação acontece ao gerar aprendizagens que fazem parte de sua experiência, de su ser, de sua história de vida e relação com seu próprio ritmo de atividade-descanso. A resignificação permite que os novos conhecimentos adquiridos produzam uma transformação; baseado no presuposto que aprender é uma possibilidade ao longo da vida. Assim, a educação permanente é uma estratégia de liberação ao abrir caminhos diferentes aos discursos dominantes e de imaginários sociais que delimitam a velhice dentro da perda e extra-polarizam o sono e a atividade.

## REFERÊNCIAS

ÁNGELES-CASTELLANOS, M. et al. Envejecimiento de un reloj (cronobiología de la vejez). *Revista de la Facultad de Medicina de la UNAM*, Ciudad de México, v. 54, n. 2, mar./abr. 2011.

AREOSA, S. V. C.; BENITEZ, L. B.; WICHMANN, F. M. A. Relações familiares e o convívio social entre idosos. *Textos & Contextos*, v. 11, n. 1, p. 184 - 192, jan./jul. Porto Alegre, 2012.

BALTES, P. BALTES, M. **Sucessfull aging, perspectives from the behavioral Sciences**. European Science Foundation, 1993.

BORGES, M. B. O. **A Produção de Conhecimento sobre o Envelhecimento Humano: Aspectos Históricos e Sociais**. Monografia apresentada ao Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde, p. 80. Brasília, junho, 2007.

BOTONI, A. L. A. S. Envelhecimento bem-sucedido e capacidade funcional em idosos brasileiros. **Revista Geriatria & Gerontologia**. Sociedade Brasileira de Geriatria & Gerontologia-SBGG. v. 8, n. 1, p. 11-18. Jan/fev/mar, 2014.

CACHIONI, M. et al. Metodologias e Estratégias Pedagógicas utilizadas por Educadores de uma Universidade Aberta à Terceira Idade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 81-103, jan./mar. 2015.

CACHIONI, M.; NERI, A. L. Educação e gerontologia: desafios e oportunidades. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 99-115, jan./jun. 2004.

CAMARANO, A. A. **A demografia e o envelhecimento populacional**. In: Envelhecimento e saúde da pessoa Idosa. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca Fiocruz. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: [http://www4.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt\\_577264946.pdf](http://www4.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_577264946.pdf). Acesso em: 14/01/16.

CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CARNERO-PARDO, C. Educación, demencia y reserva cerebral. **Revista de neurología**, v. 31, n. 6, p. 584-592, 2000. Disponível em <http://www.neurologia.com/sec/resumen.php?or=web&i=e&id=99486&vol=31&num=06>. Acesso em 01 de junho de 2016.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE-CEPAL. **La Nueva Era Demográfica en América Latina y el Caribe. La hora de la igualdad según el reloj poblacional**. Primera Reunión de la Mesa Directiva de la Conferencia Regional sobre Población y Desarrollo de América Latina y el Caribe. Santiago, 2014.

COSTA, S. V.; CEOLIM, M. F.; NERI, A. L. Problemas de sueño e suporte social: estudo multicêntrico Fragilidade em Idosos Brasileiros. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 4, p. 920-927, 2011.

COTLEAR, D. **Envejecimiento de la población: ¿está preparada América Latina?**. Banco Mundial, Mayol Ediciones, Colombia, 2011.

DE LA CALZADA, M. D. Modificaciones del sueño en el envejecimiento. **Revista de Neurología**, Barcelona, v. 30, n 6, p. 577-580, 2000.

DE LA FUENTE, V.; ALBARES, J. Mesa redonda con adolescentes: Alteraciones del ritmo circadiano. **Vigilia-Sueño**, Barcelona, v. 16, n. 1, p. 1-15, 2004.

ESQUENAZI, D. SILVA, S. R. B. GUIMARÃES, M. A. M. Aspectos fisiopatológicos do envelhecimento humano e quedas em idosos. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, v.13, n. 2, p. 11-20, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

GEIB, L. T. C. et al. Sueño e envelhecimento. **Revista de Psiquiatria**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 453-465, Dec. 2003.

GOLOMBEK, D. A. **Cronobiología Humana, ritmos y relojes biológicos en la salud y en la enfermedad**. Argentina: Ediciones Universidad Nacional de Quilmes, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA-IBGE. **Indicadores sociodemográficos e de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro, 2009. Consultado em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv42597.pdf>.

MELIS, J. P. M., et al. Aging on a different scale – chronological versus pathology-related aging. **Aging**, v. 5, n. 10, p. 782-788. New York, 2013.

MORAES, E. N.; MORAES, F. L.; LIMA, S. P. P. Características biológicas e psicológicas do envelhecimento. **Rev Med Minas Gerais**, v. 20, n. 1, p. 67-73, 2010.

MURAKATA, Y. FUJIMAKI, T. YAMADA, Y. Age-related changes in clinical parameters and their associations with common complex diseases. **Biomed Rep**. v. 3, n.6, p.767-777, 2015.

NERI, A. L. **Palavras-chave em gerontologia**. Campinas: Alínea, 2005.

OLIVEIRA, B. H. D. et al. Relações entre padrão do sueño, saúde percebida e variáveis socioeconômicas em uma amostra de idosos residentes na comunidade: Estudo PENSA. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 3, p. 851-60, 2010.

PIN-ARBOLEDAS, G.; ALARCÓN, C. M. El pediatra y la medicina del sueño. Un reto del siglo XXI. **Evidencias en Pediatría**, Valencia, v. 3, n. 2, p. 3-30, 2007.

QUINHONES, M. S.; GOMES, M. M. Sueño no envelhecimento normal e patológico: aspectos clínicos e fisiopatológicos. **Revista Brasileira de Neurologia**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 31-42, jan./fev./mar. 2011.

REYES, T. I. CASTILLO, H. J. A. El envejecimiento humano activo y saludable, un reto para el anciano, la familia, la sociedad. **Rev Cubana Invest Bioméd**, Ciudad de la Habana, v. 30, n. 3, p. 454-459, sept. 2011.

RIOS, L. F. C. **Relação entre qualidade de sono e meio socioeconômico cultural: estudo exploratório com idosos de uma comunidade de baixa renda**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2011.

RODRIGUEZ, E. C. HERNÁNDEZ, D. G. P. **Cambios más relevantes y peculiaridades de las enfermedades en el anciano**. Tratado de geriatría para residentes. Sociedad española de geriatría y gerontología, Madrid, 2006.

SCORTEGAGNA, P. A.; OLIVEIRA, R. C. S. Idoso: Um Novo Ator Social. **Anais de IX ANPED**, Seminario de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

SILVA, L. R. F. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 155-168, Mar. 2008.

SOBRAL, M.; PESTANA, M.; PAÚL, C. Cognitive reserve and the severity of Alzheimer's disease. **Arq Neuropsiquiatr**, v. 73, n. 6, p. 480-486, 2015.

STERN, Y.; SCARMEAS, N. HABECK, C. Imaging cognitive reserve. **International Journal of Psychology**, v. 39, n. 1, p. 18-26, 2004. Disponível em <http://www.tandf.co.uk/journals/pp/00207594.html>. Acesso em 01 de junho de 2016.

VASHUM, K. P. et al. Prevalence of and associations with excessive daytime sleepiness in an Australian older population. **Asia-Pacific journal of public health**, v. 27, n.2, 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION-WHO. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

## A CENTRALIDADE DO DESENVOLVIMENTO EM AÇÕES DE EDUCAÇÃO VOLTADAS ÀS ÁREAS RURAIS: OS ANOS DE 1910 - 1950

**Dayane da Silva Santos Altoé**

Doutoranda do Programa de políticas Sociais da  
Universidade Estadual do Norte Fluminense-Darcy Ribeiro (UENF) Email.  
dayanessantos@gmail.com

**Silvia Alicia Martínez**

Professora do Programa de Pós – Graduação em Políticas Sociais da  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
Email. silvia-martinez@hotmail.com

**Paulo Marcelo Souza**

Professor do Programa de Pós – Graduação em Políticas Sociais da  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
Email. pmsouza@uenf.br

### **Resumo**

As décadas entre 1910 e 1950 foram marcadas por significativas alterações no âmbito político e econômico que redefiniram as estruturas sociais, tornando-as mais complexas. As ações estatais para consolidação do regime político e o desenvolvimento do país voltaram-se para a ampliação da escolarização e qualificação profissional direcionadas às atividades rurais. A partir dessa constatação, este trabalho tem como objetivo caracterizar tais iniciativas ocorridas entre os anos de 1910 e 1950 relacionando-as com a ideia de desenvolvimento. Para tal empreendimento, utilizou-se como metodologia a elaboração de uma revisão literária a partir da leitura de obras pertencentes ao campo da história da educação bem como de outras relevantes ao tema.

### **Abstract**

The decades between 1910 and 1950 were marked by significant changes in the political and economic realm that redefined social structures, making them more complex. State actions to consolidate the political regime and the development of the country have turned to the expansion of schooling and professional qualification directed to rural activities. From this finding, this work aims to characterize such initiatives that occurred between the years 1910 and 1950 relating them to the idea of development. For this project, a literature review was used as a methodology, based on the reading of works belonging to the field of the history of education as well as others relevant to the theme.

**Palavras - chave: História da Educação; Estado; Desenvolvimento.**



## Introdução

Os anos iniciais do Brasil republicano foram marcados por significativas alterações no âmbito político e econômico que redefiniram as estruturas sociais, tornando-as mais complexas. Entretanto, para a concretização dos ideais republicanos, escritos em nossa bandeira, foi necessário o estabelecimento de mecanismos que fossem capazes de fortalecer o sentimento da nacionalidade, tão fundamental ao novo regime político e promover o desenvolvimento social e econômico, já alcançado por parte dos países da Europa. Porém, para a implantação de tais mecanismos era essencial o reconhecimento e a superação das características da população brasileira, que se mostrava bastante heterogênea, com formas de trabalho ainda não organizadas, além de um grande número de analfabetos sem consciência patriótica.

Na tentativa de eliminar estes aspectos, os líderes da República possuíam um projeto de modernização para o país com base nos ideais de civilidade transmitidos especialmente pela educação. A expansão da escolarização acarretaria mudanças nas relações sociais, principalmente na valorização do trabalho e na modificação de costumes das populações pobres que deveriam aprender hábitos higiênicos e os conhecimentos necessários para se tornarem trabalhadores nacionais.

Vale salientar que o projeto de modernização não se limitou à área urbana que almejava a industrialização, os esforços para consolidação do regime político e o desenvolvimento do país também se voltaram às zonas rurais, por serem onde se encontravam a maior parte da população brasileira até a década de 1970, e ainda por serem as atividades produtivas do campo basilares para a economia brasileira.

Entretanto, afim de modificar os diagnósticos que eram produzidos e propagados à época, os quais destacavam a situação de abandono, atraso e degeneração do campo e da população que nele habitava, foi constituída junto ao Ministério da Agricultura Indústria e Comércio uma série de medidas voltadas para a reversão da situação exposta, a qual tinham direção definida: era preciso fomentar o progresso e a modernização; a civilização precisava ser levada até o campo.

Assim, para os espaços rurais foram empreendidas ações estatais de ampliação da escolarização e formação de mão de obra que entre os anos iniciais da República e a década de 1950 possuíam duas finalidades primordiais: a inculcação do trabalho como meio fundamental para integrar o homem à sociedade bem como promover o desenvolvimento da produção rural aos moldes capitalistas<sup>1</sup>. Deste modo, este trabalho tem como objetivo realizar uma retomada histórica das ações estatais entre os anos de 1910 e 1950 destinadas ampliação da escolarização e qualificação profissional relacionando-as a ideia de desenvolvimento. Para tal empreendimento, utilizou-se como metodologia a elaboração de uma revisão literária a partir da leitura de obras pertencentes ao campo da história da educação bem como de outras relevantes ao tema.

## As primeiras décadas da República

Projetaram-se nos anos iniciais da República ideias que depositavam na educação a esperança da resolução de dificuldades como: a modernização econômica, o controle dos problemas sociais e a vitalidade do sentimento de pertencimento nacional. Apesar

1 Utilizou-se o termo ações estatais/ iniciativas estatais no lugar de políticas educacionais por considerar que até a década de 1930 não havia políticas de caráter nacional.

da República ter se consolidado como um marco político, os ideais de ordem e progresso ainda estavam longe da realidade da sociedade brasileira:

As imagens de populações doentes, indolentes e improdutivas, vagando negativamente pelo país, somam-se às de uma população urbana resistente ao que era entendido como trabalho adequado, remunerador e salutar. Imigrantes a fermentar de anarquia o caráter nacional e populações pobres perdidas na vadiagem impunham sua presença incômoda nas cidades e comprometiam o que se propunha como 'organização do trabalho nacional'. (CARVALHO, 2003, p. 13)

Neste cenário, afirma Carvalho (2003, p.113), o papel da educação foi hiperdimensionado, porquanto esperava-se que esta ultrapassasse a sua função pedagógica e ganhasse uma colocação social na tentativa de regenerar o povo brasileiro, tornando-o saudável, disciplinado, produtivo, mas especialmente formador da nacionalidade brasileira. Diante deste desafio, a educação aliada ao trabalho se tornou um importante instrumento, pois embora as imagens dos negros e dos mestiços continuassem a assombrar o desenvolvimento do país, acreditava-se que o aperfeiçoamento destes grupos por meio da escolarização seria capaz de sobrepor qualquer caráter racial suscetível a vadiagem.

Uma importante iniciativa no sentido de regenerar o povo brasileiro foi educar o povo para as atividades rurais, neste caso, era importante que a escola assumisse não apenas o papel de ensinar as primeiras letras, mas que doutrinasse para o trabalho a fim de fixar o homem no campo, de modo a conter o êxodo rural e potencializar a produção rural. Nesta perspectiva, podemos destacar a criação dos Aprendizados Agrícolas (AA) e Patronatos Agrícolas (PA) a partir do ano de 1910. Estas instituições de ensino vinculavam-se ao Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio que, desde 1910 até 1961, incumbiu-se do ensino agrícola em três níveis: elementar, médio e superior<sup>2</sup>.

A origem da interferência deste Ministério junto à educação profissional agrícola liga-se à abolição da escravidão, pois este acontecimento fez com que grandes proprietários, vinculados a grande exploração agrícola e até os ligados aos setores menos dinâmicos, expressassem seu receio quanto a desorganização da produção e a uma possível crise na agricultura<sup>3</sup>. Face a estes temores era necessário transformar:

(...) mulatos e negros derivados da escravidão, em trabalhadores nacionais através de práticas educacionais "qualificadoras" de mão-de-obra, fortemente autoritárias e baseadas em iniciativas imobilizadoras do êxodo rural (MENDONÇA, 2006, p. 3).

Deste modo, apenas a escolarização poderia superar a grande falha do advento da República, que de acordo com Carvalho (2003) não enfrentou a questão da organização nacional do trabalho e isentou-se da elaboração de um plano de educação para negros libertos e para o combate ao analfabetismo.

Assim, os AA e os PA representaram iniciativas capazes de minorar os problemas relacionados tanto aos emancipados quanto ao déficit de alfabetizados. Estas instituições iniciaram suas atividades junto às estações experimentais, campos de demonstração e

2 O trabalho de Mendonça (2006) ressalta a continuidade da vinculação das instituições de ensino agrícolas ao Ministério de Agricultura Indústria e Comércio, mesmo após a criação do Ministério da Educação e Saúde na década de 1930.

3 Esses complexos variavam desde o mais dinâmico, o complexo cafeeiro do estado de São Paulo, até aqueles cujos produtos eram menos favorecidos pelo mercado internacional, tais como o complexo açucareiro do Nordeste, o algodoeiro do Norte e do Nordeste ou mesmo o pecuarista do Sul do país, por exemplo. (MENDONÇA, 2006, p. 2)

postos zootécnicos do Ministério de Agricultura Indústria e Comércio (MENDONÇA, 2006). Os AA ministravam o curso elementar com dois anos de duração, tendo por finalidade fornecer *a aprendizagem dos métodos racionais do trato do solo, bem como noções de higiene e criação animal, além de instruções para o uso de máquinas e implementos agrícolas.* (MENDONÇA, 2006, p. 3)

Os AA ainda ofereciam o curso de primeiras letras destinados aos jovens entre 14 e 18 anos, filhos de pequenos agricultores. Funcionando sob regime de internato, estas instituições organizavam-se aos moldes de uma fazenda, constituída de cocheiras, pomares e instalações para o beneficiamento da produção, dando suporte a um “ensino” predominantemente prático. A produção realizada por cada aluno era remunerada, mediante uma diária, definida pelo diretor de cada AA. (MENDONÇA, 2006)

Entre 1911 e 1930, o Ministério de Agricultura Indústria e Comércio manteve de cinco a oito Aprendizados, difundidos por distintas regiões do país<sup>4</sup>. Entre estas instituições, duas situavam-se no estado do Rio de Janeiro, que na época era o Distrito Federal. A primeira chamava-se “Presidente Pedreira” e localizava-se em Macaé, e a segunda “Viçoso Jardim”, localizada em Vassouras, ambos municípios se destacavam na produção de açúcar e café, respectivamente. Para Barros (2010) a existência destas instituições demonstravam que havia entre os fluminenses as mesmas preocupações com a formação do cidadão republicano, bem como a apreensão de que o Rio de Janeiro deveria ser exemplo em suas ações.

Os Aprendizados Agrícolas localizados no estado do Rio de Janeiro surgiram a partir da expansão de escolas primárias agrícolas que se encontravam em condições precárias. Diferentemente dos estabelecimentos deste porte pertencentes a instância federal, *os Aprendizados Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro atendiam meninos entre 12 e 16 anos durante três anos letivos, ministrando os ensinamentos agrícolas, assim como o ensino primário.* (BARROS, 2010, p.4)

Desta forma, os objetivos dos AA localizado na capital da república eram idênticos aos demais, já que visavam a eliminação do analfabetismo e promoção da agricultura fluminense mediante a divulgação de técnicas agrícolas. Após o decreto-lei 23.979 de março de 1933 ocorreram alterações que influenciaram uma nova estruturação de três tipos de cursos oferecidos por estas instituições em âmbito nacional:

A) o Ensino Agrícola Básico<sup>5</sup> - com três anos de duração, encarregado de formar capatazes e abrigando jovens a partir de 14 anos com primário completo, preservando-se seu caráter de ensino pragmático, destinado à preparação para o trabalho<sup>6</sup>; B) o Ensino Rural - com duração de dois anos e destinado a formar trabalhadores rurais, a partir de uma clientela composta por crianças desde os 12 anos, que já tivessem recebido “*alguma instrução primária*” e com ênfase nas

4 São eles: Aprendizado Agrícola de São Luiz de Missões, Rio Grande do Sul; Aprendizado Agrícola de Satuba, Alagoas; Aprendizado Agrícola de Barbacena, em Minas Gerais; Aprendizado Agrícola da Bahia e de Juazeiro e o Aprendizado Agrícola de São Luiz do Maranhão. (BARROS, 2010, p. 3)

5 Nesse sentido, quase todos os antigos Aprendizados seriam reenquadrados como Escolas Agrícolas Básicas, ministrando, ao mesmo tempo, o ensino rural, o ensino agrícola e os cursos de adaptação, como por exemplo o AA Manuel Barata (Pará); o AA Vidal de Negreiros (Paraíba); os AAs de São Bento e Garanhuns (ambos em Pernambuco); o AA Benjamim Constant (Sergipe) - que, de Patronato tornou-se AA, ministrando ensino rural e de adaptação; o AA Sergio de Carvalho (Bahia), dentre vários outros.

6 As aulas práticas das Escolas Básicas Agrícolas deveriam habilitar o aluno em uma, dentre as seguintes especialidades: horticultura, culturas regionais, produção animal, máquinas agrícolas e indústrias agrícolas.

aulas práticas<sup>7</sup>; e finalmente C) Curso de Adaptação – uma inovação quanto ao período anterior, já que se dirigia não apenas a crianças e adolescentes, mas ao chamado “*trabalhador em geral*”-adulto, em sua maioria e “*sem qualquer diploma ou qualificação profissional prévia*”. (BARROS, 2010, p.4)

Todavia, a existência dos Aprendizados Agrícolas bem como a divisão dos cursos já citadas seriam alteradas no ano de 1946 pela Lei Orgânica de Ensino Agrícola emanada do Ministério de Educação durante o período da Reforma Capanema (1942-1946)

Quanto aos Patronatos Agrícolas reconhece-se nestas instituições intensões de cunho disciplinar que uniam educação e trabalho. Estas intencionalidades não se afastavam do contexto brasileiro do início do século XX no qual as questões sociais eram inseridas em um universo civilizatório, como exemplo deste contexto podemos citar as reformas urbanísticas promovidas no centro do Rio de Janeiro.

Nesta perspectiva, o modelo de educação para o trabalho concretizou-se com a criação dos PA em 1918, cuja valorização do trabalho, os princípios educativos de socialização e morais eram apresentados à infância marginalizada, considerada com falta de formação moral porque não contava com a ação prévia do grupo familiar ou que este era desqualificado para fornecê-los. Desta forma, os PA funcionavam como estratégias de intervenção do Estado junto a grupos sociais pouco vinculados à agricultura, servindo como paliativo à questão social urbana. A formação profissional presente nos PA concorreria para fornecer aos menores abandonados a assistência, proteção e tutela moral demandadas pela situação na qual se encontravam. Com este intuito:

Os Patronatos se constituíam como centros de ensino profissional que habilitariam seus internos em horticultura, jardinagem, pomicultura, pecuária e cultivo de plantas industriais, mediante cursos profissionalizantes, com uma clientela composta por menores órfãos, entre 10 e 16 anos, recrutados pelos Chefes de Polícia e Juizes da Capital Federal. (MENDONÇA, 2006, p. 5)

Os Patronatos Agrícolas buscavam ressaltar o trabalho como meio mais apropriado à divulgação de valores morais e civilizatórios, que resultassem na metamorfose de menores marginalizados em trabalhadores brasileiros. Deste modo:

(...) receberiam parte da infância que estava pelas ruas, órfãos, os que eram tomados pelas forças de segurança e aqueles cujos responsáveis declaravam sem recursos para mantê-los ou por serem de difícil controle. Os problemas urbanos eram pensados a partir do campo, concebido como uma de suas origens. O que era proposto era o retorno para o campo daqueles que eram problemas nas cidades. Os patronatos agrícolas viabilizariam a intervenção sobre a situação da mão-de-obra, a longo prazo e para além do setor agrícola, ao contribuir para organizar a assistência pública aos enjeitados e preparar novos trabalhadores. (OLIVEIRA, 2003, p.3)

Oliveira (2003) afirma que apesar da qualificação profissional proferida nos Patronatos Agrícolas, o papel e a atuação do Estado foram alvos de críticas devido a vinculação da

7 O Ensino Rural, na medida em que acabaria por fornecer, *pari passu* às habilidades técnicas, a própria alfabetização, dividia-se em dois ciclos de um ano cada, sendo ministradas, no primeiro ano disciplinas como língua pátria, aritmética, noções de geografia e cartografia, história pátria, desenho a mão livre, noções de agricultura elementar e máquinas agrícolas sendo que, no tocante às disciplinas estritamente práticas (contempladas com carga horária equivalente ao dobro das aulas teóricas), aprenderiam olericultura, fruticultura, jardinocultura e trabalho na oficinas. Já no segundo ano constavam as disciplinas: português, aritmética, noções de ciências físicas e naturais, desenho linear, noções de criação de animais domésticos e, nas aulas práticas, habilitações em avicultura, apicultura, sericultura, piscicultura e trabalhos em oficinas. BRASIL. Atividades do Ministério da Agricultura entre 1936-1940. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério, 1941, p. 314 apud BARROS, 2010, p. 4.

situação dos menores como questão de polícia. Em contrapartida, havia indícios que evidenciavam a importância das instituições correcionais na conquista de resultados positivos, e que de certo modo, justificavam a criação e a manutenção dos Patronatos. Como exemplo de outras instituições correcionais neste período podemos mencionar a Escola Premunitória Quinze de Novembro, no Rio de Janeiro<sup>8</sup>.

Ainda sobre as demandas sociais que explicavam a manutenção de instituições correcionais como os PA, Oliveira (2003) ao analisar o Relatório do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio para o ano de 1918 identificou a cidade do Rio de Janeiro como uma referência: *onde cresce o número de meninos abandonados, criminosos e malfeitores de amanhã* (OLIVEIRA, 2003, p. 4). Assim a infância desvalida carioca compôs a clientela de várias unidades institucionais dos Patronatos Agrícolas neste período. Ademais, com a finalidade de resolver a demanda da Capital Federal e a de outras unidades da federação foram criadas, em 1918, 1919 e durante a década de 1920 unidades em diversos locais, constituindo uma rede institucional articulada a partir de uma organização comum administrada pelo Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Esta rede pode ser visualizada a partir do quadro abaixo:

#### Quadro1. Patronatos Agrícolas- 1918/1926

Patronato Agrícola	Localização	Decreto criação	Inauguração
1. Visconde Mauá	Ouro Fino/MG	12.893, 28/02/18	03/07/18
2. Moução	S. Bárbara do Rio Pardo/SP	12.893, 28/02/18	15/07/18
3. Pereira Lima	Sete Lagoas/MG	12.893, 28/02/18	26/07/18
4. Delfim Moreira	Silvestre Ferraz/SP	13.112, 20/07/18	10/08/18
5. Wenceslau Braz	Caxambu/MG	13.070, 15/06/18	12/11/18
6. S. Pinheiro Machado	Porto Alegre/RS	13.508, 10/03/19	01/07/19
7. Campos Salles	Passa Quatro/MG	3.6774, 07/01/19	15/11/19
8. Lindolpho Coimbra	Muzambinho/MG	14.386, 01/10/20	18/11/20
9. Barão de Lucena	Jaboatão/PE	14.275, 28/07/20	01/07/21
10. Casa dos Ottoni	Serro/MG	13.111, 20/07/18	18/10/21
11. José Bonifácio	Jaboticabal/SP	15.150, 01/12/21	01/05/22
12. Manuel Barata	Outeiro/PA	15.149, 01/12/21	07/09/22
13. Visconde da Graça	Pelotas/RS	15.102, 09/11/21	12/10/23
14. Diogo Feijó	Riberrão Preto/SP	15.803, 11/11/22	28/11/23
15. Vidal de Negreiros	Bananeiras/PE	14.118, 27/03/20	07/09/24
16. Amnitapolis	/SC	14.118, 27/03/20	07/09/24
17. Dr. João Coimbra	Tamandaré/PE	16.105, 21/07/23	05/11/24
18. Rio Branco	BA		12/10/26
19. Marquez de Abrantes	BA		12/10/26
20. Arthur Bernardes	Viçosa/MG		07/11/26

Fonte: Oliveira, 2003, p. 10.

Entretanto, apesar da demanda declarada oriunda da capital federal, podemos notar que ao menos no início da década de 1920, não havia qualquer Patronato Agrícola localizado no Rio de Janeiro, esta constatação não se manteria anos mais tarde, uma vez que no início da década de 1940, projetou-se a transferência do Patronato Agrícola “Arthur Bernardes”, de Viçosa, em Minas Gerais, para Campos dos Goytacazes no Rio de Janeiro, o que não chegou a se concretizar. (BARROS, 2010, p. 9)

No ano seguinte, o Decreto de nº 7072 de 09/04/1941 estabeleceu a transferência do Patronato Agrícola Arthur Bernardes à denominação de “Aprendizado Agrícola Nilo Peçanha”, que em 1947 foi instalado no sul do estado do Rio de Janeiro, no município

<sup>8</sup> Segundo Marcílio (2000, p. 42) a Escola Premunitória Quinze de Novembro foi criada no Rio de Janeiro em 1905 como instituto preventivo-correcional para crianças entre 9 e 14 anos. A escola pretendia ser uma instituição modelo do governo. Destinadas aos menores abandonados, seus Estatutos (1910) defendiam que sua finalidade era ministrar educação física, profissional e moral aos menores. Via-se com otimismo, a possibilidade de regeneração da criança por intermédio da educação e do isolamento em instituições especiais.

de Pinheiral, através do Decreto nº 22506 de 22/01/1947. Atualmente, nas mesmas instalações funciona o Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Rio de Janeiro, *campus* Pinheiral, que oferta ainda hoje cursos profissionalizantes de nível médio voltados para área agrícola. (BARROS, 2010, p. 9)

Contudo, a transformação dos PA em AA já estava previsto em Lei desde 1933, apesar disto ambas instituições vão desaparecer gradativamente na medida em que a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (1946) normatizou o ensino agrícola profissionalizante, em caráter nacional, instituindo colégios agrícolas que ofertavam cursos de Iniciação Agrícola e Mestría Agrícola no ensino primário, além do curso técnico agrícola e curso agrícola pedagógico os dois últimos de nível secundário. A partir disto, a educação profissional voltada para a produção irá ganhar outros contornos ao atender as diferentes necessidades colocadas pela cenário econômico dos anos seguintes.

### Os anos finais da década de 1940 e o início da década de 1950

A nova configuração de formação profissional agrícola foi elaborada de acordo com o modelo de desenvolvimento econômico perseguido pelo Brasil após o final da Segunda Guerra Mundial. De acordo com Freitas e Bicas (2009), nos anos posteriores a Grande Guerra os conceitos vinculados à ciência econômica ganharam ampla divulgação no território brasileiro, este fato ocorreu devido ao contato do Brasil com as ideias da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Esta comissão tinha por objetivo contribuir para a eliminação das condições de subdesenvolvimento que se encontravam os países latino americanos, dentre eles o Brasil.

A partir da metade do século XX, a ideia desenvolvimento esteve ligada diretamente ao crescimento econômico, que passou a ser enalçado pelos brasileiros como a única forma de se conquistar a condição de país de desenvolvimento pleno. Contribuindo com tal expectativa a educação não passou ileso à força destas ideias:

Realizava-se uma transposição excessivamente simples dos conceitos da economia para o campo da educação e a tônica “desenvolvimento” passava a abranger, inclusive, o reconhecimento da importância da escolarização de um povo, inúmeras vezes, descrito como arcaico rústico e até primitivo, a finalidade econômica da educação tornou-se um mantra repetido incansavelmente a partir de então. (FREITAS e BICAS, 2009, p. 139-140)

Neste sentido, a educação destinada às áreas rurais também passou a ter uma conotação desenvolvimentista e assim, nos anos de 1950, tornou-se um projeto conduzido pelo Estado com objetivo de potencializar o crescimento econômico do país, considerando que nas populações rurais o número de analfabetos ultrapassava 50%<sup>9</sup>. Sendo assim, era inadiável a tarefa de instruir os moradores das áreas rurais brasileiras para que pudessem contribuir com a construção de um país produtivo, moderno e portanto desenvolvido. Sobre esta questão Hidalgo e Mikolaiczkyk (2012, p.111) enfatizam que *com esta finalidade foram criadas várias campanhas, projetos e programas com o intuito de observar e modificar os sistemas de ensino distribuídos pelo país.*

A fim de realizar o mapeamento da situação de escolarização do país foram criados durante o governo de Juscelino Kubischek e sob a gestão do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos- INEP, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais- CBPE e

9 Ver em Ribeiro (2000, p. 137).

os cinco Centros Regionais de Pesquisa Educacionais- CRPE, nos estados de RS, BA, MG, SP e PE, cuja sede se localizava no Rio de Janeiro. (HIDALGO e MIKOLAICZYK, 2012, p.111). Os estudos de Mendonça e Xavier (2008) apontam que a criação do CBPE e CRPE contaram com os investimentos da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura), fato que marcou a influência deste organismo internacional na definição de ações educativas brasileiras:

O CBPE foi fruto de intensas negociações com representantes da UNESCO, beneficiando-se dos recursos financeiros e da assessoria de cunho técnico e organizacional, formulados pela entidade com vistas a fornecer subsídios para a implementação de políticas de desenvolvimento econômico e de equalização social nos países de terceiro mundo (MENDONÇA e XAVIER, 2008, p. 90).

Encontramos uma crítica mais veemente a esta influência no trabalho de Hidalgo e Mikolaiczky, (2012) as autoras destacam que a intervenção da UNESCO nas orientações das políticas de educação nacional implica sua subordinação aos interesses de uma agenda mundial de cunho capitalista. Além disso, é possível afirmar as propostas destinadas ao desenvolvimento econômico mantiveram estreita ligação com a educação a partir de então

No que se refere a educação profissional vinculadas às atividades produtivas nas áreas rurais Hidalgo e Mikolaiczky, (2012) afirmam que esta se limitou a formação de mão de obra capaz de modernizar as bases da agricultura brasileira sem se comprometer não só com a emancipação do trabalhador do campo, como também com a especificidades intrínsecas das suas necessidades. Neste sentido, as ações educativas para o homem do campo se limitara (...) *a participação de qualquer movimento popular e chamando-os apenas para participar da ação coletiva de construção de um país desenvolvido (slogan da ideologia populista praticada em quase todos os governos.* (HIDALGO e MIKOLAICZYK, 2012, p.111)

Neste cenário, entre os objetivos das políticas educacionais para o desenvolvimento econômico estava evitar o êxodo rural, pois a educação profissionalizante para os povos das áreas rurais visava inculcar sua vocação para o trabalho nestes espaços, de modo que a educação pudesse trazer maior crescimento para a produção agrícola. Assim, com a intenção de realizar estas pretensões *os professores das áreas rurais deveriam contribuir em suas práticas para esta ideia.* (HIDALGO e MIKOLAICZYK, 2012, p.113).

### **Considerações Finais**

Finalmente, ao tentar caracterizar as ações estatais voltadas para a ampliação da escolarização e qualificação profissional direcionadas às atividades rurais foi possível identificar uma ruptura entre o que se pode chamar de projeto nacionalista dos anos iniciais da República e o projeto desenvolvido na década de 1950, pois este último embora estivesse ancorado em iniciativas do Estado não se pode afirmar que visasse a realização de um objetivo puramente nacional, uma vez que, nesse momento, a ampliação da escolarização e a formação de mão de obra vinculadas às áreas rurais seguiram as orientações de organismos internacionais CEPAL e UNESCO.

Quanto ao relacionamento entre as ações estatais e o desenvolvimento do país parece ficar claro o quanto estavam afinados e como este último se configurava como finalidade central de tais iniciativas. Contudo, ao longo do tempo, ocorreram algumas alterações de sentido daquilo que seria o desenvolvimento almejado para o Brasil, porque

enquanto nos anos iniciais da República, este ultrapassava a perspectiva econômica ao ensinar a organização do trabalho nacional, bem como disseminar os padrões culturais e morais necessários a construção de uma nação civilizada e patriótica. Na década de 1950, o significado de desenvolvimento foi totalmente assimilado a ideia de crescimento econômico e teve na educação profissional uma importante aliada.

Neste percurso, surgiram instituições escolares voltadas diretamente para a formação de mão de obra especializada para as atividades produtivas do campo, que naquele momento, apresentavam-se como sustentáculo da economia brasileira. Os Aprendizados Agrícolas e os Patronatos Agrícolas, subordinados ao Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, conformavam o perfil institucional entre dois modelos: o escolar – voltado para o ensino profissional, educando para o trabalho - e o correcional - regenerar através da vida no campo, com a predominância da reclusão e da ênfase nos aspectos disciplinares. Ao analisarmos as características destas instituições tentamos sublinhar, mesmo que superficialmente, suas trajetórias no estado do Rio de Janeiro onde, na época, localizava-se o Distrito Federal que deveria ser modelar na efetivação das políticas brasileiras.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, o processo de modernização da sociedade brasileira prendeu-se estritamente aos ideais de crescimento econômico constituído pela CEPAL. A educação neste período não passou incólume ao entusiasmo destas ideias. Assim, diferentemente das perspectivas dos anos iniciais da república, a função social da educação, nos anos de 1950, restringiu-se a promoção do crescimento econômico brasileiro e a superação da sua condição de país subdesenvolvido. Tal empreendimento contou com a colaboração da UNESCO organismo internacional que contribuiu para a construção de políticas educacionais, incluindo as direcionadas a escolarização e profissionalização dos povos residentes nas áreas rurais.

### Referências Bibliográficas

BARROS. R. S. de. **De meninos desvalidos para pequenos cultivadores e operários agrícolas: os aprendizados agrícolas do estado do Rio de Janeiro (1920-1940)**. In. Anais do II Encontro de História da Educação do Rio de Janeiro. 2010.

CARVALHO. M. M. C. de. **A escola e a República e outros ensaios**- Marta Maria Chagas de Carvalho. -- Bragança Paulista: EDUSF, 2003. 355 p. (Estudos CDAPH. Série historiografia.

FREITAS. M. C de, BICAS. M. S. de. **História Social da Educação no Brasil (1926-1996)** - São Paulo: Cortez, 2009. – (Biblioteca básica da história da educação brasileira; v.3)

HIDALGO. A.M, MIKOLAICZK. F. A. de. A busca do dissenso para a compreensão das influências dos organismos internacionais no desenvolvimento da educação rural nos anos 1950 à educação do campo após os anos de 1990. **Revista história da educação brasileira on-line**. Campinas, n.47, p. 108-121. Set. 2012- ISSN:1676-2584.

MARCÍLIO. M. L. **O menor infrator e os direitos da criança no século XX**. in: Direitos Humanos em Dissertações e Teses da USP: 1954-1999/ Maria Cecília França Lourenço (org.): São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2000.



MENDONÇA. A. W, XAVIER, L.N (orgs.). **Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960** – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. 260 p. (Coleção Inep 70 anos, v. 1).

MENDONÇA. S. R. **Estado e ensino agrícola no Brasil: da dimensão escolar ao extensionismo assistencialismo (1930-1950)**. In. VII. Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2006.

RIBEIRO. M. L. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 16<sup>a</sup> ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000, p. 127-150.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires. **Formar cidadãos úteis: Os patronatos agrícolas e a infância pobre na primeira república**. São Paulo: Ed. Universidade São Francisco, 2003.

## HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: PESQUISA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA A PARTIR DO CASO DA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA NILO PEÇANHA

**MARTINEZ, Silvia Alicia**

Doutora em Educação, Professora Associada da  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro –UENF  
silvia-martinez@hotmail.com

**SILVA, Daniela Gonçalves**

Pedagoga - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro –UENF  
Bolsista Universidade Aberta – PROEX/UENF  
danigoncalves16@hotmail.com

**AGUIAR, Bárbara Cruz**

Museóloga – Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO  
baguiar216@gmail.com

**RIBEIRO, Isabela Barreto Rangel**

Graduanda em Pedagogia - Universidade  
Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro –UENF  
Bolsista Universidade Aberta – PROEX/UENF  
isabelabrr@hotmail.com

### RESUMO

O presente trabalho apresenta resultados de pesquisas desenvolvidas pelo Grupo “Educação Sociedade e Região” - CNPq, especificamente sobre a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, que funcionou entre as décadas de 1920 e 1970 como uma escola profissionalizante apenas para mulheres, bem como a divulgação do trabalho científico junto à comunidade escolar do atual Colégio Estadual Nilo Peçanha por meio do projeto de Extensão Universitária “Memória e patrimônio escolar: preservação, sensibilização e formação dos agentes escolares de duas escolas públicas campistas” (2016). Visando extrapolar os limites do arquivo histórico, a principal fonte das pesquisas realizadas, e estimular a participação da comunidade escolar, visando o (re)conhecimento, a valorização, a preservação e a divulgação do patrimônio e da memória escolar partindo dos interlocutores locais, realizou-se na instituição uma exposição sobre sua história.

**Palavras-chave:** Memória Escolar. Patrimônio Escolar. Divulgação.

### ABSTRACT

The present work presents results of research developed by the Group Education Society and Region - CNPq, specifically on the Nilo Peçanha Female Vocational School, which operated between the 1920s and 1970s as a vocational school for women only, as well as the dissemination of the Scientific work with the school community of the current Nilo Peçanha State College through the project of University Extension “Memory and school assets: preservation, sensitization and training of school agents of two public Campistas schools” (2016). Aiming to extrapolate the limits of the historical archive, the main source of the research carried out, and stimulate the participation of the school community, aiming at (re) knowledge, valuation, preservation and dissemination of heritage and school memory from local interlocutors, In the institution an exhibition about its history.

**Keyword:** School Memory. School Patrimony. Disclosure.

## 1. INTRODUÇÃO

A preservação do patrimônio histórico educativo é vista hoje, prioritariamente, como uma questão de cidadania e, como tal, interessa a todos, por se constituir em um direito fundamental do cidadão e esteio para a construção da identidade cultural. O direito à memória e à cultura, ao lado do direito à educação e à formação continuada de professores, outrossim, tornam-se questões imprescindíveis das políticas sociais. Nesta perspectiva, entende-se necessário que se alie a investigação/ produção científica a ações de divulgação e intervenções por meio, sobretudo, da Extensão Universitária.

Desse modo, o presente trabalho apresenta resultados de pesquisas desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa do CNPq “Educação Sociedade e Região”, mais especificamente sobre a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, que funcionou entre as décadas de 1920 e 1970 como uma escola profissionalizante apenas para mulheres, bem como a divulgação do trabalho científico junto à comunidade escolar do atual Colégio Estadual Nilo Peçanha por meio do projeto de Extensão Universitária “Memória e patrimônio escolar: preservação, sensibilização e formação dos agentes escolares de duas escolas públicas campistas” (2016), propondo uma reflexão sobre o necessário diálogo entre Universidade e Sociedade, extrapolando os “limites” da Universidade (ensino) e, no caso, dos arquivos escolares (pesquisa), estimulando a participação da comunidade externa, sobretudo a escolar.

A partir das experiências e resultados de pesquisas sobre a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha (EPF Nilo Peçanha) tem se colocado em prática uma proposta de Extensão Universitária, através do projeto “Memória e patrimônio escolar: preservação, sensibilização e formação dos agentes escolares de duas escolas públicas campistas”, que constitui não apenas o compartilhamento do conhecimento produzido a respeito da instituição em questão junto a sua respectiva comunidade educativa, mas uma atividade que visa estabelecer ação sistemática que contemple todos os envolvidos na produção cotidiana da escola, com atenção especial a gestores e docentes, visando à formação patrimonial histórica educativa dos mesmos através de momentos de discussão e prática, a fim de mobilizá-los e formá-los para a valorização e preservação do patrimônio histórico educativo do qual fazem parte. O projeto propõe contribuir para a construção de uma consciência de preservação, do patrimônio e da memória, por meio do diálogo e partindo dos interlocutores locais, tendo como público-alvo estratégico os gestores (direção/coordenação pedagógica) e professores enquanto potenciais divulgadores entre toda a comunidade escolar (alunos, porteiro, equipe de limpeza, da cozinha, secretários, vigia, inspetores) de uma cultura de valorização e preservação da memória e do patrimônio educativos. Este trabalho corporifica o tripé da Universidade, unindo pesquisa, ensino e extensão, caracterizando lócus produtivo onde dialogam intrinsecamente reflexão e ação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 - Valorização do Patrimônio Histórico Educativo

No mundo moderno ocidental, a escola foi se tornando uma instituição central para a difusão das primeiras letras e para a instauração de um modelo de estado-nação, tomando contornos definidos nos limites de cada país, principalmente desde o século XIX. Esta instituição, por sua parte, apesar de ser portadora de um modelo que alguns

autores chamam de “transnacional” ou mundial, foi também produtora de uma cultura própria e específica em cada unidade educacional, em um dado momento e local. O reconhecimento dessa cultura própria e única levou os pesquisadores a valorizar seus documentos, documentos estes portadores de memórias e de histórias vinculados aos atores sociais que imprimiram com suas trajetórias particulares modos de ser e agir institucionais singulares.

Por outro lado, as grandes e aceleradas mudanças no mundo atual levaram a um movimento de grande valorização e de preservação do legado histórico escolar, no qual as instituições universitárias cumprem um papel fundamental, tanto na questão da intervenção nesses arquivos para preservar seus documentos e sua memória histórica, como na formação de professores mais conscientes com o papel que desempenham e da necessidade de salvaguardar a memória institucional. Lamentavelmente as escolas, em geral, não contam com pessoal especializado, e a cada dia que se passa maior é o risco de perder o valioso patrimônio cultural das escolas.

O trabalho com as memórias institucionais escolares pode ajudar a construir e consolidar uma identidade mais positiva *da e na* comunidade escolar, na medida em que seus agentes reconheçam a singularidade e importância da instituição em que estudam-trabalham. Sem dúvida, o reconhecimento da identidade construída no contexto escolar, ao longo de mais de um século, pode ajudar a consolidar um novo projeto de escola, que deverá se reverter na melhoria do ensino.

## **2.2. A Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha (1922-1971): Aliando investigação (produção científica) e intervenção (extensão universitária)**

A Escola Profissional “Nilo Peçanha” foi criada em 1922, vindo a funcionar no ano seguinte. Estabeleceu-se no prédio que pertencia ao extinto Liceu de Artes e Ofícios Bitencourt da Silva (1886 - 1919), onde atualmente funciona o Colégio Estadual Nilo Peçanha (CENP), situado no centro da cidade de Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro, tendo funcionado nesses moldes até 1971 quando pela Lei nº 5692 de 11 de agosto daquele ano houve reforma da educação básica.

De modo geral, a pesquisa permitiu argumentar que mesmo se tratando de uma escola industrial pulsava muito forte à época sua principal peculiaridade: ser destinada ao público feminino. Apesar da crescente reivindicação do mercado de trabalho pela presença da mulher de forma legitimada institucionalmente, aquela considerada guardiã da família deveria receber uma educação que contemplasse essa sua “vocação para o lar”, em um contexto de modernização e higienismo. Vale ressaltar que quanto ao tipo de profissionalização oferecida à mulher, as ocupações a elas destinadas seriam aquelas que se relacionavam com o que se pensava sobre a personalidade feminina, ideias de que a mulher era um ser frágil, menos capaz que o homem e, portanto, fadada a atividades consideradas inferiores, avaliadas como “coisas de mulher”, uma nítida limitação profissional imposta ao público feminino.



**Figura 1.** Fachada da EPF Nilo Peçanha. Fonte: Arquivo Histórico do CENP.

Partindo do arquivo histórico do CENP, em contínuo diálogo com outras fontes de pesquisa (legislação, fotografias, jornais e relatos orais), bem com utilizando importantes categorias de análise como cultura escolar, currículo, e o cotidiano das instituições escolares (meso-abordagem entre sala de aula e sistema educativo), foram produzidos a respeito da instituição pesquisada trabalhos monográficos, dissertações de mestrado e artigos científicos.

O projeto “Memória e patrimônio escolar: preservação, sensibilização e formação dos agentes escolares de duas escolas públicas campistas” (2016), por sua vez, tem suas bases numa consistente trajetória de pesquisas e atuação no campo da divulgação ou popularização de conhecimentos sobre o patrimônio histórico educativo da cidade de Campos/RJ. No âmbito acadêmico, pesquisas que contemplaram o Liceu de Humanidades de Campos (LHC), a Escola Normal de Campos, a Escola Modelo “Seis de Maio” e a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, proporcionaram a produção de relevante conhecimento tanto para a comunidade local como para o contexto regional, verificando-se a necessidade de ações sistemáticas visando compartilhar tal produção, de forma mais acessível, com a comunidade externa à universidade e, mais especificamente, com as comunidades escolares que receberam os pesquisadores da Universidade. As duas instituições contempladas neste projeto são o Liceu de Humanidades de Campos e o Colégio Estadual Nilo Peçanha, sendo o segundo focado neste texto. A metodologia utilizada parte de princípios da museologia aplicada ao patrimônio histórico educativo, tendo o processo registrado por meio da pesquisa ação.

Motiva-nos a ideia de pensar na possibilidade de trabalhar as questões da(s) memória(s) escolar(es) em prol da melhoria da escola do presente, ou seja, incorporamos “expectativas de futuro” às atividades de preservação e organização do acervo e de escrita da história da escola, no sentido que fala Escolano:

Como sabemos los historiadores, la reconstrucción del pasado de las instituciones y la creación de centros de memoria sólo se justifica y legitima si se plantea desde las expectativas de futuro, de las comunidades que impulsan estos proyectos culturales, no sólo desde planteamientos ritualizadores del pasado. Se recupera la memoria porque el futuro, desde los nuevos enfoques culturalistas, reclama la tradición. Y en verdad, sabemos quienes somos, y tal a dónde nos dirigimos, porque recordamos (...). El futuro de la escuela (...) se intuye desde luego como apertura y creación, pero se escribe y diseña desde la memoria. Precisamente por ello, el patrimonio material e inmaterial de la escuela, que es un valor no sólo personal sino también público, ha de ser preservado, investigado y difundido... (2007, p. 233-234).

Ulpiano Menezes afirma que o patrimônio é “antes de mais nada um fato social”, e acrescenta:

Pior seria – e essa situação não é propriamente excepcional – que bens declarados de valor mundial fossem ignorados pela população local (salvo como mercadoria!): como pode algo valer para o mundo todo, se não vale para aqueles que dele poderiam ter a fruição mais contínua, mais completa, mais profunda? Como pode o patrimônio mundial não ter, antes, valor municipal? [...]É preciso introduzir outros critérios para avaliar os círculos concêntricos de pertinência e interesse do bem, que possam antes de mais nada definir seu potencial de interlocução. A grade referência deveria ser esse potencial de interlocução, começando sempre com os interlocutores locais (pp.29,30,33).

Luciana Jaccoud ressalta o processo de descentralização das políticas sociais a partir da Constituição Federal de 1988, dando ênfase na ampliação dos espaços de participação social com a finalidade “de promover transparências na deliberação e na gestão, além da visibilidade nas ações, e a democratização do sistema decisório”, incluindo a essas práticas participativas “outros mecanismos que buscam promover a participação social nas políticas sociais, tais como conferências, fóruns, câmaras, comissões setoriais, grupos de trabalhos e ouvidorias”, enfim, diversos espaços participativos que visam a democratização através do debate e a deliberação (2009, p. 78).

Com fundamento nessa perspectiva da participação social como um espaço de democratização, urge a valorização e a mobilização de todos os atores que realizam o cotidiano escolar, incluindo aqueles que tendem serem esquecidos nos momentos de discussão. O demasiado foco nos públicos discente e docente pode deixar de contemplar a necessidade e o potencial de se proporcionar aos outros atores escolares, “invisíveis”, a oportunidade de momentos de discussão, decisão e formação. Os funcionários administrativos, da limpeza, da alimentação e da segurança possuem relação permanente e direta com o patrimônio escolar e precisam ser alvo de iniciativas que visem promover sua participação social.

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

A partir da compreensão de que a preservação do patrimônio histórico educativo constitui uma questão de cidadania, foi proposta uma atividade que transpusesse didaticamente os resultados das pesquisas realizadas sobre a EPF Nilo Peçanha de forma acessível e atraente ao público, visando dialogar com a comunidade campista e em especial com a comunidade escolar, promovendo um espaço de diálogo pautado nos princípios da educação patrimonial, visando o (re) conhecimento, a valorização e a mobilização pela preservação do patrimônio e da memória da escola, atual CENP. Como corolário de uma série de ações preliminares, e tendo por objetivo a formação patrimonial histórica educativa dos sujeitos escolares de forma significativa, foi realizada a Exposição “Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha: Entre o Lar e o Ofício”. A Exposição foi inaugurada no dia 10 de outubro de 2016, após inúmeros encontros para planejamento, discussão, testes e montagem.



Figura 2. Cartaz do evento. Fonte: Projeto de Extensão PROEX/UENF



**Figura 3.** Alunos visitando exposição. Fonte: Projeto de Extensão PROEX/UENF

Essa exposição constituiu o grande primeiro passo junto à instituição para que no início do ano letivo de 2017 sejam realizadas na escola oficinas de formação tratando os temas história e memória da educação e instituições escolares e educação patrimonial. Foi também a partir da abertura da exposição que tem se delineado junto ao CENP a proposta do próximo de criação de um centro de memória e espaço cultural na escola, que dentre os muitos desafios previstos empreenderá a restauração/manutenção do arquivo histórico do CENP e a realização de atividades de formação junto à comunidade escolar que consolidem esse espaço como um lugar de cultura viva, atuante, e não apenas uma evocação do passado, entendendo que tanto o passado mobiliza nosso presente como nosso presente dialoga com nossa visão de passado. A Exposição tem proposta itinerante, de modo que visitará ainda outros espaços de educação formal e informal.

A experiência de realização da exposição constitui mais que o compartilhamento do conhecimento produzido a respeito da instituição pesquisada junto a sua comunidade educativa, sendo o início de uma proposta de ações sistemáticas que buscam contemplar todos aqueles envolvidos na produção cotidiana da escola, com atenção especial a gestores e docentes, visando a formação patrimonial histórica educativa dos mesmos através de momentos de vivências significativas, a fim de mobilizá-los e formá-los para a valorização e preservação do patrimônio histórico educativo do qual fazem parte. A proposta é de construção de uma consciência de preservação, do patrimônio e da memória, por meio do diálogo e partindo dos interlocutores locais.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, uma ideia bastante difundida e até cristalizada na sociedade, é a de ser um país de “desmemoriados”, obstaculizando a consolidação de uma identidade coletiva, social e cultural de valorização do passado. Esta característica demanda um trabalho de conscientização e de sensibilização sobre a sua identidade social, cultural e de construção da cidadania envolvendo a comunidade escolar. Os educadores e a comunidade acadêmica têm um papel fundamental na preparação das atuais e futuras gerações para construção de novos conhecimentos, numa ação de sensibilização, mas também de informações e orientações técnicas-pedagógicas para que esse trabalho ultrapasse o âmbito teórico.

Destaca-se que a perspectiva da proposta apresentada se realiza na intrínseca relação entre pesquisa e popularização da ciência, Universidade-Sociedade, e que se norteia no sentido de valorizar e mobilizar a participação de todos os atores que constroem o cotidiano escolar, incluindo aqueles que tendem a serem “esquecidos” nos momentos de discussão. O fim maior se trata da contínua valorização da memória e da identidade tanto da instituição como de cada um de seus atores, considerando que a consciência do patrimônio que possuem e que continuamente reconstruem contribuirá para sua autovalorização e criação/fortalecimentos de laços de pertencimento.

O principal impacto desejado é de sensibilizar a comunidade escolar em questão para o re(conhecimento) de seu ambiente escolar como patrimônio, visando fortalecer sua ligação com a herança cultural local. Assim, se busca desenvolver um projeto de educação patrimonial escolar partindo do próprio ambiente escolar.

O trabalho com as memórias institucionais escolares pode ajudar a construir e consolidar uma identidade mais positiva *da* e *na* comunidade escolar, na medida em que seus agentes reconheçam a singularidade e importância da instituição em que estudam-trabalham. Sem dúvida, o reconhecimento da identidade construída no contexto escolar, ao longo de mais de um século, pode ajudar a consolidar um novo projeto de escola, que deverá se reverter na melhoria do ensino.

## REFERÊNCIAS

- DOMINIQUE, Julia. A cultura escolar como objeto histórico. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, v.1, n.1. São Paulo: Autores Associados, jan./jun. 2001, p. 9-43.
- MARTINEZ, Silvia Alicia. *Educação Profissional Feminina: Modelos de Formação no Brasil Republicano*, Projeto de Pesquisa, CNPq, 2011.
- MENEZES, Maria Cristina. A escola e a sua materialidade: o desafio do trabalho e a necessidade da interlocução. *Pro-Posições (Unicamp)*, Campinas, v. 16, p. 13-18, 2005.
- MOGARRO, Maria João. Arquivo e educação: a construção da memória educativa. In: *Sísifo Revista de Ciências da Educação*, nº 1, Portugal, 2006, p. 71-84.
- NÓVOA, António. Para uma análise das instituições escolares, In: NÓVOA, António (coord.), *As organizações escolares em análise*. 3ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999, p. 13-42.

RESENDE REIS, Fabiana de Arruda. O ensino profissionalizante (feminino) no Brasil: uma análise da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha (campos, rio de janeiro, 1922-1930). Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Coordenação de Pós-Graduação, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2013.

RUIZ BERRIO, Julio (dir). El patrimonio historico-educativo: su conservación y estudio. Madrid, Biblioteca nueva, 2010.

SILVA, Euza de Souza. De Escola Profissional à Escola Industrial Nilo Peçanha Educação da Mulher em Campos, RJ: (1931-1946). Monografia (Licenciatura em Pedagogia), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2013.

SOUZA, Rosa Fátima. Preservação do patrimônio escolar no Brasil: notas para um debate. Linhas, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan/jun 2013. p. 199 – 221.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2008

VIDAL, D.; ZAIA, I. De arquivo morto a permanente: o arquivo escolar e a construção da cidadania. In: MORAES, C. S. V.; ALVES, J. F. (Org.). Contribuição à pesquisa do ensino técnico no estado de São Paulo: inventário de fontes documentais. São Paulo: Centro Paula Souza, s/d, p. 33-46.

## O INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO PROFESSOR ALDO MUYLAERT: INSTITUIÇÃO CENTENÁRIA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

**SOARES, Josete Pereira Peres**

Doutoranda em Políticas Sociais- UENF

josetepsoares@yahoo.com.br1

**MARTINEZ, Silvia Alícia Martinez**

Orientadora Professora Associada da

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Silvia-martinez@hotmail.com

### RESUMO

O presente trabalho relata uma pequena parte da história do Instituto de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM), instituição centenária localizada no município de Campos dos Goytacazes (RJ). A mesma completou 121 de criação com histórico de formação de professores. Ao longo dos últimos 15 anos, os corpo docente e discente, funcionários e pesquisadores vinculados ao ISEPAM tem buscado preservar a sua história e a sua missão de formar professores com qualidade. A situação mudou de forma substancial quando o mesmo foi transferido da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro para a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, cuja Mantenedora é a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), sendo observados alguns ganhos, como a implantação do curso de licenciatura em Pedagogia, e algumas desvantagens, como a redução do quantitativo de alunos e professores.

**Palavras-chave:** ISEPAM. Instituições centenárias. Formação de professores.

### ABSTRACT

This paper reports a small part of the history of the Institute of Education Professor Aldo Muylaert (ISEPAM), a centennial institution located in the municipality of Campos dos Goytacazes (RJ). The Institute completed 121 years of creation with history of teacher training. Over the last 15 years, faculty and students, staff and researchers linked to ISEPAM have sought to preserve their history and mission to train quality teachers. The situation changed substantially when it was transferred from the Secretary of Education of the State of Rio de Janeiro to the Secretariat of State for Science, Technology and Innovation, whose main sponsor is the Foundation for Technical School Support (FAETEC), some gains were observed, such as the implementation of the degree course in Pedagogy, and some disadvantages, such as reducing the number of students and teachers.

**Keywords:** ISEPAM. Centennial institutions. Teacher training

## 1. INTRODUÇÃO

O trabalho aborda parte da história de uma das mais tradicionais instituições escolares da cidade de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, que completou 121 anos de criação e teve um longo e importante percurso histórico na educação do município, principalmente no que se refere à formação de professores.

No presente texto far-se-á uma breve trajetória da instituição desde a sua criação até o momento atual, buscando analisar sua identidade construída ao longo dos anos, até o momento de sua transferência para a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação em 2001.

A metodologia utilizada foi a de análise bibliográfica acerca dos assuntos abordados, pesquisa em acervos históricos da instituição, entrevistas e observação participante.

O artigo fica assim estruturado: inicialmente se fará um breve relato do histórico da instituição; a seguir será tecido um diálogo entre diversos autores que pesquisam instituições escolares centenárias, formação de professores e história da educação. Posteriormente serão analisadas algumas mudanças substanciais ocorridas na instituição a partir de 2001, ano em que a mesma passou a fazer parte da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação e algumas ações executadas pelo corpo docente e discente a fim de preservar a memória, história e missão da instituição.

### **ISEPAM: um prédio, uma história, uma memória**

O ISEPAM iniciou o seu funcionamento em 1895 como Escola Normal de Campos, funcionando junto ao Liceu de Humanidades de Campos. Segundo Sousa (1985, p. 158), “a notícia foi recebida com viva demonstração de agrado, havendo até... os clássicos foguetes”. Conforme relata Crespo (2009), a Escola Normal foi criada em 1894 pela Lei nº 164 de 26 de novembro de 1894, quando era o presidente da Província José Tomás Porciúncula. Ela foi instalada em 1895 por decreto da Instituição Pública chefiado por Antonio Aidano Gonçalves de Almeida.

Segundo Martinez; Boynard e Gantos (2004) a Escola Normal de Campos nesse período tinha um grande prestígio, pois era a segunda instituição pública e oficial de formação de professores do estado do Rio de Janeiro.

Conforme aponta Martínez (2009), a instalação da Escola Normal em 1895 despertou “expectativas em relação à expansão da instrução primária para a qual formaria os mestres”. Novos mestres sendo formados, haveria possibilidades de uma expansão em relação à escolarização de crianças.

A Escola Normal sempre foi uma referência na formação de professores, e, continuou com essa missão enquanto Escola Normal e anos mais tarde com as novas nomenclaturas.

Cinco anos após ser instalada, a Escola Normal foi extinta pelo Decreto nº 558 de 26 de janeiro de 1900, sendo organizada uma Escola Normal Livre em outro local. A extinção foi promovida pelo diretor de instrução Dr. Paranhos da Silva, em fevereiro do mesmo ano. A mobilização entre professores e outros cidadãos foi grande, e a instituição foi instalada como Escola Normal Livre nas instalações do Liceu de Artes Ofícios da mesma cidade, sendo concedido o pavimento superior (SOUSA, 1985). Em

1901, voltou a funcionar sob o domínio do Estado, com a sua reabertura no governo de Quintino Bocaiúva (Decreto n 677). (Martínez, 2009).

Após esse breve incidente, conforme relatam Martinez e Boynard (s/a, p. 3), as duas instituições, a saber, o Liceu e a escola Normal “conviveram por sessenta ano, compartilhando prédios, diretores, inspetores e professores e produzindo fecundos resultados”. Os professores formados pela Escola Normal junto com o corpo administrativo e docente “constituíram-na em instituição de excelência, criadora/portadora de uma cultura pedagógica singular na formação de professores da Região Norte Fluminense”.

Em 1954 o ISEPAM, como é conhecido atualmente, passa a ser denominado Instituto de Educação de Campos, mudando para um prédio próprio, que o abriga até a presente data. Em 1965 a sua denominação passa a ser Instituto de Educação Professor Aldo Muylaert e em 2001 sofre nova mudança e nova denominação, quando foi transformado em Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert. (MARTÍNEZ; BOYNARD, 2004).

A criação do Instituto de Educação de Campos foi resultado de uma reorganização da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEEC/RJ) com a Lei nº 2.146 de 12 de maio de 1954. Essa lei cria dois institutos, um em Niterói (IEN) e um em Campos (IEC). O espaço cedido na cidade de Campos foi o local de funcionamento do Grupo Escolar Saldanha da Gama, situado na Avenida 28 de Março nº 37 no bairro do Turf- Club (CRESPO, 2009), para onde foram transferidas as alunas da Escola Normal do Liceu de Humanidades de Campos.

Nesse momento e local se sedimentou uma história de sucesso na formação de professores da região.

Findado o século, e como consequência das mudanças na legislação de formação de professores no âmbito federal, em 2001 o ISEPAM é transferido da Secretaria de Educação e Cultura para a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação e passa a oferecer o curso Normal Superior, fazendo a seu primeiro edital de seleção para o vestibular. A partir daí a sua denominação passa a ser Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert, por ter iniciado em suas dependências a formação de professores em nível superior.

A partir de 2001 a instituição começa a escrever uma nova história, deixa de ser formadora apenas de professores em nível Normal Médio, como fazia há décadas, e inicia uma nova empreitada. Em 2009 cria o curso de Pedagogia.

A seguir, abordaremos aspectos dessa nova etapa.

### **ISEPAM. Uma trajetória de sucesso e conflito**

O ISEPAM tem um histórico de atuação fundamentalmente na formação de professores. Inicialmente formava professores no curso Normal, em 2001 inicia a formação em nível superior com o curso Normal Superior e a partir de 2009 inicia a formação de professores no curso de licenciatura em pedagogia. Essa história é contada por pessoas que vivenciaram e ainda vivenciam essa trajetória de sucesso e conflitos.

Em muitas escolas do município começa-se a discutir, a partir de 1998, a formação de professores em nível médio, o Curso Normal Médio, visto que a LDBEN 9.394/96 já

sinalizava a necessidade de formar professores das séries iniciais em nível superior. O Art. 62 da Lei diz que a formação de docentes para atuar na educação básica deveria ser realizada em nível superior, em cursos de licenciatura com graduação plena. Esses cursos poderiam ser realizados em universidades ou em institutos superiores de educação, podendo ser admitida como formação mínima para as séries iniciais o curso em nível médio, na modalidade Normal. A redação dada no período modificava apenas o tempo de formação das séries iniciais do Ensino Fundamental.

A Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) foi criada pela Lei Estadual nº 1176 de 21/07/1987. A denominação inicial era FAEP (Fundação de Apoio à Escola Pública do Estado do Rio de Janeiro), vinculada à Secretaria de Estado de Educação. No Art. 2º a Fundação teria como “finalidade complementar as funções da Secretaria de Estado de Educação no que tange a agilização dos mecanismos necessários ao funcionamento da rede Pública Estadual de Ensino”. Por meio do Decreto 22.011 de 09 de fevereiro de 1996, a Fundação foi transferida para a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia.

Não é objeto desse trabalho buscar desvendar toda a trajetória da Mantenedora, mas apenas situarmos no tempo atual o lugar onde a instituição estudada está inserida. A FAETEC era responsável pela formação técnica profissional no Estado do Rio de Janeiro quando foi transferida à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Em 2002, a Lei nº 3.808, de 05 de abril de 2002, altera a natureza jurídica da fundação, o regime de pessoal de seus servidores entre outras providências. Em seu Art. 1º, a Fundação passa a ser responsável pela educação profissional, nos níveis básico, médio e superior e também pelos institutos superiores de educação, atuando como centro universitário.

A partir daí foram poucos passos para a transferência do ISEPAM para a FAETEC, visto que já havia toda a infra estrutura necessária para abrigar um instituto superior, tais como, uma escola básica, que serviria como Escola de Aplicação, salas de aula amplas e ventiladas, quadro administrativo com conhecimento e experiência em emitir documentação de alunos, salas extraclasse adequadas, localização privilegiada, histórico respeitado no município como instituição formadora de professores, enfim, tudo o que era necessário para a transferência.

Nesse íterim foram muitas as reuniões e discussões. A FAETEC queria a instituição inteira, ou seja, com todo o prédio e infraestrutura, mas não havia muita segurança de que iria abarcar também os profissionais, o que gerou conversas, debates e discussões acerca do assunto. O ISEPAM foi transferido de “porteira fechada”, como se dizia na época.

Esse casamento foi feliz por um tempo, ainda que alguns impasses fossem percebidos logo no início. A mantenedora não era muito conhecedora de assuntos pedagógicos de formação de professores, visto que a atuação até o momento era em cursos técnicos e profissionalizantes. Com isso, muitas ordens e orientações recebidas na instituição eram discutidas e questionadas pelos funcionários do antigo IEPAM, pelo fato de serem conhecedores das necessidades no âmbito da formação de professor, mesmo sendo a experiência em nível médio.

Um grande ganho que o ISEPAM obteve com a transferência para a FAETEC foi a implantação do curso de licenciatura em pedagogia. Uma instituição que agora configurava dentre as que atendiam o ensino superior, com participação no ENADE,

ingresso através do ENEM pelo SISU, professores doutores concursados e toda a organização que envolve cursos de licenciatura.

Contudo, havia algumas insatisfações relacionadas ao futuro do ISEPAM. Uma delas era a autorização para formação de novas turmas na escola básica. O que antes era uma escola com um quantitativo enorme de vagas, atendendo a muitos alunos do município e região, a cada novo ano as autorizações para abertura de novas turmas ia reduzindo <sup>1</sup>.

Outro impasse foi sobre a abertura de concursos para contratar professores para as Séries Iniciais e Educação Infantil. Os professores da instituição foram se aposentando e professores contratados foram ocupando as vagas. Quando os contratos encerravam novos professores eram contratados, e com isso, o histórico de qualidade e compromisso com a “coisa pública” foi se perdendo, não por falta de compromisso desses professores, mas pela falta de continuidade. Nunca houve um concurso público para suprir essas vagas nos 16 anos em que a FAETEC está como Mantenedora da instituição. Como resultado observa-se que a instituição foi perdendo a sua referência, o seu legado, a sua história, a sua “boniteza” em ensinar.

Os problemas foram se agravando até o ponto de haver a proposta de fazer uma divisão na instituição, deixando com que cada ente federado assumisse uma fatia da educação e de seus alunos. Muitas idas e vindas à ALERJ e muitas manifestações foram necessárias para preservar a instituição unida, com todos os seus níveis e modalidades.

### **O ISEPAM nos dias atuais**

A situação atual do ISEPAM é ainda mais séria, pela situação da crise no estado do Rio de Janeiro. Os funcionários terceirizados, que atuam na secretaria escolar, limpeza, inspetores, auxiliares de turma, auxiliares de serviços gerais tiveram no final do mês de novembro os seus contratos encerrados, após três meses sem terem seus pagamentos depositados pela firma, que por outro lado, não recebia da Mantenedora. No início de 2017 os contratos dos professores serão encerrados por já terem cumprido o prazo estipulado, mas não há divulgação de concurso público e a Mantenedora não sinalizou a possibilidade de fazer novos contratos. O concurso para lecionar nas séries iniciais e Educação infantil prometido há vários anos ainda não ocorreu e não há sinalização para que isso aconteça. Os alunos que estudam em tempo integral fazem revezamento, pois não existe merenda disponível para eles, assim como não há material de limpeza para a escola e de higiene pessoal; também não existem folhas de papel e Xerox, que não fazem parte da lista de materiais necessários; os salários dos servidores estão atrasados e parcelados; a oferta de novas turmas é mínima, visto que não há material humano necessário para a abertura de novas turmas.

Os alunos decidiram em assembléia estudantil que eles não querem que a escola feche antes do prazo estipulado pelo calendário, e decidiram fazer discussões no pátio a partir do mês de dezembro. Esses são alguns dos problemas apontados nessas observações. Optamos por alguns autores que tratam do assunto em pauta, formação de professores, para fazermos breve, mas importante, debate sobre o tema.

<sup>1</sup> A exemplo, a instituição possuía cerca de 20 turmas de Educação Infantil nos 2 turnos. Hoje conta com apenas 10 no total.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A bibliografia utilizada sobre o tema em questão foi definida pelo estudo dos autores nas áreas em questão. O professor Antonio Nóvoa, que traz importante contribuição para a formação de professores; Bernadete A. Gatti, com seu estudo sobre formação de professores, legislação e normas vigentes; Dominique Julia, com essenciais estudos acerca da cultura escolar; Antonio Viñao, com suas pesquisas sobre cultura, patrimônio e educação; Luciano Mendes de Faria Filho, que trata da cultura escolar como campo de investigação na história da educação. Além dos autores citados, foram feitas pesquisas em fontes documentais históricas no Arquivo do Liceu de Humanidades de Campos, no Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert, artigos e livros de pesquisadores que já adentraram esse tema como Martinez, Boynard, Crespo, dentre outros.

A profissão docente sempre foi menosprezada ao longo dos anos, a valorização sempre esteve muito distante de acontecer. Muitos discursos tem sido realizados, mas pouco se tem conseguido. Nóvoa (2009) fez uma exaustiva pesquisa sobre formação de professores, valorização e formação em serviço. Parece utopia conversar sobre esse assunto quando existe tanta desesperança, mas ainda é possível reverter o quadro. No presente século que estamos presenciando a tecnologização de algumas tarefas, o isolamento profissional, a individualidade que impera em todas as profissões, sabemos também que alguns pensam na humanidade e que acreditam que pequenas mudanças podem trazer grandes transformações.

Nóvoa (2009) afirma que dentre o que se apresenta como prioridade nesse período está a valorização dos professores, formação inicial e continuada, importância de trabalho colaborativo, dentre outros. Ele nos traz um discurso leve, de responsabilidade com o outro e consigo mesmo, próprio de alguém que já vivenciou muitas situações e que ainda tem esperança. Como ele mesmo diz o seu ensaio é bem simples, tratando de formação de professores dentro da própria profissão. Ao falar da cultura profissional ele escreve que

Ser professor é compreender os sentidos da instituição escolar, integrar-se numa profissão, aprender com os colegas mais experientes. É na escola e no diálogo com os outros professores que se aprende a profissão. O registo das práticas, a reflexão sobre o trabalho e o exercício da avaliação são elementos centrais para o aperfeiçoamento e a inovação. São estas rotinas que fazem avançar a profissão (p. 30).

Nóvoa (2009) defende o trabalho em equipe, colaborativo, com compromisso social de alguém que sabe de onde veio e sabe aonde quer chegar. O alcance de alguns poucos sucessos obtidos na área da educação tem sido realizados com parcerias dos que tem o mesmo objetivo. Entender a formação de professores no percurso do ISEPAM torna-se necessário para entendermos a história atual.

Faria Filho (2004), renomado autor nos estudos historiográficos, discute a cultura escolar e seus desdobramentos. Serão somadas as suas contribuições aos demais autores, visto que eles dialogam sobre o assunto. Pretende-se destacar neste breve estudo a cultura escolar. Ainda que seja um tema mais visitado quanto a currículo e normas escolares, busca-se operar esse tema no contexto escolar vivenciado por professores e alunos.



O ISEPAM sempre teve a sua cultura escolar no sentido que Faria Filho *et all* (2004) projetam nas pesquisas sobre o assunto, tanto em nível nacional como internacional, como investigação do cotidiano escolar. Observa-se que o corpo docente da instituição tem maneiras peculiares de enxergar o cotidiano escolar e isso de forma natural vai sendo transmitido aos alunos. Cada instituição tem a sua própria cultura, sua própria história. Havendo ruptura nesse processo, a transmissão também fica limitada, trazendo assim uma falta de identidade institucional, gerando insegurança e discursos desconexos, pois cada um busca falar a sua própria linguagem, dar a sua visão pessoal da situação. Dialogando com diversos autores Faria Filho *et all* (2004) observam que a cultura escolar pode ser considerada composta por saberes, conhecimentos, currículos, tempos e instituições escolares, além de materialidade escolar e métodos de ensino. Entende-se que tudo isso está relacionado de maneira direta à identidade da instituição.

As três áreas tratadas por Julia (2001) terão destaque, as normas e finalidades que regem a escola, o papel desempenhado pela profissionalização do trabalho de educador e a análise das práticas escolares. Essas áreas estão diretamente imbricadas na temática desenvolvida, por se tratar de uma instituição centenária que alimenta boa parte da história da formação de professores do município.

Conforme escreve Julia (2001, p. 1) “a cultura escolar não pode ser estudada sem o exame preciso das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas”. O histórico do ISEPAM leva a um conjunto de culturas adquiridas ao longo dos anos e que já faz parte do ideário da instituição e, de certa forma, já assimilado pela comunidade escolar. A ruptura desse processo com todas as mudanças ocorridas gerou e ainda gera insegurança e perda de identidade.

Julia (2001, p. 1) ainda entende que “a cultura escolar é descrita como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. Não se está falando de uma história pequena, mas de uma história centenária que já faz parte da coletividade e que pode influenciar de maneira positiva ou negativa outras gerações de alunos e professores.

Nessa perspectiva, entende-se a necessidade de se preservar uma cultura escolar da instituição que remonta a sua longa história de formação de professores, dando continuidade à mesma, sem, portanto, cair no continuísmo. Nóvoa (2009, p. 34) alerta que “a formação de professores ganharia muito se se organizasse, preferentemente, em torno de situações concretas, de insucesso escolar, de problemas escolares ou de programas de ação educativa”. A parceria sugerida por Nóvoa pode ser aplicada na divulgação e preservação da cultura escolar, de busca por soluções, de incentivo aos alunos e futuros professores.

As relações e interações entre memória, patrimônio histórico e educação serão analisadas através das lentes de Viñao Frago (2010), quem ao considerar o patrimônio considera-o como algo não estático, com sentimento de pertencimento e que precisa ser conservado e protegido. Esse é um dos pontos principais de luta pela conservação material e imaterial do ISEPAM por parte de alguns sujeitos.

As ideias de memória e o patrimônio histórico trazidas por Viñao (2011) aportam um acabamento precioso ao pensamento aqui esboçado. O termo patrimônio para o autor é aplicado a instituições e não a indivíduos. Ele descreve o patrimônio como

algo valioso que se hereda o construye; al mismo tiempo es algo que se considera próprio en el sentido de que forma parte de aquello de lo cual se es propietario. En otras palabras, no es algo estático, dado de uma vez por todas e invariable, precisamente porque exige la consciência o sentimiento de que nos pertenece, de que ese algo es de algún modo valioso y de que, por lo tanto, precisa ser conservado y protegido (VIÑAO, 2011, p. 34).

O patrimônio cultural, advindo de lutas, conflitos e buscas não é algo simplesmente adquirido, ele é construído ao longo dos anos e, quando conservado, ele passa a fazer parte da memória. É assim que se produz história. Há uma luta real e velada pela conservação do patrimônio cultural do ISEPAM, mesmo que alguns não percebam isso. É um sentimento de pertencimento que aflora entre a comunidade escolar e, ao mesmo tempo, de saudosismo de anos dourados que não retornarão.

Defende-se aqui a conservação da história, da memória, do patrimônio cultural, e de tudo que pode auxiliar para vislumbrar um futuro melhor no que respeita à educação. A comunidade escolar mesmo não sabendo explicar esse sentimento de perda e necessidade de conservação não planeja “abandonar o barco ou deixá-lo à deriva”.

Com a grave crise que o estado do Rio, somam-se problemas. O que eram apenas problemas de administração passa para a área financeira, com escolas sem merenda, sem segurança, com falta de professores, infra-estrutura precária, dentre outros.

Gatti (2010) faz uma importante análise sobre a formação de professores no Brasil, especificamente no que se refere à formação do docente para o ensino das “primeiras letras”, em cursos específicos e criação de escolas normais no séc. XX. Ela infere que a formação de professores em nível superior para os primeiros anos do ensino fundamental e educação infantil começou a ser tratado a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96). As mudanças pelas quais o ISEPAM passou a partir do ano de 2001 estão diretamente ligadas a essa mudança a partir da lei. Antes da aprovação da LDBEN (9.394/96), muitos professores que atuavam na instituição como também em outras que ofereciam as primeiras séries, possuíam somente o curso normal em nível médio. A partir da aprovação da LDBEN os próprios professores começaram a buscar os cursos superiores, tanto professores da instituição como de outras privadas e públicas. Nas primeiras turmas do curso Normal Superior havia muitos alunos que eram professores das séries iniciais do ISEPAM.

Entende-se que a formação em nível superior para atuação nas séries iniciais e educação infantil é o ideal. Essa pode ser considerada uma das vantagens adquiridas com a transferência da instituição para uma organização que cuida de ensino superior e com possibilidade de a instituição continuar a escrever a sua história no que se refere à formação de professores. Gatti (2010) faz uma retrospectiva da formação de professores para as primeiras letras, do papel da LDBEN nesse processo e da formação pedagógica desses professores. No entanto considera importante a formação prevista a partir do curso de pedagogia de acordo com as Diretrizes Curriculares de 2006 e sugere se pensar na formação inicial de professores e no local dessa formação.

A despeito da instituição que nos ocupa nesta análise, muitas críticas foram feitas quando da implantação do curso Normal Superior e do curso de Pedagogia em uma instituição de ensino que não está classificada como faculdade e nem como universidade, mas uma instituição que oferece educação básica. Esse foi um aspecto bem difícil no início da caminhada do ISEPAM no oferecimento do curso superior. A licenciatura em Pedagogia teve as suas três primeiras turmas inseridas em março de 2009, quando foi extinto o curso Normal Superior, pelo entendimento que conquanto fosse um curso superior, a sua habilitação era similar ao curso de nível médio na modalidade Normal, sendo desnecessário o oferecimento de ambos na mesma instituição. A despeito de todas as críticas, o que se pode observar é que o curso de pedagogia levantou vôo e segue formando professores e pedagogos para atender o município e cidades vizinhas, apesar de todas as dificuldades pelas quais passa a instituição.

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

O ISEPAM abarca atualmente desde a Educação Infantil até a Pós-graduação lato sensu. Até o ano de 1996, ano da aprovação da LDBEN (9.394/96) não havia preocupação de mudanças no ISEPAM, com a Secretaria de Educação como mantenedora da instituição. Com a aprovação do Plano Nacional de Educação (2001) iniciou-se uma preocupação com a formação dos professores que atuavam na instituição, na educação infantil e séries iniciais, visto que muitos possuíam apenas o curso Normal em nível Médio. Os professores buscaram inicialmente formação superior com receio de “perderem” as suas vagas. Surgem assim idéias de os professores serem formados na própria instituição e muitas conversas e encontros acontecem até a idéia tomar forma.

Como mencionado anteriormente, no ano 2000 iniciaram-se esforços para criação do curso Normal Superior, conforme determina a LDBEN (9.394/96) e em 2001 o curso é criado. Junto à criação do curso ocorre a transferência da instituição para a Fundação de Apoio à Escola Técnica, que é uma Fundação vinculada à Secretaria de Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI). Com a transferência, acontecem muitas mudanças. Algumas foram consideradas positivas, outras nem tanto. A referida fundação não conhecia a história da instituição e não tinha experiência em formar professores, visto que a atuação era especificamente em cursos técnicos. Os profissionais “mais antigos” viam a história escorrendo pelos dedos e esvaziando. A intenção segundo entrevistas, não era voltar a ser a instituição de décadas passadas, mas conservar a história, o patrimônio, tanto material como imaterial e a identidade, que era a formação de professores.

As orientações pedagógicas sofreram intervenções de acordo com a nova secretaria. O curso Normal de nível médio esteve em vários momentos indicados para encerrar suas atividades. As turmas de Ensino Fundamental e Educação Infantil que até esse momento abarcava uma grande quantidade de alunos, atendendo a crianças de todo o município e distritos não recebia autorização para abertura de novas vagas.

Esses foram alguns fatos ocorridos nos primeiros anos da gestão da mantenedora. Com o passar dos anos novos problemas foram surgindo, como por exemplo, a instituição abrigar Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental em uma instituição estadual, o que seria contrário ao que está na LDBEN (9.394/96) que orienta os municípios assumirem a Educação Infantil e prioritariamente os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Como já mencionado, os professores das séries iniciais que atuavam na instituição foram se aposentando e dando lugar a professores contratados. Esse fato foi bem prejudicial, pois esses novos professores não possuíam vínculo estreito com a instituição, mas somente profissional e, quando já estavam fazendo um bom trabalho, precisavam sair por terem seus contratos vencidos. A fundação nunca realizou concurso para professores lecionarem nas séries iniciais e educação Infantil. Isso permitiu um acentuado esvaziamento de professores, obrigando mais do que nunca a não autorização de novas matrículas.

Alguns resultados podem ser observados na luta que tem sido travada para manter o ISEPAM unido e não fechar as portas. São batalhas pequenas, com pouca expressão, mas importantes para a manutenção da unidade em torno de um desejo comum, que é preservar a instituição com a missão de formar professores que sempre foi a que sobrepujou.

Professores e alunos tem unido esforços para fazerem manifestações chamando a atenção da comunidade campista, tendo sido noticiados nos meios de comunicação. Contatos e reuniões dos representantes dos professores do ISEPAM com a Comissão de Educação da ALERJ também tem sido realizados a fim de buscar ajuda nesse momento; Audiências públicas na instituição e fora dela, reuniões para conscientização do corpo docente e discente, conversas em salas de aula, passeatas, e outras ações tem sido efetivadas. Mas entende-se que a ação mais importante que está sendo realizada está relacionada com a conscientização de toda a comunidade escolar, incluindo os pais do momento que esta sendo vivido e que sem parcerias reais não se avança.

Nos dias atuais a consciência de preservação da escola pública e dessa instituição em particular tem sido crescente entre a comunidade escolar, que envolve pais, alunos, funcionários, professores e simpatizantes e que entendem que é uma boa hora para lutar pela instituição, pela preservação de sua história, seu patrimônio, tanto material como imaterial. É um legado para as próximas gerações.

## CONCLUSÕES

O estudo em questão nos mostra que a falta de políticas públicas educacionais ou não comprometidas com a população pode gerar problemas graves que afetam não somente um grupo pequeno de professores e alunos, como também uma população maior. Ao se pensar em mudanças deveria ter se pensado também nos problemas que surgiriam a partir das mesmas, como falta de professores, gastos com uma estrutura de ensino superior que demanda pesquisa, dentre outras necessidades.

Além da falta de políticas públicas que deem conta de atender as necessidades básicas demonstrada nos dias atuais, observa-se a presença no século XXI de políticas de cunho neoliberal, com preocupação com soluções de problemas financeiros rápidos, como a transferência da instituição para a FAETEC, sem planejamento de gastos e investimentos, e sem levar em consideração questões importantes, como uma história centenária com uma cultura escolar própria, um patrimônio importante e um trabalho que estava dando resultados.

A falta de vagas no ISEPAM para séries iniciais tem tirado muito da identidade da instituição, que sempre foi formadora de professores, tendo nessas séries um fértil campo de estágio que um instituto de educação demanda, causando muitos

transtornos e trazendo graves prejuízos na escolarização de parte expressiva de crianças no município de Campos dos Goytacazes. A insegurança quanto ao futuro dos funcionários, com salários atrasados e/ou parcelados, a demissão de funcionários essenciais a manutenção do prédio, a falta de concurso público, a falta de professores, dentre outros problemas, tem trazido falta de perspectiva quanto ao futuro e desânimo em relação à profissão docente.

Contudo acredita-se que um trabalho de parceria é fundamental como incentivo e esperança na busca de dias melhores.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em agosto de 2016.

CRESPO, Regina Márcia Gomes. POLÍTICAS EDUCACIONAIS E MAGISTÉRIO EM TERRAS FLUMINENSES: Itinerário Sócio-Histórico do Curso de Formação de Professores no Instituto de Educação de Campos, nas décadas de 1950-1960. Dissertação de mestrado. Campos dos Goytacazes, 2009. Disponível em: <<http://uenf.br/pos-graduacao/politicas-sociais/files/2015/06/REGINA-M%C3%81RCIA-GOMES-CRESPO.compressed.pdf>>. Acesso em outubro de 2016.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira.

Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf>>. Acesso em outubro de 2016.

GATTI, Bernardete A. Formação de Professores no Brasil: características e problemas. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/16.pdf>>. Acesso em outubro/2016.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução: Gizele de Souza. revista brasileira de história da educação nº1 jan./jun. 2001. Disponível em: <[file:///C:/Users/JOSETE/Downloads/273-846-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/JOSETE/Downloads/273-846-1-PB%20(2).pdf)>. Acesso em outubro de 2016.

MARTINEZ, S.; BOYNARD, M. A. Memórias de 1955. O (re) nascer do Instituto de Educação de Campos. In: GANTOS, M. (Org.). Campos em perspectiva. Rio de Janeiro, Papel Virtual, 2004.

\_\_\_\_\_, Silvia Alícia; BOYNARD, Maria Amélia. Atrás da casa-grande: memória, gênero e espaço escolar da Escola Normal de Campos (1895-1955). Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo5/332.pdf>>. Acesso em novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Formando os professores “no interior”: a criação da Escola Normal de campos no processo de implantação do sistema de instrução pública e de profissionalização do magistério no estado do Rio de Janeiro. *Historia de La educación- anuário. Hist. Educ. anu. Vol.10 Ciudad autónoma de Buenos Aires. dic.2009.* Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2313-92772009000100006](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2313-92772009000100006)>. Acesso em novembro de 2016.

NOVOA, Antonio. *Professores: Imagens do futuro presente.* Lisboa: Educa, 2009. Disponível em: <[http://www.etepb.com.br/arq\\_news/2012texto\\_professores\\_imagens\\_do\\_futuro\\_presente.pdf](http://www.etepb.com.br/arq_news/2012texto_professores_imagens_do_futuro_presente.pdf)>. Acesso em outubro/2016.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 1.176, de 21 de julho de 1987. Autoriza o poder executivo a instituir a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro- FAETEC. Disponível em: <<http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/151552/lei-1176-87>>. Acesso em novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº22.011 de 09 de fevereiro de 1996. Transferir os órgãos que menciona e dá outras providências. Disponível em: <<http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/141751/decreto-22011-96>>. Acesso em novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.808, de 05 de abril de 2002. Altera a natureza jurídica da Fundação de Apoio à Escola Técnica do estado do Rio de Janeiro- FAETEC, o regime de pessoal de seus servidores e dá outras providências. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/01017f90ba503d61032564fe0066ea5b/efa2327c2ea1c3cb03256b98004f077c?OpenDocument>>. Acesso em novembro de 2016.

SOUSA, Horácio. *Cyclo Aureo. História do primeiro centenário de Campos- 1835-1935.* Damadá, 1985.

VIÑAO, Antonio. *Memoria, Patrimonio e Educação.* Revista História da Educação - RHE Porto Alegre v. 15 n. 34 Jan./abr. 2011 p. 31-62. Disponível em: <<http://revistas.um.es/educatio/article/view/111951/0>>.

## **GT: 19 - Família e gerações: dinâmicas contemporâneas**

Coordenadores: Lívia Alessandra Fialho da Costa e  
Cláudia Paranhos de Jesus Portela

## DA AMBIENTALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO À TERRA DO PASTOR: REFORMA AGRÁRIA, RELIGIÃO E A AFINIDADE ELETIVA

**LOBATO DA COSTA, Rodolfo B. de M.**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) Universidade Federal Fluminense  
Bolsista CAPES  
*rodolfolobato@hotmail.com*

**FREITAS, Emmanuel Oguri**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) Universidade Federal Fluminense  
Professor de Direito do Trabalho da Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS  
*emmanuel.of@gmail.com*

**RIBEIRO, Ana Maria Motta**

Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) Universidade Federal Fluminense (UFF)  
*anamribeiro@outlook.com*

### RESUMO:

Esse artigo pretende apresentar observações de um trabalho de campo que se desenvolve em um acampamento de reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro, desde 2002. Apresentaremos “pistas”, “sinais” ou “indícios” sobre a influência da cultura religiosa na organização de uma comunidade rural (que completará em 2017 vinte anos de existência). Nesse sentido, utilizamos o paradigma indiciário como caminho de investigação sobre uma verdade provável, a “afinidade eletiva” entre a religião evangélica e a postura passiva do Estado, sob o argumento de condicionantes ambientais, em relegar suas funções de promotor da política de reforma agrária e assistência social aos trabalhadores rurais.

**Palavras-chave:** assentamento rural, religião, rio de janeiro

### ABSTRACT:

This article intends to present observations of a field work that has been carried out in an rural settlement camp in the State of Rio de Janeiro (Brazil), since 2002. We will present “tracks” and “signs” about the influence of religious culture on the organization of a Rural community (which will complete in 2017 twenty years of existence). In this sense, we use the indiciary paradigm as a way of investigating a probable truth, the “elective affinity” between the evangelical religion and the passive posture of the State, under the argument of environmental constraints, in relegating its functions as promoter of the agrarian reform policy and social assistance to rural workers.

**Key-words:** rural settlement, religion, rio de janeiro



## Introdução

A partir de um trabalho de campo que se desenvolve em um acampamento de reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro pretendemos apresentar “pistas”, “sinais” ou “indícios” sobre a influência da cultura religiosa na organização de uma comunidade rural (que completará em 2017 vinte anos de existência). Nesse sentido, utilizamos o paradigma indiciário (GINZBURG, 1989) como caminho de investigação sobre uma verdade provável, a “afinidade eletiva” entre a religião evangélica e a postura passiva do Estado em relegar suas funções de promotor da política de reforma agrária.

Dando continuidade à prática do Observatório Fundiário Fluminense, vinculado Universidade Federal Fluminense, acompanhamos, observamos e interferimos no processo institucional que busca integrar os imperativos de conservação da natureza com as necessidades de sobrevivência das comunidades de pequenos agricultores no entorno da Reserva Biológica (Rebio) de Poço das Antas (RJ).

Durante o longo tempo de espera, várias situações contraditórias emergiram: venda de lotes por alguns que não suportaram financeiramente ou emocionalmente a longa espera; alteração na direção política da comunidade; mudanças no Governo Federal e na política de reforma agrária; ingresso de novos ocupantes/reocupação, ocasionando o surgimento de novos interesses, entre eles, a forte presença de igrejas evangélicas. Assim, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Sebastião Lan II existe numa área que tem mais de duas décadas de presença humana.

Neste artigo, pretendemos, portanto, relacionar a luta pela terra em Sebastião Lan com a literatura sobre conflitos ambientais e o denominado ecologismo dos pobres para compreender o surgimento de um novo discurso religioso na comunidade. Ao fim, acreditamos que a tensão entre meio ambiente, produção rural e agentes públicos encobrem o conflito real, que se dá em relação à questão fundiária e as diferentes visões de mundo dos sujeitos envolvidos.

O conceito weberiano *Wahlverwandtschaft* (afinidade eletiva), desenvolvido em “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, demonstra a existência de elementos convergentes e análogos entre a ética religiosa e um comportamento econômico. Nesse sentido, Michael Löwy (2014) chama atenção para uma possibilidade de “simbiose cultural”, conceito que nos apropriamos para compreender as pistas levantadas entre um perfil de agricultor presente no imaginário do agente do Estado e promotor de políticas públicas para reforma agrária, e uma ética evangélica que passa a organizar a vida comunitária.

Partindo do acompanhamento do caso de Sebastião Lan II ao longo do tempo, nos remetemos ao paradigma proposto por Ginzburg para compreender os elementos da realidade, ou observar as “zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989:177). Em paralelo, o debate proposto por Alier (2007) nos oferecerá espaço de análise, ao classificar os tipos de discursos sobre a natureza que são operacionalizados no caso de Sebastião Lan II, ora para justificar a repressão da comunidade, ora para reforçar o caráter de protagonismo da Rebio, enquanto modelo de unidade de conservação, e, também, enquanto um outro nível de sacralidade do território.

Destacamos, portanto, que a temporalidade de longa duração da luta por Sebastião Lan tem produzido o efeito perverso de apagamento da memória. Com o passar do tempo, a saída de lideranças do MST da centralidade da disputa tem produzido o esquecimento dos enfrentamentos do passado. No novo cenário, a entrada de igrejas neopentecostais na área tem transformado a história de numa espera pela terra prometida. A luta se apropria do tempo do sagrado, onde a espera se faz com ações, mas também com orações. Configura-se, portanto, um novo tempo na ocupação, novas lideranças despontam e a religiosidade parece oferecer um novo modo de interpretação da luta.

### **Sobre a comunidade de Sebastião Lan**

Vizinhos desses milhares de habitantes nobres da mata atlântica, em 2016, sete dezenas de famílias de agricultores familiares completaram 19 anos de ocupação da terra, uma longevidade que, para muitos atores sociais do entorno, já é possível classifica-los como uma comunidade rural de Sebastião Lan II. A morosidade da justiça, aliada aos impasses ambientais e agrários dos órgãos federais em disputa e a superposição de questões ambientais em detrimento das questões fundiárias apresentam-se como a principais problemas vivenciados pelos trabalhadores rurais.

Nesse cenário pretendo desenvolver uma reflexão que contemple as peculiaridades dos discursos sobre e a partir de uma comunidade rural inserida na Zona de Amortecimento de uma Reserva Biológica, obrigando, de um lado, o INCRA a desenvolver a primeira experiência participativa de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)<sup>1</sup> e, de outro, novos circuitos de circulação de dinheiro tendo como moeda de troca não produtos tradicionais, mas a natureza como patrimônio a ser preservada e capitalizada. Para uma análise mais geral, o PDS Sebastião Lan II mostra a relevância de uma pesquisa para aprofundar a compreensão sobre a Reforma Agrária no momento atual, a partir da observação cuidadosa da relação tensa entre ecologia, preservação e a reprodução de uma agricultura sustentável, onde existe uma grande incidência da sobreposição entre áreas reformadas nas cercanias de sítios de preservação ambiental.

O método dialético de Hegel percebe a contradição como mola propulsora, um hiato entre o real e o potencial. Nesse sentido, a relação entre a agricultura (no caso, a reforma agrária) e a preservação do meio ambiente aparecem como contradições no estudo de caso. Contradições essas que são dialéticas quando há possibilidades de superação, como uma agricultura familiar ou camponesa agroecológica, que, para existir, precisa conservar seus principais instrumentos de trabalho, a terra e água. Ou, de outro lado, podem ser contradições antinômicas quando a agricultura capitalista, guiada por pressupostos da Revolução Verde, encontra-se refletida num modelo de preservação que espelha sua forma de lidar com a natureza, descartável. Como resultado desse último modelo a Reserva Biológica de proteção integral, sem presença humana, se justifica, preservando o mico leão-dourado do seu maior predador: o homem capitalista. Ou seja, três discursos que, hoje, encontram-se em disputa e sendo apropriados pelos diferentes atores sociais, com uma nova característica, o surgimento de uma nova liderança organizada através das Igrejas evangélicas lá instaladas.

1 Dois PDS foram criados pelo INCRA no Rio de Janeiro em 2014, um em Silva Jardim (o Sebastião Lan) e outro em Macaé. Apesar de cronologicamente a portaria de Macaé ser anterior, sociologicamente interpreto como primeiro pois em Macaé não havia população residente, foi um território a ser povoado, enquanto o Sebastião Lan os trabalhadores rurais lá residiam há 18 anos no momento da publicação da portaria que criou o PDS.

A área onde se encontra a comunidade rural Sebastião Lan, chamada de Brejão, que, após a canalização na década de 70 para plantação de arroz, foi grilada por um fazendeiro, posteriormente arrendada para continuidade da rizicultura e, depois, recebendo tentativas de cultivo de aipim, batata-doce e banana. Trata-se de uma área de 1466 ha, ocupada em 1997 pelo movimento social, e que possui um solo que carrega uma história que se origina com a derrubada da mata nativa, queimadas e produção com agrotóxicos, dentro do pacote da Revolução Verde (maquinário e insumos químicos).

Esses movimentos de ocupação de terra por um campesinato que foi expulso para a entrada de monoculturas em larga escala caracteriza-se pela “rerruralização” do Vale do Rio São João com a produção de alimentos, ou lavoura branca. Esse cenário se desenha dinamicamente em variadas formas de conflito, uma diversidade de atores em tensão permanente acerca de direitos sobre a titularidade da terra e, principalmente, no enfrentamento com projetos econômicos, ambientais e agrícolas que colocam em jogo as diversas noções de territorialidade<sup>2</sup>.

Em 2013, data do nosso regresso ao campo, a situação das famílias de Sebastião Lan II não se caracteriza mais como um precário acampamento, pelo contrário, há presença de uma mínima infraestrutura com luz elétrica, transporte escolar, farta produção e associação de pequenos produtores formalizada e com sede própria. De tal forma que poderíamos classificá-los como uma comunidade rural a ser assentada. Situação que fortalece as demandas por acesso a serviços públicos e direitos que arrastam-se por anos, mas que continuam suspensas por supostas incompatibilidades entre a agricultura familiar e a preservação ambiental.



*Fotos da esquerda para a direita da Associação dos Trabalhadores Rurais de Sebastião Lan II: anos de 2003, 2005 e 2014*

Atualmente a Associação dos Trabalhadores Rurais de Sebastião Lan – Gleba II – tem registros para a seguinte produção: citros; manga, aipim, banana, feijão de corda, maracujá, café, batata doce, milho, abóbora, arroz, abacaxi, coco, melancia e mel. Nas áreas em que os órgãos ambientais acusam de inundação os agricultores respondem que há uma convivência harmoniosa com tal característica do meio ambiente, em que há o aproveitamento do solo nos meses de seca (com culturas que produzem entre 3 e 6 meses) e, também, com culturas resistentes à água nos meses de maior índice pluviométrico<sup>3</sup>. A área encontra-se dividida por órgãos públicos em 82 lotes, que variam entre 8 a 12 ha cada, dos quais 61 encontram-se ocupados, 15 estão vazios e 1 lote está em uso coletivo da Associação citada.

<sup>2</sup> “Disputando espaço com o avanço da urbanização, como é o caso do Rio de Janeiro; [...] A reapropriação de espaços pouco explorados, onde as atividades agrícolas dos assentados para além de proporcionar-lhes os meios de vida também adquire funções políticas de delimitação de território, [...] (MEDEIROS, p.14, 1999).

<sup>3</sup> Faz-se necessário destacar que o primeiro “pluviômetro” de todo o Vale do Rio São João foi produzido artesanalmente pelo agricultor conhecido como “Gaúcho”, que ocupa seu lote desde o início da ocupação, em 1997, e serve de referência e consulta para diversos órgãos de assistência técnica rural.

## Sobre os discursos de sacralidade da natureza

A complexidade do estudo de caso de Sebastião Lan II exige, necessariamente, o esforço de compreender a superposição de dois “constrangimentos” ambientais<sup>6</sup> necessários para a instalação do projeto de assentamento. Trata-se do fato da comunidade estar inserida numa Área de Proteção Ambiental (APA) e na zona de amortecimento de uma “Reserva Biológica”. Através de uma rápida leitura do SNUC identificamos a APA como uma unidade de uso sustentável, ou seja, uma área com ocupação humana e dotada de atributos importantes para a vida e o bem-estar das populações humanas, dotada de objetivos claros para a proteção da diversidade biológica.

A importância da APA no âmbito do SNUC pode ser evidenciada, principalmente, na análise de que esta Unidade de Conservação (UC) contribui para a manutenção da diversidade biológica, recuperação de áreas degradadas e promoção de atividades de pesquisa científica, e educação ambiental. Nesta lei também encontramos a Reserva Biológica definida como uma unidade de proteção integral, em que em seu artigo 10 estabelece como objetivo: “a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais”.

Esses dois modelos de proteção ambiental podem ser interpretados também como expressão de um intenso debate de consolidação do próprio SNUC. Como demonstra Doralice Barros Pereira que, até a década de 60, a criação de UCs era vinculada a razões estéticas ou políticas, portanto as criações anteriores das UC foram sobretudo aleatórias. A autora observa que ainda em 1992, enquanto o SNUC restringia-se a um projeto de Lei, convivíamos com dois formatos de unidades de conservação: o de uso direto e de uso indireto. Ou seja, daqueles que possibilitavam um uso sustentável de seus recursos naturais e daqueles destinados à conservação da biodiversidade e pesquisa. A APA estava classificada como de uso direto. Para Esterici e Fernandez, o SNUC é considerada uma lei “híbrida porque abriga as tensões entre dois modelos polares”<sup>4</sup>.

O desenvolvido por Esterici e Fernandez, há uma nítida compreensão de como no Estado do Rio de Janeiro, apesar das tensões, as áreas de proteção integrais continuam a ser criadas, ou, podemos dizer, ampliadas. A análise das autoras identifica a presença e consolidação do projeto conservacionista na antiga capital federal (Rio de Janeiro) nos anos 30. E, nos anos 40, uma segunda geração conservacionista protagoniza a criação de parques a partir de brechas do desenvolvimentismo ainda germinal. Esse desenvolvimentismo se consolidará entre 1950 e 1980: “A criação de áreas intocadas seria o salvo-conduto para o desenvolvimento acelerado, funcionando como medida compensatória para o impacto das grandes obras de infraestrutura, frente às agências internacionais.”<sup>5</sup>

Para relacionar o tema da apropriação dos recursos naturais (leia-se propriedade) com a questão ambiental destaca-se a reflexão de Juan Martinez Alier (2007), quando divide em três as formas de discursos sobre a natureza (ou correntes do ecologismos) que estão em jogo na atualidade: o culto à vida silvestre; o evangelho da ecoeficiência e a justiça ambiental ou ecologismo dos pobres. O primeiro, “o culto à vida silvestre”, caracteriza-se pela sacralidade da natureza, também trabalhada, de forma paralela, em “O Mito Moderno da Natureza Intocada”, escrito por Antônio Carlos Diegues (1996).

4 ESTERCI; FERNANDEZ, 2009: 25.

5 ESTERCI; FERNANDEZ, 2009: 21.

Esse autor traça um histórico da conscientização em proteger áreas naturais, que apoia-se ideologia “preservacionista” em que qualquer intervenção humana na natureza é considerada negativa. Este modelo de conservação foi fortemente questionado na medida em que foi exportado para os países do terceiro mundo, causando efeitos danosos nas “comunidades tradicionais” (extrativistas, pescadores, indígenas etc.).

O título do trabalho de Diegues faz referência à retomada de conceitos míticos como forma de situar toda a problemática em questão. A mitificação da natureza como um espaço intocado e intocável (o chamado “neomito” ou “mito moderno”) vai servir de base para a construção da concepção preservacionista.

A segunda corrente trabalhada por Alier, o evangelho da ecoeficiência, já domina os debates tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, tanto do ponto de vista ambiental quanto social e político. Os conceitos-chave são as ‘curvas Ambientais de Kuznets’, pelas quais o incremento de investimentos conduz, em primeiro lugar, a um aumento da contaminação, mas no final conduz a sua redução; o ‘desenvolvimento sustentável’, interpretado como crescimento econômico sustentável; a busca de soluções de ‘ganhos econômicos e ganhos ecológicos’ – win-win -, e a “modernização ecológica”<sup>6</sup>.

Já a terceira corrente, “A justiça ambiental e o ecologismo dos pobres”, é assim classificada por Alier:

[...]grupos indígenas e camponeses têm co-evolucionado sustentavelmente com a natureza e têm assegurado a conservação da biodiversidade. [...] Enquanto as empresas químicas e de sementes exigem remuneração por suas sementes melhoradas e por seus praguicidas, solicitando que sejam respeitados seus direitos de propriedade intelectual por intermédio de acordos comerciais, o conhecimento tradicional sobre sementes, praguicidas e ervas medicinais tem sido explorado gratuitamente sem reconhecimento. Isso tem sido chamado de ‘biopirataria’. (ALIER, 2007: 34-5)

Percebemos, dessa forma, que há diferentes significados e expressões de valor da natureza, do solo, da terra. Enquanto para o camponês/agricultor familiar a terra é um instrumento de trabalho, para o mercado financeiro e grandes produtores (latifundiários) a natureza assume a forma de mercadoria – com seu respectivo fetiche, sobretrabalho, velocidades e tempos de reprodução. Enquanto o tempo de reprodução do camponês/agricultor familiar é o tempo da natureza, o tempo de reprodução do capital possui uma lógica temporal própria, intensificando continuamente a produção em menos tempo, inventando, dessa forma, a natureza à sua própria imagem e semelhança (Organismos Geneticamente Modificados). A manipulação genética não é um instrumento de dominação por essência, trata-se de uma prática milenar na agricultura, mas, pela primeira vez na história, ela ganha escala industrial sob as regras do capitalismo.

No início de 2015, numa reunião dentro da sede do INCRA, diante de um clima de tensão sobre a impossibilidade de aproveitamento de uma grande área do Sebastião Lan II por risco de inundação, ouvimos dos agricultores que havia sim formas de contornar esse problema com o aproveitamento de culturas que convivem bem com essa característica climática. Vivíamos, nessa época, um período de grande

<sup>6</sup> “A modernização ecológica caminha sobre duas pernas: uma econômica, com ecoimpostos e mercados de licenças de emissões; a outra, tecnológica, apoiando medidas voltadas para a economia de energia e de matérias-primas.” (ALIER, 2007: 27-8)

seca afetando o abastecimento de água de toda a população do Sudeste e Nordeste do Brasil, com reservatórios de água operando no volume morto. O que seria um argumento a favor dos pré-assentados transformação em lição de vida para técnicos ambientais e pesquisadores na reunião. No momento em que falava-se sobre a crise hídrica, motivo pelo qual deveríamos rever a licença ambiental, um dos trabalhadores rurais, o Gaúcho, intervém:

Não é bem assim. Não é todo ano que tem cheia e inundação. Pelos cálculos com meu pluviômetro tem uma tendência de chuvas fortes de dez em dez anos, então no final desse ano ou ano que vem teremos chuvas fortes.

Contra toda análise técnica, meteorológica ou científica publicada em jornais e revistas de 2015, levanta-se o argumento da experiência de campo e vivências desenvolvida por décadas de agricultura. Hoje, janeiro de 2016, assistimos um verão com uma quantidade tão grande de chuvas que já permitiu que saíssemos do volume morte nos reservatórios e que retirassem das capas de jornais a crise hídrica nacional.

### **Considerações Finais: indícios de uma nova/velha ética religiosa no campo**

Nos trabalhos de campo desenvolvidos de 2002 até 2015 identificamos três discursos em disputa por hegemonia: o conservacionista, apoiado no mito da natureza intocada; o discurso apoiado na modernização conservadora, com um formato de agricultura com grande impacto sobre o meio ambiente; e o ecologismo dos pobres, tendo em vista princípios da justiça ambiental. Tais discursos eram incorporados pelas lideranças da comunidade de Sebastião, ainda com a referência do MST. Em, 2016, diante de uma inundação, que causou grande impacto na comunidade, e sem a presença de lideranças do MST, identificamos e prestamos mais atenção às pistas de uma nova solidariedade entre os moradores.

A primeira pista encontramos nos discursos de uma técnica do INCRA (que sentia-se ameaçada por alguns moradores), nas Igrejas recentemente construídas (duas), na presença de pastores na comunidade (um deles morador e outro visitantes), na ajuda de Igrejas de Casimiro de Abreu na arrecadação de doações e suporte político e administrativo, nas novas vestimentas e práticas religiosas nos encontros da Associação local. As orações tornaram-se mais frequentes e as referências ao conflito começam a dar lugar a busca pela comunhão.

Na festa de aniversário da comunidade em 2016, em vez de ouvirmos discursos sobre as histórias da ocupação escutamos preces e referência à Bíblia, em vez de encontrarmos as antigas lideranças do MST da região pastores guiavam as reflexões, em vez dos símbolos referenciados no “ocupar, resistir e produzir” o principal orador foi um pastor de Casimiro de Abreu.

O novo ritual de comemoração inicia-se com uma oração, realizado pela esposa do pastor convidado:

Vamos orar ao Senhor: Soberano Deus e eterno Pai, graças Te damos, meu Senhor, pela oportunidade de estarmos aqui essa noite, o Senhor é o Deus que tudo conhece, tudo sabe, tudo soldas, meu Senhor. E aqui estamos, Senhor, debaixo de Sua proteção para Te agradecer por mais um ano, meu Senhor, aqui nesse lugar, que o Senhor venha multiplicar as bênçãos sobre esse lugar porque a Tua palavra nos ensina, Senhor, que a proteção nós só temos do Senhor, meu

Pai. Só o Senhor pode nos guardar, só o Senhor pode nos proteger, só o Senhor pode nos dar livramento e é o Senhor que tens feito nesse lugar, guardando este povo, meu Senhor. Pai nosso Te agradecemos e Te glorificamos e eu peço Sua bênção especial por cada um que aqui está, àqueles que te conhecem e também os que não te conhecem, meu Senhor. Eu entrego nas Tuas mãos, em nome de Jesus, Amém.

A referência à ajuda divina diante da inundação provocada pelas chuvas somou-se à dor da perda de um lavrador, que morreu afogado, e à dor pela perda da produção e bens materiais dão sentido e organizam os sofrimentos para uma nova relação com a terra como uma missão evangelizadora. No discurso principal pronunciado pelo pastor é sensível os sinais da terra prometida:

Chama atenção aqui um pouco irmão, que vocês não deixam de colocar Deus em primeiro plano, de agradecer Deus, de perguntar ao Senhor: “Senhor, pra minha safra ser boa eu preciso que o Senhor nos ajude. Porque senão a gente plantamos e chega num tempo, sabe, que a gente achamos que vamos colher, a terra não corresponde por esse momento que a gente imagina e planeje. E, naquela época, não era diferente. Deus sempre castigava Israel, porque Israel sempre esquecia de lembrar do Senhor. E às vezes Deus permitia que algo acontecia naquele lugar. Pois bem, mas o Senhor sempre usa de misericórdia. Por isso Deus usou Neemias, e que fosse reconstruir de novo Jerusalem e a cidade.

A referência à passagem de Neemias na Bíblia refere-se ao retorno dos judeus à terra santa e aos trabalhos de reconstrução de Jerusalém. Omitido pelo pastor, essa passagem bíblica tem outro personagem essencial, pois se de um lado Neemias reconstruiu fisicamente Jerusalém, Esdras restaurou a legislação religiosa. E o pastor continua seu discurso:

Antes de você abastecer os seus celeiros, colher a sua safra, antes de você... faz o seu voto com Deus. E outra coisa irmãos, que Neemias chamou a atenção daquele povo, seria a hora deles fazer o sacrifício **11** ao Senhor, porque a ordenança de Deus naquela época, que a terra produzisse seis anos e que um sétimo ano é de ordenança de Deus que não se plantasse nada, que a terra teria um período para descansar. Hoje nós não respeitamos mais essa regra de Deus. Mas se nós trabalharmos diante da palavra de Deus, e com a permissão Dele, Ele vai entender a nossa situação, e que nós precisamos do cultivo da terra, precisamos da alimentação que a terra nos produz, mas pra isso irmão. Mas pra isso, irmão, Deus precisa estar com a mão Dele, porque se ele não tiver com a mão realmente acontece às vezes coisas como tem acontecido, nem só aqui como em muitos lugar

Nesse ponto, há uma convocação geral para uma comunhão com Deus, mas também uma comunhão com a natureza através de uma nova sacralidade, de uma ligação triangular entre “a palavra de Deus”, o trabalho e a terra. O pousio, o cuidado com a natureza, para além do discurso técnico e científico, ganha contornos religiosos. Ensinamentos esses que reinterpretem a tragédia ocorrida, não mais como um problema da represa de Juturnaíba, das chuvas cíclicas, da interferência do homem sobre o meio ambiente mas, principalmente, da vontade de Deus.

E continua:

Neemias trabalhava no palácio do rei Artaxerxes, nesse período que Neemias trabalhava no palácio sempre alguém vinha e trazia notícias para ele de como estava a cidade, e, um belo dia, Ananias chegou até Neemias, e Neemias

perguntou: “Vai tudo bem lá em Jerusalém, com a nossa cidade?” E Ananias: “Não, não vai tudo bem.” E ele perguntou: “Por que?”. “Porque a nossa cidade foi devastada. Acabaram com tudo, destruíram tudo”. Por isso Jerusalém foi saqueada, por permissão de Deus Neemias começou a pregoar um jejum para poder restaurar a cidade de volta. E ele começou a jejuar e orar porque ele precisava ficar na presença do rei. E todos nós sabemos que naquela época não era de costume que nenhum sacerdote ou nenhuma pessoas que era a serviço do rei, ele não podia descair seu semblante e nem demonstrar tristeza diante do rei, porque ele corria um risco muito grande, além de ser preso ou passar por algumas punições que poderiam ser severas. E Neemias entendia isso, e quando foi um belo dia ele não conseguiu conter as lágrimas e nem conter também o seu sofrimento. Quando ele se apareceu diante do rei e Artaxerxes: “o que é isso que está acontecendo com você, por que você descaiu seu semblante?”. “Porque, na verdade, eu não tenho como sorrir, meu rei, se os sepulcros dos meus pais, toda a minha cidade foi destruída e não sobrou nada. E eu estou aqui vendo minha cidade sendo destruída, e eu, a minha vontade, é reconstruir de novo”. E aí a Bíblia fala que Artaxerxes, ele deu autorização a Neemias, enviou uma carta para o rei de Jerusalém, para que liberasse Neemias que trabalhasse em prol da construção do muros e restituir a cidade. Irmão, o que eu quero dizer com isso? Nós sabemos que a luta de vocês, desse povo aqui do varjão é muito grande, muitas vezes vocês planeja tudo, faz a plantação de vocês e de repente vocês passa por uma devassa muito grande como aconteceu há poucos meses atrás. E hoje vocês tão plantando a terra de novo, num cultivo de plantar, e sabemos da destruição que teve aqui nesse lugar. Aonde vocês perderam tudo, muitos aqui estão começando do zero, né?! E hoje vocês estão aqui na condição de propor essa festa. Agradecer a Deus por essa oportunidade, que hoje é o aniversário aqui da Comunidade aqui. E eu louvo a Deus, irmão, porque vocês não esqueceram realmente que o Senhor Ele pode mudar a história desse lugar. Nós sabemos que vocês são bem acolhidos pela Secretaria, pela... por.. pelo pessoal do MST, que tem ajudado, tem apoiado, nós sabemos que a Secretaria também daqui do município tem investido, tem ajudado um pouco, mas é bem verdade quem tem o cultivo da terra, quem tem o poder sobre a terra é Deus.

O ato falho no momento de referência ao MST, o esquecimento ou a dúvida na citação podem ser psicanaliticamente avaliado como um sintoma: da obrigação de citar e, também, da necessidade de colocar essa referência do passado como um elemento assessorio para a conquista da terra.

Essa forma de fazer Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro, sem considerar o tempo como variável, está criando as condições de uma precariedade existencial dos trabalhadores rurais, resultado de uma ausência do Estado diante do impasse ambiental, uma ausência do movimento social diante de um ambíguo governo PT, e um tipo ideal de trabalhador rural rústico e idealizado que vive apenas da terra, que cria as condições perfeitas para a entrada de movimentos messiânicos no campo, daí nossa hipótese de “afinidade eletiva”. Dessa forma, indagamos como as práticas associadas à noção de “terras de pastor” se relacionam com um perfil de beneficiário de reforma agrária e, dialeticamente, com relações sociais típicas do latifúndio.

Nesse sentido reproduzimos, a torto e à direita, uma forma de pensar o campo em que separamos a questão ambiental, agrícola e técnica em nome de uma produtividade que num futuro distante trará benefícios sociais. Um mito que traz escondido uma suposta ação da “mão invisível” do mercado moldando a sociedade, tal como afirmado por Oliveira Vianna, em artigo publicado em jornais sobre os latifúndios:



...é a sombra do nosso velho regimen patriarchal, ainda dominante no interior dos nossos campos e sertões, que a massa inferior da nossa população rural vive, abrigada, assistida, protegida. O Brasil evoluiu e progrediu á sombra das grandes organizações latifundiarias, sob as quaes as classes que trabalham a terra construíram, e continuam a construir, a nossa riqueza rural.<sup>7</sup>

Já são 20 anos de um acampamento com formato de assentamento, de trabalhadores rurais invisíveis para políticas públicas de reforma agrária, que, diante de <sup>13</sup> tantas ausências encontram no eco do seu sofrimento compartilhado uma nova teologia que, parafraseando Oliveira Vianna sobre os latifúndios, os abriga, os assiste e os protege.

O discurso sobre a inexistência de um perfil apto, propagado por técnicos do Estado, para a realização de uma reforma agrária nos moldes do mercado secundariza a função do Estado de capacitação técnica, extensão rural e assistência social aos futuros beneficiários. O papel passivo do Estado reedita antigas relações de poder no campo, abrindo espaço para a influência de diversas Igrejas na organização da comunidade e a composição de sua pauta de reivindicações.

O nome Neemias tem origem hebraica, que significa “aquele confortado por Deus. Segundo o Antigo Testamento esse líder judeu foi responsável pela construção das muralhas de Jerusalém após o cativo babilônico. A evocação dessa liderança num momento reafirmação de uma nova liderança nos assentamentos rurais da região coloca-nos o desafios de compreender uma nova ética em construção, seja essa ética associada ao desenvolvimento do capitalismo no campo, seguindo os preceitos da “ética protestante e o espírito do capitalismo”, ou, talvez, uma nova apropriação pelos movimentos sociais no sentido de uma reedição de antigas relações patriarcais.

<sup>7</sup> Artigo publicado por Oliveira Vianna em 10/01/1939, presente no Acervo do Ministro Geraldo Bezerra de Menezes. Pelo grau de deterioração do jornal não foi possível identificar o nome do mesmo.

## Referências bibliográficas

- ALIER, Joan Martínez. *O Ecologismo dos Pobres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- BINZSTOCK, J. 1998. Capitalismo Autoritário e a Questão Ambiental no Vale do São João. In: Motta Ribeiro et al (org). *Campo Aberto - O rural no Estado do Rio de Janeiro*. Ed. Contracapa.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.
- ESTERCI, Neide; FERNANDEZ, Annelise. O legado conservacionista em questão. *Revista Pós Ciências Sociais*. v. 6, n.12, 2009.
- PEREIRA, D. B. Paradoxos do papel do Estado nas unidades de conservação. In: ZHOURI, A. (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: autêntica, 2005.
- KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. Coleção Pensamento Social-Democrata. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.
- LÖWY, Michael. *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARTÍNEZ ALIER, Juan. O ecologismo dos pobres: conflitos socioambientais e linguagens de MADEIRA FILHO, Wilson; RIBEIRO, Ana Maria Motta; PEREIRA, Mônica Cox de Brito; PRATA FILHO, Dario de Andrade (coordenadores). *Laudo multidisciplinar em conflito socioambiental: o caso da reforma agrária no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas*. Série Pesquisas nº 2. Niterói: PPGSD-UFF, 2007.
- MARX, Karl. *Formações Econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse*. Paris: Éditions Anthropos, 1968.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: Capítulo VI (inédito)*. São Paulo: LECH
- MEDEIROS, Leonilde S.; LEITE, Sérgio (Orgs). *A Formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.
- MOTTA RIBEIRO, Ana Maria; MADEIRA FILHO, W.; et al (orgs.). *Laudo Multidisciplinar em conflito socioambiental: o caso da reforma agrária no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas*. Série Pesquisas nº 2. Niterói: PPGSD/UFF, 2007.
- \_\_\_\_\_, Ana Maria; LOBATO DA COSTA, Rodolfo B. M.; AZEVEDO, T. M. L. S., CLEMENTE, B. R. B. S., FREITAS, Emmanuel O. Conflitos socioambientais e temporalidades no estudo de caso do acampamento Sebastião I In: *II Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social*, 2015, Florianópolis, p.45-52, 2015. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1999.

## TÍTULO: JOVENS QUE NÃO ESTUDAM NEM TRABALHAM SOB ASPECTOS DE GÊNERO: FAMÍLIA E CUIDADO

**DIAS, Tamilye Sales**

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade,  
Desenvolvimento e Cooperação Internacional  
tamilye.dias@gmail.com*

**VASCONCELOS, Ana Maria Nogales**

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade,  
Desenvolvimento e Cooperação Internacional  
nogales@unb.br*

### RESUMO

O objetivo deste artigo está em discutir aspectos de gênero no que diz respeito à grande prevalência de mulheres entre jovens que não estudam e nem trabalham. São problematizadas questões de formação de família, maternidade e cuidado com afazeres domésticos, a partir de análise exploratória de dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio de 2014. Os resultados obtidos contrariam a presunção de ociosidade das pessoas que não estão na escola ou no mercado de trabalho; em particular, as nem-nem, longe de “não fazerem nada”, dedicam muitas horas às formas de trabalho “invisíveis”, em que 90,8% delas se dedicam aos afazeres domésticos e 62,8% delas já tiveram filho. Conclui-se que a questão de gênero na transição para vida adulta pode ser um fator explicativo da grande prevalência de nem-nem entre as jovens mulheres.

**Palavras-chave:** nem-nem; gênero; família.

### ABSTRACT

The objective of this article is to discuss gender aspects regarding the high prevalence of women among young people who are not in education, employment or training (NEET). The issues of family formation, maternity and household tasks are problematized based on an exploratory analysis of data from the National Household Sample Survey of 2014. The results obtained contradict the presumption of idleness of people who are not in school or in employment; In particular, the NEET, far from “doing nothing”, devote many hours to “invisible” forms of work, in which 90.8% of them are dedicated to household chores and 62.8% of them have already had children. It is concluded that the gender issue in the transition to adulthood may be an explanatory factor of the high prevalence of NEET among young women.

**Key words:** NEET; gender; family.

## INTRODUÇÃO

A questão nem-nem, como tem sido correntemente abordada na literatura científica, reside na ausência dos jovens dos processos de socialização típicos da transição para a vida adulta. Se a juventude é pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajuste aos papéis adultos, são as falhas nesse desenvolvimento e ajuste que se constituem em temas de preocupação social (ABRAMO, 1997). É nesse sentido que a questão dos jovens nem-nem tem estado presente para o pensamento e para a ação social assumindo a face de “problema”: como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social. Essa perspectiva teórica pode ser contestada, na medida que se observa que a composição da categoria nem-nem é heterogênea em demasia. Isto significa que a abordagem de vulnerabilidade, risco ou problema social, não se dá da mesma forma para todo o contingente populacional.

É importante, portanto, situar a questão nem-nem na estrutura social como um todo: identificar quais elementos que condicionam suas vulnerabilidades, em particular, as desigualdades estruturais que levam os jovens a crescentes dificuldades para incorporarem-se ao mercado de trabalho, a especial concentração de pobreza nesse segmento da população, os atrasos e desigualdades educacionais, a divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero, assim como as barreiras históricas e tradicionais de mobilidade social.

Este artigo se propõe a investigar exclusivamente aspectos relacionados à questão de gênero na caracterização da questão nem-nem, traduzidas na leitura quantitativa de dados da PNAD-2014, no que concerne às características familiares dessas jovens.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1. A transição para vida adulta

Pesquisas recentes sobre transição para vida adulta (CAMARANO *et al.*, 2006; VIEIRA, 2009; BOTELLHO, ARAÚJO e CODES, 2016) apontam que a transição tem um forte componente de gênero. Casamento, maternidade e constituição de família e domicílio, independentemente da inserção no mercado de trabalho, são ainda elementos definidores da transição para a vida adulta das mulheres. Ao avaliarem-se as mudanças da transição para a vida adulta nas séries históricas, a transição das mulheres experimentou mais transformações que a masculina. O aumento da escolaridade feminina levou ao incremento da sua participação no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a que aumentasse o percentual de mulheres que fizeram a transição via mercado de trabalho. No entanto, permanece alto o percentual de mulheres que fizeram a transição via constituição de família (CAMARANO *et al.*, 2006).

Percebe-se, então, que, logo na adolescência, importantes diferenciais de gênero marcam a tônica da transição para a vida adulta. Para as mulheres, há certa centralidade das transições familiares como fator de abandono escolar<sup>1</sup> e aceleração da entrada na vida adulta, enquanto entre os homens, os interesses estão mais centrados no trabalho

1 Vieira (2009) conceitua, na perspectiva dos estudos sociodemográficos, a transição para a vida adulta como o processo de assunção a novas posições, responsabilidades e papéis sociais próprios da condição de adulto. O indivíduo deixa para trás um estado inicial de dependência e necessidade de proteção, assistência e cuidados que o caracterizava desde o nascimento, para enquadrar-se à condição de adulto. O estudo de transição para vida adulta concentra-se, principalmente, na análise das dimensões institucionais desse processo: escola, trabalho, família e constituição do domicílio (CAMARANO, 2006).

e na obtenção de renda, mesmo que isto implique sacrificar os estudos (VIEIRA, 2009; CAMARANO *et al.*, 2006).

Vieira (2009) também comenta que os papéis de gênero assumem uma função preponderante na decisão de sair do sistema educacional e ascender à vida adulta. A divisão sexual do trabalho, que delega aos homens o papel de provedor e às mulheres o papel de cuidadora/reprodutora, dá sinais de estar ainda em vigor, sendo um dos aspectos fundamentais do processo decisório do abandono escolar, conforme apontam as supracitadas autoras.

Há também de se levar em conta que o trabalho, o casamento e a maternidade (muitas vezes mais que a paternidade) são valores (ALMEIDA, M., 1987; ALMEIDA, P., 2002 apud VIEIRA, 2009), e como tais podem ser estimulados ou coibidos sob determinadas condições, segundo a visão de mundo compartilhada pelos membros de uma coletividade (VIEIRA, 2009).

Um ponto importante no qual há um contraste entre áreas vulneráveis e não vulneráveis é quanto à menção feminina de que os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos motivaram sua opção pela inatividade, sendo este um motivo assumido com maior frequência entre as mulheres de áreas vulneráveis (VIEIRA, 2009). Como apontam Heilborn e Cabral (2006), parte significativa de mães adolescentes de baixa renda e seus parceiros já estava fora da escola quando ocorreu a gravidez. Várias delas já cuidavam dos irmãos e vizinhos, portanto, não tinham no seu horizonte de expectativas a aspiração a um futuro muito diferente daquele que vivenciavam.

Vale uma pequena digressão a respeito das tarefas de cuidado: até hoje, as mulheres têm sido as principais cuidadoras das crianças e idosos, realizando as tarefas rotineiras e dando coesão às relações entre as gerações. Os homens e as mulheres brasileiros têm direitos iguais perante a lei, mas, no que diz respeito ao cuidado dos dependentes, as normas culturais ainda refletem uma expectativa maior sobre as mulheres do que sobre os homens. Às mulheres, histórica e culturalmente, cabem os cuidados com a casa e com a família, e, metonimicamente, com a reprodução da sociedade (FONTOURA e BONETTI, 2010; GOLDANI, 2004).

Adotando-se uma perspectiva histórica, no mundo ocidental, tem-se o cuidado como um valor social relativo à intimidade, ao afeto e à pessoalidade (TRONTO, 2002). Ele está associado, portanto, à esfera do privado, espaço por excelência da família, tomada como uma instituição humana universal, lugar do afeto e da cooperação e que se constitui em uma oposição simbólica ao mundo público, do trabalho, da política (COLLIER; ROSALDO; YANAGISAKO, 1992 apud FONTOURA e BONETTI, 2010). De outro lado, somando-se a essa perspectiva histórica de gênero, esse significado estrito do cuidado tradicionalmente dota de sentido um modelo hegemônico de feminilidade ocidental (TRONTO, 1997).

Desta forma, a condição nem-nem se representa, muitas vezes, o interstício entre a escola e o trabalho, em uma dinâmica reversível e não linear. As razões para saída da escola e permanência na inatividade são, como discutido, muitas vezes motivadas por questões de gênero importantes, que atrelam às pessoas do sexo feminino, a assunção de papéis familiares. O tópico abaixo ilustra essa relação mais claramente.

## 2. Questão nem-nem e aspectos de gênero

A revisão de literatura sobre jovens nem-nem no Brasil mostra que ser mulher, ter filhos, possuir baixa escolaridade e baixa renda domiciliar são características fortemente associadas à propensão de estar nessa condição, tal como indicado em Simões (2015), Costa e Ulyssea (2014), MDS (2013), Monteiro (2013), Camarano e Kanso (2012) e Camarano, Mello e Kanso (2006).

Houve uma considerável redução na proporção de nem-nem observada entre 1992 e 2009 e que esteve fortemente concentrada entre as mulheres, especialmente aquelas que têm filhos. Isto reflete a melhora da inserção destas mulheres tanto no mercado de trabalho quanto na escola, observada nos últimos vinte anos. Já o aumento recente da condição de nem-nem, entre 2009 e 2012, ocorreu simultaneamente para homens e mulheres, e foi mais pronunciado entre os indivíduos menos escolarizados, de baixa renda domiciliar e residentes em áreas rurais (CAMARANO e KANSO, 2012; MONTEIRO, 2013; COSTA e ULYSSEA, 2014).

A análise de Monteiro (2013) mostra que quase metade dos jovens na condição nem-nem são mulheres com filhos que estão em casa. Essas mulheres têm níveis de inatividade muito altos (43% em 2011), embora sua participação no mercado de trabalho vem aumentando, como comentado acima. Os dados apresentados por sua investigação sugerem que ter um filho de menos de 1 ano é o principal fator que explica porque as mulheres, especialmente as mais pobres, estão na condição nem-nem.

Camarano, Mello e Kanso (2006) também encontraram que o grupo nem-nem era majoritariamente composto por mulheres e que, independente do sexo, predominavam as pessoas de cor parda, com baixa escolaridade, inseridas em domicílios na zona rural, com maior número de crianças no domicílio, renda baixa e onde o chefe de domicílio possuía escolaridade menor. Dentre as mulheres, quase 3/4 delas já eram mães e 2/3 moravam com um parceiro (CAMARANO, MELLO e KANSO, 2006).

Simões (2013) estima variações na probabilidade de o jovem estar na condição de nem-nem em função da participação no Programa Bolsa Família (PBF) e identifica alguns dos fatores que afetam aquela probabilidade. No caso das mulheres, maioria dos jovens nem-nem, a presença de filhos de 0 a 3 anos e o casamento (além do nível de renda e da escolaridade) aparecem como fortes determinantes do status de nem-nem, como já foi mencionado para as nem-nem em geral. Esse status para as mulheres é uma condição de longo prazo, não sendo, portanto, uma condição de "ser jovem", mas de ser mulher em condições de pouca igualdade na relação de gênero.

Na pesquisa de Simões, a oferta de serviços de creche e escola aparece como único entre os fatores analisados, além do nível educacional da mãe, que aparece associado com uma menor probabilidade nem-nem. Simões (2013) conclui que a questão nem-nem no Brasil tem características específicas que sugerem um desenho de política que combine, preferencialmente, suporte de renda às jovens mães e acesso a serviços de Educação Infantil, principalmente para as mães dos dois primeiros quintis de renda, nos quais se acumulam a grande parcela das jovens em condição de nem-nem. Se as jovens já possuem, em média, maior escolaridade que os jovens (mesmo nos quintis de renda mais baixos), há uma perda de oportunidade de ganhos de renda na família quando ela se ausenta do mercado de trabalho por não ter com quem deixar seus

filhos. O aumento da renda familiar via inclusão produtiva da mulher pode favorecer a redução da necessidade de transferências de renda, mas depende da oferta de serviços de atenção à criança na forma de acesso à creche e à pré-escola. Pode representar, ainda, uma possível porta de saída no médio prazo para muitas famílias com crianças participantes do programa Bolsa Família, na medida em que viabilizam o ingresso da mulher em atividades produtivas fora do lar (SIMÕES, 2013).

Costa e Ulysea (2014) constata tanto o aumento da escolaridade como aumento da inserção feminina no mercado de trabalho, como dois fatores importantes na redução da disparidade de ocorrência de nem-nem entre homens e mulheres. De um lado, as mulheres de 15 a 17 anos apresentaram uma redução substancial na proporção de nem-nem, o que é compatível com a crescente e acelerada inclusão escolar das mulheres ao longo dos últimos 10 anos. De outro, as mulheres de 25 a 29 anos apresentaram uma redução de 15 p.p. entre 1992 e 2009 (com leve aumento entre 2009 e 2012), o que deve estar mais associado ao aumento da inserção feminina no mercado de trabalho e à crescente compatibilização das decisões reprodutivas e de participação no mercado de trabalho. O diferencial tão acentuado entre homens e mulheres de 25 a 29 anos sugere que a maternidade é um fator central para a compreensão dos determinantes do status nem-nem entre as mulheres e, de fato, mostra que há uma diferença muito grande na incidência de nem-nem entre mulheres com e sem filhos (COSTA e ULYSSEA, 2014).

A taxa de inatividade entre as mulheres ainda é bastante superior àquela dos homens. Como notam Camarano e Kanso (2012), parece haver uma dinâmica diferenciada por sexo que gera essas taxas de inatividade, que pode estar relacionada à divisão de trabalho no interior do domicílio. Estima-se que na América Latina 22% das jovens entre 15 e 29 anos se dedicam exclusivamente a afazeres domésticos, representando uma parcela significativa das jovens classificadas como nem-nem. Esta cifra é de apenas 1,4% entre os jovens do sexo masculino (HOPENHAYN, 2012 apud SIMÕES, 2013). A divisão sexual do trabalho e a reafirmação de papéis tradicionais de gênero, que tem como características a designação prioritária dos homens a esfera produtiva e das mulheres a esfera reprodutiva (HIRATA e KERGOAT, 2007), parecem ter importância seminal na compreensão da questão nem-nem.

Jacqueline Laufer (1995 apud HIRATA e KERGOAT, 2007) concebe um “modelo de conciliação” no qual cabe quase que exclusivamente às mulheres conciliar e articular vida familiar/doméstica e vida profissional. Hoje, certos pesquisadores propõem substituir “conciliação”, ou mesmo “articulação”, por “conflito”, “tensão”, “contradição” para evidenciar a natureza fundamentalmente conflituosa da incumbência simultânea de responsabilidades profissionais e familiares às mulheres (HIRATA e KERGOAT, 2007). O modelo de delegação, outro apresentado pelas autoras, trata-se de externalizar o trabalho reprodutivo, trabalho doméstico e familiar a outras mulheres, mais representativo para mulheres mais ricas.

Em grupos onde o papel social da mulher ainda é exclusivamente o cuidado da casa e da educação dos filhos, frente às limitadas possibilidades de se emanciparem economicamente, para muitas meninas a constituição de família e maternidade é uma âncora social para se tornarem adultas. Em estudos dos significados da maternidade em populações de baixa renda, Oliveira (2008 apud FERREIRA *et al.*, 2012) encontra que a família ocupa posição central, enquanto a escolaridade e o trabalho tomam posições

periféricas. A autora concluiu que o nascimento, a amamentação, o crescimento e a adolescência constituem-se realidades simbólicas, circunscritas, imaginadas e reproduzidas de diferentes maneiras, dependendo dos contextos socioculturais. Nas palavras da autora: "(...) ainda que a gravidez seja processada no corpo das mulheres, seus significados são construídos com base na experiência social e cultural e variam conforme a classe social, a idade, o gênero, dentre outros fatores". Muitas vezes conduzidas a papéis de gênero tradicionais desde pequenas – no cuidado de irmãos e parentes – e vítimas da segregação educacional, os horizontes de possibilidades dessas jovens são limitados ao que a comunidade / localidade pode oferecer.

Simões (2013) desagrega seus resultados por cor e encontra que 28% das jovens nem-nem se encontra entre as mulheres pobres e negras e que a maternidade é um fator que, associado com a pobreza, aumenta a probabilidade de a jovem estar fora da escola e do mercado de trabalho, mais ainda se for negra. Como sugerem Monteiro (2013) e MDS (2013), há uma hipótese explicativa, da seguinte forma: a maternidade provocaria a saída da escola e dificultaria o ingresso ou permanência no mercado de trabalho. Por outro lado, como a taxa de desemprego para as mulheres negras tende a ser relativamente maior do que para as mulheres não negras e os homens em geral, a causalidade poderia ser reversa, ou seja, a alternativa de realização social pelo casamento e/ou maternidade pode tornar-se a opção para esse segmento da população em face das dificuldades de ocupação no mercado de trabalho, o que levaria ao abandono escolar. Nesse caso, a discriminação no mercado de trabalho contra a mulher, jovem, pobre e negra poderia estar contribuindo para que a opção da maternidade ocorresse antes dos 25 anos e acabasse por determinar uma situação de dependência e inatividade. Além disso, como já mencionado, a maior prevalência de nem-nem associada à pobreza e maternidade sugere também a falta de suporte à mãe pobre para que possa conciliar trabalho e/ou estudo com a maternidade (MDS, 2013).

## METODOLOGIA

Este artigo apresenta estatísticas descritivas dos dados da PNAD-2014, com relação às variáveis de condição na família, status de maternidade, cor e raça, faixa etária, sexo e cuidado com afazeres domésticos.

Para fins de delimitação metodológica, como realizado por outros estudos no Brasil, optou-se por utilizar o conceito de População Economicamente Ativa (PEA) para classificar os jovens com o objetivo de incluir na análise apenas aqueles que não trabalham e não procuram trabalho. Para esta pesquisa, considera-se, então, nem-nem, o/a jovem que se encontrava inativo/a<sup>2</sup> (fora do mundo do trabalho, formal e informal e que não tomou nenhuma providência para conseguir trabalho) e fora do sistema formal de educação, na semana de referência da PNAD 2014.

Destarte, considerar os nem-nem apenas a partir da sua dupla ausência no campo laboral e escolar, constitui para esta pesquisa um desperdício da experiência social, uma vez que podem esses jovens estar empenhados em outras atividades, inseridos em outras lógicas que transcendem a ética da produtividade pelo trabalho. A categoria nem-nem, defende-se, quando bem utilizada e segregado em sua heterogeneidade inerente, pode ser um interessante instrumento de estudo das desigualdades de classe

2 Observa-se que a taxa de nem-nem por inatividade no Brasil é maior que a devido ao desemprego jovem (12,8% vs. 6,8%) (MDS, 2013).



e de gênero ou, ainda, um bom indicador da estrutural e persistente desigualdade social, para alguns subgrupos mais vulneráveis contidos abarcados pela categoria.

O conceito de nem-nem tem sido uma ferramenta importante para analisar as transições entre escola e trabalho, uma vez que destaca os processos muitas vezes invisíveis, mas que eventualmente estão carregados de fatores que levam à exclusão social. No entanto, a mídia, o senso comum e algumas pesquisas científicas têm considerado que a categoria nem-nem é constituída por pessoas que não *querem* estudar e nem trabalhar. Dessa forma, as pessoas na condição nem-nem são muitas vezes associadas a valores como ociosidade, preguiça, ou em crise de valores (referente ao trabalho como valor ético central) (SERRACANT, 2014).

Outro estigma, esse mais habitual na literatura científica, é aquele de que os jovens nem-nem não participam da vida social e que, por isso, estão com vínculos frágeis e mais vulneráveis. O que de fato pode ser uma falácia, uma vez que ele/ela pode participar de atividades comunitárias, políticas, familiares, voluntárias, artísticas, esportivas, etc, que são invisíveis à estatística e às políticas públicas. Em particular, as jovens mulheres nem-nem, longe não fazer nada, dedicam muitas horas a formas de trabalho invisíveis: o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado (COMARI, 2015).

Outro recorte estabelecido e necessário é do conceito de juventude. Optou-se por seguir o conceito de jovem do Estatuto da Juventude<sup>3</sup>, que define como jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos. No entanto, é preciso ressaltar que a juventude constitui um momento determinado, ou seja, não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pelas características das trocas e relações que esse meio proporciona. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar as diversidades de modos de ser jovem existentes (PERALVA, 2007; DAYERELL, 2007; CASTRO e ABRAMOVAY, 2002).

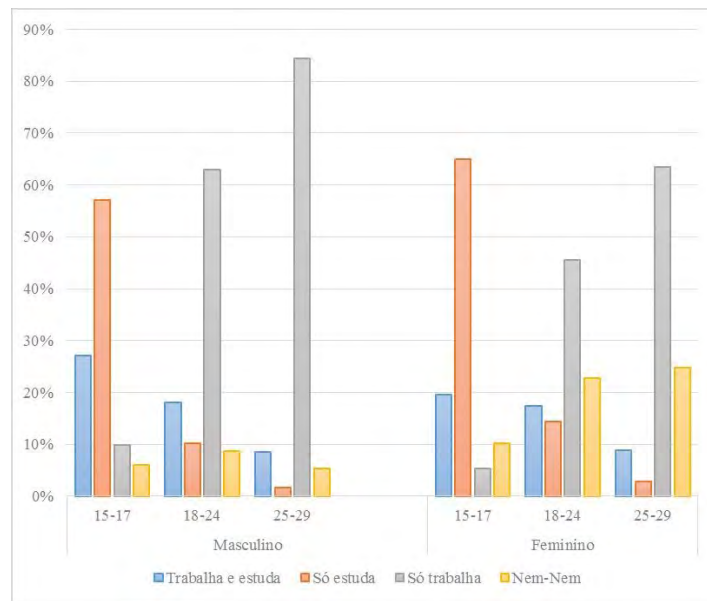
## RESULTADOS

A PNAD 2014 registrou 48.962.173 jovens de 15 a 29 anos no território nacional, isto é, 24,1% da população total. Desses quase 50 milhões de jovens, 13,9% estavam na condição nem-nem. Dos 6.818.943 de jovens nem-nem, 74,7% eram mulheres. A afirmação de que três quartos dos jovens nem-nem no Brasil são mulheres deve ser ressaltada e deve acompanhar a reflexão para todo o restante dessa análise de dados. A questão de gênero é, portanto, imanente e indissociável da questão nem-nem.

A proporção de mulheres nem-nem é maior para todas as faixas etárias analisadas, com significativo aumento, em relação aos homens na mesma categoria, a partir dos 20 anos. O gráfico 1 apresenta a distribuição de jovens por sexo, faixa etária e categoria de atividade para o mesmo ano.

3 O Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, determina quais são os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro, detalha, dentro das garantias já previstas pela Constituição Federal, quais são as especificidades da juventude que precisam ser afirmadas e define os princípios e as diretrizes para as políticas públicas de juventude, avaliando que o grupo de pessoas que estão na faixa etária de 15 a 29 anos não são contemplados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de julho de 1990) e precisam de um instrumento legal que assegure os seus direitos.

**Gráfico 1.** Proporção de jovens por categoria de atividade, sexo e faixa etária, Brasil - 2014



Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

Na dimensão domicílio/família, destaca-se a importância da maternidade como significativo fator explicativo da condição nem-nem. A maternidade atinge 5,9% das jovens que só estudam, enquanto que para as nem-nem, essa proporção chega a 62,8%.

Outra informação interessante é a diferença entre homens e mulheres com relação à presença de cônjuge ou companheiro (a). Enquanto para os homens nem-nem apenas 8,8% vivem com companheira (o), para as mulheres, essa proporção chega a 62,3% (destaque em rosa na tabela 2). Essa mesma proporção é, por consequência, a maior parte das mulheres nem-nem. Interessante também notar que a proporção de jovens que nunca viveu com companheiro (a) é expressivamente maior para a categoria “só estuda”, em comparação à nem-nem.

**Tabela 1.** Proporção de jovens mulheres por status de domicílio e faixa etária, segundo categoria de atividade, Brasil – 2014.

Grupo de idade	Teve algum filho nascido vivo	Categoria de atividade				Total
		Trabalha e estuda	Só estuda	Só trabalha	Nem-Nem	
15-17	Sim	2,7%	2,1%	19,6%	32,0%	6,2%
	Não	97,3%	97,9%	80,4%	68,0%	93,8%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
18-24	Sim	10,8%	9,0%	33,2%	56,5%	31,1%
	Não	89,2%	91,0%	66,8%	43,5%	68,9%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
25-29	Sim	34,4%	37,7%	56,0%	79,2%	59,3%
	Não	65,6%	62,3%	44,0%	20,8%	40,7%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Total	Sim	13,1%	5,9%	43,9%	62,8%	35,1%
	Não	86,9%	94,1%	56,1%	37,2%	64,9%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

**Tabela 2.** Proporção de jovens por categoria de atividade, segundo sexo e presença de cônjuge, Brasil – 2014.

Sexo	Vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a)	Categoria de Atividade				Total
		Trabalha e estuda	Só estuda	Só trabalha	Nem-Nem	
Masculino	Sim	9,9%	0,7%	39,5%	8,8%	25,3%
	Não, já viveu antes	3,6%	1,9%	8,1%	6,6%	6,1%
	Não, nunca viveu	86,6%	97,5%	52,4%	84,6%	68,5%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Feminino	Sim	16,8%	7,7%	46,0%	62,3%	36,9%
	Não, já viveu antes	7,0%	2,8%	13,4%	9,3%	9,3%
	Não, nunca viveu	76,2%	89,6%	40,6%	28,4%	53,8%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

Outra análise importante é a dedicação para o cuidado com afazeres domésticos. A grande quantidade de jovens nem-nem que se dedicam aos afazeres domésticos é impressionante, comparativamente ao segmento masculino e a outras categorias de atividade para as mulheres.

**Tabela 3.** Proporção de jovens por categoria de atividade, segundo sexo e cuidado com afazeres domésticos, Brasil – 2014.

Sexo	Cuidava dos afazeres domésticos na semana de referência	Categoria de atividade				Total
		Trabalha e estuda	Só estuda	Só trabalha	Nem-Nem	
Masculino	Sim	48,5%	44,5%	46,5%	38,3%	45,9%
	Não	51,5%	55,5%	53,5%	61,7%	54,1%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Feminino	Sim	79,5%	78,4%	86,5%	90,8%	84,6%
	Não	20,5%	21,6%	13,5%	9,2%	15,4%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

Do cruzamento entre cor da pele<sup>4</sup> e status de maternidade, encontramos que a proporção de mulheres negras que tiveram filhos e são nem-nem é expressivamente maior que aquelas nem-nem que são brancas e tiveram filhos. Em comparação às outras categorias de atividade, para ambas as classificações de cor da pele, a categoria nem-nem é a mais representativa dentre as mães.

Ainda sobre o diferencial de cor da pele, observa-se que a maternidade também ocorre de forma diferenciada para mulheres nem-nem brancas e negras, o que pode indicar faces diferenciadas da questão nem-nem, quanto aos motivos para se encontrar em tal condição. Do total de mulheres nem-nem, 41,7% são mulheres negras que tiveram filho, conforme tabela 4.

4 Para fins de otimização da análise, foram consideradas negras as pessoas autodeclaradas como pardas, e pretas, e brancas as demais classificações de resposta (branca e amarela). A população autodeclarada indígena foi retirada da amostra, uma vez que representa apenas 0,5% da população total.

**Tabela 4.** Proporção de mulheres nem-nem por cor da pele e status de maternidade, Brasil – 2014.

Teve algum filho nascido vivo	Cor da pele		
	Negra	Branca	Total
Sim	41,7%	21,1%	62,8%
Não	22,4%	14,8%	37,2%
Total	64,0%	36,0%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

Como discutido, a maternidade é um fator associado à condição nem-nem de extrema relevância e, para 2014, essa associação parece se manter forte: 37,2% das jovens brasileiras de 15 a 29 anos que tiveram filhos são nem-nem. Essa porcentagem chega a ser mais expressiva entre as mais novas: das jovens de 15 a 17 anos que tiveram filhos, 52,6% são nem-nem.

Os dados da dimensão domicílio/família evidenciam os aspectos discutidos sobre papéis tradicionais de gênero, notadamente em matéria de casamento/união, maternidade e da divisão sexual do trabalho como elementos centrais na compreensão da questão nem-nem. Destaca-se a expressiva quantidade de jovens mulheres que são cônjuges, com relação à posição na família, e estão na condição nem-nem, em comparação aos jovens do sexo masculino, cuja sua maioria está na posição de filho. Se para as mulheres, à medida que envelhecem aumentam a proporção de cônjuges e diminuem a de filhas (situação típica da transição para vida adulta pela formação de família), para os homens, a posição de filho se mantém, na média, ao longo dos anos. Isto é, os homens nem-nem, mesmo os mais velhos de 25 a 29 anos, ainda não saíram do domicílio de origem, da casa dos pais (75,8%, resultado da soma da situação de filho com “outro parente”), enquanto que entre as mulheres nem-nem, 82,6% saíram de casa para formar famílias ou domicílios (soma da situação de cônjuge e pessoa de referência). Ressalta-se, ainda, a quantidade importante, 22,2%, de mulheres nem-nem que são pessoa de referência no domicílio, conforme exposto na tabela 5.

**Tabela 5.** Proporção de jovens nem-nem por sexo e condição na família, segundo grupos de idade, Brasil – 2014.

Sexo	Condição na família	Grupo de idade			Total
		15-17	18-24	25-29	
Homem	Pessoa de referência	2,7%	6,0%	19,6%	8,6%
	Cônjuge	,5%	1,7%	4,4%	2,1%
	Filho	77,9%	78,2%	63,2%	74,5%
	Outro parente	18,1%	13,2%	12,6%	14,0%
	Agregado	,9%	,9%	,2%	,7%
	Pensionista		,1%		,1%
<b>Total</b>		<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Mulher	Pessoa de referência	11,4%	18,3%	22,2%	19,1%
	Cônjuge	31,5%	42,5%	60,4%	48,3%
	Filho	46,9%	31,5%	14,4%	26,4%
	Outro parente	9,1%	6,9%	2,8%	5,6%
	Agregado	1,1%	,7%	,2%	,6%
	Pensionista	,0%	,0%		,0%
<b>Total</b>		<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

De forma complementar, a tabela 6 ilustra que, do universo de nem-nem, aquelas que tiveram filho e são cônjuges compõem a maioria, ou seja, reforça ainda o desempenho do papel tradicional de mãe/cuidadora do lar. Atenta-se para uma porcentagem expressiva de filhas, com relação à sua posição na família, que não tiveram filhos, o que indica outra característica da condição nem-nem; provavelmente, são grupos de mulheres com outras razões para estar na situação nem-nem, diferentes daquelas que transitaram para a vida adulta pela formação de família.

**Tabela 6.** Proporção de mulheres nem-nem por status de maternidade e condição na família, Brasil – 2014.

Condição na família	Teve algum filho nascido vivo		
	Sim	Não	Total
Pessoa de referência	16,5%	2,6%	19,1%
Cônjuge	39,4%	8,9%	48,3%
Filha	4,9%	21,5%	26,4%
Outra parente	1,8%	3,8%	5,6%
Agregada	0,2%	0,4%	0,6%
Pensionista	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Total</b>	<b>62,8%</b>	<b>37,2%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

Como observado anteriormente, 90,8% das mulheres nem-nem exercem atividades de cuidado doméstico. Essa porcentagem chega a 93,5% para aquelas entre 25 a 29 anos. Com o cruzamento das variáveis “teve filho” e “cuidava dos afazeres domésticos”, encontramos que 96% das mulheres nem-nem que tiveram filho exerciam alguma atividade de cuidado doméstico. A diferença entre homens e mulheres na quantidade de horas dedicadas normalmente, por semana, aos afazeres domésticos pode ser vista na tabela 7. Observa-se que as mulheres estão majoritariamente nas faixas com maior quantidade de horas que dedicadas aos afazeres domésticos, enquanto que os homens estão distribuídos pelas faixas com menor número de horas. Em resumo, 54,2% das mulheres nem-nem exerciam mais de 26 horas por semana de trabalho doméstico não-remunerado, ao passo que para a mesma faixa de horas, apenas 7,8% dos homens cumpriam essa jornada.

Observa-se também maior concentração de mulheres nas camadas mais pobres: 50,% das mulheres nem-nem estão nas três faixas mais baixas de renda

**Tabela 7.** Número de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos, por sexo, para jovens nem-nem, Brasil – 2014.

Número de horas que dedicava por semana aos afazeres domésticos	Sexo	
	Homem	Mulher
0 a 5 horas	28,0%	3,9%
6 a 15 horas	49,4%	20,6%
16 a 25 horas	14,8%	21,4%
26 a 35 horas	5,0%	21,3%
36 a 45 horas	1,6%	15,9%
Mais de 46 horas	1,2%	17,0%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: PNAD, 2014, IBGE.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos contrariam a presunção de ociosidade das pessoas que não estão na escola ou no mercado de trabalho; em particular, as nem-nem, longe de “não fazerem nada”, dedicam muitas horas às formas de trabalho “invisíveis”, em que 90,8% delas se dedicam aos afazeres domésticos e 62,8% delas já tiveram filho (chegando a 79,2% para as de 25 a 29 anos). Os resultados convergem com aqueles discutidos na seção teórica, com relação às mais altas taxas de fecundidade entre as nem-nem e a participação persistente das mulheres nos trabalhos de reprodução da sociedade. Conclui-se, então, que não é possível abordar a vulnerabilidade e o risco como situações fixas para todo o segmento nem-nem, a heterogeneidade é inerente à categoria.

O foco das políticas públicas nos grupos de jovens em maior desvantagem social e mesmo de menor desempenho escolar deve ser assegurado, pois esses são os que

enfrentam o maior risco de serem excluídos do mercado de trabalho. Assim, tendem a permanecer por longo tempo, sendo eventualmente absorvidos em formas precárias de trabalho, de baixa qualificação e com baixa remuneração, perpetuando o ciclo de reprodução da pobreza. Articular o sistema de proteção social com as políticas educacionais e de atenção à infância, que ampliem o acesso da mulher ao mercado de trabalho e promovam a permanência dos jovens na escola, com progressão até a conclusão do ensino médio, parece ser a melhor combinação para enfrentar o desafio dos jovens na condição de nem-nem. (BRASIL, 2013)

A especificidade do problema, no Brasil, que prevalece entre as mulheres – dentre as quais mais da metade são mães e muitas são pobres e negras – sugere que políticas de combate à discriminação no acesso aos postos de trabalho (racial e de gênero) e de apoio às jovens mães com creches e transferência de renda podem ser mais efetivas. Os resultados apresentados por Simões (2013) sugerem, como política complementar às transferências de renda, a oferta de serviços de Educação Infantil, principalmente para as mães dos dois primeiros quintis de renda, nos quais se acumulam a grande parcela das jovens em condição nem-nem. O efeito desses serviços em reduzir as chances de exclusão da mulher da escola e do mercado de trabalho, de um lado, contribuiria para o aumento do capital humano (no caso de permanência na escola das jovens) e, de outro, contribuiria para a geração de renda na família (no caso de ingresso no mercado de trabalho). Se as jovens já possuem, em média, maior escolaridade que os jovens (mesmo nos quintis de renda mais baixos), há uma perda de oportunidade de ganhos de renda na família, quando ela se ausenta do mercado de trabalho por não ter com quem deixar seus filhos. O aumento da renda familiar via inclusão produtiva da mulher pode favorecer a redução da necessidade de transferências de renda, mas depende da oferta de serviços de atenção à criança, na forma de acesso à creche e à pré-escola.

Para reverter a tendência da mulher como principal responsável pelo trabalho reprodutivo e doméstico não remunerado, é preciso a atuação do Estado e também das empresas e da sociedade, no sentido de reconstruir relações de gênero mais igualitárias, de forma a garantir uma inserção mais democrática para homens e mulheres nos diferentes espaços da sociedade. O quadro que se considera desejável para a sociedade brasileira, a ser alcançado nas próximas décadas, se caracterizaria pelo compartilhamento dos afazeres domésticos entre homens e mulheres, pais, mães, filhas, filhos e outros membros da família – também envolvendo serviços públicos de atendimento a crianças, jovens e idosos (as). Acrescentem-se, ainda, medidas de políticas públicas, legislativas e de empresas visando à conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. Esses três fatores que compõem um cenário desejável levariam a uma maior e melhor inserção das mulheres no mercado de trabalho – sempre com base no princípio da liberdade de escolha pessoal de homens e de mulheres. O modelo é o do cuidador universal para homens e mulheres e corresponsabilização de Estado, família e mercado no que diz respeito à reprodução social (FONTOURA e BONETTI, 2010).

Os serviços gerados na execução dos afazeres domésticos, por não estarem associados a uma geração equivalente de renda, são desconsiderados como trabalho ativo e com relevante importância econômica. Uma provável interpretação para esse não reconhecimento origina-se na histórica discriminação sofrida pelas mulheres nas diversas sociedades, a quem foi delegada a execução dos afazeres domésticos. Desconhecê-los reforça o conceito de *invisibilidade*, que caracteriza o trabalho doméstico

e a inferioridade do papel da mulher na sociedade (MELO *et al.*, 2016). É preciso, portanto, tematizar a questão do trabalho invisível e do significado econômico e social (para além do cultural, imanente aos papéis tradicionais de gênero) do trabalho doméstico não remunerado.

A opção pela transição para a vida adulta pela formação de família precisa ser problematizada, no sentido da liberdade de escolha: essa jovem teve acesso a bens e serviços, mas optou pela vida dedicada ao lar, ou, se foi conduzida a papéis de gênero tradicionais e vitimada pelas desigualdades de acesso? É importante considerar que os horizontes de possibilidades dessas adolescentes são limitados ao que a comunidade / localidade pode oferecer.

A questão nem-nem no Brasil representa menos uma problemática no campo do mercado de trabalho do que uma questão interseccional entre gênero e classe, à luz das desigualdades sociais. Diferentemente dos países do Norte global, onde a questão nem-nem tem sido vinculada à crise de empregos, no Brasil, a problemática assume face mais complexa e imbricada aos fatores da estrutura social. Tal reflexão é importante para os sentidos que se têm dado ao “fenômeno nem-nem no Brasil”. Antes do uso indiscriminado e generalista da categoria nem-nem, é preciso que se reflita qual o objetivo desse indicador e qual a proposta analítica do uso. É preciso ter em mente que princípios classificatórios operativos às vezes não dão conta da multiplicidade de possibilidades sociais existentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, Rosana Ulhôa; ARAÚJO, Herton Ellery; CODES, Ana Luiza Machado de. Sair ou não Sair da Casa dos Pais: explorando a questão à luz de bases informacionais censitárias – Brasil 1991, 2000 e 2010. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da, BOTELHO, Rosana Ulhôa (orgs.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2016.

CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. **O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho?** Boletim Mercado de Trabalho, vol 53, 2012.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências**. Cadernos de pesquisa, n. 116, p. 143-176, 2002a

COMARI, Claudio. **Examen de validez teórica e empírica del concepto “jóvenes nini” o “generación nini” en la Argentina del Siglo XXI**. Tesis del doctorado. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Instituto Nacional de Estadística y Censos - INDEC, 2015.

COSTA, J. S. de M.; ULYSSEA, G. **O Fenômeno dos Jovens Nem-Nem**. In: Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros / Organizadores, Carlos Henrique Corseuil, Rosana Ulhôa Botelho. – Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.** Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1105-1128, out. 2007.



FERREIRA, H.; ARAÚJO, H. E. Transições negadas: homicídios entre os jovens brasileiros. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

FERREIRA, Rosiane Araújo et al. Análise espacial da vulnerabilidade social da gravidez na adolescência. **Cad. saúde pública**, v. 28, n. 2, p. 313-323, 2012.

FONTOURA, N. e BONETTI, A. Desiguais responsabilidades familiares de homens e mulheres. In: CASTRO, J. A. de *et al.* **Perspectivas da política social no Brasil**. Livro 8. Brasília, IPEA, 2010.

GOLDANI, A. M. **Relações intergeracionais e reconstrução do estado de bem-estar. Por que se deve repensar essa relação para o Brasil.** In: Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60, p. 211-250, 2004.

HEILBORN, M. L.; CABRAL, C. S. Parentalidade juvenil: transição condensada para a vida adulta. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

MELO, Hildete Pereira; CONSIDERA, Claudio Monteiro; DI SABBATO, Alberto. Os afazeres domésticos contam. **Economia e sociedade**, v. 16, n. 3, p. 435-454, 2016.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Os Jovens que não estudam nem trabalham no Brasil: discussão, caracterização e evolução de 2001 a 2011**. Brasília, 2013.

MONTEIRO, J. **Quem são os jovens nem-nem? Uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho**. FGV/Ibre, 2013. (Texto para Discussão, n. 34).

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, v. 5, n. 6, p. 15-24, 1997.

SERRACANT, Pau. A brute indicator for a NEET case: Genesis and evolution of a problematic concept and results from an alternative indicator. **Social indicators research**, v. 117, n. 2, p. 401-419, 2014.

SIMÕES, A. Os Jovens que não Estudam nem Trabalham no Brasil: Uma Análise do Perfil, Determinantes da Condição e Efeitos do Programa Bolsa Família. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**. - N. 6. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2013.

TRONTO, J. Mulheres e cuidado: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, A.; BORDO, S. (Org.). **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997, p. 186-203.

VIEIRA, J. M. **Transição para a vida adulta em São Paulo: cenários e tendências sóciodemográficas**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Demografia: Campinas - SP, 2009.

## FAMÍLIAS E REDES DE SOLIDARIEDADE EM CASO DE DEFICIÊNCIA

**PORTELA, Cláudia Paranhos de Jesus**

Professor do Programa de Pós-Graduação em  
Gestão e Tecnologias aplicadas à  
Educação – GESTEC/UNEB  
*E-mail: claudiaparanhos3@gmail.com*

### RESUMO

Este artigo trata do tema das famílias de pessoas com deficiência e das redes de solidariedade; mais precisamente, sobre a formação e atuação das redes de apoio parental e social no cuidado e educação da pessoa com deficiência intelectual. Assim, buscou analisar as estratégias de cuidado elaboradas e experienciadas pelas famílias diante da necessidade de cuidar, educar e socializar filhos(as) com deficiência intelectual. A pesquisa de natureza qualitativa foi realizada entre os anos de 2010 e 2014 e utilizou a entrevista semiestruturada com dezesseis famílias de pessoas com deficiência intelectual, adultas, da cidade do Salvador/Bahia/BR. Os resultados obtidos revelaram uma realidade familiar em que o apoio provido pelas redes parental e social é um fator determinante no processo de cuidado, educação e socialização do(a) filho(a).

**Palavras chave:** Famílias. Deficiência intelectual. Rede de apoio parental.

### ABSTRACT

This article deals with the topic of families of people with disabilities and networks of solidarity; More precisely, on the formation and performance of parental and social support networks in the care and education of people with intellectual disabilities. Thus, it sought to analyze the strategies of care elaborated and experienced by the families in view of the need to care for, educate and socialize children with intellectual disabilities. The qualitative research was carried out between the years 2010 and 2014 and used the semistructured interview with sixteen families of people with intellectual disabilities, adults, from the city of Salvador / Bahia / BR. The obtained results revealed a familiar reality in which the support provided by the parental and social networks is a determining factor in the process of care, education and socialization of the child.

**Key words:** Families. Intellectual disability. Parental support network.

## INTRODUÇÃO

Este estudo recorta uma fração no tempo da experiência de cuidadores(as) de indivíduos com deficiência intelectual: trata-se de narrativas de experiências que se desenrolam do nascimento do(a) filho(a) com deficiência até a época da enquete (2012), quando os mesmos encontram-se numa faixa etária entre 18 e 54 anos.

A compreensão de que o(a) filho(a) com deficiência intelectual necessita de apoios diversos vai, ao longo da trajetória de convivência, se amparando em diferentes modelos: inicialmente e invariavelmente, um modelo médico e, posteriormente, um modelo social da deficiência. Todavia, estes modelos explicativos se alternam, são descartados ou recuperados à medida que a experiência cotidiana exige uma compreensão mais complexa.

A necessidade de refletir sobre o papel que assumem as redes de apoio parental e social no cuidado e educação da pessoa com deficiência, mais especificamente a deficiência intelectual, além da importância dada ao tema nos meios educacionais com o surgimento da discussão sobre a escola inclusiva, fez nascer o interesse por este estudo.

Sabemos que quando um casal tem um(a) filho(a) deficiente, há uma mudança significativa na sua rotina, podendo ser, inclusive, um dos motivos para o rompimento da relação marital. A espera do(a) filho(a) “desejado(a)”, “normal”, fisicamente “perfeito” e que, no seu desenvolvimento, seja capaz de revelar traços identificados com os da personalidade de um dos pais<sup>1</sup> – que não chegou, faz levantar uma série de questionamentos que se misturam a conteúdos de culpa, preocupação e expectativa por parte dos pais com relação ao futuro dos(as) filhos(as). Ao longo do tempo, a partir de uma maior interação pais-deficiência, a busca de superação aproxima-se de uma adaptação ao “problema” cheia de desafios, conquistas, dores, frustrações: experiências comuns no processo de dar prosseguimento e cuidar da criança deficiente.

O projeto de vida que os pais elaboram para o(a) filho(a) implica em cuidar e educar; mas, para que isso se efetive, a convivência implica amparar-se em conhecimentos “teóricos” e expectativas, fornecidos através de literatura especializada e de profissionais da área.

Outras redes ainda entram em jogo, constituindo-se no estabelecimento de uma dinâmica de convívio com outros pais de pessoas deficientes, colaborando não apenas com o compartilhamento de experiências, mas também possibilitando a participação numa rede “menos tensa”, uma vez que a condição semelhante dos pais os coloca na posição de “iguais”. A “rede parental” – aquela considerada dos parentes consanguíneos e/ou afins –, a mais próxima teoricamente, e da qual se espera uma obrigatoriedade na relação é igualmente tomada como importante nesta trajetória de auxílio ao casal.

A experiência de cuidado de filhos(as) com deficiência na infância, da maioria dos pais que participou desse estudo, é anterior aos anos 1980, quando as ações e políticas voltadas para esta população ainda era muito incipiente.

Embora a experiência da deficiência independa da classe social, os diferentes segmentos sociais gozam de condições que diferenciam as oportunidades das pessoas com

1 O termo “pais” é entendido nesse estudo como o progenitor e a progenitora da pessoa com deficiência.

deficiência. Entre as nascidas em camadas empobrecidas e médias/altas da população a diferença está no acesso a recursos e tecnologias ditas modernas à época (educação em libras, serviços especializados de educação, por exemplo).

Assim sendo, diante do complexo movimento da inclusão educacional e da necessidade de busca pelos movimentos sociais de dar autonomia a esses sujeitos, constatou-se que, embora se tenha falado muito sobre o tema, faltava-lhe ainda saber como as famílias se organizam no seu interior para cuidar e educar a pessoa com deficiência, uma vez que a deficiência afeta não só o próprio indivíduo, mas também todos aqueles que o rodeiam.

A sistematização dessas ideias deu lugar à emergência de uma curiosidade de cunho educativo relacionada à vontade de buscar compreender o modo como as famílias lidam com o fato de terem entre si um membro com deficiência intelectual dependente, e como buscam educá-lo, socializá-lo - compreendendo aqui que o "educar" é uma forma de cuidado. A motivação para a construção desse estudo teve dois expressivos motivos. Primeiro porque, apesar da discussão acerca da inclusão escolar ter sido iniciada há mais de treze anos<sup>2</sup>, ela continua polêmica, atual e distante de ser esgotada. Segundo, porque a pesquisa científica contemporânea ainda não reconhece a importância do tema para uma excelência da educação. Assim, o diferencial deste estudo está basicamente buscar entender o que difere e o que se processa no interior da família quando há a presença de uma pessoa com deficiência, em particular, com deficiência intelectual.

Levando em consideração esses aspectos, este trabalho desenhou como objetivo do estudo analisar as estratégias de cuidado elaboradas e experienciadas pelas famílias diante da necessidade de cuidar, educar e socializar filhos(as) com deficiência intelectual. Por conseguinte, investigar as famílias de pessoas com deficiência e suas dinâmicas internas, procurando relacioná-las sistematicamente com os fatores sociais, das quais buscou-se obter uma fotografia a mais diversificada possível, fez delas o lugar privilegiado de observação para atingir ao objetivo proposto nesse estudo. Portanto, seja, pois, este trabalho compreendido como uma análise que, sem intentar a exaustividade, busca propor reflexões e alargar a discussão em torno da temática família de pessoas com deficiência e redes de apoio parental e social.

A pesquisa de cunho qualitativo e exploratório, utilizou a entrevista semiestruturada com dezesseis famílias de pessoas com deficiência intelectual, adultas, da cidade do Salvador/Bahia/BR. Assim, este trabalho recorta uma fração no tempo da experiência de cuidadores(as) de indivíduos com deficiência intelectual: trata-se de narrativas de experiências que se desenrolam do nascimento do(a) filho(a) com deficiência até a época da enquete (2012), quando os mesmos encontram-se numa faixa etária entre 18 e 54 anos.

## **1. A LIDE DA FAMÍLIA COM A DEFICIÊNCIA DO(A) FILHO(A)**

A compreensão de que o(a) filho(a) com deficiência intelectual necessita de apoios diversos vai, ao longo da trajetória de convivência, se amparando em diferentes modelos: inicialmente e invariavelmente, um modelo médico e, posteriormente,

<sup>2</sup> A discussão sobre a Inclusão Escolar tem como marco a Declaração de Salamanca, resultante de um Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994.

um modelo social da deficiência. Todavia, estes modelos explicativos se alternam, são descartados ou recuperados à medida que a experiência cotidiana exige uma compreensão mais complexa.

Sabemos que quando um casal tem um(a) filho(a) deficiente, há uma mudança significativa na sua rotina, podendo ser, inclusive, um dos motivos para o rompimento da relação marital. Trata-se de um momento em que a coesão ou interação interna - entendidas aqui como "a natureza do laço social que une intimamente os membros do casal ou da família" (ABOIM, 2005, p. 235) - desfazem-se, não tolerando as situações advindas da constatação da deficiência do(a) filho(a). A espera do(a) filho(a) "desejado(a)", "normal", fisicamente "perfeito" e que, no seu desenvolvimento, seja capaz de revelar traços identificados com os da personalidade de um dos pais<sup>3</sup> - que não chegou, faz levantar uma série de questionamentos que se misturam a conteúdos de culpa, preocupação e expectativa por parte dos pais com relação ao futuro dos(as) filhos(as). Ao longo do tempo, a partir de uma maior interação pais-deficiência, a busca de superação aproxima-se de uma adaptação ao "problema" cheia de desafios, conquistas, dores, frustrações: experiências comuns no processo de dar prosseguimento e cuidar da criança deficiente. Uma transformação, um avanço, uma crise, uma conquista são situações que favorecem a emergência de novas interpretações e novas exigências de compreensão e lide com a deficiência. Tanto maior o grau de dependência que determinada deficiência implica, mais se exigem dos pais recursos, sobretudo financeiros, para encaminhamentos educacionais e médico-terapêuticos eficazes. Da mesma forma, tais investimentos estão relacionados às condições financeiras dos pais, uma vez que o acompanhamento é custoso (em tempo e dinheiro) para as famílias. Mesmo porque o papel do Estado, no que se refere às políticas voltadas para família, especialmente para famílias com presença de pessoas com deficiência, ainda se encontra silenciado no Brasil, sobrecarregando os pais no que diz respeito ao papel do cuidado, educação e socialização do(a) filho(a) deficiente.

O projeto de vida que os pais elaboram para o(a) filho(a) implica em cuidar e educar; mas, para que isso se efetive, a convivência implica amparar-se em conhecimentos "teóricos" e expectativas, fornecidos através de literatura especializada e de profissionais da área.

Outras redes ainda entram em jogo, constituindo-se no estabelecimento de uma dinâmica de convívio com outros pais de pessoas deficientes, colaborando não apenas com o compartilhamento de experiências, mas também possibilitando a participação numa rede "menos tensa", uma vez que a condição semelhante dos pais os coloca na posição de "iguais". As redes religiosas, através de igrejas ou relação individual com o sagrado (orações, devoções) estão igualmente presentes. A "rede parental" - aquela considerada dos parentes consanguíneos e/ou afins -, a mais próxima teoricamente, e da qual se espera uma obrigatoriedade na relação é igualmente tomada como importante nesta trajetória de auxílio ao casal. Junto a esses parentes (sobretudo avós e tios), o casal se vê frente à necessidade de construção da inclusão da pessoa com deficiência, que nem sempre é "aceita" como parente, sendo, muitas vezes, considerada um "agregado estranho" na rede de parentesco. As resistências à interação parecem estar, assim, por todos os lados: tanto por parte dos pais em promoverem uma maior aproximação da pessoa com os parentes próximos (atitude que revela proteção, mas

3 O termo "pais" é entendido nesse estudo como o progenitor e a progenitora da pessoa com deficiência.

também vergonha, culpa), quanto da família extensa em se ocupar e se implicar com os cuidados e educação de uma pessoa considerada “trabalhosa” e cujo retorno, em termos interativos, difere-se daquele de pessoas consideradas “normais”.

A experiência de cuidado de filhos(as) com deficiência na infância, da maioria dos pais que participou desse estudo, é anterior aos anos 1980, quando as ações e políticas voltadas para esta população ainda era muito incipiente.

Embora a experiência da deficiência independa da classe social, os diferentes segmentos sociais gozam de condições que diferenciam as oportunidades das pessoas com deficiência. Entre as nascidas em camadas empobrecidas e médias/altas da população a diferença está no acesso a recursos e tecnologias ditas modernas à época (educação em libras, serviços especializados de educação, por exemplo).

Assim sendo, diante do complexo movimento da inclusão educacional e da necessidade de busca pelos movimentos sociais de dar autonomia a esses sujeitos, constatou-se que, embora se tenha falado muito sobre o tema, faltava-lhe ainda saber como as famílias se organizam no seu interior para cuidar e educar a pessoa com deficiência, uma vez que a deficiência afeta não só o próprio indivíduo, mas também todos aqueles que o rodeiam.

## 2. SOBRE AS FAMÍLIAS E AS REDES DE SOLIDARIEDADE

O que observamos é que mesmo diante desse conjunto de transformações por que tem passado as famílias, na sociedade contemporânea sua importância não foi subtraída; ao contrário, ela continua sendo tomada como mecanismo indispensável de convivência<sup>4</sup>, no qual “o estilo de vida, o tipo de educação, a opção religiosa são referências construídas (...). É no seio da família que circulam as expectativas e as ‘concepções de pessoas’ produzidas e reproduzidas socialmente” (COSTA; JACQUET, 2004, p. 62). Para Alves (1999), a família constitui-se como o agente mais importante da socialização primária entre os indivíduos seguindo dois caminhos relacionados: da dependência estrita à autonomia e do controle essencialmente externo ao autocontrole. Logo, ela define como irão se direcionar o modelo de educação da sua descendência e define padrões e limites para as relações entre pais e filhos e a parentela. Ainda para a autora, a socialização primária realizada pela família, diz respeito à apropriação, na fase da primeira infância, de determinado sistema simbólico que abarca aspectos fundamentais da identidade dos sujeitos, servindo este de direção para a inclusão do indivíduo no contexto social mais amplo.

Partimos da compreensão de que família é um conjunto de complexas relações, composta de indivíduos diferenciados por idade que decidem conviver juntos e que assumem obrigações, funções e responsabilidades, geralmente essenciais para a vida familiar. Essas pessoas, conseqüentemente, ao se relacionarem diariamente, dão origem a uma dinâmica e complexa rede de sentimentos. Logo, ela não se configura como uma simples soma de indivíduos, nem como uma instituição com papéis definidos, mas como um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com individualidade e personalidade próprias, não podendo ser considerada apenas pelo aspecto do capital cultural que lhe é concernente. Vale lembrar que, no mundo ocidental, família é o

4 Neste estudo entende-se por convivência a decisão de duas ou mais pessoas de se aproximarem e viverem juntas estabelecendo relações, compartilhando sentimentos.

nome que caracteriza a formação e organização de grupos de pessoas, orientados pelo princípio de descendência ou parentesco, incluindo também laços de afinidade e aliança. Somado a isso, para Kellerhals, Ferreira e Perrenoud (2002, p. 560), “o critério de afinidade e a ideia de rede são as principais características que definem as fronteiras da família”.

Assim, uma vez que o intento deste trabalho é estudar a família não mais como um dado adquirido, mas que funciona sobre dois parâmetros: o tempo e o espaço social nas suas relações microssociais, observando sua dinâmica interna, infere-se, por conseguinte, que a família é uma instituição central que pode ajudar ou não a pessoa com deficiência intelectual a alcançar sucesso no seu desenvolvimento. Portanto, a participação da família no ato de cuidar e educar o sujeito com deficiência contribui para a continuidade do tratamento e para um acompanhamento eficaz, na medida em que serve como fonte de apoio emocional quando o indivíduo precisa superar os desafios advindos da deficiência.

Uma vez identificada a deficiência do(a) filho (a)/parente, os pais ou responsáveis procuram reorganizar a sua rotina e buscam formas de encaminhar a vida da família e do(a) indivíduo. Nesse contexto, o ato de cuidar se destaca dentre as demais tarefas, tendo em vista que envolve os processos de socializar e educar a pessoa com deficiência. “Na história humana, o cuidado está relacionado à sobrevivência, reflete-se na saúde e, conseqüentemente, na qualidade de vida do indivíduo” (AZEVEDO; SANTOS 2006, p. 3), sendo necessário não apenas durante a infância, mas também na vida adulta, sobretudo quando se faz presente uma intercorrência, como o caso do aparecimento de uma doença ou deficiência.

Em outros termos, embora apresentem diversas nuances e interpretações, o cuidado aponta, basicamente, para um tipo de relação que inclui o acolhimento, a visão e a escuta do sujeito a ser cuidado, em que lhe é dada a condição de emergir em sua especificidade, mas também como pertencente a um determinado contexto sociocultural do qual não pode ser negado.

Nesse ínterim, a família, ao se configurar como o primeiro grupo de socialização e agrupamento da maioria dos indivíduos, busca estratégias para o cuidar e educar o(a) filho(a) com deficiência. Dentre essas estratégias, está a construção de um projeto de vida. Contudo, para que se efetive, este projeto necessita se amparar em conhecimentos teóricos demandados pela deficiência, como também, em estabelecer redes de apoio que possam ajudar na realização da tarefa, tendo em vista que representam uma forma de capital social potente para influenciar a troca de apoios de várias naturezas.

Para Dunst (1995, 1998) e Serrano (2003, 2007), as redes de solidariedade/apoio estão estruturadas em formais e informais. As redes formais englobam organizações e/ou indivíduos, os profissionais e especialistas que prestam serviços qualificados e remunerados junto à pessoa com deficiência e a sua família, como: educadores, educadores especiais, médicos, terapeutas, etc. Quanto às redes informais, estão os indivíduos da família alargada de uma determinada pessoa, amigos, vizinhos ou grupos sociais, como grupos religiosos, clubes e organizações voluntárias. Entretanto, neste estudo, fizemos a opção de categorizar as redes que dão apoio à família de uma pessoa com deficiência intelectual em parental e social, ao invés de formais e informais, como assim definem os autores acima citados. Portanto, no contexto dessa investigação,

as redes de apoio foram definidas a partir da seguinte configuração: a rede parental é aquela que abriga os parentes próximos, consanguíneos ou por afinidade, e pela família alargada: irmãos e cônjuges, tios(as), primos(as), compadrio, etc. Nas redes sociais de apoio estão os vizinhos, amigos, colegas de trabalho, pais de pessoas com deficiência, especialistas/profissionais além de grupos sociais como grupos religiosos, clubes e organizações voluntárias.

A importância de estudarmos as redes de solidariedade/apoio está voltada para se entender que as ajudas prestadas por outros, por membros das redes parental e social de apoio à família, influenciam direta ou indiretamente a pessoa com deficiência intelectual, os pais e a família como um todo, interferindo no seu bem estar e qualidade de vida. Assim, independente da variedade e quantidade de apoios, do seu nível e intensidade, as famílias utilizam e recorrem às redes parental e social de entreaajuda para encaminhar o projeto de vida que definiram para seus(suas) filhos(as). Portanto, o apoio recebido pelos pais tem a finalidade de “fazer com que eles possam sempre, através do próprio pensamento, fazer escolhas educativas mais oportunas para seus filhos, incluindo os filhos com deficiência (CALDIN, 2012, p. 158).

Assim, a família é entendida de forma sistêmica, encontrando-se sob a influência das mudanças ocorridas no seio da comunidade e da sociedade. Essa perspectiva inclui a interdependência dos fatores, ou seja, dos subsistemas, os quais afetam o desenvolvimento dos(as) filhos(as), especialmente da pessoa com deficiência. No caso das redes de entreaajuda familiar, para Vasconcelos (2012), elas não sobrevivem fora de um contexto social sendo, portanto, antes diferenciadas por toda uma série de distintivos que as estruturam, como a classe social das famílias. Essa informação se faz importante por se remeter às condições reais da vida familiar, assim como para os recursos e competências por elas disponíveis, o que repercute necessariamente sobre as formas de perpetuação das famílias ao longo do seu ciclo de vida. Portanto, podemos entender a solidariedade familiar como resultado de práticas estratégicas utilizadas pelas famílias ao longo da sua trajetória social. Isso significa que:

se as solidariedades familiares são estratégicas, podem ser conceptualizadas enquanto *sistema de estratégias de reprodução* [grifos do autor], que visam a reprodução social da família, quer no seu sentido de agregado doméstico, quer no seu sentido de rede de parentesco (particularmente intergeracional), e segundo o princípio relativo do acúmulo das vantagens sociais, o que beneficia os socialmente favorecidos (VASCONCELOS, 2002, p. 511).

Quanto ao que caracteriza as redes de solidariedade/apoio é o empréstimo regular de ajuda de pessoas que vai dar a particularidade que as distingue, ou seja, é a constância de ajuda ou auxílio à família de qualquer ordem, e não toda ou qualquer pessoa que participa eventualmente do processo, mesmo que sua participação tenha sido por algum momento decisivo ou importante para uma determinada família. Nesta pesquisa, rede social de apoio ou solidadriedade, foi apreendida como: “todas ou algumas unidades sociais (indivíduos ou grupos) com os quais um indivíduo particular ou um grupo está em contato” (BOTT, 1976, p. 299).

Assim, ao falar de relacionamentos sociais, das redes sociais e dos apoios dados por elas, merece destaque o relacionamento entre parentes, considerando que após a família, tendo esta a configuração<sup>5</sup> que for, é com os parentes que os membros de uma família costumam, na maioria dos casos, estabelecer as relações pessoais mais



íntimas e frequentes, além de procurá-los nos momentos em que precisam de ajuda. “Os laços familiares representam segurança, permanência, confiança” (PORTUGAL, 2014, p. 190). Assim, quando alguma pessoa fora das relações familiares representa uma figura importante dentro da rede, essa pessoa é definida como “se fosse da família”. A relevância da rede de parentesco está relacionada ao fato dela oferecer “garantias” que não se podem encontrar em outros tipos de redes. Dentre essas garantias está a continuidade no tempo. Muitas das relações constituídas fora da família, seja com amigos, vizinhos ou colegas de trabalho, não sobrevivem à passagem do tempo. O laço de parentesco oferece a esperança de longo prazo que falta às demais relações suscetíveis às mudanças de variados tipos. A propósito, existe um consenso generalizado em afirmar que “com a família podemos sempre contar”. De tal modo, a parentela<sup>6</sup> seria a rede de relacionamento mais próxima que um sujeito poderia dispor.

Portanto, os tipos de interação estabelecidos e as trocas efetuadas entre os membros da família e entre estes e a rede de parentesco mais ampla se constituem em estratégias adotadas para garantir a estrutura familiar. As interações existentes entre a família ou um grupo doméstico e as diversas formas de solidariedade e entreajuda daí então originadas são interligadas à conjuntura material e objetiva à qual pertencem. Somado a isso, tem-se também a questão dos valores e dos princípios culturais, os quais se encontram em constante adaptação às transformações ocorridas no contexto social. Logo, a rede de apoio mais próxima das famílias é a parental alargada; no entanto, vizinhos, amigos, colegas de trabalho, pais de pessoas com deficiência, serviços de saúde, educação e igrejas também constituem a extensa rede de suporte social.

Estudos (DUNST, 1995; DUNST; TRIVETTE, 1996) têm mostrado que, mesmo considerando a importância dos apoios sociais dados por especialistas na ajuda às famílias para lidarem com as situações advindas da deficiência, esses apoios não são a única fonte de ajuda às famílias e cuidadores. As fontes de apoio parental e demais ajudas dadas pelas redes sociais - vizinhos, amigos, colegas de trabalho, pais de pessoas com deficiência, igrejas, etc., constituem-se em fontes potenciais de mudança e adaptação para as famílias, configurando-se em alguns casos, até mais importantes que os apoios formais, originados pelos serviços prestados por profissionais e especialistas.

O estudo realizado por Brandão e Craveirinha (2011) aponta que as mães com um adequado nível de apoio parecem ter maior capacidade para iniciar a interação com o sujeito com deficiência e para responder às suas solicitações. Assim, o apoio prestado pelas redes de entreajuda, sobretudo as informais, tem sido apontado pelos pais como um dos mais importantes para a família. Segundo as autoras citadas, o apoio prestado pelas redes familiar e social tem efeitos positivos na função parental e, conseqüentemente, na promoção do desenvolvimento do indivíduo com deficiência. Parecendo atuar de dois modos diferenciados, tendo impacto direto nos adultos cuidadores, ao modificar as suas crenças, atitudes, conhecimentos ou comportamentos, e indiretos naquele que recebe o cuidado.

Dessa maneira, a solidariedade familiar e dos demais grupos sociais opera em todas as classes sociais e as ocasiões são múltiplas: a busca de domicílios para o novo casal,

5 Sobre a configuração da família, esta pode ser de variados tipos na sociedade contemporânea: recomposta, nuclear, monoparental, homoparental, composta por parentes, etc.

6 Entende-se por parentela o conjunto de indivíduos que possuem um parente em comum.

a incorporação ao trabalho, os estudos, as enfermidades. Todos esses são momentos e ocasiões de aplicar a ajuda familiar, seja em forma de tempo, de dinheiro, de informação ou de alojamento.

Na realidade, as solidariedades familiares e sociais (particularmente as intergeracionais, de todas as mais comuns), têm uma importância relevante não só na economia das famílias como também nas suas vidas cotidianas e trajetórias sociais de cuidado para com os parentes com deficiência (BRANDÃO; CRAVEIRINHA, 2011; SERRANO, 2004). Especialmente as pesquisas realizadas nestes últimos anos, sobre as redes de solidariedade, dão testemunho desse renovado interesse pelo parentesco (ATTIAS-DONFUT, 1995; COENEN-HUTHER; KELLERHALS; ALMEN, 1994).

Esses dados mostram claramente que, apesar do “sentimento subjetivo de privatização” (SILVA, C. S. A, 2001), amplamente ressaltado na contemporaneidade, onde os indivíduos optam por serem os protagonistas do seu destino, não significa que exista um hiato entre a sociedade e a família/agregado doméstico. Logo, constatamos que o sentimento de privatização não ocasionou o rompimento da família/agregado doméstico com a rede de parentesco mais ampla e com as demais redes sociais de apoio, incluindo-se vizinhos, amigos, colegas de trabalho, etc.

### 3. RESULTADOS OBTIDOS

Em face dos resultados obtidos, verificamos que a rede de apoio familiar é, basicamente, uma rede de parentesco restrito aos parentes mais próximos, trazendo para as mulheres o protagonismo das redes, tanto na lateralização dos apoios que correm mais pelo lado da família da mulher que do homem, quanto nos apoios prestados por elas.

Ademais, a participação da rede de apoio parental na criação, educação ou acompanhamento da pessoa com deficiência é realizada por parentes consanguíneos ou afins, dentre eles os mais próximos.

Dentre os tipos de ajuda que as famílias demandaram, citamos: apoio financeiro, material, doméstico, outros serviços domésticos, moral, e nos cuidados aos(as) filhos(as)/pessoas deficientes. Contudo, entre os apoios prestados, o “apoio moral aos pais” e os “cuidados ao(à) filho(a) deficiente” se revelaram mais presentes nas redes. As redes de apoio social, fora do âmbito familiar, tornaram-se necessárias para os pais/responsáveis, sobretudo por se constituírem como uma importante possibilidade de ajuda no que diz respeito às questões do dia a dia ocasionadas pelas demandas trazidas pela deficiência.

Conseqüentemente, as redes de apoio social constituídas no contexto social mais amplo contribuíram para a melhoria da qualidade de vida dos membros de cada família, partindo da constatação de que os vínculos e laços afetivos de um indivíduo favorecem comportamentos e bem estar social. Ademais, também podem favorecer o estabelecimento de trocas por parte dos pais ou responsáveis pela pessoa com deficiência, no sentido de criarem estratégias e buscarem recursos que tornem mais fácil a vida do indivíduo com deficiência intelectual.

As pessoas eleitas pelos(as) cuidadores(as) para compartilharem seus sentimentos sobre a criação, a educação e a socialização dos(as) filhos(as), sobretudo daqueles(as) com deficiência, são aquelas que usufruem da sua confiança. Neste caso, embora

presentes, os parentes consanguíneos ou afins não se destacam como os únicos sujeitos privilegiados nas relações de apoio e entreaajuda. Amigos, especialistas, educadores, pais de pessoas com deficiência e mesmo terapeutas se revelam, com suas especificidades, como agentes importantes no processo de cuidado.

No que diz respeito às possíveis relações existentes entre a escolha das redes de entreaajuda e o posicionamento das famílias na estrutura sócio-profissional, a constatação a que se chegou é que quanto mais elevado o grau de escolaridade e a estrutura sócio-profissional dos(as) cuidadores(as) das pessoas com deficiência intelectual, menor a proporção dos apoios recebidos por eles(as). Sem dúvida, as diferenças observadas perante as posições na estrutura social revelam a força dos contextos de classe na escolha das redes de entreaajuda, muito embora não anulem uma margem de autonomia das próprias interações.

Considera-se que os pais têm um papel muito importante no processo de educação e inclusão da pessoa com deficiência intelectual, pois exige a modificação do funcionamento familiar de forma a poder responder as suas necessidades de acompanhamento, as quais são muito específicas. Para tanto, o apoio fornecido pelas redes parental e social se revelam como fatores determinantes nesse processo, tendo em vista que quanto maior é o apoio recebido, mais qualidade de vida se dá às pessoas com deficiência e à sua família para que elas consigam se aproximar da normalização do seu estilo de vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, a quantidade de investigações feitas na área de pessoas com deficiência intelectual parece revelar uma evidência: que esse tipo de deficiência, apesar de ser bastante discutida, ainda tem muito a ser investigada. Desta forma, é fundamental continuar os estudos nessa área e tentar demonstrar ou refutar os modelos apresentados, pois só a partir de uma verdadeira compreensão desta deficiência é que poderemos encontrar o caminho certo para a inclusão educacional e social destas pessoas. Portanto, ao considerar o período em que os movimentos sociais e as políticas direcionadas para a inclusão no Brasil foram implantadas e desencadeadas, inclusive por força da lei, notadamente a partir da década de 1990, a maioria das pessoas com deficiência intelectual participantes desse estudo não teve a oportunidade de desfrutar das vantagens e garantias de direitos ofertados a partir desse período.

Logo, este estudo sugere a necessidade de realização de um trabalho eminentemente comparativo sobre a maneira como as pessoas com deficiência foram socializadas em momento anterior<sup>7</sup> às políticas de inclusão, desencadeadas a partir da década de 1990, e após esse período com a finalidade de verificar as formas de realizar a socialização das crianças com deficiência intelectual.

Defende-se a ideia de que só com diálogo e articulação, numa lógica de trabalho em equipe entre todos os atores que lidam direta ou indiretamente com os diferentes tipos de deficiência intelectual, poder-se-á criar condições de compreensão e lide com as questões e dificuldades enfrentadas pelos sujeitos. Uma realidade que só é possível com o envolvimento da família.

<sup>7</sup> Vale lembrar que as famílias entrevistadas vivenciaram a experiência de infância de seus(as) filhos(as) com deficiências nos anos de 1950 e 1990.

## REFERÊNCIAS

ABOIM, S. Dinâmicas de interação e tipos de conjugalidade. In: WALL, K.; ABOIM, S.; CUNHA, V.; VASCONCELOS, P. **Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 231-302.

ALVES, Z. M. M. B. Pesquisa em psicologia: análise de métodos e estratégias na construção de um conhecimento que se pretende científica. **Diálogos metodológicos sobre a prática da pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summa, p. 135 – 157, 1999.

ATTIAS-DONFUT, C. *Les solidarités entre générations: vieillesse, familles, état*. Paris: Nathan, 1995.

AZEVEDO, G. R.; SANTOS, V. L. C. G. Cuidador (d)eficiente: as representações sociais de familiares acerca do processo de cuidar. **Revista Latino - Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 05, p. 129-139, set./out. 2006. Disponível em: [www.eerp.usp.br/rlae](http://www.eerp.usp.br/rlae). Acesso em: 10 mar. 2014.

BOTT, E. **Família e rede social: papéis, normas e relacionamentos externos em famílias urbanas comuns**. Trad.: Mário Guerreiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BRANDÃO, M. T.; CRAVEIRINHA, F. P. Redes de apoios sociais em famílias multiculturais acompanhadas no âmbito da intervenção precoce: um estudo exploratório. **Análise psicológica**. n. 01, jan-mar 2011. p. 27-45.

BRASIL. Ministério da Ação Social. Coordenadoria Nacional para pessoa portadora de deficiência. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: MAS/CORDE, 1994. 54 p.

CALDIN, R. Deficiência visual e processos de identidade: educar entre riscos e incertezas. In: NASCIMENTO, E. S.; CORREIA, P. C. H. **Dialogando com a inclusão: curso de formação de professores**. Recife: Linceu, 2012, p. 143-175.

COENEN-HUTHER, J.; KELLERHALS, J.; ALMEN, M. von. *Les réseaux de solidarité dans la famille*. Paris: Réalités Sociales, 1994.

COSTA, L. A. F.; JACQUET, C. Família e opção religiosa: notas etnográficas sobre a conversão de mulheres ao neopentecostalismo. In: JACQUET, C.; COSTA, L. A. F. da. (Orgs.) **Família em mudança**. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2004, p. 49-65.

DUNST, C. J. Influências do apoio social no comportamento e desenvolvimento da criança e do agregado familiar. Comunicação apresentada no **IV Encontro de Intervenção Precoce**. Coimbra: Portugal, jun. 1995.

\_\_\_\_\_. Apoiar e capacitar as famílias em intervenção precoce. O que aprendemos? In: CORREIA, L. M.; SERRANO, A. M. (Orgs.) **Envolvimento parental em intervenção precoce: das práticas centradas na criança às praticas centradas na família**. Porto/PT: Porto, 1998, p. 79 – 92.

\_\_\_\_\_; TRIVETTE, C. M. *Empowerment effective help giving practices and family centered care*. *Pediatric Nursing*, n. 24, 1996, p. 283 – 290.

KELLERHALS, J; FERREIRA, C.; PERRENOUD, D. Linguagens do parentesco: lógicas de construção identitária. **Análise Social** – Família. n. 163, p. 545 – 567, 2002.

PORTUGAL, S. **Famílias e redes sociais**: ligações fortes na produção de bem estar. Porto/PT: Almedina, 2014.

SERRANO, A. M. *Formal and informal resources among families with young children with special needs in the district of Braga, Portugal*. Tese (Doutoramento). Braga, PT. Universidade do Minho, 2003, 335 p.

\_\_\_\_\_.; BENTO, A. Identificação das redes de apoio social num grupo de famílias de risco. In: **Inclusão**. N. 5, Lisboa: Universidade do Minho, 2004, p. 97-111.

\_\_\_\_\_. **Redes sociais de apoio e sua relevância para a intervenção precoce**. Porto/PT: Porto, 2007.

SILVA, C. S. A. Dinâmicas familiares e solidariedades nas famílias complexas. In: **Famílias em Alfama**: dinâmicas e solidariedades familiares num bairro histórico de Lisboa. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001. p. 57-129.

VASCONCELOS, P. Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe. **Análise Social**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, n. 163, 2002, p. 507-544.

\_\_\_\_\_. Redes sociais de apoio. In: WALL, K. (Org.) **Famílias em Portugal**: percursos, interacções, redes sociais. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012, p. 599-631.

## RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: UMA REVISÃO.

**CAMPOLINA, Pedro Henrique Andrade**

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA/BH  
phacampolina@gmail.com*

### RESUMO

Família e escola são dois contextos de desenvolvimento responsáveis pela formação da criança e do adolescente. A existência de ambas já as insere obrigatoriamente em uma relação de aprendizagens e conflitos. Mudanças na sociedade contemporânea, nos princípios e métodos da educação escolar, e na formação, organização e atribuições da família afetaram e intensificaram a relação família-escola. Por meio de uma revisão de 10 criteriosos artigos científicos sobre o tema, pretende-se provocar uma reflexão sobre como tem sido esta relação no Brasil, quais são as barreiras enfrentadas e os caminhos a reforçar para uma melhor relação, e conseqüentemente, uma melhor educação dos nossos filhos e estudantes. Para tanto, são apresentados e discutidos os modelos, níveis e tipos de relação desenvolvidos por pesquisadoras do assunto e a visão de pais, profissionais, estudantes e pesquisadores sobre esta relação.

**Palavras-chave:** Escola. Família. Relação família-escola.

### ABSTRACT

Family and school are two contexts in the development of children and adolescents' education. The existence of both already includes them obligatorily in a relation of learning and conflicts. Changes in contemporary society, in the principles and methods of school education, and family's formation, organization and attributions affected and intensified the school-family relationship. Through a review of ten scientific articles about the subject, it is intended to provoke a reflection on how this relationship has been in Brazil, what are the barriers faced and the paths to be reinforced for a better relationship, and consequently, a better education of our children and students. Therefore, the models, levels and types of relationship developed by researchers of the subject and the parents, professionals, students and researchers' view of this relationship are presented and discussed.

**Key-words:** School. Family. School-Family Relationship.

## INTRODUÇÃO

A bibliografia revisada aponta unanimemente que os dois contextos de desenvolvimento responsáveis pela formação das crianças e adolescentes são a família e a escola, e a qualidade da relação entre elas é um fator significativo para a obtenção de resultados positivos na educação destes sujeitos, ou seja:

A família e a escola são, inquestionavelmente, dois importantes contextos de desenvolvimento infantil. É necessário que ambos se conheçam e reconheçam, visando a elaborar estratégias que assegurem melhores condições para o desenvolvimento pleno e integral das crianças que a eles pertencem (MARCONDES e SIGOLO, 2012, p. 91).

Esta relação, sobre a qual já podemos considerar ser motivo de muitos estudos, primeiramente na Europa e Estados Unidos<sup>1</sup>, depois no Brasil, foi modificada e intensificada pelo contexto ocidental do final do século XX. A obrigatoriedade legal do estudo, o maior tempo em horas e anos passados na escola, e a preocupação da escola e família para com a formação plena da criança e adolescente, não só a intelectual, mas também para com a sua formação humana, cultural, social, afetiva e profissional mudou e aumentou o papel de ambas (NOGUEIRA, 2006, RESENDE, 2006).

Na legislação brasileira especificamente, na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e no Estatuto da Criança e do Adolescente, a expectativa e responsabilização pela aproximação e intensificação da relação família-escola está presente. Tal conteúdo perpassa desde a descrição inicial da educação escolar como obrigatoriedade da família e do Estado; pela responsabilidade da escola em informar os pais sobre a organização escolar e procedimentos pedagógicos; pelo dever da família em acompanhar a frequência e rendimento do filho; até a orientação à escola em manter instâncias de participação dos pais, como Colegiado, Conselho Escolar e elaboração do Projeto Político Pedagógico para a efetivação de uma gestão democrática.

Crescida as expectativas sobre a família e a escola, a relação entre elas, claro, se intensificou, mas sem dizer que esta se desenvolveu de forma harmoniosa, igualitária e dialógica, sobretudo no Brasil, infelizmente tem ocorrido o contrário. Segundo Oliveira e Marinho-Araújo (2010),

[...] a relação entre família e a escola tem-se caracterizado por ser um fenômeno pouco harmonioso e satisfatório, uma vez que as expectativas de cada instituição ou de cada ator envolvido não são atendidas e se mostram pouco favoráveis ao crescimento e desenvolvimento dos alunos (OLIVEIRA e MARINHO-ARAÚJO, 2010, p. 107).

Por exemplo, a vivência dos pesquisadores abordados nesse trabalho na escola básica demonstrou que a relação existente entre a família e a escola dificulta o encaminhamento de soluções para os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e comportamentais, sendo estes, prejuízos que não se recuperam rapidamente na trajetória escolar posterior, quando a exclusão escolar não acontece.

Esse trabalho constitui-se de uma revisão bibliográfica de dez artigos científicos, datados entre os anos de 1998 a 2016, de pesquisadoras estrangeiras e brasileiras

1 Sobre os estudos da relação família-escola nos Estados Unidos e Europa, comentados por diferentes referências desta pesquisa, vale destacar os estudos estadunidenses de Joyce Epstein e o artigo de Cavalcante (1998) que descreve a visão dos pesquisadores dos Estados Unidos na década de 1980 sobre a relação família-escola. A respeito dos estudos europeus, menciono o trabalho de Pedro Silva, Perrenoud e Montandon.

especialistas no estudo da relação família-escola. Para o entendimento desta relação, de suas barreiras, como também de suas potencialidades, faz-se necessário o estudo de alguns contextos e aspectos que as envolvem. É o que objetiva-se introduzir neste artigo. O texto está organizado em torno de 2 eixos, sendo estes: relação família-escola: modelos, níveis e tipos de relação e a relação família-escola na visão dos professores, pais, estudantes e pesquisadores.

## 1. RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: MODELOS, NÍVEIS E TIPOS DE RELAÇÃO

Em família e escola é comum os pesquisadores utilizarem e refletirem sobre o termo relação. Dos dez artigos pesquisados, oito já o contém em seu título, os outros dois o aplicam ao longo do seu discurso. O que se analisa em todos, e o que se quer introduzir aqui é a reflexão a respeito do sentido do conceito relação.

No Dicionário Aurélio, no vocábulo relação, algumas de suas definições são: (...) 3. Vinculação, ligação. 5. Ligação, contato; comunicação ou interação entre pessoas, grupos ou países. 6. Relacionamento. 7. Mat. Correspondência entre elementos de dois conjuntos (FERREIRA, 2008, p. 694).

No Dicionário Básico de Filosofia de Japiassú e Marcondes, relação quer dizer: 1. Ação de estabelecer um elo ou ligação entre alguma coisa e outra. Ex.: relação de semelhança, relação de parentesco, relação de causalidade. 2. Para Aristóteles entre outras noções, ela caracteriza a relação como aquilo que faz com que algo se refira a outra coisa, e dando como exemplo “o dobro, metade, maior”, e Kant diz que a relação é uma das funções do pensamento através da qual se dá unidade às diversas representações em juízo. 3. Em lógica os predicados relacionais são aqueles que se aplicam a mais de um objeto, definindo sempre uma relação entre objetos. Ex. “A é maior do que B”, “X está acima de Y” (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2001, p. 165).

Já no campo dos pesquisadores referências deste trabalho, como Resende e da Silva (2016), estas entendem pela relação específica família-escola:

A expressão “relação família-escola” designa, neste texto, todo tipo de ligação e de interações entre atores familiares e escolares, admitindo “um continuum que vai desde a cooperação ao conflito” (SILVA apud RESENDE e DA SILVA, 2016, p.33).

Sobre os significados de relação mencionados nos dicionários Aurélio e de Filosofia, e o que se entende particularmente da relação família-escola e o elemento central desta relação, o estudante, vale destacar alguns pontos.

O entendimento em ambos os dicionários de relação por ligação entre alguma coisa e outra. Na esfera da educação escolar, a relação, ou seja, a ligação, vínculo e contato é entre a família e a escola e ocorre pelo elemento e objetivo comum, a criança e o adolescente, e a necessidade de sua formação integral.

Contudo, se no significado presente no Aurélio entende-se também relação Mat. como correspondência entre elementos (aluno) de dois conjuntos, e no Dicionário de Filosofia como algo que dá unidade às diversas representações em juízo; e que no modelo particular de relação família-escola de esferas sobrepostas de Epstein (1987) em que o elemento entre os dois conjuntos é o estudante e os dois contextos, família e escola, devem se conhecer, realizar trocas e colaborar juntas para cada vez mais sobrepor as



esferas, ou seja, trabalhem e complementarem-se para o desenvolvimento integral do sujeito. É possível identificar também no Dicionário de Filosofia a relação como objeto de comparação, dobro, metade, maior ou menor, referindo-se aos diferentes níveis de contribuição da família e escola para a formação do estudante. O que é possível identificar implícita, e por vezes, explicitamente neste trabalho e em pesquisas sobre o tema, tal comparação e juízo de valor entre escola e família, sobretudo a primeira com o seu discurso de ser a instituição que mais tem colaborado, muitas vezes sem a participação efetiva dos pais, para o desenvolvimento escolar das crianças e adolescentes.

Aspecto que pode ser avaliado e contestado nos modelos de relação família-escola existentes, e na visão de pais e pesquisadores sobre o assunto. Duas análises que serão feitas nos dois eixos deste artigo. Primeiro, trazemos abaixo os modelos, níveis ou tipos de relação família-escola para compreensão desta discussão.

### 1.1. Os 6 Tipos de envolvimento de pais

Criado por Epstein (1989), os seis tipos são: as obrigações básicas dos pais, as obrigações básicas da escola, envolvimento dos pais na escola, envolvimento dos pais em casa, envolvimento dos pais no governo da escola, colaboração e trocas entre as escolas e organizações da comunidade.

Segundo Epstein (apud BHERING e BLATCHFORD, 1999, p. 195), o tipo nº 1 refere-se à providência de saúde, segurança e bem-estar da criança pelos pais para a introdução e permanência das mesmas na escola, além da supervisão, disciplina e orientação. O tipo nº 2 trata-se das obrigações da escola em informar os pais sobre o funcionamento, regras, programas e métodos de ensino, e progresso dos filhos na escola. O tipo nº 3 está relacionado ao voluntarismo dos pais para a realização de reuniões, eventos, excursões e outras atividades extracurriculares. O tipo nº 4 é o auxílio dos pais em casa às atividades de ensino, como deveres de casa e pesquisa. O tipo nº 5 trata-se do envolvimento novamente dos pais no governo da escola, em espaços e instâncias institucionalizadas, como Colegiado, Associação de Pais e Mestres e Conselhos. O tipo nº 6, integrado mais tardiamente aos outros tipos refere-se a programas escolares que permitem a família o acesso a serviços da instituição.

### 1.2. Comunicação, ajuda e envolvimento

O modelo desenvolvido por Bhering e Blatchford (1999) surgiu a partir da análise e uso em pesquisa do modelo e instrumentais de Epstein (1989). A pesquisa das duas autoras com 21 mães de estudantes de Belo Horizonte revelou a citação e enquadramento pelas responsáveis de sua relação com a escola em três categorias: comunicação, ajuda e envolvimento. A categoria *Comunicação* é classificada como “instrumento que viabiliza a relação família-escola, que poderá agir como facilitador e promotor da relação” (BHERING e BLATCHFORD, 1999, p. 210).

Estes instrumentos são circulares, bilhetes, recados, reuniões, encontros esporádicos, etc. A categoria *Ajuda* refere-se a prestação de serviços em feiras, excursões, eventos e outros, e auxílios financeiros à escola pelos pais. E a categoria *Envolvimento*, relaciona-se a contribuição dos pais em casa ou na escola com as atividades intelectuais, de ensino e aprendizagem. Vale destacar que Marcondes e Sigolo (2012) pesquisam sobre o modelo de Bhering e Blachford (1999), mas aplicam somente as categorias *Comunicação* e *Envolvimento*.

### 1.3. Os 4 níveis de relação

Resende e da Silva (2016) pesquisam e citam os níveis de Lima (2002), e sobre eles desenvolvem para análise da relação família-escola no Brasil, quatro níveis. O primeiro nível é o nível primário, obrigatório segundo a legislação brasileira, que inicia-se com a realização da matrícula do filho na escola. O segundo nível trata-se da recepção de informações, sobretudo da família pela escola. A escola tem o dever de emitir informações sobre a frequência e desempenho dos alunos, assim como calendário de atividades e outras informações. O terceiro nível constitui-se como interações diversas entre as duas instituições, como conversa e participação em diferentes reuniões e projetos escolares. O quarto nível são as interações institucionalizadas, previstas e incentivadas pela legislação brasileira, a participação de pais em colegiados, conselhos, associações de pais e mestres, assembleias, e outros.

Ao desenvolver ou analisar estes modelos, tipos e níveis de relação família-escola, os autores pesquisados também apresentaram certos consensos a respeito dos modelos e da relação. Um primeiro a ser citado é a *Comunicação*. Segundo os estudiosos do tema, a relação que sempre ocorrerá na existência destas duas instituições tem como primordialidade e porta de entrada a comunicação entre escola e família. Será a comunicação ponto de partida para o estabelecimento de outros níveis e tipos de relação, e aspecto de avaliação de como pode ser e tem sido a relação entre as duas instituições.

A comunicação seja ela feita por escrito ou oralmente, está sempre no centro de qualquer “negociação”. Na relação escola-família, esta é também de extrema importância. Tanto para a categoria “ajuda” como para a categoria “envolvimento”, a comunicação é a base de tudo que pode ser criado e desenvolvido entre os pais e a escola. O nosso grupo enfatizou bastante a importância de se poder comunicar com maior frequência e abertamente com a escola e vice-versa (BHERING e BLATCHFORD, 1999, p. 209-210).

Outro aspecto perceptível nos modelos é a classificação e determinação numa quantidade maior de incumbência dos pais em comparação com a escola de realização da relação (OLIVEIRA e MARINHO ARAÚJO, 2010). Por exemplo, no modelo de Epstein, dos 6 tipos, quatro são responsabilidades dos pais, das três categorias de Bhering e Blatchford (1999), as duas últimas também são responsabilidades dos mesmos.

A respeito da iniciativa e incumbência de pais e/ou escola na efetivação e intensificação desta relação, a maioria dos pesquisadores aponta que por diversos motivos, a responsabilidade maior tem de ser da escola. Seja porque é essa a instituição e profissionais especializados em educação e nos processos de escolarização, seja porque muitos pais relatam que a sua participação por vezes não ocorre por eles se acharem desinformados e confusos sobre as maneiras que podem colaborar. Por isso, a iniciativa deve vir da escola, desde o seu nível mais elementar, a comunicação, até as outras formas de envolvimento.

Dada a formação profissional específica que têm, as tentativas de aproximação e de melhoria das relações estabelecidas com as famílias devem partir preferencialmente, da escola, pois “transferir essa função à família somente reforça sentimentos de ansiedade, vergonha e incapacidade aos pais, uma vez que não são eles os especialistas em educação” (CAETANO, 2004, p.58 apud OLIVEIRA e MARINHO ARAÚJO, 2010, p.103).

Ainda sobre estes modelos analisados e adaptados é importante ressaltar o que as autoras Resende e da Silva (2016) dizem: com as transformações sociais das últimas décadas, tanto na Europa e Estados Unidos, como no Brasil ocorreu um “consenso legislativo” sobre a importância da relação família-escola e sua necessidade de intensificação. Contudo, na Europa e Estados Unidos, junto ao “consenso legislativo”, houve um “surto de participação” e regulamentação dos dispositivos institucionalizados de interação entre família e escola.

Diferentemente no Brasil, o “surto de participação” e a regulamentação não se efetivou, apesar do aumento da interação família-escola se comparada às últimas décadas<sup>2</sup>. Segundo as autoras, a regulamentação existente ainda é muito pouco. Portanto, fica às escolas, a responsabilidade de aproximação e criação de instâncias de participação dos pais.

As análises efetuadas nesta pesquisa, porém, fazem-nos formular a hipóteses de que tal regulamentação é bastante genérica. Merece especial atenção a ausência de normatização mais específica sobre a participação por meio de associações de pais (...). Nesse contexto, os programas e políticas voltados para a relação família-escola se mostram, de modo geral, dispersos e descontínuos, ficando a cargo de cada instituição escolar as iniciativas de aproximação com as famílias, cuja efetiva participação na gestão das questões educacionais ainda constitui um desafio (RESENDE e DA SILVA, 2016, p. 51).

## 2. A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NA VISÃO DOS PROFESSORES, PAIS ESTUDANTES E PESQUISADORES

Dentre as pesquisas realizadas ou analisadas pelas especialistas sobre a relação família-escola no que tange as avaliações e práticas da escola, professores, pais e alunos, alguns apontamentos são comuns e elementares entre as estudiosas. Vejamos quais são eles.

### 2.1. Visão da escola versus visão dos pais

Os sujeitos escolares mais ouvidos em pesquisas sobre esta relação foram os professores, e entre os mesmos é notório a visão e discurso sobre a importância da participação da família na escola, e da avaliação distorcida e estereotipada de que as famílias estão desestruturadas, e muito por isso, desinteressadas em comparecer, intervir e participar na escola e na escolarização dos seus filhos (CAVALCANTE, 1998, MARCONDES e SIGOLO, 2012, NOGUEIRA, 2006, OLIVEIRA e MARINHO-ARAÚJO, 2010, POLONIA e DESSEN, 2005, RESENDE, 2009, RIBEIRO e ANDRADE, 2006).

Mesmo com as alterações substanciais no conceito e composição das famílias na contemporaneidade, que alteraram a sua organização e práticas, os docentes têm

2 No Brasil, o “consenso legislativo” sobre a importância da relação família-escola na formação integral do estudante está presente no conteúdo das leis: Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Planos Nacionais da Educação 2001-2010 e 2014-2024 e no artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que versam sobre o direito e importância das famílias e comunidade escolar participarem na construção e acompanhamento administrativo, financeiro e pedagógico das escolas, construindo, portanto, uma gestão democrática através dos espaços previstos como Colegiado, Conselho Escolar e Projeto Político Pedagógico. Contudo, este consenso não tem sido regulamentado por muitos estados e municípios, haja vista a necessidade de repetição das metas de gestão democrática na escola do Plano Nacional de Educação 2001 para o Plano Nacional de Educação instituído em 2014 (RESENDE e DA SILVA, 2016, p. 46). Como também a não existência em grande parte das escolares brasileiras de Conselhos Escolares, apesar da existência, mesmo que sem atendimento significativo à totalidade dos municípios brasileiros do Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares que tem o objetivo não de obrigar e criar, mas capacitar e fomentar a existência de tais. Segundo as autoras, comparando aos países da Europa Central, que além do “consenso legislativo” vivenciam um “surto de participação” e regulamentação há alguns anos, através, por exemplo, da participação de representantes de pais de estudantes em Conselhos e Associações Federais e de outras esferas, e da Federação e Associação de Pais e Mestres regulamentados por Portugal desde a década de 70, o Brasil muito pouco regulamentou e possibilitou efetivamente a participação de familiares na instituição escolar.

a concepção de um modelo nuclear de família, e acreditam que a preservação e composição deste modelo é crucial para o desenvolvimento de suas responsabilidades e participação na vida escolar dos filhos.

Como afirma Perez (2009), as famílias têm passado por mudanças em sua estrutura e organização devido às transformações sociais que têm ocorrido nos contextos mais amplos. No entanto, a escola baseia-se em um modelo ideal de família, qual seja, a família nuclear. O apego a esse modelo acaba por fortalecer um discurso preconceituoso, o qual atribui toda e qualquer dificuldade dos membros da família constituída de forma diferente à nuclear à desestruturação familiar (MARCONDES e SIGOLO, 2012, p. 96).

Contudo, alguns aspectos das últimas pesquisas apontam contrariedade a essa visão e discurso dos professores. Por exemplo, todas as pesquisas divulgadas pelas autoras aqui analisadas têm como resultado que os pais valorizam e se importam para com a escolarização dos filhos. Eles têm grandes expectativas para com a escolarização; de ascensão social, profissionalização e desenvolvimento integral dos filhos.

E outra, a existência de um modelo familiar ideal para os professores, composta por filho, pai e mãe escolarizados, não garante a participação dos responsáveis e sucesso escolar dos filhos, assim como a de um modelo não nuclear não define a não participação e insucesso escolar. Os fatores que influenciam o sucesso e insucesso escolar são vários, não um (NOGUEIRA, 2006, RESENDE, 2009, p. 78).

Por fim, vale ressaltar outras afirmações das pesquisadoras: a escola não investiga, compreende e trabalha de acordo com a realidade das famílias (destaco aqui as famílias populares) e as suas lógicas de socialização, que é diferente da socialização escolar. E não reconhece as práticas e contribuições das famílias para a escolarização de seus filhos.

De acordo com os modelos e resultados de pesquisa sobre a relação família-escola, os pais participam da escolarização dos filhos de diversas maneiras. Ao prover de condições materiais e instrumentais os seus filhos, ao adaptar, mesmo que com dificuldades, as lógicas e práticas da socialização escolar - como o exercício da autoridade, do tempo e comunicação - que são diferentes e até mesmo antagônicas à socialização das famílias populares, ao trocarem, emitirem e receberem comunicados, participarem das atividades em casa e na escola, como deveres de casa, eventos e reuniões, etc.

Os diferentes trabalhos têm sido recorrentes em apontar que as famílias de camadas populares, na maior parte das vezes, atribuem valor à escola e à escolarização de seus filhos, mas nem sempre seguindo a mesma lógica e as mesmas estratégias de ação das famílias de camadas médias. Elas teriam formas específicas de presença na vida escolar da prole, em geral, mais indiretas que as das famílias escolarizadas (VIANA, 2000, apud RESENDE, 2009, p. 80).

## 2.2. Visão dos estudantes

É destacado por algumas pesquisadoras e estudantes de que ainda o sujeito vínculo, elo, objeto e objetivo da relação família-escola é pouco ouvido e estudado nos ambientes família e escola, sobretudo nesta última, e nas pesquisas sobre a relação entre estas instituições.

Dos cinco artigos aqui analisados que desenvolveram pesquisas para com os sujeitos da família e escola, três não ouviram a opinião dos estudantes (As pesquisas de

OLIVEIRA e MARINHO-ARAÚJO, 2010, MARCONDES e SIGOLO, 2012, registraram a opinião dos discentes). Este número ainda parece ser elevado para o quadro de pesquisas realizadas nas últimas décadas sobre a relação família-escola. Contudo é perceptível ver críticas e pesquisas recentes que começam a focar os seus trabalhos na avaliação do ponto de vista das crianças e adolescentes. Segundo Marcondes e Sigolo (2012) os estudantes têm muito a dizer.

Conforme afirma Silva (2001), a relação família-escola é predominantemente concebida segundo o enfoque “adultocêntrico”, pelo qual a perspectiva infantil pouco tem a acrescentar na relação. Contudo, os dados permitem afirmar que as crianças apresentam julgamentos sobre os relacionamentos e são diretamente influenciadas pelas decisões e comportamentos adotados pela família e escola. À infância não é dado o direito de participar democraticamente. Discute-se “sobre ela” e “para ela”, porém, nunca “junto a ela” e “segundo a visão dela”, ou seja, respeitando a sua “voz” (MARCONDES e SIGOLO, 2012, p. 95).

Nestes dois artigos que abordam a visão dos alunos sobre a relação família-escola, em um deles, o das autoras Oliveira e Marinho-Araújo (2010), elas divulgaram o resultado de duas pesquisas, de Cardoso (2003) e Polônia (2005).

Segundo o relatado por Oliveira e Marinho-Araújo (2010), em uma pesquisa os jovens tem uma percepção muito negativa da relação família-escola. Afirmaram que a convocação dos pais ao colégio ocorre somente em situações que se referem as notas baixas e mau comportamento. E que não são consultados pela instituição para o conteúdo e participação nessa convocação, e não são registrados elogios quando vão bem nas notas e na participação na escola. Os pesquisadores registraram também que em casa os discentes relataram que o diálogo tem se mostrado comprometido devido a falta de tempo dos pais e da não liberdade em tratar de suas intimidades para com eles (OLIVEIRA e MARINHO-ARAÚJO, 2010, p. 106).

Na pesquisa de Marcondes e Sigolo (2012), as crianças relataram que as reuniões bimestrais são importantes para os responsáveis conhecerem a escola, e segundo observação das autoras os alunos se sentem orgulhosos na oportunidade de apresentar o espaço físico da escola, os colegas e profissionais aos pais. Contudo, pelo relato dos mesmos, os estudantes não participam das reuniões, são apartados no início das discussões. De acordo com os discentes, eles só ficam sabendo do conteúdo da reunião quando os responsáveis transmitem as suas advertências sobre o mau comportamento e rendimento na escola, ou quando recebem algum elogio (MARCONDES e SIGOLO, 2012, p. 95).

### **2.3. Visão dos pesquisadores**

Ao analisarem os discursos e as práticas da família e da escola nos dois ambientes e estes em relação, as pesquisas e argumentações das pesquisadoras têm coincidido bastante.

O divulgado entre eles é que a relação família-escola, por diversos fatores, tem sido desigual, conflituosa, desestimuladora, etc. Não faltam adjetivos e explicações dos autores para infelizmente considerar que a relação, ainda hoje, apesar de alguns avanços e experiências significativas, não tem resultado no que se espera da escola e família: a contribuição e colaboração entre eles para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

Os próprios títulos dos estudos sobre o assunto convergem no diagnóstico das dificuldades que envolvem essas relações: “relação armadilhada” (Silva, 2003), “diálogo impossível” (Montandon e Perrenoud, 2001), “incompreensão mútua” (Montandon, 1994b), “mal-entendido” (Dubet, 1997), “proximidade distante” (Santos, 2001), “dificuldades de uma cooperação” (Comeau e Salomon, 1994). O fato é que ambiguidades, reticências, resistências por parte dos atores envolvidos são incessantemente verificadas pela literatura sociológica (NOGUEIRA, 2006, p.165).

Pelo contrário, a relação família-escola no geral, no Brasil, tem repercutido de maneira negativa entre estudantes, distanciado alguns pais e desestimulado professores, que não têm recebido maiores atenções do Estado e formação técnica para mudança significativa de leitura e prática sobre a relação família-escola.

Entre as principais críticas dos pesquisadores, algumas já apontadas nas páginas deste artigo, podemos citar as diferenças e antagonismos entre a socialização escolar e a socialização das famílias populares, a ausência de estudo e reconhecimento das escolas sobre a realidade, o contexto das famílias atendidas, e a não regulamentação dos entes federados para a efetivação dos dispositivos para participação das famílias nos espaços de consulta e decisão das escolas e políticas educacionais.

Sobre a socialização escolar e a socialização das famílias populares, Thin (2006) descreve as diferenças e muitas vezes os antagonismos da socialização das duas instituições, o que não ocorre com a socialização das famílias de classe média e alta, que têm as suas condições sociais, econômicas e culturais similares ao modelo e expectativas da socialização escolar.

Quanto às socializações da escola e das famílias populares, elas possuem formas, culturas, crenças, conhecimentos, experiências, lógicas e práticas socializadoras diferentes e divergentes. Para exemplificá-las ele menciona a visão e o tratamento de ambas instâncias com relação ao exercício da autoridade, modo de comunicação, tempo e instrumentalização/lógica da eficácia na educação das crianças e adolescentes.

Por exemplo, devido às condições e realidades econômicas, sociais, culturais e escolaridade das famílias populares, a sua expectativa de eficácia é mais vigente e desejada em curto prazo do que a socialização e lógica das atividades de ensino e aprendizagem na escola. E o tempo das famílias que possuem representantes desempregados ou nas diferentes situações de emprego precário não é organizado e coincidente com o tempo rígido da escola, de entrada, saída, horários de aulas, reuniões, etc. Assim como a linguagem escolar, mais formal e cheia de regras não é a linguagem informal, contextualizada e utilitária da linguagem das famílias populares.

Para Thin (2006), este reconhecimento é importante, principalmente da escola, devido a sua responsabilidade, invasão e domínio imposto de suas lógicas e práticas escolares sobre o ambiente e responsabilidades próprias da família. Segundo o autor,

essa tensão pode ser solucionada por ajustes recíprocos, por apropriações mais ou menos conformes às lógicas escolares, ou ainda por uma coexistência em que os protagonistas destas relações se mantenham distantes uns dos outros (THIN, 2006, p. 215).

Caso não ocorra tal reconhecimento, responsabilização e iniciativa da escola, infelizmente continuará a vigência de uma confrontação e dominação da socialização

escolar sobre a socialização das famílias escolares, e uma apropriação heterodoxa, ambivalente e confusa das lógicas e práticas escolares pelas famílias populares, o que tem contribuído para o distanciamento, desistência e exclusão<sup>3</sup> das famílias populares do ambiente e do sucesso escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como afirma Silva apud Nogueira (2006, p. 163), “a relação escola-família tem a idade da escola, pois desde que há escolas e famílias sempre houve algum tipo de relação entre ambas”; e Perrenoud apud Da Silva e Resende (2016, p. 39), “família e escola são dois ambientes de desenvolvimento condenados a cooperar numa sociedade escolarizada”.

No Brasil tal condenação é inclusive legal, e até por isso, somado ao aumento da escolaridade dos brasileiros e outros fatores, ela deve e tende a aumentar. Contudo, o caminho e métodos precisam ser alterados substancialmente. Esta relação interdependente, que se intensificou nas últimas décadas, no geral, tem sido desigual, conflituosa, tensa e até mesmo excludente.

A escola e seus agentes não têm tido o apoio estatal (de regulamentação dos dispositivos de participação das famílias, formação continuada, e existência de programas e projetos sólidos sobre o tema), e não tem se posicionado e assumido o seu dever pioneiro e necessário de mudanças de mentalidade, direção, estratégias e práticas escolares. Cabe a ela desconstruir a visão e prática preconceituosa, de culpabilização e não dialogicidade para com as famílias, principalmente as famílias populares.

Um caminho possível é liderar uma construção menos condenatória e instrutiva, e mais dialógica, de ajuda mútua e corresponsabilização, mais aberta e reconhecadora da realidade e das contribuições possíveis das experiências e saberes das famílias.

Para tanto, a organização, a orientação e os espaços da escola devem ser repensados de acordo e em conjunto com as famílias e estudantes. Eles devem ocupar, efetivamente terem voz e vez nas instâncias institucionais - algumas delas ainda a regulamentar no Brasil - como Associações de Pais e Mestres, Colegiados, Conselhos Escolares, Conferências, Conselhos de orientação de políticas educacionais e em outros momentos, por exemplo, reuniões escolares e capacitações.

Por fim, conhecer a realidade da relação família-escola é o passo inicial e primordial, por isso, este trabalho vem a dar evidência e contribuir para o conhecimento e incentivo ao aprofundamento do seu estudo, e instigar os pesquisadores, estudantes e profissionais para uma práxis transformadora da relação família-escola.

3 Sem entrar no mérito da discussão dos motivos de não inserção à educação infantil e evasão escolar, que são vários, deve-se divulgar o alto número de crianças e adolescentes fora da escola no Brasil. Segundo as Notas Estatísticas do Censo Escolar 2015, publicado pelo INEP em março deste ano, 3.025.868 crianças e adolescentes, de 04 a 17 anos, estão fora da escola. Muitas crianças de quatro a cinco anos, que segundo alteração na LDB em 2013 devem obrigatoriamente estar matriculadas no sistema de ensino brasileiro estão fora da escola, pois, infelizmente ainda não se universalizou no Brasil a oferta de vagas para a educação infantil, meta definida pelo Plano Nacional de Educação 2014-2024 para cumprimento até o final de 2016. Contudo, o Ensino Médio no Brasil, por exemplo, que está bem mais apto a oferecer o número de vagas necessárias, apresenta altíssimos índices de evasão escolar. Por exemplo, só em Minas Gerais, um dos 27 estados da federação, em 2012, pela sistematização dos dados do Censo Escolar do INEP do mesmo ano tiveram 74.384 alunos das escolas públicas estaduais evadidos (DINIZ, 2015, p. 23).

## REFERÊNCIAS

- BHERING, Eliana; SIRAJ-BLATCHFORD, Iram. A relação escola-pais: um modelo de trocas e colaboração. *In: Cadernos de Pesquisa*, n. 106. São Paulo: mar./1999, p. 191-216.
- CAVALCANTE, RoseliSchultz Chiovitti. Colaboração entre pais e escola: educação abrangente. *In: Psicologia Escolar e Educacional*. v. 2, n. 2. Campinas: 1998, p. 153-160.
- DINIZ, Carine Saraiva. *Evasão escolar no ensino médio: causa intraescolares na visão dos alunos*. 2015. 147 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local), Centro Universitário UNA, Belo Horizonte.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 7ª ed. Curitiba: Positivo, p. 694, 2008.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, p. 165, 2001.
- MARCONDES, Keila Hellen Barbatto; SIGOLO, Silvia Regina Ricco Lucato. Comunicação e envolvimento: possibilidades de interconexões entre família-escola? *In: Paidéia*, v. 22, n. 51. Ribeirão Preto: abr./2012, p. 91-99.
- NOGUEIRA, Maria Alice. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. *In: Educação e Realidade*, v. 31, n. 2. Porto Alegre: jul./dez. 2006, p. 155-170.
- OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. *In: Estudos de Psicologia*, v. 27, n. 1. Campinas: mar./2010, p. 99-108.
- POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. *In: Psicologia Escolar e Educacional*, v. 9, n. 2. Campinas: dez./2005, p. 303-312.
- RESENDE, Tânia de Freitas. "Coragem para a luta": desafios e potencialidades da relação escola-famílias. *In: Cadernos CENPEC*, v.4, n. 6. Belo Horizonte: 2009, p. 75-85.
- RESENDE, Tânia de Freitas; SILVA, Gisele Ferreira da. A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988-2014). *In: Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 24, n. 90. Rio de Janeiro: mar./2016, p. 30-58.
- RIBEIRO, Daniela de Figueiredo; ANDRADE, Antônio dos Santos. A assimetria na relação entre família e escola pública. *In: Paidéia*, v. 16, n. 35. Ribeirão Preto: dez./2006, p. 385-394.
- THIN, Daniel. Para uma análise das relações entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras. *In: Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 32. Rio de Janeiro: ago./2006, p. 211-225.



## GT: 20 - Comunicação, arte e cidade

Coordenadores: Gláucia Maria Costa Trinchão e  
Maria Thereza de Oliveira Azevedo

**CIDADANIA E O DIREITO A CIDADE: A APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE PERIFERIA****LEMOS, Fábia de Castro**

*Estudante de doutorado do Programa de Pós Graduação em Humanidades, Cultura e Arte  
Universidade do Grande Rio - Unigranrio  
fabiaclemos@gmail.com*

**RANGEL, Patrícia Luisa Nogueira**

*Estudante de doutorado do Programa de Pós Graduação em Humanidades, Cultura e Arte  
Universidade do Grande Rio - Unigranrio  
patricia1234luisa@gmail.com*

**SILVA, Cristina da Conceição**

*Doutoranda Programa de Pós Graduação em Humanidades, Cultura e Arte Universidade do Grande Rio – Unigranrio Professora UCAM/RJ  
Cristinavento24@yahoo.com.br*

**RESUMO**

Entre a previsão do direito e o exercício da cidadania, encontramos nas práticas sociais nos espaços periféricos da cidade, um mote enriquecido permeado por expressões interculturais presentes nos recantos da cidade. Nesse sentido, as apropriações da cidade expressas nos espaços da periferia, dão conta de algumas manifestações atualmente compreendidas na seara da literatura marginal, quando observamos a presença de epigramas das favelas, reveladas em mensagens que demonstram sentimentos, expressões e ideologias, marcadas nos muros em toda parte da cidade. A ocupação de espaços para festividades sacras, ou como arranjos culturais, esboça a elaboração de articulações de resistência, baseada na manifestação de cultura contra hegemônica, tensionada pelo direito a cidade. A apropriação dos espaços de periferia ganha corpo com o exercício da cidadania, conferindo sentidos e função social a rua, concebida assim como um lugar, o espaço de celebração.

**Palavras-chave:** Cidade. Apropriação. Periferia

**ABSTRACT**

Between the prediction of law and the exercise of citizenship, we find in the social practices in the peripheral spaces of the city, an enriched motto permeated by intercultural expressions present in the nooks and crannies of the city. In this sense, the appropriations of the city expressed in the periphery spaces, show some manifestations currently understood in the area of marginal literature, when we observe the presence of favelas epigrams, revealed in messages that show feelings, expressions and ideologies, marked on the walls in Every part of the city. The occupation of spaces for sacred festivities, or as cultural arrangements, outlines the elaboration of articulations of resistance, based on the manifestation of anti-hegemonic culture, tensioned by the right to the city. The appropriation of the periphery spaces gains body with the exercise of citizenship, conferring meanings and social function to the street, conceived as a place, the space of celebration.

**Key-words:** City. Appropriation. Periphery

## INTRODUÇÃO

A cidadania, compreendida para os fins de articulação do presente estudo como a condição humana do sujeito, de direitos os quais conferem ao homem a condição de participar ativamente da produção política e social do Estado. O exercício da cidadania, como prerrogativas de direitos civis e políticos, preconizado na Carta Magna da Constituição Federal (1988), emerge como integrante do primado da dignidade humana, princípio esculpido no dispositivo do artigo 1º, inciso III como valor supremo e fundamental da República.

Nessa vertente, algumas formas de utilização dos espaços públicos de periferia, notadamente na zona norte do Estado do Rio de Janeiro, nos bairros de Madureira e Rocha Miranda, tem nos chamado especial atenção, seja pelas expressões marcadas nas paredes e muros das ruas seja pelas celebrações, elementos que vem propugnando novas construções culturais, situada para além do eixo da organização cultural já aceita e reificada, substrato de uma proposta contra hegemônica na construção cultural.

A observações de tais movimentos de apropriação na periferia ganham relevo e importância a medida que espaços antes despídos de significados, (o não lugar) ganham sentidos e representação através dos movimentos neles albergados, concatenando a simbiose das zonas norte e sul, contribuindo para a integração urbana entre regiões até então dissociadas entre si.

Nesse sentido, as reuniões de pessoas e celebrações abertas, traz consigo o processo de migração de pessoas de zonas privilegiadas da cidade para os festejos da periferia, consolidando uma matriz intercultural, a qual potencializa a rua como uma rede de interculturalidades.

As expressões desse processo de intercâmbio urbano, são vivenciadas pela música, dança, na escrita das paredes, nas comidas de rua, articulações as quais, além de nos servir como recorte de análise, tem o condão de associarem elementos culturais hegemonicamente reconhecidos, ao encontro de uma proposta cultural da periferia que emerge, possibilitando novos olhares ao exercício da cidadania através da apropriação dos espaços urbanos mediado pela produção da cultura periférica.

Nesse contexto, a proposta do presente trabalho segue, analisando as ruas de dois bairros da periferia do Rio de Janeiro: Madureira e Rocha Miranda. A observação dos movimentos e manifestações presentes nesses lugares, que consubstancia a matriz intercultural, mediando o diálogo entre a periferia e a cidade.

A metodologia utilizada para a elaboração da presente proposta de estudo, consiste na meta observação, que não é mais “participante”, da ação, mas tem na observação de si próprio como sujeito que observa o contexto, com abordagem etnográfica que olha obliquamente para todos os arranjos coletivos, distantes ou próximos (Geertz, 2015).

Assim sendo, na empiria social pudemos compreender o processo pendular de moradores da zona sul para a zona norte, na busca do espaço urbano celebrante: a rua, o que nos permitiu a leitura e compreensão das expressões e manifestações de ambos os bairros na construção de uma matriz cultural própria. A apropriação dos espaços públicos para celebrações permeia o exercício da cidadania através do direito à própria

cidade, fundado ainda no princípio *the pursuit of happiness*, ou a busca pelo direito a felicidade<sup>1</sup> nos encontros de rua.

O trabalho traz a proposta de compreensão basicamente de três ideias as quais embasam a estruturação do texto: i) a cidadania exercida pela apropriação dos espaços da cidade; ii) o movimento pendular entre as zonas da cidade concentrando pessoas nas periferias, permeando a produção de uma cultura arrimada na matriz intercultural; iii) nas concepções diversas da rua como espaço de extensão da vida e celebração, consolidando lugares polifônicos urbanos, tecido e produzido no pluriculturalismo desses encontros, consolidando essas as referências centrais de desenvolvimento da pesquisa.

Nessa ordem, estruturamos o trabalho em 2 partes: na primeira, buscamos na historicidade das Constituições brasileiras, a construção da cidadania; na segunda parte, tratamos sobre a apropriação dos espaços periféricos, sendo necessário dividir em 3 seções: a) as epigramas, da favela as ruas; b) os ritmos musicais e as ruas de Madureira; c) imagéticas polifônicas, abarcando aqui as imagens dos movimentos observados. Assim iniciamos a construção de nosso trabalho, na observação das formas de apropriação urbana.

## 1. CIDADANIA AO LONGO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Ao longo dos anos, o cidadão vem lutando, a fim de garantir seus direitos sociais, civis e políticos. Percorreu-se uma longa trajetória, seis Constituições (1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1960) até a Constituição de 1988, que foi conhecida como “Constituição Cidadã”, uma vez que trouxe muitas conquistas para a sociedade civil. A consolidação da cidadania ao longo dessas Constituições, emergem direitos atrelados a seu exercício. Nessa vertente que, delineamentos a reflexão acerca da apropriação dos espaços periféricos em expressões e celebrações populares como exercício da cidadania, consubstanciado no direito à cidade (LEFEBVRE, 2015).

A Constituição de 1824 foi elaborada durante o Brasil Império e imposta aos cidadãos pelo Imperador, quem centralizava o poder. Com a proclamação da República, houve a necessidade de organizar uma nova Carta Magna (1891) para atender ao novo regime instaurado, de forma que, mesmo limitado, os indivíduos do gênero masculino, maior de 21 anos e alfabetizado podiam exercer sua cidadania através do voto não-secreto.

Em 1934, os cidadãos tiveram a elaboração da terceira Constituição, a fim de atender os anseios da época, como a crise de 1929 e movimentos sociais. Algumas mudanças aconteceram para os cidadãos, como melhores condições de trabalho, educação e saúde. No entanto, o poder estava nas mãos de poucos. Diante de ideias democráticas, igualdade e liberdade ao povo, foi organizada a Constituição de 1946, no entanto, com o golpe militar na década de 1960, finda a vigência dela e o Brasil retornam para o autoritarismo, através dos militares.

Para institucionalizar esse novo regime, é estabelecida a Constituição de 1967, que restringiu os direitos dos cidadãos. Com o término do regime militar na década de 1980, a redemocratização inicia-se através da sétima Constituição, promulgada em 5

1 Precedentes: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, STF- ADPF 132, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, Tribunal Pleno, julgado em 5/5/2011; STF - RE 898060 Fixada tese 22.09.2016. fonte: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp>

de outubro de 1988, que destacou-se pela atenção voltada para o social, eliminando os resquícios do autoritarismo da ditadura militar e trazendo novos ares para os cidadãos, fruto de sua trajetória histórica e de conquista de direitos.

O Brasil passou por seis Constituições (1824, período imperial; 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, durante o período republicano), além de algumas emendas, até a atual, a de 1988, conhecida como mais democrática e liberal do país, sendo apreciada como Constituição Cidadã. Lemos (2012) explica que os direitos sociais e civis, indispensáveis às constituições, são importantes para que o Estado funcione e se organize, objetivando evitar ações abusivas ou omissas por parte do Estado contra a dignidade humana.

A cidade do Rio de Janeiro no início do século XX assumia através de seus administradores o compromisso de fazer merecer o título de cidade-capital da nova ordem, identificada com o progresso. Para tanto deveria representar um espaço adequado ao exercício das funções públicas da cidade-capital. Justificava-se assim, aos olhos dos contemporâneos, a implantação de uma reforma e a adequação racional da cidade para a sua transformação. (LIMA, 2010, p. 96)

De acordo com a autora, a vida política nacional era coordenada a partir da cidade-capital, e até a década de 1920 comandou o centro financeiro do país, tanto interno como externamente. Além disso, também era a capital industrial, tendo como excelência nacional as fábricas de tecido (Fábrica Bangu - zona oeste e Fábrica Corcovado - Lagoa), e cultural, que seguia o padrão parisiense e espelhava “cidade luz” para todo o território brasileiro.

Nesse período político, a paisagem passava por modificações, que envolvia acabar com a falta de higiene e tornar as ruas mais largas e transformar as ruelas também em avenidas. Para atingir aos objetivos, foi necessário demolições de prédios, providenciar saneamento básico, construir jardins, arborizar e erguer estátuas para promover o embelezamento das novas ruas, pois a cidade-capital deveria ser cidade-expressão para todo o país, conforme Lima (2010).

Quanto aos cidadãos, estes podiam circular pela cidade, apreciar e sentir os efeitos da reforma, mesmo que não conseguissem “ler a cidade, e exercer a cidadania”. A reforma propiciou a exclusão social, uma vez que deslocou pessoas do centro da cidade para o subúrbio, a fim de abrir espaços, no entanto, não foram excluídos do setor urbano, já que não retornaram para a área rural (LIMA, 2010, p. 86).

Cidadãos pela nova Constituição, segundo Carvalho (2001), eram as mesmas pessoas que viviam sob o regime colonial, e como a maior parte delas não eram eleitores, de forma que não sabiam sobre governo representativo. Na Constituição de 1891, conforme Villas (2011), o voto era universal, concedido a todos os brasileiros maiores de 21 anos, porém havia exclusões, tais como: os analfabetos, que eram a maioria dos cidadãos; os mendigos; praças de pré; e religiosos monásticos, de companhias, congregações ou comunidades, que estavam sujeitos a voto de obediência/regra/estatuto, envolvendo a renúncia da liberdade.

Lenza (2012) comenta que a primeira eleição, apesar da previsão e conquista de eleições diretas, foi indireta, pelo Congresso nacional, que elegeu Marechal Deodoro da Fonseca e o Vice Marechal Floriano Peixoto para o, então, Estados Unidos do Brasil, como passara a ser chamado o nosso país.

A década de 1920 ocorreu várias revoltas militares, conhecidas como Rebeliões Tenentistas. Em 1930, o poder legislativo foi extinto, os executivos estaduais foram nomeados interventores, exceto de Minas Gerais, e o poder Judiciário sofreu forte controle do executivo. De acordo com Carvalho (2001), até 1930 não havia sentimento nacional e nem um povo organizado politicamente, principalmente, porque a participação na vida política ficou limitada a pequenos grupos.

O povo não tinha lugar no sistema político, seja no Império, seja na República. O Brasil era ainda para ele uma realidade abstrata. Aos grandes acontecimentos políticos nacionais, ele assistia, não como bestializado, mas como curioso, desconfiado, temeroso, talvez um tanto divertido (CARVALHO, 2001, p. 83).

“A Constituição de 1891, na prática, ficou suspensa, pois poderia ser restringida por simples decretos, leis ou atos do governo ou de seus delegados (art. 4º)” (VILLAS, 2011, p. 29). A chamada República Velha tem fim com a Revolução de 1930, levando Getúlio Vargas ao poder, como Governo Provisório (Decreto n. 19. 398 de 11.11.1930) até a elaboração da Constituição de 1934, promulgada em 16 de julho no mesmo ano, conforme Lenza (2012).

A Constituição de 1934 sofreu influência do contexto social, político e econômico da época, como a crise de 1929 e movimentos sociais. Foi uma das Constituições de curta duração, vigorando até 1937 e dentre os direitos adquiridos pelos cidadãos, encontram-se inseridos o voto feminino e o voto secreto, conforme explica Lenza (2012). Ainda na Constituição de 1934, foi concedido ao Poder Executivo amplo poder, imposição da Censura (artigo 174, parágrafo 5º), reconhecimento dos sindicatos, benefícios a trabalhadores, como salário mínimo, limite diário da jornada de trabalho e férias, e também a proibição do trabalho a menores de 14 anos, no entanto, na prática, essas medidas atendiam ao mundo urbano, de acordo com Villa (2011).

Desta forma que, com a promulgação da Constituição Federal (1934), foi possível finalmente a tutela de direitos trabalhistas, tendo sido a primeira constituição brasileira a conceber direitos humanos, defendendo e regulando a liberdade e o trabalho (LEMOS, 2012, p. 24).

Getúlio Vargas foi eleito para governar de 1934 a 1938, no entanto, conforme declara Lenza (2012), em 30 de setembro de 1937, os jornais noticiaram que Estado-Maior do Exército descobrira um plano comunista para tomar o poder, Plano Cohen, o que motivou Getúlio Vargas, em 10 de novembro do mesmo ano, dar o golpe ditatorial contra o comunismo, que estava na iminência de afligir o País. Junto ao golpe, houve também a imposição de uma nova Constituição.

A Constituição de 1937 inicia explicando que a finalidade era atender as aspirações do povo, quanto à paz política e social, concentrando o poder nas mãos do Presidente da República. Como características dessa Constituição, podemos citar: Adoção da pena de morte, que antes era permitida em caso de guerra com país estrangeiro; total censura, a fim de promover a paz, ordem e segurança; defesa aos direitos trabalhistas; liberdade para associação sindical, desde que reconhecido pelo estado; assistência financeira (similar à bolsa-família) às famílias numerosas; dentre outros (VILLA, 2011).

Lenza (2012), preceitua que, com a contradição estabelecida no governo de Vargas, apoiar os Aliados a enfrentarem a ditadura de Mussolini e Hitler e manter o modelo fascista dentro do Brasil (Manifesto dos Mineiros), provocou uma crise política,

que culminou na assinatura do Ato adicional em 1945 (Lei Constitucional n. 9, de 28.02.1945), convocando eleições presidenciais e encerrando o “Estado Novo”.

Com a Campanha eleitoral, de acordo com Lenza (2012), Getúlio Vargas acreditava na sua permanência, com o apoio do legalizado partido comunista e do Movimento “Queremismo” (Queremos Getúlio), no entanto, foi deposto pelas Forças Armadas pelos Generais Gaspar Dutra e Góis Monteiro. Ministro José Linhares, Presidente do STF, assume interinamente, governando até o General Gaspar Dutra assumir, pelo voto direto, como o novo Presidente da República (1946 - 1951).<sup>2</sup>

Diante da redemocratização após a queda de Getúlio, uma nova Constituição foi promulgada em 18 de setembro de 1946, mesclando ideias liberais da Constituição de 1891 e sociais da de 1934. Nesse contexto, Lemos (2012) comenta que o avanço tecnológico chegava ao país, provocando mudanças econômicas, política e sanitária, e a industrialização continuou mantendo os centros urbanos como polo de produção.

As principais características dessa constituição são: eleição direta para Presidente da República com mandato de 5 anos; extinção da pena de morte, exceto em guerra com país estrangeiro, de banimento, de confisco e de caráter perpétuo (art. 141, § 31); garantida a liberdade de expressão, desde que não incentivasse a guerra ou qualquer processo violento contra a ordem política e social, bem como de preconceitos de raça ou classe; reconhecimento do direito de greve, além de se manter todos os direitos trabalhistas conquistados (art. 158); e recriação do cargo de Vice-presidente da República (art. 65). (VILLA, 2011; LENZA, 2012).

Quanto à cidadania, Villa (2011) expõe que, “não podiam alistar-se eleitores os praças de pré, salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares”, os inalistáveis e cônjuge e parentes consanguíneos ou afins até segundo grau. No entanto, aconteceram diversas crises, uma vez que, devido à politização das Forças Armadas, muitos sargentos desejavam serem candidatos a cargos eletivos, instaurando-se o governo das forças militares no país.

Pode-se afirmar que a Constituição de 1946 foi suplantada pelo Golpe Militar de 1964. Embora continuasse existindo formalmente, o País passou a ser governado pelos Atos Institucionais e Complementares, 98 com o objetivo de consolidar a “Revolução Vitoriosa”, que buscava combater e “drenar o bolsão comunista” que assolava o Brasil (LENZA, 2012, p. 121).

O autor explica que durante o regime militar, o país foi governado por: General Emílio Garrastazu Médici (1969 - 1974), cujo governo foi considerado mais duro (Anos de chumbo), porém a economia crescia, época conhecida como do Milagre econômico; General Ernesto Geisel (1974 - 1979), que, a passos lentos, possibilitou o início da volta da democracia; e General João Baptista Figueiredo (1979 - 1985), que promoveu a aceleração da redemocratização.

Em 1983, o Deputado Federal Dante de Oliveira propôs, através da PEC n. 5/83, a eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República, após 20 anos de ditadura.

<sup>2</sup> Seguido pelos presidentes: Getúlio Dorneles Vargas - “Getúlio Vargas” (- 1951 - 1954); João Café Filho - “Café Filho” (1954 - 1955); e Juscelino Kubitschek de Oliveira - “Juscelino Kubitschek - JK” (1956 - 1961).

Com o apoio popular, surge o movimento conhecido como “Diretas Já”, no entanto, em 1984, a PEC Dante de Oliveira foi rejeitada. Diante da posição da sociedade civil, em 1985, pelo voto indireto, foi eleito um governante civil, Tancredo Neves, o que caracteriza o fim do regime militar (LENZA, 2012).

Tancredo, que garantiu constituir “Nova República” democrática e social, antes de assumir o governo adoeceu e faleceu, assumindo a presidência o vice José Sarney.

Na medida em que Tancredo Neves sempre cogitou da elaboração de uma “Comissão de Notáveis” para elaborar um anteprojeto de Constituição, José Sarney, o novo Presidente, considerando o compromisso assumido pela Aliança Democrática perante a Nação, instituiu, pelo Decreto n. 91.450/1985, junto à Presidência da República, uma **Comissão Provisória de Estudos Constitucionais**, composta de 50 membros de livre escolha do Chefe do Executivo e com o objetivo de desenvolver pesquisas e estudos fundamentais, no interesse da Nação brasileira, para futura colaboração com os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (LENZA, 2012).

Em 1988, é instituída uma nova Constituição, reestabelecendo a democracia, e com preocupação em garantir os direitos do cidadão, sendo o documento mais longo de todos, que pretende normatizar a vida social, após anos de ditadura militar. Rumo ao democratismo, ficou determinado na Constituição, no 1º artigo § único, que o poder emana do povo, elegem os seus representantes, de acordo com Villa (2011), emergindo assim a cidadania, no artigo 1º, inciso II como pilar e fundamento do Estado Democrático de direito.

De acordo com a nova Constituição, a cidadania foi reconquistada e os direitos sociais assegurados. Ao se referir aos direitos sociais, a Carta Magna especifica os direitos “a educação, a saúde, alimentação, trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (art.6º), no entanto, ainda não se têm solucionado, totalmente, os problemas básicos, principalmente pela má distribuição de renda, que contribui para a desigualdade social, bem como na educação, saúde, saneamento e segurança, conforme Carvalho (2001).

De acordo com Villa (2011), a nova constituição, garante amplas liberdades, manifestação, opinião e organização, opondo-se ao autoritarismo que prevaleceu por muitos anos. O artigo 220 da Constituição declara que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição” e o segundo parágrafo deste mesmo artigo ainda veda qualquer forma de censura, seja política, ideológica ou artística.

Nessa vertente, compreendemos que a apropriação dos espaços de periferia, se configura como exercício da cidadania, um direito social ao lazer, na defesa da manifestação do pensamento, da criação e expressão, inoponível a censura ou repressão.

## 2. APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS PERIFÉRICOS

A necessidade de celebrar e por outro lado gravar as experiências humanas remonta a arte rupestre, das gravações em desenhos e figuras, ainda que incompreensíveis, mantendo em regiões determinadas, como no nordeste do Brasil, alguns acervos que revelam uma concentração da arte e cultura rupestre expressando em pedras



o cotidiano brasileiro, retratados antes mesmo da vinda dos portugueses ao Brasil, denotando a existência de práticas culturais mobilizadas pelo cotidiano, pré-existentes a colonização.

Nesse sentido a inscrição das experiências humanas do cotidiano assumiu formas e códigos diferenciados ao longo dos séculos: escritos, orais, iconográficos e epigramas, esses últimos utilizados entre os antigos gregos, concebido como qualquer inscrição, em prosa ou verso, colocada em monumentos dedicada à lembrança de um evento memorável, uma vida (PAES, 1995).

A observação dessas inscrições nos muros da favela geralmente surge como marcas que expressam resistência aos modos costumeiros e aceitos dos códigos escritos, gerando um código literário que expressa o cotidiano “marginal”: “saudades eternas” de alguém que ali viveu e pereceu ainda jovens, marcas designadas “pichações emocionais” as quais são inscritas pelos jovens “sobreviventes” o que nos conduz a comparação do uso da epigrama no período clássico, utilizados em marcos e monumentos fúnebres, como os epitáfios, produções locais que capturam resquícios da existência revelando a fragmentação e perenidade da vida adolescente na favela.

As celebrações promovidas nos espaços, podem ser ainda consideradas como forma de marcar a existência, relacionada a rota alternativa da alienação do trabalho, promovendo encontro com amigos, relações sociais que são estabelecidas nesses locais de celebração, oportunidade de sair com a família.

Dumazedier (1976, p. 47) aduz que as organizações recreativas são meios de ações educativas, forma original de sociabilidade, desenvolvida pelo lazer, tendo como causa de sua proliferação a expansão da industrialização e urbanização, processo que incide nas formas de manifestações e construções culturais, estando assim abrangidos expressões e ritmos musicais antes marginalizados, os quais ganham escopo a partir da valorização da cultura, como ocorreu com ritmos musicais como o samba, o charme, o funk, o primeiro e o último considerados atualmente patrimônio da humanidade.

### **2.1. As epigramas: da favela em Rocha Miranda as ruas de Madureira**

Para compreendermos o espaço estudado, da Favela da Barreira em Rocha Miranda, zona norte do Estado do Rio de Janeiro, é necessário mapearmos materialmente a referida favela, que é dividida entre duas áreas (norte e sul) essa divisão embora seja espacial, gera suaves discriminações dentro da própria favela. Entre àqueles que moram na área norte com os outros que moram na área sul.

Podemos observar que as residências mais carentes estão na área sul, no centro encontra-se o NEPP (Núcleo Ecológico Pedras Preciosas), espaço que funciona como mediador do próprio espaço: uma associação que se dedica a educação ambiental, com seu horto público confere outros matizes ao lugar, ali, a cor é verde, lembrando um pouco a esperança, traduzida na singularização institucional de educação ambiental que a favela tem.

É desta forma que, a busca por expressões externadas em espaços de produções do conhecimentos fora do ambiente formal da escola, nos leva a observar a favela e suas ruas, com seu potencial educador. Ao longo de nossas pesquisas temos percebido as contribuições de saberes e práticas articuladas, notadamente na favela Barreira de

Rocha Miranda (BRM), sendo este nosso *locus de estudo*, o que tem colimado para a compreensão das múltiplas formas de concepção do aperfeiçoamento humano, e da própria concepção existencial revelada pelos moradores, partindo do arcabouço de suas experiências cotidianas.

Nesse sentido, os muros da favela BRM revelam-se como pergaminhos de concreto que desvelam a transitoriedade da existência para alguns jovens, e a longevidade para outros, herdeiros do legado da escrita: para àqueles que ficam herdando o ofício, deixando expressa a existência daqueles que se foram antes invisíveis, deixando nas marcas dos muros traços de uma existência perene. As marcas das epigramas configuram os devires imagéticos, delineados na e pela favela.

Assim, as formas de ocupação do espaço estarão sempre delimitadas pelos interesses colocados nos embates sociais entre o Estado e as questões de ocupação territorial, na dicção de Davis (2015, p. 105) inferência constante, e sob esse aspecto, se o 12 Estado intervém constantemente sob promessas de progresso, e de justiça social aos desfavorecidos, realinhando as fronteiras espaciais da favela, de certa forma tais ações tem como contra partida a formatação de apropriações do espaço, numa perspectiva contra hegemônica.

Nessa organização, as produções do espaço da favela, encontram eco nos espaços urbanos de periferia, estreitando os laços nas epigramas entre a favela e o espaço urbano, consolidando uma forma de cultura crítica, que se produz nos espaços mais pobres, encontrando no espaço dos muros das cidades, a rota da visibilidade dos invisíveis.

A apropriação do espaço da favela e da periferia através de seus muros vem demonstrando construções comunicativas, a mensagem se apresenta como produto e integrante do próprio meio, ou seja, os confrontos, a vida e a morte presenciada pelo espaço são marcadas nele, os muros apresentam-se como possibilidades, pergaminhos forjados no concreto que fornecem estatísticas nas marcas do cotidiano nele gravado.

## **2.2 O Subúrbio, ritmos musicais e as ruas de Madureira**

Para Martins (2015), os suburbanos, especificamente, os de menores poderes aquisitivos independentes de morar no asfalto em moradias regulamentadas, são massa de representação que se contrapõe estruturalmente aos sistemas das favelas, encontrando convergência na utilização do espaço mediada pela música.

Se nas favelas ritmos como funk e pagode conduzem as celebrações nas ruas. O prazer de ouvir a música ou estilo musical de preferência, independe do lugar: privado, ou associações, clubes, bares e agremiações, festas em decorrências de datas comemorativas, feriado, aniversário, basta reunir grupos amantes do estilo, seja no quintal, terraço, na garagem ou em uma praça com o som do carro ligado, onde os festejos acontecem.

Essas características remontam desde Samba, jazz e black music. Nessa ambiência muitas residências suburbanas se tornaram em ponto de encontro, a casa foi e ainda é no subúrbio um espaço de fortes laços onde as pessoas se reúnem para ouvir diversos estilos musicais.

O charme no contexto carioca é um herdeiro direto do Black Soul Rio, que tinha como foco ações políticas que envolviam certos grupos sociais cuja forma de organização é de protesto contra o sistema que subjuga grupos em detrimento de outros, assim como o estilo estadunidense, que através da música soul denunciou as formas desiguais de inserção social.

E nesta lógica nasce o charme nos subúrbios, cariocas como forma de resistência, especificamente negra. A primeira geração de “charmeiros” entendem que ajudaram a construir esse movimento cultural como continuação do movimento Black Rio .

Foram jovens que viram nascer um movimento que poderia ser político na medida em que buscou, em determinado momento, retomar a questão da identidade negra, além da valorização da auto-estima, ou até mesmo para alguns um movimento de cultura e de lazer sem maiores pretensões senão a não ser a possibilidade de diversão e extravasamento do trabalho semanal. Mesmo nesse caso resgata-se a sua importância, pois organiza e torna-se espaço de elaboração de identidades, de estar junto a seus pares e ser reconhecido no grupo. Configura-se também, em espaço educativo e de conscientização geracional. (Martins, 2015, p. 35).

Os jovens observados e ouvidos durante o presente estudo, compreendem que a rua ainda hoje faça parte de ponto de encontro, encadeando identidades urbanas.

Há outras possibilidades marcadas principalmente por uma juventude que apresenta aspirações culturais- e até mesmo sociais- potencializadas pelo Hip Hop como movimento juvenil cujos elementos constitutivos esses jovens carregam, o que pode produzir um grande processo de hibridização.

Desse modo, os espaços de Charme se confirmam como lugares de encontros intergeracionais que, para além da dicotomia consenso/conflito podem produzir relações educacionais e valorativas bastante expressivas para as distintas gerações compostas de jovens em diferentes tempos (Martins, 2015, p.35).

Os espaços de bailes nas ruas, como o Charme de Madureira, são menos isso do que a possibilidade de não fazer frente a opressão, mas de transformá-los em lugares de encontro despretenso, para ouvir música dançar e restabelecer ou reafirmar laços de sociabilidades.

Declara Durán (2010) que o viaduto do Charme em Madureira, foi formado em 1990, e nesse espaço, ou seja em baixo do Viaduto na Rua Carvalho de Souza, tem início o Baile Charme do Viaduto de Madureira, esse baile especificamente nasceu do samba.

Foi seguindo o exemplo de três amigos que formaram um bloco carnavalesco embaixo do viaduto, que um grupo de camelôs começou também a promover seus bailes, chamados na época de Projeto Charme na Rua. Já no início, contaram com um apoio de peso: o renomado DJ Malboro emprestou os equipamentos. Hoje o baile já conta com a presença da terceira geração de charmeiros do viaduto, netos dos primeiros frequentadores do “Dutão” de Madureira, o viaduto Negrão de Lima.

A galera do charme é festeira, pacífica e todo mundo que chega aqui é bem recebido.” Foi também para levar o charme do Viaduto para além da Zona Norte que, recentemente, o baile foi parar no encerramento do festival Back2Black, ocupando a desativada gare da Estação Leopoldina com muito R&B e Hip Hop, sempre repletos de passos marcados ( Durán 2010, p.10).

A área embaixo do viaduto no bairro de Madureira recebeu o nome de Espaço Cultural Rio Charme (2000), oficializando o evento como uma das festas de música Black mais importantes da cidade. Já em 2005, os charmeiros começaram homenagear as personalidades que contribuem para a divulgação do baile, com o Prêmio Halley. O nome faz referência a um dos charmeiros mais antigos, o Sr. Halley, que chega antes de todo mundo e só sai quando está acabando o baile. Entre os premiados estão o Afroreggae e o próprio DJ Corello, precursor do movimento charme.

O ESPAÇO CULTURAL RIO CHARME, em 08 de agosto de 2000, após a promulgação da Lei nº 3087/00 feito pela Diretoria do Bloco Carnavalesco Pagodão de Madureira (fundado desde 11 de Maio de 1990), se transformou em uma Associação Civil, inscrita no CNPJ sob n.º04.501.006/0001-01, com sede social localizada a Rua Carvalho de Souza s/nº embaixo do Viaduto Negrão de Lima – Madureira (DURÁN, 2010 p.15).

Atualmente, o Viaduto de Madureira é (re)conhecido como um centro de concentração popular, responsável pela difusão da cultura negra no Estado do Rio de Janeiro. O Governo do Estado do Rio de Janeiro, decidiu reconhecê-lo, junto à organização remanescente do espaço, como um instrumento essencial à cultura do bairro, assim como as escolas de samba e o jongo: deste modo, o “Projeto Charme na Rua”(1995) é rebatizado de “Projeto Rio Charme”, e tem suas dependências reformadas visando o controle e a segurança do público.

Seguindo na trajetória semelhante, a partir da valorização cultural, a feira das Yabás (Madureira) a qual celebra cultura gastronômica de matriz africana em plena rua. Esses eventos “de rua” vêm atraindo pessoas de vários segmentos e classes sociais, configurando 15 movimento pendular em que pessoas de diversos lugares se concentram na periferia da zona norte do Rio de Janeiro, aderindo às múltiplas redes culturais periféricas, as quais partem da valorização do cotidiano, consolidando a matriz intercultural entre a periferia e as zonas urbanas mais abastadas. A cidade migra para o lazer na favela e para vielas dos bairros da periferia, como ocorre nos bairros de Madureira e Rocha Miranda, conformando nas celebrações elementos que permeiam a polifonia urbana, onde a cidade contemplada em sua interconectividade se integraliza na diversidade cultural, propondo múltiplos signos na compreensão do urbano.

### 2.3. Expressão e celebração: Imagéticas polifônicas urbanas



**Figura 1.** Epigrama na entrada da Favela (BRM). Fonte: Acervo próprio 29.04.2015



**Figura 2.** Epigrama Estrada do Portela (Madureira). Fonte: Acervo próprio 20.10.2016



**Figura 3.** Baile no Viaduto de Madureira. Fonte: TISOM<sup>3</sup> - Timoneiros 12.03.2012



**Figura 4.** Samba (Madureira). Fonte: Timoneiros da Viola 03.02.2013



**Figura 5.** Feira das Yabás (Madureira). Fonte: feiradasyabas.blogspot.com/

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nessa perspectiva, como fundamentação teórica aportamos às noções de cidadania e apropriação dos espaços urbanos no direito a cidade (Lefebvre, 2015), buscando observar o movimento pendular (Augé, 2012), onde a rua passa a ser o lugar antropológico de produção cultural, a periferia passa do não lugar ao lugar de (re) encontro, de significação, analisando, nessa dinâmica, na compreensão de como a rua se consolida como “lugar” que integra diversos signos (Bakhtin, 2013), representando um espaço de produção pluricultural desvelando contornos a identidade cultural urbana (Certeau, 2014).

## 3. RESULTADOS PARCIAIS

A pesquisa abrangeu os bairros de Rocha Miranda e Madureira, situados na periferia, da zona norte do Estado do Rio de Janeiro, mantendo como duração de tempo de observação 16 (dezesseis) meses, nas principais ruas de ambos os bairros.

A identificação das apropriações da cidade, no período da pesquisa, demonstra-se em duas ordens: a primeira consiste nas escritas emocionais nos muros dos bairros de Madureira e Rocha Miranda, marcando a principal rua de ambos os bairros. A Estrada do Portela e Rua dos Diamantes ruas “passagem principal”, o que demonstra um movimento de comunicação e escrita marginal que irradia da favela para o bairro, externando homenagens aos moradores da favela que sucumbiram nos confrontos violentos, revelando um registro oculto, visibilizando nos muros do bairro, a realidade invisível da favela.

É possível ainda, encontrarmos nessas ruas mensagens emocionais, as quais, em analogia, equiparam às inscrições gravadas em pedras e placas da antiguidade. A rua se torna o “lugar” de inscrição primário, reverberado nas epigramas da favela, as quais migram para regiões mais visíveis do bairro. Nesse sentido, os escritos manifestam-se como resistência as mazelas sociais do próprio espaço.

3 <http://blogtison.blogspot.com.br/2012/03/um-viaduto-cheio-de-charme.html>

A *segunda ordem* de apropriações da rua observada consiste na presença de grupos em eventos diversos, seja ligado ao samba e ao “charm” como nos arredores das Escolas de Samba de Madureira (Portela, Império Serrano e Tradição), como religiosos, e livres.

Os grupos observados demonstraram identidade com as ruas do bairro, independente de sua origem. Algumas manifestações religiosas marcam os bairros, como as festas de São Jorge, São João, Santa Bárbara, Santa Luzia, Cosme e Damião e Nossa Senhora (12 de outubro), em que populares tomam algumas ruas do bairro festejando em graças.

A demonstração de organizações populares comuns, voltada ao preparo dos festejos, por grupos que, recebem pessoas de diversos lugares da periferia do Rio se reúnem na rua de Madureira e Rocha Miranda nos fins de semana como alternativa de celebração, também nos chama a atenção.

Eventos realizados pela CUFA Central Única de Favelas (Madureira), o baile do viaduto de Madureira - que consegue reverter o “não lugar” em “lugar de celebração” -, o encontro Charm na estrada do Portela (Madureira), a feira das Yabás (Madureira), o encontro na Praça (Rocha Miranda) e a feira livre (Rocha Miranda), são demonstrações das apropriações da rua e dos signos multifacetados nela produzidos.

De certo, as observações elencadas, irão mediar estudos etnográficos mais aprofundados de ambos os bairros, perquirindo elementos que dinamizam o cotidiano local, a identidade e produção cultural nos “entre espaços”, estudo que se dará de forma mais acurada, residindo o resultado mediato do presente estudo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, consideramos que, a rua se desvela como matriz de produção pluricultural, agregando à identidade de lugar polifonicamente intercultural observada as tensões que promovem seus paradoxos.

A apropriação da rua se revela como o exercício do direito a cidade, arrimado ainda no direito a busca da felicidade. A celebração e a rua emergem como elementos de construção ontológica.

No entanto, esclarecemos que as pesquisas ainda seguem, estando atreladas as propostas de doutoramento de cada uma das proponentes, com recorte não abordados no presente trabalho. A finalidade do trabalho, não é exaurir a temática, mas de apresentar à leitura parcial de dados coletados inerentes a área de convergência observada por cada pesquisadora, o que nos leva ao estudo em comento, propondo novas reflexões acerca da temática apresentada.

Reconhecer a diversidade comunitária consignada na promoção e valorização das práticas e saberes significa conceber a criação de novos instrumentos artísticos que utilizam a música, a dança, o desenho e a escrita, notadamente os epigramas observados, como veículos que buscam traduzir as relações dos indivíduos com o espaço social, afetivo e urbano. Nesse contexto, a valorização do campo simbólico da subjetividade que emerge nas narrativas, de um cotidiano que se descortina pelas histórias de vida, mapeados na bioescrita e na bioapropriação urbana, contribuiu para a proposta de uma cultura voltada a rupturas de classe, aproximando pessoas e espaços, nas produções culturais baseadas no vivido, podendo ser representado no simbólico das expressões periféricas.

## REFERÊNCIAS

- AUGÉ, Marc. (2012). *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução Maria Lucia Pereira. 9ª edição. São Paulo: Papirus.
- BAKHTIN, Mikhail. (1997). *Estética da criação verbal*. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- BRAIT, Beth. (2013). *Bakhtin dialogismo e polifonia*. São Paulo: Contexto.
- CARVALHO, José Murilo de. (2001). *Cidadania no Brasil um longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CERTEAU, Michel de. (2012). *A Cultura no plural*. Tradução Enid Abreu Dobránszky. 7ª edição. São Paulo: Papirus.
- DAVIS, M. (2006). *Planeta Favela*. Tradução: Beatriz Medina. 2ª reimpressão. São Paulo: Boitempo.
- DUMAZIER, Joffre. (1976) *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A.
- DURÁN, Gustavo. (2010). *Viaduto do Charme*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura.
- GEERTZ, Clifford. (2015). *A interpretação das Culturas*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora LTC.
- LEFEBVRE, Henri. (2015). *O Direito à Cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro.
- LEMOS, Fábria de Castro (2012). *Saúde como direito fundamental à vida: uma análise do direito à saúde e sua concepção atual na sociedade brasileira*. Dissertação (Mestrado profissional em educação profissional em saúde) – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro.
- LIMA, Jacqueline de Cássia Pinheiro (2010) *As transformações urbanas e suas implicações na promoção urbana*. In. ROCHA, José Geraldo; NOVIKOFF, Cristina (orgs). *Desafio da práxis educacional à promoção humana na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Espalhafato.
- LENZA, Pedro (2012). *Direito Constitucional esquematizado*. São Paulo: Saraiva.
- MARTINS, Carlos Henrique (2015). *Memória de Jovens: diálogos intergeracionais na cultura do charme*. Rio de Janeiro: Ar Editora.
- PAES, J.P. (1995). *Poemas da Antologia Grega ou Palatina*, São Paulo: Cia. Das Letras.
- VILLA, Marco Antônio (2011). *História das Constituições Brasileiras: 200 anos contra o arbítrio*. Rio de Janeiro: Leya Editor.



## FEMINISMO NEGRO EM CUIABÁ, BRASIL: PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO E DEMANDAS DA VINCULAÇÃO SOCIAL

**PINTO, Neusa Baptista**

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em  
Estudos de Cultura Contemporânea  
Universidade Federal de Mato Grosso  
E-mail: neusabaptista@hotmail.com*

**GUSHIKEN, Yuji**

*Professor do Programa de Pós-Graduação em  
Estudos de Cultura Contemporânea  
Universidade Federal de Mato Grosso  
E-mail: yug@uol.com.br*

### RESUMO

O feminismo negro emerge a partir da diferenciação das mulheres negras simultaneamente no interior do movimento feminista e do movimento negro. O fenômeno atualiza-se na compreensão de que o racismo é um dos eixos articuladores das relações de gênero, situação que determina as particularidades da experiência histórica da mulher negra. Este segmento social tem como marca a criação de espaços simbólicos e “modos de fazer” próprios. Na perspectiva de identidade como multiplicidade (GLISSANT, 2013) e da comunicação como cultura (LIMA, 2001), eventos culturais e atos políticos atualizam-se como estratégias para pautar a questão da mulher negra na agenda cultural e política na cidade de Cuiabá, capital de Mato Grosso. Eventos e as práticas midiáticas a eles relacionadas são abordados como práticas de vinculação social e de produção de subjetividades femininas negras, caracterizadas pela multiplicidade, e, ao mesmo tempo, pela busca da singularidade.

**Palavras-chave:** Comunicação, feminismo negro, vinculação social, Cuiabá

### ABSTRACT

Black feminism emerges from the differentiation of black women within both the feminist and black movements, simultaneously. The phenomenon is updated in the understanding that racism is one of the articulating axes of gender relations, which is a situation that determines the particularities of the historical experience of black women. This social segment is marked by the creation of symbolic spaces and its own “ways of doing”. In the perspective of identity as multiplicity (GLISSANT, 2013) and communication as culture (LIMA, 2001), cultural events and political acts are updated as strategies to guide the issue of black women in the cultural and political agenda in the city of Cuiabá, the capital of Mato Grosso. Events and related media practices are approached as practices of social bonding and production of feminine black subjectivities, characterized by multiplicity, and at the same time, by the quest for singularity.

**Keywords:** Communication, black feminism, social bonding, Cuiabá

## INTRODUÇÃO

### 1. APRESENTAÇÃO

Este texto apresenta reflexões sobre as primeiras aproximações com os sujeitos de pesquisa da dissertação “Feminismo negro em Cuiabá: práticas de comunicação e aspectos da vinculação social”, cujo objetivo é descrever e analisar os modos de atuação de um grupo de ativistas negras da cidade de Cuiabá (MT) a partir dos conceitos *comunicação como vinculação* (Sodré) e *identidade como rizoma* (Glissant; Deleuze e Guattari).

A aproximação ocorreu por meio da participação em três eventos realizados por e para mulheres negras na cidade: 3º Encontro de Crespas(os) e Cacheadas(os) de Cuiabá e Região, “Turbantaço na UFMT” e “Roda de conversas A mulher negra e suas diversidades”, que têm como pano de fundo a discussão sobre padrões estéticos e estereótipos raciais. Por meio de abordagem interdisciplinar, pensada originalmente a partir das questões próprias da comunicação e da cultura, salientamos a dimensão comunicacional das atividades observadas, tendo como base a noção de evento como prática de vinculação social, abordando o grupo de mulheres enquanto *comunidade* e refletindo sobre o que vincula as mulheres. O modelo descritivo baseado no conceito de rizoma (DELEUZE e GUATTARI, 1995) subsidiará a reflexão sobre o grupo e sobre a produção de subjetividades.

Para o presente estudo, foi adotada abordagem qualitativa e, como metodologia, a pesquisa participante, “(...) baseada na interação ativa entre pesquisador e grupo pesquisado e, principalmente, na conjugação da investigação com os processos mais amplos de ação social” (PERUZZO, 2003, p. 9). Nesta perspectiva, o presente trabalho incluirá a experiência de participação da pesquisadora como integrante do Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso (IMUNE), entrevistas com ativistas do IMUNE e parceiras do grupo, observação e participação em atividades como reuniões e eventos.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 2.1. Abordagens da comunicação e da identidade

A abordagem proposta por SODRÉ (2001, p. 2) a respeito da ciência da comunicação parte do pressuposto de que “(...) o objeto da comunicação é a vinculação social. É como se dá o vínculo, a atração social, como [...] as pessoas se mantêm unidas (...)”. Com isso, contrapõe-se à noção de comunicação como transmissão de mensagens entre emissor e receptor, que passou a ser hegemônica no pensamento social a partir do século XX, em um cenário de expansão das técnicas de transmissão de informação e da publicidade, solidificando-se com o desenvolvimento dos dispositivos de mídia. Neste contexto, “(...) o foco na interação, que é uma instância inerente à partilha comunicacional, terminou sobrelevando o significado de transmissão de mensagens” (SODRÉ, 2014, p. 10), alteração subordinada aos interesses do capitalismo mundial.

A noção de comunicação como vinculação compreende a comunicação como constituinte da própria existência e extensiva a toda ação humana, relacionando-se ao comum, àquilo que é partilhado pela comunidade, concepções que estão nas origens dos termos *communicatio* e *communitas*.

...é impossível não viver em comunidade (assim como é impossível não se

comunicar), ainda que disso não se saiba ou não se queira saber, na ilusória suposição de que a vinculação comunitária foi relegada ao passado pelas formas societárias emergentes na Modernidade, a exemplo da forma republicana que, pretendendo-se uma e indivisa, tenta homogeneizar a diversidade das atividades vitais (SODRÉ, 2014, p. 213).

Festas, reuniões, almoços, protestos, marchas, mutirões e redes sociais constituem-se espaços de promoção de vinculação social por reforçarem um tipo de pertencimento que se dá a partir da integração na comunidade de mulheres negras ativistas. Comunidade aqui entendida como “(...) algo em que sempre estamos na medida em que sempre nos comunicamos” (Ibid., p 209). Sua condição de negras, suas experiências como ativistas e sua relação com a cidade são o “comum” partilhado.

Com base nos primeiros levantamentos, as características dos grupos observados (informalidade, quase ausência de hierarquia e de estrutura fixa), optamos por tomar o modelo descritivo baseado no conceito de rizoma (DELEUZE e GUATTARI, 1995) como subsídio para a descrição de seus modos de atuação. Este conceito origina-se do campo da Botânica, que denomina como *rizoma* a estrutura de algumas plantas cujos brotos podem se ramificar em pontos ou direções múltiplas, sem obedecer a padrões. O rizoma é naturalmente heterogêneo, a-centrado e não hierárquico. Portanto, o modo de pensamento baseado na noção de rizoma põe em cheque pressupostos como a lógica binária/dicotômica, o universalismo, o essencialismo e as noções de unidade, estrutura e hierarquia que moldaram a produção de conhecimento no Ocidente e compreende a realidade a partir de princípios como a ausência de estrutura, o fluxo, a multiplicidade e a mutabilidade. Ao considerar o grupo de mulheres como rizoma, a presente pesquisa busca observá-lo a partir destes pressupostos.

Considerando as mulheres como *sujeitos produtores de subjetividades*, apoiamo-nos no conceito de identidade como rizoma (GLISSANT, 2013), que aborda o *princípio de identidade* a partir das noções de conexão e heterogeneidade, multiplicidade, ruptura em relação a significados e modelos estruturais, fluxo, descontinuidade. O autor utiliza o termo “crioulização” para se referir ao intenso choque entre as diferentes culturas característico do mundo contemporâneo e suas consequências imprevisíveis, inclusive sobre a noção de identidade:

...o mundo se criouliza. Isto é: hoje as culturas do mundo colocadas em contato umas com as outras de maneira fulminante e absolutamente consciente transformam-se, permutando entre si, através de choques irremissíveis, de guerras impiedosas, mas também de avanços de consciência e de esperança que nos permitem dizer – sem ser utópico e mesmo sendo-o – que as humanidades de hoje estão abandonando dificilmente algo em que se obstinavam há muito tempo – a crença de que a identidade de um ser só é válida e reconhecível se for exclusiva, diferente da identidade de todos os outros seres possíveis (GLISSANT, 2013, p. 17, grifo do autor).

Esta identidade caracterizada pela fluidez se manifesta no contexto das sociedades em que o fenômeno da crioulização se encontra ainda em estado de ebulição, nas quais “(...) a noção de identidade se realiza em torno das tramas da relação que compreende o outro como inferência” (GLISSANT, 2013, p. 65) ou “(...) como rizoma, [...] não mais como raiz única, mas como raiz indo ao encontro de outras raízes” (Ibid., p.25). Abordar as identidades ou subjetividades das mulheres negras como rizomas significa, pois, abandonar o essencialismo, pensando-as enquanto multiplicidade, devir, fluxo,

hibridação e mutação. É descrever o ser como *sendo*, constituindo sua multiplicidade e sua singularidade.

## 2.2. A produção da subjetividade negra e a ideologia racialista

Unido à noção de identidade como rizoma (Glissant), tomamos o conceito de “produção da subjetividade”, de Guattari (SOARES; MIRANDA, 2009), segundo o qual as subjetividades são reinventadas/produzidas dinamicamente na relação entre sujeitos, grupos sociais, corporações bancárias, midiáticas etc.. A subjetividade é entendida como “(...) fluxo contínuo de sensações, modos de existir, amar e comunicar, de imagens, sons, afetos, valores e formas de consumo literalmente fabricadas no entrecruzamento de instâncias sociais, técnicas, institucionais e individuais” (SOARES e MIRANDA, 2009, p. 9) e o sujeito como “(...) tão somente duração, persistência no tempo de um conjunto de afirmações e crenças decorrentes dos hábitos que qualificam o indivíduo e lhe conferem não ‘a identidade’, mas ‘uma identidade’, por definição, provisória (...)” (SOARES e MIRANDA, 2009, p. 7).

Buscamos, pois, situar a produção de subjetividades no contexto das relações raciais brasileiras, que carregam as marcas do regime colonialista, baseado no tráfico de africanos, como observa Glissant (2013), ao pontuar que a condição de desigualdade com que foram postos em contato os elementos culturais africanos e europeus neste contexto impossibilitou a efetivação da criouliização enquanto intercâmbio igualitário entre culturas, uma vez que os elementos culturais negros foram inferiorizados.

Faz-se necessário também relembrar o histórico da formação das relações raciais no Brasil, cimentado sobre a ideia da inferioridade do negro consolidada pelo processo de escravização e fomentada pela a ideologia racialista, trazida da Europa, que influenciou decisivamente o pensamento social brasileiro na época do nascimento da República (SCHWARCZ, 1995).

Esta ideologia concebia a evolução humana a partir da ideia da divisão da humanidade em diferentes raças, com níveis de desenvolvimento intelectual e moral, estando a raça branca em situação superior às demais. Encontrou terreno fértil no Brasil, recebido com status de verdade científica e adaptado às especificidades das relações raciais brasileiras, a fim de justificar as desigualdades e as práticas racistas (ORTIZ, 2003; SCHWARCZ, 1993). De lá para cá, esta ideologia segue sendo ressignificada, embora a ideia de raça como categoria biológica tenha sido há muito abandonada, ou seja, (...) se o argumento racial foi expulso dos fóruns mais legítimos de debate, das esferas mais oficiais de decisão, está presente nesta pseudo-filosofia do cotidiano” (SCHWARCZ, 1995, p. 189). Em 2009, havia 50 milhões de mulheres brasileiras autodeclaradas negras, que representavam um quarto da população do país (191,7 milhões), conforme “Dossiê Mulheres Negras: Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, produzido pelo Instituto de Planejamento e Economia Aplicada (Ipea), órgão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MARCONDES *et alii*, 2013).

Ainda segundo do Dossiê, as mulheres negras estão na base da pirâmide salarial, têm menor nível de acesso a serviços educacionais e de saúde e estão mais expostas à violência. No final da década de 1990, as mulheres negras recebiam um terço do salário pago a homens brancos, percentual que subiu para pouco mais de 40%, em 2003.

### 2.3. O movimento de mulheres negras no Brasil: resumo histórico

Diante da desigualdade econômica e das diferenças sociais, Carneiro (2001) aponta a existência de uma “experiência histórica diferenciada” vivenciada pelas mulheres negras, semente do processo de diferenciação que deu origem ao movimento feminista negro que, assim como o próprio movimento negro, ganhou impulso no Brasil a partir dos anos 1970 e 1980, período pós-ditadura militar, contexto de expansão dos movimentos sociais em geral. O feminismo negro reivindicava a inserção do recorte de raça nas discussões do movimento feminista e do recorte de gênero na pauta do movimento negro, indicando a necessidade de acolher a diversidade (SCHUMAHER, 2007).

No interior do movimento feminista, as ativistas criticavam a noção “branca e ocidental” de gênero a partir da qual as demandas eram formuladas e junto ao movimento negro, lutavam pela inclusão do recorte de gênero nas pautas de reivindicação.

Fazia-se necessário...

...demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca (CARNEIRO, 2001, p. 3).

A discussão era fomentada por lideranças como as professoras Lélia González, uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU), em São Paulo. Schumacher (2007) e Roland (2000) apontam o surgimento de 39 organizações de mulheres negras no Brasil entre os anos de 1978 e 2005: oito no Rio de Janeiro, onze em São Paulo, três no Rio Grande do Sul, duas na Bahia, em Goiás e no Espírito Santo; uma no Distrito Federal e uma em cada um dos seguintes estados: Maranhão, Minas Gerais, Piauí, Mato Grosso do Sul, Amapá, Paraíba, Ceará, Sergipe e Pará.

A expansão da representatividade das mulheres negras em espaços institucionais, alguns deles voltados às questões raciais, ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000, está entre os fatores apontados como causa e consequência do fortalecimento do movimento e da agenda de políticas públicas efetivas (SCHUMAHER, 2007; DAMASCO *et alii*, 2012; ROLAND, 2000). O início do século XXI é marcado por sua acentuada presença em instâncias decisórias das administrações, em órgãos como a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e entidades como a Confederação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, organizações de lideranças quilombolas e outros espaços, bem como pela criação de redes nacionais voltadas à temática, como a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB).

Entre as diversas ações citadas pelos autores no histórico do movimento de mulheres negras no Brasil, destacam-se o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, no Rio de Janeiro, em 1988 e a Campanha Nacional Contra a Esterilização de Mulheres Negras, realizada em âmbito nacional. Citando esta campanha contra esterilização de mulheres negras, Damasco *et alii* (2012, p. 133) situam a discussão sobre saúde reprodutiva como a “mola propulsora” da militância feminina negra no Brasil e estabelecem relação entre ativismo e produção da subjetividade ao afirmar que os embates das feministas negras em prol da saúde da mulher contribuíram para “a constituição de uma identidade

racial entre as ativistas”, atuando como “mola propulsora” para o feminismo negro no Brasil entre os anos de 1975 e 1996.

Analisando este histórico, Roland (2000, p. 251) aponta como desafios para a organização das mulheres negras, as diferenças ideológicas internas sobre o papel do movimento, a tendência a reduzir a questão a mero tema “específico” na pauta dos movimentos negro e feminista, a dificuldade de diálogo entre as diferentes tendências e entidades, a necessidade de afirmação de lideranças e as interferências externas ao movimento.

Na atualidade, o contexto de desmonte das estruturas e políticas públicas voltadas a esta parcela da população, sob o governo de Michel Temer, impõe novos desafios às organizações feministas negras. Por meio da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, o governo estabeleceu a nova organização da Presidência da República e dos Ministérios, extinguindo o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos e determinando a absorção da Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e do CNPIR (Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial) pelo recém-criado Ministério da Justiça e da Cidadania.

O ano de 2016 situa o feminismo negro num momento histórico de crise política no Brasil, demandando pensar as questões tradicionais e as emergentes, em especial em localidades como a cidade de Cuiabá, capital de Mato Grosso, historicamente marcada pela inexistência de políticas neste segmento, conforme informações do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial de Mato Grosso. Neste sentido é que o feminismo negro aponta para reivindicações que emergem e se manifestam no âmbito da sociedade civil.

### **3. RESULTADOS ALCANÇADOS**

#### **3.1. O Encontro de Cacheadas**

O primeiro contato da pesquisadora com grupos organizados em torno do feminismo negro foi com o coletivo chamado de Família Black. O contato ocorreu em maio de 2016, durante participação em uma sessão de fotos realizada por quatro integrantes do coletivo, no campus da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), ação que fazia parte de uma campanha que visava dar visibilidade e promover a afirmação do cabelo crespo, intitulada “I love my hair”. A interação com o coletivo realizou-se por meio de doação de um exemplar do livro “Cabelo Ruim?”, de autoria de Neusa Baptista, e sua participação na produção das fotografias, com posterior compartilhamento pelo Facebook.

De acordo com uma das líderes, a estudante Ihoranna Rafaely Alencastro Nascimento, de 18 anos, a iniciativa da formação do grupo e da realização das ações foi uma resposta à grande quantidade de depoimentos recebidos por ela de outras jovens, com relatos de rejeição ao cabelo crespo. No grupo de whatsapp sobre 3º Encontro de Crespas(os) e Cacheadas(os) de Cuiabá e Região encontra-se um grande volume de fotos nas quais participantes mostram o aspecto dos cabelos após experiências de hidratação caseira e o compartilhamento de dicas sobre produtos capilares.

O discurso produzido pelo coletivo passou a ser o de que cabelo naturalmente crespo e cacheado deve ser associado a saúde e a autenticidade. O uso de tratamentos químicos para alisamento passou a ser discursivamente criticado e combatido no âmbito do coletivo por significar negação dos traços étnico-raciais. A coordenação do grupo é feita

por Ihoanna, pelos estudantes Anieli Suane, de 19 anos, Josimar Lima, de 22, e pelo programador Kenny Roger. Em 2016, aconteceram encontros em abril e julho, estando o 4º encontro agendado para o mês de dezembro, com novos patrocinadores e atividades.

O 3º Encontro, ocorrido numa tarde de domingo, 10 de julho de 2016, contou com a presença de cerca de cem pessoas. A divulgação do evento começou em maio, por meio do Facebook, com o slogan “A festa é das cacheadas, mas as lisas também estão convidadas”. Realizado no campus da UFMT, em Cuiabá, a programação do evento teve desfile de cabelos, do qual participaram mulheres e homens do coletivo e do público presente; apresentação de números de música gospel e dança de rua com artistas locais voluntários, que compõem o círculo de amizade dos organizadores, sorteio de brindes, exposição do livro “Cabelo Ruim?”, venda de artesanato, camisetas temáticas, faixas, turbantes e lanches.



**Figura 1.** Participantes do 3º Encontro de Crespas(os) e Cacheadas(os). Fonte: Página do evento no Facebook

Entre as atividades programadas, destacou-se a palestra oferecida pela representante de uma marca de cosméticos, apresentando um produto destinado a cabelos em estágio de transição entre o liso e o crespo que, segundo ela, evita que seja necessário cortar os cabelos, o que é comum nestes casos. Com entrada gratuita, o evento arrecadou brinquedos e alimentos, solicitados como pré-requisito para a participação no sorteio dos brindes e caracterizou-se como evento voltado à exposição festiva e afirmativa do cabelo crespo.

A prática social de se afirmar corporalmente a existência dos cabelos crespos e cacheados visa estabelecer relação entre aparência física e a questão racial. O grupo promove eventos em que na pauta há discussão sobre a reafirmação de uma identidade étnica ao classificar o embelezamento do cabelo negro não mais pelas práticas de alisamento, muito comum nas últimas décadas, mas pela definição dos cachos como mecanismo de afirmação e empoderamento através da produção visual do corpo.

### 3.2. O “Turbantaço”

O “Turbantaço na UFMT” foi realizado no dia 28 de setembro de 2016 por estudantes negros, como protesto contra um episódio relatado por uma estudante que se sentiu constrangida por docente por estar utilizando turbante em sala de aula durante uma apresentação de trabalho científico, sob o argumento, de modo resumido, de que a vestimenta chamaria muito a atenção, destoando das finalidades mais prementes do ambiente acadêmico.

A UFMT constitui-se de um corpo docente, discente e técnico oriundo de diversas regiões do país, de distintas matrizes culturais e diferentes visões de mundo, o que internamente faz evidenciar nuances de conflitos étnico-raciais muitas vezes negados através de um mecanismo por vezes sutil e dissimulado de uma tensão aparentemente menor e não criminalizada.

Trata-se de um bairrismo velado em certos regionalismos que diferenciam geográfica e culturalmente o território brasileiro em regiões mais e menos desenvolvidas, o que induz a estratificações nas quais se produz a distinção “moderno x tradicional”, “civilizado x bárbaro”, “científico x mítico”, “o externo desenvolvido x o local atrasado”, “o imigrante trabalhador x o habitante local indolente”.

O ambiente científico carrega o discurso modernizador, no qual os costumes tradicionais também se tornam secundários em nome de um imaginário que passa necessariamente pelo uso de equipamentos e vestuários considerados apropriados em ambientes como hospitais e laboratórios. É nesse ambiente, que busca instituir também uma identidade visual profissional, cujo símbolo maior talvez seja o jaleco, que outras formas de visualidade tornam-se inconvenientes perante a discursividade também visual do mundo científico, em especial na área da saúde.

O ambiente universitário, no caso, apresenta-se como lugar em que o estudante busca emancipação através da formação científica, mas devendo aderir ao discurso modernizador da ciência que não admite dubiedade visual e funcional no espaço do trabalho. Jaleco, no caso, significa funcionalidade e vestimenta apropriada. Turbante, no ambiente das ciências da saúde, é considerado disfuncional e problematizador, em uma situação inesperada.

Visões de mundo evidenciam distintas leituras que fazem emergir conflitos, provavelmente por alheamento do mundo científico na área de saúde ao que não lhe compete diretamente e, simultaneamente, por imersão discente no campo profissional cursado que se apresenta como mundo ainda fazendo sentido. Numa instituição universitária, o mundo científico apresenta-se em busca de legitimação social em interação com discentes igualmente em busca de afirmação identitária.

Após o episódio do turbante, que de mal-entendido intercultural ganhou repercussão para além da sala de aula, outros alunos organizaram o que chamaram de “Turbantaço”, divulgado via Facebook por estudantes ligados ao Coletivo Negro Universitário, ao grupo LGBT Manicongo e à Frente Feminista da UFMT. Os grupos organizados convocavam simpatizantes a permanecer de turbante durante aquele dia e estar presentes no protesto, realizado no Restaurante Universitário. No primeiro horário, cerca de 30 homens e mulheres marcharam até o restaurante utilizando turbantes coloridos, entoando os versos “Povo negro unido é povo negro forte, que não teme



a luta, que não teme a morte” e “Pisa ligeiro, pisa ligeiro, mexeu com povo negro, assanou o quilombo inteiro”, e repetindo palavras de ordem como “Professores racistas não passarão”.

No RU, onde circulam centenas de estudantes diariamente, o protesto integrou-se a uma roda organizada pelo grupo de capoeira Quilombo Angola, formado por alunos e ex-alunos, que permaneceu no local por cerca de três horas. No evento, um dos principais atos foi a prática de arrumação dos turbantes, realizado de modo colaborativo, com participantes emprestando tecidos e a demonstração da técnica de amarração dos tecidos por duas estudantes. A participação da pesquisadora incluiu, além da presença no ato, o compartilhamento das fotos e vídeos postados no Facebook pelos participantes.



**Figura 3.** Roda de capoeira durante Turbantaço. Fonte: Acervo pessoal/Página do Facebook de um dos participantes

Outro ponto importante foram as manifestações posteriores ao protesto registradas no Facebook, que demonstram a pertinência de se considerar os eventos como práticas de vinculação social, diante da importância simbólica atribuída ao ato pelos participantes, como pode ser observado no depoimento abaixo:

“(...) o dia de hoje me deixou bem sensível, e, em vários momentos do dia, me vi pensativo e com os olhos de lágrimas [...]. Hoje eu senti uma conexão enorme com vocês. Uma força que há tempos tinha perdido. Uma esperança que há tempos estava procurando, frente a um país repleto de retrocessos, usurpação de direitos e desmerecimento de nossas vivências e nossas histórias” (Itallon Lourenço da Silva).

Por ter sido realizada em meio a atividades de estudo e refeição no *campus* universitário, integrando-se às ações diárias dos estudantes negros e estudantes de modo geral, a ação contribuiu para a reflexão sobre a relação entre ativismo e cotidiano, tendo o ambiente científico da UFMT como questão a ser pensada na medida em se que coloca em relação dois discursos que buscam emergir e se consolidar: o discurso científico e

o discurso étnico, e em que momento eles precisam se encontrar e entrar em diálogo, promover estranhamentos e, a partir dos conflitos iniciais, os encontros propriamente interculturais.

Diante disso, considera-se o Turbantaço ato de caráter simbólico voltado à positivação de um item historicamente hostilizado da indumentária de origem africana, em especial pelos setores que se alinham aos costumes modernizadores, compondo a afirmação da singularidade dos estudantes negros no *campus* da UFMT.

### 3.3. A Roda de Conversas

A Roda de conversas “A mulher negra e suas diversidades” foi realizada pelo Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso (Imune) em 1º de maio de 2016, um domingo, no espaço cultural Casa Azul, em Chapada dos Guimarães, e teve como tema principal a criação de estereótipos em torno da mulher negra. A discussão, naquela data, foi baseada no artigo “Uma mulher negra feliz é um ato revolucionário”, da feminista negra Juliana Borges, formada em Letras e secretária municipal de mulheres do PT São Paulo<sup>1</sup>, e no poema “Da minha consciência ancestral”, de Aline Djokic, publicado no site Blogueiras Negras, espaço virtual colaborativo coordenado por mulheres negras<sup>2</sup>. Na ocasião, foi empossada a diretoria eleita do grupo, tendo como nova presidente a estudante e recepcionista de eventos Joyce Corrêa Belém Miguel.

Atualmente, o núcleo principal do grupo é formado pela pedagoga e geógrafa Antonieta Luisa da Costa, pela produtora cultural e modelo Jackeline Maria da Silva, pela professora Maristela Mendes e pela enfermeira Nara Nascimento. Entre as participantes fixas estão a professora e artesã Maria de Lurde Arruda (Malu), a professora e bióloga Cleconice Fernandes, recém-admitida no grupo, e as professoras guineenses Lídia Dju e Silvina Gomes. Na rede de relações do grupo estão as cantoras Kessidy Kess e Beatriz (Bia) Boréu, a poetisa Bia Corrêa e a fotógrafa Maria Reis.

O Imune-MT foi criado no bairro Araés<sup>3</sup>, em Cuiabá, como um grupo de estudos ligado ao coletivo cultural Filhos e Filhas de Oxum, coordenado por Antonieta. A proximidade física e a atuação em movimentos sociais contribuíram para a formação do grupo. Algumas participantes moravam e trabalhavam em áreas próximas e havia ainda integrantes de outros coletivos<sup>4</sup>.

A ata de constituição do grupo, datada de 2006, conta com 18 assinantes, das quais seis professoras, duas secretárias e duas enfermeiras, além de podóloga, cozinheira, contadora, investigadora policial, esteticista, engenheira florestal, produtora cultural e técnica em desenvolvimento infantil<sup>5</sup>. Durante o primeiro ano, a CUT foi o local das reuniões. Entre 2008 e 2010, elas passaram a acontecer na sede do grupo, no centro histórico da cidade, local que precisou ser abandonado por falta de estrutura. Desde então, as reuniões voltaram a ocorrer na casa de Antonieta.

1 Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/uma-mulher-negra-feliz-e-um-ato-revolucionario-9107.html>.

2 Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2013/11/21/cinco-poemas-conscientes/>.

3 Delamônica (1997) aponta os bairros Araés e Baú como eixos originários da ocupação negra em Cuiabá, no século XVIII.

4 Encontram-se ativos em Cuiabá, o Grupo de União e Consciência Negra, o Movimento de Inteligência Negra, a União dos Negros pela Igualdade, o grupo de dança afro Ayoluwa, o Coletivo Negro Universitário e o grupo de lésbicas negro e negro que integra o Coletivo LGBT Manicongo. Há ainda o Fórum Estadual de Mulheres Negras e, em processo de formação, o grupo Família Black.

5 De acordo com ata de eleição e posse, datada de 17 de novembro de 2006.

Entre as principais ações, destacamos o projeto “Aziza Artesanato Afro-confeção de bonecos e bonecas negras”, que ofereceu, nos anos de 2002 e 2010, em Cuiabá e Cáceres, oficinas gratuitas de bonecas negras e acessórios “afro”. Destacamos as bonecas representantes dos orixás, confeccionadas junto com integrantes da casa de Candomblé “Axé Oxum”, de Cáceres. Outra ação, a Feijoada do Imune, foi realizada entre os anos de 2002 e 2005 na creche municipal Espaço Livre, no bairro Araés, em referência ao dia da Consciência Negra. O espaço, que era de lazer, também servia para a apresentação das pautas do grupo:

[...] entre os intervalos, a gente comunicava, colocava cartazes, alguma informação que remetesse à cultura afro, porque realmente era um momento para a descontração. Era um encontro de amigos pra confraternizar e celebrar mesmo a cultura [...] (Entrevista de Jackeline Silva, 31.03.16).

Como exemplo de intervenção, citamos também as “Oficinas de Controle Social e Saúde da População Negra”; o ciclo de palestras “Obirim Dudu - Mulheres em Diálogo”; e o I Encontro Estadual de Mulheres Negras/Marcha Estadual de Mulheres Negras. Em 2016, o grupo realizou rodas de conversas com as temáticas “A mulher negra e suas diversidades” (objeto do presente artigo) e “Afroativismo e empoderamento feminino pela estética”, no dia 21 de novembro, em referência ao Dia da Consciência Negra.

As observações feitas até o momento indicam um modo de atuação predominantemente informal, com ausência de hierarquia rígida. Embora haja uma diretoria constituída, esta demonstra ser mais uma exigência legal do que prática. Os eventos são viabilizados por meio da rede de contatos do grupo. A roda de conversas “A mulher negra e suas diversidades” caracterizou-se pela informalidade em seu planejamento e condução, tendo como primeiro passo uma reunião realizada em abril.

A organização ocorreu de forma colaborativa. A divulgação aconteceu por meio das redes sociais, com o uso de um convite virtual confeccionado por um amigo de Joyce, que também viabilizou o local do evento e a organização do almoço; o material de papelaria foi angariado por Antonieta graças a parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso; o transporte até a cidade de Chapada dos Guimarães, a 64 km de Cuiabá, foi feito no carro de Maristela e seu marido, e do namorado de Jackeline, que levou também sua mãe, Marcelina<sup>6</sup>.

Na Casa Azul, o preparo do almoço ficou a cargo dos irmãos de Ivan Belém, Rubens e Rosenildes, esta última mãe de Joyce. O evento reuniu 25 pessoas, entre homens e mulheres. A discussão foi pautada pelo tema do artigo (as ideias pré-concebidas sobre a mulher negra e seu espaço para subverter estas imagens), e do poema (a relação da mulher com o cabelo). Mas abrangeu temas como o papel do coletivo para a formação de sentido de “ser negra”, a inserção da discussão de gênero no movimento negro, o histórico de lutas do grupo, a necessidade de uma sede e um balanço da atuação de Antonieta Luisa da Costa como presidente do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial.

Destaca-se a participação de representantes da Apae de Chapada dos Guimarães, da Unegro, da União da Juventude Socialista (UJS), da União Estadual dos Estudantes

6 Marcelina Brízida, mãe de Jackeline Silva, é considerada, para o presente estudo, como integrante da rede de mulheres ligadas ao grupo, pois participa de eventos e reuniões, tendo sido indiretamente responsável pelo encontro entre Jackeline e Antonieta.

e do Grupo LGBT Livremente, entre eles a transgênero Luisa Nayara Soares Lamar (nome social), de 18 anos. Durante a discussão, o sentido de ser negra parece ter sido tomado como reconhecimento de uma singularidade que tem como marca a exclusão.

...ser mulher negra é [...] todo dia um ato revolucionário, sair na rua com nosso cabelo, assumir o nosso crespo, nossa identidade, mesmo que as pessoas acham que a gente tenha que ser forte [...] a gente tenta aguentar, mas, na verdade, é uma grande luta todo dia (participante da roda de conversa/01.05.16)

Depois da reunião, foi realizado um ensaio fotográfico com as mulheres do IMUNE, incluindo a transgênero Luisa, pelo fotógrafo Henrique Santim, de Cuiabá para uma exposição em homenagem ao dia internacional da mulher negra latino-americana e caribenha, 25 de julho.



**Figura 4.** Participantes da roda de conversas. Foto: Neusa Baptista Pinto, 2016

Nota-se que o grupo se caracteriza pela diversidade em sua composição, reunindo, por exemplo, pessoas de diferentes perfis profissionais e religiosos; em suas estratégias de ação, que incluem marchas, almoços, palestras, moções de repúdio, moções orientações a vítimas de racismo etc., e locais de circulação de suas atividades: os bairros, a UFMT, as cidades do interior. Estas características nos indicam seu perfil rizomático. Outra característica é a abertura do grupo a pautas distintas das suas, como a LGBT, o que possibilita novos espaços de vinculação.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O feminismo negro é caracterizado pela criação de espaços e modos de atuação específicos, que têm relação com as condições concretas e simbólicas de vida das ativistas. Os eventos políticos e culturais promovidos por elas carregam a marca destas condições e, portanto, compõem a peculiaridade do feminismo negro cuiabano, reforçando o encontro e o compartilhamento de suas pautas.

Temos como hipóteses que o feminismo negro se dá em duas frentes, distintas, mas suplementares. Há condições em que se considera necessário o enfrentamento ao preconceito racial realizado nas ações do coletivo, o que se atualiza nas atividades cotidianas e nos espaços de circulação. Em outras condições, o feminismo negro se atualiza de modo não necessariamente pelo enfrentamento, mas pela simples afirmação das características e qualidades ligadas direta ou indiretamente à mulher negra.

As limitações de tempo e de recursos das mulheres para a dedicação ao coletivo tornam tênues as fronteiras entre o espaço privado de cada indivíduo e a militância no âmbito coletivo. Considera-se também que o ativismo perpassa o cotidiano ao se pensar que ele tem relação direta com a produção das subjetividades ou identidades entre estas mulheres, e que esta tem relação com o corpo.

As demandas por vinculação social surgem das dificuldades e dos desafios pelos quais passam as mulheres negras, das contingências relacionadas à sua realidade concreta, tais como a falta de acesso aos serviços básicos, como saúde e educação, maior índice de violência, entre outras variáveis que condicionam a subjetividade da mulher negra.

Como práticas de vinculação social, os eventos, distintos na forma e variados nos modos de realização, constituem-se em espaços simbólicos para o fortalecimento de uma identidade como condição de organização da mulher negra em Cuiabá. Neste sentido é que as dinâmicas comunicacionais devem ser consideradas como elementos estruturantes da vinculação social e o mote principal que designa a condição de mulheres que lutam e afirmam a vida.

## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. (2001) Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE RACISMO, XENOFÓBIA E GÊNERO*, Durban, África do Sul, 27 e 28 de agosto de 2001. Disponível em: <[https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/375003/mod\\_resource/content/0/Carneiro\\_Feminismo%20negro.pdf](https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf)>. Acesso em: 20.03.2016

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. (2012) Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). *In: Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 1. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, janeiro de 2012, p. 133-151.

DELAMÔNICA, Adiléa Benedita. Dimensão pedagógica da Espacialidade Negra: o bairro Araés/Baú (Cuiabá/MT). Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Educação, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. (1995). Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

GLISSANT, Édouard. Introdução a uma poética da diversidade. Tradução: Enilce do Carmo Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana; QUEIRÓZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina, VALVERDE, Danielle. Dossiê Mulheres Negras: Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

LIMA, Venício A. de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

ORTIZ, Renato. *Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX*. In: *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. (2003). *Da observação participante à pesquisa-ação em comunicação: pressupostos epistemológicos e metodológicos*. In: III COLÓQUIO BRASIL-ITÁLIA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Belo Horizonte, 2 a 6 de setembro de 2003. *Anais*. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação-INTERCOM. Belo

Horizonte, 2 a 6 de setembro de 2003. Disponível em: [http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003\\_COLOQUIO\\_peruzzo.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_COLOQUIO_peruzzo.pdf). Acesso em: 18.06.16.

ROLAND, Edna. (2000) *O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas*. In: GUIMARÃES Antônio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn (orgs.), *Tirando a máscara: ensaios sobre racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p 237-256.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. (1993) *Uma história de “diferenças e desigualdades”: as doutrinas raciais no século XIX*. In: *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 43-66.

\_\_\_\_\_. (1995) *Nomeando as diferenças: a construção da ideia de raça no Brasil*. In: BÔAS, Gláucia Villas; GONÇALVES, Marco Antonio (orgs.). *O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 177-191.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRASIL, Érico. *Mulheres negras em movimento: um breve panorama das últimas três décadas*. In: *Mulheres Negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007, p. 327-363.

SOARES, Leonardo; MIRANDA, Luciana Lobo. (2009) *Produzir subjetividades: o que significa?* In: *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v.9, n. 2, julho de 2009. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/pdf/v9n2a10.pdf>. Acesso em: 20.09.2016.

SODRÉ, Muniz. (2014). *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

RABELO, Desirée. *Entrevista com Muniz Sodré. Objeto da comunicação é a vinculação social*. In: *PCLA - Revista Científica Digital*, v. 3, n. 1, out/nov./dez. de 2001. Disponível : <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista9/revista9.htm>, acesso em: 12.03.16.

## HEAVY METAL NA CIDADE DE CUIABÁ: A BUSCA DE LUGARES NO CENTRO GEODÉSICO DA AMÉRICA DO SUL<sup>1</sup>

**GOMES, Iuri Barbosa**

Professor do Curso de Jornalismo da  
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat/Alto Araguaia)  
Doutorando e Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea  
pela Universidade Federal de Mato Grosso (ECCO-UFMT/Cuiabá)  
E-mail: *i\_b\_gomes@hotmail.com*

**GUSHIKEN, Yuji**

Professor do Departamento de Comunicação Social e  
do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Estudos de Cultura  
Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso  
(ECCO-UFMT/Cuiabá). Orientador do trabalho  
E-mail: *yug@uol.com.br*

### RESUMO

A questão central deste artigo é a emergência e a trajetória do gênero musical *heavy metal* na cidade de Cuiabá, capital do estado Mato Grosso, na região Centro-Oeste do Brasil. Utiliza-se como subsídio teórico a interface entre comunicação e cultura, e a partir disto debruça-se sobre a relação entre música e cidade. O artigo evidencia a itinerância do *heavy metal* em busca de lugares para produção, circulação e fruição da “música pesada”, sendo os bares o *lugar de encontro* e oxigenação do fluxo de bens simbólicos e materiais associados ao *underground metaleiro*. Trata-se de um empreendimento marcado pela condição de tática, do improvisado e da precariedade, mas que também evidencia processos de resistência de uma visão de mundo caracterizada por manter-se à margem do *mainstream* cultural.

**Palavras-Chave:** Cuiabá. *Heavy metal*. Bares.

### ABSTRACT

The central issue of this article is the emergence and trajectory of the *heavy metal* musical genre in the city of Cuiabá, capital of Mato Grosso state, in the Center-West region of Brazil. It is used as theoretical subsidy the interface between communication and culture, and from this it is about the relation between music and city. The article highlights the roaming of *heavy metal* in search of places for production, circulation and enjoyment of “heavy music”, with bars being the meeting place and oxygenation of the flow of symbolic and materials goods associated with *underground metal*. It is a venture marked by the condition of tactics, improvisation and precariousness, but which also shows processes of resistance from a worldview characterized by staying out of the cultural *mainstream*.

**Key-Words:** Cuiabá. *Heavy metal*. Bars.

1. Artigo desenvolvido no âmbito do Projeto de Pesquisa “Modernização tecnológica e midiática: Imagens da cidade e demandas do cosmopolitismo” (Propeq/UFMT) e do doutorado em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso (PPG ECCO-UFMT/Cuiabá).

## INTRODUÇÃO

Apresenta-se aqui dados parciais de pesquisa sobre a emergência e a trajetória do *heavy metal* na cidade de Cuiabá, capital de Mato Grosso, Brasil. O mote da discussão transita em torno da atualização realizada pelas bandas de *heavy metal* do que se entende como *underground* em Cuiabá, cidade que partiu de uma condição de garimpo no século XVII e que hoje apresenta-se ao mundo com uma economia de comércio calcada em *commodities* e serviços no Oeste brasileiro. Tal atualização é feita em condições de improviso e precariedade, tendo os bares como *lugar de encontro* e oxigenação do fluxo de bens simbólicos e materiais associados ao *underground metaleiro cuiabano*. Assim, evidencia-se um movimento cultural que é fruto de reverberações oriundas de transformações socioculturais ocorridas no século XX, e que exhibe contornos locais que o singularizam ao mesmo tempo que o aproximam de um contexto cultural globalizado.

Utiliza-se como subsídio teórico o modelo proposto por Venício Arthur de Lima (2001), que permite uma abordagem interdisciplinar tendo como horizonte o campo da comunicação:

“[...] busca -se a compreensão [...] das representações e práticas culturais que expressam os valores e significados construídos na relação entre a mídia e as demais instituições da sociedade urbana contemporânea. [...] Aqui o consumidor é visto como ativo e construtor das mediações culturais.” [LIMA, 2001, p.49-50]

Essa dualidade consumidor/construtor associa-se à definição de comunicação enquanto processo simbólico no qual a realidade é produzida, mantida, reparada e transformada. Interessa-nos tal definição pois ela dialoga com a efervescência cultural que pulsa numa cidade como Cuiabá, onde o *estar no mundo* foi e ainda é alterado por esta *cultura da modernidade-mundo* (MARTÍN-BARBERO, 2005).

Assim, para a elaboração de uma cartografia da cena metaleira cuiabana faz-se necessário, primeiramente, o entendimento do espaço urbano no qual ela transita. E entende-se aqui espaço urbano enquanto produto social em permanente processo de transformação – um *espaço social*. É a partir desta compreensão que podemos caracterizar as relações que constroem a cena metaleira em Cuiabá e visualizarmos empiricamente o que é definido academicamente como *cena musical* – e como esta articula um *modus operandi* para circular pela cidade.

Nesta leitura interdisciplinar, utiliza-se como disciplinas de apoio Ciências Sociais e Humanas (Urbanismo e Geografia Urbana). Fundamenta-se a discussão a partir dos conceitos de paisagem sonora (SCHAFER, 2001) e cena musical (STRAW, 2004), que somam-se à apreensão da circulação da música pesada em Cuiabá – localizando a itinerância de um movimento cultural por espaços físicos da cidade, em especial os bares.

A análise histórica crítica, necessariamente, se direciona para uma história do tempo presente, em sua atualidade, através de observação participante. Embora considere as relações de classe, dada a marginalidade econômica na qual inscreve suas narrativas, a cena metaleira cuiabana precisa ser vista em sua dimensão comunitária. É neste sentido que os bares são considerados elementos espaciais cuja função é dar vazão à dimensão comunicacional das práticas culturais urbanas contemporâneas em uma hinterlândia pantaneira como Cuiabá.



## 1. O ROCK E AS MUDANÇAS NO ESPAÇO URBANO CUIABANO

Para iniciarmos a trajetória do *heavy metal* em busca de lugares na cidade de Cuiabá, faz-se necessário entender primeiramente o aporte ideológico-tático que norteia os atores envolvidos nesse trajeto: a *atitude underground*. Trata-se de uma visão que prega o *estar* e *permanecer* alheio aos circuitos de valor de troca que caracterizam o desenvolvimento do capitalismo histórico. Assim, atribui-se de modo restrito e segmentado valor simbólico à produção musical que não necessariamente se reconhece pela chamada cultura do *mainstream* midiático e cultural, caracterizado pela produção, circulação e consumo enfaticamente comercial (MARTEL, 2012).

Ser *underground* hoje passa por uma relação dialética com o entorno (a cidade, em especial) e com o grande fluxo de informações veiculadas nas comunidades mundializadas, as chamadas *comunidades sem proximidade*<sup>2</sup>. Do isolamento vivenciado antes do acesso à conexão mundial via Internet, observa-se que a escolha de estar e de se deixar estar à margem em Cuiabá passou da pura e simples resistência dos anos 1980 – quando o *rock* começou a ganhar mais peso e flertar com o *heavy metal* – a uma série de táticas de sobrevivência – ainda mais por se tratar de um gênero musical cuja matriz não é local, muito menos nacional. Tais táticas se erigem a partir do que é definido como *underground*:

O *underground* [...] segue um conjunto de princípios de confecção de produtos que requer um repertório mais delimitado para o consumo. Os produtos “subterrâneos” possuem uma organização de produção e circulação particulares e se firmam, quase invariavelmente, a partir da negação do seu “outro” (o *mainstream*). Trata-se de um posicionamento valorativo oposicional no qual o positivo corresponde a uma partilha segmentada, que se contrapõe ao amplo consumo. [...] Sua circulação está associada a pequenos fanzines, divulgação alternativa, gravadores independentes etc. e o agenciamento plástico das canções segue princípios diferentes dos padrões do *mainstream*. Essa relativa proximidade entre condições de produção e reconhecimento implica um processo de circulação que privilegia o consumo segmentado. (CARDOSO FILHO; JANOTTI JÚNIOR, 2006: 18)

Este *leitmotiv ideológico* que conduz as ações do que se entende como *underground* na contemporaneidade nasce mundialmente nos anos 1950 nos Estados Unidos, tendo em seu bojo poetas marginais, quadrinhistas de fanzines e quem ouvia e fazia um som não comercial. Era um movimento, em grande parte, de resistência à apropriação da cultura musical negra (*jazz* e *blues*) pelo branco. Uma década depois, a cultura *underground* passa a valorizar a liberação sexual e legalização das drogas, e incorpora ideais contrários aos preceitos *yuppies*<sup>3</sup>. O Festival de Woodstock, realizado entre os dias 15 e 18 de agosto de 1969 nos Estados Unidos, é um marco desta resistência contra o avanço do *capitalismo tardio*:

[...] o capitalismo tardio em geral (e os anos 60 em particular) constitui um processo em que as últimas zonas remanescentes (internas e externas) de pré-capitalismo – os últimos vestígios de espaço tradicional ou não transformado

2 “Comunidade sem proximidade” é uma ideia elaborada pelo sociólogo Melvin Webber no ensaio “The Nonplace Urban Realm”, de 1964. Sua explicação é que “[...] comunidades significativas poderiam se formar na ausência da proximidade geográfica, por telefone, correio e outros meios.” (WEBBER apud WILLIAMS, 2008, p. 46)

3 Este termo faz referência a jovens que são simpáticos ao sistema capitalista cuja preocupação é ganhar dinheiro e status. São identificados como o oposto dos hippies, tanto ideologicamente quanto em relação ao modo de estar no mundo.

em mercadoria dentro e fora do mundo avançado – são agora finalmente penetradas e colonizadas por sua vez. [...] Os anos 60 terão sido então o momentoso período de transformação em que a reestruturação sistêmica se fez em escala global. (JAMESON, 1991, p. 124)

É neste contexto de transformações culturais em âmbito mundial que o *rock'n'roll* surge nos Estados Unidos. Este gênero musical nasce a partir da junção de diferentes estilos, como o *blues*, *gospel*, *country* e o *rhythm and blues*, tendo desde o início um caráter contestatório dos padrões dominantes e socialmente estabelecidos (CHACON, 1982). Há nisto o embrião da *atitude underground*. Porém, isso não impediu que em alguma medida essa contestação fosse absorvida pelo capitalismo mundializado e transformada em uma espécie de *mais-valia sonora* pela indústria cultural – vide a história de ícones do *rock'n'roll* e *heavy metal*, de Elvis Presley a Beatles, passando por Ramones, Rage Against The Machine, Slayer e outros<sup>4</sup>.

Observa-se que a absorção do caráter contestatório enquanto *mais-valia sonora* é reflexo dessa reestruturação sistêmica da qual fala Jameson (1991), sendo esta uma característica do oposto ao *underground*, o *mainstream* – cuja cartilha versa a partir do *star system*:

“[...] concentração do consumo em determinados produtos procedentes de artistas consagrados e de reconhecido talento [...]. Defrontado com um universo incerto, o consumidor prefere minimizar riscos consumindo os produtos que o *star system* lhe indica. A empresa procura ampliar seus mercados sem aumentar proporcionalmente os custos de produção: os avanços das técnicas de comunicação lhe permitem isso. Assim, o artista que se tornou um *star* pode atingir um público considerável.” (BENHAMOU, 2007, p. 43)

O *rock* no Brasil se insere num universo cultural efervescente entre as décadas de 1950-1960 no qual a Bossa Nova, Jovem Guarda e o Tropicalismo conviviam musicalmente, contrapondo questões como o uso de guitarras e reverberando de preceitos da Semana da Arte Moderna de 1922.

O *rock'n'roll* chega ao Brasil em 1955, ironicamente, na voz de uma artista brasileira: a cantora Nora Ney, conhecida intérprete de boleros e sambas-canções nos anos 40. Em arriscada jogada comercial, ela gravaria *Rock Around the Clock*, mas não aconteceu o sucesso esperado. A explicação é óbvia, mas necessária. O público de Nora Ney era o da chamada “velha guarda”, acostumado a ouvir suas músicas lentas, tristes, de “dor-de-cotovelo” e não acolheu bem a música de Bill Haley. A juventude, de sua parte, não tinha a mínima identidade com a cantora de boleros. O resultado já sabemos, foi desastroso. Assim, embora o ano de 1955 marque a entrada do *rock'n'roll* no Brasil, é só em 1956 que nossa juventude vai efetivamente vivenciá-lo. Naquele ano este ritmo chegaria até nós, através do filme *Ao Balanço das Horas*, cuja trilha sonora era nada menos que a música *Rock Around the Clock*, interpretada por Bill Haley e seus Cometas. (CALDAS, 2008, p. 73)

4 Elvis Presley é um ícone do início do *rock'n'roll*, na década de 1950 e, assim como Beatles – quinteto de Liverpool cuja trajetória foi de 1960 a 1970 –, expressavam em sua postura e, em alguma medida, em sua música o teor contestatório que remonta às origens do rock. Porém, eles “criaram” uma indústria que, neste trabalho, melhor se define como *star system*. Ramones foi uma banda nova-iorquina ícone do punk rock formada na década de 1970. Encerrou suas atividades em 1996. Rage Against The Machine é uma banda norte-americana formada em 1991 cuja característica é a mescla diferentes vertentes musicais com uma postura contra a máquina, contra o sistema – leia-se: capitalismo. Slayer é uma banda norte-americana de thrash metal formada em 1981 cujas letras versam contra, entre outros temas, o cristianismo. Tanto Ramones, Rage Against The Machine quanto Slayer são hoje bandas do *mainstream*, mas cuja origem é o *underground*, a *atitude underground*. Trata-se de um paradoxo ideológico-musical cuja discussão não será feita neste artigo, e sim na tese originada da referida pesquisa.

Apesar do isolamento geográfico de Cuiabá com relação a grandes centros do país, observa-se que a cidade absorve há tempos uma parcela das transformações culturais oriundas de diferentes partes do mundo. “O insultamento e completo alheamento pelo resto do mundo não conseguiria imprimir uma feição merencória ou desalentada a seu povo expansivo e álcere que sempre soube como desmonotizar a vida provinciana.” (RODRIGUES, 2000, p. 20). Assim, as transformações culturais descritas acima, notadamente na segunda metade do século XX, reverberaram em Cuiabá e ajudaram a compor um *capital urbano* marcado pelo cosmopolitismo.

É neste mesmo período de efervescência cultural mundial que o espaço urbano cuiabano começa a se modificar, fazendo com que mudanças no âmbito cultural também ocorressem: é o espaço urbano modificando o *espaço social*. De 1960 a 1990 a cidade passou por modificações profundas, desde um inchaço populacional devido ao incentivo governamental para a ocupação do Centro-Oeste e Norte do país até a criação de avenidas que ligam diferentes pontos da cidade, passando, por exemplo, pela canalização do córrego da Prainha, uma região historicamente importante para o município e que ilustra bem o quadro urbano em questão:

Até 1962 a Prainha era um pequeno riacho serpenteando o fundo de quintais, nesta data é aberta a avenida e canalizado o córrego. Em 1974 é aberta a Avenida Rubens de Mendonça, a Avenida do CPA, continuação da Prainha no sentido leste. Em 1978 o córrego é coberto. (SIQUEIRA, 2007, p. 35)

Observa-se que enquanto a cidade expandia seus horizontes físicos, o âmbito cultural, em especial o musical, também acompanhava tais transformações. Em 1961, por exemplo, foi fundado o Conservatório Mato-Grossense de Música, no qual eram oferecidas aulas de piano, teoria musical, acordeão, violão e harmonia. Já o Conservatório Musical de Mato Grosso foi fundado em 1969, encerrando as atividades em 17 de janeiro de 1989. É em meio a este cenário de transformações estruturais sob um fundo musical erudito que há tempos se ouvia na cidade (RODRIGUES, 2000) que o *rock* surge em Cuiabá, tendo como inspiração sonora a Jovem Guarda, cujo maior representante foi Roberto Carlos. A banda pioneira foi Jacildo e Seus Rapazes, que lançou um único disco em 1996, *Lenha – Brasa e Bronca*. A versão cuiabana do chamado *iê-iê-iê* também “[...] era ouvido como um artigo importado e supérfluo.” (DAPIEVE, 1995, p. 14)<sup>5</sup>. Moracyr Isac Anuniação<sup>6</sup>, primeiro baterista da banda, lembra que nessa época o *rock* não era bem visto socialmente, e que já havia uma peregrinação por locais para as apresentações. Um dos espaços mais importantes nesse período foi o clube noturno Sayonara<sup>7</sup>, que inclusive foi palco para a apresentação de Roberto Carlos na cidade.

O *rock* sessentista em Cuiabá não trazia nenhum tipo de politização da arte. A música feita por Jacildo e Seus Rapazes e depois por Janghs<sup>7</sup> não possuíam as *marcas distintivas* (BOURDIEU, 2006) que caracterizam hoje o *underground* e o *rock* em geral na capital mato-grossense – a única semelhança era a precariedade logística e um *saber-fazer* cujo

5 O panorama mudou com o Tropicalismo e, na década de 1970, com Raul Seixas e os grupos de tendência progressiva e progressista. Bandas deste período foram importantes para a consolidação de uma vertente musical mais pesada em Cuiabá.

6 Entrevista concedida no dia 28 de outubro de 2016, na casa de Moracyr Isac Anuniação, no bairro Jardim Mariana, em Cuiabá. Moracyr foi o primeiro a usar uma bateria completa em Cuiabá (com bumbo, caixa e pratos num mesmo instrumento). Após sair da Jacildo e Seus Rapazes, Moracyr montou o Janghs<sup>7</sup>, grupo formado por sete músicos que chegou a tocar na inauguração da primeira retransmissora televisiva da cidade, em 1969. A entrevista foi filmada para posterior confecção de um documentário sobre a emergência e trajetória do rock/heavy metal cuiabano.

7 O Sayonara foi um conhecido e importante espaço cultural em Cuiabá, tendo recebido nos anos 1970/1980 muitos artistas conhecidos nacionalmente, entre os quais Maysa, Jair Rodrigues, Beth Carvalho, Alcione e o já citado Roberto Carlos. Fechou as portas na década de 1980, e a construção foi demolida em 2004 para a construção de um residencial.

alicerce era a prática. Esse *modus operandi* se modificou à medida que a cidade mudava, e a sonoridade das bandas ganhou mais peso a partir da década de 1980. Ressalta-se que neste período a concepção sonora e visual do que é *heavy metal* começara a ganhar corpo com o lançamento do primeiro e homônimo disco do Black Sabbath, em 1970. Soma-se a isso o movimento *punk* na Inglaterra, cujo mote *do it yourself* (faça você mesmo) ainda hoje ajuda a definir as estratégias de ação do chamado *underground* roqueiro cuiabano – incluindo aí as formas de circular pela cidade.

## 2. MÚSICA PESADA: ALTERIDADE NA PAISAGEM SONORA EM CUIABÁ

A década de 1980 em Cuiabá é importante para a construção de uma identidade sonora *underground*. Porém, faz-se necessário identificar que a cidade já apresentava uma caleidoscópica paisagem sonora, sendo esta entendida como “[...] qualquer campo de estudo acústico. Podemos referir-nos a uma composição musical, a um programa de rádio ou mesmo a um ambiente acústico como paisagens sonoras.” (SCHAFER, 2001, p. 23). Assim, entende-se o ambiente acústico urbano de Cuiabá como uma paisagem sonora composta por diferentes *cenais musicais*. Segundo Straw (2004, p. 412), cena musical é “[...] um espaço cultural em que várias práticas musicais coexistem interagindo entre si com uma variedade de processos de diferenciação.”

São diferentes cenas que coexistem em Cuiabá há tempos: música de concerto (clássica e contemporânea), músicas populares (samba, sertanejo, *funk*, *hip hop*, eletrônica) e gêneros locais (cururu, rasqueado e lambadão). É neste bojo que o *rock* e seus muitos gêneros se inserem no espaço urbano, usando de táticas de improviso e precariedade para se manterem enquanto expressão cultural. Tais táticas remetem a uma linguagem roqueira que nasce com as bandas Barato Estranho, Apocalipse 2000 e Kabbalah, formadas entre o final da década de 1970 e primeira metade dos anos 1980. Em entrevista<sup>8</sup>, Glaucos Luiz Flôres Monteiro<sup>9</sup>, que integrou as três bandas, informa que os grupos de jovens em idade colegial se reuniam para ouvir e fazer música para evidenciar uma postura política contrária à estrutura sociocultural vigente numa cidade como Cuiabá.

Além dos jovens em idade colegial, outro grupo de músicos e entusiastas da música pesada se encontravam numa feira de artesanato na Praça Alencastro – centro de Cuiabá. O interesse em comum por gêneros musicais mais pesados (notadamente o *thrash metal* e o *hardcore*, subgêneros do *heavy metal*) fez com que muitos jovens se encontrassem para trocar informações sobre discos ou apenas ouvir música, fazendo do centro da cidade um ponto de convergência/divergência sonora. A partir de afinidades musicais e pessoais os jovens montavam bandas (Força Vital, Atenas, Petardo, G.T.W. e outras) e organizavam shows, mesmo sem a estrutura hoje disponível – tanto técnica como comunicacional. O *modus operandi*, observa-se, trazia os traços que definem a *atitude underground* mesclados com o lema *do it yourself* do movimento *punk* inglês. Um exemplo disso foi o Sexta-feira na Praça, realizado uma vez por mês entre 1994 e 1996 por Claudemir Jr., que sequer tocava em banda: cada um contribuía com um instrumento, uma caixa de som e ajudava na logística do evento.

8 Entrevista concedida no dia 13 de maio de 2015, nas dependências da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá. O material foi filmado, assim como a entrevista de Moracyr, para ser usado no documentário sobre a emergência e trajetória do rock/*heavy metal* cuiabano.

9 Compositor multi-instrumentista e maestro brasileiro, produtor de diversas bandas marciais, de rock e rhythm & blues. Atuou em Mato Grosso e em outros estados do Brasil. Nascido em Aquidauana, Mato Grosso do Sul, hoje é funcionário público da Universidade do Estado de Mato Grosso (UFMT).

Em entrevistas realizadas com os integrantes das bandas que compõem o cenário roqueiro/metaleiro em Cuiabá, tanto as seminais quanto as que ainda estão em atividade, observa-se que a errância do *rock* e do *heavy metal* pela cidade inicia-se neste período, num enfrentamento com a cidade pela ocupação de espaços para a realização de shows. É assim que bandas e entusiastas da música pesada passam a *inventar* os *lugares* para a fruição do que se produzia simbólica e materialmente na cidade. Interessa-nos para a discussão aqui proposta a seguinte definição de *lugar*:

“No contexto de um mundo que é, certamente, cada vez mais interconectado, a noção de lugar (geralmente citado como “lugar local”) adquiriu uma ressonância totêmica. Seu valor simbólico é, incessantemente, mobilizado em argumentos políticos. Para alguns, é a esfera do cotidiano, de práticas reais e valorizadas, a fonte geográfica de significado, vital como ponto de apoio, quanto “o global” tece suas teias, cada vez mais poderosas e alienantes. [...] Lugar, através dessa leitura, é o local da negação, da tentativa de remoção da invasão/diferença.” [MASSEY, 2008, p. 24-25]

Assim, tem-se que a música pesada é uma alteridade na paisagem sonora de Cuiabá, utilizando-se de espaços alternativos para evidenciar suas produções. Propor uma cartografia do *rock* em Cuiabá passa necessariamente por enunciar os lugares por onde as bandas tocaram/tocam – e, em sua grande maioria, tais lugares foram/são bares. Estes, enquanto lugar-encontro onde os fluxos simbólicos e matérias se projetam, podem ser entendidos como *zonas de fronteira*:

Estas zonas de fronteira, como cidades cosmopolitas, podem ser descritas como “interculturais”, não apenas locais de encontro, mas também sobreposição ou intersecção entre culturas, nas quais o que começa como uma mistura acaba se transformando na criação de algo novo e diferente. (BURKE, 2006: 73)

É nestas *zonas de fronteira* que a atitude *underground* se atualiza e se apropria do necessário para se manter. É nos bares que se expressa plenamente, por exemplo, a *hexis*<sup>10</sup> *underground* metaleira, típica dos *headbangers*<sup>11</sup>. É nos bares que há o intercâmbio de informações e a troca de impressões entre as diferentes cenas *underground* brasileiras, uma vez que bandas de outros estados são convidadas para apresentarem na cidade. Para este artigo, traçou-se um pequeno histórico de *lugares* que foram seminais e importantes para a circulação da música pesada na paisagem sonora cuiabana.

## 2.1. CARTOGRAFIA DO ROCK: BARES UNDERGROUND

Para elaborar esta cartografia do *rock* cuiabano, utilizou-se de dados obtidos em entrevistas com os integrantes da cena roqueira/metaleira da cidade. Na lista constam bares que, se não foram palco para apresentações musicais, serviram como ponto de encontro para que os integrantes se reunissem para posteriores ações (organização de show e panfletagem, por exemplo). Neste sentido, pode-se citar o Quase 89, que funcionou longe do centro da cidade e é tido como uma espécie de lenda urbana na qual o espírito *underground* prevalecia: desde a decoração

10 O termo *hexis* refere-se, segundo Pierre Bourdieu, ao “Conjunto de propriedades associadas ao uso do corpo em que se exterioriza a posição de classe de uma pessoa.” (BOURDIEU, 2006, p. 85). Faz-se aqui uma apropriação do termo relacionando-o à questão da vestimenta do *headbanger* – termo este explicado mais a frente – bem como outras predisposições que o identificam (desde as leituras que faz, os discos que compra a outras idiossincrasias compartilhadas por seus pares).

11 *Headbanger* é o termo usado para identificar os fãs de *heavy metal* e seus subgêneros. O termo faz alusão ao hábito de “bater cabeça” (*headbanging*) na cadência das músicas. Além do cabelo comprido e das roupas pretas, há outros itens que identificam um *headbanger*, como coletes jeans, logo de bandas de metal em jaquetas, *spikes* (“espinhos” metálicos presos em acessórios e vestimentas) e outros. No Brasil os *headbangers* são mais conhecidos como metaleiros, termo que ganhou projeção na primeira edição do *Rock in Rio*, em 1985, e que teve a participação de Whitesnake, Iron Maiden, Scorpions, AC/DC, Ozzy Osbourne e outros.

feita com revistas pornô importadas ao autoatendimento forçado devido o casal proprietário do bar ficar dançando no estabelecimento. O nome é sugestivo: o bar fechou antes do ano 1988 terminar.

No âmbito musical, o bar Amsterdam Pub Rock foi um dos primeiros a abrir espaço para shows em caráter *caseiro* – no estilo *do it yourself*. O responsável pela administração era Drailler Souza<sup>12</sup>, guitarrista que integrou importantes bandas da cena roqueira de Cuiabá (Fantasma e G.T.W.). O lugar era uma casa, sem faixa de identificação. Havia um palco fixo no qual se apresentavam grupos de Cuiabá e Campo Grande. O lucro obtido nos shows servia para pagar o som, aluguel e cachê dos músicos. Segundo Drailler, o ambiente era sujo e “agressivo ao *extreme noise terror*”. Numa época em que *smartphones* e máquinas fotográficas não eram tão acessíveis, são poucos os registros em imagens deste bar – a maioria feita por quem frequentava o lugar.

O Cafuá também foi lugar que possuía espaço para shows *caseiros*. O bar abriu as portas sob o comando de Marcos Aurelio dos Santos (hoje tatuador e guitarrista da banda de *black metal* Necrosodommy) e Ricardo Dara (também tatuador) no início dos anos 2000. Funcionou primeiramente na rua Marechal Floriano Peixoto, no Centro de Cuiabá, e em frente a outro bar, Estrebaria (atual Gerônimo, local onde o público-alvo são ouvintes de “sertanejo universitário” e afins). Relatos contam que diariamente a polícia fazia ronda e revistava os visitantes do bar – situação esta que rendeu a música “Cafuá”, da banda Zagaia. O bar ainda se mudou para outro endereço, também no Centro da cidade, mas encerrou as atividades.

Outro lugar importante para o *rock/heavy metal underground* cuiabano foi o Zero Metal Bar, que foi aberto por Eliomar Gonçalves da Silveira, mais conhecido como Max Banger. Segundo ele, o intuito era suprir a falta que o Cafuá fazia aos *headbangers*. Antes de abrir o estabelecimento, Max manteve por um tempo o Zero Zine<sup>13</sup>, que deu origem ao nome do bar. O lugar na verdade era uma casa na qual a cozinha era propriamente o bar, a varanda era a entrada e as mesas de sinuca ficavam nos quartos. Além da cerveja, eventualmente era oferecida pipoca de micro-ondas. A iniciativa durou oito meses. Além de enfrentar concorrência com um bar vizinho que passou a vender cerveja R\$ 0,20 mais barata, assaltos e uso de drogas no recinto fizeram com que Max desistisse do Zero Metal Bar no início de 2004.

Outros bares abriram e fecharam ao longo da primeira década dos anos 2000. A lista inclui: Bar do Neurô, Espaço Atômico, Canelas Rock Pub, República, Butteko e Cavernas Bar, todos em diferentes pontos da cidade. Este último é o mais relevante enquanto *locus* de circulação de bens simbólicos e materiais ligados à atitude *underground* e ao *rock/heavymetal*.

O Cavernas Bar foi aberto em maio de 2004 por Valdivino Ferreira Vilas Boas, mais conhecido como Cachorrão. Em novembro do mesmo ano o bar se muda para a Rua Barão de Melgaço, no Centro da cidade – rua esta emblemática no que se refere ao cosmopolitismo que caracteriza o *capital urbano* de Cuiabá, anteriormente citado.

12 Drailler fundou em meados da década de 1990 a banda Zagaia, de crossover. A banda continua em atividade, mas numa espécie de estado de hibernação: faz esporádicas apresentações, e os demais integrantes são “flutuantes”, sendo Drailler o único músico fixo.

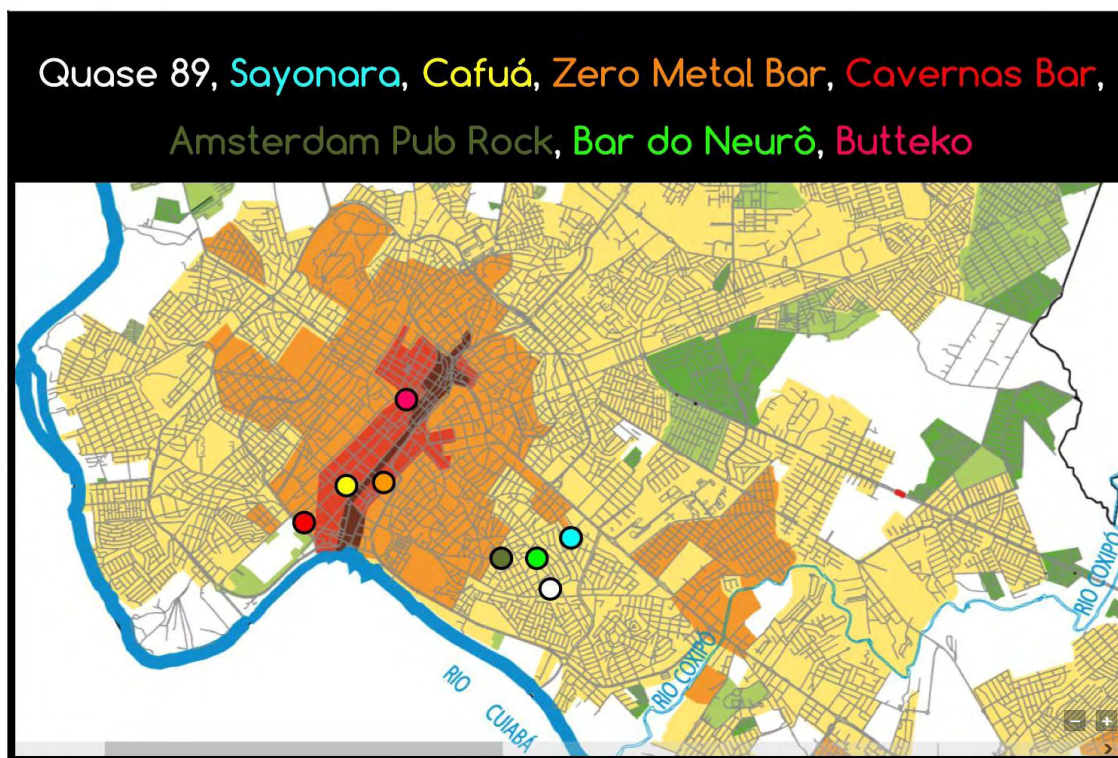
13 Os zines ou fanzines são publicações de caráter experimental, muitas vezes feitos com colagens e xerocados para uma maior distribuição – além do barateamento no custo de produção. É o tipo de comunicação comum entre cenas musicais *underground* – apesar de ter perdido espaço para as redes sociais e os e-mails na contemporaneidade. Mas ainda há quem se utilize desse instrumento comunicacional para se informar e difundir informação.

Segundo Cachorrão, o bar nasceu com o objetivo de ser um espaço aberto para a cultura *underground*, não somente ao universo *heavy metal* – apesar de hoje ele só organizar shows de bandas de metal; shows de outros estilos são feitos em parceria. Há mais de 10 anos em atividade, fato que o torna o mais longo estabelecimento nos moldes *underground*, o Cavernas ainda mantém um aspecto obscuro (tanto pelos cartazes de filmes no teto quanto pelas ilustrações nas paredes ou pela parca iluminação), mas já se abriu a um público que não necessariamente veste apenas camisa preta e usa cabelos compridos. Percebeu-se que é necessário mudar para se manter, e esta mudança está atrelada a normas municipais (alvarás, portas de emergência) e necessidades comerciais (máquina de cartão para pagamento e oferta de cervejas especiais e petiscos, por exemplo).

O Cavernas Bar, que se mantém seguindo a *atitude underground* e se utilizando de táticas que beiram o improviso, é hoje o principal espaço onde as bandas de *heavy metal* (e todos os seus subgêneros) se apresentam em Cuiabá. Trata-se de um lugar também de *produção e reconhecimento* próprios do que se entende *underground*, numa cidade cujo espaço físico e cultural está em constante transformação, sendo atravessada pelos fluxos comunicacionais engendrados pelas novas tecnologias – em especial a internet.

A título de ilustração, montou-se um gráfico sobre o mapa da cidade de Cuiabá com alguns dos lugares por onde o *rock/heavy metal* transitou e ainda transita, e que foram citados neste artigo. Há mais espaços a serem descritos, mas optou-se por esta listagem por entendermos que tais bares são significativos no que diz respeito a manutenção e atualização da cartilha de ação do *underground*.

**Figura 1.** Cartografia do rock cuiabano em bares da cidade. **Fonte:** <http://www.cuiaba.mt.gov.br/upload/arquivo/Evolucao%20Urbana.pdf>



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que o cenário hoje possa ser entendido como uma *comunidade sem proximidade*<sup>14</sup> por conta de toda a articulação que é feita via redes sociais<sup>15</sup> na Internet, há ainda a necessidade premente de ter um *locus* de encontro de deliberação artística e de consumo de bens simbólicos do cenário. O bar é este *lugar-encontro* que abriga o que está de passagem, o que não se mostra fixo: é o *locus* do devir. É neste que as cenas musicais independentes, que possuem uma circulação afastada do que é *mainstream*, legitimam-se e atualiza-se. É no bar que o *underground* resiste, adapta-se, muda para sobreviver paradoxalmente neste sistema capitalista.

No caso específico do *underground* cuiabano, os bares são espaço de memórias produzidas e memórias potenciais de toda uma cena roqueira – em especial a metaleira, que ganhou mais força após o Cavernas Bar abrir as portas. O bar (re)afirma-se como *lugar* no tecido da cidade onde uma expressão cultural guarda fragmentos de sua memória já produzida, mas também de um processo que se pretende estender no tempo:

A memória resgata o sujeito e sua subjetividade. A rememoração de sua história de vida o reafirma como sujeito da ação, recria e reconstrói suas diferentes identidades ou possibilidades de identificações. A identidade, por sua vez, promove um processo de reconhecimento das similitudes e afirmação de diferenças que situa o indivíduo como sujeito histórico nos grupos sociais com os quais se relaciona. (PERAZZO; CAPRINO, 2008: 119)

O percurso feito pelas bandas de *rock* desde os anos 1960 na cidade convergiram para, na contemporaneidade, o uso dos bares enquanto espaço de produção e fruição de bens simbólicos e materiais. São nestes lugares – *espaços sociais, zonas de fronteira* – e na própria ação cartográfica das bandas em busca de locais para apresentar e consumir música pesada que é possível apreender a polifonia afetiva dos envolvidos nesse movimento cultural urbano. Não se almeja obter conclusões dogmáticas sobre o tema, pois tem-se claro que a cultura não é estanque, e qualquer tentativa de afirmações definitivas pode soar demasiado pretensioso. Almeja-se, isso sim, lançar um olhar sobre a cena metaleira cuiabana – tendo como subsídio a própria história do *rock* na cidade – e abrir caminho para novas inquietações de como ela se representa enquanto movimento cultural *underground* em pleno século XXI.

14 Cf. nota 2.

15 Perfil do Cavernas Bar no Facebook: <https://www.facebook.com/cavernascuiaba/timeline>; e do Twitter: @caverna's\_bar



## REFERÊNCIAS

- BENHAMOU, Françoise. *A economia da cultura*. Tradução Geraldo Gerson de Souza. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (coord.). *De volta à cidade: Dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.
- BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.
- CALDAS, Waldenyr. *A cultura da juventude de 1950 a 1970*. São Paulo: Musa Editora, 2008.
- CANCLINI, Néstor García. Imaginários culturais da cidade: conhecimento / espetáculo / desconhecimento. In: COELHO, Teixeira (org.). *A cultura pela cidade*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008, p. 15-31.
- CANEVACCI, Massimo. *Sincretismos: explorações das hibridações culturais*. São Paulo: Nobel, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Culturas eXtremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *O espaço no fim de século: A nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.
- GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô e DODEBEL, Vera (orgs.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005, p. 11-26.
- JAMESON, Frederic. Periodizando os anos 60. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p. 81-126.
- LIMA, Venício Artur de. *Mídia: Teoria e política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- MARTEL, Frédéric. *Mainstream: A guerra global das mídias e das culturas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Dênis (org.). *Por uma outra comunicação*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 57-86.
- MASSEY, Doreen B. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- PERAZZO, Priscila Ferreira; CAPRINO, Mônica Pegurer. Possibilidades da comunicação e inovação em uma dimensão regional. In: CAPRINO, Mônica Pergurer (org.). *Comunicação e inovação: reflexões contemporâneas*. São Paulo: Paulus, 2008, p. 111-126.
- PINHO, Rachel Tegon. *Cidade e loucura*. Cuiabá: Central do Texto/EdUFMT, 2007.
- RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps. *Movimento musical em Cuiabá*. Cuiabá: Ed. da Autora, 2000.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SECCHI, Bernardo. *A cidade do Século Vinte*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

SCHAFER, R. Murray. *A afinação do mundo: uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora*. Tradução Marisa Trench Fonterrada. São Paulo: Editoria UNESP, 2001.

SIQUEIRA, Elizabeth (*et ali*) (orgs.). *Cuiabá: De vila a metrópole nascente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2007.

STRAW, Will. Cultural Scenes and the Unintended Consequences of Policy. In: *Loisir et société / Society and Leisure*. Volume 27, número 2, 2004, p. 411-422.

WILLIAMS, Richard J. Espaço público e cultura pública: teoria, prática e problemas. In: COELHO, Teixeira (org.). *A cultura pela cidade*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008, pg. 33-47

## **GT: 22** - Mediações, justiça restaurativa e diferentes formas de administração de conflitos

Coordenadores: Dentol R. S. Meirelles e  
Fernanda Duarte

## PESQUISAS EMPÍRICAS EM MEDIAÇÃO - MAPEANDO PRÁTICAS E TRAJETÓRIAS NO RIO DE JANEIRO

**ALMEIDA, Gabriel Guarino Sant'Anna Lima de**  
Mestrando do Programa em Sociologia e Direito  
da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF)  
Bolsista da CAPES  
*gabrielalmeida@id.uff.br*

**ELPIDIO, Thamyris**  
Graduanda em Direito –  
Universidade Federal Fluminense  
*thamyriselpidio@id.uff.br*

**FERNANDES, Susy Veloso**  
Graduanda em Direito –  
Universidade Federal Fluminense  
*suzyvelosofernandes@yahoo.com.br*

### **Resumo:**

Este trabalho tem como objetivo mapear as pesquisas de viés empírico, realizadas no Rio de Janeiro, que tratem de mediação de conflitos – em suas diferentes perspectivas teórico-metodológicas e tendo como objeto diferentes aspectos do que seja mediação. Especificamente, este mapeamento não busca apenas identificar pesquisas, mas sim: identificar os locais de produção destas pesquisas; que referenciais e métodos tem sido empregados pra conhecer as mediações; quais as trajetórias dos pesquisadores e sua relação com o campo jurídico. Deste modo, pretendemos criar um mapa útil para pensarmos e entendermos como opera a produção de conhecimento sobre administração de conflitos, no que se refere à mediação.

**Palavras-chave:** mediação, pesquisa empírica, mediação de conflitos.

### **Abstract:**

The purpose of these research is to provide an overview of the researches, in the field fo law, on mediation of conflicts - in their different theoretical and methodological perspectives. Specifically, this mapping does not seek to identify surveys, but rather: to identify the research production sites; What references and methods have been used to know as mediations; What are the trajectories of researchers and their relation to the legal field? In this way, we intend to create a useful map for thoughts and understandings as a production of knowledge about conflict management, as far as mediation is concerned.

**Keywords:** mediation, empirical research, conflict mediation.

## Introdução

Este trabalho tem como objetivo mapear as pesquisas de viés empírico, realizadas no Rio de Janeiro, que tratem de mediação de conflitos – em suas diferentes perspectivas teórico-metodológicas e tendo como objeto diferentes aspectos do que seja mediação. Especificamente, este mapeamento não busca apenas identificar pesquisas, mas sim: identificar os locais de produção destas pesquisas; que referenciais e métodos tem sido empregados pra conhecer as mediações; quais as trajetórias dos pesquisadores e sua relação com o campo jurídico. Deste modo, pretendemos criar um mapa útil para pensarmos e entendermos como opera a produção de conhecimento sobre administração de conflitos, no que se refere à mediação.

Por mediação, queremos dizer aqui todo um conjunto de práticas agregadas sob o termo – um nome geral que congrega diversas técnicas de negociação e modelos de tratamento de conflitos, onde um terceiro, que não está envolvido na questão, atua para facilitar a comunicação 16 entre aqueles que em conflitos estão. Este grande nome de mediação, no cenário em que buscamos pesquisar, se especifica para a discussão acerca de mediação hoje mantida dentro do campo jurídico.

Percebemos que, a partir das iniciativas do Poder Executivo e Judiciário, a mediação de conflitos tem sido tratada como sinônimo de mediação judicial, ensinada e reproduzida no interior dos Tribunais. Ainda com iniciativas alheias ao “espaço” do Tribunal, tais práticas de mediação estão hoje muito ligadas ao Direito – institucionalmente e no campo de produção de conhecimento.

A partir da vigência do atual CPC (Lei 13.105/2015) em 2016, a mediação de conflitos – ao menos no plano normativo – é parte obrigatória dos processos judiciais e seguirá as diretrizes do CNJ e do Ministério da Justiça, que definirão os requisitos mínimos de capacitação de mediadores (Art. 11 da Lei da Mediação, Lei 13.140/2015). Hoje, a partir de tais diretrizes, a mediação judicial que acontece no Judiciário Brasileiro segue (ou, em tese, seguiria) aquilo contido no “Manual de Mediação Judicial” (AZEVEDO, 2015). Embora saibamos qual modelo de negociação é adotado, tais análises baseadas em bibliografias e normas pouco nos diz sobre que (qual, quais) mediação é feita de fato no cenário que temos.

Por isso, identificar pesquisas empíricas acerca de mediação é vital para entendermos o que tem se feito na realidade dos Tribunais, e para que possamos refletir sobre este processo.

## Elegendo uma metodologia e uma estratégia de trabalho

A partir do levantamento realizado no início desta pesquisa, pudemos identificar que, no campo interdisciplinar dente o Direito e as Ciências Sociais, há pesquisas semelhantes que buscam explicitar e interpretar as características da mediação judicial hoje praticada.

A partir de uma abordagem interdisciplinar, a mediação tem sido foco de investigação por áreas de interseção entre o Direito e as Ciências Sociais. De um viés sócio-jurídico, há pesquisas que vêm sendo realizadas na rede composta de diversos pesquisadores do Brasil, cujos estudos foram publicados em dois volumes sob o título “Mediação: Panorama Atual” (MEIRELLES; MARQUES. 2014). Na articulação entre Direito e Antropologia, são de grande relevância os estudos de caráter empírico realizados sobre tratamento de conflitos (OLIVEIRA, M, 2011) (MELLO; BAPTISTA, 2011) (FILPO, 2016).

Nossa proposta, a partir das pistas acima, foi buscar pesquisas sobre mediação no Rio de Janeiro – estado que concentra muitas pesquisas no Direito, especialmente pelo grande número de programas de pós-graduação. A primeira questão, então, foi onde buscar tais pesquisas?

Uma proposta inicial seria buscar nos acervos das principais entidades de pesquisa da área do Direito e das Ciências Sociais, tais quais o Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI) a Associação Brasileira de Pesquisadores em Sociologia do Direito (ABRASD) e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades (ANINTER), por exemplo, que são de acesso gratuito, permitindo de forma livre a consulta de diversas investigações, concluídas e em andamento.

Ocorre que na discussão acerca de como realizar, percebemos que nosso interesse eram as pesquisas finalizadas que pudessem contribuir para uma construção de conhecimento empírico acerca de mediação de conflitos. Deste modo, seria mais interessante buscar pesquisas finalizadas que tivessem maior densidade de reflexão – e não apenas artigos científicos que, por vezes, sintetizam ou parcialmente divulgam resultados de pesquisas maiores. Teses e dissertações, assim, foram definidas como nossos objetos de busca.

Esta então ficou definida como etapa 1 de pesquisa: busca por teses e dissertações acerca de mediação de conflitos, no Rio de Janeiro. A preocupação central – pesquisas empíricas – ficou em segundo plano pois, afinal, para que se buscasse àquelas de viés empírico, seria primeiro necessário um mapeamento mais amplo.

Elegemos como local de busca a o *Banco de Teses e Dissertações da Capes*<sup>1</sup>. De acesso online, ele nos fornece uma folha com o resumo das produções, seus principais dados e o arquivo da produção, de todos os programas de Pós-graduação do Brasil. Este, no entanto, depende do tramite de preenchimento e depósito do próprio programa de pós-graduação, de modo que nem todos os arquivos completos estão disponíveis. Tal banco é alimentado pela Plataforma Sucupira, criada em 2014 pela CAPES, como um sistema unificado dos programas de pós-graduação do país.

### Imagem 1. Visualização de Busca do Banco de Teses e Dissertações CAPES



1 O banco de teses e dissertações pode ser acessado pelo endereço: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>

A busca na plataforma se dá por termos de busca iniciais, que podem ser aprimorados por filtros de pesquisa.

Elegemos como termos de busca iniciais: “mediação”; “mediação de conflitos”; “mediação judicial”; “mediações”.

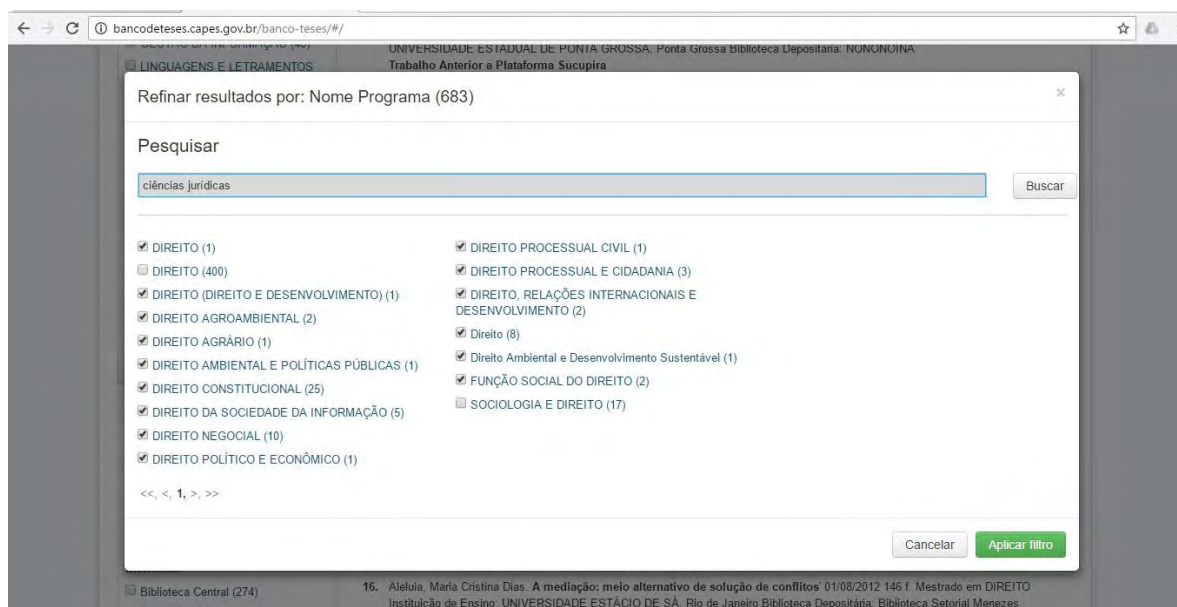
Inserido o marcador, refinamos ‘mediação’, foram encontrados 7536 registros (Imagem 1), dos quais 400 eram oriundos de programas de pós-graduação em Direito. O filtro escolhido assim, fora a área do Programa de Pós-Graduação. Cada registro significa uma tese/dissertação que contém, em seu título, resumo ou palavras-chave, o termo de busca.

Importante frisar que nos orientamos não apenas pelo termo de busca: encontrado o trabalho, a partir da leitura do título e resumo, verificamos se de fato tema/objeto era mediação – nos termos que definimos acima. Se não, a pesquisa seria descartada da amostra.

Nosso critério previamente escolhido para exportação de dados de trabalhos fora o ano: elegemos como ano inicial 2016-2015 (marco referente ao CPC). A partir daí, buscamos aqueles situados no Rio de Janeiro. Foi quando visualizamos que a Plataforma contém apenas trabalhos de 2013 a 2015, por conta do ano de sua inauguração. Assim, a partir da listagem, redefinimos que nossa busca seria, então, no ano de 2013-2015 e encontrando um número de 13 trabalhos.

Daqueles iniciais 400 trabalhos se referiam a programas de DIREITO. Extensões como DIREITO CONSTITUCIONAL ou CIENCIAS JURIDICAS são filtros próprios. Assim, executamos segunda busca, condensando estes outros programa de direito, conforme Imagem 2, abaixo. Encontramos, então, 103 trabalhos, de Programas de Pós-Graduação de todo o país, que, filtrados os do Rio de Janeiro, quando somados aos 13 já encontrados, deram 16 trabalhos.

## Imagem 2. Programa de Direito agregados à Direito



Em seguida, para evitar que se perdesse dados por erros de filtros de pesquisa, repetimos a inserção por ‘mediação’ aplicando o filtro não por Área do Programa de Pós-Graduação, mas por Universidade, selecionando as Universidades do Rio de Janeiro. Deste modo, obtemos 707 registros. Neste modelo de busca, encontramos diversos trabalhos fora da área do Direito, cujo o termo mediação tem sentido completamente distinto do objeto de nossa pesquisa. Ainda assim, encontramos 3 trabalhos que por motivo não identificado não apareceram na busca anterior. Assim, nosso número subiu para 19 trabalhos, dentre teses e dissertações.

Passamos então ao nosso segundo termo de busca “mediação de conflitos”, e foram encontrados 900.685 registros. Aplicados os filtros referentes aos programas de direito, obtivemos então 31.359 registros. Visto o número demasiadamente grande, para termo ‘mediação de conflitos’ buscamos a partir apenas das Universidades do Rio de Janeiro, de modo a centrar na localidade que elegemos. Assim, retiramos os filtros dos nomes dos programas e refizemos o termo apenas pelas universidades. 104 654 resultados.

Intrigados pelo número incrivelmente maior que o termo “mediação de conflitos” trazia em relação à “mediação” – o que ia de encontro ao raciocínio de que, quanto mais específico o termo de busca, menos resultados – passamos então a busca pelo terceiro termo “mediação judicial”.

O termo “Mediação judicial” nos rendeu 12.636 registros. Aplicados os filtros por universidade, encontramos 1165 entradas. A partir daí, filtramos a busca para nome do programa, tal qual acima.

Foi quando notamos que a engenharia de busca da Plataforma opera de modo a apenas somar a busca de termos múltiplos. Isto é a busca por “mediação judicial” é igual a busca por “mediação” + “judicial”. Deste modo, é inviável, a busca por termos duplos no sistema. Percebida esta falha do sistema, optamos por buscar daí apenas mais dois verbetes: mediador e mediações.

Inseridas as buscas por “Mediador”, após filtrarmos pelos programa de Direito, encontramos 53 resultados, sendo 11 do Rio de Janeiro. Destes, 10 já levantados no verbete 16 mediação e 1 descartado por se tratar de tema não relacionado, cujo o termo mediador não tratava do que tratamos aqui.

Inseridas as buscas por “Mediações”, após filtrarmos pelos programa de Direito, encontramos 18 resultados, sendo 2 do Rio de Janeiro, descartados por se tratarem de tema não relacionado, cujo o termo mediações não tratava do que tratamos aqui.

Até aqui, de maneira um tanto redundante, o termo relevante que nos rendeu resultados foi “mediação”. A partir deste, alimentamos Planilha de trabalho obtendo, no período 2013-2015, 19 pesquisas sobre mediação no Rio de Janeiro, advindas de Programas de Pós-Graduação em Direito.

Finalmente, por sabermos que a busca por “Direito” iria excluir os trabalhos de programas da área Jurídica com viés interdisciplinar, tal qual o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF, refizemos a busca a partir do nome dos programas no Rio de Janeiro. Assim, encontramos 13 pesquisas que chamamos de “Sociologia e Direito”, por serem todas oriundas do PPGSD-UFF.



No total, a busca de teses e dissertações sobre mediação, na Plataforma da CAPES, 32 teses/dissertações.

### **Pesquisas sobre mediação: os dados de dois filtros de pesquisa**

A partir destes dois grupos de Programas de Pós-Graduação, nos pusemos a analisar as características das produções a partir das informações contidas na folha de resumo do Banco da CAPES. Não analisamos o conteúdo das pesquisas de maneira por completa por dois principais motivos: (1) Como a grande maioria não acompanhava o arquivo final contendo o trabalho em questão, nossa amostra ficaria muito curta e (2) não haveria tempo hábil para leitura de todos os tópicos. Assim, começamos a analisar os trabalhos conformes algumas categorias relevantes, que serão expostas a seguir.

Para fins de análise e exposição, conforme explicado no tópico anterior, dividimos as produções em dois tipos: a dos Programas de Pós-Graduação em Direito (incluídos aí Programas cujo o título era Direito adjetivado; ex.: Direito Constitucional); e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF. Para explicitar que tal divisão se refere ao nosso filtro de busca, a seguir utilizaremos a denominação “Filtro Direito” e “Filtro Sociologia e Direito”.

A Tabela 1 apresenta a distribuição de trabalhos, dentre teses e dissertações, conforme o ano.

**Tabela 1.** Filtro Direito – Distribuição de Trabalhos por ano

Ano	Tese	Dissertação
2015	2	5
2014	1	5
2013	0	6
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>16</b>

Verifica-se, através desta tabela, que dentre os 19 trabalhos acadêmicos encontrados na área de mediação dentro do filtro Direito, entre os anos de 2013 e 2015, 16 são dissertações, projetos realizados para conclusão do curso de mestrado, e 3 são teses, para conclusão de doutorado. Mediante a esses dados, obtêm-se a constatação fática de que o número de dissertações sobre o tema se manteve bem distribuído durante esses três anos, enquanto que o número de teses cresceu gradativamente, não existindo nenhuma em 2013, uma em 2014 e duas em 2015, o que leva a crer que o interesse pelo tema nos cursos de doutorado aumentou ao longo desses últimos anos.

**Tabela 2.** Filtro Direito – Distribuição de Trabalhos por Programa de Pós-Graduação

ANO	PPGD/UNESA	PPGD/UERJ	PPGD/UCP	PPGD/UVA
2015	4	2	0	1
2014	2	2	2	0
2013	4	1	1	0
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>1</b>

A tabela acima demonstra que 4 programas de pós-graduação em Direito tiveram trabalhos, entre teses e dissertações, que trataram, no período de 2013 a 2015, sobre a mediação, sendo eles das Universidades: Estácio de Sá (UNESA), do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Católica de Petrópolis (UCP) e Veiga de Almeida (UVA). Dentre eles, o que mais teve trabalhos nessa área foi o PPGD da UNESA, com um total de dez pesquisas, sendo distribuídos na mesma quantidade nos anos de 2013 e 2015 (quatro em cada ano) e um número menor no ano de 2014 (apenas dois), o que faz pensar que houve uma diminuição de interesse sobre o tema entre os pós-graduandos, que voltou a crescer.

Na UERJ o número total de trabalhos é a metade da UNESA (Cinco), mas verifica-se que o interesse sobre o tema cresceu de 2013, onde a quantidade foi 1, para 2014 e se manteve estável ainda em 2015, tendo sido produzidos dois trabalhos em cada um desses dois anos. Na UCP, no entanto, em 2013 foi apenas um, e em 2014 foram dois, porém em 2015 não houve nenhum trabalho sobre o tema, enquanto que na UVA, neste mesmo ano, o tema foi abordado pela primeira vez em um trabalho para o PPGD de lá.

**Tabela 3.** Filtro Sociologia e Direito – Distribuição de Trabalhos por ano

ANO	TESE	DISSERTAÇÃO
2015	3	1
2014	1	4
2013	0	4

A partir da análise desta tabela, referentes às produções do PPGSD-UFF, pode-se concluir que em 2013 foram produzidos 4 (quatro) trabalhos, e destes 4, todos foram dissertações. No ano de 2014 os trabalhos escritos totalizaram 5 (cinco), sendo eles 4 (quatro) dissertações e uma tese. Já no ano de 2015, vemos uma mudança significativa em relação a forma escolhida para se produzir estes trabalhos; identificamos na tabela acima que dos 4 (quatro) trabalhos produzidos em 2015, 3 (três) foram em formato de tese e apenas 1 (um) foi feito como dissertação.

**Tabela 4.** Filtro Sociologia e Direito – Distribuição de Trabalhos por PPG

ANO	PPGSD/UFF
2015	4
2014	5
2013	4
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>

A análise feita aqui nesta tabela se dá a partir da observância da distribuição de trabalhos feitas ao longo dos três anos pesquisados. No ano de 2013, o número de pesquisas feitas pelo Programa de Pós-Graduação da UFF foi de 4 (quatro) em sua totalidade. Nota-se acima que em 2014 o número de trabalhos sobe de 4 (quatro) para 5 cinco, e em 2015, esse número diminui e volta para 4 (quatro) trabalhos. Entende-se aqui que, nestes anos pesquisados, o número de trabalho não sofre nenhuma variação expressiva, se mantendo então a constância de trabalhos por ano.

### Pesquisas sobre mediação: definindo um mapa

Juntandos os dados de ambos os filtros de busca, teremos a seguinte distribuição de teses e dissertações por ano:

**Tabela 5.** Quadro Geral - Distribuição de Trabalhos por ano

Ano	Tese	Dissertação
2015	5	6
2014	2	9
2013	0	10
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>25</b>

A partir desta tabela cinco podemos visualizar com mais clareza um movimento contrário: as teses aumentando, enquanto as dissertações estão diminuindo.

**Tabela 6.** Quadro Geral - Distribuição de Trabalhos por Programa de Pós-Graduação

ANO	PPGD/UNESA	PPGD/UERJ	PPGD/UCP	PPGD/UVA	PPGSD/UFF
2015	4	2	0	1	4
2014	2	2	2	0	5
2013	4	1	1	0	4
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>13</b>

Nesta tabela, visualizamos quem tem liderado a produção de pesquisas sobre mediação – o que será relevante para o ponto a seguir, referente às construções de redes de pesquisadores visualizáveis pelas orientações e composições de bancas. Em primeiro, com 13 trabalhos, vem o PPGSD/UFF, seguido da UNESA (10), UERJ (5), UCP (3), e o recente programa da UVA (1).

### Orientadores e Bancas de Avaliação: visualizando uma rede

E quem vem produzindo tais pesquisas? Do ponto de vista da formação de redes de pesquisadores, nossa opção foi analisar não os autores dos trabalhos, mas seus professores orientadores. Nas tabelas abaixo, buscamos visualizar recorrências que apontem características da produção de pesquisas em mediação no Rio de Janeiro.

**Tabela 7.** Filtro Direito – Recorrências de Orientadores

Orientador	2013	2014	2015
Aluisio Gonçalves De Castro Mendes	0	0	1
Bárbara Gomes Lupetti Baptista	0	1	0
Fernanda Duarte Lopes Lucas da Silva	0	1	0
Gustavo José Mendes Tepedino	0	1	0
Humberto Dalla Bernardina de Pinho	3	1	3
Nilo Batista	0	0	1
Paulo Cezar Pinheiro Carneiro	0	1	0
Rafael Mario Iorio Filho	1	0	0
Roberto Kant de Lima	0	0	1
Thiago Rodrigues Pereira	1	0	0
Desconhecido	1	1	1
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>7</b>

Observando a tabela de orientadores, percebe-se que ao longo desses três anos (2013-2015), os 19 trabalhos apresentados aos programas de pós-graduação destas quatro universidades (UERJ, UNESA, UCP e UVA), sobre o tema mediação ligado ao Direito em si, tiveram diferentes pesquisadores orientadores em sua execução e todos eles só participaram de um trabalho em um destes anos, à exceção do professor Humberto Dalla Bernardina de Pinho que é um personagem recorrente nesta tabela com um total de 7 trabalhos produzidos sob a sua orientação, sendo três em 2013, um em 2014 e três, novamente, em 2015.

Ao analisar, também, a formação acadêmica destes professores orientadores, verifica-se que todos eles são graduados em Direito, possuindo mestrado e doutorado também na mesma área (Direito em geral) e alguns especializados em áreas adjacentes, como o Direito Penal (professor Nilo Batista), Direito Constitucional (professor Roger Rodrigues) e Direito Público ( professora Carla Faria).

**Tabela 8.** Filtro Sociologia e Direito – Recorrências de Orientadores

ORIENTADOR	2015	2014	2013
Delton Ricardo Soares Meirelles	2	2	1
Gilvan Luiz Hansen	1	1	1
Roberto da Silva Fragale Filho	1	0	0
Leticia Helena Medeiros Veloso	0	1	0
Fernando Gama de Miranda Netto	0	1	0
Carmen Lúcia Tavares Felgueiras	0	0	1
Luis Carlos Fridman	0	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>4</b>

Quando vemos a distribuição de orientadores no PPGSD-UFF, vemos uma distribuição onde o Professor Delton Meirelles aparece em cinco (5), seguido do Professor Gilvan Hansen, com três trabalhos (3); e o restante contando com uma orientação cada.

Esse dados apontam que há uma significativa quantidade de diferentes orientadores que escolheram trabalhar com pesquisas a respeito da mediação, e que esse interesse vem crescendo, não só pelos pós-graduandos, mas também por parte de distintos orientadores que têm buscado pesquisar sobre a mediação dentro do Direito em diversas análises, englobando várias perspectivas a respeito do tema.

Este tema tem tomado importância também, pode-se perceber, porque deixou de ser abordado somente em dissertações de mestrados, mas foi levado, e tem ganhado espaço, nas teses de doutorado, elevando o rumo dos estudos para um âmbito das pesquisas mais profundas.

Outro ponto de nosso interesse é a constituição das bancas de avaliação dos trabalhos. Nossa hipótese é que o perfil e distribuição dos professores nas bancas irá nos mostrar recorrências e revelar redes de trabalho – partindo da percepção que, no campo da pesquisa acadêmica, as bancas constituem espaços de uma economia trocas e consolidações de rede.

Verificando os componentes das bancas de avaliações dos Programas de Direito (Tabela 7), temos um total de 29 professores, compondo banca de 19 trabalhos. Diferentes nomes são encontrados, destacando-se entre eles alguns nomes que são recorrentes: Barbara Gomes Lupetti Baptista, Fabiana Marion Spengler, Marcia Cristina Xavier De Souza, Marcia Michele Garcia Duarte, Nilton Cesar Da Silva Flores, que participaram de duas bancas cada um; Flavio Mirza Maduro, Rafael Mario Iorio Filho, participantes em três; Fernanda Duarte Lopes Lucas Da Silva, presente em quatro; Humberto Dalla Bernardina De Pinho, que, de todos, foi o que mais participou de bancas examinadoras, num total de oito.

Verificando os componentes das bancas de avaliações do Programa de Sociologia e Direito (Tabela 8), temos um total de 18 professores, compondo banca de 13 trabalhos. De todos os nomes, a maior incidência nas bancas é a do professor Delton Meirelles (aparecendo 11 vezes), a segunda maior aparição nas bancas é a do professor Gilvan Luiz Hansen (6 vezes), e a terceira maior aparição se dá com o professor Edson Alvisi Neves e a professora Barbara Lupetti Baptista (ambos aparecendo 3 vezes cada), e o último professor que aparece repetidamente nas bancas são os professores Fernando Gama de Miranda Netto e o professor 16 Humberto Dalla Bernardina de Pinho (aparecendo duas vezes cada). Os demais professores que compunham as bancas aparecem apenas uma vez na análise feita nestes três anos.

Podemos verificar, assim, que há um trânsito e uma rede muito consolidada no âmbito do PPGSD-UFF, sendo menos trabalhos e menos professores, mas uma maior aparição destes nas bancas. Especialmente, é interessante notar como que o Professor Delton Meirelles e a Professora Bárbara Lupetti também aparecem na composição de bancas nos Programas de Direito.

## Pesquisas empíricas? Delineando os tipos de pesquisas

Nesta primeira etapa do trabalho, procuramos compor uma análise quantitativa da distribuição de pesquisas sobre mediação no Rio de Janeiro. Nosso propósito é observar os locais de produção de tais pesquisas, quem são os pesquisadores envolvidos e seu pertencimento institucional e vínculos de rede entre eles. A partir daí, a proposta seria analisar qualitativamente cada tese/dissertação, para poder perguntar: que tipo de pesquisa é? É uma pesquisa que podemos chamar de empírica? O que ela nos revela sobre a realidade e a prática de mediação de conflitos, hoje, no Rio de Janeiro?

Dois obstáculos se deram neste intuito: o primeiro é que poucas pesquisas estavam disponíveis em sua versão completa no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Das 19 teses/dissertações de Direito, 2 possuíam versão completa na Plataforma; das 13 de Sociologia e Direito, 9 possuíam versão completa na plataforma. Então, tínhamos 11 trabalhos completos, dum universo de 32. Embora pudéssemos buscá-las nas bibliotecas institucionais ou diretamente com os envolvidos, isto não caberia no tempo hábil de pesquisa (desta etapa de pesquisa), o que nos leva ao próximo problema; segundo, seria preciso uma grande etapa específica de pesquisa pra uma análise tamanho número de trabalhos.

Deste modo, preocupados em identificar quais pesquisas se aproximam de uma abordagem empírica – até como modo de permitir uma leitura qualitativa destas posteriormente – efetuamos uma leitura dos resumos disponíveis, aliados ao título, para tentar identificar – ainda que precariamente, a abordagem acerca das mediações de conflitos presente em tais pesquisas.

Na leitura dos resumos, elegemos quatro perguntas: (1) Análise normativa é a abordagem principal? (2) Há bibliografia das ciências sociais? (3) É uma pesquisa de caráter empírico? (4) Qual foi o método empírico utilizado?

A pergunta (1) busca identificar se é uma pesquisa comumente produzida no direito, de caráter doutrinário, onde as reflexões trazidas advêm de fontes normativas, doutrinárias e 16 jurisprudenciais, e cuja construção de raciocínio se dá a partir de argumentações típicas do campo jurídico. Entendemos que se a resposta a esta pergunta for SIM, não se trata de um estudo empírico.

A pergunta (2) procura entender se, independente de ser um estudo empírico ou não, podemos ver presente uma interdisciplinaridade/transdisciplinaridade. É claro que, para tanto, necessitaríamos ver não apenas a presença de tal bibliografia, mas, especialmente, os usos que o pesquisador em questão delas faz. No entanto, nesta etapa, apenas visualizar já seria um indicativo útil. Infelizmente, tal pergunta foi pouco respondida pois, como já explicamos, não estavam presentes os trabalhos completos da maior parte das pesquisas.

A pergunta (3) se volta ao objetivo nosso: buscar pesquisa empíricas. A definição de “empírico” aqui é um tanto ampla e propositalmente não fechada: estamos falando de pesquisas que articulem alguma observação da realidade com um referencial teórico metodológico, por meio de métodos de investigação que permitam uma construção/coleta de dados qualitativos ou quantitativos. E em (4) pretendemos entender que ferramentas teórico metodológicas foram empregadas, no caso de termos um estudo empírico. Nos resumos, é a partir da própria definição do autor sobre sua pesquisa que poderemos responder as perguntas (3) e (4).

No filtro Direito, na pergunta (1) Análise normativa é a abordagem principal?; a construção do resumo, nas pesquisas do Filtro Direito, nos permitiu 5 (cinco) respostas, onde três eram afirmativas, sendo principal a abordagem. Quanto a (2), não pudemos identificar as bibliografias. Sobre (3), duas pesquisas se auto-intitulavam empíricas, sendo que uma respondia a pergunta (4) dizendo ter-se utilizado de “observações participantes” e “pesquisa etnográfica”.

Quanto ao Filtro Sociologia e Direito, a presença dos trabalhos completos, em 9 de 13, permitiu um esclarecimento melhor sobre a natureza das pesquisas. Na pergunta (1), encontramos duas 2 (duas) pesquisas cujo viés era estritamente normativo. Estas duas, no entanto, se utilizaram de bibliografias ciências sociais. Na pergunta (2), das duas pesquisas que não se utilizaram de tal bibliografia, uma possuía viés empírico (3), se valendo de questionários quantitativos, enquanto a outra, que não era empírica, se utilizou de entrevistas (4). Ainda sobre (3), tivemos assim cinco pesquisas de caráter empírico; sete não empíricas, e uma que não foi possível avaliar (devido ausência de informações na Plataforma). Quanto a pergunta (4), foram identificados explicitamente, a partir dos resumos, métodos em seis pesquisas: uso de questionários; entrevistas; observação de caráter etnográfico; visitas de campo; experiência de caso; participação observante/observação participante.

### Conclusões

Pudemos visualizar, a partir dos dados levantados, uma rede de produção de pesquisas sobre mediação no Rio de Janeiro, que tem dois *locus* de produção de destaque: no programa de Direito, ao redor da figura do professor Humberto Dalla, temos uma série de pesquisas de caráter não-empírico, que não apresenta – a partir das bancas – uma rede bem definida de participações de outros pesquisadores. De outro lado, no Programa de Sociologia e Direito da UFF, temos uma rede mais concisa, que se alterna entre orientações e participações de Banca, como podemos notar nas figuras dos professores Delton Meirelles e Gilvan Hansen, que orientaram maior número de trabalhos, e figuram nas bancas um do outro de outros trabalhos do Programa.

Sobre o número de produções, pudemos concluir que há crescente número de teses, e decrescente número de dissertações. É possível aventar algumas hipóteses, mas não é possível estabelecer causas com precisão: um hipótese seria o próprio caminhar natural de consolidação de uma agenda de investigações, que permitira trabalhos mais longos sobre temática.

Do mais, os dados quantitativos narrados ao longo do texto, nos permitem concluir que há, sim, número relevante de pesquisas acerca de mediação de conflitos, produzidas nos programas de pós-graduação. Acreditamos que – para os fins propostos no início do texto – é necessário ainda longa análise, que conte com mais minuciosa leitura dos trabalhos e detalhamento dos pesquisadores que, feito o atual levantamento, identificamos.

A próxima etapa de pesquisa deve ser pensar quais as trajetórias dos pesquisadores e sua relação com o campo jurídico. O local do sujeito na produção de pesquisa é relevante, pois partimos da concepção que sua trajetória e identidade o especificam na relação com o tema e a construção do objeto, notadamente, esta questão é ainda mais relevante no contexto de produção de conhecimento empírico no campo jurídico, onde muitas vezes o pesquisador é também um profissional da área.

Os questionamentos centrais que surgiram com os dados, assim, são: em quais fronteiras disciplinares se definem estas pesquisas? Qual a área de produção a que se filiam, institucional e textualmente? A partir daí, buscar identificar: que referenciais e métodos tem sido empregados pra conhecer as mediações? Esta etapa nos permitirá refletir até que ponto tais pesquisas dialogam, e se os dados por elas trazidos e as interpretações por elas construídas são passíveis de comparação, complementação e sintetização.

Deste modo, pretendemos criar um mapa útil para pensarmos e entendermos como opera a produção de conhecimento sobre administração de conflitos, no que se refere à mediação.

### **Principais referências bibliográficas**

AZEVEDO, André Goma (Org.) **Manual de Mediação Judicial**. Brasília: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 5ª Edição, 2015.

FILPO, Klever Paulo Leal. **Mediação Judicial: discursos e práticas**. 2016

MEIRELLES, Delton R. S. (Org.) ; MARQUES, Giselle Picorelli Yacoub (Org.) . **Mediação: um panorama atual, volume I e II (livro eletrônico)**. 1. ed. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF), 2014. v. 2. 93.

MELLO, Kátia Sento; Sé e BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. 2011. **Mediação e conciliação no Judiciário: Dilemas e significados**. In: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 4 - no 1 - JAN/FEV/MAR. 2011

OLIVEIRA, Marcela Beraldo De. Justiças do diálogo: **Uma análise da mediação extrajudicial e da ‘produção de justiça’**. In: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 4 - no 2 - ABR/MAI/JUN 2011, 2011, pp. 191-228



## CONCEPÇÃO DE MEDIAÇÃO NA LEI Nº 13.140/2015: UMA ANÁLISE EM FACE DAS ESCOLAS DE MEDIAÇÃO FRANCESA E NORTE-AMERICANA

**REBOUÇAS, Gabriela Maia**

*Doutora em Direito, Docente do Mestrado em Direitos Humanos da UNIT/SE e do Mestrado em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas do UNIT/AL  
gabrielamaiar@gmail.com*

**MARQUES, Verônica Teixeira**

*Doutora em Ciências Sociais; Docente do Mestrado em Direitos Humanos da UNIT/SE e do Mestrado em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas do UNIT/AL  
veronica.marques@hotmail.com*

**CERULLO, Daniela Campos**

*Estudante do mestrado em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas – UNIT/AL  
danicerullo@hotmail.com*

### RESUMO

A mediação busca seu fundamento, basicamente, em duas escolas doutrinárias, uma norte-americana, que possui foco na resolução do conflito como forma de aperfeiçoar o acesso à justiça, e uma francesa, que se expandiu por toda a Europa, focada na transformação do conflito a partir de um trabalho sobre sua causa. Considerando a edição da lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, este estudo procura apontar, através do uso da análise de conteúdo como técnica metodológica, qual dessas duas escolas influenciou de forma mais significativa o trabalho no legislador brasileiro quando da formulação dos conceitos positivados no texto legal. Como resultado, obteve-se uma identificação maior com a escola norte-americana de negociação, visualizados conceitos trabalhados por Harvard como o uso de técnicas direcionadas à realização do acordo para fins de resolução consensual dos conflitos.

**Palavras-chave:** Mediação. Escolas. Lei.

### ABSTRACT

Mediation seeks its foundation, basically, in two doctrinal schools, one American, which focuses on conflict resolution as a way to improve access to justice, and a French one, which has expanded throughout Europe, focused on the transformation of the conflict from a work on its cause. Considering the edition of Law No. 13,140, dated on June 26, 2015, this study is directed to point out, through the use of content analysis as a methodological technique, which of these two schools had a more significant influence on the Brazilian legislature when formulating the concepts externed at the legal text. As a result, a greater identification was obtained with the North American school of negotiation with its concepts worked by Harvard that taught the use of techniques directed to the realization of the agreement for the purpose of consensual resolution of the conflicts.

**Key-words:** Mediation. Schools. Law.

## INTRODUÇÃO

Entrou em vigor, no final do ano passado, a lei nº 13.140, primeiro diploma legal no país a tratar, especificamente, da mediação nos diversos âmbitos de solução de conflitos existentes. Instituída como política pública, a mediação surgiu como alternativa para resolução do problema de qualidade e efetividade do Poder Judiciário (SPENGLER e SPLENGER NETO, 2010).

A mediação conseguiu notoriedade com a edição, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da Resolução nº 125, de 2010. Antes disso, havia tramitado no Congresso Nacional um projeto de lei de autoria da ex-Deputada Zulaiê Cobra, o PL nº 4.287/1998, o qual acabou sendo arquivado. À edição da referida Resolução, seguiram-se a inclusão do tema na reforma do Código de Processo Civil brasileiro, que culminou com a sanção da Lei nº 13.105/2015, e a publicação da referida lei da mediação, que recebeu o número 13.140, também no ano 2015 (CABRAL, HALE e PINHO, 2016).

O texto aprovado pelos órgãos legislativos sofreu influências das diversas escolas que discutiam o tema pelo mundo (PINHO, 2011), das quais se podem destacar a escola europeia e a americana. O presente estudo destina-se a examinar o conceito de mediação encontrado no texto da lei sancionada, através da realização de análise de conteúdo como técnica de investigação metodológica, a fim de descobrir em qual dessas escolas o legislador brasileiro foi buscar fundamento para a construção dos moldes de realização da mediação no Brasil.

Além do próprio texto da lei, foram utilizados dados encontrados em documentos que antecederam a edição de previsões normativas elaboradas nos âmbitos dos três poderes brasileiros. Especificamente, foi analisado um texto de cada esfera governamental, com naturezas diversas, que representavam uma síntese do teor de todos os textos encontrados.

No âmbito do Poder Judiciário, foram analisados os considerandos da Resolução nº 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça. O parecer de aprovação da lei de mediação para submissão à votação pelo Senado Federal, Parecer nº 262, de 2015-PLEN, com a transcrição das discussões que o antecederam, foi o documento coletado junto ao Poder Legislativo; enquanto a exposição de motivos elaborada pelo então Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para levar a matéria ao conhecimento da, à época, Chefe do Poder Executivo, Dilma Rousseff, contém os dados colhidos junto a esse poder estatal.

Inicialmente, foram descortinados os conceitos aplicáveis ao estudo. Por primeiro, foram apresentados conceitos de mediação preconizados pela doutrina especializada para, em seguida, serem delimitadas as escolas destacadas como parâmetros para análise.

No exame dos resultados, enfim, foram se encaixando os elementos destacados na lei à escola considerada prevalecente consoante as particularidades atribuídas à mediação visualizadas nos documentos examinados. Esse é o objetivo do trabalho, cujo conteúdo desenvolve-se a seguir.

## 1. O QUE É MEDIAÇÃO

O conceito atribuído pelo legislador à mediação atribui ao instituto a condição de técnica direcionada à solução de conflitos:

Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015: Art. 1º (...)  
Parágrafo único. Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia. (BRASIL, 2015)

O conceito legal, contudo, está longe de apresentar uma definição segura acerca do tema. Os próprios doutrinadores divergem sobre a matéria. São uníssomos, em verdade, em preconizar a dificuldade de definir-se, com exatidão, o que seja a atividade mediadora, sendo essa, comumente, confundida com a conciliação ou com negociações diversas (REBOUÇAS, 2012).

É certo que se trata de um método de resolução de conflito que coloca na mão de um terceiro, que não é um juiz, a condução do procedimento. Para conceituá-la, Fiorelli, Fiorelli e Malhadas Junior ensinam: “A mediação constitui um processo de transformar antagonismos em convergências, não obrigatoriamente em concordâncias, por meio da intervenção de um terceiro escolhido pelas partes” (2008, p. 59).

É, portanto, a mediação uma forma de solucionar conflitos que se apresenta como alternativa à via exclusivamente judicial. Corresponde a um meio autocompositivo, em que as próprias partes constroem, com a intervenção do terceiro acima mencionado, que corresponde ao mediador, a resposta para seu problema, pondo fim ao conflito existente entre elas.

Visualizando-se uma necessidade de revisão da forma como são resolvidos os litígios no país, a mediação despertou o interesse do poder público como importante forma de resolução de controvérsias em uma “sociedade cada vez mais complexa, plural e multifacetada, produtora de demandas que a cada dia se superam qualitativa e quantitativamente” (SPENGLER e SPENGLER NETO, 2010, p. 41). Esse tipo de sociedade, por certo, torna indispensável uma maior reflexão acerca da atuação dos poderes, em qualquer de suas esferas.

## 2. A ESCOLA FRANCESA E A ESCOLA AMERICANA DE MEDIAÇÃO

Duas escolas preponderantes ocupam-se de delinear os contornos da mediação entre os teóricos do tema. As escolas de mediação encontram-se bem delineadas no texto de Águida Arruda Barbosa (2002), que esclarece os fundamentos de cada uma das vertentes dominantes sobre o tema na literatura mundial. No estudo por ela realizado e apresentado no III Congresso de Direito de Família, a tendência da escola americana a focar na solução do litígio com fins de encerrar a demanda independentemente de sua natureza é contrastada com o ideal francês de solução do conflito através de sua transformação.

A busca por práticas de tratamento diferenciado de conflitos teve origem nos Estados Unidos, através da ADR – *Alternative Dispute Resolution* – que tratava da resolução de conflitos sem a intervenção de uma autoridade judicial (SPENGLER e SPENGLER NETO, 2010). A escola americana, adotada pela vizinha Argentina, possui enfoque

na negociação com o objetivo de aliviar o Judiciário, sem preocupação com o caráter preventivo do litígio (BARBOSA, 2002).

Diz-se isso porque, por outro lado, a escola francesa de mediação, que teve influência por toda Europa, apresenta um viés voltado para a transformação do conflito, buscando estudar suas causas para tentar resolvê-lo. Para essa corrente, o acordo que finalizaria o litígio é, apenas, uma possibilidade (ASSUMPÇÃO, 2012).

Capitaneada pelos estudos em negociação da Universidade de Harvard (BARBOSA, 2002), a escola americana defende um tratamento unidisciplinar do conflito, o que facilitaria uma condução em busca da solução consensual. Em contrapartida, a interdisciplinaridade, até mesmo uma transdisciplinaridade – que seria um conceito ainda mais aberto, segundo o qual as disciplinas não só se comunicam, na verdade, seriam interligadas entre si (FOLLARI, 1995) – é um elemento essencial para a mediação no contexto europeu. Essa teoria costuma ocupar-se de conflitos de natureza familiar e tem expoentes na *École des Parents* e no *Conseil Conjugal et Familial* (BARBOSA, 2002).

Em Humberto Dalla Bernardina (2011) encontram-se extratos dos conceitos de mediação acolhidos pelas leis dos países de que emanam essas escolas. Enquanto no *Uniform Mediation Act* norte-americano, o foco no conflito e na negociação como forma de aliviar os entraves do Poder Judiciário apresenta-se hialino no item um do texto, as leis europeias que beberam da fonte francesa trazem conceitos de natureza interdisciplinar, que reclamam um conhecimento da natureza do problema em discussão para a consecução de uma solução complexa, que atinja o cerne da causa.

Na América do Sul, a escola argentina segue os ditames daquela fundada na parte setentrional do continente. A *ADR (Alternative Dispute Resolution)* norte-americana, com sua visão voltada para o aperfeiçoamento do acesso à Justiça trazendo uma alternativa mais rápida e econômica (BARBOSA, 2002), teria atendido com perfeição aos anseios dos argentinos.

Exceção a essa regra seria a escola proposta por Warat, doutrinador argentino, radicado no Brasil, com escritos fundamentais sobre mediação. Warat defende um conceito de mediação com viés transformativo do conflito, que seria mais próximo da escola europeia. “Warat pensa a mediação como um instrumento de liberação coletiva” (REBOUÇAS, 2012, 179), de modo que sua teorização ultrapassa os limites clássicos da vertente construída na Europa.

Com base nas escolas predominantes, pois, reconhecem-se duas maneiras de mediar, “uma mais técnica, mais focada no acordo e outra transformadora, focada na aprendizagem, na subjetividade dos envolvidos.” (REBOUÇAS, 2012, p. 179). Destina-se este texto a debater em qual das duas linhas encaixa-se o conceito de mediação trazido pela lei brasileira, que se encontra insculpido no parágrafo único do artigo primeiro, da lei nº 13.140/2005 (BRASIL), já acima transcrito.

No artigo segundo subsequente estão indicados os princípios basilares que devem orientar a realização da mediação no país. A lei prevê a atuação do mediador dentro e fora do âmbito do Poder Judiciário. Esses são os pontos analisados.

### 3. A INFLUÊNCIA DOMINANTE DA ESCOLA AMERICANA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A legislação brasileira, apesar de ter, inicialmente, na proposição feita por Zulaiê Cobra (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2008), bebido na fonte europeia, com expoente na França, adota uma postura baseada no referencial teórico norte-americano (ASSUMPÇÃO, 2012). Tendo o aperfeiçoamento do acesso à justiça como fundamento, a busca pela solução da controvérsia teve maior peso da escolha do legislador.

A leitura do texto legal em que se encontra a definição de mediação adotada pelo legislador brasileiro indica que o foco acolhido na elaboração da norma era a solução de conflitos na forma norte-americana. Em sendo assim, o sistema construído no Brasil seguiu os passos da vizinha Argentina.

Como se pode ver no texto legal já mencionado, o conceito encartado no dispositivo correspondente evidencia a técnica para a aquisição de soluções consensuais como fator determinante para o legislador. Ainda que se expresse o caminho a ser trilhado pelo mediador através dos verbos auxiliar e estimular, fica evidente que a natureza do problema trazido ao seu conhecimento não deve ter protagonismo em sua ação.

#### 3.1. O foco no aperfeiçoamento do acesso à justiça

A Resolução nº 125/2010, expedida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que foi uma espécie de precursora do texto legal analisado, prevê, em seus considerandos, a “necessidade de se consolidar uma política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos consensuais de solução de litígios” (Idem). Para essa condição, estabeleceram-se como causas os fatos de que “a eficiência operacional, o acesso ao sistema de Justiça e a responsabilidade social são objetivos estratégicos do Poder Judiciário, nos termos da Resolução/CNJ nº 70, de 18 de março de 2009;” e “que o direito de acesso à Justiça, previsto no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal (BRASIL, 1988) além da vertente formal perante os órgãos judiciais, implica acesso à ordem jurídica justa e a soluções efetivas” (Ibidem).

Pelas indicações apontadas pelo Poder Judiciário como causa para a construção da política pública de fomento à mediação no Brasil, vê-se que o acesso à justiça vinha sendo bastante obstaculizado, o que fez com que o poder público dedicasse-se a encontrar formas de solucionar essa demanda. A exposição de motivos apresentada pelo Ministro da Justiça ao Poder Executivo, que levou ao conhecimento deste anteprojeto de lei de mediação encaminhado à votação pelo Poder Legislativo, destacou que o abarrotamento do Poder Judiciário, além de dificultar o acesso à justiça pela população, causa a desconfiança dos cidadãos em face das instituições estatais (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013).

Todos os documentos analisados apontam como problema o acúmulo de ações do Poder Judiciário. O problema aparece, também, nas discussões que antecederam o parecer nº 262, de 2015-PLN, emitido para fins de encaminhamento do projeto de lei da mediação ao Senado Federal:

A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no momento em que aprovamos recentemente nesta Casa o novo Código de Processo Civil e a reforma da Lei da Arbitragem, quero enfatizar a importância da mediação no cenário nacional como

método extrajudicial de solução de conflitos capaz de reduzir sensivelmente o número de ações judiciais no Poder Judiciário. A sociedade moderna vivencia o crescimento exorbitante da judicialização dos conflitos. Em um mundo cada vez mais globalizado, juízes e tribunais vivenciam diariamente a multiplicação de novas ações e processos judiciais. Se, de um lado, a população demonstra confiança no Poder Judiciário, de outro, o grande volume de processos é uma ameaça ao funcionamento de uma Justiça eficiente, e o pior: gera uma desconfiança em relação à morosidade do Judiciário. (SENADO FEDERAL, 2015)

Como se pode ver, o elevado número de processos em trâmite no Judiciário despertou o interesse do poder público para a questão da mediação. Tratava-se de situação que ecoava uníssona nos três poderes brasileiros (Executivo, Legislativo e Judiciário).

É nesse contexto, pois, que surge a mediação como forma de solucionar o problema acima identificado. Veja-se o que diz o Senador Valter Pinheiro (PT-BA):

Em relação à mediação (sic), Senador Pimentel, se puder evitar, se puder encurtar ou se puder eliminar etapas, nesse caso da Previdência, por exemplo, nós vamos solucionar diversos problemas com agilidade e ao mesmo tempo com economia, Senador Renan: economia de custas processuais; e a principal de todas as economias, Senador Pimentel, é que a solução chegará rapidamente aos interessados, que, majoritariamente, volto a dizer, são pessoas que precisam dessas decisões. Por exemplo, a decisão no campo, Senador Pimentel, envolvendo as querelas que a gente tanto tem ao longo, também, das nossas vidas, nós temos trabalho nisto. Ora, se você puder antecipar isso com a mediação, se você puder resolver questões dessa natureza... Esta é uma etapa que se discutiu muito no Brasil, mas creio que, com essa matéria, agora, nós vamos chegar a uma, eu diria, metodologia para, de uma vez por todas, a gente poder falar da mediação como instrumento da solução. (SENADO FEDERAL, 2015)

As chamadas formas alternativas de solução de controvérsias já vinham sendo utilizadas, com sucesso, pelo Poder Judiciário. Já em 1998, a ex-Deputada Zulaiê Cobra havia apresentado um projeto de lei com a intenção de regulamentar a prática da mediação no país, o que demonstra que se tratava de instituto já conhecido no Brasil.

Apesar de não ser uma novidade, a mediação não era um mecanismo muito difundido entre os juristas. Nas palavras de Verônica Cezar-Ferreira: “Nada há de oficial a afirmar-se em termos de mediação no campo da Família, no Direito pátrio. Nessa área, ainda há muito a se pesquisar sobre essa prática sistêmica.” (2007, p. 160)

Vários especialistas debruçaram-se sobre o tema. Arquivado o primeiro projeto a que se faz referência, o de 1998, outros três projetos de lei foram elaborados (CABRAL, HALE e PINHO, 2016). A ideia, como visualizado na transcrição acima, era viável e ainda representava uma diminuição de custos (SENADO FEDERAL, 2015).

### **3.2. O viés técnico e o acordo como finalidade**

Emanam como princípios norteadores da mediação oito condições: imparcialidade, isonomia, oralidade, informalidade, autonomia da vontade, busca do consenso, confidencialidade e boa-fé (BRASIL, 2005). Como se pode ver, todos correspondem a ações direcionadas ao bom andamento da disputa e à solução construída de forma consensual entre as partes, sem indicar a exigência de qualquer análise acerca das causas do problema a ser solucionado.

O termo *ESCUTA*, previsto no conceito de mediação constante no texto original proposto por Zulaiê Cobra foi removido nos projetos de lei subsequentes, a exceção de um, que, assim como seu antecessor mais antigo, acabou não prevalecendo (CABRAL, HALE e PINHO, 2016). A escuta seria um elemento importante na atuação do mediador para os que acolhem a escola europeia.

Para a Warat, o caráter transformador da mediação passa pela separação do ofício do mediador dos saberes técnicos (REBOUÇAS, 2012). A função do mediador prevista na lei brasileira caminha em sentido oposto a essa condição.

No Brasil, em tendo sido a mediação pensada como uma alternativa célere e econômica para o abarrotamento do Poder Judiciário (SPENGLER, 2010), parece natural que os esforços dos atores legislativos tenham se concentrado em atender à necessidade de aperfeiçoar o sistema judicial como forma mais adequada de promover o bem-estar social. Nesse caminho, as condições internas do cidadão são deslocadas para um segundo plano, de modo que a influência da escola da negociação norte-americana é visivelmente preponderante.

Houve grande discussão, inclusive, acerca da possibilidade de realização da mediação em conflitos de natureza familiar, em razão de envolverem alguns direitos considerados por de natureza indisponível (CABRAL, HALE e PINHO, 2016). Atitude, portanto, totalmente contrária à postura francesa que tem seu berço nesse tipo de conflito (BARBOSA, 2002).

A despeito dessa condição, não há óbice legal para que a mediação seja praticada de forma a “resgatar a delicadeza da relação, fragilizada pelo conflito”, como ensina Gabriela Rebouças (2012, p. 180), que continua:

“Mais que técnica, a mediação é uma postura, é uma maneira de interagir com pessoas em conflito e com isso, a mediação exige (se já não for) uma reflexão ética.” (REBOUÇAS, 2012, p. 181)

O conceito legal, pois, está longe de limitar a atuação do mediador em sua função transformadora. O engessamento não faz parte de qualquer espécie de mediação, seja ela orientada pela técnica norte-americana, ou pelo ideal transformador francês.

## CONCLUSÕES

As recentes reformas no judiciário apontam com ênfase para um modelo célere e econômico, bem aos moldes dos direcionamentos de políticas públicas em contextos neoliberais. Este viés, fortemente influenciado pelo modelo norte-americano e por instituições como o FMI e Banco Mundial acabam direcionando a lei de mediação nº 13.140/2005 recém-aprovada também para um modelo de gestão de conflitos mais técnica, como é a escola americana. As características difundidas pela escola da *ADR* podem ser facilmente visualizadas através dos termos utilizados e dos fatores que se enunciam como indispensáveis atuação dos envolvidos na mediação como forma de solução de conflitos regulamentada pelo referido diploma legal.

A lei de mediação aparece como uma das respostas do Estado ao problema que representa o excesso de ações acumuladas no Poder Judiciário. Trata-se, portanto, de mais uma preocupação de gestão judiciária, e não tanto de satisfação das partes na

resolução de conflitos. Ainda assim, representa uma aposta do poder público no sentido de recuperar a credibilidade da Justiça que se encontra ameaçada por sua morosidade.

A importância conferida à causa do conflito, portanto, não representa uma condição significativa a partir de uma análise do conceito legal. Todavia, não há óbice para que o mediador com ela se preocupe, recuperando elementos também de uma mediação transformadora.

## REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Luiz Felipe Monsores. Primeiras linhas sobre a mediação pública de conflitos trabalhistas no Brasil: descortinando as “mesas redondas”. In: *Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades*. Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012. Disponível em <<http://www.aninter.com.br/ANAIS%20I%20CONITER/GT18%20Acesso%20%E0%20justi%E7a,%20direitos%20humanos%20e%20cidadania/PRIMEIRAS%20LINHAS%20SOBRE%20A%20MEDIA%C7%C3O%20P%20DABLICA%20DE%20CONFLITOS%20TRABALHISTAS%20NO%20BRASIL%20-%20Trabalho%20completo.pdf>> Acesso em NOV 16.

AZEVEDO, André Gomma de. *Manual de mediação judicial*. Brasília. CNJ, 2009. Disponível em <<http://www.cnjus.br/files/conteudo/arquivo/2016/07/f247f5ce60df2774c59d6e2dddbfec54.pdf>>. Acesso em NOV 16.

BARBOSA, Águida Arruda. A Política Pública da Mediação e a Experiência Brasileira. In: *VI Congresso de Direito de Família*. Família e Cidadania. O Novo CCB e a Vacatio Legis. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL, República Federativa do. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em NOV 16.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil*. (DOU de 17/03/2015). Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)>. Acesso em NOV 16.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2005*. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm#art47](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm#art47)> Acesso em OUT 16.

CABRAL, Trícia Navarro Xavier; HALE, Durval e PINHO, Humberto Dalla Bernardina. *O marco legal da mediação no Brasil: comentários à lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015*. São Paulo: Atlas, 2016.

CAMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de lei nº 4.287/1998*. Institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos. Disponível em <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD03DEZ1998.pdf#page=71>>. Acesso em NOV 2016.



CEZAR-FERREIRA, Verônica A. da Motta. *Família, separação e mediação: uma visão psicojurídica*. São Paulo: Método, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010*. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2579>>. Acesso NOV 2016.

FIORELLI, José Osmir; FIORELLI, Maria Rosa; MALHADAS, Marcos Julio Jr Olivé. *Mediação e solução de conflitos: Teoria e prática*. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.

FOLLARI, R. A. Algumas considerações práticas sobre interdisciplinaridade. In: Bianchetti, L., Jantsch, A. *Interdisciplina y Dialectica: acerca de um malentendido*". In: Bianchetti, L., Jantsch, A. *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 1995.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Conciliação e Mediação Judiciais no Projeto de Novo Código de Processo Civil. In: *Conciliação e Mediação: estruturação da política judiciária nacional*. Coord.: RICHA, Morgana de Almeida e PELUSO, Antonio Cezar. Rio de Janeiro: Forense, 2011. pp. 171-179.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Exposição de motivos referente ao anteprojeto de lei de mediação*. Brasília, 2013. Disponível em <<http://s.conjur.com.br/dl/exposicao-motivos-pl-mediacao.pdf>>. Acesso em NOV 16.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina. O novo CPC e a mediação: reflexões e ponderações. **id/496922**, 2011. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242895/000923117.pdf>> Acesso em OUT 2016.

REBOUÇAS, Gabriela Maia. *Tramas entre subjetividades e direito: a constituição do sujeito em Michel Foucault e os sistemas de resolução de conflitos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

SENADO FEDERAL. *Parecer nº 262, de 2015-PLEN*. Brasília, 2015. Disponível em <<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=03/06/2015&paginaDireta=00619>>. Acesso em NOV 16.

SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo. *Mediação enquanto política pública: a teoria, a prática e o projeto de lei*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

## MODELOS DE MEDIAÇÃO E TRATAMENTO DE QUESTÕES FAMILIARES

**NASCIMENTO, Verônica Batista**

Mestranda do Programa em Sociologia e Direito da  
Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF)  
Especialista em Direito Processual Civil - ULBRA  
*adv\_veronica30@hotmail.com*

**BORGES, Camilla Gerarde Barbosa**

Graduanda em Direito - Universidade Federal Fluminense  
*camillagerarde@gmail.com*

**SANTOS, Ricardo Fonseca**

Graduando em Direito - Universidade Federal Fluminens  
*ricardofonsecasantos@id.uff.br*

### RESUMO

Diante das transformações da sociedade atual, em suas relações interpessoais somado à globalização que as dimensiona, houve um aumento ainda dos conflitos e a necessidade de rever as formas de solucioná-los. E essa reflexividade se volta ao âmbito familiar, pois os comportamentos familiares refletem os comportamentos sociais, e embora o lar devesse ser lugar propício ao diálogo, muitas vezes é onde menos acontece uma comunicação voltada ao entendimento, o que é ainda pior, já que há um contato direto contínuo, a convivência, que precisa se estabilizar para manter esse sistema familiar de forma mais harmônica e desejável para todos os indivíduos que o integram. Para tanto, é preciso haver mediadores mais capacitados, com maior sensibilidade para perceber e aplicar um modelo de mediação que melhor atenda a cada caso, ainda mais na atualidade em que não há um tipo único de família, para que assim possa facilitar mais efetivamente a comunicação entre os envolvidos nos conflitos, levando-os a análise e reflexão e em consequência ao encontro de uma solução.

**Palavras-chaves:** Conflitos, Mediação, família.

### ABSTRACT

In the face of the transformations of today's society, in its interpersonal relations added to the globalization that measures them, there was an increase of the conflicts and the need to review the ways to solve them. And this reflexivity also goes back to the family sphere, since family behaviors reflect social behaviors, and although the home should be a place conducive to dialogue, it is often where less communication happens to the understanding, which is even worse, since There is a continuous direct contact, the coexistence, that needs to stabilize to maintain this family system in a more harmonic and desirable way for all the individuals that integrate it. To do so, it is necessary to have more qualified mediators, with a greater sensitivity to perceive and apply a model of mediation that best suits each case, even more so nowadays when there is no single type of family, so that it can more effectively facilitate the Communication between those involved in the conflicts, leading them to analysis and reflection and consequently to finding a solution.

**Keywords:** Conflicts, Mediation, family.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende estudar os principais modelos de mediação de conflitos da escola clássica, tais quais: o Modelo Tradicional-Linear de Harvard, o Modelo Circular-Narrativo de Sara Cobb, Modelo Transformativo de Bush e Folger e o Modelo da alteridade ou Modelo Waratiano com suas matrizes históricas, e especificidades, relacionando-os entre si, bem como com o tipo de mediação que o Poder Judiciário brasileiro vem adotando, na atualidade. Pretende-se, com esse viés comparativo, observar quais mecanismos podem lograr mais êxito em gerar uma diminuição da conflituosidade.

Intenta-se restringir o campo de observação para as relações familiares, por ser esta uma das áreas nas quais a mediação encontra seus maiores desafios. Essa instituição – a família – é local em que os indivíduos possuem laços afetivos estreitos, e o inevitável convívio posterior, faz com que a busca pela melhor solução no caso concreto seja de suma importância.

Para proporcionar às partes um ambiente harmônico em que possam estabelecer a comunicação, o mediador é também parte importante no modelo de mediação que tem sido proposto pelo Poder Judiciário brasileiro, com o devido cuidado para que o mesmo não se torne apenas uma fase burocrática do processo, e sim um método alternativo, e eficaz. Nesse sentido, pretende-se também, voltar o olhar para esse importante ator da mediação, que é o mediador, observando sua individualidade e possibilidade de agir auxiliando os atores protagonistas, que são os envolvidos no conflito.

É preciso ressaltar, que não se pretende trazer uma solução fechada, de qual seria o melhor método de mediação para as relações familiares, uma vez que tal juízo é subjetivo, e varia de acordo com o modo de ver a situação, e do caso fático em si. O que se propõe aqui, é apresentar as características dos principais métodos de mediação, para conjuntamente a essa apresentação analisar como esse processo se desenrola no âmbito familiar.

Convida-se assim, através dessa apresentação, o leitor a refletir criticamente sobre qual método de mediação seria o mais eficaz em cada caso familiar em concreto, deixando claro que não existe uma resposta certa para questão, podendo inclusive serem agregadas características de um e outro modelos em um mesmo caso.

### 1. Fundamentação teórica

Nesse viés de análise crítica da mediação enquanto meio alternativo de resolução de conflitos pretende-se observar as colocações feitas pelos autores dos modelos de mediação analisados, tais quais Roger Fischer, William Ury, e Bruce Patton, em sua obra “Como chegar ao sim: negociações de acordos sem concessões”, bem como os ensinamentos compilados por Sara Cobb.

Além disso, é fundamental o estudo das teorias de Habermas do agir comunicativo e da inclusão do outro, somado à análise dos textos de estudiosos do tema Mediação na teoria e na prática como Luis Alberto Warat e Ester Malvina Muszkat para analisar e discutir a pretensão da Lei de Mediação e do novo CPC – Lei 13.105/2015, quanto aos métodos utilizados que melhor atendam aos casos de conflitos familiares, partindo-se, portanto, da análise bibliográfica.

## 2. MEDIAÇÃO FAMILIAR

O curso de mediação de família do CNJ<sup>1</sup>, traz como objetivos: estimular as partes a uma maior estabilidade familiar, diminuir a rivalidade e reunir estabilização emocional, ampliar a satisfação com procedimentos jurídicos e seus resultados e proporcionar maior cumprimento de decisões judiciais.

A mediação de família pode ser realizada judicialmente, de forma privada, por programas comunitários, por ONGs, por Núcleos de Prática Jurídica etc, em vários casos como de divórcios, alimentos, guardas e outros.

Embora atualmente não haja uma definição única de família, o modelo de sistema familiar é bastante utilizado em mediação, por ter a participação de seus integrantes e co-responsabilidades em estabilizar a relação familiar, sem a ideia de culpa. Isto porque um sistema precisa ser estável, mas flexível por ser suscetível a mudanças, e por haver fases de desenvolvimento de seus indivíduos; precisa ser aberto, mas fechado para influências negativas; precisa do sentimento de pertencimento dos integrantes mas também sua individualidade; o sistema também necessita da comunicação que lhe dá estabilidade.

A função do mediador familiar é facilitar essa comunicação dos envolvidos, não emitindo juízo de valor à família. Esta tende a se ajustar a partir do momento em que seus indivíduos dialogam diretamente, sentem-se responsáveis por tentar solucionar os problemas, aceitam as diferenças, e sobretudo conservam o clima emocional positivo.

Em consciência moral e agir comunicativo, o sociólogo Habermas acerca da ideia de agir voltado para um entendimento mútuo por meio da comunicação expõe:

Chamo de comunicativas às interações nas quais as pessoas envolvidas se põem de acordo para coordenar seus planos de ação, o acordo alcançado em cada caso medindo-se pelo reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade. No caso de entendimento mútuo lingüísticos, os atores erguem com seus atos de fala, ao se entenderem uns com os outros sobre algo, pretensões de validade, mais precisamente pretensões de verdade, pretensões de correções e pretensões de sinceridade (...) Enquanto que no agir estratégico um atua sobre o outro para ensejar a continuação desejada de uma interação, no agir comunicativo um é motivado racionalmente pelo outro para uma ação de adesão – e isso em virtude do efeito ilocucionário de comprometimento que a oferta de um ato de fala suscita.<sup>2</sup>

A mediação como uma negociação facilitada por um terceiro, pode ser usada para resolver várias questões, mas nem todas, prestando-se atenção especial em casos que envolvam violência doméstica, abuso de menores, dependência química, doença mental (passível de interdição)<sup>3</sup>.

O mediador de forma imparcial deve esclarecer sobre a mediação e seu papel e deve facilitar o diálogo entre os envolvidos, ajudando-os a analisar seus interesses na

1 BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Curso de mediação familiar do CNJ. Disponível em [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br). Acessado em 18 de out. 2016.

2 HABERMAS, Jürgen. Consciência moral e agir comunicativo. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 79.

3 BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Curso de mediação familiar do CNJ. Disponível em [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br). Acessado em 18 out. 2016.

tentativa de obter uma solução, exercendo especialmente a escuta ativa para entender a dinâmica familiar, identificar e avaliar as questões causadas por sentimentos de mágoa, ciúmes, rancor, desprezo e outros e os envolvidos no conflito familiar precisam ter a capacidade de gerir suas emoções de forma positiva, com a ideia do empoderamento, exercer o perdão e não a vitimização, enfim, agir no sentido de libertar-se dos sentimentos negativos.

A partir dessas constatações, faremos um breve estudo dos principais modelos de mediação conhecidos na atualidade, buscando entender suas características e objetivos, com o fim de relacioná-los a mediação ocorrida no âmbito familiar.

### 3. PRINCIPAIS ESCOLAS DE MEDIAÇÃO

Atualmente existem três escolas clássicas que as doutrinas costumam indicar para orientar as diferentes formas de se trabalhar com a mediação, são elas: o Modelo Tradicional-Linear de Harvard, o Modelo Transformativo de Bush e Folger e o Modelo Circular-Narrativo de Sara Cobb.

Porém, há ainda um outro modelo importante que foi idealizado por Luis Alberto Warat, que é o modelo da alteridade ou modelo Waratiano da terapia do amor da ALMED - Associação Latino-Americana de mediação, Metodologia e Ensino do Direito<sup>4</sup>, e cabe aqui fazer menção, devido à sensibilidade do seu viés, que pode influenciar significativamente no âmbito familiar.

Logicamente, existem muitas outras escolas e trabalhos de autores de grande mérito e importância, mas neste trabalho o que se faz essencial é apresentar apenas os mais expressivos.

O mediador é quem elege o modelo pertinente, escolhendo o que sirva melhor as particularidades de cada caso determinado. Para tanto, ele deve ser sensível no intuito de que haja um acordo criativo para que todos os envolvidos saiam vencedores.

No entanto, todas as linhas de pensamento e de prática são fundamentais para aprimorar o trabalho de mediação, pois todas são resultados da investigação e das experiências de grandes profissionais, o equívoco consiste em ficarmos presos a uma delas como sendo a vontade absoluta e razão para diferenciação entre profissionais da mediação.

Passa-se, então, a discorrer sobre esses modelos, que correspondem às espécies de mediação adotadas pelos mediadores em sua atuação, trazendo as propostas e críticas de cada um.

#### 3.1 Modelo Tradicional-Linear

O modelo Tradicional-Linear de Harvard ou Programa de Negociação da Escola de Harvard, também conhecida como “mediação satisfativa” fundamenta-se na comunicação entendida em seu sentido linear, isto é, a função do mediador é a de facilitador da comunicação a fim de conseguir um diálogo, que é uma comunicação efetiva bilateral.

EGGER, Ildemar. Cultura da Paz e Mediação: uma experiência com adolescentes. Florianópolis, Santa Catarina: Fundação Boiteux, 2008, p. 116.

O conflito é visto como algo que precisa ser *posto em ordem*, tendo como princípios a imparcialidade, neutralidade e equidistância.

O mediador é o facilitador de uma comunicação pensada de forma linear, de um conflito construído sobre uma relação de causa e efeito. Nesse caso ela se define como um método pragmático de resolução de conflitos “alternativo” – mais barato, mais rápido e independente – ao processo judiciário.<sup>5</sup>

Por esse modelo, já no início os envolvidos devem se expressar visando uma espécie de libertação, devem estar abertos para isso, no intuito de se acalmarem e poderem pensar melhor. Cada parte ouve a outra expor o seu ponto de vista para chegar a um acordo benéfico a ambas, com a ajuda do mediador.

Tem como objetivo, produzir um resultado satisfatório para os dois lados em questão. Assim, a negociação não deve ser vista como um embate, tal qual em um tatame, em que um sairá ganhador e o outro, perdedor; mas ao contrário o que se procura é um interesse mútuo e eficaz, até para que as portas fiquem abertas para outras situações, o que é muito interessante, pensando de forma específica no âmbito familiar, em que a proximidade das partes envolvidas leva a dependência, um do outro, mesmo no pós-negociação.

Com foco no acordo, o referido modelo ressalta a importância dos “procedimentos preparatórios”, em que o papel do mediador não deve ser de interventor direto, e sim de facilitador do diálogo, que leva as partes a enxergarem além da simples negociação. Busca-se um resultado prático, através do diálogo, racionalizado.

No livro “Como chegar ao Sim: a negociação de acordos sem concessões”, que foi escrito pelos professores idealizadores desse modelo de mediação - Roger Fisher, William Ury e Bruce Patton – foi apresentado o exemplo de dois estudantes que discutem numa biblioteca sobre abrir ou não a janela, um deles se preocupa com a circulação do ar, e o outro com as folhas que vão ser espalhadas pelo vento. Percebe-se que o ponto focal não é a janela, nenhum dos dois está preocupado com ela, mas com as consequências de sua abertura. Dessa forma, os autores chamam a atenção para a visualização do problema de uma forma ampla, e não restrita, pois para se alcançar uma solução eficaz, ou seja, um acordo, deve-se buscar compreender a intenção por trás da discussão.

Em continuidade ao exemplo, a bibliotecária percebendo a situação indaga aos estudantes o motivo da discussão, ao compreendê-lo sugere que seja aberta a janela de um aposento ao lado, solução que sana a problemática de ambos. O objetivo que era encontrar uma solução que satisfizesse a ambos foi atingido, através da identificação do real problema, e posterior análise das possibilidades.

Chama-se atenção também para o papel de facilitador do mediador, enquanto terceiro alheio a situação, e capaz de estabelecer princípios para uma comunicação mais harmônica, que pode levar as partes a observarem os reais interesses, compreende o problema de uma forma ampla. É demonstrado uma relação linear, de saber a causa, para pensar no efeito.

5 MUSZKAT, Malvina Ester. Guia prático de mediação de conflitos em famílias e organizações. 3. ed. São Paulo: Summus, 2008, p. 67.

A Escola de Harvard, que é a mais importante no estudo da negociação, trabalha os caminhos possíveis para vencer cada um dos obstáculos, introduzindo conceitos claros e essenciais que foram incorporados à mediação. Entre eles, a diferença entre posições e interesses que mudou a visão e a vontade das partes, de manifesta à subjacente, mostrou a importância da escuta e da investigação.

Ressalta-se ainda, a utilização da expressão negociação, mais do que mediação. O motivo claro, pois esse método é mais comumente voltado para ambientes corporativos, e econômicos, justamente por objetivar um acordo, e por isso a utilização dessa terminologia.

No âmbito familiar a utilização desse modelo se daria em situações que possuem uma maior praticidade, é atípico desse tipo de relacionamento que muitas vezes possui questões internas envolvidas, tal qual mágoa por um casamento acabado, ciúmes pela atenção dos filhos, sensação de vingança, entre outros. No entanto, pode ocorrer das partes já terem superado esses entraves, ou de fato não tê-los, e buscam na mediação apenas a formalização de um acordo, seria inclusive a busca por um espaço de diálogo a necessidade das partes, por exemplo.

A escola de Harvard com o modelo tradicional-linear, portanto, propõe uma abordagem cooperativa, em detrimento de uma competitiva entre as partes, e por isso, o foco é direcionado nos procedimentos preparatórios, mais do que na negociação em si. Esse modelo tradicional se fundamenta na comunicação, em sentido linear, ou seja, cada um dos envolvidos, em sua vez, fala do conflito e de seu descontentamento, com uma escuta ativa, para que a comunicação se desenvolva, buscando a solução do conflito por eles mesmos.

No entanto, sofre críticas por não levar em consideração o contexto em que o conflito foi produzido e não ser um alvo, trabalhar os sentimentos dos envolvidos, mas sim o de obter um acordo, ou seja, o objetivo desse modelo é descobrir a causa do problema para conseguir uma solução.

### **3.2 Modelo transformativo**

O Modelo transformativo de Bush e Folger também se fundamenta na comunicação, porém, com cerne na relação, empenhando-se no empoderamento das partes. As partes têm que ser vistas como responsáveis pelas próprias ações, uma vez que esse modelo é direcionado ao reconhecimento do outro como protagonista de sua vida e “coprotagonista” do conflito.

Considera em primeiro plano as inter-relações entre as partes, trazendo à mediação uma revisão das relações, já não se pensa no acordo, pois se acredita que este surgirá naturalmente com a modificação desse relacionamento entre as partes. O que importa mais que a resolução do conflito diretamente, é a mudança comportamental dos litigantes, pois isso gera, indiretamente e a médio prazo, a resolução da problemática sem a participação do Estado. Essa modalidade está preocupada com a função social do instituto.

Conforme aduz Enia Cecília Briquet:

Nesse modelo, o objetivo do mediador é ajustar as partes a: identificar as oportunidades de empoderamento ou capacitação e reconhecimento do outro, conforme estas mudanças e oportunidades venham a ocorrer dentro das próprias conversas e interação entre as partes; escolher se deve ou não agir, e também como agir frente a estas oportunidades; e, conseqüentemente, mudar a interação de destrutiva para construtiva, enquanto se explora questões específicas de conflito.<sup>6</sup>

A importância desse modelo é o estímulo do poder dos envolvidos, que devem protagonizar o conflito e, resgatar a autoestima, por meio da mediação. Ao contrário do modelo Harvardiano, visa transformar as relações entre eles, não objetivando apenas obter o acordo.

Esse modelo desenvolve uma filosofia da mediação cujo foco é o de promover transformações de “caráter” que eles denominam “crescimento moral”, por meio da revalorização e do reconhecimento das pessoas. Para eles não importa o acordo, mas a mudança nas pessoas e nas suas formas de relacionamento.<sup>7</sup>

Trabalha-se então, a ideia de “empoderamento”, em que se estimula a parte a ter uma outra visão do problema, não translativa da responsabilidade, não como aquele que se exime, e a delega a terceiros; mas de um agente corresponsável, tanto pelo problema, como pela busca da solução. Esse é o sentido de empoderamento nesse contexto, de conferir autonomia às partes para, elas próprias, buscarem uma solução.

Se analisarmos o exemplo do casal que, após o divórcio conflituoso, busca na mediação uma solução adequada para a guarda do filho, esse modelo atuaria na remodelação da forma como se deram os problemas desde o casamento, para então resolver de uma forma ampla, não só a questão específica da guarda em si, mas até de outros possíveis problemas. Tem uma dupla função, por isso, tanto de resolução do caso em questão, quanto da prevenção da solução para conflitos vindouros.

Por isso a importância da mediação interdisciplinar, pois ela tem o papel de proteger a família, pois protege os filhos depois do fim do casamento dos pais, pois administra os comprometimentos psicológicos e psicossomáticos, que podem estar presentes nos filhos no período pós-separação. Sendo muito comum ouvir dos medianos, que a Mediação Familiar oportuniza ao casal uma comunicação que será fundamental, pois vai preparar essas pessoas que estavam em conflitos, para novos relacionamentos, sem repetirem erros do casal dissolvido. Assim, a verdadeira consequência da mediação será em transformar o conflito.<sup>8</sup>

Portanto, mais do que o acordo propriamente dito, o que o método transformativo busca é uma mudança comportamental, por acreditar que dessa forma, os próprios litigantes chegarão a um resultado satisfatório, sem a intervenção de terceiros, e inclusive, não só para aquele problema, mas para outros futuros. A existência de etapas nesse modelo, é bem variável, já que vai depender de cada caso por trabalhar o conceito de moralidade,

6 BRIQUET, Enia Cecília. Manual de mediação: Teoria e prática na formação do mediador. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016, p. 167.

7 MUSZKAT, Malvina Ester. Guia prático de mediação de conflitos em famílias e organizações. 3. ed. São Paulo: Summus, 2008, p. 68.

8 TOALDO, Adriane Medianeira; OLIVEIRA, Fernanda Rech de. Mediação familiar: novo desafio do Direito de Família contemporâneo. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 95, dez 2011. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=10860&revista\\_c\\_adereo=21](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10860&revista_c_adereo=21)>. Acesso em nov 2016.



e de como os litigantes lidam com o problema, cabendo ao mediador, mesmo com uma postura passiva frente ao conflito, estar atento e perceptivo.

### 3.3 Modelo Circular-narrativo

O Modelo Circular-narrativo, de Sara Cobb, tenta desenvolver um espírito negociador nas partes, para que o acordo seja logrado. Busca-se a transformação da narrativa, para que a mesma seja efetiva, foca tanto no acordo como na própria relação.

Aqui a comunicação é enfatizada em seus aspectos expressivos de conteúdo e de inter-relação, nossa expressão de nós mesmos e, o que nos acontece, é tomada como uma narrativa <sup>10</sup> rígida a ser mudada, flexibilizada, através da investigação e no reconhecimento da pluralidade de elementos intervenientes nos conflitos.<sup>9</sup>

O modelo, como o próprio nome sugere, se fundamenta na comunicação circular e interdependente das pessoas. Trabalha com a necessidade de uma parte entender a outra, por meio do diálogo facilitado pelo mediador, porém diferente do modelo de Harvard, é necessário verificar o conjunto de causas anteriores que contribuíram para o surgimento do conflito e não a causa imediata que o gerou.

(...) modelo de mediação voltado fundamentalmente para o campo da família, no qual resgatam também a teoria da comunicação e algumas técnicas utilizadas pelas terapias familiares. Esse método procura desconstruir velhas narrativas, dando oportunidade para que novas possam ser construídas e, então, surja (ou não) um acordo. A linha circular-narrativa foge da noção reducionista de causa e efeito e considera que inúmeros fatores que se retroalimentam (causalidade circular) estão presentes nas inter-relações, e, portanto, nos conflitos. Está mais focada nas transformações das pessoas do que na busca do acordo final. Apoia-se na teoria dos sistemas e no construcionismo social, mas não tem caráter terapêutico.<sup>10</sup>

A mediação é importante para possibilitar um crescimento das pessoas para que tenham maior consciência e sejam capazes de enxergar o outro, entendendo o seu lado também, o que representa um benefício pessoal e social, ou seja, a mediação não está preocupada exclusivamente com a solução do conflito em si.

O conflito não necessariamente deve ser ligado à divergência e a agressão nas relações, devendo ser visto como uma presença interna e quase contínua em cada pessoa. O conflito deve ser diferenciado da disputa. Por isso, nesse método se valoriza não só o acordo, mas especialmente as relações.

Sara Cobb, sua idealizadora, apud Raquel Nery Cardozo, defende que “deve ser desenvolvido um processo que permita a pessoa a aprender a perceber, a refletir e a atuar com relação ao seu problema”<sup>11</sup>. Assim, busca-se uma autonomia das partes na relação problemática, sendo o papel do mediador de suma importância, no momento inicial da identificação das peculiaridades do discurso trazido, que destoa do que é falado com a ação em si, a fim de provocar essa autoanálise.

9 AMARAL, Márcia T. G. O Direito de Acesso à Justiça e a Mediação. Editora Lumen Juris: Rio de Janeiro. 2009, p. 158.

10 MUSZKAT, Malvina Ester. Guia prático de mediação de conflitos em famílias e organizações. 3. ed. São Paulo: Summus, 2008, p. 67.

11 CARDOSO, Raquel Nery. Os conflitos familiares e as escolas de mediação. Disponível em <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=a0e9cab17a035c5a>. Acessado em 20 de out. 2016.

Tal característica pode ser extremamente útil nas relações entre membros da mesma família, que muitas vezes, possuem seu discurso mascarado, não intencionalmente, e o que se pleiteia na fala de uma das partes não corresponde ao que se sente, e em contrapartida, a outra parte também responde de forma infiel ao seu sentimento.

Esse método, é dividido em etapas, que são quatro, das quais a primeira trata de realizar uma decantação, separando o problema da relação pessoal. Conforme o exemplo que foi dado de uma mediação entre pais separados, sobre a guarda da criança, o que se busca é levar os litigantes a perceberem que o problema analisado é o da guarda da criança, e não confundir, com expectativas frustradas do antigo casamento.

Na próxima etapa as partes devem definir a problemática, individualmente, e o mediador, pode ajudá-las, com perguntas que ensejem reflexões. Intenta uma análise de objetivos individuais, ocorre em local separado da outra parte. Na terceira etapa o mediador se encontra com uma equipe, que estava observando a mediação, para refletirem sobre o que foi colocado. Tal aspecto é interessante, sob o ponto de vista de pessoas diferentes perceberem nuances antes não vista por nenhum dos envolvidos, ou mesmo do mediador que estava preocupado com as perguntas, e estimular a reflexão.

Na última etapa acontece uma reunião conjunta em que a equipe, o mediador, e as partes conversam, e tentam construir um acordo, por mais que esse não seja o objetivo principal, pois o mesmo é a reflexão, e através da forma de se comunicar.

Sobre este método, elucida Raquel Nery Cardozo:

Desta forma, é considerado um modelo eficiente e quando corretamente aplicado, leva a mediação ao êxito, desconstituindo o conflito instaurado entre as partes, ganhando, inclusive, grande importância nas relações familiares, pois além de focar na comunicação, não deixa de lado o acordo, o que é muito relevante nas relações continuadas como as familiares<sup>12</sup>.

Pode-se compreender assim, que tal método intenta trabalhar nos interessados uma finalidade para o problema, através da expansão da capacidade de reflexão, que é estimulada através de perguntas do discurso em si (narração), e da troca de informações trazidas entre os envolvidos, seja o mediador e a equipe, seja entre as partes, e uns e outros (círculo de informações).

### 3.4 Modelo Waratiano

O Modelo Waratiano ou da alteridade é um modelo *sui generis*, pois se refere ao amor. O método aplicado a esse modelo objetiva fazer a diferença, implantando o novo na temporalidade, não tendo, portanto, como objetivo emergente a realização de um acordo<sup>13</sup>. Muito embora, alguns estudiosos entendam esse modelo como uma espécie do modelo transformativo, possui diferenças pois o autor do método, ao falar do amor, afirma que não se ensina a amar, muito menos a desamar e fazer dessa despedida um momento bom, com boas recordações é raro, e por isso, que essa fase apresenta tantos conflitos.

Por isso é que se deve distinguir os interesses patrimoniais e materiais das questões afetivas, pois que mais se percebe é a utilização do patrimônio, dos bens e até mesmo os filhos como meio de atingir um ao outro, nos processos

<sup>12</sup> Ibidem

<sup>13</sup> WARAT, Luis Alberto. O ofício do mediador. Florianópolis, Santa Catarina: Habitus, 2001, p. 92..

judiciais do Direito de Família tradicional. Assim as partes utilizam-se dos bens do casal, na partilha de bens como forma de lucrar frente um ao outro, sendo um meio de se vingar, emergindo ressentimentos existentes com o término da sociedade conjugal, que no processo só se discute relações de patrimônios<sup>14</sup>.

Esse modelo “propõe mediar a partir da psicoterapia do reencontro ou do amor perdido, de tal modo que nesse modelo a mediação é a inscrição do amor no conflito. Assim, busca uma forma de realização da autonomia, uma possibilidade de crescimento através dos conflitos”<sup>15</sup>. Uma forma de terapia para transformar o conflito a partir da solidariedade.

Assim, esse modelo propõe a terapia do amor mediado de modo que se “possa ajudar as pessoas a compreender seus conflitos com maior serenidade, retirando deles a carga de energia negativa que impede a sua administração criativa”<sup>16</sup>. Essa é uma proposta diferente das outras, porque não só cria um modelo, como também indica que a mediação seja visualizada sob a perspectiva da alteridade, para que penetre em todo o ordenamento jurídico.

Paralelamente à ética da alteridade, deve-se pensar a outridade no sentido de “captar o outro”: é necessário “captar a alteridade ética do outro e a honestidade que trata de se instalar em sua outridade”. Mas quem é o outro? Como se relacionar com ele? As respostas dadas na modernidade eram totalitárias, reducionistas, manipuladoras, eurocêntricas, egocêntricas, etnocêntricas. Respostas que procuram dissolver o outro em sua alteridade, para terminar devorado pelos modelos hegemônicos que pertenciam à cultura referencial colocada em posição de domínio. Modelos de egos coletivos ou “egos-padrões”. Ego logocêntrico, que considera a alteridade como duplicação da subjetividade de cada um, que, por sua vez, se imagina coincidente com a razão universal. “Nossa subjetividade como medida de tudo alheio a nós. É a violência de reduzir o outro a nós. A nova visão da outridade pretende mostrar que é possível ascender partindo da responsabilidade, que é algo inclusive anterior à nossa liberdade, à nossa autonomia”<sup>17</sup>.

Esse modelo foi idealizado por Warat, um estudioso não só do Direito, mas também da psicanálise, da filosofia, e da literatura, e nesse sentido traz uma dura crítica ao racionalismo, que, segundo ele, ocasiona a perda da sensibilidade, e transverte o que os indivíduos de fato querem. Para o estudioso, o excesso de racionalização do Direito, e a perda da sensibilidade do seu operador “trouxeram consequências traumáticas, uma vez que, esses traumas estão ligados aos nossos estados de consciências.”<sup>18</sup>

Ao defender essa diferença do método estatal para o alternativo, Warat afirma que o que se utiliza na mediação é o desejo das partes, a vontade, e não a lei positivada. Por isso, sua amplitude é muito maior, e possivelmente, sua eficácia também será, por não estar engessada, e racionalizada a padrões que, muitas vezes, não correspondem à realidade das partes, em questão.

14 TOALDO, Adriane Medianeira e Oliveira, Fernanda Rech de. Mediação familiar: Novo desafio do Direito de família Contemporâneo. Disponível em <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?artigo\\_id=10860&n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?artigo_id=10860&n_link=revista_artigos_leitura)>. Acessado em 20 de out. 2016.

15 EGGER, Ildemar. Cultura da Paz e Mediação: uma experiência com adolescentes. Fundação Boiteux, 2008. p. 123.

16 WARAT, Luis Alberto. O ofício do mediador. Florianópolis, Santa Catarina: Habitus, 2001, p. 92.

17 WARAT Apud SPENGLER, Fabiana Marion. Retalhos de mediação. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2014, p. 45).

18 WARAT Apud OLIVEIRA JUNIOR, José Alcebiades de; ALMEIDA DA COSTA, Renata; HORTA, José Luiz Borges. Cátedra Luis Alberto Warat. Disponível em <http://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/2y368zo8/mwhGNpTv7tq3Ezd.pdf>. Acessado em 22 de out. 2016.

Nesse modelo, entende-se também que os conflitos nunca desaparecem, apenas se transformam, e por isso, é preciso agir sobre si mesmo, e não sobre o problema em si. O papel do mediador nesse sentido, deve ser voltado nos sentimentos das partes, fazendo com que elas olhem para si mesmas.

Por fim, percebe-se que esse modelo é visto como uma oportunidade, de repensar e refletir o nosso interior, que levará a um melhor relacionamento com os outros. A partir daí se relaciona ao conceito de alteridade, chamado por Warat também de outridade.

#### **4. Resultados alcançados**

Para se eleger o método que será utilizado na mediação é importante observar a finalidade dos mediados, o que realmente pretendem, e as características que expressam. Esse trabalho é extremamente delicado, e requer muita sensibilidade, uma vez que na maioria das vezes, nem os próprios litigantes identificam o que querem com clareza, e é essa inclusive, uma das possibilidades do conflito ter sido gerado. Um casal que chega à uma mediação, possivelmente, dirá que quer apenas um acordo, mas como já visto em reiterados exemplos, a resolução daquele problema pode necessitar de uma compreensão mais ampla da situação, por parte deles próprios, podendo se dá por diversos motivos, tais quais: ruídos na comunicação, mágoas passadas, não saber lidar com o desamor, entre outros.

O método havardiano possui como característica principal o acordo, e dispensa especial atenção aos mecanismos preparatórios da negociação, por assim ser, estaria mais ligado aqueles conflitos familiares que envolvam questões práticas, de claro conflito, ou seja, a parte psicológica e intrínseca esta pouco ressentida, e o que se observa é uma falha no direcionamento do objeto em conflito, são mais rápidas, para situações que demandam curto período de tempo.

Por sua vez, o método transformativo pretende um empoderamento das partes, e busca conferir para as mesmas a autonomia necessária para entenderem seus problemas internos, e serem capazes de resolver o conflito em comum ali apresentado, e até outros futuros. Abarcam por isso, questões mais profundas, e internas, requerem mais tempo, porém seu resultado pode ser mais efetivo a pensar num longo prazo.

O modelo circular narrativo dispensa especial atenção ao discurso dos litigantes, e a congruência entre o que se fala e o que, de fato, se sente, buscando contribuir para a harmonia e entendimento da situação. São também para casos com mais tempo, e abordam questões internas, só que aqui, se possui uma interferência direta de terceiros, que intentam levar os indivíduos à refletirem sobre aquela situação em si.

O modelo Waratiano ao voltar seu olhar para a sensibilidade, mais do que para a racionalidade, intenta reconstruir a forma como se entende o conceito da questão. É uma mudança profunda não do problema em si, nem da relação entre as partes, mas do que se entende por relação, por amor, por conceitos abstratos. É sem dúvida muito profunda, e propõe uma mudança cultural na forma de enxergar a relação antes mesmo dela vir a ser um conflito. Seria mais voltado para resgatar a sensibilidade das partes, atuando na construção da moralidade. Por isso, sua aplicação objetiva uma mudança radical na vida dos mediados, por trabalhar a remodelação dos seus próprios conceitos,

é sem dúvida muito benéfico para lidar com aqueles conflitos familiares decorrentes de conflitos de gerações, ou de formas diferentes de ver o mundo, no sentido de não respeitar as escolhas do outro.

É preciso ressaltar ainda, que não existe um prognóstico do melhor método para a mediação familiar, em específico, o que existe são modelos, como os apresentados, que devem ser estudados para a partir do caso concreto se indicar caminhos possíveis para o exercício desse meio alternativo de resolução de conflitos. Esses modelos são expostos para facilitar o papel do mediador, tal qual uma orientação, e não para engessá-lo.

Tal afirmação se prova, pois algumas vezes, não se utiliza apenas um método, porém um compilado deles, é possível começar objetivando um acordo final, com o método havardiano, mas no meio do processo se descobrir problemas graves na comunicação das partes, e se adotar técnicas do modelo narrativo circular, por exemplo. A essência da mediação não é ser um instituto fechado, porém aberto para as partes se manifestarem sem intervenções coercitivas, isso explica que não seria adequado estabelecer parâmetros tão engessados na sua forma de ser conduzida, sob o risco de descaracterizá-la.

## CONCLUSÃO

As intervenções judiciais que se apresentam têm se mostrado insuficientes e insatisfatórias em razão das verdadeiras origens e demandas do litígio. Assim, a mediação tem sido apontada como um instrumento capaz de contribuir de forma mais profunda e permanente para a transformação do conflito, visando à superação do método tradicional adversarial por meio de uma cultura mais dialética e terapêutica, que resgate a comunicação entre as partes, investindo-as da autonomia necessária para gerir suas adversidades e oportunizando novas perspectivas de crescimento e desenvolvimento pessoais.

Com o estudo das escolas bem como da mediação familiar, a aplicação de modelos não é tarefa estanque, podendo ser utilizados todos a depender das características dos conflitos, porém, é certo que foi observado que há modelos que se adequam mais com a mediação familiar, que é um sistema que envolve convivência e profundos sentimentos de afetos e de identidade, tendo ainda dentro desses modelos características próprias para cada tipo de relação, e objetivo <sup>16</sup> intentado pelas partes, seja aqueles intrínsecos ou os externos.

Especificamente a mediação dos conflitos nas relações interpessoais familiares, por justamente serem relações de caráter duradouro e ou permanente é necessário uma maior preocupação, não com um acordo, mas com o exercício do diálogo, do feedback, da compaixão, da solidariedade, sobretudo para saber porque chegaram ao ponto de conflito, sendo a observação do intuito fundamental para indicar o, ou os modelo(s) mais adequado (s) para que a mediação cumpra com êxito o seu objetivo, tal qual facilitar a concordância, *lato sensu*, das partes.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, Márcia T. G. *O Direito de Acesso à Justiça e a Mediação*. Editora Lumen Juris: Rio de Janeiro. 2009.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Curso de mediação familiar do CNJ*. Disponível em [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br). Acessado em 18 de out. 2016.
- BRIQUET, Enia Cecília. *Manual de mediação: Teoria e prática na formação do mediador*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016.
- CARDOSO, Raquel Nery. *Os conflitos familiares e as escolas de mediação*. Disponível em <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=a0e9cab17a035c5a>. Acessado em 20 de out. 2016.
- EGGER, Ildemar. *Cultura da Paz e Mediação: uma experiência com adolescentes*. Florianópolis, Santa Catarina: Fundação Boiteux, 2008, p. 116.
- FISCHER, Roger. URY, William. PATTON, Bruce. *Como chegar ao sim: negociações de acordos sem concessões*. Trad. Vera Ribeiro e Ana Luiza Borges. 2ª ed. Rev. e ampl. Imago: Rio de Janeiro, 2006.
- HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- MUSZKAT, Malvina Ester. *Guia prático de mediação de conflitos em famílias e organizações*. 3. ed. São Paulo: Summus, 2008.
- OLIVEIRA JUNIOR, José Alcebiades de; ALMEIDA DA COSTA, Renata; HORTA, José Luiz Borges. *Cátedra Luís Alberto Warat*. Disponível em <http://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/2y368zo8/mwhGNpTvy7tq3Ezd.pdf>. Acessado em 22 de out. 2016.
- SPENGLER, Fabiana Marion. *Retalhos de mediação*. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2014.
- TOALDO, Adriane Medianeira; OLIVEIRA, Fernanda Rech de. *Mediação familiar: novo desafio do Direito de Família contemporâneo*. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 95, dez 2011. Disponível em: [http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=10860&revista\\_c\\_ader=21](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10860&revista_c_ader=21). Acesso em nov 2016.
- WARAT, Luis Alberto. *O ofício do mediador*. Florianópolis, Santa Catarina: Habitus, 2001.

## MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA COMO VIA DE ACESSO À JUSTIÇA. ANÁLISES COMPARATIVO CUBA VS BRASIL

**LEGRÁ FLEITAS, Mirel**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e  
Direito da Universidade Federal Fluminense  
*mirel2483@gmail.com*

**ESTEVES VENTURA, Rafael**

Estudante de Graduação da Faculdade de  
Direito da Universidade Federal Fluminense  
*revventura@yahoo.com.br*

**SOARES MEIRELLES, Delton Ricardo**

Professor adjunto do Departamento de  
Direito Processual e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e  
Direito, da Universidade Federal Fluminense  
*deltonmeirelles@id.uff.br*

### RESUMO:

Este artigo busca descrever e refletir sobre o instituto da mediação de conflitos no Brasil e em Cuba a partir das pesquisas bibliográficas feitas, e além disso, tem por objetivo apresentar a mediação comunitária destacando os aspectos diferenciais dessa prática em comparação com os demais procedimentos classificados como mediação,<sup>1</sup> sendo utilizado o método da análise comparativa entre os sistemas de mediação comunitária em Cuba e o Brasil. Ao resolver os seus conflitos sem o auxílio do Judiciário, a comunidade torna-se menos dependente do assistencialismo estatal, aumenta sua coesão interna e promove o empoderamento de seus membros, pela noção de que eles mesmos podem resolver seus próprios conflitos. No Brasil, a Resolução 125 do CNJ e, recentemente, Código de Processo Civil e a Lei de Mediação, pretendem estimular o emprego da mediação no âmbito dos Tribunais, mas diferentes estudos etnográficos realizados até hoje, evidenciaram que a mediação realizada nos espaços judiciais, geralmente como uma etapa processual, apresenta como dificuldade que os litigantes não percebem a distinção entre o processo e a mediação, por isso se torna mais uma formalidade a cumprir, do que uma forma diferenciada, não-adversarial, de tratamento do conflito, que é a proposta da mediação. Neste país, a história da mediação comunitária nesses novos moldes ainda é recente. Entretanto, começam a surgir iniciativas por parte de organizações comunitárias e também por parte dos tribunais para a implementação de meios de resolução alternativa de disputa de âmbito comunitário. Em Cuba, por sua vez, não existe ainda a Lei de Mediação, senão que tem três Centros Comunitários onde se faz mediação, onde qualquer um pode solicitar o atendimento do seu conflito familiar ou de vizinho, sem ter previamente que acudir ao judiciário, pois essa mediação é realizada em espaços extrajudiciais, como opções distintas no campo da resolução de conflitos. O trabalho diz respeito ao contraste observado entre esses dois modelos de solução de conflitos, que ora se aproximam e ora se afastam.

1 AZEVEDO, André Gomma de (org.). Estudos em arbitragem, mediação e negociação. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

**Palavras-Chave:** Resolução de conflitos; Judiciário; Mediação comunitária.

**SUMMARY:**

This article seeks to describe and reflect on the institute of mediation in Brazil and Cuba based on the bibliographical research done, and also aims to present the community mediation highlighting the differential aspects of this practice in comparison with other procedures classified as Mediation, using the method of comparative analysis between the systems of community mediation in Cuba and Brazil. In resolving its conflicts without the help of the judiciary, the community becomes less dependent on state welfare, increases its internal cohesion, and promotes the empowerment of its members by the notion that they themselves can resolve their own conflicts. In Brazil, Resolution 125 of the CNJ and, recently, the Code of Civil Procedure and the Mediation Law, aim to stimulate the use of mediation within the Courts, but different ethnographic studies carried out to date have shown that mediation in judicial, Generally as a procedural stage, presents as a difficulty that the litigants do not perceive the distinction between the process and the mediation, so it becomes more a formality to be fulfilled, than a differentiated, non-adversarial way of dealing with the conflict, which is The proposal of mediation. In this country, the history of community mediation in these new ways is still recent. In the meantime, initiatives are beginning to emerge from community organizations and also from the courts for the implementation of alternative means of dispute resolution at the community level. In Cuba, in turn, there is no Mediation Law yet, but there are three Community Centers where mediation takes place, where anyone can request the assistance of their family conflict or neighbor, without first having to go to the judiciary, because this mediation is carried out in extrajudicial spaces, as distinct options in the field of conflict resolution. The work refers to the observed contrast between these two models of conflict resolution, which now approach and now move away.

**Keywords:** Conflict resolution; Judiciary; Community mediation.

## 1. INTRODUÇÃO

Esse artigo tem por objetivo apresentar a mediação comunitária como via diferente de resolução de conflitos, e para isso será utilizado o método da análise comparativa entre os sistemas de mediação comunitária em Cuba e Brasil. Nesse sentido, vamos trabalhar a ideia da mediação comunitária como forma muito importante de acesso à justiça de todos os cidadãos, o que proporciona maior independência das partes e da própria comunidade.

Ao resolver os seus conflitos sem o auxílio do Judiciário, a comunidade torna-se menos dependente do assistencialismo estatal, e promove o empoderamento<sup>2</sup> de seus membros, pela noção de que eles mesmos podem resolver seus próprios conflitos. Essa prática representa a possibilidade do exercício direto da cidadania, uma vez que garante aos membros da comunidade o direito de acesso à justiça ao mesmo tempo em que ensaja o desempenho de seus deveres como cidadãos.

2 O termo "empoderamento" decorre da tradução de empowerment. A noção de empoderamento dos membros de uma comunidade está ligada à ideia de diminuição da dependência destes em medidas assistencialistas (estatais ou de outras entidades), pela promoção de medidas que permitam o exercício direto dos direitos e deveres dos cidadãos com um consequente ganho qualitativo.



Inicialmente, cabe apresentar uma definição genérica de mediação como um método alternativo de resolução de disputas no qual um terceiro imparcial e sem poder de decisão, intervém no conflito para auxiliar as partes com o principal objetivo que elas cheguem a uma solução satisfatória para ambos. É justamente por essa razão que se fala que a mediação é um processo voluntário, pois a composição dos interesses individuais só é possível se as partes assim o quiserem. Nesse sentido, o professor Armando Castanedo Abay tem dito que “La mediación es entendida por quienes la propugnan como un proceso cooperativo, el cual fortalece gradualmente la participación de quienes actúan en él, reanima la comunicación entre las partes en conflicto y tiende a provocar un mejoramiento de las relaciones humanas, por eso le llaman un proceso humano.”<sup>3</sup>

Tendo em vista o anterior, o principal objetivo do artigo é abordar de forma clara e objetiva o que é mediação comunitária, de onde surgiu e sua função perante a sociedade, e com isso averiguar como esta prática pode ser benéfico ao indivíduo, pois busca a resolução do conflito e bem estar da comunidade. Logo depois estabeleceremos pontes do contato e descordos do instituto jurídico entre Cuba e Brasil.

No Brasil, a partir da Constituição de 1988 o Judiciário começou a ser demandado pela maioria da população brasileira, mas aconteceu uma explosão de demandas judiciais, funcionando como verdadeiro conduto de cidadania, o que provocou a crise do Poder Judiciário, pois na verdade, nunca o Judiciário teve tanta visibilidade para a população, mas certamente a qualidade dos serviços prestados decaiu muito por falta de estrutura material ou de pessoal, além de uma legislação processual inadequada aos novos desafios institucionais. Entretanto, na atualidade o judiciário vem passando por uma crise devido ao seu excessivo formalismo, sendo por muitas vezes longo e burocrático, o que acarreta na sua falta de credibilidade. Por essas razões, surgiu a necessidade de criar novas políticas públicas que possam solucionar as desavenças, mas de um modo que incluam a sociedade em seu sistema, diminuindo as desigualdades e injustiças sociais.

Diante das dificuldades encontradas pelo Estado em resolver os anseios da sociedade, foram criados diversos métodos alternativos para tratamentos dos conflitos. Tais métodos buscam dar uma resposta ágil e satisfatória à sociedade e é nesse contexto que surge uma inovadora política pública: a mediação comunitária, como um método alternativo que busca solucionar os conflitos de forma democrática e com uma vasta participação social.

Em Cuba, não existe nenhum fundo prático sobre mediação familiar, portanto, não está legislado e nos últimos anos tem sido dirigido seu estudo com a experiência das Casas de Orientação para as Mulheres e da Família, da Federação das Mulheres Cubanas, o que poderia ser considerado como mais referência direta; no entanto, a questão é desconhecida pela sociedade cubana em sua generalidade, precisando uma maior divulgação sobre isso.

Sendo assim, trabalharemos a ideia que a mediação comunitária é diferente de outras práticas conservadoras, justamente por se tratar de seu local de trabalho a própria comunidade, onde vários valores envolvem um sistema de vida, para logo depois

3 CastanedoAbay, Armando, Manual de Mediación para la gestión y solución de conflictos. Doctrina y práctica, Ed. ONBC, pag 16.

demonstrar sua efetividade junto a práticas de políticas públicas, assim como os principais pontos de similitude ou dissensão entre a prática deste instituto nos países objeto da pesquisa pra dessa forma chegar a conclusões ao respeito.

A metodologia empregada para o desenvolvimento deste artigo foi o método dedutivo, a análise do texto, assim como análise comparativa, o que permitiu identificar e abordar o papel fundamental referente ao tema da mediação comunitária como processo e assim poder chegar a conclusões sobre a teoria e a pratica do instituto em países como Cuba e Brasil. Por fim, se aplicou a técnica de pesquisa bibliográfica, servindo de suporte no transcorrer do tema.

## 1. UMA ANALISE HISTÓRICA SOBRE A EVOLUÇÃO DA MEDIÇÃO NO MUNDO.

Antes de qualquer coisa, é necessário colocar que o histórico mundial de preocupação com a morosidade dos processos judiciais fez com que diversas cortes e tratados internacionais se propusessem a buscar uma solução para esse problema. A título de exemplo temos Convenção Europeia para Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, ocorrida em 1950, e o Pacto de San José da Costa Rica (Convenção Americana dos Direitos Humanos), ocorrido em 1969, o qual trazia a importante decisão de que todas as pessoas têm o direito de serem ouvidas em um tempo razoável.

Nesse sentido, como primeira análise, deve-se colocar que o fenômeno da mediação não é algo novo. Fato é que a mediação existe desde que houve intervenção de terceiros no conflito de outros. Sendo que, claramente, nos primórdios da vida humana a mediação não tinha toda a complexidade que carrega nos dias de hoje.

O uso da mediação remonta aos tempos bíblicos, quando já era prática das antigas comunidades judaicas, o que posteriormente se difundiu entre diversas culturas. Sendo que nos últimos anos a mediação se espalhou pelo globo de maneira mais generalizada, tornando-se um meio consagrado de alternativa aos litígios judiciais.<sup>4</sup>

No caso chinês a mediação é largamente usada desde a década de 1950 para a resolução de casos envolvendo conflitos familiares, consistindo, atualmente, no principal meio de resolução desses conflitos no país, sendo exercida através dos Comitês Populares de Conciliação e dos Tribunais de Conciliação.<sup>5</sup>

Posteriormente, com a ida dos chineses para os Estados Unidos da América e para alguns países da Europa a mediação como maneira alternativa de resolução de conflitos se disseminou pelo mundo, ganhando espaço a partir da década de 1970. Difundindo-se posteriormente para o Canadá.

No caso dos Estados Unidos, um modelo emblemático da evolução da mediação como opção aos conflitos judiciais, em 1913 foram nomeados mediadores para a função de comissários de conciliação, a ser exercida na Secretaria de Trabalho. Em seguida, em 1946 ocorreu a consolidação do mediador como figura profissional a partir da criação do Serviço Federal de Mediação e Conciliação. Sendo que, após disso, os

4 MOORE, Christopher. O Processo De Mediação. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1998, p.32.

5 PERKOVICH, Robert. A Comparative Analysis of Community Mediation in the united states and the People's Republic of China. In: Temple International and Comparative Law Journal. Sine loco, Temp. Int'l & Comp. L.J., 1996, p. 314 - 315.

estadunidenses passaram a perceber que a mediação seria uma importante ferramenta para o desentupimento do judiciário extremamente sobrecarregado.

Por isso, em 1976 ocorreu a Conferência de Roscoe Pound. Desse evento extraíram-se dois conceitos de mediação, a saber: a primeira baseada no conceito de que a mediação representa uma extensão do sistema jurídico; já a segunda desassociada do sistema jurídico, a qual apresenta a mediação como um processo cujo objetivo é produzir melhores resultados do que aqueles alcançados no sistema judiciário convencional. Cabendo ressaltar que a segunda é a maior tendência mundial.

Após essa breve explanação sobre a evolução da mediação no cenário mundial com a devida ênfase no sistema norte americano é possível analisar de maneira mais focada a evolução do instituto no direito brasileiro.

### **1.1. Origem histórico da mediação no Brasil.**

No histórico judicial brasileiro segue a segregação da massa e a conseqüente marginalização dessas pessoas perante o sistema. A constituição de 1824, apesar de ser um importante marco na separação dos poderes do Estado, tornando o Judiciário um poder independente do legislativo e do executivo (mesmo assim não do poder moderador), não tratou de forma efetiva do acesso à justiça por parte da grande massa.

Uma medida que a referida Carta Maior tomou com relação a essas matérias foram os juizes de paz, sendo que esses personagens não recebiam remuneração e não necessitavam ser profissionais. Além disso, tinham poderes que antes eram conferidos a diversos outros, tornando-os fortes agentes em prol da efetividade da justiça.

Entretanto, os juizes de paz não conseguiam “competir” com os chamados juizes de fora, letrados e com apoio de diversas entidades. Isso fez com que a procura pela mediação na época decaísse de forma drástica, já que os grandes processos eram entregues nas mãos dos ditos juizes de fora, desprestigiando os juizes de paz.

No contexto atual, a constituição de 1988 prevê que a justiça de paz será “composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.” (art. 98, II da CRFB).

Cabe ainda ressaltar que no mesmo artigo em seu inciso I a constituição prevê a criação dos Juizados Especiais Cíveis, conhecidos como Juizados de pequenas causas, como forma alternativa de resolução de conflitos perante a formalidade dos processos judiciários sem que, de forma alguma, sejam comprometidos direitos e garantias das partes envolvidas.

Nesse sentido, encontramos a mediação como uma maneira alternativa de resolução de conflitos, como um processo por meio do qual os litigantes buscam o auxílio de um terceiro imparcial que irá contribuir na busca pela solução do conflito.<sup>6</sup>

6 PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. A mediação no direito brasileiro: evolução, atualidades e possibilidades no projeto do novo Código de Processo Civil. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 89, jun 2011. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9685](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9685)>. Acesso em set 2016.

A história da mediação no Brasil tem seu início com o Projeto de Lei nº 4.827/98, proposto pela então deputada Zulaiê Cobra, sendo aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça no ano de 2002 e enviado ao Senado Federal, passando a ser conhecido como PLC 94.

Tal projeto tem como principal característica a institucionalização de um procedimento não obrigatório, que pode ser instaurado antes ou no curso do processo judicial, podendo o juiz tentar convencer as partes a tentarem a mediação extrajudicial para a resolução de conflitos. Sendo que, por fim, o acordo alcançado por meio da mediação, mesmo que extrajudicial, deveria ser homologado pelo juiz.

Então, foi elaborado um anteprojeto pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP) em 17 de setembro de 2001. Esse anteprojeto se dividia em duas partes: a primeira cuidando da mediação extrajudicial (mediação prévia) e a segunda regulando a mediação incidental, a qual ocorre depois de ajuizada a ação.

Ocorre que, os projetos supracitados foram fundidos em uma versão consensual (projeto de lei 94/02). Nessa versão consensual foi mantida a estrutura básica do anteprojeto da IBDP. Além disso, a nova versão incorporou a definição para o processo de mediação da deputada Zulaiê Cobra, com apenas algumas modificações, bem como a menção de que é lícita a mediação em toda a matéria que admita conciliação, reconciliação, transação ou acordo de outra ordem também que a mediação poderá versar sobre todo o conflito ou parte dele.

Evidentemente esse projeto sofreu diversas modificações significativas no decorrer dos anos. Modificações essas que foram fruto de intensos debates entre especialistas e agentes que trabalham na área. Entretanto, no que se refere aos aprimoramentos realizados, é necessário ressaltar que a opinião dos especialistas acerca de determinados aspectos do projeto segue sendo cética.

Por seguida, foi criada a Comissão de Especialistas no âmbito da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, com o intuito de construir um texto para produzir o chamado marco legal de mediação. Estruturaram-se então três frentes de atuação, a saber: (i) mediação judicial, (ii) mediação extrajudicial e (iii) aspectos gerais de mediação. Isso tendo como objetivo institucionalizar a mediação judicial e extrajudicial como instrumentos consensuais de realização da justiça. O material produzido pela Comissão foi enviado ao Congresso Nacional e foi denominado como PL 7169. Por conseguinte, houve uma audiência pública em abril de 2014 para se debater o projeto de lei.

Por fim, a lei foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, juntamente com a lei de arbitragem, sendo aprovada no dia 26 de junho de 2015 e entrando em vigor cento e oitenta dias após sua publicação ocorrida no dia 29 de junho de 2015. A partir daí, recebendo o número 13.140, de 2015 e ficando conhecida como “Lei de Mediação”.

## **1.2. Origem histórico da mediação em Cuba.**

No campo do direito de família em Cuba, há poucos estudos sobre a mediação, e menos ainda sobre a mediação familiar, sendo um assunto novo, de modo que o estudo desta instituição torna-se mais interessante, compreendendo alguma pesquisa sobre mediação, incluindo o Médio de Resolução Alternativa de Litígios, como é o caso do Dr. Armando Castanedo Abay em seu livro “Mediação, gestão e resolução de conflitos”.

Devido a isso, nos últimos anos, podemos ver um movimento em direção ao estudo deste meio alternativo de resolução de litígios.

Até agora, o problema dos conflitos ventilado em questões de família nos judiciados, são tratados através dos mecanismos estabelecidos para os processos cíveis, em que não é possível a aplicação de certos princípios próprios do processo de família. Juízes de família, portanto, utilizando suas ferramentas de trabalho que não são características dos processos de família, porque, apesar de que nossa Lei de Processos Cíveis conter algumas disposições que permitem ao juiz para executar uma tarefa de gestão no sentido de mediação, isso não é expressamente estabelecido.

No decorrer dos últimos anos o seu estudo sobre a matéria tem melhorado a partir da experiência que há alguns anos já tinham as Casas de orientação na mulher e na família, onde de *facto* se estava fazendo mediação comunitária, mas sem o nome mesmo da mediação, o que poderia se considerar como a referencia mais direta neste sentido. Porém, o tema ainda é desconhecido pela sociedade cubana por causa de sua pouca publicidade.

No final, no Direito de Família em Cuba, deve notar-se que não pode-se falar da existência de uma mediação como mecanismo de garantia no grau superlativo dos Interesses Superior das crianças.

## **2. MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA: UMA POLÍTICA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE O DESENVOLVIMENTO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.**

Neste tópico serão abordados pontos específicos dos programas comunitários de resolução de disputa que geram características capazes de diferenciar a mediação comunitária das demais práticas de mediação, e de maneira particular abordaremos os países da Cuba e o Brasil nesta linha de pensamento.

Ao abordar ela, aponta Fabiana Marion Splenger que sua função é reabrir os canais de comunicação interrompidos e reconstruir laços destruídos; nesse contexto, seu mais relevante desafio “é aceitar a diferença e a diversidade, o dissenso e a desordem por eles gerados. Sua principal ambição não consiste em propor novos valores, mas em restabelecer a comunicação entre aqueles que cada um traz consigo.”<sup>7</sup>

A comunidade pode ter um rol social muito forte caso as disputas ou conflitos que se geram nelas fossem resolvidas através das alternativas que facilitem a sua solução imediata. Desde o olhar da vizinhança ou da comunidade, a mediação tem uma função previsora e de prevenção dos futuros conflitos com uma alta probabilidade de se transformar em delitos, sendo um instrumento para o tratamento dos conflitos. Com esse método se promove a estimulação das pessoas a pensarem juntas em busca de uma solução que satisfaça os interesses de todos os envolvidos e valorize a participação popular, fazendo da mediação comunitária uma política pública que tem como foco dar poder aos atores comunitários para que eles sejam os responsáveis pelas decisões tomadas; é por isso que pode se falar que ela se realiza pela comunidade e para a comunidade, ocasionando um novo olhar para a forma como solucionar os conflitos, onde o interesse coletivo recebe destaque se sobrepondo ao interesse individual. Essa

7 SPENGLER, Fabiana Marion. A mediação comunitária enquanto política pública eficaz no tratamento dos conflitos. In: REIS, Jorge Renato dos; LEAL, Rogério Gesta (orgs.). Direitos sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos. Tomo 11. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011, p. 176.

onda de pensamento, também estimula a amizade, a fraternidade, solidariedade e conscientiza a parte envolvida que ela é capaz de tratar seu conflito de forma consensual e harmoniosa, sem precisar da intervenção do Poder Judiciário. O que não quer dizer que a parte não respeitará as normas jurídicas, mas ela terá liberdade para resolver seus próprios problemas e assim prevenir novos conflitos, pois as partes compreendem que através do diálogo conseguirão resolver seus conflitos e restaurar vínculos.

Acontece assim que quando na comunidade tem uma alternativa para a resolução dos seus conflitos como a mediação, as relações entre as pessoas melhoram e não se chega a ter um grau de contradição tão elevado que fique difícil a convivência na vizinhança. Assim, esse método incentiva o convívio e o estreitamento de laços entre as pessoas que convivem em um ambiente comum, o que pode gerar uma emancipação do próprio cidadão.<sup>8</sup>

O âmbito comunitário é, em si, um espaço de grande riqueza por sua aptidão em difundir e aplicar os métodos pacíficos de gestão de conflitos ou tramitação de diferenças. Nesse sentido, o desenvolvimento destes processos, assim como a transferência de ferramentas e técnicas específicas de mediação aos integrantes das comunidades, constituem um valioso aporte e um avanço concreto relativo à nossa maturidade como sociedade e colabora efetivamente em prol de um ideal de uma vida comunitária mais satisfatória.<sup>9</sup>

Na esfera comunitária podemos auferir muitos ganhos para todos os envolvidos na prática da mediação comunitária para que as partes conversem e tentem chegar a uma solução pacífica para um conflito. Já que quando as partes podem ouvir e expressar seus sentimentos e elas mesmas chegam a um denominador comum e, por fim, quem ganha é também a própria grei; o que torna diferente no Poder Judiciário, onde também através de uma terceira parte, mas nesse caso com poderes para decidir sobre as questões dos litigantes, que é de forma arbitrária e com base em parâmetros legais que o magistrado chega em uma conclusão para determinado caso onde os envolvidos precisam acatar e nesse processo acabam muitas vezes por terem a sua comunicação rompida.

Na mediação é de suma importância para uma melhor compreensão do tema a diferenciação de duas formas de atuação como mediador, onde há aqueles que são vinculados à instituições e aqueles que são denominados de cidadãos. Os primeiros, laboram exclusivamente em prol de entes estatais e seus mantenedores, com o intuito de desafogar os mesmos, atuando de forma de prevenção para que novos processos sejam impetrados. Além disso, possuem uma formação específica e visam atender um propósito preestabelecido.<sup>10</sup>

Já os mediadores cidadãos, possuem uma ideia de mediação um pouco distinta que os possibilitariam resolver contendas com mais autonomia, onde não possuem ligação nenhuma com as instituições públicas. Mas, agem no sentido de fazerem com que pessoas do seu meio de convivência voltem a se falar, agindo apenas como condutores dessa conversa, sem nenhum tipo de coação, atuando somente com a confiança neles imposta.

8 SPENGLER, Fabiana Marion. Fundamentos políticos da mediação comunitária. Ijuí: Editora Unijuí, 2012a.

9 FOLEY, Gláucia Falsarella. Justiça comunitária: por uma justiça da emancipação. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

10 WUST, Caroline. Mediação comunitária e acesso à justiça: as duas faces da metamorfose social. Santa Cruz do Sul: EssereNel Mondo, 2014.

Nesse sentido, os mediadores comunitários/cidadãos seriam aqueles que mesmo sendo grandes técnicos, são sobretudo gente da rua, aqueles que pensam seu lugar dentro de uma visão de conjunto, e querem organizar juntos com todos os outros uma vida em comum. Assim, o que tornaria a mediação comunitária tão especial é simplesmente o fato de ela ser exercida por um membro que está inserido na própria comunidade, que tem capacidade e foi escolhido justamente para atuar em favor para tornar mais harmônica as relações presentes nessa. E sendo a atuação do terceiro que realiza essa prática na forma de voluntariado, nota-se que ele age com os mais nobres sentimentos para auxiliar quem o procura.<sup>11</sup>

### 3. CUBA E BRASIL: MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA ENTENDIDA COMO PROCESSO DE FACILITAÇÃO DE DIÁLOGO NA COMUNIDADE.

Sem prejuízo de outras possíveis interpretações e, ainda, sem a intenção de esgotar o tema, é comum encontrar-se que o papel do mediador é restabelecer canais mínimos de comunicação entre as partes de modo a conduzir o debate produtivo entre elas e estimular a compreensão mútua pela apresentação de novos pontos de vista sobre a situação controvertida; tais percepções são extraídas da conversação instaurada podiam ser até então imperceptíveis por conta das falhas de comunicação inerentes ao estado conflituoso<sup>13</sup>.

A partir de tal perspectiva, a retomada da comunicação é vista como a finalidade maior da mediação: entende-se que ela é exitosa quando, por força da facilitação do diálogo, as pessoas podem retomar o diálogo de forma adequada<sup>14</sup>. Constituem diretrizes essenciais na mediação a participação das partes, a colaboração criativa entre elas e o resultado “ganha-ganha”.<sup>15</sup>

A história da mediação comunitária nesses novos moldes ainda é recente em Cuba e no Brasil, pois há um tempo é que começam a surgir iniciativas por parte de organizações comunitárias e também por parte dos tribunais para a implementação de meios de resolução alternativa de disputa de âmbito comunitário, mas ainda está faltando um longo caminho por recorrer.

Nesse viés, no Brasil o Conselho Nacional de Justiça se mostra importante para fomentar a criação de novas políticas públicas, principalmente através da resolução 125 de 2010, a qual estimula a resolução de conflitos por meios de soluções extrajudiciais, determinando, por exemplo, a criação de núcleos permanentes para solução de conflitos, garantindo a população o direito à resolução dos seus conflitos de forma adequada, analisando as peculiaridades de cada caso. Nesse ponto, a mediação comunitária pode ser considerada uma política pública de Estado, pois foi estabelecido juntamente para garantir o direito fundamental de acesso à justiça, inclusão e desenvolvimento social, pois proporciona as próprias partes a chance de tratar seus conflitos sem a intervenção estatal. Nessa linha, Fabiana Marion Spengler (2012, p. 230) nos ensina que:

11 SIX, Jean François. Dinâmica da mediação. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

12 CAPPELLETTI, Mauro. (org.), Access to Justice, v. II, livro 1, Milano: Sijthoff/Giuffrè, 1978, p.60.

13 CAPPELLETTI, Mauro. (org.), Access to Justice, v. II, livro 1, Milano: Sijthoff/Giuffrè, 1978, p.97.

14 SALES, Lília Maia de Moraes. Mediação de conflitos: família, escola e comunidade. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007, p. 35.

15 KOVACH, Kimberlee; LOVE, Lela. Mapping Mediation: The Risks of Riskin's Grid. v. 71. Harvard Negotiation Law Review, 1998, p. 14.

“a mediação comunitária pode ser apontada como uma política pública, uma vez que se trata de um “conjunto de programas de ação governamental estáveis no tempo, racionalmente moldados, implantados e avaliados, dirigidos à realização de direitos e de objetivos social e juridicamente relevantes”.

O novo CPC de 2015 trouxe, dentre as normas fundamentais do processo civil – Capítulo I do Título I, o compromisso do Estado com a busca de soluções consensuais para os conflitos de interesses, e no Capítulo X do Título III, se dedica às Ações de Família, pela previsão do artigo 694:

“Nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação.”

Demais disso, consideramos necessário refletir que em virtude do grau de subjetividade que comumente permeia os conflitos familiares, a Lei previu a interdisciplinaridade como característica principal e idônea da mediação familiar, pois é de importância suprema a complementaridade de saberes e aportes na condução do processo de diálogo e negociação assistidos, e com isso se potencializam as chances de êxito da mediação. Mas, além disso, é importante que o mediador estabeleça uma comunicação eficiente com as partes.

Por fim, no Brasil, espera-se que, com o passar do tempo e a incorporação dessa prática à cultura da sociedade civil, os cidadãos, os advogados e defensores públicos não mais distribuam ações judiciais de natureza familiar sem antes cogitar as possibilidades concretas de se construir consenso no âmbito da mediação extrajudicial, e para isso inúmeras câmaras privadas e comunitárias estão se constituindo no país todo com uma visão da generalização desta utilização de métodos alternativos de resolução de conflitos.

Por outro lado, Cuba ainda hoje não tem uma sistematização institucionalizada da mediação, mas em razão dessa dimensão da resolução dos conflitos pela via pacífica está se constituindo o serviço gratuito da mediação comunitária fornecido em ligação com as Casas de Orientação para Mulheres e da Família da Federação das Mulheres Cubanas, representando um contributo para as ações tomadas para impedir a violência na comunidade e promover uma cultura de paz. Essa instituição é uma organização não governamental que tem as suas dependências nas próprias comunidades. Ali as pessoas podem solicitar o serviço para a resolução dos seus conflitos harmonicamente no nível de família ou na vizinhança, pois os trabalhadores de lá têm a faculdade de aconselhar as partes a fazer a mediação.

No entanto, mesmo assim, é algo que não se desenvolve plenamente em sua totalidade, pois existem apenas três centros de atendimento e prática da mediação da comunidade, onde as Casas de Orientação podem enviar as famílias perante ela para a resolução de conflitos familiares, daí que precisa se modificar o contexto legislativo cubano e se adaptar esta nova era, no sentido de atingir a harmonia e estabilidade na família como a unidade fundamental da sociedade, maximizando o papel negocial das partes no seu próprio processo e da figura do juiz incentivados a mediação, assim como dar maior credibilidade e confiança à mediação nas comunidades, com a devida publicidade junto a uma maior culturalização da própria sociedade, pois as partes ainda mantêm a idéia de que só o judiciário é aquele que pode resolver os seus conflitos, e ainda



mais, o próprio judiciário em ambos países focos deste artigo, se há encarregado de demonstrar perante à sociedade que só ele é aquele que pode resolver o conflito.

### 3.1. O mediador comunitário

Um passo importante para o desenvolvimento de qualquer programa de mediação é a seleção dos mediadores. Essa etapa pode ser dividida em algumas fases como a definição das tarefas que o mediador deverá desempenhar, das qualidades necessárias para o cumprimento de tais tarefas e do tipo de treinamento que deverá ser ministrado aos mediadores selecionados.<sup>16</sup>

Em alguns programas, a exemplo do que ocorre nos comitês de mediação chineses, a escolha dos mediadores é feita diretamente pelos membros da comunidade, sendo os critérios de escolha a experiência, a maturidade e a sabedoria, razão pela qual grande parte dos mediadores é composta por trabalhadores aposentados.

Na Coreia há uma distinção entre três tipos de mediadores (ou agências de mediação): o mediador-juiz, que nada mais é do que um juiz que conduz a mediação; o comitê de mediação, composto por dois mediadores não-juizes e um mediador-juiz; e, finalmente o próprio tribunal de justiça. Quando uma ação é proposta e o tribunal a encaminha à mediação, ele mesmo pode decidir atuar como mediador, ou então designar um comitê de mediação para o caso.

Nos Estados Unidos, o mais comum é que se escolham os mediadores dentre voluntários da própria comunidade. Alguns programas, entretanto, preferem selecionar seus mediadores dentre estudantes de Direito, com o fundamento de que estes têm maior conhecimento específico para resolver as disputas trazidas à mediação. Há ainda estados norte-americanos nos quais existem normas que disciplinam o treinamento e a seleção dos mediadores. Na Flórida, a Suprema Corte do estado é responsável por estabelecer os padrões e procedimentos para qualificação, certificação, conduta profissional, disciplina e treinamento dos mediadores, e apenas os mediadores certificados podem ser selecionados para os programas de mediação.

No Brasil, o programa de mediação comunitária desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal adotou critérios bastante interessantes para a seleção de seus agentes. Após algumas experiências de aperfeiçoamento do modelo de seleção, adotou-se a opção do envio de cartas explicativas a entidades sociais, educacionais, religiosas, culturais e políticas de âmbito comunitário que foram convidadas a designar um ou mais voluntários para participar do projeto. Os voluntários indicados passaram então por uma entrevista de seleção e, posteriormente, por um treinamento em áreas específicas de Direito e em mediação.

Em Cuba, o projeto que se propõe para a implementação da Lei da Mediação, prevê que os mediadores têm que ser profissionais e receber uma preparação previa, assim como que eles passam a residir em locais específicos para a resolução dos conflitos familiares e ficariam em cada um dos municípios ou comunidades do país; sendo um aspecto importante que esses centros vão a atuar em plena coordenação com as Casas de orientação á Mulher e á Família que ficam em cada comunidade.

16 STULBERG, Joseph B. & MONTGOMETY, Ruth. Design Requirements for Mediator Development Programs. In: Hofstra Law Review. Sine loco, Hofstra Law, 1987, p. 503.

Nesta lógica alternativa, propõe-se em Cuba uma abordagem de Justiça enquanto necessidade humana, possível de ser satisfeita pelos próprios sujeitos, responsáveis e desejantes de uma emancipação, por meio do diálogo e de práticas restaurativas, daí a verossimilitude dos métodos comunitários de composição de conflitos, pois essas pessoas que trabalham nessas casas de orientação são voluntárias da própria comunidade que se capacitam com regularidade nos problemas da comunidade mesma. Assim se elabora um programa específico de trabalho onde participam com os dirigentes dela comunidade pra elaborar um programa de ações, diferente pra cada lugar e baseado nas características dela.

Esses colaboradores voluntários fazem orientação às famílias e entrevêm nos seus problemas pra de conjunto achar a melhor solução, daí a idéia que se tem do sentido de que de fato já se faz mediação comunitária em Cuba há muito tempo, além da não existência de uma Lei de Mediação. Neste contexto, começa a se a pensar que esta prática comunitária possibilitava a horizontalidade no compartilhamento dos conflitos sobre diálogo, e nessa forma se propiciava o fortalecimento dos laços entre as pessoas, revelando um reposicionamento frente às diferenças, a elaboração de novas estratégias para lidar com conflitos e o desenvolvimento de um novo sentido de comunidade.

Esta experiência promoveu a ideia de dar um serviço gratuito de mediação comunitária em colaboração com essas Casas de orientação, e assim começa-se a trabalhar a proposta que hoje se têm no sentido de que as pessoas da comunidade que acudissem ali pra buscar uma solução a seus conflitos, fossem encaminhadas pelas próprias colaboradoras desses locais aos centros de mediação das comunidades.

Mas, apesar da racionalidade da proposta, visando regulamentar a prática da mediação comunitária em Cuba, sem sucesso ainda, é importante atentar para o fato de que em regra, quando o mediador atua na comunidade o problema das famílias é vislumbrado desde o meio interno da mesma e por pessoas que pertencem a ela, nem sempre a sua posição é imparcial. Contudo, sua atuação é considerada por todos como justa, pois por estar inserido na rede social, o mediador tem um contato anterior com as partes, por relações de parentesco, de vizinhança ou de convívio social. Essas relações apesar de afetarem, em maior ou menor grau, a parcialidade do mediador, são irrelevantes no âmbito comunitário, pois a própria comunidade reconhece o mediador como uma figura neutra. Isso ocorre de forma mais acentuada nos programas em que a própria comunidade escolhe o mediador ou legitima sua escolha.<sup>17</sup>

Nesse sentido, se estabelece uma forte harmonia com as partes<sup>18</sup>, pois ele está ligado ao grau de liberdade experimentado na comunicação, ao nível de conforto das partes, ao grau de precisão do que é comunicado e à qualidade do contato humano que se estabelece, por essa razão, a escolha de mediadores inseridos na rede social comunitária facilita a promoção da harmonia na mediação, uma vez que existem mais fatores de identidade entre o mediador e as partes.

Contudo, apesar desta regra não ter sido ainda formalmente implementada, hoje já Cuba tem criado três centros para a resolução dos conflitos familiares de forma voluntária, fácil, alternativa y não adversaria.

17 PERKOVICH. Op. cit. p. 324.

18 Idem, pag.88.

## CONCLUSÕES

Como se procurou demonstrar ao longo do artigo, a mediação comunitária como meio de acesso à justiça representa um empoderamento da comunidade.

A mediação comunitária possui diversas características próprias que a distinguem de outras práticas de mediação, como por exemplo, a conciliação nos Juizados Especiais e a mediação para-processual, e a principal delas, que é ao mesmo tempo causa e consequência dos fatores diferenciais da mediação comunitária, é a inserção de tais programas no contexto social da comunidade, o que possibilita a ampliação dos objetivos da mediação.

Assim, facilita o acesso à justiça aos membros da comunidade, e promove a preservação do conjunto de valores desta e a manutenção de sua harmonia interna, pois sua prática permite que os membros da comunidade atuem de forma mais ativa na resolução de seus conflitos, ganhando independência, e a partir do momento em que a comunidade passa a ser menos dependente do Estado para a resolução de seus conflitos, começa a se criar um ambiente propício ao exercício da cidadania pelos membros dessa comunidade.

Por fim, quanto mais uma sociedade se funda no individualismo em detrimento dos valores comunitários, mais legalista é a sua cultura. Por outro lado, é demonstrado pelo estudo, que quanto mais uma sociedade cultiva valores comunitários, maior é a probabilidade de que ela desenvolva, espontaneamente, alternativas internas de resolução de disputas.

O Brasil já começa a demonstrar sinais desse processo. Nota-se que a expressão “procurar a justiça” torna-se cada vez mais um sinônimo de propor uma ação judicial, e a essência desta está cada vez mais distante da realidade vivida nas comunidades, pois as suas políticas públicas são impostas artificialmente nas comunidades para atender a política de gestão do Judiciário. Contudo pode se concluir que a mediação é imposta de cima pra baixo, pois o judiciário se apropriou dos meios alternativos de resolução dos conflitos pra continuar com a concentração do poder, e assim hoje a mediação é mais um ato processual.

Em Cuba ainda hoje não tem uma sistematização institucionalizada da mediação, sendo necessário modificar o contexto legislativo cubano e se adaptar esta nova era, no sentido de atingir a harmonia e estabilidade na família como a unidade fundamental da sociedade, maximizando o papel negocial das partes no seu próprio processo e da figura do juiz incentivados a mediação. Além disso, também é importante que as normas legais em matéria familiar se aperfeiçoem no sentido de permitir a utilização da mediação oferecendo a possibilidade que o judiciário possa avaliar e dar força executiva ao acordo extrajudicial alcançado pelas partes sempre que cumpra os requerimentos legais.

Por fim, os programas de mediação comunitária representam uma tentativa de resgatar valores sociais cada vez mais escassos no âmbito da comunidade. Representam a proposta da redução da competitividade individual, expressada por uma busca infundável por poder aquisitivo, em favor do compartilhamento da responsabilidade pelos problemas existentes na sociedade.

Em conclusão, pode-se afirmar com segurança que as soluções extrajudiciais, em especial a arbitragem e a mediação, representam o avanço do processo civilizatório

da humanidade, que, de maneira consciente, busca mecanismos de pacificação social eficientes. A mediação – mercê de demandar dos litigantes uma participação mais ativa na resolução de suas divergências – representa um significativo avanço. Por isso a fixação de um marco legal regulatório em Cuba contribuirá inequivocamente para a promoção e assimilação da cultura de métodos adequados de solução de conflitos e carrega, a um só tempo, perspectiva de racionalidade para a jurisdição estatal, hoje tão assoberbada com o decantado volume de processos, e a revalorização dos termos da mediação na Lei de Mediação no Brasil, assim como a escassa menção que se faz nela ao que respeita a mediação comunitária e sua prática, revela o *facto* que ainda deve-se continuar nos estudos desse instituto no sentido de fazer um deslinde entre o Poder Judiciário e a mediação, pois o mediador de hoje é só um apêndice do próprio órgão, porém o mediador comunitário na sua natureza é bem diferente, pois ele tem que ter autonomia pra conseguir a confiança da população de comunidade aonde vai a agir.

Contudo, faz-se necessária uma mudança de paradigma dos autores do processo, não só das partes se não também dos próprios advogados, pois ainda não se tem a mentalidade capaz de entender à mediação como uma possibilidade de melhorar à sociedade.

## REFERÊNCIAS

AUERBACH, Jerold. *Justice without law?* Oxford: Oxford University Press, 1983.

DEUTSCH, Morton. *The resolution of conflict: constructive and deconstructive processes.* New Haven: Yale University Press, 1973.

HEEDEN, Timothy & COY, Patrick G. *Community mediation and the court system: the ties that bind.* In: *Mediation Quarterly*, Volume 17, Number 4.

MOORE, Christopher. *O processo de mediação.* Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1998.

AGUIAR, Carla ZamithBoin. *Mediação e Justiça Restaurativa – A Humanização do Sistema Processual como Forma de Realização dos Princípios Constitucionais.* São Paulo: QuartierLatin do Brasil. 2009.

ARGENTINA. *Ley nº 24.573 de 1996 – Establécese la mediación y conciliación previa a todo juicio.* Disponível em: <<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/25000-29999/29037/norma.htm>>. Acesso em 02.03.2015.

\_\_\_\_\_. *Ley nº 26.589 de 2010 - Establécese con carácter obligatorio la mediación previa a procesos judiciales.* Disponível em <<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/165000-169999/166999/norma.htm>>. Acesso em 02.03.2015.

BOURDIEU, P. *A Economia das trocas simbólicas*, Sérgio Miceli (org.), 3ª. Edição, São Paulo: Perspectiva, 1992.

NOTINI, Jessica. *Small claims mediation programs.* In: *Mediate.com* [Internet] <http://mediate.com/articles/notini.cfm> [Capturado em 01/08/03].

PERKOVICH, Robert. *A comparative analysis of community mediation in the United States and the People's Republic of China.* In: *Temple International and Comparative Law Journal*. Sine loco, Temp. Int'l & Comp. L.J., 1996.

PERRONI, Otávio Buzar. *Perspectivas de Psicologia Cognitiva no Processo de Mediação.* Supra, neste volume.

SOUZA, Janderson Lemos de. Apoderamento ou Empoderamento?. In: Organização Brasileira de Juventude (OBJ) [Internet] <http://www.obj.org.br/revistaobjnoticiasanteriores/artigos/apoderamento.htm> [Capturado em 17/10/03].

SLAIKEU, Karl. When push comes to shove: a practical guide to mediating disputes. San Francisco: Ed. Jossey-Bass, 1996.

STULBERG, Joseph B. & MONTGOMERY, Ruth. Design requirements for mediator development programs. In: Hofstra Law Review. Sine loco: Hofstra Law, 1987.

WOO, Kwang-Taeck. A comparison of Court-Connected Mediation in Florida and Korea. In: Brooklyn Journal of International Law. Nova York: Brooklyn Law School, 1997.

PIRES, Amom Albernaz. Mediação e conciliação: breves reflexões para uma conceituação adequada. In: AZEVEDO, André Gomma de (org.). Estudos em arbitragem, mediação e negociação. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

MOORE, Christopher. O Processo De Mediação. Porto Alegre: Ed. ArtesMédicas, 1998.

PERKOVICH, Robert. A Comparative Analysis of Community Mediation in the united states and the People's Republic of China. In: Temple International and Comparative Law Journal. Sine loco, Temp. Int'l & Comp. L.J., 1996.

AUERBACH, Jerold. Justice Without Law? Oxford, Oxford University Press, 1983.

NOTINI, Jessica. Small Claims Mediation Programs. In: Mediate.com [Internet] <http://mediate.com/articles/notini.cfm> [Capturado em 01/08/03].

[17] WOO, Kwang-Taeck. A Comparison of Court-Connected Mediation in Florida and Korea. In: Brooklyn Journal of International Law. Nova York: Brooklyn Law School, 1997.

BRAGA, Ana Livia Figueiredo; ALECRIM, Kennedy Gomes de. *A Mediação*. In: BOMFIM, Ana Paulo Rocha do; MENEZES, Hellen Monique Ferreira de. MESCO - Manual de Mediação, Conciliação e Arbitragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p.53-68.

BRAGA NETO, Adolfo. *Mediação de Conflitos: Conceito e Técnicas*. In: LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SALLES, Carlos Alberto de; SILVA, Paulo Eduardo Alves da (Coord.). Negociação, Mediação e Arbitragem: Curso básico para programas de graduação em Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2012. pp. 103-125.

BRASIL. *Código de Processo Civil*. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15869compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15869compilada.htm)>. Acesso em 02.06.2015.

\_\_\_\_\_. *Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 125/2010*. Disponível em <<http://cnj.jus.br/programas-e-acoas/conciliacao-mediacao/legislacao>>. Acesso em 02.03.2015.

\_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Saraiva. 2014.

*Lei nº 13.140/2015 - Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública*. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm)>. Acesso em 25.07.2015.

CARAM, Maria Elena; EILBAUM, Diana Teresa; RISOLÍA, Matilde. *Mediación - Diseño de una Práctica*. Buenos Aires: Librería Histórica, 2006.

## MEDIAÇÃO PENAL: UMA VIA DE ACESSO À JUSTIÇA CRIMINAL HUMANIZADA

**ANA PAULA FARIA FELIPE**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação  
em Direito da Universidade Estácio de Sá  
Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais  
anapaula@fariafelipe.com.br

### **RESUMO:**

Os movimentos sociais transformam, constantemente, a ordem jurídica, que busca fornecer respostas efetivas às demandas das sociedades contemporâneas por justiça. Neste painel, se insere a Mediação como forma alternativa de resolução dos conflitos criminais. O presente artigo faz uma breve conceituação do referido instituto e propõe que alguns dos delitos previstos na Lei nº 11.340/2006 venham a ser tratados a partir da investigação dos conflitos familiares. Aborda, ainda, a Mediação Penal como via de Acesso à Justiça através da implementação de um processo democrático que, através do diálogo, da cooperação, da compreensão, da disponibilidade, da autonomia, pode-se chegar a respostas mais satisfatórias e menos desgastantes para o Direito Penal.

**Palavras-chave:** Mediação de Conflitos; Mediação Penal; Acesso à Justiça.

### **ABSTRACT:**

Social movements transform constantly the law, which seeks to provide effective responses to the demands of contemporary societies for justice. This panel is part Penal Mediation as an alternative means of resolving criminal conflicts. This article makes a brief conceptualization of this institute and proposes that some of the offenses set forth in Law 11.340/2006 will be dealt with from the investigation of family conflicts. It also addresses the Criminal Mediation as a way of Access to Justice that through the implementation of a democratic process that, through dialogue, cooperation, understanding, availability, autonomy, can arrive at more satisfactory and less stressful responses For Criminal Law.

**Key-words:** Conflict Mediation; Criminal Mediation; Access to Justice.

## INTRODUÇÃO

O Poder Judiciário vem buscando fornecer respostas efetivas aos problemas das sociedades contemporâneas. E, por outro lado, o Estado vem demonstrando a sua incapacidade de monopolizar a solução das demandas sociais. Consequentemente, tendem a se desenvolver procedimentos alternativos para dirimir os conflitos, como a arbitragem, a conciliação, a negociação e, com especial destaque nesse momento, a mediação (Lei 13.140 de 26 de junho de 2015 e o Código de Processo Civil/2015).

A aplicabilidade da Mediação de Conflitos está sendo adaptada à realidade brasileira, não só pelas características próprias da nossa sociedade, mas, principalmente, por ter sido regulamentada há pouco mais de um ano. Registre-se que o Código de Processo Civil/2015 entrou em vigor na data de 18 de março de 2016.

No âmbito do Direito Penal, novos esforços também se fazem necessários para pleitear o cumprimento das promessas democráticas ainda não realizadas na modernidade. Começou-se, assim, desde 2009, a trabalhar o conceito de Justiça Restaurativa, cujo desenvolvimento se deu de forma mais ampla a partir do envolvimento direto da Organização das Nações Unidas - ONU<sup>1</sup>.

Nesse processo, tem-se a implantação de núcleos de justiça restaurativa e de mediação penal como medida alternativa à solução de conflitos criminais. Contudo, esses núcleos ainda não possuem um arcabouço científico e até há pouco tempo não eram regulamentados por lei. A Lei de Mediação é recente, sendo necessário que os Núcleos já implantados passem por uma adaptação e ajuste.

O presente trabalho é fruto das pesquisas realizadas até o momento para a construção da tese de doutorado intitulada "Mediação Penal: uma via de Acesso à Justiça Criminal Humanizada", que se pautará na análise da eficácia e na pertinência da utilização da Mediação na solução de parte dos conflitos que envolvem a aplicação da Lei 11.340/2006, como fator de legitimação de um "novo" meio de Acesso à Justiça para a solução humanizada de conflitos criminais, levando-se, assim, à delimitação do tema e, consequentemente, da pesquisa. A proposta é que parte dos conflitos criminais previstos na referida Lei venham a ser tratados a partir da investigação dos conflitos familiares. A metodologia a ser utilizada caracteriza-se pelo pluralismo com vistas a garantir a objetividade necessária ao tratamento das relações sociais no contexto da Mediação Penal como acesso à Justiça Criminal Humanizada. Para tanto, o trabalho em andamento está sendo desenvolvido através de uma pesquisa bibliográfica, pesquisa de estudo de casos e pesquisa de campo.

Destarte, delineamos o conceito de Mediação Penal, analisamos a possibilidade da sua utilização como instrumento alternativo para a resolução de parte dos conflitos que envolvem a Lei 'Maria da Penha', bem como pontuamos esse instituto como via de Acesso à Justiça. No item 3, discorreremos sobre a trajetória da pesquisa que está sendo desenvolvida no doutorado e pontuamos algumas considerações finais.

<sup>1</sup> Resolução 1999/26 (de 26/07/1999), Resolução 2000/14 (de 27/07/2000) e a Resolução 2002/12 (24/07/2002).

## 1. MEDIAÇÃO PENAL

### 1.1 Conceito

A Lei 13.140/2015 considera a Mediação como “a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia”<sup>2</sup>.

Segundo CERETTI e PISAPIA “*apud*” Leonardo Sica,

A expressão mediação, do latim antigo *mediare* (dividir, abrir ao meio) é adaptada para indicar a finalidade de enfrentar dinamicamente uma situação problemática e abrir canais de comunicação bloqueados; refere-se a uma atividade em que uma parte terceira, neutra, ajuda dois ou mais sujeitos a compreender o motivo e a origem de um conflito, a confrontar os próprios pontos de vista e encontrar uma solução, sob a forma de reparação simbólica, mais do que material (CERETTI, 1997, PP.91-92). A mediação visa restabelecer o diálogo entre as partes para poder alcançar um objetivo concreto: a realização de um projeto de reorganização das relações, com resultado o mais satisfatório possível para todos (PISAPIA, 1997, p. 05). (SICA, 2007, p.46)

Para a psicóloga e mediadora Berenice Brandão Andrade<sup>3</sup>,

Mediação é como água. Se utilizada no momento certo impede que o incêndio se torne devastador. Depois de deflagrado, o incêndio deixa problema de difícil solução e marcas que exigem, às vezes, uma vida inteira para apagar.

Mediação é como medicamento. Se ministrada no momento exato, evita dores intraduzíveis, além de sempre ter sido fundamental em todas as épocas da humanidade.

Consideramos que a *Mediação Penal* consiste no processo informal e flexível, onde se insere a figura de um terceiro imparcial – mediador – que age com a finalidade de recompor um conflito. O mediador desenvolve seu trabalho de uma posição imparcial, tentando obter o melhor das partes, empoderando-as e ajudando-as a buscar as qualidades de cada um dos mediados para que o olhar acusatório dê lugar ao olhar de compreensão e compaixão. O mediador conduz o processo na tentativa de ajudar as pessoas envolvidas a restabelecer o diálogo e lhes sugerindo que encontrem uma solução satisfatória para todos.

A mediação penal, como instrumento de uma Justiça Restauradora, é uma alternativa ao poder punitivo do Estado que, quando bem aplicada/desenvolvida, pode ajudar a diminuir o sofrimento das pessoas envolvidas no delito, a reduzir a insegurança e o medo da sociedade.

Afirma Leonardo Sica:

Enfim, revendo as experiências de justiça restaurativa – que é moldura conceitual que viabiliza a mediação em matéria penal – no Canadá e Nova Zelândia, Oxhorn e Slakmon sugerem que esta pode oferecer um lócus concreto para democratizar a justiça e construir cidadania civil de baixo para cima (*Idem*,

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm).

<sup>3</sup> ANDRADE, Berenice Neide Brandão. MPMG Jurídico - Revista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, p.10. Edição Especial Mediação/2012.



p. 205); considerando-se que a mediação pode ser tida como a atividade que melhor realiza os princípios da justiça restaurativa, abre-se chance real para que a mediação assegure a continuidade democrática e integre a cidadania brasileira, preenchendo o vácuo democrático criado pelo atual sistema de justiça. (SICA, 2009, p.315)

A supracitada lei, que dispõe sobre a Mediação como meio de solução de controvérsias, em seu artigo 2º, define como princípios deste instituto: imparcialidade do mediador, isonomia entre as partes, oralidade, informalidade, autonomia da vontade das partes (voluntariedade), busca do consenso, confidencialidade e boa-fé.

Os princípios da Mediação não são taxativos, se estendem ao âmbito de aplicabilidade do conflito (internacional, trabalhista, empresarial, organizacional, familiar, penal, escolar etc.), bem como possuem princípios específicos em cada uma de suas Escolas. Podemos afirmar que o instituto da Mediação tem como pedra angular o princípio da dignidade humana, sendo, também, um instrumento de aplicabilidade dos princípios e garantias constitucionais.

## 1.2 A mediação no âmbito da violência doméstica

### *a) Resistência em aceitar a mediação no âmbito da violência doméstica*

A Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - SEV), bem como aqueles profissionais que atuam nesta área, são resistentes ao uso da mediação no âmbito da violência doméstica. Alguns argumentam que a mulher estaria em posição de desigualdade na relação, não aceitam conversar com o agressor e não acreditam que a mediação poderá extinguir a violência doméstica porque, ainda aqui, aplica-se, ao marido/companheiro, a teoria do inimigo do direito penal.

Alguns profissionais que atuam de forma ativa no campo da violência contra as mulheres, acreditam que ocorrerá uma separação entre a vítima e o ofensor e que estes não conviverão a partir daquele momento. Entretanto, o que se verifica, normalmente, é a existência de uma relação familiar complexa e doente, cujos laços afetivos se desgastaram, seja pela própria violência existente ou pelo decurso do tempo (escalada de conflitos não resolvidos ou mal resolvidos → escalada de violência doméstica). Em sua maioria, esses casais possuem filhos e, ainda que separados, terão que resolver juntos, os assuntos relacionados aos menores. Nesses casos, melhor que a convivência seja baseada num patamar mínimo de respeito e sem agressões físicas ou morais. Necessário que os envolvidos recebam tratamento adequado. Há que salientar, também, a ocorrência dos conflitos domésticos entre filhos e mães, netos e avós e entre irmãos. Perguntamos: Como romper o vínculo afetivo entre uma mãe e um filho, por exemplo? Como aceitar uma solução que mantenha ou fomente, ainda mais, a ruptura de um laço familiar? Será este o melhor caminho? São questionamentos que devemos pensar, estudar, pesquisar, antes de responde-los! Nas supracitadas situações, necessário que se entenda que todos precisam de um tratamento do sistema familiar, mesmo que vítimas e ofensores passem a residir em casas separadas.

O que se tem observado, na prática, é que a mediação, respeitando os dispositivos da lei 11.340/2006, pode evitar, em muitos casos, que a violência (física, moral ou psicológica) permaneça ou cresça.

*b) A mediação no âmbito da violência doméstica*

O artigo 41 da lei 11.343/2006 exclui da competência dos Juizados Especiais Criminais aqueles crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher. Entretanto, as contravenções penais (tais como, a perturbação e outros) ficam a cargo da Lei 9.099/95. Embora o legislador tenha atribuído tratamento mais rigoroso àqueles que praticam infrações contra as mulheres no ambiente familiar, sabe-se que, na prática, é difícil que alguém seja preso por esses delitos ou que a prisão se estenda além de alguns dias ou meses. Isto torna a situação ainda mais delicada e provoca o medo e insegurança na vítima.

Outra questão a ser levada em consideração é que a maioria dos crimes decorrentes de violência doméstica tem como pano de fundo o uso de álcool e/ou de drogas. Destarte, a aplicação pura e simples da lei “Maria da Penha” não consegue resolver tal situação.

Importante ressaltar que, nos conflitos criminais familiares, deve-se levar em conta, dentre outras situações: (1) a existência de uma relação familiar onde vítima e ofensor continuarão a conviver, principalmente quando estes possuem filhos. Como contornar e administrar esse problema? (2) há conflitos domésticos entre filhos e mães, netos e avós e entre irmãos; (3) nos conflitos que envolvem a Lei Maria da Penha, em muitos casos, a ofendida não quer se separar do agressor ou, quando ocorre a separação, esta não perdura muito tempo. Este é um ponto recorrente dentro das delegacias de repressão aos crimes contra a mulher. É uma razão pela qual leva as ofendidas a, muitas vezes, nem efetivarem o Boletim de Ocorrência.

Por todas as supracitadas situações, a mediação pode ser mais uma ferramenta a ser oferecida para sanar os conflitos criminais familiares, podendo ser considerada um instrumento efetivo de pacificação social, de solução e prevenção de litígios.

Ademais, enganam-se aqueles que desconhecem o ofensor de hoje como uma vítima do passado e que eles também precisam ser ouvidos e mais, carecem de receber um tratamento humanizado e, na maioria das vezes, precisam ser tratados clinicamente e de um acompanhamento ou monitoramento médico e/ou psicológico.

Pesquisas atestam que os atuais ofensores foram vítimas de alguma violência no passado. Nesta linha, Malvina Muszkat:

Estudos comprovam que o ciclo da violência começa cedo na vida das pessoas. Começa quando crianças, filhos de famílias “disfuncionais”, sentem-se desamparados e não encontram no seu ambiente razões para crer que são importantes. Começa quando crianças são abusadas pelos adultos, moral ou fisicamente, seja como observadores ou vítimas diretas, e vão atuar essa violência (como vítimas ou agressores) expressando um padrão aprendido, uma espécie de “herança familiar”, para o qual foi cunhado o termo “violência intergeracional”, que já tende a se reproduzir de geração em geração. Uma enorme pesquisa nacional realizada em 1990 nos Estados Unidos com famílias violentas concluiu que os “filhos dessas famílias praticam 1000% mais violência nas famílias que constituem do que filhos de famílias não violentas”. (Muszkat, 2003, p.24/25)

Reforça-se que não estamos aqui a banalizar o enorme avanço conquistado pela Lei “Maria da Penha”, nem mesmo criticar ou afirmar que o afastamento do agressor do círculo familiar não seja necessário. Precisamos, sim, ser coerentes com a realidade

que ocorre diariamente dentro das delegacias e Juizados de violência doméstica para não cairmos no descaso de uma situação grave ou movimentar a Justiça em situações, inicialmente, desnecessárias (como, por exemplo, quando a suposta vítima quer apenas “dar um susto” no companheiro ou quer que o delegado passe um “sermão” no mesmo).

Utilizar da mediação penal dentro das delegacias especializadas ou nos Juizados de violência doméstica faz com que se possa oferecer um tratamento individualizado, ou seja, a cada conflito dar-se-á encaminhamento especializado e necessário. A mediação oferece recursos mais flexíveis para inquirir as circunstâncias do caso concreto e, durante o seu procedimento, podem-se restaurar as partes afetadas pelo delito (vítima direta, vítima indireta e ofensor).

As pesquisas realizadas até o momento, bem como os projetos de núcleos de mediação implantados vêm demonstrando que aplicar a mediação penal no âmbito da violência doméstica auxilia a resolução de conflitos e de crimes, a diminuir a violência e a sanar dores.

## 2. MEDIAÇÃO PENAL COMO VIA DE ACESSO À JUSTIÇA

O Princípio Constitucional do Acesso à Justiça é de ampla definição e há muito tempo vem sofrendo transformações para acompanhar as demandas da sociedade moderna. Contudo, é primordial que o sistema jurídico seja *efetivamente* acessível a todos e, principalmente, que possa oferecer *resultados individualizados e socialmente justos* aos envolvidos em um conflito.

O Programa “Reforma do Judiciário”, do Ministério da Justiça, considera o Acesso à Justiça

Um direito humano e um caminho para a redução da pobreza, por meio da promoção da equidade econômica e social. Onde não há amplo acesso a uma Justiça efetiva e transparente, a democracia está em risco e o desenvolvimento sustentável não é possível. Assim, a ampliação do acesso à Justiça no Brasil é uma contribuição certa no sentido da ampliação do espaço público, do exercício da cidadania e do fortalecimento da democracia. A democratização do acesso à Justiça não pode ser confundida com a mera busca pela inclusão dos segmentos sociais ao processo judicial. Antes disso, cabe conferir condições para que a população tenha conhecimento e apropriação dos seus direitos fundamentais (individuais e coletivos) e sociais para sua inclusão nos serviços públicos de educação, saúde, assistência social, etc., bem como para melhor harmonização da convivência social. (...)⁴

Em 2005, a Secretaria de Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) firmaram um acordo para implantar a Justiça Restaurativa nas cidades de São Paulo, Brasília, Porto Alegre e São Caetano do Sul através do Projeto “Promovendo Práticas Restaurativas no Sistema de Justiça Brasileiro”. Conforme se extrai do texto do referido Projeto⁵:

O sistema penal brasileiro vivencia uma crise que reclama a busca de novas alternativas, defende o texto do projeto “Promovendo práticas restaurativas no sistema de Justiça brasileiro”, (...). A Justiça Restaurativa consiste na “aplicação de

4 Portal do Ministério da Justiça. Disponível em: <http://www.portal.mj.gov.br>.

5 Disponível em: <http://www.pnud.org.br>.

métodos de negociação e mediação na solução de conflitos penais, por intermédio da inclusão da vítima e comunidade no processo penal”, de maneira a “conciliar os interesses e expectativas de todas as partes envolvidas no problema criminal, por meio da pacificação da relação conflituosa” que originou o delito.

O Ministério da Justiça fez um mapeamento de programas de Acesso à Justiça por Sistemas Alternativos de Administração de Conflitos e, conforme expõe Sica, concluiu que as formas alternativas de resolução de conflitos devem ser consideradas:

como mecanismo complementar que pode ajudar a, cada vez mais, produzir espaços em que a gestão social de interesses antagônicos se faça com base no direito, no respeito aos direitos fundamentais, desvalorizando assim as formas violentas e opressivas de resolução de disputas, sempre tão presentes na sociedade brasileira. (SICA, 2007, p.154)

Por ‘Acesso à Justiça’, entende-se o acesso a uma ordem jurídica justa e, por ser um Princípio Constitucional Fundamental (artigo 5º, XXXV da Constituição Federal de 1.988), tal conceito tem sido ampliado para assegurar, aos indivíduos, não só o direito de ação, mas o efetivo direito à Justiça célere, individualizada, com respostas efetivas, e, nesse painel, se insere a resolução de conflitos por meios alternativos.

É nessa concepção que se inclui a mediação penal como via legal por ser uma alternativa democrática, de forma a fomentar o exercício da cidadania, uma vez que legitima as partes envolvidas no conflito a se reconhecerem como autores da criação de um “Direito” que atenda às suas pretensões, a um acordo equilibrado, construído e não imposto.

### **3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA DE DOUTORAMENTO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* DA UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ/RJ<sup>6</sup>**

O presente artigo é parte da minha tese de doutorado, “Mediação Penal: uma via de Acesso à Justiça Criminal Humanizada”, que pretende fazer uma análise do referido instituto como implementação de um processo democrático que, através do diálogo, da cooperação, da compreensão, da disponibilidade, da autonomia, pode-se chegar a respostas mais satisfatórias e menos desgastantes para o Direito Penal.

A hipótese que orienta a tese de doutorado pauta-se na demonstração que o instituto da Mediação Penal amplia os propósitos do ordenamento jurídico na medida em que instrumentaliza os direitos humanos possibilitando uma “nova” forma de acesso a uma Justiça Criminal Humanizada, bem como democratiza o Poder Judiciário. Para tanto, propomos que os delitos previstos na Lei nº 11.340/2006 venham a ser tratados a partir da investigação dos conflitos familiares. Examinaremos a eficácia e a pertinência da aplicação da Mediação na resolução de tais conflitos como um legítimo instrumento do princípio da dignidade humana. Importante ressaltar que todas as pesquisas, bem como a aplicação da mediação no âmbito da justiça criminal respeitam a legislação brasileira.

6 Linha de Pesquisa ‘Acesso à Justiça e Efetividade do Processo’. Início em março/2015.

### 3.1 Fundamentação Teórica

O trabalho está sendo construído a partir de pesquisas bibliográficas já realizadas durante a pesquisa de dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPSGD/UFF).

Pautamos a pesquisa, inicialmente, nas bibliografias referentes às quatro Escolas Clássicas de Mediação: (1) Willian Ury e Roger Fisher (Teoria da Escola Linear de Harvard); (2) Folger e Bush (Teoria da Escola Transformativa); (3) Sara Cobb (Teoria Circular Narrativa) e (4) Jorge Pesqueira Leal (Teoria da Escola Associativa).

Contaremos, também como referencial teórico, com: (1). O estudo dos livros da autora, psicóloga e mediadora, Berenice Brandão Andrade, que possui larga experiência profissional, trabalhando há mais de 30 anos com a mediação no Brasil e no exterior. Suas obras tratam, com profundidade, as relações humanas, em especial o tratamento humanizado das relações familiares. Traz, com o olhar da psicologia, uma visão interdisciplinar do conflito. (2). Para compreender a mediação e trazê-la para o âmbito dos conflitos criminais familiares, essencial trabalhar com a obra 'Mediação Familiar' da autora Lisa Parkinson. (3) Contamos com o aporte dos autores Mauro Capelletti e Bryant Garth possibilitando trabalhar o Acesso à Justiça dentro de uma visão a possibilitar, ao cidadão, um sistema jurídico acessível a todos e que gere resultados justos, céleres e eficazes, bem como o estudo da problemática do acesso à justiça além dos limites dos órgãos jurisdicionais.

A partir dessa análise será possível verificar qual teoria melhor se aplica à Mediação Penal, para que esta seja uma "nova" via de acesso à Justiça Criminal Humanizada no Brasil.

### 3.2 Resultados Parciais Alcançados

O trabalho empírico desenvolvido até o momento, no Núcleo Preventivo de Mediação Penal, através dos primeiros resultados alcançados, demonstra que o instituto da Mediação, respeitando os rigores da lei, é um método eficaz na solução dos conflitos criminais, em especial, no âmbito da "Lei Maria da Penha", possibilitando a diminuição da violência e buscando sanar dores. Percebe-se, assim, que o tratamento do conflito criminal familiar, em seus vários aspectos, pode acarretar a redução ou extinção da reincidência no âmbito penal.

Um outro ponto que nos leva a propor que os delitos previstos na Lei nº 11.340/2006 venham a ser tratados a partir da investigação dos conflitos familiares é que as medidas protetivas visam reprimir tão somente o ato delituoso previsto na referida lei, não tratando, assim, o conflito. O que faz com que aumente a angústia, insegurança e medo da vítima, dos filhos (quando estes existem) e dos familiares de ambas as partes.

A prática da Mediação tem demonstrado que pode ser utilizada como instrumento extrapenal para a solução de boa parte dos conflitos criminais familiares previstos na "Lei Maria da Penha", sem prejuízo do sistema carcerário, que deve ser utilizado para os casos graves ou para aqueles que não possam ser resolvidos sem restrição de liberdade.

### 3.3 Metodologia

A metodologia a ser utilizada caracteriza-se pelo pluralismo com vistas a garantir a objetividade necessária ao tratamento das relações sociais no contexto da Mediação Penal como acesso à Justiça Criminal Humanizada. A pesquisa em andamento está sendo desenvolvida através de pesquisa bibliográfica, pesquisa de estudo de casos e pesquisa de campo. A abordagem se dá de forma quanti-qualitativa, pois, embora sejam colhidos dados numéricos, o instituto da Mediação privilegia a análise qualitativa de resolução de conflitos. Conduziremos a pesquisa pela indução para obtenção de generalizações, a partir de fatos considerados isoladamente; a dedução, sobretudo, para a explicação de fatos particulares ou para a fixação de perspectivas; e o método analógico para estudos comparativos. Destarte, como supramencionado e respeitando os rigores da lei penal brasileira, tem-se o desenvolvimento de uma proposta teórico-prática no âmbito da mediação penal como forma alternativa de resolução de alguns dos conflitos previstos na Lei 11.340/2006.

Iniciamos a pesquisa com a leitura, estudo e análise das referências bibliográficas. A pesquisa de campo, bem como o estudo de casos realizar-se-á em laboratório experimental: Núcleo Preventivo de Mediação Penal do *Escritório Faria Felipe Sociedade Individual de Advocacia*, em Nova Lima/MG.

Durante os atendimentos de mediação no referido Núcleo, serão realizadas entrevistas através da aplicação de questionários para obtenção de dados objetivos e subjetivos. A partir de então, serão verificados o número de casos solucionados pelo Núcleo Preventivo de Mediação Penal.

A pesquisa empírica da presente tese, respeitando os rigores da lei penal brasileira, tentará criar um arcabouço científico para legitimar a aplicação da Mediação Penal em alguns dos delitos que envolvem a “Lei Maria da Penha” sustentando-a como meio alternativo de solução de conflitos criminais familiares e inserindo-a no Ordenamento Jurídico Brasileiro como uma “nova” via de acesso à Justiça Criminal Humanizada.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito se discute acerca da complexidade dos delitos, da sua extensão sobre aspectos da dinâmica social e do número de pessoas que por eles são atingidas. Necessário, portanto, que se amplie o acesso à justiça, utilizando-se de técnica mais humanizada que busque uma solução individualizada para atender aos fins do Direito Penal, quais sejam: a prevenção do delito, a (re) inserção social, a diminuição da reincidência, que tem como consequência lógica a redução da criminalidade, bem como do número dos processos criminais.

As experiências de Mediação Penal existentes no Canadá, Austrália, Japão, África do Sul, Itália, Espanha, Portugal, Argentina e Nova Zelândia (este considerado país pioneiro na implementação de práticas restaurativas), bem como no Brasil, demonstram que é possível restaurar no lugar de punir.

Contudo, ainda hoje, no Brasil, o operador do Direito e a sociedade em geral veem o crime como uma transgressão à lei (e o é!) buscando *apenas* a punição do infrator. Esta é uma visão que não condiz com a nossa realidade social, tanto assim que, se o rigor na punição legislativa sanasse as questões relacionadas ao delito, não mais teríamos

o aumento dos índices de violência causando insegurança à população. É necessário ampliar o olhar para as questões relativas à política criminal.

A pesquisa de doutoramento em curso se justifica por buscar, através de dados empíricos, a ampliação de métodos de resolução de conflitos mais democráticos e participativos e a real pacificação do conflito criminal familiar por meio de um mecanismo de diálogo (discurso racional), compreensão e ampliação da cognição das partes sobre os fatos que as levaram àquela disputa.

Nas palavras de Berenice Brandão Andrade<sup>7</sup>,

Penso que a mediação precisa ocupar seu lugar na sociedade para que, no desempenho de seu legítimo papel, possa ajudar na construção da harmonia na vida dos seres, dos lares, das nações. (...). Quem trabalha com humanidade pensa primeiro no bem-estar geral, pensa em apagar o incêndio provocado pela dor, pela revolta, pelo abandono, pela ignorância. Entendemos que o mediador tem como característica de base a compaixão, a flexibilidade, o amor.

Resultados parciais, nos dá embasamento para a presente pesquisa, que busca analisar as dimensões jurídico-sociais de um processo democrático de acesso a uma Justiça mais humanizada em que os envolvidos no conflito alcançam, de forma mais célere, a solução do mesmo e o faz de forma ampla e integral.

---

<sup>7</sup> ANDRADE, Berenice Neide Brandão. MPMG Jurídico - Revista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Edição Especial Mediação/2012, p.10.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Carla Zamith Boin. **Mediação e Justiça Restaurativa: A Humanização do Sistema Processual como forma de Realização de Princípios Constitucionais**. São Paulo: Quartier Latin, 2009.
- ANDRADE, Berenice Neide Brandão. **Tocando nas Estrelas**. Belo Horizonte: PHD Gráfica e Editora, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Uma Lembrança que Renasce**. Ívia Corneli. 3 ed. Belo Horizonte: Edição do autor, 2016.
- BUSH, Robert A. Baruch. FOGER, Joseph P. **La Promessa de Mediación**. Buenos Aires: Granica, 2008.
- CAPPELLETTI, Mauro. **Acesso à Justiça**. Tradução: Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.
- LEAL, Jorge Pesqueira. AUB, Amalia Ortiz. **Mediación Asociativa Y Cambio Social**. Hemossilio: Universidad de sonora, 2010.
- MPMG Jurídico - Revista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Edição Especial Mediação/2012.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DO BRASIL. **Acesso à justiça por sistemas alternativos de administração de conflitos. Mapeamento nacional de programas públicos e não governamentais**. Brasília, DF: 2005.
- MOORE, Christopher. **El proceso de mediación: métodos prácticos para La resolución de conflictos**. Buenos Aires: Granica, 2010.
- MORAIS, José Luis Bolzan; SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação e Arbitragem: alternativas à jurisdição!**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.
- MUSZAKAT, Malvina Ester. **Mediação de Conflitos: pacificando e prevenindo a violência**. São Paulo: Summus, 2003.
- PARKINSON, Lisa. **Mediação Familiar**. Tradução: Erica de Paulo Salgado. Belo Horizonte: Del Rey, 2016.
- RODRIGUES JÚNIOR, Walsir Edson. **A Prática da Mediação e o Acesso à Justiça**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
- SICA, Leonardo. **Justiça Restaurativa e Mediação Penal. O Novo Modelo de Justiça Criminal e de Gestão do Crime**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.
- SIX, Jean François. **Dinâmica da Mediação**. Tradução: Giselle Groeninga de Almeida, Águida Arruda Barbosa e Eliana Riberti Nazareth. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.



## LEGISLAÇÃO *versus* PRÁTICA: O PODER JUDICIÁRIO ESTÁ PRONTO PARA RECEBER A MEDIAÇÃO?

**ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende**

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense*  
alvimleonel@terra.com.br

**NUNES, Thais Borzino Cordeiro**

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense*  
Bolsista CAPES  
thaisbcnunes@hotmail.com

### RESUMO

Este artigo é resultado de pesquisa realizada pelos autores no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF). Trata-se de uma análise sobre a forma em que o Poder Judiciário está aplicando as normas relativas à mediação a fim de obter uma efetiva implementação do instituto no âmbito judicial. Inicialmente, é feita uma análise sobre os artigos da Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que tratam sobre o tema e determinam as obrigações dos Tribunais para com a mediação. Depois destacam-se os artigos que tratam do procedimento da mediação no âmbito do Código de Processo Civil, em que é feito um contraste entre o texto legal e as especificidades da prática da mediação. Por fim, os autores trazem algumas informações sobre a implementação da mediação no âmbito no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ), com um olhar reflexivo para a realidade e contrastando com os dispositivos legais.

**Palavras-chave:** Mediação. Poder Judiciário. Lei.

### ABSTRACT

This article is the result of a research made by the authors in the Program of Post Graduation in Sociology and Law (PPGSD/UFF). It is about an analysis of the ways that Judiciary Power is utilizing the laws about mediation of conflicts, with the fit of obtaining an effective implementation of that institute in the judicial scope. Initially, it is made an analysis about the articles in the Resolution nº 125/2010 from the National Justice Council (CNJ), which brings regulations about mediation and determines the Judiciary obligations to the mediation process. After that, it is draft the articles that treat of the mediation in the scope of the Procedural Civil Code, in which is made a contrast between the legal text and the specificity of the practice of mediation. Lastly, the authors bring some information about the implementation of mediation in the Court of Justice from the state of Rio de Janeiro (TJERJ), with an reflexive thought to the reality and contrasting with the law's articles.

**Key-words:** Mediation. Judiciary Power. Law.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de pesquisa em andamento realizada a partir do projeto *“Uma Análise Empírica sobre a Formação do Mediador: da Universidade ao Campo de Trabalho”*, em desenvolvimento no âmbito do PPGSD/UFF. Apesar da pesquisa inicialmente tratar da formação dos mediadores, os autores notaram que as regras sobre a utilização da mediação de conflitos no âmbito do Poder Judiciário, bem como a estrutura deste impactam diretamente no desenvolvimento da atividade profissional do mediador. Desta forma, pretende-se analisar no presente trabalho as disposições legais e institucionais que regem o instituto da mediação e como a implementação da mediação ocorre na prática judiciária, a partir de observação feita no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ).

A mediação pode ser definida como uma forma adequada de solução de conflitos em que um terceiro imparcial (mediador) auxilia as partes em conflito para que restabeleçam o diálogo entre si e construam um acordo para a solução do litígio. O instituto ganhou maior importância com a publicação do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) e com a Lei de Mediação (Lei nº 13.140/2015), diplomas federais que normatizam o instituto.

Na primeira parte do artigo, serão destacados os principais dispositivos legais acerca da estrutura da mediação no Poder Judiciário, a partir da análise da Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça. Depois, serão tratados os dispositivos do Código de Processo Civil e também o contraste entre tais artigos e a prática da mediação, com base na parte bibliográfica. Por último, será realizada uma análise sobre a implementação da mediação no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ), trazendo reflexões sobre sua utilização.

A metodologia utilizada para realização do presente trabalho é essencialmente bibliográfica, com a leitura de livros recentes acerca do tema da mediação de conflitos e com a análise das legislações que regem o tema. A partir de pesquisa feita no site do próprio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ) chegou-se também a algumas conclusões acerca da instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) naquele Tribunal. Assim, pretende-se realizar uma reflexão – ainda que incipiente – acerca das dicotomias encontradas entre as normas legais da mediação e a aplicação deste instituto no Poder Judiciário.

### **1. AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO Nº 125/2010 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**

No ano de 2010 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Resolução nº 125/2010, que instituiu a *“Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário”*. É interessante analisar as considerações feitas pelo Conselho no preâmbulo da Resolução, os quais demonstram as justificativas para a publicação daquela.

Em síntese, pode-se afirmar que alguns motivos que levaram à implementação dessa Política Pública foram: 1) o Poder Judiciário tem como objetivos estratégicos a eficiência operacional, o acesso ao sistema de Justiça e a responsabilidade social; 2) o direito de acesso à Justiça, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição da República implica em acesso aos órgãos judiciários, bem como acesso à ordem jurídica justa e a soluções

efetivas; 3) cabe ao Judiciário estabelecer política pública de tratamento adequado dos problemas jurídicos e dos conflitos de interesses; 4) consolidação de uma política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos consensuais de solução de litígios; 5) a conciliação e a mediação são instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios, e que a sua apropriada disciplina em programas já implementados no país tem reduzido a excessiva judicialização dos conflitos de interesses, a quantidade de recursos e de execução de sentenças.

Desta forma, em um primeiro momento, o CNJ optou por judicializar a mediação e a conciliação, isto é, trazê-las para o âmbito do Poder Judiciário, sem observar as práticas extrajudiciais que já vinham ocorrendo no país. Nesse ponto é interessante também ressaltar que no Brasil optou-se pela diferenciação entre mediação e conciliação, sendo institutos que apesar de similares, possuem suas diferenças. O novo Código de Processo Civil utiliza essa diferenciação, definindo-a através da função exercida pelo mediador e pelo conciliador:

Art. 165. (...)

§ 2º O **conciliador**, que atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, **poderá sugerir soluções para o litígio**, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem. (grifos nossos)

§ 3º O **mediador**, que atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, **auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.**(grifos nossos)

No ordenamento jurídico a utilização da conciliação e da mediação também é diferenciada. O primeiro instituto já estava previsto no Código de Processo Civil de 1973, desde a “mini-reforma” realizada em 1994. Naquele diploma já havia a previsão para que o juiz tentasse conciliar as partes antes da audiência de instrução e julgamento. A conciliação ganhou mais força quando da publicação da Lei nº 9.099/1995, que rege os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

No âmbito Cível, a conciliação é um dos princípios do microsistema dos Juizados, sendo a audiência de conciliação a primeira etapa do processo e somente depois da realização desta é que o Réu oferece a defesa. Infelizmente a conciliação hoje praticada nos Juizados Especiais está muito distante daquela prevista na lei, sendo certo que os conciliadores (que exercem trabalho voluntário) apenas perguntam “se há possibilidade de acordo”, raramente havendo espaço para o diálogo e a composição de um acordo entre as partes.

Com relação à regulamentação legal da mediação esta só foi efetivada a partir da publicação do “novo” Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) e com a Lei de Mediação (Lei nº 13.140/2015). Todavia, é importante frisar que o primeiro projeto de Lei que pretendia regulamentar a mediação no Brasil foi apresentado em 1998 pela deputada Zulaiê Cobra. Desde então, esse projeto foi arquivado e surgiu outro projeto em 2013, o qual passou por diversas discussões e alterações nas Casas Legislativas, até que no ano de 2015 a Lei de Mediação foi sancionada.

Diante dessa lacuna legislativa, foi o Poder Judiciário, através do CNJ, que primeiramente normatizou a mediação em âmbito nacional. Em 2010 alguns Tribunais já possuíam

Resoluções internas acerca da utilização da mediação, como era o caso do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ) que regulamentava a mediação através da Resolução nº 19 do ano de 2009.

Desta forma, a Resolução nº 125/2010 do CNJ trouxe a regulamentação nacional para o tratamento adequado de conflitos no âmbito do Poder Judiciário (mediação e conciliação). A Resolução sofreu duas alterações em seu texto original (publicado em 2010): a primeira no ano de 2013 (Emenda nº 01/2013) e a segunda no ano de 2016 (Emenda nº 02/2016), tendo em vista a vigência do Código de Processo Civil e da Lei de Mediação.

Para o presente trabalho é interessante destacar alguns artigos da Resolução, a fim de entender de que forma os Tribunais devem se estruturar para utilizar a mediação e a conciliação como políticas públicas.

O artigo 1º, parágrafo único, com a Redação da Emenda nº 01/2013 determinava que:

Art. 1º Fica instituída a Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesses, tendente a assegurar a todos o direito à solução dos conflitos por meios adequados à sua natureza e peculiaridade. (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

Parágrafo único. **Aos órgãos judiciários incumbe oferecer mecanismos de soluções de controvérsias, em especial os chamados meios consensuais, como a mediação e a conciliação bem assim prestar atendimento e orientação ao cidadão. Nas hipóteses em que este atendimento de cidadania não for imediatamente implantado, esses serviços devem ser gradativamente ofertados no prazo de 12 (doze) meses.** (Revogado pela Emenda nº 02/2016). – grifos nossos

A Emenda nº 02/2016 alterou a redação do dispositivo, retirando a delimitação do prazo neste artigo (foi designado em outro dispositivo, conforme se verá):

Art. 1º (...)

Parágrafo único. Aos órgãos judiciários incumbe, nos termos do art. 334 do Novo Código de Processo Civil combinado com o art. 27 da Lei de Mediação, antes da solução adjudicada mediante sentença, oferecer outros mecanismos de soluções de controvérsias, em especial os chamados meios consensuais, como a mediação e a conciliação, bem assim prestar atendimento e orientação ao cidadão. (Redação dada pela Emenda nº 2, de 08.03.16)

Assim, no ano de 2013 a Resolução do CNJ já previa que os Tribunais deveriam implantar os “mecanismos de soluções de controvérsias” de forma imediata ou no prazo de 12 (doze meses).

O artigo 3º da Resolução dispõe que o Conselho Nacional de Justiça auxiliará os Tribunais a implementarem a política pública de solução de controvérsias:

Art. 3º **O CNJ auxiliará os tribunais na organização dos serviços mencionados no art. 1º, podendo ser firmadas parcerias com entidades públicas e privadas, em especial quanto à capacitação de mediadores e conciliadores, seu credenciamento,** nos termos do art. 167, § 3º, do Novo Código de Processo Civil, e à realização de mediações e conciliações, na forma do art. 334, dessa lei. (Redação dada pela Emenda nº 2, de 08.03.16) – grifos nossos

O artigo 7º trata das atribuições dos Tribunais:

**Art. 7º Os tribunais deverão criar, no prazo de 30 dias, Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Núcleos), coordenados por magistrados e compostos por magistrados da ativa ou aposentados e servidores, preferencialmente atuantes na área, com as seguintes atribuições, entre outras: (Redação dada pela Emenda nº 2, de 08.03.16)**

Os artigos 8º ao 11 tratam dos Centros, destacando-se o artigo 8º:

**Art. 8º Os tribunais deverão criar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Centros ou Cejuscs), unidades do Poder Judiciário, preferencialmente, responsáveis pela realização ou gestão das sessões e audiências de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, bem como pelo atendimento e orientação ao cidadão. (Redação dada pela Emenda nº 2, de 08.03.16) – grifos nossos**

O Artigo 18-C, que encontra-se situado na sessão de “Disposições Finais e Transitórias” determina o prazo para que os Tribunais apresentem um plano para a implementação da Resolução nº 125/2010:

**Art. 18-C. Os tribunais encaminharão ao CNJ, no prazo de 30 dias, plano de implantação desta Resolução, inclusive quanto à implantação de centros. (Incluído pela Emenda nº 2, de 08.03.16) – grifo nosso**

Diante das disposições analisadas, é possível verificar que desde o ano de 2010, quando a Resolução nº 125/2010 foi publicada, o CNJ determinou que os Tribunais deveriam criar os Núcleos (NUPEMEC) e os respectivos Centros Judiciários (CEJUSCs) no âmbito do Tribunal estadual.

Ocorre que o panorama atual demonstra que ainda há um grande caminho a ser percorrido para que os Tribunais implementem efetivamente uma política pública de solução adequada de conflitos e construindo estruturas adequadas para atender as demandas determinadas pelo CNJ.

Diante desse quadro parece-nos que o Poder Judiciário pretende-se apropriar da mediação, como detentor quase exclusivo desse meio adequado de solução de conflitos (nas etapas pré-processual e processual), mas não realizou as adaptações necessárias, as estruturas não são adequadas ao funcionamento ideal conforme as exigências contidas na Resolução do CNJ, bem como há dificuldades na capacitação dos mediadores e a consequente formação de um quadro permanente de mediadores em cada CEJUSC.

É interessante também analisar as disposições contidas no Código de Processo Civil e que demonstram essa ambiguidade entre a apropriação da mediação e a adequação do Poder Judiciário para recebê-la.

## **2. AS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 13.105/2015) E QUESTÕES PRÁTICAS SOBRE SUA APLICAÇÃO**

Nesse item pretende-se fazer a análise acerca de alguns dispositivos do Código de Processo Civil e contrastar com questões doutrinárias e práticas acerca da mediação.

O Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) foi publicado em 16 de março de 2016, com *vacatio legis* de (01) um ano, com vigência a partir de 17 de março de 2016. O novo Código manteve alguns institutos, modificou outros e incluiu a regulamentação de

novos institutos no âmbito do processo civil, tais como a mediação e a conciliação. Por ser um dos instrumentos mais importantes do Direito brasileiro, muitas pessoas questionaram o fato de tantas mudanças ocorrerem em apenas 01 ano, ou seja, que esse prazo não seria suficiente para que todos os operadores do Direito se adaptassem às novas regras.

Houve a tentativa de alterar a *vacatio legis* para o prazo de 03 (três) anos, por meio do projeto de lei nº 2.913/2015<sup>1</sup>, mas que não obteve êxito. Desta forma, em março/2016 o país ganhou um novo Código de Processo Civil que trouxe em seu bojo as disposições sobre conciliação e mediação dentro do processo civil.

O fato é que o projeto de lei para publicação do novo Código de Processo Civil tramitou durante quase 06 (seis) anos nas Casas Legislativas, onde ocorreu diversas audiências públicas e alteração do texto original. Todavia, a regulamentação da mediação e da conciliação já estavam previstas no anteprojeto apresentado ao Senado em 2009.

Aliado a isso, a Resolução nº 125/2010 do CNJ já determinava desde 2013 a necessidade de implementação dos Centros.

Desta forma, diante da publicação da Resolução nº 125/2010 e de todo o trâmite para aprovação de um novo Código de Processo Civil, algumas determinações não foram cumpridas pelo Poder Judiciário a fim de que fossem realmente feitas adaptações para implementar a mediação em seu âmbito. É certo que nem o Poder Judiciário nem os demais operadores do Direito se prepararam para todas as mudanças que ocorreriam com a entrada em vigor do novo Código e com relação à mediação, por exemplo, em que foram previstas as sessões ocorressem nos próprios Centros, em muitas Comarcas estes são inexistentes.

De fato, conforme pode-se verificar no site do CNJ<sup>2</sup>, muitos dos Tribunais de Justiça estaduais possuem apenas os NUPEMECS, mas não há indicação de quantos Centros possuem, bem como de que forma os Centros estão organizados das Comarcas que compõem o Tribunal.

No próximo tópico esse tema será debatido de forma mais aprofundada, tendo em vista a análise que será feita a partir do caso do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ).

Com relação às disposições legais, o Código de Processo Civil determina que os conciliadores e mediadores serão auxiliares do Juízo (artigo 149) e as disposições relativas a eles estão contidas nos artigos 165 a 175. Para fins desse trabalho serão analisados alguns artigos sobre a “relação” entre a mediação e o Poder Judiciário.

O artigo 165, *caput* e § 1º traz a disposição de que os Tribunais deverão criar os Centros, os quais serão responsáveis pela realização das audiências de mediação e conciliação:

**Art. 165. Os tribunais criarão centros judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição.**

1 Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI226735,31047Novo+CPC+podera+entrar+em+vigor+so+em+2018>>. Acesso em 15 out. 2016.

2 Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/conciliacao-e-mediacao-portal-da-conciliacao/nucleos-de-conciliacao/justica-estadual>>. Acesso em 15 out. 2016.

§ 1º A composição e a organização dos centros serão definidas pelo respectivo tribunal, observadas as normas do Conselho Nacional de Justiça.

Desta forma, parece que a *mens legis* do Código é a de que deve existir uma diferenciação entre as audiências do processo e as “audiências” de mediação/conciliação (posteriormente será falado sobre essa nomenclatura) e as audiências de instrução e julgamento ou outras determinadas no Código. Parece também que há intenção de separar a mediação do processo, em que o Centro (CEJUSC) deveria ser preferencialmente separado do Juízo.

Todavia, muitas Comarcas não possuem Centros de Mediação instalados ou nas que eles existem, há apenas um Centro de Mediação para atender a toda Comarca<sup>3</sup>. Assim, a questão que se coloca é como será feita a sessão de mediação nos locais em que não possuem Centros instalados. Será feito na própria sede do Juízo? Na sala de audiências processuais?

O Código de Processo Civil traz em seu artigo 334 e 12 (doze) parágrafos, as disposições acerca da “audiência” de mediação e conciliação. Inicialmente, é importante dizer que os especialistas em mediação afirmam que a nomenclatura ideal não seria audiência, mas sim sessão de mediação. Há várias razões para que seja denominada “sessão”, mas a principal delas é a da necessidade de que as partes entendam que a mediação é um procedimento totalmente diferente do processo e da audiência realizada nos processos e presididas pelo juiz.

A função principal é que a partir da nomenclatura as partes possam diferenciar a mediação do processo judicial, especialmente quanto ao seu protagonismo e a forma de atuação do mediador. De fato, diante dos costumes do Direito, no âmbito da audiência o protagonismo de falas e opiniões é delegada aos advogados, enquanto as partes muitas vezes estão ali por exigência da lei, mas não sabem o que de fato está ocorrendo na audiência. Bárbara Gomes Lupetti Baptista (p. 4.673, 2008) em um texto que trata do princípio da oralidade do processo civil trata muito bem essa questão:

“Desse modo, enquanto o processo buscar uma verdade transcendente, a ser revelada unicamente pelo Juiz, na decisão judicial – conforme se demonstrará mais adiante – e enquanto estiver fulcrado no princípio do contraditório (que exige a interferência de um terceiro na relação processual, com poder de autoridade, para escolher a tese prevalecente), **as próprias partes envolvidas no conflito não chegarão a consenso algum e a sua participação ficará, necessariamente, condicionada à de terceiros, que elas representam, ficando silente a sua própria voz.**” (grifos nossos)

Já na mediação o protagonismo é 100% das partes visto que são elas que podem restabelecer o diálogo e construir uma solução justa e adequada para o conflito existente entre elas. O mediador é apenas um facilitador do diálogo, não lhe sendo permitido propor qualquer acordo para pôr fim ao conflito. Mesmo com a obrigatoriedade de participação dos advogados na sessão de mediação, as partes continuam com o seu papel de destaque, sendo certo que aos advogados cabe a função de orientar tecnicamente acerca de eventual acordo formulado pelos clientes.

3 É o caso da comarca da capital do Rio de Janeiro.

Sobre a sessão de mediação, o artigo 334, § 1º dispõe sobre a realização da sessão de mediação.

§ 1º O conciliador ou mediador, onde houver, atuará necessariamente na audiência de conciliação ou de mediação, observando o disposto neste Código, bem como as disposições da lei de organização judiciária.

Esse dispositivo abre a exceção à regra da realização da sessão de mediação pelo mediador e abre espaço para a reflexão de quem será o responsável pela condução da sessão de mediação. Tal reflexão tem fundamento nas exigências feitas pelo próprio Código de Processo Civil e pela Lei de Mediação (Lei nº 13.140/2015), que determinam que o mediador judicial deve ser pessoa formada em curso de nível superior há pelo menos dois anos e que faça o curso de capacitação conforme as normas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Assim, o juiz da Comarca poderá realizar a sessão de mediação mesmo que tenha capacitação? Ou outro servidor com a capacitação será deslocado de suas funções para o Centro de mediação?

A nosso ver a possibilidade de o juiz dirigir a sessão de mediação é polêmica, considerando dois aspectos: a confidencialidade da sessão de mediação; a imparcialidade do juiz; e a separação das funções e dos próprios procedimentos: julgamento (processo) e promoção do diálogo (mediação).

Em se tratando das diferenças entre processo e mediação também é interessante destacar que o Código cometeu um equívoco ao tratar das “audiências de mediação”, quando o certo é falar sobre “sessões de mediação”. Isso porque o termo “audiência”, embora tenha por significado “ato de ouvir ou de dar atenção àquele que fala”, o fato é que no âmbito jurídico está intrinsecamente associada ao processo civil e o momento solene que o juiz preside, ouve as partes, testemunhas para um julgamento posterior. As audiências também se caracterizam pelo protagonismo dos advogados como procuradores das partes, enquanto estas muitas vezes não sabem o que está de fato sendo julgado naquele caso.

Já a sessão de mediação tem objetivos bastante diferentes. Inicialmente o protagonismo deve ser das partes, visto que o mediador tem por objetivo auxiliá-las a restabelecer o diálogo e fazer com que elas próprias possam chegar a um acordo para o conflito existente. O mediador também tem função muito diferente daquela exercida pelo juiz, visto que aquele não pode nem mesmo sugerir um acordo para as partes<sup>4</sup>. Assim, o protagonismo é das partes, as quais devem estar acompanhadas por seus advogados (obrigação na mediação judicial), mas estes tem função de auxílio jurídico, ao verificar se o acordo é juridicamente aceitável.

Por outro lado, diferentemente do nosso entendimento, o Código estabeleceu que é possível a realização da sessão de mediação sem a presença das partes, com a presença apenas dos advogados:

§ 10. A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.

<sup>4</sup> Essa é a diferença principal entre mediação e conciliação. Na mediação, o mediador é um facilitador do diálogo e não pode sugerir uma solução para o conflito. Já na conciliação, o conciliador pode sugerir um acordo para as partes colocarem fim ao litígio.



Por isso que também vale para reflexão o dispositivo do Código (artigo 334, § 10), que autoriza que os advogados representem as partes na sessão de mediação, por meio de procuração. É complicado tendo em vista o que foi falado sobre protagonismo das partes.

Por fim, o Código estipula que a sessão de mediação deve ter prazo de duração máximo de 20 minutos:

Art. 334. (...)

§ 12. A pauta das audiências de conciliação ou de mediação será organizada de modo a respeitar o **intervalo mínimo de 20 (vinte) minutos entre o início de uma e o início da seguinte.** (grifos nossos)

A Lei de Mediação (Lei nº 13.140/2015) também traz um prazo para a mediação:

Art. 28. O **procedimento de mediação judicial deverá ser concluído em até sessenta dias**, contados da primeira sessão, salvo quando as partes, de comum acordo, requererem sua prorrogação. (grifos nossos)

Essa determinação também é bastante contestada pelos especialistas em mediação, tendo em vista que é impossível realizar uma sessão de mediação em um tempo tão exíguo. O próprio Manual de Mediação elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça dispõe as etapas que a sessão de mediação deverá seguir, as quais demandam tempo para serem cumpridas.

A questão que se coloca é que a mediação é um procedimento que não tem prazo determinado, é impossível delimitar em quanto tempo as sessões de mediação vão durar. Isso porque em muitos casos a mediação terá duração de várias sessões e muitas delas vão ocorrer por no mínimo 01 (uma) hora. Essa necessidade de colocar prazos é complicada pois é a lógica do processo, mas não da mediação. Klever Filpo, ao descrever as práticas de mediação no âmbito do TJERJ (2016, pp. 83-84), conta que ao iniciar a sessão de mediação foi informado pelos mediadores que:

“A mediação era uma iniciativa do tribunal para estimular as pessoas a conseguirem resolver os seus próprios problemas. **Informou que as sessões podem durar até três horas cada e não há um número exato de encontros, pois tudo é definido pela conveniência das partes.**

Assim havia bastante tempo para conversar e tentar chegar a um entendimento a esse respeito pois, no dizer dos mediadores, ‘era importante para os filhos conviverem com ambos os pais’”. (grifos nossos)

Dessa forma, observa-se que a estrutura da mediação é diferente da estrutura do processo, não havendo lógica em se estabelecer prazos para o termino do acordo.

Esses são alguns dos dispositivos relativos à mediação e o Poder Judiciário, através do processo civil. A seguir faremos algumas ponderações sobre essas disposições e o paradoxo existente entre elas e as práticas de mediação.

### 3. NA PRÁTICA: A ESTRUTURA DA MEDIAÇÃO NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TJERJ)

No Brasil o ditado popular diz que tem lei que é “aplicada” e lei que é “esquecida”. Provavelmente tal afirmativa tem origem na imensa legislação que o país tem e que, por isso, é praticamente impossível fazer cumprir todas as determinações legais e aplicar sanções ao descumprimento das normas, o que gera a impressão de que “a lei não é cumprida”.

Infelizmente no caso da mediação tal ditado pode ser considerado em parte verdade tendo em vista a ausência de organização e preparação dos Tribunais para criar os Centros de Mediação em todos os Juízos, conforme as disposições já vistas acerca da Resolução nº 125/2010 do CNJ e do Código de Processo Civil.

O fato é que mesmo aqueles Tribunais que já possuíam uma estrutura – ainda que básica – dos centros de Mediação ainda não conseguiram se adaptar à nova legislação. Muitos creditam tal fato à ideia de que o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores defendiam que a *vacatio legis* do novo Código de Processo Civil seria estendida a pelo menos dois anos; Todavia tal fato não ocorreu e o CPC entrou em vigor um ano após sua publicação, gerando efeitos imediatos.

A questão é que os Tribunais não estavam – e não estão – preparados para as inovações contidas no Código de Processo Civil e, especialmente no que tange ao procedimento de mediação, há um *déficit* muito grande. No Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ) pode-se observar dois níveis de organização: o Centro de mediação da capital e de suas Regionais e das Comarcas da Região Metropolitana, contrastando com os Centros localizados em Comarcas do interior. É nítida a diferença entre estes Centros por conta de sua localização geográfica.

Os Centros da Capital/Região Metropolitana estão melhores estruturados e têm à sua disposição inúmeros mediadores que se colocam disponíveis para trabalhar de forma voluntária. No Centro da Capital, por exemplo, há um cadastro com quase 500 (quinhentos) nomes de mediadores e observadores<sup>5</sup>. Já em uma Comarca que está a 70 Km da capital, mas já considerada do interior, embora tenha um espaço físico destinado ao Centro de Mediação, o mesmo encontra-se desativado por falta de mediadores.

Como questão prática da ausência dos Centros de Mediação, verifica-se através de consulta o site do TJERJ<sup>6</sup> que no ano de 2015 havia 92 municípios no Estado do Rio de Janeiro e 81 comarcas instaladas. Com relação aos Centros de Mediação, o *site* do TJERJ<sup>7</sup> informa que no total, há 22 Centros instalados, assim distribuídos<sup>8</sup>:

- a. 11 Centros localizam-se na Comarca da Capital e todas as suas respectivas Regionais;
- b. 6 Centros localizam-se na Região Metropolitana;

5 Observadores são alunos que fazem o Curso de Capacitação em Mediação, que é dividido em dois módulos: Módulo Teórico, que pode ser oferecido no Tribunal de Justiça ou em Instituição Privada; e o Módulo Prático, que para os mediadores judiciais que consiste na observação das sessões de mediação, conduzidas por mediadores mais experientes.

6 Disponível em: <<http://cgj.tjrj.jus.br/consultas/mapa-do-estado-comarcas>>. Acesso em 15 out. 2016.

7 Disponível em <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/mediacao/cejusc/lista-centros-mediacao>>. Acesso em 15 out. 2016.

8 Divisão feita pela autora conforme mapa Regional do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.mapas-rio.com/regioes.htm>>. Acesso em 13 out. 2016.

c.5 Centros localizam-se no interior do Estado (2 na Região Serrana; 1 na região do Médio Paraíba [sul fluminense]; 1 no norte fluminense e 1 no centro-sul fluminense).

Desta forma, no Estado do Rio de Janeiro em 27% das Comarcas há Centros de Mediação (CEJUSC), sendo certo que exatamente metade (50%) dos centros de mediação encontra-se na Capital e nas Regionais desta e 27% localizam-se na Região Metropolitana. Ou seja, há uma grande concentração dos Centros na Capital e municípios próximos.

Diante das informações obtidas junto ao TJERJ observa-se que realmente há uma tentativa de utilizar a mediação como forma adequada de solução de controvérsias no âmbito do Poder Judiciário, mas que essa tentativa esbarra em falta de estrutura, falta de orçamento para instalação dos centros (ainda mais com a crise econômica que os estados brasileiros estão passando), bem como a ausência de cursos de capacitação e a presença de mediadores disponíveis para trabalhar nos Centros.

Isto se deve também ao fato de que a função do mediador atualmente é voluntária. Embora o Código de Processo Civil e a Lei de Mediação tenham trazido previsão de remuneração para os mediadores, esta ainda encontra-se em debate nos tribunais estaduais e no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Por fim, outra questão que deve ser observada, especialmente nas Comarcas de cidades pequenas é a restrição aplicada aos advogados que querem exercer a função de mediador:

Art. 167. (...)

§ 5º Os conciliadores e mediadores judiciais cadastrados na forma do *caput*, se advogados, estarão impedidos de exercer a advocacia nos juízos em que desempenhem suas funções.

É interessante lembrar que em muitas cidades têm Juízos únicos ou poucos Juízos em atuação. Ademais, como dito, a função do mediador é voluntária. Talvez essa disposição possa ser mais uma restrição e um obstáculo para o exercício da mediação. Também deverá ser observado se essa cláusula é somente para os advogados ou para o escritório do qual ele participa também.

#### 4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para o presente artigo foi utilizada apenas a metodologia bibliográfica, com a fundamentação teórica realizada a partir da análise das leis nacionais acerca do tema da remuneração dos mediadores (Código de Processo Civil; Lei de Mediação; Resolução nº 125/2010 do CNJ). Também foi realizada leitura de duas obras acerca da mediação que puderam contribuir para as reflexões feitas no presente trabalho.

#### 5. RESULTADOS ALCANÇADOS

No presente artigo, pretendeu-se demonstrar os desafios enfrentados pelo Poder Judiciário para implementar a mediação e oferecê-la de forma efetiva à população e aos que buscam uma forma adequada de solução de conflitos. Foi realizada uma análise dos principais dispositivos sobre o tema, envolvendo a Resolução nº 125/2010 do CNJ e o Código de Processo Civil e realizado um contraste entre o que foi positivado na legislação e as práticas que ocorrem no dia-a-dia dos Tribunais. Espera-se que o trabalho possa contribuir para uma reflexão acerca da institucionalização da mediação

pelo Poder Judiciário, sendo certo que é possível que os dois mundos convivam em harmonia, desde que as práticas representem a legislação sobre mediação, bem como as disposições da doutrina.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do quadro normativo que o Brasil possui acerca da utilização dos métodos adequados de solução de conflitos (conciliação/mediação) é preciso observar as práticas judiciárias e verificar de que forma o Poder Judiciário está lidando com esses novos procedimentos e como está se estruturando.

No presente artigo foram identificados alguns aspectos práticos que se contradizem com as expertises de mediação e até mesmo com o que os diplomas legais estabeleceram como regras a serem adotadas pelo Poder Judiciário para a efetiva implementação e funcionamento dos Centros de Mediação. A responsabilidade foi delegada aos Tribunais, os quais ainda estão caminhando na direção de aplicação do novo Código de Processo Civil e de um novo instituto nesse âmbito jurídico, que é a mediação.

Além de possuir a estrutura física para implementação dos Centros, outras questões merecem atenção do Poder Judiciário para boa utilização da mediação: a nomenclatura “sessão”, ao invés de “audiência”; o limite de tempo e prazo para as sessões de mediação; a possibilidade de os advogados representarem as partes na sessão de mediação. Essas são questões que devem ser revistas pelo Poder Judiciário ao implementar a mediação.

Essas são algumas das questões práticas enfrentadas pelo Poder Judiciário, Tribunais, mediadores e cidadãos que surgem como desafios para a efetiva implementação da mediação como forma de solução de conflitos no âmbito judicial.

Assim, diante das questões expostas, pretende-se realizar uma reflexão acerca da implementação da mediação no âmbito do Poder Judiciário, considerando as normas do Conselho Nacional de Justiça e do Código de Processo Civil e a forma como a mediação está sendo aplicada e utilizada pelos Tribunais. As dificuldades enfrentadas pelo Poder Judiciário, mediadores, mediandos, advogados são oriundas de questões que, embora positivadas em Resoluções e Leis, ainda não foram efetivadas no campo jurídico.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 13.105/2015 – Institui o Código de Processo Civil*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm)>. Acesso em 21 maio 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.140/2015 – Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/L13140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/L13140.htm)>. Acesso em 21 maio 2015.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 125/2010 – Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências*. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2579>>. Acesso em 14 set. 2016.

CABRAL, Trícia Navarro Xavier; HALE, Durval; PINHO, Humberto Dalla Bernardina de Pinho (Org.). *O Marco Legal da Mediação no Brasil – Comentários à Lei nº 13.140/2015, de 26 de junho de 2015*. São Paulo: Atlas, 2016.

FILPO, Klever Paulo Leal. *Mediação Judicial – Discursos e Práticas*. Rio de Janeiro: Mauad, FAPERJ, 2016.

LUPETTI BAPTISTA, Bárbara Gomes. *O Princípio da Oralidade visto sob uma perspectiva empírica: uma alternativa metodológica de pesquisa em Direito*. Disponível em: <<[https://s3.amazonaws.com/conpedi2/anteriores/XVII+Congresso+Nacional+Bras%C3%A9lia+\(20%2C+21+e+22+de+novembro+de+2008\).pdf](https://s3.amazonaws.com/conpedi2/anteriores/XVII+Congresso+Nacional+Bras%C3%A9lia+(20%2C+21+e+22+de+novembro+de+2008).pdf)>>. Acesso em 15 out. 2016

SPENGLER, Fabiana Marion. *Mediação de Conflitos: da Teoria à Prática*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2016.

## EXPERIÊNCIA DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO CENTRO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

**YAGODNIK, Esther Benayon**

Doutoranda e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - PPGSD/UFF, Professora Assistente do Departamento de Direito Aplicado da Universidade Federal Fluminense  
*estherbenayon@gmail.com*

**MEIRELLES, Delton Ricardo Soares**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - PPGSD/UFF, Professor Adjunto do Departamento de Processualística da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense  
*deltonmeirelles@id.uff.br*

**PIMENTEL, Fernanda Pontes**

Professora Adjunta do Departamento de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - PPGSD/UFF  
*fernandapimentel.uff@gmail.com*

### RESUMO

A partir da experiência concreta da ação de extensão intitulada *Programa de Proteção e Facilitação da Convivência Harmônica*, implementada e desenvolvida no Centro de Assistência Jurídica da Universidade Federal Fluminense - CAJUFF durante os anos de 2013 e 2014, foi observado um potencial desencontro entre a teoria da resolução adequada de conflitos através da mediação e a cultura predominantemente litigiosa ou ignorante por parte dos atores envolvidos no Programa, o que foi testado empiricamente através de uma pesquisa quantitativa com a aplicação de questionários voltados a dois grupos de estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, cujos resultados foram analisados pelo *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), refletindo assim as primeiras impressões dessa pesquisa.

**Palavras-chave:** Ensino jurídico, mediação de conflitos, extensão acadêmica.

### ABSTRACT

From the concrete experience of the academic extension action entitled *Programa de Proteção e Facilitação da Convivência Harmônica*, implemented and developed in the core legal practice in Fluminense Federal University - CAJUFF during the years 2013 and 2014, a potential mismatch was observed between the theory of conflicts resolution through mediation and the predominantly litigious culture or ignorant by the actors involved in the program, which has been tested empirically through a quantitative survey with questionnaires aimed at two groups of students of the Law in Fluminense Federal University. The results were analyzed using the *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), reflecting the first impressions of this research.

**Key-words:** Legal education, conflict mediation, academic extension.

## INTRODUÇÃO

Esse artigo reflete perfunctoriamente as impressões da primeira etapa de pesquisa de um estudo descritivo-investigativo-exploratório que busca analisar o ensino da mediação de conflitos na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense – UFF, especificamente através da ação de extensão desenvolvida no núcleo de prática jurídica no ano de 2013.

Com o implemento de práticas sensíveis e transdisciplinares como forma de resolução adequada de conflitos no âmbito jurídico, em especial da mediação, através da Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, bem como das Leis 13.140/2015 (marco legal da mediação) e 13.105/2015 (novo Código de Processo Civil), destaca-se a relevância do ensino jurídico das faculdades de Direito, no sentido de se ajustarem às recentes tendências e normas jurídicas.

O contexto do ensino jurídico sempre foi marcado por práticas adversariais, formando tradicionalmente operadores do Direito voltados à resolução de conflitos através da litigiosidade. É também papel das faculdades de Direito (trans)formar essa base atualmente inadequada, calcada em um modelo dogmático monológico, para ampliar a metodologia, contribuindo com a formação de um profissional crítico e humanizado.

A fim de atingir esse anseio, se torna imprescindível essa releitura da formação jurídica não apenas no ensino teórico, mas complementando-se sobretudo nos níveis de pesquisa e extensão acadêmicas.

Nesse sentido, foi criado em 2013, ação de extensão voltada à resolução de conflitos através da mediação intitulada *Programa de Proteção e Facilitação à Convivência Harmônica*, desenvolvida no cotidiano do Centro de Assistência Jurídica da Universidade Federal Fluminense – CAJUFF, vinculado ao Departamento de Direito Aplicado – DDA/UFF.

Apesar de ter obtido excelente aprovação pela comissão avaliadora com o grau 9,5 (nove e meio) e de ter tido apoio financeiro e institucional da Universidade, as dificuldades e resultados, a seguir descritos, não corresponderam aos anseios iniciais, revelando um aparente sucesso, porém um verdadeiro fracasso no que concerne ao principal objetivo, surgindo assim as primeiras hipóteses de trabalho, a saber, se existe resistência à mediação de conflitos pelos estudantes da faculdade de Direito e se existe resistência à introdução da mediação na prática extensionista no núcleo de prática jurídica.

Assim, a pesquisa se norteia por duas etapas investigativas. A primeira, através da aplicação de um questionário fechado para os estudantes da graduação inscritos nas disciplinas obrigatórias vinculadas ao Departamento de Direito Aplicado – DDA, seguida de uma análise quantitativa dos dados colhidos através do *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), cuja análise se segue como objeto deste artigo, marcando as primeiras impressões da referida etapa de pesquisa.

A partir do tratamento e análise dos dados, restou acentuado um hiato entre a mediação de conflitos na teoria (aspecto dogmático, político e institucional) e na prática, com a concretização dessas práticas sensíveis no âmbito universitário em geral, revelando uma necessidade de adequação cultural por parte dos envolvidos, bem como metodológica por parte dos operadores do Direito, o que será demonstrado no decorrer do presente estudo.

## 1. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO E FACILITAÇÃO DA CONVIVÊNCIA HARMÔNICA

A ação de extensão intitulada *Programa de Proteção e Facilitação da Convivência Harmônica* possuiu natureza de *programa* e, diferentemente do núcleo de prática, não só atendeu a população carente, mas também esteve aberto a receber quaisquer pessoas, independentemente da situação financeira. Esta abertura foi possível justamente pela proposta de desjudicialização do conflito. Quando o conflito está judicializado, a observância do benefício da gratuidade de justiça cinge-se a aplicação literal da Lei 1.060/50 (Lei da Assistência Jurídica).

De abrangência municipal, o público alvo abrigou o público institucional (estudantes das faculdades, professores, servidores e funcionários técnico-administrativos) e social (cidadãos, consumidores, moradores do município de Niterói) desde que possuíssem conflitos em relações intersubjetivas e desejassem atingir solução pacífica através do diálogo.

A proposta pedagógica e metodológica era paradigmática: trabalhar com casos concretos trazidos pela comunidade local ou pelos mediadores. No desenvolvimento do projeto, foram realizadas sessões de conciliação e mediação, onde foi oportunizado o diálogo entre as partes, possibilitando uma solução amigável, colaborativa e pacífica ao conflito.

Caso o procedimento resultasse em um consenso legitimado pelos envolvidos, seria elaborado um termo de acordo para posterior requerimento de homologação judicial. Em hipótese contrária, as partes poderiam ajuizar a ação pertinente junto ao Poder Judiciário, desde que hipossuficientes.

Como justificativa, verificou-se por um lado que, existem conflitos que compreendem uma solução mais adequada diversa da judicial e, por outro, que a demora da prestação jurisdicional, em certas hipóteses, pode acirrar ainda mais o conflito, prejudicando de sobremaneira sua resolução. A recuperação da voz ativa das partes, num ambiente de liberdade comunicativa<sup>1</sup>, de diálogo e respeito, promove a construção de um consenso responsável e legitimado pelos envolvidos, de forma democrática, fazendo com que o conflito real seja dissolvido de forma eficaz.

Sendo assim, a ação de extensão buscou o diálogo entre os envolvidos no conflito, como forma de garantir o acesso à justiça.

O *Programa* permitiu a administração intersubjetiva da razão de cada participante através de sessões de conciliação e de mediação, de modo que o entendimento se concretizasse no sentido dos enunciados argumentativos por ambos propostos, na busca da administração do conflito, para reconstruir a convivência pacífica. Quando se permite às partes formar seu convencimento através de sua razão, do livre agir comunicativo, juntamente com o próprio consenso, advém uma expectativa legítima de validade e efetividade do mesmo. Enquanto o resultado da mediação traz essa expectativa

1 Explica Jürgen Habermas: "eu entendo a 'liberdade comunicativa' como a possibilidade - pressuposta no agir que se orienta pelo entendimento - de tomar posição frente aos proferimentos de um oponente e às pretensões de validade aí levantadas, que dependem de um reconhecimento intersubjetivo. (...) Liberdade comunicativa só existe entre atores que desejam entender-se entre si sobre algo num enfoque performativo e que contam com tomadas de posição perante pretensões de validade reciprocamente levantadas". In HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Vol. II. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010. P. 155/156.



legítima, o mesmo não podemos afirmar das sentenças prolatadas pelo órgão do Poder Judiciário, principalmente quando o caso se refere à relações continuadas, como as de família ou de vizinhança.

Nas sessões de mediação, a intenção foi de oportunizar uma forma ímpar de se operar a razão de cada participante, de forma que eles fossem capazes de pensar e propor os enunciados argumentativos em condições que garantissem uma expectativa legítima de observância, propiciando com o tempo o entendimento e a reconstrução da relação afetada pelo conflito.

Por mais utópico que isto possa parecer, nas circunstâncias em que se encontra a sociedade e temendo seus rumos, a mediação é proposta como um mecanismo de transformação da própria realidade social e da prática da cidadania, favorecendo a concretização dos direitos humanos. Com efeito, compreendida como ação dirigida aos protagonistas dos conflitos sociais, a mediação propicia a abertura de um amplo debate sobre os antagonismos existentes no próprio seio da sociedade, possibilitando o diálogo e ampliação da compreensão das partes, transformando-se a situação adversarial em uma situação de cooperação, promovendo assim, o acesso à Justiça na sua forma mais eficaz, que é o gerenciamento e, possível, solução efetiva do conflito, resposta tão almejada pela sociedade e pelo próprio Direito.

Dessa forma, buscou-se incentivar práticas sensíveis para resolução dos conflitos no CAJUFF, a partir de uma prática diferenciada, mas complementar ao atual ensino jurídico. Os objetivos principais foram verificar a possibilidade de uma nova proposta de ensino da prática jurídica, baseada na cooperação e no resgate da cidadania e responsabilidade dos envolvidos no litígio, além de analisar a implementação da mediação como método alternativo e adequado de resolução de conflitos no âmbito do núcleo de prática jurídica da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, analisando descritivamente os resultados decorrentes de tal proposta.

Sob a Coordenação dos professores autores do presente artigo, o programa contou com uma equipe de execução composta de oito docentes e seis discentes, e se desenvolveu no período de 12 (doze) meses (entre março de 2013 e fevereiro de 2014), semanalmente, durante todos os horários de plantão do Centro de Assistência Jurídica para oportunizar a participação máxima do público-alvo.

Ao ser cadastrado no SIG-Proj (Sistema de Informação e Gestão de Projetos), vinculado ao MEC (Ministério da Educação e Cultura), e submetido à avaliação, o *Programa* foi aprovado com o grau 9,5 (nove e meio), além de ter sido habilitado à contratação de dois bolsistas, com financiamento institucional.

Após a seleção de um bolsista, o *Programa* iniciou seu desenvolvimento e contou também com o apoio institucional no que concerne à parte de produção de materiais gráficos (*banners*, cartazes, panfletos e folhetos), através do CEAEX/UFF (Centro de apoio à extensão).

Houve ampla divulgação do *Programa* no município de Niterói, através dos principais veículos de comunicação com cartazes fixados nos pontos de ônibus, barcas, prédios públicos, prédios da UFF, inclusive nas Varas de Família e nas áreas comuns do Forum da Comarca de Niterói, com a devida autorização do Tribunal de Justiça, além de convites nas rádios e na própria mídia de televisão da UFF.

Após essa enorme divulgação nos meses de maio e junho de 2013, efetivamente as inscrições foram abertas a partir de julho do mesmo ano, por meio de atendimento presencial, por telefone ou via correio eletrônico. No mês de julho, não obstante à procura diária pela assistência judiciária do Centro de Assistência Jurídica da UFF – CAJUUFF, com relação ao *Programa*, só houve um casal, o que causou certa estranheza.

Nos meses que se seguiram, manteve-se a irrisória procura, totalizando o número final de apenas sete casos concretos, sendo quatro de procura voluntária e mais três de convite a partir de procura por solução litigiosa no Centro de Assistência Jurídica da UFF – CAJUUFF.

Mesmo com essa triste realidade, o *Programa* foi premiado na 18ª Semana de Extensão da UFF, XI Prêmio Josué de Castro de Extensão, vinculado à área de Direitos Humanos e Justiça, com a apresentação do trabalho intitulado *A experiência da mediação extrajudicial no núcleo de prática jurídica da UFF*, tendo obtido o terceiro lugar, em outubro de 2013.

Seguiram-se ainda importantes conquistas no campo teórico-acadêmico, com a publicação de relevantes trabalhos científicos no ano de 2014<sup>2</sup>, em eventos como ANPOCS (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), ABEDi (Associação Brasileira de Ensino de Direito), ABRASD (Associação Brasileira de pesquisadores em Sociologia do Direito) e CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades).

Esse cenário revela uma suposta contradição entre os objetivos apresentados e os resultados atingidos. Enquanto institucionalmente a ação de extensão obteve sincera relevância com grau elevado de aprovação e total financiamento, no plano acadêmico e pedagógico, apesar da ampla divulgação, poucos alunos realmente se interessaram. Ademais, com relação à própria sociedade, pouquíssimas pessoas também procuraram o núcleo de prática jurídica buscando uma solução não judicial. Tais circunstâncias despertaram os problemas de pesquisa já traçados, que podem ou não confirmar a falta de base cultural, importando em uma revisão do conjunto inteiro.

## 2. INVESTIGAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA - PRIMEIRA FASE

### 2.1. Método

São inúmeras as classificações e taxionomias para investigação de problemas de pesquisa de natureza científica, devendo ser escolhido o mais adequado àquela hipótese a qual se pretende explorar. A presente pesquisa possui contorno teórico-empírico e natureza descritiva e exploratória, ou seja, tem como fonte tanto aspectos descritivos, como também colheita de dados através de questionários fechados e abertos.

Essa primeira etapa correspondeu à aplicação de questionário fechado construído especificamente para esse fim. A população pesquisada neste momento foi dividida em dois grupos grandes de alunos, todos inscritos em disciplinas obrigatórias vinculadas ao Departamento de Direito Aplicado – DDA, sendo o primeiro grupo alunos da

2 2014 – ANPOCS – A introdução de novos contornos interdisciplinares ao ensino jurídico através da extensão acadêmica; 2014 – ABEDi – A mediação no ensino jurídico: experiências do centro de assistência jurídica da Universidade Federal Fluminense; 2014 – ABRASD – Mediador: auxiliar da justiça ou do Direito? 2014 – CONINTER – O ensino jurídico e os meios consensuais de resolução de conflitos.

disciplina Laboratório de Prática I<sup>3</sup> e o segundo grupo alunos da disciplina Laboratório de Prática IV<sup>4</sup>. Por uma impossibilidade não prevista, o questionário do segundo grupo teve de ser aplicado também aos alunos da disciplina Laboratório de Prática III, disciplina obrigatória vinculada ao nono período da faculdade de Direito<sup>5</sup>. Foi aplicado aos dois grupos questionário idêntico.

Após a colheita dos dados, o método quantitativo utilizado para a análise foi o *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS).

A pesquisa continua em sua fase seguinte, onde se propõe uma continuação sob o viés qualitativo, direcionado a entrevistar alunos, participantes da ação de extensão e ainda professores da própria faculdade de Direito que conhecem profundamente a história da instituição, mormente ao que tange à formação do núcleo de prática e do ensino jurídico.

## 2.2. Instrumento de coleta de dados: construção do questionário e suas variáveis

A fim de definir um paradigma de pesquisa, foi pesquisado acerca de experiências anteriores implementação de mediação em núcleos de prática jurídica, tal como ocorreu na UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto) ou na UNISC (Universidade de Santa Catarina), e suas pesquisas correspondentes.

Após a fase de revisão teórica conceitual, foram sintetizadas dez dimensões que poderiam auxiliar na investigação, que foram aperfeiçoadas e ajustadas através de grupos de pesquisa para construir o questionário aplicado aos alunos.

São elas: 1) Você ouviu falar em mediação na Faculdade de Direito? (M\_FD); 2) Qual frase que melhor sintetiza a mediação? (FRASE\_MED); 3) Para uma mediação ter sucesso, precisa ter acordo? (SUC\_AC); 4) Esse acordo precisa ser homologado por um juiz para ter efetividade? (HOM\_EFE); 5) Para ser mediador, o profissional precisa ter formação jurídica? (FOR\_JUR); 6) Qual a principal função do NPJ? (F\_NPJ); 7) Você já ouviu falar no Centro de Assistência Jurídica da UFF – CAJUUFF? (F\_CAJUUFF); 8) Para que as pessoas procuram o CAJUUFF? (P\_CAJUUFF); 9) Qual o público alvo de atendimento no CAJUUFF? (PA); e 10) Seu professor do CAJUUFF aplica a mediação na resolução dos conflitos existentes no NPJ? (M\_NPJ).

Todas buscavam investigar as hipóteses de trabalho, decompondo-se em até cinco variáveis, percorridas minuciosamente na pesquisa, pretendendo se chegar a uma resposta com relação à resistência da mediação e práticas dialógicas no ensino do Direito, em específico no âmbito da extensão acadêmica desenvolvida no núcleo de prática jurídica.

3 Disciplina correspondente ao sétimo período da faculdade de Direito e por conseguinte é a primeira disciplina efetivamente ligada à prática jurídica e desenvolvida no Departamento de Direito Aplicado. É o primeiro contato que o aluno possui com o núcleo de prática jurídica da faculdade.

4 Disciplina correspondente ao décimo período da faculdade de Direito e por conseguinte após já ter cursado as quatro disciplinas de Laboratório obrigatórias vinculadas ao Departamento de Direito Aplicado – DDA, presumindo-se que já conheça a vivência prática do profissional do Direito.

5 Devido a essa intercorrência não prevista, pensa-se, antes de ultrapassar para a segunda etapa, revalidar a primeira, aplicando novamente os questionários aos alunos da disciplina Laboratório IV.

### 3. TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados colhidos fruto dos questionários aplicados foram quantitativamente organizados, tratados e analisados por meio do sistema *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS).

Com as respostas, os dados analisados foram divididos em três subconjuntos, a saber,

a) informação sobre mediação enquanto instituto; b) informações sobre o Centro de Assistência Jurídica da UFF – CAJUUFF: conhecimento, abrangência, funções e público alvo; e c) informações sobre utilização da mediação no ensino jurídico, incluindo nas práticas do CAJUUFF.

Responderam ao questionário 163 (cento e sessenta e três alunos), dentre os quais 45 (quarenta e cinco) pertenciam à disciplina Laboratório de Prática I e 118 (cento e dezoito) à disciplina Laboratório de Prática III ou IV. O questionário foi aplicado no segundo semestre de 2015.

Diante da impossibilidade de análise de todas as variáveis neste momento, passa-se à análise superficial apenas do primeiro subconjunto, restando a análise concreta possível de ser verificada na pesquisa completa.

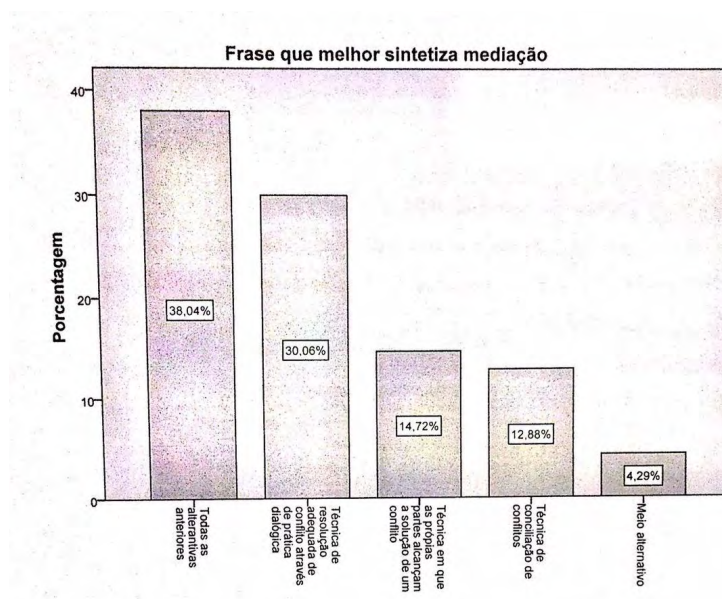
#### 3.1. Informações sobre mediação enquanto instituto

Estão diretamente relacionadas a esse subconjunto as perguntas de números 2) Qual frase que melhor sintetiza a mediação? (FRASE\_MED); 3) Para uma mediação ter sucesso, precisa ter acordo? (SUC\_AC); 4) Esse acordo precisa ser homologado por um juiz para ter efetividade? (HOM\_EFE); 5) Para ser mediador, o profissional precisa ter formação jurídica? (FOR\_JUR).

Com relação à pergunta de número 2, havia cinco variáveis, sendo elas: a) técnica em que as próprias partes alcançam a solução de um conflito; b) técnica de conciliação de conflitos; c) técnica de resolução adequada de conflito através de prática dialógica; d) todas as alternativas anteriores, e e) outra.

Do universo dos alunos entrevistados (163), todas as respostas foram válidas, sendo que 38,4% (trinta e oito vírgula quatro por cento), ou seja, 62 (sessenta e dois) alunos responderam a letra d (todas as alternativas anteriores), 30,6% (trinta vírgula seis por cento), ou seja, 49 (quarenta e nove) alunos responderam a letra c (técnica de resolução adequada de conflito através de prática dialógica); 14,72% (catorze vírgula setenta e dois por cento), ou seja, 24 (vinte e quatro) alunos responderam a alternativa a (técnica em que as próprias partes alcançam a solução de um conflito); 12,88 (doze vírgula oitenta e oito por cento), ou seja, 21 (vinte e um) alunos responderam a alternativa b (técnica de conciliação de conflitos) e 4,29% (quatro vírgula vinte e nove por cento), ou seja, 7 (sete) alunos, responderam a alternativa e (outra, sendo a principal apresentada como meio alternativo e as demais insignificantes, já que isoladas), como comprova a tabela 1, a seguir.

Tabela 1



Com relação à pergunta de número 3, havia apenas as alternativas positiva e negativa, e do universo dos alunos entrevistados, um questionário não pôde ser validado, já que o aluno não respondeu, sendo o resultado o seguinte: 61,3% (sessenta e um vírgula três por cento), ou seja, 100 (cem) alunos entendem que o sucesso pressupõe acordo, enquanto 38% (trinta e oito por cento), que corresponde a 62 (sessenta e dois alunos) entendem o contrário<sup>6</sup>.

Observe-se neste caso, que a maioria esmagadora entende que o sucesso da mediação pressupõe no atingimento de um acordo, o que não corresponde à realidade, denotando uma sensível ignorância acerca do subconjunto pesquisado.

Acerca da construção do consenso, destacamos as lições de Lawrence Susskind, que desenvolve em suas pesquisas que aquilo que se atinge com a prática da mediação é um pacto de convivência e não de concordância.<sup>7</sup> Essa diferenciação é de extrema importância, tendo em vista que o primeiro pacto (da convivência) inclui a possibilidade de manter-se em desacordo, convivendo, ainda que não concordando. Isso significa que, após exaradas e ouvidas as opiniões e ponderações, se chegue ao reconhecimento, ainda que sem concordância, de que aquela decisão é a melhor para dada situação, o que transformará para melhor a relação atual. Isso é o objetivo do pacto da convivência.

O objetivo da mediação não é o alcance de um produto análogo à sentença ou mesmo a um acordo; é o alcance do restabelecimento daquilo que ficou enfraquecido na relação, com o resgate dos canais de comunicação entre as partes. É uma lógica de reconstrução, baseada no respeito aos valores individuais e sociais.

<sup>6</sup> Apenas uma tabela foi selecionada para participar deste artigo, podendo todas serem encontradas no trabalho completo, em fase de conclusão.

<sup>7</sup> As premissas para atingir o pacto da convivência são: o reconhecimento das diferenças (questão da alteridade), a possibilidade de manter-se em desacordo, a proposta do diálogo colaborativo, a metodologia de inclusão, a percepção e distinção das posições, os interesses e valores. Tradução livre. SUSSKIND, Lawrence E., CRUIKSHANK, Jeffrey L. Breaking Roberts Rules - The new way to run your meeting, build consensus, and get results. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 20-22.

Nesse ponto, como o resultado foi diverso da realidade, importante considerar quantos foram os votos colhidos dos alunos pertencentes à disciplina Laboratório de Prática I (sétimo período) e quantos correspondentes à disciplina Laboratório de Prática III ou IV (nono e décimo período), sendo 29 (vinte e nove alunos - 64,4%) do primeiro grupo e 71 (setenta e um alunos - 60,2%) do segundo grupo.

Mesmo fazendo essa diferenciação dos grupos, comprova-se que é indiferente se o aluno se encontra no início ou no final da vivência da prática jurídica no núcleo de prática, já que as porcentagens dentro de cada grupo são praticamente as mesmas com relação às mesmas classes de respostas. Importa contudo é que o aluno percorre os quatro períodos do núcleo de prática jurídica e mesmo assim deixa a faculdade sem dominar a prática da mediação de conflitos.

Com relação à pergunta de número 4, havia apenas as respostas positiva e negativa, sendo certo que todos os votos foram válidos, totalizando 67,5% (sessenta e sete vírgula cinco por cento), ou seja, 110 (cento e dez) alunos entendem que o acordo não precisa de homologação judicial para ter efetividade, contra 32,5% (trinta e dois vírgula cinco por cento), ou seja, 53 (cinquenta e três alunos) com a resposta positiva, entendendo ser imprescindível a cancela do poder judiciário.

Finalmente, no que concerna à pergunta número 5, também de respostas positiva e negativa apenas, sendo todos os votos válidos, 87,7% (oitenta e sete vírgula sete por cento), representando 143 (cento e quarenta e três alunos) entendem que o profissional mediador não precisa ter formação jurídica contra apenas 12,3% (doze vírgula três por cento), o que representa o coeficiente de 20 (vinte) alunos, que reconhecem necessidade de formação profissional jurídica ao mediador de conflitos.

Dessa forma, conjugando esses dados, pode-se aparentemente afirmar, a depender dos dados dos próximos subconjuntos, que a população discente entrevistada não conhece, seja por desinteresse, seja por falta de transmissão de conhecimento (necessário observar o resultado do terceiro subconjunto, mormente a pergunta de número 10), vivências práticas do instituto da mediação de conflitos, sinalizando uma cultura ainda litigiosa, não voltada à incorporação de práticas dialógicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, se pretendeu nesse breve estudo uma conclusão mediata, a ser fartamente explorada na pesquisa completa, a fim de sinalizar empiricamente que o ensino jurídico de práticas dialógicas, em especial da mediação, por vezes é transmitido com distanciamento das demandas sociais, sob o fundamento de neutralidade e autoridade, com métodos que não estimulam a criatividade, a reflexão e o senso crítico do mundo ao seu redor e muito menos compatibilizam a teoria com a prática.

A mediação reforça o seu papel como prática sensível e humanista, contribuindo, quando inserida como disciplina nos Cursos de Direito, não só para uma resolução mais adequada das controvérsias, mas também na formação positiva de um caráter mais humano nos operadores do Direito.

Contudo, não obstante as reformas legais e processuais, trazendo a mediação inclusive institucionalizada nos tribunais, percebe-se que ainda se sustenta uma formação do profissional do Direito voltada a práticas litigiosas, o que pode trazer dificuldades à difusão das técnicas adequadas de resolução de conflitos.

Em contrapartida, a pesquisa revelou que mesmo tendo a mediação sido implementada no âmbito da extensão acadêmica, vinculada à prática jurídica, não houve interesse relevante da comunidade institucional e nem mesmo da sociedade civil em participar da ação transformadora, o que pode significar para além de uma questão dogmática e política, uma questão cultural, o que provavelmente necessitará de uma investigação do conjunto completo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Tânia. (2009). Mediação e conciliação: dois paradigmas distintos, duas práticas diversas. In: *Mediação de conflitos*. Paulo Borba Casella e Luciane M. de Souza (coord.), Belo Horizonte: Fórum, p.93-102.

BELLOSO MARTÍN, Nuria. (2011). A mediação: a melhor resposta ao conflito?, in: Fabiana Spengler e Douglas Lucas (org.), *Justiça Restaurativa e Mediação*, Ijuí: Ed. Unijuí, p. 317/355.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Vol. II. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

HANSEN, Gilvan Luiz.(2011). *A resolução de conflitos no Estado Democrático de Direito: uma perspectiva Habermasiana*. In FACHIM, Zulmar; BANNWART JÚNIOR, Clodomiro José (Coord). *Direito e Filosofia – Diálogos*. Campinas: Millennium, 2011, p. 99/120.

MEIRELLES, Delton Ricardo Soares; MIRANDA NETTO, Fernando Gama de. *Conciliação e mediação civil entre a jurisdição estatal e a justiça comunitária*, anais do XIX Congresso Nacional do CONPEDI - UFSC - Faculdade de Direito, Florianópolis/SC.

\_\_\_\_\_. *Meios alternativos de resolução de conflitos: justiça coexistencial ou eficiência administrativa?*. Revista Eletrônica de Direito Processual, v. 01, 2007, pp. 70-85.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. *Mediação: A redescoberta de um velho aliado na solução de conflitos*; in: *Acesso à Justiça e efetividade do Processo*. Geraldo Luiz Mascarenhas Prado (coord.). Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2006). *A Sociologia dos Tribunais e a Democratização da Justiça*, in: *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 12. ed. São Paulo: Cortez.

\_\_\_\_\_. (2007). *Para uma Revolução Democrática da Justiça*, São Paulo: Cortez Editora.

SUSSKIND, Lawrence E., CRUIKSHANK, Jeffrey L. *Breaking Roberts Rules – The new way to run your meeting, build consensus, and get results*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 20-22.

SPENGLER, Fabiana Marion. (2010). *Da Jurisdição à Mediação. Por uma outra cultura no tratamento de conflitos*. Ijuí: Editora Unijuí.

WARAT, Luis Alberto. (2011). Pensemos algo diferente em termos de mediação. In: Fabiana Spengler e Douglas Lucas (org.), *Justiça Restaurativa e Mediação*, Ijuí: Ed. Unijuí, p. 297/316.

## A UTILIZAÇÃO DE MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A EXPERIÊNCIA DA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

**FACCI, Lucio Picanço**

*Estudante de doutorado do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF)*

*lucio.facci@live.com*

### RESUMO

O presente estudo pretende examinar a utilização de mecanismos alternativos para a resolução de conflitos que envolvam a Administração Pública, em especial a aplicação destas técnicas alternativas no âmbito federal pela recém-criada Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, órgão da Consultoria-Geral da União da Advocacia-Geral da União. Para tanto, será feito estudo a respeito dos meios alternativos de resolução de conflitos (como a arbitragem, a conciliação e a mediação) e, ainda, enfrentado o problema da possibilidade jurídica de utilização destes métodos quando presentes interesses administrativos considerados indisponíveis. Após, será examinada a atuação concreta da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal desde sua criação de maneira a compreender suas possibilidades de utilização como meio adequado/alternativo de resolução de controvérsias no âmbito da Administração Pública Federal.

**Palavras-chave:** Meios alternativos. Advocacia Pública Federal.

### ABSTRACT

The present study intends to examine the use of alternative mechanisms for the resolution of conflicts involving the Public Administration, in particular the application of these alternative techniques at the federal level by the recently created Chamber of Conciliation and Arbitration of the Federal Administration, For this purpose, a study will be carried out on alternative means of conflict resolution (such as arbitration, conciliation and mediation) and also the problem of the legal possibility of using these methods when present Administrative interests considered unavailable. Afterwards, the concrete action of the Chamber of Conciliation and Arbitration of the Federal Administration will be examined since its inception in order to understand its possibilities of use as an adequate / alternative means of resolving disputes within the scope of the Federal Public Administration.

**Key-words:** Alternative means. Federal Public Advocacy.



## INTRODUÇÃO

É notório que o Estado figura, hoje, como o maior litigante do país. Esse fenômeno resulta, em grande parte, da crescente judicialização das questões administrativas e a intransigência do Estado em juízo.

Diante deste contexto, a utilização pelo Poder Público de meios consensuais para a resolução dos seus conflitos – seja entre entes públicos, seja até mesmo entre eles e os indivíduos – é tema que se afigura importante e atual. Para enfrentá-lo, todavia, é preciso também responder a questões decorrentes da necessária compatibilização entre as especificidades do Poder Público e a aplicação adequada das técnicas de solução consensual de conflitos na esfera pública.

## 2. O PODER PÚBLICO EM JUÍZO E SUA RELAÇÃO COM A CRISE DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Conforme apontam os dados da pesquisa “100 Maiores Litigantes – 2012”, divulgada pelo Conselho Nacional de Justiça, somente os setores públicos da esfera federal e dos Estados foram responsáveis por 39,26% dos processos que chegaram à Justiça de primeiro grau e aos Juizados Especiais entre janeiro e outubro do ano de 2011.<sup>1</sup> Mais um exemplo: somente no ano de 2010 foram distribuídas aos Juizados Especiais Federais 1.211.833 novas demandas, o que resulta numa média mensal superior a 100.000 novas demandas<sup>2</sup>, fato que tem preocupado em especial a Justiça Federal e seus órgãos de controle, conforme amplamente noticiado.<sup>3</sup>

Creemos que tais dados resultam, principalmente, de dois fatores. Em primeiro lugar, a ausência de uma cultura administrativa de solução dos conflitos internamente, sem a necessidade da intervenção jurisdicional, o que tem estimulado uma tendência de judicialização das controvérsias envolvendo a Administração Pública. Em segundo lugar, a intransigência do Estado em Juízo, deflagradora de alta litigiosidade nas causas de Direito Público com pouca probabilidade de consenso e fomentadora de uma cultura da sentença para a solução dos conflitos que envolvam a Administração Pública (FACCI, 2015, pp. 133-138)

No que se refere à judicialização das relações jurídico-administrativas, seus efeitos perniciosos não se limitam ao aumento da carga de serviço dos juízes e dos percentuais de processos nos quais o Estado figure como parte: além de reforçar a descrença da população na capacidade das instâncias administrativas em resolverem seus problemas, o repasse contínuo das controvérsias administrativas ao Judiciário como instância decisória também contribui para que a Administração se torne cada vez menos eficiente. Isso porque, no lugar de estimular a melhoria e ampliação dos serviços pela própria Administração Pública, as soluções dos conflitos entre o Estado e o cidadão têm sido reiteradamente construídas dentro do espaço judicial (CARVALHO, 2011, *passim*).

1 De acordo com levantamento divulgado em 29/10/2012 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme noticiado no sítio eletrônico daquele órgão, disponível em <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/21877:orgaos-federais-e-estaduais-lideram-100-maiores-litigantes-da-justica>. Acesso em 02/10/2013.

2 Segundo informações constantes do sítio eletrônico do Conselho da Justiça Federal (CJF) - <http://daleth.cjf.jus.br/atlas/Internet/JuizadosTABELA.htm>.

3 V. “CJF e CNJ querem resolver gargalos dos juizados” - <http://www.jf.jus.br/cjf/noticias-do-cjf/cjf-e-cnj-querem-resolver-gargalos-dos-juizados>.

Além disso, esse fenômeno tem estimulado a população a postular o reconhecimento de seu direito diretamente ao Judiciário, isto é, sem sequer formular requerimento administrativo prévio. Essa postura tem preocupado órgãos jurisdicionais e a Advocacia Pública. A Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais na Justiça Federal da 2ª Região, por exemplo, editou em 2002 o Provimento nº 11, cujo §4º de seu art. 8º prevê a obrigatoriedade da apresentação do protocolo de prévio pleito na via administrativa nas demandas em face do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou da Caixa Econômica Federal. No mesmo sentido, o Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais (FONAJEF), publicou enunciado de nº 77 dispondo que “o ajuizamento da ação de concessão de benefício da seguridade social reclama prévio requerimento administrativo”. A tese da exigência de requerimento administrativo como condição para o exercício da ação tem grande acolhida nos Juizados Especiais Federais, ressalvados os casos de cancelamento de benefício previdenciário, de pedido de revisão de benefício e quando há contestação do INSS específica para o caso.<sup>4</sup>

O pedido de solução sobre controvérsia existente entre o cidadão e o Estado, quando dirigido diretamente ao Judiciário, tem contribuído para agravar o quadro de excesso de demandas judiciais, além de subtrair dos órgãos administrativos o poder-dever de analisar o caso concreto, de apreciar os fatos apresentados pelo administrado e, assim, cumprir suas finalidades institucionais.<sup>5</sup>

Quanto à litigiosidade do Estado em Juízo, essa postura decorre, principalmente, do receio dos advogados públicos em serem responsabilizados pela não apresentação de defesa nos casos concretos. Isso porque a independência funcional tal como vigora no regime jurídico da Magistratura e do Ministério Público não é expressamente reconhecida aos membros da Advocacia Pública. A esse propósito, Leonardo Greco, ao discorrer sobre a possibilidade de cancelamento prévio da audiência preliminar (§3º do art. 331, CPC), chegou a afirmar:

“Tal dispositivo aplica-se primordialmente às causas em que forem partes as pessoas jurídicas de direito público, que dificilmente promovem acordos no âmbito judicial. Isso porque, para tanto, exige-se demasiada burocracia ou muitas providências dos seus procuradores, que, cientes dessas inúmeras dificuldades, preferem litigar sem cogitar da possibilidade de transigirem. Sob o argumento da indisponibilidade do interesse público, muitas vezes o Estado mascara a desconfiança que tem nos seus próprios agentes, neste caso, nos seus procuradores” (GRECO, 2011b, p. 78)<sup>6</sup>

No âmbito dos Juizados Especiais, a possibilidade de propositura de acordo pelo advogado público federal encontra previsão na Lei nº 10.259/01. Todavia, para os demais

4 Cf. Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI nº 2006.72.95.01.5544-2. Relatora JUÍZA JOANA CAROLINA LINS PEREIRA, julgado, por maioria, em 16.2.2009.

5 Com o escopo de inibir a judicialização das controvérsias administrativas, a Procuradoria-Geral Federal, por meio da atuação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS (PFE/INSS), instituiu o Índice de Concessões Judiciais (ICJ), apurado a partir da proporção entre o volume de benefícios concedidos mensalmente por ordem judicial e o volume total mensal de benefícios concedidos administrativamente, permitindo assim auxiliar na identificação de soluções para causas geradoras de litígios judiciais através da análise das práticas de gestão desenvolvidas pelas unidades melhor avaliadas, v. [http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateTexto.aspx?idConteudo=82965&id\\_site=1106](http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateTexto.aspx?idConteudo=82965&id_site=1106)

6 Com vistas a evitar o temor de responsabilização do advogado público federal em propor a conciliação, a Conclusão n.º 47 da I Reunião de Serviço dos Juizados Especiais Federais, realizada pela Procuradoria Federal Especializada - INSS, entre os dias 15 e 18 de setembro de 2003, em Florianópolis/SC (3ª e 4ª Regiões), e entre 22 e 25 de setembro daquele ano, em Recife/PE (1ª, 2ª e 5ª Regiões), prevê expressamente que, ainda que em estágio probatório, o procurador federal não poderá ser responsabilizado pela realização de acordos, salvo atuação com erro grosseiro ou dolo.

casos, a autorização decorre de atos expedidos internamente, tendo em vista a ausência de previsão legal exaustiva quanto ao tema. Neste contexto, o art. 3º da Portaria AGU nº 109/07, por exemplo, estipula os casos em que pode ser realizada a transação ou não interposição ou a desistência de recurso: quando houver erro administrativo reconhecido pela autoridade competente ou, quando verificável pela simples análise das provas e dos documentos que instruem a ação, pelo advogado ou procurador que atua no feito, mediante motivação adequada (inc. I); e quando inexistir controvérsia quanto ao fato e ao direito aplicado (inc. II).<sup>7</sup>

### 3. A UTILIZAÇÃO DE MEIOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Pode-se dizer que o Código de Processo Civil de 1973 não se ocupou com maior intensidade dos meios consensuais de solução de conflitos. Limitou-se, basicamente, a impor ao magistrado o dever de tentar, a qualquer momento, conciliar as partes (art. 125, IV) e a prever a conciliação como mera etapa inicial de audiências judiciais (CARNEIRO, 1996, p. 107). A mera leitura do art. 331 é bastante elucidativa a esse respeito: para regular um ato processual cuja finalidade primeira é a conciliação, o dispositivo se ocupou basicamente de referir às causas que *não* serão objeto de conciliação (§3º e, *a contrario sensu, caput*) bem como às providências que deverão ser tomadas pelo magistrado caso a conciliação seja obtida (§1º) ou frustrada (§2º).

O CPC de 1973 não tratou da conciliação em si mesma, isto é, não cuidou dos meios de que poderia o Judiciário se utilizar para fomentar o entendimento entre as próprias partes e, desse modo, contribuir para a solução amigável da controvérsia posta em juízo. Além disso, o CPC de 1973 estimulava o litígio ao prever expressamente a dispensa da audiência preliminar quando a causa versar sobre direitos que supostamente não admitam transação ou quando o juiz verificar de antemão ser improvável a conciliação (§3º, art. 331). Trata-se de duas fortes e, a nosso juízo, desnecessárias restrições à possibilidade de autocomposição em juízo. Em primeiro lugar, é temerário carrear ao magistrado a definição prévia quanto à disponibilidade ou não dos direitos deduzidos em juízo. Seria prudente, para se dizer o mínimo, ouvir a esse respeito as partes interessadas nos direitos em litígio. Ademais, mesmo que, por hipótese, seja possível definir com precisão sobre a indisponibilidade de direitos considerados em si mesmos, não há indisponibilidade quanto ao modo dos mesmos serem regulados (GRECO, 2011b, p. 77), nada impedindo, dessa maneira, que a conciliação seja levada a efeito para esse propósito. Por sua vez, a dispensa aberta pela lei para os casos em o juiz verificar de antemão a improbabilidade de conciliação suscitava, na prática, o esvaziamento da audiência preliminar: o que se observava no cotidiano era o proferimento de mero despacho pelo juiz indagando às partes se têm interesse na realização da audiência e,

7 A Portaria nº 915/2009 da Procuradoria-Geral Federal, por sua vez, estabelece os limites financeiros para os acordos em seu art. 1º, autorizando expressamente aos seus órgãos de execução a realizá-los em juízo nas causas de valor até R\$1.000.000,00, observados os seguintes limites de alçada: I - até 60 salários mínimos, pelos Procuradores Federais que atuam diretamente na causa; II - até R\$100.000,00, mediante prévia e expressa autorização dos Procuradores Seccionais e dos Chefes de Escritório de Representação; III - até R\$500.000,00, mediante prévia e expressa autorização dos Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais nos Estados; IV - até R\$1.000.000,00, mediante prévia e expressa autorização dos Procuradores Regionais Federais. A referida portaria prevê, ainda, que nas causas de valor superior ao limite estabelecido no caput, caberá ao Adjunto de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal autorizar prévia e expressamente a celebração do acordo ou transação (§1º); e nas causas de valor superior a R\$500.000,00, o acordo ou a transação, sob pena de nulidade, dependerá ainda de prévia e expressa autorização do Ministro de Estado ou do titular da Secretaria da Presidência da República a cuja área de competência estiver afeto o assunto, ou, ainda, daquele a quem tiver sido delegada esta competência (§2º).

com a manifestação contrária dos advogados, a incontinenti aplicação do §3º do art. 331, CPC de 1973. Nesse caso, a conciliação era frustrada antes mesmo de ser efetivamente tentada a autocomposição pelas partes através do diálogo entre elas e com o magistrado.

As leis alusivas aos Juizados Especiais (9.099/1995, 10.259/2001 e 12.153/2009) promoveram alguns avanços em direção à conciliação. Tais diplomas fazem expressa referência à figura do conciliador e do juiz leigo como agentes estimuladores da composição do litígio entre as partes envolvidas. Embora seja evidente a preocupação do legislador em caracterizar os juizados especiais como espaço que privilegia a conciliação (enunciada expressamente como princípio norteador da atividade desses órgãos jurisdicionais), observa-se nas referidas leis, muito embora em menor grau, o mesmo déficit que marca o CPC de 1973: não cuidam dos meios adequados de atuação do Judiciário na sua missão de pacificação do litígio. Esses diplomas legais estipulam uma audiência para a realização da conciliação, enfatizam que a mesma deverá ser tentada e poderá ocorrer a qualquer tempo no processo, aludem ao conciliador e ao juiz leigo, mas não se ocupam de regular a sua atividade em direção à autocomposição. O art. 15 da Lei nº 12.153/2009 (que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios), por exemplo, ao tratar das figuras do conciliador e do juiz leigo, limita-se a afirmar que serão recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de dois anos de experiência (§1º), o que está inclusive a denotar, pelo menos, a impropriedade da expressão “juiz leigo”, eis que a lei alude a pessoa letrada em Direito e, mais que isso, exige atividade jurídica prévia. Na realidade, ao invés de estimular da pacificação do litígio por meio de pessoas da própria comunidade, com a aplicação do “direito” presente no cotidiano local (o que seria mais condizente com a expressão adotada), optou-se pela condução da conciliação por “aprendizes de juízes togados”. O art. 16 é revelador dessa opção legislativa: aproxima o conciliador ao juiz togado (*caput*) e exige que sua atuação na conciliação seja marcadamente semelhante à condução da instrução pelo magistrado (§1º).

O tratamento dos meios alternativos de solução de conflitos foi significativamente aprofundado pela Lei nº 13.105/15 (novo CPC). Logo no seu art. 3º, o novo diploma faz referência à arbitragem, cuja utilização é permitida na forma da lei (§1º); à tarefa do Estado de promover, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos (§2º); e ao dever de juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público de estimular a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos, inclusive no curso do processo judicial (§3º). Conforme Humberto Theodoro Júnior, Dierle Nunes, Alexandre Bahia e Flávio Pedron:

“Ao analisar o disposto no art. 3º do Novo CPC, percebe-se uma notória tendência de estruturar um modelo multiportas que adota a solução jurisdicional tradicional agregada à absorção dos meios alternativos.

Busca-se, assim a adoção de uma solução integrada dos litígios, como corolário da garantia constitucional do livre acesso do inc. XXXV do art. 5º da CR/1988. (THEODORO JR., 2015, p.213)

Além de prever que o juiz irá prioritariamente compor amigavelmente as partes, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais (art. 139, V), o novo Código inclui entre os auxiliares da justiça o mediador e o conciliador judicial (art. 149), dedicando uma seção específica para definir sua forma de atuação (arts.

165-175); cria audiência exclusivamente dedicada à autocomposição, que poderá ser de “conciliação” ou de “mediação” (art. 334)<sup>8</sup>, a depender do caso, dispondo o novo CPC que poderá haver mais de uma sessão destinada à mediação e à conciliação, se necessárias à composição das partes (art 334, §2º); e autoriza a produção antecipada da prova suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito (art. 381, II).

Muito embora o novo CPC também contenha, a nosso sentir, algumas imperfeições no tratamento da conciliação judicial (como, por exemplo, a manutenção da possibilidade de cancelamento da audiência destinada à autocomposição no caso das partes manifestarem previamente seu desinteresse na composição amigável (§§4º e 5º do art. 334), o que poderá ensejar, na prática, o esvaziamento da audiência, tal como ocorre com a audiência preliminar prevista no CPC de 1973, é inegável que o texto avança consideravelmente no tratamento do assunto, caminhando para o reconhecimento da pacificação como escopo da jurisdição, que não se destina apenas a fazer atuar concretamente o ordenamento jurídico ao caso concreto. O novo CPC parece privilegiar uma cultura da pacificação em detrimento da cultura da sentença tão presente hoje no modelo processual brasileiro (WATANABE, 2005, pp. 684-690) e que tem conferido maior ênfase à necessidade de uma decisão jurisdicional para a resolução do litígio (PINHO, 2008, p. 248) e imposto diversas barreiras para a solução pacífica da controvérsia.

#### **4. FUNDAMENTOS JURÍDICOS PARA A UTILIZAÇÃO DE MEIOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A Constituição consagra o princípio do *acesso à justiça* (art. 5º, XXXV), ao exigir a disponibilização de métodos adequados (sob os aspectos temporal, econômico e de resultados) de resolução de conflitos. Este princípio não corresponde a uma simples garantia de acesso formal ao sistema judicial.

O princípio da *eficiência* (art. 37, *caput*), por sua vez, modifica a ideia de legalidade adotada no antigo modelo burocrático segundo a qual a legalidade era o parâmetro definitivo acerca da validade de um ato da Administração Pública, restando em segundo plano a efetividade, isto é, o resultado prático de tal ação. O novo modelo de Estado, agora *gerencial*, deixa de controlar o procedimento legal em favor da qualidade dos resultados efetivamente obtidos pela conduta do Poder Público. A eficiência, dessa forma, autoriza ao Estado resolver os seus conflitos de maneira a atender o menor custo, o menor tempo, menor desgaste para a relação entre as partes e os melhores resultados.

O princípio *democrático*, previsto no art. 1º da vigente Constituição Federal, afirmação do cidadão-administrado como o “*protagonista político e jurídico do Estado*” (MOREIRA NETO, 2005, p. 79), significa que ao cidadão cumpre não apenas exercer o papel de definir os fins, meios e limites das ações do Poder Público como, principalmente, ser o destinatário imediato dessas ações. Nessa direção, o constitucionalismo contemporâneo reclama a democracia como exigência de efetiva participação dos sujeitos constitucionais, que passam a ocupar cumulativamente e de forma mais concreta os papéis de criadores e beneficiários das normas jurídicas.<sup>9</sup> A nova perspectiva de atuação da Administração

8 Como anota Cassio Scarpinella Bueno, “os demais parágrafos do art. 334 estabelecem regras que, devidamente cumpridas, tornarão proveitosa a audiência como importante técnica de resolução de conflitos e, é esta a expectativa, proferimento de sentenças que acolham a autocomposição alcançada pelas partes (§11)” (BUENO, 2015, p. 251)

9 Para Jürgen Habermas “a co-originariade da autonomia privada e pública somente se mostra quando conseguimos decifrar o modelo da autolegislação através da teoria do discurso, que ensina serem os destinatários simultaneamente os autores de seus direitos” (HABERMAS, 1997, p. 139).

Pública deve corresponder, assim, no plano prático, ao dever de efetivo respeito pelo Estado dos direitos dos cidadãos, isto é: dever de consideração do ser humano como fim em si mesmo e nunca mero meio para atingir objetivos coletivos ou outros individuais. Por essas razões, o princípio democrático impõe ao Poder Público que procure dialogar com os administrados para encontrar uma solução adequada para os seus conflitos.

Assim, incumbe ao Poder Público disponibilizar os mecanismos para a resolução consensual de conflitos, cabendo ao particular optar pelo meio adequado, inclusive se prefere o processo judicial tradicional. Da mesma forma, nos conflitos que envolvem entes públicos entre si, a solução consensual deve ser buscada até que seja alcançada, como imperativo do princípio da eficiência administrativa.

Além dos referidos fundamentos constitucionais, a legislação infraconstitucional prevê meios para a resolução consensual de conflitos envolvendo o Poder Público.

Neste sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90) também previu, em seu artigo 211, a possibilidade de celebração de ajuste de conduta.

Nesta direção, o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990), ao alterar a Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7.347, de 1985) para incluir o parágrafo 6º ao seu artigo 5º, passou a prever a celebração de “ajustes de conduta” nos temas que podem ser objeto de ação civil pública – meio ambiente, patrimônio cultural, histórico e paisagístico, ordem econômica, defesa do consumidor, entre outros.

Na mesma linha, a legislação de defesa da concorrência (Lei 8.884, de 1994), autorizou em seu art. 53 a celebração de compromisso de cessação de conduta para suspender processo administrativo sancionador, modelo adotado também pela nova lei que disciplina o assunto (Lei n. 12.519, de 2011), cujos artigos 9º, V, e 85 continuam a dispor sobre o compromisso de cessação de conduta lesiva à concorrência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também admite procedimento desta natureza no exercício das atividades de fiscalização das instituições de ensino superior (Lei n. 9.394/1996, art. 46, § 1º; Decreto n. 5.773/2006, arts. 47 a 50), ao expressamente conceder prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação.

No âmbito do Direito Ambiental, a Lei n. 9.605/1998 (art. 79-A), o Decreto n. 99.274/1990 (art. 42) e o Decreto n. 6.514/2008 (arts. 139 a 148) também admitem a celebração de compromisso de ajuste de conduta, na esteira da Lei de Ação Civil Pública.

A Consolidação das Leis do Trabalho, através da Medida Provisória nº 2.164-41/2001, a qual acrescentou o art. 627-A e modificou o art. 876, passou a prever a possibilidade de celebração de termo de compromisso ou de ajuste de conduta em matéria de saúde e segurança do trabalho. Tais regras foram regulamentadas pelo Decreto n. 4.552/2002 (art. 28).

O Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741, de 2003) também contém, em seu artigo 74, X, previsão de possibilidade de celebração de ajuste de conduta.

Registre-se, ainda, que a legislação de quase todas as agências reguladoras outorga a tais autarquias o poder-dever de dirimir, no âmbito administrativo, as divergências entre concessionárias, permissionárias, autorizadas etc., de que são exemplos o artigo

3º, V, da Lei n. 9.427, de 1996 (ANEEL), e a Resolução ANEEL n. 333, de 2008; o artigo 19, XVII, da Lei n. 9.472, de 1996 (ANATEL); o artigo 20 da Lei n. 9.478, de 1997 (ANP) e Portaria ANP n. 69/2011, art. 54; a Resolução n. 442/2004 (ANTT); a Resolução n. 987/2008 (ANTAQ); a Lei n. 9.656, de 1998, art. 29, § 1º e Lei n. 9.961, de 2000, art. 4º, XXXIX (ANS); a Lei n. 12.154, de 2009 (PREVIC), art. 2º, VIII; Instruções PREVIC n. 3 e n. 7/2010.

Da mesma forma, vale mencionar que o Código Tributário Nacional admite expressamente a transação como forma de extinção do crédito tributário (artigo 156, III).

Não se pode confundir indisponibilidade de direito com intransigibilidade, pois esta somente se afigura nas situações em que a lei expressamente veda a transação, como o artigo 17, parágrafo 1º, da Lei n. 8.429, de 1992, que trata de improbidade administrativa, e que, para Luciane Moessa de Souza, consubstanciava “o único caso de proibição expressa de transação em nosso ordenamento” (SOUZA, 2012, p. 173). Esse dispositivo foi expressamente revogado pela recente Medida Provisória nº 703, de 18 de dezembro de 2015, que dispõe sobre acordos de leniência. Ademais, mesmo que, por hipótese, seja possível definir com precisão sobre a indisponibilidade de direitos considerados em si mesmos, não há indisponibilidade quanto ao modo dos mesmos serem regulados (GRECO, 2011b, p. 77), nada impedindo, dessa maneira, que meios de resolução de conflitos sejam empregados para esse propósito.

No mesmo caminho, Fernando Gama e Delton Meirelles ensinam que direito indisponível pode ser definido como aquele direito que é irrenunciável, mas que pode admitir eventual transação, dependendo do grau de indisponibilidade: absoluta (irrenunciável, insuscetível de transação e de persecução processual obrigatória), relativa (irrenunciável, suscetível de transação, mas de persecução processual obrigatória) ou limitada (irrenunciável, suscetível de transação e de persecução processual facultativa). Para os referidos processualistas, apenas as hipóteses de indisponibilidade absoluta obstam a transação entre particular e pessoa jurídica de Direito Público, sendo que “[a] garantia da tutela jurisdicional efetiva afasta os argumentos fazendários contrários à tutela diferenciada” (MEIRELLES; MIRANDA NETTO, 2009, p. 6.401). Nesta direção, foi publicada em 26 de junho de 2015, a Lei nº 13.140 que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da Administração Pública.

## 5. ESPECIFICIDADES DA APLICAÇÃO DOS MEIOS DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS ENVOLVENDO O PODER PÚBLICO

As peculiaridades decorrentes do regime jurídico da Administração Pública impõem certas limitações ao poder-dever de transigir no espaço das relações jurídico-administrativas.

O princípio da *isonomia*, neste sentido, determina ao Poder Público igual tratamento a situações iguais, não sendo lícito à Administração agir de outra forma quando presentes os mesmos elementos fáticos ou em situações jurídicas que contenham a mesma *ratio* (PÉREZ, 1983, p. 122). Nessa pauta, pode-se afirmar que o princípio da impessoalidade administrativa (art. 37, *caput*, CRFB/88), como projeção da isonomia, também se encarta como fundamento normativo para a aplicação do princípio de vedação ao comportamento contraditório nas relações de Direito Público. Desse modo,

ao entabular um acordo, o Estado estabelece um precedente administrativo, sendo certo que, do mesmo modo que a lei deve respeitar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, também não se admite que o administrado tenha seus direitos flutuando ao sabor das interpretações jurídicas variáveis no tempo, sob pena de violação ao princípio da segurança jurídica. (PIETRO, 2001, p. 85). A previsão de certeza não é garantida apenas pelo princípio da legalidade, isto é, pela previsão abstrata e objetiva da lei, devendo ser levada também em consideração a dimensão subjetiva, extraída das expectativas legítimas resultantes da interpretação conferida à norma ao longo do tempo na sua aplicação pelo Poder Público aos casos concretos (RIBEIRO, 2009, p. 849).

Sendo assim, antes de firmar um determinado acordo, deve o Poder Público analisar se o conflito em questão configura uma situação única ou, potencialmente, um conflito de interesse de outras pessoas, devendo examinar se o cumprimento do acordo será viável, técnica e financeiramente, em outros casos repetitivos.

O princípio da *publicidade* também encerra uma peculiaridade quanto aos meios consensuais de solução de conflitos pela Administração Pública. Tal princípio impede ou, quando muito, limita a confidencialidade muitas vezes essencial ao desenvolvimento da mediação. Dessa maneira, ainda que se admita a confidencialidade das sessões privadas (realizadas apenas entre uma das partes e o mediador), não se pode admitir, contudo, a ideia de confidencialidade para as sessões conjuntas de mediação, pois para a atividade do Poder Público, a publicidade é a regra. Nestes casos, a confidencialidade será, portanto, excepcional e, por isso mesmo, deverá ser juridicamente justificada.

## **6. OBSTÁCULOS APARENTES PARA A APLICAÇÃO DOS MEIOS CONSENSUAIS NOS CONFLITOS ENVOLVENDO O PODER PÚBLICO**

Embora a desigualdade nas relações de poder nos casos em que o conflito envolve o Poder Público e um indivíduo seja um fato inegável, não se trata, contudo, de um óbice incontornável para a consensualidade na esfera pública. Se é verdade que a desigualdade pode tornar inadequada a negociação direta entre as partes, é possível e até mesmo recomendável a utilização da mediação, que é a negociação facilitada por um terceiro, que procurará amenizar a desigualdade entre os envolvidos no conflito.

Também não configuram obstáculos para a consensualidade na esfera pública os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado e da legalidade estrita, frequentemente presentes nos manuais de Direito Administrativo. Como se sabe, a doutrina administrativista clássica reiteradamente refere à supremacia do interesse público sobre o interesse particular como "*verdadeiro axioma reconhecível no Direito Público*" (MELLO, 2002, p. 41), "*objetivo primacial da Administração*" (MEIRELLES, 2000, p. 43) e "*grande princípio informativo do Direito Público*" (GASPARINI, 2007, p. 20). A concepção a respeito do princípio parte da premissa de que o interesse público não se confundiria com os interesses pessoais dos integrantes da sociedade, sendo que o primeiro estaria necessariamente identificado com a ideia de bem comum, coletivo, devendo prevalecer sobre o interesse individual, particular, egoístico.

Todavia, com o processo de constitucionalização do Direito Administrativo – experimentado, a rigor, por todos os ramos do Direito (BARROSO, 2009, pp. 360-394) –, que impôs o respeito e cumprimento pela Administração Pública dos valores erigidos a mandamentos constitucionais tais como dignidade humana, justiça material, segurança,



isonomia, bem-estar social etc., a realização do interesse público, muitas vezes, consistirá exatamente na tutela de interesses privados, de forma que esse amálgama conceitual formado pelo que se supõe ser interesse público, coletivo ou privado impede que se possa cogitar de uma supremacia *a priori* de um sobre o outro (BINENBOJM, 2008, pp. 308-311).

Não perfilhamos da ideia de que exista, no ordenamento, princípio que estabeleça a supremacia incondicional e apriorística de um valor, princípio ou direito sobre outros: à Administração Pública incumbe, consideradas todas as circunstâncias de fato, o dever de extrair qual o “interesse” a ser tutelado na hipótese enfrentada, considerando não apenas a inequívoca unicidade e irrepetibilidade de cada caso mas, sobretudo, a complexidade do ordenamento jurídico, composto de princípios e regras, de forma que a ordem jurídica deve ser reconstruída de todas as perspectivas possíveis com o propósito de alcançar a norma adequada capaz de produzir justiça material em cada caso específico. Além disso, a adoção de uma prevalência *a priori* de um interesse sobre outro, tende a gerar uma restrição arbitrária de direitos fundamentais, conforme assinala Paulo Schier:

a assunção prática da supremacia do interesse público sobre o privado como cláusula geral de restrição de direitos fundamentais tem possibilitado a emergência de uma política autoritária de realização constitucional, onde os direitos, liberdades e garantias fundamentais devem, sempre e sempre, ceder aos reclames do Estado que, qual Midas, transforma em interesse público tudo aquilo que é tocado (SCHIER, 2005, pp. 218-219).

O direito à igualdade (art. 5º, *caput* e inciso I, CRFB/88), por sua vez, também incide sobre as relações entre a Administração Pública e os particulares. Não se pode, assim, favorecer um grupo em detrimento de um grupo menor ou de apenas um indivíduo simplesmente sob o vago argumento do bem comum.<sup>10</sup>

A constitucionalização do Direito Administrativo impôs ainda uma reformulação do princípio da legalidade estrita, passando a significar tal formulação que o administrador não está apenas positivamente vinculado às leis infraconstitucionais mas, também e principalmente, aos princípios e regras constitucionais. A legalidade administrativa, assim, consiste em mais um princípio inserido no âmbito dos princípios e regras constitucionais, dos quais, inegavelmente, também é destinatário o administrador público, competindo-lhe o dever de, mesmo na ausência de regra legal específica – tendo em vista a força normativa dos princípios constitucionais –, materializar as normas constitucionais no caso concreto. Por essa razão, o princípio da legalidade estrita não pode ser invocado como um obstáculo, por exemplo, à incidência do princípio da proteção da confiança, “*mesmo quando se trata de preservação de condutas – ou seus efeitos – inválidas*” (MAFFINI, 2006, p. 223). Esse fenômeno tem levado parcela da doutrina a aludir a um princípio da constitucionalidade ou da juridicidade (por todos, v. BINENBOJM, 2008, pp. 311-313).

10 Como afirma Leonardo Greco, “a jurisdição não deve ser exercida com a finalidade de fazer prevalecer o interesse público. Se, num processo judicial, se estabelecer um conflito entre o interesse público e um interesse particular, o juiz tem de fazer prevalecer aquele que merecer a tutela jurisdicional de acordo com a lei ou com o ordenamento jurídico. Logo, não se pode dizer aprioristicamente que nesse conflito sempre prevalecerá o interesse público” (GRECO, 2011a, pp. 70).

## 7. A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

A Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF – é um órgão da Consultoria-Geral da União da AGU, cujo objetivo é resolver administrativamente os litígios entre os órgãos e entidades federais, evitando, assim, a judicialização desses conflitos.

O art. 4º da Lei Complementar nº 73/93 (Lei Orgânica da AGU), dispõe competir ao Advogado-Geral da União prevenir e dirimir as controvérsias entre os órgãos integrantes da Administração Pública (inc. XI). A Medida Provisória nº 2.180-35/2001 conferiu à Advocacia-Geral da União a incumbência de adotar medidas na esfera administrativa para a solução de controvérsias entre entes da Administração indireta, e entre aqueles e a União (art. 11, parágrafo único). O art. 8º-C da Lei 9.028/95, introduzido pela referida MP, autorizou ao Advogado-Geral da União avocar, coordenar ou integrar a atividade exercida extra e judicialmente de empresa pública ou sociedade de economia mista, quando houver interesse da União e houver possibilidade de se trazer consequências econômicas ao erário federal, estendendo o poder conciliatório também quanto às empresas públicas e sociedades de economia mista. A Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) foi instituído pelo Ato Regimental nº 5, de 27 de setembro de 2007. Por fim, foi editado o Decreto nº 7.392/2010, que estabelece a estrutura orgânica da Advocacia-Geral da União e, no art. 18 do seu anexo I, se refere expressamente às atribuições da CCAF.

É composta por Conciliadores, advogados públicos federais. Suas atribuições estão previstas no art. 18 do Decreto nº 7.392/2010, art. 18.<sup>11</sup>

Segundo informações obtidas diretamente junto ao seu Diretor<sup>12</sup>, a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal realizou o total de 151 arbitragens/conciliações homologadas até 15 de setembro de 2015, tendo sido desde realizadas 1.198 reuniões formais desde a criação da Câmara.

Ainda segundo informações prestadas pelo seu Diretor, nas conciliações havidas na Câmara os valores financeiros não são aferidos como vetores de maior importância, pois os acordos realizados entre órgãos e entes da Administração Pública não se medem por valores, mas sim pelos resultados imateriais que são alcançados em favor das políticas públicas. Um exemplo são as controvérsias entre o ICMBio e Fundação Cultural Palmares sobre superposição de reservas biológicas com terras quilombolas. Isto é: nesses casos vale mais o princípio da validação de uma ferramenta adequada do que os eventuais valores materiais obtidos. Segundo o citado Diretor da Câmara, *“para efeito de mera referência sem valoração representativa do que foi conciliado ao final, uma vez*

11 Art. 18. À Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal compete:

- I - avaliar a admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação, no âmbito da Advocacia-Geral da União;
- II - requisitar aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal informações para subsidiar sua atuação;
- III - dirimir, por meio de conciliação, as controvérsias entre órgãos e entidades da Administração Pública Federal, bem como entre esses e a Administração Pública dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios;
- IV - buscar a solução de conflitos judicializados, nos casos remetidos pelos Ministros dos Tribunais Superiores e demais membros do Judiciário, ou por proposta dos órgãos de direção superior que atuam no contencioso judicial;
- V - promover, quando couber, a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta nos casos submetidos a procedimento conciliatório;
- VI - propor, quando couber, ao Consultor-Geral da União o arbitramento das controvérsias não solucionadas por conciliação; e
- VII - orientar e supervisionar as atividades conciliatórias no âmbito das Consultorias Jurídicas nos Estados.

12 Dr. Francisco Orlando Costa Muniz, que gentilmente respondeu aos nossos questionamentos formulados via correio eletrônico.

que as conciliações acontecem entre entes e órgãos da Administração Pública, possuímos dados indicados a partir de 2007 a 2013 (nesta data) na ordem de: R\$ 8.209.733.394,39”.

Tabela referente à produção da CCAF, enviada pela Assessoria de Planejamento da CAAF para o nosso e-mail em 29 de setembro de 2015:

CCAF (BRASÍLIA)	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 (até 15/9)	
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	49	73	89	78	79	76	36	<b>480</b>

TERMOS DE CONCILIAÇÃO	32	21	33	26	18	15	6	<b>151</b>
PROCESSOS ARQUIVADOS	0	0	13	37	46	45	32	<b>173</b>
REUNIÕES REALIZADAS	133	212	258	185	194	146	70	<b>1198</b>

## 8. CONCLUSÃO

É notório que o Estado é o maior usuário do serviço de prestação de justiça no Brasil. A judicialização das controvérsias administrativas e a intransigência da Administração Pública em juízo são fatores importantes para compreender esse fenômeno, que tem contribuído para o quadro de absoluto entupimento de processos no Poder Judiciário.

A constitucionalização do Direito Administrativo implicou na mudança do foco principal da atuação da Administração Pública, antes calcada no melhor interesse do Estado e agora direcionada à realização plena da cidadania. É nesse contexto que se compreende o atual papel da Advocacia Pública, antes identificada tão-somente com a defesa dos interesses patrimoniais do Poder Público, e agora comprometida com as normas constitucionais, em especial, a observância da moralidade administrativa, o respeito aos direitos fundamentais e ao exercício pleno da cidadania.

A utilização de meios consensuais de resolução de conflitos pelo Poder Público, neste contexto, além de instrumento de pacificação, consubstancia indicação pelo Estado de que pretende evitar os efeitos perniciosos da judicialização dos litígios. Ademais, o prolongamento do litígio nas causas manifestamente favoráveis ao administrado apenas eternizaria o estado de insegurança jurídica. Nestes casos, nem mesmo o interesse meramente econômico do Estado seria tutelado com a insistência no litígio pois o prolongamento da demanda aumentaria o valor do montante devido, em se tratando de decisões condenatórias contra a Fazenda Pública. A utilização de meios alternativos pelo Poder Público, de que é exemplo os utilizados pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Advocacia Pública Federal, contribui para a efetivação da prestação jurisdicional, caminha em direção à realização do princípio da eficiência administrativa e representa a utilização responsável do sistema judiciário pela Advocacia Pública, consistente na consciência das implicações que sua postura no litígio irá carrear não apenas à parte contrária, mas ao sistema judiciário, ao próprio Estado e à sociedade.

**REFERÊNCIAS:**

ÁVILA, Humberto. *Segurança Jurídica. Entre permanência, mudança e realização no Direito Tributário*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2009.

BINENBOJM, Gustavo. *Uma Teoria do Direito Administrativo: direitos fundamentais, democracia e constitucionalização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Novo Código de Processo Civil anotado*. São Paulo: Saraiva, 2015.

CARNEIRO, Athos Gusmão. *Audiência de instrução e julgamento e audiências preliminares*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

CARVALHO, Alexandre Douglas Zaidan de. *A sobrecarga do Poder Judiciário como instância decisória: uma análise a partir da atuação judicial nos Juizados Especiais Federais Cíveis*. Revista Virtual da AGU. Ano X nº 101, junho de 2010. Disponível em: [http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateTexto.aspx?idConteudo=145453&id\\_site=1115&ordenacao=1](http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateTexto.aspx?idConteudo=145453&id_site=1115&ordenacao=1). Acesso em 07 de agosto de 2011.

CRETTELLA JUNIOR, José. *Tratado de Direito administrativo*, v. 10, Rio de Janeiro: Forense, 1972.

FACCI, Lucio Picanço. *Administração Pública e segurança jurídica: a tutela da confiança nas relações jurídico-administrativas*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2015.

GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

GRECO, Leonardo. *Instituições de processo civil*, vol. I. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011a.

\_\_\_\_\_. *Instituições de processo civil*. v. II. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011b.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Volume I. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

MAFFINI, Rafael. *Princípio da proteção substancial da confiança no Direito Administrativo brasileiro*. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2006, p. 223.

MEIRELLES, Delton R. S.; MIRANDA NETTO, Fernando Gama de. *Meios alternativos de Resolução de Conflitos envolvendo a Administração Pública*, in: XVIII Encontro Nacional do CONPEDI – Maringá, Santa Catarina: Fundação Boiteux, 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Curso de Direito Administrativo*. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

PÉREZ, Jesús González. *El principio general de la buena fe en el Derecho Administrativo*. Madrid: Civitas, 1983.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. *Direito Administrativo*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de (coord.). *Teoria Geral da Mediação*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. "O princípio da proteção à confiança legítima no Direito Tributário". In: SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel; BINENBOJM, Gustavo (coord.). *Vinte anos da Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

SCHIER, Paulo Ricardo. "Ensaio sobre a supremacia do interesse público sobre o privado e o regime jurídico dos direitos fundamentais" In: SARMENTO, Daniel (org.). *Interesses públicos versus interesses privados: desconstruindo o princípio da supremacia do interesse público*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, pp. 218-219.

SOUZA, Luciane Moessa de. *Meios consensuais de solução de conflitos envolvendo entes públicos. Negociação, mediação e conciliação na esfera administrativa e judicial*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.

THEODORO JÚNIOR, Humberto et al. *Novo CPC – Fundamentos e sistematização*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

WATANABE, Kazuo. "Cultura da sentença e cultura da pacificação". In: YARSHELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanoide de (org.) *Estudo em homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover*. São Paulo: DPJ, 2005, pp. 684-690.

## MEDIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO E O EXEMPLO DO SISTEMA INTERNACIONAL DE SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS: A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 13.140/2015 COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO

**LARANJA, Lara Silva**

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI/UnB)*  
*laralaranja@gmail.com*

### RESUMO

Os meios de solução pacífica de controvérsias, internacionalmente, são importantes para a manutenção da boa governança internacional, permitindo que a relação entre os países se aprimore através do diálogo. No caso brasileiro, ainda existe uma força maior dentro dos meios litigantes do que nos meios alternativos de solução de disputas. A Lei nº 13.140/2015 ressalta a importância de se resolver conflitos, principalmente dentro da Administração Pública, através dos meios autocompositivos, elencando a mediação como melhor medida a ser adotada. Explorar-se-á como o exemplo internacional pode ajudar na implementação dos métodos alternativos de resolução de disputas dentro da Administração Estatal brasileira.

**Palavras-chave:** Lei nº 13.140/2015; Mediação; Resolução Pacífica de controvérsias; Administração Pública.

### ABSTRACT

The Peaceful Settlement of Disputes, internationally, are important for maintaining good international governance, allowing the relationship between countries to enhance through dialogue. In Brazil, there is a greater force within the litigants means than in other means of dispute resolutions. The Law 13.140/2015 underscores the importance of resolving conflicts, especially within the public administration, through the self-resolving ways, listing mediation as the best measure to be adopted. The following article explores how the international example can help with the implementation of alternative dispute methods in the Brazilian State Administration. **Key-words:** Law n. 13.140/2015; Mediation; Peaceful Settlement of Disputes; Public Management.

## INTRODUÇÃO

A análise da história da humanidade prova que o mundo viveu mais tempo em guerra do que em paz. Dos mais de 5600 anos que compõem a trajetória do homem na Terra, foram só 292 anos de paz, contabilizando por volta de 14500 conflitos armados até o início deste século (NASCIMENTO, 2007). O esforço da comunidade internacional, evidenciada pela ação dos corpos diplomáticos, para que se estabeleça uma relação pacífica entre os Estados demonstra os princípios de assegurar as gerações vindouras dos flagelos e de se assegurar a paz internacional.

Os mecanismos internacionais de solução de controvérsias, norteados pela Carta da ONU, se mostram extremamente relevantes na construção de uma política nacional que impulse a adoção de medidas que evitem a instauração de demandas judiciais. Nesse sentido, a Lei nº 13.140/2015, aliada à aplicação do Novo Código de Processo Civil, marca dentro do ordenamento jurídico brasileiro o caráter definitivo da importância dos meios alternativos de resolução de controvérsias, principalmente os métodos autocompositivos.

A transição de uma cultura do litígio para uma cultura do diálogo é a forma encontrada então como meio de sanar parte dos problemas relacionados às deficiências do judiciário. É mister destacar que grande parte das demandas judicializadas envolvem a Administração Pública, grande alvo das normas estipuladas pela Lei de Mediação. Assim, encara-se a adoção da referida Lei como instrumento de gestão voltada à redução da litigância intragovernamental.

Considera-se, aqui, as teorias abordadas pelos franceses Pierre Lascoumes e Patrick Le Galès sobre a ação pública e sobre a instrumentação das políticas públicas. Acredita-se que para a boa implementação de uma política deve haver a comunicação entre os diversos setores e seus atores, públicos e privados, consolidando, então, a ação pública.

A análise que será desenvolvida no presente artigo se destina a compreender como a experiência internacional de métodos de solução pacífica de controvérsias pode contribuir na adoção de meios alternativos de resolução de conflitos, principalmente da mediação, no âmbito da Administração Pública, encarando a medida como instrumento de gestão.

### 1. A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL: DIFERENTES MEIOS DE ADMINISTRAR CONFLITOS

Analisar a aplicação do direito internacional é diferente do tratamento dado às questões de direito interno. Este, geralmente bem normativo e delimitado, é fundamentado na aplicação da norma e das jurisprudências de seus tribunais. Aquele, mais fluido, não expressa, costumeiramente, o aspecto imperativo dos ordenamentos jurídicos domésticos, mais fundado, então, na aplicação dos costumes e ultimamente na interpretação das jurisprudências das cortes internacionais.

Na vida em comunidade, a existência de conflitos sempre esteve presente. Na comunidade internacional, não foi diferente. O registro de conflitos internacionais, dos gregos até as repercussões dos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, é extenso e produz cada vez mais baixas civis, aliados ao combate efetuado por *drones*.

Inveteradamente, não se utiliza a força nas formas de solução de controvérsias, diretriz mantida e respeitada na Carta das Nações Unidas, que fortemente incentiva os Estados a procurarem meios pacíficos de solução de conflitos, como forma de assegurar a paz internacional. Contemporaneamente, os instrumentos mais utilizados são a conciliação e a arbitragem, reforçados com a ampliação de órgãos jurisdicionais de solução de conflitos, em detrimento dos meios diplomáticos, que são já usados a séculos. A resolução de conflitos por meios amistosos, além de assegurar a boa convivência entre os países parte, garante a integridade dos demais componentes da comunidade internacional (VARELLA, 2012).

Apesar de apresentarem diferentes causas, as controvérsias internacionais podem ser classificadas simplesmente entre políticas e jurídicas, apesar de um limiar bem tênue entre os ensejos do conflito na sua categorização. As controvérsias de caráter jurídico podem surgir da violação de tratados ou convenções, do desconhecimento do direito de certo Estado, por parte de outro, ou da ofensa a princípios corriqueiros de direito internacional, na pessoa de um cidadão estrangeiro. Já as de caráter político, envolvem choques de interesses econômicos ou políticos, além de ofensas à dignidade ou honra de um Estado (CASELLA, et. al., 2012).

Um dos instrumentos mais aperfeiçoados na atualidade dentro do direito internacional é a solução pacífica de controvérsias. O trabalho dos corpos diplomáticos nem sempre ganha reconhecimento e é notado pelo público geral, e grande parte disso se deve à sua efetividade.

A expressão, que diz respeito a instrumentos não militares na resolução de disputas, revela a vontade dos povos, na Nova Ordem Mundial, de se evitar os flagelos da guerra e da necessidade da manutenção da paz.

O conflito, ou litígio internacional, é “todo ‘desacordo sobre certo ponto de direito ou de fato’, toda ‘contradição ou oposição de teses jurídicas ou de interesses entre dois Estados’” (REZEK, 2010, p. 349). Os termos litígio ou disputa podem parecer mais fortes que as expressões diferenças ou controvérsias. A escolha da palavra geralmente não é feita com rigor técnico (VARELLA, 2012).

Utilizar-se-á os termos como equivalentes, já que mesmo que o problema seja de pequeno porte, ele pode gerar uma demanda muito grande das partes envolvidas.

A entrada da Organização das Nações Unidas (ONU) no sistema internacional forçou uma maior adesão aos meios pacíficos de solução de controvérsias<sup>1</sup>, valorizando-se mais a conciliação e a arbitragem. Porém, métodos antigos realizados de maneira política, por via diplomática, continuam sendo eficazes na resolução de conflitos (VARELLA, 2012).

Apesar da falta de unanimidade sobre a classificação dos instrumentos utilizados para a solução de demandas no âmbito internacional, os autores internacionalistas aqui debatidos abordam os mesmos mecanismos com as mesmas funcionalidades. Logo, não houve a necessidade de seguir a divisão didática de um doutrinador específico.

1 A Carta de São Francisco traz um capítulo dedicado ao assunto. O capítulo VI, denominado “Solução pacífica de controvérsias”, possui seis artigos esclarecendo o tema.



Os métodos de solução pacífica de controvérsias internacionais, na concepção formulada pelo internacionalista Hidelbrando Accyoli, podem ser classificados em três categorias: meios diplomáticos, meio jurídicos e meios coercitivos. Os dois primeiros possuem caráter amistoso enquanto o terceiro possui caráter não amistoso. Os meios coercitivos se tratam de sanções, e não necessariamente de meios pacíficos de solução de controvérsias. Podem ser aceitados quando implementado por organismo internacional, como é o caso da atuação do Conselho de Segurança, mas não é justificável quando as sanções partem de um Estado mais poderoso pressionando outro (CASELLA et al., 2012).

### **1.1. Meios utilizados no Direito Internacional**

Os instrumentos não jurisdicionais de solução de controvérsias são instrumentos que permitem criar situação favorável para a construção de um acordo entre as partes litigiosas, sem proclamar uma decisão. O professor Marcelo Varella (2012) expõe que os principais meios são a negociação diplomática, os bons ofícios, a mediação, a investigação e a conciliação.

O professor José Francisco Rezek (2010), em outra abordagem, divide a solução pacífica em três áreas: meios diplomáticos, que compreendem ao entendimento direto em sua forma simples, aos bons ofícios, ao sistema de consultas, à mediação, à conciliação, e ao inquérito; meios políticos, subdivididos em soluções obtidas através órgãos políticos das Nações Unidas e de esquemas regionais e especializados; e meios jurisdicionais, que abraçam a arbitragem e a solução judiciária.

Já Accioly coloca que são considerados meios diplomáticos as negociações diretas, os congressos e conferências, os bons ofícios, a mediação e o sistema consultivo (CASELLA et al., 2012). As negociações diretas correspondem ao entendimento direto em sua forma simples, de Rezek, e à negociação diplomática, no entendimento de Varella.

A negociação diplomática corresponde a iniciativa dos Estados litigantes de ponderarem, sem intervenção de terceiros, suas controvérsias. A liberdade de escolha deste mecanismo se baseia no artigo 33 da Carta da ONU. A negociação pode não extinguir o conflito entre os Estados, mas pode amenizar ao ponto de diminuir tensões e facilitar o uso de algum instrumento jurisdicional. A maioria dos conflitos internacionais são resolvidos através desta modalidade. Elas variam de acordo com a gravidade da controvérsia abordada, e geralmente é solucionada com o entendimento verbal entre os corpos diplomáticos. Se mais grave, pode ocorrer entre altos funcionários dos dois governos, como ministros das relações exteriores. Geralmente, o desfecho da controvérsia está assinalado em uma troca de notas (CASELLA et al., 2012; VARELLA, 2012; REZEK, 2010).

Os bons ofícios, no contexto de solução de controvérsias, são investidas de terceiros a levarem as partes litigantes na construção de um acordo. O prestador de bons ofícios é uma pessoa do direito internacional, como um Estado ou um organismo internacional, e não propõe qualquer solução para a resolução do conflito. Atua apenas com o propósito de aproximar as partes litigantes, oferecendo um campo neutro de negociação. Podem ser solicitadas por um dos Estados litigantes, ou oferecidas por um ou mais Estados interessados em harmonizar a situação. Estes não atuam diretamente nas negociações,

mas se propõem a colocar os litigantes em contato em terreno neutro (CASELLA et al., 2012; VARELLA, 2012; REZEK, 2010).

O objetivo dos bons ofícios é reatar as negociações entre dois Estados litigantes que não mantêm relações diplomáticas entre si. Ambienta-se um cenário favorável para a solução da controvérsia sem coordenar a negociação. Aqui, diferentemente da negociação direta, pressupõe a intervenção de um terceiro, relevante para a política internacional e para a matéria a ser tratada. Uma das funções exercidas pelo Secretário Geral da ONU é exercer bons ofícios na temática de segurança e paz internacional, papel também exercido pelo Diretor Geral da OMC nos temas sobre comércio. Dentro do sistema interamericano, a Comissão Interamericana da Paz, criada em 1940, em Havana, na 2ª Reunião de Consulta, exerce funções parecidas com os bons ofícios (CASELLA et al., 2012; VARELLA, 2012; REZEK, 2010).

A mediação é a interferência amistosa de terceiros para a solução pacífica do conflito (CASELLA et al., 2012).

A conciliação é uma variante da mediação, por respeitar uma estrutura mais formal, e é “consagrada por sua previsão por maior aparato formal, e consagrada por sua previsão em bom número de tratados, alguns recentes e de capital importância como a Convenção de Viena sobre o direito dos tratados (1969) e a Convenção da Nações Unidas sobre o direito do mar (1982)” (REZEK, 2010, p. 358). É exercida por uma comissão conciliadora, composta de elementos neutros e representantes dos Estados envolvidos, dando maior elasticidade ao sistema e constante acompanhamento por parte dos litigantes. O número de membros que formam a comissão deve sempre ser ímpar. A comissão elabora um relatório que, como na mediação, não cria obrigação entre os contendores (VARELLA, 2012; REZEK, 2010).

A consulta consiste em “troca de opiniões, entre dois ou mais governos interessados direta ou indiretamente num litígio internacional, no intuito de alcançarem solução conciliatória” (CASELLA et al., 2012, p. 1168). Para REZEK (2010, p. 356), o sistema de consultas corresponde a “um entendimento direto *programado*”. Seria a previsão, comumente designada em tratado, de encontros regulares em que os Estados debatem reclamações e soluções de suas demandas acumuladas entre os períodos dos encontros, através do diálogo estabelecido.

O sistema de consultas apenas se desenvolveu e ganhou caráter de meio de solução pacífica de controvérsias e de meio de cooperação pacifista internacional no continente americano. A previsão e a realização destes encontros estão estabelecidas na Carta da Organização dos Estados Americanos. O método só é utilizado no continente para a manutenção da paz (CASELLA et al., 2012; REZEK, 2010).

Já o inquérito, ou investigação internacional, é “um procedimento preliminar de instância diplomática, política ou jurisdicional, sendo ele próprio um meio diplomático de se estabelecer antecipadamente a *materialidade dos fatos*” (REZEK, 2010, p. 359). Possui o propósito de apurar os fatos e o direito acerca de um conflito. Os Estados litigantes formam uma comissão internacional em acordo que contém as bases, os objetivos e os prazos para análise. É o procedimento que pode anteceder o ingresso das partes litigantes em uma das vias de solução pacífica de controvérsias (VARELLA, 2012; REZEK, 2010).

Em um caráter mais político, a Assembleia Geral das Nações Unidas e o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) funcionam como instâncias políticas de solução de conflitos internacionais, porém só podem ser acionados nesta modalidade quando o conflito apresenta certa gravidade e que represente ameaça ao clima de paz. A demanda pode ser trazida ao debate por um Estado terceiro preocupado, integrante do organismo, pelo Secretário-geral da Organização ou por uma das partes conflitantes, assumindo, assim, a possibilidade de revelia de uma ou de ambas as partes na construção de uma solução. Em virtude de sua realização não ser permanente, a AGNU não recebe tantas demandas como o CSNU<sup>2</sup>. Em ambos os órgãos, são elaboradas recomendações a respeito do tema, e “em caso de ameaça à paz só o Conselho tem o poder de agir preventiva ou corretivamente, valendo-se até mesmo da força militar que os membros das Nações Unidas mantêm à sua disposição” (REZEK, 2010, p. 360).

Muitas das organizações regionais possuem mecanismos análogos aos da ONU para a solução pacífica de controvérsias entre seus Estados membros. Tanto a Liga dos Estados Árabes como a Organização dos Estados Americanos, por exemplo, possuem conselhos permanentes com representatividade de todos seus integrantes para a solução de conflitos regionais que possam ocorrer entre seus membros, utilizados antes da busca de foro maior, como as Nações Unidas (REZEK, 2010).

Quanto aos meios jurisdicionais, são duas as categorias aqui arroladas: a arbitragem e a solução judiciária. “Jurisdição é o foro especializado e independente que examina litígios à luz do direito e profere decisões obrigatórias” (REZEK, 2010, p. 363).

A arbitragem é um mecanismo jurisdicional não judiciário de solução pacífica de litígios internacionais. É uma jurisdição *ad hoc* pois o foro arbitral não é permanente. As partes deliberam sobre a escolha do árbitro, que terá a descrição da matéria que gera o conflito, e a delimitação do direito que pode ser aplicado. Este sistema já conta com a Corte Permanente de Arbitragem, que consiste em uma lista de pessoas qualificadas a exercerem a função arbitral, se escolhidas pelas partes litigantes (REZEK, 2010).

A solução judiciária, ao contrário da arbitragem, é forma recente de solução de controvérsias internacionais. A Corte Internacional de Justiça, por exemplo, é um órgão da ONU, de acordo com sua Carta de constituição. A Corte da Haia conta com 15 juízes efetivos de diferentes nacionalidades (REZEK, 2010).

Os tribunais e as cortes internacionais são entidades judiciárias permanentes, compostas de juízes independentes, cuja função é o julgamento de conflitos internacionais tendo como base o direito internacional, de conformidade com um processo preestabelecido e cujas sentenças são obrigatórias para as partes (CASELLA et al., 2012, p. 1170).

São exemplos de tribunais internacionais permanentes a Corte Internacional de Justiça (CIJ), a Corte Permanente de Justiça Internacional, predecessora daquela, a Corte Permanente de Arbitragem, o Tribunal Internacional do Mar e o Tribunal Penal Internacional. A Corte Internacional de Justiça, tribunal mais reconhecido na estrutura internacional, atua duplamente em viés consultivo e contencioso. Seu Estatuto dispõe de 70 artigos, baseados no Estatuto de sua percussora (CASELLA et al., 2012).

<sup>2</sup> Sempre é válido ressaltar que a desobediência a alguma resolução do CSNU ou da AGNU não representa ilícito internacional. “Há também o preceito do art. 2, § 7, da carta, que frustra a intervenção da ONU ‘em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado’” (REZEK, 2010, p. 361).

A atuação das cortes internacionais vem crescendo para a resolução de conflitos. É inegável a sua importância, que formaliza a decisão tomada acerca de certa demanda, consolidada na sentença formulada. Porém, a proposta deste artigo é ressaltar a importância dos meios pacíficos de controvérsias pautadas no diálogo.

No caso brasileiro, há uma grande predominância que a solução de litígios se dê a partir da via jurisdicional, dimensionada na chamada cultura do litígio. A predominância de casos que são resolvidos através da via judicial ressalta esta cultura, que tem contribuído para um excesso de litigância, um inchaço dos processos no sistema judiciário, uma dificuldade razoável no acesso à justiça por parte da comunidade brasileira, além de, principalmente, enfatizar, de maneira errônea, que a melhor forma de resolução de conflitos seja através da briga judicial cominada na forma de uma sentença autoritária, que é incapaz de abranger e resolver questões secundárias que geralmente permeiam a demanda apresentada.

Num contexto entre países, que foram estruturados em épocas e de maneiras diferentes, com grande diversidade cultural entre eles, é possível perceber nitidamente que a cultura do diálogo existe, através das vias diplomáticas e do sistema de resolução pacífica de controvérsias. Agora, cabe entender o que a cultura do litígio e a cultura do diálogo significam, especialmente para o contexto brasileiro, e os motivos que incentivam a transição de uma para a outra.

## **2 CULTURA DO LITÍGIO E CULTURA DO DIÁLOGO: DIFICULDADE DE SE COMUNICAR INTERNACIONALMENTE E DOMESTICAMENTE**

Com o reconhecimento da universalização da tutela jurisdicional e com o maior discernimento sobre os direitos fundamentais resguardados pelas constituições, houve o crescimento da quantidade de demandas judiciais, reconhecida como cultura do litígio. O acesso ao poder judiciário é direito básico do cidadão. É tão de suma importância que está previsto pela Constituição Federal brasileira de 1988, no artigo 5º, inciso XXXV.

No Brasil, há uma média de quase um processo para cada dois habitantes (BRASIL, 2014). Não há como o Estado restringir o ingresso da população no judiciário, valorizando uma ou outra demanda.

(...) é visível a crise pela qual passa a jurisdição, uma crise de eficiência e de identidade. Crise que vai além da falta de estrutura, de pessoal treinado para lidar com a conflituosidade atual e da lentidão dos procedimentos. A crise da jurisdição atualmente também se dá quando a qualidade e a eficácia das decisões que, impostas pelo magistrado – terceiro que diz o direito –, nem sempre são exequíveis e em outras oportunidades não tratam o conflito de forma adequada produzindo “a paz do direito” mas não a afetiva “pacificação social”. Deste modo, se torna necessária a busca por mecanismos alternativos de resposta aos conflitos sociais que possam tratá-los de forma adequada qualitativa e quantitativamente (GHISLENI, 2011, p. 110).

Historicamente, a provocação das cortes para a resolução de conflitos foi vista como a maneira certa de se fazer entender.

Se é certo que, durante um longo período, a heterocomposição e a autocomposição foram considerados instrumentos próprios das sociedades primitivas e tribais, enquanto o ‘processo’ jurisdicional representava insuperável conquista da civilização, ressurgem hoje o interesse pelas vias alternativas ao processo,

capazes de evita-lo ou encurtá-lo, conquanto não o excluam necessariamente (GRINOVER, 2008, p. 22).

Sobre a confiança do cidadão no sistema de justiça brasileiro, uma pesquisa formulada pela Fundação Getúlio Vargas aferiu que:

(...) 58,3% dos entrevistados acreditam que o acesso à justiça no Brasil é ineficiente ou difícil, 78,1% que o custo do Poder Judiciário é elevado, 59,1% que o Poder Judiciário não é competente ou tem pouca competência para solucionar conflitos, 92,6% que o Judiciário resolve os conflitos de forma lenta ou muito lenta, revelando-se o índice de confiança no sistema de justiça em 5,9 pontos (CABRAL, 2013, p. 126).

A atual estrutura administrativa limitada não se mostra célere nem ativa na busca de soluções. O resultado é uma enorme demanda judicial. O que se necessita é a transição da cultura do litígio para a cultura da cooperação, do diálogo.

A facilitação de acesso à justiça não é sinônimo de e não deve levar à prodigalização ou à banalização desse meio de resolução de conflitos, o qual empenha parcelas cada vez mais importantes do orçamento estatal e que, quando logra o adentrar o mérito da lide, oferta solução impactante, que polariza as partes em vencedor e vencido, a par de representar uma mirada retrospectiva, que não pensa o povir e não preserva a continuidade das relações, não raro perenizando as desavenças ou lançando os germens de conflitos futuros (MANCUSO, 2009 *apud* ZANFERDINI, 2012, p. 110).

Assim, os meios alternativos de resolução de conflitos se mostram extremamente relevantes na democratização de acesso à justiça, já que adota a participação efetiva das partes litigantes.

O ex desembargador do estado de São Paulo, Kazuo Watanabe, discursa que a característica de precisar de autoridade é cultural do brasileiro. Afirma que o cidadão não pode ser dependente do Estado para resolver seus litígios, fomentando mecanismos próprios para a solução das demandas. “Os meios alternativos de solução de conflitos necessitam de um terreno fértil para prosperar, que consiste, exatamente, na existência de uma mentalidade receptiva a esses modos de solução e de tratamento de conflitos” (WATANABE, 2003, p. 44).

A Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), em um documento de 2014, coloca que a gestão de Eduardo Cardozo escolheu a mediação como temática para debate. Apesar das medidas ainda trazem os litígios judicializados, imprime-se as formas alternativas de resolução de conflitos para efetivação da justiça. Em 2012, houve a criação da Escola Nacional de Mediação e Conciliação, trazendo métodos autocompositivos na formação dos operadores de direito. Já em 2014, a Estratégia Nacional de Não Judicialização (Enajud), formulada pela Secretaria, visou a adoção de métodos de prevenção e redução de conflitos (BRASIL, 2014).

O que se encontra reconhecido no texto da SRJ é a vontade do Estado em promover a a cultura do diálogo através da implementação de meios alternativos de resolução de controvérsias, principalmente consolidada na figura da mediação.

O reconhecimento da máquina estatal judiciária de que os meios tradicionais de solução de litígios já não são mais eficientes é prova disso.

A efetividade do sistema jurídico brasileiro depende da alteração da postura dos cientistas e dos operadores do direito, no que tange a cultura da sentença, e de mecanismos do processo civil, permitindo a criação de instrumentos para a resolução de conflitos de interesses.

Ressaltando a tendência à mudança de mentalidade dos operadores do direito brasileiro, o Novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105/2015, entrou em vigor em março de 2016, enfatizando as práticas de solução de conflitos por vias não judiciais.

E é com este ímpeto que em 2015 foi sancionada a Lei nº 13.140, conhecida como a lei de mediação, que dispõe os instrumentos e as ferramentas necessárias para que meios autocompositivos como métodos alternativos de resolução de controvérsias floresçam e sejam aplicados.

### 3. A LEI Nº 13.140/2015 E A AUTOCOMPOSIÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A quantidade de litígios em que uma das partes é o Estado brasileiro é grande. Hoje, é crescente o número de demandas judiciais em que a administração pública configura tanto como polo passivo quanto ativo. Retrata o embate entre entes e órgãos da Administração Pública.

Os instrumentos de autocomposição não constituem métodos adversariais, como a arbitragem. É uma técnica que se utiliza da intermediação de um terceiro que auxilia a composição de uma solução conciliativa entre as partes (GRINOVER, 2008).

São vantagens desses métodos, citadas por Maria de Nazareth Serpa:

- a) aliviar o congestionamento do judiciário, bem como diminuir os custos e a demora na solução dos casos;
- b) incentivar o envolvimento da comunidade na solução de conflitos e disputas;
- c) facilitar o acesso à justiça;
- d) fornecer mais efetiva resolução de disputa;
- e) promover justiça, bem-estar e solidariedade social” (SERPA, 1999 *apud* ZANFERDINI, 2012, p. 113).

Acredita-se que a mediação prevista no instituto legal seja a melhor forma de se resolver litígios. “A mediação tem de ser praticada como uma forma de pacificação da sociedade e não apenas como uma forma de solução de conflitos” (WATANABE, 2003, p. 50).

Ao tratar da implementação dos juizados especiais de pequenas causas, o jurista Kazuo Watanabe se preocupa da utilização deste mecanismo como forma de aliviar a justiça, não com seu verdadeiro propósito de acesso à justiça e de uma forma de tratamento de conflito de interesse.

Tenho um grande receio de que a mediação venha a ser utilizada com esse enfoque e não com o maior, que seria dar tratamento adequado aos conflitos que ocorrem na sociedade; não se pode pensar nela como uma forma de aliviar a sobrecarga a que o Judiciário está sendo submetido hoje, porque daremos à mediação o mesmo encaminhamento que estamos dando hoje aos juizados especiais (WATANABE, 2003, p. 45-6).

A Presidência da República, em 2015, sancionou o novo Código de Processo Civil e a Lei nº 13.140, que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da Administração Pública. Estes instrumentos representam grande inovação para a resolução de litígios

intragovernamentais e ressaltam a importância da cultura do diálogo dentro do ordenamento brasileiro.

Um dos motivos que leva a se pensar outra forma de solução de conflitos no contexto da Administração Pública brasileira é a estatística acerca da massiva, e ainda crescente, quantidade de processos ajuizados no judiciário brasileiro em que o Estado configura como parte. Em 2009, 52,49% dos processos ajuizados em segundo grau tinham o Estado como um dos polos das ações, representando mais da metade dos casos colocados em juízo.

A quantidade de demandas judiciais em que o poder público configura como uma das partes é absurdo, mas a proporção de processos em que o Estado está relacionado tanto como polo passivo como polo ativo é desproporcional. A Lei de Mediação dedica-se em sua maior parte de regulamentar os meios autocompositivos dentro da Administração Pública justamente para se alterar este quadro alarmante de grande litigiosidade.

Antes de se abordar as mudanças provocadas pela Lei nº 13.140/2015 dentro da estrutura da Administração Pública, faz-se necessário desenvolver a trajetória e importância da Advocacia Geral da União (AGU) como organismo central para a implementação de instrumentos conciliativos autocompostos.

É com a edição da Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001, que as atividades da Advocacia Geral da União são estendidas<sup>3</sup>. Já em fevereiro de 2007, no mesmo sentido, foi editada a portaria nº 118<sup>4</sup>. A vontade de constituir uma câmara conciliativa foi consolidada na criação da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), previsto no Ato Regimento AGU n 02, de 2007, que teve dispositivos alterados pelo Ato Regimento AGU 05, de 2009.

Assim, ficou designado que o organismo responsável pelas formas autocompositivas da Administração Pública seria a Advocacia Geral da União.

O interesse de se fazer um marco regulatório da mediação cominou na promulgação da Lei nº 13.140, sancionada em 26 de junho de 2015, que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública, além de alterar a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 e de revogar o § 2º do art. 6º da Lei nº 9469, de 10 de julho de 1997.

Paralelamente ao esforço legislativo para a formulação de instrumento político regulamentador da prática conciliativa, é mister destacar a importância da atuação do poder judiciário no mesmo sentido. Neste âmbito, a Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça, de 2010 instaurou a Política Nacional de tratamento adequado de

3 Além de atuar como consultoria e assessoramento do Executivo, a medida válida até hoje determina que:

Art. 11. Estabelecida controvérsia de natureza jurídica entre entidades da Administração Federal indireta, ou entre tais entes e a União, os Ministros de Estado competentes solicitarão, de imediato, ao Presidente da República, a audiência da Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único. Incumbirá ao Advogado-Geral da União adotar todas as providências necessárias a que se deslinde a controvérsia em sede administrativa (BRASIL, 2001).

4 Art. 1º Até que seja instituída câmara permanente e regulamentada a conciliação entre órgãos e entidades da Administração Federal, o Advogado-Geral da União poderá instalar câmaras de conciliação ad hoc com a finalidade de deslindar, na esfera administrativa, controvérsias entre órgão e entidades da União, conforme prevê o parágrafo único do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001 (BRASIL, 2007a).

conflitos de interesses na esfera do Poder Judiciário, “tendente a assegurar a todos o direito à solução dos conflitos por meios adequados à sua natureza e peculiaridade” (BRASIL, 2010).

A resolução 125 do CNJ significou grande avanço na forma de se fazer o direito por parte dos seus operadores. O efeito que as perspectivas de conciliação, efetivadas antes do trâmite processual burocrático, foi expressivo para a diminuição da quantidade de sentenças produzidas pelo judiciário, para o melhor convívio dos cidadãos em sociedade e para a percepção daqueles que trabalham diariamente com o direito que há vias melhores de resolução de conflitos que a via tradicional judicial.

A Lei nº 13.140/15 não ficou reconhecida como a Lei de mediação à toa: ela parece elencar esta modalidade de método alternativo de resolução de controvérsias como seu principal. É de fácil compreensão a sua escolha, uma vez que a mediação trabalha no ganho mútuo das partes envolvidas, não elegendo um polo ganhador e outro perdedor.

A mediação é vista como modo ecológico “de resolução dos conflitos sociais e jurídicos, uma forma na qual o intuito de satisfação do desejo substitui a aplicação coercitiva e terceirizada de uma sanção legal” (WARAT, 2001, p. 5). É uma maneira conciliada de se tratar o litígio já que o mediador é um terceiro que não possui poder decisório nem autoritário, somente conduz as partes a chegarem em um acordo voluntário que as satisfaçam (SPENGLER e SPENGLER NETO, 2012).

A crescente utilização da mediação se deve justamente ao processo democrático e ao maior reconhecimento dos direitos humanos (GHISLENI, 2007).

Na mediação, o valor relacionado à justiça é ideal pois as partes são iguais. A justiça se faz pelas próprias partes, que tentam alcançar o consenso e a satisfação mútua (AZEVEDO, 2013).

O mediador constrói um campo de comunicação. É necessário, no processo de mediação, que as partes estejam em equilíbrio de atuação, com oportunidades de manifestação e compreensão das ações que estão sendo construídas.

A mediação, então, funciona como um instrumento de gestão e governança pública que merece destaque. Na cultura do litígio, a mediação nunca foi necessária. Ela se relaciona com a tentativa de acesso maior à justiça advindo desde a década de 1970 com o propósito de se encontrar formas de solucionar demandas que melhorassem as relações sociais relacionados com as disputas (AZEVEDO, 2013).

A mediação seria uma ferramenta de solução de conflitos e controvérsias paralela à norma positivada não concorrente e não substitutiva a esta. Na administração pública, o instrumento não fere a estrutura hierarquizada dos órgãos governamentais. Funcionaria de forma transversal e momentânea à estrutura administrativa estatal pois se inicia com a formação da mesa conciliadora e se finaliza com a solução do conflito (COELHO e LÚCIO, 2007).

A análise da gestão por intermédio dos instrumentos pressupõe que o conceito de eficiência organizacional esteja intimamente relacionado à existência de adequados instrumentos de gestão, capazes de subsidiar decisões e ações administrativas. Sob a perspectiva de Lascoumes e Les Galès (2006), os instrumentos possibilitam determinar quais recursos podem ser utilizados e



por quem. Para eles, os instrumentos são como instituições sociais, permitem estabilizar as formas de ação coletiva, na medida em que definem a ação dos atores. Os instrumentos permitem diferenciar os objetivos das reformas, os instrumentos preconizados, sua utilização e os parâmetros adotados. Para Bruno Jobert (1994), a mudança das políticas públicas tem passado muito mais pelo controle das receitas do que por suas grandes finalidades, qual seja, a realização de direitos na forma de serviços (COELHO e LÚCIO, 2007, p. 88).

Assim, o instrumento da mediação pode completar as ações tomadas por entes públicos para atingir a máxima satisfação dos clientes das políticas públicas.

Os conflitos intragovernamentais geram o enfraquecimento da gestão pública, uma vez que esta visa melhorar os serviços oferecidos à sociedade. A litigância intragovernamental diminui a eficiência de entidades que trabalham para o interesse público e trazem desarranjo às estruturas da Administração. Atualmente, essas demandas judiciais são remetidas e resolvidas pelo Judiciário brasileiro, notadamente custoso e moroso.

#### **4. A MEDIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO**

A mediação no ordenamento jurídico brasileiro constitui, assim, um belo instrumento de gestão. Entende-se por instrumentação da ação pública “o conjunto dos problemas colocados pela escolha e o uso dos instrumentos (técnicas, meios de operar, dispositivos) que permitem materializar e operacionalizar a ação governamental” (LASCOURMES, LE GALÈS, 2012, p. 20). A implementação da lei de mediação no Brasil seria, então, uma tecnologia inovadora capaz de solucionar parte do inchaço do judiciário brasileiro e, concomitantemente, resolver entraves típicos da Administração estatal.

Considerando-se a teoria da ação pública desenvolvida por Lascoumes e Le Galès (2012), tem-se que uma política pública envolve muito mais que a esfera governamental, priorizando-se o laço existente entre atores públicos e privados. Aqui, percebe-se a importância da transição da mente dos operadores de direito em parar de pensar em litígio e começar a desenvolver campos de diálogos.

Como instituto relativamente novo em muitos Estados, muitas vezes ainda nem validado no positivismo intragovernamental, a mediação ainda carece de lapidação e aperfeiçoamento de suas técnicas.

Neste sentido, os métodos de solução pacífica de controvérsias consagrados no direito internacional público podem contribuir para o aprimoramento da mediação como política pública.

#### **5. RESULTADOS ALCANÇADOS**

Como anteriormente disposto, a mediação é o carro chefe da Lei nº 13.140/15. Mediação conjuga o significado de equilíbrio, de reatar aquilo que foi quebrado (SPENGLER e SPENGLER NETO, 2007). O que se almeja é a estabilidade e a paz na ordem social (WRASSE, 2007).

A mediação surge para tratar de um problema paradoxal: em tempos que a mídia e os meios de comunicação se desenvolvem bastante, existe uma séria dificuldade de se comunicar, de se entender (SPENGLER e SPENGLER NETO, 2007).

O que se pode desprender das técnicas de solução pacífica de controvérsias é que a negociação é o início do processo. Tentar resolver os conflitos amigavelmente é a primeira medida que deve ser tomada diante uma disputa.

Apesar da inserção de métodos de agilizar e melhorar a prestação de políticas públicas, a máquina estatal ainda é marcada por sua hierarquia e burocracia.

A partir da conduta de boa-fé das partes, é possível que haja resolução eficiente de problemas antes de se atingir as vias judiciais. A criação de um ambiente neutro e amistoso é fundamental para o sucesso da ação. Se o que se pretende evitar é a cultura do litígio, inserir uma etapa a mais, no caso, a mediação realizada em ambiente neutro, provavelmente irá fomentar a cultura da paz e do consenso.

Na aplicação dos meios autocompositivos na Administração Pública, quem exerce a função de mediador são os servidores da Advocacia Geral da União. A valorização deste profissional é fundamental para o bom funcionamento deste instrumento. A capacitação da AGU também é fundamental para este processo. O Conselho Nacional de Justiça já promove o curso de capacitação em mediação e resolução de conflitos para servidores públicos interessados. A Escola Nacional de Mediação também trabalha para a formação de servidores públicos capacitados na conciliação e mediação de conflitos.

Não há como correlacionar exatamente cada mecanismo de solução de controvérsias internacionais com os métodos que podem ser executados dentro da Administração Pública. Porém, acredita-se que a inspiração para a boa execução da autocomposição pode muito bem ser fundamentada na experiência internacional.

Ao ver o sucesso da ação não jurisdicionada, acredita-se que isso possa gerar um interesse dos órgãos conflitantes à negociação direta, sem que haja necessidade de intervenção de terceiros.

A estimulação dos meios autocompositivos dentro da estrutura Estatal, sendo promovida pelo próprio Estado, pode estimular a procura de meios alternativos de resolução de litígios dentro da sociedade civil, o que, secundariamente, contribuiria com a redução da elevada carga de processos que hoje estão no judiciário.

Como se trata de iniciativa que não parte somente do Estado, e sim de atores estatais e de toda a sociedade, a mediação é uma ação pública completa, merecendo destaque em sua formulação para solucionar todos os tipos de demanda que a sociedade civil, e que os próprios governos, possam vir a ter.

Dialogar é necessário para estimular a cultura da paz e, neste ponto, a mediação é fundamental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que promover o acesso à justiça, os meios alternativos de solução de controvérsias no Brasil servem para alterar uma postura cultural do brasileiro de que somente o judiciário é capaz de resolver os problemas.

A imposição da sentença, apesar de seu caráter terminativo, aos olhos do senso comum, está longe de ser a melhor forma de resolução de conflitos e sua utilização como única

forma de dirimir litígios representa um retrocesso no processo de democratização da justiça, comparados aos programas de negociação, conciliação e mediação ao redor do mundo.

A principal importância da resolução por meios alternativos é que se crie uma cultura baseada no diálogo entre os indivíduos, pois se sabe que muita coisa além da problemática que envolve a demanda apresentada está sendo levada à juízo nos processos entre litigantes cíveis e privados. Tratar da esfera pública apresenta características mais densas.

O poder público trabalha para o povo. Toda a organização da Administração Pública, seja direta ou indireta, visa contribuições para o Estado e seus cidadãos. A existência de uma litigância intragovernamental tão expressiva não representa a vontade das esferas em dialogar para o bem comum, e sim demonstra uma grande luta de poder entre os órgãos que compõem a Administração brasileira.

Também, por conta da universalização da tutela jurisdicional e do aumento de ciência dos direitos arrolados na Constituição Federal, houve um acréscimo significativo do número de demandas ajuizadas perante o poder Judiciário.

Se o propósito da Administração Estatal é promover o bem-estar social, repensar a forma como os litígios são tratados é seu dever essencial. Para tal, a transição da cultura do litígio para a cultura do diálogo é necessária.

É necessário que haja uma mudança de mentalidade dos operadores do direito, envolvendo mais as partes na resolução de suas controvérsias, de forma mais participativa e democrática ao que corre nas sentenças e decisões de processos que se alastram por anos. Isso inclui também a valorização do profissional lotado na Advocacia Geral da União. A capacitação de pessoas hábeis para conduzir a autocomposição dentro da estrutura pública é direcionada a estes servidores, que conseguem com méritos a solução de conflitos que demorariam anos para serem resolvidos pelo judiciário brasileiro.

Como o cenário internacional incentiva o diálogo em seus impasses como forma de se evitar medidas de coação e uso da força, o modelo brasileiro de autocomposição, ainda em construção, tem muito a ganhar com o ensaio da cena política e jurídica internacional.

No âmbito do direito internacional, é possível ver que os esforços entre os Estados são recompensados pela a manutenção da paz. Se os mais de 180 países, com diferentes línguas, dialetos, culturas e formações domésticas estruturais, são capazes de estabelecer o diálogo entre eles, a implementação de métodos alternativos de solução de controvérsias no ordenamento brasileiro é possível e deve ser incentivado.

## REFERÊNCIAS

AOKI, Willian Ken (2008). **Terrorismo Internacional: Nova configuração da Nova Ordem Inernacional?**. Belo Horizonte, 2008. Disponível na internet: [http://direito.newtonpaiva.br/revistadireito/docs/prof/14\\_Artigo%20prof%20Willian%20-Terrorismo%20ILSA.pdf](http://direito.newtonpaiva.br/revistadireito/docs/prof/14_Artigo%20prof%20Willian%20-Terrorismo%20ILSA.pdf) Acessado em 25/05/2011.

AZEVEDO, André Gomma (org). 2013. **Manual de Mediação Judicial** (Brasília/DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD).

BRASIL. **10 anos de transformação: os bastidores, os desafios e o futuro da Reforma do Judiciário** / Secretaria de Reforma do Judiciário, Felipe Benaduce Seligman, André Luís César Ramos (organizadores). – Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

\_\_\_\_\_. **Ato Regimental nº 5**, de 27 de setembro de 2007, alterado pelo Ato Regimental n 2, 9 de abril de 2009. Disponível em [http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/82296](http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/82296). Acesso em: 17/04/2016.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 17/04/2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.140**, de 26 de junho de 2015. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm#art47](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm#art47). Acesso em: 17/04/2016.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória nº 2.180-35**, de 24 de agosto de 2001 e anteriores edições. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/2180-35.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2180-35.htm). Acesso em: 17/04/2016.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 118**, 1o de fevereiro de 2007. Disponível em [http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/82296](http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/82296). Acesso em: 17/04/2016.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 1.281**, 27 de setembro de 2007. Disponível em [http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/82296](http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/82296). Acesso em: 17/04/2016.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 1.099**, 28 de julho de 2009. Disponível em [http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/82296](http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/82296). Acesso em: 17/04/2016.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 481**, 6 de abril de 2009. Disponível em [http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/82296](http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/82296). Acesso em: 17/04/2016.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 125**, de 29 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em [http://www.cnj.jus.br/files/atos\\_administrativos/resoluo-n125-29-11-2010-presidencia.pdf](http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/resoluo-n125-29-11-2010-presidencia.pdf). Acesso em 23/04/2016.

CABRAL, Marcelo Malizia. **Os meios alternativos de resolução de conflitos: instrumentos de ampliação do acesso à justiça e de racionalização do acesso aos tribunais**. Revista do Ministério Público do RS. Porto Alegre. n. 73. Jan. 2013 – abr.2013. p. 125-155.

CASELLA, Paulo Borba; ACCIOLY, Hidélbrando; SILVA, G. E. do Nascimento e. **Manual de direito internacional público**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

COELHO, Meire Lúcia Monteiro Mota; LÚCIO, Magda de Lima. **Litigiosidade e Impacto na Gestão Pública – A mediação como instrumento de gestão – A experiência da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal.** In Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central. Vol. 1, n. 1, dez. 2007. Brasília: BCB, 2010.

GHISLENI, Ana Carolina; Spengler, Fabiana Marion. **A busca pela cultura da paz por meio da mediação: o projeto de extensão existente em Santa Cruz do Sul como política pública no tratamento de conflitos.** Revista Direito & Sensibilidade. 1a Edição 2011.

\_\_\_\_\_. **A mediação enquanto política pública no tratamento de conflitos: a teoria e a prática em face da análise do projeto existente em Santa Cruz do Sul.** In SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo (org). *Mediação enquanto política pública [recurso eletrônico] : o conflito, a crise da jurisdição e as práticas mediativas.* 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Os fundamentos da justiça conciliativa. Revista da Escola Nacional de Magistratura. Brasília, v. 2. N, 5, p. 22-25, abr. 2008.

LASCOURMES, Pierre; Le Galès, Patrick. **Sociologia da Ação Pública.** Maceió: EDUFAL, 2012.

NASCIMENTO, Blenda Lara Fonseca do. **Solução de controvérsias internacionais.** Curitiba: Juruá, 2007.

REZEK, José Francisco. *Direito internacional público: curso elementar.* 12. ed. rev. E atual. – São Paulo: Saraiva, 2010.

SPLENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo. **A crise das jurisdições brasileiras e italianas e a mediação como alternativa democrática da resolução de conflitos.** In *Mediação enquanto política pública [recurso eletrônico] : o conflito, a crise da jurisdição e as práticas mediativas.* 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

VARELLA, Marcelo D. **Direito internacional público.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

WARAT, Luiz Alberto. **O ofício do mediador.** Florianópolis: Habitus, v. 1, 2001.

WATANABE, Kazuo. **Seminário Mediação: Um projeto inovador.** Cadernos do CEJ. Brasília, v. 22, p. 43-50, 2003. (Série Cadernos do Conselho da Justiça Federal).

WRASSE, Helena Pacheco. **A autocomposição e o tratamento adequado das controvérsias: uma visão positiva dos conflitos.** In SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo (org). *Mediação enquanto política pública [recurso eletrônico] : o conflito, a crise da jurisdição e as práticas mediativas.* 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

ZANFERDINI, Flávia de Almeida Montingelli. **Os meios alternativos de resolução de conflitos e a democratização da justiça.** Revista eletrônica. Faculdade de direito de Franca. V. 5, n. 1, 2012.

## **DIREITO PENAL E REFORMA PSIQUIÁTRICA: UMA CONCILIAÇÃO POSSÍVEL?**

**BRUM, André Luiz de Oliveira**

Mestre do Programa de Pós-graduação em  
Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (PPGP-UNIR)  
Especialista em Direito Civil e Direito Processual Civil - UNIR  
*andreluiz\_brum@hotmail.com*

**CEDARO, José Juliano**

Doutor em psicologia escolar e do desenvolvimento Humano pela USP  
Mestre em Psicologia escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP  
*jcsejuliano\_cedaro@hotmail.com*

**NASCIMENTO, Verônica Batista**

Mestranda do Programa de Pós-graduação em  
Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF)  
Especialista em Direito Processual Civil - ULBRA  
*adv\_veronica30@hotmail.com*

**BORGES, Camilla Gerarde Barbosa**

Graduanda em Direito - Universidade Federal Fluminense  
*camillagerarde@gmail.com*

### **RESUMO**

Com base nos constructos teórico-metodológicos apresentados, percebeu-se que a medida de segurança se funda numa tentativa do Estado responder a situações que envolvem um misto de crime e loucura, cuja prática consiste num limbo entre castigar e tratar autores de ações consideradas criminosas, que possuem o diagnóstico de psicose. As falas dos entrevistados apontam a periculosidade como a causa de estarem submetidos à medida de segurança e que na realidade foram abandonados. Apontam-se algumas tensões percebidas entre direito penal e reforma psiquiátrica e alguns modelos de políticas públicas que conseguiram conciliá-los. Discute-se também a importância de se rever a prática da medida de segurança, e busca-se mostrar que o Poder Público deve devolver essas pessoas a condição humana e a cidadania que lhes foram subtraídas.

**Palavras-chave:** medida de segurança, reforma psiquiátrica, análise do discurso.

### **ABSTRACT**

Based on the theoretical-methodological constructs presented, it was noticed that the security measure is based on an attempt of the State to respond to situations that involve a mixture of crime and madness, whose practice consists in a limbo between punishing and treating perpetrators of criminal actions, Who have the diagnosis of psychosis. The interviewees' statements point to the danger as the cause of being submitted to the security measure and that in fact they were abandoned. Some perceived tensions between criminal law and psychiatric reform and some models of public policies that have managed to reconcile them are pointed out. It also discusses the importance of reviewing the practice of the security measure, and seeks to show that the Public Power must return these people to the human condition and citizenship that have been subtracted from them.

**Keywords:** security measure, psychiatric reform, discourse analysis.

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa parte do incômodo gerado pela incoerência entre discurso e prática do direito penal, bem como pela dissonância com aquilo que é apregoado pela reforma psiquiátrica. Tem como objetivo analisar a constituição discursiva do termo “medida de segurança” em pessoas submetidas a tal prática de internação, tendo como forma de coleta das informações empíricas entrevistas semiestruturadas. A Análise do Discurso da Escola Francesa foi o método de análise empregado por permitir verificar, na fala dos entrevistados, as ideologias que constroem a visão da medida de segurança.

Especialmente no caso de pacientes com esquizofrenia – sujeitos escolhidos para o estudo – a análise do discurso permite a verificação de discursos-outros presentes ao seu redor. Logo, analisar o discurso de pessoas com esquizofrenia significa verificar os discursos que são projetados sobre elas – o que permite analisar, portanto, o modelo de intervenção pela equipe estatal. Partimos, então, em busca dos interlaços discursivos presentes na constituição discursiva da medida de segurança.

### 1. Fundamentação teórica

Na atualidade, a loucura (criminoso ou não) é vista como o contraponto da razão e, por isso, frequentemente é silenciada. Não é à toa que diversos teóricos se debruçam sobre a loucura e sobre a medida de segurança sem sequer cogitar a ideia de ouvir essas pessoas, parecendo trazer um afastamento entre o “objeto” de pesquisa e o “sujeito” pesquisador. Neste estudo, não!

Tem a intenção de ouvir o que os considerados loucos têm a dizer sobre si e nos mostrar como veem o mundo que os rodeia. Este trabalho segue a linha teórico metodológica de Michel Foucault e Michel Pechêux.

O fundamento da inimputabilidade e o objetivo da medida de segurança declaram-se atrelados a questões de saúde: doença e tratamento mental, respectivamente. No entanto, “tanto o manicômio, quanto a prisão são instituições de Estado que servem para manter limites aos desvios humanos, para marginalizar o que está excluído da sociedade”. Ou seja: penitenciárias e manicômio judiciários (atualmente “Hospitais de Custódia e Tratamento ou “Alas de Tratamento Psiquiátrico”) são “instituições totais” que visam higienizar a sociedade do indesejável, do desviante. Conclui o autor que ambas são “situações intercambiáveis: podemos tomar um preso e 1 colocá-lo no manicômio ou tomar um louco e metê-lo na prisão” (BASAGLIA, 1979, p. 45).

A tensão entre Direito Penal e Reforma Psiquiátrica ocorria desde os primórdios do movimento que luta pela extinção dos asilos manicomiais. Com a promulgação da Lei 10.216/2001 (Lei de Reforma Psiquiátrica - LRP), a discussão se tornou mais acirrada. Se antes as discussões eram teóricas entre juristas e reformistas, hoje há um cerne jurídico que merece análise. A lógica antimanicomial positivada pela LRP traz um aparente conflito de normas entre esta e o Código Penal (CP - 1940/1984), Código de Processo Penal (CPP - 1941) e Lei de Execuções Penais (LEP - 1984). Há um tensionamento interno no âmbito jurídico.

## 1 DIREITO PENAL E REFORMA PSIQUIÁTRICA: UMA CONCILIAÇÃO POSSÍVEL?

Ao longo do presente trabalho foram apontados diversos entrelaçamentos na constituição (não apenas discursiva) da medida de segurança. Direito e Psiquiatria, crime e loucura, prisão e tratamento: dicotomias que embasam a medida de segurança. Mais que isso: dualidades que se sustentam mutuamente.

Nesse rumo, seria impensável cogitar tensionamento entre áreas que se sustentam mutuamente no modelo atual. No entanto, quando se pensa em uma nova psiquiatria, decorrente da Reforma Psiquiátrica, essas práticas, teorias e saberes exigem revisão. Por outro lado, a medida de segurança e especialmente os profissionais nela envolvidos (tanto da área psicossocial quanto jurídica, salvo raríssimas exceções), parece abdicar da nova lógica psiquiátrica e apegar-se às velhas práticas.

Diversas questões decorrem de um pensamento crítico ante à medida de segurança, vista sob a luz da reforma psiquiátrica. Periculosidade, inimputabilidade, segregação perpétua, ausência de parâmetros objetivos, morte civil e assujeitamento do louco criminoso, são algumas dessas questões.

O fundamento da inimputabilidade e o objetivo da medida de segurança declaram-se atrelados a questões de saúde: doença e tratamento mental, respectivamente. No entanto, “tanto o manicômio, quanto a prisão são instituições de Estado que servem para manter limites aos desvios humanos, para marginalizar o que está excluído da sociedade”. Ou seja: penitenciárias e manicômio judiciários (atualmente “Hospitais de Custódia e Tratamento ou “Alas de Tratamento Psiquiátrico”) são “instituições totais” que visam higienizar a sociedade do indesejável, do desviante. Conclui o autor que ambas são “situações intercambiáveis: podemos tomar um preso e 1 colocá-lo no manicômio ou tomar um louco e metê-lo na prisão” (BASAGLIA, 1979, p. 45).

A tensão entre Direito Penal e Reforma Psiquiátrica ocorria desde os primórdios do movimento que luta pela extinção dos asilos manicomiais. Com a promulgação da Lei 10.216/2001 (Lei de Reforma Psiquiátrica - LRP), a discussão se tornou mais acirrada. Se antes as discussões eram teóricas entre juristas e reformistas, hoje há um cerne jurídico que merece análise. A lógica antimanicomial positivada pela LRP traz um aparente conflito de normas entre esta e o Código Penal (CP - 1940/1984), Código de Processo Penal (CPP - 1941) e Lei de Execuções Penais (LEP - 1984). Este tensionamento interno no âmbito jurídico é o ponto de partida deste capítulo.

### 1.1 Conflito aparente de normas: a Lei de Reforma Psiquiátrica versus legislação penal, processual penal e de execução penal

O ordenamento jurídico pauta-se pela existência de normas válidas para um determinado espaço de tempo e lugar, que devem representar uma unicidade harmônica. Em algumas situações, no entanto, são encontradas duas ou mais normas jurídicas que prescrevem condutas distintas e incompatíveis entre si; a esse aparente conflito de normas recebe o nome de antinomia, assim descrita por Hans Kelsen. Para a resolução desse fenômeno,



Kelsen propõe três técnicas hermenêuticas<sup>1</sup>: análise hierárquica, cronológica e de especialidade (KELSEN, 2005).

Feita a definição de antinomia, veja-se alguns exemplos deste fenômeno:

1. A LRP utiliza-se da internação como última medida, já o direito penal adota a medida<sup>2</sup> como regra primária<sup>3</sup>;
2. A LRP, além de atrelar a internação à inviabilidade dos métodos extrahospitais, condiciona esta medida à determinação médica<sup>4</sup>; a Lei de Execuções Penais condiciona a internação à determinação judicial<sup>5</sup>;
4. A LRP adota o princípio da utilidade terapêutica<sup>6</sup>, já o Código Penal adota critério retributivista<sup>7</sup>: se o crime é punível com reclusão, a medida de segurança será de internação, sendo de detenção, a medida será ambulatorial. Atrela-se, portanto, à gravidade do fato e não à necessidade terapêutica da pessoa.

O prazo mínimo de internação<sup>8</sup> determinado pelo Código Penal também rejeita o princípio da utilidade terapêutica, anteriormente demonstrado. No mesmo rumo, a extinção da medida de segurança, condicionada à cessação de periculosidade<sup>9</sup>, contrapõe-se à utilidade terapêutica constante da LRP.

Após esses breves e importantes apontamentos, passamos a uma possível solução da antinomia. Assim, partindo da teoria kelseniana anteriormente demonstrada, seguimos seu caminho: critério hierárquico, critério temporal e critério de especialidade.

O primeiro critério resolutivo não tem utilidade para resolver a questão. Kelsen (2005) aponta uma hierarquia entre as diversas modalidades de normas jurídicas. De maneira superficial, podemos dizer que as normas se organizam em uma hierarquia dividida em normas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, decretos, instruções normativas, etc. No caso em análise, este critério não é útil porque todas as normas (LRP, CP, CPP e LEP) ocupam o mesmo patamar hierárquico: lei ordinária.

Assim, parte-se para o critério subsequente: o critério temporal. Por este critério, tem-se a máxima de que a lei nova revoga a lei anterior no aspecto em que ambas forem incompatíveis.

1 A hermenêutica é um ramo das ciências jurídicas que busca interpretar a lei, visando compreender o seu "espírito". É atribuído ao deus Hermes da Mitologia Grega, considerado o deus-intérprete, aquele que compreendia o que a mente humana não entendia. Daí decorre seu nome (BASTOS, 2002).

2 Art. 4º A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra hospitalares se mostrarem insuficientes (BRASIL, 2001-a).

3 Art. 97 - Se o agente for inimputável, o juiz determinará sua internação (art. 26). Se, todavia, o fato previsto como crime for punível com detenção, poderá o juiz submetê-lo a tratamento ambulatorial (BRASIL, 1984-a)

4 Art. 6º A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos (BRASIL, 2001-a)

5 Art. 172. Ninguém será internado em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, ou submetido a tratamento ambulatorial, para cumprimento de medida de segurança, sem a guia expedida pela autoridade judiciária (BRASIL, 1984-b).

6 Art. 4º, §1º O tratamento visarà, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio. (BRASIL, 2001-a).

7 Art. 97 - Se o agente for inimputável, o juiz determinará sua internação (art. 26). Se, todavia, o fato previsto como crime for punível com detenção, poderá o juiz submetê-lo a tratamento ambulatorial (BRASIL, 1984-a).

8 Art. 97 (...) § 1º (...) O prazo mínimo deverá ser de 1 (um) a 3 (três) anos. (BRASIL, 1984-a)

9 Art. 97 (...) § 1º - A internação, ou tratamento ambulatorial, será por tempo indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada, mediante perícia médica, a cessação de periculosidade (BRASIL, 1984-a).

A LRP é de 2001, enquanto o CP e o CPP são da década de 1.940 e a LEP de 1.984, logo, a mais nova derroga<sup>10</sup> as disposições quanto às medidas de segurança. No entanto, uma parcela de estudiosos questiona se realmente houve a referida revogação, apegando-se basicamente a dois argumentos:

- a) O critério temporal não se aplica quando há diferença de especialidades entre as normas (o que obriga a prosseguir no método de Kelsen até o próximo critério de resolução da antinomia);
- b) O art. 9º da Lei Complementar 95/1.998 dispõe que “A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas (Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).” (BRASIL, 2001-a-b).

O primeiro argumento será analisado com mais profundidade a seguir. O segundo deve ser refutado porque se dirige à atividade legislativa, não ao intérprete do direito.

O art. 9º da Lei Complementar 95/1.998 teve alteração em sua redação no dia 26/4/2001.

Até então, o dispositivo vigia com a seguinte redação (BRASIL, 1998):

“Art. 9º **Quando necessária** a cláusula de revogação, esta deverá indicar expressamente as leis ou disposições legais revogadas.” (grifo nosso).

A LRP é do dia 6 de abril de 2001, logo as disposições da Lei Complementar não se aplicam à LRP. É bem verdade que o ideal da técnica legislativa está disposto no art. 9º da Lei Complementar 95. No entanto, é impossível exigir do legislador que conheça e declare todas as alterações normativas decorrentes de uma lei nova. Por outro lado, atento ao princípio da unidade e harmonização hermenêuticas, não há como se cogitar a permanência de normas contraditórias ao argumento de que o legislador não enumerou, “expressamente, as leis ou disposições legais revogadas”.

Nesse mesmo rumo, é importante destacar que ao intérprete, aplicam-se as disposições da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro. Nesse sentido: “Art. 2º (...) § 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.” (BRASIL, 1.942). Parece evidente, portanto, que a Lei 10.216/2001 (LRP) derogou o Decreto-Lei 2.848/1940 (CP), o Decreto-Lei 3.689/1941 (CPP) e a Lei 7.210/1984 (LEP), no que pertence aos raciocínios apontados nos itens acima.

Vamos, porém, analisar o argumento da especialidade. Qual lei é mais específica? A legislação penal, por tratar do louco criminoso, ou a LRP por tratar do louco sem fazer qualquer distinção?

Aqui são cabíveis diversos argumentos. Veja-se a transcrição do art. 1º da LRP, capaz de trazer importante indício teleológico (BRASIL, 2001-a):

Art. 1º Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados **sem qualquer forma de discriminação** quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra (Grifo nosso)

10 Derrogação é o nome que se dá à parcial revogação da norma jurídica, como é o caso das legislações apontadas: CP, CPP e LEP.

O destaque é proposital: sem qualquer forma de discriminação. A análise teleológica visa apurar a intenção da norma. Nesse caso, proteger os direitos das pessoas acometidas de transtorno mental sem qualquer forma de discriminação. A Lei 10.216/2001 não se destina ao “louco não criminoso”. Tal afirmativa decorre do fato de que, em momento algum, faz essa ressalva, prevalecendo a regra geral de hermenêutica: se o legislador não criou distinções, não cabe ao intérprete fazê-las (BASTOS, 2002).

Reforça a ideia ora apresentada o fato de a LRP ter destinado disposições referentes à internação compulsória – art. 9º (BRASIL, 2001-a) – sendo a medida de segurança aí enquadrada. Logo, tem-se nitidamente que o legislador abrangeu o louco criminoso em referida norma protetiva. Ademais, a Lei 10.216 é a consagração jurídica da Reforma Psiquiátrica no Brasil e, de certo, o movimento não afasta os loucoscriminosos de suas batalhas. Ao contrário, frequentemente são tema de discussões e pauta de reivindicações.

Outra importante questão – talvez a mais importante de todas – é o fundamento constitucional para revisão da medida de segurança. Paulo Jacobina vai além da questão de integração legal. Parte para uma análise constitucional da medida de segurança, classificando-a como “sanção terapêutica”, o que, precisamos concordar, condiz com a prática do instituto, apesar de todo seu discurso focado exclusivamente no tratamento. Diante disso, Jacobina analisa a medida de segurança sob três aspectos que considera contraditórios com a Constituição:

1. A Constituição Federal (BRASIL, 1988) garante que “ninguém será privado de sua liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal” (art. 5º, LIV). Ora, como se pode falar em devido processo legal, se a própria legislação diz que o acusado não compreende o caráter ilícito de seus atos e, portanto, não compreende a realidade que está diante de si?
5. A Constituição (BRASIL, 1988) garante que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória” (art. 5º, LVII). Por outro lado, quando reconhecida a inimputabilidade o réu será absolvido – CPP, art. 386, VI 1 (BRASIL, 1941-b). Ora, como impor sanção onde não há condenação?
3. A Constituição (BRASIL, 1988) garante que a pena não passará da pessoa do condenado, o que garante uma dupla garantia: a aplicação de pena baseada no critério subjetivo (deve haver culpa ou dolo para haver pena) e a pessoalidade da sanção. E questiona: como sancionar aquele a quem o ordenamento diz ser incapaz de compreender a ilicitude de seu ato ou determinar-se de acordo com o direito?

Após essas reflexões, conclui:

Estabelecer, portanto, a constitucionalidade de um direito penal dirigido ao inimputável, baseado na periculosidade social (juízo para o futuro) e não na culpabilidade (juízo para o passado), é muito complicado, do ponto de vista da afiniação com a Constituição vigente. Submetê-lo a processo penal para aplicar medida de segurança é, da mesma forma, complicadíssimo. Onde encontrar a culpa de quem é legalmente irresponsável? Como garantir o devido processo legal a quem não pode entender seus termos? (...) Para que fosse constitucional julgar alguém após reconhecê-lo enfermo, a ponto de não ter noção do que faz ou de que não pode conduzir-se de acordo com essa noção, sob o fundamento da periculosidade social, seria necessário que a Constituição disse que ninguém será considerado culpado ou perigoso socialmente até o trânsito em julgado da

sentença penal condenatória ou de sentença penal absolutória que reconheça tal periculosidade, nos termos da lei (JACOBINA, 2008, p. 98/99, destaque no original).

O texto de Paulo Jacobina causa alguma estranheza no primeiro momento, passando mesmo impressão de extremismo e formalismo excessivo. No entanto, Jacobina apenas denuncia, no caso concreto, uma absoluta incoerência jurídica, seguindo o mesmo rumo de Foucault, que diz que a medida de segurança

Viola a lei desde o início; o exame psiquiátrico em matéria penal ridiculariza o saber médico e psiquiátrico desde a sua primeira palavra. Ele não é homogêneo nem ao direito nem à medicina. (...) seria totalmente injusto julgar o direito moderno (ou, em todo caso, o direito tal como funcionava no início do século XIX) por uma prática como essa; (...) não deriva do direito, não deriva da medicina. Nenhuma prova histórica de derivação do exame penal remeteria nem à evolução do direito, nem à evolução da medicina, nem à evolução geminada de ambos. (...) No fundo, no exame médico-legal, a justiça e a psiquiatria são ambas adulteradas. Elas não têm a ver com seu objeto próprio, não põem em prática sua regularidade própria (FOUCAULT, 1975/2001, p. 52).

É evidente a contradição apontada por Paulo Jacobina, cujos fundamentos filosóficos estão em Foucault. No texto constitucional, diversas outras disposições conflitantes com a medida de segurança. Delas, destacam-se (BRASIL, 1988):

- a) proibição de pena perpétua (art. 5º, XLVII, b);
- b) proibição de penas cruéis (art. 5º, XLVII, e);
- c) proibição de tratamento cruel ou degradante (art. 5º, III).

Haroldo Caetano da Silva (2010) afirma que a LRP abrange as internações compulsórias determinadas pela Justiça Criminal sob o termo “medida de segurança”. Ressalva, no entanto que

Agora, deve o juiz preferir o tratamento ambulatorial, somente optando pela internação “quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes”, caso em que será precedida de “laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos”. A figura da periculosidade perde força. A medida de segurança não tem natureza retributiva. A permanência do paciente em cadeia pública ou em manicômio judiciário configura crime de tortura (SILVA, 2010, p. 112).

Dentre as poucas respostas que a presente pesquisa chega, o presente tópico representa a mais segura conclusão: a medida de segurança da forma como proposta pela legislação penal é inconstitucional. Rejeitada esta tese, não há dúvidas, à luz da hermenêutica jurídica, de que a Lei de Reforma Psiquiátrica abrange os loucos criminosos e, portanto, derroga o CP, CPP e LEP no que for incompatível. Como lidar com as consequências dessa afirmativa? Não existe um modelo certo e, sobretudo, não é o objetivo deste trabalho, cogitar essa possibilidade. No entanto, no próximo item, seguem algumas experiências aparentemente exitosas.

## 1.2 A conciliação entre direito penal e loucura

A presente pesquisa foi pensada, inicialmente, para discutir possíveis saídas para tratamento mais humanitário às pessoas em medidas de segurança. Depois de todo o estudo, chega-se à conclusão de que se trata de assunto extremamente complexo e que não admite uma resposta concreta ou uma possibilidade mais correta. Assim sendo, o

estudo ganhou um novo foco: como as pessoas submetidas a esse regime institucional se vêem implicadas? Isso parece útil ao planejamento de ações voltadas a essa minoria, uma vez que o conhecimento da realidade pode demonstrar eventuais falhas nas quais se devem apoiar as políticas públicas. Este estudo, porém, arrisca-se em demonstrar algumas possibilidades referentes a isso.

Primeiro, para se propor qualquer modelo de intervenção é necessário se desvencilhar do velho modelo misto, duplo e ambíguo: crime E loucura, punição E tratamento, prisão E internação. Parece-nos essencial definir: o que é a medida de segurança? Conforme exaustivamente analisado por Foucault, em “Os anormais” (1975/2001), a medida de segurança, tentando atender a dois deuses, não atende a nenhum. Ou bem a Themis, ou bem a Asclépio<sup>11</sup>. Da forma que vai, a medida de segurança não se amolda ao direito, tampouco à medicina.

Não temos aqui a intenção de resolver o problema da medida de segurança ou redefinir sua conceituação; tampouco pode-se negar o caráter duplo que a rege até o momento. No entanto, podemos inferir, à luz de toda teoria e das entrevistas analisadas, que o crime é apenas uma decorrência do transtorno mental.

Parece-nos evidente que a inimputabilidade, quando analisada em profundidade, trata de um problema de saúde. É evidente que tem reflexos sociais – aliás como qualquer outra doença – mas não uma questão de justiça. A inimputabilidade baseia-se no transtorno mental. A própria redação do Código Penal aponta nesse sentido: “É isento de pena o agente que, por doença mental (...)” (BRASIL, 1941-a). O motivo da inimputabilidade é único: a doença mental. A periculosidade “dela decorrente” já foi vista anteriormente como uma construção social que visa higienizar a sociedade daqueles que não se adequam ao padrão da vida burguesa.

Vale lembrar, ainda, que a periculosidade é um juízo de probabilidade de que a pessoa venha a delinquir e, nesse sentido, não tem qualquer base científica e não passa de uma ficta associação do “diferente” ao perigo (KARAM, 2010). Para Virgílio de Mattos

é fruto muito mais de um preconceito oracular sobre o futuro comportamento problemático (‘desviante’, ‘criminoso’) do cidadão problemático (seja criança, adolescente, adulto ou idoso) do que propriamente uma situação concreta (MATTOS, 2006, p. 176).

Mais que isso: a inimputabilidade baseia-se em um laudo médico que afirma que o agente “por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.” (BRASIL, 1941-a).

A inimputabilidade, portanto, baseia-se em uma questão pretérita de foro íntimo: conhecimento da ilicitude ou possibilidade de determinar-se conforme o direito e projeta uma consequência futura – presumidamente certa – que é a periculosidade, a probabilidade de delinquir novamente.

O questionamento é automático e cheio de lógica: como saber se à época do fato o agente compreendia ou não a sua ação? Como prever se a pessoa voltará a cometer

<sup>11</sup> Deuses da mitologia grega atribuídos, respectivamente, à Justiça e à Medicina.

crime? Por que não se procede a exame de periculosidade os demais presos? Por que todas as pessoas não passam por exame de periculosidade? Qual é a relação entre periculosidade e doença mental?

Estudos brasileiros com experiências salutares envolvendo os loucos criminosos demonstram reincidência de sete por cento em Goiás (SILVA, 2010) e dois por cento em Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2010). Por outro lado, a reincidência na população geral chega a 90%, conforme estudo de Assis (2008).

Ora, que periculosidade diferenciada tem a parcela da população cuja reincidência, em caso de acompanhamento terapêutico, é mais de 10 vezes menor que a população dita "saudável"? Os dados da reincidência no Brasil remetem a uma reflexão:

como preparar um homem para o convívio social, privando-o desse convívio? Seria o mesmo que preparar um corredor sem permiti-lo correr no mês que antecede a corrida.

O mesmo raciocínio pode ser transplantado à medida de segurança. Se a "cessação de periculosidade" depende do tratamento de sua causa – o transtorno mental– fadar a pessoa à pior sanção possível (excetuada a pena capital) é fadá-la a eterna periculosidade.

Que tratamento DE SAÚDE pode ser garantido por uma unidade PRISIONAL? Que espécie de cuidado agentes penitenciários podem dar aos portadores de transtorno mental? Que estrutura hospitalar é essa, composta por grades, cadeados e muros? Qual a contribuição do ócio na terapêutica do louco criminoso? Como pode a segregação ensiná-los a viver em sociedade? Como esperar responsabilidade social de uma pessoa que, excluída da sociedade, vê-se privada de responder por seus atos? Como querer um sujeito austero, em um ambiente em que ele próprio é reduzido a uma doença, a uma coisa? A percepção e respeito ao outro, passa pela percepção de si e respeito como sujeito de direitos.

São essas inquietações que levam a repensar o sistema de medidas de segurança. A organização Mundial de Saúde declarou, em 2001, que existe um falso conceito difundido de que todas as pessoas com transtornos mentais são perigosas e uma intolerância da sociedade com o comportamento indócil ou perturbador. Além disso, alguns países não dispõem de tradições jurídicas que promovam o tratamento (ao invés do castigo) para infratores com transtorno mental. Prisões são o lugar errado para pessoas com necessidade de tratamento de saúde mental, já que o sistema de justiça criminal enfatiza mais a repressão e a punição do que o tratamento e a atenção. Onde os estabelecimentos correcionais enfatizam a reabilitação, os programas costumam ser inadequadamente equipados para ajudar as pessoas com transtornos mentais (p. 129).

Atento a essas questões e às demandas da Reforma Psiquiátrica. O Brasil editou uma série de marcos legislativos, dos quais se destaca a Lei 10.216/2001. Outras normas também merecem destaque, como: Portaria Interministerial n. 1777/MS/MJ/2003, as Resoluções 05/2004 e 04/2010 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e a Resolução 113/2010 do Conselho Nacional de Justiça, que regulamentam de que forma o atendimento a essas pessoas deve ocorrer. No entanto, segundo o Ministério Público Federal (2011), trata-se de um avanço ignorado. Nessa linha, Salo de Carvalho (2013), Jacobina (2008), Virgílio de Mattos (2006), dentre outros, afirmam que tais discussões e preocupações não foram adequadamente assumidas pelo Poder Judiciário, ainda centrado na lógica manicomial-punitiva.

De outro norte, algumas experiências já foram testadas e obtiveram êxito no Brasil, como o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ – Tribunal de Justiça de Minas Gerais) e Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator (PAI-LI – Secretaria de Saúde do Estado de Goiás). Ambos têm em comum o atendimento integral e intersetorial na rede de saúde do Sistema Único de Saúde. É uma mudança de paradigma: o louco criminoso deixa de ser “um problema da justiça” para se tornar usuário do SUS, exatamente como qualquer outro cidadão. E cidadania é palavra chave em ambas iniciativas, que buscam, alinhadas aos princípios da Reforma Psiquiátrica, preparar a pessoa para o retorno ao convívio social e autonomia terapêutica.

Para Saulo de Carvalho, o novo cenário normativo impede a afirmação de que o portador de transtorno mental é absolutamente irresponsável pelos seus atos, sejam eles lícitos ou ilícitos.

A reforma psiquiátrica, ao propugnar o reconhecimento de formas ou graus distintos de responsabilidade, estabelece um novo paradigma para o tratamento jurídico dos portadores de transtorno mental, situação que demanda, necessariamente, a construção de formas diversas de interpretação dos institutos do direito penal. A mudança central é tratar a pessoa com diagnóstico mental como verdadeiro sujeito de direitos, e não como objeto de intervenção submetido ao laboratório psiquiátrico-forense (CARVALHO, 2013, p. 525/526).

No mesmo sentido, Virgílio de Mattos propõe a responsabilização e consequente fim do regime separatista entre imputáveis e inimputáveis. “Deve ser assegurado o direito à autonomia e à responsabilidade do imputado, sendo inaceitável a afirmação de que um transtorno mental, mesmo grave, faça com que o imputado não possa responder pelos próprios atos” (MATTOS, 2006, p. 167).

Virgílio de Mattos segue seu estudo, propondo uma saída para a desconstrução da medida de segurança. Para o autor, o juiz deveria proceder à individualização da pena, dentro dos limites e critérios legais, e utilizar o transtorno mental como atenuante, tal qual se faz com o semi-imputável (2006). O raciocínio de Virgílio de Mattos é muito salutar, uma vez que atenderia a ditames constitucionais como individualização da pena, proporcionalidade, dentre outros, além de possibilitar benefícios na execução como: detração, remição, comutação, progressão de regimes etc. Mais que isso: seria garantir ao portador de transtorno mental a cidadania roubada pelo Estado.

De outro passo, merece observação o fato de que é necessária a existência de sérias revisões legislativas nesse sentido. Apesar de defendermos a possibilidade de aplicação dos raciocínios que tentamos expor e, assim, garantir a integração da legislação penal com as normas constitucionais e do direito sanitário, a existência de lei expressa, além de ter um importante caráter simbólico, vincula a atuação jurisdicional e parece tirar dos ombros do Juiz-Corregedor da Execução Penal ou mesmo do Juiz de Instrução, o peso de por à solta o que é tido como perigoso ou manter no cárcere o inocente. E aqui merece destaque a falta de preparo técnico de qualquer jurista para lidar com a presente situação.

Enquanto profissionais do Direito, Juízes, Promotores e Defensores Públicos se tornam dependentes da atuação de profissionais do ramo da saúde e serviço social. Como precisar se a atuação e parecer de referidos profissionais são coerentes? A responsabilidade da decisão, no entanto, recai sobre o juiz. O apelo midiático recai sobre o juiz. A pressão

social recai sobre o juiz. Não é demais imaginar que juízes se vejam diante de dilemas quando da análise da situação de pessoas em medidas de segurança.

É evidente que o presente estudo não defende uma postura inerte do Poder Judiciário com relação às pessoas em medida de segurança; mas é de se compreender a dificuldade em lidar com essa situação. A dificuldade, o apelo midiático e a pressão social, porém, não podem sobrepor os direitos da minoria. A ordem democrática plena se efetiva não com o critério majoritário – aquele em que a maioria determina os rumos do Estado, mas quando o Estado garante os direitos das minorias. E essa parece ser a função do Poder Judiciário: a tábua de salvação, o último a que se recorre.

Cabe salientar que a aceitação da tese de responsabilidade da pessoa com transtorno mental exige que todo o sistema penal seja reinventado, ao menos teoricamente. Admitir na filosofia penal a responsabilidade de um alienado implica revisar os fundamentos da ciência penal – há muito fixados. Mais que isso: significa admitir na sociedade a existência e a presença do diferente - e respeitá-lo como um igual.

## 2. Resultados alcançados

Nosso trabalho teve início com um especial incômodo: as medidas de segurança não seguem o discurso do direito penal. O discurso do direito penal, por sua vez, é antigo e não se alinha à Reforma Psiquiátrica. Para analisar melhor essas diferenças, esta pesquisa teve como objetivo analisar a constituição discursiva do termo “medida de segurança” em pessoas submetidas a medida de segurança de internação.

O desenvolvimento teórico possibilitou-nos verificar que a medida de segurança tem um caráter dúbio, algo entre crime e loucura, tratamento e castigo e revelou, ainda, o objetivo da higienização social. Com base nesses constructos teóricos, partimos a entrevistas semiestruturadas e falamos com pessoas submetidas ao regime de medida de segurança. Posteriormente, esses dados foram analisados à luz da Análise do Discurso da Escola Francesa e nos possibilitou ampliar os horizontes demonstrados pela teoria.

Os dados coletados foram analisados à luz da Análise do Discurso Pecheutina (Escola Francesa) e tomou como base os trabalhos de Borba (2006, 2008 e 2011), que se dedicou ao discurso de pessoas com esquizofrenia e constatou como importante característica a presença de discursos-outros na fala dos esquizofrênicos. Logo, pudemos inferir que além da mescla de crime e loucura, tratamento e castigo, estão presentes no universo em torno das pessoas em medidas de segurança as ideologias da periculosidade e do abandono, fazendo retomar a problemática da medida de segurança eterna – tema de inúmeros debates jurídicos e psiquiátricos nos últimos anos.

Os entrevistados, sujeitos com esquizofrenia e submetidos à medida de segurança de internação por terem cometido fato previsto como crime, confirmaram a projeção das ideologias psiquiátricas e jurídicas. Associaram sua submissão a este regime disciplinar a dois motivos principais: o crime e a loucura. Nada muito definido, contudo.

Por outro lado, suas falas acrescentaram a periculosidade como causa e o abandono como consequência. Nesse sentido, a descrição foucaultiana da medida de segurança ficou nítida na fala dos entrevistados. Diversas construções foram trazidas por eles no sentido de que os “moradores da casa” são perigosos e trouxeram distinções importantes



entre “psicopatas” e “psicomanos”. Este último termo fazendo referência aos loucos que moravam lá.

Apesar de dizerem que os loucos não são perigosos, apontaram a presença de alguns psicopatas, estes extremamente perigosos. Essas passagens nos remeteram ao surgimento do manicômio judiciário, uma instituição inicialmente planejada para os casos limítrofes (nem loucos, nem são; os que estão na fronteira; os psicopatas). No entanto, devido a uma política de defesa social voltada à exclusão como forma de higienização, foram inseridos neste regime disciplinar os loucos-criminosos.

Retomando estudos de Michel Foucault - específicos sobre a normalização da sociedade por meio da Psiquiatria - pudemos verificar que, embora a medida de segurança seja calcada nessa ciência e no Direito, - na verdade não atende aos constructos epistemológicos de nenhuma das duas. É algo apartado. E, embora direito e psiquiatria se sustentem mutuamente neste fenômeno, não se pôde verificar que qualquer dos dois aplique seus mais modernos conhecimentos.

Intimamente ligada à noção da periculosidade como conceito forjado para justificar a medida higienista, a questão do abandono foi descrita como consequência da medida de segurança. Nesse sentido, diversas questões da Reforma Psiquiátrica põem em xeque a medida de segurança. O discurso jurídico e psiquiátrico funda a medida como necessária para garantir o bem-estar social e pessoal, submetendo inimputável a medida de segurança - um tratamento compulsório. No entanto, a prática demonstra um mero cárcere. Da análise processual também ,pode-se constatar esse fato. Prova disso é que um dos entrevistados passou 12 anos submetido ao regime fechado em uma penitenciária comum, sem receber qualquer tratamento de saúde mental.

Ambos entrevistados relataram, ainda, a rejeição familiar, não muito compreendida por eles, mas muito nítidas nos autos de execução penal. Nos processos, em diversos momentos os próprios familiares rejeitam recebê-los de volta, tendo em vista serem perigosos. Ou seja: tanto os entrevistados, quanto os processos, demonstram a periculosidade como causa do abandono.

Nem tudo é problema na medida de segurança. Como exemplos, apresentamos uma breve descrição de programas de atenção ao louco-criminoso que conseguiram conciliar direito penal e reforma psiquiátrica - PAI-LI e PAI-PJ. A título de contribuição social, apontamos a necessidade de revisão das práticas que envolvem a medida de segurança.

## CONCLUSÃO

Não se pode falar em democracia - objetivo maior da Constituição Federal de 1988 - enquanto minorias forem massacradas e excluídas do âmbito social, roubando-lhes a cidadania. Dignidade da pessoa humana não é atribuível apenas às parcelas predominantes socialmente. Para ter direitos humanos, basta ser humano. E precisamos destacar: loucos, criminosos e loucos-criminosos não perdem sua condição humana por estarem submetidos a um regime disciplinar. É esta visão que precisa ser modificada.

A redução do “inimputável” a um objeto de prova e objeto de intervenção impossibilita a concessão de direitos e tratamento dignos. É preciso reconhecer que ali está um sujeito de direito, independente de sua postura frente à razão cartesiana. É isso que precisa ser discutido.

Há grandes tensões entre direito penal e reforma psiquiátrica, e a medida de segurança não se alinha aos saberes jurídicos e muito menos aos psicossociais. Pudemos inferir, ainda, que a medida de segurança não atende a nenhum dos dois saberes e talvez esse seja seu maior problema.

E enquanto não se adota uma postura efetivamente jurídica, diversos direitos são negados às pessoas em medida de segurança, como a individualização da pena, progressão de regime, comutação, detração, dentre outras garantias penais e processuais penais. Por outro lado, não adotando uma conduta efetivamente terapêutica, a medida de segurança não trata seus pacientes.

Ao contrário dos objetivos ressocializadores presentes tanto no discurso jurídico-penal quanto médico-psiquiátrico, a medida de segurança torna quem lhe é submetido a essa prática cada vez mais insociáveis; ou melhor: a medida de segurança reforça o discurso da periculosidade e da necessidade de defesa social, fazendo com que a sociedade seja pouco (ou nada) receptivas a essas pessoas.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, R. D. de. A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. *Revista CEJ*, p. 74-78, 2008.

BASAGLIA, F. A psiquiatria alternativa: contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática: conferências no Brasil. *Brasil Debates*, 1979.

BORBA, P. L. O funcionamento da referência na perspectiva da análise do discurso: um estudo sobre o discurso do esquizofrênico. 2006.

\_\_\_\_\_. O estudo do discurso patológico na análise. *Nonada Letras em Revista*, v. 11, n. 11, 2008.

\_\_\_\_\_. A escrita na psicose. 2011. 213 f. Tese (Doutorado em Letras)-Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal. Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. Rio de Janeiro, 8 jan 1931. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LIM/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM-16-12-1830.htm)> Acesso em: 19 jan 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. CLBR. Rio de Janeiro, 11 out 1890. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d847.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm)> Acesso em: 19 jan 2015.

\_\_\_\_\_. (a). Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Institui o Código Penal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Rio de Janeiro, 3 jan 1941. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del2848.htm#art361](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm#art361)> Acesso em: 19 jan 2015.

\_\_\_\_\_. (b). Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Rio de Janeiro, 3 out 1941. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del3689.htm#art810](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm#art810)> Acesso em: 19 jan 2015.

\_\_\_\_\_ (a). Lei nº 7.209, de 11 de julho 1984. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília - DF, 13 jul 1984. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1980-1988/L7209.htm#art13](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7209.htm#art13)> Acesso em: 19 jan 2015.

\_\_\_\_\_ (b). Lei nº 7.210, de 11 de julho 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília - DF, 13 jul 1984. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del3689.htm#art810](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm#art810)> Acesso em: 19 jan 2015.

\_\_\_\_\_ Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília - DF, 27 fev 1998. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp95.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp95.htm)> Acesso em: 2 fev 2015.

\_\_\_\_\_ (a). Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília - DF, 9 abr. 2001. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm)> Acesso em: 19 jan. 2015.

\_\_\_\_\_ (b). Lei Complementar nº 107, de 26 abril de 2001. Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília - DF, 27 abr 2001. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp107.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp107.htm)> Acesso em 3 fev 2015.

CALAZANS, R.; BASTOS, T. O manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais e a psicose. Perspectivas En Psicologia - Vol 10 - Novembro 2013 (pp. 26 - 32).

CARVALHO, S. de. Penas e medidas de segurança no direito penal brasileiro: fundamentos e aplicação judicial. São Paulo: Saraiva, 2013.

FOUCAULT, M. Os anormais. São Paulo: Martins Fontes, 1975/2001.

\_\_\_\_\_ Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 2015.

JACOBINA, P. V. Direito penal da loucura: medida de segurança e reforma psiquiátrica. 2008.

KARAM, M. L. Medidas de segurança: punição do enfermo mental e violação da dignidade. Verve, n. 2, 2010.

KELSEN, H. Teoria geral do direito e do Estado. São Paulo: Martins Forense, 2005.

MATTOS, V. de. Crime e psiquiatria: uma saída – preliminares para a desconstrução das medidas de segurança. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. PAI-PJ: Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário portador de sofrimento mental infrator. Belo Horizonte: TJMG, 2010.

PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas.. Trad. Jonas de A. Romualdo. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. (1983/1997).

## GT: 23 - Ética e Justiça

Coordenadores: Mauro Cardoso Simões e  
Marcos Alexandre Alves

## ANÁLISE DA EXPANSÃO DOS DIREITOS HUMANOS: JUSTIÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS

**BARRETO, Michelle C.**

Mestranda no Programa de Mestrado  
Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (ICHSA) –  
Faculdade de Ciências Aplicadas - UNICAMP  
Bolsista CAPES  
*barretoc.michelle@gmail.com*

**SIMÕES, Mauro C.**

Professor na Faculdade de Ciências Aplicadas –  
UNICAMP Mestrado Interdisciplinar em  
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (ICHSA)  
*mauro.simoes@fca.unicamp.br*

### RESUMO

Analisa-se neste trabalho de que forma as políticas públicas de direitos humanos definem a expansão da justiça destinada a indivíduos, buscando relacioná-la à noção de justiça defendida por John Stuart Mill. A base deste trabalho é essencialmente interdisciplinar, pois políticas públicas de direitos humanos são compreendida pelo entrecruzamento de diferentes disciplinas que tratam das relações humanas estabelecidas na vida em sociedade. O texto visa, assim, realizar uma revisão de trabalhos que examinam o tema, com enfoque na análise da relação dos pressupostos e as possíveis consequências que possam ser produzidas, buscando entender o movimento relacional entre políticas públicas e as garantias para a efetividade da justiça. O exame divide-se em três partes: análise de conceitos fundamentais: justiça, democracia, políticas públicas e direitos humanos; exame de políticas públicas dos direitos humanos e, por último, a implementação de políticas que efetivem direitos dos grupos afetados.

**Palavras-chave:** *Políticas Públicas; Direitos Humanos; Justiça.*

### ABSTRACT

It is analyzed in this work how the public policies of human rights define the expansion of justice for individuals, seeking to relate it to the notion of justice defended by John Stuart Mill. The basis of this work is essentially interdisciplinary, since public human rights policies are understood by the intertwining of different disciplines that deal with human relationships established in life in society. The purpose of this article is to carry out a review of papers that examine the theme, focusing on the analysis of the relationship between the assumptions and the possible consequences that can be produced, trying to understand the relational movement between public policies and the guarantees for the effectiveness of justice. The examination is divided into three parts: analysis of fundamental concepts: justice, democracy, public policies and human rights; Review of human rights public policies and, finally, the implementation of policies that enforce the rights of affected groups.

**Keywords:** *Public Policies; Human Rights; Justice.*

## INTRODUÇÃO

A relação entre políticas públicas de direitos humanos e a expansão da justiça será objeto de análise neste artigo. Compreende-se como fundamental buscar o entendimento sobre aspectos relevantes para tal proposta, principalmente sobre o que são políticas públicas de direitos humanos, quem são os atores que as realizam e qual é o sentido de justiça que está inserido nesse processo compreensivo.

É importante ressaltar que a abordagem sobre o tema tem a interdisciplinaridade como eixo central para o exame que aqui se pretende. Esta abordagem se justifica no sentido de melhor investigar as condições de possibilidades que os diversos campos de pesquisa nos permitem.

A busca pela compreensão da justiça revela-se uma tarefa difícil, dada a ênfase na positivação que envolve o tema, e que está muito associada às normas que regulam a vida dos indivíduos, e aos múltiplos fatores subjetivos relacionados à moral e à ética. Considerando que são diversos os processos de entendimento e composição do tema na sociedade, este trabalho destaca a contribuição altamente significativa de John Stuart Mill sobre a questão que discutiremos. Neste sentido, uma vez que adotamos o pressuposto de que o utilitarismo milleano apresenta-se como um poderoso instrumento de análise para o nosso tema, assume-se que o mesmo não é considerado como o enfoque central da discussão.

A pauta dos direitos humanos no contexto atual está cada vez mais urgente e a garantia dos direitos fundamentais parece suscetível a mudanças drásticas; ainda que em grande parte das sociedades encontre-se a democracia como o sistema político adotado e em vigor, e esperando-se que o acesso às políticas seja mais ampliado, isto, no entanto, nem sempre é uma realidade concretizada. No Brasil a temática apenas é mencionada na agenda pública após o processo de redemocratização, com a Constituição Federal de 1988 e a ratificação de Tratados Internacionais de Direitos Humanos.

Evidenciando uma premente valorização da dignidade humana, a organização da sociedade em prol da defesa e garantia dos direitos fundamentais e a valorização dos acordos ratificados e cumprimento das normas no intuito de atingir a eficiência das políticas públicas, nem sempre impedem que violações de direitos deixem de acontecer.

A exposição inicial reflete sobre alguns aspectos que incorporam a discussão realizada neste artigo, que busca por meio da revisão bibliográfica estabelecer a relação entre fatos e suas consequências, na intenção de entender o movimento relacional entre políticas públicas e as garantias para a efetividade da justiça. Nesse sentido pretende-se contribuir com as discussões sobre políticas públicas de direitos humanos e na reflexão sobre a ação dos atores no sucesso a atenção às populações vulneráveis.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Conceitos e contextos

A perspectiva de John Stuart Mill sobre a justiça é explicitada no texto de Simões (2016), analisando os pressupostos teórico-conceituais e examinando a concepção ética e política do pensador britânico. A abordagem realizada permite determinar alguns pontos essenciais do pensamento de Mill, dentre eles os horizontes da aplicabilidade

da justiça e sua conexão com o Princípio da Conveniência, a relação da justiça com as leis e a garantia de direitos dentro do Princípio da Utilidade (SIMÕES, 2016, p. 18).

A concepção dos conceitos envolvidos nas reflexões deste artigo perpassa pela apropriação, mesmo que sutil, do Utilitarismo. Este movimento se reforça pelas determinações de Mill, de acordo com Simões (2016), o autor é tido como utilitarista de regras, ainda que tal posição seja controversa e a aberta a considerações ulteriores pelo próprio intérprete de Mill (SIMÕES, 2016), aquele que julga regras por consequências fundamentadas no critério da imparcialidade. Pode-se, assim, compreender o quão determinante é o critério de imparcialidade para o estabelecimento da justiça, não sendo incomum observarmos diversos posicionamentos dos juristas brasileiros no julgamento de determinadas ações públicas, resultando no benefício dos interesses de grupos específicos da sociedade. O critério de imparcialidade fica, neste caso, prejudicado no trato de questões públicas.

Segundo Simões (2016, p.16), Mill defende que existem dois elementos na ideia de justiça: uma opinião que possa prejudicar algum indivíduo e o desejo de causar a esse dano; destaca, ainda, que o nosso senso de justiça, para Mill, é despertado quando há defesa de ataques aos interesses humanos, em particular à necessidade de segurança. Mill compreende, deste modo, que os direitos protegem interesses necessários ao florescimento tanto da individualidade quando da sociedade como um todo, sendo compreendido como imprescindível para o trato das questões humanas e na defesa dos direitos humanos.

Destaque-se as múltiplas conexões estabelecidas entre a justiça, as leis, a moral e os Princípios da Conveniência e da Utilidade culminam na passagem:

A justiça, como apontado, precisa ser entendida como fundada no princípio da utilidade, sendo esta capaz de dirimir eventuais conflito entre princípios e, acima de tudo, capaz de fornecer um horizonte de longo prazo acerca das questões controversas que possam surgir. Mais do que simplesmente equiparar conveniência e utilidade, Mill refina o utilitarismo e o faz imune às críticas que pareciam afetar o utilitarismo. Em meu entendimento, Mill sofisticou o utilitarismo, tornando-o uma teoria que melhor abriga as preocupações legítimas daqueles que procuram solucionar problemas atinentes ao bem-estar, à felicidade, aos direitos e à justiça. (SIMÕES, 2016, p. 18).

O debate sobre a justiça também é enfrentado por outros autores, cabendo ressaltar alguns pontos instigantes na visão de Amartya Sen (2011), e em outro pensador igualmente imprescindível na compreensão do lugar que a justiça ocupa no debate atual: John Rawls, e que podem oferecer novas possibilidades para reflexão. Como defende Sen, a propósito da razão estar no centro do pensamento da teoria de justiça,

Os requisitos de uma teoria da justiça incluem fazer com que a razão influencie o diagnóstico da justiça e da injustiça. Por centenas de anos, aqueles que escreveram sobre a justiça em diferentes partes do mundo buscaram fornecer uma base intelectual para partir de um senso geral de injustiça e chegar a diagnósticos fundamentados específicos de injustiças, e, partindo destes, chegar às análises de formas de promover a justiça. Tradições de argumentação racional sobre a justiça e a injustiça têm histórias longas — e impressionantes — por todo o mundo; com base nelas, podemos considerar esclarecedoras sugestões de razões de justiça (como será examinado em breve). (SEN, 2011, p. 26).

A justiça, neste entendimento, pode ser influenciada diretamente pelo subjetivismo de quem aplica a razão, sendo um risco constante. É imperativo que a imparcialidade esteja presente para esse tipo de argumento, pois se não, a razão que prevalecerá nem sempre atingirá a justiça. Essa ponderação acontece mais em nível imaterial, mas que se concretiza em ações na vida das pessoas, pois diversos são os julgamentos baseados em fatos e fundamentados na razão positiva que não aplicam a justiça em sentido estrito.

O pensador estabelece uma conexão entre as teorias de justiça (definidas por diversos autores de matiz iluminista) com a abordagem do “institucionalismo transcendental”, baseada na identificação da justiça perfeita, de características sociais, da natureza do justo e do nascimento de instituições, revelando análises esclarecedoras sobre os imperativos morais e políticos do comportamento socialmente apropriado (SEN, 2011, p. 28); e a abordagem da “comparação focada em realizações” baseada na remoção de injustiças evidentes no mundo, rumo às sociedades justas.

Esse tratamento das teorias de justiça nos permite estabelecer a relação com os outros autores e conceitos que perpassam as questões relativas ao tema. A percepção das instituições como fatores importantes no desenvolvimento da justiça torna evidente a necessidade de contextualizar o cenário em que estas se inserem no Brasil.

Boaventura e Avritzer (2002) realizam um levantamento da questão do reconhecimento da democracia nos períodos pré e pós II Guerra Mundial. Cabe ressaltar que os autores utilizam a visão hegemônica e contra hegemônica para se referir aos períodos de análise. O aporte histórico, político e econômico são relevantes para entender de que forma a democracia se insere como sistema nos estados-nações e, no caso brasileiro, existe uma segunda fase, a partir de 1988, com a redemocratização do país após o longo período da ditadura militar.

Arretche (1996) de acordo com sua análise para descentralização do Estado pondera que,

As origens da democracia podem ser encontradas nos regimes democráticos das cidades-estados (a Grécia clássica, a República Romana, algumas comunas italianas na Idade Média, Gênova e Florença durante alguns períodos). O Estado Constitucional e o Parlamento, por sua vez, têm sua origem nas iniciativas da “burguesia como público” para democratizar as decisões do Estado, estabelecendo limites ao poder absoluto do monarca (ARRETICHE, 1996.)

O Brasil, apesar de adotar a democracia como sistema de governo, tem um longo caminho no desenvolvimento de suas capacidades democráticas de acesso ao poder, pluralidade de visões e igualdade de oportunidades. Com o cenário de uma democracia jovem e frágil, fortalece-se um ambiente no qual os direitos não adquirem efetiva proteção, sofrendo constantes ataques por parte de setores conservadores da sociedade.

A democracia brasileira, em essência, seria também incorporada por meio das políticas públicas, entendidas como diretrizes para enfrentar um problema público (SECCHI, 2013, p.2), sendo entendido como aquele que é percebido pelo coletivo como incontornável e urgente. O estudo das políticas públicas de direitos humanos, definidas pelos Planos Nacionais de Direitos Humanos, tenta mostrar as políticas que foram adotadas para solucionar as desigualdades de acesso aos direitos por diversos grupos vulneráveis da população brasileira.



Nesta direção, Secchi (2016) discute que a ciência política se responsabiliza pelo estudo das políticas públicas, problemas públicos, instrumentos, instituições e atores políticos, mas que há a ciência das políticas públicas como um campo de estudo multidisciplinar, com seus métodos de análise com base na normatividade e foco na resolução de problemas.

O desempenho das políticas públicas no Brasil está relacionado ao modelo de governo que temos implantado, dividido em três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Muitas das políticas exigem que os atores envolvidos nas três esferas estejam conectados e não tenham problemas de comunicação, o que não é a realidade atual. As políticas também encontram desafios de implementação nas dimensões de nível federal, estadual e municipal, onde muitas vezes os recursos destinados à implantação das políticas podem enfrentar barreiras burocráticas ou políticas.

Arretche (1996) questiona a eficiência das políticas públicas na democracia que temos no país e, partindo deste ponto, torna-se importante refletir sobre a posição que ocupamos nesse modelo de organização política e como, de fato, os atores sociais interessados na defesa dos direitos fundamentais podem se articular e acessar o sistema jurídico brasileiro, comumente entendido como justiça, tanto para uso individual como coletivo.

Ao tratar de direitos humanos devemos saber que são atribuídos diferentes conceitos, sendo um deles a universalidade, que nas palavras de Carvalho Ramos (2012, p.28), consiste no reconhecimento de que são direitos de todos, não havendo diferenças entre os seres humanos. Essa universalidade também se refere ao alcance que estes direitos devem ter, afirmando-se tanto perante as diversas ordens estatais, internacionais, como diante de ordens extraestatais (NEVES, 2005, p.8).

No contexto de defesa dos direitos humanos é fundamental o entendimento sobre a preservação da dignidade humana, que de acordo com Sarlet (2001) *apud* Ramos (2012),

É a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor de respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, nesse sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos. (SARLET, 2001, p. 60 *apud* RAMOS, 2012, p.30).

A Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 destaca a dignidade humana como princípio fundador do que se propõe como direitos humanos. No sentido de desenvolver o tema sobre os direitos fundamentais, define-se a visão contemporânea dos direitos humanos expressa na Declaração e Programa de Ação de Viena de 1993, que em seu parágrafo 5º afirma: "Todos os direitos humanos são universais, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos globalmente de forma justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase" (Conferência de Viena, 1993). Para Piovesan (2004) a visão contemporânea dos direitos humanos conjuga o catálogo de direitos civis e políticos ao catálogo de direitos sociais, econômicos e culturais, reforçando a necessidade da proteção integral dos direitos humanos.

No Brasil, a promoção e proteção dos direitos humanos concretizou-se após a redemocratização. Em 1988, a nova Constituição Federal, de acordo com seu artigo 5º dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, nos parágrafos 3º e 4º, incluídos pela Emenda 45/2004, promove a igualdade de validade entre tratados e convenções internacionais ratificados e o ordenamento jurídico interno. No entanto, o país se insere efetivamente no cenário de proteção internacional dos direitos humanos em 1992, ao ratificar o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que se convencionou chamar Carta Internacional dos Direitos Humanos (ALVES, 2011).

Piovesan (2001) relaciona os sistemas internacionais de proteção aos direitos fundamentais com os sistemas internos (brasileiros) no sentido de ampliar a proteção dos direitos e estabelecer a constante relação de vigilância e transparência nas ações. Essa associação entre sistema internacional e interno, em princípio, passa pelas cortes internacionais e brasileiras de defesa de direitos. A vontade de verificar a expansão da justiça pela via das políticas públicas pode, em parte, ser verificada em mecanismos nacionais e internacionais como a Revisão Periódica Universal (RPU) da ONU, realizada por organizações governamentais e não governamentais, a partir de relatórios diagnosticando casos de violações ocorridos no país; neste relatório é possível também conhecer recomendações para as situações em que seja urgente a ação pública na defesa de direitos.

Diante dos conceitos brevemente delimitados, podemos seguir para a análise sobre políticas públicas de direitos humanos, no esforço de examinar a relação com a expansão da justiça no país.

## **2.2 Políticas Públicas de Direitos Humanos**

As políticas públicas de direitos humanos no Brasil originam-se prioritariamente nos Planos Nacionais de Direitos Humanos (PNDH I, II e III), desenvolvidos por atores da sociedade civil em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Para os organizadores do Relatório de Revisão Periódica Universal publicado em 2008, o PNDH-I foi estruturado em torno da garantia dos direitos civis e políticos, no PNDH- foram incorporados os direitos econômicos, sociais e culturais segundo a perspectiva de indivisibilidade e interdependência, de acordo com a Declaração de Viena 1993. O PNDH-III contou com uma forte participação popular, de acordo com a intenção de tornar a democracia participativa uma prática fundamental na elaboração de políticas públicas e implicar no funcionamento do Estado. Foram realizadas cerca de 40 conferências entre 2003 e 2006, sendo que a ampliação dos espaços de diálogo social elevou a importância dos Conselhos Nacionais, em que representantes das organizações da sociedade civil e órgãos públicos discutem prioridades para formulação e controle das políticas públicas.

O Poder Legislativo apresenta fundamental importância na regulamentação de políticas públicas e apuração das denúncias de violações. No Judiciário as ações caminham na adoção de ritos processuais simplificados e ágeis e participação social em procedimentos jurisdicionais, como as Audiências Públicas. Podemos notar, neste sentido, a intenção dos Poderes em cooperar entre si e seguir o ideal de transversalidade organizado no PNDH-III. Contudo, temos que perceber que não são todos os referidos processos de violações de direitos tem sua resolução rápida. Um dos principais avanços

para a população que não teria acesso aos mecanismos da justiça foi o empoderamento do Ministério Público e a alocação de defensores públicos para os que não podem arcar com os custos judiciais.

O PNDH-III lançado em 2010 tem suas diretrizes estruturantes e conduzem as políticas para áreas que necessitam maior atenção do poder público, principalmente quanto à proteção e promoção dos direitos humanos. Parece evidente que as áreas prioritárias das ações do Estado são aquelas em que a população está mais vulnerável às violações de direitos, por parte do poder público ou por outros atores da sociedade. Tem-se uma maior atenção em políticas de combate a violência contra crianças e adolescentes, igualdade entre gêneros, proteção dos idosos, ampliação de acesso aos direitos e inclusão para portadores de deficiência, igualdade de raças e etnias e combate à discriminação contra a população LGBT.

As diretrizes estruturantes do Programa podem ser acompanhadas pelo Observatório do PNDH-III, uma plataforma online que relata a situação da política, bem como quem são os órgãos responsáveis pela sua execução. Esse mecanismo de monitoramento se repete nas questões de políticas para as mulheres, políticas de defesa dos direitos da criança e do adolescente, da igualdade entre raças e etnias, entre outros programas específicos determinantes da proteção dos direitos humanos no Brasil. Podem ser elencados atores importantes nesse processo como o Ministério Público, Tribunal de Contas da União, Secretaria Geral da Presidência da República, Ministérios diversos, IBGE, IPEA entre outras Secretarias relacionadas ao tema.

As políticas públicas são, em sua maior parte, realizadas pelos órgãos governamentais; nesse sentido, há a necessidade de se estabelecer uma conexão do Poder Judiciário com as políticas de acesso à justiça, que ao que parece nem sempre cumprem a função exatamente como lhe compete.

### **2.3 Poder Judiciário e acesso à justiça**

A presença dos atores estatais na garantia de direitos é primordial como instrumento para acesso aos direitos fundamentais. O Poder judiciário é dotado de obrigações e responsabilidades no que envolve questões de proteção e promoção de direitos humanos. Piovesan (2014) converge os sistemas internacional e nacional na busca por entendimentos sobre tais responsabilidades. Compreende que em ambos existe o estabelecimento de normas para o acesso ao sistema jurídico como proteção de direitos.

Tendo em vista a historicidade dos direitos humanos e considerando a fixação de parâmetros protetivos mínimos afetos à dignidade humana, com destaque à Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e à Convenção Americana de Direitos Humanos, no que se refere ao direito à proteção judicial destacam-se três dimensões: 1) o direito ao livre acesso à justiça; 2) a garantia da independência judicial (direito de toda pessoa ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, nos termos do artigo 8º da Convenção Americana de Direitos Humanos, do artigo 14 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e do artigo 10 da Declaração Universal); e 3) o direito à prestação jurisdicional efetiva, na hipótese de violação a direitos (direito a remédios efetivos). (PIOVESAN, 2014, p. 104).

Tais dimensões, no entanto, para a justiça brasileira, representam o que a autora retrata como “desafios e perspectivas para avançar o fortalecimento do Judiciário como garantia e instrumento de distribuição de justiça e de efetiva proteção de direitos na experiência brasileira” (PIOVESAN, 2014, p. 104). Piovesan (2014) determina sete desafios e perspectivas: Ampliar e democratizar o acesso ao Poder Judiciário; reduzir a distância entre a população e o Poder Judiciário; otimizar a litigância como uma estratégia jurídico-política de proteção dos direitos humanos; democratizar os órgãos do Poder Judiciário e fortalecer o controle social quanto à composição de seus órgãos de cúpula; sistematizar dados estatísticos visando aprimorar a prestação jurisdicional; assegurar a observância de *standards* jurisdicionais no âmbito federativo brasileiro; encorajar a aplicação dos instrumentos nacionais de proteção dos direitos humanos.

Dentre os desafios apresentados, mostram-se os mais difíceis para alcançar boas práticas a ampliação e democratização do acesso à justiça, visto que o Poder judiciário é refratário e pouco receptivo a ideias mais progressistas. Nota-se que A Defensoria Pública vem aos poucos construindo uma ponte entre os grupos atingidos por violações e a justiça brasileira, na figura do judiciário. Silva (2015) analisa como a Defensoria Pública vem tomando espaço na proteção e garantia dos direitos,

O papel da Defensoria Pública é muito maior do que aquele que se pretende atribuir a título de *ombudsman*, já que sua atuação não se restringe à proteção dos direitos humanos frente ao poder público. Há também a atuação preventiva e educadora, com o propósito de conscientização de direitos conferido pela Lei Complementar 80/94, o que me leva a crer que a instituição deva ser creditada em uma dimensão ainda mais ampla, a de *custos humanus*, se assim poderíamos chamá-la.

Medidas tendentes à repressão da violação dos direitos humanos perante o sistema interno e internacional, a conscientização da população por meio de práticas educacionais, especialmente nas comunidades mais carentes, a participação e assento nos conselhos públicos e a própria sugestão de mudanças normativas são exemplos do papel de fiscalização da Defensoria Pública. (SILVA, 2015).

É notória a grande participação que estes órgãos manifestam na garantia de direitos, sendo pela via positiva ou impositiva. Podemos observar que muitos instrumentos de políticas usados pelo Executivo apresentam certo grau de falha na implementação, do Legislativo falha na concepção e Judiciário muitas vezes precisa intervir para manter os benefícios garantidos via Constituição Federal e via leis ordinárias. A presença deste mecanismo impositivo não se faz traduz na ação desejável, principalmente, pois imputa à instituição um papel maior de controle do que a população espera presenciar. Sen (2011) nos ajuda a pensar sobre como a via institucional controla a realização da justiça e como ficamos dependentes dos seus fundamentos, nos deixando em posição ainda mais vulnerável sobre as decisões e ao acesso à justiça.

Existe uma longa tradição na análise econômica e social de identificação da realização da justiça com o que é considerado a estrutura institucional correta. Há muitos exemplos dessa concentração em instituições, com a vigorosa defesa de visões institucionais alternativas de uma sociedade justa, variando desde a panaceia do livre mercado e livre-comércio funcionando maravilhosamente até a Shangrilá da propriedade social dos meios de produção e do planejamento central magicamente eficiente. Há, no entanto, boas razões probatórias para pensar que nenhuma dessas fórmulas institucionais grandiosas geralmente proporciona o que seus defensores visionários esperam, e que seu sucesso real na geração de boas realizações sociais é completamente dependente de variadas

circunstâncias sociais, econômicas, políticas e culturais. O fundamentalismo institucional não só pode passar por cima da complexidade das sociedades, mas muitas vezes a autossatisfação que acompanha a suposta sabedoria institucional até impede uma análise crítica das consequências reais de ter as instituições recomendadas. Na verdade, na visão puramente institucional não há, pelo menos formalmente, nenhuma história de justiça além do estabelecimento das instituições justas. No entanto, quaisquer que sejam as associações feitas às boas instituições, é difícil pensar nelas como sendo basicamente boas em si mesmas, em vez de possivelmente serem formas eficazes de realizar conquistas sociais aceitáveis ou excelentes. (SEN, 2011, p.84)

Essa passagem do texto também pode provocar a reflexão sobre como o Poder Judiciário se considera soberano em relação aos outros poderes no Brasil, cabendo um maior exame dos motivos que culminam nesse agigantamento do Judiciário, que infelizmente não cabem no horizonte deste trabalho.

Visto que as políticas públicas de direitos humanos muitas vezes caminham pelo processo da judicialização, podemos observar os resultados encontrados neste trabalho.

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

As reflexões discorridas acima e inspiradas nas determinações de Bourdieu sobre o campo e os atores, em que as estruturas das relações objetivas determinam o que se pode ou não fazer (BOURDIEU, 2004, p.29), nos revela que a relação estabelecida no estudo, segue a perspectiva que a proteção dos direitos humanos está intimamente ligada às estruturas organizacionais em que eles foram definidos. No campo delimitado pelas políticas de direitos humanos é evidente a dificuldade em garantir os direitos fundamentais e, principalmente, em garantir o acesso à justiça dos grupos vulneráveis.

#### Políticas Públicas e eficiência de acesso à justiça via Poder Judiciário

As principais políticas públicas que foram implementadas no país foram, em princípio, elaboradas nos Planos Nacionais de Direitos Humanos e somando diversas diretrizes para ação estatal em diferentes níveis da federação. Estas políticas se destacavam por serem inovadoras na proteção de direitos, mas nem todas chegaram a ser implementadas.

São diversos fatores que tornam cada vez mais complexa a proteção e promoção dos direitos humanos, principalmente pela via Estatal, sendo que os recursos são limitados e os atores envolvidos disputam estes recursos. Também é notória a relação dos atores políticos com visões mais conservadoras sobre assuntos relativos à garantia de direitos, como direitos reprodutivos, direito a família, direito a moradia, educação, segurança, dentre outros.

Nesta perspectiva as recomendações enviadas para o Brasil por outros países à RPU, no sistema de análise de pares, listam que para garantir o acesso à justiça no país é necessário melhorar o sistema judiciário, federalizar casos graves de violações de direitos humanos, acompanhar de perto a eficácia do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, assegurar a responsabilização de membros da polícia e funcionários das prisões que cometeram violações de direitos humanos, continuar a desenvolver legislação que garanta as mulheres seus direitos de privacidade e presunção de inocência, continuar a implementação da política destinada a melhorar o sistema judicial, reformando os organismos de aplicação da lei e reduzindo a taxa de criminalidade

e corrupção, Continuar a promover reformas no sistema judicial que incorporem a priorização do respeito aos direitos humanos, Facilitar o acesso à justiça através de medidas adicionais, que poderiam reduzir os obstáculos estruturais, como o custo e a morosidade dos procedimentos, Garantir a disponibilidade de defensores públicos em todos os locais de detenção a fim de reforçar as garantias do devido processo legal e prosseguir os seus esforços para contribuir para a melhoria do sistema de justiça criminal no país.

O Poder Judiciário tem forte influência na aplicação de políticas públicas, porém não é proporcional ao acesso que os grupos vulneráveis têm sobre os meios judiciais. A maior parte das pessoas que sofrem com violações de direitos não estão em posição de acessar a justiça com recursos monetários, e acabam dependendo de Organizações não governamentais ou da Defensoria Pública, que é um aparato estatal de amplitude e capacidade reduzida, e muitas vezes têm seus direitos mais uma vez negligenciados.

A eficiência do acesso à justiça por meio de políticas públicas acaba sendo condicionada à vontade dos atores no processo de implementação; neste entendimento, há um certo grau de “sucesso” para algumas diretrizes, como defesa dos direitos da mulher via Lei Maria da Penha ou acesso à vagas nas universidades via Sistema Nacional de Cotas; mas há muito a se avançar em diversas diretrizes estabelecidas nos planos.

É assim que Sen (2011) auxilia na reflexão sobre o posicionamento ético dos direitos humanos, em como poderíamos avançar mais se conseguíssemos compreender a razão de ser da defesa dos direitos fundamentais.

Na abordagem adotada neste livro, os direitos humanos são pretensões éticas constitutivamente associadas à importância da liberdade humana, e a solidez de um argumento apresentando determinada pretensão como direito humano deve ser avaliada pelo exame da discussão racional pública, envolvendo uma imparcialidade aberta. Os direitos humanos podem servir de motivação para muitas atividades diversas, desde a legislação e a implementação de leis adequadas até a mobilização de outras pessoas e a agitação pública contra violações dos direitos. As diversas atividades, em conjunto e em separado, podem contribuir para fomentar a concretização de importantes liberdades humanas. Talvez seja o caso de frisar que, além de existirem muitas vias para salvaguardar e promover os direitos humanos além da legislação, esses diversos caminhos mantêm uma relação de considerável complementaridade. A ética dos direitos humanos pode se tornar mais efetiva com uma variedade de instrumentos inter-relacionados e uma versatilidade de meios e maneiras. Essa é uma das razões pelas quais é importante reconhecer ao estatuto ético geral dos direitos humanos o que lhe cabe, em vez de encerrar prematuramente o conceito de direitos humanos no quadro estreito da legislação, real ou ideal. (SEN, 2011, p. 299).

As políticas públicas de direitos humanos devem continuar sendo implementadas no esforço de atingir a dignidade das populações vulneráveis presentes no Brasil, sendo muitos os desafios vivenciados tanto na esfera política, quanto econômica; todavia, é preciso sensibilizar cada vez mais os atores que são responsáveis e concentram o poder democraticamente adquirido, para regular, legislar e implementar ações que garantam e protejam os direitos fundamentais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da justiça através de políticas públicas de direitos humanos não foi alcançada plenamente. Primeiro porque os direitos humanos não têm sido protegidos e respeitados pelo Estado, o principal responsável pela garantia dos direitos fundamentais, de acordo com os documentos internacionais ratificados e pela Constituição Federal de 1988. Percebe-se também que a estrutura e organização do Judiciário brasileiro dificulta o acesso dos grupos vulneráveis à aplicação da justiça. Diversos são os exemplos de violações de direitos que não possuem desfecho pela morosidade do processo judicial. Cabe ainda a conclusão de que é necessária uma revisão dos mecanismos de acesso às políticas públicas e extensão da garantia dos direitos fundamentais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Augusto Lindgren. **Os Direitos Humanos como tema Global**. São Paulo: Perspectiva, 2. ed., 2011.

ARRETICHE, M. T. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 11, n. 31, p. 44 -66, 1996. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_31/rbcs31\\_03.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_03.htm)>. Acesso em: 15 out. 2016.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**. São Paulo: EDUNESP, 2004.

Conferência Nacional de Direitos Humanos, 1993. Declaração e Programa de Ação de Viena. Disponível em:<<http://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

NEVES, M. A Força Simbólica dos Direitos Humanos. **Revista Eletrônica de Direito do Estado**, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, no. 4, outubro/novembro/dezembro, 2005. Disponível na Internet: <<http://www.direitodoestado.com.br>. Acesso em: 15 out. 2016.

ONU. Revisão Periódica Universal. 2012. Disponível em: <http://rpubrasil.org/wp-content/uploads/2016/08/Recomenda%C3%A7%C3%B5es-ao-Brasil-tabela-Todas-as-Recomenda%C3%A7%C3%B5es-e-Compromissos-Volunt%C3%A1rios.pdf>. Acesso em: 15 out. 2016.

PIOVESAN, F. Direitos humanos globais, justiça internacional e o Brasil. **O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem**. São Paulo: EDUSP, p. 239-254, 1999. Disponível em: [http://www.escolamp.org.br/ARQUIVOS/15\\_07.pdf](http://www.escolamp.org.br/ARQUIVOS/15_07.pdf). Acesso em: 15 out. 2016.

PIOVESAN, F. Direitos Sociais, Econômicos e Culturais e Direitos Cíveis e Políticos. **SUR, Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.21- 47, 2004. Disponível em : <http://www.surjournal.org/index1.php>. Acesso em: 15 out. 2016.

PIOVESAN, F. Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos. **I Colóquio Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo, 2001. Disponível em:< [http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/textos/a\\_pdf/piovesan\\_sip.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/textos/a_pdf/piovesan_sip.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2016.

PIOVESAN, Flávia. Poder judiciário e os direitos humanos. **Revista USP**, n. 101, p. 99-112, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/87817/90739>. Acesso em: 15 out. 2016.

RAMOS, A, de C. **Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RAMOS, A.de C. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SEN, A. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, F, R, A. A promoção dos direitos humanos como função moderna da defensoria. *In: ConJur*. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-out-27/tribuna-defensoria-promocao-direitos-humanos-funcao-moderna-defensoria>. Acesso em: 15 out. 2016.

SIMÕES, M. C. J.S Mill: Utilitarismo e justiça. **Astrolabio: revista internacional de filosofia**, n. 18, pp. 10-19, 2016. Disponível em:< <http://www.raco.cat/index.php/Astrolabio/article/view/311768>>. Acesso em: 15 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **A filosofia moral de John Stuart Mill: Utilitarismo e Liberalismo**. RJ: Ideias & Letras, 2016.

SARLET, I. G. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais**. Porto Alegre: Ed. Livraria dos Advogados, 2001.



## **A VAQUEJADA, O MEIO AMBIENTE E O DIREITO DOS ANIMAIS APRESENTADOS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADI 4983**

**FERNANDES, Suelen de Souza**

Mestranda do Programa de  
Pós-Graduação em *Direito Público* – Unesa RJ  
*Fernandes\_su@yahoo.com.br*

**MENDONÇA, Michele Silveira**

Mestranda do Programa de  
Pós-Graduação em *Direito Público* – Unesa RJ  
*michelemadv@gmail.com*

### **RESUMO**

O presente estudo tem como análise o posicionamento e consequente decisão do Supremo Tribunal Federal (ADI 4983) que tem por objeto a validade jurídica da Lei nº 15.299/2013, do Estado do Ceará, que regulamenta a vaquejada como prática desportiva e cultural no estado. A Corte máxima declarou a inconstitucionalidade da lei e levou em consideração questões morais relacionadas ao entretenimento (vaquejada) às custas do sofrimento dos animais; entendeu que a crueldade é intrínseca à vaquejada, o que não se permite a prevalência do valor cultural como resultado desejado pelos direitos fundamentais constantes na Constituição da República.

**Palavras-chave:** Direitos. Crueldade. Vaquejada

### **ABSTRACT**

The present study analyzes the position and consequent decision of the Federal Supreme Court (ADI 4983), whose purpose is the legal validity of Law 15.299 / 2013, of the State of Ceará, which regulates the vaquejada as a sporting and cultural practice in the state. The maximum court declared the unconstitutionality of the law and took into account moral issues related to entertainment (vaquejada) at the expense of the suffering of the animals; Understood that cruelty is intrinsic to the vaquejada, which does not allow the prevalence of cultural value as a desired result for the fundamental rights contained in the Constitution of the Republic.

**Key-words:** Rights. Cruelty. Vaquejada

## INTRODUÇÃO

A sociedade mundial vive em constantes transformações face ao dinamismo social e o surgimento de novos anseios advindos de movimentos sociais, o que influencia diretamente o Direito. Neste sentido, o Direito é o reflexo do homem em sociedade, necessária, portanto, sua adequação frente à sociedade.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4983, ajuizada pelo Procurador-Geral da República contra a Lei 15.299/2013, do Estado do Ceará, que regulamenta a vaquejada como prática desportiva e cultural, pretende a manifestação do Supremo Tribunal Federal acerca da validade jurídico-constitucional da referida lei. A prática desportiva aqui apresentada traz o conflito de normas entre manifestação cultural (art. 215, CR) e proteção ao meio ambiente descrito no art. 225 da Constituição da República. A antinomia entre a norma regional e a Carta Magna trouxe a necessidade de manifestação da Suprema Corte para fins de intervenção na manifestação da Vaquejada no Estado do Ceará. O método a ser utilizado é o dedutivo, focado nos argumentos apresentados pelos julgadores da Suprema Corte, que será desenvolvido com base na doutrina relativa ao tema.

Utilizar-se-á a decisão do Supremo Tribunal Federal e seu critério de entendimento quanto à proteção da fauna e do meio ambiente, este apresentado como direito de terceira dimensão. O Direito dos Animais e do meio ambiente serão apresentados como forma de proteção ao animal não humano. O tema será abordado e apresentado na forma debatida e argumentada na ADI 4983; não serão, contudo, analisadas questões relativas a processo legislativo, competências, tampouco à conceituação e ao processo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade.

### 1. A PROTEÇÃO DE ANIMAIS NÃO HUMANOS E A VAQUEJADA FRENTE À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 88

Atualmente, a proteção dos animais não humanos tem como fator primordial o meio ambiente, ou seja, não se leva em consideração o ser como detentor de valor intrínseco e dignidade, mas sim o meio ambiente como um todo, cujo interesse está direcionado única e exclusivamente ao homem e sua dignidade.

A vaquejada e a proteção jurídica dos animais vêm sendo objeto de análise em solos brasileiros, o que tem despertado discussões ético-jurídicas à luz da Constituição República de 88 e do ordenamento jurídico pátrio, com vistas a se compreender valores inerentes à vida para além dos humanos, bem como à interação entre fatores físicos, biológicos, sociais e econômicos como primordiais para a qualidade de vida do homem e dos animais (art. 225, *caput* da CR).

A Vaquejada causa repulsa na população, tendo em vista o tratamento cruel dispensado ao animal não humano que ali se encontra. Não há dúvidas quanto às condições de vida dos gados que correm nesse tipo de “esporte”. As consequências cruéis são evidentes, o que pode, muitas vezes, levar o gado à morte.

O objetivo é a derrubada do touro pelos vaqueiros, com puxões no rabo do bovino. Antes de o “esporte” iniciar, o animal é enclausurado, açoitado e instigado a sair em disparada. Quando da abertura do portão do brete, o animal é conduzido pela dupla de vaqueiros competidores, agarrado pela cauda até que caia no chão com as quatro patas

para cima. Segundo a decisão do Supremo Tribunal Federal, a prática da vaquejada, no que concerne ao tratamento dispensado aos animais envolvidos, indiscutivelmente, é sinônimo de tratamento cruel. Além do ato repentino e violento de tracionar o boi pelo rabo, há uma verdadeira tortura prévia, por meio de estocadas de choques elétricos, para estimular os animais a saírem de seu estado de mansidão e disparar em fuga a fim de viabilizar a perseguição. Tal prática caracteriza um descompasso com as regras contidas no art. 225, §1º, VII da Constituição da República.

A Constituição contemplou de forma específica a proteção ao meio ambiente, em capítulo próprio, dentro do título da “Ordem Social”, e vedou práticas que coloquem em risco a função ecológica da fauna e da flora; práticas que coloquem os animais em extinção e os submetam à crueldade. Este trabalho irá focar nesta última vertente trazida pelo texto constitucional, qual seja, práticas que submetam os animais à crueldade.

O constituinte não trouxe um conceito exato do termo fauna. A lei nº 5.197/67 dispõe sobre a proteção da fauna e traz em seu art. 1º, caput, o seguinte texto:

Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha (BRASIL, 1967).

Pelo o que se observa, a legislação supra mencionada restringe-se à fauna silvestre. Entretanto, restringir o conceito de fauna à fauna silvestre vai de encontro aos preceitos dispostos no art. 225 da Constituição da República. Milaré traz o conceito de fauna como *o conjunto dos animais que vivem, ou viveram, numa determinada região, ambiente ou período geológico* (MILARÉ, 2013, p. 552). Logo, não há razão para se excluir os demais seres vivos da abrangência do conceito de fauna; aqui as características físicas não são levadas em consideração. Fauna, portanto, é um bem jurídico a ser tutelado independente das características peculiares de cada animal, seja ele doméstico ou silvestre.

O Supremo Tribunal Federal entendeu que o art. 225 da Constituição da República consagra a proteção da fauna de modo a assegurar o direito ao meio ambiente sadio e equilibrado, como direito fundamental de terceira geração, fundado no valor da solidariedade, dotado de *altíssimo teor de humanismo e universalidade* (BONAVIDES, 2005, p. 523). Destacou no julgamento da ADI 4983 seu posicionamento em comparação à prática da farra do boi no estado de Santa Catarina, no Recurso Extraordinário nº 153.531/SC, Segunda Turma, relator ministro Francisco Rezek, apreciado em 3 de junho de 1997, em que o relator assentou a inconstitucionalidade da prática, destacando que os animais eram submetidos a maldades constantes.

### **1.1. A vaquejada como manifestação cultural no Brasil**

Apresentar-se-á a Vaquejada de maneira ampla, e, para tanto, foram utilizados dados de um sítio da internet (PORTAL VAQUEJADA), que aborda tal manifestação cultural, a forma como é conduzida e suas regras.

A corrida de Mourão, em meados da década de 40, passou a ser vista como esporte popular na região nordeste. Vaqueiros de fazendas do Sul da Bahia ao norte do Ceará tornaram públicas suas habilidades com cavalos e gados. As montarias, que eram formadas por cavalos nativos da região, com o tempo, foram substituídas por animais

de melhor linhagem. O chão passou a ser de superfície de areia, com limites definidos e um regulamento a ser seguido. Passados anos o esporte se popularizou e hoje existem clubes e associações de vaqueiros em todos os estados do nordeste; com calendários e datas marcadas; patrocinadores com influência nesse ramo, que apoiam os eventos; competição e festa que arrastam multidões.

A vaquejada é a festa mais popular e tradicional do nordeste do ciclo do gado nordestino. No início, marcava apenas o encerramento festivo de uma etapa de trabalho. O trabalho dos vaqueiros no início era reunir o gado, freá-lo, castrá-lo e depois conduzi-lo para a “invernada” onde ainda existissem pastos verdes. Os coronéis e senhores de engenho, ao perceberem que a vaquejada daria lucro e poderia servir como passatempo para as suas mulheres e seus filhos, tornaram a festa um novo esporte. Organizavam-se disputas entre vaqueiros. Atualmente, a vaquejada é uma festa que se comemora sobre um cenário em que dois personagens essenciais são os bois e o vaqueiro. Com o passar do tempo houve algumas modificações quanto à estrutura do evento, no que tange à forma de participação, premiações aos campeões, inscrições, dentre outras.

Pequenos fazendeiros passaram a promover algumas vaquejadas, o que antes era restrito apenas aos vaqueiros de senhores de engenho ou coronéis, e passaram a cobrar uma pequena quantia em dinheiro, e com o pagamento o vaqueiro tinha a oportunidade de participar da festa; criaram-se novas regras para o novo modelo de vaquejada. Cada dupla teria direito a correr três bois. A dupla que somasse mais pontos era a campeã e era agraciada com uma quantia em dinheiro. Hoje se chama esse tipo de vaquejada de “bolão”.

As regras do “esporte” consistem em uma pista de 120 metros de comprimento por 30 metros de largura e se demarca uma faixa onde os bois deverão ser derrubados; dentro desse limite o ponto será válido se o boi cair com as quatro patas e se levantar dentro das faixas de classificação. O boi é julgado de pé; deitado, somente se não tiver condições de se levantar. Os participantes são uma dupla de vaqueiros. O boi que ficar de pé para frente, em cima da faixa, recebe nota zero. A disputa do campeão dos campeões é feita em ordem decrescente.

A Vaquejada começa na Sexta-feira, com o treino ou o reconhecimento da pista. No Sábado inicia a seleção ou classificação das duplas de vaqueiros, cada dupla enfrenta três bois. O primeiro boi vale em 8 pontos, o segundo 9 pontos e o terceiro 10 pontos, com um total de 27 pontos. No Domingo o número de pontos é diferente: o primeiro vale 11, o segundo 12 e o terceiro 13 pontos, com total de 36 pontos, somado com os pontos anteriores (27 pontos) somam-se 63 pontos. Os 20 melhores colocados concorrem para ver quem é o campeão.

A dupla tem que derrubar o boi entre as duas linhas ou faixas que tem 10 metros entre uma e outra. Cada dupla tem o vaqueiro de esteira (aquele que ajuda o puxador, ajeitando e alinhado o boi na pista), o puxador (puxa o boi pelo rabo e derruba entre as linhas). Se o puxador derrubar o boi entre as faixas então “Valeu boi” e a dupla ganha seu respectivo ponto.

A expressão “boi saído é boi corrido”, é comum entre os locutores de vaquejada. Isso significa que o boi solto tem todas as condições de ser convertido em pontos; salvo se

durante o percurso o boi virar sua cabeça em direção ao ponto de partida ou acontecer um acidente com o cavalo.

A função do puxador é, após a saída do boi, aguardar a passagem de sua calda pelo “bate-esteira”, que está na posição para alinhar a corrida e conferir a queda no meio das faixas. Segundo os praticantes do “esporte”, uma boa apresentação não fica somente a cargo do puxador, mas também com o cavalo de esteira, vez que além de seu valor comercial, ajuda o puxador a derrubar e desequilibrar o gado com uma pancada.

A competição dura cerca de dois dias normalmente, e totaliza 6 bois por cada inscrição feita. Os três primeiros valem, respectivamente, 8, 9 e 10 pontos e são corridos no mesmo dia. Os de 11, 12 e 13 pontos são corridos no dia seguinte. Por fim, a disputa pelos prêmios se dá entre os mais pontuados em sistema de eliminação; o valor dos pontos e as normas da competição podem variar de região para região.

## 2. DIREITOS FUNDAMENTAIS EM CONFLITO

As normas constitucionais, assim consideradas em conjunto, pertencem a um sistema normativo com propósitos e *configura um todo tendencialmente coeso e que se pretende harmônico* (MENDES, 2015, p. 72). Ao longo dos anos foi observado que tais normas podiam ser compreendidas como dois tipos normativos, sob pontos de vistas distintos, para fins de solução de problemas de aplicação de normas. A doutrina moderna passou a classificar as normas em regras e princípios. Em um sentido amplo, regras e princípios são espécies de normas.

A distinção entre regras e princípios é de extrema importância para a teoria dos direitos fundamentais. Tal distinção é a base da teoria da fundamentação no âmbito dos direitos fundamentais e a chave para solucionar problemas centrais da dogmática dos direitos fundamentais. *Sem ela não se pode haver nenhuma teoria adequada sobre as restrições a direitos fundamentais; nem sobre uma doutrina satisfatória sobre colisões, tampouco uma teoria suficiente sobre o papel dos direitos fundamentais no sistema jurídico* (ALEXY, 2015, p. 85).

A falta de clareza e a polêmica se encontram presentes não é de hoje ao se tratar da distinção entre regras e princípios. Regras e princípios, segundo Alexy, são normas, tendo em vista a normatividade inerente em cada termo, o chamado “dever ser” (ALEXY, 2015, p. 87). Afirma o autor ser comum às colisões entre princípios e aos conflitos entre regras o fato de que duas normas, se isoladamente aplicadas, resultariam efeitos inconciliáveis entre si, logo, há dois juízos concretos de dever-ser-jurídico contraditórios (ALEXY, 2015, p. 92).

É comum ao se delimitar regras e princípios utilizar o critério da generalidade ou abstração. Princípios são normas cujo conteúdo é mais aberto frente às regras; corresponderiam às normas desprovidas de mediações concretizadoras advindas do juiz, legislador ou da Administração. Regras seriam aquelas aplicadas de forma imediata enquanto princípios seriam, portanto, padrões que expressam exigências de justiça (MENDES, 2015, p. 72).

Estudos realizados por Ronald Dworkin e Robert Alexy contribuíram significativamente para a questão da distinção entre regras e princípios, para fins de demonstrar que tal distinção não é simplesmente de grau, mas qualitativa antes de tudo.

Dworkin concorda que regra e princípio se assemelham vez que ambos determinam obrigações jurídicas; o que os separa é a diretiva que propõem e não o grau de vagueza que um ou outro apresenta (DWORKIN, 1978, p. 24).

Norma-regra apresenta uma aplicação própria qualitativa que a distingue da norma-princípio. Somente é possível ser solucionado um conflito entre regras caso, em uma das regras, haja cláusula de exceção que extermine o conflito ou se houver a declaração de invalidade de uma das normas conflituosas, com sua exclusão do ordenamento jurídico.

As colisões entre princípios devem ser solucionadas diversamente do acima exposto. Segundo Dworkin, os princípios atraem valores morais de uma determinada comunidade; não desencadeiam de forma automática as consequências jurídicas contidas no texto normativo com o surgimento de uma situação ali transcrita (DWORKIN, 1978, p. 24).

Princípios são normas que ordenam que algo seja realizado na maior medida, dentro das possibilidades jurídicas e reais existentes (ALEXY, 2015, p. 86); são comandos de otimização, já as regras determinam algo. Se uma regra é válida, então há de se fazer exatamente o que ela exige, sem mais nem menos (ALEXY, 2015, p. 87). Assim, se por um lado um princípio pode ser cumprido de forma escalonada (em maior ou menor escala), as regras somente podem ser cumpridas ou não cumpridas.

Afirmar que um direito fundamental é superior a outro significa valorar um direito fundamental em detrimento de outro, o que é preocupante. Admitir que os direitos fundamentais encontram-se todos no mesmo patamar constitucional dá maior flexibilidade ao aplicador do Direito frente ao caso concreto. Nesse sentido, utilizar-se-á a ponderação de valores e a razoabilidade para fins de se garantir a harmonia quando do conflito entre dois ou mais direitos fundamentais.

O posicionamento majoritário do STF (ADI 4983), na ponderação de direito ao meio ambiente, prestigiou o interesse dos animais não humanos para fins de lhes evitar o sofrimento. Afirmou o relator que o Supremo Tribunal Federal, em temas que envolvam *crueldade contra animais, tem advertido, em sucessivos julgamentos, que a realização de referida prática mostra-se frontalmente incompatível com o disposto no artigo 225, § 1º, inciso VII, da Constituição da República (ADI 4983), o que gerou a inconstitucionalidade da lei cearense.*

## 2.1. A Declaração Universal dos Direitos do Animais

A Declaração Universal dos Direitos dos Animais, proclamada pela Unesco em 27 de janeiro de 1978, em Bruxelas, a qual o Brasil é signatário, traz uma série de direitos aos animais e reconhece a dignidade para além dos humanos em todo seu texto, e em especial o art. 10 ressalta: *“Nenhum animal deve ser usado para divertimento do homem. A exibição dos animais e os espetáculos que utilizem animais são incompatíveis com a dignidade do animal”* (UNESCO, 1978).

Pelo o que se verifica, a proteção aos animais encontra amparo no ordenamento jurídico interno e externo, de forma a assumir o compromisso com a comunidade humana mundial e com o meio ambiente.

Até início dos anos 70 do século passado, podia-se afirmar que o pensamento mundial era voltado ao entendimento de que o meio ambiente seria fonte inesgotável de

recursos. A visão ambiental de mundo passa a ser questionada a partir do surgimento de fenômenos, decorrente da poluição atmosférica, que afeta o planeta.

A convocação da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada na Suécia em junho de 1972, produziu a Declaração sobre Ambiente Humano ou Declaração de Estocolmo. Esse documento estabeleceu princípios para questões ambientais internacionais, o que inclui Direitos Humanos, gestão de recursos naturais, prevenção de poluição e relação entre ambiente e desenvolvimento. Elaborou-se ainda o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Assim, a Conferência de Estocolmo entrou para a história com a inauguração da agenda ambiental, com o surgimento do direito ambiental internacional.

A Declaração do Direito dos Animais advém da evolução histórica do amparo ambiental. O julgamento da ADI 4983 não fez menção ao referido documento, porém se reconheceu a submissão dos animais envolvidos a tratamentos cruéis. Cita o relator que o animal (bovino) é inicialmente enclausurado, açoitado e instigado a sair em disparada quando da abertura do portão do brete. Laudos técnicos comprovam as consequências nocivas à saúde dos bovinos, decorrentes da tração forçada no rabo, seguida da derrubada, como por exemplo, fraturas nas patas, ruptura de ligamentos e de vasos sanguíneos, traumatismos e deslocamento da articulação do rabo ou até o arrancamento deste, resultando no comprometimento da medula espinhal e dos nervos espinhais, dores físicas e sofrimento mental, além de outras lesões que causam danos irreparáveis aos animais.

Em que pese haja divergência de interesses quanto à manutenção ou não da vaquejada no estado do Ceará, fato é que não se pode, em absoluto, ignorar a presença aparente da crueldade no referido “esporte”, o que é aparentemente rechaçado no texto constitucional pátrio.

## 2.2. Dignidade e o Meio Ambiente na ADI 4983

A dignidade é termo dispensado à pessoa humana como fundamento constitucional da República Federativa do Brasil em seu art. 1º, III. Em relação ao meio ambiente, a dignidade do homem é destacada com vistas a se garantir um ambiente ecologicamente equilibrado, de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida e preservação às presentes e futuras gerações.

A palavra dignidade em sua raiz etimológica provém do latim *dignus*, aquele que merece estima e honra. Sete foram os conceitos de dignidade trazidos pelo dicionário Aurélio on line (DICIONÁRIO AURÉLIO ON LINE), porém apenas cinco serão apresentados, conforme se observa a seguir: qualidade de ser digno; modo digno de proceder; procedimento que atrai respeito dos outros; honraria e dignitário.

A ideia de valor intrínseco (dignidade) inerente ao homem tem raízes no pensamento clássico e no ideário cristão. Do ponto de vista cristão, tanto no antigo quanto no novo testamento, partindo da máxima de que o homem foi criado à imagem e à semelhança de Deus, tem-se que o ser humano possui valor intrínseco próprio, o que rechaça qualquer concepção que lhe venha reduzir ao status de coisa ou objeto.

Do ponto de vista do pensamento filosófico e político da antiguidade clássica, o vocábulo dignidade era destinado apenas à espécie humana. Era digno aquele inserido em determinada posição social e reconhecido pelos demais membros de uma sociedade.

Descartes influenciou o pensamento moderno e contribuiu para que os animais ficassem à margem da esfera de interesse moral humano. Para o filósofo, os animais não possuem alma, não falam e muito menos sentem dor. Os animais são autômatos, logo, justificável é a sua exploração.

Kant separou o mundo em dois conceitos sociais, um ligado ao preço das coisas e outro ligado à moral. Nessa linha de raciocínio devem-se tratar os seres humanos, seres racionais e autônomos, como fim e não meio de uma determinada ação. Assim, extrai-se do conceito de Kant que as coisas têm preço, valor instrumental, já as pessoas dignidade, valor absoluto intrínseco.

O movimento da libertação animal está voltado à vida em um amplo sentido. Amplia-se, por conseguinte, os membros da comunidade moral com a inclusão não apenas dos seres humanos como também dos não humanos e da natureza. O filósofo Peter Singer apresentou uma nova forma de se enxergar a moralidade em relação aos animais não humanos, já que o antropocentrismo possui características éticas tradicionais baseadas no fato de apenas os seres humanos serem detentores de respeito e moral, devido a aptidões que lhes são inerentes, tais como, racionalidade, autonomia e linguagem complexa. A proposta de Singer se dá na ponderação de interesses; afirma o autor que a capacidade de sofrer e de sentir alegria é pré-requisito para que se tenha interesse.

O Supremo Tribunal Federal na decisão da ADI 4983 sustentou a dignidade da pessoa humana frente a práticas cruéis como a vaquejada. Salientou ainda que a Constituição da República veda práticas que coloquem em risco a função ecológica, bem como as que submetam os animais à crueldade. Ressaltou, ademais, que a crueldade é intrínseca à “vaquejada” e, portanto, não se pode permitir a prevalência do valor cultural em detrimento à proteção do meio ambiente como resultado desejado pelo sistema de direitos fundamentais da Constituição. Outrossim, apontou que a expressão “crueldade” constante da parte final do inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição alcança a tortura e os maus-tratos infligidos aos bovinos durante a prática da vaquejada, não sendo passível de aceitação conduta humana regulada pela norma estadual ora em julgamento.

Extrai-se, assim, que embora a comunidade jurídica tenha evoluído ao ponto de priorizar o sofrimento animal frente à manifestação cultural em questão, não se pode olvidar que a dignidade do homem tem prevalecido frente aos interesses dos animais não humanos.

### **3. O ESTUDO DO CASO DISCUTIDO NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4983**

A Constituição da República Federativa do Brasil de 88 trata o meio ambiente como direito fundamental do homem, por ser imprescindível para a dignidade da pessoa humana, conforme se extrai de seu art. 5º, que trata dos direitos essenciais de cada indivíduo. O meio ambiente tem capítulo próprio na Carta Magna, com previsão no art. 225.



A decisão do STF gira em torno da verificação da validade jurídica da lei ante à Constituição da República. Necessário apontar que a questão deve ser analisada tomando por base a ideia de justiça, o que consequentemente implica a análise da aplicabilidade da ética e a carga valorativa do conceito de dignidade.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4983 foi proposta pelo Procurador Geral da República, contra a Lei 15.299/2013, do Estado do Ceará, que regulamenta a vaquejada como prática desportiva e cultural no estado. A petição inicial fundamentou-se no direito ao meio ambiente como um direito de terceira geração, que protege e tutela o que pertence a todos, ou seja, os direitos de fraternidade ou de solidariedade.

Ademais, a exordial delineou o exame da efetiva prática da vaquejada, da perspectiva atual sobre o meio ambiente e dos limites jurídicos às manifestações culturais. Ponto relevante é a menção ao parecer técnico emitido pela Dra. Irvência Luíza de Santis Prada em que registra os danos sofridos pelos animais na prática da vaquejada, o que inclui o possível arrancamento da cauda. A Procuradoria Geral da República citou também um estudo conduzido pela Universidade Federal de Campina Grande/PB que apresentou percentuais de doenças locomotoras traumáticas em equinos utilizados em vaquejadas e que concluiu que “o percentual das ocorrências de afecções locomotoras traumáticas em equinos de vaquejada constitui-se um dano de conotação clínica relevante” (BRASIL, Supremo Tribunal Federal, ADI 4983). Cumpre salientar ainda que na ADI foi requerida a cautelar para a suspensão da eficácia da referida lei, que foi indeferida pelo Relator.

Em defesa da lei impugnada, o Governo do Ceará apresentou relato histórico sobre a Vaquejada, salientando que desde a colonização o gado era criado solto no Nordeste, dependendo da habilidade e coragem dos vaqueiros para manter o gado reunido. Ademais, salientou a inexistência de antinomia jurídica entre a norma constitucional e lei impugnada, arguindo que a mesma se coaduna com a lei federal nº 10220/01, que em seu art. 1º considera o peão de rodeio atleta profissional, entendendo como prova de rodeio, entre outras, a vaquejada.

Além disso, defende a constitucionalidade da referida lei como forma de proteção às tradições culturais, nos termos do art. 215, § 1º da Constituição. Salientou também o incremento ao turismo e economia local, sendo prática que movimenta milhões de reais.

A Advocacia Geral da União manifestou-se preliminarmente no sentido de não conhecimento da ação posto que a Procuradoria Geral da República não teria apontado especificadamente a violação ao texto constitucional. No mérito, após analisar as questões históricas e culturais, salientou a ocorrência de maus-tratos aos animais é ínsita ao modo de realização da vaquejada.

Nesse sentido, denotou que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de não encontrar amparo na Constituição, ainda que realizada dentro do contexto de manifestações culturais, práticas que importem em crueldade e maus-tratos aos animais. Desse modo, a manifestação da Advocacia Geral da União foi pelo reconhecimento da inconstitucionalidade da aludida norma. O Relator, em seu voto, entendeu que o Advogado-Geral da União não trouxe ao processo peça que defenda a lei questionada, deixou, portanto, de cumprir o preceito constitucional.

Após a manifestação da Advocacia Geral da União, a Associação Brasileira De Vaquejada (ABVAQ) requereu ingresso no feito como *amicus curiae*, e arguiu preliminarmente a inadequação da via eleita, a inexistência de antagonismo da lei estadual 15.299/2013 e a Constituição. No mérito, pugnou pela improcedência da ação e salientou a vaquejada como esporte, expressão cultural e elemento de identificação do povo nordestino, além do reconhecimento da qualidade de atleta profissional pela lei 10.220/01.

Aduziu ainda que a Vaquejada não se equipara à Farra do Boi e Rinha de Galos, cujas leis regulamentadoras foram tidas como inconstitucionais. Por fim, aduziu que a regulamentação por parte da assembleia legislativa do Ceará presta-se a garantir o bem estar dos animais. O Relator Ministro Marco Aurélio admitiu o ingresso da aludida associação como *amicus curiae* no feito.

O Plenário iniciou julgamento de ação direta de inconstitucionalidade em 12/08/2015. O relator em seu voto rejeitou as preliminares, entendeu que os fundamentos jurídicos do pleito vieram expostos de forma analítica e que o crivo atinente à inconstitucionalidade há de ser feito em abstrato, considerada a relação da lei atacada com o versado no art. 225, § 1º, inciso VII, da Constituição. Em relação à ausência de impugnação da Lei federal nº 10.220, de 2001, entendeu que não prejudica o julgamento do pedido formulado nesta ação, haja vista a aludida norma não ser suficiente a autorizar a prática se proclamada a inconstitucionalidade do ato local.

No mérito, ressaltou que o art. 225 da Constituição da República consagra a proteção da fauna e da flora como modo de assegurar o direito ao meio ambiente sadio e equilibrado. Cuida-se de direito fundamental de terceira geração, fundado no valor solidariedade, de caráter coletivo ou difuso, que encerra verdadeiro “direito-dever” fundamental. Assim sendo, salientou que há um nível de sacrifício que os indivíduos e a própria coletividade podem e devem suportar para tornar efetivo o direito em questão.

Ressaltou que a jurisprudência do Supremo diante da necessidade de ponderar o direito ao meio ambiente com os direitos individuais de naturezas diversas tem sido o de dar preferência ao interesse coletivo. Cita os casos referentes à farra do boi e briga de galos, salientando que o Supremo Tribunal Federal, no conflito entre normas de direitos fundamentais há de se interpretar, no âmbito da ponderação de direitos, normas e fatos de forma mais favorável à proteção ao meio ambiente. Com isso, demonstra preocupação maior com a manutenção, em prol dos cidadãos de hoje e de amanhã, das condições ecologicamente equilibradas para uma vida mais saudável e segura.

O relator, em seu voto, ainda reconheceu, diante dos dados empíricos evidenciados pelas pesquisas, o tratamento cruel dispensado às espécies animais envolvidas. Reconheceu, portanto que tal tratamento não se coaduna com o preconizado no art. 225, § 1º, VII, da CF.

Desse modo, a crueldade intrínseca à “vaquejada” não permite a prevalência do valor cultural em detrimento à proteção do meio ambiente como resultado desejado pelo sistema de direitos fundamentais da Constituição. A expressão “crueldade” constante da parte final do inciso VII do § 1º do art. 225 da CF alcança a tortura e os maus-tratos infligidos aos bovinos durante a prática da vaquejada, não sendo passível de aceitação conduta humana regulada pela norma estadual ora em julgamento.

Diverge do relator o Ministro Edson Fachin, que julgou improcedente o pedido, o que foi acompanhado pelo Ministro Gilmar Mendes. Ressaltou que a “vaquejada” seria

manifestação cultural com proteção constitucional expressa no “caput” do art. 215, e no § 1º, da Constituição da República. Outrossim, ressaltou que a realidade advinda da população rural deveria ser considerada e não apenas uma visão unilateral de uma sociedade eminentemente urbana. Nesse sentido, entendeu não haver, portanto, razão para se proibir o evento e a competição, já que a atividade de captura própria de trabalho de vaqueiros e peões, desenvolvida na zona rural, é reproduzida e avaliada tecnicamente na Vaquejada. Entendeu, ainda, não restar demonstrada de forma cabal que a eventual crueldade pudesse ser comparada com as constatadas no caso da “farra do boi” ou da “rinha de galos”, precedentes citados pelo relator.

Já o Ministro Gilmar Mendes asseverou que a declaração de inconstitucionalidade acabaria por levar a prática cultural à clandestinidade. Entendeu que a legislação necessitaria de aperfeiçoamento e medidas que pudessem reduzir as possibilidades de lesão aos animais. Aduziu ainda que a Vaquejada diverge da “farra do boi”, cujo objetivo seria matar o animal, embora não se pudesse garantir que não haveria lesão ao animal na Vaquejada, salienta, assim, o seu caráter desportivo. Em seguida, pediu vista o Ministro Roberto Barroso, e suspendeu-se o julgamento.

O Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal apresentou petição e requereu sua admissão ao feito na qualidade de terceiro. Informa constituir associação sem fins lucrativos, voltada à proteção e melhoria do bem-estar animal. Tal requerimento foi indeferido pelo relator posto que a regra é não se admitir a intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade, iniludivelmente objetivo.

O Plenário retomou o julgamento em 02/06/16. Em voto-vista, o Ministro Roberto Barroso, acompanhado pelos Ministros Rosa Weber e Celso de Mello, julgou o pedido procedente. Consignou que embora a atividade se apresente como manifestação cultural, isso não a torna imune ao contraste com outros valores constitucionais, no caso a proteção dos animais contra práticas cruéis.

Assim, a tutela dos animais deve ser considerada norma autônoma, que não se justifica unicamente do ponto de vista ecológico ou preservacionista. O sofrimento do animal importa por si só, independentemente do equilíbrio ambiental, o que revela valor eminentemente moral. A Vaquejada envolve o uso de animais para fins de entretenimento e apresenta diversas formas de crueldade contra os animais, logo, não é passível de regulamentação capaz de evitar esse sofrimento intencionalmente infligido e inerente à sua prática.

Nesse entendimento, manifestações culturais com características de entretenimento que submetem animais a crueldade, são incompatíveis com a Constituição, quando for impossível sua regulamentação de modo suficiente para evitar práticas cruéis sem que a própria atividade seja descaracterizada. A Ministra Rosa Weber salientou que o Estado não tolera crueldade contra animais, muito embora garanta e incentive manifestações culturais. Por tal razão, são vedadas manifestações culturais em que haja práticas cruéis contra animais. Entendeu que a violência contra o animal é ínsita à vaquejada, de modo que a prática não é protegida pela Constituição.

Já o Ministro Celso de Mello salientou que o respeito pela fauna em geral atua como condição de preservação do meio ambiente. Assim, a prática de comportamentos predatórios e lesivos à fauna tem impacto altamente negativo para a incolumidade do

patrimônio ambiental dos seres humanos. Ressaltou que a “vaquejada” é dotada de crueldade inerente à sua prática, razão pela qual não se pode qualificá-la como atividade desportiva, prática cultural ou expressão folclórica, pois é crime (Lei 9.605/1998, art. 32).

Em divergência, os Ministros Teori Zavascki e Luiz Fux julgaram o pedido improcedente. O Ministro Teori Zavascki invocou o princípio da legalidade (CF, art. 5º, II) e salientou que a “vaquejada” poderia ser um ato cruel, ou não, ao animal, a depender da forma como é praticada. Ressaltou que se essa manifestação cultural não for cruel, não pode ser proibida e que a lei em comento procura evitar as formas cruéis de sua realização. Entendeu que se não houvesse norma regulamentadora, essa tradição recairia inexoravelmente em crueldade contra os animais. O Ministro Luiz Fux ponderou as regras constitucionais que garantem a todos o exercício dos direitos culturais e as que protegem a fauna e a flora. Entendeu que a lei estabelece alguns cuidados necessários para a prática correta da “vaquejada”, de modo que cabe ao Judiciário ser deferente ao Legislativo. Asseverou que a carne vermelha, no Brasil, é produzida de forma cruel e que a Constituição, não obstante, garante o direito à alimentação, um direito social. Em seguida, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli.

O julgamento foi retomado na sessão do dia 06/10/2016 com a apresentação do voto do ministro Dias Toffoli, pela constitucionalidade da lei cearense. O referido Ministro entendeu que a Vaquejada é uma atividade esportiva e festiva, que pertence à cultura do povo, portanto há de ser preservada. Aduziu ainda que há técnica, regramento e treinamento diferenciados, o que torna a atuação exclusiva de vaqueiros profissionais. Também votaram os ministros Ricardo Lewandowski e a presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, ambos pela procedência da ação.

Seguiram o relator os ministros Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, Celso de Mello e a presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia. Ficaram vencidos os ministros Edson Fachin, Teori Zavascki, Luiz Fux, Dias Toffoli e Gilmar Mendes.

Assim, a declaração de inconstitucionalidade da referida lei foi obtida por 6 votos favoráveis e 5 desfavoráveis, o que demonstra a necessidade de ampliação de discussão sobre o tema de proteção dos animais contra o tratamento cruel.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No século XVI, Descartes sustentou a teoria mecanicista, em que os animais seriam simples máquinas; afirmou que a razão ou o senso é a única coisa que nos faz homens e nos distingue dos animais. Kant separou o mundo em dois conceitos sociais, um ligado ao preço das coisas e outro ligado à moral. Nessa linha de raciocínio devem-se tratar os seres humanos, seres racionais e autônomos, como fim e não meio de uma determinada ação. Em contrapartida, no final do século passado, movimentos sociais trouxeram ideias inovadoras que se preocupavam em efetivar direitos a grupos determinados. O filósofo Peter Singer, com base nos argumentos utilitaristas de Jeremy Bentham, apresentou uma nova forma de se enxergar a moralidade em relação aos animais não humanos, já que o antropocentrismo possui características éticas tradicionais baseadas no fato de apenas os seres humanos serem detentores de respeito e moral.

A distinção entre regras e princípios é de extrema importância para a teoria dos direitos fundamentais. Tal distinção é a base da teoria da fundamentação no âmbito dos direitos fundamentais e a chave para solucionar problemas centrais da dogmática dos

direitos fundamentais. Há dois direitos fundamentais em conflitos quando se envolve o entretenimento animal aqui em voga: direito fundamental à manifestação cultural, na prática da vaquejada, e o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, com a abrangência da proteção da fauna. O Supremo Tribunal Federal enfrentou a presente questão e reconheceu que a crueldade é ínsita na vaquejada.

### **3. RESULTADOS ALCANÇADOS**

Todo sofrimento é merecedor de consideração, independentemente da natureza do ser. A proposta de Singer no que se refere à ponderação de interesses está ligada à sensibilidade. Argumenta o autor que determinada ação é ética quando há uma consideração de interesses em relação ao ser afetado. Logo, o limite para averiguação do interesse está na sensibilidade do ser. Animais sofrem, pois não são máquinas tampouco coisas.

A sociedade vem apresentando novas visões em relação aos animais não humanos, o que acarreta mudanças significativas no âmbito social e jurídico dentro de determinada comunidade. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4983, ajuizada pelo Procurador-Geral da República contra a Lei 15.299/2013, do Estado do Ceará, traz como resultados efetivos a prática de crueldade advinda de humanos durante a manifestação cultural denominada vaquejada.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI nº 4983, que questiona a validade jurídica da Lei cearense nº 15.299/2013, representa um avanço na tutela dos animais não humanos, em que lhes foi reconhecido um valor moral ainda que mínimo e não somente como parte do meio ambiente. Ressalta-se a importância do reconhecimento de valor aos animais de forma individualizada e a irradiação da presente discussão para além do âmbito jurídico, o que desperta novos olhares no seio social.

A construção de um novo sentido ao direito ambiental ganhou destaque no referido julgado. Dentre os posicionamentos favoráveis diversos, o ministro Roberto Barroso consignou que a tutela dos animais deve ser considerada norma autônoma, que não se justifica unicamente do ponto de vista ecológico ou preservacionista; o sofrimento do animal importa por si só, independentemente do equilíbrio ambiental, o que revela valor eminentemente moral.

O antropocentrismo não predominou no julgado, que abordou pontos de vista extremamente relevantes de proteção ao animal, o que se pode questionar um possível surgimento de biocentrismo na decisão.

De fato, a regulamentação de manifestações culturais que incentivem práticas cruéis em desfavor de animais não humanos é absolutamente incompatível com a Constituição da República Federativa do Brasil, que visa a proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e a vedação de atos cruéis em face dos animais.

## REFERÊNCIAS

- ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.
- BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 11ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.
- BENTHAM, Jeremy. The principles of Morals and Legislation, apud SINGER, Peter. Liberação Animal. Tradução de Maly Winckler. Porto Alegre: Lugano, 2004.
- BROOM, D.M. Animal welfare: concepts and measurements. Journal of Animal Science, v. 69, 1991, p.4167-4175.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em 10 mar. 2015.
- BRASIL. Lei n. 5197, de 03 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 05 jan. 1967. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5197.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5197.htm)>. Acesso em 01.out.2016.
- BRASIL, Supremo Tribunal Federal, ADI 4983, Relator Min. Marco Aurélio, 2016.
- DWORKIN, Ronald. Taking rights seriously. Cambridge, Mass : Harvard University Press, 1978.
- FELIPE. Sônia T. Por uma questão de princípios: Alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.
- LASTRO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Disponível em <<http://dicionariodoaurelio.com/dignidade>>. Acesso em 18 Ago. 2015.
- KANT, Immanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes. Porto: Porto Editora, 1995.
- LOURENÇO, Daniel Braga. Direito dos Animais: fundamentação e novas perspectivas. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2008.
- MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Ed. Saraiva, 2015.
- MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. 9. Ed. Ver. Atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011.
- SINGER, Peter. Liberação Animal. O clássico definitivo sobre o movimento pelos direitos dos animais. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

## **EMPODERAMENTO CIDADÃO: EMPREGADAS DOMÉSTICAS E DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA DO ACESSO À DIREITOS EM PALMAS - TO**

ANJOS, Elisa Maria dos  
Professora Assistente da  
Universidade Estadual do Tocantins  
*elisadosanjos@gmail.com*

LIMA, Larissa Aprígio  
Graduanda em Serviço Social da  
Universidade Estadual do Tocantins  
*limalari15@yahoo.com.br*

### **RESUMO**

O presente trabalho se propõe a refletir acerca da inexistência de um processo de organização política das empregadas domésticas na cidade de Palmas, no estado do Tocantins. Palmas é a mais jovem capital da federação brasileira. O estado do Tocantins nasceu no contexto das profundas transformações sociais instauradas pela Constituição em 1988, a partir da retomada da democracia, após uma ditadura militar de duas décadas. Assim, tanto as instituições que organizam a sociedade, quanto os parâmetros de isonomia que foram construídos e conquistados a duras penas em outras capitais, apenas precisavam ser incorporadas na cidade de Palmas. Entretanto, o arroubo politizador do período de emancipação federalista não se expandiu para além do reconhecimento do novo estado. Essa realidade se concretiza na percepção da mobilização política, na presunção de direitos outorgados à cidadania e autonomia que parecem distantes do horizonte de ação dessas profissionais.

**Palavras-chave:** Organização Política. Associativismo. Direitos.

### **ABSTRACT**

The present paper proposes to reflect about the inexistence of a process of political organization of domestic servants in the city of Palmas, in the state of Tocantins. Palmas is the youngest capital of the Brazilian federation. The state of Tocantins was born in the context of the deep social transformations established by the Constitution in 1988, after the resumption of democracy, after a military dictatorship of two decades. Thus, both the institutions that organize society and the parameters of isonomy that were constructed and conquered hardly in other capitals, only needed to be incorporated in the city of Palmas. However, the politicizing rapture of the period of federalist emancipation did not expand beyond recognition of the new state. This reality materializes in the perception of political mobilization, in the presumption of rights granted to citizenship and autonomy that seem far from the horizon of action of these professionals.

**Key-words:** Political organization. Associations. Rights.

## INTRODUÇÃO

A categoria funcional das trabalhadoras domésticas do Brasil, após uma trajetória de muitas lutas no sentido de reivindicar o reconhecimento de sua práxis, consegue finalmente, a equiparação análoga às demais trabalhadoras brasileiras rurais e urbanas. Com a promulgação da Lei Complementar nº 150 de janeiro de 2015 que regulamenta a Proposta de Emenda Constitucional 72/2013, popularmente conhecida como a PEC das domésticas, essas trabalhadoras obtêm o direito legal à constituir sindicatos, podendo desta forma, solicitar seu registro como trabalhadora além das demais garantias trabalhistas que essa situação contempla.

Apesar da baixa escolaridade que, de forma geral, caracteriza o perfil das empregadas domésticas no Brasil, essa categoria possui um repertório de lutas de caráter político e organização no sentido de buscar o reconhecimento de direitos e de sua condição cidadã. Entretanto, no município de Palmas-TO não existe, até o presente momento, nenhuma associação, sindicato, entidade de classe ou organização similar, com o propósito de reivindicar direitos para essa categoria funcional.

Nesse sentido, o móvel desse trabalho é tentar explicitar a dinâmica do processo de construção da identidade da trabalhadora doméstica no Brasil, assim como a construção da sua cidadania em prol de suas conquistas nos últimos anos, e dessa forma, refletir acerca do fato desse processo não ter, aparentemente, repercutido de forma significativa, na capital do Tocantins. Ressaltamos que a cidade de Palmas é a mais jovem capital do Estado brasileiro, nascida no contexto das transformações políticas e da retomada da democracia em nosso território no processo da elaboração da Constituição de 1988. Dessa forma, tanto as instituições que organizam a sociedade, quanto os parâmetros de isonomia que foram construídos e conquistados a duras penas em outras capitais, apenas precisavam ser incorporadas na cidade de Palmas. Entretanto, o arroubo politizador do período de emancipação federalista<sup>1</sup> não parece ter se expandido para além do reconhecimento do novo estado.

Dessa forma, o presente artigo, busca problematizar as causas e consequências da ausência de protagonismo político dessa categoria nesta cidade além de promover uma reflexão sobre a questão da trabalhadora doméstica em Palmas. Para esta tarefa realizamos uma pesquisa junto ao Sistema Nacional de Empregos localizado neste município com a intenção de colher relatos dessas trabalhadoras e entender o seu próprio processo de tomada ou não de consciência de direitos e o nível de articulação política que as mesmas expressam. É essencial, de nosso ponto de vista, a escuta dessas trabalhadoras, uma vez que, a pesquisa em questão, é proposta no sentido de uma relação dialógica com essas mulheres, para que a interação entre pesquisadores e pesquisados transcorra de forma menos hierarquizada. O objetivo principal é promover uma compreensão da lógica cultural que envolve os imaginários dessas trabalhadoras.

### 1. AS RAÍZES ESCRAVISTAS DO EMPREGO DOMÉSTICO NO BRASIL

Quando optamos em discutir acerca do serviço doméstico no Brasil não podemos deixar de observar os fundamentos no qual ele foi sendo construído até chegar ao formato que temos hoje. Expressamos hodiernamente, o modelo de sociedade que construímos no processo que estrutura a nossa história, seja com belezas, seja com

1 Período em que parte do território de Goiás foi emancipado para constituir o atual estado do Tocantins.



desafios e lutas. Tendo por premissa esse pressuposto, refletimos que se evidencia com muita clareza que a gênese do serviço doméstico, em nosso território, está intimamente ligada experiência da escravidão negra e na sua trajetória ao longo de seus 300 anos.

Até a metade do século XIX o trabalho doméstico era realizado, em sua maioria por mulheres negras escravizadas. Essa particularidade de nossa sociedade, demonstra que a “questão da escravidão constrói um sentido histórico que dá significado até hoje ao emprego doméstico” (ÁVILA, 2009, p. 36). Mulheres escravas, constituíam-se muitas vezes, em meros instrumentos das vontades de seus senhores, não sendo reconhecidas como indivíduos portadores de subjetividade.

Essa herança deixada pelas mazelas de uma sociedade escravagista outorgou a categoria profissional das trabalhadoras domésticas, por um lado, um ônus de preconceito em relação ao não reconhecimento das competências acerca da sua práxis, e por outro, a marca da informalidade no que diz respeito às relações de trabalho estabelecidas entre patrões e empregadas. Tais relações que ocultas na esfera privada da casa, em oposição ao que é público, mascara muitas vezes, a violência simbólica (BOURDIEU, 2012) embutida nesses processos, criam estratégias de justificativas para não regulamentação desta profissão que perdurou por muitas décadas.

Outro elemento pertinente a esta discussão se manifesta na relação desta profissão e a pertença em relação à questão de gênero. A função de trabalhadora doméstica, não é exclusividade feminina, especialmente no que diz respeito à inserção do trabalho infante juvenil (NEVES, 2008), contudo, apesar de não se caracterizar como uma prerrogativa de trabalho para mulheres, o emprego doméstico possui efetivamente, tão poucos representantes do sexo masculino, que em termos relacionais, esse número torna-se inexpressivo para a discussão aqui proposta. Assim sendo, neste trabalho, faremos referência apenas às trabalhadoras domésticas, ainda que o total deste contingente possa agregar também representantes do sexo masculino.

Nesse sentido, nos propomos entender o processo de desenvolvimento da identidade de trabalhadora doméstica, o movimento que gestou seu empoderamento e engajamento político e o motivo pelo qual essa pertença não se configura na cidade de Palmas no estado do Tocantins. Buscamos, inicialmente, um conceito com que pudéssemos trabalhar com essas trabalhadoras dentro de uma perspectiva freireana (2003). Escolhemos o conceito de cidadania para problematizarmos conceitualmente a nossa percepção enquanto pesquisadoras e para refletirmos junto às trabalhadoras domésticas com intuito de estabelecer uma relação de dialogicidade com as mesmas.

Dessa forma, o presente artigo se estrutura da seguinte forma: inicialmente uma retrospectiva da origem do trabalho doméstico no Brasil; o desenvolvimento da noção de classe social e sua organização política até a conquista de direitos trabalhistas. No segundo tópico discutimos acerca das percepções das trabalhadoras domésticas da cidade de Palmas problematizando junto às mesmas a questão da nova legislação acerca de sua práxis. No tópico subsequente apontamos os resultados que obtivemos através das pesquisas. No processo da pesquisa apresentamos em um primeiro momento, um questionário semi aberto cujo objetivo principal era o de interar o teor das pesquisas junto às trabalhadoras que concordassem em participar do nosso projeto.

Em um segundo momento, foram colhidos relatos, sendo que alguns foram gravados e transcritos e outros apenas fruto de anotações de cadernos de campo - de acordo com a escolha e autorização recebida - pois algumas dessas trabalhadoras se mostraram apreensivas quanto ao uso das informações colhidas. A parte final constitui-se das análises dos relatos e consolidação dos dados para refletir possíveis demandas dessa categoria e construção de identidade local.

### 1.1 Os caminhos da invisibilidade e a busca pela cidadania

No tangenciamento da questão do gênero feminino e da perspectiva da herança escravocrata, associa-se a realidade da baixa escolaridade e inacessibilidade aos direitos, especialmente, os trabalhistas, característico das classes sociais menos favorecidas. Dessa forma, deixamos evidenciado que é nosso propósito discutir a premissa sob a qual construímos a reflexão do presente texto, através de uma associação de gênero, classe e raça (socialmente, e não biologicamente) falando. Assim, a perspectiva da interseccionalidade (CRENSHAW, 2002). é um elemento que auxilia na construção do sentido do texto. A interseccionalidade acontece exatamente no atravessamento de diversas pertencas produzido num mesmo fenômeno, e é relevante para discutir tais perspectivas, uma vez que opera conceitualmente com a noção de desempoderamento e empoderamento, a partir de rupturas com a lógica de dominação que o grupo estudado sofre. É nosso entendimento que, ao falarmos em emprego doméstico no Brasil, não podemos limitar a reflexão à questão da precariedade do trabalho. Ela existe mas, é um entre outros elementos que expressam as relações incorporadas a essa modalidade de profissão.

O conceito de interseccionalidade se apresenta como uma conceito profícuo, uma vez que nos permite visualizar as duas dimensões das relações de poder: por um lado, a produção de desempoderamento, opressão, discriminação; por outro, a produção de agências políticas, mobilizações democráticas e sujeitos políticos (COSTA, 2013, p. 475)

Dessa forma, tanto a questão de gênero, quanto do preconceito racial são igualmente relevantes para uma compreensão mais ampla do fenômeno abordado. É importante ressaltar, contudo, que apesar das evidentes dificuldades desse contingente no que diz respeito à reivindicação de cidadania plena, no sentido apontado por Marshall (1978), como o acesso ao exercício pleno dos direitos civis, sociais e políticos, tal perspectiva, contudo, não tem representado, absolutamente, ausência de um protagonismo para o acesso a tais prerrogativas. Ainda que os mesmos tenham sido desencadeados no bojo de diferentes demandas, e no processo de operacionalizar perspectivas específicas da classe trabalhadora doméstica, em associação com diferentes movimentos, essas trabalhadoras têm ao longo de cerca de 80 anos de luta, buscado e paulatinamente alcançado alguns expressivos resultados, especialmente na perspectiva normativa.

Dessa forma, salientamos aqui o outro aspecto da interseccionalidade: se por um lado, a pessoa ou grupo é impactada por diferentes aspectos de correntes de força dentro da sociedade, por outro lado, esse movimento também pode desencadear as reações na forma de ativismo ou mobilizações para “responder” a esse fluxo de forças. No que diz respeito às trabalhadoras domésticas brasileiras, esse pode ter sido o móvel das estratégias para garantir representação e acesso a direitos.

## 1.2 O processo da construção da noção de classe e a organização política.

O primeiro movimento de trabalhadoras domésticas a ganhar notoriedade foi desencadeado por Laudelina Campos de Melo, nascida em Minas Gerais e que deslocou para a seara do trabalho doméstico sua própria experiência e engajamento político junto ao movimento negro. A fundação da Associação das Trabalhadoras domésticas na cidade de Santos no estado de São Paulo em 1936, foi o marco fundacional do movimento das empregadas domésticas no Brasil.

Entretanto esse movimento não se estabeleceu de forma linear pois a ditadura varguista não via “com bons olhos” o posicionamento desse contingente. A principal reivindicação da associação das empregadas domésticas era de garantir status jurídico e dialogar com o governo para assegurar o reconhecimento da profissão de empregada doméstica e a garantia de direitos. Com a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas um novo horizonte de possibilidades se desenhava. Entretanto, a exclusão de que eram alvo socialmente, foi ratificada oficialmente com o referido documento que em seu artigo 7º explicitava:

Os preceitos constantes na presente consolidação, salvo quando fôr, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam: a) aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não econômica, à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas. (Brasil, 1943)

A promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas aconteceu no dia 1º de Maio de 1943, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5452 (BRASIL, 1943), durante a primeira fase do Governo de Getúlio Vargas. Com essa legislação não foi instituída nenhuma mudança para a categoria das trabalhadoras domésticas. Ao contrário do esperado por essas trabalhadoras, a CLT, na forma como foi redigida, ajudou a ampliar a exclusão social já existente, para a dimensão jurídica, oficial.

Nesse processo, as trabalhadoras domésticas não somente ficaram excluídas da CLT recém promulgada, como também tiveram a sua associação fechada por ilegitimidade de propósito uma vez que a atividade de trabalhadora doméstica foi considerada como uma modalidade não econômica. Com esse argumento, evitava-se também legislar acerca dessa atividade estabelecendo as regras que deveria nortear as condutas de ambas as partes, a saber: patrões e empregadas.

Dessa forma, diante das reiteradas negativas com relação a equiparação de direitos e reconhecimento de sua práxis, as trabalhadoras domésticas fortaleceram seus esforços firmando novas parcerias que convergissem para objetivos comuns. Essas mulheres perceberam que a transformação de sua condição poderia ser alcançada de forma mais célere através de uma organização mais ampla.

Com esse objetivo essas trabalhadoras organizaram um congresso em 1968 em São Paulo, com o auxílio do movimento negro, para discutir perspectivas para a classe. Esse movimento pode ser considerado muito exitoso do ponto de vista normativo pois em 1972 legislou-se pela primeira vez, de forma específica, para essa categoria com a promulgação da Lei 5.859 (BRASIL, 1972) que reconhece o trabalho doméstico, afirma a obrigatoriedade da assinatura da Carteira de Trabalho e dispõe sobre o direito à férias anuais sem prejuízo do vínculo empregatício.

As trabalhadoras domésticas se organizaram em outros congressos nos anos de 1974, na cidade do Rio de Janeiro, em 1978 na cidade de Belo Horizonte, em Porto Alegre em 1981 e em 1985 na cidade de Recife. Com relação a esses congressos é importante ressaltar que a partir da década de 1960 a organização das empregadas domésticas passou a agregar também uma parceria com a Juventude Cristã Operária. Entretanto, no ano de 1978 setores conservadores da Igreja católica, durante o Congresso em Belo Horizonte buscaram suggestionar as congressistas para uma postura que se alinhasse à premissa da servidão, de acordo com o panteão católico, segundo o exemplo de Santa Zita, padroeira das domésticas. Essa proposta exortava as empregadas domésticas no sentido de incorporarem o ideal servil como inerente à profissão. Tal postura foi rechaçada pelas congressistas promovendo uma ruptura com essa perspectiva religiosa conservadora, e aproximando ainda mais essas trabalhadoras de uma postura mais politizada em relação às suas demandas.

Será, entretanto, somente no contexto da Constituição Federal de 1988 e com o apoio de vários movimentos sociais e entre eles, o mais influente foi o apoio prestado pelo movimento negro, que as trabalhadoras domésticas adquiriram legitimidade e o direito a constituir um sindicato que as representasse. Essa conquista reverberou na luta pela ampliação dos direitos trabalhistas.

### **1.3 O trabalho doméstico na legislação brasileira**

Na atualidade, segundo a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - FENATRAD, existem na atualidade mais de 26 sindicatos e uma associação que representam um contingente aproximado de 7,2 milhões de pessoas. Contudo o processo de aquisição dos direitos trabalhistas percorreu “um longo caminho” (CARVALHO, 2002) até direitos conquistados na atualidade. Os sentimento sociais, sob forma de lei, ratificou preconceitos de classe, de raça e de gênero, estabelecendo uma lógica operacional que justificava arbitrariedades impostas nas interações sociais entre patrões e empregadas não previstas em textos legais e promovendo assim, um repertório de exploração e injustiça social.

A promulgação da Lei 5.859 de 1972 significou um importante passo para os propósitos almejados pelas trabalhadoras domésticas. Tal importância não é do ponto de vista do direito positivo, uma vez que, mesmo na atualidade, temos uma perspectiva de cerca de três quartos ( $\frac{3}{4}$ ) das trabalhadoras domésticas sem contar com a carteira assinada, um direito outorgado a essa categoria há 44 anos. Entretanto, cada conquista é importante, pois abre precedentes para novas demandas.

Assim é que no bojo das transformações sociais impostas pela retomada da democracia que a Constituição de 1988, embora tenha mantido os princípios referenciados no texto da CLT, acrescentou, entretanto, alguns direitos no que diz respeito às trabalhadoras domésticas. Entre elas apontamos: a determinação pelo direito ao salário mínimo, irreduzibilidade salarial, repouso semanal remunerado, 13º salário, licença para a gestante, sem prejuízo do vínculo empregatício e da sua remuneração contemplando 120 dias, aviso prévio, aposentadoria, integração ao serviço de Previdência Social, auxílio doença.

É oportuno também destacar que esse processo não se limitou ao âmbito nacional. O cenário internacional também estava estabelecendo discussões análogas ao que

estava ocorrendo no Brasil no que diz respeito à consolidação de leis que amparem o trabalhador doméstico. Nesse sentido a Organização Internacional do Trabalho - OIT, com o propósito de responder a mesma demanda no que diz respeito às condições de trabalho, elaborou um documento que trata do “Trabalho Decente” . Este documento fala que:

O Trabalho Decente, conceito formalizado pela OIT em 1999, sintetiza a sua missão histórica de promover oportunidades para que os homens e mulheres possam ter um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. (OIT, à 1999)

Ratificando o fato de que cada passo alcançado abre a perspectiva para a assunção de novas demandas um importante passo conquistado pelas trabalhadoras domésticas foi a Lei 10. 208 de 2001 (BRASIL, 2001), que facultou a inclusão do empregado doméstico ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao seguro-desemprego. No ano de 2006 houve uma nova conquista da classe das trabalhadoras domésticas com a promulgação da Lei 11.324 (BRASIL, 2006) que impedia a prática do desconto no salário das trabalhadoras devido fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia.

Nossa percepção é que todo esse movimento de luta por direitos no processo de elaboração de leis que atendessem às demandas desta categoria, contribuiu para o suporte, amadurecimento e politização desta classe em diálogo com o Estado e instituições da sociedade, que expressam muitas vezes, posturas excessivamente conservadoras. Neste contexto a Emenda Constitucional 72 de 2013 representou o mais expressivo marco na perspectiva de efetivação dos direitos trabalhistas desta categoria funcional uma vez que agregou, de forma subjetiva, uma demanda há muito reivindicada pela categoria das trabalhadoras domésticas brasileira, de forma objetiva: a noção de respeito. Dominic Vidal (2003) aponta em seu trabalho realizado com trabalhadoras domésticas na cidade de Brasília, no Distrito Federal e no Rio de Janeiro, que houve uma ampliação no acesso à justiça do trabalho e que esse fato implica em mudanças significativas nas relações entre as trabalhadoras domésticas e seus patrões

a linguagem do respeito possui uma dimensão específica nas camadas populares das sociedades modernas, tendo em vista que associa intimamente a importância conferida ao reconhecimento da humanidade com o sentido dado a ideia de cidadania. (VIDAL, 2003, p. 269)

Essa mudança ocorre particularmente, pelo reconhecimento jurídico pelo qual essas trabalhadoras conseguem expressar, através das novas conquistas legislativas, o sentido do que Axel Honneth (2003) denomina “respeito de si” que, nesse caso, faz com que tal noção de respeito dialogue com a concepção de dignidade humana. Assim, podemos perceber que essa reivindicação de direitos da trabalhadora doméstica foi desenvolvida por meio de uma rede de parceiros sintonizados pelos mesmos objetivos: a garantia de direitos e de não discriminação, particularmente.

É interessante destacar neste aspecto a similaridade entre o conceito de “Trabalho Decente” desenvolvido pela OIT em 1999 e o conceito de “Sociedade Decente” (1998)

proposto pelo filósofo israelense Avishai Margalit em complementaridade, ou opção, à concepção de “sociedade justa” (1993) proposto por John Rawls. Dessa forma, Margalit afirma que

A decent society is one whose institutions do not humiliate people. I distinguish between a decent society and a civilized one. A civilized society is one whose members do not humiliate one another, while a decent society is one which the institutions do not humiliate people (MARGALIT, 1998, p. 32)

Dessa forma, será no processo de amplos debates nacionais e internacionais e com o apoio de entidades de movimentos sociais, que as trabalhadoras domésticas, por meio da PEC 72/2013 e da Lei Complementar nº 150, do dia 1 de janeiro de 2015 que regulamentou os demais direitos trabalhistas previstos na Constituição de 1988, conquistam o direito pleno de equiparação das leis trabalhistas. Essa PEC viria a alterar, o artigo 7º previstos na Constituição de 1988.

Nesse sentido firma-se o acordo segundo o Manual do Empregador Doméstico (e-Social, 2015) os seguintes aspectos<sup>2</sup>: Indenização em caso de despedida sem justa causa; Seguro desemprego; adicional noturno; jornada de oito horas diárias de trabalho e quarenta semanais; repouso semanal preferencialmente aos domingos; pagamento de hora-extra de no mínimo 50% superior ao valor da hora normal, licença paternidade nos termos previstos em lei; proibição de contratação de menores de 18 anos de idade.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Mecanismos de reprodução de pertencimentos identitários

Apesar de Palmas ser a mais jovem capital do Brasil, o projeto que criou o estado do Tocantins, contudo, reflete uma ambição que vinha desde o início do século XIX (FIRMINO, 2009) e no contexto da redemocratização nacional da década de 1980 o movimento pela criação do estado do Tocantins foi retomado. Esse panorama ganha concretude no bojo das discussões dos trabalhos da Assembleia Constituinte em 1987 em que a viabilidade e as possíveis vantagens da criação do novo estado é ratificada. Assim, no dia 5 de outubro de 1989 foi criado o estado do Tocantins instalando-se como sede provisória a cidade de Miracema do Tocantins.

Em primeiro de janeiro de 1990, Palmas é reconhecida como a capital do estado. Cumpre destacar entretanto, que o projeto que deu origem ao novo estado e à nova capital era de caráter marcadamente conservador reproduzindo, inclusive, um episódio famoso de nossa história no contexto da Proclamação da República, imortalizado na fala do jornalista Aristides Lobo “e o povo assistiu a tudo bestializado”, pois, “a população nortense acompanhou todo o processo político e ideológico sem perceber que, no final da jornada, continuaria desvinculada das grandes decisões e excluídos neste novo território” (BARBOSA, Apud Firmino, 1999, p. 19).

Portanto, o processo da Constituinte de 1988 não significou a transferência de uma mentalidade cosmopolita para a recém criada capital<sup>3</sup>. Muito pelo contrário, pesquisas bibliográficas apontam que o ethos do estado do Tocantins e da cidade de Palmas por extensão, opera a partir de uma lógica marcadamente conservadora. Os primeiros

2 Farei neste espaço menção somente dos direitos não apontados ainda, para evitar a repetição dos termos já que se trata de texto legislativo que, em alguns casos, repete algumas proposituras.

3 O status de capital era recente, mas a cidade de Palmas já existia.

concursos públicos estão sendo realizados em nosso contexto atual e muitos deles sob muita pressão para sejam anulados em virtude da quebra das cadeias clientelistas estabelecidas há muitos anos. Segundo Barbosa (1999) o projeto que viabilizou a criação do estado do Tocantins era pautado na lógica dos grandes negócios, especialmente a agropecuária. Assim, em seus primórdios enquanto estado da federação, o Tocantins ainda apresentava uma população carente por justiça social, alvo de expropriação de terras, litígios entre posseiros e fazendeiros que muitas vezes, terminava em assassinatos.

Desenvolvemos o trabalho no decurso de uma pesquisa no município de Palmas, em Tocantins, que tinha o propósito de contribuir para um entendimento ampliado de aspectos que tangenciam a práxis dos Assistentes Sociais: as mediações entre Estado e sociedade civil, particularmente, os representantes dos segmentos mais expropriados. Nesse processo, nos deparamos com uma situação análoga ao que Robert Merton descreve para explicitar o “padrão de serendiptidade”<sup>4</sup> uma vez que ao notarmos que a cidade não dispunha de nenhuma entidade de classe para reivindicar as demandas das trabalhadoras domésticas, mostrou-se bastante revelador, uma vez que tais demandas têm impactado, inclusive como tema central, aparecendo nas mídias inclusive as televisivas e impressas.

Em meio a esse contexto, buscamos então entender a razão dessa ausência. Em nossa reflexão, ao nos apropriarmos da literatura acerca do tema, constatamos que as trabalhadoras domésticas nos demais estados da federação, ao reivindicarem direitos, reivindicam também cidadania. Restava, nesse caso, definir que modelo de cidadania, seria o mais adequado para fomentar uma reflexão mais densa sobre a questão proposta.

Partimos da conceituação generalista generalista proposta por Marshall (1978) e já referida anteriormente. Entretanto, tal modelo, teve por inspiração um processo de desenvolvimento social que difere muito do nosso. Assim, priorizamos uma noção que agregue a especificidade da sociedade brasileira. A primeira opção foi a noção de cidadania na perspectiva do inconcluso como proposto pelo historiador José Murilo de Carvalho (2002). Referenciamos também a “cidadania tutelada” (1979) do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos que faz uma discussão de teor jurídico muito pertinente. E finalmente, nos debruçamos sobre a concepção elaborada pela antropóloga Teresa Pires do Rio Caldeira de “cidadania disjuntiva” (2000).

Optamos pela perspectiva discutida por Caldeira que aponta o processo de construção da nossa sociedade, priorizando os direitos políticos em detrimento dos direitos sociais e civis. Essa é uma particularidade importante pois os modelos operacionais exógenos, especialmente os europeus ou norte americanos são pautados em um modelo de associativismo<sup>5</sup> que não se firmou em nosso território.

Assim sendo, tendo por base a concepção de uma disjunção entre a noção de direitos que faz com ordinariamente as pessoas em nosso território projete uma imagem subjetivada do “lugar” do político em nossa sociedade, e na perspectiva de que o estado

4 Robert King Merton é um sociólogo nascido nos EUA em 1910. Sua produção intelectual abrange reflexões sobre burocracia, a sociologia da ciência e a problemática da comunicação de massa. Cunhou o conceito de “grupo de referência” e expressão “profecia auto-realizável”. Propalou em seus escritos a noção descrita como “padrão de serendiptidade” que ele esclarece que tem relação com fatos imprevistos mas que por sua relevância, podem até mesmo, reorientar o sentido da pesquisa.

5 Refiro-me aqui, explicitamente aos modelos como os descritos por Alexis Tocqueville ao discutir acerca da democracia.

do Tocantins também expressa fortemente, o “culto” à persona expresso nos nomes dos prédios públicos, conjuntos residenciais, avenidas entre outros, fica evidenciado as marcas do “mando local” em detrimento da isonomia que deveria pautar as relações, especialmente, as que se operam entre os cidadãos e a esfera pública.

Retomando as questões que balizam a proposta deste texto, a perspectiva do gênero se impõe na medida em que este estado além de se mostrar marcadamente patriarcalista, tem expressado aumento expressivo do índice de feminicídio (WAISELSZ, 2016).

### 3 - CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS DURANTE A PESQUISA

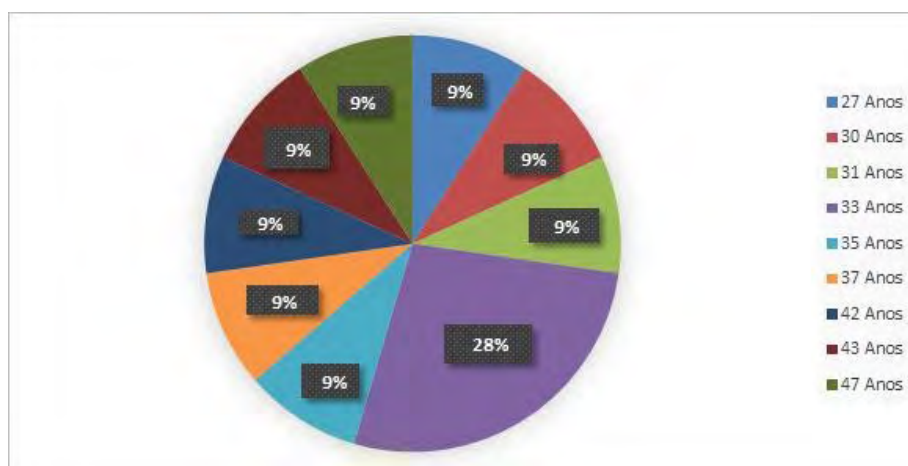
O processo de construção do trabalho se deu através da participação das trabalhadoras domésticas.

Através da abordagem dialógica, algumas delas sentiram-se à vontade para dividir conosco um pouco de suas trajetórias. O contato foi travado no SINE de Palmas e a direção deste local disponibilizou uma sala para que pudéssemos realizar as entrevistas em caráter mais privativo. As entrevistas foram realizadas entre os dias 10 e 21 de outubro de 2016. Nesse contexto, 11 mulheres concordaram em participar da pesquisa.

Como critério de inclusão foi decidido que só participariam mulheres que se declarassem trabalhadoras domésticas, possuísem entre 18 e 40 anos de idade na ocasião da pesquisa, que exercessem a profissão pelo período mínimo de dois anos e que trabalhassem na cidade de Palmas.

#### 3.1. Dados relativos ao ethos da trabalhadora doméstica em Palmas-TO

Gráfico 1. Faixa etária



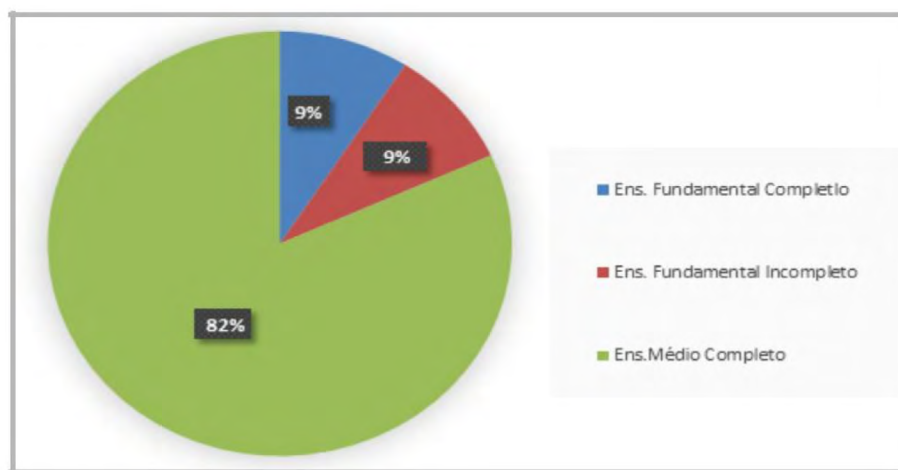
Fonte: Conforme pesquisa realizada pelas autoras, 2016.

Para análise de algumas características dessas trabalhadoras levou-se em consideração a idade, nível de escolaridade, estado civil e renda familiar pois segundo os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2013), a elevação da idade do trabalho doméstico em 2004 passou de 6,1% para 3,9% na faixa de 10 e 17. E de 16,8% para 9,3% de idade entre 18 e 24 anos em 2011, números que demonstram aumento na participação de mulheres mais velhas no emprego doméstico de 27,2% para aquelas entre 30 e 39 anos em 2004 a 28,5% para as de 40 a 49 anos em 2011.



Em Palmas-TO, observa-se a predominância do número de empregadas domésticas com um perfil de idade que varia entre 27 anos a 47 anos. Este percentual entra em consonância com os dados nacionais, assim como demonstra a diminuição do número de mulheres mais jovens nesse tipo de atividade. O Instituto de Pesquisa Econômica aplicada-IPEA aponta a escolaridade como um dos fatores para essa mudança. Em Palmas, estão acima da média da escolaridade nacional, demonstrando uma elevação dessa categoria pois 82% delas relataram possuir o Ensino Médio completo.

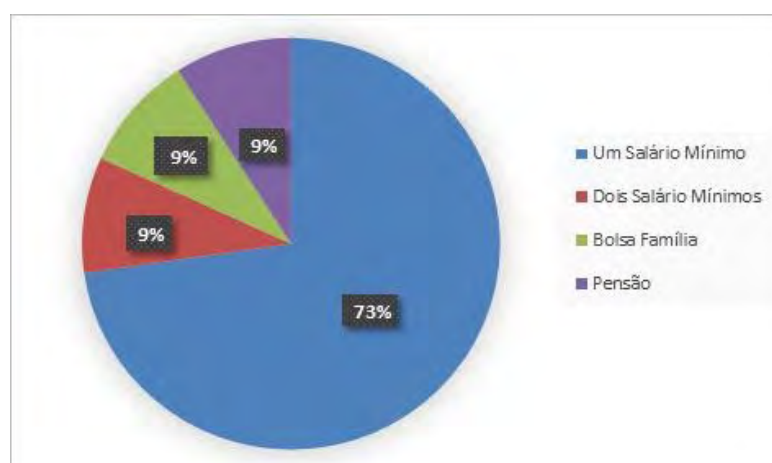
**Gráfico 2.** Grau de escolaridade



Fonte: Conforme pesquisa realizada pelas autoras, 2016.

Constatou-se que 73% destas mulheres são solteiras e administram sozinhas a responsabilidade familiar. Segundo o DIEESE (2013), isso poderá se tornar um fator preocupante pois “essas trabalhadoras recebem remunerações bastante inferiores... muitas vezes próximas ou abaixo do salário mínimo” (DIEESE 2013, p. 10). Situações passíveis de ocorrer devido, à informalidade dos vínculos empregatícios na experiência da trabalhadora doméstica.

**Gráfico 3.** Renda Familiar



Fonte: Conforme pesquisa realizada pelas autoras, 2016

A renda familiar da maioria das trabalhadoras entrevistadas, cerca de 73% delas, situa-se no percentual de um salário mínimo. A ampliação dos direitos trabalhistas, assim como uma maior consciência do seu valor como trabalhadora tem influenciado esse dado, ainda que de forma tímida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um das estratégias no processo de dialogicidade foi estabelecer uma questão central como elemento norteador que foi a questão da cidadania. Ao longo do processo da pesquisa e por conta da especificidade de Palmas que não possui nenhuma entidade de classe no momento histórico em que essa pertença simbólica é mais referendada, optamos por incluir uma segunda problematização que era acerca do conhecimento do teor da PEC 72/2013.

Em nosso levantamento a totalidade das entrevistas afirmaram pelo menos algum conhecimento acerca do teor da PEC 72/2013 e todas elas afirmaram o quanto seria importante haver em Palmas uma associação ou sindicato que as representasse. Contudo todas elas expressaram o entendimento que uma organização desse porte deveria ser criada pelo governo, ou pelos políticos.

Diante do que foi exposto, inferimos que a “juventude” da cidade de Palmas é um fator importante na ausência de uma entidade de classe que requer o acúmulo de experiências compartilhadas, motivadas por objetivos comuns para que a noção de organização social possa emergir. Uma cidade que expressa ainda elementos do patriarcalismo e de políticas clientelistas além de uma violência de gênero significativa, também impacta na emergência de protagonismo feminino.

Percebemos, através da fala das trabalhadoras domésticas em Palmas que a cidadania se constitui em um ideal que permite que os indivíduos de um determinado território, possam alcançar patamares mínimos de direitos que possibilitem, aos mesmos uma vida digna. Também é relevantes destacar que ficou evidenciado nas falas que existe um abismo entre a norma expressa na Lei e a aplicabilidade da mesma. Todas elas fizeram referência ao fato de que a “Lei das Domésticas” existe desde 1972 e que isso prova que a existência de uma lei significa pouco na realidade objetiva.

Para além dessa realidade percebe-se no contato com essas trabalhadoras, caminhos para uma ressignificação e empoderamento como mulheres e sujeitos de direito que, na sua maioria reconhece seu valor e dignidade e que vislumbra neste trabalho possibilidades para uma condição de vida mais digna.

## REFERÊNCIAS

- ÁVILA, Maria Betânia de Melo (2009). *O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência*. Recife: Editora Universitária UFPE.
- BOURDIEU, Pierre (2012). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.
- BRASIL (1943). *Consolidação das Leis do Trabalho*. Decreto-Lei 5452 de 1943. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10766113/artigo-7-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943>. Acesso em 02/04/2016.
- \_\_\_\_\_. *Lei 5859 de 11 de dezembro de 1972*. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/842513.pdf>. Acesso em: 02/04/2016.
- \_\_\_\_\_. *Lei 10.208 de 23 de março de 2001*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10208.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10208.htm). Acesso em: 23/05/2016.
- \_\_\_\_\_. *Lei 11.324 de 19 de julho de 2006*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11324.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11324.htm). Acesso em: 23/05/2016
- BUTLER, Judith (2016). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed Usp.
- CARVALHO, José Murilo de (2002). *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- COSTA, Joaze Bernardino. *Controle de vida, interseccionalidade e política de empoderamento: as organizações políticas e as trabalhadoras domésticas do Brasil*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v26n52/11.pdf>. Acesso em 23/05/2016.
- CRENSHAW, Kimberlé (2002). *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Revista: Estudos Feministas, vol 10, p. 171-188.
- DIEESE (2013). *O emprego doméstico no Brasil*. São Paulo: DIEESE. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>. Acesso em: 02/10/2016.
- ESOCIAL (2015). *Módulo Empregador Doméstico*. Disponível em: [https://www.esocial.gov.br/doc/Manual\\_de\\_Orientacao\\_do\\_eSocial\\_para\\_o\\_Empregador\\_Domestico.pdf](https://www.esocial.gov.br/doc/Manual_de_Orientacao_do_eSocial_para_o_Empregador_Domestico.pdf). Acesso em: 07/10/ 2015
- FREIRE, Paulo (2003). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FIRMINO, Eugênio Pacelle de Moraes (2009). *Tocantins do passado (RE) construído e do presente em construção: história, escola, universidade e conhecimento*. Goiânia: Editora da UCG.
- HONNETH, Axel (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed Usp.

MARGALIT, Avshai (1998). *The decent society*. London, England: Cambridge University Press.

MARSHALL, Thomas Humphey (1978). *Cidadania, classe social e status*. Tradutor: Merton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

NEVES, Denise Carmen de Andrade (2008). *Inserção precoce de mulheres pobres no trabalho doméstico: um estudo de trajetórias*. Rio de Janeiro: (TESE) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social- UFRJ.

Organização Internacional do Trabalho - OIT. *Trabalho Decente*. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/apresenta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 23/05/2016.

RAWLS, John (1993). *Uma teoria da Justiça*. Lisboa: Presença.

VIDAL, Dominic (2003). *The language of Respect: The brazilian experience and the meaning of citizenship in modern democracies*. DADOS - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol 46, n. 2, p. 265-287.

WAISELFSZ, Julio Jacobo (2016) *Mapa da Violência: homicídios por arma de fogo no Brasil*. Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016\\_armas\\_web.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf). Acesso em 23/05/2016.

## REFLEXÕES SOBRE O TÉLOS E A EUGENIA NOS ESPORTES

### MONTEIRO DE BARROS JUNIOR, EVANDRO

Graduado em direito pelo Centro Universitário Fluminense - Faculdade de Direito de Campos-UNIFLU (2011). Pós-graduado em Direito Tributário - Universidade Anhanguera UNIDERP (2014). Mestrando em Cognição e Linguagem - UENF (2015/2017). Advogado e bolsista CAPES  
*evandroadv2009@hotmail.com*

### COSTA BARRETO MONTEIRO DE BARROS, ERIKA

Licenciada e graduada em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá (2007). Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental (ISECNSA) e mestre em Cognição e Linguagem pela UENF. Professora dos Institutos Superiores de Ensino do Censa no curso de graduação em Psicologia e coordenadora adjunta do curso de pós-graduação Lato Sensu em Terapia Cognitivo Comportamental. Professora pesquisadora do Curso de Psicologia junto ao programa voluntário de Iniciação científica (PROVIC). Psicóloga clínica e Institucional na Clínica Revit.  
*erikacostabarreto@yahoo.com.br*

### CASTRO COLARES JÚNIOR, ALONSO

Graduado em Teologia - Faculdade Unida de Vitória - ES  
Especialização em Filosofia da  
Religião - UFES. Mestrando em Cognição e Linguagem - UENF.  
*alonsocolares@gmail.com*

### RESUMO

Este trabalho versa sobre reflexões realizadas em sala de aula e durante a orientação no mestrado em cognição e linguagem da UENF, reflexões estas que perseguem o tema Eugenia nos Esportes como um subcapítulo da dissertação que está sendo produzida ao longo do curso, intitulada: Os limites morais da manipulação genética. Em análise da obra *Contra a Perfeição* do filósofo norte-americano Michael J. Sandel, percebemos que, no capítulo 2, denominado *Atletas Biônicos*, há um posicionamento do qual discordamos, que trata do que seria ou poderia ser o *télos* dos esportes, e ainda, sobre se um esportista de êxito seria produto somente da dádiva ou se o esforço pessoal falaria mais alto nesses casos, abarcando também o que diz respeito à manipulação genética de atletas, mais precisamente o uso de substâncias com o intuito de melhorar seu desempenho. Tecemos nestes escritos uma oposição ao que o referido filósofo defende sobre esses dois pontos e, para isso, nos utilizamos de bibliografias e análises comparativas de pessoas notáveis. **Palavras-chave:** Eugenia, télos, esporte.

### ABSTRACT

This work is about reflections did in the classroom during the orientation for master's degree in Cognição e linguagem in UENF, reflections that follow the theme eugenics in sports, that concerns in a subchapter of the dissertation that is being constructed over the course, entitled: The moral limits of the genetic manipulation. In analysis of the book *The case against the perfection*, from the north-American philosopher Michael J. Sandel, we realized that in the second chapter, named *Bionic athletes*, there is one positioning that we disagree, it is about what should be the *télos* of the sports, and still,

if one success sportsman could be a product only of the gift, or if the personal effort should be more important in those cases, covering also about the genetic manipulation in athletes, more precisely the drug use for having a better performance. We described in this article one opposition to Michael Sandel in these two points, and for this, we used the indicated bibliography and comparative analysis of remarkable people.

**Key-words:** Eugenics. télos. sport

## INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, podemos contar com grandes avanços não somente na tecnologia como também na alimentação própria para os atletas e nas técnicas que ajudam a melhorar o desempenho dos competidores. Desde as sandálias de folhas improvisadas por corredores olímpicos no mundo antigo até as vestimentas altamente hidrodinâmicas próprias para nadadores já disponíveis nos tempos atuais, há debates sobre o combate desleal entre os atletas, uma espécie de argumento no sentido de não haver, nesses casos, uma paridade de armas que proporcionaria uma competição justa. Tudo isso nos leva a pensar se deveria ou não ser considerado como desleal o uso de artifícios que ajudam a promover ou aumentar as potencialidades dos competidores. Para abordarmos essa questão, é necessário considerar qual é o *télos* do esporte e quais são os limites morais da manipulação genética no caso dos esportistas. Este trabalho pretende esclarecer qual é o *télos* dos esportes e evidenciar que a busca da perfeição nesse caso, ou seja, através da manipulação genética, deve ser avaliada com base em critérios distintos daqueles geralmente aplicáveis ao ser humano comum.

### 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao examinar a questão do melhoramento genético aplicado à prática de esportes, no livro intitulado *Contra a Perfeição*, o filósofo norte-americano Michael Sandel busca refletir sobre as razões e princípios que dariam conta de nossos escrúpulos morais face as técnicas utilizadas por esportistas com a finalidade de alcançar grandes feitos. Sandel conjectura que a utilização dessas técnicas poderia representar uma ameaça à nossa capacidade de agir de forma autônoma e livre, com a conseqüente diminuição de nosso sentimento de sermos os autores do que fazemos (pp. 25-6). Na linha desse argumento, no que tange ao esporte a noção de mérito desapareceria completamente. Contudo, Sandel não está convencido de que o problema estaria no fato de que o melhoramento genético arruinaria uma noção fundamental para o pensamento liberal, a saber, a meritocracia.

Na visão do filósofo o pressuposto liberal que norteia competições baseadas no mérito não seria o determinante dos nossos escrúpulos com relação aos atletas. Ele objeta que muita coisa relevante em nossas vidas é fruto do acaso, de dádivas, do que não depende do nosso esforço. Além disso, segundo ele, o esporte não teria a ver com esforço (pessoal), mas com excelência. Dito isso, exploraremos a ideia do que seria o verdadeiro *télos* dos esportes a partir de uma proposição apresentada pelo Professor Julio Esteves em suas aulas, o que nos proporcionou alcançar uma conclusão sobre o tema eugenia nos esportes.

## 1.1 A corrida do doping

Para falarmos de alcance de *records*, eugenia e a respeito do que seria o verdadeiro *télos* dos esportes, não poderíamos deixar de adentrar no tema polêmico e sempre atual que é o doping. Ousamos dizer que esse assunto é sempre atual por conta da importância dos grandes jogos, como são os Jogos Olímpicos e da tentação que passa pela mente dos competidores desde os primórdios das competições. A glória almejada por quem dedica quase que todo o seu tempo e esforço para buscar resultados inalcançáveis aos outros, parece ser muitas vezes tentadora, o que levaria atletas ao consumo de drogas aliado à promessa de obterem melhores rendimentos do que normalmente conseguiriam atingir.

Nas últimas décadas, tornou-se uma grande preocupação o consumo de drogas como EPO testosterona e esteroides com o intuito de aumentar os rendimentos de atletas por todo o mundo. Acontece que, segundo especialistas, essas drogas podem até proporcionar um sucesso momentâneo, o que ocasionaria melhores rendimentos em competições, mas em contrapartida os atletas arcam com grandes prejuízos, como danos irreversíveis à saúde<sup>1</sup>. Nesse sentido, embora muitos pesquisadores ligados à Agência Mundial Antidoping (World Anti-doping Agency - WADA) afirmem que competidores que por ventura utilizem medicamentos proibidos, mesmo que ganhem medalhas, irão perdê-las tempo depois, ainda há muitos que preferem arriscar<sup>2</sup>.

Nos bastidores de toda essa discussão polêmica, paira a seguinte pergunta: Sobre o mercado negro do doping, há mesmo quem queira que ele acabe, ou essa é apenas a vontade de alguns? Nesse meandro, cientistas travam o que poderíamos chamar de guerra da ciência contra a própria ciência para descobrir como identificar substâncias nos organismos dos atletas, substâncias que a ciência ainda não é capaz de detectar. Dia após dia milhões são empreendidos com o objetivo de desenvolver novas substâncias imunes aos exames anti-doping, e isso tornou-se uma guerra entre países, o que nos faz lembrar de um passado não muito distante, nas décadas de 1980 e 1990, e mesmo no século XXI, quando nos deparamos com presenças imponentes em competições, principalmente nos Jogos Olímpicos.

Como poderíamos nos esquecer da assustadora seleção feminina cubana de vôlei que sempre intimidava o Brasil nas competições? Aquelas meninas eram símbolos do que o socialismo pretendia apresentar ao mundo como superioridade de seu regime, o que levaria a um modelo de ser humano superior aos demais, algo que, segundo eles, deveria ser seguido por todos. No mundo da ficção, (ainda na esfera ideológica) o próprio Capitão América foi um sujeito franzino transformado em um super-combatente mediante experiências de laboratório com o objetivo de salvar o mundo dos nazistas. O clima de competição entre os países envolveu até mesmo o campo do entretenimento com a emocionante saga de Rocky Balboa em Rocky IV,<sup>3</sup> que também apresenta uma espécie de disputa declarada entre o “american way of life” e o modo autoritário socialista soviético, o que demonstra mais uma vez a engenharia biológica sendo utilizada a serviço de uma ideologia. Essa guerra ideológica pode ser facilmente percebida logo no início do filme na cena que mostra punhos rivais com as bandeiras americana e soviética, o que serve como um bom exemplo de um querer estatal em

1 <http://globofilmes.globo.com/video/a-corrída-do-doping-lancamento/>. Consultado em 02/11/16.

2 <https://www.wada-ama.org/>. Consultado em 02/11/16.

3 Filme americano de 1985. É o quarto filme da série Rocky. Disponível em [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Rocky\\_IV](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Rocky_IV)

busca do desportista perfeito. No campo da manipulação e ou intervenção genética, podemos utilizar o boxer russo Ivan Drago (no filme) como exemplo. O “Expresso Russo” contava com treinamento e suporte técnico de alto nível, assim como com o uso de anabolizantes; contudo, para os seus compatriotas, ele era um modelo de superatleta, um atleta perfeito, que havia atingido o objetivo do esporte, ou seja, ser insuperável e mostrar ao mundo a força de seu país. Quem se lembra do clássico deve se recordar que, embora a esposa e os treinadores do “Touro Siberiano” assegurassem que o atleta era treinado naturalmente, o filme exhibe cenas nas quais ele utiliza esteroides anabolizantes.

É possível inclusive identificar algumas frases de conotação ideológica que aparecem no filme, como por exemplo, Apolo dizendo: “Eu não estou bravo com ele, eu só quero mostrar ao mundo que a Rússia não tem os melhores atletas”, ou mesmo dirigindo-se ao seu discípulo: “Isso não é só uma exibição que não significa nada. Somos nós contra eles”!

Em oposição, o treinador soviético afirmou na mídia: “É uma questão de tamanho e evolução. Drago é o mais perfeito atleta que já foi treinado, é a visão do futuro”. Entre o primeiro e o segundo *round*, o *coach* diz ao lutador russo: “O americano é pequeno e fraco”, já entre o segundo e o terceiro *round* o *coach* de Balboa o incentiva: “Você machucou ele, viu? Ele não é uma máquina”.

Deixando um pouco a questão do idealismo de lado, o que é preocupante no que toca a produção, a grande demanda de mercado e principalmente o uso dessas drogas por atletas é o fato de que federações no mundo todo figuram como partes em processos de toda sorte, mas ao mesmo tempo são os próprios juizes dessas questões, o que compromete a lisura das decisões.

Há no mundo científico pesquisadores que afirmam que somente após 10 anos da conquista de medalhas é que se saberá ao certo quem realmente mereceu a vitória, de modo que, a questão moral envolvida nesses debates parece estar tão arraigada na cultura de cada um que a triatleta suíça Nicola Spirig<sup>4</sup> chegou a sugerir em A corrida do doping que todos os envolvidos nesses casos sofressem pena de prisão. A triatleta inclusive externou que se sente muito triste por duvidar dos seus concorrentes, pois nunca sabe se eles estão limpos ou não. (A CORRIDA DO DOPING, 2016).

Outra parte importante desse debate e que se revela muito séria é a assertiva do especialista Ramon Cugat de que a terapia celular teria assumido um papel indispensável na recuperação e no desenvolvimento dos atletas e ocasionado uma tendência à aprovação pela Agência Mundial de Saúde, ou seja, o que teria começado de maneira ilegal tornou-se uma prática lícita por conta da pressão dos poderosos do futebol. (IBIDEM).

Essa afirmativa demonstra que o livro de Sandel (Contra a perfeição), no momento em que versa sobre a terapia celular, já está superado, visto que tal terapia já é permitida nos dias de hoje.

No futuro, a dopagem genética (por ter um rastro maior de duração do que as de hoje) será, segundo alguns, mais facilmente detectável, todavia, será que até lá a nova

4 <http://www.nicolaspirig.ch/en/home.html>. Consultado em 02/11/16.



concepção de esportistas estará refém das pressões institucionais que, por conseguinte, irão tornar lícitas a produção, a venda e o consumo dessas substâncias de acordo com a demanda? Seria o esporte é uma mentira? Se sim, essa mentira seria algo que começou hoje ou algo que já existe desde que os antigos gregos forjaram as primeiras sandálias de folhas para protegerem seus pés nas grandes corridas? Atletas melhorados pela biotecnologia e pelo uso de próteses podem ser considerados uma farsa? Como será a definição do ético ou permitido moralmente daqui a 30 anos?

Para nós, é no mínimo interessante considerar que devido a certas convenções e a necessidade de atletas, a dopagem poderá passar a não ser uma prática considerada ilícita ou até mesmo imoral. Mas será que na esfera dos esportes isso pode ser considerado tão errado ou imoral como no caso da manipulação genética do homem comum?

Na página 40 (do livro em inglês), Sandel finalmente exprime seu posicionamento. Ele parece acreditar que o principal problema das terapias de melhoramento e da engenharia genética está pautado no fato de que elas representariam uma espécie aspiração prometeica no sentido de remodelar a natureza humana para servir os nossos propósitos e satisfazer nossas vontades. Ao examinar a questão do melhoramento genético de esportistas, Sandel apresenta o que seria uma razão para nossos escrúpulos morais quanto a certas técnicas nesse âmbito, a saber, a ameaça que isso representaria à nossa capacidade de agir livre e autonomamente, com a consequente diminuição de nosso sentimento de sermos os autores do que fazemos (pp. 25-6). Por conseguinte, aplicado ao caso do esporte, a noção de mérito desapareceria. Assim, Sandel se opõe à concepção liberal que coloca ênfase na noção do valor do próprio esforço, na meritocracia e argumenta contra o pressuposto liberal que muito de nossa vida é determinado por dádivas, por coisas que não dependem do nosso esforço. Além disso, segundo ele, o esporte não teria a ver com esforço (pessoal), mas com excelência.

Em contrapartida, nós diríamos diferente, uma vez que acreditamos que no caso dos esportes o que determina o êxito dos atletas não é mais o talento do que o treino intenso (esforço pessoal). Estamos mais inclinados a pensar conforme a conhecida frase de Thomas Edison: “Talento é 1% inspiração e 99% transpiração. O grande músico erudito Mozart é conhecido até hoje por ter sido um “prodígio da natureza”, mas sua história foi diferente. Essa glória foi proporcionada não somente pela genética de seus ancestrais (avô materno e seu pai), que eram habilidosos artistas, mas sim por meio de uma prática árdua que o tornou um exímio instrumentista. Esse exemplo serve também para afiançar nossa tese de sobre o desempenho dos esportistas e a respeito do que seria o *télos* dos esportes.

Da mesma forma que o pai do músico o direcionou à prática durante longas horas diárias e o proporcionou algo inacreditável, como o aprendizado das oito peças do livro de música de Nannerl, aos quatro anos de idade (algo considerado impossível até então), podemos observar um comportamento bem parecido do pai do nosso craque Neymar desde quando o garoto começou a andar. O talento de Neymar é facilmente visível, mas o que seria dele sem a prática reiterada dos movimentos e das técnicas, bem como sem o preparo físico que o revelou um destaque nos campos? Desse modo, acreditamos que o esforço faça a verdadeira diferença no final, sendo possível afirmar, mesmo que empiricamente, que na convivência de pessoas de extremo talento, mas que nada fazem para potencializá-los, ao invés de se tornarem pessoas virtuosas se revelam

verdadeiros fracassados. Nesse prisma, do que adianta a “dádiva” sem o esforço e o comprometimento? É claro que falar em meritocracia em uma sociedade com valores de justiça e igualdade tão deturpados não é tarefa fácil, mas nesse aspecto preferimos apostar nos esforçados.

Outro exemplo de superatleta é o jogador de futebol lusitano Cristiano Ronaldo, que vem de maneira surpreendente acumulando títulos e batendo recordes sem parar ao longo de sua carreira. Fora a acumulação de títulos e a insuperável média de 1,17 gols por partida, o desportista surpreende a cada jogo com sua explosão muscular, velocidade e outros atributos que fazem dele o melhor jogador de futebol de todos os tempos.

Afinal, quais são os segredos por trás desse grande atleta? Será que todo esse sucesso nas competições é fruto somente de uma genética favorável à modalidade esportiva que ele escolheu praticar, ou existe alguma intervenção externa responsável por isso?

Um jornalista português chamado Luís Miguel Pereira escreveu uma biografia do jogador intitulada “CR 7 - Os segredos da máquina” no intuito de tentar explicar o porquê de todo esse sucesso. Em uma entrevista o autor mencionou que para o atleta é tudo muito natural, superar recordes é só uma questão de tempo<sup>5</sup>.

Ocorre que para os cidadãos comuns, o desempenho do jogador é algo que simboliza o limite do homem e que nos faz perguntar: Como ele consegue realizar isso tudo? Seria sua completude fruto somente de uma genética privilegiada?

Essa pergunta é o que o biógrafo de Cristiano Ronaldo tenta responder em seu livro mencionando velocidade e força do atleta (resultantes em uma magnífica explosão muscular) seriam oriundas de qualidades geneticamente herdadas de sua avó paterna, uma africana de Cabo Verde.

Ocorre que essa herança genética, por mais acentuada que possa ser, não faz dele o que ele realmente é, visto que o jogador conta com o melhor que a tecnologia pode proporcionar a um atleta. Além de todo o aparato técnico e alimentação regrada de acordo com nutricionistas, ele treina em uma máquina “futurista” desenvolvida pela NASA. Essa máquina simula um ambiente que diminui a força da gravidade e consequentemente o peso de quem corre nela. Em outras palavras, a máquina permite que o seu usuário corra com pelo menos 80% a menos que seu peso real, ou seja, um homem de 100 Kg corre nessa esteira com o peso de uma criança de somente 20 Kg.

Esse grande invento da ciência e da tecnologia permitiu que o atleta não forçasse seu tornozelo operado e que pudesse continuar treinando sem problemas para desenvolver suas habilidades e capacidades aeróbicas, ao invés de ter que passar meses ou até anos sem poder treinar, comprometendo sua carreira como acontecia com os atletas lesionados no passado.

O biógrafo complementa que Cristiano Ronaldo não treina somente o futebol, mas que se revelou um exímio jogador de tênis de mesa desde criança e que pratica até hoje essa modalidade, o que o permite desenvolver ainda mais suas habilidades de coordenação motora e psicológica, que são fundamentais para o desempenho em campo.

5 <http://globoesporte.globo.com/eu-atleta/saude/noticia/2015/01/esteira-especial-usada-por-cr7-deixa-correr-com-reducao-de-80-do-peso.html>

Como vimos o resultado final do melhor do mundo não é só baseado em sua genética, mas também em um complexo conjunto de fatores externos, e sendo assim, por que não falarmos em uma possível manipulação genética em favor dos atletas?

## 1.2 As *altitude houses*

Além das inúmeras drogas existentes e consumidas por esportistas que almejam resultados além de suas capacidades, hoje existem algumas técnicas que nos convidam a refletir sobre sua validade moral, como, por exemplo, o emprego das “altitude house” (p. 32 e segs.) e de outros mecanismos destinados a aumentar artificialmente a quantidade de glóbulos vermelhos no sangue dos atletas, questões que Sandel explora no livro citado.

A utilização das “altitude houses” é uma técnica que utiliza o ambiente para condicionar o organismo dos atletas a terem desempenhos melhores nas competições, algo diferente dos outros métodos como, por exemplo, transfusões e injeções de eritropoietina (EPO), um hormônio produzido pelos rins que estimula a produção de glóbulos vermelhos.

Consideramos que a estadia na “altitude house” não apresenta qualquer problema moral, desde que essa prática passe a ser comprovadamente segura para a saúde dos atletas, de maneira que o tempo utilizado lá possa ser como o de um jogo no qual o atleta que se sair melhor vencerá. Tendo em vista que o treinamento nessas casas visa submeter os competidores à resistência ao clima, pressão atmosférica e a outras dificuldades, mas não altera geneticamente seus corpos e organismos como fazem as drogas, injeções e transfusões, podendo ou não, ser suportado ou até mesmo eficiente ao desempenho dos esportistas de acordo com o que cada um, através do que já é naturalmente (a genética pode ajudar) e do seu próprio esforço e empenho, poderá aproveitar em seu favor. Por esse motivo, não detectamos qualquer objeção moral a utilização das “altitude houses”.

Já os outros métodos, que inclusive foram banidos pelo Comitê Olímpico Internacional até o momento, dizem respeito ao uso de drogas pelos atletas, o que consideramos mais sério, em virtude do perigo à saúde dos atletas, e como já versamos sobre a integridade física dos esportistas e também a respeito de suas almeçadas performances, adentraremos agora no que definiríamos como o *télos* do esporte.

## 1.3 Qual é o *télos* do esporte

Sandel argumenta que nossas restrições sobre o uso de drogas e outros artifícios não dizem respeito somente à saúde dos atletas, mas também, e principalmente, à integridade e essência do esporte, ao *télos* do esporte (p. 38). Considerando a hipótese de que os esportistas pudessem ser ou como se fossem equiparados a representantes da humanidade para demonstrar os limites do que o humano pode alcançar, existe uma preocupação atual quanto ao que o esporte pode se tornar. Será que estamos próximos do fim dos limites humanos? Será que estamos caminhando no sentido que irá nos levar a perda dessa régua? O esporte não parece ter tão somente o objetivo de entreter o espectador, mas sim algo de maior nobreza que é a missão de exaltar as qualidades humanas, o que exige a união entre o talento e o esforço, o segundo em maior importância para nós, no intuito do objetivo maior que é o de quebrar recordes.

Há uma enorme diferença entre espetáculo e esporte, em outros termos, uma coisa é o espetáculo proposto pelos Harlem Globetrotters e o desempenho insuperável do Dream Team, que possui o intuito de ultrapassar metas. Essa questão nos fez recordar, a título de exemplo, o filme *Space Jam*, estrelado por Michael Jordan, uma forma divertida de passar algumas tardes da década de 1990, acontece que aquela equipe não travava verdadeiras disputas, mas realizavam uma espécie de espetáculo de circo.

A diferença entre esporte e espetáculo nos parece bastante clara. Cabe frisar que no esporte sempre há, de certo modo, um espetáculo, mas na essência de uma apresentação artística não há o objetivo peculiar a prática esportiva (profissional).

Sob o ponto de vista do espectador (pagante), o que ele espera quando vai ao maracanã assistir seu time jogar? É claro que ele espera a vitória do seu time e gols que garantam a artilharia com quebra de *records* e, para isso, é necessário que a equipe se empenhe o máximo no objetivo de vencer, de modo que, a mínima parte que toca ao espetáculo no jogo é reservada as jogadas incríveis como olés, canetas e balõezinhos. Tudo isso é belo, mas não faz o time ganhar o jogo. Do mesmo modo se comporta o torcedor do Dream Team, que é um time considerado perfeito (equilibrado) e que visa o objetivo de fazer cestas. É claro que entre uma jogada e outra há performances exibicionistas que embelezam o jogo, mas ninguém está ali senão para vencer. É dessa forma que classificamos o *têlos* do esporte, no sentido de atingir *records* e não de apresentar pura e simplesmente um espetáculo.

#### 1.4 Até quando os esportes resistirão?

Sandel admite que nem toda inovação corrompe ou degenera a prática esportiva (p. 37). Algumas até põem em relevo o que há de essencial nela, por exemplo, o caso dos pés calçados em oposição aos pés descalços, o que proporcionou estabilidade às competições e aos próprios competidores, que se livraram de pisar em pedras e espinhos. O mesmo se aplica as vestimentas aerodinâmicas dos nadadores que oferecem um desempenho maior nas piscinas. Quanto a essas melhoras não constatamos qualquer objeção moral. Acreditamos que nesse ponto vem à baila um aspecto importante dessa discussão que é o das equipes no *background* dos grandes atletas e da indústria de produtos e acessórios utilizados por eles. Tudo isso faz parte da competição e não encontramos objeções morais quanto a esse tópico, muito pelo contrário, essas inovações contribuem para a melhor atuação dos esportistas e equilibram os jogos.

Diante dessas reflexões, nos parece que os esportes correm grande risco de extinção. Imaginemos a hipótese de em um futuro próximo termos duas ligas desportivas, uma composta por atletas ao natural, e outra composta por atletas artificialmente melhorados. Acreditamos que haja mercado para isso, mas que corremos um sério risco de perdermos o senso do humanamente possível. Podemos conceber que seria curioso assistir durante alguns minutos pessoas modificadas geneticamente levantando SUV's, mas isso perderia logo a graça.

Há, porém, algo de perigoso nisso tudo, como o problema de se utilizar o ser humano como mero instrumento para afiançar regimes político-ideológicos, como já aconteceu em diversos momentos da recente história do mundo como, por exemplo, as competições entre as cidades gregas da antiguidade, que "Era uma ocasião em que se desenvolvia

o que já foi classificado de “uma guerra sem armas” e que propiciava o exercício das disputas entre as póleis, em situação controlada, definida por regras”. (HIRATA, E. F. V. 2009).

Já naquele tempo havia uma busca pela excelência em diversas modalidades que cada cidade grega acreditava ser ideal:

A competição entre as cidades envolvia, pois, os vários tipos de excelência entendidos como ideais na cidade grega. Ao vencedor cabia, tanto a glória individual pelo feito extraordinário realizado como, e talvez principalmente, o mérito de ter alçado a sua cidade a uma posição de destaque frente à comunidade pan-helênica. (IBIDEM).

## RESULTADOS ALCANÇADOS

As reflexões feitas em classe fizeram com que nos inclinássemos a acreditar que, no caso dos esportes, o que determinaria o êxito dos atletas seria não tanto o talento do esportista, mas o treino intenso e o esforço pessoal, como exemplificado nos casos apresentados como o do músico erudito Mozart e dos jogadores de futebol Neymar e Cristiano Ronaldo.

Embora o filme *Amadeus* potencialize a ideia de que a grandiosidade de Mozart seja oriunda de dádiva, o que o tornou conhecido como um “prodígio da natureza”, a glória do compositor não teria sido alcançada somente por conta de sua herança genética, da mesma forma que Neymar e Cristiano Ronaldo também não podem ser considerados como produtos somente de uma boa genética.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As principais conclusões deste trabalho nos direcionam a crer que diferentemente do que propõe Michael Sandel nas obras utilizadas como referência bibliográfica, os esportes tem como *télos* o alcance *records* e não o simples objetivo de apresentar um espetáculo, e é justamente por causa desse *télos* (peculiar à prática esportiva), que chegamos à conclusão de que a eugenia nos esportes deve ser encarada com um olhar diferente da eugenia que se refere ao homem comum.

## REFERÊNCIAS

Arapy Produções, GloboNews, Globo Filmes . (2016) *A corrida do doping*. Dirigido por MARKUN, Paulo. Ficha técnica: Direção: Paulo Markun; Roteiro: Paulo Markun; Pauta: Kitty Balieiro; Direção de Fotografia: João Markun, Marcelo Amiky; Direção de Produção: Leila Chagas; Montagem: Vitor Lopes; Arte Gráfica: Sergio Sanchez; Câmera: Thiago Mello. Brasil/França.

BAKER, Richard. (1988). *Wolfgang Amadeus Mozart*. Tradutor: Marco Antônio Esteves da Rocha - 2ª Edição. Jorge Zahar Editor - RJ.

ESTEVES, Julio Cesar Ramos, (2016). *Proposições em sala de aula e orientação* - UENF.

SANDEL, M. J. (2007) *The case against perfection: ethics in the age of genetic engineering*. First Harvard University Press paperback edition, 2009.

SANDEL, M. J. (2009) *Justice: what's the right thing to do?* Farrar, Straus and Giroux. New York.

## A TRANSPARENCIA E A DEMOCRATIZAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO

**MATTOS, Simone Brilhante**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense  
s.brilhante@uol.com.br

### RESUMO

Com as grandes mudanças ocorridas após a Constituição de 1988, no âmbito do poder judiciário foi criado o Conselho Nacional de Justiça. Este teve como objetivo principal a democratização do Poder Judiciário, pois aquele sistema judiciário não mais correspondia aos anseios da sociedade civil, que desejava um judiciário que correspondesse as expectativas e valores ligados a dinâmica, modernidade e ética. As atribuições disciplinares do CNJ, além da gestão institucional, passaram a resgatar a credibilidade e confiança para a sociedade. Atualmente, vê-se um judiciário moderno tecnicamente, com a missão de concretização da transparência, como valor institucional. Contudo sua estrutura sistêmica não corresponde aos anseios da sociedade, o que se afigura uma tensão externa entre a sociedade e o sistema fechado deste poder, como também as tensões internas entre seus atores, o que se impõe uma reflexão sobre a estrutura sistêmica do judiciário nos tempos atuais, trazendo ao estudo a análise da teoria sistêmica de Luhmann, e a teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas.

**Palavras-Chave:** controle externo, democracia, Plano Estratégico Nacional do Judiciário

### ABSTRACT

With the great changes after the 1988 Constitution, we highlight in the judiciary the creation of the National Council of Justice aiming the democratization of this power. In addition to the disciplinary assignment of the CNJ, its administrative management is relevant, because through some normative resolutions has implemented the need for democratization which appears in its institutional mission to search for values such as transparency, moral and greater citizen participation. So the CNJ data analysis and research of current strengths and issues arising from systemic judicial structure is the object of this work. Currently, we see a modern judiciary technically, but its systemic structure does not meet the expectations of society, which seems an external voltage between the company and the closed system of this power, as well as internal tensions between its actors. The research and studies conducted leads us to reflect on the systemic structure of the judiciary in modern times, where wonders if the realization of democracy through communicative citizen action with the court system, it may be possible to reflect on the systems theory of Luhmann, and the theory of Communicative Action by Jürgen Habermas.

**Keywords:** external control, democracy, the National Judiciary Strategic Plan

## 1. INTRODUÇÃO

A questão trazida para reflexão implica no estudo e análise da transparência como elemento de valor e missão a ser seguido pelo plano gestor nacional do poder judiciário, e quais as dimensões das edições das resoluções normativas do Conselho Nacional de Justiça como instrumentos de efetivação da democratização do judiciário. Foi efetuada análise de campo utilizando-se dados coletados no site do CNJ, e associações de Juizes, bem como análise aos dados sobre transparência pela FGV-epabe. O estudo e análise da transparência é necessário, vez que, se destaca como elemento de valor institucional do Poder Judiciário. Foi analisado o conceito de transparência e suas dimensões legais e ligada a accountability e controle social.

O CNJ realizou um censo<sup>1</sup>, sendo a primeira pesquisa destinada a traçar o perfil de magistrados e servidores de todos os tribunais e conselhos que compõem o Judiciário Brasileiro. Foi realizado em 2013, onde todos os magistrados e servidores espalhados pelo Brasil tiveram a oportunidade de responder aos questionários eletrônicos, de modo independente e sigiloso, para que o CNJ pudesse retratar da melhor forma possível quem são e o que pensam os integrantes do Poder Judiciário. Para tanto foi disponibilizado três tipos de relatórios, conforme abaixo colacionado que procuram suprir lacuna histórica da ausência de informações de dados detalhados acerca das características pessoais e profissionais de magistrados e servidores, o que viabiliza a primeira oportunidade de transparência das opiniões e avaliações das políticas do judiciário, principalmente seus tribunais.

- 1) **Vetores Iniciais e Dados Estatísticos - VIDE<sup>2</sup>** - O relatório apresenta dados estatísticos com as principais características pessoais, profissionais e com as opiniões presentes no censo de magistrados e servidores. Não há análises dos dados, mas apenas os principais números que, sempre que possível, detalham os distintos ramos de Justiça
- 2) **Metodologia dos relatórios por Tribunal<sup>3</sup>** - Os 138 relatórios por tribunal apresentam os principais dados estatísticos de cada um dos tribunais e conselhos que compõem o Poder Judiciário. Por serem mais detalhados, os relatórios por tribunal dos magistrados não foram apresentados para aqueles tribunais com poucos magistrados, como os Tribunais Superiores e os Conselhos Superiores. Como cada magistrado só poderia responder a pesquisa apenas uma vez, nos Tribunais Eleitorais os dados dos magistrados são apenas daqueles da classe dos juristas. Os juízes estaduais e federais que acumulam a função eleitoral responderam sempre por seus tribunais de origem. Em vista do reduzido número de juízes eleitorais da classe dos juristas, nestes relatórios apenas constarão as informações dos servidores.
- 3) **Séries Temáticas 1 Percepções dos servidores sobre os desafios da gestão judiciária<sup>4</sup>** As séries temáticas tratam dos assuntos mais relevantes para auxiliar as ações estratégicas e as políticas judiciárias. São textos com aprofundamentos e recomendações, úteis para todos os setores dos tribunais com interesse em utilizar as informações e conclusões possíveis com base nos dados da pesquisa.

1 <http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias>

2 <http://www.cnj.jus.br/images/dpj/CensoJudiciario.final.pdf>

3 <http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/censo-do-poder-judiciario/79054relatorios-por-tribunal>

4 <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2015/12/6924ca7487b230769b634b2d7cef333e.pdf>

Inicialmente, foi analisado apenas os dados estatísticos realizados em 2014, em face aos **Vetores Iniciais e dados Estatísticos do Censo do Judiciário** onde se verifica os resultados preliminares da pesquisa realizada com magistrados e servidores em relação a opinião quanto a adoção de metade produtividades positivas para o poder judiciário: foi levantado que 72,5% entende que tais medidas foram positivas; e também entenderam que a meta de produtividade foi positiva para o cidadão, 72,5% dos servidores e magistrados.

Em relação a coleta de dados dos tribunais, com as devidas resposta verificadas nos relatórios do CNJ, efetuei algumas análises separando alguns tribunais, pois os índices de resposta não destoam em relação aos demais tribunais e aos servidores e magistrados.

Foram escolhidos em relação ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Tribunal Regional Federal da 2ª região, Tribunal Regional do trabalho da 1ª região, e STJ, respectivamente, concordam que a adoção de medidas das metas dos tribunais, em face a efetivação da celeridade da atividade jurisdicional.

SEVIDORES	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	Tribunal Regional Federal da 2ª Região	Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	Superior Tribunal de Justiça
Concordam que a adoção de metas pelo Tribunal é positiva para o Judiciário	70,1%	81,5%	78,4%	86,7%
Concordam que a adoção de metas pelo Tribunal é positiva para o cidadão	69,4%	83,0%	79,6%	85%
Concordam que a adoção de metas pelo Tribunal é positiva para o servidor	46,5%	62,3%	57,4%	68,7%

MAGISTRADOS	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	Tribunal Regional Federal da 2ª Região	Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região
Concordam que a adoção de metas pelo Tribunal é positiva para o Judiciário	75,5%	78,5%	60,4%
Concordam que a adoção de metas pelo Tribunal é positiva para o cidadão	73,1%	76 %	57,6%
Concordam que a adoção de metas pelo Tribunal é positiva para o servidor	64,9%	59,2%	52,1%



Quanto aos resultados do projeto acima destacado, e que refletem o autoconhecimento da justiça brasileira, utilizei a referida análise da visão da estrutura interna do sistema do judiciário em relação, especificamente, a percepção sobre a satisfação do cidadão em relação as metas para a efetivação de uma justiça célere e eficiente, pesquisada pelo CNJ. Pela análise do senso disponibilizado pelo CNJ e as acima dispostas na planilha, vemos na percepção da estrutura sistêmica do judiciário que se entende que os procedimentos internos sobre as metas de celeridade são favorável ao cidadão.

Entretanto, objetivando uma análise comparativa, procurei efetuar coleta de dados pelo *Índice de Confiança na Justiça brasileira – ICJBrasil*<sup>5</sup> – que é um levantamento estatístico de natureza qualitativa, realizado em sete estados brasileiros, com base em amostra representativa da população. Sob a coordenação da Prof. Luciana Gross Cunha, o *ICJBrasil* é publicado trimestralmente pela FGV- Escola de Direito de São Paulo.

O seu objetivo foi acompanhar de forma sistemática o sentimento da população em relação ao Judiciário brasileiro, com enfoque na confiança do cidadão, objetivando identificar se a sociedade acredita que a instituição pública cumpre a sua função com qualidade.

O que motivou a criação destes levantamentos estatísticos anuais foi a crise no sistema de Justiça. As pesquisas mostram que as questões são antigas e que se referem à eficiência do Judiciário, do ponto de vista do tempo e da burocratização de seus serviços, a sua legitimidade vem sendo questionada desde o início da década de 1980.

Atualmente, com a criação do Conselho Nacional de Justiça em 2005, alguns avanços na produção e publicação de dados sobre o Judiciário brasileiro, exemplo disto é a “Justiça em Números”; nas suas mais diversas organizações e instâncias, pode-se perceber que aqueles problemas que originaram a chamada reforma do judiciário, ainda perduram. As informações disponibilizadas pelas sites do judiciário mostram dados objetivos sobre a forma pela qual a instituição é confiável em termos de eficiência, imparcialidade e honestidade. Partindo da premissa de que essas informações compõem um discurso auto legitimatório do sistema jurídico, e de que essa última afeta de forma definitiva valores éticos e morais e que estão conectados com a democratização do aludido sistema, a pesquisa criada e aplicada retratar sistematicamente a confiança da população no Poder Judiciário.

Neste sentido a coleta de dados foi realizada e destacamos os anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, apenas em relação à pesquisa formulada sobre a confiança do cidadão no judiciário.

No primeiro semestre do ano de 2016, o Índice de Confiança é de **29%**, sendo que nesse período, foram entrevistadas 1.650 pessoas distribuídas pelo Distrito Federal e por sete Estados: Amazonas (150), Bahia (200), Minas Gerais (300), Pernambuco (150), Rio de Janeiro (200), Rio Grande do Sul (150), São Paulo (350) e Distrito Federal (150).

No segundo semestre do ano de 2015, o índice de confiança era de **32%**, neste período, foram entrevistadas 3.300 pessoas distribuídas pelo Distrito Federal e por sete Estados: Amazonas (301), Bahia (400), Minas Gerais (600), Pernambuco (300), Rio de Janeiro (400), Rio Grande do Sul (300), São Paulo (698) e Distrito Federal (301).

5 <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6618>

No primeiro e quarto trimestre do ano de 2014 o índice de confiança era de **30%**, foram entrevistadas 6.623 pessoas distribuídas pelo Distrito Federal e por sete Estados: Amazonas (602), Bahia (806), Minas Gerais (1.208), Pernambuco (600), Rio de Janeiro (799), Rio Grande do Sul (601), São Paulo (1.407) e Distrito Federal (600).

No segundo trimestre do ano 2013 ao primeiro trimestre de 2014 o índice de confiança era de **32%**, foram entrevistadas 7.176 pessoas distribuídas pelo Distrito Federal e por sete Estados: Amazonas (630), Bahia (885), Minas Gerais (1.305), Pernambuco (653), Rio de Janeiro (871), Rio Grande do Sul (631), São Paulo (1.550) e Distrito Federal (651).

No primeiro semestre do ano 2013 o índice de confiança era de **34%**, foram entrevistadas 3.304 pessoas distribuídas por sete Estados e o Distrito Federal: Amazonas (301), Bahia (403), Minas Gerais (598), Pernambuco (300), Rio de Janeiro (399), Rio Grande do Sul (304), São Paulo (700) e Distrito Federal (299).

No primeiro trimestre do ano de 2012 o índice de confiança era de **42%**, foram entrevistadas 1.550 pessoas distribuídas por seis Estados e o Distrito Federal: São Paulo (559), Minas Gerais (270), Rio de Janeiro (217), Bahia (199), Rio Grande do Sul (154), Pernambuco (120) e Distrito Federal (31).

O estudo sobre os rumos para a democratização do Poder Judiciário teve como análise inicial o surgimento do Conselho Nacional de Justiça, órgão do judiciário com atribuições de controle externo deste poder. Com a promulgação da Constituição de 1988, mudanças tornaram-se necessárias, pois a sociedade tinha como imagem um judiciário opaco, corporativista, ineficiente, com práticas de nepotismo, distante do jurisdicionado, o que gerou desconfianças e insatisfações, naquele momento.

O surgimento do Conselho se deu com a emenda 45 de 2004, e posterior regulamentação constitucional do art. 103-B, e dentre sua competência, o aperfeiçoamento administrativo na política e gestão do Judiciário.

O modelo institucional do Judiciário, trazido na Carta Constitucional, reflete e reforça seu papel também na arena política como uma instância superior de resolução de conflitos entre o Legislativo e Executivo, e destes poderes com os particulares, que se julguem atingidos em seus direitos e garantias consagrados na Constituição, além do controle de constitucionalidade com a participação de partidos políticos, de governadores de estado e de confederações e entidades sindicais neste processo de judicialização da política. As sucessivas medidas judiciais de Mandados de Segurança e Ações de Inconstitucionalidade promovidas por algumas Associações de Magistrados contra o conselho, nos permite concluir a turbulências enfrentadas pelo STF, e que perdura na atualidade.

Contudo, as circunstâncias presentes nos levam a pensar nas questões que motivaram a reforma do judiciário de 2005, onde se criou o Conselho Nacional de Justiça, e que parecem subsistirem, os elementos motivadores para a implementação da democratização no poder judiciário. As atuais análise da estrutura sistêmica deste poder, através dos dados acima coletados pelo Índice de Confiança na Justiça no Brasil - ICJBrasil, nos remete a seguinte indagação: Por que a cada ano o índice de confiança no Judiciário diminui?

As análises trazidas pelo CNJ, também nos remete a pensar sobre o distanciamento do judiciário para com a sociedade civil, haja vista, que dentro de sua concepção entende que o cidadão brasileiro está satisfeito com os atuais procedimentos de celeridade e eficiência nas metas apresentadas. Ademais, as análises efetuadas nos remetem aos atuais conflitos internos do campo jurídico com vários discursos de associações de servidores e magistrados que passaram a se manifestar quanto as suas insatisfações, e divergências. Hoje temos os progressistas e os conservadores em tensão e na disputa de dominação do poder naquele campo jurídico (BOURDIEU, p.226), essas disputas no meio jurídico se fundamentam na separação entre profissionais, e entre não profissionais, onde a racionalização constante delega poderes autônomos, impondo um sistema jurídico próprio inteligível para seus agentes e sujeitando a sociedade a sanções produzidas por esses códigos.

Dentre as etapas efetuadas neste estudo, as resoluções normativas do CNJ propiciaram a inserção de valores a serem alcançados pelo Judiciário, com uma nova retórica através da transparência, credibilidade, participação do cidadão, dentre outros valores inseridos, vejamos adiante.

### **O PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO JUDICIÁRIO E A TRANSPARÊNCIA**

Percebe-se que o CNJ, através do seu Plano Estratégico Nacional passou a implementar valores e objetivos a serem seguidos como diretrizes pelo poder judiciário, o que vem refletindo nas pesquisas efetuadas no senso do Conselho. Equitativamente foram editadas várias resoluções que trazem como atributos de valor para o judiciário a transparência, responsabilidade social e a ética, dentre outros atributos que deverão ser seguidos pelo sistema interno dos tribunais de todo Brasil. Inegável que com a inserção de novos valores mudanças estão aparecendo nas organizações ligadas à atividade judiciária. O destaque da atuação do Conselho é relevante, pois este vem atuando, em que pese as resistências, com o objetivo da concretização da democratização do Judiciário. Pode-se destacar para melhor ilustrar a análise do tema algumas resoluções instituídas:

- 1) Resolução 70, que se criou o Plano Estratégico Nacional do Poder Judiciário;
- 2) Resolução nº 128, que foi o resultado da necessidade vivenciada pelo Judiciário de resgatar a confiança e a credibilidade da sociedade, através da implementação e promoção de atributos de valor para a sociedade como o de: credibilidade, Celeridade, Modernidade, Acessibilidade Imparcialidade, Transparência, Controle Social, Ética, Probidade, Responsabilidade Socioambiental;
- 3) Resolução 102, que orienta os tribunais para que haja divulgação na internet de informações as remunerações de magistrados e servidores. A resolução determina que os tribunais tornem públicos todos os seus gastos, inclusive despesas com passagens, diárias, contratação de serviços e obras.
- 4) Para garantir e ratificar esta preocupação o CNJ publicou a resolução de nº 151, que determinou a divulgação nominal da remuneração dos membros e servidores do judiciário, apresentando-se através de dados a folha de pagamento.

- 5) Por final a Resolução 198/2014 do CNJ para o Plano Estratégico Nacional do Poder Judiciário, efetiva a concretização da transparências trazida como valor a ser implementado no sistema do judiciário através de uma relação participativa do cidadão.

Para melhor destacar a busca por uma democratização do judiciário, importante que se analise o que seja transparência no ordenamento jurídico brasileiro. A regulamentação da transparência por meios normativos, nos permite dizer que desejou o legislador instituir procedimentos necessários na gestão pública para coibir desvios e ilegalidades e efetuar a dinâmica de procedimentos como medida de prevenção a estas anomalias institucionais.

## TRANSPARÊNCIA

O estudo e análise até aqui efetuados, confirmam que mesmo com os comandos legais no texto constitucional para que seja implementado mecanismos que concretizem a transparência pública como procedimento a ser efetuado por toda a administração pública, ainda estamos distantes de mecanismos procedimentais em direção a implementação do princípio transparência.

Como já foi acima destacado a regulamentação da transparência por meios normativos, nos permite refletir se desejou o legislador a efetivação da democracia instituindo procedimentos necessários na gestão pública para coibir desvios e ilegalidades e efetuar a dinâmica de procedimentos como medida de prevenção a estas anomalias institucionais.

O estudo e análise até aqui efetuados, confirmam que mesmo com os comandos legais no texto constitucional para que seja implementado mecanismos que concretizem a transparência pública, como procedimento a ser efetuado por toda a administração pública, certo é que ainda estamos a passos lentos em direção a implementação do princípio transparência.

Mas o que é a transparência? Neste contexto a primeira análise a ser feita é sua definição segundo o novo dicionário Aurélio<sup>6</sup>.

A definição no vernáculo apresenta um conteúdo semântico da transparência ligado ao que é límpido, o que se deixa perpassar pela luz, o que se deixa ver atrás e que se deixa transparecer.

Da mesma forma, percebe-se que desejou o legislador, ao regulamentar a transparência, destacar que esta possui definição diferenciada do princípio da publicidade (art. 5º, inciso XXXIII), muito embora alguns entendam que seja a transparência um desdobramento desde principio, entretanto seu conteúdo axiológico trazido no caput do art. 37 da Carta Maior, bem como o da LC 131, permite entender que existe uma conexão com dois elementos acima descacados e que se integram (accountability e controle social) me levou a uma reflexão de que transparência está para além dos mecanismos de uma publicização de informações.

6 Definição no Dicionário Aurélio 3ª edição, ano 1999.  
Transparência: qualidade de transparecer, diafaneidade, limpidez.  
Transparente: que se deixa atravessar pela luz, permitindo a visão dos objetos; diáfanos.

Inegável que desejou o legislador uma conexão da transparência ao accountability, termo Inglês que corresponde a “responsabilidade com ética”, inserido na legislação brasileira através da lei de Responsabilidade Fiscal. Mas é um termo que ainda está em construção no Brasil, vem-se delineando, mas não apenas empregado como uma mera fiscalização orçamentária e financeira, ou prestação de contas, mas também conectado a responsabilidade de compromissos assumidos em conformidade com a Constituição e com a Democracia.

Apesar das estruturas institucionais burocráticas no Brasil, ainda se encontram vinculadas aquela cultura do oculto, e gerarem dificuldades no sistema da administração pública impossibilitando que se tenha uma real visibilidade de seus conteúdos internos, acredito que estamos construindo procedimentos para o fortalecimento da transparência. Portanto, na atualidade o significado de accountability está para além de uma prestação de contas, possuindo um conteúdo ético e moral na conduta daqueles que se encontram investidos em um cargo público, a aplicação de gastos do dinheiro público, qual a finalidade, o que se pretende fazer e quanto se gasta na estrutura burocrática da administração pública fazem parte deste feixe de normas constitucionais e infraconstitucionais.

Da mesma forma surge a necessidade de uma participação mais efetiva do cidadão, haja vista as diversidades existentes em uma sociedade moderna cada vez mais complexa e plural onde as estruturas da administração pública são utilizadas em prol de uma minoria que busca cada vez mais o poder econômico, acarretando cada vez mais corrupção, desvio de conduta e poder, uma estrutura que reflete a preponderância de interesses próprios.

Neste sentido importante a transcrição de CAMPOS, Anna Maria (Revista de administração Pública- Rio de Janeiro)<sup>7</sup>

*Nesse cenário de fragmentação cívica e ética das instituições da sociedade, o cidadão, individualmente, sabe que não pode esperar muito da administração pública e nem pode contar tampouco com os Poderes Legislativo e Judiciário, este último muito dependente do Executivo, até mesmo quanto a recursos financeiros.*

*O fato de que a burocracia só esteja sujeita a seus próprios controles a torna insensível ao público e surda em relação às necessidades e aos direitos do povo. Na realidade, a supremacia dos controles burocráticos tende a aumentar o autoritarismo no relacionamento entre Estado e sociedade.*

Por conseguinte, a necessidade também da utilização de controle social ou a participação do cidadão é necessária como legitimadora da democracia. Quanto maior for a participação do cidadão na gestão do bem público maior será a concretização da Democracia. Esta participação vai se concretizando a partir da interação cada vez maior do cidadão com os mecanismos de accountability e transparência.

Entretanto, deve ser destacado que a participação deverá se concretizar através de mecanismos que facilitem a permeabilidade na estrutura administrativa, bem como

<sup>7</sup> [admsp20061.wikispaces.com/file/view/Accountability](http://admsp20061.wikispaces.com/file/view/Accountability). Revista de Administração Pública Rio de Janeiro, 24(2)30-50 fev/abr.1990 1 ACCOUNTABILITY: QUANDO PODEREMOS TRADUZIR-LA PARA O PORTUGUES 24(2)30-50 fev/abr.1990 2

possibilite melhor compreensão do que está sendo informado. O exercício da cidadania é princípio fundamental da Carta Constitucional de 1988, podendo ser definido como:

*“A cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso ao espaço público. É este acesso ao espaço público que permite a construção de um mundo comum através do processo de asserção dos direitos humanos.” (Hannah Arendt)<sup>8</sup>*

A cidadania é processo democrático que está sempre em construção, não se restringe apenas as concepções de: nacionalidade, direitos políticos e povo. A partir da Constituição de 1988 e com a internacionalização de direitos, e dentre eles os direitos humanos, a cidadania passa a refletir, na atualidade, os direitos e deveres do cidadão brasileiro. E é neste contexto de direitos e deveres que o controle social se impõe, para legitimar a democracia, através da participação do cidadão.

A reflexão feita neste trabalho volta-se para a transparência e suas dimensões, seja no âmbito normativo, seja no âmbito de sua conexão com a ética, sociologia e o direito. Neste contexto, indaga-se se a estrutura sistêmica do Judiciário trazida pela teoria sistêmica de (Luhmann), poderá permitir a possibilidade de uma ação comunicativa com a sociedade, haja vista, que o judiciário é sistema fechado para a inserção de elementos que este não possa reformular. A democratização pretendida através dos valores destacados na gestão administrativa do Judiciário, e dentre os valores, a transparência como elemento que se interliga com a teoria discursiva habermasiana é aqui objeto de reflexão.

Como já salientado, as questões fáticas acima destacadas e transcritas são reflexos das tensões que ecoam do sistema judiciário, e neste sentido necessário que se reflita se o sistema do judiciário está realizando a missão para a qual foi criado, o de concretizar a democratização do poder judiciário, o que implica também, o aprimoramento comunicacional com a participação do cidadão.

Neste sentido, além de termos uma produção própria do campo jurídico do judiciário, trazida pelo positivismo do direito (BOURDIEU), também, é dada as estruturas sistêmicas do direito, com sua reprodução e reflexividade que sempre alimentam a manutenção de seus padrões sistêmico, parece-nos oportuno a utilização do referencial teórico de (LUHMANN), para uma análise da possibilidade da democratização buscada pelo poder judiciário.

A proposta de LUHMANN, p 168, em uma mudança de paradigma *do todo e da parte*, por um modelo de diferenciações sistêmicas, conduz a pensar que a estrutura do sistema social é oriundo da inter-relação dos indivíduos. Os sistemas possuem funções, e esta é especificamente de demarcar um âmbito determinado da complexidade da sociedade, sendo autênticos e autônomos. Neste âmbito o sistema legal deve ser entendido como um dos subsistemas da sociedade. A autonomia funciona dos sistemas pode ser, segundo MELLO, Marcelo Pereira - A perspectiva sistêmica na sociologia do direito Luhmann e Teubner (<http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n1/30021.pdf>), assim esclarecida:

8 MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Direitos humanos, cidadania e educação.. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 6, n. 51, 1 out. 2001. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/2074>>. Acesso em: 20 set. 2016.

*No caso específico do sistema legal, todas as suas unidades elementares, os atos legais, bem como a unidade do sistema como um todo, são ativadas a partir do que o autor chama de redução de complexidades. A partir desse processo, os sistemas submetem os estímulos do ambiente a seus padrões próprios de entendimento e processamento sistêmico. Luhmann absorve, nessa passagem, o conceito de autopoiesis desenvolvido por Maturana e Varela (1980), para afirmar que os subsistemas funcionais da sociedade são sempre auto-referenciais, ou seja, produzem e reproduzem a si próprios. Eles constituem seus componentes pelo arranjo próprio desses componentes, o que constitui propriamente sua unidade e, portanto, seu fechamento autopoietico.*

E é neste sentido, enquanto auto-referentes os sistemas jurídicos se auto-reformulam diante da complexidade, sendo sistemas fechados. Entretanto o autor, acima citado, salienta que LUHMANN, formula a concepção de que os sistemas são fechados, pois possuem elementos próprios, como: normas, seus procedimentos específicos, códigos. Pode ocorrer influência política na legislação, mas somente a lei pode modificar a lei, e sendo assim dentro de um sistema o direito positivo pode ser bem caracterizado, somente uma norma que decide quais fatos têm relevância ou não através, logo o sistema legal através da consciência de suas contingência, exclui outras possibilidades mas não as elimina do horizonte da experimentação jurídica.

Mas também ele é aberto, pois sensível aos estímulos externos dos subsistemas: políticos, econômico, educacional, moral, sendo este atrito necessário para as informações que o sistema legal necessita na sua dinâmica própria. Logo, ele opera legalmente fechado, e portanto suas relações internas são simétricas, e ao mesmo tempo é aberto ao estabelecer uma comunicação externa, mas assimetricamente em face a sua adaptação e mudança.

Nesta conjuntura, indaga-se se o sistema do poder judiciário pode concretizar a democracia, com a implementação de valores e estabelecendo uma relação dialógica com a sociedade civil.

Ao refletir sobre a **autonomia sistêmica do direito de Luhmann**, HABERMAS, Jürgen - Direito e Democracia, VI. II, p.228, argumenta que mesmo desenvolvendo uma interpretação interessante de uma legitimação através do processo e da aceitação de seus destinatário, a autonomia sistêmica do direito está sujeita a críticas, já que o direito passa pela mediação da política. Da mesma forma o sistema jurídico necessita de argumentações concretas, com seus elementos fáticos, não podendo tornar-se independente, como uma filosofia do direito, ou tematizar os paradoxos inevitáveis no sistema legal.

*A crítica imanente ao positivismo jurídico, desenvolvida por Fuller até Dworkin contra as posições de Austin, Kelsen e Hart, revela que a aplicação do direito tem que contar, cada vez mais, com objetivos políticos, com fundamentações morais e com princípios. Em termos luhmannianos, isso significa que, no código do poder; neste sentido, o sistema jurídico não é "fechado".*

A questão trazida para reflexão implica no estudo e análise das edições de resoluções do CNJ como instrumentos veiculadores da democratização do judiciário. O surgimento de resistências que até hoje ecoam da estrutura deste poder geram conflitos internos, e nesta dimensão a perspectiva interdisciplinar da teoria de Luhmann possibilita melhor compreensão dos sistemas jurídicos.

Da mesma forma, indaga-se se o poder judiciário, como sistema autônomo, atende aquela imparcialidade, insuscetível de influências externas que fazem ecoar os conflitos

e tensões advinda daquele sistema. Reflete-se se o judiciário poderá assumir os valores que pretende tais como o princípio da transparência, e a participação do cidadão como forma também de controle externo. Finalmente, segundo a teoria da ética discursiva de HABERMAS, pergunta-se se aquele poder está no caminho da concretização de sua democratização.

### Conclusões

Neste sentido indaga-se dois elementos opostos para ser refletido, levando-se em consideração que para uma nova retórica trazida pela transparência, necessário que haja a ação comunicativa através da liberdade participação do cidadão, HABERMA, Jürgen- *Direito e Democracia entre facticidade e validade*, apresenta uma razão comunicativa através da ação dialógica; mas a teoria sistêmica de LUHMANN, Niklas, estabelece um sistema judicial fechado, em sua auto-referência (Luhmann), que talvez venha a dificultar a concretização da democratização através de uma perspectiva do agir comunicativo.

O presente estudo possui como indagação se poderá o Poder Judiciário assumir os valores da transparência, moralidade e participação popular como missão estabelecida pelo CNJ, vez que sua estrutura sistêmica é fechada.

### BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre, O PODER SIMBÓLICO, editora Bertrand Brasil, HABERMAS, Jürgen, *Direito e Democracia-vl. II*, editora tempo brasileiro, Rio de Janeiro, 2011.

LUHMANN, Niklas: *Do Sistema Social à Sociologia Jurídica*, Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2004

FRANCO, Ivan Candido da Silva, COMO SÃO JULGADOS OS JUÍZES? Uma análise do controle disciplinar do Conselho Nacional de Justiça (2005-2013), file:///C:/Users/Simone/Downloads/Desafios\_da\_transparencia\_no\_Sistema\_de\_Justica-USP-FGV-AngelicoF\_MachadoJ\_MartinsP.pdf

<http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n1/30021.pdf>- MELLO, Marcelo Pereira, A perspectiva Sistêmica na Sociologia do Direito Luhmann e Teubener

SADEK, Maria Tereza: [www.scielo.br/...script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762004000100002](http://www.scielo.br/...script=sci_arttext&pid=S0104-62762004000100002)  
<http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n1/30021.pdf>- MELLO, Marcelo Pereira, A perspectiva Sistêmica na Sociologia do Direito Luhmann e Teubener

CNJ- <http://www.cnj.jus.br/accountability>: [www.anpad.org.br/admin/pdf/ENAPG118.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ENAPG118.pdf)  
 <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ENAPG118.pdf>

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/62768/37600><http://admsp20061.wikispaces.com/file/view/Accountability+-+Quando+poderemos+traduzi-la+par+o+portugu%C3%AAs+-+Anna+Maria+Campos.pdf>

<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79627-em-10-anos-cnj-consolida-sua-atuacao-como-orgao-de-controle-do-judiciario>

CNJ- <http://www.cnj.jus.br/>



## **GT: 24 - Desenvolvimento, inovação no setor público e instrumentos de gestão**

Coordenadores: Doriana Daroit e  
Juliana Subtil Lacerda

## DESENVOLVIMENTO, PARTICIPAÇÃO E PLANEJAMENTO EM NEXOS TRANSVERSAIS: O CASO DO FÓRUM INTERCONSELHOS

**CRUZ, Fernanda Natasha Bravo**

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília (PPGDSCI/CEAM/UnB)*  
*Professora substituta do Departamento de Gestão de Políticas Públicas da UnB*  
*fernandanatasha@gmail.com*

### RESUMO

Neste estudo, é enfocada uma arena participativa complexa de caráter nacional, o Fórum Interconselhos. Composição, propósitos, reuniões, produtos e processos organizacionais dessa interface sócioestatal foram interpretados considerando uma etnografia institucional embasada em vídeos de reuniões, entrevistas e análise documental. A pesquisa revela que o Fórum Interconselhos propõe referenciais cognitivos híbridos para a ação pública, alternativos ao marco *mainstream* do desenvolvimento como crescimento econômico, com algum grau de incidência de discursos alternativos sobre Planos Plurianuais. Também observou-se que o ensaio de dinâmicas transversais organizadoras da instância caracteriza uma lógica de desenvolvimento participativo, oportunizando a criação e a propagação de referenciais cognitivos orientadores da ação pública.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento participativo. Ação pública. Transversalidade.

### ABSTRACT

This research focuses on a complex national arena, the *Forum Interconselhos*. The composition, purposes, meetings, products and organizational processes of this socio-state interface is interpreted considering an institutional ethnography based on videos, interviews and documental analysis. The investigation reveals that the *Forum Interconselhos* proposes a hybrid cognitive referential for public action, alternative to the economic growth mainstream development framework, with some degree of incidence of alternative discourses on Pluriannual Plans. It was also observed that the instance's proposal on transversal organizational dynamics characterizes a participatory development logic and the creation and propagation of cognitive referentials for public action.

**Key-words:** Participatory development. Public action. Transversality.

## INTRODUÇÃO

A dimensão *mainstream* do desenvolvimento, acompanhada de seus valores colonizadores e economicistas hegemônicos, pode ser percebida em seu caráter mais clássico como sinônimo de progresso civilizacional, modernização e crescimento econômico. Noutra face, o termo vem sendo ressignificado por atores de instituições nacionais e internacionais e por coletivos da sociedade civil para trazer sentidos aliados a projetos societários de promoção de direitos, inclusive considerando ângulos igualitários e socioambientais: humano, sustentável e social se apresentam como predicados do desenvolvimento desde a década de 1970 (HETTNE, 1990, ESTEVA, 1994). Uma terceira dimensão, talvez menos discutida, é aquela das metodologias que visam promover o desenvolvimento, seja para viabilizar os propósitos *mainstream* ou aqueles outros que os subvertem - ou mascaram, conforme diriam críticos como Escobar (1995).

Este *paper* proposto não pretende esgotar cada uma dessas acepções, mas sim partir de uma experiência participativa contemporânea voltada ao planejamento governamental para refletir sobre desenvolvimento como referencial (MULLER, 2013) e o desenvolvimento participativo (PIETERSE, 1998; OOMMEN, 1998). Já esboçados como desígnios normativos na literatura e nas instituições internacionais desde a década de 1980, esses construtos se forjam de modo interessante nas experiências recentes do Fórum Interconselhos viabilizado entre maio de 2011 e março 2016. A arena oportunizou o encontro de conselheiros nacionais e militantes engajados em mais de trinta diferentes origens setoriais-temáticas. A elaboração do Fórum foi inspirada pelo projeto político impresso no programa eleitoral vigente no país entre 2003 e 2016, que inclusive contou com audiências públicas em 2004 e 2007 para finalidade parecida: a incidência no Plano Plurianual (PPA) nacional. Orientados por representantes da Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), centenas de conselheiros atuaram na elaboração e no monitoramento do PPA do período 2012-2015 e na elaboração do PPA 2016-2019.

Uma etnografia institucional do Fórum foi realizada considerando suas reuniões nacionais, a revisão bibliográfica sobre o tema (inclusive AVELINO, SANTOS, 2014; OLIVEIRA, 2013, que já se debruçaram sobre a instância), 18 horas de vídeos disponíveis online referentes à primeira, segunda, quarta e quinta reuniões do Fórum (FÓRUM PPA, 2011; PARTICIPA BRASIL, 2015; TVNBR, 2013); onze entrevistas semi-estruturadas realizadas com participantes e organizadores, entre ativistas e gestores governamentais; e a revisão documental das agendas transversais de monitoramento, relatórios de discussão e outros documentos referentes aos dois PPA que contaram com a incidência participativa derivada da instância em foco.

O *paper* está organizado da seguinte forma: primeiramente, trazemos uma descrição das reuniões e propósitos do Fórum Interconselhos; em seguida, discutiremos as distinções entre desenvolvimento *mainstream* e alternativo, observando os aspectos cognitivos, que orientam e são orientados pelo referencial global da ação pública e as possibilidades de interpretar referenciais híbridos para o desenvolvimento. Finalmente, discutiremos desenvolvimento participativo enquanto uma dinâmica da ação pública transversal.

## 1. A INICIATIVA DO FÓRUM INTERCONSELHOS

Em geral, foi unânime entre entrevistados a sensação de que os eventos objetos deste estudo expressaram o perpassar de articulações por múltiplas questões tentando, de acordo com três representantes da sociedade civil, “gerar novas ações em novas parcerias” ou, de acordo com duas outras representantes da sociedade civil e seis representantes governamentais, articuladores do Fórum ou atuantes em conselhos nacionais específicos, a arena visava “orientar e monitorar aspectos estratégicos do Plano Plurianual”.

Tomando o plano plurianual (PPA) nacional como o foco da atuação do Fórum, importa qualificar o PPA, grosso modo, como um plano de governo de duração de quatro anos, que visa dar cabo ao programa vencedor apresentado no período eleitoral e que traz consigo uma orientação para o desenvolvimento (CARDOSO JR, 2011; ZEIRO, 2013).

Considerando a revisão de literatura, onze entrevistas e a observação de vídeos, encontramos como propósitos das arenas do Fórum Interconselhos<sup>1</sup> e de seu sucessor em 2015, o Fórum Dialoga Brasil PPA, a construção e o monitoramento de planos plurianuais. No quadro abaixo, aponto cada uma das reuniões e seus marcos de discussão.

**Quadro 1.** Reuniões do Fórum Interconselhos

Data	Reunião e marco/propósito
05/2011	<i>I Fórum Interconselhos</i> : reunião inaugural. Colhe sugestões da sociedade civil para o PPA 2012-2015, em sua fase de elaboração. proposta embrionária de monitoramento participativo.
10/2011	<i>II Fórum Interconselhos</i> : devolutiva das incorporações das propostas da sociedade ao PPA. Discussão da proposta de monitoramento: agendas transversais. Discussões sobre a Rio +20.
11/2012	<i>III Fórum Interconselhos</i> : pactuação entre governo e participantes da sociedade civil sobre a proposta de monitoramento participativo, com foco nas agendas transversais do PPA.
9/2013	<i>IV Fórum Interconselhos</i> : primeiro relatório governamental de monitoramento do PPA e da execução orçamentária, tendo como ano-base 2012.
12/2014	<i>V Fórum Interconselhos</i> : Fechamento da gestão dos ministros da SG Gilberto Carvalho e do MPOG Miriam Belchior. Comentários sobre o prêmio das Nações Unidas em Inovação na Gestão Pública para a iniciativa.
04/2015	<i>Fórum Dialoga Brasil Interconselhos PPA 2016-2019 - 1ª Edição</i> : mudança de ministros mediante reeleição. Proposta de Fórum Interconselhos ampliado e articulado à plataforma virtual Dialoga Brasil.
04/2015	<i>Reuniões Setoriais do Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019</i> : Encaminhamento de propostas ao PPA pelos segmentos temáticos-setoriais de mulheres, sindical, empresarial, juventude.
06/2015	<i>Reuniões Regionais do Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019</i> : Encaminhamento de propostas georreferenciadas por macrorregião (norte, sul, sudeste, nordeste, centro-oeste) ao PPA.
07/2015	<i>Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019 - 2ª Edição</i> : Devolutiva do Governo referente aos Fóruns Temático-Setoriais, Regionais e Nacional. <u>Aperfeiçoamento da metodologia de monitoramento participativo.</u>
03/2016	<i>Fórum Dialoga Brasil PPA 2016-2019</i> : Acompanhamento e monitoramento da implantação do PPA 2016-2019. Inclusão de agendas transversais/temáticas no sistema integrado de planejamento e orçamento (SIOP).

*Fonte:* elaboração da autora, considerando as fontes mobilizadas para este estudo, em especial BRASIL, SG/PR, 2015; BRASIL, SPI/MPOG, 2015 pp. 11-12; OLIVEIRA, 2013; AVELINO, SANTOS, 2014; BRASIL, MPOG, 2015.

1 De acordo com o Decreto Presidencial 8.243 de 2014, o Fórum Interconselhos “é um mecanismo para o diálogo entre representantes dos conselhos e comissões de políticas públicas, no intuito de acompanhar as políticas públicas e os programas governamentais, formulando recomendações para aprimorar sua intersetorialidade e transversalidade” (BRASIL, 2014).

Entre os atores governamentais escutados, destacam-se dois servidores que estiveram vinculados ao MPOG (com este rótulo previsto em organograma até maio de 2016) e dois servidores da SG/PR<sup>2</sup>, esses dois últimos com cargos de coordenação vinculados à Secretaria Nacional de Articulação Social (SNAS/SG/PR) durante o governo da presidenta Dilma Rousseff. Com um dos servidores públicos entrevistados, podemos começar a entender as articulações entre planejamento, desenvolvimento e projeto político:

Nos planos estratégicos do país, desde lá do SALTE [refere-se ao plano econômico do Presidente Dutra, que dava destaque à Saúde, Educação, Transporte e Energia] até o atual, a palavra desenvolvimento está em todos. Tanto que na época dos militares, os planos se chamavam 1º Plano Nacional do Desenvolvimento, 2º Plano Nacional de Desenvolvimento. Mas a palavra desenvolvimento pode ter diversas leituras, ela é polissêmica. (...). E a leitura do governo que se inaugurou em 2003 era uma leitura inclusiva, [o mote] também era desenvolvimento, mas a leitura de desenvolvimento era: *'não basta crescer se não for um crescimento inclusivo, se não for um crescimento em que todos participem desse bolo'*. Por isso, na nossa leitura estiveram essas preocupações: *"qual é a qualidade desse crescimento? Está sendo para todos? Estamos conseguindo chegar às classes com renda mais vulneráveis? Estamos conseguindo chegar aos grupos mais vulneráveis?"*. Tanto que entre os indicadores mais importantes considerados estava o Índice de Gini, da distribuição da renda. Então, quando se fala nesse tipo de desenvolvimento, que você quer que seja inclusivo, a participação social é inerente. Como é que vamos saber o que é melhor para os indígenas se não dialogar com eles? Como é que vamos saber o que é melhor para os quilombolas se não dialogar com eles? Com a cabeça do burocrata aqui de Brasília é que não vamos conseguir chegar a isso. Então, a ideia de um Fórum Interconselhos é que tenha uma matiz de pessoas das mais diversas, de movimentos sociais e sindicato a empresariado, e se tente utilizar esses espaços para, de alguma forma, capturar isso no planejamento, dialogando com toda a estrutura estratégica de desenvolvimento, de crescimento inclusivo (informação verbal<sup>3</sup>).

E foi a partir desses diálogos com atores que deram sentido à instância que pudemos compreender que as gêneses do Fórum estão no primeiro mandato do governo de Lula, entre 2003 e 2006, mesmo que o primeiro Fórum Interconselhos tenha acontecido apenas em 2011 visando incidência sobre o PPA 2012-2015. É possível atribuir seu embrião ao programa de governo expressado desde a campanha para presidente de Lula, em 2002. Em seguida, um importante ponto de inspiração ao Fórum Interconselhos esteve nas audiências públicas promovidas com protagonismo da sociedade civil durante o primeiro ano de mandato do presidente, em 2003, visando o PPA 2004-2007. E também no período de início do mandato de Lula, encontramos mais uma das bases do Fórum. Desta vez, na atuação que passou a ser prevista para a Secretaria Geral da Presidência da República (SG). Entre as atribuições da SG, estava a representação da Presidência no diálogo com Conselhos Nacionais. Para tanto, uma das estratégias da Secretaria Nacional de Articulação Social, submetida à SG, foi reunir os secretários executivos dessas instâncias, engendrando encontros até então inéditos.

Uma convergência entre um propósito de abertura participativa e a estrutura institucional não se efetiva de forma simples ou automática, mas encontra sim resistências entre importantes atores e setores da burocracia estatal. Entre os

2 Desde 2015, a Secretaria Geral da Presidência da República passou a chamar-se por Secretaria de Governo.

3 Servidor público entrevistado. Brasília, 29 de setembro de 2016.

fatores que valem considerar nessa construção, está o papel dos atores que lideram as instituições setoriais. Num país marcado pelo presidencialismo de coalizão e pela oferta de cargos públicos (DIAS, 2010) a indivíduos referendados por partidos relevantes para a governabilidade (antes que necessariamente alinhados), essa coesão entre orientação programática e ação governamental é especialmente desafiadora. No caso do Ministério do Planejamento, acrescenta-se a prevalência de uma noção eminentemente técnica sobre o seu próprio papel.

Assim, de fato, a intenção do diálogo com atores sociais para agendas estratégicas só deixa de ser mera orientação presidencial para se concretizar nas arenas do Fórum Interconselhos em 2011, na aliança entre o ministro da SG, Gilberto Carvalho, e a ministra do MPOG, Miriam Belchior. Mais especificamente, foi indispensável o estabelecimento de relações entre atores da SNAS/SG, e as respectivas secretarias relevantes para o Planejamento Plurianual, quais sejam: a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), no MPOG, que passaram a sensibilizar suas equipes e alterar, ainda que minimamente, seu organograma e processos de trabalho para acatar eventos e incidências da participação social.

Na empreitada prévia ao Fórum, a SG manteve seu papel de diálogo e articulação com os conselhos e movimentos sociais, e o MPOG cultivou o diálogo com os ministérios setoriais. Na ocasião da reunião inaugural, estava claro para a representante da SPI/MPOG que “no Planejamento, somos os guardiões do método. Mas quem vai fazer as ações do PPA são os ministérios setoriais: e os senhores e senhoras conselheiros e conselheiras têm um papel fundamental e insubstituível, que é esse papel de diálogo com o ministério setorial” (FORUM PPA, Lúcia Falcon, 2011). Na conformação do PPA 2012-2015, antecedeu à reunião do Fórum a tomada em conta de outros *inputs* de processos participacionistas. De acordo com a mesma gestora, “nós abrimos todos os documentos das conferências, e montamos planilhas para ver onde é que as conferências iam corresponder nos programas, objetivos e iniciativas do PPA”. Esse destaque é importante também para perceber que não fazia parte da intencionalidade de constituição de um Fórum Interconselhos superar as dinâmicas conselhistas e conferencistas setoriais, mas sim complementá-las.

Na primeira reunião do Fórum, em maio de 2011, o propósito era expor um modelo mais facilmente inteligível de planejamento, de modo a permitir aos cidadãos engajados e a outros atores, mediante monitoramento, acesso aos resultados alcançados pelo Governo Federal. De acordo com a ministra do Planejamento, a arena oportunizaria a participação orientando decisões que não precisariam considerar, exclusivamente, termos técnicos orçamentários. O PPA estaria passando por ajustes para melhor refletir as prioridades de governo, considerando as ações e resultados, em linguagem acessível.

O PPA é fundamental para construir uma visão de futuro do país. Ele propõe macrodesafios e valores para orientar a ação do governo nos próximos quatro anos (...). Então, nós estamos trabalhando, e os senhores serão muito importantes nesse processo, para que ele tenha uma linguagem mais acessível, porque a sociedade só pode acompanhar se ele for um instrumento mais acessível. Que saia da lógica do dinheiro, do orçamento, para um mundo dos resultados, daquilo que a gente quer alcançar; e que permita o efetivo monitoramento. Então, o PPA muda o foco do dia-a-dia da gestão para as mudanças da vida da sociedade. Então nós estamos focando as ações. Como estamos fazendo isso? Primeiro, cada uma das áreas tem que estabelecer suas ações mostrando com

clareza qual o benefício que a sua atuação traz para a sociedade, e não mais só os insumos que são necessários. Era muito comum, como resultado da ação, comprar carro, equipamentos. Isso é meio, não é o fim para o qual uma ação é feita. (FÓRUM PPA, Miriam Belchior, 2011).

Assim, a alteração na linguagem e o Fórum Interconselhos corresponderam a parte de um propósito de reconfiguração do PPA. Entre as mudanças, agregaram-se as intenções de adensamento nos processos de discussões entre os atores do MPOG e outros, considerando um estreitamento de laços com atores do âmbito federal e com outros entes federativos e, neste objeto de estudo, com representantes de movimentos sociais de caráter nacional e de instituições participativas.

Nessa primeira reunião do Fórum Interconselhos, as falas institucionais demonstraram (FÓRUM PPA, 2011) que o propósito da arena era tanto construir, com a sociedade civil, uma proposta para o monitoramento das ações do governo como também permitir que os distintos olhares de representantes não-governamentais estivessem no debate dos objetivos para o desenvolvimento do país. A metodologia da reunião incluiu conferência com abertura por ministros e secretários de Estado; discussão aberta entre diretores, secretários e atores da sociedade civil sobre os propósitos do Fórum, considerando informações sobre o PPA e suas alterações; divisão em grupos de trabalho por macrorregiões do país e o *feedback*, por um relator, das sugestões do grupo de trabalho para o PPA e para o monitoramento. Entre as falas de militantes e membros de conselhos nacionais que retornaram como relatores de seus respectivos grupos de trabalho, surgiram sugestões de novas diretrizes e macrodesafios para o PPA, por vezes vinculadas diretamente à identidade desses que tinham a oportunidade de fala. Surgiram ainda propósitos de aperfeiçoamentos e destaques do monitoramento conforme temas chamados por transversais e com a consideração de indicadores pautados por temáticas como gênero, raça e faixa etária. As últimas sugestões, que estavam alinhadas aos propósitos governamentais, foram acatadas para a conformação do segundo Fórum Interconselhos.

Foi na segunda reunião, em outubro de 2011, que foram apresentadas Agendas Transversais de monitoramento. Essas Agendas passaram a ser um mote da relação entre Estado e sociedade civil para a discussão do PPA. A proposta das Agendas Transversais era especialmente relevante às secretarias especiais que tinham status de ministério à época, bem como aos seus respectivos conselhos. Tanto era que, em reuniões posteriores, as ministras das pastas<sup>4</sup> de Políticas para Mulheres (SPM) e Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) passaram a integrar às reuniões junto aos ministros da SG e do MPOG. Considerando que as ações em direitos humanos, políticas para mulheres e promoção da igualdade racial seriam eminentemente realizadas por processos de articulação intersetorial (REINACH, 2013) desses ministérios junto a setores mais consolidados no organograma do governo federal, os destaques no monitoramento do PPA eram fortalecedores das pautas. Mais além, de acordo com uma militante, o monitoramento não era ensimesmado, não vinha sozinho: “as agendas transversais de monitoramento só faziam sentido porque o PPA mudou, foi transformado, de modo a caberem essas discussões (...) Nossa participação ajudou a sensibilizar temas para dentro do PPA e incidia nos Ministérios” (militante feminista entrevistada, 05 novembro de 2016).

4 Atualmente, SEPPIR e SPM não mais possuem vinculação direta à Presidência da República ou status ministerial, tendo estruturado um Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos em 2015 e, desde o afastamento da Presidente Dilma Rousseff em maio de 2016, foram alojadas no organograma do novo Ministério da Justiça e Cidadania.

As reuniões tinham como propósitos pactuar o que deve ser monitorado, por quem, com quais compromissos, considerando uma lógica de seletividade das informações; e apontar críticas e propostas às ações governamentais pelos representantes da sociedade civil. As críticas e propostas exigiam respostas pelos atores do governo que, por sua vez, foram ativados pelo MPOG em momentos posteriores às reuniões. Com respeito a essas respostas, é interessante perceber que o Fórum era capaz de estabelecê-las em caráter mais abrangente que aquele caráter fragmentário de uma resposta ministerial a um conselho setorial. No Fórum, a resposta era do governo, identificando a ação transversal à ação sistêmica governamental. Conforme um dos entrevistados, atuante na Secretaria Geral,

a gente colocou como princípio a resposta específica. Cada proposta precisava ser respondida individualmente, isoladamente, ainda que houvesse discordância. (...). *Uma resposta a uma proposta do Fórum Interconselhos não é mais uma resposta setorial. É uma resposta de Governo.* Então quando alguém do governo diz, por exemplo, que energia nuclear não vai ser desativada, aquilo não é posição do Ministério do Meio Ambiente, não é posição de Minas e Energias, é a posição unificada do Governo Federal como um todo (informação verbal)<sup>5</sup>

Nos anos 2012 e 2013, a terceira e quarta reuniões do Fórum Interconselhos se deram predominantemente em torno do monitoramento das agendas de igualdade racial, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais; povos indígenas; políticas para mulheres; criança e adolescente; juventude; pessoa idosa; pessoas com deficiência; população em situação de rua e população LGBT (BRASIL, MPOG, SGPR, 2013).

Em 2014, começava a se desenvolver nos conselhos e ministérios setoriais discussões para incidência no PPA 2016-2019. Em 2015, a partir da 5ª Reunião do Fórum Interconselhos, o caráter propositivo retorna à agenda e complementa a lógica de monitoramento. O governo reeleito mudava ali tanto a estratégia como seus ministros, repovoando os espaços e incrementando a lógica do PPA participativo. Para além da reunião nacional Interconselhos, foram organizadas reuniões setoriais sindicais, empresariais, de juventude e de mulheres, e também fóruns regionais em capitais das cinco macrorregiões do país. A quantidade de participantes nas reuniões presenciais durante o ano de 2015 saltou da média de duas a três centenas de pessoas, para 4.000 – somando as dez reuniões realizadas (BRASIL, SPIE/MPOG, 2015). O Fórum também mudou de nome para acoplar a si o rótulo da plataforma de participação digital<sup>6</sup> “Dialoga Brasil”.

A metodologia era bastante parecida a das primeiras reuniões: abertura institucional com fala ministerial, plenária com questionamento dos participantes, grupos de trabalho da sociedade civil, relatoria, compromisso de devolutiva governamental. Mas uma diferença metodológica marcante é que durante os momentos em plenária, passou-se a contar com sujeitos da sociedade civil não apenas em púlpito para falas mais curtas que a dos atores governamentais, mas também entre os componentes da mesa – algo que

5 Servidor público entrevistado. Brasília, 14 de setembro de 2016.

6 O Participa Br, outra plataforma virtual do poder executivo federal mediou em 2014, 2015 e 2016 a realização sugestões online da cidadania para definições da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) (PORTAL BRASIL, 2015). Vale complementar que a organização do planejamento orçamentário segue a seguinte lógica: o PPA traz os propósitos para quatro anos de planejamento estratégico e, seguindo os auspícios do PPA, a LDO especifica metas e prioridades para um ano, elaborando a orientação da lei de diretrizes orçamentárias (LOA); e finalmente uma LOA define as receitas e despesas, alocando recursos orçamentários para o período de um ano (ZEURO, 2013).



não aconteceu no período de gestão anterior. A mudança literal de posições, entretanto, não representava avanço efetivo já que o governo passava por restrições orçamentárias que impediam alterações mais substanciais no planejamento plurianual. Os prenúncios da crise política e do ajuste fiscal estavam intensos, sobrando à instância, muitas vezes, a reafirmação da relevância de si e de um projeto político democrático – ainda que resignado à baixa incidência dos múltiplos interesses dos atores da cidadania.

Bem antes, em novembro de 2012, uma Carta Aberta da Sociedade Civil pela Democratização e Transparência do Orçamento Público foi divulgada enquanto documento crítico, simultaneamente, às duas reuniões do Fórum Interconselhos que houveram até aquele momento (devido à sua baixa incidência no PPA vigente), às modificações metodológicas no mesmo PPA e ao projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2013. De acordo com os signatários, oriundos de mais de cento e cinquenta entidades não-governamentais (entre associações, ONGs, fóruns, redes, instituições participativas, movimentos sociais), as alterações no modelo do PPA 2012-2015 serviu para concentrar o número de programas por área de ação do governo, em processos de aglutinação que iriam “na contramão da transparência”, atrapalhando o processo de controle social pelos representantes societários.

A maneira genérica como os resultados foram agrupados foi criticada por obliterar as relações entre os objetivos e respectivas metas e iniciativas. Também os mecanismos de acesso a dados estariam restritos, de modo a depender da interpretação do poder executivo tanto para o PPA como para a LOA do ano em questão. Os ativistas engajados depositavam confiança, entretanto, que em reuniões seguintes do Fórum fosse possível incentivar maior democratização do processo orçamentário. A expectativa não encontrou eco nas práticas governamentais. No ano seguinte, críticas semelhantes à da Carta foram aferidas pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), (VIEIRA, 2013), quando destacaram que a desconexão entre PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e LOA dificultaram o acompanhamento dos recursos destinados às políticas para mulheres. Em 2015, enquanto o governo federal mantinha para o PPA 2016-2019 o projeto anterior e aparentemente virtuoso de monitoramento via divulgação de resultados transversais de políticas, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2015) ponderava que o monitoramento por organizações da sociedade estava cada vez mais difícil, na medida em que o aglutinamento de ações e o descompasso com LDO e LOA continuavam afastando as possibilidades de interpretação desde fora do governo.

Para CFEMEA e INESC, bem como para outros 154 signatários da Carta da Sociedade Civil de 2012, o efeito da nova linguagem do PPA, que dava vazão à proposta das agendas transversais, era o que trazia prejuízo do monitoramento pelas organizações da sociedade civil. De 2012 para 2015, não houve alteração substancial na prestação de contas que abria dados para o monitoramento participativo – ao contrário, o modelo da transparência de resultados foi reificado e elogiado no processo de transição ministerial em 2015. Uma preocupação da militante da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), em fala de plenária durante a reunião inaugural do Fórum em 2011, parece ter sido premonitória: “o nome transversalizar, em certas propostas vira mesmo uma seta: atravessa, vai embora e fica nada. Então, a gente precisa garantir algumas coisas” (FÓRUM PPA, 2011).

Se os entrevistados da sociedade civil reverberam que o afastamento entre PPA, LDO e LOA obstaculizavam a incidência e que o ambiente parecia moldado para uma prestação de contas do governo, antes que para um processo de construção coletiva. Entretanto, todos eles fizeram ressalvas positivas sobre a instância, considerando as possibilidades de *criar novas propostas de ações conjuntas, sensibilizar técnicos governamentais, dar sentido a um projeto de governo de desenvolvimento inclusivo e demonstrar pautas de movimentos sociais para importantes atores do governo*. No contexto de crise política de 2016, as ressalvas traziam consigo também um viés comparativo com o fechamento da relevância das aberturas institucionais para o governo federal.

Em especial, essa *sensibilização* para temas, novas parcerias com o governo e nas redes da sociedade civil é considerada pelos entrevistados de origens governamentais e não-governamentais como semente de resultados<sup>7</sup> do Fórum. Antes que cotejar, como fizeram no Ministério do Planejamento, propostas dos representantes não-governamentais da primeira reunião e o conjunto do PPA 2012-2015, preferi trazer por resultados aqui o que foi mencionado em destaque pelos entrevistados. Para uma militante entrevistada, as discussões sobre gênero estiveram mais presentes em diretrizes, objetivos, programas, iniciativas e ações nos PPA 2012-2015 e 2016-2019 do que em qualquer momento da história do país. Seguindo a pista da entrevistada, verifiquei que em anexo ao PPA mais recente (BRASIL, 2016, o termo “gênero” aparece 31 vezes e o termo “mulher” 73 vezes. No documento referente a 2000-2003, os termos aparecem, respectivamente, nenhuma e 18 vezes.

Outra incidência foi partilhada por três diferentes entrevistados e verificada em vídeo. Na reunião de abril de 2015, os representantes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (CONDRAF), do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica combinaram com antecedência a proposta de uma diretriz para destaque no PPA 2016-2019. E eles insistiram que falavam em diretriz e que não seria suficiente a construção de um objetivo ou ação subordinada. No documento formal, estava presente a seguinte diretriz: “garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional” (BRASIL, 2016), que considerava especificamente a sugestão aferida pelo representante das quatro instâncias.

Para dois gestores protagonistas na organização da arena, o Fórum também foi inspirador de novos processos de gestão mais convergentes, fosse incentivando iniciativas participativas em relação ao PPA nos entes estaduais e municipais, ou entre ministérios que estimularam diálogos entre mais de um conselho temático que lhes presta consulta, ou até entre ministérios e secretarias que passaram a realizar mais diálogos intersetoriais para promover suas políticas. Fortalecemos também a noção de resultado do Fórum dando destaque ao seu senso de convergência com o servidor público entrevistado:

<sup>7</sup> Se quisermos, também podemos apresentar como resultado o reconhecimento das Nações Unidas sobre a arena, considerada uma das melhores práticas inovadoras para a gestão pública (AVELINO, SANTOS, 2014).

ainda que o espaço do Fórum não seja perfeito, não seja adequado, não esteja formalizado, que o PPA não tenha sido tão bem influenciado como poderia, que o monitoramento pudesse ter sido feito de outra maneira, independente disso, do ponto de vista de uma cultura organizacional, para mim, ele já marca uma mudança: uma reação a essa excessiva fragmentação que a gente vê nas políticas públicas brasileiras (informação verbal<sup>8</sup>).

Concordando com a noção mais geral de que o Fórum permitia a criação de propósitos conjuntos, laços e referenciais em torno de um projeto de desenvolvimento, ao escrever este trabalho em fins de 2016, não podemos deixar de reiterar as ressalvas às críticas apresentadas.

## 2. Desenvolvimentos

Nos documentos que vocês nos enviaram tem um pressuposto que nunca é questionado, que é o de que tudo está sendo planejado em função do crescimento econômico. Embora se diga que o objetivo é desenvolvimento, igualdade, sustentabilidade, os eixos centrais do plano energético, da estruturação do orçamento, das prioridades, vão no sentido do crescimento econômico. Ora, nós sabemos que ele está na raiz de muitos males que o mundo e o Brasil estão vivendo. Eu gostaria de propor que a gente incluísse que o desenvolvimento econômico e tecnológico deviam ser tomados no PPA como meios para um fim maior, que é o desenvolvimento social e humano (ativista de direitos humanos no FI, FORUM PPA, 2011).

É interessante pensar quão emblemática é a moldagem de um projeto de desenvolvimento que considera processos abertos à participação, muitas vezes trazendo atores com interesses em tensão com os sentidos hegemônicos do desenvolvimento. A experiência do Fórum Interconselhos nos incita a refletir sobre o que participação tem (ou pode ter) a ver com desenvolvimento em seu propósito tanto normativo como instrumentalizado por meio de instituições participativas, produzindo orientações em uma complexa interface entre sociedade e Estado, visando a geração de incidência em direcionamentos e investimentos governamentais. Em geral, é menos discutida essa dimensão do desenvolvimento, das ferramentas que visam promovê-lo - seja para viabilizar os propósitos *mainstream* ou aqueles outros que o subvertem. Nessa direção, apresenta-se em seguida breve resumo do exercício teórico-conceitual realizado no projeto de tese doutoral que embasa este estudo.

### 2.1 Do referencial global ao referencial híbrido

É com Muller (2013) que argumentamos que a matriz cognitiva da ação pública, seu referencial global, está intimamente vinculada ao que o autor chama por ciclo de ação pública, considerando os regimes econômico e social e de cidadania que identificamos enquanto modelo de desenvolvimento. Para pensar o estado em ação, a discussão cognitiva mulleriana distingue entre referenciais global e setoriais - o primeiro, mais abrangente e capaz de constranger o segundo, mais encapsulado a ambientes técnicos, identitários ou corporativos. O referencial articula quatro níveis de percepção: os *valores*, que representam o que é desejável ou rejeitável; as *normas*, que definem os princípios

8 Servidor público entrevistado. Brasília, 14 de setembro de 2016.

de ação, distinguindo entre o real percebido e o real objetivado; as *lógicas* ou relações causais que exprimem a ação; e as *imagens*, que são os atalhos cognitivos que prestam sentido imediato (MULLER, 2013). Existiria uma relação entre o processo de construção de sentido e a estruturação de um campo de forças, que pode conduzir à liderança de novos atores e inscrever novas normas e hegemonias (GRAMSCI, 1980) – configurando assim mais que ideias, mas ideias em ação.

Sugerimos chamar o *referencial* por *híbrido*, antes que setorial, nos casos insurgentes noções de desenvolvimento e as ações públicas transversais específicas e de *baixa abrangência*. As ações públicas transversais *amplas* teriam como cerne o *referencial global* do ciclo de ação pública, que pode ser compreendido como o sucesso de um processo de *mainstreaming* transnacional de um modelo de desenvolvimento, de um regime econômico-social, cujo regime de verdade se explicita não apenas no discurso, mas especialmente nas ações governamentais.

No curso da investigação, observamos como os referenciais global e os setoriais mais específicos se fazem presentes nas dinâmicas interacionais e identificamos também a insurgência de novos referenciais híbridos, que mesclam primeiros e segundos de forma a, em ambientes participativos de composição complexa, apresentar alternativas à orientação da ação pública. Nesse último caso, encontramos projetos transversais, de desenvolvimento alternativo e em tensão com o modelo hegemônico. Nesse sentido, a partir das experiências do Fórum Interconselhos, combinamos as noções mullerianas de referencial setorial e global para considerar aqui que o desenvolvimento alternativo ao *mainstream* pode ser referencial híbrido da ação pública - decorrente de processos de recombinação, articulação, negociação e reinscrição (BHABHA, 1998, SANTOS 2008). As representações sociais emergentes exprimem-se na resignificação de símbolos que se propagam via discursos e ações.

## 2.2. Desenvolvimento participativo como dinâmica e método

Se percebemos que desenvolvimento é uma das “mais antigas e mais poderosas de todas as ideias ocidentais” (com Hettne, 1990, p. 39) reconhecemos que os modelos hegemônicos de desenvolvimento trazem consigo o ímpeto da exclusão de modelos diferentes... Nessa direção, o desenvolvimento participativo não se faria presente apenas nos contrapontos como especialmente nas diretrizes do pensamento hegemônico (ou do referencial global), criando sentidos de envolvimento e responsabilidade com projetos hegemônicos sem, necessariamente, levar os atores a questionarem sobre “fazer parte” do quê.

Reconhecemos a origem da discussão sobre desenvolvimento participativo no seio de uma leve metamorfose do sentido do desenvolvimento em sua orientação hegemônica – referendada inclusive por instituições internacionais, como o Banco Mundial, autoras dos vetores de desenvolvimento *mainstream*. Aproveitamos a concepção de hibridização e subalternidade de Bhabha (1998) para, daqui em diante oferecemos com Brugué (et al, 2015, 2015a), a possibilidade de construir e reconhecer ambientes deliberativos voltados

ao projeto de desenvolvimento como passíveis de construção de projetos de contra-hegemonias<sup>9</sup>.

É no marco da noção de *desenvolvimento participativo*, mais ou menos próximo à noção de Oommen (1998), que melhor podemos categorizar o Fórum Interconselhos. Para ao autor, essa noção seria pautada por uma lógica de mecanismos sociais voltados a superar as múltiplas privações sofridas pelas vítimas dos processos de dominação e desigualdade, num paradigma pautado na ação coletiva, que tem conta com o protesto e a mobilização enquanto instrumentos moderadores da hegemonia. Tal perspectiva vai ao encontro de uma espécie de referencial setorial que os atores governamentais e não-governamentais participantes do Fórum em foco compartilham: uma confiança de que os mecanismos de diálogo socioestatais seriam voltados a promover uma qualidade de vida digna, vias para a superação de processos de dominação e desigualdade.

É um dos servidores entrevistados que nos questiona e estimula a pensar a respeito da dimensão organizacional do cenário empírico destacado neste capítulo, emblemático de transformações não apenas na dimensão dos valores, mas também da própria operacionalização da promoção de políticas para o desenvolvimento:

Do ponto de vista de uma cultura organizacional, para mim, o Fórum Interconselhos já marca uma mudança. Uma reação a essa excessiva fragmentação que a gente vê nas políticas públicas brasileiras. Tem um conceito de gestão pública que ajuda a entender o que é o Fórum e o que ele representa nesse universo de políticas fragmentadas, que é o conceito de rede. Acho que o Fórum representou uma tentativa concreta, real, perceptível, mensurável, de adotar mecanismos de rede para a solução de problemas de coordenação (informação verbal<sup>10</sup>).

Nos vídeos e entrevistas, é frequente a qualificação do PPA e da arena participativa enquanto transversais e promotores do desenvolvimento. É por isso que o próprio objeto que nos incentiva a aproximar os conceitos de desenvolvimento e transversalidade. Para destacarmos apenas duas falas, na primeira reunião, ao explicar a metodologia dos trabalhos, a servidora instruiu: “devemos discutir as questões de intersectorialidade e transversalidade desse Plano Plurianual. Então, cada grupo vai ter um facilitador que vai coordenar os trabalhos e a gente convocará essa reflexão por eixo no debate em plenária” (FÓRUM PPA, 2011). No apelo da conselheira do Conselho Nacional de Política Cultural, “cultura tem que ser vista como elemento transversal a todas as ações programáticas” (FÓRUM PPA, 2011).

Essa lógica vinha acompanhada da percepção de construção do desenvolvimento. Desenvolvimento esteve proposto, seja quem fosse que o enunciasse, como vir-a-ser e sentido das ações. Com a repercussão das ênfases presentes no caso estudado, não queremos dizer que desenvolvimento é transversal, mas sim que processos de

9 Ainda que reconheçamos o potencial contra-hegemônico da instância participativa, não compartilhamos uma ingenuidade com respeito às características dos representantes da sociedade civil. Ressalvamos, com as assessoras do INESC, que “não é o caso de romantizar a participação social sob o risco de homogeneizar as intervenções e invisibilizar a disputa de diferentes valores presentes na própria sociedade civil. Muitos representantes externaram discursos retrógrados em oposição, por exemplo, ao paradigma dos DHESCA (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), norte político para um número grande de entidades – por exemplo, aquelas filiadas à Associação Brasileira de ONG – ABONG, à Plataforma DHESCA e ao Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos – FENDH. Ou seja, ficou expresso uma falta de coesão ideológica dentro das organizações e redes que estavam representando a sociedade civil. O que é real e espelha a sociedade em toda a sua complexidade. A política é permeada por disputas e a discussão do PPA não seria diferente, pois envolve concepções muitas vezes opostas. Em certo momento, haverá necessidade de arbitragem e o governo terá de fazer opções políticas ao considerar as sugestões dadas no Fórum” (BICALHO, GRAÇA, INESC, 2011).

10 Servidor público entrevistado, Brasília, 14 de setembro de 2016.

desenvolvimento *observam dinâmicas* transversais. Isso esteve presente antes em falas de gestores, para quem o “transversal” geralmente teria a ver com modos de organização da ação, do que nas falas de militantes (a não ser aqueles críticos aos modos de organização da ação transversal), para quem o “transversal” geralmente teria a ver com os cerne ou objetivos da orientação da ação.

É para pensar a os aspectos gestionários e organizacionais que recuperamos aqui Brugué, Canal e Payá (2015, p.92), que nos explicam que *a transversalidade é uma dinâmica*. Os autores, que estudaram seis comissões interdepartamentais na Catalunha, verificaram que a lógica da ação pública transversal responde a problemas tão complexos que podem ser chamados por malditos (*wicked problems*). Tal dinâmica exige (a) a incorporação de múltiplos atores, (b) a interdependência entre eles, (c) relações de confianças com regras pactuadas entre as partes, e (d) a presença de níveis de autonomia e autorregulação das instâncias. Para o sucesso da dinâmica, esses múltiplos atores teriam papéis específicos e compartilhariam, efetivamente, objetivos que foram pactuados conjunta e deliberativamente. Os processos que os atores compõem seriam instituídos formalmente e têm uma certa frequência para fomentar relações de confiança e o estabelecimento de lideranças antes relacionais que hierárquicas.

Para operacionalizar o termo *transversalidade*, que é como um fetiche das discussões contemporâneas sobre gestão, Brugué (et al, 2015) propõe tomar a dinâmica como uma transformação na cultura organizacional que permite à organização em rede, transformando suas instruções verticais em conversações laterais, de uma lógica hierárquica para outra interativa, em fluxos de conhecimentos e de coordenações interdepartamentais. Nessa lógica de rede, a estrutura alçaria a competência para abordar à complexidade, na medida em que as partes envolvidas interagem de maneira deliberativa e horizontal.

É a objetivos compartilhados e negociados que os atores da sociedade civil no Fórum Interconselhos comumente se referem quando vão enunciar suas compreensões sobre transversalidade. E é à pactuação desses objetivos que, quando transformam elementos setoriais ou globais em novos, chamamos por referenciais híbridos – esses, ávidos por propagarem-se.

## 2. RESULTADOS ALCANÇADOS

A pesquisa ora compartilhada permite caracterizar o Fórum Interconselhos e seu sucessor, o Fórum Dialoga Brasil no PPA – Interconselhos, como arenas promotoras de processos de desenvolvimento participativo, produzidas por modos de gestão que prezam por dinâmicas transversais. Os procedimentos dialógicos que estiveram em curso permitiram a transformação de discursos formais concernentes ao desenvolvimento, acatando alguns propósitos alternativos pautados por referenciais híbridos, tais como os referentes à segurança alimentar repercutidos em diretriz no Plano Plurianual 2016-2019. Os limites encontrados em discussões sobre *desenvolvimento participativo* convergem, contudo, com limites da instância: a expressão e a arena repercutem propósitos de instituições portadoras de projetos díspares, podendo vincular atores engajados a valores transformadores a um envolvimento com instituições que podem ser orientadas por sentidos opostos aos quais militam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em alto grau de complexidade, encontramos nos propósitos do Fórum Interconselhos um ensaio de dinâmica transversal e de organização em rede abrangente e ousada. Na proposta, mais que na efetivação: a lógica de rede, por exemplo, é obliterada pelo protagonismo do MPOG na orientação do conteúdo das discussões, e da SG/PR junto ao MPOG na condução dos processos metodológicos.

Não há previsão de continuidade da iniciativa em foco, dada a brusca mudança de atores e de modos de gestão no Governo Federal ocorrida neste ano no país. É essa ruptura com o projeto participativo de orientação para o PPA e o desenvolvimento que nos leva a compartilhar das ressalvas, realizadas por todos os entrevistados, às críticas possíveis à instância. O intento de construção de novos marcos de monitoramento e de conteúdo para os PPAs foram porosos a incidência de diretrizes, temáticas, objetivos, ações e iniciativas societárias, criando um ambiente propício às possibilidades de construção tanto dos novos laços relacionais como de referenciais híbridos. Esses são interessantes atributos de fóruns complexos como o Interconselhos, que trazem consigo o ímpeto do encontro e da construção de novos marcos para a ação pública rumo ao desenvolvimento.

A frequência de reuniões, a repetição de participações individuais, a efetividade do processo participativo, e a consideração, pelo governo, de críticas de representantes da sociedade civil à metodologia de elaboração e do monitoramento do PPA denotam, entretanto, fragilidades que merecerão maior atenção analítica em estudos posteriores.

## REFERÊNCIAS

AVELINO, Daniel Pitanguieira de; SANTOS, José Carlos dos. O Fórum Interconselhos e a consolidação de agendas transversais de planejamento. *Revista Brasileira de Planejamento Orçamentário*. Brasília, Volume 4, nº 2, 2014.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988.

\_\_\_\_\_. *Lei Nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. *Lei Nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016*. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019. Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. *Decreto Presidencial 8.243 de 2014*. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_, MPOG. *Plano Plurianual 2016-2019: Desenvolvimento, produtividade e inclusão social*. Mensagem presidencial. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019-ascom-3.pdf>. Acesso em 14 de setembro de 2016.

\_\_\_\_\_, SPA/MPOG. *Programas Finalísticos do PPA 2000-2003*. Brasília, 2003. SPA. [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-1/2000-2003/programas\\_finalisticos.pdf/view](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-1/2000-2003/programas_finalisticos.pdf/view) Acesso em: 14 de outubro de 2016.

BRASIL, SPIE/MPOG. *Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015: ano base 2013*. MPOG, SPIE, Brasília:2014.

\_\_\_\_\_. *Monitoramento Participativo – Fórum Interconselhos*. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual/monitoramento-participativo/forum-interconselhos> Acesso em 12 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. *Plano Mais Brasil PPA 2012-2015: agendas transversais – monitoramento participativo: ano base 2012*. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. *Plano Mais Brasil PPA 2012-2015: agendas transversais – monitoramento participativo: ano base 2013*. Brasília, 2014.

BRUGUÉ, Quim; CANAL, Ramón; PAYA, Palmira. ¿Inteligencia administrativa para abordar “problemas malditos”? El caso de las comisiones interdepartamentales. *Gestión y política pública*, v. 24, n. 1, p. 85-130, 2015.

CALLON, Michel; LASCOUMES, Pierre; BARTHE, Yannick. *Acting in an Uncertain World. An Essay on Technical Democracy*. MIT ed, Cambridge, 2009.

CARDOSO JR, José Celso. *Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado*. IPEA, Brasília, 2011.

DIAS, Ronaldo. *As carreiras no serviço público federal brasileiro: breve retrospecto e perspectivas*. *Texto para Discussão*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2010.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering development: the making and unmaking of the third world*. Princeton University Press, Nova Jersey, 1995.

ESTEVA, Gustavo. *Desenvolvimento*. In: *Dicionário do desenvolvimento*. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.

FORUM PPA. *Fórum Interconselhos no PPA*. Playlist de 09 vídeos do Youtube. Brasília 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLD9A10B07BA575515> Acesso em: 20 de outubro de 2016

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HETTNE, Bjorn. *Development thinking and the three worlds*. “Chapter 2: Eurocentrism and development thinking”. *Towards an international political economy of development*. New York: Longman Scientific & Technical, 1990.

INESC. *Sociedade pressiona governo por mais transparência no PPA 2012-2015*. *Notícias do INESC*. 19 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2012/novembro/sociedade-pressiona-governo-por-mais-transparencia-no-ppa-2012-2015> Acesso em 03 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. *O PPA e os desafios da participação no Governo Dilma*. *Notícias do INESC*. 30 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2011/maio/o-ppa-e-os-desafios-da-participacao-no-governo-dilma>. Acesso em 03 de novembro de 2016.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. *Gouverner par les instruments*. Paris, Presses de Sciences Po, 2004.



LÚCIO, Magda de Lima; DAROIT, Dorian; BESSA, Luiz Fernando Macedo. Sentidos e Significados de se Planejar Estrategicamente nas Organizações Públicas-Planejamento Estratégico Sociotécnico (PLANES): análise de uma experiência. *NAU Social*, v. 5, n. 9, 2014.

MULLER, Pierre. *Les Politiques Publiques*. Presses Universitaires de France « Que sais-je », 10<sup>a</sup> édition. Paris, 2013.

OLIVEIRA, Valéria R. Participação social nos planos plurianuais do governo federal: uma história recente. In: *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento - RBPO*. Vol. 3, nº 1, Brasília, 2013.

OOMMEN, T.K. Changing the paradigms of development: the evolving participatory society. *Journal of social and economic development*. 1998.

PARTICIPA BRASIL. *Fórum Dialoga Brasil no PPA 2016/2019 - Dia 14/04/2015*. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o052n27vGqw>. Acesso em 25 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. *Fórum Dialoga Brasil no PPA 2016/2019 - Dia 16/04/2015 - das 08h às 12h*. Vídeo. Brasília, 2015a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aQGbWIPRvXs>. Acesso em 25 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. *Fórum Dialoga Brasil no PPA 2016/2019 - Dia 14/04/2015 - das 14h às 16h*. Vídeo. Brasília, 2015a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mwZ3GjbUoFY>. Acesso em 25 de outubro de 2016.

PIETERSE, Jan Nederveen. My paradigm or yours? Alternative development, post-development, and reflexive development. *Development and Change*, 1998. pp. 343-373.

PLATAFORMA PELA REFORMA POLÍTICA. *Carta Aberta - Pela Democratização e Transparência do Orçamento Público*. 12 de Novembro de 2012. Disponível em: <http://www.reformapolitica.org.br/historico/2012/663-carta-aberta-pela-democratizacao-e-transparencia-do-orcamento-publico.html>. Acesso em: 12 de outubro de 2016.

PORTAL BRASIL. Governo abre consulta pública referente à LDO 2016. Disponível em: <https://www.brasil.gov.br/governo/2015/02/governo-abre-consulta-publica-referente-a-ldo-2016> acesso em: 10 de novembro de 2016

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo, Ed. Cortez: 2008.

SERRA, Albert. La gestión transversal: expectativas y resultados. *Revista del CLAD - Reforma y Democracia*, n. 32, 2005.

TVNBR. *Fórum Interconselhos avalia políticas públicas em diversas áreas*. Vídeo. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ldrC9Gm6IdE>. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

VIEIRA, Celia. *Metodologia do Orçamento Mulher 2013*. CEFEMEA. Brasília, 2013.

ZEURO, Mauro. Sistema integrado da gestão orçamentária (Cap 11). In: COSTA, Greiner, DAGNINO, Renato. *Gestão Estratégica em Políticas Públicas*. Campinas, Ed. Alínea, 2013.

**MAPEAMENTO DE CAPS III NO BRASIL****SANTOS, Mariana Fernandes Ramos**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
da Universidade Católica de Petrópolis  
Professora da Graduação em Psicologia  
pelo Centro Universitário São José de Itaperuna  
*marineuropsi@hotmail.com*

**BARRETO, Erika Costa**

Mestre Cognição e Linguagem da  
Universidade Estadual do Norte Fluminense  
Bolsista CAPES  
*erikacostabarreto@yahoo.com.br*

**BITENCOURT, Rachel Glória**

Graduanda em Psicologia pelo  
Centro Universitário São José de Itaperuna  
*rachelgloriabittencourt@yahoo.com.br*

**RESUMO:**

A reforma Psiquiátrica trouxe grandes mudanças no que diz respeito do paradigma de cuidado e na forma com que concebe a compreensão e tratamento da Loucura. A lei 10.216, formaliza as lógicas do cuidado no Brasil, colocando a internação quando já se esgotaram todas as propostas anteriores e ressaltando a atenção psicossocial e a preservação de laços familiares e comunitários. Teve com como objetivo compreender a RAPS, definir CAPS III e apontar o mapeamento de CAPS III no Brasil através de pesquisa documental dos dados do Ministério da Saúde. Os resultados apontam para um somatório de 85 CAPS III implantados em todo o Brasil (Brasil, 2014) sendo implantados mais no ano de 2014, no somatório desses dados (2014). A região destaque foi a Sudeste com 50 CAPS III implantados, 35 em SP. Já a região que menos se destacou foi a região Centro Oeste com 2 CAPS III implantados, no entanto cabe-se ressaltar que os achados apontam para Estados que não possuem a implantação de CAPS III como são as realidades apresentadas no Distrito Federal e no Mato Grosso.

**Palavras- chave:** Reforma Psiquiátrica. RAPS. CAPS III**ABSTRACT:**

Psychiatric reform has brought about great changes in the paradigm of care and in the way in which it conceives the understanding and treatment of madness. Law 10.216, formalizes the logic of care in Brazil, placing hospitalization when all previous proposals have been exhausted and emphasizing psychosocial care and the preservation of family and community ties. The objective of this study was to understand the RAPS, define CAPS III and point out the mapping of CAPS III in Brazil through documentary research of data from the Ministry of Health. The results point to a sum of 85 CAPS III implanted throughout Brazil (Brazil, 2014) Being deployed more in the year 2014, in the sum of these data (2014). The region highlighted was the Southeast with 50 CAPS III implanted, 35 in SP. On the other hand, the region that was the most prominent was the Central West region with 2 CAPS III implanted, however it should be noted that the findings point to States that do not have the CAPS III implantation as are the realities presented in the Federal District and in Mato Grosso .

**Keywords:** Psychiatric Reform. RAPS. CAPS III

## INTRODUÇÃO

Com a Reforma Psiquiátrica, houve uma quebra de paradigma do termo hospitalocêntrico e asilar para psicossocial, quando os pacientes psiquiátricos que antes ficavam em internação de longa permanência passaram a ser atendidos em seus territórios com a preservação de direitos e intervenções eficazes dentro de sua realidade.

Nesse contexto, nasce a RAPS (Rede de Atenção Psicossocial), sendo uma estratégia utilizada pelo SUS para a promoção de saúde em seu aspecto holístico e não mais lançando mão de um paradigma somente biológico dos Transtornos Mentais. Esta mudança de concepção de tratamento se deu através da Lei 10.216 que vem ao encontro de uma nova lógica de atendimento, sobretudo com relação à crise. Dentro desta proposta a crise precisa ser entendida e atendida em seu território, tendo os laços afetivos e familiares em acompanhamento ao paciente no momento do cuidado intensivo que seria qualificado similarmente a internação. Sendo a crise escutada e compreendida e não mais visualizando a internação psiquiátrica de longa permanência como a primeira opção de tratamento, fazendo uso de outros recursos e dispositivos que atendam a demanda explicitada. Se faz necessário lançar mão de dispositivos que atendam a crise dentro do que preconiza a RAPS, de forma a entender a crise como parte do tratamento e trabalhar com ela, neste caso, o espaço o qual teríamos para melhor da conta devido a estrutura e funcionamento é o CAPS III.

Por conta disso, nosso trabalho se norteia a fazer um levantamento de dados no que diz respeito a implantação dos CAPS III em território nacional, utilizando como banco de dados os arquivos, artigos e cartilha do Ministério da Saúde. Nossa pesquisa chama a atenção para levar em consideração as peculiaridades do território, uma vez que existem casos graves que ainda são internados por longa permanência pela dificuldade em acessar certos dispositivos de cuidado. Temos a intenção de fomentar novas pesquisas que considerem a importância da RAPS no cuidado ao paciente grave.

### 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Anteriormente com uma visão hospitalocêntrica, o tratamento em Saúde Mental era direcionado as instituições de caracterização fechada onde o indivíduo se via numa lógica biológica da doença, onde a pessoa recebe a assistência da doença e, tendo como concepção de cuidado, o isolamento. A partir do rompimento com este paradigma, ganha espaço uma nova lógica de pensar o tratamento: uma lógica baseada numa reforma desses métodos e técnicas de concepção de cuidado. O Movimento de Reforma Psiquiátrica ganha articulação em todo o país, sob o lema "Por uma sociedade sem manicômios", e surgem experiências de novas formas de atenção a esta população.

Juntamente com esta nova forma de cuidado, muda-se a concepção legislativa de se pensar na assistência em Saúde Mental, havendo um marco no aparato legal - Lei 10.216/01, que dispõe sobre os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial. Onde a internação que era a opção mais utilizada anteriormente, passava-se a ser a última opção em concepção de cuidado: e que é utilizado todos os dispositivos psicossociais que atendessem a pessoa em seu território preservando seus vínculos familiares e comunitários. "ser tratado preferencialmente em serviços comunitários de saúde mental (...); A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem

insuficientes”; (...) O tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio”.

Então, baseado nesta lógica cria-se as RAPS. A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) tem como finalidade a criação, a ampliação e a articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Entre as principais diretrizes da RAPS, é importante destacar: respeito aos direitos humanos, garantindo a autonomia e a liberdade das pessoas; promoção da equidade; reconhecendo os determinantes sociais da saúde; combate a estigmas e aos preconceitos; garantia do acesso e da qualidade dos serviços, ofertando cuidado integral e assistência multiprofissional, sob a lógica interdisciplinar; atenção humanizada e centrada nas necessidades das pessoas; desenvolvimento de atividades no território, que favoreça a inclusão social com vistas à promoção de autonomia e ao exercício da cidadania; desenvolvimento de estratégias de Redução de Danos; ênfase em serviços de base territorial e comunitária, com participação e controle social dos usuários e de seus familiares; desenvolvimento da lógica do cuidado para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, tendo como eixo central a construção do projeto terapêutico singular (BRASIL, 2011).

Entre as ações de suma importância podemos citar: Desenvolvimento de atividades no território, que favoreçam a inclusão social com vistas à promoção de autonomia e ao exercício da cidadania; Desenvolvimento de estratégias de Redução de Danos; Participação dos usuários e de seus familiares no controle social, Organização dos serviços em rede de atenção à saúde, com estabelecimento de ações intersetoriais para garantir a integralidade do cuidado; Promoção de estratégias de educação permanente; Desenvolvimento da lógica para cuidado de pessoas com transtornos mentais e com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, tendo como eixo central a construção do projeto terapêutico singular.

Dentre outros recursos e dispositivos, com a portaria 336/2012 estabelece-se normas de funcionamentos desses espaços, entre eles destacamos o CAPS III. O CAPS III é um dos dispositivos pleiteados pela Reforma Psiquiátrica. Brasil (2015) afirma que o CAPS III atende prioritariamente pessoas em intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso de substâncias psicoativas, e outras situações clínicas que impossibilitem estabelecer laços sociais e realizar projetos de vida. Tal dispositivo proporciona serviços de atenção contínua, com funcionamento 24 horas, incluindo feriados e finais de semana, ofertando retaguarda clínica e acolhimento noturno a outros serviços de saúde mental, inclusive CAPSad. Indicado para municípios ou regiões de saúde com população acima de 150 mil habitantes. A equipe mínima estabelecida é composta de: 2 médicos psiquiatras; 1 enfermeiro com formação em saúde mental; 5 profissionais de nível universitário; 8 profissionais de nível médio, divididos de 12 em 12 horas. O CAPS III é considerado um recurso completo uma vez que conta com uma equipe multidisciplinar e pelo tempo que esta equipe se destina ao acolhimento: 24 horas por dia.

O CAPS III se caracteriza por ser um serviço de atenção psicossocial com as seguintes características: a – constituir-se em serviço ambulatorial de atenção contínua, durante

24 horas diariamente, incluindo feriados e fins de semana; b – responsabilizar-se, sob coordenação do gestor local, pela organização da demanda e da rede de cuidados em saúde mental no âmbito do seu território; c – possuir capacidade técnica para desempenhar o papel de regulador da porta de entrada da rede assistencial no âmbito do seu território e/ou do módulo assistencial, definido na Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS), por determinação do gestor local; d – coordenar, por delegação do gestor local, as atividades de supervisão de unidades hospitalares psiquiátricas no âmbito do seu território; e – supervisionar e capacitar às equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental no âmbito do seu território e/ou do módulo assistencial; f – realizar, e manter atualizado, o cadastramento dos pacientes que utilizam medicamentos essenciais para a área de saúde mental regulamentado pela Portaria/GM/MS nº 1.077, de 24 de agosto de 1999, e medicamentos excepcionais, regulamentados pela Portaria/SAS/MS nº 341, de 22 de agosto de 2001, dentro de sua área assistencial; g – estar referenciado a um serviço de atendimento de urgência/emergência geral de sua região, que fará o suporte de atenção médica.

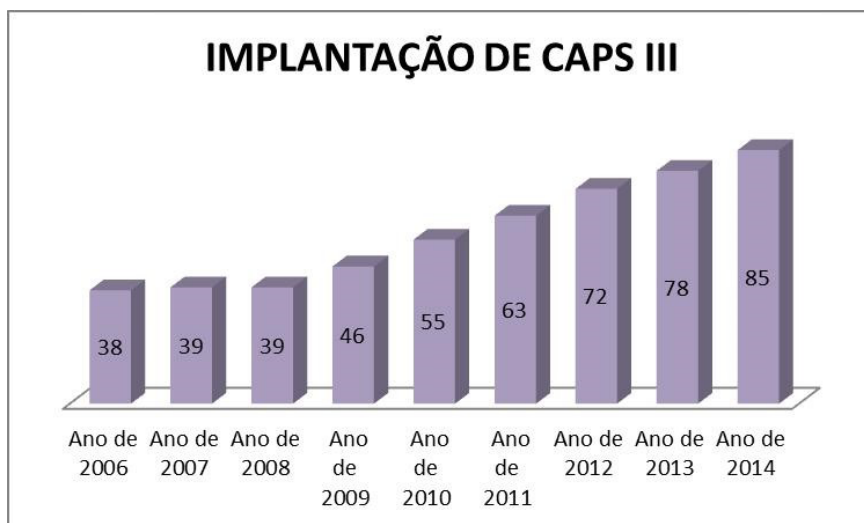
A assistência prestada ao paciente no CAPS III inclui as seguintes atividades: a – atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico, orientação, entre outros); b – atendimento grupos (psicoterapia, grupo operativo, atividades de suporte social, entre outras); c – atendimento em oficinas terapêuticas executadas por profissional de nível superior ou nível médio; d – visitas e atendimentos domiciliares; e – atendimento à família; f – atividades comunitárias enfocando a integração do doente mental na comunidade e sua inserção familiar e social; g – acolhimento noturno, nos feriados e fins de semana, com no máximo cinco leitos, para eventual repouso e/ou observação; h – os pacientes assistidos em um turno (quatro horas) receberão uma refeição diária; os assistidos em dois turnos (oito horas) receberão duas refeições diárias, e os que permanecerem no serviço durante 24 horas contínuas receberão quatro refeições diárias; i – a permanência de um mesmo paciente no acolhimento noturno fica limitada a sete dias corridos ou dez dias intercalados em um período de 30 dias. Cabendo ao CAPS III atuar na retaguarda e articulação em rede como potência de atuação em inúmeras crises, sendo um dispositivo de recurso do acolhimento noturno dentro e fora do CAPS. Sendo que, este acolhimento noturno passa a participar de situações-limites de usuários graves, com baixa adesão, alta vulnerabilidade X atuar em recusa de receber à noite usuários que estão sob situações de abandono e alta vulnerabilidade, o que culmina num atendimento em crise de forma a preservar a legislação e a nova concepção de cuidado, onde preconiza os laços familiares e comunitários. Ou seja, um atendimento noturno visando cuidados clínicos e de reabilitação psicossocial, com o objetivo de substituir o modelo hospitalocêntrico, evitando as internações e favorecendo o exercício da cidadania e da inclusão social dos usuários e de suas famílias.

Brasil (2015) coloca que o primeiro CAPS do Brasil foi criado em 1987, na cidade de São Paulo e, em 1989 foram criados, em Santos, os Núcleos de Apoio Psicossocial (Naps), com atenção 24 horas, posteriormente denominados de CAPS III. Diante disso, pontua-se o estado de São Paulo como pioneiro na implantação do CAPS III. O Objetivo da pesquisa foi fazer um mapeamento dos CAPS III no Brasil, tendo como objetivos específicos: definir CAPS III, levantar o número de CAPS III no Brasil, avaliar o quantitativo de CAPS III por região, destacar a região que contém mais e menos CAPS III. Para isto, foi feita uma pesquisa documental de caráter quantitativo levantando os dados referentes ao CAPS III no Brasil, os dados foram computados através do Software Excel. O CAPS

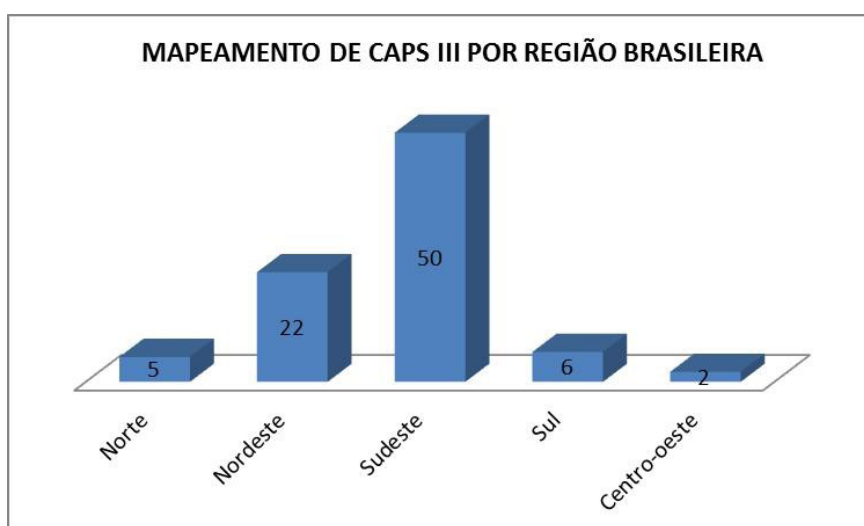
III é um dispositivo 24 horas, onde o sujeito é assistido nesse período. Observa-se que nas localidades que não tem CAPS III lança-se mão da RAPS com alguns dispositivos, dentre eles os Leitos Psiquiátricos nos Postos de Urgência.

## 2. RESULTADOS ALCANÇADOS

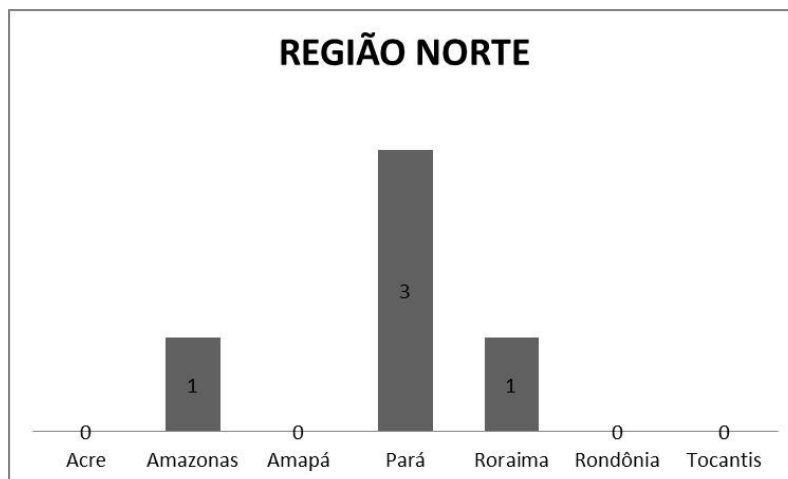
A partir dos dados cedidos pelo Ministério da Saúde(2014):



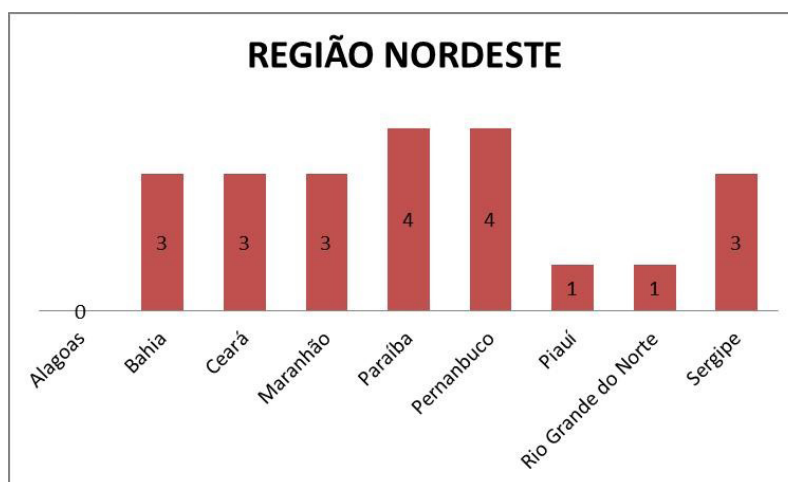
De acordo com os dados da pesquisa documental, onde foi utilizada o banco de dados de Brasil (2014), do ano de 2006 à 2014 houve a implantação de 47 CAPS III no Brasil, a cada ano houveram aumento de dispositivos que atendam ao caráter de urgência e assistência 24 horas. O que surgem a necessidade de cada vez mais se observar a necessidade de implantação dos mesmos.



Destaca-se impreterivelmente de forma intensa a região do Sudeste, num somatório de 50 CAPS III em funcionamento, seguido pela região Nordeste com 22 implantações, a Norte com 5 implantações, a Sul com 6 implantações e por último a região Centro-oeste com duas implantações do dispositivo de 24 horas.



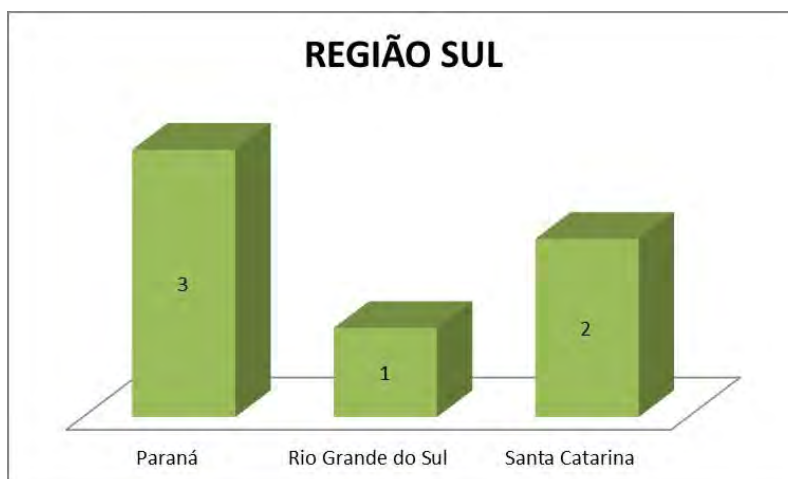
No que diz respeito a região Norte, destaca-se o Estado do Pará com três implantações de CAPS III, seguido por Roraima e Amazonas com uma implantação.



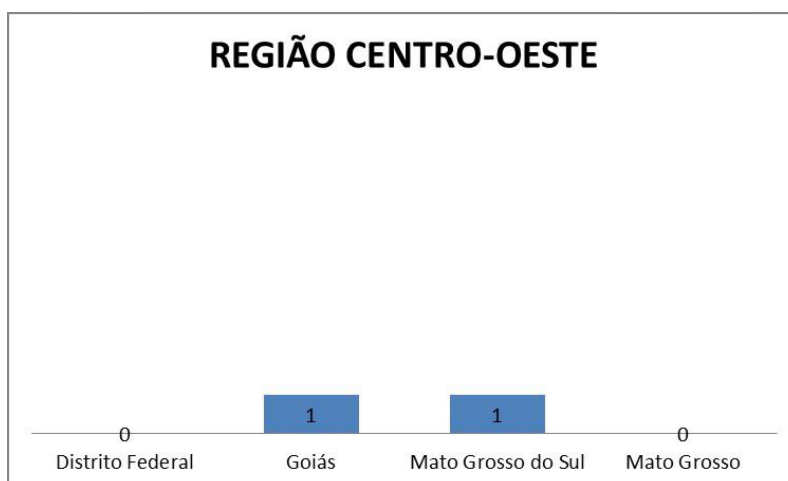
Na região Nordeste, destaca-se o Estado da Paraíba e Pernambuco com quatro implantações, seguido de Bahia, Ceará, Maranhão e Sergipe com três implantações, um dispositivo implantado no Piauí e no Rio Grande do Norte.



Já a região Sudeste, destaca-se a região de São Paulo, com 35 CAPS III implantadas, seguido pela região de Minas Gerais, com 12 implantações de dispositivos 24 horas, seguido por Rio de Janeiro com três implantações. O curioso é que Minas Gerais, as cidades no que se refere ao nível populacional são menores do que Rio de Janeiro, no entanto existem 9 implantações a mais neste Estado, o que é de suma importância pesquisas epidemiológicas para que haja esta implantação.



No que se refere à região Sul, num somatório de seis dispositivos implantados, três estão implantados no estado do Pará, seguido por dois em Santa Catarina e um no Rio Grande do Sul.



O centro-oeste, a região que tem menos implantação de CAPS III no Brasil, conta com a implantação de dois dispositivos de atendimento 24 horas, estes dispositivos estão implantados em Goiás e em Mato Grosso do Sul. Interessante observar que o Distrito Federal não contempla CAPS III, embora seja o estado de maior destaque no Brasil por ser sua capital.

Os resultados apontam para um somatório de 85 CAPS III implantados em todo o Brasil (Brasil, 2014) sendo implantados mais no ano de 2014, no somatório desses dados (2014). A região que mais se destacou pelo número de CAPS III foi a Sudeste com 50 (cinquenta) CAPS III implantados, com ênfase para o Estado de São Paulo



num somatório de 35 CAPS III implantados. Já a região que menos se destacou foi a região Centro Oeste com 2 CAPS III implantados, no entanto cabe-se ressaltar que os achados apontam para Estados que não possuem a implantação de CAPS III como são as realidades apresentadas no Distrito Federal e no Mato Grosso.

Sabe-se que para a implantação do CAPS III existem alguns critérios, entre eles quantitativo de pacientes e, sobretudo, quantitativo populacional, o que de alguma forma facilita algumas regiões e dificulta para outras, outra forma de se justificar é o apontamento de demanda e de com dados epidemiológicos, com destaque para o estado de Minas Gerais que é constituído de micromunicípios que não atingem o nível populacional exigido, porém conta com 12 (doze) CAPS III implantados.

### 3. CONCLUSÕES

Para podermos preconizar o que nos reporta a RAPS, se faz necessário que a rede atenda as suas demandas e discuta com elas, porém é de suma importância que a crise seja acolhida de forma a lançar mão de subsídios para trabalhar com o momento de crise de forma a se direcionar numa lógica de não institucionalização do sujeito, e entre os dispositivos que atendem a esta lógica, contempla-se o CAPS III.

No mapeamento concluiu-se que há uma distribuição destes dispositivos de acordo com as demandas apresentadas, seja populacional ou epidemiológica o que chama a atenção para a possibilidade de regiões que não atendam aos quesitos da 336, façam uso de sua própria demanda como justificativa, ressaltando que se faz necessária a implicação de regiões na utilização desse recurso para contar com a implantação de dispositivos que melhor atendam seus usuários, principalmente os de vulnerabilidade grave, intensivos e recorrentes. A crise tem significado dentro dos quadros e é importante que esta seja acolhida e trabalhada, num espaço que o sujeito apareça, este espaço: O CAPS III, o dispositivo de atenção ao sujeito que sofre psiquiatricamente 24 horas.

### REFERÊNCIAS

Brasil, MS. *Lei nº 10.216*, de 06 de Abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo Assistencial em saúde mental.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde (1992) Secretaria da Assistência à Saúde, *Portaria 224/92* de 29 de janeiro de 1992.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde (2002). Secretaria da Assistência à Saúde, *Portaria 251/02* de 31 de janeiro de 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde (2002) Secretaria da Assistência à Saúde, *Portaria 336/02* de 19 de fevereiro de 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde (2002). Secretaria da Assistência à Saúde, *Portaria 816/02* de 30 de abril de 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde (2002). Secretaria da Assistência à Saúde, *Portaria 817/02* de 30 de abril de 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde (2002). Secretaria da Assistência à Saúde, *Portaria 1679/02* de 19 de setembro de 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde (2001) Caderno de Textos. *Conferência Nacional de Saúde Mental: cuidar sim, excluir não*. Ministério da Saúde: Brasília, dezembro, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde(2004). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. *Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial*. Brasília, Ed. MS, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde (1994) *Relatório final da 2ª Conferência Nacional de Saúde Mental*. Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde, Departamento de Assistência e Promoção à Saúde, Coordenação de Saúde Mental. Brasília, Ed. MS, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde (2010). Secretaria da Assistência à Saúde, *Portaria 4279/2010* de 30 de dezembro de 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde (2011). Secretaria da Assistência à Saúde, *Portaria 3.088/2011* de 23 de dezembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde (2010). Conselho Nacional de Secretários de Saúde. As oficinas para a organização das redes de atenção à saúde: CONASS, 2010. 108 p. (CONASS Documenta; 21)

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde (2001). Sistema Nacional de Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Organizadora da III CNSM. *Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental*. Brasília, 11 a 15 de dezembro de 2001. Brasília: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 2202, 213 p.

\_\_\_\_\_,Ministério da Saúde(2002). *Legislação em Saúde Mental 1990-2002*. 3ª ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde.

\_\_\_\_\_,Ministério da Saúde (2004). *Saúde Mental no SUS. Os Centros de Atenção Psicossocial*. Brasília: Ministério da Saúde.

\_\_\_\_\_,Ministério da Saúde (2005). *Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde/ OPAS.

\_\_\_\_\_,Ministério da Saúde (2004) Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência a Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial*. Brasília: Ministério da Saúde.

\_\_\_\_\_,Ministério da Saúde(2005) Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. *Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil*. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Republicada em 21 de maio de 2013. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. (2015). Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção Psicossocial nos Territórios. Orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e UA.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. SAS/DAPES. Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. Saúde Mental em Dados - 12, Ano 10, nº 12, outubro de 2015. Brasília, 2015. Informativo eletrônico de dados sobre a Política Nacional de Saúde Mental. 48p. Disponível em [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br) e [www.saude.gov.br/bvs/saudemental](http://www.saude.gov.br/bvs/saudemental)

#### ANEXO:

Tabela 6 – Centros de Atenção Psicossocial por tipo, por UF e por Indicador de CAPS/100 mil habitantes (Brasil, dez/2014)

UF	UF	Pop (IBGE 2014)	CAPS I	CAPS II	CAPS III	CAPSi	CAPSad	CAPSad III	Total	Cobertura CAPS
AC	Acre	790.101	2	1				1	4	0,44
AM	Amazonas	3.873.743	13	5	1	1	1		21	0,39
AP	Amapá	750.912				1	1	1	3	0,47
PA	Pará	8.073.924	44	16	3	3	6	1	73	0,66
RR	Roraima	496.936	5	1	1		1		8	1,21
RO	Rondônia	1.748.531	13	5		1	1		20	0,77
TO	Tocantins	1.496.880	8	4				2	14	0,73
<b>NORTE</b>		<b>17.231.027</b>	<b>85</b>	<b>32</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>143</b>	<b>0,61</b>
AL	Alagoas	3.321.730	45	6		1	2	1	55	0,99
BA	Bahia	15.126.371	149	35	3	10	17	2	216	0,95
CE	Ceará	8.842.791	62	29	3	7	21	3	125	1,10
MA	Maranhão	6.850.884	43	15	3	3	7		71	0,74
PB	Paraíba	3.943.885	49	8	4	9	7	5	82	1,57
PE	Pernambuco	9.277.727	46	26	4	8	14	2	100	0,86
PI	Piauí	3.194.718	39	7	1	1	4	2	54	1,13
RN	Rio Grande do Norte	3.408.510	17	11	1	3	6	1	39	0,92
SE	Sergipe	2.219.574	25	4	3	2	4	1	39	1,28
<b>NORDESTE</b>		<b>56.186.190</b>	<b>475</b>	<b>141</b>	<b>22</b>	<b>44</b>	<b>82</b>	<b>17</b>	<b>781</b>	<b>1,00</b>
ES	Espírito Santo	3.885.049	10	7		1	5		23	0,46
MG	Minas Gerais	20.734.097	125	52	12	19	30	10	248	0,95
RJ	Rio de Janeiro	16.461.173	43	45	3	25	22	1	139	0,73
SP	São Paulo	44.035.304	80	90	35	58	76	14	353	0,77
<b>SUDESTE</b>		<b>85.115.623</b>	<b>258</b>	<b>194</b>	<b>50</b>	<b>103</b>	<b>133</b>	<b>25</b>	<b>763</b>	<b>0,79</b>
PR	Paraná	11.081.692	47	28	3	11	24	5	118	0,89
RS	Rio Grande do Sul	11.207.274	77	41	1	21	29	11	180	1,32
SC	Santa Catarina	6.727.148	55	14	2	8	11	1	91	0,97
<b>SUL</b>		<b>29.016.114</b>	<b>179</b>	<b>83</b>	<b>6</b>	<b>40</b>	<b>64</b>	<b>17</b>	<b>389</b>	<b>1,07</b>
DF	Distrito Federal	2.852.372	1	3		1	4	3	12	0,46
GO	Goiás	6.523.222	33	14	1	3	7	2	60	0,69
MS	Mato Grosso do Sul	2.619.657	11	6	1	1	4		23	0,69
MT	Mato Grosso	3.224.357	27	3		3	5		38	0,76
<b>CENTRO OESTE</b>		<b>15.219.608</b>	<b>72</b>	<b>26</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>20</b>	<b>5</b>	<b>133</b>	<b>0,66</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>20.2768.562</b>	<b>1.069</b>	<b>476</b>	<b>85</b>	<b>201</b>	<b>309</b>	<b>69</b>	<b>2.209</b>	<b>0,86</b>

Fonte: Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas/DAPES/SAS/MS e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Tabela 4 – Série histórica do número de CAPS habilitados no Brasil por Tipo (Brasil, dez/2006 a dez/2014)

Ano	CAPS I	CAPS II	CAPS III	CAPSi	CAPSad	CAPSad III	Total
2006	437	322	38	75	138	-	1010
2007	526	346	39	84	160	-	1155
2008	618	382	39	101	186	-	1326
2009	686	400	46	112	223	-	1467
2010	761	418	55	128	258	-	1620
2011	822	431	63	149	272	5	1742
2012	907	464	72	174	293	27	1937
2013	978	471	78	187	301	47	2062
2014	1069	476	85	201	309	69	2209

Fonte: Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas/DAPES/SAS/MS. Sistematização dos Estabelecimentos Habilitados por meio de portaria específica.

## QUANDO CAPACITADORES DEMANDAM CAPACITAÇÃO: A UNIVERSIDADE CAPACITANDO A UNIVERSIDADE

**ANDRADE, Emmanuel Paiva**

Professor do DSG/UFF, Coordenador do GECOPI  
*emmanueluff@gmail.com*

**ANDRADE, Everardo Paiva**

Professor do PPGE/FEUFF e do PROFHISTÓRIA,  
Pesquisador do CDC e do LEH  
*everardo\_andrade@uol.com.br*

**ALVES, Jean Carlos Machado**

Doutorando DSG/UFF e Professor da UFOP  
*jean.mep@gmail.com*

### RESUMO

A universidade brasileira, na sua missão constitucional de ensino, pesquisa e extensão, desempenhou o seu papel com ênfases diferenciadas sobre cada um dos componentes do tripé, conforme as políticas públicas privilegiavam este ou aquele aspecto. A missão sempre foi de tal forma marcante na perspectiva da avaliação institucional, que os aspectos ligados à sua governança e gestão, embora recebessem atenção esporádica de órgãos de capacitação da Administração Pública Federal, jamais tiveram suporte suficiente para acompanhar a complexa trajetória da instituição acadêmica. O surgimento dos mestrados profissionais, com suas especificidades no que diz respeito a formar profissionais para usarem procedimentos da pesquisa nas suas experiências de trabalho, trouxe desafios e oportunidades para o campo da gestão acadêmica. O presente artigo pretende diagnosticar este quadro, através de um estudo de caso, mapeando e categorizando iniciativas institucionais, confrontando-as com a literatura atual e contribuindo para elucidar os desdobramentos e desafios desse encontro.

**Palavras-chave:** Gestão acadêmica. Mestrados Profissionais. Aprendizagem.

### ABSTRACT

The Brazilian university has a constitutional mission of teaching, research and extension. It plays its role with differentiated emphases on each of the components of the tripod, according to the public policies of the moment. The mission has always been so marked from the perspective of the institutional evaluation, that aspects related to its governance and management, although they received sporadic attention from the Federal Public Administration, never had sufficient support to follow the complex trajectory of the academic institution. The emergence of professional masters, with their specificities in training professionals to use research procedures in their work experiences, has brought challenges and opportunities to the field of academic management. The present article intends to diagnose this situation, through a case study, mapping and categorizing institutional initiatives, comparing them with the current literature and contributing to elucidate the unfolding and challenges of this encounter.

**Key words:** Academic management. Professional Masters. Learning.

## INTRODUÇÃO

É relativamente recente o movimento de capacitação de servidores das instituições públicas através da pós-graduação, particularmente, dos mestrados profissionais. De um lado, iniciativas públicas tais como o Programa de Desenvolvimento de Pessoal do Governo Federal, oferecendo apoio à educação continuada e abrindo perspectivas de enquadramento na carreira em função de capacitação e, de outro lado, a emergência dos mestrados profissionais que, nos seus esforços locais de criação e enquadramento, incorporam compromissos institucionais de formação dos próprios servidores, parecem circunscrever as iniciativas principais (BOUFLEUER, 2009; FISCHER, 2005; NEGRET, 2008).

Esse movimento deve gerar uma demanda crescente por formação mas, ao mesmo tempo, explicita um *gap* gigantesco, tanto na identificação e modelagem dos problemas locais relevantes, quanto na própria capacitação atual dos quadros em busca de aperfeiçoamento e confrontados com atividades de enorme heterogeneidade. Além disso, impõe-se a necessidade de compreender melhor as conexões entre as demandas institucionais gerais e os interesses pessoais dos sujeitos, na particularidade de suas histórias de vida. O presente artigo pretende diagnosticar este quadro, através de um estudo de caso na Pós-Graduação em Sistemas de Gestão da Universidade Federal Fluminense, mapeando e categorizando iniciativas em curso e confrontando-as com a literatura atual.

### 1. O MESTRADO PROFISSIONAL E A QUESTÃO DA INSERÇÃO SOCIAL

Os desafios postos à universidade pública nas últimas décadas se ampliaram e se tornaram cada vez mais complexos à medida que o mundo se tornava global e os problemas assumiam proporções planetárias, exigindo novas estratégias epistemológicas e de ação. A resposta a estes desafios enseja a perspectiva da interdisciplinaridade e passa inexoravelmente por mudanças também na organização do próprio mecanismo universitário tal como ele se apresenta, com seus dispositivos de gestão e de divisão do trabalho. Se do ponto de vista dos resultados em pesquisa e formação de pessoas, a performance da universidade tem um histórico de relativo sucesso, o mesmo não se pode dizer com relação à eficácia organizacional. As sucessivas reformas universitárias, ou tentativas de fazê-las, não lograram êxito completo no que diz respeito à organização propriamente dita, a começar pela Reforma Universitária de 1968 que, engendrada no bojo da ditadura civil-militar que assolava o país, terminou frustrada em diversos aspectos, seguindo-se outras propostas de modificações que surgiram com o intuito de redefinir a gestão do ensino superior nas universidades públicas e modificar sua estrutura curricular, como as ocorridas em 1985, no governo Sarney, em 1990, no governo FHC e em 2004, no governo Lula (BERNHEIM, CHAUI, 2008; RAYNAUT, 2011; CAPELLA, 2016).

Nessa sequência de operações cujo objeto era a universidade pública, surge em 1995, através da Portaria n. 47, de 17 de outubro de 1995, a ideia da criação de mestrados dirigidos à formação profissional (CAPES, 2005). Em 1998, através da Portaria n. 80, de 16 de dezembro de 1998, é reconhecido no âmbito normativo o chamado mestrado profissional, cujos objetivos, consolidados apenas em 2009, através da Portaria n. 17/2009, incluíam (i) capacitação profissional voltada para demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho; (ii) transferência de conhecimento em razão

de demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local; (iii) aumento da eficácia e da eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados e (iv) da agregação de competitividade e aumento da produtividade em empresas, organizações públicas e privadas (BRASIL, 2009; MELO, OLIVEIRA, 2005).

De fato, no contexto mais geral da pós-graduação brasileira, delineada com viés acadêmico a partir do Parecer Sucupira (CES no. 977, de 03/12/1965), foram incluídos vários cursos com perspectiva mais profissional, e a regulamentação de 1998 viria confirmar essa tendência. Inspirado no modelo norte-americano, o cenário da pós-graduação distinguia cursos mais profissionalizantes visando a extensão ou aplicação do conhecimento em circunstâncias reais de trabalho. A notória influência das agências financeiras internacionais sobre a política educacional brasileira, especialmente em nível superior e de pós-graduação, ecoa com nitidez no documento do Banco Interamericano de Desenvolvimento intitulado “O ensino superior – as lições derivadas da experiência” (BID, 1995, cit. MELO; OLIVEIRA, 2005), focalizando sobretudo, os seguintes aspectos:

- redefinição da função governo no ensino superior;
- implementação de programas de cooperação interinstitucionais e pós-graduação a distância;
- aproximação da universidade com o setor produtivo, com prioridade na criação de cursos *stricto sensu*, atendendo à nova dinâmica de mercado;
- flexibilização do sistema de pós-graduação, tornando-o receptivo a novas formas de capacitação de recursos humanos.

As propostas envolvem questões polêmicas como a aproximação entre a universidade e o setor produtivo, a parceria com o setor privado, a formação de profissionais aptos a elaborar novas técnicas e processos para o mercado e, portanto, a forte articulação entre o conhecimento e as práticas do mundo do trabalho. Por tudo isso se fala na existência de dois eixos para apreciar o diferencial de qualidade proporcionado pelo Mestrado Profissional: (i) ele agrega competitividade e produtividade à empresa, além de (ii) melhorar a gestão de setores sociais públicos, estatais ou não (RIBEIRO, 2007). No fundo, a proposta aprofunda a perspectiva da universidade como uma organização administrada no sentido capitalista, conforme Bernheim e Chauí (2008), voltada para dentro como estrutura de gerenciamento e arbitragem de contratos e avaliada com base em indicadores de produtividade.

O panorama em 2015 no Brasil aponta para a consolidação da experiência do mestrado profissional, que já representa 10% do total de cursos de pós-graduação *estricto sensu* reconhecidos pela Capes, com 579 cursos ativos (PESSÔA et al., 2015). Com um foco voltado mais à prática profissional do que propriamente à reprodução do *ethos* acadêmico, os mestrados profissionais assumem desde cedo um perfil interdisciplinar, operando com diversidade de formações acadêmicas, tanto entre os docentes que compõem o programa quanto entre o público alvo que o procura para capacitar-se (PIQUET; LEAL; TERRA, 2005).

Segundo Piquet, Leal, Terra (2005), o mestrado profissional “constitui basicamente uma oportunidade de maior aproximação entre os trabalhos conduzidos pela universidade e as demandas existentes no campo social e profissional”. Assim é que os autores vão lembrar que as dissertações dos mestrados profissionais são, em geral, voltadas para

a interpretação da prática, para o delineamento de linhas de ação, conduzindo, desta forma, a uma aproximação entre os trabalhos elaborados pelas universidades e as demandas existentes no campo social e profissional.

Essa perspectiva coloca também exigências de natureza epistemológica para a academia, que deve mostrar abertura e flexibilidade capazes de alterar seu próprio *modus operandi* em função do novo tipo de saber e de fazer, ou de saber fazer. Tem esse sentido, a afirmação de Mattos (1997), segundo a qual

se a academia se supõe credenciada, pela natureza do que produz, a falar ao mundo da empresa, do planejamento e da produção, é forçoso que aceite discutir formas alternativas de produzir conhecimento crítico com finalidades práticas que não o atendimento de suas próprias preocupações e polêmicas internas, ou a manutenção de suas tradições e instituições (MATTOS, 1997)

É nesse contexto que surge a discussão da inserção social como quesito de avaliação da pós-graduação. Boufleuer (2009) vai indagar, em primeiro lugar, se pode haver uma boa pós-graduação sem de fato existir inserção social, ou seja, até que ponto inserção social não é inerente mesmo à pós-graduação. Para isso, o autor faz uma análise crítica do documento publicado pelo Diretor de Avaliação da Capes, segundo o qual “a pós-graduação tem uma responsabilidade social e deve, assim, não apenas melhorar a ciência, mas também melhorar o país”.

Na caracterização do que é a “inserção social”, o documento da Capes, reconhecendo a autonomia das áreas para definirem a questão da melhor forma, sugere, contudo, quatro categorias de impactos, conforme o Quadro 1.

**Quadro 1.** Como avaliar a inserção social

Categoria de impacto	Conceito
<b>Impacto tecnológico/econômico</b>	Contribuição para o desenvolvimento microrregional, regional e/ou nacional destacando os avanços produtivos gerados; aumento da produtividade; disseminação de técnicas e conhecimentos que melhorem o desempenho econômico, respeitando e considerando seus efeitos sociais e ambientais.
<b>Impacto educacional</b>	Contribuição para a melhoria do ensino básico, médio, graduação, técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino. Um exemplo de contribuição nesse campo, passível de ocorrer em algumas áreas, seria a geração pelo programa de “livros-textos” para a graduação e de livros didáticos para o ensino fundamental e médio. Contudo, recomendamos também que esses trabalhos sejam pontuados positivamente, apenas quando forem excelentes ou muito bons. O objetivo desta ideia é estimular a produção de tais trabalhos só quando forem excelentes, uma vez que, se forem de qualidade média, não trarão nada de novo e, sempre, representam um esforço que afasta o professor de outras atividades prioritárias para o desempenho do programa, como a produção científica e orientação de alunos.
<b>Impacto propriamente Social</b>	Formação de recursos humanos qualificados para a administração pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento.
<b>Impacto cultural</b>	Formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural e artístico, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e às artes e ao conhecimento nesse campo.

Fonte: (Adaptado de BOUFLEUER, 2009)

Dessa maneira, no Documento de Área da avaliação do triênio 2010-2012 (CAPES, 2013), fica-se sabendo que

um programa de mestrado profissional na Área Interdisciplinar deve conter proposta integradora, com poucas áreas de concentração, caracterizadas por objetivos focalizados, linhas de atuação e projetos igualmente integradores, deve visar formação e atualização de profissionais conferindo-lhes perfil inovador, gerar produtos que caracterizem a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, promover o desenvolvimento e a inserção social com sua atuação e de seus egressos.

Na avaliação do triênio 2010-2012, o quesito “inserção social” apresentava peso de 10% para os programas acadêmicos e de 20% para os mestrados profissionais, justificando-se tal diferença com base na natureza dos respectivos programas. Ademais, importa esclarecer que o quesito “inserção social” contém diferentes itens de avaliação, dentre os quais o “impacto do programa”, que

trata da formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento (CAPES, 2013, p. 49)

Portanto, há claramente uma demanda alvo na definição e posterior avaliação da política dos mestrados profissionais, e esta passa pela construção de um modelo de pós-graduação que atendesse à demanda do país por profissionais que pudessem, através da pesquisa, produzir conhecimento de natureza aplicada, tendo como objeto, dentre outros, o setor público, capacitando o mestrando na problematização do seu cotidiano. É dentro desta moldura institucional que é criado, em 1999, o Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão da Universidade Federal Fluminense, que será o objeto da presente pesquisa (RIBEIRO, 2005; QUELHAS et al., 2006; PESSÓA et al., 2015).

## 2. O MESTRADO PROFISSIONAL EM SISTEMAS DE GESTÃO

Criado em 1999, um ano após a edição da Portaria n. 80, de 16 de dezembro de 1998, que reconhece no âmbito normativo o chamado mestrado profissional, o Mestrado em Sistemas de Gestão da Universidade Federal Fluminense, é pioneiro, sob vários aspectos, na trajetória de altos e baixos da institucionalização dessa modalidade de cursos na universidade pública.

Criado no âmbito do Departamento de Engenharia de Produção da UFF, desde o início, o MSG caracterizou-se por uma formação multidisciplinar, tanto no que diz respeito aos docentes quanto ao seu público alvo. O site do curso informa que o público alvo é composto de profissionais interessados no desenvolvimento de competências em pesquisa, docência e aprimoramento gerencial de organizações públicas, privadas e do terceiro setor. A missão auto-atribuída ao programa é de formar pessoal habilitado para a pesquisa, docência e desenvolvimento da gestão no sistema produtivo, alicerçado em valores como Ética e Responsabilidade Social, Foco nas Pessoas, Qualidade, Compromisso com as partes interessadas, Melhoramento contínuo, Envolvimento com a comunidade, Integridade e Liderança.

Até outubro de 2016 o curso já possui mais de mil dissertações defendidas, tendo dentre estas 125 dissertações de servidores técnicos e docentes da própria Universidade Federal Fluminense. Aliás, essa é uma característica realçada pela coordenação do



programa, que divulga em sua página, com certa regularidade, notícias acerca do seu empenho em promover a capacitação dos servidores da universidade. Em 2014, o curso foi uma espécie de plataforma a partir da qual foi criado o Doutorado Interdisciplinar em Sistemas de Gestão Sustentáveis, com o qual dialoga fortemente.

As linhas de pesquisa do curso, mantidas relativamente constantes ao longo do tempo são (i) qualidade total; (ii) meio ambiente; (iii) segurança do trabalho e (iv) responsabilidade social e sustentabilidade. O caso em estudo no presente artigo se inscreve na linha de qualidade total, com o foco sobre aprendizagem e gestão do conhecimento.

## 2.1. O estudo de caso

O estudo tomou por base um conjunto de dissertações que dialogavam entre si e cujo foco era estudar equipes de trabalho em instituições de ensino e/ou pesquisa. Foram tomadas como referência sete dissertações que tinham este foco, conforme o Quadro 2.

**Quadro 2.** As dissertações base

TÍTULO/AUTOR	Ano	UNIDADE DE ANÁLISE	INSTITUIÇÃO
A implementação de procedimentos de controle como estratégia de disseminação do conhecimento e instrumento para atingir eficiência na fiscalização de contratos de serviços terceirizados em uma universidade pública / Rita de Cassia Pinto Marinho	2012	Fiscais de contrato	UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
Aprendizagem e cooperação em setores de licitações em universidade pública: um estudo de caso / Selma Rocha de Souza	2014	Setores de licitação	UFF – Universidade Federal Fluminense
Comunidades de prática como ambientes para criação de sensemaking organizacional: o caso do sistema de bibliotecas do CEFET-RJ / Luciana Carvalho de Oliveira	2014	Bibliotecas	CEFET-RJ
Enriquecendo a gestão da fiscalização de contratos via gestão do conhecimento: o caso de uma instituição federal de ensino / Ricardo José Bentim Soares	2015	Fiscais de contrato	Colégio Pedro II
Aplicação de conhecimentos adquiridos em programa de capacitação: avaliando um caso IFET / Lucinda Inez Alves Nascimento	2015	Programa de capacitação	IFF – Instituto Federal Fluminense
Desafios à implantação de modelos de gestão por competências no setor público federal: o caso do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ / Célia Cristina Pecini Von Krieger	2016	Equipe de Implantação de GC	JBRJ – Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Gestão e operacionalização das compras governamentais: um estudo de caso / Marília Ferreira Chagas	2016	Setor de compras	UFF – Universidade Federal Fluminense

Fonte: os autores

A primeira dissertação (*A implementação de procedimentos de controle como estratégia de disseminação do conhecimento e instrumento para atingir eficiência na fiscalização de contratos de serviços terceirizados em uma universidade pública*), desenvolvida na Universidade Federal de Juiz de Fora, tinha por objetivo analisar e discutir o processo de fiscalização de contratos de prestação de serviços terceirizados, aliando diretrizes voltadas à gestão

do conhecimento e inovação ao contexto de atuação dos fiscais que desempenham atividades no âmbito da UFJF. O trabalho foi fundamentado por um quadro teórico, pautado em conceitos relacionados ao tema gestão do conhecimento, aprendizagem organizacional, terceirização, seus principais aspectos e os desafios quanto ao cumprimento de legislações específicas que regulamentam as contratações públicas.

O método de investigação foi o estudo de caso e os resultados indicaram a necessidade de ações voltadas à capacitação dos profissionais envolvidos na atividade de fiscalização, visando reparar as fragilidades identificadas e melhorar o desempenho de suas rotinas. Constatou-se a necessidade de aprimorar o sistema de monitoramento dos contratos, a partir da utilização de instrumentos de controle, no intuito de incentivar a disseminação do conhecimento dentro da instituição, aumentar a eficiência na fiscalização dos contratos e possibilitar uma avaliação de forma mais sistematizada quanto à qualidade dos serviços prestados por empresas terceirizadas no âmbito das universidades públicas (MARINHO, 2012).

A segunda dissertação (*Aprendizagem e cooperação em setores de licitações em universidade pública: um estudo de caso*), desenvolvida na Universidade Federal Fluminense, analisou a aprendizagem como fenômeno social presente nas práticas diárias de instituição pública. Através da escolha de dois setores de contratações e licitações, buscou-se identificar e avaliar mecanismos de aprendizagem e de conversão do conhecimento, que objetivam alavancar conhecimentos externos e fazer com que fossem absorvidos internamente, transformando-se em capacidades. Fundamentando-se no quadro teórico da aprendizagem organizacional e da gestão do conhecimento, investigou-se como quinze funcionários, dentre servidores e terceirizados, que atuam exclusivamente nestes setores, adquiriam os conhecimentos necessários à operacionalização e condução de certames licitatórios. O método de investigação foi o estudo de caso e a pesquisa foi suportada por revisão bibliográfica, documental, de campo, observação direta e participativa e triangulação de dados pela comparação dos resultados obtidos com outros estudos. Os resultados indicaram uma limitada presença de mecanismos de aprendizagem e de conversão de conhecimentos nos setores estudados, evidenciando fragilidades no processo de capacitação do grupo. Os resultados também indicaram que o processo de aprendizagem mais comum nos setores foi o aprendizado pela prática. Ao final, ressalta-se a crescente importância das comunidades de prática e os benefícios da adoção dessa técnica de compartilhamento de conhecimentos pela universidade (SOUZA, 2014).

A terceira dissertação (*Comunidades de prática como ambientes para criação de sensemaking organizacional: o caso do sistema de bibliotecas do CEFET-RJ*) analisou e discutiu a temática da gestão do conhecimento em um sistema de bibliotecas do CEFET-RJ, descrevendo a importância desse tipo de gestão como mecanismo para melhoria do desempenho organizacional, destacando o *sensemaking* organizacional como integrante essencial desse processo. O estudo sugeriu as comunidades de prática como ferramenta de gestão do conhecimento capaz de promover o referido *sensemaking*. Adotou-se o estudo de caso, em uma abordagem de métodos mistos sequenciais, composta primeiramente por uma fase quantitativa seguida de uma qualitativa, onde se procurou aprofundar questões específicas surgidas na fase quantitativa. Os resultados encontrados indicam a necessidade de aperfeiçoamento do ambiente organizacional do Sistema de Bibliotecas, de modo a torná-lo mais propício à gestão do conhecimento organizacional

e conseqüentemente uma fonte de criação de valor para a instituição no qual está inserido (OLIVEIRA, 2014).

A quarta dissertação (*Enriquecendo a gestão da fiscalização de contratos via gestão do conhecimento: o caso de uma instituição federal de ensino*) foi desenvolvida no Colégio Pedro II e teve como objetivo formular e propor melhorias no processo de gestão e fiscalização de contratos de serviços continuados em instituições federais de ensino, para uma adequada utilização dos recursos financeiros, humanos e organizacionais, apoiado na gestão do conhecimento. A pesquisa, estruturada com base na revisão da literatura relacionada aos temas gestão do conhecimento, capacidade e aprendizagem tecnológica, cultura organizacional e serviços terceirizados, adotou como método investigativo o estudo de caso, replicando conceitualmente a pesquisa feita anteriormente na Universidade Federal de Juiz de Fora, procurando com isso alargar o poder explicativo da teoria, aumentando sua confiabilidade e se propondo como modelo para instituições similares. O estudo adotou abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica, documental e de campo, observação direta, aplicada e participante e uma triangulação iterativa com outros dois estudos. Os resultados indicaram carência de mecanismos de aprendizagem e a necessidade de ações voltadas à capacitação dos profissionais envolvidos, além de maior controle dos contratos mantidos na organização e da rotina de atividades dos fiscais, visando à construção da memória organizacional. As diretrizes propostas propõem mitigar fragilidades na problemática abordada, propiciando maior qualidade e eficiência à gestão de contratos e o adequado controle dessa tarefa que possui papel de destaque na administração pública (SOARES, 2015).

A quinta dissertação (*Aplicação de conhecimentos adquiridos em programa de capacitação: avaliando um caso IFET*) pretendia verificar em que medida os conhecimentos adquiridos pelos servidores através do Programa de Desenvolvimento de Pessoal, estariam sendo adequadamente aplicados no campus do IFF Macaé após o retorno e a reintegração do servidor. O trabalho foi fundamentado nas interlocuções entre os temas gestão de pessoas, gestão por competência e gestão do conhecimento e aprendizagem organizacional a fim de analisar os aspectos facilitadores para internalização dos conhecimentos adquiridos. A metodologia utilizada foi a avaliação elucidativa, observando as percepções dos participantes da pesquisa através de suas respostas a um questionário e a entrevistas semiestruturadas, além da análise de documentos e legislação. O resultado da pesquisa mostrou que os conhecimentos adquiridos são aplicados mais por iniciativa e interesse dos próprios servidores do que pela gestão, que apresenta fragilidades no que tange a ações estratégicas para um aproveitamento eficiente dos conhecimentos dos servidores (NASCIMENTO, 2016).

A sexta dissertação (*Desafios à implantação de modelos de gestão por competências no setor público federal: o caso do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ*) buscou identificar, através de um estudo de caso, os obstáculos que dificultam a implantação de um modelo de sistema de gestão por competências em instituições públicas. A unidade de análise foi o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e os resultados obtidos confirmaram a hipótese de trabalho construída desde o exame de resultados empíricos obtidos em diversas outras instituições públicas, suportados por uma revisão da literatura centrada na gestão por competências e na cultura organizacional. Concluiu-se também que os entraves impactam na dimensão da competência, que se refere ao querer fazer, e se relaciona diretamente com o comportamento e a mobilização do indivíduo para a

ação, requerendo a elaboração de políticas públicas que estimulem o desenvolvimento de recursos atitudinais nos indivíduos para enfrentarem situações novas e complexas, especialmente no âmbito da administração pública, o que implica a criação de contextos capacitantes nessas instituições (VON KRIIGER, 2016).

Finalmente, a sétima dissertação (*Gestão e operacionalização das compras governamentais: um estudo de caso*) estuda a performance e as dificuldades enfrentadas por equipes de trabalho envolvidas com a problemática de efetuar compras utilizando os sistemas informatizados, às voltas com problemas ligados a sua capacitação, ao ambiente de trabalho submetido a forte estresse e a sua composição, quase sempre insuficiente, tanto do ponto de vista de cobertura cognitiva quanto do ponto de vista do quantitativo de pessoas. Para compreender a origem e a dinâmica da fragilidade das equipes, buscou-se identificar, através de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, as formas de aquisição do conhecimento e como são aplicados no setor. O método de investigação adotado foi o estudo de caso e a unidade analisada foi o setor de compras da Universidade Federal Fluminense. Os resultados da pesquisa evidenciaram necessidades no processo de capacitação do grupo e de estruturação do setor, no que diz respeito à busca, retenção e melhor utilização do conhecimento (CHAGAS, 2016).

Este conjunto de pesquisas, só viabilizadas porque havia um ambiente construído pela trajetória de um mestrado profissional, permite, por um lado, trazer à tona algumas considerações acerca da experiência da reflexão intelectual sobre o cotidiano do trabalho, particularmente no setor público e, por outro lado, aponta a possibilidade de se construir, indutivamente, uma teoria cujos componentes e cujo objeto possuem larga convergência com a abordagem da teoria da atividade, conforme desenvolvida por Engestron (2000), como um frame teórico-metodológico capaz de pensar a organização como um fenômeno histórico, complexo, em movimento, rompendo com as leituras formais, prescritivas e abstratas do fenômeno organizacional (ENGESTROM, 2000; QUEROL *et al.*, 2014).

### **3. A CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO PONTO DE VISTA DE SISTEMAS DE GESTÃO**

A história da administração pública brasileira, conquanto importante para sua compreensão como ordem social, instituição e representação, apresenta, segundo Costa e Costa (2016), fragilidades de natureza conceitual e metodológica que dificultam essa apropriação. Na verdade, haveria, segundo os autores, falta de interesse dos historiadores profissionais em tomar a administração pública como objeto de pesquisa. Por trás dessa postura, parece haver uma ideia reificada do Estado como um simples aparato burocrático uniforme e coerente e, portanto, sem importância do ponto de vista histórico. Novas formas de tratar, analisar e utilizar fontes de pesquisa são fundamentais para compreender, no plano micro, os processos desencadeados pela mudança organizacional

Para Marques *et al.* (2016), a mudança organizacional induz diversos tipos de reações as quais vão influenciar os padrões de satisfação no trabalho. No setor público este quadro fica agravado, entre outras razões, devido ao fato de neste, não haver autonomia suficiente para recompensar e punir e também por carencias diretamente ligadas à falta de comunicação adequada. Ainda no caso do serviço público, o desenho do processo de trabalho, muitas vezes hierarquizado desde sua concepção, entra em conflito com a

própria percepção dos agentes executores, via de regra, mais próximos da demanda da sociedade. Oliver-Mora e Iñiguez-Rueda (2015) mostram a importância da perspectiva participativa no desenho, de baixo para cima, dos serviços públicos, como forma de aproximar a especificação da execução.

A execução das atividades no contexto do trabalho, por sua vez, se faz a partir de equipes muitas vezes formadas de maneira burocrática, ou, ao menos, sem levar em consideração exigências de competência e de autonomia da equipe, particularmente face um trabalho heterogêneo, referenciado por exigências da legislação, da tarefa e da tecnologia. Odellius et al. (2016) chamam a atenção para as dimensões afetivas das competências, com destaque para as atitudes e habilidades sociais que são condições fundamentais para subsidiar planos de ação e a aprendizagem colaborativa.

Capella (2016), examinando a motivação dos sujeitos envolvidos com a formulação de políticas públicas, destaca o fato de que a ação de indivíduos (ou grupos), denominados de “empreendedores de políticas públicas”, constitui um aspecto central no processo de produção de políticas. Dentre esses papéis, a autora destaca o de defender ideias e facilitar a introdução de mudanças em processos. Em que pese o fato de que o alvo de Capella (2016) tenha sido os formuladores de políticas, o comportamento empreendedor é um componente cada vez mais valorizado e presente no contexto do trabalho no setor público e, inclusive, uma fonte de tensionamento com o modelo burocrático tradicional.

Tais indicações teóricas subsidiam o esforço de compreender o fenômeno de busca por capacitação da parte de servidores públicos, utilizando-se, em contrapartida, do repertório de formação da pós-graduação. Esta, por sua vez, tensionando também o limite clássico da definição de sua agenda de pesquisa, marcadamente disciplinar e movida pelo projeto central do grupo de pesquisa, viu-se na contingência de adotar novas formas de admissibilidade do que é, afinal, problema de pesquisa passível de ser tratado com seu arsenal teórico e suas trajetórias empíricas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho ensaia aproximações, ainda muito embrionárias, sem certezas consolidadas, entre uma certa abordagem da engenharia e uma concepção particular da pesquisa em educação, partindo de uma suspeita. Tal suspeita deriva, em parte, da observação de pesquisas produzidas em ambientes de mestrados profissionais, na engenharia e na área de ensino.

Trata-se de supor que estamos vivenciando uma luta de vida e morte, uma espécie de Armagedom (o Monte Megido é a subjetividade) entre uma lógica privada, de mercado, que diagnostica o fracasso e a morte do público e do estado (ou pelo menos uma radical alteração da relação entre ambos, francamente desfavorável ao segundo polo), por um lado, e, por outro lado, uma outra perspectiva associada aos movimentos sociais, à dimensão pessoal e à esfera da cultura, que procura resguardar a diferença e a vitalidade do público contra seus detratores e arautos de seu fim.

Duas concepções de aprendizado podem estar associadas à essas alternativas. Uma delas, de aprendizado técnico, referente a aquisição de um conhecimento que permite operar um dispositivo técnico sobre processos. Outra é a que poderíamos chamar de aprendizado narrativo, a partir dos seguintes aspectos.

1. Conceitos-chave com base nas pesquisas de Ivor Goodson: currículo narrativo, capital narrativo e aprendizado narrativo.
2. Fontes do aprendizado: informação qualificada, mas também vinculação aos movimentos sociais, experiência no sentido larrosiano (o que nos toca, nos passa, nos acontece), intencionalidade formativa expressa em projetos e deliberações, uma narrativa do presente reivindicando o passado e o futuro.
3. Aspectos envolvidos no aprendizado inerentes ao sujeito que aprende: crenças e missões pessoais; paixões, sonhos, compromissos e propósitos dos sujeitos; circunstâncias vividas e contextos partilhados; envolvimento em lutas sociais e políticas, marcas de classe, raça, gênero e orientação sexual
4. E ainda mais: reações de aprendizagem a eventos, transições e experiências existenciais críticas, no percurso de elaboração e manutenção da identidade; envolvimento como aprendizado contextualizado e circunscrito a uma história de vida
5. Em resumo: currículo como aprendizado narrativo com ênfase na memória e na história de vida do sujeito (vidas que aprendem)

Essa tem sido a experiência dos autores ao tomar como objeto de pesquisa, situações de trabalho no setor público, particularmente em instituições de ensino e/ou de pesquisa. Obtém-se indutivamente um acúmulo de achados de pesquisa que constituem o esboço de uma teoria do campo, entre a aprendizagem narrativa e a teoria da atividade. O fio condutor que os liga é a intenção de compreender de que maneira servidores públicos, trabalhando em equipes com outros servidores ou com funcionários terceirizados, sujeitos à normalização burocrática e expostos à tensão e estresse característicos das suas atividades, aprendem, ensinam e partilham seus saberes e seus trabalhos.

Começando com um estudo na Universidade Federal de Juiz de Fora, buscou-se verificar o pressuposto de que os procedimentos de controle do trabalho do fiscal de contratos opera, até certo ponto, como uma estratégia de disseminação do conhecimento. A transferência do conhecimento é realizada principalmente a partir do conhecimento tácito residente na mente dos profissionais, constatando também uma fragilidade frente à utilização de procedimentos de controle durante o monitoramento dos contratos. Embora a técnica de padronização atue como uma interessante ferramenta de codificação do conhecimento, a maioria dos fiscais confessa não utilizá-la com frequência, comportamento que interfere em todo o ciclo da criação do conhecimento, por ferir a interação contínua entre os conhecimentos tácito e explícito.

Em seguida, estudando pequenas equipes que trabalham em setores de licitação e de compras da Universidade Federal Fluminense, foi possível apreender os dispositivos tácitos utilizados nos processos de aprendizagem e de cooperação, não apenas entre indivíduos dentro das equipes, como também das equipes entre si. Na verdade, precisou-se a relação dinâmica entre processos, contexto e aprendizagem no *modus operandi* das equipes. Foram verificadas disfunções nos mecanismos de aprendizagem e de conversão de conhecimentos, considerados fundamentais para uma instituição de ensino e pesquisa que busca contribuir para o desenvolvimento do país.

Faz-se necessário o estabelecimento de políticas específicas para que mecanismos de aprendizagem sejam criados, utilizados e disseminados pelos setores de forma a

permitir melhor desempenho de servidores/terceirizados. Isto é particularmente relevante em setores cuja performance pode tornar mais eficaz o próprio uso dos recursos orçamentários da instituição. A performance de coletivos de trabalho, ainda que dependa de formação de indivíduos, é fortemente pautada pelos mecanismos e processos de aprendizagem que são situados, coletivos e dinâmicos.

A mesma abordagem foi posteriormente estendida ao Colégio Pedro II, onde se buscou averiguar a contribuição das ferramentas da gestão do conhecimento na organização do processo de gestão dos fiscais de contrato. Apesar das diferenças de contextos, o diagnóstico é bastante semelhante, em termos de mecanismos de aprendizagem, permitindo-se identificar convergência dos mesmos nas atividades de licitação, contratação e fiscalização de contratos. Aqui também há uma carência de mecanismos de aprendizagem e a necessidade de ações direcionadas à capacitação dos profissionais envolvidos na gestão e fiscalização de contratos, sendo, também, premente a implementação de ações voltadas à construção da memória organizacional.

O desafio a ser superado, conforme o presente estudo, é suplantar o atual contexto de impasse, criando novos cenários que levem à destruição no sentido schumpeteriano, da prática atual. Internalizar experiências, estimular processos de aquisição e conversão do conhecimento são ações que qualificam uma organização que busque valorizar seus ativos intangíveis e deseje melhorar sua estratégia de gestão sendo fundamental o envolvimento dos dirigentes para o aprimoramento de políticas voltadas ao incremento de mecanismos de aprendizagem que propiciem a socialização e codificação do conhecimento necessário ao desenvolvimento eficiente e eficaz de seu principal recurso, o humano.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. P.; SOARES, R. J. B.; MARINHO, R. C. P.; ALMEIDA, L.; BOTTINO, M. B. (2016) Enriquecendo a gestão da fiscalização de contratos de serviços terceirizados através da gestão do conhecimento. In: ENCEPRO 2016 – Encontro Capixaba de Engenharia de Produção, 2016, Cariacica. *Anais do Encontro Capixaba de Engenharia de Produção*. Cariacica-ES: Instituto Federal do Espírito Santo, 2016.

ANDRADE, E. P.; SOUZA, S. R.; MARINHO, R. C. P.; MOTTA, E. F. R.; SILVA, A. M. (2015) Aprendizagem, processos e contexto: como aprendem os membros de uma comissão de licitação em universidade pública? In: Simpósio de Engenharia de Produção da UNESP, 2015, Bauru-SP. *Anais do XXII SIMPEP*.

BERNHEIM, Carlos Tunnerman; CHAUÍ, Marilena Souza. (2008) *Desafios da universidade na sociedade do conhecimento*. Brasília: Unesco. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134422por.pdf>. Acesso em 15/11/2016.

BOUFLEUER, J. P. Inserção social como quesito de avaliação da pós-graduação. (2009). *R. Educ. Públ.*, Cuiabá, v. 18, n. 37, p. 371-382.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). (2009). *Portaria Normativa n. 17, de 28 de dezembro de 2009*. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 dez. 2009. Seção 1, p. 20-21.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. (2016). Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: Ideias, Interesses e Mudanças. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 14, Edição Especial, Artigo 5, Rio de Janeiro, Jul. 2016.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Documento de Área, 2013. Disponível em [www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal), Acesso em 21 de novembro 2016.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2005). Portaria n. 47, de 17 de outubro de 1995. *RBPG*, Brasília, v. 2, n. 4, p. 147-148, 2005.

CHAGAS, Marília Ferreira. (2016) *Gestão e operacionalização das compras governamentais: um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal Fluminense.

CHAGAS, M. F.; ANDRADE, E. P.; BOTTINO, M. B.; ALMEIDA, L.; DRUMOND, G. M. (2016) Gestão e operacionalização das compras governamentais: um estudo de caso a partir da implantação do governo eletrônico. In: VI CASI – Congresso de Administração, Sociedade e Inovação, 2016, Juiz de Fora-MG. *Anais do VI CASI*. Niterói-RJ: Editora da UFF.

COSTA, Frederico Lustosa; COSTA, Elza Marinho Lustosa. (2016) Nova história da administração pública brasileira: pressupostos teóricos e fontes alternativas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 50(2), mar./abr. 2016, p. 215-236.

ENGESTRON, Y. (2000). Activity theory as a framework for analyzing and redesigning work. *Ergonomics*, v. 43, n. 7, p. 960-974.

FISCHER, T. (2005). Mestrado profissional como prática acadêmica. *RBPG*, Brasília, v. 2, n. 4, p. 24-29, jul. 2005.

MARINHO, Rita de Cassia Pinto. (2012). *A implementação de procedimentos de controle como estratégia de disseminação do conhecimento e instrumento para atingir eficiência na fiscalização de contratos de serviços terceirizados em uma universidade pública*. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal Fluminense.

MARINHO, R. C. P.; ANDRADE, E. P. (2013). Gestão do conhecimento como recurso estratégico para o desenvolvimento de competências: estudo de caso em uma universidade pública. In: IX Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2013, Niterói-RJ. *CNEG 2013*. Niterói-RJ: LATEC/UFF.

MARINHO, R. C. P.; ANDRADE, E. P. (2013). Fiscalização de contratos em universidade pública: fazendo confluir manual de procedimentos de controle e gestão do conhecimento. In: IX Encontro Mineiro de Engenharia de Produção, 2013, Juiz de Fora-MG. *EMEPRO 2013*. Juiz de Fora: UFJF.

MARINHO, R. C. P.; ANDRADE, E. P. (2013). Procedimentos de controle como estratégia de disseminação do conhecimento: proposta de implantação de um manual de fiscalização de contratos em uma universidade pública. In: IV Encontro Fluminense de Engenharia de Produção, 2013, Volta Redonda-RJ. *ENFEPRO 2013*. Volta Redonda: UFF.



MARQUES, Antônio Luiz; BORGES, Renata; REIS, Isabella do Couto. (2016). Mudança organizacional e satisfação no trabalho: um estudo com servidores públicos do estado de Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 50(1), jan./fev. 2016, p. 41-58.

MATTOS, P. L. (1997). Dissertações não-acadêmicas em mestrados profissionais: isso é possível? *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba: Anpad, v. 1, n. 2, p. 153-173, mai./ago. 1997.

MELO, Kátia Valéria Araújo; OLIVEIRA, Rezilda Rodrigues. (2005). Origens e desenvolvimento institucional de um mestrado profissional. *RBPG*, Brasília, v. 2, n. 4, p. 105-123, jul. 2005.

NASCIMENTO, Lucinda Inez Alves. (2015). *Aplicação de conhecimentos adquiridos em programa de capacitação: avaliando um caso IFET*. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal Fluminense.

NEGRET, F. (2008). A identidade e a importância dos Mestrados Profissionais no Brasil e Algumas Considerações para a sua Avaliação. *RBPG*, Brasília, v. 5, n. 10, p. 217-225, 2008.

ODELIUS, Catarina Cecília; ONO, Rafael Nishino; ABBAD, Gardênia da Silva; ALBUQUERQUE, Pedro Henrique Melo. (2016). Atitudes e Habilidades Sociais para Trabalho em Equipe: Desenvolvimento de uma Escala. *RAC*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, Mar./Abr. 2016, p. 175-196.

OLIVEIRA, Luciana Carvalho. (2014). *Comunidades de prática como ambientes para criação de sensemaking organizacional: o caso do Sistema de Bibliotecas do CEFET-RJ*. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal Fluminense.

OLIVER-MORA, Martí; INIGUEZ-RUEDA, Lupicínio. (2016). El impulso de experiencias desde abajo hacia arriba como mecanismo de participación en el diseño de servicios públicos. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 50(3), maio/jun. 2016, p. 377-394.

PESSÔA, M. M.; PIQUET, R.; VILANI, R. M. (2015). Inserção social da pós-graduação brasileira: estudo de mestrados profissionais da área de Planejamento Urbano Regional. *RBPG*, Brasília, v. 12, n. 27, p. 71-98, abr. 2015.

PIQUET, R.; LEAL, J. A. A.; TERRA, D. C. T. (2005). Mestrado profissional: proposta polêmica no Sistema Brasileiro de Pós-Graduação o caso do planejamento regional e urbano. *RBPG*, Brasília, v. 2, n. 4, p. 30-37, jul. 2005.

QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves; FARIAS FILHO, José Rodrigues; FRANÇA, Sérgio Luiz Braga. (2006). O mestrado profissional no contexto do sistema de pós-graduação brasileiro. *RBPG*, Brasília, v. 2, n. 4, p. 97-104, jul. 2006.

QUEROL, Marco Antonio Pereira; CASSANDRE, Marcio Pascoal; BULGACOV, Yára Lúcia Mazziotti. (2014). Teoria da Atividade: contribuições conceituais e metodológicas para o estudo da aprendizagem organizacional. *Gestão & Produção*, v. 21, n. 2, p. 405-416.

RAYNAUT, Claude (2011). Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. In: PHILIPPPI JR., Arlindo; SILVA NETO, Antonio J. (ed.). *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação*. Barueri-SP: Manole, 2011, p. 69-105.

RIBEIRO, Renato Janine. (2007). *Mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado*. Brasília-DF: CAPES. Disponível em [http://capes.gov.br/images/stories/download/artigos/Artigo\\_30\\_08\\_07.pdf](http://capes.gov.br/images/stories/download/artigos/Artigo_30_08_07.pdf). Acessado em 15/05/2012.

RIBEIRO, R. J. (2005). O mestrado profissional na política atual da Capes. *RBPG*, Brasília, v. 2, n. 4, p. 8-15, jul. 2005.

SOARES, Ricardo José Bentim. (2015). *Enriquecendo a gestão da fiscalização de contratos via gestão do conhecimento: o caso de uma instituição federal de ensino*. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal Fluminense.

SOARES, R. J. B.; ANDRADE, E. P.; MARINHO, R. C. P.; ALMEIDA, L.; MOTTA, E. F. R. O. (2016). Mecanismos de aprendizagem: um comparativo de estudos de caso associados às atividades de licitação, contratação e fiscalização de contratos em instituições federais de ensino. In: XII EMEPRO – Encontro Mineiro de Engenharia de Produção, 2016, Juiz de Fora-MG. *Anais do XII EMEPRO*. Juiz de Fora-MG: Editora UFJF.

SOUZA, Selma Rocha. (2014). *Aprendizagem e cooperação em setores de licitações em universidade pública: um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal Fluminense.

SOUZA, S. R.; ANDRADE, E. P. (2014). Aprendizagem e cooperação em pequenas equipes de setores de licitação em universidade pública. In: XXI SIMPEP – Simpósio de Engenharia de Produção, 2014, Bauru-SP. *XXI SIMPEP*. Bauru-SP: UNESP.

VON KRIIGER, Célia Cristina Pecini. (2016). *Desafios à implantação de modelos de gestão por competências no setor público federal: o caso do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ*. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal Fluminense.

## A CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOB A PERSPECTIVA DA PARTICIPAÇÃO NAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: PROPONDO NOVOS OLHARES.

**PIOLI, Ludmila Fávero Romani**

Mestranda do Programa Interdisciplinar em  
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - UNICAMP (FCA)  
*ludmilafav@gmail.com*

**SPATTI, Ana Carolina**

Mestranda do Programa Interdisciplinar em  
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - UNICAMP (FCA).  
Bolsista FAPESP  
*carolspatti@hotmail.com*

**SERAFIM, Milena Pavan**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> da Faculdade de Ciências Aplicadas - UNICAMP (FCA)  
*milena.serafim@gmail.com*

### RESUMO

A insatisfação com as formas com que se manifesta o entendimento de desenvolvimento e com o modo com que as políticas públicas enfrentam os problemas modernos nos obriga a refletir sobre outras perspectivas para a compreensão de desenvolvimento. Partindo do pressuposto de que a compreensão das relações que se estabelecem entre Ciências, Tecnologia e Inovação e desenvolvimento demanda uma reflexão profunda acerca da racionalidade que informa tais conceitos, o presente artigo busca, portanto, ressignificar a concepção de desenvolvimento, e analisar como se dá a participação da sociedade – entendendo que a composição dos partícipes influencia na construção da ideia de desenvolvimento – nas Conferências Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação, vistas como símbolo de integração social e de democracia. Como resultado, observou-se que são excluídas categorias sociais e minorias, privilegiando determinados núcleos que abastecem as formulações de políticas públicas dentro dos modelos paradigmáticos e tradicionais do conceito de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Democracia Participativa. Integração social. Ressignificação.

### ABSTRACT

The dissatisfaction with the ways the understanding of development manifests and the way in which public policies facing modern problems forces us to reflect on other perspectives for understanding development. On the assumption that the understanding of the relationships established between Science, Technology and Innovation and development demands a profound reflection on the rationality that informs such concepts, this paper seeks therefore reframe the concept of development, and analyse the way of the participation of society happens - understanding the composition of the participants influence directly the construction of the idea of development - the National Conference of Science, Technology and Innovation, seen as a symbol of social integration and democracy. As a result, it was demonstrated that certain social categories and minorities are excluded, favouring certain nucleus who supplies the formulations of public policy within the paradigmatic models and the traditional concepts of development.

**Key-words:** Participative Democracy. Social integration. Reframing.

## INTRODUÇÃO

O que move o mundo são as ações dos indivíduos. Nossas ações são baseadas em conceitos pessoais, ideologias, percepções, entre outros princípios que são recebidos por nós ao longo da vida. O “como se pensa” impacta diretamente no “como se age”. Muitas vezes, justamente com o decorrer dos anos, abandonamos certos modelos e arquétipos graças a um acontecimento, uma informação ou simplesmente porque deixamos de acreditar em certos paradigmas de vida que nos foram [re]passados. Assim, como na visão pessoal/privada de mundo, a ação humana (AREDNT, 2007) indubitavelmente é guiada por princípios e, invariavelmente, as ações dos tomadores de decisões públicas igualmente são alicerçadas em conceitos.

Nesse sentido, o intuito do presente texto é apresentar uma outra abordagem sobre o famigerado conceito de *desenvolvimento* que nos é reforçado a todo momento e que compulsoriamente o relacionamos automaticamente e estabelecemos aproximações com as ideias de *progresso*, *economia* e *industrialização*. (E, para você, leitor, que iniciou este trabalho incomodado com o discurso até aqui utilizado, discurso livre em primeira pessoa incluindo o leitor - nós - , fique tranquilo, é com você mesmo que buscamos nos comunicar. Desde já, queremos refletir: por que nos incomodamos tanto quando nos deparamos com qualquer modelo ou formato *atípico, sui generis* do que estamos acostumados - ou será que podemos dizer: treinados - a ver?). Este trabalho, então, buscará perpassar através da estrutura da doutrina científica clássica, baseada em argumentos formalmente aceitos pela academia por ideias cujo intuito será o de reestruturar, remodelar, reexplicar e *ressignificar* o conceito de desenvolvimento que estamos acostumados a mirar em nossas ações pessoais ou coletivas.

De acordo com Herrera (1995), existe uma concepção equivocada por parte dos países desenvolvidos acerca das causas do atraso científico e tecnológico dos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. Tal concepção naturalmente acaba por condicionar as estratégias dos organismos internacionais, que se pautam na ideia de que a ciência é um insumo externo ao sistema de produção e, ao suprir essa carência, será rompida a inércia do atraso e a sociedade se tornará mais dinâmica, permitindo, assim, seu desenvolvimento. Nessa mesma perspectiva, Frank (1966) destaca que não podemos esperar formular teorias e programas adequados sobre o desenvolvimento para os países subdesenvolvidos, sem antes conhecer como seu passado econômico e sua história social deram lugar a seu atual subdesenvolvimento.

Na verdade, a questão central não está em determinar as causas para o [sub] desenvolvimento, mas, antes disso, em buscar compreender de que desenvolvimento estamos falando e quais as consequências dessa interpretação; afinal, uma dada concepção que se tenha sobre qualquer termo/objeto acarreta em determinadas ações, que seriam outras caso essas concepções fossem distintas.

O que se propõe aqui muito se assemelha ao que Feenberg (2010) cunhou como “racionalidade subversiva”, que, para o nosso contexto de análise, seria o exercício de dobrar a razão de desenvolvimento em si mesma, apontando suas intencionalidades inerentes. Isto é, não se propõe aqui questionar “Porque desenvolvimento?”, tampouco “Como desenvolver-se?”, mas sim ampliar a reflexão ao propor questionamentos tais quais: “Para que desenvolvimento?” e, principalmente, a questão ontológica “Que desenvolvimento?”.

Nesse sentido, partindo do pressuposto de que a compreensão das relações que se estabelecem entre Ciências, Tecnologia e Inovação (CTI) e desenvolvimento demanda uma reflexão profunda acerca da racionalidade que informa tais conceitos, em especial a ideia de desenvolvimento que se apresenta de modo polissêmico, o presente artigo busca (1) descortinar/desconstruir a ideia de um modelo reducionista de desenvolvimento elaborado por um sujeito abstrato e universal ao apontar que ele é, na verdade, um projeto pensado por um sujeito concreto e particular; (2) propor uma abordagem de desenvolvimento que tenha como alicerce a inclusão da heterogeneidade de culturas, de distintas perspectivas de território e espaços sociais e também a crescente compreensão sobre a inclusão participativa e integração social; e (3) analisar como se dá a participação da sociedade nas Conferências Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI), entendendo que a composição dos partícipes influencia na concepção de desenvolvimento.

Nesse sentido, ao buscar saltar da ideia de um modelo reducionista de desenvolvimento e desmistificar alguns pressupostos sobre seu significado, suas raízes históricas e conceituais, inevitavelmente as discussões perpassarão sobre as racionalidades que usualmente expressam também os termos ciência, tecnologia, inovação e progresso, conceitos de certa forma concatenados.

Para tal, o artigo estrutura-se em três capítulos. O primeiro terá como eixo central o entendimento do modelo cognitivo que predomina quando se pensa o desenvolvimento e a contribuição que teve o relatório de Bush (1945) *“The Endless frontier”* para o estabelecimento dessa visão, que acabou definindo – a partir de uma percepção sobre ciência e desenvolvimento – a estruturação do sistema de pesquisa e a organização da atividade científica nos Estados Unidos (e também em vários outros países) no século XX.

A segunda abordagem, por seu turno, terá como papel construir a ideia de um modelo de desenvolvimento baseado nas novas visões e interpretações sobre como se apresenta o ser humano (homem e mulher) atual, a inclusão da heterogeneidade de culturas, a inclusão de distintas perspectivas de território e espaços sociais e também a crescente compreensão sobre a inclusão participativa. Parte-se do pressuposto de que se deve colocar em xeque o caráter sagrado da ciência e do desenvolvimento enquanto categorias universais de progresso.

Isto posto, o terceiro capítulo buscará apontar a inter-relação entre essa outra percepção de desenvolvimento e sua materialização no contexto da política de CTI, especificamente através do olhar sob as quatro Conferências Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, ocorridas em 1985, 2001, 2005 e 2010.<sup>1</sup> Em outras palavras, entende-se aqui que a maneira pela qual se pensa o desenvolvimento reflete na forma como se formulam políticas públicas. Nesse sentido, uma análise sobre as ações do Estado acabariam exprimindo opções e visões de mundo que traduzem, inclusive, a referência valorativa e a concepção que se tem acerca de desenvolvimento em CTI.

1 A I CNCT (1985) se preocupou apenas com a estruturação e as políticas do Ministério de Ciência e Tecnologia.

## Que desenvolvimento?

Há quase quatro séculos, a ideia de progresso se faz presente na humanidade (ocidental) e tem consolidado uma revolução paradigmática na cosmovisão humana, sendo, inclusive, responsável por gerar um novo ideal: o ideal do desenvolvimento (HEIDEMANN, 2009).

Com efeito, os enfoques tradicionais de desenvolvimento existentes no mundo moderno têm em sua base o conceito de progresso herdado do positivismo. No arcabouço desses enfoques prepondera, ainda que implicitamente, a ideia de que as sociedades podem progredir indefinidamente para níveis cada vez mais elevados de riqueza material. Nessa visão, o progresso apresenta um caráter evolutivo quase que natural, de transformação gradual e constante. Tem como princípios norteadores a crença na razão, no conhecimento técnico-científico (enquanto instrumento para se conhecer a natureza e colocá-la a serviço do homem), no crescimento econômico e no avanço tecnológico (DIEGUES, 1992).

Nesse modelo de desenvolvimento clássico, o que move o crescimento econômico é a industrialização, sendo que, como consequência, os países industrializados são considerados desenvolvidos, enquanto que aqueles que têm como base de sua economia a agricultura são vistos como subdesenvolvidos (DIEGUES, 1992).

Nesse contexto, Sunkel e Paz (1999) descreveram três perspectivas de desenvolvimento: (1) desenvolvimento como crescimento; (2) (sub)desenvolvimento como etapas; e (3) desenvolvimento como processos de mudanças estruturais.

Na primeira visão, o desenvolvimento é entendido como se fosse um problema de crescimento da renda per capita, sendo o nível de subdesenvolvimento explicado pela falta de capitais. Os autores que se apoiam nessa visão adotam como ponto de partida a análise de aspectos relacionados com o investimento, o que envolve, por exemplo, determinação da taxa de investimento, como se dá o financiamento externo, quais os critérios de prioridade na alocação de recursos etc. (SUNKEL; PAZ, 1999).

Em geral, praticamente se ignoram os aspectos relacionados com a produtividade de tais investimentos e com o grau de utilização da capacidade produtiva dos recursos humanos e naturais. Assim, tampouco se avaliam as consequências desses investimentos sobre as condições de vida da população, o que envolve distribuição de renda e concentração regional da atividade econômica. Admite-se, com efeito, que há um sistema econômico que funciona tal como se supõe a teoria neoclássica e keynesiana e que o problema desses países dito subdesenvolvidos aparece assim reduzido quase que inteiramente ao de uma maior capacidade de acumulação, sendo que seu desenvolvimento se assegurará com a elevação da renda per capita. Quando tal previsão implícita não se cumpre, como ocorre com muita frequência, se atribui a justificativa de que o sistema econômico é, em algum sentido, anormal, ou que apresenta desvios com respeito a como deveria ser (SUNKEL; PAZ, 1999).

Diferentemente do enfoque de desenvolvimento como crescimento, essencialmente dedutivo, a corrente de pensamento do subdesenvolvimento como etapa adota uma visão indutiva. Trata-se de autores que observam objetivamente certas características que frequentemente apresentam as economias subdesenvolvidas e centram sua atenção preferencialmente a algumas delas, convertendo-as no pilar de sua interpretação

do subdesenvolvimento e na base de sua estratégia de desenvolvimento. Algumas das características dos países subdesenvolvidos apontadas por eles se referem a um excedente generalizado de mão de obra; estrutura produtiva escassamente diversificada; populações que carecem de atitudes, motivações, valores e características de personalidade que permitem desenvolver a iniciativa e a realização pessoal; mercados insuficientes; falta de capacidade para tomar decisões sobre investimento ainda quando existem oportunidades ou recursos; taxas muito aceleradas de crescimento demográfico; etc. Partindo dessas características de subdesenvolvimento, concebidas como o problema do desenvolvimento, se elaboram teorias que explicam o estado ou a etapa de subdesenvolvimento; e dessas teorias, por sua vez, se extraem as correspondentes conclusões a respeito da política a se seguir (SUNKEL; PAZ, 1999).

A este mesmo corpo de pensamentos acerca do subdesenvolvimento, correspondem também alguns esforços de generalização que concebem o desenvolvimento como uma sucessão de etapas capitalistas, sendo que os atuais países subdesenvolvidos estão, todavia, em uma etapa pela qual as atuais nações desenvolvidas passaram já há muito tempo. Ou seja, parte-se de certas características ou de algum aspecto particular das sociedades chamadas primitivas, tradicionais ou subdesenvolvidas para demonstrar como, através de diversas etapas de superação dessas formas primitivas, se pode chegar à sociedade moderna, equivalente a dos países desenvolvidos e industrializados (FRANK, 1966; SUNKEL; PAZ, 1999).

Para Frank (1966), a ignorância sobre a história dos países subdesenvolvidos é o que nos leva a aceitar que seu passado e até seu presente se assemelham às etapas primitivas da história dos países hoje desenvolvidos. Tal ignorância e esta aceitação têm refletido em falsas concepções sobre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento contemporâneo.

Na perspectiva de desenvolvimento como processos de mudanças estruturais, o desenvolvimento deixa de ser visto como um processo mecânico, mas sim como um motor de mudanças sociais e políticas (SUNKEL; PAZ, 1999). Na realidade, como bem ressalta Diegues (1992), o que caracteriza a totalidade desses três modelos propostos por Sunkel e Paz (1999) reside na crença na industrialização como motor do desenvolvimento.

Paralelamente, também se associa a esse modelo tradicional de desenvolvimento a visão positivista e determinista da ciência, na qual predomina a ideia de que “o avanço científico (e a subsequente aplicação dos conhecimentos gerados sob a forma do avanço tecnológico) gera progresso social de forma quase automática” (DIAS, 2005, p.5).

Essa concepção de ciência acabou sendo reforçada – e vindo a se tornar um divisor de águas na forma como se estrutura o sistema de pesquisa e a organização da atividade científica no período pós Segunda Guerra Mundial – por meio do documento denominado *Science: the Endless Frontier*, elaborado por Vannevar Bush (então diretor do Escritório de Pesquisa Científica e Desenvolvimento) a pedido do presidente Franklin D. Roosevelt.

Conforme enfatiza Dias (2005), o Relatório Bush não trouxe novas perspectivas com relação a seu contexto de produção, mas sim foi responsável por sintetizar o sentimento comum entorno da ciência e de sua importância para a promoção do progresso e do desenvolvimento de uma nação.

As propostas presentes no Relatório apoiam-se numa visão linear e simplista de que o investimento em ciência gerará pleno emprego, salários maiores, trabalhos menores, colheitas mais abundantes etc. Conforme consta no Relatório:

Os avanços na ciência [...] significam mais empregos, salários maiores, jornadas de trabalho menores, colheitas mais abundantes, mais tempo para a recreação, para o estudo, para aprender a viver sem o trabalho mortalmente fatigante que tem sido a sina do homem comum há eras. (BUSH, 1945, p.9)

No entanto, sabe-se que a relação entre as variáveis não é diretamente proporcional como representada por Bush, uma vez que existem múltiplas dimensões e fatores envolvidos que não permitem estabelecer uma relação de causalidade tão segura e enfática.

Como forma de resistência a essas concepções particulares de desenvolvimento, ciência e progresso, surgem diversas iniciativas que trazem em seu seio alternativas do modo de se pensar o desenvolvimento. Muitas delas acabaram se materializando em vivências de Economia Solidária e em propostas de planejamento participativo, como, por exemplo, a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que abre espaço para a participação da sociedade nas discussões que para este trabalho, serão apresentados sobre o tema de CTI.

### **A necessidade de outro olhar para o desenvolvimento: uma proposta democrática**

Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não têm precedentes. As transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. (GIDDENS, 1991).

Com o advento da globalização, dos novos problemas causados pelas grandes metrópoles, da inserção de tecnologias e mecanismos digitais, a visão – aqui referendada como tradicional, clássica - de desenvolvimento torna-se incapaz de sustentar os atuais problemas sociais. Por muito tempo, essa visão clássica esteve ligada diretamente ao conceito econômico-industrial, alimentando a concepção de causa e efeito para a resultante final do bem-estar social.

Nesse sentido, a modernidade, entendida então como a sociedade pós-industrial, traz consigo uma dimensão paradoxal: na medida em que constrói novas possibilidades, também as desconstrói, criando problemas e desafios que antes não existiam. Deste modo, diante dos atuais problemas sociais, a compreensão de desenvolvimento que ainda se mostra hegemônica e pujante nas políticas públicas se revela insuficiente. Nota-se, com efeito, uma clara necessidade de reorganização do conceito de desenvolvimento, retratada inclusive pelos autores que serão apresentados nessa seção.

Nessa perspectiva de reflexão sobre o conceito de desenvolvimento, Vandana Shiva (1995) destaca as ideias feministas sobre a dominação masculina do mundo do poder e a reconstrução da visão de desenvolvimento econômico em *Abraçar a vida: mujer, ecología y supervivencia*. Retrata que a imagem de modelo de desenvolvimento difundida, que comumente se discursa enquanto senso comum, repousa na concepção de um projeto universal pensado por um sujeito abstrato, mas que, na realidade, reflete um projeto próprio de patriarcado ocidental moderno que cria uma forma específica de riqueza e de pobreza ao buscar a acumulação de capital para gerar lucro, e não o bem-estar de



todos (por isso particular, e não universal). No geral, o desenvolvimento naturalmente está ligado aos conceitos hegemônicos que dominam o mundo: indicadores, padrões de qualidade, modelos construídos baseados em países centrais que por muitos anos dominaram a ciência, as informações, as estruturas.

A concepção de desenvolvimento como sendo algo pensando não por um sujeito abstrato, mas por um sujeito do gênero masculino acaba se revelando quando se percebe, por exemplo, que a participação das mulheres na dinâmica da sociedade é diminuída em detrimento da atuação dos homens. Em outras palavras, ao se pensar o projeto de desenvolvimento, foram socialmente construídas diferenças entre o homem e a mulher, sendo esta concebida como inferior. Fato é que, em luta, as mulheres conquistaram o direito ao divórcio, à herança e à propriedade de terras, ao acesso ao sistema educacional etc., direitos tais que já se faziam presentes para os homens. Buscaram, nesse sentido, opor-se a esse projeto de desenvolvimento. Ademais, a concepção de desenvolvimento como sendo algo que busca o bem-estar de todos também se desfaz quando se percebe que existem setores marginalizados, que foram destituídos do direito de ditarem, de forma igualitária e democrática, os rumos da sociedade, da economia e da política.

De forma análoga, Luciana Jaccoud (2008) remete à ideia de que as políticas públicas no Brasil e no mundo são feitas por homens brancos de classe média para homens brancos de classe média. A inclusão de grupos considerados como “minorias” é recente justamente devido à revolta e às demandas latentes e urgentes das sociedades modernas.

Nesse contexto, como forma de resistência a essa concepção particular de desenvolvimento e na busca por alternativas, surgem movimentos sociais de caráter reivindicativo; destacando-se entre eles a Economia Solidária, que pode ser entendida como uma abordagem alternativa de desenvolvimento, uma vez que baliza as ações dos indivíduos no princípio da autogestão, da cooperação e da solidariedade (SCHIOCHET, 2012). Segundo Schiochet (2012):

Sem negar as contradições e limites dos movimentos sociais é mister reconhecer a contribuição dos mesmos para a construção democrática, seja do ponto de vista da institucionalização de mecanismos participativos (cidadania ativa) seja da incorporação da agenda pública dos temas e questões que configuram a natureza substantiva dos direitos. E nesse sentido que podemos afirmar que a Economia Solidária é uma extensão da luta democrática e cidadã presente nos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, ela se apresenta como o desafio de radicalizar a democracia no âmbito das relações e estruturas econômicas (SCHIOCHET, 2012, p.24).

A Economia Solidária e a interação social em pequenas redes poderiam então ser apresentadas como novas formas de solução ou alternativa às comunidades. O incentivo às pequenas redes de produtores, às pequenas comunidades, ao consumo consciente, por exemplo, poderiam estar presentes nos objetivos da sociedade e do Estado. O controle e o contato direto entre produtores, a consciência coletiva sobre o mundo, sobre as cadeias, sobre a natureza, sobre consumo, sobre o *futuro*, geraria uma nova abordagem sobre a vida e, conseqüentemente, sobre a harmonia social. Para Schiochet (2012, p. 07), o crescimento da Economia Solidária “encontrou significativo apoio nos movimentos sociais, urbanos e rurais, que incluíram nas suas estratégias o desenvolvimento de iniciativas de produção dos meios de vida ancoradas no trabalho associado e na autogestão da produção”.

Ainda segundo esse autor, a Economia Solidária ganhou maior visibilidade no Brasil a partir de 2002 com o primeiro governo de Lula; entretanto, mesmo após os primeiros incentivos do Estado:

é possível afirmar que o principal desafio das políticas públicas voltadas à Economia Solidária diz respeito à ampliação do reconhecimento do princípio redistributivo, para fortalecer o princípio da reciprocidade (fortalecimento do ato cooperativo) para enfrentar os constrangimentos do mercado capitalista, considerando a contraditória relação existente entre a Economia Solidária e o intercâmbio mercantil. (Schiocet, 2012, p. 18).

Com base nas discussões acima travadas, não fica difícil compreender as relações que se estabelecem entre desenvolvimento e políticas públicas. Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento não é algo universal e abstrato e sim particular e reducionista, as políticas públicas, enquanto princípios norteadores do poder público estatal, acabam sendo pensadas, formuladas e implementadas tendo como alicerce essa lógica. É como se as políticas públicas traduzissem toda essa concepção acerca do desenvolvimento e a colocasse em jogo. Conforme ressalta Teixeira (2002), os objetivos das políticas escondem uma referência valorativa e exprimem as opções e visões de mundo daqueles que controlam o poder.

Nessa perspectiva, é incontestável que o mundo, e em destaque o Brasil, passam por uma crise de representatividade e de execução de políticas públicas. No Brasil, se “tem ocorrido uma diminuição na participação das pessoas no processo eleitoral e um resultado pouco satisfatório dos eleitores, que se sentem cada vez menos representados por aqueles que elegeram, ocorrendo o que Santos e Avritzer (2003, 42) denominam de dupla patologia: patologia da participação e a patologia da representação” (NOBRE, 2007, 216).

Nessa mesma perspectiva, Pateman (1992) afirma que:

Os dados obtidos em amplas investigações empíricas sobre atitudes e comportamentos políticos, realizadas na maioria dos países ocidentais nos últimos vinte ou trinta anos, revelaram que a característica mais notável da maior parte dos cidadãos, principalmente os de grupos de condição socioeconômica baixa, é uma falta de interesse generalizada em política e por atividades políticas. (PATEMAN, 1992, p. 11).

De mesma problemática social, as falhas quanto à execução das políticas públicas demonstram que “a desorientação das agências originalmente concebidas para o enfrentamento de desigualdades sociais pode ser atestada pela proliferação de programas filantrópicos, ineficazes e ineficientes diante do crescimento do desemprego, da marginalização e da exclusão de populações inteiras em espiral na América Latina”. (ARBIX; ZILBOVICIUS, 2001, p. 60-61).

Abranches (1988) acrescenta que, pelo fato de o Brasil organizar-se politicamente através do multipartidarismo e do presidencialismo de coalizão, as crises se intensificam, pois:

nossas mazelas derivam todas de nosso sistema de representação e das fragilidades de nosso quadro partidário. O que fica claro, no entanto, é que nossos problemas derivam muito mais da incapacidade de nossas elites em compatibilizar nosso formato institucional com o perfil heterogêneo, plural, diferenciado e desigual de nossa ordem social. (ABRANCHES, 1988, p. 20-21).

Amartya Sen, economista indiano vencedor do Prêmio Nobel de Ciências Econômicas em 1998, discute a crise das políticas públicas e destaca em seu discurso a importância da busca pelo desenvolvimento social pelas ações políticas. Para o autor, “a busca pelo bem estar social é meta privilegiada, única capaz de dar pleno sentido às escolhas sociais envolvidas nas estratégias de desenvolvimento.” (SEN, 1992, APUD ARBIX; ZILBOVICIUS, 2001, p. 64). Ainda sobre o desenvolvimento, Arbix e Zilbovicius argumentam que:

A análise de Sen é um convite ao questionamento das políticas públicas tal como as conhecemos nos dias de hoje, marcadas que são por um profundo espírito utilitarista, dos que acreditam cegamente apenas no que veem e recusam-se a pensar no que não podem ver. Daqueles que clamam pelas políticas de ‘pé-no-chão’, que descartam os ‘devaneios’ da crítica e que se arvoram nos únicos capazes de enxergar a sociedade. (ARBIX; ZILBOVICIUS, 2001, p. 65).

O que se visualiza claramente no Brasil hoje é uma ausência de políticas públicas que reflitam as reais necessidades dos cidadãos. Os dados encontrados nos estudos científicos de vários setores de políticas públicas gritam por atenção dos formuladores, e, de mesmo modo, as notícias que são publicadas nos meios de comunicação de massa reiteram a falta de atenção e zelo para com os problemas sociais. Parte dessa desorganização pode ser explicada através da reflexão de Abranches (1988) quanto à representatividade: “há um claro ‘pluralismo de valores’, através do qual, diferentes grupos associam expectativas e valorações diversas às instituições, produzindo avaliações acentuadamente distintas acerca da eficácia e da legitimidade dos instrumentos de representação e participação típicos das democracias liberais” (ABRANCHES, 1988, p. 06).

É nesse sentido que se faz necessária a desconstrução de um conceito de desenvolvimento totalmente dominador e distante da realidade vivenciada; é algo *sine quae non* quando se reflete sobre nossos atos diários e ações realizadas pelo poder público. A construção da “não-aceitação” de ideologias tradicionais (como o desenvolvimento essencialmente econômico; machismo; racismo; por exemplo) deverá pautar a formação das novas gerações.

Portanto, o que aqui se propõe é uma concepção de desenvolvimento que seja autonomamente livre, que possa ser definida pela sociedade sem balizamentos externos a ela. Um desenvolvimento concebido sem uma semântica única, que nasça enquanto construção coletiva, porém singular. Construção coletiva porque se faz em sociedade; singular porque se opõe à categoria universal de desenvolvimento, sendo que aqui cada sociedade significa o desenvolvimento a seu modo. É, portanto, uma concepção sem pré-requisitos e precedentes, que permite diferentes e novas visões e interpretações sobre como se apresenta a mulher e o homem na atualidade, a inclusão da heterogeneidade de culturas e de distintas perspectivas de território e espaços sociais.

Nesse cenário, de certo modo aliado a essa proposta, surge a democracia participativa enquanto alternativa às dominações; como um caminho a ser trilhado e um espaço a ser ocupado para que as instâncias de decisão social possam ser compostas por pessoas reais, por cidadãos concretos, com questões legítimas e genuínas. Nobre (2007, p. 02) afirma que: “numa sociedade com diversidade sociocultural, especialmente nos países do Sul (SANTOS; AVRITZER, 2003), a teoria representativa de democracia não

é mais suficiente para constituição de uma cidadania ativa; [...] torna-se fundamental o aprofundamento dos fóruns participativos para se ampliar os conceitos e democracia e cidadania”.

Reconhecendo a necessidade de novas vias de participação de formulação de políticas públicas, legitimam-se no pós-1988 as instâncias de participação (IPs): vias institucionalizadas com objetivo de trazer as demandas sociais para mais perto das arenas decisórias. Foi nesse sentido que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu, dentre diversas mudanças, o marco legal para o *regime de gestão compartilhada* no qual a população é impulsionada a participar legalmente das arenas decisórias, e, neste ambiente, manifestar suas posições e contribuir para a descentralização administrativa.

As instâncias de participação, também chamadas de instâncias e mecanismos de participação institucional (ROMÃO, 2015) se manifestam nos âmbitos federal, estadual e municipal. De forma genérica, pode-se explicitar que são nesses ambientes que a população *pode* ganhar voz; contribuir, debater, investigar, questionar, deliberar.

Ocorre que, quase 30 anos após essa mudança constitucional, o questionamento-chave sobre as IPs ainda versa sobre a pergunta: “Estes espaços de participação realmente influenciam a ação do governo?” (ROMÃO, 2015; p. 37).

Uma das instâncias de participação existente se refere às Conferências Nacionais – objeto deste trabalho – que, nos últimos 20 anos, passaram a compor o arranjo institucional de participação social no processo de elaboração das políticas públicas no pós-Constituição de 1988.

Neste sentido, questiona-se então: As Conferências Nacionais, no caso específico da Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI), permitem uma ampla e representativa participação da sociedade? Conformam espaços de debates e de deliberação? As CNCTIs corroboram para a construção desta outra abordagem quanto à concepção de desenvolvimento? O próprio tópico deste trabalho irá apresentar as CNCTIs e os argumentos para tentar responder a essas questões.

## 2. RESULTADOS ALCANÇADOS

É de fundamental importância dar visibilidade aos dados a seguir sobre a representatividade dos participantes (SERAFIM, 2016): quando separados por gênero, as conferências II, III e IV (ocorridas em 2001, 2005 e 2010, respectivamente) possuem um público participante ativo de mais de 80% do gênero masculino. Já quando analisado o grau de instrução dos participantes das CNCTIs, majoritariamente os partícipes possuem Ensino Superior Completo, fator esse que pode evidenciar um isolamento social dentre os participantes e a representação social existente no Brasil. Além disso, a indicação dos envolvidos nas CNCTIs II, III e IV foi de responsabilidade dos comitês organizadores dos eventos, dado esse que pode corroborar para a compreensão de que essa arena de participação não tem a livre circulação ou a estruturação tradicional que ocorre majoritariamente por vias de eleições (AVRITZER, 2013; SOUZA, 2013; SERAFIM, 2016).

Em suma, as CNCTIs demonstram certa desarmonia com projeto de integração das heterogeneidades culturais advindas do conceito de desenvolvimento aqui apresentado. Os dados expostos sobre a estrutura e a representatividade dos participantes dos

eventos demonstram uma ruptura ideológica entre os objetivos de integração social e contribuição participativa para o debate e formulação de políticas. Nesse sentido, as políticas de ciência e tecnologia podem estar sendo formuladas de forma enviesada quando analisado o perfil dos participantes e dos formuladores de políticas públicas.

### 3. CONSIDERAÇÕES

Os dados apresentados por esse trabalho sobre as CNCTIs corroboram para o entendimento de que, neste mecanismo de participação para o assunto em pauta, o público presente pode não contemplar a miscigenação e heterogeneidade cultural (representada pela exclusão de regiões do país) esperada para as arenas decisórias. Os dados demonstraram que o público foi composto essencialmente pelo sexo masculino e cuja formação acadêmica reitera a ideia de ciência tradicional e o isolamento do conhecimento científico (doutores e pós-doutores). Nessas análises, percebe-se que são excluídas categorias sociais e minorias, e privilegiados determinados núcleos que mantêm e abastecem as formulações de políticas públicas dentro dos modelos paradigmáticos e tradicionais do conceito de desenvolvimento.

Deste modo, resultam as seguintes questões para reflexão: (1) Se a participação visa manifestação, ao debate e à integração da sociedade com os poderes públicos, então, de que forma as Conferências Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação corroboram para a construção de uma política colaborativa? (2) E, na discussão sobre uma nova concepção de desenvolvimento com a contribuição e a integração de distintos olhares e percepções, como essas conferências refletem os objetivos desta perspectiva?

### REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. H. **Presidencialismo de Coalizão: O dilema Institucional Brasileiro**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro. vol. 31, n. 1, 1988.

ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, Mauro. Por uma estratégia de civilização. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (Orgs.). **Razões e Ficções do Desenvolvimento**. São Paulo: UNESP; Edusp, 2001.

BUSH, Vannevar. Science: The endless frontier. **Transactions of the Kansas Academy of Science**, 1945.

DAHL, R. A. **Sobre a Democracia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em perspectiva**, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, 1992.

FEENBERG, Andrew. Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia. In. NEDER, R. T. (org.) A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia. Observatório do Movimento de Tecnologia Social na América Latina/ CDS / UNB / CAPES: Brasília, 2010.

FRANK, André Gunder. **El desarrollo del subdesarrollo**. Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Departamento de Economía, 1966.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Unesp, 1991.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise.** Brasília: UNB, p. 23-39, 2009.

HERRERA, Amílcar. Los determinantes sociales de la política científica y tecnológica em América Latina. **Redes**, n. 5, 1995.

LESSA, R. **Modos de fazer uma República: demiurgia e invenção institucional na tradição republicana brasileira.** *Análise Social*, 204, XLVII (3.º). Lisboa. 2012.

NOBRE, A. N. **Democracia, Cidadania e Participação Social: uma estreita relação.** 2007.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. Formas de autonomia da ciência. **Scientiae Studia**, v. 9, n. 3, p. 527-561, 2011.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ROMÃO, W. M. **Reflexões sobre as dificuldades da Implementação da Participação Institucional no Brasil.** *Idéias - Revista Instituto de Filosofia Ciências Humanas UNICAMP*, v.6, n.2, p. 35-58, jul/dez. 2015.

SANTOS, B.S.; AVRITZER, L. Introdução: para ampliar o cânone democrático. *In:*

SANTOS, B. S. (Org) **Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 39-82.

SCHIOCHET, Valmor. Da democracia à autogestão: Economia Solidária no Brasil. *In: Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária / Édi Benini (et al) (org.)* 1ª Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 17-44.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** 5ª ed. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1984.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo. 8ª Ed. Ed. Schwarcz. 2009.

SERAFIM, M. P. Participação social e o processo decisório nas Conferências Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil: Uma Análise Multicriterial das percepções dos stakeholders. Relatório das atividades de pesquisa desenvolvidas no âmbito do Pós-doutorado na University of Sussex – SPRU. 2016.

SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida: mujer, ecología y supervivencia.** horas y HORAS: Madrid, 1995. p. 19 - 44.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. **El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo.** Siglo xxi, 1999.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Salvador: AATR**, 2002.

## “UMA INTERPRETAÇÃO DAS ARTICULAÇÕES EM REDE ESTABELECIDAS NO COMPLEXO TECNOLÓGICO EDUCACIONAL CATALISADO PELO CTI - RENATO ARCHER”

**ROCHA, Janaína Lemos**

*Mestranda do Programa “Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” da Universidade Estadual de Campinas  
lemos.jana@gmail.com*

**BIN, Adriana**

*Professora doutora da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp  
adriana.bin@fca.unicamp.br*

**LEITE, Juliana**

*Professora doutora da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp  
juliana.leite@fca.unicamp.br*

### RESUMO

Nas últimas décadas, tem se tornado cada vez mais comum nas políticas públicas a prática do compartilhamento de responsabilidades e recursos, sejam eles financeiros, organizacionais ou humanos. Com isso, ganha visibilidade o conceito de redes na gestão pública. Assim, analisar esta complexificação da gestão de políticas, e iniciar uma busca por modelos de governança que dêem conta do desempenho objetivo das políticas (eficiência, eficácia, efetividade) - e também da sua dimensão participativa - é uma contribuição importante que a pesquisa pode oferecer. No entanto, já é mais do que sabido que as políticas públicas constituem um campo interdisciplinar da ciência, e por isso é necessário buscar diferentes abordagens para, no mínimo, tentar compreendê-las. Neste artigo, apresentamos as abordagens de Análise de Política e Redes Interorganizacionais, para daí introduzir o estudo de caso, uma estrutura de rede, que envolve diferentes organizações e diferentes projetos, sejam de pesquisa, sejam de políticas públicas. O objetivo é iniciar a construção de uma interpretação sobre as articulações interorganizacionais estabelecidas no Complexo Tecnológico Educacional (CTE), um campus que congrega 5 organizações (instituto de pesquisa, fundação de direito privado, instituto federal de ensino, parque tecnológico e instância de política pública). Nesta etapa da pesquisa, apresentaremos os dados documentais recolhidos.

**Palavras-chave:** Análise de Política, Redes, Centro Tecnológico Educacional

### ABSTRACT

In the last decades, it has become increasingly common in public policies to share responsibilities and resources, be they financial, organizational or human. With this, the concept of networks in public management gains visibility. Thus, it's important analyze this complexification of public policy reality and search for governance models that improve the performance of policies (efficiency, effectiveness) - and take into account their participatory dimension. However, it is already well known that

public policies constitute an interdisciplinary field of science, so it is necessary to seek different approaches to, at least, try to understand the field. In this paper, we present the approaches of Policy Analysis and Interorganizational Networks. After we present a case of an Educational Complex (CTE) in Campinas, Brazil. CTE is a network structure, that involves different organizations and different projects. It's a campus that congregates 5 organizations (research institute, foundation, federal institute of education, technological park and public policy instance ). In this stage of the research, we will present the documentary data collected.

**Key-words:** Policy Analysis, Networks, Brasil

## INTRODUÇÃO

A base de discussão do trabalho é a questão da cooperação, e de como ela é um caminho fundamental para se lidar com as adversas e complexas questões do mundo contemporâneo, especialmente em contextos de severa contração de recursos para as políticas públicas.

Atualmente muitas políticas são feitas de forma compartilhada, podendo ser elaboradas entre organizações cujos focos são distintos. Uma ação coletiva entre organizações caracteriza o que se pode compreender por Rede Interorganizacional. Nessa linha, o recorte desse artigo é observar um ambiente que possui características de redes interorganizacionais, onde o compartilhamento de recursos humanos, financeiros e de infraestrutura pode significar uma alternativa para que as atividades de formação, pesquisa e desenvolvimento fomentadas naquele ambiente se mantenham em movimento.

O Complexo Tecnológico Educacional - CTE é um arranjo interorganizacional em fase de formulação, localizado em Campinas, São Paulo, Brasil. Está instalado em um terreno de cerca de 380.000 m<sup>2</sup> com uma área total construída de 14.000 m<sup>2</sup>. Existem algumas evidências que permitem a hipótese de que o CTE é uma rede colaborativa.

Ocupam esse ambiente, três organizações constituídas juridicamente de forma independentes, são elas: O CTI Renato Archer, unidade de Pesquisa do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação - MCTIC, O Instituto Federal de São Paulo uma autarquia federal de ensino e a Facti - Fundação de Apoio a Capacitação em Tecnologia da Informação - Facti a fundação de apoio do CTI Renato Archer. Além dessas três organizações o Campus também é ocupado pelo Centro Nacional em Referência em Tecnologias Assistivas o CNRTA, uma iniciativa do Governo Federal por meio do MCTIC e o Parque Tecnológico o CTI TEC, esse ultimo ainda em fase de implementação.

Para observar as relações contidas nessa suposta rede, tomar-se-á um embasamento teórico capaz de organizar os elementos colhidos em campo. A base conceitual adotada para a compreensão do objeto estudado, está dividida em dois eixos principais. O primeiro deles se encontra no campo da Análise de Política, do qual exploraremos os conceitos de políticas públicas, tomada de decisão e ciclo de políticas.



O segundo eixo é estruturado sobre a discussão dos conceitos de redes interorganizacionais. Esperamos com essa pesquisa refletir sobre a dinâmica dessas organizações.

## 1. POLÍTICAS PÚBLICAS

Sobre o conceito de políticas públicas não existe uma única definição ou uma regra universal que o defina (Mead, 1995). A bibliografia nos aponta uma grande variedade de interpretações. Algumas definições nos indicam que as políticas públicas são um processo de análise de questões públicas, ou um conjunto de ações do governo com efeitos definidos, com impactos estruturados e contribuições do mercado ou da sociedade (Lynn, 1980). A partir de várias reflexões sobre a temática, compreende-se que as políticas públicas vão além da solução de problemas ou qualquer uma de suas facetas práticas, política pública, sobretudo é o Estado em movimento.

As políticas públicas podem ser consideradas espaços legítimos de construção de diretrizes sociais. A disputa e a articulação são caminhos democráticos que constituem os processos das políticas públicas. O cenário então nos leva a refletir que essas ações assim colocadas nos remetem a uma das formas de movimentação do Estado. Existem os temas, as demandas e os problemas, as Políticas Públicas são expressões a cerca do que e como resolver ou *não* uma determinada situação, seguindo a priori os interesses sociais e inevitavelmente o interesse contido no conjunto de atores que estão inseridos no poder. (FREY, 2000; Lynn, 1980; SOUZA, 2006).

Com o intuito de compreender e organizar os fenômenos a cerca da Política Publica se estrutura o Campo de Análise de Política. Esse termo é dado para um conjunto de técnicas e mecanismos que buscam explorar as ações e desdobramentos contidos nas Políticas Públicas. Cabe à análise de política, compreender os processos de estruturação política e arranjos estabelecidos, as ações realizadas pelos atores, as tomadas de decisões e seus impactos, as negociações e seus efeitos, consolidando essas reflexões em conteúdos ou exercícios de melhorias das políticas públicas (SERAFIM & DIAS, 2012; DAGNINO & DIAS, 2008; GORDON; LEWIS; YOUNG, 1977; PARSONS, 2007). A Análise de Política tem em seu objetivo compreender a Política, seu processo e por fim apontar melhorias possíveis. (HAM & HILL; 1993). Essa compreensão pode ser realizada pelo viés temporal considerando o mecanismo e <sup>4</sup> técnicas de análise como, por exemplo, o Ciclo de Política. (PARSONS; 2007). Compreender como se articulou todo o processo em torno de uma política pública, e a partir desse exercício conseguir concentrar um acúmulo maciço de informações que pode vir a colaborar ou aprimorar as operações de novas políticas públicas, pode ser a maior virtude desse campo de conhecimento. Além disto, coloca-se que tal análise, como em qualquer outro campo de estudo, possui valores agregados e é parcial, entendendo que o próprio método de análise influencia seu resultado (HAM & HILL 1993).

Por ter sido inicialmente estruturado nos Estados Unidos da América, a terminologia adota nesta esfera, são formatadas no idioma inglês, como exemplo coloca-se alguns elementos fundamentais para o manuseio da prática de Análise de Política. (Frey; 2000)

Policy Network: Trata-se de uma rede formada por atores do legislativo, executivo ou sociedade civil, que se organiza de modo mais ou menos formal ou até mesmo não institucionalizado, e que se forma em torno de políticas específicas. (Frey; 2000) Este conceito pode caracterizar o espaço do CTE, uma vez que transitam diversas

organizações num mesmo ambiente, cada qual com sua característica jurídica e de objetivos específicos.

**Policy Arena:** Este termo é associado aos espaços de conflito e consenso sobre determinadas ações e políticas. Essa vertente da policy ganha importância nos processos decisórios. (Frey; 2000) Na mesma linha de raciocínio configura-se no espaço do CTE, uma arena, esse conceito se traduz naquele ambiente frente às diversas possibilidades de disputas e mecanismos de governança contidos.

**Policy Cycle:** Trata-se das fases que um processo político-administrativo percorre ao longo de sua existência. Considerando a Política Pública como uma ação processual cíclica, entende-se que a esse processo se caracteriza em começo meio e fim. Numa tentativa de facilitar a compreensão nas atividades contidas na atuação do campo de Análise de Política, muitas obras explanam um mecanismo chamado Ciclo de Política. Esse conceito nos remete a uma fotografia imperfeita que permite ao analista observar o recorte e caracteriza-lo em uma fase específica da vida processual de uma política pública. Nessa lógica, o Ciclo de Política consiste em uma ordem sequencial de acontecimentos sugeridos em etapas. Apesar da dinâmica de cada política pública ser estabelecida de forma particular e não linear ou com sequência ilógica o ciclo de políticas pode colaborar com a organização de ideias, criando um processo organizacional mais acessível. As estruturas de Ciclo de Políticas podem se distinguir em termos de nomenclatura entre um autor e outro, entretanto apesar das variações podem-se reconhecer fases que são comuns à maioria deles, por exemplo: a formulação, a implementação e a avaliação das políticas (JONES, 1970; MENY THOENIG, 1992; DYE, 1984, FREY, 2000; SECCHI, 2013; SOUZA, 2006). Neste trabalho adotou-se uma estrutura que dialoga com as fases na abordagem proposta por Frey (2000), respeitando a raiz sistemática de sua proposta, simplificamos apenas a nomenclatura das fases do ciclo e obtemos a seguinte estrutura: Percepção e definição de problemas; Definição da Agenda; Formulação da Política; Implementação da Política e Avaliação da política.

Considerando o CTE, objeto de estudo deste artigo e a condição jurídica apresentada desta rede, pode-se identificar que o mesmo encontra-se na fase de Formulação da Política. A fase de formulação consiste no processo de escolha de alternativas e de ação, a partir das questões selecionadas e que entram na Definição de Agenda. Nessa fase do ciclo de políticas existe um traço especialmente forte a respeito dos embates ideológicos. Aqui a disputa de ideias toma força por ser necessário se projetar as ações práticas que vão ser desencadeadas na fase seguinte, chamada Implementação. Nesse momento os papéis e atores envolvidos começam a aflorar em suas relações, frequentemente marcadas pela disputa.

É importante lembrar que o Estado, palco principal destas disputas, deve ser analisado como um conjunto de instituições interdependentes e é um espaço que abriga conflitos de interesses muito além das classes sociais (HAM & HILL, 1993). Existem diversas formas de relações no ambiente do Estado, alimentadas por muitos padrões de poder, como as relações estabelecidas entre funcionários do governo, políticos eleitos, sociedade civil, movimentos organizados, todos dividindo a mesma esfera. Nesse sentido o autor coloca que o poder está fragmentado em meio a essa rede plural.

É importante ressaltar, que nessa fase de formulação ocorrem os enfrentamentos ideológicos que se estruturam em torno das tomadas de decisão. Isso implica que a

arena está composta de diferentes forças de articulação política, cada qual com os recursos que tem, tentando influenciar a ação e o comprometimento do Estado na busca de soluções para os problemas eleitos na fase anterior.

Nesse sentido compreende-se que o CTE encontra-se em uma fase decisiva, onde concentra disputas ideológicas e se fragmenta entre pontos que apoiam a decisão de se estruturar e fortalecer como uma rede bem como outra parte entende e discursa que esse não seria o caminho ideal.

## 2. REDES INTERORGANIZACIONAIS

Para a compreensão do conceito de redes nos apoiaremos também em diversas abordagens, a maioria delas, inseridas no campo da gestão pública. A temática de redes vem se destacando em meio aos estudos no âmbito das teorias sociais. O conceito de rede pode ser associado a diversas vertentes, desde cooperações internacionais e contratos, passando por atividades estratégicas e chegando até às redes sociais e ao networking desenvolvido e cultivado por alguém durante sua vida. Neste sentido, para Lopes & Moraes (2000), o conceito de redes vem passando por um processo de “esticamento” que faz com que, precisamente por se referir a uma gama muito grande de fenômenos, corra o risco de perder o seu poder explicativo.

Castells (2000) define o conceito de rede, como um conjunto de nós interconectados. Já no campo das organizações, Provan & Kenis (2007), definem redes interorganizacionais como três ou mais organizações juridicamente independentes que cooperam para alcançar além dos seus objetivos individuais também um objetivo em comum. Além disso, estes autores se propõem a compreender diferentes mecanismos de governança de redes nas políticas públicas, ou seja, modelos de gestão que propiciam a “amarração” da rede em sua dinâmica. O conceito de rede é subdividido e carrega em seu significado diversas interpretações como acordos de cooperações internacionais, contatos, atividades estratégicas ou até mesmo o network desenvolvido e cultivado por alguém (LEITE, 2011; LOPES & MORAES 2000; BALESTRIN AT ALLI, 2010).

Nesse sentido, existe a proposta de um novo olhar para o desempenho das organizações, onde o foco não seria somente o de suas funções individuais, mas também seu desempenho coletivo, associado às várias organizações que trabalham sob uma <sup>7</sup> mesma pauta. Nessa ótica, o que se destaca são os resultados obtidos por meio de uma atuação integrada de diversos organismos. (GOLDSMITH; EGGERS, 2006).

Por meio de um estudo exaustivo, Oliver & Ebers (1998) concluem que sobre os estudos sobre redes se dividem em quatro abordagens principais, são elas:

- ◇ **Dependência de recursos:** Propõe esquemas de colaboração na busca de um equilíbrio entre as organizações e o ambiente, em uma tentativa de reduzir a dependência. (AGRANOFF & MCGUIRE 2001; BALESTRIN ET ALLI, 2010; ALDRICH; PFEFFER, 1976; PFEFFER; SALANCIK, 1978);
- ◇ **Redes sociais:** Propõe a refletir sobre as relações interpessoais imersas nas estruturas sociais e organizacionais. (CUNHA 2000)
- ◇ **Institucionalismo:** Propõe que uma organização ao se aliar a outras organizações em rede, está sujeita a uma série de novas ações que podem imprimir novos padrões

e transformar as características individuais de cada uma das organizações. (LEITE 2011; DIMAGGIO E POWELL 1983).

- ◇ **Estratégia:** Propõe que uma organização se acomoda em rede para aumentar seu potencial tornando-se mais robusta e melhorando suas vantagens competitivas. (LEITE, 2011; CUNHA, 2000);

Existem trabalhos que consideram que as relações em rede são construídas de forma lateral e multicêntrica, de modo que o apanhado de organizações envolvidas trabalhe de forma coletiva. (RAVERE 1998; HATCH 1997). Entendemos que a governança de uma rede interorganizacional nem sempre condiz com esse teor teórico alcançado na bibliografia. Veremos a seguir uma análise de dados obtida na pesquisa documental.

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS - PESQUISA DOCUMENTAL

Os resultados aqui apresentados, evidenciam os dados obtidos através de análise documental acerca do Complexo Tecnológico Educacional – CTE. O CTE é uma rede em formação, como apontamos segundo a sustentação conceitual do Ciclo de Política. Assim, para interpretar suas articulações interorganizacionais, usamos categorias como a formação da rede, seu processo de formalização (e níveis de informalidade), as interdependências operacionais geradas, e a sua relação com o ambiente externo.

Embora não se encontre nenhum lastro jurídico sobre a institucionalização do Complexo Tecnológico Educacional, encontramos evidências da construção deste ambiente de rede. O portal do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (<http://www.cti.gov.br/cte>) informa que o CTE, se constitui um ambiente compartilhado entre algumas organizações que possuem missões e particularidades próprias. Tais organizações parecem se fortalecer ao compartilhar não apenas infraestrutura predial, mas também recursos humanos, financeiros, equipamentos e filosofia. O portal promove a ideia de que se trata de um ambiente sinérgico entre atores autônomos de diversos setores, como o ensino superior, a pesquisa, e o terceiro setor, através de fundação de apoio e indústria. Apesar da missão individual de cada organização todas elas possuem algum tipo de atuação em P, D&I.

Os dados documentais analisados se referem a informações sobre a formação da rede, bem como sobre as interdependências operacionais, que podem ser captadas por registros de convênios, contratos, cooperações técnico-científicas, ações compartilhadas, projetos, e outras modalidades de compartilhamentos de recursos físicos, humanos e financeiros.

Serão analisados dados como registros oficiais de formação do CTE, que indicam como ele foi se compondo ao longo dos anos e seus desdobramentos práticos. Vamos analisar também índices que possam ilustrar o CTE em seu cotidiano como número de convênios, contratações e ações compartilhadas. Vamos observar a composição dos recursos humanos que atuam no Campus, em sua mais diversa formação, que pela característica da rede se divide entre alunos, trabalhadores, bolsistas, terceirizados, sociedade civil, professores e servidores públicos. Observaremos também aspectos sobre como esses atores são mobilizados por áreas e atividades, e se existe alguma forma de atuação colaborativa em que duas ou mais organizações atuam colaborativamente.

### 3.1 HISTÓRICO E FORMAÇÃO INSTITUCIONAL

Seguindo a ordem cronológica de organizações instaladas no Campus, faremos um breve apanhado sobre o perfil de cada uma das organizações;

A primeira organização a se instalar no Campus foi o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI Renato Archer), criado em 1982, com o nome de Centro Tecnológico para Informática por meio do (Decreto nº 88.010/82). O CTI foi lançado como parte de uma política pública para fortalecer o setor de informática no Brasil. A missão da organização era fortalecer-se como elo entre os atores de P&D e a indústria como explicita a Lei 7.232 de 1984, onde se elecam os princípios da Política Nacional de Informática. Nessa mesma lei a instituição passou a ser chamada por Fundação - Centro Tecnológico para Informática, e lhe foi atribuída a missão de “incentivar o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica nas atividades de informática” e “exercer atividades de apoio às empresas nacionais no setor”, papel que o CTI Renato Archer vem desempenhando ao longo de seus 30 anos de atuação.

Ao longo de toda sua história e principalmente no atual período o CTI Renato Archer em sua missão tem buscado estreito alinhamento com as diretrizes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, principalmente àquelas relacionadas à execução de políticas públicas. Estas diretrizes constam da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI 2012-2015, que traz como seus eixos de sustentação:

(i) a promoção da inovação nas empresas, (ii) a busca de um novo padrão de financiamento público para o desenvolvimento científico e tecnológico, (iii) o fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica, e (iv) a formação e capacitação de recursos humanos. A missão do CTI segundo seu regimento interno, observado na Portaria MCT nº 907, de 04.12.2006 é: Art. 4º O CTI Renato Archer tem por missão gerar, aplicar e disseminar conhecimentos em Tecnologia da Informação, em articulação com os agentes sócio-econômicos, promovendo inovações que atendam às necessidades da sociedade.

A segunda organização que incorporou o Campus foi a Facti – Fundação de Apoio a Capacitação em Tecnologia da Informação. Uma fundação privada sem fins lucrativos e autossustentável, instituída em 1996, pela ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica e ASSESPRO - Associação das Empresas Brasileiras de tecnologia da Informação. Sua matriz foi instituída em Campinas interior de São Paulo. Desde sua criação, o escopo da fundação é regido de forma estatutária e credenciado em cartório. A Facti ao longo de seus 20 anos jurídicos já passou por algumas alterações estatutárias. O novo estatuto da Facti é datado aos vinte e três de novembro de 2015. Por meio do estatuto é possível compreender quais são as diretrizes e objetivas da fundação, por exemplo:

O Artigo 2º do estatuto consolidado da Facti norteia seus objetivos e missões, eles são divididos em três eixos. O primeiro é apoiar o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI Renato Archer; complementando suas necessidades específicas de recursos humanos e materiais, de modo a agilizar a interação do CTI com o mercado. O segundo menciona que a Facti deve realizar atividades de P, D & I, gestão, qualificação e certificação de produtos e processos, aprimoramento e transferência de tecnologia, produtos, processos e serviços seguindo os interesses do CTI Renato Archer bem como

do Ministério da Ciência Tecnologia da Inovação e Comunicação - MCTIC. Nesse segundo eixo pode-se observar as características de ICT que a Facti desenvolveu a o longo dos anos. O Terceiro eixo aponta que a Facti deve participar de projetos, convênios, contratos, consórcios entre outros buscando implementar ciência, tecnologia e inovação segundo os parâmetros e demandas tanto do CTI Renato Archer como do MCTIC.

A terceira parte que ocupa o Campus, não se trata de uma organização jurídica em aspectos formais, pois não tem CNPJ, no entanto é uma vértice de grande peso para o conceito CTE. O Parque Tecnológico CTI-Tec se tornou oficial com a publicação da portaria de nº 877 no Diário Oficial da União, em 22 de outubro de 2010. Esta portaria tinha como objetivo em seu Artigo 1º Criar o Parque e em seu Artigo 2º a Regulamentação administrativa do Parque, ambos os artigos seriam especificados no anexo a portaria "Projeto de Implantação do Parque Tecnológico CTI-Tec". Este documento especifica itens como linhas de pesquisa preferenciais para, resultados esperados e eixos de parâmetros que podem ser atribuídos segundo a missão do Parque.

Além disso, conforme previsão das mencionadas Portarias 877/2010 e 76/2011, a Facti celebrou com o CTI o convênio 67/12, que estabeleceu a sua atuação em apoio deste último para realizar, dentre outros, a gestão de recursos financeiros e de serviços necessários para a manutenção do parque.<sup>11</sup> O primeiro módulo construído conta com 1,8 mil metros quadrados construídos e onde foram investidos de R\$ 3,1 milhões da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP/MCTI). Segundo o projeto original ainda estão previstas a construção de mais outros seis módulos de tamanhos semelhantes. Para o segundo módulo já existem recursos indicados no convênio assinado entre a FACTI, o CTI e a FINEP a construção deve se iniciar em 2017.

Seguindo a mesma linha, a quarta parte a se integrar no Campus também não pode se considerar uma organização independente por não ter CNPJ ou constituição jurídica, mas se faz importante por sua missão e estratégia junto ao governo federal, se trata do CNRTA – Centro nacional de referência em tecnologias assistivas, presente no Campus desde 2012. A convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2008, articulada pela Organização das Nações Unidas (ONU) da qual o Brasil é signatário, deu início ao Plano Viver Sem Limite.

O programa em referência foi lançado em 17 de novembro de 2011. A iniciativa de lançamento desse programa cristaliza-se por meio da convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2008, articulada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em que o Brasil é signatário. O Plano Viver Sem Limite é um conjunto de políticas públicas estruturado em 4 eixos (Acesso à Educação; Inclusão social; Atenção à Saúde e Acessibilidade) e organizados entre 15 ministérios, cada um deles tem a missão de construir soluções de inclusão à diversidade.

O MCTI designou ao CTI a tarefa de estruturação de uma ação prática em atendimento ao Plano Viver sem Limite. Concebeu-se então o CNRTA – Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva. O CNRTA é a ação direta do MCTI para o plano Viver sem Limite, seu papel é ser um observatório em torno das ofertas e demandas de Tecnologias Assistiva T.A.s. Tecnologia Assistiva é o termo usado para identificar todos os produtos ou serviços que possibilitem a ampliação de mobilidade, autonomia ou inclusão às pessoas com deficiências.

O CNRTA é a ação direta do MCTI para o plano Viver sem Limite, seu papel é ser um observatório em torno das ofertas e demandas de Tecnologias Assistiva (T.A.s) - Tecnologia Assistiva é o termo usado para identificar todos os produtos ou serviços que possibilitem a ampliação de mobilidade, autonomia ou inclusão às pessoas com deficiências.

Por fim chega ao campus no ano de 2013 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, uma autarquia federal de ensino vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Fundado em 1909, é reconhecido pela sociedade paulista por sua excelência no ensino público e gratuito. Tem atuação prioritária na oferta de Educação Tecnológica nos seus diversos níveis e na formação de professores, assim como no desenvolvimento de pesquisas e programas de extensão.

O diálogo entre o CTI e o IFSP teve início no mesmo período em que o Ministério de Estado da Educação publica no Diário Oficial da União - DOU de nº 182 datado em 22 de setembro de 2010, uma nota com base nas Leis nº 11.534, de 25 de outubro de 2007 e nº 11.740, de 16 de julho de 2008, que autorizava o funcionamento de novos Campi em estados e cidades diversas, dentre elas Campinas – São Paulo.

O diálogo se constituía por meio da sinergia percebida nas missões individuais de cada órgão, um com o propósito de formação e o outro de desenvolvimento. Após três anos de trabalho a fim de consolidar os propósitos semelhantes, no DOU de 6 de maio de 2013 é publicado um extrato sobre o convênio de número 004.13, estabelecido entre o CTI Renato Archer e o IFSP – Campus Campinas. O objeto do convênio era a criação de novos cursos em conjunto para ofertar programas de educação profissional e tecnológica no Campus do CTI Renato Archer, este seria caracterizado por NUCLEO AVANÇADO CAMPINAS - UNIDADE CTI RENATO ARCHER, porém ficou conhecido popularmente por IFSP Campus Campinas. Tal convênio possui um plano de trabalho anexo que estabelece os parâmetros desta parceria, que foi assinada em 05 de abril de 2013 e tem validade por 60 meses. O IFSP Campus Campinas inicia suas atividades no segundo semestre de 2013 com o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, inicialmente com 40 vagas.

O processo seletivo dos alunos ocorreu por meio do Sistema de Seleção Unificado – SISU.

O nome CTE passa a ser utilizado ainda que informalmente, após a parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência Tecnologia Inovação e Comunicação que formalmente traz o IFSP ao Campus. No dia 06 de junho de 2014, houve um evento no auditório do Campus, com a presença de autoridades legais e <sup>13</sup> representantes de estado, para o lançamento do Conceito “Complexo Tecnológico Educacional”. A partir desse evento houve uma publicidade grande entorno do conceito CTE e a mobilização entre as organizações que ocupam o Campus se evidenciaram.

### 3.2 AÇÕES DE INTERDEPENDÊNCIA

A proposta nesse tópico é realizar um olhar para as interdependências verificadas, buscando compreendê-las em termos de recursos de infraestrutura, recursos humanos, projetos de pesquisa, políticas públicas e recursos financeiros.

Um primeiro indicio de interdependência é o compartilhamento de despesas de infraestrutura entre o CTI e o IFSP.

**Figura 1.** índice de Pregão Eletrônico Compartilhados entre CTI Renato Archer e IFSP Campus Campinas

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015</b>	Objeto: Registro de preços para contratação de serviços continuados de limpeza/manutenção.
<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2015</b>	Objeto: Registro de preços para contratação de serviços continuados de vigilância armada
<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2015</b>	Objeto: Registro de preços para contratação de serviços continuados de copeiragem.
<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2015</b>	Objeto: Registro de preços para contratação de serviços de fornecimento de água mineral.
<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 128/2015</b>	Objeto: Registro de preços para contratação de serviços continuados de porteiro/vigia.

Fonte: Elaboração Própria a partir de documentos verificados na organização

O quadro a cima ilustra contratos de serviços básicos para infraestrutura do Campus, serviços esses que não possuem qualquer relação com pesquisa e desenvolvimento. A importância desse dado se explica porque as ausências desses serviços impossibilitariam a realização de trabalhos cotidianos no Campus o que por fim poderia inviabilizar o avanço em P,D&I.

Os documentos encontrados em campo também evidenciam uma forte interdependência entre o CTI Renato Archer e o CNRTA, embora o segundo não se apresente como uma organização estruturada, entende-se que a ligação com o CTI Renato Archer torna sua existência possível por meio tanto de infraestrutura física quando de pessoal. O CNRTA dispõe de bolsistas em corpo de recursos humanos. Estas bolsas são disponibilizadas pelo CNPq e o recurso era articulado até o momento pela SECIS. Ao total o CNRTA já ofertou 33 bolsas. Essas bolsas são de pesquisas voltadas para área de TA. Por decisão do MCTIC e SECIS o CNRTA atualmente é coordenado pela mesma pessoa que Dirige o CTI Renato Archer. Este elegeu uma servidora para auxiliá-lo nessa gestão, sendo essa a responsável pelo cotidiano das pesquisas realizadas no CNRTA. Não existem efetivos funcionários ou servidores do CNRTA, uma vez que este centro não possui nenhum vínculo como este com ninguém. O governo federal até o momento não disponibilizou recursos para isto, portanto nunca houve um concurso público ou verba para essas



modalidades de contratação de recursos humanos. A servidora e o diretor do CTI então mobilizam e articulam o corpo de bolsistas alocados. Ambos também estruturam o processo de seleção e de linhas temáticas de pesquisa.

Entre a Facti e o CTI existem claras evidências de cooperação, é de forma natural que isso se estabelece porque como mencionado estatutariamente a Facti tem como missão apoiar o CTI. Então observa-se que ao longo dos vinte anos de cooperação a Facti e o CTI realizaram entre os anos de 2012 à 2015 trinta e três projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação com diversos órgãos e agências de fomento tais quais, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP entre outros, além do trabalho realizado em cooperação de forma muitas vezes tripartite entre Facti, CTI Renato Archer e outras unidades de pesquisa, empresas publicas, privadas ou até mesmo universidades, como exemplo: Unitec Semicondutores S/A, Unitec Soluções Ltda.. Ingeteam; Essencis; Grupo Solví, HP Brasil, PETROBRAS, Descarte Certo, Hprint, UNICAMP, Centro de Monitoramento de Alerta de Desastres Naturais – CEMADEN, Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos - SESGE/MJ entre outros. Outra característica interessante nesse dado é que a partir do ano de 2013, o IFSP Campus Campinas começa a aparecer nesses indicadores, incorporando as atividades de pesquisa que ocorrem no Campus atuando para além das ações de docência. Essa cooperação tripartite estimulada pelo ambiente do CTE resulta numa consulta do IFSP para a Facti, onde se coloca o interesse e pertinência sobre a possibilidade da Facti exercer o papel de fundação de apoio ao IFSP.

Segundo a Resolução nº 32, de 05 de maio de 2015 do IFSP, esta organização poderá celebrar contratos e convênios com fundações de apoio, desde que sejam credenciadas. A medida tem como intenção ampliar a capacidade de ações de caráter institucional, científico, de desenvolvimento e pesquisa especialmente melhorando as condições de relações externas do IFSP. Nesse sentido em 2015 o IFSP fez uma consulta pública sobre as possibilidades de a Facti ser também fundação de apoio do IFSP.

A Facti, ao receber tal consulta, imediatamente pautou o tema com o seu conselho curador, o mesmo sugeriu um debate entre os conselhos Técnicos e Científicos do CTI Renato Archer e da Facti sobre o tema. A Facti já foi convidada diversas vezes para discutir o assunto na reitoria do IFSP situada na Capital paulista. Atualmente esse tema encontra-se em negociação entre as três organizações, CTI Renato Archer, Facti e IFSP Campus Campinas e Reitoria.

O CTI TEC apesar de ainda não estar em plena atividade, foi formatado também por meio de uma perspectiva interorganizacional, onde para ser gerenciado contará com ações compartilhadas entre Facti e CTI. O convênio 67/12, celebrado entre Facti e CTI estabelece a parceria entre as duas organizações para realizar atividades relacionadas à gestão de recursos financeiros e de serviços necessários para a manutenção do parque.

Além desses itens colocados nota-se a partir de registros no site e lastros de alguns projetos algumas cooperações de interdependência como: I Semana Nacional de Ciência e Tecnologia realizada coletivamente pelas organizações do CTE; Funcionários (as) do Campus que são estudantes do IFSP nas mais variadas modalidades de cursos; Pesquisadores do IFSP que realizam atividades em divisões do CTI; Pesquisas tripartite

entre FACTI, CTI e IFSP; Pesquisadores do CNRTA que realizam atividades em divisões do CTI, IFSP e FACTI; Bolsas CNPq concedidas por meio do CTI cuja orientação é feita por professores do IFSP ou em conjunto sob coorientação do CTI e ou da Facti; Realocação de RH em outras organizações, projetos, atividades, entre outros índices.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise documental apurada e também da perspectiva teórica, observamos que é possível captar elementos concretos de que o CTE é uma rede em formação. Especialmente ao analisar o campo pelos vieses institucionais e de interdependência, encontra-se evidências de um compartilhamento de recursos, físicos, humanos e financeiros e de serviços.

Em diferentes combinações, os dados mostram que uma organização coopera com a outra, trazendo pistas de um fluxo organizacional que transcende cada organização em separado. Assim, percebe-se interdependências concretas, institucionalizadas por instrumentos legais, que manifestam a possível criação de rotinas organizacionais e institucionalização do CTE como uma rede formal,

Um próximo passo seria refletir sobre a dinâmica resultante das interações entre as organizações, gerando um possível modelo de governança, que pode emergir de forma não intencional, ou ser formulado de maneira “top-down” pela alta hierarquia do complexo.

É interessante perceber, neste processo, que antes mesmo do “conceito” CTE ter se tornado público, já ocorriam articulações entre duas ou mais organizações do campus, conotando que o lançamento do complexo já ocorre num cenário de cooperação concreta, pautada pelo compartilhamento de ações e recursos.

O que foi apresentado nesse artigo são dados parciais de uma pesquisa que continua ainda em execução, para complementar os dados documentais aqui apresentados serão realizadas entrevistas com colaboradores do CTE, em busca de uma compreensão mais apurada sobre aspectos institucionais e de interdependência, buscando, se possível, captar as assimetrias e equilíbrios internos da rede.

## REFERÊNCIAS

AGRANOFF, Robert; McGUIRE, Michael. **Big questions in public network management research**. *Journal of Public Administration Research and Theory* 11, 3, 295–326, 2001.

ALDRICH, H. E.; PFEFFER, J. **Organizations and environments**. Ithaca: New York State School of Industrial and Labor Relations, Cornell University, 1976. ALDRICH, H. E. *Organizations and environments*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1979.

BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. R.; REYES JUNIOR, E. **O Campo de Estudo sobre Redes de Cooperação Interorganizacional no Brasil**. *RAC*, Curitiba, v. 14, n. 3. Mai./Jun. 2010.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CUNHA, R. C. **Perspectivas Teóricas de Análise das Relações Interorganizacionais**. Encontro de Estudos Organizacionais. 2002. Recife. PROPAD/UFPE: ANPAD 2002.

DiMAGGIO, P. J.; POWELL, W. **"The iron cage revisited" institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields**", *American Sociological Review*, 48, 147-60. 1983.

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, William D. **Governar em rede: o novo formato do setor público**. Brasília: ENAP, 2006.

GORDON, I.; LEWIS, J.; YOUNG, K. **Perspectives on policy analysis**. *Public Administration Bulletin*, n. 25, p. 125-137, 1977.

HAM, C.; HILL, M. **The policy process in the modern capitalist state**. Londres, RU: Harvester Wheatsheaf, 1993.

HATCH, M. J. **Organization theory : modern symbolic and postmodern perspectives**. Lavoisier. 1997.

JONES, C. **Introduction to the study of public policy**. Belmont, CA:Wadsworth, 1970.

LEITE, J. **A Coordenação na Implementação Interorganizacional de Políticas: elementos para um referencial analítico**, Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Ano de obtenção: 2011.

LYNN, L. E. **Designing public policy: a casebook on the role of policy analysis**. Santa Monica, EUA: Goodyear, 1980

MEAD, L. M. **Public policy: vision, potential, limits**. *Policy Currents*, nº 5, 1-4, 1995.

MENY, I.; THOENIG, J. C. **Las políticas públicas**. Barcelona: Ariel, 1992.

OLIVER, A. L.; EBERS, M. **Networking Network Studies: An Analysis of Conceptual Configurations in the Study of Inter-organizational Relationships**. *Organization Studies*, Vol. 19, No. 4, 549-583. 1998.

PARSONS, W. **Políticas públicas: una introducción a la teoría y la práctica del análisis de políticas públicas**. México, D.F.: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales e Miño y Dávila Editores, 2007.

Portal CNRTA disponível em <<http://www.cti.gov.br/cnrta>> consultado em 21 de setembro de 2016

Portal CTI Renato Archer disponível em <<http://www.cti.gov.br/cte>> consultado em 20 de novembro de 2016

Portal Facti disponível em <<http://www.facti.com.br>> consultado em 21 de setembro de 2016

Portal Governo Federal disponível em <<http://www.brasil.gov.br/>> consultado em 21 de setembro de 2016

PROVAN, K.; KENIS, P. **Modes of Network Governance: structure, management and effectiveness**. *Journal of Public Administration Research and Theory*. Agosto/2007.

RAVERE, Mario. **Redesensalud: unnuevoparadigma para el abordagem de los organizaciones e la comunidad.** Secretaria de Saúde Municipal de Rosario. 1998

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos/** Leonardo Secchi. – 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013

SERAFIM, M. P. ; DIAS, R. B. **Análise de Política: uma revisão da literatura. Cadernos Gestão Social** , v. 3, p. 121-134, 2012.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura.** Sociologias (UFRGS), Porto Alegre, v. 8, n.16, p. 20-45, 2006.

## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO GOVERNAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOB A PERSPECTIVA DA AÇÃO PÚBLICA

**BARROS, Cristiana Ramalho**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI/UnB)  
*ramalhocristiana@gmail.com*

**LARANJA, Lara Silva**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI/UnB)  
*laralaranja@gmail.com*

**MELO, Pedro Artur Cruz de**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI/UnB)  
*pedroartur@gmail.com*

### RESUMO

A importância da ciência, tecnologia e inovação é ressaltada quando se compara a trajetória de desenvolvimento dos diferentes Estados. Por outro lado, ao se admitir a centralidade das políticas científicas, tecnológicas e de inovação no desenvolvimento das economias mundiais, observações empíricas demonstram que essas variáveis não agiram de forma equânime no processo de crescimento e desenvolvimento das sociedades ao redor do mundo, tendo em vista que cada país ou região apresenta especificidades na esfera econômica, política, social e institucional que, de maneira direta ou indireta, interferem nas ações dos agentes públicos e privados, bem como nos resultados das ações implementadas. O que se busca compreender, assim, é como a tecnologia e a inovação, operacionalizados como instrumentos de gestão e consolidados através de políticas públicas, podem contribuir para o desenvolvimento e, dentro do contexto brasileiro, quais os desdobramentos do investimento em ciência, tecnologia e inovação para a sociedade, ressaltando a importância do pensamento pós-colonial e decolonial no pensar desenvolvimento e tendo como base a teoria da ação pública de Lascoumes e Le Galès.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ciência, Tecnologia e Inovação; Instrumentos de gestão; Ação Pública.

### ABSTRACT

The importance of science, technology and innovation is highlighted when comparing the trajectory of development of different States. On the other hand, by admitting the centrality of science, technology and innovation policies un the development of world economies, empirical observations show that these variables did not act in equitable way in the process of growth and development of societies around the globe, once each country or region has specificities in the economic, political, social and institutional sphere that directly or indirectly interfere with the actions of public and private agents, as well as on the results of the implemented actions. What is sought to understand, therefore, is how technology and innovation, operationalized as management tools and

consolidated through public policies, can contribute to the development and, within the Brazilian context, what are the ramifications of investment in science, technology and innovation for society, highlighting the importance of postcolonial and decolonial thinking in understanding development and based on the public action theory created by Lascoumes and Le Galès.

Key Words: Science, technology and Innovation; Management Tools; Public action.

## INTRODUÇÃO

As intensas transformações tecnológicas que ocorreram especialmente após a Segunda Revolução Industrial, e as crescentes demandas das sociedades modernas, tornaram mais complexa a análise do funcionamento das economias. Como fatores políticos, sociais e institucionais interagem para construir modelos sustentáveis de desenvolvimento, e como são capazes de moldar as diretrizes das políticas públicas no século XXI renovam o debate sobre os mecanismos de implantação das ações governamentais. Nesse contexto, de busca por explicações para a trajetória de sucesso de alguns países em detrimento de outros, destaca-se a importância da tecnologia e da inovação na formulação das estratégias de desenvolvimento para o longo prazo, ressaltando-se como essas variáveis tiveram um caráter central no processo de maturação das economias denominadas desenvolvidas.

Por outro lado, ao se admitir a centralidade das políticas científicas, tecnológicas e de inovação no desenvolvimento das economias mundiais, observações empíricas demonstram que essas variáveis não agiram de forma equânime no processo de crescimento e desenvolvimento das sociedades ao redor do mundo, tendo em vista que cada país ou região apresenta especificidades na esfera econômica, política, social e institucional que, de maneira direta ou indireta, interferem nas ações dos agentes públicos e privados, bem como nos resultados das ações implementadas.

Nesse contexto, destaca-se a relevância dos instrumentos utilizados pelos agentes públicos e privados no processo de formulação e execução das políticas públicas, bem como na análise dos objetivos pretendidos e dos resultados esperados a partir da implementação de uma determinada política pública. Cabe destacar ainda que o presente trabalho considera que a inovação sob a perspectiva apenas tecnológica e econômica não responde às questões relativas às divergências entre desenvolvimento, crescimento e desigualdade.

O que se busca compreender, assim, é como a tecnologia e a inovação, operacionalizados como instrumentos de gestão e consolidados através de políticas públicas, podem contribuir para o desenvolvimento e, dentro do contexto brasileiro, quais os desdobramentos do investimento em ciência, tecnologia e inovação para a sociedade.

Diante disso, o presente trabalho visa uma análise de como a inovação denota as estratégias de desenvolvimento adotadas para a construção de um modelo sustentável na esfera social, política e econômica e como os instrumentos de gestão atuam no processo de consolidação das políticas públicas, destacando-se a relevância da integração dos agentes públicos e privados que participam da formulação e execução das políticas.

O presente trabalho utiliza, na análise da relação entre políticas públicas adotadas e as estratégias de desenvolvimento e o papel da tecnologia nesse contexto, a perspectiva da teoria da ação pública de Lascoumes e Le Galès (2012), bem como a explanação da noção de desenvolvimento que os presentes autores coadunam a partir dos diferentes modelos e das diferentes teorias elaboradas no curso da história.

Diante disso, busca-se apresentar políticas públicas que se revestem de caráter inovador e que atuaram de forma positiva na promoção do desenvolvimento e na redução das desigualdades por meio da introdução de novas técnicas, tecnologias e instrumentos. Nesse sentido cabe mencionar que o objetivo da pesquisa não é analisar o resultado de políticas e programas específicos, mas verificar o comportamento dos agentes no processo elaboração e execução das ações governamentais, mas também como os instrumentos utilizados na implantação das políticas são capazes de revelar as diretrizes de estratégias de desenvolvimento dos países.

## 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente trabalho utiliza a perspectiva da ação pública de Lascoumes e Le Galès (2012) na análise da transformação de um problema em política pública, mas também para verificar como instrumentos utilizados para implementação das ações governamentais interferem nos resultados das políticas. Sob essa perspectiva, os instrumentos de implantação de uma determinada política pública refletem escolhas dos agentes e o comportamento dos mesmos no processo de formulação, execução e avaliação dos resultados pretendidos e os que foram efetivamente alcançados. A fundamentação elaborada sobre os instrumentos de gestão também parte da avaliação das obras dos autores franceses supracitados.

Partindo de observações empíricas pode admitir que o desenvolvimento ocorre de forma desigual nas diversas partes do mundo. No caso latino-americano, a contribuição dos estudos desenvolvidos pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi importante para a consolidação de uma corrente de pensamento denominada estruturalismo, cujas ideias posteriormente culminaram no pensamento neoestruturalista. As duas correntes de pensamento concentram a análise nas especificidades das economias latino-americanas a fim de compreender os fenômenos associados aos entraves para o desenvolvimento das economias da região.

O pensamento estruturalista fundamenta-se a partir do binômio centro-periferia, a partir de estudos comparativos entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Em contrapartida, as ideias neoestruturalistas, que surgem no final dos anos 1980 e 1990, buscam adaptar-se ao cenário político e econômico de intensa abertura comercial e de consolidação do processo de globalização. Nesse cenário, os neoestruturalistas defendem a importância do progresso técnico e das condições sociais e institucionais das economias locais para a construção de um modelo sustentável de desenvolvimento que não seja apenas uma réplica dos modelos implementados nos países centrais.

Cabe destacar que sob a ótica cepalina observa-se uma forte influência da visão schumpeteriana de tecnologia e inovação. Nesse sentido, admite-se uma relação causal direta entre investimentos em ciência e tecnologia, admitindo-se ainda que o processo inovativo seria consequência de inovações tecnológicas, as quais seriam capazes de se traduzir em crescimento econômico e, como consequência, na superação do

subdesenvolvimento. No entanto, o processo de industrialização das economias latino-americanas, com ênfase para o caso brasileiro, revela que apenas a transformação de uma economia predominantemente agrária em uma economia industrial não é capaz de responder às divergências existentes entre as economias periféricas e centrais, mas também de atender as demandas da sociedade no que se refere à equidade e à sustentabilidade.

Os conceitos de desenvolvimento que serão elaborados, utilizar-se-ão teorias clássicas e contemporâneas que abordam a temática. A perspectiva decolonial também ganha destaque nesta parte. Acredita-se que desde o processo de elaboração de uma política até a sua avaliação, os aspectos endógenos são de suma importância, assim como a comunicação democrática no processo, ressaltando que nosso escopo de análise tem como norte a questão da sustentabilidade, no qual o saber local tem um papel preponderante na formulação e desenvolvimento dos instrumentos de gestão.

Far-se-á, também, um breve relato de políticas de sucesso que permeiam a temática. Um exemplo a ser desenvolvido na versão final do trabalho é o Programa LUZ PARA TODOS, que foi elaborado para fornecer energia elétrica a uma parcela da população que vive no meio rural e que não possuía acesso a este serviço público. No mesmo sentido, traz-se a experiência da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que inova no campo de pesquisa, corroborando para criação de novas tecnologias nacionais a serem aplicadas nas economias rurais.

## **2 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO COMO INSTRUMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO: O PAPEL DO SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO BRASILEIRO**

Os desafios impostos ao processo de desenvolvimento das economias latino americanas são amplos e permeiam a análise do comportamento de variáveis que atuam no funcionamento de diversos setores da economia, bem como na organização política, social e institucional dos países da região, a fim de compreender como determinados fatores influenciam positivamente ou negativamente o desenvolvimento.

A velocidade das transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas ocorridas desde o século XIX torna mais complexa a tarefa de compreender porque certos países do mundo estão entre as economias denominadas desenvolvidas e porque outros perpetuam certas características que fazem com que sejam considerados economias subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, a exemplo dos países latino-americanos.

Dessa forma, a intensidade dessas transformações e acontecimentos históricos que acarretaram significativas mudanças na estrutura produtiva, mas também na organização social e econômica dos países torna necessário o entendimento da importância de certas variáveis para a construção de modelos de crescimento e desenvolvimento. Nesse contexto, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia passa a desempenhar um papel crucial na busca para explicação do crescimento e domínio econômico de certas economias, denominadas centrais, sobre países denominados periféricos.



Pode-se dizer que há um consenso sobre a relação da ciência e da tecnologia com o processo de desenvolvimento dos países, no entanto a lógica de construção dessa relação interfere na consolidação do progresso técnico e científico, e na estruturação dos modos de produção e no processo de acumulação das economias capitalistas.

Alguns estudiosos da CEPAL enfatizaram a importância das especificidades nacionais ao analisem as estratégias de desenvolvimento dos países da região como uma reprodução dos modelos de desenvolvimento adotados pelas economias centrais. Chama a atenção de alguns pensadores, a exemplo de Prebisch (2000) e Fajnzylber (2000) porque mesmo seguindo modelos econômicos alinhados aos países centrais as economias latino americanas apresentam distorções na organização produtiva que se refletem na produtividade, na competitividade, na empregabilidade e na estrutura social desses países.

Diante disso, Fajnzylber (2000) destaca a importância do que definiu como núcleo endógeno, que consistiria na consolidação de setores de dinamismo tecnológico que devem considerar as potencialidades locais como mecanismos de sustentação das economias, cabendo destacar que essas potencialidades englobam fatores relativos à esfera econômica, mas não se deve desprezar a organização social, política e institucional para a construção de um modelo de desenvolvimento nacional. O referido autor enfatiza ainda que o progresso técnico atua como elemento capaz de definir a capacidade de sustentação do crescimento das economias latino americanas, e de que forma esse progresso se propaga pela sociedade a fim de garantir a sustentabilidade desse crescimento para o longo prazo.

Para Fajnzylber (2000) a experiência regional e nacional sugere que para se atingir os objetivos gerais do desenvolvimento deve-se avançar rumo a articulação econômica social interna e uma sólida participação na economia internacional, destacando a importância do progresso técnico para incorporar e difundir o crescimento nos setores relacionados ao mercado interno e como instrumento de inserção internacional.

Considerando as especificidades e as potencialidades das economias latino-americanas, em especial do Brasil que é o objeto de análise desse trabalho, destaca-se a importância da ciência, da tecnologia e da inovação para o enfrentamento dos desafios que se apresentam para que o país disponha de uma estruturação econômica, social e institucional que consolide um modelo de desenvolvimento de longo prazo.

Dessa forma, busca-se uma abordagem sistêmica das políticas das políticas de ciência, tecnologia e inovação, na qual se considera que os agentes, públicos e privados, e as diversas instituições atuam de conjuntamente na disseminação e na consolidação da inovação dentro de uma economia, introduzindo-se o conceito de sistema nacional de inovação.

Para Cassiolato e Lastres (2005)

O “sistema de inovação” é conceituado como um conjunto de instituições distintas que contribuem para o desenvolvimento da capacidade de inovação e aprendizado de um país, setor, região ou localidade – e também o afetam. Constituem-se de elementos e relações que interagem na produção, difusão e uso do conhecimento. A idéia básica do conceito de sistemas de inovação é que o desempenho inovativo depende não apenas do desempenho de empresas e

organizações de ensino e pesquisa, mas também de como elas interagem entre si e com vários outros atores, e como as instituições – inclusive as políticas – afetam o desenvolvimento dos sistemas.

Para Mazzucato e Penna (2016) as políticas de inovação desempenham um papel crucial em um contexto no qual se deve buscar um crescimento sustentável e inclusivo, cabendo ao Estado desenvolver ações que estejam além da perspectiva de atuar em setores nos quais o mercado não seja capaz de atender às demandas da sociedade.

Dessa forma, deve-se buscar uma maior interação entre os diversos agentes públicos e privados a fim de fortalecer o Sistema Nacional de Inovação brasileiro e, como consequência, permitir que as políticas de ciência e tecnologia, bem como as estratégias pensadas para o desenvolvimento sejam capazes de se traduzir em conhecimento e inovação.

Analisar as teorias de políticas públicas através de uma ótica pós e decolonial para se entender o redimensionamento do papel no Estado e das ideias de desenvolvimento parte de um mesmo pressuposto: é necessário compreender e aplicar os saberes locais para ações voltadas para os locais.

A política pública através da instrumentalização não deve rejeitar aspectos inerentes à localidade ou região em que é executada. Elementos históricos, sociais, econômicos e culturais são de suma importância na construção, na execução e na avaliação da ação pública.

O grande problema que aqui já é levantado é que as atuais formas de se pensar políticas públicas partem geralmente de modelos já executados nos países do Norte, considerando as especificidades de seu lugar de origem, e não em seu local de implementação.

Aqui se apontam os grandes resquícios da colonização, mesmo após décadas da desocupação do território físico, no pensamento do Sul, especialmente na América Latina e na África.

A esta filosofía de carácter colonizador, se contrapone la filosofía colonizada, aquella donde el trabajo filosófico se reduce a hacer hermenéutica de obras ajenas (SANTOS, 2010). En esta lógica, podríamos afirmar que las políticas públicas siguen un camino similar, considerando que el Estado moderno, impulsor y creador de las mismas, se construye teniendo como referente central el modelo europeo (LECHAPTOIS, 2014, p. 89).

A verdade é que não existe desenvolvimento desassociado da cultura de um povo. O sucesso do desenvolvimento, assim, das políticas públicas executadas, depende, necessariamente, do elemento cultural. É ele que vai influenciar como a participação das pessoas nas atividades políticas se dá e que tipos de associações sociais vão existir (OLASUKANMI, 2011).

Nos estudos que envolvam pesquisadores do Sul, latino-americanos e africanos, existe um grande “complexo de vira-lata”. Há uma tendência de se desconsiderar os pensadores locais prevalecendo a ótica colonizadora estadunidense e europeia. “Falando sem rodeio, há que dizer que os acadêmicos africanos têm participado, até agora, numa discussão vertical com os seus parceiros ocidentais, ao invés de entabularem discussões

horizontais com outros acadêmicos africanos” (HOUNTONDJI, 2008, p. 157). Se isso se aplica ao campo das ciências sociais, tal aspecto é refletido na formulação das políticas públicas, principalmente aquelas que envolvem Ciência, Tecnologia e Inovação.

Ao tratar sobre o contexto latino-americano, a professora Francisca Lechaptois (2014) aborda a possibilidade de se falar em políticas públicas colonizadoras se se entende que as ações públicas implementadas no continente sustentam a visão histórica de desenvolvimento como “horizonte normativo”, acompanhado de uma filosofia colonizadora existente desde os tempos de colonização e conquista do território e que se perpetua até o Estado Moderno.

Porém, a importância que tinha a visão tradicional sobre o papel do Estado e da formulação de políticas públicas vem perdendo força, principalmente no âmbito acadêmico. “Como tal, a Europa já não é o centro do mundo. A sua soberania tornou-se ancilar. O mundo contemporâneo é definitivamente heterogêneo, ou seja, constituído por uma multiplicidade de enredos governados pela lógica dúplice do entrelaçamento e do desprendimento” (MBEMBE, 2014, p. 72).

A ruptura com as ideias e os conceitos clássicos referente às políticas públicas não reflete, não coloca, a colonização como único fator causador das mazelas modernas e obstáculos para o desenvolvimento. Porém, é um convite para que o Estado comece a pensar em si e na sua população de uma maneira diversa do ponto de vista tradicional e que não é eficiente. Cabe ressaltar que este pensamento não deve ser direcionado a uma busca de retorno às raízes originárias pré-coloniais do Estado em questão. Tal tentativa se mostrará frustrada todas as vezes que for tentada, pois a experiência colonial introduziu elementos que não podem ser simplesmente suprimidos. Assumindo plenamente a experiência colonial, compreendendo as implicações que ela trouxe à sociedade é que será possível identificar o que precisa ser corrigido para que as políticas pensadas se adequem as especificidades locais.

É impossível negar que existem fatores que advêm do colonialismo. Exploração, discriminação de raça, gênero e sexualidade são elementos que vieram juntos com o “pacote” econômico do sistema mundo capitalista vigente (GROSGUÉL, 2008). Ademais, a imposição da vontade dos povos colonizadores sob seus colonizados e da reprodução de seus costumes alterou a forma com que a sociedade se relaciona entre si e, posteriormente, com o Estado.

Por mais óbvio que pareça, ainda assim necessário, constata-se que a adoção de um paradigma decolonial resultará em choques com o paradigma vigente. Ao dar voz aos “colonos”, ou seja, ao levar em consideração a visão destes indivíduos ao se pensar os problemas que um Estado deve enfrentar, características essenciais veladas (outras nem tantas) do modelo vigente passam a ser claramente evidenciadas. As hierarquias de valor estipuladas herdadas e ainda hegemônicas ganham uma visibilidade que não permite mais passar despercebida.

Estas características precisam ser colocadas em discussão pelos formuladores de políticas públicas. São eles: 1) A formação de classes de âmbito global que irão coexistir e ser organizadas pelo capital visando, sempre, o lucro; 2) Divisão internacional do trabalho em centro e periferia, em que o capital organizava o trabalho na periferia de acordo com formas autoritárias e coercivas; 3) Um sistema interestatal de organizações

políticos-militares controladas por homens europeus e institucionalizadas em administrações coloniais; 4) uma hierarquia étnico-racial global que privilegia os povos europeus relativamente aos não europeus; 5) uma hierarquia que privilegia os homens em relação às mulheres; 6) uma hierarquia sexual que privilegia os heterossexuais e o patriarcado europeu relativamente a outros tipos de relações entre os sexos; 7) uma hierarquia espiritual que privilegia os cristãos relativamente às espiritualidades não cristãs; 8) uma hierarquia epistêmica que privilegia a cosmologia e o conhecimento ocidental relativamente ao conhecimento e às cosmologias não ocidentais; 9) uma hierarquia linguística entre as línguas europeias e não europeias que privilegia a comunicação e a produção de conhecimento e de teorias por parte das primeiras, e que subalterniza as últimas, exclusivamente, como produtoras de folclore ou cultura, mas não de conhecimento/teoria (GROSFOGUEL, 2008. P.123).

É fato que *policy makers* estão cada vez mais incorporando o elemento cultural em seus discursos sobre desenvolvimento. Está sendo reconhecido que normas culturais e sociais influenciam nas escolhas e nas atitudes das pessoas. Existe uma forte relação entre a cultura e a perspectiva de vida de um povo (OLASUKANMI, 2011).

Pensar a mudança das políticas públicas por seus instrumentos é efetivo pois é mais fácil, prático e eficiente que os autores alterarem os seus meios que seus objetivos. A reconfiguração do Estado e do ideário de desenvolvimento, alheia à ideia que desenvolvimento e crescimento econômico são sinônimos, passa pelo repensar crítico da ação pública, desde sua formulação até a sua avaliação.

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

A utilização do conceito de ação pública é de fundamental importância na análise das políticas públicas nas sociedades modernas, pois enfatiza a relação entre os atores de diferentes setores, públicos e privados, e como a política, por meio dos instrumentos, pode se tornar de fato efetiva ou não. Destaca-se que sob a perspectiva da ação pública a análise das políticas deve-se resumir ao processo de formulação e avaliação de resultados. O processo decisório, como um problema de torna público, as escolhas dos agentes, fatores sócias, institucionais e políticos interferem nas políticas governamentais demonstrando que os instrumentos de escolha e gestão não são neutros.

A “importação” e a mera replicação de políticas formuladas e adotadas nos países centrais não se mostram uma solução para alavancar o almejado desenvolvimento em outros países, como é possível perceber no caso brasileiro. Dessa forma, ao se buscar uma determinada política que atinja os objetivos pretendidos e traga os resultados, resta aos formuladores e àqueles que pensam políticas de incentivo a inovação se lançarem à tarefa árdua de encarar o desafio de fazer uma política que se enquadre à realidade local.

Diante dos conceitos apresentados e das análises realizadas, a inovação presente nos instrumentos de gestão se apresentam de forma favorável e fundamental para o sucesso da criação de políticas que possam promover a redução das desigualdades e do desenvolvimento além da sua faceta econômica, tendo, como condição *sine qua non*, o viés democrático. Nesse sentido, criaram-se tecnologias sociais, uma vez que a inovação resultou em melhorias para a condição social da população.

Partindo da análise o documento *The Brazilian Innovation System: A mission-Oriented Policy Proposal* produzido pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), destacar-se-á pontos positivos e negativos do sistema de inovação brasileiro pertinentes ao escopo que este artigo se propõe analisar e que mapeiam os entraves que precisam ser superados.

Como pontos positivos podemos ressaltar: (i) a presença de todos os elementos de um sistema de inovação desenvolvido (isto é, instituições chaves no sistema de educação e pesquisa, no sistema de produção e inovação, no sistema de financiamento público e no sistema de regulação); (ii) um aparato estatal de agências devotadas a promoção e execução de ciência, tecnologia e políticas inovativas; (iii) a existência de financiamento de longo prazo por parte de bancos públicos como o BNDES e agências de inovação como a FINEP; (iv) um forte mercado interno de consumo de massa, resultado das políticas sociais inclusivas; (v) Financiamento público em P&D.

Como pontos negativos, ressaltamos: (i) falta de uma agenda estratégica consistente de longo prazo que dê coerência às políticas públicas realizadas por diferentes instituições e dê um norte para a pesquisa científica tanto também para o esforço privado em inovação; (ii) ineficiências no sistema de política e regulação que se traduz em sobreposição de responsabilidades, a competição para e uso não estratégico dos recursos, descontinuidade de investimentos e programas, excessiva burocracia, e controle (auditoria) de políticas de inovação; (iii) é constantemente afetado negativamente pelas políticas implícitas representadas pela agenda macroeconômica (CGEE, 2016 p.93-94).

## CONCLUSÕES

Diante das análises feitas, ressaltando-se que a pesquisa se caracteriza como um estudo qualitativo de caráter descritivo e ainda se encontra em curso, percebe-se uma estreita relação entre inovação, tecnologia e desenvolvimento. Por outro lado, essa relação não deve ser tratada de forma linear, o que significaria admitir que políticas científicas e tecnológicas automaticamente se traduzem em inovação e conhecimento e, como consequência, em avanços para os diversos setores da sociedade.

Por tudo isso, destaca-se a importância de se pensar inovação e tecnologia na construção de instrumentos de gestão a fim de promover a articulação dos agentes e fatores no que se refere à questão da sustentabilidade e da consideração de aspectos locais na formulação e implementação de políticas que não sejam apenas resultado de práticas impostas pelos países centrais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁRCENA, A.; PRADO, A. (Orgs). (2015) **Neoestructuralismo y corrientes heterodoxas en América Latina y el Caribe a inicios del siglo XXI**. Chile: CEPAL.

CGEE. *The Brazilian Innovation System: A Mission-Oriented Policy Proposal*. Avaliação de Programas em CT&I. Apoio ao Programa Nacional de Ciência (Plataformas de conhecimento). Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2016.

DAGNINO, Renato; THOMAS, Hernan. *Planejamento e Políticas Públicas de Inovação: Em direção a um marco de referência latino-americano*. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, nº 23, 2001.

FAJNZYLBBER, F. **A industrialização na América Latina: da “caixa preta” ao “conjunto vazio”**. Em: BIELSCHOWSKY, R. (Org). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. São Paulo, Ed. Record, 2000.

GROSGOUEL, R. . Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Lisboa, Março 2008: 115-147

HOUNTONDI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80. Março, 2008: 149-160.

LASCOURMES, Pierre; Le Galès, Patrick. **A ação pública abordada pelos seus instrumentos**. *Revista da Pós em Ciências Sociais*, v.9, n.18, p. 19-44, 2012.

\_\_\_\_\_. **Sociologia da Ação Pública**. Maceió: EDUFAL, 2012.

LECHAPTOIS, Francisca Gómez. Trabajo Social, descolonización de las políticas públicas y saberes no hegemónicos. IN. R. *Katál., Florianópolis*, v. 17, n. 1, p. 87-94, jan./jun. 2014.

LÚCIO, M. L.; DAROIT, D. ; BESSA, L. F. M.; MADURO- ABREU, A. Sentidos e Significados de se Planejar Estrategicamente nas Organizações Públicas - Planejamento Estratégico Sociotécnico (PLANES): análise de uma experiência. *NAU Social*, v. 5, p. 151-160, 2014.

MBEMBE, Achille. *Sair da Grande Noite. Ensaios sobre a África descolonizada*. Luanda/Lisboa, Mulemba/Pedago, 2014.

NELSON, R.; WINTER, S. **Uma Teoria Evolucionária da Mudança Econômica**. Ed. Unicamp, Campinas/SP, 2005.

NELSON, R. **As Fontes do Crescimento Econômico**. Ed. UNICAMP, Campinas/SP, 2006

OLASUNKANMI, Aborisade. Development in Africa: the need for a culture-sensitive approach. *Journal of Sociology and Social Anthropology*, v.2, n.2, p.97-101, 2011. Disponível em: <http://www.krepublishers.com/02-Journals/JSSA/JSSA-02-0-000-11-Web/JSSA-02-2-000-11-Abst-PDF/JSSA-02-2-097-11-031-Olasunkanmi-A/JSSA-02-2-097-11-031-Olasunkanmi-A-Tt.pdf> . Acesso em 22/07/2016.

RODRIGUEZ, Octavio. **O Estruturalismo Latino-americano**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

SITOE, Almeida A.; GUEDES, Bernard S.; SITOE, Sílvia N. D. Maússe. Avaliação dos modelos de manejo comunitário de recursos naturais em Moçambique. Ministério da Agricultura. Direcção nacional de terras e florestas. Food and Agricultural Organization of the United Nations. Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Universidade Eduardo Modlane C.P. 257: Maputo, Moçambique, 2007. Disponível em: <http://www.cgcmc.gov.mz/attachments/article/93/Avaliacao%20dos%20modelos%20de%20manejo%20comunitario%20em%20Mo%C3%A7ambique%20-%20Final.pdf>. Acesso em 22/07/2016.

## ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR E HOSPITALAR: PRÁTICA DOCENTE E POLÍTICA PÚBLICA.

**SILVA, Ana Lucas da**

Pedagoga Prof. Itinerante do Atendimento Pedagógico Domiciliar SEMECT/Belford Roxo, Pós-Graduação em Psicomotricidade/UCAM/Rio de Janeiro  
analucassilva@hotmail.com

**DIAS JR, Enio**

Mestre em Ciência da Motricidade Humana na UCB/RJ / SEMECT/Belford Roxo, Movimento Uniforme/INT e SME/ Rio de Janeiro  
eniodiasjr@gmail.com

**SILVA, Celia Domingues da**

Coordenadora do Setor de Educação Especial e Inclusão / SEMECT/Belford Roxo, Pós-Graduação em Educação Especial. FEUDUC/ Rio de Janeiro  
celiafono2007@yaool.com

### RESUMO:

Este artigo tem como o objetivo suscitar o olhar acerca da Implementação, Prática Docente e Política Públicas no que tange a modalidade de ensino de Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD) e hospitalar, no Município de Belford Roxo, Estado do Rio de Janeiro. Este atendimento se traduz de acordo com o MEC (2002), tendo em vista o Apd, como princípio fundamental, atender alunos da rede de ensino básico, que apresentam problemas e saúde e encontram-se fora do ambiente escolar. Sobre esse argumento e teor legal, essa nova modalidade, ainda não alerta a sociedade da carência e valor, contudo esse serviço de acordo com suas bases legais contribui para o cumprimento e garantia desse direito. No que tange a prática docente, embora o Apd esteja em processo de implementação já contempla dois alunos mas observa a notória necessidade de uma estrutura operacional que e solidifique o Apd em toda sua interface.

Palavras-chave: Atendimento Pedagógico Domiciliar. Políticas Públicas, implementação.

### ABSTRACT

This article has as its objective to raise the perspective about Public Teaching and Policy Practice in the area of Pedagogical Home Care (APD) and hospital, in the Municipality of Belford Roxo, State of Rio de Janeiro. This service is translated according to the MEC (2002), in view of the Apd, as a fundamental principle, to attend students of the basic education system, who present problems and health and are outside the school environment. Regarding this argument and legal content, this new modality does not yet alert society to the lack and value, yet this service according to its legal bases contributes to the fulfillment and guarantee of this direct. Regarding teaching practice, although Apd is in the process of implementation already contemplates two students but notes the notorious need for an operational structure that solidifies Apd throughout its interface.

Keywords: Pedagogical Home Care. Public Policies, implementation.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma revisão bibliográfica da temática e experiência da prática docente de profissional de educação de município da baixada fluminense na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, para alunos com problemas de saúde fora do ambiente escolar. Atendendo a uma demanda de responsáveis que buscavam nesta secretaria um atendimento educacional para crianças e adolescentes que estão envoltos por este problema.

Há uma grande preocupação no Brasil com esses alunos, sendo inclusive objeto de pesquisa, como pode ser observados em publicações do Ministério da Educação, dissertação de mestrado, de artigos científicos e seminários acerca do assunto tais como: Brasil (2002), Souza (2015), Ribeiro e Paula (2012), Silva, Pacheco e Pinheiro (2014), Rolim e Góes (2009).

De acordo com as políticas públicas de educação brasileira, as crianças e adolescentes fora da escola por problemas de saúde estão amparados desde a promulgação do Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969 no artigo 1º que assegura o direito dessas pessoas:

Art 1º São considerados merecedores de tratamento excepcional os alunos de qualquer nível de ensino, **portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados** por: a) incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares; desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes; b) **ocorrência isolada ou esporádica;** (BRASIL, 1969, GRIFO NOSSO).

A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto, seção I da Educação, no Art. 205 de forma ampla reafirma o direito dessas pessoas, onde se lê:

[...] a **educação é direito de todos e dever do Estado e da família**, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, GRIFO NOSSO).

As Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394, de 20 dezembro de 1996 complementa o texto da Constituição com relação a crianças e adolescentes com necessidades especiais no artigo Art. 58º, § 2º:

O atendimento educacional será feito em **classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.** (BRASIL, 1996, GRIFO NOSSO).

Contudo, uma parte, essencial, do Art. 53, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, onde se lê que: "A criança e o adolescente têm direito à educação [...]", o corrobora para reafirmar as leis anteriormente comentadas acerca do direito de todas as pessoas com problemas de saúde fora da escola, seja por meio da modalidade de atendimento domiciliar ou hospitalar.



Nesse sentido, pode-se observar o que as pessoas com problemas de saúde fora da escola têm seus direitos educacionais garantidos por leis em todas as esferas de governo. Todavia, as modalidades de educação APD e Hospitalar ainda não foram organizadas de forma a atender as demandas, visto que o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, o livro “Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações como forma de nortear o esta modalidade de ensino.” (BRASIL, 2002).

No que tange a questão de organização, os representantes do Ministério da Educação e Cultura (MEC) assim se manifesta no nesse livro:

Ministério da Educação resolveu elaborar um documento de estratégias e orientações que viessem promover a oferta do atendimento pedagógico em ambientes hospitalares e domiciliares de forma a assegurar o acesso à educação básica e à atenção às necessidades educacionais especiais, de modo a promover o desenvolvimento e contribuir para a construção do conhecimento desses educandos. (BRASIL, 2002).

O MEC ressalta nesse documento que:

O atendimento educacional hospitalar e o atendimento pedagógico domiciliar devem estar vinculados aos sistemas de educação como uma unidade de trabalho pedagógico das Secretarias Estaduais, do Distrito Federal e **Municipais de Educação**, como também às direções clínicas dos sistemas e serviços de saúde em que se localizam. **Compete às Secretarias de Educação**, atender à solicitação dos hospitais para o serviço de atendimento pedagógico hospitalar e domiciliar, a contratação e capacitação dos professores, a provisão de recursos financeiros e materiais para os referidos atendimentos. (BRASIL, 2002, GRIFO NOSSO).

Pelo discorrido, pode-se observar que as modalidades de APD e de Classe Hospitalar estão legitimados, no entanto, há a necessidade se de implementar estas modalidades no âmbito das redes públicas de educação.

Atentar, que o direito institucional do Atendimento Pedagógico Domiciliar e hospitalar requer adequações, urgentes, principalmente quando se trata da especificidade de cada Município.

No Município de Belford Roxo,(RJ) na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo (SEMECT), mais especificamente no setor de Educação Especial e Inclusão, observou a necessidade de desenvolver uma estrutura que visa viabilizar o APD/CH, onde tem recebido solicitações de pais de crianças com problemas de saúde.

O objetivo do Apd, também e contribuir para o acesso ao aprendizado, diminuir e/ou eliminar a evasão escolar, viabilizar e estimular o reingresso do aluno de acordo com suas condições de saúde a seu ambiente escolar de origem no ensino formal.

Embora existam documento como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o documento Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar, Estratégias e Orientações (2012).

E notória a necessidade de se aplicar efetivamente e legalmente as políticas pública no teor de seu rigor com forma de proporcionar e direcionar efetivamente o atendimento pedagógico domiciliar e hospitalar, enquanto democrático e inabalável.

## PRIMEIRA SOLICITAÇÃO DO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR/HOSPITALAR

Observamos que a primeira família que solicitou o Atendimento Pedagógico Domiciliar apresentou questões referentes ao caso da menor de seis anos de idade com seqüela de meningite tuberculose, da função renal e cirurgia de construção de quadril, a informando que por esse motivo de problemas de saúde a criança teve a mínima possibilidade de frequentar o ambiente escolar, e ainda segundo a família a o pouco contato educacional da criança tinha sido em instancia educacional de ensino particulares, no entanto, essa condição de saúde afastou de mensurar qualquer possibilidade por anos tendo a certeza que a criança jamais teria algum contato educacional, principalmente direito a rede municipal de ensino.

Frente a esse caso os profissionais se deparam com a falta de uma equipe multidisciplinar voltada, especificamente, para o atendimento pedagógico domiciliar e hospitalar, transporte, protocolos de atendimento e avaliação, princípios da Biótica, normas para matrícula do aluno na rede de Educação de Ensino de Belford Roxo, material didático, material para proteção dos alunos e professores no ambiente hospitalar, protocolos de atendimento pedagógico hospitalar e legislação própria destinada aos profissionais de educação que atuaram em ambientes insalubres como hospitais e/ou domiciliares em contato com alunos com problemas de saúde.

Embora existam documento como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o documento Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar, Estratégias e Orientações (2002), Ribeiro Carina e Paula (2012) que garantem a este atendimento ainda não possuímos devidamente incorporados nas políticas públicas Estaduais e Municipais.

A definição e implementação de procedimento de coordenação, avaliação e controle educacional devem ocorrer na perspectiva do aprimoramento da qualidade do processo pedagógico. Compete às Secretarias de Estaduais e Municipais de Educação, e do Distrito Federal, o acompanhamento das classes hospitalares e atendimento pedagógico domiciliar.(MEC,2012,p.19)

Se faz necessário que os Municípios implementem o atendimento pedagógico domiciliar, com forma de assegurar o direito, a todo e aquele cidadão (aluno), que mesmo em condições “fragilidade” da saúde, tenha garantida sua inclusão, acerca atendimento pedagógico domiciliar e hospitalar, nesse contexto, oferecendo o atendimento sistemático e diferenciado no âmbito da Educação Básica. Desta forma o atendimento se destaca no ambiente hospitalar quando o aluno recebe as atividades educacionais pelo docente, no leito individualmente ou na classe hospitalar no coletivo, sempre de acordo com as condições clinicas em que o aluno se encontra, provisoriamente impossibilitado de frequentar a escola. No Atendimento Pedagógico Domiciliar, as condições que física que o domicilio oferece e combinados com a família que determinarão local e espaço para o atendimento. de neste contexto assegurar e garantir as potencialidades do aluno acerca do aluno direito educacional assegurado. Sendo assim contemplado, a partir de um laudo médico, acerca das suas condições saúde, para o atendimento, de forma preservando sua integridade e pleno direito educacional.

Ratifica – se o valor da implementação do APD, essencial em vista suprir as necessidades educacionais dessa demanda reprimida com o objetivo, propiciar o acesso educacional, a esses alunos que a curto ou longo prazo podem estar afastado do âmbito escolar, por motivo de problemas de saúde.

### **1. Descrição das etapas para o Atendimento Pedagógico Domiciliar e Hospitalar**

O Atendimento Pedagógico Domiciliar e Hospitalar, tem como objetivo contribuir para o acesso ao aprendizado, diminuir e/ou eliminar a evasão escolar, viabilizar e estimular o reingresso do aluno de acordo com suas condições de saúde a seu ambiente escolar de origem no ensino formal.

Embora existam documento como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o documento Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar, Estratégias e Orientações (2002), Ribeiro Carina e Paula (2012) que garantem a este atendimento ainda não possuímos devidamente incorporados nas políticas públicas Estaduais e Municipais.

É importante destacar que de acordo com os autores aqui mencionados, o objetivo do Atendimento Pedagógico Domiciliar e Hospitalar, não é se restringir, ao atendimento somente para crianças e adolescentes, que apresentam algum tipo de deficiência, mais sim para todos os alunos, que por algum problema de saúde, com laudo do médico, indicando mais de trinta dias afastado do ambiente escolar, por motivo de problemas de saúde, onde poderão receber o atendimento pedagógico domiciliar sem prejuízo para seu pleno desenvolvimento.

O primeiro objetivo que cumprimos para assegurar o direito ao atendimento, foi apresentar para família todos as bases legais que dão direito ao atendimento; Averiguar a o laudo do medico autorizando o Atendimento Pedagógico Domiciliar; Matrícula na Unidade Escolar Municipal; Levantamento do histórico da vida dessa aluna.

#### **1.1. As primeiras etapas para o desenvolvimento do APD/CH.**

As duas primeiras etapas dizem respeito ao desenvolvimento de uma estrutura no Setor de Educação Especial e Inclusão da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Turismo (SEMEST) de Belford Roxo. A primeira foi a pesquisa bibliográfica de produções científicas na base de dados eletrônica de publicações de órgãos federais, estaduais e municipais, dissertação de mestrado, de artigos científicos e seminários acerca do assunto, tais do Google Acadêmicos e Scielo, a fim de desenvolver a fundamentação teórica em bases científicas e legais.

#### **1.2. A segunda etapa – pesquisa de campo**

Na segunda etapa foi realizada uma pesquisa de campo exploratória nas cidades de Duque de Caxias e Rio de Janeiro para obter dados acerca do atendimento pedagógico domiciliar e hospitalar de crianças e adolescentes que estão fora do ambiente escolar por problemas de saúde, a fim de coletar dados de protocolos de atendimento nesta modalidade de ensino, da legislação de educação nas cidades e de gestão de pessoal acerca referentes a esta modalidade de ensino. A pesquisa foi realizada nos municípios de Duque de Caxias e Rio de Janeiro.

No que tange o município de Duque de Caxias, podemos observar :

A criação da CLASSE HOSPITALAR, em 2009, no Hospital Infantil Ismélia Silveira (sendo anexa a Escola Municipal Professor Álvaro Alberto) foi uma ação pioneira na rede.

O atendimento educacional a jovens e crianças hospitalizadas está assegurado pela Declaração da Criança e Adolescente Hospitalizadas: o direito da criança “des-frutar de alguma recreação, programas de educação para a saúde e acompanhamento do currículo escolar durante sua permanência no hospital”. (CNDCA, 1995)

Reconhecida pela legislação brasileira, a prática pedagógica na CLASSE HOSPITALAR exige do perfil do profissional uma formação especializada e compreensão com relação às peculiaridades vividas por cada aluno hospitalizado, sendo necessário um planejamento flexível com temas geradores e percursos individualizados.

A CLASSE HOSPITALAR funciona em parceria com o espaço da recreação do Hospital Ismélia da Silveira e parceria com o Núcleo de Educação Especial e Inclusiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que auxilia na formação colaborativa e participativa dos profissionais e oferece estagiários de iniciação à docência. FERNANDES. (2012,p.6).

No Município do Rio de Janeiro, visitamos o Instituto Municipal Helena Antipoff, onde a Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar é administrado pela coordenadora Karla Bastos, que nos referendou acerca, dos processos e mecanismo éticos, legais, educacionais e sociais que permeiam o Atendimento Pedagógico Domiciliar. Nesse contexto BARBOSA, destaca:

A ética adentra em todos os momentos do Atendimento Pedagógico Domiciliar: no planejamento prévio, nos materiais selecionados para ação exploratória do estudante, na higienização destes materiais ao retornarem do atendimento, e dentro da casa do estudante, estabelecendo uma postura profissional, mas acessível, respeitando as dificuldades observadas naquele contexto, promovendo através de atividades indiretas ou diretas melhora no ambiente percebido e na qualidade de vida dos moradores daquela respectiva casa.

### **1.3. A terceira etapa montar: estrutura para o Atendimento Pedagógico Domiciliar e Classe hospitalar.**

Compilar os dados obtidos nas etapas anteriores acerca da bibliografia, legislação e de protocolos para a criação e atualização de normas e legislação referentes ao Atendimento Pedagógico Domiciliar e da Classe Hospitalar na rede Municipal de Ensino de Belford Roxo; Criar um organograma da equipe para o atendimento na modalidade ensino de Atendimento Pedagógico Domiciliar e de Classe Hospitalar; Instituir o processo seletivo interno para professores com a finalidade de realizar os atendimentos de Atendimento Pedagógico Domiciliar e de Classe Hospitalar; Capacitar os professores selecionados com base no Desenvolvimento Humano, Bioética, Legislação específica e higienização; Agendar as avaliações dos alunos que aguardam atendimentos pedagógico e hospitalar com base na proposta apresentada no projeto; Matricular os alunos nas UE, observando o censo escolar;

Designar os professores para os atendimentos dos alunos nos âmbitos domiciliar e hospitalar; Efetivar os atendimento pedagógico domiciliar e hospitalar dos alunos;

## Metodologia

Para esta pesquisa de natureza aplicada, e sob o ponto de vista dos objetivos é exploratória, a metodologia foi dividida em três etapas para atingir o objetivo geral: Desenvolver uma estrutura no Setor de Educação Especial e Inclusão da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Turismo (SEMEST) de Belford Roxo que permita implementar o Atendimento Pedagógico Domiciliar e a Classe Hospitalar como meio de atender as carências educacionais de crianças e adolescentes com problemas de saúde que estão fora do ambiente escola neste Município.

O Atendimento Pedagógico domiciliar, tem importante parceria com o setor de transporte que foi crucial para viabilizar, o atendimento nas localidades de risco.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O APD é uma modalidade de ensino que assegura o direito educacional dos alunos da Educação Básica que estão impossibilitados de frequentarem o ambiente escolar por problemas de saúde. Através dos estudos, Políticas Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (2007), Pacheco e Pinheiro (2014) e Rolim e Góes (2009) reforçamos a ideia de que se o faz necessário efetivar o APD nos Municípios de maneira a assegurar plenamente o direito educacional das crianças e adolescentes com problema de saúde, fora do ambiente escolar.

A questão tratada implica em cotejar correntes do urbanismo, explicitando eventuais posições diferenciadas e indicando ao leitor quais são as contribuições específicas do presente estudo.

Também se aponta a perspectiva interdisciplinar, articulando contribuições de áreas distintas do conhecimento.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

O projeto encontra-se na fase de desenvolvimento da estruturação e no início da implementação, em que atualmente dois alunos encontram-se em atendimento domiciliar, onde seus problemas de saúde acerca dos casos leucemia e meningite tuberculosa grave, não impedem a garantia da continuidade do seu aprendizado e direito. Os pesquisadores encontram-se organizando protocolos de atendimento, registros de desenvolvimento dos alunos de atendimentos, fluxo do acompanhamento e redes interativas entre docentes do APD, das classes regulares e/ou especial e setores da secretaria de educação. Segundo Barbosa (2009) “[...] o APD contribui para a diminuição da distorção entre idade/ano escolar e reduz a evasão escolar de estudantes em estágio em tratamento de saúde[...]”.

A partir dessa modalidade de atendimento esta sendo possível contemplar dois alunos na modalidade de APD e transporte para os professores, contribuindo para diminuir a demanda reprimida de crianças e adolescentes fora do ambiente escolar com problemas de saúde. Bem como implantar os protocolos de atendimento, formação continuada dos profissionais envolvidos. Destaca-se também que o registro da prática docente vem configurando novos espaços na organização da política pública municipal, bem como na regulação da oferta desta modalidade de atendimento na rede escolar.

## Conclusões

Conclui-se que os resultados parciais atingidos já permitem contemplar dois alunos na modalidade de APD, no entanto o município ainda não disponibiliza uma Classe Hospitalar, o Atendimento Pedagógico Domiciliar ainda não contempla todas as suas necessidades de forma a garantir plenamente o direito humano e educacional do aluno, como forma de oferecer essa modalidade de ensino, objetivando a continuidade do processo escolar numa estreita relação entre APD/CH Logo nesse contexto, o objetivo do projeto é consolidar parcerias além do setor de transporte, setor da saúde, RH, entre outros, capacitar e selecionar professores concursados da área para os atendimentos elaborar e/ou construir material didático, dentro uma contribuindo para diminuir a demanda reprimida de crianças e adolescentes fora do ambiente escolar com problemas de saúde. Bem como implantar os protocolos de atendimento, formação continuada dos profissionais envolvidos a garantir o direito dessa nova forma de atendimento.

Esse trabalho tem como expectativa levar ao conhecimento do maior numero de pessoas, acerca desta modalidade de atendimento, principalmente aos profissionais ligados da saúde e educação, onde os autores desse processo os alunos, não sejam esquecidos nos leitos e/ou domicilio, enquanto seu direito educacional, opera não apenas com a interface do ensino mas com a contribuição a saúde e da continuidade ao processo escolar.

## REFERÊNCIAS

AVANZINI, Claudinéia Maria, SILVA, Thais Gama da, *Atendimento pedagógico hospitalar no município de Araucária e no Estado do Paraná*.2014.In: X ANPED. ANPED SUL, Florianópolis, 13pags

BARBOSA, Fabiana Neves Rego. Política de Atendimento Pedagógico Domiciliar na Rede Municipal de Ensino de Curitiba: Uma proposta inclusiva considerando tempo e formas de aprender. In *IX Congresso Nacional de Educação - EDUCARE*. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia 26 a 29 de outubro de 2009. PMC/SME

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Política Nacional de Educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Versão preliminar, 2007. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/apresentacao>. Acesso em 27de out. de 2016.

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. *Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações*. 2002.Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC; SEESP.

FERNANDES, E. M.; ORRICO, H.; SILVA, A. C. F. da & REDIG. A. G. A disciplina Prática Pedagógica em Educação Inclusiva no currículo das licenciaturas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: uma proposta de formação reflexiva. In: *Anais do IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial*. Londrina: PR, 2007.

FERNANDES, E. M., & CORREA, M. Â. Processo Ensino-Aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais: o aluno com Deficiência Mental. Rio de Janeiro: CEAD - UniRio, 2008.

TERRA, Lucinéia da Silva, GODOY, Shirley Alves. *Caso concreto de atendimento Pedagógico domiciliar na rede estadual de ensino em Londrina*, In: X Congresso Brasileiro Multidisciplinar de educação Especial. Instituição: SEED/Col. Est. Prof. Newton Guimarães.3 a 6 de novembro de 2009 - Londrina.

## **GT: 25 - Monitoramento e avaliação de políticas pública**

Coordenadores: Lobelia da Silva Faceira e  
Moisés Waismann

## IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO TOCANTINS: UM ESTUDO COMPARATIVO DOS ÍNDICES DE EVASÃO NA REGIÃO NORTE

**FRANCO, Luciano Correia**

*Mestre em Gestão de Políticas Públicas,  
Professor EBBT do Instituto Federal do Tocantins  
lucianofranco@ifto.edu.br*

**PRATA, David Nadler**

*Doutor em Ciência da Computação,  
Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins  
ddnprata@gmail.com*

### RESUMO

Este trabalho apresenta indicadores de evasão da educação superior da Região Norte do Brasil, agrupados por Estado da Federação e categoria administrativa. Esses indicadores foram calculados a partir dos microdados extraídos do Censo da Educação Superior do Inep no período de 2010 a 2014, e utilizados em um estudo comparativo para avaliar o desempenho das Instituições Públicas Federais de Ensino Superior em funcionamento no Estado do Tocantins. Os resultados apontaram que nos Estados, de uma forma geral, a categoria pública federal apresentou melhor desempenho quanto à evasão que as demais categorias administrativas. Dentre as Instituições Federais, as do Estado do Tocantins apresentaram o quarto melhor índice de evasão. Na comparação entre as categorias administrativas dentro do Estado do Tocantins, as Instituições Federais apresentaram bom desempenho, obtendo o melhor índice médio de evasão anual no período.

**Palavras-chave:** Evasão escolar; Ensino superior; Políticas públicas.

### ABSTRACT

This paper presents evasion indicators of higher education in the North Region of Brazil, among others, grouped by states from Federation, and administrative categories. These indicators were collected from the microdata of Higher Education census, extracted from INEP during 2010 to 2014. It is used to a comparative study in order to evaluate the performance of Higher Education Federal Institutions operating in the State of Tocantins. The results showed that in the states, in general, the federal category presented better indicators on the evasion that the other administrative categories. Among the federal institutions, the State of Tocantins had the fourth best evasion rate. Comparing the administrative categories within the State of Tocantins, the federal institutions performed well, achieving the best average rate of annual evasion in the period.

**Key-words:** Evasion; Higher education; Public policies.



## INTRODUÇÃO

No decorrer das últimas décadas o Brasil passou por transformações econômicas e sociais significativas, que sob vários aspectos mudaram a imagem e o papel do país na Comunidade Internacional. O processo recente de redemocratização, a reforma estatal, as privatizações, o novo modelo econômico, e mais recentemente as importantes mudanças decorrentes das políticas públicas sociais - em especial da educação - fornecem o contexto para pensarmos mais profundamente a educação como ferramenta de impulsão desenvolvimentista de uma nação.

As transformações ocorridas na educação brasileira nas últimas décadas refletem de várias formas, muitas vezes contraditórias, as divergências políticas e ideológicas de seus idealizadores. O documento maior da educação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (BRASIL,1996) é um exemplo do resultado de incontáveis embates na câmara dos deputados e nas comissões responsáveis pela sua elaboração. Na educação superior, políticas como a expansão das universidades públicas federais, a criação de novas instituições de ensino profissional e superior e o financiamento de instituições privadas através de programas de ação social embalsamaram num ritmo frenético a criação de novas vagas e o conseqüente aumento do número de graduados no país.

No decorrer de todo esse processo foram criados mecanismos de regulação e de avaliação dessas políticas públicas educacionais. Esses últimos, quase sempre baseados em indicadores provenientes de pesquisas oficiais, como as do IBGE e do Inep, ou de provas específicas, aplicadas diretamente aos estudantes, como o Enade, que confere também o status dos cursos e das Instituições de Ensino Superior (IES). Esses indicadores sociais orientam os gestores públicos na avaliação das Políticas Públicas durante seu "ciclo de vida" e na formulação de novas políticas, constituindo-se como provisão argumentativa e de tomada de decisão. Entre os indicadores sociais da educação, ou educacionais, existem os utilizados como medida ou parâmetro de desempenho, como por exemplo, os indicadores de evasão, que visam quantificar os índices de abandono escolar.

Este trabalho apresenta indicadores de evasão calculados de uma forma considerada mais exata, a partir dos microdados do Censo da Educação Superior (CES) do Inep de 2010 a 2014, e agrupados por Estado da Federação e categoria administrativa. O principal objetivo é avaliar as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Estado do Tocantins com base na comparação entre os indicadores da Região Norte. Também se pretende discorrer sobre a importância dos indicadores sociais e da avaliação dos programas educacionais no contexto da administração pública. Espera-se que os indicadores aqui apresentados possam constituir para os gestores um conjunto de dados para análise, avaliação e orientação na condução das Políticas Públicas da Educação Superior, além de fornecer insumos para novas pesquisas na área.

Decidiu-se trabalhar exclusivamente com dados da Região Norte do Brasil visando maior relevância e credibilidade dos resultados, devido às similaridades históricas e geográficas entre os entes federativos, o que possibilitou uma comparação das informações do Estado do Tocantins com outras resultantes de cenários educacionais menos discrepantes.

## 1. INDICADORES SOCIAIS E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A estruturação do campo da análise de políticas públicas ainda é bastante incipiente no Brasil, padece de grande fragmentação organizacional e temática e possui institucionalização precária. Tais características podem tornar compreensíveis determinadas lacunas, e a ausência de investimentos mais sistemáticos no estudo dos processos de implementação e avaliação evidencia o status privilegiado dos processos decisórios na ciência política do país. (FARIA, 2005).

Uma questão importante a se discutir diz respeito ao conceito de *Policy Cycle*, o ciclo de vida das políticas públicas, na literatura. As abordagens são variadas, mas segundo Frey (2000), elas se diferenciam apenas gradualmente, uma vez que comum a todas as propostas são as fases da formulação, da implementação e do controle dos impactos das políticas. O autor ainda propõe “uma subdivisão um pouco mais sofisticada”.

Proponho distinguir entre as seguintes fases: percepção e definição de problemas, agenda-setting, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas e a eventual correção da ação. (FREY, 2000, p. 226).

Para efeito desta pesquisa considerar-se-á essa proposta, com foco na fase de avaliação e correção das ações das políticas públicas, em consonância com os objetivos almejados. É a fase de apreciação dos programas já implementados e seus impactos. Trata-se de indagar os déficits de impacto e os efeitos colaterais indesejados para poder deduzir consequências para ações e programas futuros.

Após o fim do período autoritário no Brasil, constatou-se que os obstáculos à consecução de políticas sociais efetivas continuaram existindo, o que fortaleceu os estudos sobre políticas públicas. O desencantamento em relação ao desempenho do Estado na execução dessas políticas provocou maior interesse sobre as condições de efetividade da ação pública. A difusão internacional dos ideais reformistas do aparelho de Estado passou a ser o princípio organizador da agenda pública dos anos 1980-90, o que provocou uma proliferação de estudos sobre políticas públicas. (TREVISAN; BELLEN, 2008).

A metodologia utilizada para se avaliar uma política é um exemplo do que Faria (2003) denomina uma “Babel” de abordagens teóricas sobre análise de políticas públicas.

Existem muitas vertentes analíticas e propostas de construção metodológica, algumas postas em prática, outras não, sobre o processo e a efetividade dos resultados de uma avaliação. A relevância da avaliação de uma política pública usando uma metodologia que inclui uma investigação comparativa, como aqui se propõe, pode ser facilmente justificada. Para alguns importantes pesquisadores da área, existe uma forma de utilização da avaliação que visa somente esclarecer pontos desconhecidos de uma determinada política.

Por fim, há o uso para o “esclarecimento”, que nem sempre é propositado, mas que acarreta, pela via do acúmulo de conhecimento oriundo de diversas avaliações, impacto sobre as redes de profissionais, sobre os formadores de opinião e sobre as advocacy coalitions, bem como alterações nas crenças e na forma de ação das instituições, pautando, assim, a agenda governamental. Esse é um tipo de influência que ultrapassa a esfera mais restrita das políticas e dos programas avaliados. (FARIA, 2005, p. 103).

Alguns estudos tratam especificamente da avaliação de programas sociais, nos quais se incluem os programas educacionais. No campo do trabalho social, das tecnologias sociais, a avaliação é entendida como um mecanismo de regulação de ações e políticas sociais, que pode permitir uma notável diminuição das possibilidades de fracasso de um programa de interesse social. (MENDES; SORDI, 2013).

A avaliação reflete a concepção de mundo, indivíduo e de sociedade, condiciona a tomada de decisões no plano das políticas educacionais, norteia e orienta as práticas pedagógicas nos ambientes educacionais. Portanto, a avaliação das políticas públicas educacionais pode também mudar a forma como se conduz as ações táticas e estratégicas dentro de um programa, aumentar a efetividade dos resultados, enfim melhorar o desempenho das instituições e dos estudantes.

Os indicadores sociais, de uma forma geral, são utilizados para o monitoramento da realidade social e também na discussão permanente sobre a formulação, implementação e avaliação das Políticas Públicas. Isso já foi dito neste trabalho, porém mesmo correndo o risco de ser repetitivo, vale lembrar a importância desses dados, pois detêm especial relevância na avaliação das políticas educacionais atuais, tão dependentes e carentes de informações que representem de fato a sua realidade empírica.

No campo aplicado das políticas públicas, os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático. Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. (JANUZZI, 2005, p.138).

Na avaliação dos programas são utilizados vários tipos de indicadores para medir a eficiência, a eficácia e a efetividade social das soluções sugeridas. Nos últimos anos, com a redemocratização e as reformas estatais, a sociedade civil aumentou seu controle social sobre o Estado brasileiro. Com isso, a mídia, os sindicatos e outros organismos conseguiram um aumento no poder de fiscalização e passaram a exigir o uso mais eficiente dos gastos públicos. Tudo isso contribuiu para a crescente utilização dos indicadores na administração pública. (JANNUZZI, 2005; 2012).

Na educação, os indicadores são utilizados com muita frequência para mensurar quantitativa e qualitativamente os programas implantados pelas políticas públicas em todas as esferas da administração. No Brasil existem vários mecanismos de coleta, agregação e aglutinação desses dados, um deles constitui um sistema alimentado anualmente pelos dados operacionais repassados pelas Instituições de Educação Superior. Trata-se do Censo da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, o Inep.

Desde meados dos anos 90, nos moldes da reforma do Estado, promovida em resposta à crise do bem estar social europeu e alçada no Brasil com o propósito da economia de livre mercado, a descentralização das políticas públicas e a diminuição da interferência estatal, a educação tenta ser, pelo menos em tese, a mola propulsora do desenvolvimento programado.

O modelo de avaliação desenvolvido nos anos 90 foi conduzido principalmente pelo Banco Mundial, que elaborou propostas para a avaliação do ensino como parte das

estratégias para se conseguir financiamento. Esse modelo provocou forte impacto sobre a universidade pública no Brasil, que precisava ser reorganizada para ajudar a diminuir os custos estatais, “ser mais autônoma e pactuar com as forças do mercado, produzindo conhecimentos úteis e rentáveis como condição de sobrevivência na competitiva sociedade global.” (MARCHELLI, 2007, p.196).

A partir de 1996 houve um aumento na oferta de vagas da Educação superior, em parte pelo grande aumento do número de instituições privadas, e o governo federal lançou mão do Exame Nacional de Cursos, também conhecido popularmente como Provão, uma ferramenta de regulação para avaliar o desempenho dos estudantes, cursos e instituições.

Já no governo Lula, em 2003, foi baixada a Medida Provisória nº 147/2003, que posteriormente, foi convertida na Lei nº 10.861 (BRASIL, 2004), que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação superior (SINAES). O SINAES estabeleceu que as IES fossem avaliadas interna e externamente. Os cursos fossem avaliados através de visitas *in loco* de avaliadores externos, e os estudantes, pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). A avaliação interna, ou autoavaliação, seria conduzida por uma comissão autônoma, chamada Comissão Própria de Avaliação (CPA), formada por integrantes da instituição.

## 2. INDICADORES DE EVASÃO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS

Os motivos pelos quais se investiga a evasão estudantil no Brasil são muitos. Numa abordagem humanística pode-se procurar saber sobre os fatores sociais que levam os alunos a abandonar os cursos, como baixa renda ou desestruturação familiar. De outra forma, mais materialista, os índices de evasão podem significar maior ou menor lucro, refletindo o aproveitamento dos investimentos financeiros de uma instituição privada. De qualquer forma, aqui não se discutirão as causas e consequências da evasão, mas dar-se-á devidamente um contorno de significado ao conjunto dos indicadores educacionais que compõem o índice de evasão no formato aqui proposto.

Para uma definição, considera-se o conceito de evasão anual a percentagem de alunos matriculados em um curso superior que, não tendo se formado, também não se matriculou no ano seguinte. Ou seja, para os fins desta pesquisa, índice de evasão é o percentual de alunos que deixa de se matricular no ano seguinte e ainda não se formou. Calcula-se o índice de evasão a partir dos números de alunos matriculados, ingressantes e concluintes em um determinado ano ou período, em um ou vários cursos, em uma ou várias IES. (FILHO *et al*, 2007).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep -, órgão do Ministério da Educação, tem divulgado publicamente, de forma regular, dados referentes aos matriculados, ingressantes e egressos do ensino superior. Suas sinopses têm, nos últimos anos, uma formatação padronizada, sistemática, que permite o uso de uma série de dados anuais, gerando a possibilidade de analisá-los em termos de evolução de indicadores ao longo de um período significativo de anos. (FILHO *et al*, 2007, p. 647).

O Inep disponibiliza anualmente, além dos microdados do CES, a sinopse e o resumo técnico, com dados agrupados e informações relevantes sobre a educação superior. Estes documentos, embora muito bem elaborados, nem sempre atendem uma demanda específica de informação do pesquisador. Muitas vezes, a exemplo desta pesquisa,

é necessário buscar nos microdados a informação desejada, valendo-se de outros mecanismos, como o InepData ou os programas estatísticos e de bancos de dados. Os dois últimos são muito utilizados na construção de indicadores derivados de duas ou mais variáveis, como é o caso da evasão.

Analisar a evolução dos indicadores educacionais pode ser uma forma de avaliar o desempenho de um curso ou IES. Por exemplo, se os indicadores apontam uma queda nos índices de evasão, isso pode ser uma boa notícia para os gestores e sinalizar que as ações intercorrentes devem ser continuadas. E não se pode esquecer jamais que o objetivo de reforçar ações bem sucedidas ou mesmo de reformular completamente os programas educacionais é a própria educação, ou seu principal cliente, o estudante em formação.

É bem verdade que a qualidade educativa também é associada, por muitos acadêmicos, à ciência socialmente relevante e à formação humana integral. Essa concepção constitui valioso argumento para a implementação de processos de avaliação, de acordo com os princípios da educação e do conhecimento como bens sociais para benefício de todas as pessoas e em prol da humanidade. Nessa perspectiva que prioriza o social, a educação é reconhecida como fator central do desenvolvimento humano integral e sustentável, isto é, de todas as dimensões humanas, de todas as mulheres e de todos os homens e ao longo de toda a vida. (SOBRINHO, 2008, p. 68).

Segundo o próprio MEC a avaliação institucional visa à melhoria da qualidade da educação superior; à orientação da expansão de sua oferta; ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2012).

As taxas de evasão e o tempo médio para conclusão dos cursos são indicadores muito utilizados para avaliação interna e externa das IES. Constituem medidas de alto valor no que diz respeito à efetividade dos programas educacionais e, portanto, vale aqui fazer uma observação quanto ao interstício de quatro anos de evasão escolhido para esta pesquisa. Os cursos superiores de graduação possuem tempos de integralização que variam de dois anos, para a formação tecnológica, a seis anos, para alguns bacharelados. Assim, acredita-se que seria razoável considerar ou mesmo admitir que uma pesquisa em quatro anos possa aproximar os resultados obtidos do tempo desejado de formação para muitos estudantes cujos dados foram coletados pelo CES nesse período.

## 2.1. O INEP E o Censo da Educação Superior

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Foi criado por lei, no dia 13 de janeiro de 1937, e hoje é o único órgão encarregado das avaliações, pesquisas e levantamentos estatísticos educacionais no âmbito do governo federal. Nos últimos anos, o Instituto reorganizou o sistema de levantamentos estatísticos e teve como eixo central de atividades as avaliações em praticamente todos os níveis educacionais. A missão do Inep, segundo o próprio órgão, é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional, bem como

produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral. (INEP, 2015).

O Inep coleta anualmente os dados sobre a educação superior no Censo da Educação Superior (CES). O objetivo é oferecer à comunidade acadêmica e à sociedade em geral informações detalhadas sobre a situação e as grandes tendências do setor.

A coleta dos dados tem como referência as diretrizes gerais previstas pelo Decreto nº 6.425 de 4 de abril de 2008. O Censo da Educação Superior reúne 8 informações sobre as instituições de ensino superior, seus cursos de graduação presencial ou à distância, cursos sequenciais, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, além de informações sobre docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa. (INEP, 2015).

Os dados são coletados a partir do preenchimento dos questionários, pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e também por importação de dados do Sistema e-MEC. As informações são analisadas e conferidas pelo Inep e depois, em colaboração com os pesquisadores institucionais, o Censo é finalizado e os dados são divulgados. (INEP, 2015).

O Censo da Educação Superior (CES) é constituído de dados sobre as IES, cursos, alunos, docentes e também informações sobre o local de oferta dos cursos. Cada um corresponde a uma dimensão do universo de microdados do CES, que agrupadas correspondem à totalidade das informações coletadas das IES num determinado ano. O Inep disponibiliza o conjunto de microdados do CES ao público em geral, podendo esse ser baixado diretamente do site institucional. No Brasil o Inep é o maior produtor de microdados relativos à educação: Censo Escolar, Censo da Educação Superior, Prova Brasil, Saeb e Enem.

### 3. METODOLOGIA

Este trabalho apresenta uma pesquisa documental, descritiva, de caráter quantitativo, visando um estudo comparativo das informações levantadas. Ao objeto desta pesquisa correspondem os estudantes matriculados, ingressantes, concluintes e evadidos dos cursos superiores das Instituições de Educação Superior da Região Norte, representados pelas informações extraídas e calculadas dos microdados do Censo da Educação Superior (CES), do Inep. Os instrumentos utilizados foram os necessários para a extração, agrupamento e estruturação dos dados. Para a extração dos dados e cálculo das informações sobre evasão a partir da base de dados do CES/Inep, utilizou-se *software* estatístico.

O tratamento dos dados corresponde às etapas de cálculo dos índices de evasão anual e média, agrupamento e apresentação das informações. Para chegar aos indicadores de evasão dos quatro anos (2011-2014), foi necessário obter os quantitativos de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes de 2010 a 2014, em cada uma das categorias administrativas das IES dos Estados da Região Norte, de acordo com os seguintes passos: extração dos números totais de estudantes matriculados, ingressantes e concluintes nos cursos superiores de 2010 a 2014, agrupados por Unidade da Federação e categoria administrativa; cálculo dos índices de evasão anual e média dos quatro anos (2011 a 2014); cálculo dos índices da Região Norte (dados dos Estados, exceto Tocantins).

Para o cálculo dos índices aqui apresentados considerou-se como evasão a comparação entre o número de alunos que estavam matriculados num determinado ano, subtraídos os concluintes, com a quantidade de alunos matriculados no ano seguinte, subtraindo-se deste último total os ingressantes desse ano. Dessa forma mediu-se a perda de alunos de um ano para outro, a evasão anual. O cálculo do percentual da evasão referente ao ano  $n$  é dado por:

$$E(n) = \{1 - [M(n) - I(n)] / [M(n-1) - C(n-1)]\} \times 100$$

Onde  $E$  é a evasão,  $M$  é o número de matriculados,  $C$  é o número de concluintes,  $I$  é o número de ingressantes,  $n$  é o ano em estudo e  $(n-1)$  é o ano anterior. Segundo Filho *et al* (2007), fonte do conceito e da equação, esta forma de cálculo é mais exata do que a utilizada em alguns trabalhos internacionais.

Resumindo, a evasão tal como aqui calculada representa o percentual de estudantes que, não tendo concluído o curso em determinado ano, não se matriculou no ano seguinte. O formato de apresentação dos dados favoreceu a análise comparativa entre os indicadores do Tocantins e os demais Estados da Região Norte, bem como entre as categorias administrativas.

#### 4. RESULTADOS ALCANÇADOS

A tabela 01 apresenta a evasão anual e média calculadas para as IES do Estado do Acre, por categoria administrativa. Os campos não preenchidos correspondem às categorias administrativas não presentes no Estado. Nota-se que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) acreanas tiveram queda de desempenho acentuada no ano de 2013, mas na média dos quatro anos ficaram à frente das demais. O pior resultado apresentado é da categoria privada sem fins lucrativos, 22,21% de evasão na média dos quatro anos. A média estadual do período ficou em 18,53%, sendo que no ano de 2013 atingiu seu pico, 36,43%, puxada pelo índice de evasão das IFES.

**Tabela 1.** Evasão anual e média dos cursos superiores do Estado do Acre, 2011-2014.

Categoria	Evasão Anual %				Média %
	2011	2012	2013	2014	
Administrativa					
Pública Federal	3,47	7,13	48,36	4,52	15,87
Pública Estadual	-	-	-	-	-
Pública Municipal	-	-	-	-	-
Privada CFL	5,28	30,46	22,68	23,91	20,58
Privada SFL	10,24	33,50	20,00	25,11	22,21
Total Estado	4,36	17,63	36,43	15,70	18,53

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Na tabela 02 observam-se os percentuais de evasão anual e média calculados para as IES do Amapá. Novamente as IES públicas federais apresentaram menores indicadores de evasão, anuais e na média. Na média dos quatro anos, a categoria privada sem fins lucrativos apresentou o maior índice de evasão, 32,46%, bem acima da média estadual,

perto dos 20%. Ressalta-se o desempenho da Universidade do Estado do Amapá, única IES da categoria pública estadual a apresentar informações ao CES no período, com índice de 14,53% de evasão.

**Tabela 02.** Evasão anual e média dos cursos superiores do Estado do Amapá, 2011-2014.

Categoria	Evasão Anual %				Média %
	2011	2012	2013	2014	
Administrativa					
Pública Federal	-1,65	14,36	13,61	4,66	7,75
Pública Estadual	16,78	16,54	16,23	8,58	14,53
Pública Municipal	-	-	-	-	-
Privada CFL	15,28	28,37	16,69	20,15	20,12
Privada SFL	40,46	20,07	40,65	28,65	32,46
Total Estado	17,94	21,07	23,54	17,43	19,99

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

A tabela 03 apresenta os dados sobre a evasão dos cursos superiores no Amazonas. Houve em 2013 um aumento expressivo na quantidade de estudantes matriculados nas IFES do Estado, o que não ocorreu na mesma proporção com os concluintes de 2012 e ingressos de 2013. Dada a forma de cálculo da evasão, esse fato, digno de maior investigação, pode ter resultado uma evasão maior em 2014 (23,41%).

**Tabela 03.** Evasão anual e média dos cursos superiores do Estado do Amazonas, 2011-2014.

Categoria	Evasão Anual %				Média %
	2011	2012	2013	2014	
Administrativa					
Pública Federal	4,64	6,70	-10,60	23,41	6,04
Pública Estadual	7,12	19,88	20,31	15,18	15,62
Pública Municipal	-	-	-	-	-
Privada CFL	28,96	32,39	23,47	13,74	24,64
Privada SFL	26,60	22,29	31,33	43,58	30,95
Total Estado	19,02	22,62	16,29	21,68	19,90

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

A tabela 04 mostra os números da evasão no Estado do Pará. Na média dos quatro anos as IFES apresentaram menor índice, de 5,9%. Os piores resultados foram das IES privadas, em especial as sem fins lucrativos, repetindo um padrão identificado em outros Estados da Região Norte.



**Tabela 4.** Evasão anual e média dos cursos superiores do Estado do Pará, 2011-2014.

Categoria	Evasão Anual %				Média %
	2011	2012	2013	2014	
<b>Administrativa</b>					
Pública Federal	3,43	-7,99	7,94	20,10	5,87
Pública Estadual	4,05	51,51	9,35	-0,45	16,11
Pública Municipal	-	-	-	-	-
Privada CFL	13,68	24,70	25,15	16,00	19,88
Privada SFL	17,19	25,98	38,48	21,16	25,70
Total	9,14	16,14	17,78	16,82	14,97

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

A tabela 05 apresenta os índices da evasão nos cursos superiores do Estado de Rondônia. As IFES rondonienses apresentaram a menor taxa de evasão média nos quatro anos, de 15,4%. Os maiores índices apresentados foram das IES privadas com fins lucrativos, no ano de 2012 (27,15%) e na média do período (21,79%).

**Tabela 06.** Evasão anual e média dos cursos superiores do Estado de Rondônia, 2011-2014.

Categoria	Evasão Anual %				Média %
	2011	2012	2013	2014	
<b>Administrativa</b>					
Pública Federal	6,29	24,75	14,25	16,28	15,39
Pública Estadual	-	-	-	-	-
Pública Municipal	-	-	-	-	-
Privada CFL	18,75	27,15	20,61	20,66	21,79
Privada SFL	22,83	24,94	15,34	16,76	19,97
Total Estado	18,15	25,67	16,99	18,04	19,71

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

A evasão anual e média do período para as IES do estado de Roraima são mostradas na tabela 06. A melhor taxa de evasão foi calculada para a Universidade Estadual de Roraima. De fato, esse índice ficou bem abaixo dos demais e também puxou para baixo a evasão média estadual do período. A taxa de evasão anual mais alta pertence à categoria privada com fins lucrativos em 2014, quase 40%. Devido à ausência de dados no CES/Inep para a categoria <sub>12</sub> privada sem fins lucrativos no ano de 2012, não foi possível calcular os índices de evasão anual de 2012 e 2013. Para essa categoria foi calculado o índice de evasão médio no período considerando apenas os anos de 2011 e 2014.

**Tabela 24.** Evasão anual e média dos cursos superiores do Estado de Roraima, 2011-2014.

Categoria Administrativa	Evasão Anual %				Média %
	2011	2012	2013	2014	
Pública Federal	13,38	19,05	23,07	16,28	17,94
Pública Estadual	-2,92	6,31	15,96	2,48	5,46
Pública Municipal	-	-	-	-	-
Privada CFL	5,40	15,87	18,19	39,88	19,83
Privada SFL	22,39			20,88	21,63
Total	6,95	16,44	18,07	23,40	16,22

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

A tabela 08 apresenta os índices de evasão anual e médios de 2011 a 2014, por categoria administrativa. Os índices de evasão anual são maiores nas IES privadas sem fins lucrativos, e menores nas IFES tocantinenses. Entretanto, os índices de evasão total na educação superior do Tocantins mantiveram-se estáveis nesse período, na faixa dos 16%.

**Tabela 08.** Evasão anual e média dos cursos superiores no Estado do Tocantins por categoria administrativa 2011-2014.

Categoria Administrativa	Evasão Anual %				Média %
	2011	2012	2013	2014	
Pública Federal	13,38	6,23	11,07	12,23	10,73
Pública Estadual	6,67	9,05	36,91	24,42	19,26
Pública Municipal	11,15	16,46	29,36	14,76	17,93
Privada CFL	9,75	16,06	7,61	14,86	12,07
Privada SFL	31,55	29,79	21,04	26,32	27,17
Total	16,71	16,21	16,06	16,95	16,49

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

A tabela 09 apresenta os índices percentuais da evasão anual e a média dos quatro anos para os Estados da Região Norte, excluído o Tocantins. A exclusão se justifica, pois se intenciona uma comparação com os resultados tocantinenses, no intuito de avaliar o desempenho das IFES no Estado.

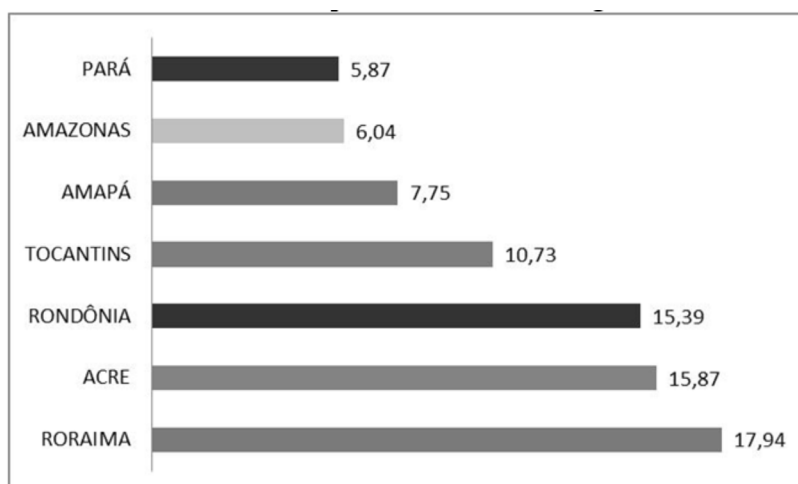
**Tabela 09.** Evasão anual e média dos cursos superiores da Região Norte (exceto Tocantins), 2011-2014.

Categoria	Evasão Anual %				Média %
	2011	2012	2013	2014	
<b>Administrativa</b>					
Pública Federal	4,42	3,65	9,19	18,66	8,98
Pública Estadual	5,62	29,48	16,62	8,15	14,97
Pública Municipal	-	-	-	-	-
Privada CFL	19,11	27,94	22,79	18,12	21,99
Privada SFL	24,38	24,44	29,46	28,44	26,68
<b>Total Região</b>	<b>13,93</b>	<b>20,09</b>	<b>18,77</b>	<b>19,04</b>	<b>17,96</b>

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

### 3.1. Comparação dos resultados

A seguir apresentam-se os dados sobre evasão nos cursos das Instituições de Ensino Superior dos Estados da Região Norte do Brasil de forma paralela, organizados por categoria administrativa, com a finalidade de comparar os índices e com isso estabelecer a situação regional das IFES tocantinenses quanto aos indicadores de evasão. O gráfico 01 apresenta os índices médios de evasão no período 2011-2014 nas IES públicas federais da Região Norte. Nota-se grande diferença entre o menor índice, de 5,87% nas escolas do Pará, para o maior índice, de 17,94% em Roraima. As IFES do Tocantins aparecem exatamente no meio do gráfico, com uma evasão média de 10,73% nos cursos superiores. O menor índice correspondente ao Pará pode ter relação com o fato de existir no Estado maior número de Instituições Federais, cinco no total, considerando uma tendência à menor evasão nessas instituições.

**Gráfico 01.** Média da evasão anual no período 2011-2014 nos cursos das IES públicas federais da Região Norte.

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Na comparação entre os índices dos Estados, mostrados na tabela 10, em 2011 os cursos superiores do Acre e Roraima tiveram menor índice percentual de evasão, 4,36% e 6,95% respectivamente. Em 2012 o menor índice de evasão foi registrado para os cursos das IES do Pará (16,14%). O Tocantins obteve o melhor índice em 2013 (16,06%) e em 2014 novamente o Estado do Acre (15,7%). Os maiores números de evasão total foram registrados para as IES do Acre em 2013 (36,43%) e Rondônia em 2012 (25,67%). Nos anos de 2011 e 2014, Amazonas e Roraima obtiveram maiores índices de evasão, 19,02% e 23,4% respectivamente.

Na média dos quatro anos pesquisados, os cursos das IES do Amapá apresentaram maior índice percentual de evasão (19,99%). O menor índice de evasão, de 14,97%, foi obtido pelas instituições do Estado do Pará. O Estado do Tocantins figura com o terceiro melhor índice da Região Norte, de 16,49% de evasão média dos quatro anos.

**Tabela 10.** Evasão anual total e média (2011-2014) nos cursos superiores dos Estados da Região Norte

EVASÃO TOTAL	2011	2012	2013	2014	MÉDIA
ACRE	4,36	17,63	36,43	15,70	18,53
AMAPÁ	17,94	21,07	23,54	17,43	19,99
AMAZONAS	19,02	22,62	16,29	21,68	19,90
PARÁ	9,14	16,14	17,78	16,82	14,97
RONDÔNIA	18,15	25,67	16,99	18,04	19,71
RORAIMA	6,95	16,44	18,07	23,40	16,22
TOCANTINS	16,71	16,21	16,06	16,95	16,49

Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

Os percentuais de evasão anual nas IES do estado do Tocantins por categoria administrativa e total dos anos de 2011 a 2014 são apresentados no gráfico 02. Podem-se observar os valores dos indicadores de evasão entre as categorias e total do Estado ano a ano, comparando as variações entre eles. É interessante notar que mesmo ocorrendo grandes variações entre as categorias administrativas em todos os anos, os índices do Estado sofrem pouca variação, permanecendo sempre na faixa dos 16% de evasão.

**Gráfico 02.** Evasão percentual anual e total nas IES do estado do Tocantins por categoria administrativa, 2011 a 2014



Fonte: dados CES/Inep - elaboração do autor

É importante observar que na média dos 4 anos a evasão nas Instituições Federais de Ensino Superior do Estado do Tocantins, assim como a maioria dos Estados da Região Norte, apresentou índice menor que as demais categorias administrativas (ver tabela 08).

## CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados sobre evasão nos cursos das Instituições de Ensino Superior das diversas categorias nos Estados da Região Norte revelam informações que podem suscitar pesquisas com o objetivo de desvendar possíveis fatores motivadores do abandono escolar. Tais informações podem ser multiplicadas conforme o interesse do observador e também da sua capacidade inferencial. A escolha da forma de agrupamento dos dados possibilitou uma análise comparativa, colocando em paralelo as informações sobre as IES e possibilitando a construção de um *ranking* de desempenho.

Observou-se que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da Região Norte, de uma forma geral apresentaram melhor desempenho quanto à evasão que as demais categorias administrativas. Na maioria dos Estados da Região Norte, à exceção do Acre e Roraima, as IFES apresentaram índices médios de evasão menores que as demais categorias no período pesquisado. Ainda assim, no estado de Roraima o índice médio de evasão das IFES ficou apenas um pouco distante do melhor resultado, pertencente à categoria pública estadual.

Os menores índices de evasão média por categoria administrativa foram obtidos pelas IES públicas federais no Pará, públicas estaduais em Roraima, públicas municipais no Tocantins, privadas com fins lucrativos também no Tocantins e as sem fins lucrativos em Rondônia.

O melhor indicador de evasão total Estadual no período é do Estado do Pará, seguido de Roraima e Tocantins. Na comparação entre os índices do Tocantins com os da Região Norte, verificou-se que a evasão média do período 2011-2014 é menor no Tocantins somente nas IES privadas com fins lucrativos e no total. Quando comparados os índices de evasão média entre as categorias públicas federais de cada Estado da Região Norte, verificou-se que as IFES do Tocantins apresentaram o quarto melhor índice.

Na avaliação baseada na comparação entre as categorias administrativas dentro do Estado do Tocantins, as IFES obtiveram bons resultados, figurando em primeiro lugar na média de participação na oferta de cursos, maior média de estudantes matriculados e melhor índice médio de evasão anual no período.

Pode ser de grande relevância uma análise em separado do desempenho do IFTO e UFT, até mesmo de cada campus dessas Instituições, baseada nos mesmos indicadores de evasão. Outro ponto bastante observado e que também poderia ser mais bem investigado é o fato das IES privadas apresentarem uma evasão constante e alta em todos os Estados analisados. Estas podem ser questões motivadoras para novas pesquisas sobre evasão.

Considera-se que o objetivo geral deste trabalho foi satisfatoriamente atingido. Os índices de evasão calculados a partir das variáveis do CES/Inep foram devidamente apresentados de forma a possibilitar o estudo comparativo entre os indicadores Estaduais e das categorias administrativas dos cursos das IES da Região Norte do Brasil. Sendo assim, também foi possível a comparação destes indicadores visando à

avaliação do desempenho das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado do Tocantins, estabelecendo seu posicionamento no cenário regional da evasão nos cursos superiores.

Uma das dificuldades de pesquisa encontradas se refere às informações prestadas pelas IES ao CES/Inep, que podem possuir inconsistências e eventualmente gerar dados de menor representatividade da realidade empírica. Foram calculados índices negativos de evasão para algumas categorias administrativas, o que suscita uma explicação, e não foi possível dentro do prazo e abrangência deste trabalho verificar tais fenômenos de forma mais específica, a fim de esclarecer por completo os casos. A investigação desses índices fica como sugestão para futuros trabalhos. Outra limitação diz respeito à grande quantidade de informação trabalhada, que impôs cuidados e atenção redobrada, a fim de minimizar os erros e produzir indicadores confiáveis.

Os microdados do Censo da Educação Superior, devido à sua granularidade e abrangência, possibilitam um universo de investigações, estatísticas e comparações. Vale lembrar que aqui foram utilizadas apenas três variáveis de uma dimensão (curso) que possui outras 60 variáveis. Existem ainda outras três dimensões no CES/Inep: aluno, docente e IES.

Na verdade o censo oferece a possibilidade de extrair dados e estudar de forma detalhada muitos aspectos da educação superior, tantos quantos se desejarem investigar, independentemente da sua relevância.

Espera-se que as informações aqui apresentadas sejam de grande valia para gestores públicos e pesquisadores. Que eles possam utilizar tais dados para avaliar e reformular suas ações, propor novas políticas para a educação superior ou desenvolver outras pesquisas. Seria interessante, por exemplo, desenvolver este estudo sobre evasão com dados de outras regiões do país e compará-los, ou ainda usar estas mesmas informações com foco em outra categoria administrativa ou Estado. Como consequência deste trabalho sugere-se investigar as causas da evasão relacionando variáveis de outras dimensões do CES/Inep aos dados aqui apresentados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004* - Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, 2004. Disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em 17/08/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012*. Brasília, 2012. Disponível em <[portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br)>. Acesso em 20/08/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei número 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em <[portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br)>. Acesso em 02/02/2014.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. (2003). Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003, p. 21-30.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. (2005). A política da avaliação de políticas públicas. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, out. 2005, p. 97-109.

FILHO, Roberto Leal Lobo Silva *et al.* (2007). A evasão no ensino superior brasileiro. *In: Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 641-659.

FRANCO, Luciano Correia. *Evasão nos cursos superiores da Região Norte e estudo comparativo para avaliação das IFES tocantinenses*. Palmas, 2016. 168 p. Dissertação de mestrado. Programa de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas. Universidade Federal do Tocantins, 2016.

FREY, Klaus. (2000). Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *In: Revista Planejamento e políticas públicas*, São Paulo, nº 21.

INEP (2015). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Microdados do Censo da Educação Superior 2010-2013. Disponível em: < 18 <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>>. Último acesso em 29/09/2015.

JANUZZI, Paulo de Martino. (2012). *Indicadores sociais no Brasil*. Campinas: Editora Alínea.

JANUZZI, Paulo de Martino.(2005). Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *In: Revista do Serviço Público* nº 56. Brasília, Abr./Jun, pp. 137-160.

MARCHELLI, Paulo Sérgio. (2007). O sistema de avaliação externa dos padrões de qualidade da educação superior no Brasil: considerações sobre os indicadores. *In: Estudos em avaliação educacional*, v. 18, nº 37, p. 189-216.

MENDES, Geisa do Socorro Cavalcanti Vaz; DE SORDI, Mara Regina Lemes. (2013). Metodologia de Avaliação de Implementação de Programas e Políticas Públicas. *In: Revista Eccos*, nº 30, p. 93.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. (2008). Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *In: Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 3, p. 529-550.

## POLÍTICAS SOCIAIS E LEGISLAÇÃO (INTER)NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

**SANTOS, Daniela Teixeira**

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento Social, Unimontes  
dhanielasantos@yahoo.com.br*

**DURÃES, Sarah Jane**

*Professora Dra. Do Programa de Pós Graduação  
em Desenvolvimento Social, Unimontes  
Sj-duraes@uol.com.br*

### Resumo

O trabalho realizado por crianças tem sido tem sido empírica e teoricamente analisado a partir de duas perspectivas: a partir da necessidade de complementação de renda familiar e/ou como um dos princípios de formação humana, e, a segunda, com resultado de um contexto de exploração, numa relação capitalista como forma de barateamento na produção e como consequência maior lucratividade. A situação de pobreza é, portanto, o fator que mais contribui para a identificação de tais perspectivas e se manifesta de maneira mais agravante em países considerados em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, cuja estrutura social, econômica e política tem como características as imensas desigualdades sociais, frutos de um modelo de desenvolvimento excludente, no qual resultam nos desequilíbrios regionais, bem como diferentes formas de configuração do trabalho infantil, estando presentes nas atividades econômicas de maior dinamismo regional. Na impossibilidade de erradicação de todas as formas trabalho infantil, diante de uma conjuntura neoliberal, no qual há um processo de minimização do Estado e do aumento significativo da pobreza, foi elaborada a convenção nº182. Entretanto, mesmo com as recomendações dos organismos internacionais, as legislações brasileiras e as políticas sociais de enfrentamento, o trabalho infantil está longe de ser erradicado, principalmente pela conjuntura de progressiva desregulamentação do trabalho, bem como das políticas sociais.

**Palavras-Chave:** Trabalho de Crianças, Trabalho Infantil, Acordos (Inter)nacionais, Políticas Sociais

### ABSTRACT

The work performed by children has been empirically and theoretically analyzed from two perspectives: from the need to complement family income and / or as one of the principles of human formation, and the second, resulting from a context of Exploitation, in a capitalist relationship as a form of cheapness in production and as a consequence greater profitability. The poverty situation is the factor that contributes most to the identification of such perspectives and is manifested in a more aggravating manner in countries considered in development, as is the case of Brazil, whose social, economic and political structure has as characteristics the Immense social inequalities, fruits of an exclusionary development model, in which they result in regional imbalances, as well as different forms of configuration of child labor, being present in the economic activities of greater regional dynamism. In the impossibility of eradicating all forms



of child labor, in the face of a neoliberal conjuncture, in which there is a process of minimization of the State and a significant increase of poverty, It was elaborated the convention No. 182. However, even with the recommendations of international organizations, Brazilian legislation and social policies, child labor is far from being eradicated, mainly due to the conjuncture of progressive deregulation of work, as well as social policies.

**Keywords:** Working Children, Child Labor, (inter)National Agreements, Social Policies

## INTRODUÇÃO

Pensar na infância brasileira e o lugar que a mesma tem ocupado nas políticas sociais significa considerar diferentes grupos de crianças, no qual as oportunidades de vida são determinadas pelas suas condições socioeconômicas. Desse modo, as políticas sociais surgem enquanto resultado da estreita relação do capital e do Estado, numa perspectiva de desenvolvimento. No Brasil, as políticas sociais apresentaram várias nuances no decorrer da história, de acordo com os interesses que o capital tem para que o Estado seja mais interventivo ou não no que tangem as questões sociais. Salienta-se, nesta perspectiva, que as políticas sociais constituem-se como política pública frente aos acordos internacionais firmados entre os Estados membros para que os mesmos alcancem resultados homogêneos.

Ressalta-se que apesar da universalização dos direitos da criança, a sua efetivação não é tangível e se relativa ao grau de pobreza, apesar da Constituição Federal de 1988, pela Convenção dos Direitos da Criança, de 1989, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, de 1990.

Nesse contexto, os organismos internacionais possuem um papel importante para a construção do significado de infância. Desde a gênese destes organismos, em especial a ONU, OIT e UNICEF, vem sendo implementadas ações para a valorização da infância. Entretanto, é importante salientar que o objetivo dos organismos internacionais é contribuir para o desenvolvimento, de acordo com o que foi exposto no capítulo anterior. Sendo assim, pressupõe que tais medidas são balizadas para que haja desenvolvimento econômico, beneficiando especialmente os países considerados desenvolvidos e hegemônicos.

Entretanto, quais são as *piores* formas? Não seriam estas formas já consideradas as *piores* formas de trabalho para qualquer ser humano, independente da idade? Se existem as *piores* formas, há as *melhores* formas? Qual o contexto das políticas sociais no Brasil para a questão da infância? É diante destes questionamentos que este capítulo tem por objetivo analisar a convenção nº182 da OIT bem como algumas políticas sociais que têm sido aplicadas no Brasil desde o início do século XX, quando o Estado passa a ser responsável pela execução das políticas públicas.

### 3.1. Estado e Políticas Sociais no Brasil

A política social é um desafio fundamental e contraditório da sociedade e do sistema produtivo. Segundo Demo (1994), no pano de fundo, o problema das desigualdades sociais possui um pressuposto histórico- cultural. Do ponto de vista hegemônico, a

política social tende a ser uma tática de desmobilização e controle social. Pensar em políticas sociais requer analisar o papel do Estado enquanto condutor das políticas públicas, bem como considerar seus limites e possibilidades. Nesse pressuposto, as medidas do Estado em relação às políticas sociais dependem basicamente da postura assumida pelo mesmo, seja ele liberal mais interventivo ou neoliberal, ou seja, numa complexa relação entre capital e políticas sociais. Neste tópico, portanto, iremos analisar o desenvolvimento das políticas sociais ao longo da história para compreensão das medidas adotadas pelo Estado em sua condução no contexto atual no qual há uma incompatibilidade entre o bem-estar do capital e acumulação do capital.

Na concepção de Behring (2011), a política social pode ser definida como: “Forma de regulação do conflito capital – trabalho e demais conflitos sociais [...], ótica da busca de legitimação e consenso, como resposta à pressão dos movimentos sociais, principalmente dos trabalhadores e/ou como forma de controle político.” (p:21)

Segundo Demo (1994), as políticas sociais devem ser contextualizadas a partir do ponto de vista do Estado, como proposta planejada de enfrentamento as desigualdades sociais inerentes em nossa sociedade. Por trás das políticas sociais existe a questão social, “definida desde sempre pela busca de composição pelo menos tolerável entre alguns privilégios que controlam a ordem vigente, e a maioria marginalizada que os sustenta” (DEMO, 1994, p:14).

Para início desta análise vamos pensar na figura do Estado a partir da idade moderna, no período das revoluções. Para Engels (1984), o Estado nasce da necessidade de mediar as diferenças de classes, sendo um instrumento de classe poderosa, que consegue acumular riquezas pela proteção do Estado. Partindo dessa premissa, o Estado liberal surgiu na era das grandes revoluções, onde Bobbio (2000) compreende como “uma doutrina do Estado limitado, tanto com respeito seus poderes, quanto suas funções” (p:17). Sendo assim, baseado no ideário da Revolução francesa de *Igualdade, Liberdade e Fraternidade*, no qual a igualdade concebe a noção de direitos iguais a todos os homens perante a lei e a liberdade concebe o direito de comércio sem a intervenção do Estado.

O liberalismo, portanto, norteou as relações sociais até o início do século XX. Polanyi (2000) analisa o sistema de economia de mercado e do liberalismo vigentes na Europa até princípios do século passado e como este sistema ruiu, onde segundo o autor, foi considerado o fim da civilização, uma vez que toda a sociedade girava em torno do predomínio da economia de mercado sobre as demais instituições.

O estabelecimento de um mercado auto-regulável, na concepção de Polanyi (2000), foi uma tentativa utópica do liberalismo, pois sua concretização não seria possível sem a destruição da organização social existente. A premissa de um Estado liberal se deu na Inglaterra, no século XVIII, no qual a busca pelo progresso levou ao descobrimento de máquinas com o objetivo de obter maior lucratividade que culminou na transformação da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadoria, onde a sociedade era submissa ao mercado. Ressalta-se que os mercados sempre existiram, mas foi no século XIX que se transformou no princípio regulador da sociedade. O liberalismo, portanto, surgiu como reação aos métodos burocráticos, sendo sinônimos de três dogmas: mercado de trabalho, padrão ouro e livre comércio. Entretanto, paradoxalmente, a introdução dos mercados livres se deu com a intervenção do Estado.

Segundo Pereira (2006), não havia, neste período, nenhum sistema de proteção social aos pobres, uma vez que o progresso seria o resultado de uma constante luta entre os homens que tinha uma função natural seletora, ou seja, o progresso dos indivíduos dependia de seus próprios esforços.

Sendo assim, não haveria porque criar sistemas de proteção social aos pobres, nem mesmo no âmbito das instituições privadas, pois tal atitude impediria o processo de adaptação social por meio do qual os indivíduos adquiririam a necessária capacidade para participar de um mundo mais diferenciado e complexo. (PEREIRA, 2006, p:107)

Ressalta-se que o liberalismo não pregava a completa abolição da proteção social. Admitia-se a ajuda aos incapacitados para o trabalho, preferencialmente no interior dos asilos de indigentes, como também não abolia por completo a ajuda aos desempregados, desde que não seja igual ao salário e que não assumisse o *status* de direito garantido por lei, sendo esta ajuda descontinuada. Legitima-se a partir de então o princípio da incerteza na provisão social estigmatizante, consagrando-se a *Poor Law*<sup>1</sup> em 1834.

A lei dos pobres tinha como objetivo manter a ordem social, por meio de ações assumidas pelo Estado, ao perceberem que a caridade cristã não daria conta de combater a miséria generalizada no período da revolução industrial na Europa. A partir de 1879, segundo Polanyi (2000), as sociedades ocidentais tornaram-se interligadas devendo, portanto, adaptar-se as necessidades de mercado, gerando tensões na sociedade. O Estado, diante dos conflitos, começou a manifestar-se, sendo o protecionismo monetário o primeiro a ser protegido através da criação do Sistema de Reserva Federal. Logo em seguida, o protecionismo da terra e do trabalho, através das taxações do trigo e das legislações sociais. A partir de então iniciaram conflitos por conta das medidas protecionistas, sendo o Estado, portanto, concebido como produto e produtor de conflitos sociais tendo, portanto, um paradoxo entre os princípios da proteção social com a necessidade de princípios liberais.

Este sistema ruiu, portanto, com a crise de 1929, que dentre todas as conseqüências que a crise trouxe, podemos citar as elevadas taxas de desemprego, a diminuição da produção industrial de diversos países, assim como as drásticas quedas dos PIB's, dos preços de ações, entre outros.

Praticamente todo o mundo se viu envolto a este momento difícil, que prejudicou as atividades econômicas de dezenas de países. O início da coletivização dos anos 1930, portanto, foi a primeira das grandes mudanças sociais no mundo contemporâneo.

Até a década de 1930, portanto, o Estado apresentava-se como *laissez-faire*<sup>2</sup>, pautado numa roupagem liberal. A economia no Brasil era baseada no agronegócio e o sistema político caracterizado pela ausência de planejamento social. Segundo Pereira (2006), as ações emergenciais eram frutos de reivindicações sociais dos trabalhadores e de setores populacionais empobrecidos eram de responsabilidade do mercado e da polícia, pautadas em ações repressivas.

1 Expressão inglesa que em português pode ser traduzida como Lei dos Pobres.

2 Expressão liberal cujo significado é *Deixai Fazer*, no qual segundo Polanyi, o mercado auto regulável tomava seus próprios rumos sem a necessidade da intervenção do Estado como regulador das relações sociais. Essa ideologia predominou no mundo até o início do século XX, após a crise econômica de 1929.

Quando o sistema internacional fracassou, na década de 1920, reapareceram os temas quase esquecidos do capitalismo primitivo. O primeiro e mais importante entre eles foi o governo popular. (POLANYI, 2000, p:261)

Após a crise econômica mundial de 1929, que foi causada pela superprodução em detrimento do baixo consumo, O Estado passa a assumir algumas responsabilidades sociais com objetivo de melhorar a vida do trabalhador e melhorar o poder de consumo, com fins de reestruturar o sistema capitalista. Segundo Silva, Yasbek e Giovanni (2004), como resposta a esta demanda, foi criado, no Brasil, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criação da carteira de trabalho e consolidação das leis trabalhistas, criação do Ministério da Educação e Saúde e dos Institutos de Aposentaria e Pensão. A promulgação da Constituição Federal de 1934 contemplou tanto os ideais do liberalismo político, quanto do reformismo econômico.

Embora a questão social não fosse mais considerada uma questão de polícia, ela não foi alçada a questão de política maior que merecesse a mesma atenção que o governo dispensava a área econômica. Na verdade, a política social brasileira desse período, não obstante encampada pelo Estado, funcionava, no mais das vezes como uma espécie de zona cinzenta, onde se operavam barganhas populistas entre Estado e parcelas da sociedade e onde a questão social era transformada em querelas reguladas jurídica e administrativamente e, portanto, despolitizada. ( PEREIRA, 2006, p: 130)

O período de ouro do Estado ficou conhecido como Estado do Bem-Estar Social ou *Welfare State*, no qual os países se comprometeram em garantir pleno emprego, cobertura universal dos serviços sociais, como educação e saúde e o estabelecimento de um mínimo de proteção social à toda a população. O Estado do bem-estar era orientado por dois princípios norteadores sendo ela a econômica, concebida por John Maynard Keynes, por isso denominada doutrina keynesiana. O segundo princípio é o social, liderada por Beveridge, criador do Sistema de Seguridade Social do segundo pós-guerra.

Deste modo, sob a influência da doutrina Keynesiana, o mercado deixou de ser o ator central, com seus valores individualistas, para ceder lugar ao Estado, com seus valores coletivistas. Portanto, segundo Pereira (2010), o Estado de bem-estar social foi uma alternativa capitalista para o capitalismo liberal clássico, uma vez que os liberais não conseguiram gerar emprego e bem-estar social, principalmente no período pós 1929. Ademais, outras circunstâncias favoreciam tal pacto, tais como: 1) a herança dos horrores e privações materiais causadas pela segunda guerra mundial; 2) o medo da ploriferação das experiências totalitaristas de direita, uma vez que segundo Polanyi (2000), as tentativas de continuação do liberalismo desembocaram no fascismo e nazismo.

As medidas adotadas balizadas pelo Estado do bem-estar social, segundo Pereira (2010) foram:

- Emprego maciço de capital norte americano para ajuda na reconstrução dos países destruídos pela guerra e maiores possibilidades de emprego, salários e livre consumo;
- Elevado gasto do Estado com saúde e educação no qual contribuiria para a coesão social, como também para aquecimento da economia e acumulação de capital;
- Organização fordista de produção a fim de produzir grandes quantidades de

produtos padronizados e baratos;

- Endividamento coletivo, a partir da ampliação do sistema de crédito a todos os consumidores.

Todas essas medidas fizeram parte de um modelo econômico denominado keynesiano que se caracterizou por um crescimento auto-sustentado, custos reduzidos, altas taxas de lucro para o capitalismo e pleno emprego, contribuindo para a formação de um consenso positivo e generalizado sobre o keynesianismo e a construção de um sistema de Seguridade Social abrangente e incluyente. (PEREIRA, 2010, p:4)

Apesar do Estado começar a valorizar o planejamento central a partir da década de 1950, os aspectos sociais continuaram a margem da agenda pública. Segundo Pereira (2006), mesmo quando algum aspecto social era contemplado, ficava sempre sob a primazia da rentabilidade econômica e do crescimento industrial, como aconteceu na era JK, no qual em seu plano de metas, a educação tinham como premissa a formação de mão-de-obra qualificada para as indústrias.

A subordinação dos valores da equidade e da justiça social aos interesses da maximização econômica impediu que o envolvimento estatal na regulação e na provisão social viesse significar ponderável mudança no padrão da política social herdado no período anterior. Efetivamente, entre 1930 e 1964, não houve, no terreno social um rompimento decisivo com o *laissez-faire* nem com a antiga estrutura de poder oligárquico da era agro-exportadora (PEREIRA, 2006, p:130)

Diante do exposto, as ações voltadas para a educação e a saúde tiveram como objetivo formar trabalhadores qualificados para atender um demanda específica de produzir recursos humanos para trabalhar nas indústrias brasileiras. Silva, Yazbek e Giovanni (2004), ressaltam a descontinuidade e fragmentação das políticas sociais da época, fruto de um modelo econômico construído historicamente como excludente, bem como seu caráter clientelista. Diante do exposto, o Brasil não conseguiu construir uma sociedade salarial e tão pouco implementar ações do *Welfare State* como nas sociedades dos países do capitalismo central.

Entendemos que a construção da proteção social estatal, que remota aos anos 1930, mostra que a regulação do Estado Brasileiro, no campo das políticas sociais, tem, historicamente, se efetivado mediante programas e ações fragmentadas, eventuais, portanto, descontínuas. A histórica e profunda concentração de renda decorrentes dos modelos de desenvolvimento econômico adotado ao longo da construção do capitalismo industrial no Brasil e a sobre-exploração da força de trabalho vem se aprofundando apesar da construção de um conjunto amplo de conjuntos sociais que são marcados por caráter essencialmente compensatório, pouco contribuindo para amenizar as condições de pobreza de largo contingente da população brasileira. Esse sistema tem situado, historicamente, a população beneficiária no campo do não direito para o terreno do mérito, além de servir como instrumento para a corrupção, demagogia, fisiologismo e clientelismo político. (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p. 17)

O Estado de bem-estar social, segundo Pereira (2010) assumiu uma configuração social democrata e adotaram políticas sociais que visavam zelar pela ordem social estabelecida. Este foi o período que a política social teve seus momentos de glória com a instituição e concretização dos direitos sociais e rompendo com a visão paternalista que balisava as políticas sociais até então. Entretanto, paradoxalmente, atendia os interesses do

capital. Segundo Demo (1994), o Estado de Bem-estar social se traduz concretamente na presença da classe média, ingrediente para estabilidade social no capitalismo.

Foi em meio a essa reorganização econômica, social e política que a política social no Brasil se instituiu, nos anos 1930, associada formalmente a direitos sociais reivindicados por trabalhadores organizados, mas ironicamente submetida a práticas populista se nacional-desenvolvimentistas<sup>5</sup> do governo ditatorial de Vargas. Digo ironicamente porque, enquanto nos países capitalistas centrais as políticas sociais conquistadas pela classe trabalhadora floresceram sob a égide das chamadas democracias burguesas, no Brasil tais políticas floresceram e se adensaram nas ditaduras, sob as bênçãos da burguesia. Prova disso, foi que, no governo republicano de Juscelino Kubitschek, considerado até então o mais democrático, a política social teve um papel marginal. Nesse governo, marcado por um ambicioso sonho nacional-desenvolvimentista de trazer para o país, em cinco anos, um progresso equivalente a cinquenta anos de crescimento industrial, a política social só teve vez como peça subsidiária a realização desse progresso. Não à toa, a educação contida no Plano de Metas do governo Kubitschek visava quase tão somente preparar recursos humanos para empresas estrangeiras que aqui se estabeleceram, sobretudo as do ramo automobilístico (PEREIRA, 2010, 732-733)

Na década de 1950, teve o início do debate nacionalista com adesão às concepções e idéias acerca da industrialização periférica, difundidas pela Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL. Ressalta-se que a industrialização se desenvolveu sob a tutela do Estado. Nesta mesma década, criou-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, atualmente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, bem como a SUDENE, como proposta de desenvolvimento da região nordeste. Ressalta-se que este desenvolvimento ocorrido nesta década, houve interferências internacionais na economia, pressupondo que os interesses sociais foram mitigados.

Nesta mesma década houve um período iniciado por Vargas conhecido como populismo. Como Vargas estava perdendo poder político, estabeleceu uma relação direta entre o povo, colocando-se como líder carismático, obtendo assim, apoio popular. Suas ações eram voltadas para atender as demandas sociais. Janio Quadros e João Goulart tinham a mesma linha de atuação, sendo uma delas a reforma agrária.

Apesar de curto, esse governo apresentou uma proposta mais progressista de política social e uma atenção deliberada de intervir nas bases políticas e instituições estratégicas. Entretanto, o intento governamental de realizar reformas de base, reivindicadas pela sociedade, e mudanças no sistema eleitoral, na organização urbana, na educação superior e na relação prevalecente no país com o capital estrangeiro, provocou inquietações conservadoras, levando a burguesia industrial e a classe média (que temiam o socialismo) a se articularem com as velhas forças agromercantis para agir contra Goulart. Resultado: o golpe militar de 1964 e a inauguração de um outro padrão (autoritário) político administrativo no país. (PEREIRA, 2006, p. 134)

Com o golpe militar na década de 1960, o Estado deixa de ser populista e passa a ser tecnocrático e centralizado, “fundado em um restrito pacto de dominação entre as elites civis e os militares, sob aplausos da classe média assustada com o turbulento período anterior” (TAVARES e ASSIS, 1985, apud PEREIRA, 2006. P: 135).

Ao longo do século XX, a ameaça do socialismo exigiu que a burguesia interviesse para garantir a integração dos trabalhadores à ordem capitalista. A necessidade de

tal integração e, evidentemente, o conjunto das lutas operárias contribuíram para a organização de um Estado marcado pela concessão de direitos políticos e sociais aos trabalhadores. O modelo econômico liberal adotado no regime militar mostrou-se, segundo Pereira (2006), concentrador e excludente.

Entretanto, como forma compensatória à repressão, o Estado intensificou as políticas sociais, não como resposta às necessidades sociais, mas como via de reaproximação do Estado com a sociedade.

As idéias neoliberais surgiram logo após a segunda grande guerra mundial na Europa e na América do Norte, sendo uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de Bem-Estar. Segundo Anderson (2003), enquanto as políticas keynesianas efetivavam neste período pós-guerra, um pequeno grupo compartilhava a ideologia de que a limitação do mercado frente ao fortalecimento do Estado seria nocivo à liberdade, não somente econômica como política, numa premissa que conduziria ao totalitarismo.

Aí se fundou a sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro. As condições para este trabalho não eram de todo favoráveis, uma vez que o capitalismo avançado estava entrando em uma fase de auge sem precedentes, apresentando um crescimento mais rápido da sua história, durante as décadas de 50 e 60. Por essa razão, não pareciam muito verossímeis os avisos neoliberais dos perigos que representavam qualquer regulação do mercado por parte do Estado. (ANDERSON, 2003, p:10)

Com a crise mundial do capital instaurada em 1973, ocorreram baixas taxas de crescimento econômico com altas taxas de inflação. A partir de então, segundo Anderson (2003), as idéias neoliberais começaram a ganhar força e os defensores desses ideais culpabilizaram o poder excessivo dos sindicatos, aliado ao movimento operário que mitigaram as bases de acumulação capitalista, pressionando o aumento de salários e maiores gastos sociais por parte do Estado.

Diante deste contexto, a saída encontrada seria manter o Estado forte, no que tange sua capacidade de romper com o poder sindical e tornar-se mínimo no que se refere aos gastos sociais e nas intervenções econômicas. Seguindo esse pressuposto, os Estados deveriam estabilizar-se monetariamente via disciplina orçamentária, diminuição nos gastos sociais e restauração da taxa *natural* de desemprego, uma vez que com o aumento do exercito de reservas, forçaria a quebra do poder sindical, além de diminuir paulatinamente os direitos trabalhistas e diminuição dos salários. O projeto neoliberal começou a ser colocado em prática, portanto, em 1979 na Inglaterra, no governo de Thatcher e em 1980 nos Estados Unidos, no governo de Reagan. No Brasil, este projeto deu início em 1990.

O período de transição democrática, que ocorreu na década de 1980, teve grandes desafios como diminuir a pobreza que atingia metade da população brasileira e reestruturar a economia que se encontrava inflacionada. Esta situação foi o fruto da política desenvolvimentista do regime militar, no qual contribuiu com o aumento da dívida externa e a intensificação da pobreza.

Outro desafio colocado em pauta foi a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, no qual a seguridade social composta pela saúde, previdência social e assistência social passaram a ser obrigação do Estado. Quanto aos direitos trabalhistas, houve um aumento do leque de direitos como diminuição da carga horária, férias, aumento do período de licença maternidade e aumento da menoridade para o trabalho.

No que se referem à focalização das políticas sociais, os recursos de atenção à população em situação de extrema pobreza e tem como objetivo principal a redução de despesas, pois sua abrangência é limitada quando comparada com políticas sociais universais. Benefícios e auxílios concedidos pelo Estado apenas a grupos restritos não carregam consigo a noção de direito social em seu sentido mais amplo, o que é politicamente interessante do ponto de vista do capital.

Trata-se de uma política social apoiada num conceito de pobreza restrito, que reduz o número real de pobres, suas necessidades e o montante de recursos públicos a serem gastos. Ela procura se adequar ao permanente ajuste fiscal a que se submetem os países periféricos, por exigência do FMI e do capital financeiro (“os mercados”), para garantir o pagamento das dívidas públicas. Essa política social é a contra face dos superávits primários. (FILGEUEIRAS, 2007, p. 156)

No Brasil, a década de 1990 marcou a abertura da economia nacional ao capital internacional e às exigências do ajuste estrutural neoliberal, ajuste que reconfigura instituições e restringe a capacidade do Estado de configurar sua política econômica com autonomia. Observou-se, em nome da busca pela estabilidade econômica, a adesão às recomendações elaboradas por organismos como FMI e Banco Mundial. Ressalta-se que uma das recomendações foi o corte em gastos públicos.

Neste mesmo período, a necessidade do resgate do enfrentamento das questões sociais colocadas em pauta na década de 1980, foi colocada em cheque diante da opção do Estado pela adoção do projeto neoliberal, limitando os programas sociais e minimizando os direitos sociais ora alcançados na Constituição Federal de 1988.

Segundo Loureiro e Ribeiro (2010), a grande sacada do neoliberalismo é a separação da política social da política econômica, no qual cumpre a estratégica função ideológica de neutralizar a percepção dos efeitos sociais na economia capitalista. Caracteriza-se como social um conjunto de políticas, dentre elas a saúde, previdência, educação, assistência social, etc, com objetivo de desvincular o caráter social da economia. “A própria existência desse conjunto de políticas contempla necessidades de manutenção da sociedade na qual a economia se estrutura a partir de apropriação privada da riqueza produzida socialmente” (LAUREIRO E RIBEIRO, 2010, p. 295-296).

Saviani (2000) concebe a política social como “antídoto ao caráter anti-social da economia capitalista” (p.118). Nesta perspectiva, o capitalismo deflagra as condições de trabalho e a condições de vida da sociedade, reduzindo o bem-estar em políticas sociais compensatórias.

O Estado neoliberal, contendo despesas destinadas aos setores sociais e ampliando os espaços para a exploração capitalista com a abertura do campo dos serviços públicos ao empresariado, tornou-se contribuinte na busca pela recuperação de acumulação do capital. Nesse sentido, observamos uma ofensiva do capital que nos permite definir as políticas sociais do neoliberalismo a partir



de três pontos principais: administração racional – econômica dos recursos públicos<sup>3</sup>, terceirização dos serviços públicos para a iniciativa privada<sup>4</sup> e focalização das políticas sociais<sup>5</sup>. (LAUREIRO E RIBEIRO, 2010, p. 296)

No final dos anos 1990 para os anos 2000, inicia-se o debate dos programas de transferência de renda direta para famílias em situação de extrema pobreza como forma de aumentar o poder de consumo das famílias, como o Programa Bolsa Família<sup>6</sup>. Para Pochmann (2014), essas políticas sociais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família melhorou as condições de vida dessas famílias como o acesso à alimentação e educação. Segundo a Unicef (2009), o programa Bolsa Família foi importante para aumentar significativamente o número de matrículas e da frequência escolar entre crianças e adolescentes.

Na concepção de Suplicy (2013), os programas de renda mínima já implementados em diversos países do mundo são vistos como um princípio de política econômica civilizada com objetivos de erradicar a extrema pobreza e reduzir as desigualdades regionais ora objetivadas na Constituição Federal. Segundo os autores Payne e Phillips (2012) é necessário pensar em políticas redistributivas em especial para os mais pobres e desempregados com enfoque nas necessidades básicas. É neste pressuposto, que iniciaram no Brasil os debates das políticas de transferência direta de renda, sendo esta, uma proposta de corte neoliberal, considerando o fato do aumento do desemprego como consequência das medidas econômicas que se sobrepõe sobre as demais políticas públicas.

Segundo Pochmann (2014), houve uma melhoria nas condições de vida e aumento do poder de consumo entre as famílias que compõem a base piramidal. Este fato se deve a valorização do salário mínimo, o Programa Bolsa Família e difusão do crédito. Todavia, não diminuiu as desigualdades sociais. Ainda segundo o autor, a diferença entre os 20% mais pobres era 19,5 vezes dos 20% mais ricos no de 2001. Essa diferença em 1981 era de 17,7 vezes.

Para Soulet (2015) é preciso pensar em um novo modelo social para um trabalho social pautado em três desafios que são a integração dos indivíduos através da participação e de políticas promocionais; a coesão social, arbitrando as diferenças e gerindo a preocupação com o futuro e a definição das desigualdades socialmente aceitáveis, diminuindo as desigualdades de possibilidades através do desenvolvimento de um individualismo institucional. Essas medidas são possíveis a partir de um Estado responsável no investimento no capital humano. Soulet, portanto, aponta para a individuação das políticas sociais<sup>7</sup>.

3 Está vinculado às exigências de ajuste macroeconômico neoliberal que prevê o enxugamento do Estado, sendo que este deve assumir o mínimo necessário de encargos sociais e utilizar recursos disponíveis com a máxima eficiência e o menor custo, sendo recomendações do banco mundial.

4 É a noção de descentralização e participação da comunidade, incluindo a participação do setor privado para manutenção de projetos sociais. Esta proposta faz parte de uma das estratégias estabelecidas pelo banco mundial, cujo documento Propriedades y estrategias para La educación propõe a participação da comunidade nos custos escolares.

5 Canaliza os recursos para ações de enfrentamento à extrema pobreza e tem como objetivo principal a redução de despesas, pois sua abrangência é limitada quando comparada às políticas universais, sendo que os benefícios não carregam consigo a noção de direito social mais amplo. A noção de pobreza é restrita e configura-se como reducionista em relação ao número de pobres.

6 O Programa de transferência de renda como Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, dentre outros, foi unificado e transformado em um único programa: O Bolsa Família. Este programa beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Os valores do benefício depende do tamanho da família, a idade de seus membros e a renda. Para continuarem a receber o benefício, as famílias devem cumprir algumas condicionalidades, sendo uma delas a manutenção dos seus filhos menores de 17 anos na escola.

7 Afirmação do sujeito, enquanto formação de uma identidade e sujeito histórico. Formação para autonomia e potencialização do sujeito.

Na concepção de Soulet (2015), o problema central não é mais a pobreza, mas o déficit de integração e participação social, fundado em políticas sociais que visam um movimento de inclusão ativa, no qual a coesão social deve estar baseada numa concepção participativa dos indivíduos, pressupondo assim, uma reintegração da contrapartida que repouse na liberdade dos indivíduos expressamente manifestada de querer ser membro e de contribuir, baseado na capacidade de encontrar lugar socialmente enquanto sujeito constituído e responsável. É necessária a concepção do indivíduo inacabado numa perspectiva de socialização não pela conformidade, mas pela subjetivação. Nessa premissa, os indivíduos inacabados é uma expressão de uma socialização imperfeita à individuação, a não participação como déficit de subjetivação.

Segundo Suplicy (2013), além da necessária reforma agrária, da expansão da prática do orçamento participativo, da multiplicação das oportunidades de microcrédito, de estímulo às formas cooperativas de produção em todas as empresas, da universalização dos direitos de educação e de assistência à saúde, da expansão dos programas de moradia e de segurança alimentar, a instituição de um programa de garantia de renda mínima constitui-se como instrumento fundamental de política econômica para que tenhamos uma nação justa e civilizada.

Apesar do início da primeira década dos anos 2000 ser considerada a *década inclusiva*, devido o aumento de renda da população e um alto nível de empregabilidade, ressalta-se que o aumento da renda se deu, principalmente pelos programas assistenciais de transferência de renda e a informalidade também aparece na porcentagem de pessoas ocupadas. Boschetti (2015) questiona o modelo de desenvolvimento no Brasil que festeja a tímida redução da pobreza e da miséria e com uma das maiores populações carcerárias do mundo, sendo que as desigualdades sociais se naturalizaram em detrimento do favorecimento do sistema bancário aliado a privatização de serviços essenciais para a população, à prioridade de pagamentos de dívidas ilegítimas e a garantia do consumo e reprodução do capital

Boschetti (2015) aponta tendências globais das políticas sociais, tendo como expressão o enxugamento dos gastos públicos integrado a transferências de suas responsabilidades para a família e sociedades civis. No Brasil, por exemplo, a autora utiliza dados do IPEA de 2011 acerca dos gastos governamentais do referido ano. 45% do orçamento público é destinado para pagamento de juros da dívida externa; 4,07% para a saúde; 2,9% para a educação; 2,85% para a assistência social; 2,29% para políticas de trabalho; 0,12% para a reforma agrária e 0,4% para a segurança pública.

Emerge neste contexto a sobreposição da terceirização das políticas sociais em detrimento da atuação estatal, resultando na mudança de paradigmas da função do Estado que foi consolidado desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 que tinha como arcabouço a primazia de responsabilidade do Estado frente à questão social. Neste modelo de Estado neoliberal atribui um papel relevante às Organizações Não-Governamentais como protagonistas na condução de políticas sociais, em especial ao atendimento às famílias. Sendo assim, há um reforço dessas idéias de terceirização pelos Organismos Internacionais sob forte argumento de participação social comunitária no provimento do atendimento às necessidades sociais.

Como consequências dessas medidas, no primeiro momento, podemos perceber um certo retrocesso das políticas sociais uma vez que retomam práticas assistencialistas e

caritativas, ações essas verificadas até a década de 1930, uma vez que as ONG's, em sua maioria, não possuem estrutura técnica para operacionalização das políticas sociais.

O Estado passa à defesa de alternativas que envolvem a família, as organizações sociais e a "rede filantrópica de solidariedade social", abdicando de políticas universais ancoradas no direito de cidadania. As medidas postas em prática são reducionistas, voltadas primordialmente para situações extremas, com alto grau de seletividade e focalização, direcionadas à miséria e à pobreza absoluta, que não impactam de forma significativa os níveis de desigualdade social persistentes em nosso país. (RAICHELIS, 2013, p. 618)

Aliado a este processo de terceirização das políticas sociais, o programa Bolsa Família, embora tenha contribuído para o aumento de renda das famílias em situação de extrema pobreza e dinamizando o comércio devido ao aumento do consumo, as condicionalidades impostas pelo programa utilizam de práticas disciplinadoras e não possuem medidas que incentivam as famílias beneficiadas a procurarem a porta de saída, numa perspectiva de empregabilidade e formação para uma real integração social.

Segundo Raichelis (2013), as políticas sociais brasileiras, em especial a seguridade social<sup>8</sup>, enfrentam neste contexto alguns paradoxos. Se por um lado, sua autenticidade está assegurada na constituição federal no qual o Estado aparece como autor principal deste processo, por outro lado está inserido num contexto de reajuste às configurações da ordem capitalista internacional, com seu caráter regressivo e conservador que focaliza, ameaça o direito de cidadania, retrocedendo a meritocracia, a disciplina e refilantropização e criminalizando a questão social.

### 3.3. Políticas sociais de enfrentamento ao trabalho infantil

A Infância não pode ser vista como uma etapa da vida de forma abstrata, mas como um conjunto de fatores e instâncias que se instituem como formas de pensar a infância como a família e a escola. E, frente a mudanças de paradigmas sociais e legais, em relação à infância e juventude, as políticas sociais foram constituídas a partir dessa ideia de proteção integral no qual os programas foram segmentados por faixa etária e violação de direitos. Nesta perspectiva, através da Política Nacional de Assistência Social – PNAS foram criadas políticas de atendimento de 0 (zero) a 6 (seis) anos, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e o Projovem Adolescente<sup>9</sup> que passaram a integrar o Programa Bolsa Família<sup>10</sup>, além do Programa Sentinela<sup>11</sup>.

O PETI tem como eixos basilares o benefício que seria a transferência direta de renda através do Programa Bolsa Família; a jornada ampliada que atende as crianças inseridas

8 O tripé da Seguridade Social, a partir da Constituição Federal de 1988 passou a se composto pela saúde, assistência social e previdência social.

9 O Projovem Adolescente foi criado em 2002, faz parte dos programas da Proteção Social Básica e tem como objetivo atender adolescentes com idades entre 15 a 17 anos oriundos do programa Bolsa família. Desde 2013, o programa foi extinto e atualmente o Serviço de Fortalecimento de Vínculos que atende este público.

10 O Bolsa Família foi criado pela lei 10.836, de 2004, tem por finalidade a "unificação" do PNAA (Programa Nacional de Acesso à Alimentação), criado pelo governo Lula com programas de FHC, entre eles o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cadastro Único do Governo

11 Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, O programa foi criado em 2001 pelo governo Federal.

no programa por meio de atividades culturais, educativas, de esporte e lazer e por fim o trabalho social com as famílias que são ofertados pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS que objetivam a superação das vulnerabilidades sociais decorrentes da extrema pobreza. Como resultado, espera-se a potencialização dessas famílias para que haja como fator protetivo de seus filhos e garantindo-lhes os direitos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

O PETI instituiu-se como política pública do governo federal que iniciou em 1997 em caráter experimental em algumas cidades do Estado de Pernambuco, considerado na época como o estado com os piores índices de situação de trabalho infantil descritas como as *piores* formas de exploração.

Ressalta-se que, segundo Padilha (2013), a implantação do PETI ocorreu de forma conflituosa em decorrência do movimento nacional que se dava no país contra as medidas de erradicação do trabalho infantil, havendo, portanto, um embate por forças antagônicas: De um lado, o Ministério Público, Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI e a UNICEF, do outro lado, os empregadores da mão-de-obra infantil compostos por grandes produtores latifundiários. Esse embate representou avanços e recuos na construção de um pacto político em favor da infância.

O PETI foi estruturado a partir da pactuação entre governo federal, Estados, Municípios e sociedade civil, sendo que cada ente da federação tem seu papel frente a execução do PETI, no qual cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social – MDS o planejamento e estruturação, além de gerir e financiar o programa. Quanto ao governo estadual, cabe o papel de coordenar, monitorar e supervisionar as políticas sociais no âmbito do estado. Já ao município cabe o papel de coordenar, executar as políticas sociais do município. Quanto aos conselhos, estes possuem uma função fiscalizadora e mobilizadora, representando a sociedade civil. Quanto as ONG's, elas possuem o papel de parceiros para oferta de serviços de atenção à infância.

A partir de 1998 o programa expandiu-se para todo o Brasil com o objetivo da retirada de crianças e adolescentes do trabalho perigoso, penoso, insalubre e degradante através de três estratégias basilares: inserção da criança e adolescente na escola e acompanhamento do desempenho escolar; inclusão na jornada ampliada no contra turno da escola que oferece atividades de recreação, cultural e esportiva e apoio; apoio e orientação às famílias por meio de ações sócio-educativas e promoção de emprego e renda, bem como a inserção nas demais políticas públicas setoriais; e por último, o repasse monetário às famílias, o Bolsa Criança Cidadã no valor de R\$25,00 (vinte e cinco reais) para famílias que residem na área rural e R\$40,00 (Quarenta Reais) para famílias que residem na área urbana.

Aliado ao pagamento da Bolsa, em 1996 foi implantado a Jornada Ampliada que consiste em atividades desenvolvidas no contra-turno escolar que propiciam lazer, esporte, cultura, dentre outras atividades com objetivo de fortalecer os direitos da criança e adolescentes, além de diminuir a permanência nas ruas. A jornada ampliada consolida, portanto, novo espaço cognitivo e psicossocial da criança e do adolescente.

Outra modalidade de atendimento é direcionada às famílias no qual devem ser desenvolvidas ações para garantir o acesso à programas e projetos de qualificação e

requalificação profissional e de geração de trabalho e renda, aliado às demais políticas setoriais para garantia do acesso aos direitos sociais, visando a melhoria na qualidade de vida da família. O foco do PETI, portanto, é a família tendo as políticas sociais como pressuposto a família como “lugar de excelência e proteção” (PADILHA, 2013, p.65). Neste sentido, o objetivo é o fortalecimento dos laços afetivos e protetivos diante das situações de pobreza e vulnerabilidades sociais.

Em 1999, o programa sofreu algumas modificações sendo que houve uma delimitação de tempo para permanência no programa para dois anos, podendo ser prorrogado por no máximo quatro anos. Essa mudança possibilitou o aumento do número de crianças atendidas sem alterar os custos no orçamento público. Em contraponto, essa modificação trouxe desvantagem para as crianças uma vez que terminado o prazo da mesma no programa, havia uma grande probabilidade do retorno dessas crianças para o trabalho precoce, aliado ao fato de que diante da realidade brasileira e do perfil dessas crianças, em sua maioria encontravam-se em atraso escolar.

Padilha (2013) ressalta que as modificações que ocorreram na estrutura do programa são feitas para garantir interesses das questões de ordem político-econômica e contribui para o enfraquecimento da eficácia do programa. Desde 2005 o programa PETI passou a ser vinculado ao programa Bolsa Família no qual a educação e a saúde tornaram-se parceiras neste processo, uma vez que uma das nuances do trabalho infantil é a evasão escolar. Tais medidas tem contribuído para o aumento significativo o número de matrículas no sistema de ensino, bem com diminuiu a taxa de trabalho infantil no Brasil.

Em 2013, houve o processo de reordenamento da política de Assistência Social, no qual passou a (des) regulamentar todos os serviços sócio-assistenciais, dentre eles o PETI, no qual passou a fazer parte dos serviços de Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários – SFVF. Sendo assim, a jornada ampliada do PETI passou por transformações no qual as crianças em situação de trabalho infantil deixam de ser alvo de atendimento, podendo ser incluídas quaisquer crianças dos territórios da jornada ampliada. Ressalta-se que diminuiu os dias de frequência na atividade. Antes as atividades aconteciam todos os dias e atualmente apenas duas vezes por semana.

### **3.4. Reflexões sobre as *piores* formas de exploração do trabalho infantil e a convenção nº182 da OIT**

A OIT adota uma nova norma em 1999, a Convenção nº 182 que trata das *Piores Formas* de Trabalho Infantil, determinando a prioridade para eliminação das seguintes formas de trabalho: todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, tráfico, sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados; envolvimento em pornografia ou exploração sexual; atividades ilícitas, tais como a produção e tráfico de entorpecentes e atividades que, pela sua natureza ou pelas condições nas quais são realizadas, apresentam riscos à saúde, segurança ou moralidade das crianças, que são definidas por essa Convenção como qualquer pessoa com menos de 18 anos. Ainda de acordo com a Convenção nº182 cada país deve estabelecer sua própria lista de Piores Formas, em consulta com organizações de trabalhadores e empregadores. A Convenção n. 182 tornou-se a convenção mais amplamente adotada na história da OIT, tendo sido ratificada até agora por 179 dos seus 185 Estados-Membros, sendo que todos os países

devem enviar relatórios a cada dois anos acerca do problema bem como as ações.

Para os fins desta Convenção, a expressão as piores formas de trabalho infantil compreende:

- a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;
- b) utilização, demanda e oferta de criança para fins de prostituição, produção de pornografia ou atuações pornográficas;
- c) utilização, recrutamento e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de entorpecentes conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes;
- d) trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança. (Art.2º da Convenção nº182 da OIT)

Segundo a ONU (2015), a convenção nº182 reconhece a pobreza como causa fundamental do trabalho infantil e prevê que a solução a longo prazo está no crescimento econômico sustentado que conduza ao progresso social, em particular à erradicação da pobreza e à educação universal. Entretanto, este reconhecimento é a afirmação da impossibilidade de erradicar o trabalho infantil numa conjuntura neoliberal, no qual presume um Estado em detrimento das questões econômicas e do modelo de acumulação capitalista. Desse modo, é possível observar que as situações de trabalho citadas pela OIT como as *piores* formas de exploração do trabalho infantil, são formas de trabalho degradantes para qualquer ser humano.

Quanto à exploração sexual ou a oferta de crianças para a pornografia e o tráfico de drogas, a OIT não reconhece como trabalho por serem considerados ilícitos, apesar de incluí-los entre as piores formas de trabalho, uma vez que por trás deste problema há terceiros com ganhos financeiros e a relação entre o aliciador é sinônimo de exploração econômica e semelhante ao trabalho forçado e à escravidão aliado a grande possibilidade de permanecerem na criminalidade.

Segundo Ivo (2013), as situações análogas à escravidão não se restringe à privação de liberdade. São consideradas também situações nas quais os empregadores excedem os limites da dominação e exploração e todas as condutas que vão contra os direitos do trabalhador como o pagamento devido do salário. Partindo deste princípio e refletindo as situações de trabalho no qual as crianças estão inseridas, pode-se afirmar que todas as situações analisadas são análogas à escravidão, uma vez que se encontram em trabalhos precários no qual não tem acesso a nenhum direito e proteção no trabalho expostos a super exploração devido a baixa remuneração e por ser um grupo extremamente vulnerável que não reivindicam direitos e não negociam melhores condições de trabalho. Ademais, devido à falta de capacitação profissional, as crianças e adolescentes sempre estarão inseridos em trabalhos informais que exige maior trabalho manual.

A partir das reflexões acerca das piores formas, surge um questionamento: Existem *melhores formas* de exploração do trabalho infantil? Este questionamento nos remete a questão do trabalho da criança enquanto *child work* e *child labor* no qual, no qual as *piores* formas fazem parte do *child labor*. Neste sentido, mesmo o trabalho enquanto atividade fim estratégia de sobrevivência do grupo familiar (*child work*), a atividade

meio encontra-se dentro do *child labor*. As *piores formas* de exploração do trabalho infantil, concebidas pela OIT, portanto, reconhece o trabalho infantil importante para o modelo de acumulação capitalista vigente, delimitando as situações de trabalho que já eram consideradas sub-humanas pelo referido organismo.

A Convenção 182<sup>o</sup> menciona que cada país membro deverá adotar, de acordo com as legislações nacionais, quais trabalhos são considerados as *piores formas* de exploração do trabalho infantil, levando em consideração os princípios do que a OIT considera as *piores formas*. Deste modo, o Brasil foi o primeiro país a ratificá-la no ano seguinte através do decreto nº 3.597/ 2000 e da elaboração do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador que foi elaborado em conjunto com a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil - CONAETI<sup>12</sup> que tem por finalidade a verificação das convenções da OIT nº132 e 182 e elaborar propostas para monitoramento e aplicação da Convenção nº182. O plano constitui-se, portanto, como instrumento para eliminação das piores formas de trabalho infantil com prazos determinados<sup>13</sup> assumidas pelo Brasil através do documento *Trabalho Decente nas Américas: Uma agenda Hemisférica, 2006-2015* apresentado na XVI Reunião Regional Americana da OIT, ocorrida em 2006.

Em 2008 foi aprovado o decreto nº 6.481 que institui a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, a Lista TIP (disponível no anexo I) que segundo o decreto foi elaborado em conjunto com os empregadores e interessados na questão do trabalho infantil. Há, portanto, dois grupos. O primeiro, os empregadores, que lucram com o trabalho infantil e ao mesmo tempo necessitam formar trabalhadores qualificados e o segundo grupo que por trás de todo o discurso de evocar os direitos da criança e do adolescente, almejam cargos públicos de confiança, ganham prestígio e tem acesso a verba pública. Por fim, esses dois grupos possuem o mesmo objetivo: manter a ordem e a posição de classes estabelecidas.

A referida convenção prevê medidas que os Estados membros devem articular para que possam alcançar o objetivo proposto. O artigo 6<sup>o</sup> e 7<sup>o</sup> da referida convenção norteiam as medidas que devem ser implementadas:

**Artigo 6<sup>o</sup>** 1. Todo Estado-membro elaborará e implementará programas de ação para eliminar, como prioridade, as piores formas de trabalho infantil. 2. Esses programas de ação serão elaborados e implementados em consulta com instituições.

**Artigo 7<sup>o</sup>** 1. Todo Estado-membro adotará todas as medidas necessárias para assegurar aplicação e cumprimento efetivos das disposições que dão efeito a esta Convenção, inclusive a instituição e aplicação de sanções penais ou, conforme o caso, de outras sanções.

2. Todo Estado-membro, tendo em vista a importância da educação para a eliminação do trabalho infantil, adotará medidas efetivas para, num determinado prazo: a) impedir a ocupação de crianças nas piores formas de trabalho infantil; b) dispensar a necessária e apropriada assistência direta para retirar crianças das piores formas de trabalho infantil e assegurar sua

12 Organismo quadripartido composto por representantes do poder público, dos empregadores, dos trabalhadores, da sociedade civil organizada e de organismos internacionais, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

13 O prazo de erradicação das piores formas de exploração do trabalho infantil foi determinado até o ano de 2015 e para sua completa erradicação até o ano de 2020.

reabilitação e integração social; c) garantir o acesso de toda criança retirada das piores formas de trabalho infantil à educação fundamental gratuita e, quando possível e adequado, à formação profissional; d) identificar crianças particularmente expostas a riscos e entrar em contato direto com elas; e, e) levar em consideração a situação especial das meninas.

3. Todo Estado-membro designará a autoridade competente responsável pela aplicação das disposições que dão cumprimento a esta Convenção

Diante das recomendações, como foi dito anteriormente, o CONAETI elaborou o do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador. Para elaboração do plano nacional, foi analisado como a exploração do trabalho de crianças e adolescentes ainda perpetua no país, sendo consideradas diferentes categorias como a raça, gênero, condição econômica, tipo de ocupação e as diversidades regionais. A partir de então foi delineada estratégias para adequação da Convenção nº182 a partir da doutrina da Proteção Integral.

O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador foi elaborado a partir de eixos estratégicos de ação que balizam as ações que devem ser realizadas para o enfrentamento do problema em questão. A partir de então, diante da análise de conjuntura, observou-se os problemas que estavam sendo entraves para alcançar os objetivos propostos pela Convenção nº182 da OIT. Foi observado que a prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador não estavam sendo assumidas como prioridade pela sociedade e pelo poder público. Diante deste contexto, o plano colocou como estratégia o levantamento de planos municipais, distritais e estaduais elaborados e implementados, as leis orçamentárias; termos de ajustamento de conduta e ações judiciais, balanços sociais das empresas, acordos e convenções coletivas celebrados, linhas de financiamento das fundações empresariais, levantamento dos números de crianças inseridas no trabalho infantil e levantamento de programas culturais e esportivos em funcionamento.

Outro ponto levantado foi à posição da sociedade em relação à aceitação do trabalho infantil, no qual presumem que o trabalho infantil é o antídoto para prevenir a criminalidade, como se não houvesse outro caminho para as crianças pobres. A partir dessa situação, foi proposto o investimento em mídias e organização de fóruns de mobilização social para difundir de forma ampla a sobre o problema. Aliado a isso, o plano prevê a participação das crianças e adolescentes nestes fóruns como forma de trabalhar o protagonismo juvenil.

Diante da dificuldade de fiscalização dos trabalhos tipificados como as piores formas de exploração do trabalho infantil, o plano elucida a ampliação deste trabalho fiscalizador, aliado a criação do Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil. Quanto a atuação dos profissionais, percebe-se que os atores envolvidos não possuem conhecimento acerca do trabalho infantil no que tange a sua identificação. Nesta premissa, o plano estabelece a capacitação constante dos conselheiros tutelares e demais profissionais ligados à área social, bem como agentes de saúde e professores.

Quanto a questão dos empregadores, o plano prevê concessão de crédito às empresas que não utilizarem o trabalho infantil, bem como a obrigação de contratar adolescentes como jovens aprendizes de acordo com o programa de aprendizagem.



Outro eixo estruturante é a atenção às famílias em situação de trabalho infantil no qual consiste que nenhuma criança e adolescente beneficiadas pelo Programa Bolsa Família devem estar inseridas no trabalho, sendo que o sistema de monitoramento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS deve identificar esse público para que sejam inclusos nos serviços ofertados pelo CRAS e CREAS a fim de criar oportunidades de transformação dos valores que perpetuam a utilização do trabalho infantil pelas famílias, principalmente na área rural. Aliado a isso, deve ser implantado a educação em tempo integral onde os municípios devem implementar em suas escolas, no qual serão monitoradas pelo *Educacenso*<sup>14</sup> além de universalizar o acesso à educação. Quanto a saúde, o plano inclui a proteção da saúde de crianças e adolescentes contra a exposição aos riscos do trabalho.

A partir da apresentação dos eixos estruturantes do referido plano, percebe-se que essas medidas não estão sendo efetivadas. De acordo com o Fórum Regional de Enfrentamento ao Trabalho Infantil, há uma dificuldade de identificar as famílias nesta situação visto que há uma incompatibilidade de dados da PNAD com o SUAS acerca da dimensão do problema, sendo que apenas 9% do número total de crianças inseridas no trabalho estão identificadas no sistema de monitoramento do SUAS. No que tange as políticas públicas, além da dificuldade de identificar essas crianças, o trabalho infantil permanece não fazendo parte da agenda de prioridades do governo, visto que houve uma diminuição paulatina de verbas para o programa PETI. Ademais, os fóruns e conselhos não conseguiram incluir as crianças e adolescentes para participar dos grupos de discussão.

Quanto ao posicionamento da sociedade em relação ao trabalho infantil, percebe-se que pouco mudou desde a promulgação dos direitos da criança e do adolescente, uma vez que ainda há uma premissa que os direitos não são para todos. Grande parte ainda acredita que o trabalho infantil previne a criminalidade, como se não houvesse outra escolha para as crianças pobres. Aliado a isso, uma parte da sociedade percebe os direitos da criança e do adolescente inerente apenas às camadas sociais mais altas da sociedade.

Quanto à fiscalização, diante da proibição do trabalho de crianças, o capitalismo utiliza alguns meios para burlar tais leis, inserindo as crianças em muitas situações de trabalho que são difíceis de serem fiscalizados devido ao acesso, principalmente no que diz respeito às atividades consideradas ilícitas e trabalhos realizados na madrugada e análogos a escravidão - na produção de castanhas, seringais, sisais, carvoarias e cana-de-açúcar .

A OIT elaborou outro documento *Domínios de Intervenção Prioritária do Governo Para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil 2004-2014* no qual orienta estratégias nas seguintes áreas: redução da pobreza, redução das vulnerabilidades das famílias e universalização da educação e ampliação na fiscalização.

No Brasil, as medidas de enfrentamento do trabalho infantil já vinham sendo implementadas desde a década de 1990 através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI<sup>15</sup> que tem como eixos basilares: o benefício que seria a transferência

14 O Educacenso é uma radiografia detalhada do sistema educacional brasileiro. A ferramenta permite obter dados individualizados de cada estudante, professor, turma e escola do país, tanto das redes públicas (federal, estaduais e municipais) quanto da rede privada.

15 É um programa que faz parte da Proteção Social Especial (PSE), do Sistema único de Assistência Social, no qual atendem famílias, no qual crianças e adolescentes com idades entre 6 a 14 anos de idade em situação de trabalho infantil.

direta de renda através do Programa Bolsa Família; a jornada ampliada que atende as crianças inseridas no programa por meio de atividades culturais, educativas, de esporte e lazer e por fim, o trabalho social com as famílias ofertado pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS que objetivam a superação das vulnerabilidades sociais decorrentes da extrema pobreza. Como resultado, espera-se a potencialização dessas famílias para que haja como fator protetivo de seus filhos e garantindo-lhes os direitos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Essas políticas contribuíram para a diminuição do número de crianças em situação de trabalho precoce e evasão escolar. Contudo, ainda há um número significativo de crianças nesta situação. Segundo Almeida e Duarte (2005), os valores repassados a essas famílias não conseguem por si só tirá-las da situação de extrema pobreza e negação dos direitos sociais. Aliado a isso, garantir a matrícula e a frequência dessas crianças também não são o suficiente para a real inclusão no sistema de ensino e tão pouco conseguiu alterar o quadro de pobreza das futuras gerações, via educação, uma vez que não há uma sensibilização por parte das famílias sobre a importância da educação sendo que a escola é percebida pela maioria dessas famílias como moeda de troca por conta do benefício. Tal situação é reflexo do grau de escolaridade dos pais, no qual em sua maioria são analfabetos ou semi-analfabetos e não valorizam a educação e o seu papel social.

### **3.5. Entraves para o enfrentamento do trabalho infantil e avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI**

O Trabalho infantil ainda está longe de ser eliminado no Brasil, sobretudo em suas *piores formas* elencadas pela Convenção nº182 da OIT. Diante dessa constatação é possível analisar entraves para o enfrentamento deste problema como a combinação de três variáveis: o mercado, a família e o Estado. Enfocamos primeiro o Estado, no qual a partir da regulamentação das leis de proteção ao trabalho infantil, tornam-se paradoxalmente produtos e produtores de conflitos sociais. Neste sentido, ao implementar tais leis, o capitalismo pensa em formas de burlar tais leis, restando às crianças e adolescentes trabalhos precários, sem acesso aos direitos sociais e longe dos olhos da fiscalização. O mercado, por sua vez, lócus de concretização do trabalho infantil, utiliza deste tipo de trabalho em menor ou maior grau, dependendo da necessidade de mercado e do modelo de acumulação capitalista.

Quanto à família, atua como fator determinante na utilização da mão-de-obra infantil no qual depende de sua realidade socioeconômica e cultural, bem como os laços familiares e a noção de proteção parental aliado a percepção de infância no seio familiar.

Retomando a questão do Estado que não tem seu papel voltado apenas para a regulamentação e aplicação de leis, como também na elaboração de políticas públicas. Neste caso, o PETI como política pública estruturante para a erradicação do trabalho infantil, tem com objetivo a resolução de problemas inerentes à situação do trabalho infantil que pressupõe a ausência de renda, crianças em situação de trabalho infantil e evasão escolar. Neste sentido, o PETI tem sua atuação voltada para a inserção imediata de crianças no sistema escolar, geração de renda para os responsáveis e a transferência direta de renda. A partir dessa tríade, é importante avaliar esta política social no sentido de refletir criticamente acerca da efetividade do programa no qual pressupõe pensar

nos impactos, resultados e efeitos, ou seja, se houve mudanças na realidade sobre o qual o Programa intervém.

As dimensões do impacto de programas sociais sobre a qualidade de vida dos beneficiários segundo Inácio, Fahel e Estrella (2007) são: bem estar material; desenvolvimento pessoal; autodeterminação; inclusão social e acesso aos direitos. O Banco Mundial (2003) aponta a necessidade de pensar em vários aspectos como:

El análisis del impacto social y en la pobreza (PSIA) requiere analizar el impacto distribucional de reformas políticas sobre el bienestar de los diferentes grupos de participantes interesados, con un énfasis particular en los que son pobres y vulnerables. [...] a hora las dimensiones de bienestar y pobreza externas a ingresos, tales como los indicadores de desarrollo humano y de desarrollo social que tratan del riesgo, la vulnerabilidad y el capital social, son el objeto de una mayor consideración. Al realizar un PSIA, el analista deberá seleccionar los indicadores adecuados de bienestar y pobreza basado en el país y en el contexto de las políticas. (Banco Mundial, 2003, p. 01)<sup>16</sup>

A partir deste exposto, retomando a discussão para a avaliação do PETI, é importante, portanto, analisar os seguintes pontos:

- Capacidade de autonomia das famílias beneficiadas pelo Programa;
- Aumento do índice de aprovação escolar da população atendida;
- Ampliação de programas de apoio sóciofamiliar e geração de renda;
- Ampliação e estruturação da rede de proteção e enfrentamento da problemática do trabalho infantil;
- Ampliação de retaguarda ao sistema de garantias de direitos, com definições de competências e responsabilidades de cada ator social envolvido na problemática do trabalho precoce.

Quanto à inserção de crianças e adolescentes no sistema escolar, houve uma melhoria quantitativa no número de matrículas na escola nos últimos anos. Entretanto, será que há uma verdadeira inclusão no sistema de ensino? Segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2010) apontados no capítulo dois, há uma grande diminuição de evasão escolar, comparando os anos de 1991 e 2010, ou seja, um aumento significativo de inserção de crianças no sistema de ensino.

As famílias apesar de desfrutarem das políticas ampliando o poder de consumo, as políticas públicas não se mostram capazes de internalizar a cidadania e a noção de participação social. No que tange as políticas sociais de enfrentamento do trabalho infantil, o PETI foi vinculado ao programa Bolsa Família, sendo que as famílias beneficiadas, dentre algumas condicionalidades, devem manter as crianças matriculadas na escola. Essa medida pode ser considerada como forma de integração social, uma vez que, segundo Castel (2006),

As instituições encarregadas de assegurar a integração, como a escola, não cessaram de aumentar a sua influência sobre os indivíduos, ampliando o seu

16 As análises do impacto social e da pobreza requerem analisar o impacto de distribuição de reformas políticas sobre o bem estar de diferentes grupos de participantes interessados com uma ênfase particular aos que são pobres e vulneráveis. [...] as dimensões de bem-estar e pobreza externas a ingressos, tais como os indicadores de desenvolvimento humano e de desenvolvimento social que tratam do risco, a vulnerabilidade e o capital social, é o objeto de maior consideração. Ao realizar uma análise do impacto social da pobreza, a análise deverá selecionar os indicadores adequados de bem-estar e pobreza no país e no contexto das políticas. (tradução livre)

recrutamento e alongando a escolaridade média, transformando os sistemas, antes malthusianos, em sistema de massa. Deste ponto de vista, o princípio da igualdade triunfou e poderíamos considerar que a integração se reforçou; mas esse triunfo é paradoxal, não somente porque essa igualdade não se efetuiu de fato, mas especialmente porque a função de integração da instituição parece enfraquecer-se à medida que ela aumenta o seu domínio. (p: 60-61)

Em contraponto, segundo Castel (2006), no que se refere ao poder integrador da escola, se por um lado a mesma confere condições formais de igualdade, por outro lado, a repetência e o baixo desempenho fazem com que a escola seja um elemento excludente. Apesar do aumento significativo do número de matrículas, os índices de atraso escolar permanecem altos se comparados os anos de 1991, 2000 e 2010. Neste sentido, as crianças em situação de trabalho infantil, embora tenha aumentado o índice de matrícula em decorrências das políticas sociais atuais, não tem a escola como fator de integração social. Ademais, no Brasil o sistema educacional é excludente e segregador, tendo uma discrepância acentuada entre o ensino público e privado. Sendo assim, apesar da escola influenciar diretamente o futuro das crianças, as que pertencem aos estratos sociais mais baixos possuem menores chances de no futuro galgar posições superiores no mercado de trabalho, bem como vagas em universidades. Essa proposição é colocada numa probabilidade da criança conseguir concluir seus estudos, todavia, é válido salientar que a maioria das crianças em situação de trabalho infantil, quando não evadem, conclui apenas o ensino fundamental considerado obrigatório para fins de recebimento do benefício do Programa Bolsa Família.

Outra categoria a ser analisada em relação às barreiras encontradas para superação das piores formas de exploração do trabalho infantil são os fatores culturais e sociais, no qual, segundo Baptista (2005), o trabalho infantil na área rural, por exemplo, estão galgados nas raízes da escravatura. “Culturalmente, todos aprenderam apenas proibições, cumprimento de ordens, obediência, nunca a cidadania, a criatividade. Até o seu mundo religioso proibido era considerado pecaminoso” (BAPTISTA, 2005, p. 111). Além desta questão, o clientelismo político inerente na condução das políticas públicas, transforma os direitos do cidadão em favores políticos onde na maioria das vezes são retribuídos por votos.

Quanto à jornada ampliada, os entraves identificados são a insuficiência de recursos para manutenção dessas atividades que dificultam a adequação de espaços físicos necessário para atender as crianças. Aliado a isso, é válido salientar entraves na gestão do programa no que se refere a qualificação dos profissionais para atendimento a esse público, dificuldade em cumprir as metas estipuladas para o município aliado a falta de um diagnóstico para a identificação real do trabalho infantil. Foi apontada também a visão distorcida do gestor em relação ao problema aliado a disposição dos recursos do PETI para resolver outros problemas no município.

Em 2013, houve o processo de reordenamento da política de Assistência Social, no qual passou a (des) regulamentar todos os serviços sócio-assistenciais, dentre eles o PETI, no qual passou a fazer parte dos serviços de Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários – SFVF. Sendo assim, a jornada ampliada do PETI passou por transformações no qual as crianças em situação de trabalho infantil deixam de

ser alvo de atendimento, podendo ser incluídas quaisquer crianças dos territórios da jornada ampliada. Ressalta-se que diminuiu os dias de frequência na atividade. Antes as atividades aconteciam todos os dias e atualmente apenas duas vezes por semana.

Ressalta-se que no ano de 2016 novas mudanças em relação às políticas públicas para a infância, no que se refere ao fundo repassado para execução das mesmas. Segundo o Ciclo de Debates Internacional sobre Trabalho Social com Famílias e Crianças e Adolescentes está previsto ainda para este ano um corte no orçamento de 30%. Aliado a isso está em curso a implementação da nova política de atenção à criança e adolescente sem a participação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA<sup>17</sup> e demais órgãos militantes em favor dos direitos da infância. O gráfico abaixo mostra os gastos do governo federal e o número de crianças atendidas pelo programa.

**Gráfico 14.** Evolução do nº de Beneficiários e das despesas do Governo Federal no PETI - Brasil (1996 - 2013)



Fonte: BELTRÃO, 2014

O gráfico 14 apresenta uma comparação entre o número de beneficiários do PETI e os gastos do governo com o programa. Pode-se observar que houve aumento de investimentos até 2005, ano em que o PETI foi inserido dentro do Programa Bolsa Família. Os anos que compreendem entre 2006 a 2012, os investimentos permaneceram relativamente os mesmos. Em 2013, houve outra redução de investimentos, no mesmo período em que houve o processo de reordenamento da política de assistência social. Há, portanto, uma tendência de diminuição dos investimentos governamentais em detrimento do aumento do número de beneficiários do programa em questão.

Apesar da elaboração do Plano e das políticas públicas implementadas, ainda há a persistência da situação de exploração do trabalho infantil, sobretudo das *piores formas* de exploração do trabalho, Baptista (2005) trás apontamentos das barreiras encontradas para que os desafios ora colocados sejam realizados. O primeiro ponto destacado é

<sup>17</sup> Instância máxima de formulação, deliberação e controle das políticas públicas para a infância e a adolescência na esfera federal foi criada pela Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991 e é o órgão responsável por tornar efetivos os direitos, princípios e diretrizes contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

em relação ao campo produtivo no que diz respeito à distribuição de terras - levando em consideração que o *locus* de trabalho onde ocorre maior absorção de mão-de-obra infantil é a área rural- bem como a assistência técnica mostra-se distante da realidade do semi-árido. Aliado a isso outras barreiras a serem superadas está relacionado à desburocratização do crédito para as famílias consideradas pobres com objetivo de promover o empreendedorismo através da economia solidária.

Outro fator importante que dificulta o enfrentamento ao trabalho infantil é a ineficiência do trabalho social com as famílias, quando são realizados. Os trabalhos na concepção de Rizzini (2010), ainda são pautados na relação assistencialista e disciplinadora, no qual há uma postura de criminalização em relação aos pais pela situação das crianças que trabalham tanto pelo Conselho de Direitos das Crianças e Adolescentes, quanto pelos profissionais inseridos nos serviços públicos. Outra situação que dificulta a eficácia do programa é a grande rotatividade de profissionais que se dá devido às questões políticas e também pela precariedade das relações de trabalho.

Diante do exposto, percebe-se que o PETI está focado apenas nas consequências do trabalho infantil - educação e transferência de renda - não atingindo as causas do problema. Portanto, o investimento no capital social<sup>18</sup> é de suma importância para o enfrentamento do trabalho infantil não apenas pelo viés da inclusão escolar e da transferência de renda, mas pelo âmbito da formação humana nas relações sociais e investimento na geração de emprego e renda para que rompa o círculo vicioso da pobreza, assegurando, assim, os direitos sociais ora preconizados pela nossa constituição.

Outra categoria a ser analisada em relação às barreiras encontradas para superação das *piores formas* de exploração do trabalho infantil são os fatores culturais e sociais, no qual, segundo Baptista (2005), no qual o trabalho infantil na área rural, por exemplo, estão galgados nas raízes da escravatura. “Culturalmente, todos aprenderam apenas proibições, cumprimento de ordens, obediência, nunca a cidadania, a criatividade. Até o seu mundo religioso proibido era considerado pecaminoso” (BAPTISTA, 2005, p, 111). Além desta questão, o clientelismo político, inerentes na condução das políticas públicas, transforma os direitos do cidadão em favores políticos onde na maioria das vezes são retribuídos por votos.

Quanto à questão da geração de renda, há a inexistência de um trabalho social sistematizado voltado para esta questão, ou quando existente não são tangíveis a essa população, privilegiando um público que não se enquadra neste perfil, aliado a dificuldade de concessão de crédito para organização de cooperativas via economia solidária.

Por último, não menos importante, é pensar num padrão de consumo sustentável, ou seja, os últimos dados do IBGE tem apontado que muitas crianças e adolescentes trabalham para poder consumir produtos que estão fora do alcance financeiro de suas famílias como itens eletrônicos e vestuário com valores mais elevados. Neste caso, é importante refletir sobre a lógica do consumo incentivada freneticamente pelo capital no qual se confunde cidadania com poder de consumo.

18 De acordo com os diversos autores que tratam do tema, a noção de capital social configura um promissor e emergente modelo teórico que pode transformar-se num importante instrumento para o estudo de como se forma o processo de desenvolvimento social.

Ressalta-se que as mudanças legislativas e a posição da sociedade em relação à infância e adolescência, segundo Frota (2002, p. 75), “ocorrem principalmente no plano legal e não no plano real”, ou seja, por mais que há uma evolução dos tratados internacionais e nas leis no âmbito nacional, ainda há muitas violações de direitos em relação à infância, fazendo-se necessário repensar nas políticas sociais de atenção à família, para que assumam o seu papel protetivo. Mais do que isso, é importante, no tocante das políticas públicas, serem orientadas para a empregabilidade dos pais, através da formação para o trabalho, possibilitado maior integração social. Sendo assim, há uma maior probabilidade de ruptura da situação de trabalho infantil e o ciclo vicioso da pobreza.

As centenas de páginas constantes dos documentos oficiais de organismos nacionais e internacionais sobre o trabalho infantil, juntamente com a luta para sua erradicação, deixam evidentes os limites dessas propostas, justamente por deixar oculta a face do capitalismo que gera a pobreza e a inserção precoce das crianças no trabalho produtivo. Deixa aberta a ferida da essencialidade do fenômeno trabalho infantil para o metabolismo do capital. (BELTÃO, 2014, p:119)

Apesar do retrocesso apontado nos últimos três anos em relação ao enfrentamento do trabalho infantil, houve muitos avanços no que diz respeito ao trato da infância pela família, sociedade e Estado, aliado ao reconhecimento dos mesmos do trabalho infantil como um problema a ser enfrentado. Entretanto, diante das comemorações em diminuir o índice do trabalho infantil, analisamos também a projeção em relação ao aumento do desemprego dos adultos. Indaga-se, portanto, se essa diminuição dos índices de trabalho infantil pode ser fruto da diminuição dos postos de trabalho para todos. Outro ponto a ser considerado também é a questão da invisibilidade do trabalho infantil no qual não constam nas estatísticas devido a dificuldade de fiscalização sendo estas atividades numa relação de trabalho análogas a escravidão ou atividades consideradas ilícitas como o tráfico de drogas e a exploração sexual, condizentes com as piores formas de exploração do trabalho infantil de acordo com a convenção nº182 da OIT.

Ademais, neste ano de 2016, o governo lançou uma proposta de emenda constitucional, conhecida como Proposta de Emenda à Constituição - PEC 241 tendo como motivação a austeridade fiscal. Nesta premissa, a política de assistência social não expandirá a cobertura do número de beneficiários proveniente de novas demandas num contexto de crise econômica. De acordo com o IPEA (2016), o orçamento para a assistência social em 2017 será de R\$ 79 bilhões ao invés dos R\$ 85 bilhões, ou seja, uma redução de 8%. Estas perdas tenderão a aumentar de maneira progressiva, alcançando 54% em 2036. Analisando estes dados de acordo com o PIB, a adoção da nova política fiscal produziria, em 20 anos, a regressão da participação dos gastos com as políticas assistenciais a patamares inferiores ao observado em 2006 (0,89%), passando de 1,26% em 2015 para 0,70% em 2036.

A PEC nº 241 propõe um Novo Regime Fiscal (NRF) no âmbito da União para os próximos 20 anos, estabelecendo um limite para as despesas primárias, individualizado por cada um dos poderes. No novo regime proposto, o crescimento anual do gasto não poderá ultrapassar a inflação, o que implicará num congelamento, em termos reais, destas despesas até 2036, nos patamares de 2016. Portanto, as mudanças propostas pela PEC 241/16 alterariam o modo como o orçamento é elaborado e debatido; o modo como se dão as disputas e negociações pelo fundo público; e as pressões e limites aplicados sobre a gestão das políticas públicas em geral.

## CONCLUSÕES

Em relação à incorporação das políticas sociais, frente as manifestações da questão social, na agenda pública se apresentou em perspectivas diferentes, sobretudo na América Latina que vivenciou concomitantemente a este período, longos anos de ditadura militar, ou seja, num período marcado pelo início de uma concepção de cidadania, a América Latina teve seus direitos políticos, civis e sociais caçados, deturpando assim, a concepção de cidadania. Ressalta-se que as políticas sociais e a regulação do Estado no Brasil tem o contorno de acordo que as demandas apresentadas pelo capital. Ora o Estado se mostra liberal, com a presença limitada, ora keynesiano como regulador das relações sociais e do mercado, sendo as políticas sociais reflexo desta relação entre capital e Estado, bem como uma forma de minimizar os conflitos sociais diante das desigualdades sociais.

Quanto a legislação e as políticas públicas para a infância e juventude é bastante recente. Foi apenas nas décadas de 1980 e 1990 que se reconheceram seus direitos e aos poucos ganhou espaço na agenda pública. Neste contexto, os organismos internacionais tiveram um papel importante que nortearam o pensamento sobre a infância brasileira. A partir da atuação desses organismos internacionais, promulgou-se a Constituição Federal de 1988, no qual reconhece a criança como sujeitos de direitos e em condição peculiar de desenvolvimento, devendo, portanto, o Estado, a família e a sociedade prover atenção integral. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA de 1990 foi promulgado como forma de reforçar os direitos ora elencados pela CF, bem como traçar uma política de atendimento à infância. Nesta mesma década, a assistência social também ganha espaço na agenda pública no qual o Estado passa assegurá-la em conjunto com a sociedade civil.

Deste modo, foram criados os programas de transferência de renda como o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás destinado às famílias em situação de pobreza e o Bolsa Escola para auxílio na diminuição da evasão escolar e do trabalho infantil. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI foi implementado diante do alto índice de trabalho infantil no Brasil, a partir da análise da situação de pobreza como também pelo alto índice de evasão escolar. A partir desta perspectiva, o PETI apresenta três eixos basilares que norteiam a política de atendimento: Transferência direta de renda, oferta de jornada ampliada e trabalho social com as famílias.

Em seus primeiros anos de implantação, o PETI conseguiu diminuir consideravelmente o índice de trabalho infantil. Entretanto, houve algumas mudanças estruturais no Programa no qual pode ser que tenha contribuído para a diminuição do ritmo de queda do índice e nos últimos três anos o aumento do número de crianças em situação de trabalho. A primeira mudança realizada foi a estipulação de no máximo dois anos o tempo de permanência no programa com objetivo de aumentar o número de crianças atendidas em detrimento da alta rotatividade de crianças no programa, prejudicando a realização de um trabalho significativo na vida dessas famílias atendidas. A segunda mudança foi inserir o PETI dentro do programa Bolsa Família. Esta medida propiciou a entrada de crianças no programa que não necessariamente estavam em situação de trabalho. A partir de então, os municípios passaram a não priorizar a identificação de trabalho infantil, sendo que atualmente, o cadastro único possui em seus dados apenas 9% dos casos identificados pelo IBGE.



Outra mudança estrutural que o Programa sofreu foi o reordenamento da Política de Assistência Social no qual mudou a lógica de financiamento dos programas sociais. O discurso inicial era que essa reestruturação traria avanços para assistência social enquanto política pública. Entretanto, na prática diminuiu os dias de atendimento à esse público, ou seja, o Programa resumiu apenas em transferência de renda. Ressalta-se que transferências monetárias, por si sós, não constituem uma resposta política adequada no combate ao trabalho infantil. É necessário pensar para além da inclusão pelo consumo, ou seja, em novas estratégias como inclusão produtiva para as famílias e microcrédito bem como trabalhar a incorporação dos direitos de cidadania.

Os entraves apresentados mostram que ainda estamos muito longe de erradicar o trabalho infantil em suas *piores* formas como foi proposto pela convenção nº182 da OIT. Fatores como a questão da valorização da infância apenas àquelas que pertencem aos extratos sociais mais altos auxiliam na naturalização do pensamento social de que as leis de proteção à infância não são para todos. Ademais, as leis de proteção ao trabalho infantil são produtos e produtoras de conflitos sociais, pois apesar do Estado estabelecer normas e limites para inserção de crianças no trabalho, o capital cria maneiras de burlar tais leis inserindo-as em trabalhos de difícil acesso para a fiscalização como carvoarias, extração vegetal, agricultura, lixões, dentre outros, sendo todos considerados as *piores* formas de exploração do trabalho infantil. Ressalta-se que devido os tipos de trabalhos e também pelas leis de proteção, essas crianças permanecem invisíveis nas estatísticas uma vez que não lhes são conferidas nenhum direito social aliado a possibilidade de evasão escolar, conferindo a esta situação análoga a escravidão.

Ademais, mesmo quando as políticas sociais auxiliam na inserção das crianças da educação, a mesma não tem conseguido cumprir como seu papel integrador, uma vez que o sistema de ensino mostra-se excludente tanto pelo pouco investimento público como também o baixo desempenho escolar e a repetência.

Neste pressuposto, é necessário que haja um esforço conjunto entre a escola, a família e as demais políticas públicas setoriais para que realmente inclua essas crianças no sistema de ensino e contribua com o seu desenvolvimento. É importante que haja um trabalho social voltado para essas famílias, em especial em situação de trabalho infantil a fim de viabilizar sua real inserção na educação e as demais políticas públicas setoriais. Ademais, é importante a ampliação dos investimentos em políticas sociais que preconizem a geração de trabalho, erradicação da miséria e combate à fome, aliado ao princípio de elevar a família à condição parceira destes programas como co-responsáveis.

Por fim, as políticas públicas implementadas para enfrentamento do trabalho infantil mostram-se fragilizadas e não são eficazes para a real solução do problema. Diante das modificações atuais que norteiam as políticas sociais, o Estado assume uma tendência a minimizar sua presença frente às questões sociais que emergem na sociedade que resultam no desmonte das políticas públicas. Aliado a isso, outro problema é a incapacidade de gestão dos baixos recursos destinados a infância. Deste modo, a OIT ao implementar a convenção nº182, além de resumir o enfrentamento do trabalho infantil apenas em suas *piores* formas, os demais organismos internacionais incitam essa diminuição de gastos estatais e favorecem a atuação da sociedade civil que nem sempre dispõe de recursos técnicos e financeiros para atender essa demanda, retrocedendo para a refilantropização dessas ações.

## REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **A História Social da Infância e da Família**. Rio de Janeiro: LCT, 1981
- AVILA, Antonio Sandoval. **Trabajo Infantil y Inassistencia Escolar**. Universidad de Guadalajara, 2007.
- BAPTISTA, Naidison. **Metodologia de Trabalho Social com Famílias**. In: Família: Redes, Laços e Políticas Públicas. 2.ed. São Paulo: PUC SP, 2005
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 11.ed. Brasília: UNB, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Liberalismo e Democracia**. Trad. Marco Aurelio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2000
- BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine (ET AL) . **Capitalismo em Crise: Política Social e Direitos**. São Paulo: Cortez, 2002
- \_\_\_\_\_. **Políticas de Desenvolvimento Econômico e as Implicações Sociais dos Países do BRICS**. Brasília: UNB, 2015
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **Algumas lições do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 50-61, out./dez. 2004.
- CASTEL, Robert. **Classes Sociais, Desigualdades Sociais, Exclusão Social**. In: Balsa, Casimiro; BONETI, Lindomar Wessler; SOULET, Marc-Henry (orgs). **Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social: Uma Abordagem Transnacional**. Lisboa: Unijuí, 2006.
- CONAETI. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador**. 2.ed. Brasília: TEM, 2011.
- DELGADO, V. M. S.; MIRANDA, R. A.; SOARES, J. F. **Desigualdade escolar e desempenho**. In: FAHEL, M.; RAMBLA, X.; LAZZAROTI, B.; BRONZO, C (orgs.). **Desigualdades educacionais e pobreza**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2013. p. 163 208
- DONOSCO, Felipe Cousiño; RIOSECO, Ana María Foxlei. **Políticas Públicas para La Infância**. Santiago, Chile: Unesco, 2011
- FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- FILGUEIRAS, L. **O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do Modelo Econômico**.
- In: MASUALDO, B.; ARCEO, E. (Org.) *Neoliberalismo y sectores dominantes - tendencias globales y experiencias nacionales*, Buenos Aires: CLACSO, 2006a, p. 179-206. (Colección Grupos de Trabajo).
- GUIMARÃES, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana. **Política Educacional como Política Social: Uma Nova Regulação da Pobreza**. In: Revista Perspectiva. V. 23 nº2, Julho, 2005
- FAHEL, Murilo; FAEL, Murilo; ESTRELLA, Juliana. **Transferindo recursos para os estudantes no Brasil: mais escola e menos trabalho infantil?**. In: Gestão e Avaliação de Políticas Sociais no Brasil. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007

LOUREIRO, Braulio Norberto de Castro; RIBEIRO, Danielle Cristine. **Política Social Neoliberal: Expressão da Necessária relação entre Estado e Capital em tempos de Crise Estrutural do Capital.** Revista Mediações. Londrina. V.16, nº1, Jan/ Jun, 2011.

MAGISTRIS, Gabriela. **Pensar La infância desde América Latina: Um estado de La cuestión.** In: Revista Desidades. 2014

MORLACHETTI, Alejandro. **Sistemas Nacionales de Protección Integral de La Infância: Fundamentos Jurídicos y Estado de Aplicación em La America Latina y El Caribe.** Santiago, Chile: ONU, 2013.

NUNCIO, Maria José da Silveira. **Políticas de Família e Intervenção Social com Famílias.** Portugal: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2013

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Acelerar a ação contra o trabalho infantil: relatório global no quadro do seguimento da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho.** 1 ed. Genebra, 2010

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Acelerar a ação contra o trabalho infantil: relatório global no quadro do seguimento da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho.** 1 ed. Genebra, 2010

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. Departamento de Governança e Tripartismo. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil - IPEC. **Medir o progresso na luta contra o trabalho infantil: estimativas e tendências mundiais 2000-2012.** Genebra, 2013.

\_\_\_\_\_. **III Conferencia Global Sobre o Trabalho Infantil. Brasilia:** OIT, 2013

PADILHA, Miriam Damasceno. **Criança não Deve Trabalhar: PETI e Sociabilidade Familiar.** Recife: UFPE, 2013.

PEREIRA, Potyara A. **Necessidades Humanas: Subsídios à Crítica dos Mínimos Sociais.** 3.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

\_\_\_\_\_. **Política Social do Segundo Pós-Guerra: Ascensão e Declínio.** In: Revista Serviço Social e Saúde. Unicamp, v.IX, nº10, Dez 2010.

POLANYI, Max. **A Grande Transformação: As Origens de Nossa Época.** Rio de Janeiro: Capus, 2000.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987

ORTIZ, Makieze. Medina. **El Cuidado Infantil: Limitaciones Públicas, Problematizaciones Actuales y Aportes desde um Enfoque de Derechos.** Buenos Aires: CLACSO, 2015

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A Arte de Governar Crianças: A historia das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** 3.3d. São Paulo: Cortez, 2011.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de Cidadania: A Saída é pela porta.** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

TEIXEIRA, Marcelo T; MIRANDA, Leticia Aguiar. **A Convenção n. 182 da OIT, O Combate às Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata Para Sua Erradicação: Breve Estudo.** In: Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg., Belo Horizonte, v. 57, n. 87/88, p. 53-66, jan./dez. 2013

## PRISONIZAÇÃO, ESTRANHAMENTO E AMBIENTAÇÃO DO EGRESSO DO SISTEMA PENAL NO RETORNO À LIBERDADE

FRANCISCO RAMOS DE FARIAS

Coordenador do PPGMS/UNIRIO

Bolsista de Produtividade em pesquisa CNPq

*frfarias@uol.com.br*

### RESUMO

A pesquisa objetiva promover a ambientação à vida em sociedade, elaborando dispositivos para a prestação de assistência social, psicológica, educacional, jurídica ao egresso do sistema penitenciário, contribuindo sobretudo para a construção ou reconstrução da condição de cidadania e circulação no contexto das relações sociais. É importante entender a posição de permanência e subalternidade do egresso à prisão face ao processo de institucionalização à prisão, identificar se a transmissão de valores referentes à internalização da cultura prisional pode funcionar como dispositivo mnêmico para a continuidade da submissão, mesmo depois da saída da prisão e, analisar se os processos de construção identitária, refletem-se, de forma significativa, nas dificuldades de elaboração de projetos de vida.

**Palavras-chave:** Cultura prisional, ambientação, estranhamento

### ABSTRACT

The research objectives are to promote transition to life in society, by developing devices for social, psychological, educational and legal assistance to the prison system egress, contributing, above all, to the construction or reconstruction of circulation and citizenship conditions in the context of social relations. It is important to understand if the attitude of submission, acquired during the internalization process, subsists after the egress release, to identify if the transmission of values during the internalization of the prison culture can function as a mnemonic device to ensure the continuity of submission even after prison release and, to analyse if the processes of identity construction reflect, in a significant way, on the difficulties to develop life projects. **Keywords:** Prison culture, ambiance, estrangement.

## INTRODUÇÃO

A prisão, juntamente com manicômios, hospícios, lazaretos, asilos para idosos, tem sido alvo de críticas com a Modernidade, devido à mudança de configuração do Estado que, diante da crise do Estado-Providência, passou para Estado de Controle Social Repressivo. Esta mudança deveria consistir na substituição do castigo corpóreo e suplício pela punição em termos de privação de liberdade. No entanto, nas práticas dirigidas aos custodiados verificou-se o uso sistemático da violência pelo aparato policial, aplicada, quase sempre, de forma ilegal e ilegítima. Além disso, constata-se a criminalização de pequenos delitos que, juntamente com a precariedade dos inquéritos policiais, contribuem para criminalizar a miséria e punir os pobres, em uma espécie de seletividade social, tanto da administração da justiça quanto do aparato de segurança encarregado de retirar determinados sujeitos do convívio social, segundo a alegação de que, esse modo de proceder, traria segurança ao espaço das relações sociais pelo fato de conter e controlar homens supostamente perigosos. As ações desses dois aparatos do Estado não são igualitárias, visto que, em muitas ocasiões, observa-se o poder jurídico em contenção quando comparado ao volume de ações do aparato policial que avança de forma considerável.

Cabe observar que, pelo sistema penal, o homem é retirado do convívio social para cumprimento da pena, e então, uma vez “recuperado” retomar à vida em liberdade. Outra forma de retirada é o extermínio, só que definitiva e dependendo de quem realiza essas ações, como acontece quando são praticadas por agentes da polícia, tem-se uma engrenagem jurídica que desculpabiliza esses réus pela prática de arquivamento dos processos.

Todavia, a política de criminalização que prima pela prisão de qualquer delito, a gestão relativa às práticas penitenciárias e a postura da sociedade a favor do enclausuramento como solução para problemas resultantes de desigualdades sociais, entre outros, determinaram que a prisão tenha outras serventias, mesmo fracassando naquilo que se propõe: punir e recuperar o criminoso para o retorno à vida fora dos espaços prisionais.

Na atualidade, as prisões brasileiras possibilitam um tipo de ambientação a uma modalidade específica de organização própria das ações das facções criminosas com seus aparatos de funcionamento pautados em códigos bastante específicos.

Sendo assim, aquele que comete um crime terá que se transformar, em um primeiro momento, para adequar-se à instituição prisional e, em um segundo, dependendo da facção prevalente na unidade, adequar-se também, em uma espécie de pacto selado, às prerrogativas da facção (FARIAS, 2015). Forçosamente impelido a esses dois tipos de adesões, o preso conta também com a possibilidade de uma instrumentalização em razão do convívio no cotidiano da prisão pela assimilação da cultura prisional.

Nisso, segundo Foucault (2008), a própria prisão encerra um grande paradoxo: como fazer funcionar, de forma coerente, as tecnologias de punição da gestão penitenciária visando à segurança e controle do espaço, com as assistências preconizadas pela Lei de Execução Penal, que define a assistência ao preso como dever do Estado, orientando-o e apoiando-o na integração à vida em liberdade?

Possivelmente, se o objetivo da prisão é punir pela privação de liberdade, então dificilmente uma instituição que pune teria condições de preparo para que o sujeito consiga viver em liberdade.

A vivência subjetiva do preso passa por significativa transformação que tem repercussão na dinâmica da prisão e em si mesmo, na criação de mecanismos de sobrevivência não prescritos na finalidade da prisão.

As maneiras de adaptação ao novo espaço de socialização exigem recursos com a criação de novos hábitos, a produção de mecanismos de enfrentamento do preso consigo mesmo, com os demais presos, com a equipe gestora que, no intuito de garantir a ordem, apresenta credenciais claras de castigo e de recompensa pautadas em uma meta: o processo de disciplinarização.

Em princípio, o preso, se for condenado, ao ser designado a uma instituição prisional, passa obrigatoriamente por um ritual que consiste em uma espécie de rigorosa disciplina para tornar-se obediente e de fácil manipulação pela instituição.

No tempo de espera do julgamento e na chegada à prisão são aplicadas técnicas visando assimilação do processo de prisionização, conforme assinalou Goffman, (2008). Há ainda, nesse processo, a possibilidade de filiação a uma facção criminosa ou a postura neutra, dependendo da unidade prisional.

Esse processo é realizado em algumas prisões onde existe o setor de Triagem que corresponde a uma espécie de cárcere de adaptação. São essas circunstâncias que produzem uma condição do encarcerado que, dependendo do tempo de encarceramento (Batista, 2010), cristaliza-se bastante, sendo de difícil remoção uma vez que as identidades assimiladas, no espaço prisional, servem de suporte para a sobrevivência na prisão.

## 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As condições impostas para o funcionamento dos aparatos de segregação é a retirada da pessoa criminosa ou supostamente criminosa de seu convívio e o subsequente confinamento a um espaço de reclusão. Em princípio, a prisão pretendia não apenas intervir no próprio sujeito, transformando sua índole, como também apresentava como objetivo com esta prática, o controle da delinquência expresso em termos da promessa de redução da criminalidade.

Os resultados da aplicação das medidas legais redundaram na manutenção das prisões como depósitos de pessoas jovens oriundas de classes sociais economicamente desfavorecidas que evidenciam, muitas vezes, pelo ingresso no universo do crime, as precárias condições de existência, conforme assinala Wacquant (2001).

Não obstante, essas ações dos aparatos policial e jurídico são expressões da utilização das tecnologias do Estado imbuída na produção de disciplina e corpos dóceis. Assim, tem-se uma espécie de normalização que se centra principalmente na vigilância para punição e que, apresenta, como consequência imediata a afirmação da exclusão temporária ou definitiva de determinados segmentos da população.

A marcante transformação da pessoa presa decorrente do processo de prisionização corresponde à internalização e assimilação dos padrões vigentes na instituição prisional,

estabelecidos, quase sempre, pelos internos mais endurecidos, mais persistentes e menos propensos a melhoras, além das normas disciplinares da própria prisão (SÁ, 1996).

De certo modo, adaptar-se à vida carcerária implica formar hábitos, internalizar qualificações e atitudes de criminoso habitual. Daí, faz-se necessária a produção de habilidades, bem como a expressão de capacidades de acomodação a situações novas.

Uma vez transformada pela prisão, a pessoa presa distancia muito do *modus vivendi* fora dos espaços prisionais. Diante dessa evidência com readquirir os antigos hábitos, livrar-se dos estigmas e retornar a vida fora dos muros da prisão?

Questão difícil de ser respondida, principalmente, pelo fato de que a prisão se encarrega do processo de custodiar, mas não envida nenhum esforço no sentido do preparo da pessoa presa para sair da prisão.

O egresso do sistema penitenciário, em certo sentido, contraria a expectativa da sociedade acerca de que o criminoso, uma vez capturado pelo aparato de segurança e condenado ao enclausuramento pelo sistema judiciário, não deveria mais voltar ao convívio em liberdade. Nesse sentido, a exclusão do criminoso da convivência com pessoas livres e o subsequente enclausuramento continuam sendo considerados, pela sociedade e consagrados pelo poder judiciário como a forma mais eficaz e legítima de punição, seja na proteção dos bens jurídicos, seja na segurança da sociedade.

Focalizando o sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, como de todo o Brasil, constata-se claramente a condição de falência e de deterioração que resultam, tanto de um crescimento significativo da população encarcerada que não acompanha a construção de espaços prisionais para comportá-la, quanto da burocracia do dispositivo judiciário aliado aos problemas de gestão nas unidades prisionais. Desse modo, as prisões não atingem seus objetivos legais e, devido ao modo como funcionam, acabam contribuindo na especialização de criminosos, como também para a arregimentação de pessoas que engrossam as organizações criminosas.

Focalizar a situação do egresso do sistema penitenciário no Estado do Rio de Janeiro, como de todo o território nacional, justifica-se por vários motivos.

Em primeiro lugar, os órgãos da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária lançam um olhar de preocupação, de forma direta, para a questão da superlotação dos espaços prisionais, bem como pela constatação do alto índice de reincidência, além da implantação de determinadas políticas de assistências em unidades prisionais.

Em segundo lugar, as discussões sobre as instituições de repressão e controle social, os dispositivos penais das instâncias jurídicas, a criminalidade, a atuação do aparato policial, a criminalização de certos delitos com condenação, a política de encarceramento, não só tem sido objeto de várias pesquisas vertidas em teses e dissertações em diferentes campos do saber, como tem suscitado a produção de inúmeros fóruns de discussão.

Não obstante, uma empreitada dessa envergadura ainda não foi consolidada em relação ao egresso, principalmente em programas de preparo para a sua ambientação ao convívio social após a saída da prisão.

Em terceiro lugar, também funciona, de forma bastante tímida, a compreensão da política criminal sobre a necessidade de redução da criminalidade por outras modalidades de

intervenção, além do encarceramento, ou seja, os altos índices de reincidência são um alerta de fracasso do processo de encarceramento, no sentido de preparo à vida em liberdade, que deve ser considerado e ponderado.

Nesse sentido, faz-se necessário colocar, lado a lado, as ações da política criminal e as perspectivas voltadas à solução ou redução da criminalidade, considerando outros caminhos além da repressão, controle social e oferta da possibilidade de especialização no crime no ambientes prisionais.

Em quarto lugar, os dados de vários órgãos públicos como o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e o Sistema de Planejamento Estratégico de Negócios, (SISPEN), Ministério da Justiça, apontam índices alarmantes de reincidência (fenômeno expressivo também em outros países). Desse modo, tem que haver um aprofundamento a respeito dessa questão em termos de uma investigação em suas causas e de que modo o sistema prisional pode ter uma contribuição direta para esse fenômeno.

Ainda salienta-se que a redução da reincidência pode ter consequências no desequilíbrio de alguns setores da economia e da manutenção da própria prisão, razão pela qual forças poderosas garantem a sua ocorrência. A redução da reincidência deve considerar, pelo menos, dois fatores: a. os subsídios para políticas públicas voltadas para a questão do crime e da criminalidade, atentando principalmente para criminalização da miséria com punição de determinados segmentos da população e, b. as ações da sociedade civil, tanto em relação à prática e naturalização de determinados crimes, quanto com o processo de exclusão de criminosos provenientes de determinadas classes sociais e ex-presidiários (ABRAMOVAY, 2010).

Em quinto lugar, a utilização de uma perspectiva criativa, na condição de um processo de resistência, tanto às marcas da prisão, quanto na construção de mecanismos relacionados à vida em liberdade, deve ser considerada como assistências àqueles nos quais ficaram patentes o efeito da prisionização. Quer dizer, devemos trabalhar a vida do egresso como uma proximidade a duas vertentes.

Por um lado, há a identidade construída pela institucionalização da prisão e, por outro, o estranhamento em decorrência da perda dessa identidade, bem como das referências ao espaço prisional e aos vínculos estabelecidos com outros presos e às demais pessoas que exercem funções nas prisões. Para tanto, é preciso que seja trabalhada a perspectiva que o egresso construiu na prisão em termos da idealização de projetos voltados para o tempo posterior à sua saída, pois esse processo deve ser considerado, como uma alternativa de resistência ao poder, no espaço prisional que, para muitos, perde seu sentido com a saída da prisão.

Há ainda que se refletir e estabelecer espaços de discussão nos quais o egresso possa reposicionar-se em relação à sua responsabilidade pela prática do crime, em termos da lógica prisional apresentada pela instituição como marca de institucionalidade, bem como pela construção de planos referentes aos seus direitos e deveres, considerando o espaço de trocas coletivas.

Em sexto lugar, há um dado a ser considerado com relação às estratégias criativas elaboradas pelo egresso, muitas das quais foram construídas no espaço prisional.



A esse respeito destacamos um grande paradoxo: por um lado, o preso sustenta-se em uma temporalidade futura circunscrita pela possibilidade de liberdade, ou seja, vislumbra ter acesso a uma ação livre (COIMBRA, 2010). No entanto, esse processo ocorre em um espaço cerceado que é a prisão.

Há também que se diferenciar a condição de preso (morto-vivo que vê cotidianamente diante de si a morte) e no egresso que minimamente superou essa condição. A ideia é fazer ressurgir no egresso as nuances de vida que foram deterioradas ou apagadas pela ambientação ao espaço prisional, dando-lhe condições de ativar, mais uma vez, suas máquinas de resistências, desta feita, já distanciado do poder, da dominação, do sujeição e da submissão que se configuram ao longo do processo de ambientação à prisão.

A prisão é uma máquina totalitária de morte, como outros espaços de reclusão também o são. A proposta de uma assistência ao egresso, na construção de condições de ambientação ao convívio social após a saída da prisão, é uma estratégia vital, ou seja, apresenta-se como um dispositivo privilegiado de construção de memória em razão de três aspectos: a. abandono das identidades referentes à condição de criminoso e preso, b. construção da identidade de egresso e, c. produção de sentido ou ressignificação para aspectos da história de vida, incluindo a temporalidade que antecede ao crime, o ato criminoso e a prisão e, finalmente, as condições de vida referidas ao estatuto de egresso do sistema penitenciário. Isso requer, segundo Madeira (2012), da parte do egresso, uma profunda reflexão sobre a estratificação e segmentação que acontecem nas prisões que são reprodutoras desses mesmos processos no contexto das relações sociais.

Desse modo, espera-se que o egresso se engaje em processos de criação, dando sentido a elos de sua história de vida e também desalienando-se de determinadas engrenagens que, de forma sutil, o aprisionam em condições de submissão. Para isso, faz-se necessário uma certa distanciação da conscientização que opera na prisão (onde o preso, pela internalização da cultura prisional, constrói a identidade de criminoso e de preso, revelando, assim, a dimensão da submissão) da conscientização relativa à condição de egresso que começou a ser forjada na prisão como uma estratégia criativa de cunho vital.

Sendo assim, o egresso da prisão pode não aderir completamente à cultura prisional, mesmo sem qualquer possibilidade de oposição, por intermédio da elaboração de projetos localizáveis em um futuro referido à saída de prisão, consolidados pelo ato de produção de saídas viáveis para a vida em liberdade. Essa seria a alternativa em que coexiste no preso tanto a posição de submissão pela adesão à cultura prisional, quanto o momento de resistência decorrente da elaboração de projetos para a vida após a saída da prisão.

Outra razão concerne aos programas de apoio ao egresso do sistema penitenciário, como, a título de ilustração, o Programa Agentes da Liberdade, considerando os aspectos negativos e positivos em suas implementações e execuções conforme assinala Madeira (2012). Em primeiro lugar, a maioria desses programas destaca-se positivamente pela constituição de redes institucionais que possibilitam o intercâmbio de relações entre egressos. Geralmente essas redes disponibilizam serviços importantes na construção de interações fundamentais à vida.

Há também que se ressaltar a necessidade de desconstrução da identidade de criminoso, preso, bandido que esses programas podem efetivar mediante a conscientização, pelo

preso, da categoria social egresso do sistema penitenciário, sem o peso dos estigmas que lhes são imputados e, às vezes, internalizados sem qualquer movimento de contestação ou de questionamento.

Essa conscientização se estende também à precariedade de determinados serviços que afetam todos, independente, de ser ex-presidiário ou não, como a dificuldade de inserção no mercado de trabalho em um universo bastante competitivo e segregacionista.

Essas mesmas dificuldades residem no âmbito das políticas de saúde pública e educacionais, até certo ponto.

Obviamente os programas de apoio ao egresso, de certo modo, funcionam na contramão das tendências da política criminal sustentada pelo Estado Penal que tem como meta a ampliação dos espaços prisionais mediante verbas consideráveis para a construção, para o aumento de vagas para presos. Ora, uma vez criadas as vagas, logo serão devidamente preenchidas.

Quer dizer, uma coisa leva a outra: aumenta-se o número de prisões e, ao mesmo tempo, aumenta-se o número de pessoas excluídas da convivência em liberdade. Essa política, se devidamente efetivada, levaria à derrocada dos programas de apoio ao egresso do sistema penitenciário, seja pela falta de condições técnicas e financeiras, seja pelo crescente número de egressos que precisam ser assistidos.

Essa constatação faz ressonância a um dado: o Brasil é o quarto país do mundo no *ranking* de encarceramento, com 548.003 presos, só perdendo para os Estados Unidos da América, (2 239.751 presos), para a China (1 640.000 presos) e para a Rússia (681.600 presos). Contudo é o país cujos programas de apoio ao egresso incidem em uma ínfima e insignificante parcela de homens que saem das prisões, do ponto de vista comparativo.

## 2. RESULTADOS ALCANÇADOS

É preciso que o egresso produza narrativas sobre as condições de ocorrência do crime e sobre a situação de retorno à vida em liberdade marcado pelo estigma de ex-presidiário.

Uma vez entendendo que o crime implica um processo de escolha e que, por este motivo, é um modo de vivência inerente à condição humana, lançamos um olhar às filigranas que podem ser reunidas em termos da construção de uma memória sobre a peculiaridade da prisão; sobre a especificidade daqueles que, nela, são reclusos pela determinação legal, sobre aqueles que cumprem a pena e retornam ao convívio social e sobre aqueles que conseguindo cumprir suas penas saem da prisão e conseguem não mais retornar. Sabemos tratar-se de um parcela muito pequena, pois mais da metade das pessoas que saem das prisões retornam em pequenos intervalos de tempo.

O cárcere é um encaminhamento ao qual o sujeito não passa incólume em relação aos seus efeitos. Sabemos que a custódia produz transformações subjetivas que podem ter consequências severas em termos do estranhamento vivido pelo egresso em se adaptar ao modo de vida fora do cárcere, principalmente se estadia foi prolongada, o que, pela assimilação da cultura prisional e a institucionalização, pode ser um impasse no momento em que o egresso terá que abrir mão dos hábitos construídos na prisão e a reconstrução de novos hábitos para viver fora dela, conforme sinalizou Thompson (1980).

Considerando o ato criminoso, a prisão e suas consequências focadas na prisionização, pondera-se que o processo de ambientação do egresso contenha etapas como as práticas de assistências considerando o mapeamento das demandas apresentadas pelos egressos, estabelecimento de programas de intervenção e encaminhamento a outros setores. É importante também a realização de reuniões com familiares visando a favorecer a convivência com o egresso em face de todas as dificuldades enfrentadas, seja em relação aos possíveis preconceitos de amigos e vizinhos ou nas frustrações em termos de inserção no mercado de trabalho.

Acreditamos que, desse modo, possamos trazer subsídios para dar maior visibilidade ao fenômeno da ambientação do egresso às condições de vida após a saída da prisão, como também para demonstrar a sua posição subjetiva em relação a si mesmo no enfrentamento das dificuldades inerentes a sua inserção em espaços sociais relativos a vida em liberdade. Consideramos também que a importância na formação e capacitação dos profissionais de diferentes áreas, sensibilizando-os a respeito das questões da política criminal frente ao encarceramento e ao egresso.

A abordagem do encarceramento e da criminalidade nos serviços de assistência ao egresso da prisão requer um bom conhecimento das referências existentes tanto do âmbito jurídico, policial, social e psicológico, como também de redes de apoio informal e Organizações Não Governamentais (ONGs), para que o profissional possa dar continuidade ao cuidado e assim fortalecer a busca de alternativas para solucionar o problema.

A partir das intervenções preconizadas, acreditamos que possamos trazer subsídios para dar maior visibilidade ao fenômeno da ambientação do egresso às condições de vida após a saída da prisão, como também para demonstrar a posição subjetiva do egresso em relação a si mesmo no enfrentamento das dificuldades inerentes a sua inserção em espaços sociais relativos a vida em liberdade.

Diante disto entendemos que é necessário dar continuidade ao debate sobre a situação do egresso, bem como implementar diferentes alternativas que interfiram efetivamente na quebra do ciclo de violência que acaba reconduzindo o egresso de volta ao crime e conseqüentemente à prisão.

Enfim, precisamos considerar o egresso do sistema penitenciário como uma realidade possível e não como um caso esporádico pela sorte daqueles que conseguem terminar, com vida, o cumprimento de suas penas. Por isso, argumentamos que um Estado que tem aparatos eficazes para prender, condenar e encarcerar deve preocupar-se também com o destino dos encarcerados que podem sair da prisão e não confiar em um possível destino de que uma vez que a pessoa adentra a um espaço prisional, por condenação, dificilmente conseguirá sair viva.

É preciso que construamos outros paradigmas para refletir questões como o encarceramento, a custódia, a criminalidade considerando um conjunto de forças que atuam, nem sempre de forma tão evidentes, para a manutenção da política do grande encarceramento. Curiosamente, não deixemos de lembrar que existem vários setores do Estado que se interessam pela manutenção das prisões, em especial, o setor econômico, além do desdobramento indireto em termos de serviços que se avolumam em bairros nos quais são criados complexos penitenciários.

## CONCLUSÕES

A desinstitucionalização do egresso do ambiente prisional consiste em um processo com varias etapas: a. A ruptura com o passado da prisão, b. A construção de recursos protetores para a situação de desamparo em razão do estranhamento decorrente da saída da prisão. Há que se considerar que “todo recomeço tem elemento de recordação do passado, da memória, nesse caso específico das memórias do cárcere” (CARVALHO FILHO, 2012, p. 180), c. A familiarização com o ambiente físico transformado das grandes cidades, d. A ruptura com a temporalidade da prisão aliada à produção de mecanismos de gerenciamento da vida direcionados ao futuro, e. as dificuldades de desapego à prisão, a construção de novos vínculos sociais e a elaboração da perda dos vínculos com outros presos, f. A dificuldade de abrir mão das referências relacionadas às autoridades prisionais e, g. A retomada das estratégias de convivência no contexto familiar, no trabalho, no lazer em função da nova identidade de egresso da prisão.

São muitas nuances às quais o egresso precisa rapidamente transformar-se e adaptar-se para recomeçar sua vida.

A saída da prisão sinaliza, para o egresso, um momento em que fica patente o polo opressivo do sistema prisional e também há o peso do contexto social que critica o sistema jurídico por ter liberado da prisão um homem supostamente perigoso. Sendo assim, é comum o egresso sentir-se desorientado com a sensação de desordem e desatino em relação aos projetos para a vida em convívio social depois da prisão.

Diante de tais circunstâncias, evidencia-se que a pessoa presa, uma vez tendo saída da prisão, continua subjetivamente em um estado de aprisionamento. Por esse motivo, são necessarias estratégias de ação que possam servir na construção da nova identidade do egresso, juntamente com elaboração pela perda das identidades de criminoso e de preso, uma vez que esses traços identitários não têm mais serventia. Neste sentido, a saída da prisão é um processo que tem uma fronteira muito tênue.

Por um lado, tem o sentido do sonho físico de liberdade, rompendo com o caráter simbólico do aprisionamento e, por outro, instaura um estágio de vida que tem duas faces contraditórias: o egresso não está mais preso, contudo, não é totalmente livre dessa condição em função dos traços marcantes da prisão dos quais não consegue se desvencilhar. Dito em outras palavras: há um rompimento imediato com a prisão, mas não com as sequelas do processo de prisionização. Por isso, o egresso tem que construir uma nova condição de vida para superar um impasse: ao sair da prisão não é mais preso, tampouco é, ainda, o que virá a ser, podendo inclusive, cair na reincidência.

A saída da prisão implica na condição imediata de um viver em um estado de fronteira que tem duas facetas diametralmente opostas: as nuances do contexto social e os atrativos do mundo regido pela criminalidade com suas ofertas fáceis e de, certo modo, patrocinados por alguns aparatos. Conforme sinaliza Madeiro Filho (2012, p. 185) “o ser submetido institucionalmente, o ser que contaria tal submissão através de um contrapoder de um código de ética grupal da massa carcerária e o ser social pronto a restabelecer as relações no mundo externo à prisão se encontram nesse momento de transitoriedade”.

Isso que dizer que a saída da prisão é uma experiência marcada de contradições, pois, de um lado, tem-se o limiar do estar preso e, do outro, a condição de estar livre.

Em face do exposto, depreende-se que a saída da prisão é um momento marcado por um estado de tensão, seja em razão da elaboração de projetos futuros, seja para construir condições de renúncia às tentadoras armadilhas oferecidas pela criminalidade, conforme constam os alarmantes índices de reincidência ao crime e à prisão. Como é de conhecimento, a mínima frustração em termos de dificuldades de trabalho, de continuidade de estudos, no âmbito do trabalhos, de rejeições familiares e de amigos, pode ser o grande impulsor que leva a pessoa em liberdade, saída da prisão, a recorrer ao crime e conseqüentemente à prisão.

É nessa ótica que se aventa a possibilidade de o egresso refletir sobre sua condição e ser orientado a produzir meios para organizar seus projetos de vida. Frequentemente, o egresso deixa o lugar físico da prisão, sem se desentranhar subjetivamente dela. Uma vez saído da prisão, o egresso terá que produzir, pois a família cobra sua presença no orçamento familiar. Essas são questões que norteiam a vida do egresso que podem descambar para viver às margens da cultura prisional, ou às margens dos pactos sociais, podendo recair novamente no cárcere, como frequentemente acontece. Assim indagamos: quando um egresso efetiva-se como ex-presidiário, no sentido de desambientar-se do ambiente prisional?

Preliminarmente conclui-se que a posição de permanência e subalternidade do egresso decorre do processo de institucionalização à prisão. Em função dessa condição, a transmissão de valores referentes à internalização da cultura prisional funciona como dispositivo mnêmico para a continuidade da submissão, mesmo depois da saída da prisão. Por isso, os planos do egresso se encontram impregnados pela memória relativa à condição de preso. Por fim, os processos de construção identitária refletem, de forma significativa, as dificuldades de elaboração de projetos de vida.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, P. V. O grande encarceramento como produto da ideologia (neo)liberal. In: ABRAMOVAY, P. V. e BATISTA, V. M. (Orgs.). **Depois do grande encarceramento**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- BATISTA, V. M. Depois do grande encarceramento. In: ABRAMOVAY, P. V. e BATISTA, V. M. (Orgs.). **Depois do grande encarceramento**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- CARVALHO FILHO, M. J. Sujeitos da fronteira: a saída da prisão. In: COELHO, M. T. A. D. (Orgs.) **Prisões numa abordagem interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- COIMBRA, M. Modalidades de aprisionamento: processos de subjetivação contemporâneos e poder punitivo. In: ABRAMOVAY, P. V. e BATISTA, V. M. (Orgs.). **Depois do grande encarceramento**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- FARIAS, F. R. Homens à deriva: os egressos do sistema penitenciário. In: FACEIRA, L. S.; FARIAS, F. R. (orgs.) **Punição e prisão: ensaios críticos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- MADEIRA, L. M. **Trajetórias de homens infames**. Curitiba: Appris, 2012.
- SÁ, G. R. **A prisão dos excluídos**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1996.
- THOMPSON, A. **A questão penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE DIRIGIDAS AO DIABETES MELITTUS

**REBESCO, Denise Barth**

Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO  
*Email: deniserebesco@gmail.com*

**MASCARENHAS, Luis Paulo Gomes**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO  
*Email: luismsk@gmail.com*

### RESUMO

O custo elevado para manutenção do paciente diabético, entre outras questões, demonstra a necessidade de políticas públicas específicas para abordagem do problema. Várias políticas públicas tem sido instauradas pelo Estado brasileiro voltadas ao DM, dentre elas destacam-se o “Plano de Reorganização da Atenção à Hipertensão Arterial e ao Diabetes mellitus” e o “Programa Nacional de Assistência Farmacêutica para Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus”, além de leis e portarias que dispõem sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação, bem como à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos. No entanto, a operacionalização das leis ainda esbarra na falta de mecanismos que sensibilizem os gestores e profissionais de saúde em relação às suas responsabilidades e conscientizem a população sobre os direitos que lhe são assegurados por lei.

**Palavras-chave:** Diabetes Mellitus. Políticas Públicas.

### ABSTRACT

The high cost of maintaining the diabetic patient, among other issues, demonstrates the need for specific public policies to address the problem. Several public policies have been implemented by the Brazilian State for MD, among them the “Plan for the Reorganization of Attention to Arterial Hypertension and Diabetes Mellitus” and the “National Program of Pharmaceutical Assistance for Arterial Hypertension and Diabetes Mellitus”. Laws and ordinances that provide for the free distribution of drugs and the necessary materials for its application, as well as the monitoring of capillary glycemia for people with diabetes enrolled in diabetic education programs. However, the operationalization of laws still runs counter to the lack of mechanisms that sensitize managers and health professionals to their responsibilities and make the population aware of the rights that are guaranteed by the aw.

**Keywords:** Diabetes Mellitus. Public Policy.

## INTRODUÇÃO

Diabetes Mellitus (DM) é uma doença crônica que ocorre quando o pâncreas não produz insulina (hormônio que regula o nível de glicose no sangue) suficiente ou quando o corpo não consegue utilizar efetivamente a insulina que produz. Segundo a Organização Mundial de Saúde em 2014, a diabetes atingia 62 milhões de pessoas nas Américas, o que representa uma em cada doze pessoas. Esta doença crônica e suas complicações representam enorme impacto econômico sobre indivíduos, famílias e governos. Estima-se que as despesas, em saúde, causadas pelo diabetes nas Américas totalizaram aproximadamente US\$ 383 bilhões em 2014, e esse número deve aumentar para US\$ 486 bilhões em 2040. Os custos médicos associados com o diabetes resultam do fato de ser uma doença complexa, uma vez que tem repercussões em vários órgãos e tecidos (WHO, 2016).

No Brasil, segundo a Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL), cerca de 5,6% das mulheres e 4,6% dos homens com idade igual ou superior a 18 anos referiram diagnóstico médico dessa doença.

O custo elevado para manutenção do paciente diabético, entre outras questões, demonstra a necessidade de políticas públicas específicas para abordagem do problema. O presente trabalho pretende realizar uma análise crítica das políticas públicas dirigidas ao controle do diabetes no Brasil, a partir da seguinte questão norteadora: quais foram as políticas públicas de saúde direcionadas ao Diabetes Mellitus no Brasil?

Realizou-se uma busca no Portal de Periódicos da Capes utilizando-se os termos “diabetes” e “políticas públicas” (escolhidos com base nos Descritores em Saúde da Biblioteca Virtual em Saúde) foram encontrados inicialmente 42 artigos, destes 12 foram excluídos porque estavam disponíveis em mais de uma base de dados, foi realizada a leitura dos resumos e verificou-se que 6 artigos se enquadravam nos critérios de inclusão e respondiam a questão norteadora, sendo este o número de artigos que compôs a amostra. Além disso foram utilizadas referências disponíveis em sites oficiais do governo, bem como, dados e orientações contidos no site da Organização Mundial de Saúde.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O campo de promoção da saúde configura um espaço de problematização e desenvolvimento de ferramentas analíticas e metodológicas afim de ampliar o conhecimento sobre a natureza dos processos de saúde, adoecimento e vulnerabilização social. Nesse sentido, as iniciativas de promoção da saúde representam um esforço interdisciplinar e intersetorial para superar abordagens tecnicistas e medicalizantes sobre os problemas de saúde. Nesta área existe um consenso sobre a necessidade de compreender as intervenções como práticas sociais enraizadas em contextos locais, os quais em geral, são marcados por desequilíbrios de poder, diferentes dinâmicas sociais e expectativas de mudança social. Ao mesmo tempo a promoção da saúde busca transformações no perfil de engajamento comunitário e no bem estar social. A participação dos usuários e comunidade é, portanto, um componente crucial das intervenções na medida em que favorece o mapeamento de demandas e oportunidades, a colaboração entre múltiplos parceiros, a responsabilização coletiva em torno dos resultados e um maior aprendizado social (MAGALHÃES, 2016).



A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e sua continuada e crescente estruturação viabilizaram maior acesso e forte controle social, o que permitiu a formulação de múltiplas políticas públicas para o enfrentamento das doenças crônicas. O SUS dispõe de capacidade técnica para analisar a situação das doenças crônicas, interpretar suas tendências, planejar e implantar ações para seu enfrentamento. Seus gestores, embora muitas vezes, com orientação ainda incipiente em relação às doenças crônicas, vêm prontamente empreendendo ações contempladas em políticas públicas, e a rede de cuidados de saúde já vem realizando ações prioritárias em nível individual. O SUS mantém estreita relação com a academia, o que permite colaborações que ampliam seus recursos técnicos disponíveis, especialmente em termos de avaliação de políticas e programas (DUNCAN et al., 2012)

A promoção de saúde para pacientes diabéticos representa importante questão de saúde pública. Além de afetar a produtividade, a qualidade de vida e a sobrevivência das pessoas, o diabetes envolve altos custos para manutenção do tratamento e prevenção e/ou tratamento de complicações crônicas e agudas.

Existem variados projetos voltados ao DM e financiados pelo Departamento de Ciência e Tecnologia. Até o final de 2009, quase US \$ 13,4 milhões foram gastos com pesquisas sobre DM. Fundos do Departamento de Ciência e Tecnologia permitiram o primeiro tratamento com células estaminais do mundo para o DM tipo 1. Os autores deste estudo relataram que 14 dos 15 pacientes não precisavam mais fazer uso de insulina injetável após o tratamento, e os efeitos do tratamento permaneceram por uma média de 31 meses em 12 dos 20 sujeitos do estudo (os oito pacientes restantes necessitaram de doses baixas de insulina) (MOURA et al., 2012).

O tratamento da pessoa com diabetes tem como finalidade obter um adequado controle metabólico e deve abranger um programa de educação continuada, modificações no estilo de vida, que incluem aumento da atividade física, reorganização dos hábitos alimentares, abolição do tabagismo e, se necessário, uso de medicamentos. No entanto, as dificuldades do usuário em utilizar a medicação prescrita, seguir rigorosamente o planejamento alimentar recomendado ou modificar seu estilo de vida, de acordo com as orientações da equipe multiprofissional, é um problema sempre presente na prática clínica (SANTOS et al, 2011).

Desta forma, o Ministério da Saúde, as associações de paciente as sociedades médicas e empresas privadas investem em programas e projetos de prevenção, educação e controle, pois dessa forma podem prevenir e manter a diabetes controlada, assim diminuindo os custos associados à doença e suas complicações.

As pessoas com diabetes, atualmente, dispõem, no mercado, de ampla variedade de medicamentos, insumos e aparelhos para o controle da sua doença. A criação de normas e rotinas creditadas e validadas por leis e portarias pode vir a configurar legislação ativa, eficaz, sustentada por pensamento ético vigente e que contemple a participação social e o pleno exercício da cidadania (SANTOS et al, 2011). Entretanto, para que sejam implementados os direitos do usuário com diabetes, previstos na legislação, é necessário, que esses sejam divulgados de modo a torná-los conhecidos da população e dos próprios profissionais de saúde.

O Ministério da Saúde é o órgão responsável pela política pública de atenção ao DM e seu principal objetivo é constituir uma política economicamente eficaz, para prevenir o diabetes e suas complicações, por meio do cuidado integral de forma resolutiva e com qualidade.

Essa política traz ações de promoção de saúde, prevenção, diagnóstico, tratamento, capacitação de profissionais, vigilância e assistência farmacêutica, além de pesquisas voltadas para o cuidado ao diabetes. Estão pactuadas, financiadas e executadas pelos gestores dos três níveis de governo: federal, estadual e municipal. As ações de assistência são, na maioria, executadas nos municípios, sobretudo por meio da rede básica de saúde

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 1990, através da Lei n. 8.080/90 (Orgânica da Saúde) e da Lei n. 8.142/90, houve a regulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS representa um grande avanço para a sociedade, por meio do princípio de universalização do atendimento, tornando-o público e gratuito a qualquer cidadão brasileiro. Vale ressaltar que o SUS tem como competência diversas atribuições voltadas para o controle, fiscalização, execução de ações de saúde, formação de recursos humanos, proteção do meio ambiente e do trabalho, entre outras. E como objetivos, identificar os fatores condicionantes e determinantes da saúde e formular políticas para erradicar as desigualdades no campo econômico e social que interferem no processo saúde-doença (SILVA, 2007).

As ações de promoção da saúde surgiram como desdobramento do esforço de qualificação do SUS, um programa elaborado e implementado na tentativa de mudar o modelo assistencial vigente.

A partir dos últimos anos da década de 1990 e no início dos anos 2000, a prevenção para doenças crônicas não-transmissíveis se tornaram preocupação de várias organizações internacionais, enfatizando os chamados países em desenvolvimento, somado a isto os elevados números de hospitalizações e óbitos decorrentes de complicações do diabetes, levaram o Ministério da Saúde no ano de 2001 a lançar o Plano de Reorganização da Atenção à Hipertensão Arterial e ao Diabetes mellitus. O plano visava minimizar ocorrência de agravos decorrentes do diabetes e culminou com a implementação de várias ações nos estados e municípios como capacitações profissionais na atenção básica, pactuação de normas e metas entre as três esferas da gestão de saúde, atenção à assistência farmacêutica e dispensação de medicamentos de uso contínuo, e promoção de atividades educativas. (BRASIL, 2016).

Esse plano teve como objetivo reduzir: o número de internações, a procura pelo pronto-atendimento nas Unidades Básicas de Saúde, os gastos com tratamento de complicações crônicas, aposentadorias precoces e mortalidade cardiovascular, de modo a promover melhoria da qualidade de vida da população.

Dada a necessidade de proporcionar um serviço de atenção à pessoa com diabetes de elevada qualidade e de racionalizar custos, políticas públicas específicas para esta população têm sido instituídas no contexto brasileiro. Entretanto, para promover a humanização dos serviços de saúde e garantir os direitos dos usuários com DM, é preciso assegurar o acesso às informações sobre seus direitos legais de cidadãos, que deverão ser fornecidas por equipe de saúde capacitada. Bem como, garantir alocação adequada de recursos, para que o acesso seja alcançado de forma justa e equitativa.

Torna-se evidente, também, a necessidade de empenho de lideranças do governo e gestores de saúde na criação de mecanismos que minimizem o aparecimento, bem como o agravamento da doença. Esses esforços devem ser direcionados tanto à reorganização da atenção à pessoa com diabetes quanto ao provimento de insumos necessários para o controle da doença, com o intuito de reduzir os custos advindos da não detecção precoce e das complicações relacionadas à falta de controle metabólico no DM (SANTOS et al., 2011).

Em 2002, através da Portaria nº 371 de 04 de março, o Ministério da Saúde instituiu o Programa Nacional de Assistência Farmacêutica para Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus, parte integrante do Plano Nacional de Reorganização da Atenção a Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus (BRASIL, 2016).

Estudo realizado por Vieira e Zucchi (2007) com o objetivo de descrever os efeitos das ações judiciais que requerem o fornecimento de medicamentos quanto aos aspectos da Política Nacional de Medicamentos, constatou que a doença mais referida nas ações judiciais foi a DM, tem-se que 46% de todas as ações judiciais referem que os pacientes possuíam a doença.

Em 2006 entra em vigor a Lei 11.347 (BRASIL, 2016) que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação, bem como à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos. Tal distribuição está condicionada ao cadastramento dos usuários nas unidades de saúde de sua área de abrangência e nos programas de educação em diabetes.

O Ministério da Saúde fica responsável pela aquisição e distribuição, para todo o país das insulinas NPH e Regular, sendo o maior comprador mundial de insulina. Existem alguns critérios para a inclusão do paciente nessa política de assistência farmacêutica. A indicação para o paciente entrar nesse programa deve ser reavaliada e regulada a depender dos diversos estágios da evolução da doença, sendo que o paciente deve ser capacitado a interpretar os resultados da automonitorização da glicemia capilar e fazer as mudanças apropriadas nas dosagens da insulina.

E através da Portaria nº 2.583 (10 de outubro de 2007) o Ministério da Saúde define elenco de medicamentos e insumos que devem ser disponibilizados na rede do SUS, destinados ao monitoramento da glicemia capilar dos portadores de diabetes mellitus. Dentre medicamentos e insumos estão: antidiabéticos orais, insulinas, seringas com agulha para aplicação de insulina, tiras reagentes de medida de glicemia capilar e lancetas para punção digital (BRASIL, 2016). Faz-se necessário salientar que, mesmo depois da reforma sanitária que implantou o SUS em 1990, a distribuição gratuita dos medicamentos aos usuários com diabetes mellitus só foi regulamentada em 2007, ou seja, 17 anos após sua proposição, o que demonstra as inúmeras dificuldades ainda existentes para a real efetivação dos princípios e diretrizes preconizados.

Ao considerar a equidade como princípio instrumentalizador do direito à saúde, promovendo o reconhecimento de necessidades diferentes, oriundas de sujeitos também diversos, para alcançar direitos iguais, pode-se observar que a alocação de recursos pelo SUS aos usuários com DM segue tal princípio. Isso pode ser evidenciado, por exemplo, por meio das recomendações para a monitorização da glicemia capilar.

Os usuários com DM tipo 2, que fazem uso de antidiabéticos orais, devem realizar a monitorização da glicemia na própria unidade de saúde. Já os usuários com DM tipo 1 têm o direito de receber, gratuitamente, do serviço de saúde, o glicosímetro e as tiras reagentes, necessários para a realização da glicemia capilar em domicílio (SANTOS et al., 2011).

Contudo, apesar dos esforços envidados, ainda percebe-se que o esquema ideal de monitoração de glicemia para todos os usuários com diabetes ainda é impraticável do ponto de vista econômico, o que inviabiliza o fornecimento dos glicosímetros e insumos para todos os usuários do SUS com DM. Essa limitação é incompatível com as legislações nos âmbitos federal, estadual e municipal, que preconizam a atenção integral ao usuário com DM, bem como o direito a medicamentos e insumos necessários para o controle da doença

Em 2011, o Programa Farmácia Popular do Brasil passa a disponibilizar os medicamentos indicados para o tratamento do diabetes sem custos para os usuários. Esta campanha foi denominada "Saúde Não Tem Preço". A Portaria 184/2011, assinada em 03 de fevereiro de 2011, determinou que todas as farmácias da Rede Própria, bem como as farmácias e drogarias credenciadas do "Aqui Tem Farmácia Popular" ficassem obrigadas a praticar os preços de dispensação e os valores de referência, garantindo assim, a gratuidade para estes medicamentos (BRASIL, 2016).

Reconhece-se que houve avanço no que diz respeito à criação de leis e normas que assegurem o acesso do usuário aos serviços de saúde. Por outro lado, a operacionalização das leis ainda esbarra na falta de mecanismos que sensibilizem os gestores e profissionais de saúde em relação às suas responsabilidades e conscientizem a população sobre os direitos que lhe são assegurados por lei (SANTOS et. al., 2011).

Não se trata, no entanto, apenas de construção de normas, portarias ou leis, mas de colocar em questão a praticidade de implementação desses dispositivos, visando assegurar melhor controle metabólico das pessoas com DM, priorizando a individualidade de cada ser humano e propiciando a formação de cidadãos capazes de exercer seus direitos com autonomia.

Em estudo realizado por Santos et al. (2011) para avaliar a percepção que os usuários têm sobre as leis voltadas ao portador de DM e suas implicações no cotidiano e na assistência, constatou-se através da fala dos usuários que os mesmos têm a percepção de que no Brasil, há iniquidades no que tange à distribuição de bens em saúde. Além disso, muitos utilizam os benefícios advindos da legislação sobre DM, porém, não o reconhecem como seus direitos, o que limita o controle social exercido pela comunidade e a reivindicação de seus direitos em situações nas quais eles estejam ameaçados ou sendo violados. Ou seja, muitas vezes o usuário reconhece o serviço disponível como favor ou doação e não como um direito.

## CONCLUSÕES

Diante do exposto, conclui-se que, várias políticas públicas tem sido instauradas pelo Estado brasileiro voltadas ao DM. No entanto, como analisam Santos et al (2011) muitos usuários desconhecem seus direitos (e deveres) enquanto pacientes, sobretudo no que se refere ao entendimento de que os benefícios existem e devem ser compreendidos como fruto de uma política de saúde que prevê e dispõe de instrumentos legais para sua implementação. Este entendimento por parte do usuário pode contribuir para: controle dos fatores de risco, diagnóstico precoce, manutenção do tratamento, diminuição das complicações e dos custos financeiros para o sistema público.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Legislação Federal da Saúde**. 2016. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/legislacao/diabetes\\_legislacao.php](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/legislacao/diabetes_legislacao.php)> Acesso em: 17 de Outubro de 2016.

Brasil. Ministério da Saúde. Portal da Saúde. **Política de Atenção ao Diabetes no SUS**. 2012. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizartexto.cfm?idtxt=29794&janela=1>> Acesso em: 08 de Outubro de 2016.

BRASIL. Vigitel Brasil 2008: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção Para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico. Ministério da Saúde. Brasília, 2009

DUNCAN et al. Doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: prioridade para enfrentamento e investigação. **Rev Saude Publica**. 2012;46(Supl 1):126-34.

MAGALHÃES, R. Avaliação da política nacional de promoção da saúde: perspectivas e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1767-1775, 2016.

MOURA EC, et al. Research on chronic noncommunicable diseases in Brazil: meeting the challenges of epidemiologic transition. **Rev Panam Salud Publica** 2012; 31: 240-5.

SANTOS et al. Políticas públicas e direitos dos usuários do Sistema Único de Saúde com diabetes mellitus. **Rev Bras Enferm**, Brasília, v. 64, n. 5, p. 952-7, 2011.

WHO. **Global report on diabetes**. 2016. Disponível em: < [http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/204871/1/9789241565257\\_eng.pdf](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/204871/1/9789241565257_eng.pdf)> Acesso em: 17 de Outubro de 2016.

SILVA, E.; SARRETA, F. O.; BERTANI, I. F. As políticas públicas de saúde no Brasil: o sistema único de saúde (SUS) e a rede de saúde em franca. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 16, n. 1, p. 81-103. 2007.

## EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG: ESTUDO SOBRE O CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

**SOUZA, Thays Santos**

*Estudante de mestrado do Programa de Gestão Organizacional na Universidade Federal de Goiás (UFG)*  
thays.adm21@gmail.com

**CASTRO, Paulo Alexandre de**

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional da Universidade Federal de Goiás (UFG)*  
padecastro@gmail.com

### RESUMO

A qualidade da educação deve ser pautada nos planos de políticas governamentais, porém o fenômeno da evasão escolar nas universidades brasileiras tem sido um problema já há algumas décadas e esse problema continua crescendo. A definição de evasão adotado pelo MEC é “a saída definitiva do curso de origem sem conclusão, ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa”. A universidade escolhida para essa pesquisa foi a UFG, fazendo uso de dados do Censo da Educação Superior. Os dados analisados foram os do período de 2010 a 2014. Notou-se um aumento significativo no ano de 2012 em relação ao ano anterior (2011), e uma estabilidade de 2013 em comparação ao ano de 2014. Porém para se obter dados para conclusão do estudo da Evasão nos cursos de graduação da UFG é necessário a continuação desta pesquisa, com a pretensão de conhecer o real motivo do abandono do curso pelos dos estudantes. Portanto sugere-se, e pretendemos dar, a continuação da pesquisa.

**Palavras-chave:** Evasão. Censo. UFG.

### ABSTRACT

The quality of education must be based on governmental policy plans, but the phenomenon of school dropout in Brazilian universities has been a problem for a few decades and this problem continues to grow. The dropout definition adopted by the MEC is “the final output of the course of origin without completion, or the difference between incoming and graduating students, after a full generation.” The university chosen for this research was the UFG, making use of data from the Higher Education Census. The data analyzed were from 2010 to 2014. It was noted a significant increase in 2012 over the previous year (2011), and a 2013 stability compared to the year 2014. However, in order to obtain data for the conclusion of the dropout study in UFG undergraduate courses, it is necessary to continue this research, with the pretension of knowing the real reason for the students abandoning the course. Therefore it is suggested, and we intend to, continued research.

**Key-words:** Dropout/evasion. Census. UFG

## INTRODUÇÃO

### 1.1 Evasão escolar

A Educação Superior encontra-se como meio potencial para o desenvolvimento pessoal e, por consequência, social. Nesse sentido, o acesso à Educação e a qualidade da mesma devem ser pautadas nos planos de políticas governamentais.

Entre as medidas do governo para efetivação desta ampliação, há também o Decreto Presidencial nº 6.096 que oficializa o Plano de Apoio ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Esse programa foi criado com o objetivo de expandir a oferta de vagas nas Instituições Federais (IFES) e criar condições para ampliar o acesso e permanência no ensino superior, (BRASIL, 2007).

No entanto, à medida que o acesso à Educação Superior aumenta, crescem também os problemas relacionados à evasão e permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior. Para podermos discutir estas questões relacionadas à saída de alunos do sistema educacional superior necessitamos estabelecer o entendimento sobre o que estamos considerando por “evasão”, uma vez que é possível considerar esta situação em três contextos diferentes: em relação à Educação Superior, a Instituição de Educação Superior (IES) e em relação ao curso escolhido.

A evasão nas universidades brasileiras é um problema que vem se intensificando nas últimas décadas. Esses índices, de evasão, são cada vez maiores principalmente em cursos de licenciatura, acarretando na falta de professores para o mercado de trabalho nos níveis fundamental e médio, o que é preocupante, pois em um futuro próximo podemos presenciar um “Apagão do ensino médio”.

A evasão estudantil configura-se num tema complexo e ao mesmo tempo imprescindível para a qualidade das ações de permanência dos estudantes na educação superior, tendo em vista a expansão desse setor da educação e por consequência os desafios que acompanham tal expansão universitária.

Os dados existentes sobre a evasão mais utilizados em pesquisas e relatórios são oriundos do Censo Nacional da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Uma análise dos resultados e dos procedimentos utilizados no censo aponta causas que são obtidas a partir da percepção de docentes e coordenadores dos cursos, em função de avaliações e acompanhamentos das avaliações formais. Uma das maneiras de retratarmos a proporção deste fenômeno, sem entrarmos em fórmulas de cálculo de evasão, é tomarmos como referência a relação entre ingressantes e concluintes.

O presente trabalho pretende analisar o atual cenário da evasão na Universidade Federal de Goiás (UFG), que aderiu ao REUNI no ano de 2007. O método adotado para análise do cenário atual da UFG foi o levantamento de dados através do sítio do INEP. Essa pesquisa foi subdividida em duas fases: fundamentação teórica sobre a temática evasão escolar com o objetivo de abordar diversos autores para entendimento de diferentes visões sobre o tema abordado e no segundo momento pretende-se realizar um panorama sobre a evasão na UFG utilizando dados do Censo da Educação Superior.

## 1.2 Censo da Educação Superior

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.

O Censo realizado pelo INEP, denominado Censo da Educação Superior, envolve todas as instituições de Educação Superior do Brasil, independente da modalidade, ou seja, inclui cursos presenciais e a distância. O mesmo é realizado anualmente a partir da coleta de dados de cada instituição credenciada, tendo como principal objetivo fornecer informações detalhadas à comunidade sobre o estado e perspectivas da Educação Superior no Brasil.

A participação no Censo é obrigatória, sendo que para o fornecimento dos dados, cada instituição possui acesso, através de login e senha, ao Portal do Censo e responde a questões relacionadas a instituição, cursos, estudantes e docentes. As informações dos estudantes são vinculadas ao número de CPF (Cadastro de Pessoa Física) para inibir a duplicidade de dados da instituição respondente. Assim, o Censo reúne informações sobre as instituições de ensino superior, cursos de graduação presencial ou a distância, cursos sequenciais (voltados mais especificamente para um campo do saber, com viés profissionalizante), vagas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, informações sobre docentes. Informações essas apresentadas por organização acadêmica e categoria administrativa.

A coleta de dados é realizada a partir do preenchimento, por parte das instituições, de questionários eletrônicos e também pela importação de dados do Sistema e-MEC. As instituições têm um período determinado para o preenchimento dos dados eletronicamente e posteriormente os mesmos são analisados de acordo com as informações descritas anteriormente. A divulgação das informações se dá por meio de publicação de Resumo Técnico, disponibilizado no Portal do INEP, com gráficos, tabelas e dados comparativos, bem como são disponibilizados arquivos contendo algumas tabelas de divulgação e micro dados em formato ASCII, e contêm inputs (canais de entrada) para leitura utilizando o *software* SAS e SPSS.

Em relação ao Censo do INEP destacamos como pontos positivos:

- Obrigatoriedade de participação das instituições;
- Inserção de informações sobre tecnologias assistivas no questionário do curso;
- Vinculação do estudante ao CPF como forma de inibir duplicidade de dados;
- Presença de dados relacionados que permitem gerar correlações importantes sobre docentes, relação docente - cursos - estudantes.

Já no Censo do INEP destacamos como aspectos de possível melhoria:

- O Brasil não estabilizou um sistema de avaliação da oferta de EAD na Educação Superior da mesma forma que na Educação Presencial, esta falta de definição dos critérios para balizar a qualidade da oferta tem deixado margem para que situações, a falta de um sistema estabilizado de avaliação e o baixo número de avaliadores



disponíveis para avaliar a EAD;

- Falta de um documento sistematizado de divulgação compilado para o acesso da comunidade;
- Dificuldade de acesso aos dados na íntegra;
- Publicação de apenas um Resumo Técnico das informações;
- Análise quantitativa das informações coletadas;
- O questionário dos alunos refere-se apenas a características socioeconômicas;
- O questionário dos docentes limita-se a formação e a vinculação do mesmo na instituição;
- Falta de informações específicas sobre os dados relacionados à evasão. As informações são geradas por interpretação indireta dos dados.

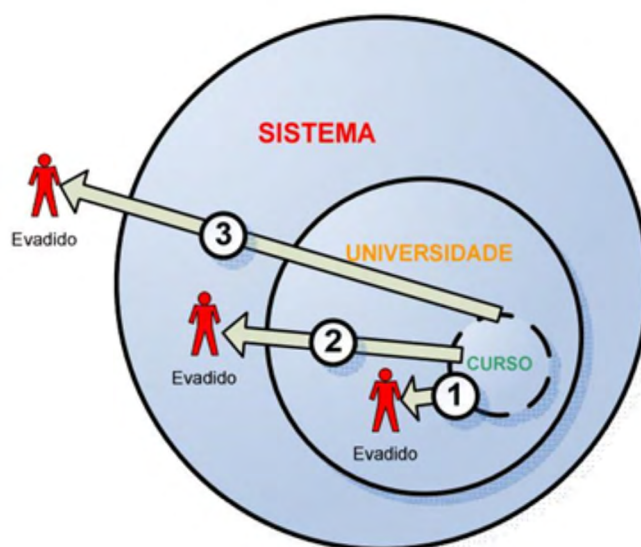
## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conceito adotado pelo MEC “é a saída definitiva do curso de origem sem conclusão, ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa” (BRASIL / MEC, 1997, p. 19)

Conceituou-se a evasão, classificando-a como:

- 1) *evasão de curso seria aquela que ocorre quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas, tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional;*
- 2) *evasão da instituição seria quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado;*
- 3) *evasão do sistema aconteceria quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior. (COMISSÃO ESPECIAL, p.56).*

**Figura 1.** Diferentes níveis de evasão do Ensino Superior.



Fonte: Ney (2010).

Dias, Theophilo e Lopes, (2010) complementam a conceituação ligando a evasão a diversos fatores, sendo eles internos e externos. Os fatores internos estão relacionados ao curso, e podem ser classificados em: infraestrutura, corpo docente e a assistência sócioeducacional. Os fatores externos relacionam-se ao aluno, tais como: vocação, aspectos socioeconômicos e problemas de ordem pessoal. Estudantes que iniciam um curso de graduação e desistem acarretam desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor privado significa prejuízo, enquanto que no setor público são recursos investidos sem retorno. De toda forma, a o fenômeno de evasão, em casos extremos, podem/poderão produzir uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico.

Veloso (2000) afirma que a evasão é um fenômeno complexo, comum às instituições universitárias no mundo contemporâneo. Nos últimos anos, esse tema vem sendo estudado e analisado, especialmente nos países do primeiro mundo, e têm demonstrado não só a universalidade do fenômeno como a relativa homogeneidade de seu comportamento em determinadas áreas do saber, apesar das diferenças entre as instituições de ensino e das peculiaridades socioeconômico culturais de cada país.

Schargel e Smink (2002) afirmam que a evasão escolar é um problema que deve ser tratado através de uma abordagem sistêmica, a meta básica não é simplesmente manter os estudantes em nas salas de aula até que concluam seus cursos, mas oferecer lhes uma educação que os prepare para uma vida plena e produtiva que não se limita à sala de aula.

Contudo, foi apenas em 1995 que surgiu a proposta de um estudo de abrangência nacional, na gestão do ministro Paulo Renato de Souza do Ministério da Educação da Educação e do Desporto (MEC), por iniciativa do Professor Décio Leal de Zagottis nomeado como para a Secretaria de Educação Superior (SESu)<sup>1</sup>, que constituiu a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão - CEEE. Essa comissão, composta inicialmente por 13 membros<sup>2</sup> (todos docentes e oriundos de todas as cinco regiões do Brasil), foi oficialmente nomeada— por meio das portarias da Secretaria de Educação Superior, de 13 e 17 de março de 1995 (e publicadas no Diário Oficial da União, em 18 e 21 de março de 1995, respectivamente) — com o objetivo de desenvolver um estudo, sobre o desempenho das IES. Castro e Sá (2016) ainda citam os objetivos da Comissão:

- i) Definição, uniformização do conceito de evasão, considerando suas dimensões concretas: evasão de curso, evasão da instituição e evasão do sistema de ensino superior;
- ii) Definição e aplicação da metodologia de coleta e tratamento de dados;
- iii) Identificação dos números/porcentagens de diplomação, retenção e evasão dos cursos de graduação das IES do país;
- iv) Apontamento das causas internas e externas da evasão, considerando as peculiaridades dos cursos e das regiões do país;
- v) Definição de estratégias de ação voltadas à redução dos índices de evasão nas universidades públicas brasileiras.

1 Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, de 1 de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2002.

2 Prof. Antonio Luiz Merlin - CEFET/PR; Prof. Edson Miranda dos Santos - UEFS; Prof. Francisco Rogério Fontenele Aragão - UnB; Prof. João Weine Nobre Chaves - ESAM; Prof. José Augusto Nunes Fernandes, representando a Profa. Marlene Rodrigues Medeiros Freitas - UFPA; Prof. José Tomaz Vieira Pereira - UNICAMP; Prof. Mozart Neves Ramos - UFPE; Prof. Norberto Holz - UFRGS, convidado; Prof<sup>a</sup>. Lucília de Almeida Neves Delgado - UFMG; Prof<sup>a</sup>. Maria Aparecida Viggiani Bicudo - UNESP; Prof<sup>a</sup>. Merion Campos Bordas - UFRGS; Prof<sup>a</sup>. Regina Celles de Rosa Stella - UNIFESP; Prof<sup>a</sup>. Sandra Maria Correa de Sá Carneiro - UERJ.

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

A pesquisa encontra-se em fase inicial, no entanto, acreditamos que esse trabalho poderá contribuir para a ampliação de discussões, a respeito da universidade, de seus significados e importância para os cidadãos, levando em consideração os impactos que a Evasão escolar causou ou tem causado a toda a comunidade acadêmica da Universidade Federal de Goiás.

A UFG apresenta os seguintes índices de evasão entre os anos de 2010 a 2014, segundo estudo coordenado pelo Prof. José Marcio Lima (2016) do Grupo de Trabalho sobre Evasão e Conclusão do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração - FORPLAD:

**Tabela 1.** Taxa de Evasão na UFG no período de 2010 a 2014.

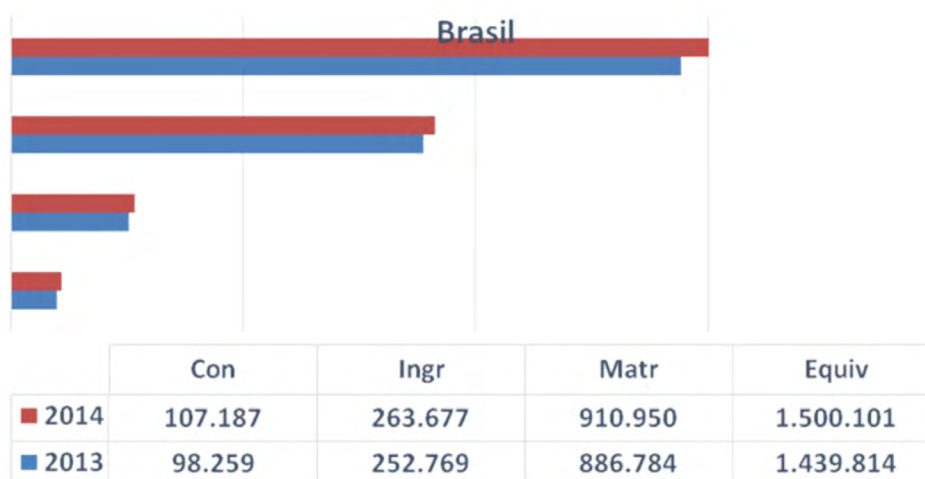
	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil	14,6%	12,9%	17,4%	16,0%	17,7%
UFG	14,5%	9,0%	22,3%	14,2%	14,8%

Fonte: (FORPLAD, 2016)

A tabela 1 mostra um comparativo da série histórica do período de 2010 a 2014 dos índices de Evasão do Brasil da Universidade Federal de Goiás, considerando como parâmetro o Censo da Educação Superior. Nota-se um comportamento comum, entre as IES de todo o Brasil e UFG, de aumento significativo no ano de 2012 em relação ao ano anterior (2011), e uma estabilidade de 2013 em comparação ao ano de 2014.

Ainda conforme estudo do Professor Jose Márcio, a comparação entre ingressantes e concluintes se apresenta nas figuras abaixo:

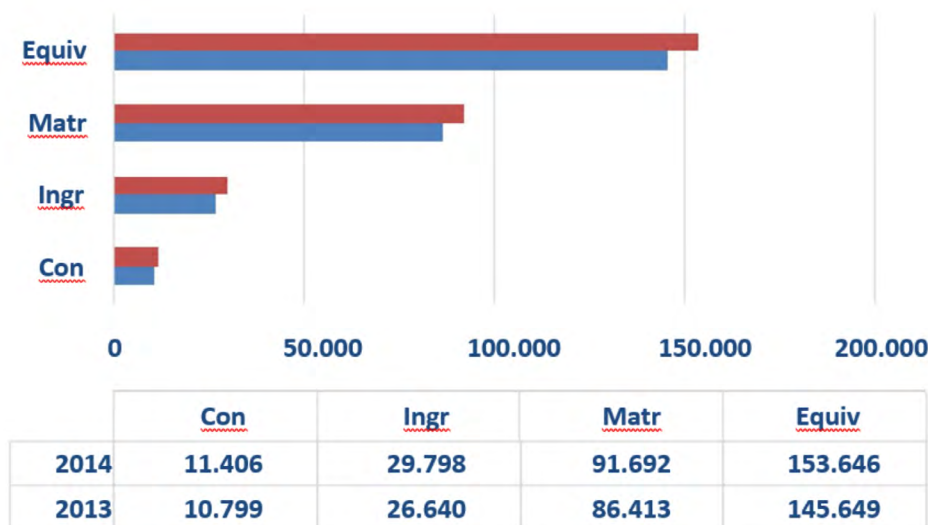
**Figura 2.** Comparação do período de 2013 e 2014 nas IFES no Brasil.



Fonte: (FORPLAD, 2016)

A figura 2 expõe o número de matrículas e de concluintes nas IFES no Brasil, comparando o ano de 2013 com 2014, nota-se um crescimento em relação ao ano de 2014 nas variáveis matrículas, ingressantes e concluintes.

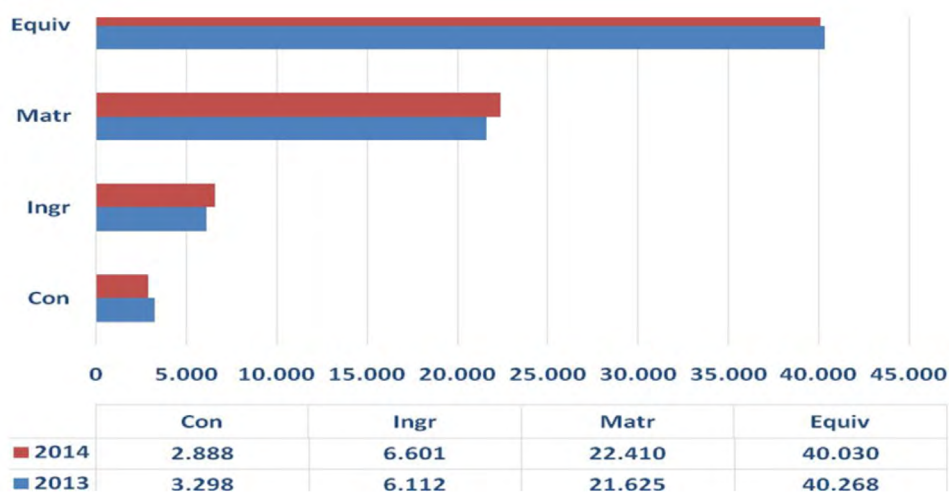
**Figura 3.** Comparação do período de 2013 e 2014 nas IFES no Centro-Oeste.



Fonte: (FORPLAD, 2016)

A figura 3 expõe o número de matrículas e de concluintes nas IFES no Centro-Oeste, comparando o ano de 2013 com 2014, nota-se um crescimento em relação ao ano de 2014 nas variáveis matrículas, ingressantes e concluintes.

**Figura 4.** Comparação do período de 2013 e 2014 na UFG.



Fonte: (FORPLAD, 2016)

A UFG no atual momento é a única Instituição Federal de Ensino Superior em Goiás, portanto não foi analisado as Instituições Federais no estado. A figura 4 expõe o número de matrículas e de concluintes na UFG, comparando o ano de 2013 com 2014, nota-se um crescimento em relação ao ano de 2014 nas variáveis matrículas e ingressantes, porém visualiza-se uma pequena queda no quantitativo de concluintes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da evasão escolar no Brasil é de extrema importância, contudo começou a tomar destaque no âmbito de pesquisas institucionais após a criação da Comissão especial de estudos da evasão em 1996. Esta comissão destacou a relevância de cada Instituição se preocupar com seus reais motivos que contribuem para o aumento dos dados estatísticos da evasão dos cursos de graduação, para isso devem-se atentar as especificidades regionais de cada Instituição, sendo necessária a avaliação das políticas públicas para permanência dos estudantes na atual conjuntura.

Diante dessa realidade, buscou-se através desta pesquisa iniciar um processo de análise da Evasão escolar nos cursos de graduação na Universidade Federal de Goiás, com a intenção de encontrar respostas para os questionamentos que se fazem presentes, a saber: Quais as causas deste abandono? Que custos familiares e sociais isto implica? O que as Universidades têm feito para tentar minimizar esse fenômeno de abandono/evasão?

Compreende-se a necessidade de pensarmos o ensino universitário público como um espaço de discussão das ideias, de conhecimento, de ampliação de visão crítica da sociedade, do mundo e de formação do homem autônomo. Dessa forma, a pesquisa que se encontra em fase inicial - tem motivado os envolvidos a contínua busca de dados que possam contribuir para o enriquecimento do trabalho. No entanto nessa fase em questão, os estudos concentram-se no referencial teórico, a fim de ampliar a visão crítica dos envolvidos no projeto e com isso facilitar o desenvolvimento do projeto nas demais fases.

Esta pesquisa de caráter exploratório/quantitativo-qualitativo, com levantamento bibliográfico, busca conhecer e melhor entender as variáveis relacionadas ao estudo sobre o abandono na Educação Superior a partir da interlocução com os alunos. Como resultado desta investigação pretende-se apresentar uma proposta para realização de um Censo integrado que contemple, além de dados quantitativos das Universidades, informações coletadas junto aos estudantes que abandonaram os estudos nos cursos de graduação da UFG. Para o alcance deste objetivo pretende-se em trabalhos futuros realizar pesquisa diretamente com estudantes evadidos com objetivo de compreender o real motivo do abandono dos estudos na Universidade pesquisada, serão utilizados como instrumentos de coleta de dados a aplicação de questionários e entrevistas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm). Acesso em: 20 de agosto de 2011.

CASTRO, P.A.; SÁ, S.O. **Status quo da evasão no Brasil dos cursos de licenciaturas das ciências exatas. O que mudou depois de duas décadas do Relatório da Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão de estudantes das IES do Brasil?**

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDO DE EVASÃO. **Diplomação, Retenção e evasão nos cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas**. Avaliação, v. 1, n.2, 1996.

**DIAS, E.C.M.;THEOPHILO, C.R.; LOPES, M.A.S. Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no curso de ciências contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES - MG.** Montes Claros, 2010. Disponível em:<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos102010/419.pdf>. Acesso em 02 de maio de 2016.

**LIMA, J. M. (2016). Grupo de Trabalho sobre Evasão e Conclusão do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração - FORPLAD.** Disponível em [http://www.uff.br/sites/default/files/serie\\_historica\\_evasao\\_e\\_conclusao.pdf](http://www.uff.br/sites/default/files/serie_historica_evasao_e_conclusao.pdf). Acesso em 15 de novembro de 2016.

**Ney, O. A. S. (2010). Sistemas de Informação Acadêmica para o Controle da Evasão.**

**Dissertação - Universidade Federal da Paraíba.**

**SCHARGEL, F. P.; SMINK, J. Estratégias para Auxiliar o Problema de Evasão Escolar.** Rio de Janeiro: Dunya., 2002. 282 p.

**VELOSO, T. C. M. A. A Evasão nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Cuiabá 1985/2 a 1995/2 - Um processo de Exclusão.** UFMT: Cuiabá. 2000. Dissertação Mestrado. Universidade Federal do Mato Grosso. 2000.

## **A IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO POR RESULTADOS E SEU IMPACTO NOS INDICADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS (2007-2013)**

**MONTEIRO, Lorena**

Professora PPGL1 do Programa de Pós-Graduação Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas do Centro Universitário Tiradentes UNIT/AL, Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
*Lorena.madruga@gmail.com*

**SANTOS JÚNIOR, José Elísio**

Graduando em Direito no Centro Universitário Tiradentes UNIT/AL, Graduando em História na Universidade Federal de Alagoas (UFAL)  
*elisiojunior01@gmail.com*

### **RESUMO**

Este artigo analisa a implementação da gestão por resultados na área de Segurança Pública no Estado de Alagoas. A “Nova Gestão Pública”, gestão por resultados ou reforma gerencial remete a um conjunto de ideias baseadas no racionalismo econômico que objetivaram produzir um governo que “funcionasse melhor e custasse menos” (DENHARDT, 2012). A adoção desse modelo a partir dos anos 2000 nas gestões públicas estaduais deve-se a implantação, durante o governo Lula, do Programa Nacional de Apoio à Modernização da gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE), e do Programa de Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (PROMEX) e a ideia de reforma e o modelo implantado advém do Movimento Brasil Competitivo (MBC). Este movimento, liderado pelo empresário Jorge Gerdau, assessorado pela consultoria de Vicente Falconi, reuniu, num primeiro momento, uma série de empresários, juntamente com lideranças do executivo, para influir nas gestões públicas locais e regionais visando a melhora dos gastos públicos e, conseqüentemente, a redução tributária para as empresas brasileiras. Dentro desse contexto este artigo analisa os indicadores de segurança pública no período em que foi implantada e vigorou, como projeto de governo, a gestão por resultados em Alagoas, de 2007 a 2013. Objetivou-se, portanto, através da análise seriada dos indicadores sociais, demonstrar que a implantação da gestão orientada por resultados neste Estado pouco impactou ou modificou seus indicadores sociais, pelo contrário, aprofundou sua dependência estrutural das políticas, programas e recursos oriundos do executivo federal.

## INTRODUÇÃO

A “Nova Gestão pública”, gestão por resultados, ou reforma gerencial, como ficou conhecida no Brasil, remete a um conjunto de ideias baseadas no racionalismo econômico que objetivaram produzir um governo que “funcionasse melhor e custasse menos” (DENHARDT, 2012). Estas ideias surgiram como resposta à crise fiscal dos anos 1970 que levou diversos países a adotarem medidas de austeridade fiscal, de contenção de gastos públicos e de incentivo a produtividade pública.

Em relação aos princípios das reformas efetuadas na gestão pública, destacam-se, dentre outros, conforme David Osbourne e Ted Gaebler (1992): 1. A necessidade de um equilíbrio calculado sobre recursos e gastos; 2. Impulsionar a competição entre os prestadores de serviços; 3. Estabelecimento de metas a alcançar; 4. Financiar resultados, atingir objetivos públicos substanciais; 5. Satisfazer as necessidades do consumidor (cidadão); 6. Gerar receitas; 7. Descentralizar as atividades; 8. Orientação do governo para o mercado.

Estes princípios, conforme identificou Christopher Pollitt (1990), derivam da crença de o caminho para o desenvolvimento social depende do aumento de produtividade em termos econômicos. Para tanto é necessário ver a produtividade associada a tecnologia, ter uma força de trabalho conectada com o ideal de produtividade, e uma administração eficiente. Portanto, a nova gestão pública atua através de parâmetros do mercado econômico, como a mensuração de desempenho, o planejamento estratégico, a competição no interior das unidades de governo, a contratação baseada em desempenho, nos incentivos de mercado e na desregulamentação.

Estas preocupações sistematizadas Pollitt (1990) impulsionaram a reforma da administração pública implantada no nível federal na década de 1990 no Brasil. Desde então, especialmente a partir da década de 2000, as unidades subnacionais e locais brasileiras, em menor ou maior grau, vem adotando esses princípios em suas administrações públicas.

A adoção desse modelo a partir dos anos 2000 nas gestões públicas estaduais deve-se, em parte, as denúncias de corrupção na administração pública direta durante o governo Lula em 2005, que revelou o patrimonialismo em vários órgãos públicos e estatais, e de outra a implantação, também durante o governo Lula, do Programa Nacional de Apoio à Modernização da gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE), e do Programa de Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (PROMEX) (ABRÚCIO, 2007). Projetos os quais retomaram algumas das diretrizes da reforma gerencial dos anos 1990, realizadas no governo FHC, mas com nova ênfase.

Se por um lado a criação e o desenvolvimento desses programas federais impulsionou as subunidades nacionais a reformarem suas administrações públicas e seus modelos de gestão, por outro, a ideia de reforma e o modelo a ser implantado advém do Movimento Brasil Competitivo (MBC). Este movimento, liderado pelo empresário Jorge Gerdau, assessorado pela consultoria de Vicente Falconi, reuniu, num primeiro momento, uma série de empresários, juntamente com lideranças do executivo, para influir nas gestões públicas locais e regionais visando a melhora dos gastos públicos e, conseqüentemente, a redução tributária para as empresas brasileiras.



Em 2012, o Movimento Brasil Competitivo (MBC) reuniu o poder Executivo, o judiciário e o legislativo na “Frente parlamentar Mista para o Fortalecimento da Gestão Pública”, visando disseminar a ideia da gestão por resultados nas várias esferas da política brasileira. Sabe-se que o modelo proposto pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC) disseminou-se nas gestões públicas locais e regionais após a experiência do choque de gestão de Minas Gerais, liderado pelo então governador Aécio Neves, em 2003, e desde lá, tem sido implantado em vários governos estaduais e municipais, em especial nos Estados da região nordeste brasileira.

Como parte de um projeto de pesquisa mais amplo<sup>1</sup>, este artigo analisa os indicadores de segurança pública no período em que foi implantada e vigorou, como projeto de governo, a gestão por resultados em Alagoas, de 2007 a 2013. Objetivou-se, portanto, através da análise seriada dos indicadores sociais, demonstrar que a implantação da gestão orientada por resultados neste Estado pouco impactou ou modificou seus indicadores sociais, pelo contrário, aprofundou sua dependência estrutural das políticas, programas e recursos oriundos do executivo federal.

### **As características gerais do modelo de gestão orientada por resultados**

A gestão pública por ou para resultados é um dos receiptários presente nas ideias da Nova Gestão Pública (New Public Management). Sua primeira formulação remete a obra de Peter Drucker, publicada em 1954, na qual elaborou duas expressões: Gestão por objetivos, e gestão por resultados. Entretanto, sua conceituação, e implementação ocorreu nas décadas posteriores, quando essa orientação foi considerada uma prática de boa governança.

Este modelo estabelece os resultados desejáveis, os objetivos do governo, prescreve o monitoramento e a avaliação dos desempenhos da organização a partir do alcance dos resultados (SERRA, 2008). O quadro abaixo apresenta suas principais estratégias

#### **Quadro I. Estratégias gerais da Gestão por resultados**

<b>1</b>	Foco na gestão voltada para resultados
<b>2</b>	Formulação de políticas públicas a partir do planejamento governamental
<b>3</b>	Tomada de decisão descentralizada
<b>4</b>	Planejamento estratégico nas organizações públicas
<b>5</b>	Sistemas de informação que ofereçam subsídios para a tomada de decisão
<b>6</b>	Controle dos recursos
<b>7</b>	Monitoramento da gestão
<b>8</b>	Prestação de contas e avaliação
<b>9</b>	Incorporação de mudanças nas metodologias do orçamento público
<b>10</b>	Formulação de indicadores próprios de gestão

Fonte: Adaptado de FORTIS (2009)

1 Projeto financiado pelo Edital CNPq UNIVERSAL 14/2014 Intitulado “O impacto social das reformas da gestão pública no nordeste: Alagoas, Pernambuco e Sergipe em perspectiva comparada (2006-2013)”.

A ideia e a experiência vivenciada pelas administrações públicas baseadas na gestão por resultados têm se modificado ao longo do tempo. Logo, não é um modelo pronto, suas características e estratégias modificaram-se em cada experiência concreta. Entretanto, apenas nas duas últimas décadas seus conceitos começaram a ser discutidos e elucidados na literatura pertinente. O CLAD (2007), por exemplo, entende a gestão por <sup>5</sup> resultados como um marco conceitual que tem por função facilitar que as organizações públicas consigam, de forma efetiva e integrada, criar valor público, consecução dos objetivos do governo e a melhora contínua das instituições. Para Bouckaert & Halligan (2008) a gestão por resultados deve orientar todas as ações do governo, visando o melhor desempenho de todas as áreas. Este desempenho é mensurado a partir de um modelo matricial, em que se verifica se os recursos (input) alocados tiveram resultados (outputs) e os impactos estratégicos (outcome) dessa meta.

Pode-se agrupar a literatura sobre a gestão por resultados em dois argumentos distintos. De um lado aquele que sustenta, a partir da análise de casos concretos, que a ideia de controle de resultados leva a disfuncionalidades na gestão pública, e assim a “Aplicação das técnicas da NPM por vezes produz um considerável aumento na eficiência, mas em outras ocasiões encontramos desapontamentos e até perversões” (POLLIT & BOUCKART, 2002, p. 22), e de outro, aqueles que consideram o modelo adequado, mas que efetivamente, não é implementado da forma correta pois ao enfatizar a mensuração de desempenho, acaba se equivocando na escolha dos problemas. (BOUCKART & HALLIGAN, 2008).

As disfuncionalidades são, na maioria das vezes, de natureza organizacional. Referem-se à maneira que a implementação do modelo de gestão por resultados afeta o comportamento das pessoas (dos servidores públicos), as responsabilidades e a hierarquia da organização pública. Além dessa questão, destaca-se o papel das lideranças e dos diversos atores envolvidos que disputam distintas agendas governamentais o que torna a cooperação e o consenso um processo complexo. Se junta a esses argumentos o estabelecimento de resultados desejáveis, que nem sempre são construídos a partir de evidências empíricas. Portanto, as gestões por resultados, como são baseadas em modelos normativos, são de difícil mensuração.

### **A Segurança pública na gestão orientada por resultados em Alagoas**

A implantação da ideia de gestão por resultados no Estado de Alagoas começou a desenhar-se em 2007. Por um lado, visava ser um meio de cumprir a lei federal de Responsabilidade Fiscal, o que traria mais recursos, e, por outro, promover a redução dos gastos e aumento das receitas do Estado. No final de 2007, por decreto, foi criado Centro Administrativo da Gestão Pública do Estado de Alagoas, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Gestão Pública (SEGESP), com o objetivo de desenvolver políticas públicas de modernização da gestão de pessoal e gerenciamento patrimonial do Estado. Portanto, nesse primeiro momento, a preocupação restringia-se a redução dos gastos públicos, com o gerenciamento das despesas no setor público. Inclusive a principal ação nesse período do programa de modernização da gestão pública foi à frente de redução das despesas<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Sobre essa primeira experiência ver SILVA, Genildo José. Gestão para resultados no setor público: Uma análise da implementação - Alagoas 2004 a 2010. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o desenvolvimento do Nordeste. UFPE, Recife, 2010.

No ano de 2011 implantou-se o programa “Alagoas tem pressa” visando um espectro temporal de ação de 10 anos. Produto de parceria do governo do Estado de Alagoas com a Macroplan, empresa de consultoria, visava, por exemplo, erradicar a pobreza no Estado, através de ações coordenadas e projetos estruturantes de suas secretarias baseados no planejamento estratégico, na programação e na execução orçamentária e num sistema informatizado de monitoramento e gerenciamento dos projetos. O objetivo seria, a partir desse trabalho de monitoramento das metas estabelecidas para cada secretaria, melhorar os indicadores sociais do Estado de Alagoas.

Uma das áreas primordiais nos programas de reforma da gestão pública é a segurança pública. Muitas vezes considerada eixo primordial para o êxito das reformas de gestão implantadas. No documento de apresentação do programa “Alagoas tem pressa” os indicadores desejáveis para a área de segurança pública encontram-se na área de resultados referentes à melhora da qualidade de vida. A meta fundamental para a área de segurança pública refere-se à diminuição das taxas de homicídios. Estima-se que a taxa de 58,5% homicídios registrados em 2009 reduza-se em 46,6% em 2014, até chegar à meta principal que é de 25,7% em 2022. Portanto, buscam, através do monitoramento, do estabelecimento de metas, reduzir os índices de criminalidade e de homicídios.

Entretanto, desde a implantação desse programa, os resultados obtidos não corresponderam ao esperado, como se demonstra abaixo.

### **O programa “Alagoas tem pressa” e os números da segurança pública**

Ao contrário do Estado de Pernambuco que desenvolveu um Programa específico para a segurança pública, o “Pacto pela vida”, no modelo de gestão implementado em Alagoas a Segurança Pública ficou vinculada ao programa maior de gestão por resultados “Alagoas tem pressa”. A meta esperada na área de Segurança Pública, como destacado anteriormente, visava a redução da ocorrência de homicídios para a melhora da qualidade de vida da população. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes costuma ser o indicador utilizado nos estudos sobre Segurança Pública para medir e classificar o grau de violência das localidades. Entretanto, conforme advertem os informes e análises do Fórum de Segurança Pública, a confiabilidade dos dados em alguns Estados brasileiros começou a melhorar a partir de 2009. Conforme o informe metodológico do anuário da segurança pública, publicado em 2011,

(...) Alagoas, que é o Estado com maior número de homicídios do país, conseguiu melhorar seu quadro no que diz respeito à qualidade dos seus registros. Já Pernambuco, que também tem conseguido bons resultados na redução da violência, oscilou negativamente e precisa melhorar seus registros. Todavia, em ambos os casos, a classificação no grupo intermediário foi motivada pelos elevados índices de mortes violentas constatados em 2008 e 2009, que foram os considerados para o cálculo dos grupos.

No caso específico de Alagoas foi a partir desse ano que o monitoramento da Segurança Pública começou a ser implementado através da instalação da técnica de Mineração de dados (Data Mining)<sup>3</sup>. Esse monitoramento era um dos objetivos do programa de gestão implementado e permitiu aos agentes da segurança pública do Estado apreender em quais regiões do Estado ocorriam mais crimes, quais dias da semana eram mais

3 BRAZ, Lucas et all. Aplicando Mineração de Dados para Apoiar a Tomada de decisão na Segurança Pública do Estado de Alagoas. [https://gestao4.serpro.gov.br/wcge2009/artigos/54367\\_1.pdf](https://gestao4.serpro.gov.br/wcge2009/artigos/54367_1.pdf)

frequentes e qual arma mais utilizada pelos infratores, dentre outras informações. Dados os quais permitem, em tese, um melhor planejamento e tomada de decisão em termos de política de segurança pública.

Entretanto, apesar de ter melhorado a qualidade dos dados referentes aos crimes letais intencionais, e melhorado o monitoramento realizado pelos agentes implementadores do programa de gestão por resultados, não houve redução na ocorrência de homicídios. Se em 2005 ocorria quase 4 homicídios por dia, em 2007, ano da implementação efetiva do programa de gestão, ocorriam quase 6 homicídios registrados por dia, e em 2013, seis anos em curso da gestão por resultados, registrava-se quase 7 homicídios por dia. Conforme discrimina o quadro abaixo:

**Quadro I.** Crimes letais intencionais em Alagoas (2005-2013) \*

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Homicídio doloso</b>	1138	1596	1806	2070	1506	2127	2342	2048	2140
<b>Homicídio culposo de trânsito</b>	166		195	304	231	427	286	265	235
<b>Outros homicídios culposos</b>	31		19	18	12	14	19	15	46
<b>Latrocínio</b>	28	-	26	38	30	36	36	94	79
<b>Morte por arma de fogo</b>	914	1304	1555	1600	1569	1720		1737	1869

\*Número de ocorrências e não do total de vítimas envolvidas

**Fonte:** Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Portanto, as taxas de homicídio por 100 mil habitantes mantiveram-se altas. Por exemplo, se comparamos as taxas de homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte em três anos distintos em que vigorou o Programa de gestão por resultados verifica-se significativo aumento de suas taxas, e não a redução que era o objetivo desses programas em relação à área de Segurança Pública.

**Quadro II.** Crimes selecionados. Taxas por 100 mil/hab

	2005	2007	2009	2013
Homicídio doloso	36,19	58,5	47,7	64,7
Latrocínio	0,94	0,8	1,0	2,4
Lesão corporal seguida de morte	-	0,4	0,4	0,3

**Fonte:** Fórum Brasileiro de Segurança Pública

O mesmo tipo de resultado encontra-se nos crimes contra o patrimônio. Os roubos contra o patrimônio cresceram significativamente de 2008 a 2013, especialmente o roubo de veículos. Em 2013, por exemplo, quase nove veículos foram roubados por dia, conforme quadro abaixo:

**Quadro III. Roubo contra o Patrimônio por tipo**

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Roubo a instituição financeira</b>	3	-	-	5	46	11	30	95	117
<b>Roubo de carga</b>	22	-	-	125	121	82	81	65	59
<b>Roubo de veículo</b>	787	-	-	697	1207	1262	1647	3045	3210
<b>Outros roubos</b>	3,445	-	-	1849	1944	2529	2648	7539	9566

**Fonte:** Fórum Brasileiro de Segurança Pública

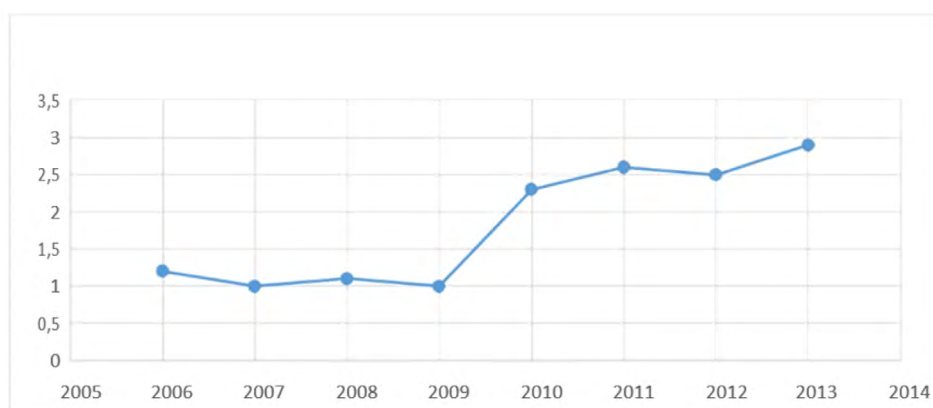
Roubos contra o patrimônio da população tendem a gerar descontentamento e insatisfação com o governo e um clima de insegurança social, levando, em muitos casos, ao descrédito das instituições do Estado. Num cenário em que a população tem a percepção que o Estado não garante a sua segurança emergem ações de distintas ordens, inclusive o porte legal ou ilegal de arma de fogo como estratégia de segurança privada. Isto verifica-se, no caso de Alagoas, na evolução de mortes por armas de fogo (Quadro I), e no aumento de porte ilegal de arma de fogo, conforme quadro abaixo:

**Quadro IV. Outros delitos**

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Tráfico</b>	379	338	480	645	743	774
<b>Posse e uso de drogas</b>	130	86	132	171	160	145
<b>Porte ilegal de arma de fogo</b>	643	630	810	830	1661	1666

**Fonte:** Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Apesar do Programa de gestão por resultados não prever nenhuma meta na área de segurança relacionada à questão do tráfico de drogas este tem peso proeminente no aumento da criminalidade em Alagoas. As atividades do crime organizado, a exemplo do PCC (Primeiro comando da capital), influem em todo tipo de crime ocorrido no Estado de Alagoas. Deste modo, com o avanço da criminalidade, do crime organizado, do tráfico de drogas, aumentou a população carcerária, como verifica-se no gráfico abaixo:

**Gráfico I. Razão presos/vagas**

**Fonte:** Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Em termos de gestão um cenário como este tende a aumentar o gasto com a segurança pública, inclusive com programas destinados a reintegração social e cidadania dos detentos. Logo, dificulta a meta da redução de gastos dos programas de gestão por resultados. Entretanto, conforme quadro abaixo, a redução de gastos, no período em vigor do programa “Alagoas tem pressa”, concentrou-se na área de defesa civil até 2009.

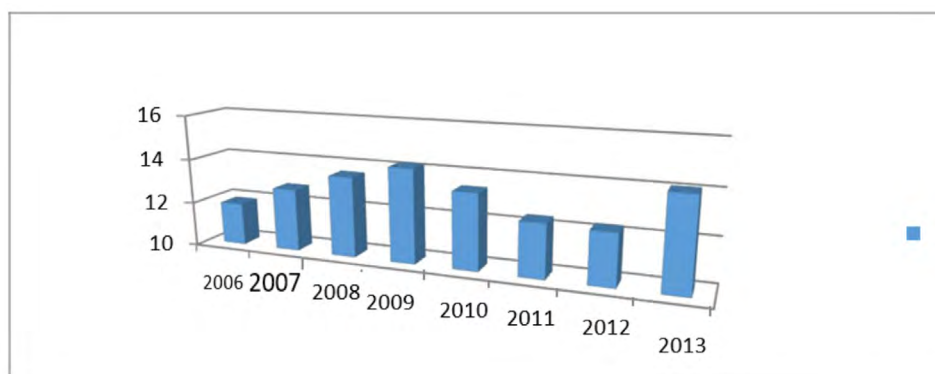
**Quadro.** Taxa de variação anual da despesa por função de segurança pública

	2006-2007	2007-2008	2008-2009	2009-2010	2010-2011	2011-2012	2012-2013
<b>Policimento</b>	17,8	24,58	21,61	-10,61	3,80	3,72	12,58
<b>Defesa civil</b>	-43,2	-49,08	-59,47	1423,04	-88,63	31,52	209,82
<b>Informação e inteligência</b>	-	-	-96,29	13242,8	174,93	2232,50	-21,42
<b>Demais subfunções</b>	28,9	40,34	24,31	2,69	11,05	27,20	40,54

**Fonte:** Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Percebe-se que a área de policiamento tem um incremento de gastos residual ano a ano, e a de Informação e inteligência tem picos de investimento, como em 2009 e 2011, mas em termos gerais, representa um gasto mínimo do governo. Mesmo com o incremento de despesas com funções específicas da área de segurança pública, durante esse período, o governo não gastou mais de 14% de seu orçamento com segurança pública, conforme gráfico abaixo:

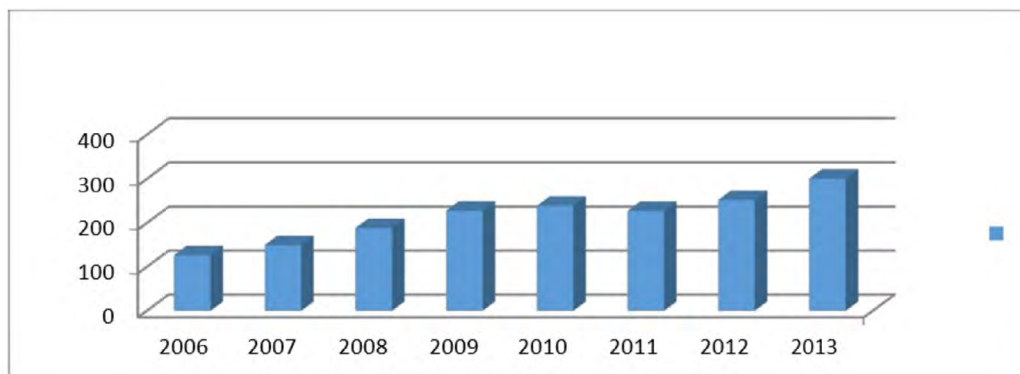
**Gráfico II.** % da despesa realizada com segurança pública no orçamento



**Fonte:** Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Por outro lado, quando confrontamos o gasto total com a população do Estado percebe-se um incremento de despesa per capita. Se em 2006, antes da implementação da gestão por resultados, o Estado de Alagoas gastava 126,54 reais per capita, em 2013, o valor mais que dobrou, ficou em torno de 300,23 reais, conforme gráfico abaixo:

### Gráfico III. Despesa per capita com Segurança Pública



**Fonte:** Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Entretanto, apesar do aumento nas despesas, tanto no percentual do orçamento do Estado, ou do gasto per capita, não houve redução no número de homicídios, pelo contrário. No período considerado, em que vigorou o programa “Alagoas tem pressa”, os índices de criminalidade aumentaram significativamente no Estado de Alagoas, sendo considerado o Estado mais violento do Brasil. Cenário que impulsionou o convênio com o Ministério da Justiça para o envio de tropas da Força Nacional, em 2012.

#### Considerações Finais

Portanto, apesar da orientação de governo baseada na redução de custos e aumento da eficiência, conforme prescreve a gestão por resultados, Alagoas não atingiu as metas esperadas, pelo contrário, no período considerado piorou seus indicadores de Segurança Pública.

Essa breve descrição do processo alagoano remete a um processo mais amplo que se refere as disputas políticas ideológicas em torno da ênfase governamental econômico financeira ou sócio participativa. Ou seja, entre projetos de poder distintos, mas que, nos últimos anos tem oscilados entre os resultados alcançados.

#### Referências bibliográficas

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Fórum brasileiro de Segurança Pública, 2007.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Fórum brasileiro de Segurança Pública, 2008.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Fórum brasileiro de Segurança Pública, 2009.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Fórum brasileiro de Segurança Pública, 2010.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Fórum brasileiro de Segurança Pública, 2011

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Fórum brasileiro de Segurança Pública, 2012.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Fórum brasileiro de Segurança Pública, 2013.

BOUCKAERT, G; HALLIGAN, J. **Managing performance: international comparisons**. London: Routledge, 2008.

DENHARDT, R. B. **Teorias da administração pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

FORTIS, M.F.A. Orçamento orientado a resultados: Instrumentos de fortalecimento democrático na América Latina. **Revista do Serviço Público**, Brasília, V.60, N.2, p. 125-140, Abril/ Maio, 2009.

SERRA, A. **Modelo aberto de gestão para resultados no setor público**. (E. Montesbradley y Estayes, Trad.). Natal: SEARH. (Obra original publicada em 2007), 2008.

POLLITT, Christopher; BOUCKAERT, Geert. Avaliando reformas da gestão pública: uma perspectiva internacional. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 53, n. 3, jan./ set. 2002.



## CULTURA EM DEBATE

**ARAUJO, Margarete Panerai**

Professora do PPGMSBC/UNILASSALE- Brasil  
E-mail: margarete.araujo@unilasalle.edu.br

**BEM, Judite Sanson de**

Professora do PPGMSBC/UNILASSALE - Brasil  
E-mail: jsanson@terra.com.br

**WAISMANN, Moisés**

Professor do PPGMSBC/UNILASSALE - Brasil  
E-mail: Moises.waismann@bol.com.br

### 1. Introdução

A descrição da legislação na área cultural está proposta na Constituição Federal de 1988, e nas diferentes leis que regulamentam os setores envolvidos no Plano Nacional de Cultura como a Lei Rouanet, a Lei do Audiovisual, as Leis Estaduais que disponibilizam o compromisso do governo com o seu acesso. Tendo como base o material didático<sup>1</sup> intitulado “Birô de empreendedorismo cultural: gestão e produção cultural” e outras fontes de consultas, o objetivo do artigo é descrever, sinteticamente, essa legislação cultural para a esfera federal. Esse estudo se justifica, pois pode servir de instrumento de consulta, apoio e atualização ou ainda de especialização para áreas de planejamento, bem como, para profissionais dedicados a gestão da cultura e administração pública. Sua relevância também está na contemporaneidade, à medida que investiga a orientação inicial da legislação para a gestão federal, considerando a existência de um novo processo de conhecimento comprometido com a transparência e a própria sociedade. Metodologicamente está enquadrado como uma pesquisa qualitativa com técnica bibliográfica. Esse artigo está dividido nessa introdução, uma breve revisão da estrutura do Ministério da Cultura (MinC), do Plano Nacional da Cultura (PNC) Lei nº 12.343/2010 e dos programas de fomento mais importantes como o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) implementado pela Lei Rouanet (Lei 8.313/91). Finalizamos o artigo com uma breve conclusão e as referencias.

### 2. Nossas bases institucionais da cultura

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, garante aos indivíduos o acesso à cultura, além de apoiar e incentivar a valorização e a difusão (divulgação, distribuição) das manifestações culturais segundo Filho et all (2015).

Neste sentido, o Art. 215 dispõe: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.” Desta forma, a partir do final da década de 1980 o Estado brasileiro vêm organizando todo um aparato para propiciar aos cidadãos acessarem diferentes ofertas de bens culturais, como cinemas, teatros, espetáculos de dança, música entre outros.

1 FILHO, Flavi Ferreira Lisboa ... [et al.]. - Birô de empreendedorismo cultural: gestão e produção cultural Santa Maria: UFSM, Pró-Reitoria de Extensão, Secretaria de Estado da Cultura, 2015.

Desde o início dos anos de 1990, no entanto tem havido alguns percalços, neste trajeto, pois ao mesmo tempo em que proposta a reestruturação do Ministério da Cultura (MinC) na sua forma político-administrativa, através da União, dos estados e dos municípios, no início dos anos de 1990, no Governo Collor, ele chegou a ser extinto. Nesta trajetória houve, assim, avanços, mas também retrocessos:

- lembramos que desde 1985, através do Decreto 91.144/85 houve a desvinculação da área cultural do Ministério da Educação, mas sendo transformada em Secretaria (Lei 8.020/90), vinculada à Presidência da República e elevada a Ministério, novamente, em 1992 (Lei 8.490/92). Esta reorganização evidenciou a necessidade de políticas públicas específicas para esta área, até então inexistentes.

A atual estrutura regimental do MinC é regida pelo Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012.

De acordo com essa legislação, o MinC possui três órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado que são: o Gabinete, a Secretaria-Executiva e a Consultoria Jurídica. A estrutura é formada ainda por seis secretarias. São elas: Secretaria de Políticas Culturais, Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, Secretaria do Audiovisual, Secretaria de Economia Criativa, Secretaria de Articulação Institucional e Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura. (MINC, 2016)

O MinC também é composto por órgãos colegiados e conta com sete entidades vinculadas, sendo elas: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Agência Nacional do Cinema (Ancine), Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Fundação Cultural Palmares (FCP), Fundação Nacional das Artes (Funarte) e Fundação Biblioteca Nacional (FBN). (MINC, 2016)

## 1. O que é o Plano Nacional de Cultura (PNC)?

Com o intuito de dar prosseguimento à institucionalização da cultura como direito e sua regulação, surge o Plano Nacional de Cultura. Previsto no artigo 215 da Constituição Federal, o Plano foi criado pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. O mesmo, de acordo com o MINC (2016)

[...] é um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que devem orientar o poder público na formulação de políticas culturais. Seu objetivo é orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil.

Assim, o Ministério da Cultura, incumbido de implementar a política nacional de cultura e a proteção do patrimônio histórico e cultural, desenvolveu o Plano Nacional da Cultura (PNC), uma articulação em três dimensões – simbólica, cidadã e econômica.

A dimensão simbólica vai tratar dos programas e ações, da cultura que está em constante transformação, como expressão do povo – o idioma (e suas variações regionais), os costumes, a culinária, o modo de vestir, as crenças, as criações tecnológicas e arquitetônicas, além da linguagem do teatro, da música, das artes visuais, da dança, da literatura, do circo, etc. A dimensão cidadã considera a cultura como direito básico do cidadão, preocupando-se com a acessibilidade (possibilidade de acesso para qualquer indivíduo sem discriminação) de todos os brasileiros à leitura (produção de livros, leitura de obras regionais e locais),

às artes cênicas, às artes audiovisuais e às artes plásticas (possibilidade de ida aos teatros, cinemas, shows e museus; oportunidade de levar o teatro, os show musicais, os filmes e as exposições às comunidades, ou também oferecer cursos na área). E a dimensão econômica se preocupa com o crescimento financeiro do setor, através de todos os envolvidos, buscando a inovação e expressão da criatividade para o desenvolvimento justo e sustentável dos indivíduos e das comunidades (FILHO et al, 2015).

Com vistas à universalização do acesso à cultura, por parte da sociedade, a Política Nacional de Cultura também apresenta outros programas e ações tais como: Capacitação em Projetos Culturais; Cine Mais Cultura; Programa de Fomento; Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac); Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais (SNIIC); Usinas Culturais e Ordem do Mérito Cultural; Cultura Digital; Educação e Cultura; Comunicação e Cultura; Cultura Viva; Pontos de Cultura; Direitos Autorais; Editais de Fomento a Produção Audiovisual Brasileira; Intercâmbio e Difusão Cultural; Mais Cultura; Núcleos de Produção Digital; Plano Nacional de Cultura (PNC); Praça dos Esportes e da Cultura (PAC 2).

A prática destes programas e seus produtos viabiliza-se mediante as leis de incentivo à cultura, oportunizando as pessoas físicas e jurídicas investirem em diferentes áreas e oportunizando a dedução de parte do pagamento de seus impostos aos governos federal, estadual e municipal. Da mesma forma, os governos abdicam de parte da sua arrecadação anual em prol da aplicação destes recursos na cultura por meio de pessoas físicas ou jurídicas. Estes investimentos são viabilizados mediante a publicação de editais de patrocínio ou fomento cultural, tanto publicado pelo Ministério da Cultura, como por empresas como a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal.

Internacionalmente, também, existem oportunidades de pessoas ou empresas concorrerem a recursos para aplicação em cultura, vide oportunidades do Banco Mundial, UNESCO, Fundação Ford entre outros. Assim, o conjunto de regras as quais as empresas públicas, privadas e ONG's se submetem para patrocinar e fomentar a produção cultural são decorrentes das orientações do Plano Nacional de Cultura.

### **3. Plano nacional da cultura: orientações gerais**

O Plano Nacional da Cultura (PNC) Lei nº 12.343/2010, intenta orientar o poder público nas políticas públicas na área da cultura com objetivos, diretrizes, estratégias e metas de programas, projetos e ações. Mediante o Sistema Nacional de Cultura (SNC) o PNC faz a interface com as cidades e os estados. Ao integrar o SNC o estado e o município receberão recursos federais para o setor cultural e assistência técnica para a elaboração do seu plano de cultura previsto para 10 anos. Para tanto, os Estados ou municípios deverão constituir seu sistema de cultura mediante uma Secretaria de Cultura ou órgão equivalente, Conselho de Política Cultural, Conferência de Cultura, Plano de Cultura e Sistema de Financiamento à Cultura e criação de um Fundo de Cultura. ( LISBOA FILHO, 2015)

O PNC em vigor, com validade até dezembro de 2020, é composto por 36 estratégias, 274 ações e 53 metas a serem implementadas pelo MinC em parceria com os governos estaduais e municipais<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Metas do Plano Nacional de Cultura disponível em [www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS\\_PNC\\_final.pdf](http://www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS_PNC_final.pdf)

No entanto, as maiores intervenções, ou fomento à cultura, provém do programa de fomento - Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) instituído pela Lei Rouanet (Lei 8.313/91). Que no sentido de angariar recursos às atividades artísticas e culturais, possibilita pessoas físicas e jurídicas possam por meio de doações e patrocínios viabilizarem projetos culturais.

O Fundo Nacional de Cultura (FNC) ou Incentivo Fiscal (LIC) também chamado de Mecenato ou renúncia fiscal, objetiva estimular o patrocínio da iniciativa privada ao setor cultural. As regras determinantes e/ou orientadoras estão na próxima sessão.

#### **4. Lei Rouanet - renúncia fiscal e fundo nacional de cultura.**

A Lei de nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, foi promulgada durante a gestão de Sérgio Paulo Rouanet, Ministro da Cultura, e que levou o seu sobrenome. Foi regulamentada e passou por alterações através de Instruções Normativas.

Essa Lei 8.313/91 instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac, definindo nas disposições preliminares as ideias de livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos, estímulo a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos, difusão do conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores; proteção das expressões culturais dos grupos formadores da sociedade, salvaguardando e preservando os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro entre outras que permitem exibição, utilização e circulação dos bens culturais. Assim os projetos a serem incentivados incentivam à formação artística e cultural, fomento à produção artística e cultural, preservação e difusão do patrimônio artístico, cultural e histórico, estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais, apoio a outras atividades culturais e artísticas.

O Fundo Nacional da Cultura é a nova denominação dada ao Fundo de Promoção Cultural, criado pela Lei no. 7.505, de 02/07/1986, e tem o objetivo de captar e destinar recursos para projetos culturais compatíveis com as finalidades do PRONAC e:

I - estimular a distribuição regional eqüitativa dos recursos a serem aplicados na execução de projetos culturais e artísticos;

II - favorecer a visão interestadual, estimulando projetos que explorem propostas culturais conjuntas, de enfoque regional;

III - apoiar projetos dotados de conteúdo cultural que enfatizem o aperfeiçoamento profissional e artístico dos recursos humanos na área da cultura, a criatividade e a diversidade cultural brasileira;

IV - contribuir para a preservação e proteção do patrimônio cultural e histórico brasileiro;

V - favorecer projetos que atendam às necessidades da produção cultural e aos interesses da coletividade, aí considerados os níveis qualitativos e quantitativos de atendimentos às demandas culturais existentes, o caráter multiplicador dos projetos através de seus aspectos sócio-culturais e a priorização de projetos em áreas artísticas e culturais com menos possibilidade de desenvolvimento com recursos próprios.

O FNC será administrado pelo Ministério da Cultura e gerido por seu titular, para cumprimento do Programa de Trabalho Anual, segundo os princípios estabelecidos no PRONAC.

Os recursos do FNC serão aplicados em projetos culturais após aprovados, pelo Ministério da Cultura, com parecer do órgão técnico competente.

Os projetos aprovados serão acompanhados e avaliados tecnicamente durante e ao término de sua execução pela entidade supervisionada que tenha emitido parecer sobre os mesmos.

Para efeito da execução do PRONAC, são consideradas entidades supervisionadas:

- a. Fundação Biblioteca Nacional - FBN;
- b. Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB;
- c. Fundação Cultural Palmares - FCP;
- d. Fundação Nacional de Artes - FUNARTE;
- e. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. (BRASIL 2016d)

Existem ainda as formas de provimento de recursos aos projetos culturais, por meio do Incentivo Fiscal (Renúncia Fiscal), onde as empresas que incentivem/patrocinem um determinado projeto terão o total ou parte do valor investido abatido na hora de pagamento do seu Imposto de Renda. Podem ser incentivadores dos projetos apresentados via renúncia fiscal, às pessoas físicas, que pagam Imposto de Renda, as quais podem investir até 6% do valor, que seria pago de imposto. E as pessoas jurídicas, que sejam tributadas com base no lucro real, as quais podem investir até 4% do valor de imposto a ser pago. Esta ação pode ser feita por meio de doação ou patrocínio. Essa última é a transferência definitiva e irreversível de dinheiro, serviços ou utilização de bens móveis e imóveis (nesse último caso, sem transferência do domínio/propriedade). Há uma exceção dessa relação de abatimento, onde pessoas físicas ou empresas podem abater até 100% do valor incentivado (doado ou patrocinado), conforme a proposta apresentada e o parecer do MinC - conforme Lei 9.874/99 e a Medida Provisória nº 2228-1/2001.

Esse benefício só poderá ser concedido para projetos nos segmentos: artes cênicas (teatro, circo e dança); livros de valor artístico, literário e humanístico; música erudita ou instrumental; exposição de artes visuais; doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas; treinamento de pessoal e aquisição de equipamento para manutenção de acervos; produção de obra cinematográfica e videofonográfica de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual (apenas produções independentes e culturais-educativas de caráter não comercial, realizadas por empresas de rádio e televisão); preservação do patrimônio cultural material e imaterial (tombado) e construção e manutenção de salas de cinema e teatro, que poderão funcionar como centros comunitários (em municípios com menos de cem mil habitantes); (LISBOA FILHO et al, 2015).

Sistematizando, as principais formas de recursos, via mecenato, ocorrem através (FREIRE, 2013, p. 19):

**Doação:** transferência financeira ou de bens para um projeto cultural, mas sem uso permitido da publicidade, marca ou nome da empresa doadora.

**Patrocínio:** destinação de recursos financeiros ou serviços para viabilizar a execução de um projeto cultural. Neste caso, a lei permite a exibição das marcas das empresas patrocinadoras, que também podem receber um percentual do produto resultante do projeto, como CDs, ingressos, livros, etc., para distribuição gratuita.

**Apoio:** Não envolve recurso financeiro. O patrocinador contribui, exclusivamente, com bens e serviços.

**Promoção:** quando a empresa está ligada ao setor de comunicação e se encarrega de promover o projeto cultural em seus veículos

Outra perspectiva de financiamento e regras diz respeito ao audiovisual.

## 5. Lei do audiovisual e editais públicos federais

O Governo Federal criou uma divisão: a Lei Federal de Incentivo à Cultura – Lei nº 8.313/91, a Lei do Audiovisual – Lei nº 8.685/93 e editais públicos. Os órgãos envolvidos na área do audiovisual são a Secretaria do Audiovisual (SAv) e a Agência Nacional do Cinema (Ancine). A SAv é uma das secretarias que compõem o MinC, sendo o órgão que propõe a política nacional do cinema e do audiovisual para o desenvolvimento, capacitação, preservação e difusão do setor, através de programas e ações, os quais devem estar em sintonia com o Plano Nacional de Cultura. A Ancine, é uma autarquia vinculada ao MinC, uma agência reguladora, que tem como atribuição o fomento, regulação e fiscalização do mercado do cinema e audiovisual brasileiro. Tem por missão a busca de iguais condições de concorrência entre os envolvidos na indústria videofonográfica. A Lei Nº 8.685, de 20 de julho de 1993, cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências.

Art. 1º Até o exercício fiscal de 2003, inclusive, os contribuintes poderão deduzir do imposto de renda devido às quantias referentes a investimentos feitos na produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente, conforme definido no art. 2º, incisos II e III, e no art. 3º, incisos I e II, da Lei nº 8.401, de 8 de janeiro de 1992, mediante a aquisição de quotas representativas de direitos de comercialização sobre as referidas obras, desde que estes investimentos sejam realizados no mercado de capitais, em ativos previstos em lei e autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários, e os projetos de produção tenham sido previamente aprovados pelo Ministério da Cultura. (BRASIL, 2016a)

Art. 1o Até o exercício fiscal de 2017, inclusive, os contribuintes poderão deduzir do imposto de renda devido às quantias referentes a investimentos feitos na produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente, mediante a aquisição de quotas representativas de direitos de comercialização sobre as referidas obras, desde que esses investimentos sejam realizados no mercado de capitais, em ativos previstos em lei e autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e os projetos de produção tenham sido previamente aprovados pela Agência Nacional do Cinema (Ancine). (BRASIL, 2016c)

Ainda quanto à legislação e suas relações com o provimento de recursos, esta Lei,

[...] permite que patrocinadores de obras audiovisuais e cinematográficas brasileiras abatam do Imposto de Renda 100% do valor investido, para uma dedução de até 3% do imposto a ser pago, desde que o projeto esteja previamente aprovado pela Agência Nacional de Cinema (ANCINE). Por meio da Lei do Audiovisual o investidor é autorizado a participar da divisão do lucro que a produção cinematográfica possa gerar. (FREIRE, 2013, p. 21)

Para apresentar projetos, que sejam beneficiados com incentivos ao audiovisual é preciso seguir alguns passos, os quais estão explicitados no Manual do Usuário – no Módulo

de apresentação de Projetos editado pela Superintendência de Fomento da ANCINE<sup>3</sup>. Frente a tantas leis complementares, apresentam-se as áreas contempladas na Lei de nº 8.685/93, e a MP nº 2.228/2001, a partir da redação atualizada que está disponibilizada no site da ANCINE.

Obra audiovisual: produto da fixação ou transmissão de imagens, com ou sem som, que tenha a finalidade de criar a impressão de movimento, independentemente dos processos de captação, do suporte utilizado inicial ou posteriormente para fixá-las ou transmiti-las, ou dos meios utilizados para sua veiculação, reprodução, transmissão ou difusão;

Obra cinematográfica: obra audiovisual cuja matriz original de captação é uma película, e destinação e exibição devem ser prioritariamente e inicialmente no mercado de salas de exibição;

Obra videofonográfica: obra audiovisual cuja matriz original de captação é um meio magnético, com capacidade de armazenamento de informações que se traduzem em imagens em movimento com ou sem som;

Obra cinematográfica e videofonográfica de produção independente: aquela cuja empresa produtora, detentora majoritária dos direitos patrimoniais sobre a obra, não tenha qualquer associação ou vínculo, direto ou indireto, com empresas de serviços de radiodifusão de sons e imagens ou operadoras de comunicação eletrônica de massa por assinatura;

Obra cinematográfica ou Ancine brasileira: aquela que é produzida por empresa produtora brasileira registrada na Ancine, ser dirigida por diretor brasileiro ou estrangeiro residente no país há mais de três anos e utilizar para sua produção no mínimo 2/3 (dois terços) de artistas e técnicos brasileiros, ou residentes no Brasil há mais de 5 (cinco) anos, ou por associação com empresas de outros países com os quais o Brasil mantenha acordo de coprodução cinematográfica e em consonância com os mesmos, ou ainda, em associação com empresas de outros países com os quais o Brasil não mantenha acordo de coprodução assegurada a titularidade de no mínimo, 40% (quarenta por cento) dos direitos patrimoniais da obra à empresa produtora brasileira e utilizar para sua produção, no mínimo, 2/3 (dois terços) de artistas e técnicos brasileiros ou residentes no Brasil há mais de três anos; Segmento de mercado: mercados de salas de exibição, vídeo doméstico em qualquer suporte, radiodifusão de sons e imagens, comunicação eletrônica de massa por assinatura, mercado publicitário audiovisual ou quaisquer outros mercados que veiculem obras cinematográficas e videofonográficas (LISBOA FILHO et al, 2015).

Ainda, para ter patrocínio com abatimento no imposto de Renda, a ANCINE pode lançar editais próprios, por meio de seleção pública, com programas especiais de fomento ao desenvolvimento da atividade audiovisual brasileira. Esses programas viabilizam projetos de distribuição, exibição, difusão e produção independente de obra audiovisual brasileiras. Podem oferecer recursos reembolsáveis ou não reembolsáveis, conforme definição da ANCINE. Caso os valores sejam reembolsáveis, os mesmos serão destinados ao Fundo Nacionais da Cultura, alocados no Fundo Setoriais do Audiovisual.

3 Disponível em: <http://www.ancine.gov.br/manuais>.

## Considerações finais

Este texto pretendeu fazer um apanhado da legislação na área cultural e nas diferentes leis que regulamentam os setores envolvidos no Plano Nacional de Cultura como a Lei Rouanet e a Lei do Audiovisual. O objetivo do artigo foi descrever, sinteticamente, essa legislação cultural no sentido que pode servir de instrumento de consulta, apoio e atualização ou ainda de especialização para áreas de planejamento, bem como, para profissionais dedicados a gestão da cultura e administração pública.

A principal reflexão que deixaremos aos leitores é: ao mesmo tempo em que as leis de incentivo fiscal disponibilizam verbas para o financiamento de um grande número de projetos culturais elas apresentam, também, problemas aos cofres públicos. Os projetos ainda não apresentam uma uniforme distribuição de aceites por parte de todos os pretendentes e verifica-se uma demasiada dependência de recursos do setor público, ou seja: só ocorrem porque há da renúncia de impostos. Pergunta-se: isto é liberalização da cultura ou o estado ainda é o principal financiador da mesma?

## Referências bibliográficas

BRASIL. **Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 64 de 04 de fevereiro de 2010. Brasília, DF: Senado Federal/Secretaria Especial de Informática, 2013, 61p. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/constituicao-federal/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil>. Acesso em: 24 de nov. de 2016.

BRASIL. LEI Nº 8.685. 1993. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8685-20-julho-1993-349838-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 out. 2016. (a)

BRASIL. **Ministério da Cultura** - Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br>> Acesso em outubro de 2016. (b)

BRASIL (Org.). LEI Nº 13.196. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13196.htm#art4](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13196.htm#art4)>. Acesso em: 21 out. 2016. (c)

BRASIL (Ed.). **Fundo Nacional da Cultura - FNC.** 1986. Disponível em: <<http://vix.sebraees.com.br/arquivos/fnc.htm>>. Acesso em: 19 out. 2016(d).

FREIRE, Alberto. **Fomento à Cultura.** Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Set. 2013. Coleção Política e Gestão Cultural.

FILHO, Flavi Ferreira Lisboa [et al.]. - **Birô de empreendedorismo cultural: gestão e produção cultural** Santa Maria: UFSM, Pró-Reitoria de Extensão, Secretaria de Estado da Cultura, 2015.



**VALE DO RIO MORTO****MOCAIBER, Tainá**

*Estudante de Mestrado do Programa de  
Pós Graduação em Direito e Sociologia da UFF  
tainamocaiber@hotmail.com*

O rompimento da barragem de rejeitos da Samarco em novembro de 2015-que destruiu o distrito mineiro de Bento Rodrigues- é o maior desastre do gênero da história mundial nos últimos 100 anos. Não foram somente 50 a 60 milhões de metros cúbicos (m<sup>3</sup>) de rejeitos despejados. Foram sonhos e vidas interrompidas . Foram meios e modos de sobrevivência destruídos. Foi uma comunidade que começou com o minério de ouro e termina sua existência com o minério de ferro. O Rio Doce morreu. Urge a discussão sobre a atividade minerária no país e o papel do estado Brasileiro. Urge compreender o porque da inércia dos grupos institucionais. Este artigo tem a intenção de fazer uma reflexão sobre o licenciamento ambiental que precedeu Mariana, a flexibilização da legislação minerária no Brasil e os injustiçados ambientais.

**Palavras-chave:** Samarco- legislação-injustiça ambiental

**ABSTRACT**

The rupture of Samarco's tailings dam in November 2015 – which destroyed Bento Rodrigues, a district in Minas Gerais State – has been the largest disaster of the kind in the world history for the last 100 years. It was not only 50 to 60 million cubic meters (m<sup>3</sup>) of rejects dumped. It is about the interruption of dreams and lives. Means and ways of survival were destroyed. It is about a community which started with gold mining and ended its existence with iron mining. Rio Doce (Doce River) died. It urges a discussion about the mining activity in the country as well as the role of the Brazilian state. It urges to understand why the inertia of the institutional groups. This article is aimed at making a reflection about the environmental licensing which preceded Mariana, the flexibility of the mining legislation in Brazil and the people who suffered environmental injustice.

**Key-words:** Samarco's – legislation – environmental injustice

## INTRODUÇÃO

O ano de 2015 foi marcado pelo pior desastre ambiental já ocorrido no Brasil, que foi o desabamento da barragem da Samarco (cujo capital é controlado paritariamente pela Vale S.A e a BHP Billiton Brasil Ltda) em Mariana, Minas Gerais. O presente artigo buscou analisar o ocorrido no município de Mariana/MG. O rompimento não mudará em nada o controle ambiental ineficaz adotado no Brasil e a situação decadente dos vulneráveis ambientais vítimas desse ocorrido e de outras tantas tragédias ambientais. O Congresso Nacional está para aprovar o novo Marco Regulatório da Mineração, que, assim como ocorreu com o Código Florestal, vai diminuir as exigências no licenciamento ambiental, diminuir a taxa da atividade e ainda permitir a mineração em parques nacionais e reservas indígenas e com isso colaborando para um maior número de injustiças ambientais. O licenciamento ambiental é um dos mecanismos estatais mais eficaz mas está na iminência de não ser. Sendo assim, este artigo tem como objeto estudar o licenciamento ambiental enquanto instrumento de concretização da responsabilidade empresarial, e refletir a questão dos vulneráveis ambientais, tendo como cenário o acidente ocorrido em Minas Gerais.

Num primeiro momento, a metodologia empregada consistiu na leitura dos livros, meios de comunicação das mídias sociais, acompanhamento da atuação do Ministério Público de MG, acompanhamento do Movimento dos Atingidos por Barragens, artigos científicos, notícia oriundos de periódico, sites de pesquisa selecionados após revisão bibliográfica, acompanhamento de decisões dos tribunais, visando construir um referencial teórico e informativos para a compreensão da questão que tocam no estudo do caso.

De outro lado, não se pretende ficar adstrito à teoria, até por que a construção de um objeto científico não se faz tão somente com esta, sendo necessário um olhar sobre o objeto sob um ângulo imprevisto, sendo o cerne de sua arte a conversão dos problemas abstratos em operações científicas inteiramente práticas (BOURDIEU, 2004). No estudo de caso pretendido, o maior desafio será exercitar – a todo o momento – aquilo que Bourdieu (2004) denomina de objetivação participante, apurando todas as perspectivas sobre o objeto de modo mais ou menos afastado, a fim de perceber a realidade e vulnerabilidade do caso.

### 1. O LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM MARIANA/MG E SUAS IMPLICAÇÕES

O Licenciamento Ambiental é um instrumento de fundamental importância. Como exposto abaixo:

O licenciamento ambiental tem-se destacado como o mais importante mecanismo estatal de defesa e preservação do meio ambiente, já que é por meio dele que a Administração Pública impõe condições e limites para o exercício de cada uma das atividades econômicas potencial ou efetivamente causadoras de impacto no meio ambiente. A função de controlar as atividades potencialmente causadoras de impactos no meio ambiente está expressamente estabelecida no inciso V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, o qual reza que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público “controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente”. O sistema de licenciamento ambiental tem por finalidade assegurar que o meio ambiente seja devidamente respeitado, quando

da instalação ou do funcionamento dos empreendimentos e obras referidos. Nesse contexto, o licenciamento ambiental desponta como um instrumento que visa a dar concretude ao caput do art. 225 da Constituição Federal, o qual classifica o meio ambiente como um bem de uso comum do povo e essencial à saída qualidade de vida. (TALDEN FARIAS, 2012,11)

O presente artigo tem num primeiro momento a intenção de trazer à tona a grave perspectiva que se encontra o licenciamento ambiental no Brasil. A flexibilização desse instrumento tem colocado muitas vidas em risco. E trás a tona a seguinte questão: Porque os grupos institucionais envolvidos permitem a frouxidão da lei ;

Em 2013, o COPAM ((colegiado onde a sociedade civil participa) avaliou a revalidação da licença ambiental da barragem de Fundão e no Parecer Único Nº 257/2013 da SUPRAM, por solicitação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o Instituto Prístico apresentou o Laudo Técnico alertando que: *“Outro ponto a ser destacado é que a barragem do Fundão e a pilha de estéril União da Mina de Fábrica Nova da Vale (LP+LI) fazem limite entre si, caracterizando sobreposição de áreas de influência direta, com sinergia de impactos (...). Notam-se áreas de contato entre a pilha e a barragem. Esta situação é inadequada para o contexto de ambas estruturas, devido a possibilidade de desestabilização do maciço da pilha e da potencialização de processos erosivos. Embora todos os programas atuem na prevenção dos riscos, o contato entre elas não é recomendado pela sua própria natureza física. A pilha de estéril requer baixa umidade e boa drenagem; a barragem de rejeitos tem alta umidade, pois é reservatório de água”*.

Diante da seriedade da questão processo foi aprovado pela SUPRAM, com exceção do voto do Ministério Público e o representante de uma ONG. Ao final foram aprovados condicionantes entre eles: *“Recomenda-se a apresentação de um plano de contingência em caso de riscos ou acidentes (...) dada à presença de população na comunidade de Bento Rodrigues, distrito do município de Mariana-MG”*.

No momento do desastre descobriu-se que não havia plano de emergência contrariando a legislação em vigor.

Diante disso, projetos de lei flexibilizando o licenciamento ambiental estão a todo vapor pelo país. No artigo, cito três projetos de leis afinados, que estão a causar um grave retrocesso no país. A saber:

O PL 2946 (projeto de lei de autoria do governador de Minas Gerais Fernando Pimentel), por alguns, apelidado de “AI-5 ambiental” (um cheque em branco com força de lei), propõe a centralização do licenciamento, mediante a criação de um setor específico de “projetos considerados prioritários” no âmbito do comando da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). Tem caráter econômico desenvolvimentista e pretende agilizar licenciamentos, colocando o Governo e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente Sustentável (Semad) acima das instâncias do Conselho Estadual de Meio Ambiente – Copam (colegiado onde a sociedade civil participa) e dar ao Estado a competência de priorizar empreendimentos e, assim, interferir nos seus licenciamentos. A tentativa é de diminuir o controle social dos processos de licenciamento e aumentar o poder do executivo nesses processos, sem contrapartida no que se refere à fiscalização, controle e gestão. A Nota Pública da frente

contra a PL 2946/2015 acentua que esse projeto possui um “caráter centralizador no poder executivo e a redução do poder do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM)”

Não por acaso, este PL está afinado com outro que tramita no Senado Federal, por iniciativa do senador Romero Jucá (PMDB/RO) – de número 654/2015. Segundo o artigo 1º deste PL, regras excepcionais serão criadas “para o licenciamento ambiental especial de empreendimentos de infraestrutura estratégicos para o desenvolvimento nacional sustentável”, tais como: “sistemas viário, hidroviário, ferroviário”, “portos”, “energia” e “exploração de recursos naturais”, que “serão considerados de utilidade pública” – em consonância com o também disposto na proposta do Código de Mineração (PL 5803/2013)-defendido por alguns deputados federais mineiros - em tramitação na Câmara dos Deputados, que não consta mudanças necessárias para a proteção das comunidades, dos seus territórios e dos(as) trabalhadores(as). O desastre ocorrido no dia 05 de novembro último expõe de uma forma alarmante e cruel, as consequências irreversíveis do não cumprimento da garantia desses direitos.

### **1.1.O Movimento de Justiça Ambiental**

Segundo Asceral um dos principais desafios do Movimento de Justiça Ambiental tem sido definitivamente, o de alterar a “cultura’ das entidades públicas responsáveis pela intervenção estatal sobre o meio ambiente, que se caracterizam por terem um padrão de intervenção tecnicista e a posteriori, pouco sensível às variáveis sociais e culturais do gerenciamento do risco ambiental.

### **1.2.Mineradora, População e Direitos Violados**

A atual legislação de licenciamento também deixa transparecer um longo caminho ainda a ser percorrido para a efetivação dos direitos humanos socioambientais, garantidos na Constituição de 1988 e em diversos tratados internacionais, dos quais o Brasil é parte. A luta dos(as) trabalhadores(as), movimentos socioambientais e das comunidades impactadas por grandes empreendimentos requer que esses novos direitos sejam incorporados ao Direito Minerário.

Há uma sistemática violação de direitos humanos ocorridos no Brasil em decorrência da mineração. E a iminência ameaça de retrocesso no Brasil em razão dessa flexibilização ou tentativa de flexibilização da legislação minerária. O marco legal da mineração no país e as relações de trabalho que decorrem compromete gravemente os direitos humanos.

Urge uma denúncia na parceria do Estado Brasileiro com as empresas mineradoras desse modelo de mineração que não atende o nosso povo. Isso se justifica em grande medida pelas estratégias das empresas mineradoras de financiar as campanhas eleitorais, fazendo com que as mineradoras ganhem as eleições independente do resultado eleitoral tendo representantes em todas as esferas municipais, estaduais e federais.

As empresas mineradoras atuam no Brasil ao arrepio dos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é parte inclusive o Pacto de São Jose da Costa Rica. O modelo de mineração praticado pela empresa Samarco (Vale) tem provocado impactos sociais e ambientais que são irreversíveis. O seu modo de mineração provoca alto índice de contaminação por resíduos tóxicos.

A população de Bento Rodrigues hoje é de oitenta por cento negra ou parda. São descendentes de escravos que há 300 anos estavam sendo explorados e assassinados pela mineração de ouro.

São muitos os Direitos Violados. Grave violação ao direito a informação, ao acesso a justiça, a participação e o poder que as empresas tem tido na reconstrução na vida dos atingidos. A Samarco (Vale e BH) fizeram um acordo com o governos do estado de MG, do ES e com o Governo Federal sobre programas de ações q as empresas devem fazer para reparar os direitos dos atingidos e do meio ambiente. Esse acordo foi construído sem nenhuma participação dos atingidos. Os atingidos não foram ouvidos. A questão que se levanta: Como se pode prever ações para reparar a vida das pessoas sem consultá-las? Como se pode prever ações ambientais de recuperação do rio e das populações ribeirinhas sem a participação das pessoas q viviam no Rio e conviviam com o rio diariamente?

Ouve grave violação do direito a participação já durante a elaboração do acordo. Caso o acordo seja executado poderá gerar novas violações de direitos pois não irá reparar as perdas dos atingidos de maneira satisfatória e gerará novas problemáticas. Há violação também ao acesso a justiça pois o acordo obriga que os órgãos que participam de sua celebração tenham que se manifestar pela legitimidade do acordo em ações judiciais propostas no futuro. Além disso o acordo prevê que quem executará as funções será uma fundação de direito privado formada pelas três empresas responsáveis pelo rompimento. Com isso acordo se mantém o protagonismo das empresas e não dos atingidos no processo de reparação. São as empresas representadas pela fundação que irão propor, executar e financiar ações. No acordo não há previsão de participação dos atingidos. Os atingidos terão assento apenas no comitê consultivo.

Dessa forma o direito a participação está sendo violado e mais direitos estarão sendo violados a medida que ações sem participação sejam executadas pelas empresas

## 1.2. Figuras

Abaixo imagens da tragédia:



**Figura 1.** Mariana/MG. Fonte: BBC (2016)



**Figura 2.** Mariana/MG. Fonte: BBC (2016)



**Figura 3.** Mariana/MG. Fonte: BBC (2016)



**Figura 4.** Mariana/MG. Fonte: BBC (2016).

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para investigar a nossa hipótese, após uma breve introdução do tema e demonstração da metodologia utilizada no presente trabalho, o artigo foi dividido em dois momentos teóricos.

O primeiro pretende desvelar os fatores que contribuíram para o desastre, incluindo os arranjos institucionais em torno do licenciamento e monitoramento ambiental, tomando

como referência o processo de “reprimarização” da economia latino-americana. Em um segundo momento apresentará a questão dos injustiçados ambientais e suas consequências exibindo os direitos violados.

Na primeira parte em que tratamos do licenciamento ambiental, utilizamos renomados doutrinadores jurídicos e todo o arcabouço de notícias que envolve a questão da tragédia em Mariana.

Na segunda parte em que tratamos do caso de injustiça ambiental utilizamos Henri Ascerald e alguns de seus conceitos. Ressalto aqui a gênese de seu entendimento:

“A noção de justiça ambiental implica, pois, o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o “meio ambiente” é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas, construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas...

Afirma também o direito dos moradores de estaremos livres, em suas casa, dos perigos ambientais provenientes das ações físico-químicas das atividades produtivas.”

Ainda citando o autor:

O Movimento de Justiça Ambiental constitui-se nos EUA nos anos 1980, a partir de uma articulação criativa entre lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis. Já a partir do final dos anos 1960, haviam sido redefinidos em termos “ambientais” os embates contra as indiações inadequadas de saneamento, de contaminação química de locais de moradia e trabalho e de disposição indevida de lixo tóxico e perigosos. Fora então acionada a noção de “equidade geográfica”(ASCERALD)

“Refere-se à configuração espacial e locacional de comunidades em sua proximidade a fontes de contaminação ambiental, instalações perigosas, usos do solo localmente indesejáveis, como depósitos de lixo tóxico, incineradores, estações de tratamento de esgotos, refinarias etc.” (BULLARD)

Os impactos dos acidentes ambientais estão desigualmente distribuídos por raça e por renda: áreas de concentração de minorias racias têm uma probabilidade desproporcionalmente maior de sofrer com riscos e acidentes ambientais. Esses estudos também demonstravam que há uma atuação do Estado que concorre para aplicação desigual das leis ambientais.

Diante do exposto, concluímos que a localidade de Bento Rodrigues e seus arredores forma vítimas de injustiça ambiental.

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o momento já foi possível comprovar de modo imperativo que o município de Mariana/MG seria um caso de (in)justiça ambiental. A luta pelo reconhecimento dos direitos dos atingidos por barragens é histórica. Diante dessa situação o artigo busca exibir os direitos violados. Denunciando as violações dos direitos humanos e defender os sujeitos históricos oprimidos para que sigam lutando para proteger seus direitos em defesa da vida.



## CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo faz parte de uma agenda de trabalho que busca investigar os índices que poderiam servir para provar a vulnerabilidade do Município de Mariana e pretende dar prosseguimento a pesquisa em prol de contribuir com o movimento dos atingidos por barragens. Também pretendeu analisar o imbróglio que envolve as mudanças no licenciamento ambiental que está seriamente ameaçado por uma série de pautas ameaça esse instrumento jurídico fazendo do Brasil uma fábrica de “Marianas”.

## REFERÊNCIAS

ASCERALD, Henri, *O que é Justiça Ambiental*. Rio de Janeiro, 1ª edição, 2008.

FARIAS, Talden, *Licenciamento Ambiental*, Pará, 3ª edição, 2012

Achselrad, H. “Prefácio - Mediação e negociação de conflitos ambientais”. In: Viegas, R. N.; Pinto, R. G. & Garzon, L. N. *Negociação e acordo ambiental: o termo de ajustamento de conduta (TAC) como forma de tratamento dos conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014, pp. 5-15.

Estado de Minas. “Vale anuncia descoberta de arsênio, chumbo e outros metais no rio Doce”, *Estado de Minas*, 27 nov. 2016. Disponível online.

Ata da reunião das Comissões das Comunidades Atingidas, em 19/11/2015. Inquérito Civil nº MPMG.0400.15.000342-6.

Ata de reunião entre Ministério Público e atingidos, em 09/12/2015. Inquérito Civil nº MPMG.0400.15.000342-6.

DIP, Juliano. “Proteste Já - Mariana: Conheça os bastidores da tragédia”. Disponível em: <http://entretenimento.band.uol.com.br/cqc/2015/video/15679565/proteste-ja---mariana-conheca-os-bastidores-da-tragedia>. Acesso em 10 nov. 2016.

Legislação: Brasil, PROJETO DE LEI Nº 2.946/2015 Dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente – SISEMA – e dá outras providências.( <http://www.almg.gov.br/>)

## SITUAÇÃO DE RUA: TRAJETÓRIA, DIREITOS E ESCOLHAS

**AMARAL, Anna Clara\***

*Mestranda do Programa Interdisciplinar em Direitos Humanos da UFG*

*E-mail (annaclaramaral@gmail.com)*

### RESUMO

O presente trabalho procura discutir as experiências do sujeito em situação de rua, que foi escolhido com base no teor da sua história. O objetivo do estudo é relacionar o desenvolvimento dos Direitos Humanos no Brasil, com a trajetória e as escolhas do participante da pesquisa e, como a política pública de assistência social esta buscando garantir os direitos humanos de pessoas em situação de rua. A pesquisa foi realizada na Casa de Acolhida Cidadã em Goiânia, da Secretária Municipal de Assistência Social de Goiânia. E podemos perceber que, entre outros, ao final da pesquisa o resultado é uma trajetória rica em consciência e escolhas feitas pelo participante.

**Palavras Chaves:** Morador de rua, Direitos Humanos, Assistência Social.

### ABSTRACT

The present work tries to discuss like experiences of subject in situation of street, that was chosen based on the content of its history. The objective of the study is to relate the development of human rights in Brazil, with a trajectory and choices of the participant of the research and as a public policy of social assistance. The research was carried out at the House of Acolhida Cidadã in Goiânia, of the Municipal Department of Social Assistance of Goiânia. It is possible to realize that, among others, to end research on the outcome of a path rich in consciousness and choices made by the participant.

**Key words:** Homeless, Human Rights, Social Assistance.

## INTRODUÇÃO

A humanidade vem incessantemente buscando pela preservação dos seus direitos e garantias, mas foi a partir da segunda guerra mundial, após os horrores cometidos contra os direitos humanos, que se constituem legislações, normas e declarações, oficializando o repúdio aos atos da era Hitler e com intuito de prevenção para quaisquer violações futuras. Para Flavia Piovesan (2011), o real reconhecimento universal dos direitos humanos se deu após a Segunda Guerra Mundial, ela surge em meados do século XX, como um movimento recente na história do direito internacional.

Em consequência do pós-guerra, houve a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, alcançando uma grande importância na cultura jurídica internacional. Em 10 de dezembro 1948, constituiu-se, na Assembleia Geral das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que considera o reconhecimento da dignidade e dos direitos iguais a todos sem distinção, considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidades e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade"( Brasil, 1948).

Os artigos da Declaração trazem preocupações não só com a conservação, como também, com a enumeração dos direitos fundamentais e, no seu artigo 22, vê-se proclamado o direito que todos têm à segurança social e à realização dos direitos econômicos, sociais e culturais, ditos indispensáveis à dignidade e ao livre desenvolvimento da personalidade humana (Mello, 1994).

Artigo XXII: Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade (Declaração dos direitos Humanos, Art. XXII,1948, p.75).

Sposati (1998), relata que todos os cidadãos tem as possibilidades naturais de se desenvolverem melhor com a igualdade, reconhecimento e efetivação, seus direitos, sem restringir seu acesso a eles, sendo disponíveis a todos sem discriminações de qualquer tipo.

Segundo Gómez (2008), com a visibilidade dos Direitos Humanos, os Estados se fizeram responsáveis pela garantia de tais direitos e todos os indivíduos sem distinções são merecedores destes direitos, essa luta dura a mais de sessenta anos, em meio a um desenvolvimento histórico e sócio-político onde o resultado são as ações da ONU.

Segundo Piosan (2004), parte das violações dos direitos fundamentais na Segunda Guerra poderiam ser evitadas se um sistema de proteção dos direitos humanos existisse, é fosse internacional e efetivo.

Para Escorel (1999), a exclusão social das pessoas em situação de rua, leva a vulnerabilidade onde por consequência há rupturas dos vínculos familiares em cinco âmbitos da vida social.<sup>1</sup> Três dessas esferas são de grande importância, são elas o âmbito profissional

<sup>1</sup> Escorel (1999), trabalha com cinco dimensões da ruptura na vida social, são elas: O mundo do trabalho, a dimensão sócio-familiar, a esfera política, humana e da cidadania.

que contribui para essa vulnerabilidade, precarização e instabilidade ocupacional. A exclusão dessa população dos meios trabalhistas leva não só a consequências financeira como também a falta de identificação dentro da sociedade.

As modificações da esfera produtiva e financeira enfraquecem o âmbito familiar e o vínculo com a comunidade podendo inviabilizar o suporte e a unidade familiar, conduzindo o indivíduo ao isolamento e à solidão, é o início da perda dos laços afetivos, a grande característica da população adulta de rua (Escorel, 1999).

Quanto à dimensão política Escorel fala:

“A exposição às situações de vulnerabilidades socioeconômicas gera precariedade no acesso a direitos legais e obstáculos ao exercício da cidadania. Embora os direitos sejam iguais para todos, o acesso a eles é facilitado ou não por fatores inerentes à posição social. Pessoas submetidas às carências extremas estão aprisionadas pela busca de satisfação de necessidades imediatas, sendo isto um “obstáculo à apresentação na cena política como sujeito portador de interesses e direitos legítimos” (Escorel, 1999, p. 76).

Para Marx e Engel (1989), o que nos define é como regemos nossas vidas, a definição, identidade e referência do indivíduo então, vem da sua produção, o indivíduo se torna dependente do que produz e de como produz, e além da sua definição como pessoa essa produção também reflete seus relacionamentos e como será tratado diante aos outros.

A materialização do processo de exclusão pode ser percebida no cotidiano e seria: “um processo no qual – no limite – os indivíduos são reduzidos à condição de animal laborans, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados do exercício pleno das potencialidades da condição humana” (Escorel, 2000, p. 140).

Segundo Paugam (1994), a ruptura é a última fase do processo de marginalização, produto da acumulação de exclusão e fracassos – perda do mercado de trabalho, problemas de saúde, drogadição, ausência de moradia, e principalmente perda de contatos familiares. Diante dessa realidade o próximo passo é a desilusão completa por não estar inserido a nenhum grupo social, com total falta de apoio esse indivíduo caminha para a degradação em vícios e isolamento.

Mas, afinal quem são as pessoas em situação de rua? O que as caracterizam?

Segundo Silva (2009) a população de rua se identifica como um:

(...) populacional heterogêneo, mas que possui em comum pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem procuram os logradouros públicos (...) e as áreas degradadas (...) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitarem, abrigos, casas de acolhida temporária ou moradas provisórias, no curso da construção de saídas das ruas (Silva, 2009, p.29)

Para Bulla, Mendes, Prates e outros (2004), as pessoas em situação de rua se caracterizam, de forma geral, pelas suas vestimentas degradadas, perda de vínculos familiares e desemprego, baixa auto-estima, violência, algum trauma, situação mal enfrentada durante a vida, como a perda de um ente querido, drogadição, alcoolismo, doença-mental, entre outros fatores é o relato da maioria dos indivíduos que estão em

situação de rua, são trajetórias de perdas sucessivas geralmente somadas ao uso de álcool e drogas, também citam pessoas que migraram para uma capital e ainda não conseguiram emprego e estabilidade.

Segundo Prates, Reis e Abreu (2000), para realizar pesquisas com foco nos moradores de rua, é preciso mudar o olhar sobre essas pessoas, admitindo-os como, primeiramente, seres humanos, com uma trajetória, sentimentos, histórias, dores, e que acima de tudo refletem a desigualdade social e modo de vida voltada para a produção e obtenção de capital, onde o que se tem te define.

De acordo com Sposati, (1997), a assistência social no Brasil teve seu enfoque a partir dos anos 80, foi nessa época que os setores responsáveis se organizaram para elaboração de leis que garantissem os direitos humanos, esse movimento deu origem a Constituição de 1988. Na constituição, são abordados o direito à vida, igualdade, saúde, educação, liberdade, privacidade, entre outros.

Uma consequência da legislação de 1988, focando na assistência social, foi a constituição da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), lei nº 8.742 criada em 07/12/1993. Com a implementação da LOAS a assistência social adquire maior atenção e organização (Brasil, 1988).

Com essa conquista a Assistência Social passou a integrar o sistema de proteção (Saúde, Previdência e Assistência), e a ser concebida como Seguridade Social não contributiva que deve prover um padrão básico de condições de vida através da garantia de mínimos sociais e da cobertura às situações de vulnerabilidade e riscos sociais. Para Sposati (1995), cabe a assistência social as garantias devidas que reduzam a exclusão social e assistam a demanda dessa população.

A decisão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por intermédio do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de elaborar, aprovar e tornar pública a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) demonstra a intenção de construir coletivamente o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esta iniciativa, decididamente, traduz o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, em dezembro de 2003, e denota o compromisso do MDS/PNAS e do CNAS em materializar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (Brasil, 2004).

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (2004), a assistência social visa a população de extrema pobreza e desamparo, e tem como objetivo buscar as possibilidades de desenvolvimento dessa população, deve acolher, reintegrar e buscar formas de autonomia. Para isto é necessário partir de uma visão do macro social para o micro, uma análise capaz de entender não só as dificuldades mais também do que cada pessoa, em situação de rua, pode oferecer, buscar e desenvolver dentro da sociedade, é preciso ver seus objetivos, suas vontades e sua disposição em sair dessa condição.

A LOAS estabelece normas e critérios para organização da assistência social, que é um direito, e este exige definição de critérios, esse arcabouço legal vem sendo aprimorado desde 2003, a partir da definição do governo de estabelecer uma rede de proteção e promoção social, de modo a cumprir as determinações legais.

Dentre as iniciativas, destacamos a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, conforme determinações da LOAS e da Política Nacional de Assistência Social. É o mecanismo que permite interromper a fragmentação que até então marcaram os programas do setor e instituir, efetivamente, as políticas públicas da área e a transformação efetiva da assistência em direito (Brasil, 2003).

Segundo a PNAS (2004), para melhor distribuição e foco do atendimento das populações foi dividido em três categorias, a proteção social básica, de média e de alta complexidade. A Proteção Social Básica faz um trabalho de prevenção, tem como alvo a população de risco por pobreza e falta de acesso aos direitos civis e serviços públicos.

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se as famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. O foco principal da proteção social deve ser a inclusão e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e que todos os direitos essenciais desses indivíduos sejam garantidos e protegidos em primeira instância (PNAS, 2004).

Diferentemente da Proteção Social Básica que tem um caráter preventivo, a PSE atua com natureza protetiva (Brasil, 2004). Dentro da proteção social existem dois níveis de complexidade, a média e a alta, no primeiro atendimento seguindo critérios de complexidade se encaminha para um dos níveis, visando especializar os serviços, descentralizar e agilizar o processo (Brasil, 2001).

A PNAS (2004), defende que a Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade deve estar voltada para o atendimento às pessoas e famílias que vivem em situação de risco, com direitos violados que estão inseridas em contexto social e familiar, porém com vínculos fragilizados.

Ainda segundo a PNAS (2004), são serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade aqueles que atendem indivíduos em situação de abandono, violação dos direitos, risco de morte ou ameaçados, longe do seu local de origem, sem acolhimento e em situação de rua. Esses serviços devem garantir o acolhimento em ambiente com estrutura física adequada, oferecendo condições de moradia, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade. Os serviços também devem assegurar o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitários e o desenvolvimento da autonomia dos usuários.

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), instituída em julho de 2007, pela Lei nº8537. É o órgão responsável pela coordenação e execução da Política de Assistência Social no município de Goiânia, entre suas ações estão incluídos promover a defesa dos direitos e autonomia dos cidadãos em uma gestão descentralizada (Prefeitura de Goiânia, s/d).

Dentre os serviços de alta complexidade da SEMAS está a Casa de Acolhida Cidadã, que tem capacidade de atendimento de 180 pessoas. A unidade tem como objetivo abrigar temporariamente, famílias e adultos em situação de rua; aqueles que estão em trânsito: migrantes e imigrantes, e pessoas que recebem alta hospitalar e não possuem vínculo familiar identificado no município de Goiânia<sup>2</sup> (Prefeitura de Goiânia s/d).

O atendimento prestado inclui desde a provisão das necessidades básicas como: alimentação, higiene pessoal e pernoite com segurança, bem como atendimento

psicossocial; orientação e encaminhamento para aquisição de documentos pessoais, atividades ocupacionais, orientação e encaminhamento para o mercado de trabalho.

Diante do levantamento bibliográfico sobre os direitos e características dos indivíduos em situação de rua, o tema se mostra de grande relevância para maiores investigações do modo de vida, motivações e história das pessoas em situação de rua, se mostra ainda a necessidade de ouvir e enxergar esses indivíduos despidos de preconceitos, compreendendo a sua relevância e não os estereotipando com um padrão negativo.

A Casa de Acolhida Cidadã (C.A.C.) se constitui em um importante local para uma investigação mais intimista sobre a trajetória de vida dos usuários antes de se encontrarem dentro da instituição. O meu interesse pessoal sobre o tema vem do descaso e invisibilidade que nós, os incluídos socialmente, temos diante dessa população.

O objetivo deste trabalho é o conhecimento da história de vida que há por trás dos excluídos, pessoas em situação de rua, sem vínculos familiares e em violação de direitos, abrigados na Casa de Acolhida Cidadã situada em Goiânia-GO.

## **Métodologia de Pesquisa**

### **Participantes**

Participante Marcos (nome fictício), 26 anos, sem filhos, solteiro, soro positivo, negro, em situação de rua desde os dez anos, já passou por diversas instituições de acolhida neste período. Chegou a Casa de Acolhida de forma espontânea, dentro da Casa tem com o objetivo conseguir um emprego em Goiânia e se estabelecer na cidade.

### **Instrumentos**

A entrevista foi realizada em uma sala 5x4m com duas mesas e duas cadeiras cada, ventilador, uma janela e um banheiro. Foi utilizado papel, caneta, prontuário, computador, gravador Sony ICD-PX312 e TCLC.

### **Procedimentos**

Foi feita uma seleção de fichas cadastrais para escolha do participante. Foi elaborado questionário para auxílio da entrevista. Se realizou uma entrevista semiestruturadas (anexo A), no dia 18 de Outubro de 2014, às 16:00 na Casa de Acolhida Cidadã com a supervisão de Thuany Ramos, Supervisora de Campo. A entrevista foi transcrita para a construção do desenvolvimento deste estudo.

Após quatro meses de convívio e observação na Instituição Casa de Acolhida Cidadã, situada em Campinas, Goiânia/GO, tive contato suficiente para ganhar a confiança do sujeito estudado nesta pesquisa, a estratégia para obter mais vínculo e aproximação com o sujeito se justifica pelo teor da pesquisa, que visa o conhecimento da trajetória de vida do entrevistado.

Cabe salientar que a pesquisa teve seu início em Agosto de 2014, por via de levantamentos bibliográficos a respeito do tema, observações, que consistiam em compreender os aspectos importantes do campo de estágio, como a sua estrutura física, o atendimento prestado a população, e por fim, o relacionamento da instituição com os usuários da casa. Se fez, ainda, anotações, uso dos dados disponíveis no prontuário e diários de campo para análises e comparações.

## Resultados e Discussão

A proposta visa capturar dentro do micro social as memórias, situações e experiências vivenciadas por moradores de rua, em sua trajetória de vida, as contradições da realidade social, explicitando as ambiguidades a partir das experiências do estudo de caso.

“A visão que o morador de rua tem das questões que os cercam tais como suas referências sobre rua, cidade, mundo, economia, política, social e cultura, é a centralidade da proposta” (Pimenta & Silva, 2009).

A partir de fragmentos da entrevista de Marcos exploraremos as escolhas de vida, suas consequências e a reflexão que Marcos faz sobre as mesmas. Segundo Martinelli (1999),“(...) cada pesquisa é única, pois se o sujeito é singular, conhecê-lo significa ouvi-lo, escutá-lo, permiti-lhe que se revele. E aonde o sujeito se revela? No discurso e na ação” (p.22).

Na análise do relato leva-se em consideração as posições e visões de mundo do entrevistado. Pretendeu-se realizar uma reflexão sobre as condições de produção e apreensão de significação das visões de mundo desse sujeito e apropriando-se das sugestões de Minayo (2004), o processo de reflexão sobre as visões dos moradores de rua, da perspectiva desta autora, possibilita “compreender o modo de produção social do sentido” (p.211).

Marcos, saiu de casa por escolha própria, segundo ele:

*“...meu negócio era mais trabalhar porque minha mãe trabalhava num posto de gasolina, e aí eu vivi, aí eu cresci, minha infância ali junto com caminhoneiro, aí eu começa a escutar histórias de estrada, por tal cidade que eu passei e tal, aí eu fui criando aquela ilusão de sair pelo mundo...queria conhecer o Brasil todo (sic.)”.*

Ao sair de casa, em Petrolina-PE, aos dez anos de idade, foi para Belo Horizonte-MG, onde não chegou a passar dois dias na rua e já foi recolhido para a instituição Dom Bosco, abrigo para menores. Marcos diz ter gostado muito desta época, segundo ele:

*“Naquela época, a rua era coisa de criança. Era aquela ilusão de nós ficava na rua, nós vivíamos na rua, na porta de casa. Aprontava. Furtava também, eu não vou mentir. Furtava. Mas a gente vivia em festas, em boates. Era drogas também naquela época tinha muito, eu usava só maconha (sic.)”.*

Compreendendo a ida de Marcos para rua como uma escolha de livre arbítrio, o próprio nos traz o porquê a rua foi tão sedutora:

*“É uma coisa que nem eu mesmo que passo pela situação sei explicar, é uma coisa que tem dentro de mim, minha natureza, e muitas pessoas falam pra mim que é espírito de rua, sabe, é você estar aqui bem estruturado numa cidade, casado, solteiro, não importa, e você de uma hora pra outro você virar aquele negócio, não vou me embora, vou largar tudo aqui, você larga tudo e vai embora... naquele momento você sai, vai se aventurando, cria uma ilusão na sua cabeça... esse Brasil eu conheço quase todo, de norte a sul, na palma da minha mão...é bom é uma aventura, aventura assim você está aqui e amanhã eu posso amanhecer em São Paulo, de São Paulo posso amanhecer no Rio, ah é bom é uma aventura é uma ilusão, tudo isso é uma ilusão...(sic.)”*

Pensar a questão da liberdade vista na historia de Marcos, nos faz refletir sobre escolhas e consequências, quando cita que tem um ‘*espírito de rua*’ o que traz a tona é a falta de normas e julgamentos que a rua tem, na rua, não temos padrões ou julgamentos, na rua o céu é seu teto e a terra sua cama, de certa forma a rua, o lugar do não lugar, o



lugar coletivo transformado em privado, o lugar dos não vistos dos invisíveis, se tornou a casa de Marcos, e Marcos continuou escolhendo voltar para rua em cada fase de sua vida, sua justificativa é a liberdade.

Conforme Sartre (1943/2005), trabalhar a questão da liberdade implica em trabalhar a vida coletiva já que viver em sociedade significa viver em relação com o outro, a grande questão é quando uma liberdade fere o direito da outra, quais são os limites da liberdade? Tornar um espaço público em privado é ferir a liberdade do outro que utiliza este mesmo espaço? O sentimento de ódio, e suas decorrências como a vingança, a luta, o assassinato, não são inerentes ao relacionamento eu/outro, na medida em que o outro impõe limites à minha liberdade, a minha felicidade e ao meu prazer, e por isso, odiamos o outro e desejamos exterminá-lo? Estaria certa a afirmação sartreana de que “O inferno são os outros” na peça teatral *Huit clos* (Entre Quatro Paredes).

Voltando para o caso de Marcos, sua escolha de ir para a rua, transformar o espaço coletivo em sua rotina, vemos que há um conflito interno em suas escolhas, por um lado deseja a rua e tudo o que ela pode lhe oferecer, por outro lamenta que não há benefícios em estar na rua.

A liberdade de escolha de Marcos atinge a sociedade diretamente, se tornando parte de um problema de saúde pública, porém a sua busca por satisfação pessoal vai muito além dos inconvenientes para a sociedade. Marcos busca sua liberdade acima de tudo, com desapego social encontrado em seu meio, junto aos seus colegas de rua.

A felicidade do indivíduo implica na realização dos seus desejos e objetivos que, por sua vez, estão em desacordo com os desejos e objetivos da sociedade e seus padrões, assim, há somente dois caminhos a seguir, afirmar a sua liberdade e lidar com as consequências de sua escolha, ou negar a sua vontade em detrimento das convenções.

Quanto aos benefícios da situação de rua, Marcos nos relata:

*“Não tem. Não tem. A gente pensa que tem... você passa por uma rua dessas e o pessoal vai correr de você, porque você parece um marginal...é difícil porque, assim vamos supor, você está numa praça, passa uma pessoa comendo um salgado, um pastel uma coxinha, ai você olha desejando sabendo que você não pode que você não tem condição de comprar aquilo, você não vai aprontar, porque se tu aprontar você vai preso, é difícil, dói a barriga, você dorme com a barriga um oco, você só pensa na sua mãe e no seu pai (sic).”*

Conforme Pastorini (2007, p.113),

*“A questão social assume... transformações vividas no mundo capitalista em seu conjunto desde os anos 80, que produz, além de um aumento da pobreza, uma desestabilização dos trabalhadores outrora estáveis e, em decorrência, uma perda dos padrões de proteção social”. Segundo Bauman (1997), na sociedade capitalista, existem os ‘jogadores’, ‘os jogadores aspirantes’ e os ‘jogadores incapacitados’, que é o caso do nosso participante, que não giram a economia, que não tem acesso ao capital, estes devem lançar mão dos seus recursos disponíveis ou ‘abandonar o jogo’.*

Para Castel (1997), os incapacitados de Bauman (1997), são os “sobrantes”, pessoas que conforme as novas exigências de mercado, a especialização da rede de serviços foi deixada de lado pela sociedade, esses “sobrantes” são indivíduos “que foram inválidos pela conjuntura econômica e social dos últimos vinte anos e que se encontram

completamente atomizados, rejeitados de circuitos que uma utilidade social poderia atribuir-lhes” (Castel, 1997, p. 181).

De acordo com Escorel (1999), exclusão social é um termo muito utilizado porque exemplifica bem toda situação ou condição social de carências, dificuldades de acesso aos direitos, bens e serviços, assim como risco de discriminação, falta de vínculos sociais, vulnerabilidade e precariedade.

Quanto ao medo de dormir na rua e o preconceito enfrentado, Marcos nos expõe:

*“Medo, tenho medo, de um vim queimar, jogar pedra, sabe, querer me bater, tenho muito... é ruim é triste, eu fico injuriado, sou muito explosivo, e eu não tenho papa na língua não, se eu tô na rua, e as vezes eu tô numa praça assim sentado conversando, com mais uns três, quatro ,e a pessoa passa assim eu grito ‘oh aqui não tem nenhum folgado não , não é porque a gente tá na rua que a gente é vagabundo ...eu fico chateado...a pessoa tá andando aqui nessa rua aqui reto aqui, ai vamos supor, tem três morador de rua aqui...a pessoa vem por essa calçada e ai já troca de calçada, é segurando a bolsa, naquela tensão, quer dizer, como se o morador de rua fosse um marginal, ladrão, fosse te assaltar, roubar, fazer algo de mal, e isso p mim é ruim, tem pessoas que não ligam não , mas eu ligo, eu respondo na hora, falo assim ‘ é o seguinte, nós não somos marginal não, pode passar tranquilo que não vamos te assaltar não , não é porque a gente tá na rua tá fedendo que a gente é marginal não, e outra coisa é você, no hospital, morador de rua pra ser atendido em hospital é difícil, você não é atendido...no momento que eu precisei fui no hospital e não fui atendido, no hospital normal...é a maior dificuldade pra atender as coisas, eles falam que é por causa do documento...(sic)”*

O morador de rua enfrenta um grande estigma. É visto como um criminoso em potencial, que pode te assaltar, pedir esmola ou violentar quem quer que atravesse o seu caminho. Esse estigma contribui para o afastamento da população dessa realidade, e só aumenta a marginalização desses indivíduos.

*“Por fim, o indivíduo não-trabalhador é encerrado pela ideologia dominante numa situação periférica, e estigmatizado como ser desviante, degenerado e residual. Ele se vê e sente como elemento segregado, portador de uma identidade atrofiada” (Stoffels, 1977, p. 231).*

O trabalho confere identidade para o homem, é o seu referencial, se apresentar como um profissional confere dignidade e respeito, por ser alguém que esta contribuindo com a movimentação econômica do país, não estar inserido no mercado de trabalho, traz o estigma de inutilidade para a sociedade capitalista. Em nosso contexto, somos o que temos, se acaso não ‘temos’ então não somos, perdemos nossa identidade, e visibilidade diante o outro.

Em relação aos laços familiares, Marcos não reclama, afirma que o que o levou para as ruas foi sua escolha, sua vontade de conhecer mais lugares, seus vínculos familiares estão conservados e que a relação sempre foi positiva, e inclusive mantém contato com a família regularmente, o que contradiz a literatura. Sobre sua infância, Marcos recorda:

*“A minha foi bem, só que infelizmente a gente cresce, vai crescendo e vai criando ilusão, pensando que o mundo afora tem algo a nos dar mas infelizmente não tem nada... minha mãe e minha irmã sempre dizem você não precisa disso, ai dói... ai é difícil... a porta está sempre aberta, na hora que eu chegar, no dia que eu chegar, ou limpo ou sujo, pode sabe a porta tá aberta (sic)”*

Para os profissionais que trabalham com moradores de rua a família é o principal meio de retorno à vida social estabelecida, porém há exceções, como o caso estudado, onde o que motiva a saída de casa, não são vínculos rompidos, mas sim, uma escolha pessoal vinculada à liberdade que a rua traz sobre normas e convenções sociais, a consciência da realidade e dos riscos que a rua representa, não são empecilhos para nosso sujeito somado com o prazer do vício em álcool notamos que existem muitos paradigmas a serem quebrados em torno dos moradores de rua e suas motivações ao fazer das ruas sua morada.

Por fim, acredito que o cotidiano das ruas deve ser percebido na sua singularidade e, para isso, será preciso mais humanização no atendimento a essa população, garantir seus direitos e ressaltar a visibilidade das trajetórias, por reconhecermos os moradores de rua mais pelos seus estereótipos do que como indivíduos dotados de significações, deixamos essa inclusão superficial, esse movimento de afastar essa realidade do nosso convívio pode ser notada além do discurso do participante, também na falta de literatura sobre o tema.

Afastar o feio, o que incomoda é uma defesa natural da sociedade, pois a vida não é afetada por aquilo que os olhos não veem, porém a verdadeira inclusão, mais do que de programas sociais, parte da compreensão desse problema como parte da sociedade, como algo de responsabilidade social.

### **Considerações Finais**

O que podemos concluir no estudo de caso apresentado é a importância de pesquisas que tratem o morador de rua, como um indivíduo, não como um coletivo, um perfil já estabelecido, muitas vezes limitador, onde só se vê o morador de rua como um problema, como alguém que não tem nada a contribuir. Dentro das políticas apresentadas, existem ações de incentivo e inclusão para essa população ser inserida na sociedade, como a busca de empregos e resgate de documentos, porém a prática desses projetos deixam a desejar.

A Casa de Acolhida Cidadã, atualmente, enfrenta muitos desafios, suas principais dificuldades são a falta de material, para atendimento e cadastro, os funcionários improvisam em todos os atendimentos, tanto psicológicos, como assistenciais e na área da saúde. A vontade e a disposição de ajudar e apoiar são maiores do que as condições e possibilidades.

Trabalhar em um abrigo de alta complexidade demanda um perfil específico, quem ali está, enfrenta, não somente, a demanda de indivíduos carentes do básico para a sobrevivência, como muitos conflitos internos. Cada dia uma situação nova para solucionar, além da administração de uma casa com capacidade para atendimento de 180 adultos em situação de rua, mais os funcionários, tudo isso somado as baixas remunerações, falta de benefícios, e necessidade de uma maior valorização por parte da prefeitura.

As leis que abrangem os moradores de rua, pessoas sofrendo violações dos seus direitos, são recentes, e municípios como Goiânia, uma capital de 81 anos, ainda esta engatinhando rumo a realização mais efetiva das leis de proteção dos direitos dos moradores em situação de rua e pessoas em vulnerabilidade social, em geral. Vejo nas leis já conquistadas uma esperança para termos uma sociedade mais inclusiva, porém o primeiro passo é a atenção governamental voltar para suas questões sociais e investir nesse e em outros projetos.

No levantamento bibliográfico feito, pouco se encontrou sobre moradores adultos de rua e instituições de apoio a essa demanda, se nota a necessidade de mais pesquisas nessa área, e mais visibilidade para essa população.

A experiência de pesquisar dentro da C.A.C. foi de extrema importância para minha formação pois, dentro da academia muita teoria é dada, mas a realidade e a prática me eram distantes. No estágio pude vivenciar como uma instituição de alta complexidade funciona além de conhecer pessoas incríveis que compartilharam comigo um pouco de sua trajetória e me mostraram quantas possibilidades a vida nos reserva.

## Referências

- Baielr, L. F. (2009). *Violência e Medo na Vida Cotidiana: reflexões para debate*. Em: C. A. M. Pimenta (Org.). *Antropologia Urbana: diálogos com Márcia Regina da Costa*. (pp. 273-396). Porto Alegre: Armazém Digital
- Bauman, Z. (1998) *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- Brasil (1948). *Declaração Universal Dos Direitos Humanos - Resolução nº 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas*
- Brasil (1988). *Constituição de República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado.
- Brasil (1993). *Lei Orgânica de Assistência Social – Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Brasília: Diário Oficial da União
- Brasil (1998). Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas. Organização das Nações Unidas (1984). *Declaração Universal dos Direitos*.
- Brasil (2001). *Benefício de Prestação Continuada – BPC: pessoas idosas e pessoas com deficiência*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em << <http://www.mds.gov.br>>> Acesso em 26 Set. 2014.
- Brasil (2003). *Plano Nacional de Atendimento Integral à Família - PAIF*. Brasília Ministério da Assistência Social
- Brasil (2004). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Novembro, 2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Brasil (2004). *Política Nacional de Assistência Social-PNAS*, Brasília. Disponível em << <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protECAobasica> >>. Acesso em 04 Out. 2014.
- Bulla, L. C.; Mendes, J. M. R.; Prates, J. C. (Orgs.). (2004). *As múltiplas formas de exclusão social*. Porto Alegre: Federação Internacional de Universidades Católicas: EDIPUCRS
- Castel, R. (1997). *As armadilhas da Exclusão*. IN: Wanderley, L. Eduardo e Belfiore – Wanderley, M. *Desigualdade e a Questão Social*. São Paulo, EDUC
- Scorel, S. (1999). *Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Scorel, S. (2000). Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. Em: Bursztun, M. (Org.) *No meio da rua: nômades excluídos e viradores* (139-171). Rio de Janeiro: Garamond.

- Espinheira, G. (1990). *Bate Coração: Um Estudo da Urbanização Periférica de Salvador*. Salvador: CADES/Pec.
- Gómez, J. (2008). *Globalização dos direitos humanos, legado das ditaduras militares no Cone Sul latino-americano e justiça transicional, em Direito, Estado e Sociedade*, 33. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- IBGE, (2000). *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- Martinelli, M. (1999). *Pesquisa qualitativa –um instigante desafio*. São Paulo: Editora Veras.
- Marx, K, & Engels, F. (1989) *A ideologia alemã*. (L. Costa, trad.) São Paulo: Martins Fontes.
- Mello, C. D. A. (1994). *Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro: Renovar
- Minayo, M. C. S. (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (8ª ed.). São Paulo: Hucitec
- Pagugam, S (2003). *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: Cortez.
- Pastorini, A. (2007). *A Categoria “Questão Social” em Debate* (2ª ed.). Em *Coleção questões da nossa época*, 109. São Paulo: Cortez
- Pimenta, C., & Silva, C. (2010). *Moradores de rua e realidade social contemporânea: subsídios para intervenções no município de Taubaté/SP*. G&DR, 136-158.
- Piovesan, F. (2011). *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Saraiva.
- Prates, J. Reis, C., & Abreu, P. (novembro, 2000). *Metodologia de pesquisa para a população de rua: alternativas de enfrentamento do poder local*. *Revista Serviço Social & Sociedade*, 64, pp. 135-164
- Prefeitura de Goiânia – SEMAS (s/d). Disponível em <<<http://www.goiania.go.gov.br>>>. Acesso em 04 Out. 2014.
- Sartre J.P. (1944/2011) *Entre Quatro Paredes*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- Sartre. J.P. (2005). *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. (Perdigão. P. trad.) São Paulo: vozes. Publicado em 1943.
- Silva, M. (2009). *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Sposati, A. & organizadores (1995). *Os direitos dos desassistidos sociais*. São Paulo: Cortez
- Sposati, A. (1997). *Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania*. Brasília: SAS-MAPS/FUNDAP.
- Sposati, A. (1998). *Exclusão social abaixo da linha do Equador*. Disponível em <<<http://www.seuvizinhoestrangeiro.ufba.br/twiki/pub/GEC/RefID/exclusao.pdf>>> Acesso em 04 de outubro de 2014.
- Stoffel, M. G. (1977). *Os mendigos na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

## FORMAS HISTÓRICAS DE PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: ENTRE IDAS E VINDAS

**LEÔNCIO, Marina Moura**

*Estudante de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da  
Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES/PPGDS)*

*E-mail: marinamoura19@hotmail.com*

**SANTOS, Gilmar Ribeiro dos**

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade  
Estadual de Montes Claros (UNIMONTES/PPGDS)*

*E-mail: gilrds@uol.com.br*

### RESUMO

Com a efervescência das discussões sobre participação e representação política na atualidade, faz-se necessário compreender as suas características em períodos distintos do contexto brasileiro, entendendo que sempre existiram condicionantes, tanto internos quanto externos, para as suas formas de execução. Este artigo tem por objetivo desenvolver uma revisão crítica das formas históricas de participação e representação política no Brasil, tendo em vista a compreensão das mudanças, avanços, retrocessos e conquistas democráticas ocorridas ao longo do tempo na sociedade brasileira desde seus antecedentes, até a institucionalização dos Conselhos na Constituição Cidadã, de 1988. Para tanto, utiliza-se da metodologia analítica e da técnica de análise de discurso dos autores referenciados. Os resultados demonstram que a trajetória das formas históricas de participação e representação política, no Brasil, não ocorreu de forma linear, mas sim de forma inconstante, repleta de reviravoltas, entre idas e vindas.

**Palavras-chave:** Participação Política. Representação Política. Antecedentes Históricos

### ABSTRACT

With the effervescence of the discussions on participation and political representation in the present time, it is necessary to understand their characteristics in different periods of the Brazilian context, understanding that there have always been constraints, both internal and external, for their forms of execution. This article aims to develop a critical review of the historical forms of participation and political representation in Brazil, in order to understand the changes, advances, setbacks and democratic achievements that have taken place in Brazilian society since its antecedents, until the institutionalization of Councils in the Citizen Constitution of 1988. For that, it uses the analytical methodology and discourse analysis technique of the referenced authors. The results show that the trajectory of the historical forms of participation and political representation in Brazil did not occur in a linear fashion, but in an unstable, full of twists and turns between comings and goings.

**Key-words:** Political Participation. Political Representation. Historical Background

## INTRODUÇÃO

Este artigo desenvolve uma revisão crítica das formas históricas de participação e representação política no Brasil, tendo em vista a compreensão das mudanças, avanços, retrocessos e conquistas democráticas ocorridas ao longo do tempo na sociedade brasileira.

Falar de participação e representação é falar da construção histórica da sociedade, no Brasil e no mundo. Por isso, torna-se crucial conhecer e compreender os principais aspectos e momentos, na história do Brasil, que demonstram ações de mobilização e participação dos cidadãos, em prol da busca por melhorias, conquista de direitos e maior espaço na gestão pública.

Para o alcance dos resultados esperados, utiliza-se da metodologia analítica e da técnica de análise de discurso dos autores referenciados: Maria da Glória Gohn (2003a, 2003b, 2004, 2005), Safira Bezerra Ammann (1981), e Evelina Dagnino (1994).

Inicialmente, será feita uma abordagem dos antecedentes históricos das experiências de participação e representação política no Brasil; posteriormente, têm-se uma análise detalhada do nascimento dos Conselhos no país; e, por fim, na descrição dos resultados esperados, faz-se uma análise crítica das mudanças, avanços, retrocessos e conquistas deste processo, entre idas e vindas.

### 1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DE PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

É impossível desenvolver este estudo sem fazer alusão aos movimentos e reivindicações da sociedade, afinal, pode-se dizer que essas foram as primeiras formas históricas que levaram os indivíduos à participarem e estarem presentes ou representados em manifestações, firmadas por inquietações e descontentamentos.

Gohn (2003a) elaborou o esboço de um mapeamento das lutas e movimentos brasileiros, desde o século XVIII até o século XX, a partir de estudos históricos sobre os diversos processos de participação da sociedade na realidade brasileira. Segundo Gohn (2003a), as primeiras manifestações históricas de participação e mobilização da sociedade, ainda no Brasil Colônia do século XVIII, estavam empenhadas em lutas e movimentos em prol do desejo de independência e libertação, e “tiveram, na maioria das vezes, apoio popular, desmistificando inúmeras versões históricas correntes que apresentam esses eventos como atos desprovidos da participação popular”. (GOHN, 2003a, p.153).

Já na primeira metade do século XIX, mesmo diante das condições peculiares de desenvolvimento econômico e das dificuldades de comunicação, os eventos à época foram considerados atos revolucionários cruciais para “a construção da cidadania sociopolítica do país” (GOHN, 2003a, p.22). Os movimentos e lutas sociais da segunda metade do século XIX giravam em torno das questões contextuais daquele momento: escravidão, liberdade, identidade, cidadania, questão agrária, além de movimentos de expressivo fanatismo religioso. (GOHN, 2003a).

As mudanças emblemáticas do século XX, causadas pelo processo de industrialização e urbanização crescente das grandes cidades, fizeram emergir novas lutas e reivindicações por melhorias salariais, condições de vida, meios de consumo coletivo,

moradia, educação formal, reforma política, preservação do patrimônio histórico, questões ambientais, de raça, etnia, cor, gênero (mulheres, homossexuais), idade (criança, menores, idosos, aposentados) etc. (Ídem). Esse novo contexto imprime um caráter urbano, até então inexistente, às lutas no Brasil, causado pela “problematização que advém das novas funções que passam a se concentrar nas cidades”. (ÍDEM, p.59).

Durante todo o século XX, Gohn (2003a) identifica seis fases distintas dos movimentos sociais: a primeira fase, durante a Primeira República, caracteriza-se pelo acirramento das lutas sociais urbanas. É neste início do século XX que surge a ideia de *Participação Comunitária*, no âmbito da assistência sanitária a indivíduos e grupos, com vistas à responder ao problema relacional que associava a doença à condição de pobreza. (CARVALHO, 1995, apud GOHN, 2003b).

Após a Revolução de 1930, a segunda fase representa uma nova etapa de vitória do projeto liberal industrializante e as questões urbanas passam a ser, paulatinamente, tratadas como caso de política. Nesse período ocorrem várias conquistas das classes subordinadas, com a criação de novas legislações e a garantia de alguns direitos trabalhistas às classes populares. (GOHN, 2003a). De acordo com Gohn (2003a, p.82), as conquistas deste período “embora tenham sido promulgadas com dádivas governamentais, foram conquistas das classes subordinadas em geral”.

A terceira fase, denominada como populista ou nacional-desenvolvimentista, instaurou um processo de redemocratização no país, pós 1945, com o retorno das disputas político partidárias, a multiplicação dos sindicatos e a expansão dos Movimentos Sociais da sociedade civil por todo o país (GOHN, 2003a). Na década de 1950 surge a ideia de Desenvolvimento de Comunidade, compreendido por Ammann (1981, p.147), como o “processo através do qual cada povo participa do planejamento e da realização de programas que se destinam a elevar o padrão de suas vidas”, centrada na figura de dois componentes essenciais: a participação popular e a articulação entre a sociedade civil e o poder público. Entretanto, há uma característica da participação inserida nos programas de Desenvolvimento Comunitário: o distanciamento dos interesses da sociedade, frente aos interesses do Estado.

As imposições do Regime Militar de 1964 culminaram na quarta fase caracterizada pela grande repressão e autoritarismo do Estado na sociedade brasileira. Neste período, um fenômeno de detaque no Brasil e no mundo foi o Movimento Estudantil e a construção de seu perfil com traços marcadamente próprios. (GOHN, 2003a).

De 1972 a 1984, a quinta fase de luta pela redemocratização ainda resistia e enfrentava o regime militar, já em fase final de fragilidade, devido à crise econômica em curso. Este momento é considerado por Gohn (2003a, p.113-114) como “um dos mais ricos períodos da história do país no que diz respeito à lutas, movimentos e, sobretudo, projetos de mudança social para o país”. As lutas e movimentos desta época incorporavam um novo paradigma da ação social com destaque para as questões culturais, democráticas e morais. (GOHN, 2003a).

Somente na década de 80, os indivíduos passam a participar de alguma forma na elaboração das estratégias e nas tomadas de decisões. (GOHN, 2003b). Estas ações estavam atreladas ao surgimento de um novo tipo de participação que tinha como figura central as classes populares excluídas na luta pelo reconhecimento e acesso aos direitos



sociais, econômicos e políticos. Conhecida como *Participação Popular*, tais ações reuniam “esforços organizados para aumentar o controle sobre os recursos e as instituições que controlavam a vida em sociedade”. (GOHN, 2003b, p. 50). Surgia nesta época a ideia de planejamento participativo relacionando à incorporação da participação popular à um planejamento administrativo distinto da forma predominante nos anos 70, antes imposto de cima para baixo e de fora para dentro.

Com o intuito de ouvir novas vozes, diferentes das que estavam no poder, surge aos poucos a ideia de ocupação de espaços físicos, com vistas à democratização da sociedade. As lutas à época buscavam aliar-se às administrações locais, através de uma aproximação ao executivo e ao legislativo, com vistas à criação de leis mais democráticas e à construção de canais de participação institucionalizados. (GOHN, 2003b, p.55).

Percebe-se que as formas de participação até meados da década de 70, pautavam-se em simples pressões e reivindicações por demandas e a partir dos anos 80 começou-se a pensar em formas qualificadas de participação, principalmente através da criação de canais ligados à coisa pública: daí surge as raízes para a gênese dos Conselhos. (GOHN, 2003b).

De 1985 a 1989 ocorre a sexta fase do século XX, considerada por Gohn (2003a) como a mais curta, porém a mais intensa. Na conjuntura política houve a volta do jogo democrático ocasionado pelas eleições diretas. O quadro de acirramento da crise econômica, alta da inflação, ampliação dos problemas sociais, conseqüente onda de desemprego, reprodução e divulgação dos meios de comunicação de massa, impulsionou as agitações de massa, greves, linchamentos populares e o desespero social. (GOHN, 2003a).

Ao final dos anos 80, a ascensão ao poder daqueles que eram contrários às elites tradicionais brasileiras, em diversas cidades do país, possibilitou um aprofundamento da democracia, devido à requalificação da participação, a partir de novas dimensões e paradigmas fundados no princípio da cidadania e na construção de novos espaços de relacionamento entre o público e o privado, para a participação da sociedade. (GOHN, 2003b).

As formas anteriores de *participação comunitária* e *participação popular* assumiram novas roupagens denominadas, respectivamente, de *participação cidadã* e *participação social*, dando origem ao que Gohn denomina como o “público não estatal” (ÍDEM, p. 56).

A sétima fase do Século XX, de 1990 a 1997, traz novas redefinições para o cenário das lutas sociais brasileiras e caracteriza-se pela emergência de novos atores e desmobilização dos movimentos populares urbanos, crescimento e expansão por todo o país do movimento popular rural, participação das ONG's no desenvolvimento de redes e estruturas nacionais de movimentos sociais e de trabalhos comunitários-solidários e surgimento de movimentos internacionais. (GOHN, 2004).

A *participação cidadã* emerge na década de 90, como uma nova forma institucional de aproximação entre a sociedade civil e as políticas públicas estatais, com vistas à promover a universalização dos direitos sociais. De acordo com Gohn (2003b, p.56) “a categoria central deixa de ser a comunidade ou o povo e passa a ser a sociedade”. As experiências de participação cidadã, associadas à uma ampliação do conceito de cidadania, tendem à institucionalização de novas formas de representação da sociedade.

“A *participação social* não representa um sujeito social específico, mas se constrói como um modelo de relação geral/ideal, na relação sociedade/Estado” (GOHN, 2003b, p.58). Nessa nova forma de participação redefinem-se vários conceitos, como o de mobilização e militância, não mais voltados apenas para fins de manifestações e protestos, mas, sim, para a canalização de objetivos comuns.

Dagnino (1994) identifica várias práticas políticas concretas, entre 1988 e 1992, em 26 cidades administradas por Frentes Populares, com abertura para a participação efetiva de setores populares na gestão das políticas públicas, como os Conselhos Populares e o Orçamento Participativo em Porto Alegre. Considerado como uma das primeiras experiências de participação mais bem sucedidas do Brasil (DAGNINO, 1994), o Orçamento Participativo de Porto Alegre tornou-se exemplo e referência para a sua implementação em outras cidades do país.

De acordo com Gohn (2003a, p.205), “enquanto nos anos 80 as lutas e os movimentos sociais foram organizados por entidades político-partidárias, sindicais, religiosas e outras, nos anos 90, são pluriclassistas, com apoio e participação das camadas médias da população”. As lutas e movimentos dos anos 80 tinham um forte projeto político referenciado e inspirado pelo modelo socialista, na busca por mudanças políticas e sociais de cunho estrutural. Já nos anos 90, tais movimentos passaram a adotar valores éticos, morais, contra a corrupção, contrário à qualquer forma de manifestação político-partidária. (GOHN, 2003a; GOHN, 2004).

Gohn (2003a) corrobora com as ideias de Melucci (1994, p.207) “ao afirmar que os movimentos dos anos 70 e 80 foram a última transição de movimentos como atores para movimentos enquanto forma”, demonstrando que a partir dos anos 90 as novas instituições formais são muito mais importantes do que a presença de movimentos sociais organizados. Surge, portanto, o que Gohn (2003a, p.208) denomina de “nova mentalidade sobre a coisa pública”.

A ideia de Gohn (2003b) de que a criação de canais ligados à coisa pública relaciona-se à novas formas qualificadas de participação pode ser associada ao que Dagnino (1994) já denominava como “salto de qualidade” das suas práticas, a partir do esforço dos movimentos sociais em se adequar à nova institucionalidade.

Nessas novas experiências ocorre a redefinição tanto dos meios de tomada de decisões dentro do Estado, quanto dos modos como se dá a relação Estado-sociedade e, de acordo com Dagnino (1994, p.110), não há dúvidas de que “elas expressam – e contribuem para reforçar – a existência de sujeitos cidadãos e de uma cultura de direitos que inclui o direito de ser co-partícipe da gestão da cidade”. Esta autora também não descarta as dificuldades reais e complexas, enfrentadas na prática, dos setores populares para o desempenho deste papel, como, por exemplo, “as assimetrias de informação, de uso da linguagem, de saber técnico”. (ÍDEM).

Dagnino (1994) enxerga, na criação deste espaço, a contribuição para o diálogo entre interesses comuns e particulares, diferenças e especificidades. Ela alerta para a interpretação deste instrumento como mero objetivo de cooptação e autolegitimação do Estado, e considera que esta análise não é totalmente inoportuna, mas corre o risco de simplificar a situação real de forma exagerada.

Ao final do século XX, a institucionalização das formas históricas de participação, através da criação de novos mecanismos e canais de participação e representação da sociedade civil, relacionam-se à ideia de fiscalização, deliberação e controle social das políticas públicas estatais. Essa mudança institucional nos formatos participativos e representativos brasileiros passa a ser bastante analisada por pesquisadores que, preocupados com as questões democráticas, constroem críticas à respeito de suas consequências, tanto positivas quanto negativas. Depois de clarear os antecedentes históricos sobre a participação e a representação política no Brasil, o tópico seguinte visa obter uma análise detalhada dos Conselhos, enfatizando aspectos peculiaridades de sua gênese.

### 1.1. O Nascimento dos Conselhos no Brasil

Dando continuidade ao discurso das formas históricas de participação e representação política no Brasil, torna-se relevante obter uma análise específica sobre o nascimento dos Conselhos, como novos mecanismos democráticos participativos e representativos, desde sua gênese, até a institucionalização dos Conselhos na CF-88.

De acordo com Gohn (2003b, p.65) “a forma ‘conselho’ utilizada na gestão pública, ou em coletivos organizados da sociedade civil, não é nova na História”. Esta autora ressalta a afirmação de alguns pesquisadores que vêem os conselhos como “uma invenção tão antiga quanto à própria democracia participativa”. Exemplo de formas organizadas sob esse tipo de gestão podem ser encontrados nas Câmaras Municipais e nas prefeituras do Brasil Colônia. (VIEIRA, 1992, apud, GOHN, 2003b, p.65).

Como dito anteriormente, vários autores compartilham da mesma ideia de que os Conselhos começaram a ser discutidos no Brasil durante a década de 1980, quando se pensava sobre a possibilidade de criação de canais de participação de qualidade (GOHN, 2003b; DEMO, 1988). Essa era a pauta das lutas e movimentos pela redemocratização do Estado e, inicialmente, havia um debate sobre o caráter dicotômico que teriam os Conselhos: ele seria consultivo, no sentido de consultar e ouvir a população, ou normativo/representativo, com vistas à ter poder de deliberação. (GOHN, 2003b).

Gohn (2003a; 2003b) identifica a existência de três tipos de Conselhos, na cidade de São Paulo, de 1970 à 1993: *Conselhos Comunitários* (CCs) de representação ou participação indireta, *Conselhos Populares* (CPs) de participação direta, e *Conselhos Temáticos Institucionalizados* (CTIs) de associação entre participação e representação.

Os *Conselhos Comunitários* (CCs), criados ainda durante a Ditadura Militar, foram propostos pelo próprio poder público executivo, surgindo a partir de ações articuladas entre o povo e o governo. (GOHN, 2003b). Esses formatos tinham uma função maior de consulta do que de deliberação, a partir de negociações entre o movimento popular e determinadas áreas do poder público. Na verdade, na prática tais conselhos tinham o objetivo de apaziguar, cooptar as lideranças e incorporar setores organizados com vistas ao apoio político aos que estavam no poder. Por serem proposições determinadas por decretos governamentais de alguns mandatos eletivos, os CCs tornaram-se passageiros e com pouca duração. (GOHN, 2003a).

A criação dos primeiros CCs no Brasil vai de 1969 à 1984 e dividi-se em quatro tentativas. A primeira tentativa ocorreu de 1969 a 1973, ainda durante a repressão política militar, quando a prefeitura criou alguns conselhos em resposta às reivindicações dos

representantes das Sociedades Amigos de Bairros pela criação de um “quarto poder” com autoridade para interferir na política municipal. Porém, estas primeiras experiências consistiam em mecanismos articulados ao gabinete do prefeito ou à coordenadores de administrações regionais, sem qualquer forma de intervenção e/ou poder de decisão, com a simples função de “fiscalização” das suas atividades. (GOHN, 2003b).

A segunda tentativa veio em 1979 com a primeira criação de um Conselho Comunitário por Decreto (Nº 16.100), durante o mandato de Reynaldo de Barros, prefeito de São Paulo à época, composto pelas seguintes “forças comunitárias”: “duas associações de classe, dois clubes de serviços, duas entidades sociais, seis movimentos sociais religiosos e três Sociedades Amigos de Bairros” (GONH, 2003b, p.72). Mesmo com todas as críticas relacionadas à criação por decreto, à existência de um único conselho para toda a cidade, à falta de explicação do seu papel, à escolha de critérios de representatividade sem justificativa, entre outros, o conselho foi acolhido em decorrência da vontade de participação em meio ao momento político.

Em 1980, a terceira tentativa pautava-se na criação de onze Conselhos elencados de forma burocrática e despolitizada. Esse modelo de conselho continuava a administrar suas ações de acordo com as vontades dos gabinetes, atendendo aos interesses econômicos organizados em detrimento do atendimento aos pedidos e conteúdos políticos das reivindicações. (GONH, 2003b, p.73).

Uma nova tentativa ocorreu em 1984, quando a prefeitura de São Paulo elaborou um programa intitulado “Trabalho com Forças Sociais”, sob a perspectiva da política participacionista do governo Montoro, criando Conselhos de Bem-Estar Social, ligados à Secretaria da Família e Bem-Estar Social (FABES).

Até esse momento os CCs tinham atribuições exclusivamente voltadas para consultar e opinar no âmbito dos serviços públicos, mantendo-se longe na função de deliberar (GOHN, 2003b). As primeiras experiências de Conselhos no Brasil, intitulados como Conselhos Comunitários, eram, portanto, estruturados de cima para baixo, a partir de determinações prontas e engessadas pelo executivo, sem atender às demandas da comunidade. Eles funcionavam como meros instrumentos de controle e cooptação da sociedade pelo Estado.

Um outro tipo de Conselho, os *Conselhos Populares* (CPs), surgiram nos anos 70 e 80, construídos por movimentos populares ou setores da sociedade civil organizada, nas suas infinitas tentativas de negociação com o poder público. Fundamentados nos princípios da autonomia e da autogestão dos movimentos sociais, tinham a democracia e a participação popular como elementos centrais. (GOHN, 2003a, 2003b).

Os CPs surgiram a partir de propostas advindas da esquerda ou de setores opostos ao regime militar, e sua função principal era promover o desenvolvimento dos organismos do movimento popular como um poder paralelo, junto ao executivo, com vistas à adquirir um lugar nas decisões e na execução de ações ligadas às questões de governo. (GOHN, 2003b, p.75).

Cumprir destacar alguns exemplos significativos de conselhos, no cenário brasileiro, onde a participação popular era uma das diretrizes básicas e, portanto, tornaram-se referências históricas: os Conselhos Populares de Campinas, no início dos anos 1980; o Conselho de Saúde da Zona Leste de São Paulo, em 1976; o Conselho de Pais em Lages,

Santa Catarina; o Conselho de Desenvolvimento Municipal em Boa Esperança, Espírito Santo; e o Conselho da gestão 1976-1982, de Piracicaba, São Paulo. (GOHN, 2003b).

Após as eleições municipais de 1988 e a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) em várias cidades brasileiras, a temática dos conselhos foi reinserida na pauta das discussões, possibilitando que antigas propostas dos movimentos populares, relacionadas à participação na gestão da cidade, viessem a se efetivar. (GOHN, 2003b).

Porém, a criação dos conselhos neste período não foi tão simples, devido à existência na época de diversas propostas e questões polêmicas, como: Qual seria a definição do papel dos CPs? Qual seu caráter? Quais seus objetivos, competências e atribuições? Quais suas formas de organização? Qual seria o lugar dos CPs na relação povo-governo? Quem iria criar os CPs? Quem participaria dos CPs e qual seria a sua composição interna? Qual era o seu poder efetivo? (GOHN, 2003b).

Na resposta para vários questionamentos sobre os CPs haviam, em alguns casos, consensos e, em outros casos, dissensos. Sobre o seu papel, uns os defendiam como “instrumentos para viabilizar propostas e projetos mais abrangentes que apontassem para uma nova sociedade”, enquanto outros os descreviam como “formas de transformar a administração pública, a partir de uma nova filosofia administrativa moderna, adaptada aos tempos em que o conflito social tem que encontrar arenas próprias de luta”. (GOHN, 2003b, p.78). Enquanto uma parcela da sociedade via nos CPs uma chance de transformação e renovação à nível estrutural, para além dos muros da administração pública, uma outra parte acreditava nos CPs como meio para a transformação e modernização das relações públicas internas.

Existia um consenso ao tratar do lugar dos CPs na relação povo-governo: “eles devem ser autônomos e independentes, não devem fazer parte do complexo institucional da prefeitura; devem ter peso e voz como elemento político externo à administração municipal”. (GOHN, 2003b, p. 78). Com relação à criação dos CPs, muitas opiniões contrárias defendiam segmentos diversos para esta tarefa: o partido, a prefeitura, a sociedade civil, etc. (GOHN, 2003b). Também não havia consenso à respeito da composição interna dos CPs, gerando um grande dilema ao definir “se os CPs deveriam ser constituídos por participantes de organizações (formais ou informais) e de movimentos sociais organizados, ou por representantes diretos da população de um bairro, região ou cidade como um todo”. (ÍDEM, p.80).

Em 1989 foi proposto o Conselho de Representantes (CRs), criado, no ano seguinte, pela Lei Orgânica do Município de São Paulo. Os CRs consistiam em espaços públicos não-estatais, localizados nas subprefeituras, com vistas à promover a descentralização político-administrativa. Aos CRs competia participar na elaboração do planejamento municipal e do Plano Diretor da cidade, fiscalizar a execução orçamentária da administração pública municipal e encaminhar demandas de interesse da população local à Câmara Municipal. Porém, desde que foram criados até o final de 2000, os CRs não funcionaram, pois permaneceram no papel, aguardando regulamentação e iniciática da Câmara Municipal. (GOHN, 2003b).

A Cf-88 criou os *Conselhos Temáticos Institucionalizados (CTIs)*, após pressões e demandas da sociedade civil. Inscrito em texto constitucional, tais conselhos dependem de legislação própria para sua regulamentação e implementação (GOHN, 2003a, 2003b). De

acordo com Gohn (2003a), no que diz respeito à este Conselho, existe uma diferença entre os objetivos previstos em lei e a prática cotidiana. Em tese eles existem e independem da vontade dos governantes, mas, na realidade sua existência e funcionamento está intrínseco ao jogo político de sua localidade. (GOHN, 2003a).

Gohn (2003a) determina a existência de três tipos de Conselhos Institucionalizados: de categorias sociais, de área de gestão, e os tarifários. Os Conselhos organizados por categorias sociais, englobam parcelas da sociedade consideradas excluídas socialmente, como os conselhos de idosos, das mulheres, das crianças e adolescentes, de índios, etc. Os conselhos de área de gestão, estão ligados à setores tradicionais da administração pública: conselho de saúde, de educação, de transporte, de habitação, etc. Os conselhos tarifários, têm por objetivo estabelecer tarifas para democratizar a gestão pública: são as Câmaras Técnicas Setoriais. (GOHN, 2003a).

Por serem mais complexos os CTIs precisam de normatizações, possuem um processo lento e de difícil implementação e não dependem somente da capacidade de mobilização da população, como os Conselhos Comunitários. Por se caracterizarem como espaços de exercício da cidadania da população e de democratização da coisa pública, consistem em “negociações, políticas, acordos, lutas e tensões que poderão garantir suas existências” e esbarram nas dificuldades de inexistência de uma cultura política democrática e existência do patrimonialismo e autoritarismo no jogo político brasileiro. (GOHN, 2003a, p.213).

Percebe-se que até mesmo as primeiras experiências de Conselhos no Brasil, não estavam enraizados na articulação dos princípios de participação e representação simultânea. Esta junção só ocorrerá nos novos formatos de redes associativas de 1990 (GOHN, 2003b) e nos conselhos institucionais criados pela CF-88.

A partir da CF-88 ocorre um avanço legal e institucional que caminha rumo à consolidação, regulamentação e expansão dos Conselhos, como uma forma histórica de participação e representação política já existentes no Brasil, aliados ao momento de redemocratização da sociedade brasileira e de surgimento de novos atores sociais na cena política.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para fundamentar esta discussão teórica e crítica à respeito das formas históricas de participação e representação política, no Brasil, Maria da Glória Gohn é uma excelente referência, pois ela se preocupa em “registrar e localizar, no tempo e no espaço, as principais lutas e movimentos sociais [...] devido a sua importância para o desenvolvimento da cidadania no Brasil”. (GOHN, 2003a, p. 16).

No seu livro “História dos Movimentos e Lutas Sociais – a construção da cidadania dos brasileiros” (2003a), Gohn define seis fases desde o século XVIII até o final do século XX. Na obra “Teoria dos Movimento Sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos” (2004) a autora elaborou um mapeamento dos movimentos sociais no Brasil de 1972 a 1997, dividindo-o em três ciclos. E, em “O Protagonismo da Sociedade Civil – movimentos sociais, ONG’s e redes solidárias” (2005) ela descreve o panorama dos Movimentos Sociais neste novo milênio a partir de treze eixos temáticos.

Outras duas autoras também fornecem contribuições à este estudo: Evelina Dagnino e Safira Bezerra Ammann. Ao analisar os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania, Dagnino (1994) contribui ao identificar várias práticas políticas concretas, nas décadas de 1980 e 1990, com abertura para a participação efetiva de setores populares na gestão das políticas públicas, como os Conselhos Populares e o Orçamento Participativo em Porto Alegre. Por outro lado, Ammann desenvolve diversas considerações críticas em sua análise da participação popular nas décadas anteriores a 1980.

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

A partir da análise teórica e crítica às principais referências, percebe-se que a participação política no Brasil é um tema que perpassa o país desde as lutas do período colonial contra a metrópole, posteriormente contra o sistema escravocrata, seguindo com características anarquistas dos sindicatos no início do século XX, e com as lutas pela redemocratização ao final deste mesmo século e início do século XXI. (GOHN, 2003a; 2003b).

É certo que “as reivindicações de cada luta ou movimentos correspondem às questões sociais da época” (GOHN, 2003a, p.156) e os seus desejos, assumidos de acordo com o pano de fundo, eram e continuam sendo a mola propulsora para as transformações. De acordo com Gohn (2003a, p.156), tais reivindicações e desejos sempre “correspondiam à forma como aquelas camadas vislumbravam as soluções aos problemas. Ou seja, eles partiam da realidade tida como a ideal, para aqueles segmentos, naquele momento histórico”.

Se olharmos para as formas históricas brasileiras de participação política, identificadas por Gohn (2003a; 2003b) – participação comunitária, participação popular, participação cidadã e participação social –, veremos que algumas características sempre foram constantes como, por exemplo, o distanciamento dos interesses do Estado em relação aos interesses da sociedade, gerando processos decisórios restritos e centralizados nas mãos dos gestores e técnicos.

Ao analisar o retrato da participação popular nas décadas anteriores a 1980, Ammann (1981) compreende que a participação popular era limitada aos modelos impostos pelo Estado, que não contemplavam de fato a participação das classes trabalhadoras nas decisões e estavam centradas à quem tinha o poder econômico e político.

Com o tempo novas ideias à favor da sociedade foram incorporadas, paulatinamente, através da aquisição de benefícios em razão da força popular. Na linha do tempo das formas históricas de participação e representação no Brasil, percebe-se uma evolução no seu formato, aliando características intrínsecas às experiências anteriores juntamente com novas adaptações atreladas à ideia de cidadania, estruturação e institucionalização da democratização. (GOHN, 2003b).

Ao final do século XX, a institucionalização das formas históricas de participação, através da criação de novos mecanismos e canais de participação e representação da sociedade civil, relacionam-se à ideia de fiscalização, deliberação e controle social das políticas públicas estatais. Essa mudança institucional nos formatos participativos e representativos brasileiros passa a ser bastante analisada por estudiosos e pesquisadores que, preocupados com as questões democráticas, constroem críticas à respeito de suas consequências, tanto positivas quanto negativas.

Vale ressaltar que os espaços democráticos, em formato de Conselho, institucionalizados pela CF-88, já existiam no Brasil através de experiências pontuais, em algumas cidades, porém sem um cunho legal. A constituição até traz algo de novo para o redesenho dos Conselhos, porém, até hoje persistem muitas características intrínsecas à este mecanismo, presentes nas suas primeiras configurações.

A institucionalidade é tida, por muitos autores, como um salto de qualidade para o processo de participação e representação política, quando, na verdade, ela resulta na legitimação e regulação de algo que já vinha ocorrendo à algum tempo: o controle da sociedade pelo Estado e o reforço à “existência” de uma cultura democrática e participativa.

Ammann (1981) resalta que, ao longo da história, a participação política por muitas vezes encontrou-se camuflada num discurso que afirma que esta participação é direcionada à todas as classes sociais, no entanto, ela encontra-se em uma esfera de discriminação tal, que as chances do poder de decisão das classes subalternas, por vezes, tem sido praticamente nulo, uma vez que este poder encontra-se quase que exclusivamente, nas mãos dos detentores da propriedade e do capital.

Percebe-se que, o que antes servia apenas aos objetivos de desenvolvimento do Estado, hoje, em pleno século XXI, serve ao objetivo de controle social da ordem do Estado. Sendo assim, as práticas existentes de participação sempre estiveram a serviço de manutenção da ordem vigente, e não dos interesses de melhoria e bem-estar da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise obtida percebe-se que a trajetória das formas históricas de participação e representação política, no Brasil, não ocorreu de forma linear, mas sim de forma inconstante, repleta de reviravoltas, entre idas e vindas. É visível a ocorrência de uma mudança crucial na transição da participação por meio de movimentos populares para a participação por meio de canais institucionalizados. Esse processo de institucionalização gera um mecanismo de conflitos e tensões, presente até a atualidade, entre a sociedade e o Estado.

## REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. Considerações Críticas sobre o Conceito de Participação. *In: Serviço Social e Sociedade*, nº5, ano 2. São Paulo: Cortez, 1981. p. 147-156.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. *In: DAGNINO, Evelina (Org.). Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 103-115.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2003b. – (Coleção questões da nossa época; v.84).

\_\_\_\_\_. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONG's e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005. – (Coleção questões da nossa época; v.123).



## **GT: 26 - Interesse público e atividade econômica no direito à cidade**

Coordenadores: Edson Alvisi Neves e  
Antón Lóis Fernández Álvarez

## CICLOATIVISMO E POLITICAS PÚBLICAS NA CIDADE DE NITEROI/ RJ

**FERNANDO BARCELLOS**

Doutorando PPGSD – UFF

*fernando.barcellos@globo.com*

**WILSON MADEIRA FILHO**

Professor PPGSD – UFF / Diretor da Faculdade de Direito da UFF

*wilsonmadeirafilho@hotmail.com*

### Introdução

Em diferentes momentos históricos e contextos nacionais, o uso da bicicleta como meio de transporte, esporte e lazer tem sido terreno fértil para o levantamento de questões referentes ao planejamento urbano, direito cidade e os conflitos socioambientais. O assunto ganhou amplo espaço na mídia, patrocínio de bancos e agências de fomento mundial. O papel das universidades na capacitação em transportes não motorizados já foi objeto de análise do Ministério das Cidades, do BID e da ONU.

Apesar do uso da bicicleta ser estudado e defendido por diversos setores, e nos últimos anos tenham surgido, no Brasil, centenas de grupos Cicloativistas, percebe-se que são poucas as pesquisas sobre suas visões e valores sobre natureza, mobilidade urbana, clima, direito a cidade e políticas públicas.

Pesquisa indica que os Cicloativistas tiveram participação importante na formação organizações, debates, eventos e ações, rompendo paradigmas e influenciando políticas públicas e decisões da sociedade na cidade de Niteroi. Nos últimos anos, surgiram diversos grupos na cidade, com destaque para Pedal Sonoro, Massa Crítica, Niteroi de Bicicleta, Mobilidade Niteroi, Bike Anjo e Niteroi para pessoas. Outra associacao que tem papel importante é a Federacao de Ciclismo do Estado do Rio de Janeiro, que tem sede na cidade de Niteroi (FECIERJ).

O trabalho aborda as formas de ação do Cicloativismo em Niteroi. Busca-se resgatar suas visões e diretrizes, sua capacidade de representar uma diversidade de interesses, identidades e bandeiras de luta. Serão enfatizadas as formas de organização desses movimentos, legalizadas ou não, destacando suas relações com órgãos de planejamento urbano e as ações que ganharam força junto poder público.

O cicloativismo nos parece um caso que pode contribuir para o mapeamento, que vem sendo feito nos últimos anos, com o objetivo de identificar as origens, as trajetórias e os diferentes discursos que caracterizam os campos temáticos e de formulação de políticas em torno das questões ambientais, sociais e urbanas (Acsehrad, 2004. Madeira Filho, 2006).

### 2. Niterói e o cicloativismo no Brasil – formas de organização

Como já foi dito, existem poucas pesquisas sobre o cicloativismo no Brasil, o que dificulta estudar sua interação com o Estado. Há diversas lacunas a serem estudadas. Não há relatos precisos sobre a gênese e o uso da palavra Cicloativistas. Na língua inglesa, é conhecido como *Bicycle Advocacy* (Xavier, 2011). De modo geral, implica na atividade de

militância política defendendo melhores condições para o uso da bicicleta nas cidades.

Em pesquisas e no relato dos próprios Cicloativistas, são considerados uma ampla gama de agentes como ativistas e integrantes de movimentos sociais da bicicleta: grupos e associações, coletivos em redes, agentes e técnicos de diferentes órgãos de governo; associações de Empresários; jornalistas; técnico profissional ou acadêmico; produtor e comerciante de bicicleta e de acessórios; sociedade civil; Ongs nacionais e internacionais (Xavier, 2007 e 2011; Barcellos, 2015).

Nos últimos anos, esses movimentos cresceram. Muitos se autodenominam organizações horizontais, sem lideranças. Usam a internet para se mobilizar. Fazem bicicletadas, pintam seus corpos e fecham ruas. Alguns de seus dirigentes formaram outros grupos de Cicloativistas, criaram associações, afirmando terem tido dificuldades de trabalhar com estrutura extremamente horizontal. Percebe-se que no decorrer do tempo, foram observadas diversas formas de organização entre Cicloativistas.

Pesquisa indica que os Cicloativistas podem ser vistos como movimentos que constroem traduções entre o discurso da sociedade civil e os processos institucionais específicos de tipo mais particularistas (Alexander, 1988). No caso dos Cicloativistas é seminal a relação entre luta cultural e estruturas da sociedade, com continuidades e rupturas nas formas de organização e ação, com dinâmicas de associação heterogêneas e globais. A questão se complexifica porque é necessário para a pesquisa olhar os Cicloativistas como redes de movimentos sociais, que transcendem organizações empiricamente delimitadas e conectam, de forma simbólica, solidaria e estratégica, sujeitos individuais e coletivos. Scherer-Warren (2007) destaca que no mundo da globalização há uma tendência das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais em pensar suas articulações e intercâmbios mútuos enquanto redes.

Nos anos 1970 e 80, com modernização e reformas do espaço urbano, vários foram os “papeis” assumidos pelos cicloativistas no Brasil. Foi nos anos 1970 que começou a crescer a participação de ciclistas nos órgãos de planejamento urbano, em especial na Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT). Essa pratica mesmo incipiente e desorganizada, começou com atuação de alguns técnicos-ciclistas que trabalhavam nos órgãos, e que tiveram experiências de pós-graduação na Europa. Nesse período, tiveram contato com a primeira reunião sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, em 1972, retornando com a sensação “de que deveriam fazer coisas semelhantes no Brasil”<sup>1</sup>. Já em 1976, houve a publicação do primeiro manual de planejamento cicloviário no Brasil. As publicações já davam o tom do debate que iria marcar o cicloativismo brasileiro, em quase sua unanimidade: critica a hegemonia dos carros e dos recursos públicos para esse modelo de transporte, colocando a bicicleta como uma alternativa viável ao modelo.

No fim dos anos 1980, intensificando-se a organização e mobilização popular, surgem os “militantes sob duas rodas”, afirmando que pouca coisa havia sido feita pela melhor qualidade das vias urbanas. Surgem diversos grupos que defendem bicicleta como meio de lazer e esporte. No início de século, despontam também outros papeis atribuídos aos Cicloativistas, como a “Paz no Trânsito”, feminismo, ecologistas entre outros. No

1 Entrevista de Aziz Ary para Xavier (2011).

contexto dos Fóruns Sociais Mundiais, da globalização, da ênfase a tecnologia, da privatização dos espaços, há sinais de Cicloativistas entre “lutas sociais e alternativas democráticas”.

Foi possível perceber coexistência de diversos papéis vividos ou esperados dos Cicloativistas. Mesmo sabendo que não poderemos abranger todo o universo do cicloativismo no Brasil, que nos últimos anos cresceu e se espalhou pelo país, apresentam-se alguns agentes e instituições/entidades que têm representatividade no cenário da bicicleta em nível nacional e que se destacam.

No Rio de Janeiro, em 1984, houve a primeira Bicicletada, pedalada que vinha pela Orla do Flamengo e ia até o Leblon, com Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis na organização. O grupo que se destacou no cicloativismo no Brasil, já nos anos 1980, foi o Night Biker's Club do Brasil, de São Paulo, liderado por Renata Falzoni. Renata é até hoje aparece como importante expoente do Cicloativismo brasileiro. Em 1998, ela organizou uma pedalada de Paraty a Brasília, que foi chamada de “Campanha Bicicleta Brasil, Pedalar é um Direito” -a intenção era reivindicar o cumprimento do novo Código de Transito Brasileiro. Renata e vários Cicloativistas foram recebidos pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Outro grupo importante foi a Associação dos Ciclousoários da Grande Florianópolis -Viaciclo, que surgiu em 2001. O 1º Encontro Nacional de Cicloativistas, foi uma iniciativa da Viaciclo -em parceria com o grupo CicloBrasil, programa de Extensão Universitária do Centro de Ciências da Saúde e do Esporte - CEFID da Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC (criado em 1997 como projeto Pedala Floripa), no âmbito do programa internacional Low Cost Mobility Initiatives, coordenado pela ONG holandesa *Interface*. Xavier (2011) destaca que o apoio dos holandeses à incipiente organização do cicloativismo nacional foi fundamental; durante as missões holandesas dos programas ao Brasil, e com o incentivo destes, se realizaram os Encontros Nacionais de Cicloativistas de 2005 a 2008. Depois do encontro em Florianópolis em 2005 e o de São Paulo, em 2006, vieram o IV Encontro, no Rio de Janeiro, em novembro de 2007, com a criação da União de Ciclistas do Brasil (UCB).

A história da União de Ciclistas do Brasil começa em janeiro 2005, quando o cicloativismo teria um espaço no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, um stand da Viaciclo - Associação dos Ciclousoários da Grande Florianópolis.

Outra iniciativa em nível nacional da rede de atores/agentes da promoção ao uso da bicicleta é a Bicicletada. A Bicicletada ([www.bicicletada.org](http://www.bicicletada.org)) é a versão nacional do movimento conhecido mundialmente como Massa Crítica (Critical Mass <http://critical-mass.info/>), que nasceu em 1992 na cidade norteamericana de São Francisco e hoje está presente em muitas cidades brasileiras. O movimento se declara sem líderes ou organização formal, e reúne ciclistas uma vez por mês para fazer uso dos seus direitos: pedalar em grupo pela cidade com o objetivo de (re)ocupação das ruas, conscientização e promoção ao uso da bicicleta como transporte.

Outros importantes segmentos do movimento são os grupos organizados de cicloturismo e as federações de ciclismo de competição. Em vários lugares do Brasil, esses são os que participam politicamente para que o ciclista seja respeitado na via. O Cicloturismo interage com o cicloativismo como atividade educadora e participativa na condição

direta de preservação do meio ambiente. O cicloturismo tem representatividade nacional por meio do Clube de Cicloturismo do Brasil.

Já o ciclismo de competição é a forma de utilização da bicicleta que mais aparece na mídia. A entidade nacional que congrega as entidades estaduais de ciclismo de competição é a Confederação Brasileira de Ciclismo. Em diversos estados tem importante atuação na luta pela inserção da bicicleta como meio de transporte e lazer. Algumas Federações são bem atuantes, estando o Rio de Janeiro na organização de eventos mundiais como “Um dia sem carro”, que reuni na cidade 20.000 pessoas, no ano de 2012 (Santos e Malta, 2012). É importante destacar que este número é significativo, pois o *record* mundial de ciclistas em eventos foi de 30.000 participantes, na comemoração do Dia da Terra, na cidade de Budapeste, Hungria.

Foi na cidade de Niterói, nos anos de 2002 e 2003, que o evento “Um dia sem carro” ganhou expressão no Estado do Rio de Janeiro, colocando milhares de ciclistas na rua. A mobilização em diversos municípios brasileiros parece que deu certo, pois grande numero de delegados incluiu o pedido de ciclovias e ciclofaixas nas reivindicações da 1º Conferencia das Cidades, em 2003. Segundo documento do Ministério das Cidades, o evento organizado pelos cicloativistas denominado “Um dia sem carro” foi o fator gerador da criação do Programa Mobilidade por Bicicleta (Ministério das Cidades, 2007a, p13).

Desde seu nascedouro, o cicloativismo dialogou com as estruturas do estado, criando redes de influencia dentro de seus órgãos. Esta é uma forma de organização bastante presente, com tensões e constrangimentos inerentes as alianças, coalizões e dinâmicas entre sociedade civil e Estado. Com apoio do poder publico e de universidades federais, o Brasil organizou as três primeiras versões do Fórum Mundial da Bicicleta. A quarta edição ocorreu em Medelín, na Colômbia, em 2015. A quinta edicao no Chile, em 2016. Na organização do Fórum estavam movimentos sociais, universidade e Ongs, revelando que o cicloativismo no Brasil é multifacetado, reunindo pessoas e grupos de diferentes estratos e interesses.

Centenas de grupos surgiram pelo Brasil nos últimos anos. Grande parte destes grupos se formaram em redes, com organização pela internet, sem legalização, sede e estatuto. Muitos fazem votações pela internet sobre as atividades.

Brevemente, é possível dizer que o cicloativismo da cidade de Niterói surgiu neste quadro mais geral, no Brasil. Neste período, os cicloativistas destacaram que embora o planejamento cicloviario viesse crescendo sob os olhares dos planejadores urbanos e de transporte, as ações do poder público sempre estiveram aquém de suas possibilidades. Neste momento, começa surgir um fundamento que norteia o cicloativismo até os dias de hoje: é fundamental e insubstituível a participação da sociedade civil organizada, interferindo efetivamente na construção dos rumos da sociedade.

### **A acao dos cicloativistas em Niteroi e suas bandeiras de luta**

O tema do interesse publico e o direito a cidade, proposto pelo GT do Congresso, propõe mediar os debates envolvendo a gestação, decisão, implementação e consolidação das políticas públicas voltadas para a ocupação do solo urbano, a mobilidade urbana e a organização da produção econômica no meio urbano.

De modo mais geral, a pesquisa indica a atuação dos cicloativistas em dois campos de conflito, que hora se aproximam hora se afastam. No campo mais geral, os conflitos que envolvem cicloativismo, ecologismo, feminismo, anti-racismo entre outros, a causa dos conflitos não está ligada a algum ganho mais imediato, ou a mitigação de algum impacto mais particular. Por outro lado e, ao mesmo tempo, muitos dos conflitos que os cicloativistas se envolvem são problemas, ou causas mais específicas, como atropelamentos ou luta por estrutura para mobilidade por bicicleta.

O agente de mediação de interesses considerado de maior peso sobre os problemas enfrentados pelos cicloativistas é poder público, em especial, a Prefeitura de Niterói. Grosso modo, há uma crítica dos cicloativistas acerca das iniciativas municipais para a conservação e alteração do espaço físico da cidade, com vistas a integração sócio-ambiental que prestigie o uso da bicicleta e evite a gentrificação da cidade. Outro foco de ação recai sobre o transporte motorizado e a violência no trânsito.

Para percorrer este caminho, é possível dizer que estudos produzidos pela sociologia ambiental têm dificuldade de caracterizar, as especificidades, dos conflitos ambientais como objeto científico. Acselrad (2004) destaca que nesses modelos teóricos, os conflitos aparecem restritos a fronteiras definidas em grande parte por especificidades espaciais. Para o autor, estes estudos ignoram que eles são pertinentes às fronteiras sociais mais disseminadas da vigência do mercado e das relações capitalistas; ignoram o meio ambiente como um terreno contestado simbolicamente.

Nos últimos anos, esse quadro mudou. Trabalhos surgiram analisando os conflitos ambientais como espaço de apropriação material e simbólico, do campo de forças, de onde se configura o conflito. Madeira Filho (2006) destaca que não há mais espaço para a conceitualização de um meio ambiente delimitado, construído aprioristicamente, mas um meio ambiente construído a partir do debate e das necessidades dos grupos envolvidos.

Os autores enxergam nas cidades um *locus* de cidadania, que constituem ordens de referência para a legitimação de acordos, ações coletivas e mecanismos de regulação dos conflitos. Reconhece-se um *habitus* jurídico evocado para regular conflitos e acordos que envolvam noção natureza e meio ambiente. Madeira Filho destaca que o direito ao meio ambiente saudável aparece inserido num novo pólo de proteção jurídica, chamado de “direitos de terceira geração”, na medida em que não se destinam especificamente à proteção de interesses de um grupo ou de um determinado Estado.

A temática do meio ambiente ganhou corpo dentro do repertório de ações dos cicloativistas de Niterói. A preocupação relacionada aos impactos do transporte no meio ambiente passou a ser mais diretamente discutida, integrando pautas. Novas bandeiras e conceitos foram alinhados à valorização dos deslocamentos realizados por ciclistas e pedestres. Saúde, meio ambiente, poluição nas cidades, engarrafamentos, qualidade de vida são elencados para justificar o uso da bicicleta como meio de transporte e lazer. Cicloativistas afirmam em foto montagem e vídeos que sem a maciça e poluidora presença dos automóveis, mais árvores poderão crescer, contribuindo para a formação de ambientes propícios para fazer com que as pessoas saiam de casa e visitem áreas de convivência ao ar livre.

A questão temática se relaciona com outras pautas. Foi possível perceber com a pesquisa que os cicloativistas denunciam que o nível de governo local é vulnerável às

pressões de agentes econômicos do setor de transporte, habitação e construção civil, quando da alocação de recursos e políticas ligadas ao uso do solo, meio ambiente. A ação dos cicloativistas nos parece apropriado para entender como as remissões ao meio ambiente afirmam ou contestam a distribuição do poder, sobre o território e seus recursos, naturais ou de investimento público e privado.

Outra questão mais ampla, levantada pelos Cicloativistas, refere-se problemas com disputas internas existentes dentro da esfera do poder público, em especial aos conflitos de interesse no que tange aos objetivos e ações das políticas ambientais urbanas, de uso do solo, de transporte, lazer. Como grande parte das questões que os Cicloativistas se apegam esta relacionada política ambiental, sistema de transporte e regulação de uso do solo, sua ação requer atuação com órgãos públicos não integrados, dotados de lógicas distintas e pontuais, denunciam os Cicloativistas.

Os Cicloativistas se veem envoltos em contradições entre objetivos e diretrizes dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Os conflitos na esfera do poder judiciário são menos frequentes na agenda dos Cicloativistas. Foram registradas ações pontuais, não se constituindo ainda com frequência no seu modo de ação. Já o poder Executivo sempre fez parte das esferas de conflito em que atuaram os Cicloativistas, em especial, na esfera municipal e Estadual. Atualmente, é crescente a atuação dos Cicloativistas na esfera municipal do Legislativo, com atuação nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e nos planos diretores, alocação de verbas e projetos de ciclovias e ciclofaixas para cidade. Um exemplo tem sido a campanha cobrando da Prefeitura de Niterói os 10 milhões arrecadados em multas na aplicação de campanhas de faixas para pedestres e ciclovias, como dispõe Lei Federal 12587 de 2012, afirmam os cicloativistas.

O tema do direito à cidade proposto pelo GT já foi objeto, de pesquisa, de número considerável de trabalhos ligados à temática urbana. Evidenciam-se diferentes interpretações e usos do termo em questão (Fernandes, 2007; Harvey, 2008; Souza, 2010; Madeiro Filho 2006 e 2013). Fernandes (2007) argumenta que, embora o clássico conceito de direito à cidade tenha se popularizado das obras de Lefebvre nos anos 1960 e 1970, a elaboração mais consistente no que toca à natureza do conceito pode ser encontrada em *Du contrat de citoyenneté* (1990). Fernandes aponta para uma mudança de sentido analítico na proposição de Lefebvre sobre o direito à cidade: o pensador francês não está mais se referindo ao direito à cidade no sentido de uma ruptura com a ordem social e com a lógica capitalista de produção do espaço, mas como espaço possível de absorver mudanças, frente às demandas sociais. Entretanto, o autor destaca que o conceito de direito à cidade, discutido por Lefebvre em *Du contrat de citoyenneté* (1990), ainda não seria capaz de equacionar um aspecto essencial na luta pela efetivação deste direito: *a dimensão jurídico-institucional*. Para Fernandes, a luta pelo direito à cidade passa necessariamente pela reforma da ordem legal e institucional, uma vez que esta desempenhou historicamente um papel central na produção e na reprodução das desigualdades sociais nas cidades dos países pertencentes ao chamado terceiro mundo. O autor propõe a incorporação de argumentos de ordem legal aos apontamentos sociopolíticos e culturais de Lefebvre, com vistas à construção de um enfoque analítico mais abrangente sobre a luta pela construção do direito à cidade, tanto no Brasil como em outros países do mundo (Fernandes, 2007).

O uso do termo “direito à cidade” tornou-se recorrente e generalizado nos dias atuais, sendo incorporado no vocabulário dos cicloativistas. Os movimentos vinculam lutas referentes à produção do espaço urbano (habitação, saneamento ambiental, transporte, lazer etc.).

A noção de direito a cidade dos cicloativistas encontrada pela pesquisa passa pela luta contra violência e os atropelamentos, no trânsito. Os atropelamentos mobilizam grande número de ativistas, e são várias as ações que se desdobram. Apoio à vítima, denúncia, acompanhamento processos entre outras ações. Nos casos de morte ciclista, *Ghost Bikes* são colocadas no local do acidente, lembrando o corrido. Foi criado o “Registro de Incidentes e Acidentes com Ciclistas na Cidade de Niterói. Atos e campanhas são realizadas. São duas frentes de atuação. Os cicloativistas denunciam que com o crescimento do número de ciclistas, os casos de atropelamento e morte tem aumentado. As denúncias são encaminhadas para o poder público, imprensa, delegacias de polícia e redes sociais. Campanhas com fotos e depoimento das vítimas se espalham pelas redes.

Neste diapasão, tem relevância o controle da discricionariedade do administrador público na gestão de todas as fases das políticas públicas, notadamente, as escolhas que contrariem orientações decorrentes de decisões populares diretas ou indiretas e, ainda, decisões que contrariem indicações técnicas construídas em ambientes de espaço externo à estrutura pública, mas consagradas por outros meios de aferição do conhecimento dos cicloativistas. Os cicloativistas denunciam a ação de construtoras e da Prefeitura, tendo como caso emblemático a construção da Transoceanica, pela falta de clareza do projeto de construção da via, ausência de ciclovias em diversas regiões, impacto das obras na região entre outros problemas.

As ciclovias e ciclofaixas se consolidaram como bandeira dos Cicloativistas, que relacionam parte da violência do trânsito a falta de vias para trânsito de bicicletas. A infraestrutura para o uso da bicicleta tem aparecido como problema chave para os Cicloativistas de Niterói. Os Cicloativistas participam de debates acalorados nas redes sociais, com diferentes percepções sobre ciclovias, ciclofaixas e ciclorotas. Pesquisa preliminar indica a existência de grupos e setores críticos às ciclofaixas, defendendo uma segregação mais efetiva do ciclista. Outros setores defendem sistemas integrados com ciclofaixas e ciclorotas. Na pesquisa, o que foi possível perceber como consenso é que os Cicloativistas avaliam, de modo geral, que o planejamento cicloviário dos municípios é incipiente, sem diretrizes de conectividade, linearidade, intermodalidade, funcionalidade e hierarquia viária, parâmetros definidos na Política Nacional de Mobilidade Urbana, Lei 12.587, do ano de 2012 (Barcellos, 2015).

Uma característica marcante do cicloativismo no Brasil e em Niterói é a produção de pesquisas e estudos pelos próprios cicloativistas de Niterói, com tecnologia desenvolvida por outros grupos que atuam cicloativismo nacional. Analisa-se o planejamento das ciclovias, ciclofaixas, identificando-se os apelos comportamentais, estruturais, políticos e econômicos para uso da bicicleta. Sinaliza-se, a partir da experiência dos movimentos sociais, que o uso da bicicleta contribua para a conquista da cidadania e promoção efetiva da saúde e bem estar. Discute-se o negligenciamento dos conflitos e interesses sociais, observando o caráter das políticas públicas. Realizam-se ações de educação no trânsito baseadas nos usos e hábitos da população.



O trabalho da União dos Ciclistas Brasileiros (UCB) de organizar e fortalecer as associações que estimulam o uso da bicicleta tem gerado frutos na articulação dos cicloativistas. A UCB também vem ampliando diálogo com grupos não legalizados, que vem atuando de forma sistemática, como Pedal Sonoro e Massa Crítica. Exemplo deste tipo de parceria foi a campanha elaborada pela UCB para as Eleições nos municípios brasileiros. A idéia da campanha é pegar apoio de “prefeitos e prefeitas e também vereadores e vereadoras de todas as cidades”. A “Bicicleta nas Eleições contribui para que as organizações de ciclistas adquiram mais experiência em participação política, clareiem para si mesmo as demandas locais e se tornem mais conhecidas pela sociedade”.<sup>2</sup> Ela é baseada em experiências exitosas anteriores que foram executadas em cidades como São Paulo/SP e Curitiba/PR, bem como na campanha com os candidatos à presidência da república em 2014. Na Bicicletas nas eleições 2016, já constam quarenta cidades participando. A campanha em Niteroi contou com a assinatura dos principais candidatos, inclusive o vencedor das eleições.

A relação dos cicloativistas com o Poder Público varia com tempo e as demandas colocadas. Alianças são feitas, como a realização do Desafio Intermodal, que ocorre em diversos países do mundo. O Desafio Intermodal é uma ferramenta para divulgar a necessidade de alternativas de deslocamentos para os cidadãos. Mais do que medir o tempo dos deslocamentos urbanos à pé, por carro, moto, bicicleta, ônibus entre outros modais interligados, ele mede as diferenças de custo e eficiência dos deslocamentos das pessoas, independente de qual modal. Desde então os resultados tem sido bastante similares: a bicicleta é sempre mais eficiente, econômica e sem emitir poluentes. Das barcas até o Colegio Salesianos, no bairro de Santa Rosa, a bicicleta levou 15 min para chegar e o carro 46min.

São muitos os objetivos e as diretrizes dos cicloativistas, dentre eles a integração com o transporte ativo com o transporte coletivo. A construção do bicicletário nas Barcas que faz travessia Niteroi-Rio tem sido uma das principais bandeiras cicloativistas. O Poder Público iniciou a construção do bicicletário, que foi considerado uma vitória dos cicloativistas. Entretanto, os cicloativistas denunciaram também a falta de diálogo e integração do Poder Público com os grupos no planejamento do bicicletário. Os grupos continuam pressionando o Poder Público, buscando diminuir a tarifa de uso do bicicletário.

O direito à cidade para uma parte dos cicloativistas engloba o direito do pedestre e a construção de calçadas. Este tema cresceu no Brasil sob forte influência do cicloativismo colombiano, que tem as calçadas como fator fundamental na construção de cidades mais humanas, como afirmam os cicloativistas. Nos últimos anos, cresceram as campanhas dos cicloativistas em conjunto com pedestres em Niteroi. Atualmente, a campanha que tem mobilizado diferentes grupos em Niteroi é sobre a sinalização semaforica. Os cicloativistas denunciam que o sinal em frente ao principal hospital da cidade fica aberto para os carros 3 minutos. Já para as pessoas atravassarem, o sinal fica apenas 25 segundos aberto, denunciam os cicloativistas.

Procedimentos de inserção da sociedade organizada nas decisões tomadas nos âmbitos das cidades, destacando-se conferências e audiências públicas. Durante a 6ª

<sup>2</sup> O autor assistiu a apresentação da campanha que a UCB fez no Fórum Mundial da Bicicleta, em Medellin, no ano de 2015. Documentos disponíveis <http://bicicletanaseleicoes.org.br/>. Acesso em julho de 2016.

Conferencia das Cidades, em Niteroi, os cicloativistas foram críticos ao Mapa Ciclovitário desenvolvido pela Prefeitura de Niteroi, argumentando que os dados não conferem com a realidade divulgada pelo poder público, que não cumpre as promessas e prazos combinados com as organizações cicloativistas.

A participação e convocação de audiências públicas tem crescido entre os cicloativistas e unidos os diferentes grupos de cicloativistas em Niterói. Exemplo é a Audiência Pública “convocada pela sociedade civil, através de iniciativa do Niterói Para Pessoas, Mobilidade Niteroi, Pedal Sonoro dentre outros, e conta com o apoio e participação de alguns vereadores da cidade. Motivada pela violência no trânsito de Niterói, o objetivo é debater o papel do poder público e possíveis soluções para problema, destacam os cicloativistas.

O tema da equidade e da cidadania vem ganhando força, e parte dos cicloativistas acredita que a bicicleta pode ser fator de promoção da igualdade e coesão social. Os cicloativistas defende haver moderação de tráfego, com zonas de 30km/h em áreas residenciais. Acreditam que toda cidade deve ser provida de estacionamentos para bicicletas de todos os tipos, com especial atenção bicicletas de carga e paraciclos.

O poder público deve disponibilizar acesso sobre tudo que se refira a bicicleta, como mapas, alugueis, estacionamentos, festivais, rotas, campanhas de conscientização. A educação e o treinamento para o uso da bicicleta no trânsito devem fazer parte da educação das crianças. Deve-se reduzir o número de vagas de estacionamentos de carros em áreas centrais da cidade. Estimulam o uso misto do território, com áreas comerciais, de serviços e residenciais.

### **Conclusões**

Como foi possível observar, as organizações cicloativistas têm contribuído para mudanças de paradigma dos modelos de nossas cidades, mediante a repactuação na distribuição do espaço urbano, pensando-se prioritariamente nas alternativas de transportes ativos, não motorizados, para a construção de cidades mais humanas.

O cicloativismo em Niteroi, desde seu nascedouro, dialogou com as estruturas do estado, criando redes de influência dentro de seus órgãos, tendo reflexos importantes nas ações dos Cicloativistas. Há uma tendência em influenciar políticas públicas, fazer alianças com órgãos do estado e lutar pelo direito a cidade definido em lei. Essa foi a cultura que se forjou no Brasil, e em Niteroi, até a primeira década do século XXI. Críticas, muitas vezes irônicas e ácidas ao poder público e, ao mesmo tempo, cooperação e diálogo na formulação de propostas.

O cicloativismo parece caso emblemático de movimento social que integra pautas de políticas públicas voltadas para a ocupação do solo, mobilidade urbana, produção econômica e preservação do meio ambiente.

### **Principais referências bibliográficas**

ACSELRAD, Henri. Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2004.

ALEXANDER, Jeffrey. Ação coletiva, cultura e sociedade civil. R. Cien. Soc., v. 13, 1988.

ALCORTA, Arturo. *Relatório do 2º Encontro Nacional de Cicloativismo*, São Paulo: [s.e], 2006.

BARCELLOS, Fernando. *Cicloativismo e Políticas Públicas no Brasil*. Anais Encontro Internacional Participação, Democracias e Políticas Públicas. UNICAMP, 2015. BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. *Projeto Bicicleta Brasil Avanços e Desafios - Texto Base*, 2009b.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes. *Manual de planejamento cicloviário*, 2001b, 126p. CALRSSON, Chris. Nowtopia. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2014.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais na América Latina. Anais ANPOCS, 1987. CHAPADEIRO, Fernando. Limites e possibilidades do planejamento cicloviário: um estudo sobre participação cidadã. Dissertação de Mestrado. UNB, 2011.

FERNANDES, Edésio. Constructing the right to the city in Brazil. *Social Legal Studies*, 2007.

GOHN, Maria. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Rev. Bras. Educação* v. 16, 2011.

LOBO, Fernando José (Zé). *Fernando José Lobo: entrevista e Depoimento*, fev. 2007. MADEIRA FILHO, Wilson. Atuação do Ministério Público no Acompanhamento e Propositura das Ações Cíveis Públicas Ambientais no Município de Niterói. ANPPAS, 2006.

\_\_\_\_\_. A cidade oculta: os projetos de modernização das cidades e as vidas invisíveis nas obras de H. P. Lovecraft e Will Eisner. In: *Anais do IV Congresso da*

*ABRASD: Sociologia do Direito em prospectiva: para uma cultura de pesquisa*, 11 a 13 de novembro de 2013. Recife: UFPE, 2013, p. 50-69.

PRESADA, Bill. Cicloativismo: a expansão da bicicleta. *Transporte Cicloviário. Série Cadernos Técnicos da ANTP*, v. 7, p. 132-137, 2007.

SANTOS e MALTA. *O Rio pedala*. Rio de Janeiro. Amplifica, 2012.

SIRKIS, Alfredo. Construindo as ciclovias cariocas. In: *Ciclovias cariocas*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2006.

SOARES, André. O veículo do povo: conquistas e desafios do cicloativismo brasileiro. SOARES, André Geraldo. Os desafios da formalização do cicloativismo em nível nacional. In: Belotto, José et alii (orgs.). *A cidade em equilíbrio: contribuições teóricas ao 3º Fórum Mundial da Bicicleta*. Curitiba, UFPR, 2014.

XAVIER, G. N. O desenvolvimento e a inserção da bicicleta na política nacional de mobilidade urbana. Tese de Doutorado. Florianópolis, 2011.

## ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA INTEGRADA DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NA ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA (AMB).

**BESSA, Luiz Fernando Macedo**

Professor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (PPGDSCI/CEAM) na Universidade de Brasília (UnB)  
*lfbessa@gmail.com*

**OLIVEIRA, Tania**

Mestrando do de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (PPGDSCI/CEAM) na Universidade de Brasília (UnB)  
Bolsista CAPES  
*89tania@gmail.com*

### RESUMO

O presente artigo pretende analisar a construção da política integrada de transporte público coletivo na área metropolitana de Brasília (AMB) por meio da identificação dos obstáculos que dificultam a implantação de tal política. A segregação socioespacial da população na periferia metropolitana de Brasília (PMB), a concentração de empregos e serviços no Plano Piloto e a segregação institucional das redes de transportes envolvidas na futura integração do sistema elevam a complexidade da discussão sobre a implantação de tal política.

**Palavras-chave: segregação socioespacial, transporte, desenvolvimento.**

### ABSTRACT

The present article intends to analyze the construction of the integrated policy of collective public transport in the metropolitan area of Brasília (AMB) by identifying the obstacles that hamper the implementation of such a policy. The socio-spatial segregation of the population in the region, the concentration of jobs and services in the Pilot Plan and the institutional segregation of the transport networks involved in the future integration of the system raise the complexity of the discussion about the implementation of such a policy.

**Key words: socio-spatial segregation, transport, development.**

## INTRODUÇÃO

Ao tentar identificar os obstáculos para a construção da política integrada de transporte público coletivo na área metropolitana de Brasília (AMB)<sup>1</sup>, o presente artigo pretende ampliar o debate sobre a importância do uso do transporte público coletivo nas cidades, pois a tendência é que estas sejam cada vez mais habitadas e enfrentarão complexos desafios quanto à gestão dos serviços essenciais para a suas respectivas populações.

A maioria dos deslocamentos cotidianos que saem da periferia metropolitana de Brasília (PMB)<sup>2</sup> com destino ao Distrito Federal é feita por meio do sistema de transporte público. Dessa forma, a implantação de um sistema de transporte público integrado na região poderia auxiliar na redução das desigualdades locais e permitir um desenvolvimento mais humano e igualitário na região ao melhorar o acesso da população ao emprego, saúde, educação e lazer.

Destaca-se que o tema do transporte público coletivo é transversal e abrange diversas áreas do conhecimento, tais como economia, geografia, arquitetura e, portanto, abrange a política econômica, a política urbana, a política de ordenamento territorial e de uso e ocupação do solo. É um tema que pode ser tratado por diferentes olhares e tem impacto em diversos setores da vida nas cidades.

Para tanto, o artigo foi dividido em três partes. A primeira parte trata da formação da periferia metropolitana de Brasília, com uma breve caracterização da população que ali habita. Além de ressaltar os órgãos envolvidos na gestão e planejamento das redes de transporte público que compõem a região. Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre a urbanização do espaço metropolitano de Brasília e a análise de dados disponibilizados na Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD) da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A segunda parte trata da fundamentação teórica e a terceira, relata os resultados alcançados.

### 1. A FORMAÇÃO DA PERIFERIA METROPOLITANA DE BRASÍLIA

A forma como hoje está urbanizada a periferia metropolitana de Brasília tem relação com medidas que foram tomadas na tentativa de preservar o projeto urbanístico projetado para a nova capital. Por isso, primeiramente, faz-se uma breve revisão bibliográfica para compreender a expansão urbana na região, desde a construção de Brasília. Posteriormente, como a região de influência da capital expandiu-se para fora dos limites político-administrativos do Distrito Federal (DF), e, portanto, impactando a urbanização dos municípios goianos limítrofes ao DF, apresentam-se algumas considerações sobre a renda e os deslocamentos diários realizados que ali habita.

Inaugurada em 21 de abril de 1960, a nova capital do Brasil era a meta síntese do Plano de Metas lançado pelo então presidente Juscelino Kubitschek (JK). Este Plano, prometido no programa de governo de JK para colocar em execução 50 anos de progresso em 5

1 O termo Área Metropolitana de Brasília (AMB) utilizado neste artigo tem como base a definição do Espaço Metropolitano de Brasília apresentada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) na Nota Técnica nº 1/2014. Conforme a Nota mencionada, o Espaço Metropolitano de Brasília seria formado por 12 municípios, sendo eles Águas Lindas de Goiás, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Cidade Ocidental, Santo Antônio do Descoberto, Planaltina e Luziânia, Formosa, Padre Bernardo, Cocalzinho de Goiás, Cristalina e Alexânia. Portanto, a AMB seria formada pelo Distrito Federal mais esses 12 municípios goianos.

2 O termo periferia metropolitana de Brasília (PMB) utilizado ao longo deste artigo refere-se aos 12 municípios goianos que compõem a AMB.

anos de realizações (1956 – 1961), tratava-se de um programa de investimentos públicos e privados nas áreas de infraestrutura, de indústrias básicas e de bens de consumo duráveis, como a indústria automobilística e da construção civil.

Conforme Ferreira (1985, p.48):

Brasília se constitui em “ponta de lança” da região mais desenvolvida economicamente, numa região que estava se inserindo numa nova divisão de trabalho dentro do processo produtivo. A localização territorial de Brasília é estratégica no sentido de responder à necessidade de articulação do Sudeste com o Centro-Oeste e Norte, para permitir o escoamento da produção da região, a penetração dos produtos industriais e da infraestrutura para a penetração do capital (FERREIRA, 1985, p. 48).

Ainda sobre a localização estratégica da nova capital federal, ressalta-se que sua posição central era uma bandeira da antiga classe dirigente do país, destinada a resolver os históricos problemas nacionais e regionais de interiorização do desenvolvimento e de integração do território nacional por meio da expansão da fronteira econômica. Portanto, Brasília foi concebida para ser polo de desenvolvimento regional e centro das decisões políticas do país (STEINBERGER, 1999).

Em um contexto político ideológico de superação do atraso econômico nacional por meio do incentivo à industrialização e com o intuito de impulsionar a articulação entre as regiões produtivas do país, o projeto urbanístico de Brasília foi escolhido em um concurso nacional que consagrou vencedor o plano idealizado pelo arquiteto urbanista Lúcio Costa.

O Plano Piloto de Lúcio Costa tratou a questão da habitação para diferentes classes sociais de uma maneira utópica e relativamente ingênua. Em seu plano, todas as classes sociais viveriam nas mesmas áreas, o que seria regulado apenas pelas diferenças no padrão dos edifícios (BOWNS E SILVA, 2008, p.302).

Contudo, a utopia inicial presente no projeto urbanístico do Plano Piloto da nova capital foi superada pela realidade, pois, conforme Caiado (2005, p.56), a propriedade pública da terra urbana, em vez de se constituir em instrumento distributivo, passa a funcionar como ferramenta de ocupação seletiva, instituindo a segregação planejada e transformando Brasília na capital do controle e da segregação social.

Conforme Ferreira (1985, p.51):

A cidade que estava sendo construída tinha já, a priori, a destinação do seu centro à função de capital e local de residência da população a ela ligada, bem como as funções de para tanto necessárias. A população migrante formava favelas e acampamentos no espaço em construção. Para abrigar essa população foram criados núcleos periféricos ao Plano Piloto, como solução para impedir o crescimento desordenado do centro. Esses núcleos foram criados quase que simultaneamente à cidade. (FERREIRA, 1985, p.51).

A expansão periférica das residências urbanas no Distrito Federal não é resultado da saturação do limite populacional previsto para o Plano Piloto. Segundo Paviani (2003, p.68), o que havia sido idealizado para a Capital era um plano piloto “fechado”, no qual se estipulara uma população de 500 mil habitantes quando inteiramente ocupado. Esse patamar populacional tinha sua razão de ser na função de Capital federal.

Portanto, segundo Gonzales (1985, p. 83), o que aconteceu no caso do Distrito Federal foi que:

as áreas residenciais cresceram e se reestruturaram à revelia das intenções iniciais de seu projeto urbanístico, demonstrando que o espaço urbano não é algo disciplinado segundo as necessidades ideais da coletividade humana, senão que está subordinado a outras instâncias que organizam as classes sociais no espaço físico, sobrepondo-se às concepções antropológicas (GONZALES, 1985, p.83).

O próprio Governo do Distrito Federal induziu a ocupação dispersa e periférica da população ao promover a ocupação prematura das cidades satélites para responder à demanda real da habitação das classes de renda mais baixas que cada vez mais não encontravam viabilidade de consumo das habitações no Plano Piloto. No entanto, a medida que as cidades satélites iam crescendo e se tornando mais populosas, a expansão urbana ultrapassou os limites políticos administrativos destinados do Distrito Federal e impulsionou a urbanização dos municípios goianos limítrofes ao DF.

Dessa forma, de acordo com Da Guia (2006, p.7), nos municípios limítrofes ao Distrito Federal:

a incorporação, por particulares, de terras rurais na oferta de lotes urbanos garantiu a expansão da área construída, especialmente na periferia dos assentamentos já consolidados, particularmente ao longo da DF-003 (em direção a Planaltina de Goiás), da BR-070 (em direção a Pirenópolis) e da BR-060 (em direção a Goiânia).

A próxima seção deste artigo destina-se a analisar alguns dados sobre a população da periferia metropolitana de Brasília para compreender que houve um deslocamento da população no território, mas a oferta de emprego e serviços continua concentrada. Portanto, o transporte tem um papel fundamental na articulação da AMB.

## **1.2. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DA PERIFERIA METROPOLITANA DE BRASÍLIA**

Desde a construção da nova capital, vislumbra-se em volta do quadrilátero destinado ao Distrito Federal um “embrião” da AMB. Portanto, como afirma Steinberger (1999, p. 28-29), em 1960:

já existia um embrião do aglomerado urbano<sup>3</sup> atual, formado pelo Plano Piloto e por nove pequenas cidades, a maioria delas criada pelo Estado, seja por sua iniciativa ou por pressão de reivindicações dos trabalhadores migrantes, a saber: duas cidades preexistentes internas ao quadrilátero do DF, Planaltina e Brazlândia; uma outra cidade também preexistente, mas externa ao quadrilátero do DF, embora localizada nas proximidades do seu limite, Luziânia; Cidade Livre, Candangolândia, Taguatinga e Cruzeiro, como resultado da mobilização dos trabalhadores; e Gama e Sobradinho, criadas por decisão do Estado naquele mesmo ano (STEINBERGER, 1999, p. 28 -89).

Com o passar do tempo, este aglomerado se consolidou e firmou-se como região de influência da capital. Em 2010, de acordo com informações do último Censo demográfico elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população da AMB era de 3.476.953 pessoas.

<sup>3</sup> Segundo a autora citada neste parágrafo, entende-se por “aglomerado urbano” a denominação genérica de uma categoria espacial composta por duas ou mais cidades que possuem relações de interdependência.

A renda per capita média mensal, segundo a Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílio (PMAD,2013), na periferia metropolitana de Brasília era de 1,04 salários mínimos<sup>4</sup>. Enquanto que no Distrito Federal, de acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD, 2013), era de 2,20 salários mínimos<sup>5</sup>. Portanto, há uma grande diferença no nível de renda dentro da AMB.

Conforme a PMAD, 45% da população ocupada dos municípios que formam o espaço metropolitano de Brasília trabalhavam no Distrito Federal. A forte concentração de empregos na região leva a um desequilíbrio espacial, que impõem a maioria da população a ter que percorrer grandes distâncias cotidianamente para vencer as grandes distâncias que separam os locais de residência dos postos de emprego.

Em seis municípios da periferia metropolitana de Brasília, mais de 50% da população trabalha no Distrito Federal. Esses municípios são: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. Na Tabela I abaixo, verifica-se que nestes municípios que a maioria dos deslocamentos cotidianos para o trabalho são realizados por meio de transporte público.

**Tabela I.** Percentual do transporte utilizado pela população urbana ocupada, segundo os municípios da Periferia Metropolitana de Brasília (PMB)

Municípios da PMB	Transporte Público	Transporte individual
Águas Lindas de Goiás	62%	17%
Cidade Ocidental	54%	42%
Novo Gama	71%	29%
Planaltina	60%	31%
S. Antônio do Descoberto	58%	47%
Valparaíso de Goiás	50%	19%

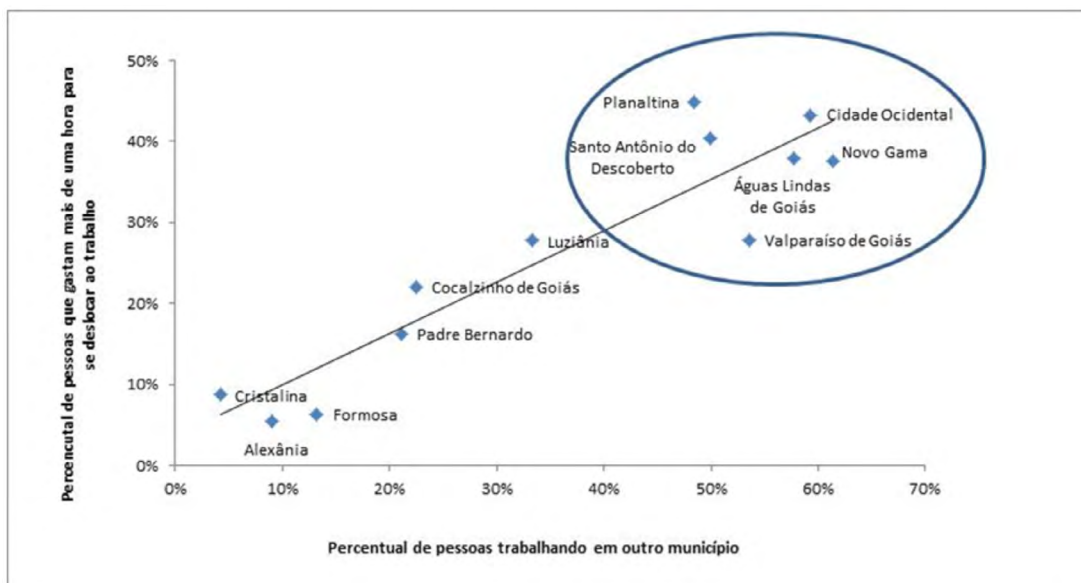
Fonte: Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílio (PMAD/Codeplan, 2013).  
Elaboração própria.

De acordo com dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE), tem-se que nos seis municípios goianos citados no parágrafo acima são registrados os maiores percentuais de pessoas que gastam mais de uma hora diariamente para se deslocar ao trabalho, conforme ilustrado na Figura I abaixo.

4 Utilizou-se o dado de 2013, pois é o ano da última PMAD disponível.

5 Vale destacar que o Distrito Federal é marcado por forte desigualdade social também, na medida em que existem valores muito díspares de renda per capita média mensal, variando de 9,60 salários mínimos (Lago Sul) a 0,74 (Estrutural). Ambos são valores referentes ao ano de 2013.





**Figura I.** Percentual de pessoas que gastam mais de uma hora para se deslocar ao trabalho x Percentual de pessoas trabalhando em outro município. Fonte: IBGE. Elaboração própria.

A malha viária do DF e da PMB é composta por rodovias federais, distritais e pela malha viária urbana. Esse sistema difere daquele das demais cidades brasileiras pela importância da malha rodoviária na articulação dos núcleos urbanos e pelas características de uma concepção urbanística cujo sistema viário urbano foi projetado, principalmente, para o uso do automóvel, no caso do DF (IPEA, 2015).

Na região da periferia metropolitana de Brasília, o único meio de transporte público disponível é o sistema de ônibus, que por compreender deslocamentos entre os municípios da PMB, localizados no estado de Goiás, em direção ao Distrito Federal é classificado como interestadual.

Os serviços interestaduais se classificam em interestadual rodoviário e semiurbano, conforme Feitosa *et alli* (2014, p.5):

o serviço interestadual rodoviário é característico de viagens onde os passageiros dispõem de bagageiros e banheiros no interior do ônibus;

e o interestadual semiurbano, que possui características de transporte urbano, ou seja, motivos de viagem com predomínio de trabalho e estudo, com alta frequência semanal. No interestadual semiurbano é permitido o transporte de passageiros em pé, não há compartimento específico para o transporte de bagagens e o controle do acesso de passageiros no ônibus se dá por meio de catraca ou equipamento similar. Para serem operados pelas empresas, os serviços interestaduais semiurbanos são delegados por meio de licitação (FEITOSA *et alli*, 2014, p. 5).

O comportamento da demanda do sistema de transporte público na AMB ao longo dos dias úteis evidencia fluxos de viagens predominantemente unidirecionais, com picos acentuados pela manhã para o DF, e à tarde, no sentido contrário (HADDAD e OLIVEIRA, 2013). Dessa maneira, o sistema de transporte na região é classificado como transporte rodoviário semiurbano.

De acordo com o art.21 da Constituição Federal de 1988, inciso XII, alínea “e”, é de competência da União o transporte interestadual de passageiros<sup>6</sup>. Para tanto, por meio da Lei nº 10. 233, de 5 de junho de 2001, foi criada a Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT), entidade integrante da administração federal indireta, submetida ao regime autárquico especial e vinculada ao Ministério dos Transportes. Portanto, é a ANTT a responsável pela gestão e planejamento do sistema de transporte semiurbano na PMB.

No caso do Distrito Federal, compete a Secretaria de Estado de Transportes, planejar, regulamentar, organizar, delegar, definir políticas tarifárias e controlar todas e quaisquer modalidades ou categorias de serviço relativas ao transporte público coletivo integrante do Sistema de Transporte do Distrito Federal<sup>7</sup>. A gestão do sistema fica a cargo de uma entidade autárquica, no caso o Transporte Urbano do DF (DFTrans), que tem por atribuições o planejamento, a avaliação de desempenho, a caracterização da demanda e da oferta de serviços, a elaboração dos estudos dos custos de serviços e dos níveis tarifários, a gestão, o controle e a fiscalização dos serviços públicos de passageiros, a administração e a operação de terminais, conforme a Lei Distrital nº 241, de 28 de fevereiro de 1992<sup>8</sup>.

A política integrada de transporte público na AMB seria definida pela integração física e tarifária dos dois sistemas que hoje são separados tanto institucionalmente como em termos de operação, o sistema de transporte público do DF e o sistema de transporte semiurbano na PMB. Posteriormente, na seção resultados alcançados, serão explicitados os entes envolvidos na construção de tal política e os obstáculos que dificultam sua execução. A próxima seção trata da fundamentação teórica na qual se baseiam os temas relacionados à problemática urbana e aos transportes abordados neste artigo.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme Keinert e Vitte (2009, p.44), o problema urbano é reconhecido:

como expressão da diversidade de demandas que configuram a realidade urbana, de sorte a corresponder à diversidade de interesses e necessidades dos grupos sociais. Ele pode, além disso, ser visto como expressão dos conflitos que decorrem da apropriação desigual dos benefícios coletivos produzidos na cidade, seja porque os recursos públicos são desigualmente alocados, seja porque a riqueza social é estruturalmente distribuída de forma desigual (KEINERT E VITTE, 2009, p.44).

Embora o processo de urbanização no Brasil tenha ocorrido durante o regime republicano, o peso das heranças colonial e escravista é notável, também na formação das cidades (MARICATO, 2006). O patrimonialismo, herança colonial que envolve a

6 Art. 21. Compete à União:

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

7 Conforme o art.1º da Lei nº Distrital nº 4.011, de 12 de setembro de 2007:

Art. 1º Compete ao Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Transportes, planejar, regulamentar, organizar, delegar, definir políticas tarifárias e controlar todas e quaisquer modalidades ou categorias de serviço relativas ao transporte público coletivo integrante do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica, Título VII, Capítulo V, bem como promover a articulação do planejamento dos serviços com as políticas de desenvolvimento urbano do Distrito Federal.

8 A autarquia foi criada com o nome DMTU, tendo a alteração de sua denominação para DFTRANS, ocorrida com o Decreto nº 23.902, no dia 11 de Julho de 2003. Informações disponíveis em: <http://www.dftrans.df.gov.br/institucional/apresentacao.html>. Acesso em 20/09/2016.

concentração de patrimônio, poder político e econômico, interfere no desenvolvimento urbano, uma vez que está baseada na cultura da acumulação de imóveis e terras. Isto implica que o processo de desenvolvimento urbano das cidades brasileiras não rompeu as heranças antigas relacionadas à questão da concentração fundiária.

Além disso, o processo de urbanização no Brasil é marcado pela segregação socioespacial. Conforme Rolnik (1988, p.42), a separação das classes sociais e funções no espaço urbano os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial:

Além de um recorte de classe, raça ou faixa etária, a segregação também se expressa através da separação dos locais de trabalho em relação aos locais de moradia. A cena clássica cotidiana das grandes massas se deslocando nos transportes coletivos superlotados ou no trânsito engarrafado são a expressão mais acabada desta separação - diariamente temos que percorrer grandes distâncias para ir trabalhar ou estudar (ROLNIK, 1988, p.42).

A segregação socioespacial contribui para a desigualdade de acesso às oportunidades entre os grupos sociais, o que acaba por reforçar a exclusão de parte da sociedade do processo de desenvolvimento. Soma-se a isto o fato de que no contexto do desenvolvimento urbano capitalista, o principal papel do sistema de transporte público é disponibilizar a força de trabalho ao capital, deixando de lado outras necessidades essenciais como educação, saúde e lazer.

Cabe lembrar que as cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Contudo, nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas - transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança (MARICATO, 2013). Por isso, as políticas públicas devem ser desenhadas para colocar em ação mecanismos que permitam uma apropriação mais igualitária dos benefícios coletivos produzidos na cidade para a população como um todo.

Portanto, é necessário superar a visão limitada de que o transporte público serve apenas para disponibilizar a força de trabalho ao capital para construir uma política pública de transporte que possa ir além disso e ampliar o acesso da população aos serviços essenciais e garantir seus direitos sociais básicos, na medida em que se acredita que o desenvolvimento não envolve apenas aspectos econômicos.

A política de transporte público pode auxiliar na redução da desigualdade social, pois dá acesso às necessidades essenciais - educação, saúde, emprego - da população para a realização da maioria das atividades econômicas e sociais. Por isso, a importância de se discutir a gestão do transporte público coletivo de passageiros e, principalmente, a governança metropolitana do transporte público, pois cada vez mais as cidades têm crescido horizontalmente e ultrapassado seus respectivos limites político administrativos.

O estímulo ao uso de transporte público coletivo, por meio da melhoria desse sistema de transporte, relaciona-se com a construção de uma sociedade mais justa, com a democratização do espaço urbano que possibilite que a população como um todo, independente do nível de renda, seja incluída na dinâmica do desenvolvimento com maior qualidade de vida. Conforme Mihessen (2013), as políticas que investem no

transporte público promovem noções de solidariedade, integração e inclusão, ou seja, cidadania, além de reduzir os custos urbanos.

Para construção de uma política de transporte público, é preciso ter em consideração que mais do que o enfrentamento caso a caso dos desafios sociais, as políticas públicas são ações coletivas que participam da criação de determinada ordem social e política, da direção da sociedade, da regulação de suas tensões, da integração dos grupos e da resolução dos conflitos (LASCOURMES E GALÈS, 2012).

Até mesmo pela evolução do sistema socioeconômico e as suas múltiplas facetas, globalização, sociedade da informação, avanço tecnológico, crescimento populacional, acirramento de fenômenos sociais resultantes da desigualdade de escala mundial, não há espaço para desconsiderar a amplitude de demandas sociais, e, em paralelo, a multiplicidade de entidades que se interessam com problemas sociais de ordem pública. Por esta razão, intenciona-se investir num debate de política pública que redimensiona este conceito histórico para incluir nesta análise a multiplicidade de atores presentes na arena social e a complexidade do mundo social (BOULLOSA e SEMEDO, 2010).

Dessa forma, procura-se levar em consideração a grande diversidade de atores e as formas como estes se mobilizam e interagem em busca de objetivos comuns, sobretudo no que diz respeito à efetivação dos direitos sociais. A efetividade desses direitos depende da construção de políticas públicas que sejam desenhadas a partir da articulação institucional de diversos atores e do diálogo aberto com as demandas da sociedade.

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

De acordo com Catalão (2010, p.53), a relação entre a metrópole de Brasília e as cidades periféricas de seu entorno cria injustiças na distribuição de bens e serviços, pois:

É no centro que as populações residentes na franja periurbana trabalham e consomem, mas em seus locais de residência enfrentam a precariedade da infraestrutura, a falta de fluidez na mobilidade, a falta de tempo pessoal disponível à convivibilidade familiar, sobretudo por causa dos deslocamentos que elas são obrigadas a fazer quotidianamente, tendo em vista a grande dissociação existentes entre os locais de trabalho e os de residência (CATALÃO, 2010, p.53).

A intensa urbanização na AMB torna invisível aos habitantes que se deslocam diariamente nesta região os limites políticos administrativos entre os municípios goianos da periferia metropolitana e o Distrito Federal. Dessa forma, o problema do sistema de transporte público coletivo na AMB está inserido em um território que tem seus limites “dissolvidos” cotidianamente através dos deslocamentos pendulares da população e sobre o qual a população usuária pensa tratar-se de apenas uma rede de transporte. Surge então um contexto complexo de gestão do transporte público que envolve múltiplos atores.

As funções de planejamento e gestão do sistema de transporte na AMB se acham fragmentadas, conforme afirmam Haddad e Oliveira (2013, p. 31):

a “rede” de transporte do Distrito Federal é de responsabilidade do Governo do Distrito Federal; as “redes” de transporte dos municípios do Entorno é de responsabilidade dos governos municipais de cada um dos respectivos

municípios; e a regulação (também com ações de gestão e planejamento) da “rede” de transporte interestadual, entre o DF e as cidades do Entorno é de responsabilidade da ANTT. No entanto, sob a ótica dos usuários, seja do DF, seja do seu Entorno, o serviço de transporte urbano é tido como uma única REDE de transporte.

Ainda de acordo com Haddad e Oliveira (2013, p.31), a segregação institucional envolvendo vários entes com maturidade institucional e operacional distintas, traz grandes impactos para a mobilidade da população, dentre eles: as diferenças normativas dos serviços existentes; a limitação da exploração de soluções mais racionais e de maior potencial no que se refere à modicidade tarifária; leva à sobreposição de linhas, causando aumento do tráfego de veículos e o agravamento dos níveis de congestionamento e conduz à ineficiência na operação (horários e frequência), com reflexo nas tarifas; impede uma integração tarifária ou temporal.

Atualmente, o sistema de transporte semiurbano na PMB não possui nenhum tipo de integração ou ligação com a rede do Distrito Federal, apesar de utilizar praticamente o mesmo sistema viário e os mesmos equipamentos urbanos locais - pontos de parada e terminais rodoviários, ocasionando superposição de linhas e de atendimentos (PDTU, 2010).

Quanto ao obstáculo político para a implantação do sistema integrado, destaca-se a complexidade em reunir e chegar a um consenso devido ao fato da integração envolver pelo menos 14 entes, que possuem competências e capacidades de gestão diferenciadas entre si. Os envolvidos seriam: a União (representada pela ANTT); o Governo do Estado de Goiás; o Governo do Distrito Federal e as prefeituras dos municípios goianos da periferia metropolitana de Brasília.

Dentre os obstáculos técnicos para a implantação do sistema integrado, destaca-se a ociosidade dos sistemas de transporte entre os picos de demanda no início da manhã e final do dia dos sistemas de transportes tanto da AMB como do Distrito Federal. Essa característica desestimula o operador privado de transporte, uma vez que a ausência de renovação de passageiros ao longo dos trajetos aumento o custo operacional do sistema, refletindo-se em tarifas maiores e conseqüentemente, desincentivo ao uso do transporte público, comprometendo a receita do operador.

A discussão sobre o sistema integrado de transporte público na AMB também suscita o debate sobre a eficiência da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF)<sup>9</sup> para auxiliar na resolução de problemas urbano-metropolitanos, uma vez que a mesma foi instituída como um instrumento de desenvolvimento regional e constituindo-se em uma verdadeira alternativa para a impossibilidade de constituição legal de uma região metropolitana entre estados e o Distrito Federal.

Se por um lado a RIDE-DF inova, no sentido de possibilitar alternativas para a promoção do desenvolvimento regional, por agregar municípios muito diversos e territorialmente bastante distantes da capital, são os municípios que possuem fortes relações de dependência com a capital e que estão geograficamente mais próximos que ficam prejudicados, pois, conforme Catalão (2010, p.XX):

9 Criada pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, e regulamentada pelo Decreto nº

7 469, de 4 de maio de 2011. Compreende o Distrito Federal, trinta municípios do Estado de Goiás e quatro de Minas Gerais.

não podem auferir muitos benefícios devido às incertezas dos âmbitos de ação do poder público e da dificuldade de unir forças entre os níveis de poder envolvidos – municipal, estadual, federal e do Distrito Federal – que, ao lado de outros agentes cujas decisões influenciam diretamente na produção do espaço metropolitano, se tornam excessivos (CATALÃO, 2010, p.XX).

Dessa forma, conclui-se que na AMB a falta de articulação política e de diálogo com a sociedade, alvo das políticas públicas a serem implantadas, dificultam as ações para o planejamento integrado da região e conseqüentemente, contribuem para que a região permaneça com baixo nível de desenvolvimento e de qualidade de vida.

### **Conclusões**

O transporte urbano é o elemento metropolitano que dá a infraestrutura necessária para o funcionamento do fluxo de pessoas, cidadãos metropolitanos daquele espaço. Quando o transporte urbano é sucateado, com baixa diversificação de modalidade e ainda tem alto custo, este cenário aponta para um sério problema de gestão do espaço metropolitano em questão.

Existe a necessidade de se discutir como melhorar a gestão da AMB, principalmente no que diz respeito ao sistema de transporte público na região. Ao mesmo tempo em que se considera que uma possível institucionalização da AMB poderia influenciar positivamente a possibilidade de articulação política para interesses comuns e assim beneficiar a sociedade como um todo, observa-se que não é apenas a instituição de uma área metropolitana que resolveria o problema da articulação da resolução dos problemas públicos na região.

Além disso, devem ser considerados os problemas políticos relacionados à articulação dos entes de distintos níveis de poder envolvidos na construção da política integrada de transporte na região e os problemas técnicos, relacionados à implantação de um sistema de transporte público de massa em uma região que concentra os empregos e serviços em uma parte do território e na qual a população está alocada de forma dispersa.

## REFERÊNCIAS

- BOULLOSA, Rosana. SEMEDO, Ana Claudia. (2010). Quando a falta de diálogo corrói o território: reflexões sobre desenvolvimento territorial a partir da experiência de São Cristóvão em Salvador da Bahia. In: XXXIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (ANPAD), 25 a 29 de setembro de 2010, Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eor2828.pdf>. 22/09/2016.
- BOWNS, Caru. SILVA, Carolina. Transporte e equidade: ampliando o conceito de sustentabilidade pelo estudo de caso de Brasília. In: *Cadernos Metrópole*, nº 19. São Paulo: 1º sem/2008, p. 293-317.
- CAIADO, Maria Célia. Estruturação intra-urbana na região do Distrito Federal e entorno: a mobilidade e a segregação socioespacial da população. *R. bras. Est. Pop.*, v.22, nº1. São Paulo: jan./jun. 2005, p. 55-88.
- DA GUIA, George Alex. Políticas Territoriais, Segregação e Reprodução das Desigualdades Sócio-Espaciais no Aglomerado Urbano de Brasília. In: Repositório Institucional Universidade de Brasília, Disponível em [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5140/1/Versao\\_Final\\_Mestrado.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5140/1/Versao_Final_Mestrado.pdf). 23/09/2016.
- FEITOSA, Zuleide. MAIA, Aline. MAHA, Yvonne. TACO, Pastor. Análise do processo participativo da audiência pública do plano de outorgas do Distrito Federal. In: XXVIII ANPET – Congresso de Pesquisa e Ensino em Transporte, 2014, Curitiba. Disponível em <http://www.anpet.org.br/xxviii/anpet/anais/documents/AC446.pdf>. 01/10/2016.
- FERREIRA, Ignez. (1985). O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília, In: PAVIANI, Aldo (org.), *Brasília, Ideologia e Realidade/Espaço Urbano em Questão*. 1ª edição. Brasília: Projeto Editores Associados Ltda, 1985, 43 – 56.
- GONZALES, Suely. (1985). As formas de concretas de segregação residencial em Brasília, In: PAVIANI, Aldo (org.), *Brasília, Ideologia e Realidade/Espaço Urbano em Questão*. 1ª edição. Brasília: Projeto Editores Associados Ltda, 1985, 81 – 100.
- HADDAD, Sônia. OLIVEIRA, Maria Ângela. (2013). Transporte Interestadual Semiurbano no DF e Entorno/GO e a Pesquisa Operacional de 2010. In: *Revista Codeplan*, nº 2. Brasília: 2013, p.27 – 31.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). (2015). Relatório de Pesquisa: Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: análise comparativa das funções públicas de interesse comum (Componente 2) - Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno (Ride/DF). In: Portal IPEA, Disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/151103\\_relatorio\\_analise\\_distrito\\_federal.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/151103_relatorio_analise_distrito_federal.pdf). 29/09/2016.
- KEINERT, Tânia. VITTE, Claudete. (2009). *Qualidade de vida, planejamento gestão urbana: diferentes discussões teórico-metodológicas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- LASCOURMES, Pierre. LE GALÈS, Patrick. (2012). *Sociologia da Ação Pública*. Tradutor: George Sarmiento. Maceió: EDUFAL.

MARICATO, Ermínia. (2006) O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. In: Portal IPEA, Disponível em [http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/ensaio2\\_ministerio12.pdf](http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensaio2_ministerio12.pdf). 10/10/2016.

\_\_\_\_\_, Ermínia. (2013) É a questão urbana, estúpido!, In: VAINER, Carlos (org.), *Cidades Rebeldes – Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ª edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2013, p. 32 – 46.

MIHESSEN, Vitor. Mobilidade Urbana e Liberdades Reais - Transporte como Política Inclusiva. In: XXVII ANPET - Congresso Nacional de Pesquisa e Ensino em Transporte, 2013, Belém (PA). Disponível em [http://www.anpet.org.br/ssat/interface/content/autor/trabalhos/publicacao/2013/270\\_AC.pdf](http://www.anpet.org.br/ssat/interface/content/autor/trabalhos/publicacao/2013/270_AC.pdf). 10/10/2016.

PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO (PDAD). (2013). CODEPLAN. Disponível em [http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa\\_socioeconomica/pdad/2013/Pesquisa%20PDAD-DF%202013.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2013/Pesquisa%20PDAD-DF%202013.pdf). 20/10/2016.

PESQUISA METROPOLITANA POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO (PMAD). (2013). CODEPLAN. Disponível em [http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa\\_socioeconomica/PMAD/PMAD\\_Perfil\\_socioeconomico\\_dos\\_moradores\\_dos\\_municipios\\_da\\_AMB.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/PMAD/PMAD_Perfil_socioeconomico_dos_moradores_dos_municipios_da_AMB.pdf). 20/10/2016.

PAVIANI, ALDO. (2013). Brasília no contexto local e regional: urbanização e crise. In: *Revista Território*, nº 11, 12 e 13, Ano VII. Rio de Janeiro: set./out.2003, p. 64 – 76.

PLANO DIRETOR DE TRANSPORTE URBANO E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO (PDTU/DF). (2010). Relatório Final – PDTU/DF. In: Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal, Disponível em [http://editais.st.df.gov.br/pdtu/tecnico/relatorio\\_tecnico\\_7.pdf](http://editais.st.df.gov.br/pdtu/tecnico/relatorio_tecnico_7.pdf). 29/10/2016.

STEINBERGER, Marília. (1999). Formação do aglomerado urbano de Brasília no contexto nacional e regional, In: PAVIANI, Aldo (org.), *Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania*. 1ª edição. Brasília: Universidade de Brasília, 1999, 23 – 53.



## A INEFETIVIDADE DO DIREITO À INFORMAÇÃO COMO LIMITADOR DA PARTICIPAÇÃO POPULAR: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SOBRE PLANO DIRETOR, EM ARAPIRACA/ALAGOAS

**VICENTE, Tiago Soares**

*Mestrando em Direitos Humanos, UNIT/SE*

*E-mail: tiagosvicente@hotmail.com*

**MARQUES, Verônica Teixeira**

*Professora do Mestrado em Sociedade,*

*Tecnologias e Políticas Públicas, UNIT/AL*

*Professora do Mestrado em Direitos Humanos, UNIT/SE*

*E-mail: veronica.marques@hotmail.com*

### RESUMO

O presente trabalho faz uma análise sobre a inefetividade do direito à informação como limitador da participação popular, realizando uma abordagem sobre audiências públicas sobre Plano Diretor Participativos do município de Arapiraca/AL. Inicialmente discute-se as características da participação popular nos mecanismos de democracia deliberativa, expondo também o crescimento numérico de participação popular; em seguida, debate-se os problemas encontrados nos mecanismos democráticos, especialmente as audiências públicas, destacando-se a questão da carência de informações por parte dos representantes da sociedade civil como limitador do exercício da participação; por fim, apresenta-se a necessidade de efetivação do direito à informação como elemento concretizador do direito à participação.

Palavras-chave: direito à informação; democracia deliberativa; audiência pública.

### ABSTRACT

This paper analyzes the ineffectiveness of the right to information as a limitation of popular participation, taking an approach on public hearings on Participatory Master Plan of the municipality of Arapiraca/AL. Initially, we discuss the characteristics of popular participation in the mechanisms of deliberative democracy, also exposing the numerical growth of popular participation; and then discusses the problems encountered in democratic mechanisms, especially public hearings, highlighting the issue of the lack of information by representatives of civil society as a limiting exercise of participation; finally, the need for the realization of the right to information as a concrete element of the right to participation is presented.

Key-words: Right to information; Deliberative democracy; Public hearing.

## INTRODUÇÃO

A democracia deliberativa pode ser entendida como o espaço público em que os debates são motivados por argumentos, em busca de um consenso para tomada de decisão que vise o bem comum. Dentre os instrumentos de democracia deliberativa, podemos citar as audiências públicas, os conselhos gestores, as consultas populares, entre outros.

A utilização dos instrumentos deliberativos é uma forma de legitimar os atos administrativos respaldados por atos normativos não democráticos, resultado de uma construção legal, com conceitos abertos e cláusulas gerais, que atribui ao Poder Executivo a realização de programas finalísticos.

Desde a Constituição Federal de 1988, cresceu quantitativamente o manejo dos mecanismos deliberativos, principalmente por exigências das mais diversas leis brasileiras, que condicionam, por exemplo, a liberação de recursos orçamentários federais à realização de audiência pública ou instituição de Conselho Gestor. À medida que crescem numericamente as exigências de instituição de espaços deliberativos, cresce também a construção de espaços sem a qualidade necessária para seu funcionamento; ou seja, cresce também a existência de espaços figurativos, que existem apenas para cumprir uma determinação legal para os quais os participantes estão cooptados pela Gestão Pública. Uma das variáveis que contribui para isso é a carência de informações sobre determinada política pública.

Assim, o trabalho analisa a inefetividade do direito à informação como limitador da participação popular nos mecanismos de democracia deliberativa, especialmente as audiências públicas. Tal pesquisa justifica-se à medida que, embora nos últimos anos tenha se ampliado a participação popular no aspecto numérico, tal alargamento não ocorreu no aspecto qualitativo. Uma das razões apresentadas para isto é a insuficiência de informações técnicas que os representantes da sociedade civil possuem. Informações estas que lhe são privadas pelo próprio Poder Público.

Para realização da pesquisa, foi feita revisão bibliográfica, como também análise de documentos jurídicos e dos relatórios de três audiências públicas realizadas em Arapiraca-Alagoas, entre janeiro e junho de 2016.

O trabalho inicialmente discute as características da participação popular nos mecanismos de democracia direta e espaços públicos, expondo também o crescimento numérico de participação popular. Em seguida, debate-se os problemas encontrados nos mecanismos democráticos, especialmente as audiências públicas, destacando-se a questão da carência de informações por parte dos representantes da sociedade civil como limitador do exercício da participação. Por fim, com as análises realizadas apresenta-se como conclusão a necessidade de efetivação do direito à informação como elemento concretizador do direito à participação.

### 1. PARTICIPAÇÃO POPULAR E ESPAÇO PÚBLICO

A democracia sempre foi apresentada como governo exercido pelo povo e destinado ao povo. Apesar de noção aparentemente simples, ela é concebida como um sistema político complexo, possuindo aspectos positivos ou negativos em sua aplicação e efetividade. Desde o crescimento das populações, com a formação de uma sociedade de massas, administrar a coisa pública passou a ser tarefa de especialistas, burocratas, assim como

realizar as escolhas públicas passou a ser tarefa de representantes eleitos para cumprir um mandato, em tese para manifestar a “vontade popular”. Ocorre que as escolhas realizadas pelos representantes distanciaram-se da real vontade popular, iniciando um longo processo de deslegitimação e crise do mecanismo da representação, que ainda persiste atualmente.

Demandou-se então um envolvimento maior dos cidadãos nas escolhas e gestão da coisa pública. Isso porque a participação popular eleva qualitativamente as decisões políticas, conferindo-as certo grau de legitimidade. Assim, possibilitou-se a criação de instrumentos de participação popular, como a construção de espaços públicos para deliberação acerca de políticas públicas, por exemplo: conselhos gestores, fóruns de discussão, entre outros. A garantia de participação popular mediante atuação em espaços públicos deliberativos, ajuda até mesmo no mecanismo do voto em eleições periódicas, fazendo com que o cidadão eleja seu representante de forma mais criteriosa.

No Brasil, a participação popular é consagrada como direito, inicialmente pelo artigo 1º, parágrafo único da Constituição Federal de 1988. Ao longo do texto constitucional são previstos alguns mecanismos de participação popular, que envolvem instrumentos de auxílio e tomada de decisões relacionadas às atividades do Poder Público (Executivo, Judiciário e Legislativo). Desde então, o Brasil teve aumento significativo na criação de espaços públicos com participação popular.

Tal aumento se deve à previsão legal da existência de diversos modelos de espaços públicos, alguns com função consultiva, outros com função deliberativa. Entre os principais espaços públicos criados pela legislação brasileira, especialmente em auxílio ao Poder Executivo, podemos citar: conselhos gestores; orçamento participativo; plano diretor; fórum de desenvolvimento local, integrado e sustentável; entre outros.

Todos os espaços citados guardam algumas características em comum, mas a principal delas é a garantia de participação popular nas discussões e na tomada de decisões. A fim de conferir uma maior importância aos espaços públicos de discussão, o legislador vinculou a realização determinados atos/atividades à existência desses espaços.

Exemplifica-se com o processo de Licenciamento Ambiental, em que a audiência pública é condicionante para discussão e aprovação dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) vinculados aos Estudos de Impacto Ambiental (EIA)<sup>1</sup>.

Outro exemplo de vinculação está previsto no artigo 5º do Decreto nº 7.788/2012, que exige a instituição e o funcionamento de Conselho de Assistência Social, com composição paritária entre governo e sociedade civil, como condição para transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social.

Tais iniciativas são louváveis à medida que conferem relevância à participação cidadã. Contudo esta pode ser uma “via de mão dupla”; isto porque da mesma forma que tal vinculação incentiva à participação, também pode ser instrumento de cooptação da população e legitimação de práticas abusivas, destoando daquilo que os teóricos da democracia deliberativa idealizaram.

1 Embora no âmbito da legislação federal não haja obrigatoriedade plena da audiência pública, a resolução do CONAMA n.º 09/87 dispõe que sua realização será sempre obrigatória quando o órgão de meio ambiente a julgar necessária ou quando for solicitada por entidade civil, pelo Ministério Público ou por 50 ou mais cidadãos, devendo ocorrer em local de fácil acesso aos interessados. No caso de haver essa solicitação e a audiência não acontecer, eventual licença concedida não terá validade. Já em alguns Estados há obrigatoriedade plena: em Santa Catarina, o Decreto 2.955/10 impôs a obrigatoriedade de realizar audiência pública nos licenciamentos de todos os empreendimentos que exigem a elaboração de EIA/RIMA.

Analisando o funcionamento dos Conselhos Gestores, Marques (2015) sintetiza as principais características idealizadas para ambientes participativos: deve existir diversidade na composição social e institucional dos conselhos, além da paridade; representatividade deve ser institucional e não individual; mandatos devem ser periódicos e não remunerados; devem possuir assessoria técnica e legislativa; devem possuir infraestrutura adequada; ter autonomia; desempenhar função deliberativa, fiscalizadora, mobilizadora e consultiva.

Infelizmente uma significativa parte dos instrumentos de participação popular existentes no Brasil, como os Conselhos, não conseguem possuir as características ideais referidas. Na verdade, alguns destes existem de forma figurada, apenas para atender a uma exigência legal, como nos casos em que é necessária a existência de conselhos para liberação de recursos (federais). Uma das principais situações que pode alimentar a cooptação dos cidadãos e estimular a existência de um ambiente pseudo-participativo (e figurativo) dos Conselhos é a inefetividade do direito à informação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Habermas (2003) propõe um modelo de democracia em que a participação popular acontece num ambiente (espaço público), onde ocorrem diálogos baseados na argumentação e no consenso, buscando alcançar a solução mais justa para atingir o bem comum. O modelo habermasiano é procedimental, isto é, o modelo depende da institucionalização de processos e dos pressupostos comunicacionais; está aberto quanto a resultados, mas está obrigado a respeitar o procedimento.

Habermas (2003) defende o exercício da democracia deliberativa principalmente no âmbito da Administração Pública (Poder Executivo). Isso porque as leis deixaram de ser vistas como programas condicionais, assumindo a forma de programas finalísticos, com conceitos indeterminados e cláusulas abertas, que abrem à administração um amplo espaço de opinião. Então, a Administração passa a se autoprogamar, normatizando em razão do espaço deixado pelo legislador. Ocorre que a autoprogramação carece de legitimidade, pois esta norma não é democrática porque não advém do Poder Legislativo, onde estão os representantes legítimos para produção normativa do Direito. Para Habermas (2003), torna-se necessário a utilização de instrumentos de participação popular pela Administração em espaços públicos deliberativos, como audiências públicas e consultas populares, para legitimar a produção normativa.

Os principais postulados do processo de deliberação, segundo Habermas, é que “as deliberações realizam-se de forma argumentativa, portanto, através da troca regulada de informações e argumentos entre as partes, que recolhem e examinam criticamente propostas” (HABERMAS, 2003, p. 29) e que os processos devem ter natureza inclusiva e autônoma, sendo os cidadãos livres de qualquer tipo de coerção. E para que isto seja possível é necessário que todos os participantes tenham acesso a informações suficientes que possam formar uma compreensão articulada acerca das matérias a serem regulamentadas. Portanto, sem a troca de informações e argumentos não há democracia deliberativa.

Robert Dahl (1997) ao dissertar sobre democracia entende que uma característica-chave é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos; para isso é preciso que todos os cidadãos tenham oportunidades plenas: a) de formular

suas preferências; de expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo de forma individual e da coletiva e c) de ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo.

Para cada uma dessas oportunidades são necessárias algumas garantias institucionais (situações que devem ser prestadas pelo Estado como condição do exercício das oportunidades mencionadas por Dahl, para a possibilidade de aproveitamento das oportunidades), como a liberdade de expressão e o direito de voto. Mas interessa-nos aqui a garantia de “fontes alternativas de informação”, que consiste na publicidade de toda a informação necessária para o exercício da democracia e na pluralidade das fontes de informação, alternativa aos órgãos públicos de informação. A garantia de “fontes alternativas de informação” é necessária para as três oportunidades elencadas por Dahl.

Como a liberdade de expressão, diversos critérios democráticos básicos exigem que fontes de informação alternativas e relativamente independentes estejam disponíveis para as pessoas. Pense na necessidade de compreensão esclarecida. Como os cidadãos podem adquirir a informação de que precisam para entender as questões se o governo controla todas as fontes importantes de informação? Ou, por exemplo, se apenas um grupo goza do monopólio de fornecer a informação? Portanto, os cidadãos devem ter acesso a fontes de informação que não estejam sob o controle do governo ou que sejam dominadas por qualquer grupo ou ponto de vista.

Pense ainda sobre a participação efetiva e a influência no planejamento público. Como poderiam os cidadãos participar realmente da vida política se toda a informação que pudessem adquirir fosse proporcionada por uma única fonte - o governo, digamos - ou, por exemplo, um único partido, uma só facção ou um único interesse? (DAHL, 2001, p. 111)

Para que a participação popular seja plena, efetiva, é necessário que os cidadãos participantes tenham o conhecimento e as informações necessárias sobre a questão posta em discussão<sup>2</sup>. No entanto, o que ocorre é que os representantes populares nos espaços públicos têm dificuldades em participar devido, por exemplo, à insuficiência de informações técnicas, geralmente restritas a órgãos estatais que fazem a gestão de determinada política, impossibilitando o exercício da democracia deliberativa.

As informações aqui tratadas são aquelas relativas a dados, números e documentos da Gestão Pública<sup>3</sup>, que estão à disposição da própria Gestão, mas que são de interesse da coletividade e historicamente são inacessíveis. O acesso a estas informações é necessário para o regular exercício da democracia representativa, pois para que o eleitor possa votar é preciso que tenha conhecimento suficiente sobre estas informações até mesmo para verificar a compatibilidade destas com as propostas dos candidatos. Mas principalmente o acesso à informação é essencial principalmente para os procedimentos participativos, deliberativos.

2 Supondo que estamos em uma audiência pública para discussão do Orçamento Público de um determinado município. Para que os cidadãos possam opinar, debater, ouvir e sugerir, é necessário que os mesmos tenham ciência da realidade financeira do município, dos projetos e programas em execução ou paralisados, da previsão de receita para o ano subsequente. Quem possui estas informações é a gestão pública e seus representantes. Caso tais informações não sejam compartilhadas, os cidadãos estarão em situação de desigualdade com os representantes da gestão.

3 Por exemplo: informações sobre a elaboração e execução de políticas públicas; questões orçamentárias como a previsão de receita e despesa do poder público; informações técnicas sobre a realização de uma determinada obra pública, etc.

O modelo deliberativo prestigia a tomada de decisão através da construção de um consenso qualitativo e racionalmente motivado. A formação de qualquer consenso dá-se com discussão e exposição de argumentos, a fim de que haja um entendimento acerca de determinada questão. A partir do momento em que alguns participantes de espaços deliberativos não possuem informações necessárias sobre determinada política pública, dificilmente poderão argumentar racionalmente. Caso haja consenso nesses ambientes, possivelmente teremos um consenso viciado, manipulado por aqueles que possuem as informações.

Reconhecendo a necessidade de publicização dos atos do Poder Público e que o acesso à informação é essencial para o desenvolvimento regular dos espaços deliberativos, a Constituição Federal de 1988 consagrou o direito à informação como cláusula pétrea<sup>4</sup>, em seu artigo 5º, inciso XXXIII, que estabelece que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo ou geral.

Para Lafer (1988, p. 241), o direito à informação “tem como objeto a integridade moral do ser humano, é precipuamente uma liberdade democrática, destinada a permitir uma adequada, autônoma e igualitária participação dos cidadãos na esfera pública”.

Como consequência do disposto no artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, foi editada a Lei n.º 12.527/2011, a chamada Lei de Acesso à Informação. Tal instrumento normativo: obriga órgãos públicos federais, estaduais e municipais a oferecer informações relacionadas às suas atividades; determina que esses órgãos públicos criem centros de atendimento dentro de cada um deles; determina a divulgação em sítios da internet de informações de interesse coletivo ou geral, como o orçamento público, contratos realizados pela Administração Pública, entre outros.

Apesar do disposto na referida lei, a inefetividade do Direito à Informação persiste. Dentre as razões para tal inefetividade estão a não clarificação das informações prestadas pelo Poder Público, geralmente com termos técnicos pouco usuais, e até mesmo a “maquiagem” de dados, numa tentativa de manipulação dos cidadãos. Desta forma, os cidadãos encontram um óbice visto por alguns como intransponível: como superar o protecionismo da Administração Pública na divulgação de informações necessárias para a tomada de decisões em audiências públicas?

Uma das situações corriqueiras são as audiências públicas exigidas no processo de licenciamento ambiental. Poucas pessoas conseguem compreender os termos utilizados nos relatórios e estudos que subsidiam um processo de licenciamento ambiental. Além disso, nem todas as informações necessárias no processo são divulgadas aos cidadãos.

Outra situação em que há exigibilidade da realização de audiência pública, e que é evidente a inefetividade do direito à informação, é o processo de formulação do Plano Diretor Participativo. Este é definido pelo Estatuto da Cidade (lei n.º 10.257/2001) como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Seu objetivo primordial é definir a função social da cidade e da propriedade urbana, de forma a garantir o acesso à terra urbanizada e regularizada a todos os segmentos sociais, o

<sup>4</sup> Cláusulas pétreas são dispositivos constitucionais que não podem ser alterados ou emendados por qualquer Emenda Constitucional, por força do artigo 60, § 4º da Constituição Federal de 1988.

direito à moradia e aos serviços urbanos a todos os cidadãos, bem como de implementar uma gestão democrática e participativa.

O Estatuto da Cidade dispõe que no processo de elaboração e de fiscalização da implementação do Plano Diretor, serão garantidos: a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade; a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos; o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

Santos (2011) identificou, porém, uma crescente burocratização da participação nas audiências públicas do Plano Diretor de diversos municípios brasileiros. A principal causa para esta burocratização é a:

Manutenção da cisão entre uma visão técnica da cidade e uma visão comunitária/popular. Em alguns estudos de caso, certos temas foram tratados bastante superficialmente ou não foram tratados. Os parâmetros utilizados no zoneamento da cidade e a definição dos parâmetros relativos à classificação de terreno não utilizado ou subutilizado não foram objeto de debate nos espaços de participação criados para a elaboração do Plano. (SANTOS, 2011, p. 277)

A referida cisão entre visões de cidade, é consequência da inacessibilidade dialógica da visão técnica da cidade, que não consegue ser compreendida pela comunidade, que permanece com uma visão apenas comunitária. Como dito anteriormente, nos instrumentos de democracia deliberativa há necessidade de troca de argumentos e informações na busca da construção de um consenso: no caso do Plano Diretor, esta troca de argumentos e informações deveria ser concretizada pela discussão e reflexão dos técnicos e populares, pela visão técnica e pela visão comunitária.

Ambas as visões (técnica e comunitária) da cidade não são excludentes, mas complementares e essenciais para a discussão nas audiências públicas do Plano Diretor e, conseqüentemente, para o planejamento da própria cidade. No entanto, é perceptível a não interação entre as duas visões da cidade, o que é maléfico e resulta na inefetividade dos instrumentos deliberativos, que não conseguem desempenhar suas funções diante da polarização de visões momentaneamente rivais e da insuficiência de informações para troca de argumentos e busca de consenso.

Santos (2011) identifica ainda outros problemas na formulação do plano diretor dos diversos municípios brasileiros:

- i) O poder dos grupos privados sobre a produção e a apropriação da cidade não se altera somente com um chamamento à participação de todos os segmentos sociais, tendo em vista que é preciso iluminar os interesses contraditórios e às vezes inconciliáveis entre esses segmentos. A não explicitação dos conflitos permite que aparentemente todos os segmentos sociais sejam beneficiados através da definição de diretrizes genéricas, mas que na prática estas não se materializem em instrumentos e mecanismos de intervenção para a promoção do direito à cidade.
- ii) A precariedade dos diagnósticos que orientam a elaboração dos Planos também pode ter contribuído para a não explicitação dos conflitos e para a fragilidade das definições; e
- iii) **a baixa compreensão dos mecanismos de apropriação privada da cidade e dos instrumentos de reforma urbana inscritos no Estatuto da Cidade por parte da maioria dos técnicos de prefeituras e das lideranças dos movimentos populares.** (SANTOS, 2011, p. 277-278, grifo nosso)

Não apenas a população desconhece informações importantes. Como observado, inclusive técnicos de diversas prefeituras não compreendem adequadamente os mecanismos de apropriação privada da cidade e dos instrumentos de reforma urbana, temas essenciais na discussão de qualquer Plano Diretor.

A LAI (Lei de Acesso à Informação - n.º 10.257/2001) dispõe no artigo 5º que é “dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão”.

A efetiva participação da sociedade (e inclusive dos próprios representantes da Gestão pública) nas audiências públicas do Plano Diretor necessita da realização do disposto no artigo acima referido: a divulgação de forma clara e em linguagem de fácil compreensão das informações que estão sob poder da Gestão Pública.

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

A presente pesquisa realizou uma análise em relatórios de três audiências públicas realizadas em Arapiraca-Alagoas, entre janeiro e junho de 2016, referentes ao Plano Diretor Participativo.

O município de Arapiraca, maior município do interior de Alagoas com mais de 215 mil habitantes, situado no Agreste Alagoano, a 128 quilômetros de Maceió e a 180 quilômetros de Aracaju, já foi conhecida como a capital do fumo, por ser uma grande produtora e exportadora de fumo. No auge da fumicultura, o município tentou realizar o seu primeiro Plano Diretor em 1979, mas não foi aprovado. Naquela época, o Plano Diretor era concebido como uma peça técnica, restrita aos especialistas. Em 1990 houve uma tentativa de aprovação de um novo Plano Diretor, novamente sem êxito.

Apenas em 2006, por meio da Lei municipal nº 2.424/2006, o município de Arapiraca conseguiu aprovar o seu Plano Diretor Participativo, já sob vigência do Estatuto das Cidades. Por disposição do artigo 40, § 3º, da Lei n.º 10.257/2001 (Estatuto das Cidades) a lei que instituiu o Plano Diretor tem que ser revista dez anos depois. Na prática é elaborado um novo Plano Diretor.

Dispõe o artigo 40, § 4º do Estatuto das Cidades:

- § 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:
- I. a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;
  - II. a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;
  - III. o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

O texto legal prevê expressamente a publicidade dos documentos e das informações necessários para a realização das audiências públicas. Além disso, garante a realização de audiências públicas e debates para produção do Plano Diretor.

A Prefeitura de Arapiraca, então, iniciou a elaboração do Plano com a realização de diversas audiências públicas, de forma regionalizada, entre o segundo semestre de 2015 e o primeiro semestre de 2016. Após a colheita de sugestões, críticas, opiniões, foram iniciadas reuniões técnicas setoriais, onde os técnicos da Prefeitura, divididos por área



de estudo, realizam a análise dos debates nas audiências públicas. Com a finalização das reuniões técnicas, estão previstas pelos menos mais duas audiências públicas para deliberação do texto final. Atualmente, o Plano Diretor de Arapiraca está na fase das reuniões técnicas.

As três audiências públicas analisadas para o presente trabalho foram aquelas realizadas durante a fase inicial da elaboração do Plano Diretor, nas seguintes datas: 19/01/2016, 23/02/2016 e 07/06/2016.

Da análise das três audiências públicas para o presente trabalho, constatou-se que os representantes da sociedade civil, da comunidade, pouco tinha conhecimento de dados e informações necessárias para o debate nas audiências públicas.

Algumas vezes foi necessário que o moderador da audiência pública explicasse qual a finalidade daquela reunião, qual fundamento legal, o que eles poderiam propor ou debates, etc. Vê-se, então, que havia desconhecimento da finalidade da própria audiência pública, quanto mais das informações passíveis de debate.

As audiências públicas prosseguiram sem participação relevante dos atores da comunidade. A irrelevância dos representantes da sociedade civil nas audiências públicas analisadas evidencia a inefetividade do Direito à Informação, situação possivelmente semelhante em outros municípios brasileiros.

O município é o ente político mais próximo do cidadão, além de ser, possivelmente, mais facilmente assistido pelo Poder Público, razões pelas quais os ambientes deliberativos possuem maior efetividade neste modelo de unidade política. Porém, pelas mesmas razões, é também no município que os mecanismos de manipulação e cooptação dos cidadãos são mais fortes e influentes.

O domínio das informações por parte dos representantes da gestão pública e a sua não disponibilização para os representantes da sociedade civil, contribuiu para que houvesse certa cooptação dos cidadãos e manipulação do espaço público deliberativo.

Uma das formas explícitas de cooptação e manipulação dos cidadãos no caso do Município de Arapiraca é revelada no descumprimento do artigo 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011), que impõe aos órgãos públicos, independentemente de requerimento, o dever de promover a divulgação em local de fácil acesso das informações de interesse da coletividade. O parágrafo segundo do mesmo artigo obriga a divulgação das informações em sítios oficiais da internet, sites que deverão atender aos seguintes requisitos definidos no parágrafo terceiro:

- I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
- III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;
- IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;
- V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;
- VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo no 186, de 9 de julho de 2008.

Destaque-se ainda, que o “Serviço de Atendimento ao Cidadão”, previsto no artigo 9º, inciso I, da Lei de Acesso à Informação, somente foi disponibilizado na internet em novembro de 2016, portanto meses depois da realização das audiências públicas analisadas no presente trabalho.

Além da inefetividade da prestação das informações aos cidadãos, ficou evidente também a manipulação do espaço deliberativo pelos responsáveis na condução das audiências públicas, que em diversos momentos tinham alguma “pressa” em finalizar a audiência ou não discutir uma determinada temática. Tal pressa pode ser entendida como uma forma de se livrar do ambiente entediante que se tornou a audiência pública; ou mesmo pode ser entendida como um cumprimento de uma obrigação protocolar, disposta em lei, apenas para validar/legitimar a construção de um ato administrativo (plano diretor) imposto pela Administração Pública.

Os debates giravam em torno de questões tidas como básicas, como a instituição do IPTU Progressivo e a questão da definição de limites no perímetro urbano do município de Arapiraca. Questões mais complexas e técnicas, como a ordenação do solo e o zoneamento urbano e rural, foram deixadas de lado nos debates, principalmente pelas pouca acessibilidade à informação: inacessibilidade não apenas em relação ao fornecimento da informação, mas também inacessibilidade em relação à linguagem técnica utilizada para tais questões.

Apesar da previsão no Estatuto das Cidades (art. 40) de publicização de qualquer documentos ou informações necessárias às audiências do Plano Diretor, no caso de Arapiraca elas foram inexistentes ou insuficientes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal de 1988 prevê alguns mecanismos de participação popular, que envolvem instrumentos de auxílio e tomada de decisões relacionadas às atividades do Poder Público (Executivo, Judiciário e Legislativo). Desde então, o Brasil presenciou uma crescente criação de espaços públicos deliberativos. Entre os principais espaços públicos criados pela legislação brasileira, especialmente em auxílio ao Poder Executivo estão as audiências públicas para elaboração e implementação do Plano Diretor Participativo, que é definido pelo Estatuto da Cidade (lei n.º 10.257/2001) como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

Para que a participação popular seja plena, efetiva, é necessário que os cidadãos participantes tenham o conhecimento e as informações necessárias sobre a questão posta em discussão. No entanto, o que ocorre é que os representantes populares nos espaços públicos têm dificuldades em participar devido principalmente à insuficiência de informações técnicas, geralmente restritas a órgãos estatais que fazem a gestão de determinada política, impossibilitando o exercício da democracia deliberativa, que

prestigia a tomada de decisão através da construção de um consenso qualitativo e racionalmente motivado.

Apesar das disposições da Lei de Acesso à Informação, que cria mecanismos para compartilhamento de informações no âmbito da administração pública, a inefetividade do Direito à Informação persiste. Dentre as razões para tal inefetividade estão a não clarificação das informações prestadas pelo Poder Público, geralmente com termos técnicos pouco usuais, e até mesmo a “maquiagem” de dados, numa tentativa de manipulação dos cidadãos.

No caso do Município de Arapiraca foi identificado que, embora estivessem presentes nas audiências públicas para discussão do Plano Diretor, os representantes da sociedade foram irrelevantes em suas participações, principalmente porque não existia nenhuma forma de divulgação de dados e informações públicas, como o Sistema de Informação ao Cidadão, estabelecido na Lei de Acesso à Informação, mas implementado no município de Arapiraca depois de meses da realização das audiências públicas analisadas para a presente pesquisa.

É nítido que a Gestão Pública do município de Arapiraca ainda não compreendeu os princípios que regem a Administração Pública, como o da Transparência, consagrado na Lei de Acesso à Informação e na Constituição Federal de 1988; não entendeu que as informações em posse da Administração são de interesse da coletividade e não devem ser encobertas por interesses individuais.

Desta forma, os resultados trazem a seguinte questão: como superar o protecionismo da Administração Pública na divulgação de informações necessárias para a tomada de decisões em audiências públicas?

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm).

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm).

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm).

DAHL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 1997.

\_\_\_\_\_. **Sobre a democracia**. Traduzido por: Beatriz Sidou. Brasília: UNB, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade, Vol. I. 2ª ed. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003

\_\_\_\_\_. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade, Vol. II. 2ª ed. Traduzido por: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MARQUES, Verônica Teixeira. Estado e sociedade civil: accountability e ampliação da esfera pública de conselhos gestores. In: SANTANA, C. H. & IGLESIAS, W. **Estado, burocracia e controle democrático**. São Paulo: Alameda, 2015.

SANTOS, Mauro Rego Monteiro dos. O sistema de gestão e participação democrática nos planos diretores brasileiros. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtmann (org.). **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade**: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Cidades, IPPUR/UFRJ, 2011.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtmann (org.). **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade**: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Cidades, IPPUR/UFRJ, 2011.

## **GT: 27 - Cultura e desenvolvimento**

Coordenadores: Maria de Fátima Rodrigues  
Makiuchi e Leonardo Barci Castriota

## SENTIDOS E SIGNIFICADOS DOS CORPOS QUE DANÇAM NO ENCONTRO DE CULTURAS TRADICIONAIS DA CHAPADA DOS VEADEIROS: PASSOS DE MEMÓRIA

**CURADO, Renata Valério Póvoa**

Estudante de mestrado do Programa de  
Pós-Graduação em Memória Social da  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
*renatacurado@hotmail.com*

**Resumo:** Este artigo analisa como as danças apresentadas na festividade Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros em Goiás são meios de fortalecimento de memórias culturais de povos tradicionais lá presentes através da atualização do ritual da comunidade de origem transformado em performance cultural rearranjada para apresentação ao público, fazendo desse ato de dançar uma forma de afirmação de identidade e resistência grupal, social e política. Tratarei assim de reflexões sobre povos tradicionais, dança, memória social e coletiva. Metodologicamente este texto vai refletir a partir da experiência da autora como observadora participante durante cinco anos dentro do acontecimento da Aldeia Multiétnica que é parte formadora deste evento, para entender como se dão esses agenciamentos através de experiências do convívio ao se criar outras sociabilidades e parcerias em prol dos direitos dos indígenas.

**Palavras-Chaves:** povos tradicionais, dança, memória cultural.

**Abstract:** This paper analyzes how the dances presented at the festival Meeting of Traditional Cultures of Chapada dos Veadeiros in Goiás are strengthening means of cultural memories of traditional people present there by updating the source community ritual transformed into cultural performance rearranged for presentation to public, making this act of dancing a form of identity assertion and group resistance, social and political. So I'll try to reflections on traditional folk, dance, social and collective memory. Methodologically this text will reflect from the experience of the author as a participant observer for five years in the event of Multiethnic Village which is forming part of this event, to understand how to give these assemblages through the living experience by creating other sociabilities and partnerships for the rights of indigenous peoples.

**Key Words:** Traditional folk, dance, cultural memory.

## INTRODUÇÃO

Santo Agostinho citado por Paul Valery reflete: “O que é a dança? Mas afinal o que é a dança?... Mas a dança, disse a si próprio, é afinal uma forma de tempo, é a criação de um certo tipo de tempo, de um tipo completamente distinto e único.” (2011, Pág. 08.) Santo Agostinho se indaga, Paul Valery dá seguimento às questões, e eu me pergunto também. O que é a dança? O que foi o conceito de dança antes? O que é a dança agora? O que são danças de culturas milenares? Como a dança reforça os processos de identidade e alteridade?

Quando o pensador Paul Valery nos propõe que a dança é certo tipo de tempo, podemos inferir que o ato de dançar se relaciona com a capacidade de ser, saber e fazer memória, memória esta que é totalmente vinculada ao conceito de temporalidade: a memória da mente e a memória dos corpos. Uma memória dançada é aquela que cria um tempo no “aqui e agora” através dos movimentos e gestos corporais, mas que também permanece através das eras, nas memórias das culturas, dos seres humanos e seus movimentos corporais, nos rituais, nas tradições, nos mitos e sonhos, onde esta se recria na imaginação e criatividade dos viventes.

De acordo com Pierre Nora, historiador francês interessado nos estudos de memória:

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. Porque é efetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. (...) A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. (1993, pág. 9.)

Sendo assim vê-se que a memória se perpetua também através dos gestos, no caminhar da tradição oral e corporal. É sobre a relação entre memória e o ato de dançar que esse artigo vai se debruçar. O argumento principal é que a dança é uma forma de permanência de memórias culturais conquanto as memórias individuais e coletivas de certos grupos sociais retroalimenta a criação em danças tradicionais.

As sociedades ágrafas e/ou de grafia recente são consideradas comunidades-memória por excelência, por viverem através e em função da tradição oral. Todo o pensamento, ciência e conhecimento milenar desses povos foram e são repassados por via das histórias, mitos, cantos, danças, artesanatos, entre outros bens culturais.

Esses povos tradicionais experimentam a memória como potência de tradição, vida e ancestralidade. Suas narrativas corporais e orais representam sua história vivificada.

Metodologicamente este texto vai refletir a partir da somatória de minhas experiências e memórias construídas na Aldeia Multiétnica juntamente às pesquisas bibliográficas sobre temas pertinentes à Antropologia da Dança, Performances Culturais, Memória Social e traços de estudos filosóficos. Através da etnografia do evento, mas mais especificamente através de uma autoetnografia de minhas experiências em anos consecutivos nas festividades, busco analisar o microcosmo do festival citado para buscar entender o macrocosmo do universo das danças tradicionais em contato e agenciado para a relação com o público não indígena. A eleição por entender a dança dita tradicional e seus sentidos e significados através da observação participante no Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros vem de minhas vivências

peçoais como artista, arte-educadora e pesquisadora, mas acima de tudo como um ser humano que se movimenta e também dança.

Ao participar anualmente das festas percebi que a culminância máxima do evento, o ápice, o momento de maior comunhão, alegria, e transformação se davam quando povos indígenas e quilombolas dançavam. Junto a dança vem a música, os instrumentos musicais, a melodia, a performance e a encenação.

Se a antropologia por tanto tempo deixou a dança em segundo plano de observação, dando uma atenção maior a outros métodos de análise científica, como o estudo do artesanato, das línguas, da política, dos graus de parentesco, entre outros, no momento atual, com muitos estudiosos pesquisando e lutando para situar a dança no mesmo patamar das outras categorias, encontro nessa festividade uma ode à dança, ao ato de dançar. Joan Kealinohomoku diz: "... uma análise minuciosa da dança é uma ferramenta preciosa para a pesquisa antropológica. Do mesmo modo, provou que os métodos da Antropologia são úteis para o estudo da dança." (2011, pág. 3).

Quando indígenas, quilombolas, e o público formado de turistas e estudantes de diversos lugares do Brasil e do mundo, se unem em roda e/ou cortejo e dançam suas alegrias e dores, ocorre um ato de resistência política, uma celebração com conflitos, problemas, proposições, mas ao mesmo tempo, vários encontros se dão de fato nessa potência de intenções que é o "dançar juntos".

### **1. O Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros e sua relação com as memórias culturais.**

O Encontro é uma comemoração que acontece anualmente, desde o ano 2000, na Vila de São Jorge, município de Alto Paraíso, no estado de Goiás, região da Chapada dos Veadeiros, santuário do que resta do Cerrado Brasileiro. A Vila de São Jorge é um pequeno vilarejo de ex-garimpeiros que, com a proibição da extração de cristais e a criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em 1961, abriu-se para o turismo ecológico e de aventuras.

O festival Encontro de Culturas foi criado pela Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge em 2000 com o objetivo de divulgar e fortalecer os modos de fazer, usos e costumes, festas e celebrações que consagram o patrimônio imaterial brasileiro. Ele reúne vários representantes das culturas tradicionais campestres do estado de Goiás, Minas Gerais e arredores. Dentro deste evento acontece também a Aldeia Multiétnica que é a criação e simulação de uma aldeia, onde algumas etnias indígenas se estabelecem para promover vivências em grupo, mostrar e vender artesanatos, e demonstrar sua arte e cultura, seu modo de viver, todos símbolos das memórias destes povos. O alimento que se come é tradicional, se constroem ocas e malocas, e por uma semana ali é a casa dos indígenas participantes e de muitos visitantes interessados nessa diversidade cultural. Essa Aldeia é aberta ao público, mediante o pagamento de uma taxa, e existe uma programação de apresentações. Todos os dias uma etnia lidera a festa, cantando, tocando seus chocalhos e outros instrumentos, e principalmente dançando. Cada ano uma etnia é anfitriã geral da festa. No ano de 2015 foram os Krahôs (etnia indígena que vive no estado do Tocantins e possui vastíssima quantidade de rituais e cantos em sua cosmologia) os anfitriões. Em outros anos já foram os Yawalapity do Alto Xingu e os Kayapó Mebengroke do Pará. A programação do Encontro é flutuante e os povos que



o frequentam também, porque a presença dos indígenas depende de financiamentos e apoios públicos, privados, coletivos e institucionais.

Um dos pontos mais interessantes deste evento é a questão de como o corpo do outro é notado, observado, aprendido e apreendido. Através do Encontro não apenas de mentes, mas também, de corpos e seus movimentos é que se dá o diálogo, não com falas apenas, mas com olhares, mãos dadas, passos coreográficos, cirandas e rituais. Neste evento acontecem também rodas de conversa e debates sobre determinados assuntos caros ao meio ambiente e a sobrevivência dos povos tradicionais como: sementes naturais, sustentabilidade, medicina tradicional, ervas medicinais, e até assuntos de militância política, como debates contra a PEC 215, por exemplo. Estes são momentos importantes para os espaços de trocas interculturais e políticas, mas vemos que o que recebe maior ressonância são os encontros dos corpos, que se pintam entre si em cada etnia; as pinturas feitas por indígenas nos não indígenas; os modos diferentes sentidos e observados de caminhar, de se relacionar, de se olhar. Nessas vivências de encontros corporais é que acontece o encontro com o diferente, não no sentido do outro exótico, mas em contrário, no sentido do reconhecimento das diferenças em consonância com as possibilidades de interação e descobertas de desejos, projetos, movimentos e sonhos em comum. Os indígenas e não indígenas interagem de forma consentida a se entenderem, existe a curiosidade do novo pra ambas as partes por estarem ambos foram de suas comunidades de origem e estarem ali para reivindicar direitos e festejar- os indígenas e para descortinar outros saberes e festejar- os não indígenas.

## **2. Antropologia da dança: danças, cantos e música no Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros e sua relação com a alteridade.**

Gisele Guilhon Antunes Camargo (2011), antropóloga estudiosa da Antropologia da Dança, batalha na consolidação deste campo teórico e metodológico e da percepção de sua relevância por parte da comunidade acadêmica e afim, através do entendimento da dança como um sistema de fundamental importância não apenas para seu próprio entendimento, como também e principalmente para a compreensão da estrutura mais profunda da sociedade na qual o ato de dançar está inserido.

Uma das predecessoras de Camargo (2011) neste campo de estudos é Gertrude Prokosch Kurath (1903-1992). Ela propunha uma etnologia da dança, que focava na observação em campo, no agenciamento dos dançarinos no espaço, no estilo do movimento do corpo e na estrutura da dança para uma análise mais ampla do contexto cultural de cada dança e de seu grupo social por consequência. No contexto de aproximação a esses estudiosos neste novo campo chamado de Antropologia da Dança nos deparamos com Judith Lynne Hanna (1979), que identifica sete dimensões do comportamento humano que podemos utilizar para pensar a dança, e que buscarei para fazer aproximações metodológicas e pensar as danças que acontecem na Aldeia Multiétnica como instrumentos de memória e monumentos comemorativos em movimento.

São elas: Física, cultural, social, psicológica, econômica, política e comunicacional.

No plano físico é observável que as danças indígenas possuem traços comuns e traços diferenciais, por isso não se pode intitular essas manifestações apenas como danças étnicas, já que cada etnia possui suas características próprias. Também porque partimos do princípio de que toda dança é étnica, já que cada povo, seja ele, ocidental, oriental,

tradicional ou não, vem de uma etnia, de um grupo social. Assim para exemplificar falaremos brevemente da dança Kayapó Mebengroke (PA), da dança Funil-ô (PE) e da dança Xinguana (MT), povos sempre presentes no Encontro e que pude observar com mais frequência.

Os Kayapós Mebengrokes especificamente fazem danças em que os homens vão à frente puxando a roda e as mulheres vão atrás formando fileiras duplas. Quando a roda se faz completa as mulheres ficam de frente para os homens mantendo os cantos e movimentos ativos. São pés que vão para frente e para trás. As mulheres se abraçam pelas costas. Já os homens ficam lado a lado sem se abraçarem, de forma geral, mas em algumas danças se abraçam pelas costas também, formando uma imagem como de correntes paralelas, onde se forma uma fila de homens de frente para as fileiras de mulheres. E assim os ritmos e os gêneros se unem. As mulheres possuem um cantar mais agudo enquanto os homens cantam de forma mais grave. Como pode ser percebida nesta imagem a forma do gestual e movimento que gera o sentimento de coletividade indígena está também inserido no ato de dançar e na postura dos corpos: juntos.



**Figura 1.** Mulheres Kayapós dançando no XV Encontro em julho de 2015. Fonte: Página do Encontro de Culturas no Facebook<sup>1</sup>. Foto por Leonil Júnior.

<sup>1</sup> Disponível em <<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.902071066531751.1073741888.145141802224685&typ e=3>> Acesso em dez 2015.

Essa dança faz parte da cosmologia ritual dos Kayapós (<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kayapo>) e existe em um processo que sugere também a forma de se colocar ideologicamente, de como os corpos se entendem e entendem o mundo.

Já a dança Funil-ô geralmente apresentada no Encontro se trata de uma dança eminentemente masculina com apenas uma mulher formando dupla com o cantador principal. Esse casal puxa a roda que vai se formando com cantos que homenageiam o cantar dos pássaros. Os movimentos dos indígenas com os corpos abaixados no plano médio e os braços abertos em formatos de asas também simula o voar dos pássaros. Muitos dançantes carregam apitos que fazem sons de pássaros e assoviam. O líder cantador ao lado da mulher cantadora puxa a roda e canta bem alto, ao passo que os outros indígenas em determinados momentos cantam juntos em resposta no formato de um coro e em outros momentos apenas escutam. Em algumas outras formações de dança para apresentação, algumas mulheres Funil-ô se juntam ao grupo e fazem uma formação em roda para demonstrarem seus cantos e movimentos corporais ao público. Como pode se ver nessa imagem a partir do primeiro exemplo de dança Funil-ô:



**Figura 2.** Towé Veríssimo líder indígena Funil-ô. Cantador principal. Fonte: Arquivo pessoal da autora. XIV Encontro de Culturas. Aldeia Multiétnica. Foto por Luciana Lima.

Nas danças Funil-ô o caráter sagrado é sempre ressaltado e a dança para eles (mesmo fora de sua aldeia de origem) funciona como uma forma de vivenciar a espiritualidade e o encontro com o Grande Espírito, como eles denominam a figura de um Deus maior. Siran Funil-ô, dançante representante de sua etnia, ao ser entrevistado por mim em julho de 2016, assim explica sua experiência na Aldeia Multiétnica: “Eu fico muito alegre. Muito satisfeito porque hoje eu estou na cultura. Tem um espírito muito poderoso que encosta não só em mim, mas em meus parentes todos”.

É notável também que toda uma rede de significados e simbologias das pinturas, vestes e adereços formam também o universo cultural – imagético desses dançantes indígenas. São itens de grande valor estético, artístico e antropológico.

Finalizando a questão das características físicas de algumas danças apresentadas no Encontro, chegamos à dança Xinguana formada por mulheres e homens jovens e adultos que cantam e caminham em duplas com um pé sempre à frente marcando o passo, atravessam o pátio passando pelo público e fazem uma grande roda no centro convidando o mesmo a participar desta ciranda. Em outras apresentações os homens tocam suas flautas sagradas formando círculos, e as mulheres vão os acompanhado atrás formando duplas. Como pode ser vista nesta imagem:



**Figura 3.** Apresentação de dança Xinguana no VII Encontro de Culturas. Fonte: Página do Encontro no Facebook<sup>2</sup>. Fotografia por Anne Vilela.

<sup>2</sup> Disponível em: < <https://www.facebook.com/encontrodeculturas/> > Acesso em out 2015.

É vital observar, analisando o viés político que a dança pode alcançar, que essas etnias possuem um número pequeno de viventes (os Yawalapity, representantes dos povos do Alto Xingu, por exemplo, eram contados em 208 pessoas em 2002 segundo dados da UNIFESP) e estar nesse tipo de Festival é uma ótima forma de dizer ao mundo que eles existem, e mais que isso, que celebram, mantêm seus cantos tradicionais e milenares, recriam seus ritos, e dançam o passado e o presente, na alegoria da luta pela permanência de ser e estar nesse mesmo mundo. Sabe-se também que todos os povos do Alto Xingu, vivem tempos difíceis por sua proximidade com terras muito procuradas para as construções de usinas Hidroelétricas como a Usina de Belo Monte e também por habitarem terras visadas pelos ruralistas do Mato Grosso e região, para a plantação de monoculturas inimigas da biodiversidade natural do Parque indígena do Xingu e também para criação de gado de corte para exportação e venda nacional. Mesmo tendo estas terras já garantidas em lei, esses povos passam por constantes hostilizações e invasões por parte dessa parcela da sociedade que não respeita os direitos já garantidos pela Constituição Federal de 1988 aos povos indígenas. Se dança também para lutar, agenciar parcerias e permanecer vivos.

No quesito cultural pensado por Hanna (1979), podemos observar que os momentos de culminância em dança são precedidos por várias preparações da ordem da organização de cada grupo cultural presente na Aldeia. As pinturas corporais, o momento de concentração dentro da oca antes de sair para o pátio, a preparação dos instrumentos que serão utilizados, as brincadeiras antes do momento de apresentação, os cabelos adornados e os pares que são feitos representam toda uma preparação que em nossa cultura ocidental poderíamos chamar de preparação cênica. As pinturas como os figurinos. O pátio de terra como o palco. Os dançantes como os bailarinos. O líder do grupo como o diretor teatral. É perceptível uma gama de significados que se realizam e se materializam no ato de dançar. Nesse ponto a antropologia encontra a dança (aqui vista também como arte e ritual) e a dança encontra a antropologia (também sob um ponto de vista mais artístico e sensível).

Ainda analisando pelo ponto de vista cultural percebo a Aldeia como um ponto de ressonâncias e entrelaçamentos de culturas. No plano simbólico e concreto. Neste lugar se encontram quilombolas Kalunga do nordeste de Goiás, etnias indígenas, turistas de diversas partes do Brasil e do mundo, trabalhadores rurais, pesquisadores, indigenistas, entre outros. Além desses encontros que por si só já celebram a ampla memória da diversidade cultural brasileira ainda acontece simultaneamente no evento apresentações de música, teatro e dança de grupos urbanos de Brasília, Goiânia e outros artistas da música popular brasileira. E quando esses grupos se encontram, eles dançam juntos.

O Encontro de Culturas gera assim uma rede infindável de sociabilidades e impactos, de trocas entre parentes indígenas, quilombolas, moradores de São Jorge e arredores e ainda os turistas. São trocas monetárias, afetivas, materiais e subjetivas. São criadas amizades, laços, acordos políticos de lutas e engajamento. Gera-se lá um momento de ver o outro, dançar o outro, dançar com o outro, dançar consigo e reconhecer a si mesmo. Essa pode também ser considerada a parte comunicacional do ato de dançar no Encontro.

No quesito econômico a ida a Aldeia representa fonte de renda para os povos indígenas na venda de artesanatos, vestimentas e adereços como cocares, braçadeiras, pulseiras e colares. Além de valores cobrados para pintar os não indígenas. O ato de dançar funciona assim também como um aspecto sedutor das diferenças culturais, estimulando o público presente a adquirir os bens materiais e a participarem da realização de apresentações dos bens imateriais. Assim também analisa Canclinni: “(...) a fascinação frente à beleza anula o assombro frente ao diferente” (2003, p.175).

Essas sete dimensões do comportamento humano em dança se confundem e se misturam no Encontro quando se pensa em danças tradicionais sendo feitas continuamente por 15 dias. Enquanto as pessoas dançam, elas também se comunicam, conversam, fazem política, culinária típica, mexem o corpo, transformam a mente e a alma, conhecem os parentes e os não indígenas também. A festa é usada como agenciamento para mesmo transformar mentes, destruir preconceitos enraizados secularmente no inconsciente coletivo dos brasileiros onde residem (de forma geral) imagens equivocadamente negativas em relação aos indígenas e afrodescendentes, influenciado positivamente assim as novas formações e mudanças de discursos. Assim os quesitos psicológicos dos indivíduos se fazem e refazem no ato cultural de dançar e se encontrar, que é visceralmente intenso e vivo.

A mudança em relação a como se veem os povos indígenas e quilombolas é anunciada, comentada entre os participantes do evento. Fica claro que no ato de ver as danças, artesanatos, pinturas corporais, rodas de conversa, entre outros, o público percebe as existências e possibilidades de intercâmbios nas sensíveis, delicadas, sofisticadas e riquíssimas culturas indígenas e afrodescendentes. Como pode ser observado no depoimento de Luciana Silva Lima, uma jornalista que viveu a experiência do Encontro de Culturas em 2013, e relatou o seguinte em seu blog:

“O terceiro dia da viagem foi dedicado a um especial e gostoso programa de índio: fomos conhecer a ‘Aldeia Multiétnica’, espaço de convivência e trocas que, como o próprio nome indica, reúne num mesmo ambiente diferentes povos indígenas. Fizemos a festa: pintamos o corpo, cortamos o cabelo, tomamos banho de rio, brincamos com as crianças, conversamos com jovens, adultos e velhos. Demos boas risadas. Sentíamos-nos parte daquele universo particular, belo, vasto, desconhecido e ainda tão marginalizado (infelizmente!). Krahôs, Mebengokre (Kayapó), Yawalapity e Kuikuro foram algumas das etnias presentes que tivemos a oportunidade de conhecer um pouco mais de perto. (...) A partir de então não pudemos mais deixar aquele local fantástico, tão maravilhadadas ficamos com a nova experiência. Voltamos ali todos os dias até o final do evento (...) Enquanto estivemos ali, participamos ainda de um ritual sagrado dos Lakota, índios canadenses, e assistimos a um emocionante ritual de dança dos Funil-ô (...) assistimos aí diversas apresentações de cultura popular: catiras, modas de viola, congadas, danças quilombolas, concertos de gaita. E assim se foi quase uma semana de imersão na natureza e cultura. Um passeio de ocasiões e descobertas memoráveis, abençoado pelos mais profundos laços de amizade. Memórias que ficarão guardadas e com fé e esperança em breve se repetirão. Porque bons momentos são assim: para serem lembrados, mas também para serem revividos. Pois melhor mesmo é compartilhar. Sempre.”

Neste depoimento pode-se ver como a experiência sensível que o Encontro e suas danças promovem arrebatam o público.

De acordo com Gisele Camargo: “No que diz respeito às linguagens do corpo-especialmente danças e peças teatrais- o que podemos dizer é que estas são, tanto quanto as outras ‘artes’, ‘depósitos de relações sociais’.” (2013, pág. 20). Sendo assim, enxergo no Encontro uma possibilidade de relações sociais mais humanizadas e estas se dão principalmente nos momentos de dançar e de ver as danças dos povos que lá se apresentam. A parte psicológica do ato de dançar vem também através do fortalecimento do lado lúdico e dos vínculos sociais que fortalecem a memória dos povos tradicionais e recriam novas memórias de um hoje mais generoso e democrático.

### **3. Memórias subterrâneas que dançam: a importância do Encontro de Culturas Tradicionais neste contexto histórico-cultural**

Desde o período pós-independência do Brasil uma preocupação constante tomou os corações e mentes de estudiosos, artistas, intelectuais e políticos: entender e /ou formar a ideia de nação, de afirmação identitária, “descobrir” e representar o que é a cultura brasileira de fato. Todos se perguntavam o que era tipicamente brasileiro, o que realmente traduzia a alma do Brasil?

Muitos caminhos foram percorridos para dar possíveis respostas, e a que mais ecoa nessas reflexões é a existência de vários Brasis. Tantos Brasis quantos grupos sociais de memória há. Importante salientar que muitos grupos de memória são grupos hostilizados e invisibilizados pela história oficial, mas que possuem suas memórias subterrâneas resguardadas muitas vezes pela permanência de rituais, danças, histórias e modos de fazer, que sobrevivem aos constantes massacres físicos e culturais. A estes tipos de grupos de memória Michael Pollak, sociólogo francês, chama-os de possuidores de memórias subterrâneas. Memórias estas que vem à tona em momentos possíveis e oportunos. Os povos indígenas, Quilombolas, povos agricultores e ribeirinhos geralmente possuem e atualizam esse tipo de memória subterrânea em sua tradição oral e corporal. São atos de resistência e permanência através das memórias culturais. De acordo com Pollak:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. (POLLAK, 1989, Pag. 2)

Pollak nos diz que essas memórias subterrâneas das minorias fazem parte do folclore, das tradições, do costume, das músicas, entre outros e vem à tona em momentos de crise, em sobressaltos. Mas através do Encontro percebo a manifestação dessas memórias subterrâneas (já que estamos falando de um país, o Brasil, que silencia e invisibiliza os povos tradicionais de forma geral) como um “grito que ecoa” manifestando os lamentos, denúncias e belezas desses grupos através da festa, da dança, da comemoração, sendo estas também formas de resistência política. Todas as estratégias são válidas para sobrevivência e luta por reafirmações dos direitos já conquistados, mas ainda não respeitados pela maioria da população brasileira.

Os diversos subgrupos de memórias com suas manifestações artístico-culturais espalhadas por esse imenso e rico país continental representam a diversidade cultural que nos brinda com suas múltiplas redes de possibilidades. No início do século vários folcloristas e literatos brasileiros e estrangeiros saíram em expedições e viagens pelo Brasil em busca dessa brasilidade. Dentre estes se destaca Mário de Andrade- poeta, contista, crítico, ensaísta e folclorista paulista- que percorreu, entre outros lugares, o nordeste do Brasil para fazer um ensaio sobre a música e o folclore brasileiros. Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, em seus estudos sobre antropologia, folclore e cultura popular reflete sobre Mário de Andrade:

No solo híbrido de suas pesquisas insinuam-se também vozes próprias e distintas de sua própria voz- vozes “do povo”- captadas pelo ângulo mais universalista e humanista de sua aproximação. (...) De seus primórdios até nossos dias, os estudos de folclore trazem embutida a notável capacidade de provocar entusiasmo, e mesmo encantamento. Mesmo quando fortemente acadêmico, o interesse pelo “folclore” traz consigo sempre um quê de desejo de libertação social, do prazer de transpor os limites de uma sociabilidade de classe, e de experimentar com isso o universal, uma humanidade em comum vivida junto com a gente do povo. (CAVALCANTI, 2012, págs. 303-304)

É desse tipo de experiência que também se trata o Encontro de Culturas. São culturas populares em festa. Os representantes dessas culturas preparam suas apresentações de dança, ensaiam, definem o que será apresentado para comungar esses momentos com os seus e com os presentes na festividade. É folclórico e ao mesmo tempo genuíno. É singular e coletivo. No dançar junto o folclore de todos os sentidos e tempos se refaz e divisões sociais já enraizadas de cor, classe, credo se desfazem, nem que seja por momentos efêmeros. E ao mesmo tempo este evento gera muitas ressonâncias sociais. É onírico e libertador, como o é geralmente, o próprio ato de dançar em grupo, em círculo, em roda, de dançar enfim. De acordo com Fernando Schiavini, indigenista aposentado da FUNAI, idealizador e organizador de todas as Aldeias Multiétnicas em entrevista concedida a mim na X Aldeia:

“Olha a gente já identificou vários benefícios, que essa aldeia trás, senão os indígenas também nem gostariam tanto de voltar. Como a gente circula por algumas dessas aldeias que vem aqui, a gente nota, por exemplo, que a pintura corporal dos indígenas está se enriquecendo, um pegando elementos de um e de outro e também a comida, já vi vários traços da comida sendo incorporados aqui e acolá. E enfim, há um sentimento também de autoestima muito elevado porque vem pra um local desse e encontram pessoas que admiram suas culturas. Diferente do interior que geralmente são fazendeiros, garimpeiros, são ruralistas, mineradores ou qualquer outro segmento que querem suas terras e tratam eles totalmente diferentes né, com falta de respeito. Aqui é ao contrário, eles tem respeito e isso também enaltece a cultura. A gente tá sabendo de povos que participam aqui que estavam aqui, e vendo que festas estavam se perdendo e resolveram fazer um grande trabalho de rememoração e recuperação porque viram que isso tem prestígio e importância. Enfim, são vários os benefícios né. (...) vai enaltecer a questão indígena, e entrar na pauta e disseminar a cultura. E enaltecer a questão indígena e fazer todos os benefícios que falei aqui. Isso que na verdade são os desdobramentos que desejamos agora.”



#### 4. Fundamentação Teórica

A base teórica deste trabalho advém de estudos acerca de reflexões de ordem dos conceitos de Memória Social, Performances culturais, povos tradicionais, antropologia (mais especificamente da arte e da dança) e Artes cênicas.

Dentro do contexto da interdisciplinaridade, a ideia, é através do campo epistemológico da Memória Social e coletiva, pensar nas memórias que sobrevivem e se expressam através da dança nos próprios corpos dos sujeitos nativos através de movimentos sincronizados organizados para representar tal história e/ou situação pessoal/coletiva. Também vejo que através das pinturas corporais, dos mitos repassados de forma hereditária, dos cantos e ritos de passagens também estão perpetradas essas memórias tradicionais. Assim busquei alguns autores da Memória como Michael Pollak e Pierre Nora em paralelo com autoras da Antropologia da Dança como Gisele Camargo e Joan Kealinohomoku, além de filósofos como Paul Valery.

A ideia é relacionar alguns estudiosos de Memória, tanto os clássicos quanto seus atualizadores, aos estudiosos da dança nas áreas de antropologia e na própria área de dança e teatro. Através dessa base bibliográfica pretendo destrinchar como e porque a dança é um meio de estudos culturais e históricos de organizações humanas e suas subjetividades. Dança essa que sempre foi colocada em um patamar secundário dentro do universo acadêmico, até mesmo dentro dos estudos em artes, porém defendemos que os estudos em Dança são fontes riquíssimas de traços, rastros e materialidades das culturas. Já a memória que perpassa por toda relação humana e é criada em grupo, dentro dos quadros sociais de memória, percebo como uma ferramenta teórica essencial para a reflexão acerca das diferenças culturais e a sobrevivência mesma das populações tradicionais. A dança lembra. A lembrança dança.

#### 5. RESULTADOS ALCANÇADOS

Percebemos uma relação entre a memória e o ato de dançar já que ambas são vinculadas ao conceito de temporalidade. Na Aldeia Multiétnica as memórias são dançadas criando um tempo diferenciado no “aqui e agora” através dos movimentos e gestos corporais, onde estes se recriam na imaginação e criatividade dos presentes: dançantes e público. Há estudos que comprovam que algumas memórias se perpetuam através dos gestos, do caminhar, da tradição oral e corporal, portanto vemos a dança como uma forma de permanência de memórias culturais ao mesmo tempo em que as memórias individuais e coletivas de certos grupos sociais retroalimentam a criação em danças tradicionais. Vimos como esses povos tradicionais experimentam a memória como potência de tradição, vida e ancestralidade. Suas narrativas corporais e orais representam sua história vivificada.

Pudemos qualificar essas hipóteses através de entrevistas feitas em várias edições da Aldeia Multiétnica, em contato com as lideranças indígenas, dançantes e público (muitas vezes também dançadores). Através de perguntas (gravadas e transcritas-memória oral) os líderes demonstraram como cresce a autoestima do grupo nas apresentações e como é importante e positiva essa afirmação identitária nesses espaços de sociabilidade. Conjuntamente o público também declara desenvolver mais empatia a partir do contato com essas apresentações e busca saber mais acerca dos povos tradicionais. No dançar reside à reafirmação da existência de grupos invisibilizados

pela maioria da sociedade, assim, percebemos esse tipo de festividade como uma estratégia potente de se criar outras relações e celebrar a ampla diversidade cultural de forma regional e nacional.

Através de pesquisas bibliográficas, fotografias, filmagens e entrevistas com participantes do evento foi constatado que este Encontro soma para a luta político-social no sentido da afirmação das garantias dos direitos coletivos de povos minoritários em um país que deve buscar de fato validar a democracia de acessos e igualdade social.

De acordo com a liderança Funil-ô Towe Veríssimo em entrevista concedida a mim na Aldeia Multiétnica de 2016:

[...] É muito importante pra nós, pra gente poder falar, poder entender as pessoas, principalmente os parentes de outras etnias, e o não índio também que vem pra vivência pra poder aprender alguma coisa. Isso é importante nesse evento, porque a gente faz um encontro de parentes, amigos, de tribos irmãos pra gente aprender um com outro. [...]

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção da relevância destes estudos se deu através do entendimento da dança como um sistema de fundamental importância não apenas para seu próprio entendimento, como também para a compreensão da estrutura mais profunda da sociedade na qual o ato de dançar está inserido. Estes são momentos importantes para os espaços de trocas interculturais e políticas. Além do grande prazer que o ato de dançar proporciona por si só, os grupos tradicionais têm se utilizado dessas manifestações culturais para se colocarem perante o poder público e reivindicarem seus direitos sociais e coletivos.

## REFERÊNCIAS

CAMARGO, Giselle Antunes. Organizadora. Leonardo Pires Rosse e Maria Acselrad: tradutores. *Antropologia da Dança I*. Florianópolis: Insular, 2013.

CANCLINNI, Nestor G. *Culturas híbridas*. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2003.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A Problemática dos lugares*. Tradução: Yara Aun Khoury. In Revista do Programa de Pós- Graduação em História e do Departamento de História. São Paulo: PUC SP, 1993.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, V.2, n.3, 1989.

VALÉRY, Paul. 2011. *Filosofia da Dança*. O Percevejo. Volume 3. Número 2.

## A TELEVISÃO NA BAHIA: CENÁRIOS DIVERSOS - 1960 A 1985

**MATOS, Rita de Cássia Aragão**

*Professora e Coordenadora do Programa Multidisciplinar de*

*Pós-Graduação em Cultura e Sociedade*

*E-mail (rivalta@uol.com.br)*

### **RESUMO**

Este estudo tem como objetivo compreender algumas articulações políticas, econômicas e sócio-culturais na tessitura do processo de implantação e desenvolvimento da televisão na Bahia durante o período compreendido entre 1960 até 1985. Destacam-se na análise as relações entre o contexto histórico nacional e as singularidades locais que emergem ao longo da implementação deste sistema de comunicação no estado.

Palavras-chave: **Televisão, Cultura, Desenvolvimento.**

### **ABSTRACT**

This study aims to understand some political, economic and socio-cultural articulations in the context of the process of implantation and development of television in Bahia during the period between 1960 and 1985. The analysis of the relations between the national historical context and the local singularities that emerge throughout the implementation of this communication system in the state.

Palavras-chave: **Cultura, Desenvolvimento, Televisão, Bahia**

## Breve Introdução: Mídia e Modernização na Bahia

Há, hoje, uma considerável bibliografia acerca da configuração do campo midiático no Brasil, em especial da TV, no entanto ainda são escassos os estudos regionais/locais. Mais que isto, evidenciamos que são ainda restritos os estudos sobre o período compreendido entre as primeiras décadas do século XX até os dias atuais na Bahia. Tendo em vista este vazio, procuramos, através deste estudo, contribuir para uma compreensão acerca da articulação entre política, economia, sociedade e cultura. Para tanto, a proposta deste estudo é analisar o desenvolvimento da televisão no estado.

Objetiva-se, pois, discutir a emergência da chamada contemporaneidade na Bahia, particularmente o período compreendido a partir da segunda metade do século XX. Para isto, consideramos imprescindível analisar as conexões entre a emersão e desenvolvimento do campo midiático e suas articulações com os diversos campos que compõem a cena baiana.

No Brasil, como sabemos, a centralidade da TV amplia-se desde as décadas de 60 e 70, consolidando-se nas décadas de 80 e 90. Como esta centralidade vai se configurando na Bahia dos anos 60 até o ano de 1985, período a ser investigado, cujo recorte obedece à inauguração da TV Itapoan na Bahia, em 1960, contexto que antecede em alguns anos o Golpe de 64, até o fim do regime de exceção, já na segunda metade dos anos 80? Como articular a dimensão midiática, em particular o sistema televisivo, e a Bahia política, a dimensão econômica, as manifestações da cultura, o mundo social?

## Fundamentação Teórica: O cenário de Emergência da TV na Bahia

A Bahia experimenta um período de letargia econômica e política desde o final do século XVIII até a primeira metade do século XX. Sua capital, Salvador, sediou o Governo Geral do Brasil até 1763, quando acontece a transferência da capital para o Rio de Janeiro. A partir daí a capital da Bahia, segundo algumas análises, experimenta um longo processo letárgico.

Enquanto nas duas maiores cidades brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo, acelera-se o processo de industrialização e urbanização, em Salvador observa-se a perda de importância para o cenário nacional desde a Revolução de 30, denominada por vários membros da elite baiana de “Revolução Madrastra”.

As transformações operadas sobre tal realidade somente despontariam na década de 1950 com a descoberta e exploração do petróleo em municípios circunvizinhos à capital, o que eleva a Bahia à posição de maior produtora de petróleo do país durante o período. O boom do petróleo estimulou o crescimento urbano da capital e de outras cidades e acelerou seu processo de modernização.

A inspiração modernista renasce no Pós-Guerra, em particular durante os anos 50 e 60, período do “renascimento baiano”. Assim durante o Governo de Otávio Mangabeira, iniciado em 1947, Anísio Teixeira, um dos fundadores da primeira universidade brasileira, assume a Secretaria de Educação e inaugura a Escola Parque. Walter da Silveira lidera o Clube de Cinema. Edgar Santos está à frente da ousada Universidade da Bahia. Uma geração de artistas e intelectuais emerge neste cenário. Nomes como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Florisvaldo Matos, João Ubaldo Ribeiro, Glauber Rocha agitam a cidade de São Salvador.

Tal cenário demanda um novo lugar para as mídias locais. Deste modo, em 1958 é inaugurado o Jornal da Bahia por João Falcão, empresário ligado ao PCB e mentor de um novo diário que irá movimentar o cenário cultural baiano daquele momento. O antigo Diário de Notícias, ligado ao Grupo Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand, mesmo grupo que vai inaugurar a primeira emissora de TV local, passa a publicar um importante suplemento cultural.

O setor radiofônico deste período é ainda embrionário e a imprensa escrita não-profissionalizada. A primeira faculdade de jornalismo só seria criada posteriormente. Mas, de qualquer modo, começa a ganhar contornos mais nítidos uma nova fase na Bahia. O frenesi moderno onde os signos do novo parecem finalmente ir tomando conta da cidade não obstante as feridas desta modernização espalhem-se sobre ladeiras e praias, ruas e becos da Salvador antiga e a nova que está sendo forjada. O velho centro, antes casa dos setores abastados, vê nascer os prostíbulos e cortiços. Ao mesmo tempo, os futuros bairros da classe média são obrigados a mirar casas sem reboco e terrenos encharcados de lama e lona. Seja como for, em meio ao caos urbano e um vertiginoso deslocamento da cidade para um novo centro, aproxima-se a vertigem da era da imagem. A BR 324 é inaugurada neste período assim como a Hidrelétrica de Paulo Afonso. Os bondes ainda circulam mas logo darão lugar aos ônibus que passam a dominar a paisagem.

Quanto ao setor de comunicação, na Bahia três rádios dominam o cenário: Sociedade, inaugurada em 1924, Excelsior, em 1944 e Rádio Cultura, cujo início foi em 1950. Os jornalistas da época, também na Bahia, possuíam formação diversificada: advogados, professores, escritores, jovens estudantes. No rádio, o “Repórter Esso”, lançado em 1941, fazia sucesso e duraria até 1968. As radionovelas que seriam substituídas posteriormente pelas telenovelas, já reuniam as pessoas à sua volta.

Quanto à “sociabilidade”, além de alguns bares e restaurantes, dos clubes sociais e do Cinema além do hábito de ver futebol, jovens costumavam participar de programas na Rádio Sociedade da Bahia, que então localizava-se na Rua Carlos Gomes. Na rua Chile, Carlos Gomes, Avenida Sete de Setembro, Avenida Joana Angélica localizava-se o forte comércio da capital superado com a chegada dos shopping centers, já nos anos 70.

É neste cenário que acontece a inauguração da TV Itapoan, a primeira emissora de televisão da Bahia, de propriedade dos Diários Associados. Deixa entrever o início da consolidação deste outro momento. Antes da inauguração propriamente, duas transmissões em 1956, de uma missa na Conceição da Praia e de um show de artistas da Rádio Sociedade, são falas fundadoras do que viria a ser a televisão na Bahia.

Com efeito, não significou pouca coisa a presença de cerca de 20 mil pessoas em visita às instalações da emissora no ato inaugural. Vale contudo sublinhar que seu impacto não foi visto como positivo por setores importantes, a exemplo do comércio, que protesta em função da audiência cujo desdobramento seriam, em sua perspectiva, as baixas vendas.

### **Primeiras Cenas**

O cenário de inauguração da novidade é construído através da publicação de anúncios publicitários no Diário de Notícias reforçando o desejo pelo novo equipamento, o

aparelho televisor, e do pronunciamento do então governador Antonio Balbino, amigo de Chateaubriand. Vale lembrar que em 1956 são espalhados aparelhos de TV pela cidade para que os baianos vejam a experimentação da TV na Bahia. Era 08 de dezembro de 1956. No dia seguinte, centenas de pessoas dirigiram-se à Praça da Sé, Rua da Ajuda e outras localidades para ver pela TV o canto do Hino Nacional.

Odorico Tavares, diretor do Diário e Emissoras Associadas, prepara a chegada da TV, enaltecendo a modernização da Bahia 15 dias antes de sua inauguração. Também em uma página inteira do Diário de Notícias é estampado o convite para o grande dia. O símbolo da TV Itapoan, um menino índio, frequentará as páginas do diário por anos. Já o radialista Manoel Canário, em seu programa “Clube dos Brotos” convidava a todos para o “glorioso” evento.

Distintos atores entre jornalistas, autoridades, artistas como o governador Juracy Magalhães, o vice-governador Orlando Moscoso, o prefeito Heitor Dias, a Miss Bahia Eliana Miranda, a apresentadora Hebe Camargo, o diretor presidente da emissora Pedro Ribeiro, o diretor geral das Emissoras e Diários Associados no Brasil, João Calmon, dirigiram-se ao Edifício Lafayette Coutinho, na Rua Ferreira Santos, para participar da inauguração da TV Itapoan.

Em meio ao frisson e já no ritual da bênção do cardeal Augusto Álvaro da Silva, uma queda de energia desestabilizou a cena. Foram vinte minutos às escuras até o problema ser resolvido.

Carlos Frias, da TV Tupi, abriu a solenidade e leu a mensagem do recém eleito presidente Janio Quadros e do então presidente Juscelino Kubitschek. O governador da Bahia ofereceu um banquete no Palácio da Aclamação do qual participou entre outros o ex-governador Antonio Balbino. As lideranças políticas eram aliados importantes para o novo espaço de tessitura do poder.

### **Anos Iniciais: Improviso**

No início da TV Itapoan, seguindo um roteiro já encenado por outras emissoras no Brasil daquela época, imperava o improviso. Técnicos de áudio e luz, cinegrafistas, apresentadores, garotas propaganda. Fios atravessados pelo estúdio, ajuste de luz, temperatura alta no ambiente e muito medo de incêndios, como já havia acontecido em outras emissoras do país.

Cameras eram levadas de um lado a outro. Os novos profissionais de TV percorriam o estúdio decorando textos. Decoravam falas de comerciais para vender produtos como o achocolatado Alimbinha, Tody ou do biscoito Mirabel. Era, efetivamente, o início do mercado publicitário na Bahia.

Como numa comédia pastelão, as gafes eram rotina. Desde o tropeço e queda de pessoas enroladas em fios que atravessavam o espaço do estúdio, a garotas propaganda que engoliam moscas ou, ainda, a queda de sofás na propaganda da loja de móveis. Moscas eram visitantes inoportunas e constantes uma vez que no bairro da Federação a modernidade da TV convivia com a tradição dos currais.

Era o início dos anos 60. Calças bocas de sino, vestidos tipo “tubinho” e “coques” no cabelo, desfilavam no estúdio. A moda se fazia presente naquele que seria um dos principais *locus* de inspiração das novas formas de sociabilidade.

Em meio aos técnicos locais vestidos com suas camisetas exibindo ao centro a logomarca da empresa, o indiozinho da Itapoan, técnicos contratados no Centro-Sul orientavam os calouros sobre o funcionamento dos novos equipamentos.

Eram dois estúdios na TV Itapoan. Não raro, um mesmo espaço servia de palco para mais de um programa. Ao mesmo tempo, gravações produzidas no eixo Centro-Sul, da TV Tupi, eram assistidas e neste processo ampliavam-se as referências de um Brasil que se via com as lentes do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Dos pioneiros das filmagens de externas como um jogo de futebol no recém inaugurado estádio da Fonte Nova, signo de modernidade do governo Otávio Mangabeira, orgulho arquitetônico da Bahia, exigiam esforço redobrado da equipe escalada para a cobertura. Neste momento a crônica esportiva baiana, oriunda do rádio e que passava a integrar o staff televisivo, contribuía para dar ainda maior visibilidade a um acontecimento. Todo este esforço faz parte da memória, apesar do pouco acesso às primeiras imagens da TV uma vez que haviam poucos aparelhos e a rotina seguia na Bahia sem que a TV causasse grande impacto.

Ao mesmo tempo, se, hoje, vivemos o ápice dos rituais das celebridades midiáticas, desde o início este é um cardápio que atrai o paladar do público televisivo desde seus primeiros momentos. Vale lembrar que as beldades do cinema, do rádio, do teatro e das passarelas que produzem as deusas da beleza à época, as misses, são estrelas a brilhar em capas de revista, cartazes de filmes, jornais e emissoras de rádio, além de revistas nacionais e internacionais. Neste diapasão, na TV da Bahia daqueles tempos, um evento como o casamento de uma miss Brasil mobiliza diversos profissionais para que realizem uma maratona a fim de fazer chegar ao público o ritual das núpcias da bela Marta Rocha. Da igreja de São Bento até o bairro da Federação, o material gravado tinha que passar de mão em mão, ser revelado sob as antigas técnicas que incluíam secagem e colagem com pedaços do acontecimento. Enquanto isso, redatores produziam o texto a ser falado e sobreposto às imagens.

Ao mesmo tempo, a carência de profissionais era absoluta. Não haviam técnicos qualificados ou equipamentos em número suficiente. O imprevisto no processo de implementação da TV no Brasil repete-se de Norte a Sul do país. Não havia, ademais, espaço no estúdio para as produções, e o atraso no recebimento do material vindo do eixo Centro-Sul era uma constante. Um mesmo repórter cobria ao menos seis a oito pautas diárias.

Se haviam jornalistas locais oriundos, em sua maioria, do jornalismo impresso e do rádio, foi necessário importar e treinar gente para tornar-se cinegrafista, iluminador, cenógrafo, repórter de TV, apresentador. Estes profissionais eram necessários para o aperfeiçoamento da produção televisiva baiana que dá sinais de que está se consolidando quando amplia sua grade, oferecendo programas durante o dia e à noite.

Se a aquisição de aparelhos de TV ainda é um sonho de consumo distante para a grande maioria do público brasileiro em geral e baiano em particular, algumas estratégias para a sedução do olhar e a excitação do desejo são acionadas, a exemplo do aparelho

de TV postado diante da emissora, no bairro da Federação, o qual atraía um público curioso e fascinado pela novidade tecnológica.

Para os afortunados, aqueles que adquiriram os primeiros aparelhos de TV e para os remediados, excitados com a novidade mas sem poder de compra, a curiosidade pousa sobre a logomarca da empresa RCA, produtora de equipamentos, que descansa sobre a tela sem movimento até o início da programação. Se, hoje, a imagem digital permite um padrão de definição irretocável, naquele momento a imagem é deformada, o tom preto e branco impera até a chegada da cor na TV. Naquele momento, o início da programação é reconhecido através da música instrumental e da imagem do índio passeando sobre a tela.

O gosto do público vai sendo formatado através de produtos da indústria da cultura de massa em expansão, de filmes como "Fúria", "O Homem sem Braço". Telenovelas, que em breve serão o produto mais sofisticado, como "O amor tem cara de mulher". No incipiente mercado das celebridades despontam Yoná Magalhães, estrela do cinema de Glauber Rocha; Helena Inês, Paulo Porto, Heloisa Helena dentre outros.

Já o mercado de consumo na Bahia amplia-se em ritmo lento. Agências de publicidade como Maricesar, Argus e JJ incrementavam o negócio da publicidade. O Diário de Notícias, jornal do Grupo Associados, passa a anunciar além de produtos como aparelhos de rádio, biscoitos, vestuário e refrigerantes, o aparelho de TV que, nos primeiros anos, tem um valor muito alto, como de resto toda nova tecnologia recente mas que, como de praxe, vai sendo barateada na medida em que se populariza. Marcas como Philips, Philco, Standart Eletric, são os novos gadgets.

Com efeito, se em um primeiro momento a adesão do mercado ao novo sistema de comunicação não é imediata, há poucos anunciantes e um público restrito, uma intensa campanha do Diário de Notícias e da Rádio Sociedade reforça a idéia de que a TV é um símbolo de desenvolvimento, de modernidade.

Ao mesmo tempo, expande-se a idéia de que a modernidade na Bahia precisa ser tecida não somente com a implantação da TV, com a aquisição de produtos, a assimilação de uma lógica de consumo, mas a partir de mudanças arquitetônicas, de novos comportamentos, de novos gestos simbólicos. Para isto, o Grupo Associados pensa grande. É, pois, no solo de uma modernidade fomentada em meio à seca que dizima milhões, ao silenciamento da memória histórica de lutas e tragédia sociais como Canudos e a tortura pós-64, que a TV vai sendo assimilada. Assim, junto aos equipamentos importados e profissionais modernos, junto a produtos simbólicos que dizem sobre a nova cultura de consumo, irrompe a cultura fraturada da exclusão e do grotesco. Expressão desta cultura cindida emerge nos primeiros programas de calouro, quando já se observa o pastiche na figura de um anão espetando com um tridente os candidatos desclassificados. Por outro lado, o público tem mobilizado o desejo ao se deparar com a bela moça que acompanha o candidato que teve melhor sorte até uma confortável poltrona e deliciar-se com o guaraná Fratelli Vita.

O programa Céu e Inferno mobiliza desejos e expectativas, lançando neste recém-criado mercado televisivo das celebridades novos nomes. Neste diapasão, são criados novos programas de calouros: "Show dos Novos", "Escada para o Sucesso". Este



último embala as noites de domingo, das 21:30 até as 22h. Ao mesmo tempo, amplia-se o mercado fonográfico.

Uma curiosidade: no final da programação, Caymmi entoava o “Boi da cara preta”. As crianças que brincavam nas ruas de bolinhas de gude, peão, carrinhos de madeira ou bonecas de pano, aos poucos passavam a ter acesso à programação da TV e aos novos brinquedos industrializados, agora exibidos na sala de estar.

A efervescência vivida pela Cidade da Bahia durante o final dos anos 50 e início dos anos 60 chegaria ao fim com o Regime Militar cujo impacto será profundo no cenário da Boa Terra. No âmbito cultural terá como desdobramento a desarticulação do ambiente criativo e a diáspora de artistas e intelectuais. A paisagem baiana vai se tornando árida e o contexto potencializa, à sua maneira, a dominação do circuito da grande mídia.

Junto à diáspora de artistas e intelectuais, a repressão encarniçada a lideranças políticas e ao movimento estudantil, o Regime instalado em 1964 percebe a importância do campo midiático para sua expansão e permanência. Não por acaso no cenário nacional a cultura midiática será hegemônica desde os anos 70 até os dias atuais. Por certo, a predominância de um tipo de cultura dominado pela lógica dos grandes meios de comunicação de massa, uma lógica pautada no lucro e no processo de massificação dos produtos culturais, condiciona mudanças profundas na dinâmica da sociedade, em suas variadas dimensões: política, econômica, cultural enfim, no cotidiano dos sujeitos. Este movimento está entrelaçado a todo um movimento global e suas implicações sobre a realidade brasileira.

### **TV Aratu: quase 10 anos depois**

Com o Regime Militar a Televisão no Brasil passa a ser um espaço estratégico para a consolidação do projeto de modernização excludente ao longo dos anos 60, 70 e 80. Neste processo, acentua-se a censura e o monitoramento permanente dos programas veiculados na TV em geral e na única emissora baiana, a TV Itapoan. Amplia-se a censura operada a partir das emissoras matrizes.

A Bahia assistirá ao crescimento do sistema televisivo acompanhando o cenário nacional cuja marca é uma política de integração simbólica. Para tal integração cresce a necessidade de ampliação do sistema televisivo. É neste cenário que a TV Aratu é inaugurada na Bahia na noite de 15 de março de 1969. Sua fala fundadora foi o discurso do presidente da República Coronel Costa e Silva.

Assim, após nove anos reinando sozinha, com uma programação limitada a três horas, não raro repetindo programas e improvisos, chega à Bahia sua segunda emissora de TV. Não por acaso havia insatisfação com relação à programação da Itapoan cujas promessas quanto à oferta de programas muitas vezes não eram cumpridas, além do que, por diversas vezes o horário de início da programação atrasava. Faltavam não apenas equipamentos mas material básico de consumo como papel.

Pioneiros da TV na Bahia como José Jorge Randam, Francico Aguiar e Carlos Libório dividiam o tempo entre a TV e o jornal impresso ou o rádio. Francisco Aguiar desdobrava-se entre a Rádio Sociedade, do jornal O Estado da Bahia e a editoria-chefe da Itapoan. Luis Prisco Viana, por sua vez era correspondente da UPI na Bahia. Ivan Pedro estava à frente do programa esportivo João do Robertão. À época várias vezes

Ivan Pedro dirigia-se ao aeroporto e apanhava o material produzido pela TV Tupi e, ao meio dia, em não havendo atraso, o programa entrava no ar. Já Antonio Sampaio será um dos primeiros profissionais a ser contratado pela recém inaugurada Aratu para estar à frente da editoria de esportes.

Lembre-se que os empresários da TV Aratu eram figuras ligadas ao setor bancário, a exemplo de Milton Tavares, Luis Viana Neto, Humberto Castro, Carlos Alberto Jesuino. O governador da Bahia Luis Viana Filho estará presente na abertura da emissora. As íntimas relações entre política e TV na Bahia são evidentes. No caso da TV Aratu, vale sublinhar que o filho do governador é um dos proprietários da nova emissora no estado.

A logomarca da TV Aratu é, desde o início, um galo. Emblemático ser o autor da música da TV Aratu também autor de um dos hinos do regime militar em sua relação com o futebol: 'Pra frente Brasil'.

Um fato curioso é que no dia da inauguração chovia muito. O bairro ainda carecia de pavimentação. Deste modo, o acesso às dependências da emissora era difícil e a inauguração que deveria acontecer no endereço da TV no bairro da Federação foi realizada no Hotel da Barra onde autoridades, artistas, o público em geral aguardavam o grande acontecimento. Marcas de uma modernidade feita sob currais e baionetas.

Um nome de destaque no processo de implantação da nova emissora é David Raw, contratado pela TV Aratu para assumir a direção da programação e a direção comercial. Era homem de bom trânsito no meio empresarial e artístico e é um dos responsáveis por negociar a retransmissão do programa do Chacrinha para a TV Aratu. O que agradaria ao público.

Sem embargo, a Aratu investe não somente na transmissão de programas como Chacrinha mas também na cobertura de eventos e problemas locais. Percebia-se ali algo que o rádio já havia observado: que as questões locais mobilizam o interesse do público.

Programas como "Maratona da Bondade", "A Noite dos Namorados" e "Arraial do Galo", além de concursos variados vão imprimindo uma marca à nova emissora. São precursores do que seriam programas que, hoje, potencializam o mercado das chamadas celebridades comuns: anônimos que se tornam celebridades, ainda que de modo efêmero.

O diretor técnico Alberto Maluf, engenheiro de formação, tornou-se encarregado de coordenar a instalação dos equipamentos da emissora bem como responsável pela obra que resultou nas instalações da TV Aratu.

Como não poderia deixar de ser, também a Aratu sofreu com a falta de pessoal técnico habilitado. Assim, viveu situações como a tensão vivida pelos primeiros apresentadores, pelo manuseio de equipamentos etc. Ao mesmo tempo, abria espaço para que novos profissionais pudessem fomentar a formação técnica para os profissionais requisitados.

Em 1972 a nova tecnologia da transmissão em cores vai revolucionar a TV no Brasil. A Aratu será pioneira uma vez que era a retransmissora da Rede Globo. Com efeito, o chamado efeito de real irá aprofundar a promessa de devolução da realidade aos

sujeitos. Ao mesmo tempo, a indústria da beleza será intensificada a partir da nova estética inscrita na TV a cores. Intensificar-se-á o padrão globo de qualidade.

Enquanto a TV Aratu amplia sua inserção, acontece o primeiro incêndio da Itapoan, em 1975. Quase todos os equipamentos e arquivos foram destruídos pelo incêndio ocorrido na madrugada de 17 julho daquele ano.

A última transmissão fora uma partida entre Vitória e Botafogo. Duas horas depois o incêndio começara. Um público atônito concentrava-se na frente da emissora. O fogo só seria controlado às primeiras horas da manhã do dia seguinte. A TV Itapoan estava destruída.

O reinício das atividades aconteceria no ano seguinte. Com efeito, vários incêndios acontecem na primeira fase da TV no Brasil. Não existiam fitas VHS. As imagens produzidas para os programas de TV eram gravadas com câmeras de 16 milímetros, produto de fácil combustão. Tais imagens viajavam pelos céus do Brasil até chegar ao seu destino nas emissoras associadas. Os acontecimentos chegavam através das imagens muitas vezes dias depois do evento. Se o rádio naquele momento era o meio de comunicação mais eficiente, mais célere, telejornais pioneiros como Repórter Esso e telejornal da Petrobrás foram precursores do longo amadurecimento do telejornal no país.

Um consolo para os profissionais envolvidos foi o fato de a Rádio Sociedade não ter sido atingida pelo incêndio embora estivesse instalada no mesmo prédio da emissora. Nos dias seguintes, O Diário de Notícias, jornal do mesmo grupo, fomentava a disposição pela reconstrução da TV Itapoan.

### **Turbulentos anos 70**

A cena urbana de Salvador está mudando com a construção da Avenida Antonio Carlos Magalhães, a nova sede da prefeitura, as avenidas de Vale. É o início de novas sociabilidades, da inauguração dos templos de consumo. O Shopping Iguatemi é inaugurado em 1975.

Neste contexto, durante quase um ano a TV Aratu reinou sozinha na Bahia até que a TV Itapoan fosse reinaugurada com um investimento de mais de vinte milhões de cruzeiros. Nas novas instalações aportavam equipamentos modernos que vieram do Japão, Alemanha e Estados Unidos. Para lidar com os novos equipamentos investiu-se também em recursos humanos. Novos técnicos foram contratados, alguns deles após a realização de cursos de aperfeiçoamento no exterior. Novos profissionais passam a figurar na reestréia da Itapoan.

A reinauguração será em agosto de 1976 com uma programação que começaria às 14 h e finalizaria à meia noite. No cardápio, programas de esporte, notícias, programas infantis, e a novidade do Programa do impagável Silvio Santos. Uma estratégia importante ampliava-se: a heterogeneidade da programação para atrair distintos públicos.

A Itapoan contra-atacava, mirando a cobertura de eventos locais. Iniciava-se na Bahia o chamado jornalismo de serviço. Imagens da chamada “baianidade” vai incorporando à TV as músicas de Caymmi, a obra de Amado, os quadros de Carybé, o tropicalismo

dos Novos Baianos, a plástica afro-brasileira. Deste modo, acontecimentos locais e demandas das comunidades ganham espaço na tela. A cidade da Bahia vai sendo re-dita pela TV. Artistas como Gilberto Gil, Cynara e Cybele, Dorival Caymmi, passam a desfilarem pelos estúdios da recém-recriada Itapoan. Ao mesmo tempo, nesta luta pela conquista do público, a TV Aratu aposta no fato de ser aliada daquela que se tornaria uma das mais importantes redes de TV do mundo: a Globo. Estrela maior da indústria cultural brasileira.

No campo político impõe-se o nome de Antonio Carlos Magalhães, liderança autocrática e grande mentor do maior império de comunicação do estado. Nesta dinâmica, um traço marcante será a liderança do grupo carlista e sua perspicácia em extrair da rica cultura baiana elementos para sua sustentação no poder o qual tende a ampliar-se articulado a uma rede de comunicação e tendo como carro-chefe o sistema televisivo.

Com efeito, na cena baiana a região metropolitana receberá investimentos industriais decorrentes de políticas nacionais de desenvolvimento e ao longo dos anos 1970 e 1980 são evidentes os esforços do governo federal para ampliar a matriz industrial brasileira com a criação do pólo petroquímico de Camaçari.

A maior liderança política da Bahia junto aos seus aliados dentro do estado e nas esferas federais saberão capitanear os frutos deste projeto modernizante. Deste modo é que além da dominação política autoritária, ACM cria um império empresarial constituído entre outras coisas por uma gigante da construção civil e, como não poderia deixar de ser, um império no setor de mídia.

É importante mencionar que ao longo dos anos 1970/1980, o crescimento do PIB baiano supera os índices nacionais. A modernização excludente traduz-se na paisagem da cidade. Salvador e municípios vizinhos experimentam um grande crescimento populacional. Assim é que de cerca de 200 mil habitantes em 1940, a capital baiana passa a dois milhões no início dos anos 90, chegando a quase três milhões em 2010.

Sob o signo do frenesi moderno. Da cidade que incha, dos automóveis que expulsam os bondes, do centro Histórico que é transformado em ruínas, a tecnologia vai sendo assimilada pelas emissoras de TV, expoentes de um tempo de grandes mudanças e profunda segregação social. É neste tempo que o VT chega primeiro nas emissoras de vanguarda do Centro-Sul. Na Bahia a novidade chegará em 1966. Trata-se de mais uma revolução na comunicação posto que, desde aquele momento, as imagens podem ser gravadas e reproduzidas. Tal como a inauguração de grande parte dos equipamentos à época, o video-tape é um equipamento de grandes dimensões, pesado e que exige mão-de-obra especializada. Uma vez mais técnicos do Rio e de São Paulo aportam em terras baianas para dar treinamento aos profissionais primeiramente da TV Itapoan e, em um segundo momento, da TV Aratu.

Como não poderia deixar de ser, também o carnaval passaria a ser visto como o grande negócio do turismo. Certamente a TV vai embarcar nesta festa. O sistema de microondas será importante aliado para a transmissão da monumental festa baiana. Naqueles anos, artistas como Moraes Moreira, Pepeu Gomes e Baby Consuelo dominam a cena. Sucessos como Pombo Correio movimentam o cenário musical baiano e nacional.

Ao longo dos anos 70 a TV Itapoan marcará presença na festa de Carnaval. Na Rua Chile, um dos epicentros da festa, câmeras passam a ser dispostas no Palace Hotel para

transmitir as imagens do carnaval baiano. Havia apenas uma camera de microondas e os cabos do equipamento saiam do Palace Hotel e corriam pela rua. A cobertura do carnaval vai ser ampliada para a Praça da Sé, a Castro Alves e chega ao Campo Grande. Na medida em que o carnaval se desloca do velho centro para a Barra a TV seguiria o seu rastro.

Cobertura do carnaval, chegada de equipamentos e recursos humanos qualificados. São mudanças que vão consolidando o novo sistema de comunicação. Para reforçar tais mudanças, o chefe de programação da TV Itapoan, Alexandre Seixas, realizou o que se tornaria comum anos depois: a reedição de programas que haviam feito sucesso no passado. Foi o caso do “Domingo Show”, que ia ao ar nas manhãs de domingo e depois passou a ser transmitido às terças-feiras com o nome de “Poder Jovem”, às 20 h. Ademais, a visibilidade do fenômeno do Axé Music seria ampliada com programas desta natureza.

No final da década de 70 dois outros nomes serão destaque na TV Itapoan: Fernando José, que protagonizava um programa de cunho popular, seu slogan: “Aqui eu mato a cobra e mostro pau” foi a senha para sua vitória nas eleições municipais anos depois. A TV brasileira em geral e a baiana em particular passariam a protagonizar não apenas interesses político-partidários mas seriam determinantes nas eleições subseqüentes.

A chegada de novas tecnologias às emissoras baianas continuam a revolucionar a produção, a circulação e o modo de ver TV. O U-Matic será um avanço em relação ao risco de combustão das antigas fitas. Embora representasse um avanço em pouco tempo, seria considerado defasado devido à deformação da imagem e da cor. O filme enrolava e a fita parava de rodar no interior do equipamento em plena filmagem. Hoje superado com o processo de digitalização.

Três anos após a chegada do U-Matic uma nova tecnologia aportaria nas emissoras baianas: o Super VHS ou M2. A qualidade da imagem através da captação realizada por estes novos equipamentos foi mais uma revolução na promessa de “devolução” do mundo através das tecnologias de comunicação. Agora tornava-se possível a gravação de imagens sem a necessidade de um nível alto de iluminação e a intervenção sobre as imagens foram facilitadas com as possibilidades abertas para o trabalho de edição.

As inovações tecnológicas tornam-se cada vez mais céleres e o Betacam chega para desbancar o Super VHS. Neste momento, as tecnologias anteriores passam a ser consideradas ultrapassadas. Após a árdua tarefa de gravar, revelar, cortar, emendar e colar com durex e após ser inserido no equipamento para a reprodução de imagens, agora a técnica de gravação tornava possível um efeito real capaz de substituir, aos olhos dos sujeitos, o assombro do mundo pela imagem real.

### **Outros atores nos 80**

Como nos demais estados brasileiros, a expansão do sistema televisivo na Bahia está articulado ao modelo de desenvolvimento nacional orientado pelo Regime Militar, iniciado em 1964, e expressa algumas singularidades do poder político e econômico no estado da Bahia. Por certo, trata-se aqui da organização de um importante aliado para o redimensionamento do poder de uma oligarquia política que dominará a Bahia por mais de três décadas.

Com efeito, o protagonismo de Antonio Carlos Magalhães pode ser, de imediato, percebido a partir de sua carreira: prefeito nomeado pela cúpula militar em 1967; indicado governador da Bahia em 1970 e 1978 e, finalmente, assume o Ministério das Comunicações no Governo do presidente José Sarney, no ocaso do Regime de Exceção.

No bojo das transformações vivenciadas no país e no estado, a TV vai modificando a sua face e alcance. Os telejornais vão ganhando mais de uma edição com formatos distintos. Na primeira edição um jornalismo mais próximo às demandas locais e ao entretenimento. Na segunda edição temas políticos enquadrados aos interesses hegemônicos passam a predominar. Neste processo, o Jornal Nacional terá um papel importante uma vez que ao longo dos anos 70 a Globo torna-se líder absoluta de audiência e o JN atingirá picos de audiência.

Corria o ano de 1980 quando o empresário espanhol Pedro Irujo adquire a Tv Itapoan. Este processo articula-se à derrocada da TV Tupi. Mudanças importantes são encampadas pela nova Itapoan que chega a produzir 60% da programação. Produtores independentes realizam experimentações que deixariam sua marca na história das comunicações na Bahia. A Tv Itapoan passa a fazer parte do Sistema Brasileiro de Televisão, de São Paulo.

Se a Globo estendeu de modo insuperável seus tentáculos sobre os sofás das famílias brasileiras, será no domingo que a TV Itapoan/SBT realizará sua revanche com o Programa Silvio Santos, o qual resiste ainda hoje. Nas tardes de domingo Silvio Santos reinará por vários anos pelo menos até as 18 horas, quando na grade da Rede Globo entrava o humorístico ingênuo de Os Trapalhões, comandado por Renato Aragão.

Nos anos 80 o telejornalismo da TV Itapoan introduz nomes importantes como Raimundo Varela, Cristovam Rodrigues e Gerson Macedo, oriundos do rádio. Se, hoje, programas como o “Balanço Geral” da TV Itapoan/Record e “Que venha o povo”, da TV Aratu, continuam a fazer sucesso junto ao público “popular”, alguns de seus precursores continuam em cena.

Em 1981 a TV Bandeirantes inicia sua transmissão e em 1985 a TV Bahia é inaugurada, mesmo ano de inauguração da TV Educativa.

É evidente não ser mero acaso a expansão da Rede Bahia de Comunicação em todo o estado. Ao contrário, tal expansão expressa de maneira contundente o processo de concentração do poder político e econômico no estado que culmina com a criação desta rede de Televisão no estado. Permite-nos, enfim, entrever as mudanças ocorridas na Bahia ao longo do regime militar, o seu fim, bem como a emergência de distintos momentos históricos.

Personagem de destaque na cena estadual, Antonio Carlos Magalhães estará à frente do ousado projeto de implementação de uma poderosa rede de comunicação de propriedade da sua família no crepúsculo do regime militar. Estrategicamente indicado ministro das Comunicações de José Sarney, após a traumática morte de Tancredo Neves, ACM, promove a febre das concessões de canais de TV e rádio. Beneficia seu próprio grupo político inaugurando na Bahia, em 10 de março de 1985, a TV Bahia.

Com o slogan “Está nascendo um novo sol na Bahia”, a emissora começa sua transmissão. No seu staff vicejam nomes como Ivan Pedro, Caros Ribas, Luis Brito,

Lucia Almeida e Julio Rebouças. A TV Bahia nasce na condição de afiliada da TV Manchete mas em seu ambicioso projeto está a mudança para a TV Globo.

Na moldura do discurso fundador da TV Bahia será exibido o documentário “Bahia de todos nós”, produzido por Nelson Pereira dos Santos. A produção dialoga com o imaginário baiano cobrindo costumes, artes, hábitos do povo. Este discurso envolve uma rede imaginária tecida pelo poder político dominante do grupo hegemônico.

Neste quadrante estarão presentes alguns dos maiores nomes do cenário cultural baiano contemporâneo como Mário Cravo, Caetano Veloso, Carybé, Jorge Amado, Calazans Neto entre outros.

Na programação da TV Bahia/Manchete destacam-se programas infantis como “Circo Alegre” e desenhos, esportivos além de jornalísticos e programas de entrevista. Na programação local a emissora segue uma tendência consolidada: jornalismo local como o “Bahia em Manchete”, programas esportivos como o “Manchete Esportiva”.

A TV Bahia abre sua portas com uma equipe técnica qualificada, equipamentos modernos como cinco ilhas de edição, equipamentos novos de VT, transmissor de 300 kw de alta potência, além da antena mais alta do Norte-Nordeste, e de no âmbito econômico atrair importantes anunciantes.

Se a Rede Globo será protagonista no processo da construção imaginária de um país moderno e integrado, a transferência da concessão de transmissão da Rede Globo que passa à TV Bahia, em 1987, deixando para trás 18 anos de vínculo entre a TV Aratu e a “Vênus Platinada” é, mais uma vez, um lance importante neste complexo jogo de dominação articulando poder político e poder simbólico.

Neste processo, consolida-se um projeto político que deixa para trás a ideia de uma Bahia lenta, arcaica e em seu lugar é forjada uma nova Bahia, festejada de maneira primorosa pela economia da cultura e do turismo. Não é sem mais que desta síntese surgirá uma indústria cultural vigorosa onde terão papel fundamental além das políticas de Estado, cujo emblema é a fusão entre a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Turismo, o campo midiático, o qual conta não apenas com a Rede Bahia de Televisão de propriedade do grupo político dominante mas com os diversos setores da comunicação.

Todo este processo está articulado a movimentos internos – Bahia e Brasil - bem como a uma rede complexa do processo de globalização, de mundialização da cultura. A cultura subsumida à mercadoria ganha no estado da Bahia contornos singulares, marcada pela apropriação via mídia e poder político-econômico local, de elementos da cultura mestiça, de elementos do tradicional e da cultura nova que então começa a ser forjada sem perder de vista os arranjos necessários com uma elite local conservadora.

Finalmente, em 09 de novembro de 1985 seria inaugurada a TV Educativa, última emissora nordestina a ser instalada, afinal não havia interesse em instalar uma emissora pública quando o grupo político dominante acabara de inaugurar o seu canal oficioso de comunicação. No programa de abertura destaque será a vida de Jorge Amado e uma homenagem a Caetano Veloso.

Antonio Almada chefiava o jornalismo na emissora. A gerência de jornalismo era comandada por José Valverde. A equipe de reportagem em seus primórdios trabalhava com um quadro mínimo de dois repórteres por turno.

Estava posto o cenário do sistema televisivo na Bahia dos anos 80. Com isto, o alcance do campo midiático, em especial o alcance do sistema televisivo, sua extraordinária concentração, a qual permanece até os dias atuais, bem como sua competência técnica, reafirmam as estratégias de dominação dos grupos hegemônicos nacionais ao longo deste período. Na arquitetura deste imaginário o Brasil excludente, fraturado em geral, permaneceu inerte no interior da vitrine doméstica, apesar de algumas fraturas emergirem em alguns dos seus produtos simbólicos.

É na dinâmica deste processo que a crise vivida pelo capitalismo global nos anos 80 e a implementação das políticas neoliberais terão efeitos bastante negativos no Brasil em geral e na Bahia em particular com a abertura da economia e a fragilização das políticas nacionais de desenvolvimento regional bem como devido ao processo de concentração da riqueza. Ainda assim a TV ampliaria sua penetração.

Diante deste quadro, observa-se que o modelo de desenvolvimento adotado ao longo dos anos 60 até os anos 80 confirmam que 28% dos ocupados da Região Metropolitana de Salvador tinham rendimento médio mensal de até um salário mínimo e que a parcela de moradores em condições de pobreza chegava a 46% e em condições de indigência a 23,1%. Neste mesmo diapasão, o processo culmina com o cenário do início dos anos 90, quando os mais pobres detinham 2,7% da renda, número que se reduz a 1,7% em 2000, enquanto os mais ricos passam a abocanhar 48,3% da renda total. Tributário deste modelo de desenvolvimento, os números apontam que de 1991 a 2000 a taxa de informalidade passa de 29,7% para 37% em Salvador.

Ainda que mergulhada nesta modernidade “líquida” ou, melhor dizendo, “caudalosa”, em que a exclusão social emerge borrando a imagem asséptica da TV, a televisão no Brasil continuou erigida sobre um discurso convenientemente assentado em um imaginário de integração, em um ideal de sociedade de consumo, silenciando em boa medida os grandes temas nacionais.

### **Resultados Provisórios. Comentários Finais**

Nosso propósito nos limites deste estudo, ainda em curso, é pensar o lugar da televisão no processo de modernização da Bahia. Para alcançarmos tal propósito, partimos do pressuposto de que a televisão no Brasil passa a encarnar um papel decisivo no processo de construção hegemônica iniciado com o Regime Militar de 64 e a partir do qual forjou-se um projeto de modernização que produziu uma sociedade marcada por profundos paradoxos sociais, quando, de um lado, passamos a conviver com tecnologias as mais sofisticadas, cuja expressão mais emblemática é a televisão brasileira, de outro vivenciamos uma dramática exclusão social.

Observa-se que se, em todo o mundo, a mídia, e, particularmente, a televisão, tem reservado um papel fundamental na atualidade. No Brasil a importância deste meio acentua-se na medida em que se configura numa sociedade onde os meios impressos continuam a ser um bem de alcance limitado, a cultura letrada é, efetivamente, restrita a uma minoria, e onde o sistema televisivo constituiu-se, desde a década de 70, no principal meio de comunicação massivo, alcançando praticamente 100% das



residências. Se, hoje, convivemos com novas tecnologias a exemplo da internet, o lugar da TV parece-nos fundamental no processo de convergência midiática.

Assim, a presença de um meio massivo como a televisão no interior de uma sociedade com estas características reforça o seu poder de ressemantização, de reconstrução da realidade social. Com isto, a ausência ou fragilidade de outras instituições produtoras de bens simbólicos leva a TV brasileira a ocupar um espaço social fundamental na reconstrução da realidade e, portanto, no condicionamento do modo de inserção e interpretação do mundo por parte dos sujeitos e isto parece articular-ser para a consolidação de novas linguagens e tecnologias .

Diante desta realidade, não é sem mais que diversas análises vêm tentando compreender as repercussões da modernização do Brasil, a especificidade e desdobramentos da expansão extraordinária da indústria cultural em um país cuja característica fundamental é a fragilidade das instituições sociais, o restrito acesso à cultura escrita, a profunda hibridização das culturas regionais, e, portanto, uma sociedade em que o acesso à realidade não-imediata encontra na televisão ainda uma esfera das mais importantes de mediação, embora a internet amplie dia a dia sua inserção.

Consideramos que na contemporaneidade, em algum nível, as diversas instâncias que compõem o mundo social – a política, as religiões, as artes, o cotidiano – estão fortemente condicionadas pelo campo midiático, daí a importância de análises que procurem compreender as características deste campo nos processos político-econômicos e dinâmicas da sociedade que levem em conta o seu protagonismo, em particular as características do campo televisivo.

Depreende-se destas observações que a realidade brasileira reúne em seu interior uma diversidade de características político-culturais e comunicacionais que apontam para a necessidade de análises acerca das complexas relações entre o campo da mídia e o cenário onde se dá tal emergência. Torna-se, pois, fundamental compreender as especificidades locais que marcam o seu desenvolvimento.

Pretendemos, portanto, com este estudo somar esta reflexão a outras análises que procuram não apenas compreender os paradoxos do processo de desenvolvimento brasileiro na contemporaneidade como destacar neste olhar a tessitura da TV a partir de uma realidade específica. Para isto, interessa-nos compreender de modo mais detalhado de que modo esta trama é encenada no solo baiano.

### **Referências Bibliográficas**

ARAGÃO, Joane Maltez de, MENEZES, Juliana Cíntia F. de e SANTOS, Lourivânia Soares.

Um Resgate da História da Tv em Salvador. *Mimeo*, 2006.

ARAÚJO, Inácio, et alli. *Rede Imaginária – televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de., PASTERNAK, Suzana e BÓGUS, Lúcia Machado. Transformações Metropolitanas: São Paulo e Salvador. *Caderno CRH*, V.23, N.59, p.301-321, Maio/Ago 2010.

- COSTA, Alcir Henrique et alii. *Um país no ar*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Tradição, Autocracia e Carisma. A política de Antonio Carlos Magalhães na Modernização da Bahia (1954-1974)*, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2006.
- GIOVANNINI, Giovanni. *Evolução na Comunicação. Do sílex ao silício*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*, Porto Alegre: Tchê, 1987.
- MATOS, Rita de Cássia Aragão. *O Paroxismo do Sonho. Um estudo sobre a Exclusão Social no Jornal Nacional*. Salvador, Edufba, 2009.
- MATTOS, Sergio. *História da Televisão Brasileira. Uma Visão Econômica, Social e Política*. Petrópolis, Vozes, 2002.
- RISÉRIO, Antonio. *Uma História da Cidade da Bahia*. Rio de Janeiro, Versal, 2004.
- RUBIM, Antonio Albino (org.) *A ousadia da Criação. Universidade e Cultura*. João Pessoa, Editora da UFPb, 1999.
- RUBIM, Antonio Albino C. *Cultura, Política e Mídia na Bahia Contemporânea. Comunicação e Política, ns, V.X, p.103-155*.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Idade mídia*. Salvador: Edufba, 1995.
- ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.) *Ditadura Militar na Bahia*. Novos Olhares, Objetos, Novos Horizontes, Salvador, Edufba. 2009.

## MEMÓRIA COLETIVA E PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO: O CASO DA FEIRA HIPPIE DE IPANEMA

**DEODATO, Samira**

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro*

*Bolsista CAPES  
samira.deodato@gmail.com*

### RESUMO

Reconhecida extraoficialmente como uma das maiores galerias de artes e artesanato ao ar livre do mundo, a Feira Hippie de Ipanema surge, no final da década de 60, da iniciativa de jovens pintores de expor seus trabalhos na Praça General Osório, em Ipanema. Na década de 1970, a iniciativa de sucesso atrai artesãos ligados ao Movimento Hippie, que dá nome a feira e a torna popular até os dias de hoje. Este artigo busca uma investigação sobre a relação entre a noção de memória coletiva, de Maurice Halbwachs (1990), e os processos de patrimonialização abordados nos estudos de Jean Davallon (2015) e Regina Abreu (2015) para compreender o processo de patrimonialização da Feira Hippie de Ipanema.

**Palavras-chave:** Memória Coletiva. Processos de patrimonialização. Feira Hippie de Ipanema.

### ABSTRACT

Unofficially recognized as one of the largest outdoor galleries of arts and craft of the world. Ipanema Hippie Fair emerges in the late 60s from the initiative of young painters that begin to exhibit their work at the General Osório Square in Ipanema. In the 70s, the successful initiative attracts artisans connected to the Hippie Movement, which names the Fair and make it popular till the present day. Seeking an investigation into the connection between the Maurice Halbwachs' (1990) collective memory and the patrimonialization processes studied by Jean Davallon (2015) and Regina Abreu (2015), this article's purpose is to understand the patrimonialization process of the Ipanema Hippie Fair.

**Key-words:** Collective Memory. Patrimonialization Processes. Ipanema Hippie Fair.

## CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Reconhecida extraoficialmente como uma das maiores galerias de artes e artesanato ao ar livre do mundo, a Feira Hippie de Ipanema surge, no final da década de 60, da iniciativa de jovens pintores de expor seus trabalhos na Praça General Osório, em Ipanema. Na década de 1970, a iniciativa de sucesso atrai artesãos ligados ao Movimento Hippie, que dá nome a feira e a torna popular até os dias de hoje.

Em suas mais de quatro décadas de existência, a Feira Hippie de Ipanema jamais deixou a Praça General Osório, local que abriga os estandes dos expositores semanalmente, aos domingos, entre 8h e 20h. Os mais de 600 estandes que fazem parte da Feira Hippie de Ipanema são especializados na venda de objetos de artesanato criados com as mais variadas matérias-primas – como tecidos, madeira, metais diversos, sisal –, que dão origem a esculturas, pinturas, pirogravuras, objetos decorativos, joias, bijuterias, artigos de beleza, móveis, roupas, dentre outros.

Consoante à tendência de “patrimonialização das diferenças” (ABREU, 2015) um primeiro passo no processo de patrimonialização da Feira Hippie de Ipanema é dado através do Projeto de Lei nº 249, de 9 de novembro de 2009, de autoria da Vereadora Rosa Fernandes. O projeto objetivava o tombamento da Feira como bem de natureza imaterial da cidade do Rio de Janeiro e obteve parecer favorável da Comissão de Assuntos Urbanos, da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, por contribuir para a preservação de interessante referencial urbano e cultural da cidade.

Quase dois anos após a aprovação do Projeto de Lei, o passo definitivo para a patrimonialização da Feira Hippie de Ipanema é dado através da Lei nº 5.286, de 27 de junho de 2011, que em seu artigo 1º justifica o tombamento da Feira “como bem de natureza imaterial da cidade do Rio de Janeiro [...] em face de sua relevante concentração e produção de práticas culturais fortalecedoras da memória e da identidade da sociedade brasileira” (LEI Nº 5.286, DE 27 DE JUNHO DE 2011).

Sobre a abertura vista no campo do patrimônio nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, Abreu (2015) assinala para a incorporação de diálogos em rede entre representantes de novos organismos, como movimentos sociais, organizações não-governamentais, coletivos de indivíduos oriundos de camadas populares e um sem número de sujeitos coletivos, favorecidos por novas tecnologias, trazendo um elemento de contraponto para a presença quase exclusiva das instituições estatais que existiam até então. Nesse sentido, a patrimonialização da Feira Hippie de Ipanema se apresenta para a cidade do Rio de Janeiro como um dos primeiros esforços para o reconhecimento das feiras de artes e artesanato como importantes ferramentas de preservação das especificidades locais, e desponta principalmente por ser resultado da iniciativa independente de expositores da própria Feira que deram início ao processo com a construção do acervo Memória da Feira Hippie de Ipanema, um conjunto de documentos, fotografias e publicações em jornais e revistas, que contam a história da constituição da Feira.

Sendo assim, este artigo busca a interlocução entre a memória social e a patrimonialização de bens imateriais com especial atenção ao caso da Feira Hippie de Ipanema, e para tal estrutura-se em duas seções: a primeira, voltada para a discussão dos processos de memorização e patrimonialização, tem como base teórica os autores Maurice Halbwachs,

Jean Davallon e Regina Abreu; a segunda, alicerçada na construção teórica realizada na primeira seção, busca a discussão do processo de patrimonialização da Feira Hippie de Ipanema tendo como base a monografia “Pela Feira e Pelos Outros: uma pesquisa etnográfica sobre a Feira Hippie de Ipanema”, apresentada como Trabalho de Conclusão do Curso de Turismo na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a pesquisa em andamento no Mestrado em Memória Social (PPGMS/UNIRIO).

## 1. MEMORAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO

A interlocução entre os campos da memória social e do patrimônio cultural suscita inúmeras questões que se apresentam como escopo de pesquisas de diversos estudiosos das mais variadas áreas do saber. Tanto a memória social, quanto o patrimônio cultural são alvo de profundos esquadrinhamentos sobre seus múltiplos sentidos e definições possíveis. Para os fins deste estudo, partir-se-á de uma breve análise sobre a concepção do campo da memória social, com Maurice Halbwachs, para adentrar o campo do patrimônio cultural, com Jean Davallon.

### 1.1. Memória social e memória coletiva

A memória social, ao longo dos séculos, já foi objeto de reflexão de muitos teóricos. Filósofos, psicólogos, sociólogos, entre tantos outros já se debruçaram sobre o tema, elaborando as mais variadas abordagens à questão. Nomes como Frederik Barlett, Walter Benjamin, Henri Bergson, Maurice Halbwachs, Sigmund Freud, Karl Mannheim, Abry Warbug, Arnold Zweig, bem como tantos outros pensadores, podem ser citados.

Dentre tantos estudiosos, Maurice Halbwachs, sem dúvidas, é um expoente no campo de estudos da memória social e contribui preeminentemente para a constituição deste como parte da área da Sociologia. No início do século XX, Halbwachs estabelece os conceitos de quadros sociais da memória e memória coletiva, que são fundamentais para o estudo da memória até os dias de hoje.

Bosi (1994) afirma que para compreender o universo de Halbwachs é necessário situá-lo na tradição da Sociologia francesa, da qual ele é herdeiro, e aponta que o autor “prolonga os estudos de Émile Durkheim que levaram à pesquisa de campo as hipóteses de Auguste Comte sobre a precedência do ‘fato social’ e do ‘sistema social’ sobre fenômenos de ordem psicológica, individual” (BOSI, 1994, p. 53).

A autora, ainda, contrapõe as formulações de Halbwachs às de Bergson, e assinala que “Halbwachs não vai estudar a memória, como tal, mas os ‘quadros sociais da memória’” (BOSI, 1994, p. 54), que seriam uma maneira de extrapolar o mundo da pessoa, pautado pelas relações entre o corpo e o espírito, com a finalidade de alcançar a realidade interpessoal das instituições sociais, enquanto formadoras da memória coletiva.

Em sua obra *A Memória Coletiva*, Halbwachs (1990) apresenta sua premissa fundamental para a memória: o indivíduo nunca está só, e as lembranças permanecem coletivas mesmo que sejam referentes a momentos vividos sem a companhia de outras pessoas. E sobre isto, discorre:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 1990, p. 26)

Segundo Bosi (1994), nas obras de Halbwachs, a memória é abordada como produção ativa dos grupos. A lembrança das experiências do passado não seriam, portanto, revividas, mas reconstruídas e repensadas através da perspectiva do indivíduo do presente. A memória seria, portanto, um trabalho consciente de memorização. E sendo produção ativa dos grupos, Halbwachs (1990) admite a existência de tantas memórias quanto grupos sociais existam. A pluralidade de tal concepção, abre portas para que se compreenda a memória coletiva como o substrato fundamental dos processos de patrimonialização.

## 1.2. A memória coletiva e a patrimonialização

Em seus estudos sobre os modelos de patrimonialização de objetos materiais e imateriais, Jean Davallon (2015) trabalha a oposição comumente estabelecida entre os conceitos de memória e patrimônio, que geralmente é feita por uma comodidade de linguagem. O autor defende que a verdadeira oposição deveria ser realizada entre a memória e a patrimonialização. Pois a memória deve ser compreendida enquanto um processo de produção e de transmissão de saberes, assim como a patrimonialização seria, a seu modo, uma forma de produção e de transmissão de saberes acerca de seus objetos.

Sobre a oposição defendida, Davallon (2015) justifica que esta se fundamenta no fato de que a significação do objeto pode ser realizada por duas vias: através da memória, ou através da patrimonialização. A significação do objeto produzida pela via da memória opera numa esfera em que o objeto, o saber e seu suporte de transmissão são produzidos pelos sujeitos que intentam a transmissão desse saber, sendo estes os destinatários emissores da significação. No caso da significação do objeto produzida pela via do patrimônio, o objeto tem origem em um mundo anterior ao qual se encontra aquele que o descobre. Neste cenário, aquele que descobre o objeto se torna responsável por produzir o saber sobre este e se torna, portanto, o emissor de sua significação.

A concepção de memória tratada no estudo de Davallon (2015) relaciona-se diretamente à noção de memória coletiva de Halbwachs (1990). Segundo o autor:

Do ponto de vista da abordagem comunicacional da patrimonialização (...) estaríamos falando de memória coletiva, para retomar a definição de Halbwachs, para quem ela continua a existir enquanto houver membros vivos do grupo que, portanto, podem transmiti-la. Ela se apoia na memória individual dos fatos, das práticas e dos saberes. Foi a partir dessa concepção da memória que me pareceu, em contraponto, que o patrimônio poderia ser considerado como um estatuto reconhecido pelas pessoas que, por razões diversas, pensam ser as depositárias de objetos que não produziram e aos quais conferem tal interesse que estimam conveniente conservá-los para transmiti-los, embora tenha havido uma ruptura, real ou simbólica, na transmissão. (DAVALLON, 2015, p. 48)

Nesse sentido, Davallon (2015) observa que o modelo de patrimonialização de bens materiais, que ocorre geralmente pela via da produção de sentido do objeto através do

patrimônio, se difere em muito do modelo de patrimonialização de bens imateriais, que ganham significação pela via da memória. O autor aponta que no processo de patrimonialização de bens materiais ocorre uma ruptura entre o universo de origem do objeto e a sociedade para o qual este constitui um patrimônio.

Ainda sobre os objetos materiais patrimonializados, Davallon (2015) ressalta que a grande crítica feita a esse modelo de patrimonialização seria a de que esta concepção se sustentaria na existência de uma obrigação de guardar fundamentada no sentimento de dívida perante àqueles que produziram os objetos. Um novo modelo de patrimonialização pautado em objetos imateriais se apresentaria, segundo o autor, como uma resposta a esta crítica:

Uma das respostas sugeridas (...) seria aquela em que talvez estejamos assistindo hoje a uma diluição do estatuto patrimonial - tradicional, europeu e fundamentado no patrimônio material - para dar lugar a uma concepção de patrimônio definido como tal pelo grupo ou comunidade (ou seja, o coletivo) que dele reivindica a propriedade contínua desde o passado. (DAVALLON, 2015, p. 47)

Para Davallon (2015), esse novo modelo forneceria um retorno a assimilação da definição cultural e da definição jurídica do patrimônio, uma vez que, não haveria uma ruptura entre o mundo de origem do patrimônio e o mundo presente. A continuidade entre os dois mundos garantiria o fato de que o objeto imaterial se trata realmente de um patrimônio coletivo, sendo "considerado patrimônio tudo aquilo que o coletivo considera como seu" (DAVALLON, 2015, p. 47).

### 1.3. A patrimonialização do imaterial

É interessante nesse ponto da reflexão abordar a trajetória dos processos de patrimonialização ao longo da história para que fique claro que a concepção do regime de patrimonialização dos objetos imateriais não se apresenta como um ato espontâneo, e sim como resultado de um longo processo de evolução moldado por descobertas, invenções e avanços tecnológicos.

Abreu (2015), no que a própria autora chama "um esforço de síntese" (ABREU, 2015, p. 69), apresenta a trajetória dos processos de patrimonialização em três momentos. No primeiro momento, os processos de patrimonialização são fundamentados na reconstrução do passado e na valorização de uma arte nacional. Neste período, que vai do XIX à primeira metade do século XX, somente os objetos materiais e obras de arte são consideradas como parte integrante do patrimônio.

O marco fundamental do segundo momento é a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Esta agência é criada na busca pela paz entre as nações após as duas grandes guerras mundiais. Em consonância a isso, ainda nesta etapa, o conceito antropológico de cultura se apresenta como uma nova variável a ser absorvida pelos processos de patrimonialização, regenerando "a noção de que os homens eram seres biologicamente semelhantes e que poderiam marcar suas diferenças pela cultura" (ABREU, 2015, p. 69).

O terceiro momento, segundo Abreu (2015), inicia-se no final da década de 80, com o lançamento da Recomendação de Salvaguarda das Culturas Tradicionais e Populares, pela UNESCO, em 1989. As políticas de preservação, neste momento, passam a ser

normatizadas por fóruns internacionais, “estimulando uma dinâmica globalizada de identificação, proteção, difusão e circulação de valores e signos patrimoniais” (ABREU, 2015, p. 69).

O grande mote da pesquisa de Abreu (2015) se implanta nesta terceira etapa: a patrimonialização das diferenças. Esta tendência delineada pela autora reside no combate à crescente homogeneização do mundo através da preservação de especificidades locais, concedendo atenção especial a objetos considerados singulares. Na patrimonialização das diferenças, conforme Abreu (2015) salienta, emerge com especial relevo o tema do patrimônio cultural imaterial.

Sobre este advento, Davallon (2015) suscita a seguinte questão: como saber se este se trata simplesmente de uma nova categoria de patrimônio ou de um regime de patrimonialização diferente? O autor propõe-se a responder esta questão a partir de uma análise do que seria o patrimônio cultural imaterial.

Davallon (2015), assim, expõe que o patrimônio cultural imaterial é caracterizado, nomeadamente, por nenhum objeto material ser tornado patrimônio enquanto tal. O que torna o objeto imaterial patrimônio é determinado “nos elementos que são unicamente inteligíveis, perceptíveis, tangíveis através dos suportes que o tornam manifestos” (DAVALLON, 2015, p. 55). O autor pega emprestado de Gérard Genette o conceito de idealidade, e justifica que o objeto imaterial possui somente uma existência no espírito, como uma idealidade postulada – em que esse elemento existe como patrimônio – ou construída – em que esse elemento é compreendido a partir de um trabalho de análise (DAVALLON, 2015). A grande indagação de Davallon (2015), nesse sentido, se faz sobre a capacidade que o suporte através do qual o objeto imaterial se manifesta teria de assegurar a presentificação do passado.

Uma das peculiaridades da categoria do patrimônio cultural imaterial, segundo Davallon (2015), reside justamente em sua formalização e definição por uma instância jurídico-administrativa, a UNESCO. Para o autor, a definição da UNESCO através da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, é bastante relevante por construir uma relação direta com os processos de patrimonialização, definindo como certos elementos de cultura podem se tornar patrimônio.

A Convenção de 2003 define como patrimônio cultural imaterial

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (ABREU, 2015, p. 75)

Ainda sobre a definição da UNESCO sobre o que seria, ou não, patrimônio cultural imaterial, Davallon (2015) aponta esta definição inaugura uma “patrimonialização por reconhecimento” (DAVALLON, 2012, p. 56), uma vez que é o próprio grupo que reconhece que elementos fazem parte de seu patrimônio. O autor aponta para o surgimento de um legado que seria ao mesmo tempo recebido e perseguido pelo



grupo, uma vez que a patrimonialização, sob a formulação da UNESCO, resultaria em três operações básicas: a. A transmissão geracional do elemento a ser patrimonializado; b. Um interesse por tal elemento, que estaria ligado ao sentimento de identidade e continuidade do grupo; c. Uma declaração de que o grupo reconhece o elemento como seu patrimônio.

À vista destas três operações básicas, Davallon (2013) se depara com algumas questões tanto do ponto de vista da lógica, quanto da prática. O autor questiona,

primeiramente, “como aquilo que muda pode ser reconhecido como o mesmo”? Na sequência, se depara com o segundo problema de ordem lógica: a questão da continuidade. Segundo Davallon (2015), a continuidade por transmissão de geração em geração e a continuidade iniciada pelo reconhecimento explícito do caráter patrimonial de um objeto imaterial não seriam da mesma natureza. E, em último lugar, no âmbito da prática, o autor aponta que os procedimentos da patrimonialização levantam uma série de questões, como: segundo que modalidades o grupo poderia estabelecer o reconhecimento de um patrimônio? Quem poderia fazê-lo em seu nome?

As questões levantadas pelo autor encontram ressonância em muitas das pesquisas do campo do patrimônio cultural imaterial, e se relacionam em muito à própria concepção da categoria, que abarca múltiplas formas de manifestação. Se, segundo Halbwachs (1990), tantas seriam as memórias quanto grupos sociais existissem, o mesmo pode, e deve, ser dito para o patrimônio cultural imaterial. É necessário que cada objeto imaterial patrimonializado seja alvo de um olhar perscrutador para que as questões levantadas por Davallon (2015)

possam começar a ser respondidas. Nesse sentido, a próxima seção trará uma concisa aproximação a um objeto imaterial patrimonializado na cidade do Rio de Janeiro, a Feira Hippie de Ipanema, num esforço de decifrar este processo e – quem sabe? – propor novas questões.

## 2. FEIRA HIPPIE DE IPANEMA: CONTRACULTURA E PATRIMONIALIZAÇÃO

Refazer o percurso original do surgimento da Feira Hippie de Ipanema se apresenta como um verdadeiro desafio. Após quase cinco décadas de ocorrência, a história narrada já foi moldada por inúmeras versões e visões dos fatos, que acabam por transparecer o nível de identificação dos sujeitos que se apropriam e se aproximam do evento. Uma das histórias que narram um episódio que teria dado origem à Feira é contada por Peixoto et al (1994) e se passa no Jangadeiro, um dos proeminentes botequins ipanemenses – estes, conforme aponta Valle (2005), eram o reduto da efervescência cultural de Ipanema na década 60.

Numa manhã de sábado, os artistas plásticos Roberto de Sousa, José Carlos Nogueira da Gama, Holmes Neves, Guima e Hugo Bidet estavam sentados no Jangadeiro, sem um tostão nos bolsos e doidos para tomar chope. Naquela ocasião estava terminando a Feira do Livro, na Praça General Osório, e Hugo lançou a ideia: “se pendurássemos uns quadros naquelas barracas em frente ao bar, talvez vendêssemos um e o produto da venda poderia ser revertido em chope...”. Ninguém teve coragem para aderir à ideia. Hugo, que morava próximo ao bar, na Rua Jangadeiros, foi em casa, rapidinho, apanhou cinco desenhos eróticos de sua autoria, pendurou-os na barra em frente ao bar e todos ficaram aguardando os acontecimentos. Começou a parar gente para olhar os

desenhos e quando Hugo percebia o interesse maior de alguém, atravessava a rua para atender o provável comprador. Eis que de repente, alguém gostou de um dos trabalhos e o comprou. Nascia assim a Feira. Hugo, sedento, atravessou a rua dando pulos de alegria e foi entrando no Jangadeiro, aos berros: “Cabeça (garçom), chope para todos da minha mesa”. E foi um porre só! No sábado seguinte, os cinco participantes da mesa do Bar Jangadeiro expuseram seus trabalhos na praça e, na terceira semana, a eles juntaram-se mais 20 expositores. (PEIXOTO ET AL, 1994)

A versão contada por Peixoto et al (1994) se transformou hoje numa espécie de história oficial. Os personagens principais deste conto não estão vivos para confirmá-lo ou desmentí-lo, e a história, em mais de quatro décadas, já foi contada e recontada tantas vezes que se tornou um verdadeiro mito de origem. Atualmente, o que podemos verificar é a relação entre quem conta e reconta a história: a apresentação de versões e visões dos fatos acaba por comunicar mais sobre o sentido de identificação de quem se apropria destas do que sobre uma verdade legitimada.

Outro trecho do mito de origem narrado por Peixoto et al (1994) apresenta uma questão controversa sobre a história da Feira: a presença dos hippies em sua fundação. De acordo com os autores,

A intenção inicial dos fundadores da Feira era de que só participassem pintores e desenhistas e muitos artesãos foram enxotados da praça à porrada. [...]

Vieram os hippies com seus artesanatos e se instalaram na praça. Enquanto não aparecia alguém interessado pelos seus trabalhos, eles transavam, abertamente, às margens do laguinho. Então, um dia, a polícia chegou, com helicóptero, metralhadora e tudo o que tinha direito, levando todo mundo em cana, os que transavam e os que ficavam espiando também. O motivo alegado para a invasão era a falta de licença, não para transar, naturalmente, mas para que os artistas expusessem seus trabalhos em praça pública.

José Carlos Nogueira da Gama e sua amiga Edna começaram a movimentar-se para a legalização da Feira e muita gente foi envolvida para ajudar. Depois de muita luta, tudo ficou resolvido, e a abominável licença foi concedida. E os hippies cantaram e transaram para comemorar. (PEIXOTO ET AL, 1994)

A narrativa de Peixoto et al (1994) indica que, apesar do reconhecimento até os dias atuais pela sua relação com o Movimento Hippie, a Feira não nasce já como parte deste. Menezes e Eichler (2008) corroboram com esta versão dos fatos. De acordo com as autoras, o Movimento Hippie aporta na Feira somente em meados da década de 70, com a chegada de artesãos argentinos especializados em criar bijuterias de amarração de corda.

Parte do movimento contracultural, a cena hippie que havia alcançado seu auge nos Estados Unidos na década de 60, chega ao Brasil e ganha força somente no início dos anos 70. O movimento contracultural brasileiro, de acordo com Coelho (2005), buscava romper com a modernização da sociedade brasileira posta em prática de forma autoritária pelo regime militar, estabelecido no país através do Golpe Civil-Militar de 1964. A contracultura brasileira questionava a racionalização da vida social, e buscava em sua prática difundir a subjetividade em oposição à objetividade do mundo exterior, numa aproximação com a loucura e a marginalidade (COELHO, 2005).

O Movimento Hippie começa a ganhar visibilidade – e a ser igualmente perseguido – no país a partir de 1969. Coelho (2005) destaca como marco basilar da articulação da contracultura enquanto movimento social a publicação no O Pasquim, de 8 de janeiro de 1970, do “Manifesto Hippie”, de Luiz Carlos Maciel. O Manifesto traz uma lista em duas colunas, uma delas ilustrando os limites aos quais a velha razão teria chegado e outra apresentando a nova cultura, que seria capaz de ultrapassar tais limites. É interessante observar que em contraposição a Brasil em um dos itens do Manifesto Hippie, Ipanema aparece, ao lado de Bahia, como referencial para a nova cultura, mostrando a importância do bairro, e consequentemente da Feira Hippie de Ipanema, que aparece no centro desse movimento contracultural.

A chegada dos hippies à Feira não passa despercebida, e estes são alvo de perseguições e preconceitos, conforme a intolerância aumentava durante o regime militar. Em 11 de março de 1970, a Ordem de Serviço nº 29 se tornou o primeiro instrumento de regulamentação da Feira, após uma série de invasões, prisões e interdições. Esta Ordem de Serviço trazia diversos itens que tolhiam grande parte das atividades dos expositores, na tentativa de restringir a participação de hippies. Ficava proibida a armação de barracas, a execução de músicas e todos os expositores deveriam obrigatoriamente estar trajados com camisas e calças.

Posteriormente, assumindo legalmente o caráter permanente da Feira, que já era realizada há duas décadas, a Lei nº 1.533, de 10 de janeiro de 1990, regulamenta o funcionamento das Feiras Especiais de Arte (Feirartes). Conforme o artigo 2º da Lei 1.533/90, as Feirartes devem utilizar espaços em logradouros públicos para a exposição e venda de trabalhos de artistas plásticos e artesãos, e desenvolvimento de atividades de caráter cultural relacionadas ao teatro, música, dança, exposições comunitárias e campanhas beneficentes.

Assim como a Lei nº 1.533/90, o Decreto nº 25.491, de 22 de junho de 2005, da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, dispõe sobre a regulação das Feirartes. Neste decreto estão discriminadas cinco Feirartes, além da Feira Hippie de Ipanema, denominada Feirarte I. Estas foram criadas para absorver os candidatos excedentes interessados em expor seus trabalhos em Ipanema.

Ainda estabelecida na Praça General Osório, em Ipanema, a Feira que outrora ocupava somente o “meio da calçada que dava para a [Rua] Visconde de Pirajá e mesmo assim não ocupava a calçada toda” (MENEZES; SANT’ÂNGELO, 2008, p. 11), atualmente conta com grande número de expositores, artesãos e artistas plásticos.

O espaço da Feira, anteriormente disputado e alvo de críticas e perseguição pela desorganização e baderna, agora é normatizado e dividido. Os artesãos, que antes apresentavam seus trabalhos em estandes e esteiras improvisadas, hoje expõem seus produtos em barracas padronizadas e numeradas que formam estreitos corredores ao redor da praça. Os artistas plásticos, por sua vez, ocupam o espaço ao redor do Chafariz das Saracuras, expondo seus quadros em painéis dispostos pelo centro da Feira, numa ocupação fluída e dinâmica do espaço, que permite que visitantes circulem e contemplem as obras.



**Figura 1.** Visão dos painéis expostos do outro lado do Chafariz das Saracuras em 12 de julho de 2014. Fonte: Acervo pessoal da autora



**Figura 2.** Corredor da Feira Hippie de Ipanema em 12 de julho de 2014. Fonte: Acervo pessoal da autora



**Figura 3.** Mapa aproximado da disposição dos expositores no espaço da Praça General Osório. Fonte: Mapa – Google Earth/Arte visual – Elaborada pela autora

Muito é discutido sobre o caráter normatizador de tais regulações legais sobre a Feira Hippie de Ipanema. A uniformização do espaço, por si só, já seria um indício da derrocada do ideário hippie, que havia sido absorvido com a entrada dos representantes do movimento na Feira. Coelho (2005), em seu estudo, sinaliza para essa questão. O autor aponta que o insucesso dos hippies em fundar uma cultura alternativa nas décadas de 60 e 70 legou aos dias atuais um simulacro do movimento original. A Feira, nesse contexto, seria anteriormente um espaço frutífero de criação e partilha de modos de fazer e, após os mecanismos legais de regulação, vem se tornando um espaço de comércio acima de tudo.

Dentre os motivos de maior insatisfação entre os expositores, a chegada de novos participantes à Feira é sem dúvidas uma grande adversidade. Em Menezes e Sant'Ângelo (2008), bem como em Deodato (2014), é notável a insatisfação dos expositores com estes sujeitos, que chegam à Feira com o intuito de comercializar mercadoria industrializada sob o signo de espaço de comércio de artesanato e artes plásticas originais já conquistado pela Feira.

A inserção destes atores no cenário da Feira Hippie de Ipanema é possível em virtude do Decreto nº 25.491/2005, que além de regular as Feirartes da cidade do Rio de Janeiro, concede à Comissão de Avaliação das Feirartes, do Centro de Artes Calouste Gulbekian, o direito de avaliar, mediante prova prática, os candidatos a expositores. Tal processo, além de restringir a liberdade de criação dos expositores, limitando-os

a execução de duas técnicas artesanais/artísticas somente, ainda examina de forma objetiva a produção artesanal/artística que é pautada por saberes subjetivos.

O método de seleção do Centro de Artes Calouste Gulbekian, aliado ao processo de uniformização de artigos artesanais que vem ocorrendo nas últimas décadas no Brasil, em decorrência em grande parte da turistificação intensa dos espaços de comércio de artes e artesanato, enfraquece a produção artesanal da Feira Hippie de Ipanema.

Este processo de perda de identidade da produção artesanal é escopo de variadas pesquisas (RIBEIRO, 2013; CALADO, 2011; PIMENTEL et al., 2007). O artesanato, conforme Ribeiro (2013) expõe, é caracterizado pelo seu apelo cultural e pela tradução da essência do artesão por trás de sua produção, e neste processo de uniformização vai perdendo aos poucos seu “caráter social de comunicação” (RIBEIRO, 2013, p. 113).

Num ímpeto de combater este processo de perda da identidade, bem como num esforço para a manutenção da Feira na Praça General Osório, no início dos anos 2000, uma demanda é posta em marcha: a patrimonialização da Feira Hippie de Ipanema. O processo se desenrola por mais de uma década até alcançar definitivamente seu objetivo em meados de 2011.

Esta demanda nasce de um conflito gerado pelas especulações acerca da construção da Estação General Osório da rede metroviária da cidade do Rio de Janeiro, operada por meio de concessão pela empresa MetrôRio. Especulava-se que a implementação da Estação na Praça General Osório ocasionaria a remoção dos expositores, que seriam realocados em outros espaço por definição da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. A situação acabou sendo resolvida com a interdição de uma faixa da Praça, que permitia a realização da Feira todos os domingos, como de costume, porém o desejo pela patrimonialização já havia se instaurado.

Conforme os dados obtidos através da pesquisa netnográfica em Deodato (2014), os expositores diante da ameaça de transferência idealizaram o tombamento da Feira como patrimônio cultural imaterial da cidade. Esta iniciativa data dos anos 1999 e 2000, e conforme relatos, não pôde ser concretizada à época devido à ausência de casos precedentes de bens culturais imateriais patrimonializados. É importante que se aponte aqui o vanguardismo do empreendimento dos expositores da Feira, que se anteciparam até mesmo à Convenção de 2003, da UNESCO, no seu intento.

O precedente que possibilitaria o processo de patrimonialização da Feira Hippie de Ipanema desponta em 4 de agosto de 2000, com a instituição do Decreto nº 3.551, que regulamenta o registro de bens culturais de natureza imaterial. O decreto nº 3.551/2000 viria, então, para complementar a Constituição Federal de 1988, que apesar de ostentar em seu

Artigo 216 a preocupação de apontar mecanismos legais e técnicos para a preservação do patrimônio cultural, não se empenha em descrever propriamente as ferramentas que seriam adequadas a esta preservação.

A idealização dos expositores da Feira Hippie de Ipanema ganha corpo, enfim, diante do registro da Feira de Caruaru no Livro dos Lugares, em 2006, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Os expositores, então, somam novamente seus esforços na coleta de documentos, fotografias e publicações em jornais

e revistas para a construção de um acervo, chamado por eles de Memória da Feira Hippie de Ipanema.

O acervo Memória da Feira Hippie de Ipanema inaugura a caminhada rumo a patrimonialização da Feira, que tem seu primeiro passo dado pela Vereadora Rosa Fernandes com o Projeto de Lei nº 249/2009, que busca tornar a Feira como bem de natureza imaterial da cidade do Rio de Janeiro. O parecer de todos os relatores foi favorável ao projeto, justificado por ser este contribuir para a preservação de um interessante referencial urbano e cultural da cidade.

Dois anos após o Projeto de Lei, veio a Lei nº 5.286, de 27 de junho de 2011, que em seu artigo 1º justifica o tombamento da Feira “como bem de natureza imaterial da cidade do Rio de Janeiro [...] em face de sua relevante concentração e produção de práticas culturais fortalecedoras da memória e da identidade da sociedade brasileira” (LEI Nº 5.286, DE 27 DE JUNHO DE 2011).

A patrimonialização da Feira Hippie de Ipanema se alicerça perfeitamente no que Abreu (2015) define como a patrimonialização das diferenças. Nas palavras da autora, “a categoria ‘patrimônio’ ‘caiu na boca do povo’” (ABREU, 2015, p. 72), e o desejo de patrimonializar de fato cresceu e se capilarizou no tecido social, o processo aqui descrito não poderia ilustrar melhor esta fala.

Ao democratizar o patrimônio, a patrimonialização das diferenças deu abertura para falas plurais tecidas em rede através da interação de diversos agentes, como Abreu (2015) sinaliza. Esta abertura é o eixo fundamental de todo o processo de patrimonialização da Feira Hippie de Ipanema, que somente obteve êxito quando “o patrimônio deixou de ser sinônimo de ouro, prata, bronze, coisa duradoura, para também contemplar a argila, o barro, o efêmero” (ABREU, 2015, p. 72).

Ao considerar relevantes as manifestações do patrimônio cultural imaterial, minorias, que antes eram ignoradas e relegadas a uma existência sem oficialidade e reconhecimento, puderam empoderar-se ao tomar nas próprias mãos suas raízes e tradições, para se perceberem como parte constituinte de uma tão falada concepção de cultura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de patrimonialização da Feira Hippie de Ipanema se apresenta aqui através da metáfora da jornada por um longo percurso. Este foi um primeiro passo importante para a instituição de um patrimônio pautado por objetos imateriais na cidade do Rio de Janeiro. Ainda distante de alcançar a formulação do IPHAN, são necessários muitos ajustes nos mecanismos de conservação do patrimônio do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), responsável pela proteção e promoção do patrimônio no município, bem como do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural no Estado do Rio de Janeiro.

A patrimonialização da Feira Hippie de Ipanema passa muito distante do formulado pelo Decreto nº 3.551/2000, que instituiu o inventário e o registro dos objetos imateriais. A patrimonialização, de fato, foi realizada. A lei, que ironicamente é caracterizada como um instrumento de tombamento, característico do patrimônio material, está dada e garante a preservação da atividade dos expositores e a permanência destes no

espaço cativado ao longo de tantos anos de labor. Porém, é necessário que novos passos, novas conquistas sejam alcançadas para a verdadeira preservação e conservação das tradições e práticas culturais coletivas cariocas e fluminenses.

Longe de formular considerações absolutas, este artigo foi pensado com o intuito de buscar uma compreensão inicial do processo de patrimonialização de objetos imateriais, especialmente as feiras de artes e artesanato como a Feira Hippie de Ipanema. Nesse sentido, é necessário que novas incursões sejam realizadas e que o exercício de contemplação da memória e da patrimonialização jamais seja relegado à obsolescência.

## REFERÊNCIAS

ABREU, R. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, C. DODEBEI, V. (orgs.). *Memória e novos patrimônios*. Marseille: OpenEdition Press, 2015.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. *Decreto nº 3.551*, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm)>. Acesso em: 01 dez. 2016.

CALADO, L. M. R. Campo Grande, MS, e a Feira Livre Central: relato sobre patrimônio e memória. In: V CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 2011. Paraná. *Anais do V Congresso Internacional de História*. Paraná: UEM, 2011. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2011/?l=trabalhos&id=212>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

COELHO, C. N. P. A Contracultura: o outro lado da modernização autoritária. In: *Anos 70: trajetórias*. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DAVALLON, J. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. In: TARDY, C. DODEBEI, V. (orgs.). *Memória e novos patrimônios*. Marseille: OpenEdition Press, 2015.

DEODATO, S. *Pela feira e pelos outros: uma pesquisa netnográfica sobre a Feira Hippie de Ipanema*. 2014. 57f. Monografia (apresentada ao final do Curso de Graduação em Turismo) - Escola de Turismologia, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

MENEZES, P. V.; SANT'ÂNGELO, M. Feira Hippie de Ipanema: reflexões sobre discursividade e materialidade em um espaço de sociabilidade, turismo e consumo. In: 26ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2008. Porto Seguro. *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia*, 2008. Porto Seguro: ABANT, 2008. Disponível em: <[http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_26\\_RBA/grupos\\_de\\_trabalho/trabalho\\_s/GT%2013/palloma%20valle%20menezes.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalho_s/GT%2013/palloma%20valle%20menezes.pdf)>. Acesso em: 01 dez. 2016.

PEIXOTO, M. et al. *Villa Ipanema*. Rio de Janeiro: Novo Quadro, 1994.



PIMENTEL, T. D. et al. Mudanças simbólicas: análise discursiva e das transformações identitárias e espaciais em uma feira. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 1-23, mar. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512007000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512007000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 dez. 2016.

RIBEIRO, G. S. Espaços comerciais de artesanato: apenas um espaço turístico. In: *Revista História e Cultura*, v. 2, n. 2. Franca/SP: Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), dez. 2013, p.111-136. Disponível em: <<http://seer.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1075/1084>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

RIO DE JANEIRO. *Decreto nº 25.491*, de 22 de junho de 2005. Dispõe sobre o regulamento interno das Feiras Especiais de Arte. Disponível em: <<http://cm-rio-de-janeiro.jusbrasil.com.br/legislacao/314384/decreto-25491-05>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

RIO DE JANEIRO. *Lei nº 1.533*, de 10 de janeiro de 1990. Regulamenta as Feiras Especiais de Arte. Disponível em: <<http://cm-rio-de-janeiro.jusbrasil.com.br/legislacao/278534/lei-1533-90>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

RIO DE JANEIRO. *Lei nº 5.286*, de 27 de junho de 2011. Tomba como bem de natureza imaterial da Cidade do Rio de Janeiro, a Feira Hippie de Ipanema, localizada na Praça General Osório, no Bairro de Ipanema. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4368015/4108325/14LEI5286FeiraHippie.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

VALLE, M. R. Ipanema e suas modas: passado x presente. In: *Cadernos de Campo*, v. 13, n. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), mar. 2005, p. 47-60. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50223>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

## **GT: 28 - Trabalho, educação, economia popular e solidária e desenvolvimento local**

Coordenadores: José Raimundo Oliveira Lima,  
Edson Caetano e Ibrahin Ambed León Tellez

## A PRODUÇÃO MATERIAL E IMATERIAL DA VIDA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MATO GROSSO: TESSITURAS A PARTIR DA PRODUÇÃO ASSOCIADA<sup>1</sup>

**CAETANO, Edson**

*Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso  
Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE  
caetanoedson@hotmail.com*

**COSTA, Janaina Santana da**

*Doutoranda em Educação pelo  
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFMT  
janaina.costa@uft.edu.br*

**MONLEVADE, Ana Paula Bistaffa de**

*Doutoranda em Educação pelo Programa de  
Pós-Graduação em Educação/UFMT  
anapaulabistaffa@gmail.com*

### RESUMO

O presente texto retrata exemplos de comunidades tradicionais do Mato Grosso em que o trabalho livre e associado faz parte da vida. Apresentam-se dados que foram apreendidos nas entrevistas semi-estruturadas e rodas de conversas realizadas em duas Associações de Pequenos Produtores Rurais, bem como dados sobre o Grupo de Mulheres “Raios do Sol” e sobre o Grupo de Mulheres “Feito por Nós”. Tem-se, assim, como objetivo apresentar elementos constitutivos da produção da vida material e imaterial dos trabalhadores e trabalhadoras que fazem parte destes coletivos de trabalho associado a partir do materialismo histórico dialético. Desta forma, foi possível identificar elementos da produção associada muito presentes nas comunidades, nas associações e nos grupos pesquisados, como a autogestão, a coletividade, a solidariedade e a cooperação. Estes princípios fazem parte da forma como as comunidades produzem material e imaterialmente a vida fazendo com que possuam uma específica concepção de mundo e de trabalho.

**Palavras-chave:** Produção da Vida. Comunidade Tradicional. Produção Associada.

### ABSTRACT

The presente text realated examples of Mato Grosso traditional communities where free and associated work is part of life. It show datas that were learned in the semi-structured interviews and conversations circles conduced at two associations of small rural group, as well datas about the women group “Raios de Sol” and about the women group “Feito por Nós”. Therefore, the objective is to presente constructive elements of imaterial and material life production of workers who are part of these collective associated works from dialectical historical materialism. In this way, it was possible to identify elements of associated production that are very present in the communities, associations and in the groups researched, as self-management, collectivity, solidarity and cooperation. These principles are part of how communities produce material and immaterial life causing them have a specific conception of the world and work.

**Keywords:** Life Production. Traditional Community. Associated Production.

<sup>1</sup> O estudo contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Edital Universal (2014 - 2017)

## INTRODUÇÃO

Este texto parte dos estudos realizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação (GEPTE) da UFMT, a partir do Projeto de Pesquisa intitulado Trabalho Associado, Cultura do Trabalho e Saberes da Experiência: resistência e produção da vida em Comunidades Tradicionais de Mato Grosso. Apresentam-se dados que foram apreendidos nas pesquisas empíricas realizadas em três comunidades tradicionais do Estado de Mato Grosso: São Benedito (Associação de Pequenos Produtores Rurais/Farinheira), Raizama (Associação de Pequenos Produtores Rurais/Farinheira e Grupo de Mulheres Raios do Sol/Produção de Produtos de Limpeza) e Mutum (Grupo de Mulheres Feito por Nós/Panificadora).

Desta forma, tem-se como objetivo deste texto apresentar elementos constitutivos da produção da vida material e imaterial dos trabalhadores e trabalhadoras que fazem parte destes coletivos de trabalho associado, pois o trabalho de produzir a vida de forma associada tem como foco o desenvolvimento dos próprios trabalhadores, entendidos como parte integrante e inseparável da natureza.

Tomando-se por referência o objetivo exposto, temos o enfoque do materialismo histórico que possibilita uma reflexão dialética sobre a relação existente entre trabalho e a produção da vida material e imaterial, tendo como base os processos históricos, econômicos, sociais e culturais e, por outro lado a relação a uma objetiva realidade concreta. Pois, a pesquisa dentro deste método pressupõe a apresentação da totalidade que envolve o objeto de estudo, isto é, compreender a construção histórica e concreta em que o objeto de estudo está estabelecido. É neste sentido que Kosik (2002) aponta que o caminho percorrido do abstrato ao concreto tem na dialética a alternativa da superação da abstratividade.

Conhecer a realidade histórica das comunidades é um processo de apreensão teórica, isto é, de crítica, interpretação e avaliação dos fatos observados, coletados e registrados na pesquisa *in loco*. Processo em que a atividade do pesquisador é condição fundamental ao conhecimento concreto dos fatos.

Dessa forma, foram realizadas visitas a comunidade São Benedito, Raizama e Mutum para levantamento dos elementos da produção associada que permeiam a vida local, pois observar os gestos, os comportamentos e as condutas sociais de um povo em um lugar, revela muito sobre o que eles são e de que forma eles pensam o mundo.

Isto posto, elegeu-se a pesquisa participante como forma possível para que os trabalhadores e trabalhadoras das comunidades tradicionais pudessem serem vistos como sujeitos ativos e críticos. Ou seja, segundo Brandão (2006, p. 31), “[...] uma pesquisa é ‘participante’ não porque atores sociais populares participam como coadjuvantes dela, mas sim porque ela se projeta, porque realiza desdobres através da participação ativa e crescente desses atores”.

Trata-se de um procedimento de pesquisa científica, na qual a participação da coletividade organizada – no processo de pesquisa – permite uma investigação objetiva e autêntica da realidade social em que o pesquisador é participante e aprendiz comprometido no processo (GABARRÓN; LANDA, 2006).

E desta forma, para a concretização da pesquisa, o procedimento de coleta de dados também foi baseado na entrevista semi-estruturada, registros fotográficos e diários de campo.

## 1. TRABALHO E PRODUÇÃO ASSOCIADA

Toda sociedade vive porque consome; e para consumir depende da produção. Isto é, do trabalho. Toda sociedade vive porque cada geração nela cuida da formação da geração seguinte e lhe transmite algo da sua experiência, educa-a. Não há sociedade sem trabalho e sem educação (KONDER, 2000, p. 112).

O trabalho é o conceito fundamental para entender o desenvolvimento da sociedade, pois representa a atividade racional humana, atuando sobre bens naturais ou matérias-primas, utilizando-se de instrumentos de produção ou meios de trabalho. Assim, este se caracteriza em sua dimensão ontológica como sendo a ação humana que produz a vida, a produção do próprio homem e das relações sociais.

Direcionando-nos ao processo histórico de surgimento da humanidade, constatamos em seus primórdios um momento em que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida. Assim, diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os seres humanos têm de adaptar a natureza a si. Agindo sobre ela e transformando-a, modificando-a, os seres humanos ajustam a natureza às suas necessidades, conforme assevera Marx & Engels em *Ideologia Alemã* (2007, p. 87):

Podemos distinguir o homem dos animais pela consciência, pela religião ou por qualquer coisa que se queira. Porém, o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento em que começa a *produzir* seus meios de vida, passo este que se encontra condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material.

Ora, o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Desse modo o ser humano não nasce humano, torna-se humano e constrói sua história em circunstâncias e necessidades por ele próprio criada. A essência humana não é, então, dada; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do ser humano. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. Assim, depreendemos que o ser humano o é pelo trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do ser humano é o trabalho.

Nesse sentido, Marx (2013) argumenta que o trabalho é uma atividade tipicamente humana, porque implica a existência de um projeto mental que modela uma conduta a ser desenvolvida para se alcançar um objetivo específico. Ocorre, porém, que só é possível fazer essa distinção a partir do ponto em que se dá início à produção dos meios de subsistência, ou seja, no momento em que a ação passa a ser realizada no sentido de atender as suas necessidades cotidianas. O autor ressalta a distinção do trabalho humano, da ação animal:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha

conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. Essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. (MARX, 2013, p. 211-212).

Assim, entendemos que o elemento que distingue o ser humano dos animais é a sua capacidade de planejar mentalmente as ações a serem desenvolvidas durante o processo de trabalho. Tem-se, então, a dimensão de todo um processo em que o ser humano elabora e executa ações, utilizando sua energia para satisfazer necessidades ou atingir um determinado fim. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico. Entendemos aqui a história como processo, a história como o motor histórico.

Na obra *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx (2010) é contundente que tornar-se humano é resultado de um salto ontológico no processo de desenvolvimento humano. Assim, o ser humano não se orienta somente pelo instinto de conservação da espécie, mas principalmente pela capacidade de produzir, em seu pensamento o que vai fazer. Defrontando-se com a tradição secular que advoga ser a razão/consciência o elemento fundante da distinção entre os homens e os animais:

A vida genérica, tanto no homem quanto no animal, consiste fisicamente, em primeiro lugar, nisto: que o homem (tal qual o animal) vive da natureza inorgânica, e quanto mais universal o homem [é] do que o animal, tanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica da qual ele vive. Assim como plantas, animais, pedras, ar, luz etc., formam teoricamente uma parte como objetos da arte – sua natureza inorgânica, meios de vida espirituais, que ele tem de preparar prioritariamente para a fruição e para a digestão -, formam também praticamente um parte da vida humana e da atividade humana. Fisicamente o homem vive somente destes produtos da natureza, possa eles aparecer na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação etc. Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico, tanto na medida em que ela é: 1) um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza. (MARX, 2010, p.84. grifo nosso)

Nesse sentido compreendemos que se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios seres humanos, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o ser humano não nasce humano. Ele torna-se humano. Ele não nasce sabendo produzir-se como ser humano. Ele necessita aprender a ser, precisa aprender a produzir sua própria existência.

A respeito disso, Marx (2013), ao analisar a categoria trabalho, defende a centralidade do mesmo como elemento de distinção entre seres humanos e animais. Nessa perspectiva, seria por meio do trabalho – e da forma como se dá o processo de produção da vida material dos seres humanos – que se desenvolveriam todas as outras formas de manifestação humana. O trabalho, por isso, é essencial na relação dialética entre o ser humano e a natureza. Pois é na condição de sujeito aquele que atua e não de

objeto, que os seres humanos modificam a natureza conforme as suas necessidades, dominando-a e controlando-a, ao contrário dos demais animais que tão somente a ela se adaptam.

Kosik (2002, p. 126-127) coaduna com as discussões de Marx ampliando e destacando no seguinte sentido:

O caráter social do homem, porém, não consiste apenas em que ele sem objeto não é nada; consiste antes de tudo em que ele demonstra a própria realidade em uma atividade objetiva. Na produção e reprodução da vida social, isto é, na criação de si mesmo como ser histórico-social, o homem produz: 1) os bens materiais, o mundo materialmente sensível, cujo fundamento é o trabalho; 2) as relações e as instituições sociais, o complexo das condições sociais; 3) e, sobre a base disto, as ideias, as concepções, as emoções, as qualidades humanas e os sentidos humanos correspondentes. Sem o sujeito, estes produtos sociais do homem ficam privados de sentido, enquanto o sujeito sem pressupostos materiais e sem produtos objetivos é uma miragem vazia. A essência do homem é a unidade da objetividade e da subjetividade.

Em outras palavras, é pelo trabalho que homens e mulheres são capazes de moldar e mudar a realidade sociocultural e, ao mesmo tempo, transformar a si próprios. Para Kosik, o ser humano cria e vivencia a realidade social, pois:

O homem se origina da natureza, é uma parte da natureza e ao mesmo tempo ultrapassa a natureza; comporta-se livremente com as próprias criações, procura descobrir qual o seu próprio lugar no universo. Não fica encerrado em si mesmo e no próprio mundo. Como cria o mundo humano, a realidade social objetiva e tem a capacidade de superar uma situação dada e determinadas condições e pressupostos, tem ainda condições para compreender e explicar o mundo não-humano, o universo e a natureza. O acesso do homem aos segredos da natureza é possível sobre o fundamento da *criação* da realidade humana. (KOSIK, 2002, p. 127).

Em termos sociais, o trabalho tem como objetivo manter e satisfazer as necessidades dos indivíduos, propiciando, através do esforço conjunto, o desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, o trabalho promove a concretização da satisfação individual e estabelece laços de solidariedade entre os seres humanos.

Desse modo, como condição de humanização, o trabalho liberta os indivíduos, pois estes se fazem pelo trabalho; ao produzirem, desenvolvem a imaginação, aprendem a se relacionar com os demais atores sociais, modificando o mundo ao seu redor e transformando a si próprios.

Nessa configuração, a relação entre o trabalho e a ação do homem é um processo histórico, pois, além de suprir as suas carências/necessidades, o trabalho é o elemento constitutivo do processo de humanização de homens e mulheres, já que ao interagir com seus semelhantes e com o meio físico os indivíduos ultrapassam o biológico, tornando-se seres sociais. Verificamos, assim, que o trabalho é ontológico, elemento fundante do ser humano, tornando-o um ser prático-social e histórico.

E exatamente nesse ato de produzir a vida que o ser humano se educa e produz saberes que permearão a sua existência para sempre, em um processo que não se esgota. Porque o saber só existe em decorrência do fazer, como afirmam Caetano e Neves (2013, p. 03):

Então, sendo o trabalho princípio educativo, os homens educam a si mesmos e aos outros em uma relação dialética, pois não há separação entre o fazer e o saber; o que contribui para valorização dos trabalhadores e da formação humana já que traz outra visão de mundo, de homem e de prática social.

O trabalho é por si só transformador, não há nenhum ato de trabalho que não transforme o real. Parafraseando Sérgio Lessa (1995), ser transformador é a característica fundante do trabalho, e por este motivo não se restringe apenas à produção fabril, mas também a atividades humanas que possibilitam a transformação – inclusive intelectual e espiritual – do homem e de seu ambiente. Porém, sob um ponto de vista complementar, o trabalho não se caracteriza apenas como uma atividade transformadora. Deve também produzir algo concreto a partir da relação entre pensamento/consciência e ação para ser definido enquanto práxis social.

No entanto, o trabalho nem sempre cumpriu esse papel na vida dos seres humanos. Em certos períodos da história, o trabalho deixa de ter esse caráter libertador, de promover as potencialidades dos seres humanos, e passa a ser degradante, alienante, perdendo a positividade conquistada ao humanizar os indivíduos. “Se por um lado, o trabalho é expressão, em maior ou menor medida, de um ato *poético*, o momento de criação, ele tem sido também, ao longo da história, constante expressão de subordinação e alienação” (ANTUNES, 2011, p. 433).

Podemos observar claramente esse processo, principalmente, quando da transição do trabalho livre para o trabalho assalariado, ou seja, para o trabalho pago. No sistema capitalista de produção, na busca incessante pelo lucro, verificamos que “o que impele e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior expansão possível de mais-valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho” (MARX, 2013, p. 384).

Nesse sentido, Marx chega à conclusão de que a dominação de uma classe sobre a outra e a divisão social do trabalho – ocorrida ao longo da história – desviaram o trabalho de sua função positiva. Pois, em vez de ser utilizado para satisfazer interesses comunitários, o que de fato prevalece é o interesse particular de supressão e ampliação das necessidades individuais.

Assim, no movimento histórico do trabalho, o que era postulado como ato de criação, passa a ser visto e elaborado como rotina de produção. De recompensa pela liberdade transformou-se em castigo. Enfim, em vez de constituir um elemento de realização de nossas potencialidades, converteu-se em um instrumento de submissão e alienação.

Assim, mediante este sistema que mantém o domínio sobre grande parte dos seres sociais e como forma de resistir a esta divisão social do trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras têm buscado outras formas de sobrevivência, sendo uma delas através de uma organização do trabalho e da vida baseada na propriedade coletiva dos meios de produção, também chamada de produção associada.

Esta produção associada, como produto das condições históricas e concretas, se apresenta enquanto uma estratégia criada pelos trabalhadores e trabalhadoras para organizar a vida e o trabalho podendo levar à emancipação do capital, a um novo projeto societário e à liberdade como sujeitos históricos (CAETANO; NEVES, 2014).



A produção associada, ou trabalho associado, é o processo histórico de livre associação popular para produção da vida material e imaterial a partir de preceitos que correspondem a uma racionalidade coletiva de reprodução ampliada da vida, fundada em valores de reciprocidade, solidariedade, comensalidade, igualdade e justiça, cujos são possíveis uma vez que são inerentes a construção total da realidade humano-social, através do trabalho livre associado para transformação da natureza e de si, por meio da posse coletiva dos meios de produção. Esta organização de trabalho, livre e associado, é mediada pelas práticas sociais na produção da vida, a autogestão, na qual “os objetivos, as finalidades, as estruturas e as normas são definidos em coletividade, bem como a distribuição das tarefas” (NEVES, 2013, p. 71).

Nessa perspectiva, a produção associada constitui-se na possibilidade de produção material e imaterial da vida de outra forma, que se antagoniza por excelência ao modo capitalista de produção, caracterizando-se pela conferência de concreta contradição na (re)criação da realidade de mulheres e homens nos espaços/ tempos históricos.

Para Tiriba; Fischer (2012, p. 614-615), a conceituação de produção associada é um processo não acabado e que ainda está em discussão:

[...] visto sua contemporaneidade e especificidades quando relacionada as mais diversas experiências nos espaços/tempos sociais, ou seja, ‘diz respeito a um conjunto de práticas coletivas de pessoas ou grupos sociais que se identificam por compartilhar concepções de mundo e de sociedade fundadas no autogoverno e na autodeterminação das lutas e experiências das classes trabalhadoras’.

Esta forma de produção surge a partir da “possibilidade de trabalhadores associados coletivamente se apoderarem dos meios de produção sem haver exploração e com a única intenção de garantir a produção material e imaterial da vida” (NEVES, 2013, p. 65), cujas experiências se diversificam em antigas e novas.

A produção associada é uma das possibilidades que homens e mulheres pertencentes aos setores populares lançam mão, no intuito de assegurar a reprodução ampliada da vida através de práticas econômico-sociais distintas das que configuram a economia capitalista (CAETANO; NEVES, 2013, p. 3).

Assim ocorre nas comunidades pesquisadas que são consideradas tradicionais por se reconhecerem como grupo que possui sua própria forma de organização e preservarem historicamente seus costumes e tradições.

A produção da vida material e imaterial nestas comunidades exige um esforço coletivo de todas as pessoas que fazem parte da unidade de produção, seja ela doméstica ou de qualquer outra natureza.

## **2. A PRODUÇÃO MATERIAL E IMATERIAL DA VIDA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MATO GROSSO - RESULTADOS ALCANÇADOS**

Até o presente momento, foi possível compreender nas pesquisas de campo já realizadas na Comunidade São Benedito (município de Poconé - MT) e na Comunidade Raizama e Comunidade Mutum (ambas no município de Jangada - MT), que os espaços/ tempos do trabalho de produzir a vida associativamente nestas comunidades são organizados de forma autogestionária, sem a exploração da força de trabalho do outro, sem obtenção de lucro e pautado na solidariedade.

Estas são consideradas comunidades tradicionais pelas suas histórias, costumes e tradições preservados pelos seus moradores que lá estão a muitas gerações. Herdeiros que se reconhecem pertencentes ao local onde os mais velhos ainda guardam memórias de seus ancestrais.

De acordo com o Decreto Nº. 6.040 de 07 de Fevereiro de 2007, promulgado pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, povos e comunidades tradicionais são:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Estas comunidades tradicionais possuem características que as tornam diferentes pela maneira de ser e pensar o mundo a partir de seus trabalhadores e trabalhadoras, como por exemplo, a relação de dependência da natureza, a forma de manejo da terra, a reduzida acumulação de capital, pois produzem prioritariamente para subsistência, pouca tecnologia, experiência vivida, percebida e herdada de gerações passadas, trabalho coletivo, auto-identificação ao local e sentimento de pertencimento, simbologias próprias como rituais, mitos, festejos religiosos e ocupação do território por várias gerações (DIEGUES, 2001).

Observa-se assim, que a comunidade não se faz tradicional somente por apresentar aspectos folclóricos de sua cultura, mas sim como estratégia de defesa onde o modo de existir é dividido entre a relação dependente com o “mundo lá fora” e uma protegida quase-invisibilidade. Quase invisíveis, mas presentes. Enfim, são tradicionais porque são ancestrais, porque são autóctones, são antigas e resistentes. “Porque possuem uma tradição de memória de si mesmos em nome de uma história construída, preservada e narrada no existir em um lugar, por oposição a quem chega de fora” (BRANDÃO; LEAL, 2012, p. 85).

Assim é São Benedito, Raizama e Mutum, comunidades onde os trabalhadores e as trabalhadoras organizam a vida social e os processos de trabalho de forma coletiva, igualitária e sem exploração do trabalho alheio. Estas características da produção associada apresentam propósitos que questionam o sistema neoliberal como a autogestão, autonomia, cooperação, a não existência de mais-valia e a solidariedade, fazendo com que o trabalho não seja subordinado ao capital possibilitando que os trabalhadores e trabalhadoras possuam uma específica concepção de mundo e trabalho. Ou seja, estas Comunidades Tradicionais produzem para viver e vivem da forma como decidiram ser/fazer/estar no mundo.

A Comunidade Tradicional São Benedito está localizada no município de Poconé distante aproximadamente 170 km de Cuiabá. Nesta comunidade, encontram-se em torno de 35 famílias que vivem da agricultura de subsistência e da produção da farinha de mandioca através da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de São Benedito Remanescentes dos Quilombos.



**Figura 1.** Farinheira – São Benedito. **Fonte:** Costa (2015)



**Figura 2.** Produção da farinha – São Benedito. **Fonte:** Costa (2015)

Já a Comunidade Tradicional Raizama está localizada no município de Jangada distante aproximadamente 110 km da capital do Estado do Mato Grosso – Cuiabá. Nesta comunidade, encontram-se aproximadamente 70 famílias que vivem da produção de rapadura, além da colheita de frutas e verduras, criação de pequenos animais para subsistência e a produção da farinha de mandioca através da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Raizama e sua farinheira, no momento, em reforma.



**Figura 3.** Antiga farinheira - Raizama. **Fonte:** Monlevade (2016)



**Figura 4.** Farinheira em reforma - Raizama. **Fonte:** Monlevade (2016)

A produção na Comunidade São Benedito e na Comunidade Raizama (farinheiras coletivas) ocorre a partir da “Troca de Dia” onde uma família ajuda a outra sem utilizar pagamento em dinheiro por este trabalho, mas sim dispondo do seu tempo para ajudar, sabendo que em outro dia outras famílias o ajudarão. A Sra. Robertina, nascida e criada em Raizama explica: *“Troca de dia aqui tem também, por exemplo, se eu vou fazer a farinha aí junta uma quantidade de que eu vou precisar para aquele dia e vai lá e me ajuda. Aí quando essa pessoa que me ajudou vai fazer eu vou lá e ajudo, isso a gente chama de troca de dia”*.

Observa-se assim, que os laços de pertencimento, solidariedade e compartilhamento são reforçados por serem todos donos da farinheira e por repartirem os frutos do trabalho de forma igualitária. Assim, não há exclusão social e muito menos competitividade. Além disso, a cooperação é importante por manter redes de produção e venda das mercadorias produzidas, onde todos os trabalhadores e trabalhadoras são participantes; bem como redes que extrapolam o âmbito da produção e do trabalho, isto é, que incidem na produção social da vida. (CAETANO; NEVES, 2014).

Além disso, o Sr. Luiz Amorim, presidente da Associação de São Benedito explica a importância do trabalho na farinheira para a comunidade e para a produção da vida de todos os trabalhadores e trabalhadoras do local: *“[...] nós produzimos a farinha. Vivemos só da farinheira. Plantamos a mandioca, e sempre produzimos a farinha. Basicamente monocultura. [...] O trabalho faz parte da vida. Graças a Deus temos saúde para trabalhar. O tabaio é nossa vida. O que seria do homi sem trabalho. Um homi sem trabalho num é nada. Já falei para minhas filhas que nosso tabaio é nosso. Não temos patrão, dono do nosso suor, do nosso tempo. Somos donos de nosso suor da testa, de nosso tempo”*.

Salientamos que na Comunidade São Benedito a herança histórica do trabalho coletivo foi decisivo para a constituição da farinheira no ano de 1984. Nesse período a Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural, promoveu e incentivou nas comunidades tradicionais a produção coletiva da farinha de mandioca, pois já havia o costume de cada família produzir a sua farinha individualmente. É nesse mesmo contexto histórico e colaborativo que a farinheira da Comunidade Raizama se constituiu em 1992.

Existe ainda em Raizama o Grupo “Raios do Sol”, constituído por seis mulheres que decidiram no ano de 2013 montar uma pequena fábrica de produtos de limpeza. Estas trabalhadoras encontram-se duas vezes na semana para produzirem coletivamente sabão líquido, sabão em pó, sabão em barra, amaciante, limpeza pesada e sabonete.

Segundo Tiriba e Fischer (2015, p. 420):

O processo de produção associada se caracteriza por reduzida divisão social e técnica, o que propicia ao conjunto da comunidade o conhecimento de todo o processo de trabalho. Os frutos do trabalho são, majoritariamente, para a manutenção da vida material e simbólica das famílias e das comunidades (sobrevivência) – e não para fins de troca mercantil. A relação com a natureza é de intercâmbio e de equilíbrio vital

A venda dos produtos acontece de porta em porta, através das pessoas que buscam direto na sede e também por encomendas e nas reuniões que acontecem em Raizama ou em outras comunidades próximas. Aproveitam também para vender nas festas que acontecem em outras comunidades, como é o caso da Festa da Semente que ocorre todos os anos em uma comunidade do município e que em 2015 aconteceu na Comunidade Minhocal e em 2016 ocorreu na própria Raizama. Estas festas possuem uma feirinha destinada a venda e divulgação dos produtos produzidos pelos trabalhadores e trabalhadoras das comunidades participantes.



**Figura 5.** Sabão em barra. **Fonte:** Monlevade (2016)



**Figura 6.** Sabão líquido e amaciante. **Fonte:** Monlevade (2016)

Além disso, hoje o Grupo já distribui pequenas amostras de seus produtos em escolas e pequenas empresas próximas a comunidade, principalmente no município de Jangada, como forma de divulgar os produtos e conseguir novas encomendas.

Conversando com Dona Tomázia, trabalhadora do grupo, nascida e criada em Raizama, entendemos que ela gosta muito de produzir na companhia das outras trabalhadoras do grupo, pois segundo nos conta, é um momento de aprendizado, mas também de muita alegria e diversão. Onde todas podem trabalhar, mas ao mesmo tempo conversar e se distrair. Para Dona Tomázia é um momento de união e também de descontração.

Observou-se que estas trabalhadoras estabelecem o ritmo e o tempo de trabalho, laboram naquilo que gostam, que lhes dão prazer e as fazem felizes. Elas se organizam de tal forma que criam novas mercadorias, socializam os saberes entre elas e também entre trabalhadoras de outras comunidades, internalizando a atividade como produção da vida.

E já a Comunidade Mutum está localizada no município de Jangada distante aproximadamente 100 km de Cuiabá. Homens e mulheres moradores do local sobrevivem da produção coletiva de polpas de frutas, rapaduras, verduras e legumes, além da existência do Grupo de Mulheres “Feito por Nós” que produz diversos tipos de pães e bolachas. São três mulheres que se uniram para conseguirem melhorar a renda de suas famílias que viviam quase que exclusivamente da lavoura.



**Figura 7.** Panificadora. Fonte: Monlevade (2014)



**Figura 8.** Sede própria. Fonte: Monlevade (2014)

Desta forma, a idéia de organizarem-se para produzir pães afluou no momento em que mulheres da comunidade perceberam que todo pão consumido no local vinha de fora, ou seja, de 15 Jangada ou Várzea Grande/MT uma vez na semana. Diante desse contexto emerge no interior da comunidade, uma trabalhadora que passa a problematizar a situação do consumo de pães no local.

O debate apreendido por um grupo faz brotar o desejo coletivo de produzirem pães não somente para o consumo, mas como estratégia coletiva de ampliação da renda familiar.

Isto posto, a atividade coletiva das trabalhadoras do Grupo “Feito por Nós” surge primeiramente das mãos de vinte mulheres interessadas nessa atividade. Uniram-se para aprender a fazer o pão de forma improvisada, em espaços cedidos nas próprias residências e em forma de rodízio. Não tinham equipamentos e todo trabalho era executado de forma manual. Foi a partir desta realidade que buscaram formas de melhorar a produção que veio através da compra de equipamentos e da conquista da sede própria. Isso aconteceu, primeiramente através de um projeto financiado pela Congregação Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo que permitiu a compra da sede da panificadora. Com isso, o grupo emprestou de um dos moradores da região folhas de cheques que foram utilizadas para realizar a compra dos equipamentos numa loja de produtos especializados. Fizeram a compra parcelando a dívida em 08 prestações. Dívida esta quitada totalmente e no prazo estabelecido através da venda dos pães, organização de bazares e também de uma cota estabelecida entre a comunidade que era paga todo mês.

Assim, com a montagem de um local mais adequado, dos mutirões para aprenderem o ofício da panificação e dada a experiência acumulada do trabalho estas mulheres reúnem esses saberes e propõem a ampliação dos produtos. Nesse momento, nasce a idéia de produzirem bolachas. Para a efetivação do sonho, novamente lançara-se em busca de um novo empréstimo para dar início a compra da matéria prima. A participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jangada apoiando a ampliação e diversificação da produção foi decisiva. A quitação da dívida ocorreu de acordo com o prazo estabelecido, o que possibilitou as mesmas terem mais segurança e acreditarem no trabalho coletivo.

Ainda no início da panificadora a produção acontecia todos os dias, pois as mulheres foram divididas em grupos de trabalho sendo que cada grupo produzia os pães e bolachas em seu dia determinado e comercializava de porta em porta no local e em outras comunidades próximas. Porém, este grupo antes formado por 20 mulheres foi diminuindo, pois os jovens, animados com a novidade no início da panificadora, desistiram da produção para estudar fora, outros porque casaram e foram viver em outra comunidade ou mesmo porque preferiram o trabalho com carteira assinada nos curtumes localizados próximos a cidade de Jangada ou mesmo em escolas ou indústrias em outras cidades. Sendo assim, nessa empreitada do trabalho coletivo encontramos no momento três aguerridas mulheres que continuam produzindo na panificadora, porém não mais todos os dias, apenas duas ou três vezes na semana, pois as mesmas possuem outras atividades como produção de polpa de fruta, farinha de mandioca, rapadura, verduras, legumes e tempero caseiro, etc. Estes produtos (e demais produção de toda comunidade) são levados por um caminhão para serem

vendidos na feira da cidade de Jangada aos sábados de manhã. Porém, como o grupo aceita encomendas de pães e bolachas para festas religiosas, aniversários e escolas não há um período certo para produzir, pois elas trabalham independente da hora para cumprir os prazos e quantidade solicitada.

Estas mulheres com quem conversamos relatam grande preocupação com a diminuição de pessoas na produção dos pães e bolachas, pois sabem das dificuldades que passaram para iniciar este projeto e para mantê-lo e por isso tem medo que ninguém mais se interesse pela panificadora e todo esforço seja perdido. Porém, quando perguntamos se acreditam que vale a pena a produzir, todas concordam que sim e dizem ainda que compensa não só pela fonte de renda familiar, mas principalmente pela integração entre elas e com pessoas de outros lugares, ou seja, a produção de relações sociais, fazendo com que a rede de relacionamento de todas elas cresça e se fortaleça com novos amigos e companheiros de luta.

De acordo com Tiriba e Fischer (2015, p. 417), “o trabalho de produzir a vida associativamente requer a produção de modos particulares de ser, conhecer e estar no mundo”. Trata-se da busca de uma vida melhor através do fortalecimento de laços de solidariedade e da valorização das pessoas.

## CONCLUSÕES

Desta forma, foi possível observar até o presente momento da pesquisa que a produção associada permite que as decisões sejam tomadas de forma coletiva e democrática. Os homens e mulheres em suas posições nas relações sociais de produção participam de determinados processos de trabalho construindo e interiorizando valores como a solidariedade, a cooperação e a competência e elaboram significados sobre a própria atividade e seu pertencimento a um universo determinado.

Existe também a igualdade e o entendimento sobre o trabalho e sobre a vida fazendo com que grande parte deles permaneça na comunidade e resista ao trabalho assalariado. Estes são princípios que se diferenciam da lógica capitalista (que dissemina o individualismo, a competição e a exploração), pois os trabalhos manuais e intelectuais andam juntos e sem divisão.

A produção associada é a alternativa encontrada por estes trabalhadores e trabalhadoras para assegurar a reprodução material e imaterial da vida através de práticas econômicas, sociais e culturais diferentes das encontradas no sistema capitalista.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. (2011). *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; LEAL, Alessandra. (2012). “Comunidade Tradicional: conviver, criar, resistir”. In: *Revista da ANPEGE*, Volume 08, número 09. Florianópolis: jan-jul 2012, p. 73-91.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (2006). A Pesquisa Participante e a Participação da Pesquisa: um molhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. *Pesquisa Participante: O Saber da Partilha*. Aparecida/SP: Ideias & Letras.



BRASIL. *Decreto nº. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 08 fev. 2007.

CAETANO, Edson; NEVES, Camila Emanuella Pereira. (2014). "Entre cheias e vazantes: trabalho, saberes e resistência em comunidades tradicionais da baixada cuiabana". In: *Revista Educação Pública*, Volume 23, número 53/2. Cuiabá: maio/ago. 2014, p. 595-613.

CAETANO, Edson; NEVES, Camila Emanuella Pereira. (2013). "Saberes da produção associada: implicações e possibilidades". In: *Trabalho & Educação*, Volume 22, número 03. Belo Horizonte: set./dez. 2013, p. 259-274.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. (2001). *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 3 ed. São Paulo: HUCITEC.

GABARRÓN, Luiz R.; LANDA, Libertad Hernandez. (2006). O que é Pesquisa Participante. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. *Pesquisa Participante: O Saber da Partilha*. Aparecida/SP: Ideias & Letras.

KONDER, Leandro. (2000). *A Construção da Proposta pedagógica do SESC Rio*. Rio de Janeiro: SENAC.

KOSIK, Karel. (2002). *Dialética do Concreto*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LESSA, Sérgio. (1995). *Sociabilidade e individuação: a categoria da reprodução na ontologia de Lukács*. Maceió/AL: Edufal.

MARX, Karl. (2010). *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo.

MARX, Karl. (2013). *O capital: crítica da economia política. O Processo de Produção do capital*.

Tradução Reginaldo Sant'Anna. Livro Primeiro. Volume I. Tomo I (os economistas). 31ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. (2007). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo.

NEVES, Camila Emanuella Pereira. (2013). *A Produção Associada em Capão Verde: entre bananas e utopias*. Cuiabá: EdUFMT.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. (2015). "Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes". In: *Revista Educação Pública*, volume 24, número 56/2. Cuiabá: maio/ago. 2015, p. 405-428.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. (2012). *Produção Associada e Autogestão*. In: CALDART, Roseli Salette et al. (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular.

## A DIALÉTICA ENTRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A PRODUÇÃO ASSOCIADA<sup>1</sup>

**CAETANO, Edson**

Professor Adjunto da  
Universidade Federal de Mato Grosso  
*caetanoedson@hotmail.com*

**NEVES, Camila Emanuella Pereira**

Doutoranda em Educação pela  
Universidade Federal de Mato Grosso  
Bolsista CAPES  
*camilaemanuella@hotmail.com*

### RESUMO

As mulheres dos grupos de produção associada Frutos da Terra e Amigas do Cerrado, localizados em Cáceres – Mato Grosso, produzem coletivamente mercadorias destinadas ao PAA e PNAE a partir da solidariedade, da autogestão, de decisões democráticas, da igualdade e da inexistência da exploração do trabalho alheio. A produção associada é facilitada por residirem em comunidades tradicionais que possuem como principais características a interdependência da natureza, a solidariedade/ajuda mútua, o respeito e preocupação com o outro e a liberdade. Mesmo que haja certa divisão sexual do trabalho doméstico, pode-se vislumbrar a ocorrência de relações menos assimétricas entre homens e mulheres investigados, onde as possíveis contradições são superadas através do diálogo, do companheirismo, da solidariedade, que se materializa na produção associada, e de uma visão de mundo pautada na igualdade. Para a pesquisa, efetuamos entrevistas semiestruturadas com doze mulheres e cinco homens, bem como realizamos uma oficina que se ocupou da reflexão acerca das questões de gênero. A análise fundamenta-se no materialismo histórico e nas concepções de feministas marxistas, visando ampliar o debate sobre a condição das mulheres na sociedade capitalista.

**Palavras-chave:** relações de gênero, produção associada e comunidades tradicionais.

### ABSTRACT

The women from the associated production groups Frutos da Terra and Amigas do Cerrado, located in Cáceres - Mato Grosso, collectively produce goods destined for the PAA and PNAE from solidarity, self-management, democratic decisions, equality and non-existence of exploration work. The associated production is facilitated by residing in traditional communities whose main characteristics are the interdependence of nature, solidarity / mutual help, respect and concern for each other and freedom. Even if there is a certain sexual division of domestic work, one can envisage the less asymmetrical relations between men and women investigated, where possible contradictions are overcome through dialogue, companionship, solidarity, which materializes in associated production, and of a worldview based on equality. For the research, we conducted semi-structured interviews with twelve women and five men, as well as a workshop that dealt with the reflection on gender issues. The analysis is based on historical materialism and the conceptions of Marxist feminists, aiming to broaden the debate on the condition of women in capitalist society.

**Key words:** gender relations, associated production and traditional communities.

<sup>1</sup> O estudo contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Edital Universal (2014 - 2017).

## INTRODUÇÃO

A assimetria nas relações entre os sexos foi, por muito tempo, legitimada ideologicamente pela diferença biológica entre mulheres e homens, fazendo com que a sociedade determinasse diferentes comportamentos, valores, profissões e estereótipos para ambos, o que sobrepujou a liberdade humana, especialmente, da mulher e fazendo com que se submetesse a determinadas práticas e relações sociais. Saffioti (1987, p. 8, grifo da autora) ressalta que “a sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que *pode* operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem”, implicando no plano concreto da realidade uma identidade do ser mulher e do ser homem. Tais construções sociais, culturais e históricas têm bases materiais e refletem uma relação de poder na divisão do trabalho.

Mesmo diferindo no tempo e no espaço, a divisão sexual do trabalho foi organizada segundo o princípio de que a esfera produtiva era, naturalmente, destina aos homens e à reprodutiva as mulheres. Consideramos que mulheres e homens são capazes de atuar no espaço privado e no público em pé de igualdade, entretanto, a concepção patriarcal ainda permanece no imaginário da sociedade, fazendo com que a mulher ocupe papel sempre secundário na produção da vida.

Nos espaços urbanos, as mulheres vivenciaram novas experiências devido as necessidades e interesses, assumindo diversos papéis sociais, mas sem desvincular do trabalho doméstico. A realidade de muitas mulheres implica trabalhar o dia todo ou em tempo parcial e ainda em casa, gerando duplas e triplas jornadas de trabalho. Seu trabalho não se encerra com o relógio ponto, ainda precisa ajeitar a casa, lavar roupas, fazer a janta, cuidar dos filhos, enquanto os maridos gozam do seu tempo livre. Algumas contam com o “auxílio”<sup>2</sup> de seu cônjuge ou de terceiros nas atividades do lar, mas outras assumem sozinhas tais atividades e a educação das crianças. A articulação dos papéis domésticos com os profissionais dificulta a sua disponibilidade para o mundo laboral, diferentemente do que acontece com a maioria dos homens.

Já no campo, a produção da vida é marcada por uma divisão sexual do trabalho, no qual o homem dedica-se ao trabalho na roça e a mulher se ocupa do trabalho doméstico, bem como, do cuidado dos idosos e crianças. Apesar da agricultura familiar exigir o trabalho de todos os membros da família, o trabalho da mulher e das crianças é considerado uma ajuda, um trabalho secundário.

Este artigo justifica-se pela importância de dar voz a essas excluídas da história (THOMPSON, 1998, 1981) e visibilidade a experiências de formação humana. O objetivo é refletir sobre a influência da produção associada nas relações de gênero construídas por trabalhadoras e trabalhadores do campo. Para isso, fundamentamos este estudo no materialismo histórico dialético, enquanto método de pesquisa e de análise tecido por Marx. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com doze mulheres e cinco homens, observações no Caderno de Campo e registros audiovisuais nas Comunidades tradicionais Nossa Senhora da Guia (grupo de produção Frutos da Terra) e São José do Facão (grupo de produção Amigas do Cerrado), localizadas em Cáceres - MT, aproximando-nos de um fato singular, que é o envolvimento

2 Destacamos o trabalho doméstico do homem como auxílio e não complementaridade porque a divisão de tarefas em casa também traduz uma relação de poder, ou seja, existem determinadas tarefas que são predestinadas as mulheres.

destes com a produção associada. A hipótese é que a produção associada exprime a possibilidade da construção de relações de gênero diferentes da que observamos no todo social, principalmente, por envolver a solidariedade, a igualdade, a autonomia e decisões coletivas.

Elegendo o trabalho como elemento central, fundamentamo-nos em Marx (2003, 1982) que apresenta o mesmo como parte da ontologia do ser humano, um dos meios de divisão da sociedade e de perpetuação das desigualdades.

A relação entre os seres humanos, historicamente, está assentada em relações de poder na produção da existência. Contudo, esta não se restringe a produção material e tão pouco a reprodução biológica, mas de um viver, isto é, de relações, normas, experiências, papéis e saberes, historicamente e socialmente construídos, que possam ser reproduzidos pelas próximas gerações. Gramsci (1981), Frigotto (2001) e Savianni (1994) nos indicam o princípio educativo do trabalho, em que há a possibilidade de desenvolvimento integral do ser humano.

A produção associada, discutida por autores como Razeto (1993), Corragio (2011), Tiriba (2003, 2006, 2008) possui relação com a maneira de produzir a existência desde as sociedades primitivas/comunais e que contrasta com o existir sob a lógica capitalista. Encontrada, em grande parte, nas Comunidades Tradicionais que, segundo Brandão (2012a, 2012b, 2012c, 1986), Cruz (2012), Diegues (2000), Grzebieluka (2012) e Little (2004) distinguem-se das demais comunidades pela sua história e pela organização social. Diegues (2000) destaca que elas conservam uma interdependência da natureza, o desejo do viver comum, redes de solidariedade, a partilha igualitária dos valores de uso e a propriedade de terras comunitária.

Para abordar as relações de gênero, nos amparamos em autoras que olham para a realidade de forma crítica, apontando que a situação de desigualdade entre mulheres e homens só se alterará com uma transformação da sociedade (CARRASCO, 2012; PETIT 2012; KOLONTAI 2011; SAFIOTTI, 2013, 2004; LAGARDE, 2011; HIRATA, 2011, 2002; GOLDMAN, 2014; LOBO, 2011).

o que tange a mulher do campo, autoras como Nogueira, (2010), Quiroga (2009), Mello (2011) e Bruschini (2006) nos auxiliaram a compreender o contexto rural brasileiro, bem como as relações entre gênero, classe e raça/etnia se apresentam na divisão sexual do trabalho e na dominação-exploração (SAFFIOTTI, 2004) da trabalhadora do campo.

Esperamos contribuir para dar visibilidade a um lugar considerado atrasado, que muitas vezes permanece na invisibilidade nos estudos sobre gênero e nos indicadores de trabalho, bem como ampliar o debate sobre a condição das mulheres na sociedade capitalista.

### **Trabalhadoras associadas do campo**

As mulheres do campo são as que mais têm buscado apoio na produção associada (CINTRAO & SILIPRANDI, 2011), baseando-se em atividades que realizam no espaço doméstico como produção de pães, biscoitos, doces, artesanato, entre outras mercadorias. Esses grupos de produção associada partem da informalidade, comercializando a sua produção nas redondezas e ampliam a comercialização e a

institucionalização do grupo/associação com o apoio de ONGs (Organizações Não-Governamentais), assessorias estatais ou movimentos sociais.

As mulheres das Comunidades Tradicionais Nossa Senhora da Guia (NSG) e São José do Facão (SJF) se inseriram na produção associada através da intervenção da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional). Elas produzem associadamente pães e bolachas que são distribuídos para a merenda escolar através do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Com a ajuda da FASE, quatro grupos de produção associada passaram a se organizar formalmente através da ARPEP (Associação Regional de Produtoras Extrativistas do Pantanal).

O grupo Frutos da Terra passou a existir no ano de 2006 e é composto por 4 mulheres e 3 homens da comunidade tradicional Nossa Senhora da Guia, sendo que dois homens estão substituindo a esposa e o outro a mãe). Esses trabalhadores produzem pães e bolachas enriquecidos com a farinha do babaçu.

No início, as mulheres não tiveram apoio dos companheiros porque segundo relatos obtidos junto às mulheres pesquisadas, a presidente do Grupo estaria cometendo adultério e isso poderia afetar a moralidade das demais. Além disso, quando estavam iniciando as experiências com a farinha de babaçu, a presidente da associação não dividia o fruto do trabalho com o coletivo. Nilza, conta que: “ela nem dividia com nós, prá nós prová. Ficava tudinho. Ela nunca dividiu com nós, a gente só ficava com aquela canseira”. Seus companheiros não determinavam a saída das mesmas da associação, mas ‘aconselhavam’, o que pode expressar elementos do machismo invisível<sup>3</sup> (CASTAÑEDA, 2006). Muitas vezes, a subordinação às decisões do marido ou a não reação é também, para algumas mulheres, uma troca pela segurança econômica garantida por este e isso contribui para o reforço da ideologia patriarcal.

Após sua saída do Grupo, outra mulher foi eleita presidente e decidiram coletivamente que produziriam as segundas e terças-feiras, dividindo o fruto do trabalho igualmente. Os companheiros apoiam os intercâmbios e capacitações que as mulheres realizam em outros estados e sempre que podem auxiliam o Grupo com lenha, água e transporte das mulheres e produtos. Geralmente, as mulheres se incumbem de preparar o almoço para o companheiro levar para o trabalho na roça, mas quando os mesmos retornam do trabalho, aprontam a janta para elas. Quando as trabalhadoras viajam, o homem toma para si o trabalho doméstico, se ocupando da preparação das refeições, da limpeza da casa, do cuidado com os filhos e da lavagem da louça/roupa. Todavia, chegamos a observar, mesmo com a companheira em casa, situações onde homens lidavam com o trabalho doméstico.

Para a produção dos pães e bolachas, coleta-se, coletivamente o babaçu -um dia no mês-; os homens descascam o coco e as mulheres se encarregam de ralar o coco e torrar a farinha. Na oficina, mencionaram que Tiago -um dos homens que integram o grupo-, às vezes, colabora em torrar a farinha.

3 Segundo Castañeda (2006), o machismo não consiste, necessariamente, em agressão física, manifesta-se pelo olhar, gestos, falta de atenção, palavras, estabelecendo uma relação desigual. Está tão arraigado na cultura que por vezes nos aparece invisível.

O babaçu nós coletamos aqui, coletivo né, tudo em coletivo, essa foi a idealidade nossa, só trabalhá em coletivo [...] nós fazemos uma vez por mês essa coleta, aí junta homens e mulheres para fazer. Chegou aqui né, descascam, ralam e aí já é o processo que as mulheres fazem, ralam e torram a farinha (Érika).

As trabalhadoras afirmam terem condições de realizar o conjunto das atividades, mas tradicionalmente, os homens são incumbidos das tarefas mais pesadas como, por exemplo, descascar o coco e transportá-los, por exigirem maior esforço físico. Essa tarefa é realizada com um facão e as mulheres reconhecem tratar-se de uma atividade árdua/penosa e, portanto, não indicada para a mulher. Sobre isso, Hirata (2002, p.19) disserta que a “virilidade/feminilidade são expressas, interpretadas, transpostas, negadas ou exploradas no trabalho”.

Apesar de essa produção assentar na divisão sexual do trabalho, a mesma não foi imposta pelos homens, o que demonstra a autonomia e ausência de hierarquia pelo sexo. Trata-se de uma estratégia de divisão do trabalho que considera a idade avançada das mulheres. Reitera-se que as decisões no grupo são tomadas coletivamente e não guarda correspondência com a ótica capitalista em que “a produção se estrutura sobre a base de uma divisão sexual e social do trabalho que atinge os salários, as promoções, a qualificação, a escala de funções e as formas de controle da mão de obra” (LOBO, 2011, p. 37).

Todos os participantes do grupo têm conhecimento acerca da totalidade do processo de produção, mas algumas atividades ficam a cargo de uma só pessoa em função do gosto ou da habilidade, como o cuidar do forno (Jacira), passar a massa no rolo mecânico (Nilza), untar as formas e lavar os panos (mulheres), descascar o coco (Tiago).

Não é que não sabe, nós que não pega... só pra picar (separar as massas em unidades). Se tiver que fazer? Ah, faz. Quem chega primeiro já vai lutando aí. Hoje, quando cheguei já peguei aqui (enrolando os pães), porque tô sozinho em casa, a dona tá viajando lá pro lado da Bolívia mas não vão jogar pra mim amanhã (risos) (Felipe).

As falas enfatizam que isto não causa constrangimento ou conflitos. Embora a divisão sexual do trabalho seja assentada no gênero, isto é, no conjunto de comportamentos, habilidades, valores, condutas, práticas e sentimentos que a sociedade determinou para um e outro sexo, as mulheres do Frutos da Terra não se consideram desvalorizadas e discriminadas. Em nossa compreensão isso não decorre da superioridade numérica das mulheres no coletivo do grupo, pois em determinadas situações, basta a presença de um único homem para impor o peso da tradição patriarcal, isso tem a ver com os princípios que a produção associada carrega historicamente.

O grupo Amigas do Cerrado é composto por cinco mulheres pertencentes a comunidade São José do Facão, o que não implica que desigualdades nas relações de produção e machismo reine entre elas. Elas produzem pães e bolachas enriquecidos com a farinha do cumbaru. No começo, quebravam o cumbaru com facão e socavam no pilão para obter a farinha. Para facilitar o trabalho compraram, individualmente, as quebradeiras com a primeira renda que obtiveram.

No período inicial da existência do grupo, os companheiros dessas trabalhadoras manifestaram descontentamento por não verem o fruto do trabalho, já que os primeiros frutos do trabalho foram destinados ao pagamento das despesas concernentes à

produção (farinha, óleo, açúcar, ovos). Os homens temiam que as mulheres deixassem o trabalho doméstico em segundo plano, mas depois viram que elas destinavam dois ou três dias da semana ao trabalho coletivo, o que não alterava o cotidiano de trabalho no âmbito familiar. Alguns homens relutavam em ver suas companheiras coletando o cumbaru no campo, mas não proibiram de participarem do Grupo. Foi um estranhamento inicial superado em grande medida pelo diálogo.

Com o transcorrer do tempo os homens passaram a enxergar positivamente trabalho associado das companheiras e concomitantemente, comprometeram-se progressivamente com diversas ações: abastecimento de água e lenha, construção/ reparos do forno, reformas na unidade de produção, coleta, quebra e descasque do cumbaru e do coco e acompanhamento/transporte para as feiras e oficinas. Nas oportunidades em que as mulheres se ausentam do lugar em que residem para participarem de cursos/oficinas de formação, os companheiros assumem o trabalho doméstico (lavar louça/roupa, fazer o alimento e limpar a casa) com naturalidade. “Ele não importa. Até se for para passar três dias ou mais, ele se vira aqui sozinho. Ele faz a comida, ele lava a roupa dele” (Elza).

Na pesquisa empírica realizada nas referidas comunidades tradicionais, observamos que as mulheres investigadas vivenciam a produção da existência com mais autonomia e liberdade do que se pensa vivenciar a mulher do campo. Elas deixaram de se dedicar somente ao trabalho doméstico e procuraram investir suas capacidades e habilidades num trabalho que promovesse um retorno. É claro que a motivação inicial foi empenhada, expressivamente, pela FASE para que contribuíssem com a renda familiar, mas depois elas compreenderam que esse trabalho era uma oportunidade de crescimento pessoal, de aumentar a autoestima, de fazer amizades e conhecer lugares nunca antes sonhados por elas. Mesmo com dificuldades e, às vezes, não recebendo o equivalente a tantos sacrifícios, já que o dinheiro é convertido ao pagamento de despesas com matéria-prima, combustível e viagens, a permanência nos Grupos de produção aponta a mudança que a produção associada promoveu em suas vidas.

No processo de produção do grupo Frutos da Terra (NSG), composto por mulheres e homens, existe uma divisão sexual do trabalho não por imposição masculina, mas em função de habilidades, idade e saúde. Contudo, as etapas da produção são de conhecimento de todas e todos. Já o grupo Amigas do Cerrado (SJF), composto por mulheres, presenciamos os companheiros auxiliarem na busca de lenha e água, nos reparos da unidade de produção, acompanhando as feiras oficinas, o que demonstra valorização e apoio ao trabalho feminino.

Mesmo que, em grande parte o trabalho doméstico seja realizado por essas mulheres, ponderamos que é a realidade possível, já que os companheiros precisam se dedicar diariamente ao trabalho na roça. Mesmo assim, tanto as mulheres lidam com o trabalho na roça com os homens no trabalho doméstico, principalmente quando suas companheiras estão envolvidas com o processo de produção ou viajando para participar de intercâmbios, feiras e cursos.

Para as interlocutoras da pesquisa empírica, o trabalho doméstico passou a ser compartilhado, o que foge da contingência da divisão sexual do trabalho. No campo, tem-se que o espaço produtivo e reprodutivo se encontre tradicionalmente marcado

pelo sexo e diante dos relatos apresentados, as camponesas se singularizam junto com seus companheiros por burlar essa regra.

Um relato do companheiro de uma camponesa -no transcorrer de uma oficina sobre relações de gênero- nos surpreendeu, pois evidencia por um lado, o anseio em construir relacionamentos pautados no companheirismo e por outro, na desconstrução/reconstrução da concepção de ser mulher e ser homem:

[...] os ensinamentos nosso foi que a mulher seria a rainha do lar, só dentro de casa, pra cuida da casa, filho, pronto. Só que, como já foi dito também, de uns certos anos pra cá, vem mudano e tá mudano e graças a essas mudanças é que a mulher ergueu a cabeça e tomou a postura de ser mulher, que não é aquela que só cria filho, que envolta dela ela também tem responsabilidade, na criação da vida. Tanto é que já cheguei a comentar que a mulher administra muito bem, comanda muito bem e a gente tem prova disso. E que alguns homens também estão tomando a postura de homem porque aquele homem machista, já deu pra perceber que ele só perdeu e ta perdendo; os direitos e os deveres são iguais. Ser homem hoje é o que busca a compreensão, que valoriza, conforme a gente já vem de uma caminhada muito grande de homem e mulher com ela aqui, a gente vem conversando muito sobre isso, já que a gente é pra ser companheiro, é pra ser companheiro (Valdir - São José do Facão).

No espaço privado do lar das mulheres investigadas percebemos que as relações de gênero são mais solidárias e democráticas, não pesando tanto o papel tradicional estabelecido à mulher, como por exemplo, sua destinação ao trabalho doméstico. Pode-se perceber que nos espaços empíricos, sobre os quais nos debruçamos, marido, filhos, filhas e esposa participam ativa e complementarmente da produção da existência dos membros do núcleo familiar. Diante desse fato, acreditamos que o envolvimento com a produção associada e seus princípios faz com que essas trabalhadoras e sua família construam relações de gênero diferentes dos demais entes das Comunidades tradicionais.

Acreditamos que esse exemplo tenha relação com o trabalho associado e com os saberes construídos no e pelo trabalho associado. No entanto, algumas entrevistas com mulheres camponesas revelaram que as mesmas, procuraram construir relações com os companheiros e com as filhas e filhos diferentes das que vivenciaram junto a seus pais. Nessa experiência pregressa, algumas mulheres experimentaram a divisão sexual do trabalho junto a seus irmãos, a diferença quanto a permissão para sair ou namorar e relações que não se baseavam no diálogo. Outras já vivenciaram relações de gênero e de trabalho mais "igualitárias". A propósito, destaca Saviani (2007, p. 153) que

a essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico.

Em concordância com o pensamento de Saviani (2007), temos consciência que a igualdade de fato somente seja possível numa outra sociedade, pautada em novas relações de produção. Sociedade que pode ser (re)construída como nos lembra Lessa ao se referir as sociedades pré-capitalistas:



[...] nem as tarefas de criação dos filhos, preparação dos alimentos, etc., eram femininas ou masculinas; eram atividades coletivas que envolviam pessoas de ambos os sexos e de todas as idades, muitas poucas tarefas eram atividades divididas segundo o sexo e, quando o eram, era frequente caber aos homens atividades que hoje são tidas por femininas. E, além disso, a divisão das tarefas não implicava em uma hierarquia de poder nem cancelava a autonomia de cada pessoa. Pelo contrário, o exercício da autonomia pressupunha a divisão de tarefas – e esta pressupunha a autonomia de cada indivíduo para executá-las (LEACOCK, 1981, p.21 apud LESSA, 2012, p. 11-12).

Engels (1987) e Saffioti (2004, p.104) realçam que “há evidências apreciáveis, sobretudo de natureza arqueológica, de que existiu outra ordem de gênero, distinta da mantida pela dominação masculina”.

Na realidade concreta daquelas mulheres, são as relações de gênero possíveis de serem vivenciadas e que em alguma medida podem indicar serem qualitativamente melhores que as vivenciadas pela maioria das mulheres da zona urbana.

### **Considerações Finais**

A construção de relações de gênero mais igualitárias está sendo tecida pelas trabalhadoras e trabalhadores investigados. Apesar de carregarem marcas de uma sociedade patriarcal que separou a esfera doméstica para a mulher, vemos que as necessidades da produção da existência, fazem com que mulheres e homens se solidarizem e envolvam com o trabalho do outro.

Os saberes ligados ao trabalho associado são construídos através de acertos e erros, na concreticidade dos desafios que impõe a mobilização de conhecimentos subjetivos e outros extrínsecos as trabalhadoras. Por isso, sempre que podem, buscam capacitações técnicas, mas quando isso não é possível, os saberes precisam fluir delas mesmas, na experiência concreta com o trabalho, para que este seja empregado no desenvolvimento do mesmo. Assim, os saberes confluem na práxis, na ação-reflexão-ação, em realidade e pensamento.

A FASE contribuiu com as Comunidades levando a ideia de formação de grupos de produção associada bem como apresentando os princípios que, historicamente, regem essa forma de organizar o trabalho. Contudo, se as mulheres não tivessem compreensão das desigualdades que se impõe na totalidade do sistema capitalista e desejassem vivenciar relações de produção diferentes, talvez a produção associada não lograsse êxito.

Na unidade de produção percebemos que as camponesas trabalham felizes, conversam, fazem piadas, não sendo, portanto, um fardo como o trabalho se constitui para a força de trabalho na sociedade capitalista. Todas e todos são donos dos meios de produção e dos frutos do trabalho, o que faz com que a atividade produtiva tenha sentido em suas vidas.

A inserção na produção associada que tem como características principais a solidariedade, as decisões conjuntas, a igualdade, a autonomia e a liberdade influenciam a construção de relações de gênero diferentes ou mais justas, já que percebemos que no âmbito das Comunidades isso não é vivenciado, pelo menos quando envolve trabalho e tradição.

O trabalho no grupo, além de contribuir com a renda familiar, se constitui em um momento de descontração, de risadas, de cantar, de compartilhar problemas e possibilita ao mesmo tempo, a troca de experiências/vivências através das viagens

para participação em feiras e capacitações sobre trabalho cooperado/associado, agroecologia e economia solidária.

Lembrando Kosik (1976), compreendemos que o trabalho associado permite superar as necessidades imediatas e conquistar a liberdade.

A totalidade dessas mulheres expressam que compartilhar o trabalho doméstico tem a ver com a autogestão do tempo e da vida, a qual implica participação e relações horizontais. Diferentemente de muitas mulheres, o concebem como um trabalho, que determina “os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida” (SAFFIOTI, 2004, p.105). Mesmo cientes da sua importância, o trabalho doméstico não trouxe a realização pessoal que conquistaram através do trabalho na unidade de produção. Além disso, constataram na infância e na adolescência que viveram imersas em relações de gênero desiguais que se materializavam através da divisão sexual do trabalho e de restrições impostas diferentemente. Toda essa experiência e os saberes construídos contribuíram para buscarem edificar relações de gênero pautadas na igualdade, na solidariedade e no diálogo.

Ser mulher e trabalhadora do campo implica mais que desigualdade de gênero, mas desigualdade de classe. A camponesa carrega sobre seus ombros o descaso do Estado e a discriminação social e, paradoxalmente, tudo isso colabora para resistir nesse espaço a ideologia patriarcal.

Para não cairmos no idealismo, enfatizamos que essas mulheres reais mostram que mesmo organizando o processo de trabalho de modo diferente da ótica capitalista, a produção da existência não está acabada, mas se constrói cotidianamente e não está imune às contradições e aos conflitos. Contudo, e apesar de todas as limitações, pode-se pensar que as relações de gênero existentes no espaço pesquisado, indicam a construção lenta e complexa de relações igualitárias entre homens e mulheres, onde as camponesas se apresentam como sujeito histórico que vivem e refazem o seu cotidiano.

### Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRANDÃO, Carlos R. & LEAL, Alessandra. Comunidade tradicional: conviver, criar, resistir. *Revista da ANPEGE*, V. 8, n. 9, p. 73-91, jan./jul., 2012. In: <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/205>. Acesso em 23 jan 2014.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do rio bonito*. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARRASCO, Carmen & PETIT, Mercedes. *Mulheres trabalhadoras e marxismo: um debate sobre a opressão*. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

CASTAÑEDA, Marina. *O machismo invisível*. São Paulo: A Girafa Editora, 2006

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. São Paulo: Vozes, 1998.

CINTRA, Rosângela P.; SILIPRANDI, Emma. O progresso das mulheres rurais. In: *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010 / Organização: Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy - Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.*

DIEGUES, Antonio C.; ARRUDA, Rinaldo S. V. (Org.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

KOLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*, 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAGARDE, Marcela. *Los cautivos de las mujeres. Madresposas, monjas, putas, presas y locas*. Madrid: horas y HORAS, 1990.

LEACOCK, E B. Myths of male dominance. Monthly Review Press, Londres e Nova Iorque.1981. In: LESSA, Sérgio. *Abaixo a família monogâmica!* 1 ed. Instituto Luckács: São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/Livros2012/AbaixoFamilia.pdf>. Acesso em 31 jul. 2014.

LESSA, Sérgio. *Abaixo a família monogâmica!* 1 ed. Instituto Luckács: São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/Livros2012/AbaixoFamilia.pdf>. Acesso em 31 jul 2014.

LOBO, Elisabeth S. *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

MARX, Karl. *Contribuição a crítica da economia política*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. 1982. *O Capital. Crítica da economia política*. 2 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: da crítica a Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: EDUSP, 2004.

SILVA, Luiza R. S; PINTO, Mauricio R. Resistência da cultura popular o cururu e o siriri diante do desafio de se perpetuar na cultura mato-grossense. Artigo apresentado no XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, 2011. In: <http://intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2011/resumos/R27-0158-1.pdf>.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 69-94, jan./jun. 2008. Disponível em: [http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva\\_2008\\_01/Lia.pdf](http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2008_01/Lia.pdf). Acesso em: 4 fev. 2014.

THOMPSON, Edward. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

## O GRUPO “MÃOS SOLIDÁRIAS” E A EXPOSIÇÃO DA PERGUNTA PELO SENTIDO DO SER EM HEIDEGGER

**RIBEIRO, Débora Inácia**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação  
em Educação, Arte e História da Cultura da  
Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Bolsista CAPES  
deborari@hotmail.com

**ARAÚJO, Paulo Roberto Monteiro**

Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação  
em Educação, Arte e História da Cultura da  
Universidade Presbiteriana Mackenzie  
prmaraujo@uol.com.br

### RESUMO

Em seu tratado “Ser e Tempo” Heidegger concebe um modo de pensar que vai além daquele concebido até então pela tradição ocidental. O filósofo pergunta pelo ser, e aponta que o pensamento ocidental dos últimos milênios tem perguntado apenas pelos entes. O presente trabalho se propõe a discutir a *exposição da pergunta pelo sentido do ser*, apresentada por Heidegger, buscando compreender a relação entre o ôntico e o ontológico e suas implicações na pesquisa fenomenológica. É por meio do método fenomenológico que se pretende investigar o grupo “Mãos Solidárias”, procurando encontrar o modo correto de elaboração da pergunta pelo sentido do ser das mulheres que participam do grupo. Na etapa atual da pesquisa apresentaremos os resultados da análise do Livro de Atas do grupo “Mãos Solidárias”. O método utilizado foi a pesquisa documental, por meio da qual foi possível conhecer a trajetória, os objetivos e as estratégias de ação do grupo.

**Palavras-chave:** Ôntico. Ontológico. Fenomenologia.

### ABSTRACT

In his treatise “Being and Time” Heidegger conceives a way of thinking that goes beyond that conceived so far by the Western tradition. The philosopher asks for the Being and points out that the Western thinking of the last millennia has asked only for beings. The present work proposes to discuss the exposition of the question for the sense of Being, presented by Heidegger, seeking to understand the relation between ontic and ontological and its implications in phenomenological research. It is through the phenomenological method that we intend to investigate the group “Mãos Solidárias”, trying to find the correct way of elaborating the question by the sense of Being of the women who participate in the group. In the current stage of the research we will present the results of the analysis of the Book of Minutes of the group “Mãos Solidárias”. The method used was documental research, through which it was possible to know the trajectory, the objectives and the strategies of action of the group.

**Key-words:** Ontic. Ontological. Phenomenology.

## INTRODUÇÃO

Logo na introdução de “Ser e Tempo” Martin Heidegger (1889-1976) propõe que, para se elaborar a questão do ser, é preciso encontrar o modo correto de acesso ao ente<sup>1</sup> (HEIDEGGER, 2012a).

Ele afirma que o modo de investigação construído pela metafísica ocidental, mais precisamente expressa por meio da ciência e da técnica, tem alcançado êxito apenas no que tange à descoberta da verdade dos entes. Eis o fato apontado por Heidegger como “o esquecimento do ser” (HEIDEGGER, 2012a).

O filósofo considera a necessidade premente de que a pergunta pelo ser seja retomada. Ele esclarece que já não é possível lançar mão dos métodos tradicionais da metafísica<sup>2</sup> em busca da verdade do ser. É preciso encontrar uma outra via de acesso. O próprio modo de perguntar precisa ser repensado e reformulado. Caso contrário, voltaremos sempre a apreender as estruturas determinativas dos entes, quando, de fato, estamos buscando pela verdade do ser do ente.

O presente trabalho se propõe a discutir a *exposição da pergunta pelo sentido do ser*, apresentada por Heidegger na introdução do tratado “Ser e Tempo”. Para tanto, discorreremos inicialmente sobre a precedência ôntica e ontológica da questão-do-ser. De acordo com o filósofo, estes são elementos determinantes na colocação da pergunta pelo ser. Na segunda seção apresentaremos a fenomenologia – tal como foi concebida por Husserl e posteriormente por Heidegger – como método próprio de investigação do ser. Por fim, apresentaremos o grupo “Mãos Solidárias” – procurando encontrar o modo ontológico de investigação, ou seja, procurando elaborar a pergunta que vise o sentido do ser das participantes do grupo. É necessário ter cuidado na elaboração da pergunta pelo ser, no sentido de não retomar os métodos tradicionais da metafísica que se encarrega da investigação ôntica, incorrendo no erro de tomar os indivíduos pesquisados como “meras coisas”. Estes devem ser visados como entes que têm o caráter de *Dasein* e, por isso, devem ser interpelados em seu ser.

### 1. A PERGUNTA PELO SER: um trajeto do ôntico ao ontológico

Adverte-nos Heidegger que devemos ter, desde o princípio da investigação, o cuidado com a justa colocação da pergunta pelo ser. Para se abordar a questão do ser é preciso ter em mente o modo próprio de se fazer a pergunta (HEIDEGGER, 2012a). Somente assim seria possível penetrar o campo da ontologia. De outra maneira, permaneceríamos sempre envolvidos com as questões ônticas. As coisas que estão aí, reduzidas à sua pura materialidade. O ser simplesmente dado. As coisas que estão à mão e permanecem confinadas ao caráter de ente, sem jamais alcançar o sentido de ser.

1 Heidegger define o ente da seguinte maneira: “Ente é tudo aquilo de que discorreremos, que visamos, em relação a que nos comportamos desta e daquela maneira; ente é também o que somos e como somos nós mesmos” (HEIDEGGER, 2012a, p. 45). Em outro momento, o autor se refere aos entes como as coisas que percebemos de maneira imediata; o ser simplesmente dado – *Vorhandenheit* – tudo aquilo que está à mão (HEIDEGGER, 2012b). O “ôntico” faz referência aos entes, enquanto o “ontológico” se refere ao ser.

2 De acordo com Critelli (1996), a metafísica representa o modo tradicional do pensamento do Ocidente, cristalizado na crença “[...] na unicidade da verdade e na busca de uma perspectiva de conhecimento que seja absoluta” (CRITELLI, 1996, p. 13). Para alcançar tal verdade, a metafísica retira o homem da experiência, asseverando que a “verdade absoluta” só pode ser conquistada se o investigador estiver “de fora”, paramentado pelo cálculo, pela lógica e pelo controle científico do objeto empírico. O resultado disso é que a investigação metafísica alcança apenas a verdade dos entes e ignora a questão do ser.

Todo esse cuidado do filósofo em relação à colocação da pergunta pelo ser se justifica da seguinte maneira: a pergunta, ela mesma, já indica a direção da resposta que se pretende alcançar. Se perguntarmos pelo ente, teremos necessariamente como resposta a verdade do ente. Devemos então perguntar pelo ser. Mas se almejamos encontrar a verdade do ser, a quem devemos direcionar a pergunta? Ao ente. “Este é como que interrogado a respeito de seu ser” (HEIDEGGER, 2012a, p. 45). Observamos então que existe uma diferença sutil entre o perguntar ôntico das ciências positivas e o perguntar ontológico. As duas formas de investigação partem do mesmo objeto – o ente. A diferença reside em que a investigação ôntica pergunta *pelo* ente, enquanto a investigação ontológica pergunta *ao* ente *pelo seu ser*. O fato é que na investigação ontológica o ente não pode ser ignorado. Tampouco pode ser, ele mesmo, o objeto intencionado pela pergunta.

*Aquilo de que se pergunta* na pergunta a ser elaborada é o ser, isto é, o que determina o ente como ente, aquilo em relação a que o ente, como quer que ele seja discutido, já é entendido cada vez. O ser do ente não ‘é’ ele mesmo um ente. [...] Por isso, o ser como o perguntando exige uma maneira-de-se-mostrar que lhe seja própria e que difira essencialmente da descoberta do ente (HEIDEGGER, 2012a, p. 43).

Heidegger aponta alguns elementos que devemos considerar ao elaborar a pergunta pelo ser. Em primeiro lugar, devemos ter em vista o *como* dirigir o olhar ao ente – este deve ser um modo de olhar que não se contenta com o primeiro elemento dado. Deve ser o olhar que permanece. O olhar que não alcança resposta e apenas diz: “seu nome não está nos livros...”<sup>3</sup>. O olhar perscrutador, ingênuo, insistente. *Esse olhar* se direciona para o sentido do ser e interroga o ente a respeito de seu ser.

Um segundo elemento que deve ser considerado na elaboração da pergunta pelo ser é “a escolha correta do ente exemplar” (HEIDEGGER, 2012a, p. 45). Esse ente só pode ser o *Dasein*<sup>4</sup>, pois somente ele “tem, entre outras possibilidades-de-ser, a possibilidade-de-ser do perguntar” (HEIDEGGER, 2012a, p. 47). O *Dasein*, de maneira diferente de todos os outros entes, relaciona-se com o seu próprio ser. O ser do ente que pergunta – o *Dasein* –, pergunta pelo quê? Pelo ser. Logo, o *Dasein* é aquele que ultrapassa a dimensão ôntica de uma interpelação. O que o *Dasein* almeja é a resposta ontológica – é o sentido do ser.

Ainda um terceiro elemento a ser considerado na elaboração da pergunta pelo ser é a busca do genuíno modo-de-acesso ao ente (HEIDEGGER, 2012a). Essa não é uma tarefa fácil, pois o *Dasein* é um ente que tem o poder de se apresentar como aquilo que ele não é. Este seria o modo do encobrimento, o modo da aparência (HEIDEGGER, 2012a). O genuíno modo-de-acesso ao ente busca pelo desvelamento do ser. É por isso que se exige todo um cuidado na correta colocação da pergunta pelo ser.

3 Alusão à poesia “A Flor e a Náusea” de Carlos Drummond de Andrade. Segue o fragmento de onde foi extraído o verso: “Uma flor nasceu na rua! / Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego. / Uma flor ainda desbotada / ilude a polícia, rompe o asfalto. / Façam completo silêncio, paralisem os negócios, / garanto que uma flor nasceu. / Sua cor não se percebe. / Suas pétalas não se abrem. / Seu nome não está nos livros. / É feia. Mas é realmente uma flor”. (ANDRADE, C. D., 1978, p. 16).

4 Ao utilizar o termo *Dasein* (ser-aí; presença), Heidegger [...] evoca o processo de constituição ontológica de homem, ser humano e humanidade. É na presença que o homem constrói o seu modo de ser, a sua existência, a sua história, etc. (HEIDEGGER, 2012b, p. 561). Conforme explica Heidegger, [...] a presença é um ente determinado em seu ser pela existência (Idem, p. 49); a presença é aquela que [...] sendo, está em jogo seu próprio ser (Idem, p.48).

Olhar para, entender e conceituar, escolher, aceder a são comportamentos constitutivos do perguntar e assim são eles mesmos *modi-de-ser* de um determinado ente, do ente que nós, os perguntantes, somos cada vez nós mesmos. Por conseguinte, elaborar a questão-do-ser significa tornar transparente um ente – o perguntante – em seu ser (HEIDEGGER, 2012a, pp. 45, 47).

O ser do ente que tem o caráter de *Dasein*, somente ele pode dirigir esse olhar perscrutador em busca da transparência do ser que ele mesmo é. O *Dasein* é o ente que interroga a si mesmo e que tem o poder de entender-se em seu próprio ser. Portanto, a tarefa do desvelamento pertence ao *Dasein* e o “ambiente” possível ao desvelamento do ser é a própria existência. “A questão da existência só pode ser posta em claro sempre pelo existir ele mesmo” (HEIDEGGER, 2012a, p. 61). É na existência que se “desenrola” o ser do ente. Por isso a pergunta direcionada ao alvo intencionado – o ser – necessita levar em conta a temporalidade, ou seja, o desenrolar da existência desse ser.

Heidegger conclui sua reflexão sobre o ôntico e o ontológico da seguinte maneira:

O *Dasein* tem, por conseguinte, uma múltipla precedência diante de todo outro ente. A primeira precedência é ôntica: esse ente é determinado em seu ser pela existência. A segunda é ontológica: sobre o fundamento de sua determinidade-de-existência, o *Dasein* é em si mesmo “ontológico”. Mas ao *Dasein* pertence, todavia, de modo igualmente originário – como constituinte do entendimento-de-existência – um entendimento do ser de todo ente não-conforme ao-*Dasein*. Por isso, tem ele uma terceira precedência como condição ôntico-ontológica da possibilidade de todas as ontologias. Assim, o *Dasein* se mostrou como o ente que, antes de todo outro ente, deve ser em primeiro lugar ontologicamente interrogado (HEIDEGGER, 2012a, p. 63).

Na etapa atual da pesquisa, que tem o caráter de investigação qualitativa, apresentaremos os resultados da análise do Livro de Atas do grupo “Mãos Solidárias”. O método utilizado foi a pesquisa documental, por meio da qual foi possível conhecer a trajetória, os objetivos e as estratégias de ação do grupo. O livro de atas representou importante fonte de informações para a presente pesquisa. Por meio dele foi possível reconstruir a trajetória do grupo, conforme propõe Santos et al (2012):

Eleger as atas como fontes primárias é uma grande oportunidade de verificar as intenções, as escolhas e as prioridades dos sujeitos responsáveis por esse registro, bem como um estudo apurado do contexto histórico vigente (SANTOS; CORSO; ZANLORENZI, 2012, p. 5).

A pesquisa não pretende permanecer restrita a tais resultados. Estes representam apenas o elemento inicial que possibilitará a justa elaboração da pergunta pelo sentido do ser das participantes do grupo. De tal maneira que os indivíduos pesquisados não sejam visados apenas em seu caráter de ente, como “meras coisas”, mas sejam visados como entes que têm o caráter de *Dasein* e, por isso, devem ser interpelados em seu ser.

Concluimos essa seção pontuando as três possibilidades de perguntar do *Dasein*: a possibilidade ôntica, que pergunta pelo ente que ele mesmo é; a possibilidade ontológica, que pergunta pelo ser do ente; a possibilidade ôntico-ontológica, que faz do *Dasein* o ente que tem por característica intrínseca o perguntar. Nessa atitude inquiridora do mundo, o *Dasein* pode perguntar pelos entes – pelas coisas simplesmente dadas; pode perguntar pelos entes que têm o caráter de *Dasein* – buscando pelo seu ser; mas pode também perguntar pelos entes do caráter de *Dasein*, sem levar em conta seu caráter

de *Dasein* – tomando-os como os demais entes e como coisas que estão à mão. Neste último caso, a investigação retornaria aos instrumentos da metafísica. Para que o ser seja investigado, devemos abrir mão dos pressupostos da metafísica e avançar em busca de um novo método: a fenomenologia. De tal maneira que sejamos capazes de conduzir nossa investigação seguindo o trajeto do ôntico ao ontológico.

Na seção que segue discutiremos as proposições de Husserl e de Heidegger sobre a fenomenologia como método apropriado de investigação do ser.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Foi Edmund Husserl (1859-1938) quem fundou as bases da fenomenologia como corrente filosófica e como método de investigação científica. Tendo como primeiro campo de formação a Matemática e influenciado por seu professor, Franz Brentano, Husserl desenvolveu a concepção de que a Filosofia, orientada pelo rigor das ciências exatas, deveria oferecer uma descrição pura da realidade.

‘Fenomenologia’ – designa uma ciência, uma conexão de disciplinas científicas; mas, ao mesmo tempo e acima de tudo, ‘fenomenologia’ designa um método e uma atitude intelectual: a *atitude intelectual* especificamente *filosófica* e o *método* especificamente *filosófico* (HUSSERL, 1986, p. 46).

A fenomenologia traz o seguinte mote: *voltar às coisas mesmas*. Olhar as coisas tais como elas se apresentam ao olhar de quem investiga. Para que isso aconteça, é preciso se libertar de preconceitos que são alheios à coisa mesma. Portanto, a fenomenologia procura liberar o olhar das concepções previamente dadas, fixando-o nos fenômenos que aparecem.

O fenômeno é para Husserl simplesmente aquilo que se oferece ao olhar intelectual, à observação pura, e a fenomenologia se apresenta como um estudo puramente descritivo dos fatos vivenciais do pensamento e do conhecimento oriundo dessa observação (GILLES, 1975, p. 132).

Por meio da fenomenologia Husserl ambicionava formular uma teoria do conhecimento que propõe a relação entre o *Cogitatum* (as coisas do mundo; os objetos a serem investigados) e o *Cogito* (o homem; o investigador; a consciência; o sujeito). A intencionalidade seria o elo entre o sujeito e o objeto, sendo ela definida da seguinte maneira: *Toda consciência é consciência de alguma coisa*. A consciência, portanto, estaria necessariamente voltada para um objeto. Dito de outra maneira, a consciência só é consciência a partir de sua relação com o objeto.

Esta seria a nova relação entre sujeito e objeto, proposta pela fenomenologia de Husserl. É a partir dessa relação que deve surgir o conhecimento. “O conhecimento é, em todas as suas configurações, uma vivência psíquica: é conhecimento do sujeito que conhece. Perante ele estão os objetos conhecidos” (HUSSERL, 1986, p. 42). Para se alcançar tal conhecimento, deve-se proceder à redução fenomenológica, ou seja, deve-se *suspender o juízo (Epoché)* e concentrar a atenção nas coisas mesmas.

Na fenomenologia de Husserl, a redução é um dos procedimentos centrais do método fenomenológico, significando que se deve concentrar a atenção nas coisas mesmas e não nas teorias. A *redução eidética* é o passo seguinte nesse procedimento, fazendo com que se visem as essências e não os objetos concretos. Por fim, a *redução transcendental* se dá quando a consciência engloba as essências e os objetos considerando-os como fenômenos (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 236).



A orientação da fenomenologia de Husserl consiste, portanto, em buscar o absoluto das coisas, ou seja, sua essência. É nesse ponto que o pensamento de Heidegger diverge das proposições husserlianas, como veremos a seguir.

No momento, observemos os pontos de convergência entre o pensamento dos dois filósofos. Husserl apresenta a fenomenologia como um entrelaçamento de sujeito e objeto, consciência e mundo – Heidegger se apropria dessa maneira de pensar, o que fica claro na própria formulação do conceito *Dasein*: *Da* – aí (mundo), *sein* – ser (consciência). No que tange à suspensão do juízo, observamos no pensamento de Heidegger nitidamente a marca da proposição husserliana sobre a *Epoché*, como se observa no texto a seguir:

[...] ao *Dasein* não devem ser impostas coercitivamente, de modo ontologicamente inconsiderado, “categorias” previamente delineadas a partir de uma tal ideia. Ao contrário, o modo-de-acesso e o modo-de-interpretação devem ser escolhidos de forma que esse ente possa se mostrar em si mesmo e a partir de si mesmo (HEIDEGGER, 2102a, p. 73).

Compreendemos que as concepções de Husserl e Heidegger sobre a fenomenologia seguem em acordo até determinado ponto. A partir do conceito de *essência*, surgem as divergências. Enquanto Husserl considera que existe uma essência estável no ser das coisas, a despeito das aparências superficiais e das modificações temporais, Heidegger propõe que essas modificações temporais, elas mesmas constituem o ser das coisas. Portanto, para Heidegger, não existem “essências estáveis”, não existe nenhuma forma de essência (HOLANDA, 2014). “A ‘essência’ do *Dasein* reside em sua existência” (HEIDEGGER, 2012a, p. 139). O ser do *Dasein* encontra seu sentido na própria temporalidade e, por isso, a análise do *Dasein* é sempre incompleta e provisória (HEIDEGGER, 2012a).

Heidegger rejeita a proposta husserliana de essência, pois considera que o próprio conceito de essência prevê uma permanência, uma fixidez dos fenômenos. Ora, se o fenômeno se caracteriza justamente pelo movimento, logo, não há permanência e tampouco pode haver essência.

Esse ponto de divergência entre Husserl e Heidegger faz desse último o filósofo que definitivamente rompe com a tradição metafísica. Ao mesmo tempo em que aponta “o esquecimento do ser” como a grande insuficiência do pensamento filosófico ocidental, ele toma para si a tarefa de resgatar a investigação do sentido do ser, assegurando que este só pode ser apreendido na perspectiva do tempo.

Por isso, a tarefa ontológica fundamental da interpretação de ser como tal compreende em si a elaboração da temporalidade do ser. Só na exposição da problemática da temporalidade pela primeira vez se dá uma resposta concreta à pergunta pelo sentido do ser (HEIDEGGER, 2012a, p. 79).

Essa “tarefa ontológica” é realizada por meio da fenomenologia. Nas palavras de Heidegger: “A ontologia só é possível como fenomenologia” (HEIDEGGER, 2012a, p. 123).

Para definir fenomenologia Heidegger, retomando Husserl, parte da seguinte premissa: “às coisas elas mesmas!” (HEIDEGGER, 2012a, p. 101). Essas coisas são os fenômenos. Husserl havia postulado que os fenômenos são as coisas que se mostram. Heidegger sustenta essa proposição, mas dá um salto além: fenômenos são também as coisas que

*parecem ser*. Esse modo de “aparência” concede ao fenômeno a possibilidade do *não mostrar-se* do ser. Da seguinte maneira: “[...] o anunciar-se de algo que não se mostra por algo que se mostra” (HEIDEGGER, 2012a, p. 105). Sintomas e símbolos constituem exemplos de fenômenos que aparecem como uma forma de *não mostrar*. No entanto não deixam de ser fenômenos. O problema, porém, apontado por Heidegger, é que o fenômeno que se mostra ao modo da aparência, ao invés de revelar, encobre o sentido do ser.

Mas o que, em um sentido excepcional, permanece *encoberto* ou volta a se *encobrir* ou só se mostra como *disfarce* não é este ou aquele ente mas, como as precedentes considerações mostraram, é o *ser* do ente. Ele pode estar tão amplamente encoberto que fica esquecido e já não se faz a pergunta por ele e por seu sentido (HEIDEGGER, 2012a, p. 121).

Essa consideração de Heidegger revela a existência de uma dificuldade a mais para a investigação fenomenológica: não basta voltar a atenção para o fenômeno. É preciso identificar se *esse* fenômeno revela ou encobre o sentido do ser.

A fenomenologia em Heidegger não se encarrega apenas de “[...] fazer ver a partir dele mesmo (o fenômeno) o que se mostra tal como ele por si mesmo se mostra” (HEIDEGGER, 2012a, p. 119). Não que esta proposição esteja incorreta, mas Heidegger considera-a incompleta.

O justo complemento seria: A fenomenologia deve se encarregar da *interpretação* do fenômeno que aparece. Nesse sentido, a fenomenologia se apresenta como uma hermenêutica, tal como indica o próprio Heidegger: “A fenomenologia do *Dasein* é uma *hermenêutica* na significação originária da palavra, que designa a tarefa da interpretação” (HEIDEGGER, 2012a, p. 127).

O conceito de hermenêutica<sup>5</sup> é introduzido no campo de compreensão de Heidegger, pois ele considera que a tarefa da fenomenologia consiste em olhar/visar/mostrar o fenômeno, mas também em *interpretar* e *compreender*.

O ato de compreender o fenômeno alcança em Heidegger um sentido de desvelamento. De tal maneira que já não prevaleça o modo da aparência – como o que *parece ser* e como *disfarce* – mas que seja revelado o próprio sentido do ser.

Considerando essa procura pela revelação do sentido do ser, Gadamer (1997) defende que Heidegger apresenta um projeto de “fenomenologia hermenêutica”. E mais: esta seria a “hermenêutica da facticidade<sup>6</sup>”, que se opõe à fenomenologia eidética<sup>7</sup> de Husserl. “A facticidade da pré-sença<sup>8</sup>, a existência, que não é passível de fundamentação nem de dedução, deveria representar a base ontológica do questionamento fenomenológico” (GADAMER, 1997, p. 386).

5 No Dicionário Básico de Filosofia, hermenêutica é definida da seguinte forma: “1. [...] interpretação ou exegese dos textos antigos, especialmente dos textos bíblicos; 2. [...] todo esforço de interpretação científica de um texto difícil que exige uma explicação; 3. [...] reflexão filosófica interpretativa ou compreensiva sobre os símbolos e os mitos em geral” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 130). Entendemos que Heidegger se apropria da terceira definição: a fenomenologia exige não apenas o “mostrar” do fenômeno, mas também a “reflexão filosófica interpretativa e compreensiva” sobre o fenômeno.

6 Heidegger diferencia facticidade, e seu derivado fático, de fatual, e seus derivados – fato, de fato, fatualidade. A facticidade se refere ao plano de estruturação ontológica, ou seja, refere-se ao “ser”. Já o termo fatualidade faz referência à estruturação ôntica, ou seja, refere-se aos entes. De acordo com o Dicionário Básico de Filosofia, “[...] a facticidade designa aquilo que não é necessário, mas que simplesmente é” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 102).

7 Referente à essência das coisas.

8 Gadamer se refere ao *Dasein* utilizando a terminologia pré-sença (GADAMER, 1997).

A facticidade, ou seja, o fato de que as coisas que são assim como são, acontece na perspectiva do tempo. A hermenêutica da facticidade pressupõe que devemos interpretar o ser *nesse* horizonte, que é o tempo. E mais: é o próprio tempo, revestido de facticidade, que irá determinar o significado do ser. É dessa maneira que Heidegger entende a fenomenologia. E é dessa maneira que empreende a tarefa de compreensão do sentido do ser.

A seção que segue se propõe a apresentar o campo de pesquisa – o grupo “Mãos Solidárias” – procurando identificar o genuíno modo-de-acesso ao ente. Pretendemos nos aproximar do ente (o objeto pesquisado – as mulheres que participam do grupo) ao modo da investigação ontológica, ou seja, pretendemos elaborar a pergunta de tal maneira que sejamos capazes de alcançar o sentido do ser das participantes do grupo.

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

“Mãos Solidárias” é um grupo de voluntariado formado por 42 mulheres (julho/2016) que se reúnem semanalmente para a realização de atividades como: costura, crochê, tricô, pintura, bordado, tapeçaria e trabalhos artesanais em geral. Os artigos produzidos por elas são vendidos em bazares, feiras e festas da cidade – por exemplo, a Festa da Cerejeira – e a renda obtida é doada a instituições como a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), o “Lar do Outono” (clínica e residência geriátrica) e a Casa Divina Providência (casa de repouso para idosos), todas no município de Campos do Jordão. As reuniões acontecem todas as terças-feiras à tarde no salão social da Igreja Metodista de Campos do Jordão.

O desenvolvimento histórico do grupo está registrado no Livro de Atas de Reuniões do Grupo “Mãos Solidárias”, composto por 19 páginas contendo o registro das reuniões realizadas entre 2009 e 2012. A coordenadora do grupo relatou à pesquisadora que, por ocasião da mudança na diretoria do grupo, a secretária eleita não lavrou em ata o registro das reuniões posteriores a 2012.

A primeira reunião registrada em ata aconteceu no dia 17 de março de 2009. Os dados a seguir foram extraídos da análise das 19 páginas do livro de ata do grupo.

O trabalho do grupo “Mãos Solidárias” começou inspirado na “Liga do Lar”, projeto do Exército de Salvação que tem por objetivo a confecção e venda de trabalhos artesanais, para arrecadação financeira em prol dos projetos sociais da instituição. Em Campos do Jordão o Exército de Salvação manteve, a partir do ano de 1968 até 2014, um projeto de acolhida a pessoas idosas, o “Lar do Outono” – clínica e residência geriátrica. A “Liga do Lar” funcionou por muitos anos nesse local. Os projetos sociais do Exército de Salvação são mantidos principalmente por meio de doações de pessoas físicas e jurídicas. Participavam da “Liga do Lar” mulheres que queriam contribuir como voluntárias, confeccionando trabalhos manuais que eram vendidos, sendo a renda aplicada em benefício da instituição. Nesse período, o grupo contava com cerca de 20 voluntárias.

No início do ano de 2009 o trabalho precisou ser interrompido, por solicitação da direção do Lar do Outono, que não podia mais ceder seu espaço para a “Liga do Lar”. As mulheres que atuavam naquele projeto não consideraram a perda do espaço físico como determinante para a dissolução do grupo. Resolveram dar continuidade aos

trabalhos, agora sem vínculos com o Exército de Salvação. Mas precisavam de um local para a realização dos trabalhos.

No dia 17 de março de 2009 reuniram-se, nas dependências da Igreja Metodista, 16 mulheres que participavam da “Liga do Lar” para tomar decisões sobre o destino do grupo. Ainda sem ter definido um local para os trabalhos, o grupo procedeu às seguintes resoluções:

- As reuniões seriam todas as terças-feiras, das 14 às 16 horas (em 2016 esse horário estava ampliado para: das 13 horas e 30 minutos até as 17 horas).
- As atividades do grupo seriam: uma devocional (leitura bíblica comentada e oração), a realização dos trabalhos manuais e um chá ao final dos trabalhos (sempre acompanhado por lanches preparados pelas voluntárias).
- As 16 participantes dessa reunião seriam consideradas sócias fundadoras do grupo.
- O grupo seria liderado por uma equipe composta por coordenadora, secretária e tesoureira.
- Haveria eleições anuais para a diretoria do grupo.
- O rendimento dos produtos confeccionados pelo grupo seria doado a instituições e entidades assistenciais do município.
- O grupo passaria a se chamar “Mulheres Virtuosas” – em referência à passagem bíblica de Provérbios 31, que enaltece a operosidade da mulher.

Logo em seguida a essa reunião, foi disponibilizado para a realização das reuniões do grupo o local de culto da Igreja Presbiteriana de Campos do Jordão. Nos anos de 2009 e 2010 os trabalhos foram realizados ali. No início de 2010, por sugestão da coordenadora e votação unânime das sócias, o grupo passou a se chamar “Mãos Solidárias”. A partir de 2011 a Igreja Metodista cedeu seu salão social para as reuniões. A localização da Igreja Metodista foi considerada mais central, fator que facilitaria o trânsito e a participação das sócias. Também o espaço físico e as instalações desse salão social foram considerados mais adequados para a realização dos trabalhos.

Vale ressaltar que, embora o grupo se reúna no espaço físico de uma igreja evangélica, mantém-se como grupo autônomo, independente das resoluções da igreja, recebendo sócias independentemente de sua confissão de fé.

Além das reuniões semanais para a confecção dos trabalhos, o grupo mantém outras atividades:

- Reunião mensal da diretoria.
- Realização de bazares e chás para venda dos materiais e arrecadação financeira.
- Comemoração dos aniversários das sócias.
- Passeios semestrais (por exemplo, passeio ao Horto Florestal de Campos do Jordão).
- Participação em feiras e festas da cidade (por exemplo, Festa da Cerejeira), com barraca de venda de artesanato.

No ano de 2016, quando foi iniciada a pesquisa, o grupo contava com 42 mulheres cadastradas. O cadastro é preenchido após três visitas da participante, e quando esta

demonstra interesse em participar do grupo. As mulheres cadastradas são chamadas de “sócias” ou “voluntárias” e contribuem com uma mensalidade de R\$ 5,00.

Uma vez apresentados os registros do livro de atas do grupo, nossa preocupação agora é a de conduzir a investigação de acordo com a abordagem fenomenológica proposta por Heidegger. O filósofo elabora sua analítica do *Dasein* a partir de uma crítica ao modo de investigação das ciências positivas, que têm por objetivo a manipulação das coisas. Quando esse modo de investigação, que elabora a pergunta pelos entes, é aplicado às ciências humanas, o ser humano é visado apenas em seu caráter de ente – e tomado como mera coisa – tais como são tomados os objetos das ciências positivas. A investigação fenomenológica proposta por Heidegger se interessa, antes, pela interpretação e compreensão do sentido do ser. Dessa maneira, tenta recolocar o ser humano em seu lugar de humanidade. Os entes que têm o caráter de *Dasein* devem ser reconhecidos em seu ser, e jamais reduzidos ao modo de investigação ôntica. Logo, devemos ter cuidado na elaboração da pergunta pelo ser das mulheres que participam do grupo “Mãos Solidárias”, no sentido de não tomá-las como “meras coisas”, mas como entes que têm o caráter de *Dasein* e, por isso, devem ser visados em seu ser.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao investigar a questão do ser, Heidegger assume a tarefa de encontrar o modo correto de elaborar a pergunta pelo ser. Ele toma como ponto de partida o modo de investigação da metafísica, que pressupõe a elaboração da pergunta pelos entes – esse seria o perguntar ôntico. O filósofo aponta que esse modo de investigação jamais seria capaz de alcançar a resposta pelo sentido do ser.

Em lugar do perguntar ôntico, ele propõe o perguntar ontológico, que indaga ao ente a respeito de seu ser. Tal indagação só pode ser elaborada ao modo da fenomenologia, que direciona o olhar “às coisas elas mesmas”, levando em conta que os fenômenos acontecem no horizonte da temporalidade. Uma vez encontrado o modo correto de aproximação dos fenômenos, Heidegger considera a necessidade de interpretação desses fenômenos, de tal maneira que se torne possível descartar o fenômeno ao modo da “aparência” e do “disfarce”, alcançando, enfim, a compreensão do sentido do ser.

Por meio da análise do Livro de Atas nós procedemos a uma primeira aproximação do objeto de pesquisa, buscando encontrar o modo correto de aproximação do fenômeno investigado. A princípio, foi possível apreender o grupo “Mãos Solidárias” em seu caráter de ente: a história do grupo desde a sua fundação; as tarefas que ali são realizadas; o princípio da solidariedade e ajuda aos necessitados; os momentos de lazer, espiritualidade e confraternização. Essas informações pertencem ao campo da investigação ôntica. A partir de agora, nossa tarefa consiste em elaborar a pergunta pelo ser desse ente que se nos apresenta. Conforme propõe Heidegger, devemos interrogar o ente a respeito de seu ser.

Os resultados da análise do Livro de Atas, compreendidos à luz do referencial teórico heideggeriano nos forneceram elementos suficientes para a elaboração do instrumento de coleta de dados que será utilizado na etapa seguinte da pesquisa, a saber, a entrevista. Por meio desse instrumento pretendemos buscar no ente, as mulheres entrevistadas, a resposta capaz de alcançar o sentido do ser dessas mulheres.

O presente estudo se encarregou de percorrer o trajeto do pensamento de Heidegger do ôntico ao ontológico, culminando em sua concepção de fenomenologia como método próprio de investigação do ser. É por meio desse método que se pretende levar adiante a presente pesquisa, buscando elaborar a pergunta pelo sentido do ser das participantes do grupo “Mãos Solidárias”.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. D. *Antologia Poética*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

CRITELLI, D. M. *Analítica do Sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*. São Paulo: EDUC: Brasiliense, 1996.

GADAMER, H. G. *Verdade e Método*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GILES, T. R. *História do Existencialismo e da Fenomenologia*. Volume 1. São Paulo: EPU/EDUSP, 1975.

HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: Editora UNICAMP; Petrópolis: Vozes. 2012a.

\_\_\_\_\_. *Ser e Tempo*. Tradução revisada de Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2012b.

HOLANDA, A. F. *Fenomenologia e Humanismo: reflexões necessárias*. Curitiba: Juruá, 2014.

HUSSERL, E. *A Ideia da Fenomenologia*. Lisboa: Edições 70, 1986.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SANTOS, C. P.; CORSO, A. M.; ZANLORENZI, Z. M. P. Estado de Conhecimento: atas como fonte histórica. III SEPED - SEMANA DE ESTUDOS DO CURSO DE PEDAGOGIA

DE IRATI. 21 a 24 de agosto de 2012. Disponível em: <http://anais.unicentro.br/seped/pdf/iiiv3n1/87.pdf>

## FONTES DOCUMENTAIS

Livro de Atas das reuniões do grupo “Mãos Solidárias”. Campos do Jordão, 2009-2012.

## SEMINÁRIOS INTERDISCIPLINARES COMO INSTRUMENTO E ESPAÇO DE ARTICULAÇÃO DOS SABERES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

**CAMPOS, Priscilla Perla Tartarotti von Zuben**

Mestranda do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e Professora da Universidade São Francisco - USF)  
*pptvzc@gmail.com*

**MENESES, Aérica de Figueiredo Pereira**

Mestranda do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP)  
*aericafpm@gmail.com*

**FUENTES-ROJAS, Marta**

Professora do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP) e coordenadora do Laboratório de Psicologia Saúde e Comunidade (LAPSIC)  
*marta.fuentes@fca.unicamp.br*

**GEMMA, Sandra Francisca Bezerra**

Professora do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP) e coordenadora do Laboratório de Ergonomia, saúde e Trabalho (ERGOLAB) *sandra.gemma@fca.unicamp.br*

### RESUMO

O presente artigo relata a experiência de práticas interdisciplinares em que o seminário foi utilizado como estratégia metodológica com alunos de graduação, pós-graduação e profissionais da saúde, educação e assistência social para debater temas contemporâneos. O trabalho objetiva descrever sobre atividades praticadas no SIEL (Seminário Interdisciplinar ERGOLAB e LAPSIC), que surgiu em 2014, com o intuito de contribuir para o tratamento interdisciplinar dos problemas contemporâneos, criando um espaço de referência para os diversos temas de pesquisa de ambos os laboratórios. O SIEL tem periodicidade mensal e é aberto a toda a comunidade acadêmica e também profissionais das diversas áreas que têm interesse nos temas abordados pelos laboratórios. As reuniões são organizadas por uma comissão que definem o tema e a dinâmica de cada encontro. O arranjo de cada encontro está pautado em três formatos: mesa redonda; discussão de textos sobre interdisciplinaridade e apresentação de pesquisadores e/ou profissionais convidados. Conclui-se esse trabalho apresentando alguns indicativos que tal prática tem estimulado o debate e a reflexão interdisciplinar, promovido um intercâmbio de informações entre os participantes e fomentado as pesquisas em desenvolvimento pelos integrantes, além de aprimorar e fortalecer parcerias e o envolvimento com a comunidade.

**Palavras-chave:** Interdisciplinaridade; seminário; relato de experiência.

## ABSTRACT

This article reports on the experience of interdisciplinary practices in which the seminar was used as a methodological strategy with undergraduate student, graduate student and health professionals, education and social workers to discuss contemporary issues. The objective of this work is to describe the activities practiced at SIEL (Interdisciplinary Seminar ERGOLAB and LAPSIC), which was created in 2014, with the aim of contributing to the interdisciplinary treatment of contemporary problems, creating a reference space for the different research themes of both laboratories. The SIEL has monthly frequency and is open to the entire academic community as well as professionals from the different areas that are interested in the topics addressed by the laboratories. The meetings are organized by a committee that define the theme and the dynamics of each meeting. The arrangement of each meeting is based on three formats: round table; Discussion of texts on interdisciplinary and presentation of researchers and / or invited professionals. The paper concludes with some indications that this practice has stimulated the debate and the interdisciplinary reflection, promoted an exchange of information between the participants and fomented the researches in development by the members, besides improving and strengthening partnerships and the involvement with the community.

**Keywords:** Interdisciplinary; seminar; Experience report.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência, cujo objetivo é descrever sobre atividades praticadas no SIEL (Seminário Interdisciplinar dos laboratórios de Ergonomia, Saúde e Trabalho - ERGOLAB e de Psicologia, Saúde e Comunidade - LAPSIC), realizado na Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, resultado da parceria entre os dois laboratórios vinculados ao Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

O campus da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Unicamp de Limeira (SP), inaugurado em 2009, oferece diversos curso em níveis de graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento. Seu projeto pedagógico tem o intuito de fortalecer a interdisciplinaridade, sendo essa uma proposta inovadora na formação de profissionais. É nesse sentido que surgem os laboratórios e os centros de pesquisa multidisciplinares, coordenados pelos docentes da instituição, que visam organizar a área de pesquisa a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão, como é o caso do ERGOLAB e do LAPSIC.

O ERGOLAB (Laboratório de Ergonomia, Saúde e Trabalho) tem a proposta de estudar o trabalho em sua multidimensionalidade e interdisciplinarmente, intencionando contribuir com a saúde, segurança e conforto dos indivíduos. Já o LAPSIC (Laboratório de Psicologia, Saúde e Comunidade) objetiva fomentar as discussões sobre psicologia e interdisciplinaridade, gerando estudos e estratégias que possam contribuir com a qualidade de vida da população. Ambos os laboratórios acolhem alunos de graduação, pós-graduação e profissionais da rede de assistência social, educação e saúde.



O SIEL surgiu em 2014, com o intuito de contribuir para o tratamento interdisciplinar dos problemas contemporâneos, criando um espaço de referência para os diversos temas de pesquisa de ambos os laboratórios. Através de ações integradas, promove a troca de experiência entre pesquisadores, estudantes e profissionais nas diferentes áreas do saber, em um esforço coletivo e sob o respaldo de estudos teóricos, reúnem-se mensalmente para tratar assuntos no campo interdisciplinar das ciências humanas e sociais.

A partir de esforços conjuntos para articulação de saberes dos integrantes de ambos os laboratórios, o SIEL desenvolve suas atividades em consonância ao que postula Serverino (2000, p. 63), ao argumentar que sob a orientação de textos e o trabalho em equipe, a função de um seminário consiste em levar todos os participantes a uma reflexão aprofundada. O que se pretende no trabalho do SIEL, é provocar a articulação de saberes na busca em se compreender minimamente o que venha a ser a interdisciplinaridade frente às discussões temáticas que dela derivam.

Reconhecemos a necessidade de espaços que provoquem a discussão frente ao assunto. O que nos lembra de uma afirmação feita por Olga Pombo durante uma conferência proferida no Brasil em 2005, em que confessou também não saber como é feita, provocando os ouvintes a fazerem um esforço no sentido de compreender como ela se faz. Arriscamo-nos a expressar aqui que a interdisciplinaridade talvez não devesse ser feita e sim vivida em seus múltiplos aspectos, despojada de interesses pessoais, na busca de novas conexões, estabelecendo-se por meio do exercício reflexivo constante e empático entre todas as partes.

Esclarecemos que seminários de estudos, nas palavras de Cervo, Bevilacqua e Silva (2007, p. 64) refere-se a um método de estudo no qual os problemas de pesquisas dos participantes podem ser discutidos, inclusive a metodologia de trabalho utilizada. Corroborando com os autores, Veiga (1991) complementa que o seminário é uma técnica ativa de produção do conhecimento e, desse modo, permite o desenvolvimento de senso crítico e a independência intelectual, favorecendo a criação de um espaço cooperativo e dialógico.

Seminário tem sua origem etimológica no latim *seminarium* que é uma espécie de viveiro de plantas, um local utilizado para fazer sementeiras. Nesse sentido, seminário poderia ser definido como um espaço para semear ideias, favorecendo a sua germinação e lançando novas perspectivas (VEIGA, 1991). Os conhecimentos adquiridos e conclusões provisórias ou definitivas nesses aspectos também podem ser postos em pauta, já que essa é uma técnica democrática e participativa. Ademais, enquanto método, os seminários também podem ser utilizados em contextos como congressos, encontros programados e reuniões, todavia a tendência seja a de ser especialmente usado nos cursos de pós-graduação, tal como acontece no SIEL.

Dentre os debates realizados no SIEL, os principais temas explorados centram-se na discussão quanto à interdisciplinaridade envolvendo temas como saúde, educação, psicologia, trabalho e sociedade. Os assuntos são propostos e colocados em pautas durante reuniões a fim de que em conjunto a equipe possa articular necessidades e expectativas no que se refere à idealização, planejamento, divulgação, preparo e condução dos seminários propostos. Além dos seminários, existe a preocupação em

buscar formas para se ampliar as ações, dentre elas a promoção de projetos de pesquisa e extensão, fóruns e congressos.

A cada dia acreditamos que a necessidade da formação de profissionais crítico-reflexivos, capazes de transformarem a realidade social vem se tornando iminente e o nosso desafio consiste em oferecer espaços nos quais a mobilização de saberes e esforços sejam possíveis. A oportunidade de partir do conhecimento individual, no qual cada um, imbuído em sua essência biopsicossocial compartilhe, assimile e reassimile novas formas de se pensar traz perspectivas de originalidade, o que por si só constitui-se como elemento significativo junto ao processo. Assim, refletir e se posicionar de modo mais crítico, buscando-se a interface com outros saberes, dentre os quais haja uma interação na busca de um eixo comum, é um objeto de interesse do SIEL.

Sob este prisma, dentre as propostas apresentadas pelo grupo, é necessário o exercício da empatia e de uma escuta ativa e qualificada entre todas as pessoas envolvidas, cujo propósito é a tomada de consciência e reflexão sobre o mundo que nos cerca, visando contribuições intencionais, conscientes e críticas na busca de novas condições de possibilidades, de outros possíveis. Com isso, julgamos o método dos seminários, dentre inúmeras variações, um modo satisfatório de favorecer espaços que proporcionem o encontro de discussão e problematizações a partir de uma reflexão aprofundada dos temas de interesse de ambos os laboratórios.

## 1. SOBRE O SIEL

O SIEL foi proposto em 2014 por docentes responsáveis pelos laboratórios LAPSIC e ERGOLAB e seu público alvo destinava-se à pós-graduandos do programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A princípio o seu objetivo era fomentar as discussões interdisciplinares desenvolvidas pelo programa e criar um espaço de produção coletiva. A estratégia utilizada nos encontros era de roda de conversa e tinha o intuito de promover uma comunicação mais dinâmica e produtiva sobre interdisciplinaridade em torno dos temas de pesquisa de ambos os laboratórios. Alunos de graduação e profissionais da rede de assistência social, saúde e educação também integravam a equipe do SIEL.

A partir de 2015, houve uma reestruturação do SIEL, passando a adotar, além da roda de conversa, discussões teóricas-conceituais sobre os temas transversais às pesquisas em andamento. Essa estratégia foi incluída tendo em vista que servia como um aporte teórico e metodológico para embasar as discussões e estimular reflexões críticas em torno da interdisciplinaridade.

Em 2016 o SIEL ganhou um novo formato. Como estratégia foi adotado o modelo de mesas redondas e também a participação de pesquisadores e profissionais convidados para debater acerca de temas pesquisados pelo grupo. Tal iniciativa teve o intuito de promover o encontro de alunos de graduação e pós-graduação com profissionais e pesquisadores de um mesmo objeto, estimulando o intercâmbio de informações e a socialização do conhecimento, além de propiciar um espaço de debate entre os pares.

Os objetivos específicos do SIEL são: (1) aprofundar questões sobre a produção científica e a sua disseminação, estimulando o debate e a reflexão interdisciplinar; (2) difundir as possibilidades da pesquisa interdisciplinar em todos os níveis do ensino; (3) promover o intercâmbio de informações entre os participantes, (4) fomentar as

pesquisas em desenvolvimento pelos laboratórios e aprimorar e fortalecer parcerias e o envolvimento com a comunidade.

Por certo neste tempo de complexidade os esforços em problematizar, questionar, buscar novas conexões ou até mesmo religações fazem parte do processo de construção de todos os envolvidos em um movimento que visa romper fronteiras entre disciplinas e saberes, na proposta de conhecer e pensar, não em direção a uma verdade absolutamente certa, como expressa Morin (2000), mas dialogando com a incerteza.

### **1.1. Descrição das Atividades**

O Seminário tem periodicidade mensal e é aberto a toda a comunidade acadêmica e também profissionais das diversas áreas que têm interesse nos temas abordados pelos laboratórios. As reuniões são organizadas por uma comissão, formada por integrantes dos laboratórios, os quais definem o tema e a dinâmica de cada encontro. O arranjo de cada encontro está pautado em três formatos: mesa redonda; discussão de textos sobre interdisciplinaridade e apresentação de pesquisadores e/ou profissionais convidados.

Em consonância ao que propõe Severino (2000), sob a forma de que o seminário é um trabalho essencialmente coletivo em que se pressupõe empenho de todos e não apenas de um único elemento responsável pelo encaminhamento dos trabalhos do dia, para que as ações sejam operacionalizadas, a cada semestre um grupo de discentes do programa de mestrado se dispõe a tomar frente nas atividades a serem conduzidas durante o período, assim como mobilizar o envolvimento de pessoas da comunidade junto ao grupo.

A movimentação das pessoas que estão em posição de liderança em um determinado período decorre da necessidade de se pensar na sucessão dos integrantes, assim como favorecer novas perspectivas e frentes de trabalho, o que torna o processo um valioso instrumento de aprendizagem para seus integrantes. Outro aspecto que merece ser tratado aqui, ainda que de modo superficial, se refere aos precursores ao evento propriamente dito.

O SIEL é realizado com base nas seguintes etapas sequenciais: organização, divulgação, apresentação e registro.

Na primeira etapa, da organização, o grupo de coordenadores estrutura cada encontro, preparando o material para a etapa seguinte. Antecede os seminários, reuniões periódicas, com duração de uma a duas horas, necessárias para definições quanto ao formato a ser seguido assim como a confecção de uma pauta capaz de contemplar não apenas as ações a serem executadas, mas também um espaço para se pensar em assuntos que tragam contribuições para mestrandos, candidatos ao processo de mestrado, alunos de graduação, docentes do curso e demais interessados no trabalho. Comumente são pré-definidas leituras sobre determinado assunto. Tais leituras são pautadas em temáticas de interesse dos participantes, independentemente de suas posições frente à tarefa de disseminar o conhecimento. Assim que o tema é definido, uma pessoa se responsabiliza em identificar o material de referência e enviar aos demais integrantes para o aprofundamento necessário. Cabe acrescentar que reunião é sistematicamente registrada para que possa ser revisitada em momento posterior e reavaliada.

A partir de um trabalho frente ao tema, o passo seguinte é operacionalizar o conhecimento através do método dos seminários. A preparação de um seminário é um momento importante, segundo Cervo, Bevia e Silva (2007, p. 64), visto que condiciona seus resultados.

Após a elaboração de cada encontro e com as informações necessárias sobre o evento, dá-se início a segunda etapa: a divulgação para o público alvo, por meio de uma seleção de meios de comunicação e canais estratégicos. Nessa etapa, os coordenadores repassam o material de divulgação para todos os integrantes do SIEL, entram em contato com a assessoria de imprensa da Universidade e divulgam por meio das mídias sociais e eletrônicas todas as informações referente ao seminário.

A terceira etapa é a apresentação. Ao se efetivar o seminário, durante a reunião, a pessoa responsável pelo tema do encontro é orientada a introduzir o assunto e conduzir a discussão. Neste processo, observa-se que cada integrante, oriundo de diferentes áreas de formação, procura trazer contribuições significativas sendo estimulado ao exercício de trabalhar com diferentes perspectivas, dentre as quais seja possível conceber outras áreas e formas de pensar, de cunho científico ou não. O formato aplicado mostra corroborar as ideias de Severino (2000), cuja proposta de seminário não se reduz a uma aula expositiva, em que um colega apresenta e o professor comenta.

A quarta e última etapa consiste no registro de cada encontro, cujo intuito é relatar todos os tópicos abordados durante o encontro, sendo esse um documento para consulta a posteriori e um instrumento de reflexão sobre o andamento do seminário.

De fato, o SIEL é um círculo de debates no qual é exigido que todos os participantes estudem o texto com o rigor devido. Entendemos ser a participação ativa dos atores envolvidos fundamental para a construção de novos elementos na própria condução de novos seminários. Perante a ideia de se pensar, repensar e reconstruir a interdisciplinaridade busca-se em parceria com diferentes saberes, formas de superação quanto a um modelo de sociedade que favorece um conhecimento fragmentado.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Boaventura Santos, o conhecimento produzido pelas ciências modernas tende a ser um conhecimento fragmentado em disciplinas. Ele, “segrega uma organização do saber orientada para policiar as fronteiras entre as disciplinas e reprimir os que as quiserem transpor” (SANTOS, 2008, p. 74). Ainda citando o autor, destaca-se que esse modelo de racionalidade das ciências modernas, surgiu a partir do século XVI, sendo influenciado pela revolução científica, consolidando-se em um discurso potencializador e hegemônico a partir do século XIX.

Corroborar para esta mesma concepção, Tonet (2013), cuja visão de um saber fragmentado é um saber de um mundo fragmentado, evidenciando que um saber fragmentado é funcional à manutenção dos interesses da classe burguesa. Como forma de transpor fronteiras, afirma que a produção de um saber totalizante e a luta pela construção de um mundo unitário e emancipado capaz de eliminar a fragmentação do saber é preciso. Sendo necessário, portanto, passar pela superação da perspectiva da cientificidade moderna, onde o sujeito detém a centralidade, e pela apropriação da perspectiva metodológica, objetivando-se a emancipação humana.

Na busca da integração de saberes, observa-se que muitas discussões no campo da interdisciplinaridade são feitas. É possível verificar em Japiassu (1976, p.74) a compreensão quanto à interdisciplinaridade como um domínio vasto e complexo, que se refere à interação de disciplinas. Nesse sentido, o princípio da interdisciplinaridade se caracteriza “pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um projeto específico de pesquisa”.

A interdisciplinaridade é integrante de uma família de quatro elementos que visam romper a disciplinaridade: pluridisciplinaridade, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Assim, independente do que cada um desses termos querem dizer individualmente, o que se pode verificar é que todas as suas definições são uma tentativa de romper um modelo.

Disciplinas que se pretendem juntar: multi, pluri, a ideia é a mesma: juntar muitas, pô-las ao lado uma das outras. Ou então articular, pô-las inter, em inter-relação, estabelecer entre elas uma ação recíproca. O sufixo trans supõe um ir além, uma ultrapassagem daquilo que é próprio da disciplina (POMBO, 2005, p.5).

Nicolescu (1999) define que a pesquisa disciplinar diz respeito a um único e mesmo nível de realidade ou fragmentos. Já na pesquisa pluridisciplinar um objeto de uma disciplina é estudado por várias outras disciplinas ao mesmo tempo. Na pesquisa interdisciplinar, há uma transferência de métodos de uma disciplina para outra. Esse tipo de pesquisa ultrapassa as disciplinas, mas ainda permanece inscrita na pesquisa disciplinar. Por fim, a pesquisa transdisciplinar indica aquilo que está entre, através e além das disciplinas.

DÁmbrósio (2007) utiliza a metáfora dos pássaros para discorrer sobre pluridisciplinaridade, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Para o autor, as gaiolas representam as disciplinas e várias gaiolas juntas seriam então a pluri/multidisciplinaridade. Na interdisciplinaridade as gaiolas permaneceriam abertas, permitindo que os pássaros pudessem voar de uma gaiola para outra. Por fim, na transdisciplinaridade, como uma maneira de superar o modelo disciplinar não haveria gaiolas e os pássaros poderiam voar livremente.

Para Leis (2005) a interdisciplinaridade tornou-se a condição fundamental para o ensino e a pesquisa na sociedade contemporânea. Porém o autor adverte para a necessidade de observar os excessos que o termo interdisciplinaridade tem concebido no campo científico, o que tem gerado a sua banalização. O todo não é a soma de todas as partes e, nesse sentido, a soma das especializações não garante uma abordagem multidimensional. Neste âmbito retrata-se Minayo (1994) ao declarar que a interdisciplinaridade tem se tornado uma panaceia epistemológica, sendo esta invocada para curar os males da ciência moderna e evidenciando a incapacidade de ultrapassar discursos e perspectivas teóricas.

Como compreender a interdisciplinaridade? Tonet (2013) faz questionamentos quanto à interdisciplinaridade, não tentando criticá-la, mas sim o mundo que a produz e que necessita de uma forma de produção do saber, considerando que antes de propor qualquer fórmula de superação da fragmentação do saber é preciso explicar esse fenômeno e não aceitá-lo.

Sob esta mesma concepção cita-se Olga Pombo e alguns apontamentos realizados em uma conferência apresentada no Congresso Luso-Brasileiro sobre Epistemologia e Interdisciplinaridade, realizado em Porto Alegre no ano de 2004, cuja publicação se deu em 2005. Ela traz em seu discurso não saber como se faz a interdisciplinaridade e acrescenta que talvez ninguém saiba, acrescentando que além de não saber como se faz, também não sabe o que é a interdisciplinaridade. Nota-se que o discurso proferido pela autora de referência na área aconteceu em 2004 e uma década depois ainda se faz o mesmo questionamento, dada a complexidade e importância quanto ao assunto na episteme moderna.

Pombo (2005) faz um esforço explicativo no intuito de discutir e compreender alguma coisa daquilo que se pensa sobre a interdisciplinaridade e inicialmente abarca sobre o uso que se faz quanto a palavra interdisciplinaridade arremetendo à incapacidade que o ser humano tem em ultrapassar os próprios princípios discursivos, as perspectivas teóricas e os modos de funcionamento em que são treinados, formados e educados, daí a necessidade de se buscar a emancipação humana evidenciada por Tonet (2013).

A autora sugere a possibilidade quando ao abandono da palavra interdisciplinaridade e suas congêneres a fim de se procurar uma alternativa, contudo aborda que o mais importante não se refere tanto à questão nominal, mas sim compreender o que se deixa pensar a respeito desta palavra dentre outras que incitam o mesmo teor, tais como pluridisciplinaridade, multidisciplinaridade, transdisciplinaridade o que ela denomina como a resistência à especialização, na adoção da metodologia analítica proposta por Galileu e Descartes, na ideia subjacente de que o todo é igual à soma das partes.

Para Pombo (2004), só há interdisciplinaridade se o ser humano é capaz de partilhar o restrito domínio do saber que se tem e se, existe a coragem necessária para abandonar o conforto da linguagem técnica para se aventurar num domínio que é de todos e de que ninguém é proprietário exclusivo, encerrando ser necessário de fato “caminharmos juntos”.

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Por se tratar de modificações intangíveis e imensuráveis, pôde-se perceber que os resultados alcançados situam-se no campo qualitativo, sendo este evidenciado progressivamente ao longo do processo de produção científica. É notório o quanto as discussões tem aguçado o senso crítico dos participantes, ampliado o repertório de respostas positivas frente à interdisciplinaridade, além de motivar e prestigiar um espaço de construção coletiva.

Dentre as inquietações e reflexões propostas, as atividades do SIEL têm aprofundado questões relacionadas à saúde, à educação e ao trabalho em suas múltiplas dimensões, gerando estudos e estratégias que possam contribuir com a formação dos pesquisadores, profissionais e alunos que deste participam e, igualmente, projetos em parcerias com instituições que desenvolvem ações na cidade onde está localizada a FCA. Quanto aos debates e reflexões propostos, além da temática interdisciplinaridade são abordadas questões sobre moradores de rua e sua condição social, saúde mental, profissionais de saúde, trabalho infantil, assuntos emergentes sobre a complexidade do homem e da sociedade contemporânea, além das relações de trabalho e trabalhador.

Nesse sentido, o SIEL, tem estimulado o debate e a reflexão interdisciplinar, promovendo um intercâmbio de informações entre os participantes e fomentando as pesquisas em desenvolvimento pelo LAPSIC e ERGOLAB, além de aprimorar e fortalecer parcerias e o envolvimento com a comunidade.

Um subproduto do SIEL é produção de artigos científicos de cunho interdisciplinar para apresentação em eventos científicos. Em 2015, participantes do SIEL, a partir das discussões de um seminário sobre metodologia de pesquisa interdisciplinar, elaboraram um estudo sobre o uso do método história de vida em pesquisa com a população de rua, refletindo sobre novas perspectivas de metodologias para a formulação e desenvolvimento de políticas públicas relacionadas a essa população. Em 2016, outro artigo sobre o trabalho em saúde numa perspectiva multidimensional, também foi produzido após um seminário cujo tema era “potencialização da saúde do trabalhador”, e apresentado por integrantes do SIEL em evento científico. Tais produções científicas surgem como o resultado de um esforço coletivo, que visa sobretudo, privilegiar o campo interdisciplinar para a produção do diálogo entre as diversas disciplinas.

Verifica-se também, que o seminário tem estimulado e desenvolvido a cooperação, a socialização e a interação entre participantes com formação disciplinar distintas, criando um espaço potencializador para a exposição de ideias, respeito às diferenças e diversidade disciplinar, demandando deste modo, competências essenciais às ações coletivas.

Em nossa compreensão, as experiências vivenciadas entre os laboratórios externalizadas por meio dos seminários, valorizam um processo educativo que tem como objetivo transformações sociais, econômicas, políticas, ecológicas e humanas. Esperamos que as propostas desenvolvidas perpassem a esfera acadêmica e seja capaz de trazer contribuições significativas junto à comunidade local. Além disso, a prática vivida tem proporcionado momentos únicos de reflexão, avaliação, desconstrução-reconstrução-construção de pensamentos e conhecimentos, necessários à experiência do cotidiano e essencial na formação dos pesquisadores envolvidos.

Os resultados dessas vivências de iniciação ao ensino, pesquisa e extensão, têm contribuído de modo impar aos envolvidos no processo, ainda que cientes da necessidade de revisões necessárias junto ao trabalho até então explorado. De todo modo, o método do seminário vem se mostrando uma prática eficaz da disseminação do conhecimento, além de estimular o trabalho coletivo a partir dos conteúdos temáticos explorados pelos laboratórios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método de seminário demonstrou-se uma estratégia eficiente para estimular o diálogo interdisciplinar, dinamizando o processo de ampliação do repertório da aquisição de trocas e de produção do conhecimento. A abordagem de temas diversificados em cada encontro, propositalmente elaborada, tem contemplado um amplo debate acerca de questões sociais, aprofundando discussões sobre temas contemporâneos.

As atividades fomentadas no SIEL prosseguem na busca de um trabalho que venha ao encontro da interdisciplinaridade e, neste sentido, caracteriza-se como um espaço em que as discussões interdisciplinares sejam possíveis. Configura-se por meio do encontro entre diferentes saberes vislumbrando a construção de novos caminhos, através de

pessoas que se dispõem ao desafiante exercício de uma escuta ativa e qualificada na busca de outros possíveis. Evidencia-se que a prática interdisciplinar se apresenta como uma das possibilidades de conceber no espaço universitário o fortalecimento de relações. Tal como expõe Pombo (2004) “Mas, se a universidade não é apenas uma escola [...], ela tem que preparar [o aluno] para a interdisciplinaridade. Ela tem que perceber as transformações epistemológicas em curso e, de alguma maneira, ir ao seu encontro”. É na busca deste encontro que se trata o SIEL.

Neste trabalho buscou-se sintetizar uma experiência de cunho acadêmico interdisciplinar proporcionada junto ao Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas, no campus de Limeira, durante o primeiro e segundo semestre de 2016. Como mérito, além de estimular a melhoria intelectual dos acadêmicos, também foi possível a inserção da comunidade local em um espaço aberta à troca de conhecimentos e, ainda que seja incipiente e exista a necessidade de revisões e melhorias, tais vivências possuem a potência de um movimento na expansão de novas aprendizagens e conhecimentos sem precedentes para os integrantes dos laboratórios ERGOLAB e LAPSIC.

## REFERÊNCIAS

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

D'AMBROSIO, U. **Educação para compartilhar desenvolvimento e sustentabilidade**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Editora UFPR, n. 15, p. 11-20, jan./jun. 2007.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

LEIS, H.R. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Santa Catarina, n.73, ago. 2005. Disponível em: <ppgich.ufsc.br/files/2009/12/TextoCaderno73.pdf>. Acesso em: 26 out. 2016.

MINAYO, M.C.S. Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia? **Saúde soc.**, São Paulo, v.3, n.2, p. 42-63, 1994.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, 128 p.

NICOLESCU, B. **Um novo tipo de conhecimento: transdisciplinaridade**. In. 1º Encontro Catalisador do CETRANS - Escola do Futuro - USP, Itatiba, São Paulo - Brasil: abr. 1999.

POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em Revista**, v.1, n.1, p.3-15, 2005. Disponível em: <http://www.ibict.br/liinc>. Acesso em: 26 out. 2016.

SANTOS, B. V. **Um discurso sobre as ciências**. 5ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortês, 2000.

TONET, I. Interdisciplinaridade, formação humana e emancipação humana. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.116, p. 725-742, dez. 2013. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ssoc/n116/08.pdf>. Acesso em: 26 out. 2016.

VEIGA, I.P.A. O seminário como técnica de ensino socializado. In: VEIGA, I.P.A. (org). **Técnicas de ensino: por que não?** Campinas: Papyrus, 1991. p.103-113.



## FORMAÇÃO DE PREÇOS EM ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: EM BUSCA DA COMPREENSÃO POLÍTICA SOBRE VALOR DO TRABALHO

**LIMA, J. R. O.**

*Professor do Curso de Ciências Econômicas e  
Coordenador do Programa de Extensão e Pesquisa  
Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da  
Universidade Estadual de Feira de Santana/Bahia/Brasil  
joseraimundouefs@hotmail.com*

**SILVA, J.de F.**

*Graduanda em Ciências Econômicas, bolsista de Iniciação Científica FAPESB e  
membro da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da  
Universidade Estadual de Feira de Santana/Bahia/Brasil  
julysofia.freitas@gmail.com*

**SILVA, S.S.**

*Graduanda em Ciências Econômicas, bolsista de Iniciação Científica CNPq e  
membro da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da  
Universidade Estadual de Feira de Santana/Bahia/Brasil  
sarah.silva58@hotmail.com*

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar a pesquisa sobre formação de preços com um dos grupos que se dedica à produção e comercialização de alimentos em uma das cantinas da UEFS, em processo de incubação. Discute-se, o processo de formação de preços numa dinâmica de processo formativo próprios ao contexto de incubação desenvolvido na IEPS/UEFS. Transforma-se a discussão teórica da formação de preços, de uma economia para outra, a partir da forma como se pratica a política de preços: valorizando o trabalho como elemento central para o desenvolvimento local na comunidade. Como resultado, observou-se que a abordagem própria da economia popular e solidária faz-se articuladora de ações contra-hegemônicas para a defesa política de formas produtivas, produtos, conhecimentos e tecnologias locais que possibilitam o empoderamento e a superação, através do trabalho associado, da vulnerabilidade em que se encontra a grande massa de trabalhadores e trabalhadoras.

**Palavras Chave:** Formação de Preço – Desenvolvimento Local – Economia Popular e Solidária – Custo de Produção.

### ABSTRACT

The purpose of this paper is to present the research on price formation with one of the groups that is dedicated to the production and commercialization of food in one of the canteens of UEFS, with which takes place an incubation process. It is under discussion the process of price formation developed under the dynamic of a training process specific to the incubation context developed by the IEPS-UEFS. The theoretical discussion of price formation, from one economy to another, is transformed from the way price policy is practiced: valuing work as a central element for local development in the community. As a result, it was observed that this approach of the solidarity and popular economy articulates counter-hegemonic actions for the political defense of productive forms, products, knowledge and local technologies that enable empowerment and overcoming, through associated work, of the vulnerability of the large mass of workers.

**Key - words:** Price Formation - Local Development - Popular and Solidarity Economy - Production Cost.

## INTRODUÇÃO

As formulações em torno da Economia Popular e Solidária e seus elementos característicos como a autogestão, cooperação, solidariedade, sistema de preços justos e todo o seu processo econômico-político-organizativo, conduzem a uma nova concepção socioeconômica da produção e exigem que se pensem relações de formação, trabalho, mercado e, principalmente, redes socioprodutivas fora do sistema tradicional capitalista, numa dimensão política formativa.

Essa economia se contrapõe ao modo de produção capitalista, que é notoriamente excludente para o trabalhador, na medida em que seu objetivo é alcançar sempre o maior lucro possível. Na atual fase de acumulação flexível do capitalismo, a formação e acesso ao mercado são obrigações individuais de cada sujeito, conforme apregoa o discurso do empreendedorismo, não cabendo mais ao Estado propor políticas públicas de educação e emprego. Desconsidera-se a importância do valor trabalho na produção de tudo o que é necessário à sobrevivência humana, o que resulta no uso da tecnologia para a escravização da classe trabalhadora, e não, como seria de se esperar, a seu favor.

A gestão de todo o processo produtivo é realizada de modo a dissimular os custos de produção – e, portanto, o valor social do trabalho. O processo político-pedagógico de discussão e compreensão do valor trabalho, contido no debate sobre a formação de preços e preço justo – oportuniza que outras relações sociais, mais solidárias, se associem buscando novas formas de (auto) gestão que lhes possibilite o conhecimento dos processos produtivos a partir dos custos de produção e, conseqüentemente, do valor e relevância do trabalho na produção integral.

Na economia popular e solidária são vários os exemplos de alternativas viáveis que permitem ao trabalhador inserir-se em redes e no mundo do trabalho, por meio de iniciativas de geração de trabalho e renda de forma autônoma, promovendo relações sociais mais justas, como os grupos socioprodutivos que se constituem enquanto espaços de exercício de cidadania, pois se enxergam como donos dos meios de produção e os assumem pelo processo de autogestão.

As empresas/empreendimentos<sup>1</sup> de Economia Solidária são organizações econômicas que têm por finalidade constituírem-se como alternativa à organização social e econômica tradicional, na medida em que visam a melhoria de vida de seus sócios. Como são empresas autogestionárias, onde todos os sócios são trabalhadores e participam da gestão do empreendimento, estamos falando de uma organização que deve prover a todos sem explorar o trabalho de seus membros, dividindo os resultados desse trabalho de forma justa. (ANTEAG, 2º VOL, p.26, 2005).

Para Lima (2016) essa é uma característica política e organizativa da economia popular e solidária que deve ser pensada nunca de forma isolada, numa única unidade socioprodutiva, mas, de maneira total, na perspectiva do desenvolvimento local envolvendo sempre iniciativas congêneres em redes.

1 Pontua-se, desde já, que se opta, no entanto, por evitar o uso da palavra empreendimento, pela sua relação semântica com o contexto da organização capital-trabalho nos moldes capitalistas, contraditório, em tese, a nosso ver, com Economia Popular Solidária. Tenta-se, assim, desde já, obviar resistência ao “discurso empreendedor”, e sua tendência a esconder relações de trabalho subordinadas ou a compactuar com um discurso naturalizador da exclusão social.

No âmbito dessa economia o programa Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária de UEFS (IEPS/UEFS) desenvolve ações de incubação, com um processo de formação política/pedagógica interdisciplinar, e nesse processo todas as ações e instrumentos são elaborados e estudados de forma democrática numa dinâmica que favorece o aprendizado de todos, conforme discute Brandão (1995), bem como uma interação das diversas formas de saberes e o conhecimento dito científico, oportunizado pela pesquisa e extensão,

No processo de incubação, a IEPS/UEFS subordina-se aos fundamentos da Economia Popular e Solidária, visando à integração solidária dos sujeitos, tendo como valor principal o trabalho-educação. Adotam-se metodologias variadas, com atenção às singularidades dos grupos, considerando o grau de escolaridade de seus membros, organicidade, peculiaridades culturais, localização, consciência sobre o grau e formas de consumo, entre outras. Atividades continuadas [...] objetivam, ainda, promover a articulação dos grupos incubados em redes socioeconômicas de produção, comercialização e consumo, impulsionando outra forma de desenvolvimento que suplante a competitividade, utilitarismo, consumo predatório e o individualismo que caracterizam a economia capitalista.. (PITA, LIMA & LIMA, 2015).

Esse processo de produção ou articulação dos conhecimentos permite uma práxis da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011) que possibilita conhecer e compreender a realidade dos grupos que passam pelo processo de incubação e envolver-se no processo formativo, respeitando as singularidades de cada grupo ou cada sujeito envolvido.

Dentre as ações da IEPS-UEFS acontece o projeto que articula uma rede de trabalho coletivo e produção solidária (MANCE, 2002), sendo participantes os grupos dos projetos “Cantina Solidária” I e III, “Plantas Ornamentais” e “Projeto Rede Recostura”, visando-se ao fortalecimento das iniciativas, e para, além disso, garantindo à comunidade universitária e também à comunidade externa, especialmente de onde os grupos têm origem, discussões e conhecimento sobre a possibilidade do consumo consciente, conforme discute Singer (2002). Saliente-se que, no caso dos Projetos Cantina Solidária I e II, os grupos ocupam espaços de cantinas do campus central para realizar suas atividades socioprodutivas. É no bojo desta experiência, desenvolvida a partir da metodologia da pesquisa participante, que as discussões apresentadas especificamente neste trabalho se desenvolveram.

A partir de tais considerações, a economia popular e solidária exige uma abordagem própria para a formação de preços, destacando nesse caso a relação trabalho-educação como elemento político de empoderamento do trabalhador. O objetivo deste trabalho é apresentar pesquisa sobre a formação de preços nesse contexto, desenvolvida mais em particular com um dos grupos que se dedica à produção e comercialização de alimentos em uma das cantinas da UEFS, cujo processo de incubação corresponde ao Projeto Cantina Solidária III. Discute-se, assim, o processo de formação de preços numa dinâmica e processo formativo próprios ao contexto de incubação desenvolvido na prática da IEPS/UEFS.

## 1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PREÇOS JUNTO AO GRUPO “SABORES DO QUILOMBO”

O grupo “Sabores do Quilombo”, formado por trabalhadoras da comunidade quilombola da Lagoa Grande, localizada no distrito de Maria Quitéria, do município de Feira de Santana – Bahia, ocupa o espaço da cantina do módulo I da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Estando em curso o processo de incubação, durante o qual o grupo produz e comercializa alimentos, verificou-se a necessidade de atualização dos preços praticados na cantina. Realizamos, neste sentido, algumas atividades sobre a formação dos preços, complexificando-se as discussões para que também incluíssem a perspectiva do preço justo dos produtos locais a serem vendidos. Pontuava-se a prioridade na valorização dos produtos locais, que marcam a identidade, além de compor fatores que influenciam a demanda e possibilitam o desenvolvimento local, conforme afirma Lima (2016).

Nesta situação, a teoria microeconômica, uma das bases de abordagem da economia convencional, lida com o seguimento de custo de produção, que visa a articular receita (quantidade vendida a um dado preço) e custo (quantidade gasta na compra de insumo para viabilizar a produção), formas para maximizar os lucros. Com o custo de produção composto pelo custo fixo, que não depende do nível de produção, somado ao custo variável que depende do nível de produção, considera-se dentro da sua função a quantidade produzida, mão de obra (trabalho concreto e abstrato) e capital (equipamentos) e assim forma-se o preço dos produtos comercializáveis.

Esse tipo de abordagem “explica muito, mais pouco se entende”, já que privilegia uma compreensão dos custos orientada na lógica de garantir o maior lucro possível, sem que seja levado em consideração mais nenhum fator ou princípio. Em geral é feita por especialistas cuja “técnica” e vocabulário não permitem o envolvimento dos trabalhadores nas discussões de apropriação dos fatores de produção (capital e trabalho) de forma democrática, de maneira que o conhecimento sobre o custo total, cuja compreensão é indispensável para formar uma ideia de preço mais clara a todos, dificilmente insere-se numa dinâmica de processo educativo, no sentido adotado por Freire (1987), dificultando os fins a que se destina uma economia educativa e democratizante. Portanto, apenas o aporte dessa teoria serve muito pouco ao propósito da compreensão política-pedagógica dessa proposta.

No modo de produção capitalista não existe a possibilidade de preço justo. No processo educativo de trabalho da economia popular e solidária, diversamente, vê-se a estreita relação entre a quantidade que a iniciativa produz e os custos dessa produção, para justificar o preço a ser cobrado no mercado local ou rede e, daí, passa-se a entender a proposta de preço justo, categoria utilizada como recurso didático para que as trabalhadoras o compreendessem de forma clara, ainda que o preço final calculado seja maior ou menor do que o comumente praticado em sua volta (LIMA, 2011a).

A “mão-de-obra” é um componente variável fortemente influente no preço na economia capitalista, com efeito, seus custos são tidos como “altos ou excessivos” na dinâmica da produção, em função de sua remuneração ser pagar por um “salário” anteriormente definido. Como esse valor é pré-determinado, deve ser explorado de forma a maximizar os lucros, não se levando em consideração a quantidade que o trabalhador produz, de modo a desvelar a cortina de fumaça sobre sua exploração.

Sendo assim, quanto menos o trabalhador conhecer o processo formativo dos preços, melhor para o capital em sua missão de extração máxima de mais valia (trabalho não pago).

Dentro da perspectiva da economia popular e solidária, compreende-se a “mão-de-obra” como força de trabalho de pessoas que não estão ligadas diretamente apenas ao processo de produção, mas que também, e principalmente, são as responsáveis pela organização e execução de todas as atividades, incluindo aí a “gestão”. Neste universo específico o preço justo deve considerar o valor produzido pelos trabalhadores diretos e indiretos, ou seja, os que produzem e os que fornecem os insumos. Os trabalhadores então, conscientes enquanto classe, sobre a importância de seu trabalho no processo de valorização do valor, compreendem o “fluxo principal” de uma economia política, transformando esse conhecimento em luta e ação política.

Nessa esteira, Singer (2008), considera o preço justo a divisão igualitária relativa dos ganhos e a soma dos custos das horas trabalhadas com os produtos finais envolvendo as horas dadas pelos trabalhadores nos produtos intermediários. Obviamente, não é tão simples assim uma elaboração teórica fluida de compreensão, mas sua construção se dá no processo de trabalho coletivo e deve ser a base da compreensão para o trabalho organizativo e político dessa outra economia (LIMA, 2016).

Deste modo, a compreensão da formação de preço justo com o grupo de produção “Sabores do Quilombo” considera alguns aspectos que estão equiparados à base analítica da teoria microeconômica, no contexto de uma racionalidade quantitativa, porém dela se distinguindo ao considerar os princípios da economia popular e solidária. Um desses princípios é o comércio justo, que além de valorizar o trabalho de cada pessoa envolvida no processo produtivo, prioriza os insumos que vêm da própria localidade, num nítido esforço de incluir no preço de venda dos produtos uma lógica que consubstancia um preço justo para o grupo e para a comunidade envolvida.

Nesta perspectiva temos como objetivo no processo político de incubação transformar essa discussão teórica da formação de preços, de uma economia para outra, a partir da forma como se pratica a política de preços: valorizando, especialmente, o trabalho como elemento central para o desenvolvimento local.

Os quadros 1, 2, 3 e 4, a seguir, foram construídos coletivamente através de atividades formativas sobre quatro produtos produzidos e comercializados pelo grupo Sabores do Quilombo durante processo de incubação. Os produtos foram escolhidos a partir do acompanhamento das vendas do grupo, identificando-se os de maior saída e mais presentes na comunidade.

## **2 UMA ANÁLISE PONTUAL DO CUSTO DE PRODUÇÃO DOS PRATOS MAIS VENDIDOS PELO GRUPO SABORES DO QUILOMBO**

Iniciou-se com a análise do custo de produção do acarajé, produto regional e intensamente representativo da cultura local, inclusive com elementos de valorização da cultura afro-brasileira.

A escolha do produto que inaugurou a análise coletiva do custo de produção deveu-se ainda, a um dissenso no grupo quanto à viabilidade da comercialização do acarajé pelo grupo.

**Quadro 1.** Custo de produção do acarajé (Camarão Água Doce)

CUSTOS INDIRETOS (VARIÁVEIS)							
CARURÚ		VATAPÁ		MASSA		RECHEIO	
PRODUTO	VALOR	VALOR	PRODUTO	VALOR	PRODUTO	VALOR	TRABALHO
FARINHA	R\$ 0,01	R\$ 0,01	FEIJÃO	R\$ 0,20	TOMATE	R\$ 0,06	R\$ 0,12
CAMARÃO	R\$ 0,09	R\$ 0,09	CEBOLA	R\$ 0,40		R\$ 0,18	
					CAMARÃO		
CASTANHA	R\$ 0,03	R\$ 0,03		R\$ 0,03			
			GENGIBRE				
AMENDOIM	R\$ 0,02	R\$ 0,02	AZEITE				
			DE DENDÊ		R\$0,22		
LEITE DE COCO	R\$ 0,22	R\$ 0,22					
CEBOLA	R\$ 0,40	R\$ 0,40					
COENTRO	R\$ 0,07	R\$ 0,07					
SAL	R\$ 0,01	R\$ 0,01					
ALHO	R\$ 0,01	R\$ 0,01					
TOMATE	R\$ 0,06	R\$ 0,06					
PIMENTÃO	R\$ 0,05	R\$ 0,05					
QUIABO	R\$ 0,04						
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1,01</b>	<b>R\$ 0,97</b>		<b>R\$ 0,85</b>		<b>R\$0,24</b>	<b>R\$0,12</b>
<b>TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS (VARIÁVEIS)</b>							<b>R\$ 3,19</b>
CUSTOS DIRETOS (FIXOS)							
PRODUTO	VALOR						
GÁS	R\$ 0,03						
ENERGIA	R\$0,03						
DEPRECIÇÃO	R\$0,017						
<b>TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS</b>							
		<b>R\$0,077</b>					
<b>TOTAL GERAL</b>							<b>R\$ 3,26</b>

Fonte: Documentos produzidos pelos autores no processo de incubação, julho/2016.

O acarajé é um produto que traz em seu bojo não apenas a referência de uma alimentação regionalizada, mas, sobretudo, carrega a história e luta do povo africano escravizado – o alimento que era oferecido, nos ritos do candomblé, à orixá Iansã. Diante da privação/restrrição material de alimentos por conta da condição de escravizados, esse alimento se populariza como alternativa de sobrevivência, marcando a culinária baiana até os dias atuais. A receita é ensinada de maneira oral de uma pessoa para outra.

No quadro acima se verifica um custo de produção acima do preço praticado, em geral, pelo mercado baiano. Pressupõe-se que a aquisição dos insumos descritos na forma industrializada, em grande escala, acaba reduzindo o custo médio por unidades produzidas. O produto final deve então sofrer variações de preço, que via de regra apontam a inviabilidade do negócio (no caso, produção artesanal do acarajé). Entretanto, o material é produzido na comunidade, todos ganham com a produção dos insumos, além do fato de o acarajé ser transformado em “carro-chefe” de atração de público, favorecendo a comercialização dos demais produtos.

**Quadro 2. Custo de produção do acarajé (Camarão Água Salgada)**

CUSTOS INDIRETOS (VARIÁVEIS)							
CARURÚ		VATAPÁ		MASSA		RECHEIO	
PRODUTO	VALOR	VALOR	VALOR	PRODUTO	VALOR	PRODUTO	VALOR
FARINHA	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01	FEIJÃO	R\$ 0,20	TOMATE	R\$ 0,06
CAMARÃO	R\$ 0,13	R\$ 0,13	R\$ 0,13	CEBOLA	R\$ 0,40		R\$ 0,26
CAMARÃO							
CASTANHA	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,03				R\$ 0,03
GENGIBRE							
AMENDOIM	R\$ 0,02	R\$ 0,02	R\$ 0,02	AZEITE DE			
DENDÊ							
					R\$0,22		
LEITE DE	R\$ 0,22	R\$ 0,22	R\$ 0,22				
COCO							
CEBOLA	R\$ 0,40	R\$ 0,40	R\$ 0,40				
COENTRO	R\$ 0,07	R\$ 0,07	R\$ 0,07				
SAL	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01				
ALHO	R\$ 0,01	R\$ 0,01	R\$ 0,01				
TOMATE	R\$ 0,06	R\$ 0,06	R\$ 0,06				
PIMENTÃO	R\$ 0,05	R\$ 0,05	R\$ 0,05				
QUIABO	R\$ 0,04	R\$ 0,04	R\$ 0,04				
TOTAL	R\$ 1,05	R\$ 1,01	R\$ 1,01		R\$ 0,85		R\$0,32R\$0,12
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS (VARIÁVEIS)							R\$3,35
CUSTOS DIRETOS (FIXOS)							
PRODUTO	VALOR						
GAS	R\$ 0,03						
ENERGIA	R\$0,03						
DEPRECIÇÃO	R\$0,017						
TOTAL DOS CUSTOS	R\$0,077						
INDIRETOS							
<b>TOTAL GERAL</b>							<b>R\$ 3,42</b>

Fonte: Documentos produzidos pelos autores no processo de incubação, julho/2016.

No quadro 2 observa-se uma pequena vantagem em produzir e comercializar o acarajé utilizando, ao invés do camarão de água doce, o camarão de água salgada, demonstrando-se neste último caso uma margem melhor de resultados, além de que valoriza o trabalho dos pescadores organizados.

Outro elemento de custo a ser observado é o trabalho, que está embutido como custo direto em toda a produção, o que melhora os resultados no processo político de desalienação formativa, conforme aponta Singer,

Se cada mercadoria tivesse o seu preço determinado desta maneira – ou seja, pela soma de horas de trabalho direto (final) e indireto (intermediário) – cada agente teria uma renda estritamente igual ao número de horas de trabalho que despendeu na produção das mercadorias que vendeu. Este é um modelo relativamente simplificado de determinação de preços justos, desde que se entenda por justiça que cada trabalhador ganhe um valor em dinheiro proporcional ao tempo de trabalho gasto na produção das mercadorias que levou ao mercado para vender (2008, p. 2).

**Quadro 3.** Custo de produção do beiju

CUSTOS DIRETOS			
BEIJÚ DOIS SABORES DE FÉCULA		BEIJÚ DOIS SABORES DE GOMA FRESCA	
PRODUTO	VALOR	PRODUTO	VALOR
FÉCULA	R\$ 0,56	GOMA FRESCA	R\$ 1,00
FRANGO	R\$ 0,90	FRANGO	R\$ 0,90
QUEIJO	R\$ 0,48	QUEIJO	R\$ 0,48
MARGARINA	R\$ 0,04	MARGARINA	R\$ 0,04
TOTAL DO CUSTO DIRETO	R\$ 1,98	TOTAL DO CUSTO DIRETO	R\$ 2,42
CUSTOS INDIRETOS			
PRODUTO	VALOR	DEPRECIÇÃO	VALOR
GÁS	R\$ 0,09	CHAPA INDUSTRIAL	R\$ 0,002

Fonte: Documentos produzidos pelos autores no processo de incubação, julho/2016

Outro alimento que tem bastante saída nas cantinas da UEFS é o beiju. Massa feita tradicionalmente utilizando goma de mandioca fresca, pode ser consumido puro – como as comunidades tradicionais originárias do Brasil faziam – ou ainda podem ser acrescentados recheios. Diante da tradição de seu consumo e, na atualidade, sua difusão como alternativa mais saudável e que respeita e considera a vocação local, seu processo produtivo já despertou interesse do grande capital.

A fécula e goma fresca apresentam contradições quanto a sua lógica produtiva local e geral. A fécula é produzida industrialmente (aquisição majoritária desse insumo se dá, principalmente, do Paraná - chamamos o biju oriundo desse insumo de “Beiju do Paraná”) como subproduto base da mandioca com menor custo, deixando em desvantagem o produtor final se compararmos com a goma fresca, produzida localmente na comunidade (Beiju baiano). No caso da goma fresca, os produtores, além de plantar a mandioca, realizam todo o seu processo de manipulação até que esta esteja pronta para consumo final, mantendo-se com isso, as propriedades nutritivas desse alimento.

A produção local da região de Feira de Santana (incluída a comunidade de Lagoa Grande) tem na cadeia produtiva da mandioca a goma fresca como importante subproduto; outros subprodutos, como a farinha, a crueira e outros derivados compõem um leque de formadores de remuneração do trabalho pela comunidade.

Neste caso o beiju de goma fresca, enquanto produto de maior sofisticação e valor agregado, pode ser vendido explicitando-se para o consumidor o seu diferencial local, na medida em que representa a comunidade pela origem, localização, geografia, cultura, identidade e maior contribuição socioeconômica remunerativa na produção total local.



**Quadro 4.** Custo de produção de cuscuz com ovo e linguiça

CUSTOS DIRETOS		CUSTOS INDIRETOS	
PRODUTO	VALOR	PRODUTO	VALOR
FUBA	R\$ 0,25	GÁS	R\$ 0,09
ÁGUA	R\$ 0,019	DEPRECIACÃO	
		FOGÃO INDUSTRIAL	R\$ 0,001
JOSEFINA	R\$ 0,54		
OVO	R\$ 0,4		
SAL	R\$ 0,03		
TRABALHO	R\$ 0,3		

Fonte: Documentos produzidos pelos autores no processo de incubação, julho/2016.

Outra iguaria da culinária regional é o cuscuz, alimento a base de milho que pode ser consumido acompanhado de outros alimentos e bebidas. De fácil armazenagem, popularizou-se diante das crises derivadas das constantes secas na região semiárida nordestina (é um dos produtos mais consumidos e “praticados” pelas famílias locais). Seu custo de produção é relativamente baixo e sua produção é local.

Para mensurar o preço de produção do cuscuz com ovo e linguiça, consideramos o tempo estimado de preparo de 15 minutos, como fizemos com outros processos de acordo com suas especificidades. Para chegar aos valores acima igualamos as unidades de medida proporcionalmente. O custo do trabalho foi calculado com base no salário mínimo (isso ocorreu em todos os casos em relação ao trabalho apenas com base referencial prática para viabilizar as retiradas justas).

Deve-se considerar ainda o fato de o processo de incubação desenvolvido pela IEPS-UEFS envolver um grupo de origem quilombola e da zona rural (contexto e história particular para os fatores que influenciam a demanda local). A escolha de cada alimento contido no cardápio foi feita de maneira coletiva, levando-se em consideração: os alimentos que são consumidos diariamente na comunidade, aqueles que são produzidos na própria comunidade com naturalidade, o valor nutricional, os de não uso de defensivos químicos, o respeito ao meio ambiente e à comunidade. A comunidade, portanto, produz a maioria dos produtos que vende, refletindo suas escolhas neste trabalho a perspectiva do desenvolvimento local, por meio da valorização dos produtos locais que caracterizam a sua identidade.

A elaboração do custo de produção deve ainda levar em consideração a depreciação, já que no final da vida útil dos equipamentos a iniciativa deverá dispor do valor equivalente para substituição/reparo do maquinário. Singer salienta que não devemos confundir a depreciação com remuneração do capital:

É preciso não confundir custo de capital com depreciação. O locador da máquina não é provavelmente um outro produtor solidário, mas uma firma capitalista. Se ela cobrasse pela máquina apenas a depreciação, no fim da vida útil da mesma ela teria recebido, na forma de alugueis, uma soma que apenas lhe permitiria comprar uma máquina igual àquela que foi consumida no trabalho, ao longo de algumas dezenas de anos. A firma não teria tido qualquer lucro. Como sabemos, firmas capitalistas visam lucro, que deve ser proporcional ao valor do capital, constituído pelo valor das máquinas que loca (2008, p. 2).

Nessa esteira, compreender a estrutura do bem de capital passa pela compreensão do seu desgaste como um elemento que compõe produção local específica, mas, também compreender esse mercado específico de produção de bens de capital, situação mais complexa e tratada em escala mais avançada do processo político educativo de incubação, entretanto, pontua-se essa discussão em lugar de destaque na produção agregada, especialmente, na relação de dinâmica socioprodutivas global/local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado dito base das “liberdades produtivas” é frio, monopolista, oligopolista e não facilita a inserção da produção associada. A desigualdade é uma realidade objetiva agravada pela inexistência de políticas de redistribuição das riquezas de uma forma mais equitativa no Brasil. Na Bahia e em Feira de Santana, como se pode imaginar, não é diferente pasta observava os “convencionais” indicadores sociais. Então, a possibilidade de se trabalhar para o desenvolvimento local mostra-se complexa e de difícil reversão se conduzida pela economia convencional. A economia popular e solidária, entretanto, enquanto associada a uma compreensão de desenvolvimento voltado para a escala humana, que considera diversas dimensões, tornam-se mais preparada à promoção local, tendo em vista elementos endógenos de valor evidentes nesse estudo.

Nesse contexto, essa outra economia apresenta a necessidade de uma dinâmica própria para a formação de preços, o que se demonstrou a partir de um estudo com o grupo “Sabores do Quilombo”, discutindo-se o processo de formação de preços numa ação/reflexão em processo formativo próprio do contexto de incubação desenvolvido na IEPS/UEFS, em benefício do empoderamento individual, coletivo e comunitário.

Essa economia, mostrou-se, portanto, articuladora de ações contra-hegemônicas e desveladora da necessidade de uma abordagem própria para a formação de preços como alternativa para a agregação de valor da produção, bem como para a defesa política de formas produtivas, produtos, conhecimentos e tecnologias sociais locais que possibilitam a superação, através do trabalho associado, da vulnerabilidade em que se encontra a grande massa de trabalhadores e trabalhadoras.

## REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção primeiros passos: 203).
- BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. *Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia*, 2. v. Cidade: ANTEAG, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- IEPS-UEFS. *Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana*. Feira de Santana, Bahia, 2008.
- IEPS-UEFS. *Projeto recostura de Economia Popular e Solidária*. Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana Feira de Santana, Bahia, 2015.
- LIMA, José Raimundo Oliveira. Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. *Revista Outra Economia*. N. 18, v.10, p.3-17, 2016.
- LIMA, José Raimundo Oliveira. A Economia Popular e Solidária como Estratégia para o Desenvolvimento Local: uma análise a partir de observações realizadas na Feira Livre da Estação Nova no Município de Feira de Santana-BA. In: *Fórum e Encontro Nacional Estado, Capital, Trabalho.*, 1., 2011, São Cristóvão, SE. Anais... São Cristóvão, SE: GPECT, 2011a.v. 1. p. 1-11.
- MANCE, Euclides André. *Redes de Colaboração Solidária*. Curitiba: IFIL, 2002.
- PITA, Flávia Almeida Pita. LIMA, José Raimundo Oliveira. LIMA, Cléo Emídio dos Santos. Normatizando solidariedade: experiência de construção coletiva de regras de uma cooperativa informal de Economia Solidária. *Outra Economia*, v.. 9, n. 16, pp. 69-78, enero-junio 2015.
- SINGER, Paul. *O preço justo no comércio justo*. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/preco-justo-no-comercio-justo.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. 1 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, Paul. Uma discípula de Marx que ousava criticar Marx. In: LOUREIRO, Isabel (Org.). *Socialismo ou Barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil*. 1 ed. São Paulo, dez. 2008.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa ação*. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

## ORGANIZANDO A CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO COLETIVA E AUTOGESTIONÁRIA

**LIMA, José Raimundo Oliveira**

*Professor Adjunto do Curso de Ciências Econômicas da UEFS  
Coordenador do Programa de Extensão e Projeto de Pesquisa Incubadora de Iniciativas da  
Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana - IEPS  
zeraimundo@uefs.br*

**PITA, Flávia Almeida**

*Professora Assistente do Curso de Direito da UEFS. Integrante da IEPS  
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF  
fa-pita@uol.com.br*

**SOUZA, Genival Correa de**

*Professor Adjunto do Curso de Engenharia Civil da UEFS  
Integrante da IEPS  
gcorrea@uefs.br*

*EQUIPE-IEPS<sup>1</sup>*

*incubadora.popular.uefs@gmail.com*

### RESUMO

O objetivo do trabalho é apresentar o projeto “A Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da UEFS e a organização de uma metodologia de incubação coletiva e autogestionárias”, refletindo sobre as balizas que serviram à sua concepção e metodologia e descrevendo aspectos de sua execução. Tendo como propósito a construção e consolidação de uma metodologia de incubação coletiva e autogestionária, tem-se como diretriz o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos envolvidos nos processos de incubação e sua inserção econômica e social focada no desenvolvimento local solidário, com base na formação de redes de produção associada, e na consolidação simbólica dos princípios e práticas da economia popular e solidária, como espaço de articulação contra-hegemônica.

**Palavras-chave:** Metodologia – Incubação – Economia Popular e Solidária – Redes.

### ABSTRACT

The purpose of this paper is to present the project “The Incubator of Popular and Solidarity Economy Initiatives of UEFS and the organization of a methodology of collective and self-management incubation”, reflecting on the benchmarks that guided its conception and methodology and describing aspects of its execution. With the purpose of building and consolidating a methodology for collective and self-management incubation, the guideline is to develop the autonomy of the individuals involved in the incubation processes and their economic and social insertion focused on local and solidary development based on the formation of networks of associated production, and in the symbolic consolidation of the principles and practices of the popular and solidarity economy as a space of counter-hegemonic articulation.

**Key - words:** Methodology - Incubation - Popular and Solidary Economy - Networks.

<sup>1</sup> Integra o rol de desejos da IEPS-UEFS a concretização da produção de conhecimentos efetivamente coletiva, e o seu reconhecimento e creditação, nesta condição, pela comunidade acadêmica. Enquanto isto não é exatamente possível, enfatizamos que equipe da IEPS-UEFS é, enquanto coletivo, co-autora deste trabalho, já que as experiências relatadas e os seus resultados somente produzíveis no âmbito deste agregado de energia multidisciplinar, cognitiva, investigativa e, sobretudo, afetiva.

## INTRODUÇÃO

A Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana - IEPS-UEFS constitui-se em um programa interdisciplinar de caráter permanente, integrado por docentes, técnicos administrativos e discentes (bolsistas ou voluntários) da Universidade Estadual de Feira de Santana, com possibilidade de participação da comunidade externa. Por meio de projetos de extensão e pesquisa e outras atividades de caráter continuado junto à comunidade externa e interna, no âmbito da economia popular e solidária, constitui-se em um espaço para o diálogo junto às iniciativas solidárias e populares, estimulando a geração de trabalho e renda através de processos de incubação, com ações de transferência e apropriação de tecnologias necessárias à consolidação das iniciativas.

Nesse sentido, são mantidas, de forma continuada, atividades de interação com a comunidade externa, produtores rurais e urbanos ligados à economia popular e solidária, movimentos sociais, organizações estatais e da sociedade civil, com o objetivo de promover a articulação em redes socioeconômicas de produção, comercialização e consumo, impulsionando o desenvolvimento local solidário e possibilitando às iniciativas econômicas solidárias o acesso às tecnologias e logística que agreguem valor aos produtos/serviços, bem como melhorias nas relações socioprodutivas e humanas. Relacionando-as dialeticamente aos aspectos estritamente econômicos da organização do trabalho coletivo autogestionário, dá-se idêntica e simultânea ênfase às ações de formação político-pedagógica, na perspectiva do trabalho-educação, no sentido do contínuo desvendamento da exploração alienante, da consciência de classe e do potencial transformador da ação coletiva.

O presente texto tem por objetivo apresentar experiência recente da Incubadora, proporcionada pelo desenvolvimento, durante o ano de 2016, do projeto A Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da UEFS e a organização de uma metodologia de incubação coletiva e autogestionária (a partir daqui mencionado simplesmente como Projeto). O Projeto foi contemplado na chamada MCTI/CNPq/MTE/SENAES n. 21/2015, dirigida a "Incubadoras e Empreendimentos Econômicos Solidários<sup>2</sup>", contando com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

O Projeto teve como objetivo geral fortalecer e garantir a continuidade das ações de incubação desenvolvidas pela IEPS-UEFS, centrando-se especificamente nas seguintes ações: a) "adaptar o espaço físico da Incubadora, de modo a dotá-la de estrutura adequada para atividades formativas relacionadas aos Projeto Cantina Solidária I, Projeto Cantina Solidária II, Projeto Plantas Ornamentais e Projeto Rede Recostura"; b) dotar as cantinas dos módulos I e VII do campus central da UEFS, espaços pedagógicos do programa, da estrutura e equipamentos necessários a receber iniciativas produtivas populares que contam com a força de seu trabalho e da valorização do esforço coletivo

<sup>2</sup> Pontua-se, desde já, que se opta, no entanto, por evitar-se o uso da palavra empreendimento, pela sua relação semântica com o contexto da organização capital-trabalho nos moldes capitalistas, contraditório, em tese, a nosso ver, com Economia Popular Solidária. Tenta-se, assim, desde já, obviar resistência ao "discurso empreendedor", e sua tendência a escamotear relações de trabalho subordinadas, ou, mesmo que isto não se dê literalmente, a compactuar com um discurso naturalizador da exclusão social, que disfarça sua origem no sistema de produção de mercadorias, para transformá-la, "tanto sob o ponto de vista objetivo (econômica) quanto subjetivo (político-ideológica)", no "verdadeiro mote que garante o bom funcionamento do sistema (CASTRO; ALVIM; NUNES, 2013, p. 15).

e autogestionário mas, em razão da fragilidade econômica, veem-se desprovidas dos meios de produção”; c) “tornar possível agregar aos Projetos Cantina Solidária I e II e ao Projeto Plantas Ornamentais outras iniciativas que se integrem à rede de produção e comercialização a ser fortalecida, com ênfase em grupos de agricultura familiar da região de Feira de Santana, potenciais fornecedores de matéria-prima para as cantinas”; d) “tornar possível a editoração e publicação de coletânea de textos acadêmicos e de instrumentos relativos às atividades de incubação, já reunidos a partir das experiências desenvolvidas pela Incubadora” e) “consolidar um espaço para a articulação do tripé ensino-pesquisa-extensão, compartilhado por docentes, técnicos e discentes (graduandos e pós-graduandos, bolsistas de extensão ou iniciação científica ou voluntários), no âmbito da economia popular e solidária”; com o que, finalmente procura-se f) “fortalecer as ações institucionais com a comunidade regional e a sociedade em geral, buscando uma relação dialógica horizontal, crítica e construtiva, contribuindo para que a UEFS se consolide como um espaço de produção e socialização de conhecimento socialmente relevante” (INCUBADORA, 2015).

Com vistas à formação de rede de incubação, a IEPS-UEFS pretende, assim, arrematar os laços entre os grupos de trabalhadores(as) participantes dos processos de incubação em andamento, através de atividades em seus espaços de trabalho comunitários, em espaços de comercialização para geração de trabalho e renda dentro da Universidade, bem como nos espaço da Incubadora, cuja adequação física à proposta metodológica da educação popular (FREIRE, 2007) destaca-se entre os objetivos do Projeto.

Neste texto apresentam-se reflexões, ensejadas pelo desenvolvimento do citado Projeto, organizadas em três momentos. Em primeiro lugar, apresentam-se os pressupostos teóricos que animam e dão fundamentação as atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pela IEPS-UEFS; no segundo capítulo de desenvolvimento detalham-se as características do próprio Projeto e das iniciativas produtivas em incubação, explicitando as motivações que o conduziram; no terceiro e último ponto, discute-se o sentido e a importância que assume um espaço físico adequado para o processo de incubação, conforme a metodologia adotada.

## 1. OS PONTOS DE PARTIDA

No quadro de crise da sociedade do trabalho (ANTUNES, 2005), o discurso e as práticas da Economia Popular Solidária são por vezes apontadas como consequências dos arranjos do capital na busca de alternativas para a absorção de um volume cada vez maior de trabalhadores excedentes, para o que serve de indício o fato de que os trabalhadores e trabalhadoras deste universo frequentemente enfrentam condições precarizadas de trabalho (insegurança, baixa remuneração, falta de acesso ao sistema de seguridade social etc.).

Mesmo sendo necessárias e pertinentes as críticas a uma aproximação romântica e utópica do universo da Economia Popular e Solidária, ele igualmente vem sendo palco de experiências e discursos que buscam uma efetiva via para o nebuloso caminho “para além do capital” – apta a gerar “no seio mesmo da velha sociedade”, “as condições materiais de existência” de “novas relações de produção mais adiantadas” (MARX, 1982, p. 26) – desde que correlacionada a um projeto político de luta social, capaz de contribuir, processualmente, para o que Ricardo Antunes (2005, p. 92) chama de

“condições sociais para o florescimento de uma subjetividade autêntica e emancipada, dando um novo sentido ao trabalho”.

Sob a expressão Economia Popular e Solidária<sup>3</sup> têm-se reunido experiências que se afastam das características fundamentais do modo capitalista de produzir e trabalhar: competitividade, individualismo, hierarquização e exploração do capital sobre o trabalho. Enfim, o trabalho organizado de forma associativa ou cooperativa, em que se verifica, de regra, o condomínio dos meios de produção, a repartição igualitária do produto do trabalho, as formas democráticas e autogestionárias de organização da produção, enfatizando-se valores como solidariedade e bem-estar dos sujeitos (o que, por inferência lógica, transborda também para o “bem-estar” do ambiente natural de que participam).

Considerando tais premissas, o trabalho desenvolvido pela IEPS-UEFS tem-se como foco o trabalho em rede, no seu potencial de fortalecimento dos grupos, e a reflexão e implementação de metodologia de incubação coletiva e autogestionária, sustentada na pesquisa participante (BRANDÃO, 2007).

O coletivo é aqui referido tanto da perspectiva das relações dentro de cada grupo, quanto entre os diferentes grupos, entre participantes da própria Incubadora na sua interdisciplinaridade, entre estes e os diversos grupos. Coletivo também guarda, aqui, intensa relação com o eixo da localidade, da integração do saber produzido localmente, seja no âmbito das práticas reais da vida coletiva no trabalho associado, seja no âmbito do trabalho coletivo realizado pelos extensionistas e pesquisadores da universidade, e, finalmente, do enfrentamento dos desafios da interdisciplinaridade e da construção de uma respeitosa e produtiva relação entre o saber popular e o conhecimento científico.

Quanto à autogestão, dá-se a ela o sentido que não se basta no aspecto estritamente procedimental da tomada de decisões, mas, no dizer de Maurício Sardá de Faria, atenta para o “seu conteúdo utópico e o seu potencial anticapitalista”, sendo seu desafio “romper o isolamento e estender-se formando novas redes de intercâmbio para a produção material, colocando em causa o mercado concorrencial capitalista” (2011, pp. 279, 303). Autogestão pressupõe aqui, assim, um processo educativo para o protagonismo consciente e ativo de indivíduos autônomos, que, transpondo os limites da unidade produtiva, carrega em potência a possibilidade de uma “autoinstitucionalização de uma nova realidade social” (FARIA, 2011, p. 304), democratizada no sentido mais radical.

3 Economia Social, Alternativa, Invisível, Subalterna, Periférica, Solidária, Economia Popular Solidária: dentre as diversas denominações identificadas, adota-se a que intenta agregar às notas distintivas do que se vem denominando de Economia Solidária – “atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática” (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162) – o caráter de uma economia política dos setores populares (LIMA, 2014, p. 74). Economia Popular e Solidária, neste sentido, “[...] trata-se de uma expressão que demarca uma passagem de transição organizativa, por vezes vinda de economia popular, bem como pela representatividade epistemológica forjada na América Latina [...]. Atua, de maneira geral, desconstruindo a lógica do trabalho assalariado, sob o protagonismo popular que se manifesta em trabalhos familiares e coletivos, pela escolha por atividades autônomas ou por não se adequar ao modelo mercadológico vigente ou, ainda, por opção consciente em relação a outro modelo socioprodutivo (LIMA, 2014, p. 73). Uma boa retrospectiva sobre a gênese e utilização das diversas expressões, no Brasil e fora dele, em LECHAT (2002).

## **2. O PROJETO A INCUBADORA DE INICIATIVAS DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DA UEFS E A ORGANIZAÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO COLETIVA E AUTOGESTIONÁRIA.**

Partindo de tal pano de fundo, com o projeto “A incubadora de iniciativas de economia popular e solidária da UEFS e a organização de uma metodologia de incubação coletiva e autogestionária” pretendeu-se reconduzir e subsidiar processos de incubação em curso, garantindo condições adequadas, materiais e humanas, para a continuidade necessária ao tempo próprio do desenvolvimento endógeno (LIMA, 2016).

Foram envolvidos, no processo, dois grupos populares que atuam nos espaços de duas cantinas do campus central da UEFS, convertidas em espaços pedagógicos da Incubadora (Projeto Cantina Solidária I e Projeto Cantina Solidária II); um grupo de agricultores (as) familiares ligados ao Projeto Plantas Ornamentais; e finalmente, grupos populares urbanos de Feira de Santana que trabalham com artesanato em tecido (Projeto Rede Recostura).

O Projeto Cantina Solidária I envolve um grupo de trabalhadoras urbanas de um bairro periférico (Queimadinha) da cidade de Feira de Santana, denominado Copermasol, que já se encontra em processo de desincubação, prevendo-se sua saída do espaço da cantina da UEFS em dezembro de 2016<sup>4</sup>. Formado somente por mulheres, o grupo produz e comercializa alimentos no espaço da Universidade desde 2012.

Parece importante evidenciar que o contato entre grupos que vivenciam fases diferentes do processo de incubação demonstra-se muito rico, na medida em que proporciona a troca das experiências vivenciadas, a reflexão de cada grupo sobre suas próprias práticas à vista da referência no outro, e mesmo um espaço privilegiado para o exercício da solidariedade e a percepção de seu valor. Uma das trabalhadoras do grupo Copermasol (que, inclusive, iniciou e concluiu, durante o processo de incubação, curso superior de Logística, em uma universidade privada) participa formalmente de atividades de incubação dos demais grupos, a partir de suas próprias experiências, contando para isso com uma das bolsas previstas no Projeto financiado pelo MCTI-MTE-CNPq.

O segundo grupo, denominado Sabores do Quilombo, voltado para a produção e venda de alimentos no espaço da Universidade, constituiu-se no seio de uma comunidade quilombola (Lagoa Grande) situada em um dos distritos de Feira de Santana. Neste caso, o projeto de incubação (Projeto Cantina Solidária II) tem uma característica específica: integrar também, além dos(as) trabalhadores(as) diretamente envolvidos com o trabalho na cantina, a comunidade rural no processo produtivo, fornecendo às cantinas produtos da agricultura familiar da região, produzidos sob os princípios da agroecologia, no sentido de concretizar uma efetiva rede socioproductiva.

Percebe-se, desde o início, o fortalecimento, a viabilidade e o engajamento dos agricultores familiares participantes do projeto, que se mostram envolvidos e motivados com o processo proposto.

4 O que não significará necessariamente o fim dos laços do grupo com a IEPS-UEFS. O grupo conclui o processo de formalização jurídica e pretende participar de processos licitatórios para a ocupação de espaço de alimentação na rede pública de ensino.



Uma das atividades desenvolvidas, neste sentido, é a Feira das Iniciativas Produtivas da IEPS, que vem ocorrendo, uma vez por mês, desde junho de 2016, alternativamente nos espaços das cantinas dos módulos I e VII do campus da UEFS. Dela vêm também participando os agricultores familiares da Lagoa Grande, que neste espaço estabelecem contato com a equipe da Incubadora, com os demais grupos, com os valores e princípios da Economia Popular e Solidária e comercializam produtos agrícolas e alimentos regionais.

O terceiro grupo insere-se no Projeto Rede Recostura, que visa a compartilhar conhecimentos com diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras organizadas em rede (Rede Recostura), que produzem peças de artesanato a partir de refugos de jeans de uniformes de operários de indústrias do Polo Petroquímico de Camaçari, doados por intermédio do programa Mesa Brasil do Serviço Social do Comércio - SESC.

O Mesa Brasil é um programa do SESC voltado para segurança alimentar. Muito embora tenha entre suas ações a coleta e distribuição de alimentos doados – o que pode denunciar o caráter assistencialista da proposta – há também ações voltadas para a organização do trabalho coletivo dos que são beneficiários das doações, como é o caso da Rede Recostura. Consciente das contradições que se evidenciavam na proposta, a IEPS-UEFS aceitou o convite da unidade do SESC-Feira de Santana, tomando-a como desafio, no sentido de contribuir mais especificamente com a formação política dos grupos de artesãos(ãs), aproximando-os dos conceitos e temáticas do trabalho coletivo autogestionário, desvelando as contradições de sua inserção no mercado capitalista e contribuindo para a concretização da rede, inclusive com sua expansão em relação à rede em construção com as demais iniciativas sob incubação no âmbito da IEPS-UEFS.

Finalmente, no Projeto Plantas Ornamentais, acompanha-se um grupo de agricultores familiares de Tiquaruçu (distrito de Feira de Santana), que produzem mudas, plantas ornamentais e bonsais, estes cultivados a partir de espécies vegetais da caatinga. Além de participar das Feiras mensais, a proposta de integração do grupo prevê a troca de experiências com os grupos Copermasol e Sabores do Quilombo, por meio do cultivo de pequenas hortas de temperos nas imediações das cantinas, e a realização de oficinas sobre o cultivo de bonsais com a comunidade universitária, como espaços privilegiados de retroalimentação entre os saberes populares e acadêmicos.

São, assim, dois grupos urbanos e dois grupos rurais, o que agrega às expectativas do projeto reflexões sobre a nada fácil relação campo-cidade, suas diferentes representações e desafios, inclusive do ponto de vista da organização do trabalho coletivo.

O Projeto visa, como já exposto, a fortalecer e garantir a continuidade das ações de incubação desenvolvidas pela IEPS-UEFS, que constantemente tem suas ações ameaçadas pela ausência de políticas públicas com a perenidade necessária e pela própria crise interna à universidade pública, do que são principais vítimas a pesquisa e, sobretudo, a extensão. Apontam-se, aliás, tais rupturas como um dos maiores problemas enfrentados pelo Programa, desmotivadoras e fragilizadoras dos elos que os processos de incubação tentam fortalecer em/entre os grupos, com formação de redes e construção de bases voltadas para a compreensão do desenvolvimento local (LIMA, 2014). De todo modo, a despeito da incerteza quanto ao tempo e ao acesso a editais de pesquisa e/ou extensão – que, ademais, consideram uma cronologia muito distante do tempo das comunidades –, tem-se procurado dar ênfase ao estímulo à geração de

trabalho e renda das iniciativas da economia popular e solidária sem desconsiderar a essencialidade do lento e minucioso processo formativo político-educativo-pedagógico que visa à construção da autonomia dos sujeitos envolvidos no processo e sua inserção econômica e social, focado no desenvolvimento econômico local solidário regional em redes de produção associada (NOVAES, 2011).

Sendo impossível, neste espaço, detalhar especificamente as atividades desenvolvidas pelo Projeto desde o início de sua execução, relacionam-se entre as ações: reuniões formativas de temas específicos (como, por exemplo, formação de preço ou organização do trabalho e dos autocontroles do grupo, no caso das cantinas, ou a discussão sobre o significado espacial e cultural do semi-árido, para os grupos de artesãos(ãs) que elaboram no momento uma coleção de vestuário baseada no tema); reuniões gerais de formação política em economia popular e solidária; viagens de campo envolvendo conjuntamente todos os grupos em incubação; realização da Feira de Iniciativas Produtivas da IEPS-UEFS no campus da UEFS, com periodicidade mensal; a produção de um livro e de um vídeo sobre as atividades realizadas; participação dos grupos na Feira de Semi-árido, evento bianual e permanente da UEFS; assessoria técnica sobre temas diversos (questões ligadas ao cultivo ou identificação de espécies vegetais, boas práticas na produção de alimentos ou formalização jurídica das iniciativas, por exemplo).

Dá-se especial ênfase, entre as referidas ações, à implementação do Fórum das iniciativas produtivas que participam das ações da IEPS/UEFS, espaço político que concretiza meios para o envolvimento das iniciativas nos processos formativos, desde sua formulação (um dos temas da primeira reunião do Fórum, que acontecerá em novembro de 2016, é, por exemplo, a definição de critérios para a seleção do próximo grupo popular a ocupar o espaço de uma das cantinas, que ficará vago em janeiro de 2017), até sua execução, e nas ações políticas que visam o estímulo e a divulgação da economia popular e solidária do Município de Feira de Santana.

Por fim, é importante acentuar que a viabilidade do projeto fortaleceu-se pela processualidade da atuação da Incubadora e pelo caráter integrativo de suas ações. Evidencia-se a relevância das parcerias de outros profissionais (bolsistas ATP-A e B, outras modalidades e voluntários) que, aprofundando o viés multidisciplinar do Programa (em ordem alfabética, considerando o quadro atual, Administração, Agronomia, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Engenharia de Alimentos, Engenharia Civil, Filosofia, Pedagogia e Psicologia), favorecem a capacidade de transformação das atividades realizadas.

Rigorosamente em todos os casos, formulam-se as ações de modo dialógico, centrando-se na troca respeitosa de experiências e saberes, tendo como diretriz metodológica a extensão e pesquisa participantes (BRANDÃO, 2007).

### 3. A ESSENCIALIDADE DO ESPAÇO FÍSICO NO PROCESSO DE INCUBAÇÃO

Como se vê, as atividades do Programa IEPS-UEFS envolvem, de regra, um número considerável de docentes, discentes, técnicos e voluntários, além de integrantes das iniciativas que passam pelo processo de incubação, sendo o coletivo a marca constitutiva de sua atuação. No seu espaço acontecem oficinas, cursos de formação, reuniões semanais, rodas de conversa, além das reuniões do Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local (GEPOSDEL) inscrito no CNPq desde 2012. Em muitas destas oportunidades é necessária a presença dos grupos incubados e dos membros da Incubadora trabalhando coletivamente e de forma autogestionária.

As dimensões e a disposição física do espaço disponível à Incubadora, por isso, acabam por interferir fortemente no êxito de seus objetivos. Nesse passo, até o ano de 2015, o espaço físico precário e insuficiente com que se contava vinha se mostrando como um considerável obstáculo ao desenvolvimento das atividades do Programa.

Para enfrentar tal barreira, o Projeto previu a estruturação, adequação e organização de um novo espaço para acomodação das atividades da IEPS, de acordo com metodologia que envolve ativa e permanente participação e assume características de processo educativo de trabalho.

A dinâmica de trabalho da IEPS-UEFS, assim, destoa do modelo convencional da universidade, marcado pela sisudez dos espaços burocráticos e pela divisão espacial muito marcada entre os que “só” têm a “ensinar” e os que “só” têm a aprender – desde o uso de carteiras escolares (que intimidam, por si, os que acreditam não ter domínio da linguagem escrita, a partir do padrão imposto pela norma culta), até a disposição delas no espaço da sala, muitas vezes reservando-se um nível mais elevado para a figura do professor.

A Incubadora distingue-se, ainda, no que diz respeito aos fluxos hierárquicos e horários de trabalho típicos da universidade, já que não conta com apoio administrativo fixo nem estabelece nas relações entre seus integrantes uma hierarquia estanque para planejamento e execução de suas ações (mas, ao contrário, relações de coordenação que se alternam, a depender do tema, do espaço, das disponibilidades, entre professores, técnicos e estudantes, dispostos(as) de forma horizontal). Pretendia-se, assim, concretizar um espaço físico adequado a tal dinâmica interna e às atividades formativas relacionadas aos diversos projetos.

O novo espaço da Incubadora, instalado desde maio de 2016, compreende uma área aproximada de 135m<sup>2</sup>. Ele substituiu o antigo espaço, de aproximadamente 35m<sup>2</sup>, incapaz de acolher adequadamente os(as) participantes do Programa e suas atividades. Está dividido em dois espaços diferentes, um deles voltado para as tarefas de autogestão da própria Incubadora (mesas com computadores, arquivos, pequena biblioteca, grande mesa para reuniões) e outro destinado às atividades formativas, mais amplo, sem mobiliário fixo, de modo que a disposição das pessoas possa ser adaptada às características de cada momento formativo (podem ser usadas cadeiras e

mesas, ou esteiras para momentos mais informais onde as pessoas se sentam no chão, ou se reverter em espaço vazio, para atividades que envolvem movimento). A nova sede da Incubadora conta ainda com um pequeno almoxarifado e um espaço com uma pia, que torna possível pequenas refeições.

O que se vislumbrava – e que vem se concretizando – é que o espaço se convertesse em concreto acolhimento, convidando ao convívio e à troca de ideias entre estudantes e professores(as) de diferentes áreas. Reunindo prazer, lazer e produção de conhecimento, ressignifica-se o próprio espaço de “ciência”, em uma universidade cada vez mais carente de tempo e de lugar para uma reflexão não “burocrática”.

O espaço vem sendo utilizado, por exemplo, para aulas de violão (projeto de extensão do curso de Música da UEFS), ao mesmo tempo que eventualmente acolhe aulas pontuais da graduação ou da pós-graduação, quando os(as) professores(as) vinculados ao programa identificam afinidade entre os temas discutidos e aqueles que inserem-se nas preocupações da IEPS (algumas aulas da disciplina Economia Popular e Solidária para os cursos de Economia e Agronomia, por exemplo, ou da Turma de Direito que se desenvolve na UEFS sob a metodologia da pedagogia da alternância, em convênio com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA).

Observa-se que é de particular relevância que os conhecimentos adquiridos em sala de aula (na diversidade de disciplinas que agora coabitam esse novo espaço) sejam articulados no âmbito da interdisciplinaridade, especialmente, pela engenharia popular que pensou o espaço para convivência conjunta com outras áreas do conhecimento, com o conhecimento popular e saber local.

Ainda no que diz respeito à adequação espacial, mostrava-se fundamental dotar as cantinas dos módulos I e VII do campus central da UEFS, espaços pedagógicos do programa, com estrutura e equipamentos necessários à recepção das iniciativas produtivas populares, que contam com a força e os saberes de seu trabalho e da valorização do esforço coletivo e autogestionário, mas, em razão da fragilidade econômica, veem-se desprovidas dos meios de produção necessários para uma atividade contínua, e que tem como desafio atender as expectativas da comunidade universitária, numerosa e exigente.

As dificuldades enfrentadas pelos grupos populares para adquirir coletivamente os meios de produção para este tipo de atividade foi, desde o início, um grande obstáculo no processo seletivo dos grupos interessados em participar dos processos de incubação desenvolvidos nas cantinas. Tal obstáculo resultava, neste sentido, nas chamadas públicas realizadas, ou no afastamento de grupos cujas características de trabalho se aproximavam do espírito da Economia Popular e Solidária (que, de regra, apenas contam com a força do seu trabalho, e dificilmente conseguem adquirir os equipamentos necessários à atividade de produção de alimentos em maiores escalas), ou na atração de grupos formados em torno de figura central que detinha os meios de produção, e com características empresariais.

Nesse passo, além de pequenos reparos estruturais, foram adquiridas mesas e cadeiras, equipamentos e utensílios de cozinha, contribuindo como elemento de reforço à horizontalidade das relações estabelecidas no trabalho coletivo, favorecendo a disposição de sobras para a aquisição coletiva dos meios de produção para o período de pós-incubação do grupo e, enfim, tornando possível ao grupo, a partir de seus saberes e de sua força de trabalho, produzir os alimentos vendidos nas cantinas, estabelecer relações com a comunidade universitária, apresentar a ela seu potencial de organização, seus valores, sua cultura.

Importante referência se faz ao Escritório de Engenharia Pública (EPTEC), projeto de extensão da área de tecnologia da UEFS, que, atuando em parceria com a Incubadora, vem contribuindo com o suporte técnico para o processo de readaptação espacial do Programa. Os resultados alcançados nesta etapa estão para além da proposição da adequação do espaço, pois têm permitido o envolvimento das várias áreas com sugestões diversas pra a construção de um ambiente propício para o trabalho em rede de economia popular e solidária e desenvolvimento local.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados de todo esse processo de trabalho-educação tornaram possível a editoração e publicação de coletânea de textos acadêmicos e instrumentos produzidos para ou em torno das atividades de incubação, já reunidos a partir das experiências desenvolvidas pela Incubadora.

Entre os resultados concretos, ainda, figura um vídeo de cerca de cinco minutos, produzido coletivamente pela equipe da IEPS-UEFS, em que se apresentam os fundamentos das ações do Programa, a partir da apresentação da experiência do Projeto A Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da UEFS e a organização de uma metodologia de incubação coletiva e autogestionária.

Tais instrumentos de divulgação assumem uma grande importância política, de consolidação das bases teóricas e metodológicas do Programa, por um lado, e de divulgação dos princípios e ideais da Economia Popular e Solidária, na perspectiva mesma de contributo da construção de uma articulação contra-hegemônica.

Entende-se que o esforço da equipe da IEPS-UEFS tem sido exitoso no sentido de construção de um espaço para a articulação do tripé ensino-pesquisa-extensão, compartilhado por docentes, técnicos e discentes (graduandos e pós-graduandos, bolsistas de extensão ou iniciação científica ou voluntários), no âmbito da economia popular e solidária. Multiplicaram-se e fortaleceram-se, igualmente, as ações institucionais com a comunidade regional e a sociedade em geral, buscando uma relação dialógica horizontal, crítica e construtiva, contribuindo para que a UEFS se consolide como um espaço de produção e socialização de conhecimento socialmente relevante.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista Educação Popular*, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.
- FARIA, Maurício Sardá de. *Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital*. Florianópolis: Editoria em Debate – UFSC, 2011.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- INCUBADORA de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana – IEPS/UEFS. *Carta de Princípios*. Feira de Santana, BA, 2011. <http://incubadorauefs.blogspot.com.br/p/carta-de-principios.html> em 28.04.2016.
- INCUBADORA de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana – IEPS/UEFS. *Projeto A Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da UEFS e a organização de uma metodologia de incubação coletiva e autogestionária*, 2015.
- LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David. et al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almeida, 2009. pp. 162-168.
- LECHAT, Noëlle Marie Paule. *As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil*. Palestra proferida na Unicamp por ocasião do II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, em 20 mar 2002. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/node/250>>. Acesso em: 13 nov. 2013.
- LIMA, José Raimundo Oliveira. *A Economia Popular Solidária como estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário no município de Feira de Santana-BA*. Tese de Doutorado. Universidade do Estado da Bahia. Faculdade de Educação., Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade. Salvador, 2014.
- LIMA, José Raimundo Oliveira. Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. *Revista Outra Economia*. N. 18, v.10, p.3-17, 2016.
- NOVAES, H. 2011. Algumas notas sobre a concepção marxista do Estado capitalista no século XX. In: E.A. BENINI; M.S. de FARIA; H.T. NOVAES; R. DAGNINO (orgs.), *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária*. São Paulo, Expressão Popular, p. 169-216.
- MARX, Karl. *Para a crítica da Economia Política*. Prefácio. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 23-27.

## **GT: 29 - Economias e trabalho**

Coordenadores: Geraldo M. Timóteo e  
Luciene Rodrigues

## O PAPEL DAS ENTIDADES DE APOIO E FOMENTO DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NA MANUTENÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES AUTOGESTIONÁRIAS: O CASO DAS CANTINAS DA UEFS

**LIMA, J. R. O.**

*Professor do Curso de Ciências Econômicas e Coordenador do Programa de Extensão e Pesquisa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana/Bahia/Brasil  
joseraimundouefs@hotmail.com*

**ERSENI, T.M.R.O.**

*Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UEFS  
tm12.01@hotmail.com*

**BARBOSA, P.P.**

*Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UEFS  
patriciafpbarbosa@gmail.com*

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar, a partir da experiência da Incubadora de Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), como as entidades de apoio e fomento à Economia Popular e Solidária atuam na orientação das organizações autogestionárias, contribuindo para que elas sobrevivam em um ambiente de convivência com os empreendimentos capitalistas. A realização de entrevistas com membros dos grupos solidários da UEFS e a observação das quatro cantinas da Universidade (solidárias ou não) corroboraram a existência de autogestão nas organizações dos módulos I e VII do campus universitário. Além disso, a importância da Incubadora, não só na manutenção dos empreendimentos, como também na construção da autonomia dos sujeitos e na promoção de renda para as localidades, pôde ser verificada.

**Palavras-chave:** autogestão - entidades de apoio e fomento - incubadoras.

### ABSTRACT

The aim of this article is to analyze, from the experience of the Solidarity and Popular Economy Incubator of Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), how the support and foment entities of Popular and Solidary Economy act in the maintenance of the self-managed organizations, contributing to their survival in an environment of coexistence with capitalist enterprises. Interviews with members of UEFS solidarity groups and observation of the four university canteens (solidarity or not) corroborated the existence of self-management in organizations of modules I and VII of the university campus. In addition, it could be verified the importance of the Incubator, not only in the maintenance of the enterprises, but also in the construction of the autonomy of the individuals and in the promotion of income for the localities.

**Key - words:** self-management - support and development entities - incubators



## INTRODUÇÃO

Pilar da Economia Popular e Solidária (EPS), a autogestão se constitui como fator fundamental para que as relações de solidariedade se deem de maneira mais plena nas organizações. Contudo, devido ao esforço e interesse que demandam dos membros e às possíveis dificuldades de convivência com empreendimentos capitalistas, a implantação e conservação desse modelo de gestão se apresentam como desafios na prática da EPS.

Nesse contexto, ganham importância as entidades de apoio e fomento à Economia Popular e Solidária, instituições que se dispõem a prestar auxílio por meio de planejamento, apoio técnico, formação política, concessão de crédito e/ou mediação do diálogo (LIMA, 2016). Responsáveis por incentivar a formação e continuidade de grupos solidários, essas entidades podem se estruturar por meio de associações, cooperativas ou órgãos universitários, dentre os quais aparece a figura da Incubadora.

Prestando um relevante trabalho no apoio e fomento às organizações de Economia Popular e Solidária, as Incubadoras Universitárias estão presentes em todas as regiões do Brasil, tornando-se cada vez mais numerosas (GUERRA, 2008). Nesse contexto, estudar como se dá a atuação dessas entidades na prática é relevante para compreender como se estrutura e se mantém a autogestão nos grupos solidários por elas acompanhados.

Este trabalho se propõe, assim, a investigar, a partir da experiência da Incubadora da UEFS, como as entidades de apoio e fomento à Economia Popular e Solidária atuam na manutenção das organizações autogestionárias, contribuindo para a sua sobrevivência em um ambiente de convivência com empreendimentos capitalistas.

Este artigo está organizado da seguinte forma: na seção 2 serão explanados quatro dos principais modelos organizativos quanto à gestão - heterogestão, cogestão, administração participativa/representativa e gestão democrática - com a finalidade de caracterizá-los e diferenciá-los da autogestão, apresentada como pilar da Economia Popular e Solidária; na 3, o foco será dado às entidades de apoio e fomento, com destaque para as Incubadoras Universitárias; na 4, será explanada, sucintamente, a metodologia utilizada neste estudo; na seção 5 apresentar-se-á uma comparação entre as cantinas solidárias e da Economia Convencional da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), bem como uma análise do papel da Incubadora de Economia Popular e Solidária da UEFS na manutenção das cantinas solidárias (organizações autogestionárias) da referida universidade; e, por fim, na 6ª seção serão apresentadas as considerações finais.

### 1. AUTOGESTÃO: PILAR DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Os modelos organizativos existem para direcionar as formas produtivas e de trabalho, definir como serão as tomadas de decisões, qual será o principal objetivo da instituição, como se dará a divisão de tarefas e as partilha dos possíveis frutos que este empreendimento possa fornecer. Nesta seção serão analisadas quatro formas de gestão - heterogestão, cogestão, administração participativa/representativa, gestão democrática - e suas respectivas diferenças em relação à autogestão.

Segundo Ventura Neto (2010), a autogestão consiste na autonomia da tomada de decisões dos membros da empresa<sup>1</sup>, sendo responsabilidade de todos as consequências delas decorrentes. Em muitas das vezes, a autogestão surge da necessidade de reduzir os índices de desemprego, informalidade, subemprego e exclusão social, gerando oportunidades e apresentando novas formas de organização e trabalho. O seu estabelecimento pode se dar de forma espontânea ou após falência de uma empresa com muitos funcionários e que, em acordo com os mesmos, tem o seu patrimônio físico entregue como forma de rescisão, passando a ter seu funcionamento alicerçado na igualdade de participação na gestão e na posse coletiva dos meios de produção.

Em organizações autogestionárias a tomada de decisões se dá com a opinião de todos os integrantes, bem como a divisão dos ganhos, custos e responsabilidades em relação aos empreendimentos. Neste caso não existe um líder ou um conselho que tenha poder de decisão em detrimento dos demais. É relevante pensar e pensamos na Incubadora da UEFS essa dinâmica numa perspectiva social que guie uma lógica para o desenvolvimento local endógeno como uma totalidade socioproductiva, afirma Lima (2016).

A heterogestão, por sua vez, surgiu pela necessidade de acumulação de riqueza em instituições capitalistas. Segundo Ventura Neto (2010), a heterogestão é forma de organização da produção e do trabalho onde o lucro é apropriado pelos capitalistas individuais ou por sociedades anônimas. Na heterogestão as decisões são tomadas hierarquicamente, sendo que um conselho ou apenas uma pessoa decide pelo todo. Os trabalhadores têm funções especializadas, não conhecem o processo produtivo total e nem os custos e receitas que o mesmo gera. Geralmente os funcionários competem entre si e são estipuladas metas e gratificações ou reconhecimento a quem tiver melhor desempenho. Raramente estes trabalhadores ocupam funções de liderança ou se sentem capazes de contribuir com ideias para o desenvolvimento da empresa.

Conforme Guerra (2008), a heterogestão priva o trabalhador do conhecimento da atividade produtiva e manifesta-se na dualidade entre aquele que planeja, organiza e controla e aquele que executa, constituindo, assim, a hegemonia do capital sobre o trabalho. A esse respeito, Barbieri e Rufino (2007) afirmam:

Heterogestão: ocorre quando a empresa é gerida por outra pessoa que não o trabalhador, que pode ser um gerente (diretor, administrador, engenheiro) e/ou pelo(s) dono(s) da empresa. A heterogestão é o modelo de gestão mais comum encontrado nas empresas. É o oposto da autogestão. (BARBIERI e RUFINO, 2007, p.16).

A grande diferença entre heterogestão e autogestão está justamente na relação do trabalhador com as decisões na empresa sobre a condição dele. Na autogestão o trabalhador tem conhecimento de todo o processo produtivo, e pode executar qualquer função, já que não existe uma mais importante que a outra. Segundo Ventura Neto (2010):

Essas duas formas de gestão tem historicamente conflitado entre si. De um lado, a heterogestão busca expandir-se através da maximização do lucro apropriado de forma particular; de outro, a autogestão procura estabelecer-se no seio

1 É relevante destacar que a autogestão acontece não apenas em empresas, mas, também em outras tipologias da produção associada, que tem como uma das suas formas econômicas a Economia Popular e Solidária.

do capitalismo enquanto estratégia de produção, apropriação dos meios de produção e de redistribuição da riqueza social pelo conjunto dos trabalhadores. (VENTURA NETO, 2010, p.12)

No caso da administração participativa ou representativa, o funcionário expõe suas opiniões, apresenta suas ideias e é consultado na resolução de problemas da empresa, mas a decisão final sobre o que será empregado ou quais das ideias são aproveitadas é feita da mesma maneira que na heterogestão. É uma forma de fazer com que o trabalhador se sinta contribuindo para a melhora da empresa, para fazê-lo “vestir a camisa” e pensar em como solucionar problemas. A diferença entre a administração participativa e a autogestão é que nesta última, associada a empresas cuja propriedade é dos próprios trabalhadores, além de as opiniões serem consideradas, a decisão de como empregá-las é tomada por todos em um processo democrático de escolha e análise de prós e contras. Acerca da participação da administração representativa Barbieri e Rufino (2007) destacam:

Participação: restringe-se à participação do trabalhador em alguma atividade ligada à gestão de forma individual, na qual o trabalhador precisa ter interesse e empenho. A participação na empresa deveria ser de forma espontânea, mas na verdade essa participação acaba sendo imposta pelo dono ou diretores. A motivação para participar é conseguida com a participação de lucros, tendo-se, então, que a colaboração e o empenho do trabalhador são remunerados pela empresa. Nesta modalidade de gestão, prevalece a heterogestão. (BARBIERI e RUFINO, 2007, p.16).

Na cogestão, por sua vez, os funcionários fazem parte da tomada de decisões das empresas através de conselhos, participam de reuniões administrativas e podem ter direito a voto ou não, mas sua opinião é considerada. Em alguns países, esse modelo de gestão é lei. A diferença entre a cogestão e a autogestão é que na primeira a opinião dos trabalhadores é considerada, mas não são eles que decidem, apenas participam das reuniões e expõem suas perspectivas. Como é um processo que aparentemente aproxima os trabalhadores da administração, geralmente os funcionários se sentem mais motivados e, assim como na gestão participativa, se sentem importantes para a empresa. Todavia, a forma de condução da empresa continua sendo orientada pela heterogestão:

Co-gestão: caracteriza-se por uma maior participação do trabalhador que não está apenas interessado na participação nos lucros. A participação aqui se manifesta na organização do trabalho (na maior parte dos casos) e/ou nas questões políticas globais da empresa (co-direção). Esses tipos de participação são conseguidos motivando-se os trabalhadores a atenuar a monotonia de suas tarefas, mobilizando-os numa forma de auto-organização da produção. (BARBIERI e RUFINO, 2007, p.16).

A gestão democrática, por sua vez, assemelha-se bastante com a autogestão. A principal diferença é que na gestão democrática nem sempre todos os votantes são considerados. Em algumas cooperativas existe um conselho com presidentes e líderes de cooperativas e apenas estes decidem “democraticamente” os rumos tomados pela instituição. A gestão democrática pode, assim, também ser considerada parte da autogestão, com relação à maneira de tomada de decisões.

A forma de gestão característica da Economia Popular e Solidária é a autogestão. Considerando-se o caráter inclusivo (econômico e social) da EPS, esse modelo gestor se constitui como um pilar para que as relações de solidariedade se deem de maneira mais plena nas organizações. Conhecendo o funcionamento da empresa e participando de todas as decisões, os membros tendem a trabalhar melhor e de forma colaborativa, sabendo que seu esforço será recompensado.

## **2. ENTIDADES DE APOIO E FOMENTO À ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: AS INCUBADORAS DE COOPERATIVAS POPULARES**

Componente do texto da Constituição Brasileira, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades é apontado por Frantz (2012) como uma das principais justificativas para a adoção de medidas de incentivo à Economia Popular e Solidária nas instituições de Ensino Superior, com o objetivo de garantir a função social destes estabelecimentos no apoio ao desenvolvimento do seu entorno.

Nesse contexto, inserem-se as chamadas Incubadoras de Cooperativas Populares (ICPs), que se constituem como projetos, programas ou órgãos universitários, ao redor das quais se reúnem professores, pesquisadores e estudantes que, além de estudos empíricos e teóricos, realizam atividades com o objetivo de viabilizar a existência de grupos de trabalho solidário.

As ICPs se inserem na categoria de Entidades de Apoio e Fomento (EAFs) à Economia Popular e Solidária. Estas, por sua vez, podem se estruturar como associações, Organizações Não Governamentais, cooperativas ou órgãos universitários, cujo objetivo é prestar auxílio por meio de planejamento, apoio técnico, formação política, concessão de crédito e/ou mediação do diálogo, incentivando a constituição e/ou continuidade dos grupos solidários.

A respeito das EAFs, França Filho (2007) comenta:

Em geral, as entidades de apoio e fomento contam com uma base profissional altamente qualificada. Elas representam, de certo modo, a porção da sociedade civil mais organizada e institucionalizada atuando no campo da economia solidária. Seu papel é fortemente marcado pelo caráter de mediação social entre o mundo dos empreendimentos solidários (EES), com suas lógicas próprias, e as injunções relativas ao universo institucional no qual se inscrevem esses empreendimentos. O fomento e o apoio fornecidos pelas EAF costumam colocá-las como co-responsáveis, ao menos temporariamente, do processo de gestão dos empreendimentos, com vistas à consolidação do seu processo de sustentabilidade. (FRANÇA FILHO, 2007, p. 11).

O surgimento das ICPs no Brasil remete à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que, no ano de 1995, articulou um centro de apoio e assessoramento às cooperativas populares localizadas na Região da Maré (Rio de Janeiro). Com o objetivo de fomentar o trabalho e a renda nos moldes da autogestão para trabalhadores que, até então, se encontravam em situação de vulnerabilidade social, a Incubadora de Cooperativas Populares do Programa de Pós Graduação em Engenharia da UFRJ se mostrou bem-sucedida e influenciou o surgimento de outras organizações em diversas universidades do país (GUERRA, 2008).

A partir de 1998, a criação de ICPs passou a ser incentivada pelo Governo Federal por meio do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC), através de subsídios para a realização de suas atividades. Contudo, devido à “falta de recursos”, o programa foi comprometido a partir de 2000, o que incentivou às ICPs a se organizarem em rede, visando o fortalecimento das iniciativas e a troca de experiências (SINGER, 2000, apud GUERRA, 2008).

Diferentemente das demais Incubadoras Tecnológicas<sup>2</sup>, que se constituem como espaços propícios à concepção de empreendimentos inovadores, as ICPs, além de atuarem no fomento às iniciativas populares da Economia Solidária, apresentam um caráter educativo, caracterizado pela formação continuada dos grupos que participam do processo de incubação. A esse respeito, Guerra (2008) aponta que:

[...] as incubadoras de cooperativas não funcionam como um galpão que abriga os negócios em incubação (como é comum em incubadoras de empresas), mas como um escritório onde seria feito o acompanhamento às cooperativas incubadas nas áreas de formação, produção e gestão. (GUERRA, 2008, p. 3)

A noção de Incubadoras Universitárias é ampliada no trabalho de Lima (2014), que se refere a elas como Incubadoras de Iniciativas de Economia Popular e Solidárias, possibilitando a inserção de outros grupos, além das cooperativas, na lógica do processo de incubação. Além disso, destaca a relação da EPS com a noção de Desenvolvimento Local<sup>3</sup> e reforça o caráter educativo do processo de trabalho.

Apesar de possuir metodologias que variam de acordo com a instituição, as Incubadoras de Economia Popular e Solidária objetivam atuar na formação, qualificação e acompanhamento em várias áreas técnicas dos grupos solidários, ajudando-os a montar, legalizar e administrar a sua organização, por meio do processo de incubação.

Por incubação, Guerra (2008) entende:

[...] todo o processo de interação entre a ITCP e o grupo incubado, desde o contato inicial, a decisão de aceita-lo, as etapas de formação, assessoria, acompanhamento, até o estágio definido como possível para o coletivo ser considerado sem a necessidade de incubação. (GUERRA, 2008, p. 4).

Por meio da incubação, as universidades realizam um trabalho de extensão, fazendo com que este contato se constitua como um processo educativo, no qual tanto os trabalhadores quanto os acadêmicos são modificados.

### 3. MATERIAL E METODOLOGIA

O universo dessa pesquisa é composto pela Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária (IEPS) da Universidade Estadual de Feira de Santana e pelas quatro cantinas existentes na universidade, sendo duas delas orientadas para a Economia Popular e Solidária e auxiliadas pela referida Incubadora: a do módulo I, autodenominada Sabores do Quilombo, e a do módulo VII, ocupada pelo grupo Coopermasol (ambas são consideradas como espaços político-educativo-didático-

3 Segundo Pateo e Sígolo (2010) apud Lima (2016), “Desenvolvimento (local solidário) então seria o acesso a bens materiais e culturais de cada uma das pessoas da localidade que se desenvolve, e seria também a alteração qualitativa das relações sociais, o que pode inclusive alterar o modo como se tem acesso àqueles bens, ou mesmo, qual desses bens se deseja”.

pedagógicos pela Incubadora). Os empreendimentos dos módulos III e V, por sua vez, funcionam nos moldes capitalistas, através do processo licitatório definido na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Para realizar a investigação sobre o papel da IEPS na manutenção das organizações autogestionárias, recorreu-se inicialmente a uma pesquisa bibliográfica sobre as temáticas modelos organizativos de gestão e entidades de fomento da Economia Popular e Solidária, a fim de identificar como a autogestão e as Incubadoras se inserem no contexto da EPS.

A obtenção de dados qualitativos foi feita através de observação e entrevistas com membros das cantinas abordadas neste estudo. A partir de então, procedeu-se o trabalho de cruzamento das informações coletadas, com o objetivo de possibilitar a realização de inferências sobre a temática investigada.

#### 4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS se constitui como um programa interdisciplinar de caráter permanente, composto por docentes, discentes (bolsistas e voluntários) e outros servidores da universidade, cujo trabalho é viabilizado por meio de projetos de pesquisa e extensão em diversas áreas temáticas relacionadas à Economia Popular e Solidária.

Através do processo de Incubação de organizações autogestionárias, a IEPS procura promover o trabalho e a renda entre os setores populares, realizando um acompanhamento continuado dos grupos solidários, no que se refere à sua constituição, manutenção e legalização, bem como na formação e construção da autonomia de seus membros. Além disso, desenvolve, por meio do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local Solidário (GEPOSDEL), estudos baseados na sua experiência, buscando disseminar tecnologias sociais e relacionando a Economia Popular e Solidária à noção de Desenvolvimento Local.

Atualmente, a Incubadora da UEFS está envolvida em quatro projetos: o acompanhamento de duas cantinas solidárias na universidade, a parceria com a Rede Recostura (grupos dedicados ao artesanato com refugos de tecido) e o Projeto Plantas Ornamentais, realizado no distrito de Tiquaruçu (Feira de Santana-BA) com um grupo de agricultura familiar especializado em bonsais de espécies nativas da região (IEPS, 2016).

O Projeto Cantina Solidária I, desenvolvido desde 2013 com o Grupo Coopermasol (acompanhado desde 2008), viabilizou a venda de alimentos no módulo VII da Universidade por parte de moradores provenientes do bairro Queimadinha (Feira de Santana). Já o Projeto Cantina Solidária II, implementado a partir de 2016 com membros de uma comunidade quilombola do Distrito de Maria Quitéria (Feira de Santana-BA), possibilitou a comercialização de alimentos no módulo I por parte do grupo Sabores do Quilombo.

Além dos estabelecimentos solidários acompanhados pela Incubadora, o campus central da UEFS conta com mais duas cantinas, localizadas nos módulos III e V da instituição, que são cedidas por licitação a uma mesma empresa privada. Nelas os funcionários trabalham em regime de contratação formal, com carteira assinada e 44h semanais de

trabalho, durante dois turnos, de 8h às 15h e de 15h às 22h, enquadrando-se nos moldes da Economia Convencional.

Através de observação e entrevistas realizadas com membros das quatro cantinas, entre agosto e outubro de 2016, foi possível verificar nos grupos acompanhados pela Incubadora características da Economia Popular e Solidária. Além disso, buscou-se identificar diferenças no funcionamento deles e dos demais empreendimentos, elencadas no quadro abaixo.

**Quadro 1.** Comparativo cantinas - UEFS

<b>Quadro 1 - COMPARATIVO CANTINAS - UEFS</b>	
<b>Economia Popular Solidária</b>	<b>Economia Convencional</b>
Autogestão	Heterogestão
Decisões democráticas	Decisões hierarquizadas
Mobilidade de funções	Não há mobilidade de funções
Divisão de responsabilidades	Não há divisão de responsabilidades
Promove o Desenvolvimento Local	Comercializa produtos industrializados diversos
Trabalho ainda informal	Emprego formal
Divisão igualitária de custos e excedentes	Centralização de custos e excedentes
Satisfação e desejo de continuidade	Emprego temporário
Conhecimento de todas as áreas do trabalho	Divisão e especialização do trabalho
Conhece o produto e seu trabalho	Não sabe a história do produto, nem sobre seu trabalho presente nele

Fonte: Elaboração própria das autoras, outubro/2016.

Entre essas discrepâncias identificadas se destacam aquelas referentes à tomada de decisões, à perspectiva de manutenção do trabalho e à promoção do Desenvolvimento Local. Enquanto as decisões sobre preços, produtos, horário de trabalho, controle de caixa, estoques, administração das vendas, custos e lucros são tomadas previamente pelos locatários nas cantinas convencionais e não há acesso às informações de receitas e despesas por partes dos funcionários, nas organizações solidárias as deliberações são feitas em conjunto, em reuniões que acontecem periodicamente. Nesses encontros também são levantadas questões sobre satisfação do consumidor, qualidade do produto oferecido, controle de estoque e outros pontos já supracitados.

Como os produtos são adquiridos de grandes fornecedores, não há incentivo ao Desenvolvimento Local nos empreendimentos capitalistas. Nas cantinas solidárias, por sua vez, prioriza-se a produção da comunidade das quais os membros são oriundos, com o intuito de gerar desenvolvimento, trabalho e renda na região. Além disso, o emprego no empreendimento convencional foi identificado como temporário pelos entrevistados, um posto a ser mantido até que outro mais rentável surja. Na perspectiva da EPS, o trabalho, por gerar renda e aprendizado, desperta o desejo de continuidade.

Através das entrevistas, foi possível ainda verificar os principais entraves encontrados pelas cantinas solidárias para se manterem no contexto de autogestão. Inicialmente,

há a dificuldade de inserir os participantes em uma ideia de responsabilidade coletiva, através da tomada de decisões em conjunto, visando o bem do grupo como um todo.

O segundo problema identificado está relacionado a membros que querem ampliar sua jornada de trabalho para ter direito a uma retirada maior, o que acaba gerando alguns conflitos e abalando o ideal de cooperação. Entraves vinculados à concorrência com os empreendimentos da Economia Convencional também foram apontados, o que leva os cooperados a serem mais criteriosos na tomada de decisões.

Por outro lado, a importância da Incubadora na superação desses problemas e na manutenção das organizações autogestionárias também pôde ser verificada, relacionada em grande parte aos aspectos apresentados a seguir:

- Existência de acompanhamento próximo e direto, relevante na mediação de conflitos e no esclarecimento de dúvidas vivenciadas nos processos de produção e gestão;
- Formação continuada realizada pela Incubadora, fundamental na capacitação técnica dos trabalhadores e na construção de sua autonomia, preparando-os, inclusive para o processo de “desincubação”;
- Incentivo à geração de renda nas comunidades das quais os trabalhadores são oriundos, bem como à formação de redes solidárias, contribuindo para satisfação dos membros com o projeto e perspectiva de manutenção na lógica da EPS;
- Articulação de grupos com características diferentes (como a procedência rural/quilombola e urbana), responsável por gerar impacto em diferentes localidades e potencializar os efeitos positivos da Economia Popular e Solidária;
- Valorização do processo de trabalho e sua associação com a dimensão educacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, buscou-se compreender o papel das entidades de apoio e fomento à Economia Popular e Solidárias, em especial das Incubadoras Universitárias, na manutenção das organizações autogestionárias.

As entrevistas e observações realizadas e a comparação, delas resultantes, com os empreendimentos da Economia Convencional contribuíram para a verificação do perfil autogestionário das cantinas solidárias localizadas no módulo I e VII da Universidade Estadual de Feira de Santana. Aspectos como divisão de responsabilidades, mobilidades de funções e divisão igualitária dos custos e excedentes contribuíram para essa inferência.

Além disso, pôde-se verificar a relevância da Incubadora de Economia Popular e Solidária da UEFS, através do acompanhamento direto e da formação continuada, na viabilização da existência das organizações solidárias, mesmo diante das dificuldades encontradas na convivência com os empreendimentos capitalistas e na manutenção do espírito de cooperação. O trabalho de construção da autonomia dos grupos também contribui nesse aspecto, mesmo após o processo de “desincubação”.

Por fim, a relevância da Incubadora pode ser percebida também na diminuição da vulnerabilidade dos sujeitos, muitos dos quais estavam desempregados no período anterior aos projetos das cantinas solidárias, e na promoção do Desenvolvimento Local, através da formação de redes e geração de emprego e renda para as comunidades.



## REFERÊNCIAS

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Civitas*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p.155-174, jan-jun 2007. Semestral.

FRANTZ, Walter. *Associativismo, cooperativismo e economia solidária*. Ijuí: Ed.Unijuí, 2012. 162 p.

GUERRA, Ana Carolina. *Gestão de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: Uma Análise Comparativa*. 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2008.

Incubadoras de Iniciativa da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana - IEPS/UEFS. *Ações Desenvolvidas*. Disponível em: <[http://incubadorauefs.blogspot.com.br/p/acoes-desenvolvidas\\_12.html](http://incubadorauefs.blogspot.com.br/p/acoes-desenvolvidas_12.html)>. Acesso em: 05 out. 2016.

LIMA, José Raimundo Oliveira. Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. *Otra Economía*, Unisinos, v. 10, n. 18, p.3-17, jan. 2016. Semestral.

\_\_\_\_\_. A Propósito das Políticas Públicas: A Economia Popular e Solidária como uma manifestação de Economia Política. In: *Coninter - Congresso Internacional Interdisciplinar Em Social e Humanidades*, 3., 2014, Salvador. Ucsal, 2014. p. 852 - 867.

MINISTÉRIO DO TRABALHO (Org.). *Economia Solidária*. 2015. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>>. Acesso em: 04 out. 2016.

SANTOS, Aline Mendonça dos; CRUZ, Antonio Carlos Martins da. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinariedade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. *E-cadernos Ces*, [s.l.], n. 02, p.1-13, 1 dez. 2008.

VENTURA NETO, Eduardo Augusto. *HETEROGESTÃO E AUTOGESTÃO, duas formas de controle da produção e do trabalho no capitalismo contemporâneo: a experiência da COPALA*. 2010. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

## SEGURIDADE E DEPENDÊNCIA

**FREITAS, Emmanuel Oguri**

Doutorando pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e  
Direito da Universidade Federal Fluminense  
Emmanuel.of@gmail.com

**CAVALCANTE, Fernando Gabriel Lopes**

Pós-graduando em direito previdenciário pela  
Universidade Católica de Salvador  
Flope.301@gmail.com

### Introdução

O presente trabalho tem como objetivo central analisar o processo de desenvolvimento histórico da seguridade social brasileira, notadamente com o surgimento das Caixas de Aposentadoria e Pensão na década de 20 e avançando até a constituição do atual INSS, a partir do enfoque na problemática do subdesenvolvimento do capitalismo nacional. Nesse sentido, sendo o processo de evolução da seguridade um desdobramento estrutural da insurgência do Estado de Bem Estar Social como modo hegemônico de organização da sociedade, trataremos então de conectar nossas análises com a abordagem do sentido histórico das crises do capitalismo para as políticas públicas contornadas pela previdência no Brasil.

Para tratar do tema do desenvolvimento da seguridade social brasileira dividiremos o atual trabalho em duas partes: a primeira onde traçaremos o processo histórico de construção da seguridade social da Lei Eloy Chaves até o arcabouço construído em 1991 com as leis 8.212 e 8.213 após o pacto da constituição de 1988; a segunda quando concluiremos com algumas reflexões a respeito do processo de consolidação da seguridade social brasileira a partir do prisma da teoria marxista da dependência.

Atualmente, uma ofensiva tem sido proposta em relação ao conjunto protetivo da seguridade social, em razão da hegemonia da ideia de déficit da previdência. Pretendemos, para além do debate histórico, avançar fazendo uma breve análise das propostas de mudanças do regime previdenciário, relacionando à dinâmica da economia do sistema mundo.

### Fundamentação teórica

Como país latino-americano, o Brasil tem traços de desenvolvimento de seu capitalismo nacional bastante distintivos: primeiramente o capitalismo brasileiro não surgiu pelas vias tradicionais, onde uma revolução democrática-liberal realiza o rompimento entre aristocracia agrária e capital industrial, fazendo o último se desenvolver de forma autônoma, mas sim o surgimento do capitalismo que se deu pelo alto, com a preservação de traços constitutivos da sociedade colonial como a grande concentração fundiária e com o surgimento de uma burguesia industrial subserviente e dependente tanto dos interesses das oligarquias agrárias quanto do capital internacional; em segundo plano o desenvolvimento do capitalismo brasileiro se deu de forma extremamente tardia, quando os países do centro do capitalismo internacional já estavam em sua fase monopolista; por último e em decorrência dos dois fatores anteriores, a necessidade

da burguesia brasileira imprimir uma taxa de extração de mais-valia que garanta sua sobrevivência ao mesmo tempo que se posiciona de forma dependente em relação à burguesia estrangeira faz com que a mesma imprima uma superexploração do trabalho. A superexploração do trabalho reserva ao trabalhador brasileiro uma contração da remuneração salarial pela venda da única mercadoria que lhe pertence – sua própria força de trabalho – tal como também reduz a garantia de direitos trabalhistas e sociais desses trabalhadores.

Pontuando por outro ângulo. A questão de dependência traz repercussões que são determinantes tanto para o modelo de produção de mercadorias, onde a matriz produtiva dos países latino-americanos – Brasil incluso – durante séculos se restringiu a alimentos e matérias primas industriais, quanto para a circulação de mercadorias, onde o ciclo de realização da mais-valia se consumava não no mercado interno, mas se deslocava territorialmente sendo realizado no mercado internacional. Tal como caracteriza o modelo produtivo e circulacionista da economia brasileira, também a dependência condiciona as relações de trabalho. Não havendo necessidade de um mercado de consumo interno para que os detentores do meio de produção realizassem a obtenção da mais-valia produzida, já que o momento de realização se dava fora das fronteiras nacionais, quanto mais as elites locais acentuassem a exploração do trabalho, mais obteriam taxas maiores de extração da mais-valia sem ter que se preocupar com ter a quem vender na outra ponta.

A fundamentação teórica utilizada no presente trabalho parte das premissas sintetizadas acima, as quais são decorrentes da teoria marxista da dependência, escola de pensamento que congrega nomes como Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos. Em paralelo à leitura dos referidos autores encontramos lastro teórico em obras de autores e autoras que analisam criticamente o processo de desenvolvimento da seguridade brasileira tais como Sônia Fleury, Amélia Cohn, Evilásio Salvador e Ivanete Boschetti.

### **Resultados alcançados**

Até o presente momento a pesquisa se orientou por ler obras que tracem o desenvolvimento histórico da seguridade social brasileira como as das autoras citadas acima. Por outro lado, buscando o aprofundamento na leitura da teoria marxista da dependência, iniciando pela obra “Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina” escrita por Florestan Fernandes e abordando mais atentamente os escritos de Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos, pretendendo posteriormente avançar para a leitura das contribuições de André Gunder Frank e Vânia Bambirra.

A questão central da pesquisa gira em torno da compreensão de como o fundo público estatal representado pela reserva de capital cristalizada na seguridade vem sendo utilizado, desde o surgimento dos primeiros arcabouços institucionais, como moeda de troca em face das categorias de profissionais mais organizadas ou como instrumento de capitalização das classes sociais detentoras dos meios de produção.

Nesse sentido, observando o movimento atual das propostas de reformas da previdência, identificamos um giro na forma de apropriação do capital em relação ao fundo público, que passa a impor a necessidade de previdência complementar, bem como a criação de mecanismos de redução de acesso à política de seguridade social.

## Conclusões

A conclusão maior do estudo é que o sistema securitário brasileiro, por ser construído e desenvolvido dentro de condições reais de uma economia periférica, acaba por expressar traços de incompletudes e precariedades decorrentes de características inerentes à organização econômica da economia brasileira e da forma como o país se insere na divisão internacional produtiva.

## Principais referências bibliográficas

COHN, Amélia. *Previdência Social e Processo Político no Brasil*. São Paulo: Editora Moderna, 1981, p. 245.

DOS SANTOS, Theotonio. *Desenvolvimento e civilização: homenagem a Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2016, 562 p.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, 167p.

FLEURY, Sônia; OLIVEIRA, Jaime A. de Araújo. *(Im)Previdência Social: 60 anos de história da Previdência no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986, 356 p.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Em: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011, 131-173p.

## O CAPITAL, O TRABALHO E A FELICIDADE

**MARQUES, Thiago**

*Economista e Mestrando do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (ICHSA), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pesquisador do L, de Economia e Gestão (LEG), Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) -UNICAMP*  
Bolsista FAEPEX  
thiago.marques.eco@gmail.com

**CAMPOS, Priscilla Perla Tartarotti von Zuben**

*Psicóloga, Mestranda do ICHSA, UNICAMP pesquisadora do LAPSIC, FCA- UNICAMP*  
Colaboradora no Projeto GAIA (Grupo de Apoio à Inovação e Aprendizagem em Sistemas Organizacionais) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, (MCTI-GAIA) e Professora da Universidade São Francisco  
pptvzc@gmail.com.br

**FUENTES-ROJAS, Marta**

*Professora do Programa ICHSA da UNICAMP e coordenadora do Laboratório de Psicologia Saúde e Comunidade (LAPSIC)*  
marta.fuentes@fca.unicamp.br

### RESUMO

Neste trabalho buscou-se compreender quais influências que o capitalismo moderno causa nos trabalhadores da metrópole e o resultado dessa influência em sua dimensão da felicidade. Neste sentido, o objetivo deste artigo foi problematizar a discussão acerca do bem-estar contemporâneo, valendo-se de elementos da filosofia, psicologia, sociologia e economia. Com contribuições de ordem interdisciplinar a partir da noção do avanço da racionalidade e do trabalho constatável, é possível pensar e refletir a vida em suas diversas dimensões, dentre elas o trabalho, o qual passa a ter uma dinâmica unidimensional. A metodologia utilizada neste trabalho constituiu-se a partir de uma análise mista, pela perspectiva histórico conjuntural de Marx e estrutural de Weber, Deleuze e Foucault. Em suma, serão analisados três eixos para realizar as discussões: a) a mecanização da vida; b) sentido do trabalho e a c) racionalização da conduta; a felicidade, subjetividade e desejo.

**Palavras-chave:** capital, trabalho, felicidade.

### ABSTRACT

In this paper we sought to understand, which influences that modern capitalism to cause in the workers of the metropolis and the result of this influence on their dimension of happiness. In this sense, the objective of this article was to problematize the discussion about contemporary well-being, using elements of philosophy, psychology, sociology and economics. With contributions of interdisciplinary order from the notion of the advance of the rationality, and of the work ascertainable, it is possible to think and reflect life in its various dimensions, amongst them the work, which happens to have

one-dimensional dynamic. The methodology used in this work was based on a mixed analysis, from the conjunctural historical perspective of Marx and structural of Weber, Deleuze and Foucault. In short, three axes will be analyzed to carry out the discussions: a) mechanization of life; b) sense of work and c) rationalization of conduct; happiness, subjectivity and desire.

**Key-words:** capital, work, happiness.

## INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo, as trocas, o mercado, o dinheiro são desdobramentos históricos da materialização do capital na vida humana, e o lugar onde estas categorias manifestam-se de forma profunda é nas metrópoles. A cidade metrópole é o local no qual as dimensões capitalistas estão mais desenvolvidas, o que por sua vez cria e configura uma distinta ordem social, uma ordenação de extremos. A metrópole é filha da cidade industrial, é um berço de relações desiguais, ancorada pela burocracia moderna, “nunca se inventou uma máquina tão eficiente quando a burocracia”, nas palavras de Weber, e esta foi revolucionária, como todas as invenções mecânicas que ocorrem e têm ocorrido.

Porém esta mesma burocracia operante, destila os tecidos sociais, tornando-os apáticos, desumanos, e doutrinadores. A mesma burocracia mecanicista e controladora, esvazia o ser, o trabalho e a felicidade. Em um cenário metropolitano, no qual impera a lógica da produção e do consumo, a máquina capitalista tem colocado a sociedade numa perversa promessa de uma felicidade vazia, vampirizada, assimilada pela máquina desejante que capitaliza o ser humano, levando-o a vender sua vida, seu tempo deixando-o vulnerável.

A partir de uma análise histórico e estrutural, o qual buscará também categorias do materialismo dialético e contribuições de ordem interdisciplinar este trabalho tem por objetivo compreender quais influências o capitalismo moderno causa nos trabalhadores da metrópole, e o resultado dessa influência em sua dimensão de felicidade. Em suma analisaremos por três eixos: a) a mecanização da vida; b) sentido do trabalho e a c) racionalização da conduta; a felicidade, subjetividade e desejo.

### 1. O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO, E SUAS FORMAS DE EMANCIPAR A INDIVIDUALIDADE

O referencial teórico exposto inicialmente aqui remete a dois grandes pensadores da sociologia e também portadores de valores éticos como Max Weber e Karl Marx. A abordagem inicial tratará sobre Weber (2005) com a sociedade industrial, seguido pelo desdobramento da sociedade industrial (antecessora da metrópole), no qual Weber, Raymond Aron e Daniel Bell se encontram dentro de um campo comum, um campo conservador, com uma postura similar sobre a sociedade industrial e pós-industrial metropolitana. Já as obras de Hebert Marcuse e André Gorz se encontram numa esfera mais crítica e estabelecem um diálogo dissonante às visões dos três. O que se deve entender por sociedade industrial de fato é a compreensão acerca de uma abordagem “peculiar da filosofia histórica” de Weber (2005), e sob este prisma recai-se sobre o

conceito de sociedade industrial metropolitana: uma abordagem peculiar na qual Marx (1996) abarca sobre uma moderna sociedade ocidental e a construção de um tipo de sociedade ideal.

Esta discussão sobre o desenvolvimento do capitalismo, e suas formas de emancipar a individualidade, autonomia, e felicidade ao ser humano moderno, ou seja, o trabalhador da metrópole, também será fundamentada por autores clássicos como Michel Foucault e Gilles Deleuze e em certa medida por Marcio Orlandi, os quais fazem inquietantes reflexões a respeito do ser humano. Deleuze afirma que os indivíduos se tornaram “dividuais”, divisíveis em uma sociedade de controle que quer disciplinar e regular as ações humanas, mas não apenas isso, vai além, avançando na subjetividade, frente às transformações nos referenciais de tempo e espaço. O ser humano se torna escravo de “boa fé” perante uma falsa liberdade, na promessa de uma felicidade vazia, um homem confinado, endividado e divisível como jamais esteve outrora.

O mundo como foi descrito por Weber apresenta algumas características centrais, as quais norteiam esta sociedade metropolitana, a ideia geral é “*que o capitalismo é a força irresistível que determina nossos destinos*”. Todavia importa pensar a quem se está a serviço, como por exemplo a ciência do que se produz e quais os possíveis impactos desta produção, assim como postula Edgar Morin em sua obra “*Ciência com Consciência*”. Morin (1990), declara ser necessário que toda a ciência se interrogue sobre as suas estruturas ideológicas e seu enraizamento sociocultural, do contrário, a humanidade parece inclinar-se ao que expressa Deleuze: a família, a escola, o exército e a fábrica, na sociedade de controle são e, entende-se que continuamente serão, postuladas enquanto figuras cifradas, deformáveis e transformáveis, de uma mesma empresa que só tem gerentes, tal como em uma engrenagem perfeitamente sincronizada que serve aos benefícios da “grande máquina”.

Ao partir do pressuposto de que o desejo de ser feliz é a razão e o sentido da existência dos indivíduos, nada mais engenhoso do que a captação deste sentido por uma sociedade que visa o controle e a dominação. O desejo capturado de “ser feliz” na sociedade contemporânea remete a uma felicidade vazia que aprisiona e assujeita o próprio sujeito.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É dito que Karl Marx é o último iluminista do século XVIII, pois seus diagnósticos do capitalismo tem certo fundamento em valores de igualdade e liberdade, e deste modo pode se perceber que o capitalismo não entregou estes valores, propagados no iluminismo. É interessante compreender a questão da liberdade, pois Marx pensava em alguns mecanismos para libertar o sujeito. A ordem traz a igualdade perante a lei, o que foi uma conquista da ordem burguesa, porém é uma liberdade formal, todavia o que realmente domina a sociedade é uma relação capitalista, a do capital e do trabalho.

### 2.1 Mecanização da Vida

É fato conhecido que a nova organização social alavancou desenvolvimentos científicos e tecnológicos levando ao crescimento urbano acelerado e a crescente necessidade de produção. Neste cenário Sewaybricker (2012), questiona se o desenvolvimento tecnológico e crescimento das cidades estão no caminho contrário à felicidade, uma vez que ao corroborar para o surgimento das primeiras organizações de trabalho, apenas

se alteram as relações de obediência, o que antes se dava ao “amo” em troca de alimento e abrigo passa a ser ao “dinheiro”, institucionalizando o trabalho, na medida em que o trabalhador vende sua atividade.

A sociedade segundo Marx (1996), é feita de proprietários, possuidores dos meios de produção, e os trabalhadores, possuidores de sua força de trabalho, fundamentada numa relação de subordinação onde os agentes são meros suportes dessa relação. A liberdade do capitalista estará sempre estrangida dentro do sistema da concorrência, e do sistema de preços, a acumulação capitalista é regido por leis que “independem” apenas dos agentes capitalistas (MARX, 1996). Com o surgimento da maquinaria e a indústria, o trabalhador passa a funcionar como mero apêndice da produção de riqueza, embora exista uma subordinação real, há concomitantemente uma subordinação social, no qual a reprodução de classe, tanto da classe dos possuidores dos meios de produção, quanto da classe de trabalhadores é permanente de acordo com os movimentos do capital. No capitalismo há uma tendência permanente, de um crescimento do capital constante em relação ao capital variável, em outras palavras, o montante de riqueza gasta em máquinas, equipamentos e tecnologia têm uma tendência em ser maior, em relação à mão-de-obra e isto faz parte da lógica capitalista, é que fruto do progresso técnico (MARX, 1996).

A medida que passa o tempo, ancorado no progresso técnico é necessário cada vez menos trabalho para determinado fim, e este pode ser um ponto central, dentro do sistema de concorrência. Na medida em que as indústrias ficam mais modernas, por intermédio do progresso técnico, a quantidade de trabalho humano para a produção da mesma quantidade de mercadorias, sempre será menor que passado. De outro modo, com as máquinas e equipamento é necessário cada vez menos mão-de-obra para a produção, e por sua vez a produção passa a ser maior, a despeito do menor número de trabalho necessário. Por exemplo, no século XIX as pessoas trabalhavam com 12 ~13 anos, e era comum as crianças serem contratadas para o trabalho nas fábricas (MARX, 1996).

Com o desenvolvimento da estrutura capitalista, o qual perpassou as duas revoluções industriais, o mundo se encontra no período do “pós-guerra”, o qual foi um período que sofreu grandes modificações na estrutura do trabalho, do mercado e da concorrência. O mundo de Marx, das grandes fabricas de carvão inglesas passou, porém deixou consigo elementos fundamentais da estrutura capitalista. O capitalismo não mudou, apenas se modificou, e a classe trabalhadora desde então vem se organizando e lutando para condições mais humanas dentro do processo produtivo, além de garantir sua reprodução, seja pelos mecanismos dos salários, ou dos direitos trabalhistas. Nos anos cinquenta e sessenta de acordo com Belluzo (2013), havia uma estrutura de mercado e de indústrias nacionais, o qual inaugurou uma nova era em relação a direitos trabalhistas, e ao aumento do poder de compra pelas classes trabalhadoras. Segundo o autor, com a intenção de salvaguardar a recém estrutura do emprego, aparece uma reação contra a ordem, no qual nasce do berço da expansão capitalista, e toda essa estrutura montada nos anos cinquenta e sessenta perde força nos anos oitenta, com a desregulação financeira, a globalização e a abertura dos mercados. (BELLUZZO, 2013).

1 [...] “Os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que faz o indivíduo preservar a autonomia e individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança história, da cultura externa e da técnica de vida. A luta que o homem primitivo tem de travar com a natureza pela sua existência física alcança sob esta forma moderna sua transformação mais recente” [...], p 11. SIMMEL (1967)



## 2.2. Sentido do Trabalho

As grandes questões, indagações e preocupações da nova estrutura social do trabalho e do desenvolvimento técnico, burocrático e produtivo nascem a partir da segunda Revolução Industrial. Webber traz à luz a estas questões, nas suas obras, entre elas, podem ser destacadas *"A Teoria das Organizações"*, *"Teoria da Burocracia"* e *"O que é uma Empresa"*. Por outro lado Simmel procura embasar o que é uma metrópole, e nos dá luz deste novo movimento histórico, a partir de dois passos fundamentais: i) a nova divisão internacional do trabalho e a ii) metrópole<sup>1</sup>.

Para Simmel (1967), dentro dessa nova sociedade, podem ser apontadas três grandes novidades dentro do movimento da economia: i) o surgimento da grande empresa e do grande banco, como novas instituições de enorme centralização de poder e comando capitalista, que traz consigo certos tipos representativos, e sociais, como o financista, magnata, executivo (gerente) e o grande executivo; ii) surge o novo operariado, dependente, alavanca e a força do sindicalismo; iii) e o surgimento das novas classes médias, contraposta à pequena burguesia, eles trabalham com símbolos e pessoas, são assalariados, e muito heterogêneos.

Diante disso aparece na grande empresa o setor de administração (diferente da primeira revolução industrial, que precisava apenas do capataz e do guarda livros), pois neste momento a empresa gradativamente se torna multidivisional, tornando necessária a existência de departamentos para cada área da empresa (WEBER, 2005). Não existe grande empresa sem grande administração, as indústrias mudam de figura e começam a produzir em massa. Há também uma mudança extraordinária dos canais de distribuição, e a grande novidade está na loja de departamentos. A loja de departamento, juntamente com o atacado transformam a distribuição da grande indústria, este é outro fenômeno da expansão da classe média, e de outros setores como a educação e saúde que passam a ter uma nova estrutura de trabalho, como os professores, médicos, enfermeiros, entre outros. Do ponto de vista da renda e do estilo de vida, os novos assalariados comprovam que a nova classe média é muito heterogênea (SIMMEL, 1967).

Destacamos primeiro, que houveram mudanças na divisão técnica do trabalho, por exemplo na fábrica a qual contava com um sistema de maquinaria, refém do vapor, cheio de lacunas e interrupções, precisou se adaptar às mudanças. O Taylorismo, vem para dividir o máximo possível dos processos para se obter maior produtividade para cada parte. Neste sentido, o escritório ganha uma importância notável, acomodando todos os operários indiretos, aqueles que não estão na fábrica, mas sim dentro do escritório. Para Weber, a burocracia é eficiente e foi revolucionária, como todas as invenções mecânicas que ocorreram e têm ocorrido, na divisão das técnicas de trabalho, regras, procedimentos e formas de agir, para que os segredos fiquem na cúpula, e o escritório seja organizado a partir desse processo (WEBER, 2005).

É interessante como Simmel (1967) retrata a vida na metrópole, e a compara com a cidade industrial, cidade com as características de Manchester ou Nova York, cujas cidades industriais eram essencialmente filhas da máquina a vapor, da ferrovia e do

carvão, poluição da água, poluição do ar, habitações precárias, casas misturadas com as fábricas, e ruas imundas. Este é o contexto de cidade industrial do início do século XX. Por sua vez, a metrópole não é simplesmente uma cidade grande, mas tem uma natureza particular, pois ela é antes de tudo, a concentração de tudo de mais importante que está disponível. Acrescenta que as finanças estão na metrópole, nas companhias de seguros, na bolsa de valores, nos escritórios centrais das grandes empresas, nos museus, nos teatros, nas grandes orquestras, nos grandes espetáculos esportivos, no centro gravitacional do consumo, quem faz e quem difunde a moda, os aspectos cosmopolitas, bares, restaurantes, bordéis, boates, em suma afirma que a metrópole é a capital da burocracia e da organização.

A metrópole também é o berço de pessoas nervosas, das pessoas estressadas, o tempo é cronometrado, o tempo é curto, o sujeito da metrópole torna-se apático, não julga. Os nervos do indivíduo da metrópole já estão esgotados, e há uma completa ausência de movimento e reação das coisas (SIMMEL, 1967). O sujeito reproduzido na metrópole é reservado, frio e educado pelo dinheiro. O dinheiro educa e muito bem, numa economia mercantil suprime a qualidade e tudo é reduzido a quantidade<sup>2</sup>, pois é preciso evacuar os impulsos<sup>3</sup>, e se impõem apenas o cálculo, a razão instrumental, e o entendimento da economia mercantil. O dinheiro e a disciplina educam para gerar comportamentos adequados a adaptação das subjetividades das potências superiores dos espíritos objetivos, Foucault menciona que a disciplina educa, pois produz corpos úteis e dóceis, as disciplinas incidem sobre o corpo, em suma, é a petrificação da vida, a tragédia da cultura, e a rebelião dos instintos (FOUCAULT, 1987).

Weber (2005) traz a noção do trabalho como vocação e diligência para a glória de Deus, como ética ou doutrina fundamental, e estes elementos são tratados no calvinismo como sinais da salvação, apenas sinais e não certeza da salvação. Na antiguidade, na vida ordinária, o trabalho e a família, se encontravam no último posto da reprodução da vida, logo próximos da vida animal. No cristianismo, o trabalho estava próximo ao pecado original e ainda estava desvalorizado dentro de uma escala de importância, já o trabalho no renascimento se torna algo superior, uma certa capacidade de criação, de tal modo como no artesanato, o trabalho se materializa como capacidade ou faculdade de criação, e este sentido permanece até no capitalismo (WEBER, 2005). Com a morte de Deus para o homem contemporâneo, o trabalho perdeu qualquer caráter transcendente e se transformou num meio de ganhar a vida, e o “nada” é o “homem profissional”, tecnicamente, é um “emaranhado de nada”, o que para Marx é uma fenomenologia do trabalho alienado. A dinâmica do consumo apresenta no pós guerra a lógica, da publicidade e da moda, a generalização, a massificação e a aberração do consumo.

Dentro de uma sociedade postulada como sociedade de consumo, Sewaybricker (2012) retrata o trabalho não mais como força bruta, mas como força intelectual que

2 [...] “De facto, o dinheiro busca apenas aquilo que a todos é comum, o valor de troca, que nivela toda a qualidade e peculiaridade à questão do simples “quanto””. [...]. p9, SIMMEL (2009)

3 [...] “E isto conduz à individualização espiritual, em sentido estrito, das qualidades anímicas, favorecida pela cidade em relação com a sua grandeza. Uma série de causas se torna evidente. Antes de mais, a dificuldade de fazer valer a personalidade própria nas dimensões da vida na grande cidade. Onde o incremento quantitativo de significado e de energia se aproxima dos seus limites, o homem agarra-se à particularização qualitativa para que, através da estimulação da sensibilidade à diferença, ganhe de algum modo para si a consciência do círculo social: o que acaba então por aliciar às excentricidades mais tendenciosas, às extravagâncias específicas da grande cidade, como o ser original, o capricho, o preciosismo, cujo sentido já não reside nos conteúdos de tal comportamento, mas apenas na sua forma de ser diferente, de se destacar e, assim, de se tornar notado – para muitas naturezas, no fim de contas, o único meio de preservar para si, mediante o desvio pela consciência dos outros, alguma autoestima e a consciência de ocupar um lugar” [...].p16 SIMMEL (2009)

passa a ocupar a vida como um todo. Apresenta também mudanças pelas quais o trabalho passa, assim como, a própria organização social, declarando que o trabalho deixa de se caracterizar pela contenção dos desejos, caracterizando-se pela produção desses desejos.

Daí o caráter pernicioso dos programas de qualidade de vida, capaz de manter as organizações “amadas” por seus integrantes, ao proporcionar ambientes descontraídos, espaços controlados, nos quais o indivíduo pode se libertar de uma suposta alienação. Deste modo, na sociedade de consumo, o “amor” à organização está nos benefícios individuais, mais do que na atividade em si ou no seu impacto social. Ademais, mesmo quando o trabalho não gera diretamente prazer, o cálculo da felicidade, embora questionável, remete a um número desproporcionalmente maior de prazeres do que de sofrimentos. (SEWAYBRICKER, 2012).

As bases materiais e a vida da metrópole nos mostram uma reconfiguração dos atores, os quais alteram o sentido do trabalho. O sentido objetivo é a concretização da maquinaria que Marx chamava a atenção, e que para Weber é a perda de sentido da vida. A mercantilização e o esvaziamento do sentido da vida, tanto em Marx quanto em Weber, mostra-se que o sujeito não consegue se emancipar, e não é apenas uma questão de se emancipar ou não do trabalho.

### 2.3. A Felicidade, Subjetividade e Desejo

Permeado pela racionalização da conduta, o consumo exagerado acarreta inadimplência e lixo, traz o caos, provoca crises e catástrofes. A atividade humana, capturada pelas diferentes formas de trabalho, torna-se um meio para usufruir de coisas ao invés de ser um meio para potencializar habilidades e talentos. Os valores se reconfiguram frente a uma sociedade ansiosa, imediatista e desenfreada, manipulada por uma máquina desejante, que se abastece dos devaneios humanos. A felicidade se torna instrumento de controle, elemento de poder do Estado a partir das organizações de trabalho.

Mas que felicidade seria essa? A partir de um retrato fragmentado e ciente de possíveis vieses é o que se pretende fazer neste escrito a tentativa de relacionar o capital, trabalho e felicidade para se buscar novas condições de possibilidades ou minimamente repensar a vida que vem sendo vivida. Quais seriam os resultados da influência do capitalismo nos trabalhadores da metrópole sobre sua felicidade? Antes, questiona-se: o que é felicidade? O que vem a ser felicidade na modernidade? Se a felicidade é subjetiva e regida por desejos, como compreender cada assunto e a congruência entre eles?

Na tentativa de responder aos questionamentos supracitados, a partir dos estudos feitos por Sewaybricker (2012) sobre a temática felicidade e sua relação com a organização capitalista do trabalho, julgou-se pertinente abordar alguns apontamentos feitos pelo autor a partir de recortes que contribuam aos interesses deste trabalho. Cabe esclarecer que dentre suas investigações, ele realiza a ontologia da felicidade com base em oito autores, sendo estes: Platão, Aristóteles, Zênon de Cítia, Epicuro, Santo Agostinho, Bentham, Kant e Freud e, sabiamente esclarece que o estudo realizado se dá a partir de uma determinada perspectiva. O que remete à lembrança de que não se podem negar os interesses de cada um na produção do conhecimento, visto que, cada pessoa ao escrever e apresentar ideias, o faz sob um determinado prisma e este prisma advém de suas próprias necessidades, inquietações e interesses, tal como se faz aqui.

O autor também faz alusão a Foucault (2005) e Bourdieu (2001), os quais advertem sobre a própria produção do conhecimento, podendo ser interpretada como uma guerra, ou jogo de poder. Daí a necessidade em se acautelar frente aos recortes e embasamentos que se pretende tratar neste trabalho. De modo semelhante, pretende-se realçar aqui também, que o assunto tratado advém de recortes delimitados de um determinado espaço-tempo destes autores, contextualizado por determinadas pessoas - com todas suas percepções e distorções imbricadas - ainda que na busca de uma perspectiva que vise transcender a disciplinaridade e limitações individuais.

Prima-se que os trechos retirados dos estudos de Sewaybricker (2012) possam contribuir para a discussão aqui proposta. Dentre os apontamentos destaca-se sua abordagem sobre a felicidade possível e mensurável dos utilitaristas, desenvolvida na filosofia liberal de Benjamin Franklin e Stuart Mill evidenciando que a filosofia de Tomás de Aquino, do protestante Lutero e de Hobbes constituíram-se em formas de preparar terreno às ideias iluministas, daí a importância em se considerar o papel e responsabilidade de cada um na construção e orientação do conhecimento que se concebe na modernidade, inclusive pensar nas influências de cada ser humano na produção do conhecimento, bem como seus possíveis efeitos.

Afinal, ciência é feita de cientistas e cientistas antes de mais nada são pessoas. A ciência não é neutra, tão pouco ingênua, como já exposto, é feita por pessoas e pessoas além de complexas e desafiantes são passíveis de enganos, daí a necessidade de desconfiar das verdades proclamadas como absolutas. A própria verdade, assim como a relação entre tempo e espaço deveria ser, nas palavras de Bauman (2001, p. 130), “processual, mutável e dinâmica, não predeterminada e estagnada”. Ao longo dos tempos o conceito de felicidade vem sofrendo mutações, assim como as verdades aceitas sobre ela proclamadas por pensadores distintos.

Considerando que a busca pela felicidade é uma tentativa histórica e milenar, cabe salientar a potencialização de uma crise pela “procura da felicidade” enquanto uma tentativa frustrada da Revolução Francesa em aplicar os objetivos utilitaristas, tal como retrata Sewaybricker (2012). Uma procura que persiste insistentemente sob o ideário capitalista que na sua época, os iluministas segundo o autor, na tentativa de dominar a felicidade, simplificaram-na, tornando-a palpável e mensurável. Em um período em que a sociedade transformava-se de uma sociedade rural e coletiva para uma sociedade mais urbanizada, individualizada e de relações econômicas norteadas pela ideologia moderna.

Nisto, foram produzidos os pessimistas e como resposta contrária, o romantismo, sendo este último creditado a Rousseau, por suas ideias, dentre elas a busca da felicidade pautada no mundo interno, no âmago do sujeito, em meio a dores, frustrações e desejos, sendo o próprio sofrimento essencial à felicidade. Tal concepção acerca do sofrimento merece ressalva, pois não se trata de uma ideia equivocada e coletivamente aceita? É realmente necessário sofrer para ser feliz? Essa ideia não tem trazido consequências duras ao desenvolvimento humano dentre às quais, sofrimento e dor poderiam ser substituídos pelo prazer e amor, ainda que estes últimos mereçam ser mais bem compreendidos e avaliados?

Sewaybricker (2012) destaca a Arthur Schopenhauer, dentre os que mergulharam nas dores do mundo para construir sua filosofia, ganhou fama como o mais pessimista

deles. Um pessimismo oriundo de uma única pessoa não teria impactado em outras histórias, contextos e situações? Um pessimismo que retrata uma história particular e individual, mas que influenciou todo um sistema coletivo. Daí a ênfase no cuidado perante o que se produz, na construção do conhecimento, o alerta perante o que se pensa e como esse pensamento intervém na amplitude de uma realidade objetiva e subjetiva. Daí a necessidade em se pensar o que se pensa sobre o que é felicidade ou até mesmo o que ela não é.

A compreensão histórica, embora repleta de idiossincrasias e verdades próprias, recortadas e fragmentadas, pode fornecer algumas pistas nesta concepção, porém entende-se ser ainda mais relevante a leitura que se faz acerca desta compreensão, o que se pretende e quais os possíveis efeitos disso. Já é fato concebido que o particular afeta o coletivo e o coletivo afeta o particular, ainda que possa causar certo estranhamento, contudo, seria perceptível que esse particular, que opera em um coletivo, seja repleto de pressupostos, ambivalências e requeira atenção, refutação e reflexão? Um mundo inconsciente que governa a ação em oposição à razão, tal como o descobre Freud, em seu tempo.

A despeito de Freud, cabe ressaltar apontamentos feitos por Sewaybricker (2012), acerca da felicidade, esclarecendo que o próprio Freud julgava a felicidade alheia muito difícil, até mesmo impossível, sem mencionar a própria felicidade, o que não seria motivo para impedir que o homem tivesse como objetivo a felicidade, buscando-a, querendo se tornar e até permanecer feliz. Tal concepção trata-se de uma visão de homem, condicionado a ser racional, excluindo-se a emoção reconhecida como estritamente pertencente ao universo feminino. Não seria esse um recorte passível de discussão? O excesso de racionalidade e distanciamento da emoção na subjetividade, compreendendo a felicidade e como ela é interpretada por uma visão de época e quais os efeitos disso na contemporaneidade? Embora não caiba aqui essa discussão, salienta-se a necessidade de reflexão sobre a temática.

O questionamento sobre a finalidade da vida humana e a ausência de respostas de incontáveis pensadores, sugerem de certo incômodo a Freud, levando-o a explicar que [o homem] é programado para ser feliz, embora seja um programa irrealizável em função de uma série de contingências externas e internas, todavia não impeça o “princípio do prazer”, que direciona o alívio das tensões em que se produz prazer ou se evita o desprazer. (SEWAYBRICKER, 2012).

Porém, o princípio do prazer, teorizado por Freud, na colocação de Sewaybricker (2012), além de ineficiente, constitui-se perigoso para a continuidade do próprio indivíduo, o qual interpreta o mundo de modo onipotente e imediatista. Seria uma forma “crua” do princípio do prazer, que deixa a marca da felicidade. Não seriam as pessoas reguladas no contexto atual por tal princípio? Um modo tentador de conduzir a vida, imediatista e perigoso, trazendo logo, nas palavras de Freud “o próprio castigo”? Frente às suas descobertas perante a problemática da finalidade humana e da felicidade, Freud (1930) sugere que seria melhor desacreditar que a felicidade individual é realizável. Tal apontamento não seria de fato um retrato das próprias dificuldades de Freud em responder suas perguntas? É possível compreender que uma felicidade egoísta,

individualista, imediatista, desmedida e que leva a si próprio em detrimento do outro não seja de fato felicidade, mas desconsiderar a própria felicidade parece no mínimo contraditório.

O ser humano é ao mesmo tempo singular e plural. Compreender a natureza humana e verificar formas para lidar com ela pode ser um passo em direção à felicidade. Sewaybricker (2012) elucida que, talvez a contribuição mais importante de Freud seja a de considerar que a própria busca da felicidade é mais importante do que sua realização. Esta busca levaria a uma orientação de felicidade que permita o desenvolvimento da sociedade? Em essência a proposta parece interessante, mas na forma como a máxima da “sociedade do ser feliz” vem sendo apresentada, parece levar a compreender justamente o oposto.

Das questões filosóficas tratadas de modo qualitativo, Sewaybricker (2012), passa a tratar sobre a ciência da felicidade cuja abordagem é quantitativa. Na busca por objetivar comportamentos subjetivos, a ciência avança de modo que não se imaginou. Perante um cenário cada vez mais competitivo, surge a necessidade de gerenciar comportamentos para resultados eficientes e eficazes de modo a potencializar o desempenho do trabalhador. Neste sentido, a promoção da felicidade no trabalho traz contribuições, mas a felicidade é subjetiva, com isso, a questão se deu em averiguar formas para intervir na subjetividade do trabalhador.

A psicologia traz contribuições inegáveis neste campo. Maslow e outros estudiosos apresentam teorias motivacionais que contribuem na compreensão e no fornecimento de mecanismos que estimulem as pessoas a responderem conforme esperado. Neste cenário a felicidade passa a ser entendida como objeto de manipulação para a motivação, um combustível necessário que se oferecido nas doses corretas garante a energia necessária para a realização das tarefas, conforme explana Sewaybricker (2012).

Isto requer atenção, entendendo que a felicidade se trata de uma busca ontológica do ser humano, parece natural a curiosidade em compreender o que vem a ser, mas quando manipulada aos interesses do capital pode acarretar consequências até então não concebidas. O uso de uma ciência, postulada como ciência da felicidade como um meio de manipular a vida das pessoas, a vida dos trabalhadores para os ideais de um modo de vida capitalista é perigoso, imediatista e maquiavélico.

Não se nega ser possível que exista um ideário imaginário por parte das pessoas que replicam os estudos, aplicam os conceitos, afinal, a forma como a vida se constitui na sociedade moderna é permeada por organizações, porque não minimizar seu sofrimento, porque não levá-las a um cotidiano mais ameno? Em uma visão micro e reduzida a proposta parece ser válida. Mas ao tentar ampliar e compreender os objetivos de fato inerentes ao processo avassala-se a alma! À serviço de quem estamos? É preciso refletir, pensar, repensar e pensar outra vez o que contraria a lógica imperativa do fazer, assim, em um tempo sem tempo, fazer tais questionamentos requer um esforço que nem sempre se está disposto a realizar.

Argumenta-se aqui a necessidade do tratamento referente ao trabalho, pois ao trabalhar o ser humano transforma a natureza, independente se isso o agrada ou não. É o resultado da ação humana que acarreta diferentes tipos de impactos no planeta. Contudo a ação humana no trabalho é regida por uma relação de poder em que algumas pessoas em

posição de comando coordenam outras pessoas que realizam ações interventivas. Outrossim, emana desta relação, inúmeras variáveis que conduzem o comportamento humano a determinadas ações as quais se operacionalizam através das forças de trabalho.

Uma pessoa feliz destrói seu próprio habitat? A destruição em massa de todo um modo de vida decorre de outras vidas detentoras de alguma forma de poder, que em sua essência são seres humanos infelizes, os quais produzem de modo consciente ou inconsciente outras formas de vida infelizes? O fato é que, tal como expõe Sewaybricker (2012), a ciência, impulsionada em promover a felicidade do trabalhador levou o estudo da felicidade a expandir, sendo um assunto tratado não apenas pela psicologia, mas expandindo suas fronteiras para a economia e a neurociência.

Esclarece ainda que é sensato que a ciência invista em desmembrar o conceito, simplificando-o e também estudá-lo em relação a contextos determinados, visto que em dois mil e quinhentos anos de investigações filosóficas não foram suficientes para se obter respostas que permitam a massificação da felicidade. É possível que com tais estudos obtenha-se maior compreensão sobre meios para promover a felicidade.

Seria de fato sensato massificar a felicidade, fabrica-la, fragmentá-la? Sewaybricker (2012) esclarece que o sacrifício da felicidade de uns em prol da somatória geral da felicidade parece tornar-se um preço demasiado caro e menciona o caráter maquiavélico como marca da modernidade em que “os fins justificam os meios”. Questiona-se neste ponto os efeitos colaterais advindos da intensa busca por uma suposta felicidade geral que condiciona cada um a querer e precisar sempre de “mais”, corroborando para um modelo de sociedade “zumbi” e insaciável.

A busca pela satisfação desenfreada do desejo, pela necessidade de alcançar a felicidade sem preocupações com excessos, sem muitos pudores, tal como descreve o autor citado anteriormente, remete ao utilitarismo, em um contexto no qual as pessoas se deparam com leque amplo de opções sem tempo suficiente para refletir sobre qual é a melhor decisão ou sobre o significado de seu querer, obrigando as pessoas a assumirem uma série de comportamentos divergentes nos diversos ambientes em que se insere, fragmentando o próprio sujeito, valorizando-se que as pessoas se tornem flexíveis e com uma pluralidade infindável de identidades.

Assim, Sewaybricker (2012) aponta que, embora as diferenças sejam reconhecidas e naturalizadas, não há proximidade e respeito suficientes para que se estabeleça o diálogo entre as pessoas, levando ao distanciamento emocional uns dos outros. Promove-se a liberdade das pessoas das comunidades, contudo o autor nos lembra da análise feita por filósofos, os quais associaram uma vida feliz com a vida em comunidade. Ainda em tempo, cita Aristóteles ao indicar a necessidade de um bem em comum a ser perseguido pelos sujeitos de uma “comunidade”, considerando sua ausência especialmente problemática. Mas como pode ser possível estabelecer um bem comum se as comunidades, necessárias para uma vida feliz, estão sendo suprimidas a cada momento?

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Dentro do contexto indicado, Marx (1996) refere-se à sociedade capitalista como estruturada por proprietários, possuidores dos meios de produção, e trabalhadores, possuidores de sua força de trabalho, deste modo, há em uma relação de subordinação, seja do trabalho, tempo, gostos, felicidade e desejos. Os agentes são meros suportes dessa relação, tendo sua liberdade constrangida, dentro de um sistema de relações, e o trabalho é um elemento que está sujeito à lógica capitalista, fundada na concorrência e na subordinação do trabalhador. O mundo de Weber evidencia algumas características centrais, que norteiam esta sociedade em sua ideia geral:

“No desfecho de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, escrito em 1904, Max Weber afirma que todo o “poderoso cosmo da moderna ordem econômica” é como “um cárcere de ferro”. Essa ordem inexorável, capitalista, legalista e burocrática “*determina a vida dos indivíduos que nasceram dentro desse mecanismo (...) com uma força irresistível*”. Essa ordem “determina o destino do homem, até que a última tonelada de carvão fóssil seja consumida” (BERMAN, 1987, p. 15)

Esta afirmação tem por sua característica a ausência de fundamentos éticos, em oposição aos valores morais que estavam integrados no processo de gênese do capitalismo, e do mundo, o qual é retratado uma sociedade sem valores morais; i) sociedade que funciona somente pelos seus referenciais; ii) mecanização da vida e de todos os homens os quais usam todos os homens como instrumento.

Todas as relações são despersonalizadas, o que caracteriza uma sociedade despótica, no qual Weber (2005) vislumbra, a consolidação do capitalismo “*a grande empresa*”, o dinamismo de uma sociedade urbana e tecnificada, o predomínio de mecanismos técnicos, do cientificismo positivista, e de uma economia monetária reificada, tudo isto partindo do ponto de vista da economia. Essa sociedade é caracterizada por uma vida política bem peculiar, no qual a norma jurídica vale por si mesma, há um novo processo do que é direito e do que é justiça. No fundo o estado moderno neste sentido, se constitui como uma grande empresa burocrática, o qual separa o direito da moral.

Para Weber, há uma racionalização da economia (estado, política, cultura, economia, etc.), então como define o capitalismo? Para ele, o capitalismo é dado pela existência de empresas, as quais têm um único objetivo de obter o maior lucro possível, ao passo que há uma racionalização da produção, uma necessidade de organizar (racionalização da conduta de vida) o trabalho, a produção. Ao estabelecer a união entre o desejo, o lucro e a disciplina racional, podemos dizer que, na sua concepção o que constitui o traço do capitalismo ocidental é uma divisão técnica do trabalho (WEBER, 2005).

Unindo o desejo do lucro com a disciplina organizacional, estamos diante de dois processos, o desencantamento do mundo e da racionalidade da cultura racional, cujo elemento central é o avanço da racionalização da ciência, da indústria e da democracia. A ideia de uma sociedade encantada em declínio (sociedade agrária), e uma sociedade de movimento pela técnica, racionalizada e democratizada. Weber (2005) está diante de uma sociedade genitora de uma futura sociedade de serviços, o que para ele seria união de todas as racionalidades e até poderia diminuir a participação do trabalho humano na produção de bens.



Por sua vez, Aron (1962), está próximo ao Weber, entende que a sociedade industrial é o lugar para a produção se realizar através das empresas, e há um modo original de divisão do trabalho, que é tecnológica e racional. É sobretudo a ideia da empresa, onde a grande indústria se realiza através das empresas. A ideia no Aron é muito simples: “Acumulai, acumulai, acumulai” o qual estabelece um paralelo com Marx.

Daniel Bell (1977) escreve num ambiente de vitória (apogeu) do capitalismo sobre o socialismo e retrata o sucesso do pós guerra, a superioridade de um lado sobre outro. Acerca dos resultados dos anos de ouro, abre caminho para uma nova estruturação do mundo do trabalho, o qual procura construir com o advento de uma sociedade pós-industrial, focado nos países desenvolvidos, pois para ele apenas os países desenvolvidos reproduzem a forma madura do capitalismo, isto é, estão no estágio moderno.

Para Bell (1977) a tecnoburocracia está acima da vida pública, com fins em si mesmo, estes movimentos de racionalização da cultura, e a racionalização da conduta é sobretudo um mundo que potencializa os resultados, os quais foram assistidos no pós-guerra. A grande máquina burocrática para Bell afastará as velhas ideologias e haverá um esclarecimento da tecnocracia. Daniel Bell vê neste processo do pós guerra, um período de libertação do indivíduo, do homem livre, e liberto do reino das necessidades, portador de todas as vantagens, daquilo que foi prometido pelo comunismo e foi entregue pelo capitalismo.

A partir das realizações do pós guerra, as pessoas podem exercer o trabalho não como necessidade, mas como um aperfeiçoamento de suas individualidades, e Bell (1977), olha a estrutura de serviços e consegue vislumbrar um novo panorama para o mundo do trabalho, ao colocar o homem em trabalhos ligados a serviços e o retirando da fábrica e da produção. Para Bell, a ação racional do mundo, a técnica, o desenvolvimento burocrático e material tornariam o mundo tão eficaz, que poderia se pensar nas realizações sócio materiais a favor do capitalismo, Bell era um entusiasta e um ideólogo da tecnocracia e da burocracia, o qual sonhava com um mundo ideal dentro da máquina racional capitalista, para fim de salvaguardar o ser humano.

Em paralelo Herbert Marcuse (1982) parte de Marx, e vem pelo Weber idealizando uma sociedade moderna, e a questão principal é uma contradição de todas as possibilidades, para se encontrar um homem livre, pois estes nunca estiveram tão distantes das possibilidades abertas pela divisão social do trabalho. Quanto mais se desenvolvem as forças materiais, mais causam um desconforto social de igual ordem.

Na obra *“Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud”* o título expressa um caráter positivo, Marcuse olha para o problema, de um lado que racionaliza a conduta, no qual liberta o homem do trabalho, mas o transforma num “homem unidimensional”, e o que é mais latente ainda nos jovens. Também na obra *“A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional”* este homem é reduzido a miséria do seu próprio trabalho, dentro dessa sociedade, e esta unidimensionalidade é o homem objetivo, sucumbido apenas ao seu trabalho (MARCUSE, 1982).

No contexto do avanço da racionalidade, e do trabalho constatável, é possível racionalizar a vida em suas diversas dimensões, e o trabalho passa a ter uma dinâmica unidimensional. Com o capitalismo a ciência econômica, é vista como uma ciência técnica sem nenhuma personalidade, tudo é submetido a uma lógica econômica e uma

monetização dos valores. O trabalho continua como um meio de ganhar a vida, mas como um trabalho mecanizado e alienado (MARCUSE, 1982).

Por sua vez Gorz (1991) não fala no fim do trabalho, mas ele vê o fim do trabalho submetido ao capital, ao fordismo. A racionalidade envolve a constituição e o desenvolvimento de experiências sociais-democratas resultantes do pós guerra, e que parte de questões centrais, que foram esvaziadas nos anos de ouro. Reconhece os avanços sociais, comparado às precariedades materiais de antes da guerra, mas estas modificações, segundo ele, não foram capazes de acabar com a precariedade do social e da vida. Afirma que existe um divórcio entre o estado e o cidadão, e critica a impessoalidade que existe nos fundamentos e nas aplicações das políticas públicas. O estado providência, as relações de solidariedade já sucumbidas na vida privada e na vida pública, esvaziando as relações coletivas e privadas. Os resultados culturais, morais, éticos e de valores no fim dos anos sessenta, início dos setenta, conjuntamente com a crise econômica e a crítica do homem da sociedade pós-industrial, recai na criação de indivíduos atomizados, isto é indivíduos apáticos e individuais.

Por fim é necessário: i) superar a ideia de sociedade industrial e pós-industrial, o qual estamos falando de capitalismo, o que é uma forma peculiar em Weber, que é o capitalismo em todas suas dimensões; ii) todos os trajetos são do pós-guerra; ou propriamente da guerra; e são reflexos brutais e regressivos do mundo e das condições contemporâneas do trabalho. Neste sentido, ao considerar o utilitarismo de Bentham, Sewaybricker (2012) comenta, o trabalho na sociedade de consumo parece estar em consonância com a felicidade, visto que embora o exato instante em que se trabalha possa não ser prazeroso, a consequência, como o salário e o status, permite viver muitos prazeres. Perante esta lógica insana e arrebatadora, o trabalho (e não a atividade humana) é compreendido como favorável à felicidade, o que leva o trabalhador à obediência insalubre ao “dinheiro”, mecanismo pelo qual se operacionalizam os prazeres.

Em paralelo, Marcuse (1982) a partir de ideias postulados por Marx prossegue com Weber e idealiza uma sociedade moderna, nas quais as pessoas são livres, contudo, com certa dose de niilismo averigua-se contradições de diferentes modos. O ser humano parece rumar a cada dia ao distanciamento de tal utopia, parece que jamais esteve tão distante de sua liberdade. Atribui-se em partes às possibilidades abertas pela divisão social do trabalho. Quanto mais se desenvolve as forças materiais, mas causam um desconforto social de igual ordem. Nas palavras de Deleuze (1992), migra-se de um “animal” a outro. A máquina desejança incorpora as reações suscitadas por seu próprio modelo disciplinar, reações estas que trataram de inventar novas formas de existência e subjetividade, as quais novamente são capturadas no artifício dos desejos rebatidos em novas territorializações. Estaria fadado o ser humano ou o que lhe resta a este movimento cíclico? É preciso averiguar brechas, buscar rupturas, romper o niilismo fabricado.

Vive-se em uma sociedade que amedronta e gera a cada momento indivíduos com tendências niilistas. Um mecanismo eficiente de controle, afinal o medo, assim como a necessidade de ter segurança, conformam o comportamento dos indivíduos e asseguram os mecanismos de produção do capital. Frente a um niilismo cada vez mais presente nas diferentes camadas sociais, divulgadas por uma mídia que insiste em noticiar aspectos negativos, entende-se a emergência em se repensar a modernidade.

Na esteira capitalista, ante o sucateamento humano que submerge toda a esfera social, há que se pensar em sua íntima relação com o poder. Ao se pensar na realidade atual, isto é, no mundo globalizado, no modelo de sociedade contemporânea, nas lutas de classes e discussões políticas.

Quanto à felicidade, frente aos posicionamentos expostos é possível confirmar que não se trata de objeto de consenso, conforme afirma Sewaybricker (2012), sendo próprio dela ser polissêmica, embora seja necessário alguma definição concreta, o que leva a questionar porque certos conceitos são mais utilizados do que outros e qual seria a influência da organização social moderna no uso de determinados conceitos. Todavia é lícito supor que em todos os casos, a escolha reflete os interesses de uma classe dominante que deve refletir sobre as consequências disso não apenas para a sociedade, mas para todo um sistema planetário no qual estão envolvidas. Ainda que em seu sistema egocêntrico possam demonstrar preferência por “abandonar o barco e ir para Marte”, consequência de ações que incentivam o individualismo e uma suposta “liberdade”.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o advento do capitalismo, a ciência é vista como técnica sem nenhuma personalidade, condicionando-se à crença de que tudo pode ser submetido a uma lógica econômica e uma monetização dos valores. Com o avanço da racionalidade e do trabalho constatável, é possível pensar e refletir a vida em suas diversas dimensões, dentre elas o trabalho, o qual passa a ter uma dinâmica unidimensional. O trabalho exerce papel central na vida do indivíduo, pois além de suprir as necessidades básicas, contribui de modo crítico para o bem-estar psicológico, motivacional e identitário. Na concepção de Marx é um meio privilegiado para a auto-expressão do indivíduo, porém do modo como se constitui na sociedade contemporânea, é possível afirmar que de um modo geral configura-se de modo mecanizado, árduo e alienado. Por tudo isto, é preciso repensar o modo como o trabalho é concebido na sociedade capitalista, assim como repensar a forma como a felicidade vem sendo percebida e, reinventá-la.

### REFERÊNCIAS

- ARON, R (1981) (1ª edição, 1962) *Dezoito lições sobre a sociedade industrial*. Brasília: Martins Fontes/UNB - primeira parte: “sociedade industrial e crescimento”.
- BAUMAN, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- BELL, Daniel. (1977) (1ª edição, 1973). *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Ed. Cultrix, Introdução (pp. 15-62), capítulo 2 (pp. 143-190)
- BELLUZZO, L. G. (2013) *O capital e suas Metamorfozes*, São Paulo: Unesp, (Cap. I e II).
- BENINGER, J. (1986) “*The Control Revolution, Technological and Economic Origins of the Information Society*”. Harvard University Press, (Part III).
- BERMAN, M. (1987), “*Tudo que é sólido desmancha no ar - A aventura da modernidade*”, São Paulo: Companhia das Letras, p. 15-35)
- DELEUZE, G. (1992) “*Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle*”. In: *Conversações*. São Paulo: Editora 34.

- ELIAS, N.; DUNNING, E. (2014) "La búsqueda de la emoción" In: *Deporte y Ocio En El Proceso de La Civilización*. México: Fondo de Cultura Económica
- FREUD, S. (2004) (1ª edição 1930). *O mal-estar na civilização*. Em Edição Eletrônica das Obras Completas de Freud, Vol XXI. RJ: Imago.
- FOUCAULT, M. (2000) *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Muchail. 8.ed. 2ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. (1987) *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes.
- GORZ, A. 1995. (1ª edição, 1991) *Metamorfosis del trabajo*. Madrid: Ed. Sistema Parte I - capítulos I e II; Parte II - capítulo II. ANEXO: "Resumen para sindicalistas y otros militantes de izquierda".
- MARCUSE, H. (1982) *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar
- MARX, K. (1996) *O capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo, Nova Cultural. Livro I, (Cap. VI e XXIII)
- SEWAYBRICKER, L.S. (2012) *A felicidade na sociedade contemporânea: contraste entre diferentes perspectivas filosóficas e a modernidade líquida*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de São Paulo, SP.
- SIMMEL, G (1967) "A metrópole e a vida mental" In: VELHO, Octávio, "O Fenômeno Urbano". Rio de Janeiro, Zahar,
- \_\_\_\_\_. "As Grandes Cidades e a Vida do Espírito, Artigos LUSOSOFIA, Covilhã, 2009.
- SOMBART, W. (1972) "La esencia del espíritu de empresa" In: *El Burguês - contribución a la historia espiritual del hombre económico moderno*. Madrid: Alianza Editorial. (Introdução e parte I - "sociedade unidimensional") Apêndice - "O fim da escassez" e "Cultura e Consciência" (pp. 504-540).
- WEBER, M, (2005) "Religião e racionalidade econômica". In: COHN, Gabriel (org.) *Weber - Coleção cientistas sociais*. São Paulo: Ática.

## TEORIA DO AGENDAMENTO E O DOGMATISMO DA ORTODOXIA EM ECONOMIA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

**GOULART, Maísa**

Mestranda do programa de pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC e Bolsista CAPES  
*maisagsr@gmail.com*

**SCHIAVI, Iara**

Mestranda do programa de pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC  
*iara.schiavi@gmail.com*

**GARCÍA-FERNÁNDEZ, Ramón**

Professor doutor do programa de pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC  
*ramon.garcia.fernandez@gmail.com*

### RESUMO

O objetivo do presente *paper* é analisar, utilizando-se de uma ótica interdisciplinar, os conceitos de hegemonia, de Gramsci e a teoria da agenda, de Shaw e McCombs, oriunda das pesquisas em comunicação e relacioná-los com o dogmatismo em economia. Pressupõe-se que a *mainstream* da Ciência Econômica possa ser analisado como hegemônico, a partir de uma liderança político-ideológica, além de ser entendido como uma agenda única no campo, negando a pluralidade nesse campo da Ciência. Para tal serão expostos os conceitos de hegemonia e a teoria da agenda, com uma recuperação histórica de sua formulação e principais expoentes. Posteriormente serão apresentadas as agendas em economia, que sendo superadas, resultaram na consolidação de uma agenda única, a neoclássica. A recuperação histórica do pensamento econômico visa embasar como se deu construção da hegemonia em um campo do conhecimento a partir de uma trajetória na qual pensadores considerados contrários pelo *mainstream* são marginalizados e ignorados.

**Palavras-chave:** Hegemonia. Teoria da Agenda. Ciência Econômica

### ABSTRACT

The aim of our paper is to analyze, using Gramsci's concept of hegemony and Shaw & McCombs theory of agenda setting, coming from the field of Communication, the dogmatism in Economics, within an interdisciplinary perspective. We believe that the Mainstream in Economics can be considered as hegemonic, as it holds a political and ideological leadership in the discipline, setting an exclusive agenda in the field and denying plurality in it. We begin our paper discussing the concepts of hegemony and agenda setting, studying its history and presenting its leading proponents. After that, we present some agendas in Economics, all of which who came to be surpassed by the neoclassical agenda, who established itself as the only one on the field. A brief historical review of the History of Economic Thought looks at this process, studying the way in which authors considered by the mainstream as their rivals, became ignored and marginalized.

**Key-words:** Hegemony – Agenda setting - Economics

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é identificar e analisar, sob uma ótica interdisciplinar, o dogmatismo que caracteriza a ortodoxia<sup>1</sup> em Economia, sob o enfoque da teoria do agendamento e do conceito de hegemonia de Gramsci, recuperando argumentos das teorias de comunicação.

A atual ortodoxia em economia, herdeira da tradição neoclássica, também denominada *mainstream*<sup>2</sup>, sugere um modelo de 'fazer científico' que tenta reproduzir nessa ciência os padrões que considera característicos da Física. Essa atitude permite aos expoentes dessa corrente excluírem do campo científico as abordagens que não partilham essa perspectiva, por considerá-las não-científicas; cultivam, dessa maneira, uma abordagem dogmática, que despreza as críticas não a partir de evidências empíricas senão a partir de preceitos metodológicos. A ortodoxia dissocia assim a economia da perspectiva política que marcava a disciplina anteriormente, colocando-a em um plano aparentemente fora dos conflitos sociais.

Por outro lado, a teoria do agendamento sugere que o próprio ato de pautar uma agenda na mídia é mais importante do que o viés dado às notícias em si. Entendemos, por outro lado, que a formação de uma opinião do público e a aplicação da agenda da mídia na agenda do público podem ser melhor compreendidas à luz das colocações de Gramsci acerca do conceito de hegemonia.

Este artigo relaciona esses campos de conhecimento distintos ao propor que o dogmatismo – no sentido de dominação – promovido pela teoria neoclássica pode ser melhor entendido como um processo de formulação de uma agenda midiática. Aponta-se nessa direção com base no que se refere ao impacto dos assuntos tratados pela ortodoxia da economia e à hegemonia que leva ao dogmatismo que exclui as pautas da heterodoxia das discussões relevantes.

Com esse objetivo, a próxima seção apresentará o conceito de hegemonia em Gramsci e, nas outras subseções, noções gerais e o histórico de constituição da teoria da agenda. A seção de número dois, por sua vez, tratará as questões referentes ao dogmatismo instaurado na ciência econômica, lançando mão da discussão acerca da economia como 'física social' e analisando as agendas presentes na história do pensamento econômico.

### 1. TEORIAS DA COMUNICAÇÃO, ECONOMIA E INTERDISCIPLINARIDADE

A ideia de especialização remete a Aristóteles que já em suas obras demonstrava preocupação com questões relacionadas ao saber a partir da divisão e especialização do conhecimento humano. A Idade Moderna aprofundou as demandas por especialização, tanto nas Ciências Humanas e Sociais quanto nas Ciências Naturais e foram sendo desenvolvidas novas e mais minuciosas formas de especialização dentro das grandes áreas do conhecimento. A exigência por disciplinas e faculdades mais especializadas com o objetivo de atender um determinado campo ou fenômeno fez com que o ensino e

1 Para fins de simplificação, os termos ortodoxia (e seus derivativos) e *mainstream* serão utilizados aqui de modo similar, com o objetivo de identificar a teoria neoclássica.

2 Teoria conceito do que agendamento expressa uma tendência e o dogmatismo dominante da ortodoxia tradução literal em economia: é "corrente uma principal" "abordagem" ou "fluxo principal".

a pesquisa científica buscassem com mais afinco ideais de exatidão, rigor e objetividade, principalmente a medida que há um aprofundamento do estudo em níveis superiores, nos quais existe uma exigência ainda maior quanto à especialização e direcionamento dos esforços em um tema específico mesmo para a área de conhecimento no qual a pesquisa é realizada.

Segundo Casanova (2006) em diversos idiomas compreende-se disciplina como a capacidade de disciplinar ou disciplinar-se, enquanto a ideia de faculdade remete às divisões de uma universidade pelas diferentes áreas da ciência, correspondendo a um único campo do saber. Dessa forma, ao buscar uma compreensão sobre as disciplinas e as faculdades, evidencia-se o caráter de especialização imposto pelos significados mais amplamente aceitos para explicar ambos os termos.

Em um contexto mais atual, a hiperespecialização se torna um limitante, pois “impede de ver o global (que ela fragmenta em parcelas), bem como o essencial (que ela dilui)”, (MORIN, 2003, p. 13). Em um cenário de especialização mais latente, surge um contraponto, um movimento que incentiva o “estudo da totalidade em ciências naturais e humanas” (CASANOVA, 2006, p. 19). Com o fortalecimento da proposta de compreensão do todo foram utilizados termos como “cruzamento de disciplinas” e “demolição das fronteiras disciplinares”, até que em 1937 o sociólogo Loius Wirtz utilizou o termo interdisciplinaridade pela primeira vez (*idem*).

Com o objetivo de apontar na direção contrária ao suposto pelos ideais da especialização, este trabalho é, antes de tudo, uma contribuição à interdisciplinaridade. Contribui à medida que apresenta teorias clássicas da comunicação de modo aplicado a uma análise sobre as teorias econômicas. Parte-se do pressuposto que a separação é prejudicial à compreensão do todo, como elenca Casanova (2006):

As demandas interdisciplinares foram responsáveis por novas formas de compreensão dos problemas e, em muitos casos, a interdisciplinaridade foi utilizada para estudar um problema específico, um período temporal, um fenômeno social e dessa forma ir para além do que uma única disciplina apresentava sobre o tema de estudo (CASANOVA, 2006, p.22).

Sob o plano de fundo de uma aplicação interdisciplinar, conceitos das teorias clássicas da comunicação (e da política) serão recuperados como ferramentas de análise às teorias econômicas. Intui-se, inicialmente, que há uma forma de hegemonia, muito próxima ao que ocorre com a agenda da mídia sobre a agenda do público, com a ortodoxia em economia e as correntes heterodoxas. Com a finalidade de expandir o escopo dessa discussão, os conceitos relacionados serão recuperados, buscando dar base à intuição inicial.

### **1.1. Uma introdução ao conceito de hegemonia de Gramsci**

O conceito de hegemonia desenvolvido por Antonio Gramsci tem grande serventia para o plano de fundo das discussões propostas aqui.

A partir do momento em que se originaram questões reflexivas acerca da hegemonia, entende-se que há uma implicação de poder-direção ou de dominação em busca de consenso. Por dominar compreende-se, também, ser mandatário, chefiar, governar. Em contrapartida, o termo “dirigir” remete à condução, liderança, guiar. Com isso, é na junção destes dois termos que surge uma definição para o conceito de hegemonia.

Atenta-se, inicialmente, para o fato de que hegemonia não é falta de autoridade e/ou ausência de poder: é o oposto disso! Os fatores relacionados à dominação dividem espaço com os elementos de direção em uma relação dialética.

O termo hegemonia deriva do grego *eghestai*, que significa “conduzir”, “ser guia”, “ser líder” ou também do verbo *eghemoneuo*, que significa “ser guia”, “preceder”, “conduzir”, e do qual deriva “estar à frente”.

Com isso, o conceito de hegemonia leva à capacidade de um grupo unificar no entorno dele um bloco ainda mais amplo e não conectado entre si. O grupo ou classe que lidera este bloco é a representação da hegemonia tal que consegue transpassar seus interesses imediatos para manter a articulação de forças heterogêneas em prol de sua tomada de decisão futura, como explicita Moraes (2010):

O conceito de hegemonia desenvolvido pelo filósofo marxista italiano Antonio Gramsci ajuda-nos a desvendar os jogos de consenso e dissenso que atravessam e condicionam a produção simbólica nos meios de comunicação, interferindo na conformação do imaginário social e nas disputas de sentido e de poder na contemporaneidade. No entender de Gramsci, a hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. Além de congregar as bases econômicas, a hegemonia tem a ver com entrecosques de percepções, juízos de valor e princípios entre sujeitos da ação política. (MORAES, 2010, p.1).

O conceito de hegemonia cunhado por Gramsci aplica-se diretamente tanto aos desdobramentos da teoria da agenda, ao compreender que há ali a sobreposição de ideias de um grupo que passa a própria agenda ao público, tanto no que se refere ao dogmatismo instaurado na Ciência Econômica, partindo do pressuposto que a teoria ortodoxa é hegemônica, pois é detentora de poder para prover a expansão de suas ideias ao público acadêmico (tanto em pesquisa quanto no ensino). Por conta disso, seguem-se os desdobramentos das próximas seções.

## 1.2. A teoria do agendamento

A Teoria da agenda do papel da comunicação massiva tem como objetivo formular e documentar um mapa intelectual da influência da mídia em muitos aspectos das agendas políticas, sociais e culturais, com isso, a teoria da agenda foi definida por McCombs (2009, p.12) como: “um mapa intelectual complexo ainda em processo de evolução”.

O surgimento de uma teoria que expressa um dos papéis da comunicação na formação da opinião dos indivíduos deve-se à necessidade de aumentar a compreensão acerca do corpo não entendido pelos cientistas, tal qual sugere Formiga (2006):

O interesse científico pelos processos comunicacionais surgiu a partir da necessidade de se conhecer um dos mais complexos e instigantes elementos de nossa sociedade. A comunicação define o mundo em que vivemos, constituindo um importante aspecto para a capacidade de adaptação dos indivíduos (p.8).

A percepção de que a agenda dos veículos de comunicação é mais importante do que o viés com que uma notícia pode ser apresentada encontrou motivação ao notar a influência de poucos sobre muitos em países como a África do Sul e a Inglaterra, como sugere McCombs (2009, p.7): “A imprensa britânica profundamente disfuncional,



controlada em mais de 75% por três homens de direita, tem o freio entre seus dentes, definindo a agenda do discurso político da nação”.

Para quase todas as preocupações da agenda pública, os cidadãos tratam de uma realidade de segunda-mão, uma realidade que é estruturada pelos relatos dos jornalistas sobre estes eventos e situações, no entanto, o viés que acompanha uma notícia não é, de fato, a fator de maior influência sobre o público.

Na seleção diária e apresentação das notícias, os editores e diretores de redação focam a atenção do público e influenciam nossas percepções naqueles que são as mais importantes questões do dia. Esta habilidade de influenciar a saliência dos tópicos na agenda pública veio a ser chamada de função agendamento dos veículos noticiosos e foi o objeto de estudo de McCombs, tal qual que:

Estabelecer esta ligação com o público, colocando um assunto ou tópico na agenda pública de forma que ele se torna o foco da atenção e do pensamento público - e, possivelmente, ação - é o estágio inicial na formação da opinião pública (MCCOMBS, 2009, p.18).

A busca por uma ligação com o público, apresentando um tema ou assunto é uma maneira de prender a atenção e o pensamento do público, de modo que esse é o primeiro estágio da formação da opinião pública, que pode, também, provocar reações por parte dos receptores das mensagens. Existem métodos, para além da simples seleção de um assunto, que implicam na percepção do público formando uma opinião que considera um tema como mais importante que outro, tais como menção de um determinado assunto em horário nobre (quando uma maior parcela do público é atingida), tempo dispendido para apresentação da notícia, tom de voz e modo como a notícia é produzida ou ainda, de acordo com McCombs (2009, p.18):

Para todos os veículos noticiosos, a repetição do tópico dia após dia é a mais importante mensagem de todas sobre sua importância. Ao longo do tempo, os tópicos enfatizados nas notícias tornam-se os assuntos considerados os mais importantes pelo público.

Estabelecer esta ligação com o público, colocando um assunto ou tópico na agenda pública de forma que ele se torna o foco da atenção e do pensamento público - e, possivelmente, ação - é o estágio inicial na formação da opinião pública tal como seu ponto central, como sugere Formiga (2006):

Entre 1960 e 1980, com a eleição de Kennedy nos Estados Unidos, a televisão desponta como o meio de comunicação de massas mais poderoso. Surge a vontade de fazer da televisão um instrumento de crescimento econômico e transformação social. Há um crescente papel do rádio na política e na cultura adolescente. As críticas são direcionadas à cultura de massas (p.9).

Frente a motivação instigante e à necessidade de trabalhar a temática, a teoria do agendamento ganhou corpo. Com o objetivo de compreender seus processos de formação, a próxima subseção será responsável por descrever os passos iniciais de seu histórico.

### 1.3. Histórico de formação da teoria do agendamento

O contexto de formação das hipóteses centrais da teoria do agendamento é apresentado por Formiga (2006) ao pontuar que:

A primeira geração de pesquisa de Agenda-setting como uma reação aos quatro pontos fundamentais da Teoria dos Efeitos Limitados: o excessivo empirismo e preocupação quantitativa dos estudos, a concentração nos efeitos de curto prazo, a limitação do conceito de opinião pública e a análise do comportamento do receptor apenas no contato com a mensagem. Dentro deste contexto doutrinário, o modelo de Agenda-setting representa uma ruptura nas linhas investigatórias da comunicação (FORMIGA, 2006, p.13).

No que se refere ao objetivo dessa seção, apresentar um breve histórico, deve-se destacar a importância de Walter Lippmann, conhecido como pai intelectual da ideia em 1922 com o lançamento de seu livro que tornou-se um clássico dentre a literatura em comunicação: "Opinião Pública". Lippmann (1922) sustentava a tese de que os veículos noticiosos determinam nossos mapas cognitivos daquele mundo porque são como janelas ao vasto mundo que vai além da nossa experiência.

Há outro precursor da ideia geral que seria formada que contribuiu significativamente também antecipando a hipótese central da Agenda-setting, Park (1925), que destacava em sua obra 'The City', o fato dos meios de comunicação estarem aptos a definir uma ordem estipulada acerca das preferências temáticas, como explica Formiga (2006):

Park (1925), que muito contribuiu para indicar o verdadeiro sentido da notícia como forma de conhecimento, destacava o poder dos meios de comunicação de massa para o estabelecimento de uma determinada ordem de preferências na capacidade de discriminação e nos temas presentes na imprensa, abrindo, assim, o caminho para o problema central da hipótese de Agenda-setting (p.17).

A primeira evidência empírica surgiu no contexto da Faculdade de Comunicação da Universidade da Carolina do Norte, cujo objeto de análise tratava-se da campanha presidencial norte-americana. A hipótese central, delineada pelos conhecidos como 'fundadores da teoria do agendamento', Don Shaw e McCombs, apoiava-se na premissa de que os temas enfatizados nas notícias acabam considerados ao longo do tempo como importantes pelo público, como explicita Formiga (2006):

Entretanto, foi num artigo intitulado *The Agenda-Setting Function of Mass Media*, publicado em 1972 no periódico *Public Opinion Quarterly*, onde Maxwell McCombs e Donald Shaw descreveram os resultados das pesquisas realizadas em duas campanhas políticas de eleições presidenciais norte-americanas, que a hipótese de Agenda-setting ganharia seus contornos mais visíveis, encontrando sua formulação canônica (p.18).

A busca por evidência empírica para sua hipótese levou os pesquisadores a uma pesquisa de campo com os eleitores que não haviam ainda decidido seus votos. O experimento consistia na solicitação de que eles elencassem palavras-chave sobre os temas que os levariam a escolher seu candidato. A saliência dos cinco temas-chave entre os eleitores indecisos era virtualmente idêntica à saliência destes temas na cobertura das notícias, confirmando a hipótese inicialmente desenvolvida por Shaw e McCombs.

Após a constatação da hipótese inicial nesse e em muitos outros contextos explorados por Shaw e McCombs, outros questionamentos surgiram visando dar, ainda mais

corpo à teoria. Indagou-se, então, sobre a relação entre causa e efeito dos objetos: a agenda da mídia impacta na agenda do público ou a agenda do público impacta na agenda da mídia?

Se a segunda opção fosse verificada, a correlação elevada entre os temas faria sentido mostrando a subserviência dos veículos de comunicação ao seu público e, assim, refutando as hipóteses da teoria do agendamento.

Em outros termos é possível dizer que a ideia central é que uma evidência de primeira ordem da teoria do agendamento é que haja uma correlação entre a agenda da mídia e agenda do público. A evidência de segunda ordem trata da causa e efeito considerando a questão temporal.

O segundo desdobramento é compreendido por ser muito mais frágil que o primeiro tal que, para isso, foi necessário recorrer a laboratórios, com o objetivo de realizar experimentos e/ou utilizar, em alguns casos, notícias verídicas visando a análise do impacto das mesmas na agenda do público, buscando verificar-se a relação temporal. Assim, concluiu-se em favor da teoria do agendamento, sugerindo que a agenda da mídia influencia na agenda do público.

Constatou-se, por meio dos experimentos, que o fenômeno do agendamento é usualmente encontrado em temas locais e nacionais. Entretanto, deve-se ressaltar que o público não é um autômato coletivo que aguarda passivamente ser programado pela mídia. O padrão da cobertura da mídia ressoa para algumas temáticas, mas para outras não. A mente do público não é uma tábula rasa esperando para ser escrita pelos *mass media*. Isso acontece porque fatores psicológicos e sociológicos podem estimular ou constranger o grau de influência dos *mass media*. Neste sentido, Eaton (1989) afirma que:

Weaver suggests that the difference between macro level agenda-setting and one's personal priorities explains the differences in the effect-size of agenda setting, in that they are definitionally different. At the macro level, agenda-setting's effect is a distribution of various publics grouped around various "most important" ideas. At this level, agenda-setting works. Agenda-setting's failure is at the personal level, in which the weights of issue coverage do not become the weighted priorities, or even the rank order, within the mind of an individual (EATON, 1989, p. 943).

Ressalta-se, assim, a verificação da validade da hipótese da teoria do agendamento quando a análise está focada nas relações de causa e efeito, em geral. Por conta da impossibilidade de apresentar uma conclusão em uma direção acerca da relação entre causa e efeito:

McCombs (2004) esforça-se em responder as críticas levantadas sobre o modelo de Agenda-setting nos últimos 32 anos. Primeiramente, seus argumentos são direcionados para a crítica recorrente de que as pesquisas realizadas não provam a relação de causalidade entre a agenda dos meios de comunicação e a agenda do público (FORMIGA, 2006, p.77).

## 2. O DOGMATISMO INSTAURADO EM ECONOMIA COMO PAUTA DO MAINSTREAM

Pensar a ciência econômica é indissociável das análises metodológicas. Isso porque a economia não apresenta-se como uma ciência comum: habita a fronteira entre as Ciências Exatas e as Sociais, entendida como uma ciência social aplicada. Entretanto, não há uma categoria proveniente da filosofia da ciência capaz de alocar o estágio de desenvolvimento científico da economia. Nessa linha, no sentido *kuhniano*, não há um paradigma que responde às questões sociais de forma satisfatória, mas há uma teoria que se sobressai dentre as outras, tanto no ensino quanto na pesquisa: a neoclássica.

A teoria neoclássica ocupa um grande espaço, de forma que é vista como corrente dominante, mas não única, apesar de buscar, tanto em termos metodológicos, quanto teóricos, a predominância exclusiva sobre as teorias heterodoxas. Compreende-se, assim, o dogmatismo instaurado em economia como uma pauta do *mainstream*.

Para ampliar os horizontes dessa discussão, recuperações sobre a metodologia da economia e sobre história do pensamento econômico serão expostas na seção seguinte, visando iluminar a discussão acerca do dogmatismo que se instaurou em economia.

### 2.1 Economia como “física social”

O estudo da física está relacionado a várias situações da vida cotidiana. O homem sempre procurou entender o funcionamento das coisas e buscou que a ciência fosse capaz de silenciar tais indagações. O comportamento de observação dos objetos e suas particularidades, a análise dos movimentos realizados e fenômenos observados, puderam se solidificar, tanto que representam hoje algo imprescindível dentro das teorias da física, passando pela compreensão da condição humana em busca da dominação da natureza, ao ponto que hoje formam uma *hard Science*.

A compreensão de fenômenos naturais (trovões, raios, chuva, correnteza e ventos, por exemplo) é uma busca constante que amparou o desenvolvimento da física que contribuiu fortemente para a formulação de novos conceitos e metodologias. Durante um longo período acreditou-se que as leis que regiam a natureza estavam associadas apenas a Terra e suas proximidades, e que nada que não pudesse ser visto a olho nu poderia ser regido pela lei da mecânica macroscópica, por exemplo. Tal qual colocado por Laville e Dionne (1999):

Muito cedo, o ser humano sentiu a fragilidade do saber fundamentado na intuição, no senso comum ou na tradição; rapidamente desenvolveu o desejo de saber mais e de dispor de conhecimentos metodicamente elaborados e, portanto, mais confiáveis (p.21).

Hoje em dia, tal pensamento está desmistificado, embora muitas das leis da chamada física clássica não sejam válidas para as particularidades da física moderna.

A parte à discussão sobre senso comum e ciência pontua-se, apenas, que historicamente, há uma inseparabilidade dentre eles. Por meio de sua iniciação e desenvolvimento metodológico preciso, a física tornou-se um bom “padrão” a ser perseguido pelas outras ciências – como a econômica – dado que sua trajetória, além de remontar há tempos muito antigos, é muito bem-sucedida, cheia de saltos que caracterizam o acúmulo de conhecimento, como sugerido por Kuhn:

Depois da assimilação da descoberta, os cientistas encontravam-se em condições de dar conta de um número maior de fenômenos ou explicar mais precisamente alguns dos fenômenos previamente conhecidos. Tal avanço somente foi possível porque algumas crenças ou procedimentos anteriormente aceitos foram descartados e, simultaneamente, substituídos por outros (KUHN, 2003, p.93).

Quando o objetivo é analisar a história da economia depara-se com um primeiro obstáculo: a dificuldade em datar o início da história do pensamento econômico, compreendendo sua associação inicial com a filosofia e a política. O segundo grande desafio é o fato de a Economia ser uma ciência social aplicada, com peculiaridades relacionadas à linearidade cronológica e ideológica: as correntes teóricas não foram substituídas com base na refutação de um paradigma anterior frente a um teste empírico, tal que não há quebras estruturais, entendido como necessário, como suposto por Kuhn. A colocação de Blaug (1980, p. 15) ilustra, também, dificuldades atinentes à economia:

Todavia, a economia é também uma ciência peculiar, separada, digamos, da física porque estuda ações humanas e, portanto, invoca as motivações e razões de agentes humanos como “causas das coisas” e, digamos, da sociologia e da ciência política porque, de alguma forma, consegue apresentar teorias rigorosas e dedutivas acerca da ação humana que estão quase ausentes naquelas outras ciências comportamentais, e, sendo assim, apresentam algumas características discutíveis.

Para aprofundar essa discussão, a próxima subseção terá enfoque na história do pensamento econômico, especialmente no que se refere aos momentos em que nota-se a presença das agendas e seu comportamento com o passar do tempo.

## **2.2 Algumas agendas presentes na história do pensamento econômico**

Nossa revisão da mudança da agenda da Ciência Econômica começará a partir da chamada Revolução Marginalista deflagrada na década de 1870. Pode-se considerar que até esse momento a disciplina era entendida como uma Economia Política na qual, como o próprio nome indica, questões envolvendo conflitos de interesses entre agentes estavam no centro da discussão.

A proposta de alguns dos autores da Revolução Marginalista levou à transformação da Economia Política a uma Economia (em inglês, uma mudança de “Political Economy” para “Economics”), de maneira que todas as questões resolvendo alocação e, sobretudo, a distribuição dos rendimentos fossem determinadas automaticamente, a partir da participação de cada agente nos processos produtivos.

Certamente, um dos motivos da crítica à economia clássica diz respeito às questões distributivas, procurando uma despolitização dessa questão mais ou menos na mesma data Karl Marx tinha proposto interpretar o processo produtivo das economias capitalistas como um processo de expropriação dos verdadeiros criadores de valor, mas certamente não pode ser entendida apenas a partir dessa perspectiva.

A Revolução Marginalista certamente mudou, de forma definitiva, a ciência econômica. Embora sua visão de mundo mantivesse a fé dos clássicos nos resultados positivos dos mercados desregulados e nas vantagens do livre comércio, sua maneira de fazer ciência era radicalmente diferente daquela dos seus antecessores. Um fator unificador dos marginalistas foi a convicção de que o valor dos produtos do trabalho humano

deve ser avaliado subjetivamente, a partir da utilidade que os indivíduos auferem na aquisição, posse e/ou utilização de bens e serviços. Mas talvez, mais importante para a futura agenda da ciência econômica tenha sido a mudança, defendida somente por parte dos promotores do marginalismo, na maneira de fazer ciência, ou no ideal a ser perseguido. O modelo passou a ser a física, e portanto a economia deveria virar uma “física social”, como proposto por Leon Walras, um dos porta-estandartes dessa Revolução, em seu “Elementos de Economia Política”, publicado em 1874. Outro desses líderes, William Stanley Jevons, na mesma época afirmava em sua “Teoria da Economia Política”, publicada em 1871, que a economia deveria ser matematizada dado que lidava com quantidades.

Pode-se considerar que metáforas baseadas na física de meados no século XIX permitiram aos ramos inglês e francês da Revolução Marginalista propor uma reconstrução da ciência econômica caracterizada pela utilização de um instrumental formal que até esse momento não tinha sido considerado necessário para desenvolver o campo de conhecimento (Mirowski, 1989). Todavia, seu impacto inicialmente forte foi sendo suavizado nas décadas posteriores.

Pode-se avaliar que a Revolução Marginalista foi, em termos gerais, bem-sucedida, na medida em que conseguiu estabelecer sua agenda no centro das discussões, introduzindo a ideia de que uma abordagem formal deveria ser o meio adequado de fazer ciência econômica, indo muito além dos pioneiros na utilização das matemáticas no campo, tais como Cournot e Von Thunen. Mas também não é correto atribuir um sucesso absoluto às suas propostas. A reação gerada foi muito forte, e a utilização de uma linguagem fortemente formalizada provocou fortes críticas.

Uma dessas reações foi a de Thorsten Veblen, o autor da denominação “neoclássico” para se referir aos marginalistas, que em 1898, em seu paper, “Why Economics is not an Evolutionary Science” fez uma crítica frontal à escola. Mas as críticas não se restringiram aos adversários, e o que passou a ser considerado como abuso na utilização da matemática caiu também sob fogo amigo. Notadamente Alfred Marshall, o economista inglês mais importante na virada do século XIX para o XX, propôs a existência de uma continuidade entre os “revolucionários” e seus antecessores que estava bem distantes da atitude de Jevons em relação a eles. Mais ainda, Marshall passou a demonstrar um crescente desconforto com a utilização da abordagem formal como estilo argumentativo prioritário da economia, o que o levou a propor que embora a matemática pudesse servir como instrumento de descoberta para as pesquisas dos economistas, estes deveriam “queimar as matemáticas” antes de publicar seus trabalhos. Nesse clima, verificou-se uma significativa queda da utilização da linguagem formal, e mesmo os principais seguidores dos pioneiros do marginalismo foram bem mais moderados no uso das matemáticas do que seus mestres (Mirowski, 1991).

A reação contra a perspectiva marginalista/formalista avançaria, ao longo das décadas posteriores, chegando-se a uma situação de coexistência de diversas abordagens. O período entre as duas grandes guerras é considerado um interregno pluralista na história do pensamento econômico, durante o qual escolas não neoclássicas, como o institucionalismo original, conseguiram espaços significativos na academia e na formulação de políticas econômicas (Morgan & Rutherford, 1998). E em particular a

ascensão da Revolução Keynesiana deu a impressão que mudaria significativamente a forma de se fazer ciência econômica.

John Maynard Keynes foi talvez o economista que enfatizou mais a necessidade de conseguir um impacto na opinião pública, além de na própria comunidade de economistas. Sua vida e sua obra estiveram caracterizadas por um esforço ativo e consciente de ganhar os corações e as mentes dos economistas, especialmente dos jovens, e do público geral (Anuatti, 1996). Sua “Teoria Geral”, obra que impactou profundamente a teoria e a política econômicas, praticamente não contém nenhuma formalização. A perspectiva keynesiana reorientou a ciência econômica, e a constituição de um campo específico – que viria a ser chamado de macroeconomia – foi em grande medida uma consequência do profundo impacto de suas ideias. Todavia, esse sucesso em termos teóricos não seria alcançado em questões metodológicas.

Poucos meses após o lançamento da Teoria Geral, diversos economistas de formação neoclássica se propuseram reinterpretar a análise keynesiana em termos formais. A proposta que alcançou maior êxito foi a de John Hicks, cujo modelo IS-LM transformava a análise keynesiana num caso particular da análise neoclássica vigente até então (Heller, 2007). Mas, à luz dos eventos posteriores, a mudança mais importante que ocorria nesse momento estava longe dos holofotes. Diversos físicos e matemáticos (como Ragnar Frisch e Jan Tinbergen) se voltaram para a economia no início dos anos 1930 (Mirowski, 1991); outro jovem economista, Paul Samuelson, se propôs em sua tese doutoral mudar o tipo de instrumental matemático utilizado na economia. O próprio Samuelson, talvez o economista com maior responsabilidade individual pelos rumos da ciência econômica nas primeiras três ou quatro décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial<sup>3</sup>, teria um papel fundamental para transformar a versão formalizada de Keynes via Hicks na interpretação canônica da mensagem keynesiana dentro da ortodoxia econômica.

Nesse contexto, a abordagem formal iria crescentemente ganhando espaço, passando a definir o que pode ser considerado legitimamente como Ciência Econômica. Tal que para Colander (2000), a única característica exigida hoje para que um trabalho possa formar parte do *mainstream* da ciência econômica é que ele seja formalizado. Essa mudança de agenda exigiu a convergência de diversos fenômenos. Está muito além das pretensões deste *paper* elencar uma lista completa desses fatores, e seria ainda mais difícil tentar estabelecer relações de causalidade entre eles. Mas certamente entram nessa relação a criação da Comissão Cowles e sua defesa da formalização da ciência econômica; a reinterpretação da teoria do equilíbrio geral por Arrow e Debreu que levaria em 1954 à publicação do seu teorema mostrando a possibilidade da existência (em condições bastante restritivas) desse equilíbrio; o cansaço das elites dos principais países capitalistas com o que era visto como excesso de intervencionismo estatal defendido pelos institucionalistas e keynesianos ortodoxos, mas visto como desnecessário por essas elites após o fim da guerra; a consolidação da macroeconomia da “síntese neoclássica” a partir leitura de Keynes por Hansen, Samuelson, Patinkin etc.

3 A economista Deirdre Mc Closkey sugeriu que a economia ortodoxa atual deveria ser denominada “economia samuelsoniana”.

Dessa maneira, ao chegar aos anos 1960, a mudança de agenda da ciência econômica passa a ser quase absoluta. Todavia, os críticos do tsunami ortodoxo ainda encontrariam algum espaço para formular seus questionamentos. Talvez a denominada “Controvérsia do Capital”<sup>4</sup> tenha sido o último grande episódio pluralista da ciência econômica (Harcourt & Laing, 1971). Nele, líderes intelectuais da ortodoxia, como Paul Samuelson e Robert Solow, ainda acharam relevante se engajar numa discussão com críticos da visão neoclássica, como Joan Robinson e Piero Sraffa. A partir daí, economistas heterodoxos nunca mais teriam a deferência de serem tratados pela ortodoxia como interlocutores dignos de respeito. A mudança da agenda estava assim concluída.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi relacionar, de modo interdisciplinar, os conceitos provenientes da teoria da agenda e a noção de hegemonia proposta por Gramsci com as teorias econômicas, como são observadas na organização atual. A hegemonia sugerida por Gramsci perpassa a noção de consenso, relacionando-se, também, com a liderança político-ideológica e cultural de um bloco sobre os outros. A Teoria da Agenda, por sua vez, remete ao papel da comunicação em massa como um meio para elaborar e registrar a influência da mídia nas agendas sociais e culturais, bem como políticas e econômicas. A ideia geral da Teoria da Agenda é evidenciar que o papel da comunicação na formação da opinião pública está além do viés vinculado a uma notícia e, então, fortemente relacionado com o simples fato de aquele assunto em específico ter se tornado notícia, assim como com a repetição dada a determinadas temáticas, reforçando a importância delas para a opinião pública.

O que fizemos aqui foi relacionar áreas diferentes do conhecimento para sugerir que há um dogmatismo, no sentido de dominação, que se relaciona diretamente ao conceito de hegemonia proposto por Gramsci, protagonizado pelos adeptos da escola neoclássica, e pode ser visto como um caso de formação de uma agenda, como suposto pela Teoria da Agenda. Apontamos para essa direção com base no que se refere ao impacto dos assuntos tratados pela ortodoxia da economia e à hegemonia que leva ao dogmatismo que exclui as pautas da heterodoxia das discussões relevantes, com ênfase nas questões relacionadas à formalização da economia e no seu trato como ‘física social’.

O trabalho analisou a constituição da ortodoxia neoclássica e a atitude dogmática vistas como um processo de formação de uma agenda específica para esta Ciência. Essencialmente, a história do pensamento econômico passa por algumas etapas, tal que, a princípio, há uma análise referente ao modo como os proponentes da Revolução Marginalista em finais do século XIX, tentaram impor uma agenda que determinava o que poderia ser legitimamente considerado Ciência Econômica. Essa agenda teve um relativo sucesso, como apresentado na seção anterior.

Com isso, nossa proposta interdisciplinar de relacionar áreas correlatas cumpre o objetivo de recuperar conceitos desses campos para explicar o dogmatismo instaurado na Ciência Econômica, tal que a ortodoxia é vista em uma posição hegemônica cujas pautas são passadas à comunidade científica sem que os acadêmicos notem que os assuntos tratados são, na verdade, trazidos pela agenda da ortodoxia.

4 Também conhecida como “Cambridge x Cambridge”, por enfrentar alguns economistas da tradicional universidade inglesa com outros do MIT, localizado em Cambridge, Massachusetts.



## REFERÊNCIAS

- BLAUG, M. **Metodologia da Economia ou como os Economistas Explicam**. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- CASANOVA, Pablo González. **As Novas Ciências e as Humanidades: da Academia à Política**.,SP, Editorial Boitempo, 2006.
- EATON Jr., Howard: “Agenda setting with bi-weekly data on content of three national media”. **Journalism Quarterly**. n. LXVI, 1989, págs. 942-948, 959.
- FORMIGA, F. O. N. **A evolução da hipótese da agenda-setting**. Disponível em <<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2257/3/Formiga,%20F.%20A..pdf>>, Acesso em 02/05/2016
- HARCOURT, G & LAING, N. (eds.). **Capital and Growth**. Harmondsworth: Penguin, 1971.
- HELLER, C. “Hicks, a teoria geral e a teoria geral generalizada”. **Economia** (Brasília), v. 8, p. 401-436, 2007
- KOCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011
- KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- LAVILLE, C. e DIONNE **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG 1999.
- MCCOMBS, M. **A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- MIROWSKI, P. **More Heat than Light**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- MIROWSKI, P. “The when, the how and the why of mathematical expression in the history of economic analysis”. **Journal of Economic Perspectives**, 5 (1): 145-57, 1991.
- MORAES, D. **Comunicação, Hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci**. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/12420/8298>. Acesso em 06/06/2016
- MORGAN, M & RUTHERFORD, M (orgs). **From Interwar Pluralism to Postwar Neoclassicism**. Durham (NC): Duke University Press, 1998.
- MORIN, E. **A Cabeça bem feita, Repensar a reforma, reformar o pensamento**. Editora Bertrand Brasil, 1999.

## ENTRE O SOFRIMENTO E A CRIAÇÃO: O TRABALHO NA FABRICAÇÃO DE SEMIJOIAS

**Flavia Traldi de Lima**

Psicóloga e aluna do Mestrado interdisciplinar  
em ciências humanas e sociais aplicadas FCA/UNICAMP  
*flaviatraldi@hotmail.com*

**Marta Mesquita Silva**

Fisioterapeuta e aluna do Mestrado interdisciplinar  
em ciências humanas e sociais aplicadas FCA/UNICAMP  
*martamesquitasilva@yahoo.com.br*

**Sandra F. Bezerra Gemma**

Ergonomista e Professora Doutora do Mestrado  
interdisciplinar em ciências humanas e sociais  
aplicadas da Faculdade de Ciências Aplicadas FCA /UNICAMP  
*sandra.gemma@fca.unicamp.br*

### RESUMO

Que tipo de trabalho está por trás da produção de semijoias? Como é esse trabalhar no contexto atual? A partir de uma pesquisa de campo desenvolvida em três fábricas da cidade de Limeira-SP, buscou-se discutir como este tipo de trabalho, apesar de ser marcado por constrangimentos de tempo, pressão, controle e dimensões técnicas, que revelam sofrimento para o sujeito, possibilita emergir um trabalhar criativo. Para isso utilizou-se referenciais teóricos da Ergonomia da Atividade e da Psicodinâmica do Trabalho como apoio, por meio dos quais se buscou observar o trabalho em situação real, através de registros e entrevistas. Para enfrentar o real do trabalho que se apresenta por resistências ao fazer, os trabalhadores utilizam a criatividade como recurso para transformar o sofrimento em prazer, aumentando assim sua resistência ao sofrimento patológico. Por conseguinte, o sofrimento criativo torna-se impulso para o possível, para a concretização do fazer, no emergir de peças como brincos, colares, anéis e pulseiras, entre outros.

**Palavras-chave:** trabalho, semijoias, sofrimento, criatividade.

### ABSTRACT

What kind of work is behind of the semi-jewels production? How is this work in the actual context? Through a field research in three factories of Limeira-SP, it was discussed how this kind of work, although marked by constraints of time, pressure, control and technical dimensions, that unfolds suffering for the subject, enables to emerge a creative work. Therefore, theoretical references of Ergonomics of Activity and Psychodynamics of Work were used to observe the work in real situations, through registers and interviews. In order to face the reality of work that is presented by resistances in *doing*, the workers use the creativity as resource to transform suffering in pleasure, increasing the resistance of workers to pathological suffering. Thereby, the creative suffering becomes impulse for the possible, for the concretization of doing, to emerge products like earrings, necklaces, rings, bracelets, and others.

**Key-words:** work, semi-jewels, suffering, creativity.

## INTRODUÇÃO

O ouro tem sido explorado por praticamente toda a história da humanidade, simples ornamentos de ouro, estão entre os mais antigos objetos feitos pelo homem. A história da joalheria compreende o trabalho e a criatividade de sucessivas gerações de artesãos no desafio de transformar materiais preciosos em ornamentos de elevado valor artístico. Foi no segundo milênio A.C. que o homem começou a minerar o metal. Histórias de guerras e tratados eram orientados de forma a se obter o melhor acesso ao ouro. Na antiguidade, o ouro era usado não só como ornamento, mas também servia para distribuir riquezas e era guardado como um sinal de poder. Governantes e templos acumulavam grandes tesouros, em geral, na forma de vasos ou outros objetos, além de joias. E até os dias de hoje, os metais preciosos e as joias refletem o que se julga beleza e são considerados de estima material.

O trabalhar com as joias foi, por muito tempo, apenas com o auxílio de martelo, mas atualmente, diferentes formas de tecnologia foram desenvolvidas e entraram em cena para oferecer diversidade e novidades, mantendo-se a qualidade, julgada por brilho e resistência (SENAI, 2011). O IBGM indica um terço da produção de gemas do mundo é brasileiro e, no que se refere à produção de ouro, o Brasil alcançou, em 2008, a 12ª posição no ranking. Atualmente, a cidade de Limeira é conhecida como a “Capital do Folheado”, concentrando a maior produção e exportação de semijoias e bijuterias do país e operando como um dos principais polos da América Latina (VILELA; FERREIRA, 2008). Limeira, tornou-se referência na produção de semijoias para mercado interno, e, também, para exportação (IBGM, 2016). Grande porcentagem dessa fabricação a destina-se ao mercado interno, sobretudo regiões como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Contudo, há um número significativo de exportações para países como Chile, Peru, México, EUA e alguns países da Europa, que também consomem brincos, colares, pingentes, anéis e pulseiras fabricados no município. Segundo a Associação Limeirense de Joias (ALJOIAS, 2014), a cidade conta atualmente com mais de 500 empresas que produzem cerca de 50 toneladas de peças mensais e geram em torno 40 mil empregos diretos e indiretos.

Frente à realidade do município e as complexidades que o envolvem, este artigo busca discutir como o trabalho na produção de semijoias em Limeira, apesar de ser marcado por constrangimentos de tempo, pressão e controle e dimensões técnicas, que revelam sofrimento para o sujeito, possibilita emergir um trabalhar criativo. Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo em três fábricas de semijoias, de grande porte, utilizando a Ergonomia da atividade e da Psicodinâmica do trabalho como referencial teórico por permitirem observar o trabalho em situação real, pesquisando registros e realizando entrevistas. A Análise Ergonômica do Trabalho (AET) pleiteia compreender aspectos e condições do trabalho para transformá-lo, descrevendo a construção de problemas (GUÉRIN, 2001). Enquanto que a Psicodinâmica do Trabalho permite observar as vivências subjetivas relacionadas ao trabalhar (DEJOURS, 2009).

A trajetória aqui descrita tem início com a apresentação do contexto das fábricas de semijoias na cidade de Limeira-SP e sua dinâmica de produção, seguindo pela questão da criatividade que envolve a atividade de sujeitos, que lidam diariamente com trabalhos manuais nas confecções de milhares de peças, como brincos, colares, pulseiras, anéis e brincos, de diferentes tipos e colorações galvânicas. No capítulo seguinte aborda-se o conceito de sofrimento no trabalho e o sofrimento criativo.

## 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 1.1 A PRODUÇÃO DE SEMIJOIAS

Caracterizada como um Arranjo Produtivo Local (APL), Limeira apresenta em sua maioria, micro e pequenas empresas do segmento de semijoias, de capital social familiar, com produção crescente (DI GIULIO, 2007). Sabe-se que nem todas as empresas prestam o mesmo tipo de serviço. Há empresas que exercem apenas atividade de produção de peças brutas, estampadas e fundidas, como peças que não recebem a deposição de metais preciosos em sua superfície. Outras trabalham apenas com a galvanoplastia de brutas, processo popularmente conhecido como “banho”, no qual são depositados metais como ouro e prata sobre as peças. Existem ainda as fábricas que contam com ambos os processos. A preparação para que os processos manuais e de maquinário aconteçam, bem como sua finalização, envolvem tarefas como: separação de milhares de peças, de acordo com os processos produtivos pelos quais irão passar, conferência de milhares de produtos e separação por cliente, montagem de milhares de produtos como pulseiras, brincos, entre outros.

A dinâmica das fábricas onde foi possível realizar esta pesquisa de campo, conta com procedimentos de preparação de forma manual e maquinário, que englobam o manuseio de milhares de peças, de diferentes tipos. Os problemas construídos juntos aos trabalhadores e gestores das fábricas estão ligados a constrangimentos de tempo devido a prazos exíguos numa variabilidade imensurável de possibilidades de serviços e produtos, devido ao universo de incontáveis opções de peças e produtos, além das possibilidades de combinação destes.

A maior parte da produção é puxada, partindo do pedido de clientes, por isso o momento de necessidade de produção é o imediato ao da venda. As fábricas recebem pedidos diários bastante inconstantes, não sendo possível predizer com antecedência o que será realizado. No caso da produção, só se vê a peça que será trabalhada momentos antes de se iniciar o trabalho. Além disso, devido à impossibilidade de acelerar tarefas que envolvem as máquinas, somada à urgência de atender os clientes, nas demais tarefas que envolvem o processo de fabricação, se persegue um constante incremento na velocidade. Assim, todo o trabalho manual incorpora o peso do prazo, geralmente exíguo e demandas de qualidade.

Os encaixes, frequentemente feitos para atender determinados consumidores, acabam gerando atrasos de outros pedidos e demandando renegociações. Em decorrência desse fato, é marcante a existência de queixas a respeito do relacionamento entre os consumidores de serviços e funcionários, visto que há uma intensa cobrança quanto aos pedidos. Parte dos clientes, mesmo sabendo que existe um tempo de finalização do processo de fabricação, pois estes seguem um fluxo linear em que cada etapa ajustante da produção é totalmente dependente da etapa amontante, não tolera o prazo de entrega dos pedidos e atua realizando ligações de cobrança diariamente.

De acordo com o ritmo frenético de produção, o prazo de devolução das peças acabadas aos clientes tem variação entre 15 e 20 dias; podendo ser alterado dependendo da pressão de devolutiva exercida pelo cliente. Os períodos do ano de alta produção nestas fábricas concentram-se nos meses que antecedem as feiras de joias e datas comemorativas como dia das mães, dia dos namorados e natal. Tais períodos comumente demandam a realização de horas extras que variam de acordo com a quantidade de pedidos e o tempo de entrega aos clientes. Nota-se que algumas empresas não realizam hora extra,

contudo para adiantar alguns processos de produção, os trabalhadores levam trabalho para serem finalizados em suas próprias casas.

Para conseguir atingir os prazos demandados pelos clientes e reduzir custos, muitos trabalhos dos setores de fabricação são terceirizados, o que equivale dizer que são feitos externamente à fábrica. No município, a informalidade insere-se como uma questão muito presente neste seguimento, envolvendo o trabalho domiciliar de mulheres (LACORTE, 2012). Neste contexto, vale lembrar que a cidade é conhecida também pelo uso da mão de obra informal de jovens e crianças, vinculada à pressão por produção com baixos custos do setor (VILELA, 2008), característica que não será abordada aqui com profundidade, mas que precisa ser lembrada na medida em que está atrelada ao quadro de forma geral.

Nota-se que com o passar do tempo a produção de semijoias e bijuterias adquiriu processos de fabricação eficientes e novas tecnologias que ostentam suas capacidades. No entanto, tais capacidades ainda estão distantes de alcançarem a completude de tudo que cerca a matéria fabricada, pois apesar do peso das regras, a criatividade dos trabalhadores aparece e o próprio ser se desvela nas peças, mesmo que de forma inibida.

## **1.2. O TRABALHAR NA PRODUÇÃO DE SEMIJOIAS - ENTRE O SOFRIMENTO E A CRIAÇÃO**

As empresas estudadas na pesquisa realizam, na perspectiva comercial: a Galvanoplastia, processo eletrolítico que recobre metais brutos (metais de valor financeiro mais baixo) com ouro e prata em diferentes cores, comumente, conhecido como Banho; a Fundição, geração de peças brutas por derretimento dos metais; e a Estamparia, produção de peças brutas por corte e prensa de chapas metálicas. Os processos descritos são realizados por equipamentos, a galvanoplastia depende de tanques com substâncias químicas líquidas e eletricidade, a fundição, de máquinas e a estamparia, de prensas automáticas. No entanto, o funcionamento destes equipamentos, inserção correta de matéria-prima e demais detalhes de montagem, entre outros, são completamente dependentes da ação dos trabalhadores.

Nas fábricas em que se realiza o processo de galvanoplastia, existe a possibilidade de se comprar, também, os serviços de aplicação de ródio ou betume, realizados exclusivamente por mulheres, e considerados por agregar forte atributo estético nos produtos, deixando-os mais bonitos. O primeiro é um metal que proporciona uma coloração prateada diferenciada, mais brilhante, sobre o produto e é aplicado na forma pastosa com um instrumento em formato de caneta. O trabalhador molha a ponta do instrumento no metal e o coloca sobre o ponto que deseja colorir. De maneira muito similar também ocorre com a aplicação de betume, um verniz que proporciona uma coloração negra e é aplicado com um pequeno pincel, o qual se molha no recipiente que guarda tal substância. Diferente do ródio, é preciso esperar secar para se ver as pinceladas de betume, que ficam como manchas envelhecidas sobre a prata.

Estas tarefas não são claramente especificadas, uma vez que cada peça é diferente da outra em forma, tamanho, presença de pedrarias e utilidade (brinco, anel, pingente ou outros). Além disso, a fábrica recebe pedidos diários e imprevistos, não sendo possível predizer com antecedência o que será realizado. Só se vê a peça que receberá a aplicação do ródio ou pintura com betume momentos antes de se iniciar o trabalho.

Uma frase comum expressada pelos trabalhadores desta fábrica é: “- *Todo dia é uma surpresa*”-. Existe uma experiência, a partir da qual se tem ideia da área da peça onde se aplicar ródio, mas a variedade em possibilidades é tanta que não se prevê preço da mercadoria com a aplicação do ródio, o valor é passado para o cliente, somente após a finalização do serviço. Isso porque se cobra por “pontos de aplicação” que a trabalhadora realizou. Sendo assim, elas podem escolher, dentro de certo limite, como pintar as peças. Destaca-se ainda a questão da responsabilidade e da preocupação com o erro, na medida em que cada ponto é como uma pincelada sem volta, ou seja, não há como apagar ou corrigir o que é pintado. E as trabalhadoras dizem: “- *Veja como fica bonito e brilhante!*”-. A pintura com betume se fixa de maneira distinta em diferentes topografias das peças e o resultado final não é imediatamente visto após a aplicação. Elas pintam e deixam secar por alguns minutos. Em uma visita, a trabalhadora disse “- *Espere até secar para ver como ficará bonito*”-.

Assim como todo trabalho, a rotina das fábricas de semijoias e bijuterias é marcada por constantes eventos inesperados, incidentes, conflitos e panes que acontecem no caminho percorrido entre o prescrito pela organização e o trabalho efetivo. Isso porque, as situações reais de trabalho são dinâmicas, instáveis e apresentam incoerências, que podem ser provenientes tanto da matéria, das ferramentas, das máquinas, como dos trabalhadores, chefes e hierarquias. Tal compreensão, insere-se na perspectiva da Ergonomia da Atividade e da Psicodinâmica do Trabalho, as quais consideram que o trabalho ancora-se no *real* do trabalho, ou seja, está ligado diretamente às questões do vivido e às situações que emergem no momento em que o trabalho realmente acontece.

O real se deixa conhecer por aquele que trabalha por sua resistência aos procedimentos, técnicas e prescrições. O mundo real confronta o sujeito levando-o ao fracasso e provocando uma experiência dolorosa, desagradável que proporciona sentimentos de impotência ou angústia, até mesmo de irritação, decepção e desânimo; aquilo que designamos pelo nome de sofrimento (DEJOURSb, 2012).

Nessa perspectiva, trabalhar é continuar indefinidamente a buscar, recomeçar e, sobretudo, encontrar uma solução possível. É encontrar para um problema específico, “um truque”, um “jeitinho”, uma “astúcia”. Para isso, é necessário recorrer a um tipo de inteligência bem particular, pois “a inteligência mobilizada, é uma inteligência que descobre, uma inteligência que inventa, às vezes trata-se de uma *inteligência criativa*” (DEJOURSa, 2012, p. 40). Sendo uma inteligência não acadêmica, a inteligência criativa permite o imprevisto e a inventividade e não a resolução de problemas, cuja a solução se conhece de antemão.

“A princípio, portanto, trabalhar é fracassar, trabalhar é sofrer. E a solução é um produto direto do sofrimento no trabalho” (DEJOURS, 2009, p. 51), visto que é a partir do sofrimento que surge a intuição, o progresso possível. Contudo, esse sofrimento afetivo do encontro com o real, não é uma consequência última, mas ponto de partida, expressão inicial da inteligência (DEJOURSb, 2012). Fundamento essencial para o sujeito transformar o sofrimento encontrando formas de superação da resistência do real. Assim, sofre-se criativamente para enfrentar a situação, para resolver os desafios que o contexto de trabalho apresenta ao trabalhador (SNELWAR, LANCMAN, USHIDA, 2011).

Se trabalhar é fracassar, isso significa que no trabalho a normalidade supõe sempre a existência de sofrimento. No entanto, a normalidade não implica ausência de sofrimento (DEJOURS, 2007). Pois, embora a normalidade possa refletir um equilíbrio saudável, pode também se manifestar como sintoma de um estado patológico, ou seja, o estabelecimento de um precário equilíbrio entre as forças desestabilizadoras dos sujeitos e seus esforços, individuais e coletivos, no sentido de se manterem produtivos e atuantes à custa de muito sofrimento (LANCMAN, USHIDA, 2003).

Quando o trabalhador utilizou todos os seus recursos e não tem mais como mudar a tarefa, surge o sofrimento patogênico. Falar em sofrimentos criativo e patogênico não significa afirmar necessariamente que existam dois tipos de sofrimento, mas que na realidade esses termos designam dois destinos diferentes do sofrimento (SNELWAR, LANCMAN, USHIDA, 2011, p.15): “O destino do sofrimento criativo é o de se transformar em prazer e em experiência estruturante. O destino do sofrimento patogênico é a doença que surge quando as defesas não cumprem mais a sua função defensiva” (MOLINIER, 2006, p. 60).

Nas palavras de Snelwar, Lancman, Ushida (2011) entende-se que a criatividade é usada para transformar o sofrimento, aumentando a resistência do trabalhador ao risco de desestabilização psíquica e somática. Neste caso, o trabalho funciona como mediador da saúde. Mas quando o uso desta criatividade é barrado ou quando já foram usados todos os mecanismos possíveis e as pressões continuam, o sofrimento torna-se patogênico, pois leva ao desequilíbrio psíquico e à descompensação e, conseqüentemente, à doença. Aqui, o trabalho irá funcionar como mediador da desestabilização e da fragilidade da saúde.

Para Dejours, ninguém se sabe criativo ou considera sua produção criativa. É na relação com o outro, que julga e reconhece nosso trabalho ou nossa obra como engenhosa e criativa, que podemos ter certeza do que realizamos, que criamos a consciência de nossa criatividade (SNELWAR, LANCMAN, USHIDA, 2011, p.15). Os julgamentos ocorrem a partir do trabalho realizado e são proferidos por atores específicos, engajados diretamente na gestão coletiva da organização de trabalho (DEJOURSb, 2012).

No contexto da fabricação de semijoias, a questão do processo criativo pode ser observada, assim como anteriormente descrito. Constantemente realizados através de uma avaliação visual ou contemplação dos trabalhadores, novos modelos de produtos são desenvolvidos, inclusive pelos próprios trabalhadores. Em uma das fábricas analisadas, um trabalhador do setor de fundição é notadamente conhecido por suas criações. Ele desenha os modelos em um programa de computador e ao contar como isso acontece, ele diz e gesticula:

*“- Eu vou tendo ideias, imagino como pode ficar! Começo a desenhar, vou mudando e vai saindo!”.*

Esta criação ocorre de forma livre até o limite do que a máquina de fundição é capaz de produzir com a qualidade desejada.

Em outra empresa, novas peças são criadas e montadas a partir do aproveitamento de demais peças que não foram vendidas, ou não saíram como imaginado para compor outro produto. Para evitar desperdício, as trabalhadoras inventam novas pulseiras, colares e brincos, e os montam manualmente, com auxílio de alicates, fios e agulhas. Em uma visita, uma trabalhadora diz:

*“- Eu fico olhando, olhando... Faço outra coisa, volto e começo a montar. Se não gosto, deixo, desfaço e tento depois. Até eu achar que está ficando bom!”.*

Assim, são expressas suas criações, partindo do zero, são registros destes trabalhadores que mostram com satisfação o que consideram seus inventos, sua arte. Em conversa com uma trabalhadora do setor de vendas, esta expressa seu prazer no trabalho que desempenha:

*“Ai, sinceramente, eu sinto uma satisfação todos os dias em sair da minha casa e vir pra cá, eu não me vejo não vindo pra cá todos os dias”-.*

Em sua maioria, os que trabalham se esforçam por fazer o melhor, colocando nisso muita energia, paixão e investimento pessoal (DEJOURS, 2007). Assim, o trabalho insere-se como uma forma de descoberta, de aprendizado, de colocar em prática aquilo que ainda não se sabe ou oportunidade de aprimorar com novas técnicas o seu fazer.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as criações realizadas nas fábricas de semijoias estudadas estejam impulsionadas e rodeadas de intenções de padronização, sobre preços, custos, prazos, tempos e do sofrimento presente no trabalhar, evidencia-se notavelmente a presença de sujeitos capazes de lidar com as anomalias e imprevistos que inevitavelmente surgem para atrapalhar o funcionamento da produção, por meio de sua inteligência criativa. Por ser a inteligência criativa fundamentalmente subjetiva, afetiva e corporal, o trabalhar é uma experimentação que não pertence ao mundo visível, ao mundo mensurável e objetivo. Por isso, entende-se que o trabalho vai muito além das relações salariais ou empregatícias, pois aqui o fato de trabalhar implica os gestos, o saber-fazer, o engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir a diferentes situações, é o poder de sentir, de pensar, de inventar. Ou seja, é o trabalho real, o trabalho vivo, aquele que essencialmente não se vê, mas sem o qual tudo que é visível não ganharia expressão.

Sabe-se que no trabalho com semijoias, as trabalhadoras elaboram os produtos a partir de seu trabalho manual que resiste às possíveis pressões de padronização, abrindo assim uma fresta para sua individualidade. Contudo, ao se colocar em conflito com a matéria que manejam diariamente, através de uma experiência desagradável vivenciam também o sofrimento. A criatividade, nesse caso, insere-se como um recurso para transformar o sofrimento em prazer, aumentando a resistência do trabalhador ao sofrimento patológico. Assim, o sofrimento criativo torna-se impulso para o possível, para a concretização do fazer, no emergir de peças como brincos, colares, anéis e pulseiras, entre outros. Na possibilidade de aumentar a capacidade de experimentar prazer, sabe-se que aquele que trabalha descobre em si não apenas novas habilidades, mas ainda descobre em si novos registros de sensibilidade. Pela experiência do trabalhar, o sujeito aprende a conhecer seus próprios limites, suas imperícias, ampliando também em si o repertório de impressões afetivas e descobrindo novas qualidades de virtuosismo que acaba também por apreciar.



## REFERÊNCIAS

- ALJOIAS - Associação Limeirense de Joias. <[http://www.alj.org.br/site/noticia\\_detalhes.php?ID\\_Noticia=756](http://www.alj.org.br/site/noticia_detalhes.php?ID_Noticia=756)>.
- DEJOURS, C., 2007. Banalização da injustiça social. 7º edição. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- DEJOURS, C., 2009. Entre o desespero e a esperança: como re-encantar o trabalho. Dossiê: Qual é o sentido do trabalho? *Revista CULT* 139(12),49-53.
- DEJOURS, C., 2012a. Trabalho Vivo: Sexualidade e trabalho. Vol.1. Brasília: Paralelo 15.
- DEJOURS, C., 2012b. Trabalho Vivo: Trabalho e emancipação. Vol. 2. Brasília: Paralelo 15.
- DI GIULIO, G. Polo de joias e bijuterias cresce com informalidade e pouca inovação. *Inovação Uniemp, Campinas*, v.3, n.2, 2007.
- IBGM - Instituto Brasileiro de Gemas e Metais preciosos. Exportações estaduais do setor de gemas e metais preciosos (jan/dez de 2015). Disponível em: < <http://www.ibgm.com.br/blog/exportacoes-estaduais-do-setor-de-gemas-e-metais-preciosos-jan-dez-de-2015/>> Acesso em: 10.07.2015.
- GUÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blücher: Fundação Vanzolini, 2001.
- LACORTE, L. E. A construção de políticas públicas em rede intersetorial para a erradicação do trabalho infantil em Limeira-SP. 2012, f. 172. Dissertação de Mestrado Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. São Paulo, 2012.
- LANCMAN, S.; UCHIDA, S. Trabalho e subjetividade: o olhar da psicodinâmica do trabalho. *Caderno de psicologia social do trabalho*. São Paulo, v.6, dezembro, 2003.
- MOLINIER, P. Les enjeux psychiques du travail. Paris, Payot & Rivages, 2006.
- SNELWAR, L; UCHIDA, S; LANCMAN, S. A subjetividade no trabalho em questão. *Tempo social, Revista de Sociologia da USP*, v.23, n.1, 2011.
- SENAI. Caracterização do setor de gemas, joias e metais preciosos no Brasil, perspectivas para inovação e desenvolvimento setorial. Série estudos setoriais. Prof. Hilton Manuel Dias Ribeiro. n. 11: Brasília: Modelo SENAI de prospecção, 2011.
- VILELA, R.; FERREIRA, M, 2008. Nem tudo brilha na produção de joias de Limeira - SP. *Revista Produção*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 183-194.

## A INCORPORAÇÃO DA CURVA DE PHILLIPS NA TEORIA ECONÔMICA BRASILEIRA E A CONTESTAÇÃO DE SUA VALIDADE

JÉSSICA GESIENE NASCIMENTO

*Mestranda do programa de pós-graduação  
em ciências humanas e sociais - UFABC  
jess.gnascimento@gmail.com*

### RESUMO

Este trabalho se propõe a investigar o debate teórico acerca das causas da inflação brasileira protagonizada por monetaristas proponentes da Curva de Phillips e Inercialistas durante as décadas de 1970 e 1980. Estas duas linhas alternativas de pensamento disputavam a orientação de política de estabilização de preços no Brasil durante o referido período. Os proponentes da Curva de Phillips, teoria importada de países desenvolvidos, entendiam que o aumento da inflação estava relacionado com a diminuição do hiato do produto. O receituário ortodoxo era proposto para combater a inflação. Os inercialistas rejeitavam a ideia de que contrações do produto seriam eficazes no combate a inflação, uma vez que a inflação seria causada pela indexação de contratos e teria componentes de reprodução autônomos não passíveis de correção via livre mercado. A análise inercialista foi desenvolvida dentro do contexto brasileiro e procurava atender nosso problema de forma original. O artigo expõe os desdobramentos desta disputa.

**Palavras - chave:** Inflação, desemprego, teoria Inercial , Curva de Phillips.

### ABSTRACT

This paper aims to investigate the theoretical debate about the causes of the Brazilian inflation carried out by monetarists, proponents of the Phillips Curve, and Inertialists during the 1970s and 1980s. These two alternative lines of thought disputed the policy orientation of price stabilization in Brazil during that period. Proponents of the Phillips Curve, theory imported from developed countries, understood that the increase in inflation was related to the decrease in the output gap. The orthodox recipe was proposed to combat inflation. The inertialists rejected the idea that product contractions would be effective in combating inflation, since inflation would be caused by indexed contracts and it would have an autonomous reproduction component that could not be corrected via the free market. The inertialist analysis was thought within the Brazilian context and sought to address our problem in an original way. The article explains the consequences of this dispute.

**Key - words :** inflation , unemployment, Inertial theory , Phillips curve.

## INTRODUÇÃO

Durante a década de 1970 a Curva de Phillips apareceu nas publicações acadêmicas brasileiras, no contexto de desenvolvimento de teorias, cujo objetivo era combater a escalada da inflação que o país vivenciava. Este artigo propõe-se a mostrar como a curva de Phillips foi incorporada ao debate sobre políticas de estabilização de preços da economia brasileira durante a década de 1970-1980 e quais contestações a teoria encontrou. A relevância deste trabalho se dá pela pouca investigação feita sobre este debate.

O debate sobre como estabilizar a taxa de inflação era inicialmente disputado por defensores do choque ortodoxo e do gradualismo. O choque ortodoxo propunha um rígido controle da oferta monetária e/ou da demanda agregada nominal, que deveria crescer de acordo com a taxa de expansão do produto de “pleno emprego” para zerar a inflação<sup>1</sup> (SERRANO,2010).

Por outro lado, defensores do gradualismo utilizavam o formato da curva para justificar que o combate gradual à inflação seria menos doloroso para o povo e menos impopular para o governo, para se alcançar a almejada estabilidade econômica do que o choque proposto pelo FMI aos países latinos que lidavam com altas taxas de inflação no período. Os economistas que advogavam pelo combate gradual pretendiam obter a estabilização de preços sem incorrer em crises de estabilização, com políticas fiscal e monetária menos rígidas do que aquelas recomendadas pelo FMI. No período de 1958-1967, o gradualismo foi base de planos de estabilização brasileiros, sendo empregado primeiro pelo Programa de Estabilização Monetária (PEM) de 1958 (durante o governo de Juscelino Kubitschek), em seguida, pelo Plano Trienal (1962, mandato de João Goulart), e finalmente, pelo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) de 1964, durante a ditadura militar (BASTIAN, SÁ-EARP, 2012).

Além dos defensores do gradualismo, economistas adeptos do modelo de realimentação inflacionária proposto por Simonsen (1970) também discordavam da proposta de choque ortodoxo. Estes economistas disputavam com os defensores do gradualismo a orientação de políticas econômicas de estabilização dos preços, sendo que a principal crítica feita aos economistas proponentes da análise baseada na Curva de Phillips consiste na não inclusão da política salarial brasileira ao modelo, característica central para explicar a dinâmica inflacionária brasileira segundo a formulação baseada no modelo de realimentação.

As críticas ao choque ortodoxo e soluções apresentadas pelas duas correntes diferem pela natureza distinta dos dois modelos. De acordo com Lopes (1979) a teoria contida no modelo de realimentação é de cunho estruturalista, já a teoria da curva de Phillips seria de natureza monetarista baseando-se na versão aceleracionista como a versão proposta por Friedman (1968) e Phelps (1967). Proponentes do modelo de realimentação avaliam que o choque ortodoxo seria prejudicial por causar uma queda permanente do produto. A solução apresentada pauta-se principalmente no controle de preços, com objetivo de evitar sacrifícios em termos de perdas do produto.

1 A proposta de uma taxa fixa de emissão monetária para controlar o nível de preços tem cunho monetarista e já havia sido apresentada, por exemplo, por Milton Friedman em seu artigo de 1968 “The role of monetary policy”.

Utilizando a curvatura da curva de Phillips, Contador (1977) justifica o uso da política gradualista no combate à inflação como alternativa ao choque ortodoxo<sup>2</sup>, alegando que a contração do produto resultante do combate gradualista seria menor. Dentro deste arcabouço teórico, não há perda permanente do produto sendo que o último retorna à taxa natural uma vez que as expectativas se ajustarem.

Lopes (1979) aponta que economistas de tradição monetarista tendem a atribuir um custo menor a políticas de estabilização tipicamente ortodoxa<sup>3</sup> do que ao controle de preços. Adeptos da teoria de realimentação, como já discutido, enxergam custo menor em políticas de controle de preços.

As páginas a seguir se dedicam a fazer uma breve discussão de como a Curva de Phillips se inseriu na análise econômica brasileira e de como essa teoria foi confrontada por defensores do modelo inercial. Para tal, foi feito um levantamento bibliográfico de artigos e livros que discutiam o assunto neste período e o debate é exposto em ordem cronológica expondo a mudança na linha de argumentação durante o período. O texto encontra-se estruturado em duas partes. A primeira descreve a incorporação da curva de Phillips à teoria econômica brasileira. A segunda, traz as críticas feitas por economistas brasileiros aos modelos baseados na curva de Phillips e suas propostas alternativas. Por fim, tem-se uma conclusão.

## 1. ALGUMAS APLICAÇÕES INICIAIS DA CURVA DE PHILLIPS À ECONOMIA BRASILEIRA

Durante a primeira metade do século XX, os Estados Unidos se estabelecia como o centro irradiador do conhecimento e da produção de novas teorias econômicas e a produção acadêmica estadunidense passou a exercer grande influência sobre as pesquisas desenvolvidas em todo o mundo, o que ocorre até os dias atuais.

Além do peso da influência estadunidense, a carência de cursos de pós-graduação<sup>4</sup> em economia durante o tempo de formação dos participantes do debate fez com que a maioria deles fossem desenvolver seus mestrados e doutorados no exterior, principalmente nos Estados Unidos. Desta forma, as ideias desenvolvidas pela academia estadunidense penetraram, inevitavelmente, a teoria econômica brasileira. Tanto defensores da curva de Phillips quanto adeptos da teoria inercial usavam técnicas altamente formalizadas e em diferentes proporções, ferramentas analíticas pensadas em outro contexto. O que vale destacar é que os inercialistas adaptaram tais ferramentas a uma teoria pensada especificamente para o caso brasileiro, enquanto defensores da Curva de Phillips não tiveram o mesmo cuidado de adaptá-las ao contexto brasileiro<sup>5</sup>.

2 É necessário esclarecer dois conceitos: Choque ortodoxo não é a única opção de política de estabilização ortodoxa. Controlar a inflação com choque trata-se de uma diminuição abrupta e de dimensão significativa da taxa de inflação. Estabilização ortodoxa é algo mais amplo, significa a adoção de instrumentos tradicionais de política fiscal e monetária (políticas que resultem em retração de demanda, contração monetária) para combater a inflação, não necessariamente utilizando-se de um choque.

3 No caso de economistas brasileiros proponentes da Curva de Phillips o único trabalho que esboça mais claramente uma proposta de política econômica dentro deste arcabouço teórico é Contador (1979), indicando ser preferível adotar políticas gradualistas ao choque no combate à inflação. No entanto, o gradualismo porposto por Contador (1979) reconhece a necessidade de arcar com um período de recessão, como proposto por medidas de estabilização ortodoxas, ainda que de impacto menor sobre o produto do que o proposto por defensores do choque.

4 Para mais referências sobre o assunto, consultar o artigo: FERNANDEZ, R. V. G.; SUPRINYAK, C. E. Creating academic Economics in Brazil: the Ford Foundation and the beginnings of ANPEC. Fernandez e Suprinyak. Anais do XLIII Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 2015.

5 Embora tenham sido forçados a alterar o tradeoff clássico entre inflação e desemprego por inflação e hiato do produto (portanto, realizando uma adaptação), a maneira de entender as causas e feitos da inflação não foi adaptada para entender a situação específica do Brasil. O gradualismo atrelado às análises de curva de Phillips não pode ser considerado uma inovação, visto que as recomendações de estabilização propostas são aquelas da ortodoxia de então. A única diferença é que o ajuste é feito em doses homeopáticas.

### 1.1. Antônio Carlos Lemgruber e a hipótese aceleracionista

Durante a década de 1970, o modelo expandido pelas expectativas adaptativas e com a inclusão de uma taxa natural de desemprego, resultado das formulações de Friedman (1968) e Phelps (1968) foi o escolhido para analisar a existência da curva para o Brasil. O modelo foi utilizado por Lemgruber (1973) e Contador (1977), os economistas mais proeminentes nos estudos brasileiros sobre a curva de Phillips.

De acordo com o modelo de expectativas adaptativas, enquanto os agentes sofrerem de ilusão monetária, a taxa de inflação esperada diverge da efetiva. Devido à rigidez dos contratos, os salários nominais permanecem constantes entre as negociações e, como consequência, os salários reais efetivos diferem dos esperados e a taxa de desemprego torna-se menor do que a taxa natural de desemprego. A incapacidade de reação dos trabalhadores no curto prazo junto ao erro de previsão explicam a existência do *tradeoff* de curto prazo. No longo prazo a ilusão monetária acaba, e os trabalhadores reagem reajustando seus salários de acordo com a inflação efetiva, a qual passa a coincidir com a esperada. O *tradeoff* torna-se nulo e a taxa de desemprego passa a coincidir com a natural, porém o nível de preços será maior. Portanto políticas cujo objetivo seja estimular a demanda para diminuir o desemprego teriam efeito sobre as variáveis reais apenas no curto prazo<sup>6</sup>

A pesquisa de Antônio Carlos Lemgruber (1973), intitulada “A inflação brasileira e a controvérsia sobre a aceleração inflacionária” publicada pela Revista Brasileira de Economia foi uma das primeiras na tentativa de estimar a curva de Phillips para o Brasil. Sua pesquisa testa se o modelo aceleracionista da curva de Phillips (descrito no parágrafo anterior) se aplica à experiência inflacionária brasileira.

Lemgruber (1973) inicia seu artigo com a proposição de um teste econométrico “simples, porém completo” para analisar a aceleração inflacionária no Brasil, do qual deriva um modelo de três equações simultâneas obtido de um modelo macroeconômico mais amplo cujas variáveis endógenas são: taxa de inflação, taxa de crescimento do produto real e o hiato entre o produto real potencial da economia e o produto efetivo.

O modelo teórico baseia-se na teoria de aceleração da inflação proposto por Milton Friedman, e enfatiza as diferenças entre inflação antecipada e efetiva, incorporando à análise o conceito de expectativas adaptativas. Como consequência da adoção da hipótese de expectativas adaptativas, a Curva de Phillips é um fenômeno existente apenas no curto prazo, ocorrendo enquanto a taxa de inflação antecipada não corresponder à efetiva. No longo prazo, quando as expectativas são corrigidas, qualquer que seja a taxa de inflação esta será consistente com a taxa natural de desemprego e produção. O modelo também incorpora a Lei de Okun para estimar o hiato do produto. O produto potencial, por sua vez é estimado com o método de tendência pelos picos.

Um fato digno de destaque é ausência de dados satisfatórios sobre a taxa de desemprego no Brasil, o que levou à realização de estimativas da Curva de Phillips a partir de dados do mercado de bens e serviços e não do mercado de trabalho ( BASTOS; PEREIRA, 2014), tanto neste trabalho quanto em Contador (1977). A literatura crítica aos modelos

6 Contador enfatiza que em países que possuem experiência com longos períodos de altas taxas de inflação existe uma maior dificuldade para políticas de incentivo à demanda afetarem as variáveis reais, devido a maior habilidade dos agentes em ajustar as expectativas.

brasileiros de Curva de Phillips, parece sugerir que esta estratégia é dominante, provavelmente porque permite contornar o problema da ausência de estimativas sobre a taxa de desemprego com a utilização da lei de Okun, tornando a inflação dependente da capacidade ociosa (*proxy* do desemprego).

A conclusão derivada das estimações indicou que a hipótese de que a aceleração inflacionária ligada à Curva de Phillips verificou-se para o Brasil, confirmando a interpretação de Friedman de primazia das expectativas sobre o *tradeoff* entre inflação e desemprego na determinação do processo inflacionário. Lemgruber (1973) menciona que alguns testes econométricos resultaram na rejeição da hipótese de aceleração inflacionária utilizando de modelos com curva de Phillips (sem apontar nomes para os modelos rejeitados e sem especificar se os testes foram feitos para o Brasil)<sup>7</sup>. Ele atribuiu o resultado negativo ao fato de tais modelos rejeitarem o problema da simultaneidade, comum em estimações com Curva de Phillips e que geram resultados inconsistentes. Os resultados obtidos por Lemgruber (1973) em seu modelo no qual o problema de simultaneidade foi devidamente considerado apontaram que existe, de fato, uma Curva de Phillips de curto prazo para o Brasil, mas que esta é vertical no longo prazo.

## 1.2. Cláudio Contador e o gradualismo

A utilização da curva de Phillips para defender a adoção de políticas gradualistas aparece de forma explícita no artigo publicado em 1977 por Cláudio Contador intitulado "Crescimento econômico e combate à inflação", também publicado na Revista Brasileira de Economia. Apesar de o modelo possuir estrutura semelhante ao apresentado por Lemgruber (1973), a principal novidade é que o artigo traz uma clara sugestão de orientação da política econômica.

Fazendo uma utilização parcial do arcabouço teórico Keynesiano, Contador (1977) começa sua análise adotando o postulado segundo o qual a economia pode operar em equilíbrio abaixo do nível de pleno emprego e observa que, para haver aproveitamento pleno dos recursos, é necessário conhecer o nível do produto de pleno emprego e seguir estimulando a demanda agregada até que o produto atinja este nível. Porém, o produto não deve crescer além do nível de pleno emprego, já que o único efeito resultante seria o crescimento das variáveis nominais sem contrapartida de aumento da produção física, logo, tem-se apenas um processo inflacionário.

O modelo empírico apresentado pelo autor tem como base, para medição do produto de pleno emprego, o critério que era adotado pelo Council of Economic Advisors da presidência dos EUA. De acordo com este critério, o produto potencial é estimado interligando-se os níveis de pico do produto com uma linha de tendência (reta logarítmica). Os níveis de pico são por hipótese tomados como próximos ao produto de pleno emprego.

A capacidade ociosa (*proxy* do desemprego) é medida empiricamente com base na lei de Okun, que estabelece uma relação entre os desvios da taxa de desemprego em relação à taxa natural de desemprego ao hiato do produto (Lopes e Resende (1979)). O hiato do produto é entendido como sendo a diferença entre produto potencial e produto

<sup>7</sup> Caso tenha ocorrido em estimações para o caso brasileiro pode ser uma explicação para a teoria da Curva de Phillips ganhar espaço na academia brasileira apenas durante a década de 1970.

efetivo. Uma vez obtida a capacidade ociosa, o passo seguinte do esforço de Contador (1977) consiste em incorporar uma Curva de Phillips ao seu modelo para finalmente encontrar a relação entre inflação e desemprego para o Brasil.

Para explicar o fenômeno inflacionário pelo qual passava a economia brasileira, Contador utiliza o arcabouço teórico da Curva de Phillips com hiato do produto, constatando que o crescimento alcançado durante o milagre econômico ocorreu através da progressiva utilização da capacidade ociosa da economia (o que permite um crescimento sem inflação). Porém, ao atingir um nível próximo ao pleno emprego, o crescimento começou a pressionar a inflação, que se acelerou. O combate à alta da inflação baseando-se em uma curva de Phillips é similar aquele que busca aumentar o nível de emprego a partir dessa mesma ferramenta (porém, ao contrário). A distinção é que para combater o aumento da inflação, o desemprego teria que aumentar para além da taxa natural como resultado de uma contração do produto, é tornando o processo socialmente custoso. Tem-se, portanto, a base para a defesa do gradualismo:

O próprio formato da curva de Phillips - progressivamente mais inclinada nos níveis mais altos de inflação e menos inclinada nos níveis mais elevados de desemprego mostra porque as políticas anti-inflacionárias são dolorosas e politicamente impopulares. Esta abordagem justifica, inclusive por que o combate à inflação deve ser gradual ao invés de abrupto. O gradualismo é a forma mais eficiente de minimizar as perdas da produção (ou do seu crescimento) e ao mesmo tempo reduzir a taxa de inflação. (CONTADOR, 1977 p. 145)

A defesa do gradualismo fica clara no trecho destacado. O combate gradualista da inflação impõe um sacrifício econômico menor, e o formato da curva de Phillips é utilizado para defender essa constatação. A súbita redução da taxa de inflação conforme proposta pelos defensores do choque, resulta em grandes danos sociais e desgaste político, pois aumenta de forma abrupta a capacidade ociosa e o desemprego, como ocorreu no Brasil entre 1964-1966. A proposta de combate gradual da inflação evita esse aumento abrupto do desemprego e consiste em perseguir metas inflacionárias paulatinamente menores.

Quanto aos resultados da aplicação de seu modelo, Contador (1977) concluiu que a capacidade ociosa está negativamente associada à inflação e, positivamente, às expectativas. A capacidade ociosa na taxa natural de desemprego é de 4-5% para a economia como um todo, e de 16-19% para a indústria. É constatado um *tradeoff* de curto prazo com valores estimados para a indústria entre 0,24-0,29, e para a economia como um todo, entre 0,32-0,34. Estes valores significam que cada 10% de inflação não-antecipada relaciona-se com uma queda de 2 a 3% na capacidade ociosa. Conclui-se que uma diminuição no hiato do produto e conseqüentemente, da capacidade ociosa, pressiona a inflação. Apesar de já ter sido criticada por economistas novo-clássicos, a versão aceleracionista da Curva de Phillips foi adotada em trabalhos empíricos no Brasil que pretendiam fornecer subsídios para orientar o rumo da política econômica. É interessante notar como esta ferramenta analítica acusada de balizar políticas inflacionárias nos EUA foi utilizada para inspirar o combate à inflação no Brasil.

## 2. A CONTESTAÇÃO DA CURVA DE PHILLIPS NA ACADEMIA BRASILEIRA

No final da década de 1970 e início da década de 1980, alguns economistas, em sua maioria da PUC do Rio de Janeiro, desenvolviam análises para propor medidas de estabilização para a economia brasileira, que caminhava para níveis elevados de inflação. Os trabalhos desenvolvidos por estes economistas estavam principalmente direcionados para negar a aplicabilidade à economia brasileira da curva de Phillips, usando a indexação dos salários para justificar sua posição (BRESSER-PEREIRA, 2010). Algumas críticas à aplicação da Curva de Phillips para economia brasileira serão apresentadas a seguir.

### 2.1. Francisco Lopes e André Lara Resende.

Em 1979 André Lara Resende, economista graduado pela PUC-Rio e Francisco Lafaiete Lopes, Professor da PUC-Rio publicaram um estudo intitulado “Sobre as causas da recente aceleração inflacionária” como peça integrante da pesquisa “Inflação e Balanço de Pagamentos: Uma análise quantitativa das opções de política econômica” financiada pelo Programa Nacional de Pesquisa Econômica (PNPE). Este trabalho inaugurou uma linha alternativa de pensamento sobre a dinâmica da inflação brasileira (MODIANO, 1984), contestando as estimações de determinação de preços baseadas na Curva de Phillips.

Neste estudo, realizam uma análise quantitativa das causas da aceleração inflacionária que teve início em 1977, através do comportamento dos preços industriais. Para tal, realizam a estimação econométrica de uma equação de preços industriais de tal forma que fosse possível captar os efeitos da política salarial e dos choques externos sobre a inflação brasileira- dois fatores deixados de lado pelas análises baseada na curva de Phillips apresentadas nas seções anteriores.

Um dos destaques deste trabalho é a contestação dos modelos econômicos baseados na Curva de Phillips utilizados para investigar a aceleração inflacionária no Brasil. Além de não incluir a política salarial brasileira – principal variável causadora da persistente alta inflacionária na perspectiva dos autores- os modelos baseados na Curva de Phillips, ao deixarem de lado o impacto dos choques de preços externos, desprezavam a aceleração inflacionária resultante de fenômenos como o primeiro grande choque de petróleo de 1973<sup>8</sup>, fato importante para entender a dinâmica de preços brasileira. Tais modelos apesar de apresentarem resultados considerados satisfatórios para a economia brasileira, cometiam o erro de considerar implicitamente o valor do salário como resultado apenas do equilíbrio entre oferta e demanda de mão-de-obra, um resultado estabelecido pelo mercado.

O modelo proposto por Lopes e Resende (1979) pretendia incorporar ao modelo a política salarial brasileira, a qual já vigorava por quinze anos. Esta política estabelecia ajustes salariais compulsórios e periódicos, e como consequência, os salários só poderiam ser ajustados para baixo via rotatividade da mão-de-obra, não sendo possível reduzi-los através de *market-clearing*. Esta peculiaridade tornava a experiência brasileira única e parece sugerir ser indispensável considerar o impacto do salário institucionalmente estabelecido na análise.

8 Vale lembrar: choques de oferta como este do petróleo invalidam a relação proposta na curva de Phillips.



Para contornar o problema da ausência da política salarial nos modelos de Curva de Phillips propostos até então, os autores propõem dividir o mercado de trabalho em dois setores. O primeiro setor é o mercado, o único considerado nos modelos de Curva de Phillips os quais contam com a hipótese implícita de que os mecanismos de mercado tem a capacidade de neutralizar os efeitos da política salarial.

O segundo setor é o institucional no qual os salários passam a ser dependentes da política salarial. O salário mínimo legal é utilizado como *proxy* para o valor dos reajustes.

Este ajuste torna possível mensurar se a política salarial é relevante ou não na determinação do processo inflacionário, além de permitir inferir acerca do peso de cada setor na variação de preços. Além da política salarial, o modelo também incluiu no custo dos produtos industriais o impacto dos choques internos com a inclusão das variáveis taxa de câmbio, preço do insumo importado em moeda estrangeira e a razão produto/insumo importado.

Como resultado da estimação, encontraram que tanto o hiato do produto quanto o crescimento da renda per capita têm coeficientes insignificantes e com sinais opostos ao que se esperava. Mais do que isto, o setor de mercado configurou-se como estatisticamente insignificante, pouco influenciando o preço do salário nominal<sup>9</sup>. Portanto, os resultados favoráveis obtidos com estimações baseadas na Curva de Phillips, apontando as variações do hiato como determinantes da inflação foram possíveis graças ao fato desses modelos serem incompletos, não incluindo com as variáveis que contemplam o setor externo e a política salarial.

Uma vez que os resultados estimados com a Curva de Phillips foram contestados, as recomendações apontando para a necessidade de adoção de políticas recessivas baseadas em tais resultados também são passíveis de questionamento. Lopes e Resende (1979) argumentam que os anos de maior sucesso na redução da taxa de inflação foram justamente aqueles no qual houve controle sobre o valor do salário mínimo (1964-1967), medida alternativa a adoção de políticas recessivas para combate da inflação preferida por pesquisadores que adotam a teoria inercialista.

Em relação ao período de rápida aceleração inflacionária de 1973-1974, defendem que o choque de oferta externo resultante da alta dos preços de petróleo foi o grande condutor da elevação de preços. Justamente neste período, a relação entre hiato e inflação move-se de acordo com o esperado pela Curva de Phillips, o que torna aparentemente significativo o *tradeoff* entre hiato e inflação. O que se contesta é que o modelo da Curva de Phillips, por ser incompleto e não incluir variáveis que captem a política salarial e as influências do choque externo, “fabrica” uma estatística que torna significativa a relação inversa entre hiato do produto e inflação.

A política salarial foi particularmente importante para explicar a inflação no ano de 1979. Isto porque em novembro daquele ano a regra de política salarial mudou o período de reajuste de anual par semestral, esta redução na periodicidade atua como propulsora da inflação em uma economia em que o *mark-up* se mantém constante,

9 Em um artigo de 1982 intitulado “Inflação e nível de atividade no Brasil: um estudo econométrico” Francisco Lopes faz uma avaliação de oito estimativas da Curva de Phillips para o Brasil, concluindo que os modelos fornecidos são insatisfatórios apesar de convincentes. Neste artigo, corrige este resultado exagerado de que o setor de mercado é pouco relevante na determinação do salário nominal. O novo resultado obtido indica que o setor de mercado influencia o processo inflacionário, porém, o setor institucional possui um peso maior neste processo.

sendo indispensável a presença dessa variável em modelos que estudem o processo inflacionário brasileiro. Os resultados obtidos com as estimações indicam que para os preços industriais (estudados no modelo) não existe *tradeoff* entre inflação e hiato, sendo possível concluir que a adoção de políticas recessivas podem ser inócuas quando o objetivo é controlar preços.

O triunfo deste trabalho, portanto, foi desenvolver um modelo de determinação de preços para a economia brasileira considerando características estruturais e institucionais cujo resultado trouxe à tona o questionamento da validade do *tradeoff* proposto na Curva de Phillips quando se considera os dados do Brasil.

## 2.2. Francisco Lopes e Edmar Bacha.

Francisco Lopes e Edmar Bacha (1979) contestaram a aplicabilidade da teoria da curva de Phillips para a economia brasileira. No artigo "*Inflation, Growth and Wage Policy : in search of a Brazilian paradigm*"<sup>10</sup>, eles analisam como a política salarial influencia a inflação no Brasil, adotando o modelo de inflação inercial proposto por Simonsen.

A regra de política salarial que vigorava desde 1965 impunha ajustes salariais compulsórios com periodicidade fixa, sendo a data dos reajustes estabelecidas por cada categoria. Como resultado, as datas de reajustes mudavam de acordo com o setor, dificultando a sincronização dos efeitos de políticas anti-inflacionárias entre as diferentes categorias. Em conformidade com a regra que vigorava a partir de 1979, os salários deveriam ser reajustados a cada seis meses e o valor do reajuste era a soma do aumento de produtividade e do custo de vida no período. Segundo os autores, as análises baseadas na curva de Phillips não consideram a política salarial brasileira, característica estrutural e essencial para compreender a dinâmica inflacionária no país. O modelo proposto no artigo tem como destaque a inclusão da política salarial brasileira na análise.

A política salarial brasileira é graficamente representada pelo modelo "dente de serra". O gráfico mostra como na data de reajuste, o salário tanto real quanto nominal atinge o pico mais alto. Durante o período entre os reajustes o salário real sofre uma queda contínua, corroído pela taxa de inflação, suposta como sendo constante entre as datas de reajuste. No final do período o salário real atinge seu ponto mais baixo no momento imediatamente anterior ao reajuste, voltando ao pico quando o reajuste é feito, dando ao gráfico o desenho dos dentes de uma serra. Nota-se uma relação inversa (*tradeoff*) entre crescimento da inflação e nível do salário real médio, e quanto mais reajustes salariais acontecerem em um período, mais próxima da indexação total estará a economia.

Na análise do impacto da política salarial sobre o mercado de trabalho brasileiro, os autores notam que a regra salarial gera um salário "estatutário" que hipoteticamente poderia ser contornado pelas empresas, via aumento salarial acima do critério oficial (já que não havia um teto estabelecido) ou via demissão seguida de recontração, caso se desejasse diminuir o valor do salário pago. Essa possibilidade encorajou uma análise da interação entre os salários estabelecidos institucionalmente e os de mercado. Os trabalhos que analisam o mercado de trabalho brasileiro utilizando o arcabouço teórico

10 Este estudo também faz parte da pesquisa "Inflação e Balanço de Pagamentos: uma análise quantitativa das opções de política econômica" financiada pelo PNPE com interveniência da ANPEC.

da Curva de Phillips (como Lemgruber 1973 ou Contador 1977) já analisados ignoram implicitamente o efeito da política salarial sobre o salário estabelecido pelo mercado<sup>11</sup>. Um estudo realizado por Lopes e Resende (1979) contestou essa suposição implícita nos modelos que adotavam a curva de Phillips, concluindo que o salário estatutário e o preço dos insumos domésticos influenciam os preços formulados pela indústria brasileira durante o período de 1960-1978.

Lopes e Bacha (1979) lançam argumentos teóricos para defender que a plausibilidade de que a hipótese da política salarial brasileira seja o determinante principal da taxa salarial estabelecida pelo mercado. Isto porque seria dispendioso forçar uma diminuição dos salários com um aumento da rotatividade da força de trabalho (devido a repercussão moral negativa da medida e ao desestímulo ao aumento de produtividade), o que evita uma pressão para baixo das remunerações. Por outro lado, seria improvável que ocorresse um aumento vertiginoso dos salários de forma voluntária em uma economia onde existe, predominantemente, excesso de oferta de mão-de-obra. Desta forma, os dos salários observados no mercado formal<sup>12</sup> tendem a seguir o valor estabelecido pela política salarial<sup>13</sup>, sendo difícil desviar da regra. Este resultado diverge daquele implícito nos estudos que utilizam a curva de Phillips. A partir desta conclusão, buscam avaliar políticas de estabilização para a economia brasileira considerando que a política salarial é plenamente eficaz.

No modelo de crescimento e inflação que eles constroem, baseado nas proposições acerca da dinâmica salarial, eles consideram a relação de estado estacionário entre inflação e crescimento do produto real. Na primeira equação, relaciona-se a capacidade de crescimento à inflação como resultado de dois efeitos cumulativos da inflação na poupança e no investimento: o efeito poupança forçada e o efeito de imposto inflacionário. Estes efeitos combinados permitem que a capacidade ociosa cresça com a inflação, havendo um teto para este crescimento definido pela tendência à deterioração do salário real face ao aumento da inflação, fazendo com que o efeito de poupança forçada tenda a desaparecer. Também, a velocidade-renda da moeda tende a aumentar finalmente, anulando o efeito de imposto inflacionário.

Os custos das políticas de estabilização ortodoxas, entendidas como aquelas que se concentram na redução da taxa de emissão da moeda nominal, são finalmente examinados. Demonstra-se através de uma análise gráfica e também a partir de equações formuladas como dentro do modelo estabelecido uma contração monetária, *ceteris paribus*, produz não apenas uma crise de estabilização temporária, mas uma redução permanente do produto, sendo uma política custosa. A indexação salarial afeta este resultado, pois quanto mais próxima a economia estiver da indexação plena, menor a diminuição do produto decorrente de um choque monetário, conforme a proposição de Friedman. A indexação, portanto, neutraliza as perdas no produto. Outra maneira possível de combater a inflação com base no modelo apresentado no artigo é a expansão da capacidade produtiva, já que a taxa de inflação é afetada quando a capacidade ociosa desvia da sua taxa normal. As duas ideias juntas: a indexação plena dos salários e o aumento da capacidade ociosa são as sugestões de estabilização propostas pelos autores no artigo.

11 A regra de reajuste estabelecida pela política salarial não é mencionada de forma explícita nestes trabalhos.

12 A política salarial parece não influenciar o valor dos salários na economia informal.

13 Os salários também podem subir como resultado de aumento da produtividade, como aparentemente ocorria no Brasil. (BACHA e LOPES, 1979 p.10)

### 2.3. Eduardo Modiano

Modiano (1983) também adota uma postura crítica em relação às análises de dinâmica inflacionária baseadas na curva de Phillips feitas para o Brasil. Em seu artigo, ele propõe um modelo de determinação simultânea de salários e preços, incorporando variáveis institucionais e estruturais como: rigidez dos *mark-ups* no setor industrial, a inércia no processo de indexação salarial e a exogeneidade dos preços agrícolas e outras matérias-primas. Diferentemente do modelo adotado por Contador (1977), que estimava a curva de Phillips utilizando o hiato do produto, Modiano (1983) analisa a relação entre inflação e atividade econômica seguindo o modelo “original” da curva de Phillips usando para sua estimativa o salário no lugar do hiato do produto, e confronta seus resultados com os obtidos através da estimativa baseada na curva de Phillips. A contestação dos resultados obtidos com o modelo da curva de Phillips é justificada pelo autor devido à perda de credibilidade desta interpretação. Tal descrédito ocorreu quando as previsões feitas com base naquele modelo falharam em prever a aceleração e persistência da inflação entre 1979-1982.

É feita menção ao surgimento de novas linhas de análise da dinâmica inflacionária brasileira, com modelos focados no papel da política salarial no processo de aceleração da inflação, perspectiva que integra o modelo proposto no artigo. A análise do processo inflacionário brasileiro é feita utilizando-se um modelo de determinação simultânea de preços industriais, índice agregado de preços e salários. As três equações são definidas separadamente o que permite separar os efeitos das políticas de estabilização<sup>14</sup> sobre os aumentos salariais e sobre o repasse dos custos aos preços.

O mecanismo que explica a determinação simultânea de preços e salários, principal característica do modelo, segue a seguinte lógica: as regras compulsórias de política tornam o salário parcialmente indexado e vinculam os reajustes salariais às variações presentes e passadas no nível de preços. Os salários são, por sua vez, um elemento integrante do custo variável do setor industrial, o qual por suas características oligopolistas consegue repassar aumento de custos para o preço dos produtos finais. Dado que os produtos industriais são um componente importante da cesta de consumo dos trabalhadores, um aumento do preço dos produtos industriais ocasiona um aumento do nível geral de preços, o qual é repassado parcialmente aos salários através dos reajustes salariais no próximo reajuste, completando o ciclo de determinação simultânea de salários e preços.

Quanto à relação entre hiato e salários, um aumento da capacidade ociosa diminui o salário médio ao provocar uma queda no custo da mão-de-obra devido ao aumento relativo na oferta da mesma. A diminuição no custo variável representado pelos salários tende a diminuir a inflação corrente.

Como resultado das estimativas do modelo econométrico, o autor conclui que apesar de significativo, o valor do coeficiente do hiato do produto é pequeno, sendo que uma redução da taxa de crescimento dos salários de 4,39 pontos percentuais significa uma queda de menos de 1,9 pontos nas taxas de inflação dos preços industriais e do índice agregado de preços. Dado que a inflação brasileira alcançava os 100% ao ano,

<sup>14</sup> Modiano(1983) chama atenção para a consequência implícita nas análises de Curva de Phillips de que a estabilização só seria conquistada com a adoção de políticas recessivas.

políticas de contenção da demanda visando gerar recessão através do aumento da taxa de desemprego eram pouco relevantes como medidas de estabilização. Os resultados obtidos configuram um pessimismo deflacionista, opondo-se ao otimismo deflacionista presente nas estimativas tradicionais da curva de Phillips.

## CONCLUSÃO

Neste artigo é possível identificar a existência de duas linhas de pensamento que disputam o debate acerca da determinação de preços na economia brasileira. De um lado, Lemgruber (1973) e Contador aplicam o modelo de Curva de Phillips para o Brasil obtendo resultados satisfatórios, comprovando a existência de uma relação inversa entre hiato do produto e inflação para o país. Os resultados destas análises propõem o que os críticos apontaram como sendo um “otimismo deflacionista”, de acordo com o qual uma pequena mudança na taxa de atividade (por exemplo, uma contração do produto ainda que não tão violenta, feita de forma gradual como sugere Contador (1977)) pode produzir um considerável impacto na taxa de inflação. Os modelos de Curva de Phillips, sendo provenientes de uma teoria importada, falham em diagnosticar a verdadeira fonte de origem da inflação brasileira.

Contestando este resultado, economistas como André Lara Resende, Francisco Lopes, Edmar Bacha e Eduardo Modiano propõem que modelos de Curva de Phillips são insuficientes para analisar a complexa dinâmica inflacionária brasileira, determinada principalmente pela política salarial, variável descartada nas análises de Curva de Phillips.

Estes economistas propunham uma análise original da causa da inflação brasileira, com modelos pensados considerando o contexto do país. Destes modelos resulta um “pessimismo deflacionista” de acordo com o qual a variação do nível de atividade pouco influencia a inflação, portanto, uma contração do produto seria apenas socialmente custoso e com pouco efeito na desaceleração da inflação. A visão destes autores parece ter triunfado sobre os primeiros proponentes da Curva de Phillips, uma vez que a teoria inercial e suas medidas anti-inflacionárias compuseram o Plano Cruzado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIAN, Eduardo Figueredo.; SÁ-EARP, Fábio. Combate à Inflação no Brasil, 1958-67: uma análise dos planos de estabilização gradualistas. In: XL Encontro Nacional de Economia da ANPEC, Porto de Galinhas, 2012.

BASTOS, Carlos Pinkusfeld.; PEREIRA, Bruno Rodrigues. Revisão Crítica da hipótese da ocorrência de poupança forçada entre 1956 e 1963. Texto para discussão 014. Instituto de economia da UFRJ. Rio de Janeiro: Outubro de 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A descoberta da inflação inercial. In: *Revista Economia contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 167-192, jan./abr 2010.

CONTADOR, Cláudio Roberto. Crescimento Econômico e o Combate à Inflação. In: *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 31, n.1, jan./mar 1977: 132-167.

FRIEDMAN, Milton. The Role of Monetary Policy. In: *American Economic Review* No.58, 1968: 1-17.

LEMGRUBER, Antônio Carlos. A inflação brasileira e a controvérsia sobre a aceleração inflacionária. In: *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, v. 27, p. 31-50, out./dez. 1973 : 35-56.

LOPES, Francisco. Inflação e nível de atividade no Brasil: um estudo econométrico. In *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Dezembro 1982; 12(3): 639-670

LOPES, Francisco.; BACHA, Edmar. Inflation, growth and wage policy: a Brazilian perspective. Texto para discussão n. 10. Departamento de economia da PUC-RJ. Rio de Janeiro: Outubro de 1979.

LOPES, Francisco ; RESENDE, André Lara. Sobre as causas da recente aceleração inflacionária. Texto para discussão n. 6. Departamento de economia da PUC-RJ. Rio de Janeiro: Outubro de 1979.

MODIANO, Eduardo Marco. A Dinâmica de salários e preços na economia brasileira 1966/81. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, abril 1983 : 40-67.

MODIANO, Eduardo Marco. *Salários, preços e choques: os multiplicadores dos choques numa economia indexada*. Texto para discussão n. 70. Departamento de economia da PUC-RJ. Rio de Janeiro: Maio de 1984.

PHELPS, Edmund S. Phillips Curves, Expectations of Inflation and Optimal Unemployment Over Time. In: *Economica*, n. 34, Agosto (1967): 254 -81.

PHILLIPS, Albus William Housego. The Relation Between Unemployment and the Rate of Change of Money Wage Rates in the United Kingdom, 1861-1957. In: *Economica*, n.s., 25, no. 2 (1958): 283-299.

SERRANO, Franklin. O Conflito Distributivo e a Teoria Da Inflação Inercial. In: *Revista de Economia contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, maio/ago 2010 395-421.

SILVA, Mariana Pacheco. A Teoria da Inflação Inercial. In: *Leituras de Economia Política*, Campinas, n.14, ago.-dez 2008: 108-129.

SIMONSEN, Mário Henrique. *Inflação: gradualismo x tratamento de choque*. Rio de Janeiro: APEC, 1970.

## NOVAS CONFIGURAÇÕES E PADRÕES NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS: UM PANORAMA ESTATÍSTICO

**CASTANHA, Talissa Naira**

*Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social da  
Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES  
talissacastanha@yahoo.com.br*

**RODRIGUES, Luciene**

Economista, Professora Doutora do Programa de Pós Graduação em  
Desenvolvimento Social PPGDS e do departamento de Economia, da  
Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES  
rluciene@unb.br

**TEIXEIRA, Daniela**

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social- PPGDS da  
Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES  
danitsantol@bol.com.br

### RESUMO

Considerando as sociedades contemporâneas, que se desenvolvem a partir de uma lógica de produção mercantil baseada na telemática, surgem diversos ramos intermediários na atividade produtiva intensivos em informação, comunicação, dentre eles, os Call Centers. Os Call Centers constituem unidades de centralização de trabalhadores que desenvolvem a prestação de serviços virtuais, sem o face-a-face direto, utilizando-se das info-redes para intermediar o contato entre produtores, vendedores e consumidores. Diante deste contexto, este artigo contextualiza o setor de *Call Center* a partir de dados empíricos secundários que contemplam o crescimento do setor e sua forma de instalação no mercado, além dos perfis sócio ocupacionais dos Operadores de Telemarketing e as conseqüências trazidas ao trabalhador no que se refere a sua dimensão subjetiva imersa nas condições precárias do trabalho de telemarketing.

**Palavras Chave:** Call Center, Subjetividade do trabalhador, precarização do trabalho.

### ABSTRACT

Considering the contemporary societies, which are developed from a logic of commercial production based on telematics, there are several intermediary branches in productive activity that are intensive in information and communication, among them the Call Centers. Call centers are centralized units of workers that develop virtual services without face-to-face, using info-networks to mediate contact between producers, sellers and consumers. Given this context, this article contextualizes the Call Center sector based on secondary empirical data that contemplate the growth of the sector and its way of installing in the market, besides the occupational profiles of Telemarketing Operators and the consequences brought to the worker in what is Refers to its subjective dimension immersed in the precarious conditions of telemarketing work.

**KEY WORDS:** Call Center, Subjectivity of the worker, precariousness of work.

## 1. INTRODUÇÃO

O modo capitalista de produção de mercadorias se modifica historicamente, ampliando sua capacidade hegemônica a partir de suas transições no que se refere ao seu modo de organização do trabalho, do emprego e da produção. As revoluções industriais e tecnológicas retratam, em grande medida, este remodelamento e traz à tona novas configurações advindas destas metamorfoses do capital nestas primeiras décadas do século XXI. Tais transformações têm conseqüências sobre a vida dos trabalhadores especialmente no que refere a organização do trabalho, aos vínculos empregatícios e à subjetividade dos trabalhadores.

Considerando as sociedades contemporâneas, que se desenvolvem a partir de uma lógica de produção mercantil baseada na telemática, surgem diversos ramos intermediários na atividade produtiva intensivos em informação, comunicação, dentre eles, os Call Centers.

Os Call Centers constituem unidades de centralização de trabalhadores que desenvolvem a prestação de serviços virtuais, sem o face-a-face direto, utilizando-se das info-redes para intermediar o contato entre produtores, vendedores e consumidores. Call Center é uma central de atendimento que tem como objetivo fazer a interface entre consumidores e empresas. Trata-se de uma expressão da língua inglesa que significa central de chamadas, canal de relacionamento, suporte técnico ou de oferta de atividades especializadas para atender necessidades de consumidores. Um Call Center envolve um conjunto de recursos (computador, equipamento de telecomunicação, sistemas e operadores), que interagem com os consumidores e permite receber grande número de ligações simultaneamente, por meio de tecnologias que otimizam os serviços, como a CTI (Computer Telephony Integration) que permite a integração do telefone ao computador, o gerenciamento das ligações e distribuição das mesmas através das operações e encaminhamento para os atendentes especializados. Outra tecnologia empregada no Call Center é o IVR (Interactive Voice Response) que possibilita a interação do cliente por meio de áudio pré-gravado de acesso a menus, escolher aquele que irá atender às suas necessidades. O serviço de Call Center é normalmente estabelecido dentro da própria empresa, enquanto o serviço de telemarketing (serviço de venda) é quase sempre terceirizado. No Brasil, este processo de produção de serviços virtuais tem-se ampliado ano após ano depois do remodelamento das Telecomunicações na última década do século XX, criando uma nova categoria de trabalhadores e gerando novos postos de trabalho e emprego, especialmente para a população jovem.

Para Antunes 2014, o trabalho atual traz novas configurações, necessitando de maiores e mais aprofundadas análises desta nova morfologia da categoria trabalho. Atualmente a categoria trabalho tem se apresentado de maneira heterogênea e multifacetada a partir das transformações das últimas décadas. Deste modo que se torna possível observar diferenças existentes atualmente como diferenças de sexo, geração, nacionalidade, etnia e qualificação. Torna-se então necessária a compreensão destas novas clivagens do trabalho, construídas no ambiente de Call Centers, bem como em outros setores.

Estas novas configurações do mercado incluem desde o operariado industrial e rural até os assalariados de serviços, a inclusão da mulher nos postos de trabalho, os serviços de terceirização, os subcontratos sua determinação temporal.



O crescimento permanente dos *Call Centers* e das empresas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), incentiva a extensão de um novo proletariado de serviços, o *infoproletariado*<sup>1</sup>, na feliz definição de Úrsula Huws (2003) (Antunes *et al*, 2009, *apud*. Antunes, 2007).

Entretanto, a *informatização do trabalho* onde se inserem as novas maquinarias e tecnologias, apresenta também um processo contraditório, em que há o aumento da informalização do trabalho, sobretudo presente no aumento dos trabalhos terceirizados, subcontratados, flexibilizados, em tempo parcial e aqui os teleoperadores, ampliando as configurações de atividades de trabalho precarizados. ( ANTUNES 2014).

O avanço tecnológico intensifica ainda mais a exploração da força de trabalho, ao passo que a reestruturação produtiva do trabalho atinge inevitavelmente o trabalhador.

Neste sentido, trazer à luz discussões do mundo do trabalho adentrando em relações políticas e econômicas de Desenvolvimento Social, bem como suas implicações à subjetividade do trabalhador e a construção relacional de seu trabalho e sua existência enquanto trabalhador, auxilia a compreensão e discussão das novas organizações de trabalho e exigências impostas pelo capital ao trabalhador.

Diante deste contexto, este artigo contextualiza o setor de *Call Center* a partir de dados empíricos secundários que contemplam o crescimento do setor e sua forma de instalação no mercado, além dos perfis sócio ocupacionais dos Operadores de Telemarketing e as conseqüências trazidas ao trabalhador no que se refere a sua dimensão subjetiva imersa nas condições precárias do trabalho de telemarketing.

## **2. Novas configurações e padrões nas sociedades contemporâneas: um panorama estatístico**

O dinamismo e uso das mais variadas e diversificadas atividades dos serviços tornam-se estratégicas nas sociedades atuais. Aqui entram as atividades de *Call Center*, a partir do desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação-TIC, que obviamente ofertam novos produtos e serviços além de novos postos de trabalho, determinando a dinâmica e as novas formas de organização produtiva do país.

No Brasil, o setor de telecomunicações vem passando por forte reestruturação institucional a partir do processo de privatização das Telecomunicações. Com este processo, modificou-se o papel do Estado que exerce agora a função de regulador e fiscalizador, apresentando como estratégia a atração de investimentos privados que permitisse ampliar a oferta de serviços a preços mais reduzidos, como resultado da introdução de práticas competitivas no setor.

O processo de privatização das empresas de telecomunicações teve início em 1995, a partir da regulamentação dos serviços de telefonia celular, transmissão de dados, uso de satélites e serviços de valor adicionado.

Como principais produtos/serviços oferecidos pelas empresas de telecomunicações no Brasil temos: os serviços de telefonia fixa e de telefonia celular; os serviços móveis aéreo e marítimo; os serviços de *pager*; os serviços de interconexão; os serviços de transmissão

<sup>1</sup> *Infoproletários* pode ser associado ao uso de novas tecnologias e a imposição de condições de trabalho do século XIX em um dos setores considerados como mais dinâmicos da economia moderna, o informacional (ANTUNES, 2009).

de dados e serviços de transmissão por satélite; a transmissão de sons e imagens para empresas de televisão e rádio e os serviços de provisão de acesso à Internet.

Diante da relevância do setor de serviços, sublinhando o setor de Telecomunicação para a dinâmica produtiva do país o IBGE ( Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ) demonstra em Pesquisa Anual do Serviços (PAS) que as empresas de telecomunicações apresentam um elevado grau de concentração em suas atividades. A PAS registrou forte crescimento de empregados no Setor de Serviços no segmento das Telecomunicações, denominadas ou classificadas pela CNAE ( Classificação Nacional de Atividades Econômicas) como serviços de Informação e Comunicação, chegando no ano de 2013 a 968.941 trabalhadores, como demonstra a tabela 1.1.

Assim, Fica claro que as empresas de *Call Center* seguem esta tendência de crescimento dentro do setor de serviços, dado seu elevado grau de utilização de novas tecnologias de Comunicação e Informação, criando novos postos de trabalho que precisam ser compreendidos enquanto provedor de Desenvolvimento econômico e psicossocial do país.

**Tabela 1.1.** Número de Pessoal Ocupado No setor de Serviços- Telecomunicações: Serviços de Informação e Comunicação.

ANO	NÚMERO DE PESSOAL OCUPADO
2010	801.000
2011	891. 514
2012	937. 499
2013	968.941

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Serviços 2010,2011, 2012,2013.

Para a Associação Brasileira de Telemarketing (ABT), *telemarketing* seria toda e qualquer atividade desenvolvida através de sistemas de telemática e múltiplas mídias, cujo objetivo seja ações padronizadas e contínuas de *marketing*. Ainda segundo a ABT, o principal setor contratante de *Call Center* (*Centrais de atendimento*) é o de serviços financeiros, seguido pelos de varejo, de telecomunicações e de seguros.

O serviço de teleatendimento ou *Telesserviços* pode substituir parcialmente a atividade dos trabalhadores, intensificando o uso das tecnologias, o que pode se traduzir em maior competitividade dos trabalhadores, abrindo novas possibilidades de precariedade do trabalho, intensificando a lucratividade das empresas.

O crescimento do setor de *Telemarketing*, revela um contexto de precariedade das condições de trabalho. O trabalho dos operadores de *telemarketing*, apresenta

características da nova morfologia do trabalho, uma vez que para ele concentram a terceirização de serviços e a privatização neoliberal.

Contudo, falar de *Call Center* e de suas operações de Telemarketing é dizer da apropriação das novas morfologias do trabalho e da geração de empregos no setor, como consequência do notável crescimento do ramo e também do crescimento da economia do país, o que não apresentou, no entanto, o aproveitamento desse cenário econômico em favor dos trabalhadores, mas o crescimento de postos de trabalho terceirizados, subcontratados que agregam em si condições de trabalho precárias.

A possibilidade de um trabalhador altamente qualificado se apresentar de forma autônoma em seu labor, realizando suas tarefas de acordo com suas demandas pessoais não é uma possibilidade geralmente possível, quando se pensa nos trabalhos flexibilizados, mas se apresenta como a “radicalização da exploração da força de trabalho precariamente qualificada”, como acontece em diversos setores, inclusive no setor de Telemarketing (SOUZA, 2012).

A precariedade identificada no setor de Telemarketing transcorre desde a forma de contratação, em que predominam as empresas terceirizadas até as condições de ergonomia dos postos de trabalho e a falta de ênfase do ritmo adequado e de pausas na jornada.

O trabalho em *Call Centers* se caracteriza pela necessidade constante do Teleoperador atender as metas da empresa, seguindo durante a jornada de trabalho os scripts previamente postos, além da determinação de pausas predeterminadas de curta duração, além de práticas assediadoras por parte das chefias na cobrança de metas das equipes de trabalho, compõe esse cenário, que culmina em índices elevados de doenças ocupacionais.

Observa-se que as particularidades das empresas de *Call Center* sugerem as estruturas fabris, com rotinas extremamente padronizadas e controladas, sobretudo do trabalho no processo de produção dos serviços.

Destaca-se ainda a natureza recente dessa indústria no Brasil. As primeiras atividades de *Call Center*, assim como as primeiras empresas de terceirização, foram implantadas nos anos 1980, acentuando-se também após a criação do Código de Defesa do Consumidor que assume papel legislador, obrigando a disponibilização por parte das empresas de serviços de atendimento ao cliente (Neto, 2005).

No Brasil, a prestação de serviços de *Call Center* se tornou uma atividade de grandes proporções por causa fundamentalmente de sua elevada capacidade de geração de empregos, principalmente no eixo São Paulo- Rio de Janeiro, conforme dados da ABT (2016).

Ainda conforme a ABT (2016), 25,4% dos *Call Centers* têm mais de 500 posições de atendimento (PA's); 24,6% têm entre 100 e 500 PA's e 50% têm mais de 10 PA's, mostrando que há espaço no mercado para diferentes tipos de empresa.

Apesar da existência de substitutos eletrônicos, a característica mais importante dos serviços de *Call Center* é a característica intensiva em trabalho. Com os processos de racionalização de processos de atendimento a consumidores e de externalização de

atividades secundárias pelas empresas, após as transformações na economia que contribuíram tal processo, o segmento de *Call Centers* tem crescido em um ritmo crescente em termos de postos de trabalho (Silva, 2006).

Além de constituir o principal fator de produção, acredita-se que o trabalho nos *Call Centers* tem se tornado uma das maiores fontes de emprego para jovens em seu primeiro emprego formal e, de forma acentuada, para mulheres (Neto, 2005).

Dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS 2016) demonstram o crescimento significativo da participação das mulheres no trabalho de Telemarketing, nos anos de 2004 a 2014.

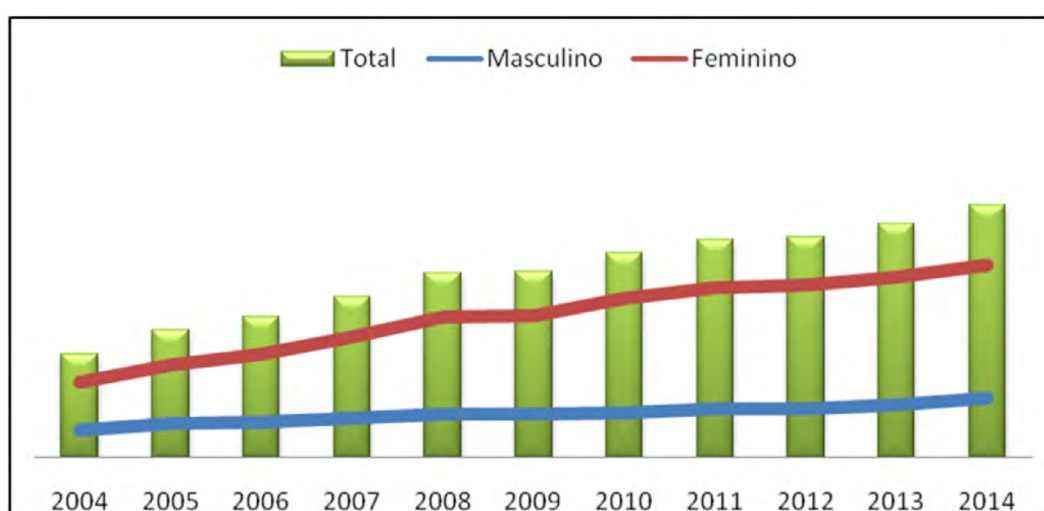
Em 2004, havia 143.439 mulheres operadoras de telemarketing e já no ano de 2014 este número cresceu mais que o dobro, chegando a 365.383 mulheres, sugerindo que o trabalho de Telemarketing é um trabalho claramente feminino como discutiremos com maior ênfase posteriormente.

Em relação ao crescimento de homens que estão inseridos em postos de trabalho de Teleoperação ou Telemarketing, observa-se que também houve crescimento, porém menor que o número de mulheres.

Na mesma década analisada o número de homens no setor de Operação de Telemarketing passou de 52.827 no ano de 2004 para 113.060 no ano de 2014.

Estes dados podem demonstrar entre outras análises, que o número total de trabalhadores que ocupam os postos de trabalho nas empresas de Call Center, no setor de Teletendimento, mais especificamente no setor de Teleoperação cresce a cada ano, considerando ainda os anos de 2004 a 2014, havendo um salto quantitativo de 196.266 em 2004 a 478.443 em 2014.

**Gráfico 1.** Crescimento do Número de trabalhadoras no setor de Operação de Telemarketing no Brasil

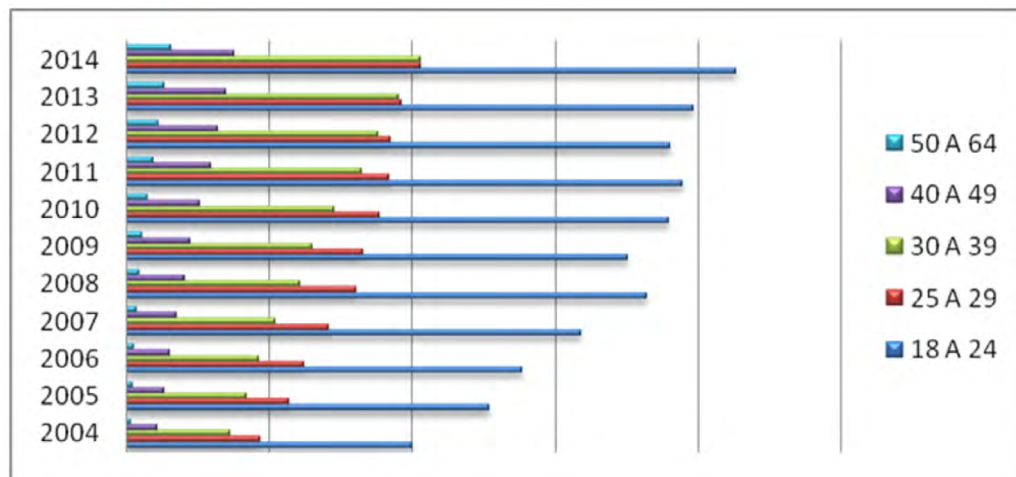


Fonte: Rais/Caged, 2016.

Por fim, para contextualizar o setor de Telemarketing no Brasil, em relação ao seu crescimento no mercado e perfil de trabalhadores que ocupam o posto de trabalho no setor de Teletendimento do *Call Center*, torna-se relevante a identificação das faixas etárias prevaletentes, como demonstram os dados da RAIS dos anos de 2004 a 2014.

Conforme se percebe, em concordância com a literatura, os dados demonstram que há prevalência de Jovens de 18 a 24 anos neste setor, crescendo a cada ano, outro dado relevante é o crescimento de trabalhadores no setor de Telemarketing com idade entre 50 a 64 anos o que pode sugerir o reforço de um discurso ideológico de que este setor é acessível a diferentes perfis ocupacionais, o que pode ser colocado pelo mercado como um diferencial do setor, que não diminui entretanto, seus critérios de seleção para o ingresso do trabalhador, mas pode aumentar sua atratividade, cabendo porém uma análise crítica a cerca dos seus modelos de prescrição do posto e de que forma estes diferentes perfis ocupacionais de alocam e se relacionam no espaço produtivo e também no reprodutivo.

**Gráfico 2.** Faixa etária dos Operadores de Telemarketing no Brasil



Fonte:Rais/Caged,2016

Sabe-se ainda que os perfis que as empresas buscam nos trabalhadores deste setor são: boa comunicação, escrita e atitude positiva, este último ponto é importante por se tratar de um trabalho subjetivo, onde os funcionários precisam passar pelo telefone emoções que eles não sentem necessariamente. (Hochschild 1983 apud McPhail 2002, apud Neto, 2005).

Apesar de requisitar poucas habilidades dos funcionários, é comum nos *Call Centers* é oferecer treinamentos introdutórios relativamente longos em comparação a outros trabalhos. (Belt, Richardson e Webster 2002 apud Neto,2005).

Em relação à qualificação inicial dos operadores de Telemarketing, os dados demonstram que os operadores de Telemarketing possuem o ensino médio completo em sua maioria dos anos de 2004 a 2014, seguido do ensino superior incompleto. Entretanto, observa-se que no ano de 2014, o número de Operadores de Telemarketing com ensino superior completo cresceu em relação aos que possuem o ensino superior incompleto.

Outro dado relevante pode ser o número de Operadores de Telemarketing que possuem cursos de Pós Graduação *Stricto Sensu* completo, que cresceu entre os anos de 2004 a 2014, chegando a 71 no ano de 2014.

Para Venco (1999), a significativa presença de universitários no setor de telemarketing, pode sugerir a possibilidade de conciliação dos estudos com o trabalho, ou mesmo a fonte financeira para sustentação dos estudos, já que para ela, os jovens não se dispõem em continuar no setor após a conclusão do ensino superior, além disso, o nível superior não é um fator representativo ao ingresso do trabalhador no setor de teleatendimento.

A qualificação da força de trabalho empregada do setor de telemarketing não é revertida em uma condição diferenciada no processo de negociação da sua força de trabalho.

Conforme Venco (1999), a escolarização dos teleoperadores não corresponde ao desenvolvimento do seu labor que se restringe ao atendimento mecanizado, padronizado e predeterminado.

Assim, mesmo quando se observa o grande número de jovens em busca de seu primeiro emprego, não há ênfase do setor em oferecer para esses trabalhadores a oportunidade de ingresso e posterior permanência no mercado de trabalho, mas entregou-os a um mercado rotativo, com poucos investimentos na qualificação e oportunidades de crescimento.

**Gráfico 3.** Escolaridade dos Operadores de Telemarketing no Brasil



Fonte: Rais/Caged, 2016

Segundo Belt, Richardson e Webster (2002), apud. Neto (2006), a pressão pela produtividade, torna-se um desafio de agregar trabalhadores para o setor de *Call Center*, além de diminuir o número de absenteísmos. Este exercício de atrair trabalhadores ao setor sugere estreita relação com o modo de organização do trabalho.

Torna-se claro neste processo que o discurso empresarial pautado na geração de empregos pode ser um discurso mistificado e atrativo, em que as diversidades humanas não inferem no processo de inserção do trabalhador de *Call Center*. Entretanto, vale a análise crítica em relação a que tipo de relação de trabalho se constrói neste fazer, neste labor e em que condições de trabalho submetem-se os operadores de telemarketing.

Ressalta-se que telemarketing e a eletrônica nele presente favorecem ao desemprego em outros segmentos da economia, já que diminui o número de atendimento pessoal, o que favorece portanto à competitividade entre trabalhadores e o enfraquecimento de condições de trabalho favoráveis ao trabalhador.

Para exemplificar a diminuição de postos de trabalho no setor de *Call Center*, lembramos do procedimento de vendas por telefone, nas companhias telefônicas ou atendimento de assinaturas de periódicos, onde algumas vezes os clientes são “atendidos” pela URA (Unidade de resposta audível), sendo transferida a uma atendente em casos extremos.

As atividades desempenhadas por Operadores de Telemarketing nos *Call Centers* carecem de olhares ao que se torna subliminar diante da organização do trabalho. A exemplo desta análise pode estar à disposição do espaço físico dos locais de trabalho que ocultam aspectos muitas vezes imperceptíveis, mas revelam total controle do trabalho e enfraquecimento das relações psicossociais do trabalhador, além da prescrição das hierarquias sobrepostas que exercem função maior de controle da produtividade do teleoperador.

Para Foucault (1977), a organização física de ambientes como conventos, colégios, quartéis e aqui podemos acrescentar os *Call Centers*, obedecem algumas regras básicas, que estão para além de apenas uma organização de ambiente, mas requerem uma ordenação fundamental a que se propõe tal espaço.

Foucault (1977), propõe a necessidade de se utilizar, muitas vezes, “cercas” em que há a sugestão de fechar-se em si, o que pode ser observado nos *Call Centers* que buscam o enfraquecimento de relações sociais no ambiente de trabalho para maior produtividade. Assim, as PAs (Postos de Atendimento), são dispostas individualmente e fechadas dos lados, dificultando a relação entre pares. Além disso, observamos a rotatividade de trabalhadores dentro de equipes, o que mais uma vez requer análise crítica em relação ao empobrecimento de relações sociais no ambiente de trabalho.

Além do princípio de construção de cercas, proposto por Foucault em 1977, há o princípio de clausura, que também vai ao encontro da proposta de empobrecimento de relações no *Call Center* e aumento de controle do trabalhador.

Tais proposições se assemelham às empresas de *Call Center*, ao observar a organização de seus espaços, garantindo o controle do trabalhador e ao aumento da produtividade.

Frente à contextualização do setor de Telemarketing e suas particularidades, apresenta-se de forma relevante conforme os dados da Rais (2016), dentre outras peculiaridades a

presença feminina em quantidade significativa, o que nos faz refletir sobre a relevância de maiores espaços de discussão sobre o a inserção da mulher no mercado de trabalho formal, especificadamente em trabalhos de Telemarketing. Assim, segue o início de uma discussão mais complexa da divisão sexual do trabalho em empresas de *Call Centers* brasileiros, como observamos adiante.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil a atividade de *Call Center* é ainda recente, iniciando suas atividades nos anos 80 do século XX, juntamente com as primeiras empresas terceirizadas (Neto, 2005), tornando-se um dos setores que mais cresce mundialmente.

A ascensão da comunicação e dos aspectos tecnológicos, do modelo Neo-liberal amplia as perspectivas de competição que se desdobram no mundo do trabalho, alterando as relações sociais, seus contratos e formas de gestão. Assim, reconfiguram-se grandes ideologias e movimentos sócias e alteração do modelo cultural industrial, para um novo modelo flexível.

Buscam-se novas estratégias na lógica capitalista, procurando o aumento dos lucros na relação capital-trabalho e a sua crescente produtividade. A revolução tecnológica revela novas formas de organização produtiva que reestrutura o sistema capitalista .

As exigências de novas habilidades cognitivas e comportamentais exigidas pela Reestruturação Produtiva e pelas constantes modificações da sociedade informacional reconstroem a situação de estranhamento e de alienação humana do trabalhador, contribuindo para o surgimento de uma nova psicopatologia do trabalho, com o crescimento de doenças psicossomáticas.

#### Referências Bibliográficas:

ANTUNES, RICARDO. **Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil**. estudos avançados 28 (81), 2014.

ANTUNES, Ricardo. *Dez teses sobre o trabalho do presente e uma hipótese sobre o futuro do trabalho*. 31º Encontro anual da ANPOCS, de 22 a 26 de outubro de 2007, Caxambu, MG. Seminário Temático n. 34: *Trabalho e Sindicato na sociedade contemporânea*. DIFEL, 1987. 1.1, v. 1 .

Associação Brasileira de Telesserviços. Disponível em <http://www.abt.org.br/pesquisa.asp?banner=ABT>. Acesso em 14/06/2016; às 20h47.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Anual dos Serviços**, 2010. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000010163909192012394625287604.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/pp/ts/00000010163909192012394625287604.pdf). Acesso em 01.08.2016 às 9h30.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Anual dos Serviços**, 2011. Disponível em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/150/pas\\_2011\\_v13.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/150/pas_2011_v13.pdf), Acesso em 01.08.2016 às 9h40.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Anual dos Serviços**, 2011. Disponível em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/150/pas\\_2012\\_v14.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/150/pas_2012_v14.pdf) Acesso em 01.08.2016 às 11h.



IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Anual dos Serviços**, 2011. Disponível em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/150/pas\\_2013\\_v15.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/150/pas_2013_v15.pdf) Acesso em 01.08.2016 às 11h30.

NEGRI João Alberto de, KUBOTA, Luis Cláudio (organizadores). **Estrutura e dinâmica do Setor de Serviços no Brasil**, Brasília, 2006. Acesso em 20/05 às 08:45hrs. [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5513](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5513). Acesso em 20.05.2016 às 9h22.

NETO, José Borges da Silva. **Call Centers no Brasil: Um estudo sobre emprego, estratégias e exportações**. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Economia. Mestrado em Economia. Uberlândia- MG, 2005.

SILVA, Luis Fernando Santos Correa Da. **Relações de trabalho em Call Centers**. Flexibilidade laboral e perfis sócio-ocupacionais em novo cenário de emprego. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2006.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2ª ed. rev. e ampla. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

VENCO, Selma Borghi. **Telemarketing nos Bancos: o emprego que desemprega**. Dissertação de mestrado. UNICAMP, Departamento de Educação. Campinas-SP. 1999. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000195827>. Acesso em 01/ 02/16 às 9h.

FOUCAULT, Michel . **Vigiar e punir**. São Paulo: Editora Vozes, 1977.

RAIS, Relação Anual de Informações Sociais. 2016. Disponível em <http://trabalho.gov.br/dados-abertos> Acesso em 20.05.2016 às 19h

# GT: 30 - População, território e vulnerabilidade: desafios teóricos e metodológicos na construção interdisciplinar

Coordenadores: Alvaro de Oliveira D'Antona e Ana Maria Nogales

## **POBREZA EM INDICADORES E POBREZA NO VIVIDO: NOTAS SOBRE RESOLUÇÃO ESPACIAL E CAPACIDADES EM TERRITÓRIO**

**Eugênio Benedictus Cassaro Filho**

Psicólogo e mestrando do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - FCA/UNICAMP

Bolsista CAPES/CNPQ

eugeniocassaro@hotmail.com

**Milena Pavan Serafim**

Professora da UNICAMP e do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - FCA/UNICAMP

milena.serafim@fca.unicamp.br

**Álvaro de Oliveira D'Antona**

Professor da UNICAMP e do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - FCA/UNICAMP

alvaro.dantona@fca.unicamp.br

### **RESUMO**

O presente artigo, que é parte de uma dissertação de mestrado, apresenta discussões acerca da pobreza e dos diferentes pontos de vista que dispomos para pensá-la. Procurou-se compreender como se dá a relação entre o conhecimento produzido “em pobreza” pelos indicadores e como esta é experienciada na vida das pessoas/famílias que vivem em localidades de Minas de Gerais, através do cruzamento de um *survey* de indicadores de diferentes tradições e da escuta das pessoas em território. A experiência vivenciada durante um mês de trabalho de campo trouxe elementos significativos de como a “*abordagem das capacidades*” de Amartya Sen está presente nos discursos e nas práticas diárias de pessoas e famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, mas não consegue ser contemplada pelos/nos indicadores. O fato destas perspectivas não conversarem, interfere diretamente na forma como “pobreza” é enfrentada no âmbito das políticas públicas.

**Palavras-chave:** pobreza, indicadores sociais e métodos interdisciplinares.

## INTRODUÇÃO

### 1. POBREZA: conceito-conhecimento paradigmático

Parte-se de uma questão central: a pobreza existe no plano civilizatório, enquanto questão social expressa no plano das desigualdades e desvantagens de acesso e oportunidades (CASTEL, 1998). Ademais não é uma temática nova, pois sua ocorrência é observável na trajetória da humanidade em textos históricos e manifestações artísticas em diversos campos. Deste apontamento, se faz necessário pensar como o conhecimento foi produzido ao longo do tempo para compreender as tradições de pensamento inerentes a sua construção.

Em termos de complexidade e de conhecimento científico, pobreza começou a ser problematizada, enquanto um paradigma de conhecimento, na seara econômica. Thomas Kuhn apresenta os paradigmas como sendo “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 1997, p.13). O conhecimento científico delimitaria um modelo de observação, leitura de dados, análise e interpretação combinados em métodos distintos e teoricamente válidos dentro de um campo científico.

Assume-se neste ponto inicial que, assim como qualquer outro conceito trazido pela ciência, o conceito de “pobreza” existe em multiplicidade e intencionalidade, e não é cabível em experiência de linguagem científica sem qualquer perda residual. Portanto, reconhece-se a existência de paradigmas científicos que afetaram a forma (foram afetados pela forma) como a pobreza foi percebida ao longo do tempo (CODES, 2008).

Seu domínio, sob o guarda-chuva epistemológico da economia, se edifica entre os séculos XIX e XX, através do primado de teorias monetaristas, se consolidando enquanto objeto de análise após a ascensão do capitalismo e dos sistemas de produção e acumulação de capital (CODES, 2008; PIKETTY, 2014). Quando o trabalho de massa passa a existir, uma massa inapta também. A produção industrial, mote da ideia de desenvolvimento econômico moderno, aponta para a abundância, mas vem acompanhada da insegurança social gerada pelos riscos sociais de quem não acessa renda e sua dimensão de utilidade (CASTEL, 1998). A ausência de postos de trabalho e a constituição de uma classe assalariada em condições de precariedade redimensionam o cotidiano das pessoas e “*a vulnerabilidade tornou-se uma dimensão coletiva da condição popular*” (Castel, 1998, p. 222).

Após levantamento bibliográfico sobre a temática, foi observada a existência de quatro modelos de pensamento que influenciaram o que se pensa como pobreza pelo caminho da economia. Os quatro paradigmas estão sintetizados abaixo a partir de suas escalas (movimento de análise), definições de partida (conteúdo manifesto em pobreza), abordagem do problema (tradição dimensional de pensamento) e princípio (ideologia implícita na forma de tratar pobreza).

**Tabela 1.** Síntese dos paradigmas de pobreza<sup>1</sup>.

Paradigma	Escala	Definição	Abordagem	Princípio
<b>Absoluto</b>	Macroescalar Top Down	Subsistência Necessidades básicas	Monetarista	Quantum mínimo
<b>Relativo</b>	Multiescalar	Privações relativas	Monetarista (bens privados e bens públicos)	Relatividade e bens interna
<b>Subjetivo</b>	Microescalar Bottom Up	Percepção subjetiva de satisfação	Monetarista suficiência	por Subjetivo
<b>Multidimensional</b>	Multiescalar	Privação de Capacidades  Liberdades Substantivas e Instrumentais	Multidimensional	Relacional

Fonte: Elaboração própria a partir de Lavinias (2003), Codes (2008) e Soares (2009).

Observa-se pela leitura do quadro que o movimento dos pensamentos passou de uma abordagem “mais dura”, absoluta e unilateral (dimensão renda), para uma perspectiva ampliada e relacional (multidimensionalidade). Tal movimento se deu, a partir da fragilidade das leituras anteriores em explicar via causa e efeito o avanço do renda como utilidade principal.

O conceito de pobreza multidimensional se avizinha de outros conceitos egressos de observações sociais complexas e interdisciplinares como vulnerabilidade social (CASTEL, 2005; HOGAN & MARANDOLA, 2006; CODES, 2008; BRONZO, 2009), bem-estar social (SOARES, 2009), desigualdade social (SEN, 2001) e exclusão social (LAVINAS, 2003). Tal aproximação se dá por tratarem de temas aproximados em um formato circunstanciado, sistêmico e relacional, ora com abordagens mais ora menos político-ideológicas, da “questão social”.

O teórico de maior volume e influência nesta perspectiva é o economista indiano Amartya Sen. No paradigma multidimensional, posto como central neste trabalho, a utilidade e/ou a posse de um bem não delimitariam a atuação deste enquanto fator de pobreza, mas sim as *capacidades*<sup>2</sup> equacionadas entre bem, possibilidade de obtenção, satisfação e prazer para o indivíduo (SEN, 2001). Tais *capacidades* manifestadas se dão pelo princípio do desenvolvimento/aprimoramento da liberdade e sua relação (estado e ação) com as oportunidades (SEN, 2000).

A pobreza seria composta por dimensões múltiplas, cumulativas e relacionais, que atuam sobre/com o indivíduo/família em seu lugar e espaço de vida, de forma a promover um encurtamento da existência, limitando oportunidades do desenvolvimento das capacidades humanas (CODES, 2008; LAVINAS, 2003). Nesta incursão, Sen (1981, 2000) contempla os paradigmas anteriores de pobreza em um, sem exigir perdas em conceito, e nesta roupagem constitui um novo paradigma de pobreza estratificado para além da renda. Entende a possibilidade multiescalar, a variabilidade das correntes (subsistência, necessidades básicas, privação relativa e percepção de suficiência) sem perda residual, pois incorpora a questão relacional ao fenômeno.

1 Os paradigmas descritos, ainda que colocados em uma tabela, não se apresentam de forma tão segmentada em sua prática, marcada por rupturas e adesões aos modelos de pensamento científico.

2 Sen (2000;2001) utilize o termo capability (junção entre capacidade e oportunidade/habilidade).

Ao se orientar pela forma como o indivíduo se relaciona com a situação de pobreza, a teoria não pensa pobreza como *resultado* de algo, mas enquanto *processo* de interação entre pessoas e estratégias de superação de riscos e quedas no bem-estar (BRONZO, 2009).

Por riscos entende-se uma variedade de situações que englobam os riscos naturais (como terremotos e demais cataclismos), os riscos de saúde (doenças, acidentes, epidemias, deficiências), os riscos ligados ao ciclo de vida (nascimento, maternidade, velhice, morte, ruptura familiar), os riscos sociais (crime, violência doméstica, terrorismo, gangues, exclusão social), os riscos econômicos (choques de mercado, riscos financeiros), os riscos ambientais (poluição, desmatamento, desastre nuclear), os riscos políticos (discriminação, golpes de estado, revoltas) [...] (BRONZO, 2009, p.173)

*Capacidade* para Sen (1981, 2001) não é o mesmo que competência ou aptidão, pois nele está agregado a oportunidade de fazer algo. O conceito, portanto, congrega “poder” fazer algo enquanto *possibilidade* e *potência*. Quando tais faculdades não estão juntas, têm-se situações de subserviência, degradação e humilhação (*internalidade*) concomitantes à repressão de vantagens e oportunidades sociais (*externalidade*)<sup>3</sup>. *Capacidade*, portanto, unifica o que se é e o que se faz, como em um exercício ontológico em dialogia. Assim a marca sua teoria se dobra pela consequência da utilidade e não mais num predicativo sobre o que é ser pobre, ou estar em pobreza.

Não ter oportunidade gera um *tensionamento* de percepção de si no mundo, à medida que reflete uma intencionalidade de privação de possibilidades. Castel (2005) aborda como efeito destas privações a *insegurança social*. A modernidade no/do projeto liberal gerou relações de poder hierarquizadas e desiguais para a maioria da população, não conseguindo abarcar a proteção prometida pelos princípios da autonomia do indivíduo e da igualdade dos direitos (CASTEL, 2005).

Como externalidade produto/produtora de subjetividade, a modernidade acabou coroando sistemicamente a insegurança social nos espaços de vida, onde ela “*age como um princípio de desmoralização, de dissociação social à maneira de um vírus que impregna a vida cotidiana. Dissolve os laços sociais e mina as estruturas psíquicas dos indivíduos*” (CASTEL, 2005, p.31).

Ao fugir da delimitação de renda para pobreza, na perspectiva de escolhas e da possibilidade de viabilizá-las em acesso para uma condição de vida considerada valiosa pelo sujeito, estabelece-se uma característica estrutural de liberdade atrelada ao termo *capacidade*: é preciso convertê-la em *práxis* pelo *funcionamento*<sup>4</sup> (SEN, 2001).

Funcionamentos referem-se a ‘atividades’ [activities] (locomover, comer) ou ‘estados de existência ou ser’ [states of existence or being] (como estar bem nutrido, estar livre da malária, não estar envergonhado pela pobreza da roupa vestida) (SEN, 2001, p.236).

A capacidade para realizar funcionamentos (estado-ação) fornece elementos para observar o sistema de valorização das relações sociais e conteúdos significativos. Cada dimensão do conjunto capacitário é trazida enquanto funcionamento, pelo princípio de liberdade. Parte daí a significância do sujeito *poder* realizar algo, sendo *capaz* escolher ou não este funcionamento.

3 Tal referência aparece como influência da “Teoria de Justiça” de John Rawls, nas obras de Sen relacionada à abordagem em capacidades.

4 Tradução literal de functioning (Sen, 2001).

Crespo e Gurovitz (2002) trazem um parágrafo sintético sobre esta leitura em termos da abordagem em *capacidade*:

A relação entre renda e capacidade é demasiadamente afetada pela idade da pessoa (necessidades específicas dos idosos e muito jovens), pelos papéis sexuais e sociais (por exemplo, as responsabilidades da maternidade e também as obrigações familiares determinadas culturalmente), pela localização (por exemplo, propensão a inundações ou secas, ou insegurança e violência em alguns bairros pobres e muito populosos), pelas condições epidemiológicas (por exemplo, doenças endêmicas em uma região) e por outras variações sobre as quais uma pessoa pode não ter controle ou ter um controle apenas limitado. (CRESPO e GUROVITZ, 2002, p.6)

Trazer o conceito pela sua função e não pela representação é um paradigma mais fluido em um princípio de realidade, quando se propõe constituir um olhar sem efeitos de comparação unidirecional. A mera transferência de renda nesta perspectiva seria como confundir o fim com os meios. O conjunto capacitário de aquisição de renda para uma pessoa idosa ou com deficiência, por exemplo, é bastante limitado por esta condição o que afeta a forma como a mesma gere seus funcionamentos para garantir seu bem-estar. Da mesma forma como se deve ler a rede de proteção social no território que envolve e ampara o sujeito condicionado a estas situações.

Da estratificação deste conjunto capacitário e da transversalidade do mesmo para com outros panoramas de qualidade de vida em *funcionamentos*, emerge o conceito de pobreza multidimensional. Existe, portanto, um encadeamento de significações em diversas dimensões, percebidas no domínio de liberdades substantivas, que geram a compreensão das privações. A expansão da liberdade na perspectiva de Sen (2010) desempenha um duplo papel: *o de fim primordial* (substantivo) e *o principal meio* do desenvolvimento (instrumental).

As liberdades substantivas residem na capacidade de realização de diferentes funcionamentos e:

[...]incluem capacidades elementares como, por exemplo, ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão, etc.. (SEN, 2000, p.52)

Nesta formulação o autor elenca cinco liberdades instrumentais que atuariam como oportunidades facilitadoras do desenvolvimento das liberdades substantivas: 1) *liberdade política*, associada aos direitos políticos e controle social; 2) *facilidades econômicas*, associada a possibilidade de utilizar recursos econômicos para trocas, produção e consumo; 3) *oportunidades sociais*, associada a direitos sociais como garantias de acesso à educação, saúde, assistência e previdência social; 4) garantias de transparência; associadas ao acesso amplo à informação no intuito de estabelecer um sentimento de confiança entre sociedade e Estado; 5) *segurança protetora*, associada a uma rede/sistema de proteção social avançado e irrestrito, de forma a afiançar que as garantias sociais sejam cumpridas (SEN, 2000). As cinco dimensões são complementares e atuariam no sentido de ampliar o conjunto capacitário.

As privações em qualquer uma das cinco dimensões instrumentais limitariam as liberdades substantivas, ao impor um raio de ação restrito, para fora das oportunidades vislumbradas dentro de um sistema de proteção e bem-estar. Uma privação social pode inferir sob uma privação econômica por exemplo, no caso de uma pessoa que, vivendo em um regime autoritário, mesmo com renda e desejo de obter um bem, se priva desta possibilidade por imposição do Estado.

A pauta desta teoria, como agenciamento entre as políticas sociais do Estado e privações relacionais, é constantemente avaliada em Sen (1981, 1983, 2000, 2001). Dentro de um sistema com cadeias de privações, no sentido de orientar um pensamento crítico sobre o efeito substancial de uma abordagem da pobreza para além da renda, o autor sinaliza a inoperância da comparação unidirecional monetária em relação ao aferimento de utilidade e bem-estar.

## 1.2 POBREZA: em indicadores e suas tradições

Enquanto definição:

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. (JANNUZZI, 2012, p.21)

Esta significação já é estratégica para/por compor um caminho instrumental de fundamentação e realização em indicadores. Enquanto medida ele congrega três identidades diferentes em pesquisa: ele é ferramenta, método e produto de conhecimentos ao mesmo tempo. Esta ontologia substancial do conhecimento quantitativo (BACHELARD, 2000) infere na forma como vemos a intencionalidade e arbitrariedade por detrás de seu uso/aplicação/análise (SOARES, 2009).

Os indicadores sociais não seguiram o ritmo dos avanços teóricos sobre o tema, haja vista a produção de indicadores que deduzem sobre o sujeito em pobreza ao invés de, primeiramente, ouvi-lo. Dentro do recorte brasileiro recente a partir dos anos 90, a pobreza representada com maior frequência na produção de indicadores sociais, carrega em si uma herança monetarista (MAURIEL & RAIS, 2013). Esta tendência segue um recorte financeiro unidirecional de renda como identidade primária em pobreza, e não a perspectiva da multidimensionalidade (ACCORSI, SCARPARO & GUARESCHI, 2012). Na tabela abaixo, buscou-se congrugar uma síntese de indicadores sociais em pobreza, conforme paradigma, abordagens do tema, exemplos e fragilidades instrumentais.



**Tabela 2.** Síntese de indicadores de pobreza unidimensionais por paradigma escolhido.

Paradigma	Abordagem <sup>1</sup>	Exemplo	Fragilidades
Absoluto	<b>Calórica Direta:</b> Afere pobreza em renda para consumo de calorias em valores absolutos	Linhas Alimentares Diretas	1) Variações de preço de alimentos por região; 2) Padrões culturais de quem como em casa e for a de casa interferem no cálculo; 3) Generalização de um padrão absoluto para bem-estar associado à alimentação
	<b>Calórica Indireta:</b> Afere pobreza como valor para consumo de calorias e renda calculados separadamente	Linhas Alimentares Indiretas	Os mesmos do calórico direto e: 1) Ganhos de escala devido ao cálculo de renda com despesas fixas por grupo familiar e diversidade de consumo por sexo, idade e atividade laborativa; 2) Aluguel imputado; 3) Consumo não-monetário, considerando trocas e plantio de alimentos;
	<b>Administrativa:</b> Afere pobreza a partir de padrão fixo (nacional ou internacional) com base em salário mínimo e/ou paridade do poder compra, para aplicação em programas sociais.	1) 1,90 USD por dia (internacional -BM) 2) 1/4 Salário Mínimo <i>per capita</i> (BPC) 3) Até R\$77 <i>per capita</i> (Ext. Pobreza/PBF) 4) De R\$77 à R\$154 <i>per capita</i> (Pobreza/PBF)	1) Estabelece um padrão único de renda internacional baseado em valor de moeda volátil, que se baseia em preços desatualizados (2005); 2) Risco de falhas na focalização de programas sociais;
Relativo	<b>Média ou Mediana de Renda:</b> Afere pobreza conforme a média ou mediana de renda dentro do recorte populacional	PIB <i>per capita</i>	1) Indiferença de pobreza em relação à desigualdade;
Subjetivo	<b>Suficiência e Expectativas:</b> Afere pobreza em renda, conforme a percepção dos indivíduos na razão entre o que se tem e o que se esperaria ter.	Linhas Subjetivas	1) Dificuldade em realizar a pergunta para a coleta, devido à intersubjetividade e significados implícitos nas palavras; 2) As expectativas podem oferecer um cenário de vida idealizado para melhor ou para pior.

Fonte: Elaboração própria, a partir de conteúdos de Soares (2009) concatenados com os paradigmas em pobreza.

Nota: <sup>1</sup>Para maior detalhamento sobre diferentes métodos em cada abordagem, conferir Soares (2009).

Como alternativa a este modelo de observação mais restrito em renda, tem surgido algumas iniciativas que se propõem quantificar ou operacionalizar pobreza, pelo interesse teórico/programático multidimensional (JANNUZZI, 2012). Contudo estes indicadores ainda apresentam limitações quanto à escolha das dimensões, ponderações, agregabilidade e desagregabilidade dos dados obtidos.

**Tabela 3.** Síntese de Indicadores Multidimensionais do PNUD

INDICADORES SINTÉTICOS	ANO DE CRIAÇÃO	DEFINIÇÃO
<b>Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)</b>	1990	Mensuram o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população, pensando em termos de Expectativa de Vida ao Nascer, Mortalidade Infantil e PIB <i>per capita</i> .
<b>Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD)</b>	2010	Visa identificar as respectivas perdas no desenvolvimento humano como consequência de desigualdades nas dimensões de saúde, educação e rendimento.
<b>Índice de Desigualdade de Gênero (IDG)</b>	2010	Mensura os pontos negativos do desenvolvimento humano de discrepâncias sociais por gênero. Aponta diferenças entre esperança de vida, alfabetização, matrícula na escola e renda entre homens e mulheres.
<b>Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)</b>	2010	Identifica privações nas dimensões saúde, educação e padrão de vida e revela a quantidade de pessoas em pobreza e de privações com que as famílias em situação de pobreza vivem.

Fonte: Síntese dos indicadores apresentados em Mauriel e Rais (2013, p.131)

Em ambos os casos (indicadores multi ou unidimensionais), ao invés de protagonistas em termos de liberdades constitutivas (SEN, 2000), as pessoas participam do processo de elaboração de indicadores como coadjuvantes e amostras, carecendo da *politicidade* inerente ao fenômeno social para compô-lo em sua experiência.

“Entende-se por politicidade a habilidade humana de saber pensar e intervir, no sentido de atingir níveis crescentes de autonomia individual e coletiva, que permitem conduzir história própria e mesmo imaginar inovações no processo natural evolucionário. Ser político é aquele que sabe planejar e planejar-se, fazer e fazer-se oportunidade, constituir-se sujeito e reconstruir-se de modo permanente pela vida agora, conceber fins e ajustar meios para os atingir, exercer sua liberdade e sobretudo lutar contra quem queira limitar, gestar-se cidadão capaz de história própria, aprender de modo reconstrutivo político (DEMO, 2003, p.30)”.

Isto significa que os sujeitos-tema dos indicadores sociais não se manifestam potencialmente enquanto sujeitos, mas são inseridos enquanto objetos de tais indicadores, de forma que a realidade deduzida pelos dados atua por uma ótica colonizadora da experiência, pois não abarcam a dimensão (dial)ética desta construção.

A escala, inerente à aplicação do conhecimento numérico do indicador, se apresenta ao mesmo tempo como solução e empecilho para se pensar pobreza dentro desta perspectiva de pensamento. É solução quando se pensa nela de “cima para baixo”, mas empecilho ao se pensar “de baixo para cima” a fim de construção de um conhecimento.

## 2. ENTRE INDICADORES E EXPERIÊNCIA: REIVINDICAÇÃO DE UMA CONSTRUÇÃO INTERDISCIPLINAR

A pobreza, pelo seu dinamismo multidimensional, requer tratamentos interdisciplinares para ser pensada. Assume-se que há limites em abordagens disciplinares quantitativas e qualitativas no tratamento deste fenômeno. Portanto, passa a fazer sentido incorporar debates sobre interdisciplinaridade e métodos de pesquisa, reconhecendo os avanços de linhas que representam universos de coleta/tratamento/análise/produção de conhecimento. A utilização de métodos mistos

configura uma oportunidade significativa para tratamento/interpretação de dados marcadamente numéricos/quantitativos e marcadamente discursivos/qualitativos em pobreza (JOHNSON & ONWUEGBUZIE, 2004).

Tal proposta apresenta uma estrutura múltipla de coleta e análise para conjunturas complexas, concatenando diferentes fontes/formas de dados (CRESWELL, 2007; JOHNSON & ONWUEGBUZIE, 2004) ao incorporar a visibilidade destas estratégias em forma explicatória e/ou explanatória em um estudo único.

Para compor um estudo de natureza metodológica mista deve-se, segundo Creswell (2007): 1) pensar na sequência da coleta e análise dos dados; 2) priorizar os mesmos sob a perspectiva quali e/ou quantitativa, enquanto estrutura dominante no processo de construção das perspectivas em tempo e intensidade; 3) em etapa mais avançada a integrar de ambos, em perspectiva interacional e construtivista (etapa de maior esforço devido às tradições disciplinares); 4) escolher a tradição teórica para o recorte epistemológico operativo na pesquisa, cabendo ao autor e a especificidade do problema que a pesquisa de debruça.

O design desta *triangulação sequencial* (CRESSWELL, 2007) permite ao pesquisador buscar convergências e divergências nos resultados de diferentes métodos e projetos de pesquisa que estudam o mesmo problema (JOHNSON & ONWUEGBUZIE, 2004). Neste caso a triangulação pode:

[...] contribuir não apenas para o exame do fenômeno sob o olhar de múltiplas perspectivas, mas também enriquecer a nossa compreensão, permitindo emergir novas ou mais profundas dimensões. Ela contribui para estimular a criação de métodos inventivos, novas maneiras de capturar um problema para equilibrar com os métodos convencionais de coleta de dados (AZEVEDO, 2013, p.4).

Na prática, prioritariamente os dados dos indicadores de pobreza de fontes secundárias foram levantados em um survey com índices objetivos em renda e multidimensionais (sem renda), assinalando hipóteses de pobreza em territórios distintos. Em seguida foi realizado um levantamento de campo que geraria dados de narrativa/encontro entre pesquisador e o tema pobreza.

**Tabela 4.** Síntese das funções dos surveys construídos pela pesquisa

ETAPA	Survey (quanti)	Survey (quali)
Relação com o Objeto	Dedutiva	Indutiva
Perspectiva de Pobreza	Pobreza (Top Down)	Pobreza (Bottom Up)
Natureza do Dado	Dados Quanti (Indicadores)	Dado Quali (Descrição Densa)
Objetivo da Abordagem	Mensura a situação de Pobreza	Expõe a experiência de Pobreza
Lugar/agenciamento	“Pobre” Objeto de Pol. Públicas	“Pobre” Sujeito em Pol. Públicas

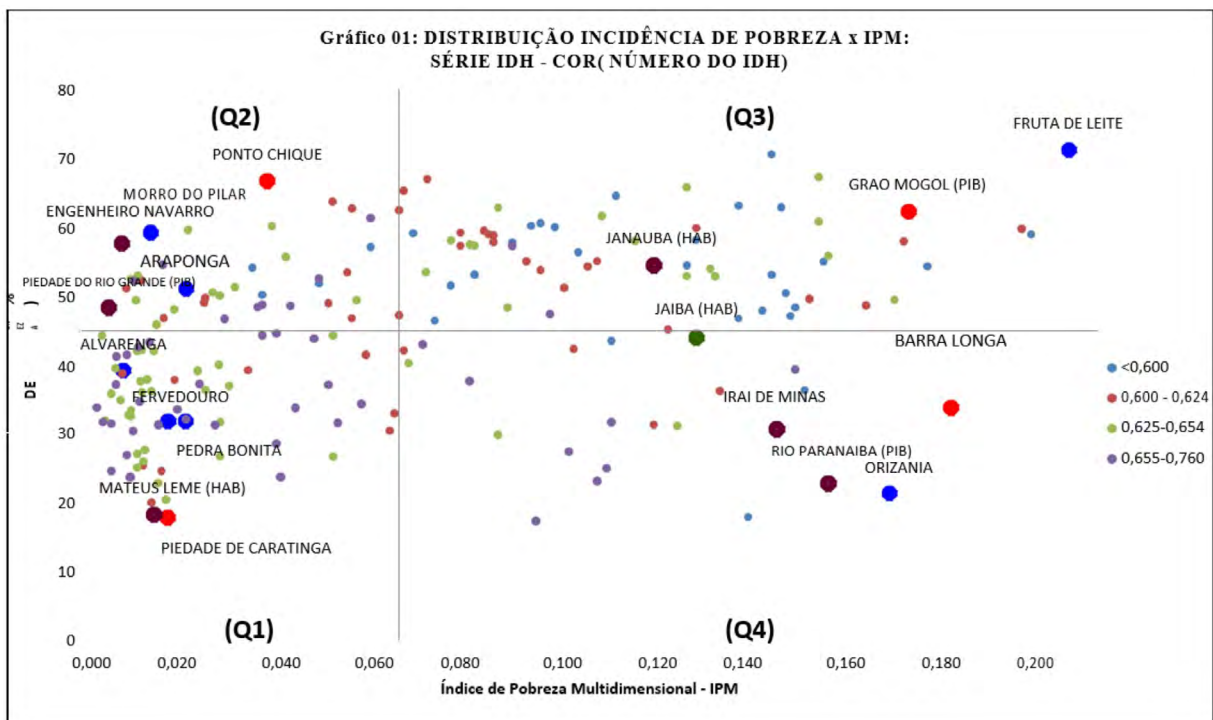
Fonte: Elaboração própria

Na **etapa quanti** foram utilizados dois índices: a) **Incidência de Pobreza (IP)**: estritamente associado à renda a ao consumo local em micro-escala (ELBERS et al.,

2004), construído por amostra da PNAD e Censo 2000 e publicado no Mapa de Pobreza (2003); b) **Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)**: com três dimensões (educação, saúde e padrão de vida) sem inferência direta de renda (ALKIRE E FOSTER, 2011), com dados coletados de maneira censitária pelo Porta a Porta em 199 cidades mineiras. O primeiro indicador representa no cruzamento a tradição renda, enquanto o segundo apresenta a multidimensionalidade em pobreza.

Ambos indicadores foram colocados em um gráfico de modo a caracterizar quadrantes pela média de cada um. Esta etapa teve como objetivo caracterizar as cidades conforme um perfil de pobreza, para posteriormente escolher em qual delas seria realizada a etapa qualitativa da pesquisa.

O gráfico com esta distribuição, com 18 cidades pré-selecionadas segue abaixo.



O eixo Y ficou com a informação de IP, enquanto o X representa a distribuição pelo IPM. As cores estão relacionadas com cortes de IDH conforme a legenda e os eixos se cruzam no valor médio de cada índice, formando quadrantes na seguinte distribuição: a) no Q1 estão as cidades multidimensionalmente e incidentemente menos pobres que a média; b) no Q2 localizam-se os municípios mais incidentemente e menos multidimensionalmente pobres que a média; c) no Q3 as cidades multidimensionalmente e incidentemente mais pobres que a média; d) e no Q4 os municípios menos incidentemente e mais multidimensionalmente pobres que a média.

Pensando na possibilidade de visitar dois quadrantes distintos (um que apresentasse convergência entre IP e IPM e outro que iriam contrapor os índices), nas características

de pequeno porte das localidades mineiras (cerca de 80% dos municípios tem menos que 20 mil habitantes), na redução de gastos com transporte e no tempo para realizar a vivência de campo as cidades escolhidas foram Engenheiro Navarro (Q2), Grão Mogol (Q3) e Fruta de Leite (Q3), todas localizadas na região Norte do estado.

Na **etapa quali** por sua vez, 15 famílias destas localidades foram ouvidas de forma a valorizar a comunicação involuntária (GUBER, 2008) como materialidade do campo, utilizando-se do conceito de *experiência* e *alteridade* (GOLDMAN, 2006). Durante o tempo de um mês buscou-se o “*espelhamento da experiência vivida*” (Goldman, 2006) pelas/com as pessoas e grupos identificados pelos indicadores enquanto em “situação de pobreza”. A socialidade do conceito “pobreza” no plano do vivido constituiu assim o processo, o “*meio-fim*” da pesquisa.

Portanto durante a aproximação inicial o pesquisador permaneceu como um escrevente de histórias de vida e não alguém que buscava conteúdos em pobreza. Na via compreensiva não se perguntou o “Por que a pobreza?” ou “O que é pobreza para você?” (perguntas que induziria a associação livre), mas ouviu respostas em “Para que pobreza?” e “Que pobreza?” (orientação para a responsabilização da pobreza e sua matriz ontológica).

O que se coloca como experiência em pobreza aqui é a relação da pessoa com o falta e não a falta em primeira perspectiva e centralidade. Ao contrário do que se pensa comumente, a falta aqui, é tida não como prejuízo ou em negatividade, mas como material necessário para a simbolização e característico da condição humana (RICOEUR, 2006), e por isso ganha arranjos que marcam as pessoas enquanto agentes simbólicos.

### 3. O RETORNO DO CAMPO: VOZES E EXPERIÊNCIA EM POBREZA

#### 3.1 Onde os fracos não têm vez

Em campo, o predicativo “pobre” não apareceu nas falas das pessoas quando estas falavam de si mesmas. Aparentemente a pobreza não se revelou como *autorreferida* nestes termos. A categoria que mais se aproxima do conceito compartilhado de pobreza multidimensional pela abordagem das capacidades seria “*fraco*”.

- a) “Falar para você **eu sou fraco... fraco de condição** [...] ainda tenho saúde pra trabalhar, e já trabalhei bem. Tem palmo de terra daqui que foi só minha mão que roçou. Mas pergunta o que eu tirei para mim? [...] Mas **o roçado me deixa todo doído**. E se tiver que parar, quem vai cuidar das coisa aqui.” (A. 35 anos, Grão Mogol)
- b) “O problema de ser fraco é que **você não consegue fazer as coisas mudar**. Parece que só sendo forte pra ter as coisas. Tem dia que acordo, olho essa casa e **me dá uma tristeza, sabe? Vontade jogar pro chão e fazer outra.**” (B. 45 anos, Grão Mogol)

Ser “*fraco*” remete a duas instâncias de poder simultâneas em Sen (2000): fraqueza como impotência e como impossibilidade. Tal conceito atualiza o sintoma de insegurança social à medida que pessoas “fracas” não conseguem realizar mudanças que desejam e não encontram uma rede de suporte (pública ou privada) para implementar este processo. Não conseguir cumprir com as expectativas de papéis socialmente construídos/construtores, reduz o estatuto de poder do sujeito, fazendo com que este estreite sua capacidade de agir no mundo.

Sobre esta insegurança social, Castel (2005) reforça:

“O sentimento de insegurança não é exatamente proporcional aos perigos reais que ameaçam a população. É antes o efeito de um desnível entre uma expectativa socialmente construída de proteções e as capacidades efetivas de uma determinada sociedade de colocá-las em prática.” (CASTEL, 2005, p.9)

Dentre as situações que mobilizaram a “fraqueza” como percepção de si e do lugar foram ouvidas a ausência de postos de trabalho e vínculos frágeis com sua produção rural, a baixa capacidade relacional com membros da comunidade e família que impede sua inclusão em redes de proteção local e ausência de políticas sociais que atuem pelo empoderamento individual, familiar ou comunitário.

O IPM, tido como base para o pensamento multidimensional aqui descrito, não capta nenhuma destas informações. O trabalho, os vínculos familiares e a cobertura de políticas públicas não são dimensões ou não estão contemplados em nenhuma delas dentro do índice.

### 3.2) PRIVAÇÕES NÃO OUVIDAS PELO ÍNDICE

Relatos de privação de alimentos que remetem à status (não essenciais), de asfalto na rua domicílio, serviço de coleta de lixo, serviços saúde bucal (órtese), entre outros foram ouvidos com frequência, enquanto fatores que alteram a relação das pessoas com suas liberdades e bem-estar, pois remetem à sentimento de vergonha, infelicidade e diminuição do estatuto político de ser. Tal relação é vistas nos exemplos:

- a. *Tem muita criança em casa. A gente sabe que tem criança que só come mandioca em casa, fica esperando receber o Bolsa para poder resolver a comida. Eu acho que esse povo é infeliz. Tem muita gente que precisa, porque imagina... só mandioca [...] É ruim querer e não poder. [...] Aqui em casa é assim: ‘Não tem carne não, mãe?’ Daí é triste. [...] Não importa com verdura, mas carne...” (Conversa 1)*
- b. *Privação de bens materiais e os efeitos subjetivos disso também apareceram com frequência: [...] a pior coisa aqui de casa é o telhado. Até jorra água. [...] chove mais aqui que lá fora.” (Conversa 1)*
- c. *Reflexos/percepção da privação de asfalto: “O pó é demais. Minha mãe não consegue deixar a casa limpa nunca. [...] A gente coça o nariz, tem gente alérgica que fica ruim na estiagem. [...] você deu sorte que não chegou na chuva aí você ia ver o trem ficar feio aqui. É só lama demais, moço.” (Conversa 15)*
- d. *Reflexos/percepção da privação de coleta de lixo: “[...] O lixo mesmo é tudo queimado. Não tem como esperar vir passar alguém, porque não passa. É muito de vez em quando e a gente não fica sabendo.”*
- e. *Reflexos/percepção da privação em saúde bucal: “comecei a perder meus dentes da frente com 19 anos. [...] Muito doce, rapadura. [...] Não dá, você se sente com vergonha [...] Eu podia sorrir mais antes. Hoje fico com vergonha, porque eu sei que fica feio e ninguém quer a gente.”*
- f. *Questões e significados sobre muros e proteção/privacidade/liberdade: “Do jeito que as coisas estão eu não sei quando eu vou conseguir construir um muro. Pra quem tem criança o muro é bom que protege. [...] Com muro criança não sai para fora, e mãe solteira tem medo também né? [...]*

Os discursos e sentidos das privações descritas acima afetam diretamente a liberdade dos indivíduos e suas famílias, à medida que são impedidos de atingir o bem-estar, enquanto cidadãos em integralidade de direitos. As dimensões psicológicas destas privações não são contabilizadas pelos índices multidimensionais, pois para cada

sujeito estas se manifestam em diferentes formas. Aqui têm-se diversos exemplos de liberdades econômicas, afetando liberdades sociais, jurídicas, etc. Em suma privações que redimensionam a ontologia.

### 3.3. EDUCAÇÃO: porta de saída?

O papel da educação escolar encontrou dois sentidos distintos nos discursos intergeracionais:

- 1) como uma função emancipatória, no sentido de “abrir portas”: *“A escola é muito importante para viver, muito importante mesmo. [...] eu aprendi isso porque não tive escola. [...] a escola é um presente que eu <sup>16</sup> dou pras crianças para que elas não passem pelo que passei na roça e ser alguém. [...] eles crescem e depois vão poder ajudar a gente aqui, porque não vou mais receber o Bolsa Família.”* (F. 47 anos, Grão Mogol)
- 2) como uma pressão social sem sentido prático, revelando o baixo dinamismo econômico do território: *“Eu já fiz tudo que tinha pra fazer de escola. E tô aqui. Sentada. Minha mãe não foi e tá que nem eu. Não adianta estudar aqui. [...] minha irmã vai pra Bocaiuva e vai voltar para que? Só se arrumar marido [risos quebrando a fala] Eu terminei [o E.M.] e fiquei aqui. No mesmo lugar.”* (G. 25 anos, Fruta de Leite)

Aqui a mesma prática gera funcionamentos e capacidades distintas. A educação centraliza uma série de políticas sociais, e seus indicadores levam a acreditar que esta seria uma iniciativa de superação da pobreza. Contudo num universo relacional, em que a economia é pouco dinâmica, a educação não é vista por todos como uma agente de saída da pobreza.

Em termos de coleta de dados, os indivíduos-tema do índice respondem apenas “sim” ou “não”, o que não circunstancializa a informação em função de suas capacidades. Esta forma de condução por respostas binárias, somada ao quadro restrito de dimensões e indicadores, encurta as capacidades do índice, pois reduz a liberdade substantiva da pessoa e, por consequência, a experiência em pobreza a ser medida.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste sentido, os indicadores que se debruçam sobre a questão da pobreza, dentro de uma abordagem multidimensional, apresentam severas dificuldades em captar os “conjuntos capacitários” dos indivíduos e sua interação com o território. Esta dificuldade reflete diretamente na resolução espacial dos dados, por apresentar uma composição escalar em perspectiva *top-down* universalista para pensar o que é sentido em território. Os elementos trazidos aqui poderão ser acrescentados às discussões sobre o tema e sobre pobreza em território, de modo a manter a conversa entre pessoas e indicadores fluindo.

## PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Carlos E. F. et al. (2013) A Estratégia de Triangulação: Objetivos, Possibilidades, Limitações e Proximidades com o Pragmatismo. In: IV ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 3 a 5 de novembro de 2013, Brasília. *EnEPQ*. Brasília: EnEPQ, 1-16.

ALKIRE, Sabina e FOSTER, James. Counting and Multidimensional Poverty Measurement, *Journal of Public Economics*, Vol. 95, p.476-487, 2011. Disponível em: <[www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp32.pdf](http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp32.pdf)> Acessado em 24 de set. 2015.

BACHELARD, Gaston (2000). Os obstáculos do conhecimento quantitativo. In: \_\_\_\_\_. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Trad. Esteia dos Santos Abreu. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 259-292.

BRONZO, Carla (2009), Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília-DF: UNESCO, 2009. p.171-204.

CASTEL, Robert (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTEL, Robert (2005). *A insegurança social: o que é ser protegido?* Trad. de Lúcia M. Endlich Orth. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2005

CODES, Ana Luiza Machado de (2008). A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. *Texto para Discussão n. 1332*, IPEA. 2008. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1332.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf)> Acesso em: 15 de set. 2015.

CRESPO, Antônio P. A.; GUROVITZ, Elaine (2002). A pobreza como conceito multidimensional. *RAE-Eletrônica*, FGV, v. 1, n. 2, jul-dez, 2002. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf](http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf)> Acesso em: 20 de out. 2015.

CRESWELL, John W (2007). Procedimentos de Métodos Mistos. In:\_\_\_\_\_. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 201-230.

DEMO, Pedro (2003). *Pobreza da pobreza*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

ELBERS, Chris. et. Al (2004). Poverty and Inequality in Brazil: New Estimates from Combined PPV-PNAD Data. *World Bank PREM Inequality Thematic Group – Discussion Paper*. Washington, DC, 2004. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/methods/poverty/RioWS-poverty-in-Brazil.pdf>> Acesso em: 20 de out. 2015.

GOLDMAN, Marcio (2006). Alteridade e experiência: Antropologia e teoria etnográfica. *Etnográfica*, vol. 10, núm. 1, maio, 2006, p. 161-173

GUBER, Rosana (2011). *La etnografía: Método, campo y reflexividad*. 1ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.



HOGAN, Daniel. Joseph.; MARANDOLA, Eduardo (2006). Para uma conceituação interdisciplinar de vulnerabilidade. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Unicamp, Nepo, 2006.

JANNUZZI, Paulo de Martino (2012). *Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas: Alínea, 5ª edição, 2012.

JOHNSON, R. B.; ONWUEGBUZIE, A. J. (2004) Mixed Methods Research: A Research Paradigm Whose Time Has Come, *Educational Researcher*, v. 33, n. 7, p. 14-26, 2004. Disponível em: <[www.edr.sagepub.com/content/33/7/14.full.pdf+htm](http://www.edr.sagepub.com/content/33/7/14.full.pdf+htm)> Acesso em: 20 de out. 2015.

KUHN, Thomas S (1997). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 5ª edição, 1997.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática, *Econômica*, v. 4, n.1, p.25-59, 2003. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v4n1/lavinas.pdf>> Acesso em: 29 de outubro de 2015.

MAURIEL, A.P.O.; RAIS, C.B.R. Indicadores de pobreza nas políticas sociais brasileiras. *Revista de Políticas Públicas*, JFMA, v. 17, n.1, p 127-137, jan-jun., 2013. Disponível em: <[www.redalyc.org/pdf/3211/321131081012.pdf](http://www.redalyc.org/pdf/3211/321131081012.pdf)> Acesso em: 29 de mar. 2015.

PIKETTY, Thomas (2014). *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RICOEUR, Paul (2006). Capacidades e Práticas Sociais. In: \_\_\_\_\_. *O percurso do conhecimento*. Edições Loyola: São Paulo, Brasil, 2006. p. 147-153

SEN, Amartya (1981). *Poverty and Famine: An Essay on Entitlement and Deprivation*. Oxford: Clarendon Press, 1981.

SEN, Amartya. (1983). Poor, Relatively Speaking. *Oxford Economic Papers*, 35(2), 1983 p. 153-169.

SEN, Amartya (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya (2001). *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001

SOARES, Sergei. S (2009). Metodologias para Estabelecer a Linha de Pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais. *Texto para discussão n. 1381*. Rio de Janeiro: IPEA, fev., 2009. Disponível em: < [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1553/1/TD\\_1381.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1553/1/TD_1381.pdf)> Acesso em: 7 de out. 2015.

## DA CRÍTICA À REFLEXÃO: AVALIAÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM SEU IMPACTO SOBRE A EXTREMA POBREZA

**CAMARGO, Lorene**

*Mestranda do programa de pós graduação em Ciências Sociais Aplicadas/UEPG-PR  
lorene.psicamargo@gmail.com*

**BOURGUIGNON, Jussara Ayres**

*Professora Dra. do programa de pós graduação em Ciências Sociais Aplicadas/UEPG-PR  
juaybo@gmail.com*

### RESUMO

O artigo que segue tem por objetivo central debater momentos diversos de avaliação do programa Bolsa Família, especificamente no âmbito da extrema pobreza, contidos nos Boletins de Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (Ipea), desde o de lançamento no ano de 2004, até o de 2015 em que o programa esteja em pauta. O debate visa demonstrar os processos pelos quais esta transferência de renda atravessou desde sua implementação. Foi possível observar que houve mudanças maciças no sentido de ampliar o exercício e alcance do programa, fenômenos estes diretamente relacionados às avaliações realizadas.

**Palavras-chave:** Transferência de renda. Bolsa Família. Avaliação de políticas.

### ABSTRACT

This paper have as its principal objective to debate various moments of evaluation of the Family Allowance Program, specifically around the extremely poverty, contained on Social Policy reports of Ipea: Institute of research and applied economics, since their beginning at 2004, until 2015. This debate aims to demonstrate the processes by wich this income transfer until its implementation. It was possible to observe that were changes on its expansion of the program, directly related with the performed evaluations.

**Key-words:** Income transfer. Family Allowance Program. Evaluation of policies.

## INTRODUÇÃO

O artigo apresentado tem por objetivo central debater momentos diversos de avaliação do programa Bolsa Família, especificamente no âmbito da extrema pobreza, contidos nos Boletins de Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (Ipea), desde o de lançamento no ano de 2004, até o publicado em 2015. O debate visa demonstrar os processos pelos quais esta transferência de renda atravessou desde sua implementação. Foi possível observar que houve mudanças maciças no sentido de ampliar o exercício e alcance do programa, fenômenos estes diretamente relacionados às avaliações realizadas. E, para além deste avanço na dimensão e no alcance do programa, o debate em torno dos índices de extrema pobreza (que voltam a ganhar volume entre 2012 e 2013), é imprescindível.

A proposta vincula-se a uma análise documental e bibliográfica em torno dos boletins oficiais lançados pelo instituto em questão. Para que seja possível uma visão dialética e crítica em torno do programa Bolsa Família, avaliações acadêmicas de pesquisadores desta política social serão utilizadas. Desta forma, um diálogo teórico, metodológico e interdisciplinar é possível. Ainda, este artigo visa compreender de maneira integrada o acompanhamento oficial em torno dos avanços e retrações no percurso desta transferência de renda.

### 1. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: CARACTERIZAÇÃO E OBJETIVOS

O programa Bolsa Família (BF) completa treze anos em 2016. Como transferência condicionada de renda, impactou de maneira intensa a realidade brasileira, em se tratando de redução das taxas de extrema pobreza. Tendo em vista que o programa abrange boa parte do país, assim como sua crescente capilaridade até o momento, este trabalho tem por objetivo central realizar reflexões acerca de documentos elaborados pelo Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (Ipea) sobre o BF. Mais especificamente, relatórios de cunho avaliativo da política de Assistência Social e do programa em referência ou, utilizando a nomenclatura oficial, boletins de políticas sociais, publicados anualmente. E para o que está aqui em pauta, serão consideradas avaliações realizadas pelo Instituto referido entre os anos 2004 e 2015, já que o programa teve início em 2003.

Para que possamos refletir sobre os diferentes veios das avaliações realizadas em torno do BF precisamos, antes, caracterizá-lo. É uma transferência de renda que tem como principal objetivo a redução da extrema pobreza; combate à fome, com garantia de segurança alimentar da população; e, de maneira gradual e de médio prazo, a possibilidade de redução dos índices de exclusão social, não somente a econômica. Vulnerabilidade social é um ponto chave neste programa em mesma medida, já que prevê a obrigatoriedade do Cadastro Único no Sistema Único de Assistência Social, para que as famílias possam ser beneficiárias do programa. Desta maneira, a inserção destas na política pública em questão é garantida e, por consequência, há maior possibilidade de assisti-las. A política de Assistência Social tem como mote principal a redução de vulnerabilidades. Portanto, ao BF estar no bojo de programas por ela ofertados e gerenciados, há a possibilidade de esta transferência de renda auxiliar este processo (LIMA & SILVA, 2014).

O Bolsa Família é resultado da unificação de transferências de renda anteriores, advindas da gestão Fernando Henrique Cardoso, a saber: Bolsa Escola, Vale Gás e Bolsa

Alimentação. Ao dar o passo de centralizar estes benefícios, a gestão federal que se inicia em 2003 volta sua atenção à focalização da transferência de renda proporcionando, por esta via de acesso, que as famílias utilizem-na da maneira que lhe aprouver maior necessidade. Além desta característica, a intersetorialidade é uma das principais marcas do BF. As condicionalidades (ou seja, a contrapartida que o Estado solicita dos beneficiários) viabilizam-na. Uma delas é a frequência escolar das crianças em 75%, assim como de 85% para adolescentes, comprovadas por meio de relatórios dos órgãos gestores da Educação municipal. Ainda, o acompanhamento médico periódico, em Unidades Básicas de Saúde, tanto para gestantes, lactantes ou puérperas é obrigatório. A vacinação infantil deve estar, também, em dia, para que estes beneficiários não corram o risco de receberem advertências, ou mesmo a suspensão do programa. Ou seja, por meio destas condições, as políticas públicas de Saúde e Educação têm papel fundamental para que o BF seja fortaleça-se, assim como a intersetorialidade destas políticas públicas com a de Assistência Social que, por consequência, eleva sua capilaridade em todo o território nacional (Lima & Silva, 2014; Campello, 2013).

À medida que as discussões avançam em torno do exercício do BF, assim como sua capacidade de expansão, vigilância e monitoramento são de extrema importância para que haja concretude em toda e qualquer modificação que seja prevista para um melhor funcionamento. Eis, então, a relevância em avaliá-lo em sua efetividade; esta que “[...] diria respeito, portanto, à implementação e ao *aprimoramento* de objetivos, independentemente das insuficiências de orientação e das falhas de especificação rigorosa dos objetivos iniciais declarados do programa [...] (FAÇANHA, L.O., MARINHO, A., 2001, p. 06, grifos nossos)”. Ou ainda: “[...] efetividade envolve a investigação de impactos sociais mais abrangentes proporcionados pelo programa (JANNUZZI, 2016, p.48)”. Como se trata de um programa em execução, a maioria dos textos avaliativos que aqui serão citados acabam por ter este caráter.

Não há como avaliar um programa social de maneira fechada se este não passou por qualquer processo de finalização. Porém, ainda que em exercício, políticas e programas podem (e devem) passar por avaliações, para que sejam possíveis mudanças positivas. A concepção de avaliação que aqui adotamos vai de encontro com o que Jannuzzi (2016) aponta:

[...] esforço analítico de produzir informação e conhecimento para desenho, implementação e validação de programas e projetos sociais, por meio de abordagens metodológicas interdisciplinares da pesquisa social, com a finalidade de aprimorar a gestão das intervenções [...] (JANNUZZI, P.M., 2016, p. 46).

E, ainda, corrobora com a necessidade em produzir elementos que tragam à tona dados, para que haja a corroboração de decisões a serem tomadas em relação ao programa ou política, principalmente no que se refere às suas gestão e execução. Quando há avaliações acerca de impacto social e econômico (efetividade), custos necessários para implementação e possíveis reformas (eficiência), ou mesmo se objetivos de determinado programa (eficácia) são alcançados, a substancialidade de sua existência é acrescida e, por consequência, sua continuidade é viabilizada por uma (ou mais) gestão. É uma forma de tornar concretos os dados em seu entorno, assim como sua continuidade assegurada (idem).

## 1.1. BOLETINS DE POLÍTICAS SOCIAIS (IPEA): POSSIBILIDADES DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

O Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (Ipea) trabalha com dados advindos do Censo que é realizado decenalmente. Já que o programa Bolsa Família passa por implantação em 2003, por meio de medida provisória, a avaliação de seu primeiro ano em exercício é divulgada em 2004. Da mesma maneira nos demais anos. O material publicado refere-se a dados do ano anterior de divulgação das devidas análises. O Boletim de Políticas Sociais (bps) articula reflexões sobre as políticas públicas em exercício e muitos dos programas nelas inseridos. Este artigo recebe o recorte já enunciado, portanto, deter-se-á às seções que dizem respeito à Política de Assistência Social com a especificidade do que diz respeito ao Programa Bolsa Família. Esta transferência condicionada de renda começa a receber atenção do Ipea com o Boletim de número 08, publicado em 2004. Neste, a questão da unificação dos programas anteriores é sua inovação. Segundo os avaliadores,

Uniformizando ações que antes se desenvolviam separadamente, o programa sinaliza no sentido da universalização do benefício, simplifica e democratiza os processos de acesso, que antes deveriam ser programa a programa, e permite maior acompanhamento do beneficiário sobre a política pública federal de transferência de renda (IPEA, 2004, p.36).

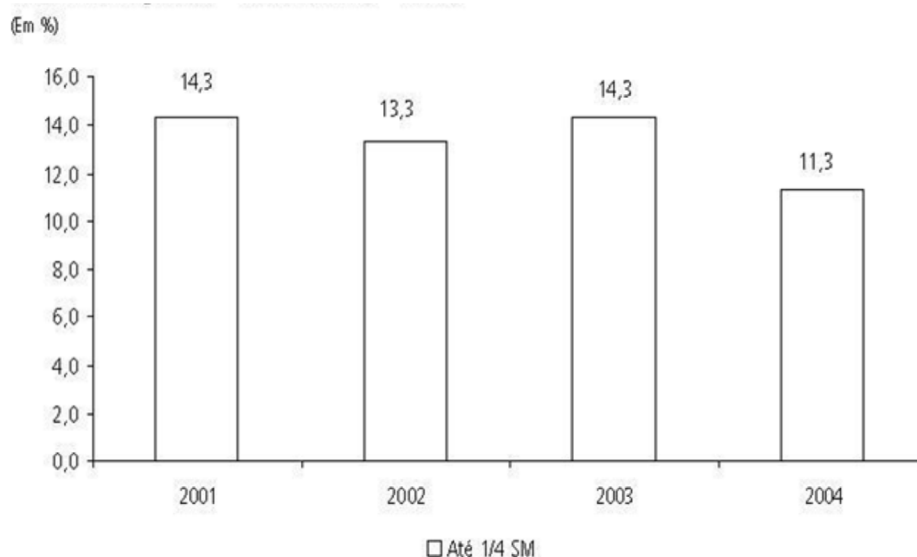
É notório o caráter construtivo dado à unificação de programas de transferência de renda. Pode-se inferir, para além das questões de facilitação de acesso das famílias às políticas públicas envolvidas no BF, que há o fator econômico envolvido, nos termos de sua gestão. Com apenas uma forma de transferência condicionada de renda direcionada população de baixa renda, os custos são reduzidos. Um só sistema sendo o centralizador de informações e dados; uma equipe técnica; uma só receita, etc, considerando a complexidade inerente ao BF. As autoras Lima & Silva (2014) avaliam, já com dados de uma década de existência do BF, que o processo de unificação dos benefícios não foi de todo positivo. Os valores atribuídos às famílias por meio do Bolsa Família muitas vezes (a depender do número de componentes, renda *per capita*, dentre outros fatores) são inferiores, se comparados à soma das quantias recebidas anteriormente. E, com a diversidade de valores atribuídos ao programa em questão, muitas vezes não é a quantia necessária para que uma família ultrapasse os níveis de extrema pobreza ou mesmo seja considerada nas taxas de inclusão social.

À medida que avança o tempo de existência desta transferência de renda, são perceptíveis as alterações em relação ao que é foco de maior atenção nos boletins. O de número 10, datado de 2005, considera como preocupação essencial nestes primeiros passos do programa o não cumprimento das condicionalidades por parte das famílias fragilizando, assim, o princípio da intersetorialidade. Há o destaque para a incidência de propostas que visam um aumento no rigor de controle das famílias, para que os descumprimentos sejam monitorados e reduzidos (IPEA, 2005). Com esta sinalização, é desconsiderada uma possível sinalização de focos de maior vulnerabilidade das famílias, do ponto de vista geográfico, social, assistencial, etc. É uma discussão necessária e, à época desta publicação em questão, talvez fosse o maior entrave para a expansão do BF. Porém, há que se considerar a ideia de que diversos contextos delimitam diversas consequências. Por exemplo: se não há escolas públicas suficientes para as famílias de uma região, não há como matricular todas as crianças, logo, haverá descumprimento (mesmo que temporário) da principal condicionalidade nestas famílias: frequência escolar. E eis

o dever da gestão local ater-se a elementos como este, que inferem diretamente na dinâmica do benefício em questão.

Quando se resgata o boletim de 2006, há a viabilidade em olhar para os índices de miséria de maneira otimista. Com praticamente três anos de exercício do programa Bolsa Família, esta mensuração torna-se mais viável e visível. O gráfico abaixo é um destes componentes.

**Gráfico 1.** Taxa de indigência - 2001 a 2004 - Brasil



(Fonte: Elaboração Disoc-Ipea a partir de PNAD-IBGE, apud Ipea, 2006).

Houve redução da taxa de indigência no país, portanto, de 2001 a 2004, da marca dos 14,3% da população, para 11,3%, nos respectivos períodos. Ou seja, 3% decrescidos. Tendo em vista que a taxa era igual a de 2001, em 2003, já com o programa BF em atividade, contamos também com a mesma porcentagem de diferença entre os anos citados. Esta ilustração é importante para que possamos verificar de maneira clara, nos boletins mais recentes lançados pelo Ipea, quais as alterações por que o programa transitou, assim como a forma com que o Instituto avalia tais mudanças. O documento lançado em 2007, em edição especial (boletim nº 13), infere os mesmos 11,3% de miseráveis entre a população, tendo como base de dados o ano de 2005. Ainda, com base na Pnad, no ano em referência contabilizou-se 101,7 milhões de brasileiros com renda *per capita* abaixo de um salário mínimo. Importante destacar que:

O reduzido rendimento médio da população, as precárias condições de funcionamento do mercado de trabalho e a baixa cobertura previdenciária indicam o tamanho da população em situação de vulnerabilidade e sob o risco de cair em situação de pobreza ou indigência, público potencial das políticas de assistência social, segurança alimentar e transferências de renda (IPEA, 2007, p.82).

Não se pode pensar o fenômeno da pobreza de maneira deslocada de um dado contexto histórico, permeado de contradições e de fatores que irão, certamente, influenciar diversos indicadores sociais. Elementos chave como economia nacional e mundial, mercado de trabalho, condições de habitação, saneamento básico com maior ou menor investimento público, irão determinar aumentos ou reduções nas vulnerabilidades social, econômica, etc. E isto é refletido diretamente na forma como são conduzidas as

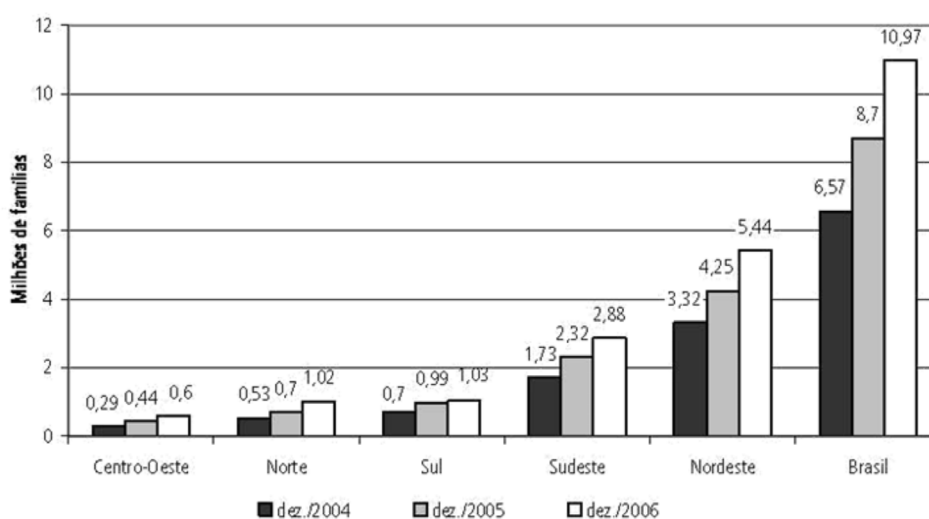
intervenções sobre todos os aspectos da população pauperizada. Além destes fatores, o boletim em pauta enuncia a alta influência da renda domiciliar sobre as crianças e adolescentes de cada seio. Para o caso específico de inserção dos pais (ou responsáveis) no mercado de trabalho, há a direção quase literal da presença ou ausência dos jovens nas escolas, assim como nas taxas de trabalho infantil. Como indicativo positivo, dados de 1995 apontam que famílias com renda de no máximo  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo, 54,69% de crianças e adolescentes frequentavam a escola. E, em contrapartida, no ano de 2005, esse índice passou para 75,07% (Ipea, 2007).

O boletim nº 14, datado também de 2007, aponta a conclusão do processo de unificação dos programas de transferência de renda em 2006. Porém, mesmo com o aumento no alcance do BF às famílias que se enquadravam no perfil de beneficiárias havia, no ano em questão, famílias ainda recebendo os benefícios anteriores a este. Um dos motivos atribuídos é o não atendimento aos fatores de elegibilidade de algumas destas famílias (Ipea, 2007). Eis um impasse acrescido de ameaça (à época, talvez ainda hoje) aos beneficiários que recebiam as rendas anteriores à unificação dos programas. Está relatado em documento oficial e pode incorrer em várias críticas ao BF, ou à forma como fora implementado no Brasil.

As autoras Lima & Silva (2014) destacam a forma como os critérios foram construídos para verificar se as famílias mapeadas enquadram-se ou não às linhas de elegibilidade do programa. Pobreza e sua forma extremada são delimitadas pelo quesito renda, unicamente, quando estamos falando do BF. E, por óbvio, não são conceitos restritos a esta linha de corte. São componentes da exclusão social, assim como marcas de vulnerabilidade social. Ou seja, famílias que não se enquadraram nestes liames classificatórios, após o processo de unificação, não foram transpostas como beneficiárias do BF, assim como deixaram, após certo tempo, de receber as rendas dos programas anteriores.

A abordagem em torno do aumento na cobertura do Programa Bolsa Família demonstra a crescente capilarização da política de Assistência Social (Ipea, 2015). É interessante que olhemos para esse processo de avanço. Consta no Boletim de políticas sociais nº14 um importante parâmetro para esta discussão.

**Gráfico 2.** Evolução do número de família beneficiárias do PBF (2004-2006)



(Fonte: Relatório PPA 2006, apud IPEA, 2007).

O grande salto, neste período de tempo escolhido, fica a cargo dos anos 2004 e 2006, em nível nacional: de 6,57 milhões para 10,97 milhões de famílias beneficiárias do BF, respectivamente. Certamente um dos maiores avanços nacionais no combate à extrema pobreza, tendo Nordeste e Sudeste como de maior quantidade de famílias, no contexto regional. Há, em relação ao crescimento destes números: a ampliação do alcance do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), já que para ser beneficiário é obrigatório o cadastramento por meio do Cadastro Único; mensuração mais precisa do contingente populacional em situação de extrema pobreza; assim como responsabilização crescente do Estado sobre sua população mais vulnerável.

Em 2007, entra em debate a relevância das condicionalidades do BF para o impacto do programa sobre a vida das famílias e, por consequência, sua inserção nas demais políticas públicas. “Pesquisas vêm sendo divulgadas, sugerindo que é limitada a influência desses mecanismos no comportamento das famílias, mesmo quando o acesso é garantido pelas políticas públicas, em especial no que se refere aos serviços básicos de saúde (IPEA, 2008, p. 61)”. Porém, adiciona-se a relevância em considerar a superação intergeracional da pobreza, ou seja, a médio e longo prazo, mesmo sem estreita compreensão da importância no cumprimento das condicionalidades por parte das famílias, haverá impacto em suas vidas quando as gerações, já com o programa em funcionamento, estiverem nascendo. É uma maneira de considerar que a devida importância à frequência escolar, ao acompanhamento médico, acontecerá com este tempo de adequação das famílias.

Damos, então, um salto para o boletim lançado em 2010, em que o número de famílias alcançadas pelo programa BF até outubro de 2008 foi de aproximadamente 10,6 milhões e, desta ponto até abril de 2009, foram aproximadamente 11,2 milhões cobertas (Ipea, 2010). Importante, também, considerar a diversidade inerente a um país como Brasil, com diferenças marcantes entre suas regiões. Ainda referente ao percurso do programa em 2009,

Após o recebimento do benefício, a renda média *per capita* das famílias das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste ultrapassa a linha da extrema pobreza, o que não ocorre com as famílias pobres da região Nordeste e Norte, em virtude dos demais rendimentos familiares - especialmente os do trabalho - serem mais baixos. Embora as famílias destas duas regiões não superem, em média, a condição de extrema pobreza, são justamente elas que têm maior crescimento em sua renda (média) com o recebimento do PBF (IPEA, 2011, p.71).

Há, então, a estreita relação entre a dinâmica econômica de determinadas regiões e a possibilidade de superação da extrema pobreza nas áreas em questão. Notório, ainda, o retorno à discussão sobre os valores disponibilizados aos beneficiários do BF em relação às possibilidades de superação desta condição econômico-social. Quando há condições precárias para inserção no mercado de trabalho, somente a renda do benefício não garante que a linha da miséria seja ultrapassada (Lima & Silva, 2014). Motivo este que acaba por influenciar a inclusão do Benefício de Superação da Pobreza (BSP) em 2012, como complementação à renda disponibilizada com PBF, destinado às famílias que, mesmo com esta transferência inicial, não teve sucesso na superação da extrema pobreza (Ipea, 2015).

Quando passamos aos dados relacionados ao ano de 2010, o Ipea (2012) destaca a marca das 12,778 milhões de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família e, atrelado a isto,



o aumento da possibilidade de consumo por parte dos beneficiários. Houve reajustes, com o passar do tempo de existência do programa, contribuindo para que haja maiores possibilidades neste campo, assim como na meta de extinção da extrema pobreza. Em 2009 o benefício teve aumento de 10% em seus valores médios. E, a participação desta renda para a já existente nos núcleos familiares passou de 15% até 2004, para 39% em 2010. E, para além das possibilidades de redução da linha de extrema pobreza no país, “[...] o programa tem efeito multiplicador significativo sobre a economia, visto que as famílias gastam a totalidade dos recursos recebidos no consumo. De acordo com estudo do Ipea, cada R\$1,00 investido no Bolsa Família aumenta em R\$1,44 o produto interno bruto (PIB) do país (IPEA, 2012, p. 67)”.

À medida que avançam as discussões entre os boletins de políticas sociais do Ipea, estas ganham maior substancialidade, assim também pelo tempo de existência do programa aqui em pauta. Os volumes mais recentes, de nº22 (2014) e nº23 (2015), estabelecem um balanço de todo o histórico de existência do BF. Desde a percepção de que, de fato, o benefício atuou de maneira significativa nos liames da proteção social no Brasil. O fato de ser complemento às rendas, e assim o faz de maneira significativa, aponta para sua configuração num importante ponto: quebra da lógica intergeracional de extrema pobreza, assim como fora apontado nos primeiros boletins avaliativos do Ipea. Em meados de 2014 este elemento ganha mais substancialidade e possibilidades de que seja uma realidade em médio prazo (Ipea, 2014).

Nesta marca de mais de uma década de existência, o ponto forte de discussão fica, novamente, a cargo das condicionalidades. No ano de 2014 a fragilidade não está em seu descumprimento, como o era ao início de atividade do programa. Em outro sentido, adentra ao campo das possibilidades de impacto do benefício relacionadas às condicionalidades. Novamente, a compreensão de que não cumpri-las, pelos motivos que houver, é presença maciça de áreas de graves vulnerabilidades, não o puro e simples desinteresse das famílias em atendê-las. Uma vez mais a gestão é acionada para que viabilize o devido acesso destas famílias aos aparelhos sociais necessários, inseridos na saúde e educação pública, principalmente. A intersectorialidade é um pressuposto que deve ter condições para que seja posto em prática. É perceptível, então, o quanto há de tencionamento positivo para que isto ocorra. Sem escolas e unidades de saúde, não há como cumprir as condições mínimas de ingresso e permanência no programa Bolsa Família (Ipea, 2014). Tencionamento este que não se restringe somente a estas áreas, mas em aspectos legais e de segurança à existência deste programa.

Os efeitos positivos do programa, sejam eles diretamente ligados à garantia de renda ou derivados desta, ganharam mais relevância com a expansão da cobertura do programa. Ao contrário de outros benefícios do sistema de garantia de renda, o PBF não constitui um direito legalmente assegurado (IPEA, 2014, p.72).

Ou seja, o Bolsa Família é previsto em lei, porém, constitui-se como programa de governo, não de Estado. E, por este mesmo motivo, é passível de extinção. Logo, desmitificar o programa em seus mais variados aspectos pode contribuir para que isto não ocorra. À medida que avaliações são realizadas de maneira rigorosa e constante, o benefício ganha a substancialidade que deve a ele ser garantida. É a partir de avaliações oficiais que uma política social ganha solidez. Neste sentido, as críticas também devem ser tecidas de maneira concreta. O boletim nº23 (Ipea, 2015) traz à tona aspectos a serem

repensados para a expansão do programa em questão. Utilizando-se dos dados da PNAD de 2013, pretende avaliar o BF no sentido de atualizar os dados a ele referentes. Uma das questões centrais desta avaliação é a elevação recente dos índices de extrema pobreza no país, mesmo com o aumento no número de beneficiários do programa. O Benefício de Superação da Pobreza (BSP) foi instituído em 2012 justamente para que houvesse propulsão da meta de erradicar esta modalidade de pobreza, que ganha destaque com o lançamento do Programa Brasil sem Miséria, em 2011.

Houve reajuste, em 2014, na linha de elegibilidade, de R\$70 *per capita* para R\$77. Isto torna a gestão do programa mais dinâmica, já que o cumprimento das metas é facilitado. Esta atualização tem, como consequência, um maior escopo de potenciais beneficiários, sinal de expansão do programa, a partir de um mínimo acompanhamento das modificações inflacionárias que acompanham a economia nacional, ano a ano. Porém, mesmo com esta mudança, a taxa de extrema pobreza cresceu de 2012 (3,63%) para 2013 (4,03%) de maneira significativa. O temor é este índice prosseguir crescendo. Novamente é necessário pontuar que a conjuntura político-econômica influencia diretamente neste fenômeno, e devemos estar preparados para ocorrências desta natureza. A baixa flexibilidade do mercado de trabalho, neste espaço de tempo, desaceleração da economia, dentre outros fatores, incidem diretamente nestas alterações. A grande questão, aqui, é o fato de que o BSP não fora bem sucedido em relação aos esforços para, a todo custo, superar a extrema pobreza. O contexto não permitiu que traçássemos uma linha reta e sem desvios no crescimento socioeconômico do país (Ipea, 2015).

Transformação importante também diante deste cenário é a alteração significativa das regiões com maior número de benefícios concedidos. O cenário dos anos 2004 a 2006 nos mostraram que Nordeste saía à frente com o maior contingente de beneficiários. Em 2013, há uma inversão: o Sudeste alcança a marca dos 33% de captação de recursos do BF e, em sequência, está o Nordeste, com 30%. Alteração esta que demonstra a dinâmica de grandes transformações, dos pontos de vista geográfico, econômico e social (Ipea, 2015). Importante dado para que mais mitos sejam desconstruídos neste sentido. A feição de região com os maiores índices de extrema pobreza passa a amenizar-se, quando nos referimos ao Nordeste. E, em um meio de extremas urbanização e industrialização como é o caso do Sudeste, não à toa produz números que incidem diretamente sobre a extrema pobreza. E, por consequência, crescimento de exclusão social, assim como da faixa de vulnerabilidade social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliar um programa complexo como o Bolsa Família não é tarefa simples. Dados do Ipea auxiliam-nos a refletir sobre as transformações pelas quais este benefício atravessou e continuará a transitar. A cada ano, novos números emergem e há nítida comprovação de que um acirrado acompanhamento do BF é necessário. A ampliação do princípio da focalização do programa é um dos seus grandes avanços. Quanto mais bem delimitada uma política social, maiores as possibilidades de controle em sua gestão. O BF passou por ampliações fundamentais no decorrer destes 13 anos, mas ainda há muito por fazer. Quando há maior flexibilidade das condicionalidades, maiores as chances de serem cumpridas e ganharem a substancialidade que é necessária para que a intersetorialidade ocorra. O vínculo entre as políticas públicas de Assistência Social,

Saúde e Educação é de extrema importância para que a ideia de rede de serviços seja concretizada. É uma das consequências mais esperadas do programa em questão.

A concepção de que vulnerabilidade social está para além dos liames da renda vem de encontro a todos os dados aqui pontuados. Não há, a esta altura, como desconsiderar que a intervenção do Estado sobre a população mais pauperizada, e que ocupa as margens sociais, é de extrema importância para que avancemos neste território. O boletim nº23 (Ipea, 2015) traz à tona importante questão, neste sentido de transformações sócio-econômica pelas quais transitamos constantemente: a população extremamente pobre e pobre coincidem em praticamente todos os fatores de exclusão e vulnerabilidade. É o passo que deve ser dado, portanto, a partir de então. Mais de 20 milhões de famílias ultrapassaram a linha de extrema pobreza, porém, prosseguem morando em condições abaixo do esperado para que haja qualidade de vida satisfatória.

A partir do momento que houver a compreensão de que o programa Bolsa Família pode ser ampliado, será alcançado novo ponto para discutir sua relevância: inseri-lo ao âmbito direto dos direitos humanos básicos. Estaremos em acordo com a Constituição Federal de 1988, assim como ultrapassaremos o debate sobre importância ou não do programa. Os relatórios de acompanhamento de políticas sociais são provas de que a retirada de milhões dos números da miséria é de grande feito. Porém, ao ser realizada a reflexão de que renda mínima é direito fundamental, uma série de transformações conceituais e práticas serão viabilizadas. E, em maior medida, o pressuposto de proteção social relacionado ao programa BF será ampliado, já que o benefício em questão passará a ser pensado como garantidor de dignidade humana às pessoas de baixa renda (Zimmermann, 2009).

Portanto, no que diz respeito aos processos de avaliação de um programa como o Bolsa Família, é possível identificar seus acertos e falhas, seus potenciais de crescimento, assim como a visualização clara de que modificações devem ser pensadas a todo momento, para que haja cobertura dos mais pobres. Sob esta vigilância, alcance do benefício, dinâmica socioeconômica nacional, dentre outros fatores, estarão de acordo com a flexibilidade de atuação do Bolsa Família. Caso não houvesse a iniciativa em monitorá-lo e avaliá-lo, o programa estaria em ambiente frágil de inserção, sequer haveria como mensurar seu impacto com o passar dos anos, para que as devidas correções de rota fossem (e sejam) possíveis.

## REFERÊNCIAS

CAMPELLO, T. H. G. B. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. in: **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. CAMPELLO, T., NERI, M. C. (Org). Brasília: Ipea, 2013.

FAÇANHA, L.O., MARINHO, A. **Programas Sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação**. Texto para discussão nº 787. Brasília: Ipea, 2001.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. nº08. Assistência Social. Brasília: Ipea, 2004. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=145](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=145)

\_\_\_\_\_. nº10. Assistência Social e Segurança Alimentar. Brasília: Ipea, 2005.

- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. nº12. *Assistência Social e Segurança Alimentar*. Brasília: Ipea, 2006.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. nº13. *Assistência Social e Segurança Alimentar*. Brasília: Ipea, 2007. Ed. especial.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. nº14. *Assistência Social e Segurança Alimentar*. Brasília: Ipea, 2007.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. nº15. *Assistência Social e Segurança Alimentar*. Brasília: Ipea, 2008.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. nº18. *Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: Ipea, 2010.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. nº19. *Assistência Social*. Brasília: Ipea, 2011.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. nº20. *Assistência Social*. Brasília: Ipea, 2012.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. nº 22. *Assistência Social*. Brasília: Ipea, 2014.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. nº23. *Assistência Social*. Brasília: Ipea, 2015.

JANNUZZI, P. M. **Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas**. Editora Alínea, 1.ed., 2016.

LIMA, V. F. S. A., SILVA, M. O. S. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. 2.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

ZIMMERMANN, C. O princípio democrático e constitucional da dignidade da pessoa humana e a existência do programa bolsa família: apontamentos sobre direitos elementares dos cidadãos de baixa renda. **Revista do Direito**. Santa Cruz do Sul, n.32, p. 128-140, jul/dez. 2009.

## A DESIGUALDADE EDUCACIONAL SOB A PERSPECTIVA DO PENSAMENTO COMPLEXO

**MACHADO, Melissa Riani Costa**

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília  
*melissariani@gmail.com*

**VASCONCELOS, Ana Maria Nogales**

Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília  
*nogales@unb.br*

### RESUMO

Apesar do acesso ao ensino gratuito e de qualidade ser um direito de todos os brasileiros, permanecem desigualdades educacionais que refletem aquelas existentes na própria sociedade, gerando uma imensa dificuldade na quebra desse círculo vicioso. Torna-se, portanto, essencial, o aprofundamento da discussão a respeito do acesso desigual à educação no contexto brasileiro, inserindo a complexidade própria das questões sociais, em que há múltiplas dimensões que interagem, nas análises de políticas públicas. O presente trabalho realizou levantamento bibliográfico de pesquisas que utilizaram a modelagem de sistemas complexos para análise de políticas públicas educacionais no Brasil. Considerando o potencial de utilização da metodologia e o número ainda incipiente de trabalhos que aplicam a modelagem de sistemas complexos nesse contexto, conclui-se que a modelagem de sistemas complexos se apresenta como campo a ser aproveitado por novos estudos que apresentem os benefícios e os limites de sua aplicação para compreensão da desigualdade educacional.

**Palavras-chave:** desigualdade educacional, políticas públicas, pensamento complexo.

### ABSTRACT

Despite access to free and good quality education being a core fundamental right in Brazil, educational inequalities remain as reflection of those existing in society itself, demanding strong efforts in order to break this vicious circle. Therefore, it is crucial improving Brazilian debate about unequal access to education by adding social complexity issues in policy-making analysis, where multiple dimensions continuously interact among themselves. This study was erected by a bibliographical survey regarding works that used complex systems modelling within educational policies analysis in Brazil. Considering its potential and the incipient number of studies applied to the educational context, one concludes that complex systems modelling may be a very useful approach to assess benefits and limits to better understand educational inequalities causes.

**Keywords:** educational inequality, decision-making policies, complex thinking.

## INTRODUÇÃO

A legislação educacional brasileira não deixa dúvidas quanto à necessidade de oferta de ensino gratuito e de qualidade a todos os brasileiros. Mesmo assim, conforme apontado por Sampaio e Oliveira (2015), ao longo da história brasileira, a população apresenta acesso desigual à educação, seja por meio da exclusão no sistema escolar ou por meio de padrões diferentes de qualidade do ensino ofertado. Essas desigualdades educacionais são reflexo, também, de desigualdades existentes na própria sociedade e, perversamente, contribuem para a manutenção do *status quo*, gerando uma imensa dificuldade na quebra desse círculo vicioso.

Nesse sentido, torna-se fundamental aprofundar a discussão a respeito dos múltiplos fatores envolvidos no acesso desigual à educação no contexto brasileiro, para que possam ser pensadas políticas públicas adequadas.

O presente trabalho tem como objetivo, mediante levantamento de revisão bibliográfica, apresentar o pensamento complexo e a modelagem de sistemas complexos como caminhos possíveis para melhor compreensão do contexto no qual a desigualdade educacional se desenvolve.

Além desta introdução, o presente trabalho é composto por outras quatro seções. A primeira delas destaca parte da legislação brasileira que busca garantir o acesso à educação gratuita e de qualidade a todos os brasileiros, além de apresentar as múltiplas dimensões que interferem na desigualdade educacional no Brasil. A segunda seção trata do pensamento complexo e demonstra que tal abordagem é essencial para analisar temas como a desigualdade educacional. A terceira seção apresenta os estudos brasileiros, encontrados na revisão bibliográfica, que utilizaram a modelagem de sistemas complexos para análise de políticas públicas educacionais no Brasil. A última seção apresenta as conclusões deste estudo.

### 1. A DESIGUALDADE EDUCACIONAL NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No artigo 206, a Constituição estabelece os princípios do ensino, dos quais destacamos: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; e VII - garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1988).

O artigo 211 da Constituição determina, ainda, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem organizar seus sistemas de ensino em regime de colaboração, com a União exercendo função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira (BRASIL, 1988).

O Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que tem dez anos de vigência, define metas e estratégias para alcançar diretrizes como a universalização do atendimento escolar, a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação, e a melhoria da qualidade da educação, entre outras (BRASIL, 2014).

Contudo, como apontado por Fagnani (2014), apesar da educação brasileira ter apresentado avanço recente no processo de democratização do acesso, em que praticamente todos os alunos que se encontram na idade ideal para cursar o ensino fundamental estão matriculados no sistema de ensino, ainda persistem sérias lacunas.

Em realidade, além de ainda não haver universalidade na oferta dos demais níveis de ensino, a desigualdade educacional encontra outras formas de atingir os mais vulneráveis, como: o acesso a escolas com infraestrutura precária, sobretudo naquelas de pequeno porte localizadas nas periferias e zonas rurais; a desigual capacidade pedagógica e de gestão das escolas; a menor renda dos alunos e de suas famílias, que dificulta a dedicação aos estudos, gerando maior evasão e distorção do fator idade/série; o menor capital cultural de suas famílias, implicando menos incentivo e meios disponíveis para estimular os estudos e a familiaridade com o ambiente e o processo escolar; características pessoais como gênero e raça/cor entram ainda nessa complexa manutenção de desigualdades no ambiente escolar; e as desigualdades regionais perpetuam investimento desigual na educação com mecanismos redistributivos, promovidos pela União, ainda insuficientes (ALVES e outros, 2016; ALVES; SOARES; XAVIER, 2014; ARRETCHE, 2010; ARROYO, 2010; FAGNANI, 2014; JESUS; GOES; ROCHA, 2016; KARINO; VINHA; LAROS, 2014; SAMPAIO; OLIVEIRA, 2015; SEABRA, 2009; SOARES NETO e outros, 2013; SOARES, 2005; SOARES; CANDIAM, 2011).

Diante dessa multiplicidade de fatores intervenientes na desigualdade educacional, um dos principais desafios para superá-la é ampliar o diálogo e construir consensos entre os diferentes atores para a criação de um projeto nacional que combata suas múltiplas dimensões (FAGNANI, 2014).

Sampaio e Oliveira (2015), no mesmo sentido, entendem que, para compreensão da desigualdade educacional, tão importante quanto observar as suas múltiplas dimensões isoladamente, é analisar como elas se afetam e se transformam mutuamente.

## **2. O PENSAMENTO COMPLEXO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS**

Embora o paradigma da ciência moderna, ainda dominante em nossa sociedade, siga princípios como a simplificação, a linearidade, a separação sujeito/objeto, a especialização disciplinar, a supervalorização do método e da linguagem técnica e a rejeição ao senso comum e a qualquer outro tipo de conhecimento que não advenha da ciência e de sua metodologia, sabe-se que tal paradigma encontra-se em profundo processo de crise diante da complexidade apresentada pela realidade e das limitações que a própria ciência impôs a si mesma (SANTOS, 1989).

Nesse contexto, a complexidade adquire *status* de uma nova ciência, denominada teoria da complexidade, paradigma da complexidade, epistemologia da complexidade, ou, simplesmente, pensamento complexo (CHAVES, 1998).

O pensamento complexo foi introduzido por Edgard Morin na década de 70 para responder à necessidade humana de conhecimento pleno, ainda que provisório, promovendo debate entre as partes e o todo a partir de um processo dialógico (RAMOS, 2008).

Morin (1999 *apud* RAMOS, 2008) explica que o pensamento complexo é instituído e constituído pelos seguintes princípios: sistêmico ou organizacional; hologramático; anel retroativo; anel recursivo; dialógico; auto-eco-organização; e reintrodução.

O princípio sistêmico ou organizacional liga o conhecimento das partes ao conhecimento do todo indissociavelmente por processos de interação. No caso da desigualdade educacional, tal princípio fica evidente já que há indissociabilidade entre a educação e o todo, composto pelo contexto social e histórico no qual múltiplas dimensões interagem (econômica, cultural, social, política, psicológica, biológica etc.) (RAMOS, 2008).

De maneira semelhante, o princípio hologramático observa que as partes estão no todo, e vice-versa. Assim, para análise da desigualdade educacional, é necessário conhecer o contexto associado, pois educação e contexto se encontram simbiotizados e um revela o outro (RAMOS, 2008).

O princípio do anel retroativo, por sua vez, estipula que a causa age no efeito, e vice-versa. Sob a perspectiva da desigualdade educacional, tal princípio fica evidente na medida em que é provocada por uma pluralidade de causas que podem se transformar em efeitos (RAMOS, 2008).

O princípio do anel recursivo estabelece que o produtor faz o produto, e vice-versa. Dessa forma, não há a separação entre sujeito/objeto, assim como essa relação não se dá em apenas um sentido (RAMOS, 2008). Para Sakowski e Tóvolli (2015, p. 356), esse princípio pode ser exposto no sistema educacional, quando o consideramos como “um sistema que se auto-organiza, no sentido de que o aluno é fruto de um determinado sistema educacional e ao mesmo tempo influenciador deste”.

Já o princípio dialógico sustenta que os opostos, os diferentes, dialogam na complexidade (RAMOS, 2008). Sakowski e Tóvolli (2015, p. 354) esclarecem que esse princípio se refere “à capacidade de associação entre dois termos que são antagônicos, mas ao mesmo tempo complementares”. Assim, a complexidade associa pares de opostos como ordem-desordem, simplificação-complexificação e reducionismo-holismo sem torná-los homogêneos, mantendo a identidade das partes e considerando que o todo é maior do que a soma das partes (CHAVES, 1998).

O princípio da auto-eco-organização estipula as possibilidades dialógicas que envolvem a autonomia e a dependência. No contexto educacional, segundo Ramos (2008, p. 83), há esse “jogo de autonomias e dependências”, na medida em que “o sujeito, em sua autonomia, depende da educação, que está submetida à sociedade, que, simultaneamente, encontra-se atrelada a algumas questões”.

Por fim, o princípio da reintrodução entende conhecimento como um processo que envolve o sujeito e o objeto, ou seja, “abriga os dialogismos, que contemplam os sujeitos e os objetos, como partes, em diálogo, de um todo” (RAMOS, 2008, p. 83);

Nesse sentido, Santos (2008, p. 74) entende que:

A contextualização é necessária para explicar e conferir sentido aos fenômenos isolados. As partes só podem ser compreendidas a partir de suas inter-relações com a dinâmica do todo, ressaltando-se a multiplicidade de elementos interagentes que, na medida da sua integração, revela a existência de diversos níveis da realidade, abrindo a possibilidade de novas visões sobre a mesma realidade.



De acordo com Mariotti (2007), mais do que uma teoria ou metodologia, a complexidade é um fato presente na realidade social, e o conhecimento disciplinar aliado ao uso de metodologias baseadas na linearidade das relações demonstram-se extremamente limitados na busca de soluções para os desafios detectados, sendo fundamental um pensamento complexo, aberto, abrangente e flexível para maior compreensão de fenômenos multidimensionais como a desigualdade educacional.

No que se refere à gestão pública, além da complexidade se apresentar como fato da realidade social, a não linearidade (com inter-relação constante entre as dimensões envolvidas) impede que o sistema seja totalmente deduzido *a priori* com base nas informações disponíveis, como tradicionalmente é feito no Brasil (FURTADO; SAKOWSKI; TÓVOLI, 2015). Dessa forma, a modelagem de sistemas complexos pode exercer papel fundamental para que a gestão pública se adeque à complexidade dos sistemas sociais.

A modelagem de sistemas complexos nada mais é do que uma descrição abstrata da realidade, que busca capturar um fenômeno específico. Os modelos são, portanto, limitados e visam tão somente clarear aspectos a respeito dos mecanismos que ocorrem por trás de fenômenos sociais, e não reproduzir a sociedade como um todo (TESSONE, 2015). Nesse sentido, Heemskerck, Wilson e Pavao-Zuckerman (2003) relatam que, para construir modelos, é necessário determinar as partes do sistema que serão estudadas e escolher as relações de interesse entre estas partes, explorando o comportamento do modelo por meio dos mecanismos de interação entre as partes.

Tessone (2015) descreve, em seu estudo, como os modelos de sistemas complexos podem facilitar a interpretação de fenômenos emergentes nos sistemas sociais, tais como a segregação populacional no espaço; a tomada de decisões; a formação de opiniões; a construção de redes de interações etc.

Assim, ainda que a modelagem de sistemas complexos não seja a solução definitiva para uma completa compreensão da complexidade a ser considerada nas políticas públicas de combate à desigualdade educacional, Furtado, Sakowski e Tóvoli (2015) destacam que tais modelos possibilitam iluminar as tomadas de decisão, na medida em que esclarecem possíveis consequências a partir das opções dadas nos diferentes momentos da trajetória de políticas públicas (como elaboração, implementação e acompanhamento).

No mesmo sentido, Rand (2015) defende que a modelagem de sistemas complexos permite a identificação de pontos de alavancagem, ou seja, que geram mudanças efetivas, ao testar vários cenários possíveis e diversos tipos de intervenção.

A importância de entender a educação como um sistema complexo está relacionada tanto à pesquisa acadêmica quanto às políticas públicas educacionais em níveis nacional e local, em que modelos computacionais podem favorecer análises que vão além das já disponíveis nas abordagens quantitativas e qualitativas, tradicionalmente utilizadas nas pesquisas educacionais (JACOBSON, 2015).

Vale destacar que as metodologias de sistemas complexos não substituem os métodos tradicionais de pesquisa educacional, apenas os complementam (SAKOWSKI; TÓVOLI, 2015).

Apesar do potencial apresentado, Mueller (2015) atenta para o fato de que há várias ausências de estudos que considerem a modelagem de sistemas complexos no contexto das políticas públicas brasileiras, sobretudo na área da educação.

### 3. A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA COM MODELAGEM DE SISTEMAS COMPLEXOS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Segundo Sakowski e Tóvolli (2015), apesar de existir uma considerável quantidade de pesquisas no mundo que enfocam a natureza complexa dos sistemas educacionais, da aprendizagem e do ensino, essa área ainda é incipiente no Brasil.

Os modelos baseados em agentes (ABMs, do inglês *Agent-Based Models*) e os autômatos celulares (CAs, do inglês *Cellular Automata*) são metodologias que possibilitam simular interações no sistema e observar as propriedades que emergem dessas interações (FURTADO; SAKOWSKI; TÓVOLI, 2015).

Rand (2015) destaca que os ABMs possibilitam a análise dos efeitos das políticas sobre as regras básicas de comportamento do agente, geralmente por meio de uma estrutura para simulação que permite a análise de cenários hipotéticos.

Contudo, como apresentado por Sakowski e Tóvolli (2015), até hoje apenas foram desenvolvidos estudos no Brasil que utilizam essas metodologias para ensinar conceitos de complexidade e conceitos disciplinares (física, química, biologia, questões ambientais etc.) em diferentes níveis de ensino; sendo ainda ausentes no país estudos que utilizam essas metodologias no contexto das políticas públicas educacionais.

É um potencial a ser considerado nos estudos brasileiros, já que em outros países os ABMs foram utilizados para investigar, por exemplo, o impacto de políticas como a de escolha escolar em escolas públicas de Chicago (MAROULIS e outros, 2010) e de alocação de escolas baseadas na distância, no Reino Unido (MILLINGTON; BUTLER; HAMNETT, 2014).

Os sistemas dinâmicos, outro tipo de modelagem de sistemas complexos, são construídos em torno da noção de estoques e fluxos e, portanto, possibilitam estudar como a mudança em alguns dos fluxos do sistema afeta os resultados de políticas públicas específicas (RAND, 2015).

Essa ferramenta já foi utilizada para análise de políticas públicas educacionais no contexto brasileiro no estudo realizado por Strauss e Borenstein (2015) para auxiliar os gestores na análise e entendimento das dinâmicas e dos diferentes efeitos de políticas públicas para os graduandos do ensino superior. Em sua conclusão, os autores defendem que os sistemas dinâmicos constituem uma ferramenta útil e flexível para facilitar a compreensão da complexidade do comportamento dinâmico do sistema de ensino superior brasileiro.

As análises de redes, por sua vez, buscam compreender os sistemas complexos ao descrever as interações que ocorrem dentro do sistema, possibilitando avaliar como as políticas públicas afetam a sociedade (RAND, 2015). Esse tipo de ferramenta é mais frequentemente utilizado nos estudos brasileiros e alguns exemplos são apresentados a seguir.

Mesquita e outros (2008) investigaram o potencial de organização e ação em rede de um grupo de educadores envolvidos em ações de inclusão de pessoas com necessidades especiais, o que possibilitou a detecção de ações necessárias para um melhor funcionamento do grupo.

Rossoni, Hocayen-da-Silva e Ferreira (2008) utilizaram a análise de redes para estudar a estrutura de relacionamento entre instituições de pesquisa no campo de administração pública e gestão social e encontraram que, apesar da densidade da rede ser baixa, a distância entre as instituições é pequena e as instituições que apresentam maior número de laços, globalmente centralizadas, são importantes elos de coesão na rede, com maioria de laços entre instituições do próprio estado e relacionada diretamente aos indicadores de produção científica.

Guimarães e outros (2009) analisaram a influência de relações acadêmicas e de atributos de programas de pós-graduação em administração na estrutura da rede desses programas, encontrando uma rede pouco densa, com relações esparsas e, na maioria das vezes, fracas.

Teixeira e Verhine (2014) analisaram as interferências das redes sociais de comunicação entre líderes das Diretorias Regionais de Educação, com sede em Caetité e Brumado (Bahia), e dirigentes das escolas públicas estaduais localizadas nessas cidades, nos processos de mudança organizacional. Os autores encontraram que existe uma tendência de facilitação do processo de mudança organizacional nas escolas públicas estaduais de Caetité, pela existência de redes sociais mais densas, centralizadas, conectadas e caracterizadas por relações mais intensas.

Os sistemas tutores inteligentes constituem uma metodologia usualmente utilizada em estudos relacionados ao processo de aprendizagem em si, já que possibilitam uma instrução assistida por computador capaz de interpretar as respostas dos estudantes, aprendendo enquanto operam e ajustando as bases de conhecimento a partir dos dados gerados pelos estudantes ao usarem o sistema (SAKOWSKI; TÓVOLI, 2015).

Contudo, Farias e outros (2011) destacam o potencial de utilização de sistemas tutores inteligentes no processo de avaliação dos sistemas de ensino em todos os níveis. Para os autores, isso permitiria: avaliar o conhecimento e as habilidades dos alunos; auxiliar nas estratégias pedagógicas a partir de questionários socioeconômicos e avaliações sociopedagógicas; definir o que ensinar conforme a coleta de informações, o levantamento de dados, as avaliações, questionários, escalas de proficiência e amostra da população envolvida; proporcionar uma relação mais próxima entre tutor e aluno; e possibilitar o aprendizado direcionado conforme resultado de avaliações, tornando o processo mais hábil e eficiente.

A metodologia de mineração de dados permite a análise de grandes bases de dados na busca de reconhecimento de padrões (FUENTES, 2015). Os estudos brasileiros que a utilizam em contextos relacionados às políticas públicas educacionais estão listados a seguir.

Pinheiro, Elia e Sampaio (2013) utilizaram a mineração de dados para construção de uma ferramenta web de auxílio aos diretores e professores de escolas brasileiras com base em dados estatísticos que os permitam fazer o cruzamento do desempenho escolar de seus alunos e as respectivas competências alcançadas.

De forma semelhante, Fonseca e Namen (2016) aplicaram a metodologia de mineração de dados no processo denominado Descoberta de Conhecimento em Bancos de Dados (KDD, do inglês *Knowledge Discovery in Databases*), com o intuito de identificar fatores que relacionam o perfil de professores que lecionam Matemática com a proficiência obtida por seus alunos.

Chagas, Santos e Faria (2015) também utilizaram a mineração de dados no processo KDD visando contribuir para o controle da evasão de alunos do ensino superior ao identificar os alunos propensos a evasão com base em informações sociais e econômicas dos alunos.

Ainda, a visualização é uma metodologia no contexto da modelagem de sistemas complexos que facilita a compreensão por parte dos tomadores de decisão (*stakeholders* e formuladores de política) e, portanto, é fundamental para que o conhecimento produzido seja convertido em ações (SAKOWSKI; TÓVOLI, 2015). Essa metodologia complementa todas aquelas anteriormente citadas e deve ser utilizada sempre que possível para melhor assimilação das informações pela população e pelos atores envolvidos.

Considerando a revisão bibliográfica apresentada a respeito do uso de modelagem de sistemas complexos no contexto das políticas públicas educacionais brasileiras, percebe-se que realmente o potencial apresentado pela associação de tal metodologia a outras, como análises qualitativas e quantitativas tradicionais, não tem sido devidamente aproveitado. Ainda são escassos os trabalhos para muitas das modelagens de sistemas complexos existentes e para outras, como ABMs e CAs, não foram sequer encontrados estudos brasileiros.

## CONCLUSÕES

Tendo em vista a disponibilidade de grandes bancos de dados com informações relevantes a respeito da educação e da população brasileira, sobretudo aqueles disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep (como Censos Educacionais, desempenho em avaliações de larga escala e questionários de fatores associados) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (como o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios), assim como a disponibilidade de métodos computacionais de análise e associação dessas informações; e considerando a possibilidade de utilização do pensamento complexo e da modelagem de sistemas complexos para ampliar a compreensão de como as múltiplas dimensões da desigualdade educacional se influenciam mutuamente, torna-se fundamental o desenvolvimento de novos estudos que apliquem as diferentes abordagens metodológicas de modelagem de sistemas complexos no contexto da desigualdade educacional, apresentando as potencialidades e respectivos limites de uso.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Teresa Gonzaga e outros. (2016) Fatores contextuais das escolas de educação básica brasileiras: dados, métodos e aplicações. In: VIII Reunião da ABAVE – Avaliação de larga escala no Brasil: ensinamentos, aprendizagens e tendência. *Anais*. n. 2, 2016, p. 57-76.
- ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco; XAVIER, Flavia Pereira. (2014) Índice socioeconômico das escolas de educação básica brasileiras. In: *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, v. 22, n. 84, Rio de Janeiro, jul./set. 2014, p. 671-704. ARRETCHE, Marta. (2010) Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos? In: *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, v. 53, n. 3, Rio de Janeiro, 2010, p. 587-620.
- ARROYO, Miguel G. (2010) Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. In: *Educ. Soc.*, v. 31, n. 113, Campinas, out./dez. 2010, p. 1381-1416. BRASIL. (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*. Diário Oficial da União, Brasília, 05 out. 1988. 191-A, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 20 out. 2016.
- BRASIL. (2014) *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 2014. Edição Extra, p. 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em: 20 out. 2016.
- CHAGAS, Cleber Garcia; SANTOS, Gilson Sartunino dos; FARIA, Gedson. (2015) Mineração de dados com informações socioeconômicas para apoiar o controle de evasão escolar. In: IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar. *Anais*. Belo Horizonte, out. 2015, p. 250-255.
- CHAVES, Mário M. (1998) Complexidade e transdisciplinaridade: uma abordagem multidimensional do setor saúde. In: *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 22, n. 1, Rio de Janeiro, maio 1998, p. 7-18.
- FAGNANI, Eduardo. (2014) Além da agenda endógena da educação: propostas para a construção coletiva de um projeto de desenvolvimento. *Educ. Soc.*, v. 35, n. 129, Campinas, out./dez. 2014, p. 999-1026.
- FARIAS, Ana Carolina Melo de Oliveira e outros. (2011) Uma análise da evolução no processo de Avaliação Educacional no Brasil até o uso de Sistemas Inteligentes. In: *Proceedings of ICEM&SIIE'11 Joint Conference*, Aveiro - Portugal, set. 2011, p. 668-678.
- FONSECA, Stella Oggioni da; NAMEN, Anderson Amendoeira. (2016) Mineração em bases de dados do Inep: uma análise exploratória para nortear melhorias no sistema educacional brasileiro. In: *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 32, n. 1, mar. 2016, p. 133-157. FUENTES, Miguel Angel. (2015) Métodos e metodologias em sistemas complexos. In: FURTADO, Bernardo Alves; SAKOWSKI, Patrícia A. M; TÓVOLI, Marina H. (ed.) *Modelagem de sistemas complexos para políticas públicas*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2015, p. 65-83.

FURTADO, Bernardo Alves; SAKOWSKI, Patrícia A. M; TÓVOLLI, Marina H. (2015) Abordagens de sistemas complexos para políticas públicas. In: \_\_\_\_\_ *Modelagem de sistemas complexos para políticas públicas*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2015, p. 21-41.

GUIMARÃES, Tomás de Aquino e outros. (2009) A rede de Programas de Pós-Graduação em Administração no Brasil: análise de relações acadêmicas e atributos de Programas. In: *RAC*, Curitiba, v. 13, n. 4, art. 3, out./dez. 2009, p. 564-582. HEEMSKERK, Marieke; WILSON, Karen; PAVAO-ZUCKERMAN, Mitchell. (2003) Conceptual models as tools for communication across disciplines. In: *Conservation Ecology*, v. 7, n. 3, 2003, 13 p.

JACOBSON, Michael J. (2015) A educação como sistema complexo: implicações para a pesquisa educacional e políticas. In: FURTADO, Bernardo Alves; SAKOWSKI, Patrícia A. M; TÓVOLLI, Marina H. (ed.) *Modelagem de sistemas complexos para políticas públicas*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2015, p. 335-350.

JESUS, Girlene Ribeiro de; GOES, Catharina Araujo Barbosa Vasconcelos de; ROCHA, Cacio Fabricio Gomes da. (2016) Análise longitudinal do IDEB. In: VIII Reunião da ABAVE – Avaliação de larga escala no Brasil: ensinamentos, aprendizagens e tendência. *Anais*. n. 2, 2016, p. 389-402.

KARINO, Camila Akemi; VINHA, Luís Gustavo do Amaral; LAROS, Jacob Arie. (2014) Os questionários do SAEB: o que eles realmente medem? In: *Est. Aval. Educ.*, v. 25, n. 59, São Paulo, set./dez. 2014, p. 270-297.

MARIOTTI, Humberto. (2007) Complexidade e pensamento complexo: breve introdução e desafios actuais. In: *Rev Port Clin Geral*, v. 23, 2007, p. 727-731.

MAROULIS, Spiro e outros. (2010) *An agent-based model of intra-district public school choice*. Evanston: CCL, set. 2010, 30p.

MESQUITA, Rafael Barreto de e outros. (2008) Análise de redes sociais informais: aplicação na realidade da escola inclusiva. In: *Interface – Comunicação Saúde Educação*, Botucatu, v. 12, n. 26, jul./set. 2008, p. 549-562.

MILLINGTON, James; BUTLER, Tim; HAMNETT, Chris. (2014) Aspiration, attainment and success: an agent-based model of distance-based school allocation. In: *Journal of Artificial Societies and Social Simulation*, v. 17, n. 1, jan. 2014, 10 p.

MUELLER, Bernardo. (2015) Sistemas complexos em políticas públicas no Brasil. In: FURTADO, Bernardo Alves; SAKOWSKI, Patrícia A. M; TÓVOLLI, Marina H. (ed.) *Modelagem de sistemas complexos para políticas públicas*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2015, p. 291-308.

PINHEIRO, Rodrigo Guedes Pereira; ELIA, Marcos; SAMPAIO, Fábio F. (2013) Avaliando as competências escolares através da Prova Brasil usando ferramenta web. In: Congresso Brasileiro de Informática na Educação (CBIE 2013) e XIX Workshop de Informática na Escola (WIE 2013). *Anais*. 2013, p. 60-69.

RAMOS, Roberto. (2008) A educação e o conhecimento: uma abordagem complexa. In: *Educar*, n. 32, Editora UFPR: Curitiba, 2008, p. 75-86.

RAND, Willian. (2015) Sistemas complexos: conceitos, literatura, possibilidades e limitação. In: FURTADO, Bernardo Alves; SAKOWSKI, Patrícia A. M; TÓVOLLI, Marina H. (ed.) *Modelagem de sistemas complexos para políticas públicas*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2015, p. 43-63.

ROSSONI, Luciano; HOCAYEN-DA-SILVA, Antônio João; FERREIRA JÚNIOR, Israel. (2008) Aspectos estruturais da cooperação entre pesquisadores no campo de administração pública e gestão social: análise das redes entre instituições no Brasil. In: *RAP*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, nov./dez. 2008, p. 1041-1067.

SAKOWSKI, Patrícia A. M; TÓVOLLI, Marina H. (2015) Perspectivas da complexidade para a educação no Brasil. In: FURTADO, Bernardo Alves; SAKOWSKI, Patrícia A. M; TÓVOLLI, Marina H. (ed.) *Modelagem de sistemas complexos para políticas públicas*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2015, p. 351-373.

SAMPAIO, Gabriela Thomazinho Clementino; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. (2015) Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. In: *RBPAAE*, v. 31, n. 3, set./dez. 2015, p. 511-530.

SANTOS, Akiko. (2008) Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, jan./abr. 2008, p. 71-83.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (1989) *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989, 176 p.

SEABRA, Teresa. (2009) Desigualdades escolares e desigualdades sociais. In: *Sociologia, problemas e práticas*, n. 59, 2009, p. 75-106.

SOARES NETO, Joaquim José e outros. (2013) A infraestrutura das escolas públicas brasileiras de pequeno porte. In: *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 64, n. 3, jul/set 2013, p. 377-391.

SOARES, José Francisco. (2005) Qualidade e equidade na educação básica brasileira: fatos e possibilidades. In: SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin. (ed.) *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, p. 87-114.

SOARES, José Francisco; CANDIAN, Juliana Frizzoni. (2011) O efeito da escola básica brasileira: as evidências do PISA e do SAEB. In: *Revista Contemporânea de Educação*, v. 2, n. 4, 2011, 19 p.

STRAUSS, Luísa Mariele; BORENSTEIN, Denis. (2015) A system dynamics model for long-term planning of the undergraduate education in Brazil. In: *High Educ*, v. 69, n. 3, 2015, p. 375-397.

TEIXEIRA, Janssen Edelweiss Nunes Fernandes; VERHINE, Robert Evan. (2014) Mudança organizacional em sistemas educacionais: uma compreensão à luz da análise de redes sociais. In: *Educação*, Porto Alegre, v. 37, n. 1, jan./abr. 2014, p. 81-91.

TESSONE, Claudio J. (2015) A natureza complexa dos sistemas sociais. In: FURTADO, Bernardo Alves; SAKOWSKI, Patrícia A. M; TÓVOLLI, Marina H. (ed.) *Modelagem de sistemas complexos para políticas públicas*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2015, p. 157-186.

## A INVENÇÃO DO COTIDIANO<sup>1</sup> A BUSCA POR SOBREVIVÊNCIA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NOS TERRITÓRIOS DAS CIDADES

**OLIVEIRA, Meimei Alessandra**

Mestranda pelo Programa de Estudos  
Pós-Graduados em Política Social da UFF, especialista  
em Planejamento e Gestão Social,  
Graduada em Serviço Social pela UFJF e  
Bolsista CAPES  
meimei\_jf@yahoo.com.br

### **Resumo**

O presente artigo discute as inúmeras dificuldades que a população em situação de rua vivencia para manutenção da sua sobrevivência nos territórios das cidades, muitas das vezes precisando (re)inventar o cotidiano, criar e recriar alternativas para enfrentar as inúmeras privações que são submetidos que advém do processo de exclusão. Apontaremos como esses sujeitos criam estratégias para realizarem as atividades que consideramos corriqueiras como, por exemplo: se alimentar, guardar os seus pertences, tomar banho, usar o banheiro e dormir nas ruas das cidades. Através da observação analisaremos como a população em situação de rua utiliza do território e as diferentes formas de apropriação do espaço público para garantir a sua sobrevivência.

**Palavra Chave:** População em situação de rua, território e vulnerabilidade

### **Abstract**

This article discusses the innumerable difficulties the homeless population experiences in order to maintain their survival in the cities' territory, often needing to (re) invent their daily lives, to create and to recreate alternatives to face the numerous privations they are submitted which it also comes with the exclusion process. We will point out how these people create strategies to carry out the activities that we consider commonplace such as: feeding, storing our belongings, bathing, using the bathroom and sleeping on city streets. Through observation, we will analyze how the homeless population uses the territory and the different forms of public space's appropriation to guarantee their survival.

**Key Words:** Homeless Population, territory and vulnerability

---

1 A Invenção do cotidiano - a arte de fazer é um livro de Michel de Certeau que inspirou a construção deste artigo.



## INTRODUÇÃO

A proposta do trabalho é relatar as inúmeras formas de apropriação do território pela população em situação de rua, mesmo frente a todas vulnerabilidades estes sujeitos criam alternativas criativas para buscar diariamente a sobrevivência nas ruas das cidades. A fim de melhor atender ao propósito deste artigo e suas contribuições, utilizamos do 2º entendimento de Milton Santos(2000) que território é um conceito que podemos utilizar para uma análise social, quando nos deparamos com os atores na utilização do mesmo(NASCIMENTO E MELOZZO,2013,p.76) território aqui não é apenas um espaço geográfico, é um “espaço vivido”, entender como a população em situação de rua se apropria deste espaço, a luta constante pela sobrevivência, como estes sujeitos se distribuem espacialmente, as impressões que a população em situação de rua deixam no espaço a partir da sua utilização na busca por sobrevivência.

O que motivou a construção do trabalho foi percebermos o acirramento da questão social, como o número de pessoas em situação de rua vem crescendo e a diversidade deste público. Bauman(2005) no livro Identidades nos coloca que estamos substituindo a sociedade de exploração para sociedade da exclusão, a população em situação de rua é vista como “lixo humano”, “subclasse”, Bauman recorre a Giorgio Agamben que afirma que esse grupo heterogêneo tiveram a sua “bio” vida de sujeito socialmente reconhecido reduzido a “zoe” vida puramente animal, com todas as ramificações reconhecidamente humanas podadas ou anuladas. (BAUMAN, 2005, p.46)

O trabalho é fruto de observações realizadas nas ruas das cidades, além do meu trabalho como assistente social a 10 anos com população em situação de rua e pesquisa bibliográfica sobre a temática. Descreveremos, a partir da pesquisa observacional, algumas das estratégias de sobrevivência que as pessoas em situação de rua se utilizam para conseguir alimento (realizar mais de uma alimentação diária para muitos destes sujeitos é um desafio), guardar seus pertences, fazer as necessidades fisiológicas, manter a sua higiene, dormir nas ruas. Estratégias que iremos analisar com intuito de adentrar no universo destes sujeitos para buscarmos entender as possibilidades de resistência, de busca cotidiana por sobrevivência que as marcas da pobreza da exclusão, deixam nesses sujeitos.

A metodologia proposta consiste em uma pesquisa observacional, qualitativa e explicativa analisaremos o fenômeno em profundidade a natureza social e explicativa dos fatores determinantes para ocorrência do mesmo além do estudo bibliográfico por meio de busca eletrônica e de produções científicas como o scientific electronic library on line - scielo através de palavras chaves como: população em situação de rua, território e exclusão, banco de teses de universidades e livros sobre a temática. Ressaltamos que já pesquisamos o público alvo a mais de 10 anos e conhecemos os aspectos relevantes para pesquisa.

Em um primeiro momento buscamos apontar algumas características, do perfil dessa população no intuito de percebermos as especificidades destes sujeitos. Posteriormente trabalhamos com autores que irão colaborar no entendimento desta (re)invenção do cotidiano da população em situação de rua as estratégias de sobrevivência e resistência ao capitalismo nos territórios das cidades. De acordo com Santos(2000) o conceito de território serve para realizarmos análises sociais quando os consideramos a partir de uso, a partir do momento em que pensamos justamente com aqueles atores que

dele se utilizam, Koga(2008) explicita a importância da dimensão territorial enquanto um elemento chave na compreensão de processos econômico, políticos e sociais. Na visão de Certau(2008) no livro a invenção do cotidiano, ele realiza uma pesquisa de como produtos culturais usados no cotidiano são apropriados e transformados pelos sujeitos a partir da astúcia milenares de produzir novas práticas e novas artes de fazer. Buscaremos entender como isso vai representar uma forma resistência por parte da população em situação de rua a esse modelo excludente que é o capitalismo. Yasbek(2009) com as classes subalternas e Bauman(2005) com as “subclasse” que será vista como “pessoas rejeitas” , “lixo humano”.

Entendemos que o fenômeno da população em situação de rua é expressão visível do agravamento da questão social e como o poder público vem equacionando o problema. São as marcas das selvagens repercussões do modo de produção capitalista, é o não acesso as políticas públicas a partir da destituição dos direitos básicos de cidadania que esta população sofre. Devendo ser, esta população, objeto de construção de políticas públicas específicas que deem conta do perfil heterogêneo e da multiplicidade de situações encontradas nas ruas por estes homens e mulheres.

### **1. Eles e Elas também são sujeitos: população em situação de rua características gerais e a invisibilidade frente a sociedade capitalista**

No Brasil há um crescente contingente de pessoas vivendo em situação de rua e estima-se que haja um acirramento desse problema estrutural com o aumento destas pessoas vivendo em condição de miserabilidade, em razão do crescimento demográfico, da condução histórica da desigualdade social, da crise econômica atual e, mais recentemente, <sup>4</sup> do crescimento do número de usuários de crack.

A exclusão social engloba diferentes fatores, tais como: a dificuldade de participação na vida do trabalho, a precariedade da habitação, a falta de acesso à educação, à alimentação adequada, qualidade de vida digna e dificuldade de acesso aos serviços de saúde, ou seja, engloba várias dimensões da precariedade econômica e social que desencadeiam uma espiral viciosa de produção de mais exclusão. Trata-se de um processo dinâmico, multidimensional, que gera um número significativo de situações consequentes para os indivíduos e grupos que se encontram excluídos dos direitos de integração social e de identidade (SAWAIA, 2009).

A população de rua deve ser entendida como um conjunto de pessoas sem trabalho, sem casa que utiliza a rua como espaço de sobrevivência e moradia. (SILVA,2009). Ser morador de rua não significa apenas estar submetido à condição de espoliação, ao enfretamento de carências de toda sorte, mas significa também adquirir outros referenciais de vida social diferentes dos anteriores que eram baseados em valores associados ao trabalho, à moradia, às relações familiares. A Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008a) define esse grupo populacional como:

“[...] heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.”

Como principal referência de pesquisa de campo usaremos dos dados da primeira, e única Pesquisa Amostral sobre População em Situação de Rua<sup>2</sup>, realizado em 2007-2008 em 71 municípios com população total superior a 300 mil. Em resumo, podemos identificar as seguintes características: 82% dessa população é do sexo masculino; 53% possui idade entre 25 e 44 anos; 67% são negros; 70,9% exerce alguma atividade (como por exemplo: catadores de lixo, guardadores de automóvel, vendedores de sucata ou ajudantes de obras) e 47,7% já trabalho de carteira assinada; 15,7% pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência; 69,6% tem por hábito dormir nas ruas, sendo que cerca de 30% o faz há mais de 5 anos; 22,1% costuma dormir em albergues ou em outras instituições; 95,5% não participa de qualquer movimento social ou associativismo; 24,8% não possui qualquer documento de identificação; 61,6% não vota; 88,5% não é atingida pela cobertura dos programas governamentais. Ademais, o estudo apontou como principais razões que levam essas pessoas a se encontrarem em situação de rua: o alcoolismo e as drogas (35,5%), o desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%)<sup>3</sup>.

Estes sujeitos nas palavras de Yasbek(2009) formam uma imensa parcela da população, com grande diversidade de características e interesses, que vivem imersos na esfera da necessidade, esfera marcada pela pertinência às classes subalternas e que transforma a vida cotidiana, sobretudo, na luta pela sobrevivência. (YASBEK,p.70,2009). Falar das estratégias da população em situação de rua na (re)invenção e não considerar suas especificidades, suas singularidades seria um equívoco, nas palavras da mesma autora reforça a importância dos sujeitos, dos “assistidos”

Abordar aqueles que socialmente são constituídos como “assistidos” em suas relações, representação é penetrar, ainda que de modo introdutório, num universo de dimensões insuspeitadas. Universo marcado pela pobreza, exclusão, subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação, pelo ressentimento, pela fadiga, pela crença na felicidade das gerações futuras, pela alienação, pela resistência e pela estratégia para melhor sobreviver, apesar de tudo. (YASBEK, 2009, p.22.)

A discussão sobre as particularidades da população em situação de rua, o uso dos territórios, as estratégias de sobrevivência, as inúmeras situações de risco e vulnerabilidade que esta população está suscetível tendo em vista os diferentes territórios utilizados como moradia, trabalho, lazer, espaço de convivência. Os autores Nascimento e Melazzo(2013) complementam a compreensão da utilização da categoria analítica território e o uso que a <sup>6</sup> população em situação de rua o atribui:

... observa-se a compreensão clara do território como resultado e produto de sujeitos que, em suas ações sociais, o produzem. Palavras como “vida”, “trocas”, “vínculos cotidianos”, “contradições e conflitos” realçam a dimensão processual presente nos processos de produção do território, ao mesmo tempo que sinalizam, também, a necessária apreensão destas dinâmicas no plano da análise.(NASCIMENTO e MELAZZO,2013,p.69)

2 Este foi a primeira e única pesquisa “nacional” sobre população em situação de rua até o presente momento grande estudo, de caráter nacional em que o governo federal se embasou para reformular e sistematizar políticas públicas intersetoriais para a inclusão de pessoas em situação de rua. Também serviu para estimular a realização de outros censos municipais e distritais e induzir novos caminhos de entendimento e abordagem dos problemas sociais inerentes.

3 Frise-se que os referidos dados podem ter sofrido alteração, pois há um interstício de mais de 09 anos até a presente data e durante esse intervalo o número de pessoas em situação de rua pode ter aumentado assim como há possibilidade da oferta de cobertura dos programas governamentais. Cumpre salientar que não houve outro estudo dessa abrangência sobre a temática.

Cabe ressaltar que esses sujeitos sofrem diversas formas de violação aos seus direitos humanos e utilizam diferentes estratégias para sobrevivência devido a exclusão, exploração, ao aprofundamento da desigualdade e do aumento do volume da pobreza e miséria.

## **2. A invenção do cotidiano pela população em situação de rua e a busca por sobrevivência**

O cotidiano para Certeau representa mil maneiras de se inventar o dia a dia, nas palavras do autor a caça não autorizada,

“ O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente “(...)”. “ O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior “ (...)” “ É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada”. O que interessa ao historiador do cotidiano é o invisível. (CERTEAU,1998)

As estratégias de sobrevivência da população em situação de rua é um exemplo claro da utilização de dois conceitos trabalhados por Certeau, o conceito de “estratégia” como campo de atuação, condições que vem de fora que nos deparamos e as “táticas” recursos que nos sujeitos diante das possibilidades que nos são apresentadas como nos viramos, o que os sujeitos fazem frente a imposição de uma sociedade cruel que exclui quer impor.

As estratégias escondem sobre cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta já as táticas: “cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível e sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. (CERTEAU, 1998,p. 47)

Na busca de desvendar com um olhar crítico as sequelas da questão social, o que a desigualdade do mundo capitalista gera, pretendemos de forma sucinta descrever algumas das estratégias das pessoas em situação de rua para sobreviver nos territórios das cidades.

Territórios entendidos como categoria analítica que colabora em análises da questão social, como “topografia social “nas palavras de Sposati,2008, o território vai além da topografia natural é algo dinâmico é uma “topografia social”, decorrente das relações entre os que nele vivem e das relações destes com os que vivem em outros territórios. Território não é gueto, apartação, mas mobilidade. Por isso, discutir medidas de um território é assunto bem mais complexo do que definir sua área, pois implica em considerar o conjunto de forças e dinâmicas que nele operam (NASCIMENTO E MELAZZO, apud, SPOSATI, 2008,p.9)

Incorporar a abordagem territorial com a inventividade da população em situação de rua é uma tarefa que Certeau nos ajuda com a capacidade que ele tem de se “maravilhar” e confiar na inteligência e na inventividade dos mais fracos “ o homem ordinário inventa o cotidiano de mil maneiras” (Certeau, 1998) desta forma apresentaremos como a população em situação de rua frente as dificuldades que lhe são impostas conseguem se mostrar criativas na busca da sobrevivência. Nas palavras dos autores:

Ao habitar o vazio o morador de rua subverte o status e a funcionalidade destes espaços vazios, preenchendo-os de novos sentidos. Amacia o concreto frio e cinza com o calor do corpo que ali ressoa vivo. Faz do espaço renegado por tantos cidadãos uma morada: lugar marcado pela singularidade que ali habita. Faz do não lugar um lugar, e ali, naquelas paredes esquecidas, afirma a consistência de sua existência desviante da sedentariedade civilizada. MIZOGUCHI,COSTA,MADEIRA,2006,p. 41)

Para analisarmos essa inventividade destes sujeitos partiremos de três aspectos, o acesso à alimentação, a higiene pessoal e as habilidades para dormir nas ruas.

Um dos direitos humanos principais é o acesso a alimentação nos deparamos diariamente com pessoas em situação de rua (re)inventando formas de ter acesso ao direito de se alimentar: formas estas que vão desde revirar latões, rasgando sacos de lixo, pedindo para que alguém pague um alimento ou esperando por sobras de pratos dos restaurantes, marcando presença nos finais de feira para pegar a 'chepá'(restos de alimentos que serão jogados fora) em meio a moscas e mau cheiro, para matar a fome. São pessoas que vivenciam a fome cotidianamente, são estigmatizadas como expressão máxima da pobreza e vivem em constante situação de insegurança alimentar. São cidadãos privados do direito primordial à alimentação. Nessa (re)invenção destacamos um fato curioso, solidário por parte destes sujeitos quando conseguem alimento ainda dividem o pouco que conseguiram com os animais de estimação que os rodeiam, companhia muito presente no cotidiano de quem vive nas ruas.

No que diz respeito a (re)invenção da manutenção da higiene, o banho quando conseguem tomar são em locais bem diferenciados como: postos de gasolina, torneiras públicas encontradas em praças para molhar plantas, chafarizes, algumas igrejas, estacionamento de supermercados, encanamentos de concessionárias de água, o banho sempre improvisado muitas das vezes sem um sabonete, toalha, sem ter uma roupa limpa para trocar, sem privacidade. Se manter limpo é uma tarefa árdua para população em situação de rua. Outra dificuldade é local para realizar as necessidades fisiológicas, em geral utilizam os espaços públicos sem privacidade atrás de árvores, postes, utilizam de praças. Os banheiros públicos são algo em extinção nas cidades.

Para dormir os improvisos são muitos, papelão para isolar um pouco do frio do chão das ruas, jornais para aquecer, montagem de barracas com papelão, lonas, plásticos para tentar garantir um pouco de privacidade. Os que possuem hábitos de dormirem nos mesmos lugares constroem abrigos improvisados embaixo de viadutos, pontes tentando atribuir alguma privacidade, tentando trazer um pouco do aspecto de casa para espaço público das ruas. Em períodos de frio estas estratégias as vezes não são suficientes e morrem moradores de rua devido ao frio.

Se a (re)invenção para dormir fosse só a escolha do local nas ruas e os "acessórios" para se manter aquecido e com um mínimo de privacidade seria de certa forma até "fácil" destes sujeitos criativos que aproveitam do descarte, do excesso de lixo produzido nas cidades, porém a realidade ainda tem uma faceta ainda mais cruel é a exposição a violência devido a discriminação, o desrespeito, as práticas de recolhimento compulsório, a violência institucional pela repressão policial, ou seja, dormir nas ruas significa estar exposto a violência, aí a habilidade de (re)inventar este cotidiano torna-se uma tarefa árdua que

envolve as vezes não dormir anoite, andar em grupos, se esconder em buracos, prédios abandonados, se tornar invisível para não ser vítima da violência.

Ali mesmo onde todos aqueles passam, o mesmo rapaz que há horas atrás dormia sob o viaduto prepara o café da manhã. Meio pão dormido, dois goles do galão de água. Postos os pratos no chão, o chão está posto. A mesa de então é a cama de momentos atrás: um naco de papelão, já desgastado por sonos e refeições. Engolido o desjejum, caminhando, vai trabalhar. (MIZOGUCHI,COSTA,MADEIRA,2006,p.38,39)

Quanto a guarda de pertences utilizados a noite muitas das vezes são descartados, outros carregam consigo em bolsas improvisadas, em carrinhos e outras utilizam lugares um tanto diferentes para guardar os pertences como por exemplo abrem as tampas de bueiros e depositam as coisas que usaram na noite seguinte, o bueiro é utilizado como armário.

O único meio de sobrevivência que resta para esses sujeitos é a rua nela são criados modos de trabalhar, de viver e de resistir a rua apresenta dois sentidos Significado a rua:

A rua pode ter pelo menos dois sentidos: o de se constituir num abrigo para os que, sem recursos, dormem circunstancialmente sob marquises de lojas, viadutos ou bancos de jardins ou pode constituir-se em um modo de vida, para os que já têm na rua o seu habitat e que estabelecem com ela uma complexa rede de relações. Seria possível identificar situações diferentes em relação à permanência na rua: ficar na rua – circunstancialmente; estar na rua – recentemente; ser da rua – permanentemente. O que unifica essas situações e permite designar os que a vivenciam como populações de rua é o fato de que, tendo condições de vida extremamente precárias, circunstancialmente ou permanentemente, utilizam a rua como abrigo ou moradia. Essas situações podem ser dispostas num continuum, tendo como referência o tempo de rua; à proporção que aumenta o tempo, se torna estável a condição de morador. O que diferencia essas situações é o grau maior ou menor de inserção no mundo da rua (VIEIRA, BEZERRA E ROSA (org), 2004, p. 93,94).

Certau(1998) vem reforçar que que não podemos ler diretamente a alteridade cultural na especificidade profusa dos objetos a ela destinados, mas sim no uso que se faz dele. O que um caixa de papelão, jornais em uma noite fria, uma bica na praça possa ser vista como um meio de tomar banho, um bueiro servi de armário ou a garantia da guarda de pertences, um banner de propaganda pode virar um quarto, os restos descartados nos latões de lixo podem servir de alimento para quem tem fome, os objetos só podem ser compreendidos quanto sua utilização por diferentes sujeitos, esses objetos trazem à tona as diferenças, as artimanhas silenciosas desses sujeitos.

Não podemos deixar de olhar criticamente esta precariedade que obriga estes sujeitos a (re)inventar o cotidiano o que estamos observando nas palavras de Yasbek, é um exército de excluídos que circula nas sobras do que a acumula e, que nas conjunturas de crise, “reaparece com seu aspecto tosco, medonho, para mostrar que o país cresceu deixando para trás um imenso contingente de deserdados” ( YASBEK apud SALES, 1989, p. 58)

Bauman (2005) retrata como o capitalismo em seu estágio neoliberal impõe uma nova forma de organização social que traz, mais incertezas, mais exploração e menos capacidade de organização para tentar modificar o atual modelo. Criam-se bolsões de pobreza e lugares onde as “vantagens” da modernidade líquida vão demorar a chegar.

Segundo ele, enormes contingentes de seres humanos, destituídos de meios de sobrevivência em seus locais de origem, vagam hoje pelo mundo sem ter possibilidade de escolha nem perspectiva de vida decente. Existe uma parcela da população que dificilmente será incorporada ao sistema produtivo nem manterá qualquer tipo de relação estável.

Há um discurso por parte do Estado que busca culpabilizar esses sujeitos pelo seu fracasso ele coloca que as oportunidades são iguais para todos numa perspectiva liberal. Os problemas sociais passam a ser vistos como problemas individuais, com isso abrem as possibilidades para o Estado intervir de forma operativa e pontual nas refrações da questão social e vulnerabilizar os projetos societários de ruptura com o capitalismo. Os sujeitos são responsáveis pelo seu destino pessoal.

As designações são múltiplas, tais como inadaptado, marginais, incapazes, problematizados, dependentes, alvos de ações promocionais e outras tantas constituem expressão de relações socialmente codificadas e marcadas por estereótipos que configuram o “olhar” sobre as classes sulbateras do ponto de vista de outras classes e, ao mesmo tempo, definem as posições que os sulbateros podem ter na sociedade. (YASBEK, p.75 ,2009)

É factível ponderar que as desigualdades sociais e a concentração de renda continuam como os principais obstáculos para o acesso no Brasil, “a pobreza decorre em grande parte, de um quadro de extrema desigualdade, marcado por profunda concentração <sup>11</sup> de renda e essa situação coloca o Brasil entre os países de maior concentração de renda do mundo (YASBEK apud SILVA, 2010, p. 156).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa abordagem tentou possibilitar uma visão mais profunda e completa sobre as formas de ocupações dos territórios pela da população em situação de rua. São poucos os estudos com esta conotação, que se propõe a observar a população em situação de rua no uso dos territórios das cidades, existindo omissão informativa de milhares de brasileiros nessa situação, apontando elementos dificultadores na proposição de políticas públicas para este segmento. Além das lacunas e carências bibliográficas, trabalhamos com uma série de preconceitos de identidades construídas que colocam estes sujeitos sempre em uma condição de “subclasse” além de dados disponíveis insuficientes para estudar esta realidade.

Torna-se relevante a percepção desses sujeitos excluídos como portadores de historicidade e demandas sociais, repletos de direitos que são cotidianamente violados, são expressão radical da questão social que demonstra um capitalismo que pratica violência, degrada a vida destes sujeitos que são estigmatizados enfrentam cotidianamente preconceitos são vítimas da naturalização deste fenômeno das inúmeras tentativas dos gestores de esconder de mascarar essa realidade da população em situação de rua.

Pensar as particularidades dos territórios como espaço que atenda as necessidades dos diversos segmentos que se utilizam dele, ampliando as possibilidades de implementação de políticas públicas através da universalização e democratização de direitos. Como nos coloca Koga, a dimensão territorial implica em tratar a cidade e seus territórios como chão das políticas públicas, é no território que o direito ou a negação dele fica clara (KOGA,2003). O território passa a ser uma categoria analítica e

de intervenção nas políticas sociais. E quando passamos a tratar o território sob a ótica social evidenciaremos as diferenças agudas existentes entre os indivíduos pobres e não pobres (NASCIMENTO E MELLAZZO, p. 77,78 2013).

Como alternativa, como resistência, resta à saída te tentar sobreviver de (re) inventar o cotidiano na busca por substância nas cidades. A rua entendida como modo de <sup>12</sup> vida que as vezes se mostra violenta, higienista, Certeau (1998) nos coloca as artimanhas para sobrevivência, a criatividade cotidiana a forma que esses sujeitos encontraram para sobreviver a maneira possível de enfrentar as injustiças da ordem social e a violência das coisas forçadas. São as artimanhas anônimas da arte de viver no mundo contemporâneo, numa invenção do cotidiano baseado em estratégias sutis, ou arte de fazer capaz de contornar a simples submissão aos objetos impostos aos códigos estabelecidos.

Precisamos dar visibilidade a essas estratégias, esta (re)invenção de maneira crítica para que seja possível desenvolver estratégias eficazes de investigação junto a este segmento de maneira mais profunda sobre suas características, histórias, valores, significados atribuídos, estratégias de sobrevivência que busquem o acesso a cidadania aos direitos que esses sujeitos possuem. Yabek(2009) sumaria que a pobreza é parte de nossa experiência diária e os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida,

Vivemos tempos de incertezas. Momentos, muitas vezes além de nossa capacidade de explicação e compreensão, em que uma nova configuração da paisagem humano/social emerge na sociedade brasileira e no mundo. Uma conjuntura econômica dramática, dominada pela distância entre minorias abastardas e massas miseráveis, evidencia que um longo caminho nos separa de uma necessária redistribuição de renda e da constituição de políticas que se voltem às demandas sociais dos grandes contingentes esmagados pela pobreza.

Tentamos fazer o esforço, mesmo sabendo do limite do nosso estudo, de deixar claro que é preciso trazer a realidade destes sujeitos para dentro dessa discussão porque só a partir daí podemos potencializar as mudanças mais efetivas. Observamos de maneira espontânea como “expectadores” e analisamos as artimanhas, a inventividade dessa população no que diz respeito aos espaços dos territórios das cidades mesmo frente às dificuldades que lhe são impostas cotidianamente.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt.(2005). *Identidade*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política nacional para inclusão social da população em situação de rua*. Brasília: MDS, 2008a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre População em Situação de Rua: Sumário Executivo de Fortaleza*. Brasília: MDS/META, 2008b.

DE CERTEAU, Michel.(2008) *A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer*, 15ª ed., Petrópolis, Vozes.



KOGA, D.(2003) *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez.

KOGA, Dirce; RAMOS, Frederico e NAKANO, Kazuo.(2008). A disputa territorial redesenhando relações sociais nas cidades brasileiras. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, Número 94, Ano XXIX, São Paulo: Cortez.

MIZOGUCCHI, D.H., COSTA, L.A. e MADEIRA, M.L. (2006). Sujeitos no sumidouro: A experiência de criação e resistência do Jornal Boca de Rua. In: *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 38-44.

NASCIMENTO,F.P.,MELAZZO,E.S.(2013) Território:conceito estratégico na assistência social. In: *Serviço e Sociedade*, LONDRINA, V. 16, N.1, P. 66-88, JUL./DEZ.

SAWAIA, B.(2009). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005. 2006. 220 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.

\_\_\_\_\_. (2009).*Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez.

SANTOS, M.(1978). *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp.

\_\_\_\_\_. *Espaço e Método*.(1997). 4. ed. São Paulo: Nobel.

\_\_\_\_\_.(2000). *Território e sociedade entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

\_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*.(2007).7.ed. São Paulo: EdUSP.

SANTOS,M.;SOUZA,M.A.;SILVEIRA,M.L.(2006).*Território:globalizaçãoefragmentação*.3.ed. São Paulo: Hucitec/anpur.

SPOSATI, ALDAÍZA (COORD).(2007). *Indicadores da Gestão Municipal da Política de Assistência Social no Brasil 2005/2006 – Fotografia da Assistência Social no Brasil na perspectiva do SUAS*. Brasília, CNAS/PUC-SP.

VIEIRA, M. Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos e ROSA, Cleisa Moreno Maffei (org.).(2004). *População de rua:quem é, como vive, como é vista*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec.

YAZBEK, C.M.(2009). *Classes subalternas e assistência social*. 2ª ed.São Paulo:Cortez.

## MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NA ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA: POTENCIALIDADES, LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS E INVISIBILIDADE

**BOTEGA, Tuíla**

*Mestre em Ciências Sociais, pesquisadora do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios e do Observatório das Migrações Internacionais - OBMigra*  
Email: pesquisa@csem.org.br

**VALADARES, Giovanna**

*Graduanda em estatística na Universidade de Brasília*  
*Estagiária no Laboratório de População e Desenvolvimento*  
*do Núcleo de Estudos Urbanos Regionais – LPD/NEUR*  
Email: giovannavaladares13@gmail.com

**VASCONCELOS, Ana Maria Nogales**

*Professora da Pós-Graduação em Desenvolvimento,*  
*Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília*  
*Diretora da área de Estudos e Políticas Sociais – DIPOS da CODEPLAN*  
Email: nogales@unb.br

### RESUMO

Este trabalho busca apresentar o perfil da imigração internacional recente para a Área Metropolitana de Brasília (AMB) e, a partir disso, refletir sobre os processos metodológicos do uso de fontes de dados oficiais, como os dados censitários e os registros administrativos, nos estudos migratórios, a partir das potencialidades e das limitações que apresentam na tentativa de mensurar os movimentos migratórios na AMB. Os resultados da pesquisa indicam que o número de migrantes internacionais vem crescendo nos últimos anos, especialmente a partir de 2012, acompanhando o cenário nacional. Entretanto, as fontes de dados oficiais captam um perfil bastante específico: os migrantes regulares e de maior qualificação. Dessa forma, os migrantes irregulares e de menor qualificação permanecem invisíveis não somente nos dados oficiais, mas também para as políticas públicas.

**Palavras-chave:** migração internacional; Área Metropolitana de Brasília (AMB); invisibilidade.

### ABSTRACT

This paper aims to present the profile of recent international immigration to the Metropolitan Area of Brasília (MAB) and, from this, to reflect profile reflect on methodological processes of the use of official data sources, such as census and administrative records, in migratory studies, based on the potentialities and limitations they present in the attempt to measure migratory movements in the MAB. The results indicate that the number of international migrants has been growing in recent years, especially from 2012, following the national scenario. However, the official data sources capture a very specific profile: regular and more skilled migrants. In this way, irregular and less qualified migrants remain invisible not only in official data but also in public policies.

**Keywords:** international migration; Área Metropolitana de Brasília – AMB; invisibility.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho busca apresentar o perfil da imigração internacional recente para a Área Metropolitana de Brasília (AMB) e refletir sobre os processos metodológicos do uso de fontes de dados oficiais, como o Censo Demográfico e os registros administrativos, nos estudos sobre migrações internacionais na Área Metropolitana de Brasília (AMB), a partir de suas potencialidades e limitações<sup>1</sup>.

A construção de Brasília e sua consolidação como a Nova Capital representou à época da década de 1960 uma oportunidade interveniente capaz de atrair fluxos migratórios que se destinariam para as grandes metrópoles, como o Rio de Janeiro e São Paulo (VASCONCELOS ET AL, 2006). Ainda que a migração interna tenha sido historicamente uma das principais componentes da dinâmica populacional da região, persiste uma lacuna no que se refere à investigação dos fluxos de migração internacional.

Em um contexto de novos fluxos migratórios para o Brasil, torna-se cada vez mais relevante investigar se AMB, território conformado pela capital do país e os municípios goianos limítrofes, também se coloca como local de destino de migrantes internacionais. Para tanto, a seguir, apresentaremos o recorte geográfico e territorial de nossa análise: a Área Metropolitana de Brasília. Em seguida, apresentaremos o perfil dos migrantes internacionais a partir dos dados do Censo demográfico de 2010 e dos registros administrativos do Ministério da Justiça – a partir do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE) – e do Ministério do Trabalho – a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – e as nossas considerações finais.

### 1. ESTABELECENDO UM RECORTE: A ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA (AMB)

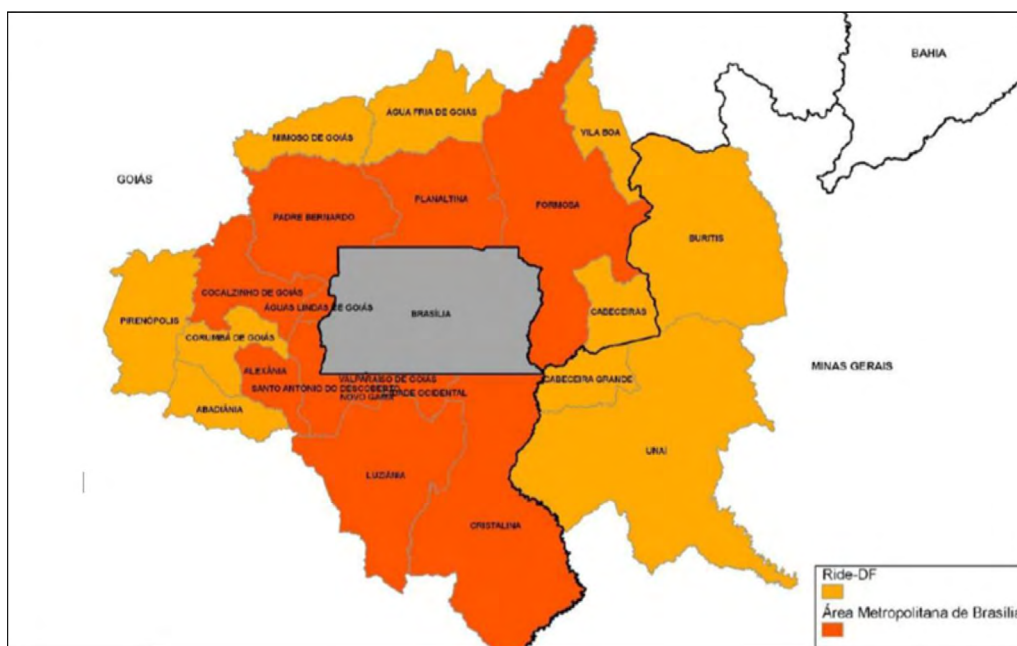
A partir de 1980 o espaço metropolitano de Brasília foi se conformando, tendo em vista a aceleração do crescimento demográfico em alguns municípios goianos limítrofes ao Distrito Federal. Em decorrência ao tamanho e à densidade populacional, ao grau de urbanização e à coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população do Entorno para o DF em função de serviços e do acesso ao mercado de trabalho, Brasília passa a apresentar características de um centro polarizador e de metrópole nacional, ainda que formalmente não seja reconhecida como região metropolitana (CODEPLAN, 2014).

Esse reconhecimento de Brasília como metrópole significa assumir que as cidades goianas próximas são partes na formação do espaço da cidade (CATALÃO, 2010), uma vez que as dinâmicas estabelecidas entre o DF e os municípios goianos limítrofes, tendo em vista a concentração de funções administrativas e de recursos fiscais centralizados na Capital, fazem com que o DF seja um polo de atração e que desencadeie um considerável fluxo de deslocamentos pendulares – indivíduos que moram nas cidades do entorno do DF, mas que diariamente se deslocam para trabalhar ou estudar na Capital Federal, tendo em vista o menor custo de vida nas regiões do entorno e a maior possibilidade de acesso a emprego, educação e saúde na Capital.

1 Essa reflexão se insere no contexto da pesquisa Caracterização dos fluxos migratórios latino-americanos na Área Metropolitana de Brasília, conduzida pelo Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios em parceria com Laboratório de População e Desenvolvimento do Núcleo de Estudos Urbanos Regionais – LPD/NEUR da Universidade de Brasília e com o apoio do Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra.

Diante da necessidade de organização e planejamento integrado da região do DF e o Estado de Goiás, especialmente no que diz respeito aos serviços públicos, infraestrutura e geração de empregos, e da própria dinâmica que foi se estabelecendo com os municípios goianos vizinhos, uma importante iniciativa governamental foi a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE/DF<sup>2</sup>, em 1998, pela Lei Complementar nº 94/1998. Contudo, de acordo com pesquisas recentes da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN, as relações e dinâmicas entre os municípios que integram a RIDE e o Distrito Federal variam em diferentes graus de interação e de dependência no que se refere aos fluxos demográficos, de mão de obra e de acesso a serviços (saúde, educação, para compra de bens e serviços diversos, serviços bancários e meios de transporte).

Do total de municípios, apenas sete apresentam fluxos mais intensos com o DF (CODEPLAN, 2014, p. 19-20) caracterizando uma dinâmica metropolitana entre Brasília e os municípios goianos limítrofes. Por essa razão, torna-se mais pertinente analisar o recorte territorial da Área Metropolitana de Brasília - AMB, o que envolve o Distrito Federal e os municípios de Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás (CODEPLAN, 2014).



**Figura 1.** Municípios da RIDE com destaque para Área Metropolitana de Brasília (AMB). Fonte: CODEPLAN, 2014.

A partir desse recorte territorial, este estudo busca investigar as dinâmicas de migração internacional na AMB e refletir sobre como as fontes de dados têm retratado a presença desses migrantes na região.

2 Composta por 23 municípios de três unidades federativas (DF, GO e MG), a RIDE/DF e Entorno abrange o Distrito Federal e os municípios de: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, Vila Boa, Buritis, Cabeceira Grande e Unai (CODEPLAN, 2014).

## 2. FONTES DE DADOS OFICIAIS E MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA CARACTERIZAÇÃO PARCIAL

Atualmente, o Brasil conjuga diferentes cenários migratórios - continua havendo emigração; ao mesmo tempo em que o país passa a receber novos e diversificados fluxos de imigrantes; além de projetos migratórios de retorno por parte dos emigrados (CAVALCANTI, OLIVEIRA, TONHATI, 2015) - o que configura um cenário de grande dinamicidade e complexidade na atualidade.

Atualmente, o Brasil passa por um momento singular no que diz respeito às migrações internacionais. Diferentemente dos fluxos imigratórios do século XIX e a princípios do XX, em que os imigrantes originários do Norte global eram desejados porque tinham a função de “ocupar” territórios e de “branquear” o país, na atualidade, o incremento e a chegada de imigrantes ficam por conta das pessoas provenientes do Sul global (haitianos, bolivianos, senegaleses, bengalis, entre outros) (CAVALCANTI, OLIVEIRA, TONHATI, 2015), o que tem permitido ao Brasil retomar a sua “tradição imigratória” (SOUCHAUD, 2010, p. 270).

Em um contexto de novos fluxos migratórios para o Brasil, torna-se cada vez mais relevante investigar se a Área Metropolitana de Brasília também se coloca como local de destino de migrantes internacionais. O fato de haver um grande número de representações diplomáticas e de sedes de organizações internacionais na capital do país faz com que Brasília seja um “*polo evidente* de migração”, que atrai migrantes profissionais qualificados vinculados às embaixadas, agências internacionais ou instituições acadêmicas (DUTRA, 2013, p. 103, *grifos nossos*). Entretanto, nos interessa também investigar Brasília como “*polo silencioso* de atração” (DUTRA, 2013, p. 103, *grifos nossos*) de migrantes em condições de mão de obra não qualificada.

Temos consciência das dificuldades em se trabalhar a migração internacional a partir das fontes de dados oficiais, especialmente quando o objetivo é captar os migrantes em situação irregular de documentação, o que torna ainda mais difícil a mensuração desses fluxos (BAENINGER, 2012) e corrobora uma situação de invisibilidade desse perfil de migrantes. Porém, verificar como as fontes oficiais de dados retratam a população em mobilidade se coloca como uma iniciativa importante, especialmente considerando a Área Metropolitana de Brasília e a escassez de dados sobre migração internacional na região.

A seguir analisaremos como o Censo Demográfico e os registros administrativos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e do Sistema Nacional de Cadastro de Estrangeiros (SINCRE) do Ministério da Justiça retratam a presença de migrantes internacionais na AMB. Ainda que tais bases não sejam passíveis de comparação, acreditamos que o perfil dos migrantes internacionais apresentado por cada uma delas auxilia na caracterização dessa presença na AMB para o período de 2010-2014 e também revela desafios importantes, que serão trabalhados a seguir.

### 2.1. Censo Demográfico

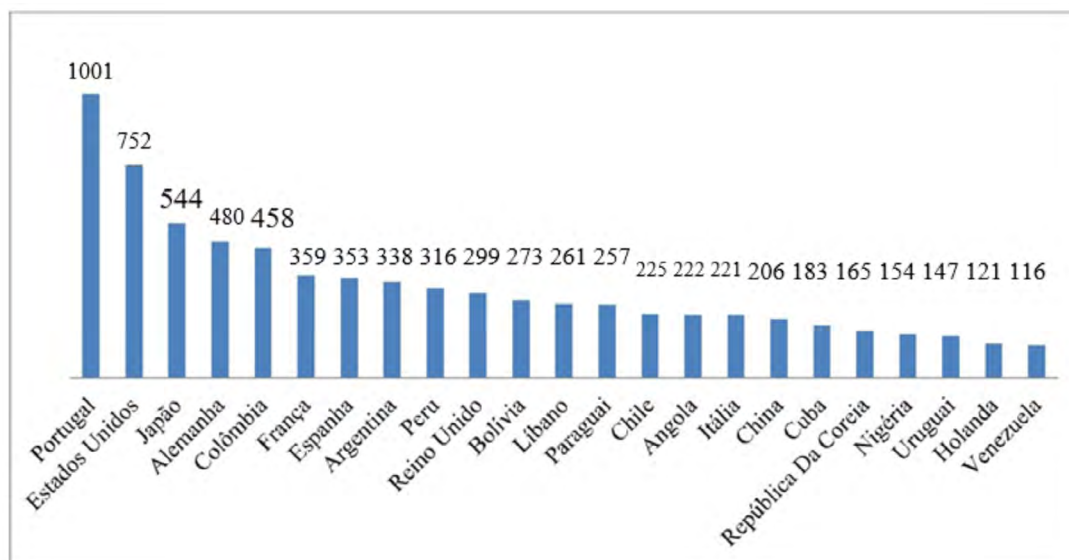
As pesquisas censitárias são uma importante ferramenta para se conhecer as características gerais de uma população e podem ser utilizadas, entre outras coisas, para o conhecimento do comportamento migratório no país e suas cidades. Dessa forma, o Censo Demográfico se caracteriza como um estudo que retrata, em extensão e

profundidade, a população brasileira e suas características socioeconômicas, realizando um levantamento minucioso nesse âmbito (IBGE, 2010). Vejamos o que essa fonte de dados apresenta sobre os migrantes internacionais na Área Metropolitana de Brasília.

Segundo o Censo Demográfico, havia na AMB, em 2010, 9.199 estrangeiros – incluindo os naturalizados, que correspondem a cerca de 20% do total – com predomínio no número de migrantes do sexo masculino (53%) em relação aos do sexo feminino (47%). Os dados também apontam para uma migração recente para a AMB, uma vez que 42% dos migrantes tinham entre 2 e 5 anos de residência na região e 36% estavam a menos de um ano. É importante salientar que esta pergunta do Censo diz respeito ao tempo que o imigrante está em determinada Unidade da Federação, mas isso não significa que é o tempo que esse indivíduo está no Brasil, ou seja, o Censo não capta as informações de outros possíveis deslocamentos dentro do território nacional que tal imigrante possa ter feito.

Quanto à faixa etária, os dados apontam para uma predominância de migrantes com idade entre 40 e 59 anos (30%) e entre 25 e 39 anos (27%), o que traz um indício de uma população em idade ativa para o mercado de trabalho. Há também uma porcentagem considerável de crianças (até 14 anos) e jovens (entre 15 e 24 anos), 22% e 12%, respectivamente. Tais resultados, aliados à predominância de migrantes casados (51%) sobre o número de solteiros (41%), nos permitem inferir características de uma migração familiar.

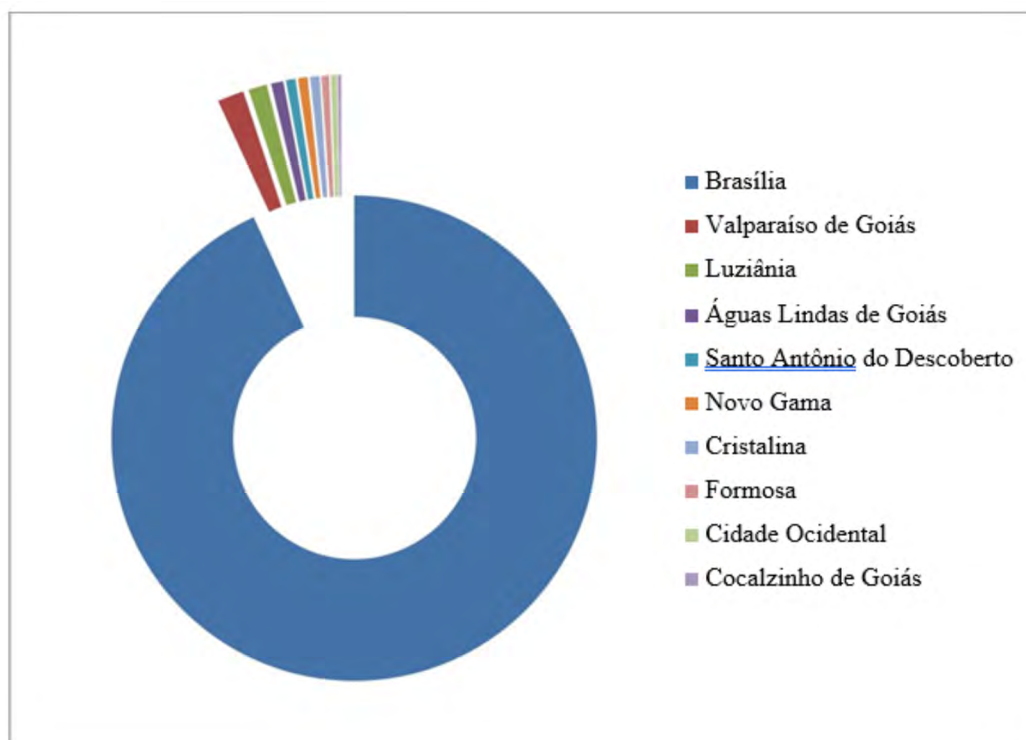
O Censo também aponta para uma grande diversidade de nacionalidades captadas: foram 64 ao total, com procedência dos cinco continentes. Os principais países de nascimento são: Portugal (10,90%), Estados Unidos (8,17%) e Japão (6%), conforme o gráfico a seguir:



**Figura 2.** Principais nacionalidades na AMB, segundo o Censo 2010. Fonte: IBGE, Censo 2010

Considerando a distribuição dos imigrantes na AMB, foi possível perceber uma concentração geográfica na cidade de Brasília, totalizando 8.572 estrangeiros, o que

corresponde a 93% do total. Os outros 627 estrangeiros estavam distribuídos nos seguintes municípios: Valparaíso de Goiás (1,8%), Luziânia, (1,3%), Águas Lindas de Goiás (0,8%), Santo Antônio do Descoberto (0,7%), Novo Gama e Cristalina (0,6% cada), Formosa (0,5%), Cidade Ocidental (0,4%) e Cocalzinho de Goiás (0,2%). Nota-se que nos municípios de Alexânia, Padre Bernardo e Planaltina de Goiás nenhum estrangeiro foi registrado pelo Censo 2010.



**Figura 3.** Distribuição de migrantes internacionais por municípios da AMB. Fonte: IBGE, Censo 2010

Aprofundando na caracterização dos migrantes internacionais na AMB, saber onde eles estão localizados geograficamente, segundo as Regiões Administrativas, é bastante importante, isso porque as características sócio-demográficas das cidades que compõem a AMB podem dar indícios sobre o perfil dos imigrantes que estão na região. A presença numericamente mais significativa, de acordo com o Censo 2010, foi percebida nas seguintes localidades: Brasília; Lago Sul; Sudoeste/Octogonal e Lago Norte. Juntas, essas regiões administrativas compreendem 63% do total dos migrantes internacionais.

Analisando as características sobre o mercado de trabalho, temos uma grande diversificação de ocupações: a maioria se insere na categoria de Profissionais das Ciências e Intelectuais (37%), seguida da de Diretores e gerentes (21%), Trabalhadores de Apoio Administrativo (12%), Membros das Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares (11%) e Trabalhadores dos Serviços, Vendedores dos Comércio e Mercados com (10%).

No que se refere à posição na ocupação, 32% dos migrantes internacionais na AMB<sup>9</sup> estavam empregados com carteira de trabalho assinada, ou seja, inseridos no mercado

formal de trabalho quando da realização do Censo. Por oposição, aqueles que são empregados sem carteira de trabalho assinada representam 10%. Além disso, 11% trabalham por conta própria, 15% trabalham no regime jurídico dos funcionários públicos. Os empregadores e militares computaram, respectivamente, 3% e 1%. Considerando a variável renda, 27% dos migrantes internacionais que viviam na AMB em 2010 tinham rendimentos entre 10 e 20 salários mínimos<sup>3</sup> e 24% ganhavam entre 5 e 10 salários mínimos. A parcela dos que ganhavam menos de um salário até dois salários mínimos era de 22%.

A predominância de ocupação de postos formalizados no mercado de trabalho nas áreas de Profissionais das Ciências e Intelectuais ou Diretores e gerentes; o alto rendimento entre 10 e 20 salários mínimos, e as características sobre o local de residência - majoritariamente as Regiões Administrativas de Brasília; Lago Sul; Sudoeste/Octogonal e Lago Norte, nos permitem inferir que os dados do Censo 2010 captam um perfil bastante específico de migrantes internacionais: os qualificados.

Cabe, porém, ressaltar alguns aspectos que contextualizam tais resultados e limitam seu potencial explicativo. Isso porque investigar os movimentos migratórios internacionais na AMB, a partir do Censo, apresentou uma série de dificuldades. Primeiramente, a variável migração internacional é apreendida pelo questionário da amostra, o que significa que os domicílios são escolhidos a partir de uma fração amostral definida de acordo com a classe de tamanho da população dos municípios. Isso apresentou impactos importantes nos resultados alcançados para a AMB, uma vez que os municípios goianos que integram a região estão na faixa entre 20.000 e 500.000 habitantes, o que corresponde a uma fração amostral de 10% dos domicílios. Já Brasília, com seus mais de dois milhões de habitantes, se coloca na faixa de municípios com mais de 500.000 habitantes, o que corresponde a 5% dos domicílios pesquisados (IBGE, 2012).

Nesse sentido, os 9.199 migrantes internacionais captados pelo Censo 2010, na realidade, correspondem a uma projeção. Uma vez que esse instrumento é pouco sensível para o levantamento de informações para recortes territoriais mais específicos, como a AMB.

Além disso, a pequena fração da amostra tem um maior potencial de captar ocorrências formais e regulares, mas, por outro lado, apresenta limitações para captar fenômenos de caráter raro e dinâmico, como é a migração internacional.

Tais limitações se tornam ainda mais evidentes quando o objetivo é captar os migrantes não qualificados, pois, ao se basear no domicílio, isto é, uma estrutura permanente e particular, o Censo tem mais capacidade de captar migrantes formais, que aqui residem por trabalho ou estudo, do que captar as residências coletivas ou as pessoas que estão temporariamente residindo em uma localidade.

Em resumo, ainda que o Censo permita uma série de investigações sobre migração internacional e que seja o instrumento com maior potencial para medir a migração irregular, há sérias limitações em sua utilização: i) o fato de ser realizado a cada dez anos, deixando uma lacuna na oferta de informações; ii) a possível subnumeração dos migrantes, que pode ser mais acentuada entre o segmento irregular.

3 O salário mínimo considerado base à época do Censo 2010 era no valor de R\$ 510,00.

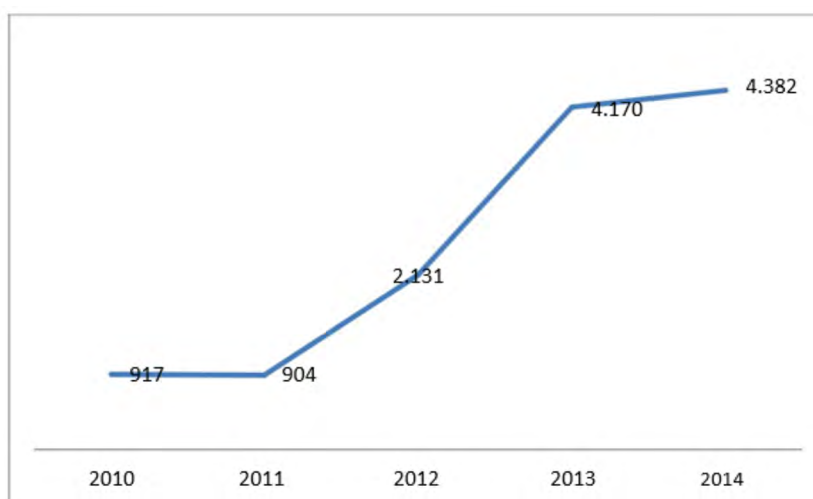


Como alternativa, neste estudo recorreremos ao uso de registros administrativos oficiais para avançarmos na delimitação do perfil dos migrantes internacionais na AMB, no período de 2010-2014, os quais serão apresentados a seguir.

## 2.2. O SINCRE COMO FONTE DE DADOS

O SINCRE é uma base de dados de registros administrativos do Departamento de Polícia Federal, do Ministério da Justiça, que tem por objetivo cadastrar todos os estrangeiros com vistos de *entrada regular* no país, exceto aqueles temporários concedidos por motivo de turismo (OLIVEIRA, 2015).

A partir desses registros, um total de 11.461 migrantes foi contabilizado na AMB, no período de 2010-2014. Importante notar o crescimento no número de registros ao longo do período analisado, especialmente nos anos mais recentes, 2013 e 2014.



**Figura 4.** Registro de entrada de migrantes internacionais na AMB. Fonte: Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Sistema Nacional de Cadastramento de Estrangeiros (SINCRE), 2010-2014.

A grande maioria dos registros foi feita em Brasília, sendo apenas 1,49% realizados nos outros municípios que compõem a AMB. O perfil dos migrantes que tiveram a entrada registrada na AMB pode ser sintetizado da seguinte maneira: homens (54%), de nacionalidade cubana (46,54%), colombiana (6,78%) ou estadunidense (4,74%) e com idade entre 25 e 35 anos.

No que se refere ao tipo de classificação do registro, a AMB, segundo o SINCRE, apresenta um número de vistos temporários – aqueles com duração máxima de dois anos – maior que a média nacional. Enquanto no Brasil a porcentagem de registros temporários é de 58,2%, na AMB chega a 76,63%. Já em relação aos registros permanentes, que se destinam aos migrantes que estão autorizados a permanecer no Brasil por um período de tempo maior que dois anos, a AMB registrou uma proporção menor (22,28%) em comparação à média nacional (38,4%). A classificação “outros”, que compreende os vistos concedidos a refugiados, representa o total de 83 registros. Já os vistos provisórios, que são concedidos aos estrangeiros que estavam no país em situação irregular e estão tramitando pedidos de registros permanentes, representam 41 registros.

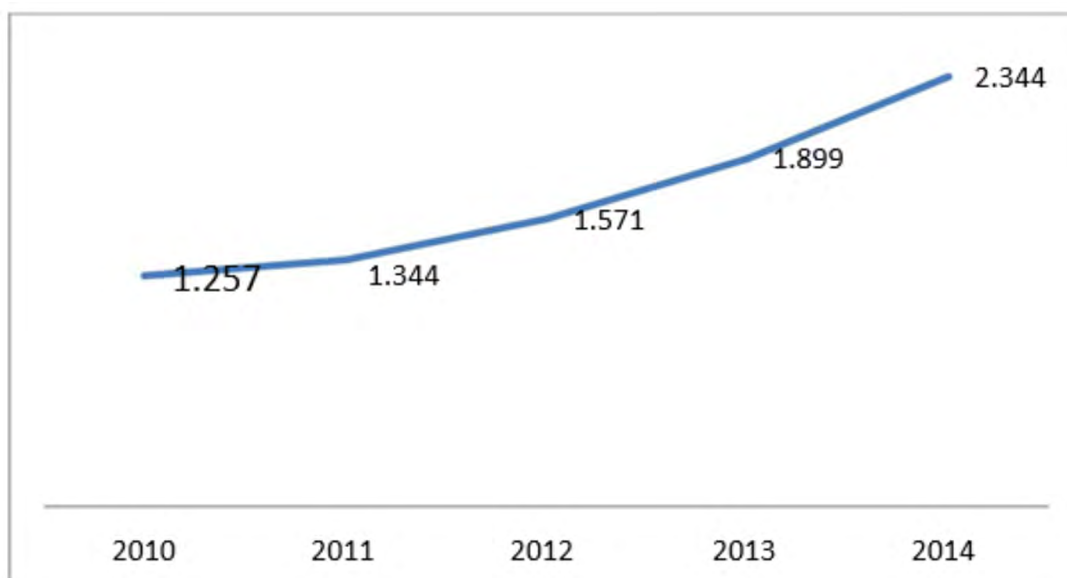
No que se refere aos amparos legais que dão base aos registros, o Artigo 12 da Lei Nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que garante que o prazo de validade do visto de turista é de até cinco anos, foi responsável pela maioria dos registros dos migrantes na AMB (5.391 casos, o que corresponde a 47,04%). Em segundo lugar, com 1.039 casos (9,06%), estão os registros amparados legalmente pelo Decreto nº 6.975, de 7 de outubro de 2009 – que promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile. Tal acordo estabelece que o primeiro registro deve ser concedido de forma temporária, possibilitando a mudança após o período de dois anos. Por fim, com 429 casos (3,74%), estão os registros amparados pelo Art. 1 da Resolução Normativa do CNIg nº 108, de 12/02/2014, que versa sobre a reunião familiar.

Em resumo, os registros de migrantes na base de dados do Ministério da Justiça apontam para uma tendência de crescimento no número de estrangeiros na AMB, a maior parte com registros temporários, o que garante a estadia regular no país por até dois anos. Vejamos a seguir os dados sobre a inserção dos migrantes no mercado formal de trabalho.

### 2.3. O REGISTRO DE MIGRANTES INTERNACIONAIS NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO: A RAIS COMO FONTE DE DADOS

A RAIS é um registro administrativo declarado anualmente, de forma obrigatória, por todas as empresas, sendo uma das principais fontes de informações sobre o mercado de trabalho formal brasileiro. Dessa forma, contempla os dados de todos os trabalhadores inseridos no mercado laboral, a exceção daqueles que trabalham por conta-própria (OLIVEIRA, 2015).

Segundo essa fonte de dados, o número de estrangeiros inseridos no mercado formal de trabalho da AMB vem aumentando, conforme apresentamos no gráfico a seguir, totalizando 8.415 pessoas no período de 2010-2014.



**Figura 5.** Número de migrantes internacionais inseridos no mercado formal de trabalho da AMB. Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTb, 2010-2014.

A grande maioria (97%) dos registros se refere a migrantes inseridos no mercado formal de trabalho de Brasília. Com menor número aparece Luziânia (71 registros), Formosa (49 registros), Valparaíso de Goiás (44 registros) e Cristalina (41 registros).

Segundo o Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais (CAVALCANTI ET AL, 2014; 2015), nas bases de dados oficiais há uma predominância no número de homens perante o de mulheres. Essa realidade também foi percebida na AMB a partir dos dados da RAIS para a série histórica de 2010-2014. 67,2% do total de registros eram de homens e 32,8% de mulheres. Conforme assinala Dutra (2015), a análise do mercado *formal* de trabalho explica a menor participação das mulheres, uma vez que essa invisibilidade reflete uma situação internacional de maior presença de mulheres trabalhadoras no segmento *informal*, configurando situações de vulnerabilidade.

No que se refere à nacionalidade, há uma predominância da presença de migrantes de nacionalidade portuguesa (11,35%), estadunidenses (7,11%), argentina (6,30%) e haitiana<sup>14</sup> (3,20%). Interessante notar que a presença de migrantes haitianos que essa base de dados apresenta para a AMB, e que já se destaca em nível nacional (DUTRA, 2014), não foi captada pelo Censo 2010, uma vez que os fluxos de migrantes haitianos para o Brasil passaram a se intensificar a partir de 2011.

A maior parte dos migrantes registrados pelas RAIS tem idade entre 20 e 40 anos (48,51%) e entre 40 e 65 anos (45,75%), o que corrobora a hipótese de serem pessoas em idade ativa para atuar no mercado de trabalho. No que se refere à escolaridade, a maioria dos migrantes possui o ensino superior completo (60,94%) ou o ensino médio completo (24,18%). Menos de 3% dos migrantes registrados possuíam o ensino médio incompleto.

Considerando os grupos ocupacionais, há uma diversificação nos tipos de ocupação, conforme retratado na tabela a seguir. Entretanto, chama atenção a concentração de migrantes em ocupações da categoria Profissionais das Ciências e das Artes (40,04%) e Trabalhadores de Serviços Administrativos (14,78%) e a baixa incidência em categorias de menor qualificação como Trabalhadores em Serviços de Reparação e Manutenção (1,41%), Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da Pesca (0,89%).

**Tabela 1.** Migrantes internacionais inseridos no mercado formal de trabalho da AMB, segundo os grupos ocupacionais

Grupos ocupacionais	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	145	156	175	195	205	876
Profissionais das ciências e das artes	573	622	678	722	774	3.369
Técnicos de nível médio	157	172	185	211	223	948
Trabalhadores de serviços administrativos	196	192	229	272	355	1.244
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	103	114	130	231	382	960
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	7	7	6	28	27	75
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	55	64	147	212	339	817
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	21	17	19	26	36	119
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	-	-	2	2	3	7
<b>Total</b>	<b>1.257</b>	<b>1.344</b>	<b>1.571</b>	<b>1.899</b>	<b>2.344</b>	<b>8.415</b>

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/MTb, 2010-2014.

Considerando a remuneração, destacam-se os migrantes (17,43%) que têm rendimentos no intervalo entre R\$7.240 a R\$14.480 e nos intervalos entre R\$3.620 a R\$7.240 e R\$724 a R\$ 1.448, com 15,88% e 14,38%, respectivamente. Os que registraram rendimentos maiores que R\$14.480 somam 10,65% e apenas 3,74% registraram uma renda mensal menor que R\$724.

As características registradas pela RAIS corroboram, portanto, o perfil qualificado dos migrantes internacionais na AMB, tal como revelado pelo Censo Demográfico 2010.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho ao apresentar o perfil dos migrantes internacionais a partir de diferentes fontes de dados, buscou também refletir sobre as potencialidades e dificuldades metodológicas em se trabalhar o fenômeno da migração internacional a partir de dados censitários, assim como sobre o uso de registros administrativos na investigação.

Segundo Oliveira (2015), no Brasil não há, normalmente, tradição no uso de bases de registros administrativos como fonte de dados para se investigar o fenômeno migratório, em particular aqueles associados às migrações internacionais. Ainda que tais registros não tenham sido pensados para fornecer dados estatísticos, apresentam um grande potencial para fornecer um perfil sócio-demográfico dos migrantes registrados e outras informações que auxiliem e orientem a gestão e a elaboração de políticas públicas. Dessa forma, conseguem dar uma resposta parcial para o nosso objetivo de caracterizar os migrantes internacionais na Área Metropolitana de Brasília, uma vez que essas fontes de dados trazem os dados da parcela dos estrangeiros em *situação regular*, o que, por um lado, cobre a lacuna temporal do Censo, mas, por outro lado, não traz informações sobre os migrantes em situação irregular.

Nesse sentido, a presença dos migrantes internacionais não qualificados, os desafios na vivência cotidiana e integração na cidade, as necessidades e situações de vulnerabilidade não constam nas estatísticas oficiais e tampouco se convertem em políticas públicas para essa população. A AMB permanece, portanto, como um pólo silencioso de atração de migrantes não qualificados e esses, por sua vez, permanecem invisíveis.

Por essa razão, é importante que os resultados alcançados nessa análise feita com as fontes de dados oficiais sejam aprofundados com pesquisa qualitativa, uma vez que a relevância do fenômeno migratório internacional reside muito mais em suas especificidades, em suas diferentes intensidades e espacialidades e em seus impactos diferenciados (particularmente ao nível local) que no volume de imigrantes envolvidos nos deslocamentos populacionais (BAENINGER, 2012, p. 9).

## REFERÊNCIAS

BAENINGER, Rosana (2012) O Brasil na rota das migrações latino-americanas. In: BAENINGER, Rosana (org.) *Imigração Boliviana no Brasil* – Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa. Disponível em: [http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/bolivianos/livro\\_bolivianos.pdf](http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/bolivianos/livro_bolivianos.pdf) - Acesso em 20/08/2015

CATALÃO, Igor. (2010) Brasília, metropolização e espaço vivido: práticas especiais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica. 156 p. Disponível em: SciELO Books <http://static.scielo.org/scielobooks/jbt6b/pdf/catalao-9788579831058.pdf> . Acesso em: 11/01/16

CAVALCANTI, Leonardo. (2015) Imigração e mercado de trabalho no Brasil: Características e tendências. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.) *A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro*. Cadernos OBMigra, Ed. Especial, Brasília; p. 35-47. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/obmigra/article/view/14894/10666> . Acesso em 26/07/2016.

CODEPLAN. A dinâmica migratória na Área Metropolitana de Brasília – AMB – entre 1991 e 2010. *Demografia em foco*, vol. 6. CODEPLAN: 2013. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/Demografia/Demografia%20em%20Foco%206%20-%20A%20Din%C3%A2mica%20Migrat%C3%B3ria%20na%20%C3%81rea%20Metropolitana%20de%20Bras%C3%ADlia%20-%20AMB%20entre%201991%20e%202010.pdf> . Acesso em: 28/08/2015

\_\_\_\_\_. Delimitação do Espaço Metropolitano de Brasília (Área Metropolitana de Brasília) Nota Técnica da CODEPLAN. CODEPLAN: 2014. Disponível em: [http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa\\_socioeconomica/developmento\\_regional/2014/AMB%20-%20Nota%20Tecnica%20dez2014.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/developmento_regional/2014/AMB%20-%20Nota%20Tecnica%20dez2014.pdf) . Acesso em: 07/01/2016

\_\_\_\_\_. PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - SUDOESTE E OCTOGONAL - PDAD /2014. Disponível em: [http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa\\_socioeconomica/pdad/2013/PDAD\\_SUDOESTE-OCTOGONAL\\_2013-2014.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2013/PDAD_SUDOESTE-OCTOGONAL_2013-2014.pdf) . Acesso em: 22/07/2016.

\_\_\_\_\_. PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - LAGO SUL - PDAD /2014. Disponível em: [http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa\\_socioeconomica/pdad/2013/PDAD\\_Lago\\_Sul\\_2013-2014.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2013/PDAD_Lago_Sul_2013-2014.pdf). Acesso em: 22/07/2016.

\_\_\_\_\_. PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - LAGO NORTE - PDAD /2014. Disponível em: [http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa\\_socioeconomica/pdad/2013/LAGO\\_NORTE2014.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2013/LAGO_NORTE2014.pdf). Acesso em 22/07/2016.

\_\_\_\_\_. PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - BRASÍLIA / PLANO PILOTO - PDAD /2014. Disponível em: [http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa\\_socioeconomica/pdad/2013/PDAD\\_Brasilia\\_Plano\\_Piloto\\_2014.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2013/PDAD_Brasilia_Plano_Piloto_2014.pdf) . Acesso em 22/07/2016.

DUTRA, Delia. (2013) Migração internacional e trabalho doméstico – mulheres peruanas em Brasília. Brasília: CSEM; Sorocaba, SP: OJM.

DUTRA, Delia. (2015) Os imigrantes no mercado de trabalho formal: perfil geral na série 2010- 2014, a partir dos dados da RAIS. In: Cavalcanti, L.; Oliveira, T.; Tonhati, T.; Dutra, D. (Org.). *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2015*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra.

IBGE, Censo 2010. Sobre o Censo. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/sobre-censo#>. Acesso em 12/03/2015.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. (2015) Relacionamento e complementariedade entre as fontes de dados sobre migrações internacionais: em estudo exploratório. Cavalcanti, L; Oliveira, T; Tonhati, T; Dutra, D. *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2015*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Emprego/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra.

SOUCHAUD, Sylvain (2010). A imigração boliviana em São Paulo. In: FERREIRA, A.P; VAINER, C.; PÓVOA NETO, H.; SANTOS, M. de O. (orgs.). *A Experiência Migrante. Entre Deslocamentos e Reconstruções*. Rio de Janeiro: Garamond. p. 267-290.

# PAINEL

## GT: 5

## ESCAVANDO E DESCOBRINDO AS ORIGENS DA DECLARAÇÃO DE SALAMANCA

**ALMEIDA, Veronica de Andrade Martins de**

*Estudante do Programa de Pós-Graduação – Mestrado Acadêmico em  
Humanidades, Culturas e Artes (PPGHCA) – UNIGRANRIO/RJ*

*E-mail: gajove@terra.com.br*

**FERREIRA, Paula Helena Nacif Pereira Pimentel**

*Estudante do Programa de Pós-Graduação – Mestrado Acadêmico em  
Humanidades, Culturas e Artes (PPGHCA) – UNIGRANRIO/RJ*

*E-mail: phnacifppferreira@gmail.com*

### RESUMO

Este artigo consiste como o próprio título destaca, em escavar as origens da Declaração de Salamanca (1994), que se constitui um documento chave na estruturação do processo de inclusão social e escolar das pessoas que foram excluídas e discriminadas da sociedade durante séculos, dentre elas: os deficientes. Como a proposta do trabalho se norteia pelos conceitos de memória, os autores enfocados são: Bobbio (1997), Candau (2011), Halbwachs (2006), Nora (1993) e Pollak (1989). Também se enfoca a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos (1990), que são essenciais, no sentido de criar diretrizes para a construção de um novo olhar sobre a deficiência enfatizados na Declaração de Salamanca que é um marco referencial para elaboração das legislações voltadas para inclusão; bem como a repercussão desses documentos no Brasil, à medida que o país é signatário dos mesmos.

**Palavras chave:** Memória, Educação Inclusiva, Declarações.

### ABSTRACT

This article, as the title itself points out, deals with the origins of the Declaration of Salamanca (1994), which constitutes a key document in the structuring of the process of social and school inclusion of people who have been excluded and discriminated from society for centuries, among them: The disabled. As the proposal of the work is guided by the concepts of memory, the authors focused are Bobbio (1997), Candau (2011), Halbwachs (2006), Nora (1993) and Pollak (1989). It also focuses on the Universal Declaration of Human Rights (1948) and the World Declaration on Education for All (1990), which are essential in order to create guidelines for a new look at disability emphasized in the Declaration of Salamanca that Is a reference framework for the elaboration of laws aimed at inclusion; As well as the repercussion of these documents in Brazil, as the country is a signatory thereof.

**Keywords:** Memory, Inclusive Education, Statements.



## INTRODUÇÃO

O título do artigo “Escavando e descobrindo as origens da Declaração de Salamanca”, encontra-se diretamente vinculado às várias indagações sobre a referida Declaração: como se deu a constituição desse documento? Houve alguma demanda social? A repercussão dessa Declaração no contexto mundial? Quais são os objetivos? Como se instituiu no Brasil? Qual a memória imbuída em toda a trajetória que envolve a deficiência mundialmente?

Desta forma, o objetivo desse trabalho consiste em rememorar, lembrar e vislumbrar os aspectos que permeiam a elaboração da referida Declaração. Com essa concepção é importante pontuar, que parte da perspectiva de que a memória é: construída e reconstruída constantemente, sendo assim, viva; seletiva; afetiva; estando envolvido nesse processo o silêncio, o lembrar e o esquecer. Desse modo, a noção de tempo é fundamental, posto que, é ele que tece toda a relação entre passado e presente na constituição da memória.

A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, através de levantamento do material sobre o assunto, tendo como base documentos, livros e artigos científicos, e posterior análise sobre o mesmo.

No que tange aos conceitos de memória os autores que norteiam esse estudo são: Bobbio (1997), Candau (2011), Halbwachs (2006), Nora (1993) e Pollak (1989).

No enfoque da Declaração de Salamanca (1994), é crucial pontuar mundialmente as declarações: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990).

No contexto nacional, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961, 1971 e 1996), e a Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

Diante de todas essas referências que são essenciais na elaboração desse artigo, a sua estruturação ocorreu, a partir de eixos norteadores que constituem o conceito de deficiência ao longo da história com suas especificidades ao longo desses processos conforme poderá ser observado nos eixos: “A deficiência nos diferentes momentos históricos” descrevendo sobre a trajetória da deficiência, tendo como base os estudos de Alves (2013), França (2014), Mazzotta (2011), Sassaki (2003; 2010), “Lembranças da Declaração Universal dos Direitos Humanos”, esse tópico enfoca como se deu a formação desse documento, sua importância para a sociedade em geral, o momento histórico em que é estabelecida, e a percepção da pessoa com deficiência no período, “Rememorando a Declaração Mundial sobre Educação para Todos”, destaca a importância da Declaração no combate ao analfabetismo, bem como a criação de um novo conceito sobre a deficiência, pontua-se ainda, a repercussão de toda essa dinâmica internacional sobre a educação no sistema educacional brasileiro e “A Declaração de Salamanca – a construção de um novo olhar sobre os alunos com deficiência”, descreve a relevância da Declaração de Salamanca (1994) no sentido de incluir socialmente, e principalmente na instituição escolar, todas as pessoas que foram excluídas e segregadas historicamente dos espaços sociais, dentre elas: mulheres, negros e deficientes. Como esse trabalho o destaque é a pessoa com deficiência como essa Declaração foi essencial na construção de um novo conceito sobre a pessoa com deficiência, se constituindo de um marco para o processo inclusivo.

Nas considerações finais são consolidadas as reflexões de como a memória sobre a pessoa com deficiência se constrói e reconstrói constantemente, tendo como suporte todos esses documentos, e sua circunscrição nos diferentes momentos históricos que também a influência.

## 1. A DEFICIÊNCIA NOS DIFERENTES MOMENTOS HISTÓRICOS

O tema deficiência sempre trouxe/traz um olhar específico por parte da sociedade, de acordo com o contexto histórico de cada época, sendo assim a construção sobre o assunto encontra-se diretamente vinculada ao tempo uma “vez que ela pressupõe um passado, ou seja, só existe na medida em que existe o passado, que só existe para os seres conscientes do tempo, capazes de compreender o tempo e seu decurso (SOUZA, 2014, p. 104) ”.

É esse tempo e decurso que se permite identificar como foi tortuosa a história da deficiência voltada inicialmente ao extermínio, e posteriormente exclusão, segregação institucional, integração até chegar ao paradigma da inclusão social e escolar da pessoa com deficiência. Segundo França (2014) essa situação gerada pela multiplicidade de fatores sobre o tema ocasiona:

Um grande desafio das investigações que tratam dessa questão é a falta de fontes históricas que retratem tais pessoas, suas vidas e lugares que ocuparam nas sociedades e culturas as quais pertenciam. Nesse cenário, em que a própria restrição de dados históricos pode indicar a falta de prestígio social, a utilização de representações culturais são meios pelos quais o valor atribuído à deficiência pode ser parcialmente notado, tornando-se fontes de grande importância na construção da história da deficiência (p. 106).

Desta forma, a deficiência na Antiguidade Clássica, se caracteriza pelo extermínio das pessoas com deficiência, como também o culto de purificação, posto que, relacionava-a aos mistérios, a algo do mal.

Durante a Idade Média, permanecem os aspectos místicos e ocultos, como é um período marcado pela primazia da igreja católica (teocentrismo), a deficiência encontra-se também voltada para o pecado e castigo, a cegueira, por exemplo, era definida “como um castigo de Deus ou um peso para a sociedade, e, assim, o indivíduo em geral era marginalizado ou morto (ALVES, 2013, p. 57) ”.

Essa concepção da deficiência caracterizada pelo misticismo e ocultismo, perpassa até a Idade Moderna, Mazzotta (2011) enfatiza que até o século XVIII, essa foi a explicação dada sobre a questão. Segundo o autor, esse fato deve-se a ausência de uma “base científica para o desenvolvimento de noções realísticas. O conceito de diferenças individuais não era compreendido ou avaliado (MAZZOTTA, 2011, p. 16) ”.

Todavia, a partir do século XVIII com a Revolução Industrial (que teve origem na Inglaterra por volta de 1760), e principalmente com a Revolução Francesa (1789) que se inicia uma nova forma de conceber o indivíduo, nesse sentido, a ênfase é o antropocentrismo, que tem suas bases no conhecimento científico através da biologia e medicina que passam “a ser as responsáveis pela explicação do funcionamento do corpo e do tratamento de suas imperfeições e males (FRANÇA, 2014, p. 110) ”.

São essas pesquisas, sobretudo da Medicina, que lançam o paradigma da institucionalização que segrega do convívio social das pessoas com deficiência, as quais são denominadas como “incapazes”, “anormais”, “inválidos”. Conforme Sasaki (2003) essa palavra “inválido” traz um grande peso quanto às limitações causadas pela deficiência, à medida que se caracteriza como “indivíduos sem valor [...] aquele que tinha deficiência era tido como socialmente inútil, um peso morto para a sociedade, um fardo para a família, alguém sem valor profissional (SASSAKI, 2003, p. 2) ”.

É nesse contexto e com essa concepção que as pessoas com deficiência “eram geralmente atendidas em instituições por motivos religiosos ou filantrópicos e tinham pouco ou nenhum controle sobre a qualidade da atenção recebida (SASSAKI, 2010, p. 126) ”.

Essa imposição social em relação à deficiência gera por séculos o que Le Goff (1996, p. 422) denomina “os esquecimentos e os silêncios da história” os quais “são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”.

A partir das primeiras décadas do século XX, dando continuidade aos estudos e pesquisa sobre a questão da deficiência tem início a preocupação em “tirar defeitos”, “corrigir falhas” das pessoas com deficiência, a fim de normalizá-las. Para Alves (2013) essa normalização do corpo deficiente consiste:

Na necessidade de ortopetizar, normalizar, controlar, de criar o pudor, as regras de conduta e polidez e o cuidado do corpo imposta pelas instituições disciplinares foi construindo a conduta do corpo no processo de civilização, tanto devido às necessidades de produção, quanto também à aclamada higiene, marcando de maneira incisiva e definitiva as condutas cotidianas do homem. Essas medidas inauguram uma necessidade hegemônica de o homem ser e estar na sociedade. Assim, é possível afirmar que a disciplinarização da conduta e dos movimentos do corpo extrapolou os muros institucionais e tornou-se realidade no convívio social (p. 30).

Esse processo descrito por Alves (2013), tem suas origens na “crença que por meio da habilitação e reabilitação, deve prover-se as pessoas com deficiência serviços que ajam sobre seus corpos para que executem mais próximas possíveis do normal (FRANÇA, 2014, p. 111) ”.

Nessa perspectiva, a relação estabelecida com a deficiência possibilita a construção de um imaginário que segundo Pesavento (2006), consiste em “um sistema de representações sobre o mundo que se coloca no lugar da realidade, sem com ela confundir-se, mas tendo nela seu referente (p. 12) ”.

A percepção sobre a deficiência começa a se modificar a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), posto que, devido ao elevado número de combatentes mortos, é necessário preparar a mão-de-obra para o mercado de trabalho, sendo assim, as pessoas com deficiência passam a ser utilizadas para essa mão-de-obra. Soma-se a esse fator o grande número de combatentes que retornam da Guerra com deficiência, conforme França (2014, p. 115):

Esse sujeito traz consigo novos dilemas ao poder público sobre a proteção social das pessoas com deficiência, logo tornam-se os primeiros ativistas com deficiência ao evidenciar a falta de proteção e exclusão social vivenciadas pelas pessoas com deficiência.

Dessa forma se até esse momento a deficiência era concebida como “invalidez” e “incapacidade” passa a ser percebida de uma nova forma. Como agora denominar esses combatentes que defenderam sua pátria de “inválidos”? Posto que, como pontua França (2014) eles são o orgulho de sua pátria. É nesse contexto que a pessoa com deficiência passa a ser vislumbrada como “indivíduo com capacidade residual”.

Foi um avanço a sociedade reconhecer que a pessoa com deficiência poderá ter capacidade residual, mesmo que reduzida. Mas, ao mesmo tempo considera-se que a deficiência qualquer que fosse o tipo eliminava ou reduzia a capacidade da pessoa em todos os aspectos: físico, psicológico, social profissional, etc. (SASSAKI, 2003, p. 2).

Vários movimentos advindos a partir desse movimento, culminam com a inclusão social e escolar das pessoas com deficiência na segunda metade da década de 1980 nos países desenvolvidos, apresentando sua efervescência nos anos de 1990 abrangendo também os países em desenvolvimento. É nessa época que são elaboradas uma série de leis embasadas pela Declaração de Salamanca (1994), com o objetivo de concretizar a referida inclusão.

Resumindo Sasaki (2010), descreve os diferentes momentos históricos da deficiência, elencando-os de acordo com as suas fases,

A sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se refere às práticas sociais. Ela começou praticando a **exclusão social** de pessoas que – por causa das condições atípicas – não lhe pareciam pertencer à maioria da população. Em seguida, desenvolveu o **atendimento segregado** dentro de instituições, passou para a prática da **integração social** e recentemente adotou a filosofia da **inclusão social** para modificar os sistemas sociais gerais (SASSAKI, 2010, p. 16 – negrito do original).

Essa seção ao enfatizar as lembranças da trajetória da deficiência pontua o tempo e o espaço como elementos fundamentais na construção dessa lembrança segundo Halbwachs (2006, p. 124): “Quando nos lembramos [...] há um contexto de dados temporais a que esta lembrança está ligada de alguma forma”.

Nessa perspectiva são esses dados temporais que permitem a reflexão nesse estudo sobre a questão da deficiência nos diferentes momentos históricos, conhecendo e identificando seu percurso, tecendo relação nos vários aspectos que envolvem sua construção.

## 2. LEMBRANÇAS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Inicialmente cabe pontuar que a palavra lembranças no contexto desse texto remete a definição de Halbwachs (2006, p. 91) que consiste em “uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada”.

É partindo desse conceito que este tópico é desenvolvido buscando lembrar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, enfatizando que as próprias leis, documentos, declarações fazem parte da memória de um grupo, de um povo, de uma nação, das relações que vão sendo construídas em uma época, que liga o passado ao presente, através do recordar e rememorar.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), tem suas origens baseada no contexto histórico, delineado por um período conturbado no cenário mundial, com o Holocausto (1941) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que trouxe além de um número elevado de vítima, a destruição dos países europeus, bem como um enorme número de combatentes sequelados devido a Guerra. Nessa época também ocorrem os movimentos sociais das minorias alijadas dos direitos sociais como mulheres e negros que passam a exigir seus direitos de cidadania. Tais movimentos são resultantes das “lembranças traumatizantes”, de uma “memória subterrânea”, que faz parte das “relações entre grupos minoritários e sociedade englobante (POLLAK, 1989, p. 5)”. Essas minorias ressurgem do longo período de silenciamento e esquecimento (POLLAK, 1989).

É nesse cenário que no ano de 1945 é criada a Organização das Nações Unidas (ONU), no sentido de reorganização do sistema econômico, político e social dos países envolvidos nesse conflito. Sendo essa organização internacional que elabora a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), com o objetivo de dar uma resposta,

[...] às atrocidades cometidas durante a II Guerra Mundial, a Declaração Universal traduz um referencial ético a orientar a comunidade internacional. 7 Pautada no ideal do ser humano livre, liberto do temor e da miséria, a Declaração Universal aspira à reconstrução dos Direitos Humanos, sob a perspectiva de sua universalidade, e de sua indivisibilidade. Universalidade porque clama pela extensão universal da cidadania, tendo na condição de pessoa o requisito único e exclusivo para titularidade de direitos, afasta qualquer outra condição. Indivisibilidade porque os direitos civis e políticos não de ser conjugados aos direitos sociais, econômicos e culturais, já que não existe verdadeira liberdade, sem igualdade tampouco há verdadeira igualdade sem liberdade (PIOVESAN, 2011 p. 12).

Ao definir a igualdade, universalidade e individualidade como aspectos essenciais a Declaração estabelece seus princípios embasados nos mesmos. Desta forma determina que:

Art. 1.º: Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Art. 2.º: Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra origem nacional ou social, fortuna, nascimentos ou outro estatuto.

Art. 26-1: Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional de ser generalizado; o acesso aos estudos (ONU. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Nessa época em que é elaborada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ocorre outro movimento social importante, dos pais dos alunos com deficiência intelectual excluídos da instituição escolar, se reúnem e reivindicam os direitos de seus filhos, esses pais trazem à tona as lembranças de uma memória coletiva que tem por objetivo “a vontade de denunciar aqueles aos quais se atribuiu a maior responsabilidade pelas afrontas sofridas (POLLAK, 1989, p. 7)”.

A partir da década de 1950, com as bases da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e os movimentos sociais de pais das pessoas com deficiência várias instituições são criadas para o atendimento das mesmas.

Especificamente no Brasil, que é signatário da referida Declaração, e influenciado por esses movimentos internacionais estrutura em 1960 a Campanha Nacional de Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME).

Dando continuidade, no ano de 1961 o país elabora sua primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 4024/61, que enfatiza dois artigos sobre a educação do “excepcional”, termo utilizado no período para referir-se ao aluno com deficiência; arraigada a essa terminologia “excepcional” pelos resquícios de uma memória construída sobre o assunto, que faz “emergir as mais intensas imagens do passado (SOUZA, 2014, p. 107)”. Os artigos que tratam sobre o tema nessa Lei são:

Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. (BRASIL, Lei 4024 de 20 de dezembro de 1961, Artigos 88 e 89).

No contexto internacional as décadas de 1970 e 1980 são fundamentais na construção de várias leis, propostas e documentos voltados para a deficiência, nesse sentido.

[...] são declarados e aprovados em Assembleia Geral da ONU, os direitos da pessoa com deficiência mental (1971), contribuindo para o início do processo de alteração da ótica de exclusão destes, e os direitos das pessoas portadoras de deficiências (1975), visando promover níveis de vida mais elevados e trabalho permanente para todos (OLIVEIRA, 2010, p. 36).

Diante dessa conjuntura, o Brasil na década de 1970, cria a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN n.º 5692/1971 que estabelece sobre os alunos com deficiência:

Art. 9º Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (BRASIL, Lei 5692 de 11 de agosto de 1971, Artigo 9º).

No ano de 1973, também ocorre a institucionalização da Educação Especial através da criação do Centro Nacional de Educação Especial – CENESP no país, que tem por objetivo a promoção “em todo o território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais (MAZZOTTA, 2011, p. 55)”. Observa-se assim a continuidade da palavra “excepcional” ao se referir ao aluno com deficiência.

A década de 1980, é marcada pela Organização das Nações Unidas (ONU), como a Década das Nações Unidas para Pessoas Portadoras de Deficiência (1983 a 1992). É nessa época que também, que se institui o Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência (1983), que elabora “o conceito de equiparação de oportunidade passou a ser oficial, discutindo a necessidade de tornar disponível o acesso de todos principalmente dos deficientes no diversos recursos e ambientes da sociedade (OLIVEIRA, 2010, p. 37 e 38)”.

Essa celebração, no que tange aos direitos estabelecidos as pessoas com deficiência enfatizada pela ONU, nos anos de 1980, como uma conquista, refere-se ao que Nora (1993) conceitua como “lugares de memória” que segundo o autor:

[...] nascem e vivem do sentimento de que não há mais memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversário, organizar celebrações, pronúncias elogios fúnebres, notoriar atas, porque essas não são naturais (p. 13).

Desta forma, ao comemorar e celebrar a década da deficiência a ONU, estabelece os “lugares de memória” referente à temática e os direitos das pessoas com deficiência, que por um longo período, nem sequer foram denominados seres humanos.

No Brasil, os anos de 1980, se constituem em um período de muitos movimentos sociais reivindicando, seus direitos, e a redemocratização do país. É nesse cenário que se elabora a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), que retoma os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), enfatizando no Artigo 205, referente à educação descreve:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

No que concerne aos alunos com deficiência, enfatiza que o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, artigo 208) ”.

Diante do exposto, é notório constatar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), tem influência na elaboração dos diferentes documentos internacionais, no que concerne a garantia dos direitos sociais, dentre os quais a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994).

### **3. REMEMORANDO A DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS**

A palavra lembrar aqui descrita tem como significado:

[...] um trabalho de reapropriação do passado no sentido de reescrita de fazer novamente o que já foi feito. [...] se apoia em resquícios a partir dos quais o processo de lembrança é realizado. Disso decorre a necessidade de conservar o passado, sob a forma de vestígios, relíquias, testemunhos, discursos, isto é, pistas que permitirão a evocação e reconstrução futuras (SOUZA, 2014, p. 107).

Para Bobbio, a lembrança consiste em reencontrarmos “a nós mesmos e a nossa identidade, não obstante os muitos anos transcorridos, os mil fatos vividos” (BOBBIO, 1997, p. 30 e 31). É nessa perspectiva que a temática acerca da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) é desenvolvida.

A década de 1990 se constitui em um período de ênfase à política neoliberal, que norteia a organização econômica de vários países, refletindo significativamente no contexto social e político dos mesmos. É nesse cenário, que é elaborada a referida Declaração com o objetivo de uma educação para todos. Dessa forma, Santos (2000) caracteriza esse documento como um,

[...] marco na medida em que reúne, num só documento de representatividade internacional, várias das implicações teóricas e práticas (por exemplo, de reformas nos sistemas educacionais de ensino) que este princípio traz aos países que o admitem como plataforma de base como políticas educacionais (p.34).

Ao estabelecer a proposta de uma educação para todos, a meta principal se volta para a erradicação do analfabetismo, se constituindo essa meta em fator “primordial a revitalização de compromisso mundial de educar todos os cidadãos do planeta (BOTEGA, 2005, p. 2) ”.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, é criada a partir da Conferência realizada em Jomtien (Espanha) em 1990, por quatro organismos internacionais: Banco Mundial, PNUD<sup>1</sup>, UNICEF<sup>2</sup>, e UNESCO<sup>3</sup>, com a finalidade a erradicação do analfabetismo. Tais organismos enfatizam os seguintes aspectos sobre o tema:

(...) A Unesco destacou a diversidade e as minorias – por exemplo, o analfabetismo da mulher. Uma categoria nova aparece no discurso pedagógico: a equidade. Até 90, falava-se muito na igualdade de oportunidades. A partir daí, passa-se a trabalhar com a categoria equidade. O contrário de igualdade e desigualdade e de equidade é inequidade(...).

(...) O UNICEF enfatizou a educação integral e suas necessidades básicas. O novo enfoque da conferência de Jomtien passou a ser a educação não mais identificada como escolaridade. (...)o UNICEF tentou dar uma conotação mais qualitativa abordando qualidade de vida, de nutrição e de saúde das crianças. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) realçou a idéia de que a melhoria dos índices de educação acabaria produzindo melhor crescimento econômico. O Banco Mundial esteve mais preocupado com o gerenciamento aos recursos batendo na tecla de que há recursos para a educação, mas são mal aproveitados (GADOTTI, 2000 *apud* BOTEGA, <sup>11</sup> 2005, p. 3).

Sendo assim, os princípios defendidos na elaboração desse documento voltam-se para equidade e igualdade de oportunidades, inclusive as minorias excluídas desse processo. Ao enfatizar as minorias realiza-se “um trabalho empreendido para revisar e revisar o passado (SOUZA, 2014, p. 115) ”, o que possibilita um rememorar as histórias vivenciadas pelos excluídos dos direitos à educação.

Ao buscar a igualdade e a equidade a Declaração Mundial dos Direitos Humanos (1990) pontua em seu Artigo 3.º:

1. A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades.
2. Para que a educação básica se torne equitativa, é mister oferecer a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem.
3. A prioridade mais urgente é melhorar a qualidade e garantir o acesso à educação para meninas e mulheres, e superar todos os obstáculos que impedem sua participação ativa no processo educativo. Os preconceitos e estereótipos de qualquer natureza devem ser eliminados da educação.

1 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

2 Fundo das Nações Unidas para a Infância.

3 Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.



4. Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos – os pobres; os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais; os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas; os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação – não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais.
5. As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo

(WCEFA – Declaração Mundial sobre Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, 1990).

Os princípios defendidos pela citada Declaração norteiam-se pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Constata-se nessa construção a ênfase às pessoas com deficiência, que nesse período passam a ser denominadas como “pessoas portadoras de deficiência”, nessa perspectiva,

[...] A deficiência passou a ser um detalhe da pessoa. O termo foi adotado nas Constituições federal e estaduais e em todas as leis e políticas pertinentes ao campo das deficiências. Conselhos, coordenadorias e associações passaram a incluir o termo em seus nomes oficiais (SASSAKI, 2003, p. 3).

É nesse cenário que as pessoas com deficiência iniciam as reivindicações sobre seus direitos, fazendo valer suas vozes silenciadas por séculos, fazendo emergir suas memórias “deixando aflorar conflitos entre diferentes tipos de memória, sobretudo as emergentes (SILVA, 2010, p. 26) ”.

Desta forma essas pessoas, ao vislumbrarem seus direitos de cidadania buscam também obter “maior visibilidade ao reafirmar a sua identidade reivindicando intensamente o seu espaço como forma de expressar os seus interesses mais íntimos mais imediatos, mais próximos das pessoas e dos fatores que dão coesão grupal (SILVA, 2010, p. 26) ”.

Ao afirmar essa identidade as pessoas com deficiência denunciam “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais (POLLAK, 1989, p. 5) ”.

Especificamente no Brasil que é signatário da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), ocorre um período de ajuste econômico com redução significativa nas políticas públicas sociais e educacionais, gerando assim a falta de compromisso do país em desenvolver o ensino de qualidade e para todos como previsto pela Declaração, e defendido no contexto mundial (PRIETO, 2006).

Em relação as iniciativas de concretização da proposta de uma educação para todos, o Brasil elabora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN n.º 9394/96, fixando os princípios do referido documento:

- Art. 21. A educação escolar compõe-se de:
- I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
  - II - educação superior.
- Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando,

assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996).

No entanto, o que se observa, é que o estabelecido em lei, não se constitui na garantia de sua implementação. O que ocorre no caso do Brasil, é uma dicotomia entre o determina a legislação e o cotidiano escolar.

#### 4. A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA - A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO OLHAR SOBRE OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

A década de 1990 é marcada por um período histórico, tanto no contexto internacional e nacional pela política neoliberal e a globalização. Conforme Candau (2011), esse processo de “fim de século” ou “fim de milênio” é entendido como:

[...] momentos particularmente significativos. Para os grupos e indivíduos, representam a ocasião de fazer balanços, projetos e vislumbrar novos horizontes, momento para se recapitular o passado para melhor afrontar um futuro que se apresenta sempre como incerto e, portanto, temido (CANDAU, 2011, p. 91) ”.

É diante desse cenário que é elaborada a Declaração de Salamanca em 1994, como resultado de uma Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, promovida pelo Governo Espanhol e a UNESCO, tendo por finalidade:

As escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiências e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desfavorecidos ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, p. 17-18).

Desta forma, a referida Declaração percebe a importância de inclusão dos alunos com deficiência, lançando o paradigma da Educação Inclusiva, baseada no seguinte princípio:

[...] a igualdade de direitos e a sociedade torna-se inclusiva quando passa a considerar todos com igualdade de valor. Assim entendemos que a inclusão escolar fundamenta-se no princípio de uma escola democrática para todos sem discriminações. Fato este que implica numa organização do sistema educacional, revendo certas concepções e paradigmas, educacionais no sentido de propiciar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos. Garantindo não somente o ingresso do aluno com deficiência mas a sua permanência no decorrer de toda escolarização (ROSSETTO, 2004).

Observa-se nesse sentido um avanço na forma de conceber a deficiência, posto que se antes eram vistos como “incapazes”, conforme o imaginário construído por uma “sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1993, p. 13). Nesse momento, com a elaboração desses documentos oficiais passam a ser vistos como:

**“pessoas com deficiência”** - os valores às pessoas com deficiência são:

- 1) o empoderamento [uso do poder pessoal para fazer escolhas, tomar decisões e assumir o controle da situação de cada um] e
- 2) o da responsabilidade de contribuir com seus talentos para mudar a sociedade rumo a inclusão de todas as pessoas, com ou sem deficiência (SASSAKI, 2003, p. 4).

Sendo assim, essas pessoas podem ter autonomia na condução de suas vidas <sup>14</sup> possibilitando também construção de uma memória coletiva, a partir da representação que os “membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória comum a todos os membros desse grupo (CANDAU, 2011, p. 24)”. Dando origem à identidade, através “do quadro de uma relação dialógica com o Outro (CANDAU, 2011, p.9)”.

Dando continuidade, vários outros documentos vão sendo construídos no sentido de garantir os direitos das pessoas com deficiência dentre eles, a Declaração de Madri (2002) que tem por objetivo:

Pessoas com deficiência querem oportunidades iguais e não caridade: A exemplo de muitas outras regiões do mundo, a União Européia percorreu um longo caminho nas últimas décadas, partindo da filosofia do paternalismo em relação a pessoas com deficiência e chegando à filosofia do empoderamento a fim de que elas exerçam controle sobre sua vida. As velhas abordagens, baseadas largamente na piedade e no perceptível desamparo das pessoas com deficiência, são agora consideradas inaceitáveis. As ações estão deixando de dar ênfase em reabilitar pessoas para se ‘enquadrarem’ na sociedade e adotando uma filosofia mundial de modificação da sociedade a fim de incluir e acomodar as necessidades de todas as pessoas, inclusive das pessoas com deficiência (DECLARAÇÃO DE MADRI, Congresso Europeu sobre Deficiência, 2002).

Constata-se a partir dessa Declaração que as pessoas com deficiência querem ter seus direitos garantidos, e não o assistencialismo e a filantropia que marcam as suas histórias por longos anos. Nesse sentido, Oliveira (2010) pontua:

Mesmo caminhando nesse áspero percurso, notamos que, aos poucos as pessoas com deficiência e as demais pessoas envolvidas nessa questão foram juntas, se fortalecendo e tornando visíveis as suas reivindicações, adentrando em diferentes áreas da sociedade. Dentro desse contexto, enfrentaram com veemência a exclusão que foram e são submetidos através de atitudes de reivindicação e mobilização (p. 52).

É nesse processo de reivindicações e conquistas das pessoas com deficiência que se rompe com o tabu sobre a questão, já que, “uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa de memória (POLLAK, 1989, p. 5)”.

Também são criadas nesse processo de inclusão social e escolar das pessoas com deficiência várias datas comemorativas, no sentido de celebrar, lembrar as questões que envolve a temática. Tais datas são associadas a algum marco histórico, como por exemplo, a descoberta de estudo referente a uma determinada deficiência, dentre outros fatos elencados para escolha desse dia. Para Nora (1993), essas comemorações são “lugares de memória”, à <sup>15</sup> medida que possibilitam o vínculo entre o passado e o presente, na constituição da memória sobre a deficiência.

Nessa perspectiva, as comemorações tornam-se “lugares de memória se o indivíduo de a ele um significado que contém uma lembrança (SILVA, 2010, p. 20)”. Ao vislumbrar as diferentes deficiências, essas datas são “lugares de memória”, posto que enfatizam, ou demarcam a trajetória e os caminhos tortuosos percorridos pelas pessoas com deficiência na garantia de seus direitos sociais, políticos e econômicos.

O Brasil é signatário de todos esses documentos que versam sobre a inclusão social e escolar das pessoas com deficiência, organiza-os através de uma série de legislações, que norteiam esse processo inclusivo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN n.º 9394/96 estabelece em seu artigo 59:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades (BRASIL, MEC, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96).

Várias outras legislações são elaboradas com o objetivo de concretização da proposta de inclusão escolar dos alunos com deficiência, dentre elas destacam-se: Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB n.º 02/2001) que fixa estratégias e ações para organização do sistema educacional e da formação docente com o objetivo de desenvolver um trabalho pedagógico com as diferenças; Programa de Implantação de Recursos Multifuncionais (Portaria Normativa n.º 13 de 24 de abril de 2007) que tem por objetivo principal: “[...] apoiar sistemas públicos de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado e contribuir para o fortalecimento do processo de inclusão educacional nas classes comuns de ensino”; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (MEC/SEESP, 2008) que tem como proposta assegurar a inclusão educacional dos alunos com deficiência e o Decreto n.º 7611, de 17 de novembro de 2011 que enfoca sobre a Educação Especial, no que tange ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) dos alunos com deficiência, público alvo desse atendimento.

É notório destacar que apesar de todas essas leis que embasam a inclusão escolar dos alunos com deficiência, ainda há um hiato entre as propostas das políticas públicas sobre o assunto, e o que é vislumbrado nas instituições escolares do país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escavar as origens da Declaração de Salamanca (1994) descobre-se outras Declarações que vão influenciar sobremaneira a elaboração desse documento, são elas: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990); também sofre influências dos movimentos sociais nos diferentes períodos históricos, na luta e busca pelos direitos de cidadania.

Como o enfoque do artigo foi a questão da deficiência, observa-se que a narrativa e o discurso que envolvem a construção da memória que circunda a temática, têm uma dinâmica fundamental que é permeada pelo tempo, porque estabelece constantemente a conexão direta entre o passado e o presente, que possibilita a sua reconstrução, e sua vivacidade.

Constata-se que a “memória subterrânea” das pessoas com deficiência baseada no silêncio e esquecimento por um longo período, insurgem através de várias manifestações e movimentos dessas pessoas e de seus familiares, no sentido de conquista de seus direitos de cidadania, como atores responsáveis pela constituição de sua própria história. Contra um discurso de séculos, que as caracterizavam como “anormais”, “excepcionais”, “inválidas”, que não podiam viver em sociedade.

Sendo assim, são essas manifestações que possibilitam a origem de pertencimento e identidade desse grupo, fundamentais para sua inclusão social e educacional.

Nesse sentido as declarações mundiais: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e Declaração de Salamanca (1994) têm suas criações marcadas por contextos históricos que envolvem a complexidade das questões econômicas, sociais, políticas, e culturais de cada época, os quais vão influenciar a sociedade em geral e a construção das memórias.

Desta forma, o estabelecimento de hoje o que se conhece sobre a memória da deficiência no cenário internacional e nacional, é impactado pelas mudanças ocorridas na trajetória das pessoas com deficiência; que remete ao recordar, lembrar, reviver todo o caminho percorrido por essas pessoas na construção de sua memória individual e coletiva, tendo Declaração de Salamanca (1994) como marco referencial desse processo.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. (1997) *O Tempo da Memória de Senectude e outros escritos autobiográficos*. Rio de Janeiro: Campos.

BOTEGA, L. R. (2005) A Conferência de Jomtien e a educação para todos no Brasil dos anos 1990 *In: Educação On Line*, 2005. Disponível em: [www.educacaoonline.pro.br?id=22:a-conferencia-de-jomtien-e-a-educacao-para-todos-brasil-dos-anos-1990](http://www.educacaoonline.pro.br?id=22:a-conferencia-de-jomtien-e-a-educacao-para-todos-brasil-dos-anos-1990) Acesso em: 23 dez. 2015.

BRASIL, Congresso Nacional. (1961) *Lei 4024 de 20 de dezembro de 1961, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <http://www.fc.unesp.br/~lizanatal/LDB%204024-61.pdf> Acesso em 27.out.2015

\_\_\_\_\_. (1971) *Lei 5692 de 11 de agosto de 1971, fixa diretrizes e bases para o ensino de 1.º e 2.º graus, e dá outras providências*. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.prolei.inep.gov.br/prolei/> Acesso em 27.out.2015.

\_\_\_\_\_/MEC. (1996) *Lei nº 9394. 20 de dezembro de 1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96)*. Brasília Ministério da Educação.

\_\_\_\_\_. (2001) Ministério da Educação/Secretaria Educação Especial. *Diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: MEC/SESP.

\_\_\_\_\_. (2007) *Programa de Implantação de Sala Recursos Multifuncionais - Portaria Normativa nº 13 de 24 de abril de 2007a*. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/portaria\\_13\\_24\\_abril\\_2007.pdf](http://portal.mec.gov.br/portaria_13_24_abril_2007.pdf) Acesso em: 21 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. (2008) *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, MEC, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf> Acesso em: 20 abr. 2015

\_\_\_\_\_. (2011) Presidência da República. *Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011*.

\_\_\_\_\_. (2013) Presidência da República. *Lei n.º 12.796, de 04 de abril de 2013*. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12796.htm) Acesso em: 08 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. (1994) Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). *Declaração de Salamanca*. Brasília, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 26/12/2014.

CANDAU, J. (2011) *Memória e identidade*. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto.

CONGRESSO EUROPEU DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA. (2002) *Declaração de Madri*: Madri.

FRANÇA, T. H. (2014) A normalidade uma breve introdução à história social da deficiência.

*Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, vol. 6, n. ° 11, p. 105-123, julho de 2014.

HALBWACHS, M. (2006) *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro.

LE GOFF, J. *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, 1996, p. 419-476.

MAZZOTTA, M. J. S. (2011) *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 6.ª edição.

NORA, P. (2013) Entre memória e história – a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. *Revista Projeto História*; São Paulo. PUC-SP, n. ° 10, p.7-28, dez.

OLIVEIRA, L. C. de. (2010) *Visibilidade e participação política: um estudo no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência em Niterói*. 2010. 178 f. Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio de Janeiro.

PIOVESAN, F. (2011) *Cidadania no Brasil: Guia da cidadania Almanaque Abril*. Rio de Janeiro, p. 7-97.

POLLAK, M. (1989) Memórias, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, v. 2, n. 3, p. 3-15.

PRIETO, R. G. (2006) Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. *Inclusão Escolar: pontos e contrapontos*. 6.ª ed., Summus Editorial, São Paulo, p. 31-73, 2006.

ROSSETTO, E. (2016) *Processo de Inclusão: um grande desafio para o século XXI*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Disponível em: [www.189.16.45.2/ojs/index.php/reped/article/viewfile/499/388](http://www.189.16.45.2/ojs/index.php/reped/article/viewfile/499/388) Acesso em: 06 jan. 2016.

SANTOS, M.P. (2010) Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: Conseqüências ao Sistema Educacional Brasileiro. *Integração - ano 10, nº22, pp.34-40, 2000*.

SASSAKI, R. K. Como chamar as pessoas que têm deficiência. *Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados*. Ano I, n. 1 1.º semestre 2003. Disponível em: [www.planetaeducacao.com.br](http://www.planetaeducacao.com.br) Acesso em: 08 jan 2016.

\_\_\_\_\_. R. K. (2010) *Inclusão. Construindo uma sociedade para todos*. 8.ª edição, Rio de Janeiro: WVA.

SILVA, D. B. (2010) *Nas ondulações da memória: a criação narrativa de professores sobre a*

sua formação docente. 2010. 89 f. Mestrado Acadêmico em Letras e Ciências Humanas – Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy (UNIGRANRIO), Duque de Caxias – RJ.

SOUZA, M. J. A. (2014) memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. *Revista Graphos*, vol. 16, n. ° 1, p. 91-117.

WCEFA – CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. (1990) *Declaração Mundial sobre Educação para Todos e Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien, Tailândia: março.

# PAINEL

## GT: 10



## #OCUPAIFRJ: O PAPEL DAS NOVAS FERRAMENTAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NAS OCUPAÇÕES DOS INSTITUOS FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO

**DELGADO, Gabriela**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Bolsista FAPERJ  
*gabiodelgado@gmail.com*

**NASCIMENTO, Giovane**

Professor Adjunto da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
*giovanedonascimento@gmail.com*

**MALDONADO, Renata**

Professora Adjunta da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
*r.maldonado@globo.com*

### RESUMO

O presente trabalho busca analisar o papel exercido pelas ferramentas de informação e comunicação nas ocupações dos Institutos Federais do Rio de Janeiro, no contexto de resistência às medidas do governo federal relativas às políticas educacionais e, mais especificamente, à proposta de emenda constitucional que limita os gastos públicos com políticas sociais. A metodologia utilizada inclui a pesquisa bibliográfica referente aos movimentos sociais inseridos no contexto da sociedade em rede, bem como análise de conteúdo de páginas em redes sociais relacionadas às ocupações e observação participante de atividades das ocupações dos Institutos Federais do Rio de Janeiro. Foi possível perceber que o uso de redes sociais, tais como Facebook, Twitter e WhatsApp exercem um papel de vital importância para os movimentos de ocupação das instituições observadas, tanto na organização interna, articulação externa, divulgação das pautas quanto na criação de redes de solidariedade, fundamentais para a manutenção e fortalecimento desses espaços.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais; Política educacional; Sociedade em rede; Ocupações de escola.

### ABSTRACT

The present work seeks to analyze the role played by information and communication tools in the occupations of the Federal Institutes of Rio de Janeiro in the context of resistance to federal government measures regarding educational policies and centrally the proposed constitutional amendment that limits public spending on policies Social rights. The methodology used includes bibliographical research on social movements inserted in the context of the network society, as well as content analysis of pages in social networks related to occupations and participant observation of activities of the occupations of the Federal Institutes of Rio de Janeiro. It was possible to perceive that the use of social networks such as Facebook, Twitter and WhatsApp play a vital role for the movements of occupation of the institutions observed, both in the internal organization; External articulation, dissemination of guidelines and the creation of networks of solidarity, fundamental for the maintenance and strengthening of these spaces.

**Key-words:** Social movements; Educational politics; Network society; School Occupations.

## INTRODUÇÃO

O cenário atual do país, pós impeachment, que inclui uma medida provisória voltada para o ensino médio e uma proposta de emenda constitucional que limita os gastos públicos com políticas sociais, ambas construídas sem debates abertos à sociedade ou aos movimentos sociais tem unificado categorias que há muito tempo travavam embates isolados. Estudantes secundaristas, universitários, profissionais da educação e outras categorias têm se colocado contra as medidas arbitrárias do governo utilizando-se de diversas formas de resistência, tais como, passeatas, paralizações, ocupações, greves etc.

No movimento estudantil, especificamente, tem-se observado um grande número de ocupações de escolas e universidades. A ocupação de universidades – principalmente reitorias – já é uma prática usual por parte do movimento estudantil universitário, já as ocupações de escolas ligadas ao movimento estudantil secundarista, são uma novidade na história recente do país. As primeiras ocupações de escolas de nível médio aconteceram no início do ano corrente, por ocasião da proposta do governo de Geraldo Alckmin nomeado reorganização escolar. As ocupações secundaristas se espalharam por vários estados e diversas cidades do país. Em cada estado com suas demandas locais e com a perspectiva geral de melhoria na qualidade da educação pública nacional.

A partir de junho, com o início da tramitação da proposta de emenda à constituição nº 241 de 2016, que visa instituir um novo regime fiscal, limitando gastos em áreas sociais, inclusive na educação, e da medida provisória nº 746 de 2016 que altera a lei de diretrizes e bases da educação, lei nº 9394 de 1996 com o intuito de instaurar um novo ensino médio, ambas elaboradas sem amplo debate com a sociedade, uma nova onda de protestos e ocupações se inicia no país.

As ocupações dos Institutos Federais apresentam a particularidade de unificar em uma mesma instituição educação básica de nível médio e ensino superior. A pesquisa tomará como objeto as ocupações dos institutos federais do Rio de Janeiro, especificamente, no presente artigo, a questão do uso de ferramentas de informação e comunicação no cotidiano dos ocupantes. A metodologia tem caráter qualitativo e engloba pesquisa bibliográfica acerca dos movimentos sociais da contemporaneidade, análise de conteúdo das páginas no Facebook das ocupações, criadas e mantidas pelos próprios ocupantes, bem como observação participante em atividades – internas e externas- realizadas pelas ocupações.

O artigo é fruto de uma etapa de uma pesquisa de doutorado iniciada no presente ano que tematiza as atuais propostas de alteração ligadas às políticas educacionais no Brasil, bem como as formas de resistência às mesmas por parte do movimento estudantil no estado do Rio de Janeiro.

### 1. MOVIMENTOS SOCIAIS E SOCIEDADE EM REDE

As ocupações dos Institutos Federais do Rio de Janeiro são entendidas como movimentos sociais da contemporaneidade (Gohn, 2010) visto que se caracterizam por manifestar demandas através de ações coletivas de caráter sociopolítico promovendo formas de organização da população, no contexto de sociedade em rede (Castells, 1999), utilizando-se amplamente de meios de comunicação e informação.

A noção de movimento social possui uma trajetória histórica longa na análise sociológica. Pasquino (1998), no dicionário de política, faz uma distinção entre comportamentos coletivos em geral e movimentos sociais afirmando que os últimos possuem como particularidade o fato de que *dão origem ao surgimento de novas coletividades, caracterizadas pela consciência de um destino comum e pela persuasão de uma comum esperança* (PASQUINO *et al*, 1998, p.788). Ressaltando a questão da formação de uma identidade coletiva, que seria um aspecto fundamental na compreensão dos movimentos sociais.

Além da questão da identidade, Touraine em sua teoria estrutural da ação social, ressalta dois outros princípios constitutivos dos movimentos sociais, a saber, oposição e totalidade. Assim, para Touraine (2006, p.19):

[...] um movimento social é a combinação de um conflito com um adversário social organizado e da referência comum dos dois adversários a um mecanismo cultural sem o qual os adversários não se enfrentariam, pois poderiam se situar em campos de batalha ou em domínios de discussão completamente separados - o que impediria, por definição, tanto o conflito e o enfrentamento quanto o compromisso ou a resolução de conflito.

Com outra perspectiva de análise, McAdam; Tarrow e Tilly ressaltam como fundamental na compreensão dos movimentos sociais a noção de confronto e a relação entre dominantes e subordinados, para os autores:

Um movimento social é uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam estar ela sendo injustamente prejudicada ou ameaçada por isso. (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 21)

A análise da noção de movimentos sociais tem seu início na chamada sociedade industrial e no movimento operário como seu movimento social central (TOURAINÉ, 2006, p.19). A partir das últimas décadas do século passado o conceito de sociedade industrial passa a não dar conta da dinâmica social em profundas transformações, a partir de então diversos conceitos são cunhados com intuito de interpretar as mudanças na sociedade capitalista a partir de então, entre eles: sociedade pós-industrial, sociedade pós-moderna, capitalismo tardio, sociedade de informação etc (MELUCCI, 1996).

Para Melucci (1996), o uso de tais termos reflete a indecisão teórica existente na atualidade acerca da sociedade contemporânea e indica ainda que os modelos de sociedade industrial ou sociedade capitalista já não são capazes de oferecer bases analíticas que deem conta da compreensão dos fenômenos da sociedade atual. Dessa forma, o autor afirma que até o presente momento nossas teorias não nos fornecem os instrumentos adequados que nos capacitem a formular uma interpretação mais abrangente.

Apesar das dificuldades ressaltadas, a reflexão sobre a sociedade atual - independente de como se nomeie - é necessária, e é possível apontar algumas características fundamentais presentes em diversas análises, tais como a globalização ou planetarização e o papel assumido pela informação (Touraine, 2006); (Melucci, 1996); (Castells, 1999).

As mudanças na sociedade, evidentemente, foram acompanhadas por mudanças nos movimentos sociais. Como já indicado, o movimento operário - centrado nas formas de produção e distribuição de bens materiais - foi o movimento social central na sociedade industrial. A partir da segunda metade do século XX, *não é possível encontrar formas de*

*organização ou de produção que traduzam diretamente uma dominação social* (TOURAINÉ, 2006, p.23). A partir disso, as pautas dos movimentos sociais foram alteradas, desloca-se o eixo da produção para um eixo moral, pauta-se autonomia, liberdade, responsabilidade da pessoa, etc. Exigências morais ligadas aos direitos humanos e a universalização dos mesmos. Nesse interim surge a discussão dos *novos* movimentos sociais, ligados principalmente a questões indentitárias e na produção e distribuição de bens simbólicos.

Apesar de ter sido motivo de grandes debates a questão de serem ou não, os movimentos sociais, novos – ou mesmo novíssimos – aparece hoje como uma questão pouco relevante. Melucci (1996) afirma que a discussão sobre a novidade ou ausência de novidade acerca dos movimentos sociais é completamente sem sentido. Touraine, ao se colocar a questão sobre o sentido da utilização da noção de movimentos sociais para o estudo contemporâneo afirma que

[...] podemos lembrar a necessidade de descobrir, constantemente, os laços que unem os tipos de movimentos coletivos. Esse argumento me conduz a concluir sobre a necessidade de manter a referência à noção de movimento social no estudo das sociedades contemporâneas, de quaisquer tipos, mesmo que, à primeira vista, pareçam não exigir a utilização de tais noções. A continuidade da análise sociológica é mais importante do que a observação das diferenças profundas que existem entre um e outro tipo societal (TOURAINÉ, 2006, p.28).

A partir da distinção do uso da informação como uma das características fundamentais da sociedade contemporânea e da elucidação do sentido de manter-se analiticamente a noção de movimentos sociais na época atual, importa evidenciar de que forma os movimentos sociais da contemporaneidade utilizam-se das ferramentas de comunicação e informação em suas práticas.

Melucci (1996), em sua análise da informação como recurso, ressalta que a informação é um recurso que depende da habilidade humana de perceber, processar e elaborar a partir dele e que, apesar de não haver uma distribuição igualitária dos códigos ou da linguagem que compõe a informação, esse tipo, é um tipo de recurso cujo controle é bastante frágil. Tal fragilidade se evidencia por dois motivos, um deles é a diversidade de canais através dos quais a informação circula. O outro é o fato de que aquele que possui a informação perde todo o controle sobre ela, no momento mesmo em que a compartilha.

Nesse sentido, segundo Lévy (2000) a comunicação interativa e o pluralismo do ciberespaço (inserir nota de rodapé) favorecem a produção de condições para que vozes opositoras, minoritárias ou divergentes possam ser escutadas. O autor propõe a classificação das mídias em três categorias: as mídias um-todos, como a tv; o jornal; o rádio, mídias de grande alcance em que existe um único emissor das mensagens e diversos receptores. As mídias um-um, como o correio e o telefone, em que ambos são emissores e receptores de mensagens, porém o alcance é pequeno. Finalmente, há as mídias todos-todos, presentes no espaço cibernético, que se caracteriza pela interatividade e o grande alcance, dessa forma, todos podem ser simultaneamente emissores e receptores das mensagens.

A grande potencialidade das mídias todos-todos ou mídias interativas, além da inerente reciprocidade da comunicação, reside na desintermediação da comunicação,

ou seja, a comunicação de grande alcance deixa de ser necessariamente controlada por intermediários institucionais com poder de filtrar as mensagens veiculadas de acordo com interesses particulares.

Para Castells (2013), a comunicação em larga escala tem passado por profundas transformações tecnológicas e organizacionais, seu formato horizontal e multidirecional de comunicação é, para o autor, a nova estrutura social na qual os movimentos sociais do séc. XXI se constituem.

Para o autor, esta mudança rapidamente tem remodelado a base material da sociedade, promovendo mudança nas relações entre a economia, o Estado e a sociedade. Castells (1999) ressalta a instauração de um novo paradigma tecnológico organizado em torno da tecnologia da informação. “O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso” (Castells, 1999, p. 69).

O novo sistema de comunicação tem gerado uma “língua universal digital” que possibilita a integração global entre indivíduos. *As redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldados por ela.*” (Castells, 1999, p. 40.) A rede é uma ideia que representa bem a complexidade cada vez maior de interações, que vão se desenvolvendo em modelos imprevisíveis de acordo com a capacidade criativa promovida pela própria interação.

## 2. NOVAS FERRAMENTAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA OCUPAIF

No estado do Rio de Janeiro o primeiro Instituto Federal a ser ocupado foi o IFRJ Campus Realengo, seguido das ocupações do Campus Nilópolis e Duque de Caxias. Por Meio da metodologia utilizada, foi possível perceber o papel desempenhado pelas tecnologias de informação e comunicação no cotidiano dos ocupantes.

Cada ocupação possui uma página no Facebook, criada no dia da ocupação ou no dia seguinte, as páginas são chamadas de *Ocupa + IF* acrescido de uma identificação do campus, por exemplo, *Ocupa IF Caxias*. Criadas no formato *Fanpage*, as páginas possuem espaços para uma descrição da ocupação que em geral inclui um breve histórico, objetivos e contato; um espaço para vídeos, que pode incluir transmissões ao vivo; um espaço para fotos que agrupa todas as fotos postadas na página, além de haver a possibilidade de criação de álbuns com temas ou momentos específicos; um espaço para publicações em geral e um espaço de estatística da página onde se pode verificar quantitativamente acessos e curtidas.

As páginas são utilizadas como uma agenda pública das atividades abertas da ocupação, desse modo, são postadas as atividades que ocorrerão no dia ou semana seguinte com dias e horários de cada atividade. Diversas atividades são propostas, entre as que foi possível observar se destacam rodas de conversa; debates; “aulões”; saraus; apresentações musicais; oficinas entre outros. Os temas das atividades são diversos e incluem conjuntura político econômica; política educacional; racismo; machismo; gênero e sexualidade; cultura; arte; saúde; meio ambiente etc.

Outra função das páginas de Facebook é a divulgação das pautas; explicitação dos motivos que levaram à ocupação e publicação de manifestos. As pautas são diversas, mas é central a recusa da proposta de emenda constitucional que instaura novo regime fiscal no país, limitando gastos com saúde, assistência social e educação. A medida provisória que instaura o *novo ensino médio*, também, é uma pauta fundamental. Ainda em termos de política educacional é notável a recusa da proposta *escola sem partido*<sup>1</sup>. As pautas são diversas, mas se focam em torno da melhoria da educação nacional como um todo.

Quanto aos motivos que justificam as ocupações, pode-se notar uma composição entre as diversas pautas e a falta de canais de diálogo entre o governo federal e os movimentos de estudantes e profissionais da educação. Além da forma autoritária com que foram propostas (ou impostas) alterações tão relevantes nas políticas educacionais. Nota-se uma saturação de formas mais tradicionais de reivindicação tais como greves e passeatas.

Através das páginas, são realizados pedidos de doação de diversos itens necessários à manutenção do espaço ocupado, principalmente materiais de limpeza, higiene e alimentos em geral. Como muitos dos ocupantes permanecem durante vários dias nas ocupações esses itens são indispensáveis para a promoção de um ambiente limpo e saudável.

Outro uso notável das páginas é na organização e divulgação de atos, plenárias e assembleias. A convocação e divulgação de plenárias e assembleias acontece por meio das páginas. Quanto aos atos, além de convocação e divulgação, pode-se notar que questões importantes de organização, tais como, data, local e percurso, podem ser debatidas e alteradas por meio da criação de uma *página de evento* para cada ato. Nestas páginas pode-se compartilhar o evento, convidar pessoas que podem confirmar presença ou demonstrar interesse. Os eventos públicos podem ser compartilhados por qualquer pessoa que possua perfil na rede social. Também foi possível observar a criação de páginas no Facebook que agrupam informações sobre as escolas, universidades e institutos ocupados em todo país.

O Twitter também é utilizado de forma muito semelhante às páginas do Facebook na divulgação das pautas, divulgação de atividades e eventos, troca de notícias sobre política educacional, publicação de manifestos. O uso de hashtags acontece tanto no Twitter como no Facebook. As hashtags aparecem pela primeira vez no Twitter e segundo Silveira

Uma hashtag é criada quando o símbolo # (hash, em inglês) é associado a uma palavra, formando uma tag (etiqueta). Desse modo, uma hashtag é uma palavra-chave, que no Twitter ganha algumas funções extras, tornando-se mais dinâmica que uma palavra-chave tradicional. Como o Twitter se popularizou no Brasil ainda em sua versão em inglês, o termo hashtag, com toda a carga semântica que esse termo representa para seus usuários, é mais utilizado pelos brasileiros do que o termo palavra-chave, que não parece carregar os mesmos significados que hashtag, sobretudo quando consideramos o uso específico que se faz desse recurso no Twitter. (SILVEIRA, 20013,

1 Escola sem Partido é um Projeto de Lei do Senado - PLS 193 de 2016 - de autoria do senador Magno Malta (PR - ES) que propõe uma emenda à Lei de Diretrizes e Bases da Educação lei 93.94 de 1996. A proposta visa impedir discussões ideológicas e restringir conteúdos nas escolas a partir da ideia de que é possível uma neutralidade do conhecimento. O Projeto pode ser consultado e encontra-se disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=192259&tp=1> Acesso em 02 de nov. de 2016.

As hashtags, desse modo, são como palavras-chave ou etiquetas que permitem acessar as diversas postagens relacionadas a um determinado tema, desde que as postagens estejam marcadas com a mesma hashtag. Durante a pesquisa foi possível observar o uso, tanto no Twitter como no Facebook, de diversas hashtags entre elas #OcupaIF, #OcupaIFRJ, #OcupaTudo, #NaoAPEC241.

Dessa forma, ao utilizar o canal de busca digitando, por exemplo a #OcupaIFRJ pode-se acessar todas as publicações que foram marcadas, ou pode-se dizer, etiquetadas com a mesma hashtag, facilitando o acesso à informação por qualquer pessoa que se interesse pelo tema.

Como se pode notar pelo exposto, Facebook e Twitter são importantes como meios de propaganda para o convencimento das pessoas em geral com relação à validade e justificativa das ocupações, através destas ferramentas existe a possibilidade da criação de uma rede de solidariedade que dê sustentação aqueles que participam diretamente do cotidiano das instituições ocupadas.

A existência dessa rede se manifesta nas próprias páginas por meio das *curtidas* e demais reações; do ato de *seguir as páginas*<sup>2</sup>; comentário de apoio, mas extrapola o meio virtual podendo ser percebida nas visitas; presença de pessoas externas às instituições nas atividades das ocupações; predisposição de diversas pessoas em conduzir atividades como oficinas e debates; nas doações de gêneros necessários.

O WhatsApp é também uma ferramenta importante, através do aplicativo acontece a comunicação das diversas comissões criadas para o bom funcionamento das ocupações. Cada comissão cria um grupo no WhatsApp e, por meio deste grupo, uma parte da comunicação e organização de tarefas acontece, isso não exclui as reuniões presenciais de comissão. Observou-se a criação de comissões de limpeza; alojamento; cozinha; comunicação interna e externa entre outras.

Os integrantes das comissões de comunicação são responsáveis pela criação das páginas no Facebook e colocam-se disponíveis para conversa via WhatsApp com pessoas que demonstrarem interesse na ocupação. Em geral, essa comissão também é responsável pela articulação entre os diversos campus ocupados e com as ocupações de outras instituições educacionais. Essas comissões também utilizam e-mails e ligações telefônicas em seu cotidiano de atividades.

O WhatsApp é amplamente utilizado na comunicação entre os ocupantes, em uma das ocupações foi possível observar que o próprio ato de ocupar foi organizado via WhatsApp como se pode notar pela fala de G.

[...]A partir desse grupo (de WhatsApp), na segunda-feira, a partir da aprovação da PEC na primeira instância, na primeira votação que teve, nós decidimos que na terça-feira de manhã, indiferente do que fosse acontecer, nós iríamos ocupar o campus. Onze e meia da noite a gente decidiu, eram três horas da manhã a gente estava decidindo como a seis a gente ia ocupar o campus (outubro de 2016).

2 Curtidas e demais reações são símbolos existentes nas páginas do Facebook, presentes, como opção, abaixo das postagens por meio dos quais as pessoas que as visualizam podem expressar reações como curtir, amar, ficar triste ou com raiva. Seguir as páginas é ferramenta que possibilita que as postagens, de determinada página, apareçam prioritariamente na linha do tempo dos usuários.

A fala da estudante G. deixa claro a importância da comunicação coletiva, instantânea e à distância possibilitada pelo WhatsApp. Por meio do aplicativo, todo grupo tinha acesso imediato às informações emitidas por cada membro, possibilitando assim planejar o ato de ocupar.

A importância da troca instantânea de informação também pode ser notada na fala de A. *Agente teve apoio de advogados, eles falaram que se aparecesse a polícia federal era só mandar um WatsApp que eles apareciam lá na hora (outubro de 2016)*. Desse modo pode-se perceber o uso do aplicativo no apoio externo à ocupação. Assim, como outros aplicativos presentes na internet, o WhatsApp é capaz de desfazer barreiras geográficas permitindo trocas extremamente ágeis entre os indivíduos ou grupos, independente da distância física.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ocupações dos Institutos Federais no estado do Rio de Janeiro são entendidas como movimentos sociais da contemporaneidade inseridos no contexto de sociedade em rede utilizando-se amplamente de meios de comunicação e informação.

Por meio da pesquisa realizada, foi possível perceber que o uso de redes sociais tais como Facebook, Twitter e WhatsApp exercem um papel de vital importância para os movimentos de ocupação dos Institutos Federais do Rio de Janeiro, tanto no que diz respeito à organização interna; articulação externa; divulgação das pautas entre outras funções as quais se pode incluir a criação de redes de solidariedade, fundamentais para a manutenção e fortalecimento desses espaços.

A compreensão do paradigma da tecnologia da informação é importante, visto que, abre possibilidades singulares de articulação entre as pessoas, promovendo novas formas de organização coletiva e o acesso e circulação de informações. É de acordo com essa perspectiva que se faz entender a centralidade da comunicação na formação e na prática dos movimentos sociais, uma vez que permite que as pessoas se conectem e compartilhem sua indignação ao mesmo tempo em que formam redes de solidariedade

A observação dos temas das atividades propostas nas ocupações como conjuntura político econômica; política educacional; racismo; machismo; gênero e sexualidade; cultura; arte; saúde; meio ambiente ressaltam que o que se vivencia atualmente, está longe de ser apenas a demonstração de uma insatisfação pontual, é a expressão do desejo e da necessidade de uma mudança cultural e política nas estruturas sociais.



## REFERÊNCIAS

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de política. Brasília, DF: UnB, 1998.

CASTELLS, M. A sociedade em Rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz & Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. Redes de Indignação e esperança. Rio de Janeiro: Zahar, 2013

GOHN, M. da G. Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 8ª Ed. São Paulo. Ed. Loyola, 2010.

LÉVY, P. A Revolução contemporânea em matéria de comunicação. In MARTINS, F. M.; SILVA, J. M. da (org.). Para navegar no século XXI. Porto Alegre. Sulinas. EDPUCRS, 2000.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. (2009). Para mapear o confronto político. Em Lua Nova 76. São Paulo: CEDEC.

MELUCCI, A. (1996). A experiência individual na sociedade planetária. Em Lua Nova 38, São Paulo: CEDEC.

SILVEIRA, J. da. Análise discursiva da hashtag #Onagagné: entre a estrutura e o acontecimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2013. Disponível em [www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/6sead/simposios/analisediscursivadahashtag.pdf](http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/6sead/simposios/analisediscursivadahashtag.pdf). Acesso em 02/11/2016

TOURAINÉ, A. (2006). Na fronteira dos movimentos sociais. Sociedade e Estado. Dossiê Movimentos sociais. Brasília, v. 21, n.1, pp. 17-28.

## A LEITURA EM RODA VIVA: UM PROCESSO DE DESCOBERTA DAS LINGUAGENS

**CORTES, Tanisse Paes Bóvio Barcelos**

*Doutoranda em Cognição e Linguagem pela  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
Bolsista FAPERJ  
Email: tanisseboviorp@gmail.com*

**NUNES, Milena Ferreira Hygino**

*Doutoranda em Cognição e Linguagem pela  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
Bolsista CAPES  
Email: milena.hygino@gmail.com*

**GUIMARÃES, Décio Nascimento**

*Doutorando em Cognição e Linguagem pela  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
Bolsista UENF/FAPERJ  
Email: decio.guimaraes@yahoo.com.br*

### RESUMO

Este trabalho tem o objetivo precípuo de refletir sobre a leitura na internet e os vários aspectos – positivos e negativos – que envolvem essa prática. Com base em autores como Pierre Lévy, Lúcia Santaella, Nízia Villaça, entre outros, abordam-se algumas mudanças no ato de ler, com destaque para a Era Digital, e as imbricações entre cultura, mídia, linguagem e leitura. A proposta desse trabalho defende a perspectiva do exercício de uma leitura que vá além de abordagens meramente conteudista/temática, mas que considere questões de linguagem (estrutura, forma, hipertexto, intertexto, dentre outros aspectos), condições culturais, políticas, sociais e simbólicas para a construção do texto. Ao final, concluiu-se que os sujeitos estão se tornando mais interativos e mais visuais do que verbais, de fato. E, apesar de controversa, a habilidade de “multitarefa” talvez provoque não apenas a perda da “velha” capacidade de concentração, mas também um ganho de outras formas de cognição que estão se desenvolvendo.

**Palavras-chave:** Leitura na internet. Linguagem. Cultura e mídia.

### ABSTRACT

This paper has the main objective of reflecting about the reading on the Internet and the various aspects - positive and negative - that involve this practice. Based on authors such as Pierre Lévy, Lúcia Santaella, Nízia Villaça, among others, some changes in reading, with emphasis on the Digital Age, and the intertwining of culture, media, language and reading are discussed. The proposal of this paper supports the perspective of the exercise of a reading that goes beyond merely content / topic approaches, but considers language issues (structure, form, hypertext, intertext, among others), cultural, political, social and symbolic conditions in the construction of the text. In the end, it was concluded that subjects are becoming more interactive and more visual than verbal, in fact. And, while controversial, the ability to “multitask” may trigger not only the loss of the “old” ability to concentrate, but also a gain from other forms of cognition that are developing.

**Keywords:** Reading on the internet. Language. Culture and media.

## INTRODUÇÃO

A leitura, para além dos seus modos - impresso ou eletrônico/digital - parece se esvaír de suas potências qualitativas, quando a sua prática é restrita. Não se deve negar as influências no âmbito educacional, mais propriamente quanto ao acesso à informação e à forma de leitura, impulsionadas pelos diversos impactos que as tecnologias eletrônicas e, posteriormente, digitais causaram, bem como nos modos de interação, mobilidade, noções de tempo e espaço, e noutros, da vida social. Tais intervenções não influíram em leituras qualitativamente significativas. Alguns estudiosos argumentam que as horas gastas navegando na internet são “inimigas” da leitura, diminuindo a alfabetização, destruindo os níveis de atenção e desperdiçando uma preciosa herança cultural que eles acreditam que seja adquirida apenas por meio da leitura de livros. Outros defendem que o meio digital possibilita outro tipo de leitura que não deve ser desprezado pelas escolas e pela sociedade. Para eles, em vez de os adolescentes passarem a maior parte do seu tempo assistindo à televisão, devem ser estimulados a ler e a escrever na *web*.

De fato, a leitura, bem como a escrita, na internet, difere dos formatos anteriores (livros, revistas, jornais, etc.). O caráter linear é praticamente abandonado pela prevalência de um percurso de leitura dinâmico, não-linear, hipertextual – no sentido de nós em rede/ *links* interconectados –, permeado por linguagens de matrizes verbais, sonoras e visuais, como defendem Nízia Villaça (2002) e Lucia Santaella (2005). Talvez, a adaptação mais rápida pelos jovens se dá porque eles “não se incomodam tanto como nós, pessoas mais velhas, com leituras que não se enquadrem ao padrão linear”, de acordo com Rand Spiro (*apud* RICH, s.n.t.), professor de psicologia educacional na Universidade Estadual do Michigan, que está estudando as práticas de leitura dos usuários de internet. “E isso é uma vantagem, porque o mundo mesmo não é linear, e tampouco é organizado em compartimentos ou capítulos separados” (*ibid.*).

Ao considerar a importância do ato de ler para a formação do sujeito e a lapidação de sua capacidade crítica e do seu gosto pela leitura, independentemente do meio em que se lê, são propostas reflexões sobre o modo de leitura e a sua relação com as linguagens, tendo como eixo central a leitura superficial e “desconectada” que os alunos, muitas vezes, são estimulados a fazer. Para isso, a partir de pesquisas qualitativas, abordam-se algumas mudanças no ato de ler, com destaque para a Era Digital, e as imbricações entre cultura, mídia, linguagem e leitura, sob intervenção de pesquisadores como Pierre Lévy, Lúcia Santaella, Nízia Villaça, entre outros.

A proposta desse trabalho defende a perspectiva do exercício de uma leitura que vá além de abordagens meramente conteudista/temática, mas que considere questões de linguagem (estrutura, forma, hipertexto, intertexto, dentre outros aspectos), condições culturais, políticas, sociais e simbólicas para construção do texto.

### 1. AS MÍDIAS E O PROCESSO DE LEITURA

Na era da fala e da linguagem (pré-história, entre 500.000 a.C. e 4.000 a.C.), o conhecimento era passado pelas experiências perpetuadas por meio das lembranças mnemônicas. A oralidade tinha uma importância crucial para a informação e o conhecimento. A imprensa, mesmo que indiretamente, também tornou possível o ensino básico, com a disponibilidade de inúmeros exemplares de livros, e foi um importante recurso para as revoluções da ciência, por meio dos jornais, das revistas, da comunicação de massa e até

da religião, a partir da Bíblia - o primeiro livro impresso em 1456 (GIOVANNINI, 1987). Com isso, pode-se afirmar que a imprensa foi a matriz de muitas outras invenções importantes, pois influenciou indiretamente as que se seguiram, possibilitando o enorme crescimento da ciência, das tecnologias e, diretamente, da sociedade. E a leitura, bem como as escolhas do que se lê, recebe também essa influência. Aos poucos, mas agora em uma velocidade “à luz da internet”, as narrativas que construíam o nosso eu foram mudando dos clássicos romances e folhetins da era industrial para narrativas imagéticas impulsionadas pelo cinema, pelas mídias eletrônicas e digitais, ao passo de um declínio da cultura letrada para o avanço da cultura da imagem e da sociedade do espetáculo. De maneira bastante significativa, os textos eletrônicos e digitais, escritos e lidos nas telas dos suportes tecnológicos (computadores, *tablets*, celulares), permeados por *links*, sons e imagens fixas e em movimento, ditam outros hábitos e práticas tanto para os leitores quanto para os autores.

As mudanças, como relembra Sibilia (2008), foram impulsionadas pela grande invenção da imprensa por Gutenberg, em meados do século XV, que marcou a primeira ruptura com a mudança da forma de elaboração do livro e sua conseqüente multiplicação, o que possibilitou o acesso às informações por um público maior e o surgimento da leitura silenciosa. Outra ruptura teve sua marca na metade do século XVIII, com a transição do leitor intensivo para o extensivo: enquanto o primeiro lia e relia uma quantidade limitada de livros, o segundo passou a ter disponível uma crescente diversidade de livros. Com a transmissão eletrônica dos textos, no século XX, com o computador, e, posteriormente, a internet, marca-se a “terceira revolução”, com modos de leitura e escrita caracterizados por uma rede hipertextual de informação.

Esse ciberespaço, enquanto ambiente da internet que compõem sociedades e ciberculturas, cultiva um tipo de escrita com marcas da oralidade, certos descuidos das formalidades da linguagem e das regras de escrita. Está presente na linguagem da internet características como: agilidade na escrita com textos breves, abreviações, siglas, acrônimos, palavras estrangeiras e *emoticons*, além de formas híbridas que mesclam matrizes de linguagem e pensamento verbal, sonora e visual (SANTAELLA, 2005).

Fundamentada em Umberto Eco, Guy Debord, entre outros, Sibilia (2008) discute a proliferação das imagens (e da informação) em contraposição do mundo mais implícito das palavras (e da ficção literária) como um sintoma de que as mídias eletrônicas e digitais podem impulsionar uma “recepção preguiçosa”, mais imediatista, menos reflexiva e profunda. Um conglomerado de espetáculos que transformou a vida em mais do que um conjunto de imagens, mas em outra maneira de pensar, agir, sentir, interagir uns com os outros, em como o mundo se organiza.

Tais transformações, corroborada pelas disponibilidades de recursos estritamente individuais (*notebooks*, celulares, *tablets*, etc.), reforçam um movimento gradativo de dupla tendência: a privatização individual que desencadeia cada vez menos a “interiorização” (SIBILIA, 2008). Assim, a acentuação das linguagens audiovisuais, impulsionada pelas mídias digitais e interativas que superaram o modelo clássico de um emissor para muitos receptores, estimula mais a “exteriorização” do que a “interiorização” da leitura solitária.

No entanto, a autora destaca também essa multiplicação de vozes e reivindicações por um viés mais otimista, com atividades em grupos que podem ser mais criativas e

produtivas, se comparadas ao trabalho individual. Outra mudança é o estímulo para fazer várias coisas ao mesmo tempo, em detrimento de focar a atenção em uma tarefa contínua e persistente. Talvez uma característica própria desse “tempo” e não uma epidemia infantil (TDA/H), reflete Sibilia (2008):

No compasso de uma cultura que se ancora crescentemente em imagens, desmonta-se o velho império da palavra e proliferam fenômenos [...], nos quais a lógica da visibilidade e o mercado das aparências desempenham papéis primordiais na construção de si e da própria vida como um relato. Isso ocorre, porém, em meio a um grau de espetacularização cotidiana [...] (p. 48).

O fato é que os sujeitos nesse contexto estão se tornando mais interativos, mais visuais do que verbais. E, apesar de controversa, a habilidade de “multitarefas” talvez provoque não apenas a perda da “velha” capacidade de concentração, mas também um ganho de outras formas de cognição que estão se desenvolvendo.

O estudo comparativo da relação entre literatura e imagem já não se limita ao encontro singular da obra literária com a obra visual. Tal estudo deve ser desenvolvido em uma perspectiva mais ampla dos estudos das visibilidades, da cultura visual e do desenvolvimento tecnológico de outras formas de representação visual. A área de estudo se expandiu de tal maneira que Thomas Mitchell, da Universidade de Chicago, baseando-se em Foucault (“As Palavras e as Coisas” – em que a relação entre o enunciável e o visível ancorou uma epocalização inicial da modernidade) e em Deleuze (1991, que perseguiu a ideia do filósofo francês), qualificou a mudança paradigmática na literatura e nas artes em 1994 como “virada pictórica” (Pictorial Turn), o que se trata não apenas de um tópico central de estudo, mas de um 5 paradigma cultural comparado à “virada linguística”<sup>1</sup> (SCHOLLHAMMER, 2002b). E mais:

[...] a interação entre imagens e texto é constitutiva para a representação em si. “Todos os meios de comunicação são meios-mistos, todas as representações são heterogêneas; não existe nenhuma arte ‘puramente’ visual nem verbal, apesar de ser o impulso de pureza um dos gestos utópicos do modernismo” (1994, p. 5). Dessa maneira, o problema comparativo entre a literatura e os meios visuais se dilui como procedimento necessário para o estudo das relações entre texto e imagem. No lugar dele, abre-se um trabalho com a totalidade de relações entre diferentes meios em que se valorizam não só homologias e similaridades, mas também antagonismos e dissonâncias (SCHOLLHAMMER, 2003, p. 88).

Assim, acentua-se a maneira como as imagens influenciam a cultura, a consciência e a representação. Para o docente e pesquisador Karl Erick Schollhammer (2002a), é “a capacidade de intervenção das imagens nas emoções coletivas, nos debates públicos e na propaganda política que motiva a substituição da ‘virada linguística’ pela ‘virada pictórica’” (*ibid.*, 2002a, p. 80), sendo um eixo dos Estudos Culturais que inclui formas híbridas, ao contrário das separações tradicionais entre expressões culturais altas e baixas.

Na perspectiva das tecnologias de informação e comunicação que enfatizam o aspecto misto dos textos e das imagens, pode-se reforçar que nenhum texto artístico se apresenta como puramente verbal nem visual.

1 Com a “virada linguística” nos anos 70, surgiram críticas à tradição estrutural da linguagem, associando a noção da linguagem como “produto” cultural (histórica e socialmente construída). Foi a derrubada do mito da univocidade da língua, compreendendo que não há um significado pronto para a sentença, mas um significado potencial que, relacionado a um contexto, o interpretante pode alcançar.

O texto depende hoje mais de que nunca da sua qualidade, e da sua materialidade de escrita, do seu meio gráfico, da sua edição ou da sua projeção. No caso dos hipertextos, tornou-se praticamente impossível distinguir o elemento visual do elemento textual do signo, o que cria uma nova dimensão de significados não redutível, nem ao sentido literal da linguagem, nem à semelhança mimética da imagem. Da mesma maneira, nenhuma imagem hoje representa um sentido em função da sua pura visibilidade, mas encontra-se sempre inscrita num texto cultural maior, abrindo para formas diferentes de leitura cujas fronteiras ainda não percebemos com clareza. Ou seja, não podemos tratar a imagem como ilustração das palavras, nem o texto como explicação da imagem. O conjunto texto-imagem forma um complexo heterogêneo fundamental para a compreensão das condições representativas em geral (SCHOLLHAMMER, 2003, p. 89).

O que muda não é o sentido do olhar, mas a possibilidade de através do sentido ótico construir imagens. O texto literário elucida com mais sensibilidade do que a imagem essa relação, porque “revela em primeiro lugar a condição da imagem mental na visualidade de uma determinada realidade representativa” (*ibid.*, p. 89). Schollhammer (2003) fundamenta que a cultura da imagem propicia outra condição representativa que não se comporta suficientemente na relação entre o visível e o invisível, como no paradigma do realismo histórico, mas na visibilidade “de uma proliferação cada vez maior de imagens até um grau de onipresença que acaba convertendo a imagem visível na opacidade de uma realidade imagética indecifrável” (*ibid.*, p. 90) e na visualidade; por outro lado, “a possibilidade de identificar a representação dificultada pela tendência entrópica da imagem” (*ibid.*, p. 90).

É por isso que as imagens da televisão, da publicidade, das mídias digitais não dispensam enunciações para serem entendidas. Na literatura, as estratégias de realismo “abrem mão da descrição e do olhar narrativo para criar visualidades” (SCHOLLHAMMER, 2003, p. 90). Um realismo comparável ao neo-realismo do cinema italiano, conforme Schollhammer. Uma forma de realidade fragmentária, elíptica, dispersiva, interrompida, em um fluxo por blocos, errante, oscilante.

Nos anos 90 a literatura mostra esse esforço de superar a crise representativa e a perda da referencialidade que se acentuou a partir da “virada linguística” com a inauguração do momento pós-moderno. Outras experiências narrativas traduzem, talvez, uma busca estética e literária de uma expressão ajustada ao momento histórico e cultural. As formas curtas que buscam o instantâneo (minicontos) e a representação de excluídos (prostitutas, criminosos, meninos de rua, ex-presos, etc.) na literatura testemunhal ganham visibilidade. Nas artes plásticas, predomina arte de intervenção com ênfase no performático. O cinema brasileiro, ainda que demonstre uma predileção pelas megaproduções tradicionais, tem investido em filmes documentários: “Notícias de uma guerra particular”, “Central do Brasil” (SCHOLLHAMMER, 2002a).

No meio digital, o hipertexto é potencializado e influencia abruptamente a leitura. Mesmo assumindo o hipertexto como dispositivo e modo de leitura que já existia antes do advento da internet, nas leituras em livro impresso, reconhece-se que, no ciberespaço, ele ganha outro *status*, pelas potencialidades do meio. “Os hipertextos servem para interromper o fluxo de leitura através de redes remissivas interligadas, os *links*, e para conduzir o leitor a um vertiginoso delírio de possibilidades” (VILLAÇA, 2002, p.107).

Conforme classifica Lévy (1996, pp. 37, 40), “um hipertexto é uma matriz de textos potenciais [...] que hierarquiza e seleciona áreas de sentido, tece ligações entre essas zonas, conecta o texto a outros documentos”, sendo constituído por nós (os elementos de informação, parágrafos, páginas, imagens, sequências musicais etc.) e por *links* entre esses nós, referências, notas, ponteiros, “botões” indicando a passagem de um nó a outro (LÉVY, 1999, p.56).

Se ler consiste em selecionar, em esquematizar, em construir uma rede de remissões internas ao texto, em associar a outros dados, em integrar as palavras e as imagens a uma memória pessoal em reconstrução permanente, então os dispositivos hipertextuais constituem de fato uma espécie de objetivação, de exteriorização, de virtualização dos processos de leitura (op. cit., p. 43).

E, indo além, constituem também uma desterritorialização, porque um texto, nas redes digitais, não tem fronteiras nítidas, não há fixidez. O hipertexto agrega estruturas acumulativas, agregativas e suplementares, sai do centro da informação para agregar sentido e atualizar. E esse “processo” de esclarecimento territorializa um significado.

Lévy (1996) considera o hipertexto tanto como objeto (notas de rodapé, *links*, som, imagem, infográficos, tabelas etc.) quanto como modo de leitura (leitura não-linear/salteada, *links* mnemônicos feitos através das associações do leitor, entre outros) e ressalta que o suporte digital o potencializou.

É muito importante refletir sobre essa consideração de Lévy: o hipertexto não é um dispositivo criado na era tecnológica, com o advento da Internet. Como explica Jean Clément (2003), ele existe desde quando se passou a considerar a intertextualidade, depois de um período de inspiração estruturalista (que considerava o texto como objeto fechado e portador da totalidade de seu sentido), ainda na era analógica, por meio de notas de rodapé, da memória etc. Porque, num texto, há sempre conexão entre as partes, uma remissão a outro texto, ou seja, há sempre um hipertexto, explícito - por meio de *hyperlinks*, de referências - ou implícito. Mas se deve admitir que o suporte digital otimiza o seu uso.

## 1. LINGUAGENS, MÍDIA E LEITURA EM PERSPECTIVA

Para Ferreiro e Palácio (1987), o processo de leitura envolve escolhas, já que o leitor não responde simplesmente aos estímulos do meio, não decodifica apenas a linguagem expressa para ler, mas desenvolve estratégias para compreender o texto de forma que consiga interpretá-lo.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) definem a leitura como

[...] o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a linguagem etc. Não se trata de extrair informação, decodificando letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível proficiência. É o uso desses procedimentos que possibilita controlar o que vai sendo lido, permitindo tomar decisões diante das dificuldades de compreensão, avançar na busca de esclarecimentos, validar no texto suposições feitas.

A leitura está permeada por linguagens. Lúcia Santaella (2005) fundamenta que as linguagens são muitas. A partir dessa multiplicidade de signos, compreende-se a leitura em sentido amplo, como ato de ler um texto, um vídeo, uma imagem, um áudio. Desta maneira, o texto é algo verbal e não-verbal, sendo tudo o que pode ser percebido pelo sentido.

A autora exemplifica que o jornal é, entre outras coisas, uma junção (que deu certo) entre o telégrafo (transmutado em fax e rede de telecomunicação), a foto e a modificação qualitativa da linguagem escrita no espaço gráfico (diagramação, uso dos tipos etc.). Santaella ainda relata que o videotexto – versão rudimentar das atuais redes telemáticas conectadas com os computadores pessoais, cujo modelo é a internet – nasceu da combinação de um banco de dados com o telefone e um terminal de vídeo (SANTAELLA, 2005, p. 28).

A internet é o meio que mais engloba outros meios, o que a caracteriza como um meio multimídia (ou hipermídia). Pollyana Ferrari explica que este termo define a tecnologia que engloba todos os métodos de transmissão de informações baseadas em computadores, incluindo texto, som, imagem, vídeo e animação, popularizada a partir do final da década de 1980, por meio dos CD-ROMs, capazes de reunir enciclopédias inteiras em um único disco ótico. “Com a descoberta da rede hipertextual criou-se a hipermídia, tecnologia que foi beber nas ciências cognitivas e na multimídia, proporcionando ao leitor a possibilidade de ler um aplicativo na ordem que desejar, já que engloba hipertextos e recursos multimídia” (FERRARI, 2008, p. 42-43).

Santaella chama a união entre os meios de hibridização de meios, códigos e sistemas sígnicos. E lembra que esses processos impulsionam o crescimento das linguagens. “As linguagens já tomaram literalmente conta do mundo” (SANTAELLA, 2005, p. 28), com maior ou menor intensidade se está imerso em signos e linguagens, rodeado de livros, jornais, revistas, de sons vindos do rádio, cd. Há um bombardeio de imagens, palavras, música, sons, ruídos vindos da televisão, do cinema, e, com a internet, pode-se ter acesso a informações e se conectar a qualquer parte do mundo em frações de segundos.

Antes do processo digital, os suportes eram incompatíveis: papel para o texto, película química para a fotografia ou filme, fita magnética para o som ou vídeo. Após a digitalização, a informação é transmitida independentemente do meio de transporte (fio de telefone, onda de rádio, satélite, cabo), mantendo-se a qualidade e a estocagem com custo menor e maior capacidade. Atribui-se esse feito ao desenvolvimento rápido da multimídia, convergindo meios tradicionais no campo digital: o documento escrito (imprensa, magazine, livro); o audiovisual (televisão, vídeo, cinema); as telecomunicações (telefone, satélites, cabo) e a informática (computadores e programas informáticos). De acordo com Santaella,

[...] nesse ambiente, o texto digitalizado, fluido reconfigurável à vontade, que se organiza de modo não linear, em arquiteturas reticulares, é chamado de **9** hipertexto. A hipermídia é uma extensão do hipertexto, pois não se limita à informação escrita, mas permite acrescentar aos textos não apenas os mais diversos grafismos (símbolos matemáticos, notações, diagramas, figuras), mas também todas as espécies de elementos audiovisuais (voz, música, sons, imagens fixas e animadas). Em ambos os casos, o termo hiper se reporta à estrutura complexa alinear da informação (SANTAELLA, 2005, p.24).



Para Santaella (2005), a revolução tecnológica é mais profunda do que foi a invenção do alfabeto, da imprensa de Gutenberg, da explosão da cultura de massa. É uma revolução psíquica, cultural e socialmente mais profunda que atinge proporções antropológicas importantes, sendo comparada à revolução neolítica, fato que culmina na nova ordem econômica, social e cultural mundial. Sem a revolução digital, essa nova ordem não seria possível. Além disso, a digitalização propicia a universalização da linguagem, a compressão de dados que permite estocagem e circulação em grande escala, menos onerosa e a independência da informação digital em relação ao meio de transporte.

Com o universo virtual, surge outra cultura, a cibercultura, e, atrelada a ela, a hipermídia como linguagem. Santaella (2005, p. 390, 392, 394) define a hipermídia como “uma linguagem inaugural em um novo tipo de meio ou ambiente de informação no qual ler, perceber, escrever, pensar e sentir adquirem características inéditas”. A hipermídia não se resume apenas a um novo meio para transmissão de conteúdos preexistentes, mas é “uma nova linguagem em busca de si mesma”; “a combinação de hipertexto com multimídias, multilinguagens”. “Toda nova linguagem traz consigo novos modos de pensar, agir e sentir”.

Aguiar (2009) concorda com Santaella (2005) sobre o crescimento das linguagens com a união entre os meios, ao afirmar que “[...] a tecnologia de digitalização da informação possibilita a inter-relação entre texto, imagem e som, não sendo apenas uma soma dessas três matrizes midiáticas, e sim uma produção discursiva disponibilizada de forma integrada e complementar pelo suporte web” (AGUIAR, 2009, p. 169).

Como síntese dos desdobramentos e misturas possíveis das matrizes de linguagem e pensamento sonoro, visual e verbal, a hipermídia fundamenta formas de pensamento divergentes, semioticamente convergentes e não-lineares, cujas implicações começam a ser identificadas. A hipermídia pressupõe um *layout* estrutural para a inserção interativa do leitor imersivo, de modo que as estruturas da hipermídia movente fluida - submetida às intervenções dos usuários - constituem-se em arquiteturas líquidas.

A digitalização permite, além da mistura das três matrizes, a organização dos fluxos informacionais em arquiteturas hipertextuais. Por isso, a hipermídia caracteriza-se pela capacidade de armazenar informação e, através da intervenção do receptor, transmutar-se em diversas versões virtuais. Isso só é possível pela estrutura hiper, não sequencial, multidimensional, que dá suporte às infinitas opções do leitor imersivo em posição de coautor. A hipermídia é uma linguagem interativa, e o leitor não pode usá-la de modo reativo ou passivo. É o usuário que delimita seus caminhos (ou quase, sendo por vezes direcionado), escolhe a informação a ser lida e por quanto tempo. Portanto, a interatividade e a experiência de imersão do leitor-usuário têm ligação direta. Em outro ângulo, tal flexibilidade pode gerar desorientação no usuário.

Assim, postula-se que a multiplicação crescente de todas as formas de linguagem tem suas bases nas três matrizes – sonora, visual, verbal. Os programas multimídia (*softwares*) “programam as misturas de linguagem a partir dessas três fontes primordiais: os signos audíveis (sons, músicas, ruídos), os signos imagéticos (todas as espécies de imagens fixas e animadas) e os signos verbais (orais e escritos)” (SANTAELLA, 2005, p. 25). A partir dessa multiplicidade de signos, compreende-se a leitura em sentido amplo como ato de ler um texto, um vídeo, uma imagem, um áudio. Desta maneira, o texto é algo verbal e não-verbal, sendo tudo que pode ser percebido pelo sentido.

Alguns especialistas em alfabetização dizem que a leitura em si deveria ser redefinida. Para eles, interpretar vídeos ou imagens pode ser uma capacidade tão importante quanto a de analisar uma novela ou um poema. Mesmo aqueles que se mostram mais preocupados com a preservação dos livros reconhecem que as crianças precisam de uma gama mais ampla de experiências de leitura. “Parte do processo deve envolver a leitura informal que eles praticam em *e-mails* ou em *sites da web*. Acredito que todas essas coisas sejam necessárias a eles”, confirma Gay Ivey (*apud* RICH), professor da Universidade James Madison, que se dedica a estudar a capacidade de leitura e escrita dos adolescentes.

Sob o aspecto das mudanças provocadas pela proposta interdisciplinar dos PCN, em 1999, que abrigou o ensino de línguas, artes e educação física na grande área das linguagens, a pesquisadora Eliana Yunes (2003) constata os ganhos que se pode obter com esse olhar para a literatura, a partir de sua condição de linguagem em inter-relação com outras expressões culturais (cinema, artes plásticas, música). Mas faz suas ressalvas:

As múltiplas linguagens da cultura vão pouco a pouco desenvolvendo seus métodos de abordagem, enquanto se servem da tradição dos estudos de literatura para estabelecer algumas coordenadas. No entanto, a tradição da leitura literária, também no lado dos receptores, fragilizou-se enormemente com o advento fulminante da mídia de imagem, som e corpo, tornando insólita, senão melancólica, a figura do leitor retirado e intimista, cujo tempo e espaço de fruição volatizou-se no frenesi da pós-modernidade. A perda de um contato **11** significativo com a literatura, sem que se possa apropriá-la efetivamente como uma experiência cultural, complica não apenas a realocação dos estudos literários, mas todo o segmento rotulado como *linguagens*, nos PCNs.

[...]

Vejamos: a ampliação da oferta curricular que, por um lado se aproxima das experiências sociais possíveis do aluno de ensino médio, por outro carece de orientação e experiência vivencial e/ou teórico-metodológica do professorado egresso da universidade, para uma versatilidade maior e desempenho no trato da cultura (YUNES, 2003, p. 66, grifo da autora).

E essa carência engloba também a cibercultura. Se, por um lado, a internet apresenta informações de vários tipos e conteúdos, permitindo o acesso rápido que antes era conquistado com muita “luta” (idas a bibliotecas, pesquisas presenciais), por outro, a “grande carga de informação é uma situação que aflige grande parte dos profissionais [professores, educandos etc.] do mundo moderno” (ALMEIDA, 2003, p. 96), tanto pela quantidade quanto pela qualidade/credibilidade do que se lê. O sociólogo Bauman chama atenção para o fenômeno do excesso de informação:

Como calculou Ignacio Ramonet, nos últimos 30 anos se produziu mais informação no mundo do que nos 5 mil anos anteriores. [...] Quão difícil é, se não impossível, absorver e assimilar esse volume de informação “disponível” hoje em dia (circunstância que torna a maior parte dela endemicamente desperdiçada, e de fato natimorta) (BAUMAN, 2008, p. 54-55).

Desta maneira, “a internet, além de apresentar um maior e mais efetivo acesso às informações, pode interferir na forma como essas informações serão utilizadas na aprendizagem de conteúdos significativos” (AMARAL, 2003, p.108), o que torna necessário uma orientação sobre a pesquisa na internet, os conteúdos dispostos, a

credibilidade/referência do que se lê e sua utilização, além de analisar se as fontes são seguras. Nesse aspecto, entra também o papel da escola, por meio dos educadores, como estimuladora de um ser pensante, crítico e cidadão.

De acordo com Rubens Almeida (2003, p.104), o “conteúdo digital é um poderoso aliado para o ensino. O grande desafio é trazer essa informação aos educadores, que precisam, em muitos casos, vencer sua própria resistência a esse novo meio de acesso a informação”. Quando, de fato, isso acontecer, tendo afastado as mistificações, o distanciamento entre educação e internet será reduzido, tendo ambas como aliadas do ser humano crítico da realidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou caracterizar o cenário contemporâneo em que as influências das mídias podem atualizar as vivências sociais, fazendo uma abordagem sobre a tríade mídia, linguagem e leitura, bem como abordar o hipertexto tanto como dispositivo enquanto modo de <sup>12</sup> leitura, ressaltando sua interface com o processo de leitura, além de enfoques teóricos que contribuam para o aflorar da leitura, a partir das percepções linguísticas do texto.

Viu-se que, independentemente de seus modos - impresso ou eletrônico/digital -, a leitura se esvai de suas potências qualitativas, quando a sua prática é restrita. A proposta deste trabalho foi defender a perspectiva do exercício de uma leitura que vá além de abordagens meramente conteudista/temática, mas que considere questões de linguagem (estrutura, forma, hipertexto, intertexto), condições culturais, políticas, sociais e simbólicas para a produção do texto. Ou seja, para que, de fato, as potências qualitativas da leitura na internet sejam fruídas.

É fato que os sujeitos estão se tornando mais interativos, mais visuais do que verbais. É preciso, então, saber tirar proveito dessas potências qualitativas da leitura na internet em favor desses sujeitos. Assim, em vez de se focar que uma habilidade (como a de multitarefas) causa uma defasagem (como a perda da capacidade de concentração), comece-se a ver as potencialidades, os ganhos, como as várias formas de cognição que estão se desenvolvendo com a internet.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Leonel. A validade dos critérios de noticiabilidade no jornalismo digital. In: RODRIGUES, Carla (Org.). *Jornalismo on-line: modos de fazer*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Editora Sulina, 2009. pp. 163-182.

ALMEIDA, Rubens Queiroz de. O leitor navegador. In: SILVA, Ezequiel Theodoro da (coord.). *A leitura nos oceanos da internet*. São Paulo: Cortez, 2003.

AMARAL, Sérgio F. As novas tecnologias e as mudanças nos padrões de percepção da realidade. In: SILVA, Ezequiel Theodoro da (coord.). *A leitura nos oceanos da internet*. São Paulo: Cortez, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental: língua portuguesa* / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. pp. 69-70.

CLÉMENT, Jean. Do livro ao texto: as implicações intelectuais da edição eletrônica. In: SÜSSEKIND, Flora (org.). *Historiografia literária e as técnicas da escrita: do manuscrito ao hipertexto*. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2004.

FERRARI, Pollyana. *Jornalismo digital*. São Paulo: Contexto, 2008.

FERREIRO, Emília. PALACIO, Margarita Gomes. *Os processos de leitura e escrita: novas perspectivas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

GIOVANNINI, Giovanni (coord.) et al. *Evolução na Comunicação: do Silex ao Silício*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. *O que é o virtual?* Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.

RICH, Motoko. *Especialistas debatem: leitura na web substitui livros?* Tradução de Paulo Migliacci. IVEY, Gay. Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/jornais/interna/0,,OI3045697-EI8255,00.html>>. Acesso em 15 jul. 2014.

SANTAELLA, Lucia. *Matrizes da linguagem pensamento: sonora, visual, verbal*. São Paulo: Iluminuras/Fapesp, 2005.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik; OLINTO, Heidrun Krieger (org.). *Literatura e cultura*. Rio de Janeiro: PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_. À procura de um novo realismo: teses sobre a realidade em texto e imagem hoje. In: SCHOLLHAMMER, Karl Erik; OLINTO, Heidrun Krieger (org.). *Literatura e mídia*. Rio de Janeiro: PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2002a.

\_\_\_\_\_. Regimes Representativos da Modernidade. *Léguas & meia*: Revista de literatura e diversidade cultural. Feira de Santana: UEFS, nº 1, 2002b. p. 20-34. Disponível em: <[http://www2.uefs.br/ppgldc/revista1\\_20.html](http://www2.uefs.br/ppgldc/revista1_20.html)>. Acesso em 03 jan. 2015.

SIBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

VILLAÇA, Nízia. *Impresso ou eletrônico: Um trajeto de leitura*. RJ: Mauad, 2002.

YUNES, Eliana. Literatura e cultura: lugares desmarcados e ensino em crise. In: OLINTO, Heidrun Krieger; SCHOLLHAMMER, Karl Erik. (orgs.). *Literatura e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003. pp. 63-71. Disponível em <[https://books.google.de/books?id=BC\\_3mvfm7cMC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false](https://books.google.de/books?id=BC_3mvfm7cMC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em 15 out. 2016.

## A CONTRIBUIÇÃO DAS NTIC PARA UMA APRENDIZAGEM DINÂMICA, REFLEXIVA E AUTORREGULADA

**COIMBRA, Marcela Vieira**

(Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem pela  
Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro)

Bolsista FAPERJ-UENF

*marcela-vcoimbra@hotmail.com*

**SILVA, Liz Daiana Tito Azeredo da**

(Mestre em Cognição e Linguagem pela

Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro)

*Lizdaiana@ig.com.br*

**ALVARENGA, Mariana Monteiro Soares Crespo de**

(Pós-Graduanda em Docência no Século XXI:  
Educação e Tecnologias Digitais pelo Instituto Federal Fluminense)

*mmmmonteiro6@gmail.com*

**DEPS, Vera Lucia**

(Professora Doutora da Universidade

Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro)

*mielveh@gmail.com*

### RESUMO

O presente trabalho faz uma reflexão a luz de recortes bibliográficos com a finalidade de contribuir dentro da importância de práticas pedagógicas significativas e estimulantes durante a aprendizagem. A este contexto inserimos as NTICs como ferramentas para estimular professores e alunos durante o processo de ensino aprendizagem, de forma que estas venham a potencializar a aquisição do conhecimento. Os procedimentos metodológicos foram de natureza qualitativa e aplicada baseando em um recorte bibliográfico a fim de fundamentar discussões sobre a utilização da tecnologia para fins educativos. Para tanto, é necessário discutir e compreender alguns aspectos essenciais, como o desenvolvimento e utilização da metacognição em busca de uma aprendizagem duradoura. Tais aspectos, entrelaçados com as NTICs estimulam o processo de ensino-aprendizagem e proporcionam reflexão, autonomia e o conhecimento significativo.

**Palavras-chave:** Educação.Tecnologias.Aprendizado

### ABSTRACT

The present work makes a reflection in the light of bibliographical clippings with the purpose of contributing within the importance of pedagogical practices significant and stimulating during the learning. In this context, we inserted NICTs as tools to stimulate teachers and students during the teaching-learning process, so that these will enhance the acquisition of knowledge. The methodological procedures were of a qualitative and applied nature based on a bibliographic clipping in order to provide a basis for the use of technology for educational purposes. To do so, it is necessary to discuss and understand some essential aspects, such as the development and use of metacognition in search of a lasting learning. These aspects, intertwined with NICTs, stimulate the teaching-learning process and provide reflection, autonomy and meaningful knowledge.

**Key-words:** Education.Technologies.Learning

## 1. INTRODUÇÃO

A educação libertadora desenvolve o potencial do educando para atuar nas relações da sociedade, incluindo desde as relações com os seres humanos até o exercício profissional. Segundo Freire (1987) o ato de ensinar não é transferir conhecimento, mas fazer com que o estudante construa o seu pensamento. O ato de educar leva ao indivíduo a desfrutar de uma visão crítica sobre os acontecimentos do mundo.

Nos últimos tempos, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) têm orientado as ações e as relações das pessoas em várias dimensões, como na família, no trabalho, na empresa, no lazer, nos negócios, e, por conseguinte, na esfera educacional, repercutindo, nesse contexto, em novas formas de apropriação/atualização dos saberes.

O presente trabalho objetiva promover uma breve reflexão sobre o desenvolvimento da aprendizagem pautada na NTIC como instrumento capaz de potencializar a aquisição do conhecimento e contribuir para uma aprendizagem duradoura através de estratégias metacognitivas, que por sua vez auxilia no desenvolvimento de alunos mais autônomos e autorregulados.

O intuito é repensar na NTIC como facilitadores de uma aprendizagem significativa. Podemos evidenciar algumas características das NTIC relevantes para o processo de ensino aprendizagem como, a imperatividade, o dinamismo, a hipermídia, entre outros. Esses fatores potencializam as singularidades pertencentes às NTIC, um exemplo disso é o ciberespaço ou o mundo virtual que possibilita a criação de diferentes formas para ensinar e aprender.

Por meio das novas formas de interação na cibercultura podemos gozar da educação a distância de forma a quebrar as barreiras do tempo e espaço e oferecer a oportunidade de estudar. Um dos fatores primordiais para esta pesquisa foi trazer a luz a importância da NTIC na educação e suas contribuições para uma aprendizagem significativa.

Para fundamentação, o estudo baseou-se nas revisões teóricas, como Coll e Marchesi (2004), Belloni (1998), Mateos (2001) dentre outros abordados durante o estudo. Procuramos trazer a luz essa reflexão com o intuito de somar com trabalhos e pesquisas, orientando, analisando, evidenciando e explicitando as contribuições das NTIC acerca de uma aprendizagem significativa, visando reunir esses conhecimentos e apresentar questões e soluções referentes aos desafios da atualidade.

Nesse sentido a primeira parte do trabalho aborda as características e os diferentes tipos das NTIC utilizadas na educação.

A segunda parte do estudo se dedica à uma reflexão a respeito das NTIC como instrumento capaz de potencializar a aquisição do conhecimento e contribuir para uma aprendizagem mais duradoura através de estratégias metacognitivas.

Na terceira parte entrelaçamos esses conhecimentos com a autorregulação da aprendizagem de modo à busca conscientizar alunos e professores sobre efeitos positivos da NTIC durante o processo de ensino-aprendizagem.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) têm orientado as ações e as relações das pessoas em várias dimensões, como na família, no trabalho, na empresa, no lazer, nos negócios, e, por conseguinte, na esfera educacional, repercutindo, nesse contexto, em novas formas de apropriação/atualização dos saberes.

Diferentes estratégias didáticas como o uso contextualizado de tecnologias e/ou multimídia, jogos didáticos, vídeos, mapas conceituais, experimentos, Estudo de Caso, dentre outras, apontam para contribuições em uma aprendizagem significativa e subsequente permanência do corpo discente (HUIZINGA, 1980; KRASILCHIK, 2008; MOREIRA, 2010; SÁ, QUEIRÓZ, 2010, CARMO, CARMO, 2014).

Dentro da tessitura das novas tecnologias em que os cursos na modalidade de Educação a Distância vem se afluando (EAD), os usos das novas tecnologias têm se configurado um caminho de possibilidades para quem busca uma formação que contemple as especificidades ligadas à flexibilidade com relação aos estudos, de modo consistente e contextualizado, que elenque os mesmos princípios norteadores e abordagens epistemológicas/metodológicas utilizadas no ensino presencial.

Para Sancho e Hernández (2006), a principal dificuldade da inserção das TICs no contexto de ensino está no fato da predominância de uma escola que é centrada no professor. Esse fato acaba minando as tentativas de se estabelecer novas representações, nos processos de ensino aprendizagem, que atendam as demandas de uma sociedade complexa e com alunos tendo necessidades pedagógicas diversificadas. Nesse sentido, há um paradigma educacional emergente que é fruto de uma ação educativa consoante com o surgimento das TICs.

A proposta de um novo paradigma educacional deve vir de uma aprendizagem que aconteça a partir de situações problematizadoras do cotidiano do aluno.

Os sujeitos envolvidos devem se esforçar para se auto organizarem e se reequilibrarem para lidar com o novo. Para que o resultado seja positivo, é preciso que as ações educativas sejam provocativas o suficiente para produzirem uma assimilação pela novidade. Assim, o professor passa a ter o papel de criar perturbações e provocando desequilíbrio, ao propor situações problemas, desafios a serem vencidos e que ao final do processo tenham construído conhecimento. (MORAES, 2001).

Naturalmente as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) tem afetado o ser humano em várias instâncias, o conduzindo a novos saberes, formas de pensar e agir. Aos poucos as TICs se tornam parte integrante do cotidiano, estabelecendo novas relações e rupturas, a todo instante. Contudo, a tecnologia não afeta somente as relações pessoais, ela é parte integrante, e motor condutor, dos avanços de uma sociedade como um todo. Castells (1999) afirma que a tecnologia é a própria sociedade, no sentido que ela não pode ser entendida e representada fora do contexto tecnológico.

Nesse sentido, é a tecnologia (ou a sua falta) decisiva na evolução das sociedades ao longo da história. Desde a invenção do papel, passando pela imprensa até aos celulares, o ser humano evidencia nos seus usos, as necessidades da sociedade vigente.

A internet revolucionou, por meio de diversos suportes, o fluxo de informações quando passou a promover uma comunicação em rede.

Para Lévy (1998), o crescimento do ciberespaço, é movido principalmente por jovens desejosos em experimentar livremente novas formas de se comunicar, que sejam diferentes das mídias tradicionais propostas na época de seus pais. Assim, um novo espaço de comunicação se abre com múltiplas possibilidades exploratórias nos planos econômico, político, cultural e humano.

Ainda nesse contexto, vale destacar a atuação dos mediadores (professores/tutores) do ensino-aprendizagem nesses cursos EAD, visto que eles atuam como mediadores do conhecimento e facilitadores na relação entre os alunos e as interfaces digitais, articulando teorias e metodologias didático-pedagógicas socializadas em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) que trazem consigo, “um ciclo cultural que lhe é próprio” (SANTAELLA, 2002, p. 45-46).

Nesse sentido, entende-se que tal mediação é implicada no enriquecimento dos debates e na troca/disseminação de informações, que não está intimamente restrita ao espaço físico da sala de aula, mas também nos ambientes virtuais de aprendizagem e suas potencialidades.

A escola está historicamente situada e sua prática não pode estar desassociada da sociedade de seu tempo. Dentro desse contexto, em que cada vez mais os nossos alunos estão sendo afetados pelas TICs, não pensar em ações educativas, voltadas para esta realidade, faz com que se erga uma barreira no processo ensino-aprendizagem. Uma abertura para utilização das TICs, no campo da educação, pode determinar ações em direção a aprendizagens mais significativas.

Há uma necessidade de pensar acerca do conhecimento tendo essas TICs como ferramentas de acesso ao saber que será construído. Segundo Soares (2006), há uma transformação democrática na utilização dos ciberespaços no processo educativo a medida que se forma uma rede de conhecimento por meio de uma pesquisa imensa em múltiplas informações e linguagens.

Para Castells (1999) é a informação que molda todos os processos de existência individual e coletiva do ser humano por fazer parte integral de todas as suas atividades. Assim, nada mais natural do que se utilizar como ferramenta educativa essas novas tecnologias que tem permitido um fluxo intenso de informações, nos transformando em uma sociedade da informação.

Tanto que de acordo com Coll e Monero (2010) se a educação escolar serve para dar sentido ao mundo que rodeia o aluno, deve-se então, ensiná-lo a interagir com esse mundo e resolver os problemas recontes desta interação. E nesse contexto as TICs são onipresentes.

Nas palavras de Lévy (1998, p. 96), “Por intermédio de mundos virtuais, podemos não só trocar informações, mas verdadeiramente pensar juntos, pôr em comum nossas memórias e projetos para produzir um cérebro cooperativo”, tendo em vista que o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) oportuniza que os estudantes se comuniquem virtualmente, em salas virtuais, por meio de *chats*, fóruns de discussão,



*blogs*, como também possibilita o acesso à pluralidade de informações através das múltiplas formas de comunicação no ciberespaço.

Existem representantes da tecnologia da informação e comunicação tais como: “papel, arquivos, fichários, fax, telefone, livro, jornal, correio, televisão, telex, copiadoras, projetores (de slides, de transparências, de filmes e multimídia)” (BRUM, 2009, p. 37), porém o computador é mais utilizado devido a facilidade na expansão e solução de diversos problemas relacionados a informação.

Esse avanço da tecnologia nas áreas de comunicação e informação vem oferecendo novas possibilidades para os processos de ensino-aprendizagem à distância. Existem diferentes abordagens pela utilização crescente de multimídias e ferramentas de interação a distância indicando a necessidade de desenvolver ações permanentes de inserção de novas tecnologias no processo educativo.

Belloni (1998, p.23) chama a atenção para uma nova pedagogia que esta se formando através da utilização das tecnologias, onde “o fundamento dessa nova pedagogia tem de ser a pesquisa, como mecanismo central do processo de construção do conhecimento, do qual professores e alunos participem criativamente, redefinindo radicalmente os papéis e as relações entre eles e potencializando de modo inédito a construção coletiva do conhecimento.”

Essa nova pedagogia tem a utilização cada vez maior das tecnologias de produção, estocagem e transmissão de informações além de um redirecionamento do papel do professor como facilitador da construção do conhecimento. A mesma autora leva em consideração aspectos cognitivos como a autodidaxia que importante para se compreender a autoaprendizagem numa situação de ensino mediatizado como na modalidade de educação a distancia.

Nesse sentido Castells (1999) argumenta que é a informação que molda todos os processos de existência individual e coletiva do ser humano por fazer parte integral de todas as suas atividades. Assim, nada mais natural do que se utilizar como ferramenta educativa essas novas tecnologias que tem permitido um fluxo intenso de informações, nos transformando em uma sociedade da informação.

Tanto que de acordo com Coll e Monero (2010) se a educação escolar serve para dar sentido ao mundo que rodeia o aluno, deve-se então, ensiná-lo a interagir com esse mundo e resolver os problemas recontes desta interação.

E nesse contexto as TICs são onipresentes. Assim, podemos dizer que a interatividade proporcionada pelas NTIC possibilita a reflexão do aluno acerca de um tema e seus conhecimentos sobre o mesmo tema, permitindo o desenvolvimento metacognitivo que acontece quando o indivíduo percebe-se agente ativo e consegue criar representações conscientes das ações passadas, presentes e futuras.

Assim, a investigação sobre as intervenções metacognitivas, recorre a dois significados da atividade metacognitiva: o conhecimento sobre o conhecimento e a monitorização da ação cognitiva que contribui para um comportamento autorregulado.

Mateos (2001) aborda o interesse que leva a construir o conhecimento sobre a atividade cognitiva e as decisões de como percebemos, compreendemos, aprendemos,

recordamos e pensamos. Citando Flavell “a cognição entra em jogo sempre que operamos intelectualmente em algum domínio e onde há cognição pode haver também metacognição”(MATEOS, 2001, p.19).

A metacognição ganhou grande importância na psicologia e nos ambientes educativos devido à adaptação de diferentes significados e usos. O educador para uma melhor compreensão dos processos envolvidos e uma maior eficácia da aprendizagem, pode e deve se utilizar das NTIC como estratégias para serem aplicadas de maneira consciente.

Conseguir com que os alunos aprendam a aprender é o mesmo de serem capazes de aprender de forma autônoma e auto regulada. Um dos objetivos a escola deve ser ajudar os alunos a tornarem-se aprendizes autônomos. Através da metacognição e o auxílio da NTIs, os alunos podem adquirir essa autonomia sendo capazes de selecionar estratégias adequadas para facilitação da aquisição do conhecimento.

Os diferentes autores concebem metacognição por um lado como produto do conteúdo cognitivo definindo-a como o conhecimento que as pessoas adquirem em relação ao próprio funcionamento cognitivo e por outro lado como processos e operações cognitivas, referindo-se aos processos de supervisão e regulação que exercemos sobre nossa própria atividade cognitiva, quando enfrentamos uma tarefa. Mateos (2001) afirma que,

a metacognição faz referencia entre outras coisas a supervisão ativa e conseqüente regulação e organização dos processos em relação a objetos e dados cognitivos sobre que atuam, normalmente a serviço de alguma meta ou objetivo concreto. (MATEOS, 2001, p.21- 22).

Brown Citado por Mateos (2001) definiu a metacognição como o controle de liberado e consciente da própria atividade cognitiva. Essas atividades metacognitivas são mecanismo autorregulatorios implementados pelos indivíduos durante a solução de problemas que consiste em ser consciente das limitações da capacidade do próprio sistema; conhecer o repertório de estratégias que se tem e o uso apropriado; identificar e definir os problemas; planejar e sequenciar as ações necessárias para resolver; e supervisionar, verificar, revisar e avaliar o movimento dos planos e efetividade.

Brown ainda ressalta a diferença entre aplicar uma técnica e implementar uma estratégia. Afirmando que uma técnica só se torna estratégia quando utilizada de maneira adequada e para isso ela deve ser coerente com objetivo.

As pesquisas em educação apontam para a importância em estimular a autonomia do aluno; a autorregulação permite que o indivíduo utilize plenamente suas competências controlando a aprendizagem.

“... porque se considera cada vez mais que os estudantes devem ser ensinados a compreender e utilizar os recursos pessoais que lhes permitem refletir sobre as suas ações, exercer um maior controle sobre os seus próprios processos de aprendizagem e reforçar as suas competências para aprender; e que os professores, por sua vez, devem saber estimular nos seus alunos uma utilização mais competente, eficaz e motivada dos processos de aprendizagem e dos meios tecnológicos e culturais a que podem ter acesso” (SILVA, 2004, pág.59).

A autorregulação é determinada como a posse consciente, conhecedora e controlada dos meios de aprendizagem, o que permite ao aluno a construção ativa de seus

saberes. A aprendizagem regulada permite o planejamento, organização, controle e avaliação do processo conferindo aporte para uma ação intencional e/ou estratégica. A autorregulação da aprendizagem possibilita a compreensão do significado de que se aprende, a percepção inovadora do conteúdo a ser aprendido e os processos de mudança pessoal durante o ato de aprender. Consequentemente, o estudante está em posição de construir seu próprio conhecimento. Dessa forma a autorregulação da aprendizagem depende das possibilidades que o estudante tem em tomar decisões sobre os objetivos, os meios e as etapas da sua aprendizagem. Segundo Silva (2004),

Estudantes que fazem apelo aos processos de autorregulação são mentalmente ativos durante a aprendizagem, exercem um controle sobre os processos cognitivos, metacognitivos e motivacionais, conducentes à aquisição, organização e transformação da informação e conseguem conferir um significado estratégico ao ato de aprender. Para Zimmerman, a auto-regulação na aprendizagem refere-se ao grau em que os indivíduos atuam, a nível metacognitivo, motivacional e comportamental, sobre os seus próprios processos e produtos de aprendizagem, na realização das tarefas escolares. (SILVA, 2004, p.60)

E é nesse contexto de reflexão, autorregulação e utilização das NTIs que buscamos contribuir para com alunos e professores em prol de uma aprendizagem com ganho realmente significativo. Para a utilização das TICs na educação é preciso que o professor se lance em um tabuleiro de incertezas e experimentações.

Incertezas devido ao fato da necessidade de domínio de um novo campo de estudos sobre o processo de ensino-aprendizagem. A busca por respostas e pelo novo precisa vir desconstruindo toda uma prática educativa moldada - e muitas vezes estagnada - em um momento anterior ao surgimento destas tecnologias. A experimentação advém do fato das TICs não serem plenamente exploradas, teoricamente e empiricamente, dentro dos processos educativos.

Dentro dos ciberespaços é que surgem possibilidades diversas para aquisição de competências por meio de um conhecimento que se estabelece em rede. Um aluno pode aprender tanto sobre Revolução Industrial dentro de um jogo sobre assassinatos na Inglaterra vitoriana quanto dentro da sala de aula com seu professor de história ou geografia. Um novo professor deve surgir entendendo que o aprendido cada vez pode e deve ser estabelecido em outros espaços fora da escola.

Entender essa realidade que se estabelece em nossos tempos nos faz perceber e concordar com Lévy (1998) quando diz que dentro do ciberespaço as tecnologias intelectuais são capazes de amplificar, exteriorizar e modificar as funções cognitivas humanas relativas a memória, imaginação, percepção e raciocínio.

Para Coll e Monero (2010), toda ferramenta relevante para educação, ao ser escolhida pelo professor, deve vislumbrar em seu horizonte a adaptabilidade, mobilidade e cooperação ao ser utilizada pelos alunos.

A utilização da tecnologia para agir sobre a informação é um caminho que se estabelece na criação, desenvolvimento e utilização dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Essa mudança de paradigma se refere a uma organização pedagógica em AVAs que busca por novas metodologias eficazes e também estimulantes durante o processo de ensino aprendizagem.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada é a de análise bibliográfica. Baseada em natureza aplicada e qualitativa, o trabalho se pautou em um recorte bibliográfico em respeito à utilização de tecnologias para fins educativos.

### 4. RESULTADOS ALCANÇADOS

O estudo aponta que as NTICs utilizadas na educação de forma contextualizada contribuem para uma aprendizagem significativa quando associadas a metacognição proporcionando uma avaliação formativa e contribui para um comportamento autônomo e autorregulado do corpo discente.

O trabalho indicou que as NTICs também possuem relevância quando inseridas na modalidade de educação a distancia, visto que oferecem um suporte pertinente para estudantes que não possuem contato direto com os professores. As NTICs podem contribuir significativamente para a aprendizagem quando utilizadas adequadamente durante o processo de ensino aprendizagem.

Por meio dos recortes bibliográficos constatamos a eficácia sobre uso das NTICs quando utilizadas corretamente e orientadas pelo professor.

O avanço da tecnologia e as mudanças ocorridas na sociedade, considerando o âmbito educacional, permitem ao professor se utilizar de estratégias didáticas, como o uso contextualizado de tecnologias e/ou multimídia, jogos didáticos, vídeos, mapas conceituais, dentre outras, contribuindo para uma aprendizagem significativa; além de estimular a reflexão e autonomia dos alunos durante a aprendizagem.

Esses fatores quando entrelaçados e praticados não apenas contribuem para o sucesso do corpo discente, eles são interiorizados pelos alunos, levados e praticados ao longo vida sempre que necessário.

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção das TICs na educação passou a ser feita de duas maneiras: a primeira, enquanto ferramentas que agem como meio auxiliar no processo de ensino-aprendizagem e a segunda, como hiper-ferramentas, isto é, quando se emprega, uma tecnologia como um instrumento para ampliar e aperfeiçoar o conhecimento da área em questão.

O uso das TICs tem por efeito a interação entre professores e alunos, fazendo uma troca de informações e experiências principalmente, na Educação a Distância (EAD) que elimina as barreiras geográficas e do tempo na formação profissional.

Através da metacognição os alunos podem adquirir autonomia sendo capazes de selecionar estratégias adequadas para facilitação da aquisição do conhecimento.

### REFERÊNCIAS

BELLONI, Maria Luísa. **Tecnologia e formação de professores: rumo a uma pedagogia pós-moderna?** Educação & Sociedade. Campinas; CEDES, 1998.

BRUM, Larissa Cristina Cruz. **Normose na Sociedade em Rede : Paradoxos diante do fluxo Informacional.** Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado UENF/PGCL. 2009.

CARMO, G. T.; CARMO, C. T. (2014). **A permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos: proposta de categorização discursiva a partir das pesquisas de 1998 a 2012 no Brasil.** *Arquivos 5 Analíticos de Políticas Educativas*, 22(63). <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v22n63.2014>. Dossiê Educação de Jovens e Adultos II.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLL, César; MONEREO, Carles. **Psicologia da Educação Virtual: aprender e ensinar com as Tecnologias da Informação e da Comunicação.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. e cols. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar.** 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. v.2

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura.** São Paulo: Perspectiva,

IDE, S.M. 1996. O jogo e o fracasso escolar. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** São Paulo: Cortez, 1980

KRASILCHICK, M. **Prática de Ensino de Biologia.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

LÉVY, P. **Inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço.** São Paulo: Loyola, 1998.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

MATEOS, Mar (2001). **Metacognición Y Educación.** Colección dirigida por Mario Carretero. Buenos Aires, Argentina. Editorial AIQUE, 1 - edición.

MORAES, Maria Cândida. **O Paradigma Educacional Emergente.** Campinas: Editora Papirus. 7ª Edição; p. 123; p. 122. 2001.

MOREIRA, M.A. **Mapas conceituais e aprendizagem significativa.** São Paulo: Centauro Editora, 2010.

SÁ, P; QUEIROZ, S. **Estudos de Casos no Ensino de Química.** Campinas: Átomo, 2010.

SANCHO, María; HERNÁNDEZ, Fernando. **Tecnologias para transformar a educação.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

SANTAELLA, L. A crítica das mídias na entrada do século XXI. In: **Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas.** São Paulo: Hackers Editores, 2002.

SILVA, Adelina Lopes da; SIMÃO, Ana Margarida Veiga; SÁ, Isabel. **A Auto-Regulação Da Aprendizagem: Estudos Teóricos E Empíricos.** Revista do Mestrado em Educação, Campo Grande, MS, v. 10, n. 19, p. 59-74, 2004.

SOARES, Suely Galli. **Educação e Comunicação.** São Paulo: Cortez, 2006.

# PAINEL

## GT: 29

## O DIREITO DO TRABALHO VISTO COMO REGALIA: O OLHAR DE UM OPERÁRIO DA FÁBRICA COQUEIRO

**CORRÊA, Patrícia Santiago de Medeiros**  
Mestranda pelo Programa de  
Pós-Graduação em Sociologia e Direito - UFF  
*pat\_uff@hotmail.com*

**CORRÊA, Luciano Pita**  
Mestre em Produção e Gestão do  
Espaço Urbano- FAU - UFF  
*arqpita@gmail.com*

### RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a vivência de um operário de uma grande fábrica de sardinhas enlatadas do Brasil, localizada no município de São Gonçalo (RJ), buscando desvendar a relação entre a consciência do trabalhador e forma jurídica na qual se constitui a sua relação de trabalho. A ofensiva neoliberal e reestruturação produtiva significaram um aumento do desemprego e do trabalho informal. Neste contexto, experiências de trabalho antes condenáveis foram sendo naturalizadas através do uso de ideologias que afetam a consciência dos explorados. Diante da barbárie, as relações de trabalho juridicamente formalizadas passaram a ser vistas como um privilégio ao passo que os direitos conquistados se transformaram em regalias aos olhos dos próprios trabalhadores. Nesse sentido, este estudo busca refletir a partir de uma entrevista concedida por um operário da Fábrica de Conservas de Peixes Coqueiro como a efetivação dos direitos trabalhistas que é vista como uma forma de proteção ao trabalhador constitui em essência um mecanismo de mascarar a relação de exploração presente no mundo do trabalho, incorrendo em um processo de fetichização do direito.

**Palavras- chave:** Trabalho. Exploração. Fetichismo Jurídico

### ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the experience of a worker in a large factory of canned sardines in Brazil, located in São Gonçalo (RJ), seeking to unravel the relationship between worker awareness and legal form in which it is the their working relationship. The neoliberal offensive and productive restructuring meant an increase in unemployment and informal work. In this context, work experience before being condemnable were naturalized through the use of ideologies that affect the consciousness of the exploited. Faced with the barbarity, the legally formalized labor relations came to be seen as a privilege while the rights conquered turned into advantages in the eyes of the workers themselves. Thus, this study seeks to reflect from an interview with a worker of Coconut Fish Cannery as the enforcement of labor rights is seen as a form of the worker protection, it is essentially a mechanism to mask the relationship exploitation present in the world of work, incurring a process of fetishization of law.

**Key-Words:** Job. Exploration. Legal fetishism

## INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1990, o Brasil vem sofrendo profundas transformações no mundo do trabalho. A ofensiva neoliberal e reestruturação produtiva significaram uma reconfiguração das relações de trabalho que passaram a ser marcadas pelo aumento do desemprego e do trabalho informal. A expectativa do trabalho formal e estável em uma mesma empresa para toda uma vida, nos moldes do padrão fordista, foi desconstruída. Com isso, houve uma mudança no paradigma de trabalho dos trabalhadores de muitas regiões do país. Em algumas cidades o trabalho formalizado tornou-se uma exceção e o novo paradigma ascendente é a informalidade.

Para fins deste trabalho, se compreenderá a informalidade como um processo amplo e crescente que se apresenta na atualidade de diversas formas, no qual estão inseridos os assalariados sem registro que estão vivenciando situações de ilegalidades, os trabalhadores por conta própria, temporários, voluntários e os falsos cooperativados.

A expansão da informalidade constitui em um avanço perverso do capital sobre o 2 trabalho, no qual se intensifica a extração do mais-valor, a partir da desproteção jurídica e social do trabalhador. E as conseqüências desse processo de precarização das relações de trabalho, além de serem objetivas, afetam também a subjetividade dos explorados que passaram a enxergar no trabalho formal uma espécie de privilégio. Esta percepção é fruto da construção de uma ideologia que colabora com o retrocesso da consciência de classe posto que o empregado não identifica sua relação de trabalho como uma relação de exploração.

O objetivo deste artigo é justamente refletir: até que ponto a formalização dos direitos nas relações de trabalho servem para mascarar a relação de exploração presente entre empregados e empregadores? O caminho percorrido para responder este questionamento será baseado em uma entrevista concedida por um operário da Fábrica de Conservas de Peixes Coqueiro, localizada no município de São Gonçalo- RJ, no qual os assalariados possuem registro na carteira de trabalho em uma cidade onde uma parcela significativa da população está na informalidade.

### 1. CONTEXTUALIZANDO O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

O município de São Gonçalo, localizado no estado do Rio de Janeiro, viveu um forte período de industrialização no século XX. Em 1940, a cidade já possuía o 3º maior produto industrial do Estado, revelando-se um dos municípios mais relevantes do Estado do Rio de Janeiro (ARAÚLO, 2004). Além das muitas fábricas de sardinha, a cidade abrigou dezenas de indústrias de pequeno e médio porte, tais como: química, vidraçaria, cimento, tintas, metalúrgica, brinquedos, refrigerantes, conservas em geral e têxtil.





**Figura 1.** Localização do Município de São Gonçalo (RJ). Fonte: IBGE

A importância de São Gonçalo no cenário industrial levou a cidade a ser apelidada de *Manchester Fluminense* (PALMIER, 1940) em referência a cidade inglesa berço da revolução industrial. E a industrialização avançada do município também modificou a aparência da cidade que deixou de ser agrícola para se urbanizar. Como consequência, a primeira vila operária do Brasil - Vila Lage - foi construída em São Gonçalo.

Estudos de Mendonça<sup>1</sup> (2007) revelam que a partir da década 1980, houve um processo de desindustrialização do município, gerando a criação de ruínas e vazios industriais<sup>2</sup>. O distrito de Neves, onde se localiza a Fábrica de Sardinha Coqueiro “*aparece à primeira vista como um “cemitério de indústrias” com esqueletos de fábricas e o aspecto de declínio e degradação*” (MENDONÇA, 2007). Essa referência é importante para se entender as sombras do perfil operário da cidade na atualidade, sendo a região formada por casas pequenas e ruas sem arborização. Uma paisagem acinzentada que nos remete ao seu passado fabril.

Uma atmosfera que começou a ser poluída pela fuligem espelhada no ar pelas indústrias implantadas nas décadas de 1940 e 1960, para finalmente restar o ar sombrio do caos, o retrocesso de uma época de esplendor. (FARIA, 2004, p.14)<sup>3</sup>

Com a saída e fechamento das indústrias, o comércio e o setor de serviços passaram a ter peso na economia da região com a instalação de supermercados e shoppings. No entanto, com um pouco mais de 1 (um) milhão de habitantes<sup>4</sup> o desemprego é uma realidade para

1 Com a “virada linguística” nos anos 70, surgiram críticas à tradição estrutural da linguagem, associando a noção da linguagem como “produto” cultural (histórica e socialmente construída). Foi a derrubada do mito da univocidade da língua, compreendendo que não há um significado pronto para a sentença, mas um significado potencial que, relacionado a um contexto, o interpretante pode alcançar.

2 De acordo com Mendonça, o conceito de ruínas e vazios industriais deriva das teorias francesas que tratam das “*friches industrielles*” e “*friches urbaines*”. No português, não temos uma denominação que traduza completamente esse fenômeno que se encontra hoje em diferentes cidades do mundo - as indústrias e vazios urbanos em abandono que constituem espaços que podem ser transformados, revitalizados, e ter novos usos sociais.

3 FARIA, Aída de Souza. Neves: Esplendor e Decadência. São Gonçalo: São Gonçalo Letras, 2004, p.14.

4 Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estima-se que o município de São Gonçalo possua 1.031.903 habitantes (2014)

a população do município. São Gonçalo é considerada uma cidade dormitório, devido ao fato de muitos trabalhadores necessitarem transitar cotidianamente para as cidades vizinhas em busca de um trabalho. De acordo com o Censo 2010<sup>5</sup>, o desemprego em São Gonçalo já era grande na época, equivalente a 10,1%, bem acima da média nacional, que era 7,6%.

Recentemente com a crise econômica e com a paralisação das obras do COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) no município vizinho denominado Itaboraí e o fechamento de alguns estaleiros metalúrgicos em Niterói e São Gonçalo, outra cidade limítrofe, a situação se agravou, pois uma parte significativa da mão de obra operária que morava em São Gonçalo ficou desempregada.

Além do desemprego, a cidade possui ainda um baixo índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM), estipulado em 0,739 em 2010, o que faz com que São Gonçalo ocupe a 14ª posição entre os municípios do Estado do Rio<sup>6</sup>. Um dos fatores que corroboram para esse índice é o pouco investimento em serviços públicos essenciais como saúde e educação.

Estas transformações que levaram São Gonçalo em menos de um século a experimentar um gosto de esplendor e em seguida a decadência, afetaram de forma trágica o mundo do trabalho. Ainda existem fábricas funcionando no município, no entanto, seus trabalhadores experimentam a exploração somada a um processo de intensificação da precarização do trabalho, com o aumento do trabalho informal.

## 2. A SOBREVIVÊNCIA DA COQUEIRO NA ERA NEOLIBERAL

A Indústria de Conservas de Peixe Coqueiro localizada em São Gonçalo, Distrito de Neves, Bairro do Porto Velho, foi fundada em 1937<sup>7</sup> pelo gaúcho José Emílio Tarragó que fundou a Tarragó, Martinez e Cia Ltda, que inicialmente comercializava tamarindo e pouco tempo depois passou a comercializar sardinha.

Em 1973, a Quaker Oats do Brasil, um grupo econômico de caráter internacional, comprou a Coqueiro<sup>8</sup>. Desse momento em diante, a empresa que tinha como principal produto sardinhas em conservas e farinha de peixe começou sua expansão e crescimento, posteriormente, no início dos anos 80, diversificando a produção para outras mercadorias e investindo em tecnologia. Hoje, a Coqueiro é segunda maior produtora de sardinhas enlatadas do Brasil e foi comprada em final de 2011 pelo grupo econômico Camil que atua em esfera global, especializados em grãos e demais gêneros alimentícios.

Além da Coqueiro, no ramo de produção das sardinhas enlatadas, ainda existem na cidade mais duas fábricas, ambas em processo de falência e recuperação judicial. Em uma dessas fábricas em estado de massa falida, verifica-se a existência de uma cooperativa que atua como terceirizada com a função de fornecer de mão de obra para a produção da sardinha enlatada, o que supostamente justificaria a existência de trabalhadores não registrados.

5 IBGE, Censo Demográfico 2010.

6 Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

7 <http://www.coqueiro.com.br/tradicao-e-historia/> - acesso realizado em 09/10/2016.

8 <http://mundodasmarcas.blogspot.com.br/2006/07/coqueiro-o-melhor-do-mar.html>- acesso realizado em 09/10/2016



**Figura 2.** Fábrica da Coqueiro em São Gonçalo. Fonte: Wikimapia

Nesse sentido, deve-se perguntar por que a Coqueiro continuou crescendo na década de 1990 enquanto as outras fábricas da região foram à falência? A centralização de capital em uma escala global com a formação de grupos econômicos fortes e de alta tecnologia somada com a abertura de mercados promovidos pela implantação do neoliberalismo significou uma transformação da indústria de alimentos no qual as pequenas e médias unidades produtivas nacionais não conseguiram superar a nova concorrência.

Neste contexto a falência destas duas fábricas de sardinha pode estar relacionada com a implementação do modelo econômico neoliberal, no qual as grandes empresas e grupos econômicos transnacionais tais como a Coqueiro, conseguem impor um poder econômico e tecnológico sobre a pequena concorrência, além de conseguirem maiores incentivos fiscais do poder público.

Sobre o assunto, MENDONÇA salienta que a retração na produção de conservas e pescado no referido município pode ser atribuída "*à diminuição da produtividade do setor e à escassez de matérias-primas, simultaneamente ao agravamento das crises econômicas do Estado e à ausência quase que absoluta de planejamento industrial e de qualquer projeto de reorganização espacial no município.*" (2007, p.139). O autor diz ainda:

À exceção das conservas Coqueiro, as outras empresas tecnologicamente desatualizadas foram paulatinamente encerrando as atividades ou operando mais lentamente. Somados aos processos de abertura do mercado, crises econômicas e defasagem tecnológica, as empresas de pequeno e médio porte remanescentes foram levadas à falência, o que agravou consideravelmente o problema do desemprego em São Gonçalo. (MENDONÇA, 2007, p.143)

Mas este processo vivenciado pelo município de São Gonçalo está inserido em um contexto mais amplo no qual ocorreram profundas mudanças no mundo do trabalho. O modelo pós-fordista emergente nos anos 1970 e difundida mais intensamente no Brasil em 1990, foi gerado para garantir o lucro apesar da crise, seria caracterizado por uma forte

descentralização produtiva, preferência pela terceirização, subcontratação, fechamento e transferência das unidades produtivas e desemprego. De acordo com Ricardo Antunes, tratou-se *“de fato de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho”*<sup>9</sup> (ANTUNES, 2009).

É importante salientar que não se pode compreender a ofensiva neoliberal e a reestruturação produtiva como sinônimas. São processos diferentes, inscritos em distintas dimensões da estrutura capitalista. Nesse sentido, Druk afirma:

Embora o ideário neoliberal comece a ganhar adesão no contexto da crise do fordismo na década de 70 nos países centrais, não se pode confundi-lo com o processo de reestruturação produtiva que também inicia nessa época. São movimentos de conteúdo e caráter diferentes. O neoliberalismo é um projeto político e econômico e constitui o arcabouço ideológico ideal para consolidar a reestruturação produtiva no contexto da globalização. Esses dois últimos são movimentos de caráter estrutural, cujas mudanças são de mais longo prazo, enquanto que as políticas neoliberais têm um caráter conjuntural. (DRUCK, 1996, p.29)<sup>10</sup>

Na virada do século XXI, a reestruturação produtiva e a ofensiva neoliberal foram responsáveis por dar uma nova dinâmica ao processo de expansão do capital. No Brasil, a reestruturação produtiva significou mudanças profundas na organização da indústria e na forma de operacionalizar o trabalho. No entanto, não se pode afirmar que houve exatamente um processo de ruptura do modelo fordista para o pós-fordista, haja vista que a exploração da força de trabalho no caso brasileiro já era marcada pela informalidade e a ausência de proteção jurídica e social do trabalhador.

No entanto, ainda que o Brasil tenha na sua história uma marca do trabalho informal, estas recentes mudanças tem como características a nacionalização desse novo modelo, não apenas para as frações mais pauperizadas da classe trabalhadora. Está se transformando o trabalho precário em um padrão a ser adotado.

Se antes o trabalho informal era visto como uma deformação que precisava ser combatida, hoje passa a ser enxergada como um tipo possível de caminho para o suposto desenvolvimento. E este novo padrão afeta o olhar dos trabalhadores sobre a formalização dos direitos.

### **3. O OLHAR DO OPERÁRIO DA COQUEIRO SOBRE SEUS DIREITOS - UMA REGALIA?**

A entrevista aconteceu com o operário da Coqueiro - Raimundo<sup>11</sup> em setembro de 2016. O entrevistado nos convidou para conhecer sua casa localizada no bairro de Jardim Catarina. Este é considerado o maior bairro da América Latina. É um bairro periférico de crescimento desordenado e sem infra-estrutura, o que pode ser comprovado pela ausência de ruas asfaltadas na maior parte do bairro. É neste local onde moram atualmente milhares de operários e trabalhadoras domésticas.

9 ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009, p.55.

10 DRUCK, Graça. Globalização, reestruturação produtiva e movimento sindical. Cadernos CRH, Salvador, nº24/25, 1996, p.29.

11 Nome fictício para preservar a identidade e privacidade do entrevistado.

Mesmo sendo feriado, ao chegar em sua casa, o encontramos trabalhando. Raimundo estava reformando a varanda. A casa era grande com quintal e piscina, um padrão mais elevado de conforto do que a média do local. Enquanto Raimundo quebrava o piso da varanda, sua esposa cuidava dos netos e fazia comida para todos.

Raimundo possui 53 anos e se auto-declarou negro. Trabalha na Coqueiro há 25 anos. Começou como auxiliar de produção e hoje exerce a função de Operador 2 no setor de estamparia das latas de sardinha, além de operar várias outras máquinas durante a jornada.

Logo no início da entrevista Raimundo se emocionou ao contar que teve uma infância muito difícil e chegou a passar fome depois que seus pais morreram ainda quando era um adolescente. Disse ainda, que começou a trabalhar cedo como pedreiro e não tinha na época a carteira assinada.

O entrevistado contou ainda que um amigo lhe ajudou a conseguir o emprego na Coqueiro, quando seu filho estava para nascer. Lembrou sorridente da felicidade que aquele emprego lhe trouxe na época. Depois de trabalhar desde os 13 anos como pedreiro em pequenas obras, foi a primeira vez que Raimundo teria sua carteira assinada, somente aos 28 anos de idade. Quando perguntado sobre qual a razão que ele atribui ao fato de ter conseguido se manter no mesmo emprego por mais de duas décadas, ele não hesitou em responder:

“Empenho no trabalho. Porque se focava muito nas pessoas que não faltavam. Por exemplo, lá tem muito trabalho aos sábados e domingos, já que lá não para. Trabalha-se de segunda a segunda. Ai eles pediam: “trabalha sábado? Trabalha domingo? Trabalha feriado?”, mas sempre com adicional, 100%. Isso motiva as pessoas a trabalharem sábados e domingos”. (Fala de Raimundo)

Raimundo contou ainda que em seu bairro a maioria das pessoas estavam desempregadas ou vivendo de “bicos”. Contou que um vizinho estava naquele dia inaugurando um pequeno salão de beleza para corte de cabelo. Escolheu o caminho do trabalho por conta própria para driblar o desemprego. Disse que nas outras fábricas de sardinha da cidade a situação dos trabalhadores é precária. Em especial, na fábrica onde funciona uma suposta cooperativa, nela ele possui amigos que não possuem a carteira assinada e nenhum tipo de benefício. E quando compara sua vida com a desses outros tantos trabalhadores a sua volta em situação de informalidade, Raimundo sente que sua vida melhorou muito depois que entrou na Coqueiro.

“Melhorou, sim... E as coisas melhoraram muito... eu tenho meu carrinho, aquela bacia d’água ali atrás (uma piscina). Tudo isso resultado do meu trabalho” (Fala de Raimundo)

Mas a idéia de escrever este artigo surgiu após os pesquisadores notarem que todas às vezes que Raimundo se referia a algum direito seu conquistado, como auxílio transporte, auxílio saúde e 13º salário, o operário utilizava o termo **regalia**. Quando perguntado se trocaria seu emprego na Coqueiro por outro em alguma fábrica de sardinha de São Gonçalo, o entrevistado respondeu:

“Não. Porque não tem benefício nenhum. Você sai de onde você tem alguma **regalia**, como plano de saúde, Rio Card, vale-alimentação... nos outros, eu não tenho”. (Fala de Raimundo- grifo nosso)

Em vários outros momentos da entrevista Raimundo utilizou o termo regalia para descrever a efetivação dos direitos conquistados pela sua categoria seja pela legislação ou pelas convenções coletivas. De acordo com o dicionário essa palavra significa:

REGALIA: S.F. Privilégio que certas pessoas têm em relação a outras: regalias políticas. Direito característico e inerente das pessoas que fazem parte da realeza. (2016. Dicionário online de Português)<sup>12</sup>

Raimundo não quis declarar sua renda, mas afirmou que ganha R\$ 8,20 por hora. Em visita ao Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação e Afins fomos informados que a Coqueiro paga 220 horas em regra por mês aos seus empregados e R\$ 87,00 de auxílio alimentação, o que nos faz crer que a soma do salário de Raimundo mais os benefícios deve estar em torno de 2 a 3 salários mínimos.

Levando em consideração o local onde mora, a renda familiar e a jornada de trabalho, Raimundo estava longe de ser uma pessoa privilegiada. Mas esse sentimento de ter regalias se justifica pelo contexto social onde vive no qual os paradigmas de trabalho são construídos ao longo da vida. Raimundo não conhece outra realidade que não seja a sua.

Durante a entrevista, em momento nenhum ele comparou suas relações de trabalho com as das outras fábricas de grande porte espalhadas pelo Brasil. O operário usava o termo regalia dentro da sua vivência pessoal e subjetiva ao se comparar com os outros operários das outras duas fábricas de sua cidade. Se todos a sua volta estão desempregados ou na informalidade essa situação foi naturalizada a tal ponto que nem ele mesmo tem consciência da sua condição de trabalhador explorado posto que exploração para ele se transformou em sinônimo de trabalho informal.

Essa afirmação ficou mais evidente ao final da entrevista quando perguntado se ele se considerava um trabalhador explorado ou uma pessoa que estava colaborando para o desenvolvimento da empresa? Raimundo respondeu que se considerava alguém que estava ajudando a empresa a crescer.

#### 4. O FETICHISMO DO DIREITO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Para compreender o processo subjetivação que faz o entrevistado se sentir um homem de regalias pelo fato de ter um emprego formal passa por compreender o papel que o direito exerce sobre a realidade dos trabalhadores. No livro I do *O Capital*, Marx apresenta um conceito chave de seu pensamento que se relaciona com a teoria da exploração e a teoria da alienação – o fetiche da mercadoria. Foi este conceito que deu origem posteriormente a categoria do fetichismo jurídico.

O fetiche seria a forma misteriosa na qual a mercadoria se apresenta na circulação. Ao olhar para um produto a venda, seu comprador parece estar enfeitiçado e só consegue enxergar o seu valor de uso, isto é, a capacidade objetiva da mercadoria em satisfazer as necessidades humanas.

A mercadoria ao ingressar na instância da circulação aparenta ser uma produção independente. As mercadorias surgem aos olhos do comprador como se sozinhas

12 DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/regalia/>. Acesso realizado em 04/11/2016.

andassem e se reproduzissem. Como se as mercadorias possuíssem uma vida própria e se relacionassem com outras mercadorias e com os homens por vontade própria. Mas o caráter místico da mercadoria não deriva do seu valor de uso. O caráter fetichista das mercadorias surge do caráter social do trabalho. Os objetos de uso só se tornam mercadorias porque são produzidos através do trabalho.

O fetichismo da mercadoria seria assim, uma capacidade presente nas relações de troca das mercadorias de esconder as relações sociais presentes. No mundo capitalista, essa relação oculta é a exploração dos homens pelos homens presente na produção dos objetos. A criação de uma mercadoria especial, tal como o dinheiro, só faz aumentar o fetichismo, pois o dinheiro esconde o real valor do trabalho despendido na produção das mercadorias.

CARCANHOLO (2011) aponta uma das características do fetiche seria o fato de seus poderes aparecerem como sendo naturais quando são na realidade fruto das relações sociais e a sujeição das relações sociais e até mesmo da subjetividade às transformações da atividade produtiva.

Para PACHUKANIS (1989) esses atributos também estariam presentes na relação da vida social com a forma jurídica. A forma jurídica seria assim uma forma fetiche. O fetichismo jurídico pode ser um parâmetro para verificar as relações entre essência e aparência e forma e conteúdo. O fetiche é sempre uma forma aparente tal como a forma-mercadoria, que esconde seu conteúdo essencial – a exploração. A forma jurídica em aparência seria um sistema de proteção das relações sociais, mas em essência é a maneira que o capital encontrou de consolidar as contradições de classe derivadas do sistema econômico. Assim, o direito do trabalho pode parecer à primeira vista como um instrumento de proteção do trabalhador para que este não experimente uma exploração intensificada da sua força de trabalho. Mas ao se analisar a fundo as relações de produção, o direito do trabalho, por ser parte da *forma jurídica* impõe sobre os trabalhadores a legalização da exploração.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da entrevista realizada com um operário da fábrica Coqueiro pode-se refletir em uma perspectiva teórica, sobre a natureza do direito do trabalho enquanto uma forma jurídica que visa legalizar a exploração. Mas mais do isso, percebeu-se que o cumprimento dos direitos pelo empregador transformou a relação de exploração em gratidão, dificultando a tomada da consciência de classe pelo trabalhador.

Neste cenário, as formas de trabalho juridicamente formalizadas sofrem um processo de resignificação posto que o cumprimento dos deveres trabalhistas pelo empregador adquire o status de privilégio e regalia na percepção dos próprios trabalhadores. Assim, o empregador que oferece a carteira assinada, efetiva os depósitos para a previdência, cumpre com a legislação de férias, 13º e os limites da jornada de trabalho, passa a ser visto como um benfeitor.

Diante do exposto, a dinâmica proposta por este artigo revelou o caráter ambivalente que o direito do trabalho exerce no cotidiano dos trabalhadores. Não se pode desconsiderar a vivência do trabalhador que ao olhar a sua volta percebe que o direito possui um papel importante no sentido de frear a tendência do capital de barbarização das relações de

trabalho. Por outro lado, a fala desse trabalhador expressa também uma naturalização da exploração que deve ser desconstruída.

Assim, a forma jurídica no qual se apresentam as relações de trabalho ganha relevância na era neoliberal. A supervalorização do direito pelos trabalhadores em um período marcado pela desregulamentação dos direitos trabalhistas e uma reestruturação produtiva deve ser problematizada justamente por ajudar a encobrir a própria exploração.

A crescente tendência de aumento do trabalho informal e do desemprego está criando uma necessidade de aprofundamento do estudo da categoria “fetichismo jurídico” visto que, a partir do momento, que o trabalho precário caminha para se tornar uma regra de mercado, se estabelece um novo paradigma de trabalho que revelou afetar a consciência e subjetividade dos trabalhadores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ARAÚJO**, Victor Leonardo Figueiredo Carvalho de. *O município de São Gonçalo na trajetória do desenvolvimento industrial do Estado do Rio de Janeiro: auge e declínio da Manchester Fluminense*. 2004. 132 f. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

**ANTUNES**, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

**CARCANHOLO**, Marcelo Dias. *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*. São Paulo: Cortez, 2002.

**DRUCK**, Graça. *Globalização, reestruturação produtiva e movimento sindical*. Cadernos CRH, Salvador, nº24/25, 1996.

**FARIA**, Aída de Souza. *Neves: Esplendor e Decadência*. São Gonçalo: São Gonçalo Letras. 2004.

**IBGE**, Censo Demográfico, 2010.

**IBGE**, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2014.

**IBGE**, Mapa das Cidades. São Gonçalo, 2016.

**MARX**, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2015.

**MENDONÇA**, Adalton da Motta Mendonça. *Transformações Sócio-Econômicas no eixo Niterói-Manilha em São Gonçalo/RJ*. 2007. 249 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

**PACHUKANIS**, E. *Teoria geral do Direito e Marxismo*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

**PALMIER**, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário*. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.



# PAINEL

## GT: 30

## DETERMINANTES SÓCIOECONÔMICOS E ANÁLISE ESPACIAL DA INCIDÊNCIA DE HEPATITE A EM FOZ DO IGUAÇU, PARANÁ, EM 2012

**TREVISOL, Viviane Cristina**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em  
Sociedade, Cultura e Fronteiras da UNIOESTE  
vitrevisol@gmail.com

**SILVA, Ana Heloisa Veras Ayres da**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em  
Saúde Pública em Região de Fronteira da UNIOESTE  
anahveras@gmail.com

**NIHEI, Oscar Kenji**

Professor Adjunto da UNIOESTE  
oknihei@gmail.com

### RESUMO

No Paraná, Foz do Iguaçu é um dos municípios com maior incidência de Hepatite A, doença ligada à baixas condições socioeconômicas e sanitárias. Analisou-se a distribuição espacial dos casos de hepatite A e sua correlação com fatores socioeconômicos através de um estudo ecológico baseado em dados secundários e retrospectivos no ano de 2012, cujas unidades de análises foram os 320 setores censitários urbanos do município. Foram notificados 29 casos, sendo 69 % entre crianças e adolescentes. Os setores censitários com alta incidência de hepatite A apresentaram autocorrelação espacial positiva e encontraram-se localizados na periferia do município de Foz do Iguaçu-PR. As variáveis socioeconômicas relacionadas à baixa renda, alta aglomeração de pessoas e as regiões sem banheiro apresentaram correlação com altas taxas de incidência de hepatite A no município.

**Palavras-chave:** Mapeamento geográfico, Hepatite A, Fatores Socioeconômicos.

### ABSTRACT

In Paraná, Foz do Iguaçu is one of the municipalities with the highest incidence of Hepatitis A, a disease linked to low socioeconomic and health conditions. The spatial distribution of hepatitis A cases and their correlation with socioeconomic factors were analyzed through an ecological study based on secondary and retrospective data of the year 2012, whose units of analysis were the 320 urban census tracts in the municipality. Twenty-nine cases were reported, of which 69% were children and adolescents. The census tracts with high incidence of hepatitis A presented positive spatial autocorrelation and were located in the periphery of the city of Foz do Iguaçu-PR. The socioeconomic variables related to low income, high crowding of people and regions without bathrooms correlated with high rates of hepatitis A in the city.

**Key words:** Geographic mapping, Hepatitis A, Socioeconomic factors.

## INTRODUÇÃO

Conhecida no século passado como “icterícia catarral epidêmica”, a hepatite A é uma doença infecciosa, generalizada e hiperendêmica em todo o planeta, resulta da infecção do fígado pelo vírus da hepatite A (HAV). A hepatite A é um problema de saúde negligenciado em diversas áreas do mundo, mesmo que sua epidemiologia e fatores de risco sejam amplamente conhecidos (TRIANA; NAVAS, 2015).

No mundo todo, estima-se que há 126 milhões de pessoas infectadas, contabilizando cerca de 35.000 mortes por ano (AGGARWAL; GOEL, 2015).

Esta pesquisa objetivou analisar como os casos de hepatite A se distribuiu espacialmente no município de Foz do Iguaçu, Paraná, em 2012, e sua relação com os determinantes socioeconômicos dos setores censitários do município.

### 1. HEPATITE A E CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Os níveis de endemicidade da hepatite A estão diretamente relacionados à higiene e às condições sanitárias em cada área, sendo claramente perceptível que as regiões de alta renda têm índices de contaminação muito baixos, enquanto as áreas de renda média têm uma combinação de endemicidade intermediária e baixa (WU; GOUO, 2013).

No Brasil, de um modo geral, a endemicidade da infecção por hepatite A é baixa a intermediária, porém como o país possui grandes contrastes, coexistindo níveis socioeconômicos distintos, tanto em níveis regionais como em microáreas geográficas, como é o município de Foz do Iguaçu. Torna-se importante conhecer a realidade epidemiológica no espaço e no tempo, a fim de direcionar e otimizar políticas públicas que tenham abrangência necessária para dirimir as inequidades nos serviços de saúde.

#### 1.1. O cenário de pesquisa: Foz do Iguaçu, Paraná.

O município de Foz do Iguaçu está localizado no extremo Oeste do Paraná, compondo uma região de Tríplice Fronteira com o município de *Ciudad Del Est* no Paraguai e *Puerto Iguazú* na Argentina. Esta tríplice fronteira integra uma área urbana de cerca de 700.000 habitantes. O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população total do município de Foz do Iguaçu foi de 256.088 habitantes.

#### 1.2. População de estudo

A população deste estudo foram os casos notificados de hepatite A no município de Foz do Iguaçu, no ano de 2012.

#### 1.3. Fonte de dados

Os dados utilizados neste trabalho sobre os casos de hepatite A foram obtidos no Setor de Epidemiologia da Secretaria de Saúde do município de Foz do Iguaçu-PR, através de relatório de notificação compulsória do ano de 2012.

As variáveis socioeconômicas e demográficas agregadas por setor censitário, relativas ao censo de 2010, bem como o mapa com a base cartográfica georreferenciada do município de Foz do Iguaçu no formato *shapefile* (SHP) foram obtidos na base de dados pública do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no endereço eletrônico <http://www.ibge.gov.br>.

#### 1.4. Variáveis

Como variável dependente utilizou-se a taxa média de incidência de hepatite A por 100.000 habitantes (obtido pelo censo de 2010), no ano de 2012, por setor censitário e como variáveis independentes foram utilizadas as variáveis: 'renda média do responsável por domicílio', 'alfabetização do chefe da família', 'destinação do lixo', 'número de moradores por domicílio' e 'número de domicílios sem banheiro', por setor censitário, obtidas no banco de dados público e *on-line* do IBGE, no endereço eletrônico <http://www.ibge.gov.br>.

#### 1.5. Análise dos dados quantitativos

Os dados quantitativos foram tabulados e a estatística descritiva (média, desvio padrão e percentual) foi obtida por meio do programa Excel versão 2010 (Microsoft Corp., EUA).

#### 1.6. Análise da distribuição espacial dos casos de hepatite A

Os casos de hepatite A foram georreferenciados utilizando-se o *software* gratuito QGIS versão 2.4.0 (*Quantum GIS Development Team*, 2016) e a distribuição espacial das taxas de incidência de hepatite A foi analisada através da estatística espacial utilizando-se o *software* gratuito GeoDA 0.9.5-i<sup>TM</sup> (*Spatial Analysis Laboratory, University of Illinois at Urbana-Champaign, Urbana, EUA*). Os mapas foram gerados utilizando-se o programa QGIS versão 2.4.0.

Para a análise exploratória dos dados espaciais (AEDE) foi selecionada como matriz de peso espacial a Rainha e calculou-se o índice global de Moran ( $I$ ) que avalia a autocorrelação espacial dos dados, considerando nível de significância de 5%.

Na autocorrelação espacial avalia-se a correlação da variável no espaço. O valor de uma variável com ela mesma é igual a 1 e em relação a seus vizinhos varia de -1 a 1, valores próximos a zero indicam aleatoriedade, que não há correlação significativa com os vizinhos. Valores positivos indicam uma autocorrelação positiva e significa dizer que uma área de alta incidência se correlaciona com áreas adjacentes de alta incidência (pontos quentes) ou uma área de baixa incidência é cercada por vizinhos também de baixa incidência (pontos frios). A autocorrelação negativa evidenciada por valores negativos é observada quando uma unidade de análise de alta incidência possui áreas contíguas de baixa incidência ou áreas de baixa incidência são cercadas por áreas de alta incidência (ANSELIN et al., 2005).

Como o índice global de Moran ( $I$ ) é uma medida global, para análise de correlações em níveis regionais foi empregada a análise dos Indicadores Locais de Associação Espacial (LISA) que permite a identificação de padrões espaciais e caracterização de *cluster* (agrupamentos) de setores censitários de baixas e altas taxas de incidência de hepatite A.

Também foi aplicada a análise bivariada de Moran entre a taxa de incidência de hepatite A e cada uma das variáveis socioeconômicas e demográficas selecionadas no presente estudo para identificação de correlação/independência entre elas.

Somando-se aos métodos descritos anteriormente, utilizou-se o método de suavização espacial bayesiano dos dados. Nesse caso, a taxa real que de fato expressa a força da ocorrência, foi submetida ao método em questão, com o objetivo de suavizar as flutuações

aleatórias associadas a pequenas áreas, eliminando as discrepâncias decorrentes da variação populacional (SANTOS; SOUZA, 2007).

Para a descrição dos dados, os setores censitários foram indicados conforme sua localização segundo os distritos sanitários de Foz do Iguaçu: Norte (N), Nordeste (NE), Leste (L), Oeste (O) e Sul (S), conforme indicado no Mapa 1.

**Mapa 1.** Os cinco distritos sanitários de Foz do Iguaçu, considerando a área urbana, 2016: Norte (N), Nordeste (NE), Leste (L), Oeste (O) e Sul (S).



### 1.7. Aspectos Éticos

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE, segundo o parecer 1.254.840 de 01 de outubro de 2015.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A hepatite A está entre as doenças infecciosas que persistem no Brasil e é uma doença aguda, necroinflamatória do fígado cuja transmissão ocorre pela via fecal-oral e a disseminação entre os portadores é intensificada pela falta de higiene e presença de aglomerações de pessoas. Grandes surtos, assim como, casos isolados foram atribuídos ao consumo de alimentos e bebidas contaminadas (FAUCI *et al.*, 2013).

Considera-se, entretanto como a principal fonte de contágio para o HAV, o contato próximo com a pessoa infectada. Dessa maneira, apontam-se como maiores fatores de risco os agrupamentos institucionais (prisões, escolas, etc.), o consumo de alimentos preparados por ambulantes, e no caso de crianças menores de seis anos, o convívio familiar (AGGARWAL; GOEL, 2015).

Outras formas de contaminação também são conhecidas e acometem os países mais desenvolvidos, são elas o uso de drogas injetáveis e o sexo entre homens (VAUGHAN *et al.*, 2014).

A hepatite A é endêmica e pode ocorrer em surto. Nos países subdesenvolvidos, as crianças e os jovens são os mais afetados pela doença, enquanto nos desenvolvidos acometem mais os adultos. A mortalidade e a letalidade são baixas e idade-dependentes, o que faz com que indivíduos adultos possam apresentar formas mais críticas da doença (BRASIL, 2010).

O marcador de infecção por HAV, o anticorpo anti-HVA tem sua prevalência aumentada na população em geral, em função do aumento da idade e diminuição do nível socioeconômico dos pacientes. Nesses adultos, a hepatite A tende a ser mais sintomática e as viagens para áreas endêmicas é uma fonte comum de infecção (FAUCI *et al.*, 2013).

De acordo com Wu e Guo (2013), aproximadamente 1,5 milhões de casos de hepatite A são diagnosticados anualmente no mundo. Porém, estima-se que o número de pessoas contaminadas seja dez vezes maior.

Na América Latina, a prevalência do HAV diminuiu graças ao investimento em infraestrutura e sistemas de saneamento básico, em diferentes regiões de cada país. Garantindo o fornecimento de água de qualidade e o recolhimento correto do esgoto. No entanto, essas melhorias não abrangem a totalidade da população. Em um estudo da OMS, a América Latina foi considerada uma região de alta endemicidade nos anos 1970 e 1980 e ao final dos anos 1990 já era evidente na região, um padrão de endemicidade intermediária (TRIANA; NAVAS, 2015).

Essa mudança pode ser atribuída ao rápido desenvolvimento econômico de alguns países naquela década. Mesmo com a diminuição dos casos de hepatite A em crianças, houve um aumento das taxas de morbidade e mortalidade em adolescentes e adultos em comparação com as registradas anteriormente (TRIANA; NAVAS, 2015).

De acordo com o estudo de prevalência de base populacional das infecções pelos vírus das hepatites A, B e C, realizado entre 2004 e 2009, em todas as 26 capitais e no Distrito Federal do Brasil, foi observado para a hepatite A uma endemicidade variando entre baixa e intermediária e o resultado global da prevalência de positividade sorológica, indicativa de exposição à infecção pelo vírus da hepatite A, foi registrado na faixa etária entre 5 e 19 anos (BRASIL, 2012).

Em 2012, o Ministério da Saúde divulgou o Boletim Epidemiológico das Hepatites Virais. Conforme dados desse boletim, no período de 1999 a 2011, foram notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) 138.305 casos confirmados de hepatite A no Brasil (BRASIL, 2012).

O último Boletim Epidemiológico das Hepatites Virais, divulgado pelo Ministério da Saúde em 2015, mostra a série histórica de casos de hepatite A no Brasil, no período de 2000 a 2014, demonstrando que após um pico em 2005 os casos de Hepatite A diminuíram e se mantiveram estáveis de 2012 a 2014 (BRASIL, 2015). No Brasil, a região de maior incidência foi a região Nordeste seguida pela região Norte.

Na Região Sul, de 1999 a 2011, foram registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) 23.820 casos de hepatite A, que corresponde a 17,2% do total de casos no Brasil, a maioria dos quais no estado do Paraná (48,9%), seguido pelo Rio Grande do Sul (38,0%). No Paraná, os dados do Boletim Epidemiológico das Hepatites Virais do Estado do Paraná, publicado pela Secretaria de Saúde do Estado em 2015, mostram que a incidência de Hepatite A tem diminuído ao longo do tempo e a maior incidência ocorreu em indivíduos de 1 a 14 anos (BRASIL, 2012). Foz do Iguaçu diferentemente das outras cidades do Paraná não acompanha a tendência de diminuição de hepatite apresentado (PARANÁ, 2015).

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

De acordo com os dados fornecidos pelo Setor de Vigilância Epidemiológica de Foz do Iguaçu, no ano de 2012, foram notificados 29 casos de hepatite A. A idade dos indivíduos variou de 5 a 43 anos e o sexo masculino foi mais acometido com 72% dos casos. Conforme apresentado na Tabela 1, verifica-se que as crianças foram o grupo mais atingido, com mais da metade dos casos, seguido dos jovens e adolescentes.

**Tabela 1.** Percentual de casos de hepatite A em Foz do Iguaçu, conforme a faixa etária, 2012.

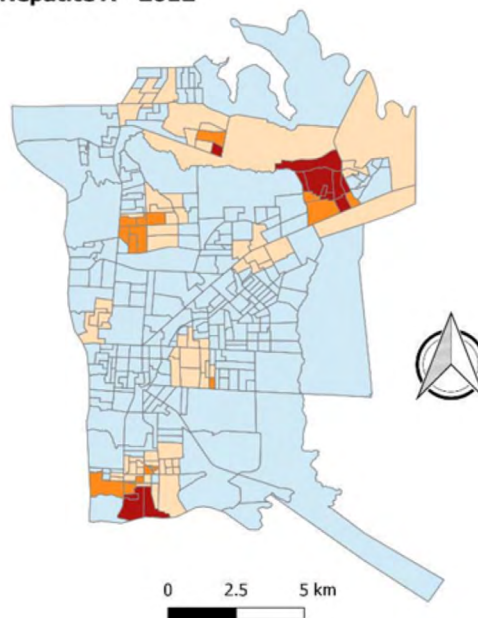
Faixa etária	Percentual de casos
Crianças (0 a 12 anos)	55%
Adolescentes (13 a 18 anos)	14%
Jovens (19 a 29 anos)	27%
Adultos (30 a 60 anos)	7%

As taxas de incidência de hepatite A variaram, nos setores censitários, de 0 a 90,7 casos por 100.000 habitantes. As taxas superiores a 90,7 foram identificadas em dezesseis setores censitários, sendo seis setores localizados na parte Sul do distrito de Porto Meira, três na região Nordeste, cinco na região Noroeste, um na região Centro-Oeste e um na região Leste do município (Figura 1).

#### Legenda

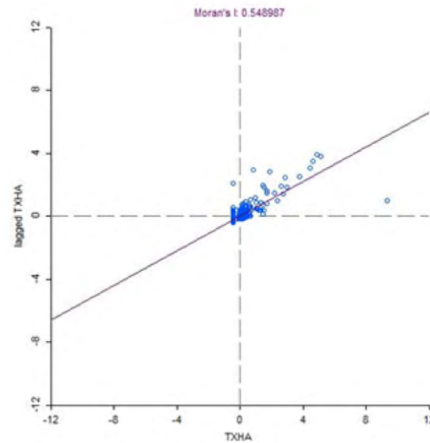
#### Taxa de Incidência de Hepatite A - 2012

- 0 - 9,87 (225)
- 9,87 - 33,0 (67)
- 33,0 - 56,2 (16)
- > 56,2 (12)



**Figura 1.** Distribuição espacial da taxa de incidência de hepatite A, por setores censitários, em Foz do Iguaçu, Paraná, no ano de 2012.

Na análise de Moran Global univariado identificou-se autocorrelação espacial positiva significativa ( $p=0,001$ ), ou seja, indicando presença de setores censitários de alta incidência de hepatite A cercados por setores também com alta incidência e vice-versa (Figura 2).

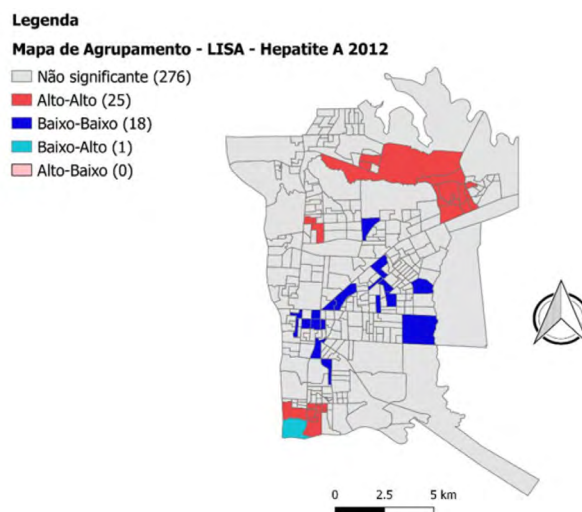


**Figura 2.** Diagrama de dispersão de Moran Global univariado segundo a taxa de incidência de hepatite A, por setor censitário, em Foz do Iguaçu, Paraná, em 2012.

Por meio da análise LISA, identificaram-se 13 agrupamentos significativos segundo a taxa de incidência de hepatite A, sendo 3 agrupamentos do tipo Alto-Alto distribuídos predominantemente entre as regiões Norte, Nordeste e Sul, 9 do tipo Baixo-Baixo nas regiões Central e Leste e 1 do tipo Baixo-Alto na região Sul (Figura 3).

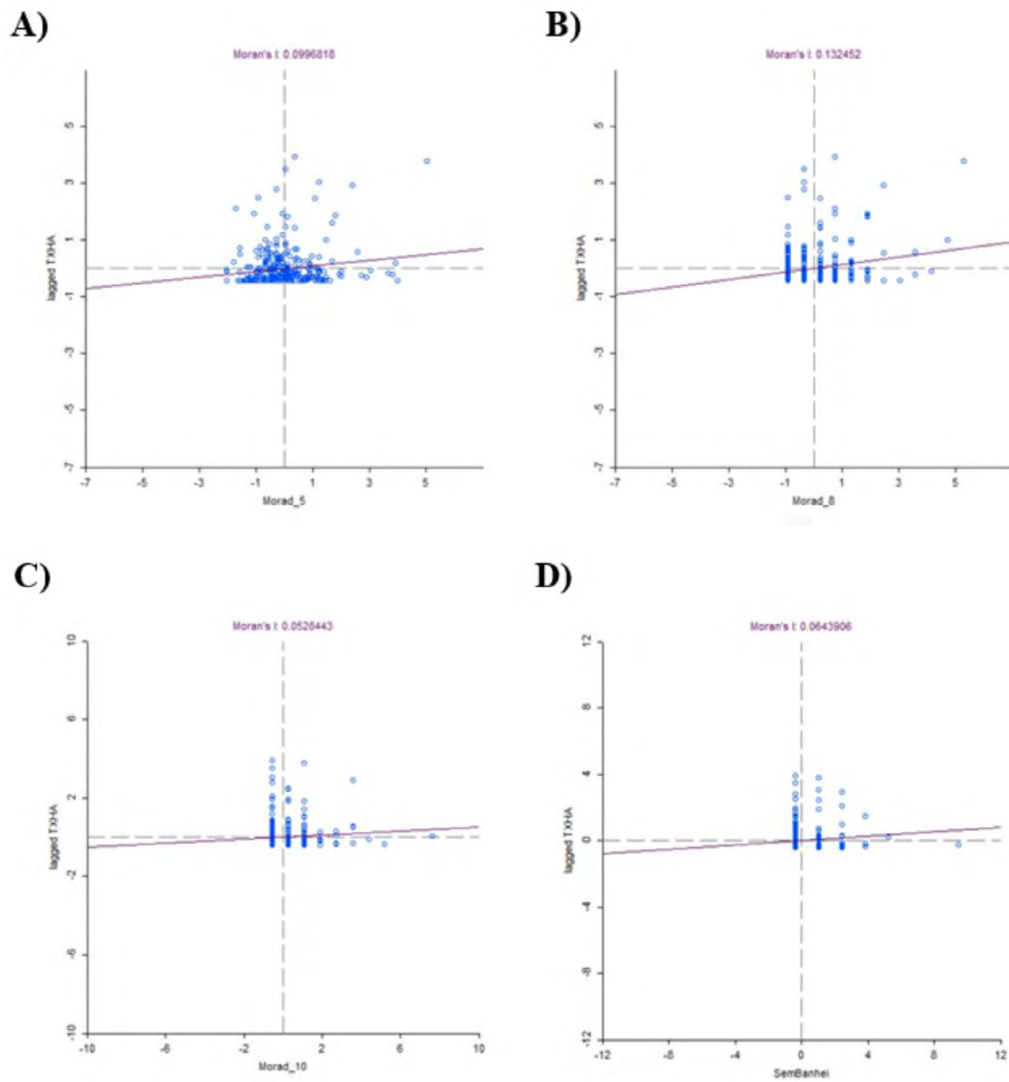
Na análise de Moran Global bivariada constatou-se correlação positiva significativa ( $p=0.001$ ) entre a taxa de incidência de hepatite A e as seguintes variáveis socioeconômicas:

1) Número de moradores dos domicílios (cinco, oito e dez moradores), indicando a relação entre a incidência de Hepatite A e aglomeração de pessoas (Figura 4A, 4B e 4C); 2) Número de domicílios sem banheiro (Figura 4D); 3) Baixa renda média do responsável pelo domicílio (“responsável sem rendimento informado”, “rendimento nominal até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo”, “rendimento nominal de  $\frac{1}{2}$  a 1 salário mínimo” e “rendimento nominal de 1 a 2 salário mínimo”) indicando que as populações presentes em setores censitários que concentram responsáveis sem rendimento nominal ou com baixa renda apresentam maior incidência de hepatite A (Figura 5).

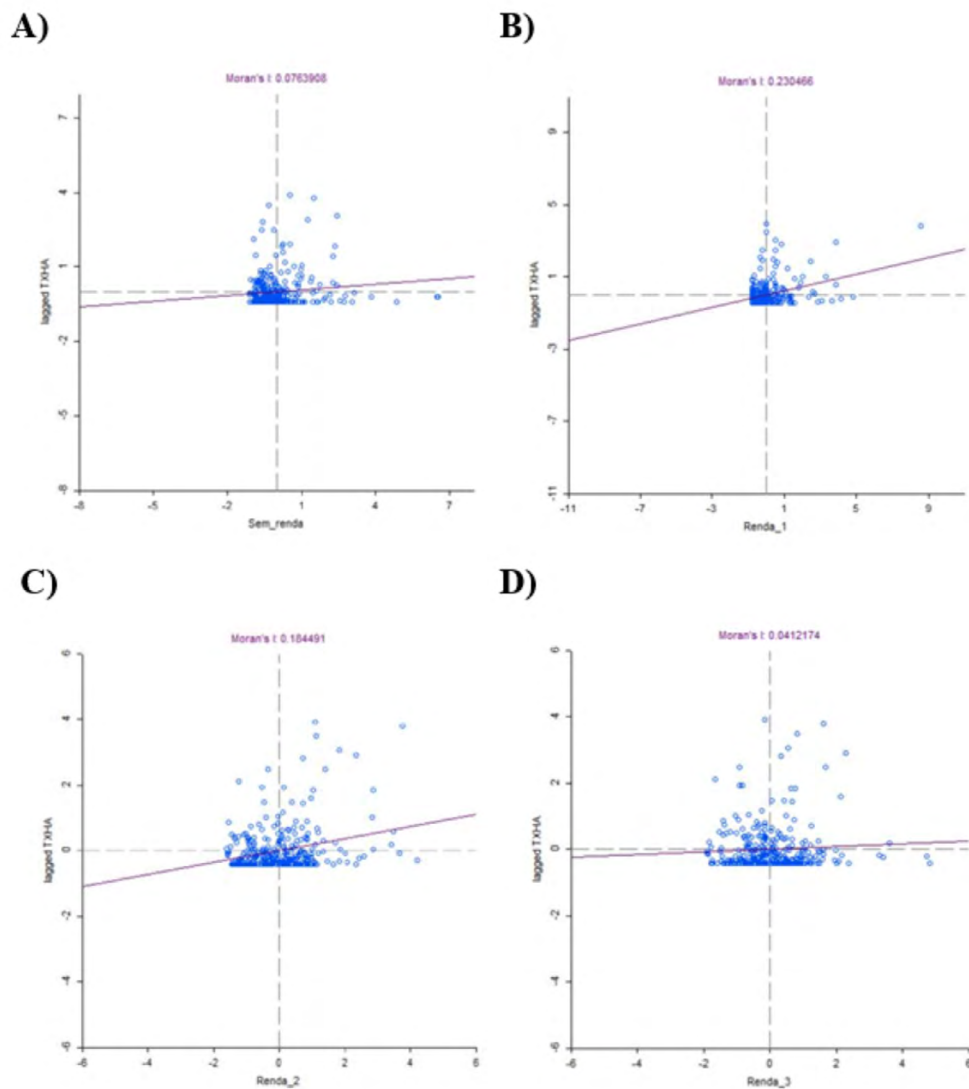


**FIGURA 3.** Análise de indicador local de associação espacial (LISA) e agrupamentos segundo a taxa de incidência de hepatite A, segundo setor censitário, em Foz do Iguaçu-PR, em 2012.



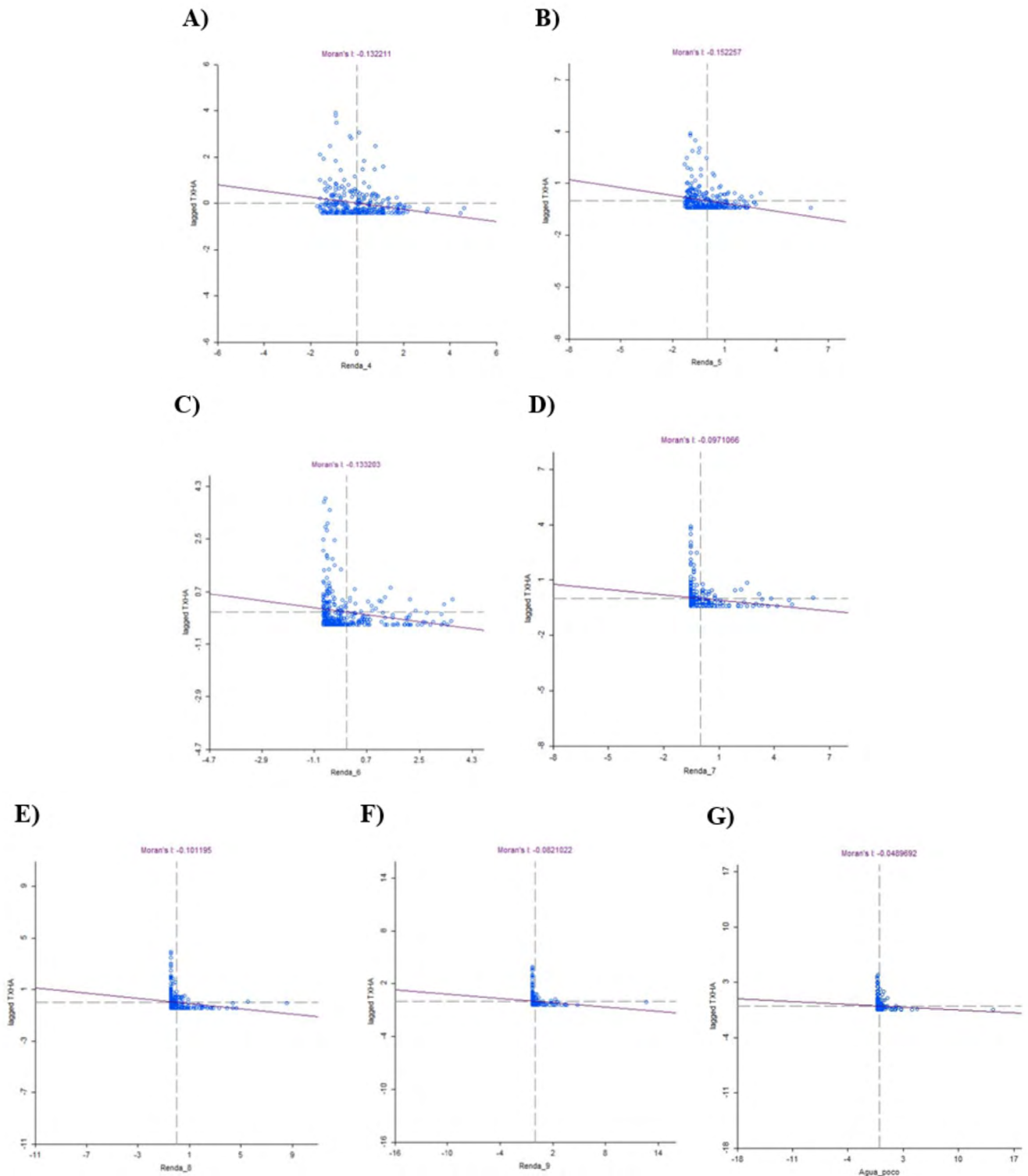


**Figura 4.** Diagrama de dispersão de Moran global bivariado segundo taxa de incidência de hepatite A e a variável número de moradores por domicílio e a variável domicílios sem banheiros, em Foz do Iguaçu, segundo setor censitário: A) Domicílios com 5 moradores; B) Domicílios com 8 moradores; C) Domicílios com 10 moradores; D) Domicílios sem banheiros.



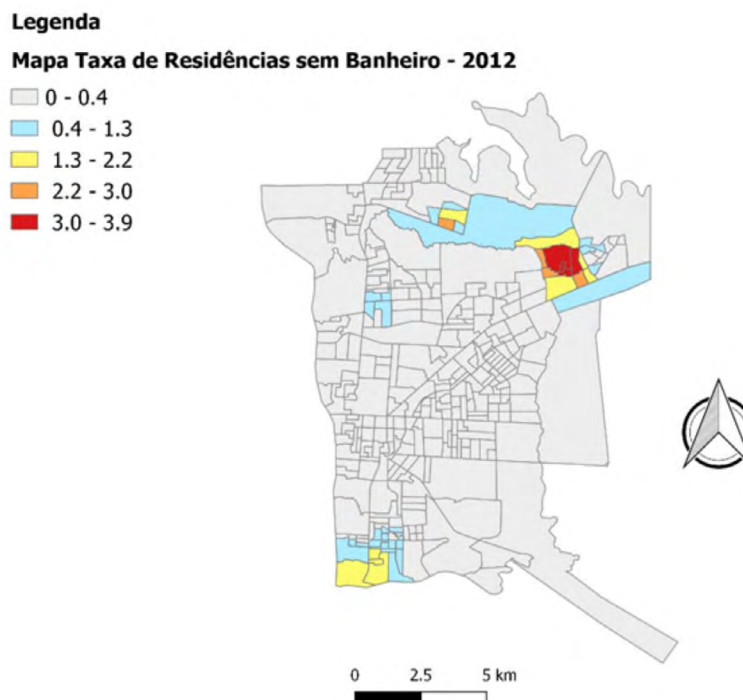
**Figura 5.** Diagrama de dispersão de Moran global bivariado segundo taxa de incidência de hepatite A e a variável 'renda média do responsável pelo domicílio': A) Responsável sem rendimento informado; B) Rendimento nominal até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo; C) Rendimento nominal de  $\frac{1}{2}$  a 1 salário mínimo; e D) Rendimento nominal de 1 a 2 salário mínimo.

Em contrapartida, a taxa de incidência de hepatite A apresentou correlação negativa significativa ( $p=0,001$ ) com as variáveis: 1) Alta renda ("rendimento nominal progressivo de 2 a 3 salários mínimos" até "rendimento nominal acima de 20 salários mínimos" (Figura 6A a 6F) e 2) Água de poço (Figura 6G).



**Figura 6.** Diagrama de dispersão de Moran global bivariado segundo taxa de incidência de hepatite A e a variável ‘renda média do responsável pelo domicílio’ e variável ‘água de poço’: A) Rendimento nominal de 2 a 3 salários mínimos; B) Rendimento nominal de 3 a 5 salários mínimos; C) Rendimento nominal de 5 a 10 salários mínimos; D) Rendimento nominal de 10 a 15 salários mínimos; E) Rendimento nominal de 15 a 20 salários mínimos; F) Rendimento nominal acima de 20 salários mínimos; G) Domicílios com água de poço.

Conforme a Figura 7, verifica-se que as regiões que apresentam maiores taxas de domicílios sem banheiro, nas regiões Norte, Nordeste e Sul, correspondem, espacialmente, as mesmas regiões que apresentam altas taxas de incidência de hepatite A na população, em 2012.



**Figura 7.** Distribuição espacial da taxa de domicílios sem banheiro, por setores censitários, em Foz do Iguaçu, Paraná, no ano de 2012.

Não houve correlação significativa entre as taxas de hepatite A e as seguintes variáveis: alfabetização, destinação do lixo (coletado por empresa pública ou privada ou desprezado em terrenos baldios) e rede geral de distribuição de água.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os setores censitários com alta incidência de hepatite A apresentaram autocorrelação espacial positiva e encontram-se em regiões espacialmente distintas, localizadas na periferia do município de Foz do Iguaçu-PR. As variáveis socioeconômicas relacionadas à baixa renda, alta aglomeração de pessoas e domicílios sem banheiro apresentaram correlação com altas taxas de incidência de hepatite A no município.

O investimento em saneamento básico, fornecimento de água de qualidade, recolhimento e tratamento de esgoto e melhorias na qualidade de vida dos indivíduos impactam decisivamente para a redução da incidência de Hepatite A. Porém, o que se verifica que não há uma distribuição homogênea destas medidas, relegando uma parcela da sociedade à exclusão. Torna-se necessário conhecer a realidade de cada território para a construção de políticas públicas que visem diminuir as inequidades sociais. Nesse sentido, o presente trabalho indica, por meio de abordagem ecológica e espacial, que as populações residentes das regiões Norte, Nordeste e Sul do município devem ser o foco prioritário de ações de promoção da saúde visando a prevenção de hepatite A, particularmente as crianças e adolescentes residentes em domicílios sem banheiro.

## REFERÊNCIAS

- AGGARWAL, R.; GOEL, A. Hepatitis A: Epidemiology in resource-poor countries. *In: Curr. Opin. Infect. Dis.*, v. 5, 2015, p. 488-496.
- ANSELIN, L.; SYABRI, I.; KHO, Y. GeoDa: an introduction to spatial data analysis. *In: Geogr. Anal.*, v. 38, 2005, p. 5-22.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico das Hepatites Virais - 2012. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/publicacao/2012/boletim-epidemiologico-de-hepatites-virais-2012>>. Acesso em: 09 ago. 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico das Hepatites Virais - 2015. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/publicacao/2015/boletim-epidemiologico-de-hepatites-virais-2015>>. Acesso em: 09 ago. 2015.
- BRASIL. Ministério de Saúde. *Doenças Infeciosas e Parasitárias: guia de bolso*. 8ª edição. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
- FAUCI, A. S. *et alii*. *Harrison Manual de Medicina*. 18ª edição. Rio de Janeiro: Artmed, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Foz do Iguaçu - Dados gerais do município. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=410830&search=%7Cfo+z-do-iguacu>>. Acesso em: 01 dezembro de 2016.
- PARANÁ. Secretaria do Estado da Saúde. Boletim Epidemiológico de Hepatites Virais do Paraná - 2015. Disponível em: <[http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/boletim\\_heptaites\\_virais.pdf](http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/boletim_heptaites_virais.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 1 2016.
- QUANTUM GIS DEVELOPMENT TEAM. QGIS - A Free and Open Source Geographic Information System, 2016. <http://www.qgis.org/en/site/>. Acesso em: 01 de dezembro de 2016.
- SANTOS, S. M.; SOUZA, W. V. *Introdução à estatística espacial para a saúde pública*. Série Capacitação e Atualização em Geoprocessamento em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz, 2007.
- TRIANA, P. A. B., NAVAS, M. C. N. Infección por el virus de la hepatitis A: epidemiología y diversidad génica. *In: Iatreia*, v. 28, 2015, p. 157-169.
- VAUGHAN G. *et alii*. Hepatitis A virus: Host interactions, molecular epidemiology and Evolution. *In: Infection, Genetics and Evolution*, v. 21, 2014, p. 227-243.
- WU, D.; GUO, C.Y. Epidemiology and prevention of hepatitis A in travelers. *In: J. Travel. Med.*, v. 20, 2013, p. 394-399.

